ROLLO

1254

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1254
(LS)

ACTA DE APERTURA DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 01 de setiembre de 1993

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D CORRESPONDIENTES AL AÑO 1992.-

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO R.E.N°9208501 (REF.A: PUERTO DE RIO GRANDE PARA 24 HORAS) Fojas 01/01

OPERARIO/S: Sdo. 1ra. S. López y Sdo.1ra. G.Pose.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: / / / / / / / / /

PREPARACION DOCUMENTAL: / / / / / / / / / / / /

CONTROL: Personal del A.G.I.I.-

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del acta, se procede a la iniciación de la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación
S.O.M.
Juan Carlos Martínez

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.
Cnel
Walter A. Mesa.

Documentos D.G.I.D.
Año 1992

GREVE

Porto de Rio Grande pára 24 horas

ZH 8/8

A paralisação de 24 horas dos portuários que não aceitam a proposta de reajuste salarial dos armadores paralisou, ontem, os portos de Santos, Rio Grande, São Sebastião e Mato Grosso do Sul. No único porto marítimo do Rio Grande do Sul, a greve de 2 mil trabalhadores atrasou as operações de 11 navios já atracados e de sete que estavam à espera de vaga no cais. Na avaliação do diretor-geral do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, Vidal Mendonça, o maior prejuízo é a imagem do próprio porto que sofre com sucessivas paralisações e afugenta os exportadores e importadores.

PRIVATIZAÇÃO — O vice-presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários Privativos e diretor da empresa Adubos Trevo, Willen Mantelli, criticou a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, de emendas do senador Mansueto de Lavor. Mantelli acha que o projeto está ameaçado porque as emendas introduzidas são de cunho corporativista e intervencionista.

Gros mantém decisão de deixar BC

2/8/91



BRASÍLIA — O presidente do Banco Central, Francisco Gros, mantém sua disposição de deixar o governo, apesar das declarações prestadas ontem pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e da própria assessoria do Banco Central, que considerou "infundadas" as informações sobre a demissão de Gros. A expectativa do presidente do Banco Central é de acompanhar o desenrolar das negociações da equipe econômica com a área política do governo em torno da liberação de recursos destinados a produzir impacto político e conquistar apoios ao presidente Fernando Collor.

Gros está convencido de que essas negociações podem colocar em risco a austeridade da política econômica, mas, graças à interferência de Marcílio, decidiu esperar "alguns dias ou semanas", como definiu um assessor seu, para definir sua posição no governo.

As informações sobre a demissão de Gros voltaram a circular na tarde de ontem, após a segunda reunião da equipe econômica, que, por ordem do presidente Collor, está remanejando recursos orçamentários para atender a área social. À noite, as informações de integrantes do Ministério da Economia davam conta de que a crise em torno da saida de Gros teria sido contornada.



Gros: convicção de que remanejamento de verbas do Orçamento compromete austeridade

O esforço do ministro Marcílio é para evitar decisões individuais em sua equipe, assim como tem reiterado sua intenção de não ceder cargos de colaboradores em negociação política para conseguir apoio ao presidente da República.

O presidente do BC chegou ontem pela manhã a Brasília. Depois de acompanhar Marcílio na abertura do Seminário Internacional de Desregulamentação, Gros seguiu, com o ministro, para uma reunião com a equipe econômica. Almoçou com Marcílio e à tarde voltou ao BC, para cumprir sua agenda de despachos. No final da tarde, o presidente do BC retornou ao Ministério da Economia para nova reunião com a equipe econômica. Só voltou ao gabinete no início da noite.

ISONOMIA SALARIAL

Collor anuncia reajuste para 900 mil servidores

Brasília — O presidente Fernando Collor assina hoje, no Palácio do Planalto, o pacote da isonomia que, segundo o Ministério do Trabalho, vai garantir aumento real de 19% aos cerca de 900 mil servidores civis do Executivo enquadrados no Plano de Classificação de Cargos (PCC). O cálculo do governo foi feito levando em consideração o reajuste linear de 20%, que será concedido a partir de agosto; a gratificação de 80%, que sairá em duas parcelas; e a implantação das novas tabelas de vencimentos que, em setembro e de uma só vez, garantirá aumento médio de 55%.

Além destes índices, o Ministério do Trabalho considera em seus cálculos os reajustes de 100%, concedido em janeiro passado, e de 80%, pago em três etapas a partir de abril. Somando todos os reajustes concedidos até o final do ano, garante o Ministério do Trabalho, o ganho real médio acima da inflação será de 19%. Para se chegar a esse resultado, os técnicos estimaram uma inflação mensal de 21%, de agosto a dezembro.

GRATIFICAÇÃO — Através de Lei Delegada, o governo concederá 80% de gratificação aos civis do Poder Executivo, pagos em duas parcelas, 30% este mês e os 50% restantes em novembro. Somadas à primeira parcela da gratificação e o reajuste linear de 20% para todos os servidores, inclusive militares, Legislativo e Judiciário, os servidores civis da Administração Federal receberão em agosto 56% de aumento.

A isonomia para os civis será realizada através de dois tipos de aumento: Além da gratificação de 80%, a partir de setembro eles terão outro aumento decorrente do enquadramento nas novas tabelas de vencimentos. Collor assinará um projeto de lei reduzindo as 11 tabelas atuais a apenas duas, uma para os servidores do Plano de Classificação de Cargos (PCC) e outra para as carreiras especiais. Até o início da noite de ontem, os técnicos dos ministérios do Trabalho e da Economia ainda analisavam a hipótese de criar uma terceira tabela, específica para o magistério. A idéia inicial de classificar todos os servidores em uma única tabela já em setembro acabou abandonada, devido aos aumentos excessivos que teriam de ser pagos, variando entre 61% e 129%. Com a implantação de duas tabelas de vencimentos, o aumento médio dos servidores será de 55%.

ISONOMIA SALARIAL

Collor antecipa as gratificações

□O presidente deve definir hoje o cronograma para reajustes. A última parte será paga em novembro e não mais em março de 93

Brasília — O presidente Fernando Collor deverá anunciar hoje um aumento linear de 20% para todos os servidores públicos dos três poderes, civis e militares, mais uma gratificação de 80% somente para os funcionários civis do Executivo, cuja primeira parcela, de 30%, incidirá sobre o vencimento já reajustado. O reajuste é a primeira parcela da gratificação, que dão uma correção total de 56% para os funcionários civis do Executivo, incidirão sobre os vencimentos de agosto e serão pagos até o quinto dia útil de setembro.

A gratificação total para os servidores civis do Executivo será de 80%, dos quais a primeira parcela, de 30%, será paga em setembro. O restante da gratificação será pago em mais duas parcelas, de 20% em outubro, incidindo sobre o salário de setembro, e mais 30% até novembro. Com os aumentos, os servidores civis do Executivo terão, até dezembro, uma correção salarial de 143,36%.

Além desse reajuste, o governo decidiu conceder também um aumento diferenciado para enquadrar os funcionários em novas tabelas, com vistas à isonomia salarial, e um reajuste que vai variar entre 200% e 400% aos que exercem cargos de Direção de Assessoramento Superior (DAS). Os técnicos dos ministérios da Economia e do Trabalho e Administração decidiram, após as negociações do final de semana, antecipar em um mês as duas primeiras parcelas e em quatro meses o pagamento da terceira e última parcela da gratificação, que seria paga até março de 1993.

Em janeiro de 1993, época da data-base do funcionalismo dos três poderes, haverá novo reajuste salarial. Até ontem, a informação dos técnicos era de que o reajuste para os das vai variar entre 200 e 400%, pagos em duas etapas, incidindo sobre os vencimentos de agosto e setembro. As tabelas e o reajuste linear de 20% serão enviados ao Congresso sob a forma de projeto de lei e a gratificação de 80% parcelada em três vezes será concedida por lei delegada, de acordo com assessores do ministro do Trabalho, João Mellão.

Isonomia dá 30% já a 800 mil servidores

BRASÍLIA — A isonomia salarial entre os funcionários públicos começa a sair do papel. No próximo mês, os 800 mil servidores civis do Executivo, ativos e inativos, ganharão gratificação de 30% — a primeira parte de um total de 80%, a ser pago parceladamente —, além do reajuste linear. O percentual do reajuste linear deverá estar definido na segunda-feira, pois os técnicos da Secretaria de Administração Federal e do Ministério da Economia passam o fim de semana trabalhando. A segunda parcela, de 20%, será paga em novembro e a terceira, no primeiro trimestre de 1993.

As 11 tabelas do funcionalismo público federal serão reduzidas a uma só, que começará a vigorar, de acordo com a lei aprovada no Congresso, em setembro. "É assim que se faz isonomia salarial", ensina o secretário-adjunto de Política Econômica, Sérgio Cutolo.

Hoje, o maior salário da carreira comum dos servidores, o chamado "carreirão", é de Cr$ 1,8 milhão. O salário das carreiras específicas é de Cr$ 2,68 milhão. Após a unificação das tabelas será concedido reajuste de 61% a 129%, dependendo do valor do vencimento do servidor.

De acordo com Cutolo, a gratificação poderá ser superior a 80% no caso dos funcionários públicos com melhor qualificação. A isonomia entre civis e militares terá impacto na folha total da União de cerca de 60%, saltando de Cr$ 3,5 trilhões para aproximadamente Cr$ 5 trilhões.

Tomando como exemplo um servidor público que ganha hoje Cr$ 200 mil, ele terá, até o fim do ano, pelo menos quatro ajustes salariais. Em setembro, terá 30% de aumento e passará a receber Cr$ 260 mil, mais o aumento linear, que incidirá sobre o vencimento de agosto. Se esse percentual for de 20%, o salário final será de Cr$ 280 mil. Em outubro, com a adequação das tabelas, dependendo de sua posição no plano de cargos e salários, seus vencimentos subirão de 61% a 129%. Assim, este servidor receberá de Cr$ 448 mil a Cr$ 634 mil. Em novembro, este funcionário público terá mais Cr$ 40 mil de reajuste, referente a 20% de aumento.

Servidores *

Nível	Classe	Padrão	Vencimento
		III	3.274.799.67
Superior	Especial	II	2.913.[illegible]9.84
		I	2.582.685.78
	B	IV	2.306.930.44
		III	2.052.652.10
		II	1.826.409,11
		I	1.525.102.57
	A	IV	1.445.984.08
		III	1.286.607,94
		II	1.144.798,20
		I	1.390.519,35
Médio	C	III	1.390.519,35
		II	1.307.514,44
		I	1.231.181,21
	B	IV	1.159.304.45
		III	1.091.623,75
		II	1.027.894.32
		I	967.885.43
	A	IV	911.379.92
		III	858.173.18
		II	808.072.66
		I	760.897.09
Auxiliar	B	IV	974.245.70
		III	869.846.80
		II	758.884.78
		I	689.777.53
	A	IV	591.133.27
		III	521.723.21
		II	460.463.13
		I	406.400.70

* IBPC. Ibac. FBN. FCRB. LBA. FCP. Funai. Funag. Fundaj. FAE. Enap. Fundacentro. FNS. Ipea. Roquete Pinto. FNDE. Sudam. Sudene. Cepiac. Capes e especialista

Os novos salários *

Nível superior		Nível intermediário		Nível auxiliar	
Referência	Cr$	Referência	Cr$	Referência	Cr$
01	756.344,28	12	455.808,72	03	308.382,24
02	782.763,55	13	467.806,77	04	315.142,95
03	807.967,26	14	480.558,58	05	322.045,02
04	833.983,61	15	493.878,52	06	329.095,76
05	860.836,22	16	507.547,87	07	336.303,57
06	888.563,26	17	521.604,34	08	343.696,24
07	917.162,53	18	536.048,98	09	351.183,06
08	946.882,86	19	550.897,95	10	358.880,85
09	977.176,80	20	566.155,17	11	366.741,07
10	1.008.638,55	21	581.835,18	12	374.768,64
11	1.041.117,14	22	597.948,19	13	382.974,87
12	1.074.639,04	23	614.511,23	14	391.361,38
13	1.109.239,32	24	631.530,06	15	399.933,88
14	1.144.955,57	25	649.024,12	16	408.688,02
15	1.181.821,46	26	667.001,64	17	417.640,15
16	1.219.874,14	27	685.474,81	18	426.785,29
17	1.259.152,16	28	704.461,53	19	436.129,90
18	1.299.696,03	29	723.971,89	20	445.680,14
19	1.341.541,69	30	744.028,86	21	455.440,84
20	1.384.738,14	31	764.634,40	22	465.411,72
21	1.429.325,67	32	785.813,80	23	475.601,82
22	1.475.349,35	33	807.580,22	24	486.015,42
23	1.522.853,78	34	829.947,87	25	496.659,85
24	1.571.889,80	35	852.934,06	26	507.536,87
25	1.622.502,68			27	518.649,24
				28	530.008,40
				29	541.610,12
				30	553.473,97
				31	565.593,57
				32	577.974,85

* A tabela não inclui o aumento linear a ser anunciado na próxima semana. Para calcular o aumento linear, o servidor terá que somar ao novo salário (o da tabela) o valor resultante do índice a ser concedido sobre o último salário recebido.

Diplomatas

Classes	
Ministro de 1ª Classe	3.500.744,70
Ministro de 2ª Classe	3.360.755,00
Conselheiro	3.220.685,20
1º secretário	3.080.655,30
2º secretário	2.940.625,60
3º secretário	2.800.595,80

Professores de nível superior *

Classe	Nível	Graduado	Especializado	Mestrado	Doutorado
Titular	U	4.255.762,77	4.766.454,29	5.319.703,48	6.383.643,73
Adjunto	4	3.404.610,18	3.813.163,36	4.255.762,71	5.106.915,25
	3	3.242.485,90	3.631.584,19	4.053.107,39	4.863.728,84
	2	3.088.081,39	3.458.651,69	3.860.102,37	4.632.122,89
	1	2.941.030,48	3.293.954,22	3.676.288,12	4.411.545,73
Assistente	4	2.673.684,14	2.994.503,79	3.342.080,19	4.010.496,23
	3	2.546.346,81	2.851.908,46	3.182.933,52	3.819.520,26
	2	2.425.092,26	2.716.103,32	3.031.365,29	3.637.638,36
	1	2.309.611,82	2.586.765,25	2.887.014,72	3.464.417,73
Auxiliar	4	2.099.647,17	2.351.604,80	2.624.558,97	3.149.470,76
	3	1.999.663,97	2.239.623,63	2.499.579,99	2.999.495,95
	2	1.904.442,03	2.132.975,05	2.380.552,52	2.856.663,00
	1	1.813.754,35	2.031.404,81	2.267.192,95	2.720.631,51

* *Não está incluído o aumento linear*

Professores de 1º e 2º graus *

Classe	Nível	Graduado 20 horas	40 horas	Dedicação exclusiva
Titular	U	1.058.324,94	2.116.649,80	2.751.645,44
E	4	881.937,38	1.763.874,81	2.293.037,26
	3	839.940,37	1.679.880,80	2.183.845,06
	2	799.943,22	1.599.886,49	2.079.852,46
	1	761.850,86	1.523.701,42	1.980.811,82
D	4	692.591,60	1.385.183,12	1.800.738,00
	3	659.610,99	1.319.222,03	1.714.988,61
	2	628.200,97	1.256.401,87	1.633.322,43
	1	598.286,61	1.196.573,22	1.555.545,22
C	4	564.421,33	1.128.842,67	1.467.496,43
	3	537.544,18	1.075.088,28	1.397.614,73
	2	511.946,78	1.023.893,57	1.331.061,68
	1	487.568,34	975.136,73	1.267.677,68
B	4	459.970,14	919.940,29	1.195.922,41
	3	438.066,85	876.133,71	1.138.973,79
	2	417.206,50	834.413,00	1.084.736,90
	1	497.339,48	794.679,01	1.033.082,71
A	4	374.848,61	749.697,24	974.606,38
	3	356.998,62	713.997,31	928.196,51
	2	339.998,72	679.997,44	883.996,67
	1	323.808,30	647.616,65	841.901,61

* *Não inclui reajuste linear*

03-03

GRAN INVERSION EN UN GASODUCTO A SAN PABLO

YPF y Petrobrás se unen para desarrollar la cuenca Noroeste

La estatal brasileña **Petrobrás** contestó al convite de YPF: **será dueña del 15 % del petróleo, la destilería y un poliducto de la cuenta** Noroeste, **una de las cinco regiones geográficas que tiene en producción la Argentina.** La petrolera local se quedará con **30 %** del negocio y el resto **(55 %)** será concursado en octubre **en licitación internacional.**

El acuerdo entre los dos socios grandes del Mercosur **tiene forma de carta de intención** y así fue rubricada ayer entre la delegación brasileña que llegó a Buenos Aires y el presidente **Carlos Menem.** Fue el mismo Presidente, en horas de la noche, el que hizo el anuncio oficial del acuerdo, destacando las fuertes inversiones en el gasoducto y oleoducto a San Pablo.

Los detalles sobre el desembarco brasileño continuarán discutiéndose en estos días con el titular de YPF **José Estenssoro.** Pero ya hay algunos indicios a mano. Por ejemplo, **que Petrobrás abonará el equivalente a su porción accionaria sobre el precio base estimado que tendrá la zona.** Ese mínimo todavía no es público, se conocerá **diez días** antes de la apertura de los sobres.

Los petroleros argentinos tienen su propio cálculo. Entre las grandes productoras apuestan que el petróleo, el gas y la infraestructura ofrecida no valen más que 400 millones de dólares.

Claro que con la Petrobrás adentro, las proyecciones pueden variar. Es la especulación que hacen cerca de YPF: "Con esta incorporación, aumentarán los candidatos y, también, las propuestas económicas". Si se mantiene el piso estimado por los privados, el **aporte de Petrobrás redondearía 60 millones de dólares.**

Pero el desembolso continuará después de su ingreso a las áreas productivas. Hay inversiones fuertes para hacer y de ellas depende descubrir todo el potencial gasífero de la región. De allí saldrá el gas que Brasil necesita para abastecer su mercado interno y el aprovechamiento del gasoducto que los dos países construirán desde 1994.

Por ahora solo YPF carga con el gasto de **25 millones de dólares** en un pozo que dirá si tienen cerca la carta de la suerte. Confirmará una estructura geológica que se las trae: **tiene ramificaciones en Bolivia y buenos indicios de presencia de gas.** Parte de esa riqueza es extraída **por Pluspetrol**, operadora del área **Ramos** (en la misma región) gracias a uno de los contratos de explotación firmados en los años '70. Es precisamente esa compañía —dirigida por **Luis Rey**— *una de las más interesadas en* el crudo y el gas del Norte. Además, maneja un tercio de las reservas gasíferas de Bolivia.

Entre **Aguaragüe** y **Palmar Largo** (las dos áreas centrales incluidas en el menú) sale el **2%** del petróleo y el **3,8%** de todo el gas extraído. Juntas acumulan el **20%** de las reservas de gas cuantificadas y el **16%** del stock petrolero.

Pero su magnitud excede una medición en metro cúbicos. **Aguaragüe** y **Palmar Largo** tienen los yacimientos de menor costo operativo, según el Instituto de la Energía (IDEE) de la Fundación Bariloche.

Con ese panorama de fondo, la cuenca Noroeste recibirá unos **1.900 millones de dólares** *en inversión entre* **1994** y el año **2000**, de acuerdo con la información oficial. El gasoducto que irá desde **Campo Durán**, en la Argentina, *hasta* **San Pablo**, *en el Brasil, costará* **2.100 millones de dólares** y las redes de distribución que llevarán el gas hasta la puerta de los hogares equivalen a ambos lados de la frontera a **4.000 millones de dólares.**

El intercambio excede el tendido de infraestructura. En el paquete de la carta de intención figura un capítulo sobre la exportación de crudo argentino, la primera de las ventas de este tipo al **Brasil.** Precios y volúmenes quedarán definidos en estos días después de las gestiones que hará YPF —la gran exportadora de la Argentina— con los funcionarios brasileños.

Julho tem saldo de US$ 1,5 bilhão

■ *Exportações e importações crescem e a corrente de comércio bate recorde*



Luciana Leal — 10/06/88

Heloísa Camargos: boa taxa de câmbio e alguns incentivos

BRASÍLIA — O comércio exterior brasileiro continua sendo quase o único setor que apresenta bons números ao governo. A diretora do Departamento de Comércio Exterior (Decex), Heloísa Camargos, anunciou ontem o maior saldo de comércio desde junho de 1990 (diferença entre exportações e importações), que chegou a US$ 1,515 bilhão no mês passado. As exportações bateram em US$ 3,519 bilhões (mais 37% em relação a julho do ano passado) e as importações em US$ 2,004 bilhões (mais 12%). "Está mais do que provado que uma boa taxa de câmbio e alguns incentivos aos exportadores sempre resultam em boas exportações", constatou Heloísa Camargos.

O comércio exterior de julho registrou três recordes históricos: foi a maior corrente de comércio desde 1980 (soma de compras e vendas com outros países), as vendas de produtos manufaturados atingiram US$ 2,09 bilhões (aumento de 53% comparando-se com julho do ano passado) e as importações voltaram a superar os US$ 2 bilhões, valor registrado apenas três vezes na história brasileira. Para a diretora do Decex, o aumento de importações está ligado ao programa do governo de modernização da economia, o que tem levado os empresários a importarem equipamentos mais avançados.

Além da boa taxa de câmbio, o comércio exterior tem dado alegrias ao governo pela rápida resposta aos incentivos às exportações. "É claro que a recessão interna tem levado o empresário a direcionar suas vendas para o mercado externo, o que ameniza os efeitos da crise econômica", admite Camargos. Pela primeira vez desde a década de 70, o comércio exterior vem crescendo tanto nas exportações (mais 5,6% de janeiro a julho de 1992 em relação ao mesmo período do ano passado) quanto nas importações (mais 2%). Nos anos 80, para conseguir dólares e pagar juros da dívida externa, houve em várias ocasiões incentivos às exportações e compressão das importações.

No mês passado, as grandes vedetes, em comparação com julho de 1991, foram as vendas de minério de ferro (+31%, com US$ 268 milhões), laminados planos de ferro e aço (+70%, com US$ 183 milhões), farelo de soja (+13%, US$ 160 milhões), soja (+81%, US$ 123 milhões), automóveis (+120%, US$ 95 milhões), semimanufaturados de aço (+90%, US$ 87 milhões) e suco de laranja (+23%, US$ 83 milhões). Mas o recorde de aumento de vendas ficou por conta dos ônibus de passageiros (+637%, apesar desse item apresentar um peso pouco expressivo no comércio brasileiro — US$ 27 milhões em julho).

As grandes quedas de exportações de produtos que pesam na balança comercial ficaram por conta de fumo (-44%), alumínio bruto (-25%), algodão (-78%) e açúcar (-80%). Para agosto, a diretora do Decex prevê que o saldo comercial continuará elevado.

Gas Natural: Brasil - Bolivia Acuerdan Precio

LA PAZ (EFE).— Representantes de los gobiernos de Bolivia y Brasil fijaron anoche en 1,24 dólares el precio de venta del millar de pies cúbicos de gas natural puesto en frontera, informa hoy el diario "El Mundo" de Santa Cruz.

De confirmarse oficialmente esta información, los presidentes de Brasil, Fernando Collor, y de Bolivia, Jaime Paz Zamora, reemplazarán el anunciado intercambio de cartas diplomaticas por la firma del contrato de venta de gas en su reunión de cinco horas el próximo lunes en Santa Cruz, a 903 kilómetros de La Paz.

Brasil y Bolivia han acordado la venta de un promedio de ocho metros cúbicos de gas natural por día (280 millones de pies cúbicos) en la primera fase del contrato y de 16 millones de metros cúbicos en la segunda fase, de un período de 20 años.

El precio de 1,24 dólares permitirá a Bolivia obtener ingresos de unos 128 millones de dólares anuales durante los primeros cinco años y unos 256 millones a partir del sexto, cuando se ha programado el incremento de los volúmenes de venta de gas natural.

GASODUTO

Gás boliviano começa a chegar ao Brasil em 1996

La Paz — Depois de quase 20 anos de negociações, Brasil e Bolívia assinaram ontem o acordo de um programa de integração energética que terá como início a construção de um gasoduto de 2 mil quilômetros unindo os dois países.

O acordo para por em marcha o programa foi assinado em Santa Cruz de la Sierra pelo presidente Fernando Collor e seu colega boliviano, Jaime Paz Zamora. Pelo acordo, a Bolívia vai exportar para o mercado brasileiro 282 milhões de pés cúbicos por dia de gás natural, a partir de 1996, mas esse fornecimento será aumentado gradativamente até chegar aos 564 milhões de pés cúbicos até o ano 2016.

Esse gás servirá prioritariamente para incentivar o processo de reconversão energética iniciado pelo Brasil nos últimos anos. As exportação serão facilitadas por um gasoduto que unirá Santa Cruz a São Paulo. A construção desse gasoduto vai exigir um investimento de US$ 1,9 bilhão, dinheiro que será obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (Bird), Exibank do Japão e Corporação Andina de Fomento (CA), além de empresas particulares.

RESERVAS — Segundo estudos, a Bolívia tem uma reserva de seis bilhões de metros cúbicos de gás natural, volume plenamente suficiente para satisfazer as exigências do mercado brasileiro nos próximos 20 anos. A venda do gás natural boliviano ao Brasil vai servir também para equilibrar a balança comercial entre os dois países, atualmente favorável ao Brasil em pelo menos 10 vezes mais. O Brasil atualmente exporta para a Bolívia cerca de US$ 270 milhões, enquanto as vendas bolivianas aos brasileiros chegam a apenas US$ 25 milhões.

O ministro da energia da Bolívia, Herbert Muller, anunciou que o Brasil vai pagar entre us$ 0,90 e us$ 1,24 por 1 mil pés cúbicos de seu gás, dependendo se sua entrega for na boca do poço ou na fronteira. Atualmente, os bolivianos exportam 240 milhões de pés cúbicos de gás natural diariamente para a Argentina, que paga US$ 1,00 por 1 mil metros cúbicos.

ABR/ZH



Acordo: *Collor e Zamora formalizam contrato para compra inicial de 282 milhões de pés cúbicos de gás por dia*

GASODUTO

Collor assina acordo com a Bolívia segunda

Brasília — O presidente Fernando Collor assina junto com o presidente boliviano, Jaime Paz Zamora, segunda-feira, na Bolívia, o acordo para a construção do gasoduto que ligará os dois países. Até ontem ainda estava pendente o preço do gás natural que será fornecido pelos bolivianos ao Brasil. O embaixador Rubens Barbosa, secretário-adjunto de intercâmbio comercial do Itamarati, acredita que a questão do preço deve ser fechada hoje.

Após a assinatura do acordo, o próximo passo para a construção do gasoduto será a formação do consórcio de empresas que tocará e administrará o projeto. Já existe o interesse de várias empresas, entre elas, a Infragás, de Santa Catarina, e a Companhia Paulista de Desenvolvimento. O governo brasileiro está desenvolvendo estudos jurídicos para permitir a maior participação da iniciativa privada sem ferir o monopólio da Petrobrás na importação e transporte do combustível, definido na Constituição. Só depois da definição do consórcio de empresas é que os dois govrnos vão partir efetivamente para a busca de financiamento junto a organismos multilaterais.

Ele salientou que está difícil o acerto em torno do preço por causa da participação que a iniciativa privada terá no projeto. "Não se admitirá neste caso um preço político", afirmou. Ele descartou, no entanto, qualquer adiamento na assinatura do acordo por causa da questão do preço. Segundo ele, é muito grande o interesse da Bolívia em chegar o mais rápido possível ao acordo. O embaixador citou o incremento que o gasoduto significará no comércio externo boliviano. Daqui a dois anos, quando o gasoduto estiver pronto, a exportação boliviana para o Brasil vai aumentar mais de 10 vezes, passando de US$ 23 milhões anuais para US$ 250 milhões.

Setor de petróleo no Brasil: o caso da BR

Em recentes artigos publicados em alguns jornais do país (*Gazeta Mercantil*, JB e *Folha de S. Paulo*) estamos chamando a atenção da relevância e pertinência de uma reflexão acerca do papel que os monopólios públicos no Brasil vêm desempenhando e, em particular, o exercido pela empresa de Estado Petrobrás. As propostas de revisão da legislação em vigor por nós defendidas encontram sustentação no profundo processo de reestruturação que a indústria petrolífera mundial vem experimentando.

Exemplos dessa extraordinária transformação da cena petrolífera são abundantes. Os soviéticos, que expulsaram os exploradores de petróleo ocidentais dos campos de Baku, há mais de 70 anos, dão boas-vindas a empresários texanos nos campos da Sibéria. Uma empresa independente da Grã-Bretanha — Enterprise Oil — tornou-se a primeira companhia ocidental em 20 anos a receber permissão de explorar óleo no Camboja. A China comunista, que nos próximos cinco anos pretende ver destinados à exploração de petróleo cerca de US$ 20 bilhões, assinou um acordo com uma das gigantes americanas — a Amoco — visando à exploração de óleo no sul do mar da China. Mesmo campeões da xenofobia, como os dirigentes de Burma, permitiram, desde 1989, que a Shell, Unocal, Amoco e outras firmas perfurassem em seu território. Também o Irã anunciou que o governo estudava a reabertura de contratos de exploração e desenvolvimento a empresas estrangeiras, a elas concedendo maiores incentivos que os existentes antes da revolução. Na América do Sul, tanto a Colômbia, onde há pouco mais de seis meses registrou-se a descoberta de um campo gigante da ordem de 2 bilhões de barris, como o Equador ou a Venezuela, reexaminaram profundamente as relações com as companhias internacionais no sentido de atrair capital, tecnologia e o *know-how* empresarial para a modernização de suas estruturas produtivas.

No caso da Venezuela é oportuno lembrar que, há bem pouco tempo, em 1979, o presidente Carlos Andrés Peres excluiu do país tanto a Shell quanto a Exxon. No entanto, 12 anos foram suficientes para que os mesmos dirigentes venezuelanos tomassem consciência de que, mesmo a Petróleos de Venezuela, a quarta maior companhia de petróleo do mundo, não teria a capacidade financeira, tecnológica e empresarial para sustentar, sozinha, o programa de investimentos venezuelano.

Mas a abertura não se dá exclusivamente nos segmentos a montante como o da exploração. Também a jusante, no refino, as empresas Amoco, British Petroleum, Veba (Alemanha), ENI (Itália) e Elf-Aquitaine (França) estão empenhadas em um negócio de US$ 4 bilhões envolvendo a construção de uma refinaria altamente complexa, voltada para a conversão do óleo superpesado da bacia do Orinoco em gasolina e outras frações leves do petróleo.

É dentro de tal contexto que se inserem os comentários desse artigo, apontando para a extrema relevância de uma análise institucional da indústria do petróleo no Brasil, preocupada em levantar algumas soluções para os prováveis impasses que precederão e, principalmente, se sucederão à revogação dos dispositivos legais (Lei 2004) que asseguram à Petrobrás o monopólio do petróleo no Brasil. Como se sabe, a Petrobrás é uma empresa pública de economia mista. Isto, de acordo com a Lei 900/69, significa que a maioria do capital votante deve permanecer de propriedade da União, embora seja admitida no capital da empesa pública "a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidade da administração direta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios". Ao longo da sua história, a Petrobrás, seguindo a lógica das empresas de petróleo, verticalizou suas atividades. Estas atividades, à exceção do segmento da distribuição, constituem monopólio da União. No entanto, além dessa atuação ligada estritamente ao setor petróleo, a Petrobrás também horizontalizou-se, dando enfim origem ao que denominamos Sistema Petrobrás ou Petrobrás Holding.

A atual política de privatização que vem sendo conduzida pelo BNDES incluiu diversas empresas do sistema Petrobrás (empresas da Petroquisa e da Petrofértil essencialmente). Nesse sentido, percebe-se claramente o objetivo do governo federal de terminar com o processo de horizontalização desenvolvido durante anos pela Petrobrás. É lícito concluir-se, então, que o objetivo final da operação é devolver a Petrobrás ao seu papel original de empresa pública encarregada de executar, em nome da União, o monopólio estatal do petróleo. Há, contudo, no âmbito do quadro institucional aqui traçado, uma exceção. Com efeito, a BR-Distribuidora, embora subsidiária do Sistema Petrobrás, atua em segmento próprio à indústria do petróleo, disputando, inclusive, mercado com outras empresas nacionais e estrangeiras. O fato de a BR-Distribuidora constituir-se exceção consiste exatamente nesse duplo caráter da empresa: ela não se origina do processo de horizontalização da Petrobrás, pois centra suas atividades no último segmento da cadeia do petróleo, mas, ao mesmo tempo, não é beneficiária do monopólio que se encontra vigente em todos os demais segmentos daquela cadeia industrial e extrativa.

Sendo assim, coloca-se a questão de como o governo deve encaminhar o caso BR, ou seja, se seguindo a mesma política adotada para as demais subsidiárias, deve privatizar a empresa ou, ao contrário, incorporá-la, definitivamente, na esfera da Petrobrás petróleo.

Do ponto de vista de uma empresa que atua no setor petróleo, não resta dúvida de que faz parte de sua estratégia a necessidade de ser proprietária de uma empresa de distribuição. Contudo, no caso presente, o problema reside no fato de a empresa Petrobrás ser monopolista da exploração, produção, refino, importação, exportação e transporte marítimo do petróleo bruto, dos seus derivados e do gás natural. Isto faz com que ocorra uma situação privilegiada da BR em relação às suas concorrentes que não detêm o mesmo poder de mercado.

É, nesse sentido, que um determinado encaminhamento institucional para a BR Distribuidora não pode ser desconectado do contexto maior, anteriormente descrito, no sentido da revisão da Lei 2004 conferidora do monopólio da Petrobrás. Contudo, é importante salientar que, embora imbricados, a quebra do monopólio da Petrobrás e o encaminhamento da BR-Distribuidora para novo padrão institucional são ainda problemas distintos, e que, portanto, devem ser tratados em horizontes temporais diferentes e com objetivos estratégicos claramente diferenciados.

A quebra do monopólio se situa no contexto das reformas estruturais e modernizadoras que a sociedade brasileira e o contexto internacional estão a exigir. Cabe ao poder público criar, após a revisão do termo da lei, as condições para que toda e qualquer empresa interessada em atuar no setor petróleo no Brasil possa fazê-lo em contexto de igualdade de oportunidades e deveres. Isto porque a mera revisão do Dispositivo Constitucional por parte do Congresso Nacional não instaura, como num passe de mágica, as condições de competitividade desejáveis. Ao contrário, caso o *day after* da desregulamentação não seja criteriosamente estudado, corre-se sério risco de transformar-se o monopólio, hoje legal, em um monopólio de fato, prescindindo do amparo legal para confirmar uma posição de hegemonia não conquistada no mercado. Nesse sentido, esquemas legais que regulam o acesso de qualquer empresa às redes de transporte e distribuição de óleo e derivados e ao sistema de terminais de petróleo hoje em operação são exemplos de iniciativas imprescindíveis ao estabelecimento de uma indústria de petróleo aberta e competitiva no Brasil.

Quanto ao caso específico da BR-Distribuidora, acreditamos que um esquema institucional mais ágil possa ser adotado, mesmo antes da revisão constitucional da Lei 2.004.

Uma saída seria a abertura do capital da empresa, mantendo-se, porém, a Petrobrás, com o seu controle acionário. Isso permitiria, ao mesmo tempo, que a BR continuasse sendo propriedade da Petrobrás petróleo e que uma transparência maior no gerenciamento da empresa fosse atingida, na medida em que os acionistas e a própria Bolsa de Valores, através da CVM, pudessem verificar as relações entre a BR e a Petrobrás, evitando-se, assim, qualquer suspeita de privilégio advindo do fato de 100% de suas ações pertencerem à empresa que executa o monopólio do petróleo no país. Além do mais, através da abertura de capitais, a própria Petrobrás poderia captar recursos junto ao mercado acionário, no sentido de atenuar o atual panorama de redução nos recursos para investimentos, que se verifica há quatro anos consecutivos. Em resumo, a abertura do capital da BR-Distribuidora atende a quatro objetivos: evita que a privatização das subsidiárias do sistema Petrobrás se estenda à BR-Distribuidora; promove mecanismos de controle a práticas anticoncorrenciais ligadas à utilização de um poder de mercado instituído legalmente para assegurar posições em mercados que, por direito, são abertos; dinamiza a gestão da empresa estatal na medida em que investidores privados possam dela participar e, finalmente, alivia, através da capitalização em Bolsa de Valores, a participação da Petrobrás nos programas de investimento da empresa distribuidora.

*Professores do Programa de Planejamento Energético — PPE da Coppe/RJ

[illegible] saída [illegible] abrir o [illegible]tal da BR mas [illegible]ndo sob [illegible]ntrole [illegible]nário da [illegible]

Setor de petróleo no Brasil: o caso da BR

Em recentes artigos publicados em alguns jornais do país (*Gazeta Mercantil*, JB e *Folha de S. Paulo*) estamos chamando a atenção da relevância e pertinência de uma reflexão acerca do papel que os monopólios públicos no Brasil vêm desempenhando e, em particular, o exercido pela empresa de Estado Petrobrás. As propostas de revisão da legislação em vigor por nós defendidas encontram sustentação no profundo processo de reestruturação que a indústria petrolífera mundial vem experimentando.

Exemplos dessa extraordinária transformação da cena petrolífera são abundantes. Os soviéticos, que expulsaram os exploradores de petróleo ocidentais dos campos de Baku, há mais de 70 anos, dão boas-vindas a empresários texanos nos campos da Sibéria. Uma empresa independente da Grã-Bretanha — Enterprise Oil — tornou-se a primeira companhia ocidental em 20 anos a receber permissão de explorar óleo no Camboja. A China comunista, que nos próximos cinco anos pretende ver destinados à exploração de petróleo cerca de US$ 20 bilhões, assinou um acordo com uma das gigantes americanas — a Amoco — visando à exploração de óleo no sul do mar da China. Mesmo campeões da xenofobia, como os dirigentes de Burma, permitiram, desde 1989, que a Shell, Unocal, Amoco e outras firmas perfurassem em seu território. Também o Irã anunciou que o governo estudava a reabertura de contratos de exploração e desenvolvimento a empresas estrangeiras, a elas concedendo maiores incentivos que os existentes antes da revolução. Na América do Sul, tanto a Colômbia, onde há pouco mais de seis meses registrou-se a descoberta de um campo gigante da ordem de 2 bilhões de barris, como o Equador ou a Venezuela, reexaminaram profundamente as relações com as companhias internacionais no sentido de atrair capital, tecnologia e o *know-how* empresarial para a modernização de suas estruturas produtivas.

No caso da Venezuela é oportuno lembrar que, há bem pouco tempo, em 1979, o presidente Carlos Andrés Peres excluiu do país tanto a Shell quanto a Exxon. No entanto, 12 anos foram suficientes para que os mesmos dirigentes venezuelanos tomassem consciência de que, mesmo a Petróleos de Venezuela, a quarta maior companhia de petróleo do mundo, não teria a capacidade financeira, tecnológica e empresarial para sustentar, sozinha, o programa de investimentos venezuelanos que, nos próximos cinco anos, requererá recursos da ordem de US$ 48 bilhões. Assim, desde julho de 1991, o governo venezuelano convidou as empresas privadas de petróleo a participar da reativação de 55 campos marginais de óleo que, juntos, representam quantidades da ordem de 360 milhões de barris. Mas a abertura não se dá exclusivamente nos segmentos a montante como o da exploração. Também a jusante, no refino, as empresas Amoco, British Petroleum, Veba (Alemanha), ENI (Itália) e Elf-Aquitaine (França) estão empenhadas em um negócio de US$ 4 bilhões envolvendo a construção de uma refinaria altamente complexa, voltada para a conversão do óleo superpesado da bacia do Orinoco em gasolina e outras frações leves do petróleo.

É dentro de tal contexto que se inserem os comentários desse artigo, apontando para a extrema relevância de uma análise institucional da indústria do petróleo no Brasil, preocupada em levantar algumas soluções para os prováveis impasses que precederão e, principalmente, se sucederão à revogação dos dispositivos legais (Lei 2004) que asseguram à Petrobrás o monopólio do petróleo no Brasil. Como se sabe, a Petrobrás é uma empresa pública de economia mista. Isto, de acordo com a Lei 900/69, significa que a maioria do capital votante deve permanecer de propriedade da União, embora seja admitida no capital da empesa pública "a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidade da administração direta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios". Ao longo da sua história, a Petrobrás, seguindo a lógica das empresas de petróleo, verticalizou suas atividades. Estas atividades, à exceção do segmento da distribuição, constituem monopólio da União. No entanto, além dessa atuação ligada estritamente ao setor petróleo, a Petrobrás também horizontalizou-se, dando enfim origem ao que denominamos Sistema Petrobrás ou Petrobrás Holding.

A atual política de privatização que vem sendo conduzida pelo BNDES incluiu diversas empresas do sistema Petrobrás (empresas da Petroquisa e da Petrofértil essencialmente). Nesse sentido, percebe-se claramente o objetivo do governo federal de terminar com o processo de horizontalização desenvolvido durante anos pela Petrobrás. É lícito concluir-se, então, que o objetivo final da operação é devolver a Petrobrás ao seu papel original de empresa pública encarregada de executar, em nome da União, o monopólio estatal do petróleo. Há, contudo, no âmbito do quadro institucional aqui traçado, uma exceção. Com efeito, a BR-Distribuidora, embora subsidiária do Sistema Petrobrás, atua em segmento próprio à indústria do petróleo, disputando, inclusive, mercado com outras empresas nacionais e estrangeiras. O fato de a BR-Distribuidora constituir-se exceção consiste exatamente nesse duplo caráter da empresa: ela não se origina do processo de horizontalização da Petrobrás, pois centra suas atividades no último segmento da cadeia do petróleo, mas, ao mesmo tempo, não é beneficiária do monopólio que se encontra vigente em todos os demais segmentos daquela cadeia industrial e extrativa.

Sendo assim, coloca-se a questão de como o governo deve encaminhar o caso BR, ou seja, se seguindo a mesma política adotada para as demais subsidiárias, deve privatizar a empresa ou, ao contrário, incorporá-la, definitivamente, na esfera da Petrobrás petróleo.

Do ponto de vista de uma empresa que atua no setor petróleo, não resta dúvida de que faz parte de sua estratégia a necessidade de ser proprietária de uma empresa de distribuição. Contudo, no caso presente, o problema reside no fato de a empresa Petrobrás ser monopolista da exploração, produção, refino, importação, exportação e transporte marítimo do petróleo bruto, dos seus derivados e do gás natural. Isto faz com que ocorra uma situação privilegiada da BR em relação às suas concorrentes que não detêm o mesmo poder de mercado.

É, nesse sentido, que um determinado encaminhamento institucional para a BR Distribuidora não pode ser desconectado do contexto maior, anteriormente descrito, no sentido da revisão da Lei 2004 conferidora do monopólio da Petrobrás. Contudo, é importante salientar que, embora imbricados, a quebra do monopólio da Petrobrás e o encaminhamento da BR-Distribuidora para novo padrão institucional são ainda problemas distintos, e que, portanto, devem ser tratados em horizontes temporais diferentes e com objetivos estratégicos claramente diferenciados.

A quebra do monopólio se situa no contexto das reformas estruturais e modernizadoras que a sociedade brasileira e o contexto internacional estão a exigir. Cabe ao poder público criar, após a revisão do termo da lei, as condições para que toda e qualquer empresa interessada em atuar no setor petróleo no Brasil possa fazê-lo em contexto de igualdade de oportunidades e deveres. Isto porque a mera revisão do Dispositivo Constitucional por parte do Congresso Nacional não instaura, como num passe de mágica, as condições de competitividade desejáveis. Ao contrário, caso o *day after* da desregulamentação não seja criteriosamente estudado, corre-se sério risco de transformar-se o monopólio, hoje legal, em um monopólio de fato, prescindindo do amparo legal para confirmar uma posição de hegemonia não conquistada no mercado. Nesse sentido, esquemas legais que regulam o acesso de qualquer empresa às redes de transporte e distribuição de óleo e derivados e ao sistema de terminais de petróleo hoje em operação são exemplos de iniciativas imprescindíveis ao estabelecimento de uma indústria de petróleo aberta e competitiva no Brasil.

Quanto ao caso específico da BR-Distribuidora, acreditamos que um esquema institucional mais ágil possa ser adotado, mesmo antes da revisão constitucional da Lei 2.004.

Uma saída seria a abertura do capital da empresa, mantendo-se, porém, a Petrobrás, com o seu controle acionário. Isso permitiria, ao mesmo tempo, que a BR continuasse sendo propriedade da Petrobrás/petróleo e que uma transparência maior no gerenciamento da empresa fosse atingida, na medida em que os acionistas e a própria Bolsa de Valores, através da CVM, pudessem verificar as relações entre a BR e a Petrobrás, evitando-se, assim, qualquer suspeita de privilégio advindo do fato de 100% de suas ações pertencerem à empresa que executa o monopólio do petróleo no país. Além do mais, através da abertura de capitais, a própria Petrobrás poderia captar recursos junto ao mercado acionário, no sentido de atenuar o atual panorama de redução nos recursos para investimentos, que se verifica há quatro anos consecutivos. Em resumo, a abertura do capital da BR-Distribuidora atende a quatro objetivos: evita que a privatização das subsidiárias do sistema Petrobrás se estenda à BR-Distribuidora; promove mecanismos de controle a práticas anticoncorrenciais ligadas à utilização de um poder de mercado instituído legalmente para assegurar posições em mercados que, por direito, são abertos; dinamiza a gestão da empresa estatal na medida em que investidores privados possam dela participar e, finalmente, alivia, através da capitalização em Bolsa de Valores, a participação da Petrobrás nos programas de investimento da empresa distribuidora.

**Professores do Programa de Planejamento Energético — PPE da Coppe/RJ*

[illegible] saída [illegible] abrir o [illegible] da BR mas [illegible]ndo sob [illegible] acionário da [illegible]

9208508
Precio del gas, Agosto/92
ZH/150029
05/08/92
507482
11161
11404 (S. energetico)

Gás está 24,95% mais caro

O gás de cozinha está 24,95% mais caro a partir de hoje. Com o novo aumento, o botijão de 13 quilos no posto da revenda passa a custar Cr$ 16.927,00. Até ontem, o preço praticado era de Cr$ 13.547,00, conforme informou o escritório regional do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC).

Na Liquigás, o botijão passa a custar Cr$ 20.700,00 para a entrega automática e Cr$ 22.005,00 na entrega especial. Na Multigás, os preços para o botijão de 13 quilos são de Cr$ 20.312,00 na entrega automática e Cr$ 26.236,00, para a entrega especial. Até o final da tarde de ontem, a Minasgás não havia informado ao DNC a nova planilha de preços.

01-01

9208508

BRASIL TEME PERDIDAS ANTE EL TLC

RIO DE JANEIRO, 14 (EFE).— Brasil puede sufrir impactos negativos inmediatos y beneficios políticos a largo plazo ante el Tratado de Libre Comercio (TLC) norteamericano firmado esta semana por Estados Unidos, México y Canadá, según analistas económicos consultados por el gobierno brasileño.

Las exportaciones brasileñas a EE.UU., que alcanzaron los 7.676 millones de dólares en 1990, pueden salir perjudicadas ante el TLC debido a que los productos vendidos por México a sus vecinos norteamericanos, que ahora recibirán facilidades comerciales, coinciden esencialmente con los brasileños.

Los impactos negativos del Acuerdo para las exportaciones brasileñas serán inmediatos, mientras que los reflejos positivos serán más lentos e inciertos, según el economista Joao Bosco, de la *Fundación Centro de Estudios de Comercio Exterior*, a la que el Ministerio de Relaciones Exteriores pidió un informe sobre las consecuencias para Brasil del TLC norteamericano.

Bosco declaró al periódico "Jornal do Brasil" que el tratamiento preferencial a México tendrá mayores consecuencias negativas en la exportación de productos brasileños que actualmente, por diferentes acuerdos, sufren ya un tratamiento desfavorable, como el jugo de naranja, tabaco, azúcar, calzado y acero.

El economista aseguró, sin embargo, que Brasil podrá beneficiarse políticamente y a largo plazo del TLC debido a que éste puede calificarse como un resultado inmediato de la Iniciativa para las Américas lanzada por el presidente de EE.UU. George Bush.

Brasil es el mayor mercado, la economía más importante y el principal destino de los inversores estadounidenses en Sudamérica, según Bosco.

Fugan de Brasil 1.000 Millones de Dólares al año, Según el BCB

SAN PABLO, Brasil. 10 (EFE).— La evasión de divisas en Brasil asciende a unos mil millones de dólares al año, según cálculos del Ministerio Público Federal divulgados hoy por el diario "Folha de Sao Paulo".

La millonaria fuga de capitales, realizada a través de "empresas fantasma" con sede en paraísos fiscales del Caribe, fue descubierta por el Banco Central (emisor), que investiga denuncias sobre lavado de dinero procedente del narcotráfico.

La evasión de divisas se ha hecho especialmente relevante en Brasil desde que el Congreso investiga las acusaciones de corrupción contra el empresario Paulo César Farias, tesorero de la campaña que condujo a Fernando Collor a la presidencia y protagonista del escándalo político que ha provocado la crisis en el Gobierno brasileño.

Farias, según informes preliminares entregados al Congreso por una firma internacional, es propietario de varias "empresas fantasma" que, al parecer, son la fachada para la evasión de capitales obtenidos ilegalmente.

Según informes del Banco Central divulgados por "Folha de Sao Paulo", algunas de las "empresas fantasma" llegan a movilizar cerca de un millón de dólares diarios.

Este sistema sirve para lavar dinero procedente del narcotráfico, de los beneficios no declarados fiscalmente por grandes empresarios, de extorsiones políticas o de inversores que quieren colocar sus capitales en mercados financieros internacionales, según las investigaciones del Banco Central.

La ruta de la fuga de capitales se descubrió tras el misterioso cierre de cuatro agencias financieras que, sin sede física, movilizaron durante pocos meses sumas millonarias.

El Banco Central descubrió que las agencias captaban los recursos y los transportaban a pequeñas poblaciones ubicadas en el interior o ne las fronteras del país, donde se perdía el rastro.

Tras seguir la pista de las cuatro agencias, el Banco Central descubrió otras empresas de origen desconocido sospechosas de participar en la fuga de capitales.

Argentina assustada com Brasil

■ *Superávit comercial é cada vez mais favorável para as empresas brasileiras*

Ana Maria Mandim
Correspondente

BUENOS AIRES — "Está existindo alarme entre empresários argentinos diante da entrada massiva de produtos brasileiros", afirmou Manuel Herrera, secretário geral da União Industrial Argentina (UIA), que participou, na cidade de Passo de Los Libres, de uma reunião de prefeitos do Mercado Comum do Sul (Mercosul). "Fiquei preocupado com a imagem dos caminhões cruzando a fronteira carregados de produtos provenientes do Brasil e regressando, em geral, vazios. Do lado argentino, nem sequer se mandava alho, como antes, porque o preço de venda já não cobre os custos", assegura o empresário, diretor da Petroquímica Argentina (Pasa).

De fato, é a primeira vez que Herrera expressa o receio de que a "invasão" brasileira possa prejudicar o andamento da construção do mercado comum por seus efeitos sobre a indústria argentina. Neste momento, a tarifa média de importação da Argentina em relação ao Brasil é de 4% (10% em relação ao resto do mundo). "Estão vindo produtos de todas as partes, mas a vizinhança entre Brasil e Argentina reduz o custo do frete e este também é um fator importante para o empresário brasileiro na hora de decidir para onde exportar. Para o empresário argentino, neste momento, a proximidade assusta."

Os números do intercâmbio comercial entre os dois paises não desmentem o secretário geral da UIA. O superávit comercial de US$ 776 milhões que a Argentina acumulou em 1990 em suas vendas ao Brasil transformou-se num déficit de US$ 33 milhões em 1991 e esta cifra negativa ameaça superar US$ 1 bilhão este ano. Já no primeiro semestre, segundo o secretário de Programaçao Econômica da Argentina, Juan José Llach, o déficit comercial com o Brasil atingiu US$ 600 milhões. "Não é a mesma coisa a Argentina colocar 10% de sua produção no Brasil e os brasileiros, por sua vez, venderam aqui 10% de seus produtos, por causa da diferença de tamanho das duas economias. Para o nosso país, essa situação pode significar a paralisia de milhares de empresas", explica Herrera.

Protestos — O secretário geral da UIA tem ouvido reclamações contra importações de máquinas colheitadeiras (80% vêm do Brasil), eletrodomésticos (principalmente geladeiras), frangos, queijos, compressores, móveis, têxteis, brinquedos, produtos de borracha, pneus (40% vindos do Brasil), calçados (30%), confecções, papel e autopeças. "Em alguns setores, como o siderúrgico e o petroquímico, a pequena quantidade de empresas permite realizar acordos setoriais que protegem os interesses dos dois lados da fronteira. Mas como fazer no caso dos têxteis, eletrodomésticos, produtos de borracha, com centenas de empresas?", pergunta Herrera.

"Temo que essa situaçao comece a criar um clima de opinião contrário ao Mercosul, o que seria um desastre", afirma, "porque estratégica e politicamente, como medida de médio e longo prazo, o mercado comum é absolutamente insubstituível para o Brasil e a Argentina".

Sócios — O secretário da UIA não mencionou que considera necessário o estabelecimento de uma "tarifa compensatória" para as importações brasileiras, como havia noticiado o jornal *El Clarín*, mas afirmou ser "urgente" que as autoridades econômicas encontrem forma de "neutralizar a assimetria potenciadora do resto das assimetrias já existentes: a diferença no câmbio".

Outras providências, segundo Herrera, são "acelerar ao máximo o cronograma para a solução das assimetrias macroeconômicas", definido em junho na cidade argent[ina] de Las Lenas pelos quatro presi[den]tes do Mercosul, "chegar a u[ma] tarifa externa comum" e "insti[tu]cionalizar o mercado comum, cri[ando] foros de decisão supranacion[ais] que possam harmonizar tudo isso".

"Falta falar e se entender co[mo] sócios que somos", assinalou. "[O] Mercosul não existe para que [se] tirem vantagens circunstanciais d[as] diferenças no câmbio. Temos qu[e] nos dar conta de que o mercad[o] comum não foi criado para que um país aplique mecanismos de promoção às exportações para ganhar espaços junto ao seu próprio sócio."

Comércio é tema de Brasil e Argentina

Ana Maria Mandim
Correspondente

BUENOS AIRES — O desequilíbrio comercial entre Brasil e Argentina, que se traduz no superávit de US$ 600 milhões acumulado nos seis primeiros deste ano a favor do Brasil, foi um dos temas da reunião nos dois últimos dias entre representantes diplomáticos brasileiros e argentinos no Palacio San Martin, sede da chancelaria, em Buenos Aires.

O vice-chanceler brasileiro Luis Felipe de Seixas Corrêa e o chefe da delegação brasileira no Grupo Mercado Comum, Rubens Barbosa, analisaram com seus pares argentinos, Fernando Petrella e Jesus Sabra, uma série de temas políticos multilaterais, regionais e bilaterais.

Levantada pelos representantes diplomáticos argentinos, a questão do desequilíbrio comercial foi anotada por seus colegas do Brasil, cientes das repercussões que está tendo sobre a economia argentina a entrada massiva de produtos brasileiros e suas conseqüências no processo de integração. A solução do problema não é simples, devido aos compromissos já assumidos entre os dois paises (acordos, tratados e cronogramas), a política econômica argentina, que privilegia importações, e a situação recessiva no Brasil, que leva o país a intensificar vendas externas.

Esses encontros, iniciados após a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Brasil e a Argentina, em 1988, constituem o que os diplomatas chamam de mecanismo informal de consulta.

Planta de Candiota se proseguirá ampliando

• Si no se muestra que gases causan perjuicio

TREINTA Y TRES (por Fco. Antonio Rodríguez Correa).- Los costos para la realización de un monitoreo en la Central Termoeléctrica de Candiota estaría en los US$2:000.000. y la instalación de filtros desulfurizantes en las chimeneas estaría en los US$158:000.000.-

Mientras que no se demuestre técnicamente que la liberación de gases tóxicos de la central termoeléctrica de Candiota (Brasil) afecta ecológicamente a la región fronteriza, se continuaría con las distintas etapas programadas por esta Central, que en la actualidad ingresarían a la tercera fase.

Esta información parte de la Junta Departamental de Treinta y Tres, luego de la visita realizada por la delegación uruguaya a esta Central y de las conversaciones mantenidas en este encuentro con los técnicos y autoridades de nuestro país y del Brasil.

Los técnicos de la Central Termoeléctrica brasileña tiene la intención de continuar con las distintas ampliaciones programadas, hasta que no exista un estudio científico que demuestre que la lluvia ácida en la zona de la frontera del departamento se debe al funcionamiento de la Planta.

Esto se comprueba a través de un monitoreo de la región y este es un estudio en que los técnicos de ambos países creen que arrojaría datos certeros sobre la situación planteada.

Hasta el momento el mismo no se ha realizado por la falta de recursos para financiar el mismo, el costo de este estudio científico es de US$2:000.000.

A esto se agrega el pedido de las autoridades de nuestro país para que se instalen los filtros desulfurizantes en las chimeneas, que según ha trascendido el valor de cada uno se sitúa en los US$158:000.000.

La Junta Departamental considera que ningún gasto es excesivo en cuanto esté en peligro la salud de las personas y se busca la preservación de una vida sana.

La delegación que se dirigió a la Central de Candiota fue presidida por el Presidente de la Junta, Whalter Campanella, quien junto a los ediles Esmir Acosta y el Dr. Juio Alberti viajaron hasta la localidad en donde está instalada esta Central.

Para el Edil Campanella sería necesaria una nueva excursión a Candiota por parte de todos los integrantes de la Junta Departamental, en donde se invitará a periodistas acreditados por el órgano deliberativo olimareño.

Estaría previsto un encuentro en este departamento con el Prefecto de Bagé, autoridades de Candiota y los técnicos del Ministerio del Medio Ambiente de nuestro país.

La delegación manifestó que recibieron una buena atención por parte de las autoridades y el personal de la Central Candiota, que los llevaron a realizar una recorrida por las instalaciones. ■

9208513
PIB agosto/92
JB/150028
14/08/92
507482
11161
11311 (PBi)

PIB deve crescer 3,3%

SÃO PAULO — Independentemente da crise, a economia brasileira deverá crescer este ano 3,3% do PIB, afirmou ontem o economista Cláudio Contador. As declrações de Contador, especialista em projeções econômicas, foi feita ontem ao Conselho de Economia da Federação do Comércio.

Segundo ele, o ligeiro crescimento já estaria acontecendo em função da boa safra agrícola brasileira e de seu efeito multiplicador sobre a economia. Considerado um economista otimista, Contador rejeita o adjetivo, argumentando que a reação da economia não significa uma retomada do crescimento.

Investimentos — Para isso, em sua opinião, faltariam os investimentos — que não chegam devido às incertezas do momento — e um aumento do nível de emprego. Segundo ele, as previsões para o desempenho deste segundo semestre não arriscam um aumento superior a 2% no Produto Industrial.

Conforme Contador, a consistência da atual política econômica corre alguns riscos como a *pefelização* do governo, com a liberação de recursos. "Concessões à austeridade de Marcílio já começaram e de uma forma desagradável. O ministro não dá seguimento aos pedidos e o presidente, sob pressão, ordena que sejam atendidos", comentou.

Cofres públicos — E, a continuar nesta *tentação desenvolvimentista*, os efeitos da abertura dos cofres públicos sobre a economia seriam efêmeros, seguidos da alta inflacionária. Ele lembra que, mesmo havendo um reaquecimento, o nível de desemprego não cairia muito, já que o esforço de maior produtividade das empresas não reabsorveria a mesma força de trabalho dispensada na recessão.

Por outro lado, o economista lembrou a possibilidade da adoção de um novo ajuste, a exemplo de planos econômicos anteriores. Na sua opinião, medidas neste sentido estariam fadadas ao fracasso, a exemplo dos resultados obtidos por ajustes anteriores.

Outro cenário aventado é a continuação da atual linha de política econômica. "Neste caso, no segundo semestre a inflação não subirá acima do patamar dos 20%, pois não tem fôlego suficiente para ir longe com o atual quadro recessivo", comentou Cláudio Contador.

01-01

PREÇOS

Cesto básico tem alta de 19,69%

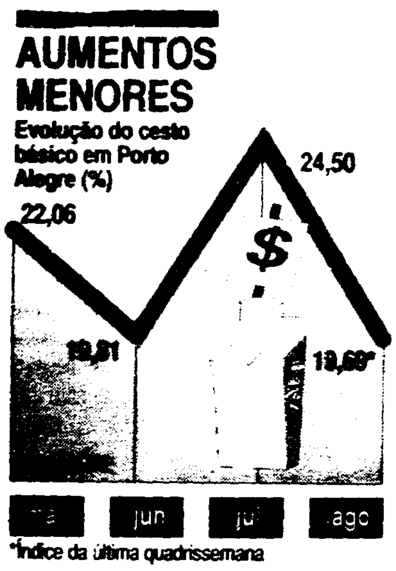
□ O índice é inferior aos 24,50 apurados em julho. O IGP de 21,7% no mês passado indica uma leve estabilização dos aumentos

Os 49 produtos que compõem o cesto básico subiram 19,69% nas quatro semanas iniciadas em 12 de julho. O índice é inferior aos 24,50% apurados no mês passado. Conforme o levantamento do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o cesto básico, que subiu 4,33% na semana passada já custa Cr$ 954.763,05 na Grande Porto Alegre. Em 1992 o cesto já acumula uma alta de 358,44% e 1.187,14% nos últimos 12 meses.

Os produtos que mais contribuiram para o aumento semanal de 4,33% foram: pão (12,22%); carne bovina (5,27%); carne de frango/miúdos (13%); queijo (6,97%); iogurte (9,26%); gás de cozinha (13,73%); arroz (8,02%); batata inglesa (15,89%); lâmina de barbear (7,2%) e papel higiênico (11,36%).

ESTABILIZAÇÃO — O Índice Geral de Preços (IGP), em julho, ficou em 21,7%, sinalizando uma estabilização no movimento de preços. Em junho o IGP chegou a 21,4%, ou 0,3% abaixo da taxa de julho. A análise é dos técnicos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para o IGP divulgado ontem, no Rio de Janeiro.

Segundo a FGV, o IGP de julho foi pressionado pelos aumentos ocorridos no Índice de Preços por Atacado-IPA, 22,2%, no Índice de Preços ao Consumidor-IPC (20,5%) e no Índice Nacional de Custo da Construção-INCC (23,5%).



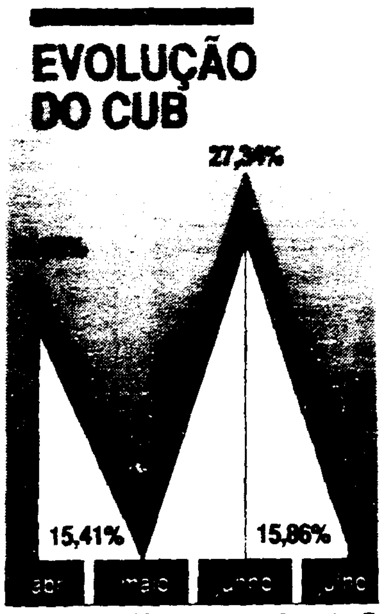
*Índice da última quadrissemana

INDÚSTRIA

Preço da construção sobe 15,86%

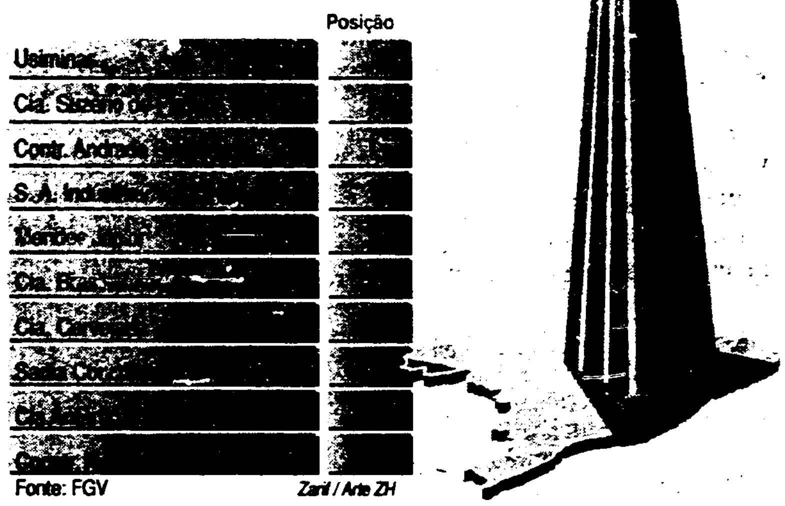
O Custo Unitário Básico (CUB) da construção apresentou uma elevação de 15,86% em julho, contra 27,34% em junho. Desta forma, o metro quadrado está custando, em agosto, Cr$ 1.079.045,21, segundo o Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon). No mesmo período, a inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) foi de 21,84%.

De acordo com o vice-presidente da entidade, Zalmir Chwartzmann, a desaceleração no CUB pode ser atribuída ao menor incremento dos salários, que aumentaram, em média, 10,95% no mês e também dos materiais de construção que subiram, na média, 18,12% em julho, contra 27,96% em junho. O Sinduscon/RS informa, ainda, que o aumento acumulado do CUB este ano é de 292,28% e nos últimos 12 meses, 974,70%.



Fonte: Sinduscon/RS — Relem/Arte ZH

AS 10 MAIORES EMPRESAS PRIVADAS NACIONAIS



Fonte: FGV — Zari / Arte ZH

EMPRESAS

Vale do Rio Doce lidera a lista das 500 maiores

A Companhia Vale do Rio Doce é a primeira no *ranking* das 500 maiores empresas do Brasil divulgado ontem, no Rio de Janeiro, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A relação, onde a Petrobrás perde a liderança pela primeira vez desde 1979, baseia-se em variáveis de desempenho, condicionando o resultado ao porte das empresas. O destaque gaúcho entre os 50 primeiros lugares é a Siderúrgica Rio-Grandense, que saltou da 60ª para a 39ª colocação.

A relação anual da FGV leva em conta uma ponderação dos resultados obtidos em classificações ordinais de acordo com as variáveis patrimônio líquido, lucro líquido, receita operacional líquida, ativo imobilizado líquido e capital realizado. Por isso, embora seja a primeira em receita operacional, a Petrobrás caiu para o 229° lugar na classificação ordinal — um fato inédito desde a incorporação da Light pela Eletrobrás —, devido ao prejuízo de Cr$ 253,2 bilhões em 1991.

A análise de mais de 2.500 balanços de sociedades anônimas do ano passado aponta duas empresas gaúchas em posição desconfortável entre os maiores resultados negativos. O terceiro maior prejuízo do Brasil foi o da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), de Cr$ 406,8 bilhões, com o 266° posto na classificação geral; o quarto foi o da Viação Aérea Rio-Grandense (Varig S/A), de Cr$ 359,8 bilhões, a 267ª colocada.

A pesquisa, aliás, mostra um ligeiro aumento da participação das regiões Nordeste entre as 500 maiores, de 12% para 14%, e Centro-Oeste, de 2% para 3%, em contraste com um decréscimo no Sul, de 14% para 13%, e do Sudeste, de 69% para 68%. A recessão provocou também um *turn-over* de 131 empresas entre as 500 maiores, uma proporção considerada alta em relação aos padrões históricos.

DESTAQUES — Depois da Vale do Rio Doce, a lista das dez maiores no Brasil relaciona as seguintes empresas, pela ordem: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), Companhia Siderúrgica Nacional, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), Aços Minas Gerais (Açominas), Telecomunicações Brasileiras (Telebrás), Companhia Suzano de Papel e Celulose, Mercedes Benz do Brasil e Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

Entre as empresas de capital privado, portanto, o destaque foi a Usiminas, recém privatizada, enquanto o maior lucro, de Cr$ 314,7 bilhões, foi o da Sabesp. A pesquisa constatou uma melhoria da situação patrimonial do conjunto das empresas. Em compensação, houve uma redução das margens brutas e aumento das despesas operacionais, comprometendo a rentabilidade global.

AUTOMÓVEIS

Preços da Ford e da Volks sobem 22% hoje

☐ A GM deve anunciar o seu reajuste na próxima segunda-feira e a Fiat no meio da semana. As revendas fazem promoções

Santo André — Os veículos Volkswagen e Ford estão mais caros. O aumento foi anunciado ontem pela Autolatina e começa a vigorar a partir de hoje. Varia entre 21,8% e 22,8%. Mas os revendedores anunciam que venderão estoques a preços antigos neste final de semana, para atrair os compradores. A promoção ajuda a aumentar as vendas.

No acumulado de abril para cá, quando os preços dos automóveis foram reduzidos em 22%, a Autolatina já elevou suas tabelas em 172,2%, enquanto que a inflação medida pelo IGPM (FGV) entre abril e julho acumulou evolução de 117,54%.

Apenas os revendedores Volkswagen receberam ontem a nova tabela de preços. O Gol CL 1.6 básico a álcool, o modelo mais barato da marca, foi reajustado em 22,6% e passa a custar Cr$ 46.124.899,00. Já o mais caro, o Santana GLSi 4 portas, teve um aumento de 22,8% e custa agora Cr$ 181.416.285,00, sem opcionais e ou frete.

A Fiat, como sempre, deverá ser a última a anunciar seu reajuste, o que deverá acontecer em meados da próxima semana. A direção da General Motors ainda não anunciou os percentuais de aumento dos seus automóveis. Mas, segundo expectativa das suas concessionárias, a montadora deve promover um aumento de 22% a 23%. Também a data do reajuste não está definida. Entretanto, os concessionários esperam uma nova tabela para o início da próxima semana.

A TABELA DA VOLKS

Modelo	Gasolina	Álcool
Gol CL 1.6 básico	48.494.415	46.124.899
Gol GL 1.8	64.619.424	60.524.179
Voyage 2p CL 1.6	56.330.502	52.577.827
Parati CL 1.8	71.393.953	66.[illegible].787
Santana 2p GL 2.0	119.166.782	113.984.166
Santana 4p GLS 2.0	152.288.303	148.152.347
Quantum GLS 2.0	[illegible]	[illegible]

92.01

9208517

Empresarios de Brasil dispuestos a invertir en empresas turísticas

RIVERA (por Franklin Benavides).- Empresarios de Santa Ana do Livramento invierten fuertes sumas en el área del turismo pensando en transformar a esta frontera en un punto obligado de descanso para los argentinos que van hacia Brasil o los brasileños que descienden hacia el Plata.

En ese sentido se está construyendo la primera etapa de un hotel de 18 pisos, 4 estrellas y que tendrá 50 apartamentos a todo lujo.

Los hermanos Hilal llevan adelante la obra que se transformará en el más alto edificio de la frontera.

El referido hotel estará en la calle Manduca Rodríguez, entre Andradas y Rivadavia Rorreia, un estratégico punto, en pleno centro de la vecina ciudad.

De acuerdo con las previsiones este es un proyecto de alta envergadura y pretende ofrecer todos los servicios que un "4 estrellas" puede ofrecer.

Country Hotel.- Por su parte, el empresario del turismo Edson Sanfielicce, propietario de la empresa de ómnibus Santa Rita Turismo, está emprendiendo la construcción de un hotel campestre.

El mismo estará ubicado en las vecindades del Trébol de las rutas BR 290 que une a Livramento con Queraí y BR 158 (Livramento Rosario Porto Alegre).

Según Sanfelicce, este hotel servirá para que quienes viajan hacia Brasil, provenientes de Argentina, puedan recalar aquí, tras 700 km de viaje.

En él se ofrecerán las bondades de un Country hotel y se podrá descansar al tiempo que se podrá efectuar diferentes deportes.

A todo esto, hay que sumarle las inversiones que vienen realizando el grupo compuesto por Antonio Badra y los hermanos Hilal, en la zona de Lagos del Norte en este departamento a fin de transformar esto en verdadera área de atracción turística. ■

Exportação de autopeças

■ GM vai comprar US$ 400 milhões por ano do Brasil

Nilton Horita

SÃO PAULO — A indústria brasileira de autopeças deverá assinar no mês que vem um contrato de exportações de US$ 400 milhões por ano para a General Motors mundial. O contrato será fechado pela secretária nacional de Economia, Dorothéa Werneck, durante reunião em Detroit, Estados Unidos, com o alto comando da GM e mais 30 fabricantes de autopeças do Brasil.

Segundo o secretário adjunto de Economia, Antônio Maciel, esse contrato faz parte do plano governamental de dotar o setor automobilístico de maior competitividade e ainda atrair a instalação de novas indústrias no país. Nos próximos dias, lembrou ele, o governo estará enviando ao Congresso Nacional projeto de lei estabelecendo uma série de novas regras, entre elas um programa de incentivos para atrair novas montadoras ao país. O programa permitirá às novas montadoras importar equipamentos, máquinas e componentes com isenção de taxas e impostos.

Maciel revelou ontem que manteve contatos com representantes de montadoras francesas, americanas e japonesas e todas elas já estão trabalhando em cima das regras a serem criadas por esse projeto de lei. "Todas as grandes montadoras, sem exceção, estão com grupos de pesquisas de mercado trabalhando no Brasil e acho que com esses incentivos elas estarão mais perto de nós", avaliou ele.

Internacionalização — O conjunto de medidas em fase de implantação pelo governo brasileiro está promovendo, na verdade, a internacionalização do setor automobilístico brasileiro. "Para se ter uma idéia, a General Motors mundial iria comprar US$ 50 milhões em autopeças do Brasil, mas quando seus executivos vieram conhecer o nosso parque industrial, constataram que dava para comprar US$ 250 milhões. Mas a reunião de trabalho da Dorothéa em Detroit deverá aumentar esse total para US$ 400 milhões", afirmou.

O projeto que o governo enviará ao Congresso Nacional nos próximos dias prevê um forte incentivo às exportações. A montadora que exportar US$ 2, poderá importar US$ 1 com isenção de impostos entre máquinas, equipamentos e autopeças. Para novas indústrias que queiram se instalar no país, o projeto prevê isenção de importações para 40% das máquinas e equipamentos, além de 30% no caso de componentes.

Prazo de adesão — O projeto prevê prazo de adesão até 1995 para novas montadoras se instalarem no país dentro dessas regras. "O mais importante é que com esse programa de incentivo à exportação de autopeças o setor ganhará maior escala de produção e maior capacidade de qualidade e competitividade, o que permitirá a vinda de novas montadoras para o país", raciocinou Maciel.

Hoje, segundo ele, uma montadora só consegue se instalar em um novo país quando está em condições de vender 200 mil veículos de um só modelo por ano. "Ora, nem o mercado americano comporta isso", lembrou Maciel. "Então, é preciso exportar e para isso é preciso ser competitivo."

Além disso, na avaliação do governo, o Brasil ainda possui um mercado de grande potencial, pois há um automóvel para cada 11,5 habitantes, contra 1,7 habitante nos Estados Unidos, 2,2 no Japão, 2,2 na França e 5,5 na Argentina. De acordo com os dados de Maciel, o Brasil deverá atrair o ingresso de investimento estrangeiro direto de US$ 2,5 bilhões em 1992, sendo metade dirigido para as bolsas, contra uma média anual de US$ 400 milhões na década de 80 e US$ 1 bilhão em 1991.

Productores agropecuarios, brasileños, interesados en agro uruguayo.
LM
14/08/92
507482
11161
11402 (s. agrop.)
507466 (Uruguay)

Vinieron productores de Brasil para conocer el potencial de intercambio

Un grupo de productores agropecuarios del estado brasileño Santa Catarina, mantuvieron ayer un encuentro con directivos de la Federación Rural, para interiorizarse de la situación de la producción nacional del sector, ante lo que consideran la próxima e irreversible vigencia del Mercosur.

Los visitantes previamente viajaron a la Argentina, aprovechando la realización de la exposición de Palermo y ahora se encuentran en nuestro país, para recoger la opinión de nuestros dirigentes agropecuarios sobre los rubros de tendrían posibilidades de incentivar el intercambio. El grupo, integrado por una delegación de veintitrés personas, fue recibido por los directivos de la Federación Rural, encabezados por el primer Vicepresidente Leandro Gómez a quien acompañaron el Dr. Alfredo Settembri, delegado de la gremial en la comisión del Mercosur, Omar Sánchez Cioli de la Comisión de Leche y el Ing. Agr. Armando Armand Ugón.

El Vicepresidente Leandro Gómez, manifestó a LA MAÑANA, que los representantes brasileños se manifestaron interesados en conocer diversos aspectos del principal rubro productivo de nuestro país. Requirieron una visión de los productores uruguayos sobre lo que se podía exportar e importar desde Brasil, así como la relación comercial existente en estos momentos.

Asimismo, se intercambiaron ideas sobre la situación sanitaria, a pesar de que la ganadería no es muy importante en aquella región, pero existe una producción lechera incipiente y en estos momentos estan llevando ganado desde Uruguay, pero esa zona de Santa Catarina se caracteriza por ser más agrícola y productora de cerdos y aves.

La delegación brasileña, dejó en poder de los uruguayos, un repartido con los costos de producción en aquella zona, que estudiará la comisión de Mercosur, la cual informará posteriormente al Consejo Directivo.

Mercosur sin retorno - Los directivos de Santa Catarina, rectificaron por otra parte, recientes expresiones llegadas desde Brasil, sobre un posible retraso de la vigencia del Mercosur señalando que la integración es un hecho irreversible. Basados en ello precisamente, radica su inquietud de visitar Argentina y Uruguay.

Indicaron, que las manifestaciones sobre un posible atraso en el inicio del Mercosur, fue por cuenta de un grupo de productores de San Pablo. Descontando que ello no ocurrirá, esta delegación catarinense se dispuso a observar en los propios medios de Argentina y nuestro país, para determinar de qué forma pueden ubicarse para competir en los rubros que les interesa.



Leandro Gómez

01-01

9208520

Mínimo passa a Cr$ 522.186,94

■ *Salário, com correção de 127%, entra em vigor a partir de 1º de setembro*

BRASÍLIA — O novo salário mínimo, válido a partir de 1º de setembro, é de Cr$ 522.186,94, o que corresponde a uma correção de 127,0378% sobre os Cr$ 230 mil vigentes até segunda-feira. O novo valor foi determinado por portaria do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e é o primeiro a ser calculado com base na nova lei salarial, a 8.419, de 7 de maio passado. Essa lei criou o Fator de Atualização Salarial (FAS), que segundo o secretário especial de Política Econômica adjunto, Sérgio Cutolo, serve para corrigir o efeito propagador da inflação.

Por causa do FAS, o salário mínimo ficou Cr$ 2.199,20 acima do valor que resultaria apenas da variação da inflação. O FAS é obtido a partir de uma complicada operação matemática que inclui duas contas de raiz quadrada, quatro mutiplicações e uma subtração. Se o salário mínimo tivesse sido corrigido com base no Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM), ficaria em Cr$ 519.987,68.

Conforme a portaria do ministro, o salário mínimo diário foi fixado em Cr$ 17.406,23133. O salário mínimo horário ficou em Cr$ 2.373,577. Sérgio Cutolo disse que o novo valor do salário mínimo terá impacto apenas sobre os benefícios da Previdência Social que correspondam a piso determinado pela Constituição. Os outros benefícios serão reajustados com base no INPC que será divulgado por volta do dia 15. O novo mínimo terá impacto sobre a inflação na medida em que, conforme o secretário adjunto, servirá como parâmetro de correção para o cálculo de serviços, como manicure, lavanderia e barbeiro, além dos serviços domésticos.

O salário mínimo só voltará a aumentar, de acordo com a Lei 8.419, em 1º de janeiro, acompanhando a variação do IRSM e a correção da tendência da inflação pelo FAS. "Se a inflação variar muito para cima, o FAS será maior, mas se a variação for pequena, o FAS será menor", explicou. Ele esclarece, porém, que o FAS nunca será utilizado para reduzir o valor do salário mínimo.

Poder de compra do mínimo

Produtos	Cr$ 230 mil (1º/5)	Cr$ 522,9mil (1º/9)
Feijão preto Tipo 1	122 kg	137 kg
Óleo de soja (900 ml)	126 latas	160 latas
Açúcar	195 kg	201 kg
Massas (500g)	135 pacotes	123 pacotes
Alcatra	34 kg	33 kg
Frango congelado -	121 kg	108 kg

Elaboração: JB, com base nas médias de preços de quatro supermercados (Sendas, Mundial, Paes Mendonça e Três Poderes). A hipótese considerada é de gasto de todo o salário com um único tipo de produto a cada vez.

□ De seis produtos pesquisados pelo JB, três subiram menos que o salário mínimo. As explicações para o fenômeno não deixam margem a otimismo sobre o poder de compra dos trabalhadores com ganhos vinculados ao mínimo, um em cada quatro. Os preços inferiores à inflação decorrem da queda livre da procura e não de um processo de barateamento por aumento da escala de produção. Uma ressalva técnica é a distinção entre competência (mês de entrada em vigor do salário) e caixa, mês de recebimento. No último reajuste, entre o anúncio do mínimo e o pagamento, decorreram 20,43% de inflação, pelo IGP-M. Agora, de 1º de setembro a 1º de outubro, deve-se chegar a 25%.

Servidores civis e militares têm aumento de 56% no mínimo

BRASÍLIA — Em reunião ontem à noite, os militares e técnicos dos Ministérios da Economia e do Trabalho e Administração fecharam os reajustes do funcionalismo civil e militar a serem pagos no próximo contracheque, no início de setembro. O anúncio da isonomia havia sido adiado por pressão dos militares descontentes com o percentual de aumento das funções de Direção e Assessoramento Superior (DAS) previsto para ser de 200% a 300%. Os servidores receberão mesmo 56% de aumento, no mínimo. Esses 56% correspondem ao acúmulo da primeira parcela de Gratificação por Atividade Executiva (GAE) de 30% com o reajuste linear de 20% que beneficiará todos os servidores. Para os militares, a gratificação é de 80%, além desses 20%.

Ainda não estão definidos os ajustes nas tabelas de vencimentos. As 11 tabelas atualmente existentes serão reduzidas a apenas três — uma para os servidores de carreiras típicas de Estado, outra para os professores e uma terceira para os demais funcionários, congregados no Plano de Cargos e Salários (PCC). Esse novo enquadramento dos servidores implicará em novos aumentos, que serão diferenciados para as diversas categorias. A área econômica passará



Tinoco: batalha vencida

o final de semana debruçada sobre os números avaliando se o Tesouro suporta o impacto da isonomia. Mas, segundo garantiu uma fonte do Ministério da Economia, os percentuais de 20% para o reajuste linear, 30% de gratificação para os civis e 80% para os militares não serão mais alterados.

Os militares conseguiram antes dos servidores civis do Executivo a isonomia com o Legislativo e o Judiciário. Enquanto o pessoal civil aguarda a divulgação oficial do aumento que terá, as Forças Armadas já receberam em folha suplementar o aumento decorrente da isonomia retroativo a 1º de julho. Os civis foram informados de que seu aumento será retroativo a 1º de agosto passado.

Os ministros militares se articularam para atuar também junto ao Congresso Nacional. Nos encontros com parlamentares e autoridades do Executivo, oficiais da Aeronáutica fazem questão de informar que, com os salários que recebem, a tropa está sofrendo grandes baixas. Eles informaram que, em apenas um mês, 40 oficiais-aviadores das patentes de major e tenente-coronel pediram passagem para a reserva, alegando a baixa remuneração.

Durante as negociações da isonomia, os ministros Carlos Tinoco, Mário Flores e Sócrates Monteiro entregaram um documento à Presidência da República explicando a defasagem salarial. Depois, foram ao Congresso, onde reuniram-se com o presidente, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), com o mesmo objetivo. Finalmente, ontem à noite, o acordo com os técnicos dos ministérios civis foi celebrado.

920852?
Comercio com países, do Mercosul
TKP/15C09C
21/08/92
507182
11161
12781 (Mercosul)
66960 (Arg)

Gobierno del Brasil privilegiará comercio con el Mercosur

LM 21/8

RIO DE JANEIRO (ANSA)- Ante las dificultades cada vez mayores de competir en el mercado internacional, a causa de la creación de bloques económicos, el Gobierno brasileño privilegiará definitivamente al Mercado Común del Sur (MERCOSUR), y al comercio con países latinoamericanos. Según el coordinador del Departamento de Integración de la Cancillería brasileña, Rubens Barbosa, Brasil ya enfrenta dificultades en mantener el volumen de sus exportaciones a la Comunidad Europea (CE), Estados Unidos y Japón, y, ahora -dijo-con la creación del NAFTA, una de las pocas salidas es el fortalecimiento del MERCOSUR y el comercio regional.

Barbosa explicó que a partir del 1 de enero de 1993, las exportaciones brasileñas a países europeos, en su mayoría de productos agrícolas, se verán perjudicadas por las restricciones que los países de la CE adoptarán en el sector agrícola. Las ventas de productos brasileños a Estados Unidos, sostuvo el diplomático, han registrado una baja de cerca de 10 por ciento al año en los últimos tres años.

Se suma a ese cuadro la reducción de compra de café y mineral de hierro brasileños por parte de Japón.

En relación al Tratado de Libre Comercio firmado por México, Estados Unidos y Canadá (NAFTA), Barbosa señaló que a pesar de que esos países aún no revelaron los términos del acuerdo, está claro que habrá restricciones a la importación de productos fabricados por otros países.

Esta situación, resaltó el diplomático, confirmó que América del Sur, y en especial el MERCOSUR, son las alternativas que Brasil tiene para mantener y aumentar en el futuro su volumen de exportaciones.

Las cifras sobre el comercio intrarregional confirman esa posición. En 1990, cuando se iniciaban las negociaciones del Tratado de Asunción que creó el MERCOSUR, el comercio entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay era de 3.100 millones de dólares. En 1991, el comercio entre estos países aumentó a 4.900 millones de dólares, y este año rondará los 6.500 millones de dólares. Brasil exportó productos por un valor total de 1.300 millones de dólares a los países del MERCOSUR en 1990, aumentó a 2.300 millones de dolares en 1991, y hasta julio de este año registró ventas por 2.100 millones de dólares.

Barbosa informó que en las próximas reuniones del Grupo Mercado Común del MERCOSUR, los representantes de los cuatro países de la región discutirán si será oportuno transformar el acuerdo "cuatro más uno", entre el MERCOSUR y Estados Unidos, en un acuerdo que incluya el NAFTA.

Por otra parte en cuanto a los plazos en los cuales comenzará a regir el MERCOSUR, cabe recordar que la semana pasada los gobernadores de los estados brasileños exhortaron a su Gobierno a aplazar los mismos. En la oportunidad fuerzas económicas del Paraguay se sumaron al pedido, argumentaron que el tiempo de acción para poner en marcha el proceso integracionista era muy corto. ■

BOLSAS DE ARGENTINA Y BRASIL PRUEBAN OPERACIÓN CONJUNTA

SAN PABLO, (Brasil). 17 (EFE).— Las Bolsas de Mercaderías y Futuros (BMYF) de San Pablo y la de Comerico de Buenos Aires iniciarán mañana martes los primeros pasos hacia acuerdos de negocios conjuntos en el marco del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), se informó hoy lunes.

Ambas bolsas realizarán pruebas de cómo habrán de trabajar cuando los mercados financieros de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay comiencen a funcionar como uno solo a partir de 1995. El ensayo pretende determinar cómo funcionaría en la práctica esa integración bursátil ya que, de momento, existen diferencias significativas entre las políticas económicas de Argentina y Brasil, según portavoces de la BMYF.

Los acuerdos de operaciones conjuntas que se ensayarán apuntan entre varias metas a la formación de precios de mercaderías, como por ejemplo el ganado engordado, y al mismo tiempo atraer capitales tanto de países del MERCOSUR como de terceros.

Durante los ensayos, que durarán dos días, se espera identificar los principales problemas que pueden surgir y encontrarles soluciones de consenso, dijeron las mismas fuentes de la Bolsa paulista a la agencia brasileña "Estado".

Entre los asuntos problemáticos se mencionó que mientras Brasil grava con un impuesto del 25 por ciento la venta de acciones, Argentina eliminó, en octubre pasado, los impuestos a las ganancias que se aplicaban a ese tipo de transacción.

MERCOSUL

Deputados não conhecem outras experiências

Mais da metade dos parlamentares gaúchos desconhece outras experiências de mercados regionais integrados, além do proposto no Mercado Comum do Sul (Mercosul). A afirmativa é do sociólogo, mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Gustavo Grohmann. Em setembro de 1991, ele realizou a pesquisa A Integração do Cone Sul e os Deputados da Assembléia Legislativa do Estado, onde fica identificada a "percepção" da classe política rio-grandense em relação ao mercado do Cone Sul.


Loir Gonçalves/ZH
Grohmann

Servindo se de um universo global — neste caso os 55 deputados que compõem o Poder Legislativo — e não apenas de uma amostra como o fazem a maioria das pesquisas, Grohmann constatou que 58,7% dos deputados nunca ouviram falar em blocos econômicos como a Comunidade Européia (CE), os Tigres Asiáticos, ou para ser mais próximo, o Pacto Andino. Ou seja, apenas 41,3% deles conhecem outros modelos de integração.

PONTES — "Os deputados tomam decisões técnicas sem conhecimento", diz Grohmann. Numa das perguntas da pesquisa, sobre o que os legisladores consideram prioritário no Mercosul, fica constatado que a integração física apresenta o menor índice de aprovação. Apenas 8,7% dos deputados apontaram como prioritária a construção de pontes como São Borja-São Tomé, entre Brasil e Argentina; e Colonia Buenos Aires, na fronteira de Uruguai e Argentina.

Ainda de acordo com a pesquisa, 43,9% dos deputados consideram que o mais importante nas tratativas para se formar um único mercado com 200 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 450 bilhões é "saber o que de melhor deve ser feito". Estão em concordância com a forma de estabelecimento do Mercosul 41,3% dos políticos eleitos no pleito de

01-02

920852?

Mercosul vai preservar Missões

☐ Dia 25, se reúnem os secretários de Cultura dos países do Mercosul para definir o projeto comum de preservação das ruínas



Salvaguarda: *ruínas de São Miguel receberão mais proteção*

A preservação do patrimônio histórico-cultural das missões jesuíticas será agora projeto comum dos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A reunião entre os secretários nacionais de Cultura do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai está marcada para o próximo dia 25, em Brasília, quando serão acertados os termos do acordo e as possibilidades de financiamento. A novidade foi anunciada ontem, pela manhã, durante a abertura do II Congresso Latino-Americano de Cultura Arquitetônica Urbanística. O presidente do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), Jaime Zettel — que esteve representando o secretário nacional de Cultura, Sérgio Paulo Rouanet —, disse que as missões irão se transformar num projeto transnacional, devido à forte presença do trabalho jesuítico em todos os países do Conesul.

Apesar das boas novas, Zettel não poupou reclamações sobre a forma como têm sido conduzidos os projetos da área cultural no país. "Estamos com muito pouco dinheiro e enfrentando violentos cortes de verbas", ressaltou. A liberação de Cr$ 44 bilhões do Fundo de Cultura, provenientes do Projeto Nacional de Ação Cultural (Pronac) — mais conhecido como Lei Rouanet —, no seu entender, é uma luz no fim do túnel. O dinheiro está para ser liberado nos próximos dias, em financiamento a fundo perdido, e 50% do montante será aplicado na área do patrimônio cultural. "Mas todo o trabalho tem sido muito difícil", analisou Zettel, que achou melhor não exagerar nas críticas para não passar um tom de desânimo aos técnicos gaúchos.

MARGINAIS — Fazendo um balanço do trabalho de um ano de gestão, o presidente do IBPC ressaltou o trabalho embasado na preocupação com os núcleos históricos, nas ações de inventário e no trabalho educativo. Os centros históricos, recorda, devido ao processo de tombamento, acabam marginalizados. Como saída, Zettel sugere um trabalho interdisciplinar — envolvendo planejamento urbano, econômico, social, histórico e geográfico — que devolva e garanta uma efetiva relação destes centros com as várias partes que compõem o universo das cidades.

As ações de inventário, salientou, são maneiras de driblar a falta de recursos financeiros. Partindo da máxima de que só se protege aquilo que se conhece, o arquiteto aposta no inventário como princípio conceitual e metodológico para a ação do Estado diante do universo cultural brasileiro. A mesma filosofia aplicada na área educacional incentiva a participação e o trabalho comunitário. "Mesmo assim, não pretendemos abrir mão dos recursos estatais", avisa, lembrando que tratar e preservar o patrimônio cultural é uma obrigação constitucional.

Proteccionismo de Argentina y Brasil

Los gobiernos de Argentina y Brasil anunciaron medidas proteccionistas que contradicen el espíritu del Mercosur, desde que lanzan cuantiosos fondos para incentivar las exportaciones, en claro perjuicio a la producción uruguaya.

Según divulgó ayer el matutino Clarín, en Argentina, el Presidente Carlos Menem anunció el miércoles dos nuevos créditos para el sector industrial. Uno, sin límites, estará destinado a la financiación de la producción y exportación de bienes de capital. El segundo, por un total de 200 millones de dólares, estará dirigido a la financiación de exportaciones.

"Ambas líneas serán distribuidas a través del Banco Nación", agrega Clarín. *"El primero, a un año de plazo con una tasa del 10% anual. El segundo, hasta cuatro años al 12% anual. Estas tasas, si bien son altas con respecto a los niveles internacionales (donde por un crédito comercial bancario se cobran tasas que rondan entre el 6% y el 8% anual), resultan exiguas para el mercado doméstico. En Argentina, por un préstamo de este tipo la tasa oscila entre el 15% y el 20% anual, lo que significa que, aunque caros, estos créditos se otorgarán a una tasa preferencial con respecto a las condiciones del mercado doméstico".*

El diario argentino precisa que el anuncio de Menem fue realizado durante un acto en la Bolsa de Comercio de Buenos Aires. Al término del mismo, *"el presidente del Banco Nación, Aldo Dadone, explicó a Clarín que estos préstamos estarán disponibles desde la semana entrante. Con respecto a la primera de las líneas, explicó que inicialmente el Banco Nación otorgará los préstamos con fondos propios. Sin embargo, para obtener mayores recursos, dijo que la entidad lanzará antes de fin de año un eurobono entre tres y cinco años, «probablemente» por unos 150 millones de dólares".*

El anuncio del Presidente argentino se agrega a la información proveniente de Brasil, según la cual el Presidente Fernando Collor anunció la concesión de créditos por 5.200 millones de dólares para la próxima cosecha agrícola, que se sumarán a 200 millones de dólares para inversiones.

CURITIBA. Favorecido por su ubicación geográfica, en el sur de Brasil, el Gobierno regional, empresarios y el municipio de Curitiba, capital del estado de Paraná, promueven la instalación de un polo industrial en esta ciudad, para atender a las necesidades del MERCOSUR.

En el polo industrial de Paraná se estimulará la instalación de empresas tanto brasileñas como extranjeras, dando continuidad a la asociación de empresas nacionales y de países vecinos, sobre todo de Argentina.

El vicepresidente de la Asociación Comercial de Paraná, Odone Martins, dijo que "un número significativo de negocios entre empresas brasileñas y argentinas ya fueron celebrados en Paraná", y previó que los mismos aumentarán con la instalación del polo industrial en Curitiba.

02-02

9208522

9203523
Frigoríficos Uruguay / Ofrecerán frigoríficos
LM/150015
17/08/92
507982
11101
11401 (5 und)
507466 (Uruguay)

Ofrecerán frigoríficos en prensa de Río Grande

• C.N.D. usará sistema probado en Argentina

La CND oferta los frigoríficos Colonia y Canelones también en Brasil, y recibe más del 80 % de las acciones del Pan de Azúcar. Esto, más la reciente venta de una sucursal del Caja Obrera, hace prever una semana intensa para la Corporación.

Al tiempo que se presentan interesados argentinos en la compra de los frigoríficos Colonia y Canelones, la Corporación Nacional para el Desarrollo inicia una serie de publicaciones de solicitadas en diarios brasileños por ambas plantas industrializadoras, se confirmó a LA MAÑANA.

Como informáramos recientemente, la CND publicó en la prensa argentina una serie de solicitadas ofertando los frigoríficos Colonia y Canelones, modalidad de publicidad que ha tenido sus primeros resultados en la pasada semana, de acuerdo a lo indicado a este matutino.

Los interesados vienen siendo informados por el encargado de la Agregaduría Comercial de la Embajada de Uruguay en Buenos Aires, aunque de momento no se manejan cifras públicamente, en la gestión de venta de ambas plantas industrializadoras.

Fuentes de la Corporación Nacional para el Desarrollo indicaron que *"en los diarios brasileños, principalmente de Río Grande del Sur, se inicia una modalidad similar a la que se lleva a cabo en la Argentina, tratando de captar interesados en los frigoríficos"*.

"Cualquiera de las dos plantas están en buenas condiciones técnicas y el estado de mantenimiento, como así también la tecnología que tienen incorporada, hace mínima una inversión de capital para ampliar aún más su capacidad", se indicó a LA MAÑANA.

80% de acciones del Pan de Azúcar a la Corporación

"Ahora iniciamos en Brasil, principalmente en la zona de Río Grande del Sur, las publicaciones, que serán similares a la aparecida en Ambito Financiero (Buenos Aires) en una operación que trata de abarcar un mayor número de potenciales interesados en la compra de estas plantas", se nos manifestó.

Podemos indicar asimismo, que en estos momentos se viene llevando a cabo el traspaso de las acciones del Banco Pan de Azúcar a la Corporación Nacional para el Desarrollo, que superará el 80 % de las mismas, según lo manifestado a LA MAÑANA en fuentes de la CND.

Estas acciones se encontraban en la órbita del Banco República y la entidad gestionada tenía pendiente aún algunos compromisos con organismos financieros internacionales, ante los cuales tenía que elevar periódicamente sus balances, de acuerdo a lo indicado.

Consultada la fuente si el monto accionario sería en la misma proporción que en el caso del Caja Obrera (80 %), nos indicó que superará ese procentaje, aunque no especificó la cifra exacta.

Por el Pan de Azúcar existe interés del grupo Concepción de Chile, habiéndose llevado a cabo recientemente, algunos contactos entre representantes de ese grupo andino, con el Presidente de la Comisión de Venta de los Bancos gestionados, el Dr. Ramón Díaz, sin conocerse aún los resultados de la gestión. ■

01-01

9208523

TRANSPORTE

Ponte já integra Brasil e Argentina

□A obra de 72 metros de comprimento foi financiada pelas comunidades locais e será inaugurada este ano

CARLOS WAGNER

Poucos acreditavam em 1989 que a idéia fosse adiante. Mas foi um sucesso. Está pronta a construção de uma ponte de concreto com 72 metros, sobre o Rio Peperi-Guaçu, ligando a cidade catarinense de São Miguel do Oeste à argentina de San Pedro. É a primeira obra nos dois países financiada com recursos da comunidade, e deverá ser inaugurada pelo presidente do Brasil e da Argentina até o final do ano. Atualmente a obra está em teste. Apenas os moradores da região usam a travessia. Com a inauguração, deverão vir os postos de fronteira, e isto possibilitará o encurtamento da distância entre São Paulo e Buenos Aires em 300 quilômetros.

Os testes da ponte estão sendo por uma empresa de São Paulo. Eles irão determinar a carga máxima que poderá suportar. O custo da obra foi de U$ 150 mil, um valor baixo para uma obra rodoviária, considerando que um quilômetro de estrada asfaltado custa três vezes mais. Depois de começar a ser feita de maneira clandestina, a ponte conseguiu o reconhecimento e o respeito oficial. O financiamento veio das prefeituras das duas cidades, comerciantes e indústrias da região. A obra é estratégica no Mercado Comum do Sul (Mercosul), adverte o empresário Darci Zanotelle, responsável pela Comissão Binacional da Ponte.

Zanotelle lembra que, mesmo funcionando em carácter experimental, a ponte já trouxe altos dividendos para as feiras comerciais e industriais da região. "Todos querem expor os seus produtos aqui, porque sabem que dentro de algum tempo teremos o caminho mais curto para o mercado argentino e paraguaio", diz. A construção da ponte é o primeiro passo para encurtar o caminho do Mercosul àquela região do Brasil. A área central de São Miguel do Oeste, uma cidade de 42 mil habitantes, fica a 31 quilômetros da ponte, por uma estradinha de chão batido que precisa ser ampliada e asfaltada, observa o prefeito municipal, José Carlos Zandavali Fiorini (PMDB).

PERSISTÊNCIA — No lado argentino também são necessários investimentos em estradas. A que liga à pequena cidade de San Pedro, a 54 quilômetros da ponte, atravessa uma densa mata e fica interrompida a qualquer chuva. San Pedro fica na Província de Misiones, uma região rica em florestas onde vivem mais de 40 mil agricultures brasileiros. O prefeito Fiorini acredita que a demonstração da vontade de crescer que as duas comunidades deram, construindo a ponte com recursos próprios, compromete os governos dos dois países a investir na construção das estradas. Inclusive já existe dinheiro para a estrada brasileira.

A construção desta ponte foi uma demonstração de persistência das comunidades. Começou com um modesto canteiro de obras em 1989, que teve a sua instalação comemorada com um churrasco. A Comissão Binacional passou um livro de ouro, arrecadando 1.600 sacas de cimento, 2.300 quilos de ferro e 150 metros cúbicos de areia. Não era material suficiente para terminar a obra, mas foi um começo. Com o Plano Collor a construção esteve ameaçada, porque faltou dinheiro. Houve uma diminuição no ritmo das obras.

Posteriormente houve outra ameaça, com a recessão econômica. Para prosseguir foi necessário que a Prefeitura de São Miguel do Oeste assumisse uma maior parcela na obra, colocando mais funcionários e recursos. "No final deu tudo certo. Cada centavo que as comunidades brasileira e argentina investiram retornará multiplicado por dez", acredita o prefeito.

Obra entusiasma comunidades loca

O término da construção da ponte entre São Miguel do Oeste e San Pedro animou a população. O Rio Peperi-Guaçu, segundo os moradores, sempre trouxe sorte para todos. Entre São Miguel e a ponte existe a comunidade, há pouco emancipada, chamada de Paraíso, onde os pouco mais de 8 mil moradores apostam o futuro na ponte. "Os argentinos virão aqui comprar eletrodomésticos e outras coisas", acredita o comerciante Adair Schmidt, 37 anos.

"Hoje os castelhanos já vêm comprar aqui", afirma o taxista Elírio Pedrinho Krillow, acrescentando que o seu serviço ficou facilitado com o término da construção da ponte. Paraíso, como todas as cidades ao redor, foi erguida por colonos gaúchos nos anos 60. "Esta gauchada não dorme nas palhas", brinca José Oscar Parciunello, encarregado de guarnecer a ponte no lado brasileiro. Ele vive em um barracão sem conforto e passa o tempo conversando com os argentinos que estão derrubando a floresta para retirar madeiras que são levadas a Buenos Aires e arredores. Participou de algumas etapas da construção, e hoje olha com orgulho a obra. "Até parece mentira que está ali", diz.

Já Jorge Scmidt usa a ponte para trazer o trator e a motosserra para consertar no lado brasileiro. "Antes da ponte era difícil buscar socorro quando chovia, pois a estrada para San Pedro fica interditada. Com a correnteza do rio é arriscado atravessar de canoa", relata. Do lado argentino há o guarda Jorge Osvaldo Figueiroa, que passa o tempo estudando para o concurso de sargento que pretende fazer.

FUTURO — Tempo para estudar é o que não falta. Segundo Figueiroa, oficialmente não há trânsito na ponte. As pessoas que passam são moradores da região, que antes faziam a travessia do rio em canoas. "Tráfego aqui só depois que for oficializado", afirma. Os colonos da região torcem para que isto aconteça logo, "porque vai trazer dinheiro para todos", como diz o agricultor Francisco Graciolli. Depois que a estrada for asfaltada e o trânsito regularizado na ponte, acredita, automaticamente au tará o preço das terras na re Também terão melhores estr para o transporte dos produto

A população de São Migue Oeste também acredita que beneficiada com esta obra. " movimentar mais a cidade", afir o operário Carlos Silveira Marti "Creio que todos serão benefic dos", comenta o argentino José C tiz, enquanto faz compras em Sã Miguel. Entre os comerciantes cidade a ponte há muitos anos apontada como fator de melhor negócios.

Muitos comerciantes de com bustíveis da BR-282 — que liga Sã Miguel a Florianópolis — festeja a construção da ponte porque tra uma boa parte do trânsito de cami nhões que hoje cruzam as estrada gaúchas vindos de São Paulo para a Argentina. A ponte vai encurtar a distância entre os portos dos oceanos Atlântico e Pacífico. Tudo significa que São Miguel do Oeste poderá tornar-se um importante centro rodoviário entre São Paulo e Buenos Aires, o que trará dinheiro para muita gente.

920 8525
Ruta Brasil - Chile
CH/190029
14/08/92
507982
11161
11411 (C. transp)
65709 (Chile)

Prefeito defende rodovia entre Brasil e Chile

O prefeito da cidade chilena de Iquique, Jorge Soria, luta para viabilizar a ligação rodoviária entre o Atlântico e o Pacífico, aproveitando estradas já existentes e unindo o Rio Grande do Sul, Argentina, Chile, Bolívia e São Paulo. A nova ligação, destaca, integraria o Peru, o Uruguai, através do Estado, e o Paraguai, passando pela Argentina. O prefeito defendeu a idéia em visita que fez ao secretário especial para Assuntos Internacionais, Adão Eliseu de Carvalho. E fará contatos com autoridades dos outros países para obter apoio.

Jorge Soria destacou ao secretário que falta muito pouco para concretizar a ligação. "A rodovia depende apenas da pavimentação de pequenos trechos na Bolívia, Chile e Argentina e da construção da ponte Santo Tomé-São Borja" (cujo projeto já está em licitação).

Salientou que essa ligação rodoviária traria vantagens econômicas para todos os países, porque Iquique é uma cidade portuária com zona franca e dispõe de instalações que permitem o armazenamento e a exportação dos produtos latino-americanos livres de taxas. Soria veio ao Rio Grande do Sul via rodoviária, utilizando o Paso Jama, uma passagem aberta há oito meses na Cordilheira dos Andes, e visitou o secretário na companhia do cônsul do Chile Jorge Donosco.



01-01

9208525

BARRAGEM

Argentinos e brasileiros discutem a nova usina

Porto Xavier — Lideranças populares, ecológicas, civis e religiosas do Brasil e da Argentina começam a debater hoje em Porto Xavier a implantação da Usina Hidrelétrica de Garabi. A idéia é definir a posição da região sobre o projeto de construção, que deve ser implantado a partir de 1993, com previsão de término para 1999. Além dos relatos das experiências dos atingidos pela barragem de Itá e Itaipu e de uma apresentação do plano pela Eletrosul, responsável pela obra, o economista paulista Paulo Schilling dará uma palestra sobre política energética.

A hidrelétrica será erguida a seis quilômetros do recém-emancipado município de Garruchos, na Região Oeste do Estado. Com uma altura de 67 metros, a barragem deve gerar 1.800 megawatts de energia elétrica. Conforme a Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT), o lago de 810 quilômetros quadrados deixará o município de São Nicolau semi-ilhado e inundará mais de 41 mil hectares de terras férteis na Região das Missões e Grande Santa Rosa, no lado brasileiro, e 34 mil hectares nas províncias de Misiones e Corrientes, na Argentina. A CUT alega ainda que as águas da barragem irão expulsar mais de 10 mil pessoas de suas terras nos dois países.

Os trabalhadores também estão preocupados com o impacto ambiental e social da obra, orçada inicialmente em US$ 1,8 bilhão. O evento, que está sendo organizado pela Comissão Regional de Atingidos por Barragem (CRAB), CUT e Movimento Agrário de Misiones (MAM), pretende ainda elaborar estudos sobre o Mercosul, trazendo representantes das áreas de fumo, leite e suínos.

POLÍTICA ECONÔMICA ZH 4/8

Ex-ministro recomenda um novo modelo

O país precisa de um novo modelo de desenvolvimento e fazer as reformas do Estado e fiscal para voltar a crescer. A recomendação é do ex-ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso. Apesar de expressar idéias como a de que "sem um mínimo de estabilidade não vai haver crescimento algum", ele não vê nenhuma interligação entre o comportamento da economia e a crise política desencadeada pelos trabalhos da CPI que investiga as atividades do empresário Paulo César Farias, o PC.

Ministro nos tempos dos governos Médici e Geisel (1969 a 1979), Velloso elogia a determinação da atual equipe econômica de combater a inflação e tributa a Marcílio Marques Moreira o mérito de ter preservado até aqui "uma razoável normalidade na economia". Confiante no futuro do país, ele disse ontem em Porto Alegre que "a economia brasileira não se desorganizará".

Para a retomada do crescimento, Velloso destacou a necessidade de serem atendidas algumas pré-condições, como reduzir a inflação e reformular e reconstruir o Estado. Palestrante do fórum "Um projeto para o Brasil", promovido pela Assembléia Legislativa e Casa do Economista, ele salientou também que é necessário restituir a credibilidade ao setor público.

POLÍTICA ECONÔMICA

Governo tenta sair da recessão

□A equipe econômica estuda fórmulas criativas para investir em áreas prioritárias sem perder o controle dos gastos

ROSALVA NUNES DA ROSA

Brasília — Com os cofres vazios, queda na arrecadação de 10,07% no primeiro semestre, a inflação estabilizada, mas acima de 20%, e enfrentando pressões políticas por liberação de verbas do orçamento contingenciado, o ministro Marcílio Marques Moreira e sua equipe procuram fórmulas "criativas". O objetivo é atender os pedidos de investimentos em áreas consideradas prioritárias e, ao mesmo tempo, manter um programa econômico baseado na contenção de gastos.

Estas fórmulas vêm sendo desenvolvidas na Secretaria Nacional de Economia, sob o comando de Dorothéa Werneck, e vão desde juros subsidiados para estimular os investimentos do setor privado até a liberação de recursos para a construção civil, saneamento e recuperação de rodovias. Elas marcam também uma mudança no tom do discurso recente do ministro, que não situava a retomada do crescimento entre os objetivos de curto prazo.

A idéia de lançar um novo título no mercado, a juros mais baixos, para incentivar os investimentos do setor privado, começou a surgir a partir de conversas entre a secretária e empresários, nas reuniões das câmaras setoriais, e começa a tomar corpo agora, através de discussões entre os integrantes da equipe econômica. Constatando que o grande freio aos investimentos hoje são as altas taxas de juro, o governo pensa em subsidiá-los, cobrindo a diferença entre a taxa de mercado, no empréstimo, e uma taxa arbitrada, baseada nos juros internacionais.

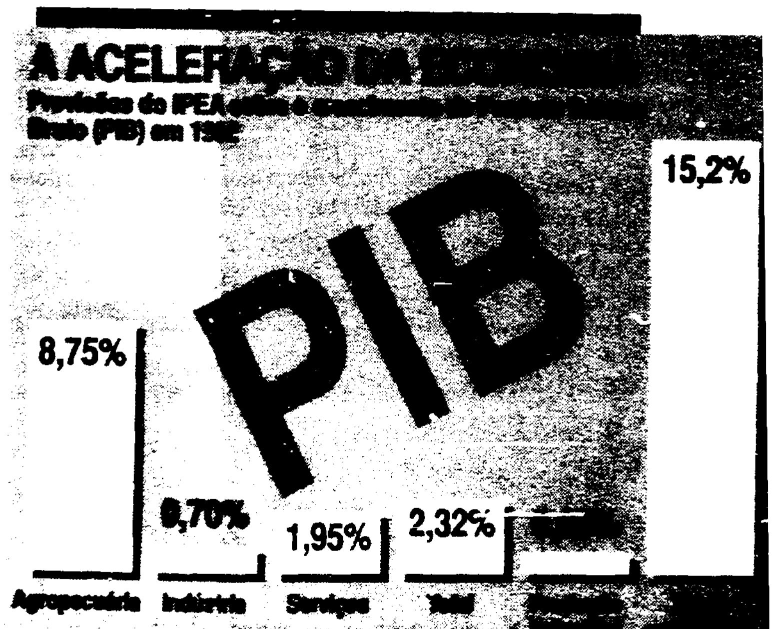
COMPENSAÇÃO — Os recursos para bancar o subsídio viriam da venda dos títulos no mercado. De posse desses títulos, os empresários poderiam usá-los para pagar impostos federais gerados a partir dos novos investimentos. Dorothéa Werneck não admite, entretanto, que a operação significaria uma renúncia fiscal — já que os títulos seriam usados para pagar impostos — porque os empréstimos nestes moldes ficariam condicionados a um aumento de produção por parte das empresas. Com a produção aumentando, aumentaria proporcionalmente a arrecadação, compensando as perdas de receita.

A equipe ainda não definiu detalhes básicos, como a taxa de juros, os prazos de resgate dos títulos ou o volume da emissão, mas a idéia geral já foi bem aceita entre os grandes empresários do país, em um café da manhã com o ministro Marcílio. A secretária é uma entusiasta da idéia, que se encaixa nas soluções "criativas" encomendadas pelo ministro à equipe para possibilitar uma retomada do desenvolvimento em prazo mais curto do que o previsto. Para isto, o governo precisará também do apoio do Congresso, pois a emissão de títulos dependerá de modificações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).



Banco de Dados

Dorothéa: *subsídio aos investimentos sem prejuízo ao Tesouro*



920852 8
Inflacion Agosto/92
RP/SC090
18/08/92
507482
11161
11300 (Bfl)

Buenos augurios para el Brasil

RIO DE JANEIRO (ANSA)- El Ministro de Economía de Brasil, Marcilio Marques Moreira, pronosticó que hasta fines de año la inflación se ubicará en un 15 por ciento al mes, pero aseguró que "los índices están disminuyendo".

Al participar de la inauguración de una casa de cultura en la ciudad de Pozos de Caldas, en Minas Gerais, Marques Moreira dijo sobre los rumores de renuncia: "Estoy en el gobierno y pienso continuar en él".

Según la prensa local, durante esta semana el Ministro de Economía sufrió presiones de políticos del Partido del Frente Liberal (PFL) que pretenden condicionar el apoyo al gobierno del Presidente Fernando Collor a la liberación de recursos para los ministerios a cargo de miembros del grupo político.

"Cada uno tiene sus razones y sus criterios", dijo Marques Moreira, y aseguró que no hará cambios en el presupuesto nacional para atender a los pedidos de recursos extra.

Diplomático de carrera, ex embajador en Estados Unidos, Marques Moreira no comentó las presiones en su contra por parte del gobernador del Estado de Bahía, Antonio Carlos Magalhaes, quien habría sugerido al Presidente Collor la sustitución del Ministro de Economía. ■

INFLAÇÃO

FIPE projeta taxa de 24% para agosto

São Paulo — A inflação da primeira quadrissemana de agosto, medida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) deve apresentar alta de até 3%, chegando a 24%. A previsão é de economistas e técnicos da Fundação. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da FIPE, que será divulgado amanhã, está sendo impulsionado pela alta dos alimentos, setor responsável por 37,68% na sua ponderação. Também as despesas com educação e os aumentos de tarifas públicas contribuíram para puxar o índice para cima.

No varejo paulista a variação de preços foi de 3,81% na última semana, segundo a Federação do Comércio do Estado de São Paulo. O Índice de Preços no Varejo (IPV) ficou em 23,90% na última quadrissemana e deve ficar entre 24% e 24,5% no fechamento de agosto. No índice divulgado ontem, produtos de limpeza doméstica, tecidos e veículos tiveram reajustes abaixo da média, devido a liquidações. As maiores altas foram nos materiais de construção (11,41%), higiene pessoal (8,26%) e remédios (7%).

Inflação não diminuirá este ano

■ *Macedo diz que índice só baixa em 93, mas constata reativação da economia*

SÃO PAULO — O secretário nacional de Política Econômica, Roberto Macedo, afirmou ontem que a inflação só cai em 1993. "A inflação deve cair um pouquinho até o fim do ano, mas o grosso só cai em 1993", disse Macedo, explicando que a queda no índice depende da reforma fiscal, que resultará no ajuste das contas do governo. Para compensar a má notícia, Macedo afirmou que "tem havido um abrandamento da recessão". "A economia está saindo da recessão. Estamos esperando o crescimento do PIB e a produção tem aumentado. Só não se nota isto nos indicadores de desemprego, mas indicador do Ministério do Trabalho mostra que a queda do emprego formal iniciada em outubro cessou em maio", garantiu o secretário que representou o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em uma homenagem da Confederação Nacional da Indústria ao empresário José Ermírio de Moares, diretor-presidente do Grupo Votorantim.

São Paulo — luiz Luppi



Macedo: taxa depende de ajuste fiscal

Diante da reação atônita dos empresários — eles chegaram a desafiar Macedo a mostrar onde está a recuperação da economia —, o secretário esclareceu que o abrandamento da recessão ocorre na agroindústria e nas exportações. "É claro que eles vão reclamar. Aqui é o epicentro da recessão", disparou Macedo. "Há melhorias na agroindústria e nas exportações. E ninguém acredita. Reconheço que a recessão continua na indústria, nos setores de bens de capital, bens duráveis e eletrônicos." Macedo também garantiu que a equipe econômica não quer saber de dolarização e comentou o acordo político com o PFL: "Estamos abrindo os cofres para mostrar que lá dentro não tem nada."

Ele explicou que o nível de emprego não aumenta porque estão crescendo a informalização da economia e a produtividade das empresas (mesma produção com menor número de empregados). "A recessão, essa encrenca, está aí há mais de 10 anos. Não é só efeito da política econômica." Macedo disse que o governo não pode abrir mão da política de juro alto sem o ajuste fiscal e também reconheceu que a crise política está dificultando a aprovação da reforma fiscal pelo Congresso. "Temos que insistir sem armar tempestades. A crise política dificulta as coisas. Ela está aí e procuramos fazer o máximo", afirmou ele. "Não dá para liberar a política monetária com juros baixos porque perderíamos o que já foi feito e caminharíamos para a rota da inflação alta." Macedo explicou que o próprio governo acaba puxando a taxa de juro para contentar os poupadores que querem mais para emprestar recursos ao governo.

Empresário não acredita em retomada

SÃO PAULO — O superintendente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, soltou uma gargalhada quando soube que o secretário nacional de Política Econômica, Roberto Macedo, disse que há um abrandamento da recessão.

"Só se for em Brasília. Manda ele vir para cá", provocou Antônio Ermírio. "Exportações e agroindústria estão com crescimento, mas a indústria está estagnada. Solução só com o fim da crise política", afirmou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato.

"Gostaria que o secretário dissesse onde está este crescimento da economia. Temos uma recessão há 12 anos, mas falta vontade política para fazer reformas estruturais", reclamou o presidente do grupo Bardella, Cláudio Bardella.

"O empresariado está preocupado porque a recessão está muito forte", alertou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco. "O caminho foi penoso, a inflação está alta e nossa parte já fizemos", acrescentou o diretor-presidente do Grupo Votorantim, José Ermírio de Moraes Filho.

01-02

Área econômica espera 24% para agosto

Brasília — A inflação deste mês deverá apresentar uma alta de dois pontos percentuais, de acordo com projeções feitas por técnicos do Ministério da Economia. Segundo os cálculos, considerados otimistas pelos próprios técnicos do ministério, em agosto a inflação deverá ficar entre 23% e 24%. Eles explicaram que as previsões são otimistas porque não consideram o impacto da crise política sobre a economia.

Já em setembro, em virtude do aumento do salário mínimo, as previsões apontam para números que variam entre 24% e 25%. Os técnicos afirmam que, no momento, o governo não tem alternativa porque é necessário aplicar aumentos reais às tarifas públicas para aumentar a receita das empresas estatais. Os técnicos apontaram ainda a entrada dos produtos agrícolas na entressafra como causa da elevação. Entre os alimentos, os produtos que mais preocupam a equipe econômica são a carne, o feijão, a batata inglesa, o alho e a cebola. A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), de São Paulo, apurou uma alta de 48,5% nos preços desses produtos em julho, contra um reajuste médio, em junho, de 15%.

Os preços das carnes em geral e do feijão também saltaram, em junho, de 11% e 15% para 23% e 25%, respectivamente, no mês passado. Já o preço do arroz mostra tendência de queda, caindo de 31% em junho para 22% em julho.

PETRÓLEO — O preço dos derivados de petróleo é o que mais pesa no IPC, entre as tarifas públicas. O gás de cozinha tem peso de 1,18 ponto percentual, a gasolina, de 3,09 pontos e o álcool, de 2,17 pontos percentuais. O diesel não entra direto no índice da FIPE. Está embutido nos transportes de carga e passageiros. Só este mês os valores dos combustíveis subiram 4% acima da inflação. As tarifas telefônicas, que aumentaram em torno de 20%, pesam 0,464 ponto percentual. O reajuste trará um impacto de 0,08% na inflação, segundo uma fonte do ministério. Só entram nos cálculos da FIPE o pulso e a assinatura básica, que custa, hoje, US$ 1,5 (cerca de Cr$ 6.750 pelo câmbio comercial).

02-02

9208528
Metas com el FMI
RP/150080
14/08/92
507482
11161
11314 (D ext)

Brasil: Deuda Externa U$S 119.500 Millones

BRASILIA, 13 (AP).— La deuda externa brasileña es de 119.300 millones de dólares, según los últimos datos económicos divulgados hoy por el Banco Central.

El programa económico trimestral del banco contabiliza la deuda hasta setiembre de 1991, y la compara con los 122.200 millones de dólares adeudados en diciembre de 1990.

La deuda pública era de 90.700 millones de dólares, de los cuales 73.200 millones correspondían a medio y largo plazo.

En esa deuda se incluyen 40.900 millones con bancos privados, 11.000 millones a agencias gubernamentales y 10.400 millones a organismos internacionales, entre ellos el Fondo Monetario Internacional (1.400 millones de dólares).

En setiembre de 1991 el país acumulaba atrasos de 6.400 millones de dólares con fuentes no bancarias, en su mayoría adeudados al Club de París.

La deuda externa brasileña es la mayor del Tercer Mundo.

DÍVIDA EXTERNA

ZH 14/8

Governo quer adiar compromissos com FMI

Brasília — O governo está examinando a conveniência de pedir a dispensa (*waiver*) pelo não cumprimento das metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o primeiro semestre do ano. Como o Brasil não cumpriu todas as metas acertadas com o FMI, é necessário pedir o *waiver* para que sejam liberadas as duas parcelas do empréstimo *stand-by* concedido pelo fundo, da ordem de US$ 250 milhões cada uma.

Mas o pedido de *waiver* pode ter um efeito negativo do ponto de vista interno, num momento em que a política econômica é alvo de críticas e o governo enfrenta o desgaste político por causa da CPI do caso PC. O assunto deverá ser levado à decisão do presidente Fernando Collor nos próximos dias. Os números definitivos sobre o resultado do programa econômico no primeiro semestre serão divulgados amanhã pelo Ministério da Economia.

O Brasil não cumpriu a meta de conter o déficit nominal em CR$ 120 trilhões. O estouro foi da ordem de Cr$ 50 trilhões porque a inflação ficou muito acima do que se previa no programa acertado com o FMI. A meta de déficit operacional, que expurga dos números os efeitos da correção monetária e cambial, apresentou um desvio desprezível: Pelo acordo com o FMI, deveria ter fechado em Cr$ 11,4 trilhões, mas ficou em Cr$ 11,3 trilhões.

GARANTIAS — As demais metas, como reservas cambiais, crédito interno líquido e superávit primário (que exclui as despesas com o financiamento da dívida interna) foram todas cumpridas. A liberação das parcelas do empréstimo global de US$ 2 bilhões é essencial para que o Brasil consiga adquirir as garantias a serem oferecidas aos bancos credores quando for implementado o acordo da dívida, em janeiro.

O que se discute hoje no Ministério da Economia é se vale a pena enfrentar logo o desgaste de um pedido de *waiver* para conseguir a liberação das duas parcelas relativas ao primeiro trimestre ou se é melhor tentar enquadrar os números da economia dentro do acordo assinado com o FMI até o final do ano e tentar a liberação em janeiro do ano que vem. Uma missão técnica segue para Washington nos próximos dias para apresentar os números do primeiro semestre. Mas a missão principal, que vai avaliar com o FMI as metas fixadas para o segundo semestre, ainda não tem data para viajar.

01-02

9208529

Governo descumpre meta com FMI

☐A carta de intenções projetava uma inflação de 12% em junho e 2% em dezembro. Marcílio espera 15% só para o fim do ano

AG/ZH



Solidariedade: *senadores dizem a Marcílio que apóiam austeridade e condenam liberações por motivos eleitorais*

Brasília — O aumento da inflação, quando a área econômica projetava uma tendência de queda, foi o principal responsável pelo governo brasileiro não ter conseguido cumprir a meta de déficit nominal acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o segundo trimestre do ano. Em janeiro, quando enviou a carta de intenções ao FMI, a equipe econômica projetou uma inflação descendente que, em junho, estaria em 12%, com possibilidades de fechar 1992 em torno de 2% ao mês. Mas a inflação, medida pelo Índice Geral de Preços para Disponibilidade Interna (IGP-DI), chegou a junho em 21,42%, quase 10 pontos a mais do que o esperado.

Pelas metas embutidas na carta de intenções, a inflação seria de 26% em janeiro, 23% em fevereiro, 20% em março, 17% em abril, 14% em maio e 12% em junho. Mas o desempenho real foi de 26,8% em janeiro, 24,7% em fevereiro, 20,7% em março, 18,54% em abril, 22,4% em maio e 21,42% em junho. Para isso, na explicação de técnicos do Ministério, contribuiram diversos fatores, mas o principal foi a resistência dos oligopólios em baixar preços, mesmo com a demanda reprimida. Esta semana, o ministro Marcílio Marques Moreira arriscou uma previsão de que a inflação, no final do ano, poderia baixar até 15%, recebendo críticas por isso. Já o secretário especial de Política Econômica, Roberto Macedo, foi mais cauteloso: "A inflação só cai no próximo ano, e se o Congresso aprovar a reforma fiscal.

RESERVAS — As reservas internacionais do Brasil (ouro e dólares depositados no Banco Central) atingiram, no primeiro semestre, US$ 20,4 bilhões (cerca de 5% do PIB). A informação consta do relatório semestral do programa econômico, que será apresentado pelo governo brasileiro, nos proximos dias, ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington (EUA). Esse volume de reservas diminui a necessidade de o governo desembolsar, no momento, as parcelas atrasadas do crédito *stand -by* com o FMI.

Na carta de intenções, o governo se comprometeu a elevar as suas reservas cambiais a um patamar mínimo de US$ 8,9 bilhões. O resultado no semestre acabou superando essa meta em US$ 11,5 bilhões. As parcelas vencidas do empréstimo com o fundo — de US$ 270 milhões e US$ 300 milhões, respectivamente — são importantes para o país compor as garantias do acordo da dívida com os bancos estrangeiros.

O Fundo, bem como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), deverão entrar com cerca de US$ 400 milhões na composição dessas garantias. O descumprimento de uma das cinco metas do programa firmado junto ao FMI, atrapalha também os acordos setoriais com o BIRD, que possibilitarão o desembolso da parte dessa instituição para as garantias brasileiras.

SENADORES — O ministro Marcílio Marques Moreira recebeu ontem a visita de 23 senadores, representantes do PFL, PMDB, PDS, PTB, PSDB, PRN e PDT, de quem ouviu apoio à política de austeridade administrada por sua equipe e repúdio à possibilidade de liberação de verbas com finalidade eleitoral. Os senadores apoiaram a abertura dos cofres públicos estritamente para viabilizar o crescimento econômico.

"Viemos aqui para hipotecar apoio à política de austeridade comandada pelo ministro Marcílio e sua equipe e deixar claro que é hora de abrir os cofres dentro de um planejamento global que proporcione crescimento ao país", disse o senador Ronan Tito (PMDB), à saída da reunião com o ministro.

Em seu discurso a Marcílio, porém, Tito qualificou de absurda a liberação de recursos às vésperas das eleições, manifestando ainda repúdio à possibilidade de as verbas virem a beneficiar apenas o PFL. Tito pediu ao ministro que vetasse a abertura dos cofres para evitar "fisiologismo". Segundo ele, para que todos possam ser agradados, a liberação deve ser cautelosa e as medidas a serem tomadas não poderão se reduzir a mera liberação de verbas.

O ministro ouviu os senadores com atenção e comprometeu-se a não alterar os planos já anunciados por ele e sua equipe: liberação de verbas só dentro dos limites do cofre do governo.

920853C
Renegociación de arancel con Chile
RP 150090
07/08/92
507482
11161
11409 (C.ext)
11403 (S.financ)
65709 (Chile)

Brasil renegocia arancel con Chile

BRASILIA (ANSA). **Brasil renegociará, a partir de la próxima semana, los márgenes de preferencia tarifaria que ofreció a Chile en el marco de un acuerdo de complementación económica que debe ser firmado durante la visita del Presidente Fernando Collor, a Santiago, del 17 a 19 de setiembre.**

La renegociación de las bases del acuerdo se iniciará la semana próxima cuando una delegación chilena llegue a Brasilia.

Los márgenes de preferencia deberán ser cambiados para adecuarse a los criterios establecidos para los miembros del MERCOSUR, en negociaciones de acuerdos comerciales con terceros países.

El principal criterio es el límite de 50 por ciento para el margen de preferencia a ser otorgado por un país del MERCOSUR a un miembro de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI).

Exportaciones.- Las exportaciones brasileñas de mineral de hierro se redujeron 8,5 por ciento el primer semestre de este año, en relación al mismo período de 1991, según informó el Sindicato Nacional de la Industria de Extracción de Hierro y Metales Básicos (SINFERBASE). Hasta el mes de junio de este año, las exportaciones de mineral de hierro totalizaron 53 millones de toneladas, mientras que en el primer semestre de 1991, las mismas alcanzaron 58,16 millones de toneladas. ■

LN. 7/8

COMPLEMENTACION: BRASIL Y CHILE FIRMAN ACUERDO

BRASILIA, (ANSA).—Brasil renegociará a partir de la próxima semana, los márgenes de preferencia tarifaria que ofreció a Chile en el marco de un acuerdo de complementación económica que debe ser firmado durante la visita del presidente Fernando Collor, a Santiago, del 17 a 19 de setiembre.

La renegociación de las bases del acuerdo se iniciará la semana próxima cuando una delegación chilena llegará a Brasilia.

Los márgenes de preferencia deberán ser cambiados para adecuarse a los criterios establecidos para los miembros del MERCOSUR, en negociaciones de acuerdos comerciales con terceros países.

El principal criterio es el límite de 50 por ciento para el margen de preferencia a ser otorgado por un país del MERCOSUR a un miembro de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI).

01-01

9208531
Evasão Fiscal
28/08/92

EVASÃO FISCAL

Ação de fantasmas foi facilitada

☐O diretor-adjunto da Receita Federal revelou que o Planalto bloqueou a edição de uma medida relaxando sigilo bancário

Brasília — O governo esteve prestes a baixar uma medida provisória, antes do Plano Collor II, que inibiria a ação de contas fantasmas e de "laranjas", relaxando parcialmente o sigilo bancário. A MP chegou a receber uma redação final e foi remetida pela então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, para a apreciação do presidente Fernando Collor. Porém, poucas horas antes da divulgação do plano, em 30 de janeiro de 1991, a medida deixou de integrar o pacote econômico. As informações foram reveladas ontem pelo diretor-adjunto do Departamento da Receita Federal, Tarcizio Dinoa Medeiros, em depoimento à CPI do Senado que investiga a sonegação fiscal.

Medeiros afirmou que não sabe quais foram as razões que levaram o Palácio do Planalto a abortar a MP. O presidente da CPI, Ronan Tito (PMDB-MG), afirmou que "é uma grande coincidência" a medida ter sido deixada de lado na época em que os fantasmas do esquema PC atuavam a todo o vapor. "Se tivéssemos esta informação antes, poderíamos até tê-la incluído nas conclusões da CPI do caso PC", lamentou o senador. O diretor-adjunto afirmou que estava certo de que a medida provisória integraria o Plano Collor II. Ele revelou que a sua elaboração teve início em setembro de 90, por determinação do próprio presidente Collor ao então diretor da Receita, Romeu Tuma.



Revelações: *Tarcizio Medeiros disse ao senador Ronan Tito que suspeita de pressões do esquema PC*

ARTIFÍCIOS — Segundo Medeiros, a ordem surgiu em função de um artigo publicado pela revista *Veja*, em setembro de 90. A matéria informava que o final das aplicações financeiras e cheques ao portador, determinado pelo Plano Collor (março de 90), estava levando os sonegadores a utilizarem-se de muitos artifícios para movimentar recursos de "caixas dois" nos bancos. Entre eles, segundo a revista, contas em nome de terceiros ou com nomes fictícios, além de CPFs falsos.

O diretor-adjunto da Receita informou aos senadores que Collor remeteu a Tuma uma cópia do artigo, com uma anotação de próprio punho, na qual exigia providências para coibir tais artifícios. Tuma criou, então, um grupo de alto nível na Receita, coordenado por Medeiros, que teve a idéia de baixar a MP. Entre setembro de 90 e janeiro de 91, a matéria foi estudada em profundidade por técnicos da Receita e do Banco Central.

Em janeiro de 91, o então presidente do BC, Ibrahim Eris, participou da redação do texto final, segundo informou ontem um técnico da Receita que trabalhou na elaboração da medida. De acordo com o técnico, a não inclusão da medida no pacote chegou a ser creditada, na época, a um poderoso *lobby* exercido pelos bancos, por causa da quebra do sigilo bancário. Porém, nos últimos meses, surgiu entre os técnicos a suspeita de que a MP teria sido abortada por pressão do esquema PC.

01-01

9208531

9208532
Venta de VASP - denuncia del PDT
ZH/150029
28/08/92
Brasil ✓
F. Economico ✓
E. Estatal ✓

VASP

Os motivos da briga de Brizola

FERNANDO GABEIRA
Correspondente

Rio de Janeiro — O PDT decidiu dar prioridade para denúncias sobre a venda da VASP não só porque o governador do Rio, Leonel Brizola, acha que pode envolver o presidente do PMDB, Orestes Quércia, mas também porque quer revelar o que considera uma "campanha internacional para destruir a Varig". O PDT ameaçou não assinar o relatório do senador Amir Lando (PMDB-RO) se não fosse incluída uma emenda afirmando que todas as descobertas feitas na CPI do caso PC seriam transferidas para a da VASP.

A orientação de Brizola era tão direta que tanto o deputado Miro Teixeira (RJ) como o senador Maurício Correa (DF), os representantes do PDT na CPI, tiveram de destacar esse ponto na votação do relatório. As denúncias sobre a VASP são também uma forma de atenuar as hesitações de Brizola sobre a CPI do caso PC, que, em determinado momento, chegou a combater por considerá-la muito centrada no presidente Fernando Collor.

Ao mesmo tempo em que transfere as descobertas de uma CPI para outra, Brizola está com intenções de mudar o representante do PDT para pressionar mais no caso da VASP. Até o momento, quem falava pelo PDT era o deputado Liberato Cabloco (SP). A partir da semana que vem, entra no seu lugar o deputado Luis Alfredo Salomão (RJ). Brizola decidiu retirar Salomão da Secretaria de Teconologia do Rio porque acha que a privatização da VASP abriu caminho para duas empresas gigantes norte-americanas. Na sua opinião, todo o movimento brasileiro significa apenas 2% do mercado norte-americano, e as empresas têm condições de entrar com um preço barato para vencer a competição com a Varig.

CULTURAS — Do ponto de vista do consumidor, a entrada de empresas estrangeiras oferecendo passagens mais baratas poderia forçar a Varig a buscar uma redução de preços. A tese de Brizola revela uma das contradições do movimento pelo impeachment. Enquanto os líderes condenam a privatização e criticam o capital estrangeiro, grande parte dos manifestantes parece alheia a essa palavra de ordem. Muitos foram formados já numa etapa internacionalizada da economia brasileira e, ao invés dos célebres slogans políticos, criam frases basendo-se na sua cultura de televisão, com ênfase nos anúncios. "Bonita camisa, Fernandinho" é um exemplo de slogan que mostra uma outra geração nas ruas, formada depois do chamado "milagre econômico".

Como Collor ainda não caiu, esses problemas ficam adiados por alguns dias, mas logo depois do impeachment a distância entre os oradores do palanque e a atitude das massas estudantis que foram às ruas deve aparecer com mais nitidez.

01-01

9208532

Militar vai receber em agosto mais 80% retroativos a julho

BRASÍLIA — Apesar das pressões, a isonomia salarial dos militares anunciada ontem pelo presidente Fernando Collor não atendeu à proposta original feita pelo general Antônio Veneu, chefe do Emfa, encarregado da negociação pelo lado militar. A proposta aprovada cria a Gratificação de Atividade Militar e estabelece reajuste de 80% sobre o soldo, retroativo a julho, mais 4 reajustes de 20% a cada bimestre. Em abril, chega ao total de 160%.

A proposta defendida pelo Emfa previa reajuste de 100% a partir de julho, alcançando 160% em setembro. "A isonomia anunciada resolve um problema imediato, mas certamente precisa ser melhorada", comentou ontem um assessor de Veneu.

Com a nova tabela, os mais altos postos da carreira militar passam a receber salário de cerca de Cr$ 9 milhões, a soma dos soldos mais gratificações e indenizações de direito. O soldo de um almirante passa de Cr$ 2,8 milhões para Cr$ 5,1 milhões, sem contar gratificações. Um general-de-exército salta de Cr$ 2,6 milhões para Cr$ 4,8 milhões. Os militares também terão aumento linear, a ser anunciado na segunda-feira. A Gratificação de Atividade Militar exclui os recrutas.

Valor do reajuste linear sai até terça

O Ministério da Economia vai primeiro fazer os cálculos sobre o impacto que a isonomia entre militares e civis trará aos cofres do Tesouro, para só depois definir o valor do aumento linear. "O percentual será residual, aquilo que puder ser suportado pelo orçamento", definiu um assessor do ministro. Mesmo que seja baixo, o aumento linear não prejudicará os servidores. "Com a isonomia e a unificação das tabelas, haverá aumentos de até 120%, com ganhos reais para a maioria", argumenta. Com isso, os militares terão 80% mais o aumento linear, calculado sobre os soldos que recebiam no mês de julho. Por exemplo, um militar que tinha Cr$ 500 mil no soldo em julho terá seu salário-base aumentado, com os 80%, para Cr$ 900 mil. Se o aumento linear for de 20%, o salario passa a Cr$ 1 milhão.

Os novos soldos

Posto	Soldo anterior	Soldo com 80%
Oficiais-generais		
Almirante, marechal e marechal do Ar	2.864.686,50	5.156.435,70
Almirante-de-esquadra, general-de-exército e tenente-brigadeiro	2.692.880,70	4.847.185,26
Vice-almirante, general-de-divisão e major-brigadeiro	2.531.307,90	4.556.354,22
Contra-almirante, general-de-brigada e brigadeiro	2.383.199,70	4.289.759,46
Oficiais superiores		
Capitão-de-mar-e-guerra e coronel	2.181.233,40	3.926.220,12
Capitão-de-fragata e tenente-coronel	2.019.660,60	3.635.389,08
Capitão-de-corveta e major	1.871.552,10	3.368.793,78
Oficiais intermediários		
Capitão-tenente e capitão	1.683.050,70	3.029.491,26
Oficiais subalternos		
Primeiro-tenente	1.454.155,80	2.617.480,44
Segundo-tenente	1.319.511,60	2.375.120,88
Praças especiais		
Guarda-marinha e aspirante-a-oficial	1.184.867,70	2.132.761,86
Aspirante e cadete (último ano)	269.288,10	484.718,58
Aspirante e cadete (demais anos), alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica e aluno de órgão de formação de oficiais da reserva	201.986,30	363.589,34
Aluno do Colégio Naval e da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e grumete	193.887,60	343.611,78
Aluno da Escola de Formação de Sargentos	188.501,70	339.303,06
Aluno do Colégio Naval e da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos)	185.808,90	334.456,02
Aprendiz-marinheiro	183.116,10	329.608,98
Praças graduados		
Suboficial e subtenente	1.157.938,80	2.084.289,84
Primeiro-sargento	1.036.759,20	1.866.166,56
Segundo-sargento	929.043,90	1.672.279,02
Terceiro-sargento	834.793,20	1.502.627,76
Taifeiro-mor	6[illegible]2,60	1.114.852,68
Cabo (engajado)	611.284,20	1.100.311,56
Cabo (não engajado)	1[illegible]501,70	339.303,06
Demais praças		
Taifeiro-de-1ª-classe	565.505,10	1.017.909,18
Taifeiro-de-2ª-classe	538.576,20	969.437,16
Marinheiro, soldado-fuzileiro-naval e soldado-de-1ª-classe (especializados, cursados e engajados), soldado-clarim ou corneteiro-de-1ª-classe e soldado-pára-quedista (engajado)	403.932,30	727.078,14
Marinheiro, soldado-fuzileiro-naval e soldado-de-1ª-classe (não especializado)	336.610,20	605.898,36
Soldado-clarim ou corneteiro-de-2ª-classe	296.217,00	533.190,60
Soldado do Exército e soldado-de-2ª-classe (engajado) e soldado-clarim ou corneteiro-de-3ª-classe	201.986,30	363.539,34

Obs. O valor foi obtido calculando-se 80% sobre os valores da última tabela de soldo dos servidores militares federais, válida desde 1º de junho deste ano, publicada no ***Diário Oficial*** de 26 de maio

9208534
CE desiste de la taxación de soja brasileña
2n/150029
04/08/92
507482 ✓
1161 ✓
1409 (C ext) ✓
11305 (R com Org int) ✓

Comunidade Européia desiste da taxação à soja brasileira

Brasília — A Comunidade Européia (CE) recuou, pelo menos por enquanto, da possibilidade de taxar e estabelecer cotas de exportação para a soja brasileiro, que representa anualmente US$ 2,2 bilhões para o país. A CE apresentou ao Brasil uma lista de compensação para alguns produtos como forma de contrabalançar os prejuízos que o país sofre com os subsídios concedidos aos plantadores de soja europeus.

As negociações sobre uma lista de compensação serão realizadas em Genebra, já a partir de amanhã (4), no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). É a primeira vez na história do organismo que se discute compensações por subsídios. O funcionário do governo brasileiro adiantou que os valores apresentados pela CE são inferiores aos levantados pelo Brasil.

A lista de produtos e o valor a ser definido para o rebaixamento das tarifas foi discutida ontem, no Itamaraty, em reunião entre diplomatas e funcionários dos Ministérios da Economia e Agricultura e representantes da Associação Brasileira de Óleos Vegetais (Abiove). No mês passado, a CE ameaçara o Brasil de impor uma taxa de 6% e uma cota de 6,9 milhões de toneladas às exportações de soja brasileira.

01_01

9208534

VILAS

Invasões empurram Porto Alegre para a favelização

PEDRO CHAVES

*Durante mais de duas décadas, as invasões de áreas públicas e privadas por legiões de pessoas sem terem onde morar provocaram o quadro atual de colapso habitacional em Porto Alegre, onde 25% dos habitantes — mais de 450 mil homens, mulheres e crianças — vivem em subabitações, muitas delas encravadas em morros e nas margens de arroios e que ainda assim conseguiram energia elétrica e, muitas vezes, até água potável. Existem ainda aquelas vilas que ocupam zonas de alto valor urbanístico e imobiliário. A prefeitura, baseada nos dispositivos da Lei Orgânica, pretende regularizar estes núcleos sem removê-los de onde estão. E escolheu como exemplo a Vila Planetário, cujas obras estão paralisadas em função de uma demanda judicial. Mas a fixação de vilas populares em áreas nobres da cidade provoca reação em urbanistas, construtores e defensores do meio ambiente, como mostra esta reportagem de **Zero Hora***

Em 1976, ao retornar de roteiro de inspeção a obras, o então prefeito de Porto Alegre, Guilherme Socias Villela, viu, na margem direita da Avenida Ipiranga, nas proximidades do Planetário, um grande caminhão despejando caliça em um amplo terreno baldio já tomado por alguns detritos. O prefeito mandou parar o carro oficial, desceu e interpelou o dono do caminhão. Advertiu-o de que estava cometendo uma irregularidade e ordenou que imediatamente interrompesse o despejo ilegal, retirando-se dali. Em seguida, determinou ao seu secretário de Obras e Viação, Jorge Englert, que mandasse remover os entulhos da área. Algumas horas depois, acobertados pela escuridão, grupos de pessoas erguiam na área recém-desobstruída uma nova vila de Porto Alegre, a Planetário. Quase duas décadas depois, a vila começa a ser totalmente urbanizada, embora as obras estejam paralisadas devido à disputa judicial entre o vereador João Antônio Dib (PDS), que contesta a legalidade do projeto da prefeitura, e a Procuradoria Geral do Município.

Nos últimos 15 anos multiplicaram-se casos como este. Centenas de áreas públicas e privadas em Porto Alegre foram alvo de invasões relâmpago. Dados da própria prefeitura mostram que o problema é muito mais grave nas áreas privadas: 70% das vilas existentes na cidade foram construídas em cima de terrenos particulares. Elas proliferaram tanto em áreas totalmente impróprias — como é o caso da vila Cai-Cai, às margens do Guaíba, ou daquelas que se concentraram em morros, desafiando a lei da gravidade —, quanto em zonas p[illegible]ilegiadas, como acontece com a própria Planetário ou com a vila Lupicínio. A vila Lupicínio trouxe muitos prejuízos à cidade. Construída em terrenos municipais — originalmente destinados à comercialização para a iniciativa privada —, a vila impediu que a Prefeitura obtivesse, com a venda da área e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que seria cobrado dos imóveis ali construídos, o retorno de parte dos maciços investimentos feitos para transformar a insalubre Ilhota no Projeto Renascença, que deu à cidade melhoramentos como a Avenida Érico Veríssimo e o Centro Municipal de Cultura.

FACILIDADE — Estes núcleos que se instalaram irregularmente — e que os técnicos da prefeitura chamam de "assentamentos autoproduzidos" — tiveram seu crescimento incentivado não apenas pela crescente crise econômica e social do país mas especialmente pela facilidade que encontraram em ver atendidas suas solicitações de instalação de redes de energia elétrica e até de água potável. Em praticamente todas as vilas foram instaladas pelo menos "bicas" coletivas.

Com o efeito multiplicador das invasões, não foi difícil Porto Alegre chegar à situação atual, com 245 vilas irregulares espalhadas pelo município — muitas delas situadas em áreas de grande valorização. Cerca de 25% da população da cidade vive nestas vilas. A nova Lei Orgânica da cidade, promulgada em 1990, foi benevolente ao fixar as diretrizes da questão urbana, determinando que estes núcleos irregulares, a não ser que se situem em áreas de risco, devem ser mantidos onde estão e regularizados.

Baseada nesses critérios, a prefeitura criou um plano de regularização que começa a ser posto em prática na Vila Planetário, onde serão investidos quase Cr$ 3 bilhões. A iniciativa privada reclama contra a regularização de vilas em zonas nobres da cidade. Segundo os empresários do setor imobiliário, a comercialização destas áreas poderia dar à prefeitura melhores condições de executar seu programa.

Venda de áreas nobres reduziria os problemas

O presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon), Gianfranco Cimenti, entende que a prefeitura deveria oferecer áreas como a da Vila Planetário à iniciativa privada — "especialmente em função do valor da terra naquela área da cidade". Desta forma, obteria recursos suficientes para comprar uma área maior e fazer uma vila planejada dentro de novos conceitos urbanísticos. "Mesmo que fosse em local mais afastado, ofereceria melhores condições aos moradores", argumenta.

Cimenti contesta também a prioridade dada à Planetário, pois diz existirem outras áreas que mereceriam maior atenção, como vilas localizadas em locais inundáveis, sem as mínimas condições de saneamento, ou em zonas de risco, "como a vila Cai-Cai, à beira do Guaíba, e a Tripa, quase dentro do leito da Avenida Sertório".

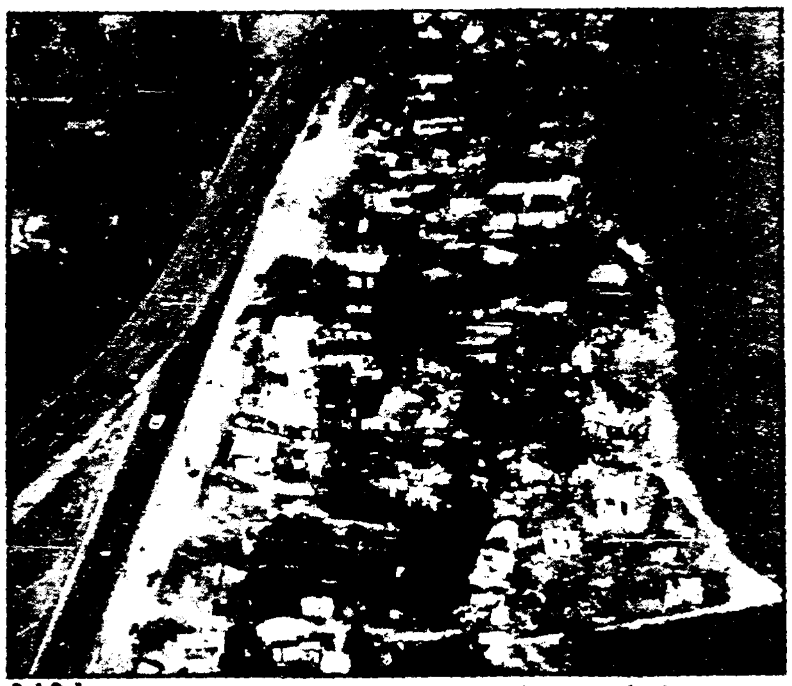
Embora não discuta a necessidade de promover a regularização e o saneamento destas vilas para serem dadas condições mais dignas de vida aos seus moradores, o presidente do Sinduscon insiste que isto é admissível apenas no caso daquelas que estejam ocupando áreas onde possam permanecer e adaptar-se ao esquema urbanístico proposto pelo Plano Diretor. No caso da vila Planetário, lembra ele, o Conselho do Plano Diretor sequer teve acesso ao processo de urbanização. O que desgostou os conselheiros e aprópria iniciativa privada — forçada a submeter à aprovação do Conselho todos os seus projetos.

DEFESA — O coordenador do Programa de Regularização Fundiária (PRF) da Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), Gilson Lima, afirma que a prefeitura examinou a hipótese de comercializar a área da Planetário. "Fizemos diversas sondagens, mas, ao contrário do que indicavam os boatos, ninguém se interessou em comprá-la", assegura Lima. A Prefeitura não descarta negociações quanto a outras áreas, "desde que os moradores concordem com a venda e que as diretrizes do PRF sejam obedecidas", diz Lima. E revela que no caso da Vila Zero Hora, uma das incluídas no programa de regularização, um grupo privado interessado no local apresentou proposta de compra, que está sendo estudada.

O modelo da Planetário, assegura Lima, não é um padrão a ser necessariamente seguido nas demais vilas, acrescentando que o tipo de intervenção da prefeitura depende do levantamento sócio-econômico e da situação física da vila. Em algumas vilas, como o Núcleo da Avenida Caí e La Plata, o impacto de obras não será tão intenso, segundo o coordenador do PRF. "A intervenção será mais de reordenação das casas para que cada morador ocupe uma fração ideal de terreno", adverte.

Ambiente natural também é prejudicado

O presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Celso Marques, revela que as vilas irregulares de Porto Alegre agridem não só o ambiente natural, mas também o ambiente urbano. "A estrutura urbana vai sendo deteriorada" diz Marques, ao apontar algumas incongruências na política adotada pela prefeitura para a regularização de vilas. "Inicialmente, as autoridades deixam as vilas se instalar e até água levam a elas", reclama. Ele observa que o ideal seria impedir a invasão dos terrenos, com uma ação preventiva, evitando-se o que define como atitude eleitoreira: "Ficam com pena de perder alguns votos e por isto não removem. A longo prazo, o caos social e urbano se instala na cidade."



Cai-Cai: *perigo para os moradores e degradação das águas do rio*

Marques lembra o tempo em que ia seguido para Belém Novo e viu surgir a Vila Monte Cristo em uma ampla área — "estimo em mais de cinco hectares" — que tinha ainda alguma mata nativa e um mato de eucaliptos. Num fim de semana, conta ele, passou em direção a Belém Novo na sexta-feira e o terreno estava igual, ou seja, vazio. "No domingo pela manhã, quando retornei, havia por lá uma verdadeira cidade de barracos, até com ônibus na porta", conclui.

Ele encara o problema como algo que talvez transcenda a capacidade dos municípios — "deveria existir uma política estadual de organização dos espaços urbanos" — mas vê a regularização das vilas como uma solução, em geral, paliativa. "Melhor seria termos uma política de ocupação do solo urbano que evitasse as invasões." E recomenda um estudo caso a caso para a regularização sem remoção.

LEGAL — O advogado e representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Conselho Municipal do Plano Diretor, Paulo Odone Ribeiro, diz que a prefeitura está legalmente amparada para executar seu programa de regularização fundiária, pois as medidas que vem adotando estão previstas na Lei Orgânica. "É o poder discricionário do município, que pode ou não executar."

Ele admite que regularizar a situação é a melhor atitude no momento, mas tem dúvidas sobre a relação custo/benefício nos casos de regularização de vilas situadas em áreas nobres da cidade, como a Planetário. Com a venda do terreno e a negociação de índices construtivos, imagina, a prefeitura teria recursos suficientes para desapropriar uma outra área — "sem que esta estivesse afastada da infra-estrutura urbana" — para instalar os vileiros.

9208535

02

Prefeitura quer democratizar o solo

De acordo com o secretário de Planejamento Municipal, João Carlos Vasconcellos, o que a prefeitura está querendo com projetos como a urbanização da Vila Planetário é "a democratização do uso do solo urbano", e o cumprimento do que dispõe o artigo 207 da Lei Orgânica de Porto Alegre. A lei que rege os destinos da cidade determina a urbanização, a regularização e a titulação das áreas faveladas e de baixa renda, "sem a remoção de moradores". A exceção prevista é em situação de risco de vida ou à saúde, ou em caso de excedentes populacionais que não permitam condições dignas à existência. Nestes três casos, as favelas poderão ser transferidas, "mediante prévia consulta às populações atingidas, para área próxima, em local onde o acesso a equipamentos e serviços não sofra prejuízo, no reassentamento, em relação à área ocupada originariamente".

Segundo Vasconcellos, as vilas resultantes de invasões mostram que as pessoas que as promovem procuraram "se localizar em áreas próximas aos seus locais de trabalho ou das escolas de seus filhos ou ainda do transporte". Pesquisas revelam, diz ele, que a maioria delas está vinculada ao mercado formal de trabalho e tem uma renda familiar muito baixa, sem condições de sequer alugar um quarto. "Seria um crime remover pessoas que vivem há 30 anos em uma área", assegura, acrescentando que a prefeitura pretende é "qualificar suas vidas, pelo menos nos padrões atuais do nosso país".

DIFICULDADE — O secretário revela terem mudado alguns procedimentos que se repetiram em anos passados. Atualmente, afirma Vasconcelos, a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) não faz mais ligações ou extensões de redes de energia elétrica em vilas populares sem antes consultar a Secretaria do Planejamento Municipal (SPM). E o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) também não age, garante seu diretor-geral Dieter Wartchow, sem uma consulta prévia às secretarias municipais do Meio Ambiente e do Planejamento e ainda ao Departamento Municipal de Habitação (Demhab).

Wartchow não nega, no entanto, que por questões sociais — "a água é fundamental à sobrevivência" — o DMAE ultimamente não tem levado em conta os limites estabelecidos pelo Plano Diretor para suprir de água as zonas mais elevadas da cidade. "Nos altos da Glória, chegamos aos 256 metros", revela, explicando que o critério para garantir água potável a lugares de acesso mais difícil tem sido simplesmente que existam condições técnicas para isto.

As mudanças de comportamento e até a falta de áreas disponíveis inibiram muito o surgimento de novas favelas na cidade, mas o secretário João Carlos Vasconcellos diz que a prefeitura está enfrentando agora um novo tipo de problema: pessoas que buscam abrigo sob viadutos e elevadas. "Os municípios do Interior estão 'exportando' desempregados. Mandam-os para Porto Alegre somente com a passagem de vinda e eles terminam buscando refúgio nos viadutos", reclama, ao explicar que a prefeitura está constantemente removendo os invasores das elevadas da Conceição. "Também não admitimos as invasões de praças e parques e áreas de risco", completa.

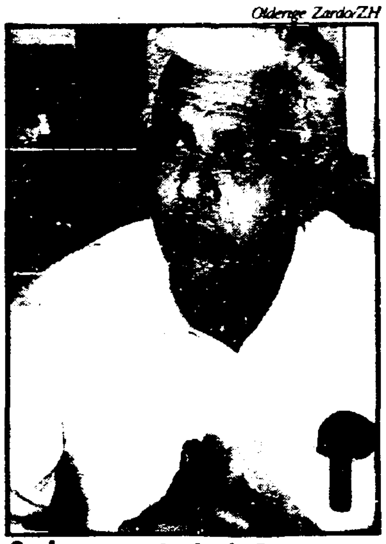
Urbanista condena obra da Planetário

O arquiteto Luiz Carlos Cunha, que integra a equipe de urbanistas responsável pelas propostas do projeto Porto Alegre Ano 2000, é rigoroso ao analisar a solução proposta pela Lei Orgânica de regularização das favelas sem que elas possam ser removidas das áreas em que se encontram. "Isto é charlatanismo urbanístico. Não se extirpa os focos de miséria maquiando as favelas", diz ele, acrescentando que não se melhora a qualidade de vida consagrando as razões da degeneração.

O usucapião aplicado à propriedade pública, com luz elétrica, bica de água e um capeamento de asfalto foi instituído pelo presidente João Figueiredo, às vésperas de eleição municipal em Recife, decretando o usucapião urbano em cinco anos para regularizar federalmente a Favela dos Alagados, lembra Cunha. A atual realidade daquela favela e da cidade de Recife responde pelos resultados de tais propostas 'urbanísticas', ironiza. "Avaliadas hoje, após as dramáticas transformações havidas no Brasil e no mundo, tais propostas e a própria 'urbanização' da Vila Planetário constituem motivo de espanto. É no mínimo chapinhar no erro", sentencia.

DISTORÇÃO — Ao aprovar o artigo 207 da Lei Orgânica, a Câmara Municipal traduziu apenas legalmente a vontade coletiva, afirma o arquiteto. Os vereadores, imagina ele, estavam imbuídos de boas intenções e acreditavam estar favorecendo os mais desafortunados. Cunha diz até admitir que, na medida de urgência, a proteção da favela pode ser necessária. Entretanto, ensina, a lei não é concebida para congelar a exceção. "Este dispositivo da Lei Orgânica, na dimensão etária de uma cidade, promove a desagregação dos princípios fundamentais da organização urbana", reclama o urbanista, para quem o artigo que regula a questão urbana "é o antiurbanismo que no repicar dos anos e dos exemplos — em Porto Alegre são quase 300 vilas irregulares — acelerará a decomposição social".

Oldemar Zardo/ZH



Cunha: *obra de charlatães*

Cunha diz que regularizar invasões urbanas sem remover suas favelas é um verdadeiro processo de privatização de um bem público sem concorrência e critica o modo como é encarada a propriedade pública, dizendo que seria necessário estabelecer com clareza o conceito desta. Ele lembra que atualmente um pequeno grupo de pessoas se apropria daquilo que é de todos os cidadãos e mercê de pressões de grupos que defendem estas minorias acaba se adonando de um terreno da cidade.

VALORIZAÇÃO — "Não digo que os favelados devessem ser expulsos do local", explica Luiz Carlos Cunha, ao revelar que, como urbanista, antes de sacramentar a fixação da Planetário, consideraria o valor potencial da Avenida Ipiranga, "que poderia gerar milhares de empregos na execução de um plano transformador em seus seis quilômetros". Este projeto, idealizado pelo arquiteto, contaria com um canal navegável (o Dilúvio), ciclovias expressas, pontes artísticas, parque contínuo e linha seqüencial de tratamento industrial de esgoto e lixo. "Seria necessária uma legislação de construção destinada a atrair grandes investimentos que em última instância seriam as fontes necessárias para sustentar todo o urbanismo", diz Cunha. E neste programa estariam incluídas áreas de habitações para os trabalhadores, "que teriam residência digna, concebida sob princípios salutares de urbanismo".

Quanto aos recursos necessários para a execução destes bairros operários, o arquiteto prevê núcleos habitacionais construídos em mutirão, com lotes pagos pela retribuição da força de trabalho. Os moradores das favelas, crê Cunha, aceitariam um programa deste tipo ao compreender e sentir os resultados das primeiras experiências. Claro que toda a evolução social gera reações iniciais, inclusive dos próprios beneficiários, afirma, lembrando que os operários da Inglaterra do século XVIII quebraram os primeiros teares a vapor e no Rio de Janeiro, durante o governo de Rodrigues Alves, houve revoltas populares pela obrigatoriedade da vacina contra a febre amarela.

9208536
PF investiga ligação de PC com drogas
ZH/150029
29/08/92
507482
11163 (FM)
11338 (Polícia)
11302

PF investiga ligação de superfantasma com drogas

Brasília — Um possível superfantasma está sendo investigado pela Polícia Federal e, se for confirmado, poderá levar à descoberta do elo do esquema PC com o tráfico de cocaína ou contrabando. O provável "pai" de todos os fantasmas foi identificado neste fim de semana pela subcomissão bancária da CPI do caso PC, que mantém em segredo o nome do dono da conta e do banco em que ela é movimentada até que a confirmação de sua condição sobrenatural autorize a quebra do sigilo bancário.

Este correntista de um banco do Rio de Janeiro ainda não relacionado ao esquema PC movimentou cerca de US$ 5,5 milhões em apenas entre maio e julho passado. Pelo menos um dos cheques, depositado em seu próprio nome, registra o recorde de Cr$ 11,1 bilhões, mas há muitos outros com valores entre Cr$ 1 bilhão e Cr$ 5 bilhões. O deputado Jackson Pereira (PSDB-CE) informou que essa pessoa tem ligações com um doleiro que age dentro do esquema PC.

ENDEREÇO — A suspeita de que pode estar sendo puxado o fio da conexão internacional com o tráfico de drogas está baseada no endereço do possível superfantasma — Ponta-Porã, na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai e uma das mais notórias rotas de tráfico e contrabando do Brasil. A Polícia Federal já conferiu o endereço em Ponta-Porã que consta nos cheques e não o encontrou, o que reforça a possibilidade de se tratar realmente de mais uma personagem fantasmagórica.

Em um exame preliminar, Jackson Pereira identificou uma esmagadora maioria de cheques emitidos para o próprio nome do suspeito. "Noventa e nove por cento são cheques nominais para ele mesmo, e o restante é para doleiros", disse o deputado, que no final da tarde de ontem ainda procurava levantar o número de cheques do suspeito.

Durante o fim de semana, a subcomissão bancária identificou também três novos pequenos fantasmas: Guilherme Ferreira, Heleno Peixoto Alves e Sebastião Correa de Albuquerque. Há suspeitas de que Guilherme e Heleno sejam a mesma pessoa. Agora, são 21 os fantasmas relacionados pela CPI do caso PC. (Marcelo Rech)

01-01

9208536

922853 7
Brasil entra no grupo de países com satélites
ZH
21/2/92.
901482
11166 T.T

CIÊNCIA

Brasil entra no grupo de países com satélites

Brasília — O Brasil entrou, definitivamente, na era espacial e passa a integrar o seleto grupo de 16 países que dominam a tecnologia de construir e operar satélites em órbita. Ontem, em cerimónia com a presença do presidente Fernando Collor, foi assinado contrato entre o governo federal e a empresa norte-americana Orbital Sciences Corporation, que auxiliará o Brasil a lançar em dezembro o primeiro satélite construído no país pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia. A solenidade teve, ainda a presença do ministro Marcílio Marques Moreira e do secretário Hélio Jaguaribe.

A empresa norte-americana é responsável pela construção e operação do foguete lançador Pegasus. O custo do lançamento é de US$ 14,3 milhões e será financiado pelo Banco do Brasil. Para viabilizar a operação, o BB emitirá uma carta de crédito a favor da Orbital Sciences Corporation.

O satélite de coleta de dados — SCD1 — é o primeiro de uma série de quatro satélites artificiais para pesquisas metereológicas, previstos na Missão Espacial do Brasil, cujo programa foi aprovado em 1979.

01-01

CONTENIDO POCO LEGIBLE

FECHA 10/8/93 INICIAL

24/9/92

001/94 PARTES POCO LEGIBLES 9208538

002

003

9208538

PARTES POCO LEGIBLES 004

9208538

MOV SOCIALES

GEORGIA

JORGE PEIXOTO.

005

9208538

0.06

PARTES POCO LEGIBLES

9208538

007 9208538

9208538

008 - PAGES PEU LEGIBLES

009

9208538

010 PAGES POCO LEGIBLES

9208538

PARTES POCO LEGIBLES

9208538

LA MESA DE AGROECOLOGIA DE [illegible] ESTA UBICADA EN SANTIA GO DE CHILE 1.87, TEL 918004. SEDE DE CEUTA. INTEGRADA POR: CARITAS, CENTRO EMMANUEL, CIEG, [illegible] O, IPRU, REDES. LA MESA FUE FORMADA EN 1990, COORDINAN LA [illegible] Y DIFUSION DE LA AGRICULTURA DE PRESERVACION Y CONSERVACION DE LOS RECURSOS NATURALES Y LA SALUD HUMANA. ESTA MESA ESTA INTEGRAD A AL CLADES (CONSORCIO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA Y DESARROLLO).

012 - PARTES POCO LEGIBLES 92085 38

PAGES POCO LEGIBLES.

9208538

013

01 4 014 PARTES POCO LEGIBLES

9208538

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO DE
RELACIONES EXTERIORES

C. E. Nº 84526

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES.

ASUNTO Nº 249/992

Montevideo, 18 AGO. 1992

VISTO: la presencia en Camboya de numerosos efectivos de las Fuerzas Armadas uruguayas (Batallón Uruguay) destinados, durante 18 meses, a prestar apoyo a la Autoridad Provisional de las Naciones Unidas (UNTAC) como integrantes de la Fuerza Multinacional de Paz;

RESULTANDO: que en el transcurso del mencionado lapso surjan situaciones que requieran el auxilio de funcionarios consulares para atender los requerimientos del personal militar uruguayo;

CONSIDERANDO: I) que la Oficina Consular más cercana a Pnom. Penh, se encuentra ubicada en Bangkok (Reino de Thailandia) estando a cargo de un Cónsul Honorario, y que la naturaleza especial de la misión militar ameritaría la designación de un funcionario de carrera, sin que ello signifique la apertura de un nuevo Consulado en la región;

II) que es intención del Gobierno uruguayo apoyar y facilitar en todos sus términos la gestión y necesidades de los integrantes del contingente uruguayo estacionado en Camboya;

ATENTO: a que la presente Resolución ha contemplado los requisitos formales establecidos en el art. 7° de la Convención de Viena sobre Relaciones Consulares de fecha 24 de abril de 1963;

EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA

RESUELVE

1°.- Desígnase al funcionario del Servicio Exterior, Secretario de Primera señor Enrique Vidal, quien actualmente cumple funciones como Cónsul Adscripto en el Consulado General de la República en Hong Kong, para actuar en el Reino de Thailandia y el territorio de Camboya, como Agente Consular a fin de atender las cuestiones inherentes a su función en relación a los miembros del Batallón Uruguay, integrante de la Fuerza Multinacional de Paz, estacionada en Camboya.

2°.- Las funciones mencionadas en el numeral precedente serán ejercidas cuando existan instrucciones emanadas directamente del Ministerio de Relaciones Exteriores en Montevideo, -siendo privativo de ese Ministerio disponer el traslado temporal del funcionario cuando las circunstancias así lo requieran-.

001 | 002

///...

3°.- La designación contemplada en el numeral 1°) de esta Resolución, por ser de especial naturaleza y al no requerir una presencia permanente del Cónsul en el lugar de actuación, no significa una modificación de jurisdicciones, o la creación de una nueva Oficina Consular.—————————————————————————

4°.- Las funciones especiales consulares en relación a los miembros del Batallón Uruguay, no serán impedimento para el cumplimiento de sus funciones como Cónsul Adscripto en Hong Kong en tanto que por orden Superior no se le instruya acorde con los numerales 1 y 2 de la presente Resolución.—————————————————————————

5°.- De mediar instrucciones para actuar, cumplida la misión encomendada, el funcionario actuante deberá reintegrarse a las funciones para las que fuera originalmente designado.—————————————————————————

6°.- El cometido del funcionario consular designado se deberá ajustar a las instrucciones recibidas, no obstante lo cual podrá colaborar durante el desempeño de la misión en todos aquellos aspectos inherentes a la función consular en que fuera su actuación solicitada por integrantes del Batallón Uruguay.—————————————————————————

7°.- Comuníquese, etc.—————————————————————————

LACALLE HERRERA

)02/002 9208539

FAX 008525 210266

SECRETO

EJERCITO. NACIONAL
C.G.E. - E.M.E.
DEPARTAMENTO II (INF)
M O N T E V I D E O.-
28)800 - MAY - 1985.-

-PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No. 331 /B/SM/985.-

I.- EVALUACION: A - 1

I.- RESPONDE A: -Pedido de Información No.01/985 del REG.C.MEC.No.5.-

I.- T E X T O : -Habiéndose recabado información en el S.I.FF.AA. y fichero de este Departamento, se informa:

REFERENTE A: DA ROSA SILVEIRA, Sergio.-
REGISTRAMOS: DA ROSA SILVEIRA, Sergio Emigydio.-
C.C. Serie T.A.A. No.28.603 - C.I.No.20.065.-
Fecha de Nac.: 31-05-946 - Tacuarembó.-
Ocupación: Profesor de la Cátedra de Sociología en la Facultad de Agronomía.-
Concubina: AMALIA FABRE.-
Hijo de: DOLLIES y SILOE.-

ANOTACIONES: 07-10-969: -Identificado como uno de los secuestradores del Dr.PELLEGRINI.-
"Informe de PRENSA"
10-12-969: -Identificado como uno de los atracadores de la Empresa ORBIS.-
"Informe de PRENSA"
01-08-970: -Detenido. Fué procesado por "Atentado a la Constitución, en el grado de Conspiración", "Rapiña", "Co-autoría de falsificación de documento público", "Privación de Libertad en el grado de tentativa".-
05-08-970: -Según información habría participado en el asalto al C.I.M. y en el frustrado intento de robo al Banco Francés e Italiano.-
"Informe de PRENSA"
06-09-971: -En la fecha se fugó del Penal de Punta Carretas.-
17-11-971: -En la fecha es detenido, siendo procesado por "Asociación para Delinquir", "Auto-evasión" y "Co-autoría en la Falsificación de Documento Público".-
12-04-972: -En la fecha se fuga del Penal de Punta Carretas.-
17-08-972: -En la fecha es detenido. Se le incautó documentación del M.L.N..-
Integraba la Columna 7 del M.L.N., con el alías de "TAURO".-
Fué detenido por el Regimiento de Caballería No.[illegible]
XII/972: -Procesado por "Atentado a la Constitución", "Rapiña", "Privación de Libertad", "Violencia Privada", "Auto-evasión", "Asociación Subversiva.-
- Es hijo del Sr. Cnel SILOE DA ROSA y hermano THELMAR DA ROSA.-
El causante era responsable de Grupo. Participó en el secuestro de PELLEGRINI y JONES. Expropió armas y medicamentos.-

Esta información es estrictamente reservada, no debiendo ... ponerse en conocimiento ... interesada.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... de Defensa
DEPARTAMENTO I
No. de Entrada 18 SET. 1992
... 9208540

CONTENIDO POCO LEGIBLE
FECHA 10/8/93 INICIAL

SECRETO ...///

9208540

001/009. PARTES ILEGIBLES

///...

30-04-981: -Condenado a 25 años de Penitenciaría y de 1 a 10 años de M.S.E..-
EVALUACION: A - 1
Año 1977: -Se encuentra en el E.M.R.No.1, Recluso No.618.-
Año 1980: -Fué visitado en el E.M.R. No.1 por - FANY SEQUEIRA, ZENIZ DA ROSA FERREIRA (Médico).-
- Se establece que en el E.M.R.No.1, fué sancionado en el año 1973, a 11 días, en el año 1974 a 62 días y en el año 1975 a 20 días de arresto.-
EVALUACION: A - 1
El causante integrante del M.L.N., actuaba en la Columna 7, Zona 2, Sector Militar Grupos 1 y 2.-
EVALUACION: A - 1
Año 1982: -Figura en una relación de la Corte - Electoral de ciudadanos inscriptos en el Registro Cívico Nacional que se encuentran comprendidos en el Art.1ro. Literal B del Acto Institucional No.4, con prohibición de ejercer el derecho de VOTO (Procesado por delitos de Lesa Nación).-
EVALUACION: A - 1
11-11-983: -En la fecha se establece que mantiene contactos con SUSANA PERLA, en forma Epistolar la cual se encuentra residiendo en Francia y es hermana de la Reclusa BEATRIZ PERLA.-
EVALUACION: B - 2
07-09-984: -Se encuentra recluído en el E.M.R. - No.1, Celda 12. De larga trayectoria en el M.L. N., Sector Militar Derecha (Continuación de los viejos), Considerado particularmente peligroso.-
EVALUACION: A - 1
07-03-985: -En la fecha se establece que junto a otros reclusos del E.M.R.No.1, matenían una conducta agresiva con el personal de seguridad. Se noto luego de una visita de la Cruz Roja, que los mismos han experimentado una mejora en la - conducta hacia el personal mencionado anteriormente.-
EVALUACION: A - 1
- Fué liberado.-

(stamp, vertical:) ...SICI... no de... conocimi... poner en ...teresada.

FORTES POCO LEGIBLES

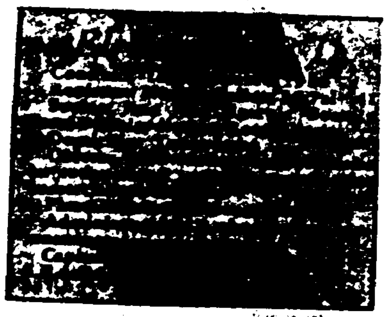
002

0208540

20 4 93 (LM)

PERIODICO INFORMACION No. 6156

15 - 5 - 987



"ILEGIBLE"

003 — 9208540

80 4 93 (LM)

PARTES POCO LEGIBLES

Sergio DaRosa

Visita Recluso

Nro. 618

Da Rosa
1er. Apellido.

Ferreira — PADRE
2do. Apellido.



Noé
N o m b r e s

C.I. Nro. 5707 TACUAREMBÓ C. C. S. ZS-U Nro. 046

Fecha Nac. 21-7-916 Lugar. 1ra Tacuarembó

Dom. Actual (1) Addo 234 Dom. Anterior: ——

Teléfono: 2152 Profesión: Ganadero

Lugar de Trabajo: Tacuarembó

Nombre de la Esposa: Doyes Silveira F. Nac. 11-7-923

Profesión: Labores Lugar de Trabajo: ——

Nombre del Padre: Sigerardo Silveira

Domicilio: (F) Profesión: ——

Nombre de la Madre: (F) Profesión: ——

Hijos: Nombre Yacir F. Nac. 11-7-47 Nombre: F. Nac. 45054-4

Elmira 8-1-52 300465-2

Luis 24-12-57 300595-6

SERGIO - EMIGRADO - 31-3-46 45640-3

Hermanos: Nombre: Siloé F. Nac. 26-8-0 Profesión: Militar Retirado (Coronel) 45027-0

Zenit 12-8-11 Médico Tacuarembó 300597 2

Alides 16-7-32 Mdeo. 307232-9

Niló 31-12-14 Ganadero 307231-1

Francisca 16-1-18 Arquitecto 44978-5

1) 18 Julio 1180 Apto 101 - (Tacuarembó)

20 4 83 (LH)

004

9208540

PADRES POCO LEGIBLES

Antecedentes: Penales y/o Antinacionales: NO.

Otros Datos de Interés:

OTILIA	9-4-18	VIVE DE RENTA.
NILDA.	22-8-17	MAESTRA JUBILADA,
DINORA	23-6-31.	LABORES.
ELVIRA.	11-4.—	"
CELINA MERCEDES.	7-6-25	MAESTRA JUBILADA
CELIA	7-6-25	" "
NAIR.	26-4-23	MONJA.

Fotocopia C. I.:

República Oriental del Uruguay



Dirección Nacional de Identificación Civil

NOMBRE: Noé da ROSA FERREIRA.=

Nacido en Tacuarembó, R.O. del Uruguay

Dpto. o Prov. País

21/7/1916

Fecha Firma habitual del identificado

Observaciones:

Por el Director Nal. de Ident. Civil

VALTER VIERA

Tacuarembó, 20/9/77

Vence 20/9/87

9208540

005

PARTES
POCO LEGIBLES

Visita Recluso.

Nro. 618

Silvera
1er. Apellido.

Perez
2do. Apellido. MADRE.



Doyes
Nombres

C.I. Nro. 35199 C.C.S. TAA Nro. (~~[illegible]~~ 95)

Fecha Nac. (~~[illegible]~~ 9/2/1924) 7-923) Lugar Tacuarembó

Dom. Actual: 18 de Julio - Edif. Catedral Tacuarembó Dom. Anterior: APO 234

Teléfono: 2152 Tacuarembó Profesión: Labores

Lugar de Trabajo:

Nombre de la Esposa: Noe Da Rosa F. Nac. 21-7-916

Profesión: Ganadero Lugar de Trabajo: —

Nombre del Padre: (F)

Domicilio: — Profesión: —

Nombre de la Madre: (F) Profesión: —

Hijos: Nombre Yasir F. Nac. 11-7-47 Nombre: F. Nac.

Elmira 8-9-52

Luis Eduardo 24-12-57

Sergio 31-3-46 (DET.)

Hermanos: Nombre	F. Nac.	Profesión
Giovy	—	Ganadero
Demida	—	Labores
Ersilio	—	"
Ivone	—	"
Lorenzo	—	Ganadero
Dora	—	Labores
Neida	—	"
Bety	—	"

006

9208540

20-4-93 (LH)

PASAS PARA LEGAJOS.

Antecedentes: Penales y/o Antinacionales: NO.

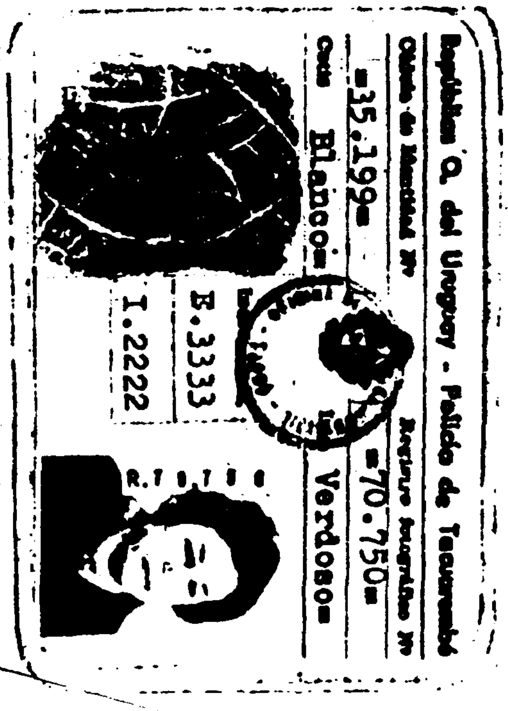
Otros Datos de Interés:

Domicilio 18 julio 180 Apto 101

Tel: 3152 en Ebo

TEL tia Rosluso en MBEO 405419

Fotocopia C. I.:



CERTIFICO: que esta Cédula Identidad se expide A QUIEN ACREDITO SER Doyce. SILVEIRA PEREZ de da ROSA = = = = = = =

nacido en Tacuarembó=R.O.del Uruguay
Dpto. o Prov. País

9=2=1924
Fecha
Firma habitual del identificado

Observaciones: .... Comisario

Por el Jefe de Policía y por su orden.

Tacuarembó, 10=5=1973...

Vence 10=5=1983...

007 = 9208540

PARES POCO LEGIBLES.

1

R. 5 6 7 6 2



Céd. Ident. No. 19.889 (Tbó) - 3.088.[illegible]-5

Pasaporte

C. Cívico

Ocupación Hacendado Rural.-

Afiliación [illegible]

Domicilio Pje. Caraguatá, Gral. Flores No. 252.-
Elías Abdo 262 (1987)

Datos personales Hermano del [illegible] procesado Sergio DA ROSA.- y Luis Eduardo [illegible]
HIJO DE: Noé y Doya [illegible]
Oriental, nacido el [illegible]
CASADO con Alma [illegible]

nac. 11-7-47

YAEIR Fco. DA ROSA SILVEIRA

20 4 93 (LM)

Sigue reverso →

PARTES POCO LEGIBLES.-

008 ANTECEDENTES

B208540

OBSERVACIONES

1969.-Detenido en averiguación ~~por~~ referente al rapto de PELEGRINI, sometido al Juez no lo procesa, internado C.G.I.O.R.-

1971.-Se le notan movimientos sospechosos el día del // Asalto al B.R.O.U.Suc.Tbó.-

1987.-D.13/I.sol.permiso para porte de armas.

8-6-988.-Adquiere 50 Proyectiles Cal.38 C. para la Guía X 08887.

8-987.-Adquiere en C.M.Rosales 29 Proyect.Cal.32.-

12-987.-Adquiere en C.M.Rosales 48 Proyect.Cal.32.-

009/009 9208540

PAGINAS POCO LEGIBLES.

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MONTEVIDEO, 15 DE SETIEMBRE DE 1992.-

FECHA 09/10/92 INICIAL

T.I. N°137/92.- SEÑOR SUB-DIRECTOR EXTERIOR DE LA D.G.I.D.

Por ser de interes para la Sub-Dirección Interior elevo a usted los antecedentes del Personal que trabaja en la Embajada de Irán en nuestro país, y que responde al Memorandum N°920376/C.I. y 920241/C.I. operación Meca- Scocería.-

Referente Memorandum N°920376 /C.I. y acorde información recogida de una agencia se registra:

-Adriana Nancy BARRETO SANTANA sin antecedentes.

-PEZESHKNEJAD Jamshid sin antecedentes.

Referente Memorandum N°920241/C.I. se registra:

- KABIRI RAHANI Mohammad En 1984 formó parte como Oficial en el Servicio de Espionaje Iraní y es sospechoso de haber formado parte del Servicio de Inteligencia de Irán.
- AHMAD AU Saidi fue Tercer Secretario de la Embajada de Irán en YUGOSLAVIA y no existe otra información sobre el hasta el día de hoy.-

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Coronel

Luis P. Araneo

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB-DIRECCION EXTERIOR

MONTEVIDEO, 15 DE SETIEMBRE DE 1992.-

SEÑOR SUB-DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.

Remito a usted los antecedentes del Personal mencionado en Memorandum N°920376/C.I. y 920241/C.I. operación Meca-Scocería

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.

Coronel (Av.)

Jorge Pedragosa

Montevideo, 16 de setiembre de 1992.-

Pase a sus efectos al Señor Jefe del Departa_
mento I(INterior).-

El Sub-Director de Interior de la D.G.I.D.

Coronel

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MONTEVIDEO, 15 DE SETIEMBRE DE 1992.-

T.I. Nº138/92 - SEÑOR SUB DIRECTOR DE EXTERIOR DE LA D.G.I.D.

Solicito a usted, siempre que lo estime pertinente información acerca de:

Campamento sobre la carretera 293, que une BAGE con PELOTAS, del MOVIMIENTO DE TRABAJADORES - RURALES SIN TIERRA, que ocupan un área de EMBRAPA (EMPRESA BRASILEÑA DE INVESTIGACIONES AGRICOLAS). Esta ocupación tendría como finalidad presionar al Gobierno para acelerar la Reforma Agraria.

Se adjunta fotocopia de recorte de prensa.

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

Coronel

Luis P. Aranco

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB DIRECCION DE EXTERIOR

MONTEVIDEO, 15 DE SETIEMBRE DE 1992.-

SEÑOR SUB DIRECTOR DE INTERIOR DE LA D.G.I.D.

Remito a usted la solicitud formulada por el Departamento II, a sus efectos.-

Saluda a usted atentamente

El Sub Director de Exterior de la D.G.I.D.

Coronel (Av).

Jorge Pedragosa

01-02

9208542

ZERO HORA 09/SET/92

SEM-TERRA

Grupo de colonos invade área da Embrapa

□ O protesto, que também incluiu o bloqueio da BR-293, faz parte da campanha de pressão pela reforma agrária

Bagé — Um grupo de 150 famílias de colonos acampadas à margem da BR-293, a dez quilômetros de Bagé, interrompeu ontem o trânsito por uma hora e meia e ocupou uma área da Embrapa, em frente ao acampamento, iniciando imediatamente o preparo do solo para plantio. Segundo Milton Manfron, líder do acampamento, que abriga 387 pessoas, este novo protesto faz parte de uma campanha de mobilização do Movimento dos Sem Terra (MST) para pressionar o governo a acelerar a implantação da reforma agrária.

"O Instituto de Colonização e Reforma Agrária assumiu o compromisso de cadastrar as 1.050 famílias que estão em São Miguel das Missões, mas não cumpriu a promessa", alega Manfron. Os colonos exigem também o cumprimento da promessa feita pelo do governo federal de assentar 500 mil famílias por ano, através do projeto Terra Brasil.

Manfron afirma que, se nenhuma providência for tomada nos próximos dias, os colonos farão um sorteio das terras da Embrapa, para 50 famílias, e ocuparão novas áreas na região, pois considera necessário conseguir alimentação para o sustento das pessoas acampadas. "Há meses sobrevivemos das doações dos companheiros assentados no município e com a ajuda da sociedade civil", diz Manfron.

O diretor da unidade da Embrapa, Joel Brazale Leal, solicitou instruções ao comando da empresa de pesquisa agrícola, em Brasília, sobre o procedimento jurídico a ser adotado. Mas entende que será suficiente exigir o cumprimento da liminar existente, em relação ao pedido de reintegração de posse, obtida na época da primeira ocupação, ocorrida em outubro do ano passado, porque os colonos só deixaram a área "quando bem entenderam", explica Leal.

O diretor garante que a presença dos colonos na região provocou a paralisação de 40% dos projetos de pesquisas, causando um enorme prejuízo tecnológico ao país. Leal cobra ainda uma solução imediata e definitiva das autoridades.

PARTES POUCO LEGÍVEIS.

02-02

9208542

1/3

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MONTEVIDEO, 15 DE SETIEMBRE DE 1992.-

T.I. Nº138/92 - SEÑOR SUB DIRECTOR DE EXTERIOR DE LA D.G.I.D.

Solicito a usted, siempre que lo estime pertinente información acerca de:

Campamento sobre la carretera 293, que une BAGE con PELOTAS, del MOVIMIENTO DE TRABAJADORES - RURALES SIN TIERRA, que ocupan un área de EMBRAPA (EMPRESA BRASILEÑA DE INVESTIGACIONES AGRICOLAS). Esta ocupación tendría como finalidad presionar al Gobierno para acelerar la Reforma Agraria.

Se adjunta fotocopia de recorte de prensa.

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

Coronel

Luis P. Arancio

9208542

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB DIRECCION DE EXTERIOR

MONTEVIDEO, 15 DE SETIEMBRE DE 1992.-

SEÑOR SUB DIRECTOR DE INTERIOR DE LA D.G.I.D.

Remito a usted la solicitud formulada por el Departamento II, a sus efectos.-

Saluda a usted atentamente

El Sub Director de Exterior de la D.G.I.D.

Coronel (Av).

Jorge Pedragosa

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
17 SET. 1992
9208542

22/9/92

...///

001/3-

///...   Montevideo, 16 de setiembre de 1992.-

Pase a sus efectos al Señor Jefe del Departamento I(Interior).-

El Sub-Director de Interior de la DGID

Coronel

L L U I S

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - República O. del Uruguay

920 8542

002

ZERO HORA 09/SET/92

SEM-TERRA

Grupo de colonos invade área da Embrapa

□O protesto, que também incluiu o bloqueio da BR-293, faz parte da campanha de pressão pela reforma agrária

Bagé — Um grupo de 150 famílias de colonos acampadas à margem da BR-293, a dez quilômetros de Bagé, interrompeu ontem o trânsito por uma hora e meia e ocupou uma área da Embrapa, em frente ao acampamento, iniciando imediatamente o preparo do solo para plantio. Segundo Milton Manfron, líder do acampamento, que abriga 387 pessoas, este novo protesto faz parte de uma campanha de mobilização do Movimento dos Sem Terra (MST) para pressionar o governo a acelerar a implantação da reforma agrária.

"O Instituto de Colonização e Reforma Agrária assumiu o compromisso de cadastrar as 1.050 famílias que estão em São Miguel das Missões, mas não cumpriu a promessa", alega Manfron. Os colonos exigem também o cumprimento da promessa feita pelo do governo federal de assentar 500 mil famílias por ano, através do projeto Terra Brasil.

Manfron afirma que, se nenhuma providência for tomada nos próximos dias, os colonos farão um sorteio das terras da Embrapa, para 50 famílias, e ocuparão novas áreas na região, pois considera necessário conseguir alimentação para o sustento das pessoas acampadas. "Há meses sobrevivemos das doações dos companheiros assentados no município e com a ajuda da sociedade civil", diz Manfron.

O diretor da unidade da Embrapa, Joel Brazale Leal, solicitou instruções ao comando da empresa de pesquisa agrícola, em Brasília, sobre o procedimento jurídico a ser adotado. Mas entende que será suficiente exigir o cumprimento da liminar existente, em relação ao pedido de reintegração de posse, obtida na época da primeira ocupação, ocorrida em outubro do ano passado, porque os colonos só deixaram a área "quando bem entenderam", explica Leal.

O diretor garante que a presença dos colonos na região provocou a paralisação de 40% dos projetos de pesquisas, causando um enorme prejuízo tecnológico ao país. Leal cobra ainda uma solução imediata e definitiva das autoridades.

ASUNTO: IIIer Encuentro del Foro de San Pablo

TEXTO: Se realizó en Managua, Nicaragua, el IIIer Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de San Pablo, entre los días 16/19 Jul 92.

En ésta oportunidad el ente organizador y anfitrión fue el Frente Sandinista de Liberación Nacional, contando el encuentro con la participación de 61 organizaciones y partidos políticos de 17 países de Latinoamérica y El Caribe, con una totalidad de 122 delegados, participando también en calidad de observadores 43 organizaciones, de las cuales fueron; 2 de Africa, 9 de Asia, 21 de Europa y 11 de los Estados Unidos y Canadá, sumando de manera nominal y total 60 representantes.

Este evento fue considerado como muy importante por la mayoría de los integrantes del Foro, debido a que configura un ámplio cuerpo político internacional y con un creciente peso político, que sin duda sirve para ser usado como aval y respaldo para muchos de sus integrantes que están necesitados de la solidaridad internacional para facilitar y efectivizar sus políticas o reclamos institucionales o políticos, en ésta categoría se ubican facilmente desde el PC de Cuba, los grupos guerrilleros de Colombia, Guatemala, El Salvador, hasta el MTP de la Argentina. Esto es un primer punto de las motivaciones y valoraciones que se esperan de Foros como el que nos ocupa. Y el segundo elemento sustancial son las políticas que se generan en el seno de éste cuerpo; la búsqueda de "propuestas alternativas a los modelos vigentes" en el Continente denominados "neoliberales" o "neoconservadores", elementos comúnes a todas las organizaciones y partidos políticos que con la excepción de Cuba, son opositores a los gobiernos respectivos actuales.

Con los antecedentes de los Encuentros realizados en San Pablo y México en los años 90 y 91 respectivamente y con el aporte del seminario realizado en Perú en Mar 92, dió comienzo el IIIer Foro.

El presente trabajo está compuesto por los siguientes items.

- Separador Nro 1 - Desarrollo
- Separador Nro 2 - Fotografías
- Separador Nro 3 - Nómina de asistentes y bibliografía

Los discursos fueron en su mayoría breves, no superaron los quince minútos en una primera rueda y en las siguientes intervenciones se concediron entre tres y cinco minútos, con el fin de agilizar las deliberaciones.

En el inicio del Encuentro se le dió la palabra al representante del PC Cubano ABEL PRIETO que sentenció diciendo. "El capitalismo no tiene posibilidades de solución para nuestros problemas ya que nuestros pueblos son cada vez más pobres, con más hambre, desocupación y marginación y no estamos con las visiones fatalistas que nos ponen de rodillas, debemos sustentar procesos globales, reelaborar las propuestas, el reto es captar las necesidades de la gente y marcar un rumbo claro, antimperialista y anticapitalista, debe tomar elementos transformadores y nacionales en la defensa de sus intereses.

"Cuba sigue adelante y demuestra que se puede concebir un modelo alternativo, socialismo significa independencia y patria, es nuestra única posibilidad de seguir adelante".

Le siguió en el uso de la palabra FRANCISCO JOVEL, Comandante General del FMLN de El Salvador, expresando. "Los compromisos de paz firmados, da al proceso en El Salvador una característica muy importante y se podría resumir en lo siguiente; no habría posibilidad de concretar las transformaciones políticas y que éstas sirvan de base para poder introducirse importantes transformàciones económicas que sirvan a su vez de base para experimentar en nuevos modelos de desarrollo del ámbito popular si no se hace en una cotidiana y tesonera lucha. Y en éso estamos empeñados a todos los niveles y en todas partes, con nuevos métodos, estamos aprendiendo a usar ésos nuevos métodos y yo puedo asegurar en éste Foro que no obstante las crisis momentáneas que se han presentado en cuanto a la ejecución de los acuerdos éste bloque de fuerzas democráticas han logrado que se vayan ejecutando los acuerdos, que podríamos decir que es hasta hoy satisfactorio".

"Aunque no nos podemos descuidar, un día de descanso para las fuerzas democráticas (FMLN) en las actuales circunstancias puede significar la amenaza de romper o de obstaculizar por un importante tiempo los acuerdos. Nosotros estamos concientes de que tenemos un calendario político establecido que nos obliga a no dormirnos un sólo día en ésta lucha, estamos enfrentados en una situación en donde después de éste año tendremos que librar una gran tarea de consolidar lo ejecutado, ya que conociendo a la derecha y a los sectores oligárquicos de El Salvador no bastará que se cumplan los acuerdos mientras dura el cese del fuego ya que después vendrá una tarea absolutamente nueva donde la profundidad y la solidez con que se hayan ejecutado los acuerdos facilitará que se consoliden éstos durante el 93. Lo que a su vez abrirá posibilidades para después de una guerra tan larga y prolongada como la que hemos vivido en la que nos enorgullecemos en el sentido

de que nunca fuimos una fuerza derrotada y si la fuerza que ha dado la posibilidad para que se produzcan las transformaciones políticas que se están llevando a cabo acorde a las situaciones de Centroamérica y el mundo".

RICARDO VALERO, Secretario de Relaciones Internacionales del PRD de México, dijo. "La defensa de la soberanía y la voluntad de respetar la demanda popular y la autodeterminación de los pueblos y la unidad y cooperación de los pueblos de latinoamérica y El Caribe, conjugan nuestra definición esencial de nuestro pensamiento político".

MARCO AURELIO GARCIA, Secretario de Relaciones Internacionales del PT de Brasil, expresó. "LULA DA SILVA debido a las luchas que se están llevando a cabo en Brasil no pudo estar presente en éste Foro".

"Llegamos a la tercera reunión del Foro de San Pablo y es una reunión de gran importancia y es la prueba de que nosotros pudimos impulsar un proyecto que tiene dos componentes con los cuales no siempre convivimos muy bien en el pasado, los componentes de la unidad y los componentes de la diversidad, que han sido las marcas de éste Foro, porque han sido la gran marca de las organizaciones de izquierda de América Latina, ésto representa una autocrítica profunda y una contribución extremadamente positiva, particularmente en el momento actual en que nosotros vivimos, cuando la ofensiva neoliberal produce los resultados perversos desde el punto de vista económico, sino que se traduce, que es lo más grave, en una victoria ideológica que debe ser parcial, pero debemos de reconocerla como tal, justamente para reciclar nuestras posiciones, es decir, nuevas alternativas como propone el tema central de éste encuentro".

Cuando estaba hablando el dirigente del PT se produjo una irrupción y "toma del Foro de San Pablo" por parte de estudiantes universitarios sandinistas que al grito de "...6% yá", interrumpieron por más de veinte minútos las deliberaciones del Encuentro. Explicaron que están en plan de lucha para que el gobierno de VIOLETA CHAMORRO otorgue el 6% del presupuesto para la educación. Los jóvenes, unos 40 aproximadamente cantaban y pedían colaboración para su lucha. Vestían algunos con ropas de combate y otros estaban encapuchados (ver fotografías).

El día 20 Jul 92, el sector juvenil junto a ex combatientes y choferes de ómnibus protagonizaron un enfrentamiento con la Policia quien los desalojó con gases y disparos de armas de guerra, interviniendo inmediatamente el Ejército.

NARCISO ISA CONDE, Secretario del PC de República Dominicana, manifestó. "El proyecto alternativo de hoy específicamente destinado a superar las estructuras vigentes y los modelos de democracias restringidas en procesos de agotamiento es esencialmente revolucionario

aunque en su período inicial no deberá ser integralmente socialista. El socialismo debe ser sudor, pero no su programa inicial, el proyecto democrático revolucionario en lo inmediato debe ser una respuesta inmediata y concreta a la crisis, alas estructuras y a los modelos vigentes. Las disputas en el terreno de lo democrático es una impronta de los nuevos tiempos y son indispensables los programas que contemplen líneas de democratización que alteren y desplacen el poder permanente antidemocrático".

El dirigente del PRT de México comenzó haciendo una crítica a los modelos del socialismo real que se derrumbaron, "...la economía que existía en la URSS eran más una economía de comando, es decir una economía burocráticamente definida, en la correlación de fuerzas en la que nos encontramos en la actualidad es muy dificil pensar que nuestra alternativa al neoliberalismo es la planificación democráticamente practicada, sin embargo los cantos neoliberales al mercado tienen una gran falla, se dijo que el gran mercado ha subsumido a los demás, sin embargo en nuestros países una proporción extremadamente reducida tiene acceso al mercado formal. Si en Europa los yupies socialdemócratas y tecnócratas han construido la famosa teoría de la sociedad de los dos tercios, que según ésta visión existen dos tercios de la sociedad con capacidad de consumo, el otro tercio no tiene la menor importancia si de repente desapareciera no afectaría en nada al proceso productivo, más aún si se entiende que una parte de ése tercio son inmigrantes del Tercer Mundo. En nuestros países es a la inversa, existe una sociedad de un tercio que tiene acceso al mercado formal y los dos tercios viven en la periferia de la producción y en algunos países la proporción es aún más aterradora. Se introdujo posteriormente en el debate sobre los contenidos de la democracia y valoró el término de "democracia ecologista", usado por FIDEL CASTRO, "...ésta democracia reclama el derecho que tienen los ciudadanos de decidir sobre un aspecto fundamental de vida o muerte, cuales son las relaciones que debe establecer el ser humano con la naturaleza, se refiere a una democracia solidaria y más igualitaria que la existente en el capitalismo...".

Intervino en el debate el MAS de Venezuela, diciendo. "...la crisis comenzó desde el 'caracazo", y todavía es una crisis no resuelta y ha pasado algo recientemente que demuestra el grado de ingobernabilidad, el Senado de la Nación votó por unanimidad el rechazo a la solicitud del presidente para ir a la cumbre iberoamericana de Madrid, hasta el partido del gobierno votó en contra del permiso a viajar".

"En los escenarios de los años 90 hubo un avance de la democracia formal en el Continente, en el sentido de que fueron desplazadas las dictaduras en las mayorías de los países, pero que ése avance

formal de la democracia se hizo sobre un piso social, económico tan endeble que dió como resultado una democracia de extrema fragilidad, tanto así como que con poco tiempo ése cacareado romance democrático que recorría todo el Continente está dando muestras de crisis que como en nuestro país, más que una crisis de gobierno es una crisis de sistema político, y crean desarrollos contradictorios cuyos destinos no está fatalmente decidido y puede haber desarrollos regresivos".

JAVIER IGUIÑIZ del MAS de Perú expresó brevemente un tema que produjo polémica, referente al debate de las democracias actuales en el Continente, aseveró que éstos modelos socioeconómicos nos han hecho a los latinoamericanos mucho más pobres conspirando ésta situación en contra del crecimiento, pero a su vez estamos menos oprimidos". La frase generó un par de críticas, ya que éste dirigente no tuvo en cuenta el golpe de Estado en su propio país".

JAVIER DIEZ CANSECO, Senador del PUM (Partido Unificado Mariateguista) del Perú dijo que "...éstos procesos neoliberales están desembocando en situaciones de ingobernabilidad en América Latina y una creciente militarización en las regiones, ya que si nó éstos proyectos pueden fracasar si no se aplica la fuerza. Estamos asistiendo a un repliegue de los Estados en las funciones básicas y lo acompañan un creciente vacio de poder, que es llenado por la militarización de la sociedad y con políticas de sobrevivencia". Llamó a que los partidos populares nacionales intenten ocupar ésos espacios y vacios de poder dentro del Estado".

En lo que respecta a los partidos de la delegación Argentina integrantes del Frente del Sur, Encuentro Popular, Partido Intransigente, Partido Comunista e Intransigencia Popular se presentaron como bloque político, en tanto los restantes, el MTP, POR Posadista, Frente por la Democracia Avanzada, el Movimiento Los de Abajo se hicieron presentes en forma independiente.

El dirigente de Frente de Democracia Avanzada, JORGE MAKARZ, no tuvo una participación constante en los días de trabajo, más que nada se dedicó a la tarea de relaciones políticas y tuvo una breve intervención resaltando las dificultades de la "democracia formal en la Argentina, el rol del Estado se está desdibujando con el actual gobierno nacional, sentenció". Mantuvo una larga converzación con el dirigente europeo ERNEST MANDEL, uno de los más altos teóricos de la IV Internacional trotskista.

En tanto MARTA FERNANDEZ DE BURGOS referente del Movimiento Todos por la Patria, se dedicó junto a su acompañante a juntar firmas de solidaridad para con los presos de La Tablada. Estas firmas acompañan a un breve texto pidiendo la libertad, y se constituirá en una solicitada que aparecerá en Buenos Aires a la brevedad.

MARTA FERNANDEZ no tuvo inte[illegible]ción en el desarrollo del Foro, sólo estuvo participando como [illegible], escuchando y votando las resoluciones propuestas. Ella fue l[illegible] que más trabajó ya que su acompañante se dedicó a repartir el texto de la futura solicitada y en algunos casos a discutirlo.

El MTP quedó medianamente conforme con el resultado del Foro.

El término medianamente se explica de la siguiente manera. Ellos habían preparado un texto ante el grupo de trabajo del Foro para que se incluyera en los pronunciamientos políticos del mismo, pero cuando la delegación Argentina leyeron el texto y observaron que sólo se refería a la situación de los presos políticos, le comunicaron que tenían diferencias e intenciones de modificarlo, incorporando la situación política nacional y social. Así se hizo, y MARTA FERNANDEZ vió como su pedido de libertad quedó como un punto más dentro de una carilla de reclamos. MAKARZ lo rubricó sin estar conforme y un integrante del POR Posadista, GUILLERMO MARINO dijo que no estaba de acuerdo por lo tanto no lo firmó. El resto de los integrantes del Foro de San Pablo firmó la declaración sobre la "situación de la Argentina", que entre sus párrafos centrales denunció la amenaza del Presidente MENEM sobre la posibilidad de que en la Argentina vuelva a haber desaparecidos, concatenando éste tramo con el pedido de libertad de los presos políticos de La Tablada y Descamisados.

El delegado del POR Posadista, GUILLERMO MARINO se mantuvo permanentemente junto a dos delegados de Colombia, uno identificado CARLOS GARZON y también junto a RAUL CAMPANELLA del Uruguay. Cabe destacar que MARINO en los Encuentros anteriores se hacía llamar MARCELO CATANEO y ahora según se dijo que MARINO es su verdadero apellido.

Finalmente en lo que atañe a los argentinos, no pudieron presentar el video del Seminario sobre el "CHE" realizado en Rosario, debido a problemas económicos.

Al concluir el segundo día hubo algunas intervenciones para referirse a situaciones especiales en los países del área, en la oportunidad un dirigente de la FARC denunció, "...el Estado es el principal generador de violencia en Colombia, su autoritarismo excluyente su política económica social golpea a la mayoría de la Nación. Su desafiante corrupción en la administración de la cosa pública y por sobre todo su diseño de guerra sucia que institucionalizó y permitió los denominados grupos paramilitares escuadrones de la muerte, las torturas, las desapariciones forzadas, los asesinatos políticos y toda suerte de actividades arbitrarias contra la población nacidas en la concepción de la Doctrina de Seguridad Nacional y de la práctica de la guerra interna, ubican en el Estado colombiano y en su régimen político el gran problema de la crisis que afecta a nuestra Nación".

El Comandante DAGOBERTO GUTIERREZ, en converzaciones aparte del plenario se reunió con un grupo de plenaristas que querían conocer de manera más directa los planes del FMLN de El Salvador con el nuevo esquema de "concepto de poder". Expresó, "...en el marco del nuevo concepto de revolución, que parte de una negociación, producto de un equilibrio de fuerzas, aspiramos a convertir la fuerza revolucionaria en un bloque de poder alternativo al poder histórico de la oligarquía. En nuestro concepto anterior de revolución, aspirábamos a la toma del poder total, que implicaba transformar la sociedad desde Estado centralizador. Eso presuponía que el gobierno debía estar en manos de las fuerzas revolucionarias de manera permanente para hacer las transformaciones sociales necesarias para que emerja un nuevo El Salvador. En nuestro esquema de revolución moderna, debemos separar el poder político de gobierno del poder global permanente. Esto implica convertirnos en fuerza política, social, económica e ideológica que no dependa del gobierno para subsistir y seguir desarrollándose. Esto garantiza la necesaria alternabilidad del poder político de una sociedad democrática y pluralista con predominio civil".

En el tercer día de deliberaciones se les dió el uso de la palabra a los delegados extra continentales, se los categorizó como observadores. Así fue como el primero en hablar fue ERNEST MANDEL, lider de la IVta Internacional.

"Las direcciones políticas de la social democracia de España, Francia, Holanda, Australia, Suecia, Venezuela, no soalmente han apoyado, sino que han iniciado ésa política de auteridad antiobrera, han aumentado las dificultades de la clase obrera en todos éstos países. Esa capitulación de la social democracia internacional se haría a los efectos ideológicos, políticos de la crisis del sistema, para desacreditar cualquier idea de verdadero socialismo. En los ojos de las grandes mayorías de las masas, no ha fracasado la política de cambio, de conquistas graduales del movimiento obrero, pero si han fracasado las dos grandes variantes históricas de iniciar una nueva sociedad sin clases, diferentes a las actuales sociedades. El hecho de que las masas reconocen el aspecto negativo de lo que existía en la URSS trae una situación muy nueva en el movimiento obrero internacional. Pero se equivocan, lo que ha ocurrido en ésos países no es el producto del marxismo, del comunismo, del socialismo, de la revolución, sino que es el producto de la contrarrevolución sangrienta, pero el hecho de que las masas se equivoquen, es un hecho, y éso explica fundamentalmente lo que llamamos, la contradicción principal de la situación mundial".

"De un lado, las masas siguen luchando y van a continuar luchando, y en algunos países más que en el pasado, pero son, luchas fragmentadas, discontínuas y sin objetivos políticos centrales. Esas luchas implican que la burguesía, que el imperialismo no es capaz de

aplastar el movimiento de resistencia a escala mundial. Pero si la burguesía no puede aplicar de un modo radical sus soluciones políticas, económicas y sociales, la clase obrera, al mismo tiempo, no está dispuesta, subjetivamente a aplicar su solución histórica, que aquella del socialismo. En ésta situación hay una incapacidad para aplicar por parte de las dos clases sociales, de imponer su solución histórica, es por ello que vamos a vivir grandes períodos de crisis, de caes dicen algunos, un desorden mundial que va a perdurar con todas sus implicancias que no son de ninguna manera positivas. La tarea principal de los comunistas y los socialistas en ésta situación, es la de intentar que se reestablezca la credibilidad del socialismo, de la conciencia y de la sensibilidad de no sólo pequeños grupos de vanguardia, sino de millones de hombres y mujeres a escala mundial, y ésto es irrealizable sino tenemos las principales necesidades de las masas".

Hiso uso de la palabra ZUHDI TERZI de la OLP. Agradeció la invitación y trasladó el saludo de ARAFAT para con DANIEL ORTEGA y pidió la paz para todos, luego dijo que la situación en Medio Oriente sigue muy tensa debido a las políticas inhumanas de los israelíes,"... nosotros consideramos que el precio para conseguir la paz nunca es considerado como demasiado alto...".

Luego de las intervenciones de los observadores, ya en horas de la tarde del tercer día de trabajo, se dió lectura a la "Declaración de Managua" que es el título del documento principal del Encuentro. La sóla lectura detenida del mismo demandó más de dos horas, y practicamente no hubo modificaciones de fondo, sino más bien de estilo de redacción.

También se entregó en ésta oportunidad el documento del seminario taller realizado en Perí en Mar 92.

El 19 Jul 92 se conmemoró un aniversario más de la "revolución sandinista, y por ése motivo todos los integrantes del Foro de San Pablo participaron del acto realizado en la Plaza de la Revolución.

DANIEL ORTEGA pronunció el discurso central para unas 30.000 personas aproximadamente.

"Una lucha que reviste el carácter estratégico para éste país y que marca una alternativa económica para los pueblos latinoamericanos, y el de la lucha que estamos librando en favor de la propiedad agraria, en favor de la democratización de la propiedad y de las viviendas populares, ésa lucha está planteada. Ya que con la devolución vamos a beneficiar a más de 125.000 familias campesinas, y son sujetos nuevos en nuestra sociedad. Pero el capitalismo salvaje que se quiere meter en nuestra patria, quiere arrebatarle la tierra a ésos campesinos, a las cooperativas, y lo hacen utilizando diferentes recursos, con artimañas jurídicas y con la fuerza, y han tratado de utilizar al Ejército Popular Sandinista, pero no han quedado satisfechos, ya que

los campesinos resisten, y la Policia se niega a actuar como la Policia de los Angeles, en los EEUU, por éso los yanquees quieren para Nicaragua una Policia como la de los Angeles, aceptaríamos nosotros una Policia como la de los Angeles, o una Guardia como la de ZOMOSA?.

"Si bien es cierto que nosotros estamos por una lucha cívica y pacífica, vamos no obstante a responder en el terreno que nos provoquen, y si nos quieren imponer una Policia y una guardia somocista ahí estaremos de nuevo empuñando los fusiles como los empuñamos para derrotar a la dictaaura de ZOMOSA".

Finalizado el acto, los delegados del Foro se trasladaron al hotel donde descansaron hasta las 1600 hs, que fue la hora de reiniciar las deliberaciones finales.

En ésa instancia del Encuentro se planteó un debate sobre las políticas del Foro de San Pablo con referencia a si el mismo debía o nó pronunciarse sobre cuestiones inherentes a otros continentes, tales como IRAK, PALESTINA, LIBIA, COREA DEL NORTE,etc. En ése asunto el grupo de trabajo que deliberó aparte del plenario del Foro no logró unificar criterios y fue así como el problema se debatió en el recinto del Encuentro.

Luego del debate se produjo una votación y ganó la posición que propone pronunciarse por los temas extracontinentales.

Finalizado el Encuentro, se aprobó que el próximo se realice en la primera quincena de Jul 93 en La Habana, Cuba, siendo el Partido Comunista el anfitrión.

ORIGEN: Propios Medios VALORIZACION: A - 1

entrevista realizada por Osvaldo Maidana.

001

NNM ; RICARDO COHEN CPAPO

NNM : No decime fueron en España acá

R. C.; Ahí está del 21 al 28 de julio de este año se realizó la tercer conferencia internacional de Partidos y organizaciones Marxistas Leninistas, los participantes de esta tercer conferencia internacional fueron los siguientes partidos y organizaciones: La organizacion Marxista Leninista de Afganistán, Partido Marxista Leninista de Alemania, Partido Comunista Revolucionario de la Argentina, Pan, Africanic Congress de Sudafrica, organización Comunista de España, Partido Comunista de las Filipinas Organización Comunista de Luxemburgo, Grupo Marxista Leninista de los Paises bajos. Partido comunista del Perú (Patria Roja), Nucleo de Paridos Comunistas Revolucionarios del Uruguay, Equim Octubre de Turquia, esta tercera conferencia que ha reunido once organizaciones

NNM ; Fueron invitados me decias

R.C. : Si nosotros realmenteteniamos en estos últimos añoshabiamos conocido algunos de los partidos y organizacionesque se puede decir que

NNM : El pueblo argentino

RC : A partir del año 87 nosotroscuando salimos de la carcel miramos al mundo y pensamos que nuestra corriente había sufrido un golpe muy grande y que no conocíamos digamos otras organizaciones y en el año 87 conocimos al Partido Comunista de la Argentina o sea nos volvimos a encontrar fue un partido muy solidario con nuestro partido y con la lucha del pueblo uruguayo sobre todo en el período del año 73 al 76 y posteriormente nos han visitado marxistas Leninista de Alemania de Noruega de Perú en distintas oportunidades y de alguna forma entendimos de que habia grandes coincidencias en cuanto a los puntos de vista sobre la situación mundial sobre las tareas del movimiento Obrero y fundamentalmente diría lo que caracteriza a la corriente que se agrupa sobre la base del Marxismo Leninismo y sobre el pensameinto de MAO, el maoismo en nuestro caso es la forma en que lo caracterizamos que es la lucha contra el imperialismo y tambien contra el revisianismo mederno digamos la gran caracteristica que ha tenido la corriente historicamente y que surge justamente a partir de la polemica de la lucha del Partido Comunista Chino con MAO TSE TUN al frente en contra de la restauración capitalista en el Partido Comunista de la Union Sovietica digamos ha habido se puede decir

NNM; Vos habías hecho una evaluación más o menos del Partido y la caida del ....

RC : Ahi está de la caida nuestra

NNM : No,no de la caida del bloque sovietico como quedó la historia y como quedó presentado el panorama

RC : es interesante

NNM ; Es una referencia de los problemas de China hoy

RC : es interesante es decir han pasado desde el comienzo de la lucha contra el revisionismo moderno o sea el revisionismo Crusoviano de alguna forma o lo que se puede haber llamado el revisionismo sovietico es decir esa lucha agrupó a partidos practicamente en todo el mundo que se plegaron digamos al movimiento de lucha de que lanzó MAO, de defensa del Marxismo Leninismo y de una lucha firme y de principios contra el imperialismo, no,hay que ver lo que fue para el movimiento revolucionario a nivel internacional la tesis de CRUSOF de cohesistencia pacifica con el imperialismo de quitar de las premisas revolucionarias el tema de la revolución violenta el establecer relaciones del tipo del imperialismo con los demás paises socialistas con los paises tercermundistas como lo anunció el Che GUEVARA EN LA Conferencia de lo paises no alineados en la que dijo que entre los paises socialistas y los paises que se liberaran que luchaban por su liberación tenía que haber otro tipo de relaciones, en la defensa digamos del papel de los Partidos Comunistas como partidos

00176 9208544

-MCPR. _ MAOÍSTAS
- PCR _
-MPCR,- Núcleo Partido Comunista Revolucionario.

RC : Revolucionarios de primera linea es que se agruparon entodos los paises Comunistas en general escindidos de los viejos Partidos Comunistas y se puede decir que ese desarrollo fue muy importante sobre todo hasta la muertes de MAO y los sucesos en China que consideramos también en gran retroceso y graves peligros para el Movimiento Comunista a partir del ascenso de TEN SIO PIN estubieron también por esa época hubo unagran división de esta corriente en torno a la nueva polémica que planteo en Veroza el Partido Alvanez, en américa Latina se nota inclusive esa división hay cuatro o cinco grandes partidos como el Partido PSO de Brasil, que como partidos de Ecuador, Venezuela o México que siguen en este momento se podría decir la linea Alvaneza eso creo un gran debilitamiento de esta corriente a nivel mundial, por otro lado los golpes de la reacción , e tos partidos como el nuestro hemos luchado contra el fascismo contra el imperialismo ybueno hemos dejado también, partes de nuestras fuer en esa lucha digamos que estamos en estos momentos se podría definir de agrupamiento de las fuerzas mas sanas y avanzadas a nuestro enten del movimiento comunista internacional de partidos que no dependen de ninguna potencia de ningun país, que se han desarrollado en las mas duras condiciones, guachos se podria llamar a alguna forma o los cachorros guachos dle maoismo como dice algun compañero que cada uno se desarrolló, por la de él, defendiendo lo mismos principios pe en forma dependiente, y que bueno que es hora en estos momentos de crear unnuevo faro en lo que es el Movimiento Revolucionario donde nosotros podamos aportar digamos la experiencia,.diversa digamos que tiene este movimiento en lso distintos países.

NNM: Anora, en otra referencia.--- .cómo esta hoy el PCR en el Uruuguay que estaba haciendo, para donde estan dirigiendo la extrategia política?

RC :Nosotros nos encontramos en un periodo, como partido, el nucleo del Partido Comunista Revolucionario, como le llamamos, por un periodo l vamos a llamar asi hasta que tengamos la seriedad o la organización que merece, que merezca el nombre del Partido, nosotros estamos en u período de organización y reconstrucción, entrar en este periodo nos llevo desde el año 85 o sea cuando salimos d ela carcel y nos encont mos conlso compañeros del exilio y compañeros que habian quedado en la semi-legalidad o clandestinidad acá, fue un período muy duro don también surgieron dificultades y digo principalmente dificultades pr pias de los distintos caminos que adoptaronlos distintos camaradas m representantivos de nuestro partido, la influencias ideológicas de esas distintas ideológicas, algunas modas europeas, problemas de tip personales, problemas crisis personas yo diria, que generan la obsió de ideologicas y teorias que se amolden a la crisis personales de distintos camaradas, que cuando emprendieronla lucha eran gente muy joven, y que la dureza de la lucha anti-fascista los hizo de alguna forma buscar, formas más conciliadoras más tenues de luchas de clases, que diriamos que es una cosa que nosotros jamas vamos a aceptar, osea que entendemos que la lucha anti-fascista a mostrado la crueldad de la lucha de clases en determinados momentos en antagc nismo y un partido que se plante ser revolucionario , y de la

clase obrera tiene que asumir la lucha en todos los aspectos
a pesar de ello fueron muy grandes las dificultades hay que ver
el periodo de clandestinidad de semi- legalidad y dictadura fue
un periodo se podria decir dem 15 años que no generó las mejores
condiciones teóricos para el estudios de los compañeros, para el desarrollo
conocimiento ideologicos, y bueno ese problema también estuvieron
presentes en este periodo, digamos se puede decir que apartir del
año 88 nosotros encaramos más seriamente después de las experienci
con el encuentro de militantes sindicales, e intentos
de conformación de partidos conotros grupos encaramos ya como corri
ideologica la reconstrucción de nuestro partido retomamos nuestra
historia, que es una historia modesta pero de entrega absoluta a
los intereses del pueblo,

NNM: .Cómo vez como integrante del Partido Comunista,

RC : Si yo soy Secretario Politico del Secretariado Especial.

NNM: Digamos los fundamentos que se manejan en torno a la renovación de la historia.

RC: Si nosotros en este momentos podemos decir que, hay un proceso
digamos vinculado a la crisis del Partido Comunista de la U.Soviet
un partido que concideramos que era revicionista,en un periodo de
Cruochoc hasta acá o sea posterior a la muerte de Estanling hay ur
proceso al derrumbarse ese Partido al derrumbarse todo lo que seri
una organización internacional de partidos, hay un proceso de reacc
modo del oportunismo, hay que entender que era una corriente oport
nista revisionista, es una corriente que tomaba las formas de un
partido socialista pero que llevaba adelante una política reformist
conciliadora y al servicio de una potencia, de una gran potencia
imperialista que incluso invadia paises de la zona a donde estaba
ubicada, y bueno en el oportunismos yo diria que hay un fenomeno
principal que surge fundamentalmente a partir de la Perestroica
hay una renovación que implica tomar la tesis fundamental de Brei
o sea no hay nada nuevo lo que hechos inventan en elmovimiento obr
es decir Breisken cuando indica su nueva teoria dice debemos pa-
recernos es decir estamos hablando del periodo previo de la primer
guerra mundial allí Bresken cuando ve que la lucha interimperialis
ya es inevitable y que cada partido se debe definir si esta realme
con su burguecia para enfrentar a los proletarios de otros paíse
o no, Berting plantea bueno llego el momento que los debemos pare
más de que realmente somos y menos de lo que decimos que somos
eso, es unamáxima de Breisken que en este momento estn aplicando l
renovadores nosotros incluso en alguna polémica de las pocas que
se nos han permitido intervenir nosotros, decimos si ustedes dicen
que el marxismo es viejo pero ustedes utilizan fundamentalmente la
teoria de Breiskem, y nos han reconocido que si o sea que hay
cosas que tienen un siglo y medio y que ademas nos han llevado a
la destrucción de los movimientos obreros.

NNM: .Te parece wque acá en Uruguay puede fundamentarse esa corriente a nivel de la izquierda, que puede tener arraigo?

RC: Si yo pienso que esta corriente digamos, que esta corriente esta condenada al fracazo total, lo digo porque han nacido, es como si un avè ·rminada necesita determinadas condiciones para que sus huevos den un hijo, osea en este momento en el mundo se estan agudizando las contradicciones fruto de una gran concentración del capital, se estan fucionando y quebrando por miles las grandes empresas monopolicas imperialistas y se prepara una nueva ofensiva contra los paises oprimidos ycontra los pueblos del mundo incluso una cosa que es un hecho muy a favor de nuestros pueblos oprimidos que es que en este momento el imperialismo no encuentra una solución para su propia clase obrera,, en estos momentos hay grandes , una cosa que nosotros no conociamos sinceramente porque teniamos muy poca información , hay grandes fenomenos sociales muy parecidos a los nuestros en el propio seno del imperialismo o sea en el propio EE.UU , fundamentalemtne podemos hablar de Europa tenemos datos oficiales por ejemplio, en España donde practicamente uno de cada cuatro obreros es contratado que ni siquiera es efectivo,donde hay una desocupación que llega en algunos países europeos hasta el 20%, en Europa hay desde guerra hasra fenómenos de refugiados como hacia muchos años dque no habian existido, fenómenos de drogadicción, impresiionante, fenómenos de desocupación social tremendos es decir podemos dar el dato de una fabrica que conocimos la Bayer en estos últimos años paso en una de sus empresas digamos una de las más importantes quizas de 60.000 a 36.000 obreros digamos que hacen esos 30.000 obreros despedidos, vivir de los seguros de desempleos seguros que estan amenazados actualemtne porque el gran capital necesital de todo ese capital para concentrarlo para integrar la máxima técnologica a su producción y liquidar todo tipo de competencia de sectores no monopólicos incluso de otros sectores monopólicos, digamos en este momento tarde piaste a esta corriente estan enfrentando una situación incluso en países de América Latina de grandes prestigios de esta famosa democracia que nos han querido vender, por la que hemos luchado, de la cual apreciamos las libertades, pero sabemos que no nos podemos quedar en esto, porque esto no ha resuelto el problema de hambre de millones de niños ni de personas, ni de problemas de trabajo ni el problema de vivienda y digo y en este momento digamos este tipo de revisionismo de reformismo, digamos como corriente, es decir no tiene practicamente una base más allá logicamente siempre habra fondos de países imperialistas dispuestos a que determinadas corrientes se desarrollen.

NNM: Julio de 1992 la Tercera Conferencia Internacional de Partidos de Organizaciones Marxistas-Leninistas. ¿Dónde fue?

RD: En España, es decir los temas que trataron, en los distintos días de la Conferencia, estuvieron vinculados el Primer punto se analizo el derrumbe de la URSS y las concecuencias que eso tenia para el Movimiento Comunista Internacional. Segundo Punto fue acerca de la crisis del revisionismo contemporaneo como corriente ideologica y por lo tanto

lo nuevo digamos de esta situación de esta corriente entra en una crisis a nivel mundial. El Tercer Puntos que se trato es acerca del desarrollo de la economia mundial y su importancia a través de luchas de clases del proletariado de la cual se extraen conclusiones muy importantes digamos para lo que es la lucha de paises como el nuestro países oprimidos. el Cuarto Punto plantea las principales características de la situación mundial y las contracciones fundamentales, o sea acá se reafirma las contradiccion propias de la época del imperialismo como de Lenin por parte de todos los participantes o sea las contradicciones entreel proletaria y las sociedades capitalistas la contradiccion entre las naciones oprimidas y el imperialismo y las contradicciones entre los propios paises imperialistas,esto en el marco digamos de fenómenos nuevos logicamente, pero como contradicciones básicas dentro de un periodo historico en el que la base es la contradicción entre el socialismo y el capitalismo. Después una cosa muy importante para los paises latinoamericanos una muy buena

NNM : Es otro punto

RC : Si es otro punto, el quinto punto acerca de los quinientos años de la conquista de América y tarea del Marxista Leninista, este punto es muy importante para nosotros nos llena de alegria que de todos lo puntos del planeta digamos estvieran claro digamps como enfocar esto quinientos años como quineitos años de resistencia que contiñúas contra todo tipo de represión en estos paises, la reivindicación de la lucha de lo que fueron los que engendraron nuestra identidad nacional digamos los pueblos y naciones indigenas. El sexto punto es un punto muy importante también que es un fenómeno nuevo digamos para lo que es la tradición de la izquierda digamos, que es el tena ecologico y allí

NNM : Todos son importantes

005

RC : Ahí está esactamente, es un tema en el cual nos han aportado tremenda mente las experiencias de todos los paises hermanos y el cual se va atener que de alguna forma poner al día

NNM: Claro si es posible ver el tema del punto de vista del Movimiento Marxista Leninista

00208544

RC : Esactamente, esactamente ahí con los revolucionarios encarar correc mente este aspecto con otros movimientos ecologicos, incluso alguno financiados por el imperialismo van a tratar de que sean una especie de ejecutivo. El septimo punto es el de colaboración practica en el cual le exigen la independencia de cada organización de todo punto de vista ideologico politico pero también se toman puntos muy importantes para todo el movimiento revolucionario son los puntos de salida del GAT grupos de colaboración de los cuales queremos destacar que crea un clima de camaradería que alienta digamos el futuro de esta corriente. El Octavo punto que destacó la conferencia es también importante para nosotros los latinoamericanos porque el primer punto en cuanto al tema de la solidaridad es la solidaridad con el pueblo de Cuba y eso es reconocido por todos los Partidos que integran esta coriente en su lucha contra el imperialismo yanki así mismo también otros paises han sido incluidos en proximas campañas como Filipinas

Sudáfrica, el hermano pueblo de Perú, el de y bueno, ésta sería una síntesis mínima.

006/6

9208544

FECHA 25 2 93 INICIAL (RJ)

Procesado ... DPX

OBSERVACIONES ASUNTO

FECHA 24/03/93 INICIAL (RF)

Procesado ...

...RVACIO...

SECRETO

1/2

D. E. I..
E.M.P.200.CIE.-
081200/SET/992.-

MEMORANDUM DE ANTECEDENTES NRO.2686/92.-

I . EVALUACION: Se omite.

II . RESPONDE A: SOL. DE ANTES. NRO. 25/92.-

III . T E X T O: SE ADJUNTA 1 (UNA) HOJA.

IV . ACCION TOMADA: Confección del presente MEMORANDUM.

V . DISTRIBUCION:

ORIGINAL...........D.G.I.D.

COPIA Nro.1........ARCHIVO.

POR EL 200 COMANDANTE DE LA D.E.I.

EL J.E.M.P.200.CIE.D.E.I.

Tte.Cnel.

ELMAN CASTIGLIONI.

001/2

REFERENTE_A: VIERA GOMEZ BUERR, RUBEN DARIO
SE_REGISTRA: VIERA, RUBEN
DATOS : F.NAC. 21/05/47. DLIO.DURAZNO 1096 (E) PARAGUAY Y RIO NEGRO.
ANOTACIONES: AF. A LA U.J.C. Nro. 29.939 (1971).-

SE_REGISTRA: VIERA, RUBEN
ANOTACIONES: CUÑADO DE LA RECLUSA GLADYS REYES SANDENDORFER.

REFERENTE_A: ACOSTA FARIAS, MARIA LIA
SE_REGISTRA: ACOSTA, MARIA
DATOS : DLIO. PATULES S/N (DPTO.SALTO), 49 AÑOS 1961, OCUP. AMA DE CASA.
ANOTACIONES: AF. AL P.C.U. Nro.16.174 (1961).

REFERENTE_A: MENDEZ HERNANDEZ, CLAUDIO
SE_REGISTRA: MENDEZ HERNANDEZ, MILTON (POSIBLE FAMILIAR)
DATOS : C.I. 1.115.118, C.C. DBA 8335, F.NAC.28/09/28, DLIO. BATOVI 2292, OCUP.SECRETARIO DEL PTE. DEL B.P.S.-
ANOTACIONES: DETENIDO POR EL S.I.D. EN AVERIGUACIONES POR ILICITOS ECONOMICOS, ALOJADO EN G.A.5. FUE PUESTO EN LIBERTAD EL 31/12/73.-

N O T A : SE DEJA CONSTANCIA QUE PESE A LA SIMILITUD DE NOMBRES Y APELLIDOS PUEDE NO TRATARSE DE LAS MISMAS PERSONAS SOLICITADAS.

002/2 9208545

19 3 93 FE

Miles de alemanes marcharon en Rostock contra el racismo

BERLIN, 29 (EFE, ANSA y AFP). — Unas 13.000 personas —20.000 según los organizadores— participaron hoy por la noche de una manifestación antirracista convocada por organizaciones de izquierda en la periferia de Rostock (nordeste de Alemania), donde militantes neonazis atacaron albergues para refugiados extranjeros, durante cinco noches consecutivas.

La marcha de protesta, organizada por la Alianza de Acción Antirracista, recorrió durante más de tres horas el barrio de Lichtenhagen sin que se produjeran mayores incidentes entre los militantes de izquierda y los skinheads (cabezas rapadas) de la derecha xenófoba. Según informó la policía —que desplegó 3.000 hombres para afrontar una nueva escalada racista—, solo hubo enfrentamientos verbales entre las fuerzas de seguridad y los "autónomos", militantes de extrema izquierda.

La manifestación antinazi se inició en la residencia de demandantes de asilo de Rostock, que albergaba a unos 300 inmigrantes rumanos y vietnamitas, y que debió ser evacuada después de que cientos de extremistas de derecha intentaron asaltar el edificio desde el sábado al miércoles pasados.



Más de diez mil personas marcharon ayer contra el racismo, en Rostock, ante el albergue para inmigrantes atacado esta semana por grupos neonazis

♦ **Condena**

Con esta iniciativa, la Alianza "condenó de forma muy clara los sucesos ocurridos en Rostock y expresó su solidaridad con los refugiados y extranjeros que viven en Alemania", indicó un vocero de la organización creada a partir del resurgimiento neonazi. Cantando "extranjeros quédense, fuera los nazis", los manifestantes fueron protegidos por un cordón de seguridad organizado por los sindicatos de la región, el Partido Democrático Socialista (PDS) y una asociación de policías que adhirieron a la concentración.

Horas antes del inicio de la movilización, grupos de extremistas de derecha atacaron en la madrugada de hoy una docena de residencias para extranjeros en el este de Alemania, en territorio de la desaparecida República Democrática Alemana (RDA).

En Greifswald, unos 85 kilómetros al este de Rostock, la policía detuvo a cuatro jóvenes —de un grupo de quince— que habían lanzado piedras y "cócteles molotov" sobre un albergue ocupado por rumanos. Los neonazis fueron detenidos cuando intentaban penetrar en el edificio y habían comenzado a incendiar varios automóviles.

En Cottbus, en el estado federado de Brandeburgo, 300 efectivos policiales tuvieron que intervenir para dispersar a unos 200 derechistas que atacaron el centro de refugiados de la ciudad, en donde viven unas 1.000 personas. En una violenta recorrida por la zona, los "skinhead" incendiaron tres coches y destruyeron varias vitrinas de comercios y de casas particulares.

También hubo incidentes en localidades del oeste del país, en el estado federado de Baja Sajonia y en el Sarre, donde un grupo de desconocidos lanzó dos bombas "molotov" contra una residencia de asilados habitada por africanos y ciudadanos de la antigua Yugoslavia.

Desde el inicio de la actual escalada xenófoba, hace una semana, la policía detuvo a 70 personas que participaron en actos de violencia contra centros de refugiados.

Bomba en Hannover

HANNOVER, 29 (EFE y ANSA). — Dieciséis personas resultaron heridas, seis de ellas de gravedad, al estallar una bomba mientras se celebraba hoy un festival en el Lower Saxony's de Hannover, capital del estado alemán del mismo nombre, al que asistían unas 200.000 personas, sin que por el momento ninguna organización se haya atribuido el atentado, ni existan elementos que permitan a los investigadores identificar a los autores.

Un vocero policial informó que el artefacto explosivo estuvo escondido en un depósito metálico de basura, ubicado cerca del predio donde se desarrollaba el festival en el que se celebraba la fiesta anual de la ciudad.

La explosión arrojó trozos de metal y otros residuos hacia la multitud, que debió desalojar el lugar ante la posibilidad de nuevas explosiones. La policía informó que en ningún momento hubo llamados telefónicos advirtiendo sobre la presencia de la bomba.

La onda expansiva de la explosión hizo estallar los cristales de las casas y de los coches que se encontraban situados 30 metros a la redonda del lugar.

Los heridos, diez hombres y seis mujeres, fueron hospitalizados de inmediato y sus vidas no corren peligro, según el último informe de la policía. La fiesta, que debe proseguir mañana domingo, no fue suspendida por "temor a un movimiento de pánico entre los asistentes", indicó un vocero de la Municipalidad de Hannover.

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
SECRETARIA

1/7

OFICIO Nro. 1226/92.-LEUD/tg.-

REFERENCIA: ACOSTA MARTINEZ Gabriel y otros
ANOTACIONES: Si registran.-
-SE SOLICITAN-

SEÑOR SUB-DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.

Por el presente y por donde corresponda, solicito a usted, si así lo estima conveniente disponer se informe a esta Dirección Nacional si las personas mencionadas en listas adjuntas aspirantes a ingreso en J.P.M. solicitados por Oficio Nro. 1346/92 y Oficios Nros. 733/92 y 739/92 de la Dir. Nal. de Policía Caminera,D.N.C.P.Y.C.R.-

Saluda atentamente

EL DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
INSPECTOR ... RAUL HUMBERTO CLAVERIA

16/9/92
350

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha de Entrada 16 SET. 1992
Nº. de órden 9208547

15/09/92
SDI
9208547

001/7

NOMINA DE ASPIRANTES A INGRESO EN J.P.M. MENCIONADOS EN OFICIOS Nro. 1436/92.-DE I.D.A.T.Y.C.-

1) ACOSTA MARTINEZ Gabriel
C.I. Nro. 3.870.400-2 C.C. Serie EAA 45.376
F/N. 22.11.72 en Rocha
Dom. Javier de Vianna (Rocha)

2) BARRIOS FLORES Dora Ney
C.I. Nro. 1.962.456-2 C.C. Serie BDB 52434
F/N. 08.06.64 en Mvdeo.
Dom. Cerdeña 7055

3) CARRIL BIANCHI Fernando
C.I. Nro. 1.761.779-1 C.C. Serie BQA 20.003
F/N. 22.08.70 en Mvdeo.
Dom. Luis A. de Herrera 4518

4) CARTRÓ MORANTE Marco Antonio
C.I. Nro. 3.032.487-o C.C. Serie AVA 24.554
F/N. 23.06.74 en Colonia
Dom. Duvimioso Terra 1492 Ap. 1

5) CAYETANO Walter Serónez
C.I. Nro. 3.233.760-1 C.C. Serie TAA 51.660
F/N. 14.09.70 en Artigas
Dom. 12 de Octubre 218 (Tacuarembó)

6) BORTAZZO DINARDI Boris Daniel
C.I. Nro. 3.792.890-7 C.C. RAB 22.194
F/N. 24.02.74 en Durazno
Dom. Barrio Mirador (Durazno)

7) CORREA MENDEZ Deoclides
C.I. Nro. 2.670.097-1 C.C. Serie AKB 8.848
F/N. 28.11.67 en Rivera
Dom. Calle 4 Solar 200 Manz. 9 (Canelones)

8) CLAVERO ROSAS Luis Gustavo
C.I. Nro. 3.574.174-2 C.C. Serie RAA 9.838
F/N. 19.04.71
Dom. Barrio Hipodromo

9) DE SOUZA DEL RIO Sandra Mabel
C.I. Nro. 2.915.778-7 C.C. Serie BFB 6.619
F/N. 19.08.69 en Durazno
Dom. Wilson Ferreira 921 (Durazno)

10) DINARDI FERNANDEZ Humberto Carlos
C.I. Nro. 2.914.663-3 C.C. Serie RAB 20.049
F/N. 24.04.68 en Durazno
Dom. San Martín 428 (Durazno)

11) FERNANDEZ ARBELO Basilides
C.I. Nro. 2.007.312-8 C.C. Serie BTA 16.411
F/N. 30.10.64 en Mvdeo.
Dom. Pasaje 122 Nro. 1232

12) FERNANDEZ ROCHA Cristina Lilián
C.I. Nro. 1.973.175-3 C.C. Serie BKB 14.414
F/n. 10.12.67 en Mvdeo.
Dom. Cufré 1717 -Rta. 1 Km. 27.500 Manz. 82 Solar 2 (San José)

./...

./..13) GARIN MENDIETA Iris Roxana
C.I. Nro. 3.148.151-2 C.C. Serie OEB 2.041
F/N. 31.12.70 en San José
Dom. Ruta 1 Km. 49.300 (San José)

14) JAIME CASTLLUCCI Mónica Cristina
C.I. Nro. 1.932.898-2 C.C. Serie BCC 3.857
F/N. 28.09.70 en Mvdeo.
Dom. Palermo 5685 Block "A" Ap. 205

15) GONZALEZ BRAGA Sandro Anibal
C.I. Nro. 3.298.468-4 C.C. Serie TAA 55.000
F/N. 22.05.72 en Tacuarembó
Dom. Gral. Rivera 637 Tacuarembó

16) LARREGUI GAMBOA Adolfo Ricardo
C.I. Nro. 4.077.755-0 C.C. Serie TED 6.135
F.N. 19.02.65 en Tacuarembó
Dom. Paysandú 936 Ap. 22 ~~Tacuarembó~~

17) RODRIGUEZ Robert Amaury
C.I. Nro. 3.672.030-1 C.C. Serie 14.261
F/N/ 02.12.70 en Tacuarembó
Dom. Ana Monterroso de Lavalleja 2071

18) SALAMONE LOPEZ Karim Gabriel
C.I. Nro. 3.804.754-1 C.C. Serie 35.218
F/N. 10.01.74 en Mvdeo.
Dom. Pasaje Celiaster 4943

19) SARACHO RODRIGUEZ María del Carmen
C.I. Nro. 1.787.835-7 C.C. Serie BRA 35.125
F/N. 18.05.57 en Durazno
Dom. Gioia 6224 bis Ap. 2

20) SOBRERA CHURI Fernando Robert
C.I. Nro. 2.788.425-3 C.C. Serie CQB 8.419
F.N. 29.01.69 en Mvdeo.
Dom. Colón S/N. Manz. 88

21) TORENA FRONTERA Isabel Cristina
C.I. Nro. 2.016.317-7 C.C. Serie CDA 72.119
F/N. 01.11.67 en Mvdeo.
Dom. Manz. 35 Solar 12 -Ruta 5 Km. 24,800 (El Dorado)

XXX-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-XXX

DIRECCION NACIONAL DE CARCELES PENITENCIARIAS Y CENTROS DE RECUPERACION.-

DEPARTAMENTO DE PERSONAL.-

Montevideo, agosto 28 de 1992.-

OFICIO Nº 459/92

OBJ.S/Sol.antec.

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO Nº3 DE LA DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA:

Por la presente solicito a Usted tenga a bien disponer lo pertinente a fin de que se informe a esta, si los ciudadanos que a continuación se nominan poseen antecedentes, en virtud de que los mismos realizan trámites de ingreso en esta Unidad Ejecutora.-

1) Jhony Leonardo BRAVO LOPEZ; C.I. 3.035.145-7; C.C. C.B.D. 5397; 21 años; Dom. Presbíteron Bentancor 833; Ciudad de San José.

2) Héctor Adrián LIRA DE LEON; C.I. 2.885.808-5; C.C. C.B.D. 5323; 21 años; Dom. 12 de Octubre 812; Ciudad de San José.

3) Norberto Próspero DE LOS SANTOS VIEIRA; C.I. 3.644.863-2; C.C. O.B.D. 5902; 19 años; Dom. Charrúa 1097; Ciudad de San José.

4) Eduardo Adrián ALBA FERREIRA; C.I. 3.625.841-5; C.C. C.A.C. 6923; 20 años; Dom. Rincón 178; Ciudad de San José.

5) Victor Eduardo ZORRIBA RODRIGUEZ; C.I. 2.614.087-4; C.C. O.B.C. 5642; 27 años; Dom. Di Martino 933; Ciudad de San José.

6) Angel Gastón SILVA CASANOVA; C.I. 3.274.451-9; C.C. O.A.C. 6643; 21 años; Dom. Rincón 380; Ciudad de San José

7) Henry Eduardo BRAVO DELGADO; C.I, 3.642.990-3; C.C. O.B.C. 6437; 19 años; Dom. Suiza 1039; Ciudad de San José.

8) Sergio Rudeber NANTES DE LEON; C.I. 2.630.124-0; C.C. O.A.A. 5161; 29 años; Queguay 921; Ciudad de San José.-

9) Michel Antonio LLALLERA DIAZ; C.I. 3.783.552-3; C.C. B.A.A. 34964; 19 años; Dom. Ituzaingó 721; San José.

10) Jorge Wáshington BAUZA MALLADA; C.I. 3.841.738-0; C.C. O.A.D.7440; 19 años; Dom. Canelones 608; San José.

11) Carlos Agustín ABREO MORALES; C.I. 3.583.155-4; C.C. O.B.D. 5256; 20 años; Dom. M. D. Rodrigues 837; San José.

004

920854 7

12) Carlos Américo CACHES RODRIGUEZ; C.I. 3.818.101-8; C.C. O.D.I. 616; 19 años; Dom. Villa Rodrigues; San José.

13) Luis Marcelo SILVERA BRAVO; C.I. 1.989.826-2; C.C. B.M.C. 5744; 20 años; Dom. 18 de Julios 264; San José.

14) Jorge Javier SOSA GONZALEZ; C.I. 3.454.725-2; C.C. O.A.A.7445; 19 años; Dom. Santiago Vazques 349 bis; San José.-

15) Alvaro Denis HERNANDEZ AMADO; C.I. 3.476.864-8; C.C. - Dom Ecilda Paullier.; San José.

16) Luis Alberto MONTES DE OCA; C.I. 3.429.943-1; C.C. O.A.C.6939; 19 años; Dom. Vidal y Canelones en San José.

17) Héctor Fabian BARRETO AGUIAR; C.I. 4.142.076-2; C.C. -; 20 años; Dom. Di Martino 1056; San José.

18) Luis Florentino MONTAÑO MARTINEZ; C.I. 3.622.938-5; C.C. P.B.C. 4797; 19 años; Dom. Establecimiento El Curupí 4ta. Sección del Depto de Flores.

l.a.

Saludalo a Usted atentamente.-

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO DE PERSONAL
Crio. [signature]
NERY TECCO VIERA

2/3/92

9208547

905

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE POLICIA CAMINERA

CNO. MALDONADO [illegible]
TEL. 54.05.77
FAX. 54.41.55

Montevideo, 27 de agosto de 1992.

DEPARTAMENTO DE PERSONAL _ OFICIO Nro.733 - AM/egd.

Señor Director Nacional de Información e Inteligencia.

Señor Director:

Solicito a usted tenga a bien in formar a esta Unidad si las personas que se mencionan registran antecedentes comprendidos en el inciso B. del Art. 39 de la Ley Orgánica Policial.

José Angel ABELLA TECHERA, oriental casado de 20 años de edad, Cédula de Identidad Nº2.998.710/2, Credencial Cívica Serie: FAA Nº43.643. Se domicilia en Pablo Zufriategui 920 esq. Dionisio Oribe perteneciente a la Secc. 1ra. de Treinta y Tres.

Fernando ORLANDER FERREIRA, oriental casado de 18 años de edad, Cédula de Identidad Nº3.644.666/4, Credencial Cívica Serie: n.B. Nº3.281. Se domicilia en Goethe 4559 apto. 2 esq. Petrarga.

Gervasio BARBE PEREZ, oriental, soltero de 18 años de edad, Cédula de Identidad Nº1.924.363/5, Credencial Cívica Serie: C.M.H. Nº 1122. Se domicilia en Calle 7 entre 5 y 50 mts. -Parque del Plata.-

Luis Gabriel MARTINEZ LLANES, oriental soltero de 18 años de edad Cédula de Identidad Nº3.761.957/9, Credencial Cívica Serie: RAB Nº22.170. Se domicilia en Rivera 657 esq. Eusebio Piriz.

Alejandro Fabián DELGADO BARRIOS, oriental, soltero de 16 años de edad, Cédula de Identidad Nº3.412.518/1, Credencial Cívica Serie B.U.B. Nº 27.255. Se domicilia en Ameghino 4258, perteneciente a la Secc. 19 de Montevideo.

Saluda a usted atentamente.

EL DIRECTOR NACIONAL DE POLICIA CAMINERA

Insp. Gral

JESUS Ma. MONGE CORRALES

SET. 1992

906

5/5/92 C

920854 7

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE POLICIA CAMINERA

CNO.MALDONADO KM.5117
TEL. 54.05.77
FAX. 54.41.53

Montevideo, 28 de agosto de 1992.

DEPARTAMENTO DE PERSONAL _ OFICIO Nº739 - AA/agd.

Señor Director Nacional de Información e Inteligencia.

Señor Director:

Solicito a usted se sirva disponer lo conveniente, para que por donde corresponda se informe a esta Dirección Nacional, si registran antecedentes comprendidos en el Inciso B. del Art. 39 de la Ley Orgánica Policial, las personas que se detallan a continuación, quienes gestionan ingreso a esta Policía en calidad de Agentes de 2da.-

Gustavo Guzmán VEGA RIOS, oriental, soltero de 25 años de edad, Cédula de Identidad Nº1.906.542/5, Credencial Cívica Serie:A.U.A. Nº18.962.-

Alejandro Fabián DELGADO BARRIOS, oriental, soltero de 18 años de edad, Cédula de Identidad Nº3.412.518/1, Credencial Cívica Serie: B.U.B. Nº27.235.-

César Daniel AMARILLO MAGALLANES, oriental, soltero de 18 años de edad, Cédula de Identidad Nº3.056.786/2, Credencial Cívica Serie: B.Z.C. Nro. 6.605.-

Saluda a usted atentamente.

EL DIRECTOR NACIONAL DE POLICIA CAMINERA

Insp. Gral. JESUS Ma. MONGE CORRALES

BAF.

FECHA: 2 SET. 1992

Pase al Dpto. -3- a sus efectos.

El JEFE DE LA SECRETARIA DE LA DNII.-

COMISARIO:

JOSE PEREZ NUÑEZ.-

SET 1992

9208547

5/9/92

007/7

ALEMANIA

Violentos ataques neonazis

La oposición socialdemócrata alemana pronosticó ayer el colapso de la coalición de gobierno cristiano demócrata-liberal y aseguró que está preparándose para llegar al poder. Nueva ola de violencia neonazi en por lo menos ocho ciudades del país: en Eisenhuettestadt, Brandeburgo, otro albergue para extranjeros resultó incendiado. Crearán una unidad especial para prevenir la violencia ultraderechista.

BERLIN, 30 (Reuter, AFP y EFE). — **Una nueva oleada de ataques neonazis en no menos de ocho ciudades de Alemania siguió esta madrugada a la multitudinaria marcha antirracista convocada ayer en el puerto báltico de Rostock.** Los peores incidentes se produjeron en **Eisenhuettestadt**, en el estado de Brandeburgo, donde un centenar de "naziskin" chocaron con las fuerzas de seguridad tras incendiar un albergue de extranjeros: siete policías y un extremista resultaron heridos.

Hubo incidentes similares en **Leipzig, Goerlitz, Stendal, Schwerin, Neubrandeburgo y Cottbus.** También en **Berlín**, alrededor de sesenta extremistas de derecha atacaron un patrullero con piedras y disparos de bengalas. La policía redobló la vigilancia en las residencias para inmigrantes de todas las grandes ciudades y detuvo a centenares de neonazis, según indicó.

El jefe del servicio de contraespionaje, **Eckart Werthebach**, anunció a la par la próxima creación de una unidad especial dentro de esa repartición para prevenir nuevos hechos de violencia. "Para demostrar la seriedad que concedemos a este peligro, hemos resuelto, con la aprobación del ministerio del Interior y el comité de Presupuesto del Parlamento, crear una importante unidad que vigilará únicamente el terrorismo derechista", dijo el funcionario en diálogo con radio Deutschlandfunk.

Werthebach agregó que existen en el este de Alemania unos 3.000 naziskin, frente a los 1.200 que actúan en la región occidental del país donde el número de la población es cuatro veces mayor.

"Esta cifra indica que tenemos motivos para pensar que la violencia de los ultraderechistas no solo se mantendrá, sino que posiblemente aumentará", adelantó.

Werthebach dio una serie de estadísticas sobre la violencia de ese signo y subrayó que desde principios de año hasta mediados de agosto se registraron 742 incidentes provocados por ultraderechistas en todo el país. El dato no incluye los ataques de la última semana, que marcaron un pico de violencia racista. Un total de 399 personas fueron detenidas en Rostock en los últimos siete días.

♦ Contra los albergues

En casi todos los incidentes de esta madrugada se repitió la misma situación. Bandas de "naziskin" (la versión alemana de los "skinheads" británicos), frecuentemente borrachos, se dirigieron hacia centros para solicitantes de asilo gritando consignas racistas y equipados con bates de béisbol y cócteles molotov.

La policía, reforzada con contingentes suplementarios, logró en la mayoría de los casos contener a los extremistas.

Durante los enfrentamientos, los neonazis lanzaron piedras y bombas molotov contra la policía, destruyendo autos, cabinas telefónicas y vidrieras de comercios.

El incidente más grave tuvo lugar en Eisenhuettestadt, donde un ala de un albergue resultó incendiada y destruida. La policía logró poner a los residentes a salvo: siete policías y un ultraderechista resultaron heridos.

En Cottbus, también Brandeburgo, unos 180 extremistas, borrachos en su mayoría, intentaron atacar una residencia de extranjeros el sábado por la noche e hirieron a pedradas a un policía y un fotógrafo de prensa. Tres coches fueron incendiados, ocho personas fueron detenidas y cinco de ellas aún están bajo arresto.

Más de cincuenta extranjeros solicitaron ayuda a la policía por incendios en Holzhausen, cerca de **Leipzig**, en las barracas utilizadas por los trabajadores inmigrantes polacos en **Dresde**, y en **Zielitz y Henningen**, próxima a Stendal.

Se temieron incidentes anoche tras la desconcentración de la multitudinaria marcha contra el racismo convocada por organizaciones de izquierda en Rostock. La policía siguió particularmente a jóvenes anarquistas provenientes de las ciudades-dormitorio de Lichtenhagen. Los temores giraron en torno de posibles choques entre estos y los ultraderechistas. El enfrentamiento no se produjo.

La oposición quiere el poder

BONN, 30 (Reuter). — Los socialdemócratas (SPD) de la oposición alemana pronosticaron hoy el pronto colapso de la dividida coalición gobernante encabezada por el canciller **Helmut Kohl** y dijeron que **están preparándose para llegar al poder.**

El líder del SPD, **Bjoern Engholm**, afirmó que la coalición desgarrada por rencillas intestinas entre conservadores y liberales, ha demostrado que es incapaz de encarar la creciente deuda de Alemania o de restablecer la confianza entre los votantes, **quienes se desplazan hacia la extrema derecha** o se abstienen en las elecciones.

"El gobierno está agotado en términos de capacidad y de política", dijo Engholm al consejo del partido SPD. "**Su colapso automático está garantizado**", destacó.

Indicó que la labor de preparación de la plataforma electoral del SPD, que originalmente debía quedar terminada a fines de 1993 con miras a elecciones nacionales en diciembre de 1994, terminará en cambio este mismo verano.

De tal modo, el SPD estará en condiciones de promover un cambio en el gobierno, aclaró. "El SPD está dando una clara muestra de que está dispuesto **a asumir la responsabilidad por la conducción nacional y el bien común en** esta difícil situación para nuestro país", subrayó.

La coalición formada hace 10 años por los demócratas cristianos (CDU) de Kohl, los derechistas de la Unión Cristiano Social (CSU) y los liberales del Partido Demócrata Libre (FDP) se vio estremecida por la sorpresiva renuncia del veterano ministro de Relaciones Exteriores, **Hans-Dietrich Genscher**, el 27 de abril.

El fracaso del gobierno en controlar los crecientes déficit presupuestarios causados por la **unificación alemana** o resolver cuestiones clave como la afluencia récord de gente que pide asilo político impulsó a algunos destacados ministros a advertir que la coalición podría fracturarse para el verano.

La autoridad del gobierno se vio adicionalmente erosionada al verse obligado, tras una huelga de 11 días, a conceder un aumento salarial a trabajadores del sector estatal a pesar de haber sido que Alemania no está en condiciones de absorber esos mayores gastos en personal.

Importantes huelgas se ciernen en el horizonte si no se resuelven pronto disputas salariales en el sector metalúrgico.

Kohl ha descartado todas las críticas y expresó confianza en que la coalición pueda seguir gobernando hasta que expire su mandato en 1994.

El SPD, ansioso por demostrar que puede desempeñar un papel responsable en cuanto a ayudar a Alemania a emerger de sus actuales dificultades, ha acordado mantener conversaciones urgentes con él en los próximos días sobre importantes cuestiones políticas.

Pero Engholm puso en claro que el partido no cooperará hasta el punto de salvarle el pellejo a Kohl.

"Los socialdemócratas de Alemania no son el buey que puede ser picaneado desde el asiento para que saque el carro del barro y luego enviado al corral con una palmada", dijo.

Esbozó una serie de condiciones para sostener las conversaciones, incluyendo el abandono de planes gubernamentales para reducir las tasas más altas del impuesto a los réditos y los impuestos a las empresas, un impuesto solidario temporario a los ricos, grandes reducciones en los gastos de defensa y una disminución de los subsidios estatales a la industria y la agricultura.

El ministro de Finanzas, **Theo Waigel**, ha anunciado planes para limitar el crecimiento de los gastos públicos al 2,5 por ciento por año, los que deben ser aprobados por el gabinete el miércoles.

Israel: temor por el pasado

JERUSALEN, 30 (Reuter). — El presidente del Parlamento israelí, **Shevach Weiss**, envió hoy una carta a su par alemán exhortando a que **se ponga fin a una semana de violencia desatada por pandillas de neonazis.**

"Estoy seguro de que usted siente, como nosotros, que tales fenómenos podrían propagarse y **encender una gran hoguera en vuestro país y ciertamente en toda Europa**, un incendio que debe ser extinguido", consignó la misiva.

Weiss, de 57 años, **sobreviviente del holocausto nazi** alemán de la Segunda Guerra Mundial en el que perecieron millones de judíos, manifestó a Radio Israel que envió la carta debido a "**los muy tenebrosos recuerdos del pasado**".

Expresó preocupación por los ataques derechistas contra refugiados procedentes de Europa oriental, y exhortó al presidente del Parlamento alemán a poner fin a la violencia que se viene registrando desde hace una semana.

Cuando se le preguntó en la entrevista si sus ruegos podrían ser interpretados como una injerencia en los asuntos internos de Alemania, Weiss respondió:

"¿Cuál es la alternativa? ¿Guardar silencio? ¿Tener cuidado y no decir nada? ¿Como demócrata, como judío, cuál es la alternativa?".

Miles de refugiados y extranjeros tratan de huir del infierno en la sitiada Kabul

ISLAMABAD, 14 (ANSA y EFE). — Miles de refugiados, extranjeros y personal diplomático intentan escapar de Kabul, convertida en una trampa mortal a raíz de la encarnizada lucha que desde hace cinco días enfrenta sin tregua a los grupos rivales mujaidines.

El líder de los guerrilleros radicales fundamentalistas Hezb-I-Islami, Gulbuddin Hekmatyar, aceptó hoy que el aeropuerto de la capital afgana —cerrado desde el lunes— fuese reabierto durante una hora, para permitir a los extranjeros la salida de Afganistán, donde la guerra parece destinada a perpetuarse.

Poco antes, el guerrillero había propuesto un día de tregua para que fueran evacuados todos los extranjeros de la capital afgana.

Hekmatyar dijo que suspenderá los bombardeos sobre el aeropuerto durante una hora, si le aseguran que será utilizado solamente para el despegue de aviones con extranjeros, y para el aterrizaje de refuerzos destinados al gobierno de Kabul.

Unas cien mil personas que escapan de las batallas se encuentran actualmente bloqueadas en distintos puntos de la ciudad, que se ha vuelto un mortal laberinto sin salida donde faltan el agua, la electricidad, los alimentos y las medicinas.

El aguerrido líder rebelde expresó su intención de responder al llamado a la pacificación lanzado por el Consejo de Seguridad de la ONU, con su propuesta de 24 horas de tregua.

"La guerra ha entrado en una fase decisiva", dijo Hekmatiar, quien aseguró que sus tropas están atacando la capital por tres frentes diferentes —este, oeste y sur—, y dominan todas las vías de acceso a la desesperada Kabul.

Según Hekmatiar, sus hombres están esbaratando a los uzbekos, que habían acudido a Kabul en apoyo del gobierno.

Por su parte fuentes gubernamentales dijeron en cambio que las tropas leales ganan terreno, y que las fuerzas rebeldes están retirándose paulatinamente.

Gulbuddin Hekmatiar, opositor a la coalición gubernamental que desde hace tres meses intenta en vano restablecer un orden institucional en el país, lanzó desde el lunes pasado una ofensiva sobre la capital, en la cual murieron incluso diplomáticos de la Embajada rusa.

En un bombardeo sobre el principal mercado de Kabul perecieron anoche 87 personas, y unas 150 resultaron heridas.

♦ Exigencias

El líder de los Hezb-I-Islami hizo una propuesta de tregua temporaria a la cúpula de Kabul, para que la aviación rusa pudiera llevar a cabo la evacuación de los diplomáticos internacionales, anunciada ayer, y para que todos los extranjeros residentes en la capital afgana pudiesen abandonarla.

Para un eventual cese del fuego temporario, Hekmatyar exige que el gobierno de Kabul libere a los prisioneros hezb, que son aproximadamente unos mil hombres, y que se retiren las milicias uzbekas del norte del país, donde están emplazadas para apoyar al gobierno.

Hekmatiar pidió también la celebración de elecciones democráticas en un plazo no mayor de tres meses.

El Comité Internacional de la Cruz Roja, por su parte, anunció hoy que no abandonará la capital afgana, a pesar de que los delegados del Alto Comisariado de la ONU para los refugiados debieron dejarla por razones de seguridad, informaron desde Ginebra fuentes del CICR.

♦ Preocupación internacional

La comunidad internacional expresó su preocupación por la seguridad del personal diplomático después del bombardeo de hace dos días sobre la Embajada rusa, que provocaron la muerte de dos diplomáticos e hirieron gravemente a un tercero.

La Comunidad Europea ha hecho un llamado hoy para que cesen los combates.

En un comunicado, los Doce manifestaron su condena por "las pérdidas de vidas humanas, en particular entre la población civil" como consecuencia de la lucha por el poder entre los grupos islámicos que derrocaron en abril al anterior gobierno comunista.

También instan a todas las partes implicadas "para que garanticen la seguridad de todas las misiones diplomáticas y organizaciones internacionales de tal manera que sus esfuerzos de ayudar al pueblo afgano no sean obstaculizados".

Además de los edificios gubernamentales, varias representaciones diplomáticas han sido blanco de los ataques de cohetes lanzados contra Kabul por el grupo integrista Hezbi Islami.

La CE llamó para que los grupos enfrentados entablen de inmediato negociaciones "con el fin de alcanzar un consenso que permitiría el retorno a la paz y el restablecimiento de las condiciones para la reconstrucción económica y social".

En tanto, la capital afgana sigue siendo escenario de una guerra entre mujaidines, que la ha convertido en un campo de batalla, donde la violencia entre las facciones rivales que en el pasado lucharon juntas para derrocar a Najibullah parece no conocer límites.

Clarín 15/8/92

Cruenta lucha por el poder

NUEVA DELHI, 14 (**Por Bruno Philip, de Le Monde**, especial para **Clarín**). — La segunda batalla de **Kabul**, que estalló el lunes 10 y continuaba hoy luego de una semana de duros enfrentamientos, es, de hecho, **el episodio más violento y devastador del conflicto que estalló el 26 de abril, al día siguiente de la toma de Kabul por parte de las fuerzas de la resistencia a la ocupación soviética.**

Dirigidas por verdaderos señores de la guerra, estas fuerzas comenzaron a dividirse en facciones irreconciliables. Una coalición formada *en su mayoría* por partidos históricos de la *guerrilla*, rechazó el 26 de abril el ataque de los **mujaidines de Gulbuddin Hekmatyar**, líder del partido fundamentalista **Hezb-i-Islami** y aliado durante años de sus actuales enemigos en la larga guerra contra las tropas de la ex Unión Soviética y el régimen comunista de **Mohammed Najibullah**.

Con fuerte apoyo de los grandes señores feudales de la mayoritaria etnia **pashtún** (o patanes), este *jefe* mujaidín comenzó a jugarse entonces el todo por el todo con la esperanza de tomar el poder. Pero luego de varios días de enfrentamientos más o menos violentos, las tropas de Hekmatyar fueron rechazadas hacia el sur, en dirección de sus bases en la **provincia de Logar**.

La primera batalla de Kabul se terminaba, pero eso no era nada más que una "tregua a la yugoslava": entre violaciones a los ceses del fuego y treguas interrumpidas, la capital afgana **no conoció jamás la paz**. "No pasa semana sin que estallen escaramuzas y cada quince días se registra un problema grave", asegura **Jean-Marie Lebon**, vocero de la Embajada francesa en Kabul.

Atrincherados en sus bastiones del sur, los hombres de Hekmatyar nunca dejaron de amenazar a la ciudad, a la cual bombardearon en varias oportunidades. **De todos modos, *el torrente de fuego que sumió el lunes 10 a la capital supera en horror y en intensidad* a los combates que habían estallado al día siguiente de la liberación de abril.**

Tampoco se compara con las horas mucho más negras de la época del sitio, cuando Kabul había sido rodeada por una guerrilla que —se sabía— estaba muy dividida.

Según recuerdan los habitantes de Kabul, nunca se había visto algo así: **centenares de proyectiles y obuses hicieron impacto en el centro de la ciudad y en las cercanías del aeropuerto.** La situación se volvió mucho peor que en tiempos del régimen del presidente **Najibullah**, el "Gran Satán" pro soviético.

Los serios problemas de los últimos meses fueron, sin embargo, de naturaleza variada. Hekmatyar no fue **el único elemento** que obstaculizó la ronda pacificadora en este Afganistán desangrado por 14 años de guerra. Y el frente común que, en los primeros tiempos, se había opuesto al Hezb-i-Islami, fracasó.

De este modo, y a intervalos más o menos regulares, los chiitas de la alianza de nueve partidos apoyados por **Irán, la Wahdat**, emprendieron ataques contra las fuerzas del gobierno provisional. El *primer blanco* elegido fueron las milicias uzbecas de **Rachid Dostom**, aliadas al ministro de Defensa, **Ahmed Shah Massud**, un carismático líder de la etnia tadyik.

En forma más violenta todavía, los partidos pro iraníes atacaron a los soldados de la **Ittihad-Islami, de Rassul Sayyaf**, una organización apoyada por la fundamentalista **Hermandad Musulmana de Arabia Saudita**. Los hombres de la Ittihad se oponen a los de la Wahdat por motivos étnicos y religiosos: estos últimos, pequeños combatientes de ojos rasgados provenientes de la provincia central de **Hazaradjat**, tienen la desventaja de *ser* chiitas, y sus jefes pasaron toda la guerra en **Teherán**; los primeros, en cambio, son pashtunes y sunnitas, hostiles por naturaleza a los iraníes.

Son sin duda los pashtunes, que constituyen el 40 por ciento de la población afgana, la verdadera clave del "imbroglio" afgano. Antes de la caída final del régimen anterior, en efecto, fue una coalición de guerreros pashtunes la que preparó el golpe de Estado contra Najibullah.

Massud, un tadyik, a quien llaman el "**León del Panshir**" por sus hazañas en la guerra contra las tropas del ex Ejército Rojo, niega vehementemente jugar la carta étnica. Es cierto que algunos mujaidines pashtunes integran el Jamiat-i-Islami, su partido. Pero de hecho, ha llegado la hora para que las minorías [illegible] se tomen la revancha contra los pashtunes, que gobernaron casi dictatorialmente durante los últimos dos siglos y medio.

Ante el temor de verse definitivamente desplazados del poder numerosas personalidades pashtunes —no importa que hayan sido estalinistas convencidos— han unido sus fuerzas contra **Massud, Dostom** y el presidente **Rabbani**, un erudito tadjik que es jefe del partido del primero. Parece llegado entonces el punto decisivo para un conflicto ideológico que tiene más de un decenio: la guerra civil comenzó verdaderamente.

Si se sabe lo que desea Hekmatyar, resulta más difícil evaluar qué es lo que puede hacer: frente a la coalición tadjik-uzbeca de Rabbani, Massud, Dostom y la mayoría del ejército del antiguo régimen, es improbable que consiga sus fines. Tiene cañones, tanques y soldados bien entrenados. Sin embargo, frente a la aviación y a los ejércitos que el nuevo gobierno heredó de los soviéticos, no puede hacer nada mejor que continuar con su acoso asesino.

RESERVADO

1/1 Copia

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	Sección: S.I.F.A. ORB/jcgs. Evaluación: -------------	Hoja: 1 / 1 Fecha: 02 09 92

DOCUMENTO:

I N F O R M E No.016/92

ASUNTO: Contesta Pedido de Información No.24/92.

De:	Para:
DTOR.SERV.INF.F.AEREA	SUB-DTOR.INTERIOR D.G.I.D.

TEXTO:

Este Servicio de Información no registra anotaciones de las personas mencionadas.

FUERZA AEREA DIRECTOR SERV. DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION F.AEREA.

CORONEL (Av)

WALTER J. LORAZO.-

17/9/92 - Conocimiento SecAntec. Soto.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de ...
DEPARTAMENTO ...
Fecha de Entrada 16 SET. 1992
Pase a Antecedentes
Nº. de Orden 9208551

001/1-

Imp. S. A. C. G. IV/92 (500)

RESERVADO

15/09/92
SDI
9208551

Fuego cruzado en Kabul

La Nación 23/08/92



A Dios rogando...

¿Qué pasa en el entretejido político de Afganistán? Lo primero que se observa es que Irán, Paquistán y Arabia Saudita, comprometidos en los episodios, conforman un tríptico bélico y político que ha ganado espacio en tierras afganas para acceder a grados de poder no imaginados tras la caída del régimen comunista, hace alrededor de cuatro meses.

Aunque existen problemas logísticos en las filas de los distintos grupos, entre bambalinas, pero dispuestos a ganar el primer puesto, los mujaidines afganos emprendieron la segunda batalla de Kabul, en la que los pashtúes (fundamentalistas) y los tayikos (moderados) han mostrado a la comunidad internacional sus rivalidades tribales.

El dibujo de la esfera de poder permite ver que el gobierno provisional está dominado por los moderados tayikos del Jamiat Islámico y sus aliados, y que se enfrenta con una ofensiva de envergadura de los pashtúes del fundamentalista Gulbudin Hekmatyar.

Los conflictos entre ellos no tienen precedente: siguen a los casi quince años de guerra entre los mujaidines y los comunistas. Por ahora, los datos de la realidad establecen que los recientes bombardeos son similares a los de 1988. Lo novedoso es que, en esta ocasión, el diluvio de proyectiles va acompañado de una ofensiva terrestre contra la capital de Afganistán, cuya población, sangra como la de la antigua Yugoslavia.

Vale recordar que el año anterior, a fines de abril, la tentativa de huida del mandatario comunista Najibulah, todavía refugiado en un inmueble de las Naciones Unidas en Kabul (tal vez en espera de una carta de triunfo negociada), aceleró la caída del régimen.

En ese marco, el plan de transición de la UN fue respetado relativamente tras la toma de la ciudad por las fuerzas mujaidines (25 de abril). Pero desde ese momento, Hekmatyar ocupó edificios oficiales y demandó para su movimiento un papel destacado, como siempre han exigido los pashtúes, en detrimento de los tayikos.

El dirigente de los tayikos (el León de Panshir) se transformó rápidamente en titular de Defensa y, promovido a general expulsó a las fuerzas de Hekmatyar, con ayuda de las tropas uzbekas del general Abdul Rachid Dostam que ya habían "trabajado" para el régimen comunista.

Según fuentes afganas, más de 25.000 uzbekos se instalaron en Kabul, y Hekmatyar demanda retirada. Con tal finalidad un representante de Hezbe Islami en Paquistán, Mangal Husein, afirmó que la ofensiva proseguirá.

Hekmatyar, estrechamente vinculado con los servicios secretos paquistaníes durante la guerrilla anticomunista, quedó aislado de la mayoría de los grupos mujaidines tras la victoria, y el gobierno provisional -dirigido hasta junio por Sibghatulah Modjadedi- intentó estrechar el cerco procurando una alianza con una de las tendencias del Hezbe: el grupo de Yunes Jales.

En junio la situación se complicó cuando entró en funciones un nuevo presidente provisional, el profesor Burhanudin Rabani, y se inició la "batalla en la batalla", entre los chiítas de Wahdat Islami (de la órbita de Teherán) y pashtúes sunnitas del Itehad Islami (cercanos a Arabia Saudita).

El profesor Rabani había perdido varios de sus aliados en el gobierno días antes de la ofensiva de Hekmatyar. Los partidarios del anterior presidente acusan a Rabani [illegible] y de no dar las órdenes necesarias para que las tropas del gobierno expulsaran a los hombres de Hekmatyar. Mientras la guerra prosigue, las poblaciones civiles huyen de un territorio en el que, cada vez más, la muerte es un episodio cotidiano.

Fernando D'Amen

Martes 25 de agosto de 1992

Diplomáticos dejan Kabul, bajo fuego

Combates urbanos: la capital afgana, convertida en un campo de batalla, no ofrece seguridad para el personal de las embajadas.

NUEVA DELHI, 24 (EFE). – El recrudecimiento de las luchas entre grupos guerrilleros rivales han convertido la capital afgana, Kabul, en un campo de batalla, por lo que miembros de varias embajadas abandonaron hoy la ciudad.

Diplomáticos franceses, italianos y búlgaros, junto con el embajador de Bulgaria en Afganistán, que el domingo fue herido en un brazo, emprendieron viaje en un autobús por la carretera que conduce a Pakistán, según fuentes oficiosas.

Asedio

En vista del asedio que sufre Kabul, sobre la que llueven cohetes y fuego de artillería, los diplomáticos decidieron no esperar el acuerdo de alto el fuego al que, al parecer, están dispuestos a llegar al Partido Islámico del integrista Gulbudin Hekmatiar, y las fuerzas guerrilleras leales al gobierno afgano.

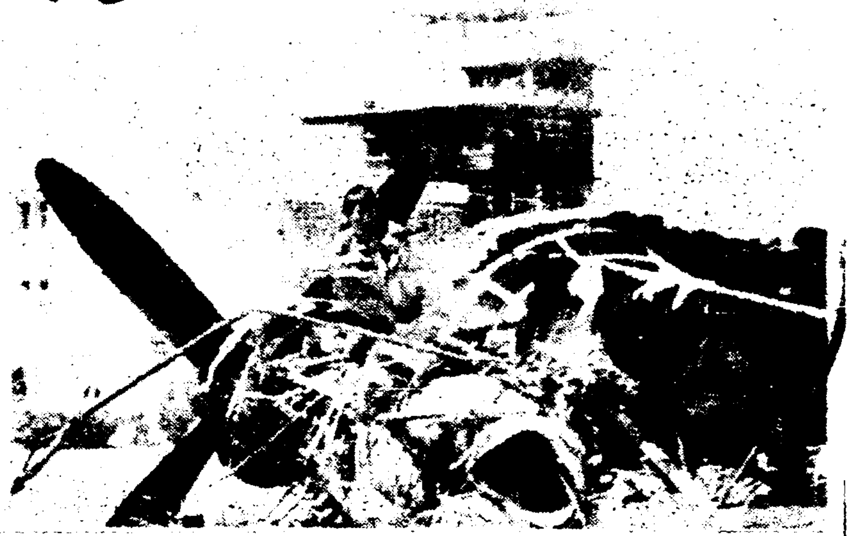
Todavía permanece en Kabul el personal de otras embajadas, aunque se desconoce su número, pero se sabe con certeza que más de cien miembros de la embajada de Rusia, entre diplomáticos y familiares, desean marcharse de la capital afgana.

Tres muertos

En los últimos días, tres miembros de la legación rusa murieron a causa de los cohetes que cayeron sobre Kabul, por lo que el resto del personal está a la espera de obtener garantías suficientes que les permitan salir a salvo de la capital afgana.

Sin embargo, las perspectivas de una pronta salida del personal de la embajada rusa son un tanto oscuras, pues el gobierno afgano ha advertido que no se puede confiar en que Hekmatiar respete ni siquera un alto el fuego temporal.

Los cohetes que cayeron sobre Kabul anoche y esta mañana han causado la muerte de veinte personas, con lo que el número de víctimas mortales en las últimas dos semanas se eleva a 1800.



Un soldado gubernamental vigila sobre los restos de un avión (Reuter)

Dos miembros de la embajada francesa murieron y dos resultaron heridos por un cohete que cayó justo delante del edificio de la legación diplomática.

Ataques múltiples

También fue atacada la residencia del embajador de Pakistán, donde dos personas resultaron heridas.

El caos que se ha instalado en Kabul ha forzado a millares de afganos a huir de la ciudad y buscar refugio en precarios campamentos, donde hay riesgo de brotes de epidemias y los niños están amenazados de contraer diversas enfermedades, especialmente meningitis, según miembros de las Naciones Unidas.

La UN ha anunciado el envío de ayuda humanitaria por valor de diez millones de dólares para atender las necesidades más urgentes, sobre todo alimentos y medicamentos.

RESERVADO

Copia

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	Sección: S.I.F.A/ ORB/jcgs.	Hoja: 1 / 1
	Evaluación: -------------	Fecha: 02 / 09/ 92

DOCUMENTO: I N F O R M E No.012/92

ASUNTO: Contesta Pedido de Información No. 25/92

De:	Para:
DTOR.SERV.INF.F.AEREA	SUB-DTOR.INTERIOR D.G.I.D.

TEXTO:

Este Servicio de Información no registra anotaciones de las personas mencionadas.

FUERZA AEREA DIRECTOR REPUBLICA DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION F.AEREA.

CORONEL(Av)

WALTER J. DOPAZO.-

17/9/92 - CONOCIMIENTO SEC. ANTEC. SGTO. 74

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 17 SET. 1992
Pase a ANTECEDENTES III
No. de Orden 9208554

001/1

Imp. S. A. C. G. IV/92 (500)

15/09/92
SDI
9208554

RESERVADO

Viernes 14 de agosto de 1992 LA NACION **Exte**

Se complica la situación en el gobierno que lidera Shevardnadze

MOSCU, 13 (ANSA). – El líder georgiano, Eduard Shevardnadze, ofreció hoy su dimisión a raíz del fracaso de sus tratativas para reconciliar al país, en crisis por los embates de los rebeldes fieles al depuesto presidente Zviad Gamsakhurdia.

"Cuando un político se equivoca debe irse", dijo anoche el último ministro de Exteriores de la desaparecida URSS, en un dramático mensaje televisivo.

El ofrecimiento de renuncia de Shevardnadze fue rechazado por los demás miembros del consejo que gobierna Georgia, ya que la ausencia de su popular figura podría contribuir a acrecentar la crisis.

En tanto, unos 3000 soldados gubernamentaless fueron apostados hoy cerca del pueblo occidental de Zugdidi, baluarte de los partidos militantes del derrocado presidente Gamsakhurdia, dijeron las autoridades.

Soldados, tanques y helicópteros fueron enviados a Zugdidi anoche después de que los partidarios de Gamsakhurdia secuestraron a funcionarios de alto rango del Ministerio del Interior de Georgia, lo que profundizó la crisis política del gobierno del ex canciller soviético Eduard Shevardnadze.

Este advirtió ayer en un discurso difundido al país por televisión que los secuestradores "pagarán caro" su acción a menos que suelten a los rehenes inmediatamente.

Los 3000 miembros de la Guardia Nacional, encabezados por el ministro de Defensa, Tengiz Kitovani, llegaron a las afueras de Zugdidi, 250 kilómetros al noroeste de Tiflis, informó el vocero del Ministerio del Interior, Vladimir Gogolashvili.

Kitovani decidirá si será necesario movilizar una fuerza mayor en la región occidental de Georgia contra los simpatizantes de Gamsakhurdia, expresó Gogolashvili.

El gobernante Consejo de Estado, encabezado por Shevardnadze, ordenó a los soldados que ocuparan la región occidental de Georgia y asumieran el mando de las carreteras, puentes y ferrocarriles.

Entre los once rehenes que siguen cautivos figuran el ministro del Interior, Roman Gventsadze.

01-01 9208555

RESERVADO

COPIA 1/1/92

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

Sección: ORD/AWV.-
Hoja: 1 / 1
Evaluación: ----------
Fecha: 8 / 9 / 92

DOCUMENTO: INFORME No.018/92.-

ASUNTO: Contesta Pedido de Información No.23/92.-

De: DTOR.SERV.INF.F.AEREA

Para: SUB-DTOR.INTERIOR D.G.I.D.

TEXTO:

-Este Servicio de Información no registra anotaciones de las personas mencionadas.-

FUERZA AEREA DIRECTOR SERV. DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION F.AEREA.-
CORONEL(AV)
WALTER J. DOPAZO.-

17/9/92 - CONOCIMIENTO
SSC. AUT.
SGTO. 7-4

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de entrada 16 SET. 1992
Pase a Antecedentes - DPTO. III
No. de Orden 9208556

001/1

Imp. S. A. C. G. IV/92 (500)

RESERVADO

15/09/92
SOI
9208556

Crece la violencia en Georgia y exigen en Armenia la renuncia del presidente

Tropas de la república rebelde de Abjasia derribaron ayer un helicóptero de la guardia nacional de Georgia quebrando el acuerdo de cese de fuego pactado poco antes por autoridades georgianas y abjasias. Más de 10.000 personas reclamaron ayer en Erevan, capital de Armenia, la renuncia de su presidente, Levon-Ter Petrosian, acusándolo de traicionar los intereses de su país y responsabilizándolo por el avance de las tropas azeríes en aldeas controladas por armenios desde hace varios meses. Nuevos ataques azeríes se registraron en la capital y ciudades del territorio autónomo de Nagorno Karabaj.

TIFLIS y EREVAN, 15 (AFP, AP y Reuter). — Dos nuevos hechos agravaron hoy las crisis **nacionalistas en el Cáucaso: el recrudecimiento de los combates entre la república rebelde de Abjasia y Georgia, y el pedido de renuncia al presidente de Armenia, Levon-Ter Petrosian**, reclamado por más de 10.000 manifestantes que lo acusaron de traicionar los intereses armenios en la guerra que libran contra Azerbaiján.

Apenas extinguido el conficto con Osetia del Sur, Georgia enfrenta en la actualidad el levantamiento de los nacionalistas abjasios que nunca aceptaron la tutela georgiana proclamada en 1936.

Funcionarios del gobierno georgiano y líderes separatistas de Abjasia acordaron hoy un **cese de fuego** y el compromiso de ambas partes de retirar sus tropas de la ciudad de Sujumi, capital abjasia y epicentro del conflicto. Sin embargo, el pacto fue inmediatamente **violado cuando poco después fuerzas rebeldes abjasias derribaron con un misil tierra-aire (aparentemente robado a una unidad de defensa aérea rusa) un helicóptero de la guardia nacional georgiana.**

El Parlamento de la república autónoma de Abjasia declaró su independencia de Georgia el 23 de julio. Los abjasios constituyen solo el 17 por ciento de los 500.000 habitantes de la región, contra 47 por ciento de georgianos. El resto de los habitantes pertenece a otras etnias. Desde el comienzo de la guerra civil en Georgia **(con la fuga** del presidente electo **Zviad Gamsajurdia**, acusado de dictador **por la** oposición, en enero de **este año)** Abjasia fue sospechada de **ser un "santuario" rebelde, liderado por el ex presidente.**

Unidades de la Guardia Nacional **de Georgia** apoyadas con carros de combate entraron el viernes en Abjasia para liberar a doce altos funcionarios georgianos secuestrados el martes pasado por un comando de partidarios de Gamsajurdia. Sin embargo, las autoridades abjasias, que calificaron la acción de "ocupación militar" y llamaron a la población a resistir contra los "invasores", aseguran que el verdadero objetivo es sofocar el movimiento independentista de la república.

Los choques entre ambas fuerzas dejaron un saldo de entre 15 y 20 muertos según distintas fuentes. La televisión rusa informó que los tripulantes del helicóptero derribado hoy por un misil de procedencia rusa solo están heridos. El comandante militar ruso, Anatoly Nikolaiev, desmintió que las tropas rusas hubiesen disparado contra ciudadanos georgianos o que le hubiesen dado armas a los abjasios.

♦ Armenia

Más de 10.000 manifestantes exigieron hoy la renuncia del presidente **Levon-Ter Petrosian, acusado de aplicar una política tan "desastrosamente equivocada" que, entre otras cosas, habría llevado a la pérdida de territorios controlados por armenios** desde hace varias meses y que ahora se encuentran en manos de sus enemigos azeries.

Varias decenas de combatientes azeríes murieron el viernes por la noche en la región de Mardakert (norte de Nagorno Karabaj) en un ataque de las fuerzas de autodefensa del territorio autónomo. Los habitantes de Nagorno Karabaj, en su enorme mayoría católicos y armenios pero que depende administrativamente desde 1923 de la musulmana Azerbaiján, por decisión de José Stalin, reclamaron su independencia de esa república hace dos años. Desde entonces los combates entre los habitantes del enclave y los azeríes han dejado un saldo de por lo menos 3.000 muertos.

Petrosian, elegido el 16 de octubre en sufragios libres, presidente de Armenia por el 83 por ciento de los votos, fue acusado de "traicionar los intereses de Armenia". La oposición armenia pide al gobierno un **apoyo** más eficaz al **enclave de Nagorno Karabaj.**

En mayo, una **importante victoria** de los **milicianos armenios** de Nagorno **karabaj** permitió abrir un corredor entre el territorio autónomo y Armenia, poniendo fin al bloqueo azerí que mantenía aislada a la capital karabají **Stepanakert**, asistida hasta ese momento con alimentos y medicinas, a través de un precario y peligroso puente aéreo.

Desde el 7 de junio, sin embargo, con la **asunción de Abilfaz Elcibey** como presidente de Azerbaiján, los azeríes iniciaron una dura ofensiva recuperando aldeas controladas desde hace meses por los armenios.

Según fuentes en Erevan, las fuerzas azeríes lanzaron hoy sobre Stepanakert una nueva agresión al lanzar 80 misiles de tipo Grad, dejando un impreciso número de víctimas, heridos y viviendas destruidas

Georgia: tropas del gobierno tomaron la capital de Abjasia

TIFLIS (Georgia), 18 (AP y AFP). — Tropas de la Guardia Nacional georgiana apoyadas por tanques aplastaron hoy una débil resistencia de nacionalistas rebeldes y tomaron Sujumi, la capital de la región separatista de Abjasia, informó la agencia rusa Itar-Tass. Tras cinco días de combates, las tropas apartaron del poder a las autoridades independientes abjasias e instalaron en su lugar un Consejo Militar Provisional.

El ministro de Defensa georgiano, Tnegiz Kitovan, llegó horas después al Parlamento abjasio, donde la bandera de la región fue arriada y remplazada por la enseña nacional de Georgia. Kitovan dijo que la medida fue tomada porque Abjasia declaró su independencia de Georgia el mes pasado. "Todo georgiano que ame a la nación apoyará este paso", agregó.

Según la agencia Itar-Tass, el presidente del Parlamento abjasio y duro opositor del gobierno de Tiflis, Vladislav Ardzinba, acusado de proteger a los partidarios del depuesto presidente Zviad Gamsajurdia, fue obligado a renunciar. Ardzinba se refugió con un grupo de diputados en Goudaouta, 45 kilómetros al nordeste de la capital abjasia, mientras las fuerzas rebeldes se replegaron a los suburbios.

Otra agencia rusa, Interfax, dijo que el Comité Militar Provisional, integrado por nueve miembros y dirigido por Tamaz Nodaremchvili, recibió el encargo de restaurar el orden hasta que se organicen elecciones regionales cuya fecha no ha sido fijada.

El último balance de las autoridades abjasias indicó que los combates han causado desde el viernes más de 50 muertos.

El Parlamento de Abjasia aprobó en julio la restauración de una Constitución independentista de 1925. Los abjasios autóctonos son unos 90.000 entre una población de 500.000, pero son apoyados en su decisión separatista por otros grupos étnicos del Cáucaso.

Tiflis decretó inmediatamente el toque de queda nocturno, nombró al general de policía Guia Gulua comandante de la ciudad y restituyó al ministro abjasio del Interior, Gueorgui Laminadze, destituido en junio por los nacionalistas.

Rusia decidió enviar tropas a Georgia

Seguridad: un regimiento de paracaidistas evacuará a más de 1700 ciudadanos rusos residentes en Abkhazia.

MOSCU, 16 (ANSA).– Rusia decidió enviar un regimiento de paracaidistas a Abkhazia para "defender la seguridad" y evacuar a más de 1700 ciudadanos rusos residentes allí, mientras las tropas del ejército georgiano ocuparon las regiones occidentales de la república, bastión de los partidarios del destituido presidente Zviad Gamsakhurdia.

Moscú quiere defender a los rusos que se encuentran en la República Autónoma de Georgia, escenario, desde hace tres días, de duros combates entre las fuerzas abkhazias y las que fueron enviadas por Tbilisi para liberar a unos doce rehenes, informó la Itar-Tass.

Los choques entre georgianos y abkhazios constituyen una "amenaza" para los rusos que viven allí y por esto Rusia decidió enviar a la zona un regimiento de paracaidistas, afirma un comunicado de la cancillería rusa.

En operaciones realizadas en las últimas horas, 200 personas fueron arrestadas, incluyendo algunos ex oficiales del ejército rojo, sospechosos de formar parte de movimientos armados, agregó el vocero.

Asimismo, precisó que las "principales organizaciones criminales" encontraron refugio en Abkhazia y se esconden en los distritos de Gali y Ochamchira.

Por la mañana se registraron esporádicos tiroteos en Sukumi, capital de Bkhazia, ocupada desde hace dos días por las fuerzas armadas georgianas, pero la situación se normalizó posteriormente, según informaron voceros castrenses.

Ministro secuestrado

El martes último, en Sugdidi (Georgia occidental) había sido secuestrado el ministro del Interior de Georgia, Roman Ghventsadze, y otros altos dirigentes de la policía georgiana.

Los funcionarios se habían trasladado a esa ciudad para tratar la "reconciliación" con los partidarios del depuesto presidente Zviad Gamsakhurdia.

Con la excusa de que los responsables del secuestro se habían escondido en Abkhazia, las autoridades de Tbilisi decidieron ocupar la capital de la república –que hace un mes se declaró independiente–.

El viernes, en una operación relámpago en Abkhazia, las fuerzas georgianas liberaron a Ghventsadze y a otros dos rehenes secuestrados por partidarios del depuesto presidente Zviad Gamsakhurdia.

Los choques entre georgianos y abkhazios, que prosiguieron durante la noche a pesar de un alto el fuego, provocaron decenas de víctimas.

Georgia y Abkhazia ayer habían llegado a un frágil acuerdo para poner fin a los combates entre la guardia nacional georgiana y las fuerzas abkhazias, que se habían reanudado con gran violencia, amenazando con llevar a la guerra civil también a la pequeña república de la costa caucásica del mar Negro.

Acuerdo preliminar

La agencia Itar-Tass anunció que el premier georgiano, Tenguiz Singoua, y el ministro abkhazio del Interior llegaron en Sukumi, capital de Abkhazia, a un acuerdo preliminar para un nuevo cese del fuego para el retiro de las tropas de la ciudad.

El acuerdo aún tiene que ser aprobado por el Parlamento abkhazio.

Desde el comienzo de la guerra civil en Georgia, que se inició con la fuga a principios de enero de Gamsakhurdia, acusado de dictador por la oposición, siempre se sospechó que Abkhazia era un "santuario" de los rebeldes, pero hasta ahora los enfrentamientos habían ocurrido en la frontera de la república autónoma.

SAL HUSEINI DIJO QUE ADMITIRAN COLONIAS JUDIAS EN UN FUTURO ESTADO PALESTINO

Israel propondría a los palestinos autonomía para Gaza y Cisjordania

Máximo líder palestino en los territorios ocupados, Faisal Huseini, afirmó en una entrevista periodística publicada ayer que las colonias judías de Gaza y Cisjordania creadas antes de 1948 podrán permanecer en un futuro Estado palestino. Varios diarios israelíes afirmaron que el gobierno propondrá el 24 de agosto la elección de un gobierno palestino autónomo. Aviones israelíes bombardearon ayer bases palestinas en el sur del Líbano.

JERUSALEN, 5 (AP, AFP y DPA). — En un gesto de acercamiento hacia los árabes, **el gobierno israelí presidido por Yitzhak Rabin** propondrá la elección de un gobierno palestino autónomo en Cisjordania y la franja de Gaza, **según** anunciaron hoy varios diarios israelíes.

Uno de los primeros dirigentes árabes en destacar **el cambio en la actitud** israelí fue el principal líder palestino en los territorios ocupados, **Faisal Huseini**, quien durante una entrevista periodística afirmó hoy por primera vez **que algunas** colonias judías **podrán subsistir en un futuro Estado palestino**.

La versión sobre la nueva iniciativa del gobierno israelí, publicada por los diarios **Yedioth Ahronomth y Jadas Jot**, indica que al reanudarse las conversaciones de paz para Oriente Medio, el [illegible] actual en Washington, Israel propondrá un plan de elecciones generales para los territorios ocupados.

En esos comicios se elegirá un **consejo de entre 13 y 15 miembros** que, en una etapa de transición de cinco **años, asumiría** la responsabilidad de la **administración autónoma árabe**. La misma comprendería todos los **campos de la** política, excepto Relaciones Exteriores y **Seguridad, según** afirma Jadas Jot.

Este programa remplazaría el plan de elecciones **municipales propuesto** por el gobierno de **Yitzhak Shamir, que** los palestinos rechazaron por considerarlo **demasiado limitado**. La iniciativa de Shamir se limitaba a **conceder a los palestinos** de Gaza y de la margen **occidental del Jordán** una autonomía solo administrativa. **Según el diario Yedioth** Ahronomth, el proyecto será **debatido el martes próximo**, en una **reunión con los jefes de la delegación negociadora** israelí.

Aunque pueda considerarse un avance respecto a la **anterior, la nueva** propuesta israelí no satisface completamente **las aspiraciones** palestinas. La **Organización para la Liberación de Palestina (OLP)** ha señalado reiteradamente que aspira a la creación de un consejo legislativo **de 80 miembros**. Se trata de algo demasiado parecido a un Parlamento, según la opinión del gobierno israelí, que por ello rechaza la [illegible]

♦ **Huseini**

En declaraciones que publicó hoy el diario **Haaretz**, Faisal Huseini indicó que "**hay asentamientos en los territorios ocupados en los cuales existe población judía desde antes de 1948**, por ejemplo Gush Etzion, **donde viven 4.500 israelíes**. Si en el futuro **nace un Estado palestino y si los habitantes** de **esas colonias quieren quedarse y vivir con nosotros** bajo **el mismo gobierno y la misma ley, que lo hagan**".

Hasta el momento, todos los asentamientos judíos en los territorios ocupados eran considerados **"ilegales" por** los **palestinos**. Más de 120.000 colonos israelíes están **por** ahora instalados en los territorios árabes conquistados **en 1967, la mayor parte** de ellos en Cisjordania.

Huseini reconoció el cambio de **actitud en el gobierno** israelí. **"Nos dijeron que el proceso de paz sería una partida de ajedrez muy compleja. Rabin sigue las reglas del juego, mientras que su predecesor parecía disputar un match de box"**, afirmó. Huseini, jefe de la **delegación** palestina en las negociaciones con Israel, vaticinó **que la** creación de un Estado palestino independiente **será una** etapa intermedia antes del establecimiento **de una confederación** entre **Jordania, Palestina e Israel**.

Si bien en algunos puntos esenciales **—la anexión** definitiva de Jerusalén oriental, el carácter **limitado de** la autonomía que se concedería a los **palestinos— el** gobierno israelí no modificó su política **tras el cambio de** gobierno, la actitud del primer ministro **Yitzhak Rabin** marca al menos algunas diferencias **importantes con la** de su predecesor. El acercamiento a los **palestinos es, en** este sentido, un paso que puede allanar **el camino para** acuerdos más amplios de lo que se esperaba **meses atrás**.

En los últimos días el ejército israelí **intensificó su** campaña militar en el sur del Líbano. **Aviones de la** fuerza aérea bombardearon hoy bases del **Frente Popular para la Liberación de Palestina —que se opone a las** conversaciones de paz— en la zona **libanesa de Rashidie, donde tres personas resultaron heridas.**



Un guardia israelí vigila el vecindario árabe de Silwan.

"Escuadrones de la muerte"

JERUSALEN, 5 (AP). — La ministra de Educación, **Shulamit Aloni**, criticó hoy el uso de **escuadrones encubiertos del ejército en los territorios árabes ocupados** y dijo que lo soldados israelíes se veían forzados a **"emitir sumariamente sentencias de muerte"** contra los palestinos.

Un abogado derechista pidió al **primer** ministro **Yitzhak Rabin** la renuncia de la ministra, que dirige la coalición derechista **Meretz**, con el argumento de que sus palabras socavan la moral del ejército.

Las declaraciones formaron parte de una creciente controversia en torno a las unidades encubiertas, cuya misión es buscar a los jefes del levantamiento palestino en la margen occidental del Jordán y la Franja de Gaza. Importantes objetivos de la operación han sido los militantes árabes buscados por actividades antiisraelíes, incluso el asesinato de palestinos sospechosos de colaborar con autoridades del Estado judío.

Según el grupo israelí de derechos humanos **Betselem**, más de ochenta y seis palestinos han sido muerto por las unidades encubiertas desde la formación de estos escuadrones en 1989.

Algunos han perecido en circunstancias cuestionables, durante persecuciones en pos de sospechosos de actividades guerrilleras. Por otra parte, dos soldados que trabajaban en unidades especiales, que usan con frecuencia vestimentas árabes, murieron también en allanamientos realizados el mes pasado.

"Creo que no es conveniente que esos muchachos de 18 años se pongan ropas que no les pertenecen y tengan que emitir sumariamente sentencias de muerte y en algunos casos ejecutarlas", dijo la señora Aloni.

"Eso no es bueno para la juventud ni para el ejército ni para la sociedad", agregó la ministra.

El parlamentario **Rafael Eitán**, que fue jefe del estado mayor y pertenece al **Partido Tzomet**, de orientación derechista, dijo que Rabin debía "destituirla hoy mismo" a menos que la ministra se retracte.

LA ORGANIZACION PALESTINA PIDE EL RECONOCIMIENTO TOTAL

Israel legalizará los contactos con representantes de la OLP

El presidente norteamericano, George Bush recibirá hoy en Washington al primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, en un encuentro que sellará la normalización de las relaciones entre ambos países. Israel propondrá la legalización de los contactos con la OLP, prohibidos por una enmienda constitucional. Primer desafío de los colonos judíos en Cisjordania: construyeron una vivienda y se atrincheraron desobedeciendo al ejército.

JERUSALEN y WASHINGTON, 9 (Reuter, AFP y EFE). — El gobierno de Israel propondrá la legalización condicionada de los contactos con dirigentes de la Organización para la Liberación de Palestina, prohibidos taxativamente **por** una enmienda de la **Constitución hebrea**, reveló hoy un miembro del gabinete del primer ministro **Yitzhak Rabin.**

El **presidente** norteamericano, **George Bush**, recibirá mañana en Washington al jefe del gobierno israelí, en una reunión, la primera desde la asunción del líder laborista, que sellará la **normalización de las relaciones entre ambos países** una vez superadas las tensiones en torno de la colonización judía de Cisjordania y Gaza.

Se espera que Rabin pida a Bush que agilice la concesión de diez mil millones de dólares en garantías de crédito con los que su gobierno pretende financiar la radicación de casi medio millón de judíos procedentes de la ex Unión Soviética.

Colonos judíos desafiaron hoy por primera vez al gobierno de Rabin y se atrincheraron en una vivienda construida apresuradamente en Cisjordania sin autorización. Una persona resultó herida y otras diez fueron detenidas por el ejército antes de llegarse al acuerdo para el desalojo de la construcción, en Kiryat Arba, cerca del poblado palestino de Hebron.

Agencia AP



Colonos judíos levantan barricadas y enfrentan a soldados en un asentamiento en Cisjordania.

Fuentes del gobierno israelí admitieron que este se propone legalizar los contactos con los miembros del Parlamento en el exilio de la OLP. La medida, que entra en el marco de las reformas emprendidas por Rabin, está destinada a relanzar sobre una base concreta el diálogo con los palestinos.

Una vez conocida la noticia, la OLP **insistió en reclamar un reconocimiento total** por el gobierno israelí, y dijo que **no bastan los** "contactos". El Estado de Israel debería ir más allá, dijo Suleiman Najjab, representante del comité ejecutivo de la central palestina. "Es necesario que reconozca a la OLP como **única y legítima representante del pueblo palestino".**

Yossi Beilin, viceministro de Relaciones Exteriores, dijo por la Radio Israelí que el gabiente de Rabin está "profundamente comprometido con la modificación de esta ley terrible. Todos creemos que es una ley estúpida".

Una enmienda de 1986 de la ley antiterrorista de Israel prevé una pena de tres años de cárcel por mantener contactos con la OLP. Dos israelíes fueron encarcelados según esta norma, incluso el pacifista **Abie Nathan**, condenado a dos años de prisión por reunirse con el jefe de la OLP, **Yasser Arafat.**

"Hemos hallado una fórmula", dijo Beilin cuando indicó que Israel se propone continuar con su política de negociar en las conversaciones de paz sólo con palestinos de los territorios **ocupados y no con los dirigentes de la OLP.**

RECLAMA LA APERTURA DE UN DIALOGO DIRECTO

OLP elogia al gobierno de Rabin

JERUSALEN, 10 (ANSA, AFP, EFE y Reuter). — La **Organización para la Liberación de Palestina** acogió hoy "favorablemente" el proyecto israelí de flexibilización de la ley que veda a los ciudadanos y residentes del Estado hebreo de mantener cualquier tipo de contactos con la OLP y elogió la actitud aperturista del nuevo gobierno laborista.

No obstante, **Yasser Abed Rabbo**, miembro del comité ejecutivo de la agrupación, expresó que "la cuestión no reside sólo en los contactos con la dirección de la OLP. Se trata de que el gobierno israelí adopte una posición clara y proclame su disposición a negociar oficialmente con los dirigentes de la central palestina. Una decisión de este tipo contribuirá a que progrese la paz en **Oriente Medio**".

Abed Rabbo subrayó que los negociadores palestinos (en las conversaciones que **Israel** mantiene con **Siria**, **el Líbano** y **una delegación jordano-palestina**) fueron "designados por la OLP y actúan según su orientación" y exhortó a los dirigentes judíos a "reconocer esta verdad y a optar, en consecuencia, por una negociación directa con la central palestina".

El viceministro de Relaciones Exteriores israelí, **Yosi Beilin**, anticipó ayer que su gobierno propondrá a la **Knesset** (Parlamento) la reforma de la ley de 1986 que incrimina las relaciones entre los hebreos y los árabes que viven en el territorio del Estado judío con miembros de la OLP.

El funcionario hebreo opinó que "esta norma, que sería derogada por el Parlamento en noviembre, es una ley estúpida y constituye una vergüenza para Israel".

Sin embargo, Beilin recalcó que el gobierno israelí mantendrá su política de no negociar en forma directa con los dirigentes de la OLP, y en especial con **Yasser Arafat**.

"Una reunión con Arafat sería una pérdida de tiempo, porque éste ya demostró ser un obstáculo para la paz durante y después de la **guerra del Golfo**", sostuvo el funcionario hebreo, quien recordó que el jefe de la Organización para la Liberación de Palestina apoyó expresamente al presidente iraquí **Saddam Hussein** durante ese conflicto.

El canciller **Shimon Peres** precisó hoy los alcances de la reforma propuesta por su gobierno, al decir que sólo se prohibirán los contactos con la OLP si el objetivo de estos es poner en peligro la seguridad del Estado hebreo.

Arafat

El mismo Arafat manifestó su satisfacción por la decisión del gobierno de Rabin que, dijo, constituye un reconocimiento de "una realidad política". Pese a ello, el líder palestino destacó que "este paso no será más que un mero gesto con objetivos publicitarios si las autoridades israelíes no tienen la valentía necesaria como para iniciar conversaciones directas con la OLP en el marco del actual proceso de paz".

Por otra parte, Arafat exhortó al presidente norteamericano **George Bush** a que vincule el otorgamiento de los avales crediticios por diez mil millones de dólares (solicitados por Israel para construir viviendas destinadas a los inmigrantes judíos provenientes de la disuelta **Unión Soviética**) a que el gobierno de Rabin detenga la política de construcción de asentamientos y a que se comprometa a retirarse de los territorios ocupados.

"Las garantías de créditos a Israel deberían estar sujetas a un cese completo de la edificación de colonias y a que el gobierno hebreo asuma el compromiso de poner en práctica las resoluciones de la **Organización de las Naciones Unidas**", subrayó el jefe de la OLP.

Arafat anticipó que el equipo de negociación palestino irá a Washington para reanudar las conversaciones bilaterales el 24 de agosto "con la intención de lograr avances concretos en el proceso de paz".

Hanan Ashrawi

La portavoz de los negociadores palestinos en las conversaciones de paz con Israel, **Hanan Ashrawi**, indicó que el anuncio del gobierno de Rabin constituyó un gesto positivo.

Ashrawi, quien en junio fue investigada por las autoridades hebreas bajo el cargo de haber mantenido contactos con la OLP, agregó que "es alentador ver cómo los laboristas están cumpliendo con las promesas que hicieron durante la campaña electoral".

Mientras tanto, el jefe del **Frente Democrático de Liberación de Palestina** (FDLP), **Nayef Hawatmeh**, afirmó hoy en **Amman** que los Estados Unidos se oponen a la organización de elecciones legislativas en los territorios ocupados.

ORIGINAL

1/2

920856 4

920470

000002

000002

000002

22/9/92

001 | -002

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
16 SET. 1992
Nº. de Orden 9208564

002 \ 002

9208564

ISRAEL A TONO CON LOS TIEMPOS

Puro pragmatismo

El anuncio de que el gobierno del primer ministro **Yitzhak Rabin** propondrá a la **Knesset** (Parlamento) la abrogación de la ley que prohíbe todos los contactos entre los israelíes y la **Organización para la Liberación de Palestina (OLP)** constituye una nueva demostración de pragmatismo de la administración laborista.

En poco más de un mes de haber iniciado su gestión, el premier dictó normas que restringen la construcción de nuevos asentamientos judíos en los territorios ocupados, dio a conocer un programa para el establecimiento de un estatuto de autonomía en **Cisjordania** y **Gaza** y propuso convocar a elecciones en esas zonas con el objetivo de elegir un organismo administrativo controlado por los palestinos.

En 1986, durante el mandato del gobierno de unidad nacional integrado por laboristas y el Likud, esta agrupación consiguió que sus socios en la alianza aceptaran en la Knesset una norma que proscribía toda relación con la OLP a cambio del apoyo de la derecha a una ley antirracista.

Esa norma que, al momento de su sanción fue considerada por un jurista israelí "una ley digna de un país en el que se niegan los derechos humanos", había perdido hoy toda razón de ser e, inclusive, su vigencia se había visto resentida por los contactos que, de hecho, mantenían ciudadanos y residentes (los palestinos del este de Jerusalén) del Estado hebreo con miembros de la OLP.

El mismo predecesor de Rabin, el primer ministro derechista **Yitzhak Shamir**, había tenido que pasar por alto numerosos casos de vínculos entre ciudadanos palestinos de Israel y la OLP para poder instrumentar su política exterior. Por ejemplo, desde el comienzo del proceso de paz que iniciaron en **Madrid** los israelíes con sirios, libaneses, y una delegación jordano-palestina, no fue un secreto para nadie que estos últimos mantenían contactos con la OLP. No obstante las negociaciones continuaron.

Obviamente, uno de los principales objetivos del gesto de Rabin fue aceitar los vínculos judeo-norteamericanos antes de la reunión que mantuvo ayer con el presidente George Bush, con quien volverá a encontrarse hoy. Israel necesita que la **Casa Blanca** acepte entregarle los avales crediticios por diez mil millones de dólares destinados a la construcción de viviendas para los inmigrantes llegados de la **Unión Soviética**.

Pero al margen de este objetivo, sin duda importante, el fundamento de la actitud de Rabin es aggiornar la política internacional israelí para ponerla a tono con los cambios mundiales. Las realidades de 1986 y de 1992 son sustancialmente diferentes y una ley que ya en los años 80 pudo ser criticada hoy es francamente anacrónica y contraproducente para Israel.

Seguramente el gobierno laborista tendrá que enfrentar el rechazo de un sector del pueblo israelí al que, durante años, se le habló de que la OLP era una organización terrorista con la que el Estado hebreo jamás consideraría la posibilidad de sentarse a negociar.

No obstante, lo cierto es que la organización ha renunciado públicamente a la lucha terrorista. Lo que es más, Arafat llegó a expresar su deseo de reunirse a dialogar con Rabin y agregó que los israelíes, al inclinarse por los laboristas en los últimos comicios parlamentarios "habían votado por la paz".

A los israelíes no les faltan motivos para recelar de las declaraciones del líder palestino. Pero de algo pueden estar seguros: Rabin, el vencedor de la Guerra de los Seis Días y el ministro de Defensa que enfrentó la "intifada", podrá estar cambiando la intransigente posición del Likud pero, en ningún momento, adoptará medidas que puedan perjudicar los intereses de Israel.

Juan Rafael Güell

ORIGINAL

920473 15-09-92

PROPAGANDA PRO-REFERENDUM

- Se adjuntan volantes confeccionados por AEBU exhortando a votar la papeleta blanca el lo de Octubre.-

001 / 010

[illegible] ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

j-f

8208566

002

A nosotros tampoco nos gusta como funciona este Estado

NO NOS GUSTA:

- La ineficiencia
- Que haya trámites interminables (burocracia)
- Las largas colas
- Que se sigan usando los entes para pagar favores políticos.
- Que la mayoría de estos problemas los generen quienes dirigen los entes.

PARA ESO PROPONEMOS: →

Para que un Estado sea eficiente se debe:

- Designar a los directores de las empresas públicas, por su competencia técnica y no por razones político-partidarias.
- Designar los funcionarios por concurso y capacitarlos permanentemente.
- Representantes de los trabajadores y de los usuarios en los directorios de las empresas públicas.
- Descentralizar los servicios, acercándolos a la gente.
- Coordinar la gestión de las empresas del Estado para reducir costos y mejorar los servicios.
- Crear comisiones que controlen la gestión de las empresas públicas.
- Publicar con regularidad los estados contables para que todos conozcan la real situación de cada empresa.
- Darles los recursos indispensables para que se actualicen, se modernicen y se tecnifiquen permanentemente.

La ley del gobierno, es una ley sin retroceso, que frena los cambios y la eficiencia, y no elimina la burocracia.

En todos los países en que se ha aplicado esta política, se ha tratado de justificarla hablando de MODERNIZAR y en realidad los servicios se han hecho más ineficientes, más caros, más alejados de las posibilidades de la gente.

Para que las empresas públicas sean eficientes lo primero que hay que hacer es no regalarlas.

El 1º de octubre

VOTE

PAPELETA

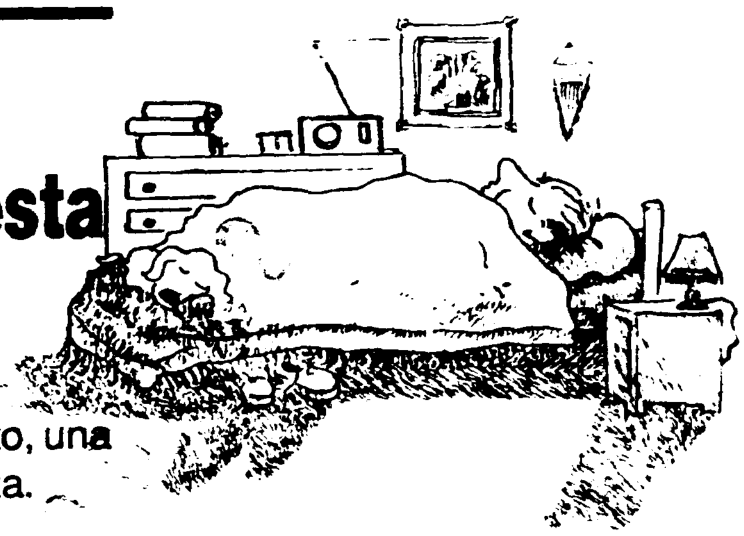
BLANCA

Comisión Pro-referéndum

aebu

PIT-CNT

El 1º de Octubre usted puede dormir la siesta más cara de su vida



El 1º de octubre es feriado.
Usted puede levantarse tarde, hacer un asadito, una linda sobremesa, y después una buena siesta.
Hasta incluso puede olvidarse de ir a votar.
Será sin lugar a dudas la siesta más cara de su vida

¡tenga cuidado!

005

9208566

EL 1º DE OCTUBRE VOTE

Porque cuando se despierte puede haber perdido el patrimonio nacional. Los entes del Estado pasarán inexorablemente a manos extranjeras y los recursos que generan ya no quedarán en el país.

Por eso el 1º de Octubre vote:

- Por mantener el patrimonio nacional.
- Por cambiar el Estado ineficiente a través de una ley que mejore su funcionamiento.

Podemos cambiarlas, si siguen siendo nuestras!!!

Comisión Pro-referéndum aebu PIT-CNT



VOTE

PAPELETA

BLANCA

9208566

UN ADMINISTRADOR
cuyas empresas no son eficientes
debería cambiar de profesión

Lo que no puede hacer
ES VENDERLAS
cuando son propiedad de todos

007

El 2 de Octubre ¿le gustaría volver a escuchar este mensaje?



Si Usted no comparte esta afirmación sume su voto para cambiar.

VOTE

PAPELETA

BLANCA

Comisión Pro-referéndum

aebu

PIT-CNT

0 08

920856 6

EMPRESAS PUBLICAS

El 1 de Octubre los uruguayos tenemos una nueva oportunidad para defender lo que es de todos.

SU VOTO DEFINE

Después a llorar al cuartito

(*si es que no lo privatizan*)

009 9208566

Si Ud. no vota le dice SI al gobierno

Si Ud. no participa con su voto el próximo 1º de octubre las consecuencias van mucho más allá:

Como afirmó el Ingeniero Carlos Cat, luego del resultado del 5 de julio, "Los que no votan apoyan la política del gobierno".

Por lo tanto el gobierno está esperando un triunfo el 1º de octubre y que no se alcancen los votos necesarios, para:

- Continuar y profundizar la política de contención y rebaja de los salarios públicos y privados.
- Impulsar nuevamente la liquidación de la Previsión Social y por esa vía reducir, aún más, jubilaciones y pensiones.
- Una rendición de cuentas con más impuestos y menos recursos para la Educación, la Universidad, la Salud Pública y las inversiones.

A todo esto se suma que las tarifas de los principales servicios -como los teléfonos, la energía eléctrica, los combustibles-, en manos privadas aumentarán sensiblemente, acelerando la inflación.

La segura reducción del personal de las empresas privatizadas aumentará uno de los peores problemas que afectan a la población del Uruguay: La desocupación y la emigración.

El 1º de octubre Ud. elige en qué país quiere vivir y qué calidad de vida tendrá Ud. y su familia.

EL 1º DE OCTUBRE SU VOTO DECIDE

VOTE

PAPELETA BLANCA

Comisión Pro-referéndum

aebu

PIT-CNT

010/10

92085 6 6

Nº DOCUMENTO

TITULO EE.UU. otorgaría préstamos en garantía a Israel por U$ 10 mil millones

Israel 537603

USA - C5840

FP - 11104

EEC - 11163

RRII - 11349

Clarín 12/08/92

Acuerdan préstamos de EE. UU. a Israel

KENNEBUNKPORT, EE.UU., 11 (AP).– El presidente George Bush dijo hoy que había acordado con el primer ministro israelí Yitzhak Rabin los "principios básicos" para que los Estados Unidos otorguen 10.000 millones de dólares en garantías de préstamos al Estado judío.

El dinero sería dedicado a construir viviendas para inmigrantes judíos de la ex Unión Soviética y Etiopía. Bush dijo en conferencia de prensa con Rabin que esperaba que las garantías fueran una "contribución crítica al futuro de Israel".

Elogió el compromiso de Rabin con una revitalización del proceso de paz para el Medio Oriente e instó a los árabes a evidenciar un compromiso similar.

El anuncio representó un marcado mejoramiento de las relaciones entre Estados Unidos e Israel.

Bush anticipó que la política norteamericana continuaría favoreciendo una "ventaja cualitativa" en el poderío militar de Israel en el Medio Oriente.

Agregó que nunca era posible pronosticar dónde surgiría la próxima crisis, y que era necesario tener aliados firmes.

Ambos líderes dedicaron una partede sus declaraciones a las conversaciones de paz cuya reanudación fue programada para el 24 de agosto con la participación de Israel, Egipto, Siria, Jordania, el Líbano y los palestinos.

01-01

920856

Los palestinos tendrán elecciones en 1993

JERUSALEN, 14 (AP, AFP y Reuter). — El primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, propuso **sorpresivamente la realización de elecciones en los territorios ocupados (Cisjordania y Gaza) para abril o mayo de 1993**, con el objetivo de crear "un consejo administrativo palestino" durante un período transitorio hacia la autonomía. **En una rueda de prensa** concedida en el aeropuerto **internacional** Ben Gurión, el jefe de gobierno israelí **insistió** en que existe, hoy, **"un verdadero cambio de atmósfera en las relaciones entre Israel y los Estados Unidos".**

Comentando **su viaje de siete días por el país del** Norte, Rabin dijo a los periodistas que "esa gestión dio resultados concretos y, sobre todo, me permitió percibir **un cambio en la atmósfera reinante**, sobre todo en las visitas **al Parlamento y en el sentimiento de la calle".**

Rabin **realizó** una visita oficial a Washington con *el objetivo de concretar el acuerdo* del presidente norteamericano, **George Bush, para obtener garantías bancarias de 10.000 millones de dólares** y, al ser materializado su intento, aseguró que significaba el **"nuevo comienzo de un capítulo renovado en las relaciones norteamericano-israelíes".**

A diez **días** de que se reanuden en la capital norteamericana **las negociaciones** inherentes a la conferencia **internacional** de paz para el Oriente Medio —que son **auspiciadas** conjuntamente por los Estados Unidos y la ex *Unión Soviética*— *Rabin reveló, por primera vez*, **las líneas generales para su plan de autonomía para los palestinos.** Algunos detalles fueron dados a conocer **por la prensa israelí**, que insiste en que Rabin **presentó un plan "totalmente aceptable"** frente al presidente **Bush.**



Agencia Reuter

Un palestino trabaja en Cisjordania: el premier israelí, Yitzhak Rabin, anunció comicios generales para mayo de 1993.

Al ser interrogado el jueves por la cadena televisiva norteamericana PBG **—de segunda línea—**, Rabin declaró que "en abril o **mayo de 1993** *tendrán* lugar **elecciones generales en aquellos territorios** (Cisjordania y Gaza), en los cuales los **palestinos** que allí residen **elegirán sus autoridades personalmente** y también **votarán**, para su propio manejo, **un consejo administrativo** para que se encargue de los arreglos interinos **de la** autonomía".

Pero Rabin, en el *mismo* curso de ese reportaje, **marcó** una diferencia: **"Se optará por un consejo administrativo y no por la estructura legislativa que ellos reivindican".**

El jefe del gobierno del Estado hebreo sugirió también la fecha del 1° de diciembre como límite para encontrar un acuerdo con los palestinos sobre las **modalidades de esas** elecciones.

Rabin dijo, entonces, que está dispuesto **a llegar a** un **compromiso** territorial en esa fase ulterior de las **negociaciones, al tiempo** que **rechazó categóricamente un retorno de Israel a las fronteras anteriores a la Guerra de los Seis Días (junio de 1967).**

Subrayó la importancia de la fase transitoria de la **autonomía, prevista** para cinco años, para **"cambiar las actitudes"** y **"aplacar las sospechas"** entre Israel y **sus vecinos árabes.**

En la campaña electoral anterior a su elección **como presidente** y sucesor del derrotado **Yitzhak Shamir** —que precipitó dieciséis años de administración de la derecha en el Estado judío— el dirigente laborista **prometió que** lograría acordar con los palestinos, **en el plazo de nueve meses** contados *desde la toma de* **posesión**. Pero los palestinos, a rigor de verdad, persisten en marcar **algunas diferencias formales.**

En la rueda de prensa, Rabin dijo que habría **transmitido a Bush**, "sin ocultar nada", los datos sobre **la paralización de la construcción de asentamientos en los territorios ocupados** y que "no podía **evocarse** una **paralización** superior a esta, teniendo *en cuenta que* el gobierno decidió bloquear un tercio las construcciones **previstas** por el gobierno del Likud".

ORIGINAL

1/2

FECHA 21/10/92 INICIAL (SM)

Procesado a ...

OBSERVACIONES

920472

15-09-92

INFORMACION SINDICAL -

CONTESTA EEI - 03-08-92

CONSEJO DIRECTIVO DE AOEC

PRESIDENTE	:	OSCAR LOPEZ
VICE-PTE	:	CARLOS VERGARA
SCRIO-GRAL	:	LUIS GOICHEA
PRO - SCRIO	:	O ESPINOSA
TESORERO:	:	CARLOS VERGARA
PRO-TESORERO	:	GABRIEL MUNIZ
PROPAGANDA	:	S VILLEGAS
		O GUEVARA
ORGANIZACION	:	ADRIAN GENTILE
INTERIOR	:	JULIO FUERTES
		O ESPINOSA
SOCIAL Y CULTURAL	:	NOSBER GARCIA
		JORGE GOICHEA
SEGURIDAD INDUSTRIAL	:	EDUARDO MEDINA
COMISION MIXTA	:	W DE LEON
SEDE Y OBRAS	:	L ARAGONES
COMEDORES:	:	H FIGUEROLA
VOCALES	:	W SISURQUI
		M BARRERA
MR PIT|CNT	:	GUILLERMO OHOLEGUI
		ERNESTO CARVALLO

REVISTA "PLENARIO"

Consejo editor - OSCAR LOPEZ

LUIS GOICHEA

OSCAR GUEVARA

Coordinador general - FERNANDO TEIXIDOR

001 | 002

9208569

ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEPARTAMENTO I

j-f

Fecha 15/9/92
DPTOC
Nº de orden 92966

002 / 002

9208569

Rabin: "Israel no negociará con la OLP"

La Nación - 17/8/92

JERUSALEN, 16 (EFE).- Israel negociará la paz con los representantes palestinos de los territorios ocupados de Cisjordania y Gaza pero no con la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), afirmó hoy el primer ministro, Yitzhak Rabin.

Rabin, que hizo esta afirmación en la reunión semanal del gobierno, agregó que "no tendríamos ninguna posibilidad de éxito si negociáramos con la OLP", informó la radio de las fuerzas armadas, Galei Tsahal.

Israel reanudará el próximo 24 en Washington sus conversaciones bilaterales de paz, además de Siria, Líbano y Jordania, con la delegación palestina de Cisjordania y Gaza, con la que tratará de llegar a un acuerdo para establecer un régimen de autonomía por cinco años en esos territorios ocupados.

El primer ministro israelí, agregó la emisora, también criticó a varios de sus colaboradores, como el titular de Justicia, Moshé Libai, empeñados en derogar la ley que prohíbe a los ciudadanos de este país todo contacto con dirigentes o representantes de la OLP.

Rabin informó a sus colaboradores de su reciente visita a los Estados Unidos, donde el presidente George Bush le prometió unos avales bancarios por 10.000 millones de dólares.

Con vistas a la sexta ronda de conversaciones de paz del día 24, las primeras a cargo de su gobierno, Rabin informó al gabinete que propondrá a los palestinos de Cisjordania y Gaza celebrar elecciones generales el próximo 1° de abril de 1993.

Antes de esos comicios Israel y los palestinos deberán llegar a un acuerdo sobre las modalidades de los comicios y las atribuciones de los candidatos elegidos para el consejo de autogobierno durante el periodo interino de la autonomía.

El liderazgo palestino, que supervisa las actividades de la delegación de Cisjordania y Gaza ocupadas, exige aclaraciones al gobierno del presidente Bush a propósito de los avales bancarios que prometió esta semana a Rabin.

El acuerdo entre Bush y Rabin, un "entendimiento" basado en la "confianza mutua" y del que no existe constancia escrita, según declaró el jefe del gobierno israelí, limitará la construcción de asentamientos judíos en esos territorios ocupados.

Los palestinos esperaban que, a cambio de esos avales bancarios, el gobierno norteamericano, que junto al ruso patrocina el proceso de paz en Medio Oriente, exigiría el cese total de la construcción en los asentamientos judíos.

Optimismo en las primeras negociaciones bajo el gobierno de Rabin. Cancelaron expulsión de palestinos

Más concesiones de Israel en cumbre de Medio Oriente

Washington (Reuter, UPI, DPA, EFE) — Arabes e israelíes se reunieron ayer en la primera ronda de conversaciones de paz para el **Medio Oriente** desde que el gobierno intransigente israelí del Likud fuera desplazado del poder en junio por un Partido Laborista comprometido a canjear **"territorios por paz"**.

En esta etapa negociadores palestinos, jordanos, sirios y libaneses comenzarán a descubrir hasta dónde está dispuesto a avanzar el nuevo gobierno israelí para poner fin a un conflicto que ha causado cin-



Yitzhak Rabin

Sin embargo, las autoridades israelíes se excusaron de formular comentarios sobre la versión de "Yedioth Ahronoth", que consignó que **"Itamar Rabinovich, jefe de la delegación que negocia con los sirios, ha sido autorizado por el primer ministro a anunciar que Israel acepta la Resolución 242 de las Naciones Unidas en todos sus aspectos"**.

Pero los árabes se mostraron cautelosos. El congelamiento parcial de asentamientos judíos en los territorios ocupados, dispuesto por el nuevo primer ministro israelí, **Yitzhak Rabin**, no satisfizo plenamente sus demandas y se mostraron decepcionados por **la velocidad con la que Estados Unidos lo recompensó con 10 mil millones de dólares en garantías sobre préstamos para ayudar a la economía israelí**.

El jefe de la delegación palestina, **Haidar Abdul Shafi**, dijo a los periodistas al salir del Departamento de Estado, luego de celebrarse ayer una breve sesión para tratar cuestiones de procedimiento, que el otorgamiento de los avales sobre préstamos **"no es un paso que ayude al proceso de paz"**.

Sin embargo, teniendo en cuenta las seguridades dadas por el gobierno estadounidense en el sentido de que el gobierno de Rabin va a **aportar sugerencias positivas para el proceso de paz**.

Diplomáticos árabes estiman que las nuevas iniciativas ofrecerán **una mayor autonomía que el esquema presentado en las cinco rondas previas de conversaciones que tuvieron lugar desde la histórica conferencia de paz para el Medio Oriente**

Están seguros de que no alcanzarán a satisfacer las demandas palestinas de que su organismo de autonomía **debe tener plenos poderes legislativos**.

Arafat advierte: seguirá Intifada

***Manama** (Reuter) — El presidente de la OLP, **Yasser Arafat**, dijo que el alzamiento (Intifada) que vienen protagonizando los palestinos en las tierras árabes ocupadas continuará a pesar de las conversaciones de paz para Medio Oriente.*

***"La Intifada va a continuar y vamos a seguir las negociaciones de paz... porque (la rebelión) es la otra cara del derecho de los palestinos a la existencia"**, declaró **Arafat** al diario "Akhbar al-Jhaleej, de Barhein, durante un reportaje que concedió en Túnez.*

*Arafat sostuvo que **2000 personas murieron** y otras 98.000 resultaron heridas desde la iniciación del alzamiento.*



Yasser Arafat

*El jefe de la OLP opinó que el traslado del ex secretario de Estado norteamericano **James Baker** a la Casa Blanca para apuntalar la campaña proselitista del presidente **George Bush** en pos de la reelección **va a tener consecuencias en las conversaciones de paz**, que se reanudaron ayer en la capital norteamericana.*

"Esto va a tener efectos... porque había promesas personales de Baker a los palestinos, y Baker, como secretario de Estado, estuvo tratando de ser neutral".

Optimismo en las primeras negociaciones bajo el gobierno de Rabin. Cancelaron expulsión de palestinos

Más concesiones de Israel en cumbre de Medio Oriente

Washington (Reuter, UPI, DPA, EFE) — Arabes e israelíes se reunieron ayer en la primera ronda de conversaciones de paz para el **Medio Oriente** desde que el gobierno intransigente israelí del Likud fuera desplazado del poder en junio por un Partido Laborista comprometido a canjear "**territorios por paz**".

En esta etapa negociadores palestinos, jordanos, sirios y libaneses comenzarán a descubrir hasta dónde está dispuesto a avanzar el nuevo gobierno israelí para poner fin a un conflicto que ha causado cinco guerras en 40 años.

"**Esperamos ver si el nuevo marco de referencia y las intenciones declaradas de paz merecen consideración**", declaró el delegado libanés **Soheil Shammas** a los periodistas al llegar al Departamento de Estado norteamericano para participar en las negociaciones.

El nuevo jefe del equipo israelí que dialoga con **Siria, Itamar Rabinovich**, manifestó: "**Llegamos aquí con mucha buena voluntad y muy grandes esperanzas**".

Los israelíes han puesto en claro que **aportarán en esta etapa nuevas propuestas sobre autonomía palestina** en las ocupadas Cisjordania y Franja de Gaza y para un acuerdo con Siria acerca de las Alturas



Yitzhak Rabin

del Golán.

Los israelíes anunciaron **una serie de concesiones menores** a los palestinos en las horas previas a las conversaciones de **Washington**, incluyendo **la cancelación de órdenes de expulsión impartidas contra 11 palestinos** en enero por el gobierno del Likud.

Un periódico, el de mayor tirada en **Israel**, el "Yedioth Ahronoth", informó ayer que el nuevo gobierno israelí **estaría dispuesto a retirar sus fuerzas de parte de las Alturas del Golán** a cambio de un tratado de paz con **Siria**.

El artículo fue **el segundo de la prensa israelí en la última semana en torno de un propuesto compromiso territorial vinculado a la estratégica meseta del Golán**.

Sin embargo, las autoridades israelíes se excusaron de formular comentarios sobre la versión de "Yedioth Ahronoth", que consignó que "**Itamar Rabinovich, jefe de la delegación que negocia con los sirios, ha sido autorizado por el primer ministro a anunciar que Israel acepta la Resolución 242 de las Naciones Unidas en todos sus aspectos**".

Pero los árabes se mostraron cautelosos. El congelamiento parcial de asentamientos judíos en los territorios ocupados, dispuesto por el nuevo primer ministro israelí, **Yitzhak Rabin**, no satisfizo plenamente sus demandas y se mostraron decepcionados por **la velocidad con la que Estados Unidos lo recompensó con 10 mil millones de dólares en garantías sobre préstamos para ayudar a la economía israelí**.

El jefe de la delegación palestina, **Haidar Abdul Shafi**, dijo a los periodistas al salir del Departamento de Estado, luego de celebrarse ayer una breve sesión para tratar cuestiones de procedimiento, que el otorgamiento de los avales sobre préstamos "**no es un paso que ayude al proceso de paz**".

Sin embargo, teniendo en cuenta las seguridades dadas por el gobierno estadounidense en el sentido de que el gobierno de Rabin va a **aportar sugerencias positivas para el proceso de paz**.

Diplomáticos árabes estiman que las nuevas iniciativas ofrecerán **una mayor autonomía que el esquema presentado en las cinco rondas previas de conversaciones que tuvieron lugar desde la histórica conferencia de paz para el Medio Oriente**.

Están seguros de que no alcanzarán a satisfacer las demandas palestinas de que su organismo de autonomía **debe tener plenos poderes legislativos**.

Arafat advierte: seguirá Intifada

***Manama** (Reuter) — El presidente de la OLP, **Yasser Arafat**, dijo que el alzamiento (Intifada) que vienen protagonizando los palestinos en las tierras árabes ocupadas continuará a pesar de las conversaciones de paz para Medio Oriente.*

*"**La Intifada va a continuar y vamos a seguir las negociaciones de paz... porque (la rebelión) es la otra cara del derecho de los palestinos a la existencia**", declaró **Arafat** al diario "Akhbar al-Jhaleej, de Barhein, durante un reportaje que concedió en Túnez.*

*Arafat sostuvo que **2000 personas murieron** y otras 98.000 resultaron heridas desde la iniciación del alzamiento.*

*El jefe de la OLP opinó que el traslado del ex secretario de Estado norteamericano **James Baker** a la Casa Blanca para apuntalar la*



Yasser Arafat

*campaña proselitista del presidente **George Bush** en pos de la reelección **va a tener consecuencias en las conversaciones de paz**, que se reanudaron ayer en la capital norteamericana.*

*"**Esto va a tener efectos... porque había promesas personales de Baker a los palestinos, y Baker, como secretario de Estado, estuvo tratando de ser neutral**".*

ORIGINAL

9208572

1/2 [illegible]

[illegible]

I: [illegible]

II: [illegible]

III: EVALUACION:

IV: [illegible]

[illegible] a la concurrencia [illegible] al Local Central del [illegible] comentarios que se han [illegible] de crisis económica [illegible] de sus militantes [illegible] particulares [illegible] así la [illegible] en el Local Central. [illegible] se pudo saber [illegible] de los [illegible], ya que [illegible] por todo el día, lo cual hace pensar que [illegible] no hacer contactos personalmente.

Con respecto al Campo que el Movimiento 26 de Marzo tiene en el Dpto. de San José se ha podido saber que el mismo se encuentra a [illegible] Km. de Montevideo. Su acceso es por ruta 1, hasta ruta 45, después hasta [illegible], donde se encuentra ubicada una escuela, tomando [illegible] hasta terminar el camino. [illegible] se pudo apreciar [illegible] el [illegible], Mat. [illegible]. Dicho [illegible] forestado y [illegible] aproximadamente [illegible].

[illegible] que el [illegible] este Movimiento tenía [illegible] se pudo [illegible] lo cual es muy probable que [illegible].

Se pudo [illegible] que el Movimiento [illegible] para la venta [illegible] cuyo número no recuerda.

[illegible] se ha podido apreciar estacionado un [illegible], cuatro puertas, Mat. [illegible] Dpto. de [illegible]. El cual es usado por [illegible] hacia [illegible].

[illegible] que vive [illegible] en un [illegible]

[illegible]

001 | 002

FECHA 09 10 92

DISTRIBUCION: [illegible]

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
([illegible])

002 / 002 8208572

LA DELEGACION SIRIA RECONOCIO UN "TONO CONSTRUCTIVO" DE PARTE DE ISRAEL

Arabes e israelíes dialogaron en una nueva atmósfera de mutuo optimismo

El ex primer ministro israelí Yitzhak Shamir afirmó que la política puesta en práctica por su sucesor, el líder laborista Yitzhak Rabin, es "antiisraelí" y "antijudía". En un ambiente de optimismo, árabes e israelíes iniciaron ayer en Washington una nueva ronda de negociaciones de paz para Oriente Medio. Las delegaciones de Siria y Jordania destacaron el cambio de actitud de los representantes judíos. Los palestinos se sumarán hoy a las conversaciones.

WASHINGTON, 24 (Enviado especial). — Por primera vez en varias décadas, árabes e israelíes tuvieron hoy mutuos gestos de reconocimiento y de apertura, al inaugurarse en esta ciudad la sexta ronda de conversaciones de paz para Oriente Medio y la primera rueda que se celebra tras la elección de **Yitzhak Rabin** como primer ministro israelí.

"Escuchamos un tono diferente... un diferente acercamiento a la cuestión, una atmósfera y un estilo distintos", dijo la vocera de la delegación siria, **Bushra Kanafany**, respecto de los israelíes.

"Venimos con una mente abierta, con ideas renovadas (...). Entramos a estas conversaciones sin precondiciones, sin demoras y sin dilaciones", afirmó el vocero de los israelíes, **Yossi Gal**.

Alrededor de las diez de la mañana de hoy, fueron llegando una a una las limusinas negras de las delegaciones al Departamento de Estado norteamericano, donde se realizan las conversaciones.

El único signo de tensión durante la jornada fueron las declaraciones formuladas por el jefe de la delegación siria, **Muwaffiq al-Allaf**. Al ingresar al edificio el funcionario se acercó a dialogar con los periodistas allí reunidos y dejó en claro que su objetivo era **la retirada israelí de las alturas del Golán y todas las tierras árabes** perdidas en la Guerra de los Seis Días en 1967.

"Estamos acá para lograr una paz amplia y total —dijo—. No para alcanzar una paz parcial. El único camino para obtener una paz amplia es la devolución de los territorios ocupados en 1967."

Al-Allaf indicó que solo si Israel acuerda con este **"principio básico"**, Siria aceptará discutir las cuestiones referidas a la seguridad de Israel, o un tratado de paz.

Pero la diferencia más significativa estuvo en las declaraciones de los israelíes. Al ingresar pocos minutos después por la misma puerta sobre la calle 23, el jefe del equipo israelí que negocia con los sirios, **Itamar Rabinowitz**, evitó confrontar su opinión con la del funcionario sirio.

Al ser informado por un periodista sobre las declaraciones que acababa de realizar Muwaffiq al-Allaf, Rabinowitz dijo: **"Esperamos progresar en estas conversaciones (...). Como usted sabe muy bien, Israel tiene un nuevo gobierno (...). Llegamos aquí con mucha buena voluntad, y grandes esperanzas".**

Las conversaciones mantenidas durante la mañana de hoy en el Departamento de Estado tuvieron como objetivo principal el establecimiento de una agenda de temas a tratar durante este mes de negociaciones en Washington.

La delegación palestina recién arribó hoy al mediodía a Washington, por lo cual solo se sumará a las conversaciones mañana por la tarde.

Para israelíes y árabes, que en las cinco rondas anteriores de conversaciones se enredaban en interminables disputas sobre cuestiones meramente formales, constituye un logro considerable la llegada a un acuerdo para elaborar una agenda de temas a base de las resoluciones 242 y 338 de las Naciones Unidas, que incluyen la fórmula de que los israelíes devuelvan tierras a cambio de paz.

Los israelíes fueron "razonables y constructivos", dijo la vocera de la delegación siria, cuyo país se encuentra teóricamente en estado de guerra con Israel. Según Kanafany, la delegación israelí expresó su voluntad de negociar la fórmula tierras por paz, según se encuentra especificado en la resolución 242.

Al ser consultado sobre esas afirmaciones, el vocero israelí reconoció que "el texto de la invitación a las conversaciones de paz —inauguradas en octubre pasado en Madrid— afirma que las negociaciones se realizarán sobre la base de las resoluciones 242 y 338".

Tras su reunión con la delegación israelí, el vocero jordano **Marwan Mouasher** puso el acento en el cambio que significó para la marcha de las negociaciones las elecciones realizadas en Israel en junio, cuando el laborista Yitzhak Rabin desalojó al ultraconservador **Yitzhak Shamir**.

"No es la misma gente. Ahora vemos compromisos positivos respecto de muchos temas. Es la primera vez que los israelíes se refieren a la resolución 242 en términos más acordes con el respeto por la legislación internacional", dijo Mouasher.

Mañana por la tarde se realizará la primera reunión para tratar uno de los temas más complicados de esta conferencia: la cuestión palestina.

El encuentro se produce en medio de varios signos de acercamiento por parte del primer ministro Rabin hacia los palestinos con el convencimiento de que, según sus propias palabras, palestinos e israelíes "estamos destinados a vivir juntos en el mismo pedazo de tierra, en el mismo país".

Rubén Guillemi

Reunión a puertas cerradas

Clarín EN WASHINGTON

Agencia AFP



Haidar Abdel Shafi (der.), jefe de la delegación palestina, se apresta al diálogo con los israelíes.

WASHINGTON, 24 (Enviado especial).— En el mismo escenario donde en diciembre pasado árabes e israelíes exhibieron abiertamente sus históricos desacuerdos, al inaugurarse hoy la sexta ronda de negociaciones los miembros de las cuatro delegaciones presentes coincidieron en recuperar las formalidades diplomáticas.

"Es nuestro deseo realizar las reuniones de prensa de manera razonable y con comprensión hacia la posición de las otras partes, y esperamos de los árabes lo mismo", dijo hoy el vocero israelí **Yossi Gal**, al iniciar su diálogo con el periodismo.

En las anteriores cinco rondas de conversaciones, árabes e israelíes utilizaban los cientos de micrófonos de los medios de comunicación que cubren la conferencia, como escenario para su enfrentamiento.

Esta ronda no sólo será la más prolongada de todas, ya que durará un mes, sino que además, las delegaciones se comprometieron a trabajar más intensamente **de puertas hacia adentro que de puertas hacia afuera.**

No habrá más de dos contactos semanales con la prensa, y de común acuerdo árabes e israelíes decidieron darle un "perfil bajo" a estas conferencias.

El vocero de la delegación jordana, **Marwan Mouasher** afirmó también que las negociaciones marcharán de manera independiente respecto de la situación política de los Estados Unidos -donde se celebrarán elecciones el próximo 3 de noviembre-, que auspician junto a Rusia esta conferencia.

"Estamos comprometidos en el proceso de paz. No estamos tratando con esta administración norteamericana en particular, sino que es la política de todo un país que confiamos en que no se modifique ".

El vocero israelí dejó en claro que el objetivo de su delegación al llegar a esta ciudad es "acelerar el ritmo de las conversaciones para alcanzar resultados concretos".

R. G.

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 31 de agosto de 1992

EN OCTUBRE RENOVARAN LAS MASCARAS ANTIGAS

"Mapa" de emergencia en Israel por si ataca Irak

Las autoridades militares israelíes comenzarán en octubre a renovar la provisión de máscaras antigás a la población, en previsión de ataques ordenados por Saddam con misiles Scud y que, eventualmente, tengan armas químicas. El territorio ya ha sido dividido en diez zonas de emergencia para defender a los ciudadanos en caso de ataques iraquíes. El canciller Shimon Peres afirmó ayer que Israel responderá a cualquier agresión instrumentada por Bagdad.

JERUSALEN, 30 (EFE). — Los territorios de Israel y de Cisjordania y Gaza ocupadas han sido **divididos en diez zonas de emergencia para la defensa de la población en el caso de un ataque con misiles de Irak**, informa hoy la prensa local.

El gobierno y las autoridades militares, que "siguen con suma atención lo que ocurre en Irak", según sus mensajes a la población civil, no han reaccionado a noticias del exterior sobre un **posible bombardeo, con bombas de neutrón, en Irak si atacase a este país.**

El semanario inglés **The Observer**, basado en fuentes militares de Israel, revela hoy, en Londres, que este país **atacará a Irak con bombas de neutrones si volviese a disparar sus Scud contra Tel Aviv**, como en enero y febrero del año pasado.

Israel "no es parte de este conflicto y, de momento, no creo que Irak tenga intención de atacarnos", dijo hace tres días el primer ministro israelí, **Yitzhak Rabin.** Pero si lo hiciese **"tenemos una gama de respuestas"**, advirtió al gobierno de Bagdad.

En las zonas de posible emergencia, si hubiese un ataque iraquí, como ocurrió el año pasado tras el estallido de la guerra del Golfo, residen siete millones de habitantes judíos y árabes en una superficie de 28.000 kilómetros, incluido el Golán.

Ese alto número de zonas tiene por objeto facilitar el retorno a la normalidad de los habitantes fuera de las que hubiesen sido atacadas. También habrá para cada una de ellas distintos tipos de sirenas, informa hoy en primera plana el diario "Yediot Ajronot".

En los dos meses de la Guerra del Golfo, cuando Irak disparó 39 cohetes Scud contra Israel, el mapa contaba con seis zonas de emergencia desde la meseta del Golán al desierto del Néguev".

Peres declaró que es muy pequeña la posibilidad de que el presidente iraquí, **Saddam Hussein**, vuelva a atacar a Israel en caso de reanudarse las hostilidades en el golfo Pérsico.

"No creo que vaya a estallar otra guerra en esa zona", dijo el ministro israelí. "Supongo que el dictador iraquí, muy debilitado militar, política y económicamente, no quiere suicidarse", agregó.

Hoy, las autoridades militares comenzarán a hacer consultas personales y telefónicas con los líderes civiles para saber cómo proceder para protegerse, y en **octubre renovarán las máscaras antigás a gran parte de la población.**

El año anterior, ante la sospecha de que Irak podía lanzar armas químicas en las ojivas de sus Scud, la población se protegía con máscaras antigás, y en cuartos herméticamente sellados.

Al comenzar esta mañana la semana laboral israelí, no había reacciones en medios del gobierno a la revelación de la revista británica. La bomba de neutrón, denominada "la bomba atómica limpia", es de baja radiación nuclear y alto poder destructor.

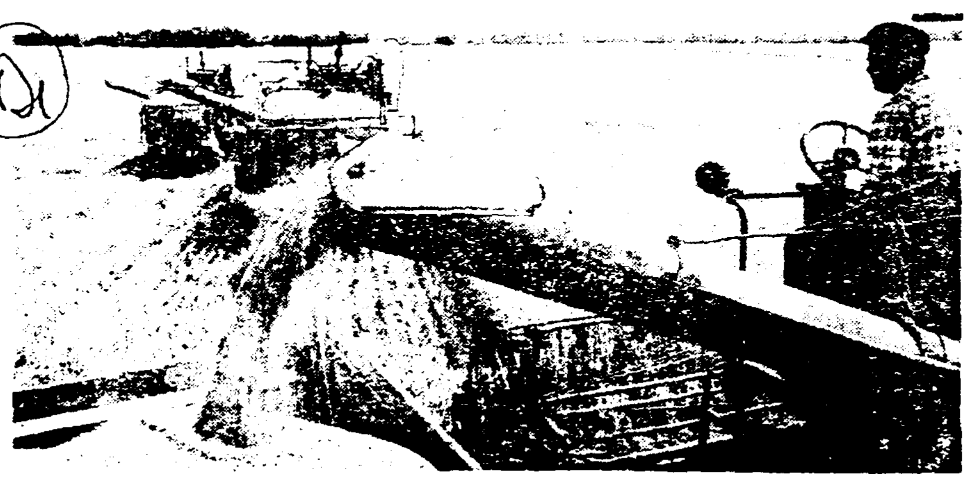
Un portavoz del Instituto del Uranio, de la capital inglesa, informó que no existe evidencia de que Israel, en caso de poseerla, hubiera hecho alguna prueba con la bomba de neutrón.

La fuerza aérea israelí, que en 1981 destruyó el reactor nuclear de Irak, lanzaría esas bombas en Irak occidental.

Según fuentes militares israelíes, además de contar con 28 divisiones militares y con su frontera occidental a 240 kilómetros de este país, Irak oculta 200 misiles Scud y varios lanzacohetes.

elección presidencial) revelan una brusca caída del consumo. Las consultoras indican que Estados Unidos está empantanado en una recuperación muy pesada, que más se parece a un bajón que a una mejora. En Rusia, mientras tanto, la transición al capitalismo está dejando huellas traumáticas. Cierran fábricas todos los días, especialmente las del área de Defensa. Oficialmente se dice que hay 157.000 desocupados, pero los funcionarios estiman que habrá 4.000.000 a fin de año.

Cierran las fábricas de Defensa y aumenta el desempleo en Rusia



La fabricación de maquinaria agrícola afronta en la ex URSS un período muy duro. La planta de Rostselmach acaba de dejar en la calle a 44.000 trabajadores.

RYAZAN, Rusia (Por **Carey Goldberg, de Los Angeles Times, especial para Clarín**). — Los 8.500 obreros de la **Fábrica de Elementos Electrónicos del Komsomol Lenin**, están este verano cuidando sus quintas en lugar de sus máquinas. La planta vecina que se dedica a registradoras cerró sus puertas este mes, dando vacaciones forzosas a otros 8.000 empleados.

Las otras 24 fábricas gigantescas que hay en esta ciudad mediana de Rusia están todas con las persianas bajas o cumpliendo semanas de tres días laborables desde el 1° de julio.

Según los especialistas industriales de Ryazan, este es **el sueño económico del gobierno ruso que se ha transformado en una pesadilla** —el colapso incontrolado de la vieja industria soviética— antes de que se pudiera construir un nuevo sistema capitalista.

"Rusia se está desindustrializando" dijo **Leonid Kanayev**, presidente de un nuevo comité de crisis instituido por los directores y los sindicatos de las fábricas de Ryazan. **"La gran industria se está deshaciendo, especialmente las plantas de defensa".**

En toda Rusia **la economía se está contrayendo a un ritmo anual mayor que el de los Estados Unidos durante la gran depresión, y los economistas anticipan que la caída de los sectores, clave de la producción industrial, será aún más catastrófica este año.**

Ryazan es una ciudad conservadora de 500.000 habitantes, dominada por grandes fábricas destinadas a la producción de defensa, que ha sido más golpeada que la mayoría, pero el mismo bajón afecta a docenas de ciudades como ésta.

Rostselmach, una enorme planta sobre el Río Don que produce la mayor parte de la maquinaria cosechadora de granos de Rusia, ha cerrado su principal línea de producción. Dejó a 44.000 trabajadores en la calle. En San Petersburgo el complejo industrial Kirov está parcialmente cerrado. Y en Moscú los sindicatos afirman que el 90% de las masivas plantas de defensa de la capital, desarticuladas por los despidos, y de hecho en la quiebra, están al borde de la huelga.

Oficialmente se dice que hay solo 157.000 desocupados, muy poco en un país de 150 millones de habitantes. Pero hasta los funcionarios del gobierno de Yeltsin estiman que **para fin de año habrá no menos de 4 millones.** Otros economistas anticipan que la cifra podría subir al doble de esa estimación.

El presidente de Rusia **Boris Yeltsin** ha destacado el cambio de su política económica en estas últimas semanas para tratar de responder a los problemas de la industria: emitieron una serie de decretos e incluyeron en el gabinete a tres especialistas industriales.

El profesor **Yevgeny Yasin**, importante economista ruso, dijo que aunque las fábricas podrían esperar más apoyo del gobierno en forma de préstamos y créditos, deberá usarse el rigor para que abandonen los viejos hábitos, como el de rehusarse a bajar los precios aunque no haya demanda para su producción.

Muchas fábricas, ante la reducción de la demanda, "dan vacaciones a sus obreros pero no bajan los precios", comentó Yasin. Y buscan la salida por otra vía: sacar préstamos en el banco para pagar sueldos. Al mismo tiempo aumentan radicalmente los sueldos de los directivos y de los obreros.

Las teorías del gobierno pueden tener buen sentido económico. Pero los directores de planta afirman que su principal problema no son los precios ni la caída de la demanda sino el caos económico permitido por el gobierno y la ruptura del sistema de créditos. "No tenemos con qué pagar" cuenta **Shamil Nurmukhametov**, director ejecutivo de la fábrica del Komsomol Lenin. "Si no podemos trabajar, eventualmente todo se va a parar".

Moscú hoy no tiene ni Estado fuerte ni leyes respetadas ni moral cristiana ni sindicatos

Rusia: ¿del comunismo al capitalismo salvaje?

Por Alain Touraine

El gobierno ruso invitó a un grupo de expertos internacionales a discutir en forma conjunta su política. Después de los encuentros mantenidos con Bourboulis, secretario de Estado; Gaïdar, que cumple las funciones de primer ministro, y Chokhine, viceprimer ministro, Alain Touraine, miembro del grupo junto con M. Castells (España), F. H. Cardoso (Brasil), S. Cohen y M. Carnoy (Estados Unidos), ofrece en este artículo su análisis de la situación rusa.

Rusia, como los otros países que ingresaron a la era del poscomunismo, debe hacer frente, hoy en día, a dos problemas bien distintos: **destruir el antiguo régimen y construir un nuevo tipo de sociedad junto con un nuevo Estado.** Sin embargo, las dos tareas no son paralelas, ya que imponen inclusive lógicas de acción opuestas.

La primera tarea consiste en destruir el control de todas las actividades sociales por parte del Partido Comunista y de la nomenklatura, que tomaban todas las decisiones. Es preciso darle independencia a cada actividad en particular. Sin embargo, la única manera de destruir la regulación general de la sociedad por parte del poder político es crear, mediante una reforma radical, una economía de mercado. **El papel del mercado, aun cuando existe bajo formas seriamente insuficientes o pervertidas, radica en quebrar el poder de la nomenklatura.** Ningún gobierno puede evitar esta primera fase de destrucción, sea cual fuere el costo social. Los polacos fueron los primeros en comprenderlo. **Boris Yeltsin llegó al poder porque entendió que no hay democracia posible si no se quiebra el poder del partido,** lo cual representa el sentido más real del desmantelamiento en marcha que damos en llamar paso al mercado. Aquellos que no quisieron destruir el partido y su aparato, y por consiguiente dudaron en pasar a la economía de mercado, terminaron en manos de un régimen autoritario. Es lo que demostró el año 1991: la nomenklatura, para dejar de ser una elite político-administrativa y convertirse en clase dirigente, necesita un régimen autoritario. En cambio, fueron las "fuerzas de izquierda" las que, en todas partes, se manifestaron más a favor del desarrollo de un sector privado.

Recientemente, el Parlamento ruso y en particular su presidente, Khasboulatov, combatieron la política del gobierno. Parece tentador darles la razón en vista de lo dramáticas que son las consecuencias de la reforma económica iniciada el 2 de enero de 1992. Pero sería un grave error de criterio, teniendo en cuenta que Rusia se enfrenta a dos tareas diferentes y, por el momento, es preciso antes destruir el sistema antiguo. **La fase actual no puede considerarse una reforma económica: se trata, más bien, de las implicancias directas de la destrucción del Partido Comunista.**



El desabastecimiento, los monopolios delictivos y la especulación pueden liquidar el futuro de Rusia

Economía controlada

Los polacos, que les llevan dos años de ventaja a los rusos, ya se atreven a abordar un debate sobre la reconstrucción de su sociedad, pero tienen la astucia de no ceder ante la tentación populista. ¿Adónde puede conducir el abandono de la economía de mercado en un país donde se destruyó el aparato de control político central si no al caos? Sería falso imputarle a la reforma en curso toda la responsabilidad del aumento de los precios y de la penuria. Esta realidad surge en los últimos años de la perestroika. **Afortunadamente, existen buenas razones para pensar que el equipo en el poder seguirá adelante con su política, no solamente porque la opinión pública no apoye a un Parlamento elegido antes de la supresión del Partido Comunista, sino principalmente porque no quiere dar un paso atrás.**

El principal riesgo en estos momentos es confundir las dos etapas que hay que llevar a cabo y creer que la creación de una economía de mercado debe ser el objetivo principal del nuevo régimen. Lo que nosotros llamamos desarrollo, en cualquier lugar del mundo, siempre implicó dos operaciones contrarias pero complementarias: liberar la economía de todo control político, religioso, familiar o de otra índole y, en segundo lugar, establecer un control social de la actividad económica para que la concentración de inversiones siga estando asociada a la distribución de los productos del crecimiento, ya que es la asociación de ambas lo que constituye el desarrollo.

En Occidente, vivimos un largo período de capitalismo cruel antes de comenzar a restablecer, a partir de fines del siglo XIX, un control social de la economía. También hay que recordar que la creación de la economía de mercado en nuestros países fue precedida por siglos de constitución de un orden político y jurídico estable.

La Rusia de hoy no tiene ni Estado fuerte ni leyes respetadas ni moral cristiana ni sindicatos. El principal riesgo que corre es el de no crear una economía capitalista sino un entorno en el que la especulación, el mercado negro y la creación delictiva de monopolios saquearán el país mientras que la producción seguirá disminuyendo.

Rusia está obligada a hacer todo a la vez: es decir, crear reglas jurídicas y un Estado central fuerte, organizar un sistema político de representación de los intereses y favorecer la formación de actores sociales capaces de una acción organizada y a largo plazo, al mismo tiempo que organiza la economía de mercado.

Modelo argentino

Sería un tremendo error creer que, hoy en día, la economía es la locomotora del tren de la sociedad. La economía de mercado, o más precisamente el desarrollo económico, no puede implementarse si no se crea antes un sistema jurídico que establezca, entre otras cosas, el derecho de propiedad. Tampoco puede haber un proyecto a largo plazo en ausencia de una estabilización económica. El ejemplo de la Argentina acaba de demostrarlo una vez más: el éxito desde hace unos meses del plan Cavallo permitió el reacomodamiento de la producción, mientras comienzan a regresar los capitales del exterior y la política de privatizaciones atrae a los capitales extranjeros. Pero este éxito se basó en la voluntad de disminuir radicalmente el déficit presupuestario y de poner fin a una economía de subvenciones y de rentas.

Por otra parte, **es necesario volver a crear, lo antes posible, un sistema político.** Yeltsin y sus ministros elaboran un proyecto de Constitución y serán necesarias nuevas elecciones. Algunos piensan que los partidarios de Yeltsin deben formar un partido, que sería mayoritario; otros prefieren que Yeltsin permanezca por encima de los partidos, como es el caso de Walesa en Polonia. Personalmente, pienso que este tipo de decisiones se toman únicamente en función de la situación en el momento en el que se deba hacer una elección. **Solo después de la estabilización económica y jurídica, y después de la reconstitución del sistema político, se podrán formar actores sociales, una burguesía industrial, sindicatos e intelectuales. El proceso todavía requiere de una reforma profunda de la educación que difunda valores no autoritarios, que estimule la iniciativa, la libertad de opinión, la voluntad de cambio.** Rusia necesita darle prioridad a la capacidad de decisión, de gestión y de negociación.

Este proceso de reconstrucción política y cultural será difícil de llevar a cabo, porque los países poscomunistas reaccionan con extrema violencia contra el reinado de la política y de la ideología y prefieren lo que está más lejos: **el dinero y la imitación del mundo exterior.** Y esto es lo que más asombra al observador externo: la ausencia de ideas, de debates y de participación activa. **Occidente se vio sacudido durante su período industrial por el levantamiento de la voluntad y de la ideología contra el dinero; en Rusia, es el dinero el que se subleva contra el reinado de la ideología.** Nunca la economía pareció en esta etapa dominar la política y la vida cultural. **Me arriesgaría a decir que el capitalismo podría ser más salvaje en la Rusia de mañana que en el Occidente de ayer,** donde estaba encuadrado entre una modernidad jurídica y política y protestas sociales.

El paso de la primera etapa a la segunda es el momento más difícil de esta revolución contra la revolución, porque es allí donde puede destrozarse la sociedad. Si Rusia se quebranta, la creación de una sociedad nueva sería imposible y sobrevendría el caos.

Es comprensible, sin embargo, que el gobierno ruso quiera apurarse a reformar su economía e impedir la desintegración de Rusia. Pero también **es urgente construir un Estado eficiente, un sistema político representativo y asegurar la formación cultural de actores sociales autónomos y responsables, ya que sin estos elementos políticos, jurídicos y culturales, la economía de mercado no podrá transformarse en desarrollo económico.** A pesar de que la expresión pueda resultarles chocante a algunos, los rusos deben abordar ante todo la política. ¿No es, acaso, porque lo comprendió antes que nadie y porque tuvo el coraje de defender sus opiniones que Boris Yeltsin está hoy en el poder, donde representa la única protección contra el caos y el autoritarismo?

Armenia pidió ayuda a la UN y a Rusia contra Azerbaiján

10/08/92 La Nación

EREVAN, 9 (EFE). – Armenia pidió hoy que Rusia y otros cuatro países de la ex URSS le presten ayuda militar y apeló al Consejo de Seguridad de la UN ante una nueva ofensiva de Azerbaiján, a la cual calificó como el "comienzo de una guerra no declarada."

El presidente armenio, Levon Ter-Petrosián, se dirigió al presidente ruso, Boris Yeltsin, y a los otros cuatro líderes en un telegrama que acusa a Azerbaiján de intentar "aumentar la zona del conflicto de Nagorno Karabagh y darle el carácter de una guerra de Azerbaiján contra Armenia."

Según el texto del telegrama, Ter-Petrosián invocó el Tratado de Seguridad Colectiva de la Mancomunidad de Estados Independientes (MEI), que fue firmado en mayo último por las repúblicas de Kazakhstán, Uzbekistán, Turkmenia y Tayikistán, además de Armenia y Rusia.

Ter-Petrosián señaló que los líderes de los otros cinco países firmantes deberán "cumplir con sus compromisos respecto de la República de Armenia, condenar y exigir el cese inmediato de la agresión de Azerbaiján, utilizar los métodos políticos, militares y de otra índole de prevención de la guerra."

Azerbaiján ha dejado de considerarse integrante de la MEI y ha estrechado sus vínculos con Turquía.

En unas batallas registradas ayer y anteayer, las fuerzas azeríes capturaron 46 kilómetros cuadrados de territorio armenio en el nordeste del país, en la zona de Krasnoselsk, a la vez que lanzaron bombardeos aéreos contra otra región, Goris en el sudeste.

El vocero de Ter-Petrosián, Rubén Shugarián dijo que Ter-Petrosián ya ha dado instrucciones al Ministerio de Relaciones Exteriores para que insista en la convocatoria de una sesión urgente del Consejo de Seguridad de la UN para examinar la "agresión" azerí

Por su parte, el Ministerio armenio de Relaciones Exteriores afirmó hoy que con la nueva ofensiva, Azerbaiján "pretende el exterminio de los pueblos armenios."

Ter-Petrosián señaló en su telegrama a sus colegas de la MEI, al referirse a la zona de la aldea armenia de Artsvashen, que "ocasiona especial preocupación y perplejidad por la circunstancia de que la agresión contra un Estado miembro de la MEI y del sistema de seguridad colectiva ha sido perpetrada por la aviación de un Estado que no lo es."

El 19 de agosto de 1991 los tanques del Ejército Rojo entraron en Moscú al tiempo que se comunicaba el relevo de Mijail Gorbachov. Dos días después el golpe quedaba definitivamente abortado, pero cambiaba drásticamente la relación de fuerzas entre Yeltsin y Gorbachov. Para Gorbachov el golpe marcó el fin de una era. Para Yeltsin, el ascenso al poder real.

(Por Miguel Bas, desde Moscú/EFE) **El 19 de agosto de 1991 los tanques del Ejército Rojo por primera vez entraron en Moscú y, también por primera vez, los nombres de Mijail Gorbachov y Boris Yeltsin eran coreados juntos por centenares de miles de manifestantes que acudieron a defender la enclenque democracia de la perestroika. Yeltsin, acorralado en la "Casa Blanca" de Moscú, la sede del Parlamento ruso, declaraba en esos momentos que estaba dispuesto a morir cumpliendo con sus funciones "igual que el presidente chileno Salvador Allende", y Gorbachov, confinado en Crimea, también se preparaba "para cualquier cosa". Ambos vivían el momento culminante de sus vidas políticas: para Gorbachov marcó el comienzo del fin; para Yeltsin, el ascenso al poder real.**

Sería Gorbachov el que dos días después ordenase al ejército regresar a sus cuarteles, pero Yeltsin no quiso dejar lugar a dudas sobre quién era el hombre fuerte en el Kremlin: ante el Parlamento ruso y en una actitud más que desafiante firmaría, sin atender siquiera a Gorbachov, que intentó impedirlo, la suspensión de la actividad del Partido Comunista de la URSS (PCUS).

Muchos analistas consideraron entonces que la humillante actitud de Yeltsin estaba dictada por su anhelo de venganza hacia su rival político, hacia el hombre que lo había llevado al Politburó, pero que también había permitido su caída de aquella cima del poder. Sin embargo, la realidad era distinta: era el conflicto de dos personajes a los que la historia ha destinado dos papeles distintos y hasta enfrentados.

Gorbachov fue el líder que emprendió la transformación de la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas y de todo el imperio comunista, quien comenzó a desmontar el sistema soviético y, aunque tal vez jamás pudiera prever hasta dónde llegaría su alcance, quedará en la historia como el hombre que inició y empujó ese proceso.

El promotor de la perestroika siempre prefirió actuar desde posiciones centristas, mantener el equilibrio de diversas fuerzas y, como resultado, consiguió cumplir la etapa inicial de las transformaciones en un ambiente relativamente tranquilo. Pero su pertenencia al mismo sistema que quiso transformar y que sólo logró destruir, precisamente gracias a ser parte del mismo, se convirtió en su principal defecto a la hora de asimilar los nuevos cambios.

Incluso ahora, un año después de los sucesos, Gorbachov sigue creyendo que de no ser por el golpe de Estado, la perestroika (reestructuración) del sistema podría evitar su destrucción, y la conversión de la URSS en la UES (Unión de Estados Soberanos) lo salvaría de la desintegración.

"Los golpistas frustraron la posibilidad de evolución del Estado unitario en una unión de estados soberanos, el programa económico para superar la crisis, el proceso de reforma del Partido (Comunista)", declaró el ex presidente de la URSS en una entrevista al diario *Komsomolskaya Pravda* el pasado 1° de agosto.

Sin embargo, la vida misma exigió la aparición de un nuevo líder que, a diferencia de Gorbachov, fuese consciente del nacimiento de nuevos factores en la sociedad, como el incipiente nacionalismo que condenaba a la desaparición al Estado común de la URSS.

El político que comprendió la necesidad de reforzar a Rusia y a otras repúblicas, tal vez sin pensar siquiera en la posible desintegración de la URSS, fue Yeltsin, un político con suficiente flexibilidad como para pasar del Politburó a la oposición anticomunista.

En el año transcurrido "Yeltsin consiguió repetir todos los errores de Gorbachov: desde los intentos de política de fuerza hasta rodearse de políticos sumamente peligrosos, dejando al margen del poder a los disidentes de los años 70 y 80 que hicieron el principal aporte a la caída del comunismo", escribió con motivo del aniversario el semanario *Literaturnaya Gazeta*. "Lamentablemente, Rusia no tuvo a su Vaclav Havel", concluyó.

En el último medio año Yeltsin reforzó el Poder Ejecutivo y el suyo personal, lo que ha hecho posible que lo acusen de procurar un "liderazgo autoritario", pero el actual presidente ruso, que hace 10 años tal vez ni pensaba en la democracia, ha demostrado en los momentos decisivos su fidelidad a los ideales democráticos y sin él el futuro de Rusia sería mucho más incierto.

Los misterios de los tres días de agosto

*(Por **Juan Patricio Cortés**, desde Moscú, especial para **Página/12** de Info-Moscú)* **"No conocemos la democracia y todavía estamos lejos de ella", señaló el lunes pasado Ruslan Jasbulatov, presidente del Parlamento ruso, al extraer su balance del año transcurrido desde el fallido intento golpista de agosto de 1991. Yelena Bonner, viuda del antiguo disidente Andrei Sajarov, denunció que "el peor error del presidente Boris Yeltsin ha sido tratar de establecer un nuevo régimen sobre las antiguas estructuras", alertando que "el viejo orden puede nuevamente tomar el control del aparato del poder". Mijail Gorbachov afirmó, al extraer sus conclusiones sobre los últimos doce meses, que "la terapia de choque económica ha llevado al país al borde del derrumbe". "Los síntomas son visibles para todos aquellos que no quieren cerrar los ojos: todas las fronteras dentro de la Comunidad de Estados Independientes (CEI) serán disputadas, los conflictos se generalizarán hasta alcanzar las dimensiones de una guerra de vastas proporciones", advirtió el ex presidente soviético que hoy intenta mantener su presencia en la vida política rusa.**

El clima de desasosiego no es privativo de los líderes políticos. Una encuesta del Instituto Demográfico de la Academia de Ciencias de Rusia y difundida por el periódico sindical *Trud* el pasado jueves indica que el 18 por ciento de los consultados contempla con ansiedad su futuro y una proporción idéntica se declara "en estado de desesperación". Sólo dos de cada cien se manifiestan confiados en el porvenir. Casi la mitad confiesa que ha reducido drásticamente su canasta familiar y un 42 por ciento adicional afirma buscar un segundo empleo para poder subsistir. El Comité Estatal de Estadísticas calcula que en los primeros cinco meses del año los salarios reales se redujeron al 40 por ciento del nivel alcanzado en igual período de 1991.

El gobierno ruso intenta recuperar apoyos perdidos apelando a los símbolos de las jornadas de agosto. Una concentración ante la Casa Blanca (Parlamento ruso) en la medianoche de hoy pretende suscitar el mismo fervor de aquellos 30.000 a 50.000 manifestantes que un año antes se congregaron ante el edificio del Soviet Supremo para defenderlo de un presunto ataque de los golpistas que nunca tuvo lugar. Los antiguos defensores expresan su decepción, como el cineasta Yevgueny Zukov que declara que "esperaba que el fracaso del golpe significaría el fin de los privilegios de una elite situada por encima de las leyes. Pero las jubiladas que viven en el edificio de departamentos en que habito se alimentan cada día sólo de pan y de té sin azúcar".

No sólo están decepcionados los antiguos defensores de la Casa Blanca. El movimiento Rusia Democrática que ayudó a Yeltsin a llegar al poder fue apartado de los puestos de mando a favor de un aparato presidencial creado en base a las camarillas que rodearon al presidente cuando su paso al frente de las organizaciones del partido en las ciudades de Sverdlovsk y Moscú.

Primero fue el turno de Guenadi Burbulis, ex profesor de Comunismo Científico en la Universidad de los Urales y reconvertido a las posiciones neoliberales del primer ministro interino y arquitecto de la política de liberalización de precios, Igor Gaidar. Burbulis creó una estructura administrativa orientada a imponer un régimen presidencial fuerte: aplazamiento indefinido de elecciones regionales y locales, administración del país por decretos presidenciales, ignorancia del Parlamento, reforma de la Constitución.

El error de Burbulis consistió en creer que su poder se asentaba en una auténtica estructura de Estado. Nada de eso. La CEI se ha demostrado incapaz de resolver los conflictos entre nacionalidades y sus "cumbres" se caracterizan por aplazar cualquier decisión sobre cuestiones polémicas. A su vez, el poder del Estado ruso ha dejado virtualmente de existir en el Cáucaso del Norte mientras varias repúblicas autónomas integrantes de la Federación de Rusia no hacen caso del presupuesto central. Sólo el 50 por ciento de los jóvenes llamados a filas presta el servicio militar. La deserción arrasa al ejército ruso y los oficiales están preocupados especialmente por conseguir vivienda y, en muchos casos, otro empleo. Los hombres enviados por Yeltsin a regiones y municipios carecen de poder: el aparato administrativo se mantiene en manos de la vieja Nomenklatura y nadie toma en cuenta los decretos presidenciales. El nuevo régimen ni siquiera ha logrado dotarse de una nueva Constitución ante las reticencias de un Parlamento desprestigiado por su inoperancia y controlado en buena medida por representantes del viejo orden.

Yeltsin y Burbulis no lograron establecer el autoritarismo pero la tentación del presidente sigue en pie. Las figuras en ascenso en el poder ruso son ahora Yuri Petrov, jefe de Administración del Kremlin, y Yuri Skokov, secretario del Consejo de Seguridad que goza de plenos poderes según un decreto del pasado 7 de julio. Pero sus decisiones experimentan en la práctica la misma suerte que las de Burbulis.

El destino de los catorce golpistas acusados de "conspiración para tomar el poder" es una muestra casi definitiva de la impotencia del nuevo régimen. El juicio, prometido para este otoño (primavera en la Argentina), no se celebrará antes de mediados de 1993, como muy pronto, señaló recientemente el procurador general ruso Valentin Stepankov. Motivo: los acusados tienen que volver a leer las 2500 páginas del acta de investigación. Mientras, uno de ellos, Vasily Starodubtsev, ha vuelto a su "particular" y millonaria granja colectiva que administraba hasta el fracaso del golpe. Otros, como los generales Dimitri Yazov y Vladimir Kriuchkov y el ex primer ministro Valentin Pavlov, llenan las páginas de la prensa con denuncias contra el actual gobierno.

El capitalismo aún espera

(Por J.P.C., desde Moscú/InfoMoscú) El directorio de los organismos de poder de Rusia ofrece la posibilidad de entretenerse contando la interminable lista de viceprimeros ministros, ministros, viceministros, consejeros y asesores. Fue la forma escogida por Boris Yeltsin para dar cabida en el aparato a los diversos sectores de la nueva y vieja "nomenklatura" que están de acuerdo sólo en reintroducir el capitalismo. El presidente carece de una idea clara sobre el tema y cada uno avanza su propia receta contribuyendo así al ambiente de caos que reina en la cúpula del Estado ruso un año después de la intentona golpista.

El primer ministro interino Yegor Gaidar trajo la receta del Fondo Monetario Internacional: liberalización de precios, encarecimiento del crédito, cese de la impresión de rublos. Los grupos comerciales vinculados en muchos casos a organizaciones mafiosas se fortalecieron pero sin alcanzar a convertirse en los principales aspirantes del programa de privatizaciones.

El escaso éxito de Gaidar llevó a Anatoly Chubais, presidente del Comité Estatal de Administración de la Propiedad, a auspiciar la creación de fondos de inversión organizados por seis bancos extranjeros para que recojan los cupones de privatización que el gobierno promete distribuir en el futuro entre los ciudadanos.

Valentín Zanin, director de la empresa Signal, integrante del complejo militar-industrial, señaló a este corresponsal que "una vez liquidados los dirigentes del partido ahora quieren ir contra el segundo eslabón, la 'nomenklatura' económica. En esto consiste el plan de Chubais". Los hombres como Zanin, unos ochenta mil en Rusia, están representados por Arkady Volski, presidente de la Unión de Industriales y Empresarios. El programa de la Unión consiste en privilegiar a los directores de fábricas estatales y a sus "colectivos de trabajadores" a la hora de transformar lo público en privado.

Pero nada está resuelto y el capitalismo sigue esperando.

Un plan para bombardear el Kremlin

El presidente ruso, Boris Yeltsin, estaba dispuesto a bombardear el Kremlin durante la asonada golpista de agosto de 1991 si los golpistas asaltaban la sede del Parlamento, donde se encontraba atrincherada la dirección de Rusia. En una entrevista publicada por el diario *Izvestia*, el fiscal general de Rusia, Valentin Stepankov, afirma que el Comité de Emergencia, creado por los golpistas, disponía de un plan concreto para tomar por asalto la Casa Blanca del Parlamento ruso y sólo el temor de asumir la responsabilidad personal impidió su ejecución.

Por su parte, el entonces jefe de la fuerza aérea, general Evgueni Shaposhnikov (hoy mariscal y jefe de las Fuerzas Unificadas de la CEI), y el jefe de las fuerzas de desembarco aéreo, general Pavel Grachov (actual ministro de Defensa de Rusia), tenían preparado el contragolpe: "Dos aviones de combate recibirían la orden de bombardear el Kremlin".

El asalto debía comenzar a la 1 del 21 de agosto, según un plan cuya elaboración fue ordenada por el jefe del KGB, Vladimir Kriuchkov, en la mañana del 20 de agosto, cuando ya estaba claro que Yeltsin no se rendiría y decenas de miles de personas rodeaban el edificio del Parlamento. Según el plan, la operación GROM (Trueno) debía ejecutarse conjuntamente por el KGB y el Ministerio del Interior, apoyados por el ejército.

El comienzo del asalto fue aplazado primero para las 3, hora de Moscú, en espera de que disminuyera la multitud que rodeaba el edificio, pero después ya no llegó a llevarse a cabo. "Por una parte, debido a la gran concentración de gente junto a la Casa Blanca y, por la otra, debido a problemas de coordinación y el temor de los golpistas a asumir la responsabilidad personal", afirma Stepankov.

Según el fiscal general, "el ejército esperaba las acciones del KGB; el KBG las del ejército, y el Ministerio del Interior las de los dos primeros". Los "desperfectos" en el plan del golpe de Estado se debieron, ante todo, a la falta de tiempo, pues sus preparativos sólo comenzaron el 5 de agosto, al día siguiente de que el entonces presidente soviético Mijail Gorbachov se marchase de vacaciones a Crimea, mientras que "todos los seis meses precedentes los golpistas los necesitaron para consolidar la confianza mutua".

Para aquella fecha ya estaba prevista la firma el 20 de agosto del Tratado de Unión que preveía a la conversión de la URSS en una Unión de Estados Soberanos. Pero lo más importante para los golpistas fue una conversación secreta que mantuvieron a fines de julio Gorbachov, Yeltsin y el presidente de Kazajstán, Nursultan Nazarbayev. Los tres líderes acordaron que inmediatamente después de la firma del Tratado se produciría una reestructuración de toda la estructura de poder y, en particular, Nazarbayev debía sustituir a Valentin Pavlov al frente del gobierno soviético.

También estaba prevista la destitución del ministro de Defensa, mariscal Dmitri Yazov, y del presidente del KGB, Vladimir Kriuchkov. "Por lo visto, Kriuchkov estaba al corriente de ese acuerdo", declaró Stepankov, confirmando así las afirmaciones de Gorbachov de que el KGB escuchó aquella conversación secreta de los tres presidentes.

Del sistema bipolar al Nuevo Orden

Mijail Gorbachov, aprendiz de brujo, terminó devorado por los acontecimientos que él mismo puso en marcha seis años antes, y su imagen y autoridad se vieron eclipsadas por las de un Boris Yeltsin que opuso un firme "no pasarán" ante los tanques golpistas y que hoy reconoce abiertamente querer "llevar el capitalismo a Rusia", con métodos más autoritarios que los de Gorbachov.

Pero, sobre todo, se aceleró el proceso de desvertebración de la propia Unión Soviética para fundirse en un magma de repúblicas y etnias malamente cohesionadas en su mayoría bajo la endeble Comunidad de Estados Independientes, que supliría a la abortada Unión de Estados Soberanos gorbachoviana y que a su vez degeneraría hasta el extremo de que en los recientes Juegos Olímpicos de Barcelona los atletas procedentes de la antigua URSS se presentaron bajo la bandera del "Equipo Unificado".

Desaparecida la URSS como potencia del mapa mundial y sumidas las repúblicas que la componían en crisis económicas galopantes, guerras fratricidas devastadoras y luchas nacionales, étnicas y religiosas agotadoras, la otra potencia, Estados Unidos, se alzaría con la posición de líder internacional indiscutido.

Este nuevo orden, garantizado por la posición militar hegemónica de Estados Unidos, se basaría en la extensión de la moral y las leyes del mercado capitalista a todo el mundo y ya pasó su prueba de fuego en la guerra contra Irak, en la que Estados Unidos demostró su poderío.

Dentro de ese nuevo orden, proclamado como si se estuviera viviendo ya en el antivolteriano "mejor de los mundos posibles", surgen y resurgen, no obstante, tensiones nuevas y conflictos viejos, entre los que destacan las injustas relaciones Norte-Sur.

Un año después de aquellos días que conmovieron al mundo y lo cambiaron, filósofos de la Historia y analistas políticos están enzarzados en una polémica significativa.

Esta gira en torno de si con el fracaso de la utopía comunista se ha desactivado la dialéctica histórica y se ha llegado al "final de la Historia", como quieren los estadounidenses, con lo que la actual "Pax Americana" sería eterna, o si el devenir de la humanidad no se detiene con la "muerte de Marx" (o su catalepsia) y vivimos solamente un momento de transición hacia otra fase histórica.



AFP

Dos jubiladas eligen tomates en un puesto callejero.

04-04 8581

PARECEN SUPERARSE DECADAS DE DISPUTAS POR CUESTIONES LIMITROFES

Acercamiento militar de China y Rusia

Los responsables de la defensa de la República Popular de China y de Rusia, reunidos en Moscú, analizaron una posible cooperación militar entre los dos gigantes antagónicos en las últimas décadas. En principio, ese acuerdo pasaría por el despliegue de tropas a lo largo de la frontera, que es la más larga del mundo, con una extensión que excede los 7.000 kilómetros. Antecedentes de un conflicto fronterizo que fue detonante de choques sangrientos en los años '60 y '70.



MOSCU, 25 (AP, AFP y Reuter). — El ministro de Defensa ruso, **Pavel Grachev**, y su colega chino **Quin Jimei**, se reunieron hoy en esta capital con el objetivo de **analizar una posible cooperación militar y transacción de armas entre los dos países**. Se trata de la primera reunión entre los titulares de Defensa de ambos países desde que la Unión Soviética fue disuelta en diciembre. La agencia noticiosa ITARS-TASS, que envió los despachos sobre las entrevistas, las calificó de **"exitosas y productivas"**.

Ambos ministros analizaron, en prioridad, problemas relacionados con el despliegue de tropas a lo largo de la frontera ruso-china y una reducción concertada de tropas en las regiones del Extremo Oriente, según puntualizó la misma fuente informativa.

Otro importante tópico en las conversaciones pasó por el comercio de armas. Como se sabe, China empezó a comprar armamento a la URSS, hace alrededor de tres años, **debido al embargo en ese sentido que le impusieron a Pekín los Estados Unidos y Gran Bretaña**, tras la sangrienta represión de los manifestantes estudiantiles y obreros chinos en la plaza Tiannamen.

En ese sentido, los chinos adquirieron a la ex URSS aviones de combate del tipo SU-27, aun cuando **no quedó especificado el número de máquinas**. Rusia se ha transformado hoy, en el mejor proveedor de armas a China después de la disolución de la Unión Soviética.

Sin embargo, pese a este importante acercamiento, las controversias fronterizas entre ambos países continúan vigentes. El problema adquiere una mayor complejidad porque las tropas rusas **están considerablemente más cerca de la frontera con China, que las tropas de Pekín con el mismo límite fronterizo. La agencia noticiosa relativizó esa situación**, aclarando que "se podrían explicar" puesto que los efectivos rusos tienen la misión de defender o custodiar el ferrocarril transiberiano que pasa cerca de la frontera.

La frontera entre Rusia y China es la más extensa del mundo (7.300 kilómetros) y fue escenario de violentos incidentes a través de la reciente historia, que tuvieron **su mayor envergadura en la década del 60**. Hace poco más de un año, en mayo de 1991, un histórico acuerdo entre ambos países puso un paréntesis en el diferendo.

Para ese entonces, China mantenía alrededor de un millón de efectivos en el área, en tanto que la ex URSS sostenía unos 750.000 hombres, antes que Gorbachov anunciara en su primera visita a Pekín, una retirada unilateral de 100.000 efectivos.

Las relaciones soviético-chinas habían comenzado a deteriorarse a principios de los años '60, hasta llegar a la ruptura en 1963, debido a las **diferencias ideológicas entre los dos sistemas**: en Moscú avanzaba el "revisionismo" —tras la etapa de Stalin—, en tanto que en China persistía **la misma actitud monolítica** de referencia comunista.

En ese tramo, los tratados que estipularon la penetración rusa hacia el Este —a fines del pasado siglo— eran considerados **como expresión del "imperialismo soviético"**.

El máximo punto de la discordia ocurrió en marzo de 1969, con una sangrienta batalla entre tropas soviéticas de frontera y gendarmes chinos **a orillas del congelado río Ussuri**, que sirve de delimitación entre los países en su extremo oriental. Lso enfrentamientos provocaron **la muerte de 800 gendarmes chinos y 60 soldados soviéticos**, y ello derivó en una serie de choques que tuvieron lugar a orillas del río Amur —también limítrofe— que separa el extremo Este soviético del territorio chino.

En la década del 70, la "batalla" entre ambos países se dio en el ámbito de las Naciones Unidas, pero China se sintió amenazada **por el control de Vietnam, de Camboya y Laos, contribuyendo a la separación la ocupación soviética de Afganistán.**

La tensión llevó a estos dos gigantes a **potenciar militarmente sus fronteras**. Pero, en 1985, con el acceso al poder soviético de **Mijail Gorbachov**, casi simultánea con la desaparición de la escena política de Mao Tse-Tung, **esa atmósfera comenzó a diluirse.**

Pese a ello, hasta el momento poco ha cambiado en cuanto al mejoramiento en otras áreas de la relación entre Moscú y Pekín. Durante años, cuando la URSS era una superpotencia, los chinos insistieron en que cualquier actitud de acercamiento debería estar compadecida con señales o guiños de una mejor relación comercial, con el protagonismo de Moscú. En la historia, los reproches chinos comenzaron en 1727, cuando quedaron patentizados los llamados "tratados desiguales" con los que se privó al gigante asiático de algo así como 500.000 kilómetros cuadrados de su territorio para ser anexados a la entonces Rusia zarista.

Las diferencias —sobre todo territoriales— entre ambas potencias llegaron a un término tal que Mao-Tsé tung, para patentizarlas, dijo en su momento que los términos de la disputa podrían "llevar unos 10.000 años en su solución" y que China "no tendría inconvenientes en esperar ese lapso".

Los términos, señala la agencia soviética, parecen haberse acortado, teniendo en cuenta la actual similitud de intereses pacifistas que une a las dos capitales.

Prueba sindical por mejora de salarios en Alemania
VISION - 15a44
1/6/92
Mineria 20232 50045
FP 1104
FES 1001
Polit. Econ. - 11392

Canciller Kohl

La prueba de los salarios

VISION
1/15 de Junio 1992

Bonn

Algunas ciudades de Alemania mostraron durante unos días, como en un espejo, el retrato de varias urbes latinoamericanas y de Italia. Basura en las calles de Berlín, Bonn, Dusseldorf, Hannover y otras, la paralización de servicios de correos, demoras en los aeropuertos y paros en oficinas públicas, obra de los sindicalistas que demandaban alza en sus salarios, a la vez que se advertía la presión de otras agrupaciones sindicales para obtener mejoras.



Helmut Kohl

La huelga de los servicios públicos sorprendió a miles de alemanes que por casi 18 años sólo observaban en la televisión o leían en la prensa lo que sucedía en los países vecinos. Pero la advertencia fue una clara demostración de que tanto el canciller Helmut Kohl como su grupo de asesores económicos parecen no aceptar haberse equivocado en sus previsiones sobre el altísimo costo que representa la unificación alemana.

De pronto parecía como si ese edificio que empezó a construirse hace 18 meses tuviera cimientos de arena o por el mal cálculo de sus ingenieros hubiese rebasado el costo, a tal grado que desalentaba continuar edificándolo.

El desempleo, las altas tasas de interés y un inusitado registro inflacionario demostraban a los serios y ordenados alemanes qué tan cerca estaba el canciller Kohl de las promesas del presidente de Estados Unidos, George Bush, al declarar: "Lean mis labios, no habrá impuestos" y después se comió sus promesas. Porque algo parecido hizo Kohl: "no habrá aumento de impuestos", había dicho en una eufórica declaración cuando ganó las últimas elecciones federales, en diciembre de 1990. Pero igual que las promesas de Bush, en poco tiempo se impuso el paquete de impuestos.

También los alemanes empezaron a desconfiar de un Kohl que en octubre cumplirá diez años en el poder y que al inicio de su mandato prometiera sanear el presupuesto estatal, crear más empleos, adecuar las prestaciones sociales y en 1987 y en 1990 reiteraría que "habrá que ganar el futuro para Alemania".

Los costos de la unificación alemana —modernización de industrias, comunicaciones, transporte y gastos de previsión social de la ex República Democrática Alemana— fueron calculados originalmente en poco más de 80 mil millones de dólares. Pero había registros de una deuda pública externa del orden de 21.505 millones de dólares y la interna de 69.892 millones de dólares. ¿Quién la absorbería? Era obvio que en aquel 3 de octubre de 1990, el día que se oficializó la unificación, tras el derrumbe del Muro de Berlín el 9 de noviembre de 1989, el gobierno de Kohl prometiera pagar éstos y otros gastos. Como aquellos 100 marcos (unos 54 dólares) que se entregaban gratuitamente a todo alemán del Este que visitara a sus entonces hermanos separados. (Apenas nueve días después del derrumbe, 10,4 millones de este-alemanes ya contaban con visa para "viajar por occidente").

Se creyó que en poco tiempo se absorbería ese costo, pero a pesar de las advertencias, no se tomaron las precauciones necesarias o fueron muy pocas las adoptadas. "Habrá desempleo, más impuestos e inflación", advirtió un analista a *Visión* al opinar sobre lo que pasaba en Alemania. Y no se equivocó. Como tampoco se equivocaron los que votaron hace unas semanas al poner en aprietos al partido gubernamental cristianodemócrata y su coalición del Partido Liberal. Este último parece que ha entrado en una profunda reflexión sobre lo que ha sido un apoyo gubernamental, principalmente tras la súbita renuncia del ministro de Relaciones Exteriores, Hans Dietrich Genscher, quien, como el canciller soviético Andrei Gromyko, parecía tener comprado dicho puesto. Permaneció en él 18 años y vio la unificación alemana, así como la formación de los nuevos estados ex comunistas de Europa del Este.

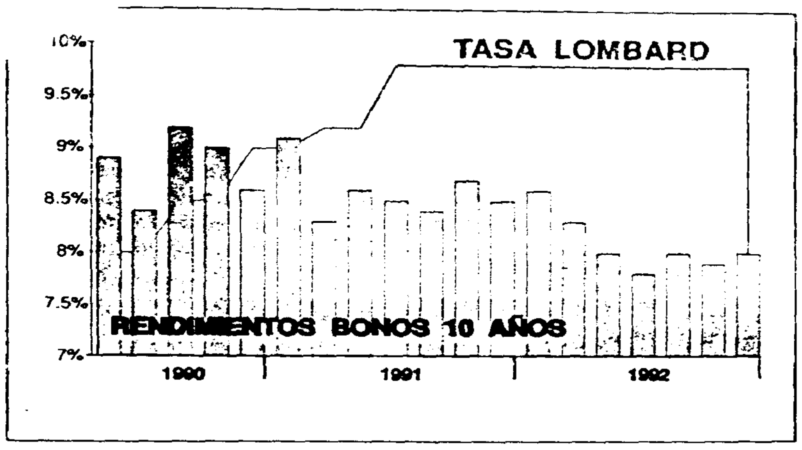
A ellos, después de la ex RDA, Kohl les ha dedicado gran parte de su esfuerzo externo. Sin embargo, ya siente que el trabajo no tiene ninguna recompensa. El canciller alemán asegura que su país ha entregado 47 mil millones de dólares a los ex soviéticos y poco más de 65 mil millones a las naciones del este europeo.

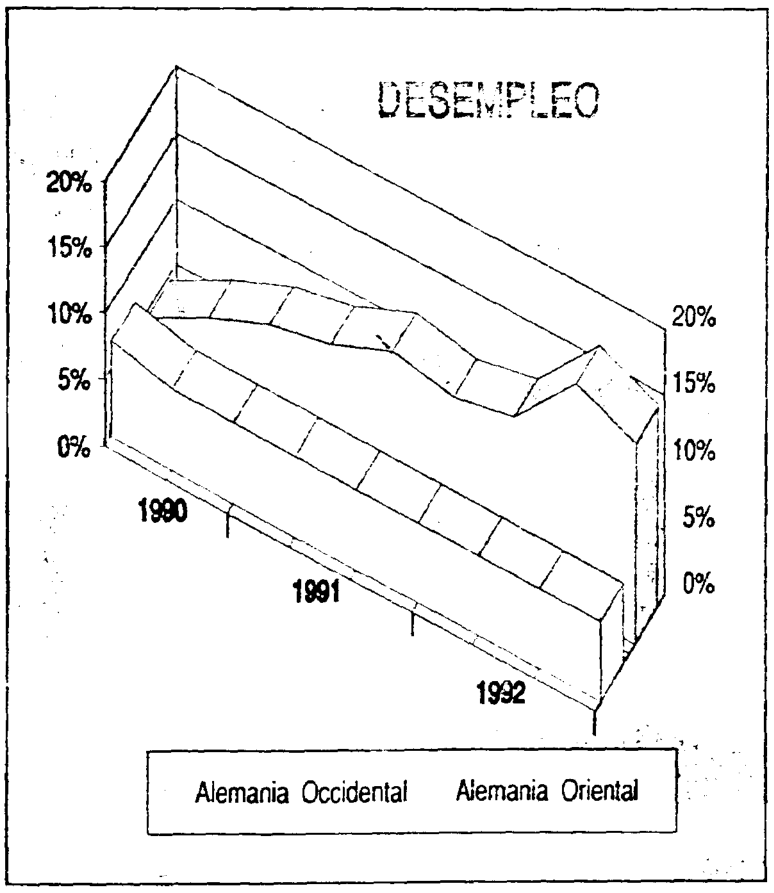
"Ahora es el tiempo de Japón, una nación exportadora, para que asuma más responsabilidad con el fin de asegurar el éxito de las naciones del centro europeo, el sur de Europa y la Comunidad de Estados Independientes", dijo Kohl al asegurar hace unas semanas en Nueva York, que Alemania ha llegado al límite de su capacidad para apoyar a los este-europeos y la ex Unión Soviética a transitar del comunismo hacia la democracia y la economía de mercado. Ante la Asociación Americana de Editores de Periódicos en Nueva York y cuando estaban en huelga cerca de 2,3 millones de empleados alemanes, Kohl aseguró que la economía de su país era fuerte. Pero no dijo que en este año el déficit fiscal será superior a los 120 mil millones de marcos y el costo de la unificación, calculado ahora en 100 mil millones de dólares, ha de salir del bolsillo de los contribuyentes.

Si Kohl no logra convencer al gobierno japonés de que participe más activamente en la reconstrucción de los países ex comunistas y, sobre todo, de crear una auténtica confianza dentro del mundo de los negocios de su propia nación, según algunos analistas, Alemania puede demorar la prometida unificación monetaria europea y aun mandar a sus poderosas▶

01-02

92.05563





empresas a producir a otros países. Esto no es nada remoto puesto que algunas de ellas, como Volkswagen y la Mercedes Benz han planeado invertir en esta década millones de dólares en varios países para "proteger sus negocios" en el futuro.

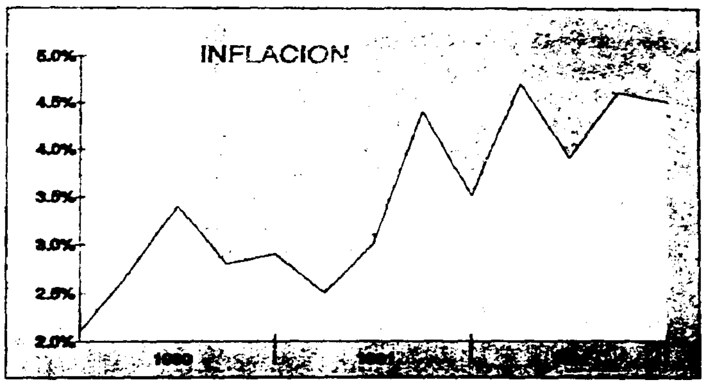
Ese porvenir ya se configura ahora. Las autoridades financieras, entre ellas el todo poderoso Bundesbank, considerado el más independiente, ya advierte un desorden económico si no se pone freno a la inflación y se congelan o se racionalizan los sueldos. Con una inflación de 4,8 por ciento, superior a Dinamarca o Francia, por ejemplo, el fuerte marco alemán era el centro de la discusión porque las economías de la Comunidad Europea protegían sus monedas en la divisa alemana. Se apostaba a la revaluación del marco, como la que siguió a la unificación y le trajo positivos resultados porque redujo la inflación y mejoró las tasas de interés.

El canciller, pasada la primera tormenta de las huelgas, no daba mucha importancia a los que aseguraban terremotos económicos por la situación laboral. Para este año aún con alta inflación se estima habrá un crecimiento del dos por ciento y ya se preve un punto más para el próximo.

Ese crecimiento económico no parecía compaginarse con las últimas renuncias que ha registrado la administración. Aparte de la salida del gabinete del ministro de Relaciones Exteriores, se despidieron de sus oficinas el ministro de Defensa, Gerhard Stoltenberg, y la ministra de Sanidad, Gerda Hasselfeld. Estas renuncias, según distintos observadores, deben obligar al canciller a repensar su programa de gobierno y quizá vuelva los ojos a lo que está pasando dentro de su país y olvidarse o posponer asuntos externos.

El acuerdo del gobierno de Kohl con los sindicalistas para aumentar su salario un 5,4 por ciento costará a las autoridades estatales y municipales poco más de 10 mil millones de dólares. El canciller advirtió que ese porcentaje no debería tomarse como base para futuros incrementos salariales debido a "los riesgos inmensos" que ello representa.

El gobierno deseaba que en el acuerdo con los sindicalistas



participara el Partido Socialdemócrata, pero sus dirigentes rechazaron el pedido porque afirmaban que Kohl no había cumplido precondiciones necesarias para el diálogo. Algunos observadores interpretaron esta negativa como una fuerte crítica a la administración cristianodemócrata al observar cómo ha bajado su popularidad.

Igualmente parece un distanciamiento de la Coalición con el Partido Liberal Democrático, al negarse a aceptar que dicho partido nombrara al sucesor de Genscher en el ministerio de Relaciones Exteriores. Klaus Kinkel, ex ministro de justicia, deberá entenderse con los miembros de la futura comunidad europea unificada. Como responsable de la política exterior y para contribuir a apoyar a Kohl en estos momentos de terremoto político-económico, Kinkel tenía que dialogar con sus colegas y funcionarios de Defensa para una posible cancelación de los contratos para la construcción de aviones cazas europeos. Con España, Gran Bretaña e Italia, Alemania ha entregado tres mil millones de dólares para la construcción de la nueva generación de aviones caza.

Si finalmente se cancela ese proyecto, junto con retardar el traslado de la administración del gobierno central a la nueva capital, Berlín, o el retiro de la sede de los Juegos Olímpicos para el año 2000, se darían los primeros pasos para presentar un nuevo programa de moderación económica con el fin de reducir el déficit fiscal. Esto podría convencer a los ciudadanos alemanes de la necesidad de continuar con el "sudor y lágrimas", para hacer de Alemania un estado fuerte y respetado en el mundo. Y así evitar una crisis permanente de imprevisibles consecuencias dentro y fuera de Alemania.

John Callaghan

02-02 9208583

No. DOCUMENTO

Revelan detalles de la entrega de Honecker

L.N. 31/7/92

BERLIN, 30 (AP). – Erich Honecker no partió de Moscú voluntariamente, dijo hoy su abogado Friedrich Wolff, al tiempo que el ex dirigente comunista alemán fue informado oficialmente de las acusaciones de homicidio involuntario y otras formuladas en su contra, después de regresar de su exilio en la Unión Soviética.

Honecker, de 79 años, compareció ante un magistrado en el complejo de la cárcel de Moabit, a donde fue llevado ayer al final de un día que comenzó en la embajada chilena en Moscú, donde se había refugiado.

Wolff dijo a los periodistas que había hablado con Honecker durante media hora antes de su audiencia con un magistrado. Chile informó ayer que Honecker aceptó voluntariamente partir de la embajada donde él y su esposa, Margot, buscaron refugio en diciembre último para evitar ser entregados a Alemania.

Wolff dijo, sin embargo, que fue sólo poco antes de su partida de la embajada de Chile en Moscú que Honecker se enteró que este país le había retirado su derecho a permanecer allí.

"En la habitación donde se encontraba Honecker habían tres funcionarios de la seguridad rusa", dijo Wolff, y Honecker reconoció que sería retirado por la fuerza, motivo por el cual decidió no oponer resistencia.

Wolff dijo que Honecker no perdió su compostura durante la audiencia ante el magistrado, donde le explicaron los cargos formulados en su contra. La comparecencia no fue abierta al público ni a los periodistas.

Honecker permaneció en Moscú 17 meses, primero como refugiado soviético y luego, cuando este país se desmembró, se trasladó a la embajada de Chile.

El regreso de Honecker a Alemania, después de meses de tratar de evitar la extradición tras buscar refugio en la embajada chilena en Moscú, suscitó una serie de debates en este país.

Alemanes que le gritaban "asesino" y un cartel que decía "Erich Honecker: los muertos lo acusan" saludaron al anciano dirigente a su regreso ayer a Alemania, donde fue arrestado.

Otros alemanes gritaron "Libertad para Honecker", porque consideran que sería erróneo enjuiciar al líder de un país que desapareció después de que fuera destituido en octubre de 1989.

Muchos alemanes están divididos en lo que se refiere a la legalidad de perseguir en juicio a Honecker. Otros lo están en lo que respecta a si debe ser enjuiciado o no.

Revelaciones embarazosas

Honecker podría revelar durante un juicio secretos que pondrían al canciller Helmut Kohl en una situación embarazosa, así como a los gobiernos anteriores de Bonn que cultivaron vínculos con Alemania oriental desde la década del 70.

Honecker está acusado de malversar fondos del Estado y de ordenar que se disparara a matar para impedir que los alemanes orientales huyeron a occidente.

Jutta Limbach, la magistrada de más alto rango de Berlín, dijo que espera que Honecker sea enjuiciado en algún momento este año. Actualmente permanece recluido en la prisión de Maobit.

Los médicos alemanes dijeron que Honecker estaba lo suficientemente bien para ser encarcelado. "Dio la impresión de estar plenamente al tanto de su situación", dijo el director de la cárcel de Moabit, Christoph Fluegge.

Honecker, que se refugió en la embajada chilena en Moscú, fue trasladado ayer a Berlín por avión en un súbito final a su intento de 17 meses por hallar asilo en el extranjero.

Los funcionarios del gobierno chileno y el Ministerio de Relaciones Exteriores de Rusia dijeron hoy que Honecker viajó a Berlín voluntariamente. El vocero ruso Sergei Yastrzhembsky dijo a la agencia de noticias Interfax que Rusia y Chile habían decidido que era un "invitado no bienvenido" en la embajada.

En tanto, la esposa de Honecker, Margot, partió hoy hacia Chile, donde reside la hija del matrimonio, Sonia.



La prisión donde está Honecker (AP)

Traición

MOSCU, 30 (AP).– El diario Pravda, antiguo órgano del Partido Comunista soviético, afirmó hoy que Honecker fue "víctima de la traición, de la intriga política y de la inmoralidad de sus antiguos amigos y camaradas Gorbachov y Yeltsin".

El periódico añadió que el ex dirigente de la RDA "está una vez más en una cárcel alemana, posiblemente la misma donde estuvo recluido ocho años durante el gobierno fascista. Perdónenos, Erich Honecker".

c1-c1

9208564

ASUNTO

El País (150001)

2/8/92

Alemania 5001/45

FP. 1161

HONECKER-SEMBLANZA

Ex líder germano oriental Erich Honecker abandona embajada chilena en Moscú para ser sometido a juicio por homicidio en Alemania

El País 2/8/92



Nació el 25 de agosto, 1912 Neunkirchen, Sarre

REUTER

[illegible] al Partido Comunista

1933 En clandestinidad, lucha contra nazis

[illegible] por Gestapo

1937 Encarcelado por 10 años tras 18 meses de interrogatorios violentos

[illegible] por soldados soviéticos

1949 Máximo funcionario al fundarse Alemania oriental

[illegible] a cargo de seguridad

1961 Hace construir el Muro de Berlín durante la Guerra Fría

[illegible] del Partido Comunista

1972 Firma histórico acuerdo con Bonn

[illegible] de Estado

1989 Renuncia como líder del partido y jefe de estado en medio de protestas. Posteriormente expulsado del partido

[illegible] Salió en secreto a Moscú

Diciembre 11, 1991 Se asila en embajada chilena luego que Rusia amenaza con expulsarlo

[illegible] Abandona embajada

ENTRADO

CRUZADO

01.01

9206585

Se agravan en Alemania los ataques contra extranjeros

A.T. 25/08/92

Rostock, Alemania (Reuter, UPI, DPA, EFE) — Cientos de derechistas alemanes azuzados por una multitud se enfrentaron con la policía y atacaron ayer por tercera jornada consecutiva una hostería para refugiados extranjeros en la ciudad de **Rostock.**

Los atacantes arrojaron piedras y bombas incendiarias horas después de que los 200 refugiados habían sido evacuados.

Funcionarios informaron que los asilados del nuevo edificio construido para los refugiados **fueron trasladados a cuarteles militares en otro lugar de Rostock.**

Por la tarde, alrededor de **1000 jóvenes** se concentraron frente al hotel de refugiados, que está protegido por la policía y guardias paramilitares fronterizos.

Las noches del sábado y el domingo varios cientos de jóvenes de la extrema derecha, aclamados por una multitud de cerca de **2000 vecinos**, se enfrentaron con la policía que protege a los refugiados, en su mayoría gitanos rumanos.

"**Estos sucesos están dañando la imagen de Alemania para el resto del mundo**", comentó el ministro de Relaciones Exteriores, **Rudolf Seiters**, que voló ayer desde Bonn para dialogar con los dirigentes locales sobre el tema.

Siegfried Kordus, jefe de policía de Mecklenburgo, comunicó que los neonazis llegaron en caravanas de **Berlín, Hamburgo** y otras ciudades y que utilizaron la radio de banda ciudadana para coordinar sus ataques. "**Estaban muy bien organizados**", le dijo a la agencia "Reuter". El gobierno de **Helmut Kohl** condenó el ataque.

La policía informó que 74 **policías resultaron heridos** y 150 personas fueron arrestadas. No hubo ningún refugiado herido.

El **Consejo Central** para judíos en Alemania con sede en Berlín, condenó los ataques y dijo que el aliento de los espectadores **recuerda el apoyo popular que contribuyó a que Hitler accediera al poder en 1933.**

"**Lo que es especialmente desagradable es que la banda derechista fuera apoyada por más de 1000 espectadores**", dijo el Consejo en una declaración.

Taiwan podría romper relaciones c/Corea del Sur.
La Nación (Bs.As.)
23/8/92
Corea del Sur - 507488
Taiwan - 20234
Corea Norte - 507487
FP - 11164
RRII - 11399

Taiwan podría romper relaciones con Corea del Sur

SEUL, 22 (AP). – China y Corea del Sur, acérrimos enemigos de la guerra fría y ahora corresponsales comerciales por miles de millones de dólares, anunciaron hoy que establecerán relaciones diplomáticas, aislando aún más a Taiwán y a Corea del Norte, rival y aliado de China, respectivamente.

Taiwan reaccionó al anuncio indicando con tono airado que cortará sus vínculos con el gobierno surcoreano de Seúl, mientras que Corea del Norte instó hoy a la ciudadanía a que ponga énfasis en la independencia.

Entre tanto, en Japón se dijo hoy que el ministro de Relaciones Exteriores, Michio Watanabe, expresó esperanzas de que los nuevos vínculos entre Pekín y Seúl t[...] pacto favorable en [...]ciones que el gobiern[...] tiene con Corea del [...] del establecimiento d[...]plomáticas.

9208587

25/8/92



DESPUES DE 40 AÑOS DE GUERRA FRIA

China restableció relaciones diplomáticas con Corea del Sur

En un gesto de disgusto, Taiwán desalojó ayer su embajada en Seúl después que el gobierno chino y el surcoreano restablecieron sus relaciones diplomáticas tras cuatro décadas de hostilidades. Los cancilleres de China y Corea de Sur firmaron ayer el acuerdo, que "marca el principio del fin de la guerra fría en Extremo Oriente", según el presidente surcoreano Roh Tae Woo. Para el premier chino, Li Peng, la decisión de ambos gobiernos tendrá gran significación para la paz y el desarrollo de Asia y el mundo.

PEKIN y SEUL, 24 (EFE, Reuter, AFP y AP). — **China y Corea del Sur restablecieron oficialmente hoy relaciones diplomáticas tras cuatro décadas de hostilidades, características de la guerra fría, anunciaron los gobiernos de Pekín y Seúl.**

Los cancilleres chino, **Qian Qichen**, y surcoreano, **Lee Sang Ockian**, firmaron esta mañana en Pekín el protocolo de acuerdo, en una ceremonia que fue difundida en directo por la televisión estatal. El primer ministro chino, **Li Peng**, elogió el acuerdo y destacó su significación para el desarrollo futuro de Asia, mientras que el presidente surcoreano, **Roh Tae Woo**, aseguró desde su país que el convenio constituye un punto de inflexión para Seúl. "El acuerdo marca el principio del fin de la guerra fría en Extremo Oriente", dijo Roh.

La televisión china informó que el jefe de Estado surcoreano efectuará "pronto" una visita oficial a Pekín.

El acuerdo entre Pekín y Seúl provocó el inmediato rompimiento de relaciones entre Taiwán y Corea del Sur. Un comunicado del Ministerio de Relaciones Exteriores de Taipei dijo que el gobierno de Taiwán considera rotos los lazos diplomáticos con Corea del Sur y que **no publicará ninguna declaración oficial al respecto.**

La embajada taiwanesa en Seúl fue desalojada esta mañana. El edificio, que perteneció en el pasado al gobierno imperial chino, pasará a partir de ahora a ser la sede de la legación diplomática de China en la capital surcoreana.

El canciller surcoreano viajó a Pekín el domingo para colocar el último eslabón de la política del presidente Roh de acercamiento con sus ex adversarios ideológicos, en busca del mejoramiento de las relaciones con **Corea del Norte**. China ha sido puntal político y económico del presidente **Kim Il-Sung**, quien gobierna el último Estado stalinista intransigente que queda en el mundo.

"Este es un acontecimiento muy importante en las relaciones entre China y Corea y tiene gran significación para la paz y el desarrollo en Asia y en el mundo", dijo el premier chino al canciller surcoreano Lee durante la ceremonia.

Poco después de la rúbrica, el presidente surcoreano dijo desde Seúl que la normalización de las relaciones con China marca "un viraje en la historia mundial" y aleja el principal obstáculo externo a la pacífica reunificación de las dos Coreas.

"Creo firmemente que la normalización de relaciones contribuirá enormemente a la solución de varios puntos pendientes entre Corea del Sur y la del Norte así como para la estabilidad y la unificación pacífica de la península coreana", dijo.

Un funcionario del gobierno de Seúl dijo sin embargo que Corea del Norte estaba mostrando una "actitud muy difícil", pese al acercamiento surcoreano con su principal sostén.

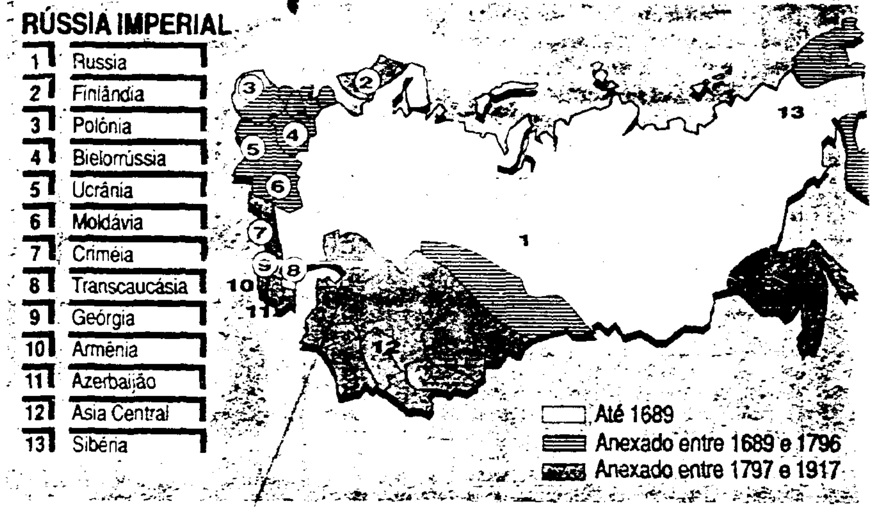
La fuente, citada por la agencia local de noticias Yonhap, dijo que el gobierno de Pyongyang podría posponer las conversaciones de alto nivel previstas para mediados de setiembre. "Están descontentos por el acuerdo. Deberán considerar el daño que puede provocar una postergación de las conversaciones", indicó.

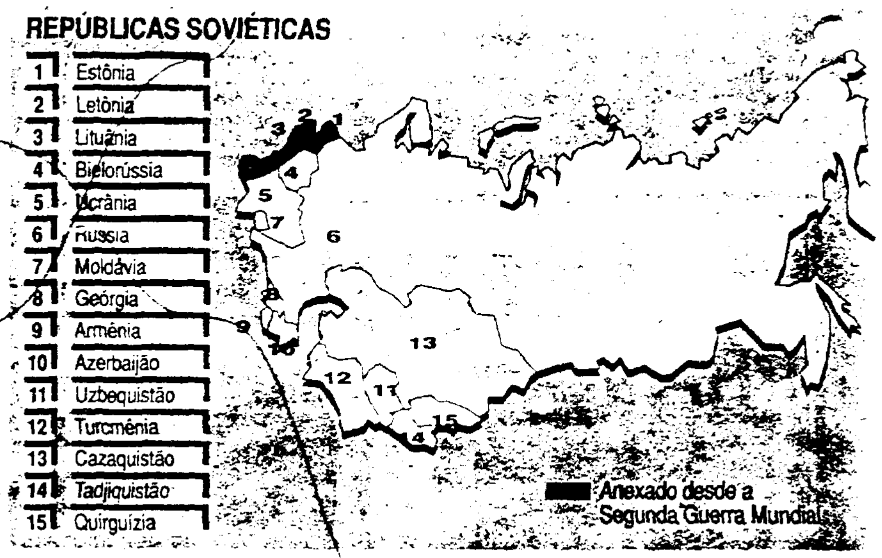
Um império ameaçad[o]

POR EL NACIONALISMO



Erguido pelo poder dos czares a partir do século 15, o Império Russo se desintegrou logo após a Revolução Bolchevique, de 1917, quando Lituânia, Finlândia, Ucrânia, Letônia, Estônia, Geórgia, Transcaucásia, Azerbaidjão e Armênia se declararam independentes. Essa verdadeira revoada se parece muito com a que ocorre atualmente. Na época, Lenin e Stalin rapidamente abafaram as vontades separatistas e trataram de centralizar o poder, apoiados no Exército Vermelho. Agora, parece não haver mais espaço para isso na União Soviética.





ARYSINHA AFFONSO E SANDRA PECIS

Editoria Internacional/ZH

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas teve seu nome instituído em 1922, durante o I Congresso dos Sovietes da URSS. A Constituição que entrou em vigor em 6 de julho de 1923 declarava que os poderes se dividiam entre o centro e as repúblicas federadas. O poder central, no entanto, controlava não só as relações exteriores e a defesa, como é usual no sistema federativo, mas também as principais atividades econômicas.

Essa conduta matou o sonho da maioria das repúblicas que, subjugadas pelos czares, viram na Revolução Comunista de 1917 uma perspectiva de libertação. Uma a uma, elas declararam sua independência e tiveram num primeiro momento até o apoio de Lenin. No entanto, a libertação não se concretizou e um novo poder central se impôs, sob o abrigo dos tanques do Exército Vermelho.

Durante 73 anos, a ordem foi ditada por Moscou, capital da Rússia e da União Soviética. Conflitos separatistas e de nacionalidades foram abafados pelo Estado totalitário que manteve, à mão armada, o maior país do mundo.

Finalmente, em 1990, a abertura política vivida pelo país sob o comando de Gorbachev estimulou as repúblicas bálticas — Lituânia, Letônia e Estônia — a se declararem independentes. Houve repressão por parte de Moscou, mas o fracassado golpe de Estado e decisão de apressar as reformas acabou abrindo as comportas e ameaçando a existência da URSS. Nove das 15 repúblicas já se declararam independentes, no espaço de 10 dias, e Gorbachev agora luta para manter intacta essa colcha de retalhos. Ou evitar que dela se apartem as mais importantes: juntas as repúblicas da Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão detêm mais de 85% do Produto Interno Bruto do país.

ARMÊNIA

Apesar da sua antigüidade, os armênios fomam um povo que não conheceu quase a liberdade. Estiveram sempre dominados por vizinhos poderosos: persas, romanos, gregos bizantinos, árabes e turcos. Em parceria com os russos, chegaram a combater o Império Otomano, no século 19. Conheceram então um breve período de independência, até que em 1920, Turquia e União Soviética repartiram o seu território e parte dele foi transformada em mais uma das repúblicas dominadas por Moscou.

AZERBAIDJÃO

Vizinho dos armênios, com que mantém disputas de caráter étnico-nacionalista, o território fez parte do antigo Império Persa e, posteriormente, foi habitado por povos turcos. Tornou-se república independente em 1918 para, dois anos depois, ser tomada pelo Exército Vermelho, junto com as demais territórios que passaram a integrar o império desta vez soviético.

BIELORRÚSSIA

Depois da invasão mongol, no século 12, caiu na mãos de reis poloneses e lituanos. No fim da Primeira Guerra Mundial, a parte ocidental da república, fundada em 1919, foi cedida por tratado aos poloneses. Em 1939, o acordo secreto entre Hitler e Stalin fez voltar o território para as mãos do governo revolucionário soviético.

CAZAQUISTÃO

O Cazaquistão é a segunda maior república da URSS e também uma das mais ricas. Até 1936 pertencia à Federação Russa, sendo então "promovida" à república. Dentro de seu território está Baikonur, principal centro de lançamento dos foguetes espaciais soviéticos. O povo desta região é formado por uma mistura de tribos nômades turcas e mongóis que vieram do sudoeste da Ásia, a partir do século 15. Em 1917, os nacionalistas formaram um governo independente, logo esmagado pelo Exército Vermelho. Em 1919 foi anexado à Federação Russa, como república autônoma.

ESTÔNIA

A Estônia é a menor das repúblicas bálticas, com 45.100 quilômetros quadrados e 1,6 milhão de habitantes, um terço concentrado na capital, Tallin. Os vikings foram os primeiros invasores do território estoniano e introduziram moeda e comércio ao povo atrasado que lá vivia. Nos séculos 11, 12 e 13 ocorreram sucessivas invasões de dinamarqueses, suecos, russos e alemães. A política de "russificação" promovida no final do século passado determinou uma onda migratória para os EUA e Austrália. Como as demais repúblicas bálticas, proclamou-se independente ao final da Primeira Guerra Mundial e em 1940 passou para o domínio soviético.

GEÓRGIA

A Geórgia é a região limítrofe entre a Europa e a Ásia. Este fator geográfico é determinante em sua história, já que em certos períodos pertenceu a impérios orientais como o persa e o otomano e em outros ao império russo. Na Idade Média foi invadida pelos mongóis liderados por Gengis Khan (1222) e Tamerlão (1386/9[?]). Após a queda de Constantinopla, em 1453, a Geórgia ficou isolada por três séculos. A influência russa começou em 1783, com a assinatura de um tratado de proteção. De protetorado, a região passou a território do império do czar Alexandre I em 1803. Após a revolução de 1917, constituiu-se um Estado autônomo e sua independência — reconhecida por Lenin — foi proclamada em 1918. Foi um famoso georgiano, Josef Stalin, quem ordenou a invasão da capital Tbilisi em 1921. Englobada primeiro na Armênia e no Azerbaijão, dentro da república federada da Transcaucásia, a Geórgia passou a república socialista soviética em dezembro de 1936.

LETÔNIA

A república da Letônia situa-se entre a Estônia e a Lituânia. Tem um território de 63.500 quilômetros quadrados e uma população de 2,7 milhões de habitantes. Durante toda a Idade Média esteve sob domínio a[lemão] e depois foi sucessivamente d[is]putada pela Suécia, Polônia [...]. O czar Pedro I sitiou a cap[ital] em 1710 e o resto do país caiu s[ob] domínio russo em 1795. Durant[e o] século 19 e início do século 20, [as] tentativas de libertação fracassara[m]. Em 1918, proclamou sua indep[en]dência, mas a Segunda Guerra Mu[n]dial colocou a Letônia na esfera [de] influência soviética. Ocupada p[elo] Exército nazista de 1941 a 194[.], voltou em 1945 a integrar a URS[S], incorporação esta que não foi rec[o]nhecida pelos EUA e por outros p[aí]ses ocidentais.

9112264

LITUÂNIA

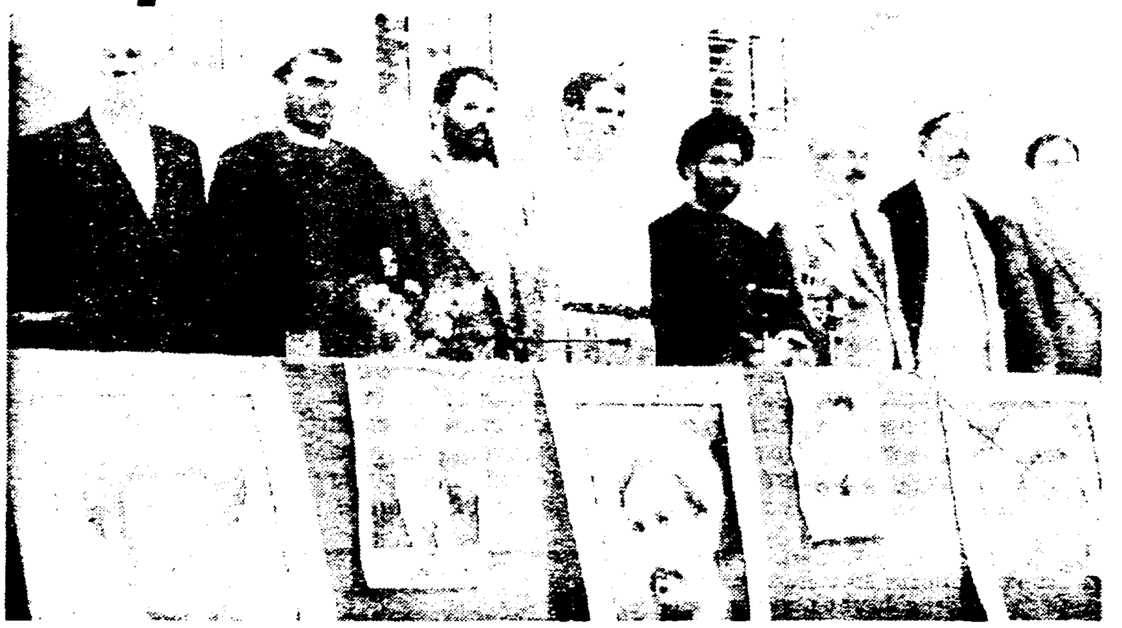
A Lituânia é a maior das três rep[ú]blicas, com 3,7 milhões de habita[n]tes, um terço deles morando na ca[pi]tal Vilna. Os lituanos, povo predo[mi]nantemente católico, descendem d[os] primeiros ocupantes das costas [do] mar Báltico. Durante quatro sécul[os] a Lituânia esteve unida à Polônia [...] no final do século passado, o cz[ar] Nicolau I iniciou a "russificação [...]

920858

(Doc. Poco Legible)

Líbano vota por primera vez en 20 años

En un clima de tensión y una masiva huelga general convocada por los partidos cristianos, se inicia hoy, domingo, un proceso electoral en tres etapas para elegir, por primera vez en dos décadas, un nuevo Parlamento en el Líbano. Los comicios, que hoy se circunscriben al valle del Bekaa y al norte libanés (el extremo sur sigue bajo control israelí), están impulsados por Siria, cuyas tropas ocupan la mayor parte del país. La oposición cristiana exige que las elecciones se aplacen hasta el retiro de las fuerzas sirias, previsto para los últimos meses de este año. Habrá una semana de intervalo entre cada etapa electoral.



Candidatos del grupo Hezbollah ("Partido de Dios"), ayer durante un acto proselitista en el este de Líbano.

BEIRUT, 22 (Por **Lara Marlowe**, del **Financial Times**, especial para **Clarín**). — El gobierno del presidente libanés **Elías Harawi**, apoyado por **Siria**, ratificó su decisión de iniciar mañana, domingo, las **primeras elecciones parlamentarias que se celebran en el país en dos décadas**, a pesar de la cerrada oposición de la mayoría de los cristianos y de un temor generalizado a que los comicios **desaten nuevas acciones de violencia**.

Los grupos cristianos exigen que las elecciones sean **aplazadas** hasta el día en que las tropas sirias se hayan retirado de **Beirut y de** otras zonas. Un acuerdo de paz cristiano-musulmán, firmado en el balneario saudita de **Taif en 1989**, estipuló **que** tal retiro debería **concretarse durante el próximo otoño**.

Los políticos libaneses, **el patriarca maronita, el** nuncio papal y el embajador francés en el **Líbano** llevaban a cabo esta semana intensas consultas, en un intento de último momento por posponer las elecciones del domingo y prevenir una huelga de protesta de tres días convocada por la comunidad cristiana del Líbano, que comenzó el jueves.

Hoy, sábado, la huelga registraba un **acatamiento prácticamente total**.

Una agitada reunión de gabinete, convocada para discutir el tema de las elecciones, se interrumpió el miércoles de manera intempestiva.

Por la noche, tres miembros cristianos del Parlamento transmitieron una amenaza implícita de su reunión en **Damasco con Abdel-Halim Khaddam**, el vicepresidente sirio. "Si los que boicotean las elecciones ponen en peligro la seguridad", habría dicho Khaddam, según los diputados, "nadie debería esperar que Siria ayude a los cristianos. Ninguna potencia del mundo los ayudará."

Opositores y simpatizantes de las elecciones se acusan mutuamente de minar la unidad nacional mientras lanzan horrendos vaticinios.

Nabih Berri, líder del movimiento chiita **Amal** (pro sirio) y candidato en el sur, admitió temer que el ejército libanés, responsable de la seguridad durante los comicios, se desintegre, provocando el regreso de las milicias y el infierno de las facciones armadas.

"Elecciones falsas"

...had, líder de las milicias aliadas del **ejército del sur del Líbano (ESL)** —pro israelí—, condenó lo que calificó como "elecciones falsas e ilegítimas", y advirtió sobre la posibilidad de que se desaten "peligrosos acontecimientos" si estas finalmente tienen lugar. Los habitantes de la zona ocupada por Israel tendrían que conseguir pases del ESL para poder votar en el territorio controlado por las **Naciones Unidas**.

Uri Lubrani, el funcionario israelí responsable de las actividades de su país en el Líbano, expresó su apoyo al general Lahad, y acusó a Siria de tratar de forzar al Líbano a realizar **"elecciones espurias"**.

El principio de los comicios está previsto para mañana domingo en el norte del Líbano y el valle del Bekaa, las dos regiones del Líbano que se encuentran bajo el mayor control sirio. El primer ministro, **Rashid Solh**, estaría dispuesto a aplazar la ronda prevista para el 30 de este mes en **Beirut-Monte del Líbano** y la del 6 de setiembre en **el sur del Líbano** con la condición de que los comicios tengan lugar **antes del 15 de octubre**, cuando se disuelve el actual Parlamento.

Veintidós candidatos —incluyendo a cuatro prominentes musulmanes— retiraron su candidatura esta semana en protesta por las condiciones en que se están llevando adelante las elecciones. Al margen de la presencia de tropas extranjeras, los opositores alegan que las listas de los votantes anteriores a la guerra civil son inválidas, que no se formó un cuerpo de supervisión como exige la Constitución.

Los acuerdos de paz de Taif marcaron a **16 "mohafezat" —o provincias— en el Líbano** como distritos electorales. Pero el gobierno ha mantenido la división inferior, en donde así es necesario para favorecer a los candidatos pro sirios y pro gubernamentales.

Sin embargo, pese a la polémica y a las 2.220 libras necesarias para registrarse, no faltan candidatos para las bancas parlamentarias, que siguen gozando de privilegios dentro de la sociedad libanesa: **275 candidatos se disputan 51 bancas en el Bekaa y el norte del Líbano, mientras que en Beirut y Monte del Líbano, 198 compiten por 54 bancas.**

Hezbollah accede a varias bancas en el parlamento libanés
Nación (150025)
28/8/92
Líbano - 36330
T-O. - 10:45
FP. 11164
GN. 11202

LA NACION/Pág. 3

LA NACIÓN 28/08/92

El Hezbollah logró bancas

BAALBEK, Líbano, 27 (AP). – Cuatro candidatos del Hezbollah (Partido de Dios), que apoyan a Irán, y otros tantos de un partido aliado, fueron elegidos para el Parlamento libanés, resultado que significa un fuerte revés para el asediado gobierno del presidente Elías Hrawi, respaldado por Siria.

Los resultados oficiales de la zona de Baalbek-Hermel, en el valle oriental del Bekaa, indicaron un triunfo impresionante para el Partido de Dios, respaldado por Teherán, en las elecciones parlamentarias de tres etapas.

El Hezbollah es el grupo al que pertenecen los extremistas shiítas que capturaron a numerosos rehenes occidentales en el Líbano.

Es la primera vez que el movimiento ha salido a la palestra política desde su fundación.

ENTRADO
CRUZ DO

01|01 9206590

Gigantesca marcha negra

Clarín 6/8/92

El presidente sudafricano Frederik de Klerk dijo ayer que está dispuesto a reunirse con la oposición negra hasta "en la selva" para reanudar el diálogo democratizador. Una multitudinaria concentración se efectuó frente al palacio gubernamental de Pretoria, símbolo del poder blanco. Nelson Mandela volvió a reclamar la elección de una Asamblea Constituyente por voto universal.

PRETORIA, 5 (EFE, AFP, Reuter, AP y ANSA). — El líder antiapartheid **Nelson Mandela** insistió hoy en su reclamo de **"un gobierno interino de unidad nacional"**, al cerrar una **multitudinaria marcha** que confluyó sobre la sede del gobierno y que se convirtió en **la mayor concentración negra que se recuerde en el bastión blanco de Pretoria.**

En un virtual reconocimiento del éxito logrado por el **Congreso Nacional Africano** (CNA) y sus aliados en esta semana de campaña de acciones masivas, el presidente sudafricano, **Frederik de Klerk**, dijo poco después que **"hay una necesidad urgente de reanudar las negociaciones"**, y aseguró que está dispuesto a reunirse con los representantes de la mayoría poblacional negra **hasta "en la selva"** si fuera necesario.

Alrededor de **70.000 personas** convergieron sobre el Edificio de la Unión, la construcción en forma de herradura donde tienen su asiento la Presidencia y la Cancillería que se constituyó en el emblema del poder blanco durante los últimos 80 años, para respaldar el reclamo de **"Paz y Democracia"** del CNA y sus socios, el **Partido Comunista de Sudáfrica** y el **Congreso de Sindicatos Sudafricanos** (COSATU).

Mandela, quien inicialmente marchó al frente de la columna, insistió al hablar a la multitud en que **"la creación de un gobierno interino de unidad nacional** debe estar **supeditada** al hecho de que el pueblo tiene que ser asociado a la redacción y a la adopción de **una nueva Constitución Democrática**, lo que significa la organización de **una Asamblea Constituyente soberana y elegida democráticamente**".

Ese reclamo ha sido uno de los principales escollos para el avance del diálogo con el gobierno, interrumpido en junio, cuando el CNA se retiró de la mesa negociadora tras la matanza de **Boipatong**, en la que unos cuarenta seguidores de Mandela fueron masacrados por hombres armados, presuntamente del movimiento conservador zulú **Inkhata**, rival acérrimo del CNA.

La concentración se convirtió en punto culminante de una semana de campaña de acciones masivas convocada por el CNA y sus aliados políticos y sindicales, que incluyó una **huelga nacional de dos días** (lunes y martes) que obtuvo **masiva adhesión** en todo el país.

El hecho de que la medida de fuerza movilizara a **cerca de 4 millones de personas y paralizara la mayor parte de los sectores productivos** resultó un signo muy claro sobre la capacidad de convocatoria de las organizaciones antiapartheid, lo que para el gobierno se entiende de una manera muy clara: **en adelante la cohabitación con organizaciones libres dominadas por la mayoría negra será ineludible.**

El presidente De Klerk evidenció haberlo entendido de esa manera cuando, este miércoles, poco después de finalizar la marcha del CNA, reafirmó su deseo de que "un gobierno transitorio de unidad nacional" sea formado "en cuanto sea posible".

El mandatario dijo que su gobierno **"no se opone al concepto de un Parlamento que funcione como Asamblea Constituyente"**, una expresión un poco amplia y ambigua en relación al reclamo puntual del CNA, que exige elecciones libres y directas (un hombre, un voto) para la integración del cuerpo que deberá redactar la nueva Carta Fundamental.

Igualmente, De Klerk insistió sobre sus aspiraciones a que las negociaciones se reanuden en breve, y aseguró que está dispuesto a reunirse con el CNA "aunque fuera en la selva para dialogar durante dos días".

En el **Partido Conservador** (CP), que favorece la creación de un **Estado separado para los blancos**, una facción moderada ya se declaró dispuesta a "negociar con el futuro gobierno algún territorio" donde establecer esa república, una postura impensable para la línea "dura", opuesta a cualquier tipo de concesión ante los reclamos negros, que dominó a esa fuerza hasta el presente.

Nº DOCUMENTO
TITULO Problemas con el diálogo con los negros en Sudáfrica
PROC. Nación (Bs.As.)
9/8/92
VI... S Africa - 50663
FP 11104
EN 11302

Cuestiones, países, personas

Otra vez las barricadas

LN 9/8/92



Nelson Mandela

."Los blancos no tienen nada que temer de nosotros", es una frase que Nelson Mandela reitera procurando que esas palabras sean mucho más que un slogan y se conviertan en punto de partida de una nueva Sudáfrica en la que, definitivamente, la administración y los grupos de liberación acepten negociar.

Mandela, figura mítica de la política sudafricana, se encuentra, una vez más, en las barricadas. Es su estilo. Se mantiene al frente de las protestas callejeras y puede convocar a 100.000 negros, como hace apenas días, cuando éstos realizaron protestas callejeras en reclamo de la democracia.

El problema sudafricano es el de siempre, lograr transformar en viable el diálogo, generar la oportunidad de que se consolide el anhelo del campo negro de participar en el ejercicio del poder real.

La alta tensión de los últimos días puede explicarse con cierta facilidad.

Las ocupaciones en Johannesburgo, en las que intervinieron partidarios del Congreso Nacional Africano, no fueron más que una señal precisa de presión en favor de un régimen de gobierno mayoritario con participación de los negros, los que insisten en lograr el derecho al voto y se muestran impacientes por los cambios que reclaman.

La última marcha callejera fue, sin duda, un acto de masas del CNA, agrupación que encabezó actos no violentos que recordaron a los de junio, cuando el principal grupo negro del país suspendió negociaciones sobre la transición a un gobierno multirracial. También fue una severa repulsa a la violencia política que en los últimos tres años causó la muerte de 8000 negros.

Nelson Mandela, en un momento de la reciente huelga general (lunes y martes últimos), en lo que 4 millones de negros paralizaron sus labores, señaló, como síntesis de un principio de solución, que "un gobierno interino de unidad nacional es un paso crítico y urgente".

Lo que acontece en Sudáfrica no es más que la suma, dolorosa por lo lenta, de los primeros pasos del cambio. Hasta ahora, en tal marco, la figura de Nelson Mandela es la de interlocutor del poder blanco.

Las negociaciones realizadas confirman que el líder negro es un seguro equilibrista a partir de tantas luchas que fueron desde la militancia armada hasta la palabra como argumento excluyente.

La participación en el poder es, de hecho, lo que domina el panorama político sudafricano y, aunque hay algunas señales, la reanudación del diálogo parece estar lejana.

Para seguir adelante los líderes de ambos lados, Nelson Mandela y el presidente F. W. de Klerk, deberán reunirse para trazar la estrategia por llevar hacia la democracia, objetivo del pueblo negro.

En el presente y, fundamentalmente, en el ayer, el odio en Sudáfrica es una especie de enfermedad. Allí, los líderes aparecen jugando papeles que la historia les asignó. El terrorismo y sus señales de violencia reiterada han sido constantes que rigieron la vida cotidiana.

Por eso, cuando se registran actos como los recientes, se producen estancamientos políticos que resulta difícil sortear.

El espectro político sudafricano es amplio. Parte de la crisis es la desconfianza mutua, lo que alienta la violencia.

También hay que subrayar la composición de la población (26 millones de negros ante unos 5 millones de blancos), lo que le permite al CNA contar con un sensible predominio en la mayoría de tribus negras, que puede llevarlo a la victoria en caso de elecciones democráticas generales, y a integrar un gobierno de la mayoría... algo que, por ahora, es una utopía.

Fernando D'Amen

ENTRADA
CRUCE

920852 01-01

ORIENTE

Saddam hizo otra purga en el gabinete

AMMAN, 31 (Por **Carlyle Murphy**, de **The Washington Post**, especial para **Clarín**). — El presidente iraquí **Saddam Hussein** reestructuró hoy su gabinete con el nombramiento de un nuevo canciller y reiteró de este modo lo que se ha convertido en una costumbre desde el fin de la guerra del Golfo: **remover funcionarios clave de su gobierno en momentos de crisis.**

Este último recambio se produjo poco después de registrarse el más alto **pico de tensión** entre Irak y las Naciones Unidas, ante la negativa de Bagdad de permitir la inspección del Ministerio de Agricultura por parte del equipo de expertos en armas de la organización internacional.

Si bien se llegó a un acuerdo que evitó la concreción de la amenaza norteamericana de recurrir nuevamente a la fuerza, el presidente estadounidense, **George Bush**, dejó en claro que **la crisis con Irak no ha terminado.**

El gobierno de Bagdad no reveló los motivos de la reestructuración por la cual el ex vicecanciller **Mohammed Saeed Sahhaf** se convirtió en titular de la cartera. El ex canciller, **Ahmed Hussein**, fue nombrado ministro de Finanzas, sustituyendo a **Majid Abed Jaafar**.

Saddam también designó al jefe de la Organización de Energía Atómica, **Humam Abdel Khaliq Ghafur**, en el cargo de ministro de Educación Terciaria e Investigación Científica. Remplaza a **Abdel Razzaq Hashemi**, el vocero más destacado de Saddam durante la crisis del Golfo, cuando se desempeñaba como embajador iraquí en París.

Durante un reciente seminario sobre educación terciaria, presidido por Saddam, **Hashemi señaló que las instalaciones educacionales iraquíes están en ruinas.** No se sabe si estas palabras contribuyeron a su remoción.

No es la primera vez que Saddam recurre a un recambio de gabinete para enfrentar el descontento y las presiones internas. El líder iraquí **recompuso su gabinete varias veces a partir de la guerra del Golfo.**

Al poco tiempo de terminada la guerra, y en un intento por aplacar una creciente rebelión interna, Saddam destituyó al canciller **Tarek Aziz** —de notoria participación en las maniobras políticas antes y durante la guerra— y nombró a un chiita, **Sadoun Hammadi**, como primer ministro. Hasta ese momento el cargo era ocupado por el mismo Saddam. Aziz, remplazado por **Ahmed Hussein Khudayer**, pasó a desempeñarse como viceprimer ministro.

En esa ocasión, también nombró a su primo, el intransigente **Alí Hassan al-Majid**, como ministro del Interior. Por lo tanto, quedó a cargo de la represión de los levantamientos kurdos y chiitas.

Tampoco el **Partido Baath**, pilar del gobierno de Saddam, logró salvarse de las purgas que siguieron a la guerra del Golfo. Muchos de sus miembros fueron encarcelados como traidores, y aún hoy las prisiones permanecen pobladas de opositores políticos de Saddam.

Más recientemente, el 13 de setiembre del año pasado, el Consejo de Comando Revolucionario —presidido por Saddam— destituyó a Hammadi y lo remplazó por otro chiita, **Mohammed Hamza Al-Zubaydi**. El traspaso de ese crucial cargo de un promotor del pluralismo como Hammadi a un hombre de escaso peso político, marcó una **nueva frustración para las esperanzas de democratización** en Irak.

Según interpretan diplomáticos occidentales, estas purgas y recambios periódicos estarían destinados a **incrementar la centralización de poder** en la figura de Saddam y reducir las posibilidades de un golpe de Estado.

Saddam, el derrotado que no fue vencido

Al cumplirse dos años de la invasión del emirato de Kuwait, acto bélico propiciado por Irak y que fue el detonante que llevó a la Guerra del Golfo, el presidente acantonado en Bagdad, Saddam Hussein, se mantiene en el poder sin, al parecer, cuestionamientos internos que debiliten el trazado estratégico del mandatario, con excepción de los kurdos en el sur del país y de los musulmanes shiitas en las zonas montañosas del Norte.

Lo acontecido en estos dos últimos años permite suponer que el jefe del Estado iraquí, acelerador de una crisis que obligó a llegar hasta el borde de la contienda armada internacional, ha recuperado su capacidad de maniobra con un partido (el Baa'th) que le es fiel en todos sus cuadros.

En estos días y por distintos protagonistas, los cuadros militares y políticos leales al mandatario aseguran, como, por ejemplo, el vicepresidente de Irak, Taha Yasin Ramadám que no tolerarán ningún intento de "humillar la dignidad nacional".

Epicentro político

El estado de confrontación entre Irak, epicentro político del mundo árabe de posguerra, y los Estados Unidos, mantiene la situación en un terreno de crisis factible y más, desde julio último, cuando las autoridades iraquíes no permitieron el ingreso de expertos de las Naciones Unidas para buscar documentos relacionados con armas de destrucción masiva.

Irak ha sido derrotado. Es cierto. Pero no ha sido vencido. A partir de esta premisa es posible gestar políticas que limiten su poderío. No puede escapar al criterio de los analistas que Bagdad no ha olvidado su política de expansionismo, proyecto que hace dos años sirvió como "experiencia piloto" en Kuwait.

La presencia de militares norteamericanos (unos 2400) en Kuwait generó, como era posible suponer, la reacción iraquí ante ejercicios que según el Departamento de Defensa de los Estados Unidos se iniciarán mañana.

Protestas de Bagdad

Pero las protestas de Bagdad son bravatas que han carecido de la contundencia de los hechos. Con la mitad de la infraestructura económica de Irak inmersa en una especie de estadio preindustrial, Bagdad carece de capacidad de respuesta a cualquier ataque. inclusive no puede lanzar ningún ataque masivo con misiles o armas químicas. De alguna manera, Irak no es más que una nación todavía destrozada por la guerra.

En Irak no existe una fuerza rebelde. Sus ejércitos, especialmente los grupos de elite, demostraron su capacidad operativa. Sobre ellos se apoya hoy el presidente Saddam Hussein. En definitiva, él puede hablar al mundo y advertirle que "la madre de todas las batallas todavía no terminó".

Mientras las purgas internas y las ejecuciones ordenadas por el régimen iraquí se han transformado en ejercicios casi cotidianos, y a la vez que el mundo protesta frente a esa realidad, en Irak la guerra sigue. Y los dos años transcurridos desde la ocupación de Kuwait suenan, una vez más, a sangre derramada.

Fernando D'Amen



Bagdad, hoy: mercaderías que habrían sido robadas de Kuwait en venta en las calles (AP)

SADDAM PARECE TENER EL CONTROL DE LA SITUACION

Los juegos peligrosos

BALTIMORE, 3 (Por **Daniel Berger**, de **The Baltimore Sun**, especial para **Clarín**). — El envío de portaaviones al golfo **Pérsico** y de ultimátum a **Irak** es **un juego peligroso**. Pero también lo es el hecho de dar a entender a través de filtraciones a la prensa y sugerencias **que uno de los objetivos de la política del gobierno norteamericano es derrocar a Saddam Hussein.**

El estado en el que se encuentra Irak es, en sí, **una trampa** para el presidente **George Bush**. Y si se reanudaran los bombardeos, la trampa sería peor.

El ayatollah **Ruhollah Khomeini**, el extinto dictador espiritual iraní, solía jactarse de su habilidad para derrotar a **James Carter** en las elecciones norteamericanas de 1980 a través de la toma de rehenes estadounidenses, luego de lo cual desafió al mandatario a liberarlos.

Pero ello no quiere decir que prefiriese a **Ronald Reagan**. Sólo indica que pudo derribar a un presidente norteamericano, y que pretendía domar al que lo sucediera.

Es probable que Saddam Hussein sienta lo mismo con George Bush. ¿Cómo podría evitarlo? Y ello tampoco quiere decir que crea que **Bill Clinton** es un candidato mejor, desde la perspectiva iraquí.

Sólo significa que le encantaría humillar y destruir al hombre que lo expulsó de Kuwait y que hizo añicos las alcantarillas de Bagdad. Eso convertiría a Saddam en un héroe para buena parte del mundo árabe y para él también.

¿Qué tan buena es la información de inteligencia con la que cuenta Saddam sobre la capacidad e intenciones de los Estados Unidos? Son muchos los iraquíes que conocen muy bien tanto la política cuanto a la sociedad norteamericanas, pero el dictador se muestra especialmente inhóspito frente a toda recomendación que no haya pedido. Saddam Hussein es un hombre que "consume" enormes cantidades de información de inteligencia. **Se sabe que siempre escucha la cadena CNN.** El tema sería saber en qué tipo de análisis se basa. Lamentablemente, quien se encarga de hacer todos los análisis es él **mismo!**

El control en manos de Saddam

Durante la guerra del Golfo [illegible] [illegible] **mó la voluntad de los EE.UU.**, mientras que Bush sobrestimó su capacidad para manejar los acontecimientos dentro de Irak. **No existe razón para creer que alguno de los dos haya enmendado su error de apreciación.**

El hecho de vincular el envío de misiles de crucero y de portaaviones con la aceptación por parte de Saddam de toda una serie de ultimátum del **Consejo de Seguridad** de las **Naciones Unidas** hace **que Saddam tenga en sus manos demasiado control sobre las acciones de los EE.UU.** Saddam, y no Bush, **será quien determine si habrá o no sorpresas en octubre.** Algo nada positivo.

Los bombardeos son un factor de persuasión muy **indefinido**. La amenaza de violencia puede ser eficaz, pero la violencia en sí tiene, y en forma invariable, **efectos no deseados**. Como herramienta de coerción, debería esperarse su fracaso.

¿Qué pasaría si los Estados Unidos amenazan con bombardear, son criticados, hacen realidad su amenaza, y vuelven a ser censurados? ¿Qué podrían hacer después?

A ningún presidente norteamericano le fue muy bien [illegible] obsesionarse con algún tirano del [Te]rcer **Mundo**. En esto puede citarse el desafío de **Fidel Castro** a **John F. Kennedy** y las burlas que **Muamar Kadafi** dirigía a **Ronald Reagan**. El bombardeo norteamericano a **Libia** —en 1986— no sirvió para castigar a Kadafi sino que mostró más bien la inutilidad de los asesinatos "aéreos".

La excepción de este argumento es el general panameño **Manuel Antonio Noriega**. El único presidente que logró eliminar a una figura irritante fue George **Bush**. Pero si ello hizo pensar que podría hacerlo toda vez que quisiera **la suposición fue totalmente equivocada.**

El mayor peligro de cualquier operación militar en estos momentos —más que la guerra del golfo del año pasado— es que el derrocamiento de Saddam Hussein **sea visto como su objetivo final.**

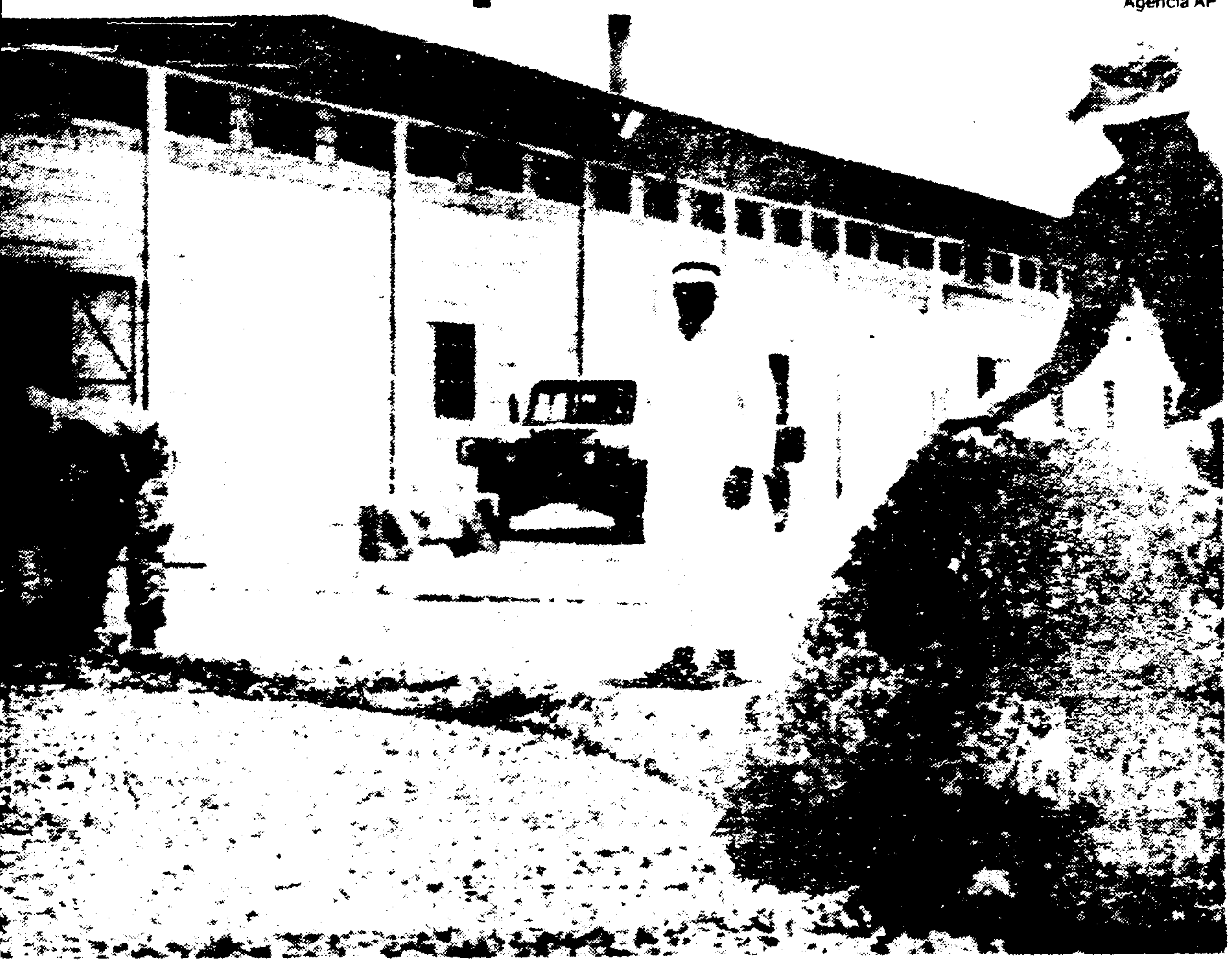
Y para esa meta no puede existir ningún mandato de los aliados o de las **Naciones Unidas**. Lo que Bush no debe hacer es crear expectativas que no pueda cumplir, dejar que sea Saddam quien controle la situación, bombardear sin un objetivo claro, o aparecer ante el [illegible]

IMPORTANTE DESPLIEGUE DE EQUIPO BELICO ALIADO EN EL GOLFO

Clarín 4/8/92

Maniobras militares de EE.UU. y Kuwait para intimidar a Saddam

Agencia AP



Los marines de la II unidad de expedicionarios del Campo Pendelton proceden a camuflar equipo bélico en Kuwait, para iniciar las maniobras militares conjuntas con los kuwaitíes. Los ejercicios adquirirán envergadura en los próximos días.

Irak calificó como "provocación" las maniobras militares norteamericanas iniciadas ayer, y en las que durante 17 días unos 5.000 soldados estadounidenses y efectivos kuwaitíes realizarán ejercicios de guerra en las costas del golfo Pérsico. En el segundo aniversario de la invasión iraquí a Kuwait, Bagdad reiteró sus aspiraciones territoriales sobre el emirato. El ministro de Información de Kuwait, Badr Jassim Al-Yaqoub, consideró sin embargo "improbable" una nueva invasión sobre territorio kuwaití.

KUWAIT y BAGDAD, 3 (EFE, AP y Reuter). — Unidades de la infantería de los Estados Unidos y fuerzas kuwaitíes comenzaron hoy maniobras militares en el Golfo, con el propósito de advertir al presidente iraquí, **Saddam Hussein**, sobre el firme compromiso norteamericano en la región.

El portavoz militar kuwaití, coronel **Mohammed al-Sirri**, informó que los infantes de marina desembarcaron equipos en las playas kuwaitíes en preparación para ejercicios bélicos que realizarán el martes aproximadamente 1.900 soldados dentro del operativo llamado **"Eager Mace"** (Maza impaciente). No dio otros detalles.

En Bagdad, el presidente Saddam Hussein presidió ayer una reunión de su gabinete en la que se analizaron "**los esfuerzos para intensificar los procesos realizados en el desgaste de las sanciones impuestas por el imperialismo norteamericano**", informó la agencia noticiosa oficial INA.

Un total de 5.000 soldados estadounidenses participarán durante agosto en esas maniobras, que incluyen operaciones de desembarco en la zona norte de Kuwait, cerca de la frontera con Irak. Otras unidades apoyadas por tanques y vehículos blindados tomarán parte en las maniobras en los próximos días.

Estos ejercicios militares estaban programados para el próximo mes de setiembre, pero el ministro de Defensa norteamericano, **Richard Cheney**, ordenó adelantarlas **"con el fin de asegurar el cumplimiento de Estados Unidos de su compromiso de defender el reino de Arabia Saudita, Kuwait y los otros estados del Golfo contra cualquier amenaza posible"**.

Irak calificó esas maniobras como una **"provocación"** por parte de Estados Unidos y afirmó que **"no teme las amenazas norteamericanas"**.

Los ejercicios, que durarán 17 días, se desarrollarán según un acuerdo de defensa firmado entre Kuwait y Estados Unidos en setiembre del año pasado.

Dicho acuerdo, válido por diez años, exige **la organización de maniobras marítimas y aéreas, el uso de las bases marítimas terrestres y aéreas de Kuwait por parte de Estados Unidos, además del almacenamiento de armas norteamericanas en el territorio del emirato para utilizarlas cuando sea necesario.**

Observadores políticos en El Cairo dicen que las fuerzas armadas de Kuwait, cuyo número era de **12.000 soldados** antes de la invasión iraquí de Kuwait en agosto de 1990, no pueden enfrentarse solas contra el equipamiento de guerra iraquí.

Observadores políticos en **El Cairo** creen que Washington decidió adelantar la fecha de esa maniobras para calmar la preocupación creciente de los líderes de Kuwait y del resto de las naciones del Golfo, por las declaraciones de dirigentes iraquíes, quienes reiteraron que **"Kuwait es una parte del territorio iraquí"** y de que **"Irak no renunciará a su derecho histórico"**.

Además, las maniobras tienen lugar en medio de un clima de tensión en la zona del Golfo después de la reciente confrontación entre Bagdad y las Naciones Unidas por la inspección del Ministerio de Agricultura de Irak, en el que supuestamente se ocultaban importantes documentos relacionados con el programa iraquí de armas de destrucción masiva.

A pesar de que Irak aceptó finalmente la inspección de ese ministerio, la tensión provocada por esa crisis aún persiste en el área después que los Estados Unidos amenazó con utilizar la fuerza en caso de que este país rechace cumplir las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU.

Sin embargo, el ministro de Información de Kuwait, **Badr Jassim Al-Yaqoub**, afirmó que es improbable que Irak invada nuevamente Kuwait, a pesar de su advertencia de que trataría de apoderarse del emirato por segunda vez.

"No creo que Saddam Hussein pueda llevar a cabo otra invasión contra Kuwait", indicó en una conferencia de prensa.

Irak invadió Kuwait el 2 de agosto de 1990 y, a pesar de ser expulsado en la guerra del Golfo, ha dicho repetidamente que considera a Kuwait como su provincia 19ª.

Ayer, al cumplirse el segundo aniversario de la invasión, la televisión iraquí proyectó el último episodio de una serie llamada **"Espejismo y realidad"**, que en sus tres capítulos semanales desde julio reiteró la reclamación de Kuwait.

"El retorno de Kuwait, un territorio usurpado a la patria, Irak, simboliza la firme voluntad nacional, aparte de hacer realidad uno de sus sueños", expresó el primer ministro **Mohammed Hamza Al-Zubaidi** en una transmisión de **Radio Bagdad**.

PROGRAMA DE ARMAS IRAQUÍ
CLARÍN 150074
4/8/92
Irak - 55000
FT- 1163
FT- 1166

OPORTUNO DESCUBRIMIENTO

Clarín 4/8/92

Irak estaba cerca de tener la bomba

MANAMA, 3 (Por **Mark Fineman, de Los Angeles Times**, especial para **Clarín**). — Un equipo de inspectores de armas de las **Naciones Unidas** se vio obligado a soportar una larga espera en el interior de un hotel de **Bagdad**, ya que se le había prohibido la semana pasada visitar un predio militar sospechado de contener pruebas contundentes sobre el proyecto del presidente **Saddam Hussein** para construir una bomba nuclear. La imagen de esta espera fue, en realidad, una de las más habituales de la campaña internacional para erradicar las armas iraquíes de destrucción masiva.

Pero en ese mismo momento, a miles de kilómetros de distancia y lejos de los ojos del mundo, otras imágenes se proyectaban en una pantalla de monitoreo: **un satélite espía norteamericano se dedicaba a filmar lo que ocurría en el desierto iraquí.**

Docenas de discos gigantes emergían de enormes dunas ubicadas en el predio militar que los iraquíes ocultaron a los inspectores. Los discos fueron luego levantados por medio de grúas, acomodados sobre camiones y trasladados hasta otro campo militar, a 9,6 kilómetros.

Saddam ocultaba algo y Washington lo estaba observando.

A las pocas horas, un mensaje en código fue enviado desde Washington, dirigido al líder del equipo en Bagdad, **David A. Kay.**

Al día siguiente, los iraquíes permitieron al equipo de Kay visitar el primer predio. Pero el grupo de las Naciones Unidas forzó su paso hasta la otra planta, **en donde detectaron y fotografiaron por primera vez los gigantescos discos y desde muy cerca.**

Los discos no eran sino una suerte de **imanes de 40 toneladas** del tipo que se utiliza para fabricar el uranio de las bombas nucleares. **Primera prueba contundente de que Saddam contaba en realidad con un programa de armas nucleares tan agresivo, moderno y clandestino que los expertos en armas concluyeron luego que se encontraría a meses nada más de contar con una bomba atómica.**

En el marco de la esmerada cruzada que llevan adelante los inspectores de la ONU para acabar con las armas iraquíes de destrucción masiva se trató de **un hecho importantísimo**, y no tanto por lo que encontraron sino por cómo lo hicieron.

El descubrimiento de los sabuesos de las Naciones Unidas sentó un precedente mucho más importante y duradero en todos los intentos para debilitar el aparato bélico de Saddam: abrió un nuevo horizonte para el intercambio de información entre la comunidad internacional de inteligencia y los técnicos —civiles en su mayoría— que tienen a su cargo la tarea de destruir el letal armamento iraquí.

Funcionarios iraquíes prohibieron a los equipos de las Naciones Unidas al ingreso al Ministerio de Agricultura, el 5 de julio, y organizaron luego manifestaciones oficiales hostiles destinadas a molestar a los inspectores.

Los iraquíes llegaron a asegurar que los dos norteamericanos que presiden los equipos de inspección —la mayor del ejército **Karen Jansen** y **Mark Silver**— son tan sólo los últimos de una serie de agentes de la **CIA** —Agencia Central de Inteligencia— que se hicieron pasar por inspectores en Bagdad, para organizar la caída del régimen de Saddam Hussein.

El viejo pedido iraquí **para que los norteamericanos no participen de estos equipos de inspección** pareció haber sido escuchado por primera vez la semana pasada, cuando **Rolf Ekeus**, diplomático sueco y presidente de la **Comisión Especial** de la ONU a cargo de las misiones de búsqueda y destrucción de armas dentro de Irak, llegó a un acuerdo por el que se permite a un equipo integrado por **alemanes, suizos, suecos y finlandeses** ingresar en el Ministerio de Agricultura.

La concesión para excluir de los equipos a miembros de países que participaron de la guerra del Golfo —incluyendo a los norteamericanos— fue muy criticada por congresistas estadounidenses y por varios analistas de la administración **Bush.**

De todos modos, Ekeus insistió la semana pasada en que **los expertos norteamericanos participarán en el futuro de misiones en territorio iraquí.** Anuncio que indica que siguen siendo muchas las posibilidades de que surja otro enfrentamiento.

01-1

9208597

El guerrero está de vuelta

AMMAN, Jordania, 6 (Por **Caryle Murphy**, de **The Washington Post**, especial para **Clarín**). — **Saddam está de vuelta.** Esas son las noticias reales provenientes de **Bagdad**, más allá de la retórica predecible de la maquinaria del partido **Baath**, que ve en la resolución diplomática frente a la última confrontación de **Irak** con las **Naciones Unidas** una "espléndida victoria". Tras extensas negociaciones, Irak logró que la inspección del Ministerio de Agricultura de Bagdad —donde se suponía que podía existir material nuclear— no fuera efectuada por técnicos de los países aliados durante la guerra del Golfo.

Al escenario mundial regresa un hombre militarmente derrotado, sancionado, internacionalmente aislado y humillado que, en una representación teatral de jactancia sobre la "soberanía" de un edificio en Bagdad —en este caso, el Ministerio de Agricultura— obligó al presidente de los **Estados Unidos** a acortar su gira electoral, a enviar naves de guerra al **golfo Pérsico** y a mantener sucesivas reuniones con el alto mando.

Hace apenas 16 meses, las imágenes de la televisión mostraban a Saddam, de 53 años, en un "bunker" bajo tierra, envuelto en un sobretodo porque no había calefacción. El sistema eléctrico de Irak estaba destruido. Los semáforos y los teléfonos no funcionaban. Más de 100 puentes habían sido bombardeados por las fuerzas aliadas.

Entonces, la policía secreta de Saddam ignoraba lo que ocurría. Los opositores de Bagdad organizaban fiestas privadas para celebrar el fin de su gobierno. Su ejército estaba confundido y una buena parte de su fuerza aérea estaba estacionada en el territorio de su peor enemigo, **Irán**.

Saddam acababa de ser expulsado de **Kuwait** y había aceptado las condiciones de cese del fuego más humillantes desde que los aliados, reunidos en **Versailles**, castigaron a **Alemania** después de la Primera Guerra Mundial. Para colmo de males, 14 de las 18 provincias iraquíes habían sido arrasadas por **la rebelión más sangrienta de la historia del país**, protagonizada por los kurdos en el norte y los chiitas en el sur.

Ahorros secretos

¿Qué fue exactamente lo que sucedió desde entonces?

Por un lado, aun en las peores de las circunstancias, **Saddam tuvo suerte**. La coalición aliada de la operación **Tormenta del Desierto** lo dejó con suficientes tropas en pie y con un equipo intacto, como para sustentar su gobierno y apagar las revueltas.

Por otro lado, Saddam **se había preparado financieramente**. De alguna manera, y en alguna parte, logró guardar suficiente dinero secreto como para comprar lo que necesitó desde que, hace casi dos años, las Naciones Unidas le impusieron sanciones económicas. Lo que adquirió fueron **lujos para su elite y equipos para reconstruir la infraestructura bombardeada y, al menos parcialmente, sus sistemas de defensa aérea y de comunicaciones**.

Sin embargo, lo que más influyó en el retorno de Saddam fue el mismo Saddam. Hitler, con quien el presidente **George Bush** lo comparó, se suicidó cuando se encontró en una situación similar a la del líder iraquí. Para Saddam, ese tipo de respuesta es **impensable**.

La determinación de Saddam se hizo evidente en su respuesta a la pregunta de un niño sobre el retiro iraquí de Kuwait:

"Si te va mal en una materia, ¿qué haces?", preguntó Saddam.

"Curso la materia otra vez", respondió el alumno.

"Eso es lo que haremos", explicó.

Su respuesta resalta el rasgo que lo caracteriza: **es un hombre que nunca se da por vencido**. En los últimos 16 meses, utilizó su fuerza de voluntad, su atención a los detalles, su preocupación por su seguridad personal, su actitud conspirativa y sus deseos de venganza para resucitar su régimen. **Planificó detenidamente su propia rehabilitación.**

Se dice que hasta el enemigo más acérrimo de Saddam, el ayatollah iraní **Ruhollah Khomeini**, elogió su personalidad. Según se cuenta en **Teherán**, cuando se le dijo a Khomeini que debía aceptar un cese del fuego en su guerra de ocho años contra Irak, reflexionó ante sus oficiales en tono de amargura: "Si estuvieran manchados con una sola gota de la sangre de Saddam, esto no tendría por qué suceder."

Obstinación

Hay muchos que piensan que este regreso de Saddam es ficticio, que se trata apenas de un uso inteligente de humo y espejos para ocultar una situación que tarde o temprano se desmoronará.

Sin embargo, por ahora Saddam está allí. Y su comportamiento en los últimos 16 meses muestra qué se puede esperar de él mientras se espera que llegue el momento en que se produzca su caída, en **el último acto del traumático drama nacional de Irak**.

Saddam resurgió de su **fortificación sin arrepentimientos**. Ni un solo "lo siento" o "me equivoqué" **se ha escuchado** en sus comentarios **públicos**. En cambio, **culpa al partido, a los cobardes del ejército y a los "traidores" por la derrota de Irak en Kuwait y por los disturbios internos.**

La explicación que Saddam **da a la** miseria de Irak no tiene nada **que ver** con la invasión a Kuwait, **que rara vez** menciona. Su explicación es **divina**. "No sirve de nada pensar que si **hubiéramos** hecho tal o cual cosa, **las consecuencias** habrían sido **diferentes, ya** que lo que pasó fue **la voluntad de Dios**", le ha dicho hasta el **cansancio a** sus oficiales.

No hay nada que escape a la **atención** minuciosa de Saddam. Exigió a un grupo de prominentes educadores **que** presten especial atención a **las instalaciones** sanitarias de las escuelas. Si bien confesó que está más preocupado **por** los baños que por los misiles ("**cuando** una sociedad logra un equilibrio **en su** desarrollo, se pueden esperar **de ella** cosas importantes") los **baños no son** el principal interés de Saddam. **Su objetivo es liberarse de las ataduras que le impusieron las Naciones Unidas.**

"Creo que consideró **oportuno salir** de su escondite", dijo un **analista estadounidense** a raíz de esta **última confrontación**. "Seguramente **pensó que** era un buen momento, **porque la figura** de Bush está debilitada. **Siempre presiona**, no hay nada nuevo **en esto**. **No** cambió en absoluto. **Por lo visto, no** aprendió ninguna lección."

Saddam sigue con los discursos desafiantes

L.N. 9/8/92

Amenazas: convocó a los iraquíes a resistir a sus enemigos y elogió a la "Madre de todas las batallas"; los inspectores de la UN hoy comienzan su trabajo en Bagdad.

BAGDAD, 8 (Reuter). – El presidente de Irak, Saddam Hussein, instó hoy a su pueblo a resistir a sus enemigos, durante el discurso que pronunció con motivo del cuarto aniversario de la finalización de la guerra con Irán.

No mencionó a la UN ni tampoco las amenazas norteamericanas respecto del uso de la fuerza para garantizar que se cumplan los términos del cese del fuego de la Guerra del Golfo, pero los diarios oficiales siguieron con la campaña retórica contra los inspectores de las Naciones Unidas.

En Kuwait, en tanto, los marines norteamericanos continuaron hoy con sus ejercicios de entrenamiento, calificados como una nueva presión de EE. UU. contra el régimen iraquí.

Los inspectores de la UN, a los que Irak prohibió el ingreso en los ministerios, aplazaron hasta el domingo el comienzo de la búsqueda de pruebas sobre la existencia de armas de destrucción masiva, debido al feriado nacional.

"Rechacemos a los seres despreciables", dijo Saddam en su discurso, durante el que elogió la guerra con Irán y la "Madre de todas las batallas", el nombre que da Irak a la Guerra del Golfo.

"La madre de todas las batallas abrió las prisiones de la identidad, dejando a los árabes en libertad para llevar a cabo su gran tarea de liberar a la humanidad de los complejos del miedo, la timidez, la debilidad y la culpa", dijo en otro momento de su discurso.

Los diarios oficiales condenaron las misiones de inspección de la UN que, según señalaron, forman parte de una conspiración occidental contra Irak que comprendió también la guerra con Irán –que Bagdad afirma haber ganado–, la Guerra del Golfo y las sanciones de la UN.

El diario del Ministerio de Defensa, al-Kadissiyah, sostuvo que los inspectores eran la última etapa de un complot de Irán, la NATO, Israel y "traidores árabes", que estaba destinado a fracasar.

El ruso Nikita Smidovich, que está al frente del grupo de inspectores, señaló que su trabajo comenzaría el domingo, tras el feriado.

Irak declaró el jueves que los grupos de la UN no podrían inspeccionar los ministerios, lo que llevó a EE. UU. a renovar sus amenazas de usar la fuerza para obligar a Bagdad a cumplir con los términos del cese del fuego.

El grupo de Smidovich es el primero que llega a Irak desde que un equipo de inspectores examinara el Ministerio de Agricultura el 28 y 29 de julio, luego del enfrentamiento más grave que protagonizaron Bagdad y la UN con motivo del desmantelamiento de las armas iraquíes.



Abordar una lancha presuntamente iraquí y tomar prisioneros, una parte de los ejercicios de los marines en Kuwait (Reuter)

Mensaje de Saddam Hussein
Clarín (159574)
9/8/92
Irak 531-46
FP. 11164
ONU-50.883

ENCENDIDA ARENGA DEL LIDER IRAQUI EN EL CUARTO ANIVERSARIO DE LA VICTORIA SOBRE IRAN

Clarín 9/8/92

Saddam llama a "resistir al enemigo"

BAGDAD y KUWAIT, 8 (Reuter, AFP y AP). — Al tiempo que los Estados Unidos realizaban por sexto día consecutivo maniobras militares con Kuwait en las costas del golfo Pérsico, el líder iraquí **Saddam Hussein** instó hoy a su pueblo a **resistir a los enemigos y reivindicó la acción de su país durante "la Madre de Todas las Batallas"**, la guerra del Golfo.

Los inspectores de la **Organización de las Naciones Unidas** (ONU) que llegaron ayer a Irak para investigar un posible ocultamiento de armas, se vieron obligados a **trabajar hoy en el hotel donde se alojan**, debido a que las autoridades iraquíes dijeron que era el feriado nacional más importante del país.

Irak celebra oficialmente el fin de la guerra con Irán, que comenzó en 1980 y culminó en 1988, y por primera vez Saddam Hussein conmemoró la fecha con un discurso en el **"día que trajo la buena nueva de la victoria"**.

En el mensaje televisado que duró 22 minutos, Saddam **no mencionó explícitamente a la ONU ni tampoco las amenazas norteamericanas respecto del uso de la fuerza para garantizar que se cumplan los términos del cese del fuego de la guerra del Golfo. Pero hacia el final del discurso en el que elogió tanto esa guerra como la que su país sostuvo con Irán, exhortó a "rechazar a los seres despreciables"**.

Según el presidente iraquí, la guerra del Golfo fue provocada por los **"enemigos"** que **"manipularon a sus agentes"** (los dirigentes kuwaitíes) tras el avance de Irak sobre el emirato de Kuwait el 2 de agosto de 1990.

"La Madre de Todas las Batallas abrió las prisiones de la identidad, dejando a los árabes en libertad para llevar a cabo su gran tarea de liberar a la humanidad de los complejos del miedo, la timidez, la debilidad y la culpa", dijo en otro momento de su mensaje.

Los diarios oficiales condenaron las misiones de inspección de la ONU que, según señalaron, forman parte de una conspiración occidental contra Irak así como también la guerra con Irán, la guerra del Golfo y las sanciones de las Naciones Unidas que entraron el jueves en su tercer año de vigencia.

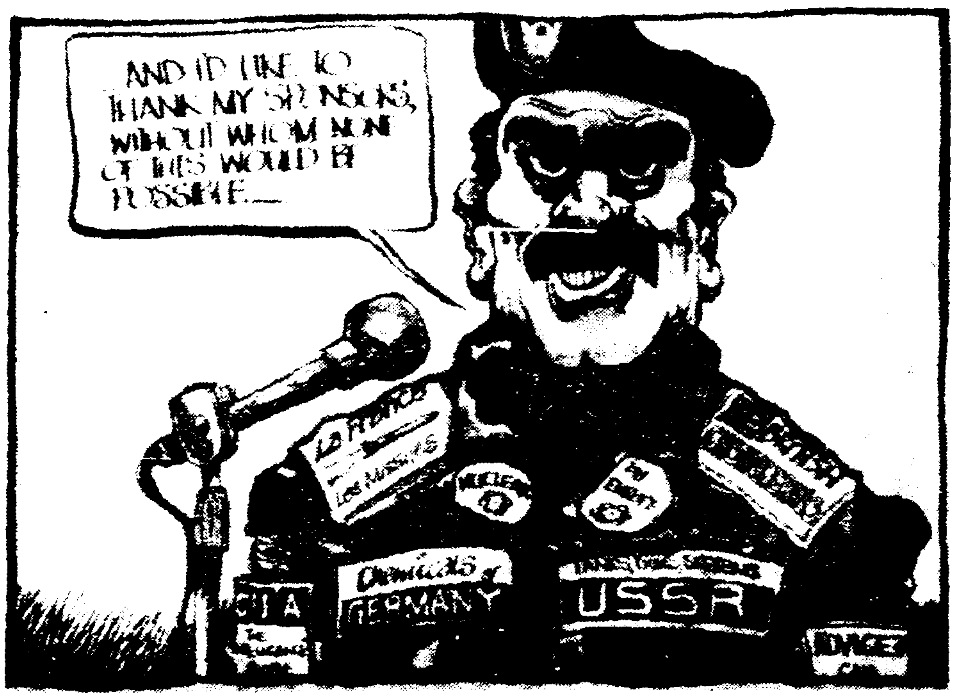
El diario **Al-Irak**, de propiedad del gobierno, pronosticó que el presidente norteamericano, **George Bush**, **"beberá de la misma copa de veneno"** que el extinto patriarca iraní ayatollah **Ruhollah Khomeini** en la guerra de 1980-1988.

El diario del Ministerio de Defensa, **Al-Kaddisiyah**, sostuvo que los inspectores eran la última etapa de un complot de Irán, la OTAN, Israel y los **"traidores árabes"**, que estaba destinado a fracasar.

Los 22 enviados de la ONU que llegaron a Irak el viernes para una misión de diez días, tendrán que aguardar hasta mañana domingo en el hotel **para constatar si Irak les impedirá, como afirmó esta semana, buscar en los ministerios documentación sobre fabricación de armas**.

El actual equipo de inspectores es el primero enviado desde la tensa situación de estancamiento de 21 días registrada en julio, cuando los iraquíes impidieron el acceso de otros inspectores a la sede del **Ministerio de Agricultura**.

Luego que Irak logró ciertas concesiones, como que el nuevo equipo no incluyera inspectores de países que participaron en la guerra del Golfo, y tras advertencias de los Estados Unidos sobre acciones militares, Bagdad dijo que prometía una nueva cooperación en la labor de inspección.



Saddam agradece a los "sponsors" que lo apoyaron en la guerra del Golfo, según una caricatura de la revista norteamericana TIME.

♦ **Maniobras**

En el marco de las maniobras militares conjuntas kuwaití-estadounidenses, que se realizan en las costas de Kuwait, sobre el golfo Pérsico, los efectivos de ambos países realizaron hoy una operación para interceptar barcos semejantes a los utilizados por los iraquíes, a pesar de las afirmaciones de oficiales de ambos países que señalaron que el ejercicio no estaba **"dirigido contra nadie"**.

Siete militares de la marina estadounidense y un número más importante de kuwaitíes participaron en el ejercicio, armados con fusiles de asalto M-16, lanzagranadas RPG y granadas.

Las órdenes que los efectivos estadounidenses dieron a los militares kuwaitíes frente a los periodistas que presenciaron las maniobras, fueron **"capturar al enemigo o eliminarlo en caso de resistencia"**.

El operativo, en el que intervendrán durante agosto más de 5.000 efectivos norteamericanos, es **el mayor despliegue de fuerzas norteamericanas en la región desde la finalización de la guerra del Golfo en marzo de 1991.**

01-01

ENTRADO
CRUZ DE

92086CC

LN. 12/8/92

Irak desplazó tropas a la frontera con Kuwait

KUWAIT CITY, 11 (ANSA). – Un grupo de la oposición iraquí con base en Irán anunció hoy que Bagdad ha desplazado "casi dos brigadas" del ejército hacia la ciudad meridional de Bassora, casi en la frontera con Kuwait.

La noticia, contenida en un comunicada difundido en el emirato de Kuwait, fue difundida por la Suprema Asamblea para la Revolución Islámica en Irak (SAIRI), la organización musulmana que representa a los guerrilleros shiítas que se oponen al régimen de Saddam Hussein.

Según SAIRI, una brigada de infantería, un batallón de tanques y otro de artillería de campo fueron trasladados la semana última a la región de Safwan, en las cercanías de la frontera con Kuwait.

Fin de maniobras conjuntas

EL CAIRO, 11 (EFE).– Las fuerzas de los Estados Unidos y Kuwait finalizaron hoy sus maniobras militares conjuntas de nueve días, cuatro antes de la fecha prevista, informó la agencia kuwaiti KUNA.

Una parte de dichos ejercicios se llevó a cabo en el desierto del emirato, cerca de la frontera con Irak, en un desafío, al parecer, al presidente iraquí Saddam Hussein.

Otras dos maniobras se efectuarán en los próximos días entre Kuwait y Gran Bretaña, en la que participarán unidades de las fuerzas navales y aéreas, según el Ministerio de Defensa kuwaití.

Los ejercicios entre Kuwait y los países occidentales tienen lugar como parte de acuerdos de defensa firmados por el emirato con ambos países en septiembre del año último y en enero de este año.

Kuwait desea firmar otro acuerdo de defensa con Francia a fines de este año.

DURA ADVERTENCIA DEL VICEMINISTRO DE DEFENSA ISRAELI A DAMASCO

Clarín 15/8/92

Siria tendría un nuevo misil Scud



Mordejai Gur, viceministro de Defensa de Israel.

El primer ministro israelí, Yitzhak Rabin aseguró ayer que en abril o mayo del año que viene habrá elecciones generales en Gaza y Cisjordania, para que los palestinos elijan un "consejo administrativo" para el período de transición hacia la autonomía. Siria ensaya un nuevo misil Scud, el "C", que tendría mayor precisión que los utilizados por los iraquíes en la guerra del Golfo. A su regreso de Washington. Rabin minimizó la importancia de la suspensión de los asentamientos judíos en un aparente intento por silenciar las críticas de los sectores derechistas.

JERUSALEN, 14 (AP, ANSA y Reuter). — El viceministro israelí de Defensa, **Mordejai Gur**, declaró ayer que en caso de que Siria disparara misiles "Scud" contra Israel **"habrá una guerra generalizada y marcharemos sobre Damasco"**. El responsable de la defensa hebrea aseguró, en conferencia con los periodistas que "en caso hipotético, **puedo asegurar que Siria sufriría mucho y quedaría virtualmente paralizada.** Nosotros decretaríamos el estado de emergencia, el pueblo bajaría a los refugios **y se constituiría una guerra generalizada"**.

Según recientes informes de la radio israelí, Siria estaría a punto de poder fabricar **sus propios "Scud"** que, hasta ahora, adquiría a Corea del Norte. El alcance de esos misiles es **de unos 600 kilómetros** y tendrían el doble de precisión de los usados recientemente por los iraquíes. Irak disparó 39 "Scud", en el curso de la guerra del Golfo, contra ciudades israelíes, provocando dos muertos y varios heridos, sin que fuera consecutiva una respuesta israelí, **a raíz de la política de "reserva"** adoptada por el gobierno de **Yitzhak Shamir.**

El actual primer ministro, **Yitzhak Rabin**, afirmó en Washington, el miércoles, que Siria realizó hace dos semanas **ensayos de tiro con "Scud" de modelo más eficaz que los que el régimen de Saddam Husein poseía durante el curso de la guerra del Golfo.**

Coincidió con esa aseveración el canciller israelí **Shimon Peres** (laborista), quien calificó a esos ensayos como **"acontecimientos sumamente graves"** estimando que se trata de nuevas amenazas "sobre las perceptibles intenciones de Siria".

El especialista en asuntos militares, **Zeev Shiff**, estimó que el presidente sirio, **Hafez Assad**, ordenó deliberadamente los ensayos de Scud **"en vísperas de la reanudación de la ronda de negociaciones del 24 de agosto en Washington, con el objetivo de demostrar que sigue disponiendo de una opción de fuerza".**

Características

El Scud C que fue ensayado recientemente por Siria según acusaciones israelíes, es un misil tierra-tierra de fabricación soviética con un alcance de 550 km y capaz de transportar una carga de 600 kg, según el semanario británico especializado **Jane's Weekly Defense.**

La precisión del misil es de 700 kilómetros en su alcance máximo. Mide 12 metros de longitud y 0,88 de diámetro y según informaciones recientes, solo puede transportar carga convencional. En el momento del encendido pesa 7 toneladas.

Su rampa de lanzamiento se sitúa sobre la rampa de un camión que puede cambiar de posición tras disparar el misil. El Scud C carece de sistema de guía en vuelo y es imposible modificar su trayectoria una vez disparado.

El Scud C es **una versión mejorada del Scud B** —utilizado por Irak contra Israel y Arabia Saudita durante la guerra del Golfo— cuyo alcance se aumentó en 200 km.

Sin embargo, el Scud C es menos preciso que su antecesor (700 metros contra 450 metros) y la carga explosiva máxima fue reducida (600 kg frente a 985 kg).

Según **Jane's**, "fuentes occidentales" indican que **países como Egipto, Irak y Corea del Norte "han conseguido su propio sistema de fabricación del Scud".**

Israel obtendrá en forma gratuita armamento estadounidense valorado en 700 millones de dólares, por decisión del secretario de Defensa de los EE.UU., **Richard Cheney**, informó hoy, el diario independiente **Yediot Ajronot.**

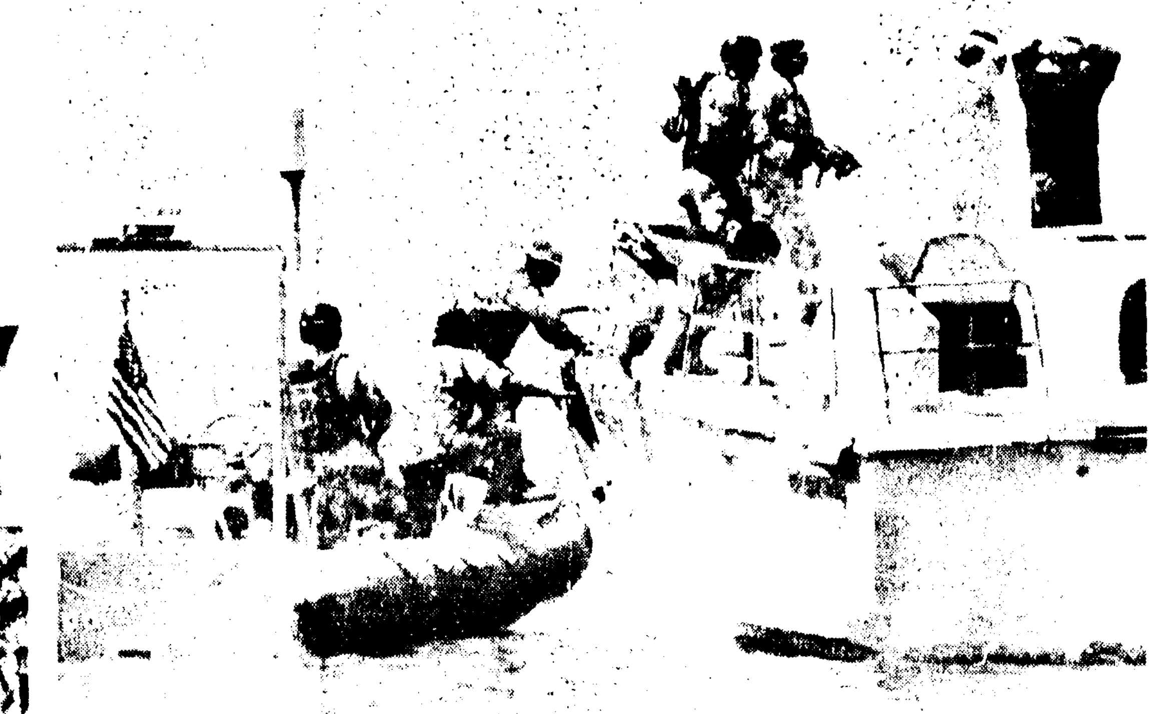
TENSION EN EL GOLFO

Hay fuertes indicios sobre un inminente ataque aliado a Irak

- Bush: "A Saddam no se le permitirá di[...] qué puede ser inspeccionado y qué no"
- El jefe del comando aéreo aliado estableció su base en Arabia Saudita
- Los inspectores de la ONU abandona[...] Bagdad 24 horas antes de lo previsto



Agencia Reuter



Agencia Reuter

WASHINGTON, HOUSTON y BAGDAD, 16 (AP, Reuter, DPA, ANSA, **Ann Devroy**, del **Washington Post**, y **Robin Wright**, de **Los Angeles Times**, especial para **Clarín**). — El presidente **George Bush** afirmó hoy que al jefe de Estado iraquí, **Saddam Hussein**, no se le permitirá decidir cuáles son las instalaciones que pueden visitar los equipos de inspectores de las **Naciones Unidas** y cuáles quedan vedadas para estos, al tiempo que circulaban insistentes versiones según las cuales sería inminente un ataque aéreo aliado contra **Irak**.

El mandatario norteamericano dijo que **Bagdad** debe acatar las estipulaciones incluidas en el convenio con el que finalizó la **guerra del Golfo**. Al comentar hoy noticias aparecidas en los principales diarios norteamericanos sobre las represalias que adoptaría Washington en caso de que el presidente iraquí no permitiera a los funcionarios de las Naciones Unidas visitar el lunes el Ministerio de Industria —se sospecha que Bagdad sigue desarrollando allí su programa de armas químicas—, destacó que "los Estados Unidos tienen planes para asegurarse de que Saddam Hussein haga lo que debe hacer".

Según el **New York Times**, Washington y sus aliados decidieron atacar mañana a Irak si Saddam no autoriza el ingreso de los inspectores al Ministerio de Industria. El diario afirma que la aviación estadounidense bombardearía esa dependencia y luego seguiría atacando otros blancos en caso de que los iraquíes persistieran en su negativa.

El **Washington Post** descarta la posibilidad de una respuesta militar inmediata del **Pentágono**, pero indica que la **Casa Blanca solicitaría a la Comisión Especial de la ONU para Irak** que reclame al **Consejo de Seguridad autorización para tomar medidas militares** contra el gobierno de Saddam. **Si el organismo se pronunciara favorablemente, los norteamericanos y sus aliados iniciarían** los bombardeos de objetivos ya identificados.

Los Angeles Times sostiene, al igual que el **Washington Post**, que el gobierno de Bush solo actuaría después de haber obtenido la aprobación de la ONU.

El presidente norteamericano, al retornar a la Casa Blanca después de pasar tres días de descanso en la residencia de **Camp David**, rechazó categóricamente la afirmación del **New York Times** según la cual el bombardeo sería una maniobra destinada "a facilitar" su reelección.

"Niego de plano que estemos tratando de provocar a los iraquíes y, más aún, que yo esté actuando por motivos de política electoral", agregó el mandatario estadounidense, quien destacó que "de ahora en más cada vez que adopte una medida me acusarán de oportunismo".

El artículo del **New York Times**, fechado en **Houston**, donde se llevará a cabo la convención republicana, ya había sido criticado por el secretario de Defensa, **Richard Cheney** (ver recuadro). El presidente recalcó más tarde que "haga lo que haga, no lo haré impulsado por motivos proselitistas sino teniendo en cuenta los intereses de los Estados Unidos y cumpliendo mis responsabilidades como presidente y comandante en jefe.

"Estamos decididos —añadió Bush— a que la Resolución 687 de las Naciones Unidas sea aplicada íntegramente. Esto supone que los equipos de inspección de la ONU puedan visitar y desmantelar las armas iraquíes de destrucción masiva."

Bush, quien no confirmó ni negó la posibilidad del ataque, inadvertidamente reconoció que había algo de cierto en las noticias al afirmar que "se produjo una quiebra de la seguridad nacional... no quiero precisar de qué filtración estoy hablando pero sin duda se registró una violación de las normas de seguridad".

Las versiones sobre un ataque aéreo aliado contra Bagdad se vieron alentadas por las declaraciones del jefe de la delegación de inspectores de la ONU, el ruso **Nikita Smidowitch**, quien anticipó que el grupo partirá de Bagdad antes de lo previsto (ver crónica aparte).

Los inspectores dejan Bagdad

NICOSIA, 16 (EFE, Reuter y ANSA). — El jefe de la misión de inspectores de las Naciones Unidas en Irak, **Nikita Smidovich, admitió hoy que podría dejar Bagdad antes de lo previsto**, alimentando las versiones sobre un eventual ataque aéreo de los Estados Unidos sobre territorio iraquí.

Smidovich, que comenzó hoy su octava jornada de inspección, regresó a su hotel en la capital iraquí antes de lo habitual y se negó a revelar qué instalaciones había visitado en la mañana ni si se le había negado el acceso a algunos edificios.

"Mañana lunes será día de inspección", dijo el jefe de la misión, de nacionalidad rusa, y afirmó a la prensa que su equipo, que debía partir de Irak el martes, podría hacerlo mañana mismo, **aunque aclaró que aguardaba instrucciones de Nueva York al respecto.**

Un informe publicado hoy por el diario **The New York Times** afirma que los Estados Unidos planean provocar un enfrentamiento con Irak mañana, **cuando el equipo de inspección intente ingresar al Ministerio de Industrialización Militar, el organismo que supervisó el programa iraquí para el desarrollo de armas de destrucción masiva** (véase crónica principal).

El diario citó a funcionarios de la administración que dijeron que si el gobierno de **Saddam Hussein** les niega el paso, aviones norteamericanos podrían bombardear el edificio. El Péntagono admitió esta tarde que el general **Michael Nelson**, comandante de la fuerza aérea norteamericana en Oriente Medio, llegó el fin de semana a Riad, pero se negó a vincular su permanencia en Arabia Saudita con las versiones sobre un eventual ataque aéreo contra Irak (véase recuadro).

Smidovich también se negó en Bagdad a hacer comentarios sobre el informe publicado esta mañana por el **Times**. El jefe de la misión dialogó a puertas cerradas durante cinco horas con funcionarios y militares iraquíes, y describió esas conversaciones como **"un desenlace natural de diálogos anteriores"**.

El equipo de inspectores es el número 42 enviado tras la guerra del golfo Pérsico y el primero en visitar Bagdad **desde julio, cuando se produjo un incidente en el cual se impidió por 17 días el acceso al Ministerio de Agricultura. La situación provocó la amenaza de una acción militar directa de los Estados Unidos. Los inspectores lograron ingresar el 29 de julio, pero dejaron el ministerio con las manos vacías ante la ausencia de pruebas incriminatorias, algo que Bagdad describió como una "victoria estupenda".**

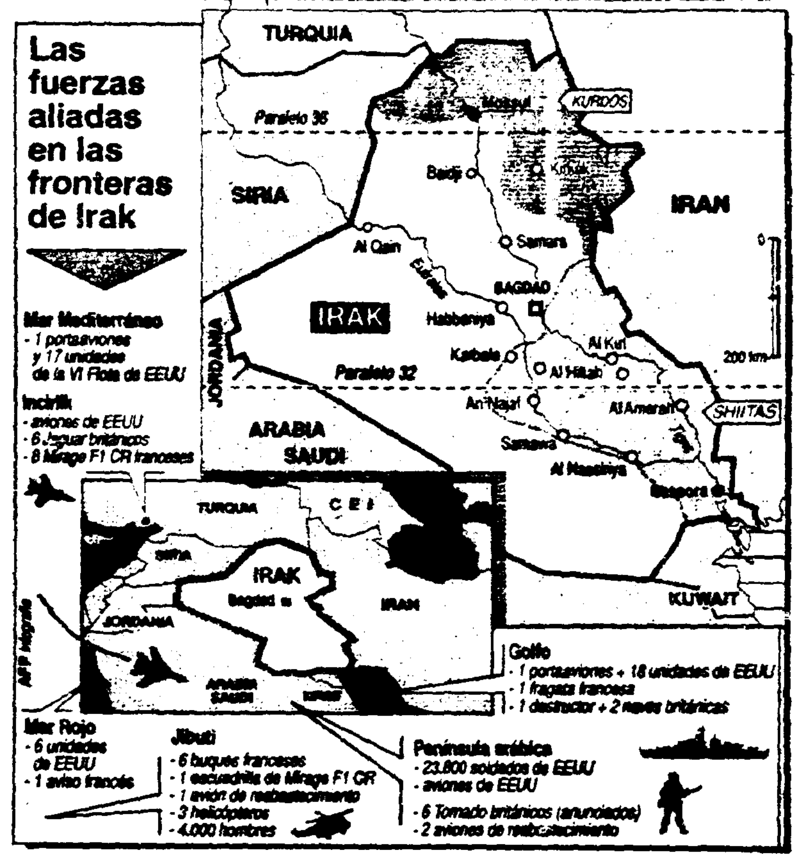
Esta vez, el grupo encabezado por Smidovich ha estado trabajando con extraordinaria reserva desde su llegada, el 8 de este mes.

Buscan acuerdo para el plan aliado contra Irak.
Nación 18/8/92
20/8/92
Irak 5846

Buscan un acuerdo para el plan aliado contra Irak

La Nación 20/8/92

Debilidad: diplomáticos del Golfo advirtieron que un Irak debilitado alteraría el equilibrio de poder de la zona en favor de un Irán que se arma aceleradamente.



HOUSTON, 19 (Reuter).– La Casa Blanca dijo hoy que no hay acuerdo definitivo entre aliados de la Guerra del Golfo sobre un plan para derribar aviones militares iraquíes si se trasladan al sur del país, habitado por musulmanes shiitas.

"Todavía queda por establecer la decisión colectiva final", dijo a la prensa el vocero de la Casa Blanca, Marlin Fitzwater, en Houston, donde se celebra la convención nacional del Partido Republicano.

En Londres, el embajador iraquí ante la Comunidad Europea afirmó hoy que la decisión de los aliados de la Guerra del Golfo de establecer una zona de exclusión aérea en el sur de Irak se utilizaría como pretexto para atacar a su país.

"Esto es sólo una provocación que se va a usar como pretexto para una operación militar contra Irak", declaró Zaid Haidar durante una entrevista concedida a la televisión de la British Broadcasting Corporation (BBC).

Por su parte, los Estados árabes del Golfo Pérsico que acusan a Irak de intransigencia, respaldarán los planes occidentales para proteger a los shiitas del sur de Irak contra ataques aéreos, dijeron hoy funcionarios y diplomáticos de la región.

Pero indicaron que los Estados conservadores del Golfo Pérsico esperan que la medida no conduzca a la reanudación de las hostilidades o a la división formal de Irak en tres entidades separadas –posibilidad desestabilizante que temen desde hace mucho tiempo y desean evitar.

"En circunstancias ideales preferiríamos la paz a cualquier costo; lo último que queremos es ver a Irak dividido", manifestó un funcionario del Golfo Pérsico.

"Pero tenemos un gran problema entre manos, que debe ser encarado. Pienso que habrá gran tolerancia y apoyo en la zona para iniciar acciones debido a que procuran una paz duradera", agregó.

Diplomáticos y funcionarios dicen que los seis Estados del Consejo de Cooperación del Golfo Pérsico (GCC), ricos en petróleo, quieren que Irak se mantenga intacto para equilibrar el creciente poderío militar y político del revolucionario y no árabe Irán.

Hasta hace poco se oponían a una intervención occidental en el sur de Irak debido a temores de que el sur shiita pudiera caer bajo la influencia de Irán, gobernado por musulmanes shiitas.

La respuesta de Irán a los planes occidentales para aislar contra ataques aéreos el sector de pantanos meridionales iraquíes no es segura, pero se confía en que Teherán no intervendrá directamente, señaló un funcionario del Golfo Pérsico.

Irak acusó la semana última a Irán de estar enviando a miles de infiltrados a la zona con el fin de cometer actos de sabotaje y asesinatos, cargo que Teherán niega.

Acciones de ayuda

Un enviado de las Naciones Unidas, Jan Eliasson, informó hoy de progresos alcanzados en conversaciones con Irak sobre un nuevo pacto para permitir trabajos de socorro de ese organismo en Irak y resolver problemas que han paralizado las operaciones desde el 30 de junio.

Eliasson declinó decir a los periodistas exactamente cuáles fueron los progresos concretados hasta el momento.

La irresuelta cuestión shiíta

MANAMA, 19 (AFP). – Los árabes shiitas iraquíes, cuya protección está siendo considerada por los países que hicieron la Guerra del Golfo contra Irak, constituyen, según las estimaciones, entre el 45% y el 60% de los 18 millones de iraquíes y están asentados en su mayor parte en la zona comprendida entre Bagdad y el extremo sur del país.

El plan que los países occidentales prevén aplicar solo afectará a una parte de esta población si se considera el paralelo 32 como el límite sur de la zona por encima de la cual los vuelos de la aviación iraquí estarán prohibidos.

Al norte de este límite se encuentran varias ciudades de mayoría shiita, como Kerbala, donde está ubicado el mausoleo del imán Hussein (tercer imán shiita) y la capital, Bagdad, que cuenta con más de un millón de shiitas que viven en los barrios de Saddam-City y Qadimmiya.

Históricamente, los shiitas fueron muy activos en el seno del partido Bass y en la década 1950-60 constituyeron la mayoría de sus cuadros. Actualmente, no representan más que el 5 o 10% de los miembros de las altas instancias iraquíes, según fuentes diplomáticas occidentales.

La desconfianza del poder, dominado por el clan sunita del presidente Saddam Hussein, frente a los shiitas explica este hecho. La guerra entre Irán e Irak (1980-1988), justificada por Irak como una batalla contra el intento del Irán shiita de exportar la revolución islámica, contribuyó a ello.

Aunque durante la guerra contra Irán el régimen consiguió controlar cualquier intento shiita, la derrota de su ejército en febrero de 1991, tras la guerra del Golfo, fue seguida por una rebelión de varias semanas en el sur shiita.

El ejército retomó el control de la situación después de una represión ciega, pero se han mantenido focos de resistencia en la zona pantanosa (35.000 km2) comprendida entre las ciudades de Basora, Al-Amara y Nasiriya.

Más de 15 meses después de su retirada de Kuwait, Irak intenta todavía acabar con esta resistencia. Utiliza medios militares para ello, aunque también el proyecto de construcción de un gran río artificial, presentado por los medios de comunicación de Bagdad como destinado a "mejorar las condiciones de vida de la población", pero que pretende ante todo, según las Naciones Unidas, secar los pantanos.

Los aliados consolidan la zona de exclusión

Washington, Londres y París ultiman los preparativos para una zona de seguridad chiita en el sur de Irak.

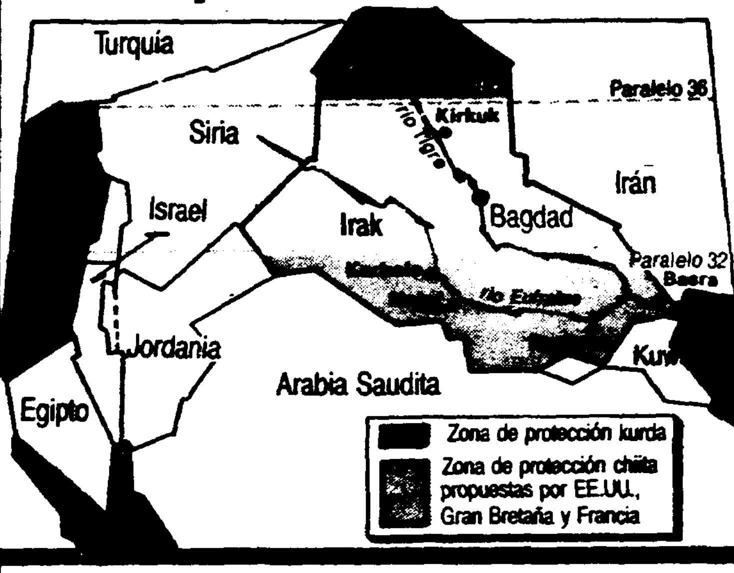
Washington, Londres y París ultimaban ayer los preparativos de la creación de una zona de seguridad para los chiitas al sur del paralelo 32 en territorio de Irak, un proyecto del que Estados Unidos es la principal fuerza motriz pero donde Gran Bretaña ha tomado la delantera para sustraer al primero de la sospecha de que se trata de una pura jugarreta preelectoral para precipitar una confrontación armada con el régimen de Saddam Hussein y reactivar la popularidad del presidente George Bush. La zona de exclusión impediría los vuelos de las fuerzas aéreas iraquíes contra las poblaciones chiitas opositoras al régimen de Saddam, y sería idéntica a la que existe para los kurdos al norte del paralelo 36 con —por ahora— dos importantes salvedades: se permitiría la continuación de la presencia militar iraquí siempre que las fuerzas en cuestión permanezcan inmóviles dentro de sus bases, y todavía no está claro si se permitirá o no la elección de un Parlamento soberano local, como sí existe para los kurdos al norte del paralelo 36. Irak, en su primera reacción oficial, calificó a Bush de "loco" y a John Major como "el premier más estúpido de toda la historia de Gran Bretaña". Según Londres, la decisión no requiere una votación específica del Consejo de Seguridad de la ONU, aunque podría enmarcarse en la Resolución 688 "que ordena a Saddam Hussein no cometer este tipo de agresión contra su propio pueblo". Virtualmente, la decisión equivale a la semilla de la partición en tres del territorio iraquí.

Actualmente, los chiitas constituirían entre un 45 y un 60 por ciento de los 18 millones de iraquíes y están asentados principalmente en la zona comprendida entre Bagdad y el extremo sur del país. La zona por debajo del paralelo 32 es la de mayor concentración, pero al norte se encuentran también varias ciudades de mayoría chiita, como Kerbala, donde está ubicado el mausoleo del imán Hussein (tercer imán chiita) y la capital, Bagdad, que cuenta con más de un millón de chiitas que viven en los barrios populares de Ciudad Saddam y Qadimmiya. Históricamente, los chiitas eran muy activos en el partido Baas (en el poder) y en la década del 50 constituyeron la mayoría de sus cuadros. Sin embargo, hoy no representan más que el 5 o el 10 por ciento de los miembros de las altas instancias iraquíes, debido principalmente a la desconfianza del clan del sunita Saddam. La guerra entre Irak e Irán (1980-1988), justificada por Irak como una batalla contra el intento del Irán chiita de exportar la revolución islámica, reforzó esto. Aunque durante esa guerra el régimen de Saddam logró controlar a los chiitas, la derrota de su ejército en febrero de 1991, tras la guerra del Golfo, fue seguida de una rebelión de varias semanas en el sur chiita. El ejército retomó el control de la situación después de una represión feroz, pero se han mantenido focos de resistencia en la zona pantanosa de 35.000 kilómetros cuadrados comprendida entre las ciudades de Basora, Al-Amara y Nasiriya. Irak intenta aún acabar con esta resistencia, usando medios militares pero también el proyecto de construcción de un gran río artificial, presentado por los medios de Bagdad como destinado a "mejorar las condiciones de vida de la población" pero que ante todo pretende, según la ONU, secar los pantanos.

El dispositivo militar para la zona de exclusión es impresionante. Las fuerzas aéreas del lado norteamericano comprenden cazabombarderos furtivos F-117, cazas F-15E, F-16, aviones de ataque A-10, aviones de reconocimiento electrónicos EF-111, aviones de reconocimiento U2 y E63 AWACS, así como aparatos de abastecimiento; Gran Bretaña anunció esta semana el envío de 6 Tornado de reconocimiento GR1A equipados con misiles Sidewinder y dos aviones da abastecimiento, y dispone de 6 Jaguar en la base turca de Inciclirk que sobrevuelan el norte del paralelo 36, mientras Francia tiene 8 Mirage F1 CR en esta última base y 10 más en Djibuti. La marina norteamericana tiene 19 naves en el Golfo, entre ellos el portaaviones "Independence", y además cuenta con seis buques en el Mar Rojo y 18 en el Mediterráneo, entre ellos el portaaviones "Saratoga"; Gran Bretaña aporta tres navíos, entre ellos el destructor HMS "Edinburg", y Francia una fragata, un buque patrulla y seis navíos en Djibuti. Las fuerzas terrestres comprenden 23.800 soldados norteamericanos, entre ellos 5200 marines, y Francia tiene 4000 hombres apostados en Djibuti.

Las opiniones en Estados Unidos distan de ser unánimes en favor de la zona de exclusión. Thomas McNaugher, de la Brookings Institution, opinó ayer que sería preferible impulsar la creación de un estado más liberal que forzar una separación o una guerra civil, citando el peligro de que los chiitas quieran unirse a Irán. Anthony Cordesman, de la Universidad de Georgetown, teme que el Partido Baas y la línea dura del régimen asuman el mando si se desata una guerra civil o muere Saddam. *The New York Times*, por último, sostiene que el derribo de cualquier avión o helicóptero iraquí "sería legalmente insostenible y políticamente imprudente".

Un país dividido en tres



Irak desafiará zona de exclusión de EE.UU.

Londres (Reuter, UPI, DPA, EFE) — Irak dijo ayer que **"resistirá con todos los medios"** cualquier plan de imponer una zona de exclusión aérea sobre aviones iraquíes en el sur del país.

Una declaración emitida tras una reunión conjunta del Consejo del Comando Revolucionario y de la jefatura regional del Partido Bathista, encabezado por el presidente **Saddam Hussein**, dijo que el pueblo iraquí y sus autoridades **"no permitirán que pase el designio sionista-imperialista... y resistirán con todos los medios"**.

La declaración fue transmitida por la agencia noticiosa iraquí "INA" y captada por la "British Brodcasting Corporation (BBC)".

Gran Bretaña enviará seis aviones de combate Tornado para colaborar con **la puesta en marcha de la zona de exclusión**, que se espera tendrá vigencia en unos pocos días, sobre vuelos militares iraquíes al sur del Paralelo 32. Aviones franceses y estadounidenses también participarán en la medida.

Diplomáticos han manifestado que la zona de exclusión aérea sería **el mayor revés contra la capacidad de Saddam de controlar Irak desde que aliados de la Guerra del Golfo vedaron sus aviones del norte de Irak** después que fueron aplastadas el año pasado rebeliones kurdas y chiitas.

"INA" dijo que la reunión de ayer trató **"la situación política, especialmente las amenazas imperialistas contra Irak"**.

La declaración agregó: **"Denuncias formuladas por el primer ministro británico concernientes a la situación interna en Irak, y su declaración el martes sobre medidas que los Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia intentan tomar para impedir vuelos de aviones iraquíes en la parte sur del país, forman parte de un plan colonialista anti-iraquí diseñado por Gran Bretaña en nombre de los Estados Unidos por razones que se vinculan a la campaña de reelección"**.

El primer ministro británico **John Major** dijo el martes que enviará aviones para **colaborar en poner en vigencia una zona de exclusión** contra vuelos iraquíes en el sur de Irak donde se informa que aviones de combate atacaron a rebeldes chiitas musulmanes.

• **Suposición**

Major dijo que la coalición internacional que expulsó a tropas iraquíes de **Kuwait** el año pasado cree ahora que la conducta del presidente Saddam Hussein **"ya no era más tolerable"**.

Mientras tanto, un portavoz del primer ministro británico desmintió ayer los rumores sobre **una falta de acuerdo entre Estados Unidos y Gran Bretaña** sobre la implantación de la zona de seguridad. En nombre de **John Major**, quien se encuentra de vacaciones en **España**, el portávoz señaló que el **Reino Unido y Estados Unidos alcanzaron un acuerdo de principio con este objetivo** y agregó que sólo faltan decidir algunos detalles.

En tanto, el ministro de Defensa francés, **Pierre Joxe**, aseguró que Francia **está lista para enviar una decena de aviones que sobrevolarán el sur de Irak**. "Estamos en las mismas condiciones que los británicos y hacemos los mismos tipos de preparativos", aseguró.



Saddam Hussein

¿Una nueva provocación?

*Londres (Reuter) — Irak condenó ayer a siete años de prisión a un británico por **cruzar la frontera ilegalmente**, mientras la tensión crece entre los dos ex enemigos de la Guerra del Golfo.*

*Un comunicado de la Cancillería británica dijo que **Paul Steven Ride**, de 33 años, que trabajaba con una compañía en la organización de banquetes en **Kuwait** hasta su desaparición en junio, **fue sentenciado por una corte de Bagdad**.*

*También alegó que la sentencia es **"totalmente desproporcionada en relación a la supuesta ofensa"**.*

*Los diplomáticos en **Bagdad** esperaban que Ride fuera expulsado del país pero no contemplaron una condena a prisión.*

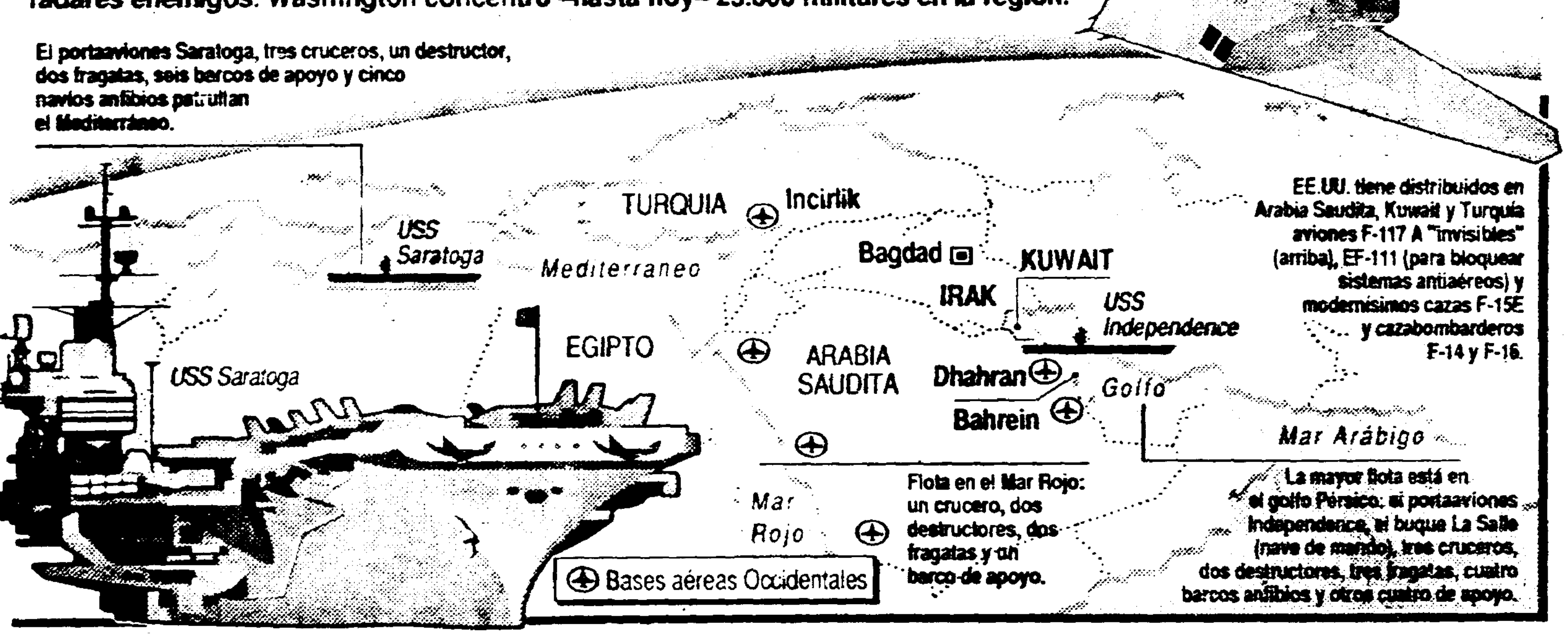
*Ellos piensan que **Ride** se perdió en el desierto y que accidentalmente cruzó la frontera entre **Kuwait** e **Irak** antes de ser arrestado por las fuerzas de seguridad iraquíes, **sin embargo están perplejos ante la forma en que Ride cruzó los puntos de control y los campos minados**.*

21/8/92

Voceros del primer ministro británico, John Major, y del Foreign Office desmintieron ayer las afirmaciones del portavoz presidencial estadounidense Marlin Fitzwater según las cuales todavía no había acuerdo entre los aliados para crear una zona de exclusión en el sur iraquí a la que no podrán ingresar los aviones de combate del régimen de Bagdad. El consejero de Seguridad Nacional norteamericano, Brent Scowcroft, también confirmó que existe acuerdo entre su país, Gran Bretaña y Francia. París anunció ayer que enviará diez cazabombarderos Mirage 2000 al Golfo para proteger a los chiitas iraquíes. Un vocero del presidente de Irak, Saddam Hussein, aseguró que el plan occidental es una maniobra destinada a partir el territorio de ese país. Otras naciones árabes temen que esto pueda ocurrir. Washington tiene 200 aviones de combate en la región.

FUERZAS DE EE. UU. EN EL GOLFO

Estados Unidos reforzó su presencia naval y aérea en torno de Irak, desplegando en toda la zona del golfo Pérsico un total de 42 buques de guerra y, por lo menos, 200 aviones de combate, entre los que se encuentran F-117 A "invisibles", que pueden evadir a los radares enemigos. Washington concentró –hasta hoy– 23.800 militares en la región.



El poderío aéreo de los EE.UU.

LONDRES, 20 (AP). — Los Estados Unidos tienen una fuerza aérea lo suficientemente poderosa en la zona del golfo Pérsico como para derribar aviones iraquíes que intenten atacar a rebeldes chiitas en el sur de **Irak**, dijeron expertos militares en esta capital.

Pero los expertos advirtieron que una debida protección de los rebeldes chiitas, que **se han refugiado en los pantanos del sur de Irak**, obligaría a desarrollar operaciones en gran escala e inclusive eliminar las defensas antiaéreas iraquíes.

Según cálculos de los Estados Unidos y Gran Bretaña, **Irak tiene solo unos ciento cincuenta aviones listos para el combate**, comparados con unos doscientos norteamericanos en la zona y centenares más que pueden ser llevados con rapidez al área, señaló **Paul Beaver**, director de la prestigiosa publicación **Jane's Defense Weekly**.

Ayer, los Estados Unidos y sus aliados anunciaron que planean enviar misiones de reconocimiento y derribar cualquier avión iraquí que viole el espacio aéreo de un corredor de seguridad para los chiitas.

Un diplomático occidental en las Naciones Unidas, que pidió no se revelara su identidad, dijo que se espera que los embajadores de los Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia entreguen la semana próxima la advertencia al embajador de Irak en las Naciones Unidas.

Otros diplomáticos dijeron que Irak será advertido de que las fuerzas aliadas derribarán cualquier avión iraquí en la zona.

Los aliados aceptaron en principio crear la **"zona de no vuelos"**, pero todavía discuten "los detalles de la operación", dijo el informante. Estos pueden abarcar decisiones sobre bases y aparatos, contribución de cada país y la estructura del comando.

El primer ministro británico, **John Major**, acusó al régimen de Saddam Hussein de cometer "asesinatos sistemáticos" y "genocidio" en su campaña contra los rebeldes chiitas en los pantanos del sur de Irak.

Una nueva intervención militar de los aliados provocaría la partición de Irak

BAGDAD, EL CAIRO y MANAMA, 20 (AP, AFP, Reuter, **Mouna Naim**, de **Le Monde**, y **Caryle Murphy**, de **The Washington Post**, especial para **Clarín**). — El **Consejo de Comando de la Revolución**, instancia máxima de poder en **Irak**, se reunió hoy con el presidente **Saddam Hussein** y, al finalizar el encuentro, un vocero del mandatario aseguró que el proyecto aliado de crear una zona de exclusión en el sur iraquí tiene por finalidad dividir el país, posibilidad sobre la que alertaron varias naciones de **Oriente Medio**.

"Aquellos que planean estas agresivas medidas deberían comprender que el pueblo iraquí y su liderazgo militar nunca permitirán que surta efecto el plan sionista-imperialista de dividir Irak", agregó el portavoz, quien aseguró que "si los gobernantes de los **Estados Unidos** y sus ambiciosos aliados creen que podrán imponer en el sur una situación semejante a la que el año pasado crearon en el norte —la zona de exclusión destinada a proteger a los kurdos— están equivocados".

El llamado de atención sobre una eventual fragmentación del territorio de Irak no fue planteado solo por Bagdad, sino también por **Egipto**, el principal aliado árabe de **Washington** en **Oriente Medio**. El ministro de Relaciones Exteriores de **El Cairo, Abu Moussa**, manifestó que "cualquier medida que se aplique contra Bagdad, no debe afectar a sus habitantes, los intereses de estos, ni la soberanía territorial del país".

El canciller de Egipto —este país rompió relaciones con Bagdad el 3 de febrero de 1991 y todavía no las restableció, además de haber aportado el mayor contingente militar árabe a las fuerzas aliadas que combatieron en la **Operación Tormenta del Desierto**—, **subrayó que cuando los egipcios hablamos de Irak, "nos referimos tanto a los kurdos, como a los chiítas y a los sunnitas", en un claro rechazo de la posible división del territorio iraquí.**

El ministro de Información de **Jordania, Mahmoud Sharif**, indicó que "estamos en contra de la división de Irak o de cualquier otra nación árabe porque esto no beneficiaría los intereses de ninguno de los países de esta región".

La misma **Siria** —el jefe de Estado sirio, **Hafez Assad**, es el principal adversario árabe de Saddam y, al igual que Egipto, combatió junto con los aliados occidentales contra los iraquíes durante la guerra del Golfo— teme que la intervención de los Estados Unidos, Francia y Gran Bretaña en el sur de Irak pueda desembocar en la división de ese país y se constituya en un factor de desestabilización para toda el área.

Arabia Saudita y las monarquías conservadoras que integran el **Consejo de Cooperación del Golfo**, también se muestran temerosas de que el nacimiento de un Estado chiita alineado con **Irán** en el sur iraquí pueda provocar revueltas entre sus propias minorías.

Los aliados occidentales han procurado paliar esos temores. En este sentido, el primer ministro británico, **John Major**, mantuvo hoy una prolongada conversación telefónica con el emir de **Bahrein**, jeque **Isa Bin Solouman Al-Khalifa**, a quien ofreció garantías de que las tres potencias no intentarán partir Irak.

El consejero de Seguridad Nacional de los Estados Unidos, **Brent Scowcroft**, subrayó ayer miércoles que el gobierno del presidente **George Bush** "sigue creyendo en la conveniencia de mantener la unidad territorial de Irak". El funcionario norteamericano añadió que lo que nos proponemos hacer es proteger un grupo minoritario y no dividir el país".

Agencia AP

Clarín 21/08/92



"Marines" de la primer[a] división Cavalry descienden en una play[a] de Kuwait: maniobras [de] ataque.

Inquietud en el mundo árabe ante una eventual acción militar aliada en Irak

Varios países árabes reaccionaron ayer con reservas ante un proyecto originado en Washington y sustentado por Gran Bretaña, Francia y Rusia, en el sentido de fijar una "zona de exclusión" para vuelos militares iraquíes al sur del paralelo 32, en pleno territorio de Irak. Las cancillerías árabes coinciden en que el proyecto derivaría en una partición del territorio de ese país. Las cuatro potencias aliadas efectivizarían su pedido ante las Naciones Unidas y lo anunciarían oficialmente a Bagdad en las próximas horas.


Hussein de Jordania


Hosni Mubarak


Afez Assad


Alí Hachemi Rafsanjani

DAMASCO, EL CAIRO y otras capitales, 21 (AFP, EFE y Reuter). — El mundo árabe comenzó a mostrar **ciertas reticencias al establecimiento de una zona de exclusión en el sur de Irak**, tras las denuncias de ese proyecto por parte de Yemen, Sudán, Jordania, Egipto y Siria y el anuncio de Bahrein del riesgo de partición iraquí que supone llevar adelante esa postura. Los promotores del proyecto, los Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia, que en la práctica prohíbe a la aviación militar iraquí sobrevolar la zona que se encuentra al sur del paralelo 32, insisten en que **se trata de un "medio de protección" para la población chiita**, que ha sido, en el inmediato pasado, víctima de reiterados ataques aéreos.

El canciller sirio, **Faruk Al-Shara**, dijo hoy, en Damasco, que su país se **opone a cualquier medida destinada a dividir territorialmente a Irak** y dio un alerta severo en torno de esas consecuencias. El jefe de la diplomacia siria fundamentó sus declaraciones señalando que la zona de exclusión promovida por Washington, Londres y París, **posición a la cual adhirió Rusia, provocará insalvables condiciones de inseguridad para la totalidad de la población iraquí.**

Se recordará que Siria, junto con Egipto y Arabia Saudita, fue uno de los más importantes y estratégicos aliados árabes de los Estados Unidos en el curso de la llamada guerra del Golfo, llevada a cabo por la alianza contra el régimen de Saddam Hussein.

Simultáneamente, en Teherán, los principales líderes de esa república islámica rechazaron los planes occidentales y agregaron que Irán **"se opone a la satánica decisión" norteamericana de establecer bases militares en la región.** El ayatollah **Mohammad Yazdi**, jefe del Departamento de Justicia iraní, dijo, durante las oraciones del viernes, que los intereses de Irán coinciden en mantener la integridad territorial de Irak, país al que nunca se vio como enemigo, **más allá de la "momentánea separación" provocada por la guerra que libraron durante nueve años** Teherán y Bagdad.

Explicitando esa postura —coincidente con la del gobierno iraní— el ayatollah Yazdi agregó que **"nosotros no queremos ver la presencia de extranjeros no árabes** estableciéndose en el sur de Irak, principalmente norteamericanos, país que, **desde siempre, con sus intenciones satánicas, se propone introducirse en el corazón del Islam".**

Irán libró una guerra contra Irak (1980/1988), provocada por un litigio fronterizo en la región de Chatt El-Arab, a la salida del golfo Pérsico, que provocó más de **un millón de muertos.**

También en Yemen, el canciller **Abdel Karim Al-Ariani** hizo una fuerte crítica al plan propiciado por Washington y avalado por sus aliados, calificándolo de **"una sucia conspiración para dividir a Irak".** Refiriéndose específicamente al plan, el jefe de la diplomacia yemenita dijo que el plan de los Estados Unidos "es una flagrante violación a la soberanía iraquí" y que no puede sustentarse ni **"en resoluciones de las Naciones Unidas ni, tampoco, en referencias erróneas y erráticas al derecho internacional".**

El jueves, el Parlamento jordano, reunido en emergencia frente al proyecto de Washington, dijo que el proyecto "es un complot planificado por Washington y Londres y avalado por otros países, con el objeto de **desmembrar a Irak** en base a consideraciones religiosas y étnicas".

Yemen, Jordania, Mauritania, **Sudán y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP)** *apoyaron a* Irak durante la guerra del Golfo y también todos ellos —con la excepción de la OLP— convalidaron la invasión del *ejército de* Bagdad al emirato de Kuwait, hecho que **detonó el gravísimo conflicto.**

Por su parte, el jueves, Egipto se sumó a Jordania para expresar su disidencia y su "condena" a todo intento de división territorial de Irak.

Irak pidió hoy **la intervención de la Liga Arabe** para que impida que prospere el plan "gestado en Washington". El llamamiento fue efectuado por el canciller **Mohammed Said Al-Safah** al secretario general de aquella organización, **Esmat Abdel Meguid.** Aclara el pedido que Irak "no solicita que la Liga Arabe intervenga para evitar una división de Irak, sino que exige su intervención **para evitar cualquier división** en la integridad de la unidad árabe".

"El verdadero propósito de este proyecto —señala el documento iraquí— es el de lograr **la partición de Irak en tres comunidades étnicas** y, además, el **de lograr el** control de todos los pozos petroleros de la región." **Se** recordará que la Liga Arabe, durante la guerra del Golfo, sufrió una grave división entre sus **miembros.**

Rusia se suma a Gran Bretaña, Francia y EE.UU. contra Bagdad

WASHINGTON, 21 (AFP y ANSA). — Fuentes muy cercanas a la administración Bush señalaron hoy que, probablemente el martes, **los Estados Unidos, Gran Bretaña, Francia y Rusia advertirán, de manera oficial, al régimen de Saddam Hussein que no continúe permitiendo que sus aviones militares y su flota de helicópteros de combate sobrevuelen el cielo iraquí, sobre el sur del paralelo 32,** bajo la amenaza de que serán abatidos de inmediato.


Boris Yeltsin: Rusia se suma a los tres grandes contra Irak.

Se efectivizaría así, en la práctica, la propuesta surgida de Washington **de crear una zona de exclusión al sur del paralelo 32** —una "zona de no-vuelo"— con la cual las potencias de primera línea que protagonizaron la guerra del Golfo intentarán **la protección de los rebeldes chiitas iraquíes** en ulteriores ataques por parte de la aviación iraquí.

Paralelamente, fuentes diplomáticas occidentales coincidieron con aquella versión y agregaron que el pasado viernes, representantes autorizados de los cuatro países informaron al secretario general de las Naciones Unidas, **Butros Ghali**, de su común intención de prohibir el sobrevuelo de la aviación de Bagdad **sobre esa "zona excluida".**

El pedido formal será remitido a Gali en las próximas horas, según esas fuentes, y en el mismo se especificarían las modalidades del plan de acción acordado ya por Washington, Londres, París y Moscú, destinado a proteger a la población chiita del sur iraquí de los ataques de la tropa de Saddam Hussein.

En ese documento, dijeron las fuentes, se precisa que todo ataque o acción directa contra aviones aliados **será "considerada y tratada" como acto hostil, pasible de ser respondido "en la medida en la que se juzgara conveniente".**

Observadores y analistas coincidían en que Rusia parecería asociarse a las actividades de los tres países occidentales en la región, aun cuando, hasta hoy, la **participación directa rusa en las operaciones de vigilancia no ha sido notificada.**

Se recordará que antes del desmembramiento de la ex URSS, durante los prolegómenos del conflicto de los aliados contra Irak, **Moscú se sumó al bloque occidental sorpresivamente.**

Las fuentes explicaron que los gobiernos de los Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia están trabajando **en "importantes detalles" en referencia al operativo,** que ya estaría puesto en marcha. Deben ser definidas las modalidades exactas de reconocimiento para la vigilancia del área declarada de exclusión **(off limits)** para los aviones militares iraquíes, en tanto que las represalias para el caso de que Bagdad **no respete los términos "totales" del virtual ultimátum,** están siendo **evaluadas**, pero se trataría de **"respuestas adecuadas y también de inmediata aplicación".**

Los observadores advirtieron ayer **algún signo de discordia** entre los propios aliados, cuando el vocero de la Casa Blanca, **Marlin Fitzwater,** admitió ante la prensa que, hasta el momento, **no se había arribado a un "acuerdo completo y de base"** en torno con la operación propuesta. Sin embargo, la cancillería británica **desmintió ayer y hoy que existieran insalvables** diferencias de **enfoque.**

9108600

Clarín 25/08/92

Agencia AFP



Iraquíes chiitas rec... los pant...os del sur iraquí protestando contra Sadd...

Saddam afirmó que los aliados cavarán su fosa en los pantanos iraquíes

BAGDAD, WASHINGTON y PARIS, 24 (AP, ANSA, EFE y Reuter y **Douglas Jehl**, de **Los Angeles Times**, y **Susan Sachs**, de **Newsday**, especial para **Clarín**). — El presidente iraquí **Saddam Hussein** afirmó que conducirá a su pueblo a la victoria y que los pantanos del sur de **Irak** se "convertirán en una tumba" si los aliados intentan proteger a los chiítas refugiados en esa región. Los medios de difusión de **Bagdad** reprodujeron hoy estos comentarios que el jefe de Estado iraquí formuló ayer domingo, durante una reunión que mantuvo con su gabinete.

"Indudablemente, los iraquíes saldrán victoriosos del actual enfrentamiento con sus enemigos", sostuvo Saddam ante sus ministros convocados a una sesión de emergencia. El gobernante agregó que "no transaremos en lo que respecta a nuestros derechos nacionales".

El canciller iraquí, **Mohamed Said Al Shaf**, remitió hoy una nota al secretario general de las **Naciones Unidas, Butros Ghali**, en la que afirma "que el verdadero objetivo de la acción militar de los Estados Unidos, Francia y Gran Bretaña es desmembrar Irak sobre bases étnicas y confesionales para así poder apoderarse de él, explotar sus riquezas y sojuzgar a su pueblo". El funcionario agregó que los "tres países mencionados se atribuyen la facultad de interpretar a su capricho el derecho internacional y las resoluciones del Consejo de Seguridad".

Fuentes diplomáticas de **Nicosia** indicaron que los aliados occidentales podrían aplazar el establecimiento de la zona de exclusión que proyectan crear al sur del paralelo 32, sobre la que no autorizarán el vuelo de aviones ni helicópteros iraquíes, que si violan los límites del área vedada serán abatidos por los interceptores estadounidenses, franceses y británicos.

Las fuentes añadieron que la posible postergación del plan es consecuencia del rechazo casi generalizado que provocó entre la comunidad de naciones árabes. Solo **Kuwait** respaldó hoy la instrumentación del programa de las potencias occidentales. Las naciones de la región temen que la operación desemboque en la partición de Irak.

Las expresiones de esas fuentes contrastan con las del vocero de la **Casa Blanca, Marlin Fitzwater**, quien ayer anticipó que el presidente **George Bush** podría dar hoy los primeros pasos para el establecimiento de la zona de exclusión. El vocero anticipó que el mandatario estadounidense se propone "explicar públicamente qué medidas adoptarán los aliados y cuál es el fundamento de ellas".

El ministerio de Relaciones Exteriores de **Francia** se apresuró a explicar hoy que los aliados *no* se proponen fragmentar Irak. El vocero de la cancillería francesa, **Daniel Bernard**, destacó que "el plan no contempla la división del territorio iraquí, sino detener los ataques aéreos lanzados por **Bagdad** contra los pobladores del sur del país, en especial los chiítas". Bernard agregó que en un "futuro muy próximo comunicarán su decisión al embajador iraquí ante las **Naciones Unidas**", pero no precisó si esa notificación tendrá lugar el martes, tal como estaba previsto.

Un grupo de periodistas occidentales que, en compañía de funcionarios iraquíes, recorrió durante el fin de semana los pantanos donde se afincaron los chiítas, comunicó que no encontró pruebas de operaciones militares recientes de las fuerzas armadas de **Bagdad** en esa región.

Habitantes de la zona comentaron a los cronistas que los iraquíes les permitieron reanudar sus actividades, que habían sido interrumpidas cuando hace unos 30 días el ejército de Saddam se enfrentó "con infiltrados iraníes".

No obstante, el vocero de un importante grupo chiíta denunció ayer que la fuerza aérea iraquí bombardeó poblaciones cerca de **Nassirya**, localidad situada unos 300 kilómetros al sur de Bagdad.

Renuncia en el Líbano

BEIRUT, 24 (AP). — Los candidatos pro gubernamentales aparentemente sufrieron hoy una aplastante derrota en las primeras elecciones generales del Líbano en 20 años, y entre los partidos opositores que habrían ganado figura **el grupo Herzbollah respaldado por Irán.**

El presidente del Parlamento, el musulmán chiita **Hussein Husseini**, renunció como presidente y miembro del actual Parlamento para protestar **contra el presunto fraude** cometido en el valle de Bekaa custodiado por la policía siria, en el este de el Líbano, donde su lista de diez candidatos fue derrotada.

"Anuncio por la presente que las operaciones de cómputo de votos en la elección de Bekaa se han desarrollado en línea con las regulaciones. **El gobierno no tiene autoridad para cancelar la elección**", dijo Solh en una declaración.

01 - 01

920829

La Iglesia shiita, marginada en Irak
Clarín (500??)
27/8/92
Inoke 557596
FP - 11164
FSS - 11165
C-SOC - 11414

EL PUEBLO CHIITA

1418

Mayoría marginada

"Era hora que se acordaran de nosotros". La frase de uno de los líderes rebeldes chiitas refleja, sin exageración alguna, el sentimiento generalizado de millones de personas que, en el sur de Irak, vienen padeciendo desde la finalización de la guerra del Golfo una ciega represión por parte del gobierno de Saddam Hussein.

Miles de refugiados y muertos, ciudades fantasmas, hambruna y miseria, es el saldo de la permanente ofensiva militar de Bagdad contra la zona meridional. Teóricamente, la primera etapa de la represión apuntó a sofocar la rebelión chiita que siguió a la capitulación de Saddam Hussein y que duró varias semanas. La segunda, a eliminar los focos de resistencia en la región pantanosa de 35.000 kilómetros comprendida entre Basora, Al Amara y Nasiriya. Pero, de hecho, la represión contra los chiitas se ha convertido en una constante del régimen.

El chiismo nació en el islam como una combativa facción política, que apoyaba el liderazgo del califa Alí, yerno de Mahoma. La corriente se fue desarrollando gradualmente y a principios de este siglo ya totalizaba entre 60 y 80 millones de adherentes, ubicados principalmente en Irán, Irak y Yemen. Actualmente, el chiismo es mayoritario en Irán, Irak y el Líbano.

Frente a kurdos y sunnitas (corriente mayoritaria en el islam, a la cual pertenece Saddam) los chiítas iraquíes constituyen entre el 45 y el 60 por ciento de los 18 millones de iraquíes. Representan, en suma, una mayoría marginada. Están asentados fundamentalmente en la zona comprendida entre Bagdad y el extremo sur del país, en una zona pantanosa, donde se unen el Tigris y el Eufrates para desembocar en el golfo Pérsico por medio de un canal artificial: el Chatt el-Arab.

La relación de los chiitas y los sunnitas ha sido tradicionalmente difícil en Irak. Hasta 1960 los primeros constituyeron la mayoría de los cuadros del partido Baas; hoy apenas representan entre el 5 y el 10 por ciento de las altas instancias iraquíes. Si bien se convirtieron en un bastión fundamental en la guerra contra Irán, una vez firmado el cese del fuego Hussein los apartó definitivamente del poder; adujo que podían convertirse en una activa quinta columna fundamentalista.

La operación Tormenta del Desierto los maniató entre dos fuegos, del que fueron las principales víctimas. La capitulación de Bagdad les ofrendó savia nueva para intentar la definitiva y ansiada caída de Saddam y surgieron entonces varias organizaciones guerrilleras. Pero el apoyo recibido desde Teherán (ahora convertido en su principal aliado) no fue suficiente: **ni los EE.UU. ni las demás potencias occidentales alimentaron su esperanza**, y luego de varias semanas de sangrientos levantamientos los chiitas fueron derrotados por las fuerzas gubernamentales. Entonces comenzó una represión generalizada que nunca cesó.

Javier Calvo



Una familia chiita descansa a orillas del Tigris.

01-01

920810

Bush anunci[ó] que a partir de hoy rige el bloque[o] aéreo en el sur de Irak

Irak afirmó ayer que está preparado para un enfrentamiento con los aliados occidentales y agregó que utilizará su sistema de defensa antiaéreo contra los aviones de la coalición. El presidente George Bush anunció la implementación de la zona de exclusión en el sur iraquí y denunció los atropellos de las fuerzas de Saddam Hussein contra los chiitas que viven en esa región. Los embajadores ante la ONU de los Estados Unidos, Francia, Gran Bretaña y Rusia comunicaron esa decisión al representante iraquí en la organización. Inquietud de los países árabes ante el plan aliado.

WASHINGTON, NUEVA YORK y BAGDAD, 2 (AP, AFP, EFE y Reuter; **Roger Matthews**, del **Financial Times**, especial para **Clarín**). — El presidente norteamericano **George Bush** comunicó hoy desde la **Casa Blanca** que "los **Estados Unidos** y sus aliados **informaron al gobierno iraquí que, en un plazo de 24 horas, los aviones de la coalición van a comenzar a realizar misiones de reconocimiento en** el sur de **Irak** para observar cuál es la situación en esa zona".

El mandatario estadounidense, con un rostro adusto que no mostraba desde el anuncio de la ofensiva final durante la **guerra del Golfo**, agregó ante las cámaras de televisión que "**la coalición también informó al gobierno** iraquí que, con el objeto de facilitar esas operaciones, va a establecer una zona de exclusión aérea para todos los aviones y helicópteros iraquíes. Esta nueva prohibición también entrará en vigor en un plazo de 24 horas en la misma región".

Poco antes de que hablara Bush, los embajadores estadounidense, británico, francés y ruso ante las **Naciones Unidas notificaron** al representante iraquí en ese organismo que los aviones y helicópteros de Irak que vuelen al sur del paralelo 32, sobre la zona poblada por opositores chiitas al régimen de **Saddam Hussein**, serán derribados. "Los cuatro gobiernos remitieron ese comunicado a **Bagdad**, que ahora lo debe estar considerando", manifestó el embajador del **Reino Unido, sir David Hannay**.

El embajador iraquí en la ONU, **Abdul al-Amir al-Anbari** anticipó que su gobierno "no acatará la decisión de los aliados de crear una zona de exclusión de vuelos militares en el sur del país" y propuso la creación de un comité de estudio "compuesto por miembros del Consejo de Seguridad y personalidades de **Oriente Medio** que visite Irak e investigue la situación para informar sobre ella a los países interesados".

El representante ruso en las Naciones Unidas, **Yuli Vorontsov**, destacó que el establecimiento de una zona de exclusión, "**es una decisión aliada y no del Consejo de Seguridad**". **Varios miembros del Consejo, entre ellos China, Austria, Bélgica e India** consideran que la Resolución 688, invocada por Bush, no se aplica a la situación actual en Irak.

Reacción iraquí

Irak sostuvo hoy que aguarda una "confrontación militar" y advirtió que va a usar su sistema de defensa antiaérea si es atacado por los aliados. "Cuando nos ataquen, nos vamos a defender", aseguró el ministro de Información iraquí, **Hamed Youssef Hummadi**. Según analistas militares occidentales el gobierno de Saddam después de la guerra del Golfo desplegó una significativa cantidad de misiles tierra-aire, artillería antiaérea y radares de detección rápida.

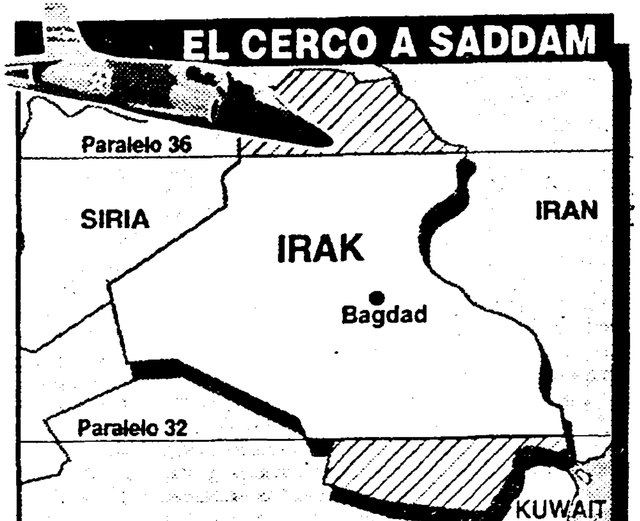
La prensa oficial iraquí publicó hoy nuevamente los artículos de tono nacionalista que viene editando en los últimos días. El diario **Al-Thawra**, órgano del partido **Baas**, que ejerce el gobierno, tras calificar al primer ministro británico **John Major** de "charlatán" y a Bush de "maligno", sostuvo que estamos dispuestos a "enfrentar y aplastar su plan criminal".

Bush también destacó que los aliados están dispuestos a asumir una actitud más firme ante el régimen de Bagdad en caso de que este continúe oprimiendo a su pueblo, lo que significa transgredir la resolución 688 del Consejo de Seguridad, aprobada al finalizar la guerra del Golfo. El presidente norteamericano subrayó que "si las tropas iraquíes siguen atacando por tierra a los chiitas del sur, los Estados Unidos y los otros miembros de la coalición están dispuestos a considerar la adopción de medidas adicionales".

El mandatario estadounidense indicó que "estas medidas se van a mantener hasta que la coalición determine que ya no son necesarias" y explicó que el fundamento de la acción fueron las "nuevas pruebas sobre la cruel represión lanzada por el gobierno de Saddam Hussein contra hombres, mujeres y niños en Irak".

El **Pentágono** anticipó hoy que responderá con "decisión" a cualquier tentativa iraquí de violar la zona de exclusión. El general **Martin Brandtner**, quien habló en el Departamento de Defensa, explicó que en esta acción, bautizada **Operación de Vigilancia del Sur**, "participarán básicamente los mismos países que integraron la coalición que combatió en la guerra del Golfo".

Brandtner agregó que en el dispositivo de defensa tomarán parte los aviones estadounidenses de vigilancia electrónica Awacs, [...] los interceptores **F-15** que se encuentran a bordo del portaaviones **Independence**, que junto con sus naves de escolta navega cerca de la costa iraquí, y los F-16 de las bases norteamericanas en **Arabia Saudita**. Londres enviará mañana seis aviones de combate **Tornado** a instalaciones del Reino Unido en **Dharan**, al noroeste del territorio saudita.



El presidente George Bush anunció ayer que aviones de Estados Unidos y sus aliados establecerán una zona de exclusión aérea en el sur de Irak (bajo el paralelo 32), con el fin de evitar que Saddam Hussein ataque a los musulmanes chiitas. La aviación iraquí también tiene vedado realizar misiones en la "zona de seguridad" creada en 1991 al norte del paralelo 36 para proteger a la población kurda.

Infografía / CARIN

PELIGRA LA ESTABILIDAD EN [LA] REGION

Crece el temo[r] de los árabes

EL CAIRO, 26 (Por **Kim Murphy** de **Los Angeles Times**, especial para **Clarín**). — Los gobiernos árabes dan muestras de una **preocupación cada vez mayor por el plan de los aliados para proteger a los rebeldes musulmanes chiitas del sur iraquí**, por temor a que genere un nuevo y peligroso clima de **inestabilidad en Oriente Medio** y que amenace la integridad de **Irak**.

Ningún gobierno árabe, con excepción de Kuwait, ha dado muestras de un apoyo entusiasta a este plan para prohibir los vuelos del gobierno iraquí en las zonas pantanosas del sur del país, y hasta algunos de los más firmes aliados que los **Estados Unidos** tienen en la región opinan que esta medida podría exponer el flanco oriental del mundo árabe a **la amenaza del fundamentalismo chiita apoyado por Irán**.

Otros gobernantes árabes expresaron su temor de que una desintegración de Irak **en enclaves separados de kurdos, sunnitas y chiitas** lleve a **la balcanización de Oriente Medio** [...] maronitas del **Líbano**, los cristianos **coptos de Egipto** [y] los bereberes del norte de **Africa** también demanden [su] autonomía.

Turquía, por su parte, ha advertido **que no permitirá** [q]ue **su base aérea de Incirlik sea utilizada como rampa** [d]e **lanzamiento para crear la proyectada "zona de exclusión"** y teme que la existencia de regiones autónomas [d]entro de Irak promueva la partición del país. Ello, a su [v]ez, podría incitar a la creación de un **estado kurdo** [i]**ndependiente en el norte de Irak**, que podría influir en [l]a **población** kurda —ingobernable— que reside en Turquía.

"A todo el mundo le gustaría deshacerse de Saddam [H]ussein, pero la manera para hacerlo no debería suponer una amenaza de partición de la nación iraquí", advirtió un alto funcionario egipcio.

Irak, entretanto, sigue mostrándose totalmente [o]puesto a la creación de una **zona de protección** en la porción sur de su territorio. El diario del gobierno **Al Jamhariyah** prometió que Irak "combatirá esta conspiración con firmeza y convertirá los pantanos del sur en un cementerio de gente malvada".

Para muchos árabes, uno de los temas subyacentes es **la cruel guerra de ocho años que Irak libró con Irán**. Fue un conflicto en el que los Estados Unidos y muchos países árabes gastaron miles de millones de dólares para construir la maquinaria militar iraquí necesaria para detener a Irán y a su rama revolucionaria de fundamentalismo chiita.

Egipto, Siria y otros aliados árabes temen que la creación de una zona de protección para los chiitas iraquíes en el sur del país permita a Irán contar con un bastión desde donde comenzar a construir fuerzas y diseminar grupos de apoyo por la región. De este modo, llegaría a su fin el punto muerto que se alcanzó tras casi diez años de guerra y se expondría a todos los pequeños y ágiles emiratos del golfo Pérsico a situaciones caóticas con sus propias comunidades chiitas.

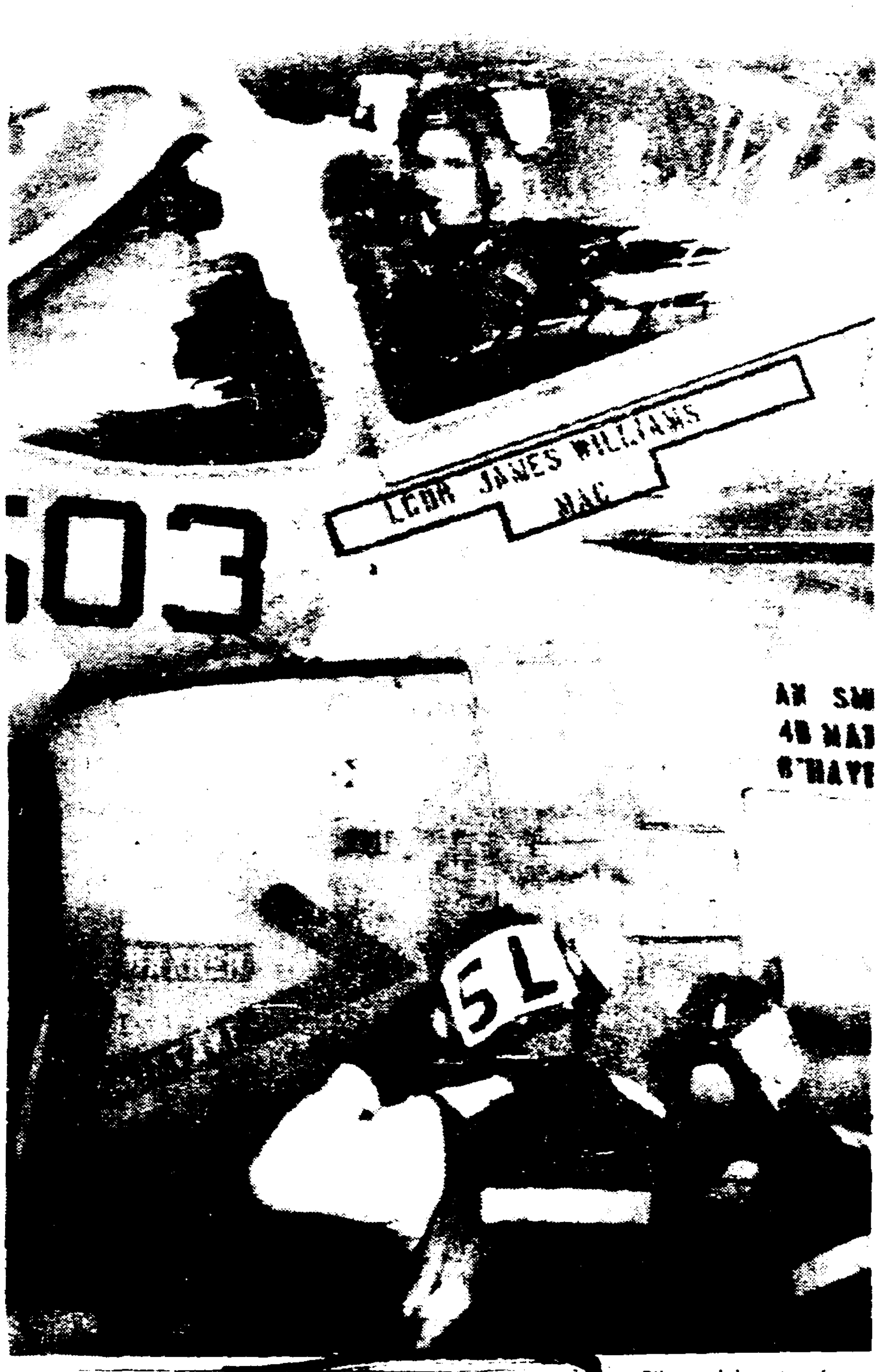
Arabia Saudita, Kuwait y Bahrein reprimieron ya levantamientos de sus comunidades chiitas. Los episodios más graves se produjeron en 1979, cuando los chiitas tomaron por asalto la **Gran Mezquita de La Meca**, y en 1988, cuando intentaron derrocar a la monarquía kuaití.

El año pasado, la población chiita de Arabia Saudita, estimada entre 200.000 y 500.000 personas, concentradas mayoritariamente en la rica zona petrolífera oriental— envió un petitorio al rey **Fahd** exigiendo una serie de reformas para proteger a la comunidad, incluyendo la autorización para construir nuevas mezquitas.

Arabia Saudita ya indicó que permitirá a las fuerzas norteamericanas utilizar la pista militar de **Dhahran** como base de operaciones en el sur de Irak, pero existirían sin embargo algunas **divisiones dentro de la familia real saudita sobre la conveniencia de esa autorización**.

Irak admitió por primera vez que el bloqueo aéreo aliado lo debilita

La aviación norteamericana comenzó ayer a arrojar panfletos sobre las bases del ejército iraquí, advirtiendo que entrará en acción si encuentra desafíos en la zona de exclusión, ubicada en el sur del país. Saddam Hussein rechazó nuevamente la imposición de esa zona por parte de los Estados Unidos, Francia y Gran Bretaña, afirmando que lo ubica en una situación de suma vulnerabilidad. Según funcionarios del Pentágono, Irak comenzó a movilizar sus tropas en el sur por temer a una posible ofensiva aérea aliada. El diario norteamericano "The Washington Post" sostuvo ayer que Saddam escapó a fines de junio pasado de un atentado perpetrado por oficiales superiores disidentes.



Pilotos del portaaviones "Independence", en el golfo Pérsico, esperan instrucciones para patrullar el sur de Irak.

BAGDAD, 29 (AFP, Reuter y por **Roger Matthews**, del **Financial Times**, y **Robin Wright**, de **Los Angeles Times**, especial para **Clarín**). —**Irak admitió** hoy que la zona de exclusión aérea que los aliados occidentales de la guerra del Golfo establecieron en el sur del país podría ponerlo en una situación de **suma debilidad**, e insistió en que la medida forma parte de una conspiración para dividir su territorio.

Estados Unidos, Francia y Gran Bretaña prohibieron al gobierno iraquí que sus aviones de combate o helicópteros vuelen al sur del paralelo 32, para proteger a la población chiíta de las persecuciones a que la somete Bagdad.

No obstante, el Pentágono afirma que el gobierno iraquí tiene más de 60.000 soldados, además de tanques y artillería, apostados en el sur de su territorio.

El diario del gobierno iraquí, **Al-Jumhouriyah**, y otros diarios oficialistas, proclamaron que el pueblo iraquí está unido y que **no va a permitir que se produzca una partición del país**.

Diplomáticos acreditados en Bagdad aseguraron a la prensa que, pese a la "zona de exclusión" vedada a su fuerza aérea en el sur del país y a las crecientes dificultades económicas que atenazan a Irak, el presidente **Saddam Hussein** sigue **firmemente instalado en el poder**.

Tampoco hoy los aviones de Irak intentaron desafiar la prohibición impuesta el jueves, y un alto funcionario —que pidió no ser identificado— manifestó que Bagdad está dispuesta a sentarse a esperar que los Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia **se cansen de patrullar**.

Por otro lado, frente a la posibilidad de que Irak continúe atacando a los chiítas, la administración norteamericana está preparando **opciones militares** que incluyen una ofensiva aérea, dijeron fuentes del Pentágono.

Otra opción que no se descarta es la de crear un "**santuario**" chiíta en el sur del país al estilo del establecido para los kurdos en el norte.

Los aviones de combate norteamericanos comenzaron hoy a arrojar **panfletos** sobre las bases e instalaciones militares iraquíes con **una advertencia** sobre la acción punitiva que responderá a cualquier desafío de la zona de exclusión aérea.

La advertencia está dirigida a los pilotos y operadores de radar iraquíes. Informa a estos últimos que serán bombardeados desde el aire si presentan una amenaza para los aviones aliados, en otra indicación de que **Washington está dispuesto a atacar objetivos terrestres**.

Estados Unidos también trasladó más radares y aviones de control a Arabia Saudita para monitorear los cielos del sur de Irak.

Irak ha respondido a esta amenaza latente **dispersando gradualmente sus tropas terrestres, tanques y artillería** de la zona del conflicto. "Evidentemente, Irak no quiere tener una gran concentración de su ejército en un solo lugar. Por eso ha comenzado a dispersarlo", dijo un funcionario norteamericano.

Otra fuente informada —quien aseguró que estos movimientos son monitoreados por los pilotos estadounidenses—, describió la estrategia iraquí de otra manera: **"Corren a refugiarse"**.

Saddam Hussein es **"el campeón de la supervivencia política"**, comentó un diplomático acreditado en Bagdad.

"En trece años de presidencia —con ocho de sangriento conflicto con Irán, una aplastante derrota en la guerra del Golfo, dos rebeliones internas y dos humillantes zonas bajo control occidental en el norte y el sur del país—, **nunca perdió el control de la situación**", explicó el diplomático a la prensa.

"Puede que su secreto consista en no ir demasiado lejos. La única vez que lo hizo —con la invasión a Kuwait—, le costó muy cara y ha aprendido la lección. La mejor prueba es que, a pesar de los excesos verbales oficiales, Irak no ha movido un dedo para impedir la creación de la zona de exclusión en el sur", **afirmó**.

Bagdad en efecto, había anunciado que se opondría a esa medida "por todos los medios que juzgue oportunos". No obstante, según explicó ayer el diario gubernamental **As Saura**, de lo que se trata es de no dar pretextos a una nueva "agresión" occidental.

El diario **Al-Jumhouryah** destacó hoy que el pueblo iraquí rechazaría cualquier intento de partir el país para proteger a los chiítas.

"El intento de establecer un sector aparte en el sur para disgregar a Irak va a poner al país en una **situación de máxima debilidad**", declaró el diario.

Saddam afirmó que no va a aceptar el bloqueo aéreo en Irak

Washington afirmó ayer que detectó indicios de una posible ofensiva terrestre iraquí contra los chiitas del sur del país. El presidente Saddam Hussein anticipó que no respetará la zona de exclusión establecida por los Estados Unidos, Francia y Gran Bretaña al sur del paralelo 32. El líder iraquí reiteró que el objetivo de los aliados es dividir el país y apoderarse de las riquezas petroleras árabes.

Agencia AFP



Maniobras de "marines" norteamericanos en Kuwait.

BAGDAD y WASHINGTON, 30 (AP, AFP, ANSA y Reuter, **Norman Kempster**, de **Los Angeles Times** y **Susan Sachs**, de **Newsday**, especial para **Clarín**). — El presidente iraquí **Saddam Hussein** afirmó hoy que no acatará la decisión de los aliados occidentales de establecer una zona de exclusión en el sur de **Irak** y acusó a los miembros de la coalición liderada por los Estados Unidos de intentar dividir el mundo árabe para apoderarse de su riqueza petrolera.

A pesar de las afirmaciones del jefe de Estado iraquí, el comandante de las fuerzas occidentales en el **Golfo**, teniente general **Michael Nelson**, comentó a los periodistas a bordo de la nave de desembarco **La Salle**, donde instaló su cuartel general, que "hasta el momento Irak no ha violado los límites de la región meridional " a la que los aliados no permiten el ingreso de los aviones y helicópteros de Saddam.

El líder iraquí, que, a diferencia de lo acostumbrado, no leyó personalmente su mensaje, cuya difusión estuvo a cargo de un locutor de la agencia oficial **INA**, aseguró que "no dejamos de prepararnos para lo que sea necesario y elegiremos el momento oportuno para hacer lo que honrará a los iraquíes y les permitirá salvaguardar su vida y hogar. Cuando llegue ese momento **haremos fracasar este proyecto utilizando todos los medios de que disponemos**".

El vocero del **Pentágono**, **Bob Hall**, indicó que pese al despliegue de retórica bélica de Saddam, la aviación de Bagdad continúa acatando las directivas de los aliados occidentales y agregó que los informes de los servicios de inteligencia indican que el sistema de defensa antiaéreo iraquí no fue activado cuando los aviones norteamericanos que despegaron del portaaviones **Independence** comenzaron a patrullar el jueves la región que se extiende al sur del paralelo 32.

Saddam destacó que "no nos engañan las consignas cuyo fin es justificar la prohibición de vuelos en el sur y el norte de Irak —en la zona septentrional del paralelo 39 la coalición occidental estableción otra zona de exclusión destinada a proteger a los kurdos iraquíes— ..esas consignas forman parte de un plan destinado a terminar con Irak y su papel histórico, además de dividir la región para apoderarse de su riqueza petrolera".

En Washington, el vocero de la **Casa Blanca**, **Walter Kasteiner**, respondió a los conceptos de Saddam reiterando los argumentos expuestos por la alianza occidental para crear la zona de exclusión. "No queremos dividir el país, sino que Irak cumpla con las resoluciones de las **Naciones Unidas**, entre ellas la 688, acordada por el **Consejo de Seguridad** al finalizar la guerra del **Golfo**, y que veda a Bagdad la represión de su propio pueblo".

El mensaje del líder de Bagdad, que según había anticipado INA constituiría "un discurso histórico dirigido al pueblo de Irak, la nación árabe y a todos los hombres honrados del mundo" y que, de acuerdo con lo previsto por la agencia oficial iraquí, sería una exposición "del modo de desbaratar los planes de los agresores (occidentales) y sus traidores agentes", fue recibido con escepticismo por observadores diplomáticos, que sostuvieron que "es similar a los comunicados anteriores y parece apuntar a calmar al pueblo iraquí".

El gobernante iraquí fue particularmente duro con **Irán**, al que acusó de "jugar el papel de traidor en la conjura protagonizada por los **Estados Unidos, Francia y Gran Bretaña**". **Saddam recordó que durante la guerra librada por iraníes e iraquíes entre 1980 y 1988, las fuerzas de Teherán** hicieron lo posible por apoderarse de **Basora**, la principal ciudad del sur de Irak, e intentaron sin éxito sublevar a los chiitas de esa zona contra el poder central. "En cada familia, en cada pueblo, hay chiitas y sunnitas, pero los iraquíes antes que nada son leales a Irak".

Según el diario **Al-Thwara**, órgano oficial del partido **Baas**, que ejerce el gobierno, efectivos iraquíes que habían desertado del ejército comenzaron a retornar a las filas, al tiempo que decenas de miles de chiitas empezaron a tomar las armas para defender "la patria".

El ministro de Información del régimen iraquí, **Majid Faraj**, negó hoy nuevamente que las fuerzas armadas de Bagdad hayan agredido a los chiitas refugiados en los pantanos meridionales e invitó a personalidades de todo el mundo a que visiten el país con el fin de comprobar la veracidad de sus afirmaciones. "Los servicios de inteligencia occidentales inventaron mentiras para justificar la agresión lanzada contra Irak", aseguró el funcionario.

EE.UU. detectó aprestos iraquíes

WASHINGTON y BAGDAD, 30 (AFP, DPA y Reuter). — El consejero de Seguridad Nacional de los **Estados Unidos**, **Brent Scowcroft**, afirmó hoy que pilotos norteamericanos detectaron indicios de que **Bagdad** se dispone a lanzar una ofensiva terrestre contra los chiitas del sur iraquí, quienes fueron protegidos contra ataques aéreos mediante el establecimiento de una zona patrullada por la aviación aliada en esa región.

Interrogado por la cadena de televisión norteamericana NBC sobre versiones de movimientos de las tropas del presidente **Saddam Hussein**, Scowcroft respondió que "varias divisiones salieron de sus guarniciones en el sur y desde hace varias semanas hay signos de que se prepara un nuevo ataque".

El funcionario estadounidense indicó que gracias a los "vuelos de reconocimiento que nuestros aviones vienen efectuando sobre la región pudimos detectar esos preparativos, lo que demuestra que tenemos motivos para sobrevolar la zona".

Scowcroft se negó a precisar cuál sería la respuesta aliada en caso de un ataque de las fuerzas de tierra de Bagdad, pero se negó a descartar la intensificación de las operaciones de la coalición.

Funcionarios del gobierno del presidente **George Bush** citados por el diario **Los Angeles Times** afirmaron que la **Casa Blanca** está estudiando medidas militares adicionales, que serían aplicadas en caso de que la creación de la zona de exclusión no bastara para detener las operaciones de las fuerzas de Saddam contra los chiitas.

T... "Bolsón de Bihac", bastión musulmán en BOSNIA-HERZEGOVINA

PROCE... Nación (150025)

FECHA ... 01/8/92

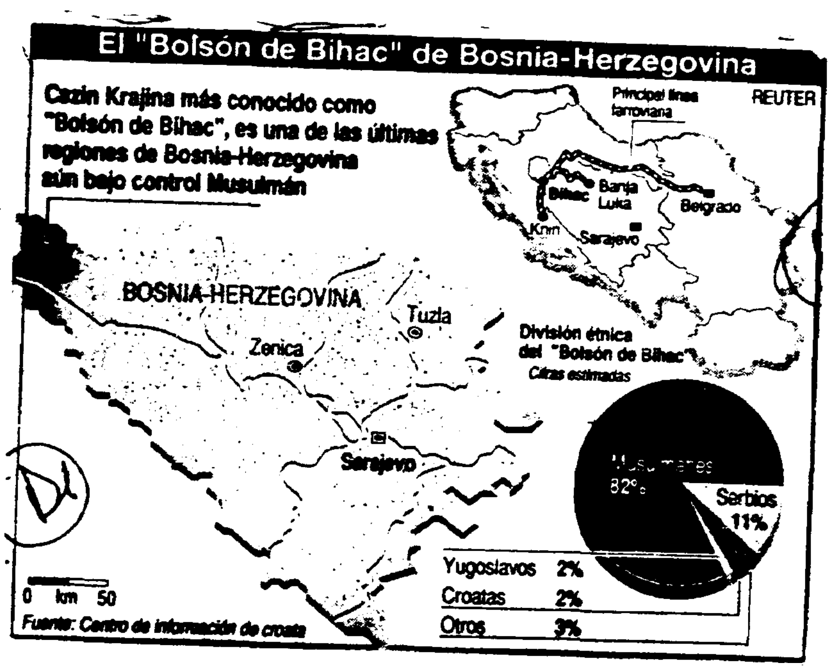
VINCULACIONES Yugosl. 501685

B-Herzeg. 501697

FP-11164

FM-11163

G Prov-11303



ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

01-01

9208614

Con el empleo de artillería pesada, morteros, armas automáticas e incluso cañones antiaéreos, los milicianos serbios bombardearon ayer el centro de Sarajevo causando por lo menos once muertos y 80 heridos. Los milicianos, que controlan las dos terceras partes de Bosnia-Herzegovina, procuran forzar a la mayoría musulmana a que se sume a las conversaciones de paz. No se descarta la posibilidad de que la flamante república se divida en dos. En la nueva Yugoslavia se celebrarán elecciones parlamentarias.



La madre de un joven bosnio de 15 años llora sobre el cadáver de su hijo en el cementerio de Sarajevo, capital de Bosnia-Herzegovina, escenario de cruentos combates.

Yugoslavia: feroz ataque a Sarajevo

SARAJEVO, 31 (Reuter y AFP). — Una cadena de explosiones sembró hoy el terror y causó al menos once muertos y 30 heridos en el centro de **Sarajevo**, en lo que parece un intento serbio de **obligar a los dirigentes musulmanes de Bosnia a participar en negociaciones de paz.**

La gente se puso a cubierto cuando decenas de bombas estallaron en calles contiguas al **edificio de la presidencia, el Parlamento y los comercios del centro de la ciudad**, durante el peor ataque diurno que tuvo lugar en varias semanas contra la capital bosnia.

Los combates obligaron a las fuerzas de paz de la ONU a cerrar el aeropuerto de Sarajevo, por lo que no pudieron aterrizar los aviones que transportaban asistencia humanitaria a los 300.000 habitantes de la ciudad.

La clausura del aeropuerto se produjo en momentos en que el general **Lewis MacKenzie**, el comandante saliente de las fuerzas de paz de la ONU en Sarajevo, estaba a punto de partir.

"La gente tenía miedo y desconsuelo pintados en el rostro", señaló un testigo. "Lo único que querían era huir de los lugares peligrosos, pero parecía que ya no quedaba ningún sitio adonde ir."

Dos personas murieron víctimas de la explosión de un mortero frente al edificio de la presidencia. Otra murió mientras esperaba conseguir agua en un centro de refugiados. Varias más fallecieron como consecuencia de las explosiones que sacudieron el distrito comercial, donde mucha gente había acudido a caminar luego de una segunda noche de violentos combates.

El bombardeo formó parte de una escalada de violencia que se desarrolla desde el miércoles, cuando se interrumpieron las conversaciones de paz de Londres entre los dirigentes de los bandos en conflicto en Bosnia, las comunidades musulmana, croata y serbia.

El canciller bosnio, el musulmán **Haris Silaidzic**, se negó a negociar en forma directa con los serbios, quienes ocuparon las dos terceras partes del territorio de Bosnia desde que, en abril, comenzaron a combatir contra musulmanes y croatas.

El dirigente serbio, **Radovan Karadzic**, advirtió a los musulmanes que deben comenzar a dialogar o arriesgarse a que serbios y croatas dividan Bosnia-Herzegovina en dos.

Karadzic manifestó que los serbios bosnios también quieren parte de la costa del Adriático, que pertenece a la vecina Croacia.

Las primeras elecciones parlamentarias de la nueva **Yugoslavia (Serbia y Montenegro)** se celebrarán muy probablemente hacia fines de este año, anunció la agencia **Tanjuq.**

El gobierno federal de **Milan Panic** propuso una enmienda a la Constitución que estipula que las elecciones de las dos cámaras del Parlamento federal deben ser convocadas "como más tarde" el 31 de diciembre, entendiendo que pueden celebrarse con anterioridad, indicó la misma fuente.

El presidente yugoslavo, **Dobrica Cosic**, había propuesto a mitad de julio que las elecciones se celebraran a fines de noviembre.

La otra guerra que sacude a los Balcanes

Por Rolando Rivière

(Corresponsal de LA NACION en Europa)

KARLOVAC.– A unos 50 kilómetros de Zagreb está Karlovac. Es una ciudad chica, de unos 30.000 habitantes, acribillada por la guerra. Las casas muestran los muros agujereados por las balas, pero ahora no se combate y el cielo es diáfano. Hace calor, mucho calor.

Luego de dar unas vueltas, nuestro intérprete (argentino-croata, ingeniero, no nos cobra un centavo) ubica el polideportivo donde se apiñan más de mil refugiados. En Croacia están registrados 633.000 de los cuales 333.832 vienen de Bosnia Herzegovina; 30.000 de otras regiones y 270.000 de la propia Croacia. Estos datos, como los demás que contienen la nota, fueron suministrados por Esteraijer, uno de los dos jefes del Departamento de Refugiados.

Las cifras anotadas no son la realidad, sino la estadística en poder del gobierno croata. Hay que agregar un 20 % más de aquellos que encuentran refugio en camas de parientes, amigos; añadir los 200.000 croatas que han salido del país y no se sabe cuántos, de Bosnia Herzegovina, que han podido hacer otro tanto.

Tiene 68 años, pero parece tener cien. Le faltan los dientes, muy flaca, de piel oscura y ajada. Dormita en uno de los centenares de colchones desparramados en el polideportivo. Al lado, la nieta sueña con un chupete en la boca. Hay muchísimos chicos que andan de un lado para el otro y bolsones con las pocas cosas que han podido traerse, además de la vida, y ropa colgada en las ventanas. El polideportivo es muy grande y tiene tres pisos.

En la cancha de basket más colchones, más refugiados. Apenas hay espacio para caminar entre esta multitud a la que sólo le queda esperar. Que termine la guerra, que puedan volver a casa, que encuentren un lugar en cualquier lado. Hablamos con la anciana.

-¿Qué es lo que aguarda?

-Tengo esperanzas de que nos den algún lugar para vivir. No sé si todavía existe nuestra casa. Estoy con mi hijo y mi nieta. Mi nuera también. Nos fuimos antes de la catástrofe, en abril. Venimos de un pueblo cerca de Odzac y antes estuvimos en Slavonska Pojeca.

-¿Le quedan parientes?

–No sé. Supongo. Pero también se habrán ido.

Los jóvenes quieren volver, si es posible con armas. Los mayores se conforman con continuar viviendo donde sea.

La gente que está aquí llegó hace dos semanas de la región de Bosanska Posavina. El último exilio se produjo en Bosanski Novi. Eran unas 90.000 personas, en su mayoría musulmanes. Aparte de unos 5000 que ha acogido Alemania y de 4000 que ha podido instalarse en casas croatas, el resto sigue aquí en Karlovac.

Pero la diáspora continuará y se esperan nuevas oleadas de expulsiones y de refugiados de la región de Bosanska Krajina, de ciudades como Sanski Nost o Prizedor, siempre al sur de Croacia, que ya no tienen posibilidades de recibir más. Entre 70.000 y 100.000 se encuentran aquí y viven en locales muy precarios y el invierno, muy duro, no podrá atenuarse con ningún tipo de calefacción.

Los refugiados en territorio croata están a todo lo largo y ancho del país: Dalmacia, Malarska, Zagorije, Zagreb.

Fátima, 43 años. Parece también mucho mayor. La cercanía de la muerte envejece. Escapó de la guerra hace dos meses y el esposo estuvo en el campo de concentración serbio de Bosanski Novi. Los once pueblos cercanos recibieron el mismo tratamiento: se metía a los hombres en vagones de ganado separándolos de las mujeres y los chicos. Luego los trasladaban hasta el campo, que era una cancha de fútbol. Algunos podían reencontrar a los familiares. Otros no.

Hassan cuenta que pasó por esa experiencia el 9 de mayo pasado. "Dentro de los vagones no se podía respirar. Muchos se desmayaban. Quizás algunos habían muerto. A veces, para aterrorizarnos, disparaban sus armas muy cerca. Si no hubiese sido por la UN Profor (United Nations Protection Force, que integran los militares argentinos) creo que nos habrían matado a todos. Bajo la UN Profor llegamos aquí. Ahora esperamos. Quizá que nos trasladen a Alemania. No lo sé".

Se acerca otro hombre, flaco, que nos oye hablar castellano. El también. ¿Dónde lo aprendió? En Australia, de unos españoles. Cuenta que le han quemado la casa en Bosnia. Tiene 56 años, es obrero albañil, pero ya está jubilado.

En este campo de refugiados no hay servicio médico. El dispensario no está lejos. Ellos mismos se encargan de mantener, dentro de lo posible, una limpieza decorosa porque prácticamente no hay dónde meter las cosas ni la gente. Vamos a ver los baños. Están bastante limpios, como todo el resto. Las instalaciones del polideportivo se adaptan a las necesidades esenciales de la población inesperada. Otra Fátima, pero esta de 8 años, dice que hay muchos chicos. Lo cual es cierto. Luego queda prendada de nuestro colega de Télam y no nos hace más caso.

Se acerca un hombre joven que habla italiano. Se llama Alí. Sus padres han quedado en Bosnia. Quiere saber cuántos argentinos están en los cascos azules. Se lo decimos. Alza las cejas. No puede volver, la casa ya no existe. ¿Y sus padres? En casa de amigos. Pero no había más lugar.

Las respuestas se repiten: hogares destruidos, deseos de venganza. De uno y otro lado se lanzan acusaciones horribles. Uno de los interlocutores dentro de este mecanismo mental inducido afirma que el ejército yugoslavo es la tercera fuerza militar de Europa. ¿Quién se lo ha dicho? Insiste. Le decimos que no lo es, ni mucho menos, como tampoco Irak era el tercer ejército del mundo. Se miente con tanta velocidad e imaginación que ni siquiera hay tiempo de reaccionar.

Estamos en el centro de un gigantesco caos. Decenas de miles de muertos, o tal vez ya centenares de miles; más de un millón de refugiados, cifra que irá aumentando inexorablemente creando problemas de una magnitud incalculable. La comunidad internacional y Europa, tierra de migraciones constantes, incapaces de terminar con el desastre.

¿Quién es responsable de esta tragedia: Croacia, Serbia? Pero lo más importante: ¿cómo y cuándo terminará? En el polideportivo los chicos juegan y se escuchan también las risas de algunos mayores. Ignoran totalmente su futuro. El resto es silencio.

Sarajevo: feroz ataque a un transporte civil

SARAJEVO, 2 (AP). – Como un indicador más de la cruenta lucha en la ex Yugoslavia, dos niños murieron después que un ómnibus que los transportaba a lugar seguro junto con otros 38 huérfanos fue atacado por fuego de armas pesadas, dijeron hoy las autoridades.

El ómnibus, escoltado por fuerzas de la UN, había partido de Sarajevo y se dirigía hacia el Este por una ruta conocida como "el camino de los francotiradores" cuando fue blanco de fuego de ametralladoras o baterías antiaéreas, dijo Dusko Tomic, director de la organización caritativa Embajada de Caridad de Hijos Medjasi.

"Es una catástrofe total. Ningún otro niño resultó herido, pero todos gritaban –dijo Tomic–. Los restantes huérfanos, algunos de los cuales continuaban pateando y gritando, fueron vueltos a subir esta mañana al ómnibus repleto de impactos de bala."

La última vez que fue visto salía del suburbio de Stup en el sector occidental de Sarajevo rumbo a las líneas serbias, en ruta al puerto croata de Split. Los huérfanos serán transportados desde allí hasta Alemania.



Misiles antiaéreos en Belgrado (Reuter)

Comicios croatas en medio del drama

Por Rolando Riviere

(Corresponsal de LA NACION en Europa)

ZAGREB. – Elecciones en Croacia. ¿Cómo contabilizar los votos que han llegado del exterior? Branko Horvak, economista (hace años candidato al Nobel) pidió sin éxito que se suspendieran los comicios de hoy por posible violación de la ley electoral a cargo de la Comunidad Democrática Croata, el partido de Franjo Tudjman. Hay algo más, el segundo en posibilidades, Drazen Bulisa, del Partido Socio-Liberal Croata, si bien es una personalidad bastante más abierta que Tudjman en lo interior, sigue insistiendo en expulsar a los serbios y para eso hay sólo un método: las armas.

Treinta y siete partidos para unos cinco millones de habitantes, y el parafascista Dobroslav Paraga (se le calcula un 10 % de votos) con sus "chicos" armados que "colabora" con unos 7000 hombres en el frente. Que sólo responden a él.

Nadie controla nada efectivamente. Croatas, bosnios, serbios (por el momento) se matan en una guerra lenta que todavía no consigue agotar la ficción de la paz en Belgrado o en Zagreb.

Los serbios, lanzados hacia el Oeste para partir en dos a Croacia por la costa adriática, hacen un trabajo irregular. Tanto ellos cuanto los croatas (quizá los bosnios sean una excepción, simplemente por carecer de suministros para la guerra y de todo otro tipo) tiene sus fuerzas integradas por paramilitares, por los llamados combatientes del fin de semana que van a pelear sábado y domingo y luego regresan a sus ocupaciones habituales. Sólo que esos grupos, de entidad imprecisa, responden a pequeños jefes locales y no a los altos oficiales.

La estrategia serbia ha sido desde el comienzo de la guerra, hace un año, adueñarse de las zonas turísticas por excelencia. Pero en Dubrovnik se le agregaba el cuartel serbio dentro de la ciudad. El turismo, hasta entonces, era el primer ingreso de la antigua Yugoslavia.

Serbia sin Eslovenia y sin Croacia se convertiría en una región pobre. O se ha convertido ya.

Lo dicho no significa que las cosas estén claras, ni mucho menos. El odio interétnico y la furia de los nacionalismos han ido creciendo con la extensión de la guerra. Slobodan Milocevic, presidente de Serbia y Franjo Tudjman, de Croacia, se encontrarán en una nueva cumbre con el presidente de Bosnia-Herzegovina, Alia Izetbegovic. Aclaremos un punto: ni Tudjman ni Milosevic piensan que el homólogo bosnio tenga derecho a su república. Sobre todos los croatas, que sostienen que Bosnia-Herzegovina les pertenece históricamente. Los serbios pelean por sus enclaves dentro de la República de Izetbegovic.

Sin alternativas

Nada indica que esta tragedia ofrezca una alternativa válida. A las enfermedades infecciosas que sufren los refugiados en medio de un calor tórrido les aguarda el recambio del durísimo invierno. Podríamos hacer algunas crónicas del horror. Las ahorramos porque para muchos la única solución es intervenir militarmente de una buena vez para parar una locura generalizada. El problema es el mecanismo. Pero si se tarda mucho sólo se podrán salvar tumbas colectivas.

MILLONES DE CROATAS Y BOSNIOS HUYEN DE LA LLAMADA POLITICA DE "LIMPIEZA ETNICA"

La dramática agonía de un país

ZAGREB, Croacia 2 (Enviado especial). — La sinrazón y la crueldad de los Balcanes están grabados en el código genético de sus habitantes, resisten al progreso y son impermeables al ingenio humano más piadoso, dicen algunos historiadores. Esta ciudad, en la que la belleza vienesa adquirió la melancolía propia del descuido colectivista, se brinda a sí misma como prueba de esa visión extremista.

Quizá pocos lo adviertan porque la tragedia de Sarajevo y otras poblaciones en la vecina Bosnia-Herzegovina es mucho más elocuente en sangre, pero la distancia que ofrece Zagreb sirve para apreciar que la guerra, hasta ahora indetenible, de esta región se refleja sobre toda Europa como mensajero fantasma de un futuro cercano y posible, donde el drama impera en forma aun más acabada que en el presente.

Después de un año de secesión que ha sobrevivido, parece haber muy poco para festejar aquí. La inflación, la caída de la producción y el desempleo crecen a ritmo acelerado a pesar de la ayuda alemana y austríaca. La guerra con Serbia les ha costado un tercio del territorio que los croatas reclaman como propio, los nacionales exiliados de ese espacio ahora serbio deben sobrevivir con magros 30 dólares mensuales de asistencia estatal. Hay además 70 mil bosnios refugiados —la mayoría de origen musulmán— que aumentan la precariedad social de esta república.

Unos cuatro millones de croatas deciden hoy a cuál de los 37 partidos políticos emergentes del unicato de la Liga de los Comunistas le dará su voto en las primeras elecciones generales desde la independencia, pero existe aquí la certeza generalizada de que, en cualquier caso, la voluntad popular será burlada por el fraude oficialista del presidente **Frandjo Tudjman**.

Un francotirador mató ayer a dos niñas mientras viajaban en un ómnibus que evacuaba a 50 huérfanos de Sarajevo con destino a Alemania. El vehículo fue alcanzado por el fuego en una calle plagada de francotiradores que disparaban desde edificios derruidos. Los croatas concurrieron ayer a las urnas en las primeras elecciones generales desde que la república se escindió de Yugoslavia. Los analistas políticos creen que Frandjo Tudjman será reelegido.

Clarín EN CROACIA

Los últimos sondeos dicen que si el antiguo general del ejército federal del mariscal **Tito** se abstiene de las prácticas dolosas, no alcanzará el 50% más un voto que demandan las leyes electorales croatas y que, en la segunda vuelta de las urnas, sería seguramente derrotado por una coalición opositora.

¿Cuáles son las diferencias entre facciones? Desde el poder Ludjman estableció en las últimas semanas una embrionaria alianza —secreta, menos para todo el mundo aquí— con el agónico régimen bosnio para canalizar armas y combatientes hacia los vecinos que resisten a los serbios. **Esto es, más guerra.**

Uno de **sus adversarios políticos con mejores posibilidades, si el fraude** faltara a la cita de hoy, **Drazen Budisa**, del Partido Social Liberal, descerraja contra Tudjman acusaciones de autoritarismo y promete más democracia interna, pero a la vez es más explícito que aquel en, al menos un sentido, **hay que volver a las armas sin disimulo para recuperar el territorio**. Otra vez un horizonte de más destrucción.

Pero los verdaderos nutrientes de los mentideros de Zagreb no son las disquisiciones electorales sino los relatos de horror banal que llegan desde Sarajevo y Gorazde en Bosnia y aun desde más cerca; desde los cincuenta kilómetros que separan a esta ciudad del primer emplazamiento precario de refugiados bosnios.

"Es como oír el eco de los lamentos de los judíos polacos de los años cuarenta preservados hasta hoy en un espacio mágico." dice **Herman Terstch** periodista del madrileño **El País** que recorre la región casi sin pausa. Terstch ganó ya una especialización en los Balcanes que por momentos, admite, quisiera sumergir en una saludable amnesia.

Las noticias que llegan de Bosnia-Herzegovina hablan de camiones en los que los serbios hacinan a hombres, mujeres y niños para expulsar en cumplimiento de su política de **"limpieza étnica"**. En esas carrocerías mueren por asfixia, por hambre o sencillamente por terror, narran los que consiguen llegar hasta aquí.

Solo un ignorante absoluto en la historia moderna de Europa puede oír "limpieza étnica" sin evocar la **"solución final"** de hace medio siglo e imaginar los camiones de hoy sin pensar en los vagones de ferrocarril que también entonces llegaban a Treblinka, Auschwitz o Dachau.

Solo Alemania ha absorbido ya unos 200.000 refugiados de la guerra y, según los funcionarios del ACNUR (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados) y de la Cruz Roja hay 400 mil más que se desplazarán en las próximas semanas. Si una ofensiva serbia pusiera fin a Bosnia-Herzegovina el número total de refugiados con los que Europa debería lidiar, de un modo u otro, podría alcanzar a los tres millones, aseguran los expertos.

¿Cómo medir esta magnitud? Esos millones son una cifra similar a la de pobres extremos que en este continente crearon los años de la ortodoxia thatcheriana y a la que **Ronald Reagan** dejó en los Estados Unidos al cabo de sus ocho años de fiesta para muy pocos. No es casual que Alemania y Austria cuyos intereses nacionales siempre pretendieron bañarse en las aguas del Adriático, se hayan quedado solos en la reciente Conferencia de Ginebra al proponer una actitud humanitaria de fronteras abiertas.

Los 81 millones de Ecus (110 millones de dólares) ofrecidos por Europa desde la impotencia y la conciencia pesada son apenas una mala broma, si uno se atiene a la lista de necesidades confeccionadas por los organismos y sobre todo al hecho de que aun antes que los imprescindibles alimentos, medicamentos o ropa. Los bosnios precisan que alguien los ponga a salvo del plomo de fusiles y morteros. La respuesta croata a los refugiados locales es empujar a los hombres, luego de asentar a sus familias en la desesperación del exilio, de regreso en dirección al combate. Esta ciudad está repleta de oficiales de las fuerzas bosnias que realizan precisamente esa tarea.

La política croata en la materia parece ser un correlato apenas más civilizado que las historias de salvajismo serbio, que prisioneros asfixiados por las bolsas de plástico que los captores colocan en sus cabezas en una temperatura que en esta época raramente es inferior a los 35 centígrados. Hay una ley perversa de compensaciones en el horror: si los refugiados siguen aquí, dentro de un trimestre lo harán en una zona donde la

Nº. DOCUMENTO

TITULO: Washington busca el aislamiento de Serbia

PROC: Clarín (1663?)

FECHA: 7/8/92

VINCULO: Yugoslavia 507685
EEUU - Gob
Serbia 507696

Washington busca el aislamiento de Serbia

NACIONES UNIDAS y WASHINGTON, 6 (AP, EFE, AFP, por **Don Oberdorfer** y **Helen Dwear**, de **The Washington Post**, y por **Dominique D'Hombres**, de **Le Monde**, especial para **Clarín**). — El presidente estadounidense George Bush anunció hoy que su país **establecerá relaciones diplomáticas** plenas con **Bosnia-Herzegovina, Croacia y Eslovenia**, para ayudar a detener la violencia en las antiguas repúblicas yugoslavas.

La comunidad internacional "debe continuar aislando a Serbia económica y políticamente" hasta que el gobierno de Belgrado se decida a cumplir las resoluciones de las Naciones Unidas (ONU), destacó.

En una conferencia de prensa que ofreció en Colorado Springs, poco antes de volver a Washington, el primer mandatario enfatizó que **"debemos seguir reforzando las sanciones contra Serbia"**.

El presidente Bush fue objeto de nuevas presiones por parte del candidato presidencial demócrata, **Bill Clinton**, y un grupo de senadores demócratas y republicanos, que le exigieron una **acción más decidida** contra las supuestas atrocidades perpetradas en los campos de detención de prisioneros en la ex Yugoslavia.

Mientras tanto, en las Naciones Unidas, el embajador de Bosnia desató una polémica al hacer público un documento que revela que **la ONU tenía conocimiento de la existencia de cuatro campos de concentración** de musulmanes, controlados por los serbios, ya **a principios de julio**.

Además, un memorando confidencial de las fuerzas de paz revela que los observadores de la ONU presenciaron el arresto masivo de musulmanes por fuerzas serbias.

En un discurso de campaña pronunciado en Saint Louis, Illinois, **Clinton exigió a Bush** que **"haga lo que tenga que hacer para detener la masacre de civiles"**, y opinó que "quizás tengamos que recurrir a la fuerza militar contra los serbios para intentar restaurar condiciones básicas de humanidad".

Clinton y su compañero de fórmula, el senador **Albert Gore**, dijeron que el sangriento conflicto en los Balcanes está comenzando a parecerse a la exterminación de judíos que llevaron a cabo los nazis durante la Segunda Guerra Mundial.

"No podemos permitirnos ignorar lo que parece ser la exterminación deliberada y sistemática de seres humanos a causa de su origen étnico", exclamó Clinton.

El candidato presidencial demócrata ya había propuesto a fin de julio bombardear la artillería serbia en Bosnia.

En el Congreso, un grupo de senadores de ambos partidos que incluye a los líderes de la mayoría, **George Mitchell** (demócrata-Maine) y de la minoría, **Robert Dole (republicano-Kansas)**, auspició una resolución no obligatoria para instar a Bush a pedirle al Consejo de Seguridad que autorice el uso de la fuerza.

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9200619

N. Panic, 1er Ministro yugoslavo propuso crear los "Estados Unidos Balcánicos"
(Clarín (150094)
7/8/92
Yugoslavia 507685
TP - 11164
GN - 11302

Propuesta del premier serbio

Clarín 7/8/92

LJUBLIANA, 6 (EFE). — El primer ministro yugoslavo, **Milan Panic**, propuso la creación de unos **"Estados Unidos Balcánicos"** que engloben a las **repúblicas de la desintegrada Yugoslavia, más Bulgaria, Rumania y Hungría,** en una entrevista con la televisión de Eslovenia, el miércoles por la noche.

El industrial californiano **Milan Panic**, de 62 años, nacido en Belgrado, explicó hace dos meses que procede de un estado (California) en el que el 40 por ciento de los habitantes son latinoamericanos y que quiere un "entendimiento" sudeslavo (yugoeslavo) sin guerras interétnicas, como en California.

Aseguró que quiere desarmar a los serbios de Bosnia pero explicó que serbios, croatas y musulmanes no logran controlar a sus "terroristas", que serían los "señores de esta guerra".

En Belgrado se considera que **Panic** carece de control sobre el ejército de la actual Yugoslavia, de la que el 90 por ciento es Serbia, y nadie se explica su política de desafío contra el presidente serbio, **Slobodan Milosevic**.

Hay quienes consideran que **Panic**, cuya fortuna se calcula en 1.500 millones de dólares, es el respaldo "pacífico" de los Estados Unidos, dispuestos a utilizar la fuerza si fracasa aquel, quien se declara seguidor de la política de Washington.

"Créanme, yo conozco poco Yugoslavia, llevo una eternidad fuera, pero tengo un sueño, crear los **«Estados Unicos Balcánicos»; es un sueño norteamericano, pero todos acabarían compartiéndolo"**, aseguró **Panic**.

d - 01

9208620

Clarín 8/8/92

Violento ataque de artillería contra el cuartel general de la ONU en Sarajevo

Fuentes diplomáticas afirmaron ayer en Bruselas que la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) podría poner en marcha la semana que viene un plan de intervención militar en Bosnia-Herzegovina, para garantizar la llegada de ayuda humanitaria a Sarajevo. El cuartel general de las fuerzas de paz de las Naciones Unidas en la capital bosnia fue atacado ayer con tres obuses que hirieron a cuatro cascos azules franceses. El presidente norteamericano, George Bush, se mostró reacio a recurrir a la fuerza para resolver la crisis en la ex Yugoslavia, porque no quiere involucrar a sus soldados en una "guerra de guerrillas" de incierto desenlace.



Tropas de la ONU inspeccionan ayer los daños causados por el fuego de artillería en el cuartel central de los cascos azules en Sarajevo.

SARAJEVO y BRUSELAS, 7 (AFP, AP, ANSA, y Reuter). — Milicianos serbios **hicieron blanco hoy con fuego de artillería en el cuartel general de las fuerzas de paz enviadas por la Organización de las Naciones Unidas (ONU), hiriendo a cuatro soldados franceses.** El bombardeo se produjo en medio de un generalizado ataque contra los debilitados reductos de las fuerzas croatas y musulmanas, que en los últimos días han sufrido una serie ininterrumpida de derrotas.

Fuentes diplomáticas en Bruselas estimaron que los países miembros de la Organización del Tratado del Atlántico Norte **(OTAN)** adoptarán la semana que viene un plan de acción tendiente a **utilizar medios militares** para proteger **el envío** de ayuda humanitaria a Bosnia-Herzegovina.

Tres obuses de 122 milímetros hicieron impacto en el cuartel general de las Fuerzas de Protección de la ONU **(Fupronu)**, instalado en el Correo Central de Sarajevo. Según el portavoz de la fuerza, **Mik Magnusson**, su trayectoria fue de tiro **directo y apuntado.**

El primero de los obuses dañó cuatro vehículos de transporte de tropa, el segundo hirió a los cuatro soldados franceses y penetró a través de un muro y el tercero devastó una habitación del tercer piso del edificio. Uno de los cuatro franceses heridos se encontraría **grave**, según precisó el portavoz de la Fupronu.

El incidente elevó a **trece** el número de cascos azules heridos en la guerra civil de la ex Yugoslavia. En los últimos cuatro meses hubo también seis víctimas fatales entre los soldados de la ONU.

El ataque fue perpetrado mientras se encontraba en Sarajevo el segundo comandante de la Fupronu, el general **Philippe Morillon**, para instar a las partes a acordar un cese de fuego que permita reabrir el aeropuerto. **"Fue totalmente deliberado"**, agregó el portavoz, quien dijo que aún se investiga el lugar desde el que se efectuaron los cañonazos".

Aunque existe coincidencia casi total en que el ataque fue realizado por los milicianos serbios, algunos oficiales de la Fupronu dijeron que **sólo los bosnios pudieron disparar contra el cuartel desde ese ángulo tan preciso.** Según un oficial no identificado, esta presunción se basa en que los bosnios —croatas y musulmanes— estarían interesados en poner en peligro a los cascos azules **para provocar una intervención militar internacional**, que reclaman desde el comienzo de la guerra civil.

Los combates en Sarajevo se intensificaron tras una mañana de relativa calma. El céntrico barrio de **Stari Grad** fue objeto de **bombardeos "no selectivos"** durante todo el día. La situación no fue mucho mejor en el barrio septentrional de **Vogosca**. Esta ofensiva forma parte de un plan de las milicias serbias para ir eliminando los pocos reductos croatas y musulmanes que subsisten en la parte céntrica de la ciudad.

Un vocero del Alto Comisionado para Refugiados de la ONU **(ACNUR)** dijo que la **reapertura del aeropuerto** con miras a reanudar el puente aéreo humanitario es **poco probable**. La operación había sido interrumpida el martes a causa de los bombardeos de artillería de los guerrilleros serbios.

La ONU expresó hoy su temor de que se esté creando una **nueva Sarajevo** en la ciudad de **Bihac** —situada en un extremo aislado de Bosnia-Herzegovina—, que carece de alimentos y asistencia médica y que, aparentemente, está **bajo la amenaza de un ataque serbio**. Más de 250.000 personas, la mayoría musulmanes, viven en ese extremo noroccidental de Bosnia, una cuña que se introduce en territorio de la vecina república de Croacia.

Dos organizaciones que representan a la comunidad judía británica lograron un acuerdo con los líderes de todas las partes en conflicto en Bosnia-Herzegovina para permitir la **evacuación de los 750 judíos que viven en Sarajevo.**

El acuerdo, que prevé un alto el fuego para permitir la evacuación, fue negociado la semana pasada durante la estadía en Londres de los representantes de las tres partes: **Haris Silajdzic**, musulmán; **Radovan Karadjic**, líder serbio de Bosnia, y **Mate Boban**, dirigente de la minoría croata.

SIDENTE COSIC ACUSA A OCCIDENTE DE FACILITAR EL "GENOCIDIO" DEL PUEBLO SERBIO

ugoslavia proclama que su ejército ;chazará toda intervención extranjera

El líder de los serbios de Bosnia, Radovan Karadzic, propuso ayer inesperadamente el desmantelamiento de los campos de detención de prisioneros que sus milicias controlan en el norte de esa república. El presidente yugoslavo, Dobritsa Cosic, afirmó que su país se defenderá contra una eventual intervención militar extranjera. El presidente norteamericano, George Bush, no descartó la opción de la fuerza para hacer llegar ayuda humanitaria a Bosnia, aunque aseguró que prefiere continuar buscando una solución por vía diplomática. El aeropuerto de Sarajevo fue reabierto ayer, tras permanecer cerrado desde el martes. De inmediato comenzaron a llegar alimentos y suministros para los 380.000 civiles atrapados por la lucha.

MOSCÚ, WASHINGTON y SARAJEVO, 8 (EFE, DPA, AP, AFP, y Reuter). — El presidente de la nueva Yugoslavia (Serbia y Montenegro), **Dobritsa Cosic**, afirmó que su ejército **luchará contra una posible intervención militar internacional**, y acusó a Occidente de facilitar el **"genocidio"** contra el pueblo serbio, en una entrevista que se publicó hoy en Moscú.

El presidente norteamericano, **George Bush**, aseguró hoy que **"todas las opciones permanecen abiertas"** respecto de la situación de Bosnia-Herzegovina, pero subrayó que **prefiere dar una solución diplomática** a la crisis de los Balcanes.

En una imprevista conferencia de prensa que ofreció en la residencia presidencial de descanso en Kennebunkport, Maine, Bush indicó que "no presupone ni descarta" ninguna posibilidad para conseguir el objetivo de proveer **ayuda humanitaria** a Bosnia-Herzegovina.

Bush hizo estas declaraciones al término de una reunión en la que estuvieron presentes el secretario de Defensa, **Richard Cheney**, el consejero de Seguridad Nacional, **Brent Scowcroft**, y el subsecretario de Estado, **Lawrence Eagleburger**.

Con respecto a la posibilidad de una intervención armada, Cosic dijo al diario **Soviétskaia Rossia** que "si se tomara este paso absurdo, o si alguien simplemente intentara hacerlo, **naturalmente nos defenderíamos como podamos todo el tiempo que podamos**".

No obstante, el presidente yugoslavo destacó que "me resulta difícil imaginar que los Estados Unidos y sus aliados de la OTAN (Organización del Tratado del Atlántico Norte) puedan comenzar acciones militares contra Yugoslavia". Cosic agregó: "**No creo** que los estadistas razonables y responsables de América latina y Europa, con participación de Rusia, se atrevan a matar a la República Federativa de Yugoslavia, y a los pueblos de Serbia y Montenegro".

En la entrevista, el presidente yugoslavo insinuó que **Alemania busca la hegemonía** en la región de los Balcanes, y sostuvo que las potencias de Occidente han llevado a cabo una política de **"autodeterminación para todos salvo para los serbios"**.

"La Comunidad Europea, con el liderazgo de Alemania en este asunto, ha seguido una política desde el inicio de la crisis que ha causado una catástrofe en Yugoslavia, mediante su apoyo al separatismo y la subversión de las fronteras estatales".

Por otra parte, el líder de la nueva Yugoslavia declaró que "esperamos la **pronta anulación de las sanciones y el levantamiento del bloqueo económico**. Estamos seguros de que en esta posibilidad reside nuestra salvación".

Aleksa Buha, canciller de la autoproclamada República Serbia de Bosnia-Herzegovina, amenazó por su parte con **misiones suicidas** contra objetivos en Europa occidental si llega a producirse una intervención militar en los Balcanes. Durante una conferencia de prensa celebrada en Belgrado sostuvo que los ciudadanos de origen étnico serbio radicados en distintos países europeos estarían preparados "**para atacar plantas de energía nuclear en toda Europa**".

En un reportaje con un canal de televisión por cable, el consejero de Seguridad Nacional norteamericano, **Lawrence Eagleburger** consideró "poco oportuna una intervención armada en los territorios de la antigua Yugoslavia, porque ésta **no resolvería las históricas diferencias culturales y religiosas** entre serbios, bosnios y musulmanes".

El enlace aéreo internacional que proporciona asistencia humanitaria a Sarajevo se reanudó hoy a pesar de un nuevo ataque contra las fuerzas de paz de la ONU, como consecuencia del cual resultaron heridos siete soldados ucranianos.

Las Naciones Unidas reabrieron el aeropuerto de Sarajevo, que había permanecido cerrado desde el martes debido a los violentos combates que protagonizaron las fuerzas de la Defensa Territorial Bosnia y los rebeldes serbios.

ENT
CRUZ

Un país es asesinado a la vista de todo el mundo

Los testimonios directos que llegan a través de la televisión y de los relatos de periodistas destacados en el lugar son implacables, desgarrantes: Sarajevo —y buena parte de otras zonas de la república independiente de Bosnia-Herzegovina— está siendo sistemáticamente destruida por el ejército servio disfrazado de "fuerzas irregulares". Y nadie hace demasiado por detener la carnicería. La "ciudad infame" de 1914 hoy es la ciudad mártir. La están matando a vista y paciencia de todo el mundo.

VEASE este informe de un periodista europeo desde la zona de guerra: *"¿Podrá algún día Sarajevo dormir de nuevo, respirar, pasear, contemplar un atardecer? Sitiados desde hace más de cien días, sus habitantes no pueden hacer otra cosa que enterrarse en los sótanos de sus casas o arriesgar la vida corriendo en medio de calles y avenidas fantasmagóricas, pobladas de escombros y esqueletos de automóviles, en busca de un poco de pan o un litro de leche. En la capital de Bosnia-Herzegovina ir de compras a un almacén pone a quien lo hace en riesgo mortal. Aterrizar o procurar despegar del aeropuerto es jugar a la ruleta rusa. Cualquier persona que se mueva por las calles es presa abierta de los francotiradores. Emboscados, también ametrallan autobuses o ambulancias. Y el silencio entre uno y otro disparo es más aterrador aún: uno tiene siempre la sensación de estar siendo enfocado en la mira telescópica de un rifle de alta precisión".*

Una política de intervención

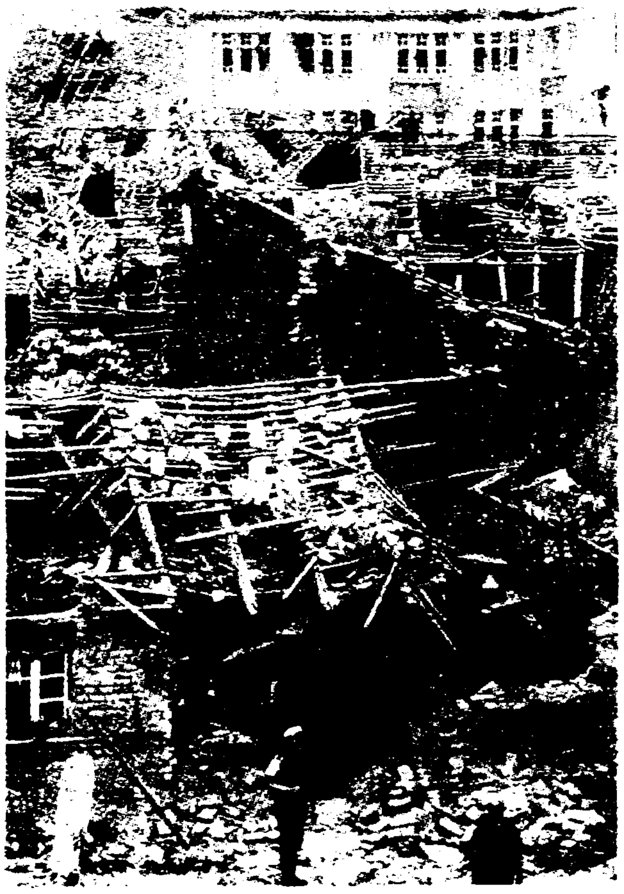
Lamentablemente, lo antes transcripto no pertenece al reino de la ficción. La desintegración del Estado yugoslavo urdido por el mariscal Tito al fin de la guerra demuestra que esa nación tuvo como único cemento la persona de este líder. Desde su muerte, en 1980, a la fecha, la historia fue la de una progresiva, indetenible, descomposición. Los Estados de Eslovenia y Croacia pudieron zafar de la moribunda federación a un costo relativamente bajo y, fundamentalmente, gracias al reconocimiento europeo, liderado por Alemania, de su independencia.

Las señales de apoyo fueron algo menos claras para Bosnia-Herzegovina. Mientras Servia se ponía a la cabeza de una federación yugoslava cojitranca, integrada por Montenegro y dos provincias menores, el drama de Bosnia comenzaba a perfilarse. Su territorio es un mosaico, con una mayoría relativa de población musulmana (44%), más una apreciable cantidad de enclaves étnicamente servios y una proporción menor de croatas y de otras nacionalidades. En manos de Slobodan Milosevi, un viejo comunista reciclado de los que abundan ahora, el Estado yugoslavo reducido intervino en la vecina Bosnia para "asegurar los derechos" de los servios allí residentes. ¿El pretexto? La mayoría musulmana estaría dispuesta a instalar un gobierno fundamentalista islámico al estilo iraní de Jomeini, que pisotearía a las minorías. Servia utilizó primero directamente al ejército federal, que controla, pero después optó por una política de "camuflaje" consistente en armar, apoyar, alentar y respaldar en todo lo posible a lo que llama "milicias independientes" de los servios residentes en Bosnia. Son estas milicias las que continúan llevando a cabo la masacre de quienes son irónicamente, sus compatriotas bosnios. ¿Su culpa? No ser servios o practicar otra religión.

Bosnia se siente traicionada

Las milicias podrán ser cualquier cosa menos "irregulares". En un país con tradición guerrillera de muy larga data siempre cuaja hablar de "guerrillas", de partisanos, de resistentes, de milicianos. Pero estas guerrillas tienen abundante artillería pesada, aviones, tanques y transporte: son un ejército que no osa decir su nombre. Este peso bélico resulta tanto más formidable cuanto que el gobierno de Sarajevo está prácticamente desarmado. Desde la asediada capital se agradece —cómo no— la ayuda humanitaria que llega (con cuentagotas, pero llega), pero se piden desesperadamente armas para la defensa nacional.

Bosnia se siente traicionada por la ONU y por las grandes potencias europeas, que siguen mirando hacia otro lado. La suspicacia de este pueblo víctima de la carnicería llega hasta el extremo de poner muy en duda los reales propósitos de la



Peor que en la Segunda Guerra: lo que va quedando del centro de Sarajevo luce así.

920823

famosa y publicitada visita del presidente francés François Mitterrand a Sarajevo el 28 de junio. No sólo fue un gesto puramente atribuible a necesidades de la política interna francesa, dicen en Bosnia; peor aún, con su iniciativa personal e inconsulta lo único que Mitterrand hizo fue complicar —evitar, en definitiva— que se concretara una intervención militar occidental en apoyo de Bosnia. En Sarajevo se recuerda la *"tradicional, histórica"*, amistad francesa con los servios. Y no se la perdona, aunque para ello se acuse a Mitterrand con cargos tan duros.

Prioridades de la real polítik

Una intervención militar, que sería más que bienvenida en Bosnia-Herzegovina, es precisamente algo de lo cual las potencias occidentales no quieren ni mencionar. La Comunidad Europea, a lo largo de toda la crisis yugoslava, demostró estar aquejada de una pecualiar parálisis. Estados Unidos, por otra parte, subraya —como ha tenido que hacerlo muchas veces desde la caída del comunismo— que no es su intención ni su vocación ser el cuerpo policial y de bomberos del mundo, corriendo a cualquier lado a dominar incendios y poner orden. No sin cierta lógica, desde Washington se indica que lo que pasa en la antigua Yugoslavia debe manejarse, en primer lugar, desde la propia Europa, ya que es su patio trasero el que está en llamas. Frente a esta realidad, las potencias occidentales sólo dispusieron un embargo, contra Yugoslavia y respaldan la acción humanitaria de las Naciones Unidas. Por otra lado, mientras tanto, procuran apuntalar de cualquier manera a los Estados de la CEI, empezando por la Rusia de Yeltsin, procurando prevenir una repetición allí de lo que viene ocurriendo en los Balcanes: son otras las prioridades de la realpolitik.

Mientras tanto, esquivando balas, los famosos "Cascos Azules" de la FUPRONU (Fuerza de Protección de las Naciones Unidas) mantienen —más o menos— abierto el aeropuerto de Sarajevo y controlan —más o menos— un corredor humanitario de ocho quilómetros desde esa aeroestación hasta la sede de la ONU en el centro de la ciudad. Esa es la tenue línea de vida de la que depende, cada día en mayor medida, la supervivencia de aproximadamente 300.000 habitantes, cometidos a enormes privaciones y convertidos en presas inermes ante los ataques de la artillería, bombardeos y fuego de tiradores emboscados.

Aunque respetando, a regañadientes, a la FUPRONU, los servios abren fuego a voluntad contra una ciudad abierta, algo nunca o muy pocas veces visto. Cualquiera que salga a la calle tiene excelentes probabilidades de caer bajo el fuego de los francotiradores que matan, democráticamente, hombres, mujeres, niños o ancianos. Poco va quedando de la Sarajevo histórica. Y menos del territorio de la república de Bosnia-Herzegovina, que ha sido "comido" en su setenta por ciento de su área original por los irregulares servios.

Al genocidio se suma una política de deportaciones sólo conocida en la época de Stalin o de los nazis; los servios deportan de los territorios bosnios que caen bajo su control a todos los habitantes no servios, lo cual ha generado una pavorosa corriente de refugiados. ¿A alguien le importa todo esto? Los bosnios creen que no. Sin tapujos, en Belgrado, capital servia, se habla de una "depuración étnica". Así de sencillo. La cuenta de sangre crece. Un balance de fines de junio indicaba 7.500 muertos, 25.000 heridos y un millón y medio de *"personas desplazadas"*. Un informe del francés Vincent Hugueux, de la revista *L'Express*, abre otra posibilidad: el desmembramiento de Bosnia-Herzegovina habría sido, de acuerdo con esta fuente, acordado en un pacto secreto celebrado en marzo de 1991 entre los servios y sus "enemigos naturales", los croatas: *"Los servios, que detentan buena parte del territorio, y los otros vecinos, los croatas, sueñan con repartirse los despojos de la república moribunda. Y tanto peor para los musulmanes —eslavos antaño islamizados por el imperio turco— aunque ellos representen el 44 por ciento de la población de Bosnia".*

En 1880, el Canciller alemán Bismarck pronosticó que "alguna locura en los Balcanes" sería causa de una guerra universal. Así pasó, en 1914. Lo que el Canciller de Hierro no podía saber es que, a casi cien años de aquella gran guerra, la famosa inestabilidad de la región terminaría por convertir a los antiguos "yugoslavos" en lobos de sí mismos. 02-02

3308627

Occidente acordó proteger militarmente ayuda humanitaria a Bosnia
Clarín (150074)
11/8/92
Yugoslavia 507685
EE.UU 65690
Francia - 65963
Gran Bretaña - 509529
FP - 164
FF.AA - 11163

EE.UU. CONFIRMO AYER QUE HAY PLANES PARA PROTEGER MILITARMENTE LA AYUDA HUMANITARIA

Clarín 11/8/92

Occidente acordó intervenir en Bosnia

Comandantes serbios aseguran que es inminente una ofensiva final contra la ciudad bosnia de Gorazde, donde unas 70.000 personas están sitiadas desde abril pasado. El Consejo de Seguridad de la ONU estudió ayer un proyecto de resolución acordado entre Francia, los Estados Unidos y Gran Bretaña que autoriza el uso de la fuerz para asegurar la ayuda humanitaria en Bosnia. "Solo la amenaza militar disuadirá los serbios", afirmó el presidente de la Comunidad Europea, Jacques Delors.

WASHINGTON, 10 (Reuter, AFP, EFE y AP). — **Los Estados Unidos** llegaron hoy un acuerdo con **Gran Bretaña y Francia** sobre una resolución de las Naciones Unidas que autorice el **uso de la fuerza** para garantizar las operaciones de socorro en territorio de la ex Yugoslavia, anunció el vocero del departamento de Estado, **Richard Boucher.**

En París, el portavoz de la Cancillería francesa, **Maurice Gourdault Montagne**, dijo a la par que los tres países alcanzaron una coincidencia durante las conversaciones que celebraron el fin de semana en torno a un texto que **será sometido a la consideración de otros miembros del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.**

Gourdault Montagne adelantó que la iniciativa será discutida entre hoy y mañana y que podría ser sometida a una votación el miércoles próximo.

La decisión tuvo una inmediata repercusión en Belgrado, capital de Serbia y de la Federación Yugoslava que está integra con Montenegro. "Hoy ya no se trata de preguntarse si habrá una intervención militar sino cuál será su amplitud", dijo un periodista de la televisión serbia que difundió la noticia del acuerdo.

Mientras tanto, la guerra continuaba en Bosnia-Herzegovina. No menos de **tres personas murieron y otras dieciséis resultaron heridas** en combates que enfrentaron a serbios y combatientes musulmanes en Gorazde, en Bosnia oriental, se informó hoy en Sarajevo.

Los serbios amenazaron con lanzar una ofensiva final para tomar la ciudad, en las que unas 70.000 personas están sitiadas desde abril pasado. Un comandante serbio, según declaraciones formuladas a la agencia Tanjug, dijo que sus fuerzas ya están en condiciones de hacerlo.

Periodistas de Radio Sarajevo informaron hoy que la capital disfrutó del día más tranquilo de la última semana. Sin embargo tres de los suburbios musulmanes fueron cañoneados durante la noche pasada, con un saldo de un muerto y tres heridos.

Hoy fueron conocidos nuevos y desagarradores testimonios de decenas de víctimas bosnias prisioneras en los campos de concentración serbios instalados en Gasinci (territorio croata), y en la propia Sarajevo.

Fuentes de la ONU en Ginebra informaron que la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas celebrará esta semana una reunión de emergencia para establecer si se están produciendo violaciones a los derechos humanos en las ex repúblicas yugoslavas.

El encuentro, que se celebrará entre jueves y viernes en Ginebra, había sido solicitado por la representación de los Estados Unidos. Hasta esta mañana, 35 de los 53 estados miembros de la comisión habían presentado su adhesión al petitorio norteamericano.

Tras el acuerdo entre británicos, frances y norteamericanos sobre el uso de la fuerza en Bosnia, el presidente de la Comunidad Europea, **Jacques Delors**, declaró en Bruselas que **sólo la amenaza de la intervención militar disuadirá a Serbia de seguir su ofensiva militar.** "Parece que sin una perspectiva creíble de ello nada será capaz de interrumpir la sutil y criminal estrategia de los dirigentes serbios", dijo Delors.

En París, el portavoz del Ministerio de Relaciones Exteriores dijo a la prensa se había llegado a un acuerdo sobre un texto común a los tres países sobre la utilización de una fuerza multinacional. El vocero sostuvo que da la urgencia del tema, la votación tendría que realizar cuanto antes.

"El documento no es público, pero responde a l objetivos de un libre e inmediato acceso a los camp mentos. No voy a dar detalles sobre eso", contestó.

los serbios de Bosnia proclamaron la República Serbia
Clarín - 150024
13/8/92
Yugoslavia 507685
Bosnia - 507647
Serbia - 507696
FP - 11164

Clarín 13/08/92

Los serbios tratan de reagruparse

BELGRADO, 12 (Reuter, AP y EFE). — Reafirmando su determinación de formar su propio Estado en territorio bosnio, para unirse luego a la nueva Yugoslavia, los líderes serbios alzados en armas contra el gobierno de Sarajevo cambiaron hoy el nombre de la autoproclamada **República Serbia de Bosnia-Herzegovina** por el de **República Serbia**.

El Parlamento de los serbios de Bosnia, reunido en la ciudad de **Banja Luka**, redactó hoy una "**Declaración sobre el ordenamiento estatal y político**", que en la práctica equivale a su adhesión a la nueva federación yugoslava, integrada solamente por Serbia y Montenegro.

♦ Gran Serbia

Históricamente, los serbios de Bosnia-Herzegovina han constituido una poderosa minoría radicada en un vasto enclave del norte, donde ahora autoproclamaron la república. Meses atrás, los serbios de Croacia también autoproclamaron la república de **Krajina**, en el enclave del mismo nombre.

La declaración aprobada hoy en Banja Luka subraya que esos dos segmentos serbios suscribirán con la nueva Yugoslavia "pactos de defensa, acuerdos sobre la unión monetaria y aduanera, mercado común, transportes, telecomunicaciones, actividades económicas y la presentación común en las relaciones internacionales".

En cuatro meses de guerra civil, las milicias serbias de Bosnia-Herzegovina —lideradas por el psiquiatra **Radovan Karadzic— han logrado controlar alrededor del 70 por ciento del territorio.** El gobierno de la república es ejercido por los musulmanes, aliados a los croatas étnicos en la guerra civil contra los serbios.

14 de agosto de 1992 **Exterior**

Guerra en los Balcanes

La fuerza, sólo un último recurso

NACIONES UNIDAS, 13 (AP).– El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas autorizó hoy, sin oposición alguna, el uso de la fuerza militar como último recurso para asegurar la entrega de ayuda humanitaria a la asediada Bosnia Herzegovina.

Pero no había planes de una intervención militar en los sangrientos Balcanes y no había tampoco planes inmediatos de utilizar la fuerza para entregar la ayuda.

La votación en el consejo fue de 12-0, con las abstenciones de China, India y Zimbabwe.

A favor votaron Estados Unidos, Gran Bretaña, Francia, Bélgica y Rusia, los patrocinadores, y Austria, Cabo Verde, Ecuador, Hungría, Japón, Marruecos y Venezuela.

Diferencia

NACIONES UNIDAS, 13 (Reuter).– A diferencia del visto bueno a la operación Tormenta del Desierto, la actual resolución del Consejo de Seguridad busca garantizar la llegada de la ayuda humanitaria y está muy lejos de permitir una intervención armada total.

Una segunda resolución exigiendo acceso a los campos de detención y previniendo sobre juicios por crímenes de guerra fue aprobada por unanimidad.

La resolución sobre el uso de la fuerza es vaga. Insta a los Estados a utilizar "todos los medios necesarios" en consulta con la UN para proteger los suministros humanitarios.

La resolución no conlleva acción militar ni dice nada sobre la organización de una fuerza militar, así como tampoco si se utilizarán soldados o el poderío aéreo o ambos.

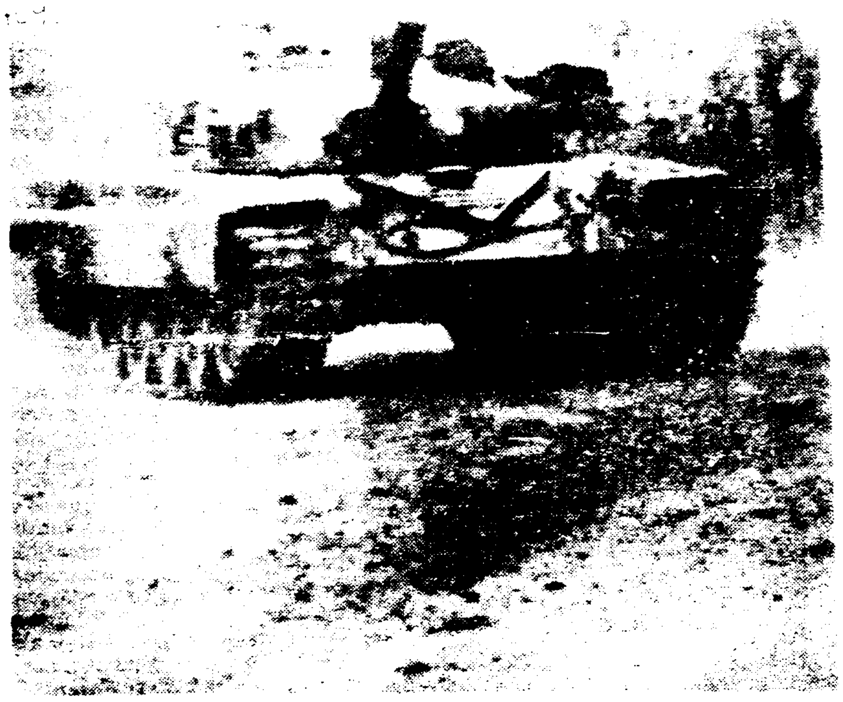
La llamada "limpieza étnica" es llevada a cabo por todos los bandos en pugna en Bosnia, pero con mayor frecuencia por los serbios en su ofensiva de gran escala dirigida a crear enclaves nacionalistas.

Los serbios vienen expulsando a miles de musulmanes eslavos y croatas de sus hogares en Bosnia y sustituyéndolos con serbios, confinando a menudo a los refugiados en campamentos de detención.

La resolución alude a las violaciones del derecho internacional y de las convenciones de Ginebra de 1949, que demandan un tratamiento humano para los civiles en tiempo de guerra y en territorios ocupados.

La "limpieza étnica" se añadió a una lista de crímenes de guerra que incluye la forzada expulsión en masa y deportación de civiles, el encarcelamiento y maltrato en centros de detención, los ataques a civiles, hospitales y ambulancias, el impedir la entrega de ayuda y suministros médicos a la población civil, así como la devastación y destrucción cruel de propiedades.

Violentos combates se desarrollaron ayer por la tarde en los alrededores de la ciudad bosnia de Goradze, sitiada por los milicianos serbios desde hace cuatro meses. La creciente posibilidad de una intervención militar en Bosnia-Herzegovina hace temer que la ex Yugoslavia se convierta en otro Líbano y arrastre al conflicto a varios países vecinos. Grecia ya está viviendo esta situación como una "pesadilla". Mientras tanto, la ex Federación Socialista se sigue despedazando en guerras feroces. Sobre sus ruinas han surgido cuatro nuevos estados. Otro, Macedonia, aguarda aún su reconocimiento internacional.



POR QUE SE DESPEDAZA YUGOSLAVIA

VIENA, 15 (Por **Alain Debove**, de **Le Monde**, especial para **Clarín**). — Las **Naciones Unidas**, la **Cruz Roja** y no pocos cancilleres europeos, estaban al tanto, desde hace varias semanas, de numerosos relatos abrumadores sobre las acciones llevadas a cabo por los serbios. Se trata de relatos que hablan del **trato inhumano** que recibían los detenidos en los campos de **Bosnia** y de la "purificación étnica". En otras palabras, de **traslados y expulsiones forzadas de poblaciones serbias y sobre todo croatas o musulmanas de distintas ciudades y pueblos, para que estos quedaran "étnicamente homogéneos"**.

Los testimonios de las personas que lograron escapar a esa pesadilla se remontan, en su mayoría, a fines del mes de mayo y principios de junio. Habían sido trasmitidos a los representantes de la fuerza de las Naciones Unidas en **Yugoslavia**, a la conferencia europea para la paz dirigida por lord **Carrington**, a la Cruz Roja y a los cancilleres de varios estados europeos.

Esto demuestra que eran muchos los que estaban al corriente de las violaciones de los derechos humanos en Bosnia, principalmente en las zonas controladas por los serbios y que representan más de las dos terceras partes del territorio. Hasta estos últimos días, aparentemente todos prefirieron no hacerlas públicas.

Los relatos confirman lo que el general canadiense **Lewis Mackenzie**, que participó en varias misiones de la ONU, dijo recientemente: "El odio que existe en la ex Yugoslavia es diez veces mayor que el que observé en otros conflictos."

El 4 de junio, **Tima**, 28, musulmán, dijo: "Fui testigo de crímenes sin precedentes cometidos en las ciudades de Kostjerevo y Drinjaca por los serbios locales. Estas ciudades hoy no existen. Las casas de los musulmanes fueron saqueadas e incendiadas, las mujeres fueron violadas, los hombres fueron llevados a un patio cubierto donde los golpearon durante más de cuatro horas mientras las mujeres y los niños oían sus gritos. Había sangre en todas las paredes. Algunos, como yo, sobrevivimos porque fuimos intercambiados por extremistas serbios capturados."

Otros testimonios revelan que elementos del ex ejército yugoslavo y milicianos de **Serbia** y de **Montenegro** con la complicidad del Partido Democrático Serbio (SDS) de Bosnia, cometieron infinidad de atrocidades en distintas ciudades.

Según **Abdulah**, 55, responsable de una pensión de estudiantes que alberga hoy a varios refugiados, "**los criminales destruyeron todo lo que no era serbio.** El primer día de su llegada saquearon las viviendas de las víctimas, llevaron sus bienes en camiones hacia Serbia y Montenegro, mataron a muchos y luego les pasaron por encima con sus camiones. **Los que sobrevivieron están en estado de shock y psicológicamente desequilibrados.** En varias ciudades, ya no quedan musulmanes y antes de la guerra representaban la mayoría de la población. Los culpables de estos actos contaban con los armamentos más modernos. En muchos lugares, las mezquitas fueron demolidas y los cementerios musulmanes profanados".

Sabit, 43, un médico musulmán que vive en **Srebrenica**, un pueblo con un 75 por ciento de su población de origen musulmán, en la frontera de Bosnia y Serbia, contó el 31 de mayo: "Las fuerzas serbias y el ejército ex yugoslavo invadieron Srebrenica el 18 de abril de 1992. Las primeras en llegar fueron las unidades paramilitares serbias que, el primer día, incendiaron cinco casas de musulmanes. En los primeros cuatro días mataron a decenas de musulmanes para que la población musulmana se marchara de la ciudad".

Mustafá, 58, un jubilado musulmán, cuenta lo que sucedió un día de principios de junio. "**Mis vecinos y yo fuimos llevados al cementerio musulmán en el cual las fuerzas serbias habían puesto cruces. Me preguntaron de quién eran esas tumbas. Yo respondí que era la tumba de mi hermano y la de un amigo. Me dijeron que mentía y que eran las tumbas de sus soldados.**"

Izet, 42, técnico en **Zvornik**, cuenta que los musulmanes fueron echados de sus viviendas, que enseguida fueron ocupadas por los serbios. "Según mis estimaciones, **3.000 personas fueron asesinadas y más de 8.000 fueron despedidas de las fábricas y los servicios públicos simplemente porque eran musulmanes.**"

♦ Una comida por día

Dobrinja es un barrio de **Sarajevo** de unos 40.000 habitantes, sitiado desde comienzos de la guerra por las fuerzas serbias y el ex ejército federal. Durante este bloqueo, los grupos serbios impidieron la llegada de víveres y de medicamentos. Los habitantes no pueden salir a la calle debido a los disparos

Este barrio fue bombardeado en varias ocasiones con artillería pesada. Numerosos habitantes fueron arrestados y luego enviados a campos o a prisiones. Se separó inmediatamente a los serbios de los croatas y los musulmanes y, posteriormente, estos últimos fueron divididos en dos grupos y enviados a dos salas diferentes. Según contó **Sanad**, un técnico musulmán de 35 años, el 12 de mayo, "de repente me encontré en una habitación donde había ocho camas y unas treinta personas. Nos servían una comida por día: una taza de té y un pedazo de pan. Por las voces que se podían oír, supongo que había muchos prisioneros en ese campo. Escuchábamos disparos cerca, pero me resultaba imposible decir si se trataba de ejecuciones."

9208627

ESLOVENIA

Independiente desde julio de 1991, **Eslovenia** es la única de las ex repúblicas yugoslavas que no tiene fronteras con Serbia. Es también la única étnicamente homogénea: el 96 por ciento de sus 2.000.000 de habitantes son eslovenos. En 1990 fue la primera en celebrar elecciones libres, que dieron la victoria a **Milan Kucan**, un ex comunista convertido al nacionalismo. La república, históricamente vinculada a Austria, tiene solo 20.251 kilómetros cuadrados. El desarrollo industrial es considerable. Su ingreso per cápita (6 200 dólares) es el más alto de la ex Yugoslavia.

BOSNIA

Las estimaciones más prudentes fijan en 8.000 muertos, 30.000 heridos, 40.000 desaparecidos y un millón de desplazados el saldo de la guerra civil que enfrenta en Bosnia-Herzegovina a las milicias serbias con la mayoría croata-musulmana. La guerra comenzó tras la declaración de independencia, el 29 de febrero pasado, de la república que perteneció al Imperio Austro-Húngaro hasta 1918, cuando se unió a la recién nacida Yugoslavia.

Lugar de encuentro de dos tradiciones culturales —la centroeuropea y la balcánica— Bosnia es de hecho una cuña entre Serbia y Croacia. Los serbios (31 por ciento de los 4.300.000 de habitantes, ahora en poder del 70 por ciento del territorio) y los croatas (17 por ciento) han vivido enfrentados como enemigos entre 2.000.000 de musulmanes (42 por ciento). Estos son de origen croata en sus dos terceras partes, aunque la Constitución titoista de 1948 los consideró —erróneamente— como un grupo étnico. En Bosnia se repite el caso de Macedonia, ya que no hay una etnia bosnia. Un musulmán, **Alija Izetbegovic**, del Partido de Acción Democrática, gobierna la república, de 51.129 kilómetros cuadrados.



Producción y textos de Carlos Arroyo

CROACIA

Un ex general del ejército del mariscal Tito, **Franjo Tudjman**, preside como líder de la derechista Unión Democrática de Croacia la nueva república, que se independizó en junio del año pasado. Al menos 4.000 personas murieron en la guerra civil que se inició entonces entre el ejército regular croata y las milicias de la minoría serbia, apoyadas por el ahora extinto ejército federal. El acuerdo definitivo de paz entre Zagreb y Belgrado se firmó en noviembre de 1991. A raíz de la guerra algunas ciudades históricas, como Duvrovnik, Osijek y Vukovar, sufrieron gravísimos daños.

Con 56.538 kilómetros cuadrados, Croacia es, después de Serbia, la más extensa de las nuevas repúblicas. Su desarrollo es considerable y su nivel de vida comparable al de Eslovenia. La población es de 4.600.000 habitantes, de los cuales son croatas 3.500.000 y alrededor de 600.000 son serbios. Esta minoría controla las zonas de Krajina (300.000 persomas), Banija (200.000), Eslavonia oriental y Eslavonia occidental (100.000). Allí ha creado gobiernos autónomos, que no reconocen la autoridad de Zagreb. Su objetivo es unirse a la nueva federación.

MACEDONIA

En setiembre de 1991, el 90 por ciento de la población se pronunció en un referéndum por la independencia pero esta no ha sido reconocida por ningún país europeo. Es una república subdesarrollada, de 25.713 kilómetros cuadrados, presidida actualmente por **Kiro Gligorov**. Fue incorporada a la ex Yugoslavia tras la Primera Guerra Mundial y entre 1941 y 1945 perteneció a Bulgaria, que ahora la reivindica. No hay una etnia macedonia. Sus 2.000.000 de habitantes son una explosiva mezcla de serbios, albaneses, turcos, búlgaros y griegos.

YUGOSLAVIA

A pesar de la secesión de cuatro repúblicas, la nueva federación yugoslava sigue siendo un país relativamente extenso (102.173 kilómetros cuadrados) y poblado (12.700.000 habitantes). El núcleo del estado es **Serbia**, que en 1990 anexó las provincias autónomas de Kosovo y Voivodina. La federación también está integrada por la pequeña república de Montenegro, cuyos 700.000 habitantes son étnicamente serbios.

La apertura democratizante del presidente **Slobodan Milosevic**, la anexión de Kosovo (cuyos 2.000.000 de habitantes son albaneses) y Voivodina (donde viven 200.000 católicos húngaros) y las diferencias económicas jamás resueltas entre el norte y el sur de la ex Yugoslavia fueron los factores locales que precipitaron la crisis serbia. Las guerras civiles en Croacia y Bosnia y el hallazgo de campos de prisioneros en estas dos repúblicas acentuaron su aislamiento. Empobrecida y con decenas de miles de refugiados dentro de sus nuevas fronteras, la nueva Yugoslavia jugó una carta arriesgada con la designación como primer ministro de **Milan Panic** un millonario serbio-norteamericano que se propone crear una economía mixta.

Chantaje serbio a Washington

Sarajevo (Reuter, EFE, DPA, UPI) — Los serbios están chantajeando al mundo —y en especial a los **Estados Unidos**, a pocos meses de las elecciones presidenciales— con su propuesta de entregar prisioneros musulmanes y croatas, esperando de esta forma seguir limpiando a **Bosnia** de otros miles de "**no serbios**", con ayuda extranjera.

"**Una vez más pusieron a las organizaciones de ayuda en una situación muy difícil**", comentó un alto funcionario occidental. "**Es un lindo juego el que están jugando los serbios**".

Sin embargo, los norteamericanos no estarían dispuestos a jugarlo. El vocero del Departamento de Estado, **Richard Boucher**, señaló que los **Estados Unidos** rechazan el plan porque apoyarlo supondría colaborar con la expulsión de musulmanes y croatas de Bosnia-Herzegovina, o lo que los serbios denominan "**limpieza étnica**".

A pesar de la oposición oficial del gobierno de **Washington**, varios altos funcionarios norteamericanos sugirieron en privado que los países occidentales podrían verse obligados a aceptar el plan serbio por razones puramente humanitarias.

"**Por el momento sólo podemos confirmar que progresan las negociaciones con todas las facciones de Bosnia para liberar a esta gente de los campos**", declaró **Gabriela Chaves**, portavoz del Comité Internacional de la Cruz Roja (ICRC).

"**La duda es la siguiente: ¿Apoyamos a los serbios y sacamos a esta gente de los campos? ¿O nos negamos a apoyarlos, sabiendo que (los prisioneros) están débiles y enfermos, y que no se alimentarán bien si se los deja en los campos o si se los libera en Bosnia?**", se preguntó un funcionario.

"**Sin embargo hay un problema real. Uno no puede simplemente abrir las puertas de par en par. Muchos de ellos están más seguros en los campos que afuera, donde serían víctimas de la limpieza étnica**", declaró un funcionario del ICRC.

"**¿Cómo podemos cuidar a toda esta gente?**", agregó.

Las **Naciones Unidas** ya están tratando de detener la "**limpieza étnica**" más ambiciosa de la guerra en Yugoslavia.

Los serbios en el norte de **Bosnia** están intimidando cada día a cerca de 200 familias para sacarlas de sus hogares, comentó hoy un funcionario de las **Naciones Unidas**.

"**Lamentablemente parece que todos nuestros esfuerzos no podrán detener la limpieza étnica. Y si continúan las tácticas del terror podremos ver cientos de miles de personas huyendo de Bosnia en las próximas semanas**", comentó **Peter Kessler**, vocero del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (UNHCR).

Serbios atacaron sede del Gobierno de Bosnia
Clarín (150027)
21/8/92
Yugoslavia - 507685
Serbia - 507696
Bosnia Herzegovina - 507697
FP - 11163

Serbia atacó la sede del gobierno de Bosnia

Clarín, 21/08/92

BELGRADO, 20 (Reuter, AFP y EFE). — **El edificio de veinte pisos del gobierno bosnio se encontraba envuelto en llamas hacia la tarde de hoy, después de haber recibido el impacto de tres obuses de gran calibre.** Durante toda la jornada, **ataques con morteros y granadas estremecieron el centro de Sarajevo, en el más encarnizado bombardeo registrado en un mes.**

La televisión transmitió brevemente imágenes del incendio en el edificio gubernamental. La capital bosnia se encontraba cubierta por una densa nube de humo negro proveniente de la torre de la presidencia. La agencia croata de noticias **Hina** precisó que los proyectiles cayeron a las cuatro de la tarde y **un par de horas más tarde el edificio estaba siendo devorado por el fuego.**

Esquirlas de granadas y morteros llovían sobre la zona situada entre el hotel Holiday Inn y el cuartel militar Mariscal Tito, hacia el lado oeste de la capital. Cerca de una treintena de granadas impulsadas por cohetes explotaron en el lapso de media hora.

El recrudecimiento del ataque serbio sobre Sarajevo coincidió con el anuncio en la Ciudad del Vaticano de que la Santa Sede establecerá relaciones diplomáticas con Bosnia Herzegovina. El Vaticano ya reconoció a principios del año la independencia de Croacia y Eslovenia, las otras dos ex repúblicas yugoslavas.

Un comunicado difundido por la secretaría de prensa afirmó que, en común acuerdo con las autoridades bosnias, el Vaticano "convino en la oportunidad de establecer relaciones diplomáticas", a nivel de Nunciatura por parte de la Santa Sede y de embajada de Bosnia.

A pesar de la fuerte ofensiva serbia de hoy, fuentes independientes serbias admitieron que fuerzas croatas y musulmanas podrían desbloquear en poco tiempo la capital bosnia, que sufre un asedio desde hace cuatro meses.

Las unidades del general serbio **Ratko Mladic** están casi cercadas en las localidades de **Vogosca e Ilidza** en las afueras de Sarajevo, por fuerzas bosnias, informa hoy el diario independiente **Borba de Belgrado**, en base a "fuentes fidedignas".

♦ Evacuación

Según esa fuente, los líderes serbios locales están evacuando la zona, mientras que entre la población serbia crece el temor a las posibles represalias de las **fuerzas musulmanas y croatas.**

Radio Bosnia dijo que los combates de infantería y duelos de artillería tuvieron lugar hasta la madrugada de hoy en **Vogosca** y en el cercano suburbio de **Nedzarici**, y aseguró que los defensores bosnios "ocasionaron importantes pérdidas al enemigo".

El aeropuerto de la ciudad volvió a funcionar esta mañana tras dos días de cierre, anunciaron fuentes de las Naciones Unidas. El aeropuerto había sido cerrado el martes después de las amenazas de disparos contra un avión de carga británico.

Balcanes, un conflicto histórico

* La actual debilidad rusa ha "inhibido" su tradicional vocación balcánica

"Nos habla usted de nuestro prestigio en los Balcanes, de nuestro deber sagrado histórico de defender a nuestros hermanos de raza, ¿es una locura romántica y anacrónica? Ningún ser pensante serio se interesa aquí por esos pueblos inquietos y vanidosos de los Balcanes que no tienen nada eslavo auténtico y no son otra cosa que turcos mal bautizados". Estas agrias palabras del conde Sergius Juljevich Witte, ministro de Finanzas del zar Nicolas II, dirigidas en la primavera de 1914 al embajador francés Maurice Paleologue, demuestran que también en Rusia existían en el pasado dirigentes que consideraban los Balcanes como una región a ignorar y en la que, consideraban, cualquier implicación resultaba a la postre contraproducente. En la otra gran potencia europea del momento, Alemania, el canciller Bismarck ya había dicho antes que "todos los Balcanes no valen los huesos de un solo mosquetero pomerano".

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

por Hermann Tertsch

■ Estas opiniones evocan paralelismos con las actitudes demostradas por Occidente durante muchos meses en la guerra que asuela los territorios de la desaparecida Yugoslavia. Rusia, aquejada de una agonía similar a la sufrida por el Estado creado por Tito, no parece haber tenido fuerzas ni ganas para intervenir en la crisis de los Balcanes, salvando las trabas político-jurídicas que puso en los foros internacionales para la identificación e imposición de sanciones a los principales responsables de la guerra. Sólo el caos económico y político en la Rusia emergente de la disolución de la URSS y los crecientes conflictos armados en que se ve involucrada en su periferia, pueden explicar esta ausencia de Moscú de los avatares políticos y militares en los Balcanes.

Desde que, en el siglo XVIII, Rusia comienza a establecerse como potencia en Europa centrooriental, su vocación balcánica ha sido constante hasta nuestros días. En cuanto pudo dejar de temer invasiones y amenazas desde sus estepas orientales, la Rusia ortodoxa comenzó a soñar con replantar la cruz de Bizancio sobre la cúpula de la Hagia Sophia y liberar de la dominación turca a los pueblos de los Balcanes, hermanos en la fe. Su tercer objetivo, no por anunciado perseguido con menor ahínco, era el control de los estrechos de los Dardanelos y el Bósforo, las puertas al Mar Negro y al Mediterráneo, los puentes entre Europa y Asia. La puerta al Adriático, que Stalin creyó ya abierta cuando los partisanos comunistas expulsaban de suelo yugoslavo al último invasor alemán, y que se cerró con la ruptura de Tito con Moscú en 1948, era un anhelo centenario de la gran Rusia.

Expulsar al Imperio Otomano de tierra europea fue objetivo común de Rusia y la otra potencia litigante en esta región en los pasados dos siglos, Austria. Ya en 1781 San Petersburgo y Viena habían diseñado su estrategia, que partía del fomento de la autoliberación de los pueblos balcánicos sometidos por la sublime puerta y su posterior integración en las respectivas zonas de influencia. Tanto Rusia como Austria alternaron esta política con acuerdos coyunturales con los sultanes y después con interminables intrigas de alianza con los principados que emergían en el debilitado imperio turco en Europa.

Fue el interior del Imperio Ruso, en Odessa, donde un grupo de griegos fundó en 1816 la primera organización para el levantamiento de estas naciones contra Constantinopla, la Philike Hetairia que proclamaba la necesidad de una confederación de todas las naciones balcánicas, eso sí, bajo la hegemonía griega. Fue la última vez que Rusia auspiciaba una federación balcánica. Décadas después, con Serbia, Montenegro, Rumania y Bulgaria ya independientes, San Petersburgo boicoteaba a finales del siglo XIX todo intento de las nuevas casas reinantes en estos Estados de establecerse como una federación que pudiera resistirse con éxito a sus tentaciones hegemónicas. Tras la II Guerra Mundial en un contexto enteramente diferente y prácticamente consumada la toma de poder comunista en todos los Balcanes, salvo en Grecia, nuevos intentos confederales, esta vez liderados por un legendario comunista de primera hora, el búlgaro Georgi Dimitrov, hacen intervenir resueltamente al Kremlin. Nadie ha desmentido aún los rumores que vinculan la súbita muerte de Dimitrov en Moscú a esta iniciativa que hubiera creado en la panza sur oriental del imperio soviético un "segundo bloque comunista" capaz de hacer valer sus intereses en Moscú.



Un imán musulmán (cura), ayuda a cargar el cuerpo de un hombre en un servicio funerario en Sarajevo. Los enfrentamientos armados han sido una constante en la región.

Todos los Estados de los Balcanes deben de alguna forma su existencia a Rusia. La paz de Adrianópolis, que trajo consigo la creación del reinado de Grecia y dio un fuerte impulso a la independencia del Principado de Serbia sólo fue posible por la amenaza que suponía para el sultán la presencia de un ejército ruso a las puertas de Constantinopla. La victoria de Rusia en su guerra contra Turquía de 1877 trae consigo en el Congreso de Berlín, un año más tarde, la creación de Bulgaria y Rumania como Estados ya del todo libres de presencia militar otomana. En Berlín, Bulgaria tiene que ceder a Turquía y a Serbia, bajo presiones de otras potencias como el Reino Unido y Austria, parte del territorio que Rusia le había adjudicado en el acuerdo de paz de San Stefano. Fue este un gran revés para los intentos de San Petersburgo de hacer de Bulgaria su antesala a Constantinopla. Además, tiene que acabar accediendo a la ocupación, por parte de Austria-Hungría, de Bosnia-Herzegovina y el Sanchak de Novi Pazar.

Esto suponía, asimismo, una grave afrenta a Serbia y Montenegro, que quedaban sin contacto territorial entre estos dos Estados autoconsiderados como hermanos. La frustración rusa y serbia y la anexión formal por parte de Viena de Bosnia-Herzegovina, en 1908, disparan la crisis que cuatro años más tarde llevaría a la hecatombe de la I Guerra Mundial y al fin del orden político establecido en toda Europa.

Las guerras Balcánicas de 1912 y 1913 también fortalecieron la posición de Rusia en los Balcanes hasta el punto de reforzar la impresión en la corte de que se acercaba el momento en que la relación de fuerzas con Austria-Hungría haría posible una guerra con el resultado apetecido de la destrucción del imperio centroeuropeo. Aunque San Petersburgo tuvo que acceder a la creación de Albania, cuyo territorio quería haber repartido entre Serbia, Montenegro y Grecia, también logró que los grandes vencedores fueran los por Rusia designados; Grecia y Serbia, a expensas de Bulgaria, que perdía su ansiada Saloniki como puerto al Egeo. Rumania se hacía con la Dobrudscha búlgara y Macedonia era repartida entre Grecia y Serbia. Con Bulgaria debilitada por la expresa voluntad de Rusia y sus propias aventuras expansionistas de junio de 1913, Serbia pasaba a tener el liderazgo indiscutido de los eslavos del sur en su lucha, y la de Rusia contra el imperio del águila bicéfala.

Revolución de Octubre y la creación de la URSS, que décadas más tarde habrá de maniatar, ideológica y militarmente, a los Balcanes con la referida excepción griega, abrió un período de hostilidad contra Moscú en estos países, aún monarquías hasta las postrimerías de la II Guerra Mundial. La ejecución de la familia imperial rusa le granjeaba al poder de los sóviets la enemistad de todas las casas reinantes en la región, en parte emparentadas con las víctimas de Ekaterinburgo. Moscú sólo recupera su poder en la región con la entrada de sus tanques y las minorías comunistas búlgaras, griegas y rumanas cultivadas en Moscú. Los dos Estados que se liberan por fuerza propia del invasor nazi, Yugoslavia y Albania, dan pronto la espalda a las presiones hegemónicas.

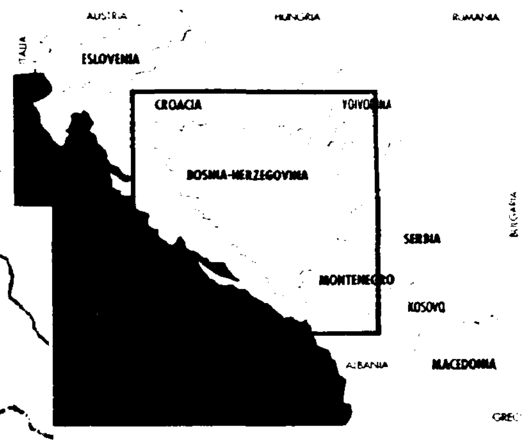
Hoy, Moscú se encuentra de nuevo en uno de sus momentos bajos en los Balcanes. Serbia y los militares yugoslavos mantuvieron hasta agosto de 1991 la esperanza de un retorno al poder de las fuerzas comunistas que protegieran desde la bipolaridad mundial su proyecto totalitario en la hoy disuelta Yugoslavia. Aún pocas semanas antes de la imposición de sanciones contra Serbia y Montenegro en el Consejo de Seguridad de la ONU, las autoridades de Belgrado confiaban en la tradicional mano protectora de los hermanos ortodoxos en Rusia. Esta, sin embargo, ya no se puede permitir ni un veto en el Consejo de Seguridad de la ONU, que la hubiera puesto en flagrante contradicción con los valores que ha asumido como propios tras el fracaso del golpe y el fin de la URSS.

La nueva gran amenaza de una extensión de la guerra en Bosnia-Herzegovina y Croacia a todos los Balcanes tiene también su germen en la política rusa decimonónica de enfrentar a los jóvenes Estados balcánicos para incrementar su poder de intervención en la región. Se trata de la llamada "cuestión macedonia".

No fue Stalin, como alguno asegura, presa ya como algunos vecinos de la mitología nacionalista quien inventó la nación macedonia. Los macedonios, con identidad propia desde principios del XIX, fueron integrados por Rusia en Bulgaria tras la Paz de San Stefano. Entregando gran parte de su territorio a Serbia en el Congreso de Berlín meses más tarde en 1978, surge la enemistad entre Serbia y Bulgaria y el nacionalismo radical macedonio que recurrió durante décadas a un terrorismo feroz. Hoy, el vacío político y jurídico en que se halla Macedonia por no ser reconocida, puede hacer de aquellas viejas tretas de San Petersburgo el germen de una guerra que se extienda por toda la región.

Ladrar mucho, pero morder poco

Una intervención en Bosnia sería muy costosa para la reelección de Bush. Así que, junto a Europa, se limitará a denunciar las matanzas y ayudar a los refugiados







Allí la vida tiene tanta importancia como una bala. Mientras, Bush mide sus decisiones políticas según como afecten a su campaña



C. E. BAYO, Houston, enviado especial

LA convención republicana de Houston comenzó al más puro estilo norteamericano-texano, con banderas, globos multicolores y la fanfarria patriótica más espectacular que pueda ofrecer Estados Unidos. Pero, muy lejos del colosal pabellón Astrodome, en el que se celebra la convención, la exaltación de un presidente en apuros que busca la reelección a cualquier precio se escuchaba también, con clarines de guerra, al otro extremo del mundo.

La misma Casa Blanca que hiciera oídos sordos a los informes sobre las atrocidades cometidas en los campos de concentración yugoslavos y que calificara de irresponsables las demandas del candidato demócrata, Bill Clinton, de emplear la fuerza para defender Sarajevo, se había con-



vertido de pronto en partidaria entusiasta de resolver a tiros todos los problemas del planeta.

En primer lugar, Washington promovió una resolución del Consejo de Seguridad de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) que autorizaba la intervención militar en la ex Yugoslavia. Después, envió 500 soldados a Somalia para impedir por la fuerza que las milicias allí enfrentadas se apoderasen de los alimentos y medicamentos destinados a los 20 niños somalíes que mueren de hambre cada hora. Finalmente, preparó una confrontación definitiva con el régimen de Sadam Husein.

FILTRACIONES COMPROMETIDAS. Tan desesperadas y amenazadoras eran las órdenes que salían incesantemente de la Casa Blanca hacia el Pentágono y el Departamento de Estado (huérfano de James Baker, porque el hábil diplomático tuvo que dejar todos sus diálogos internacionales para acudir al rescate electoral de George Bush), que alguien de la Administración norteamericana, muy asustado, acabó filtrando al periódico *New York Times* que Estados Unidos volvía a la guerra contra Irak.

El propio presidente reconoció después que se produjo una grave violación de la seguridad nacional de EE UU al revelarse que la Casa Blanca había preparado detalladamente un programa para provocar a Sadam Husein y bombardear, una tras otra, nueve sedes gubernamentales de Bagdad. Bush negó airadamente que el plan bélico tuviese motivos puramente políticos pero no negó que existiera ese programa de ataques aéreos en Irak, coincidentes con su nominación como candidato a la presidencia. «Estados Unidos tiene planes para asegurar que Sadam Husein haga lo que tiene que hacer. Tengo responsabilidades como presidente, y como comandante en jefe, que llevaré adelante sin tener en cuenta motivaciones políticas», declaró un Bush fuera de sí, al pie del helicóptero que le trasladó desde su residencia de Camp David a Washington, donde redactó su discurso de Houston.

Toda esa belicosidad del presidente, que pretende recuperar su popularidad perdida entre los norteamericanos, puede dar frutos totalmente opuestos si el músculo estadounidense fracasa en el resto del mundo y el electorado empieza a darse cuenta

Sombra de la vergüenza sobre el pueblo serbio

EL descubrimiento de la existencia de los campos de concentración en Bosnia ha podido sorprender sólo a aquellos que no saben que en esta ex república yugoslava (hoy un Estado reconocido internacionalmente) se desarrolla una de las guerras más brutales de la historia moderna. La matanza de civiles, mujeres y niños y destrucciones de varias ciudades y pueblos, todo esto acompañado de terribles crímenes casi a diario, representan sólo una parte del horror en el infierno llamado Bosnia-Herzegovina.

El fenómeno de los campos de concentración es el resultado de una opción bélica adoptada por los serbios bosniacos, que, desde que iniciaron la guerra en Bosnia-Herzegovina, están aplicando el principio del «traslado de la población», lo que posteriormente se ha convertido en una cruel «limpieza étnica». A pesar de que los serbios en Bosnia-Herzegovina representan el 30 por ciento de la población, conquistaron y «limpiaron» más del 70 por ciento del territorio, gracias a una enorme ayuda del ex Ejército yugoslavo. Así, dejaron tras ellos centenares de miles de refugiados, pueblos y ciudades destruidas, carreteras deshechas, miles de muertos...

Los campos de concentración se han convertido en imágenes cotidianas de Bosnia-Herzegovina, aunque se advierte que las tres partes en conflicto (serbios, croatas y musulmanes) tienen sus propios centros. No obstante, es evidente que el mayor número de ellos están bajo control serbio y que las condiciones de vida son verdaderamente horrorosas. Caras exhaustas, cuerpos llenos de heridas, ojos en los que se puede leer el temor a la muerte son escenas que han hecho recordar al mundo los tiempos del holocausto judío.

En la mayoría de esos campos, trás la alambrada de púas, no se encuentran sólo prisioneros de guerra. Muchos de los campamentos son en realidad campos de rehenes que serán posteriormente utilizados para intercambio. La limpieza étnica se realiza de esta forma y, no debería sorprender entonces que en Bosnia y Herzegovina noroccidental los musulmanes estén siendo expulsados y los serbios tengan una mayoría del 90 por ciento. Es precisamente en esta parte de Bosnia-Herzegovina donde están los campos de Omarska, Trnopolje y Manjaca en los que hay entre 2.500 y 12.000 personas.

El Gobierno de Bosnia-Herzegovina acusó a la parte serbia de tener más de 100 campos de concentración en Bosnia-Herzegovina e incluso en Serbia. Los serbios reaccionaron publicando una lista de 43 campos musulmanes y croatas, en la que se llega a afirmar que sólo en Sarajevo existen 22 campos de concentración. Los croatas declararon que no tienen ningún campo, sino «cárceles para soldados enemigos».

En definitiva, nadie tiene la conciencia limpia y tampoco pueden lavarse las manos. Sin embargo, a los serbios —que son parte agresora y la más fuerte militarmente— se les acusa con toda lógica de haber cometido crímenes bajo la máscara de luchar por la libertad. El sello de la vergüenza que ahora pesa sobre el pueblo serbio difícilmente se borrará en muchos años. El régimen serbio —que tuvo un protagonismo muy activo en la organización de la guerra en Bosnia-Herzegovina, al armar a los combatientes serbios con armamento pesado e incluso aviones— estimulaba paralelamente a los serbios de Bosnia en su lucha patriótica. Hoy, el régimen de Slobodan Milosevic coparticipa activamente en el horror bosniaco, echando leña al fuego y expandiéndolo de tal forma que existe el peligro de una posible extensión de la guerra a toda la zona balcánica.

Gracias a Milosevic y su camaradería con los serbios bosniacos, hoy parece que ser serbio es lo peor del mundo. Las imágenes de los campos de concentración, de Sarajevo destruido, de niños asesinados... permanecerán como una sombra perpetua sobre los serbios a pesar de que una gran mayoría rechaza esta terrible guerra y están atemorizados por unas imágenes que ya creían olvidadas.

Petar Lukovic, redactor-jefe de la revista independiente *Vreme* (Belgrado)



3



de los antecedentes que han llevado a los marines al borde de los campos de batalla.

Las atrocidades cometidas en los campos de concentración serbios no golpearon la conciencia mundial hasta principios de agosto, cuando el periódico neoyorquino *Newsday* estremeció a la opinión pública con el relato de una terrible realidad que tanto la Casa Blanca como la propia ONU sabían desde un mes antes.

CAMPOS DE DETENIDOS. Ya el 3 de julio, un memorándum de los funcionarios de las Naciones Unidas destacados en Croacia denunciaba la existencia de varios campos de concentración en Bosnia. En el texto se expresaba su «frustración por nuestra impotencia, limitados a escribir informes y mantenernos al margen» de las zonas donde sabían que la población civil estaba siendo torturada y exterminada. Al mismo tiempo, los diplomáticos norteamericanos enviaban a Washington desde Belgrado continuos relatos sobre la brutal limpieza étnica acometida por los serbios en Bosnia-Herzegovina.

Ni la ONU ni la Casa Blanca movieron un solo dedo, hasta que los medios de comunicación destaparon la tragedia. Bush, incluso, tardó varios días en reaccionar, cuando comprendió que los demócratas le estaban ganando en el único campo en el que creía tener una ventaja incontestable: el terreno internacional.

Humillado por tres semanas de bloqueo de los inspectores de la ONU en Bagdad, y por el tardío e inútil registro del Ministerio de Agricultura iraquí, el presidente norteamericano trató de tomar la iniciativa en la cuestión yugoslava y se topó



SYGMA

Las imágenes de los campos de concentración traen los peores recuerdos de la Segunda Guerra Mundial. Al mismo tiempo continúa la avalancha de refugiados, sobre todo mujeres y niños, que esperarán el final del conflicto para regresar a su patria.



SYGMA

4 920 8631

con unos aliados europeos no muy dispuestos a comprometer a sus hombres en ese cenagal bélico.

Las altisonantes proclamas de la comunidad internacional de no permitir otra vez los campos de la muerte nazis, se redujeron a una prudente resolución del Consejo de Seguridad que autorizaba el empleo de «todos los medios necesarios» para asegurar la llegada de ayuda humanitaria a Bosnia, y exigía la inspección de los centros de detención. La resolución fue casi unánime (sólo se abstuvieron China, India y Zimbabwe) porque ni obligaba a las potencias occidentales a intervenir para detener las matanzas, ni determinaba quiénes ni cómo actuarían. Consciente de la falta de apoyo interno para una aventura militar en Yugoslavia, Bush dejó a Europa la responsabilidad de actuar sobre el terreno, y la OTAN volvió a dar largas al asunto.

El resultado inicial de la movilización internacional y la amenaza del uso de la fuerza fue que los milicianos serbios permitieron pasar a un convoy de la ONU, protegido por tres transportes blindados franceses, hasta Gorazde. Una ciudad cercada donde 100.000 refugiados se hacinan en una población que antes tenía 15.000 habitantes y que lleva más de cuatro meses sin recibir ningún abastecimiento. Los cascos azules de la ONU llevaron 42 toneladas de alimentos, pero Peter Kessler, portavoz del Alto Comisionado para los Refugiados, recordó que ese número de personas consume, en condiciones normales, 35 toneladas de comida... cada día.

El convoy de Gorazde quedó después atrapado en un campo de minas que las fuerzas serbias se negaron a limpiar, de la misma forma que se negaron a permitir la llegada de ayuda humanitaria a sus «cautivos». Es esta una muestra descorazonadora de lo que pueden sufrir los 150.000 civiles asediados en Tuzla, al norte de Sarajevo, o los 300.000 refugiados de Bihac, en Bosnia noroccidental, antes de que las resoluciones del Consejo alivien sus padecimientos. Ni la ONU ha levantado el embargo de armas a Bosnia, que la mantiene indefensa frente a los bombardeos serbios, ni las potencias occidentales quieren arriesgarse a intervenir.

LIMPIEZA ETNICA. Mientras la guerra sigue, periodistas y miembros de asociaciones humanitarias han logrado entrar en esa tierra arrasada y han descubierto un plan cuidadosamente coordinado por Serbia para exterminar a las etnias rivales en la mayor parte del país. Antes de ponerlo en práctica, a mediados de mayo, las fuerzas serbias lograron expulsar a los medios de comunicación y a los observadores extranjeros. El método fue muy simple: matar a todos los que pudieron. El recién nombrado jefe de la delegación de la Cruz Roja en Sarajevo, Frederic Maurice, negoció traspasar las líneas serbias con su convoy. Cuando llegó a la zona convenida, fue atacado por la artillería.



Campos de muerte. El hambre se refleja en las costillas.

Maurice pereció en una emboscada en la que los vehículos de la Cruz Roja soportaron más de media hora de fuego ininterrumpido de morteros. La organización abandonó Sarajevo dos días después y, una semana después, se retiró de Bosnia-Herzegovina. Comenzaba la *operación limpieza*.

Aunque hoy es imposible conseguir pruebas irrefutables de lo ocurrido, los testimonios de refugiados y prisioneros de diferentes lugares, alejados entre sí, demuestran que se ejecutó un vasto plan en todo el territorio. Safija Aljucic, de 26 años, lo vivió en Vlasenica, y su relato es idéntico a los narrados por musulmanes supervivientes del norte de Bosnia. En mayo, las tropas serbias bloquearon Vlasenica, destruyeron e incendiaron las viviendas de los musulmanes, y confinaron a la población civil en un viejo hangar militar de Susica. Cada madrugada, 15 ó 20 hombres eran obligados a salir del campo. «Después oíamos gritos y disparos en el exterior. Ninguno de ellos regresó jamás. Luego veíamos escavadoras con tierra recién removida en sus palas», recuerda Safija. A los prisioneros se les obligó a firmar documentos renunciando a sus propiedades a cambio de dejarles huir fuera de Bosnia.

Los serbios —el 31 por ciento de la población— lograron así apoderarse de casi las tres cuartas partes de Bosnia-Herzegovina. Entre los más espantosos actos, destaca el de la revuelta de los presos de Prijedor, desesperados por la falta de agua. Los carceleros ametrallaron a la muchedumbre sedienta con un saldo de 130 muertos. Esos campos han sido desalojados y adecentados por el regreso de periodistas y observadores. Pero aún así, en Prijedor, pudieron ver los impactos de balas en los muros, justo en el lugar donde los testigos situaron la matanza. En Trnopolje, donde hubo violaciones masivas de prisioneras, las condiciones eran tan terribles, incluso tras el *maquillaje*, que el líder de las fuerzas serbias en Bosnia, Radovan Karadzic, se vio obligado a condenarlas.

Los delegados de Bosnia ante la ONU denuncian amargamente que la comunidad internacional sólo está «alimentando a las víctimas para que sobrevivan hasta el próximo bombardeo o hasta que sean deportadas». Y el enviado del Alto Comisionado para los Refugiados, José María Mendiluce, se queja de la hipocresía que supone poner el grito en el cielo por unas cuantas imágenes de prisioneros cuando «toda Bosnia-Herzegovina se está transformando en un enorme campo de concentración y eso se sabe desde hace tiempo».

Los juegos de guerra de Bush no sacarán a Bosnia del infierno, ni mejorarán la trágica situación interna de Irak. Pero estemos alerta, porque el *Señor de la guerra* busca votos... ■

Situación y relación de fuerzas en el conflicto balcánico.
Nación 25/8/92

Sarajevo: la lucha arrecia; musulmanes recurren a la UN

Relación de fuerzas en el conflicto balcánico

En Serbia

Fuerzas armadas yugoslavas: bajo control serbio. Antes de la guerra civil, 169.000 efectivos con 510.000 en la reserva y más de 1850 tanques de guerra, unos 500 aviones de combate y 165 helicópteros artillados. Sin embargo, las cifras se han reducido significativamente porque la mayoría de los no serbios abandonó el servicio, miles de otros efectivos fueron trasladados al ejército serbio de Bosnia y muchos serbios se resisten a hacer la conscripción.

En Bosnia-Herzegovina

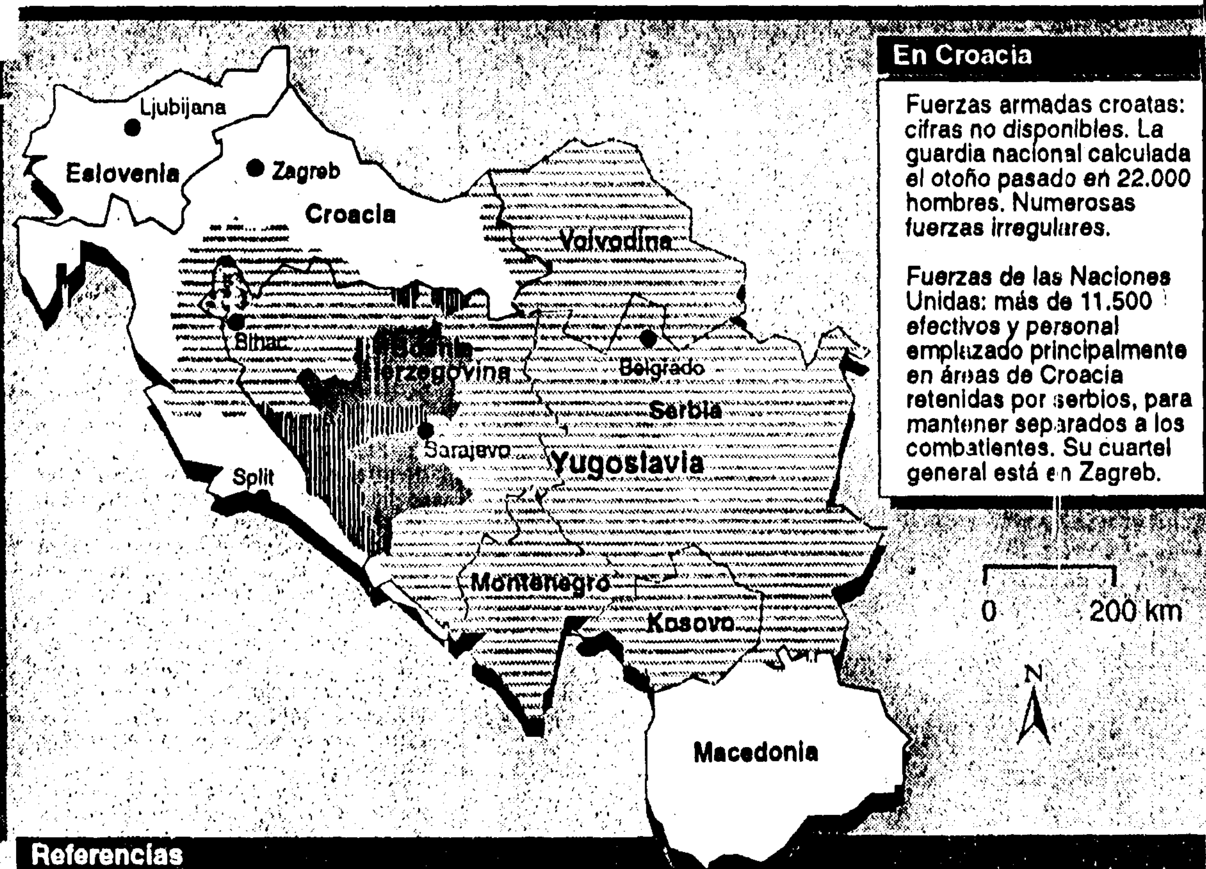
Fuerzas armadas serbias: creadas a partir del ejército yugoslavo. Unos 35.000 efectivos; varios cientos de vehículos blindados y piezas de artillería.

Fuerzas irregulares serbias: unos 35.000 militantes con armas de pequeño calibre y morteros. Escasa capacidad de comando y control.

Fuerzas del gobierno de Bosnia: 50.000 efectivos, principalmente tropas musulmanas; limitado número de equipos blindados.

Fuerzas armadas croatas: unos 15.000 soldados con menos de 50 tanques y 100 cañones.

Fuerzas de las Naciones Unidas: unos 1500 efectivos y distinto personal en Sarajevo.



En Croacia

Fuerzas armadas croatas: cifras no disponibles. La guardia nacional calculada el otoño pasado en 22.000 hombres. Numerosas fuerzas irregulares.

Fuerzas de las Naciones Unidas: más de 11.500 efectivos y personal emplazado principalmente en áreas de Croacia retenidas por serbios, para mantener separados a los combatientes. Su cuartel general está en Zagreb.

Referencias

- Controlada por serbios (Montenegro se halla bajo la influencia política de Belgrado)
- Controlada por los musulmanes
- Controlada por musulmanes y croatas
- Controlada principalmente por croatas

Fuente: The New York Times
Infografía: José L. Cornetti

SARAJEVO, 24 (Reuter). – Una lluvia de disparos de mortero castigó hoy a Sarajevo con renovada intensidad, logrando impactos directos en el céntrico Hotel Holiday Inn y obligado a un nuevo cierre temporario del aeropuerto de la ciudad por donde estaba arribando ayuda a los sitiados habitantes de la ciudad.

Mientras tanto, los países islámicos apoyaron hoy en la Asamblea General de la UN el empleo de la fuerza para ayudar a Bosnia Herzegovina, pero los principales miembros del Consejo dse Seguridad se mostraron cautelosos al respecto.

La lucha entre fuerzas musulmanas y serbias arreció en ferocidad a medida que avanzaba el día, tratando aparentemente los grupos étnicos en pugna de consolidar territorio dos días antes del comienzo de conversaciones de paz en Londres.

Proyectiles de morteros cayeron sobre el centro de la ciudad en torno al Holiday Inn, alojamiento de muchos periodistas que cubren la lucha. Dos proyectiles dieron de lleno en el edificio, haciendo caer una cascada de vidrios en salón de recepción. No hubo informaciones de víctimas.

Una enorme columna de humo acre se elevó desde donde se encontraba una fábrica de la ciudad. La electricidad y el suministro de agua se cortaron en muchas partes de la cañoneada ciudad.

Horas antes, fuerzas de paz de las Naciones Unidas cerraron el aeropuerto de Sarajevo a los vuelos de ayuda humanitaria luego de caer allí un proyectil de mortero. Posteriormente las instalaciones fueron reabiertas y varios aviones con elementos de socorro pudieron aterrizar.

Un tren blindado en el que combatientes musulmanes trataron de entrar en el suburbio el sábado por la noche fue destruido por oponentes serbios.

Horas antes, la agencia noticiosa Tanjug con base en Belgrano informó que 1700 proyectiles de artillería habían caído en posiciones que estaban en poder de los serbios en las veinticuatro horas previas.

Aproximadamente veinte soldados y civiles, entre ellos mujeres y niños, resultaron muertos en el cañoneo, indicó Tanjug. Su información ni pudo ser verificada en fuentes independientes.

El primer ministro yugoslavo Milan Panic declaró, al partir el domingo hacia Londres que la política serbia de "depuración étnica" –matar o expulsar a musulmanes y croatas de territorio controlado por serbios– cesará.

Limpieza étnica

Representantes de organizaciones no gubernamentales de Sarajevo insistieron en que la capital bosnia, sitiada y bombardeada desde hace cinco meses por fuerzas serbias, "es un gran campo de concentración" para los 350.000 musulmanes, serbios y croatas que allí quedan.

01-01

9208632

Intervención Europea en Bosnia
AF 160027
27/8/92
Yugoslavia, 5C1685
FP 1164
FM 1163
RRI 11349
BOSNIA-H 5C1691

Buenos Aires, jueves 27 de agosto de 1992. Ambito Financiero Pág. 1?

Demasiadas manos en el plato de Bosnia

Escribe
Edward Robert Page
De "Euroecon"

Londres — Un camello es **un caballo diseñado por un comité**, sostuvo alguna vez **John Rockefeller Jr.** Esta definición bien pudo aplicarse, después de la Segunda Guerra Mundial, **a Yugoslavia, con su absurda geografía étnica y sus fronteras arbitrarias.** Y de nuevo **se podría adjudicar actualmente a la conferencia internacional inaugurada ayer para discutir por enésima vez el destino de este trágico retazo de Europa.**

Treinta gobiernos y organismos internacionales se reunieron en Londres para discutir **qué hacer** frente a la lucha que desgarra a las ex repúblicas yugoslavas y especialmente **frente al expansionismo serbio y su política territorial de hechos consumados y derechos arrasados.**

Pero en esta historia **los únicos que parecen tener claras las cosas son los serbios.** Porque los demás —exceptuados los croatas y musulmanes de Bosnia— no parecen saber qué quieren, **ni mucho menos cómo lograrlo.**

• **Advertencia**

El primer ministro británico **John Major**, a quien toca el turno de presidir por este semestre a la Comunidad Europea, abrió la sesión inaugural de ayer **advirtiendo a Serbia que la conferencia endurecerá las sanciones económicas, políticas y diplomáticas,** que sin embargo no han demostrado ser eficaces.

El secretario general de la ONU **Boutros Boutros Ghali** anunciaría **una ampliación de las operaciones militares internacionales en la ex Yugoslavia,** de insegura efectividad. Estas declaraciones y anuncios **no parecen sino reeditar los de las últimas semanas, que no han logrado frenar la escalada de violencia en los Balcanes.**

• **Luz roja**

A fines de julio **parecía inminente** una intervención armada en la ex Yugoslavia, piloteada por la **Comunidad Europea, con la participación de la OTAN y de la Unión Europea Occidental.** Los Estados Unidos, sin embargo, **fueron los primeros en encender una luz roja** sobre la idea de utilizar la fuerza para detener a Serbia y salvar de la masacre a la población civil de Bosnia.

Un cálculo preliminar arrojó como resultado que **solamente mantener un corredor terrestre entre la capital bosnia de Sarajevo, sitiada y bombardeada continuamente por los serbios y el Adriático, requeriría unos 120.000 hombres.** Los asesores del presidente **George Bush** en Washington aconsejaron no involucrarse en ese proyecto. La recomendación **no cayó en oídos sordos.**

• **Costo**

En **Bruselas** el secretariado político de la OTAN **instruyó a la rama militar de la organización que estudiara acciones militares contra Serbia.** La respuesta fue que **el costo de tales medidas sería muy alto** y que de todos modos **no podrían asegurar los objetivos políticos buscados.** Citaron el ejemplo de las **30 divisiones alemanas** atrapadas sin salida en Yugoslavia, durante la Segunda Guerra Mundial. **Aunque es una comparación falaz, surtió efecto,** y Francia y Gran Bretaña congelaron la idea.

• **Treguas violadas**

La Comunidad Europea que entretanto **venía llevando adelante un esfuerzo de mediación de un año,** encomendado al británico **Lord Carrington**, produjo un rosario de treguas y ceses del fuego, todos sistemáticamente violados, a menudo por ambas partes.

El **colapso de las negociaciones y el largo mes que se tomó la CE** para convocar a la nueva conferencia revelan que la dificultad del "caso Yugoslavia" **no hace sino aumentar y complicarse a medida que se amplía el número de participantes** en las decisiones.

01-01

9 2 6 4 1 3 7

Nº DOCUMENTO
TITULO PROCEDIMIENTOS ANTIDROGAS
PROCEDENCIA LA NACION
FECHA 22-5-92
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Cocaína

Medio kilogramo de cocaína, dos kilos de picadura de marihuana, balanzas de precisión, armas de diverso calibre y otros elementos fueron secuestrados durante un procedimiento policial realizado en dos viviendas de la localidad bonaerense de Villa Insuperable, por orden del juez federal de Morón, Gerardo Larrambere.

En los dos procedimientos fueron detenidos cuatro sujetos, que se dedicaban al tráfico de drogas.

01/01 9208634

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA: LA REPUBLICA

FECHA: 22-5-92.

Desde Guatemala

Alcalde extraditado por tráfico de drogas a EEUU

Guatemala (AFP)

Guatemala propinó un duro golpe al narcotráfico internacional con la extradición hacia Nueva York de un ex alcalde, considerado como el principal contacto del cártel de Cali en esta nación centroamericana, uno de los principales puentes hacia el mercado europeo y norteamericano.

La extradición de Vargas, la primera que se realiza por tráfico de drogas, abrió las puertas para enviar a EEUU a otros presuntos contactos de los cárteles de la droga, según los especialistas.

Vargas fue extraditado a Nueva York el pasado martes, en medio de estrictas medidas de seguridad de agentes nacionales y del departamento antidrogas de EEUU (DEA).

El empresario y político fue capturado en diciembre de 1990 y en su finca de Zacapa fueron descubiertas bodegas utilizadas para almacenar la droga procedente de Colombia. En ese entonces, Vargas fungía como alcalde de esa localidad.

Según la DEA, Vargas era el principal contacto del cártel de Cali en Guatemala.

Hasta ahora, las autoridades habían extraditado hacia EEUU a dos personas acusadas de asesinatos, pero es la primera vez que se cumple una orden para juzgar en aquel país a un supuesto narcotraficante.

Vargas será juzgado por ocho cargos federales en Nueva York, en donde se grabó una conversación telefónica que lo vincula con los cárteles de narcotráfico internacional.

La extradición del ex alcalde fue aprobada por un tribunal el 17 de abril y aunque Vargas interpuso recursos de apelación, casación y amparo, el fallo fue ratificado por la Corte de Constitucionalidad y por el presidente Jorge Serrano.

El 19 de abril, el hermano de Vargas, Elder Vargas, propició un intento de fuga que fue descubierto a tiempo y ahora tendrá que enfrentar un antejuicio en el Congreso, el cual le podría privar de la inmunidad parlamentaria y entonces sería también juzgado en los tribunales.

En marzo pasado, la Procuraduría de los Derechos Humanos de Guatemala hizo públicas las "operaciones secretas" del cártel de Zacapa, dirigido por los hermanos Arnoldo, Orlando, Isauro y Sebastián Vargas.

Tales operaciones incluían el asesinato de 14 personas, de las cuales se ejecutó al empresario Jorge Dardón, a tiros, el 20 de agosto de 1991, mientras que otras dos personas de la lista sobrevivieron a una emboscada dos días después.

Por su parte, el procurador general de la nación, Acisclo Valladares, denunció también en marzo la existencia de un plan, según el cual el cártel de Zacapa pretendía secuestrarlo a él o a uno de sus hijos para forzar la liberación de Arnoldo Vargas.

01/01 9208635

Nº DOCUMENTO PLANTILLA PAR
TITULO POLICIA INCAUTA 4 KGS DE COCAINA
PROCEDENCIA LA NACION
FECHA DE PROCEDENCIA 23-8-82
VINCULACIONES
66960
11352
11351
11354
11324

ESTADO
CRUZADO

Cocaína

La División Roca de la Superintendencia de Seguridad Ferroviaria de la Policía Federal secuestró cuatro kilos de cocaína y detuvo a cuatro integrantes de una banda dedicada al tráfico de drogas.

La incautación de la cocaína se efectuó hace unos días al allanarse una vivienda situada en el barrio de Belgrano, y detuvo a su moradora. Luego se realizó otro procedimiento y fueron apresados otros tres integrantes de la gavilla.

01/01 9208636

Nº DOCUMENTO

TITULO INCAUTAN COCAINA EN MINAS GERAIS

PROCEDENCIA: ZERO HORA

FECHA: 23-5-92

POLICIA MINEIRA APREENDE COCAÍNA

A Polícia Federal (PF) de Minas Gerais apreendeu 137 quilos de cocaína na fazenda do presidente da Câmara Municipal de Tupaciguara, no Triângulo Mineiro, vereador Vilmar Alves de Oliveira. Segundo o delegado da PF de Uberaba, Cleuber Francisco Antunes, a cocaína, que seria levada para o Rio de Janeiro, era do filho do vereador, Avenir Alves Neto, que foi preso em flagrante. Ontem, os policiais prenderam em Uberlândia os irmãos Salim Suaid Neto e Nasser Suaid, acusados de pertencerem à quadrilha.

01/01

9208637

9208639

ORIGINAL

1/2

000002

000002

9208639

002 | 002

ORI[illegible]NAL

1/2

9208640

000002

000002

FECHA 09/10/92 INICIAL

Solamente se procesó M. Carmen Huidobro.

001 - 002.

- S E C R E T -

13TH MARCH, 1991

REPORT NO. /1645

SUBJECT: SYRIAN INVOLVEMENT IN DRUG-RELATED ACTIVITIES IN LEBANON - INTELLIGENCE SURVEY

ATTACHED PLEASE FIND A SURVEY ON THE ABOVE SUBJECT, PREPARED BY THE ISRAELI POLICE.

ATTACHMENT

INVOLUCRAMIENTO DE SIRIA EN LAS ACTIVIDADES DE NARCOTRAFICO DEL LIBANO

Prologo

- Libano es considerado un país productor en donde se realizan todas las fases de la producción – desde el cultivo hasta el refinamiento – y que también exporta y distribuye el producto a todo el mundo.

- Según las estadísticas de INTERPOL, la DEA y otros organismos internacionales, el Líbano produjo en 1988 aprox. 1000 tons. de haschis y 5 tons. de heroína.

- El estudio se concentra en un análisis de los datos recolectados en Israel y en el exterior, sobre el involucramiento sirio en el cultivo, producción y exportación de drogas que realiza el Líbano.

INTRODUCCIÓN (pág. 4)

- La heroína y el haschis en la última década pasaron a ser el principal componente del PNB del Líbano. Se estima que los ingresos por la producción y exportación de drogas son de entre 1.5 y 2 mil millones de dólares al año, representando un 40% del PNB

EL INFORME CONTINUA CON DATOS DETALLADOS SOBRE CULTIVO, PRODUCCION Y EXPORTACION DE DROGAS POR PARTE DEL LIBANO, ASI COMO SOBRE EL INVOLUCRAMIENTO DE SIRIA EN ESTAS ACTIVIDADES –

9208642

RESTRICTED

INTELLIGENCE SURVEY

SYRIAN INVOLVEMENT IN DRUG-RELATED ACTIVITIES IN LEBANON

R__E__S__T__R__I__C__T__E__D

P_R_O_L_O_G_U_E

Lebanon is considered to be a drug-producing country where all the drug-production stages, from the growing stage through drug refinement, are carried out, and which also exports and distributes the product throughout the world.

According to statistics provided by Interpol, the DEA and other international bodies, Lebanon produced approximately 1,000 tons of hashish and five tons of heroin in 1989. These amounts certainly make Lebanon a force among drug-producing countries around the world.

From a global point of view, there is a tendency on the part of the United States, and in fact, on an international level, to ignore, or at least, diminish the importance of the drug production and distribution aspects in Lebanon. This may indicate a certain reluctance to take diplomatic steps against Syria as dictated by the general policy of the fight against drugs, and at the same time, a fear that should such steps be taken, Israeli action against Syria in Lebanon might be justified.

This study concentrates upon, and analyses all of the data which has been collated in Israel and abroad regarding Syrian involvement during all of the Lebanese drug growth, production and export stages.

The picture received here does not leave any doubt regarding the breadth and extent of Syrian involvement. This is total involvement which has been going on for several years, embracing all ranks and levels within the Syrian army and government in Lebanon, and even Syria itself.

The study details the type of involvement, actions taken, the personal economic profit gained by all involved, including the Syrian government, and ends with the names and evidence concerning most senior Syrian military personnel and government officials.

It is only when Syrian involvement is translated into financial terms that one can understand how meaningful it is, both from an individual and a national aspect. The DEA has estimated that national Syrian income from drug deals ranges from a half to one billion dollars per year. We therefore estimate that the annual income of a senior Syrian officer, or a senior Syrian government official, from drugs, could reach hundreds of thousands dollars. An example of this is the "travel certificate", one of which has fallen into our hands and is attached to this study, which was issued by Mustafa Telas, the Syrian Minister of Defence, to a Lebanese drug dealer. This document permits the dealer, his

vehicles, weapon and merchandise (drugs) to pass freely throughout all of Lebanon and even in Syria.

We are aware that Mustafa Telas received $10,000 for this document. We estimate that he issues hundreds of such documents per year.

We are faced with the phenomenon of a country such as Lebanon, which, because of a lack of central government, has turned into an important producer of drugs, significant even on international terms, while Syria's involvement is prominently conspicuous. This phenomenon contains aspects which have obligated actions greatly differing from the "normal" areas of activity which are generally considered to be strictly within the narrow confines of Police work, such as preventing drugs from being smuggled from Lebanon into Israel, and has spread into international areas such as foreign policy, international relations, integrated intelligence, economic and military areas. It is therefore important that this study not be considered as a final work, but that with the cooperation of all of the intelligence services available to Israel, additional basic studies be carried out concerning the phenomena and additional aspects of the drug business in Lebanon.

It is very important to examine how the data presented in this study will be able to add to international law enforcement cooperation in order to find ways of dealing with this central drug producing region.

1. INTRODUCTION

A. During the last decade, drugs, particularly heroin and hashish, have become the main components of the "Gross National Product" of Lebanon. Despite the fact that there are no up-to-date figures regarding its extent, it is estimated that income from drugs, which come to 1.5-2 billion dollars per year, makes up 40% of the Lebanese GNP.

B. Lebanon has become the largest hashish exporter in the world. Until 1985, fields used for growing cannabis made up 40% of the tilled agricultural areas (most of them in the Beq'a Valley). Since then, the growth of opium poppy has steadily expanded. As a result, Lebanon's role as a heroin producer - heroin which is mainly destined for export to Israel and from there, to the U.S. and Europe - has increased.

C. In Lebanon, there is a definite link between a number of factors:

1) The civil war which broke out in 1975, the anarchy, the disintegration and the regimes which resulted, enabled the evolvement of a process which divided the country into different ethnic factions which had, in the past, been united into a whole country.

2) The entry of Syrian forces into Lebanon in 1976 and their gaining control over larger and larger parts of the country. The areas controlled included those in which drugs are grown and produced in the Beq'a Valley, smuggling and main distribution routes, and a large part of the drug export sea and air ports.

3) There was rapid growth in "traditional" drug production such as hashish and its derivatives, while gradually changing over to and increasing the role played by hard and more profitable drugs, such as heroin and cocaine (at this stage, in small amounts compared to the other drugs).

D. It is our opinion that these links are not random. Syrian economy has greatly "profitted" from the Lebanese "drug pie", which reaches 500 to 700 million dollars per year, most of it in foreign currency, in addition to complementary indirect income, so that the GNP reaches approx. one billion dollars per annum, a respectable sum which should not be disdained.

E. The situation takes on a different meaning in view of the economic crisis in Syria, difficulties faced in obtaining foreign currency and the high cost of the security budget which tax its economy.

F. In addition to the economic aspect, which is examined in detail in this survey, a combination of factors brought about the expansion of Syrian control over many areas of Lebanon in which the drug industry was concentrated, such as:

1) Direct and indirect involvement in the drug process on the part of senior government officials, including some belonging to the inner circle of President Assad's family, senior ranking military officers, intelligence and security circles, and from among senior Syrian government officials in Lebanon and Syria, as well as senior and junior army field officers and from within Syrian Intelligence. Considerable personal gain was attained through this involvement.

2) The drug industry makes up a central part of the economy of the Lebanese military, militia, political parties, factions and organizations, Palestinian terrorist organizations and Lebanese officials. The policy of enticement and chastisement, while keeping an eye on the tap of drug income, enables the Syrians to control, or at least influence a many of these organizations and factors.

3) The connection between drugs and terror, as far as terrorist organizations in Lebanon are concerned, is very definite and strong, and impairing the drug industry would weaken these organizations and slow down the war of terror. It therefore follows that there is additional Syrian "justification" for being involved in these activities.

4) Syrian forces in Lebanon are occasionally occupied with battles and rivalries, including dealing with Lebanese factions which oppose the Syrian presence. Therefore, they have a certain indisputable interest in acquiring "industrial calm" in the areas of Lebanon which they have captured. The protection which they provide for the drug industry enables the existence of this relative calm so necessary for Syrian strategic presence in the Lebanese Valley.

G. This survey will describe in detail the background of Syrian involvement in drug trafficking in Lebanon as a "drug power" in the Middle East; Syrian presence and physical control of the areas which carry out this industry; its effect on Lebanese and Syrian economy; and the economic potential of drugs.

1) Several aspects will be examined regarding Syrian policy regarding drugs - the formal, legal aspect, within the framework of foreign relations with Western and Arab countries, within Syrian territory, within Lebanese territory, as well as how the Syrians exploit drugs as a means for diminishing opposition to the government, or alternatively, to support its followers.

2) We shall prove the degree of Syrian involvement in drug production throughout the various stages of growing, production, distribution and trafficking, and the involvement of Syrians, beginning with the field ranks (non-influential) reaching up to members of President Assad's family and confidants.

3) We shall examine, in detail, various Syrian interests in the Lebanese drug market, including indirect and direct encouragement of this phenomenon.

2. <u>BACKGROUND</u>

A. <u>LEBANON AS A DRUG-PRODUCER</u>

1) Lebanon is the largest hashish-producing country in the world (there are larger marijuana-producing countries than Lebanon) and is gradually capturing a respectable position also as a heroin-producing country. These two products make up a large part of Lebanon's GNP.

2) Lebanon carries out all of the stages necessary for producing drugs: growth, production and marketing.

3) The drug growing is concentrated in the northern part of the country, in the Beq'a Valley, mostly under the physical control of the Syrian forces.

The climatic conditions in this fertile valley, mainly on its eastern and southern slopes, are suitable for growing the cannabis plants from which hashish is produced, and for growing the poppies from which the opium, and then heroin, is produced.

4) Export of the drugs is divided as follows:

a) <u>Hashish</u>

40-50% to Egypt, 30-40% to the United States and Canada, 20-30% to Europe and the rest exported to Australia, Israel, and kept for local consumption in Lebanon.

b) <u>Opium</u>

Most of the pure opium is exported to Egypt.

c) Heroin

Most of the heroin is exported to the United States, Europe and Israel.

5) For many years, agriculture within the Beq'a Valley consisted of cannabis, which was then turned into marijuana, hashish, and hashish resin.

In addition to producing hashish and its by-products, Lebanon also has laboratories which produce pure heroin from opium imported into Lebanon from Iran, Turkey and other countries.

In an article published in May 1989, Colin Knox reported that after World War II, Lucky Luciano, one of the leaders of the Mafia in the United States, already controlled a monopoly on heroin produced in Lebanon from opium imported from Turkey, Iran and Afghanistan.

During the beginning of the 1970's, after the break-up of the "French Connection", French criminals established additional heroin-producing laboratories in the Beq'a Valley and in the area of Beirut.

6) After the inception of the civil war in Lebanon in 1975, drug growing and production took a great leap forward. Hashish production increased from 100 tons a year to, in 1985, a peak of 2,000 tons a year. Since then, there has been a drop in hashish growing, to the extent of 1,000 tons per year in 1989, still leaving Lebanon as the largest hashish-producing country in the world.

The drop in hashish growth and production is a result of a process which began in 1982-83, whereby the growth of opium poppy began to take on momentum in the Beq'a Valley.

7) Producing opium and heroin: In 1989, it was estimated that approximately 30,000 dunams (a dunam is equal to 1/4 of an acre) were being used for growing opium poppy. If one takes into account that every dunam produces 1/2-2 kgs of opium, this area can produce approximately 30 tons of opium, which can then become 3 tons of heroin.

In addition to heroin made from local products, an additional 2 tons of heroin are produced from opium imported into Lebanon, bringing the annual total of heroin production in Lebanon to 5 tons. Lebanese heroin is considered to be of inferior quality. This

is proven by the fact that Israeli consumers prefer heroin imported from the Far East and Turkey.

8) Cocaine - Attempts to grow the coca plant were unsuccessful because of the unfavorable climatic conditions. Therefore, Lebanon receives regular shipments of "cocaine base" from South America, which is then turned into cocaine and distributed for consumption in Europe and Lebanon itself.

   The phenomenon of trade also exists in which Lebanese heroin serves as payment for South American "cocaine base".

9) The different estimates regarding the number of laboratories in existence which produce the heroin and cocaine run between 12 and 50. It is difficult to arrive at exact numbers because of the flexibility in defining the term "laboratory", which can run from a "kitchen" in a rural settlement, which produces small amounts of poor quality drug, to sophisticated laboratories which produce large amounts of high quality drugs. A cross section of reports indicate that the concentration of large high-quality laboratories can be found in the areas of: Harmel, Ba'albek, Dir el-Ahmed and Zahleh - all completely under Syrian control.

10) Employment in drug production has served to bridge differences and blood feuds which have existed in Lebanon since the beginning of the civil war. An example of such is the Shi'ite village Brital located southeast of the Ba'alek-Zahleh road. The village inhabitants are mostly employed in growing cannabis and opium poppy, and there are four laboratories which produce heroin. One of the laboratories is owned by the Sekaaf family, Christians from Zahleh, the second, by the Shi'ite Hamiyah family from Ba'albek, the third by the Christian Habesha family from Dir el-Ahmed and the fourth, by the Sherif family from Elimona.

B. DRUG GROWING AREAS

1) The main growing areas are to be found North of the Beirut-Damascus road, around the large cities such as the Christian Zahleh, the Shi'ite Ba'albek, the Christian el-Ahmed and the mainly Shi'ite el-Harmel.

2) In July 1989, el-Ittihad el-Usbu'i told about the spread in the growth of the opium poppy into the regions of Jirud, Jebel, el-Batron and el-Maten where conditions are favorable for such growth.

3) Cannabis (for the production of hashish)

a) Seeds are sown in March and April and reaped at the end of the Summer (in September)

b) Cultivation requires irrigation and fertilization, which is carried out by the farmers without the benefit of automation.

c) Cannabis growing takes up 70-80% of the agricultural area between the northern valley and the Beirut-Damascus road, consisting of 85,000 to 120,000 dunams.

d) Other concentrations of cannabis growth can be found in the following areas:

(1) The Hadath Plain, Ba'albeq, Tarayah, Kafr Dan, Nebi Rushdie - approx. 20,000 dunams
(2) The Budi and el-Sa'ida Plain - approx. 20,000 dunams
(3) The Dir el-Ahmed Plain - approx. 16,000 dunams
(4) Sheleifa Plain - approx. 15,000 dunams

4) The Opium Poppy

a) Poppy seeds are sown in October and the plants flower in February and March. When the petals have dropped off and the plant capsule is revealed, the crop is gathered over a period of approximately two weeks.

b) Some of the fields are used exclusively for growing the poppies while others alternate cannabis growing in the Summer and in the Spring, and poppy growing in October.

c) It is estimated that the opium poppy fields spread over an area of 7,000 to 30,000 dunams and there are plans to increase these areas annually.

d) The most prominent regions in which the opium poppy is grown (areas of over 1,000 dunams) are:

(1) The el-Harmel Plain
(2) The Ba'albeq Plain and Iy'at
(3) The Hadit Plain, the Ba'albeq Plain, Tarayah, Kafr Dan and Nebi Rushdie
(4) The Budi and el-Sa'ida Plain
(5) The Madjedlun and Hosh Barda Plain

11 9208642

5) <u>Exporting the Drugs</u> - Following are details regarding drug export points and by whom they are controlled (see also the attached map):

a) Ports in the area of Tripoli including the el-Minia, Abu Selim and Abu el-Fahid anchorages - under Syrian control, the local population being most Suni Moslems.

b) Sana anchorage - under Syrian control, the local population is Christian and Suni

c) Sal'ata anchorage - under Syrian control, the local population being Christian

d) Bitron - under Syrian control, with a Christian population

e) Junia port, Achoa marina and Dabia anchorages - under the control of Christian Lebanese forces

f) The Port of Beirut - under the control of the Christian General 'Ayun.

g) Sil anchorage - in the part of Beirut which is under Syrian control; where massive Shi'ite forces are predominant

h) Beirut Airport - under Syrian control

i) Jiy'a anchorage - on the edge of Druze-controlled area, within the area of Syrian deployment

j) Sidon - under Shi'ite ('Amal) and Nasserite (Suni) control

C. <u>SYRIAN PRESENCE IN DRUG-GROWING AREAS</u>

The map in Addendum A shows the following:

1) The regions in Lebanon in which drugs are grown

2) The concentration of laboratories

3) The drug routes

4) Air, sea and land export points and routes

5) Syrian deployment in Lebanon

Syrian military presence in Lebanon first appeared in June 1976 when Syrian forces entered the Beq'a Valley and the area of Tripoli (during the initial stages) as an "intervention force", in order to reorganize the Lebanese security situation which had deteriorated as a result of the civil war.

During the second stage of Syrian occupation, the presence of Syrian troops increased and spread to additional areas, such as Beirut and the Lebanese mountains.

The proximity of the regions in which Syrian presence is felt and the areas in which the drugs are grown and produced testify to the almost complete Syrian control in all of the growth and most of the production areas. In addition, Syria controls most of the ports from which the main portion of the drugs are exported, such as Tripoli, Beirut (airport) and all of the land routes.

This control is felt in two areas: the actual physical presence of military and security forces on the one hand, and on the other, exact, organized and orderly security and criminal intelligence which are estimated to exist concerning most of the individuals who are involved in the drug-growing, production and distribution aspects in Lebanon.

D. RECIPROCAL LEBANESE-DRUGS ECONOMIC RELATIONS

In 1988, the Lebanese population was approximately 2.8 million (including 270,000 Palestinians).

The security situation had greatly deteriorated since the second half of the 1970's and the various economic strata, as well as the standard of living and daily activities, were badly hit.

The principal characteristics of the economic deterioration were:

- A considerable drop in the production of local raw materials
- A marked acceleration in price increases
- A significant devaluation of the Lebanese pound in relation to the dollar
- A prominent drop in exports, causing a commercial deficit
- A decrease in the balance of foreign currency
- A continued decrease in the breadth of public investments
- Continued unemployment, embracing approximately 40% of the labour force
- An increase in the budget deficit
- A considerable lowering in the standard of living

In spite of the limited freedom of power enjoyed by the country's government, it still managed to provide the principal public services for the population and tried, despite the difficulties it faced, to implement a kind of economic policy. Attempts to restore the economy did not bring about any significant changes to the situation and as of August 1987, petrol and electricity were rationed. Subsidies previously assigned to petrol and bread were rescinded.

The continuing state of war, the damage caused to the foundation of the state and the undermined stability, brought industrial, commercial and tourist activities to a minimum.

Despite the fact that income from drugs is very high and makes up approximately 40% of the GNP in Lebanon, it is not clear which portion of this income remains in Lebanon, and how much is taken out and reaches Syrian private and government pockets. The money which is left in Lebanon is divided among the various organizations and sects which deal in producing and marketing the drug, so that the central government does not directly enjoy profits from the drugs.

E. THE ECONOMIC POTENTIAL OF DRUGS FROM THE SYRIAN VIEWPOINT

Since 1982, considerable deterioration has made itself felt in the Syrian economic situation, and the discovery of oil in 1984 did not markedly improve the situation.

The maintenance of Syrian forces in Lebanon has placed a heavy burden upon Syrian economy. However, alongside this burden, military, political and other economic advantages could also be noticed.

From all aspects, Syrian involvement in drug activities in Lebanon, has resulted in great profits for those involved. According to DEA estimates, the Syrian Treasury is enriched every year by a billion dollars in drug profits. A similar sum was also mentioned 8 May 1987 issue of the French Magazine "L'Express".

In 1983, the Lebanese newspaper "Akhbar" reported that according to an official report presented to its sources, Syrian income reached 550 million dollars annually from protecting hashish growth.

It is certain that it would be difficult for the Syrians to willingly forgo such respectable sums, all paid in foreign currency. This is also one of the main reasons that Hafez el-Assad closes his eyes and ignores the fact that Syrian officials are involved in drug growth and production in Lebanon.

The Syrians control the Beq'a Valley and consider it a strategic military area. In addition, the economic aspect whose aim is to protect the growth areas, as well as the hashish and heroin transport routes, is an important factor.

Understandably, income from drugs is not reported in publications nor in the official Syrian balance sheets. However, it is completely feasible that this income serves to finance part of the expenses of maintaining Syrian forces in Lebanon.

3. SYRIAN POLICY REGARDING THE FIGHT AGAINST DRUGS

A. SYRIAN DRUG LAWS IN LEBANON

1) Official Syrian government policy, which is supported by the Moslem predominancy in the country, forbids the use, sale, distribution, and production of drugs or any other contact with such.

2) In accordance with the above, laws exist forbidding all stages of drug trafficking:

   a) Relatively harsh punishment is meted out, i.e.: for a first offense regarding hashish, the punishment is six months' imprisonment; a drug dealer could be sentenced to a period of up to 20 years imprisonment; drug trafficking in amounts of over 3,000 dollars is considered a particularly serious offence and tried in special tribunals for "economic offenses and corruption", which are empowered to hand down death sentences.

   b) In addition to prison sentences, courts have the authority to immediately seize a car which was involved in a drug offense and to impose very heavy fines.

3) The Lebanese Law - Despite the fact that Lebanon is considered to be under Syrian control, there are laws there which, outwardly, make provisions for drug control. However, since for the past 14 years, the police/gendarmerie, prosecution and courts have only been able to partially carry out their functions, there has, in fact, been little or no enforcement or justice where drugs are concerned.

   Lebanon has legislation which issues special warrants enabling the government to destroy areas in which drugs are grown and produced, however, these decisions are not implemented either.

B. SYRIAN RELATIONS WITH DRUG CONSUMING COUNTRIES

1) In the "Lebanese Connection", Syria plays the role of a two-way transit country for drug products.

   a) Base products (mostly opium) from Iran, Pakistan, Afghanistan and Turkey pass through Syria on their way to be purified and turned into heroin in Lebanon.

   b) The finished products (hashish, heroin and cocaine) pass through Syria via a number of routes: exported from Lebanon to Western and Arab countries by land through Turkey and Jordan, by air via the Damascus airport, and by sea.

2) As far as Western countries are concerned, Syria carries out an official policy of fighting drugs, and requests budgetary support towards this aim. To this day, such assistance has been received mainly from the United States, within the framework of a program aimed at turning drug producing fields into other agricultural branches.

3) Unknown amounts of money have been received by Syria from Saudi Arabia, a country which is a very prominent consumer of drugs produced in Lebanon, within the framework of attempting to prevent drug importation into Saudi Arabia.

4) Within the framework of diplomatic relations with Western countries, Syria carries out informative programs to prove its intention to fight drugs, and publicizes, with as wide a coverage as possible, the fact that steps are taken in a number of areas.

5) This publicity also portrays Syria as opposed to actions taken by Jordan and Turkey, (which are drug consuming countries in addition to being transit points for drugs).

6) Actual steps taken in this area are:

   a) Sweeping operations to destroy crops in the Beq'a Valley, accompanied by photographs and broad press coverage.

   b) Seizure of drug shipments crossing the border from Lebanon into Syria, and wide coverage of trials for offenders involved. This usually concerns seizures of merchandise belonging to dealers who do not pay "protection" money to the Syrians, who, in this manner, attempt to teach a lesson and to gain international publicity and profits.

c) Cooperating with Jordan by seizing shipments in transit from Syria to Jordan (the merchandise is of an inferior quality than that which goes through Turkey).

Cooperation with Jordan also includes transmitting information through inter-police intelligence channels.

d) Cooperating with Saudi Arabia by training and preparing personnel and transmitting information concerning drugs intended for that country.

e) Drug seizures at sea and air ports in Syria, such as in the Damascus airport, Ladakiya and Tartus ports, are accompanied by broad press coverage (here too, the drugs seized belong to economic rivals, and the amounts seized are not significant.)

C. SYRIA AS A DRUG CONSUMING COUNTRY

1) Steps taken in the fight against Syria being used as a transport route to other countries is combined with the growing struggle against the importation of drugs from Lebanon into Syria itself.

2) Continued Syrian presence in Lebanon and the long land border with Lebanon have consistently served as means for smuggling civilian merchandise, such as stolen vehicles, petrol, cigarettes, alcohol (which is forbidden according to Islam), agricultural crops etc., and have brought about a marked increase in the use of drugs by the Syrians, and thereby, increased the penetration of drugs from Lebanon into Syria for internal use.

3) The traditional Syrian consumer market for drugs is steadily undergoing a shift from hashish and opium to the "hard" drugs, such as heroin, cocaine, and even speed drugs.

4) The high rate of turnover in Syrian military and security personnel who live in Lebanon has also contributed to the growth in the number of Syrian drug users (similar to the phenomenon which occurred to American soldiers in Viet Nam and Russians in Afghanistan).

5) We estimate that the Syrian government's awareness of this problem's existence has increased, and that Syrian intelligence in Lebanon is carrying out detailed data-gathering, follow-up and registration of all Lebanese drug producers, distributors and dealers. This information is intended, first and foremost, to be used in Syria's war against the spread of the sweeping blight of drugs into Syria itself.

6) It is therefore reasonable to assume that most of the seizures publicized come within this framework, while they are presented to Western and Arab countries as an indication of Syrian efforts to combat drugs which would otherwise be exported to other countries. However, in actual fact, the seizures only concerned drugs which were intended for Syrian consumption.

D. <u>DRUGS - A SYRIAN TOOL FOR COMBATTING GOVERNMENT OPPOSITION</u>

1) <u>For internal Syrian needs</u>

a) At a later time in this survey, it shall be proven that Syrian involvement in drugs in Lebanon embraces all government levels, from the level of field and lower officers' ranks, the whole gamut of senior ranks, including the circle of President Assad's close advisers.

b) In view of this situation, there is no doubt that just as this information came into our hands, similar data, to a much larger extent and broader scope, found its way into the hands of various Syrian preventive security branches.

c) President Assad personally appointed some of his senior advisors to deal with the "plague of corruption", in addition to "handling" Syrian involvement in smuggling and drugs.

*An example of this is the political security force, headed by 'Adnan Badar Hassan, which received complete freedom of action concerning people serving in 'Ali Duba and Majid Sa'id's intelligence forces, powers which had already been implemented in several cases.

==

* An additional example was the transfer, in 1987, of Lt. Colonel Ahmed Mahana, commander of Syrian security in the region reaching from Ladakiya to Beirut, so that an investigation could be carried out concerning suspicions that members of the Syrian High Command in Beirut were involved in drugs.

d) We estimate that mutual inspections are carried out between groups which influence the ruling strata, such as those mentioned above, and in that way, information necessary for preparing "corruption files - including drugs" against personalities and key senior officers is acquired and collated, should the need arise to use these as levers.

2) On the Organizational Level in Lebanon -

a) The fact that Lebanon found itself lacking organization, without an established government or regular income turned the drug industry into one of the foremost sources of income for financing the activities of the different organizations.

b) Traditionally, strong organizations, such as the Phalangists siding with the Christians, and Palestinian terrorist organizations, had been the controlling factors within this area of activity before the civil war.

c) The civil war increased this phenomenon and today, drugs are a source of income and serve to finance most of the Syrian military organizations and Lebanese armies, among them: the various Christian organizations, the PLO sympathizer Palestinian terrorist organizations, terrorist organizations supported by Syria, the Syrian National Party, the Progressive Socialist Party headed by Jumblatt (the Druze), Shi'ite organizations such as Amal and Hizbulla (receiving Iranian support and encouragement) and smaller local militia organizations.

d) The financing of these organizations, whose origin is from drugs, is carried out at all stages in the chain of drug production - from growth to export. Each of these organizations has coordinated its capabilities and connections to best handle each of the various stages. Following are some interesting examples of this:

(1) The "Hizbulla" received special religious dispensations from the religious lawmakers, particularly that awarded by Humeini himself, which enabled them to grow and produce drugs in order to obtain funds, and to distribute the drug as part of a "plot" to weaken and corrupt the Western world as a whole, and Israel, in particular.

(2) The Druze (Jumblatt), who do not grow the drugs in the Shouf Mountains which is not conducive to this, have established laboratories and produce heroin from a morphine base which arrives from the area of the Beq'a Valley. Lately, information has been received regarding cocaine production made from cocaine base which has been imported from Colombia and Bolivia.

e) Control over the growth areas, the laboratories, the distribution routes and ports permit the rulers (the Syrians) to have an direct and indirect impact on the budgets of the various organizations.

f) In this way, the Syrians implement the policy of enticement and chastisement in order to attain various aims simultaneously -

(1) Applying pressure and limiting the capabilities and steps taken by organizations who insist on carrying out their own policies or who oppose the Syrians.

(2) Acts of destroying a large part of the crop and laboratories, and seizing drug shipments belonging to organizations which do not toe the line were carried out as examples to outside factors that Syria's "War" against drugs is being carried out within the framework of obligations and declarations made, as well as serving as a heavy reminder to organizations that it would be in their interest to follow the Syrian "line".

(3) An increase in the pressure brought to bear on the organizations which follow the Syrian line, by increasing their profits at the expense of the organizations which oppose the Syrians, thereby increasing Syrian control in Lebanon.

3) <u>On an Individual Level in Lebanon</u>

a) Intervention in the area of drugs was, at the time, the connection between Rif'at Assad and Tony Franjieh (until the latter's murder) and was a good example of Syrian influence over Lebanese personalities.

b) The drug connections, developed within the framework of Syrian policy either against organizations (as described above) or against Lebanese personalities through the Syrian ruling bodies, such as that of Rif'at Assad at one time, or that of 'Ali Duba and Ghazi Kan'an today.

c) The Syrians took advantage of the personal rivalry existing between leaders of different factions, strengthening their rule by using the system of divide and conquer. Control of the growth areas and drug supply routes are the prizes for those who follow the Syrian line.

d) We have in our possession a very long list of Lebanese personalities, including past presidents, Parliament members, Government Ministers and senior officers, who are connected to drugs in order to gain personal profit or to finance their organizations.

e) It is very easy to prove that Syrian involvement in Lebanon in 1976 gradually made its influence felt on many members of the government through threats of discovery and of putting a halt to the receipt of profits gained from drugs.

f) We have chosen Walid Jumblatt, the Druze leader identified with the Syrian line, as an example of the above. According to up-to-date reports for 1989 and 1990, Walid Jumblatt has been directly involved in heroin and cocaine traffic, with the aim of financing the activities of his Druze Progressive Socialist Party and its militia. Following are some details:

(1) The Druze have an independent outlet to the sea via the Algia anchorage, which was also used for receiving cocaine base from South America.

(2) The material is processed into cocaine in the laboratories in the Shouf Mountains and then shipped from the same port to the European markets (particularly to Italy) and to the United States.

(3) After the Algia port was closed (as a result of coastal fighting), Brig.-Gen. Ghazi Kan'an began cooperating with Jumblatt on the subject of drugs.

(4) Brig.-Gen. Kan'an, who receives great sums of money for his intercession, is responsible for ensuring drug exports from the Druze Shouf area via el-Masna.

(5) Information has also been provided regarding cooperation between the Hizbulla, lead by Sabhi el-Tufeli, and Jumblatt and his men. This is apparently, coordinated by Brig.-Gen. Ghazi Kan'an.

(6) The Shi'ites grow opium on the Western slopes of the Beq'a Valley and transport the produce to the Druze so that it can be turned into heroin.

(7) We estimate that in addition to personal financial gain for the heads of the Syrian security and intelligence forces in Lebanon, the drugs are also a means for maintaining control and for financing the two central Lebanese organizations which require Syrian protection in order to be able to implement the profits.

In this particular case, the organizations are the Lebanese Socialist Party headed by Walid Jumblatt and who control the area of the Shouf, and the Shi'ite "Hizbulla" which control different areas in the Beq'a Valley. These inhabitants reside on the border on the security strip, in the Jezin bulge in the South, and in Ba'albek and its surroundings in the centre of the Beq'a Valley.

4. <u>SYRIAN INVOLVEMENT IN THE DRUG INDUSTRY</u>

A. <u>INVOLVEMENT IN THE PRODUCTION PROCESS</u>

1) <u>The growing stages</u> - when looking at the map in Addendum A, one can clearly see that Syrian presence definitely manifests itself in the areas where the drugs are grown, particularly in the Beq'a Valley. This presence is expressed in the deployment of military forces, whose main goal is to secure Syrian interests in Lebanon and to act against Israel.

In addition to the regular Syrian military personnel, intelligence forces were installed in Lebanon, the largest of which is the Intelligence and Security Branch, headed by Brig.-Gen. Ghazi Kan'an.

All the forces stationed in Lebanon are involved, at one level or another, in supervising the drug growth and production, with personal profit-making being the first consideration. In addition, they also are

involved in the symbolic destruction of drugs, which, according to reports in our possession, come to 1-10% of the total grown.

The Syrians usually wait until the crops reach a stage which is only two or three weeks prior to harvest, and then they begin "taking care of" the growers and crops, in the following manner:

a) Equipped with bulldozers or petrol, military forces reach fields or villages which have been designated in advance. The selection is based upon the policy that crops belonging to persons who refuse to pay taxes or to cooperate are to be destroyed, and in that way, prevent future non-collaboration or teach a lesson for the future.

b) Such crop destruction is reported by the Syrians and gains propaganda value, and includes, for instance:

   (1) July 1987 - destruction of 100 dunams in Zahleh, from an area of about 20,000 dunams.

   (2) July 1987 - destruction of 100 dunams in Harmel, from an area of about 40,000 dunams.

   (3) May 1988 - destruction of 150 dunams in Zahleh

   (4) May 1988 - destruction of 100 dunams in Madjelun

   (5) May 1988 - destruction of approx. 2,000 dunams from approx. 25,000 dunams in the area of Ba'albek

c) An officer is responsible for destroying crops, or collecting protection money from every drug growing village. This person is usually part of the Syrian forces stationed in that area.

d) This officer is subordinate to the regional commander, a captain or a major*, and usually belongs to or is connected to the security and intelligence forces.

==

* See list of officers' names and ranks mentioned in reports - in the section below concerning the degree of Syrian involvement.

e) The regional commanders are answerable to a senior officer, a Lt. Colonel or Brigadier General, who usually also belongs to or is connected to the Security and Intelligence Branch. Monies levied and received from the growers are handed over to these officers. An example of such a regional command line is the command post of 'Anjar, which, according to various sources, has received drug monies.

f) According to reports from several sources, the Syrians levy 100 to 200 U.S. dollars for every dunam of opium poppy grown. In Lebanese pounds, the levy ranges from 1,000 to amounts such as 10,000-15,000 pounds per dunam of poppies (valid for up to 1988).

g) Areas such as Harmel, Ba'albeq, Zahleh, Dir el-Ahmed each cultivate approximately 3,000 dunams of opium (according to reports which were updated in early 1990). Therefore, the scope of levies received from growing poppies in areas such as these can range from 300 to 600 thousand dollars. It should be pointed out that some of the fertile areas enable the growing of two crops a year, and thus, the profits are doubled.

h) In order to ensure the cooperation of the soldiers in applying pressure on the field owners, they receive sums ranging from hundreds to one thousand dollars, according to rank, for every operation in which they participate. These sums are considered "salary supplements" for Syrian soldiers and are usually several times their normal salaries. This incentive explains the motivation of Syrian officers and soldiers to join the field companies and serve in the Beq'a Valley.

i) Interestingly enough, most of the destroy operations reported have been greatly researched, and found to have been coordinated with the media. These concerned cannabis fields. The difference in "taxes" levied per dunam of hashish, as opposed to that levied per dunam of opium poppy could possibly explain this fact. In addition, in reports from sources it can be seen that no crop destruction operations were carried out during the past year. According to these sources, during that period, the United States did not pay Syria to carry out such operations, possibly the reason for the lack of operations.

j) An additional control measure implemented by the Syrians during the growth stages involved water. Several reports were received concerning the fact that water supply was cut off to areas which did not pay taxes for drug crops. During the second half of 1987, two officers from the intelligence and security forces, captains named Kan'an and Natzuli, halted the water supply to agricultural areas in the settlements of el-Ahmed, Sheleifeh and Iy'ad by closing off the dam at the Elimonah falls. Water supply was renewed only after each received a payment of 750,000 Lebanese pounds. The same officers also arrest drug dealers on various pretexts and release them in return for payments of 50 to 100 thousand pounds each. They usually detain the people in a Syrian security forces camp in the area of Zahleh.

k) Reports received in the mid-1980's from the city of Sha'at in the Beq'a Valley stated that orders had been received from the members of the Syrian security forces to sow opium poppies on 90% of the tillable land. The residents of the city are considered to be against the Hizbulla and the Amal movements. Drug dealers in the village own heroin laboratories, which are operated under the supervision of Syrian security officers who receive regular payments in advance, based on the projected profits and the amount of poppies grown. They are therefore interested in increasing the amount of poppies cultivated.

l) One of the foreign publications refers to 1980-1983 as the time during which, in cooperation with Palestinian terrorist groups, Turkish experts were brought in by members of the Syrian intelligence services. The experts were brought in order to increase the poppy crops in the Beq'a Valley and to establish more professional laboratories for producing heroin. The same report told of how Syrian intelligence recruits agents and collaborators in Lebanon by controlling their drug crops, the laboratories which they own or through drug supplies (received from growers and producers in part payment).

m) In order to limit drug production by those organizations which do not follow the Syrian line, the Syrian authorities carry out different kinds of actions. Following is an example of an operation carried out against the Hizbulla and the Islamic Jihad organizations in April 1987:

(1) During that month, a decision was taken to destroy the hashish crops under Hizbulla control in the areas around Ba'albek. Syrian forces surrounded the fields and gave the growers 48 hours notice of their intentions.

(2) During the same month, a similar decision was taken regarding the poppy crops in the areas of Madjelun (an area controlled by both the Hizbulla and the Islamic Jihad).

2) <u>Production stage</u>

a) It is estimated that members of Syrian intelligence and security forces in Lebanon have very detailed records which contain the names of laboratory owners, their locations, the couriers and the dealers.

b) According to reports received, the names of drug producers are given to the person responsible for the area in which the laboratory is situated. The owner begins to be pressured by being called in for questioning, by being detained or by having members of his family or his employees detained. Searches and raids are carried out in his home. In extreme cases, should he refuse to be "convinced" of the need to cooperate and pay "taxes", his laboratory is vandalized.

c) After the laboratory owner has understood the "hint", negotiations begin wherein he agrees to have a member of the Syrian security forces supervise the amounts of drugs produced. Payment is set according to a percentage of the drug produced. A good example of this process was in 1987, when three laboratories belonging to 'Abdel el-Mula and Sabri Amhaz were appropriated by the Syrians as payment.

d) In a number of cases, reports were received about payments which included drugs in addition to money. For example, traffickers belonging to the Hamaada family paid Brig.-Gen. Ghasan Haidur, the head of Syrian Intelligence in the Beq'a Valley, the sum of 100,000 Lebanese pounds and 60 kgs of opium in return for permission to operate their laboratory. This occurred in August 1987.

e) The above mostly refers to laboratory owners who do not enjoy the protection of an organization such as the Hizbulla or Palestinian terrorist organizations. In such cases, financial arrangements are carried out between the organization and their contacts in the Syrian intelligence forces.

3) Distribution and trafficking stage

a) Much information has been received regarding the involvement of Syrian military officers and government officials at the different stages of drug distribution and export from Lebanon, whether directly from that country or by using Syria as a transfer point.

b) Syrian involvement is usually carried out by providing protection for drug trafficking in return for payment to those persons, or the military unit, which actually provide the protection.

c) One of the most common ways to provide protection for drug distribution/transport is by issuing a travel certificate, or a permit, addressed "To whom it may concern", or a "pass" permitting passage (according to the different needs). These are issued to the drug dealer in exchange for payment, and permit him "freedom of movement within the regions of Lebanon and Syria with his car, his weapon, and cargo, without being searched nor detained".

d) We have received reports and physical examples of such documents from a number of sources. These documents point to involvement at the highest levels.

(1) The Minister of Defence, Mustafa Telas - (attached is a photocopy of such a document, which was issued to a known drug dealer). According to reports, this document is valid in Syria itself. Other documents, described below, are considered valid mostly in Lebanon. Reports concerning the issuance of such documents to drug dealers was confirmed by a number of sources (see the section detailing persons involved).

(2) General 'Ali Duba, head of the Security and Intelligence Division, issues documents which are equally valid in Syria and in Lebanon.

(3) Attached is a photocopy of a document issued by Brig.-Gen. Ghazi Kan'an, the Head of the Syrian Security and Intelligence Branch in Lebanon, and given to a known drug trafficker in return for a hefty payment. This document is valid in Lebanon and at the border passes into Syria.

(4) Brig.-Gen. 'Ali Hamad, Kan'an's assistant in Beirut, issued documents valid mostly in the area of Beirut.

e) Many sources have provided information regarding the transport of drugs in military vehicles by Syrian security or military personnel

(1) The less updated data refers to the period when Rif'at Assad, the President's brother, was the dominant influence in the areas of the Northern Beq'a Valley (from 1976 to the mid-1980's). During that period, many reports were received concerning the transport of drugs in caravans of "defence" forces belonging to the 569th division, which was, at the time, under the command of Rif'at Assad. Even helicopters were used. Drug transport was carried out from the area in which they were growing in the Beq'a Valley to the export points in Northern Lebanon and in Syria itself (To Ladakiya and Tartus).

(2) During the last few years, many reports were received regarding drug transports in Syrian military vehicles from the Beq'a Valley to Syria, with the intention of exporting them to Jordan and Turkey by overland routes, the Damascus airport and sea ports. The reports mention arrests and seizures of drugs transported in this way. In Lebanon, the same merchandise was transported in a similar manner in the direction of Tripoli.

(3) An interesting example of such involvement was the 1986 report, which concerned three tons of opium transported to the port of el-Uza'i by members of the intelligence and security forces in Lebanon. According to reports, in this particular instance, the couriers received 500 thousand Lebanese pounds for the shipment.

(4) Additional information refers to intelligence and security forces using the services of drug dealers in Lebanon in return for facilitating the transport of their goods and subsequent export from Lebanon. Many dealers from the area of 'Akar were involved, prominent among them members of the Syrian Ba'ath Party and the Syrian National Party in Lebanon, such as: Shukry Shawfik, Ne'eme Me'anadakak, Jean Anton from el-Kulayat, and Raymond Yusseff Nasser, from el-Kubayat.

Since 1989, members of Syrian intelligence have permitted drug dealers to transport drugs from the Northern Beq'a Valley and export them through the el-Minya Port - apparently towards Europe and/or the United States.

(5) Another kind of involvement was at sensitive border passes between Syria and Lebanon, or exit points from those countries. Senior officials provided protection for drug couriers and intervened if actions involving search or arrest were requested. Many reports were received concerning these events, such as:

(a) Mustafa Telas, Minister of Defence, provides protection for exporting drugs from ports originating in Syria.

(b) The commander of Masna Pass, a Lieutenant Colonel, permits passage through the Pass.

(c) According to several sources, in July 1987, Brig.-Gen. Ghazi Kan'an was involved in transporting large amounts of cocaine from the Damascus airport to Lebanon. This affair exploded in 'Anjar Pass and the drugs were turned back towards Syria.

(d) In June 1987, a drug dealer was arrested while trying to transport 20 kgs of heroin in his car from Lebanon to Syria via the Jedeide Pass. The dealer and the drugs were released as per the orders of the personal assistant of President Assad, Muhamad Da'bul.

(6) Yet another type of involvement was the levy of "passage tax" for exporting drugs or ensuring safe passage of caravans transporting drugs through junctions leaving the Beq'a Valley. Prominent examples of such were received from a number of sources:

(a) Members of the Syrian Intelligence and Security Branch in Lebanon have taken complete control of the Tripoli port, and thus inspect all merchandise being exported, levy tax on the export, control the movement of all ships to and from the port, petrol distribution to ships, their unloading, etc. In this way, they can levy a special tax on drug exports. In the last few years, overbearing Syrian controls have brought about bloody incidents and the development of other routes which are not under such close scrutiny.

(b) Members of Syrian Intelligence and Security Branch in Dir el-Ahmar have, in the last two years, levied taxes in amounts of 100,000 Lebanese pounds for every drug-carrying vehicle which leaves the Beq'a Valley, in return for which they ensure movement within the region.

(7) Another type of Syrian involvement in export is being part owners of ships which are used for smuggling the drugs. A report published concerns the partnership acquired by Brig.-Gen. Jodat el-Sa'id in a number of Turkish ships which smuggle goods, and drugs, originating from Tripoli.

B. <u>DEGREE OF SYRIAN INVOLVEMENT</u>

1) <u>At the Field and Regional Levels in Lebanon</u> - As indicated above when discussing the subject of involvement in the various stages of drug production in Lebanon, one becomes aware of direct involvement, on a broad basis, on the part of Syrian soldiers and lower-ranked officers.

a) This involvement is, in our estimate, due to the low salaries received by Syrian military personnel (some of them are only serving out their obligatory service), the bad economic situation in Syria itself which affects their families, and the fact that senior commanders turn a blind eye to the situation, and have, in many cases, become involved themselves.

b) Additional involvement is felt at the roadblocks found on the roads throughout the whole of the Beq'a Valley which lead to Syria, Northern Lebanon, Southern Lebanon and to Beirut. At these roadblocks, soldiers and officers demand that each person, in particular drug dealers, pay a tax for crossing, this step having been coordinated with the intelligence sector, which itself provides the roadblock officers with the names and details of every shipment, vehicle and dealer.

c) At a similar level, local intelligence personnel allocate "protection" for drug dealers in return for bribe payments. These payments ensure that these people are released from detention (whether they are detained in fact or simply for the ulterior purpose of receiving bribes). They are also issued passes allowing them to travel freely through the limited area which is under the responsibility of the Syrians.

2) Syrian Decision-makers in Lebanon - These include senior military officers, in particular personnel from the security and intelligence forces, who make decisions regarding military and government operations concerning the *modus vivendi* in the regions controlled by the Syrian military. These people take an active role in establishing Syrian policy in Lebanon, are responsible for its implementation, as well as establishing local policy in the different regions in Lebanon, such as: the Beq'a Valley, Beirut and Tripoli, which are demographically important in relation to drugs.

Following are names which have appeared in connection with the different stages of drug production in Lebanon, as provided by a large number of different sources:

a) Brig.-Gen. Ghazi Kan'an - Head of the Security and Intelligence Branch in Lebanon, considered to be the strong man among Syrian commanders in Lebanon and subordinate to 'Ali Duba.

Many reports have been received pointing to the fact that he supplies passes to drug dealers, gives orders that they be allowed to cross the borders and have access to departure points, and that the payments which he receives in return have made him a wealthy man.

b) Brig.-Gen. 'Ali Hamad - Commander of the Syrian observers in Lebanon. Reports from sources tie him to providing passes for drug dealers in the area of Beirut.

c) Brig.-Gen. Jodat Sa'id - Part owner of ships which are used to smuggle drugs from Tripoli. Commands a Syrian commando regiment stationed in that area.

d) Lt.-Col. Ghassan Khador - A member of the Intelligence and Security Branch in Lebanon, appointed responsible for the area of the Eastern Beq'a, involved in easing passage and levying taxes from drug dealers.

During an incident in 1987, he allowed the family of Hamada in Hizun to retain its crops in return for a payment of 100,000 Lebanese pounds and 60 kgs of opium.

e) Lt.-Col. Kassem Kassem - A member of the intelligence and security forces in Lebanon, appointed in command of the 'Anjar post, where payments levied upon drug growers and dealers are collected.

f) Lt.-Col. Muhsen Salman - Commander of the Syrian commando regiment stationed at the Beirut airport and responsible for securing its western section. It is known that he is in contact with known drug dealers: Ziad Slame, from Binat Jebel, and Sami el-'Ana, from Beirut. In May 1990, 25 cheese containers filled with drugs were found in the Beirut Airport customs sheds bearing his name. The shipment was on its way to Europe.

g) Lt.-Col. Mo'in Zaza - Former deputy head of the Intelligence Branch in Sweida, replaced in Anjar by Lt. Col. Kassem as the main collector of levies from drug growers and dealers.

h) It was reported that some majors were responsible for different regions and were in charge of levying taxes against drug growers and dealers:

Major 'Adnan Hamed was responsible for the area of Zahleh and replaced by Major Yussef 'Ali, known to be a member of the intelligence and security forces in Lebanon; Major Mohamad Khader Yassin is responsible for intelligence in Shetura; Major Shahin Ahmed (in 1981, he was a captain) from 'Anjar intelligence; Major Jehad Saftali, responsible for the region of Harmel and known to be a member of the security and intelligence forces; Major Maher Ahmed from the 'Anjar command post.

i) In addition to the above, we have a list of low echelon officers - lieutenants and captains - who, like the majors, are almost all concentrated in the area of the Beq'a Valley, which fits in with the fact that that area is considered to be the central drug granary in Lebanon.

3) <u>Senior Command and Government Levels in Syria</u>

This grouping includes senior Syrian military and government officials about whom much information has been collated regarding direct or indirect involvement at the different stages of drug production and trafficking. This involvement includes, among others, many people who have become very wealthy and have acquired much property, despite the fact that their families originate from the lower classes. In this survey, we shall refer only to persons about whom there is cross-referenced information, or reliable sources have provided such information (NOTE: only some of the cases contain data acquired by indirect sources):

a) Syrian Embassy officials in Spain - A case which came to light in 1986 revealed that the Syrian Ambassador, Riad Siaj, the Syrian Consul Ibrahim Haj Ibrahim, and the Chief Security Officer of the embassy, Mohamed Salhe were involved in importing drugs into Europe and their subsequent distribution. The ring members used the diplomatic pouches and vehicles to transport and distribute the drugs.

b) The Syrian Military Attache in Paris - In 1989, drug traffickers and the captain of the ship "Cleopatra Sky", Mohamad Partuzi, were sentenced in Paris to eight years imprisonment for importing and smuggling drugs. This gang was connected to Brig.-Gen. Hassan 'Ali, a Syrian intelligence officer serving as the Military Attache in the Syrian Embassy in France.

The ship was seized off the French coast after four tons of hashish had been thrown overboard into the water. The hashish had been loaded in Tripoli under the supervision and with complete compliance of Syrian military personnel (November 1989).

c) Mohamad Da'abul (called Abu Selim) - President Assad's Administrative Assistant - Information was received indicating that he encourages drug smuggling. In the second half of 1987, a Peugeot was stopped in Jedidah while on its way from Lebanon to Syria, and 20 kgs of heroin were found during the search. The drugs and driver were allowed to continue on their way due to Abu Selim's intervention.

d) A Lieutenant Colonel belonging to the Makhluf family (called Abu Hassan) - at the command level of Syrian air force security, responsible for Damascus airport. Information has been received tying him to a known Lebanese drug dealer called Hassan Hamiya and to a network of couriers transporting drugs from Lebanon to Syria and from there, abroad. This officer ensures that the hidden drugs pass safely through the airport. His wife comes from Kurdaha and her family is close to President Assad's family.

e) Lieutenant Colonel Nazia ben Hassan Kador (Ghador) - Syrian military security. According to reports, he has contacts with Lebanese drug dealers, most prominent among them being Bader 'Aghagha Ghandur from Kamed el-Luz. In one case, the drug dealer paid Lt.-Col. Nazia Kador by giving him 15 kgs of heroin.

f) Lt.-Col. Hitham - responsible for air force security in the northern Command. He has been involved in transporting heroin, apparently across the border towards Turkey.

g) Brig.-Gen. Ahmed 'Abud Muhamad - Military Security (one of the deputies of the Head of Syrian Intelligence) - nephew of General 'Ali Duba, head of Syrian Intelligence. Maintains contacts with drug dealers belonging to the Amhaz and Gha'afer families, facilitates their movements and greatly influences events on the Western border between the Beq'a Valley and Syria.

h) General 'Ali Duba - Head of the Syrian Security and Intelligence Division. (Direct superior of Brig.-Gen. Ghazi Kan'an, Head of the Security and Intelligence Branch in Lebanon) - We estimate that he is aware of, and may even be taking part in all of the drug-related activities in the region, including the use of drugs as a weapon to control Lebanese organizations and personalities, and, of course, shares in the financial profits received by the Security and Intelligence Branch.

In addition to his involvement, many reports have been received regarding direct contacts between 'Ali Duba and drug dealers, whereby he provided free passes, facilitated the transport of drug shipments and received monies and favors in return.

(1) Contacts between 'Ali Duba and drug dealers and laboratory owners belonging to the Jafer family from Kafr Rueima, which is in the Harmel district of the Beq'a Valley.

(2) In Syria itself, it is well known that 'Ali Duba has contacts with the Syrian drug dealer and exporter Sami Tukasi, a nightclub owner who operates under the protection of the Head of the Intelligence Division. In Sept. 1989, members of the Political Security faction of 'Adnan Bader Hassan imprisoned Sami Tukasi and in retaliation, 'Ali Duba's forces arrested one of Bader Hassan's cronies. Subsequently he found himself forced to release Sami Tuksi.

(3) One of our sources informed us that the keys of a new B.M.W. were left in General 'Ali Duba's office, and in return, a well-known drug dealer received a pass to transport himself and his merchandise freely from Lebanon.

i) Defence Minister Mustafa Telas - one of the most prominent personalities in the Syrian Government, about whom, like 'Ali Duba, we have received much information regarding his good relations and involvement with Lebanese drug dealers. He has provided these people with assistance and in return, received monies and favors. Following is a list of prominent examples which demonstrate the extent of his involvement in drug production, trafficking and distribution.

(1) Attached is a photocopy of a document signed by Mustafa Telas, permitting free travel in Lebanon and Syria. (The signature and seal have been verified by comparing them with other documents bearing his signature). The document was issued to a drug dealer, well known in both Lebanon and Syria. A large sum of money was received in return (in dollars and in five digits). This document permits the drug dealer freedom of movement between Syria and Lebanon and within the borders of

Lebanon for himself, his vehicle, his personal weapon and merchandise. Security forces are requested to assist him should he require such.

(2) Several sources have provided information regarding the good relations existing between the Syrian Defence Minister and the Lebanese drug producer and dealer, Ahmed 'Ali Elkis from Ba'albek. Mustafa Telas visited his home twice, in March 1983 and in March 1990. In both cases, a lavish meal was prepared for the Minister and his aides. At the end of the meal, Ahmed Elkis handed money to Mustafa Telas and received documents facilitating movement throughout Lebanon and Syria. The names of the bearers was left up to Elkis to fill in. This drug producer and dealer is known to export great amounts of heroin to Europe via Turkey, using land routes within Syria, and protected by the documents supplied by the Defence Minister.

(3) Other important drug dealers and heroin producers from Ba'albek profit from Mustafa elas' protection. They are Jamil Hamiya and his sons who live in Taraya and who market large amounts of drugs on an international scope. According to reports, Mustafa Telas permits merchandise to be exported via departure points in Syria and Lebanon without submitting the shipments to inspection, and in this way, enables the exportation and distribution of the drugs.

(4) Another source reports of frequent visits by Mustafa Telas and his wife to Telal Daisum, the powerful drug dealer from Kamed. Allaluz. This dealer is part of the network which exports hard drugs through Cyprus by using couriers who travel through Syria, continue by way of Damascus airport, and by land to Turkey to Europe and the United States.

(5) It has been reported that Mustafa Telas issued over 1,000 of these travel certificates to his friends and proteges. These documents were all annulled in August 1989 due to security limits placed on movement to Lebanon (in view of the battles and bombings which had been renewed during that period). From the number of documents cancelled, one can see the scope of freedom of movement which was accorded through the use of these travel certificates signed by the Minister of Defence.

4) <u>President Assad and Members of his Family</u>

We have no data directly linking President Assad to drug production and trafficking in Lebanon. On the other hand, there is information which indicates that the President is deeply aware of involvement by persons close to him within the government. This involvement covers all the aspect of drugs in Lebanon, including income from drugs, whether it directly reaches the pockets of members of the government, or whether it is used to directly and indirectly finance Syrian operations and interests in Lebanon.

In addition, for the last few years, President Assad developed a system of inducing controlled clashes among his close advisers, thereby controlling them, and to take necessary steps, such as exile and arrests, against those who do not follow his line or prove to be disloyal. The most prominent example of this is the involvement of the President's brother, Rif'at Assad in the international distribution of Lebanese drugs. Thick files have been collated concerning his involvement and that of his sons in drug deals, and the main highlights will be detailed in this survey:

a) Rif'at Assad - He is corrupt and knows no limits, is money hungry and acquires property on international proportions, including a fleet of luxury cars and yachts, real estate and palatial homes in Syria and Western Europe. He also owns Boeing jets and has bank accounts in Switzerland and the United States containing balances of millions of dollars.

His sources of wealth are varied. Some may have come from legal business deals however, for the most part, his dealings have been illegal. Most of his activities center on receiving bribes for arms deals and drug smuggling, which continue to this day.

The entry of Syrian forces into Lebanon in 1976 brought with it a proliferation of smuggling deals and profit for Rif'at Assad, with an emphasis on drugs. Under his command, the 569th Division was deployed throughout the northern region of the Beq'a Valley and physically controlled the main drug growing fields of Lebanon. In addition to ensuring his division's strength complement, Rif'at supported the activities of the militia forces of "Al Fursan el-Ahmar" (The Red Riders) in order to control smuggling operations from Lebanon. This was an elite Lebanese militia force which was concentrated in the area of Tripoli, the principal northern port through which, at that

time, passed most of the Lebanese drugs intended for export to Europe and the United States. In addition, Rif'at Assad developed good contacts with the Lebanese Christian families which controlled the ports of Beirut and Junia.

Smuggled merchandise was transported to the ports in Lebanon and the special markets in Damascus in caravans of military vehicles belonging to the 569th Division, and in special cases, were even transported in helicopters. This was done openly and without making any attempt to hide these activities, which also included smuggling drugs. In addition to dealing directly with contraband, Rif'at Assad also received protection money from large-scale dealers. He was involved in smuggling operations by ensuring that the merchandise would go through and that the smugglers would be protected from investigation or arrest.

In March 1986 (approx. two years after Rif'at Assad's exile) Paris Police uncovered a network dealing in drugs, theft of cars which were then smuggled to the Near East, and other felonies. The investigation reveals that Fearas el-Assad, Rif'at's son, headed this network.

b) Rif'at Assad's sons - much information has been collated regarding the involvement of Fearas and Darid el-Assad, Rif'at's two sons, in drugs and smuggling networks. Fearas was involved in drug deals which began in the Beq'a Valley and ended in Europe. In France, the network covered Paris, Marseilles and Southern France, and involved importing drugs from Lebanon and exporting stolen cars and property from Europe to Lebanon, and from there, to Syria and other countries such as Saudi Arabia and the Gulf States (mostly Mercedes and B.M.W.'s). In Spain, the network imported drugs from Lebanon and distributed them with the assistance of Syrian diplomats. In Italy, in coordination and with the cooperation of the local Mafia, the network imported drugs from Lebanon and distributed them in Europe and the United States. Information from 1985 indicated that Darid had opened offices dealing with import, export and commerce from Damascus to Europe, and he was, through these conduits, smuggling all sorts of drugs.

Many of his dealings were in partnership with known Lebanese drug dealers: Tarek Fakharel-Din and Sohil Hamada (who also headed the Syrian National Party in the Beq'a Valley), 'Ali 'Id, Bassen Metraji, 'Ali el-Zein, Mohamad 'Id and 'Ali Ja'afer. Some of these drug families are known in the Beq'a Valley, and the rest are dealers of smaller calliber.

c) President Hafez el-Assad's nephew (name unknown) - During June of 1987, Assad's nephew was arrested at the Damascus airport by members of 'Ali Duba's security forces when he attempted to smuggle out drugs and counterfeit dollars. A man belonging to al'Ataf's family and working with him, was arrested at the same time. During his interrogation, he stated that he had received the merchandise from the Moslem Brotherhood and Arafat's men, in return for arms.

5. <u>SYRIAN INTERESTS IN THE DRUG INDUSTRY</u>

(This section is an assessment, based on information detailed in the previous sections and analysis of intelligence material)

A. <u>ON AN INDIVIDUAL LEVEL</u> (on the part of Military, Security and Government personnel)

1) Paragraphs B.2), 3) and 4) of the previous section presented a long list of persons of high ranks and positions in the military and the Syrian government who are directly involved in the drug industry in Lebanon. Below these people can be found an extremely broad strata of military and government personnel who are directly or indirectly involved in the drug chain and as a result, profit personally. These profits compensate them for their low salaries and encourage service in Lebanon.

2) Results can be seen in the property accumulated by people who have been identified with the ruling groups, who could not have arrived at this by legitimate means.

3) The fact that President Assad follows a policy of turning a blind eye to personal profit and economic dependency gained by his followers ensures loyalty to the President and his regime. In that way, the President and his government indirectly also profit from the involvement of Syrian officers in drug trafficking in Lebanon.

B. <u>INCOME FOR SYRIAN GOVERNMENT BODIES</u>

We do not possess information which separate Syrian income derived from drugs from that derived from the official Syrian financial structure and from private factors. For understandable reasons, drug incomes are not included in the data regarding the official Syrian system. The Syrian forces, headed by members of the Intelligence and Security Branch in Lebanon can understandably be included among those reasonably thought to enjoy such incomes. These incomes can be broken down into two sections:

1) <u>Direct Income from Drug-related Activities</u> - The direct income is obtained through fund collection as described in the previous section, [in para. A. 1), 2) and 3)], or by direct payment into the pockets of those providing the various permits; through customs levied at such posts as Tripoli and the border passes into Syria. Some of these payments go straight into the private pockets of those who collect the money. However, in our estimate, most of the money goes mainly to paying soldiers and functionaries in order to improve their service conditions in Lebanon, and to finance military operations, particularly in the areas of security and intelligence.

2) <u>Receiving External Assistance for the War againt Drugs</u> - Paradoxically, as the "Lebanese White Threat" (drugs) increased, the monies received by Syria from other countries for the fight against drugs increased. The depleted Syrian treasury received these payments in foreign currency and these payments constituted much needed "oxygen". The payments were received mainly from the United States, Saudi Arabia and the Persian Gulf countries, which constitute target countries for Lebanese heroin and cocaine which is produced in Lebanon.

   A conflict exists between the Syrian need to continue receiving financial assistance and the desire to carry out the necessary steps to bring about an end to the plague of drugs. This conflict will become more acute when pitted against other Syrian interests, which would necessitate a continuation of the drug industry in the region.

C. <u>INCOME FOR LEBANESE ORGANIZATIONS SUPPORTED BY OR WHICH IDENTIFY WITH SYRIA</u>

1) The deteriorated Syrian economy does not permit it to fully support organizations and bodies in Lebanon which are encouraged by the Syrian regime to exist nor to assist in establishing Syrian control in Lebanon.

2) Within this context are included political parties such as the Syrian National Party - the Lebanese Socialist Party - Jumblatt and his people (see mention in para. 3.d, 2 above), armed militias belonging to each ethnic group and religion, and the para-military and military organizations, including the terrorist organizations.

3) The different terrorist organizations operating in Lebanon also have a most definite interest in the drug trade in Lebanon.

In the "Lebanon" portion of a previous survey carried out on "narcoterrorism", it was stated that these organizations' activities and existence are almost completely financed by income derived from drugs and in addition, these organizations use drug routes to smuggle arms and weapons.

4) Physical Syrian control over the main areas of drug growth and production in Lebanon is a simple means of supervising the financial sources which supply monies supplied to terrorist organizations. In this way, the Syrians acquire direct and indirect control over terrorist activities and ensure that they follow Syrian interests.

D. ATTAINING INDIRECT OBJECTIVES

1) Economic strength is derived from receiving foreign currency income which comes from drug trafficking with the United States, Western European countries, Saudi Arabia and Persian Gulf countries. This income streams into the accounts of a wide range of people as well as into the treasuries of different terrorist organizations, such as:

a) In Syria itself, with its commercial relations which spread from the exit ports to overland movement which proceeds towards Syria.

b) In Lebanon, where the civil war which has been raging since 1975 has almost completely destroyed the economic foundations and the legitimate external commercial ties which the country had.

2) Drug incomes provide the means of survival for many Lebanese and help improve, as well as emphasize, Lebanon's position as a conquered land, particularly in regards to its economy, which was very hard hit during the civil war.

The industrial calm which was achieved by the Syrians, who consistently ignored the Lebanese drug industry, increased Syrian hold on this country and allowed them to develop unofficial foreign commerce conduits through Lebanon. The turnover reached approximately 350 million dollars a year. A large part of these commercial conduits are also used by the drug industry for importing raw materials which are then used for drug production, and then, for exporting the finished products from Lebanon.

3) In addition, in the view of the Syrian defence forces, the drug industry area in the Beq'a Valley provides a very definite defence against Israeli attacks, which could conceivably be carried out through the Beq'a Valley towards the centre of the country, and then on to Damascus, simply by outflanking the troops in the Golan Heights. Here too, Syrian presence provides strategic in addition to economic advantages.

E. NARCOTERRORISM

1) Background

Narcoterror is an accepted international professional term used by those involved in the area of drugs.

The classical theoretical definition of narcoterror is: distributing drugs with the aim of reaching political gains.

The significance of the classic definition is that narcoterror attempts to attain terrorist goals "through other means", that is, by increasing the use of drugs among the enemy population and thus, reducing its capabilities for defending itself.

Determining whether a group dealing with drug distribution can be classified as being involved in narcoterrorism is not simple. Many intermediate situations exist where common interests exist between drug networks and terrorist groups.

Cooperation between these two elements are logical and very practical in view of the common characteristics shared by the two groups in such areas as hiding from the law, the need to protect oneself and one's resources, the need to establish secret and secure communications and transport channels, etc.

The simplest practical test to check if we are faced with a narcoterrorist group or a drug trafficking network is to examine the economic commercial aspect of its activities, from the moment that it appears that a particular group is profitting from its drug-

related activities. If such a group does not sell its products to the drug-consuming population at cheaper rates, it is then clear that it is not a narcoterrorist organization.

There are no classical clear-cut narcoterrorist cases known today in the world, however, cases are known wherein terror organizations also trafficked in drugs in order to finance their activities or to acquire arms, and other cases, wherein terror and drug organizations cooperated to provide mutual protection and maintain supply routes, etc. This section will attempt to examine only the tip of the iceberg of the narcoterrorism picture in Lebanon.

2) <u>Defining the Phenomenon</u> - The common life and interest shared within one territorial area such as the Beq'a Valley, that is to say, the deployment of terrorist organizations found operating "cheek to cheek" with drug fields and laboratories owners, have brought about a situation where information is exchanged, protection resources are shared, and supply routes are simultaneously used by both groups.

a) Financing terrorism - financing comes from drug profits and direct involvement in drug growing, distribution and trafficking, in return for providing defence/protection, and from payments received for doing away with rivals.

b) Attaining terror goals through drugs - by acquiring weapons and arms through drug sales, using common smuggling routes, and using terrorists and other criminals to attain terrorist goals by controlling their supply of drugs.

c) Drugs as terror - distributing drugs to Israel to implement the ideology whose aim it is to corrupt Israeli society and cause maximum harm to the economy and population through the distribution of massive amounts of drugs.

3) <u>Examples of How This Phenomenon is Actually Felt in the Field</u>

a) The Lebanese drug industry contributes significantly to the economic stability of terrorist organizations Syrian control. These maintain massive presence in the area of the Beq'a Valley, or are deployed along the drug smuggling routes and ports of Lebanon.

b) Among the most prominent of these organizations are the el-Sa'ika organization, a PLO splinter group headed by Abu Mussa, Jibril's organization and others.

c) In this survey, we will not expand on the known facts concerning the impact of direct Syrian interest on the operations of these terrorist organizations. The direct relationship to drugs is that Syrian profits from drugs are used to finance and enable these groups to operate and carry out operations against Israel from training bases in the Beq'a Valley.

d) In addition to terrorist organizations which are directly protected by Syrians, other Palestinian terrorist organizations also profit from drugs, along with Shi'ite and Hizbulla terror organizations.

e) Along with financing their activities through drug operations, terror organizations use established smuggling routes southward in order to enable their people, arms and weapons penetrate the security zone in Southern Lebanon and from there, into Israel, thereby also serving Syrian interests.

f) An interesting fact regarding the Hizbulla and its involvement with drugs, are the special Moslem regulations which were issued in Iran and in Lebanon by Humeini himself, which permit them to deal in drugs, despite the fact that it opposes the strictures of Islam.

g) One of the Hizbulla leaders, Sabri Tepuli was quoted in one of the publications as justifying the growth of drugs, their production and distribution by the Shi'ite Moslems because that is their principal income. In addition, he emphasized "this action as being justified since drugs are sold to Israel, the United States and Western countries, and weakens Islam's enemies".

h) Another definition of this phenomenon by leaders of the Hizbulla and Islamic Jihad movements was quoted by open sources as the fact that smuggling and distributing drugs to Israel is part of the war, and it is a kind of "quiet time bomb which would explode in Israel from within" as a result of the growing addiction among the elite members of Israel's society and military. (It should be noted that no actual evidence was found to support the actual existence of this "scheme".)

i) Many Shi'ites among the drug suppliers and the drug dealers in the security zone are identified with the Hizbulla and Amal terrorist organizations. We have reports from sources who claim that the Syrians support the distribution of drugs into Israel by facilitating the passage of dealers and drugs southward, towards the security zone and from there, into Israel.

j) There is much information connecting Palestinian terrorist organizations to narcoterror activity from Lebanon, activity which is directed mainly against Israel. Among these are reports by American experts such as Astar Wolff, a former Congressman who was a member of the FDA, Nathan Adams, an expert on terror and drugs, the former Senator from Florida, Paula Hopkins, Michael Landon, from the Center for Strategic Research and International Relations in Georgetown University, and others.

4) <u>Summarizing the Question of Narcoterror in Lebanon</u>

There is no doubt that elements of narcoterrorism exist among the terrorist organizations which operate in Lebanon, the most prominent among them being -

a) Profitting from all elements of drug trafficking.

b) Among the heads of the Hizbulla, we find declarations indicating that by distributing drugs to the Western countries, among them also Israel, the enemies of Islam will be weakened. However, no evidence was found that drugs were being distributed on an ideological basis rather than on an economic basis, and therefore, at least for the present, no pure, ideologically motivated narcoterrorism exists in Lebanon.

6. **SUMMARY**

A. Syrian involvement in drug deals in Lebanon became intensive very close to the time that Syrian forces entered Lebanon in 1976.

The speed with which Syrian forces took over the area of drugs was a result of previous extended involvement in all that concerned Lebanon from the political, intelligence, economic aspects, etc. It seems not to have been incidental that the deployment of Syrian forces in Lebanon almost completely match the deployment of drug growing areas and their resulting industry, including definite control over the routes, important junctions and drug ports through which are exported to all over the world.

B. There is a combination of interests and reasons for which the various levels within the Syrian regime abstained from actual involvement in drugs, as follows:

1) Within Syria - dealing in drugs enables the country to acquire income which is received directly or indirectly by a wide range of members of the Syrian military and regime, from the lower field ranks to those which are close to President Assad and members of his family. This income was acquired with the full knowledge of the regime which turned a blind eye to the fact that the law was being broken, enabling the strengthening of loyalty on the one hand, and providing rapid reaction regarding those who show disloyalty, on the other.

2) Controlling Sources of Income for Lebanese Organizations - terrorist organizations, militias, private armies, including the different splinter groups, parties and different organizations in Lebanon which receive a portion of the income which comes, directly or indirectly, from the drug industry. American experts estimate that these monies come to approx. 40% of Lebanon's GNP.

3) Controlling Central Lebanese Personalities - alongside the economic interest of the different Lebanese organizations there are economic interest of key individuals in Lebanon who head these organizations as well as those of private persons. Control of their incomes is also the key to their cooperation, and in that way, pressure can be exerted upon them to carry out Syrian policy, by using the "carrot and stick" policy concerning drug income.

4) Influence of the Syrian Budget - For understandable reasons, none of this data appears in the official Syrian budget. This refers to the different types of incomes as described below: 1) monies transferred to members of the Syrian Intelligence and Security Branch as protection money, "taxes", etc. used, in our estimation, for financing intelligence operations and for maintaining large special forces, such as those maintained by Rif'at Assad, and still headed by General 'Ali Duba and his emissary in Lebanon, Brigadier General Ghasi Kan'an; b) direct income from taxes within the framework of a program to change the type of agriculture in the Beq'a Valley and provide financial backing for professionals who handle the fight against drugs.

5) The basis for the exportation of drugs from Lebanon and for importing raw materials and base materials (such as cocaine base) for this industry is based upon an old and well established Lebanese system for smuggling goods, including stolen property and equipment, from Europe, the United States and the East. A large portion of these imports then find their way into Syria and in that way, save that country from expending hard coin. This kind of import is estimated to come to approx. 350 million dollars per annum.

6) An improvement in the Syrian balance of payments which comes from foreign currency income whose source is drug trafficking passes through the bank accounts of a wide range of Syrian personalities and organizations.

7) Incomes paid to many military and government officials which originate from drugs enable the continued payment of low salaries to those levels, thereby ensuring a constant stream of persons serving in Lebanon by enabling "an even distribution" of profits.

8) Drug profits enable many Lebanese to survive and are thereby instrumental in maintaining areas conquered by the Syrians, maintaining the balance of life in Lebanon without obligating Syria to inject monies there.

9) Attaining Calm in the Area of the Lebanese Valley - This area is strategically important for Syria. The industrial calm which is obtained by the Syrians by not fighting the drug industry in the region increases and strengthens their hold on this very positive region.

10) Narcoterrorism - Palestinian and Shi'ite terrorist groups which operate out of Lebanon against Israel (directly or indirectly) finance part of their operations from drug monies. Some of these are Syrian protected organizations (thereby saving the Syrians part of their financing requirements) and some of them are independent, operating according to Syrian rules in order to continue the war against Israel.

C. Syria, as an independent sovereign state which controls large areas of Lebanon, carries out a double standard policy on the subject of drugs:

1) On the one hand, as a law abiding country, wherein exists and operates a legal and law-enforcement system on the subject of drugs, whether for internal needs (preventing drug growing and use in Syria), or for foreign contacts, particularly for maintaining adequate relations with: Arab countries such as Jordan, Saudi Arabia, Persian Gulf countries and Turkey, as well as Western countries in Europe and the United States, thereby operating a sophisticated system of a "phony war" against drugs.

2) On the other hand, being actively involved in all processes in the drug production chain in Lebanon, from the Syrian field levels to the command and senior leadership levels in Lebanon, all the way through to the command and senior leadership levels in Syria and members of the inner government circle (including members of President Assad's family). Parallel to this, Syria refrained from enforcing the Lebanese laws on the subject of drugs, with the exception of "show" operations intended to harm organizations and individuals who would not follow the Syrian line.

We do not have any direct evidence that this double standard policy actually exists, however, when all the pieces received from independent as well as from foreign and Israeli intelligence sources are put together into a comprehensible mosaic, there is no doubt that this is a true picture of Syrian policy.

D. Strong evidence that this is indeed official policy and dictated by the highest levels of Syrian regime is the physical control exerted by Syrian forces (military, security and intelligence) over most of the drug growth areas, and the distribution routes leading into Lebanon itself and from it over land, sea and air. There is no doubt that should they be interested, the Syrians could translate this control into a massive force against the growers, producers and dealers, and destroy most of this phenomenon.

E. Additional evidence, but no less convincing, are the levels of involvement as described in this survey, including generals holding key positions in the Syrian Military and Intelligence services, such as: General 'Ali Duba, Brig.-Gen. Ghazi Kan'an, Brig.-Gen. Ahmed 'Abud, Brig.-Gen. 'Ali Hamad, Brig.-Gen. Jodat Sa'id; senior government officials, such as: The Minister of Defence - Mustafa Telas, President Assad's Administrative Assistant - Mohamed D'aboli; and members of President Assad's family, such as: his brother, Rif'at Assad and Rif'at's sons, Fearas and Darid.

F. There is no information directly tying President Assad himself to drug-related activities, whether in general, or particularly in Lebanon. On the other hand, it is abundantly clear from the facts presented in this survey, that President Assad is fully aware of the deep involvement on the part of close members of his regime, and that he even closely follows the activities of the different factions of his regime and pits them one against the other, so that each side personally reports to the President of the involvement of the other side.

G. In that way, President Assad exerts control over his close advisers and their subordinates, and balances and strengthens expressions of loyalty as well as personal and economic interests, and his regime enjoys the fruits of Syrian involvement in drug trafficking activities in Lebanon.

ADDENDUM A - map

DEPLOYMENT OF PERMANENT SYRIAN PRESENCE

DRUG LABORATORIES

DRUG ROUTES

EXIT PORT FOR DRUGS - SEA PORT

EXIT PORT FOR DRUGS - AIRPORT

DRUG GROWING AREAS

BORDERS

el-Minya Anchorage

abu Salim Anchorage

Tripoli

Harmel

Saba

Sel'ata

el-Batam

DIR EL-AHMED

BA'ALBEQ

JEBIL

Akva Medina Anchorage

JUNIA

Dabia Anchorage

ZAHLE

MATAN

BEIRUT

LEBANON

SYRIA

Sil Anchorage

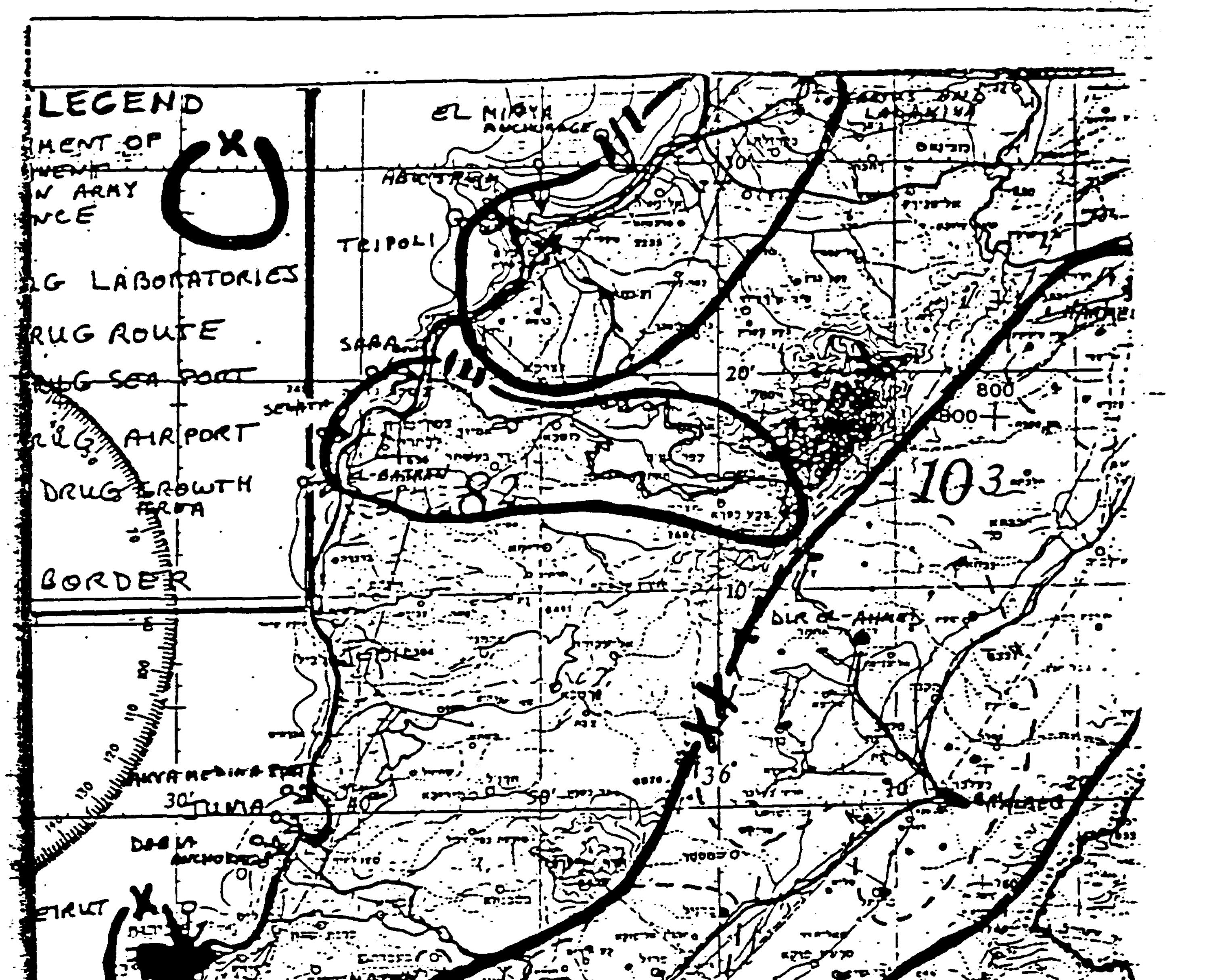
ALHIA

SIDON

DAMASCUS

51

9208642


LEGEND
MENT OF
N ARMY
NCE
G LABORATORIES
RUG ROUTE
RUG SEA PORT
RUG AIRPORT
DRUG GROWTH AREA
BORDER
TRIPOLI
103
88
84

TRAVEL DOCUMENT 1

Number:

From:

To:

General Mustafa Telas

TO WHOM IT MAY CONCERN

This certificate enables Mr. and his entourage, with car and personal weapon, to freely travel within the physical area of Lebanon and to cross the Syrian-Lebanese border without being detained, and all assistance is to be provided if required.

General Mustafa Telas

Deputy Army Commander in Chief
Deputy Head of Ministerial Council
Minister of Defence

العماد مصطفى طلاس

الرقم / [redacted] /ن
التاريخ / / [redacted] هـ
الموافق ١٠/ ٤/ ١٩٨٦ م

الى من يهمه الامر

لتسهيل مرور السيد [redacted] ومرافقيه ضمن الاراضي اللبنانية وعبر الحدود السورية بسيارته الخاصة وسلاحه الفردي وعدم التعرض لهم وتقديم المساعدة اللازمه عند الضرورة .

العماد مصطفى طلاس
نائب القائد العام للجيش والقوات المسلحة
نائب رئيس مجلس الوزراء – وزير الدفاع

9208642

TRAVEL DOCUMENT 2

THE SYRIAN ARAB REPUBLIC NR. PHOTOGRAPH
GENERAL ARMY HEADQUARTERS
INTELLIGENCE DIVISION -
SECURITY AND INTELLIGENCE BRANCH IN LEBANON

PASSAGE PERMIT

First and last name
Father's name
Date/Place of birth

Brig.-Gen. Ghazi Kan'an
Head, Intelligence and
Security Branch, Lebanon

The government (forces) is requested to allow bearer to pass freely, with his personal weapon and merchandise, within the physical area of Lebanon, for security reasons.

Date of issue Valid until - as extended

ATED

verso of document

Valid from
Valid until

Valid from
Valid until

Brig.-Gen. Ghazi Kan'an
Head, Intelligence and
Security Branch, Lebanon

Brig.-Gen. Ghazi Kan'an
Head, Intelligence and
Security Branch, Lebanon

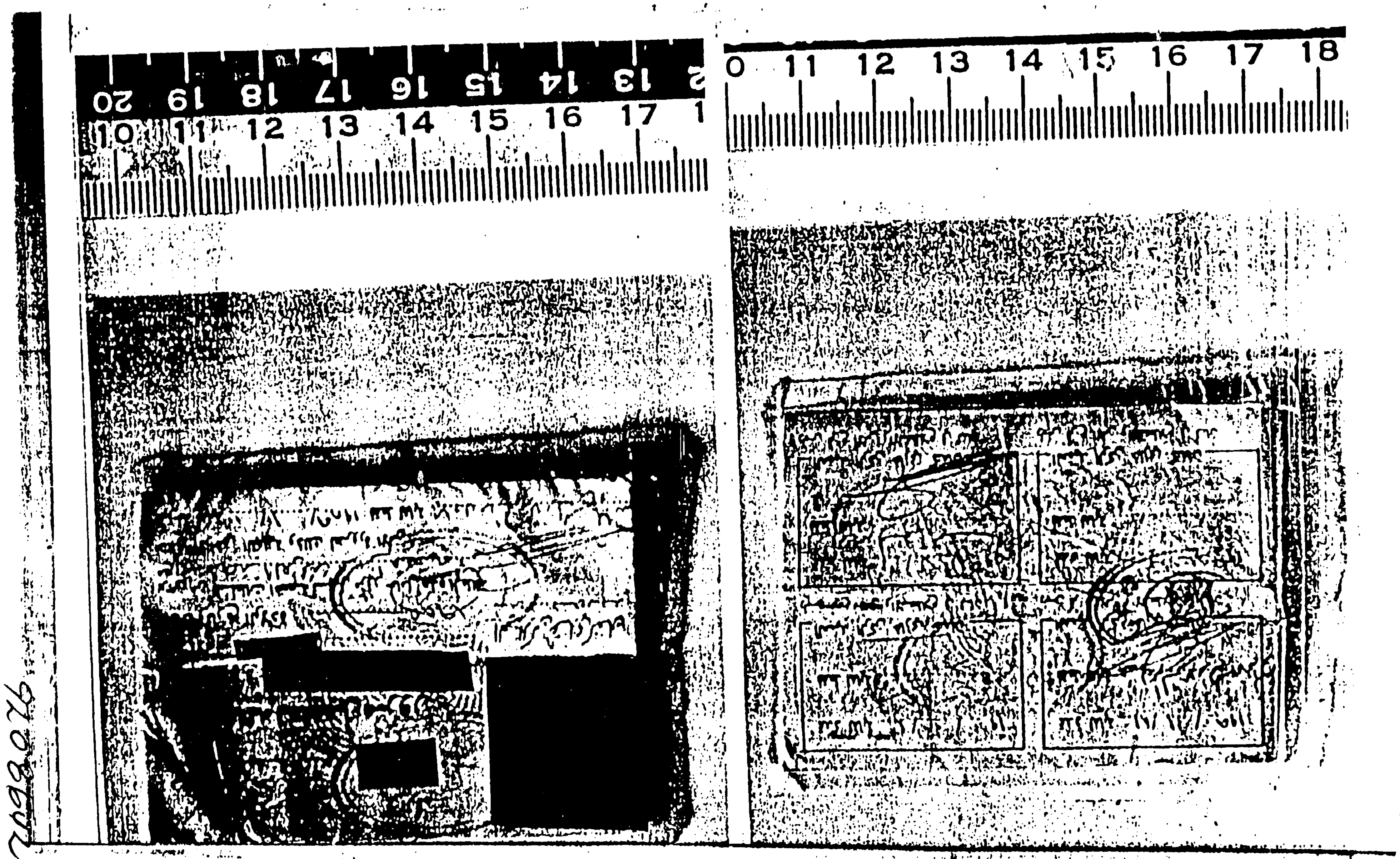
Valid from
Valid until

Valid from
Valid until

Brig.-Gen. Ghazi Kan'an
Head, Intelligence and
Security Branch, Lebanon

Brig.-Gen. Ghazi Kan'an
Head, Intelligence and
Security Branch, Lebanon

9208642



56/56

9208642

SECRET

17TH SEPTEMBER 1991

REPORT NO.: 6236

SUBJECT: ISRAELI POLICE DRUG SITUATION REPORT

ATTACHED PLEASE FIND THE ISRAELI POLICE REPORT ON THE DRUG SITUATION IN ISRAEL.

ATTACHMENT

01/19

92086430

INFORME: SITUACIÓN DE LA DROGA EN ISRAEL

RESUMEN DE ~~LA SITUACIÓN DE~~ INTELIGENCIA SOBRE LA SITUACIÓN ACTUAL.

1. un consistente incremento de la cantidad de drogas disponibles "en el mercado".

2. un aumento en el consumo de drogas "duras".

3. un incremento en la cantidad de personas involucradas en esta actividad, tanto en las áreas de importación, como de mercado y distribución.

4. un agudo aumento del número de consumidores.

5. la penetración del uso de drogas en nuevos estratos sociales, anteriormente considerados cerrados a las drogas.

EL INFORME CONTINUA CON DETALLES SOBRE CADA PUNTO DEL RESUMEN ANTERIOR ASÍ COMO, EXPLICANDO LAS PRINCIPALES DIFICULTADES QUE SE ENCUENTRA EN LA LUCHA CONTRA LA DROGA.-

02 9208643

משטרת ישראל

מטא"ר / אח"ק

סקירת מודיעין

מ מ " ו

For Offical Use Only

DRUG SECTION
CRIMINAL INTELLIGENCE DIVISION
CRIMINAL INVESTIGATION DEPARTMENT
July 28, 1991
67020 01/נק

REPORT
DRUG SITUATION IN ISRAEL

Prepared by
Superintendent Yakov Shachak
Head, Drug Section

9208643

03

I. Introduction

A. During the last decade, narcotics consumption has become one of the most serious threats against human society. In Israel, the curse of narcotics endangers the State's most valuable national resource - its people.

B. Intelligence research sums up the present situation in Israel as follows:

1. A consistent increase in the quantity of drugs available "on the market".

2. An increase in the ratio of "hard" narcotics, such as heroin, in the total of drugs consumed.

3. An increase in the number of persons involved in this industry in the areas of importation, marketing and distribution.

4. A sharp increase in the number of drug consumers.

5. The penetration of drug use into new social strata, which previously had been considered closed to drugs.

C. Fundamental difficulties in coping with the drug problem derive from the following:

1. The increased expansion of the problem (see above).

2. The danger that using drugs may become an acceptable social norm.

3. The fact that all parties involved in drug trade and drug-use offences attempt to avoid police attention

and these offences, therefore, are brought to the attention of the police only through active police intelligence activities.

D. Impact of Drug Use - A National Perspective

1. National security - Drug use inflicts direct damage to human resources - chronic users cannot function at all, and occasional users become less efficient.

2. National economy

   a. Productive manpower loss according to the number of drug users and the consequent damage to the labor force.

   b. Costly rehabilitation treatments for drug addicts.

   c. The creation of a sizeable "black market", estimated at hundreds of "tax free" dollars annually.

3. Social system

   a. Youngsters drop out of school and deviate from the normal path of adolescent growth and development.

   b. A significant growth in the crime rate and consequently, damage to the quality of life of the citizens of the State.

4. Crime situation - A sharp increase in crime - violence, murders and property offences are carried out regularly as a by-product of the power struggle

within the drug market and the need to finance drug consumption.

II. Characteristics of the Drug Market in Israel

The three most common drugs on the Israeli drug market are: hashish, heroin and cocaine. Other drugs - synthetic, etc. are less common.

A. Hashish

Hashish is produced from cannabis, a hallucigenic plant, and considered a "soft" drug. Most hashish found in Israel is cultivated in Lebanon, mainly in the Beqa' Valley.

Estimates indicate that Lebanon manufactures up to 1,000 tons of hashish annually. Most of the product is shipped to Egypt, while 20-40 tons find their way into Israel.

Hashish is known to immediately affect concentration, the sense of time and space, and motor coordination, and in the long run, to be detrimental to learning abilities, to decrease ambition and damage personal functioning at all levels of life. The number of hashish users in Israel is estimated to be in the tens of thousands scattered throughout all strata of society.

Hashish is a well known drug in this area of the Middle East and has been used by the civilizations in the Middle East for centuries.

Special attention is drawn to the use of hashish - since the drug is considered "soft", it is found to be in common use among teenagers, soldiers, and students, and the dangerous affect of the drug is practically ignored.

B. Heroin

Heroin is a product of opium orginating from the poppy plant processed in a laboratory. Heroin is a depressant narcotic and considered a "hard" drug, since it leads to addiction/dependence.

Most of the heroin originates in Southeast and Southwest Asia, and it usually reaches Israel via Europe. Recently, events indicate that heroin is being manufactured in the northern part of the Beqa' Valley in Lebanon and in Northern Syria.

Use of heroin leads to physical and psychological dependence, and can lead to damage to most of the body's internal organs and to possible death. The number of habitual heroin users in Israel is growing every year - we believe that there are approximately 10,000 occasional users, and about 20,000 heroin addicts, ranging from all strata of Israeli society.

Heroin was first introduced into Israel in the mid 70's and found a ready market. Since then, the demand for heroin has been growing steadily.

C. Cocaine

Cocaine is a stimulant drug processed from the coca plant grown on the Andes in South America. Recent research indicate that cocaine is a "hard" drug which leads the user to physical and psychological dependence, as in the user of heroin.

Crack is a by-product of cocaine, and has even more severe effects on the human body.

III. Trends in the Israeli Narcotic Market

The rapid growth of drug problems in Israel is cause for serious concern from every aspect.

A. The ratio of "hard" and "soft" drugs - In 1974, hashish consisted of 100% of the drug market; at this time, heroin makes up about 50% of the total.

B. An increase in volume of use - Use of heroin did not replace hashish, but was added to the circle of drug use. Today cocaine is being introduced into the Israeli market.

C. A significant increase in the quantities of heroin smuggled into Israel - According to intelligence estimates, the quantities of heroin brought into Israel are as follows:

1982	80 kilograms of heroin
1985	200 kilograms of heroin
1986	400 kilograms of heroin
1987	800 kilograms of heroin
1989	1,500 kilograms of heroin

D. The volume of heroin shipments has also grown significantly. In recent years, the Israel Police has exposed several networks which smuggled into the country quantities amounting to over 40 kilos of heroin, compared to an average of 1 kilo per consignment in previous years.

E. The number of "hard" drug addicts is estimated at 20,000.

F. The number of drug users of various frequencies and forms is estimated at 200,000.

G. The number of traffickers smuggling heroin into Israel has escalated from a few dozen to a few hundered at the medium to high levels of the drug trade, and are scattered throughout every town in Israel, from Kiryat Shmona in the North, to Eilat in the South.

H. The number fatalities as a result of drug use is 60-70 deaths per year.

I. Many murders and attempted murders are drug-related, particularly as a result of the power struggle in the drug market.

J. A significant number of property offences are drug-related. These often originate from the need of the drug user to finance his drug consumption needs. Some of the drug-users are pushed to selling drugs in order to finance their own daily consumption needs.

IV. <u>Routes for Smuggling Drugs into Israel</u>

A. Israel has no commercial processing facilities for illegal drugs, therefore, these must be imported. Several routes are used in order to enable the dealers to supply the local demand.

B. International Borders

1. The Lebanese border - According to intelligence information, most hashish and heroin smuggling is carried out via this route.

The border between Israel and Southern Lebanon is considered, by Israeli standards, to be a peaceful border, through which pass, daily, hundreds of people from Lebanon into Israel and back, i.e., laborers,

residents of Lebanon who work in Israel, visitors from Lebanon, SLA (South Lebanese Army) soldiers, Israel Defence Forces soldiers, UN personnel, etc.

It is known that people carry drugs on their persons and hidden among their personal effects and in vehicles. Another effective method is to toss parcels containing drugs over border fences.

Despite efforts made by Israeli law enforcement authorities to intercept these shipments, some drug dealers succeed in smuggling their merchandise into Israel.

2. The Egyptian Border - Since law enforcement on the Northern Lebanese border has proven to be successful to a certain extent, smugglers have had to find an alternative route. Drugs are shipped (by sea) from Lebanon to Egypt, handed over to Bedouin drug dealers who can move freely in the Sinai desert, who in turn become the permanent suppliers for drug dealers in the central area of Israel.

3. The Jordanian Border - A few attempts have been made to smuggle drugs through Jordanian/Israeli border checkpoints. This route leads from Jordan along the Bay of Eilat, through the Sinai desert (Egyptian territory), where the Sinai Bedouins establish contact with their partners, Bedouins living within Israeli territory.

C. Airports and Seaports

1. The Ben Gurion International Airport is the main airfield in Israel, through which about 1 million

passengers pass every year. Drugs are smuggled by couriers, as well as in personal luggage and commercial cargo.

2. Drugs are smuggled through the Haifa and Ashdod seaports, arriving hidden in cars, containers and even on passengers. (Last year a container sent from Turkey to Israel was intercepted and 32 kilograms of heroin seized.)

D. Mail

Some mail items containing drugs are occasionally intercepted. Drugs have been found in letters (usually in very small quantities) and in various items such as books, electrical appliances, tools, etc.

V. Countries of origin of drug shipments to Israel

A. Lebanon is one of the leading drug producing countries growing and processing narcotics (heroin and hashish), and marketing the products all over the world including, of course, neighbouring Israel. We estimate that Israel is however, basically only a transit country for Lebanese drugs.

B. Egypt and Jordan function as transit countries as well (see Section 4 above).

C. Turkey is a popular arena for Israeli drug dealers, some of whom have family ties in the country and speak the language. Recently the Turkish Police, assisted by Israeli Police officers, seized a shipment of 42 kilos of heroin which was on its way to Israel. In addition, a consignment of 60 kilos of heroin was intercepted by the Turkish Police, as a result of their intelligence network, which was intended for Israel.

D. <u>Europe</u> - Holland, Belgium, and Germany are centres for criminal activity by Israeli offenders in Europe. Drug shipments, growing in size and volume, are being shipped to Israel from there, especially by mail and air cargo.

E. <u>Thailand</u> is the main country of origin for heroin destined for the Israeli market. Several Israeli offenders have been arrested by local Thai police and are presently serving prison terms in Thai jails.

F. The <u>USA</u> and <u>South America</u> are countries of origin or transit for cocaine, especially in commercial parcels, or by courier, who carry the drug on or in their bodies and in their personal effects.

VI. <u>Drug Enforcement by the Israel Police</u>

A. The law: The <u>Israel Drug Ordinance</u> defines the legal and illegal aspects of narcotics. An appendix to the Ordinance lists all prohibited substances and is included in international charters on narcotics.

1. Offenders of drug use and possession (of any and all prohibited drugs) may be sentenced to a maximum of 3 years imprisonment.

2. Offenders of drug trafficking (importation, financing, mediating, etc.) may be fined and sentenced to up to 20 years imprisonment.

3. A person can face up to 25 years imprisonment for enticing a minor to the use drugs (any illegal drug).

4. Forfeiture of property - The law allows for the forfeiture of property owned by convicted drug dealers as per court decision.

9208643

5. Driving and business licences can be suspended if a person has been convicted in accordance with the Dangerous Drugs Ordinance Law.

B. Law enforcement is carried out at both demand and consumption levels:

1. The demand level is "attacked" by focusing on drug importers and wholesalers.

2. The consumption level is "attacked" by enforcing the laws regarding drug use, through deterrent and preventive actions, as well as by directing police work towards drug sales points against both dealers and consumers.

   Drug enforcement is carried out at all levels of police unit deployment, starting from the level of local police stations, which are usually assigned to deal with street level or retail drug deals, up to the regional and district levels, which are assigned to deal with the demand level or the wholesalers.

3. Special additional units are assigned to function as follows:

   a. The Lebanese Border Unit's function is to prevent drug infiltration from Lebanon into Israel.

   b. The Airport Unit's function is to prevent drug smuggling through Ben Gurion Airport.

   c. An Egyptian Border Unit is to be established in the near future in order to deal with drug smuggling in the South.

E. The Israel Police will continue in its attempt to halt drug importation and reduce local demand, while concentrating on the most sensitive high risk group - the youth.

9208643

d. The Israel Police Drug Liaison Officers in Europe (in France and in the Netherlands) cooperate with the European police forces. The Israel Police Representatives in the USA and Germany also assist local police forces whenever necessary.

e. The Interpol office in the International Relations Section of the Israel Police is in permanent contact with foreign police forces through the Israel Police representatives (see above) and via Interpol channels.

We should like to particularly stress the importance of the assistance received from the DEA, especially from the DEA-DLO in Nicosia.

VII. <u>Conclusion</u>

A. The Israel Police regards drug enforcement to be of top priority.

B. The Israel Police will continue in its efforts to frustrate and thwart the importation of drugs at all levels.

C. The Israel Police requires various technological resources such as optical and electronic equipment, vehicles, communication systems and training, to carry out its mission more effectively.

D. The Israel Police continuously seeks ways of furthering mutual relations with other foreign drug enforcement agencies, especially with the Egyptian authorities, particularly in view of the growth in drug-trafficking over the Egyptian border.

APPENDIX

Table 1	Annual drug seizures by the Israel Police (in kilograms)
Table 2	Average drug prices (in NIS, 1 NIS = $ 2.43)
Table 3	Total drug related criminal files (drug sales + drug use)
Table 4	Drug offenders, according to categories of age, sex and nationality - 1990
Table 5	Juvenile and adult offenders - 1989 & 1990

Table 1

Annual Drug Seizures (in kilograms)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Heroin	6.5	12.9	45	62.4	91.9	88
Cocaine	0.2	3.7	2.4	16.3	3.7	12
Hashish	4900	5200	16,000	9,800	6,200	1,858

Table 2

Average Prices of Drugs in NIS ($1 = 2.4 NIS)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Heroin (kgs)	200	400	800	1500	3500	1700
Cocaine (kgs)	25	50	100	240	240	240
Hashish (tons)	-----	-----	------	58	52	19

Table 3

Total Drug-Related Criminal Files on a National Basis

	1988	1989	1990	1989-90 Change (%)
Sale	2041	3030	2851	-5.9%
Use	4304	5004	4946	-1.1%

Table 4

Drug Offenders - According to Age, Sex and Nationality - 1990

Total Offenders	12-13	14-15	16-17	18-21	22-35	36-50	51+
7,740	3	25	134	926	5,324	1,213	115

Sex		Nationality	
Males	Females	Jews	Non Jews
6,900	840	5,999	1,741

9208643

Table 5

Juvenile and Adult Offenders - 1989 and 1990

	Juveniles	Adults	Total	Percent Juveniles
1989	293	7,763	8,056	3.6
1990	162	7,578	7,740	2.1

Total Percentage of Change Offenders	Percentage of Change Juvenile Offenders
-3.9	-44.7

 9208643

SECRET

Nº DOCUMENTO

11TH JUNE 1992

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

REPORT NO.: 11 /3761

SUBJECT: INTELLIGENCE REVIEW

ATTACHED PLEASE FIND A COPY OF THE ANNUAL REPORT: 'DANGEROUS DRUGS - ISRAEL 1991'.

ATTACHMENT

2/..

01/14 9208644

INFORME ANUAL SOBRE DROGAS PELIGROSAS EN ISRAEL, AÑO 1991

GENERALIDADES.

1. El mercado de narcóticos en Israel es activo, tanto en cuanto a consumidores como a traficantes. Todas las drogas comunes están disponibles en este país, y su demanda varía. Las drogas se contrabandean a través de las fronteras, pero también se ha intentado producirlas dentro del país.

2. Las drogas más populares que se consumen y distribuyen en Israel continúan siendo el hachís y la heroína. El mercado de la cocaína todavía es secundario. El análisis de los patrones de consumo demuestra que el consumidor israelí todavía no sigue los patrones de los EE. UU. y Europa, donde la cocaína, el crack y las drogas sintéticas han reemplazado a la heroína y el hashis.

INCAUTACIONES DE DROGAS EN ISRAEL Y LÍBANO DEL SUR

4. Durante 1991 se incautaron las siguientes cantidades en Israel:

- heroína — 52 kg
- Hashis — 1360 "
- Marihuana y cannabis - 111 kg.
- Cocaína — 13 kg

Nota: las cantidades de cocaína en los dos últimos años son similares.-

7.- En Líbano del Sur: 18.6 kgs de heroína.

EL INFORME CONTINUA CON DETALLES SOBRE C/TIPO DE DROGA, DATOS → (SIGUE)

19208644

02

SOBRE MUERTES POR SOBREDOSIS, RUTAS DE TRAFICO Y UN "PRONOSTICO" O APRECIACION PARA 1992 (PAG. 12 Y 13) =

GENERAL

1. THE NARCOTICS MARKET IN ISRAEL IS ACTIVE IN BOTH THE CONSUMER AND DEALER ASPECTS. ALL THE USUAL NARCOTICS ARE AVAILABLE IN ISRAEL AND DEMAND VARIES. NARCOTICS ARE SMUGGLED INTO THE COUNTRY FROM ACROSS THE BORDERS AND ATTEMPTS HAVE BEEN MADE TO PRODUCE THEM LOCALLY.

2. THE MOST POPULAR NARCOTICS DISTRIBUTED AND CONSUMED IN ISRAEL CONTINUE TO BE HASHISH AND HEROIN. THE COCAINE MARKET IN THIS COUNTRY IS STILL A SECONDARY ONE. AN ANALYSIS OF THE PATTERNS OF CONSUMPTION SHOWS THAT THE ISRAELI CONSUMER DOES NOT YET FOLLOW EUROPE AND THE UNITED STATES WHERE COCAINE, CRACK AND SYNTHETIC DRUGS HAVE REPLACED HEROIN AND HASHISH.

3. A TRUE PICTURE OF WHAT IS HAPPENING IN THIS MARKET AND AN ASSESSMENT OF THE SCOPE OF ITS ACTIVITIES IS AN INVOLVED PROCESS, AFFECTED BY NUMEROUS FACTORS, AND THERE ARE GAPS BETWEEN THE DATA AND THE EVALUATIONS OF DIFFERENT BODIES.

SEIZURE OF DRUGS IN ISRAEL, SOUTH LEBANON AND EUROPE

4. IN THE COURSE OF 1991, THE FOLLOWING DRUGS WERE SEIZED IN ISRAEL, OR SPOTTED AND INTERCEPTED ON THE BASIS OF INFORMATION RECEIVED, IN THE COUNTRY FROM WHICH IT WAS SENT:

4/..

A. 52 KG OF HEROIN

B. 1360 KG OF HASHISH

C. 111 KG OF MARIJUANA AND CANABIS

D. 13 KG OF COCAINE.

5. 1989 WAS A RECORD YEAR FOR SEIZURE OF HEROIN AND HASHISH. IN 1990 THERE WAS A DROP IN THE AMOUNT OF SEIZURES, WHICH CONTINUED IN 1991. THE AMOUNTS OF COCAINE SEIZED DURING THE LAST TWO YEARS ARE SIMILAR.

6. MOST OF THE HASHISH SEIZED IN ISRAEL IN 1991 - 683 KG - WAS CAPTURED IN ONE OPERATION. MOST OF THE COCAINE SEIZED IN ISRAEL IN THE YEAR UNDER REVIEW - 11.5 KG - WAS ALSO CAPTURED IN ONE OPERATION. THE AMOUNT OF HEROIN SEIZED IN 1991, TOO, WAS CAPTURED IN ONE OPERATION.

7. <u>SEIZURES IN SOUTH LEBANON</u> - 18.6 KG OF HEROIN.

<u>THE COMMON DRUGS</u>

<u>GROWING OF CANNABIS AND PRODUCTION OF MARIJUANA</u>

8. WHILE MOST OF THE HASHISH IS IMPORTED INTO ISRAEL, ATTEMPTS ARE BEING MADE TO GROW CANNABIS LOCALLY AND TO PRODUCE MARIJUANA IN THE COUNTRY, ACCORDING TO INTELLIGENCE REPORTS AND CONCLUSIONS DRAWN FROM DRUGS CAPTURED IN ISRAEL.

5/..

LABORATORY-PRODUCED SYNTHETIC DRUGS

9. THE DISCOVERY OF A LABORATORY PRODUCING A SYNTHETIC DRUG IN TEL-AVIV INDICATES AN ATTEMPT TO PRODUCE DRUGS UNDERGROUND. STILL, MOST OF THE SYNTHETIC DRUGS FOUND IN THE COUNTRY ARE IMPORTED.

10. HEROIN - A SUMMARY OF INTELLIGENCE REPORTING INDICATE THAT IN THE COURSE OF 1991, THERE WERE PLANS TO IMPORT SOME 2100 KG OF HEROIN. MOST OF THE DRUG WAS TO ARRIVE FROM LEBANON AND THE REST FROM EUROPE, MAINLY FROM TURKEY AND THE NETHERLANDS. REPORTS HAVE ALSO BEEN RECEIVED ON PLANS TO SMUGGLE HEROIN FROM EGYPT. COMPARED WITH 1990, THE PRICE OF A DOSE OF HEROIN IN 1991 STABILIZED AT NIS 50.-, EXCEPT IN TEL-AVIV WHERE THE PRICE WAS HIGHER, NIS 75-100. HEROIN, BOUGHT BY THE KILOGRAM, WAS CHEAPEST IN THE NORTH OF THE COUNTRY.

11. CANNABIS AND CANNABIS PRODUCTS

HASHISH - A DECREASE IN THE AMOUNT OF HASHISH SEIZED IN ISRAEL BEGAN IN 1990 AND CONTINUED THROUGHOUT 1991. IN 1991, 1360 KG OF HASHISH WERE SEIZED. INTELLIGENCE REPORT INDICATE THAT THERE HAD BEEN PLANS TO IMPORT 17 TONS OF HASHISH INTO THE COUNTRY. ACCORDING TO MOST OF THE REPORTS, THE SOURCE OF THE HASHISH WAS LEBANON AND THE DRUG WAS TO BE SMUGGLED INTO ISRAEL DIRECTLY ACROSS THE NORTHERN BORDER. SOME OF THE DRUG ORIGINATING IN LEBANON WAS TO BE SMUGGLED IN VIA EGYPT. THE PRICE OF A JOINT OF HASHISH ROSE THROUGHOUT ISRAEL IN 1991, EXCEPT FOR THE TEL-AVIV AREA WHERE THE PRICE ACTUALLY DROPPED. (IN 1990, THE PRICE OF HASHISH ON THE TEL-AVIV MARKET WAS THE HIGHEST IN THE

6/..

COUNTRY). FOR A KILOGRAM OF HASHISH THERE WAS NO UNIFORM PRICE, AND IT DIFFERS FROM ONE PART OF THE COUNTRY TO THE NEXT.

MARIJUANA

12. THE CAPTURE OF SOME CANNABIS AND MARIJUANA SEEDLINGS IN THE COURSE OF 1991 BEARS WITNESS TO ATTEMPTS ON THE PART OF THE ISRAELI CONSUMER TO GROW AND PRODUCE HIS OWN DRUG. HOWEVER, THIS WAS NOT INTENDED TO REPLACE IMPORTING THE DRUG. IN PREVIOUS YEARS, ONLY A FEW SUCH CASES WERE RECORDED AND VERY SCANTY INFORMATION WAS RECEIVED ON THE SUBJECT. IN 1991, HOWEVER, MUCH MORE INFORMATION WAS RECEIVED AND 111 KG OF CANNABIS AND MARIJUANA WERE SEIZED.

13. AN ANALYSIS AND COMPARISON BETWEEN THE INTELLIGENCE REPORTS RECEIVED IN THE YEARS 1990 AND 1991 RESPECTIVELY, PRODUCES THE FOLLOWING PICTURE:

A. WHILE THE CANNABIS SEIZED AND DESTROYED IN 1990 WAS GROWN FOR SELF-CONSUMPTION IN A FLOWER POT, IN THE BACKYARD OR NEAR THE CONSUMER'S HOME, IN 1991 THERE WAS A CONSIDERABLE NUMBER OF REPORTS ABOUT THE PLANT BEING CULTIVATED ON TRACTS OF LAND FOR THE PURPOSE OF PRODUCING AND MARKETING MARIJUANA.

B. ACCORDING TO AVAILABLE REPORTS THERE ARE NO PERMANENT PLOTS OF LAND UNDER CULTIVATION, BUT CANNABIS IS GROWN HERE AND THERE THROUGHOUT THE COUNTRY, PARTICULARLY IN THE TEL-AVIV REGION, AROUND GAZA AND IN THE NORTH OF ISRAEL. TWO

7/..

EXAMPLES: 1,000 SEEDS WERE PLANTED NORTH OF TEL-AVIV OF WHICH 400 SEEDLINGS DEVELOPED, AND IN THE NEGEV A FARMER GREW CANNABIS ON AGRICULTURAL LAND AND WAS CONSIDERED THE CHEAPEST SOURCE IN THE COUNTRY. NUMEROUS REPORTS SPOKE OF CANNABIS BEING GROWN IN THE GAZA STRIP.

C. MOST OF THE ACTUAL SEIZURES TOOK PLACE IN THE SOUTH OF THE COUNTRY AND IN THE GAZA AREA, AND A FEW IN THE TEL-AVIV REGION.

D. WHILE IN 1990 INTELLIGENCE REPORTS SPOKE OF SMALL QUANTITIES OF CANNABIS BEING GROWN FOR SELF-CONSUMPTION, IN 1991 IT WAS A MATTER OF TENS OF KILOGRAMS GROWN FOR PRODUCTION AND MARKETING.

14. MARIJUANA FOR PERSONAL USE IS USUALLY SOLD IN MATCH-BOXES, BUT THERE ARE ALSO SALES ON A LARGER SCALE. THE PRICE OF A MATCH-BOX OF MARIJUANA VARIES BETWEEN NIS 30.- AND NIS 50.-. (FOR A DETAILED LIST OF PRICES IN 1991 - SEE APPENDIX).

15. THOSE GROWING AND SELLING THE DRUG ARE MOSTLY KNOW CRIMINALS, DEALING MAINLY IN MARIJUANA. SOME ALSO DEAL IN OTHER DRUGS.

<u>COCAINE</u>

16. THE FIGURES REGARDING SEIZURES OF COCAINE ARE ABOUT THE SAME FOR 1990 AND 1991: 12 KG AND 13 KG RESPECTIVELY. ACCORDING TO AVAILABLE DATA, THE AMOUNTS PLANNED TO BE IMPORTED IN THE YEARS

8/..

1989/90 WERE 200 KG AND IN 1991 - 157 KG.

THE RELATIVE STABILITY OF THOSE FIGURES CANNOT BE REGARDED AS AN INDICATION OF A TREND AND DOES NOT PROVIDE INFORMATION ABOUT THE COCAINE MARKET IN ISRAEL, OF WHICH LITTLE IS SO FAR KNOWN.

17. IN TEL-AVIV, THE PRICES OF COCAINE WERE STEADY: 1 GRAM WAS SOLD FOR NIS 250.-. IN THE SOUTH OF THE COUNTRY, ON THE OTHER HAND, THERE WAS A SHARP RISE IN THE PRICE OF THE DRUG.

SYNTHETIC DRUGS

18. JUDGING BY SEIZURES OF MATERIAL AND BY INTELLIGENCE REPORTS, THE USE OF SYNTHETIC DRUGS HAS ONLY RECENTLY BEEN INTRODUCED IN ISRAEL. IN MAY 1991, ECSTASY AND PYTHON WERE AMONG THE DRUGS ADDED TO THE INDEX OF THE DANGEROUS DRUGS LAW. IN THE COURSE OF 1991, THE ANALYTICAL LABORATORY DEALT WITH 55 CASES OF PYTHON. ALL THE ECSTASY SAMPLES WERE IDENTIFIED AS METHAMPHETAMINE.

19. IT IS NOT KNOWN WHETHER THE METHAMPHETAMINE WAS SOLD TO THE CONSUMERS AS SUCH OR AS ECSTASY, AND IT IS NOT CERTAIN WHETHER THERE IS A PERMANENT POPULATION OF CONSUMERS OF THE DRUG.

20. ACCORDING TO THE INFORMATION AVAILABLE, MOST OF THE SYNTHETIC DRUGS ARE IMPORTED INTO THE COUNTRY.

21. THE DISCOVERY OF AN UNDERGROUND LABORATORY IN SEPTEMBER 1991 - FOR THE FIRST TIME IN ISRAEL - IS EVIDENCE OF AN ATTEMPT TO PRODUCE SYNTHETIC DRUGS IN THE COUNTRY. THE LABORATORY, INSTALLED IN AN APARTMENT BUILDING IN THE NORTH OF TEL-AVIV,

9/..

PRODUCED INDUSTRIALLY CAPSULES AND TABLETS OF METHAPHETAMINE, AND IT SEEMS THAT THE PEOPLE RESPONSIBLE WERE NEAR TO PRODUCING ECSTASY. THE WELL-EQUIPPED LABORATORY ACQUIRED ALL ITS EQUIPMENT IN ISRAEL AND BOUGHT THE RAW MATERIALS LEGALLY FROM COMMERCIAL SUPPLIERS. PROFESSIONAL LITERATURE ON CHEMISTRY AND PHARMACOLOGY, AS WELL AS DETAILED PRESCRIPTIONS FOR THE PREPARATION OF THE DRUGS WERE ALSO FOUND.

22. THE LABORATORY WAS RUN BY ONLY TWO MEN. NEITHER OF THEM HAD ANY FORMAL EDUCATION IN CHEMISTRY. A THIRD MAN WAS EMPLOYED FOR THE ACQUISITION OF RAW MATERIALS, MARKETING AND DISTRIBUTION TO CONSUMERS. THE TABLETS WERE SOLD TO THE CONSUMERS FOR NIS 30-60 A TABLET.

23. THE INVESTIGATION REVEALED THAT NONE OF THE MEN INVOLVED WAS HIMSELF A DRUG USER. THE MAN RESPONSIBLE FOR MARKETING AS WELL AS MOST OF THE 'PUSHERS' AND CONSUMERS HAD NO CRIMINAL RECORD. IT SEEMS THAT THE CONSUMER POPULATION USED IT AS A 'RECREATIONAL DRUG'. THE LABORATORY HAD OPERATED ONLY FOR A SHORT WHILE BEFORE IT WAS DISCOVERED. 1,500 TABLETS OF METHAMPHETAMINE WERE FOUND ON THE PREMISES.

<u>OVERDOSE DEATHS</u>

24. IN JULY/AUGUST 1991, THE PRESS CARRIED EXTENSIVE REPORTS ABOUT 'A WAVE OF DEATHS' OF DRUG-ADDICTS FROM 'INTENTIONALLY POISONED' DOSES OF DRUGS. WHEREVER SAMPLES OF THE DRUGS USED WERE SEIZED, NO POISON WAS DISCOVERED IN THEM BY THE POLICE SCIENTIFIC IDENTIFICATION DEPARTMENT.

10/..

25. CONTRARY TO THE PRESS REPORTS, THERE WAS NO DRAMATIC RISE IN THE NUMBER OF DEATHS OF DRUG ADDICTS IN THE PERIOD JANUARY-AUGUST 1991: A TOTAL OF 27 SUCH DEATHS WERE RECORDED. BETWEEN 50-60 BODIES OF ADDICTS ARE RECEIVED AT THE FORENSIC MEDICINE INSTITUTE ANNUALLY. IT IS ASSESSED THAT ABOUT 60 TO 70 DRUG ADDICTS DIE ANNUALLY AS A RESULT OF THEIR ADDICTION. IT MAY WELL BE THAT THE EXAGGERATED REPORTS ABOUT A 'WAVE' WAS CAUSED BY AN ACCIDENTAL CONCENTRATION OF DEATHS (18) THAT HAD OCCURRED DURING THE MONTHS JUNE-JULY 1991.

SMUGGLING ROUTES

26. THE ROUTES ALONG WHICH DANGEROUS DRUGS ARE SMUGGLED INTO ISRAEL DID NOT CHANGE DURING 1991:

A. THE BORDER WITH LEBANON

(1) OVERLAND, FROM THE LEBANESE BORDER TO THE CENTRE OF THE COUNTRY AND ON TO THE SOUTH.

(2) FROM THE LEBANESE BORDER BY SEA TO THE GAZA STRIP AND FROM THERE OVERLAND TO EGYPT VIA THE NEGEV.

B. THE BORDER WITH EGYPT AND JORDAN - OVERLAND ROUTE. THE DRUGS ORIGINATED MOSTLY IN LEBANON.

C. AIR AND SEA PORTS - NARCOTICS ARE SMUGGLED INTO ISRAEL THROUGH AIRPORTS AND SEA PORTS, MOSTLY FROM EUROPE.

11/..

27. IN THE WAKE OF POLICE ACTION AND THE CAPTURE OF CONSIGNMENTS AT THE NORTHERN BORDER AND THE ACTIVITIES OF NAVY PATROLS:

A. SMUGGLING FROM ACROSS THE BORDER WITH EGYPT AND JORDAN INTO THE SOUTH OF ISRAEL INCREASED.

B. THE IMPORT OF HEROIN FROM TURKEY, A RELATIVELY SAFE ROUTE, INCREASES IN SCOPE AND IMPORTANCE.

28. HASHISH - THE COUNTRY OF ORIGIN OF ALL THE HASHISH FOUND IN ISRAEL CONTINUED TO BE LEBANON. THE DRUG IS SMUGGLED INTO THE COUNTRY DIRECTLY FROM ACROSS THE BORDER, OR INDIRECTLY, THROUGH EGYPT, JORDAN AND CYPRUS.

29. HEROIN - MOST OF THE HEROIN CONSIGNMENTS INTERCEPTED IN ISRAEL (40 KG) ORIGINATED IN LEBANON. LARGE QUANTITIES OF HEROIN (164 KG) DESTINED FOR ISRAEL, WERE CAPTURED IN TURKEY.

30. COCAINE - ARRIVES IN ISRAEL DIRECTLY FROM SOUTH AMERICA, OR VIA EUROPE, I.E. FROM THE NETHERLANDS AND MAINLY FROM SPAIN, THE EUROPEAN CENTRE OF THE COCAINE TRADE. THE DRUG IS DISTRIBUTED WITHIN THE COUNTRY THROUGH LOCAL DEALERS.

31. SYNTHETIC DRUGS - ARE SMUGGLED INTO THE COUNTRY FORM EUROPE OR THE UNITED STATES ON THE PASSENGERS THEMSELVES OR CACHED IN PERSONAL LUGGAGE.

12/..

FORECAST FOR 1992

32. TYPES OF DRUGS

A. HEROIN AND HASHISH WILL CONTINUE TO BE THE MOST POPULAR IN ISRAEL. THE CONSUMPTION OF COCAINE CANNOT BE FORECAST FOR LACK OF INFORMATION. THE ATTEMPTS AT LOCAL PRODUCTION MADE IN 1991 WILL CONTINUE IN 1992: CULTIVATION OF CANNABIS AND PRODUCTION OF HASHISH.

LABORATORY PRODUCTION OF SYNTHETIC DRUGS

B. WHILST SOME OF THE CONSUMPTION WILL BE SUPPLIED BY LOCAL PRODUCTION, MOST OF THE CANNABIS PRODUCTS AND SYNTHETIC DRUGS WILL CONTINUE TO BE SMUGGLED INTO THE COUNTRY.

33. SMUGGLING AND DISTRIBUTION ROUTES

A. THE IMPORT OF HEROIN FROM TURKEY WILL INCREASE. TURKEY MAY REPLACE LEBANON AS THE PRINCIPAL SUPPLIER OF THE DRUG TO ISRAEL.

B. MOST OF THE HASHISH WILL CONTINUE TO BE SMUGGLED INTO THE COUNTRY DIRECTLY OR INDIRECTLY FROM LEBANON.

13/..

C. A NEW IMPORT ROUTE OF DRUGS MAY DEVELOP FROM EASTERN EUROPE. AT PRESENT, THE SCOPE OF SUCH A ROUTE IS DIFFICULT TO FORECAST.

EMBAJADA DE ISRAEL | **שגרירות ישראל**

Montevideo, 4 de setiembre de 1992

Coronel Luis P. Aranco
Dirección Gral. de Información de Defensa
Presente

De mi mayor consideración:

Me es muy grato comunicarle que hemos recibido el informe solicitado por Uds. a que se refiere a los siguientes temas:

1: Comentarios en general

2) Agradecimiento por el excelente informe recibido de la Dirección, incluyendo el mapa que conjuntamente formaron una visión muy clara.
Se detallarán mas los temas en la próxima visita del Sr. Eidan

3) En la investigación sobre la lista de personal que trabaja en la Embajada de Irán en Israel se detalla lo siguiente:

a) El Sr. Kabiri Rahani Mohamad funcionario de dicha Embajada en 1984 el individuo formó parte como oficial en el Servicio de Espionaje Iraní y es sospechoso de haber formado parte del Servicio de Inteligencia de Irán

b) El Sr. Ahmad Au Saidi fue Tercer Secretario de la Embajada de Iran en Yugoslavia y no existe otra información sobre el hasta el día de hoy

c) Con respecto al resto, Amir Hohjoo, Barreto Santana Adriana Nancy, Alfieri Bellizia Biagio Mario, Gutín de Bertolini Ana Susana, y Pezesh Kejad Jamshid: no tenemos detalles sobre ellos.

En resumen, fuera del Sr. Kabiri no existen sospechas de que el resto de los funcionarios sean sospechosos de

EMBAJADA DE ISRAEL שגרירות ישראל

pertenecer a la Inteligencia Iraní.

Se adjunta la información referente a las drogas que Uds. solicitaron.

Hago propicia la ocasión para saludar a Ud. muy atentamente.

Itzhak Lavie-Bachman
Segundo Secretario

Br. Artigas 1585 Teléf. 40 41 64/66 Telex: MEMISRA UY26497

92 08645.

02 02

SECRETO

EMBAJADA BRITANICA,

MONTEVIDEO.

10 de setiembre 1992

Coronel Luis P Aranco
Jefe del Departamento II (Exterior)
Dirección General de Información de Defensa
Ministerio de Defensa

De mi mayor consideración:

Muchas gracias por su carta de fecha 9 de setiembre y la invitación para que uno o dos representantes del Servicio Británico concurran de Londres en octubre.

Ya he mandado esta información a Londres y voy a ponerme en contacto con Usted al recibir las respuestas de mis autoridades.

Saluda muy atentamente

Tony Lovelock

A T J Lovelock

SECRETO

01-01

9208646

INFORME DE INTELIGENCIA ESPECIAL

TEXTO

ANALISIS SOBRE EL BANCO DE CREDITO Y COMERCIO INTERNACIONAL.

124

1.INTRODUCCION:

El BANK OF CREDIT AND COMMERCE INTERNATIONAL (BCCI) [illegible] 1972 por el paquistaní Aga Hasan ABEDI, valiéndose de los [illegible]os con[illegible] [illegible] durante la época en que se desempeñó como gerente del UNITED BANK [illegible]

El objetivo habría sido desde un comienzo la formación de [illegible] bancos [illegible] más grandes del mundo, y la estructura organizativa especial del BCCI deja entrever que ABEDI estaba preparado para inmiscuirse y camuflar los negocios ilegales, asegurándose la ayuda de personalidades de peso internacional, tales como Lord CALAHAM, Clark CLIFFORD (ex Secretario de Defensa de los EEUU), o ex funcionarios de gobiernos en Jamaica, Perú, Panamá, etc. También intentó involucrar al ex Presidente James CARTER y a PEREZ DE CUELLAR.

Con la ayuda de importantes figuras del ambiente financiero y en contacto con el BANK OF AMERIKA californiano, el BCCI llegó a convertirse rápidamente en uno de los bancos privados más grandes a nivel mundial.

Esta institución operaba en 73 países y en JUL91 registraba depósitos cercanos a los 22.100 millones de dólares. En tanto, el faltante o capital no recuperable oscilaba [illegible]000 y 20.[illegible] millones de dólares.

124

En cuanto a las operaciones del holding, éstas se dividían [illegible] financia[illegible] [illegible] captación de depósitos y el otorgamiento de créditos.

El BCCI, según su capital declarado, llegó a situarse [illegible] la [illegible] mundial, retrocediendo luego ante el empuje de la banca japonesa.

En un primer momento, el holding se estableció en el Gran Ducado de Luxemburgo, y la casa matriz en Londres; pero el principal centro de operaciones y poder se mantuvo en Karachi, Pakistán.

El perfil psicológico de Agha Hasan ABEDI lo presenta ante el mundo musulmán como un personaje místico que intenta dar un sentido espiritual a sus actividades financieras, en donde lo primordial es la realización integral del individuo y de su organización.

De acuerdo con esta filosofía, ABEDI determinó para el BCCI una misión que trasciende el mero crecimiento monetario y material. Así, el banco debía liderar el proceso de desarrollo y reivindicación de los "pueblos oprimidos del Tercer Mundo", y especialmente de la nación árabe.

Como resulta incompatible para la moral musulmana ganar dinero con intereses, y la usura está prohibida por el Corán, la mejor forma de obtener ganancias era hacer inversiones rediituables o buenos negocios, estos últimos de cualquier tipo.

PAREDES RECO LETELIBURE

C1 - 24

9208649

Agha Hasan ABEDI era secundado en el BCCI por el financista árabe Swaleh NAQVI, Presidente de la Institución.

Asimismo, los nombrados se encuentran vinculados al general Kamal ADHEM (ex jefe de los servicios de inteligencia de Arabia Saudita), y al empresario Gaith PHARAON.

Gaith PHARAON posee negocios en veinte países y tiene a su cargo 10.000 personas. En Arabia es líder en el negocio del cemento y del transporte: es principal accionista de la Arabian Maritime Co., de la Saudi Inland Transport y de Arabian Chemical Industries Ltd.

Su holding incluye empresas de exportación de granos; el 50% de los 1.200 supermercados "Premistere" (Francia), es accionista en la construcción del túnel bajo el Canal de la Mancha, y dueño de la cadena de hoteles Hyatt, además de accionista del BCCI y dueño de un hotel con 480 habitaciones cerca de Disneyworld.

Cuando se realizó la invasión soviética de Afganistán en 1978, Pakistán ofreció los servicios del BCCI para financiar operaciones clandestinas de la CIA en los territorios fronterizos al conflicto, apoyando a los rebeldes afganos.

Al mismo tiempo, el BCCI tejió una red de importantes influencias políticas y vínculos oficiales en el mundo desarrollado.

En este sentido, entre los depositantes del BCCI se encontraban 12 bancos centrales. El BCCI fue el primer banco extranjero en abrir una sucursal en Pekín y otra en Zimbabwe.

También ofreció una serie de ventajas financieras a países de América Latina, especialmente a aquellos que hallaron serias dificultades en los mercados internacionales debido a la cuestión de la deuda externa, como el caso de Perú.

Ya en 1982, el Subcomité de Supervisión Bancaria del Banco Internacional de Ajuste de Basilea trató el caso del BCCI con la intención de discutir la manera de regular la operatoria de holdings diversificados en grupos bancarios.

El citado banco, más allá de las denuncias de un fraude millonario que obligó a los bancos centrales de varios países a ordenar su clausura a comienzos del mes de julio, fue acusado de los cargos de falsificación y soborno, lavar dinero del narcotráfico, tráfico ilegal de armas y financiamiento del terrorismo.

En su parte informal, contaba con apoyo e inmunidad de extraterritorialidad, aparte de los Emiratos, en Paquistán.

La estructura principal estuvo dividida en tres bloques:

El BCCI, con centro de operaciones en Londres, conocido como Bank of Credit and Commerce International, con control sobre el BCCI S.A Luxemburg y que en la realidad constituía un holding con asiento en este Gran Ducado, holding que también controla la Compañía Naviera de los Hermanos Gokal de Paquistán, la que contaba con veinticinco sucursales en Gran Bretaña.

El BCCI OVERSEAS con asiento en las islas Caiman y la International Credit and Investment Company (ICIC) también en la isla, la que controla los bancos de Estados Unidos y sostiene una fundación sin fines de lucro.

De los bancos controlados en los EE.UU., la información indica que Ghaith Pharaon poseía una inversión de 500 millones de dólares en el National Bank de Georgia y también en el Independence Bank of California (aunque en Buenos Aires, Pharaon sostuvo que vendió sus acciones). Al jeque Saudí Adham, se le suponen inversiones por 313 millones de dolares en el First American Bank of Bankshares en Washington DC.

PARTES POCO LEGIBLES

C2

9208649

La ICIC actuaba como un banco secreto dentro del BCCI [illegible] en EE.UU. y era la responsable de
dirigir lo que se ha dado en llamar la "red negra", donde concurrían los servicios de inteligencia de varios países, el terrorismo y el narcotráfico para realizar las operaciones marginales o ilegales.

También controlaba casi el 10% de las acciones del holding de Luxemburgo y entre este y la ICIC controlaban a su vez el 50% del Banque de Commerce et de Placement con sede en Ginebra.

Además, el grupo BCC era propietario parcial de las siguientes subsidiarias: aparte del banco de Ginebra, del Metropolitan Bank Ltd. en Hong Kong y en San Francisco (EE.UU.) y el Kuwait International Finance Co, entre otros.

Finalmente, la Credit and Commerce American Investment NB de Holanda, sociedad cautiva del Credit and Commerce American Holdings NV de las Antillas Holandesas, controlaba, por intermedio del First American Corp. (Washington DC), los siguientes bancos en EEUU: First American Bank of Virginia, First American Bank of Washington, First American Bank of New York, First American Bank of Maryland, Valley Fidelity Bank And Trust Company de Knoxville (Tenn.), First American Bank Of Pensacola y First American International Bank de Miami.

Los primeros antecedentes oficiales de irregularidades en el BCCI
aparecieron a principios del año 1990, cuando la firma auditora International Price Waterhouse envió a los directores del BCCI, una lista de condiciones requeridas para la firma del balance; no obstante, la auditoría lo firmó dos semanas después.

En octubre del mismo año la auditoría expresaba sus críticas por la forma en que era administrado el banco.

En el caso del BCCI existen connotaciones inéditas que le dan una espectacularidad superlativa. En principio, se calcula que el giro de este banco rozaba los 20.000 millones de dólares, lo que habla a las claras de su importancia. En segundo lugar aparecería como la operación de "vaciamiento" más importante conocida hasta ahora.

Aparte de estar involucrado este banco con personajes como Ferdinando MARCOS, el General Manuel NORIEGA, Sadam HUSSEIN y Abu NIDAL, entre otros, cabe recordar que el Holding que manejaba los bancos de EE.UU., el First American Bankshares,era presidido por el abogado Clark CLIFFORD, ex secretario de Defensa de los EE.UU. y asesor de cuatro presidentes.

CLIFFORD y su socio Robert ALTMAN (esposo de la actriz Linda CARTER) fueron contratados para representar a un grupo de inversores de Oriente Medio para la compra del banco americano, actuando como testaferros para la adquisición del First American Bankshares.

Si bien no se tienen cifras precisas del posible desfalco del BCCI, la primera acción oficial contra este banco se produjo el 05JUL91, cuando comenzó una acción [illegible] coordinada con epicentro en Londres que permitió a las autoridades monetarias de [illegible] países (entre ellos EE.UU., Gran Bretaña, Luxemburgo, Alemania y Japón) cerrar las puertas de sus filiales y congelaron los fondos de esta entidad.

Según el Director del Instituto Monetario de Luxemburgo, Pierre JAANS, el BCCI tuvo una enorme pérdida operativa durante 1990 que no salió a la luz y para cubrirse, "tomó préstamos, ya que probablemente carece de capital".

El informe de la firma Price Waterhouse, sostuvo que los miembros del gobierno de Abu Dhabi ocultaron deliberadamente el papel de algunos de sus altos funcionarios gubernamentales en el fraude bancario, en tanto los archivos de Swaleh NAQVI demostrarían un amplio fraude y manipulación de registros de cuentas realizado en combinación con los representantes del Emirato.

PARTS RECUEILLIES

C3

9208649

Los auditores destacaron que los funcionarios de Abu Dhabi fueron informados en 1990 ampliamente sobre todos estos problemas y sin embargo aprobaron las cuentas del BCCI en 1989, que resultaron ser ficticias, y no pasaron la información al Price Waterhouse ni al Banco de Inglaterra.

En ABR90 el BCCI anunció pérdidas por 498 millones de dólares, y una auditoría secreta aportó evidencias de un amplio fraude interno en la institución. El sheik Zayed ben sultan AL NAHAYAN, jeque de Abu Dhabi, adquirió el 77% de las acciones del BCCI. Luego consintió la entrega de 84 millones de dólares para indemnizar a los clientes británicos, obteniendo un plazo de cuatro meses para la fecha de liquidación del banco. El Jeque, considerado un experto en finanzas, prefirió que las cosas se calmen antes de tomar decisiones para el salvataje del banco.

El 03ENE92, la Corte de Luxemburgo ordenó la liquidación del BCCI con sede en dicho país, poniendo en marcha el cierre de las agencias del banco por el mundo. El fallo afecta a las subsidiarias del BCCI que incluyen varias sucursales en Gran Bretaña, una en Holanda, dos en Alemania y ocho en los Emiratos Arabes Unidos. La liquidación en Luxemburgo desata un esquema de protección de depósito según el cual los liquidadores del banco pueden devolver el dinero a los depositantes.

En la actualidad, Aga Hasan ABEDI, que se encontraría en Pakistan y Swaleh NAQVI, quien estaría en Abu Dhabi, son los principales procesados en el caso.

2. EL BCCI EN EL MARCO MUNDIAL.

2.1.ESTADOS UNIDOS.

La CIA habría tenido conocimiento ya en la década del 80 de los negocios ilegales del BCCI, incluyendo sus vinculaciones con el terrorismo, y que habría informado de ello a los organismos estatales competentes de EE.UU.

Pese a ello, la CIA siguió financiando sus propias operaciones [illegible] a través de este banco. También estaba en conocimiento de que el grupo terrorista palestino de Abu NIDAL tenía cuentas en el BCCI y habría sido ésa precisamente la razón por la cual los servicios secretos de EE.UU y Gran Bretaña no habrían intervenido la institución pues a través de estas cuentas era posible obtener buena información sobre la red financiera y los planes de Abu Nidal.

Esto llevó a que la CIA inicie una investigación interna con la finalidad de verificar los eventuales lazos con el banco en el pasado. Mike MANSFIELD, portavoz de la CIA, sostuvo al respecto que éste "es el procedimiento que se sigue cada vez que surgen dudas de comportamientos ilícitos".

El vicedirector de la CIA, Richard KERR, aseguró que "es verdad que usamos el banco, pero como lo hacen todos, como un instrumento para depositar fondos". Sin embargo, no contestó cuando fue preguntado si el BCCI fue usado por la agencia para financiar a la resistencia afgana y a los "contras" de Nicaragua.

A su vez, Robert GATES fue puesto en la picota por el ex director de la Oficina de Aduanas, William VON KAAB, al informar públicamente que en 1986 fue el autor de un informe con el que la CIA lanzaba la alarma sobre las actividades criminales del BCCI y sobre la adquisición clandestina del First American Bankshares, el mayor banco de Washington. En este sentido el consejero legal de la Reserva Federal, Virgil MATTINGLY, confirmó que el Banco Central norteamericano no recibió dicho dossier.

Este hecho obligó a salir al cruce al Presidente BUSH, quien interpretó la maniobra como un cuestionamiento severo a GATES, su candidato como nuevo director de la CIA, por lo que reiteró públicamente su total confianza en la honorabilidad y la integridad del funcionario.

C-4 9208649

En la actualidad el BCCI continúa siendo investigado por los fiscales de Tampa, Florida, Nueva York, Washington y Atlanta (Georgia) por los cargos de blanqueo de dinero del narcotráfico y violación a las regulaciones bancarias.

Recientemente, el banco en cuestión debió pagar 10 millones de dólares de multa al estado de Nueva York, y otros 10 millones a la fiscalía de la ciudad de Nueva York por la investigación. La mitad de los haberes incautados se destinarán a un "Fondo Mundial para las Víctimas", a fin de compensar de algún modo a los tenedores de cuentas en el BCCI en el mundo entero, salvo en los EEUU.

En 1989, autoridades norteamericanas habrían descubierto que lavadores de dinero trabajaban para Gonzalo MORA, hombre del Cartel de Medellín, depositando fondos en el BCCI de Tampa y luego transfiriéndolos a las filiales de Panamá, Luxemburgo, Bahamas y Uruguay. Por este caso fueron condenados en los EE.UU. cinco funcionarios, y el gobierno decomisó 15,3 millones dólares.

El Senado norteamericano, de acuerdo a un informe publicado el DIC91, vincula al BCCI con el ex presidente Jimmy Carter. Gaith PHARAON, accionista saudita del Centrust Savings Bank de Florida, servía de enlace entre el BCCI y dicho banco norteamericano.

De acuerdo al documento presentado en JUL88 por el senador Orrin HATCH, PHARAON habría reembolsado al Centrust Bank la mitad de los cien mil dólares que el banco había donado al Carter Center, una sociedad filantrópica dirigida por el ex Presidente.

Entre las denuncias ocurridas en los EEUU debe destacarse también la del senador CRANSTON, quien manifestó que en el medio periodístico se sospecha que la muerte del articulista Anson YONG, asesinado en Guatemala, estaría ligada también al BCCI, dado que el periodista estaba trabajando en un gran reportaje sobre el BCCI en el país centroamericano y el artículo hacía referencia a las vinculaciones que habría tenido el BCCI con el tráfico de armas, en connivencia con líderes militares guatemaltecos.

El procurador general del distrito de Manhattan, Robert MORGENTHAU, tras investigar al BCCI por los cargos de lavado de dinero, falsificación de documentos y soborno a funcionarios, sostuvo que el fraude pudo haber costado cinco millones de dólares o más a los clientes en los Estados Unidos y en el Exterior.

Ante la situación planteada, la Reserva Federal intenta multar al BCCI con 200 millones de dólares.

Jack BLUM, el ex investigador del Senado de los EEUU que puso de relieve las irregularidades del BCCI, sostuvo que "el escándalo era obvio para muchos funcionarios gubernamentales, pero nunca fue mencionado. Algo así como un pozo negro destruyéndose en el césped del frente de la casa".

Basándose en una serie de fuentes internas y externas de la CIA, se habría establecido un patrón de compromiso entre la Agencia y el BCCI.

De acuerdo a declaraciones del mismo Richard KERR, el BCCI estaba "agresivamente" señalado como una mina de oro de inteligencia en una amplia variedad de actividades ilícitas; y eso permite presumir que la Dirección de Operaciones de la CIA tenía sus propios informantes trabajando dentro del banco.

La CIA conservó fondos en varias sucursales del BCCI, y se sospecha que utilizó la sede del mismo en Pakistán como conducto para hacer llegar 2 mil millones de dólares de ayuda secreta norteamericana a los rebeldes mujahedines que combatían a las fuerzas soviéticas en Afganistán. Un importante porcentaje de esos fondos habría sido robado por corruptos funcionarios paquistaníes, mediante cuentas en el BCCI.

El comité del Senado norteamericano que investiga actualmente el escándalo financiero escuchó recientemente en Washington los procedimientos "de protocolo" que el BCCI utilizaba para sus mejores clientes. Según el testimonio de su antiguo director de operaciones en París, Nazir CHINOY, el banco contrataba jóvenes paquistaníes menores de veinte años como prostitutas para los clientes del Medio Oriente.

9208649

C5

Encargada de dicho Departamento de Protocolo es [illegible], una mujer que actualmente se desempeñaría como decoradora de ambientes del [illegible] Zayed al NAHYAN, [illegible] de Abu Dhabi.

Respecto de las implicancias políticas en nuestro país, puede agregarse que se tienen indicios de la presencia de Wisbey SMITH, quien fuera funcionario de la Embajada de los EEUU en Buenos Aires durante la Administración CARTER, y que habría estado efectuando frecuentes viajes desde la capital norteamericana con el propósito de reunirse con figuras del radicalismo y del partido demócrata.

Por último, el Superintendente de Seguros de la ciudad de Los Angeles, John GARAMENDI, anunció en AGO91 la imposición de severas restricciones a las actividades de dos compañías aseguradoras vinculadas al BCCI, la Tri Star y la American Specialty, ambas propiedad de Gaith PHARAON. La medida tuvo como propósito proteger los intereses de los clientes a fin de que no se vean intempestivamente involucrados en el escándalo del BCCI.

2.2.GRAN BRETAÑA.

Fue el MI5 el que habría corroborado la vinculación de BCCI con Abu NIDAL y con la Yihad islámica.

Luego de largas tratativas entre los principales accionistas del banco, los gobernantes de Abu Dhabi, y las autoridades de Gran Bretaña, el 14ENE92 un alto tribunal británico autorizó al Banco de Inglaterra a liquidar las entidades locales del BCCI.

Ya el 21JUL91 el Primer Ministro John MAYOR había prometido dar a publicidad los frutos de la investigación que se realizaba sobre la entidad.

El BCCI británico, con sus acciones impregnadas de un "populismo" financiero que le permitió captar desde un inicio más de 300 mil depositantes, detentaba hasta hace pocos meses una cartera de aproximadamente cuarenta y ocho mil cuentas corrientes, que representaban 1.100 millones de dólares; y algunos exportadores afirmaron que podían llegar a perder 3.400 millones de dólares en ventas avaladas por el BCCI.

2.3.BELGICA.

La policía de este país estaría aún investigando el asesinato del ex viceprimer ministro belga Andrés COOLS, cometido el 18JUL91, supuestamente debido al conocimiento que este político tenía de las ventas europeas de armas a Irak por intermedio del BCCI, especialmente el caso del "supercañón" descubierto en l990.

La pista de la policía se basaría en un hombre relacionado con el tráfico de armas que habría entregado a COOLS un informe completo sobre la venta de armas europeas y norteamericanas a Irak y los mecanismos de financiación, en los que habría participado el BCCI.

El contenido de dicho informe, que contendría extractros bancarios, indicaría que Sadam HUSSEIN habría empleado los servicios del BCCI y de un banco iraquí, a través de varias cuentas abiertas en Luxemburgo. El dinero utilizado habría servido para sobornar a funcionarios del Ministerio de Defensa de Bélgica con la finalidad de obtener la autorización necesaria para exportar armas procedentes de dicho país.

Entre las armas adquiridas figura el "supercañón", un enorme obus de decenas de metros de largo que Irak trató de construir. Los componentes del mismo fueron encargados a distintas compañías siderúrgicas europeas bajo la denominación oficial de "cañerías para oleoductos".

Por entonces varias toneladas de pólvora fabricada por la empresa belga PSB fueron transportadas a Jordania por aviones militares belgas. Esta pólvora habría estado destinada a los obuses del

PARTES RECLEGIBLES

C6

9208649

"supercañón", aunque el Ministro de Defensa Guy COLME, declaró en su momento que estas ventas eran totalmente lícitas.

El inventor del "supercañón", el ingeniero británico Gerald BULL, que fue asesinado en su casa de Bruselas el 20MAR90, dirigía la empresa belga "Corporación de Investigación Espacial" que había montado en el norte de Irak varios de estos cañones, capaces de lanzar proyectiles nucleares o químicos a cientos de kilómetros de distancia.

2.4.COLOMBIA.

El BCCI se estableció en Colombia en 1985, con la ayuda de amigos cercanos al entonces Presidente Belisario BETANCOUR.

La entidad internacional fue tomada entonces como una solución a la crisis en que se encontraba el sector bancario de dicha nación.

Pero rápidamente los carteles colombianos de narcotraficantes comenzaron a utilizar a este banco para efectuar el blanqueo del dinero proveniente de sus actividades.

El BCCI adquirió el Banco Mercantil, el que fue bautizado como Banco de Crédito y Comercio de Colombia, que según el rotativo, era dirigido por un ciudadano paquistaní.

De este modo, a medida que el BCCI llevaba a cabo algunas operaciones legítimas, servía a los narcotraficantes para el depósito de centenares de millones de dólares de contrabando en redes bancarias del extranjero, contando entre sus actividades el manejo absoluto y específico de la narcomoneda, además del servicio de asesoría a los narcotraficantes, de cómo invertir para encubrir el dinero procedente de las drogas.

Los carteles de la droga manejaron durante varios años alrededor de mil millones de dólares de ganancia a través del BCCI.

En esta actividad utilizaron principalmente bancos de Panamá, bajo la protección del entonces jefe de las desaparecidas Fuerzas de Defensa de ese país, Manuel Antonio Noriega, actualmente procesado en Miami, por su presunta vinculación al narcotráfico, aunque también efectuaron transaccciones a través de Miami, Nassau y las Islas Caimán.

El BCCI llevaba a cabo esas operaciones sin documentos, o bien utilizando libros dobles de contabilidad.

2.5.FRANCIA.

El semanario popular francés VSD aportó lo que se consideraban [illegible] irrefutables pruebas sobre los clientes del banco, entre los que se contaban Abu NIDAL [illegible].

La existencia de cuentas del grupo de Abu NIDAL en el BCCI, tanto en Londres como en Austria, habría sido descubierta en 1987 por el contraespionaje francés, la DGST.

El dossier de los servicios secretos franceses tiene 55 páginas y examina con precisión el funcionamiento de Abu NIDAL y su grupo AL FATAH (Consejo Revolucionario), en particular la forma de operar y los métodos de financiamiento.

Tal como se mencionó anteriormente, el MI5 estaba en conocimiento del tema, como consecuencia del intercambio informativo entre servicios amigos.

9208649

Las cuentas abiertas por AL FATAH en Londres [illegible] en 1987, fecha en que se registró **un depósito de 60** millones de dólares, cuyo [illegible] la embajada de Kuwait en Londres.

Tanto Kuwait como muchos países del Golfo, [illegible] al grupo terrorista para **garantizar** la ausencia de acciones de violencia [illegible] dentro de su territorio.

AL FATAH habría tenido varias cuentas en bancos [illegible], particularmente en el BCCI, figurando **como titular** Samir NAJMEDIN. Se estima que en Austria el botín de guerra de NIDAL ascendía a 60 **millones de** dólares. Todas estas cuentas, y principalmente las de Suiza, eran administradas por **empresas** fantasma.

Los dos hombres que movían los hilos de las operaciones financieras [illegible] clientes del BCCI: el **mencionado** Samir NAJMEDIN y Shaker FAHARAN, el primero director financiero del grupo y el segundo responsable de los asuntos comerciales. NAJMEDIN no solamente está sindicado como **proveedor** de armas a Sadam HUSSEIN, sino también de haber suministrado [illegible] a la Argentina **durante** la guerra del Atlántico Sud.

La mayoría de las transacciones financieras entre las empresas se hacían por intermedio del BCCI.

2.6.PANAMA.

Ha sido públicamente difundida la imagen que relaciona al depuesto general Manuel NORIEGA con **el narcotráfico**, el lavado de dinero y las operaciones del BCCI.

Eduardo VALLARINO, ex embajador de Panamá en Washington, declaró que NORIEGA depositó una **suma superior** a los 100 millones de dólares en la sucursal del BCCI en Londres. Simultáneamente, **VALLARINO** acusó al Presidente ENDARA -quien expulsó del gobierno al mayoritario Partido **Demócrata Cristiano**- de no tomar las medidas necesarias para recuperar el dinero que NORIEGA **tomó del erario** panameño.

El ex diplomático dijo haber escuchado en los EEUU que ciertos sectores de la administración **norteamericana** presionaron **al** gobierno panameño para que no se investigue demasiado sobre **los fondos del ex hombre** fuerte de dicha nación centroamericana, que, a su juicio, se calcularía en más **de 500 millones** de dólares.

Por otro lado, las desmanteladas Fuerzas de Defensa de Panamá, comandadas por NORIEGA, llegaron **a comprar en** 1984 un avión Boeing 272-100 y un helicóptero Bell 212 a través del BCCI. El ex dictador **panameño habría** abierto cuentas en las sucursales del BCCI en Londres, Luxemburgo y Miami, a las **cuales habría** transferido los fondos públicos.

2.7.CUBA.

En su última visita a Buenos Aires, **el** banquero Gaith PHARAON solicitó confidencialmente una visa **para viajar** a Cuba.

El embajador Miguel BRUGUERAS **consultó a** La Habana sobre el pedido del empresario, quien había **ofrecido** desarrollar un programa de inversión en hotelería y turismo dentro de la isla, luego de lo cual **sobrevino** la negativa de Fidel CASTRO, quien para ese entonces ya disponía de información sobre la **inminencia** del estallido del escándalo financiero.

CASTRO **habría** procurado evitar convertirse él mismo en un blanco político accediendo a la oferta de PHARAON, en lo que podría interpretarse como una actitud hostil hacia los EEUU.

PARTE [illegible]
LEGIBLES.

C 8

9208649

2.8.CHILE.

El empresario argentino Carlos BENGOLEA habría actuado en Chile como el encargado de los negocios de Gaith PHARAON, propietario del flamante hotel Hyatt Regency.

Los planos de dicho hotel fueron confeccionados en la ciudad de Houston, TEXAS, donde se halla uno de los centros más importantes de los negocios de PHARAON investigado por la Reserva Federal de los EEUU.

Cabe destacar que una comisión dependiente del Presidente AYLWIN ha tomado a su cargo la investigación de los negocios de este emp[illegible]

En este sentido, se investiga especialm[illegible] co[illegible]ción [illegible]citad[illegible]e demandó una inversión superior a los 60 millones de dóla[illegible]e los cual[illegible]illo[illegible]on a Chile por el régimen especial de capitalización de la deu[illegible]terna.

A pesar de haberse producido contactos, [illegible]bie[illegible]pertura de una sucursal del BCCI en Chile.

PINOCHET habría beneficiado con privilegios financieros a PHARAON, uno de cuyos socios en el BCCI es el actual cuarto grupo económico de Chile, el multimillonario Khaled BIN MAHFOUZ.

Este, también saudita, aparece en los documentos presentados por PHARAON como asociado a su grupo financiero y dentro de Credit and Commerce American Holdings, con sede en la Antillas Holandesas.

MAHFOUZ habría sido llevado a Chile por el banquero Javier VIAL en 1980, quien actuaba por cuenta del Banco Arabe Latinoamericano. A fines de 1983 el grupo económico de VIAL se derrumbó y MAHFOUZ comenzó a controlar una serie de empresas que estaban al borde de la bancarrota, comprando las mejores con pagarés de la deuda externa chilena emitidos por el entonces Ministro de Economía Hernán BUCHI.

A su vez, MAHFOUZ habría sido el fundador de la empresa Pathfinder Chile LTD., dependiente de Pathfinder Securities LTD., con sede en las Islas Caimán, que a su vez recibía fondos del BCCI. De este modo, la filial chilena recibió del BCCI 153 millones de dólares, de los cuales solamente 5 millones contaban con avales regulares, mientras que la mayor parte fue asegurada con la sola firma de Salim Ahmed BIN MAHFOUZ, uno de los cinco [illegible] de Khaled [illegible] según Forbes, posee una fortuna personal de 5.000 millones de dólares.

En 1989 BIN MAHFOUZ controlaba el 18% d[illegible]CI.

2.9.PARAGUAY.

El Banco Central del Paraguay (BCP) dispuso la intervención de la filial del BCCI local, informando que tal decisión se tomó "a efectos de precautelar los intereses de los depositantes y clientes en general de dicho banco".

Estadísticas de JUN91 indican que sus captaciones llegaban a tres millones de dólares, ocupando el 19º lugar sobre un total de 25 bancos comerciales operando en Paraguay.

El BCCI de Paraguay había comenzado a funcionar el 14ENE85, contando con 25 empleados y su planta ejecutiva integrada por Sajjad HUSSAIN (gerente comercial), Aslam KHAN (subgerente comercial) y Amancio FLORENTIN (gerente administrativo).

Hasta hace algunas semanas, esta institución contaba con un escaso movimiento de clientes (cerca de 1500). En cuanto a las operaciones se refiere, únicamente se podían realizar retiro y depósito en guaraníes y no en divisa, debido a la intervención del BCP.

PARTES POCO LEGIBLES:

C9

En ENE92, finalmente, el BCCI de Paraguay fue adquirido por un grupo de compradores paraguayos, encabezados por el empresario Carlos ARMELE, quien actuó como representante oficioso y socio en la compra de la fallida operación encarada con los dirigentes del Sindicato N°2 de Chuquicamata, Chile, el año pasado.

La nueva sociedad, integrada por diez personas, fue constituida en NOV91, y es la que siguió adelante con la operación de compra.

La nueva denominación escogida para el BCCI es Bancosur.

2.10.PERU.

En Lima, el 06AGO91, los diputados Luis ALVARADO y Pedro CATERIANO pidieron la inmediata apertura de sesiones invocando razones de urgencia para que el Parlamento se pronuncie sobre la presunta responsabilidad del ex Presidente Alan GARCIA en el traslado de reservas al BCCI durante su gobierno.

El escándalo, que en Perú involucra a Leon[illegible] [illegible] entonces máximos responsables del Banco Central del Perú, [illegible] por el [illegible] de Manhattan, MORGENTHAU, quien sostuvo que el BCCI pagó a los mencionados unos tres millones de dólares supuestamente transferidos en 1986 y 1987 a través de un banco suizo en Panamá.

Estos fondos habrían sido pagados a cambio de que el Perú deposite 270 millones de dólares de sus reservas en el BCCI.

A principios de AGO91, el diputado arista Jorge DEL CASTILLO, quien debió prestar declaración ante la Comisión Kerry en Nueva York, desmintió que Alan GARCIA estuviese comprometido, y que tanto la Comisión como el fiscal MORGENTHAU no habrían hecho alusión alguna sobre el ex Presidente peruano.

Por otra parte, uno de los líderes históricos del Apra, el senador Luis Alberto SANCHEZ, quien fue Vicepresidente durante la gestión de GARCIA, sostuvo que Perú no ha perdido nada en el asunto del BCCI "pues le devolvieron el dinero con sus intereses"; agregando que el dinero presuntamente recibido por FIGUEROA y NEYRA podría considerarse "comisiones", y que ya fuero denunciados por un funcionario de menor jerarquía.

El senador Raúl FERRERO, del Movimiento Libertad (VARGAS LLOSA), sostuvo que es el Fiscal de la Nación quien debe hacerse cargo de la causa y [illegible] la do[illegible] que los depósitos [illegible] de 300 millones de dólares, en un mo[illegible]o [illegible] estaba en mala situación".

El diputado Fausto ALVARADO, del Movimiento Solidaridad y Democracia (SODE), quien trajo documentación desde Nueva York, sostuvo que FIGUEROA y NEYRA recibieron el dinero en Panamá en cuentas con nombres falsos denominadas "Selva Negra" y "Tierra Firme", faltando determinar quién depositó el dinero. Según él, la responsabilidad de Alan GARCIA es lógica ya que su asesor económico, el argentino Daniel CARBONETTO, habría intervenido en la operación del BCCI.

Las noticias procedentes de Perú indican que una serie de ex funcionarios durante la gestión de GARCIA ha sido acusada de poseer depósitos de dinero injustificables en Bancos de la Unión.

En este caso han sido vinculados el ex Canciller y embajador en Venezuela Luis GONZALEZ POSADA, el ex Ministro de Agricultura, Remigio MORALES BERMUDES, el ex titular de Pesca, Rómulo LEON, el ex Secretario de la Presidencia, Enrique CORNEJO, el ex Presidente de PetroPerú, Alfredo CARRANZA, el ex gerente general de PetroPerú, Carlos LIZIER, el ex presidente de ElectroPerú y tío de Alan GARCIA, Jorge RAMOS, el ex asesor de la Presidencia Héctor DELGADO, y un empresario envuelto en un fraude millonario contra el Estado, Alfredo ZANNATTI.

PARTES POCO LEGIBLES

10

9208649

- Según la denuncia, varios de los acusados percibían sueldos de 400 a 800 dólares mensuales durante el ejercicio de sus funciones y antes del mismo tenían un nivel de vida propio de la clase media simple, pero realizaban movimientos de cuentas de dinero en efectivo que alcanzaban a los 400 mil dólares por mes en bancos norteamericanos.

De acuerdo a las declaraciones de MORGENTHAU, Alan GARCIA habría sido informado de la existencia de los depósitos por funcionarios del BCCI y éste a su vez habría actuado de broker en una reventa de doce aviones de combate de la Fuerza Aerea Peruana.

2.11.URUGUAY.

Son muy raras y escuetas las noticias respecto a la [illegible] del [illegible] el URUGUAY. No obstante, el corresponsal del diario brasileño O GLOBO, J[illegible] NEGREIROS [illegible] que la sucursal del BCCI en el URUGUAY realizaba préstamos ficticios a [illegible] empresas a[illegible] y [illegible] como forma de encubrir operaciones típicas de "lavado" de dólares.

El 11SET91 los servicios de Inteligencia uruguayos se [illegible] a la búsqueda en todo el territorio de los ex-funcionarios del BANCO CENTRAL DEL PERU, al tener fundadas sospechas que los mismos hubieran fugado al URUGUAY con 145 millones de dólares.

Se estima que tanto Leonel FIGUEROA como Héctor NEYRA CHAVARI integraban la RED NEGRA del BCCI, es decir la división de operaciones clandestinas, actuando como un servicio de inteligencia del banco.

Fuentes bien informadas indicaron a la prensa que tal suma de dinero no pudo haber ingresado al sistema bancario uruguayo, sin producir un fuerte sacudon. No obstante, no se descarta la posibilidad de que el dinero haya sido dispersado en distintas inversiones que vienen siendo investigadas paralelamente con la búsqueda de los ex-jerarcas peruanos.

2.12.BRASIL.

A fines de julio de 1991, el BANCO CENTRAL DEL BRASIL, aseguró que la agencia local del BCCI, establecida en SAN PABLO, no realizó ni practicó ni se vió envuelta en operaciones irregulares.

No bien estalló el escándalo, el BANCO CENTRAL realizó una investigación constatando que la actuación del banco en el BRASIL era norm[illegible] [illegible]ntro[illegible] agregó [illegible] único vinculo que tenía la agencia paulista con las demás filiales de[illegible] BCCI era a través [illegible] ISL[illegible] [illegible]AN. Esta sucursal concedió a la filial brasileña una línea de crédit[illegible] no fue re[illegible] [illegible] [illegible]cr[illegible] bancario.

El 30% de las acciones del BCCI brasileño las [illegible]taba[illegible] [illegible] ELUF [illegible] la COMPAÑIA DE COMERCIO EXTERIOR (IAT), una de las m[illegible]res [illegible] y, aparentemente, junto con los accionistas brasileños detentarían la m[illegible]a [illegible] BCCI local.

Además de la IAT, participaban de la institución el abogado Carlos LEONI RAMOS y el ex embajador del BRASIL en Washington, Sergio CORREA DA COSTA, cada uno con el 10% accionario; conjuntamente con la IAT poseían el 67% del capital votante.

El BCCI actuó en BRASIL desde 1987, básicamente con líneas de crédito a exportadores e importadores, con un volumen de o peraciones del orden de los 15 millones de dólares.

A mediados de AGO91 se reunió la IAT con los socios brasileños, habiendo tomando la decisión de proseguir con el banco y cambiar su nombre.

De acuerdo a declaraciones de Jacques ELUF, antes de desatarse el escándalo ya habían comenzado las desinteligencias de la filial brasileña con el BCCI de LUXEMBURGO. La invasión de Kuwait por Irak

9208649

11

impidió a ELUF viajar a Abu Dhabi para tratar directamente con el jeque ZAYED, con el objeto de ampliar la operatoria, ya que de un total de 120 millones de dólares a que podría tener derecho en cartas de crédito para exportación e importación, el banco solamente venía trabajando con 20 millones

Habían sido CORREIA DA COSTA y su socio Carlos Leoni SIQUEIRA quienes recibieron en su momento la suma de 1.6 millones de dólares del BCCI para comprar acciones del banco y abrir la subsidiaria en Brasil.

Por otro lado, el BCCI fue intermediario y financiador de los lanzacohetes Astros II, de Avibrás, con destino a Irak en los últimos tres años. Avibrás tenía una cuenta en la sucursal brasileña del BCCI.

En principio, habrían sido operaciones legale[illegible] po[illegible]de fachada [illegible] otras, en el submundo de las armas.

La sucursal del BCCI continúa siendo investigada [illegible] probables [illegible] material nuclear a Irak, Irán, Libia y Paquistán.

A su vez, el BCCI, a través de su red negra, estuvo [illegible] venta de una centrífuga procedente de Suecia a las fuerzas armadas, que conducían el programa nuclear paralelo en Brasil, enviando el equipo en partes, como piezas de tractor para eludir los controles de los países que vigilan la transferencia de material nuclear.

Las investigaciones también se dirigen a tratar de corroborar el papel de financiador del BCCI en la transferencia de uranio enriquecido de Brasil para Irak y los servicios proporcionados para efectivizar el flujo de dinero entre el régimen de Saddam HUSSEIN y los grupos brasileños que lo apoyan.

2.13.ESPAÑA.

La familia real de Abu Dhabi, accionistas mayoritarios del BCCI y también propietarios de la casa matriz con sede en LUXEMBURGO, presentaron a fines de AGO91 un recurso para pedir que se devuelva la licencia para actuar como banco.

El bufete de los abogados GARRIGUES, ha interpuesto este recurso de reposición en nombre de los accionistas mayoritarios. Se trataba de un recurso de carácter administrativo y era una medida cautelar y obligada, según fuentes de los abogados.

Con este recurso, el accionista mayoritario pretendió que se suprima la [illegible]ación que el CONSEJO DE MINISTROS decidió sobre la licencia bancaria de [illegible] entidad financiera de capital árabe, y así recuperar la capacidad de operar como banco en el caso de que la [illegible] administradora de esta sociedad, dirigida por Mateo RUIZ ORIOL, no encontrara compra[illegible]

Los representantes legales del BCC no cuestionaron la [illegible] realizada por el BANCO DE ESPAÑA al banco, pero no aceptaron que se le hubiese suprimido la licencia para actuar como entidad financiera. Por ello, ante la posibilidad de que el BCC no pueda finalmente venderse por ausencia de ofertas concretas, los accionistas mayoritarios pretendieron obtener de nuevo la licencia para reflotarlo.

Finalmente, el 20FEB92, los accionistas mayoritarios y liquidadores del BCCI aprobaron una propuesta de acuerdo transaccional que tendría como objetivo alcanzar un convenio para los depositantes y acreedores, como consecuencia del cierre del banco.

Esta propuesta de acuerdo transaccional sería el paso final de la campaña llevada a cabo por los accionistas mayoritarios para asegurar el futuro del BCCI después de que pasaran a ser accionistas mayoritarios en ABR90.

El mencionado acuerdo, que debe ser aprobado por los tribunales del Reino Unido, Luxemburgo y las Islas Cayman, y por un 70%, como mínimo, de los acreedores, incluiría aspectos tales como un pago

PARTES POCO LEGIBLES

12

9208649

importante por los accionistas mayoritarios, devolución a los acreedores que los liquidadores estiman en 30-40 centavos por dólar; y la asunción por parte de los accionistas mayoritarios de ciertas responsabilidades de las sucursales del BCCI en los EE.UU.

2.14.CHINA.

De acuerdo con información de banqueros chinos y occidentales, los bancos de la República Popular perdieron varios millones de dólares con la caída del BCCI.

Todos los bancos chinos tenían relación con el BCCI de una u otra manera, y todos ellos sufrieron pérdidas. La excepción estuvo dada por el Banco Popular de China, el banco central del país, que no se vio envuelto debido a que, al contrario de los [illegible] bancos chinos, no negocia con moneda extrajera.

Un ex-empleado del Banco de China dijo que [illegible] había perdido 20 millones de dólares y que el Banco Industrial y Comercial de China había perdido 70 [illegible]. Sin embargo, los banqueros occidentales sostienen que las pérdidas totales [illegible]rían alca[illegible] 400 millones de dólares.

El Banco Popular cerró las operaciones del BCCI el [illegible] en concordancia con los bancos centrales europeos. La sucursal china estaba asentada en [illegible]. Tenía una dotación de 22 empleados y era una de las mayores sucursales de cualquier banco extranjero.

2.15.ABU DHABI.

El 08SET91 fueron detenidos en el emirato cuarenta miembros del BCCI, en relación con el escándalo de la entidad financiera.

La noticia trascendió a través de la Embajada de Gran Bretaña en Abu Dhabi, que estableció contactos con las autoridades locales con el fin de obtener información sobre la suerte de doce de sus súbditos.

Por su parte, la Embajada de Paquistán también se había puesto en contacto con las autoridades en relación con los paquistanies que habían sido detenidos y que representaban la mayoría de las personas retenidas.

Entre ellos figuraban el Director del BCCI de Abu Dhabi, Swaleh NAGVI de nacionalidad paquistaní, acusado por la justicia americana de haber participado en operaciones de blanqueo de dinero del narcotráfico.

2.16.GUATEMALA

El Banco Central de Guatemala reconoció que solicitó préstamos [illegible] millones de dólares para comprar alimentos y petróleo, entre los años 1[illegible] y 1[illegible].

El traficante de Guatemala Munther BILBEISI, de nacionalidad jordano, fue acusado por el Lloyds de Londres de contrabando de café desde el país centroamericano hacia los Estados Unidos.

El monto de la operación habría ascendido a los 35 millones de dólares. BILBEISI habría declarado que el buque con destino a JORDANIA se había perdido.

Además, BILBEISI habría intentado concretar la venta de tres helicópteros SIKORSKY de propiedad jordana a GUATEMALA por 5,1 millones de dólares, como también otras operaciones de tráfico de armas por 34 millones de la misma moneda por intermedio de BCCI.

PADRES PERO LETÉQUES

2.17.HONDURAS.

El jordano BILBEISI, procesado por un tribunal de Florida por defraudación a la empresa LLOYDS plantea ante los círculos gubernamentales y empresariales hondureños un escándalo, al haberse comprobado que durante años había enviado café de contrabando a Jordania, evadiendo las cuotas de la Organización Internacional del Café.

El asesor en materia cafetera del Presidente Ramón CALLEJAS, Fernando MONTES, está señalado como el contacto principal de los exportadores nacionales con BILBEISI. Este, avalado por el BCCI, compró entre 1983 y 1984 por lo menos 4 millones de dólares de este grano que nunca llegó a su destino final, Jordania.

La empresa de BILBEISI, Coffe Incorporated, t[illegible]n aparec[illegible] una operación similar efectuada durante el anterior gobierno de José A[illegible]NA, lo [illegible] sus consecuencias sobre el país, dado que el grano hondureño fue revendido [illegible]

3.LA RED NEGRA.

Como se indicó más arriba, la "Red Negra" componía el departamento operativo más "convencional" del BCCI y las compañías colaterales del mismo. Experta en operaciones clandestinas, actuaba como servicio de inteligencia internacional y se dedicaba, entre otras cosas, al lavado de dinero del narcotráfico, al tráfico de armas y al vaciamiento de empresas y de los tesoros nacionales de varios países.

Este banco mantuvo sus propias relaciones diplomáticas con los gobiernos a través de los "protocol officers", quienes empleaban grandes cantidades de dinero en efectivo para conseguir cualquier propósito. El BCCI comercializaba masivamente granos, cemento, café, materiales de construcción, alfombras, anchoas, etc; pero lo que no se tenía en cuenta era su relación con el mercado internacional del petróleo y también sus intrincadas relaciones con los Hermanos GOKAL.

A través del uso práctico de la falsa documentación, el despliegue de miles de millones de dólares en cartas de crédito no asentadas y distribuciones clandestinas de dinero en complicidad con muchos funcionarios de gobiernos en numerosos países, el BCCI fue posicionándose como mercader del mundo, particularmente en Asia.

Las conexiones del BCCI con los servicios de [illegible]iones de varios países, como los denunciados sobornos a funcionarios, explicarían el misterio m[illegible]ersistente en todo este escándalo: porqué las autoridades gubernamentales que supervisan la [illegible]a en d[illegible] países permitieron que el BCCI funcionara tanto tiempo sin un adecuado control.

En las dos décadas pasadas la organización crea[illegible] por [illegible]uistaní Agha HASAN ABEDI se llegó a transformar, entre otras cosas, en un poderoso traficante en la trama mundial del negocio de las armas, usando métodos y alianzas clandestinos, creados originalmente por lavadores de dinero.

Estas transacciones han ido siendo desbaratadas por los EE.UU. y otras potencias, que han tomado la precaución de hacer las ventas de gobierno a gobierno.

Algunos ex funcionarios del BCCI han declarado que este banco proveía tecnología nuclear a Paquistán, Irán y Libia, países partidarios de desarrollar la bomba llamada Islámica para combatir u oponerse a la coacción nuclear de Israel. Parte de esta tecnología era recibida de países del Este con capacidad de hacer pequeñas transferencias.

Aunque las pistas de las transacciones del BCCI sean dificultosas de detectar, se han podido descubrir huellas en un conjunto de operaciones:

PARTES POCO LEGIBLES

14

9208649

- En el conflicto del Golfo los kuwaities perseguían victoriosamente a los iraquíes montados en tanques M-84, de procedencia yugoslava, visión más moderna que los soviéticos T-72, completados con personal del este europeo. Sesenta y cuatro de esos tanques y sus tripulaciones han sido adquiridos con financiación del BCCI para la operación Desert Storm

- En Abu Dhabi, el BCCI financiaba el desarrollo de un sistema misilístico aire tierra para la flota de los MIRAGE 2000 del emirato.

- El BCCI intentó, infructuosamente, concretar la compra de tanques OF-40 Mark 2 de la fábrica OTO MELARA de Italia, también para Abu Dhabi.

También se sabe que el BCCI obtuvo y financió decenas de armas S-23 de 180 milímetros de Corea del Norte para DUBAI.

- En los últimos tres años el BCCI ha financiado la venta de ASTROS II, cohetes de procedencia brasileña para Irán e Irak. La empresa también llegó a vender misiles chinos a los citados países.

Un vocero de Avibras, industria artífice del sistema de cohetes ASTROS,sostuvo que efectuó ventas a Irak pero negó ventas a Irán o a alguna otra nación que esté involucrada con el BCCI. El mismo vocero admitió que Avibras recibió un insignificante financiamiento desde el BCCI de Brasilia, el que fue usado para "propósitos domésticos".

- También el BCCI inició tratativas para la venta de tanques TAM 2 con la Argentina para Irán, operación que no se concretó.

- El banco proveyó a Irak de sistemas misilísticos franceses y unidades de artillería de Sudafrica.

De acuerdo con las declaraciones de Arif DURRANI, un mercader de armas paquistaní, quien fue detenido en los EEUU por proveer ilegalmente partes de misiles HAWK a Irán durante la época Irán-Contras, uno de los más grandes traficantes de armas es un paquistaní multimillonario llamado Asaf ALI.

DURRANI llegó a declarar que, así como Ghait PHARAON era quien adquiría bancos y hacía todo tipo de negocios financieros, ALI era el encargado de los negocios de las armas.

En uno de los últimos negocios, ALI, desplegando su habilidad política, interrumpió la venta de 49 MIRAGE 2000 a la India, y luego, para mantener la paridad, proveyó a Paquistán de un número similar del mismo avión, entre nuevos y usados. Esta operación comprendió la reventa de 24 MIRAGE, operación que inicialmente iba destinada al PERU.

Alemania arrestó al general Inam UL-HAQ, cuya captura fuera dictada en el año 1987 por las autoridades de EEUU por la conexión del mismo con la adquisición de tecnología nuclear, cuya finalidad era el desarrollo de la bomba nuclear de PAKISTAN.

El Departamento de Justicia de los EEUU, que durante largo tiempo ha reclamado la extradición de UL-HAQ, sostiene que el BCCI fue el financista de éste. En una carta al Fiscal General de los EEUU, Richard THORNBURGH, el presidente del Comité Gubernamental del Senado,el demócrata John GLENN, de Ohio, sostuvo que el BCCI proveyó servicios financieros a agentes del gobierno de Paquistán, para la adquisición ilícita de armas nucleares, y recomendó una completa investigación de tales actividades.

El nacimiento de China como proveedor de armas y sistemas misilísticos para Paquistán, Irán, Irak, Siria y Arabia Saudita, fue promocionado por el BCCI, que permitió establecer cerradas relaciones bancarias entre estos países y China.

El BCCI había sido en parte soporte de CITIC, compañía china, puerta de entrada al complejo industrial-militar en China.

PADRES PERO LEGIBLES

15

9208649

Al no ser signataria China del tratado de no proliferación nuclear sobre tecnología misilística, es de **presumir** que se estableció un pacto entre el banco y la industria china para vender los misiles **SILKWORM**. Estos últimos misiles, vendidos a Irak y Arabia Saudita, habrían sido equipados con **sistemas de** guías fabricados en Israel.

Los traficantes de armas dejaron trascender que para este tipo de negocios el BCCI producía **documentación** falsa. **En tal sentido, por** ejemplo, en la documentación provista para el armamento **de mano rutinario** de Europa Oriental, éste figuraba como "maquinaria agrícola".

Para tal fin viajó ABEDI a Moscú en 1985, donde [illegible]vió los [illegible]cios de armamento y obtuvo un **permiso para abrir oficinas** del BCCI en la URSS [illegible] soc[illegible] [illegible]nco habrían [illegible]contrado fácil **sobornar a los negociadores** de armas y militares [illegible] [illegible]o p[illegible] [illegible] [illegible]ercibla[illegible] muy bajas. **El advenimiento de la** Perestroika cortó la vinculac[illegible] ello quedó [illegible]ciad[illegible] [illegible]moción de **sus puestos** de los militares que favorecían al BCCI.

La forma operativa del BCCI partía de la detección [illegible] ne[illegible] [illegible]e armam[illegible] [illegible]ado con un **destino falso** y por último cobrar con generosos p[illegible]sta[illegible] al adquirente. Es [illegible] el caso de **los repuestos** de los PHANTOM F-4 donde figuraba en la documentación como destino Israel, y en **cambio el** material fue a Irán, que sufría el embargo de los EEUU.

Otra de las operaciones de la Red Negra fue la venta a Abu Dhabi de 45 piezas de artillería móviles **G-6 procedentes** de Sudáfrica.

Conforme a trascendidos, ABEDI *estuvo gestionando una licencia para un nuevo banco en Paquistán,* **denominado** Banco del Progreso.

Con respecto a la República Argentina, los investigadores están tratando de dilucidar si en realidad el **BCCI colaboró en la financiación de los** esfuerzos nucleares que realizó el país en la década del '70 **(además de Libia, Paquistán e Irak)** como también aquellos orientados a la compra de armas de este **tipo en el llamado** Proceso de Reorganización Nacional.

4.SITUACION INTERNACIONAL.

4.1. ASPECTOS INTRODUCTORIOS.

El BCCI logró convertirse en un gran proveedor de diversas mercancías a nivel mundial; y su accionar **clandestino e ilegal no escapó a las** generales de otras instituciones financieras y comerciales, aunque **en este caso estas metodologías son** reiteradas y exacerbadas.

En relación con lo expresado, el primer inter[illegible]te que surge es si las potencias donde actuaba el **BCCI tenían** conocimiento de la modalidad o[illegible]va del m[illegible].

En segundo *término*, cabe **inquerir** si esos [illegible]es [illegible] [illegible] [illegible]gislación económica de **avanzada,** no cuentan con instrumentos de co[illegible] y [illegible] [illegible]caria.

Un tercer elemento a tener en cuenta es la demora con que se adoptaron las primeras medidas **tendientes** a controlar el banco y detener su accionar.

Estos indicios surgidos del análisis del modus operandi del BCCI y sus ramificaciones en el concierto **internacional** sugieren que, si bien la institución no contaba con una anuencia en forma explícita, **diversos funcionarios** y organismos de *numerosos países hicieron un provechoso uso de las facilidades* **que brindaba,** en pos de una *diversidad de objetivos económicos, políticos o ideológicos.*

El BCCI había nacido junto con la crisis petrolera de los 70, cuando las naciones productoras árabes **se encontraban** con ingentes ganancias que no podían invertir en sus propios países dadas las

9208649

características de los mismos. La geografía de estas naciones, su clima, la baja densidad poblacional, etc., no permitían reciclar estos excedentes, en particular los de los emiratos

Por otra parte, la tendencia económica mundial en boga, representada por la fusión e internacionalización de los mercados financieros mundiales, le permitieron convertirse en una superestructura financiera de difícil control.

Como se expresó en el primer párrafo de este capítulo, la modalidad operatoria clandestina o ilegal, como el soborno, no habría sido patrimonio exclusivo del BCCI.

Esto quedó ratificado por Daniel CARBO[illegible], ex[illegible]CO MU[illegible] quien subrayó que dichas metodologías serían de práctica [illegible] el [illegible]a b[illegible]o int[illegible]

En lo que respecta al tráfico de armas, ést[illegible] habría vis[illegible]ci[illegible] e[illegible]odo de la guerra fría y los enfrentamientos puntuales entre nacio[illegible] ayud[illegible]as hi[illegible]nflicto de un mundo dividido en dos bloques antagónicos.

El hecho de fundarse el Banco en Gran Bretaña, implicaba para el mismo funcionar en el centro mundial de las finanzas, como es Londres. Simultáneamente, a los ingleses les convenía la aparición de un banco que traía aportes "frescos" dinero o moneda "genuina" como eran los petrodólares.

4.2.CONSIDERACIONES PARTICULARES.

El estallido del escándalo, producido en forma abrupta, puede tener varias lecturas:

4.2.1.CAUSAS POLITICAS.

4.2.1.1. Fin de la guerra fría: el acercamiento de la ex URSS al bloque occidental trae como consecuencia, entre otras cosas, la pérdida de importancia de Paquistán como aliado táctico de Occidente. Paquistán había actuado como agente financiero del BCCI en la operación de la CIA en Afganistán, hecho que además aceleró la caída del régimen comunista ruso.

4.2.1.2. El desmembramiento de la URSS, y la pérdida [illegible]er [illegible]co [illegible]los [illegible]ites, cuyo exponente mayor es la unificación de Alemania, t[illegible] como corol[illegible] inten[illegible]on [illegible] estas naciones de reagruparse en la Comunidad Europea de Na[illegible]s. Esto i[illegible]ac[illegible] BCCI como traficante de armas en esta región, en la inteligencia de q[illegible] arma[illegible]rá c[illegible] estos países por la misma Comunidad.

4.2.1.3. La alianza expresa entre la Comunidad Europea de Naciones y los EEUU, que fue puesta de relieve en la guerra del Golfo Pérsico. Esta situación arroja como saldo una mayor hegemonía política sobre la región petrolera y un mayor control militar y económico sobre los más grandes países productores de petróleo.

4.2.1.4. El cambio de enfoque de los EEUU respecto al narcotráfico, que se manifiesta como una supremacía de la DEA con respecto a la CIA en la lucha y control de este flagelo, lo que no le permitiría a la DEA realizar negocios "turbios" que atenten contra su prestigio.

Por otra parte, la actitud de los carteles colombianos y bolivianos de cambiar la estrategia, que se tradujo en la entrega de los más importantes narcotraficantes de estos países, haría peligrosa la presencia en el mercado de un banco hartamente conocido como "lavador de narcodólares". Habida cuenta de la masa de dinero que produce el tráfico de la cocaína, es fácil colegir que gran parte del volumen de dólares de esta procedencia todavía se encuentra en los EEUU.

PARTES POCO LEGIBLES.

17

9208649

4.2.2. CAUSAS ECONOMICAS.

4.2.2.1. Es evidente que la acción conjunta de varios países encabezada por GRAN BRETAÑA permite **aseverar que las medidas tomadas estaban** dirigidas a impedir un vaciamiento. Esta acción ha sido **perfectamente calculada, como lo demuestran** los créditos otorgados sin garantías a los hermanos **GOKAL, de 400 millones de dólares o al ex** jefe de los Servicios Secretos de Arabia Saudita, Kamal **ADHAM, quien fue beneficiario de 300 millones** de dólares con las mismas características.

4.2.2.2. La modalidad operativa del BCCI, en [illegible] respecta a la documentación y falsificación de la **misma, pudo permitir la "distracción" de** dinero [illegible] medios de funcionarios, que **podrían haberlo dañado económicamente.**

4.2.2.3. Las causas de orden político enumeradas, que evid[illegible] bajar el monto de las **operaciones, sumado a la endeblez financiera** de sus [illegible] accionistas (los Emiratos Arabes) **como consecuencia de la guerra del Golfo** y la firme [illegible] precio del petróleo, **pretendidos por parte de la Comunidad** (en particular [illegible] y Alemania) y Japón, restarían a los **emiratos capacidad de** inversión.

4.2.2.4. La renuncia en 1990 del Presidente y Director fundadores del banco, ABEDI y su mano derecha **Swaleh NAQVI, también paquistaní,** posiblemente bajo la presión de los accionistas mayoritarios, **produjo una pérdida de confianza, más alla** de que ya comenzaban las acciones contra las operatorias **"sucias" y que el banco estaba en bancarrota.** Tanto ABEDI como NAQVI eran los cerebros de la **organización y, como tales, tenían pleno** control de todas las operaciones. Con la renuncia de ellos **pudo también producirse un "vacío de conducción",** que produjo anarquía entre los funcionarios a nivel **gerencial del banco y pánico en sus accionistas.**

4.2.2.5. De acuerdo a lo expresado más arriba en torno del nuevo orden mundial, el banco no sólo **tendría menos fuerza como traficante de armas, sino** -lo que es más importante- es de esperar que los **países de la Comunidad requieran para sí las** plazas financieras que se abren en los países de Europa **Oriental. Allí, el BCCI, ya sin prestigio,** no tendría futuro económico.

A su vez, el estricto control militar y económico que implantarán en la región la coalición de los EEUU **haría ilusoria la competencia de este** banco en el concier[illegible]ciero de la región.

4.3.PROBABLE EVOLUCION.

4.3.1.ASPECTOS GENERALES.

Las causas económicas y políticas mencionadas ha[illegible]mente la posición del **BCCI tanto en el mundo financiero** como en el de los [illegible]ocios.

Tal cual se indicó, la metodología operativa del banco y las estrategias para su desarrollo y crecimiento **fueron plenamente ignoradas por los estados** donde operaba.

La acción conjunta de varios países de la Comunidad Europea y el sigilo con que se llevó la misma **hasta el "estallido" del escándalo indican** que las autoridades monetarias europeas estaban alertadas **y no quisieron arriesgarse a que una** "corrida" dejase sin depósitos al BCCI ; de ahí la cautela y el **accionar conjunto.**

Para realizar una probable evolución de los acontecimientos se deben tener en cuenta tres situaciones:

4.3.2. SITUACION DEL BANCO EN EL CONCIERTO MUNDIAL.

No se ha establecido una cifra exacta de las pérdidas que ha generado este banco, pero en general **las estimaciones** van desde 50.000 a 200.000 millones de dólares.

Es evidente que las pérdidas antedichas no son el [illegible] de una [illegible] créditos sin cobertura o garantía como los que se [illegible]

En lo que respecta a la economía mundial, la quiebra total del BC[illegible] "debacle", aunque las pérdidas superen el monto estimado.

4.3.3. SITUACION DEL BANCO EN PAISES PERIFERICOS

La situación en países periféricos es comprometida. La liquidación del banco podría tener consecuencias graves para los pequeños clientes.

La mayoría de estos clientes son pequeños industriales asiáticos o trabajadores extranjeros residentes en la península arábiga. Estos últimos dep[illegible] de la magnanimidad del principal accionista, el jeque ZAYED.

Los pequeños industriales asiáticos que tienen sus negocios [illegible] Gran Bretaña, en la península arábiga o en Paquistán, al declararse la ba[illegible] sólo fuese transitoria, padecerían el fin de sus negocios.

4.3.4. SITUACION EN LOS PAISES CENTRALES.

Los depósitos en EEUU y en Europa se hallan asegurados por un "Fondo de Seguros de Depósitos", lo que hace prácticamente invulnerables a los capitales depositados en el banco, entendiendo que sólo se perderá un escaso porcentaje del mismo y el consecuente "lucro cesante".

Por ejemplo, en GRAN BRETAÑA, donde están asegurados los depósitos, el mismo cubre el 75% del monto depositado. En este país varias comunas tenían sus depósitos en el BCCI, habiéndose estimado en alrededor de 120 millones de dólares los depósistos comunales.

4.4.CONSECUENCIAS

Es de esperar que los países centrales como Gran Bretaña, España, EEUU, etc., traten de negociar con los principales accionistas, de existir posibilidad de salvación para las entidades asentadas en estos países, es decir recurrir al "arreglo".

EE.UU en particular, cuyas agencias hicieron [illegible] ban[illegible] [illegible]ulsando la situación y llevó al carril de la Justicia la situación del BCCI para [illegible] pérdidas por esta vía.

Esta actuación será imitada por algunos países que [illegible]atarán de [illegible] para no producir una situación financiera traumática en los mercados nacionales [illegible] produciendo un "destape" en aquellos estados donde el BCCI tenga una operatoria importante [illegible] como Brasil y Colombia, donde aparentemente el holding es socio minoritario, la s[illegible] será la compra de acciones por parte de los capitales nativos y el cambio de nombre.

También se espera una disminución en la información sobre las actividades de este banco a nivel internacional, en el entendimiento que ha generado una desconfianza de los ahorristas hacia las entidades financieras.

En el concierto internacional, este escándalo repercutirá en las prácticas de control de los holdings internacionales asociados o que controlen bancos.

El caso que nos ocupa demuestra la necesidad de una estrecha colaboración entre países, la homologación de las normas operatorias y reglas jurídicas a aplicar en los controles de cada país a fin de vigilar las operaciones ilegales, como también extender la vigilancia de estas superestructuras más alla de las fronteras nacionales.

PARTES PERO ILEGIBLES

19

9208649

5. SITUACION EN LA ARGENTINA.

5.1.PANORAMA GENERAL.

El Dr Hugo Raimundo CARCAVALLO, de profesión abogado, se desempeñaba como Presidente de la filial del BCCI en Argentina.

Entre 1980 y 1984, CARCAVALLO había actuado como síndico del Banco Ambrosiano de America del Sur.

Mohamed SHAID MURTAZA era Vicepresidente del BCCI en nuestro país. En su pasado más reciente había actuado como Vicepresidente del Habib Bank de Singapur y director del Banco Mercantil de Bogotá. Este último banco fue clausurado [illegible] gobierno [illegible] Colombia en [illegible] por canalizar las operaciones del Cartel de Medellín. Posteriormente [illegible] adquirido por el BCCI y luego transformado en el BCC de Colombia.

Del análisis efectuado surge que dos grupos de inversores [illegible] de Panamá pertenecerían a una afiliada de Gaith PHARAON, habiendo constituido tres empresas en la Argentina para desarrollar proyectos de inversión.

Estas empresas, a su vez, conformarían un conjunto económico, dada la composición de sus directorios. Es así como la Argentina Trading Holding Inc. Panamá es inversora en las empresas Jojoba Salteña S.A. y en Jojoba Sudamericana S.A.

Por otro lado, debe destacarse que, desde Colombia, el dinero del BCCI era derivado al Banco Sudameris de Argentina. Este lo reciclaba al Unibanco (operación en la que habrían intervenido Jorge CARNICERO y GONZALEZ VICTORICA), al Banco Medifin (de Daniel CARDONA) y a la financiera Feijin (de un amigo muy allegado a PHARAON).

Asimismo figuran como presuntos conductos de dinero proveniente del BCCI las casas de cambio EXPRINTER y MERCURIO, esta última muy vinculada con Casa TROITIÑO, (de Pepo MENENDEZ y Alfredo DAVICE).

En lo que hace a las presuntas vinculaciones y ramificaciones del BCCI con círculos del espectro político argentino, se pueden señalar los siguientes indicios:

El ex candidato a diputado por Capital Or[illegible] SI [illegible] su campaña desde un edificio propiedad del banco que nos ocupa.

Fuentes de Madrid indicarían que el BCCI habría ofrecido [illegible] un préstamo de 2.000 millones de dólares para invertir en la entonces [illegible] economía [illegible], cuando un funcionario de esta firma, Néstor RAPANELLI, se desempeñaba [illegible] de la cartera de Economía.

Tal cual se señaló anteriormente, el argentino Daniel CARBONETTO habría actuado como intermediario entre el BCCI y Alan GARCIA.

CARBONETO había llegado a Lima los primeros días de la gestión de Alan GARCIA como consultor del Banco Mundial. Allí desarrolló una estrecha relación personal con el entonces presidente peruano y decidió dejar el banco para transformarse en asesor oficial del Primer Mandatario, teniendo a cargo extraoficialmente la conducción del Banco Central del Perú.

Cuando GARCIA, en su tercer año de gobierno, produjo un marcado giro en la conducción económica CARBONETTO regresó al país, siendo mencionado en la elaboración de sucesivos planes de alternativa; al principio para la gestión RAPANELLI y luego para la de Erman GONZALEZ. Sus contactos con el gobierno argentino estuvieron relacionados con su reformada actividad como consultor del Banco Mundial en materia de reforma de estado, trabajo que canalizó a través de la Secretaría de la Función Pública, dada su afinidad con el titular, Gustavo BEliZ

PARTES POCO LEGIBLES.

2C

9208649

[illegible], también brindó esporádicos asesoramientos a personajes tan disímiles como Antonio [illegible]ERO, José Luis MANZANO, Rogelio FRIGERIO, Saúl UBALDINI y el ex coronel Mohamed Alí S[illegible]ELDIN

Otra persona sobre la cual existen serias sospechas es Emilio JAJAN, quien fue condenado hace más **de un año a cumplir** 16 meses de prision en los EEUU por lavado de dolares y defraudación al Tesoro. **En tal sentido, hay** indicios sobre un viaje de JAJAN a Panamá, acompañado por dos generales del ejército de la Argentina, para entrevistarse con NORIEGA, presumiéndose la posible existencia de ciertos negocios relativos al tráfico de narcoticos y lavado de narcodólares, en donde habría tenido alguna participación el BCCI

A principios de AGO91, el ex Ministro d[illegible]RIGUEZ, [illegible] Vicecanciller y **ex-Ministro** de Defensa del gobierno de la U[illegible]vic[illegible]LCO[illegible]PE, declararon, **en relación** con la posible actuación del BC[illegible]n nuestro país, [illegible]te [illegible]e de Relaciones **Exteriores, Terrorismo**, Narcotráfico y Operac[illegible]s Internacion[illegible]del [illegible]de [illegible]os EEUU

En dicha oportunidad, si bien no aportaron da[illegible]os co[illegible] sobre el banco, ambo[illegible]ponderaron los **esfuerzos de su bloque** para establecer una comisión [illegible]dora sobre el problema d[illegible] narcotráfico **y aseguraron** de modo enfatico que el BANCO CENTRAL nunca hizo un depósito en el BCCI. Además, **dejaron planteada** una acusación velada al Presidente MENEM por haber reimplantado el secreto de **la nominalidad** de las acciones bursátiles

De acuerdo con el Subcomité del Senado, presidida por el demócrata John KERRY, la oficina del BCCI **en Miami tenía documentación detallada** sobre la adquisición de MIRAGES por parte de la Argentina a la DASSAULT, con pedido de modificaciones al modelo original dictadas por las necesidades **operativas** de la Fuerza Aérea Argentina.

La operación, que ascendía a los 110 millones de dólares, sin contar los adicionales, incluía las **posibilidades de apoyo al comprador** en materia de mantenimiento y entrenamiento de pilotos, **utilizando como centro de opareciones** la base de Río Cuarto, en
la provincia de Córdoba.

La preocupación del Subcomité residía en el hecho de que esa información, considerada clasificada, **había sido hallada** entre la documentación del BCCI.

5.2. LA EXPANSION DEL BCCI EN LA [illegible]TI[illegible]

El banquero argentino Alberto CALVO, que [illegible]unciona[illegible] BCCI de Miami, fue mencionado por **la prensa** como un personaje clave de est[illegible]nco e[illegible]eraciones en la Argentina y en SET88 **formaba parte del** directorio de Hotel Corp[illegible]ón [illegible] compañía de PHARAON. CALVO **se habría desempeñado** anteriormente en e[illegible]co[illegible] de Desarrollo (BID).

Habría sido Alberto CALVO el ideólogo de la expansión del BCCI, que consistió primero buscar un **banco local preferentemente** en la Capital Federal, para seguidamente llegar a controlarlo, valiéndose **para ello de empresarios** respetables con conexiones políticas y dispuestos a abrir las puertas del **gobierno**.

En el caso de la Argentina, en 1984 CALVO inició una operación para comprar FINAMERICA. Para ello **recomendó prestar** dinero a los accionistas principales del banco, identificados como la familia **GOTELLI**, tomando como garantía las acciones de FINAMERICA.

Este procedimiento tenia la ventaja de ser un préstamo y no un cambio de titularidad de las acciones, **consecuentemente** no necesitaba la autorización del Banco Central

Esta misma operatoria fue utilizada por el BCCI en varios países incluyendo los EEUU, donde por este **medio, entregando** dinero a accionistas importantes y reservándose las acciones en garantía, se **lograba el control** fáctico de los bancos.

PARTES POCO LEGIBLES.

9203649

21

La familia GOTELLI atravesó por diversos problemas hasta que el Banco Central terminó disponiendo la liquidación de su participacion en el Banco de Italia y Rio de la Plata, movimiento que fue seguido por la venta de Finamerica

Finalmente, en 1987 PHARAON compró la participación que tenia la familia GOTELLI en Finamerica y en el Banco de Italia y Rio de la Plata En la actualidad, numerosos miembros de la familia GOTELLI están procesados y algunos de ellos presos por haber otorgado créditos por mas de 250 millones de dólares a compañias insolventes a las que estaban asociados secretamente

El mencionado CALVO, suscribió el Acta Nº 16 de la sociedad HCA de PHARAON, juntamente con Cristian ZIMMERMANN en vicepresidente del Banco Central durante la gestión del ministro MARTINEZ DE HOZ.

El reconocimiento como banco categoría "C" le permitió realizar operaciones cambiarias; de allí en más definió su perfil como el de una entidad mayorista [illegible] comercio exterior.

Por otro lado, existen indicios también en el sentido de que el financista argentino Jorge ANTONIO se habría visto favorecido con créditos del BCCI para la empresa pesquera que posee en Mar del Plata

Finalmente, el 17AGO91, el Ministro del Interior Jose Luis MANZANO anuncio que el gobierno argentino facilitaría al Senado de los EEUU toda información que disponga sobre el BCCI, en ocasión de la visita que hiciera al país el Secretario Para Asuntos Internacionales de Narcóticos de dicho país, Melvin LEVITZKY.

5.3. GAITH PHARAON.

La primera noticia que apareció sobre la punición de acciones dolosas o por lo menos ilegales fue cuando la Reserva Federal de los EEUU dispuso la confiscación de los bienes del banquero saudita PHARAON en 37 millones de dólares, bajo la acusación de haber actuado como "encubridor" del BCCI en la compra clandestina del Independence Bank de California.

También se lo acusó de testaferro de otras operaciones que violan la Ley de Bancos de los EEUU, como el control encubierto del National Bank, del estado de Georgia, el Centrust, una Caja de Ahorro y Préstamo de Florida, que quebró hace dos años, precipitando así la crisis de todo el sistema que se presume costará alos EE.UU. unos 300.000 millones de dólares.

El Independence Bank había iniciado [illegible] PHA[illegible] presidente del BCCI por estafa. El banco reclamó 42 millones de dólares por [illegible] firmó en su denuncia que ambos habían actado secretamente [illegible] cuenta del [illegible]

La modalidad de los dos banqueros sauditas consist[illegible] realizar operaciones a nombre propio, como altos personajes de las finanzas hasta el momento [illegible], operaciones que invariablemente pasaban al BCCI.

El Juez de Crimen del distrito de Nueva York ordenó el secuestro de todos los bienes de PHARAON, respondiendo a una orden del Ministerio de Justicia, que por su parte actuó a su pedido

La Reserva Federal ha anunciado que pedirá una multa de 200 millones de dólares al BCCI como sanción por violar la ley bancaria vigente en los EEUU. Esta multa record en la historia americana viene acompañada de otra sanción, una nomina de nueve personas que deberan ser excluidas para siempre del sistema financiero norteamericano a causa de sus actuaciones en el BCCI entre los que se incluye a PHARAON.

PHARAON tenia hasta hace poco residencia declarada en por lo menos tres paises, Francia, donde su esposa administra una peleteria en el centro de PARIS, en Arabia Saudita y en Argentina

PARTES POCO LEGIBLES.

22

9208649

Entre los bienes que podrían ser confiscados por la Justicia Federal se encuentra el hotel, las plantaciones de jojoba en Salta

A mediados de AGO91 el Ministro de Justicia Leon Carlos ARSLANIAN ordenó investigar con qué fondos se estaba construyendo en Buenos Aires el hotel Hyatt, empresa hotelera dirigida por PHARAON

Sobre este aspecto el ex Fiscal de Investigaciones Administrativas Roberto SOLA, quien en su momento objetó la construcción del hotel, manifestó que el proyecto se encuadraba en la nulidad absoluta e insalvable y que la investigación [illegible] por irregularidades cometidas durante el gobierno radical ya que se violaron normas municipa[illegible] a[illegible] [illegible]cacion del hotel en el terreno del palacio Alzaga Unzue

Ante acusaciones de que tanto Alberto KOHA[illegible] como Javier GONZALEZ FRAGA habian impulsado el desbloqueo de los fondos retenidos desde [illegible] en el Banco Central para la construccion del hotel Hyatt, este último repuso Estando en el Go[illegible] y [illegible] se opuso a la capitalizacion, al igual que CAVALLO, pero eso no significa q[illegible] fu[illegible] a desconocer 400 millones de dolares en reconversiones aprobadas que venian de 1987 y [illegible] PHARAON invirtió [illegible] 30 millones de dólares de su bolsillo

GONZALEZ FRAGA, juntamente con Juan SOMMER, entonces Secretario de Politica Economica, actuó de apoderado de PHARAON para este proyecto de reconversión de deuda externa presentado en 1987.

El hecho que generó esta postura fue la apreciación de la prensa en el sentido de que la operación de reconversión implica de por sí un subsidio, como todas las de su tipo, y que está en relación con la cotización de títulos de deuda que el inversor esté dispuesto a ofrecer al Estado en licitaciones públicas.

En el caso de la Hotel Corporation Of America, constructora del hotel Hyatt, para la cual actuaba como "agente financiero" el BCCI, la operación en primera instancia no se aceptó. Posteriormente, el cierre del negocio supuso un subsidio de 6 millones de dólares sobre una inversión de 37 millones de dólares.

Sin embargo, después del pago inicial, la operación se suspendió durante un año por falta de acuerdo en la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires para construir el hotel.

Cuando en SET89 se superaron las trabas en la comu[illegible] habia sido sanc[illegible] la ley de Emergencia Económica, que paralizaba cualquier ti[illegible] subsi[illegible] [illegible] sobrev[illegible] mas tarde fue la puja entre las autoridades del Ministerio de Econ[illegible] del [illegible] por [illegible] ó no los pagos para la construcción del hotel. Finalmente se a[illegible] se liberaro[illegible] los pagos, el último de ellos en junio de 1991.

CAVALLO, quien se habria manifestado en p[illegible]pio [illegible] a esa forma de capitalización por cuanto implicaba una mayor expansión monetaria [illegible] partidario por respetar los plazos, salvo que mediase una decisión judicial o politica.

PHARAON, que viajaba en su propio Boeing 707, había sido presentado al mundo de los negocios de la Argentina por el Embajador de Arabia Saudita, Faud Ahmad NAZIR

En lo que hace a la actividad de Gaith PHARAON en los paises del Cono Sur, debe señalarse que existen informes sobre el presunto lavado de narcodolares del banquero arabe en Paraguay durante los años de gobierno del General STROESSNER, país en el que se habría propuesto la construcción de un gran parque de diversiones al estilo de Disneylandia en el punto tripartito compartido por Argentina, Paraguay y Brasil, a un costo aproximado de 300 millones de dolares

A su vez, durante su primera visita al Paraguay, el financista saudita habria ofrecido construir una flota de embarcaciones de transporte por los rios Paraguay y Paraná hasta Buenos Aires y supuestamente un tren bala que conectara Buenos Aires con Rio de Janeiro

PARTES POCO LEGIBLES.

23

9208649

Obviamente, [illegible] en este país un plaza [illegible]

Estas circunstancias [illegible] realizado ya en 1988

Finalmente [illegible] inversiones en el país son de poca monta: el hotel Hyatt [illegible] dólares, y la plantación en la provincia de Salta [illegible] en 12 [illegible] de dólares.

5.4. POSIBLE DESARROLLO.

El cierre de la filial local del BCCI [illegible] a los depositantes, y es de presumir, por el escaso monto de sus operaciones [illegible] un [illegible] deletéreo en las finanzas argentinas.

Si bien no se produjo impacto financi[illegible] alguno en la plaza por el cierre de la filial argentina del BCCI, la repercusión alcanzada por el he[illegible] habr[illegible] de corte político como consecuencia de las implicaciones del mismo con el narc[illegible] que por el momento no arrojó evidencias en nuestro país.

En lo que respecta a PHARAON, quien efectivamente adquirió los papeles de la deuda a un precio inferior al que los vendió el Banco Central, lo hizo dentro de la práctica universal, como también lo hicieron otros hombres de negocios, dentro del sistema de capitalización implantado durante el gobierno del Dr. Raúl ALFONSIN, según el cual muchas empresas se habían presentado y los títulos fueron adjudicados sobre la base de una licitación pública hecha mediante sobres cerrados. Esta práctica, según lo economistas, sería conveniente para la Argentina dado que recompra su deuda a un precio inferior del nominal, pero lo hace en australes y no en dólares.

5.5.PROBABLE EVOLUCION.

Tal cual se ha descripto más arriba en el cuadro de situación, el BCCI habría intervenido en contadas operaciones financieras en nuestro país, de escaso monto para el volumen de dinero que usualmente manejaba en los numerosos países donde se mostró activo.

Ello permite inferir que el cierre de es[illegible] no arroj[illegible] graves consecuencias para la República Argentina, donde no logr[illegible] peso [illegible] en la plaza bancaria ni llegó a embarcarse en proyectos de envergadura que generar[illegible] efecto de[illegible] en otras empresas.

De allí que, en lo que a nuestro país se re[illegible] lugar a esperarse alguna consecuencia de las medidas que podría adoptar el T[illegible] EEUU encargado de la liquidación del BCCI, la que podría alcanzar el embargo de pro[illegible] se podrían encontrar las plantaciones de jojoba en la provincia de Salta y el hotel Hyatt.

PARES POCO LEGIBLES.

24 - 24

9208649

ANEXO Nro 4 (Organización para la Liberación de Palestina (OLP) al [illegible] Nro 25/92

1. Las principales instituciones de la "ORGANIZACION PARA LA LIBERACION DE PALESTINA-OLP", son:

a. El Consejo Nacional Palestino (CNP)

Cuasiparlamento que se reúne cada varios años y que puede ser convocado en respuesta a cualquier acontecimiento juzgado como pertinente a la causa palestina. El CNP fija la orientación política básica, tanto en asuntos internos como externos.

b. El Comité Ejecutivo (CE)

Organismo gobernante responsable por el funcionamiento diario de la OLP y sus diversos departamentos y oficinas.
Sus miembros (al 31Dic91) son:

- YASSER ARAFAT, Presidente (FATAH)
- FAROUK KADDOUMI (FATAH)
- MAHMOUD ABBAS (FATAH)
- ABDULLAH HOURANI (INDEPENDIENTE)
- MAHMOUD DARWIS (INDEPENDIENTE)
- ALI ISHAK (FRENTE POPULAR PARA LIBERACION PALESTINA-FPLP)
- ABDEL-RAHIM MALLOUH (FPLP)
- YASSER ABED-RABBO (FRENTE DEMOCRATICO PARA LA LIBERACION PALESTINA-FDLP) Fracción disidente
- TAYSEER KHALED (FDL) - Fracción principal
- MAHMOUD ISMAIL (FRENTE ARABE DE LIBERACION PAL)
- MOHAMMED ZUHDI NASHAHIBI (INDEPENDIENTE)
- YASSER AMRO (INDEPENDIENTE)
- ARCHBISHOP ELIYA KHOURY (INDEPENDIENTE)
- JAWID GHOSSEIN (FPLP)
- SHAFIK AL-HOUT (INDEPENDIENTE)
- SAMIR GHOSHE (FRENTE DE RESISTENCIA POPULAR-FRP)
- SULEIMAN NAJJAB (PARTIDO COMUNISTA-PC)
- JAMAL SOURANI (INDEPENDIENTE)

c. Consejo Central (CC)

Organismo asesor del Comité Ejecutivo, sus miembros provienen de la filas del CNP, constituye un fiel guardian parlamentario de las acciones del Comité Ejecutivo cuando el CNP no celebra sesión.

d. Organizaciones de componentes de la OLP

1) AL FATAH (LEALES), encabezada por YASSER ARAFAT, es la mayor y más importante de las agrupaciones de la OLP.

El 20Dic83, después de una rebelión en sus filas, unos 4.000 terroristas leales a ARAFAT se unieron a otros 4.000 de sus camaradas en campamentos terroristas esparcidos en todas partes del Mundo Arabe.

Los terroristas dispersos fueron reorganizados en varios países árabes, en cuadro militares como el Ejército de Liberación Palestina (ELP), subordinado directamente al [illegible]

Doc. Poco Legible

del pais anfitrion, tal como sucede en JORDANIA y EGIPTO. En principio, todas esas fuerzas diseminadas continúan bajo el liderazgo de la OLP.

El proceso de reorganización y [illegible] de dichas fuerzas, que incluyó el desarrollo de [illegible] naval, fué en YEMEN DEL NORTE y la [illegible], respectivamente.

Con el tiempo, AL FATAH ha [illegible] acción independiente y de [illegible] sirios de dominar la política de la OLP [illegible] de la OLP de BEIRUT, en 1982, [illegible] internas, que llegaron a su punto [illegible] de facto, en May83, de miembros [illegible] de la organización, que establecieron una facción separada con el respaldo de DAMASCO.

Los leales de AL FATAH, sin embargo, aun continúan siendo el elemento predominante en la OLP y sirven de foco para todos los grupos árabes palestinos que se oponen a SIRIA o a los intentos de otros Estados Arabes de dictar la política de la OLP.

ARAFAT y otros lideres de AL FATAH mantienen vinculos regulares con los Gobernantes de los países del Este (ex-URSS).

AL FATAH es una organización multifacética, que posee una red de filiales, muchas de las cuales se basan en la fidelidad a alguna personalidad especifica y que funcionan en gran medida como si fueran el dominio privado de dicho individuo.

Los organismos principales de AL FATAH son:

a) <u>Instituciones Políticas principales</u>

- La Conferencia General: Organismo superior para la adopción de decisiones.

- El Consejo Revolucionario: se ocupa de asuntos políticos y operativos cuando la Conferencia General no celebra sesión.

- El Comité Central, formado por los dirigentes supremos de AL FATAH, se ocupa de la política diaria.

b) <u>Grupo de Seguridad y Terror</u>

- Frente Occidental: Dirigido por ABU JIHAD, este grupo terrorista se ocupa sobre todo de objetivos en JUDEA-SAMARIA e ISRAEL.

- Seguridad Unida: Dirigido por ABU IYAD, este grupo se ocupa principalmente de problemas de organización y de seguridad.

- Seguridad e Inteligencia: Dirigido por ABU AL-HUL, es responsable, sobre todo, de la seguridad interna y las

ESTRICTAMENTE SECRETO Y CONFIDENCIAL

PARTES POCO LEGIBLES

9208650

acciones preventivas, ayuda también a los [illegible] mencionados, poniendo a su alcance el apoyo de Inteligencia.

- Operaciones Centrales: [illegible], este grupo se ocupa de la [illegible] militar de AL FATAH, coordina las actividades de los diversos grupos en cuanto a la acción.

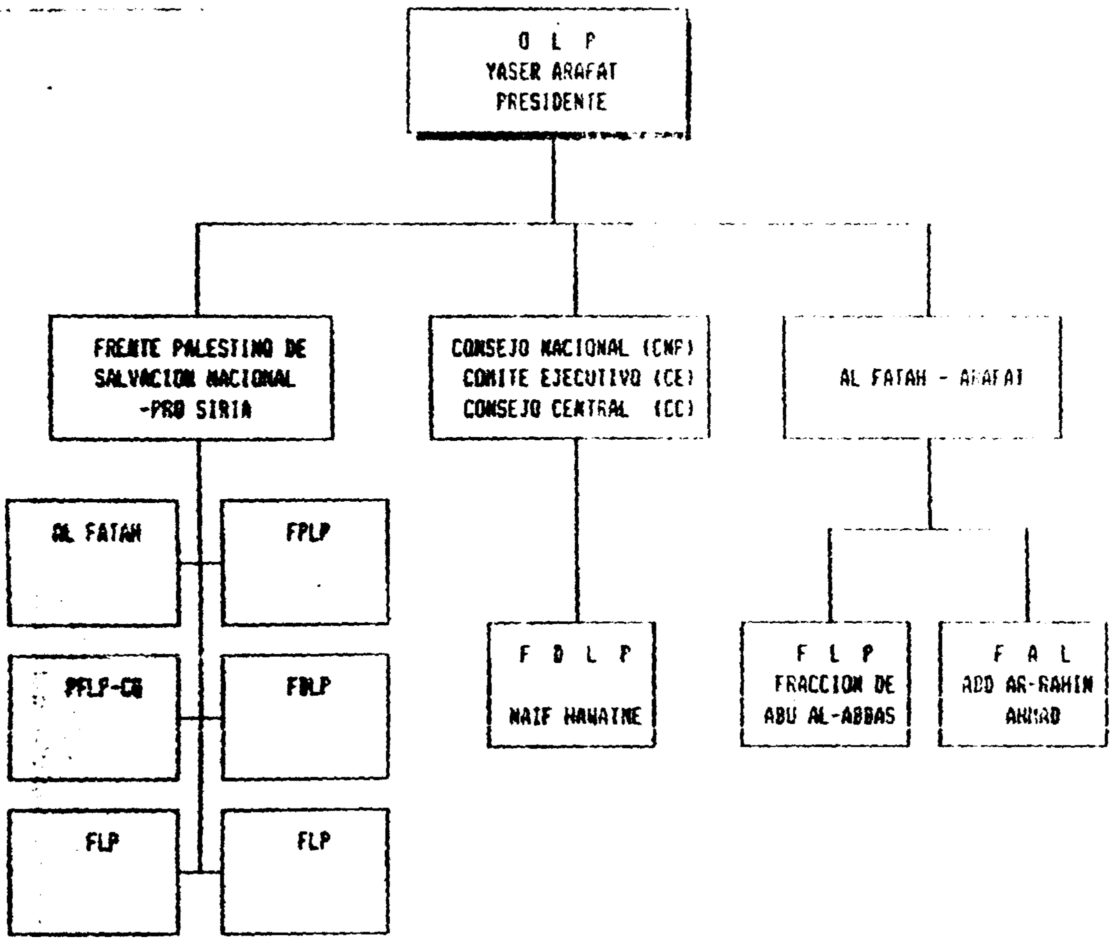
- AL FATAH REBELDES: [illegible] grupo, de aproximadamente [illegible] separó de los leales de AL FATAH [illegible] Comando Militar en [illegible] miembros del ala [illegible] de las Brigadas [illegible] de AL FATAH, desplegadas en el LIBANO y en SIRIA. Aunque pertenece al campo [illegible] de la OLP, procura conservar una imagen de independencia y autonomía.

  El Comando Militar de los Rebeldes en el LIBANO, en ALISTABLE (Valle del Bekaa), controla tanto a las fuerzas militares como a las paramilitares que, aunque abandonan AL FATAH, continúan operando en los cuadros institucionales y organizativos de ese grupo, incluso en las Brigadas YARMUK y [illegible].

  Contingentes especiales fueron adiestrados para la perpetración de atentados terroristas (el engranaje del sector Occidental, bajo la jefatura de [illegible]) en campamentos de SIRIA ([illegible]), que cayeron en sus manos durante las luchas con los leales de AL FATAH, a mediados de 198[illegible].

PARTES POCO LEGIBLES

04



PARTES POCO LEGIBLES.

05 - 05

9208650

Nº DOCUMENTO
TÍTULO PRESIDIÁRIOS ACUSADOS DE NARCOTRÁFICO
PROCEDÊNCIA ZERO HORA
23-5-92.

ENTRADO ✓
CODIFICADO ✓

F

ALBERGUE

Presidiários acusados de tráfico

☐Uma carta levou os policiais a descobrir que os albergados compravam maconha no morro para traficar

Dois assaltantes que cumpriam pena na Casa Albergue Padre Pio Buck, em regime semi-aberto, foram acusados de estarem envolvidos em tráfico de drogas e deverão ser recolhidos ao Presídio Central por determinação do juiz José Domingues Guimarães Ribeiro, da Vara de Execuções Criminais. Adão Cláudio Rodrigues Soares, 25 anos, e Ricardo Roberto Mendes, 23, tiveram as prisões preventivas solicitadas à Justiça pelo delegado de Tóxicos, Herbert Ferreira. O policial ainda investiga a possibilidade de outros detentos, cuja pena os permite sair à rua durante o dia com o compromisso de retornarem no início da noite, estarem comercializando entorpecente no albergue.

Na segunda-feira, os agentes penitenciários flagraram Adão fumando um cigarro de maconha nas dependências do Pio Buck, localizado ao lado do Presídio Central. Porém, ao ser abordado, o presidiário engoliu a droga e, por isso, foi recolhido a uma cela disciplinar. No dia seguinte, ao receber a visita de Ricardo Mendes, e entregou a ele uma carta. Os servidores da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) apreenderam a correspondência e a encaminharam à direção do albergue. Ao tomar conhecimento do conteúdo do manuscrito, a diretora Núbia Mari Araújo de Oliveira pediu auxílio à Delegacia de Tóxicos.

O delegado solicitou a ela uma cópia da carta e descobriu que Adão enviava um recado a Marco Aurélio dos Santos Coelho, 25, seu colega em uma empresa de computação, no bairro Petrópolis. "Ele pedia para o Marco entregar ao Ricardo os *bagulhos* que estavam guardados na gaveta de uma mesa", afirmou o policial, que solicitou à Justiça um mandado de busca e apreensão na firma a fim de localizar a droga. Os agentes realizaram as buscas e encontraram 28 papelotes de maconha na mesa que era ocupada por Adão e convidaram Marco Aurélio a acompanhá-los até a delegacia.

DEPOIMENTOS — Marco disse ter conhecido Adão há três meses, admitiu ser viciado e garantiu não ter conhecimento de que havia droga nas dependências da empresa. Ao ser interrogado, Adão afirmou ser dependente de maconha desde os dez anos, quando ficou órfão de pai e mãe. Explicou aos policiais que ele e Ricardo adquiriram os papelotes na Vila Maria da Conceição, no bairro Partenon, para consumo. Ricardo, por sua vez, negou qualquer envolvimento com Adão. "Pelas investigações realizadas chegamos à conclusão de que os dois presidiários são traficantes. Até o momento não conseguimos comprovar o total envolvimento de Marco com eles, mas também solicitei sua prisão preventiva à Justiça", assinalou Herbert Ferreira.

01/01 920865

Nº DOCUMENTO
TITULO DECOMISAN COCAINA Y MARIHUANA.
PROCEDENCIA LA NACION
FECHA DE PROCESO 24-5-92
VINCULACIONES 11176 / 66869 / 11352 / 11351 / 11354 / 11341 / 11226 / 504480 / 11224 / 11214 / 11229 / 11422

ENTRADO
CRUZADO

F

Operativos

Personal de la Superintendencia de Drogas Peligrosas de la Policía Federal realizó diversos operativos en los cuales secuestró más de dos kilogramos de cocaína, otros dos de marihuana y detuvo a 6 personas vinculadas con el narcotráfico.

En uno de los procedimientos se apresó a un sujeto que ingería cápsulas con cocaína en Bolivia para luego ingresarlas en nuestro país, dentro de su aparato digestivo.

El traficante, identificado como Juan Díaz de Vivar, a quien se le secuestró un kilogramo y medio de cocaína, sería un correo de una red más amplia de narcotraficantes.

En el barrio de Liniers, tras varios allanamientos, los efectivos detuvieron a dos mujeres, una boliviana y otra argentina, y a un ciudadano español y se secuestró un kilogramo de cocaína y elementos para su fraccionamiento.

En otro de los procedimientos efectuado en el barrio Rivadavia, situado en Cobo y Curapaligüe, la policía arrestó en la vía pública a un integrante de la barra brava de un equipo de fútbol de primera división, en cuyo domicilio se secuestraron dos kilogramos de marihuana, listos para su comercialización.

01/01

9208652

LA MAÑANA
24-5-92.

AMENAZA CON AGUDIZARSE LA "GUERRA POLITICA" ENTRE PARTIDOS BOLIVIANOS

PIDIERON investigar denuncias sobre la presunta vinculación de políticos con el narcotráfico y la corrupción

LA PAZ. (REUTER). - Los pedidos para investigar denuncias sobre la presunta vinculación de políticos con el narcotráfico y actos de corrupción, amenazan con agudizar la "guerra política" que libran los partidos bolivianos.

La primera batalla librada en el Congreso fue ganada por el gobernante Acuerdo Patriótico (AP) que logró despojar de su inmunidad legislativa al Diputado opositor Fernando Barthelmy, para que se defienda ante la Justicia de acusaciones de haber amparado al narcotráfico desde su cargo de Ministro, en 1986.

El opositor Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), al que pertenece Barthelemy, contraatacó con una demanda para aclarar graves denuncias contra connotados políticos, ahora oficialistas, que quedaron casi sepultadas por el tiempo.

Aunque la demanda del MNR es compartida por otros partidos políticos opositores y gran parte de la opinión pública, que quieren el esclarecimiento de supuestos actos de corrupción en el país, difícilmente puede ocultarse un contenido de cierto revanchismo político, dijeron analistas.

Agregaron que lo mismo sucede con el AP que retrucó inmediamente y dijo que se aclararán casos como el de la financiera FINSA, el caso "Florida" y millonarias transacciones de droga y dinero, en las que presumiblemente estarían implicados militantes del MNR, el mayor partido opositor.

El caso de Barthelemy fue sañalado por el Diputado Miguel Urioste, como "el primer paso de una larga caminata contra la corrupción", que abre la puerta hacia "una verdadera depuración del sistema político boliviano".

Pero se advierte que los legisladores, oficialistas y opositores, están politizando los casos en una peligrosa carrera por desprestigiarse mutuamente de cara hacia las elecciones generales de 1993, coincidieron diversos analistas.

El MNR ha planteado la necesidad de investigar los casos de los denominados "narcovideos", las "narcofotos", y el presunto amparo al narcotráfico del último ex Ministro del Interior del actual Gobierno, Guillermo Capobianco.

En los "narcovideos", filmados a principios de la década de los años 1980, aparecieron algunos militantes de la ahora cogobernante Acción Democrática Nacionalista (ADN), con Roberto Suárez Gómez, considerado entonces el "rey de la cocaína", que purga una pena de cárcel por narcotráfico.

En una de las "narcofotos", tomada a mediados de los años 1980, aparece el actual Ppresidente Jaime Paz Zamora en una avioneta junto a un presunto narcotraficante, dijeron legisladores opositores.

Capobianco, por su parte, renunció a su cargo en febrero de 1991, después que el diario Miami Herald atribuyó a funcionarios estadounidenses haberlo acusado de amparar actividades del narcotráfico.

Por otro lado, un ex Ministro Estado perteneciente al MNR, Franklin Anaya, fue acusado de estar involucrado en el caso FINSA, una empresa inmobiliaria-financiera que en 1991 estafó más de 50 millones de dólares a miles de ahorristas. Un oficial de Policía denunció que durante el Gobierno ejercido por el MNR entre 1985 y 1989, se desviaron dineros del narcotráfico hacia el Ministerio del Interior, en lo que se denominó el "caso Florida".

Estos casos no aclarados, son esgrimidos a su turno por los partidos políticos como armas de defensa y ataque en una guerra que está a punto de hacer fracasar un convocado encuentro de jefes políticos para consolidar la democracia en el país.

Esa cumbre política interna fue convocada por Paz Zamora para acordar mecanismos destinados a reformar la constitución, la ley electoral y el poder judicial para evitar el peligro de un golpe de Estado como el de Perú. ■

Operativo antidroga: detención y misterio en el Aeropuerto de Ezeiza

La detención de una mujer **austríaca, de mediana edad,** en el aeropuerto internacional de **Ezeiza** cuando **estaba por subir** a un avión de **Air France**, **provocó ayer singular** revuelo. El procedimiento **se realizó** ante **la sospecha** de que se intentaba sacar **del país una importante cantidad de cocaína de máxima pureza.** En esas **circunstancias** la mujer **aseguró ser archiduquesa de la casa real de Austria** y, a los gritos, reclamó la **presencia de altos funcionarios** del gobierno **nacional**, a los que **habría mencionado** por su **nombre, apellido y cargo.**

Por sus características, el hecho fue mantenido en el **más estricto** de los secretos. Se sabe que la **mujer acababa de arribar desde** el aeropuerto de **Carrasco** (Uruguay) **y que descendió** en Ezeiza para tomar **el vuelo 096** de **Air France**, con destino a **París**.

Pese a la hermética reserva que se mantiene, **Clarín está en condiciones** de informar que intervino personal **de la Dirección Nacional de la Policía Aeronáutica** y de **la división** antidrogas de la **Aduana**. Los funcionarios **estaban** alertados debido a la detención, días pasados, de **un hombre** identificado como **Juan Carlos Ramírez —que debía** viajar en un avión de la **compañía Swissair hacia Ginebra, Suiza—** y que llevaba **en un portafolio un kilo y medio de cocaína** de máxima pureza.

Luego de sus **declaraciones**, **se** extremaron las medidas de precaución, que **permitieron** detectar "algo extraño" en las siete valijas **que formaban** el equipaje de la mujer detenida ayer.

Cabe señalar que **desde** que la Policía Aeronáutica volvió a hacerse cargo de la vigilancia en el aeropuerto de Ezeiza, incorporó **para** sus **controles** equipos alemanes **Helmann**, de sofisticada tecnologia ya que **desintegran metales orgánicos y detectan explosivos y drogas.**

En este caso, **los** equipos detectaron droga, que en forma de materia **sintética** cubrían el armazón de las valijas. Por eso intervino **de inmediato** el juez federal de **Lomas de Zamora, Ernesto Santamarina.**

Reclama Eliminación del Secreto Bancario

OEA LLAMA A COMBATIR EL LAVADO DE NARCODOLARES

NASSAU, 23 (REUTER).— La Organización de Estados Americanos propuso hoy, al concluir su asamblea anual, que los países del continente adopten duras medidas para combatir el lavado de dinero procedente del narcotráfico, incluyendo el fin del secreto bancario.

La asamblea general adoptó un "reglamento modelo" sobre delitos de narcotráfico, que pide sanciones más severas, un mayor intercambio de información entre los países de la región y otras medidas para evitar el blanqueo de dinero, una de las piezas claves en el tráfico de estupefacientes.

El artículo décimo del reglamento de 19 puntos dice: "Las instituciones financieras deberán mantener cuentas nominativas. No podrán mantener cuentas anónimas ni cuentas que figuren bajo nombres ficticios o inexactos".

"Es una medida muy positiva, porque facilita la cooperación regional en la lucha contra el narcotráfico en una de sus manifestaciones más fuertes, el lavado de dinero", dijo a Reuter el embajador uruguayo ante la OEA, Didier Operti.

El documento propone que las instituciones financieras registren y verifiquen por medios fehacientes la identidad, representación, domicilio y otros datos de quienes abran cuentas y depositen importantes sumas de dinero en efectivo.

El último día de reuniones de la asamblea se concentró también en la situación de Haití, desde donde han huido más de 34.000 personas tras el golpe de Estado en que fue derrocado el año pasado el que el presidente Jean Bertrand Aristide.

La OEA lanzó un pedido de urgente ayuda internacional, incluyendo al Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados.

En sus palabras de cierre del encuentro, el secretario general de la OEA, Joao Baena Soares, dijo que convocó a una reunión técnica el 24 de junio para "coordinar estrategias en relación con la aplicación del embargo comercial".

La OEA aplicó el embargo contra Haití tras el golpe de Estado, y esta semana en Nasau decidió adoptar otras medidas para intensificarlo, que incluyen un llamado a los países miembros a no prestar facilidades portuarias a barcos que comercien con Haití.

PERSECUSION EN TODOS LOS PAISES

El documento sobre lavado de dinero postula asimismo el principio de extraterritorialidad, mediante el cual las autoridades judiciales de un país están facultadas para sancionar un delito cometido en el exterior "sin perjuicio de la extradición, cuando proceda conforma a derecho".

El reglamento modelo, que la OEA recomienda adoptar [...] legislación nacional a cada uno de sus países miembros, fue preparado por la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas.

Dice que el secreto bancario no debe ser obstáculo en ningún momento para investigar posibles delitos y compartir la información con autoridades, tanto del propio país como de otros estados del continente.

El reglamento propone incrementar las sanciones, tanto a instituciones como a sus empleados o funcionarios involucrados en el lavado de dinero procedente del narcotráfico.

Las sanciones más severas también deberían alcanzar a funcionarios públicos que se valgan de su cargo para incurrir o facilitar delitos de narcotráfico.

Pide asimismo una mayor supervisión de las cuentas bancarias y aconseja a los bancos conservar la documentación sobre dichas cuentas por un plazo de cinco años.

El canciller dominicano Juan Taveras fue el encargado de pronunciar las palabras de cierre de la asamblea, en las que reiteró el llamado formulado esta semana por la OEA a defender la democracia y combatir la pobreza.

Taveras dijo: "El año pasado, en Santiago de Chile, en lo que pudiéramos calificar como la Asamblea de la Democracia, adoptamos el histórico compromiso con la democracia y la renovación del sistema interamericano".

Reclama Eliminación del Secreto Bancario

OEA LLAMA A COMBATIR EL LAVADO DE NARCODOLARES

NASSAU, 23 (REUTER).— La Organización de Estados Americanos propuso hoy, al concluir su asamblea anual, que los países del continente adopten duras medidas para combatir el lavado de dinero procedente del narcotr¿fico, incluyendo el fin del secreto bancario.

La asamblea general adoptó un "reglamento modelo" sobre delitos de narcotráfico, que pide sanciones más severas, un mayor intercambio de información entre los países de la región y otras medidas para evitar el blanqueo de dinero, una de las piezas claves en el tráfico de estupefacientes.

El artículo décimo del reglamento de 19 puntos dice: "Las instituciones financieras deberán mantener cuentas nominativas. No podrán mantener cuentas anónimas ni cuentas que figuren bajo nombres ficticios o inexactos".

"Es una medida muy positiva, porque facilita la cooperación regional en la lucha contra el narcotráfico en una de sus manifestaciones más fuertes, el lavado de dinero", dijo a Reuter el embajador uruguayo ante la OEA, Didier Operti.

El documento propone que las instituciones financieras registren y verifiquen por medios fehacientes la identidad, representación, domicilio y otros datos de quienes abran cuentas y depositen importantes sumas de dinero en efectivo.

El último día de reuniones de la asamblea se concentró también en la situación de Haití, desde donde han huido más de 34.000 personas tras el golpe de Estado en que fue derrocado el año pasado el que el presidente Jean Bertrand Aristide.

La OEA lanzó un pedido de urgente ayuda internacional, incluyendo al Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados.

En sus palabras de cierre del encuentro, el secretario general de la OEA, Joao Baena Soares, dijo que convocó a una reunión técnica el 24 de junio para "coordinar estrategias en relación con la aplicación del embargo comercial".

La OEA aplicó el embargo contra Haití tras el golpe de Estado, y esta semana en Nasau decidió adoptar otras medidas para intensificarlo, que incluyen un llamado a los países miembros a no prestar facilidades portuarias a barcos que comercien con Haití.

PERSECUSION EN TODOS LOS PAISES

El documento sobre lavado de dinero postula asimismo el principio de extraterritorialidad, mediante el cual las autoridades judiciales de un país están facultadas para sancionar un delito cometido en el exterior "sin perjuicio de la extradición, cuando proceda conforma a derecho".

El reglamento modelo, que la OEA recomienda adoptar ... legislación nacional a cada uno de sus países miembros, fue preparado por la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas.

Dice que el secreto bancario no debe ser obstáculo en ningún momento para investigar posibles delitos y compartir la información con autoridades, tanto del propio país como de otros estados del continente.

El reglamento propone incrementar las sanciones, tanto a instituciones como a sus empleados o funcionarios involucrados en el lavado de dinero procedente del narcotráfico.

Las sanciones más severas también deberían alcanzar a funcionarios públicos que se valgan de su cargo para incurrir o facilitar delitos de narcotráfico.

Pide asimismo una mayor supervisión de las cuentas bancarias y aconseja a los bancos conservar la documentación sobre dichas cuentas por un plazo de cinco años.

El canciller dominicano Juan Taveras fue el encargado de pronunciar las palabras de cierre de la asamblea, en las que reiteró el llamado formulado esta semana por la OEA a defender la democracia y combatir la pobreza.

Taveras dijo: "El año pasado, en Santiago de Chile, en lo que pudiéramos calificar como la Asamblea de la Democracia, adoptamos el histórico compromiso con la democracia y la renovación del sistema interamericano".

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA DE PUBLICACION 25-5-92.

VINCULACIONES 11126 11224 50622 11224 11621 60153 65592 60113 11214 66022 11229 11422 11226 65310

ENTRADO

CRUZADO

F

Detuvieron en México a un jefe del Cartel de Medellín

MEXICO, (ANSA).– El tercer hombre más importante del Cartel de Medellín, el colombiano Javier Porto Cardona, conocido como El Tío y acusado de haber introducido más de 100 toneladas de cocaína a Estados Unidos, fue arrestado ayer por la policía mexicana junto con ocho cómplices y un lugarteniente mexicano.

La acción se llevó a cabo en la colonia residencial de Polanco, en la ciudad de México, cuando El Tío se disponía a viajar a la veraniega ciudad de Cuernavaca, en el Estado de Morelos, después de una fiesta de 48 horas con la que celebró su cumpleaños.

La Procuraduría General de la República informó que Pardo Cardona era el contacto entre el Cartel de Medellín y los narcotraficantes de Estados Unidos.

Su detención se concretó después de cuatro meses de investigaciones realizadas en la ciudad de Guadalajara, Jalisco, principalmente, y en otros puntos del país.

Al momento de su detención, la policía incautó un amplio sistema de radio-comunicación intercontinental y de cartografía de rutas aéreas de todo el continente americano.

La banda de colombianos cuenta con contactos en Panamá, Honduras, Guatemala y Estados Unidos.

01/01 9208656

Pache en Honduras por encuentro militar contra drogas

LOS Jefes de las Fuerzas Aéreas de América se reunirán a partir de hoy en Tegucigalpa, para discutir durante tres días mecanismos de combate al narcotráfico, dijo a la prensa un portavoz militar hondureño.

En su 32ª Conferencia, también abordarán el adiestramiento de personal, medicina aérea, meteorología, intercambio de información y apoyo para el suministro de repuestos, dijo el vocero de las Fuerzas Armadas, Teniente Coronel Napoleón Santos.

Por Uruguay participa el Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea, Brigadier General Carlos Pache.



El Comandante el Jefe de la Fuerza Aérea, Brigadier General Carlos Pache viajó a Honduras, donde representará al Uruguay en un encuentro castrense para definir estrategias de combate contra el narcotráfico

Menor detenido por droga

Un menor de edad fue detenido ayer por personal de la séptima agrupación de Gendarmería Nacional de Salta, cuando llevaba en un bolso de mano **dos kilos de clorhidrato de cocaína de alta pureza.**
El chico, de 17 años, fue detenido a un costado de la ruta nacional 50, minutos antes del mediodía de ayer, momento en el que debía entregar la droga para que otra persona la llevara al sur del país.

Opio español, opio exquisito

España es el país europeo que más terreno dedica a la planta del opio y uno de sus mayores productores

MATEO R., agricultor gaditano, mima su trigo y sus girasoles de sol a sol. También cultiva grandes cantidades de adormidera, la planta del opio. «*La droga* —así la llama— no da trabajo. Sólo cuando llega la siembra y la recogida».

Como Mateo, 200 campesinos andaluces se han especializado en el cultivo de la amapola blanca. En los campos de Sevilla, Málaga, Córdoba, y Cádiz hay unas 4.000 hectáreas sembradas de *papaver alba*, de cuya flor se obtienen sustancias medicinales y estupefacientes. A lo largo de la historia, a veces ha sido ensalzada por sus propiedades curativas; otras, condenada por demoniaca.

El opio español siempre se ha considerado de exquisita calidad. Si en el *triángulo del oro* asiático se suele sacar de esta planta opio y heroína para el mercado negro, con la adormidera española se elabora morfina y codeína para hospitales y laboratorios farmacéuticos. España es el cuarto país del mundo en producción de opiáceos legales: en 1991, de los laboratorios españoles salieron 18 toneladas, el 10 por ciento de la producción mundial. Suficiente para abastecer el mercado y exportar.

Las plantaciones andaluzas abastecen la empresa Alcaliber, única industria química española que produce morfina o equivalentes. En 1974 esta firma logró del Gobierno la calificación de «empresa de interés nacional». La concesión estatal obliga a Alcaliber a suministrar toda la morfina que demande la sanidad española.

El gran volumen de *mercancía peligrosa* que maneja la empresa explica los rígidos controles para evitar posibles desvíos. Los ingenieros elaboran partes diarios sobre la cantidad recolectada, transportada y producida. En el mundo, sólo hay cinco empresas que, como Alcaliber, se encargan de todo el proceso, desde el control del cultivo hasta el producto final.

En junio y julio, la época de recolección, nueve millones de kilos de eso que llaman «droga» viajan desde los campos andaluces hasta la planta transformadora, donde se convierte en droga de verdad. En un lugar de La Mancha, cuyo nombre no debe mencionarse por razones de seguridad, cada 500 kilos de paja de adormidera se convierten en un kilo de morfina. El proceso se llama Kabay.

El sistema español necesita poca mano de obra. Las cosechadoras cortan y trituran la parte superior de la adormidera secada por el sol. A partir del granulado, en la fábrica se produce Concentrado de Paja Adormidera, con lo que se obtiene morfina.

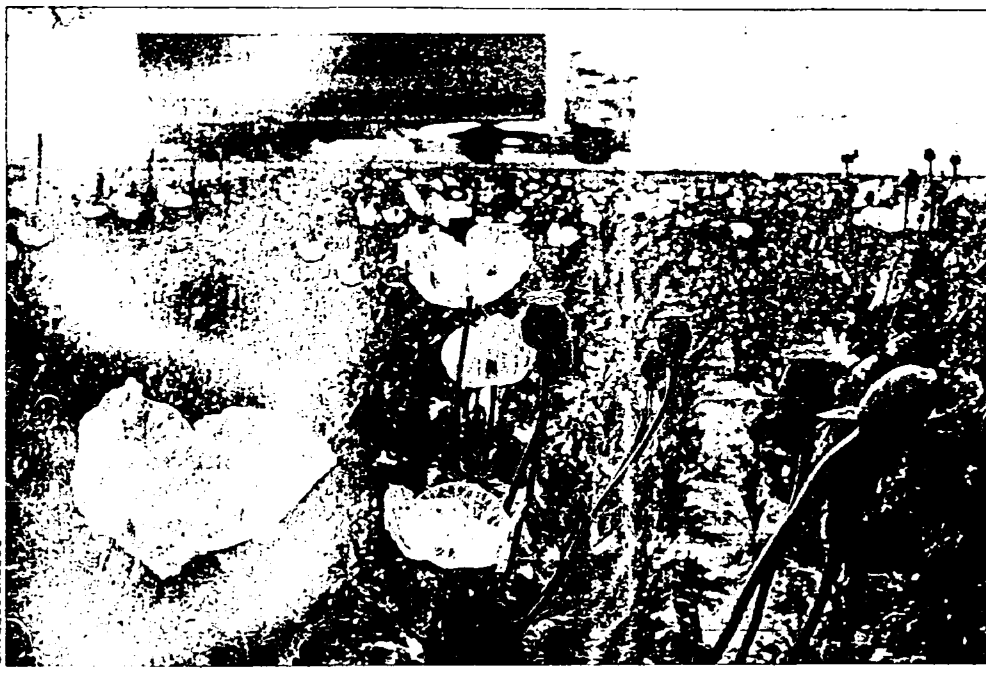
El proceso necesita una importante inversión en infraestructura y maquinaria. En la planta transformadora de Alcaliber trabajan 34 personas «de total confianza». Las medidas de seguridad son sencillas: «Si un trabajador de la empresa comprara un cochazo y una casa nueva, o le ha tocado la lotería o se ha vuelto narcotraficante», señalan en Alcaliber. Además, el Gobierno establece sus propios controles. Un interventor de la Dirección General de Farmacia supervisa la producción y algunos policías patrullan por las plantaciones.

Lo que las autoridades sanitarias no han conseguido controlar son los campos espontáneos de adormidera, como los de El Pardo (Madrid) y Lérida. En el monte madrileño, la aparición de adormidera salvaje se explica por las buenas condiciones del terreno y el clima; en Cataluña ha crecido al borde de la carretera. «La semilla de la amapola es muy pequeña y numerosa. Los mismos camiones que transportan la paja pueden sembrar a su paso verdaderas plantaciones», confirma un ingeniero de Alcaliber.

Las adormideras espontáneas no suponen un peligro. «Para obtener opio suficiente con el que conseguir algún rendimiento, habría que pasarse días exprimiendo el jugo de los capullos de amapola», señala un experto de Sanidad. Un proceso que sólo es posible cuando la ampola acaba de florecer, unos cuantos días al año.

Alcaliber confiesa una cifra anual de negocios de diez millones de dólares. Si las 18 toneladas que produce cayeran en manos de los narcotraficantes internacionales, el rendimiento sería cien veces mayor. Pero la empresa no juega en este terreno, sino en otro: un mercado internacional donde el opio español compite con el de Australia, Francia y Turquía, los tres primeros productores. Estados Unidos es su primer cliente.

JUAN LUIS GUILLÉN



TOEPKE-SERRANO

Plantación legal de adormidera, la planta del opio, junto a la carretera de Cádiz a Sevilla.

Nº DOCUMENTO
TITULO DETIENEN A INTEGRANTES DE GRUPO BAILANTERO "ALMENDRADO"
PROCEDENCIA CLARIN.
26-8-92
11176

ENTRADO
CRUZADO

F

11214
11222

Se suspende la bailanta

Los seis integrantes del grupo bailantero "Almendrado" y otras tres **personas que viajaban** con ellos fueron **detenidos en Rigoelet** (cerca de **La Plata**) **y posteriormente** incomunicados **al comprobarse que** llevaban cocaína en **la Trafic con la que se trasladaban de baile a baile. El juez de La Plata Alberto Durán** indagará hoy a los integrantes de "Almendrado", **imputados** —en principio— de **infracción a la ley 23.737,** por "tenencia y consumo de **drogas**".

01/01 9208660

Detuvieron a uno de los jefes del narcotráfico boliviano

Familia: Adriano Maesano Squilacci es sobrino de Orestes Squilacci, uno de los principales dirigentes del tráfico de drogas en Bolivia; durante operativos en Colombia y en Venezuela fueron decomisadas casi dos toneladas y media de cocaína.

LA PAZ, 25 (AP).– El jefe de una de las mas poderosas bandas del narcotráfico que operan en Bolivia, el italiano Adriano Maesano Squilacci, fue detenido por los organismos antidrogas, informaron las autoridades policiales.

El arresto fue el 19 de mayo en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, pero hasta hoy no había sido confirmado por las autoridades de la Fuerza Especial de Lucha contra el Narcotráfico (Felcn).

Maesano Squilacci es sobrino de Orestes Giovanni Squilacci, que fue uno de los principales dirigentes del narcotráfico en Bolivia y detenido en la Argentina en diciembre de 1989, junto a su compatriota Alfredo Pierozzi con la posesión de 200 kilogramos de clorhidrato de cocaína.

Tras la detención de Giovanni Squilacci en Buenos Aires, Maesano Squilacci heredó una fábrica de trituración situada a 15 kilómetros de Santa Cruz y se hizo cargo de la jefatura de la línea italiana del narcotráfico en Bolivia.

La organización, dirigida por miembros de la mafia italiana en Bolivia, operaba desde 1985 en la ciudad de Santa Cruz, la segunda en importancia del país y situada en la zona fronteriza con Brasil, agregó Peredo.

Junto al italiano, fueron detenidos su compatriota Massimo Serna y las bolivianas Benita Herrera y Martha Suárez.

La banda es acusada del asesinato de uno de los ex jefes en la lucha contra el narcotráfico en Bolivia, Eduardo Retamozo, en noviembre de 1990.

ORIGINAL

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Montevideo, 16 de setiembre de 1992

T.I. Nº 139/92.- SEÑOR SUB-DIRECTOR EXTERIOR DE LA D.G.I.D.

Adjunto al presente elevo informe remitido de una agencia amiga acerca del BANCO DE CREDITO Y COMERCIO INTERNACIONAL, a sus efectos.

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Dpto.II.(Exterior)

Coronel

P. Aranco

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha 16-9-92
Pase a Sub-Dr. Exterior
Nº 9208662

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB-DIRECCION EXTERIOR

Montevideo, 16 de setiembre de 1992

SEÑOR SUB-DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

A los fines que estime pertinentes remito informe acerca de BANCO DE CREDITO Y COMERCIO INTERNACIONAL en lo referente a nuestro país.

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.

Coronel (Av.)

Jorge Pedragosa

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Pase a Sub-Dr. Interior

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de entrada 18 SET 1992
Pase a
Nº de orden 9208662

22/9/92

001/5

9208662

Montevideo , 17 de setiembre de 1992.-

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I (INT):

Remito a usted a sus efectos lo solicitado precedentemente.-

El Sub-Director de Interior de la DGDI

Coroenel

L L U I S

002

9208662

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Montevideo, 16 de setiembre de 1992

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 010/92

ASUNTO: ANALISIS SOBRE EL BANCO DE CREDITO Y COMERCIO INTERNACIONAL

EVALUACION:

TEXTO:

Se recibio el siguiente informe de una agencia amiga acerca del Banco de Crédito y Comercio Internacional.

"Son muy raras y escuetas las noticias respecto a la relación del BCCI en el URUGUAY. No obstante, el corresponsal del diario brasileño O GLOBO, JOSE NEGREIROS sostiene una sucursal del BCCI en el URUGUAY realizaba préstamos ficticios a empresas como forma de encubrir operaciones típicas de "lavado" de dólares.

El 11SET91 los servicios de Inteligencia uruguayos se dedicaron a la búsqueda en todo el territorio de los ex-funcionarios del BANCO CENTRAL DEL PERU, al tener fundadas sospechas que los mismos hubieran fugado al URUGUAY con 145 millones de dólares.

Se estima que tanto LEONEL FIGUEROA como HECTOR NEYRA CHAVARI integraban la RED NEGRA del BCCI, es decir la división de operaciones clandestinas, actuando como un servicio de inteligencia del banco.

Fuentes bien informadas indicaron a la prensa que tal suma de dinero no pudo haber ingresado al sistema bancario uruguayo, sin producir un fuerte sacudón. No obstante, no se descarta la posibilidad de que el dinero haya sido dispersado en distintas inversiones que vienen siendo investigadas paralelamente con la búsqueda de los ex-jerarcas peruanos".

3.LA RED NEGRA.

Como se indicó más arriba, la "Red Negra" componía el departamento operativo mas "convencional" del BCCI y las compañías colaterales del mismo. Experta en operaciones clandestinas, actuaba como servicio de Inteligencia Internacional y se dedicaba, entre otras cosas, al lavado de dinero del narcotráfico, al tráfico de armas y al vaciamiento de empresas y de los tesoros nacionales de varios países.

Este banco mantuvo sus propias relaciones diplomáticas con los gobiernos a través de los "protocol oficers", quienes empleaban grandes cantidades de dinero en efectivo para conseguir cualquier propósito. El BCCI comercializaba masivamente granos, cemento, café, materiales de con.trucción, alfombras, anchoas, etc; pero lo que no se tenía en cuenta era su relación con el mercado internacional del petróleo y también s.s intrincadas relaciones con los Hermanos GOKAL.

A través del uso práctico de la falsa documentación, el despli que de miles de millones de dólares en cartas de crédito no asentadas y distribuciones clandestinas [illegible] dinero en complicidad con muchos funcionarios de gobiernos en numerosos países, el BCCI f[illegible] po[illegible]cionándose como mercader del mundo, particularmente en Asia.

Las conexiones del BCCI con los servicios de [illegible]ciones de varios países, como los denunciados sobornos a funcionarios, explicarían el misterio m[illegible]ersistente en todo este escándalo: porqué las autoridades gubernamentales que supervisan la [illegible]ca en d[illegible] países permitieron que el BCCI funcionara tanto tiempo sin un adecuado control.

En las dos décadas pasadas la organización creada por [illegible]uistaní A[illegible] HASAN ABEDI se llegó a transformar, entre otras cosas, en un poderoso traficante en la trama mundial del negocio de las armas, usando métodos y alianzas clandestinos, creados originalmente por lavadores de dinero.

Estas transacciones han ido siendo desbaratadas por los EE.UU. y otras potencias, que han tomado la precaución de hacer las ventas de gobierno a gobierno.

Algunos ex funcionarios del BCCI han declarado que este banco proveía tecnología nuclear a Paquistán, Irán y Libia, países partidarios de desarrollar la bomba llamada Islámica para combatir u oponerse a la coacción nuclear de Israel. Parte de esta tecnología era recibida de países del Este con capacidad de hacer pequeñas transferencias.

Aunque las pistas de las transacciones del BCCI sean dificultosas de detectar, se han podido descubrir huellas en un conjunto de operaciones:

- En el conflicto del Golfo los kuwaities perseguían victoriosamente a los iraquíes montados en tanques M-84, de procedencia yugoslava, visión más moderna que los soviéticos T-72, completados con personal del este europeo. Sesenta y cuatro de esos tanques y sus tripulaciones han sido adquiridos con financiación del BCCI para la operación Desert Storm.

- En Abu Dhabi, el BCCI financiaba el desarrollo de un sistema misilístico aire-tierra para la flota de los MIRAGE 2000 del emirato.

- El BCCI intentó, infructuosamente, concretar la compra de tanques OF-40 Mark 2 de la fábrica OTO MELARA de Italia, también para Abu Dhabi.

También se sabe que el BCCI obtuvo y financió decenas de armas S-23 de 180 milímetros de Corea del Norte para DUBAI.

- En los últimos tres años el BCCI ha financiado la venta de ASTROS II, cohetes de procedencia brasileña para Irán e Irak. La empresa también llegó a vender misiles chinos a los citados países.

Un vocero de Avibras, industria artífice del sistema de cohetes ASTROS, sostuvo que efectuó ventas a Irak pero negó ventas a Irán o a alguna otra nación que esté involucrada con el BCCI. El mismo vocero admitió que Avibras recibió un insignificante financiamiento desde el BCCI de Brasilia, el que fue usado para "propósitos domésticos".

- También el BCCI inició tratativas para la venta de tanques TAM 2 con la Argentina para Irán, operación que no se concretó.

- El banco proveyó a Irak de sistemas misilísticos franceses y unidades de artillería de Sudáfrica.

De acuerdo con las declaraciones de Arif DURRANI, un mercader de armas paquistaní, quien fue detenido en los EEUU por proveer ilegalmente partes de misiles HAWK a Irán durante la época Irán-Contras, uno de los más grandes traficantes de armas es un paquistaní multimillonario llamado Asaf ALI.

DURRANI llegó a declarar que, así como Ghait PHARAON era quien adquiría bancos y hacía todo tipo de negocios financieros, ALI era el encargado de los negoc[illegible]s de las armas.

En uno de los últimos negocios, ALI, desplegando su hab[illegible]idad política, interrumpió la venta de 49 MIRAGE 2000 a la India, y luego, para mantener la paridad, proveyó a Paquistán de un número similar del mismo avión, entre nuevos y usados. Esta operación comprendió la reventa de 24 MIRAGE, operación que inicialmente iba destinada al PERU.

Alemania arrestó al general Inam UL-HAQ, cuya captura fuera dictada en el año 1987 por las autoridades de EEUU por la conexión del mismo con la adquisición de tecnología nuclear, cuya finalidad era el desarrollo de la bomba nuclear de PAKISTAN.

PARTES POCO LEGIBLES...

El Departamento de Justicia de los EEUU, que durante largo tiempo ha reclamado la extradición de UL-HAQ, sostiene que el BCCI fue el financista de éste. En una carta al Fiscal General de los EEUU, Richard THORNBURGH, el presidente del Comité Gubernamental del Senado,el demócrata John GLENN, de Ohio, sostuvo que el BCCI proveyó servicios financieros a agentes del gobierno de Paquistán, para la adquisición ilícita de armas nucleares, y recomendó una completa investigación de tales actividades.

El nacimiento de China como proveedor de armas y sistemas misilísticos para Paquistán, Irán, Irak, Siria y Arabia Saudita, fue promocionado por el BCCI, que permitió establecer cerradas relaciones bancarias entre estos países y China.

El BCCI había sido en parte soporte de CITIC, compañía china, puerta de entrada al complejo industrial-militar en China.

Al no ser signataria China del tratado de no proliferación nuclear sobre tecnología misilística, es de presumir que se estableció un pacto entre el banco y la Industria china para vender los misiles SILKWORM. Estos útimos misiles, vendidos a Irak y Arabia Saudita, habrían sido equipados con sistemas de guías fabricados en Israel.

Los traficantes de armas dejaron trascender que para este tipo de negocios el BCCI producía documentación falsa. En tal sentido, por ejemplo, en la documentación provista para el armamento de mano rutinario de Europa Oriental, éste figuraba como "maquinaria agrícola".

Para tal fin viajó ABEDI a Moscú en 1985, donde [illegible]vió los negocios de armamento y obtuvo un permiso para abrir oficinas del BCCI en la URSS. [illegible] socios [illegible] banco habrían encontrado fácil sobornar a los negociadores de armas y militares en [illegible] país [illegible] percibían [illegible] muy bajas. El advenimiento de la Perestroika cortó la vinculación [illegible] ello quedó [illegible]ciado [illegible] remoción de sus puestos de los militares que favorecían al BCCI.

La forma operativa del BCCI partía de la detección de la necesidad de armamento, [illegible] con un destino falso y por último cobrar con generosos [illegible] estas armas al adquirente. Esto fue el caso de los repuestos de los PHANTOM F-4 donde figuraba en la documentación como destino Israel, y en cambio el material fue a Irán, que sufría el embargo de los EEUU.

Otra de las operaciones de la Red Negra fue la venta a Abu Dhabi de 45 piezas de artillería móviles G-6 procedentes de Sudáfrica.

Conforme a trascendidos, ABEDI estuvo gestionando una licencia para un nuevo banco en Paquistán, denominado Banco del Progreso.

Con respecto a la República Argentina, los investigadores están tratando de dilucidar si en realidad el BCCI colaboró en la financiación de los esfuerzos nucleares que realizó el país en la década del '70 (además de Libia, Paquistán e Irak) como también aquellos orientados a la compra de armas de este tipo en el llamado Proceso de Reorganización Nacional.

El Jefe del Departamento II (Exterior) de la D.G.I.D.

Coronel

Luis P. Arango

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL – JEFE DEPARTAMENTO II – República O. del Uruguay

DISTRIBUCION:

Original: Archivo Sección Enlace

Copia: Señor Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.

Copia: Señor Sub-Director Interior de la D.G.I.D.

LA NACION
26.5.92
11176 11670
65592
11352
11351
11354
11019
11225

Cocaína por toneladas

BOGOTA (AP).- Unidades de la policía de antinarcóticos decomisaron dos toneladas de cocaína en uno de los mayores golpes dados este año a las bandas de narcotraficantes en Colombia.

La policía del departamento del Valle informó que la droga fue descubierta en un laboratorio clandestino situado en una zona rural cercana al municipio de Buga, situado a 250 kilómetros al occidente de bogotá.

En la operación, la policía capturó a cuatro personas encargadas de la vigilancia del laboratorio clandestino y se incautó de armamento.

También fueron descubiertos 100 kilogramos de base de coca que iba a ser procesada en el laboratorio clandestino, según el informe de la policía del Valle.

Se presume que la droga pertenece al Cartel de Cali.

01/01 9208663

RESERVADO

1/2

M. D. N. SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II 16SET92		HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 66/92		

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 21SET92

II - INFORMACION CONOCIDA: | A - EVALUACION:

B - TEXTO

- Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.

17/9/92
352/92

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV - ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION:

D.G.I.D.

D.E.I

FIRMA: El Jefe del Departamento II (Inf.) E.M. S.S.FF.AA.

Coronel

Julio W. Fernández.

SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS — ESTADO MAYOR — REPUBLICA O. DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 17 SET. 1992
Pase a: antecedentes
N° de Orden 9208664

001/2

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha de entrada 16/09/92
Pasa a SDI
N° de identificación 9208664

9208664

RESERVADO

1/2

M. D. N. SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	16SET92				HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 66/92					

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 21SET92

II - INFORMACION CONOCIDA: | A - EVALUACION:

B - TEXTO

- Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.

Fecha de Entrada 17/9/92
N° 352/92

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV - ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION:
D.G.I.D.
D.E.I

FIRMA: El Jefe del Departamento II (Inf.) E.M. S.S.FF.AA.
Coronel
Julio W. Fernández.

SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS - ESTADO MAYOR - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 17 SET. 1992
Pasa a antecedentes
N° de Ident. 9208664

001/2

RESERVADO

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha de Entrada 16/09/92
Pasa a SDI
N° de Identificación 9208664

9208664

Montevideo, 16 de setiembre de 1992.-

- SARKISSIAN Dikram - Corredor de el Laboratorio GAUTIER

- PASCUAL LOPEZ María Rosa (Ph D.) - (acompañante del mencionado corredor)
  Profesión - Doctora en Bioquímica
  Nacionalidad - Cubana

002 | 2 9208664

PLAN ANTIDROGA NORTEAMERICANO Y NUEVA DROGA ICE

PAG/12

Nueva York

CINCO DOLARES POR UN GRAMO DE CRACK

Andrea Ferrari
21/9/89

En una esquina de la calle Bleecker, un hombre ofrece un chiste a cambio de 25 centavos. El Greenwich Village está poblado en la noche y varios se detienen a leer el cartel: si el chiste no gusta, el dinero será devuelto. Una mujer que camina lentamente sonríe al verlo. Pero unas cuadras más adelante apura el paso y dobla para evitar una esquina donde un grupo espera al *dealer* que va a venderle un gramo de crack por cinco dólares. Cuando llega a la estación del subterráneo baja rápidamente las escaleras y se queda a esperar el tren en el "Off hours waiting area", la zona claramente delimitada donde el empleado que vende los cospeles puede verla. Lee un cartel pegado en la pared: "Una América libre de drogas sólo puede convertirse en realidad con su ayuda". Cuando llega el tren corre para subir al coche donde viaja el guarda, que es el más seguro.

Las drogas, y el crimen asociado a ellas, se han convertido en una obsesión norteamericana. El plan de lucha contra el narcotráfico lanzado por George Bush hace quince días acapara los principales espacios de los medios, donde se discute hasta el cansancio cuáles son las medidas más apropiadas, cuánto dinero gastar y dónde. Pero más allá de los números, son algunos hechos los que provocan más impacto: uno de ellos fue el asesinato de María Hernández, una mujer de 34 años que se había lanzado junto a su marido en una suerte de cruzada personal contra los traficantes de su barrio. Cuando una bala que entró por la ventana acabó con la iniciativa, los habitantes de Starr Street, la calle de Brooklyn donde vivían los Hernández, quedaron impresionados. La mayoría optó siempre por el criterio de vivir y dejar vivir: no se meten con los *dealers* y no tienen problemas con ellos. En Starr Street, una zona hispana, donde se escucha salsa y merengue, dicen que tienen otras preocupaciones: la falta de empleo, vivienda o servicios sanitarios.

Lejos de allí, los legisladores discuten sobre el presupuesto. La principal objeción de los demócratas hacia el plan de Bush es que los 7900 millones de dólares pautados son insuficientes. El senador de West Virginia, Robert Byrd, sugirió un aumento de 2200 millones, que se obtendrán recortando el presupuesto de otros programas. Pero la Casa Blanca y algunos legisladores republicanos ya anticiparon su oposición, principalmente porque las reducciones incluirán el área de Defensa. Algo más concreto en su crítica, el ex candidato presidencial Jesse Jackson afirmó que el plan fue concebido "sin la participación de las comunidades más afectadas", que subestiman el poder de los narcotraficantes, y que en realidad ha sido diseñado para Colombia y no para Estados Unidos. Pero lo cierto es que, aparte de sugerir más énfasis en el tratamiento y la prevención, los demócratas no plantean un esquema alternativo. Probablemente también tengan en cuenta que el plan Bush ha tenido un consenso apabullante: según una encuesta de *The New York Times* y la CBS, la aprobación general alcanza el 69 por ciento. El sondeo de *Newsweek* fue punto por punto y encontró que la aceptación llega incluso a las medidas más represivas hacia los consumidores ocasionales, como informar a los empleadores (68 por ciento), publicar el nombre del infractor en los diarios (62 por ciento) y hasta recluirlo un tiempo en la cárcel (74 por ciento).

Algunas voces se levantan para reclamar más dureza aún: un editorial del semanario de centroderecha *US News and World Report* califica los análisis obligatorios de orina para detectar consumo de drogas como "el arma más promisoria" de esta guerra, "sólo si más empresas norteamericanas tuviesen las agallas para usarla". Algunas ya han seguido el consejo: IBM y AT&T incluyen el test dentro del examen general de sus aspirantes y, en caso de sospecha, también lo imponen a los empleados. En el lado opuesto, *The Village Voice* (centroizquierda) es una de las pocas publicaciones que se refiere a los peligros de limitar las libertades individuales y reducir los programas sociales (se calcula que se achicarán en unos 400 millones) para aportar dólares a esta guerra. "Cada centavo gastado en los policías, investigadores, burócratas, cárceles y análisis requeridos para alimentar la máquina de la guerra de drogas —dice— es un centavo no gastado en revertir las políticas sociales que han destruido las ciudades, fomentado el racismo y sentado las bases para la cultura del crack." El *Voice* también habla del peligro de enviar tropas a la zona andina, "donde cualquier lucha contra los narcotraficantes seguramente se mezcle con las guerrillas, los sindicatos y otros elementos de la política interna y militar del país involucrado".

Pero desde Nueva York, América latina se ve muy lejos. Los norteamericanos están obviamente más preocupados por su suerte que por lo que pueda ocurrirles a colombianos o bolivianos. Ya no quieren saber de la droga en las escuelas ni de los niños de diez años que se convierten en *dealers*. Leen resignadamente que existe una nueva droga: se llama *ice* (hielo), produce un período de euforia mucho más prolongado que el crack y los efectos posteriores —depresión y síntomas de psicosis aguda— pueden durar hasta 48 horas. El *ice* —metanfetamina fumable— ya abunda en Hawaii y está empezando a entrar en San Francisco, Los Angeles, San Diego y partes de Florida. También están agotándose los informes sobre los bebés nacidos de madres adictas (300.000 por año) que tienen severos problemas emocionales y sin tratamiento no pueden alcanzar un desarrollo normal. El bombardeo informativo satura. Sin embargo, casi nadie habla del lavado de narcodólares en Estados Unidos, en el que, según algunas denuncias, están involucradas importantes empresas. Tampoco surgen iniciativas firmes para limitar la venta de armas y reducir así los índices de criminalidad. El tema volvió a surgir en los últimos días, después de que el jueves un hombre desequilibrado disparó desde una terraza en Louisville con un rifle semiautomático AK-47 (que había comprado en una de las 250.000 armerías que tiene el país), mató a siete personas, hirió a otras catorce y luego se suicidó. "No creo que una prohibición sobre las armas sea la última respuesta o pueda alguna vez evitar este tipo de tragedia", dijo al ser consultado sobre el tema el presidente George Bush, miembro vitalicio de la Asociación Nacional del Rifle. El caso mereció un editorial de *The New York Times* que explica que los narcotraficantes colombianos comúnmente compran sus armas a través de terceros en Estados Unidos. "Como consecuencia —termina el artículo—, ¿quién está armando a los jefes de la droga que son nuestros enemigos en la guerra? Nosotros."

920865

Nº DOCUMENTO

TITULO INCAUTAN CRACK EN BAHIA (BRASIL)

PROCEDENCIA JORNAL DO BRASIL

FECHA 28-5-92

VINCULACIONES 11126

ENTRADO

CRUZADO

F

Traficante vendia 'crack' em cápsulas

SALVADOR — A polícia da Bahia fez a primeira apreensão de *crack* no estado. A droga estava acondicionada dentro de oito cápsulas do antiinflamatório Tetrex, no quarto de um hotel próximo à rodoviária antiga de Salvador, onde estava hospedado o traficante José Carlos da Silva, conhecido como *Cacau*. Antes de fugir, ele conseguiu vender pelo menos 200 cápsulas, a Cr$ 30 mil a unidade.

A droga, segundo a polícia, é procedente de Feira de Santana, a 109 quilômetros de Salvador.

01/01 9208666

UNA DE LAS CANTANTES MAS FAMOSAS DE ITALIA

Patty Pravo, presa por drogas

La cantante Patty Pravo, de 44 años, fue detenida en Roma acusada de tráfico de drogas. Su abogado se quejó del trato que recibe: por tener 15 gramos de marihuana y hachís fue alojada aislada en una prisión de máxima seguridad y hace dos días que está con la misma ropa. Pravo había tenido otros procesos anteriormente tambien por drogas.

ROMA, 28 (EFE). — La cantante italiana **Patty Pravo**, que con su voz ronca lanzó hace unos años a los primeros puestos canciones como **Ragazzo triste** o **La bambola**, atraviesa uno de los momentos más críticos de su vida al ingresar en prisión por **tráfico de drogas**.

Patty Pravo, de 44 años, se encuentra desde hace dos días en una celda de aislamiento de la cárcel romana de máxima seguridad de Rebbibia, según informó ayer su abogado **Roberto D'Atri**. Aunque el abogado no aclaró la cantidad y el tipo de droga que la policía secuestró en el domicilio de la cantante en el centro de Roma, fuentes policiales aseguraron que se trata de **15 gramos** de marihuana y hachís.

Denuncia

D'Atri denunció el tratamiento "desproporcionado" que está recibiendo en la cárcel su cliente, cuyo verdadero nombre es **Nicoletta Strambelli**. Según D'Atri "por un pequeño delito, teniendo en cuenta que no tiene antecedentes penales, ha pasado ya dos noches en una celda de castigo, de dos metros por dos, fría y húmeda". Luego agrega que "los policías que la detuvieron no le permitieron llevar a la cárcel ningún elemento, ni ropa íntima ni productos de higiene, y desde entonces viste la misma ropa que cuando fue detenida".

La "ragazza del Piper" como se la conoció en un principio por alcanzar la fama desde esa conocida discoteca romana, nació en Venecia y desde muy pequeña comenzó a cantar en fiestas barriales. Primero cantó blues con el seudónimo de **Guy Magenta**, pero luego su Pigmalion, **Gianni Boncompagni**, le cambió el nombre y luego de unos retoques logró que la cantante veneciana alcanzara fama mundial.

Costumbre

Todo el mundo comenzó a disputarse a aquella muchacha de ojos felinos, minifalda y voz grave que vivía descaradamente. "Sexo y pasión" eran sus costumbres según sus detractores. Pero, a pesar de ello, se convirtió en una verdadera diva que ganaba millones con la misma facilidad con que los gastaba.

En el medio de sus éxitos, Patty fue tapa de los principales medios sensacionalistas europeos, por sus cuatro matrimonios, sus famosos y rápidos romances, y por aparecer desnuda en la página central de "Play Boy".

Esta no es la primera vez que la cantante italiana es acusada de consumir droga. En 1989 fue acusada, junto con el futbolista argentino **Claudio Caniggia**, de haber consumido cocaína, aunque meses después era absuelta.

Junto a varios de sus sobrinos

Fue detenido el "Tío" Pardo, tercero del Cártel de Medellín



El "Tío" Pardo Cardona, de barba, en el centro, rodeado por todos "sus sobrinos".

■ El presunto tercer jefe del Cártel de Medellín y del tráfico internacional de drogas dijo a las autoridades que su red - desmantelada en México- enviaba cocaína a EEUU mediante una ruta final entre la península mexicana de Yucatán y el estado norteamericano de Alabama, según revela un cable de UPI, fechado en ciudad México.

Señalado también, como figura prominente del crimen organizado en EEUU, Javier Pardo Cardona, de origen colombiano, afirmó que el mexicano Leonardo Payán Aguilar era su contacto con los jefes del hampa internacional, incluyendo la organización traficante de cocaína Cártel de Medellín que opera en Colombia.

La policía mexicana arrestó a Pardo Cardona, conocido como "El Tío" junto con nueve hombres y una mujer en la sección exclusiva de Polanco en la ciudad de México, donde decomisó un equipo de comunicación radial de tecnología de punta y cartografía con presuntas rutas del narcotráfico en todo el continente.

El vocero de la Procuraduría General, Fernando Cocoletzi, dijo que también se encontró una "buena cantidad de cocaína en el lugar" y se confiscaron máquinas de fax, teléfonos celulares, bombas de gasolina portátiles y aproximadamente un millón de dólares en efectivo".

Cocoletzi indicó que en el llamado Centro de Operaciones, donde fueron detenidos Pardo Cardona, considerado como el tercer "capo" del Cártel de Medellín y sus presuntos cómplices, ocho colombianos y un mexicano, se coordinaba la recepción de cargamentos de cocaína de Colombia, a través de Panamá, Honduras, Guatemala y México con rumbo a Estados Unidos.

"Las investigaciones muestran que la banda capturada el último fin de semana, estuvo involucrada en el tráfico de drogas por mucho tiempo", agregó el vocero.

Cocoletzi manifestó que "El Tío" confesó a la policía ser jefe de las operaciones de tráfico de cocaína hacia EEUU.

Su grupo incluía cartógrafos profesionales, encargados de coordinar el tiempo de vuelo y cantidad de combustible necesario para cubrir la ruta entre Colombia y México y posteriormente a Estados Unidos, dijo la policía.

Pardo, quien según las autoridades estuvo encargado del tráfico de por lo menos 100 toneladas de cocaína a través de México hacia EEUU., también controlaba las transacciones con compradores estadounidenses, añadió la Procuraduría.

El mexicano, detenido es Payán Aguilar, considerado lugarteniente de Pardo y quien tenía a su cargo los pagos en los cargamentos de droga, dijo la declaración oficial. Una lista de frecuencias radiales, utilizadas para comunicación con aviones que transportan la droga, se encontró en posesión del colombiano Hernando de Jesús Tamayo, quien para la policía, estaba a cargo de las comunicaciones.

La Procuraduría indicó que la mujer, Martha Jazmín Estrada Ospino, confesó que fue contratada para "lavar" el dinero producto del narcotráfico a través de transacciones de bienes raíces y otros negocios.

Las detenciones se lograron después de una investigación de cuatro meses que se inició en Guadalajara, 500 quilómetros al noroeste de la capital.

Agentes de la policía, disfrazados de trabajadores de las compañía de teléfonos, de lecheros, de basureros, vigilaron el centro de operaciones de los narcotraficantes y se enteraron que se iba a realizar el viernes la fiesta de cumpleaños de Pardo, señaló la Procuraduría.

La policía mantuvo el lugar bajo observación durante toda la fiesta, que se prolongó por 16 horas, y cuando los miembros del Cártel de Medellín se disponían a viajar a Cuernavaca, 60 quilómetros al sur de ciudad México, procedieron al arresto, precisó.

Cocoletzi dijo que los presuntos narcotraficantes serían presentados ante el juez de distrito y la Procuraduría General adelantó que continúan las investigaciones para capturar a otros posible miembros del grupo detenido en Polanco.

Nº DOCUMENTO

TITULO ~~SENTENCIA~~ CONDENAN A TRAFICANTES BOLIVIANOS

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA DE PROCEDENCIA 30-5-92.

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

F

11234

Condenas

Las leves sentencias impuestas a quienes el gobierno **calificó** como los más poderosos narcotraficantes de **Bolivia** plantearon ayer dudas sobre la credibilidad **de** los tribunales especiales de justicia antidroga del país. Uno de los tribunales condenó a Hugo Riveru Villavicencio, Erwin Guzmán Gutiérrez y a Antonio Naciff Issa a seis, cinco y cuatro años de cárcel, respectivamente, y a pagar multas de entre 26 y 50 dólares **(Reuter)**.

01/01 9208671

Nº DOCUMENTO

TITULO ENCAUTAN ~~COCAINA~~ HOJAS DE COCA ARROJADA AL RIO

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA DE PUBLICACION 30-5-92

VINCULACIONES

Droga en el río

La Gendarmería secuestró **1.200 kilos de hojas de coca** que fueron arrojados al río **Bermejo por un** grupo de narcotraficantes sorprendido en un operativo. La droga estaba **en 50 bolsas de plástico** y los "narcos" también se arrojaron al río **para escapar. Pero uno de ellos fue detenido.**

01/01 9208672

Nº DOCUMENTO

TITULO ENCAUTAN HOJAS DE COCA ARROJADA AL RIO

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA DE ... 30-3-92

VINCULACIONES

Droga en el río

La Gendarmería secuestró **1.200 kilos de hojas de coca** que fueron arrojados al río **Bermejo** por un grupo de narcotraficantes sorprendido en un operativo. La droga estaba en **50 bolsas de plástico** y los "narcos" también se arrojaron al río para escapar. Pero uno de ellos fue detenido.

01/01 9208672

ORIGINAL

ARCHIVO 1/5

920474 15.09.92

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 17 SET. 1992
Pase a Brig. Gral. FA. Auditor
Nº. de Orden 9208673

INFORMACION GENERAL

B-3

SINDICAL

Se tomó conocimiento que actualmente la pelea sindical-gremial está dada en forma individual, cada uno con sus reivindicaciones y propuestas.
No obstante a esto cuando éstos ven que el camino se le es cerrado y no tienen espacio de maniobra para "tratar" aunque sea lo mínimo, solicitan en forma urgente una entrevista con la Central Obrera, a los efectos de que ésta tome cartas en el asunto y traten de resolver el inconveniente creado.
La Central Obrera, cuando se informa del asunto (casi en todos los casos fuera de tiempo) trata de hacer una reunión PATRON o Empresarios- Obrero- PIT/CNT, a los efectos de buscarle una solución al tema . En la mayoría de éstos la solución no está de acuerdo con lo planteado por el sindicato lo cual crea un enfrentamiento gremial -PIT/CNT. Tratando los primeros citados de "entreguistas" a la Central Obrera.
Debido a éstos hechos el PIT/CNT no mediará en asuntos sindicales si éstos no son presentados a tiempo dentro del seno de la central, para su evaluación y posterior medidas ha adoptar.
Es de destacar que éstos hechos apuntan a restarle espacio a los sectores más radicalizados (ultra izquierda), ya que son ellos los que crean situaciones independientes debido a que, el PIT/CNT no tiene la fuerza necesaria para resolver en forma enérgica las propuestas del sector obrero.
Además, la Central Obrera cada día está más "democratica" y debido a ésto dialoga permanentemente con los Patrones o Empresarios para solucionar los diferentes temas, lo que trae aparejado un aburguesamiento por parte de ellos en cuanto se refiere a medidas RADICALIZADAS.

NN RAMIREZ "COLACHON" (MLN-C/A)

Se tomó conocimiento que éste se encuentra recorriendo el Pais (en carro), con la finalidad de tratar los temas "REFERENDUM" y "VIVIENDA".

001/005

9208673

SUTRA-UTAA

- Se tomó conocimiento que debido a las irregularidades de trabajo en el Sector Azucarero, se unieron por primera vez éstos dos sindicatos.
  La Plataforma reivindicativa de éstos es por:

*Balanzas al final del zurco . Esto se dejó de hacer hace mucho tiempo, debido a que era más sencillo juntar toda la caña en un mismo lugar y luego pesarla para posteriormente calcular cuanto le corresponde a cada obrero. A raíz de éste hecho los trabajadores manifiestan que así no se valoriza el trabajo individual por zurco.

* Ropa.
Mencionan los obreros que no se cumple la entrega de ropa como se habría acordado con la empresa.

* Botiquines-Medicamentos.
Los obreros manifestaron que éstos no son suficientes y lo que existen no están dotados de los medicamentos necesarios.

* Transporte.
Los obreros manifestaron que se habia logrado años anteriores que las herramientas no fueran con el personal en los vehiculos, a los efectos que estos no se lastimaran ni se ensuciaran con el barro y la mugre de los cañaberales que estas traian luego de ser usadas, pero este año no se cumplió con ese requisito y el personal viaja junto con las herramientas .

* Personal Brasilero.
Los dirigentes de UTAA y SUTRA están en desacuerdo que las empresas integren a personas de nacionalidad Brasileña para desempeñar tareas que un obrero Uruguayo las puede realizar. Pero segun se tomó conocimiento ésta medida es muy favorable para los empresarios ya que éstos no pagan al ciudadano Brasileño:
- Jubilación.
- Sociedad Médica.
- Seguro de vida o por enfermedad.
- Los aranceles reglamentarios.

Ademas por ser extranjeros no estan reglamentados gremialmente por el PIT/CNT, lo cual le da libertad de acción. (Se toman o se despiden en cualquier momento).

REFERENDUM

FRENTE AMPLIO: Se tomó conocimiento que la mencionada coalision manifiesta no tener dinero para llevar adelante la campaña de propaganda del citado Referendum.

Debido a esto solicito colaboracion a los diferentes gremios y sindicatos como asi también a organizaciones sociales, a los efectos de poder hacer efectiva tal acción, pero éstas organizaciones aducen que ellos en forma individual llevarán a cabo su campaña propagandistica, exponiendo en ella reivindicaciones y planteos generales de su organización.

No obstante lo informado aparentemente el F.A. elaboraria una campaña financiera para poder realizar dicha campaña, esta no contaria con la participación financiera de sectores del Partido Colorado ni del Partido Nacional ya que por razones de indole politica cada sector organizaria en forma independiente tal asunto.

COMISION PRO-REFERENDUM:

Debido a los resultados del referendum, los diferentes partidos y movimientos comprometidos en el tema, realizaron una evaluacion al respecto. De dicha evaluacion se pudo clarificar que los sectores de izquierda manifestaron que el fracaso fue por llevar adelante dicho acto con personas de los partidos tradicionales, lo cual trajo una confusion en su sector, ya que no dejaba en claro el contexto de la finalidad del Referendum.

Frente a esto la izquierda decidio acompañar el tema Referendum en forma independiente creando su propaganda y su campaña financiera; para tal fin se estaria elaborando para la proxima semana una serie de movilizaciones, actos, marchas, etc.

INTENDENCIA MUNICIPAL DE MONTEVIDEO

IRREGULARIDADES FINANCIERAS:

Se tomó conocimiento que Tabaré VAZQUEZ (PS-C/A) se habria puesto en contacto telefonico con la direccion del MLN a los efectos de manifestarle que el caso COITINO (PVP-C/A) y VALENTI (Ex_PC_C/A) estaba tomando direcciones que no eran convenientes para el MLN ni para la reputación de la I.M.M.

Debido a ésto el dia Viernes 4 el Movimiento citado se reune en caracter de urgente y extraordinario a los efectos de tratar el tema Intendencia Municipal de Montevideo y sus repercusiones, principalmente dentro del MLN.

Al finalizar esta, la direccion decide continuar con el tema mencionado hasta las ultimas consecuencias, "caiga quien caiga". Dicha decisión es transmitida por un integrante de la direccion a Tabare VAZQUEZ (PS-C/A) a quien le llamó la atencion la dureza del comunicado manifestandoles si eran concientes de la magnitud del problema.

M.L.N.- P.V.P.

Se tomó conocimiento que para la direccion del MLN la única persona respetada politicamente del PVP es Pablo ANZALONE (PVP-C/A) .

P.C.R.

Se tomó conocimiento que Cohen P[illegible]O (PCR-C/A) estaría tratando de integrarse al MPP a través del MLN, con la finalidad de obtener un espacio político dentro de esa coalisión de izquierda, para luego desde alli poder intervenir en los asuntos nacionales.

004

9208673

9208673

Original: Señor Jefe del Departamento I.

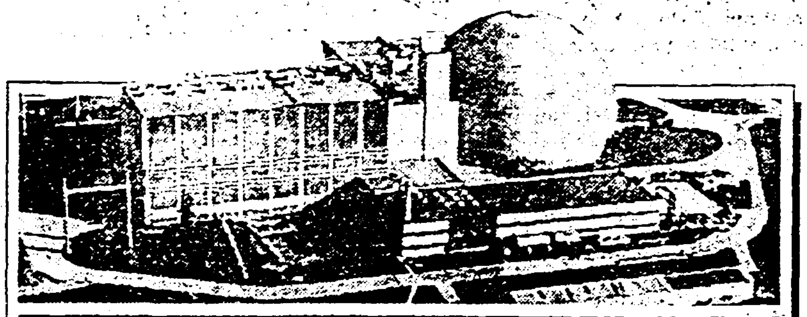
M.A.

9208673

005 - 005

La Argentina y el Brasil ratificarían Tlatelolco

Condición: si el miércoles, en México, se aceptan las enmiendas propuestas por ambos países para resguardar secretos industriales, lo cual es muy probable, quedaría allanado el camino para la ratificación del tratado, firmado hace 25 años.



Antecedentes de la posición nacional

- La Argentina firmó el Tratado para la Proscripción de las Armas Nucleares en América Latina, o de Tlatelolco, el 27 de septiembre de 1967.
- En 1978 y en 1979, el Gobierno militar intentó condicionar la ratificación del tratado.
- En 1984, el presidente de la Comisión de Energía de la Cámara de Diputados, Guillermo Tello Rosas (UCR), descartó que la Argentina pueda ratificar alguna vez el Tratado de Tlatelolco por cuanto "el primer protocolo reconoce como territorio británico a las islas Malvinas".
- En 1989, el secretario de Relaciones Multilaterales y Especiales, Mario Cámpora (actual embajador ante el Reino Unido), aseguró que "no está en la política del Gobierno ni en la plataforma del Partido Justicialista la ratificación del Tratado de Tlatelolco".
- En ese año se efectuaron la IV Reunión de Consulta sobre Energía Nuclear entre la Argentina y los Estados Unidos y un encuentro bilateral con Brasil para analizar la redacción de un acuerdo de salvaguardias recíprocas sobre sus respectivas instalaciones nucleares.
- En noviembre de 1990, los presidentes de Argentina, Carlos Menem, y del Brasil, Fernando Collor de Mello, firmaron en Foz do Iguazú una declaración sobre política nuclear común.

La Argentina y el Brasil decidirían el miércoles la ratificación del Tratado de Tlatelolco, tras 25 años de negativas para hacerlo ante los fracasados intentos de ambos países por introducir enmiendas que eviten divulgar secretos industriales, especialmente del área nuclear.

Desde la firma del acuerdo, en 1967, no pocos sectores internos cuestionaron las presiones externas para que la Argentina lo ratifique, por entender que ello representaba permitir injerencias en asuntos soberanos del país.

En la ciudad de México, los representantes de la Argentina y del Brasil gestionarán el miércoles la aceptación de las enmiendas propuestas. En fuentes diplomáticas se estima que la incorporación de ellas está definida, por lo que ya no habrá escollos para la ratificación del tratado.

Una de las exigencias para acceder a ello es, precisamente, el resguardo de los secretos industriales.

En camino

El gobierno de Carlos Menem ya ha dado tres pasos fundamentales que lo acercan a la ratificación del pacto. Ello le valió al Presidente dos felicitaciones de su colega norteamericano, George Bush, en abril y en julio últimos.

En noviembre de 1990, el Presidente firmó con el mandatario brasileño, Fernando Collor de Mello, en Foz do Iguazú, un acuerdo de salvaguardias recíprocas acerca de sus respectivas producciones nucleares y otro con la Agencia Internacional de Energía Atómica.

En septiembre de 1991, en Mendoza, los cancilleres de la Argentina, del Brasil y de Chile suscribieron una declaración por la cual proclamaron la autolimitación en la fabricación de armas químicas y nucleares.

Más recientemente, a fines de abril último, Menem firmó un decreto, cuyo contenido se conoció como un nuevo régimen sobre la exportación de armas sensitivas, por el cual prohibió la venta al exterior de materiales y tecnología nuclear y misilística destinados a la fabricación de armamento de destrucción masiva, así como de sustancias químicas que puedan ser utilizadas con ese propósito.

(Más información en la Pág. 14)

Tras 25 años de renuencias, la Argentina ratificará Tlatelolco

Enmiendas: las propuestas efectuadas por nuestro país y el Brasil son la clave para que ambas naciones confirmen en todos sus términos el acuerdo de no proliferación nuclear.

La Argentina y el Brasil deberán decidir el miércoles la ratificación del Tratado de Tlatelolco, después de 25 años de insistencias en introducir emniendas destinadas a evitar la divulgación del secreto industrial.

La imposibilidad de lograrlo hasta ahora fue la razón por la cual nuestro país se mantuvo renuente a la ratificación tanto durante gobiernos democráticos como de facto.

Estados Unidos presionó en muchas ocasiones para que la Argentina ratificase el acuerdo sobre la base de que sin ese trámite no se podía establecer si la actividad nuclear nacional estaba dirigida o no a la producción de armas atómicas.

Un tema difícil

Tlatelolco constituyó durante todo este tiempo uno de los temas difíciles de la política exterior argentina casi en el mismo nivel, aunque sin su dramatismo, que el problema con Chile antes del Tratado de Paz y Amistad, o del de las Malvinas.

Se interpretaba que ratificarlo, sin imponer las condiciones que ahora se esperan lograr –en algunos sectores ya se condidera definida la situación–, significaba algo así como una abdicación de nuestra soberanía industrial.

Si en la conferencia del Organismo para la Proscripción de las Armas Nucleares en América Latina y el Caribe (Opanal), por celebrarse el miércoles en la ciudad de México, a continuación de la reunión de signatarios de Tlatelolco, se aceptan las enmiendas propuestas por nuestro país y el Brasil –las únicas potencias nucleares regionales con desarrollo tecnológico significativo– ya no existirán vallas para su ratificación.

Así trascendió en medios oficiales, donde no dejó de admitirse que el panorama de la comunidad internacional ahora es otro como, asimismo, son diferentes los supuestos de nuestra política exterior.

Amplia aceptación

El 12 de febrero de 1967, 21 países de la Comisión Preparatoria para la Desnuclearización de América Latina aprobaron por unanimidad el tratado, que fue abierto a la firma dos días después.

A partir de entonces, casi todas las naciones suscriptoras lo ratificaron, en su mayor parte entre 1968 y 1972. Los adherentes representan ocho millones de kilómetros cuadrados.

Las enmiendas que se aceptarían el miércoles fueron propuestas también por México y Chile, y reflejan la relación especial en materia nuclear entre la Argentina y el Brasil que, en la Declaración de Foz do Iguazú, establecieron un sistema de salvaguardias mutuas en cuestiones nucleares, que constituyó una demostración de confianza de los dos países hasta pocos años antes difícil de imaginar.

A partir de la aprobación de las enmiendas quedará reglamentada la información a ser provista por el mecanismo del tratado a todas sus partes, evitando la difusión innecesaria de los secretos industriales.

Asimismo, queda establecido que las inspecciones especiales sólo podrá disponerla la Organización Internacional de Energía Atómica (OIEA) con sede en Austria, la que deberá determinar si existen o no fundamentos empíricos para la inspección.

Las enmiendas que presentará formalmente en México la delegación de nuestro país, encabezada por el secretario adjunto de Relaciones Exteriores, embajador Rogelio Pfirter, e integrada, entre otros, por el director de Asuntos Nucleares y Espaciales de la Cancillería, ministro Enrique de la Torre, podrían definirse como de defensa de los secretos industriales en materia nuclear y de preservación de la decisión soberana. Esto se espera lograr al aplicarse la obligatoriedad de consensuar a través de la OIEA las posibles inspecciones.

Las metas perseguidas durante un cuarto de siglo habrían sido alcanzadas, al parecer, sin algún tipo de concesiones que pudiesen ofrecer aristas en el momento del tratamiento legislativo.

Ovidio Bellando

02-02

DOCUMENTO

LO

PROCEDÊNCIA Jornal do Brasil

DATA 30-5-92

ENTRADO

CRUZADO

F

Traficante morre em avião depois de engolir droga

SÃO PAULO — O tradutor José Cláudio Tavares Duarte, 33 anos, morreu anteontem de overdose de cocaína no vôo 244 da British Airlines para Londres, na escala em São Paulo. Duarte havia ingerido 30 papelotes — com meio quilo da droga — para levá-la para a Europa, mas um deles estourou, causando sua morte. A família do tradutor, que mora em Minas Gerais, já foi ouvida pela polícia, mas ninguém sabia que Duarte ia para Londres e nem de seu envolvimento com tráfico de drogas.

01/01

9208677

TITULO ....

PROCEDENCIA CLARIN.

FECHA DE PROCEDENCIA 30-5-92.

VINCULACIONES 11176

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

10175 - NO EXISTE MÁS.

Moscú se convirtió en un centro clave del narcotráfico y el crimen organizado

Moscú ha quedado prácticamente en manos de 15 organizaciones mafiosas, que controlan el narcotráfico y se "especializan" en estafas, extorsiones, asaltos a mano armada y robo de automóviles. Los grupos se estructuran por nacionalidades y entre ellos predominan los caucásicos. El auge del crimen organizado refleja la crisis social y económica de Rusia. A esta situación se refirió ayer el ex presidente Mijail Gorbachov, quien vaticinó una "explosión" y acusó a Boris Yeltsin de deslizarse hacia el autoritarismo.

MOSCU, 29 (EFE). — La capital de **Rusia** se ha convertido en un importante centro del crimen organizado y del narcotráfico, donde actúan al menos **15 importantes grupos mafiosos y pasan anualmente hasta 16 toneladas de drogas**, según los responsables policiales que se muestran alarmados por la situación.

Los clanes mafiosos, organizados normalmente por nacionalidades y con un fuerte predominio de los grupos caucásicos, libran una lucha sin cuartel por **esferas de influencia** y también **cumplen encargos de los líderes nacionalistas de sus repúblicas de origen**, incluidos asesinatos políticos y actos terroristas.

En las noches de **Moscú** se han hecho frecuentes los tiroteos entre distintas bandas, mientras que la **prensa** informa casi a diario de ataques a policías para apoderarse de sus armas y describe **la facilidad** con que se pueden adquirir en la ciudad **armas**, pertrechos y drogas.

Entre las mafias de Moscú destacan, según el semanario **Argumenti i Fakti**, la chechena, con unos 400 **miembros**, la azerbaijana con 300, la de los **tártaros** de Kazán con un centenar. Hay además **grupos osetio**, armenio y georgiano, entre otros.

Curiosamente, al **reforzamiento** de los "eslavos" contribuyó la reciente detención de varios líderes de la **mafia chechena**, lo que paralizó por un tiempo la actividad de este clan, así como la salida de una cárcel siberiana de un "gangster" ruso que declaró la guerra a la mafia del Cáucaso.

Los azerbaijanos se dedican, principalmente, al narcotráfico, los chechenos a la extorsión y al robo de coches, los georgianos se "especializan" en robos de casas, los armenios en estafas y los daguestanos en atracos a mano armada, según el mismo semanario.

Además, se sospecha que la mafia chechena, vinculada con **Dyojar Dudayev**, el líder nacionalista de Chechenia enfrentado con el Kremlin, cumple **sus órdenes** de cometer asesinatos políticos en Moscú, **según Yevgueni Savostianov**, alto funcionario del Ministerio de Seguridad de **Rusia**.

Savostianov informó en una reunión del **comité anticrisis** del gobierno municipal que **el 90 por ciento del mercado de drogas moscovita está controlado por las mafias caucásicas**, pero que el año **pasado**, por ejemplo, la policía solo logró confiscar una de las 15 o 16 toneladas de drogas que llegan, se producen, distribuyen y consumen anualmente en Moscú.

El volumen de negocios anual de la narcomafia en la ex **URSS** asciende a **60.000 millones de rublos** (unos 600 millones de dólares) y de esta cifra **40.000 millones de rublos** (400 millones de dólares) corresponde a Rusia, informó recientemente **Eduard Drozdov**, jefe del servicio médico de Moscú.

El científico calificó de alarmante el creciente consumo de drogas entre la juventud, ya que hoy son adictos a los narcóticos el 16,5 por ciento de los adolescentes.

En la antigua Unión Soviética se gasta anualmente en la adquisición de drogas hasta 10.000 millones de rublos (unos 100 millones de **dólares**), declaró el miércoles el general **Alexandr Seguéyev**, jefe del departamento de lucha contra la droga del ministerio del Interior **ruso**.

Principalmente la droga llega a Rusia desde el sur del país y de repúblicas de **Asia Central** y del **Cáucaso**, donde las superficies **sembradas** aumentan anualmente hasta un 15 por ciento, mientras que en Rusia el número de crímenes relacionados con estupefacientes constituye el 14 por ciento, con una tendencia al alza.

Las bandas que custodian los sembrados y los laboratorios secretos están armadas como **las tropas** de elite del ejército, **disponen de emisoras** y de modernos medios de **transporte** y no dudan en abrir fuego y **hasta derribar helicópteros** de la policía, escribe hoy, viernes, **el diario Kuranty**.

Según la agencia **Itar-Tass**, hace unos días efectivos policiales descubrieron un laboratorio donde se producía clandestinamente una nueva sustancia cien veces más fuerte que la **heroína**.

01|01

920 8678

DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA DE PROCEDENCIA 31-5-92

... 20106

11032

226

62280

ENTRADO

CRUZADO

"Narco" extraditado

Fernando Pruna Bertot, cubano nacionalizado norteamericano y hermano del documentalista **Andy Pruna**, fue extraditado ayer a los Estados Unidos, acusado de tráfico internacional de drogas y lavado de narcodólares. Bertot había sido detenido en 1988 en la Argentina por Interpol Buenos Aires y en EE.UU. le espera un juicio por la **introducción de 500 kilogramos de cocaína procedente de Bélgica.** A su hermano Andy, la justicia estadounidense ya lo condenó por complicidad en el hecho.

01/01

9208679

TITULO Operativo "Raptil"

LA MAÑANA 31-5-92

CRUZADO ✓

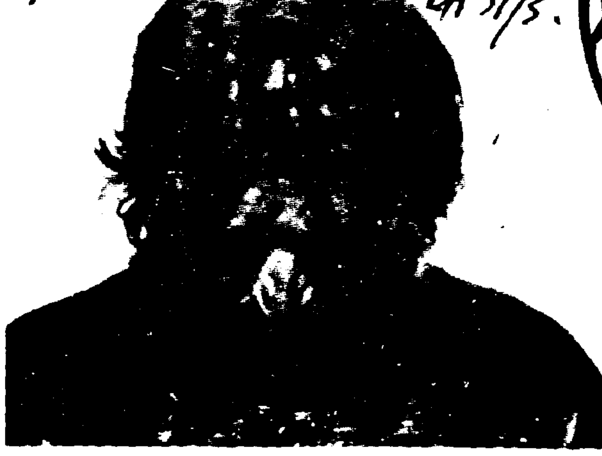
VER DOC. 9209/145

Cuatro Narcotraficantes, 2 Españoles y 2 Bolivianos, Remitidos a la Cárcel

Operativo "Raptil" (El País 30/5/92) LM 31/5.



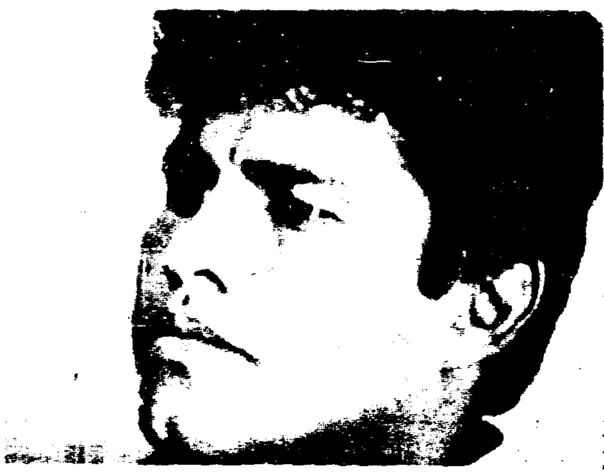
Miguel Cell Nicolau, el español cabecilla del grupo.



Francisco Guach, el otro hispano procesado por tráfico.



Juan Márquez Morales, uno de los bolivianos de la banda.



Rolando Roca, también del Altiplano, remitido por coautoría.



En la base de la Brigada de Narcóticos se [illegible] que contenían las 200 cápsulas requisadas.

Fueron remitidos a la cárcel cuatro de los integrantes del grupo extranjero, dos españoles y dos bolivianos, que introdujeron a territorio nacional más de dos kilos de cocaína, en sus propios estómagos, mientras que dos mujeres, también de nacionalidad boliviana, recuperaron su libertad al no hallar el juez mérito para procesarlas.

En la edición de ayer se informó detalladamente sobre el operativo realizado por los hombres de la Brigada de Narcóticos en sendos hoteles montevideanos en la pasada jornada del jueves que desembocó en la detención de los seis supuestos turistas que habían ingresado a Uruguay a través de la frontera de Chuy, a bordo de un ómnibus de servicio internacional.

En poder del cabecilla de la banda de narcos se encontraron los dos kilos de cocaína, distribuidas en unas 200 cápsulas cristalinas que tenían previsto ingerirlas nuevamente para trasladar el cargamento a España, destino final de la droga.

Luego de una extensa audiencia judicial, el Magistrado decretó los procesamientos con prisión de **Miguel Cell Nicolau**, español, de 55 años; **Francisco Guach**, español, de 43; **Juan Márquez Morales**, boliviano, de 33 y de **Rolando Roca**, boliviano de 27. Al primero de los mencionados —jefe del grupo— le tipificó el Artículo 31 de la Ley 14.294 (tráfico) y a los tres restantes co-autoría del mismo delito. Las dos mujeres bolivianas, como se dijo, quedaron en libertad.

01/02

TITULO LA REPUBLICA 1-6-92

ENTRADO
CRUZADO

Aquellos polvos trajeron estos lodos...

Españoles y bolivianos arrestados por cocaína fueron remitidos por la Justicia

■ Los cuatro ciudadanos extranjeros que fueran detenidos en posesión de cocaína resultaron procesados por la justicia.

Como informáramos, se trata de dos ciudadanos españoles y dos bolivianos que habían sido arrestados por funcionarios de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas.

Los traficantes habían arribado con la droga desde el Brasil y la introdujeron por la frontera del Chuy. Los investigadores presumen que la cocaína es de fabricación boliviana y que procedería de Santa Cruz de la Sierra. La ruta seguida por los traficantes, por lo tanto, habría sido Santa Cruz, San Pablo, Porto Alegre, Montevideo.

DESTINO FINAL: ESPAÑA

Los bolivianos detenidos eran meros transportistas contratados por los dos ciudadanos españoles para trasladar la droga hasta nuestra capital. De acuerdo a lo declarado por ellos, los españoles les habían prometido un pago de mil dólares por cabeza por el servicio. Un servicio peligroso, si se tiene en cuenta de que transportaban la droga en sus estómagos y que la rotura de uno sólo de esos paquetitos hubiera significado la muerte por sobredosis.

Posteriormente, sorteados todos los obstáculos, los españoles se dirigirían a España en donde, a precio de calle, la droga traficada les hubiera dejado un beneficio de 360 mil dólares.

OSTENTACION, SEGUIMIENTO Y DESPUES

Los traficantes fueron detectados a partir de que uno de ellos llamó la atención en el hotel céntrico en donde se alojaba. Se trata de un español de 43 años que se encontraba en compañía de su mujer boliviana y otros dos hombres igualmente bolivianos. Miradas nerviosas, reiteradas consultas al reloj, conversaciones en voces quedas, no dejaron de llamar la atención de alguien y de la Brigada de Narcóticos.

Los hombres de esa repartición policial montaron una vigilancia y seguimientos que permitieron la captura del otro español en el preciso momento que recibía 1.800 gramos de cocaína de parte de uno de los bolivianos. A partir del contacto, fue detenido todo el grupo. La justicia determinó su procesamiento por quebrantar las leyes sobre narcóticos existentes en nuestro país.

92008680

02/02

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA LA REPUBLICA
FECHA DE PROCEDENCIA 31-5/92
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

F

Se investigan los contactos del traficante en Argentina

Fue plenamente identificado "narco" uruguayo capturado en Buenos Aires

Aunque la policía federal argentina mantiene la reserva informativa acerca del procedimiento que rodeó la detención del ciudadano uruguayo considerado "eje" de la distribución de estupefacientes entre Buenos Aires y Montevideo, pudieron conocerse algunos datos sobre esta persona. De acuerdo a informaciones trascendidas y que LA REPUBLICA estuvo en condiciones de chequear con fuentes policiales, la identidad de este uruguayo de 35 años es Ramiro Vázquez Castiñeira, quien contaba en nuestro país con un antecedente por suministro o, más exactamente, por el delito de importación de estupefacientes. Efectivamente, Vázquez Castiñeira fue detenido en el aeropuerto de Carrasco en posesión de cocaína. Los funcionarios de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas pusieron luego a disposición del Juez al traficante, quien lo sentenció a purgar una condena en la Cárcel Central de Canelones.

El "Cachila", sin embargo, tomó por su cuenta el trabajo de "acortar" la condena por cuenta propia. Poco tiempo después fugaba del centro de detención canario y se perdía su rastro para las autoridades uruguayas.

SEGUIDO DURANTE AÑOS POR LA POLICIA

Para la Brigada de Narcóticos el caso no había quedado cerrado. Desde el momento de su fuga se investigó su paradero durante mucho tiempo. Según lo informado por fuentes policiales, tras pacientes investigaciones se llegó a detectar la presencia del traficante en algunos de sus viajes de Buenos Aires a Montevideo. Las precauciones que Vázquez Castiñeira tomara para su seguridad personal, lo volvieron prácticamente inencontrable para policías de uno y otro lado del Río de la Plata.

CONTINUA EL HERMETISMO EN ARGENTINA

Aunque se presume que las actuaciones de la Superintendencia de Drogas Peligrosas de la Policía Federal argentina continuaban desarrollándose, no se ha obtenido mayor información acerca de los procedimientos. Las autoridades argentinas, según pudo saberse, recibieron toda la información solicitada a las de nuestro país. En ella se establecía la identidad del traficante, así como los antecedentes con que contaba para la Justicia uruguaya.

Hasta el momento no se han dado a conocer los detalles de la detención de Vázquez Castiñeira, referidos tanto al lugar como a las circunstancias que la rodearon. Los medios de prensa argentinos y las agencias noticiosas dieron cuenta de la desabogada situación en la que se encontraba este hombre, quien poseía un piso lujoso en el barrio de Villa Devoto. Al parecer, Vázquez Castiñeira llevaba una vida disciplinada que no arrojaba sospechas para los vecinos de esta zona residencial. También pudo saberse que en el momento de su detención el traficante exhibió documentación falsa ante los policías, intentando despistarlos en cuanto a su identidad.

1/01 920868A

Nº DOCUMENTO

TITULO "OPERACION IMPERIAL" EN COLOMBIA

PROCEDENCIA LA REPUBLICA

FECHA DE PROCEDENCIA 1-6-92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Policía colombiana inicia operativo antinarcóticos en la Amazonia

■ Doscientos hombres expertos en operaciones antidrogas y de contraguerrilla de la policía nacional colombiana, realizaron durante seis días una intensa actividad en las extensas selvas del Amazonas con el propósito de acabar con una poderosa organización narcoguerrillera que opera entre Colombia y Perú, informó ayer UPI.

En esta organización estarían vinculados presuntos insurgentes de los grupos Sendero Luminoso y Tupac Amaru, del Perú, que junto con rebeldes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, FRC, trabajan estrechamente en la zona.

Los cerebros de la organización que operan en esa región, con una red de pistas, laboratorios, cultivos mimetizados entre la selva y un grupo de hombres que conocen el área, serían narcotraficantes pertenecientes al Cártel de Medellín, con sus propias autodefensas dijo la policía.

"La información que tiene la policía es que en esta zona del Amazonas y gran parte de Putumayo ha sido tradicionalmente del dominio del Cártel de Medellín, dijo el director antinarcóticos de la policía, general José Rosso Serrano.

En la acción policial denominada "operación imperial" murió un cabo y un policía y tres uniformados más resultaron heridos, en la operación participaron tres helicópteros Bell 212, un Bell Hughes artillado y dos aviones Twin Otter. Además de un avión DC-3 que transportaba diariamente combustible, víveres y material de intendencia.

En esta acción se encontraron elementos utilizados al parecer por guerrilleros de Sendero Luminoso.

Varios oficiales que participaron en la operación dijeron que "nos permiten concluir que en todo esto está involucrada la guerrilla colombiana, confabulada con la insurgencia del Perú".

El general Serrano dijo a los periodistas que la "situación es preocupante y por eso vamos a actuar con todo rigor. Hemos decidido entrar en contacto con las autoridades del Perú" para intercambiar información y coordinar las acciones a seguir".

"Lo mismo haremos con todas las autoridades colombianas para no trabajar aisladamente", puntualizó Serrano.

En la "operación imperial" se destruyeron 12 pistas clandestinas, además, se decomisaron 5.000 galones de combustible para avión, 2.800 de éter, 2.300 de acetona, 450 de ácido sulfúrico, tres laboratorios destruidos y otros elementos para procesamiento de cocaína.

El grupo guerrillero maoista Sendero Luminoso, en los últimos años ha extendido sus acciones terroristas a una gran área montañosa del norte y sur oriente del Perú, y al igual que el movimiento Tupac Amaru, financian sus acciones militares, "con la extorsión, el secuestro y el narcocultivo", según informes recientes de la revista estadounidense Newsweek.

Se calcula que a esa organización guerrillera la integran más de 5.000 hombres, orientados ideológicamente por Abimael Guzmán Reynoso, conocido con el alias de "Presidente Gonzalo".

01/01 9208682.

Alemán muere con carga de cocaína en el estómago

Lima (AFP)

Un narcotraficante alemán, cuyo cadáver fue encontrado en un lujoso hotel del distrito de Miraflores el miércoles pasado, murió al estallar en su estómago e intestinos, condones con clorhidrato de cocaína que ingirió para viajar a Europa, según un informe técnico expedido este lunes por la Policía. La muerte del ciudadano alemán, Rudolf Derovaux, de 38 años, que llegó a Lima hace más de dos semanas en calidad de turista, se había atribuido al principio al consumo de una sobredosis de cocaína, ya que la Policía encontró en su cuarto de hotel restos de la droga en preservativos y globos de los que se usan en las fiestas infantiles, informó AFP.

Una vez practicados los peritajes de la policía especializada, se informó que el "burro" alemán de supuestas mafias internacionales se tragó varias bolsitas con cocaína —unos dos quilos de la droga, según un médico— que estallaron por la acción de los ácidos gástricos, originando una intoxicación masiva y su muerte por paro cardio-respiratorio.

La Policía dijo que ahora investiga las vinculaciones del ciudadano alemán con redes internacionales a las que posiblemente proveía de la droga. Su trágico viaje a Perú fue el tercero en el curso de dos años. Derovaux será sepultado el martes en una fosa común de un cementerio limeño debido a que hasta el momento nadie ha reclamado sus restos, agregó el informe.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDÊNCIA Jornal do Brasil
3/6-92

ENTRADO
CRUZADO

Traficantes matam 2 federais em favela

Dois agentes da Polícia Federal do Espírito Santo, Marcos Vinícius Ramos de Araújo e Henrique Guilherme Machado Nogueira, ambos de 35 anos, que estavam no Rio participando do esquema de segurança da Rio-92, foram assassinados a tiros de revólver e escopeta por traficantes da favela Roquete Pinto, na Avenida Brasil, altura de Ramos. O crime foi na noite de domingo e um outro policial, Júlio César Randaw Sampaio, 32 anos, mesmo baleado na virilha, conseguiu fugir, correndo em direção à Avenida Brasil. O corpo de Henrique Guilherme ainda não foi encontrado. Os três estavam hospedados no 24º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) e entraram na favela, que fica ao lado, por engano, quando procuravam um restaurante para jantar.

Durante a madrugada e a manhã de ontem, policiais federais, civis e militares, apoiados por helicópteros do Exército, invadiram e ocuparam a favela. Dois suspeitos foram mortos em tiroteio, oito pessoas, entre elas dois menores, foram presas, duas mulheres ficaram feridas e foram apreendidas armas e drogas. O secretário nacional de Polícia Federal, Romeu Tuma, apresentará hoje no Rio uma proposta para a realização de uma gigantesca blitz durante a Rio-92 nas favelas onde se concentram os líderes do tráfico na cidade. A ordem para fuzilar os policiais foi dada pelo traficante Roberto Assunção Braga, o *Beto Playboy*, que controla o tráfico de drogas na favela. (*Ecologia & Cidade*, página 3)

PARTES POUCO LEGÍVEIS.

01/07

920868

Favela tem nome de rádio

A favela Roquete Pinto, localizada próxima à Praia de Ramos, ganhou este nome por ter naquela área uma antena retransmissora da Rádio Roquete Pinto. A maioria das casas são palafitas erguidas em trechos rasos da Baía de Guanabara. A principal entrada é a Rua Gerson Vieira, através da qual chega-se a um campo de futebol, onde funciona a boca-de-fumo comandada pelo traficante *Beto Playboy*, ligado a maior organização criminosa da cidade, o *Comando Vermelho*.

Por falta de saneamento básico, os esgotos domésticos são despejados *in natura* nas águas da Baía de Guanabara. Sem marcadores de luz, a maioria dos moradores acaba fazendo uso do chamado *gato* — ligações clandestinas na rede da Light. A principal fonte de renda dos homens que moram na Roquete Pinto é a pesca, enquanto as mulheres trabalham como domésticas ou como vendedoras nas inúmeras biroscas existentes na localidade.

Beto Playboy, segundo o chefe do serviço de repressão da Divisão de Repressão à Entorpecentes (DRE), Gerson Muguê, está condenado pela Justiça do Rio de Janeiro a cumprir uma pena de cinco anos e dois meses por tráfico de entorpecentes. O principal meio de fuga dos traficantes da Roquete Pinto é a Baía de Guanabara, já que há muitos alçapões construídos dentro das palafitas dos pescadores e eles se aproveitam disso para escapar dos cercos policiais, usando sempre pequenos barcos. Como acontece na maioria das bocas-de-fumo ligadas ao *Comando Vermelho*, algumas crianças são usadas como *olheiros* dos marginais. Espalhadas por pontos considerados estratégicos, elas costumam avisar aos bandidos sempre que a polícia se aproxima.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Jornal do Brasil.

FECHA 2-6-92.

VINCULACIONES

ENTRADO

F

Uma dos homens mortos pela polícia é Josias Rodrigues de Araújo, 38 anos, atingido por um tiro no peito. Duas mulheres —uma delas a irmã de *Beto Playboy*, Cristiane Assunção, 13 anos—, ficaram feridas levemente e prestaram depoimento na Polícia Federal.

O traficante *Beto Playboy*, do Comando Vermelho, se estabeleceu na favela Roquete Pinto há mais de um ano, depois que foi expulso do morro do *Boogie Woogie*, na Ilha do Governador.

03

920884

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Jornal do Brasil.

FECHA 2-6-92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

F

'Playboy' mandou matar

O secretário nacional de Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, vai apresentar hoje no Rio os resultados das investigações policiais para esclarecer a morte de dois agentes e ferimento em um outro, numa favela do Rio e que resultaram na apreensão de armas, drogas e a prisão de oito traficantes. Um dos presos, Marco Aurélio Dutra, confessou o crime e disse ter retirado as vísceras do agente Guilherme, cujo corpo ainda não foi localizado. Segundo Marco Aurélio, a ordem para fuzilar os agentes foi dada por *Beto Playboy*. Os agentes imploraram para não serem mortos, mas foram friamente fuzilados com tiros de vários calibres, inclusive escopeta.

A Assessoria de Comunicação Social da Polícia Federal informou que o agente ferido não contou o que aconteceu porque estava sob efeito de sedativos. Mas um dos detidos revelou que os agentes foram mortos porque os traficantes descobriram suas identidades.

A Assessoria não soube informar a identidade de um dos mortos no tiroteio. Os outros presos foram identificados como sendo Marcos Rogério dos Santos Ribeiro, camelô, de 22 anos; Eduardo Antonio da Silva, desempregado, de 23; Josimar dos Santos Gomes, de 27 anos; além de dois menores, WCP e WLRS, que foram encaminhados à Divisão de Segurança e Proteção ao Menor. Foram apreendidos revólveres, espingardas e pistolas calibre 45, 140 trouxinhas de maconha, 72 papelotes, além de material para embalagem de drogas.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Jornal do Brasil 4-6-92

FECHA DE PROCESO

VINCULACIONES

Organização do tráfico espanta Tuma

O secretário de Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, declarou-se surpreso com o nível de organização dos traficantes cariocas, estrutura que disse ter conhecido ao ler o depoimento de Cristiano Assunção Braga da Silva, 18 anos, preso ontem na Baixada Fluminense. Cristiano — que estimou em Cr$ 90 milhões, por fim de semana, a arrecadação com a venda de cocaína na pequena favela Roquete Pinto, na Avenida Brasil — é primo de *Beto Playboy*, chefe da quadrilha que assassinou dois agentes federais e feriu um terceiro.

Romeu Tuma fez uma revelação surpreendente para quem ocupa o cargo de superintendente da Polícia Federal: disse que desconhecia o "sistema de comunicação" de fogos de artifício entre os traficantes. Através dos fogos, o bando todo é alertado, nas favelas, sobre a presença de pessoas estranhas nas *áreas de segurança* ou sobre a chegada da polícia. Este sistema já foi descrito em diversas ocasiões pelos jornais do Rio.

Tuma conversou com o agente Júlio César Randaw, único sobrevivente, que garantiu não ter sido informado pelos sentinelas do 24º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) sobre o perigo no local, próximo à favela. "Na verdade, no Rio quase não existe um lugar onde não tenha se formado uma favela e, portanto, todos os locais são potencialmente perigosos", afirmou o delegado.

Confissão — Preso pela Polícia Federal ontem, em Saracuruna, Duque de Caxias, junto com Marcelo Pereira Faria, o traficante Cristiano Assunção Braga da Silva afirmou, em depoimento, que através do sentinela do 24º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) do Exército soube que eram policiais os homens executados pela quadrilha de seu primo *Beto Playboy*. O traficante acrescentou que o sentinela viu o corpo de um policial ser levado num carrinho de mão até o mar, onde foi jogado.

Segundo Cristiano, um agente já estava no chão, atingido por tiros, quando o traficante conhecido como *Guri* ou *Gogóia* deu o tiro "de misericórdia", com uma espingarda calibre 12. Cristiano afirmou que ainda tentou avisar o bando sobre os três homens, mas *Gogóia* já havia atirado. A arma teria sido levada por Roberto Assunção Braga, o *Beto Playboy*, assim como os revólveres e documentos dos policiais. Da execução teriam participado, além de *Gogóia*, *Beto Playboy* e o irmão dele *Caiçara*, *Marcelo*, *Raminho* e *Geceraldo*

. O outro agente chegou a ser levado com vida até o Beco do Iate, onde foi morto por *Beto Playboy*, *Caiçara* e *Gogóia*. Cristiano indicou, apenas por apelidos, todos os integrantes da quadrilha, que seria abastecida, com drogas e armas, pelo traficante *Robertinho de Lucas*, da favela de Parada de Lucas. Cristiano acusou o presidente da Associação de Moradores da favela Roquete Pinto, a quem identificou como Gilberto, de ajudar a embrulhar papelotes de cocaína.

No topo da hierarquia, os "donos do movimento" (chefes) são Roberto Assunção Braga, o *Beto Playboy*, e seu irmão *Caiçara*; o "gerente do dia" (que administra as bocas-de-fumo) é o próprio Cristiano e o "gerente da noite", *Jurandir*. Os "vapores" (que entregam a droga) são classificados por turno e tipo de entorpecente. Há os "vapores do dia de cocaína", *Márcio* e *Max*, e os "vapores do dia de maconha", cargo ocupado atualmente apenas por *Neguinho*, já que o "movimento de maconha é mais fraco", segundo Cristiano. Os "vapores da noite de cocaína" são *Guri* ou *Gogóia* e *Marcelo*, e os "vapores da noite de maconha", apenas "o filho da dona de um barraco".

Há ainda os "seguranças do dia" (vigias) *Orlando* e *Alex*. À noite a vigilância é reforçada — os "seguranças da noite" são *Aguiar*, *Bola*, *Raminho*, *Rato*, *Alex*, *Binha*, *Ramon*, *Manu*, *Geceraldo*, *Júnior*, e "um dos filhos da dona do barraco". *Orlando* e *Aguiar* foram mortos em confronto com a Polícia Federal na segunda-feira.

920868 4



Maria José Lessa

O corpo do agente foi encontrado perto da Ponte Rio-Niterói

Resgatado corpo de agente

Uma lancha do Grupamento Marítimo (G-Mar) de Botafogo resgatou no início da tarde de ontem, a cerca de um quilômetro do pilar 60 da Ponte Rio-Niterói (próximo ao vão central), o corpo do agente federal Henrique Guilherme Machado Nogueira, 35 anos, assassinado por traficantes na noite de domingo, na Favela Roquete Pinto, em Ramos. Antes da identificação oficial, que será feita pelo Instituto Médico-Legal (IML), um chaveiro da concessionária Elias Miguel, de Vitória (ES), preso à calça da vítima, facilitou o reconhecimento do corpo do policial, que veio do Espírito Santo para integrar o esquema de segurança montado para a Rio-92.

De acordo com os bombeiros, a maré carregou o corpo por aproximadamente oito quilômetros, distância entre o barraco de palafita da favela (onde foi jogado ao mar através de um alçapão) até o local em que foi avistado ontem, por volta de 10h, pela lancha particular Hawai 5.0. Os tripulantes da embarcação entraram em contato com o G-Mar, que deslocou uma equipe de três mergulhadores e dois soldados para o resgate. Com marcas de tiros — um na face, um na testa (este de grosso calibre), três nas costas, dois no tórax e um no braço direito — o corpo do agente, bastante inchado por ter permanecido cerca de 72h no mar, estava vestido com calça jeans e calçado com botas pretas. Policiais da 10ªDP (Botafogo) recolheram o chaveiro, da concessionária da Ford Elias Miguel, e encaminharam o corpo para o IML.

A cópia desdentada da Cosa Nostra

Traficantes têm vida simples mas ostentam poder

Irany Teresa

A associação é imediata: tráfico-morro-Comando Vermelho. Do poder do tráfico, conhece-se apenas a figura dos chefes de quadrilha, que costumam freqüentar as manchetes com o título pomposo de *donos* dos morros. São eles que aparecem, como um pelotão de frente. Uma máfia desdentada e maltrapilha, mas que tem poder e gosta de ostentá-lo. De festas a enterros, tudo é motivo para lustrar a vaidade e exibir o poderio financeiro da criminalidade. A última demonstração pública foi o enterro do assaltante de bancos e líder do Comando Vermelho Rogério Lemgruber, o *Bagulhão*, sábado passado, no Cemitério do Caju. Só de coroas de flores foram 41, a maioria com a sigla C.V. precedida pelo nome de um morro do Rio.

De modesto no sepultamento, apenas a aparência das pessoas que formavam o cortejo. Gente que desceu dos vários ônibus fretados pelos traficantes — com placas do Rio, Zona Oeste e Baixada — e fez fila para chegar ao caixão. Aliás, de primeira qualidade, daqueles que têm uma janelinha envidraçada na tampa, para deixar à mostra o rosto do falecido. Sobre o caixão, a bandeira alvi-negra do Botafogo e outra vermelho e branca (as cores usadas pelo Comando) de um inexpressivo bloco carnavalesco da Zona Oeste, área de atuação de *Bagulhão*.

O enterro, marcado para 17h, foi retardado em 30 minutos, para que pessoas que erraram o caminho e foram para Inhaúma pudessem chegar a tempo. O cortejo parecia uma procissão. Não faltaram nem as carpideiras que, carregando coroas de flores nos ombros, entoavam chorosos cânticos de igreja e puxavam rezas. Alguns homens, incomodados com a presença de jornalistas, levantavam a camisa de vez em quando, exibindo as armas na cintura. Os parentes tinham faixas de luto na manga das camisas. Não fosse a presença ostensiva de fuzileiros navais, que vigiavam de longe, já de plantão nas passarelas da Avenida Brasil, *Bagulhão* teria merecido a honraria de uma salva de tiros.

Não é novidade. Há muito tempo facções do tipo Comando Vermelho aderiram ao *marketing*. A marca C.V. aparece pixada em muros, desenhada em bonés e até em cordões de ouro. É a tática da ostentação, que beneficia duplamente os traficantes: reafirma sua influência nos morros e desmoraliza a polícia. Foi assim no enterro de *Meio-Quilo* (Paulo César Lima), que seria homenageado com um busto em bronze em 87. A estátua foi esculpida, mas teve que ficar escondida e não chegou a ornamentar o Morro do Jacarezinho. Só dois anos depois foi apreendida pela polícia.

ASSASSINATO

Delegado Tuma surpreso com a organização dos traficantes

Rio de Janeiro — O secretário de Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, declarou-se surpreso com o nível de organização dos traficantes cariocas, estrutura que disse ter conhecido ao ler o depoimento de Cristiano Assunção Braga da Silva, 18 anos, primo de *Beto Playboy*, chefe da quadrilha que assassinou dois agentes federais e feriu um terceiro na favela Roquete Pinto. Preso ontem, na Baixada Fluminense, Cristiano estimou em Cr$ 90 milhões, por fim de semana, a arrecadação com a venda de cocaína na pequena favela da Avenida Brasil.

Romeu Tuma fez uma revelação surpreendente para quem ocupa o cargo de secretário da Polícia Federal. Disse que desconhecia o "sistema de comunicação" de fogos de artifício entre os traficantes. Através dos fogos, o bando todo é alertado, nas favelas, sobre a presença de pessoas estranhas nas áreas de segurança ou sobre a chegada da polícia. O sistema foi descrito em diversas ocasiões pelos jornais do Rio.

Tuma conversou com o agente Júlio César Randaw, único sobrevivente, que garantiu não ter sido informado pelos sentinelas do 24° Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) sobre o perigo no local, próximo à favela. "Na verdade, no Rio quase não existe lugar onde não tenha se formado uma favela e, portanto, todos os locais são potencialmente perigosos", afirmou o delegado.

PRISÃO — Preso pela Polícia Federal ontem, em Saracuruna, Duque de Caxias, junto com Marcelo Pereira Faria, o traficante Cristiano Assunção Braga da Silva afirmou, em seu depoimento, que através do sentinela do 24° BIB do Exército soube que eram policiais os homens executados pela quadrilha de seu primo *Beto Playboy*. O traficante acrescentou que o sentinela viu o corpo de um policial ser levado num carrinho de mão até o mar, onde foi jogado.

Segundo Cristiano, um agente já estava no chão, ferido, quando o traficante conhecido como *Guri* ou *Gogoia* deu o tiro "de misericórdia", com uma espingarda calibre 12. Cristiano afirmou que ainda tentou avisar o bando sobre os três homens, mas *Gogoia* já havia atirado. A arma teria sido levada por Roberto Assunção Braga, o *Beto Playboy*, assim como os revólveres e documentos dos policiais. Da execução teriam participado, além de *Gogoia*, *Beto Playboy* e o irmão dele, *Caiçara*, mais Marcelo, Raminho e Geceraldo.

O outro agente federal chegou a ser levado com vida até o Beco do Iate, onde foi morto por *Beto Playboy*, *Caiçara* e *Gogoia*. Cristiano indicou, apenas por apelidos, todos os integrantes da quadrilha, que seria abastecida, com drogas e armas, pelo traficante Robertinho de Lucas, da favela de Parada de Lucas. Cristiano acusou o presidente da Associação de Moradores da Favela Roquete Pinto, "de ajudar a embrulhar papelotes de cocaína".

CAÇADA — Oitenta policiais federais e civis cercaram, no começo da tarde de ontem, pontos estratégicos da Baía de Guanabara tentando capturar o traficante Roberto Assunção Braga, o *Beto Playboy*, acusado de ter mandado executar, domingo à noite, os agentes federais Henrique Guilherme Machado Nogueira e Marcus Vinícius Ramos de Araújo, na entrada da favela Roquete Pinto, às margens da Avenida Brasil, na altura de Ramos. Os policiais rondaram a baía em cinco lanchas e utilizaram dois helicópteros, mas não conseguiram capturar o traficante.

1/1

LA MAÑANA 26/8/92

PGP en reunión de la I. Socialista

SANTO DOMINGO (EFE).- Delegados de todos los países miembros de la Internacional Socialista (IS) de América latina y el Caribe se reúnen desde ayer en la capital dominicana para analizar la situación de la región.

El PGP es la única fuerza política uruguaya representada en la reunión, en una delegación integrada, entre otros, por el Diputado Yamandú Fau.

El acto, que durante dos días se desarrollará en un hotel de Santo Domingo, se abrió con las palabras de bienvenida del dirigente dominicano José Francisco Peña Gómez, presidente de la IS para América latina y el Caribe, quien dirigirá los trabajos. Además de debatir sobre la situación regional, los delegados a la reunión formalizarán propuestas de conjunto para someter a la Asamblea General de la IS que se celebrará en setiembre próximo en Berlín.

001/1

1509201

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 15 de setiembre 1992.-

Of.SEINT (R) Nro.150/02/IX/92.-

As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

RESERVADO

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 24 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

Saluda a Usted atentamente.-

17/9/92
SIDI
Nº. de 9208687

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 18/9/92
Nº. 355

Capitán de Navío (CG)

JULIO C. DANERS

Jefe de la Secretaría de Inteligencia Naval

1509201 a 02.-

001 | 2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 18 SET. 1992
Pasa a Antecedentes
Nº. de Orden 9208687

1608202

Pagina No. 1
15/09/92

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD	CED.IDENT.	CRED.CIV	DOMICILIO
AGUILAR SANCHEZ	ADRIAN MARCELO	260474 MDEO.	2.597.931-5	AAB 9456	CNO DEL ANDALUZ KM.O SOL.24 M7
ALBISTUR FERNANDEZ	WILSON ALEJANDRO	300471 MDEO.	3.209.430-0	HAB 45799	SIMON BOLIVAR 1228
ALBISTUR SILVA	ZENON WILSON	300835 SAL.	1.006.480-8	BBA 15695	CNO. REPETTO 3062
BENIA FR	SONIA GLADYS	091249 MDEO.	1.182.384-2	AVA 15960	ARRIETA 3515
CEREIJO PARASKEBA	JORGE RICARDO	301247 MDEO.	1.167.675-5	BOB 28804	CNO.MALDONADO 5139
CEREIJO RODRIGUEZ	MARIA DEL CARMEN	310174 MDEO.	2.669.575-0	BDA 93468	CNO.MALDONADO 5139
FERNANDEZ GALVAN	LILIAN	010744 MDEO.	1.432.419-1	BBB 29605	PIDRA ALTA S/N(R.DE LA BOLSA)
FERNANDEZ MENESES	MIRTA RENE	280849 RIV.	1.739.225-0	HAA 10263	SIMON BOLIVAR 1228
HERNANDEZ HERNANDEZ	EVA REINA	181035 LAV.	.889.821-5	BVA 10968	T.TORIBIO 1442
LARROSA LAGO	MARISA DEL CARMEN	200147 MDEO.		BGA 52477	LEANDRO GOMEZ 3265
LOPEZ ASTORGA 0,9232 PC.	JULIO CESAR	150542 TBO.	1.741.668-	BVA 18415	ARECHAGA 3332
LOPEZ ASTORGA FR - B2132108	ARMANDO	030235 TBO.			
LOPEZ HERNANDEZ	SUSANA EDELICIA	120359 MDEO.	1.262.532-1	BZG 45101	ISLAS CANARIAS 4386
MARRERO FERNANDEZ	RICHARD ALEX	140374 S.JOSE	3.692.336-3	BZB 61574	PIDRA ALTA S/N(R.DE LA BOLSA)
MARRERO GUTIERREZ	HEBER EBELIO	110246 LAV.	2.877.930-6	SBA 15568	PIDRA ALTA S/N(R.DE LA BOLSA)
MARTINEZ AMARO	JUAN	230646 SAL.	1.633.475-4	BOB 24770	LEANDRO GOMEZ 3265
MARTINEZ BENIA	LEONARDO PABLO	010774 MDEO.	2.630.372-1	BBB 42835	ARRIETA 3515
MARTINEZ LARROSA	SHIRLEY ELIZABETH	130571 MDEO.	1.888.374-1	BOB 31616	LEANDRO GOMEZ 3265
MARTINEZ MASSIA FR	RODOLFO EUGENIO	200441 BS.AS.	.982.528-3	AVA 11409	ARRIETA 3515
MIRANDA PACHECO FR	BASILIO	010145 TBO.	1.338.461-5	ASB 9677	SERGIPE 552
MIRANDA PEREIRA	ZULLY MARGOT	270766 MDEO.	1.984.813-2	BUB 26157	SERGIPE 552
PEREIRA NUÑEZ	SANTA NATIVIDAD	231240 TBO.	1.934.623-1	TAA 24367	SERGIPE 552
RODRIGUEZ SOSA	MARIA IRIS	121252 ROCHA	1.315.499-1	BDA 86921	CNO.MALDONADO 5139
SANCHEZ MAS FR 6R4 8107	GLADYS NELLY	280342 DUR.			CNO DEL ANDALUZ KM.O SOL.24 M7

PC. Lopez Astorga. Julio Cesar.
Nº Af. 42100 Fecha: 30/10/68
Edad. 27 Dom: Agustin Muñoz 4547
Tornero - Petrolero Ancap.

{ UJC - Lopez Astorga, Julio Cesar
Nº Af.: 11883. Fecha 21/08/66.
Dom. Arechaga 3332 / Apto. 2.

9208687

002 | 2

1/2

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 08 de Setiembre de 1992.-

Of.SEINT (R)Nro.152/08/IX/992.-
As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

SENOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION Y DEFENSA:- Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 4 personas que se mencionan en listado adjunto.

Saluda a Usted atentamente.-

17/9/92
SIDI
9208688

Capitán de Navío (CG)

JULIO C. DANERS
Jefe de la Secretaría de
Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 18/9/92
N° 356

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 18 SET. 1992
Pase a
N° 9208688

001/2

9208688

F02

DAVID SORIA Adriana 45437

C.I. 1.630.003-8

ee BAA 27051

F02

DAVID SORIA Gabriel Pablo 45450/1

C.I. 1.630.001-6

ee BAA 28482

DAVID SORIA Gabriel Carlos 45450/

F02

SABIO ESPONDA Marcelo

C.I. 1.786.152-0

ee BAB 46278

002|2 9208688

Acct (44) 1/3

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 14 de Setiembre de 1992.-

OF.SEINT (R)Nro.153/14/IX/992.-
As."SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 55 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

Saluda a Usted atentamente.-

17/9/92
S/DI
9208689

Capitán de Navío (CG)

JULIO C. DANERS
Jefe de la Secretaria de
Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 18/9/92
N. 357

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 18 SET. 1992
Pase a Antecedentes
Nº. de Orden 9208689

001/3

FR - NIB . 10133

B261

FR NIB 10344

35792DR

FR NIB 5710

FR . NIB 4577

FR BSA 23654 .

SRU

FR . NIB 60023

FR - NIB 5312 .

FR . NIB 248 .

FR NIB 8065 .

FR NIB 45408

002/10

S208689

FL.CDA 4342

003/3

PALMIRA)

TOS)
OS-R.N.)
NTOS)
IRA)

.PALMIRA)

9208699

FL.COA 9212

003/3

9208689

01 02
01 01

RESERVADO

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL

RESUMEN DE INFORMACION Nro. 054/992.-

AGENCIA: [illegible]

FECHA: [illegible]

REFERENCIA: [illegible]

ORIGEN: [illegible]

AREA/PAIS: [illegible]

DIFUSION ANTERIOR: [illegible]

DISTRIBUCION: [illegible]

ANEXOS: [illegible]

TEXTO: [illegible] a lo solicitado no se registran [illegible].-

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Julio C. DANERS
Jefe de la Secretaria
de Inteligencia Naval

22/9/92 - Conocimiento Sec. Asesor. Sgdo.

17/9/92
SID I
9208690

RESERVADO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 18 SET. 1992
Pasa a: antecedentes Dpto III
Nº de Orden 9208690

001/1

Copia Nro. 01 de 02 Ejemplares.
Pagina 01 de 01 Paginas

RESERVADO

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL
COMUNIDAD NAVAL DE INTELIGENCIA
AGENCIA CENTRAL

RESUMEN DE INFORMACION Nro. 055/992 .-

AGENCIA:	SEINT.-
FECHA:	16 de setiembre de 1992.-
REFERENCIA:	PED. DE INF. NROS. 28 Y 29/992.-
ORIGEN:	DGID.-
AREA/PAIS:	MONTEVIDEO/R.O.U..-
DIFUSION ANTERIOR:	NEGATIVO.-
DISTRIBUCION:	DGID - ARCHIVO.-
ANEXOS:	NEGATIVO.-
TEXTO:	Referente a lo solicitado no se registran anotaciones.-

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Capitan de Navio (CG)
Julio C. DANERS
Jefe de la Secretaria
de Inteligencia Naval

22/9/92 - CONOCIMIENTO SEC. INTEC.

RESERVADO

17/9/92
SIDI
9208691

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha 18 SET. 1992
9208691

001|1

1/1

M. D. N.
D. G. I D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
171200SET92.-

M E M O R A N D U M Nro.123 / 92

R E F E R E N T E A : -Nelson Lorenzo ROVIRA
-Gonzalo CARAMBULA

E V A L U A C I O N : A-1

T E X T O : Ambos se domicilian en el Edificio "BARRACUDA" PARAGUAY 1024.

El Jefe de la Secc.Biográfico/Dpto.I

DPTO. I
INTERIOR

Norberto Devincenzi

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 17 SET. 1992
Pase a Biográfico
N°. de Orden 9208692

001/1

FECHA

Procesado

INTERVINO

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA: CLARIN.
FECHA: 8-6-92
VER

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

Condena a "narcos"

El juez Jorge Pizarenco impuso una pena de 5 años de prisión a los narcotraficantes chilenos Jorge Vilches Cofre y Fernando Carrasco Riquelme. Fueron encontrados culpables del delito de contrabando agravado, por tratarse de estupefacientes con fines de comercialización. Los dos hombres habían sido descubiertos por miembros de la División Drogas Peligrosas de la Administración General de Aduanas en mayo del año pasado cuando intentaban salir del país en un vuelo de Iberia.

01/01

9208693

Nº DOCUMENTO

TITULO Detienen a 8 narcotraficantes.

PROCEDENCIA EL PAIS.

FECHA DE PROCEDENCIA 8-6-92.

VINCULACIONES

11254

11240

■ Drogas

NAPOLES, 7 (AP). — La policía anunció hoy la detención de ocho personas acusadas de narcotráfico, que trajeron de contrabando a Italia cocaína y hachís de Alemania y España.

Despachos de prensa italianos indicaron que según la policía las drogas, procedentes de Colombia y Marrueco, fueron traídas a Italia en camiones pesados y en su mayor parte iba destinada a Nápoles.

01/01 9208694

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA La República 15-6-92

En Guatemala

Asesinan a millonario ligado al narcotráfico

■ El controvertido millonario Edgar Gálvez Peña (42 años), uno de los hombres más [illegible] de Guatemala, fue asesinado a balazos por desconocidos en la tarde del sábado en el [illegible] del país, informaron fuentes policiales a AFP.

Gálvez, a quien rumores y versiones de prensa ligaban con el narcotráfico, fue ametrallado tras aterrizar con su avión en una finca de su propiedad, acompañado por un piloto y dos guardaespaldas, en el departamento de Alta Verapaz, 231 quilómetros al norte de esta capital. Con una fortuna valorada en unos 600 millones de dólares, Gálvez apoyó en 1990 la candidatura presidencial del democristiano Alfonso Cabrera y en esa ocasión se incrementaron las sospechas de narcotráfico. Además, era secretario general de un comité para formar el "Partido Femi[illegible]" y en varias declaraciones dejó entrever la posibilidad de lanzarse algún día como candidato presidencial. Cuando los rumores que le señalaban como "narco" se intensificaron, Gálvez respondió propiciando varios reportajes sobre el origen de su fortuna, que aseguraba provenía de su empresa de construcción de viviendas populares.

La revista Polémica publicó hace dos meses un amplio reportaje sobre su fortuna y destacó que poseía dos helicópteros Jet Bell, dos aviones -uno de ellos jet- y una colección de más de 50 Mercedes Benz y otros automóviles de lujo. Tenía 7 hijos, el mayor de 14 años, y en la ciudad de Cobán daba alimentación y estudio a unos 150 niños, como parte de su "apoyo a la comunidad".

Gálvez desmintió siempre las acusaciones de narcotráfico y pidió al Ministerio Público de Guatemala y a la DEA estadounidense que le investigaran, sin que hubiera pronunciamiento de ninguno de estos organismos.



Millonario narcotraficante, asesinado [illegible]

01/01 9208695

Nº DOCUMENTO
TITULO PROYECTO SUIZO CONTRA LA DROGADICCION
PERIODICO LA REPUBLICA
16-6-92

ENTRADO
CRUZADO

Proyecto suizo contra la drogadicción

"Heroína del Estado"

Ginebra (ANSA)

Las autoridades suizas distribuirán catorce quilogramos de heroína por año con finalidades terapéuticas entre unos doscientos cincuenta drogadictos que participarán en el controvertido proyecto piloto de lucha contra la toxicodependencia aprobado por el gobierno helvético el mes pasado.

La distribución de la heroína se realizará bajo estricto control médico y con el único objetivo de ayudar a los drogadictos para que encuentren el camino de la desintoxicación, según explicaron ayer los representantes del gobierno al Parlamento suizo.

El proyecto comenzará a aplicarse dentro de unos meses y prevé la apertura de diez centros en los que los drogadictos podrán consumir morfina y en cinco de ellos, también heroína.

Suiza comprará la heroína a un laboratorio inglés a noventa francos suizos por gramo. El precio que los drogadictos deben pagar hoy en día en la calle a los vendedores de heroína oscila entre los ciento cincuenta y seiscientos francos por cada gramo de la sustancia, que sólo en un cinco o veinte por ciento contiene heroína pura.

Los promotores del proyecto afirman que este sistema debería romper con el "círculo infernal" de la droga, formado por la prostitución, los robos y la venta de la heroína para poder contar con la dosis necesaria para drogarse.

9208696

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA LA MAÑANA
22-6-92.

Cae helicóptero de EE.UU. en el Perú

LIMA (Reuter) - Un estadounidense y dos peruanos murieron cuando un helicóptero de los Estados Unidos cayó a tierra poco después de despegar de una base de la Policía antinarcóticos en la principal zona cocalera de Perú, dijo hoy la embajada de Washington en Lima.

Otro peruano resultó gravemente herido cuando la nave se estrelló el sábado por la noche minutos después de decolar desde la base de Santa Lucía, construida por los Estados Unidos en el valle del Alto Huallaga, a unos 450 kilometros al nordeste de Lima, agregó la embajada en un comunicado.

La causa de la caída no quedó inmediatamente en claro, dijo la embajada. Ni el sobreviviente ni los observadores desde tierra vieron ninguna acción hostil contra la nave, agregó.

Según informes no confirmados tres peruanos y un estadounidense iban en el helicóptero que había partido en una misión de entrenamiento por la noche, dijo la embajada.

En la base de Santa Lucía, integrantes de la Agencia Antinarcóticos de los Estados Unidos (DEA) asisten a la Policía peruana en operativos antinarcóticos.

La embajada dijo que no había más detalles disponibles y la Policía peruana dijo que estaba preparando un comunicado.

Dos grupos guerrilleros operan en esa zona de Perú, productora del 60 por ciento de la cocaína que se consume en el mundo.

01/01

9208697

EN LA LUCHA CONTRA LA DROGA

SE recuerda hoy el Día Internacional contra el Abuso y Tráfico Ilícito de Drogas. La oportunidad es propicia para señalar algunos aspectos de la tarea que se cumple en nuestro país en esa lucha contra uno de los peores flagelos que ha conocido la humanidad.

En junio de 1988, un decreto del Poder Ejecutivo creó la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas, la que funciona en la órbita de la Presidencia de la República. La Junta planifica, coordina y supervisa las actividades realizadas por organismos gubernamentales y no gubernamentales relacionados con el tema.

Integran la Junta los Ministros del Interior, de Relaciones Exteriores, de Economía y Finanzas, de Salud Pública y de Educación y Cultura, actuando como secretario de la misma el prosecretario de la Presidencia, es decir, el Dr. Augusto Durán Martínez, durante el presente ejercicio de gobierno. El organismo dispone de la Secretaría Ejecutiva a través de la cual desarrolla su acción en nuestro medio. Dicha Secretaría es asesorada por cuatro comités especializados en educación preventiva, tratamiento y rehabilitación, seguridad y cooperación internacional.

LA Junta elaboró un Plan Nacional de Educación Preventiva —diseñado por técnicos compatriotas de acuerdo con las necesidades y características especiales que asume en nuestro país el problema de las drogas— que se viene llevando a cabo de acuerdo con lo previsto en el respectivo cronograma. Entre otros aspectos vinculados al Plan, se realizó una encuesta a docentes de capital e interior para auscultar sus opiniones sobre la introducción del tema de educación preventiva en drogas en las currículas y se llevaron a cabo varios seminarios talleres. De entre ellos cabe señalar el efectuado sobre metodologías y estrategias de prevención primaria, en el que fueron capacitados 45 técnicos nacionales en diferentes áreas para actuar a nivel comunitario. También se llevó a cabo un taller para funcionarios de las jefaturas de policía, Brigada de Narcóticos, Prefectura Nacional Naval y aduanas de los departamentos de Maldonado, Canelones y Rocha como complemento de las acciones llevadas a cabo en los operativos denominados "Verano Azul".

Uno de los problemas enfrentados por la Junta fue la carencia de información sistematizada sobre drogas en el país. Para resolverlo, puso en marcha el denominado Sistema de Información Estadística, que ahora centraliza dicha labor cubriendo el vacío aludido. Está previsto que el sistema se transforme en una etapa posterior en un Banco de Datos Regional de todo el Cono Sur, mediante la cooperación con la Comisión Interamericana contra el Abuso de Drogas (CICAD), que funciona en el seno de la OEA y de la cual forma parte Uruguay; y de las Naciones Unidas y otros. Esta asigna gran importancia a los aspectos de cooperación internacional en la lucha contra las drogas, ya que las acciones exclusivamente a nivel local, siendo por supuesto muy necesarias, no resultan suficientes para enfrentar una cuestión de alcances mundiales.

ASI quedó de relieve en el undécimo período de sesiones de CICAD que se realizó en marzo de este año en Punta del Este y en el cual participaron gobernantes, técnicos y especialistas de todos los países de la OEA. Al presente, Uruguay ocupa la presidencia de CICAD por un período de un año, iniciado precisamente en marzo durante la reunión de Punta del Este, lo cual configura una distinción que merece destacarse.

La labor de la Junta Nacional, que tiene sólo cuatro años, está en pleno período de desarrollo y no es inexacto decir que recién empieza. Sus proyecciones futuras son de inmensa importancia. En el mundo actual no hay ya más islas ajenas a los grandes problemas de este fin de siglo como lo es la contaminación ambiental, por ejemplo, y por supuesto la droga. Si algo ha quedado de relieve, es precisamente la universalidad de tales cuestiones. Por eso, la Junta Nacional merece reconocimiento y, más allá, todo el apoyo que se le pueda brindar no sólo a nivel oficial sino de todas las entidades gubernamentales y privadas que componen el entramado de nuestra sociedad.

AL fin y al cabo, la lucha contra la droga y todas sus conexiones y ramificaciones es una lucha por asegurar la supervivencia de una sociedad sana, libre del elemento disgregador y corruptor más insidioso que se ha conocido.

"No nos pueden obligar a fijar metas de erradicación (de cocales) que no podremos cumplir"

Bolivia rechazó presión de EEUU

*** De las 50 mil hectáreas destinadas a la coca en Bolivia, el 15% se destina al consumo tradicional y el resto es utilizado por el narcotráfico**



Jaime Paz Zamora, presidente boliviano: problemas con la "hoja sagrada". (Retrato de Tomás Blezio).

El gobierno boliviano rechazó ayer las imposiciones de EEUU para establecer una meta de erradicación de cultivos de coca en 1992, bajo el argumento de que las cifras son "irreales" y que no se podrán cumplir en los próximos seis meses.

La Paz (IPS)

■ Esta posición fue transmitida a la prensa por el ministro de Asuntos Campesinos y Agropecuarios, Oswaldo Antezana, quien advirtió que EEUU no puede obligar al gobierno a fijar un número de hectáreas de coca para que sean destruidas este año.

"La posición de Bolivia es absolutamente realista y no cederá", subrayó Antezana.

El gobierno boliviano es partidario de establecer un rango móvil en la reducción de cocales, con una compensación económica proporcional. "Se deben poner los pies sobre la tierra y no fijar metas por fijarlas", señaló el ministro.

Desde febrero, los gobiernos de Bolivia y EEUU realizan negociaciones periódicas en La Paz para determinar la cantidad de hectáreas de cultivo de coca que serán destruidas este año y el monto de la ayuda económica que a cambio recibirá este país para equilibrar su balanza de pagos.

Sin embargo, al comenzar el segundo semestre del año no se ha llegado a ningún acuerdo, dadas las posiciones encontradas y los criterios divergentes.

Antezana informó que la próxima semana se realizará una reunión final sobre el problema, a fin de revisar por última vez ambas propuestas y definir las cifras sobre la erradicación de cultivos.

La posición boliviana, amparada en la ley de sustancias controladas, consiste en establecer una meta variable en la reducción de cocales entre cinco mil y ocho mil hectáreas para 1992 y un monto proporcional a esta cifra que EEUU debe entregar como compensación.

Por el contrario, EEUU propuso mantener lo fijado por el decreto reglamentario de dicha ley, que establece la destrucción de siete mil hectáreas de coca cada año a cambio de un desembolso de sesenta y seis millones de dólares.

Pero en 1991, el gobierno boliviano no pudo cumplir con la meta de las siete mil hectáreas, ni siquiera con la prórroga de un mes determinada por ambas partes. En efecto, desde el 1º de enero de 1991 hasta el 31 de enero de 1992, se destruyeron 6.012 Hás. de cultivos de coca.

En respuesta, el gobierno de Was-

debió a que en 1991 los cálculos se basaron en los resultados de 1990, cuando se erradicaron más de ocho mil hectáreas. Pero al comienzo de este proceso de erradicación las condiciones eran otras, ya que los primeros cultivos elegidos estaban en las orillas de los caminos.

En cambio, desde el año pasado la coca sólo se encuentra en lugares más apartados y los representantes del programa de desarrollo alternativo, encargados de la destrucción de cocales, tienen que buscar la coca por caminos vecinales de muy difícil acceso, según la explicación del ministro.

EEUU "no nos puede obligar a fijar metas de erradicación que no podremos cumplir. Tenemos razones objetivas por las que no queremos establecer una cifra exacta, no es cuestión de recibir imposiciones, sería necio aceptar una exigencia irreal", insistió Antezana.

Se calcula que actualmente existen unas cincuenta mil hectáreas de coca en todo el territorio boliviano, de las que solamente 15% se destina al consumo tradicional y legal (masticación) mientras que el resto es utilizado por el narcotráfico.

208700..............

ASUNTO: ANARQUISTAS DETENIDOS EL 1/MAYO/1992

PROCEDENCIA: DNII........

EVALUACION: A-1........

OBSERVACIONES: ....

....

....

Tte. 1º N. Delfincensi
NORBERTO DELFINCENSI

FIRMA: ....

FECHA: 17 SET 1992

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 17 SET. 1992
Pasa a BIOGRÁFICO-MILITAR
Nº. de Orden 9208700

001|3

RODRIGUEZ PEREZ RICARDO

Oriental

EC. Casado

Edad. 52 años

C.I. 836.500-2

Dom. Aparicio Saravia 3699

Profesion: Ronda en el Mercado

Posée antecedentes penales por faena clandestina.

Se le incautó una pistola cal.7.65 y un revolver cal.22.

Propietario del vehículo Mat. 210407 Mdeo.Mod.81 color crema.

GIMENEZ

GARCIA RODRIGUEZ RICHARD ANGEL

Oriental

Casado

Edad: 35 años.

C.I. 1.518.313-6

Dom: Aparicio Saravia 3699 Ap.1.

Profesión: Albañil.

Trabaja una granja cooperativa de su cuñado GIMENEZ CARBALLO LUIS, el cual tiene también una Imprenta.

GUTIERREZ RICARDO RAUL

18 / 83 ... LM

Oriental

E.C. Casado

Edad. 37 años

C.I. 1.599.044-0

Dom. Camino Los Tangerinos 3772

Casado con: ACEVEDO PEREIRA GLADYS ROSIO.

Padre de cuatro hijos.

Profesión: Estibador del Puerto.

Trabaja en una granja cooperativa de GIMENEZ CARBALLO LUIS, junto a GARCIA RODRIGUEZ RICHARD ANGEL.

Posée antecedentes penales por encubrimiento de hurto.

GIMENEZ CARBALLO LUIS ALFREDO

Hermano de: GIMENEZ CARBALLO LUIS ALCIDES.

Oriental

E.C. Casado.

Edad: 35 años.

C.I. 1.391.093-7

Dom.: Camino Los Tangerinos 3752.

Casado con: GARCIA Lidia

Padre de tres hijos.

-Propietario de una Imprenta sita en LISTER 6496.

-Estuvo radicado en Suecia aproximadamente 11 años.

003|3

9208700

18 1 93

ORIGINAL

1/2

[BIO CCE ... 22/9/92]

920479 ... : 16.09.92

I: ASUNTO: **INFORMACION GENERAL DEL PCU**

II: REFERENCIA: 954-A-I

III: EVALUACION: B-2

IV: TEXTO: **INFORMACION CONCERNIENTE A ACTIVIDADES REALIZADAS POR LA COORD. "E".**

- Se ha tomado conocimiento que en la última reunión del Plenario Nacional del F.A. surgió una re-distribución en cuanto a las actividades a realizar por los legisladores y Ediles pertenecientes a dicha coalición. Según algunas de las asignaciones que se hicieron, ya surgieron algunos indicios de desaprovación y/o desacuerdo. Esto se debe a que los representantes quefueron nombrados endeterminados lugares, hay sectores que manifiestan que éstos no tienen representatividad popular. A la Coordinadora "E" de La Teja, por ej. fueron designados JOSE DIAZ (PS) y JUAN DEAKAKIS. Con respecto a éste último su designación motivó que la delegación de la Seccional 20 del Partido presente en la Coordinadora, expresara su no aceptación debido a que dicho Seccional no se ve identificado conla línea del mencionado Edil . En la Coordinadora "F" del Cerro se sucitó una situación casi idéntica, luego de la designación de LEON LEV (PCU) y RAMON CABRERA (PCU) , esgrimiendo los representantes del Partido argumentos similares por los manifiestados por la Seccional 20. La fuente opina que la concurrencia de los legisladores a las Coordinadoras o bien a los Ctes. de Base de cada fracción integrante del Frente Amplio puede traer aparejado serios inconvenientes dentro de la coalición.

INFORMACION CONCERNIENTE AL ANIVERSARIO DEL PARTIDO

- Con respecto al mencionado Aniversario no han habido mayores variantes en cuanto a las actividades previstas. Se confirmó hasta el día viernes 11 la hora de iniciación del mismo, para las 1500 hs. y la caravana posterior para la cual están previstos hasta el momento cuatro camiones y 6 autos.

Todo ésto sujeto a las futuras novedades que puedan surgir el día martes en la próxima reunión del Seccional, en cuanto a la hora de iniciación, el lugar de reunión,el itinerario yla concurrencia de vehículos para la mencionada caravana.

001 | 002

DISTRIBUCION: ORIGINAL - Sr. JEFE DEL DPTO.I

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(r.m)

002 | 002

9208701

17-9-92
17-8-92
Dpto 2
92994

Una "nevada" de cocaína se descargó ayer sobre Florida

Por primera vez en la historia, ayer "nevó" sobre Florida, señala la agencia ANSA en información fechada en Miami.

Pero no se trató del descalabro climático de una de las pocas zonas tropicales de los EEUU, sino de una tonelada de cocaína apresuradamente descargada desde un avión en vuelo por dos narcotraficantes seguidos por agentes de la Aduana.

Según portavoces oficiales, al menos 20 bolsas de cocaína de 50 quilos cada una, por valor de unos 20 millones de dólares, fueron lanzadas al vacío durante una cacería de tres horas, que terminó con la captura de los narcotraficantes en una pista de Homestead, al sur de Miami.

La persecución comenzó cuando los agentes avistaron un Pipper volando sospechosamente, a sólo 30 metros de la superficie del mar, a lo largo de Las Bahamas. En el Parque Nacional de los pantanos de Everglades, cercano a Miami, esperaban a la avioneta varios automóviles que se dispersaron cuando vieron que la pequeña aeronave era seguida por las autoridades.

9208703

ORIGINAL

1/11

MEMORANDUM No. 920482 P.E.I/Fecha 17/SET/92

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 18 SET. 1992
Pase a ...
Nº. de Orden 9208703

I: ASUNTO: INFORMACION GENERAL DEL P.C.U.

II: REFERENCIA: 954-A-I.

III: EVALUACION: C-3

IV: TEXTO:

INFORMACION CONCERNIENTE AL SECCIONAL MENDIOLA Y ANIVERSARIO DEL P.C.U.

Se tomó conocimiento que el dia martes 15 se realizó en el Seccional Mendiola una reunión donde participaron 5 o 6 militantes del mismo. En esta el tema se centró basicamente en la preparacion del Acto Aniversario del P.C.U., que realizará dicho Seccional el día 18 a la hora 19.00. Acordaron realizar en éste un espectáculo artistico con vino y empanadas cuyo tiket costará la suma de N$ 3.000. Ademas se solicitó al Local Central de Río Negro que envien un representante del Comité Central para que haga uso de la palabra. Se prevee que la concurrencia al mismo sea de aproximadamente 30 o 40 40 militantes.

Entre los presentes en la reunión se encontraban los P.C.U. Luis LOPEZ, Ricardo PIZARRO, Edgardo TORRES (en representación del Seccional 20), Daisi BILARINO y Alicia APOSTOLOFF.

Es de destacar que con respecto al acto central del día sábado el recorrido de la caravana y la hora de iniciacion del mismo trasmitido por el P.C.U. Luis LOPEZ (encargado de organización del Seccional Mendiola) sufrió modificaciones.

Tal es asi, que éste habría dado un recorrido, agregando que había sido publicado no siendo el mismo que en un principio había manifestado, sino que por el contrario el que realmente se realizará es el que se publicó en el Quincenario "Carta de Montevideo".

Es de destacar ademas, que Luis LOPEZ manifestó que la concentracion comenzaba a las 15.00 insistiendo con esa hora, siendo que la Carta sita para la concentracion a la hora 17.00 y a las 19.00 en el Seccional 20. Hasta el momento se desconoce el porque de dicha equivocacion suponiendose que tanto uno como otro, de los publicados sean los correctos.

INFORMACION

000002

001 / 011

9208703

000002

000002

FECHA 28 10 92 AO

9208703

002

DISTRIBUCION: ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(m.a)

820870 3

Carta de Montevideo

Periódico del Comité Departamental de Montevideo del Partido Comunista
Viernes 4 de setiembre de 1992
Año 1 - Nº 15 - Precio N$ 1.500

Después de aguardar 25 años, el domingo los pasivos elegirán su representante en el BPS

** Luis Alberto Colotuzzo y Juan Rodríguez Beletti, candidatos de la lista 2, se refieren a este importante comicio. P.5*

¡EL 1º DE OCTUBRE PODEMOS!





ANIVERSARIO

PARTIDO COMUNISTA DE URUGUAY
FRENTE AMPLIO

SABADO 19
CARAVANA Y ACTO FINAL
SECC. 20º (Agraciada y V. Gómez)

El Partido Comunista de Uruguay se apresta a conmemorar en la calle el 72º aniversario de su fundación e impulsar la campaña en favor de la papeleta blanca en el acto eleccionario del 1º de octubre. Para ello el Comité Central ha resuelto organizar una gran caravana que recorrerá las barriadas montevideanas, para culminar en un mitin ante la sede del histórico seccional 20.

Este homenaje a la extensa y combativa trayectoria del Partido tendrá lugar el sábado 19.

La caravana de vehículos partirá a la hora 17 de la explanada de la Universidad, y su recorrido será el siguiente: Av. Rivera, Veracierto, Av. 8 de Octubre, Larravide, Av. Centenario, Robinson, Av. Gral. Flores, Chimborazo, Burgues, Bul. Aparicio Saravia, Sayago, Av. Millán, Av. Garzón, Av. Carlos María Ramírez, Grecia, Av. Carlos María Ramírez, Av. Uruguayana, Capurro y Av. Agraciada hasta el local del seccional 20.

El mitin final está previsto para la hora 19 y contará con la participación de conocidos artistas populares.

(Más información en las páginas 2 y 3).

Actos en el Departamento de Canelones

El viernes 11, a partir de la hora 20, en la sede partidaria de la ciudad de Canelones, se efectuará un acto conmemorativo de los 72 años del PCU. La parte oratoria estará a cargo de la compañera Alicia Pintos, miembro del Comité Central. El sábado 12, a la hora 19, en la fonoplatea de Radio Cristal de la ciudad de Las Piedras, se desarrollará también un acto en homenaje al 72º aniversario de nuestro Partido. En la celebración participará la camarada Marina Arismendi, responsable de la Secretaría General del Comité Ejecutivo.

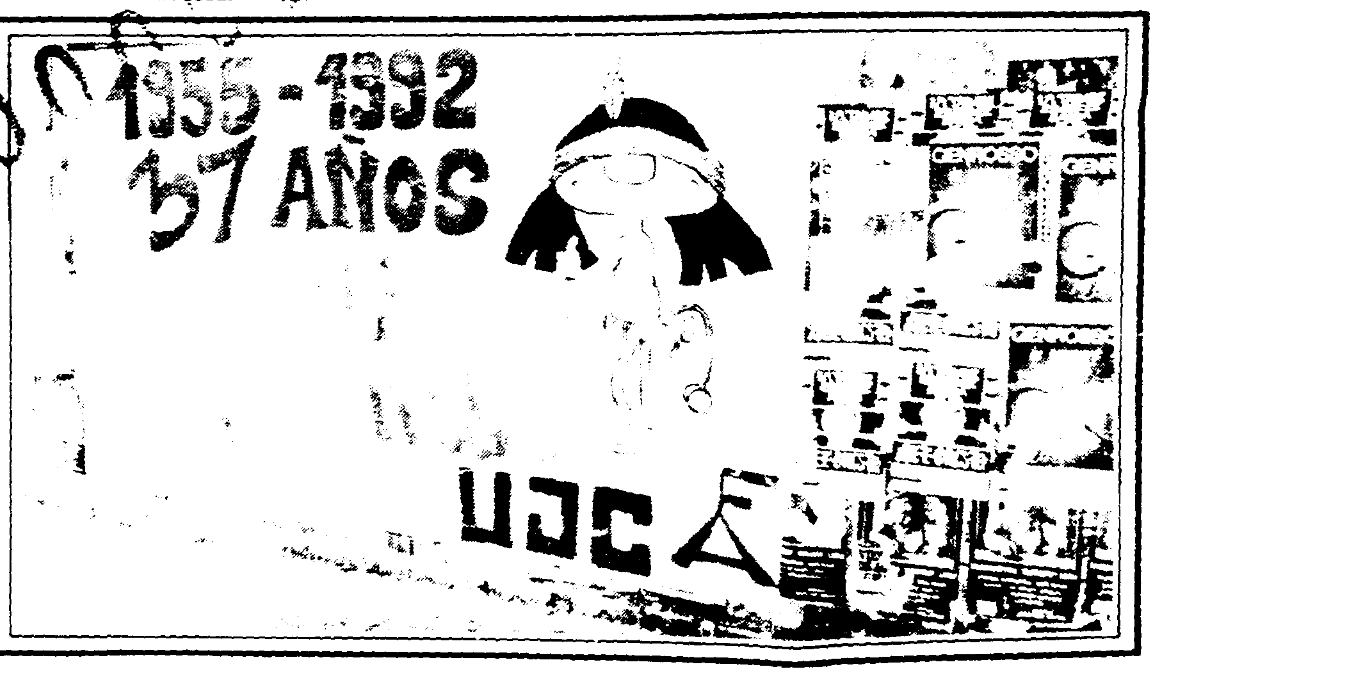
Acto en Fray Bentos

El viernes 18, a la hora 19, en la ciudad de Fray Bentos, los comunistas y amigos de nuestro Partido celebrarán un acto en conmemoración del 72º aniversario. El mitin se realizará en la intersección de las calles [illegible] P. Varela y 18 de Julio, y la oratoria estará a cargo de los camaradas Edison Di Pascua, Marcos Jerez y Alicia Pintos.

Viernes 18 Aparece CARTA POPULAR

La UJC festejó su cumpleaños

Durante la última semana de agosto la Juventud Comunista realizó diversas actividades enmarcadas en el festejo de sus 37 años. Pintadas, pegatinas, reuniones, mesas en la calle y un baile el sábado 29 que "reventó" la Casa de la Cultura del PCU. (Pag. 6)



Vida partidaria

LA 20 SIGUE FIRME

En el seccional 20 (Agraciada y Valentín Gómez) comenzaron a reunirse los comunistas que trabajan en «La Aurora», por las situaciones que se viven dentro de la textil. Además, hay otras agrupaciones que vuelven a reunirse en el viejo local ya una vez destruido. Por otra parte los estudiantes del Bauzá realizaron varias reuniones antes de la marcha del 14, en el local de la 20.

ESCUDERO TAMBIEN VIVE

El seccional Escudero (bancarios), se reunió en Casa de Cultura. Se discutió sobre la situación que vive el sector y se elaboraron estrategias para cumplir en el ámbito sindical.

10 NORTE Y SUR

En el local de la Coordinadora N se reunieron conjuntamente los seccionales 10ª Norte y 10ª Sur. Se intercambiaron ideas sobre la marcha del Partido y se reunirán en almuerzo de camaradería al 6 de setiembre en el Comité «Salvador Allende» (Garibaldi y Humaitá).

LA 18 Y 24 EN EL COMITE DEL FA

En el comité de la calle Feliciano Rodríguez 1568 se reunió la 18 y 24 para tratar diversos temas entre los que se destaca la caravana y posterior acto de homenaje al Partido y la movilización hacia el 1o de octubre. Hubo buena concurrencia.

VARIOS SECCIONALES JUNTOS

Con la presencia de varios seccionales en diferentes días, se cumplieron los activos del Transporte, Rovira y Municipales, en la calle Río Negro.

EN EL DI PASCUA, TAMBIEN

En local del Di Pascua (Agraciada y San Martín) se reunieron dos seccionales: Julián Grimau y Construcción, que realizó un activo.

SECUNDARIA EN CASA DE CULTURA

El seccional de Secundaria se reunió en Casa de Cultura con el fin de tratar el tema aniversario y, por supuesto, 1º de octubre.

SUR - ARIGON EN CASA PARTICULAR

En casa particular se reunió, días pasados, el seccional Sur - Arigón. Entre los temas tratados estuvo el llamado a varias agrupaciones para nombrar dirección.

EL 17 EN BELLONI

El seccional 17 se reunió en Belloni y Manrubio. Diversos asuntos fueron tratados por los militantes de este aguerrido seccional.

JORNADA EN LA 11ª

El 11 estuvo sesionando en el comité de base de Piccioli y 8 de Octubre. La vida partidaria y el aniversario de la UJC, además del 1º de octubre y la fecha del Partido, estuvieron en la agenda de los militantes. El miércoles 26 de agosto se llevó a cabo una visita de 12 integrantes del C.C. del PCU a diversas agrupaciones y casas de familia.

Intensa actividad en el interior

Sábado 22. Marina Arismendi participó en una asamblea abierta del P.C.U. en la ciudad de Salto en la que participaron más de sesenta compañeros. Además se le realizaron entrevistas en la radio y TV local.

Lunes 24 En la ciudad de Paysandú se reunieron decenas de militantes sindicales con la dirigente Alicia Pintos.

Sábado 29 Se realizaron reuniones del PCU en casas de familia de diversos barrios de Paysandú con la presencia de Marina Arismendi.

El viernes 28 participó también en un acto organizado por la mesa departamental del F.A. en el club Wanderers, con la participación además de Anzalone (PVP), Guerrini (P.S.), Quartino (MLN) y Campanela (POR).

El viernes 18 aparecerá Carta Popular

*El viernes 18, en la víspera del acto en homenaje al 72o aniversario del Partido Comunista de Uruguay, aparecerá la primera edición de **CARTA POPULAR**. Este periódico quincenal llegará a todo el país y contará, en una primera instancia, con 12 páginas de tamaño tabloide, y su precio de venta será de N$ 2.000.*

*En consecuencia, **CARTA DE MONTEVIDEO** dará paso al nuevo periódico de alcance nacional que, como dijimos antes, se llamará **CARTA POPULAR**, nombre que sintetiza etapas muy importantes de la historia de la prensa comunista uruguaya.*

Carta
PERIODICO DEL COMITE DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO DEL PARTIDO COMUNISTA
Redactor Responsable:
Daniel L. Bernal
Felipe Cardoso 2090, Bloque 4 G. Ap. 108, Montevideo
Administrador:
Fausto Pérez
Redacción y administración:
Río Negro 1525 - Tel. 91 71 71 - Montevideo
Autorización en trámite en el M.E.C
Depósito legal 258833-92
Composición y armado:
Dimagraf - Río Negro 1053
Impreso en los talleres gráficos de Impresora Polo,
Paysandú 1178, Montevideo

72 años del PCU

¡Estaremos presentes!



«Yo siento como una necesidad, para morir tranquilo, que las izquierdas se unan al fin en una acción común, en todo aquello que sea compatible con sus propios principios. Y por todo esto es claro que, aun arrastrando los pies, yo estaré presente mañana en el Palacio Peñarol»...

Estas fueron palabras del gran escritor Paco Espínola, al decidir su adhesión al Partido Comunista, y fueron publicadas en un conmovedor artículo en «El Popular», el 3 de octubre de 1970, en los 50 años del Partido, y bajo el título: «El Partido Comunista es un ejemplo para todos los que luchan».

En esta primavera, el Partido cumple 72 años de existencia.

Un período extenso e intenso de este siglo, con una historia que es inseparable de la compleja realidad tanto de nuestro país, como del desarrollo mundial. Con sus avances y retrocesos. Con sus aciertos y sus errores. Porque se gesta en las entrañas de la clase obrera, que surge, se organiza en lo político y en lo ideológico, y naturalmente debe dar a luz partidos que la interpreten.

«A medida que la lucha de clases se acentúa y toma formas más definidas, el fantástico afán de ponerse por encima de ella, esa fantástica oposición que se le hace, pierde todo valor práctico, toda justificación teórica», escribirían Marx y Engels en páginas inmortales del «Manifiesto Comunista».

Partimos pues de la necesidad del Partido Comunista. Por toda su historia, por su entrelazamiento estrecho con la lucha de los uruguayos, porque esencialmente se ha comprobado en la práctica la justeza de su línea, por sus aportes al movimiento sindical, a la unidad de la izquierda y a la lucha antifascista.

Necesidad de un Partido, que es responsable ante el pueblo, ante el Frente Amplio, ante la patria.

«La afirmación y el desarrollo de nuestro Partido son los de un partido obrero, de amplio arraigo popular, que no ha estado al margen sino que ha sido constructor infatigable de los instrumentos que el pueblo se ha dado para su liberación» (Conferencia Nal. del PCU, informe de R. Arismendi).

Vivimos momentos de crisis en el movimiento comunista internacional. Pero seríamos suicidas si en aras de una práctica política aparentemente posibilista y de corto aliento, diéramos paso al escepticismo total, al sacrificio de los objetivos, en definitiva, a la pérdida de la perspectiva revolucionaria.

Tampoco podemos ignorar los datos de la realidad y apegarnos a la mera repetición de citas. La búsqueda tendrá que ser científica, tanto en la teoría del Partido como en las causas de la caída del socialismo en Europa. Esa misma búsqueda, deberá señalar por qué, a pesar de todo, pudimos sobrevivir y estar rodeados, por P.C. y fuerzas de izquierda en América Latina. Pero en este setiembre, a pocos días de la nueva instancia del referéndum, levantaremos más altas que nunca nuestras banderas comunistas. Junto a una UJC que renace, con brotes primaverales, aún incipientes, en la vida partidaria, pero con toda la carga indestructible de cuantos comunistas dieron su vida. Desde aquella hermosa joven, que votó en 1920 por la fundación del Partido, nuestra Julia Arévalo, hasta los mártires de la veinte, desde los que dieron su vida en España, hasta Líber, Hugo, Susana, Alvaro Balbi. Desde Enrique Rodríguez, el Nato, hasta Sapín y miles más.

Que cada uno de los comunistas, diga con Paco Espínola: aun arrastrando los pies, yo estaré presente en este aniversario.

R.D.

Comité Central definió lineamientos fundamentales del plan del Partido

En reunión realizada el pasado 23 de agosto, el Comité Central definió los lineamientos e instancias concretas del plan de Partido, a desarrollarse en el período setiembre del 92 a marzo del 93.

En lo relativo a los centros de la acción y la proyección del Partido, se acordó que las instancias inmediatas fundamentales fueran la actividad relacionada con el aniversario y la lucha por un triunfo popular en la jornada del 1º de octubre. Ambas tareas, encaradas en interrelación recíproca, pueden resumirse en la fórmula «hacia un gran triunfo en octubre, pasando por un gran acto aniversario». Respecto a este acto, se definió el criterio de que debe significar una reafirmación del Partido, colocándolo en la calle y proyectándolo activamente en el conjunto de la sociedad. En ese sentido, la realización del acto central será precedida por una caravana que recorrerá todas las barriadas, promoviendo, especialmente, el voto por la papeleta blanca el 1º de octubre.

Respecto al reagrupamiento y desarrollo del Partido, se aprobó el lanzamiento en setiembre de una gran campaña financiera, revalorizando las formas tradicionales de cotización y desplegando toda la variedad de instrumentos e iniciativas que en función de la diferente realidad de los distintos ámbitos coadyuven a superar la difícil situación económica que está planteada. Asimismo, se aprobó impulsar firmemente la renovación del carné partidario, encarándola como la síntesis de las tareas orientadas al reagrupamiento, que pasan, entre otras actividades, por la realización de entrevistas a todos los afiliados y la reunión de, por lo menos, 250 asambleas.

Se resolvió también impulsar la actividad en el interior del país, asumiendo formas de organización regional que la hagan más eficaz, las que serán definidas teniendo en cuenta los criterios y las iniciativas que se elaboren en los respectivos organismos departamentales.

En lo que refiere a la prensa partidaria, se acordó la necesidad de contar con un órgano nacional, para lo cual quedó planteada la posibilidad de la edición de **CARTA POPULAR**, sobre la base de **Carta de Montevideo**, que se procurará tenga carácter de semanario.

Especial hincapié se hizo en la necesidad de impulsar firmemente el trabajo de elaboración teórica y la correspondiente divulgación. En ese sentido, se aprobó el nombramiento de una Comisión con el cometido específico de presentar a breve plazo un proyecto de reedición de la revista «Estudios» concebida como ámbito de elaboración y real debate ideológico amplio y abierto, en el que se integren todos los aportes conducentes a la definición de la línea revolucionaria. En la misma dirección se aprobó la realización de seminarios sobre temas relativos a la clase obrera, la juventud, la problemática económica y social, y la definición de la alternativa socialista. Esto último será abordado ya en el mes de octubre, coincidiendo con la reunión en Montevideo del Grupo de Trabajo del Foro de San Pablo. Como instancia puntual a ser encarada en lo inmediato, se planteó el homenaje al Che Guevara, el 8 de octubre, apoyando al respecto las actividades que organice la Coordinadora de Apoyo a Cuba.

Deshonesta actitud

Algunos ex-dirigentes del PCU, agrediendo en su buena fe a militantes, afiliados y amigos del Partido, continúan pidiendo colaboración. Esos emolumentos, no llegan a las arcas de nuestra colectividad política.

Exhortamos a todos los compañeros a acercarse a los integrantes de la Secretaría de Finanzas y estrechar filas para que en el triunfo de la unidad, podamos dejar de lado estos hechos vergonzantes que, lamentablemente, hoy, forman parte de la realidad que queremos cambiar.

Gloria Caballero

La agrupación Mario Arregni (10a. Sur) participa con profundo dolor el fallecimiento de la querida compañera Gloria ocurrida el 1º de setiembre.

De aqui y de alla

Alvaro Balbi vive en la lucha

Estamos en deuda con ellos. Pero en agosto, los muchachos y muchachas ganaron otra vez las calles. Y mientras los acompañábamos sus padres, sus abuelos, sus profesores y maestros, revivimos aquellas páginas de horror y heroísmo, en los días de la feroz dictadura. Y muchos nombres se agolpaban, como flashes imborrables. En la marcha, pensamos en Alvaro Balbi, Alvarito, ese muchacho inteligente, músico, padre de 4 hijos.

Fue detenido con un grupo de camaradas. Y el 31 de julio, su cuerpo inerte era cuanto quedaba de un ser vital y bueno. El horror avanzaba, la tortura iba refinándose. Su padre, el inolvidable Maestro, maestro con mayúscula, Selmar Balbi, dirigió una carta abierta al mandamás de turno, el Sr. Bordaberry. Una carta de antología, que quedará en la historia de este querido paisito. Graves han sido las heridas y los vacíos.

Pero Alvaro Balbi, como dijo Pablo Neruda de los muertos de España, seguirá «de pie, como mechas ardiendo».

Porque sí se puede

El conjunto del Partido se encuentra procesando una discusión respecto al plan general. La discusión en sí, y su simultánea aplicación y contrastación en la vida política, debe elevar el papel del Partido Comunista para contribuir al desarrollo y la articulación de las fuerzas que se contraponen, expresamente o no, con la estrategia neoliberal. El Partido merecerá adquirir y adquirirá de hecho, un peso mayor en la sociedad uruguaya, en tanto aporte a esa construcción en lo inmediato y al desarrollo de una perspectiva de cambios profundos en el país.

El neoliberalismo es el principal enemigo de nuestras condiciones de vida. Supone una práctica económica elaborada por los representantes de las finanzas trasnacionales, tiende a garantizar las ganancias de esos sectores e ignora las necesidades de la sociedad. Su desarrollo requiere que las empresas públicas que dan ganancia al Estado pasen directamente a propiedad de las trasnacionales. Que el camino a la integración regional esté signado por una actitud estatal de no planificación, atentando contra el desarrollo de la industria nacional y por ello contra las fuentes de trabajo. La desregulación del conjunto de la economía como mecanismo que transforme el mercado en terreno fértil para el lucro de los grandes grupos económicos integrados a las empresas trasnacionales.

La estrategia neoliberal tiene una de sus expresiones políticas en una elevación del papel del Ejecutivo en detrimento de los órganos legislativos. Recientes pantomimas públicas, protagonizadas por integrantes del Ejecutivo y del MNR, sólo tratan de afirmar ese sistema sembrando la idea de que algunos sectores que apoyan al gobierno tienen un perfil popular en su propuesta, pero acuerdan con el gobierno porque éste hace todo lo que puede. La actitud del equipo económico ante la resolución del Senado contraria a la política salarial, es un elemento más de esa concepción que desconoce a los órganos representativos.

En el terreno ideológico, trata de penetrar en la sociedad la idea de que no es posible transformar la realidad. El viejo mensaje de que hay que esperar el desarrollo de la política económica para gozar de sus frutos, va siendo sustituido por el simple "no se puede". A la vez, el bombardeo sistemático desde las más diversas posturas, trata de demostrar que la actividad política carece de sentido y de perspectiva, que la política es mala en sí misma. Se pretende meter en el mismo paquete a todos los que realizan actividad política y desconocer las diferencias de conducta que surgen de las distintas concepciones de clase que se expresan.

Evidentemente quien esté seguro de que la política en sí es maligna no podrá contar con ella para enfrentar la realidad. Declina entonces responsabilidad ante una transformación necesaria y posible.

Contraponerse en el discurso y en los hechos con esas ideas es fundamental en la búsqueda de una salida democrática a la situación del Uruguay. De la presencia y actuación de cada uno, de su inserción en la actividad social y política depende la existencia de una práctica que emplee, desarrolle y consolide los espacios de la democracia.

No se trata solamente de invocar la democracia; el problema es practicarla, trabajar para que se practique y desarrolle en todo lugar donde se actúe. Impulsar la lucha reivinidicativa en todos los planos, logrando que las organizaciones sociales sean verdaderos protagonistas, profundizar la unidad del Movimiento Sindical y su política de alianzas, a partir de la convicción de que solo los trabajadores pueden impulsar transformaciones de la sociedad que sean beneficiosas para el pueblo. Como elemento sustancial de dicha práctica democrática aportar a la IMM como experiencia de gobierno frenteamplista y popular, impulsar el desarrollo de una descentralización que suponga participación de todos los gobernados en la gestión. Esto sólo será posible si todos los frentistas obramos para asumir desde cada comité los temas concretos de la zona, desarrollando el plan de emergencia en cada lugar y promoviendo la participación de todos los vecinos en las instancias comunales.

La democracia y las posibilidades de profundizarla tienen en el neoliberalismo su enemigo principal, por tanto en contener y hacer retroceder su estrategia está nuestro primer compromiso.

En lo inmediato es objetivo prioritario detener la venta de las empresas públicas en tanto se liga con las necesidades concretas de los uruguayos y con toda perspectiva de desarrollo independiente del país. Su concreción no será posible si no discutimos con cada potencial votante, mano a mano, y demostramos que el 1º de octubre las aspiraciones de cada uno de nosotros están en juego, que la soberanía nacional se entrega cada día más y que la venta de las empresas del Estado nos deja en pésima posición para intentar un camino nacional y popular de desarrollo.

La aplicación de las resoluciones del Plenario Nacional del FA no pasa solamente por lo que hagan sus organismos de dirección central, ahora ***la responsabilidad*** *de que el Frente esté en la calle con una* ***concepción clara de apelación democrática*** *para contener la entrega del país,* ***es de los militantes frentistas.***

Los comunistas podemos jugar un papel importante en esta batalla, como organización política y a través de la militancia individual.

El Partido justifica su existencia si está inmerso en cada lucha, en cada aspiración popular, aportando de manera organizada. A la vez se organiza de la mejor manera en medio de esas instancias de combate, en tanto la organización que entonces fructifica es la más acorde con la acción política concreta y con su propio carácter y objetivos.

La realización del festejo de nuestro 72 aniversario debemos encararla, en primer lugar, como un aporte hacia el 1º de octubre, centrando en ello la propaganda y el contenido de la fiesta. Pero también es el merecido festejo de un Partido que no desapareció de la escena uruguaya en el año transcurrido desde su 71 aniversario, porque miles de comunistas así lo dispusieron y lo disponen diariamente con su esfuerzo y su lucha, porque la realidad nacional exige su existencia.

PEDRO BALBI

La «renovación» sindical al desnudo

Según informó el semanario «Búsqueda» en su edición del 6/8/92, en una reunión inorgánica de dirigentes sindicales realizada el 1º de ese mes, fueron vertidas, entre otras, las siguientes expresiones:

«Me pregunto si alguna vez va a existir esa sociedad sin explotados ni *explotadores en términos absolutos* y *no en términos relativos*» (Jorge Silvano)

«(Hay que decidir) si el proyecto sindical tiene que estar atado a un proyecto de sociedad, finalista, muy atado a la izquierda» (Jorge Silvano)

«Lo que debemos tener es una política de relacionamiento con la sociedad uruguaya que abarque a los empresarios grandes, pequeños y medianos» (Jorge Silvano).

«En este país los trabajadores van a tener que salir con los industriales desde el punto de vista económico y desde el punto de vista productivo...no podemos pensar en un país sólo para los trabajadores (sino) también para los industriales y comerciantes» (Luis Garibaldi).

«El movimiento sindical no trabaja para el *socialismo*, como en definitiva siempre se definió. Trabaja para preparar a los trabajadores para luchar por mejores *condiciones de vida*, para mejorar cosas en una sociedad muy difícil» (Mabel Pizarro)

Por lo que significan en sí mismos, y por lo que representan sus exponentes, más allá de que hayan opinado a título personal, se impone un análisis de las formulaciones transcritas, en la perspectiva de las luchas del movimiento sindical.

En resumen, los conceptos expuestos conforman una concepción cuya premisas son el escepticismo casi total respecto a la posibilidad de alcanzar la liberación definitiva de los trabajadores y la resignación a continuar siendo objeto de explotación, con la única perspectiva de mejorar las condiciones de vida en una sociedad muy difícil.

Está implícito en esa concepción que en el logro de esas mejores condiciones de vida los trabajadores pueden esperar la cooperación de los empresarios «grandes, pequeños y medianos». En ese sentido, aparece como un obstáculo para el logro de las reinvidicaciones el asumir las luchas sindicales en el marco de un determinado «proyecto ideológico».



De ahí que el movimiento sindical no debe trabajar para el socialismo ni postular la erradicación de la explotación del hombre por el hombre.

Esa concepción sindical de neto corte reformista (en el sentido literal y estricto del término), aunque sustentada por quienes, ayer nomás, hacían planteamientos radicalmente opuestos, puede parecer novedosa, pero poco tiene de original.

En esencia, es la misma que, con distintas variantes, postulan y practican los adeptos a la socialdemocracia y el socialcristianismo, en la medida que ambas doctrinas tienen en común no cuestionar los fundamentos últimos del régimen capitalista sino, simplemente, procurar que tenga un «rostro humano».

Por más que se declare que todo eso significa «desatar» al movimiento sindical de todo proyecto finalista, lo que se está planteando, en definitiva, es que los trabajadores se resignen a seguir atados a la coyunda de la explotación, con la única esperanza de que ella sea lo menos dolorosa posible.

Que para el logro de mejores condiciones de vida sea de esperar la cooperación de los empresarios «grandes, pequeños y medianos», no es, por otra parte, más que un alarde de fantasía carente de todo sustento real, sobre todo en las condiciones concretas de nuestro país.

Si la política neoliberal es la causa principal de las penurias que padecen actualmente los trabajadores, y si todos los esfuerzos deben centrarse en la oposición a ella, constituye un verdadero contrasentido basar la estrategia sindical en el relacionamiento con los empresarios.

Sólo *si se piensa que el neoliberalismo es de origen metafísico*, e impulsado por elementos ajenos a la realidad social, puede plantearse *una estrategia* basada en la colaboración obrero .- empresarial.

La política neoliberal es impulsada por el Gobierno en la medida que éste expresa los intereses de sectores a los que ella conviene. Esos sectores no son otros que un conjunto de empresarios que explotan a los trabajadores a través de diferentes modalidades de inversión capitalista.

Sin perjuicio de que la política neoliberal no conviene a todos los empresarios por igual, e incluso puede generar entre ellos contradicciones, no es muy coherente proponerle a los trabajadores que para enfrentarla conformen una alianza con ellos. *Tal postura* sólo tendría sentido si se pensara que los empresarios pueden deponer su calidad de tales y asumir la defensa de intereses que trascienden su condición de capitalistas.

Que *eso no es más que* una fantasía idealista lo muestra claramente el análisis realizado por el economista Luis Stolovich, acerca del comportamiento de las distintas fracciones de capitalistas de nuestro país frente a la política neoliberal, publicado en el semanario «Brecha» recientemente.

Surge de ese análisis que la política neoliberal del Gobierno «resulta de las imposiciones de política económica y social de los organismos financieros internacionales», y que, «en definitiva implica una subordinación internacional bastante mayor del bloque de poder dominante en el Uruguay».

Señala asimismo que «el despliegue del proyecto» ...provocó un crecimiento de las tensiones y de la agudización de las contradicciones entre las fracciones y grupos de la burguesía» No obstante, ninguna de ellas ha optado por enfrentar a fondo esa política. Por el contrario, la opción general ha sido la de embarcarse en una lucha de «todos contra todos», en la que cada una busca, pura y exclusivamente, defender sus intereses particulares.

Todo esto, se concluye, «es expresivo, quizás, de las serias dificultades -sino de la imposibilidad- de un proyecto nacional de desarrollo apoyado en la burguesía en su conjunto o en alguna de sus fracciones».

Si alguna duda hubiere de lo acertado de esa conclusión, ha sido despejada por la totalidad de las cámaras empresariales. En declaración recientemente publicada, lejos de marcar alguna discrepancia con la política neoliberal del Gobierno, lo que reclaman es que se acelere y profundice su aplicación.

Como era de esperar, editorialistas del semanario «Búsqueda» declaradamente partidarios del neoliberalismo, celebraron las posturas de «renovación» sindical que se comentan, marcando la necesidad de que se profundicen y se constituyan en discurso oficial del movimiento obrero.

Ante eso, el dirigente sindical Juan Angel Toledo ha formulado en el diario «La República» algunas puntualizaciones que, a pretexto de marcar errores de interpretación de los mencionados editorialistas, terminan siendo una reafirmación de aquellas posturas.

La tesis central de Toledo es que «no se está discutiendo cómo construir el socialismo en esta etapa y desde el movimiento sindical», sino «buscando caminos para oponer programa alternativo y un gran movimiento multiclasista al inhumano modelo neoliberal». La premisa es que el neoliberalismo corresponde al capitalismo salvaje, dependiente y deformado. «Distinto sería, -dice-, «luchar por el socialismo a través del desarrollo del capitalismo independiente, con crecimiento industrial y fuerte, y con contenido de justicia social».

¿En qué lugar del planeta existe o puede existir un capitalismo bien conformado y sin contenido de injusticia social?

Apostar, en función de esa categoría imaginaria, a quebrar la política neoliberal en conjunción con una más que hipotética burguesía patriótica no parece ser una perspectiva muy viable. Tanto menos si para lograrlo se plantea a los trabajadores que resignen sus aspiraciones de justicia integral, que pasan necesariamente por apuntar a cambios revolucionarios.

F.P.



Al compás de la bordona

Después de un cuarto de siglo
de un derecho postergado
su Director en las Cajas
eligen los jubilados.

Y en cuanto a todos los otros
reclamos jubilatorios,
la canción va a ser distinta
con uno en el Directorio.

Don Kanuto

Los trabajadores de los entes rechazan el despojo salarial y la represión

ANCAP

Por decisión de asamblea, los trabajadores vienen realizando paros escalonados y otras medidas de lucha, como el corte de horas extra y el trabajo a reglamento. Está planteada la posibilidad de que dichas medidas se profundicen, pudiéndose llegar, dada la posición mantenida hasta ahora por las autoridades del organismo, a una situación de mayor enfrentamiento.

Los trabajadores rechazan el misérrimo aumento del 5% dispuesto por el Gobierno y reclaman, en su lugar, un incremento inmediato del 15%.

Demandan también la firma de un convenio que asegure la estabilidad laboral y la creación de una Comisión paritaria que estudie el futuro de la industria y las posibles medidas de reconversión al respecto.

Ante la posición intransigente y prepotente de las autoridades, que llegaron incluso a amenazar con represión en el marco de declaratoria de servicios esenciales, los trabajadores han manifestado su decisión de resistir firmemente las medidas que se adopten en ese sentido.

OSE

Los trabajadores de la Administración de Obras Sanitarias del Estado, se han declarado en preconflicto, ante la negativa de las autoridades del Ente a contemplar sus demandas salariales, y en rechazo, también, a la burla que constituye el 5% decretado por el Gobierno.

Está planteada la posibilidad de realizar un paro de 24 horas, a implementarse en cada uno de los lugares de trabajo en la forma que asegure su mayor efectividad.

ANTEL

El Sindicato Unico de Telecomunicaciones, que agrupa a los trabajadores de ANTEL se ha declarado en conflicto, una vez conocida la pauta del 5% dispuesta para el funcionamiento de los Entes. El 24 de agosto tuvo lugar un paro de 24 horas en todas las dependencias. Posteriormente se pasó a la aplicación del trabajo a reglamento y el corte de las horas extra. Hasta el momento, el Directorio no ha dado respuesta a las demandas de los trabajadores, contenidas en la plataforma reivindicativa que le han presentado, por lo que está planteada la perspectiva de una agudización del conflicto.

Los trabajadores de IMPO no se resignan, luchan

Veinticinco días de conflicto llevan los trabajadores de IMPO (Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales), en rechazo del cierre de la sección impresiones del Organismo, decretada por el P.E., regalo de despedida del Ministro García Costa al abandonar su cargo en el M.E.C.

Según explicaron los dirigentes de AFIMPO (Asoc. de Funcionarios de IMPO), el P.E. realizó un sistemático boicot económico contra la institución, a fin de justificar la clausura de los servicios.

En primer lugar, la ley que fusionó el Diario Oficial y la Imprenta Nacional, en este nuevo organismo, le otorgó una serie de competencias: impresión de planillas, del Diario Oficial, de textos de enseñanza y promociones culturales, etc. También obliga, a todos los Entes estatales, cuyas impresiones gráficas fueran realizadas por la actividad privada, a realizar las mismas en IMPO. El P.E. debía reglamentar este artículo, pero no sólo no lo hizo, sino que ni siquiera notificó a las oficinas de la disposición.

Por otro lado, el Diario Oficial, por Ley debe ajustar su precio cuatrimestralmente; sin embargo, los ajustes fueron casi anuales.

A esto hay que agregar lo que fue la actuación del ex director Carlos Basano, quien fue removido de su cargo a raíz de las denuncias de los trabajadores ante la justicia penal; y los U$S 140.000 pagados a la actividad privada por la impresión del Registro Nac. de Leyes y Decretos.

El ministro García Costa se comprometió a reponer, ante la Com. de Legislación Laboral de Diputados, los fondos dilapidados por Basano, cosa que no hizo. Por el contrario, acentuó los recortes al presupuesto del Ente.

Frente al decreto privatizador, los trabajadores sostienen que «es ilegal, pues trata de derogar leyes y viola normas constitucionales que establecen que la supresión de servicios debe hacerse en Leyes de Presupuesto, dando cuenta a la Asamblea General. También violenta el sistema democrático, pues el Parlamento rechazó siete veces, la privatización de IMPO».

Respecto a la actitud del nuevo ministro, Dr. Mercader, nos dicen que, a pesar de su anuncio de un Ministerio de puertas abiertas, aún no ha otorgado la entrevista solicitada por AFIMPO, COFE y el PIT-CNT.

En el momento de concluir esta nota, los trabajadores de IMPO están realizando una serie de movilizaciones que comprenden entrevistas con la Comisión de Legislación Laboral de Diputados, y el estudio de una posible fórmula de solución transitoria hasta fin de año, «sin que ello implique la más firme voluntad de derogar el decreto».

En el día de hoy, a las 17 y 30 horas realizarán una concentración frente al organismo, que cuenta con el apoyo de COFE y del Sindicato de Artes Gráficas.



Trabajadores de la ex Imprenta Nacional, en el local de AUTE

Días 4, 5 y 6 en Mercedes

6o. Congreso de FUS

Los compañeros de la FUS realizarán su Sexto Congreso. La sede será el Club Praga de la ciudad de Mercedes. El viernes 4 a la hora 21, será el acto inaugural. 265 delegados funcionarán en régimen de plenario alternado con comisiones durante las jornadas del sábado y domingo siguientes.

En la agenda figuran importantes temas para el sector: plataforma, balance, la propuesta salarial ante el vencimiento del convenio vigente, la fuente laboral, categorización, entre otros, incluyéndose también aspectos organizativos como modificación de estatutos y la elección de nueva Dirección.

Según estamos informados, este encuentro cuenta con aportes elaborados previamente, algunos de ellos confrontados en la metodología, como por ejemplo sobre planteo salarial, formas de lucha y organización, jerarquización de la plataforma, política asistencial, sistema de salud.

La expectativa des[illegible] entonces: nutrida participación, rico debate, conclusiones que permitan avanzar al sector en su grado de lucha, organización y representatividad de los intereses de los trabajadores y los servicios de salud.

luchas sindicales

Funcionarios de la Universidad reclaman mejoras y trato igualitario

Los funcionarios no docentes de la Universidad de la República, agrupados en AFUR, que perciben un sueldo promedio de N$ 450.000, se encuentran movilizados reclamando la reducción horaria compensatoria de las esmirriadas remuneraciones, el pago de una partida para gastos de alimentación y un aumento de N$ 100.000 a partir del 1º de setiembre.

Denuncian las calamitosas condiciones de vida que padecen, las que quedaron claramente evidenciadas en un censo realizado por la Universidad, que dio por resultado que un 25% de los funcionarios viven en casas de lata o en pensiones carentes de toda comodidad.

Asimismo, denuncian la irregular situación planteada en el organismo, en la medida que en las distintas Facultades, por igual paga se aplican diferentes regímenes horarios, las dilatorias de que han sido objeto sus demandas y, en el caso particular de la Facultad de Agronomía, persecuciones, amenazas y sanciones infundadas.

Trabajadores de cinematógrafos en demanda de equiparación salarial

Los trabajadores de los cines Plaza, Central, Libertad y Casablanca, propiedad de la Empresa Compañía Central Cinematográfica, vienen llevando a cabo medidas de lucha, en reclamo de la equiparación salarial con el resto de los empleados de salas cinematográficas. Señalan que dicha equiparación está consagrada en el convenio que la propia Empresa suscribió en el año 1985, por lo que, el hecho de que se les paguen sueldos que en algunos casos son inferiores en N$ 200.000 a los que se abonan en las demás empresas, constituye una flagrante violación del mencionado acuerdo. Denuncian asimismo que la necesaria modernización de las salas, con la que están de acuerdo, la empresa la lleva a cabo aumentando la inversión correspondiente al equipamiento y pretendiendo disminuir el rubro destinado a sueldos.

Los trabajadores del metal en lucha por la sobrevivencia de la industria

Paralización de actividades en plantas y talleres, y concentraciones en diferentes puntos de la ciudad, han llevado a cabo los trabajadores agrupados en la Unión Nacional de Trabajadores del Metal y Ramas Afines.

Denuncian, especialmente, el remate de la Empresa Inlasa, dispuesto sin contemplar para nada los derechos de los trabajadores y el propio interés nacional. El mismo significará dejar sin ningún tipo de amparo a unas trescientas familias.

En una perspectiva más general, reclaman que se abra una negociación sobre una política que asegure el mantenimiento y desarrollo de la industria del metal y afines, considerando la competitividad, la productividad, la formación profesional y la introducción de nuevas tecnologías.

Se programa realizar en breve, conjuntamente con los gremios de la madera, la construcción y las curtiembres una movilización bajo la consigna de «Por un Uruguay productivo, más trabajo y más salario».

Conquistas en el Correo



El prolongado conflicto en el Correo tiende a solucionarse. Al ser designado un nuevo director de este organismo estatal, la movilización y lucha de los funcionarios postales ha logrado la creación de una mesa negociadora acerca de la modificación de las zonas de reparto, así como para discutir la reestructura escalafonaria.

Por otra parte, se acordó que los horarios de labor continúan como hasta el presente. Asimismo fueron suspendidos los sumarios administrativos y los descuentos de haberes que se venían realizando a los funcionarios.

En la foto, un aspecto de la asamblea realizada en el local de AEBU.

La elección del domingo en el BPS

Colotuzzo: transparencia y universalidad en los derechos de contribuyentes y beneficiarios

Tras su presentación radial realizada el sábado 29 a las 9.30 horas, y previamente a su gira por Soriano que comenzaba esa misma tarde, entrevistamos a Luis Alberto Colotuzzo, primer candidato de la lista 2 a las elecciones del representante de los jubilados y pensionistas en el Directorio del BPS, que como se sabe tendrán lugar el próximo domingo 6.

Para ayer en la plazoleta del Banco de Previsión Social, estaba programado el acto final de los candidatos de la lista 2, para brindar un balance de los alcances de la campaña electoral desarrollada «cuyo centro fundamental es el compromiso de luchar sin claudicaciones ni pausa, hasta lograr los puntos reivindicativos que levanta en su plataforma electoral la lista 2».

Nos dice Colotuzzo:

- Lo primero que reclamaremos es la transparencia y universalidad en los derechos, tanto de contribuyentes como beneficiarios del BPS: se deberán extirpar toda suerte de privilegios. También bregaremos por la erradicación de la influencia política en el ámbito jubilatorio, que tanto daño ha causado: la politiquería debe ser borrada definitivamente del ámbito del BPS. Y lucharemos para enfrentar la evasión de recursos, que si se ha producido es por la debilidad del poder político administrativo. Algunos temen que los delegados obreros y de los jubilados entremos a tirar piedras al Directorio, pero nada de eso: simplemente lo que queremos es darle credibilidad al Banco de Previsión Social, y eso sólo se logra variando la orientación ciento ochenta grados.

- La deuda por evasión asciende a 300 millones de dólares anuales: de cada 3, se le cobra sólo a dos contribuyentes.

Y debemos decir que con sólo la tercera parte de esa cifra, le podemos dar a los jubilados y pensionistas la felicidad de que tenga su cuota mutual. Sólo en el Uruguay pasa que el trabajador, que tiene asegurada su asistencia mutual, al pasar a ser jubilado, que es cuando más la necesita, la pierde.

Se convierte al ser hu-



Luis Alberto Colotuzzo

mano así en una mera herramienta de trabajo; cuando no sirve más, se tira. Con la tercera parte de la evasión, repito, se le puede pagar al jubilado la asistencia médica en las mismas condiciones en que las recibe el activo.

Otra cosa que representa una verdadera injusticia, es lo de la prima por edad, ya que de acuerdo al acta 9 de la dictadura, al suprimirla, sólo algunos la cobran y muchos no.

Hay que derogar de una vez esa medida y devolverle a jubilados y pensionistas, sin excepciones, ese derecho. En cuanto a una retribución a fin de año, de no más de un salario mínimo, que tanto bien le haría a los ancianos, también podría financiarse con esa evasión, que habremos de reducir drásticamente impulsando las medidas correspondientes.

Otro déficit en el cumplimiento de los derechos de jubilados y pensionistas, es lo referente a la ley 15.900. Su artículo 7º establece que los fondos deben vertirse exclusivamente en beneficio de jubilados y pensionistas. Se recaudan más de U$S 1.000.000 mensuales, pero en determinado momento se interpretó -sin justificación posible- que el 83% debía verterse a rentas generales, y sólo el 17% corresponde a los jubilados (art. 190 de la Rendición de Cuentas de 1990). Es una verdadera exacción: el resultado es que sólo se han construido 2 grupos de viviendas en Montevideo para jubilados, y ninguna en todo el interior. Todas estas cosas deberán ser cambiadas, concluye Luis Alberto Colotuzzo.

La opinión de Juan Rodriguez Beletti

El candidato de la lista 2 es el auténtico representante de los pasivos

Juan Rodríguez Beletti, segundo suplente de la lista 2 para la elección del integrante del Directorio del BPS en representación de los jubilados y pensionistas -elección que ha sido postergada un cuarto de siglo- nos expresa, en torno al acto electoral a cumplirse el próximo domingo:

- Lo que está en juego son los candidatos que van a representar a los jubilados en el Directorio del BPS. Nuestra lista no tiene más virtudes que la moral, la honestidad, el trabajo, la experiencia en torno a los temas en juego, y una trayectoria de más de 60 años de actividad sindical al servicio de los más necesitados, de los más sumergidos. Siempre en favor de la solidaridad, de la unidad, de la formación de la Organización Nacional de Jubilados y Pensionistas, hoy una realidad con 75 organizaciones filiales en todo el país, como herramienta fundamental en defensa de los intereses de jubilados y pensionistas.

Por cierto que esto no lo puede decir el representante de la lista 3, que carece de antecedentes gremiales, que trabajó durante 30 años en las Cajas de Jubilaciones y nunca entró a la gremial de los funcionarios de las Cajas, la vieja AEIJA, que sostiene que el estilo de su organización no es hacer actos públicos, que no tiene contacto con la gente, y que se ha caracterizado por ser el defensor de las grandes jubilaciones y no de los 432.000 jubilados y pensionistas sumergidos. Por eso, en estas elecciones en las que anticipamos que la lista 2 será la más votada, sin duda por amplio margen, va a quedar demostrada la capacidad de los jubilados y pensionistas para elegir, sin equivocarse, su auténtico representante en el Directorio del BPS.



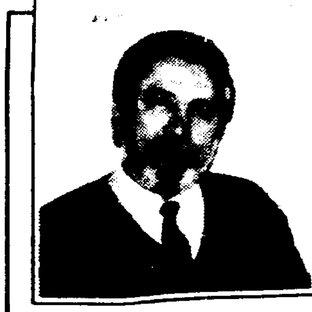
Juan Rodríguez Beletti

Curso básico de periodismo escrito

La secretaría departamental de Propaganda realizará un **curso básico de periodismo escrito**, con el fin de impulsar la aparición de boletines y periódicos de los organismos partidarios. El curso comprenderá sesiones de dos horas cada una (de 19 y 30 a 21 y 30) los días lunes y jueves, durante cinco semanas.

Se solicita a los seccionales que cada uno designe dos compañeros, a los efectos de su participación en el curso. El cupo de éste se ha establecido en unos 30 a 40 asistentes.

Las designaciones deberán ser comunicadas, lo antes posible, a la secretaría departamental de Propaganda (Río Negro 1525). La fecha de iniciación del curso será anunciada con la anticipación debida.



Entrevista a Alberto Garateguy, edil del FA por CUF

«Por la prueba del 9»

En estos momentos la Junta tiene en su agenda la posible investigación de los hechos que culminaron en la Intendencia con cuatro jerarcas renunciantes. ¿Cuál es la situación de ese tema en los ámbitos en que Ud. participa?

«La llamada comisión especial implica dos pilares en la actitud de los frenteamplistas como hombres políticos y públicos: LA SALVAGUARDA DE LOS BIENES PUBLICOS Y LA DE LAS PERSONAS. La CUF los ha valorado en primer lugar para pasar luego a un tercero, que si bien fue formulado por otros grupos del FA, compartimos plenamente: EL DERECHO DE LAS MINORIAS EN SU ASPIRACION A QUE TODO GOBIERNO TENGA TRANSPARENCIA.

«En el ámbito de la Junta formalmente una comisión investigadora se origina en una denuncia que puede ser de un edil en nombre de su grupo político.

Todo el FA ha entendido que, en este caso, quien hace la denuncia es el propio Intendente cuando se presenta en al Junta y establece la razón de sus resoluciones».

«A nosotros nos llenó de satisfacción la presencia de Tabaré Vázquez y sus explicaciones. Tenemos la seguridad de que el compañero Intendente ha actuado conforme a derecho y a concepción política. Opinamos que se puede llegar a la clarificación de todo esto si nosotros (como es nuestra obligación constitucional) comprobamos rigurosamente la acción programática que se estuviera llevando adelante así como otros aspectos que a la vez complementan y actúan por sí, como la auditoría y la investigación administrativa».

¿Cómo es el actual trabajo en la Junta en lo que tiene que ver con el gobierno departamental y su programa?

«Este problema de la investigación nos toma en el momento de la nueva versión departamental. Se estaban rindiendo cuentas sobre el 91 y proyectando el 93 para poder empezar los ajustes planificados desde ya.

Si bien hay una comisión de Hacienda y Presupuesto, con ediles dedicados de lleno, cualquier asunto que resulte revulsivo, como el que ahora nos ocupa, distrae la atención del conjunto de los ediles».

«De todos modos, tratamos de normalizar la vida de la Junta en los aspectos cotidianos: LA REESTRUCTURA DEL TRANSPORTE; EL ASPECTO SOCIAL DE LA VIVIENDA; OTRAS POLITICAS HACIA SECTORES CONCRETOS (AMBULANTES, JOVENES, TERCERA EDAD, LA MUJER...)

«Pero en especial, como presidente de la Comisión de Derechos Humanos quiero referirme a la «minoridad transgresora», uno de los temas del Foro de la Minoridad, ya conocido por el lector. Ese grupo, hoy ubicado en una zona institucional (INAME), suma 5000 internados. Los recursos no alcanzan para su atención ni para impedir la extensión de los conflictos. El conjunto de la sociedad debería asumir zonas de atención y seguimiento de la problemática. Para colaborar a ello, desde el gobierno departamental se creó una comisión de la juventud y ya se ven señales positivas: los convenios firmados con la escuela Berro para el funcionamiento de talleres. Allí los menores pueden realizar actividades remuneradas. Actualmente trabajan en la construcción de bloques y en la confección de uniformes. Los resultados pueden ser importantes. Se combate el ocio (de consecuencias negativas innegables y cuya causa es la falta de motivación mucho más que la indolencia), se desarrollan habilidades y se posibilita el aporte del menor a su propio medio familiar carenciado».

«Necesitamos aclararlo: no somos ingenuos.

Conocemos la existencia de transgresiones muy graves para la sociedad pero no debemos engañarnos en cuanto a las causas y la metodología para encarar soluciones».

¿Cuáles son las perspectivas en cuanto a la labor de la Junta y la continuidad del gobierno departamental del FA?

«En la tarea de gobernar hay que superar a veces situaciones conflictivas. Uno se encuentra con bancadas de oposición que tienen apoyo técnico partidario de mucho peso en el seguimiento de la gestión. Ello obliga a un aprendizaje, una rápida acumulación de experiencia, la capacidad de lograr disposición para definir (y en tiempo) determinados puntos. Es necesario que el FA pueda actuar con eficiencia. Hay gente que no puede esperar más. En el intercambio de gobierno se pueden tener «gestos» que están en nuestras propias convicciones democráticas pero sin que ello impida la concreción».

«Pero todavía para el FA hay definiciones importantes que son como «luminarias» que deslumbran con sus brillos pero que no sabemos muy bien qué son en concreto ni qué hacer con ellas. La cogestión municipal, que implica descentralización y atención de lo local, tiene que ver primero, con la solidaridad manifiesta. Y aun un pueblo movilizado y consciente necesita, para sentirse integrado al quehacer diario, encontrar intérpretes cabales en la acción política».

Nuestro CC definió su postura en el plenario del FA sobre el tema investigación, como un asunto de principios en lo que hace a la actuación de gobierno de nuestro Frente. A su juicio, ¿qué grado de importancia tiene la resolución del tema en relación con las perspectivas ya señaladas?

«La definición de este problema es, en última instancia, una norma de conducta. Nadie nos lo exige y nosotros no tenemos que hacerlo para lograr plácemes. Tiene que ser una muestra concreta de ese «encuentro de los orientales honestos». Más allá de los resultados se marcará un hito en cuanto a ejemplo. Es un hecho además, que en este desafío de lograr las grandes mayorías para las transformaciones, las alianzas y los aliados deben pasar en cada acto, por la «prueba del 9». Y finalmente, necesitamos ser eficientes -ya lo dijimos- pero para lograrlo no podemos perder en transparencia. Podríamos perder también en perfil, en claridad y más peligroso aún: perder la construcción de las alianzas válidas, imprescindibles por aquello cierto de que no todos los orientales honestos están en el FA».

T.B.

La elección del domingo en el BPS

Colotuzzo: transparencia y universalidad en los derechos de contribuyentes y beneficiarios

Tras su presentación radial realizada el sábado 29 a las 9.30 horas, y previamente a su gira por Soriano que comenzaba esa misma tarde, entrevistamos a Luis Alberto Colotuzzo, primer candidato de la lista 2 a las elecciones del representante de los jubilados y pensionistas en el Directorio del BPS, que como se sabe tendrán lugar el próximo domingo 6.

Para ayer en la plazoleta del Banco de Previsión Social, estaba programado el acto final de los candidatos de la lista 2, para brindar un balance de los alcances de la campaña electoral desarrollada «cuyo centro fundamental es el compromiso de luchar sin claudicaciones ni pausa, hasta lograr los puntos reivindicativos que levanta en su plataforma electoral la lista 2».

Nos dice Colotuzzo:

- Lo primero que reclamaremos es la transparencia y universalidad en los derechos, tanto de contribuyentes como beneficiarios del BPS: se deberán extirpar toda suerte de privilegios. También bregaremos por la erradicación de la influencia política en el ámbito jubilatorio, que tanto daño ha causado: la politiquería debe ser borrada definitivamente del ámbito del BPS. Y lucharemos para enfrentar la evasión de recursos, que si se ha producido es por la debilidad del poder político administrativo. Algunos temen que los delegados obreros y de los jubilados entremos a tirar piedras al Directorio, pero nada de eso: simplemente lo que queremos es darle credibilidad al Banco de Previsión Social, y eso sólo se logra variando la orientación ciento ochenta grados.

- La deuda por evasión asciende a 300 millones de dólares anuales: de cada 3, se le cobra sólo a dos contribuyentes.

Y debemos decir que con sólo la tercera parte de esa cifra, le podemos dar a los jubilados y pensionistas la felicidad de que tenga su cuota mutual. Sólo en el Uruguay pasa que el trabajador, que tiene asegurada su asistencia mutual, al pasar a ser jubilado, que es cuando más la necesita, la pierde.

Se convierte al ser humano así en una mera herramienta de trabajo; cuando no sirve más, se tira. Con la tercera parte de la evasión, repito, se le puede pagar al jubilado la asistencia médica en las mismas condiciones en que las recibe el activo.



Luis Alberto Colotuzzo

Otra cosa que representa una verdadera injusticia, es lo de la prima por edad, ya que de acuerdo al acta 9 de la dictadura, al suprimirla, sólo algunos la cobran y muchos no.

Hay que derogar de una vez esa medida y devolverle a jubilados y pensionistas, sin excepciones, ese derecho. En cuanto a una retribución a fin de año, de no más de un salario mínimo, que tanto bien le haría a los ancianos, también podría financiarse con esa evasión, que habremos de reducir drásticamente impulsando las medidas correspondientes.

Otro déficit en el cumplimiento de los derechos de jubilados y pensionistas, es lo referente a la ley 15.900. Su artículo 7º establece que los fondos deben revertirse exclusivamente en beneficio de jubilados y pensionistas. Se recaudan más de U$S 1.000.000 mensuales, pero en determinado momento se interpretó -sin justificación posible- que el 83% debía verterse a rentas generales, y sólo el 17% corresponde a los jubilados (art. 190 de la Rendición de Cuentas de 1990). Es una verdadera exacción: el resultado es que sólo se han construido 2 grupos de viviendas en Montevideo para jubilados, y ninguna en todo el interior. Todas estas cosas deberán ser cambiadas, concluye Luis Alberto Colotuzzo.

Entrevista a Alberto Garateguy, edil del FA por CUF



«Por la prueba del 9»

En estos momentos la Junta tiene en su agenda la posible investigación de los hechos que culminaron en la Intendencia con cuatro jerarcas renunciantes. ¿Cuál es la situación de ese tema en los ámbitos en que Ud. participa?

«La llamada comisión especial implica dos pilares en la actitud de los frenteamplistas como hombres políticos y públicos: LA SALVAGUARDA DE LOS BIENES PUBLICOS Y LA DE LAS PERSONAS. La CUF los ha valorado en primer lugar para pasar luego a un tercero, que si bien fue formulado por otros grupos del FA, compartimos plenamente: EL DERECHO DE LAS MINORIAS EN SU ASPIRACION A QUE TODO GOBIERNO TENGA TRANSPARENCIA.

«En el ámbito de la Junta formalmente una comisión investigadora se origina en una denuncia que puede ser de un edil en nombre de su grupo político.

Todo el FA ha entendido que, en este caso, quien hace la denuncia es el propio Intendente cuando se presenta en al Junta y establece la razón de sus resoluciones».

«A nosotros nos llenó de satisfacción la presencia de Tabaré Vázquez y sus explicaciones. Tenemos la seguridad de que el compañero Intendente ha actuado conforme a derecho y a concepción política. Opinamos que se puede llegar a la clarificación de todo esto si nosotros (como es nuestra obligación constitucional) comprobamos rigurosamente la acción programática que se estuviera llevando adelante así como otros aspectos que a la vez complementan y actúan por sí, como la auditoría y la investigación administrativa».

¿Cómo es el actual trabajo en la Junta en lo que tiene que ver con el gobierno departamental y su programa?

«Este problema de la investigación nos toma en el momento de la nueva versión departamental. Se estaban rindiendo cuentas sobre el 91 y proyectando el 93 para poder empezar los ajustes planificados desde ya.

Si bien hay una comisión de Hacienda y Presupuesto, con ediles dedicados de lleno, cualquier asunto que resulte revulsivo, como el que ahora nos ocupa, distrae la atención del conjunto de los ediles».

«De todos modos, tratamos de normalizar la vida de la Junta en los aspectos cotidianos: LA REESTRUCTURA DEL TRANSPORTE; EL ASPECTO SOCIAL DE LA VIVIENDA; OTRAS POLITICAS HACIA SECTORES CONCRETOS (AMBULANTES, JOVENES, TERCERA EDAD, LA MUJER...)

«Pero en especial, como presidente de la Comisión de Derechos Humanos quiero referirme a la «minoridad transgresora», uno de los temas del Foro de la Minoridad, ya conocido por el lector. Ese grupo, hoy ubicado en una zona institucional (INAME), suma 5000 internados. Los recursos no alcanzan para su atención ni para impedir la extensión de los conflictos. El conjunto de la sociedad debería asumir zonas de atención y seguimiento de la problemática. Para colaborar a ello, desde el gobierno departamental se creó una comisión de la juventud y ya se ven señales positivas: los convenios firmados con la escuela Berro para el funcionamiento de talleres. Allí los menores pueden realizar actividades remuneradas. Actualmente trabajan en la construcción de bloques y en la confección de uniformes. Los resultados pueden ser importantes. Se combate el ocio (de consecuencias negativas innegables y cuya causa es la falta de motivación mucho más que la indolencia), se desarrollan habilidades y se posibilita el aporte del menor a su propio medio familiar carenciado».

«Necesitamos aclararlo: no somos ingenuos.

Conocemos la existencia de transgresiones muy graves para la sociedad pero no debemos engañarnos en cuanto a las causas y la metodología para encarar soluciones».

¿Cuáles son las perspectivas en cuanto a la labor de la Junta y la continuidad del gobierno departamental del FA?

«En la tarea de gobernar hay que superar a veces situaciones conflictivas. Uno se encuentra con bancadas de oposición que tienen apoyo técnico partidario de mucho peso en el seguimiento de la gestión. Ello obliga a un aprendizaje, una rápida acumulación de experiencia, la capacidad de lograr disposición para definir (y en tiempo) determinados puntos. Es necesario que el FA pueda actuar con eficiencia. Hay gente que no puede esperar más. En el intercambio de gobierno se pueden tener «gestos» que están en nuestras propias convicciones democráticas pero sin que ello impida la concreción».

«Pero todavía para el FA hay definiciones importantes que son como «luminarias» que deslumbran con sus brillos pero que *no sabemos muy bien qué son en concreto ni qué hacer con ellas. La* cogestión municipal, que implica *descentralización y atención de lo* local, tiene que ver *primero*, con la solidaridad manifiesta. Y aun un pueblo movilizado y consciente necesita, para sentirse integrado al quehacer diario, encontrar intérpretes cabales en la acción política».

Nuestro CC definió su postura en el plenario del FA sobre el tema investigación, como un asunto de principios en lo que hace a la actuación de gobierno de nuestro Frente. A su juicio, ¿qué grado de importancia tiene la resolución del tema en relación con las perspectivas ya señaladas?

«La definición de este problema es, en última instancia, una norma de conducta. Nadie nos lo exige y nosotros no tenemos que hacerlo para lograr plácemes. Tiene que ser una muestra concreta de ese «encuentro de los orientales honestos». Más allá de los resultados se marcará un hito en cuanto a ejemplo. Es un hecho además, que en este desafío de lograr las grandes mayorías para las transformaciones, las alianzas y los aliados deben pasar en cada acto, por la «prueba del 9». Y finalmente, necesitamos ser eficientes -ya lo dijimos- pero para lograrlo no podemos perder en transparencia. Podríamos perder también en perfil, en claridad y más peligroso aún: perder la construcción de las alianzas válidas, imprescindibles por aquello cierto de que no todos los orientales honestos están en el FA».

T.S.

La opinión de Juan Rodriguez Beletti

El candidato de la lista 2 es el auténtico representante de los pasivos

Juan Rodríguez Beletti, segundo suplente de la lista 2 para la elección del integrante del Directorio del BPS en representación de los jubilados y pensionistas -elección que ha sido postergada un cuarto de siglo- nos expresa, en torno al acto electoral a cumplirse el próximo domingo:

- Lo que está en juego son los candidatos que van a representar a los jubilados en el Directorio del BPS. Nuestra lista no tiene más virtudes que la moral, la honestidad, el trabajo, la experiencia en torno a los temas en juego, y una trayectoria de más de 60 años de actividad sindical al servicio de los más necesitados, de los más sumergidos. Siempre en favor de la solidaridad, de la unidad, de la formación de la Organización Nacional de Jubilados y Pensionistas, hoy una realidad con 75 organizaciones filiales en todo el país, como herramienta fundamental en defensa de los intereses de jubilados y pensionistas.

Por cierto que esto no lo puede decir el representante de la lista 3, que carece de antecedentes gremiales, que trabajó durante 30 años en las Cajas de Jubilaciones y nunca entró a la gremial de los funcionarios de las Cajas, la vieja AEIJA, que sostiene que el estilo de su organización no es hacer actos públicos, que no tiene contacto con la gente, y que se ha caracterizado por ser el defensor de las grandes jubilaciones y no de los 432.000 jubilados y pensionistas sumergidos. Por eso, en estas elecciones en las que anticipamos que la lista 2 será la más votada, sin duda por amplio margen, va a quedar demostrada la capacidad de los jubilados y pensionistas para elegir, sin equivocarse, su auténtico representante en el Directorio del BPS.



Juan Rodríguez Beletti

Curso básico de periodismo escrito

La secretaría departamental de Propaganda realizará un **curso básico de periodismo escrito**, con el fin de impulsar la aparición de boletines y periódicos de los organismos partidarios. El curso comprenderá sesiones de dos horas cada una (de 19 y 30 a 21 y 30) los días lunes y jueves, durante cinco semanas.

Se solicita a los seccionales que cada uno designe dos compañeros, a los efectos de su participación en el curso. El cupo de éste se ha establecido en unos 30 a 40 asistentes.

Las designaciones deberán ser comunicadas, lo antes posible, a la secretaría departamental de Propaganda (Río Negro 1525). La fecha de iniciación del curso será anunciada con la anticipación debida.

¡A la juventud, salud!

Del viejo tronco reverdecerán los brotes

Después de vivir intensamente la marcha juvenil del 14 de agosto -participando en ella-, nos llamamos a reflexión sobre algunos temas puntuales con nuestra juventud.

La primera pregunta que nos hacemos es: ¿Por qué necesitamos a los jóvenes?. Esta pregunta nos lleva a otra, tan importante como la primera: ¿Qué representa para todo el país, para el FA, para el PCU y en definitiva para toda la izquierda, la presencia de los jóvenes en sus filas y en sus vivencias?

Representan la vida. La razón por la que estamos luchando desde hace más de 70 años en pos de un mundo mejor; de una sociedad que tenga como centro el **ser humano**.

De un país que, aceptando las contradicciones -lucha de clases- les ofrezca oportunidades reales de encontrar sus caminos. En definitiva, que los integre colectivamente respetando su «bio-diversidad».

También es imprescindible la forma y el contenido que debemos elaborar para tener una comunicación fluida y no paternalista con los jóvenes. ¿Cómo los atraemos a nuestras filas? ¿Qué opciones les ofrecemos? ¿Sólo luchar o estudiar, o trabajar o descansar, o todas a la vez? Creemos que todas las opciones son válidas y practicables, con la obligatoriedad -de nuestra parte- de saber graduar el contenido de la comunicación y aceptar las propuestas juveniles como algo real, concreto, es decir, pensar que los jóvenes van a pedir cosas posibles y que tendrán actitudes significantes.

Afecto en la comunicación o comunicación con afecto En este intento de comunicación con los jóvenes es vital el brindar un aporte lleno de afecto. Porque dentro de lo que necesitamos -todos los que estamos desde hace años en el PCU-, se halla, en primer lugar, una relación afectuosa, flexible y cristalina con los jóvenes.

Cuando decimos que debemos tener un lenguaje claro, práctico y participativo, estamos manifestando nuestra voluntad de dar el primer paso de acercamiento a los miles de jóvenes que, con un entusiasmo desbordante, *irrumpen* en nuestra comunidad necesitados de apoyo y solidaridad.

Si al acto de comunicarnos le agregamos nuestro afecto, habremos avanzado en el intento de quebrar el aislamiento en el cual las clases dominantes pretenden acorralar a los jóvenes.

Al principio individualista, egoísta y oportunista debemos oponerle nuestra convicción solidaria, participativa y colectiva, que siempre apunta a integrar a los muchachos y muchachas en la existencia total, con aciertos y errores, pero llena de dinamismo y vitalidad. En nosotros está el saber encontrar los caminos que nos acerquen a los jóvenes para su integración a la lucha. Porque de luchar se trata.

El principio de autonomía y libertad. Los jóvenes quieren tener autonomía y libertad. Nada más alejado de su manera de ser que el verse sujetos a mandatos, estatutos, códigos y normas, aunque en la vida real todos de alguna manera aceptamos y cumplimos normas, códigos, estatutos y mandatos.

Y aquí aparece la complejidad de encontrar un diálogo válido con un lenguaje moderno y ágil; sustantivo y atractivo; que concrete hechos y no meros verbalismos. En una palabra, que reúna en su decir, todo lo que debemos manifestar sin agredir su autonomía y menos su libertad.

¿Cómo haremos esto? Pues...haciéndolo. Pensando y elaborando.

Construyendo y edificando, ladrillo tras ladrillo, hilada tras hilada como dice la canción. Sólo así conseguiremos unir los dos términos de una ecuación donde está en juego el relevo de una generación: la anterior a la dictadura. Que no está vieja, no se siente cansada, pero que tiene que mirar el futuro con objetividad y realismo.

Resolver la dicotomía: quedarse o emigrar. Dice el Dr. Bruno Bettelheim en su libro «Educación y Vida Moderna». «Y en la práctica el hombre desea tanto verse enriquecido por los más sublimes logros individuales de la cultura, como disfrutar de todas las ventajas que proporciona una civilización de masas impersonal y tecnológica; tanto dirigirse a sí mismo como estar obligado con los demás».

Los hombres y mujeres de izquierda y en particular los que pertenecemos al PCU, estamos obligados a ayudar a *encontrar el camino* a miles de jóvenes que no quieren verse arrinconados a *luchar por su exclusiva subsistencia* o emigrar.

Los uruguayos estamos obligados por la historia a luchar por resolver esa dicotomía de vivir en nuestro terruño o partir a otras tierras.

El 14 de agosto miles de jóvenes nos dieron señales de su deseo de quedarse en este pedazo de tierra y luchar por vivir mejor. En nosotros está el concretar el esfuerzo para conquistar esa juventud rebelde y generosa -como todas las juventudes del mundo- e integrarlos al torrente incontenible del FA, para llegar al gobierno nacional en 1994 y construir una patria mejor y más digna.

L.CH.



37 años de la UJC

Crece desde el pie

Quienes creían en una generación de jóvenes frustrados, se asombraron de la gran movilización de estudiantes. Los que no creen en una generación dispuesta a los cambios, se equivocaron y feo. Desde las paredes crecen las consignas: «**37 años de lucha**», porque la UJC, «**crece desde el pie**». Una organización juvenil dispuesta a los cambios. Podríamos recordar todo lo dado por esta organización; sin embargo, hoy vamos a hablar del presente y el futuro, sobre todo el del país. Este nuevo aniversario, lo festejamos con movilizaciones que apuntan al 1º de octubre, porque creemos en una reconversión del Estado, pero no entregando los entes que dejan ganancias. Me pregunto: si ahora no hay fondos para votar una mayor partida presupuestal, cuando vendan las empresas, ¿de dónde piensan sacar la plata, para mantener una enseñanza gratuita? ¿Implantando incrementos al ya fatídico proyecto de matrícula universitaria o creando una matrícula liceal?.

Después de liquidar la UTU y multiplicar el aporte en el impuesto de Primaria y aumentar uno o dos puntos el IVA. ¡Qué fácil gobierna Lacalle! Claro que no propone soluciones para una situación que durante años crearon los partidos tradicionales.

Los complejos cambios que se vienen procesando a nivel económico mundial, obligan a los EEUU a reacomodar el mazo, si es que quiere seguir jugando a las cartas. Es en este marco que el plan Bush «Iniciativa para las Américas» se orienta en un único sentido: la apertura del sistema productivo de los países latinoamericanos. Por eso no es casualidad que las privatizaciones sean a nivel continental.

El argumento privatizador en el Uruguay se basa en la proclamación de un papel nuevo del Estado. Sin embargo, el país europeo con mayor nivel de vida es Suecia, y es también el país occidental con mayor participación del Estado en su economía.

En Inglaterra, el capital extranjero tiene apenas un 25% de participación en las empresas estatales; en Francia solamente se permitió un 20% de inversión; en Italia el gobierno se vio enfrentado a un gran repudio. Ni hablar de las barreras arancelarias de estos países: no es casualidad que esté trabada la Ronda Uruguay del GATT (que no busca otra cosa que la rebaja de aranceles).

La empresa Aerolíneas Argentinas, la compró IBERIA (del Estado español) y como esta se atrasó en los pagos, vendió algunos aviones. La empresa telefónica Argentina (ENTEL), fue vendida a tres empresas estatales europeas: Telefónica (española), Telecom (francesa) y Stat (italiana). En muchos casos, empresas que valían 7.000 millones de dólares, fueron rematadas por 500 mil.

Hasta el mismo hijo de Bush compró una parte de YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales) y formó la JNB Petroleum.

No queremos más la mentira organizada, por eso llamamos a votar la papeleta blanca, para que la plata quede en nuestro país, trabajando para que no se tengan que ir más jóvenes. Señor Presidente: deje de vender el país y póngase la celeste. Las iniciativas para la integración de América las aceptamos si no significan hambre, desempleo y miseria. Por todo esto es que existimos y luchamos. El 25 de agosto cumplimos 37 años, y con orgullo, porque nunca nos separamos de las causas justas. No hay tiempo para lamentos; la UJC vive y como siempre, inserta en la sociedad, escuchando y aportando, junto al Frente Amplio y a todos los uruguayos honestos. El motor sigue su marcha y sabemos que ante nuestro Uruguay, no somos más el fantasma, sino que somos una de las organizaciones que dio mucho y no tiene pereza para seguir contribuyendo a las causas justas. No tenemos crisis de identidad: somos jóvenes dispuestos a los cambios.

A.G.

Cuba, depositaria de la dignidad humana

Carta de Montevideo publica la intervención del profesor Ruben Yáñez en el acto efectuado el 26 de julio, con ocasión del nuevo aniversario del asalto al cuartel Moncada por los patriotas cubanos encabezados por Fidel Castro.

* * *

Los compañeros de la Coordinadora me han responsabilizado de decir algunas palabras como hombre de la cultura que ha tenido frecuentes y profundos vínculos con la realidad cubana, en ocasión de este nuevo aniversario del cuartel Moncada.

Por eso es realmente una satisfacción que este acto tenga la dimensión que tiene, porque no sólo está mostrando presencia, sino lo que hay fuera de este acto con relación a la revolución cubana.

No cabe duda de que en primera instancia estamos, por esta vía, ya consolidada en nuestro país, inscribiéndonos en la tradición que empieza con aquel formidable chileno, precursor del Che, que fue Francisco Bilbao, maestro de nuestro José Pedro Varela. De los grandes latinoamericanos, pasando por el apóstol Martí, Mariátegui, Bello, que se han planteado no ya en temas de la defensa de la autodeterminación de los pueblos en abstracto, sino en el concreto marco de América Latina, donde la autodeterminación no es una abstracción.

Desde mediados del siglo pasado, ya desde antes de la Doctrina Monroe, América latina ha empezado a vivir la inminencia y la realidad de la intervención norteamericana.

Por lo tanto no estamos defendiendo un principio abstracto, como no lo defendió ninguno de ellos.

Incluso entre nosotros, y los jóvenes a veces no lo saben porque no se lo decimos, el propio Rodó, figura no sólo uruguaya sino latinoamericana, de la lucha por América Latina, que levanta su cabeza hecha para otras cosas. Para la literatura, para la investigación literaria cuando en el '98 Cuba es agredida o cuando Panamá es arrancado del seno de Colombia por los Estados Unidos para facilitar su operación del Canal de Panamá. Y hay textos fundamentales de Rodó en esta dirección.

No cabe duda de que nos estamos inscribiendo en esa realidad cotidiana que significan las luchas por la autodeterminación en América Latina, y no la mera defensa de un principio jurídico abstracto.

Pero además estamos en la coyuntura de una renovada desideologización. Digo renovada porque no es nueva. Por eso debo ser fiel a todo lo que pienso. No solo muchos uruguayos defendemos a Cuba por su derecho a darse la organización y el gobierno que entienda mejor, sino por la incidencia que esa opción que ha hecho el pueblo cubano tiene por en toda América Latina.

Y nos han golpeado vientos duros. Nos ha golpeado a nosotros como pueblo perder la democracia por obra de una dictadura fascista manipulada desde los centros internacionales de poder. Y nos ha tocado vivir esta experiencia de la dramática frustración, yo no diría del socialismo real sino de ciertos sectores del socialismo real. Porque no me rifo Cuba, porque no me rifo China...

Y a veces vemos que los más connotados administradores de nuestra pobreza le piden la democracia que los ubica a ellos en esta situación, se la están pidiendo a Cuba.

Yo ni ahora pienso que se ha producido una demostración suficiente de que la democracia y el socialismo son incompatibles.

Hay un personaje maravilloso de una obra de Wexler, Vernon Wexler, el inglés. La madre, en una obra que frente a frustraciones anterior del socialismo decía: «Un electricista no me convence de la inutilidad de la electricidad». Porque en definitiva, administradores de la pobreza de nuestros pueblos le piden libertad a Cuba.

Yo quiero leerles un pequeño fragmento de ese hombre que a veces lo conocemos sólo como autor teatral pero no: es un pensador de la revolución en el siglo XX,: Bertolt Brecht. El dice: «La libertad de mejorar su propia vida, entendiéndose la palabra vida en el sentido más simple, es la más elemental de las libertades del hombre. De ella depende el desarrollo de la cultura y no tiene sentido hablar sobre la libertad y la cultura si no se habla sobre esa libertad, la *de mejorar la vida*».

Y yo pregunto: ¿Qué pueblo de América latina ha tenido la libertad de mejorar la vida como Cuba, donde no hay un niño pidiendo limosna, donde no hay un desocupado, donde la salud de la población está garantizada, donde lo más importante es la vida humana?

Una vez a Marx le preguntaron: ¿Qué es el comunismo? y Marx, que escribió tan poco sobre el comunismo, dijo: «Es el cambio que se hace todos los días para el mejoramiento de la vida de los hombres».

De lo que no dudo es de que tenemos que tener los mejores instrumentos para producir ya el cambio para el mejoramiento de la vida de los pueblos.

Y hay un hombre en nuestra tradición, muy famoso como pintor pero lamentablemente muy desconocido como filósofo. Me refiero a Pedro Figari.

Pedro Figari escribía en el año 1912 una obra que mereció una edicioncita en aquel momento y que luego por obra y el trabajo de ese maestro de la filosofía latinoamericana que es Arturo Ardao se pudo editar de nuevo en «Clásicos uruguayos». Pero no se lo estamos dando a los jóvenes.

Figari dice: «Los verdaderos benefactores del hombre son los que han aportado algo en el sentido de orientarnos, facilitándonos nuestra evolución hacia el ideal. Los más grandes genios son los forjadores de ideas en el plano positivo, que es donde se va cimentando el progreso humano. Ese progreso que tiende a hacer participar de los bienes conquistados a todos los miembros de la especie, de modo que para todos la vida sea un bien estimable, y no para unos pocos no más, como ocurre en las culturas suntuosas». **Así hablaba un uruguayo en el '12.**

En esta tradición estamos. Y algún día, como los cubanos han hecho con Martí, nosotros haremos con todos estos hombres que dieron el pensamiento progresista del país sintetizándose con la ciencia histórica que en manos de los pueblos es la que produce las transformaciones.

Y termino con un concepto de Martí.

«*En el mundo ha de haber cierta cantidad de decoro, como ha de haber cierta cantidad de luz. Cuando hay muchos hombres sin decoro, hay otros que tienen en sí el decoro de muchos hombres. En esos hombres van miles de hombres, va un pueblo entero, va la dignidad humana*».

Y hoy yo veo a Cuba como la depositaria de la dignidad humana.

(Versión de la grabación no corregida por el autor).

Carta de Montevideo opina

Collor: último acto

Según todos los indicios, ya nada podrá impedir el alejamiento del presidente brasileño, Fernando Collor de Melo, del gobierno, sea por decisión propia al verse acorralado, o como consecuencia del juicio político que se avecina.

La caída precipitada del gobernante es un paradójico correlato a su ascenso fulgurante al poder. Producto espurio de los cacicazgos locales y de los grandes grupos financieros, la red «O Globo» de televisión lo sacó, en pocos semanas, del anonimato, y lo catapultó a las alturas del firmamento político, cuando la derecha comprometida en 25 años de dictadura militar, estaba huérfana de exponentes y se vislumbraba un viraje histórico con el triunfo del líder obrero apulista, Luis Ignacio Da Silva «Lula».

Collor y su grupo de advenedizos incluso fue más allá. Cuando toda la izquierda brasileña se unió en la segunda vuelta, y el triunfo de «Lula» era inevitable, recurrió a la tramposa maniobra de ventilar una supuesta historia personal del candidato popular, mediante la compra de un testimonio falso. Cuando se restableció la verdad, el daño estaba hecho. Así llegó al poder.

Muy pronto, el nuevo presidente aceitó la maquinaria para poner los intereses del Estado al servicio de su lucro personal y de sus amigos más cercanos. Precisamente por discrepancias en el reparto del botín, que alcanzó a su propia familia, la denuncia de un hermano alertó a la opinión pública y ofreció la punta de un ovillo que la Comisión Investigadora del Congreso, en voluminoso informe, se encargó de desenrollar.

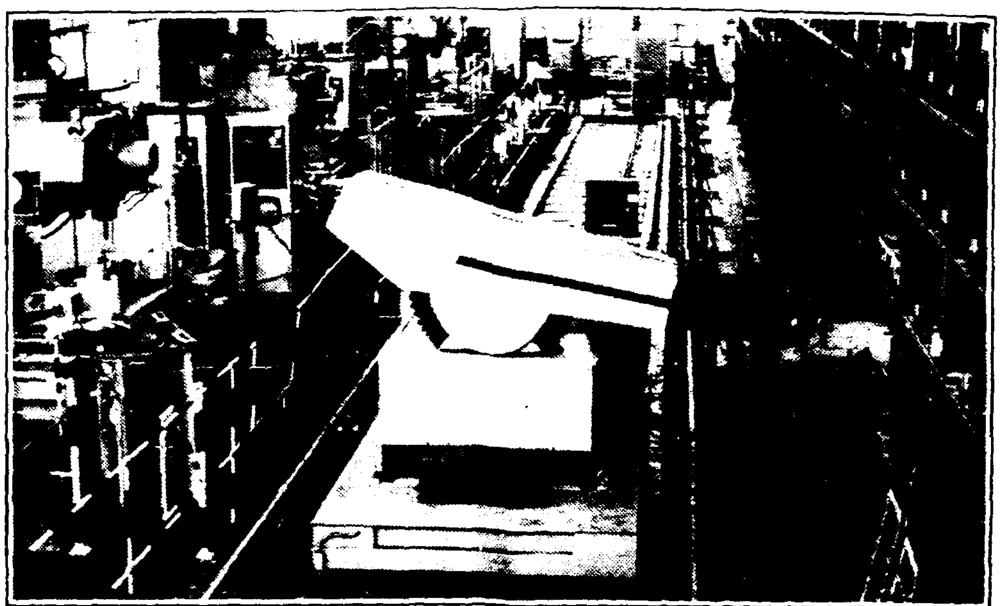
A medida que avanzaba la investigación, el pueblo brasileño, sometido a las más duras privaciones, por una política despiadada al servicio del gran capital, pasó de la sorpresa a la indignación y salió a las calles. Centenares de miles de personas han recorrido, en los últimos días, las principales ciudades del país. Algunos políticos, duchos en el oportunismo, le fueron retirando su apoyo, y hoy es su propio partido el que le pide la renuncia.

El episodio Collor, en la vida de las democracias contemporáneas, no es, lamentablemente una excepción. La corrupción está a la orden del día, porque el propio sistema capitalista la lleva en sus entrañas. Ni los periódicos controles electorales y ni siquiera la acción parlamentaria son suficientes para asegurar en una democracia la transparencia de la gestión gubernamental. Se impone una verdadera reforma del Estado que permita el acceso de la sociedad en sus diversas formas a una nueva organización institucional que amplíe los poderes constitucionales tradicionales y fortalezca la democracia directa; que la legislación «cristal» sea extraordinariamente severa de tal modo que la práctica corrupta de mezclar los intereses empresariales privados con la gestión pública, sea erradicada de la vida política. Las soluciones no son fáciles, pero seguramente solo han de venir de una creciente participación y vigilancia popular, por todos los medios.

R.P.F.

No hay signos de recuperación económica en los países capitalistas

La economía de los países capitalistas desarrollados no da signos claros de recuperación. Los últimos análisis de coyuntura, señalan que las «llamadas locomotoras» de la economía mundial -Estados Unidos, Japón y Alemania- no superarán en 1992 el 1,5% de crecimiento.



En Europa, el 9,5% de la fuerza laboral está parada; en Estados Unidos la desocupación alcanza a 8 millones 750 mil obreros sobre un activo de 125 millones (7%). Las más afectadas son la industria automovilística, la aeroespacial y la fabricación de computadoras. En Detroit, centro de la producción de automóviles, hay 470 mil trabajadores parados y los despidos siguen aumentando; la poderosa Boeing tiene el pedido de un solo avión - el modelo 767- para 1992-93; en el área de las computadoras, la IBM acaba de anunciar nuevos despidos y la famosa empresa «[illegible]» termina de cerrar con un pasivo de 500 millones de dólares que no ha podido remontar.

Esta debilidad del aparato productivo norteamericano se está reflejando en su moneda, que ha tenido una caída pronunciada en los grandes mercados financieros y en los sobresaltos que experimentan las bolsas de valores, donde la incertidumbre es caldo propicio para las «corridas» y el desembarazo precipitado de acciones.

El gabinete japonés ha votado un paquete extraordinario de varias decenas de miles de millones de dólares para apuntalar su alicaída economía; Alemania busca recursos en el mercado de capitales y eleva la tasa de interés al 10% para financiar la expropiación de la economía de la ex-RDA; Jesse Jackson le pide a Bush que no se embarque más en guerras ni en «ayudas» al extranjero y que esos recursos los vuelque a programas económicos y sociales internos. Pero EE.UU tiene un déficit fiscal de 400 mil millones de dólares, y no está en condiciones de aumentar los impuestos ni endeudarse más porque las inversiones se las está llevando Alemania. Un indicador de esta situación es lo que ocurre en el Estado de California, el mayor de la Unión, que sufre la peor crisis económica y financiera desde la Gran Depresión de 1929.

Tiene un déficit presupuestal de 11 millones de dólares y está pagando a los funcionarios públicos con bonos. El gobernador republicano, Pete Wilson, ha ordenado una reducción del 10% de los gastos de educación y un 25% de los programas sociales. El gobernador también proyecta una reducción del 5% de los sueldos. California tiene 1.017 escuelas distritales; de aprobarse el programa deberán cerrar 200. La Reserva Federal - banco Central norteamericano- estima que la crisis económica en California se debe a la crisis que atraviesa la Industria Militar, muy concentrada en esa región.

Esta crisis que atraviesa el sistema capitalista, es provocada por el surgimiento de bloques económicos antagónicos abroquelados en políticas proteccionistas, por las deformaciones estructurales originadas por la carrera armamentista y el gigantismo de la industria militar (especialmente en Estados Unidos), por el consumismo irracional que ha impedido la administración correcta de recursos, por el endeudamiento del Tercer Mundo que ha paralizado su desarrollo, y por la disputa de los recursos financieros entre los bloques.

Todos estos factores han contribuido a bloquear los circuitos comerciales. Como siempre, la crisis de los países centrales traslada sus peores consecuencias al Tercer Mundo, que se distancia cada vez más del desarrollo global. En el terreno social y político, las tensiones aumentarán, interna y externamente, desestabilizando gobiernos y provocando guerras de rapiña que hoy se presentan -con el derrumbe de la Unión Soviética- con el eufemístico rótulo de «interétnicas».

R.P.F.

Presencia yanqui en Bolivia

La actuación de agentes de la DEA norteamericana en Bolivia, con la finalidad declarada de combatir el narcotráfico, ha provocado la reacción de los medios sociales y políticos del altiplano, que ven en el accionar del contingente estadounidense una inadmisible injerencia en los asuntos internos del país. El presidente Paz Zamora se ve en dificultades porque la oposición lo acusa de haber violado la constitución al autorizar, sin la venia del Senado, el ingreso de fuerzas extranjeras al territorio. Sus ministros del Interior, Relaciones Exteriores y Defensa, deberán enfrentar una interpelación que puede significar un revés político para el mandatario y la coalición de centroderecha que gobierna el país. El parlamento rechaza la llamada «acción cívica» de los yanquis para erradicar las plantaciones de coca que dan vida a la economía campesina de subsistencia y opone la doctrina del «desarrollo alternativo» a una realidad económica penosa impuesta por el imperialismo.

Fidel Castro en la Cumbre de No Alineados

En Yakarta, capital de Indonesia, se reunió la Conferencia de Países No Alienados que agrupa a la mayor parte de los Estados de la Tierra, principalmente del Tercer Mundo, con 2/3 de la población mundial. La organización, fundada por Nehru, de la India, Gamal A. Nasser de Egipto, y el mariscal Tito, de Yugoslavia, estudiará la forma de pesar eficazmente en la balanza mundial de poder, luego de la caída del «campo socialista».

El jefe de Estado cubano, que ha presidido el foro en la década del 70 y que dio gran impulso al planteo del endeudamiento global de los países pobres, hara hincapié en el bloqueo comercial y en las últimas medidas extorsivas que EE.UU ha adoptado para ahogar económicamente a su país.

Lacalle le dijo sí a Fidel

Cuando Fidel Castro dijo que la deuda externa de América Latina era impagable e incobrable, todos los excelentísimos presidentes le hicieron oídos sordos. Sin embargo el tiempo le está dando la razón.

En la ECO 92, Fidel dijo que había una deuda ecológica de los países desarrollados para con América; en un principio esto quedó en el olvido.

Pero en la reciente declaración conjunta de los presidentes Paz Zamora y Lacalle Herrera, este punto se incluyó, aunque a nuestro Presidente no le causó mucha gracia. Un gol de Fidel, con ayuda del presidente boliviano. Sin duda, la historia le da la razón en muchas cosas.

Otra vez las «cabezas rapadas» nazis en Alemania

La historia se repite. Con unificación alemana que, en realidad, no ha sido otra cosa que una «anexión», las grandes corporaciones industriales, comerciales y financieras del Oeste entraron a saquear la economía socialista del Este, condenando a la desocupación y al desamparo a un población que en 45 años no conoció la falta de trabajo y que por el contrario fue beneficiaria de una sólida cultura de masas que asombró al mundo. Decimos que se repite la historia porque las bandas nazis vuelven a cumplir su papel de brigadas de choque al servicio del gran capital, para intimidar y someter al pueblo que resista.

En el otrora próspero puerto de Rostock, hoy condenado a la inactividad, por el cierre de los astilleros, las bandas nazis incendiarias han sembrado el terror, ante la pasividad de la policía, apedreando e incendiando un albergue para refugiados. El gobierno de Bonn, que tanto se duele de los horrores de la guerra en los Balcanes, tiene la oportunidad de dar al mundo una prueba concreta de sus sentimientos: detener la violencia fascista en su propio seno.

Monumento a Genscher en Croacia

Diversas organizaciones croatas se movilizan para erigirle en vida un monumento al ex-Ministro alemán de Relaciones Exteriores, Hans Dietrich Genscher, considerado el «padre de la independencia de Croacia». Cuando Eslovenia y Croacia se declararon independientes, provocando la desintegración de Yugoslavia, la diplomacia alemana dirigida por Genscher se movió rápidamente y reconoció la independencia de los nuevos estados, colocando al resto de la comunidad internacional frente un «fait» cumplido. En Croacia viven 4 millones 700 mil croatas y 600 mil serbios.

Reunión en San Pablo denunció la contrarrevolución capitalista en la ex Unión Soviética

Durante tres días, en San Pablo, termina de realizarse una importante reunión de dirigentes comunistas y de otras organizaciones revolucionarias de diversos países de América Latina y de Canadá, en la que participaron tres dirigentes soviéticos que están denunciando y combatiendo la contrarrevolución capitalista que hoy impera en el territorio de la ex URSS. Dichos dirigentes informaron de la grave situación por la que atraviesa el pueblo soviético y el aumento del descontento, que se traduce ya en significativas acciones de protesta.

En la reunión, a la que asistieron representantes del Partido Comunista de Cuba y del Frente Sandinista, intervino el camarada Eduardo Viera, miembro de la dirección del PCU.

En la próxima edición de nuestro quincenario, Viera informará acerca de la mencionada reunión y la necesaria solidaridad con los trabajadores soviéticos.

Homenaje a Rodney Arismendi

12 de setiembre, hora 17, en Camino Carrasco 4768

Convoca el Seccional Este

010

9208703

Cuatro razones para votar la papeleta blanca



Escribe el senador Mariano Arana (V.A. - F.A.)

Falta apenas un mes para la jornada del 1º de octubre, en la cual se jugará la suerte del referéndum sobre la Ley de Empresas Públicas.

Durante semanas, muchas energías frenteamplistas se emplearon en debates internos. Ya es tiempo de concentrarnos plenamente en la campaña por la papeleta blanca.

En las próximas semanas será decisiva nuestra capacidad para transmitir, con claridad y efecto multiplicador, la importancia de que haya referéndum. Para ello nos parece adecuado enfatizar cuatro grandes líneas de argumentación.

1) **El Estado tiene un papel fundamental que cumplir en el desarrollo del país.** No somos estatistas; nunca apostamos a que el sector público lo hiciera todo, ni nos rehusamos a que deje de cumplir algunas de sus tareas actuales. Pero tampoco olvidamos que, en otras áreas, el Estado es una herramienta insustituible para construir un Uruguay más próspero, más justo y más libre. Todas las experiencias exitosas del mundo actual nos muestran que, en sectores decisivos como las comunicaciones, la energía o el desarrollo tecnológico, ningún país sale adelante sin una potente acción estatal.

Lo antedicho vale en términos generales, y mucho más si tenemos en cuenta nuestra situación actual: la de un pequeño país en un mundo de tremendas potencias económicas, enfrentado a los desafíos de la integración regional.

2) **El sector privado extranjero no puede sustituir al Estado en esas tareas fundamentales para el Uruguay y su gente.** Somos partidarios de la cooperación entre el sector público y la iniciativa privada, y así lo demuestra nuestra experiencia de gobierno departamental en Montevideo. Esa cooperación incluye, sin duda, esfuerzos que se cumplen mejor desde el sector privado, pero también, como contrapartida, otras en las cuales sólo el Estado es capaz de actuar con éxito, y esto por la naturaleza misma de una y otra actividad. Las empresas privadas tienen su razón de ser en la búsqueda de beneficios económicos particulares. No tiene sentido esperar que de ellas surjan acciones cuyo rédito es netamente social.

Las empresas públicas uruguayas brindan beneficios a los sectores sociales más humildes, y no por ello dejan de dar, año tras año, muy importantes ganancias económicas. ¿Alguien piensa que si una multinacional accede, por ejemplo, al monopolio de los teléfonos, elegirá ganar un poco menos para desarrollar servicios en zonas rurales?

3) **Para que el Estado uruguayo pueda cumplir estas tareas, es urgente reformarlo profundamente.** Con esta intención el Frente Amplio participó, junto a otras fuerzas políticas, en la elaboración de un proyecto de ley para que los concursos y sorteos sean las únicas formas de acceso a un empleo público; para que termine el reparto político de cargos de dirección, y sólo puedan designarse a personas con probada capacidad para esas responsabilidades; para que reine la transparencia en la administración y haya un representante de los trabajadores en cada Directorio. Hay mucho más que hacer en este sentido, a partir de un esfuerzo técnico y político del cual depende el futuro de todos.

A la ley de Empresas Públicas se la ha llamado Ley de Reforma del Estado, pero no se puede reformar lo que se pierde, y con esa ley perderemos justamente las empresas que más necesitamos reformar: las exitosas, las modernizadas, las que es negocio comprar.

4) **La papeleta blanca nos devuelve la capacidad de reformar el Estado.**

La Ley de Empresas Públicas tiene muchos artículos perjudiciales para el país, pero los peores son sin duda los primeros, en los cuales se le da al Poder Ejecutivo carta blanca para ceder o vender, sin control del Parlamento, bienes y servicios vitales para el desarrollo del país.

¿Y a quién se le quiere dar ese cheque en blanco? Al mismo Poder Ejecutivo que, en las materias en que puede proceder por iniciativa propia ha rebajado tanto los salarios y quiso sacrificar también la seguridad social, con el proyecto de urgencia que el Parlamento rechazó.

Al Poder Ejecutivo acusado de graves implicancias en la negociación de la deuda externa y en la venta del banco Comercial. Al Poder Ejecutivo que, con total insensatez, deja librados a su suerte a los productores y los trabajadores del país, y piensa que nada le corresponde hacer para orientar la reconversión económica.

Resumiendo: Para impulsar un desarrollo con solidaridad, las empresas públicas son herramientas fundamentales en muchas áreas, donde sólo el Estado puede garantizar el sentido social de la actividad. Debemos mejorar radicalmente esas herramientas, para la gran tarea que tenemos por delante. Si perdemos el control sobre las empresas públicas, se alejan las posibilidades de reformar el Estado y de emplearlo al servicio del país.

Por eso votamos la papeleta blanca el 1o de octubre. Que nadie falte a la cita.

El P.E. transgrede el derecho a la información

De nuevo el Poder Ejecutivo negó a la Comisión de Defensa del Patrimonio Nacional el acceso a la cadena nacional de radio y TV. Y de nuevo transgredió el derecho que tiene la ciudadanía a la libre información, según está consagrado en la Constitución de la República y en tantos textos similares de declaraciones y convenciones internacionales suscritos por distintos gobiernos uruguayos. Esos textos, que se sepa, no han sido denunciados oficialmente. Por lo tanto, están vigentes y deben ser respetados por el Poder Ejecutivo.

La actitud de éste es totalmente arbitraria y busca dificultar la tarea informativa de dicha Comisión sobre los alcances nefastos de la ley de empresas públicas y la necesidad de que, *por lo menos*, 600 mil ciudadanos voten la papeleta blanca el próximo 1º de octubre, para así decidir la realización de un referéndum acerca de la citada ley.

La decisión del Poder Ejecutivo es un manifiesto abuso de poder. Y como tal nada tiene que ver con la democracia que tanto invoca en discursos de ocasión, pero que en los hechos no ejerce. Puesto que, por ejemplo, la cadena nacional de radio y TV *siempre está a disposición del P.E.*, pero no de quienes, con sobrados fundamentos, impugnan actos gubernamentales.

Tal el caso de la ley de empresas públicas por la que se desvive el gobierno del Dr. Lacalle. Eso sí, la mencionada cadena estuvo de nuevo en funciones el pasado día 26 para transmitir el discurso del Dr. Carlos S. Menem pronunciado ante la Asamblea General Legislativa de nuestro país. Sencillamente se debió a que en esa perorata -¡oh casualidad tan casual!- el controvertido presidente argentino incursionó en las supuestas «bondades» de la privatización de empresas públicas y le arrojó un cabo a su colega Lacalle.

Como lo dijimos en una anterior edición de **Carta de Montevideo**, todo esto muestra la necesidad de que se cuente con una **política nacional de información** y no con un decreto -ley de la dictadura fascista que regula la radio y la TV, además de una «ley de prensa» con muchas imperfecciones y carencias.

Una ley que instituya esa imprescindible **política nacional de información** será la que ponga fin al abuso de poder que, en cuanto al empleo de la cadena nacional de radio y TV, viene ejerciendo el P.E. desde 1985. Las normas básicas para esa ley están comprendidas en un documento del 3er. Congreso del PIT-CNT, debido a la iniciativa de la Asociación de la Prensa Uruguaya y que es de conocimiento, desde hace años, de todas las bancadas parlamentarias.

Pero en lo inmediato, es necesario que el P.E. dé marcha atrás en su arbitraria decisión y facilite la cadena nacional de radio y TV a la Comisión de Defensa del Patrimonio Nacional por un lapso no inferior al que dispuso el Dr. Lacalle el pasado 3 de junio.

ARGAL

Seregni, Vázquez y Astori encabezarán caravanas

El 12, gran movilización popular organizada por el Frente Amplio

Las Coordinadoras C, I, O y Ñ del Frente Amplio organizan una gran movilización popular que, desde la hora 16 y 30, se desarrollará el sábado 12.

Esa movilización cosistirá en tres caravanas, cada una de las cuales serán encabezadas por el general Líber Seregni, presidente del FA; el Dr. Tabaré Vázquez, intendente municipal de Montevideo, y el senador Danilo Astori. Dichas caravanas partirán de estos tres centros de concentración: Coordinadora C (San Martín y Fomento), Parque Posadas, y Av. Gral. Flores y Av. José Belloni.

El acto final se efectuará en Industria y Av. Gral. Flores, a la hora 18 y 30. En el mismo participarán conocidos artistas populares.



Preparando la asamblea, integrantes del comité Pedro Lerena (Coord. L) posan para el fotógrafo de Carta

25 de agosto - Día del Comité de Base

«Volver a rescatar la nación»

El 25 de agosto el Frente Amplio festejó -como no podía ser de otra manera- el Día del Comité de Base. Con tal motivo en todo el país se movilizaron los frenteamplistas llenado muchos comités con la alagarabía y el entusiasmo que le son tan identificantes.

En Montevideo, los comités que estaban funcionando -que eran pocos en relación a la campaña electoral del 89- se vieron desbordados de militantes, votantes y amigos, que por muchas razones estaban alejados de dichos centros cívicos.

En algunos, la reunión con dirigentes del FA fue de tarde, en otras, por la noche, pero en todas reinó el característico entusiasmo frenteamplista.

En el interior, varias localidades se vieron sacudidas por la presencia de dirigentes del FA y los militantes dijeron presente, como en los viejos tiempos.

Con la diferencia que hoy, es decir el 25 de agosto, se festejó el Día del Comité con el lanzamiento real hacia el 1o de octubre. La consigna de todos fue: **«Conseguir los votos para volver a rescatar la nación»**.





A la izquierda con torta y todo en el comité de Santiago de Anca y Dalmiro Costa (Coord. L.)

A la derecha - Lucas Pittaluga (20 de Mayo) se dirige a los vecinos reunidos en Piccioli y 8 de Octubre (Coord. J.)

Afirman que la mayoría de los drogadictos son empresarios

Según el especialista Fernando Patiño, del Programa Andrés, los empresarios drogadictos consumen cocaína mezclada con alcohol y psicofármacos. Dijo que en su mayoría se trata de hombres de entre 28 y 46 años. También informó [que] la mayoría de las mujeres adictas que se somete[n a] tratamiento pertenecen a la clase media alta y consumen, sobre todo, sedantes y pastillas para dormir.

Hoy en día, en la Argentina la mayoría de los drogadependientes son **"empresarios y profesionales de primer nivel"** y, de estos, el 80 por ciento consume **cocaína mezclada con alcohol y psicofármacos**. Así lo aseguró el licenciado **Fernando Patiño**, director de tratamientos ambulatorios del **Programa Andrés**, quien agregó que en los últimos cinco años se produjeron en el país **cambios significativos en el perfil de los adictos a las drogas.**

Patiño, quien es también docente de la Facultad de Psicología de la Universidad de Buenos Aires, contó a **Clarín** que a los consultorios de ese programa —que, creado en 1974, apunta a la prevención, rehabilitación y reinserción social del drogadicto— **están concurriendo** a pedir tratamiento cada vez más drogadependientes

Novelli los describió como **"gente que tiene trabajo y que llega un momento en que se dan cuenta de que empiezan a perder valores importantes, entre ellos la familia"**. Se trata en su mayoría de hombres, cuyo promedio de edad va de los 28 a los 46 años.

"La cocaína les da la sensación de que necesitan dormir menos. Está vinculado con su búsqueda de poder y con el apremio por mantener durante el mayor tiempo posible esa ilusión de éxito, de lograr cosas —subraya—. **Vienen porque toman conciencia de que permanentemente deben recurrir al consumo de droga para tomar decisiones y para que el día les rinda más".**

Entre quienes acuden en busca de terapia, en el último lustro se incrementó el número de drogadependientes de niveles sociales medio y alto. También es mayor el número de mujeres que buscan ayuda por su adicción a los psicofármacos.

"En este momento, el drogadependiente no es más esa persona que antes era considerada marginal: ese sector representa solo el 20 por ciento de quienes concurren a los consultorios —apuntó Patiño—. **La droga ya no puede ser asociada con los marginales de las villas miserias, que usan pelo largo y aritos, y escuchan a Guns n'Roses".**

Este nuevo perfil de pacientes, de mayores recursos, llega al Programa Andrés quizá **"con miedo de que se viole su privacidad"**, y en algunos casos **"hasta alquila una habitación de hotel para recibir allí su tratamiento; y nosotros lo respetamos"**, añadió.

En sus siete "casas de apoyo", ubicadas en la Capital Federal, el Programa Andrés atiende en la actualidad a unos **600 pacientes** constantes, de los cuales el **75 por ciento** son adultos. Los hombres constituyen el **70 por ciento** de esta franja, y consumen principalmente cocaína. En el 75 por ciento de los casos, el hombre adicto vive con la familia o la pareja y **"llega a nosotros** —cuenta Patiño— **porque toma conciencia de que va a perder a su familia, o ya la perdió, o perdió el trabajo o dinero, o es portador de SIDA".**

En relación con los psicofá[r]macos, **el 80 por ciento** de l[as] personas que solicitan trat[a]miento son mujeres, en gene[ral] de clase media o media alta, especialmente entre los 20 y [los] 30 años, y por encima de los 5[0].

Consumen sobre todo seda[n]tes y pastillas para dormi[r]. **"Hace cinco años, una muj[er] no se acercaba a los consult[o]rios por esta causa** —expli[có] Patiño—. **Se ha ido toman[do] conciencia a través de las can[pa]ñas de prevención".**

♦ No consumir

Del total de drogadependie[n]tes que se acercan a la institu[ción], entre el 8 y el 10 por cie[n]to abandona el tratamiento e[n] **el primer mes**, y otro 5 p[or] ciento deserta antes de los se[is] **meses.**

SECRETO

EMBAJADA DE CHILE
AGREGADURIA MILITAR
URUGUAY

EJEMPLAR No 1/2 / HOJA No 1 /

A.M.UG. (S) No 2610/18 /

OBJ. : Remite antecedentes solicitados.

REF. : OF.AM.UG.(S) Nº 2610/16 del 12.JUN.992.P.2.

MONTEVIDEO, 17 OCT. 1992

DEL AGREGADO MILITAR A LA EMBAJADA DE CHILE EN URUGUAY

AL DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

1.- Conforme a lo solicitado por US., adjunto se remite Carpeta con antecedentes de los Grupos Subversivos que operan en Chile y conformación del Congreso Nacional.

Saluda a US.

ALEJANDRO MARTIN JUNEMANN
Coronel
Agregado Militar

DISTRIBUCION

1.- DIR.GRAL.INF.DEF. ✓
2.- A.M.UG. (Archivo)
2 Ejs. 1 Hj.

01-01 9208705

Nº DOCUMENTO

TITULO Policía italiana desmanteló una red de narcotráfico entre América e Italia

PROCEDENCIA La República

FECHA 5-7-92

VINCULACIONES

ENTRADO	✓
CRUZADO	✓

La policía italiana consiguió desmantelar una red de narcotráfico entre América e Italia

Roma (AFP)

■ La policía italiana desmanteló una red de tráfico de droga entre América Latina e Italia y detuvo a 18 presuntos narcotraficantes, uno de ellos latinoamericano, indicó ayer en Nápoles un vocero policial.

Según los investigadores, la red introducía cada mes en Italia varias decenas de quilos de cocaína procedente de Perú y Colombia. La droga estaba escondida en valijas de doble fondo. El latinoamericano detenido, cuya nacionalidad no se precisó, se llama Carlos Alberto Foretic.

Otros detenidos son los hermanos Vincenzo y Rosario Tolomelli, jefes de un clan de la Camorra (mafia napolitana), un hijo y dos hijas de Tolomelli y otros tres miembros de la misma familia.

El operativo fue lanzado de madrugada en Frosinone (centro), Trieste y Venecia (este) y Nápoles (sur de Italia). Se busca a siete personas más por el mismo asunto.

La policía incautó dos quilos de cocaína, varias armas e importante documentación sobre las actividades de la banda.

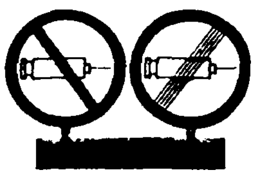
01/01

920806

Droga: de la cocina a los cocineros

Se ha descubierto una pista inédita para llegar a los traficantes: los productos, de venta libre, que los narcotraficantes utilizan para elaborar y adulterar la droga

JUAN LUIS GUILLEN



EL turco Abu Faisal, durante años primer importador de heroína en España, tenía a su servicio un cocinero muy particular. Además de prepararle sus platos favoritos, se encargaba de transformar la heroína marrón en heroína blanca, mucho más cara, y por tanto más rentable, en el mercado clandestino.

Cuando los agentes de la Brigada Central de Estupefacientes española entraron en el chalé del turco, en la localidad madrileña de Villaviciosa de Odón, no sólo encontraron 46 kilogramos de *caballo* (heroína), de mediana calidad: también aparecieron los ingredientes necesarios para transformarla y adulterarla. Algunos días, el cocinero de Faisal había metido en la bolsa de la compra, junto a la carne y las verduras, 1.600 dólares en productos químicos, adquiridos en un conocido almacén madrileño.

Con 1.600 dólares de amoniaco, acetona o colorantes alimenticios se pueden preparar cientos de kilos de droga de buena aparencia, lista para el consumo. Unas cuantas gotas de amoniaco bastan para acelerar la transformación de la base de coca en cocaína. Unos cuantos gramos de colorante alimenticio le dan la mejor tonalidad a la peor droga.

Adulterada o no (por regla general, sí) la droga es un producto químico en cuya elaboración intervienen otros muchos productos. Las investigaciones llevadas a cabo por esta revista sobre el negocio ilegal de estupefacientes, han permitido descubrir una pista inédita sobre el narcotráfico, que la Policía de todo el mundo está comenzando a utilizar: el comercio de transformantes y adulterantes. Todos son de venta libre. En conocidos comercios de Madrid, los *camellos* (traficantes) hacen cola para llevarse estos productos en cantidades ingentes.

La acetona, que habitualmente se utiliza para quitar el esmalte de uñas, sirve también para transformar la coca pura en clorhidrato de cocaína. El anhídrido acético, que sirve para fabricar tintes, interviene en la transformación de la morfina en heroína. La cafeína, más popular, también aparece como adulterante habitual de la heroína. La silocaína, que los dentistas usan como anestésico, suele aparecer mezclada con la cocaína.

«La silocaína, por ejemplo, la vendemos a 65 dólares el kilo. Con un kilo se pueden *cortar* hasta 3.000 gramos», señala Alberto, empleado de uno de estos almacenes. El *corte*, como lo llaman los iniciados, consiste en engordar la droga con otras sustancias. En el caso de la cocaína, por cada gramo de droga se suele añadir otro tanto de anestésico para las muelas, cuyo precio también se ha disparado en el mercado negro. «Llegan a vender la silocaína a 10 dólares el gramo», añade Alberto.



CAMESA PRESS

Drogas como el «crack» tienen mucho de química.

«Los procesos necesarios para obtener droga son muy similares a los que se utilizan en la industria química legal», comenta Alfonso Dondai, portavoz de la Federación Española de Industrias Químicas. Los productos utilizados y los métodos para obtenerlos también lo son.

Maderbras, empresa dedicada a barnices y pinturas, era utilizada por el colombiano Juan Ignacio Rodríguez Cardiel para obtener productos químicos. A finales de febrero se descubrió en su chalé de Loranca de Tajuña (Guadalajara) un laboratorio de transformación de coca.

«Los narcotraficantes utilizan todo tipo de métodos para poder obtener sin sospecha los productos que necesitan», afirma Richard G. Haislip, subdirector de la DEA, la agencia antidroga norteamericana.

«Se les ve venir, siempre dan nombres y recetas falsos», comenta Fernando, encargado de un almacén madrileño de productos farmacéuticos. Quienes manejan la droga parten con ventaja: hasta hace cuatro años no existía ninguna legislación que sancionara la desviación de sustancias químicas para la elaboración de estupefacientes. Hasta 1988, los capos obtenían los ingredientes para *cocinar* la droga con facilidad.

Hoy, sin embargo, algunas operaciones de seguimiento de sustancias químicas concluyen con éxito. A principios de 1991, la agencia antidroga norteamericana intervino en Pakistán 19 toneladas de productos químicos. El síntoma inmediato fue un aumento considerable del precio de la heroína en el mercado negro. La fabricación se había paralizado.

«De nada valen todos los millones y millones de dólares de los traficantes de droga, porque sin las sustancias químicas no pueden fabricarla», sentencia el subdirector de la DEA.

En el caso de Pakistán, los *capos* se desesperaron. Unos días más tarde robaron parte del cargamento decomisado. Poco después, el precio de la heroína volvía a su nivel habitual.

Tan sólo en Iberoamérica los narcos necesitan entre 15.000 y 20.000 toneladas anuales de sustancias químicas para el proceso de la coca. Es la quinta parte de las que se consumen en el continente. En todo el mundo existen cerca de un millar de productores de estos químicos. Casi la mitad están en Estados Unidos, el país que mayores esfuerzos hace para perseguir el tráfico de drogas fuera de sus fronteras.

El endurecimiento de la legislación norteamericana ha producido cambios en el mercado internacional. En España, la Policía ha detectado más entradas de base de coca y menos de cocaína preparada para el consumo. A los productores de droga les es más difícil acceder a los productos auxiliares que necesitan.

Ahora, son los traficantes locales quienes montan las *cocinas.* Así llaman en el argot policial a los laboratorios clandestinos. En España, en el último año, se han encontrado 13. En ellos se encuentran selectos *chefs*, químicos y médicos.

Seleccionan los mejores productos del mercado, pagan caro y ganan mucho. A veces no necesitan moverse de casa para hacer los pedidos. Una doctora especialista en dietética utilizaba su clínica de adelgazamiento en Avila para encargar los productos químicos necesarios, en teoría, para preparar los adelgazantes. Pero la Policía descubrió que sus encargos coincidían con los componentes de la anfetamina. La doctora había fabricado miles y miles de psicotrópicos.

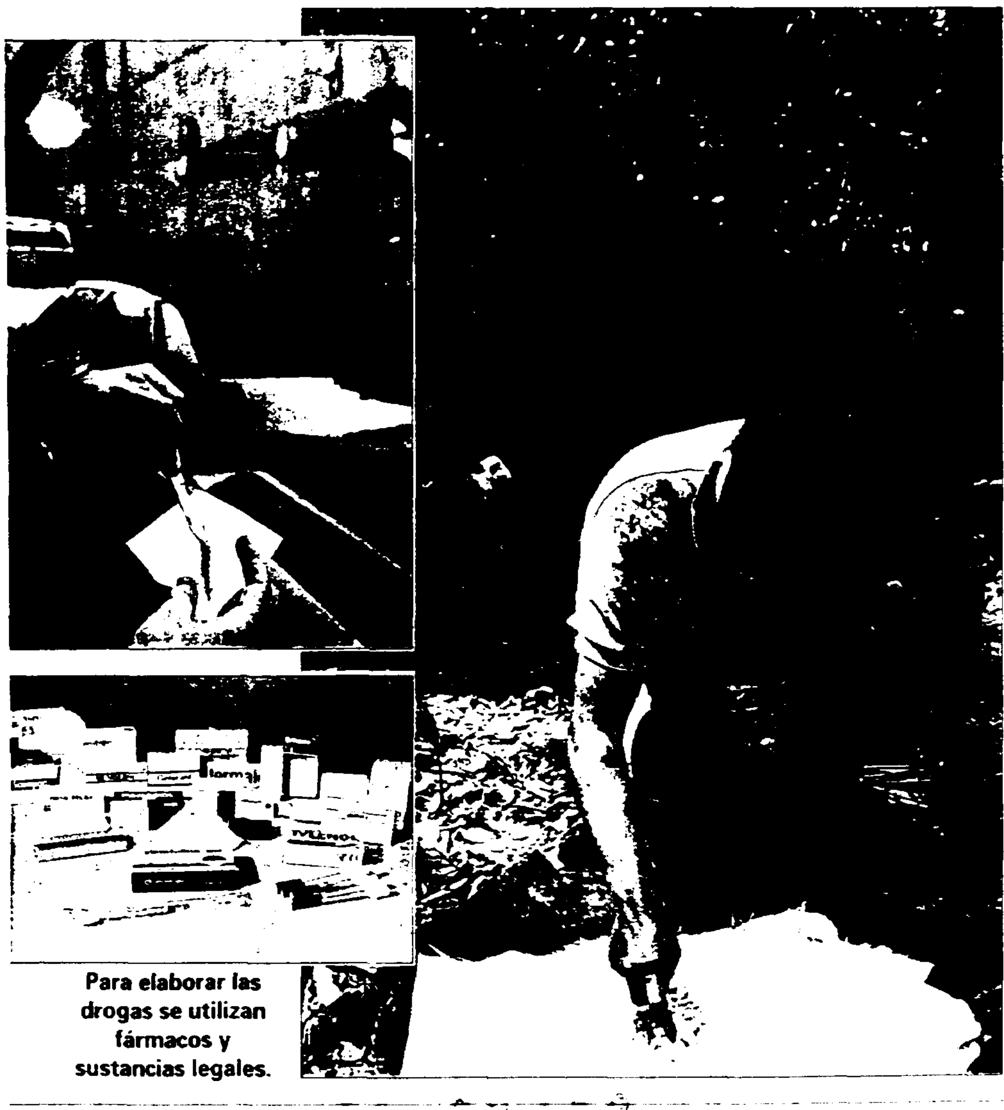
EN el caso de la cocaína, los traficantes mezclan cada gramo de droga con un gramo de silocaína, un anestésico usado por los dentistas

Las industrias españolas sólo producen cinco de los productos químicos considerados auxiliares de la droga. Su producción en grandes cantidades dificulta el control: no es fácil saber qué parte se desvía hacia la droga. La Policía española ha detectado, además, productos de laboratorios clandestinos iberoamericanos.

El negocio enriquece, además, a una legión de intermediarios. Según los datos del Instituto de Comercio Exterior, empresas españolas importaron y exportaron durante 1991 diez de las sustancias consideradas «precursores y básicos» por la legislación internacional, que no es uniforme: el reglamento europeo se limita a recoger 12 productos, indicados por la ONU, pero EE UU, en sus convenios con Iberoamérica, contempla diez sustancias más. Argentina, República Dominicana y Venezuela compraron a España más de 160.000 millones de dólares en *efedrina,* cuyo uso legal es fabricar broncodilatadores. Los narcotraficantes producen con ella la metanfetamina.

Las crecientes dificultades legales provocan la sofisticación en los métodos de tráfico de químicos. En los puertos de Hamburgo y Amsterdam, los intermediarios cambian las etiquetas de los contenedores y falsean los informes aduaneros, mientras sus colegas españoles hacen contrabando al por menor: Carlos Vega Navarro, en busca y captura como cabecilla de un laboratorio clandestino, viajaba a Italia para comprar lo necesario para *cocinar* la cocaína y, de paso, para colocar en el mercado italiano la droga que transformaba.

Los cárteles tienen buenos contactos en Europa. Al frente de casi todos los laboratorios clandestinos se encuentran iberoamericanos, que son los grandes especialistas de la cocaína. A finales de 1989 se descubría una *cocina* en Vilanova de Arosa (Pontevedra). Junto a los seis kilogramos de cocaína se encontraron cartas con instrucciones para el proceso. Fabiola Cruz, colombiana, había establecido todo un curso por correspondencia con la red gallega responsable del laboratorio. ■



SYGMA/MARIANO CASADO

Para elaborar las drogas se utilizan fármacos y sustancias legales.

9208708

COPIA No. 1/1

M E M O R A N D U M No. 920480/R.E.I/Fecha 17.09.92

I: ASUNTO: MLN Bs.As.

II: REFERENCIA:

III: EVALUACION:

IV: TEXTO:

Se ha tomado conocimiento que el MLN se habría retirado de la Mesa Política del F.A, debido a la inoperancia y falta de representatividad de los grupos.

El MLN se habría abocado a la tarea de fortalecer el MPP.

En tal sentido en San Fernando ,se habría constituído una "COmisión de defensa de la soberanía" que trabajaría junto al grupo de Cap. Federal.

El 28, y 29 de Agosto, habría estado en San Fernando HELIOS SARTHOU (MPP), donde se habría realizado una reunión con 30 militantes del MPP en su mayoría del MLN y sorprendentemente varios del M26M.

Haría un balance de lo actuado refiriéndose al poco protagonismo que los dirigentes reservarían a las bases y éstas se rebelarían no participando activamente.

Informaría detalladamente la inoperancia del REFERENDUM ,y de las consecuencias de no poder juntar los 582.000 votos, pues permitiría la entrega de las empresas públicas que aún hoy son lucrativas caso de ANTEL, que ocupa el primer lugar en América Latina y el sexto en el mundo. Se habría debatido dos ponencias referente a cuál sería el F.A. que se necesitaría y cuál sería el que tendrían.

Una posición realizaría la campaña a través de los medios de comunicación ,insistiendo en ser aceptables para los centros de poder y su meta, las elecciones del 94, donde se adaptaría la llamada cultura de gobierno aunque para ellos deban rebajar los planteos.

La otra posición habría sido sustentada por el MPP, y algunos otros grupos que querrían acumular fuerzas en base a la militancia activa y con la gnete de la calle, sabiendo que la izquierda no puede llegar en igualdad de condiciones a medios dominados por los poderosos que diría combatir.

La meta no sería las elecciones pero si el cambio de estructuras para todos y no para pocos. A las elecciones se le daría el lugar de importancia que tienen ,pero no se las pondría en el centro de la actividad.

Dejaría claro, la importancia del F.A para lograr las transformaciones ,pero dejaría claro, las dificultades venideras y que no sería cierto que ganando las elecciones se separarían la mayoría de ellos. No sería la primera vez que la izquierda llegaría al gobierno en un país latinoamericano y frustraía las esperanzas del pueblo, por las concesiones que debería hacer.

EL camino hacia el cambio de estructuras sería duro, y de lucha pero sería el único posible.

01 - 02

9208708

Se deberia tomar una decisión si el MPP debería actuar fuera o dentro del F.A

En San Miguel se habría constituído **un " Centro de la Amistad Latinoamericana"** integrado por los argentinos POLAS y CARLOS MADERA y los uruguayos LUIS LARROSA,RAMOS FERNANDEZ,DANIEL GREEN,Y DANIEL PEREYRA.

El grupo del MPP de MERLO y LUGANO estaría compuesto por JUAN CHENLO, YAMANDU GONZALEZ, MARTA Y RAUL (ex MLN),WILSON y FRIDA.Con este grupo sería con el que habría problemas,pues mirarían la actividad con ojos electorales y de conseguir un lugar de poder en especial CHENLO.

EL grupo de Cap. Federal,ARIEL CROSSA,SUSANA CROSSA,MARCIA,CARLOS NORBERTO DOMINGUEZ Y WALDEMAR OCAMPO.En San Fernando estaría liderado por una Sra. MARTA y por PAMPIN (MLN Viejo).En Avellaneda estaría el "PANADERO" y WALTER (ex MLN).

En casi todas estas zonas estarían ocupando en forma organizada terrenos fiscales con el siguiente procedimiento :ubicarían el terreno que no paga los impuestos ,buscarían el apoyo de un Consejal o Edil.Formarían una COmisión que los representarían frente a la Municipalidad que formularía la promesa y forma de pago,fraccionarían el terreno y lo marcarían de 10 x 30 mts, y cuando el trámite empiezarían a caminar y el propietario no protesta,ío ocuparían con una construcción precaria.
En caso contrario, se decidiría por la vía judicial, donde el juez debería optar por dejar familias en la calle o favorecer a los más pudientes.
Todo esto se realizaría en un entorno de movilización popular.El asentamiento más numeroso e importantes sería en Avellaneda.

El MLN realizaría antes del 29 de SET. una reunión preparatoria antes del viaje a Montevideo de NORBERTO DOMINGUEZ y ARIEL CROSSA,a los efectos de precisar los temas a la VI Convención que se realizaría en el mes de Diciembre.

El 26 y 27 de Agosto, habría estado OMAR ALANIZ, y se habría realizado jornadas de trabajo en el Parque Centenario. Se habrían tratado los problemas del MPP e INdependientes que actuarían con el nombre del MLN pero sin encuadre orgánico en especial de JUAN CHENLO, que la gente del MLN de Bs.As. plantearía la expulsión.

EL MLN habría realizado una concentración el 26,SET con la presencia de SARTHOU ,como preparatoria a la concurrencia a Montevideo de los votantes el lero. de Octubre.

Por conversaciones en Bs.As. y por rumores de Montevideo el MLN habría planteado como estrategia futura a discutirse en la VI COnvención el aislamiento económico de Montevideo,centralizando la actividad en el interior, en especial con el bloqueo de carreteras y medidas al estilo de la marcha por EL ESPINILLAR.

Destacarían el accionar de los granjeros y trabajadores rurales con los tractores en las rutas y creerían que el campo le volviera la espalda al actual gobierno.Junto a una buena movilización en el Puerto se podría incidir con más fuerza ya que controlarían en buena forma el traslado de mercaderías del interior del país hacia el exterior.

Alguna gente del MLN se habría opuesto a tal estrategia lo que se discutiría en la COnvención.La gente de Bs.As. lo vería positivo pues ya se habría realizado experiencias en Argentina y en Francia con buenos resultados.

SECRETO

ORIGINAL

9208709

MEMORANDUM No. 920480 R.E. Fecha 17.09.92

I: ASUNTO: MLN Bs.As.

II: REFERENCIA:

III: EVALUACION:

IV: TEXTO:

Se ha tomado conocimiento que el MLN se habría retirado de la Mesa Política del F.A,debido a la inoperancia y falta de representatividad de los grupos.

El MLN se habría abocado a la tarea de fortalecer el MPP.

En tal sentido ,en San Fernando ,se habría constituído una "COmisión de defensa de la soberanía" que trabajaría junto al grupo de Cap. Federal.

El 28,y 29 de Agosto,habría estado en San Fernando HELIOS SARTHOU (MPP),donde se habría realizado una reunión con 30 militantes del MPP en su mayoría del MLN y sorprendentemente varios del M26M.

Haría un balance de lo actuado refiriéndose al poco protagonismo que los dirigentes reservarían a las bases y éstas se rebelarían no participando activamente.

Informaría detalladamente la inoperancia del REFERENDUM ;y de las consecuencias de no poder juntar los 582.000 votos, pues permitiría la entrega de las empresas públicas que aún hoy son lucrativas caso de ANTEL,que ocupa el primer lugar en América Latina y el sexto en el mundo.Se habría debatido dos ponencias referente a cuál sería el F.A. que se mecesitaría ycuál sería el que tendrían.

Una posición realizaría la campaña a través de los medios de comunicación ,insistiendo en ser aceptables para los centros de poder y su meta,las elecciones del 94,donde se adoptaría la llamada cultura de gobierno aunque para ellos deban rebajar los planteos.

La otra posición habría sido sustentada por el MPP,y algunos otros grupos que querrían acumular fuerzas en base a la militancia activa y con la gnete de la calle,sabiendo que la izquierda no puede llegar en igualdad de condiciones a medios dominados por los poderosos que diría combatir.

La meta no sería las elecciones pero si el cambio de estructuras para todos y no para pocos.A las elecciones se le daría el lugar de importancia que tienen ,pero no se las pondría en el centro de la actividad.

Dejaría claro,la importancia del F.A para lograr las transformaciones ,pero dejaría claro, las dificultades venideras y que no sería cierto que ganando las elecciones se separarían la mayoría de ellos. No sería la primera vez que la izquierda llegaría al gobierno en un país latinoamericano y frustraía las esperanzas del pueblo,por las concesiones que debería hacer. 001/5 9208709

EL camino hacia el cambio de estructuras sería duro, y de lucha

Se deberia tomar una decisión si el MPP debería actuar fuera o dentro del F.A

En San Miguel se habría constituído un " Centro de la Amistad Latinoamericana" integrado por los argentinos POLAS y CARLOS MADERA y los uruguayos LUIS LARROSA,RAMOS FERNANDEZ,DANIEL GREEN,Y DANIEL PEREYRA.

El grupo del MPP de MERLO y LUGANO estaría compuesto por JUAN CHENLO, YAMANDU GONZALEZ, MARTA Y RAUL (ex MLN),WILSON y FRIDA.Con este grupo sería con el que habría problemas,pues mirarían la actividad con ojos electorales y de conseguir un lugar de poder en especial CHENLO.

EL grupo de Cap. Federal,ARIEL CROSSA,SUSANA CROSSA,MARCIA,CARLOS NORBERTO DOMINGUEZ Y WALDEMAR OCAMPO.En San Fernando estaría liderado por una Sra. MARTA y por PAMPIN (MLN Viejo).En Avellaneda estaría el "PANADERO" y WALTER (ex MLN).

En casi todas estas zonas estarían ocupando en forma organizada terrenos fiscales con el siguiente procedimiento :ubicarían el terreno que no paga los impuestos ,buscarían el apoyo de un Consejal o Edil.Formarían una COmisión que los representarían frente a la Municipalidad que formularía la promesa y forma de pago,fraccionarían el terreno y lo marcarían de 10 x 30 mts, y cuando el trámite empezarían a caminar y el propietario no protesta,lo ocuparían con una construcción precaria.
En caso contrario, se decidiría por la vía judicial, donde el juez debería optar por dejar familias en la calle o favorecer a los más pudientes.
Todo esto se realizaría en un entorno de movilización popular.El asentamiento más numeroso e importantes sería en Avellaneda.

El MLN realizaría antes del 29 de SET. una reunión preparatoria antes del viaje a MOntevideo de NORBERTO DOMINGUEZ y ARIEL CROSSA,a los efectos de precisar los temas a la VI Convención que se realizaría en el mes de Diciembre.

El 26 y 27 de Agosto, habría estado OMAR ALANIZ, y se habría realizado jornadas de trabajo en el Parque Centenario. Se habrían tratado los problemas del MPP e INdependientes que actuarían con el nombre del MLN pero sin encuadre orgánico en especial de JUAN CHENLO, que la gente del MLN de Bs.As. plantearía la expulsión.

EL MLN habría realizado una concentración el 26,SET con la presencia de SARTHOU ,como preparatoria a la concurrencia a Montevideo de los votantes el 1ero. de Octubre.

Por conversaciones en Bs.As. y por rumores de Montevideo el MLN habría planteado como estrategia futura a discutirse en la VI COnvención el aislamiento económico de Montevideo,centralizando la actividad en el interior, en especial con el bloqueo de carreteras y medidas al estilo de la marcha por EL ESPINILLAR.

Destacarían el accionar de los granjeros y trabajadores rurales con los tractores en las rutas y creerían que el campo le volviera la espalda al actual gobierno.Junto a una buena movilización en el Puerto se podría incidir con más fuerza ya que controlarían en buena forma el traslado de mercaderías del interior del país hacia el exterior.

Alguna gente del MLN se habría opuesto a tal estrategia lo que se discutiría en la COnvención.La gente de Bs.As. lo vería positivo pues ya se habría realizado experiencias en Argentina y en Francia con buenos resultados.

9208709

15/9/992.

I.- EVALUACION: B-3

II.- RESPONDE A: MLN. Bs.As.

III.- T E X T O :

-El MLN se ha retirado de la Mesa Política del F.A. debido a la inoperancia y falta de representatividad de los grupos. El MLN se aboco a la tarea de fortalecer el MPP. En tal sentido en San Fernando se ha constituído una "comisión de defensa de la soberanía" que trabaja junto al grupo de Cap. Federal. El 28 y 29 de Agosto estuvo en San Fernando Helios Sarthou, realizándose una reunión con 30 militantes del MPP en su mayoría del MLN y sorprendentemente varios del 26 M.

-Hizo un balance de lo actuado refiriéndose al poco protagonismo que los dirigentes reservaron a las bases y éstas se rebelaron no participando activamente.

-Informó detalladamente la inoperancia del referendum y de las consecuencias de no poder juntar los 582.000 votos pues permitirá la entrega de las empresas públicas que aún hoy son lucrativas caso de ANTEL que ocupa el primer lugar en América Latina y el sexto en el mundo. Se debatieron dos ponencias referente a cual es el F.A. que se necesita y cual es el que tienen.

-Una posición realiza la campaña a través de los medios de comunicación insistiendo en ser aceptables para los centros de poder y su meta son las elecciones del 94 adoptando la llamada cultura de gobierno aunque para ello deban rebajar los planteos.

-La otra posición sustentada por el MPP y algunos otros grupos que quiere acumular fuerzas en base a la militancia activa y con la gente en la calle, sabiendo que la izquierda no puede llegar en igualdad de condiciones a medios dominados por los poderosos que dice combatir.

-La meta no son las elecciones pero si el cambio de estructuras para todos y no para pocos. A las elecciones se les da

el lugar de importancia que tienen pero no se las pone en el centro de la actividad.

-Dejó claro la importancia del F.A. para lograr las transformaciones pero dejó claro las dificultades venideras y que no es cierto que ganando las elecciones se separarían la mayoría de ellos. No será la primera vez que la izquierda llega al gobierno en un país Latinoamericano y frustra las esperanzas del pueblo por las concesiones que debe hacer. El camino hacia el cambio de estructuras es duro y de lucha pero es el único posible. Se deberá tomar una decisión si el MPP debe actuar fuera o dentro del F.A.

-En San Miguel se ha constituído un "Centro de la Amistad Latinoamericana" integrado por los argentinos POLAS y Carlos MADERA y los uruguayos Luís LARROSA, Ramón FERNANDEZ, Daniel GREEN y Daniel PEREYRA. El grupo del MPP de Merlo y Lugano está compuesto por Juan Chenlo, Yamandú Gonzalez, Marta y Raúl (ex-MLN), Wilson y Frida. Con este grupo es con el que hay problemas pues miran la actividad con ojos electorales y de conseguir un lugar de poder en especial Chenlo.

-El grupo de Cap. Federal-por Ariel Crossa, Susana Crossa, Marcia, Carlos, Norberto Dominguez y Waldemar Ocampo. En San Fernando está liderado por una Sra. Marta y por Pampin (MLN viejo). En Avellaneda está el Panadero y Walter (ex-MLN).

-En casi todas ~~estas zonas~~ están ocupando en forma organizada terrenos fiscales con el siguiente procedimiento: Ubican el terreno que no paga los impuestos, buscan el apoyo de un Consejal o Edil, forman una comisión que los representa frente a la municipalidad que formula la promesa y forma de pago, fraccionan el terreno y lo marcan de 10 x 30 mts. y cuando el trámite empieza a caminar y el propietario no protesta lo ocupan con una construcción precaria. En caso contrario se decide por la via judicial donde el juez debe optar por dejar familias en la calle o favorecer a los más pudientes. Todo esto se realiza en un entorno de movilización popular. El asentamiento más numeroso e importante está en Avellaneda.

-El MLN realizará antes del 29 SET una reunión preparatoria antes del viaje a Mdeo. de Norberto Dominguez y Ariel Crossa a los efectos de precisar los temas a la VI Convención a realizarse en el mes de Diciembre. El 26 y 27 de Agosto estuvo Omar Alaniz y se realizaron jornadas de trabajo en el Parque Centenario. Se trataron los problemas del MPP e Independientes que actuan con el nombre del MLN pero sin encuadre orgánico en especial de Juan Chenlo, que la gente del MLN de Bs.As. planteará la expulsión.

-El MPP hará una concentración el 26 SET. con la presencia de Sarthou como preparatoria a la concurrencia a Mdeo. de los votantes el 1ro. de Octubre.

..//

-Se adjunta publicación del MPP "A Desalambrar" de Agosto 1992.

-Por conversaciones en Bs.As. y por rumores de Mdeo el MLN planteará como estrategia futura a discutirse en la VI Convención el aislamiento económico de Mdeo. centralizando la actividad en el interior, en especial con el bloqueo de carreteras y medidas al estilo de la marcha por El Espinillar.

-Destacan el accionar de los granjeros y trabajadores rurales con los tractores en las rutas y creen que el campo le volverá la espalda al actual gobierno. ~~Junto a una~~ buena movilización en el puerto pueden incidir con más ~~fuerza ya que~~ controlarían en buena forma el traslado de mercaderías del interior del país hacia el exterior. Alguna gente del MLN se opone a tal estrategia lo que se discutirá en la Convención. La gente de Bs.As. lo ve positivo pues ya se han hecho experiencias en Argentina y en Francia con buenos resultados.

005/5 9208709

Polícia descobre que garimpeiro é traficante

A polícia descobriu que o garimpeiro Lauro Teixeira Júnior, 39 anos, supostamente seqüestrado desde sábado, é um traficante de cocaína que atua na rota Bolívia—Cuiabá—Rio. Presidente da Cooperativa de Garimpeiros de Roraima, Lauro foi encontrado ferido e desmaiado na Avenida Niemeyer, na noite de terça-feira. No início da tarde de ontem, depois que deixou o Hospital Miguel Couto, ele conduziu, de helicóptero, policiais da Delegacia de Repressão a Entorpecentes ao suposto cativeiro, no Vidigal. Por terra, 20 agentes, guiados por um espião encapuzado, *estouraram* o barraco, que funcionava como local de embalagem da droga, na área conhecida como 14.

O principal vestígio deixado no barraco foi uma anotação de contabilidade da droga, em nome de Lauro Teixeira Junior. Junto com o brevê do garimpeiro, a polícia encontrou um tablete de 1,045 kg de cocaína; uma pistola 765; um revólver de brinquedo; uma nota de Cr$ 1 mil, enrolada ao lado de um disco com vestígios de cocaína, entre outros indícios. Lauro não alterou sua versão. Gaguejando, atribuiu as anotações encontradas a uma vingança dos seqüestradores por ele ter apontado o cativeiro. Os policiais não têm dúvidas de que o traficante se machucou num "acerto de contas".

[illegible].-

1/172

[illegible], 13 de [illegible] de 19[illegible].-

1)- [illegible]

[illegible]: En el [illegible] la [illegible] a partir de la hora 10.20 se realizará un festival musical a beneficio de los [illegible] de [illegible] y el [illegible] de las fábricas en conflicto.-

[illegible]

[illegible] [illegible] 67: continuaron con la ocupación [illegible]ductiva, permanecen los carpas y la olla sindical en el lugar.-

2)- [illegible]

[illegible]: [illegible] la semana entrante se prevee la realización de un paro de brazos caídos.-

[illegible]: El 16/IX/ realizaron un paro de 24 horas sin atención al público. El 17/IX/ un paro de 15.[illegible] a 17.00 con concentración frente a todos los Juzgados. El 18/IX/ a la hora 14.00 [illegible] paro con [illegible] en el local sindical.-

[illegible]: El conflicto está solucionado aunque el 14/IX/ no atendieron al público a los efectos de poner al día los trabajos internos.-

[illegible] POCO LEGIBLE [illegible] 10/8/93 [illegible] (LL)

POCO LEGIBLE

221/14

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General [illegible] Información de Defensa
DEPARTAMENTO [illegible]
Fecha de Ingreso 22 SET. 1992
[illegible]
Nr. de orden 9208711

DIRECCION [illegible] INFORMACION
17/9/92
SAI
9208711

41 [illegible]

[illegible]

Montevi[illegible]o, 12 de Setiembre de 19[illegible]

1)- [illegible]

[illegible]

[illegible] 13/[illegible]/ a la hora 15.[illegible] realizará un festival [illegible] a beneficio de los obreros de Inlasa.-

[illegible]: continúan ocupada por personal y estudiantes.-

[illegible]

[illegible]: Servidumbre 6710; en asamblea realizada se resolvió realizar una olla sindical en el local de esta Empresa a partir del día de ayer, en campamento en la planta instalando carpas para 300 personas con sus familias, ocupar la misma planta con la totalidad de sus empleados, pero con la llamada "ocupación productiva" que consiste en trabajar en forma normal, invitando a los gremios que deseen participar de la ocupación.-

2)- [illegible]

[illegible]: Desde el día de ayer y hasta el 17/IX/ se efectuarán paros de 24 horas por sector.-

[illegible]: En reunión realizada el 9/IX/ se resolvió continuar en pre-conflicto.-

[illegible]: En asamblea realizada en el día de ayer en la [illegible] se resolvió aceptar la formula presentada por el Directorio de [illegible]. El 14/IX/ se realizarán asambleas en el interior a efectos de informar las medidas tomadas en la asamblea de Montevideo.-

[illegible]: En reunión general realizada en la Fac. de H. y Ciencias se resolvió para el 16/IX/ a las 17.00 una concentración en la Universidad y de ahí una marcha hacia el Palacio Legislativo.-

[illegible]: En el día de ayer se realizó la marcha de los estudiantes contra el [illegible] los que partieron del Liceo [illegible] en un total de unos [illegible] estudiantes aproximadamente y unos [illegible] del [illegible], a la hora 17.45 para arribar al [illegible] un total de unos 1500 estudiantes. Portaban pancartas y un muñeco confeccionado de nylon con el nombre del Director del [illegible]. Ingresan al mismo 4 estudiantes a la hora [illegible] 18.55 donde se entrevistan con el Presidente y los Consejeros del Codicen, retirándose a los 15 minutos entregando una carta que previamente habían leído en el exterior. A las 19.10 se retiran los estudiantes del interior del local por lo que en la parte exterior comienzan a quemar el muñeco con el nombre del "Licenciado [illegible]" el que contenía petardos en su interior. A la hora 19.20 comienza la dispersión en forma pacífica, dirigiéndose un grupo de unos 300 por Avda. [illegible] [illegible] en compacta columna hacia el Liceo [illegible] dispersándose al llegar al mismo.-

[illegible]: En el día de la fecha se realizará [illegible]

Poco Legible

[illegible] 01/1

10/8/83 [illegible]

I.211.-

Montevideo, 20 de Agosto de 1992.-

1)- **INFORMACION [illegible]**

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A.: El 20/VIII/ se llevara a cabo una reunión en el local sindical a la hora 17.00.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T.: El 21/VIII/ se realizará una reunión de Delegados para estructurar futuras movilizaciones.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

FUN. DE [illegible] Y [illegible]: En el día de hoy se prevee la realización de un paro.-

FED. ANCAP: Los trabajadores vienen realizando paro de una hora por turno con corte de horas extras. La entrega del día de ayer fué normal. En el día de hoy se realizará una asamblea general a la hora [illegible] en el Palacio Sud América.-

C.O.F.E.: En la Mesa Representativa realizada el 18/VIII/ se ratificó el paro de 24 horas para el día de hoy, por el cierre de la Imprenta Nacional.-

ASOC. [illegible] FUN. [illegible]: Como estaba previsto en el día de ayer se realizó una concentración a la hora 08.30 en el hall del Edificio Central en el marco de un paro de 24 horas. En el día de hoy realizarán un paro con [illegible].-

M.S.C.S.A.: El 21/VIII/ a la hora 18.00 se realizará una reunión, para tratar el tema movilizaciones.-

[illegible]: En el día de hoy se efectuará un Congreso Nacional de Delegados a partir de la hora 20.00 para analizar el aumento salarial del 9% a partir del 1ro. de Setiembre.-

[illegible]: En el día de ayer a las 17.30 se concentraron en el Hall Principal del M.E.F. unas 30 personas con golpeteos de manos. Posteriormente concurrieron al 3er. piso para solicitar una entrevista con el Sr. Ministro, no siendo recibido por este pero sí por su secretaria a quién le entregaron una carta y una [illegible]. Se retiraron posteriormente a las 18.15.-

10 8 93 u

2011/1

Doc. POCO LEGIBLE

17/9/92
SDI
9208716

P.212.-

Montevideo, 21 de Agosto de 1992.-

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA TEXTIL

[illegible]: En el día de hoy se realizará una reunión de Delegados para estudiar futuras movilizaciones.-

[illegible]: En el día de ayer se convocó a una asamblea de los trabajadores de dicha planta. La misma fué con caracter de grave y urgente no trascendiendo lo tratado.-

SALUD

[illegible]: En el día de ayer se realizó una asamblea en el Hospital Pereira Rossell, para informar sobre las reuniones llevadas a cabo en el Ministerio.-

2)- **INFORMACION GREMIAL**

[illegible]: Como estaba previsto en el día de ayer se realizó la asamblea en el Palacio Sud América a la hora 09.30 en el marco de un paro que comenzó a la hora 09.00. Luego de finalizada dicha asamblea no se cargó combustible. Además concurrió una delegación integrada por unas [illegible] personas las que se concentraron en las puertas de acceso al Palacio Legislativo.-

FED. [illegible] SALUD PUBLICA: En el día de ayer realizaron un paro de 24 horas adhiriéndose al decretado por COFE, concurriendo a la Mesa Representativa a la hora 15.00 en el local de AUTE. En el día de la fecha realizaron a la hora 07.30 una concentración frente al Casmu de Salud (Durazno y Yí). Para el día 27/VIII/ se concentrarán a la hora 06.00 frente al Hosp. Pereira Rossell hora 14.00.-

[illegible]: Están realizando una huelga por tiempo indeterminado con una olla sindical en el local de AUTE, unas [illegible] personas. En el día de hoy se realizará una entrevista con el Ministro de Trabajo.-

[illegible]: En el día de hoy realiza un paro de una hora entre las 14.00 y las 15.00 en todas las oficinas judiciales, adhiriéndose además a todas las movilizaciones dispuestas por COFE.-

[illegible]: El Congreso de Delegados efectuado en el día de ayer resolvió declararse en conflicto con corte de horas extras y trabajo a reglamento. El lunes 24/VIII/ se realizará un paro de 24 horas. El 27/VIII/ y el 28/VIII/ se realizarán asambleas por sectores.-

[illegible]

Montevideo, 19 de Agosto de 1992.-

1)- **[illegible]**

[illegible] METALURGICA

[illegible]: El 20/VIII/ se realizará una reunión en el local sindical a la hora 17.00.-

[illegible]

[illegible]: El 21/VIII/ se realizará una Asamblea de Delegados para estructurar futuras movilizaciones.-

[illegible]

[illegible]: El 23/VIII/ se efectuará en la ciudad de Florida una Mesa Representativa, por el tema salarios.-

2)- **[illegible]**

[illegible]: En el día de ayer se realizó una reunión de la Mesa Representativa en la que se propuso realizar el 20/VIII/ un paro de 24 horas, [illegible] por tiempo indeterminado, [illegible] con voluntarios, quedando en ser confirmados si eran [illegible] por dicha mesa.-

[illegible]: En el día de ayer comenzaron los paros de una hora en horarios escalonados, ante el fracaso de las gestiones efectuadas por el gremio ante el Directorio. Por otra parte se estableció que el gremio paralizará sus actividades el 20/VIII/ a la hora 09.00 para reunirse en Asamblea la que será de carácter departamental.-

[illegible]: En el día de hoy [illegible] un paro de brazos caídos con una concentración a las 08.30 en el Hall del Correo Central y posterior marcha hasta el [illegible].-

[illegible]: En el día de ayer se efectuó una Mesa Representativa donde se ratificó el paro de 24 horas previsto para el 20/VIII/ por el cierre de la Imprenta Nacional y la rebaja salarial.-

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]: En el día de hoy arribaron a esa ciudad los Diputados integrantes de la Comisión de Asuntos Laborales los que permanecerán hasta el día de mañana, organizando los trabajadores una marcha cuando se encuentren los Legisladores de visita.-

[illegible]

[illegible]: En el día de ayer se realizó en la ciudad de Tacuarembó una concentración de protesta contra la [illegible] instalación de una Central Nuclear. La misma comenzó a las 15.00 y finalizó a las 16.30. Concurrieron unas 600 personas repartiendo volantes, realizando una parte oratoria por espacio de 15 minutos existiendo pancartas alusivas.-

P.[illegible].-

Montevideo, 12 de Agosto de 1992.-

1)- INFORMACION [illegible]

ENSEÑANZA PRIVADA

[illegible]: En el día de hoy efectuaran un paro de 24 horas en reclamo de mejoras salariales.-

ESCUELA HORIZONTE: Hasta el momento no ha habido respuesta por parte de la patronal, por tal razon continuan con las medidas de lucha.-

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.: El 13/VIII/ se realizará una asamblea en el local de la I.A.S.A. a la hora 15.00 donde se trataran las futuras movilizaciones. El 14/VIII/ realizaran un paro a partir de la hora 16.00 para acompañar a las movilizaciones del PIT-CNT.-

INDUSTRIA GRAFICA

IMPRESORA URUGUAY: Piedras 477; Continuan realizando paros de una hora por turno. El 14/VIII/ pararan a partir de la hora 12.00 y se concentraran frente al M.E.F.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A.: A partir del martes 18/VIII/ paralizaran sus tareas una hora por turno en todas las empresas, realizando asambleas informativas para discutir un plan de movilizaciones. El 20/VIII se reunirán en asamblea general a partir de las 17.00 en su local sindical.-

2)- INFORMACION ESTATAL

[illegible] SALUD PUBLICA: La marcha a realizarse en el día de ayer no se llevó a cabo realizandose en su lugar una asamblea en el Hosp. Maciel la que comenzó a la hora 11.00.-

ASOC. DE FUN. DE LA UNIVERSIDAD: Como estaba previsto en el día de ayer se llevó a cabo una caminata por parte de Fun. de la U. de la Rep. los que se concentraron a la hora 10.45 para marchar hacia la Fac. de Medicina posteriormente a la de Veterinaria y luego hacia la de Agronomía, los que luego se dispersaron en distintas direcciones.-

ASOC. DE FUN. [illegible]: En asamblea realizada el 10/VIII/ se resolvió aceptar la propuesta presentada por la Comisión Interventora.-

A.[illegible]: Convoca a una asamblea general para el 13/VIII/ en el Palacio Sud América.-

COORDINADORA DE ESTUDIANTES: La marcha prevista se mantiene en todos sus terminos, colocando afiches en los liceos exhortando a que concurran a la misma. El paro para el día 14/VIII/ comenzará a la hora 13.00.-

FACULTAD DE [illegible]: Desde el 10/VIII/ vienen realizando paros no dictando clases.-

001/1

Doc. POCO LEGIBLE

10 8 92

POCO LEGIBLE

P.229.-

A.___

Montevideo, 16 de Agosto de 1992.-

1)- INFORMACION [illegible]

INDUSTRIA METALURGICA

[illegible]: En el día de hoy paralizan las actividades todas las empresas una hora por turno, para realizar asambleas informativas y discutir [illegible] un plan de movilizaciones. El 20/VIII/ se realizará una asamblea en el local sindical.-

ENSEÑANZA PRIVADA

[illegible]: La situación permanece incambiada.-

2)- INFORMACION ESTATAL

[illegible]: Continúan las negociaciones a nivel del MTSS por la reestructura de los escalafones, en caso de no haber respuesta antes del 20/VIII/ se dará comienzo a un paro de brazos caídos.-

[illegible]: Realizará un paro general el 20/VIII/ de 24 horas.-

A.F.I.M.E.C.: En el día de ayer y como estaba previsto se reunieron frente al M.E.C. a la hora 16.00 unas 50 personas las que portaban pancartas. Posteriormente ingresaron al Ministerio unas 20 personas retirándose del lugar a las 16.55, trasladándose una pequeña delegación al MTSS para entrevistarse con autoridades del mismo.-

[illegible]: A partir del día de hoy comenzaron con los paros de una hora por turno.-

COORDINADORA DE ESTUDIANTES: La reunión que se iba a llevar a cabo en el día de ayer no se realizó.-

INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE TACUAREMBO

PASO DE LOS TOROS: MARCHA CONTRA LA CENTRAL NUCLEAR: El día [illegible]/VIII [illegible] a las 16.00 se realizó una marcha de protesta contra la instalación de una Central en la que participaron sectores sociales y políticos de la ciudad, realizándose la misma desde la calle [illegible] Lopez hasta la Pza. Artigas, con unas 1.000 personas. Ayer se llevó a cabo otra concentración en el Puente Centenario sobre Ruta 5 con unas ~~[illegible]~~ 1.000 personas, culminando la misma a las 18.40 dispersándose las personas en forma pacífica.-

POCO LEGIBLE

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General [illegible] de Defensa
12 SET. 1992
Fecha de [illegible]
Pase a [illegible]
Nr. de Orden 9208720

10 8 93

001/1

17/9/92
SAI
9208720

1/1 [illegible]

Montevideo, 17 de Agosto de 1992.-

1)- INFORMACION SINDICAL
ENSEÑANZA PRIVADA

ESCUELA HORIZONTE: Al no tener respuesta por parte de la patronal se está organizando un nuevo paro.-

INDUSTRIA METALURGICA.-

U.N.T.M.R.A.: El 18/VIII/ pararan todas las empresas por espacio de una hora por turno, donde se realizaran asambleas informativas para discutir un plan de movilizaciones.-

2)- INFORMACION ESTATAL

ASOC. DE FUN. POSTALES: En asamblea realizada el 11/VIII/ se resolvió continuar con las negociaciones con el MTSS para reestructurar los escalafones. En caso de que el 19/VIII/ no tengan respuesta darán comienzo a un paro de brazos caídos.-

C.O.F.E.: Realizará un paro general el 20/VIII/ por 24 horas.-

A.F.I.M.P.O.: En el día de hoy se concentraran frente al M.E.C. en rechazo del cierre de la ex-Imprenta Nacional.-

COORDINADORA DE ESTUDIANTES: En el día de hoy se reunen, esta coordinadora en la sede del [illegible] ([illegible] 2265) donde evaluaran la marcha realizada el 14 ppdo.-

Doc. poco legible

001/1

1.221.-

Montevideo, 16 de Agosto de 1992.-

1)- [illegible]

[illegible]

[illegible]: La situación permanece incambiada.-

INDUSTRIA [illegible]

[illegible]: Este gremio comienza con un plan intenso de movilizaciones previéndose que para el día 18/VIII/ paralizan sus actividades una hora por turno en todas las empresas, realizando asambleas informativas para discutir el plan de movilizaciones y el 20/VIII/ se reunirán en asamblea en el local sindical.-

2)- [illegible] GENERAL

C.G.T.: Este gremio el 20/VIII/ realizará un paro general de 24 horas.-

A.F.I.N.E.I.O.: El 17/VIII/ se concentraron frente al M.E.C. a las 16.30 en rechazo de la medida de cierre de la ex-Imprenta Nacional.-

COORDINADORA DE ESTUDIANTES DE SECUNDARIA: El día lunes 17/VIII/ se reunirán en el local del SUA a la hora 20.00 para evaluar la marcha realizada el 14/VIII/92.-

[illegible]

[illegible]

[illegible]

101/1

[illegible].-

Montevideo, 15 de Agosto de 1992.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES [illegible]

PIT-CNT: Como estaba previsto se realizó en el día de ayer el paro con concentración frente al M.E.F. previsto por esta Central el que dió comienzo a la hora 11.30 y finalizó a las 14.30 con un público de unas 1000 personas. En el lugar se repartieron volantes de la ex Imprenta Nacional y de [illegible]. Al finalizar la parte oratoria las personas que se encontraban concentradas se movilizaron por Av. del Libertador hacia el Palac. Legislativo, adhiriéndose en el trayecto diferentes gremios arribando al Palac. unas 1500 personas. En el lugar hizo uso de la palabra un integrante de la UOC manifestando la problemática de su sector y las razones por las que habían realizado el campamento que hoy dan por finalizado. Las personas comienzan a retirarse a las 15.30 en forma pacífica.-

[illegible]: A partir de las 14.15 los servicios se disminuyeron para adherirse a la marcha convocada por los estudiantes. A partir de la hora 17.00 se reintegraron los servicios normalmente.-

ENSEÑANZA PRIVADA

ESCUELA [illegible]: La situación permanece incambiada.-

2)- INFORMACION ESTATAL

MARCHA DE LOS ESTUDIANTES: Se realizó en el día de ayer como estaba prevista, con una posterior concentración a la hora 1?.20 frente a la Universidad las que totalizaron unas 2700 personas, donde se leyó una proclama y se quemó un [illegible] de color azul. A la hora 19.20 los concentrados se dispersaron en forma pacífica.-

[illegible]: En asamblea realizada en el día de ayer se resolvió continuar con las negociaciones en el [illegible] por las reestructuras de los escalafones, rendición de cuentas. En caso de no haber respuesta al 19/VIII/ se dará comienzo a una huelga de brazos caídos.-

[illegible]: Según lo resuelto en asamblea este gremio paraliza en el día de ayer a la hora 13.30.-

C.O.F.E.: El 20/VIII/ realizara un paro general de 24 horas.-

A.F.I.N.A.?: El 17/VIII/ a las 16.30 se concentraran frente al Ministerio de Educación y Cultura, en rechazo a la medida de cierre de la ex-Imprenta Nacional.-

P.223.-

Montevideo, 14 de Agosto de 1992.-

1)- **INFORMACION GREMIAL**

MOVILIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

[illegible]: En el día de hoy se llevará a cabo un paro con concentración frente al M.E.F. a la hora 13.00 para marchar posteriormente hacia el Pcio. Legislativo y luego hacia la Universidad de la República.-

ENSEÑANZA PRIVADA

ESCUELA [illegible]: La situación permanece incambiada.-

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.: Como estaba previsto en el día de ayer se llevó a cabo la asamblea en la I.A.S.A, la que dió comienzo a las 16.00 con una concurrencia de unas 600 personas. En la misma se decidió realizar un paro a partir de la hora 16.00 del día de hoy con concentración en el Parlamento adhiriéndose a la marcha de los estudiantes.-

INDUSTRIA GRAFICA

IMPRESORA URUGUAY: Piedras 477; continuan con los paros de una hora por turno. Para el día de hoy realizarán paro a partir de la hora 12.00 concentrándose frente al M.E.F.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A.: El 18/VIII/ paralizaran sus actividades una hora por turno en todas las empresas, realizando asambleas informativas para discutir un plan de movilizaciones. El 20/VIII/ a la hora 17.00 realizaran una asamblea en el local sindical.-

INDUSTRIA DEL CUERO

F.O.C. Continuan acampando en las inmediaciones del Pcio. Legislativo unas 10 personas en dos carpas.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T.: En el día de hoy este gremio paraliza sus actividades a partir de la hora 12.00 para concentrarse a las 13.00 frente al M.E.F. Para fin de mes se definirá la fecha de realización de la Asamblea General Nacional.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

T.O.T.: En el día de ayer se llevó a cabo un plenario de delegados a la hora 19.00 en el local sindical para decidir la participación en el paro del día de hoy decidiendo no llevarlo a cabo el paro del transporte para no entorpecer la concurrencia a la convocatoria que se llevará a cabo.

UNION TRABAJADORES DE CUTCSA: En el día de hoy a partir de la hora 14.00 se llevará a cabo un paro. A la hora 16.00 se reintegraran menos la Linea I que no acata las decisiones.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

A.D.E.O.M.: En el día de ayer se llevó a cabo en el Pcio. Sud América una asamblea con una concurrencia de unas 450 personas. La misma dió comienzo a la hora 19.40. En esta asamblea se presentaron

Doc poco legible

..//

varias mociones,entre ellas apoyar la marcha de los estudiantes a partir de la hora 17.00 del día de hoy.-

ASOC.DE FUN.JUDICIALES: En el día de hoy los funcionarios judiciales realizaron distintas medidas de lucha,partiendo desde el interior del país en ómnibus para que cuando arriben realicen una Asamblea a la hora 14.00 en el local sindical,donde se informaron [illegible] nuevas movilizaciones.Posteriormente concurrirán al Parlamento y a la Suprema Corte de Justicia.-

[illegible]: En el día de hoy realizaron paro de 13.00 a 14.00 para concentrarse frente al [illegible], en adhesión al paro del PIT/CNT.-

ASOC.DE FUN.[illegible]: En el día de hoy realizaron una asamblea a la hora 09.00.-

[illegible]: En el día de ayer se efectuó un paro de 24 horas contra las medidas de desalojos del 12/VIII/.-

COORDINADORA DE ESTUDIANTES DE SECUNDARIA:[illegible]: En el Liceo Miranda próximo a la hora 12.00 varios estudiantes realizaron peajes en [illegible], Orgepo y Tristan Narvaja. Por otra parte en el Liceo 19 los días martes y jueves a partir de la hora 20.00 realizaron asambleas convocando para la marcha, previendo concentrarse a partir de las 16.00 horas en el Liceo Miranda o la Facultad de Humanidades. Cabe señalar que en los Liceos 14,26,y 29 se efectuaron inscripciones alusivas a la marcha prevista para la fecha.-

9208724

Doc recogible

002 2

P.221.-

Montevideo, 11 de Agosto de 1992.-

1)- INFORMACION GREMIAL
ENSEÑANZA PRIVADA

SINTEP: El 12/VIII/ se efectuará un paro de 24 horas en reclamo de mejoras salariales.-

ESCUELA HORIZONTE: Permanece incambiada la situación, estableciendose para el día de hoy una reunión donde se tratara un nuevo paro.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: Para el 14/VIII/ está previsto un paro con concentración frente al Ministerio de Economía a la hora 13.00, para marchar posteriormente hacia el Pcio. Legislativo y luego hacia la Universidad.

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.: Se prevee para el 14/VIII/ un paro desde la hora 16.00, para luego acompañar las movilizaciones del P.I.T-Cnt.-

INDUSTRIA GRAFICA

IMPRESORA URUGUAY: Piedras 477; El 14/VIII/ pararan a partir de la hora 12.00 y se concentraran frente al M.E.F.-

2)- INFORMACION ESTATAL
MINISTERIO DE SALUD PUBLICA

FED. FUNC. DE SALUD PUBLICA: Se prevee para el día de hoy una movilización por parte de los Centros de Salud Pública, con una marcha hasta el Hop. Macial a la hora 10.00. Esta movilización comenzará a la hora 06.00 a 12.00. Para el día 14/VIII/ se realizará otra movilización de 11.00 a 12.00 con una marcha al MEF y posteriormente al Parlamento.-

FED. DE FUNCIONARIOS DE LA UNIV. DE LA REPUBLICA: En el día de ayer se efectuaron ... caminata y posterior concentración en la Universidad de la República. Se prevee para el 14/VIII/ un paro de 10.30 a 14.30 con un acto a la hora 11.00 en el Paraninfo de la Universidad en memoria de los martires estudiantiles. La caminata prevista para el día de ayer se realizará en el día de hoy a partir de las 09.00 saliendo de la Facultad de Derecho.-

COORDINADORA DE SINDICATOS DE LA ENSEÑANZA: El 12/VIII/ los sindicatos que conforman la enseñanza realizaran un paro de 24 horas a nivel Primaria y Secundaria, Universidad del Trabajo del Uruguay. La medida se complementará con movilizaciones de caracter informativo y propagandistico.-

FUNCIONARIOS ... LOTERIAS Y QUINIELAS: El 12/VIII/ a las 12.30 en Cerrito 220 se realizará una asamblea donde se instrumentará la marcha para el día 14/VIII/ y planteamiento por el tema Rendición de Cuentas.-

FLUMA: La Comisión de Defensa de Fluma contra las privatizaciones resolvió apoyar y acompañar la marcha estudiantil del 14/VIII/ al tiempo que se solidariza con los trabajadores en conflicto.-

001/1

R.224.-

Montevideo, 13 de Agost. de 1992.

1)- **INFORMACION GREMIAL**

ENSEÑANZA PRIVADA

ESCUELA [illegible]: La situación permanece incambiada continuando y con las medidas de lucha.-

SINTEP: LICEOS PRIVADOS: La concurrencia a los mismos en el horario vespertino fué nula.-

ORGANIZACIONES GREMIALES [illegible]

PIT-CNT: Para el día 14/VIII/ está previsto un paro con concentración frente al M.E.F. a la hora 13.00, para marchar posteriormente al Palac. Legislativo y luego a la Universidad de la República.-

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.: En el día de hoy a la hora 15.00 se realizará una Asamblea en el local de la I.A.S.A. previéndose además para el día 14/VIII/ un paro a la hora 16.00 para luego acompañar a las movilizaciones previstas por el Pit/Cnt.-

INDUSTRIA GRAFICA

IMPRENTA [illegible]: Piedras 477; continúan con los paros de una hora por turno. Para el 14/VIII/ pararán a partir de la hora 12.00 para concentrarse frente al M.E.F.-

INDUSTRIA DEL CUERO

U.O.C.: En el día de ayer se realizó un paro en el horario de 11.00 a 16.00 realizando una caminata a la hora 11.00 partiendo la misma desde Santa Lucía 4864 y la otra de [illegible] 1310, los que se dirigieron al Palac. Legislativo donde se [illegible], instalándose allí un campamento a la hora 13.00, por parte de los obreros de las Empresas [illegible] y [illegible]. Los mismos permanecerán dos días acampados en el lugar. Está medida va a ser apoyada por los obreros de las demás empresas, reivindicando fuentes de trabajo y salarios.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

COORD. DE ESTUDIANTES DE ENS.: Se resolvió a nivel de esta que para el 14/VIII/ se fije el paro en los liceos a partir de la hora 13.00 a los efectos de concurrir en forma masiva a la marcha programada.-

FACULTAD DE ODONTOLOGIA: En el día de ayer realizaron un paro total de actividades, afectando esta medida la no concurrencia a clases [illegible]

FED. DE EST. UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY: Resolvieron adherirse a la convocatoria de los Estudiantes de Secundaria. Los mismos se concentrarán a la hora 17.00 del 14/VIII/ en la Plaza Cagancha.-

S.U.T.E.L.: En el día de ayer realizaron un Congreso Nacional de Delegados en el que evaluaron el Referendum y la elevación de una propuesta concreta a la Mesa de Entes que se reune el 18/VIII/ en el local del Pit-Cnt. El 14/VIII/ detendrán sus tareas a la hora 12.30 para concurrir a la Marcha del Pit-Cnt.-

IMPRENTA NACIONAL: En el día de ayer fué ocupada la misma por unos 200 empleados, los que fueron desalojados horas después.-

F.U.S.: El 14/VIII/ realizarán paro de 14.00 a 17.00 para concurrir a la marcha convocada por el Pit-Cnt, concentrándose en la Asoc. Empleados Civiles de la Nación.-

920872[illegible]

Doc poco legible

P.251.-

Montevideo, 9 de Setiembre de 1992.-

1)- **INFORMACION GENERAL**

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: Convocó a un Paro General Parcial para la próxima semana, con la realización de una Jornada de divulgación de argumentos del movimiento Obrero a la hora de votar el Referendum. Realizandose ese día un paro parcial de acuerdo a las posibilidades de cada gremio.-

FED. JUV. [illegible]: Convocó para el día de ayer y el de hoy a toda la Juventud Uruguaya para que se concentre en la Explanada Municipal.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

FED. ANCAP: En el día de hoy se reune el Consejo Federal de Fancap para la realización de una evaluación del conflicto y analizar las posibles medidas a tomar, dicha reunión será a la hora 09.00 en el local de la Federación.-

SUTEL: En el día de hoy se reune el Congreso de Delegados para decidir el futuro del conflicto.-

MSCMA: En el día de ayer se reunió la Mesa Centraldonde se trató la posibilidad de realizar una movilización conjuntade todos l los Entes en rechazo de la política salarial impulsada por el Gobiernopara el sector público.-

COORDINADORA DE ESTUDIANTES: Desde el 8 y hasta el 11/IX/realizaran paros con asambleas en los turnos intermedios. En el día de hoy realizaron a partir de la hora 17.00 una marcha desde el Liceo Nro 36 pasando por el Nro 6, el 16 y el 18 para concentrarse en el Liceo Miranda.-

UNI[illegible]: En la asamblea efectuada el pasado 7/IX/ por los trabajadores de la línea "[illegible]" se resolvió adoptar diversas medidas, tales como la situación de los gabinetes [illegible] y sobre el personal obrero que trabaja los días de paro, [illegible] requisito la [illegible] de una nota a la Directiva de la [illegible] firmada por 44 obreros en la que se solicita que la persona Gabriel [illegible] integre en los próximos días en forma [illegible] la [illegible] de Tribunal representando a los compañeros de las líneas "[illegible]" y "[illegible]", lo que se aprobó por unanimidad.- [illegible]

CONTENIDO POCO LEGIBLE

CONTROL

FECHA 10/8/93 INICIAL [illegible]

17/9/92

SDI

9208727

001/1

9208727

P.432.-

Montevideo, 28 de Agosto de 1992.-

1)- INFORMACION GREMIAL

BANCA PRIVADA PUBLICA

A.E.B.U.: En el día de hoy se prevee una jornada de agitación en la Ciudad Vieja y Centro.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A.: El 1/IX/ se realizará una paro de 10.00 a 12.00 con concentraciones por fuente de trabajo y salario.-

CONSTANCIA: En el día de ayer a la hora 16.00 se realizó una concentración de unas 50 personas integrantes del Congreso Uruguayo de la Industria Pesquera (CUTIP) frente al MTSS. El motivo de dicha movilización fué el cierre de la Empresa ACER ya que dejó a 328 operarios sin trabajo. Una delegación ingresó al Ministerio donde debían llegar a un acuerdo con la empresa y autoridades del Ministerio pero esta no se realizó debido a que no concurrieron los representantes de la firma quedando postergada para el 31/VIII/ a la hora 14.30 donde se concentraran nuevamente a la espera de la reunión.-

2)- INFORMACION ESTATAL

FED. ANCAP: A partir del día lunes agudizarán las medidas al no llegar a un acuerdo con el Directorio de la Planta.-

FED. DE SALUD PUBLICA: La concentración prevista para el día de ayer en el Hosp. Pereira Rossell no se llevó a cabo.-

SUTEL: Continuan trabajando a reglamento.-

MESA: Se reunió en el día de ayer a la hora 18.00 en el local del Pit-Cnt no trascendiendo lo tratado.-

POSTALES: En asamblea realizada en el día de ayer se resolvió levantar las medidas de lucha.-

AFINPO: Continuan con las medidas de lucha.-

001/1

P.236.-

Montevideo, 25 de Agosto de 1992.-

1)- INF[illegible]

[illegible]

[illegible]: El 29/VIII/ a la hora 11.30 se reunen en Asamblea los trabajadores para considerar lo que denuncian como atropello patronal.-

[illegible]

PIT-CNT: En el día de hoy la dirigencia de esta Central Obrera concurrirá a la ciudad de Florida sumandose los gremios que crean conveniente, realizando en dicha ciudad una contramarcha.-

2)- INFORMACION SOCIAL

FED.ANCAP: El 28/VIII/ realizaran paro de una hora por turno con asambleas en todas las plantas.-

FED.[illegible] DE SALUD PUBLICA: El 27/VIII/ se concentraran a la hora 08.00 frente al Hosp. Pereira Rossell y a las 18.00 en la Coordinadora del Cerro.-

[illegible]: Continuan con el trabajo a Reglamento.-

[illegible]: El 3/IX/ realizaran una Asamblea Nacional en el marco de una paro de 24 horas.-

A.F.I.[illegible]: En el día de ayer a la hora 10.00 se concentraron frente al Ministerio de Educación y Cultura unas 30 personas integrando al mismo algunos dirigentes. Posteriormente a la hora 12.00 se dispersaron en forma pacífica.-

INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE ARTIGAS:

FUN.DE ARTIGAS: En el día de ayer los funcionarios de Bella Unión realizaron un paro de 24 horas, atendiendo solamente las urgencias esta medida es por mejoras salariales.-

doc poco legible

22 SET 1992

9208729

001/1

17/9/92

SDI

9208729

1/1

P.217.-

Montevideo,26 de Agosto de 1992.-

1)- INFOR[illegible]

INDUSTRIA CIN[illegible]

F[illegible]: Está prevista para el 29/VIII/ una Asamblea de los trabajadores para considerar lo que denuncian como un atropello patronal.-

2)- INFO[illegible]ACION S[illegible]

SUT[illegible]: Continuan trabajando a reglamento.-

F[illegible]: El 27/VIII/ trabajaran 8 horas, previendose para el 28/VIII/ la realización de paros de una hora por turno con asambleas en todas las plantas. No se acepta el Servicio Esencial y si esto ocurre no se presentaran a trabajar y realizarán una asamblea Departamental.-

F[illegible] FUN.D [illegible] PUBLICA: El 27/VIII/ se concentraran a la hora 08.00 frente al Hosp. Pereira Rossell y a las 18.00 en la Coordinadora del Cerro.-

Doc poco legible

001/1

P.238.-

Montevideo,27 de Agosto de 1992.-

1)- **INFORMACION GREMIAL**

BANCA PRIVADA-PUBLICA

A.E.B.U.:Para el día de mañana se prevé una jornada de movilizaciones en la Ciudad Vieja y Centro enmarcando el Referendum del 1/X/.-

INDUSTRIA CINEMATOGRAFICA

FUNC.CINEMATOGRAFICOS:El 29/VIII/ a la hora 11.30 se realizará una Asamblea de los trabajadores.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT:En reunión mantenida en la ciudad de Florida,la Mesa Representativa resolvió apoyar la campaña del Referendum,efectuando desde este fin de semana movilizaciones.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

FED.ANCAP:En el día de hoy trabajaran 8 horas el 28/VIII/ realizaran paro de una hora por turno y Asambleas en las plantas.Desde el día 26/VIII/ se encuentra fondeado en el Ante-Puerto un Buque Tanque que venía a descargar lubricantes lo que no fué realizado por encontrarse el gremio en conflicto,lo que se resolverá en el día de hoy.-

FED.DE FUN.DE SALUD PUBLICA:En el día de hoy se efectuará una concentración a la hora 08.00 frente al Hosp.Pereira Rossell y a las 18.00 horas en la Coordinadora del Cerro.-

SUTEL:Se encuentran trabajando a reglamento.-

FED. OSE:El 3/IX/ realizarán una Asamblea Nacional.-

AFIMPO:Este gremio lleva 15 días en conflicto.-

Poco legible

22 ... 92

92087 31

001 | 1

17/9/92
SDI
9208731

[illegible]249.-

Montevideo, 29 de Agosto de 1992.-

1)- [illegible]

[illegible]

FUNC.[illegible] BAN[illegible]: En el día de hoy los funcionarios realizaron una Asamblea para considerar lo que llaman un atropello patronal.-

[illegible]

[illegible]: El 3/IX/ se reunirá la Mesa Representativa para tratar un paro general de 24 horas en reclamo de salarios.-

[illegible]

[illegible]: El 1/IX/ realizaron un paro de 10.00 a 12.00 con concentraciones por fuentes de trabajo y salarios.-

2)- [illegible]

[illegible]: Se reunirá el 1/IX/ a la hora 18.00 en el local del PIT-CNT, para estudiar los conflictos de [illegible], [illegible] y SUTEL.-

[illegible]: Dieron comienzo a partir del 31/VIII/ de paros de 24 horas por sector y escalonados. En la actualidad se encuentran realizando el corte de horas extras y trabajando a reglamento en todas las dependencias.-

SUTEL: A partir del 31/VIII/ comenzaron con paros de 24 horas por sector.-

[illegible]: El 1/IX/ se realizará un Plenario Departamental en el local del Sunca a la 18.00 horas.-

[illegible].-

Montevideo, [illegible] de [illegible] de 199[illegible].-

1)- [illegible]

[illegible]: 1/IX/ realizaron un paro desde las [illegible].00 a las 12.00 con concentraciones en [illegible] y [illegible]. [illegible] y L.A. de [illegible], Agraciada y San Martín, [illegible] 8 de Octubre y José Belloni y [illegible] y Justicia. Estas concentraciones se realizaron para informar a la población sobre los problemas por los que está pasando el sector.-

[illegible]: 1/IX/ se reunirá la Mesa Representativa para tratar un paro General de 24 horas en reclamo de mejoras salariales.-

[illegible]: 1/IX/ se concentraron en el Palacio Legislativo a la hora 16.00 en protesta por los recortes presupuestales del [illegible].-

2)- [illegible]

[illegible]: 1/IX/ se realizó una reunión de [illegible] de los conflictos que se vienen registrando.-

[illegible]: A partir de [illegible] comienzan los paros de 24 horas por sector y [illegible].-

[illegible]: [illegible] 1/IX/ realizaron una Asamblea Nacional.-

[illegible]: 1/IX/ realizaron un Plenario Departamental en el local del [illegible].-

001 | 1.

P.242.-

Montevideo, 31 de Agosto de 1992.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: El 1/IX/ se reunirá la Mesa Representativa para tratar un Paro General de 24 horas.-

INDUSTRIA METALURGICA

UNTMRA: El 1/IX/ efectuarán un paro de 10.00 a 12.00 con concentraciones en diferentes puntos.-

2)- INFORMACION ESTATAL

F.E.U.U.: Desde el 5 y hasta el 11/IX/ se prevean una serie de movilizaciones, con compañía de Facultades, invitando a participar a la Coordinadora de Estudiantes.-

MECPA: El 1/IX/ se realizará una reunión para estudiar los conflictos de Ancap, Ose, y Sutel, a la hora 18.00 en el local del Pit-Cnt.-

FED. ANTEL: A partir del día de hoy comenzarán una serie de paros de 24 horas por sectores y escalonados. En el día de hoy realizarán paros Depósitos, Talleres, Telex, Facturas e Informática.-

001 1

1/1

P.241.-

Montevideo, 1 de Setiembre de 1992.-

1)- INFORMACION [illegible]
INDUSTRIA METALURGICA

UNTMRA: Paralizaron sus tareas en el día de hoy de 10.00 a 12.00 con concentraciones en Agraciada y San Martín, Pza. Colón, Agraciada y Aguilar, Gral. Flores y L.A. de Herrera, 8 de Octubre y Belloni y Miguelete y Justicia. Estas concentraciones son para informar a la población sobre los problemas laborales del sector.-

INDUSTRIA PESQUERA:

CUTIP: En el día de ayer se concentraron frente al MTSS a la hora 14.30 unas 20 personas pertenecientes a ACEN ingresando al Ministerio. Se retiraron a las 17.40 en forma pacífica.-

2)- INFORMACION ESTATAL

FANCAP: En el día de ayer y como estaba previsto se realizó en la IASA una asamblea la que dió comienzo a la hora 14.00 y finalizó a la hora 18.00 con una concurrencia de 500 personas. El publico de dicha asamblea se retiró antes de finalizada la misma, realizándose una [illegible] la prensa.-

A.F.U.E: En el día de hoy a la hora 10.30 se realizaron asambleas en todas las Facultades, de funcionarios No Docentes. En el Paraninfo de la Universidad se tratará la marcha del conflicto y las movilizaciones futuras.-

SUTEL: En el día de hoy realizaron paro en Almacenes, mantenimiento [illegible], Telecentros, Telegrafos, Reclamos e Informatica. En el Interior lo realizaron San José, Flores, Florida, Durazno, Tacuarembó y Rivera. La plataforma reivindicativa es un rechazo del 5%.-

BSE [illegible]: En el día de hoy se realizará una reunión para el estudio de los conflictos.-

IRAM [illegible]: En el día de hoy a la hora 18.00 en el local del SUINE se realizará un Plenario Departamental.-

FEU: Desde el 8 y hasta el 11/IX/tienen previstas una serie de movilizaciones, con ocupación de Facultades.-

De
pen legible

22 SET 1992
Archivo [illegible]
92087 35

17/9/92
SDI
9208735

001/1

8735

P.244.-

Montevideo,2 de Setiembre de 1992.-

1)- [illegible]

[illegible]

U.[illegible]:Como estaba previsto se realizaron las concentracio nes en el día de ayer en los distintos puntos de la ciudad.En las mismas al finalizar se realizaron asambleas abiertas dando por finalizadas las movilizaciones a las 11.55.-

[illegible]

[illegible]:En el día de ayer a la hora 16.00 se llevó a cabo una concentración de unas 150 personasen el Palacio Legislati vo.A la hora 17.10 se retiraron en forma pacifica.-

[illegible]

[illegible]:El 3/IX/ se reunirá la Mesa Representativa donde se tra tará la realización de un paro de 24 horas.-

2)- [illegible]

[illegible]:Los funcionarios realizaron el 4/IX/ paros de una hora pa ra realizar una asamblea informativa.-

[illegible]:En el día de ayer no se realizó el Plenario Departa mental.-

[illegible]:En el día de hoy realizaron paro las Mesas Computado ras,Imprenta,Laboratorio,Arquitectura,Choferes de Antel e Infor matica.En el interior los departamentos de Colonia,Soriano,Río Negro,Paysandú,Salto y Artigas.-

001 | 1

1/1 [illegible]

[illegible]243.-

Montevideo, [illegible] de Setiembre de 1992.-

1)- <u>INFORMACION SINDICAL</u>

<u>INDUSTRIA METALURGICA</u>

<u>U.N.T.M.R.A</u>: Los días 3,4 y 5/IX/se realizará un seminario.-

<u>ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES</u>

<u>PIT-CNT</u>: En el día de la fecha se reunirá la Mesa Representativa para tratar un paro de 24 horas.-

<u>SALUD PRIVADA</u>

<u>ASOC. DE FUN. CIMA ESPAÑA</u>: En el día de ayer se realizó una asamblea no trascendiendo lo tratado.-

2) <u>INFORMACION ESTATAL</u>

<u>FED. OSE</u>: En el día de hoy en la Planta de Batlle y Ordóñez a la hora 08.00 se realizará una charla sobre la Ley de Empresas Públicas no realizando cortes en los servicios.-

<u>FED. ANCAP</u>: El 4/IX/ realizaran una Asamblea Departamental.-

<u>SUTEL</u>: En el día de hoy realizaran paro los sectores Radio, Servicio Médico, Plantas de Energía Mecanicos e Informatica. En el Interior los Departamentos de Maldonado, Rocha, Treinta y Tres, Cerro Largo y Lavalleja.-

[illegible]

Doc. poco legible

22 SET 1992

9208737

001/1

17/9/92
SAI
9208737

2.246.-

Montevideo, 8 de Setiembre de 1992.-

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA METALURGICA

INLASA: En el día de ayer 170 operarios pasaron al Seguro de Paro en Montevideo y 102 en la Planta de Pando, ante esto resolvieron ocupar a la hora 16.00 ya que el día 27/X/ serán rematadas ambas plantas. El día 10/IX/ realizarán un paro conjunto con los gremios del SUNCA y UOIMA en el horario de 05.00 a 12.00 con la realización de una caminata. Se hace constar que en la Planta de Pando en la Asamblea realizada, se exigió seguridad laboral y decidiendo dejar 6 operarios como "Guardia Gremial" hasta que la patronal de una respuesta a la situación.-

INDUSTRIA CINEMATOGRAFICA

FED. DE FUN. DE CINE Y VIDEO: Continuan con las movilizaciones por el cierre del Cine Casa Blanca.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

FED. OSE: La asamblea propuesta para el día de ayer quedó pospuesta para el día 10/IX/ en el local de ASU.-

ENSEÑANZA

SECUNDARIA: En el día de hoy se llevará a cabo en todos los liceos una Asamblea, no realizando las clases correspondientes.-

COORDINADORA DE ESTUDIANTES: En el día de ayer en los turnos intermedios realizaron paros en protesta por la suspensión de dos estudiantes. Para el día 9/IX/ está prevista una concentración en el IAVA donde repartiran volantes informativos por la situación de los estudiantes. En el día de hoy los estudiantes del IAVA efectuaron pintadas en diversas zonas.-

AFINPO: En el día de hoy a la hora 17.30 realizarán un acto en Cuareim y Agraciada contra el cierre de la Imprenta Nacional.-

ANTEL: En el día de hoy realizaron paro, los sectores de: Conmutación, planta interna digital, todos los administrativos, informática o ops. En el interior Canelones, La Paz, Las Piedras, Atlántida, Soca, San José de Carrasco, Progreso. En el día de hoy finalizan las medidas estas de paros de 24 horas escalonados y por sector.-

Doc poco legible

001/1

9208738

[illegible]

[illegible]tevideo, agosto 2? de 1992. 2 SET. 1992

9208739

1)- [illegible]

[illegible]: [illegible] 2?/VIII/ se realizará en [illegible] una [illegible] representativa, por el tema del salario.-

[illegible]

[illegible]: entre el 1/IX/ al 5/IX/92 se llevará a cabo en la [illegible] de [illegible] y [illegible], un seminario auspiciado por [illegible], donde se tratará la situación de la [illegible] Uruguaya y políticas de desarrollo. Por otra parte está previsto para el 10/IX/ un [illegible] entre las [illegible].30' y las 12.00' horas con marcha bajo la consigna "[illegible]", participarán de la misma el [illegible]

[illegible]

[illegible]: en el [illegible] de [illegible] se efectuado en el día de ayer, se resolvió pasar a cuarto intermedio hasta el 4/IX/92.-

//

2)- [illegible]

[illegible]: continúan trabajando a reglamento con corte de horas extras. El 28/VIII/ se efectuará paro de una hora por turno con asambleas en todos los puntos. En tanto que el 31/VIII/ paro de una hora por turno; no aceptar el "servicio esencial" y si esto ocurre no presentarse a trabajar y realizar una [illegible] Departamental.-

[illegible]: El 1/IX/ se le entregará al [illegible] de la [illegible] los reclamos dando un plazo hasta el 15/IX/92. [illegible] que el 2?/VIII a partir de la hora 0?.00' se concentrarán en el [illegible] [illegible] y a la hora 1?.00' frente al Centro Coordinador del [illegible]

[illegible]: El 5/IX/ se llevará a cabo una asamblea de [illegible], donde se actualizará el convenio de salarios al que tiene un plazo de seis meses, [illegible] a partir de enero/93.-

[illegible]: El 24/VIII/ conjuntamente con el [illegible]-CNT. [illegible] se entregará una [illegible] para una entrevista personal con el señor [illegible] de la República.-

[illegible]: El 2?/VIII/ está previsto un paro de 4? horas. En tanto que el 1/IX/ se realizará una nueva [illegible] así como una [illegible], para evaluar [illegible] del conflicto.-

[illegible]: El 2?/VIII/ se realizará un paro de 4 horas. Por su parte el 27 y 28/VIII/ [illegible] por sector y del 31/VIII/ al 4/IX/ paros de 24 horas por sector.-

[illegible]: En el día de ayer se reunió la [illegible] representativa de todo el país, [illegible] declararse en preconflicto, con la realización de [illegible] por sector el 27 y 28/VIII/, para llegar a la [illegible] General del gremio, donde se tratará el tema "[illegible]".-

/..

001/2

CONTENIDO POCO LEGIBLE

CONTROL

FECHA [illegible] INICIAL ([illegible])

9208739

//..

[illegible].: [illegible] [illegible] previsto para el 24/VIII/ [illegible] para el [illegible] [illegible] que el 24/VIII/ se llevará / a cabo una reunión [illegible] entre dirigentes [illegible] y el Directorio a partir de la hora 13.00 en el local ubicado en la intersección de la Av. 18 de Julio y Vázquez.-

[illegible]: En el día de ayer en el local de la [illegible] a partir de la hora 20.00 se realizó una reunión de [illegible] que [illegible] [illegible]. En la mis ma se resolvió [illegible] la concurrencia a los festejos / del [illegible]/ y realizar el 24/VIII/ una conferencia de prensa en la [illegible] del [illegible]stro.-

[illegible]: [illegible] el conflicto [illegible] firma do los [illegible] con el señor [illegible] de Salud Pública y el / [illegible] de los [illegible] del Uruguay, comenzando el 24/VIII/ a realizar los [illegible] para el desarrollo del servicio.-

[illegible]: La concentración prevista para el día de ayer por [illegible] de Salud Pública en la intersección de [illegible] y [illegible] [illegible], no se realizó.-

//

Doc poco legible.

002/2

9208739

[illegible]21.-

Montevideo, [illegible] 23 de 1992

1)-

[illegible]: [illegible] se [illegible] en la ciudad de [illegible] una mesa representativa por el tema de [illegible].-

2)-

[illegible]: [illegible] se [illegible] que el 24/VIII/ [illegible] el [illegible] horas con entrega de [illegible]. [illegible] paro de una hora por turno con [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible].-

[illegible]: [illegible] 24/VIII/ en [illegible] con el [illegible] y [illegible] una solicitud de audiencia con el [illegible] de la República.-

[illegible]: a la reunión [illegible] por el [illegible] de [illegible] el [illegible] 20/VIII/ se [illegible] como un paro de 24 horas [illegible] el 24/VIII/92.-

[illegible]: [illegible] 24/VIII/ se efectuará una reunión [illegible] entre el [illegible] y [illegible], a partir de la hora [illegible] en el local ubicado en la [illegible] de [illegible] 18 de [illegible] y [illegible].-

[illegible]: [illegible] 24/VIII/ está prevista una conferencia de prensa en la [illegible]. Por otra parte el 25/VIII/ no concurrirán a [illegible] los [illegible].-

[illegible]: a la [illegible] efectuada el 21/VIII/ no resolvió ninguna medida de fuerza, estando prevista una conferencia de prensa en los próximos días.-

CONTENIDO POCO LEGIBLE
CONTROL
FECHA 10/8/93 INICIAL (LL)

001/1

9208740

P.247

Montevideo, setiembre 5 de 1992

//

1)- [illegible]

[illegible]

[illegible]: Desde el 3/IX/ se encuentran en el [illegible] de paro los operarios de las plantas ubicadas en Montevideo y Canelones, / manteniéndose el gremio en estado de alerta. Por intermedio de la [illegible] 10ta. se tomó conocimiento que en el día de ayer, unos 35 obreros [illegible] horas de la tarde en la intersección de [illegible] y [illegible] cortaron el tránsito y realizaron cobro de peaje. [illegible] que entre ayer y hoy se [illegible] un [illegible] en el horario de 10.00' a 12.00' en el local de [illegible].-

[illegible]

[illegible]: [illegible] declaraciones del Pte. del Sindicato no se descartan posibles movilizaciones, ante la pérdida de porcentaje en el [illegible] de los [illegible].-

[illegible]

[illegible]: El pasado 1/IX/ se reunió la Mesa Representativa analizándose la situación de los diversos gremios, resolviéndose entre otras cosas, nombrar una Comisión de Asuntos Económicos integrada por la FF.CCS- A.UTE- FUEB- [illegible]-CUNCA-[illegible] y [illegible]. Se trató por otra parte que todos los esfuerzos de la Central Obrera están dirigidos al logro de recursos para el referendum del 1/X/92.-

[illegible]

[illegible]: En el día de ayer entre las // 16.35' y las [illegible] se realizó un paro en la línea "[illegible]", en reclamo de gabinete higiénico en la terminal.-

//

[illegible]: En el día de ayer a partir de la hora 10.00' se realizó en la planta de [illegible] una Asamblea informativa, donde se comunicó la posición de los directivos del Ente de no otorgar / soluciones a las propuestas.-

Coordinadora de Estudiantes

En los turnos intermedios, de 14.15' se efectuó un paro, como en la tarde de la hora 17.00', realizando "[illegible]" [illegible] por la [illegible] de dos estudiantes por parte del [illegible], del Liceo [illegible] y [illegible]. Por otra parte se propone una [illegible] para el 9.IX/ como así el lunes 7/IX/ una concentración en el [illegible], con reparto de volantes informativos sobre la situación de los [illegible].-

[illegible] 14: En la intersección de la Avda. 8 de Octubre y Bvar. José Batlle y Ordóñez, unos 20 estudiantes realizaron cobro de peaje, por mejoras edilicias del Instituto.-

[illegible]: En el día de ayer concurrieron varios padres para la firma de las sanciones, firmando un solo padre negándose los restantes en común acuerdo. Se gestiona la realización de una /

POCO LEGIBLE

//..

001 [illegible] 9208741

Hoja 2

//..
[illegible] lea con los [illegible] [illegible] se [illegible]ó a seguir combatiendo.-

[illegible]

[illegible]-endo al 1/IX/ los [illegible] gremiales recorren los distintos hogares para informar los temas a tratar en el Plenario Nacional de Delegados el 19/IX/92.-

//

3).- [illegible]

[illegible]

1)- 31/VIII/92; [illegible] 42, Cabala Nro.1367 Piso 4. Próximo a la hora 17.00' una voz masculina informó que..."somos del Comando Lavalleja y en ese local estallará una bomba". Concurrió personal de la Seccional 1ra. y de la D.N.B., que comprobaron / que se trataba de una falsa alarma.-

2)- 1/IX/92; [illegible] 42, Cabala Nro.1367, a la hora 11.00' / una voz masculina en forma telefónica manifestó que..."esta vez es en serio hay una bomba". Se hizo presente personal de la Secc. 1ra. y de la D.N.B., comprobando que se trataba de una falsa alarma.-

3)- 2/IX/92; [illegible] 42, Cabala Nro.1367 Piso 3; a la hora / 11.45' una voz masculina informó que..."se había colocado una / bomba en ese lugar". Personal de la Secc.1ra. y de la D.N.B. realizaron una inspección con resultados negativos.-

4)- 2/IX/92; [illegible] y 23 [illegible], Avda. 18 de Julio Nro.1587 1er. Piso. Próximo a la hora 13.[illegible]' una voz masculina en forma telefónica informó que..."se había colocado una bomba. Se hicieron presentes efectivos de la Secc.3ra. y de la D.N.B., que comprobaron que se trataba de una falsa alarma.-

//

002 | 2

9208741

17/9/92
SDI
9208741

P.248.-

Montevideo, setiembre 6 de 1992

//

1)- [illegible]

[illegible]: [illegible] la información que en la [illegible] ubicada en [illegible] Nro.5431 [illegible] varias personas ajenas / a la misma, [illegible] comprobándose que próximo a la hora 15.[illegible] tres personas [illegible] en la [illegible] de / la [illegible]. Posteriormente siendo la hora 18.20' se retiran / [illegible] y [illegible] en una [illegible] Mat.510.323 que se encontraba estacionada en las [illegible].-

[illegible] el [illegible] de [illegible] concurrirá al Banco Central para entrevistarse, [illegible] que tiene conocimiento que un grupo de [illegible], [illegible] a comprar la [illegible].-

[illegible]

[illegible] las movilizaciones por el [illegible] del [illegible] y [illegible].-

//

[illegible]

[illegible]

[illegible] 7/[illegible] se realizará una concentración en el [illegible].-

[illegible] Secretariado Ejecutivo se reunirá el [illegible] en el local de la [illegible], para resolver sobre un paro de 24 horas en fecha a confirmar.-

//

001 | 1

[illegible] 22 SET. 1992

[illegible] 9208742

17/9/92
SDI
9208742

[illegible]249.-

Montevideo,7 de Setiembre de 1992.-

1)- [illegible]

[illegible]

[illegible] se mantiene ocupada por su personal. En el día de hoy concurren al Banco Central para mantener una entrevista con el Directorio.-

[illegible]

[illegible]: En la firma de los contratos se perdería un 13% sobre los reajustes entre contrato y contrato por lo que se esperan una serie de movilizaciones.-

1)- [illegible]

[illegible]: Se prevee para el día de hoy una concentración en el [illegible], mientras que para el día 9/IX/ se realizará una [illegible].-

[illegible]: En el día de hoy se reunen en el local de la FUM para estudiar un paro de 24 horas para el mes en curso.-

[illegible]: Del 5 al 11/IX/ realizaran una serie de movilizaciones con motivo ocupación de Facultades.-

[illegible]: El 10/IX/ se le llevará a cabo en el local de ASU una Asamblea.-

[illegible]: La asamblea que estaba fijada para el día 5/IX/ fué postergada para el 12/IX/.-

[illegible]

[illegible]: En el día de la fecha a la hora 05.30, la línea "M" que comprende las líneas 151,163,164,165,191,199 y 113 realizan un paro por las condiciones en que se encuentran los gabinetes higiénicos. Se hace constar que unos 30 obreros se encuentran reunidos en el local de Rocquart y Justicia.-

[illegible] para la [illegible] Banco de [illegible] 2 encabezada por [illegible] Alberto [illegible].-

POCO [illegible]

10.9.92

22 SET. 1992

9208743

001 1

17/9/92
SDI
9208743

N.252.-

Montevideo, 10 de Setiembre de 1992.-

1)- INFORMACION SINDICAL
INDUSTRIA [illegible]

[illegible]: En el día de hoy realizaran un paro conjuntamente con la UNTMRA y la SOIMA en el horario de 09.30 a 12.00 realizando además una concentración en el Obelisco a la hora 10.00 para marchar posteriormente en caminata por 18 de Julio hacia el Ministerio de Economía y Finanzas. Estos gremios además estudiaran un paro de 24 horas en caso de no surgir avances en las gestiones realizadas.-

INDUSTRIA METALURGICA

UNTMRA.[illegible]: En el día de ayer a raíz de el despido de un operario el sindicato de esta fabrica realizó paro a partir de las 13.30 con Asamblea. Realizando una Asamblea Permanente a la hora 18.00.-

UNTMRA-[illegible]: Carmán y Carlos Ma. de Pena; en la puerta de dicha Fabrica se instaló una carpa donde funciona una olla sindical debido a que no se han pagado los haberes.-

[illegible]

LA [illegible] -[illegible]: Estos medios de Prensa sus trabajadores se encuentran en conflicto debido a que los sueldos estan siendo pagos en forma irregular, resolviendo en asamblea realizada en el día de ayer que si el 10/IX/ no se les paga lo adeudado el 11/IX/no van a salir las ediciones.-

2)- INFORMACION [illegible]

COORDINADORA DE ESTUDIANTES: En el día de ayer y como estaba previsto se reunieron unos 250 estudiantes frente al Liceo Miranda a la hora 17.30 aproximadamente a los que se le agregaron unos 30 obreros de INLASA. En el interior del Liceo se encontraban los estudiantes desde la hora 08.00 en Asamblea General. Los estudiantes que se encontraban afuera comenzaron a golpear palmas y a entonar canticos contra la política de gobierno y el CODICEN, ocupando la calzada de la calle Rasigalupi y realizando sentada. Posteriormente realizan una parte oratoria por parte de 4 estudiantes para dispersarse a la hora 18.30 en forma pacífica.-

FED.ANCAP: En el día de hoy realizaran paro de 10.00 a 12.00, concentrandose a la hora 10.00 en la Planta de la Teja para marchar posteriormente hacia el Palacio Legislativo, desde allí marcharan a pie por Avda del Libertador hacia el Edificio de Ancap. El 11/IX/ realizaran una Asamblea General en el local de la [illegible].-

SUTEL: El Congreso de Delegados resolvió trabajar a reglamento, con corte de horas extras y darle al Directorio plazo hasta el 11/IX/ para dar respuesta al petitorio elevado por la gremial, en caso de respuesta negativa se realizará un paro de 24 horas, por sectores.-

FED.C.[illegible]: En el día de hoy realizaran una asamblea en el local de ASU.-

..//

9208744

..//   hoja nro 2.-

<u>FACULTAD [illegible]</u>: en el día de ayer a la hora 19.30 en 18 de Julio y Ado. Acevedo, unos 30 estudiantes obstaculizaron el tránsito, realizando cánticos y golpeteos de palmas, en reclamo de mejoras presupuestales para dicha Facultad permaneciendo en el lugar hasta la hora 19.45 para posteriormente marchar por Avda. Rivera ocupando media calzada tomando posteriormente por Bvar. Artigas hasta la Facultad de Arquitectura donde arribaron a la hora 21.10 dispersándose posteriormente en forma pacífica.-

[illegible]

Poco legibles.

9208744

002 | 002

I.251.-

Montevideo, 11 de Setiembre de 1992.-

1)- INFORMACION SINDICAL
INDUSTRIA METALURGICA

INLASA: Desde el 3/IX/ se encuentra ocupada, con 90 personas la Planta de Montevideo, y desde el 7/IX/ también la ocupan unos 30 estudiantes, los que se relevan, de acuerdo a lo manifestado por un Dirigente del Comité de Base de Inlasa.- En la actualidad se encuentran cobrando peaje en Camino Maldonado y Cubres siendo 15 operarios los que lo realizan.-

U.N.T.M.R.A: El 13/IX/ a la hora 15.00 se realizará un festival musical a beneficio de los obreros de Inlasa .-

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A: En el día de ayer se realizó la caravana por parte de la Zona la Unión y la Teja. A la hora 09.30 se comenzaron a concentrar en las inmediaciones del Obelisco unos 40 camiones, 15 autos 4 omnibus, siendo un total de unas 1700 personas aproximadamente. A la hora 10.30 comenzaron la marcha por 18 de Julio arrojando volantes y golpeteando las barandas de los camiones con objetos contundentes, como así también realizando cánticos. A la hora 11.00 arriban al M.E.F. donde se bajan de los moviles y se concentran donde hace uso de la Palabra un Dirigente Gremial y otra persona. A la hora 11.40 finalizan dispersandose en distintas direcciones en forma pacífica.-

2)- INFORMACION ESTATAL

SUTEL: Desde el día de hoy y hasta el 17/IX/ se realizarán paros de 24 horas por sector.-

LICEO BAUZA: En el día de ayer a la hora 21.50 se realizó una Asamblea con la participación de unos 80 estudiantes donde se trató la forma de participación en la marcha del día de hoy.-

COORDINADORA DE ESTUDIANTES: En el día de hoy realizaran una marcha desde el Liceo Miranda hasta el Codicen a la hora 17.00 con la participación de los Liceos 6, 16, 18 y 36 los que actualmente se encuentran en Asamblea permanente. En el día de hoy siendo a la hora 21.00 se reune dicha Coordinadora.-

FFOSE: En asamblea realizada en el día de ayer se resolvió: Avalar la Resolución de la Mesa Central y continuar en Pre-conflicto; Volver a reclamar que incorporen los complementos al sueldo básico.-

F.E.U.U: En reunión de esta Federación realizada en el día de ayer en el local de la Facultad de Humanidades y Ciencias se resolvió para el 16/IX/ a las 17.00 realizar una concentración en la Universidad y de ahí marchar al Palo. Legislativo, uniéndosele a esta marcha toda la Enseñanza, siendo la misma por presupuesto.-

...//

301/CC2

9208745

...// Hoja Nro 2.

ASOC.[illegible]: En el día de realizaran una asamblea.-

FED.ANCAP: En el día de ayer se realizó el paro como estaba previs to, con concentración de unas 600 personas frente al Edificio Central de Ancap donde ingresó una delegación a la hora 12.00 retirándose a la hora 14.00 comunicando que el Directorio aún no había tratado los temas por lo que los concentrados proceden a retirarse en forma pacífica. En el día de hoy a la hora 10.30 se efectuará una asamblea General del Gremio en el local de la I.A.S.A.-

[illegible].SUIZA: En el día de hoy se realizará una cena a partir de la hora 20.00 a fin de recaudar fondos para la Campaña del Referendum del 1/X/.-

[illegible]

Doc poco legible.

9208745

002 / 002

P.259.-

Montevideo, 8 de Setiembre de 1992.-

1)- INFORMACION [illegible]

INDUSTRIA DE LA CONSTRUCCION

S.U.N.C.A: Conjuntamente con la UNTMRA, y la SOIMA, realizaran una movilización conjunta, resolviendo parar el 10/IX/, debido a que ambos gremios se encuentran en igual situación con respecto a los ajustes salariales. En el marco de un paro de 09.30 a 12.00 con una concentración a la hora 10.00 en el Obelisco marchando posteriormente en caravana por 18 de Julio hasta el M.E.F. estudiando además la posibilidad de realizar un paro de 24 horas en caso de no surgir avances en las gestiones realizadas.-

INDUSTRIA METALURGICA

I.N.A.L.A.S.A. UNTMRA: La entrevista que iban a mantener en el día de ayer con integrantes del Bco. Central no se realizó. En su lugar los obreros realizaron peajes en Cno. Maldonado y Barrios Amorín.-

2)- INFORMACION ESTATAL

FED.ANCAP: El 9/IX/ se reunirá el Consejo Federal para evaluar el conflicto y analizar las medidas a tomar a partir de la hora 09.00 en el local de la Federación.-

[illegible]: El día 10/IX/ se realizara una asamblea en el local de AEU.-

SUTEL: Estan trabajando a reglamento con cortes de horas extras. El 9/IX/ realizaran un Congreso Nacional de Delegados a efectos de estudiar una Propuesta del Directorio de Antel.-

COORDINADORA DE ESTUDIANTES: La concentración de estudiantes prevista para el día de ayer en el IAVA no se realizó. Desde el día de hoy y hasta el 11/IX/ realizaran paros con asambleas en los turnos intermedios. Está prevista además para el 11/IX/ a la hora 17.00 una marcha del Liceo Miranda al Codicen para solicitar la suspensión de las sanciones impuesta a los estudiantes.-

CSM: En el día de ayer a la hora 15.00 se concentraron en Hocquart y Justicia unos 40 estudiantes pertenecientes al Liceo 29 los cuales entregaban volantes a los peatones y vehículos que pasaban por al lugar.-

POCO LEGIBLE

001/1

RESERVADO

M. D. N. SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	16SET92	HOJA:
		PEDIDO DE INFORME: 67/92		

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 25SET92

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION:

B - TEXTO

- Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.

22/9/92
360

[stamp] ... NACIONAL ... 22 SET 1992 ... 9208747

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV - ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION:

D.G.I.D.

Dpto.II E.M.E.

D.E.I

FIRMA:

El Jefe del Departamento II (Inf.) E.M. S.S.FF.AA.

Coronel

Julio W. Fernández.

[seal: SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS - ESTADO MAYOR - REPUBLICA O. DEL URUGUAY]

001/7

17/9/92
SDI
9208747

RESERVADO

Montevideo, 15 de setiembre de 1992.-

ASPIRANTES A INGRESO AL SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS.

1.- AMARAL SOSA, SILVIA BEATRIZ.- Auxiliar de Servicios.-

Fecha y lugar de nacimiento: 28-6-1968 Montevideo.-

C.I. 2.913.756-5.-

C.C. CDA 71.752.-

Domicilio actual: Rafael Alonso Manz. 68 Solar 1.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Héctor Bonifacio Amaral.-

Nombre de la madre: Blanca Brenda Sosa.-

Nombre del cónyuge:

2.- DAJSSON TEJERA, ADRIANA RITA.- Administrativa.

Fecha y lugar de nacimiento: 1-10-1962 Montevideo.-

C.I. 1.808.962.0.-

C.C. BLB 32.722

Domicilio actual: Cubo del Norte 3775.-

Domicilio anterior: Guadalupe 2055.-

Nombre del padre: Hugo Agustin Dajsson Benedusi.-

Nombre de la madre: Lenzida Tejera López.- 233363

Nombre del cónyuge: Carlos Eduardo Rosales Romero.- 233363

3.- DA SILVA PEREZ, MARIA ESTHER.- Auxiliar de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 10-6-1960 Montevideo.-

C.I.1.742.930-6-

C.C. BDD 4076.-

Domicilio actual: Pasaje E 5539 (Barrio Nuevo)

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Saul Da Silva.-

Nombre de la madre: Ecilda Pérez.-

Nombre del cónyuge:

4.- FONSECA ALVEZ,OLGA ESTHER,- Auxiliar de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 23.9-1954 Artigas.-

C.I. 1.731.351.7.-

C.C. BOA 7158.-

Domicilio actual: Pedro Bazan 4288 Apto. 2.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Artigas Fonseca.(fallecido)

Nombre de la madre: María Alvez (fallecida).-

Nombre del cónyuge: Gualberto Silva Rodriguez.-

5.- GARIN RIBARROYA, MYRIAM LILIAN.- Auxiliar Administrativo.-

Fecha y lugar de nacimiento: 27-2-1968 Montevideo.-

C.I. 1.909.893-7.-

C.C. BAB 48.584.-

Domicilio actual: José Leguizamon 3876.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Carlos Alberto Garin Fontan.-

Nombre de la madre: Ema Liliana Ribarroya González.-

Nombre del cónyuge:

6.- GONZALEZ FONTORA; CLAUDIA RAQUEL.- Auxiliar de Servicios.-

Fecha y lugar de nacimiento: 12-7-1972

C.I. 3.461.657.4.-

C.C. BDA 93.356

Domicilio actual: Teniente Galeano 4114.-

Domicilio anterior: Dunant 4013 Apto. 4.-

Nombre del padre: César González.-

Nombre de la madre: Neliomar Fontora Gerrero

Nombre del cónyuge:

7.- LA PAZ ZUBIAURBE, MARIA DE LOS ANGELES.- Auxiliar de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 25-1-1969 Mercedes.-

C.I. 2.830.543.6.-

C.C. MAA 56.798

Domicilio actual: Oficial 2 Apto. 6.- Km. 16.

Domicilio anterior: Depto. Mercedes.-

Nombre del padre: José Leonidas La Paz.-

Nombre de la madre: María del Carmen Zubiaurbe.-

Nombre del cónyuge:

8.- MAZZIOTTI LA CRUZ, RAQUEL.- Auxiliar de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 24-3-1964 Montevideo.-

C.I. 1.965.401-6

C.C. BDD 4242

Domicilio actual: 20 de Febrero 2835.-

Domicilio anterior: Avda. Instrucciones 3528.-

Nombre del padre: Ruben Mazziotti Pérez.- Pe. F

Nombre de la madre:

Nombre del cónyuge:

9.- NICOLAS WALTER, SANDRA NINOSHKA.- Auxiliar de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 31-3-1960 Fray Bentos

C.I. 1.839.563-9.-

C.C. LAA 30.037

Domicilio actual: 14 de Julio 1368 Apto. 2 .-

Domicilio anterior: Jaime Cibils 2785.-

Nombre del padre:

Nombre de la madre: Blanca Rosa Walter Martines.

Nombre del cónyuge:

PC

004

9208747

RESERVADO

10.- OLIVERA BRANCATO, GRACIELA SHIRLEY. Auxiliar administrativa.

Fecha y lugar de nacimiento: 26-12-1966 Montevideo -

C.I. 1.869.933.0

C.C. BCB 46.181.-

Domicilio actual: Avda. Bolivia 2551 Calle 4 Tira 64 -2731 C.-

Domicilio anterior: Sevilla 1930

Nombre del padre: Ramón Rudemar Olivera Hernandez.- (fallecido)

Nombre de la madre: Teresa Imazul Brancato Miraldi.-

Nombre del cónyuge: Luis Roberto Hernandez Bermudez.-

11.- PEREZ PIAZZE, CARLOS GUSTAVO.- Auxiliar de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 23-9-1973 Montevideo.-

C.I. 1.845.101-9.-

C.C.BNA 52.049

Domicilio actual: Mariano Soler 3395.-

Domicilio anterior: Gronardo 3416.-

Nombre del padre: Ramiro Pérez Veiga.-

Nombre de la madre: Milka Tomasa Piazze.-

Nombre del cónyuge:

12.- PRATES MARQUEZ, ESTELA YUDITH.- Auxiliar de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 30-10-1972 San José.-

C.I. 2.644.123.8.-

C.C. CQA 12.433.-

Domicilio actual: Avda Artigas y Cno.El Polvorín -Suarez-Canelones.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Edison Imar Prates Nicaretta.-

Nombre de la madre: María Celia Marquez Costa.-

Nombre del cónyuge:

13- REVELLO GARIN, ESTELA MARY.- Auxiliar de Servicios.-

Fecha y lugar de nacimiento: 17-7-1972 Flores.-

C.I. 2.974.553.4.-

C.C. RBD 19.337.-

Domicilio actual: Calle 4 4363 Apto. 2.- Cerro.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Eduardo Revello Acosta.-

Nombre de la madre: Gladys Elena Garin Sanchez.-

Nombre del cónyuge:

14- SAGAS MAIDANA, LAURA ANDREA.- Auxiliar de Enfermería.-

Fecha y lugar de nacimiento: 16-12-1970 Montevideo.-

C.I. 1.913.856-1.-

C.C. BNB 46.664.-

Domicilio actual: Sorata 3461

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Rodolfo Sagas Almada.-

Nombre de la madre: Geny Lilian Maidana Campoy

Nombre del cónyuge:

15- VIERA DA CRUZ, CARLOS.- Auxiliar de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 22-2-1962 Artigas.-

C.I. 2.741.568-4.-

C.C. BBB 38.461.-

Domicilio actual: Domingo Arena 4129 Apto. 03.-

Domicilio anterior: Carlos María Ramírez 2169 Apto. 2.-

Nombre del padre: Ricardo Viera Motta.- (Fallecido)

Nombre de la madre: Oraides Da Cruz Gómez.-

Nombre del cónyuge: Rosana Margareth Farias Capó.

16.- VILLAR BENITEZ, ADRIAN FABIO.- Auxiliar de Servicios.-

Fecha y lugar de nacimiento: 12-11-1971 Montevideo.-

C.I. 2.859.868-3.-

C.C. BNA 50.133.-

Domicilio actual:Santa Ana 4018 (Cerrito de la Victoria)

Nombre del padre: Sergio Daniel Villar Silva.-

Nombre de la madre: Dinorah Benitez Silva

ORIGINAL

2418\92

920484 :17/09/92

INFORMACION GENERAL

603

B-3

FASSANO ESTARIA COMPROMETIDO HISTORICAMENTE CON EL MLN

- Se ha tomado conocimiento que en sus inicios periodísticos Federico FASSANO estuvo muy vinculado con el Movimiento citado, ya que éste le brindó mucha información relacionada a ilícitos económicos, operativos a llevar a cabo por las organizaciones, informes políticos etc. Esta información se vería plasmada en varias de sus publicaciones, "Extra", "Ya", "De Frente", etc. y en algunos de sus libros. "Paren las rotativas y otros.

En la actualidad no estarían "ligados políticamente" pero no hay que dejar de ver que el Quincenario "Mate Amargo" y "Tupamaros" se imprimen en la imprenta de "La República" a un bajo costo. Además en las publicaciones de "La República" en ningún número F. FASSANO ataca en forma frontal al MLN es más, en caso de tener que publicar asuntos relacionados con este Movimiento siempre trataría de darle un enfoque objetivo sin apreciaciones, informando lo necesario.

- Hoy en día F. FASSANO se estaría "catapultando" hacia la élite gubernamental, a través de sus publicaciones, a través de la compra de una Emisora Radial, como así también de una por cable para TV.

No obstante se podría presumir que éste adoptaría una línea política-social-Democrática al estilo RODRIGUEZ CAMUSSO (MPF-C/A). pero afuera del F.A., ya que se ve publicamente en sus notas através del diario que adopta posiciones (en las redacciones) a favor de la ruptura de la coalición (implicitamente).

RUPUTURA DEL FA

- Se podría decir que ésta acción estaría basada en los resultados de la votación del 1ro. de Octubre.

EX- FUNCIONARIOS DE LA IMPRENTA NACIONAL

- Se ha tomado conocimiento que en el día de la fecha a la hora 16.00 se realizaría una consentración frente al Edificio del Ministerio de Cultura, ésta sería llevada a cabo por ex-funcionarios de la Imprenta Nacional los cuales hasta el momento no fueron redistribuidos.

En la misma se leería una proclama y se intentaría entrar al edificio.

- Dichas personas no responderían a ningun Movimiento en especial ya que dentro de esta se encontrarían militantes del PVP,PT,Anarcos y algún simpatizante del MLN.

FAX

- Seha tomado conocimiento que el día 07/SET a la hora 1930 se habría recibido un FAX en el Local Central del MLN dirigido al Movimiento. El mismo sería enviado desde los EE.UU. por el Frente Anti-Imperialista Norteamericano. En su texto el mencionado Frente informaria que un delegado de ésta Organización llegaría a Uruguay entre los días 23, 24 ó 25 del corriente mes.

- Por tal motivo se solicitaría que a su llegada, se organize una Conferencia de prensa y que asistán el mayor número de personas representantes de los diferentes movimientos, partidos u organizaciones políticas o sociales del país, inclusive aquellos grupos que apoyen la "causa Palestina".

ORIGINAL

92087442

m.s.

17 setiembre de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920483 /S.O.E.

I.- ASUNTO AMPLIACION MEMORANDUM Nro. 920441

II.- REFERENCIA

III.- T E X T O:

Ampliando lo informado en el Memorandum Nro. 920441 referente al Encuentro de Estudiantes Universitarios (C.E.H.C.E.) realizado el día 07 de los corrientes, se obtuvo la siguiente información con respecto a uno de los oradores de nombre "JUAN":

Nombre : LUDZCANOFF, Juan
- Integrante del Frente Amplio
- Dirigente de la F.E.U.U.
- Delegado al Claustro Federal por la Facultad de Humanidades y Ciencias (Lista 150)
- Delegado Genaral al Claustro (Lista 149)
- Hermano de estudiante suspendida en el Liceo Miranda por los hechos ocurridos el 31AGO92 en dicha institución.

000002

000032

IV.- DISTRIBUCION : Original - Jefe Departamento I
Copia 1.- Jefe Departamento III (OP) - Archivo

FECHA 27 11 92 (S4)
Procesado
OBSERVAC
001/1

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 18 SET. 1992
Pase a Div. Seguridad Militar
Nº de órden 9208749

Cooperativa de las Fuerzas Armadas

Montevideo, marzo de 1992.-

Señor Socio de la Cooperativa de las FF. AA.-

Presente

De nuestra consideración:

Por la presente nos es grato poner en vuestro conocimiento que nuestra Institución, ha realizado un convenio con los Dres. Humberto Teske Núñez y Mauricio Salvo López de Alda, por el cual, usted podrá acceder a los servicios de Asistencia Jurídica.

Abarca este servicio todo lo relacionado con asuntos jurídicos, por ejemplo: divorcios, arrendamientos, sucesiones pensiones alimenticias, asesoramiento penal, etc.-

Los honorarios profesionales podrán ser abonados en 3 cuotas sin recargo o hasta en 10 cuotas de acuerdo a las posibilidades del asociado. Las consultas serán gratuitas.-

Este servicio será a través de órdenes y los lugares de consulta serán los siguientes:

Montevideo: Lunes, Miércoles y Viernes de 08:00 a 10:00 y 18:00 a 21:00 a los teléfonos 98 37 16 y 90 65 92.

Melo: Martes, Miércoles y Juevés de 10:oo a 12:oo y de 18:oo a 20:oo.-
Aparicio Saravia 618 - Tel. 2954

Sin otro particular, saludan muy atentamente.

CONSEJO DIRECTIVO COOPERATIVA FF. AA.

EDUARDO VICTOR HAEDO 2258

TELEFONOS: 49 64 21 al 25
40 21 24 al 25
41 62 10
FAX: 40 14 67

SECRETO

ORIGINAL

D.G.I.D.
DPTO III (UP)
MONTEVIDEO
SEC. C/I
1120.30SET92/
s.p.

9208753

M E M O R A N D U M Nº 9200463/C.I./92

REFERENTE A: ACTO INAUGURACION EXPOSICION S.M.A.

TEXTO:

H. 1030 - Se instala seguridad inmediciones de la puerta de acceso a Estación Central Gral. Artigas.-

H. 1325 - Se detecta grupo de 18 personas que descienden de 2 vehículos, uno de ellos con altoparlantes. El grupo estaba integrado por 5 hombres y 13 mujeres entre las que se encontraban tres mujeres de edad avanzada.-

- Se detectan 4 pancartas y 2 banderas de el grupo ecologísta, las mismas tenían las siguientes inscripciones:
  - "Basta de bombas, ya hay 3 muertos en Salto"
  - "Armas no, granjas sí"
  - "Ecologístas por la paz, no a la guerra"
  - "Invitamos a los países de paz.Costa Rica no tiene armamentismo"

- Se identificó al dirigente ecologista Homero MIERES.-
- La actitud fue pacífica.-
- Por los altoparlantes divulgaban las siguientes consignas:

  "Uruguay invierte U$ 300 millones de presupuesto militar por año y U$ 100 millones en entrenamiento"

  "Eliminar el culto a las armas y hacer el culto a los tractores"

  "No estamos contra la estructura militar sino contra los políticos que fomentan estos gastos"

  ""Cambiar tanques por tractores, por escuelas y por granjas"

- Se relevaron las siguientes matrículas, y según Policia de Tránsito se obtuvo:

  Mat.: 219.954 - M/M Zastava color naranja, Prop.: Homero MIERES, Dom.: Durazno 1630.-

  Mat.: 151.[illegible] - M/M Chevrolet, Prop.: Homero MIERES, Dom.: "Centro Ma-Pa" - 18 de Julio 1235.-

- Se adjuntan volantes y fotografías del lugar.-

DISTRIBUCION: Original: Jefe del Dpto. I
Copia 1 : Archivo Div. C.I.

SECRETO

9208753

001-007

Partido del Sol

Sede Central:
18 de Julio 1235
Montevideo - Uruguay
Tel.92.38.32
Fax 90.67.39

BOLETIN INFORMATIVO

2010 - 3010

El Partido del Sol fue legalizado por la Corte Electoral el 5 de Febrero de 1992. Participará en las Elecciones Nacionales de 1994 con las Listas 2010 y 3010 en 16 Departamentos en que ya fueron aprobadas por las Juntas Electorales, faltando los ajustes de número con Maldonado, [illegible] y Treinta y Tres.

Reuniones de los Ecologistas del Sol:
Todos los viernes hora 19y30.

Jóvenes ecologistas:
Todos los miércoles hora 19y30. Coord.: Federico Martínez y Carmen Segundo.

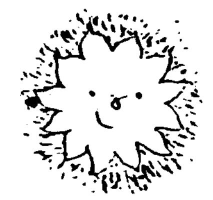
Encuentros Mensuales en la Villa del Sol

Quinta ubicada en la zona de Cuchilla Alta, donde jóvenes y familias pasan fines de semana. Una vez por mes se realizan actividades planificadas para los ecologistas del Sol. **Participa.**

Radios:
Se informará diariamente sobre la actividad del **Partido del Sol** por CX40 Radio Fénix, a las 8:30 y 0:30 de lunes a viernes; también Homero Mieres y Mabel Portillo dirigen los programas de Psicología AMbiental en CX38 SODRE (martes 9:15); CX22 Universal (miércoles 15:35); 90.3 FM del Mar (jueves 14:50); CX14 El Espectadr, (viernes 17:30)

Emblemas: Un barco al sol

El Movimiento Verde del Uruguay (MOVER), impulsará el Partido del Sol. Sus emblemas son:



El emblema del Partido del Sol: campo verde con un sol central



El emblema del MOVER, fundado en 1986: el barquito(creado en la rev. Vida Verde Nº1(D. L. 230.472/87) de Noviembre de 1987 y registrado con el exp. 521513 en Dir. Nal. de la Prop. Industrial.

El Partido del Sol trabajará conjuntamente con el Movimiento Verde del Uruguay (MOVER), grupo civil fundado en 1986 por Homero Mieres, Mabel Portillo, Susana Furtado, Helder Scanavino y Libia Trabella (Acta Fundación Dpto. Legal - 218.743/86. En noviembre de 1986 ralizó el Primer Encuentro Ecologista Nacional en el Cine Cordón y en Diciembre de 1988 resuelve convocar para la fundación del Partido Verde. Después de participar en las Elecciones del 89 donde se obtuvieron 11mil votos se pierde el Lema a manos de un grupo de ciudadanos que se presentaron secreta y arteramente ante la Corte Electoral y, a los que el hecho de presentarse primero les dió un derecho que no pudieron obtener por representación. Los mismos fundadores del Partido Verde: Mabel Portillo, (ex candidata a Vicepreseidencia), Homero Mieres, (ex primer candidato a Diputado en los 19 Departamentos), Ing. Tulio Avelino (ex candidato á Intendente por Canelones), Adriana Graña (ex candidata a diputada) y doscientos ecologistas más realizaron el Acta Fundacional del Partido del Sol el 27 del 9 del 91 con la Esc. Miriam Bellini y se presentaron a la Corte Electoral concediéndole ésta el Lema el 5 de febrero de 1992.

3 Mo-Ver se inauguran:

(1) **Mo-Ver San Lorenzo** - bajo la dirección de Mario Perazzo se inaugura el 6/9/92 en Lancaster 4536 Tel. 257096
(2) **Mo-Ver La Teja** - Luis Batlle Berres 4661 Tel. 395314, coordinada por los esposos Da Rosa (fecha inauguración a confirmar).
(3) **Mo-Ver Buceo** - Rizal 4044, coord. Nelba Duré.
Nota: Trabaje para un Mo-Ver en su zona. Llame al 90.67.39.

- **Gira nacional.** Se prepara la gran gira por los barrios de Montevideo. Se prepara la "Expo- Vida: ya se cuenta con un tractor Jhon Deere para trasladar la misma. El tractor y un auto Chrisler M.30 serán rifados para fondos en la campaña ecológica federal.
- **EL Ministro Andrés Ramírez** - Recibió a los dirigentes del PArtido del SOl (INg. Avelino, Psic. Portillo, Prof. Pírez y Lic. Mieres), quienes le plantearon la necesidad de una reforma constitucional que tenga en cuenta un modelo económico federal. (Ver Ultimas Noticias y La República de 27 de febrero de 1992).

- **Antinuclear**- la gira de los ecologistas frente a la posibilidad de una Central Atómica en Paso de los Toros ha sido permanente. El Ing. José Sendín y Lic. Homero Mieres fueron asesores en la Junta Departamental de Tacuarembó primer órgano que se declaró desnuclearizado. ENEA-Colonia dirigida por Mario Leal y [illegible]yna Domínguez realizan un importante trabajo para que también Colonia se declare desnuclearizada. La campaña continuó por Durazno, Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres. Recientemente la Junta de Florida escucharon al Ing. Sendín, Prof. Pírez, Ing. Avelino y Lic. Mieres. La delegación de ENEA (12 personas), a la ECO'92, también planteó el tema en ese Foro Internacional. En estos días la gira continúa a Maldonado y otros Departamentos. La meta es Uruguay Desnuclearizado, planteo realizado a la Comisión de Higiene del Parlamento. (Ver La República 16 deNoviembre de 1990).

Excursiones:
Actividad Próxima: Piriápolis Centro Termal Marino y Reserva 13/9/92. Córdoba: 1er. Encuentro Internacional de Educadores Ambientalistas (Setiembre de 1992).

YO QUIERO AFILIARME AL PARTIDO DEL SOL

NOMBRE: . . . . **Tel.:** . . . .
DIRECCION: . . . . **Depto.:** . . . .
Adherente: N$2.000 p/mes - Activo: N$5.000 p/mes

Partido del Sol
Enviar a los Centros Mo-Ver, la Sede Central de 18 de Julio 1235 o por el teléfono 90.16.16.

ESTATUTOS DEL PARTIDO DEL SOL APROBADOS POR LA CORTE ELECTORAL EL 5 DE FEBRERO DE 1992

ACTA: ***En la ciudad de Montevideo*, en el local de la Avda. 18 de Julio N° 1235, el día 28 de Setiembre de 1991, siendo la hora diez, los abajo firmantes resuelven fundar una agrupación *política* bajo el nombre y lema de Partido del Sol, aprobando los siguientes Estatutos:**

ESTATUTOS: Art. 1 - El Partido del Sol, Federal y Pacifista es una asocianción fraternal entre personas iguales y libres, que promueven un ecologismo planetario, un modelo federalista y una cultura pacifista.

Art. 2 - Es una organización propiciadora de los principios democráticos y pluralistas y defensora del Estado de Derecho, que trabajará por una conciencia latinoamericanista y planetaria, bregando por satisfacer las necesidades primordiales de la Vida: alimentación suficiente, vivienda básica, educación integral, trabajo creador y productivo, salud, libertad como principio inalienable y convivencia pacífica entre individuos y naciones.

Art. 3 - Inc. a) El Partido del Sol tiene como principios:
Ecologismo: Los integrantes del Partido del Sol compartimos la Carta que el Cacique Seatle envió al Presidente Franklin Pearce cuando éste le ofreciera comprar las tierras donde habitaba: Reconocemos a la tierra como nuestra madre y a todos sus habitantes como nuestros hermanos. Reconocemos que la tierra no pertenece al hombre, sino que el hombre pertenece a la tierra y que lo que ocurre a la tierra ocurrirá a los [illegible]s de ésta y que todas las cosas están relacionadas.Tenemos la obligación de salvaguardar los delicados equilibrios del entorno natural y de utilizar y desarrollar los recursos humanos para el bienestar de todos. Comprometemos nuestras energías y recursos de espíritu para la preservación del hábitat para todos los habitantes del planeta y para las infinitas posibilidades del mejoramiento humano.

Federalismo: Esta organización política trabaja por la descentralización del país, propiciando una organización federalista. Es contraria a la macrocefalia imperante, donde la capital absorve al país económica, política y culturalmente. Trabaja por una organización federalista del país donde se replantee la actual organización política, se jerarquise el biorregionalismo y se rescate los deseos de José Artigas sobre un *país* organizado federativamente, cuando dice en 1828 al Gral. Paz: "Yo quería la autonomía de las Provincias, dándole a cada Estado su Gobierno propio, su Constitución, su bandera y el derecho a sus representantes, sus jueces y sus gobernadores, entre los ciudadanos naturales de cada Estado. Esto era lo *que yo había pretendido para mi provincia y para las que me* habían proclamado su Protector."

Pacifismo: El Partido del Sol brega por un pacifismo nacional e internacional, con el objetivo de asegurar la paz permanente en el mundo, donde la educación centre sus esfuerzos a formar hombres que jerarquicen los Derechos Humanos, los de los animales y un pleno respeto a los hábitats naturales, propiciando pueblos que gasten sus recursos económicos y educativos en estructuras para la Paz, donde el armamentismo y la formación para la guerra sean sustituídos por granjas cooperarias, escuelas solidarias y creativas. Al decir de Martin Luther King en 1967: **"La sabiduría que nace de la experiencia debería decirnos que la guerra está pasada de moda" ... "Así, pues, si llegamos a aceptar el hecho de que la vida vale la pena ser vivida, si creemos que el género humano tiene derecho a sobrevivir, también será necesario encontrar una alternativa para la guerra."**
Inc. b) - Sus objetivos son: 1) Defensa de la Vida en toda su extensión y en todas sus manifestaciones. 2) Bregar por el ideal de los sentimientos amistosos entre las personas y los pueblos, a fin de formar una conciencia planetaria basada en la real naturaleza humana. Desarrollar todas las formas de solidaridad y luchar contra la agresividad de nuestra especie. 3) Utilizar el Cooperativismo como instrumento de relación y desarrollo social. 4) Propiciar cambios comportamentales que conduzcan a fomentar vínculos afectivos y a rechazar la codicia, el parasitismo social, la traición, los vicios colectivos, los sectarismos y toda otra forma de abuso en la interrelación humana. 5)Crear una amplia vocación contraria a la guerra y a todo desarrollo de las técnicas belicistas. Así como el no fomento del juguete bélico y apoyar a organizaciones que propician trabajos y actividades dentro de la antiviolencia y del eco-pacifismo. Trabajar por un país y una América desnuclearizada. 6) Defender la libertad como un derecho biológico primordial, que incluya a todas las personas en cualquier lugar del mundo sin ningún tipo de prejuicio; respetando, así mismo, el derecho de los animales a vivir en libertad en su habitat natural. 7) Promover la elaboración de un Plan de Vida para todos, atendiendo a los aspectos relacionados con la salud, el ambiente y el desarrollo *psicofísico* del individuo, así como una educación integral que promueva una gestación saludable, una infancia cuidada, una paternidad responsable, la defensa del núcleo familiar y la integración y bienestar de las personas de tercera edad. promover campañas educativas para la prevención del uso de drogas legales e ilegales. *8) Incluir la enseñanza hacia el Federalismo* y el Pacifismo como modelos de sociedad, así como el amor a la Naturaleza en los programas de enseñanza de todos los niveles. 9) Mantener el ideal de derechos para todos y la abolición de los privilegios, favoreciendo las superioridades intrínsecas en detrimento de las desigualdades extrínsecas. 10) *Propiciar* la inserción de la mujer en los diferentes ámbitos y funciones sociales y políticas, poniendo a su alcance la ca-

ENCUENTRO DE LOS ECOLOGISTAS DEL SOL

Sábado 12 de Setiembre - Hora 14 - 18 de Julio 1235.
- **Reorganización del Consejo Directivo.**
- **PLanes hasta 1994.**

pacitación para ello y brindándole los mismos derechos. Evitar la utilización de la mujer como objeto. 11) Propiciar educación y leyes que favorezcan la integración social de los negros y otras minorías, favoreciendo su formación y una política que proteja su identidad cultural. Fomentar estudios antropológicos que canalicen la investigación y valoración sobre los primeros habitantes de estas regiones y apoyar a descendientes de las comunidades indígenas de nuestro país. Bregar por una Indoamérica desarrollada en sus propias culturas. 12) Educar para una mejor economía doméstica. Defender al consumidor promoviendo la organización, la educación y la difusión de los conocimientos necesarios para una buena elección de lo que consume, evitando así que caiga presa de la publicidad incorrecta y la intermediación indebida. 13) Promover a nivel comunitario el deporte, los juegos, la recreación y el mejor manejo del tiempo libre, así como el turismo social y ecológico. 14) promoción del trabajo creador y productivo, así como de la investigación científica y el Arte en todas sus manifestaciones. Jerarquizando, además, la labor del ama de casa como trabajo. 15) Propender al uso racional de los recursos naturales y de la tierra y a su mejor distribución social. 16) Favorecer el desarrollo rural, controlar la masificación urbana y mantener los espacios verdes en las ciudades. 17) Evitar la depredación de los diferentes ecosistemas naturales, la contaminación y la polución, protegiendo la flora y la fauna en todas sus expresiones. Evitar la formación de ecosistemas artificiales desfavorables para la salud humana y planetaria. 18) Inculcar el principio de la responsabilidad humana en el cumplimiento de las obligaciones asumidas frente a los demás y consigo mismo, así como la obligación que tenemos de preservar el planeta para las generaciones futuras.

Integrantes del Consejo Ejecutivo del Partido del Sol



Ing. Tulio Avelino: Docente - Ex-candidato a Intendente por Canelones por el PVEE.
Prof. Ana María Pírez: Docente - Casada, dos hijos - Secretaria General del Partido del Sol.
Psic. Mabel Portillo: Casada, dos hijos - Ex-candidata a Vicepresidente de la República por el PVEE. Actual Presidente del Partido del Sol.
Lic. Homero Mieres: Psicólogo - Ex-candidato a Diputado por el PVEE en los 19 Departamentos. Presidente Alternativo del Partido del Sol.



Partido del Sol
18 de Julio 1235
T.90.16.16 - Fax .90.67.39
Montevideo - Uruguay

24 11 92 (RJ)

ASUNTO

Movilización por la Paz y contra las armas





Se invita al pueblo en general a expresarse:

*** En solidaridad con los civiles de Bosnia, Sarajevo, Croacia, Servia y Montenegro, pueblos de la ex-Yugoslavia masacrados por las armas.**
*** Contra el culto, exposición y venta de armas promovidas por el gobierno uruguayo en la Expo-Armas de la Estación Gral. Artigas.**

DIA: Viernes 11 - Hora 18.
LUGAR: Frente a la Estación Gral. Artigas. Calle La Paz y Rio Negro.
INVITAN: * Partido del Sol, Federal y Pacifista.
* Movimiento Verde del Urùguay.
* Escuela Nal. de Ecología Aplicada.
18 de Julio 1235 - T.90.67.39 - Montevideo - Uruguay

---

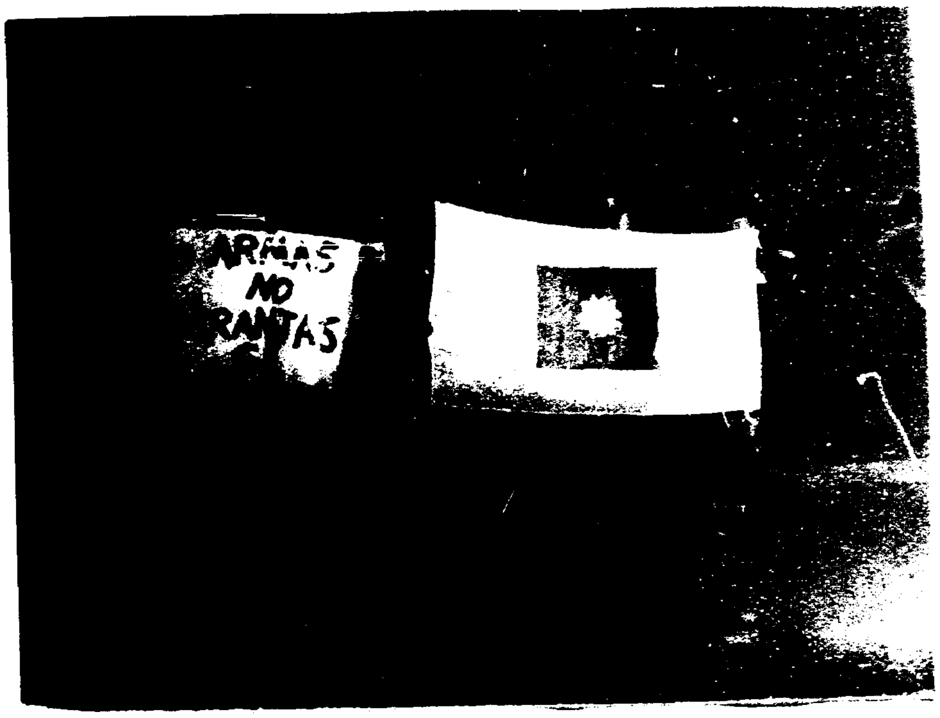
* Uruguay es el 4to. país en el mundo en efectivos militares por habitante.
* Uruguay gasta cerca de 300 millones de dólares anuales en defensa.
* Uruguay tiene un tanque cada 45 mil personas.

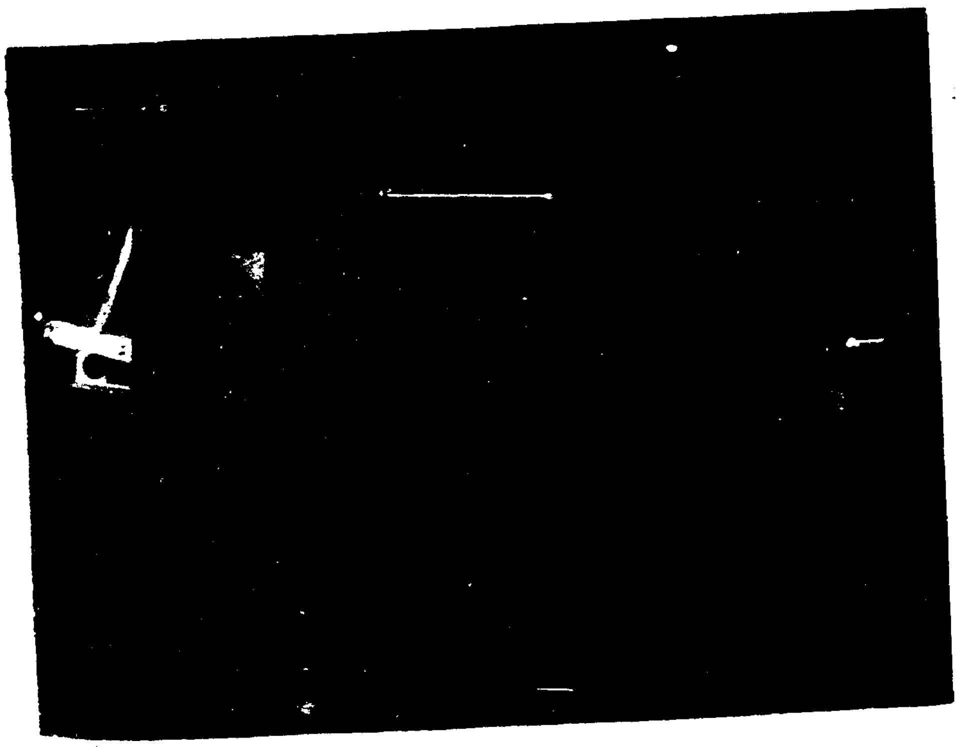
Los ecologistas no están contra la institución militar, pero consideran que si Uruguay precisa seriamente el MercoSur, deberá canalizar sus recursos en Salud, Educación y modernización tecnológica.

Costas Rica sólo gasta el 4% de sus recursos en defensa y también tiene tres millones de habitantes.

Parte del Estatuto del Partido del Sol aprobado por la Corte Electoral en febrero de 1992.-
Pacifismo

El Partido del Sol brega por un pacifismo nacional e internacional, con el objetivo de asegurar la paz permanente en el mundo, donde la educación centre sus esfuerzos a formar hombres que jerarquicen los Derechos Humanos, los de los animales y un pleno respeto a los hábitats naturales, propiciando pueblos que gasten sus recursos económicos y educativos en estructuras para la Paz, donde el armamentismo y la formación para la guerra sean sustituidos por granjas cooperarias, escuelas solidarias y creativas. Al decir de Martin Luther King en 1967: **"La sabiduría que nace de la experiencia debería decirnos que la guerra está pasada de moda" ... "Así, pues, si llegamos a aceptar el hecho de que la vida vale la pena ser vivida, si creemos que el género humano tiene derecho a sobrevivir, también será necesario encontrar una alternativa para la guerra."**


ARMAS
NO
RANTAS



Nº DOCUMENTO
TITULO
AMBITO FINANCIERO
24-7-92

Exclusivo: lo dijo el jefe de la fuerza, quien justificó la purga en la cúpula por la bomba

Gendarmería: admiten que hubo bajas por narcotráfico

Escribe
Jorge Pedro Barceló

Antonio Ermán González anunció ayer "relevos" y "**cambios de funciones**" **en la Gendarmería Nacional**, luego del atentado explosivo que hirió seriamente al ayudante del jefe de esa fuerza, admitió ayer el ministro de Defensa, antes de viajar hacia Croacia.

El ministro González firmó anteayer el pase a retiro del director de Operaciones, Guillermo Echagüe, y el pase a disponibilidad del director de Inteligencia de esa fuerza de seguridad. Sus reemplazantes son el comandante general Guillermo Medina y el comandante mayor Carlos Bruno González Patiño, respectivamente.

El titular de la cartera de Defensa señaló también que "**aunque por el momento no hay ninguna prueba ni ningún elemento serio como para tomar otras medidas mucho más concretas**", se han ordenado "**algunos relevos**" para "**preservar el prestigio de la institución**".

González, quien calificó al atentado que sufrió el comandante **Roberto Villalba** como "**criminal**" aseguró que el casete explosivo que había sido enviado al edificio Centinela a nombre del jefe, comandante general **Jorge Suerz**, "**contenía algún tipo de amenazas que inclusive llegaban hasta el ministro**", lo cual revelaría que "**algo no está funcionando bien**".

"**Hasta el momento no hay ningún tipo de sospechas, pero hemos producido algunos relevos, hemos ordenado el cambio en puestos de trabajo de muchos efectivos, pero no pesa sobre ellos ninguna condena especial**", aseguró González.

Por su parte, el comandante general **Suerz** admitió que el atentado dirigido a él y sufrido por su ayudante pudo haber sido ideado por el narcotráfico y ejecutado por "**la mano de obra desocupada**" de su propia fuerza. En diálogo con **Ambito Financiero, Suerz** explicó:

Periodista: ¿En qué basa su afirmación?

Jorge Suerz: Nosotros estamos investigando y hemos partido de dos hipótesis. La primera es que el atentado es producto de algún resentido, que haya sido desplazado a fines del año pasado o principios de éste y que de esta forma haya querido vengarse, para decirlo de alguna manera.

P.: ¿Y la segunda?

J.S.: La segunda tiene que ver con la depuración que hicimos en la fuerza del año pasado, de algunos elementos sospechados de haberse involucrado con el narcotráfico. A ellos aludo.

P.: Su afirmación parece muy genérica, ¿no me puede precisar?

J.S.: Al hacer la investigación no hemos dejado de advertir que también la Secretaría de la Drogadicción, o más precisamente el doctor Lestelle, con quien nosotros trabajamos en forma conjunta, recibieron amenazas producto de la acción que se lleva a cabo.



Erman González

• Corrimiento

P.: Si hay sólo dos relevos, ¿por qué se habla de muchos cambios?

J.S.: Porque usted no desconoce que los relevos en la cúpula, como son las direcciones de Operaciones e Inteligencia, producen un corrimiento hacia arriba de mucha gente. Además no son sólo dos. Hay 4 o 5 disponibilidades más, de oficiales de menor jerarquía, comandantes principales y un mayor, que también obligan, para cubrir las funciones en las que estaban, a un corrimiento.

P.: ¿Los relevos del año pasado tenían que ver con el narcotráfico?

J.S.: No todos. La mayor parte tuvo que ver con una diferencia de criterio respecto de lo que el jefe de la fuerza piensa. Con un estilo de trabajo. No le dieron a su labor la dinámica que yo pretendía.

Más tarde **Suerz** también afirmó que **había elementos "carapintadas"** en la institución pero que éstos fueron alejados cuando asumió la jefatura de la fuerza.

El atentado explosivo dirigido a **Suerz** le provocó a su ayudante **Villalba** la pérdida de tres dedos de su mano izquierda y sufrió heridas en el abdomen y en el ojo izquierdo, siendo atendido en el Hospital Militar Central donde se informó que se encuentra "**fuera de peligro**".

01/03 9208754

La poda de Gendarmería viene en cuotas

Ricardo Balleste

Fueron relevados los jefes de Operaciones, de Inteligencia y de la Escuela Superior. Habrá más cambios.

La Gendarmería confirmó ayer la separación de sus cargos de los comandantes generales Guillermo Echagüe, jefe de Operaciones; Julio Marino Tabossi, jefe de Inteligencia, y Hugo Héctor Greca, director de la Escuela Superior. Estos tres desplazamientos obligaron a recolocar a otros cuatro miembros de la plana mayor de la fuerza, pero sólo se trata de un primer capítulo: el lunes próximo se anunciarán más cambios.

La reestructuración decidida el martes pasado por el director general de Gendarmería, comandante general Jorge Suerz, en combinación con el ministro de Defensa, Antonio Erman González, se trabaja en la fuerza como una obra de ingeniería, ya que llevará a la reubicación de buena parte de los oficiales superiores.

Así, ni siquiera los tres primeros objetivos de la reestructuración se resolvieron de la misma manera. El comandante Echagüe pasó a retiro definitivamente, mientras que el jefe de Inteligencia, Tabossi, sólo quedó en disponibilidad. Greca, el tercero, está virtualmente "en el aire", según explicaron fuentes del arma, ya que aún no se definió su nueva situación.

Echagüe y Tabossi eran dos de los hombres de los que el ministro de Defensa dijo que habían tenido "alguna suavidad" en la labor contra el narcotráfico y de los que el director de la institución, Suerz, afirmó que "no le dieron la dinámica necesaria" a la labor que debían emprender.

Para reemplazarlos, Suerz eligió al comandante general Juan Guillermo Medina como nuevo director de Operaciones, al comandante mayor Carlos Bruno González Patiño como director de Inteligencia, y al comandante mayor Juan Carlos Medina a cargo de la Escuela Superior.

Estos tres cambios derivaron en otros cuatro nombramientos: el comandante mayor Armando Pedro Iuvale como nuevo secretario general, el comandante mayor Huberto Juan Sequín como nuevo director de Finanzas, el comandante mayor Enrique Horacio Mariño como nuevo jefe de Plana Mayor de la Jefatura de Institutos y el comandante mayor Ramón Jorge Omar Espíndola como nuevo jefe de la Región Cuatro, La Pampa.



La conducción de Gendarmería impuso los primeros relevos.
Quiere más protagonismo en la lucha contra el narcotráfico.

De acuerdo con fuentes de la fuerza, estas siete recolocaciones son sólo el primer capítulo de una modificación general que proseguirá con nuevos anuncios el próximo lunes. Evidentemente, el atentado contra Suerz dio pie para un reordenamiento que el director tenía in pectore desde tiempo atrás.

Los 60 gramos de pólvora destinados a Suerz estallaron en la mano izquierda de su ayudante, comandante Roberto Villalba, el sábado por la mañana, cuando intentaba revisar un casete que había llegado a la oficina del director el día anterior. Villalba perdió tres dedos —salvó el pulgar y el índice— y sufrió heridas en un ojo y en el abdomen. Pese a todo, se recuperó y Suerz confirmó que aún lo espera su puesto.

Al mismo tiempo, el atentado ratificó públicamente el lugar que la Gendarmería quiere tener en la lucha contra el narcotráfico, uno de los temas centrales para las fuerzas de seguridad en estos momentos. Gendarmería tiene jurisdicción sobre dos territorios clave: la provincia de Misiones —que se conoce como "el país de los gendarmes"—, por donde entra marihuana de Paraguay, y Salta y Jujuy, puerta permanente de cargamentos pequeños y grandes de cocaína y pasta de coca elaboradas en Bolivia. La fuerza confía en que la discusión en el Consejo de Seguridad con el ministro del Interior, José Luis Manzano, permita deslindar [illegible] con las policías y les asegure [illegible] yor injerencia en uno de los temas que considera propios.

Hubo otras sanciones en la Gendarmería

Cambios: con el pase a disponibilidad de otros cinco comandantes mayores y un comandante principal, quedó cerrado el capítulo que originó problemas internos en la institución.

En una prolongada reunión de altos mandos, el director nacional de Gendarmería, comandante general Jorge Suerz, informó ayer sobre las medidas adoptadas para ordenar la fuerza que, como se sabe, motivaron el retiro del director de Operaciones, comandante general Guillermo Echagüe, y el pase a disponibilidad del director de Inteligencia, comandante general Julio Marino Tabossi.

Posteriormente, y por una denuncia que presentó Suerz ante la Justicia Federal, por desorden administrativo en la Escuela Superior de Gendarmería, paso también a revistar en disponibilidad el comandante mayor Hugo Grecca.

Otras sanciones

Al reciente alejamiento de Grecca, se sumaron ahora los comandantes mayores Ricardo Spadaro, Pablo Regiardo, Mario Almirón y Bernardino Rey y el comandante principal Raúl Valdéz. Todos pasaron a disponibilidad.

Esta situación de revista no implica, empero, que vayan a ser separados de la institución, sino que no tendrán cargo alguno hasta que la Junta Superior de Calificaciones analice cada situación, a la luz de sus legajos.

En el caso de Sapadaro, su alejamiento del cargo motivó un pedido de las fuerzas vivas de Formosa, provincia en la que revistó durante las inundaciones.

Según trascendió, Suerz los puso a todos ellos en disponbibilidad porque "no gozaban de su total confianza", lo que en la jerga militar resulta grave cuando se trata de oficiales superiores o jefes.

Las razones de esa pérdida de confianza las habría dado Suerz durante la reunión que mantuvo con los siete comandantes generales que quedaron en la plana mayor de la institución, tras el elejamiento de Echagüe y Tabossi.

Las medidas adoptadas por el jefe de Gendarmería están en conocimiento del ministro de Defensa, Antonio Erman González, y cuentan con su total aprobación.

Al regreso de González al país, serán aprobadas las designaciones que motivarán los corrimientos que todo cambio genera en el escalón de mandos.

No serían más de 30 esos cambios de aquí a fin de año, ya que la reestructuración de fondo llegará para entonces.

Se cierra así un capítulo de los problemas internos que derivaron inclusive de la gestión del ex titular de la fuerza comandante general (R) Adalino Barberis, y que Suerz heredó tras el forzado alejamiento de su antecesor.

Es posible que la bomba que detonó en las manos del comandante Ricardo Villalba haya apresurado los cambios en los mandos y que estaban flotando en el ambiente, pues Suerz siempre quiso conducir la institución con su estilo y con los hombres de su confianza.



Jorge Suerz

Aniversario

Hoy Gendarmería Nacional cumple 54 años de existencia. Más de medio siglo de una eficiente labor al servicio del país. A las 12, en el patio interno del edificio Centinela, habrá entrega de diplomas a "jefes honorarios" y medallas por Bodas de Plata al personal que sirvió a la institución con lealtad, honestidad y sacrificio. También habrá un homenaje a los gendarmes fallecidos.

La historia de la institución, seguramente, reconfortará a sus hombres después de los acontecimientos acaecidos en los últimos días.

Francisco J. Papini

'Cannabis' volta a mobilizar Londres

'Times' publica novo manifesto e pede maconha legalizada

Franklin Martins
Correspondente

LONDRES — Vinte e cinco anos depois da publicação no jornal *The Times* de um anúncio pedindo a decriminação do consumo da maconha, os ex-Beatles Paul MacCartney, George Harrison e Ringo Starr — que, juntos com John Lennon, lideraram o movimento de 65 personalidades naquela época — deixaram de assinar o manifesto publicado ontem no mesmo jornal voltando a insistir na reivindicação. Os organizadores do abaixo-assinado não souberam explicar os motivos que levaram os ex-Beatles a não se integrar à iniciativa.

"Fumar maconha é uma característica da vida britânica. Estima-se que o número de pessoas que usam *cannabis* neste país ultrapassa os 5 milhões. Mais pessoas fumam *cannabis* do que vão aos estádios de futebol, visitam galerias de arte ou comparecem à igreja no domingo. São pessoas de todas as profissões, grupos, classes sociais e segmentos da comunidade. Elas não se encaixam em nenhum estereótipo. Na verdade, a única coisa que têm em comum é o fato de desobedecerem à lei", diz o manifesto que saiu ontem numa página inteira do *The Times*, assinado por 209 personalidades, entre as quais deputados, artistas, cientistas, advogados, religiosos, intelectuais e médicos.

Os signatários pediram ao ministro da Justiça que reconhecesse o fato de que a proibição da maconha provoca mais criminalidade e dano à sociedade do que o uso da droga e reivindicaram não só sua descriminação como o estabelecimento de mecanismos para o fornecimento legal da *cannabis* a seus consumidores. Eles asseguram que exaustivas pesquisas demonstraram que a *marijuana* não é uma droga com efeitos poderosos ou permanentes, tendo basicamente uma "conotação recreativa".

A situação legal dos consumidores de maconha hoje na Grã-Bretanha é pouco diferente daquela de 1967, que motivou o primeiro manifesto, num ato que tinha muito de solidariedade a Mick Jagger, integrante do conjunto de rock Rolling Stones, preso com drogas. Depois que centenas de pessoas fizeram um ato de protesto contra a legislação vigente no Hyde Park, surgiu a idéia do anúncio no *The Times*, que chocou a Inglaterra conservadora.

Era o tempo da revolução dos costumes, da disseminação da pílula anticoncepcional, da crítica aberta à sociedade de consumo, dos protestos contra a guerra do Vietnã, da influência do igualitarismo da Revolução Cultural chinesa e da guerrilha cubana — um caldo de cultura que geraria as manifestações estudantis de 1968 na Europa e na América e, posteriormente, o movimento hippie — e também das primeiras experiências com drogas. Para muitos, um dos sucessos dos Beatles, *Lucy in the Sky with Diamonds*, tinha as iniciais do LSD e

Liberati



descrevia uma *viagem* com o ácido lisérgico.

Em 1967, 2 mil 393 foram presas no Reino Unido por consumirem *marijuana*. Em 1990, foram registradas 40 mil 194 ocorrências policiais por uso da mesma droga — dezesseis vezes mais do que no ano do manifesto a favor da legalização, que ontem completou um quarto de século. Essa situação, para os defensores da descriminação da *cannabis*, é intolerável.

Em editorial, o *The Times*, um jornal conservador, defendeu ontem uma radical mudança na lei. Depois de classificar a proibição da droga como uma "esquisitice histórica", fruto de preconceitos das gerações anteriores, *The Times* diz que a maconha é menos perigosa que o álcool e causa menos dano que o cigarro. "*Cannabis* e outros narcóticos suaves não são drogas perigosas. São consumidas por amplos setores da população. É uma coisa estranha que depois de 25 anos ainda esteja proibida e o tabu em torno dela permaneça tão grande. A luta para libertar o indivíduo do Estado-babá ainda está muito distante de ter sido vitoriosa", concluiu o editorial.

ENTO
LA MAÑANA
25-7/92

ENTRADO
CRUZADO

Duro golpe al narcotráfico

SANTIAGO DE CHILE. (E - FE).- La detención de un argentino y un chileno y el decomiso de un alijo de seis kilos de cocaína, ha posibilitado que la Policía chilena desbaratase una red internacional de narcotráfico que operaba en Arica, a 2.051 kilómetros al norte de Santiago, y también en Alemania e Italia.

La diligencia fue realizada por efectivos del departamento antinarcóticos de la Policía uniformada de Carabineros (OS-7) en la ciudad de Arica, situada en la frontera con Perú y centro del creciente tráfico de drogas en Chile.

El OS-7 se enteró que operaba en Arica el argentino Armando Marcelino Gómez Núñez, quien había cumplido sentencia en Frankfurt, Alemania, por tráfico de drogas.

El narcotraficante fue localizado y detenido por la Policía mientras transportaba una caja de embalaje de cassettes, en cuyo interior, había 6 kilos y 49 gramos de cocaína adquirida en Bolivia y lista para ser enviada a Italia.

En el momento de su detención, el argentino estaba acompañado del ciudadano chileno Féliz Rivera Reyes, de 51 años, quien fuera su compañero de prisión en Alemania.

La Policía determinó, además, que otro chileno y conocido traficante internacional, identificado como Nicolás Villarreal, con residencia en varios países de Europa, era el financiador de la operación.

Horas antes de esta operación, el mismo OS-7 de Carabineros, detuvo en una parcela del Valle de Azapa, cercano a Arica, a una familia de bolivianos indocumentados, que tenían en su poder cinco kilos de cocaína base, valorada en cerca de 500.000 dólares.

La droga era repartida en Arica por la familia integrada por Carmelo Yampara Mamani, 58 años; Genaro Yampara Lovera, 37 años; Luis Yampara Lovera, 34 años y Javier Guarachi Yampara, 22 años, todos bolivianos y residentes.

01/01

920875

El mapa de los traficantes

AFP

LAS RUTAS CLANDESTINAS

(Por E. F.) La ex Yugoslavia se convirtió en los últimos cinco años en uno de los más grandes y jugosos emporios de la venta de armas y el tráfico de drogas, a medida que la crisis política sumergía en una recurrente guerra civil y en la definitiva disolución a la Federación creada a la salida de la Segunda Guerra Mundial. Argentina no está ausente de este nuevo mercado en ninguno de ambos rubros y contó para ello con la ayuda de un flamante compatriota: el sirio devenido argentino Monzer Al Kassar, actualmente detenido en España (ver aparte).

Las autoridades de la aduana de Belgrado, consultadas por **Página/12**, confirmaron hace varios meses el arribo de containers repletos de armas y pertrechos de guerra provenientes de "los dos grandes puertos atlánticos de América del Sur, Brasil y la Argentina". Según informaciones convergentes de Yugoslavia y del resto de Europa, la proporción de armas llegadas del Cono Sur se elevaría a unas 10 toneladas de material "atlántico" —Argentina y Brasil— y a unas 50 toneladas del Pacífico, es decir, Chile.

Las primeras entregas de armas llegadas de la Argentina al conflicto croata entraron en los Balcanes por las costas albanesas, según fuentes del gobierno federal yugoslavo, quienes también encasillaron en la categoría de "canal de acceso" a algunos puertos italianos.

Efectivamente, la Justicia italiana había efectuado algunas investigaciones sobre la penetración de cargamentos "sudamericanos", pero las primeras pistas fueron desapareciendo de a poco. Perdidas en el maremágnum de pertrechos militares que prácticamente invadieron el ex territorio yugoslavo, las armas del Cono Sur han empezado a preocupar a los expertos, porque ven tras ellas el rastro de la droga: por la misma ruta viajan fusiles y cocaína.

Investigaciones realizadas por organismos como el Observatorio Geopolítico de las Drogas (OGD), con sede en París, señalan que la ayuda al bando croata llegada desde puertos brasileños y argentinos —a diferencia de la que se origina en Canadá, Africa del Sur o Líbano— consistió, no tanto en armas o dinero, como es la norma en los otros casos, sino en el envío de grandes cantidades de cocaína, luego comercializada en París, Ginebra, Basilea y otros mercados europeos.

El periodista suizo Pascal Auschlin, uno de los más grandes especialistas europeos en el tráfico de armas y drogas, describe esta "red blanca de la solidaridad" como "un apresurado pero exitoso puente humanitario con fines bélicos" (ver aparte). Esa operación preocupa más que nunca a las autoridades de la CEE: una nueva ruta de la cocaína que parte de América del Sur e ingresa en el Viejo Continente por los Balcanes, convertidos en un nuevo Líbano, mucho más difícil de controlar por la multiplicidad de identidades y el apoyo que recibe cada uno de los bandos desde todas partes del mundo.

En el caso croata, los expertos aseguran que la ayuda surge de las comunidades de esa nacionalidad esparcidas por el mundo. Los contactos estrechos entre los terroristas croatas neonazis y el pasado régimen del general Augusto Pinochet eran conocidos. Como muestra basta el nombre de Vlado Svescen, uno de estos personajes que colaboró con Pinochet y que fue asociado al cargamento de 11 toneladas de armas chilenas encontradas en Budapest en el pasado mes de noviembre con el inocente rótulo de "ayuda humanitaria para Croacia".

Con todo, la principal ruta de las armas es la costa adriática, y muchos observadores de los servicios de información occidentales interpretaron los encarnizados bombardeos del Ejército Federal sobre la ciudad de Dubrovnic como un intento de cortar el tráfico. Allí, **Página/12** pudo comprobar la existencia de un combinado multinacional de armas exhibido por los defensores de Dubrovnic, una vieja plaza medieval, donde no faltaban los fusiles y las granadas argentinas, portadas ostentosamente por milicianos croatas.

El embargo contra la entrega de armas decretado por la ONU en setiembre del año pasado no tuvo ningún efecto. Ese mismo mes, fue descubierto un Boeing de un batustán sudafricano en el aeropuerto de Zagreb con 20 toneladas de material militar a bordo, embaladas por la empresa Armscor. Los cristianos libaneses de extrema derecha ayudaron a los croatas con regulares envíos a través de la compañía suiza Intore A.G. y una firma chipriota.

La magistratura italiana descubrió a fines de 1991 un tráfico de armas con destino a Croacia por un valor de 50 millones de dólares, organizado por un comerciante de la península y un israelí, Sholomo Oren. Los precios que manejaban eran extremadamente bajos: 290 dólares por un Kalachnicov, 30.000 dólares por un misil Stinger fabricado en Estados Unidos. Un catálogo completo incluía obuses y granadas españolas, roquetas antitanque soviéticas, granadas racimo chilenas y fusiles argentinos.

Dos meses después, Belgrado denunció la venta de 20.000 kalachnikovs por parte de Hungría. Treinta días después, el Ejército Federal yugoslavo incautó 20 toneladas de armas livianas y municiones en el puerto adriático del Bart, un cargamento que hubiera equipado a 100.000 hombres.

ARMAS Y DROGAS

(*Por E.F.*) Las rutas de las armas que desembarcaron en el conflicto croata preocupan en Europa porque han comenzado a ser utilizadas para el tráfico de drogas. El periodista suizo Pascal Auschlin, autor de dos libros sobre ambas operaciones, *Contre-Enquête* y *L'Etat Marchand*, es uno de los pocos occidentales que se sumergió en los entreverados caminos de esa parte de Europa del Este para profundizar lo que denomina "la filial de los Balcanes", es decir, el tráfico de drogas y armas organizado por los albaneses del Kosovo. Su investigación lo condujo a encontrar pistas latinoamericanas que no esperaba encontrar en esa parte del mundo: según afirma, algún núcleo de las comunidades croatas en Argentina y Brasil habría aportado armas y cocaína a su tierra natal para enfrentar a sus enemigos serbios.

—Desde hace varios meses se habla de una "ruta americana" que existió durante la guerra en Croacia y que suministró bajo diferentes formas ayuda a las milicias croatas. ¿Cómo explica la intervención de América latina en un conflicto que aparentemente no le concierne?

—Hay que comprender que en América latina hay una diáspora croata muy importante. En su mayoría son croatas ex nazis que se escaparon al final de la Segunda Guerra Mundial y se establecieron en América latina, principalmente en Argentina, Chile, Uruguay y Brasil. Estas familias son muy ricas. Cuando estalló la guerra en Croacia, los croatas que vivían en América latina no pudieron, como los demás, suministrar armas inmediatamente y terminaron entregando cocaína, droga. En esta operación, los dos países más citados son Argentina y Brasil. Estos dos países de la costa atlántica jugaron un papel importante a lo largo del conflicto inaugurando, por otra parte, una ruta que antes no existía y que ahora preocupa a los europeos.

—¿Cuál es esa ruta?

—La ruta argentino-brasileña es mucho más fluctuante y nueva que las otras —colombiana, peruana, etc.—, y, por lo tanto, menos conocida y difícil de identificar. Pero existe. Se enviaba droga desde Argentina y Brasil que luego se cambiaba por armas o se comercializaba en el circuito europeo a fin de obtener dinero para comprar luego material militar. En este sentido, hubo un famoso caso en Zagreb cuando el Ejército Federal descubrió un container con 400 kilos de cocaína proveniente de América del Sur. Estaba como abandonado, a la espera de que alguien lo viniera a buscar. Era un envío conjunto de ciudadanos croatas de Argentina y Brasil, pero el Ejército Federal se apoderó de la mercadería, que nunca llegó a destino.

—Hay también una probada transferencia de armas.

—Es exacto. Mis contactos con altos funcionarios de la aduana yugoslava me confirmaron la existencia de un tráfico de armas proveniente de Argentina y Brasil. Pero, mire, esta operación se acaba de descubrir y la investigación aún no fue hecha a fondo. Cuando se haga, creo que habrá muchas sorpresas. El arsenal es colosal, viene de todas partes, hasta hay Fal, así que dese cuenta.

—Ud. profundizó en todo caso la llamada "filial de los Balcanes"...

—Es cierto. Son albaneses del Kosovo que atravesaban Yugoslavia e iban a Suiza, Alemania u otros países del norte de Europa a vender droga. A la vuelta, los croatas, que controlan las fronteras, les exigian que dejaran droga, o que compraran armas para ellos. Esto ha venido ocurriendo desde hace dos años, incluso antes de que empezara la guerra civil.

Miradas

POR HUASCAR TOSCANO

Las plagas gemelas del fin de siglo

LAS extensas redes por las que en el mundo se mueve el tráfico de drogas están cada día más emparentadas con el terrorismo, de acuerdo con lineamientos en los que América Latina ha sido tristemente pionera a través de la actuación de la guerrilla colombiana y de Sendero Luminoso en Perú. El contacto entre ambas actividades se da en forma natural en otras partes: se sabe, por ejemplo, que grupos de la guerrilla anticomunista afgana que acaban de llegar al poder están ligados con el comercio de la heroína en el Asia Central. La relación entre los ejércitos "irregulares", el terrorismo y la guerrilla con el narcotráfico es simbiótica. La droga es una verdadera cornucopia de recursos. Los narcoproductores y traficantes necesitan protección —security, dicen los anglosajones— y la guerrilla armas y recursos que el dinero de la droga puede proporcionarles. Unos y otros se alimentan mutuamente, y así se abren nuevos caminos y nuevos "santuarios" para una y otra actividad.

Se ha estimado que las sumas de dinero que los diferentes países del mundo destinan a actividades de lucha contra el tráfico de drogas llega, en el mejor de los casos, a representar un uno por ciento de las sumas que mueve, por su parte, el narcotráfico. La lucha se realiza en perpetua inferioridad de condiciones, con escaso personal y pocos recursos. Un reciente informe de la revista francesa L'Express dio cuenta de que en todo el territorio de la ex-URSS (23:000.000 de kms²) había en 1989 apenas 900 (novecientos) agentes especializados para combatir el narcotráfico (con sueldos que pueden estimarse, de acuerdo a lo que pasaba en la URSS, en quizás 50 dólares al mes). En países más pequeños y de menores recursos los institutos de lucha contra la droga son, simplemente, inmencionables: un puñadito de empleados, un puñadito de agentes de policía.

Si los problemas gemelos de la droga y el terrorismo son globales, el comenzar a resolverlos exige un esfuerzo global y coordinado. En esa famosa, mítica, "agenda del siglo XXI" de la que se habla mucho ahora que la nueva centuria está a la vista, estos dos temas deben tener atención prioritaria, porque la extensión del uso de la droga está envenenando sociedades enteras (a todos los niveles: ya no es un consumo de lujo para ricos) y porque el terrorismo está creando verdaderos poderes paralelos en vasta áreas del mundo; no es difícil imaginar la concreción formal de una internacional del terror y la guerrilla, financiada por la droga. Si no se coordinan esfuerzos a través de una organización como por ejemplo las Naciones Unidas, —que tiene dimensión universal— se perderá inevitablemente la lucha contra estas plagas del fin de siglo.

No faltarán los bien pensantes de siempre que adjudiquen cierta dimensión de paranoia a estas preocupaciones. ¿A nosotros, tercermundistas, qué nos puede importar que la amapola que se cosecha en Afganistán se venda bajo forma de heroína siete días después en las calles de Amsterdam? ¿Qué nos puede importar que Sendero convierta media cordillera de los Andes en una gigantesca Camboya? Es el mismo razonamiento que en los años '30 creía que la agresión nazi se limitaría a "algunos países pequeños" de Europa central (¿Qué importa si desaparece Checoslovaquia?). O los que creían que los adalides de la acción directa eran nuevos Robin Hoods populares. Después, pasó lo que pasó.

DPF denuncia entrada do narcotráfico mundial

Vasconcelo Quadros

SÃO PAULO — A apreensão de 598 quilos de cocaína pura em Fortaleza, há dez dias, com a prisão de jordanianos ligados ao terrorismo internacional e à Máfia, levou o Departamento de Polícia Federal (DPF) a intensificar uma operação de emergência para identificar como estes grupos estão operando no Brasil. Para a Polícia Federal, não há mais dúvidas de que o dinheiro do tráfico internacional de drogas entrou no país e criou ramificações explosivas que ainda não se manifestaram. "O crime organizado está criando raízes de influência em todas as instituições do país", denuncia um importante delegado do DPF, encarregado de mapear a ação desses grupos no Brasil. "As autoridades só não tomaram consciência disso porque as quadrilhas ainda não tiveram a necessidade de dar demonstração de força, como ocorre atualmente na Itália e na Colômbia", preocupa-se.

O delegado explica que apesar das apreensões significativas — como as quase quatro toneladas de cocaína, no ano passado — a Polícia Federal conseguiu desmantelar parcelas ínfimas da estrutura criminosa que já se infiltrou na estrutura econômica e política do país, "através do suborno, da chantagem e da intimidação". O desmantelamento da quadrilha chefiada por Abidiel Pinto Rabelo, o irmão do ex-deputado federal Jabes Rabelo, de Rondônia, cujo mandato foi cassado, é considerado uma das raras vitórias. "Desmontamos uma rede com clara proteção política, mas falta uma decisão de governo para fazer frente ao narcotráfico", lamenta o delegado.

Dois novos fatos confirmam a preocupação da polícia: o recente relatório da Interpol detalhando os caminhos percorridos por organizações especializadas em *lavagem* de dinheiro e a presença ostensiva de criminosos profissionais, integrantes de vários ramos da máfia italiana operando no Brasil com grandes esquemas de remessa de cocaína para Europa e Estados Unidos. O DPF e os escritórios da Interpol no Brasil têm um fichário com mais de 200 nomes de mafiosos condenados na Itália e em outros países, muitos dos quais estão refugiados no Brasil.

A Polícia descobriu que os traficantes de Fortaleza trabalhavam para um ramo da máfia siciliana e preparavam um sólido esquema, descoberto a partir das prisões: a lancha de luxo *Bruno*, de 12 pés, ficou atracada no porto de Fortaleza para, assim que recebesse o *sinal verde*, seguir em direção ao alto mar com a carga de cocaína. A droga seria entregue então a um navio italiano, que seguiria de volta para a Itália. A operação seria permanente, mas o recebimento da cocaína seria feito em pontos alternados do litoral.

Metralhadora — O homem apontado como chefe da quadrilha, o jordaniano Waleed Issa Khamays, pertencia a um grupo *xiita* e foi expulso da Itália por envolvimento em atividades terroristas. Waleed morava numa mansão no Morumbi e tinha elevado padrão de vida. Em sua residência, a Polícia Federal encontrou uma das evidências mais claras de que lidava com o crime organizado: uma metralhadora URU, de fabricação nacional, com silenciador adaptado e capacidade de disparar até 800 tiros por minuto. "Ela é própria de matador profissional e um preocupante indício de que o crime organizado montou uma infra-estrutura agressiva", diz um dos delegados que participaram da operação.

É no fluxo dos *narcodólares* que se situa o mais intrincado desafio da Polícia Federal, carente de estrutura e de meios para transpor as barreiras do sigilo bancário, imposto pela legislação brasileira, que acaba sendo mais rigorosa na exigência de provas materiais no crime de tráfico. Num relatório de inquérito encaminhado à CPI que investiga as atividades do empresário Paulo César Farias, o *PC*, o delegado Roberto Precioso Júnior, do DPF paulista, assinala que o tráfico de entorpecentes transita por todos os campos.

1/5

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO Nro.3.

MINISTERIO DEL INTERIOR Dirección Nacional de Información e Inteligencia

O F I C I O Nro.1.227/992.LEUD.wis.

REFERENCIA: LOPEZ :Iván y Otros(Of.IDATYC No.1451/92) y LACUESTA :Oscar Nelson y Otros (Of.472/92 D.N.Cárc.) ANOTACIONES que puedan registrar.

= SE SOLICITA =

Montevideo, 17 de setiembre de 1992.

SEÑOR SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D. :

Por el presente y por donde corresponda solicito a Usted, tener a bien disponer lo conveniente a fin de que se informe a esta Dirección Nacional ,las anotaciones que puedan registrar los ciudadanos aspirantes a ingreso en la J.P.M.(Depto.IDATYC-Oficio No.1451/92) y a ingreso en la Dir.Nal.Cárceles -Oficio No.472/92.Se adjuntan listados de ambos oficios.-

Saluda a Usted atentamente.

EL DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
INSPECTOR PRINCIPAL
SAUL HUMBERTO CLAVERA

22/9/92
361

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... de Defensa
22 SET 1992
antecedentes
9208760

001/5

18/9/92
SDI
9208760

ASPIRANTES A INGRESO A C.I.M. MENCIONADOS EN EL OFICIO No.1451/92 DEL DEPARTAMENTO DE I.D.A.T.I.C.

1)= LOPEZ (u): Iván
Céd.Ident.No: 2.542.440-7 Cred.Cívica Serie GLC No.16.234
F.Nac.: 15.6.1966 en Cerro Largo
Dom.: Barrio Ruiz- Continuación Mata 1608.

2)= PICART AMARILLO : Nelly Esther
Céd.Ident.No.1.[illegible]-7 Cred.Civ.Serie AQB No.7.412
F.Nac.: 28.8.1965 en Montevideo.
Dom.: Lauro Muller No.1817-Ap.1

3)= PRIORO DOS SANTOS : María Teresa
Céd.Ident.No.3.359.653-1 Cred.Civ.Serie BMB No.47.249.
F.Nac.: 22.9.1967 en Canelones.
Dom.: Cno.del Andaluz Km.3-Parada 10.

4)= BARROS RAMOS : Fabricio
Céd.Ident.No.3.297.137-2 Cred.Civ.Serie GBA No.11.853
F.Nac.: en Cerro Largo.
Dom.: Guardia Nueva No.1078

5)= BENITEZ BORBA : Omar Horacio
Céd.Ident.No.2.603.410-4 Cred.Civ.Serie GAC No.7.264
F.Nac.: 5.11.1967 en Cerro Largo.
Dom.: Esteban Guibra 627 -

6)= DO CATTO BARBOZA : Miguel Angel
Céd.Ident.No.3.392.497-2 Cred.Civ.Serie BDA No.80959
F.Nac.: 30.11.1957 en Rivera.
Dom.: Lacio No.3869- Ap.2.

7)= GOÑI DOMINGUEZ : Eduardo Fabian
Céd.Ident.No.1.966.016-2 Cred.Civ.Serie
F.Nac.: 22.8.1970 en Montevideo
Dom.: Rivera No.3468 -Ap.3.

8)= GONZALEZ MENCHACA : Jorge Daniel
Céd.Ident.No.3.774.043-3 Cred.Civ.Serie GEC No.1.500
F.Nac.: 4.8.1967 en Cerro Largo
Dom.: República S/No.- Melo(Dpto.Cerro Largo)

9)= ECHAVES RAMOS : Luis Alberto
Céd.Ident.No.3.158.152-0 Cred.Civ.Serie GBA No.12.235
F.Nac. 4.2.1968 en Montevideo.
Dom.: Calle No.1 No.162-Barrio Mendoza -Melo(Dpto.C.Largo).

10)= HASS LARRAURA : Bernardo Juan
Céd.Ident.No.2.630.046-2 Cred.Civ.Serie BHB No.4.886
F.Nac.: 5.7.1972 en Montevideo.
Dom.: Quijano No.3831, Ap.6

11)= RODRIGUEZ : Heber Daniel
Céd.Ident.No.3.910.826-7 Cred.Civ.Serie BNB No.49.052
F.Nac.: 7.4.1971 en Cerro Largo.
Dom.: Ramón Trigo(Pueblo)- Dpto.Cerro Largo.

12)= RODRIGUEZ NUÑEZ : Víctor Alfredo
F.Nac.: Cerro Largo.
Céd.Ident.No.: 3.468.532-7 Cred.Civ.Serie : No tiene
Dom.: Terminación Florencio Sanchez S/No.(Cerro Largo)

/..-

13)= SANTOS LUZARDO : Alberto Daniel
Céd.Ident.No.2.560.468-9 Cred.Civ.Serie BPA No.16.824
F.Nac.: 14.9.1967 en Montevideo
Dom.: Nelson No.3629, Ap.6

14)= SILVA SOSA : Gean Wilfredo
Céd.Ident.No.2.808.141-6 Cred.Civ.Serie GBA No.10.968
F.Nac.: 29.10.1971 en Cerro Largo
Dom.: Oribe No.661 -Melo(Dpto.Cerro Largo)

15)= SILVA RIVERA : Ney Federico
Céd.Ident.No.3.867.255-9 Cred.Civ.Serie BDA No.87.879
F.Nac.: 7.8.1969 en Cerro Largo
Dom.: B. Rivera No.410- Cerro Largo.

16)= SILVERA CARBALLO : German Darío
Céd.Ident.No.3.160.511-0 Cred. Civ.Serie GED No.5104
F.Nac.: 13.2.1971 en Cerro Largo
Dom.: Porvenir entre Treinta y Tres y 18 de Julio-C.Largo.

17)= TESKE SILVEIRA : Oscar Robert
Céd.Ident.No.2.718.212-0 Cred.Civ.Serie GAA No.6.545
F.Nac.: 12.5.1970 en Montevideo
Dom.: Treinta y Tres No.303-Cerro Largo.

18)= VARELA ACOSTA : Gloria Ivonne
Céd.Ident.No.1.485.699-4 Cred.Civ. Serie BVC No.1.182
F.Nac.: 24.1.1951 en Montevideo
Dom.: Silvestre Perez Bravo No.5755

19)= BUSTAMANTE COSELLA : Gustavo Gabriel
Céd.Ident.No.2.021.697-2 Cred.Civ.Serie CQA No.10620
F.Nac.: 27.8.1966 en Montevideo 10.620
Dom.: Perez Castellano -Ruta 84

20)= DE JESUS : Carlos Ariel
Céd.Ident.No.2.023.149-5 Cred.Civ. Serie CJA No.17.199
F.Nac.: 7.12.1962 en Rivera
Dom.: Cno.Al Paso Hondo No.2970

21)= BRUN RODRIGUEZ : José Esteban FIC CBC
Céd.Ident.No.2.696.563- 8 Cred.Civ.Serie CBC No.16.278
F.Nac.: 14.6.1969 en Cerro Largo
Dom.: Navarrete No.1381 (Dpto.Cerro Largo)

.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.

DIRECCION NACIONAL DE CARCELES PENITENCIARIAS Y CENTROS DE RECUPERACION.-

DEPARTAMENTO DE PERSONAL.- JEFATURA.-

Montevideo, setiembre 11de 1992.- OFICIO Nº 472/92.-

REF: Se sol. información de ciudadanos.

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO Nº 3 DE LA DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA.-

Señor Jefe:

Por la presente solicito a usted, tenga a bien disponer lo pertinente a fin de que se informe a éste, si los ciudadanos que a continuación se nominan poseen antecedentes, en virtud de que los mismos realizan trámite de ingreso en esta Unidad Ejecutora.

1) Oscar Nelson LACUESTA; C.I. 1.792.410-2; C.C. BOA. 17703; Dom. Teniente Rinaldi 4200; Secc. 17 de Montevideo.

2) Jorge Pablo BAFICO ALVAREZ; C.I. 1.935.493-5; C.C. BAB 14567; Dom. Valentín Gómez 1033; Secc. 7ma. de Montevideo.

3) Luciano GONZALEZ ANCHETA; C.I. 3.861.527-3; C.C. HAB 47373; Dom. Figueroa 872; Secc. 1era de Rivera,

4) Marcos Rafael SEGUI MOSQUERA; C.I. 2.696.396-9; C.C. HBE 5536; Dom. Geremias de Mello 234; Secc. 2da de Rivera

5) Rosa Jacqueline ESPINOSA GOMEZ; C.I. 4.127.705-6; C.C. BDB 62490; Dom. Luca Moreno 2832 apto. 6; Secc. 15 de Montevideo.-

6) Gabriela GARDELA PERSOMO; C.I. 2.917.044-0; C.C. BAB 50915; Dom. Avda. de las Américas Manz. 41 Solar 3; Secc. 18 De Canelones.

7) Marianela Lujan SANDE PEREZ; C.I. 3.495.395-6; C.C. CNA 6552; Dom. Rivera 3477 apto. 301; Secc. de Montevideo.

8) María de Lourdes MARTINEZ SALGUEIRO; C.I. 2.768.032-2 C.C. CBA 23007; Dom. Basigalupe 2122 apto 1; Secc. 13 de Montevideo.

9) Alejandro Gabriel WAJNER STEINFELD; C.I. 1.916.046-1 C.C. BCD 657; Dom. Pedro Murillo 6621; Secc. 14 de Montevideo.

10) María del Rosario DE ARMAS OLIVERA; C.I. 1.606.600-6 C.C. CDA 46169; Dom. Bartolomé Mitre 1225; Secc. 1 de Montevideo.

004 9208760

Dic. Poco legible

11) María Teresita REYES MELITON; C.I. 1.407.939-4; C.C. ARB 11204; Dom. Camino Carrasco 4680; Secc. 15 de Montevideo.

12) Leonardo Gustavo PIRIZ DE LOS SANTOS; C.I. 3.176.484-3 C.C. BXB 13893; Dom. Yuquerí 429; Secc. 20 de Montevideo.

13) Vanesa Laura CALVO IBAÑEZ; C.I. 1.851.263-7; C.C. BZC 4096; Dom. Propios (José Batlle y Ordoñez 4639); Secc. 8 de Montevideo.

14) Estela Felicia GREMMI BOLOGNA; C.I. 1.389.801-2; C.C. BCA 65110; Dom. Río Branco 1083 apto 801; Secc. 2da de Montevideo.

15) Gustavo Rufino SANCHEZ; C.I. 1897.010-2; C.C. BLA 26526; Dom. Colorado 1839 apto 01; Secc. 13 de Montevideo.

16) Juan José JARA FIGUEREDO; C.I. 1.940.695-2; C.C. OEI. 4611; Dom. Calle 1 2039 apto 2; Secc. 19 de Montevideo.

17) Clever Jorge TORT GONZALEZ; C.I. 1.580.961-3; C.C. BDA 80957; Dom. Aparicio Saravia 3541; Secc. 16 de Montevideo.

18) Adriana Lourdes ABRAHAM PEREZ; C.I. 1.858.042-0; C.C. BCB 37828; Dom. Godoy 4778; Secc. 14 de Montevideo.

√ 199550

Saluda a Usted atentamente.

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO DE PERSONAL

Crio. NERY TECCO VIERA

9208760

005|9

México le restará poder a la DEA

Nueva York (EFE, DPA, Reuter, UPI) — El ministro mexicano de Justicia, **Ignacio Morales Lechuga**, dijo a un diario neoyorquino que **México** ya no aceptará fondos de EE.UU. para la lucha antidrogas, por no estar dispuesto a tolerar la interferencia estadounidense en su programa contra el narcotráfico.

"**Declinar esta ayuda no significa en absoluto que México vaya a bajar la guardia en la lucha contra los narcóticos**", afirmó **Morales Lechuga** en una entrevista con el periódico "The New York Times".

La decisión parece reflejar la continua cólera del gobierno de **Carlos Salinas de Gortari** por el dictamen del **Tribunal Supremo** estadounidense, que respaldó el secuestro del doctor **Héctor Alvarez Machain** para juzgarlo en Estados Unidos.

México no está dispuesto a tolerar la interferencia injustificada en su programa antinarcóticos que conlleva el recibir fondos de Estados Unidos, explicó el procurador general mexicano.

Portavoces estadounidenses se negaron a comentar la decisión mexicana porque, dijeron, no ha sido comunicada oficialmente a **Washington**.

México seguirá permitiendo la presencia de agentes del **Departamento Estadounidense Antidrogas (DEA)** y utilizando la información secreta que le faciliten, dijeron funcionarios mexicanos.

FINANCIERO 27-7-92

9208761

TITULO NARCOTRAFICO EN TANDIL

PROCED. LA NACION

FECHA 4-8-93

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

F

TANDIL (DYN).- Un narcotrafi[illegible] que era intensamente buscado [illegible] hace un año fue detenido en [illegible] ciudad con medio kilogramo de [illegible] y 40 dosis de ácido lisérgico [illegible].

El delincuente fue identificado [illegible] Ernesto Palazzo, argentino, de [illegible] años, quien fue apresado por efec[illegible] locales de la Policía Federal en [illegible] céntrica esquina de Pinto y 9 de [illegible].

El sujeto, residente en la zona, era buscado desde el año último por tentaiva de homicidio en perjuicio de una mujer.

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

01/01

930876.2

Con una espectacularidad casi cinematográfica, aviones espías estadounidenses rastrean los pasos de Pablo Escobar Gaviria en la selva colombiana. En Sicilia, la mafia filtra una lista de "blancos" para los próximos atentados que incluye a un ex ministro y cinco jueces, mientras Italia militariza su contraofensiva. Mafia, narcotráfico y terrorismo tienen notorias conexiones. Favorecida por el fin de la Guerra Fría, la lucha contra esta tríada avanza cada vez más rápido hacia la supranacionalización y la militarización.

Las armas de la guerra fría apuntan al narcotráfico

Escribe
Jerry Costanzo
De "Euroecon"

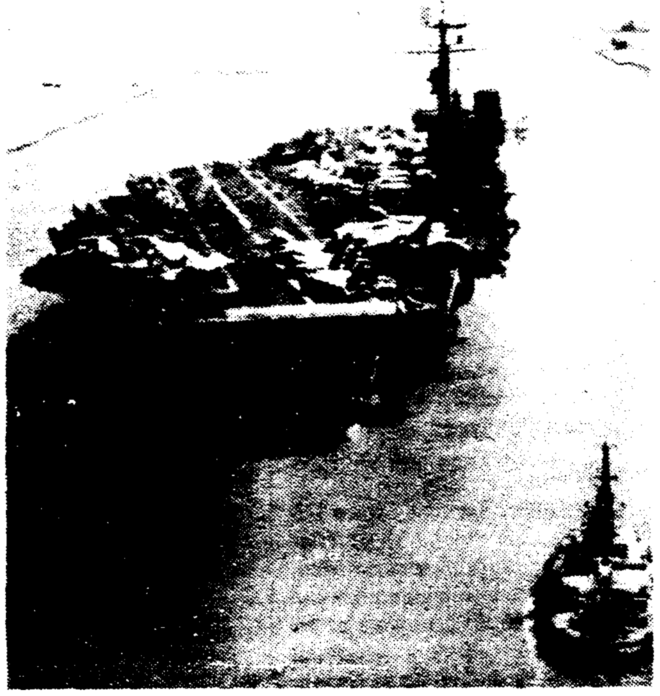
Washington — Los aviones navales norteamericanos **P-3 Orion, erizados de antenas y equipos de guerra electrónica**, que revolotean sobre Colombia, habrían puesto en evidencia este fin de semana **algo más que el presunto refugio de Pablo Escobar, en la selva andina.**

La lucha contra el narcotráfico y la mafia avanza resueltamente **hacia la supranacionalización y la militarización, a pesar de las protestas de los políticos sobre la soberanía y de los militares sobre el profesionalismo.**

• Requerimientos

La evidencia, en Italia como en Colombia, es que **las fuerzas policiales civiles no pueden con las mafias y el narcotráfico.** Pero a medida que avanza la posguerra fría, **Occidente no sólo necesita menos tanques, aviones y bombas. La CIA y otros servicios necesitarán, también, menos de sus contactos en el submundo del crimen internacional para sus operaciones de inteligencia encubiertas.** ¡Oportuna coincidencia!

Cuando los banqueros centrales de 55 países se pusieron de acuerdo **para caer sorpresivamente sobre el BCCI, en Luxemburgo**, y desmantelar su siniestro negocio de lavado de dólares del narcotráfico y administración de las cuentas del terrorismo internacional, la operación fue presentada al comienzo **como una sanción bancaria por motivos más bien técnicos.**



Un portaaviones estadounidense espera órdenes para apostarse en el Caribe y controlar el tráfico aéreo irregular colombiano.

• Todos juntos

Rápidamente comenzaron a aparecer evidencias de que **detrás de la investigación bancaria estaba en marcha una gigantesca operación que involucra a organismos de lucha contra el crimen, agencias de contraespionaje y servicios de inteligencia militar.**

El BCCI era sólo **la vidriera** de una complicada red, que incluye a **los carteles colombianos de la droga, las familias de la mafia que la comercializan en los Estados Unidos y Europa, y distintos grupos terroristas,** desde el IRA irlandés y la ETA vasca, pasando por ex militares que asesoran a fuerzas "de seguridad" públicas y privadas, como los sicarios de Medellín.

La fuga el 22 de julio de **Pablo Escobar Gaviria,** luego de 13 meses de encierro, de su "cárcel dorada" en Envigado, casi simultánea con el resurgimiento de la violencia mafiosa en Italia, **no son hechos aislados.** Ni es casual que en uno y otro caso, **los aparatos de defensa de la OTAN se hayan puesto en movimiento.**

Colombia se ha opuesto a la intervención militar estadounidense en la lucha contra el narcotráfico, **luego que Estados Unidos propuso destacar un portaaviones al Caribe** para controlar el tráfico aéreo irregular colombiano.

Pero esto no ha impedido **los vuelos de aviones de inteligencia estadounidenses que el sábado habrían identificado el posible refugio de Escobar,** según fuentes del Pentágono.

Tras las muertes de los jueces **Giovanni Falcone** y **Paolo Borsellino,** Italia coloca a otros dos investigadores antimafia **a la cabeza de su servicio de inteligencia militar, moviliza sus fuerzas armadas contra la "Onorata Società"** y toma por sopresa a sus socios de la Comunidad Europea **reclamándoles la militarización de la lucha contra el crimen organizado en Europa.**

Las reacciones de Estados Unidos e Italia no son arbitrarias. Con el mercado norteamericano **crecientemente interdicto por la DEA, el FBI y el Departamento de Justicia,** los carteles colombianos han reforzado sus relaciones con la mafia y la camorra **para intensificar la colocación de su "mercadería" en Europa.**

• Abundancia

Los carteles colombianos **nadan en capital** y la mafia no puede **verse desacreditada** ante sus socios latinoamericanos porque un puñado de **funcionarios judiciales y políticos italianos** pretendan inmiscuirse en su negocio. **La publicación, ayer, de una lista de "blancos"** elegidos por los **"dones"** sicilianos entre **ex** ministros y funcionarios de **la** Justicia y la policía es **un mensaje para distintos destinatarios.** *En Italia y fuera de ella.*

"Paolo, in casa stiammo tutti bene", *es el mensaje* **de Palermo a Medellín,** después que la Suprema Corte norteamericana consagró el derecho de Washington a **"detener"** a ciudadanos de otros países fuera de su territorio.

En Colombia, la **flamante Constitución** que prohíbe la extradición de los criminales para ser juzgados fuera del país, puede verse repentinamente obsoleta, **si la fuga de Escobar no tiene un desenlace satisfactorio con la recaptura o la muerte del criminal.** Pero aun así, la supranacionalización y la militarización de la lucha contra las mafias y el narcotráfico **parecen cada vez más inevitables**

01/01

92087 63

Colômbia tem novo cartel de drogas

Gangue da heroína supera em violência Cartel de Medellín

Douglas Farah
The Washington Post

BOGOTÁ — No espaço de três dias de março passado, 26 corpos foram pescados num redemoinho do Rio Cauca, perto da cidade de Marsella. A maioria das vítimas tinha as mãos atadas atrás e a garganta cortada com serra. O coronel Gustavo Socha, chefe de polícia da região de Marsella, disse então o que os moradores do vale vinham sussurrando há muito tempo: "Isso é trabalho de traficantes do Vale do Cauca, chefiados por Ivan Urdinola."

Urdinola, de 31 anos, chefia o que se tornou uma das mais poderosas e violentas organizações de tráfico de cocaína e heroína, que até dois anos atrás era praticamente desconhecida das autoridades colombianas e americanas. Ele e seu irmão Julio, de 25, chefiam traficantes jovens e violentos que em número e força já rivalizam com o tradicional cartel de Cali e superaram o mais conhecido cartel de Medellín em crueldade e ambição. A nova organização já está remetendo cargas mistas de cocaína e heroína para os Estados Unidos e Europa. Sua renda foi estimada em centenas de milhões de dólares anuais, tão grande quanto a do cartel de Cali.

Tão convincente é a reputação de intimidação de Urdinola que, quando ele foi preso em seu luxuoso rancho perto de El Dovio, em abril, as pessoas apostaram que seria solto em 48 horas. Mas o fato é que ele continua sob custódia — um dos maiores, embora menos divulgados, sucessos da polícia colombiana nos últimos anos.

Robert Bonner, diretor da DEA (agência americana de repressão às drogas), disse em recente entrevista que considera Urdinola um dos sete chefões do narcotráfico. Mas nem mesmo as autoridades da repressão às drogas acham que a captura de Urdinola vai acabar com o pesadelo no Vale do Cauco. "Não há dúvida de que a retirada de um chefão terá um efeito de ruptura, mas ele não é o único chefe", disse Bonner.

Urdinola nega qualquer ligação com o tráfico de drogas, definindo-se como um simples criador de gado. Seu irmão não fez nenhum pronunciamento público. Eles nasceram e cresceram em El Dovio, cidade de 15 mil habitantes na encosta de uma colina que dá para o Vale do Cauca. Mas autoridades e conhecidos de Urdinola garantem que foi a heroína que trouxe aos novos traficantes enriquecimento rápido e poder. Essa droga dá oito ou 10 vezes mais lucro por volume do que a cocaína, e a Colômbia agora está entre os líderes mundiais na produção de papoula — matéria-prima da heroína.

Os traficantes compraram áreas enormes, num país onde a terra é sinônimo de poder, e as disputas pela terra e pela água têm sido marcadas pela violência. Dando para o vale estão suas mansões, com piscinas, torres com vigias e cães de guarda. Segundo os que visitaram as terras, os ranchos criam cavalos de raça e alguns dos melhores exemplares bovinos do país.

Seu império se estendeu a Cali, onde a família instalou iluminação e pavimentou as ruas principais, ergueu escolas e construiu o Barrio Emma, com boas casas para as 82 famílias mais pobres da cidade. Mas o povo também sabe que contrariar as ambições dos traficantes é morte quase certa. O método preferido de eliminar inimigos é torturar, matar e mutilar, a ponto de tornar o corpo irreconhecível. Muitas vezes as vítimas são atiradas no Rio Cauca: ano passado, 91 corpos foram retirados das águas perto de Marsella.

Os métodos de assassinato chegaram ao conhecimento nacional em abril de 1990, quando 24 pessoas, incluindo um vigário paroquial, desapareceram da cidade vizinha de Trujillo. O padre Tiberio Fernández e dois companheiros foram retirados do rio dias depois, tão mutilados que a identificação só foi possível por causa das roupas.

Uma investigação do grupo de direitos humanos Justicia y Paz descobriu que o massacre fora executado por uma companhia do Exército, paga pelos traficantes, que suspeitaram que o padre aju[...] guerrilheiros esquerdistas a se [...]trar na região. Um participant[...] massacre confessou às autorid[...] dando o nome dos oficiais e [...] cantes envolvidos. Mas um trib[...] militar declarou que Daniel A[...] a testemunha, era louco, anul[...] seu depoimento. Arcila lutou [...] ano para conseguir um psiqu[...] que o declarasse em perfeito j[...] em setembro do ano passado. [...] de prestar novo depoimento, [...] pareceu. Um corpo que não [...] ser identificado foi retirado do [...]

Vale do Cauca, Colômbia — AP



A papoula é produzida no fértil Vale do Rio Cauca

01/01

9208764

Drogadependencia

(Télam).– Un convenio para la prevención de la drogadicción fue firmado entre dos fundaciones, una argentina y otra española, presidida por la reina Sofía de España, y el Ministerio de Educación y Cultura de la Nación, en cuya órbita comenzaron ayer cursos de prevención escolar para docentes, en la Biblioteca Nacional.

Las fundaciones de Ayuda para la Drogadependencia Argentina (ADA), presidida por Héctor Quarin, y su similar española (FAD), auspiciadas por el Ministerio de Educación, organizaron cursos de perfeccionamiento docente dirigidos a 400 escuelas primarias del ámbito nacional como inicio de un plan piloto de prevención escolar de la drogadependencia.

ARG.

Secuestraron once kg de cocaína

Tres detenidos: en dos procedimientos realizados en el barrio de Monserrat se apresó a una pareja y a un tercer sujeto, todos integrantes de una banda de narcotraficantes.

Personal de la División Operaciones Federales de la Superintendencia de Drogas Peligrosas de la Policía Federal se incautó de once kilogramos de cocaína y detuvo a tres narcotraficantes, en varios operativos realizados en el barrio de Monserrat.

La investigación comenzó cuando un detenido en la cárcel de Caseros, mediante una intervención de la Dirección de Inteligencia del Servicio Penitenciario Federal, suministró el nombre del responsable de una organización de distribución y comercialización de cocaína.

Tras escuchas telefónicas y con la colaboración de efectivos de las comisarías 2a. y 4a. se logró la detención de los integrantes de la banda.

Uno de los narcotraficantes fue apresado cuando se disponía a entregar, en compañía de una mujer, un paquete de grandes dimensiones que contenía cinco kilogramos de cocaína en una vivienda situada en Venezuela y Tacuarí.

En tanto, en un procedimiento de similares características, en Chacabuco y Avenida de Mayo se arrestó a un tercer individuo que se movilizaba en un automóvil con los dos hijos de la pareja detenida. Luego, en su domicilio, en momentos de ser allanado, se encontraron otros seis paquetes, de un kilogramo cada uno, que contenían la misma droga y una balanza de precisión para la comercialización del estupefaciente.

01/01

9208766

LA MAÑANA
04/08/92

11170 110349
65592 11005
66817 11356
11113
13065

Colombia y Perú acordaron un frente antinarcóticos

LIMA, 4 (DPA). – El presidente del Perú, Alberto Fujimori, se reunió ayer con mandos policiales y militares de Colombia, en la frontera entre ambos países, según una versión de la prensa local no confirmada oficialmente.

Según el diario limeño Expreso, altos mandos del ejército y de la policía de Colombia y del Perú acordaron, delante de Fujimori, formar un "frente común" para combatir el narcotráfico en esa zona del Amazonas.

La actividad de los narcotraficantes aumentó de manera alarmante en esa zona en los últimos meses. Varias remesas ilegales de drogas fueron incautadas en operativos policiales.

Entre los varios pueblos que recorrió el jefe de Estado sin que hubiera previa información oficial está San Antonio del Estrecho, en la frontera. La reunión con los representantes del país vecino se habría realizado en un punto cercano a la ciudad colombiana de Leticia y la peruana de Iquitos.

Según las fragmentarias informaciones, durante su sorpresivo recorrido Fujimori inspeccionó la manera cómo se hace frente al tráfico de drogas y el diálogo con los cocaleros, que enfrentan problemas para sustituir sus cultivos.

01/01 920870T

Nº DOCUMENTO ....

TITULO ....

PROCEDENCIA: LA NACION

4-9-92

6510

ENTRADO

CRUZADO

Heroína en Europa

Durante operativos realizados en Alemania y en Holanda fueron secuestrados 315 kilogramos de heroína pertenecientes a una misma organización y fue detenida la mayoría de sus integrantes, según informaron las policías de Alemania y de Holanda.

Traficantes turcos

DUSSELDORF, Alemania (AFP).– Unos 340 kilogramos de heroína fueron secuestrados y 27 personas detenidas en una operación contra un grupo de traficantes de droga turcos realizada simultáneamente en Stein[illegible] (oeste de Alemania), Amsterdam [illegible]stambul, anunció la policía.

"Lo decisivo no es la cantidad de [illegible], sino el hecho de que por primera vez pudimos desmantelar totalmente una organización autónoma", [illegible] el principal investigador, Horst [illegible]owyak.

La droga provenía de Irán, Irak y de Anatolia oriental, y era transportada [illegible] de doble fondo a bordo de camiones que entraban en Alemania por la frontera con Checoslovaquia.

01/03

9208768

Nº DOCUMENTO

TITULO

LA NACION 4-8-92

ENTRADO

CRUZADO

Récord

LA HAYA (ANSA).– La policía de Amsterdam concretó el secuestro de heroína más importante que se haya hecho jamás en Holanda, un cargamento de 175 kilogramos valuado en tres millones de dólares.

02

920876

Desmantelan la "conexión Estambul" de heroína

■ Alrededor de 700 quilogramos de heroína fueron incautados y unos 30 traficantes turcos detenidos en una operación lanzada simultáneamente en Alemania, Holanda y Turquía, anunciaron las policías alemana y holandesa, según la agencia AFP.

"Lo decisivo no es la cantidad de kilos incautados sino el hecho de que por primera vez pudimos desmantelar totalmente una organización autónoma, del cerebro hasta las 'mulas', dijo el principal investigador, Horst Durkowyak.

Según la policía el grupo vendía alrededor de 200 kg mensuales de droga en Europa.

Al variar el precio del gramo de droga entre 90 y 200 marcos alemanes, según el estado del mercado, el valor total de la droga incautada podría ascender entre 63 y 140 millones de marcos (43 y 93 millones de dólares).

Al parecer el cerebro de la operación sería una mujer turca de 51 años cuyos tres hijos figuran entre los sospechosos. En total ocho personas fueron detenidas en Alemania.

La droga era transportada en cajas de doble fondo a bordo de camiones que entraban a Alemania por la frontera con Checoslovaquia.

La investigación fue iniciada hace seis meses, y la policía intervino la semana pasada simultáneamente en Alemania, Holanda y Turquía deteniendo unos 30 traficantes turcos y apoderándose de cerca de 700 quilogramos de heroína.

CLARÍN

29-7-92

11176 11352 11214 11224
66960 11351 11229 10184
11675 11354 65592
67238 554780 11422
11226

F

LOS DETUVIERON EN EZEIZA

Dos colombianos llevaban 9 kilos de cocaína a Suiza

En dos operativos realizados en **La Plata** y en el aeropuerto **de Ezeiza** fueron detenidas **8 personas** que, en total, tenían **11 kilos de cocaína**. En La Plata **fue desbaratada una banda**, a la que **pertenecerían dos hijos de un ex juez federal de Entre Ríos**. En Ezeiza **fue** detenida **una pareja** de colombianos que llevaba **9 kilos de** cocaína a **Suiza**.

El **procedimiento** de La Plata empezó cuando la **Policía** detuvo a dos hombres que **llegaban** a una casa de esa **ciudad en un Toyota Corolla**, chapa **P 19.560**. La **Policía** vigilaba esa **casa** y hace **15 días supo que** llegaría un cargamento **de cocaína desde Bolivia**.

La droga **fue** traída en ese auto —escondida **en los** parlantes de la radio— por **Juan Espil**, de 19 años, y **Alcides Peñalves, de 34**, que empezaron el viaje en Bolivia y **pasaron por Concordia, Entre Ríos, antes** de llegar a La Plata.

Después de **encontrar** cuatro paquetes con un total **de** 2 kilos de cocaína y detener a Peñalves y a Espil la Policía realizó un allanamiento en la casa —**en calle 47 número 1155**— y encontró a quienes estaban **esperando** la droga.

♦ **Detenidos**

Durante el allanamiento fueron detenidos **Fernando Ibarra**, de 37 años; su hermana, **María Cristina Ibarra de Edwards**, de 30; y su esposa, **Marta Ovejero**, de 21. Se comprobó que Fernando y María Cristina **son** hijos de **Carlos Ibarra**, ex juez **federal** de Entre Ríos, quien también **estaba en la casa junto a su esposa y otros**.

La Policía solo **detuvo a** Fernando y a María Cristina **porque consideró que** el resto de la **familia nada** tenía que ver con la **investigación**.

Esta **pesquisa** permitió la detención, a **pocas cuadras** de la casa de los Ibarra, de **Néstor Mazzeo**, **44** años, quien también **fue acusado de** pertenecer a esta **banda**.

Trascendió que Fernando Ibarra había **sido contratado** como tenista en **Panamá** por la Federación de Tenis de ese **país**. **Ibarra vivió** en **Panamá** y en **Cali, Colombia**.

1 2 9208769

Droga a Suiza

En el otro operativo, realizado en el **aeropuerto de Ezeiza**, personal de la **Policía Aeronáutica** y de la división **Drogas Peligrosas** de la Aduana detuvo **a un hombre de** 45 años y a una mujer de 27, **ambos colombianos**, que estaban **por tomar un avión a Zurich** con 9 kilos **de cocaína**.

Se comprobó que la pareja había llegado **de Colombia** pocas horas antes del arresto y que tenían pasajes en primera clase de un avión de **Swissair**.

El juez en **lo penal** económico **Julio Cruciani** investiga ahora una acusación por **contrabando de drogas**. El juez dijo que hoy indagará a los detenidos, pero se negó a identificarlos.

También se investiga la autenticidad **de los pasaportes que llevaban los colombianos y que les habrían permitido realizar varios viajes llevando drogas. Los pasaportes eran de países de la Comunidad Europea.**

ENTRADO
CRUZADO

F

Nº DO...
TIT...
PR... ZERO HORA
29 7 92
66960

FLAGRADO COM FOLHAS DE COCA

O caminhoneiro argentino Martin Raul Rodrigues, 29, foi flagrado ontem de manhã, pela Polícia Federal, em Porto Xavier, com 270 gramas de folhas de coca que levava no caminhão carregado de cebola, procedente de Buenos Aires. O caminhoneiro alegou que usava as folhas de coca como chá para fazer digestão ou mascando para se manter acordado e cumprir sem atraso grandes percursos. Foi aberto um inquérito que prevê multa e prisão de dois a seis anos.

01/0192 08770

Nº DOCUMENTO
TITULO TRAFICANTE PRESO INVOLUCRA A PERIODISTAS Y CONGRESISTAS CON EL NARCOTRAFICO
PROCEDENCIA JORNAL
30-7-92
11176

Traficante preso aponta outros nomes

FORTALEZA — Está preso, incomunicável, numa cela da Delegacia de Furtos e Roubos da Secretaria de Segurança do Ceará, no bairro da Aldeota, um integrante confesso do tráfico de cocaína no Congresso Nacional. A certeza é do delegado Jorge Luís Sousa de Oliveira, responsável pelo detento Júlio César Fialho, 30 anos, que se diz jornalista, radialista e foi capturado na madrugada de sábado nesta cidade com meio quilo de cocaína, junto a Washington de Sousa, de Brasília.

Fialho, segundo a polícia, escreveu na prisão uma carta em que aponta jornalistas de Brasília e funcionários do Congresso Nacional como envolvidos com o tráfico de cocaína, dizendo-se "arrependido". As investigações em Brasília estão a cargo da Divisão de Narcóticos do Departamento de Polícia Federal. O delegado Jorge Luís Sousa de Oliveira informou que Fialho confessou ter trazido em fevereiro para Fortaleza, de Brasília, um quilo de cocaína dentro do paletó. Durante toda a viagem, em avião de carreira, esteve sentado ao lado da poltrona de um senador de quem se diz amigo, mas que a Polícia não revelou o nome.

11514

01/01

920877-1

LOS ACUSAN DE 13 DELITOS EN CORDOBA

Siete policías antidrogas presos por traficantes

CORDOBA (De nuestra agencia). — El juez penal de Río Cuarto, **Jorge Tomás Piovano**, empezó a tomar declaración a los **siete policías** de la División Drogas Peligrosas, entre ellos un comisario y dos oficiales, detenidos por su presunta complicidad en el tráfico de drogas con el narcotraficante **Máximo Arreyes**. Según la acusación, los siete policías autorizaban a Arreyes a traficar drogas.

Ayer, el ministro de Gobierno de Córdoba, **Octavio Cortez Olmedo**, y el jefe de la Policía provincial, **Fernando Bornancini**, llegaron a Río Cuarto para analizar las pruebas reunidas hasta ahora contra los policías acusados.

Por su parte, el juez Piovano confirmó que los detenidos son el comisario **Jorge Sam Sam**, los oficiales **Osvaldo Criado y Silvio Leurino**, el cabo primero **Juan Enrique Llompar** y los agentes **Jorge Messi, Sergio Pereyra y Gustavo Mónaco** (este último dado de baja).

La investigación comenzó con un sumario administrativo que había ordenado el jefe de la Unidad Regional 9, comisario mayor **Carlos Pizzicari**, a partir de las declaraciones de un traficante de drogas que está detenido ahora en la cárcel de encausados de Córdoba.

♦ **Autorización**

Cuando se hizo cargo de la jefatura, Pizzicari comprobó que el grupo de policías ahora arrestado, perteneciente a la División Drogas Peligrosas, visitaba con frecuencia a Arreyes, quien, según se supo después, **suministraba drogas a los otros detenidos con "permiso" de estos policías.**

Arreyes fue detenido y confesó para aliviar su situación. Entre las pruebas que presentó el traficante figura un video donde se ve a los policías en una "fiesta" en la que, además, había droga.

De acuerdo con las indagaciones de Pizzicari, los policías sospechosos, para cubrir las apariencias y su extraña amistad con Arreyes, presentaban al narcotraficante como un "informante".



Máximo Arreyes, acusado de narcotráfico, es también sospechoso de recibir protección de los siete policías detenidos.

♦ **Cargos**

En medios judiciales de Río Cuarto se precisó que los siete policías afrontan trece cargos que incluyen, por ejemplo, el consumo y facilitación de drogas dentro mismo de la División Drogas Peligrosas, complicidad con Arreyes, encubrimiento y falsificación de documento público y coima (se sospecha que, además, pedían dinero a detenidos para "tramitar" la libertad).

Una vez iniciada esta investigación, trascendió, fueron surgiendo otros datos que relacionarían a estos policías con el juego clandestino en Río Cuarto y hasta con la trata de blancas.

En Chile

Apresan narcobanda dirigida por cubano anticastrista

Un cubano anticastrista, buscado en México por la muerte de dos agentes municipales, dirigía en Chile una banda que enviaba cocaína a Argentina y España, informó en Santiago la sección local de la Interpol, según AFP.

El inculpado, detenido aquí hace tres días fue identificado como Raúl Arturo Estévez Pérez, 53 años, nacido en La Habana y experto en explosivos y espionaje, que usaba pasaporte boliviano con el nombre falso de Florián González Aranibar.

El delincuente recibió instrucción militar y de inteligencia bajo el amparo del Ejército de EEUU durante su exilio en ese país, tras escapar del régimen de Fidel Castro, dijo el subcomisario Eduardo Riquelme.

Una fuente policial agregó que Estévez habría también participado en el tráfico de armas destinadas a la resistencia anticastrista, además de mezclarse con el hampa en México, en donde mató a balazos a los policías Florencio Ochoa y Carlos Gil en un confuso tiroteo en Ciudad de Juárez, en 1975.

La banda que el cubano dirigía en Santiago la integraban una pareja de chilenos y el boliviano Salomón Antonio Heresi Sabja, 42 años, encargado de adquirir el estupefaciente en su país.

La cocaína era llevada a la ciudad de Arica, en el extremo norte de Chile, y enseguida era transportada a su capital escondida en el doble fondo del tanque de la gasolina de una camioneta de Estévez, informó la policía.

Los agentes se incautaron de tres quilogramos de la droga, que serían enviados a España, en cuya capital el cabecilla cumplió una condena por narcotráfico.

En el pasado, Estévez participó en Bolivia en una red de laboratorios de elaboración de clorhidrato y sulfato de cocaína, se indicó.

Hallan más de dos toneladas de cocaína en el mar

SAN DIEGO, Estados Unidos (DPA, ANSA). — Patrullas de la marina norteamericana descubrieron **por casualidad** 2,3 toneladas de cocaína flotando en las aguas del océano Pacífico, frente al estado de California. El cargamento, valuado en 2.000 millones de dólares, fue echado al mar por los tripulantes del buque colombiano "Don Jacinto" minutos antes que llegaran las patrullas de socorro de la marina estadounidense. La nave colombiana había permanecido 16 días a la deriva ya que había sufrido serias averías en los motores, antes de realizar el llamado de socorro a los barcos cercanos.

Los militares norteamericanos solo pudieron recuperar 136 de los 2.300 kilos de droga tirados al mar. Los 100 paquetes de cocaína habían sido arrojados al agua por la popa mientras en la proa se veían las naves de la marina acercándose.

Mientras tanto, los nueve miembros de la tripulación del buque colombiano fueron detenidos "por razones de seguridad" a pesar de que no se encontró un gramo de cocaína a bordo del barco, que se dirigía a las islas Galápagos.

El barco fue encontrado por las autoridades estadounidenses a 750 millas entre la costa de Costa Rica y Nicaragua, a unas 1800 millas de San Diego, en los Estados Unidos.

Incautaron "narcodólares"

La detención de una mujer de 25 años, posteriormente liberada, permitió a la juez federal **Laura Cosidoy** incautar 19.500 dólares, que provendrían de operaciones del narcotráfico, que habían sido retirados de una caja de seguridad de una sucursal del Lloyd's Bank en esta ciudad. El procedimiento se relaciona con la investigación que la juez **Cosidoy** lleva a cabo en torno al secuestro de 42 kilogramos de estupefacientes en esta ciudad el pasado 10 de julio, y por el cual permanecen detenidas al menos once personas.

Acompañada por varios jefes policiales, la doctora **Cosidoy** encabezó un operativo que culminó cuando la mujer de 25 años abandonó la entidad bancaria, ubicada en la intersección de Mitre y Rioja, y tras ser interrogada en el lugar fue trasladada a la sede del Juzgado Federal 3 de Rosario.

- **Datos complementarios**

Trascendió que la **joven sería ex novia de Gustavo Carrizo, detenido hace dos semanas por presunta vinculación con la causa que se investiga, y que luego de prestar declaración recuperó su libertad.**

En la causa que se abrió tras el secuestro de los 42 kilos de estupefacientes —el de mayor cantidad hasta el presente en esta ciudad— se hallan con prisión preventiva y autos de procesamiento **Jorge Hartford** y **Juan Carlos Arana**, sindicados como los máximos cabecillas de la banda.

En la misma situación se encuentran **Daniel Franchello, Darío Oscar Oldani, Raquel Rojo, Marta Ercegovich** y **Zoraida Lezcano**. A éstos se agregan, con prisión preventiva, pero sin definición en la situación procesal, un médico de apellido **Muller**, **Guillermo Rodríguez** (alias **Guillermina**), la docente **Susana Casafus** y el nombrado **Gustavo Carrizo**.

Polonia interesaría al cártel de Cali

Varsovia (AFP)

■ Los traficantes de droga colombianos del cártel de Cali, podrían invertir en la industria química polaca para garantizarse el abastecimiento de sustancias necesarias para la producción de estupefacientes, indicó este martes un policía polaco.

El policía citó indicaciones de la Agencia de Lucha contra la Droga norteamericana (DEA, Drug Enforcement Administration). En EEUU, la venta de 33 sustancias de este género está reglamentada y en Europa del oeste lo estará a partir del 1º de enero de 1993.

En consecuencia, los grandes traficantes colombianos comienzan a interesarse en Europa central y oriental, declaró el policía, miembro polaco de Interpol, quien requirió el anonimato.

En una entrevista concedida al diario **Gazeta Wuborcza**, el policía dijo que intentos del mismo tenor están siendo observados en Checoslovaquia.

Por otra parte y según la DEA, Polonia que hasta el momento era considerada como un país de tránsito de la droga, corre el riesgo de convertirse en país consumidor.

El año pasado la policía polaca registró más de 14.000 delitos vinculados con la droga. Cerca de 190 personas murieron por sobredosis, mientras que 90 corrieron la misma suerte en 1990.

Bailanteros, libres

Policías de la **Brigada de Investigaciones de Lanús** detuvieron, en la madrugada del domingo, a los trece integrantes del conjunto bailantero "**Darío y el Grupo Angora**" más a un custodio y un asistente. En esa localidad, los apresaron cuando el grupo iba a una discoteca para realizar el último show de la noche. Según fuentes policiales, los agentes habrían encontrado dentro de la camioneta en la que viajaba el conjunto una cantidad de cocaína que "**excede lo estimado como para consumo propio**".

Ayer, el líder del grupo, **Darío Ramón González, de 38 años, prestó declaración** ante el juez federal de La Plata, **Manuel Blanco**. Por la tarde se informó que quedaron en **libertad** los trece integrantes del grupo junto con el custodio y el ayudante.

Darío y sus músicos fueron arrestados a las 5 de la madrugada del domingo en la esquina de **9 de Julio y Oncativo**, de Lanús.

Bush abandonó lucha antidrogas

Escribe
Arthur Spiegelman
De la agencia "Reuter"

Nueva York — **Bob Stutman** supo ser uno de los generales en la guerra de los **Estados Unidos** contra las drogas. Ahora, al margen del campo de batalla, ve cómo esa guerra se está yendo al diablo.

"El único tema relacionado con las drogas en esta campaña presidencial es si Bill Clinton, el candidato demócrata, inhaló marihuana. Hoy en día, la preocupación no va más lejos", dijo.

El problema ha sido ampliamente ignorado en la campaña pese a que el gobierno norteamericano gasta **12.000 millones de dólares** al año en la lucha contra las drogas, y **comparte la vergüenza del gobierno colombiano por la fuga de Pablo Escobar.**

La amargura de **Stutman** tiene sus bien ganadas razones: luchó contra el **Cartel de Medellín en Colombia** sólo para ver cómo sus competidores de Cali se quedaban con el negocio, advirtió a los norteamericanos sobre los peligros del crac sólo para verlo convertido en epidemia, vio cómo los políticos gastaban millones en llamativas **"guerras contra las drogas"** que capturaban más primeras planas que delincuentes.

• Frustración

Su frustración queda registrada en **"Dead on Delivery"** (Muerte a domicilio), escrito con el editor local de "Newsday", **Richard Espósito**, un veterano cronista policial, quien detalla los 25 años que pasó **Stutman** en la Dirección de Lucha Antinarcóticos (DEA).

Como jefe de la oficina de la DEA en **Nueva York**, Stutman no se hacía ilusiones sobre la posibilidad de ganar la guerra.

Cierta vez, desesperado, fue a ver al jefe de la mafia, **John Gotti**, quien presuntamente controlaba una porción del negocio de la droga en la ciudad más grande de los **Estados Unidos**, para pedirle ayuda en la captura del asesino de un agente de la DEA.

La DEA estaba tan ansiosa por atrapar a **Costabile "Gus" Farace**, un mafioso de poca monta que había asesinado al agente **Everett Hatcher**, que **Stutman** fue sólo a la casa de **Gotti** en 1989 para decirle: **"John, haz lo que debe hacerse, o la presión no va a aflojar"**.

Según **Stutman, Gotti** nada hizo. Pero **Farace** fue muerto poco después por sus propios compinches, que empezaban a sentir la presencia policial cada vez más cerca.

Cuando **Stutman** reveló su visita a **Gotti** en el libro, algunos críticos alegaron que se había vuelto **"frustrado y bárbaro"** en su puesto de lucha contra los narcóticos.

"Tal vez fuimos juez y parte, pero creo que teníamos razón. Teníamos que cuidar de los nuestros", dijo recientemente.

Stutman, quien ahora se desempeña como consultor del Congreso sobre programas federales antidrogas, dijo temer que **el gobierno de George Bush, que declaró una guerra contra las drogas, la haya abandonado tras "cantar victoria e irse a casa"**.

• Epidemia

"Lo cierto es que estamos por ver una nueva epidemia de heroína entre nosotros. La heroína que se vende aquí es ahora 10 veces más fuerte que antes, y es tan fuerte que la gente la fuma en vez de inyectársela", dijo.

"Por primera vez en una década, la edad promedio de los consumidores de heroína está bajando, lo que quiere decir que hay nuevos adictos. Vamos a tener un problema con la heroína parecido al que tiene Italia —decenas de miles de consumidores en las clases media y alta— y estamos sentados sobre un estallido potencial".

De los 12.000 millones de dólares que el gobierno gasta por año en la lucha contra las drogas, dijo, **70 por ciento** se destina a la represión, **15 por ciento** al tratamiento y **15 por ciento** a la prevención.

Pero, dice **Stutman**, éste no es un año para luchar contra las drogas, apenas para burlarse de **Clinton** porque admitió que **una vez probó marihuana pero insiste en que nunca la inhaló**.

Ex gobernador venezolano pide ser juzgado en EEUU

Caracas (ANSA)

En un hecho sin antecedentes en la historia jurídica venezonala, un ex gobernador del distrito federal pidió ayer formalmente que el juicio que se le sigue aquí por narcotráfico, pase a la justicia norteamericana, para despejar todas las dudas sobre su accionar.

Adolfo Ramírez Torres, ex gobernador del oficialista partido Acción Democrática (AD), fue detenido el 21 de junio pasado, acusado de ser el jefe de una banda de narcotraficantes, que la fuerza antinarcóticos norteamericna, DEA, desmanteló en Miami.

El ex funcionario afirmó ayer estar dispuesto a renunciar a su nacionalidad venezolana, para ser juzgado en Estados Unidos y consideró que las acusaciones en su contra forman parte de una estrategia del narcotráfico "para distraer a la opinión pública".

La jueza venezolana que lleva el caso, Diamora Ramírez, negó recientemente la posibilidad de que Ramírez Torres sea extraditado, por lo que el hermano del acusado, de nombre Nelson, pidió que sea autorizado a vijar a Estados Unidos, "porque estamos seguros de que sería absuelto por completo".

Ramírez Torres ofreció regalar su residencia a quien aporte pruebas de su culpabilidad, y remarcó que "nadie ha sido más efectivo en la lucha contra el narcotráfico que Adolfo Ramírez Torres".

N° DOCUMENTO

FECHA LA MAÑANA 7-8-92

Proponen venta libre de drogas

ROMA (ANSA)- Hay quien dice que es un típico tema veraniego, para discutir en las playas de esta caliente temporada italiana, pero lo cierto es que el debate sobre la legalización de la droga se reabrió aquí esta semana con tonos polémicos pero también con toda la prudencia que corresponde a una cuestión tan grave como la drogadicción y el narcotráfico.

Durante un debate sobre la lucha contra la mafia realizado hace unos días en el Parlamento, Martelli puso el dedo en la llaga de uno de los aspectos más candentes del problema en Italia: "Indudablemente, explicó, la legalización le quitaría a la mafia la mina de la que extrae sus ganancias ilícitas, pero también quien está a favor de la droga libre reconoce que la medida debería ser aprobada a nivel planetario".

El Ministro aclaró más tarde que "discutir sobre el tema no le hace mal a nadie, pero ningún Gobierno puede tomar una decisión independientemente de los otros, porque de esta manera existe el riesgo de crear paraísos o infiernos artificiales".

"La liberalización debe ser discutida en los organismos internacionales como las Naciones Unidas y la Comunidad Europea", remató el joven Ministro, uno de los más destacados líderes del Partido Socialista.

Las declaraciones de Martelli fueron inmediatamente elogiadas por los antiprohibicionistas, que hablaron de la "caída de un tabú", pero también por algunos miembros de la Democracia Cristiana, del Partido Liberal (ambos en el Gobierno) y del opositor Partido Democrático de la Izquierda (poscomunista). A este punto de la discusión intervino el ex juez Giuseppe Ayala, hoy día uno de los políticos más populares de la península (es Diputado por el Partido Republicano) y que trabajó durante años contra la mafia codo a codo con Giovanni Falcone, el juez símbolo de la lucha contra "Cosa Nostra" asesinado en mayo por el crimen organizado.

Ayala está de acuerdo con Martelli y declara: "Con la legalización a la mafia sólo le quedaría una parte marginal del mercado y debería desplazarse hacia otras actividades ilícitas, mucho menos rentables que la droga".

El razonamiento de Ayala no termina ahí y para dar una idea de cuánto gana la mafia con el narcotráfico, recuerda una investigación que realizó junto a Falcone en los primeros años '80.

"En esa oportunidad, señaló, descubrimos que una sola 'familia' mafiosa había depositado en un banco en Lugano con una sola operación algo así como 100 millones de dólares". ■

01/01

08780

9208780

Jornal do Brasil 5-8-92

11227
11234

Tuma teme Cartel de Cáli

Não é apenas o fantasma de Pablo Escobar que ronda as fronteiras do Brasil com a Colômbia, mas agora também o Cartel de Cáli, "que vem a ser mais poderoso do que o próprio Cartel de Medellín, por causa de suas atividades pouco claras, utilizando como fachadas muitas empresas brasileiras de exportação". A afirmação foi feita pelo secretário da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, o único civil convocado para a reunião dos altos comandos do Brasil e Colômbia, ontem em Manaus.

Romeu Tuma concorda que a reunião entre as Forças Armadas brasileiras e colombianas vai reforçar a vigilância da Amazônia. Assegura, no entanto, que existe uma atividade preventiva na área "anterior à fuga de Pablo Escobar", notadamente nos pontos estratégicos entre os dois países, onde há dois anos vem operando uma rede de informantes e agentes de inteligência, detectando e fazendo apreensões importantes de drogas.

Pelo menos no lado brasileiro, Romeu Tuma garante que o tráfico internacional de drogas está perdendo a luta para a repressão. "Temos relatórios atestando que nos últimos dois anos não houve reincidência de plantio de ipadu (a planta base da cocaína) em áreas como Cachoeira do Cachorro, no Alto Rio Negro, Rio Japurá e Tabatinga". Ele acrescenta que para vencer a versatilidade inesperada dos traficantes do Cartel de Cáli, a Polícia Federal investiu nos serviços de inteligência que atuam hoje nas áreas de fronteira. "Hoje o trabalho da inteligência tem muito mais força do que qualquer operação de ataque militar", afirmou.

01/02

9208782

Nº DO[illegible]

TÍTULO

PROCED[illegible] Jornal de Brasília

5-8-92

ENTRADO

CRUZADO

Brasil e Colômbia vão assinar acordo para ação antidroga

Orlando Farias
Correspondente

[M]ANAUS — O Brasil e a Colôm[bia v]ão assinar um acordo que prevê [ações] conjuntas em seus territórios [para] deter a expansão do narcotráfi[co na] Amazônia, anunciou ontem o [emb]aixador da Colômbia no Brasil, [Guille]rmo Alberto Gonzalez Mos[quera], durante a reunião de Manaus [dos A]ltos Comandos das Forças Ar[mada]s dos dois países.

[Pr]ecavido diante da fuga da prisão [do ch]efão do Cartel de Medelin, Pablo [Escob]ar, que pode reaquecer as ativi[dades] do narcotráfico em toda a Colômbia, o governo desse país solicitou há duas semanas uma reunião ao governo brasileiro para combinar estratégias na área. Segundo o chefe do Estado Maior das Forças Armadas (Emfa) do Brasil, general Antônio Luiz Rocha Veneu, o encontro foi aprovado pela Presidência da República, "até por se tratar de relações de rotina que as autoridades dos dois países vêm mantendo nos últimos anos".

O acordo militar que resultará do encontro de ontem em Manaus será assinado no próximo mês, em Brasília, pelos três ministros militares brasileiros e o ministro da Defesa colombiano, Rafael Pardo, revela o embaixador Guillermo Mosquera. Na reunião realizada ontem no quartel general do Comando Militar da Amazônia, em Manaus, os altos comandos dos dois países discutiram também o melhoramento das suas instalações militares nas áreas de fronteiras e procuraram identificar os pontos críticos na proteção do espaço aéreo da Amazônia, que serve atualmente de rota internacional do narcotráfico.

Garantindo que o encontro de Manaus era mais amplo do que o assunto do narcotráfico, o chefe do Emfa, Antônio Luiz Veneu, admitiu que as Forças Armadas podem oferecer apoio logístico para as ações.

02/02

920882

Supermercados cariocas ante una ola de saqueos

Río de Janeiro (AFP)

■ Seis supermercados del suburbio norte (pobre) de Río de Janeiro fueron saqueados ayer martes por habitantes de las favelas vecinas, llevando a diecinueve el número de comercios desvalijados desde el 7 de abril pasado en la región, informó una fuente policial.

"El panorama es siempre el mismo", indicó un vocero de la Policía civil a esta agencia. Al grito de "queremos comer, el pueblo tiene hambre", más de cien personas rompieron las vitrinas de los establecimientos comerciales, llevándose alimentos, bebidas y productos de limpieza en los carritos robados al supermercado hasta las favelas vecinas.

El lunes de madrugada dos supermercados situados en las zonas norte y oeste de la ciudad fueron desvalijados.

Las autoridades tienen dos hipótesis para explicar la ola de ataques a supermercados. La más difundida es que los saqueos son fomentados por traficantes de droga de las favelas, en respuesta a las operaciones antinarcóticas policiales en las favelas.

La otra es que los mismos se deben a los "grupos de exterminio" que a menudo asesinan a niños callejeros, ya sean delincuentes o sospechosos de serlo. El motivo sería el mismo que el de los traficantes: vengarse de la Policía y arruinar la imagen de Río de Janeiro en vísperas de la conferencia sobre medio ambiente que se desarrollará aquí del 3 al 14 de junio.

No obstante, numerosos analistas políticos estiman que los saqueos no son más que el resultado de la crisis económica: los ladrones no hacen discursos, se limitan a llevarse los alimentos y a escapar.



Ya son 24 los supermercados saqueados en Río de Janeiro. A partir de anoche se incrementó la vigilancia policial, que hasta ahora fue inútil para disuadir a los asaltantes.

Síndrome Los Angeles

Río de Janeiro (Noga Noticias) — Los asaltos a supermercados cariocas están haciendo correr un sudor frío en las espaldas de los habitantes de Río, sobre todo cuando se menciona **la posibilidad de que la situación degenere en algo parecido a lo que sucediera en Los Angeles.**

Un sociólogo, **Luiz Werneck**, en declaraciones al diario "Jornal do Brasil", afirmó que "**hay entre nosotros una Los Angeles presta a explotar**".

El académico sostiene que la mezcla de los saqueos (que por su frecuencia, según él, ya los convierte en un "**fenómeno de masas**") y las reivindicaciones salariales de los militares, constituyen un cóctel explosivo y una muestra de "**la debilidad del orden establecido**".

Observadores del fenómeno, que no trepidan en hablar de un "**síndrome Los Angeles**", reconocen que la "**acción social**" desarrollada en las favelas por los narcotraficantes, les ha ganado el apoyo de sus habitantes, que son hoy **punta de lanza de su estrategia.**

Logran contener ola de saqueos

RÍO DE JANEIRO. (EFE).- Con la movilización de más de mil hombres y el refuerzo de los efectivos en las comisarías, la Policía brasileña logró finalmente ayer contener la ola de saqueos a supermercados de Río de Janeiro que desde el pasado 8 de abril afectó a 33 establecimientos.

La madrugada de ayer fue la primera de este mes sin registro de saqueos o alarmas, según confirmaron portavoces de la policía civil y militar.

Las medidas adoptadas esta madrugada por las autoridades, dirigidas por los propios secretarios estatales de policía, lograron frustrar el plan anunciado por los delincuentes de redoblar los saqueos a partir del día de la madre, informa el diario O Globo.

Los policías movilizados desde el sábado sólo tuvieron la tarea de controlar, en la tarde del domingo, varias falsas alarmas lanzadas por comerciantes que desconfiaban de cualquier grupo numeroso que se aproximaba a sus negocios.

El exito del dispositivo apartó definitivamente la posibilidad de movilizar el ejército en defensa de los supermercados, como era solicitado por la Asociación de Propietarios de Supermercados.

El ministro de Justicia, Celio Borja, también retiró su ofrecimiento de que la policía federal -organismo judicial- interveniera en la ciudad para controlar la ola de saqueos.

Los saqueos, según la policía, eran parte de un plan criminal diseñado por traficantes y asesinos que dominan los morros y favelas (barrios marginales) de Río de Janeiro.

DOPING EN EL TENIS

Acusan a Gabriela y Arantxa

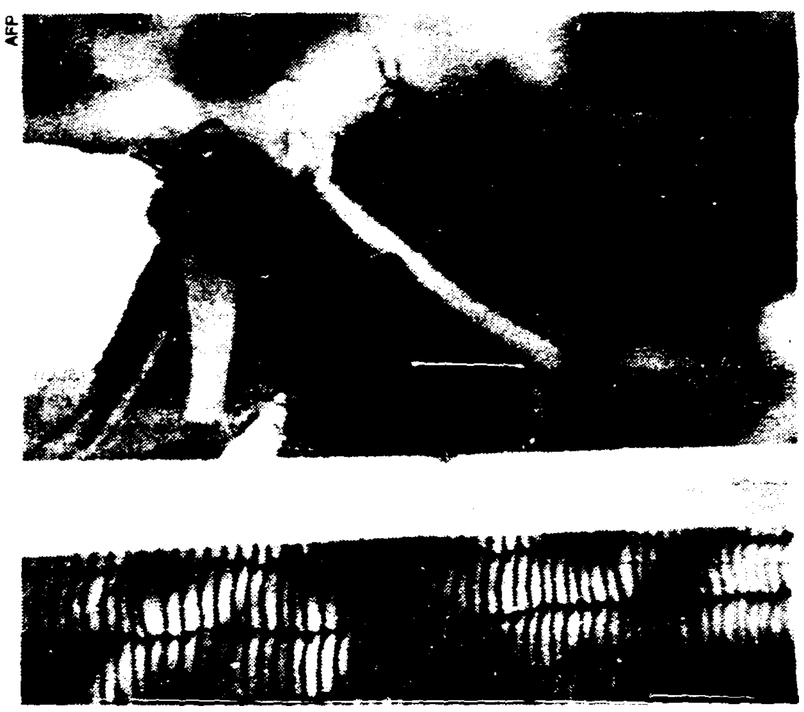
Una grave acusación lanzó el entrenador del equipo femenino de tenis de Alemania, Klaus Hofsaess, al dar a entender que Gabriela Sabatini y Arantxa Sánchez Vicario recurren al doping para mejorar su rendimiento en los courts de tenis. Según un artículo publicado en una prestigiosa revista alemana, Hofsaess, coach de Steffi Graf en el equipo femenino de Alemania de la Copa Federación, tanto Sabatini como Sánchez "echan mano a estimulantes prohibidos".

Al margen del Abierto de Francia, que culminó con los triunfos de la yugoslava Monica Seles y el estadounidense Jim Courier, Hofsaess se pregunta si Gabriela Sabatini, en la final de Amelia Island de este año, abandonó el court sólo porque su remera estaba empapada de tanspiración o si "de alguna u otra manera fue a buscar la fórmula que la llevara al triunfo".

Sobre Arantxa Sánchez, el mismo entrenador sostuvo que, en la reciente final del torneo de Berlín contra Steffi Graf, seguía corriendo aun cuando casi no podía levantar el brazo para golpear la pelota.

En otros medios periodísticos alemanes se preguntan si esta acusación tan grave es sólo una acción infame producto de la envidia por el protagonismo que alcanzaron las dos jugadoras cuestionadas o si se trata, efectivamente, de una denuncia fundada que hará saltar por los aires la estantería del tenis femenino mundial. En todo caso llama la atención que la acusación no incluyera a Monica Seles, cuyo juego se basa, más que cualquier otra jugadora del circuito, en un despliegue físico extraordinario y una potencia descomunal.

AFP



El entrenador de la alemana Steffi Graf acusó a Sabatini y a Sánchez.
"La española corre aun cuando no le puede pegar a la pelota", dijo.

En el mismo artículo se afirma que hay estimaciones de los médicos oficiales de los torneos internacionales según las cuales una de cada cinco jugadoras, periódica o esporádicamente, contravienen las normas antidoping recurriendo a inyecciones o píldoras prohibidas.

"Hay que implantar en el tenis profesional controles periódicos" concluye Hofsaess, proponiendo que se realicen pruebas "a todas las jugadoras a partir de los cuartos de final".

Nº DOCUMENTO
TITULO OPERACION "PIÑA COLADA"
PROCEDENCIA LA MAÑANA
FECHA DE PROCESO 12-6-92

ENTRADO
CRUZADO

Desmantelan refinería para cocaína en Italia

Roma.(EFE) - La policía italiana ha desmantelado en un chalé de la norteña ciudad de Olda una refinería para preparar cocaína procedente de Sudamérica, ha detenido a 21 personas, todos italianos, presuntos miembros de una banda de narcotraficantes entre Italia y América, y confiscado 15 kilos de dicha droga.

Entre los detenidos se encuentran los hermanos Giuseppe y Guglielmo Findanzati, miembros de la "familia" mafiosa del mismo apellido, cuyo padre, Gaetano, se encuentra actualmente detenido en Argentina.

Según informó la policía, la banda mantenía relaciones con el Cartel de Medellín (Colombia) y la droga que llegaba de Sudamérica era distribuida en el norte de Italia, sobre todo en Milán.

Las investigaciones que han culminado con la detención de los 21 italianos comenzaron hace un año, cuando la policía puso en marcha la denominada "Operación Piña Colada" que, entre otras medidas, supuso la infiltración de agentes entre los narcotraficantes.

La policía, según se informó hoy, jueves, en Milán (norte del país), esperó este tiempo con el objetivo de detener a todos los miembros de la banda.

El pasado mes de abril descubrieron la existencia de la refinería, instalada en un chalé de Olda, en la provincia de Bérgamo. En la casa encontraron todos los compuestos químicos necesarios para refinar la cocaína, así como quince kilos de "polvo blanco" preparado para su distribuicion. Los agentes cercaron la villa y siguieron todos los pasos de las personas que entraban y salían, a la espera de "pescar" a los "enlaces" con Sudamérica.

El pasado 5 de junio la policía supo de la llegada al aeropuerto milanés de La Malpensa de un cargamento de pasta de cocaína procedente de Caracas

La droga llegó oculta entre cajas de frutas exóticas. La policía esperó hasta la noche de ayer, miércoles, y detuvo en varias operaciones a todos los miembros de la banda. El Cartel de Medellín, por otra parte, ha logrado infiltrarse en la región norteña italiana de Emilia Romaña, según informó hoy la policía de Bolonia.

Según la policía, los colombianos han llegado a un acuerdo con las mafias del sur de Italia para distribuir la cocaína en Italia y no dan "un paso" sin el consentimiento de la mafia, la camorra o la 'Ndrangheta, es decir las bandas sicilianas, napolitanas y calabresas. ■

LA MAÑANA 12-6-92

9208785

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA LA MAÑANA
17-6-92.

Cuestionan operativo antidroga en Argentina

BUENOS AIRES. (ANSA).- La participación de la Fuerza Aérea, sólo logística según el gobierno, en una serie de ejercicios antidroga en el norte de Argentina, generó fuertes rechazos en la oposición, que considera el hecho una violación de la ley que niega a los militares jurisdicción en casos de seguridad interna.

La Unión Cívica Radical (UCR), principal fuerza de oposición, se aprestaba a pedir la interpelación del Ministro de Defensa, Erman González, para que explicara por qué la Fuerza Aérea se sumó esta semana a los ejercicios en Salta, provincia limítrofe con Bolivia, clave en el narcotráfico local. Además, aparece cuestionada la presunta participación de agentes de la Drug Enforcement Administration (DEA), la afamada organización antidroga de Estados Unidos.

Días atrás, apenas anunciados los ejercicios, el secretario antidrogas argentino, Alberto Lestelle, aseguró que los aviones, radares y personal de la Fuerza Aérea enviados a Salta sólo darían "apoyo logístico".

Descartó además la participación de agentes de la DEA, pese a que versiones publicadas por la prensa argentina señalaron la presencia, al menos, de 14 efectivos norteamericanos.

Desde fines de la década anterior, cuando Argentina comenzó a ser aceptada oficialmente como nuevo paso de drogas hacia Europa y Estados Unidos, desde Colombia, Bolivia y Perú, Wáshington se esforzó por colaborar con Buenos Aires facilitándole medios --por ejemplo radares y vehículos-- para combatir el narcotráfico en el norte del país.

Pero la Ley de Seguridad Interior, aprobada para prohibir que se repitan en democracia violaciones a los derechos humanos como las que la última dictadura militar cometió para combatir "enemigos internos" (Doctrina de la Seguridad Nacional), impide cualquier movimiento militar que no sea por hipótesis de agresión externa.

La prensa local, contra la opinión del Ministro González de que en Salta sólo hubo ejercicios de ensayo de radarización para el control del espacio aéreo y no un operativo antidroga, replicó ayer que oficialmente la Policía Aeronáutica vinculó las maniobras "con el tráfico aéreo de drogas". González habló después de "error de redacción".

01/01 920 8786

RESERVADO

D. N. SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II 18SET92		HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 69/92		

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 22SET92

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION:

B - TEXTO

- Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.

FECHA 3/8/93 INICIAL GY

Procesado a

OBSERV

22/9/92
362

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección
22 SET. 1992
9208787

V - DISTRIBUCION: D.G.I.D.
Dpto.II E.M.E.
D.E.I

FIRMA: El Jefe del Departamento II (Inf.) E.M. S.S.FF.AA.

Coronel Julio W. Fernández.

001-003

18/9/92
SDI
9208787

RESERVADO

Montevideo, 17 de setiembre de 1992.

A INGRESO AL SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS.-

1.- FREDES BALADAN, SANDRA MONICA.- Auxiliar de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 22- 12-1959.-

C.I. 1.672.833.

C.C. BQB 16.157.-

Domicilio actual: Fray Bentos 4291.

Domicilio anterior: Carlos Reyles 1879 Ap/3.-

Nombre del padre: Federico Fredes Helgue

Nombre de la madre: María Nélida Baladán Cucurella.-

Nombre del cónyuge: Luis Darío González Prendez.-

2.- OSVALDE JIMENEZ, SANDRA JACQUILINE.- Auxiliar de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 18-12-1969 Montevideo.-

C.I.2.604.202.4.-

C.C. BDC 6105.-

Domicilio actual: Manganga 7661

Domicilio anterior: Florida.-

Nombre del padre: Julio Osvalde.-

Nombre de la madre: Antonia Gimenez.-

Nombre del cónyuge:

3.- OTAIZA LARZABAL, IVONE SARITA.- Auxiliar de Enfermería.-

Fecha y lugar de nacimiento: 28-6-1971 Durazno.-

C.I. 3.117.364.6.-

C.C. BAB 20.486

Domicilio actual: Durazno 1306.-

Domicilio anterior: Dpto. de Durazno .-

Nombre del padre: José Margarito Otaiza Rodriguez.- (fallecido)

Nombre de la madre: Sara Teresa Larzabal Hernandez.

Nombre del cónyuge: Luis Alberto Fabro Garin.-

002

9208787

2483523

4.- SAPELLO CAMPOS, MARIA DOLORES.- Auxiliar de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 5-8-1955.- .

C.I. 1.366.503-9

C.C. BJA 20.265

Domicilio actual: Miguelete 2291.-

Domicilio anterior: Carlos Anaya 2768 Apto. 1.-

Nombre del padre: Manuel Marcelo Ariel Sapello Menendez.-

Nombre de la madre: María Rosa Campos Ardao.-

Nombre del cónyuge:

5 .- SASTRE AGUIAR, MARCELA VERONICA.- Auxiliar de Enfermería.-

Fecha y lugar de nacimiento: 9-1-1973 Montevideo.-

C.I. 3.336.870.2.

C.C. BOA 17.909.-

Domicilio actual: Pedro de Mendoza 4894.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Rogelio Nieves Sastre.-

Nombre de la madre: Udalinda Ignacia Aguiar Quintero.-

Nombre del cónyuge:

6 .- TOMAS VILLAGRAN, RUBY JOSE.- Auxiliar de Servicios

Fecha y lugar de nacimiento: 11-10-1971 Montevideo.-

C.I. 2.791.226-2.-

C.C. BCB 44.678.-

Domicilio actual: Euskalerria 71- Mallorca 4411 A Torre G. Ap.902.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Ruby Tomas

Nombre de la madre: María Esther Villagran Crespo.-

Nombre del cónyuge:

003 | 003 9208787

RESERVADO

M. D. N. SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DEPARTAMENTO II	18SET92	HOJA:
	PEDIDO DE INFORMES: 69/92		

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 22SET92

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION:

B - TEXTO

- Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.

FECHA 3/8/93 INICIAL 64

Procesado

OBSERVAC

22/9/92
362

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION:

D.G.I.D.
Dpto.II E.M.E.
D.E.I

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección
22 SET. 1992
9208787

FIRMA:

El Jefe del Departamento II (Inf.) E.M. S.S.FF.AA.

Coronel Julio W. Fernández.

001-003

SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS - ESTADO MAYOR - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

18/9/92
SDI
9208787

RESERVADO

Montevideo, 17 de setiembre de 1992.

ASPIRANTES A INGRESO AL SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS.-

1.- FREDES BALADAN, SANDRA MONICA.- Auxiliar de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 22- 12-1959.-

C.I. 1.672.833.

C.C. BQB 16.157.-

Domicilio actual: Fray Bentos 4291.

Domicilio anterior: Carlos Reyles 1879 Ap/3.-

Nombre del padre: Federico Fredes Helgue

Nombre de la madre: María Nélida Baladán Cucurella.-

Nombre del cónyuge: Luis Darío González Prendez.-

2.- OSVALDE JIMENEZ, SANDRA JACQUILINE.- Auxiliar de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 18-12-1969 Montevideo.-

C.I.2.604.202.4.-

C.C. BDC 6105.-

Domicilio actual: Manganga 7661

Domicilio anterior: Florida.-

Nombre del padre: Julio Osvalde.-

Nombre de la madre: Antonia Gimenez.-

Nombre del cónyuge:

3.- OTAIZA LARZABAL, IVONE SARITA.- Auxiliar de Enfermería.-

Fecha y lugar de nacimiento: 28-6-1971 Durazno.-

C.I. 3.117.364.6.-

C.C. BAB 20.486

Domicilio actual: Durazno 1306.-

Domicilio anterior: Dpto. de Durazno .-

Nombre del padre: José Margarito Otaiza Rodriguez.- (fallecido)

Nombre de la madre: Sara Teresa Larzabal Hernandez.

Nombre del cónyuge: Luis Alberto Fabro Garin.-

302

9208787

4 - SAPELLO CAMPOS, MARIA DOLORES.- Auxiliar de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 5-8-1955.-

C.I. 1.366.503-9

C.C. BJA 20.265

Domicilio actual: Miguelete 2291.-

Domicilio anterior: Carlos Anaya 2768 Apto. 1.-

Nombre del padre: Manuel Marcelo Ariel Sapello Menendez.-

Nombre de la madre: María Rosa Campos Ardao.-

Nombre del cónyuge:

5 - SASTRE AGUIAR, MARCELA VERONICA.- Auxiliar de Enfermería.-

Fecha y lugar de nacimiento: 9-1-1973 Montevideo.-

C.I. 3.336.870.2.

C.C. BOA 17.909.-

Domicilio actual: Pedro de Mendoza 4894.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Rogelio Nieves Sastre.-

Nombre de la madre: Udalinda Ignacia Aguiar Quintero.-

Nombre del cónyuge:

6 - TOMAS VILLAGRAN, RUBY JOSE.- Auxiliar de Servicios

Fecha y lugar de nacimiento: 11-10-1971 Montevideo.-

C.I. 2.791.226-2.-

C.C. BCB 44.678.-

Domicilio actual: Euskalerria 71- Mallorca 4411 A Torre G. Ap.902.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Ruby Tomas

Nombre de la madre: María Esther Villagran Crespo.-

Nombre del cónyuge:

003 | 003

9208787

RESERVADO

M. D. N. SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	18SET92	HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES:	68/92	

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 25SET92

II - INFORMACION CONOCIDA:

A - EVALUACION:

B - TEXTO

- Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.

22/9/92
363

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
22
Antecedentes
9208788

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION:

D.G.I.D.

Dpto.II E.M.E.

D.E.I

FIRMA:

El Jefe del Departamento II (Inf.) E.M. S.S.FF.AA.

Coronel

Julio W. Fernández.

SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS — ESTADO MAYOR — DEPARTAMENTO — REPUBLICA O. DEL URUGUAY

0013

18/9/92
SDI
9208788

RESERVADO

Montevideo, 16 de setiembre de 1992.-

INGRESOS AL SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS CON FECHA 1°/9/1992.

1.- BUENO da COSTA, JORGE FREDY.- Auxiliar de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 14-4-1970 Artigas.-

C.I. 3.125.047.4.-

C.C.IAC 51.162 traslado BDA 87.776.-

Domicilio actual: Carlos Nery 3675/1.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Atahides Bueno Ferreira.-

Nombre de la madre: Erlinda da Costa de Souza

Nombre del cónyuge:

2.- DUARTE MORAES, MARIA VIRGINIA.- Administrativo.-

Fecha y lugar de nacimiento: 20-2-1974 Montevideo.-

C.I. 2.773.937.5.-

C.C CDA 78.545.-

Domicilio actual: Artigas 565 Apto. 304 Las Piedras-Canelones.-

Domicilio anterior: Ruta 36 Km. 42 Los Cerrillos-Canelones.-

Nombre del padre: Rivera Fernando Duarte Nuez

Nombre de la madre: Nelsa María Moraes Tort.-

Nombre del cónyuge:

3.- FIRPO ABELLA, ANOREINA MARIA.- Administrativa.-

Fecha y lugar de nacimiento: 12/12/70-Florida.

C.I. 3.420.163.4.-

C.C. QAA 42.924.-

Domicilio actual: Graver 3316/2.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Roberto Ernensto Firpo Skefear Klotz.-

Nombre de la madre: Ilda Irma Abella Grela.-

Nombre del cónyuge:

4.- QUINCKE SGHIRLA, GUILLERMO.- Esp. B.-

Fecha y lugar de nacimiento: 21-10-1963 Montevideo.-

C.I. 1.491.101-3.-

C.C BCA 85.962 -

Domicilio actual: Francisco Soca 1175.-

Domicilio anterior: Esteban Elena 6469.-

Nombre del padre: Jorge Emilio Quincke Rohres.-

Nombre de la madre: Nora Teresita Sghirla Cedrez.-

Nombre del cónyuge:

5.- RODRIGUEZ ROCCO, GABRIELA CECILIA.- Administrativa.

Lugar y fecha de nacimiento: 25-2-1969 Montevideo.-

C,I. 1.986.954.6.-

C.C. AXA 24.779.-

Domicilio actual: Luis Francini 842 Apto. 05.-

Domicilio anterior:Argerich 4438

Nombre del padre: Héctor Anibal Rodriguez Alcarraz.-

Nombre de la madre: María de las Mercedes Rocco García.-

0033 0208788

Secuestraron 105 kg de marihuana

Droga a granel: el cargamento fue hallado en Morón; un traficante boliviano había ingerido 78 cápsulas con cocaína; en Chile encuentran drogas en tapas de libros; desmembraron una red en Ecuador.



La detención de cinco personas y el secuestro de 105 kilogramos de picadura de marihuana fue el resultado de un procedimiento ordenado por la justicia federal en una quinta del partido de Morón.

Luego de investigar las actividades de una red delictiva, efectivos de la Delegación Morón de la Policía Federal comprobó que sus miembros ingresaban drogas desde el Paraguay.

En una finca de Villa Udaondo, los policías hallaron un cargamento de 105 kilogramos de picadura de marihuana que estaban ocultos debajo de un piso de madera de la propiedad. Se verificó luego que los traficantes transportaban la droga en el doble techo de una pick-up Toyota.

Durante el allanamiento, ordenado por el juez federal Nº 2 de Morón, doctor Eduardo Luraschi, se detuvo a Ana Aguirre, boliviana; Amalia Arias, argentina; Pedro Rojas, paraguayo, y a Angel Rojas, paraguayo.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA DE PROCEDENCIA 23-6-92.

VINCULACIONES [illegible]

[illegible]ciclopédicos

SANTIAGO, Chile, 22 (UPI).– Una banda de traficantes de drogas, que enviaba cocaína a los Estados Unidos y a Europa dentro de las gruesas tapas de libros de cocina o de conocidas enciclopedias, fue desbaratada hoy por la policía chilena.

Un informe oficial de la policía de Carabineros dijo que detuvo a seis chilenos y a un séptimo individuo que también ostenta la nacionalidad uruguaya, como autores del contrabando del alcaloide.

Un octavo narcotraficante, de nacionalidad colombiana, era buscado hoy en la capital chilena y se presume que fue la persona que suministró la cocaína.

La cocaína era enviada en las gruesas tapas de libros de cocina, [illegible] cuyos empastes se colocaba, [illegible]

[illegible]mente prensada. Al abrirse los volúmenes, de 29 centímetros de alto por 21 de ancho, eran absolutamente normales, pero al romper las tapas y abrir la doble cubierta se encontraban las drogas.

Los libros eran enviados desde Colombia a Santiago como regalo a diferentes personas por el correo aéreo ordinario.

La banda tenía conexiones en Colombia, España, Italia y los Estados Unidos.

01/01 9208790

SECRETO

M.D.N.
E.M.C.D
DPTO.III (P)
DIV.C.I.
MONTEVIDEO
181130ET92

[illegible] /2.

9208792

M E M O R A N D U M [illegible] / C.I.'92

ASUNTO: E.S.I

REFERENTE: SECTOR GREMIAL

TEXTO:

H.08.30 - Se instala vigilancia en Casa Nazaret J. Bellini Nº 3010.

H.09.00 - Se constata el ascenso de 4 NNM y 2 NNF a un ómnibus de turismo.

H.09.30 - Consultado en la iglesia se toma conocimiento de que las personas se dirigían a Piriápolis, a pasar el día regresando en la noche.

Se toma conocimiento que los concurrentes extranjeros al curso gremial son:

- Luis Carlos TEXEIRA - San Pablo- BRASIL
- Ma. TEXEIRA MARTINS - Portugal -(GREMIO ENSEÑANZA)
- Everani OLIVEIRA - Brasil -FORZA GREMIAL
- Marisa Antonia PEREIRA - Brasil -FORZA GREMIAL
- José Adelino PEREIRA - Brasil -SCT

DISTRIBUCION: Original : Jefe del Dpto.III (OP)
Copia 1 : Archivo Div. C.I.

001-002

SECRETO

Montevideo, 15 de setiembre de 1992.-

E. E. I.

SECTOR GREMIAL

El 14/SET/92 dió comienzo el III Curso de "Formación política para dirigentes sindicales", patrocinado por la Fundación FRIEDRICH EBERT Uruguay (FESUR), la coordinación de la CIOSL-ORIT y el apoyo del Instituto de Formación e Investigación Sindical (IFIS).

El curso fue inaugurado en la Casa NAZARET (José Belloni 3010) y se extendera hasta el 26 de los corrientes.

Del referido curso participan 5 dirigentes sindicales de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay.

Se requiere:

a.- Identidad y gremios de los participantes que representan a cada país.

Montevideo, 16 de Setiembre de 1992.-

Pase a la Sección Contra-Inteligencia para sus efectos.

El Jefe del departamento III(OP)
Tte. Cnel.
P E R D O M O

ORIGINAL

9208793

920487 18.09.92

INFORMACION SINDICAL

710-H-II

REFERENTE A FOEB:

- Se habría tomado conocimiento que la Dirección de dicha Federación acorde a las últimas elecciones, sería la siguiente:

PRESIDENTE: - ANTONIO ADOURIAN (FOEB-COCA-COLA-PS)
SECRETARIO GENERAL: - RICHAR READ (PVP-FOEB)
SECRETARIO DE ORGANIZACION :MILTON BURGOS (FOEB-COCA-COLA-PS)
PRENSA Y PROPAGANDA: LUIS FAGIANI (SALUS-PC)
COM.ECONOMIA - ESTADISTICA: - JORGE POZZI (FOEB-PC)

- Pero es de hacer notar que dicha estructura no funcionaría como tal, sino que la misma se reuniría a veces para llevar a cabo alguna Mesa,en la cuál se daría lectura de los informes de las mesas representativas del PIT/CNT,y cuando se tuviera que resolver temas de Salario.

REFERENTE A FOEMYA (MOLINEROS)

- Se habría tomado conocimiento que tendrían como única representante por el momento, a LEYLA MARTINEZ (PC).

FECHA 28 . 9 . 92 (SA)

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 21 SET. 1992
9208793

001/002

ORIGINAL :SEÑOR JEFE DEL DPTO.I

a.z

10,02 -002

9208794

ORIGINAL

ARCHIVO

/ 3

Montevideo, 19 de setiembre 1992.-

M E M O R A N D U M   Nro. 920439 /S.O.E.

I.- ASUNTO   72º ANIVERSARIO DEL PCU

II.- REFERENCIA

III.- T E X T O:

En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura de los actos convocados por el PCU con motivo de la conmemoración de su fundación, obteniendose la siguiente información:

-Siendo las 15.30hs aproximadamente, en la explanada de la Universidad se habían congregado alrededor de 150 personas, frente al local de la Sección 20, ubicada en Av.Agraciada y Valentín Gomez.

-A las 19.15 hs se concurre a la zona de la Secc.20 pudiendose observar la presencia de 200 a 250 personas concentradas frente a un escenario levantado frente al local y orientado hacia el noroeste.

El acto dió comienzo con la actuación artística de un grupo de Rock y a continuación se invitó a subir al escenario a las autoridades presentes, entre las que se pudo identificar a:

-Liber SEREGNI, Danilo ASTORI (ambos se retiraron inmediatamente que SEREGNI hizo uso de la palabra), Marina ARISMENDI, Carmen BERAMENDI, Carlos PITA, Enrique ERRO, José Germán [illegible], Luis [illegible], Hugo CORES.

rcw

06/10/92

001 | 003

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 21 SET. 1992
Pase a Carg. [illegible]
Nº de Orden 9208794

Seguidamente se entonaron las [illegible] y la INTER-NACIONAL SOCIALISTA la que acompañó la mayoria de las presentes con el puño en alto.

-Luego tuvo lugar la parte oratoria a cargo de Liber SEREGNI, un representante de la UJC y finalmente Marina ARISMENDI. En general se destacaron los siguientes conceptos:

-convocatoria al acto del 1º de Octubre por la PAPELETA BLANCA.

-llamado a la reorganización y [illegible] del PCU

-dificultades económicas actuales del PCU en particular la situación del local de la Secc.20.

-continuidad del caracter internacionalista del Partido.

-crítica a la política neoliberal del gobierno.

-problemas de la educación y medidas gubernamentales en la enseñanza.

-recordatoria de la militante comunista fallecida en el día de ayer que perteneciera a la Secc. MENDIOLA, cuyo nombre era Alicia.

Se detectaron las siguientes banderas del:

- PC UJC y una del [illegible]-T

-Pasacalles

-POR LOS MARTIRES DE LA 20, UN PARTIDO COMUNISTA CRITICO, AUTOCRITICO Y DE CAMBIOS - SECC. CHE.

-PARTIDO COMUNISTA DE RINCON DE LA BOLSA, SIEMPRE PRESENTE AG. S.PINTO.

-Canticos

-REVOLUCIONARIOS, ANTIIMPERIALISTAS, SOMOS DE LA UNION DE JUVENTUDES COMUNISTAS.

-SOY DEL FRENTE, EL FRENTE SOY YO.

Se dió lectura a las siguientes adhesiones:

-FIDEL, Dorean Javier IBARRA PC Colombiano

-[illegible] representante en América del Sur Coordinadora F del FA

ORIGINAL

Hoja 2 de 3

Copia _ de _

000002

-Ramón GUADALUPE, PCL de Maldonado

-PL?-T, José Mujica, Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO y Julio MARENALES

Las siguientes matrículas fueron detectadas durante la movilización:

173.763, 229.937, 2[illegible]33, 903.430, 229,640, 900.120, 252,520, 540.237, 167.648, 199,128, 904.576, 75.380, 84.956, C80401(ROCHA) CI243.424(ARGEN-TINA)

IV- DISTRIBUCION: Original -Jefe del Departamento I

Copia 1 -Jefe del Departamento III -Archivo

0003 \ 003 9208794

ORIGINAL

Montevideo, 22 de setiembre 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920490 /S.O.E.

I.- ASUNTO MOVILIZACION DEL F.A. POR EL REFERENDUM

II.- REFERENCIA

III.- T E X T O:

En la fecha se concurre a realizar la cobertura de la movilización convocada por el FA enmarcada en la campaña por el referendum y la papeleta blanca.Con tal motivo partieron desde distintos puntos de la Ciudad de Montevideo, tres caravanas que conducían hacia Cno. Carrasco y Estado de Israel donde se re--alizaría el acto final, a Liber SEREGNI, Danilo ASTORI y Tabaré VAZQUEZ.

Respecto a la caravana de vehículos, se estima que participaron un total de 50 arribando a la zona del acto final a las 12.20 hs aproximadamente. El mismo dió comienzo a las 1200hs con la participación del conjunto humorista LOS BOBY'S para dar lugar inmediatamente a la parte oratoria que estuvo a cargo del Intendente de Montevideo, Tabaré VAZQUEZ.

Se estima que la concurrencia era de 1500 personas aproximadamente siendo la mayoria personas mayores.

La actitud de los mismos fue pacífica no registrándose incidentes.

En su discurso VAZQUEZ que se extendió desde las 1230 a las 1305hs, hizo referencia al comunicado que recibiera del Ministerio de Defensa Nacional (al que dió lectura en forma textual) negándole la utilización de la cadena nacional de televisión.

ORIGINAL

Hoja 2 de 2

Manifestó su inconformidad con tal resolución y replico al Señor Presidente de la República por las manifestaciones de éste sobre su participación en apoyo a la papeleta blanca. Efectuó la convocatoria para la participación del acto el 1º de Octubre invitando a todos los militantes frenteamplistas a concurrir y demostrar su adhesión a la derogación parcial de la ley de Empresas Públicas, debiendo encarar desde la fecha la campaña puerta a puerta para obtener más votos. Se refirió también a las razones por las que el FA se opone a la referida ley, para ello dió lectura a los artículos que se quieren derogar. Hizo mención a la situación de las empresas atribuyendo su estado deficitario a la ineficencia del Estado y al "Clientelismo politico" de los propios Partidos Tradicionales. Finalmente cerró el acto la murga FALTA Y RESTO con la particpación del Senador Danilo ASTORI que los acompañó en su actuación.

No se detectaron pasacalles ni pancartas, pudiendose observar banderas del FA, PSU, UJC, CUF, CP, MLN-T, MPP Y PCU. Entre los asistentes al acto se identificó a los siguientes dirigentes:

José German ARAUJO (CUF), César GROBA (CUF) ambos arribaron en el vehículo matrícula 251.137 conducido por el primero de los nombrados Carlos BA[illegible]AR (Sec.FA), Carlos P[illegible]TA (CP), Sergio PREVITALI (PREGON)

Se realizó la convocatoria para los actos a realizarse el día sabado 26 del corriente a la hora 1800 en Agraciada y San Quintín y al cierre de la campaña para el día 2[illegible] de los corrientes, a las [illegible]00hs en 18 de Julio y Ejido.

I[illegible]- DISTRIBUCION : Original - Jefe del Departamento I

Copia 1 - Jefe del Departamento III(CP) Archivo

002-002

9208795

LA MAÑANA 20/9/92

Procesamiento por violación

La Justicia determinó ayer el procesamiento con prisión para el sacerdote católico José Alfredo Almada Freitas (50), de la congregación "Siervos de la Misericordia", por el "delito continuado de violación en régimen de reiteración real con el delito continuo de atentado violento al pudor", en perjuicio de menores que estuvieran internados en un hogar del INAME.

Almada fue el principal acusado por parte de los técnicos asistentes del hogar "Nuevo Amanecer" de Solymar, doctor Roberto Rigby y sicóloga María del C.Berrutti, en los hechos de abuso sexual ocurridos en la primera mitad del año 1990.

El Hogar era coadministrado por el INAME y la Iglesia Católica y ambas instituciones tuvieron conocimiento en junio del 90 de los hechos que presentara el Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ) ante el Juzgado Letrado de Pando en agosto pasado, a instancias de Rigby y Berrutti.

Según el testimonio de Berrutti ante el Parlamento, el obispo de Canelones, Monseñor Orestes Nuti, responsable eclesiástico del hogar y de los Hermanos de la Misericordia, no trasladó las denuncias efectuadas en 1990 a la justicia para "tapar todo".

Los religiosos acusados fueron apartados del hogar "Nuevo Amanecer" por disposición del Obispo de Canelones.

Nuti, fue citado recientemente al Parlamento cuando los hechos adquirieron notoriedad. La presidenta del INAME, Silvia Ferreira, también ante la Cámara de Representantes, manifestó la imposibilidad de investigar por no ser funcionarios (los religiosos) de esa repartición estatal.

Otra autoridad eclesiástica, Monseñor Luis Pérez del Castillo, dijo el mes pasado que Nuti había actuado como un padre para con los religiosos imputados y que por esa razón, no realizó la denuncia penal.

Informaciones periodísticas provocaron la intervención del Parlamento a través de la comisión de Educación y Cultura, que en estos momentos estudia la posibilidad de cursar los antecedentes al Poder Ejecutivo (para que actúe respecto a la responsabilidad administrativa del INAME) y a la Justicia. Esto último, ya estaba cumplido en parte con la denuncia asentada por SERPAJ que, en esencia, contiene los mismos elementos que fueran volcados al Parlamento por Rigby y Berrutti.

En marzo de este año, la Iglesia Católica traspasó definitivamente la responsabilidad de la conducción del hogar al INAME lo que significó el traslado de los menores a otras dependencias estatales. El hecho causó malestar en los cuidadores del hogar, así como en vecinos de Solymar, lo que se tradujo en la publicidad de los sucesos acaecidos dos años antes. ■

Encuentro sobre integración

Sesionará en Montevideo una consultora de la ONU

■ Entre el 13 y el 16 de julio se reunirá en Montevideo la Asociación Latinoamericana de Entidades de Promoción (Alop), organización consultora del Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas, y entidad de enlace de la FAO.

En esta oportunidad estarán presentes diez organizaciones no gubernamentales de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, para discutir distintos aspectos del proceso de integración regional y sus impactos a nivel de la sociedad civil.

Alop fue fundada en 1979 para potenciar y profundizar el trabajo que realizaban aisladamente diversas instituciones de 18 países del continente, en áreas comunes tales como vivienda, agropecuaria, salud, comunicación, gestión, cooperativa y educación.

A partir de entonces las distintas organizaciones comenzaron a trabajar de manera concertada en la formulación de estrtegias de desarrollo apropiadas al contexto latinoamericano.

En Uruguay son dos las entidades miembros de Alop: Claeh y el Centro Cooperativista Uruguayo (CCU), cuyo presidente, el licenciado Pablo Guarino, es el secretario subregional para el Cono Sur.

El trabajo de los diez grupos participantes estará orientado hacia la presentación y estudio de diferentes proyectos de integración y desarrollo regional. Pablo Guarino declaró a LA REPUBLICA que atribuye una gran importancia a la creación de una red de comunicaciones y base de datos dentro de Alop, sobre proceso de integración, cooperación internacional, y otros temas comunes. Para atender esta necesidad, en el encuentro se dicutirá la manera más conveniente de dotar a los miembros de Alop de los recursos para la creación de la base de datos, para el equipamiento de los integrantes de la red y la capacitación para su uso.

Otro de los temas a analizar será el de los campesinos y la integración regional, especialmente centrado en los efectos que la misma tendrá sobre los pequeños productores. También serán estudiados programas conjuntos en dos o más organizaciones no gubernamentales para potenciar el mejor aprovechamiento de recursos en áreas fronterizas. Dentro de este marco, el CCU presentará, en conjunto con el Instituto Nacional de Desarrollo Social (Indes) de Argentina, un proyecto para la utilización conjunta de los recursos pesqueros del río Uruguay en procura de un mejor aprovechamiento global de los mismos. Los dos polos de este emprendimiento estarían ubicados en Fray Bentos y Gualeguaychú. Actualmente, el Centro Cooperativista Uruguayo está apoyando a Copesfray en conjunto con la Intendencia Municipal de Río Negro y el instituto de cooperación canadiense CIID. La cooperativa fraybentina ha desarrollado diversos productos, tratando de incorporar a la pesca el mayor valor agregado posible. A su vez, en Gualeguaychú se utiliza el recurso pesquero para la elaboración de harina de pescado. De la coordinación de ambas realidades ha surgido el proyecto a presentarse en los próximos días.

Varios países americanos cuestionaron postura de la ONU

Uruguay no se pronuncia sobre temores de que se condicione la cooperación para el desarrollo

■ Fuentes de la Cancillería informaron ayer que Uruguay no forma parte del Consejo Económico y Social de la ONU (Ecosoc) que se inauguró el lunes en Nueva York y por lo tanto "no se expresa sobre lo que se debata en ese ámbito".

Al inaugurar el lunes la reunión ministerial de Ecosoc, el secretario generral de la ONU, Boutros Boutros-Ghali, señaló que la "nueva era" generada tras el fin de la guerra fría requiere un "enfoque integrado" en el que los conceptos de paz y prosperidad no pueden ser separados, según un despacho de la agencia AFP.

El secretario general propuso reforzar el Ecosoc para impulsar una mejor integración de las políticas de cooperación internacional en materia económica y social, que incluyan la participación de los organismos de Bretton Woods (Fondo Monetario Internacional, FMI y Banco Mundial, BM).

Esta óptica fue percibida por algunos ministros de países latinoamericanos como una amenaza de que las cláusulas de condicionalidad aplicadas por el FMI y el BM para otorgar ayuda a los países en desarrollo se trasladen a los criterios de las distintas agencias especializadas de la ONU.

Se destacaron en la crítica el ministro de Relaciones Exteriores de Perú y presidente del Consejo de ministros de su país, Oscar de la Puente, el subsecretario mexicano de Relaciones Exteriores, Andrés Rozental, el ministro de Relaciones Exteriores de Cuba, Ricardo Alarcón de Quesada y el director general de cooperación el ministro de Relaciones Exteriores y culto de Argentina, Miguel Angel Quesada.

Las reuniones a alto nivel del Ecosoc terminaron ayer y se espera que sus resultados sean evaludos en la 47ª Asamblea General de la ONU a inaugurarse en setiembre venidero.

Observadores de la ONU en Dniéster

Moldavia (AFP)

■ La misión de observadores de la ONU en Moldavia, la primera que envía las Naciones Unidas a esta ex república de la URSS, se desplazó este lunes a dos ciudades del Dniéster (este de Moldavia), donde los combates entre separatistas rusos y fuerzas moldavas cobraron más de diez muertos desde el domingo.

La delegación de la ONU, dirigida por el brasileño Giberto Schlittler, salió el lunes de Chisau hacia las ciudades de Kochnitsa (centro) y Cocieri (norte), dos de los principales puntos del frente en la margen este del río Dniéster, donde se produjeron los enfrentamientos.

Según el parte del Ministerio moldavo de Defensa, los choques causaron al menos 11 muertos y 12 heridos.

Los tres miembros de la delegación visitaron las casas destruidas y campos abandonados de la zona, y discutieron con los granjeros, que se quejaron de no haber podido recoger sus cosechas debido a la situación.

Luego visitaron Bendery, último bastion rusoparlante en la orilla occidental del río Dniéster, donde varios cientos de personas murieron en los últimos diez días. Según radio Tiraspol, la radio del Parlamento ruso, los enfrentamientos proseguían este lunes en Bendery.

Discrepancia en ONU por envío de Fuerza de Paz

La creación de fuerzas rápidas de la ONU, que estarían a disposición del Consejo de Seguridad para sofocar en sus comienzos las amenazas a la paz y la seguridad global, ha sido recibida con cautela e incluso con desconfianza por la comunidad internacional.

Los diplomáticos manifestaron que no han tenido tiempo para estudiar el informe del Secretario General de la ONU, Bontros Gali, ordenado por la Cumbre del Consejo el 31 de enero, pero no ocultaban su preocupación porque contiene un nuevo concepto de la seguridad mundial que implica el uso de la fuerza cuando sea necesaria para mantenerla.

La propuesta formulada por Gali refleja la idea del Presidente de Francia, Francois Mitterrand, quien en su discurso ante la Cumbre el 31 de enero pasado llegó a ofrecer un batallón reforzado de mil efectivos franceses como aporte inicial a esa fuerza, con posibilidad de duplicar dicha contribución en un plazo de 48 horas.

Pero las tres superpotencias reales del nuevo orden internacional, Estados Unidos, Alemania y Japón, han rehusado hasta ahora aportar cascos azules al mantenimiento de la paz, y la Dieta (Parlamento) japonesa acaba de limitar a servicios de apoyo la participación de sus ciudadanos en esas operaciones. El funcionario descartó como reacción un comentario de John R. Bolton, secretario auxiliar de Estado para Organizaciones Internacionales de EE.UU., a quien el diario "The New York Times" atribuye haber expresado "reservas" sobre negociaciones para poner fuerzas militares a disposición del Consejo de Seguridad, de acuerdo con el artículo 43 de la Carta de la ONU, o reactivar el Comité Militar del Consejo.

Los países del Tercer Mundo se han mostrado siempre muy recelosos de que la ONU, controlada fundamentalmente por los cinco miembros permanentes del Consejo y en particular por EE.UU., tenga facultades supranacionales que puedan afectar la soberanía de los estados débiles, con desconocimiento de los principios de no intervención o no interferencia en los asuntos internos. Para evitar guerras en la nueva era de la cooperación internacional, Gali reitera la conveniencia de agotar los mecanismos de la diplomacia preventiva.

920880

Un llamado a la ONU para Somalia

París (AFP)

■ La organización humanitaria francesa Médicos sin Fronteras (MSF), que opera en Somalia junto al Comité Internacional de la Cruz Roja, lanzó el domingo un llamado urgente a la ONU y a la comunidad internacional para salvar de una muerte segura a cientos de miles de somalíes.

"La situación es catastrófica. Es el caos total en un país donde ya no hay Estado y donde nada funciona. A corto plazo, varias decenas, o centenares de miles de personas víctimas del hambre morirán en las próximas semanas", declaró a la AFP Dominique Martin, encargado del tema somalí en MSF y quien acaba de regresar de ese país.

"Deseamos que la ONU se implique mucho más en Somalia, a través de observadores, pero también con una ayuda global", estimó Martin, médico de formación, que además deploró la falta de reacción de la comunidad internacional, "cuyas preocupaciones están en otra parte, en Yugoslavia o en Oriente Medio".

"Disponemos de centros nutricionales esenciales para los niños junto a las "cocinas" de la Cruz Roja, que se encarga también de la gran distribución de alimentos, para evitar el pillaje", agregó Martin.

"La desnutrición es extremadamente elevada y afecta al 90% de los niños menores de cinco años en Baidoha (200 kms al suroeste de la capital)", señaló.

La ONU decidió postergar el envío de observadores militares a Mogadiscio después de las acusaciones vertidas por el jefe de uno de los dos grupos rivales que se enfrentan en la capital somalí en relación con el transporte de aviones fletados por la ONU de armas y dinero destinado a la facción rival.

Por su parte, el director general de la Comisión Internacional de la Cruz Roja, Peter Fuchs, afirmó la semana pasada en Nairobi que la situación humanitaria en Somalia es "totalmente desesperada" y empeora cada día debido a la guerra civil, que prosigue entre clanes enemigos, y la sequía.

Según esta organización, 30.000 habitantes de la capital somalí y de sus alrededores murieron desde noviembre del años pasado. Desde entonces, la organización instaló 370 cantinas en el país, con lo que se puede alimentar dos veces por día a 500.000 personas, aunque quedan otras 500.000 sin poder ser atendidas.

Somalia se convirtió en el principal centro de operaciones de la Cruz Roja internacional en el mundo, y absorbe el 25% del presupuesto de esta organización humanitaria.

"El principio de la inspección no es negociable", afirma la jefa del equipo de investigación

ONU decidida a ganarle la pulseada a Irak

Irak reiteró su rechazo a que la misión investigue el Ministerio de Agricultura

Un centenar de niños iraquíes manifestó en contra de la misión y un hombre trató de inmolarse con fuego



Mujeres iraquíes manifiestan en contra del equipo de investigación de la ONU.

La Organización de Naciones Unidas está determinada a ganar la pulseada entablada hace una semana contra Irak y a proceder a inspeccionar el Ministerio de Agricultura de Bagdad, donde se sospecha que se encuentran documentos relativos a arsenales químicos y balísticos. La jefa de la misión investigadora de armas químicas de la ONU, Karen Jansen, que espera desde hace una semana inspeccionar la sede de este Ministerio, afirmó el sábado a su llegada a Bahrein, proveniente de Bagdad: "El principio (de la inspección) no es negociable y el equipo seguirá (acampando) frente al Ministerio hasta obtener la autorización de los iraquíes".

Bagdad (AFP)

■ Irak, que aduce que la inspección de la sede del Ministerio de Agricultura violaría su soberanía por tratarse de un organismo civil, se mantiene también intransigente.

Ayer, el acompañante iraquí de la misión química de la ONU, Mohamed Amín, reiteró a la prensa que Irak "no permitirá la entrada de los expertos de la ONU en el edificio" del Ministerio.

Jansen, estadounidense, a quien Irak acusa de haber servido como oficial del ejército norteamericano estacionado en Arabia Saudita durante la crisis del Golfo, afirmó que "la situación es tan seria" entre la ONU y los iraquíes que el responsable regional de la ONU en el vecino Bahrein, Douglas Englund, debió prolongar su presencia en Bagdad, donde llegó el pasado miércoles para tratar de desbloquear la situación.

Englund anunció el jueves en Bagdad que el equipo de la ONU podía permanecer "indefinidamente" en Irak para obtener la autorización para inspeccionar el edificio del Ministerio.

Por su parte, Jansen declaró en una rueda de prensa en Bahrein que posee el grado de comandante del Ejército de su país, pero desmintió que hubiera servido en la coalición antiiraquí.

"Estaría orgulloso de haberlo hecho", se limitó a declarar.

Fuentes de la ONU en Bahrein indicaron ayer a la AFP que, contrariamente a su predecesor, el británico Alastair Livingston, el actual jefe de la oficina de coordinación de la ONU en la región, goza de "ciertas prerrogativas" que le permiten dialogar más libremente con las autoridades iraquíes, sin tener que esperar cada vez las instrucciones de la sede de la ONU en Nueva York.

Douglas Englund podría por ello "arreglar en el lugar las cosas", y obtener la autorización iraquí de dejar inspeccionar el Ministerio, estimaron las fuentes.

CONTINUA EL CAMPAMENTO AUNQUE SIN SU JEFA

La jefa de la misión investigadora de armas químicas de las Naciones Unidas, Karen Jansen, partió de Bagdad ayer sin haber podido inspeccionar la sede del Ministerio de Agricultura iraquí, que según ONU podría contener elementos de los programas de armas iraquíes.

"La posición iraquí es constante y no cambiará", afirmó ayer el acompañante iraquí de la misión química de la ONU, Mohamed Ami.

El responsable regional de la ONU en el vecino Bahrein, Douglas Englund, presente en Bagdad desde el pasado miércoles, afirmó el viernes a la prensa que sus esfuerzos por desbloquear la situación eran infructuosas. Englund que debía regresar a Bahrein ayer anunció también que posponía su partida "hasta una fecha indeterminada" para proseguir tratativas con los iraquíes.

Ayer por la mañana, un centenar de niños iraquíes manifestó cerca del Ministerio para denunciar, según sus pancartas, "la presencia de los expertos internacionales". Los niños llevaban también grandes fotos de su presidente, Saddam Hussein, así como pancartas condenando a Estados Unidos y al presidente George Bush, por lo que Bagdad considera una política "agresiva" en su contra.

IRAK VS. LA ONU

Esta es una lista esquemática de las resoluciones del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (ONU) con relación a Irak y el estado de cumplimiento o incumplimiento por parte de Bagdad:

- **Armas:** la resolución 687 sobre el alto el fuego definitivo en la guerra del golfo Pérsico exige a Irak que declare todas sus instalaciones y arsenales de armas nucleares, químicas, biológicas y misiles balísticos de más de 150 kilómetros de alcance, y permita su inspección y eliminación por la ONU. También debe aceptar la vigilancia indefinida por parte de la ONU de sus programas militares, para asegurar que no vuelva a comprar o fabricar armas prohibidas, además de que debe pagar la destrucción de las armas, supervisada por la ONU. Irak admitió que tenía grandes cantidades de armas y fábricas, mientras unos 40 equipos de inspectores, la mayoría sin sufrir incidentes, ya han visitado Irak.
Bagdad no ha aceptado todavía formalmente el plan de la ONU de supervisión indefinida.
Además de la reciente negativa de Irak a dejar entrar a inspectores de la ONU en el Ministerio de Agricultura, hubo otros dos enfrentamientos graves: en setiembre de 1991, cuando no quiso dejar salir a inspectores que tenían en su poder documentos sobre su programa nuclear, y, en marzo, cuando se opuso a la destrucción de algunas instalaciones.
En los tres casos Bagdad acabó por aceptar una fórmula de compromiso.
- **Venta de petróleo:** Irak no ha aceptado todavía las condiciones de la ONU para una venta controlada de petróleo, de hasta 1.600 millones de dólares.
Parte de los fondos financiaría la compra de alimentos y otros productos para la población iraquí, víctima del embargo económico decretado por la ONU en agosto de 1990.
Los fondos también se destinan a sufragar los gastos de la ONU para la eliminación de los arsenales iraquíes de destrucción masiva y empezar a pagar las reparaciones de guerra.
- **Reparaciones de guerra:** Irak ha aceptado su responsabilidad por las pérdidas ocasionadas por la invasión de Kuwait, pero ha pedido una moratoria de cinco años para el pago de reparaciones de guerra, cuya cantidad no se ha determinado.
- **Derechos humanos:** en contra de las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU, según fuentes del organismo, Irak mantiene un bloqueo económico a los kurdos del norte y recientemente ha reanudado sus ataques a la población chiita del sur.
Se ha negado a prorrogar un acuerdo con la ONU sobre personal humanitario y guardias.
- **Repatriación:** Irak ha permitido la repatriación de más de 7.000 prisioneros de guerra, aunque Kuwait y la Cruz Roja dicen que todavía hay miles de desaparecidos.
- **Devolución de bienes robados:** Irak ha devuelto a Kuwait el oro y la mayor parte de los otros bienes robados. Hay discusiones sobre la devolución de vehículos militares y otros medios de transporte.
- **Frontera con Kuwait:** Irak rechazó recientemente las conclusiones de la comisión de la ONU encargada de delimitar la frontera y boicoteó una sesión del organismo.
- **Reservas de oro y divisas internacionales:** Irak no ha cumplido la orden del Consejo de Seguridad de comunicarle mensualmente estadísticas sobre sus reservas de oro y divisas internacionales.
- **Terrorismo:** la ONU exigió a Bagdad que renunciara y condenara el terrorismo y prohibiera toda actividad de grupos terroristas en su territorio. Bagdad dice que ha cumplido y que nunca ha apoyado el terrorismo.

20/7

Hieren a soldados de la ONU en aeropuerto de Sarajevo

La Nación 1/7/92

• Serios enfrentamientos se han registrado en los alrededores

Tres "cascos azules", de los 50 que desde la tarde del lunes controlan el aeropuerto de Sarajevo (capital bosnia), resultaron heridos ayer, martes, informaron las emisoras bosnias que culpan de esta acción a las milicias serbias.

SARAJEVO (EFE)-A las 17,30 GMT de ayer, lunes, los "cascos azules", encabezados por el General Lewis Mckenzie, izaron la bandera de las Naciones Unidas en el aeropuerto Butmir de Sarajevo, por lo que éste pasó a estar bajo su protección, con el fin de poder establecer un puente aéreo de ayuda humanitaria.

El General Mckenzie, Jefe del Estado Mayor de las tropas de paz de la ONU en Yugoslavia, informó ayer de tarde al Presidente de Bosnia y líder de su mayoría musulmana, Alija Izetbegovic, sobre el incidente en el que resultaron heridos tres de sus soldados, sin que por el momento se hayan precisado las circunstancias en que éste se produjo.

A primeras horas de ayer, martes, se registraron intensos enfrentamientos en el barrio de Dobrinja, que, por encontrarse cerca del aeropuerto, ha sido escenario de combates entre las milicias serbias y la Defensa Territorial bosnia.

Según "Radio Bosnia", 20 combatientes serbios murieron ayer en Dobrinja cuando intentaban infiltrarse para atacar a las unidades bosnias.

Hasta las 13,30 GMT de hoy, cuatro aviones extranjeros aterrizaron en el aeropuerto de Butmir, pero, los observadores temen que el incidente en la terminal aérea puede poner en peligro toda la operación.

Hasta el momento han llegado a Butmir dos aviones "Hércules" del Ejército francés con ayuda humanitaria y otros dos aparatos con el material técnico y el personal necesarios para la reapertura del aeropuerto.

Se espera que esta tarde o esta madrugada lleguen desde Daruvar (Croacia), a 400 kilómetros más al norte, los 800 soldados del batallón francés que, conforme a la resolución 761 de la ONU, adoptada ayer, garantizarán la seguridad del aeropuerto para el establecimiento del "puente aéreo" humanitario.

Con el convoy viajan seis camiones con 60 toneladas de alimentos y medicamentos, patrocinados por la Alta Comisaría de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR).

Esta organización humanitaria anunció el envío de otras 5.400 toneladas de alimentos y medicamentos, que serán transportados por medio del "puente aéreo" con Sarajevo.

En Sarajevo, ciudad cercada por las milicias serbias desde el 7 de abril pasado, hay unos 350.000 habitantes que desde hace casi dos meses sobreviven con sus escasas reservas de alimentos y sin suministro regular de agua y electricidad.

El General Mckenzie acordó recientemente un "contrato" con las milicias serbias y la Defensa Territorial bosnia, en el que se prevé el desbloqueo de Sarajevo en tres fases.

Según el representante bosnio Ejup Ganic, la "primera" se efectuó ayer con la retirada de las milicias serbias del aeropuerto, mientras que la segunda consistirá en el desbloqueo de la ciudad y sus comunicaciones.

Ganic explicó que la tercera fase significará la retirada total de los 80.000 soldados del Ejército yugoslavo que a principios de mayo pasado cambiaron de uniforme y, con sus armas y armamentos, pasaron a formar parte de las milicias serbias de Bosnia.

Después de que el lunes por la tarde volvieran a hacerse más frecuentes las explosiones de granadas en el céntrico barrio de Stari Grad, reina una calma relativa marcada por los disparos de francotiradores -que ayer causaron la muerte a cuatro civiles- y de metralletas antiaéreas.

Hoy la vida en la ciudad se ha "normalizado" en cierta medida y, a pesar de las granadas que volvieron a caer en el céntrico barrio de Centar, la empresa de transportes urbanos "GAS" reanudó el funcionamiento de tres líneas de autobuses.

De acuerdo con datos oficiales incompletos, en las últimas 24 horas murieron en Bosnia 11 personas, 4 de ellas en Sarajevo, y otras 91 resultaron heridas. ■

BLOQUEO NAVAL PARA CONTROLAR EL EMBARGO

El puño de Occidente contra Serbia

La Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa resolvió ejecutar un bloqueo naval contra Serbia y Montenegro, que combina fuerzas de la OTAN y la UEO.

La Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa llegó ayer al final de su reunión cumbre de dos días en Helsinki con la resolución de ejecutar un bloqueo naval contra Serbia y Montenegro para monitorear el embargo impuesto por la ONU, en un anómalo dispositivo militar que combina fuerzas, dirección y estructura operativa de la OTAN y de la Unión de Europa Occidental. La cumbre condenó a las dos repúblicas como responsables principales de la situación de guerra en la ex Yugoslavia, pese a reparos interpuestos a último momento por Rusia. Sin embargo, la reunión de 51 jefes de Estado y gobierno no pudo llegar a ninguna resolución sobre el conflicto separatista del enclave armenio de Nagorno-Karabaj en la ex república soviética de Azerbaiján, por falta de acuerdo entre los Estados participantes. El encuentro también contuvo un diálogo de 45 minutos entre el secretario de Estado norteamericano James Baker y el nuevo premier yugoslavo Milan Panic, un millonario californiano de ascendencia serbia que prometió poner en regla al belicoso presidente serbio Slobodan Milosevic, pero que recibió del titular de la diplomacia estadounidense el imperativo de presentar "hechos, y no palabras" para detener la carnicería que fuerzas serbias han desatado en las repúblicas que como Bosnia - Herzegovina decidieron abandonar la antigua Federación

La UEO (los 12 países de la CEE menos Irlanda, Grecia y Dinamarca) y la OTAN, con la resolución de ayer, se embarcan en una operación naval sin precedentes en Europa desde la *II Guerra Mundial*. Según puntualizó Baker en una conferencia de prensa, la operación consistirá en el despliegue de navíos en la entrada del Mar Adriático "antes de una semana", donde participará "un mínimo de cinco o seis buques" apoyados por aviones y helicópteros. Con todo, esta medida parece ser sólo el primer anticipo concreto de la nueva doctrina que la Conferencia se ha programado para sí misma, detallada en un extenso documento titulado "Los desafíos del cambio" donde se define una gama de niveles de alerta y de intervenciones políticas frente al auge de las tensiones en una región de su zona de influencia. La Conferencia, que nació en 1975 como un mero foro de discusiones sobre la libre circulación de hombres e ideas, podría llegar ahora hasta el envío de tropas de pacificación, de acuerdo con la ONU, pero no a disponer de tropas propias, sino a depender del apoyo de organizaciones internacionales como la Comunidad Europea, la OTAN y la UEO "así como otras instituciones y mecanismos de mantenimiento de la paz de la Comunidad de Estados Independientes" (CEI, o ex URSS). La CSCE exige un alto el fuego y el acuerdo de las partes antes de enviar una misión de este tipo. Asimismo, la conferencia designará por tres años a un Alto Comisionado para las

la balanza se inclina en esta última dirección, aunque con un grado de hibridez representado por la inclusión de la UEO (una institución hasta ahora moribunda) y por la invocación a las fuerzas e instrumentos de la CEI. Washington ocupó un papel notoriamente ambiguo en todo esto: inicialmente flirteó con la idea de la OTAN como "brazo armado" de la Conferencia, subrayando su propio papel con el envío de dos naves de su VI Flota al Adriático, pero el presidente George Bush ayer prefirió decir que no se había tomado ninguna decisión sobre si estas naves participarían del bloqueo, en una muestra de cautela política destinada a aventar los temores internos a una intervención militar cuando faltan apenas cuatro meses para las elecciones presidenciales. Italia, concordantemente con este perfil bajo norteamericano, coordinará la operación naval, que el comunicado final de la cumbre se ocupa meticulosamente de aclarar que se realiza en cumplimiento de las resoluciones 713 y 757 del Consejo de Seguridad de la ONU.

La resolución de la cumbre también contempla la apertura de corredores terrestres de ayuda humanitaria a Sarajevo y otros puntos de actividad militar serbia en Bosnia-Herzegovina, una decisión que puede llevar al enfrentamiento con las milicias serbias y, esto sí, a una escalada hacia la intervención militar plena.

AFP



Baker anunció que el bloqueo se realizará "antes de una semana".
Participarán 5 o 6 buques apoyados por aviones y helicópteros.

02

92

La ONU controla el aeropuerto

*** Retirada de las milicias serbias, el Consejo de Seguridad aprobó el envío de tropas adicionales**
*** Milosevic prometió nuevas elecciones o referéndum**

LR 30/6

Sarajevo (ANSA-AFP)

El primer avión con ayuda humanitaria, un Transall francés con 6 toneladas y media de medicinas y víveres, aterrizó esta tarde en el aeropuerto de la capital bosnia de Sarajevo.

La llegada del avión, que se produjo un par de horas después de la retirada de las milicias serbias del aeropuerto, es la señal de que quedó abierta la vía para que puedan viajar a la atormentada capital otros aviones en los próximos días.

De momento, el cargamento del aparato no se descargará hasta que no se pueda llevar a cabo con toda seguridad la distribución de la ayuda.

La bandera de las Naciones Unidas fue izada a las 17.10 GMT en el aeropuerto ante la presencia del general Lewis MacKenzie, jefe de la Forpronu (Fuerza de Protección de las Naciones Unidas) y pocas decenas de cascos azules de la Organización.

Ayer había vencido el ultimátum que el Consejo de Seguridad de la ONU había lanzado a Serbia para que las fuerzas irregulares abandonen el aeropuerto cercado durante dos meses.

La fuerza multinacional que, según decidió el Consejo de Seguridad de la ONU, será enviada a Sarajevo para controlar el aeropuerto, llegará a la ciudad en dos o tres semanas, indicaron en París fuentes gubernamentales bien informadas, según las cuales el contingente estará compuesto esencialmente por militares franceses, ucranianos y egipcios.

El ultimátum del secretario general de la ONU, Boutros Ghali, las presiones de la Comunidad Europea, la visita de pocas horas del presidente francés François Mitterrand a Sarajevo y la actitud dura de Estados Unidos tuvieron, sin duda, el efecto esperado.

Los quince países miembros del Consejo de Seguridad aprobaron por unanimidad la Resolución 761 que autoriza el envío de tropas adicionales de la ONU a la capital bosnia.

Una vez que hayan sido tomadas todas las medidas de seguridad necesarias podrá comenzar el puente aéreo de los socorros destinados a los habitantes de Sarajevo.



La bandera de la ONU fue izada en el aeropuerto de Sarajevo. El ultimátum, la presión europea y la visita relámpago de Mitterrand causaron los efectos esperados. (Telefoto de AFP)

Por otra parte, los expertos de la Unión de Europa Occidental (UEO) celebrarán una reunión en Roma el 2 de julio para estudiar la posibilidad de aplicar una embargo naval contra Yugoslavia, bajo la supervisión de la ONU afirmó en París el portavoz del ministerio de Exteriores.

Una segunda reunión de la UEO, que tendrá lugar también en la capital italiana, abordará las cuestiones humanitarias y la manera de proteger la llegada de ayudas a Sarajevo.

Italia asume desde el primero de julio la presidencia de turno de la UEO, único organismo europeo competente en materia de seguridad y del que forman parte todos los miembros de la CE excepto Grecia, Irlanda y Dinamarca.

El presidente serbio Slobodan Milosevic aceptó someter su mandato "a la verificación de elecciones o a un referéndum", tras un encuentro el lunes con los delegados de la oposición, que manifiesta en Belgrado desde el domingo exigiendo su renuncia.

Al término de este encuentro, el académico Lju[illegible] Simovic indicó también que el presidente Milosevic aceptó "discutir acerca de (la celebración) de una mesa redonda entre la oposición y el poder".

Interrogados por la televisión independiente Studio B, los miembros de la delegación subrayaron que las discusiones fueron "muy abiertas" y que el presidente Milosevic "no mantuvo un monólogo".

Izaron la bandera de la ONU en el aeropuerto de Sarajevo

La bandera de las Naciones Unidas (ONU) fue izada ayer a las 17.10 gmt (19.10 locales) en el aeropuerto de Sarajevo, capital de la ex república yugoslava de Bosnia Herzegovina, que ayer fue evacuado del asedio de las fuerzas serbias.

SARAJEVO (EFE)-Al izarse la bandera de las Naciones Unidas en el aeropuerto de Sarajevo, éste se convirtió en territorio bajo protección de los "cascos azules".

Un cohete tierra-tierra tipo "Luna" cayó ayer en el centro de Travnik, ciudad a 90 kilómetros de Sarajevo controlada por la Defensa Territorial musulmanocroata, sin que se conozca el número de víctimas, informó la agencia de noticias bosnia "BH-Press".

Según la fuente, éste es el primer cohete de semejante potencia destructiva utilizado en la guerra de Bosnia y, probablemente, en el conflicto bélico de la vecina Croacia.

El general indio Satish Nambiar, comandante de los "cascos azules" en Yugoslavia, dio instrucciones al jefe de su Estado Mayor, general Lewis Mckenzie, para que empiece el proceso de desbloqueo del aeropuerto de Sarajevo, conforme a la resolución 761 aprobada hoy por el Consejo de Seguridad de la ONU.

En las próximas 24 horas debe llegar al aeropuerto de "Butmir" un batallón de 1.000 soldados canadienses, en la actualidad estacionados en Daruvar (Croacia), para poner bajo su control la terminal.

Los últimos acorazados de las milicias serbias abandonaron el aeropuerto, conforme al acuerdo con el general Mckenzie, a las 16.57 gmt y en éste sólo quedan ya soldados de la ONU.

Estaba previsto que antes de las 18.00 gmt aterrizara en "Butmir" un avión de las Naciones Unidas con el equipo técnico necesario para la reapertura del aeropuerto.

Dos aviones franceses esperan en el aeropuerto de la ciudad croata de Split, a 200 kilómetros al oeste, con las primeras 26 toneladas de ayuda humanitaria para los habitantes de Sarajevo.

Ejub Ganic, miembro de la Presidencia bosnia, firmó esta tarde con el general Mackenzie un anexo al acuerdo para el desbloqueo de la terminal, en una operación en tres fases.

Según Ganic, esta tarde se llevó a cabo la primera fase, mientras que la segunda supone el desbloqueo de toda la ciudad y sus comunicaciones, sitiada desde hace casi tres meses.

La "tercera" fase, en opinión de Ganic, consistirá en la retirada de Bosnia-Herzegovina de los 80.000 soldados del Ejército federal que, tras la retirada oficial de sus tropas, cambiaron de uniforme y se adhirieron con sus armas a las milicias serbias.

Ganic insistió también en que la firma del documento se había retrasado por "problemas de terminología", que al final quedaron esclarecidos, "reconociéndose por parte de las tropas de paz de la ONU que la parte serbia es la de ocupación".

A las 18.00 gmt en Stari Grad y Centar, céntricos barrios de Sarajevo, empezaron a caer con mayor intensidad las granadas disparadas desde el cercano monte de Trebevic, controlado por las milicias serbias.

Entre los ciudadanos de Sarajevo prevalece la convicción de que el desbloqueo del aeropuerto no significará cambios mayores para ellos hasta que no se efectúe la "segunda fase", cuando se levante el cerco de la ciudad.

920[illegible]

Ahora les toca a la OTAN, la UEO y la CSCE decidir sobre la ex Yugoslavia

Las siglas de una eventual intervención

*** *Para el premier italiano, Giuliano Amato, "la ONU es un instrumento claramente insuficiente para resolver esta crisis"; un punto de vista compartido***

Después de la severa advertencia lanzada el martes por el grupo G-7, tocará ahora a las principales organizaciones occidentales de defensa, la Alianza Atlántica (OTAN), la Unión Europea Occidental (UEO) y la Conferencia para la Seguridad y la Cooperación en Europa (CSCE) decidir si habrá intervención militar en la ex Yugoslavia y cómo se articulará.



El puente aéreo funciona fluidamente; pero ahora el problema es el traslado de la ayuda hacia Sarajevo por la falta de choferes y camiones. (Telefoto de AFP

Helsinki (ANSA)

■ Mañana, la capital finlandesa será la sede de una cumbre CSCE, de la cual ha sido excluida desde ya la nueva Federación Yugoslava, (Serbia y Montenegro), y de un encuentro de cancilleres de la UEO, reuniones que estarán dominadas por las discusiones acerca de la situación en el país balcánico.

Existe un consenso político en cuanto a la necesidad de intervenir en la ex Yugoslavia, por lo menos para garantizar la distribución de la ayuda humanitaria internacional en Bosnia Herzegovina, luego de que las Naciones Unidas tomaron el control del aeropuerto de su capital, Sarajevo. En la cumbre G-7 quedó establecido que la opción militar no es ni exclusiva ni prioritaria. Como lo señaló el presidente francés François Mitterrand, "la acción diplomática para restablecer la paz (en la ex Yugoslavia) debe ser llevada adelante y desarrollada".

La CSCE, por su parte, reconociendo que la nueva Federación, y primordialmente Serbia, tiene una "responsabilidad grave, aunque no exclusiva" en la situación de virtual guerra civil en Bosnia Herzegovina, decidió excluir este país (que heredó el lugar de Yugoslavia en la organización) de sus trabajos, hasta que no cambie la situación militar.

La UEO, cuyos miembros son a su vez miembros de la OTAN (Alemania, Francia, Italia, Gran Bretaña, España, Portugal, Holanda, Luxemburgo y Bélgica) se reunirá a su vez bajo la Presidencia de turno italiana. El nuevo canciller de Roma, Vincenzo Scotti, desmintió ayer las versiones que circularon acerca de una posible intervención militar franco-italiana, sosteniendo que "el trabajo sigue en curso y la respuesta, de todas formas, será multilateral y coherente con el documento elaborado al respecto, que es muy preciso y no permite interpretaciones falsas".

La posibilidad que se baraja es principalmente la realización de un bloqueo marítimo para verificar la aplicación del embargo comercial decretado por la ONU contra Serbia y Montenegro. El premier británico John Major indicó que el destructor "Nottingham" se encuentra desde ya en el área y está listo para intervenir".

Para otras iniciativas, sin embargo, aun en el ámbito del control del embargo ONU, es necesario que el Consejo de Seguridad tome nuevas disposiciones que autoricen, por ejemplo, a detener los buques sospechosos e inspeccionarlos para verificar que no transportan mercaderías prohibidas.

La otra cuestión que habrá que resolver es la protección de los convoyes humanitarios enviados a Bosnia Herzegovina. El presidente francés François Mitterrand dijo que "en la reciente cumbre europea de Lisboa, estuvimos de acuerdo con la propuesta italiana para proteger los convoyes, una protección que por supuesto no conlleva una presencia militar para otros fines. Esperemos que se decida algo al respecto".

En caso de envío de unidades militares a la ex Yugoslavia, para cualquiera de estas misiones, el gobierno alemán ha aclarado desde ya que no podrá participar directamente, dado que su Constitución le prohíbe toda participación de sus fuerzas fuera de sus fronteras.

Losa analistas concuerdan en estimar que la crisis yugoslava está demostrando cada día hasta qué punto la red de organizaciones internacionales no está capacitada para intervenir en los conflictos que han surgido de la nueva situación europea, luego del derrumbe de los regímenes comunistas del Este del continente.

Es un punto de vista compartido por el premier italiano Giuliano Amato, quien dijo ayer que "la ONU es un instrumento claramente insufiente frente a esta crisis yugoslava, porque sus mecanismos suponen conflictos entre estados, y en lo que sucede en este país los protagonistas no son estados, sino grupos étnicos. Es una situación que requiere nuevos instrumentos", afirmó.

SE NECESITAN...

Ginebra (AFP)

El Alto Comisariado de Naciones Unidas para Refugiados (HCR) necesita camiones y choferes para hacer llegar a los necesitados la ayuda de emergencia llevada por avión a Sarajevo, indicó en Ginebra un comunicado del organismo.

Si no se consiguen los medios para distribuir por vía terrestre la ayuda humanitaria traída por el puente aéreo de Sarajevo, éste no será otra cosa que "una falsa esperanza", agrega el comunicado.

En total 1.500 toneladas de víveres y material de emergencia ha podido ser entregado durante las tres últimas semanas, pero faltan choferes y camiones para continuar el trabajo, continuó el HCR.

La UN dio 48 horas a los serbios para que cesen la guerra

Ultimátum: "Usaremos todos los medios para ayudar a Sarajevo", dijo Boutros Ghali; el Pentágono prepara sus tropas en Europa para socorrer a la sitiada capital de Bosnia.

NACIONES UNIDAS, 26 (Reuter).– El secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Ghali, dijo hoy que el Consejo de Seguridad tendría que considerar otros medios de llevar ayuda a Sarajevo si las fuerzas serbias no cesan en las próximas 48 horas su ofensiva cerca del aeropuerto de la capital de Bosnia Herzegovina.

Boutros Ghali transmitió el ultimatum en una declaración tras la reunión del Consejo de Seguridad realizada a puertas cerradas en las últimas horas de hoy. Fue leida a los periodistas por el presidente del Consejo, el belga Paul Noterdaeme.

Manifestó que al menos que la actual ofensiva militar lanzada por los serbios cese dentro de las próximas 48 horas, "no tendré otra opción que sopesar la factibilidad de que la Unprofor (la fuerza de protección de la UN) ponga en práctica el acuerdo para asumir el control del aeropuerto".

"Le tocará al Consejo de Seguridad determinar que otros medios podrían ser necesarios para traer ayuda al sufrido pueblo de Sarajevo", agregó.

Consultado sobre si el Consejo consideraría la intervención armada, dijo que la declaración del secretario general era un pedido al Consejo a reflexionar sobre la aplicación de todas las medidas.

Intervendría EE. UU.

LISBOA, 26 (AFP).– El secretario de Estado norteamericano, James Baker, propuso la exclusión de la ex Yugoslavia de todas las instancias internacionales y en consecuencia de las Naciones Unidas, declaró hoy en Lisboa el ministro francés de Relaciones Exteriores.

Roland Dumas anunció esta propuesta al finalizar la primera reunión de la jornada de la cumbre europea en la capital portuguesa, señalando que había recibido de Baker una carta al respecto.

Baker había dicho que la resolución de la UN sobre ayuda humanitaria a Bosnia Herzegovina no autoriza el uso de la fuerza para canalizarla hasta Sarajevo, donde hoy proseguían los combates.

"El plan actual de las Naciones Unidas pide la cooperación internacional para la entrega de ayuda previo acuerdo de cese del fuego o entendimiento político. Entiendo por ello que la resolución no autoriza el uso de la fuerza", afirmó Baker a los periodistas. El vocero del Pantágono, sin embargo, reconoció que las tropas se estaban preparando para esa eventualidad.

Con esta declaración, Baker parecía responder a insistentes informaciones según las cuales los Estados Unidos se estarían preparando para encabezar una fuerza militar para facilitar la llegada de alimentos y medicinas a Sarajevo, sitiada por milicias serbias.

Fuentes del Departamento de Estado dijeron por su parte que no hay planes para solicitar a la UN la aprobación de una nueva resolución que autorice el uso de una fuerza multinacional para hacer llegar la asistencia a Sarajevo.

Sin embargo, el vocero del Pentágono, el teniente coronel Quentin Banks, dijo que las fuerzas norteamericanas en Europa recibieron la orden de prepararse para una misión humanitaria en Sarajevo, pero aclaró que no procederán hasta que cesen las agresiones.

El presidente norteamericano, George Bush, declaró en una entrevista publicada ayer por el diario The New York Times que no descartaba la "opción militar" para pacificar Yugoslavia, pero se negó a comparar la situación en ese país con Kuwait como para justificar la creación de una fuerza multinacional.

Asimismo, Bush se reunió hoy en su despacho con sus asesores más allegados para hablar de la grave crisis que atraviesa Sarajevo.

Embargo naval

LONDRES, 26 (ANSA). – La Unión de Europa Occidental (UEO) anunció hoy que está estudiando la posibilidad de llevar a cabo un embargo naval contra Yugoslavia, bajo la supervisión de la UN.

Los nueve países de la UEO que se habían reunido hoy en la capital británica para estudiar la gravísima situación en Bosnia Herzegovina y las eventuales medidas que se podrían adoptar para frenar el conflicto anunciaron con un comunicado que se formarán dos grupos de expertos militares.

La ONU enviará otros 500 cascos azules

Empeora la situación yugoslava

Nueva York (ANSA)

■ El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas aprobó ayer por unanimidad el envío de otros 500 efectivos de las fuerzas de paz (cascos azules) para reforzar las operaciones de ayuda humanitaria en el aeropuerto de Sarajevo.

El pedido había sido presentado por el secretario general de la ONU, Boutros Boutros Ghali, "para reforzar la seguridad y funcionalidad del aeropuerto".

Actualmente se encuentran en Sarajevo 1.100 hombres de la Unprofor (Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas), militares y civiles, dedicados a la asistencia de los 300.000 habitantes de esa capital.

El Consejo reclamó también el retiro de las armas antiaéreas emplazadas en las cercanías del aeropuerto, como fue acordado el mes pasado. En un informe, el secretario general afirmó que las milicias serbias —que controlan la zona— no retiraron las armas pesadas, y señaló que el trabajo de los efectivos de la Unprofor se ve seriamente amenazado por los continuos combates.

El Consejo renovó su reclamo a las partes en conflicto para que cooperen con las fuerzas de paz y para que se esfuercen en resolver sus diferencias dialogando con la CSCE (Conferencia sobre la Seguridad y la Cooperación Europea), que trata de encontrar una solución política entre serbios, croatas y musulmanes en Bosnia-Herzegovina, para cerrar un conflicto que ya costó la vida de 7.500 personas.

Pese a la multiplicación de las iniciativas diplomáticas y las recientes medidas OTAN-UEO para controlar la aplicación del embargo contra Serbia y Montenegro, la ex Yugoslavia sigue hundida en la pesadilla de la guerra interétnica.

Los combates en Bosnia-Herzegovina y Croacia redoblaron en intensidad y el flujo de refugiados bosnios preocupa a las autoridades croatas y eslovenas.

Mientras los líderes de las comunidades serbia, croata y musulmana de Bosnia declararon ayer estar dispuestos a retomar, el miércoles próximo, las conversaciones de paz bajo el patrocinio del negociador de la Comunidad Europea, Peter Carrington, la agencia Tanjug informó que el presidente serbio, Slobodan Milosevic, es favorable a la propuesta francesa de una conferencia de paz internacional, que examine en conjunto los problemas de la convulsionada ex federación balcánica.

Pero esas iniciativas parecen palidecer ante la realidad de la situación militar: en Sarajevo prosigue el bombardeo indiscriminado de áreas civiles, la situación en el aeropuerto (en manos de las Naciones Unidas) "cuelga de un hilo", según Boutros Boutros Ghali, el secretario de la ONU, y en Croacia y Bosnia los milicianos serbios prosiguen su ataque contra los bastiones secesionistas, como Dubrovnik y Gorazde.

Esta última ciudad, de mayoría musulmana, a unos 50 quilómetros al sureste de Sarajevo, está rodeada desde hace dos meses por los serbios, que la cañonean desde las colinas circundantes para preparar incursiones de infantería, con el apoyo de vehículos blindados.

La prosecución de los combates y los bombardeos ha creado la principal emergencia de refugiados en Europa desde la Segunda Guerra Mundial. El gobierno británico dijo ayer estar dispuesto a recibir y adoptar unos 60 niños de Sarajevo, pero las cifras del drama humano yugoslavo rebasan ampliamente este gesto de buena voluntad.

El premier croata, Franjo Gregurich, afirmó ayer en una reunión de gabinete que su país no puede más enfrentar la ola constante de prófugos que llegan de Bosnia- Herzegovina: según cifras oficiales de Zagreb, en las últimas 24 horas 20.700 bosnios han venido a sumarse a los más de 200 mil ya presentes.

05 - 05

GOBIERNO BRASILEÑO CREÓ FORUM NACIONAL DEL MERCOSUR.
LA MAÑANA (ASCO15)
22-6-92
MERCOSUR → 12781.
BRASIL → 507482.

Brasil cambió su postura y se lanzó al MERCOSUR

Collor de Mello creó el Fórum Nacional para la Integración
Anuncian amplia asistencia estatal para la reconversión

El Gobierno de Brasil creó el Forum Nacional del MERCOSUR (Mercado Común del Sur) que congregará a delegados oficiales, empresariales y sindicales, que discutirán sobre el futuro del mecanismo de integración, se informó ayer en Brasilia.

El Forum, fundado por el Presidente de la República, Fernando Collor de Mello, presentará fórmulas para la reconversión de aquellas industrias nacionales interesadas en competir en el mercado del MERCOSUR con las de los otros tres socios: Argentina, Paraguay y Uruguay.

Los estados del sur brasileño (Santa Catarina, Río Grande do Sul y Paraná), vecinos de las otras tres naciones miembros del mercado común, han expresado preocupación por la suerte de algunas de sus empresas agropecuarias.

Collor de Mello ha manifestado que el MERCOSUR, que debe convertirse en una zona de libre comercio a partir de enero de 1995, es una de las metas prioritarias de su Gobierno. "El mundo está cambiando - dijo el gobernante- y quien no sigue este proceso de cambios se quedará atrás".

En [illegible], Collor de Mello ha solicitado a los empresarios de Brasil interesados en comerciar con Argentina, Paraguay y Uruguay que produzcan con calidad y vendan a precios competitivos.

[illegible]: "Integración es meta prioritaria del Gobierno"

El año pasado Collor de Mello creó el Ministerio de Integración Latinoamericana, especialmente responsable por el proceso de MERCOSUR, sin embargo, lo eliminó en enero pasado, y esas tareas son competencia del Departamento de Integración Latinoamericana

Para la reconversión industrial de los cuatro países, el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) otorgará este año un crédito de 325 millones de dólares.

El director de la estación experimental gaúcha de Caixias do Sil, Jaime Lovatel, reconoció que, en relación a la agricultura de Argentina y Uruguay, Brasil está cinco años atrasado. "Hace más de cinco años los dos países han enviado técnicos a Brasil a fin de estudiar los productos que ellos deben cultivar para abastecer el mercado brasileño", señaló.(EFE)

9208804

ACUERDO CE-MERCOSUR: COOPERACION

APOYO institucional y formación de personal, surge de la reciente reunión celebrada en Chile

El acuerdo de cooperación interinstitucional entre la Comisión de las Comunidades Europeas y el Consejo del Mercado Común del Sur (Mercosur), firmado recientemente en Santiago de Chile por los cancilleres de los cuatro países y el Comisionado Abel Matutes, permitirá la cooperación comunitaria en cuatro campos: intercambio de información, formación de personal, asistencia técnica y apoyo institucional.

El intercambio de información podrá incluir todas las informaciones generales, técnicas, económicas, jurídicas, o de otro tipo que sean de interés recíproco. Dicho intercambio podrá efectuarse por todos los medios apropiados, incluida la conexión a bancos de datos informatizados.

Las acciones de formación en materia de integración estarán destinadas principalmente al personal perteneciente a las instituciones de ambas partes. Se realizarán especialmente en forma de cursos, seminarios, conferencias, cursillos o intercambios.

La asistencia técnica a las diferentes actividades de las instituciones interesadas del Mercosur, consistirá en estudios y análisis y en la transferencia de conocimientos y experiencias acerca de las políticas y medidas necesarias para alcanzar los objetivos de la integración entre los Etados miembro del Mercosur.

El apoyo institucional tiene como finalidad el reforzamiento de la capacidad y de la eficacia de las instituciones del Mercosur por todos los medios apropiados, incluida la asignación de personal europeo especializado y una mejora en las infraestructuras materiales.

Se instituyó también un comité conjunto de consultas para intensificar el diálogo interinstitucional, que se reunirá dos veces por año.

Además de los campos anteriormente mencionados la CE y los países del Mercosur podrán identificar otras áreas de cooperación de común acuerdo.

C1-01

9208805

Impulsan la creación de régimen común de inversiones en MERCOSUR

Brasil, Paraguay y Uruguay impulsarán la creación de un régimen común en los cuatro países para proteger las inversiones extranjeras en el futuro Mercado Común del Sur (MERCOSUR), según indicaron a LA MAÑANA fuentes diplomáticas.

Con ese propósito, se acotó que el Grupo Mercado Común recomendó y decidió desarrollar el intercambio de la información necesaria entre las autoridades competentes de los cuatro países.

Como consecuencia de ello, se comentó que el subgrupo de trabajo relacionado con las políticas monetarias y fiscales, ha venido trabajando al respecto y resolvió someter a la consideración del Grupo Mercado Común una propuesta para que un núcleo de expertos evalúe los distintos acuerdos que los cuatro países tienen firmado con otras naciones en la materia.

Promoción de inversiones

Como se sabe, dentro de los regímenes de promoción de las inversiones, figuran acuerdos bilaterales por los cuales se establecen determinadas garantías y en algunos casos se facilitan aspectos impositivos, identificándose esos convenios como de " doble imposición o tributación".

Según las informaciones porporcionadas a LA MAÑANA, Argentina ha explicado a sus socios del MERCOSUR la desregulación efectuada en materia de inversiones, lo que incluyó la firma de los aludidos convenios.

Uruguay y Paraguay tienen suscriptos similares acuerdos con otros países.

De allí entonces que en primera instancia se encarará una evaluación de esos convenios bilaterales.

Nuestro régimen

Cabe recordar que nuestro país, a través del Decreto Ley Nº 14.179 de 1974 y su reglamentación dictada ese mismo año, estableció una regulación especial para las inversiones extranjeras.

Por lo tanto, Uruguay en la actualidad garantiza la transferencia de utilidades y de capitales luego de 3 años de radicado.

Al mismo tiempo, por la vía de la promoción industrial, aplica incentivos para inversiones públicas o privadas que establezcan o amplíen plantas industriales o emprendimientos turísticos declarados de interés nacional por el Poder Ejecutivo.

Por otra parte tiene en vigencia acuerdos de protección de inversiones de carácter bilateral con Alemania, Italia, Suiza, Holanda, Gran Bretaña, Canadá, Polonia, Rumania y Hungría.

Además ha suscripto convenios sobre doble tributación, los que resultan otro mecanismo de seguridad para el inversor extranjero y por el mismo se alivia la carga fiscal.

Este tipo de acuerdos se han hecho con Alemania, Polonia y Hungría.

Tanto en relación a la protección de inversiones como sobre el mecanismo de doble tributación, Uruguay en la actualidad tiene en negociación varios convenios.

El Gobierno entiende que la inversión extranjera juega un pepel importante en la continuidad del desarrollo económico del país y similar criterio, de acuerdo con las informaciones obtenidas por LA MAÑANA, se sostiene en los socios del MERCOSUR.

De allí entonces que ya se han aunado esfuerzos para lograr conformar un régimen general de las inversiones extranjeras en el MERCOSUR.

Próxima reunión

Nuestros informantes comentaron que, por lo expresado, éste será uno de los importantes temas del proceso de integración y que continuará en el análisis de los principales negociadores durante la próxima reunión del Grupo Mercado Común.

El máximo órgano ejecutivo del MERCOSUR se reunirá el 23 del corriente mes en el denominado Valle de Las Leñas en la República Argentina.

Es decir que el referido encuentro precederá a la nueva reunión de los Presidentes de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, que como se ha informado deliberarán el día 26 de este mes.

VI SIMPOSIO DE ESTUDIOS ESTRATEGICOS

ANB FINANC. (150027)

23-6-92

El desvelo por el sistema colectivo de defensa

Mercosur de militares busca "gendarmería"

Las Fuerzas Armadas de los países del Cono Sur analizan la conveniencia de desarrollar un "sistema colectivo de defensa". La ponencia, que desarrollará un general argentino, será expuesta en un seminario iniciado ayer en dependencias del Círculo de la Fuerza Aérea.

Antonio Erman González presidió ayer la iniciación del **VI Simposio de Estudios Estratégicos**, con la participación de delegaciones militares de Brasil, Paraguay, Uruguay y Argentina. A diferencia de anteriores encuentros, asistió por primera vez una delegación militar de Chile, aunque con carácter de "**observador**", lo cual abrió la puerta para ser considerada "**permanente**" en futuras reuniones. Obviamente esta circunstancia generó expectativas favorables, tanto en el Ministerio de Defensa como en los Estados Mayores de las Fuerzas Armadas. La participación de los chilenos en actividades militares conjuntas de los países del Cono Sur reduce las tensiones que provoca la elaboración de hipótesis de conflicto donde cada gobierno evalúa los potenciales conflictos que pueden producirse en la región.



Erman González

El discurso de apertura del ministro **González** pareció apuntar a estas circunstancias cuando abogó porque "**nuestras fronteras en lugar de convertirse en factores divisorios, generadores de tensiones, recelos y desconfianza, deberán transformarse en puntos de unión que permitan buscar entre todos la paz, la seguridad del continente y la libertad de sus pueblos**". Lo escuchaban los almirantes **Emilio Ossés** y **Jorge Ferrer**, el brigadier general **José Juliá** y el teniente general **Martín Balza**, quienes oficiaron de dueños de casa, en el círculo de la Fuerza Aérea en Vicente López.

A propósito de la presencia chilena, el titular de Defensa señaló que ésta "**consolida la base de sustentación de este evento, en la confluencia de esfuerzos para neutralizar las vulnerabilidades de la región y discernir los más convenientes modos de acción, para potenciar nuestras capacidades**".

- **Sistema colectivo**

Lo curioso es que la delegación argentina, que preside el contraalmirante **José Heredia**, planteará como tema de exposición si "**Es viable un sistema colectivo de defensa del Cono Sur, en un contexto de integración regional en marcha**". La mera enunciación del título, que desarrollará un general retirado —**Américo Gerónimo Herrera**—, hizo recordar ayer una especie que en su momento erizó la piel de los uniformados y generó una aclaración del ministro de Defensa y una desmentida de la Cancillería: la creación de fuerzas armadas para la defensa de la democracia en el momento en que comenzó a hablarse del Mercosur.

Presiden las delegaciones extranjeras el general de brigada **Gualter Veras Junior**, por Brasil; el brigadier general **Dinor Ramírez**, por Uruguay; el general de brigada **César Cramer Espínola**, por Paraguay; y el mayor general **Luis Henríquez Rifo** en representación de Chile. Por decreto, que firmó **Carlos Menem**, fueron declarados "**visita oficial**".

920880 7

Nº. DOCUMENTO

TITULO EE.UU. y Rusia acordaron reducir arsenales nucleares

PROC. La Nación

FE. 16-6-92

VINC. 11293

Washington y Moscú acordaron reducir sus arsenales nucleares

Equilibrio de armas estratégicas

Los presidentes Boris Yeltsin,de Rusia,y George Bush,de Estados Unidos,discutirán nuevas reducciones de armas nucleares durante su primera reunión cumbre, iniciada hoy en Washington

	Lanzadores desplegados		Total de ojivas	
	EE.UU.	MEI	EE.UU.	MEI
Misiles balísticos intercontinentales	1.000	1.394	2.450	6.680
Misiles balísticos lanzados desde submarinos	640	912	5.440	3.672
Bombarderos	307	177	1.855	807
Total	**1.947**	**2.483**	**9.745**	**11.159**
Límite START*	1.600	1.600	6.000	6.000
Misiles crucero lanzados desde mar	357	150	357	150
Límite START*			880	880

*Tratado de Reducción de Armas Estratégicas

Fuente: Instituto Internacional para Estudios Estratégicos REUTER

WASHINGTON, 16 (Reuter). – El presidente George Bush y su colega ruso, Boris Yeltsin, anunciaron un acuerdo para reducir sus arsenales de ojivas nucleares a un tope que oscila entre 3500 y 3000 cada uno.

"Con este acuerdo, la pesadilla nuclear se aleja cada vez mas para nosotros, nuestros hijos y nuestros nietos", dijo Bush en una declaracion que emitió con Yeltsin desde el Jardín de las Rosas en la primera jornada de su cumbre de dos dias.

Los nuevos recortes podrian quedar completados para el ano 2003, y posiblemente el 2000, si los Estados Unidos pueden brindar a Rusia asistencia en la destruccion de sus sistemas de misiles balisticos, dijo Bush.

Las reducciones eliminarian dos tercios de las estimadas 10.000 ojivas que posee actualmente cada una de las partes. Durante el tratado de reduccion de armas estrategicas (Start), que todavia no ha sido ratificado, el techo de las ojivas estratégicas de los Estados Unidos se ubicó en 8500, y el de Rusia en 6500.

"Estos constituyen pasos notables para nuestros dos paises, y un alejamiento de las tensiones y sospechas del pasado", dijo Bush, quien expresó que los recortes eliminaran "las armas mas peligrosas del mundo", los desestabilizadores sistemas misilisticos nucleares de largo alcance, que durante largo tiempo eran un simbolo de las tensiones de la guerra fria.

Yeltsin manifestó que ias negociaciones transcurrieron "sin enganos, sin que nadie se propusiera obtener ventajas de ganancias unilaterales".

01-01

9208808

SALVADOR ARRIOLA, SECRETARIO DEL SELA

Clarín 2/6/92

"La región debe salir sola, pero falta ayuda del mundo"

El embajador **Salvador Arriola**, secretario permanente del Sistema Económico Latinoamericano (SELA), pasó por Buenos Aires para entrevistarse con funcionarios del Ministerio de Economía y de la Cancillería. El propósito del diplomático, mexicano de origen y economista de profesión, es dar un **impulso a esa organización multilateral**. Le preocupa una cuestión: **los países latinoamericanos ponen su casa "en orden", pero si no hay ayuda financiera internacional "ese esfuerzo se verá frustrado"**.

A Arriola le parece que el Plan Brady abrió negociaciones satisfactorias del endeudamiento por parte de algunos países. Con todo, advierte que este año no tendrá efectos importantes sobre la región.

—El SELA afirma que las economías latinoamericanas están en crecimiento, pero dice que el "esfuerzo" puede frustrarse sin cooperación internacional. ¿A qué se apunta con esa advertencia?

—En los últimos meses hubo variables que registraron un crecimiento importante, al tiempo que se observó una baja muy significativa en los procesos inflacionarios. Pero no todos los países crecieron al mismo ritmo. Las desigualdades tienen que ver con condiciones internas y con las relaciones de cada país con el resto del mundo. Aquellos que siguen dependiendo fuertemente de sus exportaciones de productos básicos se ven trabados por la baja de precios internacionales y por el proteccionismo de los países centrales. Si bien la región puede y debe salir sola, lo que se observa ahora es que falta una cooperación internacional firme con América latina.

—¿Entonces con el ajuste no alcanza?

—Ahora se escucha decir que es suficiente para nuestros países llevar adelante las políticas de cambios emprendidas en esta década. Pero creo que por muchos esfuerzos que hagamos, si el marco internacional no ayuda entonces no será suficiente. Esa cooperación internacional se debe centrar en tres cuestiones: facilitar el acceso a los mercados, financiar el desarrollo y brindar asistencia técnica.

—Lo que sucede es que no se ve ninguna señal de que los países centrales piensen abrir sus mercados. Mas bien, parece que acentúan cada vez más el proteccionismo.

—Se van a cumplir 6 años de la Ronda Uruguay del GATT y la verdad es que sus resultados no son claros. De todos modos, en el año próximo puede llegarse a arreglos para atemperar las corrientes proteccionistas y de subsidios.

—¿Usted cree que el Plan Brady es una solución para los países fuertemente endeudados?

—Este año no va a tener consecuencias importantes para la región. Es cierto que hubo varias negociaciones satisfactorias y que por primera vez en diez años se observó una transferencia neta positiva para el área de 7.000 millones de dólares. Pero hay países que siguen teniendo un servicio de la deuda muy alto y la reducción de las deudas con la banca comercial sigue siendo un tema central. Para sostener el crecimiento de América latina tiene que haber una voluntad muy clara de los países industrializados para invertir en la región, ya que se está poniendo la casa en orden. Ellos reconocen ahora que estamos haciendo un esfuerzo propio significativo, pero por el momento solo en las palabras y no en los hechos.

—El SELA advierte que los países latinoamericanos deben prestar atención a las políticas sociales. ¿De qué manera?

—Nosotros creemos que se debe prestar especial atención a la salud, la educación y la vivienda.

—De todos modos, esas acciones no resuelven problemas cruciales como el desempleo y la marginación.

—El desempleo se resolverá con la combinación del crecimiento económico y social. Para que ese esfuerzo sea permanente tiene que haber una estrategia en salud, vivienda y especialmente en educación. Hay algunas iniciativas interesantes, como por ejemplo la del presidente chileno Patricio Aylwin, quien propuso convocar a una conferencia internacional sobre el desarrollo social. También, algunos países han instituido fondos especiales para atender esas necesidades sociales. Son indicios de que los gobiernos comienzan a percibir la situación.

—¿Cuáles son los objetivos actuales del SELA?

—Básicamente dos: llevar adelante acciones que tiendan a recuperar la cooperación internacional y promover que haya más acuerdos regionales. Nuestra idea es que debemos trabajar para una mejor inserción de América latina en la comunidad internacional. Por eso, nos estamos concentrando en el comercio exterior, en la financiación para el desarrollo, la capacitación de recursos humanos y difusión de la integración.

Iniciativa demorada

CARACAS (AFP). — Un estudio del **Sistema Económico Latinoamericano** (SELA) señala su **escepticismo** sobre la cristalización este año de la iniciativa del presidente **George Bush** de crear una zona hemisférica de libre comercio, sobre todo por la oposición política de los Estados Unidos.

El estudio de la secretaría permanente del SELA, con sede en Caracas, que agrupa a 27 países de la región que y es el mayor foro de consulta intralatinoamericano y caribeño, resalta la **recesión económica de los EE.UU. como principal preocupación de los norteamericanos y [illegible]**.

Firmaron un acuerdo de educación los países del Mercosur

Objetivo: los gobiernos de la Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay promoverán la enseñanza de los idiomas castellano y portugués en los niveles del sistema educativo.

Las autoridades educativas de la Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay suscribieron ayer en esta ciudad un acuerdo para la ejecución de un plan trienal de educación, que comprende el objetivo de los gobiernos de promover la enseñanza del idioma castellano y del portugués en los países integrantes del Mercosur.

El programa fue suscripto por los ministros de Educación de la Argentina, Antonio Salonia, y del Uruguay, Guillermo García Costa, y los subsecretarios del área de Brasil, Antonio Texeira de Souza, y Paraguay, Carmen Quintana de Horak, quienes aprobaron la propuesta del comité coordinador regional.

Los ministros coincidieron en la necesidad de establecer políticas culturales que aseguren la integración y se comprometieron a asegurar los recursos y medios necesarios para el cumplimiento de los objetivos propuestos.

Portugués y español

El documento incluye entre sus objetivos la enseñanza del español y del portugués en instituciones de los diferentes niveles y modalidades del sistema educativo, para mejorar la comunicación entre los países que conforman el Mercosur.

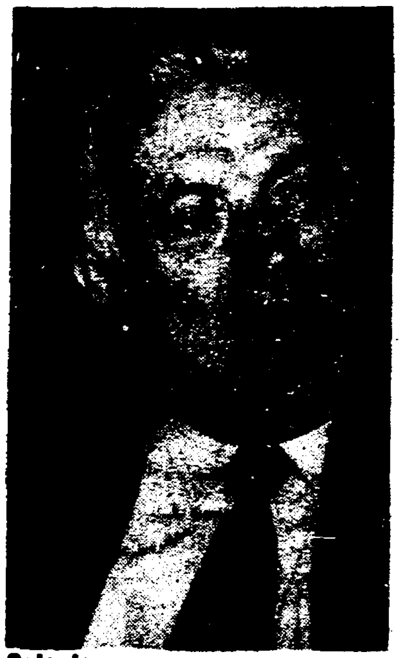
Para concretar este programa se sugieren líneas de trabajo, que comprenden la introducción de contenidos curriculares relativos a la enseñanza del español y del portugués, la propuesta de alternativas para una educación bilingüe más eficiente y la extensión y mejoramiento de la enseñanza de los idiomas oficiales del Mercosur.

Entre otras actividades, se constituirá un equipo de especialistas para intercambiar experiencias y plantear enfoques metodológicos.

Desarrollo educativo

Los ministros aspiran a fortalecer estrategias de desarrollo educativo para la enseñanza básica y media, con el propósito de favorecer la capacitación de la población en el manejo de conocimientos y destrezas para lograr un eficaz desempeño ciudadano.

La formación técnica y profesional ocupa un lugar primordial entre los objetivos del programa, a través de políticas y estrategias definidas, a partir de la determinación de las ramas más dinámicas de la economía en un mercado ampliado.



Salonia

También se promoverá la capacitación de recursos humanos de alto nivel y la formación de una base de conocimientos científicos e infraestructura institucional que sirva de apoyo a la toma de decisiones estratégicas del Mercosur.

Los países procurarán armonizar los mecanismos jurídicos, administrativos y académicos para lograr una adecuada articulación de los sistemas educativos. La movilidad de docentes, alumnos y técnicos en los procesos de capacitación de recursos humanos y el reconocimiento de carreras y homologación de títulos, entre otros aspectos, son algunos de los canales de intercambio que se intentarán intensificar.

Nº. DOCUMENTO [illegible]

TITU… LOGIA P2 CONTROLADA POR LA CIA

PR… LA REPUBLICA

F… 13-6-92

VIN… LOGIA P2 → 12539

CIA → 20448

Inquietantes revelaciones de un agente secreto italiano

Rep. 13/6/92

Logia P2 controlada por la CIA, según servicios italianos

Roma (AFP)

■ La logia masónica P2 estaba controlada por la CIA y las organizaciones terroristas Brigadas Rojas (izquierda) y Ordine Nuovo (derecha) fueron infiltradas por los servicios secretos italianos, según un documental de la TV británica BBC trasmitido el jueves por el canal 3 de la RAI italiana.

Titulado "El caso Gladio" —por la organización paramilitar secreta nacida en Europa a finales de la guerra para contrarrestar un eventual avance del Este—, el documental, en realidad, según el conductor del programa de la RAI, Corrado Augias, "más que la estructura de Gladio en Europa revela la existencia de un plan anglo-norteamericano para tener bajo control a las oposiciones comunistas en los países del Viejo Continente".

Para llevar a cabo ese plan, los organizadores se valieron de la infiltración, la creación de organizaciones terroristas para sembrar la desestabilización, organizaciones como Gladio y otros medios, no sólo en Italia sino en todos los países europeos. Comentado en los estudios de la RAI por periodistas y un juez que han estado en estrecho contacto con los temas que se tocaban, el filme presentó un entrevistado excepcional, Federico Umberto D'Amato, por más de 30 años indiscutido "príncipe" del espionaje italiano y jefe de la oficina de Asuntos Reservados del Ministerio del Interior.

Según D'Amato, "las Brigadas Rojas fueron infiltradas con dificultad, porque se trataba de una organización muy cerrada, pero se logró y con óptimos resultados".

Una indirecta confirmación de esta afirmación la dio a la BBC Alberto Francheschini, uno de los fundadores de las Brigadas Rojas. "Renato Curcio —otro de los fundadores— y yo, fuimos traicionados por un infiltrado al que llamábamos 'hermano ametralladora'", contó.

Otro de los entrevistados, el coronel Oswald Le Winter, funcionario de la CIA, dijo por su parte: "innumerables informes secretos de nuestra estación romana prueban que las Brigadas Rojas estaban infiltradas y que el grupo dirigente —ya no estaban ni Curcio ni Franceschini— recibía órdenes del general Santovito, director del Sismi" (servicios secretos).

Sobre la organización terrorista de derecha Ordine Nuovo, el documental presentó el testimonio de Vincenzo Vinciguerra, reo confeso y militante de esa organización: "Ordine Nuovo era una organización dependiente del servicio de seguridad italiano", dijo.

En relación a la logia masónica P2, dirigida por Licio Gelli, que reclutó adeptos entre políticos y militares no sólo italianos sino también de Argentina y Uruguay, el general Oswald Le Winter agregó que "era esencialmente una organización controlada por la CIA. Los miembros habían sido reclutados por Gelli en base a su lealtad a la causa del anticomunismo".

01-01

Sanciones Para Frenar Ataques Serbios

ONU ORDENA EMBARGO CONTRA YUGOSLAVIA

NACIONES UNIDAS, 30 (AP).— El Consejo de Seguridad le impuso hoy sanciones comerciales a Yugoslavia, en un intento por ahogar económicamente al gobierno encabezado por serbios y detener la contienda más sangrienta de Europa desde la segunda guerra mundial.

El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas pone así a la federación reducida de Yugoslavia al mismo nivel que Irak y Libia en cuanto a condena mundial y sanciones económicas en gran escala.

La votación fue de 13 miembros a favor, ninguno en contra y las abstenciones de Zimbabwe y China.

La mayor parte de los miembros del consejo esperan que las sanciones obliguen a Serbia y Montenegro a aceptar un cese del fuego en el último y más sangriento campo de batalla de Yugoslavia: Bosnia-Herzegovina.

El embajador de Marruecos, Ahmed Snoussi, dijo que votaría en favor de las sanciones debido a los "actos inhumanos e intolerables" de derramamiento de sangre.

Las sanciones incluyen una condena internacional, un embargo petrolero, la congelación de los fondos yugoslavos en el extranjero, la suspensión de vuelos y la prohibición de todo intercambio comercial con ese país salvo en comestibles y suministros humanitarios.

La guerra en Yugoslavia ha dejado hasta el momento un total de unos 2.200 muertos, millares de heridos y más de un millón de desplazados.

El Consejo de Seguridad podría imponer más adelante un bloqueo naval de Yugoslavia y el envío de contingentes armados para custodiar los embarques de ayuda de emergencia para los refugiados.

REANUDAN BOMBARDEO

Mientras tanto, fuerzas irregulares serbias lanzaron hoy un feroz ataque contra la capital bosnia Sarajevo, horas antes de la programada votación del Consejo de Seguridad de la ONU.

Zoran Pirovic, de la radio de Sarajevo, dijo por teléfono que proyectiles impactaron la ciudad, donde se oía el fuego de ametralladoras. En un área estallaron combates callejeros, agregó.

Las fuerzas serbias, que se oponen a un plebiscito en el que las comunidades musulmanas y croatas decidieron escindir a Bosnia-Herzegovina de Yugoslavia, comenzaron a cañonear Sarajevo alrededor de las 19 (17:00 GMT), señaló Pirovic.

Al menos dos personas habrían muerto hoy, y se desató la violencia en las calles de Dobrinja, una porción de la ciudad en la que en 1984 se alojaron periodistas que cubrían las Olimpíadas de invierno en Sarajevo.

Los intercambios esporádicos de fuego se extendieron durante todo el día en las inmediaciones del cuartel Mariscal Tito, ocupado por soldados yugoslavos que esperan una ocasión favorable para evacuarlo.

Los combates recrudecieron sólo horas antes de la votación del Consejo de Seguridad, que impuso sanciones a Serbia y a su aliada Montenegro, por su acción en el conflicto, que considera asistencia a las fuerzas paramilitares que atacan Bosnia.

CUMBRE EE.UU.-RUSIA

Clarín 17/6/92

Amplio acuerdo de desarme nuclear

El presidente ruso Boris Yeltsin fue recibido ayer por primera vez en Washington con honores de jefe de Estado. En la primera jornada de la cumbre ruso-norteamericana, Yeltsin y George Bush acordaron realizar una reducción de los arsenales nucleares de ambos países, que supera con creces el tratado de desarme START. Antes de viajar a Washington Yeltsin nombró como primer ministro interino a Yegor Gaidar, un notorio reformista. Fue una forma de poner de manifiesto su intención de acelerar las reformas económicas. Fuentes norteamericanas aseguraron ayer que Gaidar podría ser confirmado definitivamente en el cargo.

WASHINGTON, 16 (EFE, ANSA, AFP y Reuter). — El presidente norteamericano **George Bush** y su colega ruso **Boris Yeltsin** acordaron hoy realizar **drásticas nuevas reducciones** en las ojivas nucleares de largo alcance, y prometieron desentrañar **el misterio de los prisioneros de guerra estadounidenses** que se encontrarían en campos de trabajo forzado de la ex Unión Soviética.

"Con este acuerdo, la pesadilla nuclear **se aleja cada vez más para nosotros, nuestros hijos y nuestros nietos**", dijo **Bush** en una **declaración que leyó en el Jardín de las Rosas de la Casa Blanca con Yeltsin a su lado.**

Bush y Yeltsin avanzaron rápidamente en la reducción de los arsenales de la guerra fría durante la primera jornada de la primera cumbre ruso-estadounidense: acordaron que cada lado mantendría entre [illegible] y [illegible] ojivas para misiles de largo alcance, una cantidad muy inferior a las 4.700 que Washington propuso como tope.

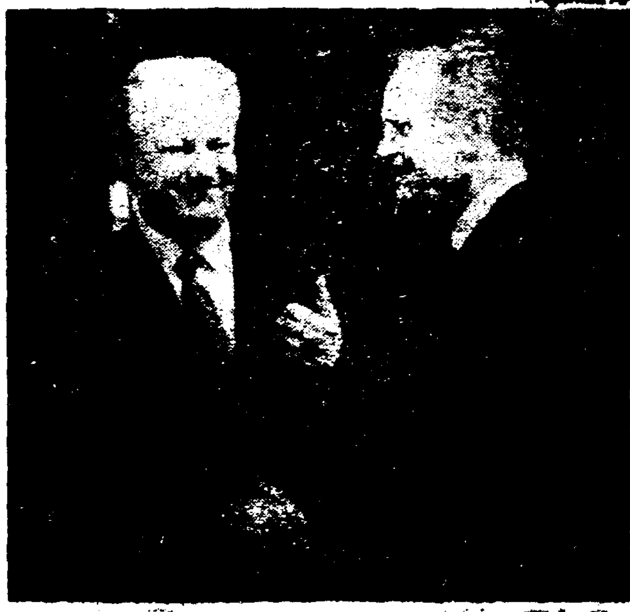
Los nuevos recortes podrían quedar completados para el **año 2003**, y posiblemente el **2000** si los Estados Unidos puede brindar a Rusia asistencia en la destrucción de sus sistemas de misiles, dijo Bush.

Las reducciones eliminarían **dos tercios de las estimadas 10.000 ojivas** que posee actualmente cada una de las partes. Al preguntársele por qué era necesario conservar el otro tercio, Bush respondió: "Nadie **sabe qué hay por** delante".

Yeltsin explicó que los recortes ocurrirían en dos fases. En la primera, cada parte disminuirá su arsenal hasta un nivel de entre 3.800 y 4.250 ojivas, y la segunda fase las llevaría hasta 3.000 y 3.500 ojivas.

Bajo el tratado de reducción de armas estratégicas (START), que todavía no ha sido ratificado, el techo de las ojivas estratégicas de los Estados Unidos se ubicó en [illegible], y el de Rusia en [illegible].

Según Bush, el acuerdo eliminaría "las armas más peligrosas del mundo", los **poderosos sistemas de misiles balísticos** intercontinentales (ICBM).



Agencia AP

Boris Yeltsin y George Bush, ayer en Washington. Bush comparó a su colega ruso con el zar Pedro el Grande.

No especificó, sin embargo, si este acuerdo incluye los misiles norteamericanos instalados en submarinos, que constituyen su mayor fuerza disuasoria, de la misma manera que los misiles SS-18 y SS-24 rusos, basados en tierra, son el arma más fuerte de la que dispone la antigua Unión Soviética.

Bush recibió a su par ruso con todos los honores de un jefe de Estado —por primera vez fue bienvenido con desfiles, fanfarria y 21 cañonazos—, y hasta llegó a compararlo con Pedro el Grande.

"Esta mañana quiero insistir en nuestro principal objetivo: establecer una **paz nueva, una paz permanente entre dos naciones que no deberán ser nunca más adversarias**", declaró **el presidente** norteamericano, **quien vinculó el éxito de la paz con el [illegible] de las reformas en Rusia.**

"El futuro de la [illegible]cracia en Rusia y las [illegible] nuevas naciones del antiguo imperio soviético es la cuestión de política exterior más importante de nuestra época", [illegible], subrayando que "[illegible] revolución rusa [illegible]mente debe alcanzar el éxito".

Hablando a través de un intérprete, Yeltsin [illegible] festó que las negociaciones transcurrieron "[illegible], sin que nadie se [illegible] pusiera obtener ventajas de ganancias [illegible]les".

9208813

CP - 01

FIRMARON ACUERDO PARA TURISMO EN MERCOS

El País 4/6/92

* Permitirá Viajar en Avión por los 4 Países
* Pasajes Tendrán Bonificación de Hasta un 50%

Un importatísimo paso dieron los países integrantes del MERCOSUR avanzando en el tiempo años, y tal vez décadas, al firmarse ayer el acuerdo mediante el cual el Mundo entero podrá conocer Uruguay, Brasil, Argentina y Paraguay a través del AIR PASS, un billete aéreo que deberá comprarse en los países de origen antes de viajar a alguno de estos cuatro Estados y cuyo valor para viajar por los mismos será de hasta un 50% más barato que los precios normales.

El importante acuerdo se signó ayer en la sede del Ministerio de Turismo del Uruguay, donde se realizó la "I Reunión Especializada de Turismo del MERCOSUR", donde además se trataron temas de real envergadura turística como ser el Proyecto Iguazú Internacional y la Cooperación Técnica Turística entre la Comunidad Económica Europea y el MERCOTUR.

EL PAIS está en condiciones de informar la noticia y comunicarle al mundo entero que desde ahora, viajar a la cuenca del MERCOSUR le significará un desembolso mínimo gracias al AIR PASS, que no es más que algo similar al EURAIL PASS europeo, con la diferencia que es en Sudamérica y que se viajará en avión exclusivamente.

La noticia fue brindada a EL PAIS por uno de los miembros de la delegación brasilera, José Otavio de Meira, Presidente de la Asociación Brasilera de la Industria Hotelera, quien sostuvo que "por el momento el billete será válido para todos los turistas que no integran el MERCOSUR y los billetes se expenderán en sus países de origen".

Acerca de la forma en que se divulgará en el exterior, José Otavio de Meira señaló "también nos pusimos de acuerdo en el sentido de que en vez de [illegible]r cada uno por su lado en materia publicitaria, le [illegible] encargado a un grupo de marketing que lo [illegible] forma conjunta, primero en los países que son los principales exportadores de turistas hacia los nuestros y luego buscaremos nuevos mercados".

Sobre si se puede calcular en cuánto aumentará el flujo turístico hacia el Cono Sur, José Otavio de Meira precisó "es imposible saberlo, no me animo a estimar dicho incremento aunque sabemos que será importante, al menos eso esperamos todos".

En esta reunión estuvieron presentes entre otros, el ministro José Villar, el Subsecretario de Turismo del Uruguay, Dr. Amadeo Ottati, el Director de la División Relaciones Internacionales del Ministerio de Turismo y Coordinador Nacional de la reunión, Carlos Santo. Por Argentina, Francisco Mayorga y Carlos Gutierrez de la Secretaría de Turismo de la Nación. Por Brasil: Alex Castaldi, Coordinador de Planeamiento de Embratur. De Paraguay llegó el Subsecretario de Relaciones Exteriores, Dr. Antonio López.

Los billetes de AIR PASS serán expedidos únicamente por las comañías aéreas locales como PLUNA, Aerolíneas Argentinas, LAP y Varig entre otras.

El mínimo de días para adquirir el billete es de diez y se podrá utilizar hasta un máximo de 30 días.

AVANZAMOS AÑOS

Consultado Francisco Mayorga acerca de la importancia del tratado firmado que crea el AIR PASS, dijo a EL PAIS "es sin lugar a dudas una medida importantísima que nos permite avanzar muchos años no sólo en materia turística sino también en lo que respecta al MERCOSUR que tanto impulsan nuestros Presidentes. Pienso que es un paso importatísimo que nos permitirá recibir mayores contingentes de turistas del Mundo entero ya que con el AIR PASS las tarifas de traslado aéreo entre estos cuatro países se han reducido hasta en un 50%. Pero un punto importante que seguiremos tratando es la implementación del AIR PASS también para los habitantes de los cuatro países miembros del MERCOSUR y hasta inclusive para Chile, porque entendemos es de vital importancia para el desarrollo del turismo regional", expresó.

Exactamente dentro de un año, los técnicos en la materia analizarán la marcha del mismo, para aprobar su continuidad.

FALTA APROBACION FINAL

Para tener ideas de costos, les ponemos los siguientes ejemplos, que deberán aprobar las compañías aéreas antes de entrar en vigencia. Río de Janeiro-Montevideo-Buenos Aires-Bariloche-Buenos Aires y regresando a Río de Janeiro costará solamente U$S 434 para un total de 6.674 km de recorrido.

Volar desde San Pablo a Montevideo, Buenos Aires, Mendoza, Buenos Aires, Iguazú y regresa a San Pablo, sólo U$S 312 para 4.443 km.

Otro ejemplo más, entrando por Montevideo, se podrá viajar hasta Río de Janeiro, Recife, San Salvador, Buenos Aires y retornar a Montevideo, totalizando 7.718 km a un costo de U$S 502.

Y el último caso en 33 rutas distintas que se pueden armar, Asunción, Buenos Aires, Neuquén, Buenos Aires, Montevideo y volviendo a Asunción, un total de 4.314 km para un costo de U$S 302.

Previamente a su entrada en vigencia que será próximamente y tal vez este mismo mes, afirmó a EL PAIS, el Presidente de la Cámara Uruguaya de Turismo, Mario Amestoy, deberán ser aprobadas las tarifas por las autoridades correspondientes de navegación aérea, hecho que aquí en Uruguay ya fue confirmado el pasado viernes por la Dirección de Aviación Civil, restando la aprobación de las Direciones respectivas de Argentina, Brasil y Paraguay, la que no se descarta se logre en los próximos días, al retorno de las autoridades de Turismo que estuvieron reunidas aquí en Montevideo lunes y martes.

Nº DOCUMENTO ....
TITULO: Mercosur: aprobaron mecanismos de quejas sobre prácticas desleales de comercio
PROCEDENCIA: La Mañana (150015)
FECHA: 23 6 92
VINCULADO: Mercosur - 12781

Aprobaron mecanismos de quejas y consultas

• Asesorará a las industrias en casos de dumping o subsidios

Los cuatro Presidentes de los países miembros del Mercosur aprobaron ayer el Procedimiento de quejas y consultas sobre prácticas desleales de comercio aplicable durante el período de transición, referido [illegible] de dum[illegible] [illegible] [illegible]ado de [illegible]ancia p[illegible] [illegible]écnicos qu[illegible] [illegible]jaron en ese tema.

Las normas acor[illegible], contenidas en el anexo [illegible] resolución, son las si[illegible]

Art. 1°. Cualquier in[illegible] producción domésti[illegible] [illegible]zada en alguno de los países integrantes del Mercosur, podrá formular una queja por escrito cuando se **considere lesionada o amenazada por importaciones realizadas por cualquiera de los países del Mercosur que** sean objeto de dumping o de subsidios.

Art. 2°. Las quejas podrán ser formuladas directamente por las industrias o producciones que se consideren afectadas o por las asociaciones que actúen en representación del sector económico involucrado.

Art. 3°. Las quejas deberán contener elementos de prueba suficientes acerca de la existencia de dumping o subsidios y del perjuicio o amenaza que ello implica.

Art. 4°. Los [illegible] se [illegible]ormalizar[illegible] Sección Naciona[illegible] [illegible] Merca[illegible]do Com[illegible] [illegible]tado Pa[illegible] donde [illegible] residen[illegible] habitu[illegible] la sede de su negocio los reclamantes, debiendo ajustarse a las for[illegible]lidades que la legislación [illegible]onal establece para l[illegible] [illegible] de [illegible] [illegible] desl[illegible] al comer[illegible] [illegible]nacional.

Art. 5°. La Sección Nacional del Grupo Mercado Común que haya admitido un reclamo, o que por sí posea elementos de prueba o evidencias suficientes, entablará contactos directos, con la Sección Nacional del Grupo Mercado Común del Estado Parte al que se atribuyen importantes que sean objeto de dumping o de subsidios.

Art. 6°. Los co[illegible] implementados co[illegible] cuencia de lo di[illegible] el punto anterior, [illegible] a los efectos de e[illegible] la situación y estarán encaminados al conocimiento mutuo de los hechos planteados y a la [illegible]litación de una soluci[illegible] [illegible]mente [illegible]isfacto[illegible]

Art. 7°. [illegible] consultas y pedidos de información, que como consecuencia de las mismas se formulen, serán resueltas en un plazo máximo **de cuarenta y cinco (45) días corridos desde la fecha de su pedido.**

Art. 8°. Si de las consultas entre los Estados Parte involucrados se concluyere que no están reunidos los requisitos para dar curso al pedido de queja formulado a procederá a su rechazo.

Art. 9°. Cuando de la evaluación de los antecedentes se concluyera que existen elementos sobre la existencia de dumping o subsidios, se elevarán inmediatamente los antecedentes al Grupo Mercado Común inclu[illegible] [illegible] declaración por [illegible] de los he[illegible]chos [illegible] y justificativos [illegible]. También podrán elevarse los antecedentes al Grupo Mercado Común cuando transcurra el plazo indicado en el Artículo 7 sin [illegible] el Estado Parte requerido [illegible]ilitado el mecanismo [illegible] consultas o contestando [illegible] pedidos de información o [illegible]ciones que se les hubiesen formulado.

Art. 10°. En la primera reunión ordinaria posterior a la recepción del pedido o en una que especialmente se convoque al efecto, el Grupo Mercado Común realizará un análisis de los antecedentes del caso. Si la cuestión no pudiera ser resuelta en dicha reunión, el grupo Mercado Común iniciará consultas, dentro de los diez (10) días corridos posteriores, debiendo concluirlas tomando una decisión dentro de los veinte (20) días corridos desde su iniciación.

Art. 11°. Si el Grupo Mercado Común concluy[illegible] que [illegible] de [illegible] resu[illegible]dente, [illegible]rá [illegible] Parte a [illegible] se [illegible] importa[illegible] cuyos precios estén [illegible]dos por subsidios o dumping la aplicación de la legislación nacional para [illegible] tales importaciones, [illegible] concordancia con lo [illegible] por el artículo 4° del Tratado de Asunción.

Art. 12°. Si el requerimiento del Grupo Mercado Común no resultare atendido en tiempo y forma acorde **con las circunstancias del caso, el Estado Parte que efectuó el pedido podrá** recurrir al procedimiento para la Solución de Controversias previsto en el denominado Protocolo de Brasilia. ■

01-01

9208815

Democracia es elemento indispensable en Mercosur

- *Así se estableció en la declaración final de la Cumbre*
- *Arancel externo común será fijado en marzo del año próximo*

El pedido formal de ingreso realizado por Bolivia y la aprobación de instrumentos de consulta en casos de dudas de existencia de prácticas desleales de comercio constituyeron los elementos relevantes de la última [illegible] de la Cumbre presidencial del MERCOSUR, en la localidad argentina de Las Leñas.

El plan de armonización de políticas macroeconómicas, considerado "clave" para el éxito del Mercado Común del Sur y la [illegible] para [illegible] los pr[illegible] puedan [illegible]sentar [illegible] por las [illegible] [illegible]des des[illegible] [illegible] del MERCOSUR, fueron las principales resoluciones que asumieron los cuatro presidentes firmantes del Tratado de Asunción ayer, en la localidad de Las Leñas.

Además se acordó que los cuatro países aceptarán

"Cronograma de Medidas" ocupa 60 páginas

como propias las normas técnicas de pesas y medidas para el comercio de productos que rigen en cada uno de ellos, hasta tanto no se logre la armonización de todas.

Para marzo de 1993 deberá estar lista la propuesta de arancel aduanero del MERCOSUR respecto de terceros [illegible]ses o bloques comerciales, señala el plan, que finalmente fue denominado "Cronograma de Medidas".

El "Cronograma de Medidas" es un [illegible] de 60 páginas [illegible] fecha[illegible] para la [illegible] [illegible]zación [illegible] unos 150 [illegible]tos de política macroeconómica.

La liberalización del mercado cambiario comenzará a negociarse en junio de 1994, seis meses antes de la plena entrada en vigor del MERCOSUR.

Asimismo, se estableció que en setiembre de este año se debata la inmediata aplicación de medidas del MERCOSUR contra las prácticas comerciales desleales de terceros países, como los subsidios y los "dumping".

Las fechas fijadas en el plan son de estricto cumplimiento para los cuatro países y "no podrán ser prorrogadas por más de tres meses ni pasar del tope del 31 de diciembre de 1994", un día antes de la plena entrada en vigor del MERCOSUR, indica el acuerdo que firmaron los jefes de Estado.

La eliminación gradual de restricciones no arancelarias [illegible] de ingreso y trabas [illegible]áticas) para el comercio se pondrá en marcha a partir de diciembre de este año.

Las normas comunes que regirán en las "zonas francas" de cada país, es decir sin impuestos para la radicación de industrias, comenzarán a aplicarse una vez sean aprobadas en octubre de 1993. El reglamento común para el transporte terrestre, por su parte, deberá ser sometido a su aprobación en diciembre próximo, mientras que la armonización de las tarifas de energía tendrá que comenzar a aplicarse a partir de setiembre de 1993.

Los Presidentes Luis Alberto Lacalle, Carlos Menem, Fernando Collor de Mello y Andrés Rodríguez ratificaron que "la plena vigencia de la democracia es una condición indispensable para la existencia y el desarrollo" del MERCOSUR.

A través de una declaración conjunta, los mandatarios destacaron el "fuerte incremento" del comercio entre los Estados socios y la "creciente afirmación del MERCOSUR en sus [illegible]ciones con otros bloques comerciales.

Subrayaron que el programa de integración regional se asienta sobre la economía de mercado, la estabilidad, [illegible]cimiento y [illegible] [illegible]ni-[illegible].

[illegible]ismo, [illegible] on su [illegible] [illegible]dente [illegible] Banco Interamericano de Desarrollo (BID), el uruguayo Enrique Iglesias.

También reiteraron el "interés" de sus respectivos gobiernos en la construcción, a través de la conce-

Coordinación de macroeconomía es la clave

sión de obra pública, de una carretera que una Buenos Aires, Colonia (Uruguay) y Porto Alegre (Brasil).

La declaración presidencial aboga por la "pronta y satisfactoria" resolución de las negociaciones de la Ronda Uruguay del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), destinada a eliminar los subsidios agrícolas, entre otros objetivos. ■

Nº. DOCUMENTO 9208816

TITULO Democracia es el elemento indispensable en Mercosur

PROCEDENCIA La Mañana (Asunción)

FECHA 01.06.92

VINCULACION Mercosur - 12721

Argentina - 66960

Bolivia - 507480

Democracia es elemento indispensable en Mercosur

- ***Así se estableció en la declaración final de la Cumbre***
- ***Arancel externo común será fijado en marzo del año próximo***

El pedido formal de ingreso realizado por Bolivia y la aprobación de instrumentos de consulta en casos de dudas de existencia de prácticas desleales de comercio constituyeron los elementos relevantes de la última jornada de la Cumbre presidencial del MERCOSUR, en la localidad argentina de Las Leñas.

El plan de armonización de políticas macroeconómicas, considerado "clave" para el éxito del Mercado Común del Sur y la forma para que los productos puedan ... por las prácticas desleales de ... del MERCOSUR, fueron las principales resoluciones que asumieron los cuatro presidentes firmantes del Tratado de Asunción ayer, en la localidad de Las Leñas.

Además se acordó que los cuatro países aceptarán

"Cronograma de Medidas" ocupa 60 páginas

como propias las normas técnicas de pesas y medidas para el comercio de productos que rigen en cada uno de ellos, hasta tanto no se logre la armonización de todas.

Para marzo de 1993 deberá estar lista la propuesta de arancel aduanero del MERCOSUR respecto de terceros países o bloques comerciales, señala el plan, que finalmente fue denominado "Cronograma de Medidas".

El "Cronograma de Medidas" es un ... de 60 páginas ... fechas para la ... de unos 150 ... de política macroeconómica.

La liberalización del mercado cambiario comenzará a negociarse en junio de 1994, seis meses antes de la plena entrada en vigor del MERCOSUR.

Asimismo, se estableció que en setiembre de este año se debata la inmediata aplicación de medidas del MERCOSUR contra las prácticas comerciales desleales de terceros países, como los subsidios y los "dumping".

Las fechas fijadas en el plan son de estricto cumplimiento para los cuatro países y "no podrán ser prorrogadas por más de tres meses ni pasar del tope del 31 de diciembre de 1994", un día antes de la plena entrada en vigor del MERCOSUR, indica el acuerdo que firmaron los jefes de Estado.

La eliminación gradual de restricciones no arancelarias ... de ingreso y trabas ...áticas) para el comercio se pondrá en marcha a partir de diciembre de este año.

Las normas comunes que regirán en las "zonas francas" de cada país, es decir sin impuestos para la radicación de industrias, comenzarán a aplicarse una vez sean aprobadas en octubre de 1993. El reglamento común para el transporte terrestre, por su parte, deberá ser sometido a su aprobación en diciembre próximo, mientras que la armonización de las tarifas de energía tendrá que comenzar a aplicarse a partir de setiembre de 1993.

Los Presidentes Luis Alberto Lacalle, Carlos Menem, Fernando Collor de Mello y Andrés Rodríguez ratificaron que "la plena vigencia de la democracia es una condición indispensable para la existencia y el desarrollo" del MERCOSUR.

A través de una declaración conjunta, los mandatarios destacaron el "fuerte incremento" del comercio entre los Estados socios y la "creciente afirmación" del MERCOSUR en sus relaciones con otros bloques comerciales.

Subrayaron que el programa de integración regional se asienta sobre la economía de mercado, la estabilidad, el crecimiento y ...

Asimismo, ... en su ... presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), el uruguayo Enrique Iglesias.

También reiteraron el "interés" de sus respectivos gobiernos en la construcción, a través de la conce-

Coordinación de macroeconomía es la clave

sión de obra pública, de una carretera que una Buenos Aires, Colonia (Uruguay) y Porto Alegre (Brasil).

La declaración presidencial aboga por la "pronta y satisfactoria" resolución de las negociaciones de la Ronda Uruguay del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), destinada a eliminar los subsidios agrícolas, entre otros objetivos. ■

9208816

En el programa económico comprometido, la política de salarios públicos y el logro de un acuerdo para la refor

Carta de Intención y consideraciones del "staff" del FMI: desindexar la econc

De acuerdo con la carta de intención enviada por el gobierno uruguayo al Fondo Monetario Internacional (FMI), el programa económico se basa principalmente en el abandono de la práctica de indexación tanto salarial como de precios, en una nueva mejoría de las finanzas públicas y en el mantenimiento de criterios restrictivos en materia crediticia.

En cuanto a la indexación, que es aludida en 7 de los 29 parágrafos del documento, al que accedió **Búsqueda** en su versión en inglés, se busca quebrar la tradición tanto del sector público como del privado que consiste en que la tasa de inflación transcurrida desde el último ajuste nominal sea un dato muy relevante a la hora de determinar un nuevo ajuste.

El documento, denominado **"Uruguay-Solicitud de acuerdo Stand-by"** incluye cuatro partes. En la primera se establece el comentario del staff técnico del FMI que encabezó Brian Stuart, avalado por el Director del Hemisferio Occidental del FMI, Sterie Beza.

La segunda parte está conformada por cuadros estadísticos y gráficas del comportamiento económico del país en los últimos años y de lo programado para 1992 y 1993.

La tercera parte consta de cuatro apéndices: 1) Relaciones de Uruguay con el FMI; 2) Relaciones de Uruguay con el Banco Mundial; 3) Cumplimiento del acuerdo anterior (Ver recuadro en esta página) y 4) Datos básicos del país.

La parte final —a manera de anexo— incluye el texto de la carta de intención suscrita por Uruguay, dirigida al director gerente del FMI, Michel Camdessus, firmada por el Ministro de Economía Ignacio de Posadas y el presidente del Banco Central, Ramón Díaz. Asimismo se incluyen los cinco cuadros con las metas cuantitativas de Uruguay para 1992 y 1993.

● **Desindexación pública.** En particular sobre ese punto, la carta dice que se ajustarán los salarios del sector público, las tarifas de los bienes y servicios estatales y el tipo de cambio nominal de modo de contribuir a la reducción de la tasa de inflación hacia un 50% en 1992 y un 30% en 1993. Tanto los salarios como las tarifas serán ajustados sobre la base de la tasa de inflación programada para los meses de su vigencia respectiva.

En relación a este punto, el staff del Fondo es más explícito en su propio informe, al señalar que la tasa de crecimiento de los precios administrados tendrá que ubicarse por debajo de la tasa de inflación establecida como meta, y más particularmente, que el aumento de los salarios públicos y las tarifas públicas junto con la tasa de devaluación tendrán que ser inferiores a 40% en 1992 y a 25% en 1993.

● **Salarios privados.** El gobierno confirmó que en el caso del sector privado, los salarios deberían ser fijados libremente entre las partes y sin participación gubernamental, pero reconoció que cedió ante la presión de empresarios y trabajadores y dio una pauta del 35% para el incremento salarial nominal del período abril de 1992 a marzo de 1993. De todos modos, anunció que no va a homologar los acuerdos que arrojen incrementos superiores al indicado.

● **Ajuste fiscal.** A efectos de lograr nuevos avances en el área fiscal, en el documento se enumera una serie de medidas algunas ya vigentes y otras aun en etapa de discusión, que arrojarían un ahorro del 1,4% del producto bruto interno: reducciones en exoneraciones al impuesto al patrimonio y al IRIC (0,3%), aumentos en aportes patronales a DISSE y menores pagos a mutualistas (0,2%), reducción del número de funcionarios contratados y recortes de suministros (0,2%), extensión de la vigencia de la tasa básica del IVA en el 22% por un año más a partir de octubre de 1991 (0,3%) y reducción de la inversión pública (0,4%).

Asimismo se señala en la carta de intención que se aguarda que los retiros de funcionarios registrados el año pasado como consecuencia de los incentivos ofrecidos, comiencen a generar ahorros fiscales en el correr del año en curso. Se anuncia la intención de incorporar en el proyecto de ley de Rendición de Cuentas una nueva supresión de vacantes y el propósito de repetir la experiencia de 1991 en materia de incentivos para el retiro de funcionarios.

● **Seguridad Social.** También se incluye entre las medidas tendientes a mejorar la situación fiscal, la preparación de una reforma de la seguridad social. Se expresa en la carta que diversas fuerzas políticas le han as[...] do al gobierno que res[...] rán una reforma que [...] resultados sustancialm[...] iguales a los que habría [...] el proyecto recientem[...] rechazado por Diputado[...] nueva propuesta sería [...] zada a fines de junio de 1[...] y se espera que genere [...] primeros resultados sobr[...] nales del año en curso.

El staff del FMI cuantifi[...] entre 4,5 y 5,5 por ciento [...] PBI los ahorros que se h[...] brían obtenido entre los añ[...] 2015 y 2030 de habers[...] aprobado el proyecto recien[...] temente rechazado por [...] Parlamento, si bien en el co[...] to plazo solo se habrían obte[...] nido pequeños ahorros[...] También dicen los técnico[...] del Fondo que aquellos aho[...] rros habrían resultado ape[...] nas un poco más por meno[...] res gastos que por mayores [...] ingresos del sistema de se[...] guridad social.

Tanto el gobierno en la car[...] ta de intención como el staf[...]

la seguridad social serán la "piedra de toque" a la hora de las evaluaciones

para bajar la inflación y alcanzar un déficit cero en las cuentas públicas de 1993

(viene de pág. 26)

del FMI en su memorandum al Directorio Ejecutivo consideran que el carácter de urgencia que se le dio al proyecto de ley rechazado fue causa principal de su no aceptación.

● **Impuesto a los Sueldos.** Asimismo se indica que se propondrá al Parlamento una vez más que se eleven los impuestos que gravan la mano de obra con la finalidad de contribuir al financiamiento de determinadas prestaciones dentro del sistema de seguridad social. La idea del gobierno en este sentido fue en 1991 que no cayeran las tasas del impuesto a las retribuciones personales en enero de 1992, y que se limitaran los beneficios correspondientes a las asignaciones familiares al mismo tiempo que se buscaba extender en algunos casos el beneficio del seguro de desempleo. Con este paquete el gobierno procura obtener ahorros por medio punto del PBI.

● **Crédito interno.** En materia crediticia se busca que se mantenga el nivel real de crédito del sistema financiero al sector privado. Se anuncia que el Banco Central hará un uso activo de las operaciones de mercado abierto con la finalidad de mantener en línea con el programa a sus activos internos netos. En cuanto a los depósitos en moneda extranjera que capte el BROU, una vez que se superen determinados límites esos depósitos serán considerados "off-shores" y por lo tanto deberán ser depositados en el BCU o en el exterior.

● **Apertura comercial.** También se comenta en la carta que el gobierno se ha comprometido a seguir adelante con su política de liberalización comercial, aunque no se señala explícitamente que el próximo 1º de enero los aranceles bajarán a 10, 15 y 20 por ciento, tal cual se estableció en un decreto en noviembre del año pasado.

Igualmente dentro de la política comercial, se anuncia en el documento enviado al FMI que el gobierno está analizando la posibilidad de permitir la importación de automóviles con un arancel más bajo, a cambio de que quienes los importen a su vez realicen directa o indirectamente exportaciones de automóviles y/o autopartes. En el texto de la carta se dice que esa medida se adoptaría en vista de las políticas que para el sector automotor adopten los otros socios del Mercosur.

Finalmente se señala que se analiza la forma de dar mayor transparencia a las medidas antidumping, para lo cual se remplazaría el actual régimen de precios de referencia y mínimos de exportación por un sistema contra prácticas desleales de comercio que sería aplicado en aquellos casos en que se pruebe la existencia de dichas prácticas.

● **Deuda externa pública.** En cuanto a la deuda estatal, se dice que el gobierno procurará reducir el endeudamiento externo del sector público y mejorar aun más el perfil de sus vencimientos. Asimismo se señala que en el transcurso de este año el gobierno se propone diversificar sus fuentes de financiamiento externo reingresando al mercado internacional de capitales. De hecho, la reciente colocación de una serie de eurobonos uruguayos por 100 millones de dólares constituye una medida que apunta a ese propósito.

● **Metas cuantitativas.** La performance del programa será evaluada trimestralmente sobre la base del cumplimiento de metas cuantitativas que a esos efectos se establecen, las que se incluyen en los cuadros 1 al 5.

Estas metas establecen para este año un déficit fiscal global (gobierno central, BCU, empresas públicas, bancos gestionados e Hipotecario) del 1,2% del PBI. Asimismo se establece una contracción del crédito interno neto del Banco Central de N$ 45.000 millones. Se prevé un aumento máximo de U$S 50 millones en los depósitos del BROU no sujetos a depósitos en el BCU o en el exterior. Esto supone un tope al crédito del BROU de U$S 50 millones.

La cuarta meta cuantitativa es una ganancia de reservas internacionales netas de 150 millones de dólares. Finalmente se define un tope de U$S 1.700 millones al endeudamiento externo total del sector público, con vencimiento hasta doce años.

● **Controles.** Adicionalmente se realizarán dos revisiones del programa mediante el envío de sendas misiones del organismo al Uruguay, a finales de los meses de setiembre y diciembre. En setiembre, el Fondo verificará la conducta del gobierno en materia de política salarial. En ese mes corresponde otorgar un ajuste a los funcionarios públicos, el que de acuerdo a los números del programa deberá situarse en el entorno del 7%. En la segunda revisión, el FMI tendrá especial interés en evaluar el grado de avance de las reformas estructurales previstas en el programa, en particular en el tema de la seguridad social.

● **Objetivos e instrumentos.** En el cuadro 6 se incluye la evolución registrada en 1991, programada para 1992 y proyectada para 1993, de algunas de las variables que son más relevantes a los efectos de seguir la marcha del programa acordado con el FMI.

Entre estos objetivos, además del 50% de inflación ya señalado (y 30% para 1993) se establece un crecimiento del PBI del 1% para este año y del 1,5% para el próximo; aumentos salariales públicos de 38% (91) y 23,7 (92); déficit del 1,2% (92) y déficit cero en 1993.

● **Los préstamos.** El cumplimiento de las metas trimestrales y la evaluación que realicen los técnicos del FMI en setiembre y diciembre son un paso previo a la liberación de los recursos del crédito vinculado a este programa. Dicho crédito asciende a 50 millones de DEG, unos 70 millones de dólares, los que serían entregados al país en cinco cuotas. No obstante, en su memorandum los técnicos del Fondo señalan que el país solo pediría el giro inicial.

La correcta marcha del programa y la consiguiente evaluación favorable por parte del FMI permitirá al Uruguay acceder a importantes desembolsos de los otros organismos internacionales (el BID y el Banco Mundial), con vistas a recuperar las reservas perdidas el año pasado por la operación de recompra de deuda en el marco del Plan Brady.

Reconocimiento y autocrítica

A manera de reconocimiento, que implica una cierta autocrítica del FMI, se incluye en el documento "Uruguay-Solicitud de acuerdo Stand-by" una evaluación de sus técnicos del programa vigente bajo el acuerdo 1990-1991, que cayó porque en el organismo internacional se estimó que no se cumplirían las metas pactadas.

En el apéndice III del documento se dice textualmente (traducción no oficial):

"La mayoría de las metas para evaluar la performance bajo el acuerdo stand-by 1990-91 fueron alcanzadas, en algunos casos con márgenes significativos. Las metas fiscales fueron alcanzadas principalmente debido a un crecimiento mayor al programado en los ingresos tributarios en 1991. En el caso de las reservas internacionales netas del Banco Central, la meta para diciembre de 1991 fue alcanzada con un margen de U$S 160 millones, luego de efectuar los ajustes correspondientes al uso de reservas para financiar la operación de reducción de deuda con la banca comercial; de ese margen U$S 91 millones fueron ganados durante el año y el resto fue margen que estaba acumulado al final de 1990. El desempeño mejor al programado en el área de las reservas internacionales netas podría haber sido aun mayor si el BROU no hubiera reducido sus depósitos en el Banco Central por U$S 118 millones en 1991.

La meta correspondiente a diciembre de 1991 para los activos domésticos netos del Banco Central fue excedida en N$ 155 mil millones (27% de la meta), pero esto refleja el no previsto retiro de depósitos en moneda extranjera en el BCU por el BROU. El tope para el endeudamiento con vencimientos hasta 12 años de plazo fue excedido por un pequeño margen al final de 1991, mientras [illegible] menos de 1 y 5 años fueron cumplidos".

El reconocimiento de los técnicos del FMI confirma lo reiterado en varias ocasiones durante 1991 por miembros del equipo económico de gobierno en cuanto a que se habían cumplido las metas programadas con el FMI. El apartamiento más significativo fue en la inflación, que se programó al 30% y alcanzó en 1991 el 81,45%, sin que esto fuera impedimento para el cumplimiento de las metas cuantitativas.

● **Bancos Estatales.** En materia bancaria, se anuncia que en el caso del Banco Hipotecario se está en proceso de fortalecer sus finanzas y que antes de finales de 1993 serán eliminados los subsidios a los créditos existentes en la medida en que los contratos respectivos lo permitan. En cuanto a los dos bancos gestionados, se anuncia el propósito del gobierno de venderlos en 1993. De este modo, tanto la norma restante en el caso del BHU como la venta de los bancos gestionados viene a postergarse un año, ya que los últimos anuncios oficiales en ambas materias habían situado las correspondientes acciones en 1992.

El memorandum elaborado por los técnicos del FMI, mientras tanto, indica que el Banco Central ha establecido límites a la expansión del crédito del Banco Hipotecario y a los préstamos que el BROU otorgue a partir de sus depósitos en moneda extranjera.

● **Privatizaciones.** En el área de las privatizaciones se señala en la carta de intención que se espera que el 60% de PLUNA y ANTEL estén vendidos a fin de año. En este capítulo, además de reseñarse las normas que han sido aprobadas o están a estudio del Parlamento, se señala que se están realizando estudios para transferir al sector privado la administración o la propiedad de la fábrica de cemento que es propiedad de ANCAP.

LOS RESULTADOS DE LA CUMBRE ECOLOGICA

Mucho ruido, no tan pocas nueces y el comienzo de más negociaciones

Rio '92, el SHOW ecológico más importante del mundo hasta el presente, tocó a su fin. Después de todo el ruido, ¿cuáles son las nueces? Igual que en el cuento del vaso de agua a medias lleno o a medias vacío, según sea visto por el optimista o el pesimista, hay quienes piensan que se hizo más de lo que era dable esperar y otros que consideran que se hizo mucho menos. Es la hora de intentar un balance.

EN algo tienen razón los que ven Rio optimismo: el mero hecho de haber logrado reunir a l mundo" para tratar temas que hasta no mucho atrás eran reserva exclusiva de especialistas (a quie- chos consideraban "locologistas" antes que ecologis- stituye todo un éxito. Es que "todo el mundo" se ha ienta de que es hora de, cuando menos, empezar a algo con vistas a preservar la vida en el planeta. más no sea aprobar alguna declaración que más le pueda ser esgrimida como base para la adopción de s concretas de protección y administración prudente recursos naturales. La impresión general predominan- ue Rio '92 no fue ni tanto como esperaba ni tan poco se temía, a pesar de la reticencia —prontamente izada— de algunas naciones desarrolladas, particular- Estados Unidos, a comprometerse con algunas inicia- que consideraron discutibles.

"Imposible volver atrás"

Qué aprobó Rio '92 y qué dejó para más adelante? Todas delegaciones participantes dejaron sentada su insatisfac- de mayor o menor grado con los resultados que se zaron. En la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Ambiente y Desarrollo (denominación oficial de Rio '92), se adoptaron dos convenciones internacionales, una sobre clima y otra sobre biodiversidad; se aprobaron declaracions políticas formales de intención de protección ambiental, pero carentes de obligatoriedad jurídica; se orientó a las naciones desarrolladas (i.e., "ricas") para la futura reserva de hasta el 0,7 por ciento de su producto nacional brutc PNB destinados a inversión en programas tendientes a reducir o eliminar la pobreza en el resto del mundo y un compromiso de invertir unos 4.000 millones de dólares en recursos nuevos ("fondos frescos") en los próximos doce meses con destino a proyectos ambientales en los países en desarrollo (i.e. "pobres"). Según comentó la jefa de gobierno noruega Gro Harlem Brundtland, que dio nombre al famoso informe de la ONU sobre la base del cual tomó cuerpo la iniciativa de llevar a cabo Rio '92: *"se han dado pasos irreversibles. Ya es imposible volver atrás. El Norte y los ricos del Sur tendrán que cambiar de aquí en adelante sus políticas y modelos de producción y de consumo"*. Las palabras de la Sra. Brundtland fueron consideradas como la mejor puntualización de que la conferencia tuvo, efectivamente, resultados positivos, más allá de reticencias y reservas.

Los cinco documentos de Rio '92

Cinco documentos for- malizan lo tratado en la mbre de Rio.

*** Declaración de Rio.** Consta de 27 principios e enumeran derechos responsabilidades de s países respecto del nbiente. El texto redac- do por un comité pre- aratorio no sufrió cam- o alguno.

*** Agenda 21.** Aunque jurídicamente s de efecto menos con- icionantes formalmente ue un tratado o una onvención, la Agenda ncluye en 900 páginas na lista detallada de ac- iones concretas pro- uestas para su adopción or los gobiernos, agen- cias de desarrollo, insti- uciones internacionales y sectores independien- tes en materia de econo- mía, desarrollo y ambien- te.

*** Declaración sobre bosques.** Carece de fuerza obli- gatoria y sólo expone principios generales para buscar un consenso mundial sobre ordena- ción, preservación y de- sarrollo sostenible de los bosques naturales. Se esperaba poder aprobar una convención al res- pecto, pero hubo diver- gencias insalvables, es- pecialmente la durísima oposición de criterios entre Malasia y los Esta- dos Unidos que impidió ...

*** Convención sobre diversidad biológica.** El texto que EE.UU. no quiso firmar provocó las mayores agitaciones du- rante la conferencia. Contiene una serie de medidas que atañen a la preservación de la diver- sidad biológica, así como la creación de un fondo para países en desarrollo que les asegura poder de gestión sobre los recur- sos. Precisamente aquí radicó la oposición de EE.UU., que propugnaba una mayor ingerencia del Banco Mundial en la ad- ministración del fondo especial. La otra norma polémica de la conven- ción establece que el ac- ceso a las especies ani- males y vegetales será autorizado únicamente por los países que las po- seen mediante una com- pensación financiera o transferencias compen- satorias de biotecnolo- gía.

*** Convención sobre alteraciones del clima.** En 26 artículos define medidas para que los países reduzcan la emi sión de gases que provo- can el llamado "efecto invernadero" y el calen- tamiento global del pla- neta. Fracasó el intento de fijar metas específicas de reducción, aunque al respecto hay iniciativas concretas de la CEE so- bre las que se deliberará en el seno de la ONU de ahora en adelante.

Lo que quedó en el tintero

Las deliberaciones se clausuraron transfiriendo al seno de las Naciones Unidas y sus organismos regulares la prosecución de gestiones tendientes a elaborar documentos y acuerdos complementarios consensuales sobre una serie de temas. Entre ellos pueden mencionarse:

—una convención sobre delitos ecológicos internacionales cometidos en forma deliberada (como por ejemplo en medio de un conflicto bélico; la experiencia de la guerra del Golfo, con la quema de pozos petrolíferos o el derrame deliberado de crudo, ha sido determinante en este sentido; también los bombardeos a saturación afectaron la totalidad del ecosistema regional);

—otra convención internacional específicamente referida a la cuestión de las selvas y bosques naturales. En este punto el acuerdo fue más difícil —y no llegó— en Rio, por oposición de puntos de vista entre los países productores de madera y las naciones desarrolladas. Sin embargo, parecen existir intereses determinantes de la concreción futura de un texto que regule definitivamente la cuestión;

—una convención sobre recursos hídricos. La cuestión del acceso al agua potable adquiere cada día más urgencia para las naciones africanas, las del Oriente Medio y algunas otras (Francia, España); 07-09



Los contrastes: desde el morro y la pobreza se divisa el riquísimo paisaje de Rio de Janeiro.



Bush contempla el mundo dividido en el Norte ("Nosotros") y el Sur ("Ellos") "Ahora que hemos fijado nuestra posición, vamos adelante con la cumbre ecológica" (caricatura de Andy, en La estrella, de Sudáfrica).

—normas que facilitan las transferencias de tecnología sobre bases concesionarias y cooperativas. Se espera poder lograr consenso en torno a un texto ya para el año entrante;

—normas sobre lucha contra la progresiva desertificación (las estadísticas de ONU espantan: el mundo pierde una hectárea de tierras cultivables cada poco más de ocho segundos.

"Se trata en todos los casos", expresa un comentario, *"de negociaciones complejas y sin fecha límite de conclusión, pero tanto los líderes gubernamentales como los funcionarios internacionales tienen como meta llegar al término de la presente década con todos estos mecanismos instrumentados y en funcionamiento"*.

Fondos frescos condicionados

Rio '92 dio también algunas señales muy transparentes en cuanto a la forma y condiciones en que los países en desarrollo futuros receptores de créditos podrán acceder a los mismos para financiar sus proyectos de despegue económico y protección ambiental. Quedó absolutamente entendido que por cada dólar de crédito en fondos frescos la nación receptora deberá aportar U$S 0,80 en recursos propios, siempre sobre una base consensual. También quedó de relieve que cada día va a ser más íntima la relación entre los créditos disponibles y la marcha de las políticas internas de ajuste estructural en las naciones receptoras. En otras palabras, las naciones en desarrollo deberán hacer frente a la normalización y ajuste de sus economías si pretenden acceder a fondos desarrollistas y ambientalistas.

La administración voluntarista de los préstamos internacionales, el diseño de proyectos faraónicos, de "prestigio" y escasa utilidad general o la planificación de proyectos desarrollistas atentatorios contra el ambiente y la calidad de vida parecen haber quedado definitivamente relegados al pasado anterior a la toma de conciencia ecológica. De ahora en adelante los proyectos de desarrollo deberán encararse con un ojo puesto en la economía y otro en la conservación de los recursos y del ambiente [illegible] en otras condiciones, los países [illegible]

financiamiento que necesitan. Todo esto determinará un cambio en las prioridades y en los enfoques políticos, tecnológicos y económicos, que serán por completo diferentes a los manejados hasta hoy.

Más negociaciones

¿Puede decirse que se hayan resuelto todos los problemas?. Escasamente, la controversia continúa, y continuará en la ONU. En Rio hubo desde advertencias bien intencionadas hasta expresiones de irritación (y no sólo de parte del siempre predecible Fidel Castro). El jefe del gobierno de Malasia calificó de *"migajas"* los 4.000 millones de dólares de fondos frescos ofrecidos por las naciones desarrolladas y agregó que peor aún era presentar esas migajas, *"como una concesión"*. El gobernante asiático estaba enojado por las presiones sufridas de parte de Estados Unidos, que insistía en aprobar una convención sobre bosques mientas se negaba a firmar el texto sobre biodiversidad.

Las polémicas se trasladan ahora a la Asamblea General de las Naciones, el máximo organismo mundial. Habrá que reglamentar las convenciones aprobadas en Rio y no será nada fácil. En materia de clima ya hay una iniciativa de la CEE tendiente a extender a todos los países industrializados el límite de emisión de gases tóxicos o contaminantes (particularmente en CO_2). La CEE intentará también ampliar la base de cobro de un impuesto al petróleo, que aprobó en forma unilateral.

El caso de la convención sobre biodiversidad será más delicado aun. Estados Unidos asumió la condición de "villano" para muchos en Rio al rehusarse a firmar este instrumento (fue el único país que no lo hizo). Las gestiones diplomáticas se concentrarán sobre el gobierno de Washington por una razón simple: si éste no acepta el principio del pago de derechos a los países detentadores de recursos naturales la aplicación a escala universal de la convención sobre biodiversidad se verá insalvablemente debilitada.

02-02

92C88/18

Con relación al diferendo con el empresario egipcio Ibrahim, dijo que aspira a que Uruguay logre una solución justa

Boutros Ghali aseguró que no hay riesgos para la vida de los militares uruguayos en Camboya

* ***El secretario general de la ONU afirmó en conferencia de prensa que la ECO '92 es un primer paso positivo***
* ***Con el presidente Lacalle conversaron sobre la participación uruguaya en las misiones de paz del organismo internacional***

"No hay peligro de vida para los soldados uruguayos que vayan a Camboya" y "la conferencia ecológica de Río es un primer paso positivo", fueron dos de las afirmaciones destacadas del secretario general de la ONU, doctor Boutros Boutros Ghali, en un ping pong de preguntas y respuestas con los periodistas a media tarde de ayer, en el 6º piso de la cancillería. Se pasaron en revista los temas candentes de la actualidad internacional que ha venido manejando desde hace cinco meses como primera figura de la organización mundial.

Ghali ingresó a la sala de prensa acompañado del canciller uruguayo doctor Héctor Gros Espiell, quien elogió "su gran experiencia diplomática y sentido jurídico". El secretario general retribuyó gentilezas e informó que con el presidente Lacalle (con quien acababa de almorzar) conversaron sobre la cumbre de Río, una conferencia mundial sobre derechos humanos a efectuarse en Viena en 1993 y sobre las misiones PISK (de colaboración y pacificación) que actualmente tiene la ONU entre manos. Está es una síntesis de sus respuestas sobre los diversos temas abordados.

CONFERENCIA DE RIO

Es un punto de partida. Ahora el hombre de la calle conoce los problemas del medio ambiente, se ha movilizado la opinión pública internacional. Es un primer paso positivo. Siempre habrá quienes hablan del vaso medio vacío, él prefiere hablar del vaso medio lleno. Lo que importa, ahora, es el seguimiento del tema. Comparado con lo sucedido en la conferencia de Estocolmo, hay una línea ascendente. ¿Y si EEUU no firma el Tratado de Biodiversidad? Bueno, algunos estados están dispuestos a firmar, otros no, esto es normal en una sociedad de 168 naciones. Por cierto que la situación ecológica del planeta es grave. Cada año se desertifica un área tan extensa como Bélgica. También es considerable la polución.

LAS ULTIMAS NOVEDADES SOBRE YUGOSLAVIA

Estamos negociando para obtener la neutralización del aeropuerto de Sarajevo, a fin de llevar ayuda humanitaria a la ciudad y a Bosnia. Además de las sanciones adoptadas por el Consejo de Seguridad, existe un esfuerzo sostenido de la ONU y de organismos especializados para ayuda alimentaria y sanitaria, con destino a mujeres y niños. Luego de un contacto esta mañana (ayer) con mis colaboradores en Nueva York, tengo un optimismo prudente. Además, ya consulté a ciertas agencias sobre una inmediata ayuda a la reconstrucción del país.

LA SITUACION EN ARMENIA Y AZERBAIYAN

Está actuando allí otra misión de Naciones Unidas en Armenia (capital Erevan), en Azerbaiyán (capital Bakú) y en el territorio de Nagorno-Karabaj. Tratamos ante todo de ofrecer ayuda humanitaria y, si se nos pide, también política. La CE está promoviendo próximas reuniones en Minsk y en Roma en busca de una solución, y la ONU se sumará a este esfuerzo. Está en proyecto abrir oficinas de la ONU en Bakú y Erevan.

SOLDADOS EN CAMBOYA

Estuvo hace poco en Camboya. Sin duda hay dificultades en esa zona, pero no hay peligro de vida para los soldados que allí concurran en la misión de paz. En ese sentido pueden ustedes tranquilizar a los familiares de los soldados y oficiales uruguayos destinados a esa región.

LAS DEUDAS A LA ONU

A la ONU las naciones miembro le deben 1.800 millones de dólares. Su predecesor, el doctor Javier Pérez de Cuéllar, presentó un plan para resolver los problemas financieros. Luego de la reunión efectuada por el Consejo de Seguridad en enero de este año, él presentó un informe, que contiene un capítulo sobre los aspectos financieros. A pesar de las deudas con la ONU, ésta seguirá sus actividades múltiples por la paz y la cooperación.

EL DIALOGO CON LACALLE

En el diálogo con el presidente Lacalle, le agradeció la participación uruguaya en las misiones de paz (Sinaí, Camboya) y dialogaron en torno a la ECO '92 de Río, la Conferencia de Viena de 1993 y la celebración en 1995, del 50º aniversario de la creación de la Organización de las Naciones Unidas.

JUSTA SOLUCION AL PROBLEMA CON IBRAHIM

Respondiendo a una pregunta de LA REPUBLICA, que le recordó que siendo canciller de su país convocó por dos veces al embajador uruguayo en El Cairo, con relación a los derechos sostenidos por su compatriota, el señor Elías Ibrahim, y le preguntó sobre el planteo formulado por el gobierno egipcio en aquellas ocasiones, Boutros Ghali dijo: Yo aspiro a una justa solución para resolver este problema. Pero como ahora estoy actuando en mi capacidad de secretario general de la Organización de Naciones Unidas, se comprenderá que me dedique esencialmente a abordar los problemas de carácter internacional. Son éstos los temas que ahora están en mi jurisdicción.

Sólo puedo expresar que confío en que el gobierno de la República Oriental del Uruguay podrá encontrar una salida justa a esta cuestión.



El secretario general de las Naciones Unidas se refirió también a varios aspectos de la situación internacional, en particular los problemas en Yugoslavia y en Armenia y Azerbaiyán

150023
5/6/92

Gros Espiell tiene "una amistad de más de 20 años" con el máximo jerarca de la diplomacia mundial

La Rep. 5/6/92

Llegó ayer a Montevideo el egipcio Boutros Boutros Ghali, secretario general de la ONU

■ Arribado al Aeropuerto Internacional de Carrasco al anochecer de la víspera procedente de la cumbre ecológica de Río de Janeiro, el secretario general de la Organización de las Naciones Unidas, el egipcio Boutros Boutros Ghali, destacó "la excelente cooperación de Uruguay con las Naciones Unidas" y agradeció a su "viejo amigo" el canciller Héctor Gros Espiell, que concurrió a recibirlo a la terminal aérea, su contribución en la campaña para su elección al cargo de secretario general. Boutros Ghali destacó "la importante gestión de Uruguay en materia de cooperación con la ONU", dijo que era "ejemplo en materia de derechos humanos y de democratización". Añadió que le resultará "muy grato" entrevistarse mañana (por hoy) con el presidente Luis Alberto Lacalle, esperando que dicha visita "contribuya a reforzar los estrechos lazos de cooperación entre la ONU y Uruguay". En respuesta a estas palabras el canciller Gros Espiell extendió "la más cordial bienvenida" a Boutros Ghali, "en nombre del Presidente y de todo el pueblo uruguayo" en esta "su primera visita oficial como secretario general de la ONU", recordando que, anteriormente, había visitado nuestro país con la investidura de ministro de Relaciones Exteriores de Egipto. Señaló que lo ligaba a Ghali "una amistad de más de veinte años", cimentada en foros académicos y otros encuentros, en que se generó "una amistad profunda". "Por el prestigio de su personalidad —añadió— Uruguay acordó desde el primer momento su candidatura para la Secretaría General del organismo internacional. Expresó Gros la certeza de que la visita habría de "profundizar los vínculos y la colaboración entre Uruguay y Naciones Unidas".

La agenda del secretario general de las Naciones Unidas marca para hoy una entrevista con el presidente Luis Alberto Lacalle en el Edificio Libertad a la hora 9.00, una visita al Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) a las 10.45, un almuerzo en Suárez Chico y una visita al canciller Héctor Gros Espiell con posterior conferencia de prensa en la cancillería. El sábado estará en Punta del Este y el domingo en la estancia Anchorena, en Colonia desde donde se trasladará al aeropuerto de Carrasco.

Anoche, el secretario general de la ONU cumplía actividades de carácter personal y reservadas. Según una fuente de la cancillería, Boutros Ghali participaba anoche de una cena en la residencia de su amigo y compatriota, el empresario Elías Ibrahim. La misma fuente confió que participaba también en esa cena el canciller uruguayo, Héctor Gros Espiell.



Boutros-Boutros Ghali fue recibido en la sala VIP del Aeropuerto de Carrasco por las máximas jerarquías diplomáticas de Uruguay y por su compatriota, el empresario Elías Ibrahim.

LLEGA A HOY EL SRIO GRAL DE LA ONU, BOUTROS GHALI.
15023
4/6/92
ONU 12573
URUGUAY 10023

sta será la única visita del jerarca a la región luego de inaugurar la Eco '92

Llega hoy a Montevideo el secretario general de la ONU, el egipcio Boutros Boutros Ghali

Le fe. 4/6/92 (Fecha)

Se entrevistará con Lacalle, Gros Espiell y los principales dirigentes políticos del país

El secretario general de las Naciones Unidas, el egipcio Boutros Boutros Ghali, llegará esta tarde a Montevideo para realizar una visita oficial a nuestro país. Estará acompañado por su esposa Lea y por una comitiva encabezada por su asesor especial para Asuntos Políticos, Alvaro de Soto.

Boutros Boutros Ghali arribará procedente de Río de Janeiro, donde inauguró la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo.

En Montevideo, se entrevistará con el presidente de la República, Luis Alberto Lacalle, y con el ministro de Relaciones Exteriores, Héctor Gros Espiell. Asistirá también a un almuerzo ofrecido por el Presidente de la República en el cual se encontrará con los líderes políticos del país.

Boutros Ghali vendrá acompañado, además por la uruguaya Graciana del Castillo —oficial superior de asuntos económicos—, el chileno Mario Zamorano —portavoz del Secretario General—, la inglesa Clare Kane —su secretaria— el irlandés Terrence Burke y el estadounidense Arnulfo Fareaux, encargados de la seguridad de la delegación.

El principal jerarca de la ONU, sucesor del peruano Javier Pérez de Cuéllar, llegará al Aeropuerto de Carrasco hoy a las 16.15 horas, donde tendrá su primer contacto con la prensa. Mañana a las 9 horas será recibido en el Edificio Libertad por el presidente Lacalle. Una hora y media más tarde realizará la tradicional ofrenda floral al pie del monumento a José Artigas en la Plaza Independencia y, a las 16 horas, tendrá una audiencia con el canciller Héctor Gros Espiell.

Cuarenta y cinco minutos más tarde, Boutros Ghali ofrecerá una conferencia de prensa en el Palacio Santos. El fin de semana se trasladará a Punta del Este, donde proseguirá sus contactos con autoridades nacionales al máximo nivel.

Esta será, aparte de su estadía anterior en Río de Janeiro para inaugurar la Eco '92, la única visita del secretario general de la ONU a la región en la presente gira. Días atrás, había suspendido su viaje a Buenos Aires, según informaron las agencias internacionales.

El 1º de enero de 1992, Boutros Ghali (nacido en Egipto el 14 de noviembre de 1922) asumió funciones como secretario general de las Naciones Unidas, por un período de cinco años.

Desde mayo de 1991 y hasta su designación en Naciones Unidas, Boutros Ghali fue viceprimer ministro de Egipto para Asuntos Exteriores, habiendo sido anteriormente, desde octubre de 1977, ministro de Estado para Asuntos Exteriores.

Fue miembro de la Comisión de Derecho Internacional, desde 1979 hasta principios de este año.

En setiembre de 1978, asistió a la Conferencia Cumbre de Camp David, donde desempeñó un rol importante en la negociación de los acuerdos entre Egipto e Israel, que posteriormente fueron firmados en 1979. El secretario general ha presidido muchas de las delegaciones de su país a diferentes reuniones, como, por ejemplo, las de la Organización de la Unidad Africana y del Movimiento de Países No Alineados, así como la Conferencia Cumbre de los Jefes de Estado francés y africanos. Además encabezó las delegaciones de Egipto que asistieron a los períodos de Asamblea General en 1979, 1982 y 1990.



Boutros Boutros-Gahli.

Entre otras actividades profesionales y académicas, Boutros Ghali desempeñó actividades en investigación en la Universidad de Columbia (1954-1955); fue director del Centro de Investigaciones de la Academia de Derecho Internacional de La Haya (1963-1964); y profesor en Visita de la Facultad de Derecho de la Universidad de París (1967-1968).

Ha ofrecido conferencias sobre derecho internacional y relaciones internacionales en numerosas universidades de Africa, Asia, Europa, América Latina y América del Norte.

Ha recibido premios y distinciones honoríficas de Egipto y de otros veinticuatro países, como ser: Bélgica, Italia, Colombia, Guatemala, Francia, Ecuador, Argentina, Nepal, Luxemburgo, Portugal, Nigeria, Mali, México, Grecia, Chile, Brunei Darussalam, Alemania, Perú, Costa de Marfil, Dinamarca, República Central Africana, Suecia y República de Corea. Asimismo, fue condecorado con la Orden de los Caballeros de Malta.

03-03

9208819

Cifras alarmantes de la UN sobre la relación Norte-Sur

RIO DE JANEIRO, 1° (DPA). – A continuación, algunos datos sobre la relación Norte-Sur suministrados este año por el Programa de Desarrollo de las Naciones Unidas:

- 14 millones de niños mueren antes de cumplir los cinco años.
- 1500 millones de personas carecen de asistencia médica.
- 1300 millones de personas no tienen agua potable.
- 750 millones de personas sufren de diarrea o disentería aguda.
- 135 millones viven en regiones amenazadas por la desertización.
- Un cuarto de la población mundial carece de alimentos suficientes.
- Casi mil millones de personas padecen hambre.
- 100 millones fueron afectados por la hambruna en 1990.
- 180 millones de niños pequeños están desnutridos.
- Un millón de niños del Africa están infectados del SIDA.
- Más de 300 millones de niños no van al colegio.
- 1000 millones de adultos no saben leer ni escribir.
- 1200 millones de personas viven en la completa pobreza.
- 115 de mil recién nacidos mueren en los países más pobres.



- 75 millones son refugiados, expulsados, trabajadores ocasionales o personas que cruzan las fronteras legal o ilegalmente.
- Los Estados Unidos registran, con 108 por ciento, el mayor aumento del índice de inmigración.
- Las naciones ricas constituyen el 25 por ciento de la población mundial y consumen el 85 por ciento de la madera, el 75 por ciento de los metales, el 70 por ciento de la energía, así como el 60 por ciento de los alimentos.
- El 20 por ciento más rico de la población mundial percibe un ingreso 150 veces mayor que el 20 por ciento más pobre.
- El 20 por ciento más pobre recibe sólo el 0,2 por ciento de los créditos bancarios del mundo, participa en el 1,3 por ciento en las inversiones mundiales, el uno por ciento en el comercio mundial y obtiene el 1,4 por ciento del ingreso mundial.
- Los pobres en las regiones más amenazadas desde el punto de vista ecológico: en América latina son el 80 por ciento, en Asia el 60 por ciento y en Africa el 50 por ciento.
- El trato desigual y los aranceles les cuesta a los países subdesarrollados 500.000 millones de dólares anuales.
- La reducción de un tres por ciento de las inversiones en armamento en todo el mundo hasta el 2000 importarían 1,5 billón de dólares que podrían ser destinados a otras áreas.
- Los Estados Unidos son el país que otorga la mayor ayuda al desarrollo: 10.200 millones de dólares en 1990, lo que equivale al 0,19 por ciento del PBI, por debajo de lo propuesto por las Naciones Unidas, el 0,7 por ciento. Noruega otorga el 1,17 por ciento de su PBI.
- El 27 por ciento de la ayuda al desarrollo es destinada a diez países, en los que viven el 72 por ciento de los más pobres de esta tierra.

PIDEN REFORMAR EL FMI, GATT Y BM

a U.N. impulsa crear Consejo para el Desarrollo

Las Naciones Unidas, a través de de sus organismos, realizó un mado a reformar las instituciones ernacionales como el Banco Mundial, el FMI y el GATT y concentar *"pacto mundial entre los países os y los países pobres"* y crear un *onsejo de seguridad del desarro-* omo forma de cerrar la brecha e separa a unas naciones de otras. *La iniciativa fue lanzada hace* cos días por el PNUD (Programa las Naciones Unidas para el Desarrollo), como parte de un informe sobre el desarrollo humano 1992.

En este informe, se indica que el acceso restringido y desigual a los mercados financieros, comerciales y laborales del mundo *"cuesta a los países en desarrollo y a sus poblaciones pobres 500.000 millones de dólares anuales"*. Este importe, es diez veces superior al que esos países reciben en ayuda externa.

El extenso y detallado documento, tercero de una serie anual, fue preparado por un equipo independiente de distinguidos economistas bajo la dirección del Dr.Mahbub ul Haq, ex ministro de Hacienda del Pakistán y actualmente asesor especial del Administrador del PNUD.

Realiza en su parte más conceptual, un llamado a fin de que se introduzcan grandes cambios para "abrir los mercados mundiales, crear más oportunidades de trabajo, reformar las institucions internacionales y concretar un pacto mundial entre países ricos y países pobres.

Sugiere como estrategia cuatro puntos como base de un paco de este tipo:

1 - reducir el gasto militar a un 3% anual a lo largo del decenio de 1990 con el fin de crear un dividendo de paz de 1 billón 500.000 dólares, 1 billón 200.000 dólares en los países industrializados y 300.0000 millones de dólares en los países en desarrollo.

2 - abrir los mercados mundiales, **particularmente a las exportaciones con gran densidad de mano de obra de los países en desarrollo como los productos textiles, la ropa, el calzado y los productos agrícolas y tropicales.**

3 - reformar la ayuda externa, el sistema de asistencia oficial para el desarrollo (ASOD), tanto para aumentar su volumen como para distribuirlo de manera más eficiente. El **informe sugiere que por lo menos dos tercios de la AOD se encauce hacia los países más pobres, en comparación con la cuarta parte actual, y que por lo menos un 20% se destine al gasto humano prioritario, en comparacion con el 7% actual.-**

4 - **negociar un nuevo acuerdo mundial respecto de la deuda para detener la transferencia neta actual de 50.000 millones de dólares anuales de los países en desarrollo a los países industrializados.**

Se realiza un llamado para que se introduzcan ***"importantes cambios en el funcionamiento del Banco Mundial, el FMI, el GATT, el Fondo para el Medio Ambiente Mundial y los progrmas de las Naciones Unidas"***,con el fin de asegurar una mejor gestión de la economía mundial en interés de todos los países y de todos los pueblos y en particular para fomentar el mayor acceso de los países en desarrollo a las oportunidades de lo mercados mundiales.

Marca rumbos al instar por la creación de un Consejo de Seguridad del Desarrollo en las Naciones Unidas.

"El Consejo, se indica textualmente, *constituiría un prominente y poderoso foro para la coordinación de la política mundial, en el que confiarían tanto los países industrializados como los países en desarrollo. Trataría todas las cuestiones importantes del programa político mundial, desde la asistencia para el desarrollo hasta la asistencia monetaria, desde los problemas de la deuda hasta los problemas de los productos básicos, desde el tráfico de estupefacientes hasta la transferencia de tecnología. Constituiría un marco político para la labor de las instituciones financieras y para el desarrollo. Estaría compuesto por 22 miembros,ll permanentes y ll rotativos, entre los primeros figurarían Alemania, China, los Estados Unidos, Francia, Japón, el Reino Unido y Rusia, así como los cuatro países más poblados de cada región en desarrollo, el Brasil, Egipto, la India y Nigeria".*

Balance del desarrollo humano - países industrializados

PROGRESO	PRIVACION
• La esperanza media de vida es de 75 años. • Hay un médico por cada 460 personas. • Dos tercios de la población pueden tener seguro público de salud, que paga casi tres cuartas partes de los gastos de salud.	• Uno de cada tres adultos fuma. • Casi cinco personas de cada mil resultan gravemente heridas en accidentes de carretera. • El costo de la atención de los pacientes en los hospitales ha aumentado en dos tercios desde 1980. • Hasta la fecha se ha informado de unos 300.000 casos de SIDA.
• La proporción de la población que asiste a la universidad ha aumentado de menos de una cuarta parte en 1965 a más de un tercio en la actualidad. • Hay más de 80 científicos y técnicos por cada mil personas	• Un tercio de los adultos no han completado la educación secundaria. • Por cada 100 maestros hay 97 soldados.
• El ingreso medio ha aumentado tres y media veces en los últimos 30 años. • Las prestaciones de seguridad social ascienden como promedio a casi 11% del PIB, y 1,3% del PIB se gasta en programas relativos al mercado laboral. • Más de una cuarta parte de la fuerza de trabajo está sindicalizada.	• Se estima que sólo en los países de la OCDE hay 30 millones de personas desempleadas, y un tercio de ellas no han tenido trabajo por más de dos años. La tasa de desempleo de los jóvenes asciende a 13% y sigue aumentando. • El 20% más rico de la población recibe como promedio siete veces el ingreso del 20% más pobre.
• En el nivel secundario la matrícula femenina es superior a la masculina. En el nivel terciario es casi igual, aunque es casi inferior en un tercio respecto de las ciencias. • La participación de la mujer en la fuerzas de trabajo fue 44% la del hombre en 1960. Actualmente asciende a 78%.	• Los salarios de la mujer siguen siendo como promedio sólo dos tercios de los del hombre, y su tasa de desempleo es permanentemente superior. • Cada año se informa de la violación de una de cada 2.000 mujeres.
• Casi una persona de cada dos tiene un televisor, una de cada tres lee un periódico y ocho de cada 10 visitan un museo por lo menos una vez al año.	• Una de cada 500 personas está en la cárcel. • La tasa media de homicidios es de cuatro por 100.000. • La tasa anual de divorcio de los habitantes mayores de 25 años es de casi 5%.
• Desde 1965 la producción ha reducido casi en seis veces el uso intensivo de energía. • Alrededor de 60% de la población cuenta con servicios de tratamiento del agua. • Los países industrializados y otros han accedido a eliminar gradualmente los principales CFC (clorofluorocarburos) hacia el año 2000.	• El índice de invernadero es cuatro veces superior al del mundo en desarrollo • Anualmente se emiten 42 kilogramos de contaminantes del aire por cada 100 personas. • Se generan anualmente casi 10 toneladas métricas de desechos peligrosos y especiales por kilómetro cuadrado

Balance del desarrollo humano - países en desarrollo

PROGRESO	PRIVACION
• La esperanza media de vida es actualmente 63 años, 17 años más que en 1960. En 26 países en desarrollo es superior a 70 años.	• 14 millones de niños mueren todos los años antes de llegar a la edad de cinco años.
• Dos tercios de la población ya tienen acceso a servicios de salud. • El acceso al agua salubre ha aumentado en los últimos 20 años en más de dos tercios. • El gasto público en salud como proporción del PNUD ha aumentado casi en 50% en los últimos 30 años.	• Casi 1.500 millones de personas carecen de acceso a servicios de salud. • 1.300 millones de personas todavía carecen de acceso a agua salubre • 2.300 millones de personas carecen de acceso al saneamiento. • En el Africa subsahariana un adulto de cada 40 está contagiado con el VIH.
• La oferta diaria de calorías asciende ahora a 110% de las necesidades generales (en comparacion con 90% hace unos 25 años).	• Más de 100 millones de personas resultaron afectadas por la hambruna en 1990 • Más de la cuarta parte de la población mundial no tiene alimentación suficiente, y casi mil millones sufren de hambre
• La tasa de alfabetización de adultos ha aumentado en más de un tercio desde 1970. • Casi tres cuartas partes de los niños están matriculados en escuelas.	• Más de 300 millones de niños no asisten a la escuela primaria ni a la secundaria. • Casi mil millones de adultos son analfabetos, y de ellos casi 600 millones son mujeres.
• Más de 2% del PIB se gasta en prestaciones de seguridad social. • Los ingresos de los empleados aumentaron casi 3% anualmente en el decenio de 1980, un ritmo dos veces superior al del decenio de 1970 y superior también al de los países industrializados.	• 1.200 millones de personas sobreviven apenas, en la pobreza absoluta • Casi la mitad de la población del Africa subsahariana está por debajo del nivel de pobreza.
• La tasa de mortalidad de los niños pequeños se ha reducido a la mitad en los últimos 30 años. • La tasa de inmunización de los niños de un año de edad ha aumentado de la cuarta parte a más de tres cuartos en los últimos 10 años.	• Casi un millón de niños del Africa subsahariana están contagiados con el VIH • Las cifras de mortalidad infantil de los países más pobres ascienden a 115 por cada mil nacidos vivos. • 180 millones de niños pequeños siguen malnutridos.
• La diferencia en cuanto a la educación primaria entre los sexos se ha reducido a la mitad en los últimos 20 a 30 años, y en cuanto a la alfabetización, en la tercera parte en los últimos 20 años.	• Las mujeres tienen como promedio sólo la mitad de la enseñanza superior de los hombres • La representación femenina en los parlamentos es sólo 14% la de los hombres.

Proponen cambio integral

Entre las reformas que el documento impulsa, vinculadas a cada organismo ya indicado, figuran:

Banco Mundial.-la transferencia neta de recursos del Banco **Mundial a los países en desarrollo se ha reducido ahora a** menos 500 millones de dólares. El Banco revertiría esta tendencia asumiendo el papel de fondo fiduciario internacional de inversiones, el cual vendería bonos a los países más ricos y prestaría los importes así obtenidos a los países en desarrollo. Debería considerar además la posibilidad de crear una nueva dependencia de préstamos cuyo capital se basaría principalmente en aportaciones de países como el Japón y Alemania, y que haría préstamos en condiciones intermedias, entre los tipos comerciales y los concesionales, por ejemplo, 4% de interés a un plazo de 25 años.

FMI.-Sería necesario reestructurar fundamentalmente el papel del FMI de manera que pudiera negociar políticas de ajuste tanto con países que tienen superávit como con países que tienen déficit. El FMI debería tener además recursos suficientes para proteger a los países endeudados de una súbita escasez de liquidez, del tipo experimentado en el decenio 1980. Con el tiempo el FMI se convertiría en un banco central

El Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comerciales (GATT).-A fin de superar el proteccionismo que ahora afecta a los países pobres del mundo que dependen de los productos básicos, el GATT debería ampliar su cobertura de manera de incluir productos miembros para incluir a todos los países del mundo y estar en condiciones de hacer que todos los países apliquen prácticas comerciales abiertas y equitativas por conducto de una junta ejecutiva dotada de amplias facultades.

Naciones Unidas.-Debería fortalecerse el sistema de las Naciones Unidas con el fin de crear nuevas estructuras para la paz y la seguridad en el mundo posterior a la guerra fría. Debería mantenerse una fuerza multilateral permanente para el mantenimiento de la paz. Debería asumirse además mayor responsabilidad por la **formulación de políticas de desarrollo,** la que se [illegible] por **conducto del "Consejo de Seguridad del** *Desarrol*

Nº. D...

TITU Grupo Bildeberberg en Congreso.

P... 150015

F 25/5/92

VI Congreso 11078.

Bildelberg en Congreso

EVIAN les BAINS (FRANCIA).- La reunión anual del Grupo Bildenberg concluyó ayer en la localidad balnearia de Evian les Bains (este de Francia).

La reunión, iniciada el sábado, finalizó, como es habitual, sin que se haya divulgado información alguna sobre los temas tratados o las personalisdades asistentes.

Por parte española estuvieron presentes la reina Doña Sofía y el vicepresidente del Gobierno español, Narcís Serra.

Entre los demás participantes, figuraban la reina Beatriz de Holanda, el Primer Ministro francés Pierre Beregovoy, y el secretrio general del Acuerdo General sobre Comercio y Tarifas Aduaneras (GATT), Arthur Dunkel.

El Grupo Bildenberg, creado en 1954 por el príncipe Bernardo de Holanda, es un foro internacional que reúne a personalidades europeas y estadounidenses para debatir cuestiones relacionadas con la política y economía mundiales.

01-01

9208822

LA ONU ESTA EN UN "COMA" FINANCIERO

La Mañana 22/5/92

URUGUAY le debe U$S 476.944, siendo el séptimo en importancia de América latina

NACIONES UNIDAS.- El estrangulamiento financiero de la ONU por parte del Gobierno de Estados Unidos, que debe más de 863 millones de dólares en cuotas y contribuciones, amenaza con frustrar la función que esa y otras potencias han asignado a la organización, como brazo ejecutor del "nuevo orden" mundial.

La situación es "extremadamente precaria" y "no se podrán mantener las operaciones de la Organización, a menos que los Estados miembro actúen rápidamente y con decisión", advirtió ayer el Secretario General, Boutros Boutros-Ghali.

El doble papel de la ONU como componedor de conflictos y garante de la paz figura de manera dominante en un proceso de reforma que, bajo la dirección de Boutros-Ghali, está reduciendo, en cambio, el "perfil" tradicionalmente alto de la organización en el sector económico y el campo social.

Pero esos planes, que la semana pasada sufrieron un serio revés, cuando la ONU se vio obligada a retirar a sus "cascos azules" de Bosnia-Herzegovina, recibieron ayer otro golpe contundente, con la presentación de un estado de cuentas que muestra a la organización en un estado de virtual bancarrota.

Las contribuciones pendientes de pago por parte de los Estados miembro prácticamente se duplicaron, alcanzando a fines de abril el monto sin precedentes de casi 1.899 millones de dólares, informó Boutros-Ghali.

CUANTIOSAS DEUDAS

Las deudas de Estados Unidos representan el 45.5 por ciento de esa cifra -entre 555 millones de cuotas ordinarias y 308 millones de contribuciones para las operaciones de paz- y se acumularon a lo largo de la última década, como consecuencia de la decisión de la Casa Blanca, primero, y del Parlamento después, de utilizar la "palanca financiera" para acentuar su influencia sobre la Secretaría General y otros órganos y agencias de la ONU.

En este momento, casi al final de tres gobiernos republicanos consecutivos en Estados Unidos, este país tiene más poder en la ONU por ser su principal deudor, que el que tenía antes como principal contribuyente.

En la lista de los diez mayores deudores de la ONU, Estados Unidos es seguido, de lejos, por la Federación de Rusia, que ocupa el segundo lugar con una mora de más de 341 millones de dólares.

Después de ese Estado figuran el Japón, con cerca de 158 millones, Alemania (casi 103 millones), Sudáfrica (68 millones), Ucrania (38 millones), Brasil (36.650.455), Francia (25.133.521), Argentina (17.799.949) e Irán (17.774.028).

Además de Brasil y Argentina, México, que debe cerca de 9.400.000 dólares, y Venezuela (con cerca de 5.600.000), son los otros dos grandes deudores de la ONU entre los estados de América latina y el Caribe.

Las deudas combinadas de esos cuatro países representan el 75 por ciento del total de esa región, que es de casi 97.300.000 dólares.

Los otros deudores latinoamericanos y caribeños son: Cuba (2.349.890), Perú (1.742.262), Chile (1.661.431), República Dominicana (1.113.205), Guatemala (822.980), Panamá (619.400), Uruguay (476.944), Ecuador (467.106), Trinidad y Tobago (436.819), Haití (390.370), Paraguay (360.498), Nicaragua (336.753), Costa Rica (318.970), El Salvador (306.142), Granada (302.419), Bahamas (300.347), Honduras (270.644), Saint Kitts y Nevis (256.393), Antigua y Barbuda (239.700), Surinam (217.031), Guyana (202.642), Bolivia (187.315), Jamaica (163.315), San Vicente y las Granadinas (151.529), Belice (112.359), Barbados (111.801), Colombia (65.903), Dominica (56.230), Santa Lucía (13.926).

Resolución del Consejo de Seguridad para el cese al fuego en Bosnia-Herzegovina

15ccc24

16/5/92

ONU 12573

Yugoslavia 507685

Consejo de Seguridad 12574

YUGOSLAVIA

Clarín 16/5/92

PARA SUMI

La ONU exige el fin de la lucha

SARAJEVO, 15 (Reuter, EFE y ANSA). — **El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas** exigió hoy el **inmediato cese del fuego en Bosnia-Herzegovina, el retiro de las tropas federales yugoslavas dirigidas por los serbios y de las unidades croatas y el desarme de todas las fuerzas irregulares que actúan en la república.**

La resolución, propuesta por los miembros europeos del Consejo y aprobada por unanimidad, también exige que todas las fuerzas se sometan a la autoridad del gobierno de Sarajevo, cuya declaración de independencia desencadenó un conflicto que ya ha cobrado más de 1.300 vidas.

El Consejo de Seguridad demandó asimismo una completa cooperación con la Fuerza de Protección de la ONU (Unprofor), de 14.000 hombres, que está tomando el control de las áreas de la vecina Croacia fuertemente pobladas por serbios, para remplazar al ejército yugoslavo y supervisar el desarme de todas las fuerzas irregulares.

Poco antes que el Consejo aprobara la resolución, dirigentes musulmanes, croatas y serbios de Bosnia-Herzegovina habían acordado un cese del fuego inmediato y la celebración de nuevas conversaciones de paz para poner fin a casi dos meses de lucha.

Fueron las fuerzas de la ONU las que lograron concretar la tregua después que las tropas serbias emplearon tanques y artillería en Sarajevo para aplastar un intento de los musulmanes por quebrar el sitio impuesto a la capital bosnia.

Los grupos étnicos rivales acordaron seguir con las conversaciones mañana sábado, pero el portavoz de la ONU, **Fred Eckhart**, dijo que los delegados croatas y musulmanes de la presidencia bosnia advirtieron que no participarían si los serbios los atacan nuevamente.

"Acordaron un inmediato cese del fuego supeditado a una inmediata interrupción a los ataques contra Sarajevo —agregó—. **Los miembros de la presidencia dijeron que si los bombardeos se reanudan esta noche, no volverán a las conversaciones".**

Las Naciones Unidas desean alcanzar un cese del fuego para evacuar en condiciones seguras a 200 miembros de su misión de Sarajevo debido a la creciente violencia en Bosnia, donde la minoría serbia lucha contra la independencia de esa república.

Aunque hoy hubo calma en Sarajevo —excepto por esporádicos ataques y algunos tiroteos— **el panorama en la ciudad era desolador.** Las calles se veían vacías, los edificios semiderruidos, bloques de oficinas y fábricas ardían a causa de los bombardeos.

La Defensa Territorial bosnia, integrada en su mayoría por musulmanes y croatas, controla los barrios céntricos de Sarajevo, mientras que las milicias del Partido Demócrata Serbio (PDS), ayudadas por las tropas federales, dominan los accesos a la ciudad.

Las fuerzas serbias que combatieron ayer durante todo el día contra las milicias musulmanas fieles al presidente **Alia Izetbegovic**, convirtieron a la capital bosnia en un infierno de fuego.

Cl - 01

El Ejército asume directamente el poder en Argelia
Cambio 16 - 150041
6/6/92
Argelia - 504472
FP - 11101
GN - 11302
FM 11103

Un coronel, héroe de la liberación, remplaza al asesinado presidente Budiaf. Las sospechas del magnicidio apuntan a una conspiración de la mafia político-militar

ANDER LANDABURU, enviado especial

EN el centro cultural de la localidad de Annaba, al este del país, rodeado de severas medidas de seguridad, el presidente, Mohamed Budiaf, se dirige a una sala repleta. Son las 11.50 del lunes 29 de junio. «El islam es la tolerancia. La religión pertenece a todos. El islam...». El presidente gira la cabeza hacia la izquierda sorprendido por una detonación, y una ráfaga de fusil acaba con su mensaje.

Ante el estupor general acaban de asesinar al histórico dirigente argelino. Casi seis meses antes, el 16 de enero, el veterano opositor había vuelto del exilio para encabezar el Alto Comité de Estado —formado después del «golpe constitucional» que privó al Frente Islámico de Salvación (FIS) de su victoria electoral—, que tomó la dirección absoluta de Argelia. A los pocos días, Mohamed Budiaf, con traje oscuro, mirada de esfinge y perfil faraónico de Ramsés II, posó sus manos de pianista sobre la mesa instalada en la sala de reuniones del palacio Muradia para iniciar la primera conferencia de prensa dada por un jefe de Estado argelino desde la independencia: «He vuelto después de 28 años para restaurar la autoridad del Estado».

Desde ese momento, Budiaf declaraba «la guerra a muerte» a los integristas del FIS, y en pocas semanas ordenaba la detención de miles de personas, que serían reagrupadas en los llamados «campos de seguridad del Estado», situados en el Sahara, al sur del país.

Comenzaba así una prueba de fuerza contra «los locos de Dios», que reaccionaron asesinando a un centenar de policías y militares en menos de cuatro meses. Paralelamente a esta lucha contra los integristas, que culminaba hace escasas semanas con la disolución del FIS, Budiaf, atacaba con valentía la corrupción que ha gangrenado a muchos sectores del poder político y económico del país.

Aunque acusado de inmovilismo por no realizar el cambio drástico prometido, el presidente entendió muy pronto que si quería ser escuchado por la población, tenía que apresurarse en la moralización de la vida pública. Así, afirmó su intención de «perseguir a los culpables de corrupción sea cual sea su posición social y su rango jerárquico», e inició una batalla frontal contra el *trabendo* (mercado negro) y detuvo al conocido *trabendista* Hadj Bettou, hasta entonces protegido «por los de arriba». Una acción peligrosa que le acarreó numerosas enemistades. También atacó al corrupto sistema aduanero



SOLO ANTE EL PELIGRO. Pero eran muchas guerras para un solo hombre, y Budiaf estaba demasiado solo para poder cambiar los hábitos de 30 años. Misión casi imposible, como afirma a esta revista el escritor Slimane Zeghidour: «Al contrario de su predecesor, Chadli Benyedid, no disponía de correa de transmisión ni de relevos ni de familia política. Sin embargo, esa era su fuerza, porque estaba por encima de los partidos, pero también su debilidad al verse expuesto a las críticas de todos. Trabajaba como un artesano íntegro y honesto, pero no logró el apoyo de la población».

El mismo Budiaf había reconocido en alguna ocasión que ignoraba todo de la «lógica profunda» que anima a la clase política argelina. No creía en la prudencia política y su franqueza al hablar suscitaba reacciones que iban de la reprobación hasta el odio.

Quiso salir de su aislamiento creando una especie de movimiento nacional, el llamado Reagrupamiento Patriótico Nacional, que marginaba a las demás formaciones políticas para dialogar directamente con el pueblo. En el momento en que decidió salir de su búnker de Argel, para conectar con ese pueblo, se encontró con la muerte. Con su asesinato desa-





En el funeral de Budiaf se mezclaban el dolor y los gritos religiosos de los integristas. Para unos ha muerto la esperanza de cambio para Argelia; para los otros es el justo castigo de Alá para el hombre que encabezó la represión contra el Frente Islámico de Salvación (FIS).

parecía una figura significativa del nacionalismo argelino, uno de los jefes históricos de la insurrección del 1 de noviembre de 1954, de la que sólo quedan dos supervivientes: Ahmed Ben Bella y Hocine Ait Ahmed.

Después del estupor y la conmoción provocados por el atentado de Annaba, el entierro del presidente Budiaf sirvió para exacerbar los ánimos de la población contra la mafia político-financiera y los antiguos dirigentes del aparato del Frente de Liberación Nacional (FLN), el poder omnipresente durante 30 años. Los gritos de «Chadli asesino», coreados como un símbolo por miles de jóvenes durante los funerales, demostraban el odio popular hacia esa *nomenklatura*.

ASESINATO PREMEDITADO. Para muchos, Budiaf ha sido otra víctima del sistema. «Queremos la verdad», titulaban varios periódicos de Argel, mientras la viuda del presidente asesinado sentenciaba: «Lo trajeron para matarlo». Y el abogado Mohamed Bouzida ha declarado que su asesinato le recordaba al del juez italiano Giovanni Falcone, «porque los dos se habían atrevido a atacar a la mafia que ha empobrecido al país en estos años». Explícitamente, y aunque nadie se atrevía a aceptarlos, los dardos iban dirigidos a los cuadros del FLN.

Después del asesinato de Annaba, la población se pregunta acerca de las circunstancias exactas del atentado, sobre las implicaciones directas o indirectas de ciertos sectores del poder. Una vez descartada la posibilidad del asesino aislado, el de un iluminado convertido en brazo vengador del FIS, como lo habían avanzado muchos políticos y comentaristas, la tesis del complot y de la conspiración se veía reforzada al conocer nuevos datos del atentado.

Para Ahmed Allia, el periodista del diario argelino *Le Soir*, testigo del atentado, existen fuentes fidedignas que afirman que una decena de cómplices han sido detenidos, y que el asesino, un joven de 26 años, subteniente del contraespionaje, formaba parte de la guardia presidencial, lo que le permitió esconderse detrás de una cortina mientras el presidente realizaba su intervención.

¿Quién está detrás de todo? Es la pregunta que se formula más a menudo en Argel. Las sospechas comienzan a recaer, cada vez con más

C2

9208825



El paso del féretro, controlado por el Ejército, provocó reacciones de histeria y hubo varios desmayos.

los que creían que su intransigencia y su implacable voluntad de rechazar toda reconciliación conducían al desastre. Para ellos, el presidente se equivocaba, «al ofrecer sólo el palo sin la zanahoria. Olvidó quién lo trajo al poder y los subestimó», dice una fuente anónima.

Ahora la situación podría desbloquearse. Las entrevistas mantenidas estos días entre los miembros del Alto Comité del Estado, con su hombre fuerte a la cabeza, el general Jaled Nezar, ministro de Defensa, y los históricos líderes de la oposición Ben Bella y Ait Ahmed y algún dirigente del FLN, pueden configurar el inicio de una nueva orientación política del poder.

Incluso, se prevé la celebración de contactos entre el poder y los moderados del FIS, lo que incrementaría la división existente entre sus líderes, Abassi Madani (el moderado), y Ali Belhjad (el violento), ambos en la cárcel y cuyo juicio se ve de nuevo aplazado.

Todo indica que los militares han comprendido su error de responsabilizar sólo al FIS de la crisis argelina. Su erradicación definitiva no se ha logrado; ahora hay que intentar otro camino. Este es el mensaje que han enviado los militares al poder civil, ahora dirigido por un hombre de su total confianza: Ali Kafi, nuevo presidente e histórico de la revolución.

«Su nombramiento permite asegurar una continuidad entre la legitimidad histórica y la Argelia de hoy», manifiestan ahora los más optimistas, que no deseaban una intervención directa del Ejército, que con 170.000 hombres sigue siendo el componente más poderoso de la nación.

En la larga y trágica historia argelina de estos 30 años, después de Abane Ramdane, Mohamed Kuider, Krim Bel Kacem y Ali Mecili, todos líderes del país asesinados, el crimen contra Budiaf tiene visos de convertirse, como aquellos, en otro enigma. «¿A dónde va Argelia?», se preguntaba el asesinado presidente hace varios años en un libro que llevaba este título. Después de su muerte, la pregunta aún es de cruel actualid[illegible]

fuerza, sobre un sector del Ejército y los nostálgicos del anterior régimen, es decir, una conspiración al más alto nivel.

En una villa de la avenida Suidani, antigua mansión de los servicios de información militar, convertida hoy en sede del Frente de las Fuerzas Socialistas, el viejo líder socialista, Ait Ahmed, se muestra inquieto: acaba de desaparecer uno de sus antiguos compañeros históricos del Movimiento de Liberación Nacional. A pesar de sus conocidas divergencias con Budiaf, Ait Ahmed elogia la figura del «honesto e íntegro» presidente, y él también se hace muchas preguntas: «Mire usted, el presunto asesino es miembro de los servicios especiales de seguridad. En Annaba hubo sospechosos errores de estos servicios. Todo está ahí».

Evidentemente, y al margen de los intereses de la mafia político-financiera amenazados por las medidas anunciadas por Budiaf, existen algunos elementos para orientarse hacia la tesis de una conspiración política. El presidente era sordo a los llamamientos de los partidos políticos y del Ejército para una reconciliación nacional, a pesar de que en los últimos meses había recibido fuertes presiones militares.

Según distintas fuentes, algunos militares eran conscientes de que la situación política estaba en un callejón sin salida; se temían nuevas acciones terroristas y la tropa estaba cansada por la movilización continua desde hace meses y se producían numerosas deserciones. Por eso se había planteado ese inicio de reconciliación. Un diálogo que Budiaf seguía rechazando al considerar que los partidos políticos «sólo aspiraban a un reparto del poder». Mantenía su postura intransigente: jamás se entrevistó con esos líderes que reclamaban la reanudación del proceso electoral.

Entre las explicaciones sobre la muerte de Budiaf, hay que reconsiderar ahora como posibles autores a


Nuevo presidente, el histórico Ali Kafi.

NINGUN GRUPO EXTREMISTA SE ADJUDICO EL ATENTADO

Argelia: una bomba en el aeropuerto provocó diez muertos y 60 heridos

Los principales partidos argelinos de oposición, entre ellos el Frente de Liberación Nacional (fundamentalista) y el Frente de Fuerzas Socialistas, condenaron el atentado de ayer contra las oficinas de Air France en el aeropuerto de Argel, que provocó 10 muertos y 60 heridos. El jefe de gobierno, Balaid Abdelsam, acusó elípticamente a "terroristas" de signo pro iraní por el atentado dinamitero, al que sucedieron otros dos, sin víctimas, en el centro de la capital.



Los bomberos tratan de apagar el incendio en el aeropuerto Houario Boumeddine tras el atentado de ayer.

ARGEL, 26 (AP, AFP, EFE y Reuter). — Diez personas murieron y otras sesenta resultaron con heridas de variada gravedad, como consecuencia de **un atentado con bomba en el aeropuerto argelino Houario Boumeddine, ocurrido a media mañana**, en momentos del máximo pico de afluencia de público, en las oficinas de **despacho de la aerolínea francesa Air France**. Minutos después, en el centro de la ciudad, otro artefacto estalló en las oficinas de la aerolínea **Swissair**, sin que se produjeran víctimas, mientras casi simultáneamente, un hombre era abatido por la policía cuando intentaba depositar un paquete sospechoso en las oficinas centrales de la aerolínea francesa.

La bomba, de enorme poder destructivo, depositada en una maceta que adornaba el despacho de la aerolínea francesa en el aeropuerto, rompió ventanales y vidrios **en un radio de doscientos metros**. Inmediatamente, la terminal aérea **fue clausurada y se exigió a los eventuales pasajeros que desalojaran el lugar.**

Un muerto y un herido fue el resultado del tiroteo mantenido esta tarde en el centro de Argel entre las fuerzas de seguridad y presuntos terroristas, informó la radio argelina.

El tiroteo se produjo, según la radio, cuando un vehículo no se detuvo en un control policial en el centro de Argel, establecido tras el atentado perpetrado hoy miércoles, contra el aeropuerto de Argel, en el que murieron 10 personas y 60 resultaron heridas.

El hecho tuvo lugar a unos 200 metros de la sede de la **Embajada española en la calle Reda Huhu**, donde se encuentra la antigua sede del disuelto Frente Islámico de Salvación (FIS), y donde se ubica una mezquita utilizada por las integristas.

Fuentes del barrio donde se produjo el tiroteo afirmaron que en esa mezquita, la antigua iglesia de San Carlos, se había encontrado armamento.

El jefe de gobierno argelino, **Balaid Abdelsam**, confirmó la muerte de los ocasionales pasajeros, se negó a precisar sus identidades aun cuando admitió que —entre las víctimas— **había varias mujeres y niños**. En sus primeras declaraciones, insistió en la autoría **de "una mano extranjera que movió a terroristas argelinos"**, aludiendo, elípticamente, a musulmanes fundamentalistas.

Otra bomba estalló, antes de las 10 —a escasos diez minutos de la primera explosión— en un local céntrico que comparten las oficinas de las aerolíneas Swissair y Air France, en el centro de Argel, pero el estallido no produjo víctimas aunque sí daños materiales importantes. En tal sentido un portavoz autorizado de la aerolínea francesa dijo a la prensa —que no quedó convencida— que **"no estaba claro que los atentados estuvieran estrictamente centrados en sus locales".**

Aun cuando no hay reivindicación del severo atentado terrorista, se coincide en **la sospecha de que podría haber sido protagonizado por grupos musulmanes fundamentalistas** armados que han venido desarrollando una resistencia armada contra el gobierno argelino durante el último año.

Activistas musulmanes fundamentalistas —pro iraníes— han atacado a tropas del ejército regular argelino y a cuarteles de policía, con atentados incendiarios y dinamiteros —del mismo tipo que el de hoy— después que las elecciones legislativas **fueron canceladas en enero**, frente a la inminencia de una rotunda victoria de ese signo.

Ante las cámaras de televisión, el ministro del Interior argelino, **Mohammed Hardi**, afirmó que "no es aceptable que una minoría imponga su voluntad a la mayoría mediante una acción terrorista tendiente a que el gobierno haga una serie de concesiones". El ministro recalcó que "eso no sucederá, **sea cual fuere la presión terrorista".**

Utilizando un idioma elíptico, **pero fácilmente detectable**, Huardi acusó a los fundamentalistas por los atentados y censuró a "ciertos políticos, especialmente a aquellos que han contribuido a la destrucción del país", **en expresa referencia a la cúpula del gobierno que manejó a Argelia hasta fines del pasado año.**

Esa declaración involucra, también a los dirigentes del Frente de Salvación Islámica (fundamentalista), que el pasado mes fueron condenados a prisión —en casos hasta doce años— **por sedición y por la convocación a una "guerra santa"** dirigida contra el actual gobierno.

Londres afirma que no existen fisuras con Washington y París

LONDRES, PARIS y BAGDAD, 20 (AFP, EFE, Reuter y **John Lancaster, de The Washington Post, especial para Clarín**). — **Voceros del primer ministro británico, John Major,** y del **Foreign Office** negaron hoy las afirmaciones vertidas ayer por el portavoz de la Casa Blanca, **Marlin Fitzwater**, quien sostuvo que todavía no se había alcanzado un acuerdo entre los aliados para proteger a los chiitas del sur de **Irak**, y subrayaron que ya existe consenso al respecto, al margen de ciertos detalles de importancia secundaria que deben ser precisados.

En París, el ministro de Defensa, **Pierre Joxe**, informó que **Francia** enviará aviones de combate para contribuir a detener los ataques de la aviación de **Bagdad** contra los musulmanes refugiados en los pantanos de la región meridional iraquí. El anuncio de Joxe disipó ciertas suspicacias que se habían planteado en torno del alcance del compromiso del gobierno del presidente **François Mitterrand** con la acción aliada.

El gobierno del presidente **George Bush** emitió ayer miércoles señales contradictorias. Mientras en **Houston**, donde se desarrolla la Convención del **Partido Republicano**, **Fitzwater sostenía que "todavía falta alcanzar la decisión común definitiva (sobre el acuerdo acerca de Irak)", en Washington, el consejero de Seguridad Nacional de Bush, Brent Scowcroft**, afirmaba precisamente lo contrario.

Scowcroft, en lo que constituyó la primera confirmación pública de un funcionario estadounidense de alto rango sobre la decisión de crear la zona de exclusión, sostuvo que "los Estados Unidos, Francia y Gran Bretaña se pusieron de acuerdo sobre un plan para obligar a aterrizar a los aviones iraquíes que vuelen sobre el tercio meridional de Irak, inclusive derribando esas aeronaves si fuere necesario". El consejero agregó que la decisión de los aliados es consecuencia de la "acumulación de pruebas que indican que (Saddam) está aplicando una política genocida en el sur".

El vocero del Ministerio de Relaciones Exteriores británico, tras desmentir que no existe acuerdo entre los aliados, indicó que en realidad ni siquiera Fitzwater había hecho esa afirmación y explicó que las expresiones del portavoz de Bush habían sido sacadas fuera de contexto y mal interpretadas por los medios de difusión. "No existen diferencias de ninguna clase entre nuestros países. Ya hay acuerdo. El único desacuerdo es el que aparece en la prensa".

Fuentes oficiales norteamericanas indicaron que los aliados notificarían la semana que viene a los iraquíes su decisión de establecer la zona de exclusión. Posiblemente el martes las potencias occidentales entreguen notas de protesta a la misión iraquí en la ONU, después de lo cual comenzarían a aplicar las medidas de protección de los chiitas.

El ministro de Defensa francés, tras asegurar que "todo está preparado" para la acción en el sur de Irak, agregó, reiterando conceptos expuestos ayer por el canciller británico, **Douglas Hurd**, que el fundamento de la intervención será la resolución N° 688 de las Naciones Unidas, que prohíbe a Bagdad hostigar a su pueblo.

Joxe agregó que diez aparatos Mirage 2000 saldrán hacia las bases francesas en Oriente Medio. Francia ya cuenta con otros ocho aparatos de esa clase en la base de Incirlik, Turquía, que cumplen misiones de patrullaje sobre la zona de exclusión ubicada al norte del paralelo 36 para proteger a los kurdos.



Seis aviones británicos ya están listos para partir hacia Irak

WASHINGTON, 22 (Reuter).– El Ministerio de Defensa británico aseguró que seis aviones Tornado de la fuerza aérea están listos para partir hacia Irak con el objetivo de hacer cumplir las resoluciones de las Naciones Unidas.

Por otra parte, el presidente iraquí, Saddam Hussein, y aliados occidentales avanzaron esta semana hacia un nuevo enfrentamiento por planes de una "zona de proscripción de vuelos", al sur de Irak, pero funcionarios de defensa norteamericanos no prevén un conflicto bélico en gran escala.

"No creo que Saddam presente batalla", dijo uno. "Mi opinión es que comenzará a insultar y hallará otros modos de reaccionar, pero no creo que envie sus aviones."

"Puede que haya algún choque militar", agregó otro. "Pero ¿una vez? ¿Dos veces? ¿Cuánto más puede llegar a hacer?"

Representantes de los Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia le informaron al secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Ghali, acerca de sus planes de poner en práctica la prohibición que, dijeron, es necesaria para proteger a los musulmanes shiitas de la agresión de las fuerzas de Saddam.

Se espera que los aliados envíen una advertencia al representante de Irak en las Naciones Unidas a principios de la semana próxima por la que no se les permitirá a los aviones iraquíes sobrevolar el sur de su país.

El New York Times dijo que tendrá carácter de ultimátum.

Funcionarios de Defensa norteamericanos y diplomáticos occidentales expresaron sus dudas acerca de que Saddam y la fuerza aérea iraquí se arriesguen a enviar sus aviones a la zona hacia una segura destrucción.

El vocero del Pentágono Pete Williams dijo la semana última que los militares iraquíes han mantenido un promedio de 30 aviones y 40 helicópteros al sur de Irak cada día.

Las fuerzas aliadas en la región incluirán dos portaaviones norteamericanos, otros 41 barcos de guerra, también de los Estados Unidos, y unos 23.800 soldados, dijo Williams.

Hay alrededor de 150 aviones de guerra norteamericanos en la región, de acuerdo con informes de noticias. Gran Bretaña dijo la semana última que enviaría a seis Tornados para ayudar a reforzar la "zona de proscripción de vuelos" y Francia anunció que mandaría alrededor de 10 aviones.

Las empresas niponas ahora prefieren a Alemania

A.F. 24/08/92

Capitales japoneses huyen de Gran Bretaña

Escribe
Erik Ipsen
Exclusivo de
Herald Tribune
para Ambito Financiero

Londres — Hace algunas semanas, en medio del estampido de corchos de champagne, **Lady Thatcher** cortó las cintas e inauguró oficialmente el nuevo edificio de las elegantes tiendas **Sogo**, en el exclusivo distrito londinense de **Piccadilly Circus**.

Pero, contra lo que indicarían las apariencias, los días en que las grandes empresas japonesas sacan a relucir figuras como los ex primeros ministros británicos **para inaugurar millonarios proyectos de inversión en Gran Bretaña y otras latitudes están prácticamente concluidos, al menos en el futuro previsible**.

La oferta de ex primeros ministros es abundante; **la de inversores japoneses**, en Gran Bretaña y cualquier otro país, **no. La escasez de japoneses se hace sentir en todo el mundo.**

Desde un pico de **68.000 millones de dólares** en inversiones externas directas en 1989, los japoneses colocaron **42.000 millones** en el exterior en 1991, **y la cifra decrece aceleradamente.**

"Este tipo de fluctuaciones bruscas naturalmente no es deseable para los países destinatarios de las inversiones", dice **Teizo Taya**, economista.

En ninguna parte del mundo este **eufemismo** es más apropiado que en Gran Bretaña, que durante muchos años disfrutó de **la parte del león** en las inversiones europeas japonesas y cuya economía está **particularmente deprimida.**

Cifras publicadas recientemente por el **Departamento de Comercio e Industria** británico revelan cuán importantes **son** los capitales japoneses para su economía. El Departamento estima que en el año que concluyó el 31 de marzo, las empresas japonesas **crearon más de 7000 empleos en Gran Bretaña y ayudaron a preservar otros 4000.**

Para los británicos, los efectos de la **caída cíclica** de la economía japonesa se complican debido a varios **cambios estructurales**. Algunos especialistas insisten en que los cambios deterioran la **posición de ventaja** que Gran Bretaña tenía respecto de sus rivales europeos, para atraer capitales japoneses en los años venideros.

Gran Bretaña pretendía representar el papel del "**portaaviones**" de los capitales japoneses, ofreciéndoles una cómoda base **para exportar sus productos** al continente europeo. "Los japoneses no vinieron acá porque les guste hablar inglés y jugar al golf", dice **Mark Cliffe**, economista jefe del **Instituto de Investigaciones Nomura** de Londres.



Margaret Thatcher

Pero ahora los mismos británicos comienzan a manifestar **dudas acerca de su propio papel en Europa**. Con las enormes inversiones de empresas como **NEC, Toyota, Nissan** y **Fujitsu**, los británicos están cada vez más preocupados acerca de si "Gran Bretaña llegará a ser o no **miembro pleno** de la Comunidad Europea", afirma **Cliffe**.

• Desventaja

Además, la **apertura de Europa oriental** ha hecho repensar a muchos japoneses sus estrategias europeas. El centro geográfico de Europa **se ha corrido hacia el Este**, la posición aislada de Gran Bretaña en el Atlántico Norte aparece cada vez más **como una desventaja logística.**

"Las grandes industrias japonesas apuntan ahora su mira a Alemania, no a Gran Bretaña", dice **Joji Iwai**, director de **Guiness-Mahon**, el banco comercial británico de capitales japoneses.

Gran Bretaña, como el otro gran captador de capitales japoneses que es Estados Unidos, **padece también las consecuencias de haber sido el escenario de muchas inversiones fallidas.**

David Roche, estratega de **Morgan Stanley International**, calificó a las utilidades de muchas inversiones japonesas realizadas en la efervescente década de 1980 como "**absolutamente desastrosas**".

Pocas han sido tan desafortunadas como las del **sector inmobiliario**, que absorbieron los mayores volúmenes de capitales japoneses en el pico de sus inversiones externas.

Comparando a los capitales japoneses con "**luchadores de sumo que súbitamente se volvieron anoréxicos**", **Malcolm Williamson**, director gerente del **Standard Chartered Bank**, dice: "En sectores como el inmobiliario en Londres y Nueva York las inversiones han sufrido una verdadera paliza."

Hasta hace relativamente poco, **los japoneses virtualmente monopolizaban lo mejor del mercado.** "Se sentían cómodos porque virtualmente nadie más operaba en terrenos de 100 millones de libras", explica **Brian Laxton**, un socio de **Healey Baker**, asesores inmobiliarios.

Como elocuente testimonio de esas operaciones gigantescas queda **un terreno baldío en Fleet Street**, que un inversor japonés compró en 1989 **por la hoy increíble suma de 100 millones de libras esterlinas.**

Los **bancos japoneses**, que participaron en el financiamiento de esas inversiones en la década pasada, **han reducido severamente sus operaciones londinenses**, atemorizados por sus pérdidas y por sus propios problemas domésticos en Japón.

Todas las Catástrofes se Abatieron Sobre un Pueblo



Por ARTURO USLAR PIETRI

CARACAS. — Dándole forma al Cuerno de Africa, entre Etiopía y el Golfo de Aden, se extiende el territorio de uno de los pueblos más antiguos de la historia. En el mundo antiguo tenía fama de tener riquezas extremas, más tarde fue un refugio y punto de reunión de contrabandistas de marfil y de armas. "El barco ebrio" de Arthur Rimbaud encalló en su costa y la reina de Saba, por la que suspiró Salomón, fue señora de esos territorios. Hoy es uno de los cerca de doscientos Estados que integran la Organización de las Naciones Unidas y goza del mismo rango, obligaciones y derechos, por lo menos en teoría, que los Estados Unidos, Alemania o la Argentina.

Desde hace muchos años constituye un caso trágico de desorden, pobreza y guerra civil perpetua. En este momento la Cruz Roja Internacional tiene establecidos más de doscientos puestos de reparto de sopas frente a las largas filas de miserables, de las cuales hay que retirar continuamente los cuerpos de los que caen muertos de inanición.

Podría decirse, sin exageración, que este pobre país es una víctima de las luchas de poder entre las grandes potencias, de las abstracciones jurídicas que, de espaldas a la realidad viviente, pretender erigir las conveniencias estratégicas, y de los conflictos ideológicos que han servido de pretexto para que buena parte del Tercer Mundo se desangre en largas guerras y se empobrezca más allá de toda posibilidad.

Desde hace largos años, ese país desgraciado ha sido el campo de batalla continua de facciones en armas, sostenidas cínica y despiadadamente por los estrategas de la Guerra Fría. Ha perecido un tercio de la población, la mitad del ganado ha sido sacrificado, los campos abandonados a la invasión del desierto y todo vestigio de orden o vida civilizada ha desaparecido.

Hoy se han secado la mayoría de los pozos construidos con esfuerzo, se han perdido las cosechas, ha desaparecido el ganado, ha emigrado la mitad de la población, pero las facciones en lucha desesperada poseen armas modernas de guerra que, con el precio de una sola de ellas, podrían dar alimento a un centenar de hambrientos en las sopas de la Cruz Roja.

Con el fin de la Guerra Fría la opinión pública mundial comenzó a darse cuenta de las aberraciones y situaciones criminales a las que esta continua y solapada lucha dio lugar.

Llegó a haber momentos en los que el mundo escéptico de los juristas internacionales pareció habitar un planeta distinto al que ofrecía la realidad en la convulsionada tierra. El pavoroso equívoco no ha cesado por completo y, aunque el enfrentamiento bipolar ya no existe, muchos intereses políticos económicos inconcebibles siguen actuando como si el espectáculo de los depauperados somalíes nada significara para los gobernantes de los países, que parecieran no tener otra cosa ante la vista que las fluctuaciones de valor en los mercados financieros o las ventajas comerciales que se puedan sacar de la lucha de los miserables.

"A menos que multipliquemos nuestros esfuerzos, un tercio de esa población está en agudo peligro de desaparecer", dice el Comisionado de la Cruz Roja Internacional.

Son muchas las catástrofes que se han reunido en Somalia: la lucha armada de las facciones, la total ausencia de ley y orden, y ahora la terrible hambruna, ante las cuales las agencias humanitarias de las Naciones Unidas parecen impotentes. De poco valen las vacías ficciones de soberanía y derecho frente a un mundo que se dice civilizado y que continuamente desemboca en estos casos, incompatibles con toda civilización y que ponen muy en duda la existencia de organizaciones internacionales que pretenden estar al servicio de la paz y del bienestar de los hombres.

Somalia y la tragedia yugoslava

Por Víctor Massuh
(Para La Nacion)

BRUSELAS. – La mayoría de los comentarios periodísticos subrayan lo mismo: que la decisión del Consejo de Seguridad de la UN, del 27 de julio pasado de enviar una ayuda humanitaria a Somalia, es un mérito atribuible al secretario general Boutros-Ghali. C[illegible] o millones y medio de somalíes mueren de hambre, víctimas de una sequía que erosionó casi todo el territorio. Y de una guerra civil tan absurda como interminable. La televisión no ahorra imágenes: seres que se dejan morir, niños inertes tirados al borde de una carretera, piel y huesos, ojos desorbitados, cuerpecitos endurecidos en un último ademán de fuego. Y luego la lucha por el poder: se lo disputan cuatro facciones de militares que más bien parecen bandas de mendigos.

Pero ya están llegando a Mogadiscio, la capital, alimentos y expertos de las Naciones Unidas para ver qué se puede hacer por este desdichado país. La ayuda, necesaria, siempre es insuficiente y a la larga origen de infinitos enconos. Es una gota en un mar de [illegible], pero ya cuenta con la oposición de los mendigos armados, quienes quieren ser los únicos administradores del socorro extranjero. Por este nuevo objetivo seguirán peleando entre sí y, en adelante, contra el organismo internacional. ¡Ironías de la historia!

Por su parte, el gesto ejemplar de Boutros-Ghali ganará adversarios dentro del mismo país que él intenta ayudar, y que se sumarán a los disconformes del Consejo de Seguridad: de éstos arrancó, a regañadientes, el sí a la resolución humanitaria. Por supuesto, el secretario general no las tiene todas consigo. Se sabe que toda ayuda venida del exterior es polvo que se escurre entre los dedos. ¿Ha mejorado la situación de los kurdos en Irak, sirve de algo el operativo "Provide Hope" en zonas de la MEI, el embargo de Serbia ha disminuido las muertes en Sarajevo? Al cabo de largos convoyes humanitarios, de generosas intervenciones de los "cascos azules" (entre los cuales participan con ejemplar decoro soldados argentinos), uno se pregunta si es eficaz el auxilio de las Naciones Unidas.



BELGRADO. – Un miembro del partido radical serbio lleva la bandera durante una concentración

Guerra de ricos

Tal vez sí: la decisión del Consejo de Seguridad fue ética y políticamente irreprochable. Boutros-Ghali se ganó alguna antipatía por haber antepuesto el drama de Somalia al de Yugoslavia, al que calificó como una "guerra de ricos". En su apoyo, es preciso decir que el país africano requería una atención prioritaria porque al flagelo humano agrega el de la naturaleza. Además, está lejos de todo y sus vecinos son más pobres aún. La guerra yugoslava, en cambio, se hace con vecinos ricos que no pueden permanecer ajenos largo tiempo. El encarnizamiento de las partes cuenta con que la próspera Europa de la CEE terminará pagando los platos rotos. Si no fuera por Boutros-Ghali, Somalia sería uno de los tantos rincones olvidados del mundo donde la gente muere, se mata o agoniza a la intemperie.

No creo que padezca olvido el caso yugoslavo. Europa envía convoyes de alimentos y medicinas, allí están los "cascos azules" para defender aeropuertos y recordar que se guarden las buenas maneras en la masacre; barcos de la NATO patrullan el Adriático, impiden que Dubrovnik se destruya del todo y refuerzan el embargo. En Ginebra tiene lugar la Conferencia sobre los Refugiados Yugoslavos (organizada por el Alto Comisariato de la UN para los Refugiados el 29 de julio último) y se interesa por la suerte de dos millones y medio de personas sin techo. Mientras los obuses que caen sobre ciudades indefensas creen ser las semillas de una futura gran nación, ya Austria y Hungría aceptaron recibir 50.000 mil refugiados cada una, Suecia 45.000, Suiza 18.000, Alemania 200.000 y solicita igual esfuerzo a sus colegas de la CEE.

> **El satanismo serbio es una tentación, puede rápidamente convertirse en el nuevo "fantasma que recorre Europa"**

Algunos tienen otro modo de ver las cosas: Francia prefiere ayudar a los refugiados fuera de las propias fronteras creando "zonas neutras de protección temporaria" dentro de los países en conflicto, según propuesta de Bernard Kouchner, ministro de Salud y Ayuda Humanitaria. Simultáneamente con la Conferencia de Ginebra, tuvo lugar en Londres, ese mismo 29 de julio, la Conferencia Europea sobre Yugoslavia donde lord Carrington reunió a croatas, musulmanes y serbios para conminarlos a un arreglo y detener una destrucción insensata.

Los riesgos de la intervención

Enumeré algunos esfuerzos de la comunidad internacional por la situación de Yugoslavia. ¿Se desea una mayor atención? No comprendo el reproche de algunos intelectuales que piden un compromiso más firme. ¿Se puede pacificar a quienes rehúsan ser pacificados, se puede detener por la fuerza a serbios y croatas ya poseedores de la casi totalidad de Bosnia-Herzegovina, bombardear sus núcleos de artillería pesada sin entrar en predio ajeno e incurrir en una franca generalización del conflicto? ¿Quién deberá responsabilizarse de la iniciativa?

La sensibilidad occidental para esta tragedia bordea riesgos enormes. Yugoslavia puede ser la tumba de Europa. Es como un pantano que liberó un virus que esta era de derechos humanos y culto del "otro" creía desaparecido: el *racismo nacionalista y religioso*, hoy tan detestable como ayer el hitlerismo. Unos hablan de la "Gran Serbia", otros de "zonas étnicamente puras": el lenguaje no puede ser más alarmante. ¿Cómo hallar la perspectiva adecuada para abordar el conflicto cuando varias naciones occidentales –las más democráticas por añadidura– están a punto de desreprimir un inconsciente histórico lleno de "zonas étnicamente puras"? El satanismo serbio es una tentación, puede rápidamente convertirse en el nuevo "fantasma que recorre Europa".

La presencia del mundo en Yugoslavia no debe ser de indiferencia, sino de preocupación profunda, sagacidad política, asistencia humanitaria, arbitraje, negociación, conferencia de múltiples voces, presión constante. Y si se piensa en la intervención de las armas, que ellas lleven los cascos de la paz. El color azul traza la línea, mantiene un límite infranqueable al que se ajustan aun las fuerzas de la NATO. Sobrepasarlo es entrar en el infierno, uno de cuyos rasgos es que no tiene salida.

Detienen a otro dirigente de ETA

AF 4/8/92

Burdeos (UPI, Reuter, DPA, EFE) — El presunto dirigente de la ETA, **Faustino Villanueva Herrera "Txapu"** fue detenido ayer en Francia por miembros de los servicios de información franceses, informaron fuentes policiales.

Faustino Villanueva, considerado uno de los responsables de la infraestructura de ETA en territorio francés **se refugió en Francia a los 18 años** y tras obtener el estatuto de refugiado político, entró en clandestinidad en 1986 después de las primeras extradiciones de miembros de la organización terrorista concedidas a España por las autoridades judiciales francesas.

• Operativo

En mayo **"Txapu"** consiguió escapar de la **vasta operación que la policía francesa llevó a cabo en diversas localidades de la región francesa de Bretaña,** en la que fueron detenidos 20 franceses acusados de colaborar con miembros de la organización terrorista vasca.

En el marco de un mayor acercamiento entre los gobiernos de **Francois Mitterrand y Felipe González,** Francia ha colaborado, notablemente en la lucha contra la ETA este año y **ya ha extraditado a más de 20 miembros de ETA.**

• Crisis

La organización terrorista vasca se encuentra en este momento en plena crisis, tras la detención de los tres máximos cabecillas el 29 de marzo de este año, **Francisco Mugica Garmendia "Pakito", José Luis Alvarez Santacristina "Txelis" y José María Arriegui Erostarger.**

Poco después fue capturado en el aeropuerto parisino de **Orly** el responsable de las finanzas de ETA.

Temiendo una nueva ola de atentados especialmente durante las olimpíadas que se están llevando a cabo en Barcelona, el gobierno logró detener en apenas cuatro meses **más etarras que en todo el año pasado.**



Felipe González

01-01

Francia está dispuesta a enviar 1.100 soldados

PARIS, LONDRES, BONN y otras capitales, 14 (AP, EFE y AFP). — El ministro de Relaciones Exteriores de Francia, **Roland Dumas, anunció hoy que su país está dispuesto a enviar de inmediato un contingente de 1.100 hombres y pertrechos (como helicópteros y vehículos blindados livianos) para contribuir con la protección de los envíos de ayuda humanitaria a Bosnia-Herzegovina.**

Sin embargo, el grado de compromiso adoptado por las principales potencias del mundo fue disímil con respecto a la resolución aprobada por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas que autorizó, el jueves, el uso de la fuerza militar para asegurar la llegada de ayuda humanitaria.

La ministra británica para Ayuda Exterior, baronesa Chalker, informó hoy que el envío de tropas del Reino Unido a la antigua Yugoslavia **"está aún muy lejos"** a pesar de que la funcionaria no dejó de manifestar satisfacción por las resoluciones tomadas por el Consejo de Seguridad.

Japón y Alemania aludieron a su compleja situación en relación al tema militar, heredada de la Segunda Guerra Mundial, para anunciar las pocas probabilidades de que sus gobiernos envíen fuerzas a Bosnia.

El ministro alemán de Defensa, Volker Rühe, **descartó categóricamente la presencia militar germana** argumentando que "toda intervención de soldados alemanes en esa región, aun en el caso de que fuese constitucionalmente viable, repercutiría en un aumento de tensiones".

En declaraciones al **Wall Street Journal**, Rühe se mostró escéptico con respecto a la posibilidad de asegurar militarmente un corredor para envíos humanitarios, tarea para la que calcula necesarios unos 100.000 soldados. El ministro consideró que una acción de ese tipo puede no solo aumentar la escalada bélica sino involucrar a las fuerzas europeas en la guerra civil.

Rühe, que recalcó los obstáculos "constitucionales e históricos" que hacen imposible una participación alemana en la ex Yugoslavia, consideró que no hay solución militar para el conflicto sino solo una salida política que será necesario buscar en la conferencia que tendrá lugar a fines de agosto en Londres.

El gobierno de Japón, por su parte, expresó hoy su apoyo a la resolución del Consejo de Seguridad de la ONU que autoriza el uso de la fuerza en caso de necesidad y recalcó su respaldo a los esfuerzos de la ONU y de la Comunidad Económica Europea para una solución política del conflicto, sin hacer referencia explícita al tema militar.

Masamichi Hanabusa, portavoz de la cancillería nipona, afirmó que Japón seguirá suministrando asistencia financiera a los refugiados, en cooperación con las organizaciones internacionales.

Funcionarios del gobierno nipón advirtieron, por su parte, que **será difícil que contingentes militares japoneses se unan a los cascos azules** en Bosnia porque la reciente ley de cooperación de Tokio solo lo permite bajo consentimiento de las partes en litigio.

El ministro italiano de Defensa, Salvo Andó, dijo hoy que Italia se compromete "para que todas las decisiones adoptadas el jueves en la ONU puedan ser llevadas a cabo del modo más eficaz posible". Sin embargo, el gobierno de Roma argumentó que es necesario saber "con mucha claridad" cuáles son los objetivos, "ya que se trata de intervenir no cuando haya acabado el fuego sino en medio de las hostilidades".

Para el socialista Andó "una cosa es enviar tropas para garantizar la paz y otra muy diferente imponer la paz con las armas".

EL 20 DE SETIEMBRE LOS FRANCESES VOTAN A FAVOR O EN CONTRA DE LA UNIDAD EUROPEA

Referendo en Francia inquieta a Europa

*Hipótesis catastróficas para la unión europea empezaron a circular en Europa a menos de un mes del **referéndum** en Francia sobre el Tratado de Maastricht, al que los últimos sondeos auguran cada vez más **respuestas** negativas. El tema fue eje de un encuentro entre el presidente François Mitterrand y el canciller **alemán**, Helmut Kohl. Por segunda vez consecutiva, un sondeo indicó el mismo día de esa cumbre, el miércoles, que en la consulta prevista para el 20 de setiembre, el "no" obtendría un 52% de los votos y el "sí" un 48%.*

BORKUM, ALEMANIA, 27 (Por **Claire Trean**, de **Le Monde**, especial para **Clarín**). — El presidente francés, **François Mitterrand**, y el canciller alemán, **Helmut Kohl**, se reunieron el miércoles en esta isla del mar del Norte —en el marco de las cumbres bianuales entre ambos países—, para encarar especialmente **la marcha de la ratificación del Tratado de Maastricht sobre la unidad europea y el conflicto en la ex Yugoslavia.**

"Explicar, explicar, explicar para convencer, convencer, convencer": es a través de su movilización que los partidarios de Europa deben, según Mitterrand, responder a las últimas encuestas que muestran una inquietante **progresión** a favor del voto negativo ante el referéndum del próximo 20 de setiembre en Francia.

El presidente galo estimó que la construcción comunitaria padece todavía en su país de una falta de esclarecimiento. "Es la primera vez en cuarenta años", señaló, "que Europa, frente a la que se muestra favorable una gran mayoría de franceses, se encuentra interferida por el debate doméstico. **Resulta urgente volver a Europa un tema popular que no esté reservado solamente a los políticos y a los técnicos.**

El proceso que se registra en Francia es, sin embargo, **particularmente duro para Helmut Kohl.** Con todo, el canciller alemán dio muestras de bastante discreción, recurriendo casi con exclusividad a la evocación de antiguas guerras y de la reconciliación franco-alemana, e hizo comprender, durante la conferencia de prensa común en la isla de Borkum, que el referéndum en Francia **no importa solamente a los franceses.** Un "no" en la consulta del 20 de setiembre, además de enterrar en toda Europa al Tratado de Maastricht, sería **un revés muy grande para el canciller alemán.**

Mientras que la perspectiva de una moneda única europea hace rechinar los dientes más allá del Rhin, entre aquellos que lo ven como una contaminación del marco con otras monedas menos sanas y, por ende, una renuncia nacional importante, cuando la nueva situación de Alemania en la posguerra fría engendra en ciertos medios aspiraciones a una política guiada por intereses más exclusivamente nacionales y la ola de xenofobia que recorre Europa. Un "no" francés a Maastricht **sería, evidentemente, un poderoso estímulo para todas aquellas tendencias a las que se resiste hasta ahora la política decididamente pro europea del canciller federal.**

En cuanto al jefe de Estado francés, se limitó a brindar una explicación sucinta y conocida sobre los peligros exteriores que amenazan a Europa y que ilustran hoy tanto la crisis en la ex Yugoslavia cuanto la tambaleante situación del dólar. "La Comunidad Europea sigue siendo el mejor instrumento del que disponemos para protegernos de cualquier amenaza de guerra y estar en condiciones de resistir a las presiones recesionistas que pueden venir de aquí o de allá, de los Estados Unidos o de Japón", sentenció Mitterrand.

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 31 de agosto

LA UNION EUROPEA ESTA AMENAZADA

Los ojos puestos en Francia

PARIS, 30 (EFE). — El espectro del **"no"** en las intenciones de voto de los franceses, en el referendo del **20 de setiembre** para la ratificación **de los acuerdos** alcanzados **en Maastricht** por los "Doce", amenaza el futuro del Tratado de unión europea.

Las encuestas publicadas esta semana por diversos periódicos franceses mostrando por primera vez una mayoría de intenciones de votar contra el Tratado, han levantado la **inquietud** entre sus defensores y el temor entre los demás socios europeos.

Tras el "no" alcanzado en el referendo danés y el "sí" en el irlandés, Francia es ahora el punto de mira de los demás países europeos, ya que "38 millones de franceses decidirán por los 330 millones de europeos", tal como subrayó hoy, domingo, el primer ministro francés, **Pierre Beregovoy**.

Ciertamente, un "no" francés podría radicalizar la postura antieuropea en **Gran Bretaña** y dejar a **Alemania** seguir su camino en solitario a la conquista económica del continente.

Para Beregovoy, que ha insistido en que el "no" a Maastricht equivaldría al fortalecimiento de la presencia económica alemana en el resto del continente, tal decisión significaría que "el Tratado será caduco" y **"una renegociación no es posible"**.

"Tal vez haya una oportunidad dentro de cuatro, cinco o diez años, pero si el «no» gana, **supondrá que no tendremos mercado único, que no tendremos unión económica y monetaria, y que no tendremos unión política"**, dijo el jefe del gobierno.

Hace algunas semanas las encuestas predecían una mayoría confortable del "sí" y los europeístas se mantuvieron aletargados en espera del fin del verano, oportunidad que aprovecharon los detractores de Maastricht para advertir de las desventajas que tendrá para Francia.

Según las encuestas, los jóvenes y los empresarios están claramente a favor del Tratado, frente a la población de edad más avanzada y a los agricultores, contrarios a este.

♦ Oposición dividida

Los agricultores franceses afirman que se encuentran en desventaja frente a los del resto de Europa, ya que "reciben subsidios de sus países". En más de una ocasión recurrieron a la fuerza, cortando el acceso de las principales rutas.

La oposición se mantiene dividida y, aunque el líder liberal y ex presidente francés, **Valery Giscard d'Estaing**, y el jefe de filas del Partido Conservador, **Jacques Chirac**, se han pronunciado abiertamente por el "sí", algunos sectores continúan claramente hostiles.

Entre los detractores a la unión europea se destaca el tándem constituido por el diputado conservador **Philippe Seguin** y el ex ministro del Interior, **Charles Pasqua**.

Ambos han insistido en las numerosas desventajas del Tratado de Maastricht y se han declarado partidarios de nuevos objetivos para la construcción europea.

Los extremistas han invocado el peligro de la transferencia de soberanía y, mientras el Partido Comunista subraya el peligro del desempleo ante la liberalización del mercado, el ultraderechista Frente Nacional alude a la pérdida de los valores de la patria y de la identidad francesa.

Los verdes, por su parte, tras largos debates sin un acuerdo concreto, han optado por dejar que cada uno se pronuncie a su manera y han rechazado las ofertas socialistas para una alianza para las legislativas del próximo año.

Aunque el gobierno ha insistido en la necesidad de no hacer de Maastricht una cuestión de política interior, no han faltado las alusiones a la necesidad de que el presidente francés, **François Mitterrand**, dimita en el caso de perder el referendo.

Algunos comentaristas y analistas políticos consideran el peligro de que el debate sobre Maastricht aparezca como un plebiscito para Mitterrand y los socialistas, en el poder desde hace más de una década.

Mitterrand tiene prevista una intervención televisiva el jueves en un debate que aparece como crucial para los observadores políticos.

Además del presidente de la Comisión Europea, **Jacques Delors**, en campaña por el "sí" figuran diversas personalidades políticas europeas entre las que se destaca el presidente del gobierno español, **Felipe González**, quien intervendrá el miércoles en un mitin en Estrasburgo (este de Francia).

El diario de izquierda independiente **Libération** considera que "el riesgo del «no» prueba la utilidad del referendo" para la ratificación del Tratado de unión europea y apunta que "Europa necesita un debate de mayoría y de Maastricht. Europa está en busca de legitimidad en un momento de la historia continental donde ya no es posible aplazarlo".



Pierre Beregovoy, primer ministro francés: "Si no gana el sí, no tendremos mercado único, no tendremos unión económica y monetaria, y no tendremos unión política".

Arafat quiere entrevistarse con Rabin

Los Estados Unidos y Rusia, copatrocinantes del proceso de paz para el Oriente Medio, enviaron invitaciones para la reanudación de las conversaciones bilaterales, que se iniciarán a fines de agosto y que tendrán como sede a Washington. Arafat, en el primer reportaje concedido en una década a un diario israelí, aseguró que "la paz es posible y probable" e instó al gobierno de Yitzhak Rabin a entablar diálogo directo con la OLP, "la única organización palestina que puede asegurar una paz estable".



Yasser Arafat



Yitzhak Rabin

JERUSALEN y WASHINGTON, 31 (ANSA, AP y Reuter). — El líder de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), **Yasser Arafat**, dijo en el curso de un reportaje publicado por el diario **Haaretz, que está dispuesto a reunirse con el nuevo primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, para dialogar en favor de la paz.** Se trata de la primera entrevista que el dirigente palestino concede a un diario israelí **en los últimos diez años.**

Arafat manifestó que la elección de Rabin —que desplazó del poder al bloque derechista Likud después de 16 años— **"fue un voto por la paz"** e instó al nuevo jefe de gobierno israelí a que **negocie directamente con la OLP**, por ser "el único grupo que puede asegurar un acuerdo de paz".

El principal vocero de Rabin, Gad Ben-Ari, declinó todo comentario sobre el reportaje publicado por **Haaretz**, tomado en Túnez.

Entretanto, el embajador norteamericano en el Estado hebreo, **William Harrow**, entregó hoy al **primer ministro Rabin la invitación oficial** de su gobierno para que **participe de conversaciones bilaterales de paz para el Oriente Medio, que se reanudarán el 24 del corriente en Washington.** La radio estatal israelí, en sus boletines de la tarde, informó que se prevé que esas conversaciones bilaterales —que contarán con la participación de Siria, Líbano, Jordania y una representación palestina— se prolongarán por espacio de un **mes, hasta fines de setiembre.**

Las sorpresivas declaraciones de Arafat parecieron apuntar a suavizar a la opinión pública israelí ya que, incluso, dijo que árabes y judíos son "hermanos", al tiempo que puntualizó, en diferentes tramos del reportaje, que la **paz "es posible y probable" con "buena voluntad de todas las partes".**

"Para arribar a una paz justa y duradera —agregó **el líder palestino**— **se precisan grandes hombres, acaso un nuevo De Gaulle o, al menos, un De Klerk,** el líder sudafricano que progresivamente abolió el **"apartheid".**

En referencia al futuro de las negociaciones árabes-israelíes, Arafat sugirió a Yitzhak Rabin que intente, por todos los medios, llegar a un acuerdo no solo con los palestinos "sino **también con Siria** y el Líbano".

Se mostró satisfecho, en términos generales, con el régimen de autonomía transitoria en los territorios ocupados y **no mostró gran preocupación por la oposición, en ese sentido, de las corrientes más radicalizadas de la izquierda islámica.** Arafat dijo que, ya en el tercer año de autonomía, se deberían iniciar las negociaciones para el status definitivo de esos territorios (Cisjordania y Gaza) "y entonces se deberá abordar la cuestión de la diáspora palestina".

♦ **Iniciativa**

"Somos un pueblo indivisible de seis millones y medio de personas —precisó el presidente de la OLP— y los israelíes **no podrán concretar la paz solo con una parte de nuestro pueblo, así como nosotros no podríamos, por ejemplo, pactar la paz solo con los sefaraditas".**

En la entrevista de **Haaretz** Arafat animó a Rabin para que diera un nuevo paso y acceda a que haya conversaciones formales entre su gobierno y la OLP. "Le diría una cosa: venga y haremos una paz justa, por el bien de las futuras generaciones, de nuestros niños y de sus propios niños".

Hasta ahora Israel se ha negado a todo contacto con la OLP, a la que considera una organización terrorista. Algunos legisladores israelíes, la mayoría de los laboristas entre ellos, están en favor de que haya conversaciones con la organización palestina, pero **con la condición de una explícita renuncia a la violencia.**

Finalmente Arafat insistió en que los palestinos tienen derecho a regresar a su tierra. "Muchos palestinos viven bien en el norte de Africa o en Europa, pero seguramente querrán regresar", puntualizó.

Manifestó que, por distintas fuentes que no identificó, le habían informado que existía la "intención" de llegar a un acuerdo de separación de fuerzas entre Israel y Siria. **No entró en detalles, pero agregó** que no pensaba que Yitzhak Rabin fuera a ignorar a los sirios en cualquier intento de paz. **"De algo estoy seguro** —dijo— **y es de que no es estúpido".**

Siria giró hacia una posición más contemporizadora



El negociador jefe israelí, Elyakim Rubinstein, arriba al Departamento de Estado en el segundo día de la sexta ronda de conversaciones de paz para el Medio Oriente.

Los árabes e israelíes progresan hacia la paz

Washington (DPA, EFE, Reuter, UPI) — Las conversaciones de paz para el Medio Oriente **dieron un nuevo paso adelante ayer, luego de que Israel presentara sus primeras propuestas detalladas para la autonomía palestina** en Cisjordania y Franja de Gaza.

Negociadores palestinos y funcionarios de la Organización de Liberación Palestina estudiaban documentos israelíes en un hotel de Washington, **mientras que los representantes de Israel se reunían en sesiones formales con las delegaciones de Siria, Jordania y el Líbano.**

La portavoz palestina **Hanan Ashrawi** dijo que los israelíes **propusieron crear un consejo administrativo palestino surgido de comicios, con autoridad sobre 15 áreas específicas.** Pero agregó que los palestinos siguen deseando **un organismo autónomo con plenas atribuciones legislativas,** pero agregó: "Por lo menos ahora contamos con dos fórmulas a considerar en la mesa de negociaciones".

El encumbramiento del Partido Laborista de **Yitzak Rabin** tras su victoria en las elecciones de junio, que puso fin a 15 años de hegemonía del ideológicamente intransigente Likud, **ha modificado las perspectivas de las conversaciones de paz.**

Planteos respetuosos sobre temas de fondo han sustituido a las discusiones sobre cuestiones de orden y las actitudes destempladas que caracterizaron a las cinco anteriores rondas sobre conversaciones para el Medio Oriente cumplidas desde la trascendental conferencia de Madrid.

• Cambio visible

El **cambio de atmósfera** es particularmente visible en las **negociaciones entre Israel y Siria sobre las Alturas del Golán,** ocupadas por fuerzas israelíes durante la guerra de 1967 y posteriormente anexadas por el gobierno del Likud.

Israel **reemplazó a su principal negociador con Siria,** y éste se abocó el lunes **a explicar que Israel aceptaba el hecho de que el principio de "territorios en canje por paz"** consagrado por la resolución 242 de las Naciones Unidas, se aplicaba al Golán.

Los sirios, **que se habían negado a discutir nada antes de que los israelíes anuncien su disposición en principio a retirarse de los territorios ocupados,** se declararon satisfechos y su portavoz anunció: "Ahora quedó allanado el camino para las discusiones".

Bushra Kanafani, al igual que la prensa oficial de Damasco, insistió en que **Israel debe retirarse de la totalidad del Golán.** Pero delegados a la conferencia dijeron que **si se acepta esa postura, Siria está dispuesta a discutir cualquier propuesta israelí** de medidas de seguridad para la zona.

• Seguridad

La insistencia israelí en controlar el Golán **estuvo siempre fundada en razones de seguridad.** Esas alturas dominan el norte de Israel, y antes de 1967 **la artillería siria apostada en el lugar cañoneaba regularmente las colonias agrícolas.**

Mientras tanto en Ginebra, el jefe de la OLP, **Yasser Arafat,** pronunció un enfático discurso ante una conferencia sobre Palestina, **en el que acusó a los Estados Unidos de "flagrante parcialmente" en favor de Israel.**

Sostuvo que la decisión del gobierno norteamericano de **recomendar el otorgamiento de 10.000 millones de dólares en garantías de crédito para Israel,** a cambio de un congelamiento meramente parcial de los asentamientos judíos en los territorios árabes ocupados, **ya es "un motivo para abortar el proceso de paz".**

SEXTA RONDA DE LA CONFERENCIA DE PAZ SOBRE ORIENTE MEDIO

Nuevo clima árabe-israelí

Israel y Siria, estados que libraron tres guerras desde 1948 y mantienen una ríspida disputa por las alturas del Golan, coinciden ahora en que la sexta ronda de la Conferencia de Paz que se realiza en Washington tiene una "nueva atmósfera", más distendida, aunque los sirios consideran que todavía no hay cambios sustanciales. En diálogos exclusivos con *Clarín*, los jefes de las delegaciones de Siria e Israel analizan la problemática de esta conflictiva región.

WASHINGTON, 29 (Enviado especial). — **"Hay un nuevo clima de trabajo", "una nueva atmósfera".** Al concluir la primera semana de trabajo de la sexta ronda de conversaciones de la Conferencia de Paz para Oriente Medio, ninguna de las cinco delegaciones que participan de las negociaciones se animó a señalar otros logros más allá que este cambio de clima.

Los dos asuntos de más difícil resolución son la cuestión palestina y la disputa entre Siria e Israel por las alturas del Golan. **"Si Siria está dispuesta a firmar el tratado de paz, Israel está dispuesta a hablar de una retirada"** de las alturas del Golan, dijo en una entrevista con **Clarín** el jefe negociador israelí, **Itamar Rabinovich**, un docente de 50 años especializado en historia de Oriente Medio.

Para el jefe negociador sirio, **Mowaffaq Allaf**, el hecho de que Israel esté dispuesto a "hablar" no es novedoso y reclamó en cambio una "retirada total" (véase aparte).

[Las] alturas del Golan, la principal [raz]ón de disputa entre Israel y Siria y por la cual los dos países siguen teóricamente en estado de guerra, es una región de 1.300 kilómetros cuadrados. Históricamente la zona perteneció a Siria, pero en 1967 Israel la ocupó y en 1981 la anexó a su territorio con el objetivo de poner fin a los ataques que los sirios realizaban desde esa zona estratégica contra la Galilea israelí.

Ahora viven allí unos 13.000 israelíes en treinta comunidades, junto a 11.000 sirios y un millar de soldados de la ONU que separa a soldados sirios de israelíes.

Por primera vez en estos años de disputa, Israel aceptó esta semana conversar con los sirios respecto de las alturas del Golan teniendo como base la resolución 242 de las Naciones Unidas, que establece la fórmula de devolver las tierras ocupadas a cambio de paz.

Sin embargo, las delegaciones árabes piensan que Israel tiene la misma rígida postura que en las rondas anteriores, pero ahora aparenta un tono de voz mucho más agradable.

El profesor Rabinovich señaló a **Clarín** que "no vienen exactamente con las mismas posiciones que en las rondas anteriores. La exaltación del propio espíritu negociador y la minimización de las concesiones de los otros es parte de la naturaleza misma de las negociaciones".

—Siria afirma estar dispuesta a negociar la retirada de tal manera que esté salvaguardada tanto la seguridad israelí como la siria. ¿Israel está dispuesto a retirarse del Golan en esas condiciones?

—No solo se trata del tema de la "seguridad" y de los "territorios". Es un camino de tres vías el que ha formulado el secretario James Baker en la anterior ronda en Madrid. Estamos hablando de territorios, seguridad y paz. Y la paz no es un aspecto menos importante que la seguridad. La reticencia del gobierno israelí a decirle a los sirios lo que ellos quieren escuchar tiene como contraparte la reticencia de los sirios a hablar de paz. Nos piden ser muy claros y explícitos cuando hablamos de territorios, pero son vagos cuando hablan de paz. Aceptamos como base de las negociaciones la resolución 242 de las Naciones Unidas. Uno de nuestros aportes fue no solo aceptar esa resolución, sino tomarla también como base para las negociaciones con Siria.

—La versión de los sirios es que si ustedes no se comprometen respecto de la devolución de los territorios, para qué se van a comprometer ellos respecto de la paz.

—Para los sirios es mucho más sencillo reclamar una cuestión concreta como es la retirada de un territorio. Pero cuando comenzamos a explorar el concepto de paz, ya es más difícil ponerse de acuerdo.

—Supongamos que Damasco acepte ese compromiso...

—Si Siria está dispuesta a firmar un tratado de paz, Israel está dispuesto a hablar de retirada de las alturas del Golan. Hace 18 años que Israel busca la firma de este tratado y no obtiene respuestas de Siria. Creo que no es algo accidental que esta conferencia de paz se haya acordado después de la guerra del Golfo. Siria e Israel tienen enormes arsenales de armas de destrucción masiva y en esa guerra vimos lo que significa esta maquinaria bélica.

—¿Es optimista respecto de la posibilidad de alcanzar un acuerdo en esta conferencia?

—Los dos países somos conscientes de que se pueden reducir significativamente los gastos de sus ejércitos si se da espacio para la paz, y esto creo que es un buen adelanto. Además quisiera decirle algo respecto de la Argentina. Cuando estuve en Buenos Aires en octubre tuve la oportunidad de hablar con el presidente Carlos Menem y su hermano. Siendo él de origen sirio y a la vez, el primer presidente argentino que visitó Israel, le pedí que utilizara esta cercanía con las dos partes para hacer conocer nuestros sentimientos a los líderes sirios. En este sentido, realmente agradezco la buena voluntad que el presidente Menem ha demostrado en el proceso de paz.

Rubén Guillemí

Clarín EN WASHINGTON



© 1992 TREVER—ALBUQUERQUE JOURNAL

Otro nuevo capítulo en la saga israelí": Yitzhak Rabin destruye los edificios de "Shamir Construcciones", según una caricatura publicada por la revista "Newsweek".

QUEDO CERRADA LA CRISIS PRODUCIDA POR LA RENUNCIA DE ENZO SCOTTI

Italia: designaron nuevo canciller

Las luchas internas en la Democracia Cristiana italiana se resolvieron transitoriamente a favor de la vieja guardia con la designación, ayer, como nuevo canciller, de Emilio Colombo. La crisis desencadenada por la imprevista renuncia del anterior ministro de Relaciones Exteriores, Enzo Scotti, se resolvió mucho más rápido de lo esperado. Con una extensa trayectoria partidaria, Colombo está considerado como uno de los democristianos italianos de más definida tendencia europeísta.

ROMA, 1º (AFP). — El demócrata cristiano **Emilio Colombo** fue designado hoy ministro de Relaciones Exteriores de Italia, tras la renuncia de **Enzo Scotti**, según anunció hoy sábado la presidencia de la república.

Scotti, del mismo partido, renunció el miércoles, tras la decisión de la **Democracia Cristiana** de instaurar la regla de la incompatibilidad entre el mandato parlamentario y la función ministerial.

Después de una polémica con el secretario general de los demócrata-cristianos, **Arnaldo Forlani**, Scotti había optado por el mandato parlamentario y dimitió de su puesto ministerial, que ocupaba desde hacía tan solo un mes.

La designación de Colombo, notable del partido, de 72 años, se produjo rápidamente **teniendo en cuenta los plazos habituales en Italia.** El presidente de la república, **Oscar Luigi Scalfaro**, había condenado la dimisión de Scotti, no dudando en hablar de **"delito contra el Estado"** y confió la cartera en forma provisional al presidente del Consejo, Giuliano Amato.

La voluntad de limitar al máximo las consecuencias de la decisión de Scotti se manifestó igualmente en la elección de su sucesor.

Político experimentado, de la "vieja generación", Colombo fue presidente del Consejo en coaliciones de centroderecha entre 1970 y 1972, y varias veces ministro. **Siempre se distinguió por su compromiso europeo.**

Emilio Colombo se lanzó a la política con 26 años, entrando en la asamblea constituyente que fundó la república italiana en 1946.

Con 28 años era secretario de Estado para la Agricultura, y durante su carrera de casi 30 años ocupó diferentes puestos ministeriales (agricultura, comercio exterior, tesoro, relaciones con la ONU, finanzas, relaciones exteriores, presupuesto y programación económica).

La renuncia de Scotti había producido un ciclón en el gobierno, que estuvo a punto de entrar en una nueva crisis, pero en realidad se trató de la punta del iceberg de otra guerra, la de la Democracia Cristiana (DC), que todavía parece estar **en ebullición.**

Scotti, acusado de haber elegido su beneficio personal en vez del de la República, acusó a su partido —el más importante de Italia, en el gobierno desde la posguerra— de ser **"gatopardista"**, es decir, de querer cambiar pocas cosas para que todo quede igual. En sustancia, de no asumir la responsabilidad que le compete en este momento difícil para el país.

Algunos aseguran que la renuncia de Scotti estuvo motivada por la propuesta de la dirección democristiana que, ante el enorme déficit público italiano, decidió por la incompatibilidad entre el cargo de ministro y el de diputado. Otros dicen que se quiere candidatear para ocupar la secretaría de su partido.

También se alega que tendría intenciones de crear una nueva corriente interna, la de los **descontentos**, capaces de enfrentar a los viejos y anquilosados dirigentes democristianos.

La renuncia de Scotti puso en el tapete las disputas internas de la Democracia Cristiana, un partido tradicionalmente monolítico —"padre" y "consejero" de muchos partidos parientes de América latina— que siempre tuvo corrientes internas sumamente discretas.



El nuevo canciller Emilio Colombo, ayer en el Palacio del Quirinal con el presidente Scalfaro.

28/8/92

65702

11164

11302

Klaus y Meciar sellaron la desaparición de Checoslovaquia

LA REPUBLICA 29/08/92

Dos nuevos estados en Europa

Praga,
por Bona Kovarikova

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

■ Checoslovaquia desaparecerá el 1º de enero de 1993 y en su lugar nacerán dos estados totalmente independientes. Esta fue la conclusión a la que llegaron, en la medianoche del miércoles, y tras ocho horas de negociaciones en la capital morava, Brno, Vaclav Klaus, líder del checo Partido Democrático Cívico (ODS), y Vladimir Meciar, del nacionalista Movimiento para una Eslovaquia Democrática (HZDS).

Ambos dirigentes, ganadores de los últimos comicios, celebrados en junio pasado, concertaron, en su quinta ronda de deliberaciones, el pasado 22 de julio, un acuerdo sobre la desaparición de la federación checoslovaca, pero la semana pasada, de repente, la televisión checoslovaca publicó un proyecto de acuerdo sobre la formación de una Unión Checo-Eslovaca, preparado supuestamente por el Movimiento para una Eslovaquia Democrática, a petición del Gobierno nacional de Bratislava.

Algunos círculos políticos checos calificaron la aparición de ese proyecto de acuerdo de ser un intento eslovaco por indagar hasta qué punto la parte checa estaría dispuesta a renunciar a la partición de Checoslovaquia, proceso en el que está involucrada precisamente por presiones eslovacas. Sin embargo, la reacción del gobernante ODS en la República checa era tajante: o Checoslovaquia se mantiene como una federación funcional, o se divide en dos estados independientes, pero nada de confederaciones o uniones.

El pasado lunes, el líder populista eslovaco Vladimir Meciar, también primer ministro del gobierno nacional eslovaco, informó a su homólogo checo, Vaclav Klaus, que no asistiría a la sexta ronda de negociaciones sobre la futura forma estatal de Checoslovaquia, prevista para el 27 de julio, en Praga. Esta sorprendente decisión se explicó diciendo que la parte checa no cumplía con los acuerdos concertados en las deliberaciones anteriores. También se señaló que el ODS tenía que pedir perdón al HZDS por acusarle de intentar realizar un golpe de izquierda. El ODS simplemente criticó las reuniones del HZDS con los grupos de izquierda checos, partidarios en su mayoría de la preservación del estado común.

Finalmente, la sexta ronda se celebró el miércoles y confirmó lo acordado anteriormente, es decir, que la federación tenía sus días contados.

Los dos líderes acordaron que antes de finalizar el mes de setiembre el Parlamento federal checoslovaco deberá aprobar la ley sobre la desaparición de la federación que sustituiría a la hoy, según ellos, ya poco funcional ley sobre el referéndum. Asimismo, los dos parlamentos nacionales, el checo y el eslovaco, deberían adoptar leyes sobre la futura coexistencia entre las repúblicas checa y eslovaca, ya independientes.

El Parlamento checoslovaco quedó encargado también de la difícil tarea de aprobar, a más tardar a mediados de octubre, la ley sobre la forma de la división de los bienes federales entre las dos repúblicas.

Por lo pronto, el Partido Democrático Cívico informó que la próxima ronda negociadora entre Klaus y Meciar se llevará a cabo a mediados de setiembre.

Por otra parte, Eslovaquia se presta a aprobar el próximo lunes su propia Constitución, lo que de hecho significa que dejará de respetar la federal, aún en vigor.

001/1

DE OPERACIONES

ARMADA EN UN EXTRAÑO CAMPO

Cómo Viven los Marinos Uruguayos la Misión Camboya

"Cuando vi las profundas heridas en la espalda del niño, sangrantes y sin curar, estaba segura que momentos antes, el pequeño había recibido un brutal castigo. Sin embargo, pocas horas después al observar las mismas extrañas circunstancias en otros niños, supe que las terribles marcas, eran sólo la secuela de un rito religioso realizado con el fin de alejar del cuerpo a alguna grave enfermedad. El suceso registrado en una calurosa y húmeda calle de Pnhom Phen, es una pequeña muestra del distante y diferente ámbito en que los efectivos de las Fuerzas Armadas uruguayas, deben realizar la tarea encomendada por las Naciones Unidas en la destruida nación camboyana.



Una foto simbólica. El capitán Torres Negreira (derecha) C/F Julio Dodino (centro), junto a oficiales de varias armadas del mundo, en una recorrida por el Río Mekong. Observadores de la ONU en misión de paz

El relato pertenece a la esposa de uno de los Oficiales de la Armada Nacional que tienen a su cargo el comando de la flota que a la orden de la ONU realiza actividades en estos momentos en ríos y costas de Camboya.

La señora del **C/F Eduviges Torres Negreira** estuvo algunos días en la capital camboyana y apreció personalmente la vida de los efectivos navales destacados en el sudeste asiático como parte de una enorme fuerza de paz de las Naciones Unidas, y por sobre todas las cosas el exótico entorno donde desarrollan sus tareas, dominado por una cultura milenaria.

El capitán Torres Negreira junto al **C/F Julio Dodino** son quienes encabezan los efectivos de la Armada Nacional, al mando de este último y compuestas por 10 Oficiales, 12 Sub-Oficiales y 42 integrantes del FUSNA, quienes en estos momentos ya desplegados en distintas bases, tienen a su cargo el comando general de la unidad naval compuesta además por marinos de Chile, Nueva Zelandia, Reino Unido y Filipinas.

Como se sabe, Uruguay, además envió a aquella zona, ante el pedido del Secretario General de las Naciones Unidas, 850 efectivos del Ejército Nacional, quienes se encuentran acantonados al norte de Pnhom Phen, también dedicados a la lenta tarea de actuar como observadores del desarme de los cuatro grupos en pugna y reestablecer la vida democrática en una nación castigada por la guerra durante décadas.



El pescado de río es una de las bases de la alimentación camboyana. El agua donde los pescan está altamente contaminada

"OJOS REDONDOS"

"El primer impacto de Camboya se tiene en el propio aeropuerto de Pnhom Phen" observa la señora Cecilia Puentes, "pues es simplemente un pequeño cobertizo, pese al incesante vuelo de aviones comerciales y de la ONU. Me indicaron que incluso hace muy pocos meses prácticamente no existían instalaciones".

"La segunda e inmediata impresión es el clima 40 grados de temperatura y una humedad que sobrepasa el 90%, durante todo el día y la noche, a excepción de un lapso de una hora, en la que a partir de las 15, llueve copiosamente, haciendo aparecer el sol, luego de finalizada la lluvia, más agobiante y abrasador que nunca", cuenta la entrevistada.

"Poco a poco el organismo, con algunos inconvenientes comienza a adaptarse al cambio y de hecho, todos los hombres de la Armada uruguaya que allí están se encuentran ya aclimatados y sin problemas" agrega la señora del capitán Torres Negreira.

La gente y la vida en la ciudad tienen características muy especiales luego de haber resurgido de entre los restos de una sangrienta guerra civil.

"Existe un altísimo índice de analfabetismo, la gente es muy humilde, pero extremadamente sociable y curiosa. Se nota en sus rostros que están saturados de guerra y que lo que más desean es vivir en paz" detalla la visitante que hace pocos días vino desde la conflictiva zona.

"Para ellos, nosotros somos los extraños, nos llaman casi cariñosamente: **ojos redondos y narices largas**. Son tan curiosos que son capaces de detenerse repentinamente en la calle para tocar la tela de mi vestido o preguntarme de donde venía".

"Nunca sentí miedo en las calles de Pnhom Phen. No vi a nadie en actitud sospechosa y la cartera que llevaba conmigo no despertaba la atención, como me había pasado en una escala europea" cuenta la señora Puentes de Torres Negreira.

ORO Y POBREZA

Uno de los [illegible] que resaltó la entrevistada es la sorpresa que despierta el notable contraste de los habitantes de Pnhom Phen, que viven en una imaginable miseria física, pero que sin embargo, lucen valiosas alhajas de oro y esmeraldas.

El secreto es que en la nación camboyana existen riquísimas minas de ambos minerales, pero el valor que se le da entre la población es el puramente artesanal.

Finas pulseras y collares, detalladamente trabajados, son llevados por personas que apenas tienen que comer o que vestir.

La comida, según cuenta, la señora del oficial destacado en Camboya, no es el principal problema pues la pesca abunda en los ríos y la naturaleza es pródiga en frutos, pero la real causa del problema de la población, radica en sus condiciones sanitarias. Practicamente no hay nada potable, salvo la que se provee en algunas bocas de salida de una pequeña planta purificadora que acaba de instalar la ONU".

"El agua del río que atraviesa la ciudad está totalmente contaminada y de allí se sacan los peces que luego son el principal sustento. El calor, la falta de agua, los insectos, la carencia de sistemas de eliminación de aguas servidas, las costumbres que rara vez tienen en cuenta las mínimas reglas



El agua potable es, un lujo en Camboya. Aquí se utiliza una primitiva bomba, instalada por la UNICEF, para paliar en parte la situación

(EL PAÍS) 8-08-92.-

higiénicas, hacen que las enfermedades reinen en la ciudad, donde la expectativa de vida no supera a los 45 años".

"Muchas veces —cuenta— veía niños con enormes heridas en la espalda, sin ningún tipo de curación evidente. Los insectos caminan por sus cuerpos, prácticamente en carne viva. Luego averigüe que es una antigua curación contra enfermedades, que se realiza cortando la piel de distintas maneras con una medalla sagrada, afilada al máximo. La costumbre es terrible "pero se trata de una cura tradicional, que se mantiene a través de los siglos y que no ha sido sustituida por una casi inexistente medicina moderna".

"A excepción de los Hospitales de campaña instalados con sofisticados equipos por las Naciones Unidas para atender a todo el personal que actúa como observador, no vi ninguna otra gran instalación hospitalaria. Inclusive me dijeron que recién algunos médicos del país están regresando luego de ser perseguidos por el régimen de Pol Pot" cuenta la señora Cecilia Puentes.

"ADAPTACION PERFECTA"

La organización montada por la ONU hace que todo el personal que está allá se adapte perfectamente a las difíciles condiciones. A veces es difícil acostumbrarse a que es imposible lavarse el rostro o los dientes con el agua que sale de las canillas, ante el peligro de una infección grave o ducharse cuidando que el agua no toque los ojos ni las mucosas. Pero poco a poco y con precisas instrucciones, todo se soluciona, dijo la entrevistada.

"Inclusive, ante la presencia de la Fuerza de Paz de la ONU, la ciudad está despertando de un largo letargo y día a día se abren nuevos Hoteles y Restaurantes, que intentan acercarse a las comodidades de los países originarios de los efectivos que la integran" observó la señora de Torres Negreira.

Destacó que los miembros de la Armada con los que conversó coincidían en destacar el apoyo de todos los puntos de vista que reciben de la ONU", que facilita todo lo posible la tarea más que difícil de ayudar a reconstruir el país asiático.

6/4/92 Cambio 16

La guillotina francesa decapitó a ETA

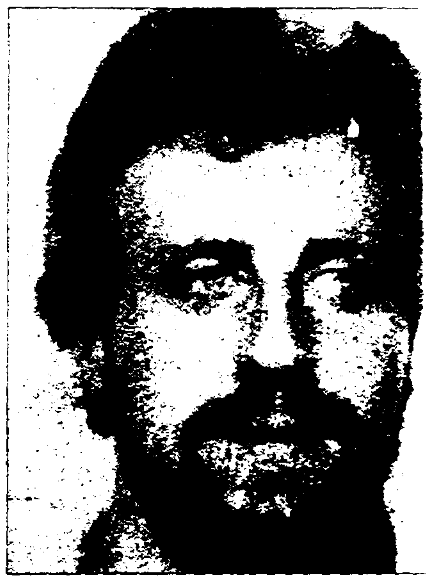
Tan sólo unos meses de colaboración han permitido lograr lo que hace unos años era mera fantasía: acabar con la plana mayor de ETA. Esta vez, es verdad



Francisco Múgica Garmendia, «Artapalo».



Joseba Arregui Erostarbe, alias «Fiti».



José Luis Alvarez Santacristina, «Txelis»

CARLOS SANTOS

RESULTO, al fin, que el jefe de la organización terrorista vasca ETA estaba donde todos pensábamos que estaba: en el sur de Francia, a tan sólo unos kilómetros de la frontera con España. Sesenta policías franceses le echaron mano en pleno santuario vascofrancés —¡tantas veces habían negado su existencia!— cuando oficiaba uno de los ritos obligados de la liturgia terrorista: la reunión secreta.

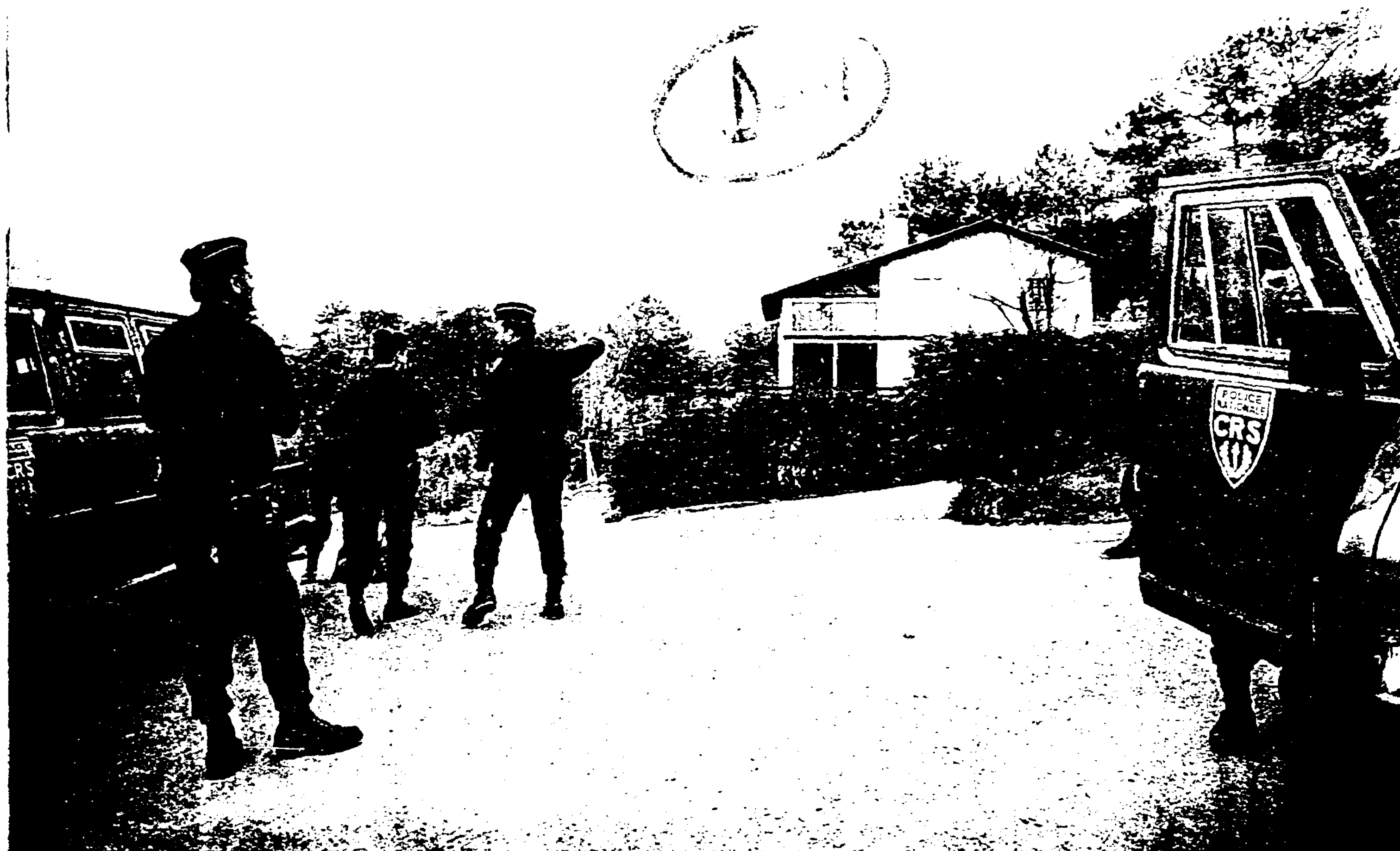
El orden del día de aquella reunión —29 de marzo, domingo— era el común a todas las reuniones: cómo matar mejor, cómo sacar mayor rentabilidad a los pistoleros y las armas. José Arregui, alias *Fitipaldi*, llevaba incluso entre sus papeles un ingenioso sistema para aumentar la potencia del *amonal*: con menos explosivo podrían causar mucho más daño. Un gran invento. Como los sofisticados *temporizadores* que se proponía presentar al jefe: permitirían programar un bombazo con siete años de antelación. Mucho mejor que los que ETA utilizaba hasta ahora, que sólo tienen un margen de 410 días.





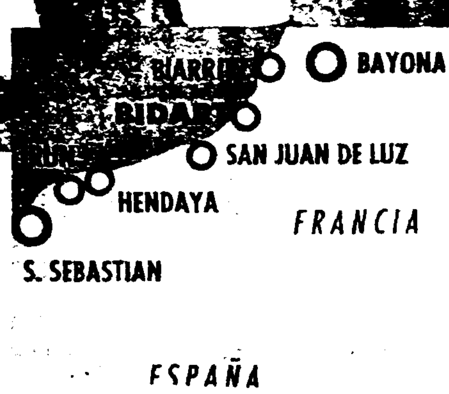
Pello Langeur es llevado a comisaría. A la derecha, policías galos de guardia en Bidart.

01-06



La casa donde se produjeron las detenciones sigue vigilada. Abajo, un momento de la operación y un plano de situación de la localidad.





Pero Francisco Múgica Garmendia —*Pakito* para los amigos y *Artapalo* para los demás, la denominación que antes se empleaba para referirse al grupo de dirigentes— estaba preocupado. Con razón. La «batalla del 92» (campaña de atentados contra las Olimpiadas de Barcelona y la Exposición Universal de Sevilla), en la que tantas esperanzas había depositado, estaba resultando poco brillante. En la provincia de Tarragona acababa de caer Fernando Díaz Torres, a quien el mismo Múgica dio las ins*trucciones* y las armas. También había tenido que huir a toda prisa José Luis Urrusolo, el jefe del comando encargado de sembrar el terror en la Barcelona olímpica.

Malos tiempos para ETA y sus amigos. En la coalición independentista Herri Batasuna el número de opositores a la violencia crece cada día, mientras los vascos se esfuerzan por aislar, con creciente éxito, a los más radicales. La división, visible entre los presos de ETA, empieza a reflejarse también en los grupos armados. Además, «los chicos de los comandos» están cometiendo errores de primerizos. Díaz Torres cayó como un pajarito en la trampa que le había tendido la Policía. Ignacio Rekarte y Luis Angel Galarza se apresuraron a

delatar al sacerdote que los protegió, con lo que las sacristías amigas —un recurso último, pero eficaz— dejaban de ser escondite seguro.

Para mayor desgracia, José Luis Urrusolo había perdido la cartera: presa de los nervios, la dejó olvidada en una cabina telefónica. De ahí fue a parar a un buzón, gracias a un ciudadano anónimo, y del buzón a la Guardia Civil, por los buenos oficios de un cartero que inmediatamente advirtió su interés.

En la cartera estaba, según ha sabido CAMBIO16, un número de teléfono y una fecha: 29 de marzo. La Guardia Civil cotejó datos con la gendarmería francesa: el número coincidía con el de un domicilio sospechoso de la localidad francesa de Bidart, cerca de Biarritz. A partir de entonces, sólo restó esperar.

DIVISIONES INTERNAS. Pero lo que más preocupaba a *Pakito,* aquel domingo de marzo, era la carta. Una inquietante carta que le había enviado unos días antes Idoia López Riaño, la guapa del *comando itinerante.* Contenía acusaciones insólitas, gravísimas, contra Urrusolo, el jefe del comando: «Habla muy mal de tí, dice que estás loco». ¿De quién fiarse? ¿De ella o de él? En cualquier caso, era evidente que el grupo estaba a punto de reventar. Con comandos así no hacen falta policías. Estas cosas, años atrás, sólo le pasaban a los del Grapo (grupo terrorista de ultraizquierda).

A él, como jefe máximo, le tocaba poner orden en el gallinero y superar eso que los políticos llaman «debilidad orgánica». Pero ni *Pakito* ni los dirigentes que lo acompañaban (José Arregui, *Fiti,* y José Luis Alvarez Santacristina, *Txelis*) son hombres preparados para resolver crisis políticas. Lo suyo es la acción directa.

A *Fiti,* mejor no preguntarle. Aunque es mayor —46 años— y lleva mucho tiempo en la banda, lo suyo son los fuegos artificiales. Tampoco *Txelis,* el ideólogo, debe resultar de gran utilidad a la hora de resolver las crisis. Aunque estudió Filología en la Universidad de la Sorbona y optó a una plaza de profesor en la Universidad del País Vasco, casi todos sus análisis acaban igual: lo mejor es seguir matando.

Así finalizaba el comunicado que esa misma mañana, la del domingo 29 de marzo, publicó el diario *Egin,* afín a Herri Batasuna. Tras la habitual reivindicación funeraria y la consuetudinaria llamada a la negociación, advertía: «ETA seguirá golpeando a las fuerzas y aparatos del Estado allí donde se encuentren y en todos sus frentes».

Ninguno de los tres podía imaginar que ese mismo día, el 29 de marzo, la crisis de ETA iba a derivar en catástrofe: a las 6.30 de la tarde, 60 policías franceses, bajo las órdenes del comisario Roger Boslé, interrumpieron la reunión. Ni siquiera les dieron tiempo a sacar las armas. Ni a destruir completamente los papeles, que luego han sido cuidadosamente reconstruidos. Hoy, los expertos estudian con gran interés 12 cajas de documentación.

En San Sebastián, la capital guipuzcoana, el director general de la Guardia Civil, Luis Roldán, esperaba acontecimientos: sus hombres habían contribuido decisivamente al desenlace. «Operación Broma» llamaban al seguimiento de las pistas proporcionadas por la cartera de Urrusolo. Confluía con la «Operación Queso», apadrinada por el Ministerio del Interior francés. Ambas operaciones permitieron atrapar a «la plana mayor de ETA», como solían decir, casi siempre en falso, los viejos comunicados policiales.

Sin embargo, esta vez, era verdad. Un exultante Philippe Marchand, ministro francés del Interior, desvelaba las claves de la operación: «Hemos golpeado a ETA en su cabeza. Es un golpe duro, por no decir fatal. Desestabiliza a ETA, algo que era esencial en vísperas de los Juegos Olímpicos de Barcelona y la Exposición Universal de Sevilla».

Durante los últimos días, el ministro ha insistido en pregonar la buena voluntad francesa: «Contrariamente a lo que leo aquí y allá, la colaboración es buena». A Marchand le preocupan las «opiniones y juicios falsos» que se han vertido sobre el asunto. Sólo al hablar de la detención de *Artapalo,* le traicionó el subconsciente: «Es la recompensa a un trabajo de muchos meses, mejor dicho, años».

¿Meses o años? Esta es la cuestión. Durante mucho tiempo, España había reclamado una colaboración francesa, tan contundente como eficaz, para acabar con el santuario vascofrancés. Pero sólo en los últimos meses han sido visibles esa eficacia y esa contundencia. Al fin, Francia respondía a las presiones españolas.

JOSE TXO MARIN



10-9-86. «Artapalo» no dudó en ordenar la muerte de una antigua novia, «Yoyes».



29-5-91. En el atentado de Vich murieron nueve personas, cinco de ellas eran niñas.

Todavía en octubre de 1991 preguntaba CAMBIO16: «¿Por qué Francia protege a ETA?». Días después se empezaron a atisbar los primeros síntomas de reacción. Un alto cargo policial expresaba al corresponsal de esta revista en París el dolor que tales críticas le causaban. Mientras, los escasos policías antiterroristas galos que trabajaban en las comarcas fronterizas insistían en sus buenos propósitos: «*Artapalo* caerá antes o después. Está más solo que nunca y tendrá que salir de su refugio y arriesgarse».



12-9-89. La fiscal Carmen Tagle, perteneciente a la Audiencia Nacional, es asesinada en la puerta del garaje de su casa, en Madrid.



8-12-90. Seis policías muertos y otras ocho personas heridas, seis de ellas civiles, balance de un coche-bomba en Sabadell.



17-10-91. Ofensiva con bombas en Madrid. María Jesús Gonzaléz perdió una pierna.



19-2-92. Mueren tres personas y 19 son heridas en el barrio de La Albericia (Santander).



6-2-92. Masacre frente a la Capitanía General de Madrid. Un coche-bomba cargado con 40 kilos de explosivos causa la muerte de cuatro militares y un funcionario de Correos.

Más de una vez, alguno de estos policías echó la culpa a sus jefes para justificar la falta de eficacia: «Nosotros queremos coger a *Artapalo* y podemos cogerlo. Sólo falta la orden de arriba, de París»

Aunque desde el verano pasado funcionaban grupos mixtos de investigación, el Gobierno francés no empezó a intervenir con todas sus fuerzas hasta el 17 de octubre, sábado. A las 9.15 de la noche entraba Philippe Marchand en el despacho del ministro del Interior español, José Luis Corcuera, que lo esperaba con un argumento definitivo: el video con las imágenes del atentado que aquella misma mañana había dejado sin piernas a la niña Irene Villa.

RECORD DE TERROR. «Si nos pasa algo parecido, no sé lo que haríamos», exclamó Marchand. Cuando regresó a Francia un par de horas más tarde, llevaba una copia del video.

Desde entonces, el tozudo ministro español —electricista de profesión como *Artapalo*, que nunca llegó a ejercerla— no ha cesado en sus presiones, que crecían a la par de sus angustias: en los primeros meses de 1992, con una media de dos muertos por semana, ETA empezaba a batir sus propios récords de terror.

El aparato de seguridad del Estado estaba desbordado y los golpes escénicos —como llenar de soldados la línea férrea Madrid-Sevilla— no lograban cubrir las lagunas de los deficientes servicios de información antiterrorista.

Era demasiado para un año como

éste, en que España ocupa el primer plano de la opinión pública internacional. Demasiado para Corcuera.

Al fin, un golpe de suerte se ha sumado a la nueva actitud de los franceses y al eficaz intercambio de información entre los gendarmes y la Guardia Civil. La agenda perdida de Urrusolo hizo posible que la guillotina francesa decapitara a ETA. Era la única que podía hacerlo.

El futuro de *Artapalo* y sus colaboradores depende hoy de la Justicia francesa. Cuentan quienes lo vieron camino de la comisaría que llevaba cara «de mucho cabreo». Se entiende. El 29 de marzo no sólo ETA recibía un duro golpe. También él, para quien acababan 20 años de intensa y apasionada lucha clandestina, de terrorismo profesional y eficaz.

Había planeado sus primeros atentados en 1970. Era un adolescente todavía cuando ingresó en ETA político-militar. Sus compañeros de entonces lo recuerdan como un joven callado, distante, taciturno. «Parecía que no se encontraba a gusto con nadie, ni siquiera consigo mismo». Más dado a actuar que a pensar, sus sucesivos ascensos casi siempre han venido dados por las vacantes que otros han ido dejando, ya fuera por defunción o por detención. El, que tenía más madera de superviviente que de líder, «nunca fue un general, como *Txomin* (el histórico Domingo Iturbe Abasolo). En un ejército normal no pasaría de sargento».

VIA POLITICA. Hay algo que aquellos viejos compañeros no le perdonarán nunca: la muerte de Eduardo Moreno Bergaretxe, *Pertur*, que en 1975 propuso ensayar la vía política. No logró su propósito. El 23 de julio de 1976 desapareció para siempre. Las últimas personas que lo vieron vivo fueron *Pakito* y Miguel Angel Apalategui, *Apala*. Ambos estaban en los *bereziak*, los comandos especiales de ETA político-militar que, tiempo después, se integraron en ETA militar. *Apala*, el jefe, fue quien enseñó a *Pakito* las primeras letras del terror.

Una de las personas que dieron el consentimiento para su ingreso en ETA militar fue María Dolores González Catarain. Una chica de su edad y de su pueblo, Ordizia, a la que todo el mundo llamaba *Yoyes*. Su amistad, que venía de antiguo, pasó pronto a mayores: además de velar juntos armas en el mismo comando, por un tiempo compartieron también los sentimientos.



Imágenes ofrecidas por la televisión francesa de la detención de los dirigentes de ETA en Bidart. Ahora se abre la discusión por la sucesión al frente de la banda.

En 1986 ordenó que la mataran. *Yoyes*, tras vivir una temporada en México, había cometido un error imperdonable: abandonar la lucha armada e intentar hacer vida normal en su pueblo. El 10 de septiembre, José Antonio López, *Kubati*, y José Miguel Latasa, *Fermin*, le volaron la cabeza en una calle de Ordizia. Su hijo pequeño presenció el asesinato. Lo había ordenado *Pakito*, que quiso hacer de aquella muerte un acto ejemplar.

Así era y así es. Las fichas policiales («1,76, ojos claros, pelo castaño tirando a rubio, aspecto afrancesado...») añaden dos datos que, dado su oficio, puede sonar a tópico: «frío y calculador». Pues es cierto: quienes lo conocen aseguran que es frío y calculador. Además, todos lo consideran un buen organizador.

Durante años, a medida que iban cayendo sus jefes y compañeros, fue acumulando poder e información y dando órdenes a los comandos más letales sin tener que sacar su propia

05-06

92 [illegible] 42

pistola más que lo imprescindible. Contrario a cualquier negociación si las condiciones son adversas, se le atribuye esta máxima: «Con los cadáveres de 12 generales encima de la mesa, negocian como queramos».

Obsesionado siempre por la seguridad —nunca tuvo papeles a su nombre, ni siquiera en la época en que los etarras tenían un espacio legal en Francia—, con el tiempo se fue volviendo extremadamente desconfiado. Jamás acudía a una cita que no hubiera sido concertada por él. Siempre enviaba por delante a un emisario, que fijaba el lugar y la hora definitiva del encuentro. El llegaba tarde y acompañado por guardaespaldas. Hablaba lo justo —ni una palabra de más— y se marchaba.

DESCONFIAR DE TODO. Sus recelos aumentaron en los últimos años, mientras los demás caían y él se iba quedando solo. «No vamos a meter a nadie más en la dirección. De los comandos nos ocupamos nosotros», escribía hace poco más de un año a su lugarteniente de entonces, Jesús Arkautz Arana, *Josu Mondragón.*

Pero *Josu Mandragón* cayó preso y el agotamiento de la cantera vasca empezó a obligar a *Pakito* a echar mano de recién llegados, adolescentes y aventureros de dudosa fiabilidad. A medida que la nómina de ETA se iba llenando de apellidos *maketos* (apodo despectivo con el que se denomina a quienes no son vascos) sus recelos iban en aumento. Ni siquiera quiso atender las sugerencias de *Txeli,* que le propuso esconderse en París, donde conservaba buenas amistades desde su paso por la Sorbona.

Algunas fuentes mantienen que, en los últimos tiempos, ha pasado largas temporadas en la capital de Francia. Pero quienes lo conocen aseguran que no se ha movido «más de lo imprescindible» del País Vasco-francés. Por una razón: no quería alejarse demasiado de su zona de influencia por miedo a perder el poder.

Además, allí se sentía como en casa. No en vano había pasado en ella más de 20 años. Conocía cada pueblo, cada carretera comarcal, cada escondite. Su aspecto europeo y su excelente acento francés le permitían pasar inadvertido.

Probablemente agobiado por ese miedo a perder poder, intentaba que nada escapara a su control. «Se comporta como un jefe de empresa, o, mejor, como un Bokassa», dijo a esta revista un alto responsable de la Policía francesa. Jamás se dejaba ver en público y, por regla general, buscaba los colaboradores entre personas de la mayor confianza: casi todos habían estado con él en los *bereziak* de ETA político-militar.

Ellos son quienes ahora se disponen a abrir la vía de sucesión al frente de ETA. Un proceso que, según los expertos, «puede prolongarse entre cuatro y seis meses». De todos, quien más posibilidades tiene, por ser mayor su carisma, es *Apala.*

Pero *Pakito* tenía también gran confianza en Iñaki Bilbao, *Iñaki Lemona.* Y en Estanislao Villanueva, *Txapu,* a quien algunas fuentes dan como seguro sucesor.

Su caída, que ha revolucionado a todo el mundo —al Ministerio del Interior, que se apresura a buscar interlocutores en los sectores más dialogantes de ETA, a Herri Batasuna, cuya crisis interna se agudiza, y a todos los partidos vascos, donde empiezan los codazos para salir en la foto final de la pacificación—, ha convulsionado sobre todo a la propia ETA.

ETA no sólo carece cada vez más de cantera: también de fondos. Además, casi nadie quiere pagar ya el impuesto revolucionario

De un tiempo a esta parte, Francisco Múgica Garmendia había centralizado al máximo las decisiones. Era él mismo quien daba las órdenes y las armas. Era también quien controlaba las cuentas de la organización. Falto de carisma personal, el dinero y las armas eran los mejores pilares para ejercer su poder.

Pero ETA no sólo carece cada vez más de cantera: también de fondos. Hace ya mucho tiempo que se acabaron los 15 millones de dólares conseguidos con el secuestro del industrial soriano Emiliano Revilla. Además, actualmente casi nadie quiere pagar el impuesto revolucionario (pago por extorsión).

Lo contaba el propio *Pakito* en una de sus cartas dirigida a *Josu Mondragón.* En ella le pedía que ahorrara y, en la mejor línea de un gris jefe de administración, le sugería que recortara las dietas: los cien dólares que cobraban los enlaces le parecían un auténtico derroche «que no se justifica». Intentaba también disuadirlo de su intento de comprar una casa: «Debes vivir como los demás militantes, escondido en casa de los franceses que colaboran con nosotros».

El día 29 de marzo, cuando la Policía puso punto y aparte a sus 20 años de activismo, estaba en la casa de unos de esos amigos franceses: el matrimonio Touillat. El dirige una autoescuela. Ella es profesora de gimnasia. También eran franceses su chófer y algunos de sus colaboradores más directos.

Aislado y solo, *Pakito* se veía cada vez con más frecuencia obligado a echar mano de los amigos franceses. Tenía muchos. Desde el día 29 de marzo, domingo, también sabe a ciencia cierta que en Francia tenía importantes enemigos. ■



FOTO: BUGALLO

El ministro del Interior, José Luis Corcuera, Rafael Vera y Luis Roldán temen que los terroristas de ETA sigan matando.

Con información de **Juan Gómez** y **Gorka Landaburu** (País Vasco)

06-06 9208842

COPIA N. 5

1/5

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
101100/SET/1992
(i)

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 2?7 92

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DEL DPTO. II(INF) E.M.E.

COPIA 2: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 4: SR. 2do.COMANDANTE DE LA D.E. I.

COPIA 5: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

Ingresado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

EL SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D. G. I. D.

Coronel
Hector H. ?luis

MINISTERIO DE DEFENSA
Fecha 23 SET 1992
Pasa a Antecedentes Dpto. III
Nº. de Orden 9208844

001 - 005

FECHA: 1992

Dpto. ..... 3 ..... a sus efectos.

Comisario JOSÉ NÚÑEZ RODRÍGUEZ

D.N.I.I. SECRETARIA
ENTRADA
FECHA 14 SET. 1992
HORA 11:47'
N.° 0005

15/9/92.

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO Nro.3. wis.

Montevideo, 16 de setiembre de 1992.

SEÑOR DIRECTOR:

Informo a Usted, que las personas Lidia Teresa GOYECHE CAMARANO y Otros, carecen de antecedentes penales en ésta.

Saluda a Usted atentamente.

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO 3

Comisario Luis Eduardo Urrutia

MINISTERIO DEL INTERIOR DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA DEPARTAMENTO 3

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

Montevideo, 18 SET. 1992 .Asto.0005/92.-

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia.

EL DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

JESUS CEFERINO PONTE PEREDA.-

22/9/92
Pase a S/S INT
Nº de identificación 9208844

9208844

002

REFERENTE A: MARTINEZ NUÑEZ Luis Alberto
REGISTRADOS: MARTINEZ NUÑEZ Luis Alberto
DOCUMENTOS: CI 426.299 CC BCA 24.151
OCUPACION: IMM - Jubilado
DOMICILIO: Asamblea No. 4695 en 1953
OTROS DATOS: Nacido en Montevideo el 12/7/918; hijo de José María y de Asunción
ANOTACIONES: VII/967: Integra el Consejo Directivo de COFE; forma parte del Depto. de Funcionarios del Estado de la CNT.-5/IV/68: Fue electo para integrar el Consejo Directivo de ADEOM, Lista 11, en las elecciones realizadas el 4/IV/968.-Delegado de mesa por el FIDEL-F.Amplio, listas 1001-2001 en las elecciones nacionales de 1971.-21/7/87: Integra el Comité de Jubilados Municipales.-

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

REFERENTE A: ARTASANCHEZ José
REGISTRADOS: ARTASANCHEZ José
OTROS DATOS: No registra
ANOTACIONES: 10/11/90: Electo para integrar la Comisión Directiva del C. Protección Choferes por el período 90-92.-

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

~~Montevideo~~, Setiembre ~~15 de 1~~992.-

FECHA 19/3/93 INICIAL FE

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

003 9208841

Montevideo, 11 de Setiembre de 1992.-

- GOYECHE CAMARANO, Lidia Teresa
  C.I.: 1.904.738-6
  C.C.: CQB 4846

- GOYECHE SANTOS, Walter Ramón
  C.I.: 888.087-6
  C.C.: OEI 2955

- CAMARANO LEYTON, Iris Carmelita
  C.I.: 3.213.746-9
  C.C.: OEI 3935

- GOYECHE CAMARANO, Walter Julio
  C.I.: 3.579.976-7
  C.C.: OEI 2921

- GOYECHE CAMARANO, Washington Hubert
  C.I.: 3.192.339-6
  C.C.: OEI 6805

- GOYECHE CAMARANO, Wilson Ramón
  C.I.: 3.192.340-9
  C.C.: OEI 6799

- GOYECHE CAMARANO, Waldemar Guillermo
  C.I.: 2.938.978-8
  C.C.: OEI 6802

- GOYECHE CAMARANO, Walquiria Lilian
  C.I.: 2.938.979-4
  C.C.: OEI 6801

- SANTOS PAGUEROTTI, María Luisa
  C.I.: 742.165-7
  C.C.: CQB 1372

- GOYECHE SANTOS, Esther Teresa
  C.I.: 922.488-9
  C.C.: CQB 1366

- MARTINEZ MARTINELLI, Zulema
  C.I.: 1.324.120-5
  C.C.: BCA 51779

- MARTINEZ NUÑEZ, Luis Alberto
  C.I.: 426.299-1
  C.C.: BCA 24151

- MARTINELLI DIOTTI, Aida Ercilia
  C.I.: 911.597-9
  C.C.: BCA N°24.152

- MARTINEZ MARTINELLI, José Luis
  C.I.: 1.113.505-0
  C.C.: BCA 42566

- GUALTIERI, Rosa C.
  C.I.: 1.085.900-5
  C.C.: (No posee) Italiana

- ARTASANCHEZ, José
  C.I.: 1.214.912-9
  C.C.: (No posee) Español

9208844

005 | 9

FECHA 18.3.93 INICIAL FE

Procesado a Sistema DSK

OBSERVACIONES ....

COPIA N. 5

9208375

SECRETO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
110900/SET/1992
(i)

13

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 29/92

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DEL DPTO. II(INF) E.M.E.

COPIA 2: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 4: SR. 2do.COMANDANTE DE LA D.E. I.

COPIA 5: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

24/9/92 - Coordinado SEC. ADJ. SGDO.

EL SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D. G. I. D.

Coronel
Héctor H. Lluis

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de entrada 23 SET 1992
Nro. de Orden 9208846

001 | 003

FECHA: 1992

3

Comisario

14 SET. 1992
11:45

15 SET. 1992

15/9/92
SIN ANTECEDENTES PENALES

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO Nro.3. wis.

Montevideo, 16 de setiembre de 1992

SEÑOR DIRECTOR:

Informo a Usted, que las personas Leticia Gabriela CORREA CARBALLO y Otros, carecen de antecedentes penales en ésta.

Saluda a Usted atentamente.

MINISTERIO DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO 3
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

Montevideo, 18 SET. 1992

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia

EL DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

JESUS CEFERINO PONTE PEREDA.-

22/9/92
S/S INT
9208846

9208846

002

CORREA CARBALLO, Leticia Gabriela
C.I. 2.014-665-6
C.C. CME 7485

CORREA RODRIGUEZ, Melchor
C.I. 1.917.966-4
C.C. AAA 7127

CORREA CARBALLO, Susana Marelin
C.I. 4.030.181-4
C.C. CME 7484

003 | 003 9203846

COPIA N. 5

9208107

SECRETO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
020810/SET/1992
(i)

1/4

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 26/92

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DEL DPTO. II(INF) E.M.E.

COPIA 2: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 4: SR. 2do.COMANDANTE DE LA D.E. I.

COPIA 5: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

24/9/92 - Conocimiento Sec. Admsc. Sado.

EL SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D. G. I. D.

Hector H. Liuis

SECRETO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
25 SE. 92
92088 47

001/4

FECHA: 3 SET 1992

Pase al Dpto. 3 a sus efectos.

Comisario
JOSÉ NÚÑEZ RODRIGUEZ

7 SET 1992

SIN ANTECEDENTES PENALES 7/9/92

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO Nro.3 . wis.

Montevideo, 14 de setiembre de 1992.

SEÑOR DIRECTOR :

Informo a Usted., que las personas Raquel Sandra AGUIRRE BARRABINO y Otros, carecen de antecedentes penales en ésta.

Saluda a Usted atentamente.

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO 3

Comisario
Luis Eduardo Urrutia

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

Montevideo, 16 SET. 1992 - BAF.

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia

SUBDIRECTOR NACIONAL DE INFORMACIÓN E INTELIGENCIA
INSPECTOR MAYOR
Ceferino Ponte Pereda

22/8/92
S/3INT
9208847

002

9208847

- AGUIRRE BARRABINO, Raquel Sandra
  C.I. 2.711.953-7
  C.C. BDB 56.013

- BARRABINO NAPI, Raquel
  C.I. 952.409-5
  C.C. BBA 18.889

- AGUIRRE BARRABINO, Gabriela Solange
  C.I. 3.221.692-2
  C.C. BDB 56.816

- DUDOK, Marcelo
  C.I. 1.784.444-1
  C.C. BZB 56.086

- EZEIZA, Ivonne
  C.I. 1.079.400-4
  C.C. BDB 26.590

- GARCIA, Adrián
  C.I. 1.044.844-2
  C.C. BCA 37.761

- DOMINGUEZ RAMIREZ, Daniel Alberto
  C.I. 2.603.509-5
  C.C. BRA 40.538

- DOMINGUEZ, Gualberto
  C.I. 1.597.538-1
  C.C. BTB 23.380

- RAMIREZ FELLOZA, Felipa Sofía
  C.I. 1.643.873-0
  C.C. BTA 14.144

- BARREIRA ACOSTA, Raquel
  C.I. 1.811.677-6
  C.C. BRA 31.567

- ACOSTA, Juliona
  C.I. 1.578.954-6
  C.C. BRA 26.758

- BORCHES PEREZ, Mercedes Irma
  C.I. 3.130.996-6
  C.C. BDB 55.755

- BORCHES MARTINEZ, Sabas Esmir
  C.I. 953.466-2
  C.C. FEF 1738

- PEREZ TERMEZANO, María Ider
  C.I. 1.458.977-3
  C.C. IDA 3587

- BORCHES PEREZ, Isabel Severina
  C.I. 1.861.363-3
  C.C. BDB 50.162

- BORCHES PEREZ, Blanca Daniela
  C.I. 1.861.354-4
  C.C. BDB 55.146

- FEIJO BARRETO, José Wilson
  C.C. BCB 41.271

- VINAGRE, Beatriz Emilia
  C.C. BCA 89.881

004|4

820834 7

COPIA N°. 5

SECRETO

9208213

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
040800/SET/1992
(i)

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 27/92

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DEL DPTO. II(INF) E.M.E.

COPIA 2: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 4: SR. 2do.COMANDANTE DE LA D.E. I.

COPIA 5: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

24/9/92 - Conocimiento Sec. Adtec. Secta

EL SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D. G. I. D.

Coronel
Héctor H. Lluis

SECRETO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha: 23 SET 1992
Pase a: Antecedentes Sub III
Nº de Orden: 92088 49

0013

17 SET 1992

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO Nro.3. wis.

Montevideo, 14 de setiembre de 1992.

SEÑOR DIRECTOR :

Informo a Usted, que las personas Jaqueline GONZALEZ CASARAVILLA y Otros, carecen de antecedentes penales en ésta.

Saluda a Usted atentamente.

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO 3

Comisario

Luis Eduardo Urrutia

SIN ANTECEDENTES PENALES

MINISTERIO DEL INTERIOR — DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA — DEPARTAMENTO 3

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

Montevideo, 16 SET. 1992 - Bar.

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia

SUBDIRECTOR NACIONAL DE INFORMACIÓN E INTELIGENCIA
INSPECTOR MAYOR

Ceferino Ponte Pereda

22/9/92
S/S INT
9208849

002 9208849

- GONZALEZ CASARAVILLA, Jaqueline

  C.I. 2.955.608-2

  C.C. HBB 2608

- CASARAVILLA NIEVES, Shirley

  C.I. 3.392.457-4

  C.C. BOA 10.362

- CHAPARRO DELGADO, Víctor Hugo

  C.I. 2.027.124-3

  C.C. BOA 13.844

- PEREZ , Mary

  C.I. 1.413.035-4

  C.C. AIA 9010

- PEREZ, Ruben Armando

- PEREZ, Francisco Constancio

- VEGA CUCARO, Mario Alex

  C.I. 2.010.007-0

  C.C. AIA 9008

003 /3 9208849

SECRETO

ORIGINAL

1/45

9208851

DIV. D.I.
MONTEVIDEO
[illegible] SET. 92
I.R.

M E M O R A N D U M   Nº 920/91/D.I.

REFERENTE A : SEMINARIO INTERNACIONAL "MERCADO, ECONOMIA Y SOCIEDAD"

TEXTO :

Entre los días 17 y 20 del corriente se realizó en la Hostería "Del Parque" en la ciudad de San José un Seminario Internacional : "MERCADO, ECONOMIA Y SOCIEDAD" organizado por la FEDERACION DE JOVENES LATINOAMERICANOS LIBERALES, RADICALES Y PROGRESISTAS (FEJOL). El mismo contó con la asistencia Técnica de CELADU, con el auspicio de la FUNDACION FRIEDRICH NAUMANN y la Intendencia Municipal de San José.

Dicho encuentro reunió a Dirigentes de :

a - El Club de la Libertad de la Juventud de la Unión Cívica Radical. (ARGENTINA)

b - La Juventud del Partido Liberal. (COLOMBIA)

c - Juventud del Partido Liberal Radical auténtico. (PARAGUAY)

d - Juventud del Partido Alianza del Centro. (CHILE)

e - Juventud del Partido del Movimiento Democrático. (BRASIL)

f - Federación de Juventudes Herreristas del Partido Nacional. (URUGUAY)

Los temas que se trataron fueron los siguientes:

a - La Economía del Mercado desde la óptica Liberal, analizando su funcionamiento desde los puntos de vista de las distintas organizaciones.

b - El fomento de la iniciativa propia para mejorar las condiciones de inversión.

c - Ecología y Economía del Mercado.

d - Reglamentación e intervención del Estado.

001 / 094

SECRETO

9208851

ORIGINAL

SECRETO

[illegible] de 3

- [illegible] un caso concreto donde intervienen los distintos actores del [illegible], [illegible], organizaciones orientales, gobiernos.

Participaron en representación de la Fundación [illegible] los siguientes:

- ULRIKE SCHMIDT - (ALEMANA)
- IMKE [illegible] - (ALEMANA)
- SABINE [illegible] - (ALEMANA)

Fue detectada la [illegible] de SELVA MARY VALENZUELA VIERA integrante de la Federación de Juventudes Herreristas del Partido Nacional; Esposa del Sr. Cap. Leonardo [illegible] (F.C. 6).

El Sr. WALTER [illegible] (URUGUAY). Se desempeñó como coordinador general del Seminario.

Se detectaron las siguientes matrículas: 330-536 Montevideo y 204-439 Montevideo. Las mismas fueron solicitadas a Policía de Tránsito, se ampliará.

Dicho Seminario concluyó el día domingo 20 a la hora 14, haciendo uso de la palabra el Sr. Martín SANNEMANN (PARAGUAY), Presidente de FEDSL.

Se adjuntan :

1 - Listado de Participantes, con Nº de C.I., nacionalidad, edad, profesión, domicilio, etc.
2 - Relación de Habitación que ocuparon en la "Hostería del Parque".
3 - Ponencia [illegible] para el Seminario por el Sr. Mauricio [illegible]. (COLOMBIA)
4 - Transcripción de la grabación lograda en el cierre del Seminario.
5 - Programa y horarios del Seminario.
6 - Documentación [illegible] en el lugar.
7 - [illegible] del Seminario a integrantes.

002 9208851

SECRETO

FECHA [illegible] INICIAL [illegible]

ORIGINAL

SECRETO

- [illegible] por un Periodista de la zona (GON-
ZALO BETARTE) con temas del [illegible] y [illegible]
[illegible] :

 - Flavia [illegible]ELZI (ARGENTINA)
 - Juan LE[illegible] (URUGUAY)

DISTRIBUCION : Original : Jefe Dpto. III(CP)
Copia 1 : Jefe Dpto. I
Copia 2 : [illegible] C.I.

003

9208851

SECRETO

ANEXO Nº 1

POBLACION FLOTANTE de: 20 SET 1992

HAB	NOMBRES 947587-4	DOCUMENTOS	NACIONAL.	EDAD	ESTADO	PROFESION	DOMICILIO 74	PROCEDEN.	INGRESO	EGRESO
10	Carlos Gutiérrez	1.410.676-3	ROU	65	C	Comerciante	Mdeo	Mdeo	19-9-92	20-9-92
2	Valeria Bisi Machado	1.686.745-4	✓	23	S	Estudiante	Mdeo	Mdeo	17-9-92	20-9-92
2	María Marquez Arce	363.4643-8	✓	22	S	Secretaria	✓	✓	✓	✓
2	Selma Valenzuela	3.291.182-9	✓	31	C	Docente	✓	✓	✓	✓
3	Martín Sanguinetti	PE (D.093)	Paraguay	32	C	[illegible]	Asunción	✓	✓	✓
3	Rodolfo Rolando Cáceres	1.912.310/4	ROU	27	S	Estudiante	Mdeo	✓	✓	✓
5	Rosario Gobia	2.834.013-5	✓	22	S	✓	✓	✓	✓	✓
5	María Briones	1.735.093-7	✓	27	S	Empleada	✓	✓	✓	✓
6	María Pantaso	DNI 1.827.049	ARG	25	S	Estudiante	Bs. As.	Bs. As.	✓	✓
6	Ulrike Schmidt	5.335632120	Alemana	22	✓	✓	Mdeo	Mdeo	✓	✓
7	Sabine Nitzer	PE 9648461	Alemana	24	✓	✓	✓	✓	✓	✓
7	Gianke Berling	PE 539NX[illegible]	Alemana	24	✓	✓	✓	✓	✓	✓
8	Francisco Portilla	PE 1967069	Peruano	24	✓	Abogado	Lima	✓	✓	✓
8	Francisco Alcaraz	PE 110.144	Paraguay	25	✓	Estudiante	Asunción	✓	✓	✓
12	Yesenia Ariza	PE 6330533	Colombia	28	✓	Estudiante	Bogotá	✓	✓	✓
12	Graciela Castro	529.066-8	ROU	32	✓	Docente	San José	✓	✓	✓
12	Blanca Detetto	2.846.241-2	✓	22	✓	Empleada	Rocha	✓	✓	✓
12	Ana Soraís Pereyra	3.115.341-4	✓	31	✓	✓	Mdeo	✓	✓	✓
13	Rodolfo Distel	PE 1212346	ARG	29	C	Contador	BS AS	✓	✓	✓
13	Eduardo Yacoub	DNI 1621425	ARG	30	S	Estudiante	Prov. Bs. As	✓	✓	✓
13	Juan Vallés	" 14.027[illegible]	✓	31	✓	Docente	Viedma	✓	✓	✓
14	Graciela Acuña	1.885.090-1	ROU	26	S	Administra-	Mdeo	✓	✓	✓
14	María Hernandez	3.282.522-4	004	24	✓	Estudiante	✓	✓	✓	✓
15	Flavia Heller	DNI 14885589	ARG	30	V	Contadora	Bs. As.	9208851		
15	Marta Pérez DNI	14820484	✓	32	C	[illegible]	[illegible]	✓	✓	

POBLACION FLOTANTE de: 20 Set 1992

Hoja 2 de

HAB	NOMBRES	DOCUMENTOS	NACIONAL.	EDAD	ESTADO	PROFESION	DOMICILIO 74	PROCEDEN.	INGRESO	EGRESO
16	Derlis Barto	1.178.255	Paraguay	25	S	Estudiante	Asunción	Mdeo	17-9-92	20-9-92
16	Ricardo Planchon	3.113.118-5	ROU	20	/	/	Colonia	/	/	/
17	Juan Lenguas	1.424.729-4	/	29	/	/	Mdeo	/	/	/
17	Edinson Ca Sulo	2001.129-1	/	26	C	Empleado	/	/	/	/
18	Yano Long	2.379.882-6	/	27	S	Abogado	/	/	/	/
18	Walter Menendez	3.9[illegible]-1	/	34	/	Sociólogo	/	/	/	/
19	Sergio Silva	2.796.207-9	/	22	/	Estudiante	/	/	/	/
19	Mauricio Uribe	8179169808	Colombia	20	/	/	Bogotá	/	/	/
19	Andrés Malofel	3.344.182-9	ROU	27	S	Secretario	P. del Este	/	/	/
20	Sergio Toro	9.657.525-4	Chile	25	/	Abogado	Chile	/	/	/
20	Víctor Hernández	8.[illegible]5378-6	"	22	/	Estudiante	/	/	/	/
20	Ricardo Encina	10.177.371-8	"	25	/	/	/	/	/	/

005

920885

HAB.	C	NOMBRE Y APELLIDOS	P		S	N
Nº 0		[crossed out]				
2 3	→	MILTON GUTIERREZ – URUGUAY RODOLFO ROLANDO – URUGUAY				
3 2		JUAN LENGUAS URUGUAY EDISON CASULO URUGUAY				
mat 4		[crossed out]				
2 6		ULRIKE SCHMIDT – F. NAUMANN MAURICIO URIBE – COLOMBIA				
2 8		FRANCISCO PORTILLO – PERU FRANCISCO ALCARAZ – PARAGUAY				
mat 10		[crossed out]				
2 5		MARIA INES HERNANDEZ – URUGUAY ROSARIO TOBIA – URUGUAY				
2 7		IHKE BERLING – FUND. NAUMANN SABINE NITZER – FUND. NAUMANN				
Nil 9		[crossed out]				
2 12 A		GRACIELA CORTE – URUGUAY BLANCA REPETTO – URUGUAY				
12 B		YESENIA ARIZA – COLOMBIA ANA GARCIA – URUGUAY				
3 13		RODOLFO DISTEL – F. NAUMANN EDUARDO MERODIO – ARGENTINA JUAN CARLOS VALLES – ARGENTINA				
2 15		FLAVIA MELZI – ARGENTINA MIRTHA PEREZ – ARGENTINA				
2 14		CECILIA BRANCA – URUGUAY GABRIELA ACUÑA – URUGUAY	←	HABITACION LIBRE JUEVES 17-9		
3 16	x	MARTIN SANNEMAN – PARAGUAY RAUL BENITEZ – PARAGUAY RICARDO [illegible] – URUGUAY		RECIEN SE OCUPA EL		
2 17		SELVA VALENZUELA – URUGUAY SILVANA [illegible]CELLI – CELADU		VIERNES AL MEDIODIA		
2 18		WALTER MENENDEZ – CELADU MARIO LONG – CELADU				
3 19		RICHARD RIVERO – URUGUAY DANIEL SILVA – URUGUAY ANDRES KRUGER – URUGUAY				
3 20		SERGIO TORO – CHILE RICARDO ENCINA – CHILE VICTOR HERNANDEZ – CHILE				

DEPART			SALE	HOY	ENTRA
22					
23					
24					

DOC POCO LEGIBLE

006

9208851

20 5 93 (Su)

ECONOMIA, MERCADO Y SOCIEDAD: UNA PERSPECTIVA JUVENIL Y LIBERAL

Ponencia elaborada para el Seminario: Economia, Mercado y Sociedad. San Jose de Mayo, Uruguay. Septiembre 1992.

MAURICIO URIBE LOPEZ
Secretaría de Juventudes y Estudiantes del Partido Liberal Colombiano.

PRESENTACION

El presente documento contiene un análisis preliminar acerca de los problemas que plantean las relaciones entre Economía, Estado, Mercado y Socieada civil, evaluando éstas según el escenario que las define y que les da forma: El debate entre lo público y lo privado. Este debate constituye buena parte de la substancia fundamental a la que se reducen muchos de los problemas cotidianos de la actual realidad latinoamericana y universal. Y es precisamente, en términos de tal cotidianidad que semejante substancia alcanza a ser un asunto de ética, de orden político, y de posibilidades reales para el ejercicio de la libertad en condiciones de prosperidad, distribuídas de manera equilibarda y en un escenario universalista promotor de la igualdad, carente de todo tipo de discriminación.

En esta perspectiva, resulta obvio que el criterio que unifica los planteamientos aquí expresados en éste documento es claramente liberal, y la autenticidad de ese liberalismo se apoya en su origen: Los estudiantes y jóvenes liberales.
La ausencia de toda posibilidad transaccional que implique una flexibilización de nuestros ideales hasta el punto de convertirlos en objeto de negociación, nos libra de tener un discurso amañado, cobarde reproductor de un statu quo que reviste características de escazo humanismo: Autoritarismo político; perpetuación de una sola élite en el poder; el alto nivel de coerción irracional que implica una dominación con carácteres casi físicos que relativizan olímpicamente los derechos humanos y que en últimas insinúa una crasa ruptura de la unidad dominación más razón, priorizando el primer término en un contyexto de crisis de hegemonía a nivel de lo nacional, y alto grado de dependencia a nivel de lo universal y su injerencia en las realidades endógenas de Colombia y de América Latina en general.

Los jóvenes liberales tenemos claro que la pugna política que

implica todo intento por la realización de [illegible] se debe llevar a cabo desde una perspectiva de continua dialéctica, es decir que el objetivo final no es la redención total y ahistorica, (porque tal postura entraña un mesianismo que a la larga reivindica el totalitarismo -contradictor en sí mismo- como instrumento de anulación de las contradicciones), sino que ha de asumirse la participación en ésta pugna con pragmatismo, concientes de la historicidad de los procesos sociales y siempre partidarios de la democracia liberal que le da más importancia al elemento razón, no tiraniza a las minorías, y tiende permanentemente hacia una solución equilibrada entre la libertad individual y la igualdad social.

Es por eso que la pertinencia del debate entre lo público y lo privado es indiscutible, ya que si se excluyen sus implicaciones del discurso sobre la libertad del individuo y la promoción de la riqueza, se puede (y por lo general es esto lo que ha sucedido) llegar a una peligrosa simplificación que ignora la correspondencia que siempre debe existir entre eficacia productiva, justicia social e igualdad ciudadana.

Queremos plantear unos lineamientos generales acerca de nuestra actitud frente a los asuntos económicos, de manera contextualizada y en la proyección de un debate más amplio sobre el particular en el que la juventud debe participar con su vigorosop aporte democrático. El planteamiento de tales lineamientos se circunscribe a interrogantes como estos: ?Hasta donde existe una crisis de la racionalidad en cuanto al divorcio entre el crecimiento económico y el bienestar general de las mayorías?;?Cuál es la naturaleza de la intervención del Estado?;?A qué conduce la coyuntura latinoamericana de los programas de ajuste y estabilización, la liberalización y la privatización?; ?Cuál es el efecto de la crisis sobre el bienestar en rel;ación con el deterioro ambiental y el problema ecológico?; ?Cuáles son las posibilidades reales de supervivencia planetaria?

Estas inquietudes entre muchas otras son objeto de impostergable reflexión, compromiso y acción por parte de la sociedad universal y latinoamericana, sus dirigentes, y l;a juventud que asume el reto hoy de toda ésta problemática.

1. EL PROBLEMA SEMANTICO DEL LIBERALISMO

Usualmente, cuando se hace alusión a la implementación de políticas económicas y liberales de marcado carácter ortodoxo, se les da el calificativo de "liberales". No estamos en disposición de advertir en ello un error puesto que una sola palabra está comprometida con varios significantes. Sin embargo, es imperativo hacer una aclaración -digamos ontológica- del término liberal, puesto que su uso indiscriminado no le hace ningún favor al

humanismo que lo libera

La filosofía liberal es connatural al ejercicio de la tolerancia y al uso de la libertad. La discusión se dá entonces en los siguientes términos: ?A quién le correponde esa libertad?. El liberalismo auténtico es de carácter universalista ya que asume a todos los individuos como iguales, y la categoría que sustenta esa igualdad es la de ciudadano. No obstante en el terreno de la praxis histórica se advierten una serie de regularidades relacionadas con el acceso sobre el bien de la libertad, que dejan ver que las posibilidades para hacerse a ese derecho son bastante inelásticas puesto que su desarrollo positivista condujo a una transformación del pensamiento antropocentrista hacia una posición "capitalocéntrica", sustentada en un sistema unidimensional que endilga la dirección de la sociedad a la dirección unicausal con el mercado promoviendo un tipo de hombre digamos, "unidimensional". El ciudadano como tal es socio del Estado, pero ésta categoría no comprende su ubicación en la organización de la producción y sus relaciones sociales. De ahi la paradoja entre la iguadad y la subordinación. Pero la existencia de ésta paradoja no valida la depreciación de la categoría ciudadano sino que por el contrario crea la necesidad del fortalecimiento de su condición de socio dentro de la democracia que obligue al Estado a establecer los controles necesarios que le garanticen no verse como "ciudadano económico"(1), sometido a una coerción ante la cual se halle inhabilitado para hacer valer sus derechos ciudadanos, aunque es claro que la esfera capitalista concibe siempre algún tipo de subordinación. Y es que el liberalismo está abierto a diferentes propuestas de organización de la producción que evalúa con criterio pragmático y entre las cuales se conciben las posibilidades alternativas de cogestión, formas de trabajo cooperativo, siempre que el costo en términos de eficacia productiva no termine sacrificando fuertes cantidades de riqueza que signifiquen un deterioro generalizado de las condiciones de bienestar.

De manera pues que el liberalismo trasciende al modo de producción capitalista. El liberalismo lo adopta en la medida en que éste ha demostrado un nivel de eficacia productiva y de formación de riqueza superiores a otros modos que ha ensayado la historia; pero como filosofía no se circunscribe a él de manera incondicional. "El liberalismo alcanzó su más alta cota de deformación cuando una parte considerable de sus seguidores abrazó la teoría calvinista de la predestinación. La concepción de que los éxitos económicos son prueba de la benevolencia divina (o como quiera que se llame), es crasamente antiliberal".(2)

El liberalismo preconiza el desarrollo individual para el uso de la libertad, y en ese sentido es defensor del individuo y como tal se contrapone al "estatismo", consecuentemente afirma al Estado como protyector de los derechos

PARTES
POCO LEGIBLES.

9208851

individuales, así que esa afirmación descalifica la exclusión hecha por el liberalismo económico, del Estado en los asuntos de economía pública que lo requieren para mantener el principio de la universalidad garante del derecho de todas y cada una de las personas.

El liberalismo económico apoya sus tesis en el egocentrismo y la acción individual en aras de intereses particulares, puesto que asume la felicidad social como la sumatoria de las felicidades individuales de tal forma que la "perversión"(3) de uno, se convierte en virtud social. Si la "perversión de uno" le conviene al agregado, lo consecuente es proteger la perversión y por esa vía se define que la protección es no intervenir para no alterar la sumatoriá, y así el "ciudadano económico" puede ser objeto de un alto nivel de coerción aún en desmedro significativo de su condición de ciudadano.

Las versiones más recientes del "liberalismo manchesteriano" conciben entre otras cosas que la intervención gubernamental favorece los monopolios, que el gasto público es la causa determinante del déficit fiscal (sin tomar en consideración la naturaleza misma del déficit en términos de la tributación proporcional a los recursos de los sectores o ingresos individuales, y sin tener en cuenta las altas tasas de interés pagadas por Operaciones de Mercado Abierto-OMAS- de venta de bonos como mecanismo de cubrimiento del déficit, que resultan regresivas en cuanto a equidad en la distribución del ingreso y subsidio de todos a los pocos que tienen acceso a los OMAS, y además el gérmen de un déficit futuro contenido en una deuda pública; y sin muchas otras consideraciones al menos en la aplicación de las políticas); que el control sobre el crédito con el fin de lograr dinero barato desestimula el ahorro porque se llega inclusive a tasas de interés negativas; y en general una serie de evaluaciones y decisiones benéficas al capital con u alto costo politicfo de autoritarismo y restricciones en las concesiones a las mayorías.

La filosofía liberal en cambio establece que "El derecho debe ante todo proteger a los débiles contra los poderosos, a los desposeídos frente a los propietarios, y no al revés"(4)

2. ECONOMIA Y POLITICA

En los modos de producción que desde el marxismo se definen como "antagónicos", la abstracción más relevante es la de las relaciones sociales de producción. Es en ellas donde se define tanto el antagonismo, como las posibilidades redentoras de un sistema "no antagónico" dadas por el desarrolllo de las fuerzas productivas.
Desde la concepción de la sociedad civil como escenario constituído a partir de una multiplicidad de relaciones que se imponen como consecuencia de la división social del trabajo y la pérdida de perspectiva individual del proceso

PARTES POCO LEGIBLES

social, encontramos que el [illegible] agregado se sustenta en el mercado, o en palabras de Hegel, en el "sistema de las necesidades" (Bedurfnise). Aquí el interés privado establece una cadena lógica de interdependencia en donde los "contratos" entre individuos constituyen una conexión individuo-sociedad que le da contenido al interés colectivo y es por lo tanto una forma política que subordina las particularidades a un orden social mediante la acción de las leyes del mercado. No obstante, la "mano invisible" no implanta la armonía de forma inmediata entre el interés privado y el interés colectivo puesto que las "leyes de bronce" del mercado sin regul;ación alguna conducen indudablemente hacia la decadencia a importantes sectores sociales, deteriorando las condiciones objetivas para la posibilidad de la democracia. "Bajo la conducción del Estado, y al ritmo del desarrollo de la actividad económica, cada pueblo avanza progresivamente en la universalización de su acción histórica"(5)

Aún así tenemos que la explicación de la regulación estatal y de la naturaleza misma del Estado no puede darse de todas formas unica y exclusivamente desde la economía política. Evidentemente hablar de economía política es hablar de una propuesta política, sin embargo la economía política ha estado circunscrita hasta ahora básicamente dentro del modo de producción capitalista. Esto ha dado lugar a un avance significativo en cuanto al estudio inherente a la lógica del capital, pero por otro lado ha relativizado muchos elementos sociales que no son de carácter estrictamente económico. Y es que no se puede asumir la separación didáctica de las ciencias sociales como un hecho real y verificable.

El materialismo dialéctico y la economía política ortodoxa tienden a ver lo económico como algo tan independiente que parece "asocial", siendo que está circunscrito por entero a la sociedad. Y lo económico en sí mismo se relaciona con los demás aspectos de una manera mucho más intensa de lo que creen quienes podríamos llamar los "mecanicistas de lo económico" o los "economistas mecánicos" quienes se someten a un hiperdeterminismo de lo cuantificable y/o predecible, que en últimas marginan tantos aspectos sociales de sus construcciones teóricas, que resultan un espejo mentiroso e inadecuado para el diagnóstico y la solución de los problemas.

Es por eso que el Estado y la organización política no se encuentyran parcialmente explicados y/o desarrollados en las propuestas políticas del hiperdeterminismo económico. La política no es un estricto elemento de la "superestructura" en términos del antagonismo en las relaciones sociales de producción. La tesis que se origina de ésta visión es que la sociedad civil se debe circunscribir plenamente al Estado hasta el extremo de plantear tamañas contreadicciones en si mismas como la del "partido único". Esa forma de hiperdeterminismo económico engendró un hiperdeterminismo

PARTES POCO LEGIBLES

social, encontramos que [illegible] agregado se sustenta en el mercado, o en palabras de Hegel, en el "sistema de las necesidades" (Bedurfnise). Aquí el interés privado establece una cadena lógica de interdependencia en donde los "contratos" entre individuos constituyen una conexión individuo-sociedad que le da contenido al interés colectivo y es por lo tanto una forma política que subordina las particularidades a un orden social mediante la acción de las leyes del mercado. No obstante, la "mano invisible" no implanta la armonía de forma inmediata entre el interés privado y el interés colectivo puesto que las "leyes de bronce" del mercado sin regul;ación alguna conducen indudablemente hacia la decadencia a importantes sectores sociales, deteriorando las condiciones objetivas para la posibilidad de la democracia. "Bajo la conducción del Estado, y al ritmo del desarrollo de la actividad económica, cada pueblo avanza progresivamente en la universalización de su acción histórica"(5)

Aún así tenemos que la explicación de la regulación estatal y de la naturaleza misma del Estado no puede darse de todas formas unica y exclusivamente desde la economía política. Evidentemente hablar de economía política es hablar de una propuesta política, sin embargo la economía política ha estado circunscrita hasta ahora básicamente dentro del modo de producción capitalista. Esto ha dado lugar a un avance significativo en cuanto al estudio inherente a la lógica del capital, pero por otro lado ha relativizado muchos elementos sociales que no son de carácter estrictamente económico. Y es que no se puede asumir la separación didáctica de las ciencias sociales como un hecho real y verificable.

El materialismo dialéctico y la economía política ortodoxa tienden a ver lo económico como algo tan independiente que parece "asocial", siendo que está circunscrito por entero a la sociedad. Y lo económico en sí mismo se relaciona con los demás aspectos de una manera mucho más intensa de lo que creen quienes podríamos llamar los "mecanicistas de lo económico" o los "economistas mecánicos" quienes se someten a un hiperdeterminismo de lo cuantificable y/o predecible, que en últimas marginan tantos aspectos sociales de sus construcciones teóricas, que resultan un espejo mentiroso e inadecuado para el diagnóstico y la solución de los problemas.

Es por eso que el Estado y la organización política no se encuentyran parcialmente explicados y/o desarrollados en las propuestas políticas del hiperdeterminismo económico. La política no es un estricto elemento de la "superestructura" en términos del antagonismo en las relaciones sociales de producción. La tesis que se origina de ésta visión es que la sociedad civil se debe circunscribir plenamente al Estado hasta el extremo de plantear tamañas contreadicciones en si mismas como la del "partido único". Esa forma de hiperdeterminismo económico engendró un hiperdeterminismo

PARTES POCO LEGIBLES.

LA REPUBLICA

y del desarrollo.

Es evidente que vivimos una etapa de amplias transformaciones a escala universal, y que éstas tienen un carácter indiscutiblemente histórico y conflictivo. Al unísono con el reordenamiento político de la posguerra fría, los cambios en las relaciones de poder, la caída y/o reemplazo de los totalitarismos de un lado, y el progresivo desprestigio de las instituciones democráticas, los regímenes parlamentarios y los partidos políticos, de otro; tenemos sobre nuestras cabezas todo el peso del proceso de reestructuración capitalista a nivel mundial.

La tendencial caída de la tasa de ganancia del capitalismo mundial ligada a los decensose en la productividad como consecuencia del crecimiento de los costos fijos, ante una rentabilidad de nuy largo plazo que quebranta la automática relación entre oferta y demanda como requisito para la expansión del mercado, es en últimas la expresión de una crisis de lo que podemos llamar "el ordenamiento institucional del capitalismo".
Tal ordenamiento institucional está ligado a la importancia de los costos fijos como elementos del "pacto social" de la mayor parte de lo que va de éste siglo (aproximadamente hasta loas 70s y 80s), funcionales en ese período a las necesidades valorativas de la acumulación.

El conflicto capital-trabajo ha tenido fuerza como congregante masivo que requiere por tanto de la concertación. Es la etapa que se define como la del Estado-Benefactor, basada en una organización de la producción dada en los esquemas de la gran empresa y del obrero de la masa con altos niveles de sindicalización, estos esquemas son: El taylorismo, el fordismo, y la regulación macroeconómica de corte keynesiano.

Este tipo de organización es supremamente funcional a las formas de producción continua de líneas de ensamblaje y consecuentemente a la instalación de unidades productivas más o menos rígidas, donde la variabilidad de los gustos del mercado se considerba relativamente estable debido a la escaza capacidad de diversificación y flexibilización de la estructura productiva.(7).

Pero tal funcionabilidad está consolidadndo la crisis y la necesidad de la reestructuración, en la medida en la que se ha construído con cierta independencia insostenible (para la lógica del capital) de las señales del mercado. Para vencer esa "independencia" es que se adelantan actualmente una sere de reformas destinadas a modificar la división internacional del trabajo, y a implementar la perfecta movilidasd de la oferta laboral,la diversificación y flexibilidad de la estructura productiva, la automatización y estandarización de los procesos de producción, la descentralización y atomización de los escenarios y de las relaciones sociales en

general para contrarrestar las rigideces institucionales (8) propias de la forma en que se conducen las demandas sociales, y para transferir muchos de los costos fijos a "contratistas independientes". Es por eso que por ejemplo, hay que evaluar todas aquellas propuestas de intensificación del apoyo a los sectores de microempresarios y a las organizaciones empresariales familiares como posibilidad redentora y de soberanía de las clases populares, puesto que estos son elementos estratégicos de la reestructuración capiitalista, destinados a reproducir después de mucho tiempo, circunstancias contractuales asimilables al salario a destajo, donde además la gran empresa mantiene una relación monopsónica frente a éste tipo de organización consolidando así una fuerte relación de dependencia de los microempresarios con respecto al gran cappital.

Lo cierto es que ésta crisis y la reestructuración a que da lugar no es un invento de los académicos, ni tampoco algo que se circunscriba de manera exclusiva al ámbito de lo económico, sino que se trata de algo que se nos ha dejado venir encima modificando parte de la estructura familiar por la mayor rotación y la demanda del trabajo femenino; la distribución del espacio urbano; la proletarización disgragada; la finalidad y la orientación del sistema educativo; la descalificación del trabajo, implementando la sublimación del mercado como forma política consecuentemente con el desmonte de las garantías sociales propías del Estado-Benefactor; y la deslegitimación desde el capital de las instituciones políticas (El Estado, el Parlamento, los Partidos), por constituir obstáculos llenos de rigidez para las necesidades de amplia movilidad de factores y sometimiento a los dictámens del mercado, funcionales a los nuevos requisitos valorativos de la acumulación.

Es indiscutible en todo caso que Estado interventor de corte keynesiano tuvo una profunda crisis en los años 70s, y que las razones de esa crisis están dadas en buena parte por el deterioro de la intervención estatal en la economía. La corrupción ligada a ciertas discrecionalidades del "aparato estatal" (licencias de exportación e importación; régimen aduanero y régimen fiscal, licitaciones públicas para la realización de 'megaproyectos', etc.); la adopción de tutelas proteccionistas para promover la industria, pero que fueron degenerando en la promoción de la concentración y el fortalecimiento de poderes oligopólicos: "En Colombia, las grandes sociedades anónimas son patrimoniales, cerradas, ineficientes, evaden el cambio técnico y no corren riesgos en la búsqueda de nuevos mercados, de tal modo que crean poco empleo y lo que hacen más bien es fugar capital"(8). Además, el crecimiento económico en América Latina durante la vigencia más intensa del Estado Benefactor no cumplió con el objetivo propuesto por la teoría del "rebalse del crecimiento" de Kuznets, que a grosso modo sostenía que en las primeras fases del crecimiento económico con niveles bastante modestos de ingreso per cápita, la equidad en la

PARTES POCO LEGIBLES.

distribución del ingreso [illegible] con [illegible] de éste. los terminos de la distribución se deterioraban ampliamente pero luego, después de pasar por cierto nivel de ingreso per cápita, la equidad en la distribución se recuperaba vertiginosamente(9). Pues bien, tal rebalse quedó en entredicho y el malestar social a finales de los años setenta en el continente latinoamericano fué particularmente intenso.(10). "En su peor momento, en 1977, el número de ocupados pobres –en Colombia– alcanzó a representar el 45% de los ocupados en las cuatro principales ciudades del país y el 50% en las tres ciudades siguientes".(11)."...el DANE-Departamento Administrativo Nacional de Estadistica- encontró que en Colombia hay cerca de 11.5 millones de pobres en sentido absoluto, puesto que tienen necesidades basicas insatisfechas. Aunque el número de pobresw se reparte aproximadamente en partes iguales entre las zonas urbanas y las rurales, y la incidencia de la pobreza es mucho mayor en el campo que en la ciudad".(12)

Pero ante todo esto la actitud pertinente no se debe dar en términos de la desligitimación de la necesidad de la intervención estatal. Es decir, la actitud válida aquí no es la sublimación del mercado ante el fracaso del "modelo interventor", puesto que el desgaste de éste tipo de Estado no es argumento para premiar a un sector privado oligopólico cediéndole la discrecionalidad sobre los asuntos propios de la economía de los servicios públicos, bajo el supuesto de un régimen de competencia, que para el caso de las economías latinoamericanas donde las dimensiones del mercado son supremamente modestas, no es otra cosaq que una perfecta falacia teórica (13). incorporarla
Luego, no es que la intervención halla hecho crisis, hizo crisis untipo especifico de intervención que puso bastante énfasis en el tamaño del 'aparato estatal'(14) y descuidó la evaluación rigurosa de la planeación del Estado con criterios técnicos que no excluyeran evidentemente los beneficios y costos de carácter social, pero que sí se midieran en cuanto a la fqactibilidad y las posibilidades reales de financiamiento. Esta falencia, por ejemplo, es una de las causas de la crisis de la deuda externa y por tanto de las presiones inflacionarias sustentadas en la devaluación del tipo de cambio que golpeaba o golpea a los trabajadores por la caída de los salarios reales a que éste tipo de politica dá lugar por la vía de las presiones sobre oferta monetaria y déficit fiscal alimentado en parte por el servicio mismo de la deuda.

Por el contrario, la necesidad de la intervención se hace explícita independientemente del relativo fracaso del Estado Benefactor, en una serie de categorías económicas que constituyen categorías particulares y muy importantes para la acción politica del interés colectivo: Los monopolios naturales (telecomunicaciones, servicios domiciliarios, etc.) donde la presencia "competitiva" de varias empresas sería absurdamente costosa por tratarse de economías crecientes a

PARTES POCO LEGIBLES.

escala(15). En este nivel los monopolios naturales se puede estar abierto a propuestas mixtas tales como la privatización de la gestión administrativa conservando el control accionario por parte del Estado. Esto depende de las circunstancias particulares y de los problemas específicos de eficiencia y de las consideraciones estratégicas a que haya lugar.

Otra categoría inmensamente importante es la de las Externalidades, cuyo carácter es tanto positivo como negativo. En sentido estricto una externalidad es un costo o un beneficio que trasciende el costo o el beneficio particular de los agentes económicos para constituirse en un costo o beneficio social. Así pues que las externalidades son un escenario fundamental para la acción del Estado por su intimidad connatural con el interés colectivo. Una externalidad positiva es por ejemplo la calidad de la educación, y una externalidad negativa la constituye el caso de la contaminación ambiental. Las externalidades se suelen identificar con los Bienes Meritorios (bienes bueno o bienes"malos" o males), pero en estos últimos lo relevante es un juicio de valor más o menos subjetivo de la opinión pública sobre su conveniencia.

Los Bienes Públicos se definen como aquellos donde no hay rivalidad en el consumo en el sentido en que una demanda individual no reduce la disponibilidad del bien para los otros individuos. El bien público puede ser o no gratuito, pero el cobro no es más que una compensación tarifaria para el mantenimiento y jamás un precio, ya que un bien público es opuesto por naturaleza a toda forma de exclusión. Y es que la exclusión es casi que técnicamente imposible o por lo menos muy costosa si se tiene en cuenta que este tipo de bien involucra la producción conjunta, es decir que una vez producido se halla a disposición universal en ausencia de todo costo por beneficiario adicional.

Además otra característica natural de un bien público es la de la indivisivilidad de la oferta que implica que su ofrecimiento sólo se puede hacer en bloque.
La administración de justicia -al menos ontológicamente- constituye un ejemplo de un bien público puro, como también lo constituye un puente peatonal o un parque citadino. Un bien publico puede tener origen en el Estado mismo, o puede provenir de un "aporte" del sector privado, sin embargo su carácter público no es, ni puede ni debe ser transable.

La intervención del Estado contiene también una razón trascendental en términos de las estrategias de largo plazo donde el análisis beneficio costo implica una serie de consideraciones "externas" fundamentales. El uso de la política fiscal como instrumento para la obtención más equitativa del ingreso(16), o para intervenir en la supresión de amplias desigualdades sociales y regionales.

Por último, el problema de la intervención estatal en América Latina no se puede reducir a una discusión sobre cuál es el tamaño óptimo del Estado. Y es que el problema trasciende toda argumentación a ese nivel: El problema es la existencia misma del Estado. ?Desmontar lo que aún no se ha consolidado?, eso carece de toda lógica. Una sociedad como la colombiana en la que ni siquiera el monopolio de la fuerza es una discrecionalidad real e indiscutible del Estado, donde éste no recoge la diversidad de las relaciones sociales pletóricas de características premodernas que aún hoy reproducen esquemas serviles como los del clientelismo político, cuya racionalidad sublima al "aparato estatal" como instrumento coercitivo de orden privado. Una sociedad que para usar los términos de Sergio Zermeño está sujeta a una modernización tardía o desarticulada (a diferencia de la modernización temprana de los países del Cono Sur), no puede lanzarse frenéticamente a las aguas de la liberalización a ultranza y asimilando la privatización a la solución de los problemas del uso adecuado de los recursos, siendo que el elemental carácter público de la categoría Estado está ampliamente en entredicho, y su incertidumbre cohonesta un escenario difuso de revanchismos en el que se diluye la realidad de un proyecto consensual de sociedad.

3.2 Descentralización

Actualmente los jóvenes liberales y algunos grupos de estudiantes universitarios de Bogotá hemos tenido que abordar el problema de la descentralización con cierto rigor, debido a que el análisis de las reformas en el terreno de la educación nos han obligado a ello.

Ciertamente el problema de la descentralización irrumpe vehementemente en casi todos los ámbitos de la relación entre Estado y sociedad civil, y al interior de ésta; es seguro que el futuro de sectores como el de la educación, la salud y los servicios públicos fundamentales y domiciliarios, así como las relaciones de carácter político y de regulación están circunscritas al desarrollo cualitativo y cuantitativo del proceso descentralista.

En principio la descentralización constituye un instrumento que en consideración a las diferencias del desarrollo regional y lo impertinente que pueden llegar a ser las políticas gubernamentales uniformes en localidades con necesidades y características nuy específicas, permite al poder local orientar más tales políticas de acuerdo con las prioridades de la comunidad en particular. Concibe además mayores niveles de participación ciudadana en la medida en que abre más canales institucionales para la gestión social.

Sin embargo, los procesos descentralistas no pueden abordarse independientemente de las transformaciones en las relaciones sociales y la modificación del tipo de regulación funcional a

PARTES POCO LEGIBLES

017 9208851

las fases particulares de la acumulación. La descentralización es un instrumento susceptible de ser ampliamente prostituido en aras de algún proyecto político, económico y social, no necesariamente democrático (por ejemplo el neoliberal). Y es que la descentralización en sí misma no implica un contenido democrático puesto que la apertura de canales institucionales a nivel local pueden dar lugar a una "estatización" de la sociedad civil, en la medida en que ésta se asimila a las estructuras mismas del aparato estatal, y que la localización espacial muy puntual del escenario para la gestión de las demandas sociales le dá vía libre a su fragmentación y consecuentemente a su debilitamiento.

Asumir el proceso descentralista como una estrategia de disminución del déficit fiscal vía descenso del gasto público social y la financiación de éste por medio de impuestos indirectos y como un instrumento para el cumplimiento del "divide y reinarás", retirándose responsabilidades gubernamentales en la calidad y niveles de prestación de servicios a la vez que se endilgan responsabilidades en ese sentido a los municipios, sustentándolas en transferencias y rentas de destinación especifica que están sujetas a la evaluación de los criterios de eficiencia sobre cómo invierte el municipio en la perspectiva del costo-beneficio, y creándole la necesidad de recaudar impuestos es en últimas asumir la descentralización como una vía intermedia para la privatización de servicios públicos fundamentales, y como mecanismo del autoritarismo para mantener a raya la organización nacional de los movimientos sociales. "El sometimiento de la prestación de los servicios a los criterios privados (cuando menos) y la privatización directa de los reductos publicos que hoy son monopolio del Estado sera la consecuencia de la descentralización administrativa".(17).

En esta perspectiva, debe quedar claro que una cosa es la asesoría gubernamental para la aplicación de criterios técnicos en la planeación local, y otra muy distinta es el sometimiento de las transferencias a criterios exclusivos de costo beneficio sin la evaluación "externa" -social- de los proyectos.
No se debe desestimar tampoco la apertura de canales institucionales, siempre que al unísono se fortalezcan las garantías para la organización estratégica de la gestión de las demandas sociales, del intercambio de información a nivel nacional, de las experiencias particulares, y la posibilidad de que el alcalde o el líder local que ha sido elegido popularmente pueda liderar en unión de su comunidad, gestiones de protesta ante el Estado central sin que esto implique una inhabilidad o incompatibilidad que dé lugar a que sea removido fulminantemente por el gobierno nacional o su superior jerárquico. Esto, unido a la discrecionalidad popular sobre el poder de revocvatoria del mandato, evita la asimilación "estatal" de la sociedad civil, proceso semejante

PARES
POCO LEGIBLES.

al totalitarismo estatista que desprecia a los individuos y que por ello es evidentemente antiliberal. Además le da contenido democrático al instrumento de la descentralización.

Así pues que se puede acusar la posicion de los jóvenes liberales con respecto a éste tema, de ser excesivamente ecléctica, pero lo cierto es que el liberalismo auténtico no descalifica a priori ninguna propuesta sin antes evaluar su sentido, sus limitaciones y sus posibilidades tanto de manipulacion, como la forma de relativizar ésta en aras de un contenido decididamente democrático. En esos términos, la participación plural en juntas administrativas de orden local, o juntas departamentales de servicios públicos, son en principio, en ausencia de operacionalizaciones y reglamentaciones amañadas, escenarios completamente válidos para la busqueda de alternativas y la decisión por proyectos que maximicen el bienestar social y las posibilidades reales de libertad para todos los socios del Estado y los miembros de la comunidad.

3.3 AJUSTE Y ESTABILIZACION

Es evidente que un manejo macroeconómico irresponsable conduce a experiencias tan amargas como la del caso peruano, luego del tratamiento exageradamente populista y demagógico de los asuntos de la hacienda publica, las politicas fiscal y monetaria, por parte de un régimen exageradamente demagógico. El endeudamiento progresivo del gobierno con la banca central, más la consecuente emisión monetaria para sufragar los costos de funcionamiento del aparato estatal y el gasto público social realizado con criterios difusos no digamos en términos de eficiencia sino de eficacia, añadido a un desprecio por el sector externo al no incentivar las exportaciones, con presiones de deuda externa y bloqueo económico en razón a las cxondiciones de dependencia, confluyen hacia un deterioro geométrico de los indicadores económicos, y hacia el empobrecimiento colectivo como consecuencia de la hiperinflación y la rotunda caída del crecimiento (estanflacion).

Sin embargo, como ya lo hemos sostenido, la mala aplicación de un instrumento no lo desestima, así como el uso inadecuado de una politica no significa que el uso en sí mismo deba ser vetado o ampliamente restringido. En ese sentido, la perspectiva monetario fiscalista(18) que se ha impuesto con cierta fuerza por medio de los programas de ajuste y estabilización en varios países de América Latina, demuestra una preocupación por la estabilidad macroeconómica que en principio es sana, pero que sublima tal estabilidad por encima de cualquier consideración sobre el crecimiento, el desarrollo y la equidad distributiva del ingreso, y que su metodología se asocia al retiro del Estado de ciertos asuntos

PARTES POCO LEGIBLES.

estratégicos del desarrollo a largo plazo, al mismo tiempo que hace caso omiso de las fracturas estructurales de las economías latinoamericanas.

Se considera, que si los desequilibrios agregados son el resultado del exceso de gasto, o se aumenta la producciòm y la renta disponible, o simplemente se reduce tal gasto. La recomendación ortodoxa, aun reconociendo la no neutralidad de la caída del gasto público social en cuento a la distribución del ingreso, enfatiza la necesidad de ésta baja puesto que según su análisis el aumento de la renta disponible implica un alza tributaria, y en primera instancia tal alza desestimula la inversión privada. Además, según su punto de vista, si se mantiene el gasto público social en altos niveles, la caída en la tasa de interés dada por la política fiscal restrictiva que podría estimular la inversión del sector privado como consecuencia del descenso en el costo de uso del capital, sería ampliamente neutralizada por la política fiscal expansiva (Inversión pública y gasto social) que presiona de nuevo hacia arriba al tipo de interés.(19) Lo relevante entonces para el modelo es la aplicación de la "gestión de demanda" como pilar del ajuste, el cual se hace explícito con la adopción de las siguientes medidas: "Reducción del gasto publico; control de la oferta de dinero; reducción de salarios reales; elevación de la tasa de interés; devaluación; supresión de subsidios y de controles de precios"(20)

En este nivel, lo que se plantea no es el sacrificio en la distribución del ingreso a la espera del "rebalse" de éste con el incremento del crecimiento económico luego de describir la parábola de Kuznets, sino el sacrificio del crecimiento mismo.

Al igual que la demagogia a ultranza, el ajuste también ha provocado amargas experiencias, puesto que a lo largo de los 80s. el PIB per cápita de la región cayó en un 8.3%(21) y las presiones inflacionarias persisten en la medida en que las posibilidades de un equilibrio en la balanza comercial se reducen por el proteccionismo de los grandes bloques económicos del mundo, el déficit comercial norteamericano, de un lado, y de otro la caída en los salarios reales y la presión monetaria ejercida por la devaluación.

Si en América Latina la inversión es fundamental en los niveles del PIB, siguiendo más o menos los postulados de la ley de Wagner, la caída del gasto público trae consigo un debilitamiento vertiginoso de la economía en aras de una frágil estabilidad.

En suma, la filosofía de las políticas de ajuste desestima como secundarias las influencias del régimen internacional, la deuda externa, el deterioro de los términos de intercambio -que no es ninguna falacia cepalina-, y acusa al Estado de ser el promotor unívoco de la crisis inflacionaria. Nos

exhiben el [illegible] chileno como una precea del modelo sin tener en cuenta por ejemplo que el apostarle a las exportaciones poco diversificadas es apostarle más a la dependencia, y donde en ultimas se ha puesto en práctica la pavorosa tesis en la que "se sacrifica un mundo para pulir una estadística"(22)

aquí crecer y distribuir es inadmisible, y las nociones han de conformarse con el freno a la caída del crecimiento y el control de la inflación.

4. EL PROBLEMA ECOLOGICO

El problema de la supervivencia planetaria pone de manifiesto una auténtica crisis de la racionalidad cartesiana tradicional en la que el hombre está dispuesto a cometer las torpezas más enormes, poniendo en jaque hasta sus posibilidades de reproducirse como especie, actuando a pesar de ello, de manera "racional". Se hace presente entonces, la impertinencia de las tesis eficientistas por la sublimación del criterio costo-beneficio en la perspectiva de los agentes económicos individuales, ya que como lo hemos sostenido antes, tal criterio es ajeno al problema de la escasez de los recursos naturales, y al problema del deterioro ambiental como una externalidad negativa.

Incorporar en la metodología contable de los particulares el factor Riqueza Natural, siendo consecuentes con la escasez real de los que antes se consideraban bienes libres, (es decir donde el exceso de demanda por el bien es menor que cero, y el precio es igual a cero), aunque representa un avance en términos de la incorporación de tal situación de escasez de los recursos naturales al análisis económico, y una orientación ecológica de la economía de mercado, no es suficiente en consideración a que tamaña externalidad es un asunto de supervivencia planetaria.

Algunos liberales alemanes por ejemplo, hacen una análisis de fases al desarrollo de la economía: Economía de mercado libre (donde el factor de producción más relevante es el capital); la economía de mercado social (donde los niveles mayores de productividad alcanzados permiten la realización de garantías sociales a la clase trabajadora, que superen el simple requisito de su reproducción dada por la subsistencia); y la Economía de Mercado Ecológico, en la que el factor de producción Riqueza Natural es tan relevante como el capital y el trabajo.

"Lo técnicamente realizable, lo económicamente posible y lo socialmente deseable, sólo puede desarrollarse si se justifica desde el punto de vista ecológico. La prueba de la

PAPELES
PUBLICACIONES LEGALES

9208851

tolerancia del medio ambiente es la vara de medición de esa justificación"(23).

No obstante no es suficiente la evaluación ecológica de los proyectos, puesto que la magnitud del costo social a que dá lugar el deterioro del ambiente tiene efectos de largo plazo muy difíciles de ser incorporados al análisis de un agente económico particular. Además, si la economía social de mercado requiere de la intervención estatal para evitar las arbitrariedades de la subordinación y en general de la pérdida de perspectiva social del criterio privado, mucho más se necesitará de la acción pública en el terreno ecológico. La "pureza" de la racionalidad privada que nos enrostran sin mayor conocimiento de causa no fué considerada por el mismo Adam Smith, a quien le atribuyen una paternidad teórica que le pertenecería más a Calvino. Ya mucho antes de la existencia de los grandes "truts" comerciales y financieros, y de las sociedades anónimas, Smith nos hacía ésta advertencia: "El interés de los negociantes... de cualquier ramo del comercio o de la industria es siempre diferente en algunos aspectos del interés del público, e incluso opuesto a él... Cualquier nueva ley o regulación del comercio propuesta por ese estamento debería siempre escucharse con gran precaución y no adoptarse nunca sin antes examinarla larga y cuidadosamente, con la atención, no sólo más escrupulosa, sino incluso más suspicaz. Hay que tener en cuenta que proviene de un estamento cuyo interés no coincide nunca exactamente con el del publico, estamento generalmente interesado en engañar o incluso oprimir al público, y que consecuentemente, en muchas ocasiones, lo ha engañado y oprimido".(24)

Así pues, la investigación científica destinada a reducir el impacto ambiental de ciertas industrias, la adaptación de tecnologías no contaminantes; la educación ecologica; la política de reservas naturales y de parque nacionales como instrumento protector de la biodiversidad; son asuntos que tienen que definirse a nivel de la estrategia misma del desasrrollo nacional, donde el Estado pueda concertar e incentivar modificaciones, y en un caso dado imponerlas, sobre las metodologías productivas de industrias contaminantes.

De nuevo aquí, vemos que para el caso latinoamericano la situación es supremamente compleja por razones históricas. Es decir, la estructura de la propiedad agraria hacendil, excluyente, la violencia rural para el caso colombiano, y la implantación del paradigma norteamericano en la agricultura (Uso intensivo de capital en grandes áreas de terreno dedicado a un sólo cultivo poco competitivo por el costoso control de las condiciones tropicales -insectos dañinos cuyo control en los países templados es natural debido al régimen de estaciones) han reproducido la dependencia, y han arrojado masas campesinas (las que no migran a la ciudad) hacia las laderas de las montañas y la selva, "colonizando"

PARTES POCO LEGIBLES.

9208851

tierras no aptas para cultivo, sembrando allí elementos de pan coger (cultivo de subsistencia), atentando contra la biodiversidad, y afectando la disponibilidad de recursos fundamentales como el recurso hídrico. De ahí que que el ofrecimiento internacional de comprar deuda por naturaleza carezca de una importancia real en la medida en que el proteccionismo del primer mundo no permite una rentabilidad exportadora para América Latina que le dé posibilidad a ésta de contar con recursos propios para ésta area. Y es que el esquema de la compar de la deuda -susceptible de evaluarse para cada caso y en algunos capaz de demostrar cierta conveniencia- se dá en un escenario de dependencia que "ata" parte de la inversión nacional a los criterios del "comprador" de la deuda.

Además, 11.5 millones de pobres en Colombia y cifras superiores en muchos países del continente.?no es un problema grave para la supervivencia?. A vuelo de pajaro uno puede observar en los ultimos informes del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo PNUD, una "copa de champagne" donde la parte delgada es la riqueza que está en manos del 60% de la población mundial.(25)

5. LIBERALISMO SOCIAL Y LIBERTAD

La historia del liberalismo colombiano escribió en la década de los años 30s una pagina ilustre en el terreno de las políticas progresistas y de vanguardia social. "La Revolución en Marcha" adelantada durante la administración del presidente Alfonso López Pumarejo, ha sido uno de los proyectos más importantes de modernización y de desarrollo social emprendidos en el país en este siglo. La filosofía de las reformas, encarnada en una juventud liberal y progresista, estaba nutrida con las ideas antiimperialistas y no sovietistas de individuos de la talla de Víctor Raúl Haya de la Torre, José Carlos Mariátegui, el mejicano José Vasconcelos, e imbuídas de la teoría "solidarista" de León Duguit, que concebía la libertad como una función social, y el derecho entendido como la no obstaculización del derecho ajeno en un escenario promotor del criterio de responsabilidad social en los individuos.

Con esa orientación, el liberalismo acometió la reforma tributaria con la ley 69 de 1936, que creó el impuesto al patrimonio en una consideración socialmente equilibrada para la obtención de recursos estatales; la reforma al régimes agrario o la ley de tierras o ley 200 de 1936, que le dió facultades al gobierno nacional para expropiar aquellos terrenos sin uso economico o destinación social, y amplio las posibilidades para que individuos diferentes a los latifundistas tradicionales estuvieran en capacidad de acreditar títulos de propiedad.

PARTES POCO LEGIBLES.

El 6 de septiembre de 1934, el presidente López hablaba en estos términos: "...existe también, autorizando y estimulando la acción subversiva, una agitación espontánea provocada por las condiciones injustas e irregulares que soportan los trabajadores de grandes empresas agrícolas o los colonos que vinculan su esfuerzo a terrenos comúnmente baldíos. Sería inútil tratar de sostener que los labriegos no tienen motivos de queja contra los patronos de ciertas fincas... Están en plena vigencia legal, en todos los casos, procedimientos para someter cualquier brote de rebeldía del trabajador... Pero no hay todavía ningún modo de obrar sobre los propietarios de tierras y grandes industrias para prevenir los conflictos con un criterio más humano, más liberal, más generoso, que corrija las injusticias e impida la aplicación de algunos reglamentos de trabajo, que mantienen al campesino sujeto a un régimen feudal"(26).

Carlos Salinas de Gortari, en el 63 aniversario del PRI, pronunció un discurso reproducido por la revista internacional PERFILES LIBERALES, en el que señala que el liberalismo social no puede ser entendido como un estatismo omnipresente en la cotidianidad de los individuos, pero tampoco se puede concebir un Estado "ausente", ajeno a las desigualdades en el mercado, e indiferente ante las demendas sociales. Entre tanto, los neoliberales conciben la democracia como una teoría del juego donde el individuo apuersta aisladamente, donde la justicia se las arregla sola, donde la educación se sujeta a la discrecionalidad individual e inconexa. "Los nuevos reaccionarios por su parte, excluyen cualquier participación de la sociedad en la educación, son intolerantes y también dogmáticos. Para el liberalismo social, la educación es parte fundamental del desarrollo integral del país, y los maestros, actores básicos en la lucha por la soberanía y por la justicia social". (27).

En América Latina algunos han decidido resolver el conflicto entre "viabilidad macroeconómica" y democracia, divorciando estos dos criterios, lo que constituye una antitesis al desarrollo. La libertad no es libertad si está parcelada, fragmentada, y "asignada" de acuerdo con el resultado de la pugna "hobessiana". La libertad es un elemento de la civilización que no admite una "selección natural" en lo social. Acordémonos que la tesis de "lo mejor" para "el mejor" tiene un profundo contenido fascista. ?Quién es el mejor?. Emitir un criterio en ese sentido imp-lica hacer uso de la "racionalidad" antiliberal de la discriminación.

Es así como la responsabilidad en la conducción de las economías es funcional al desarrollo, y éste se dá en relación con el grado de libertad política, consolidación cultural, y no sólo nivel sino calidad de vida para la autorrealización del individuo. Considerar que esto no es posible, y renunciar a ello, es demostrar una actitud miserable frente al hombre.

PARES POCO LEGIBLES

El [illegible] humanista, como tal crée en el hombre y tiene fe en el pueblo, y no admite una claudicación tan cobarde [illegible].

Hay ciertos nudos en la historia que nos ubican ante alternativas más o menos similares a las que se enfrentaron los pueblos en el pasado. Los jóvenes latinoamericanos de hoy no podemos olvidar el ejemplo de individuos como Bolivar, Martí. Santander,Artigas,Felipe Solano López, Lincoln, Whitman, y tantos otros precursores recordados y anónimos de la modernidad democrática universal.El debate entre "los civilizados de la barbarie y los bárbaros de la civilización" de Los Miserables de Victor Hugo, se reproduce constantemente en nuestra historia.

NOTAS

1. El término "ciudadano económico" es usado por FLACH, Karl Hermann en : El Futuro de la Libertad (la nueva oportunidad de los liberales). Tercera ed.1986. Fundación Friedrich Naumann.
2. FLACH,K. Ibid.
3. La expresión "perversión" se toma aquí en el sentido del afán por la obtención de plusvalor y la maximización del beneficio sin consideración alguna sobre el bienestar social.
4.RESTREPO, Luis Alberto. Relacion entre la Sociedad Civil y el Estado, en revista Análisis Político núm.9 Enero-abril de 1990.
5. BEJARANO, Jesus. Teoria y modelos del desarrollo. Transcripción de la conferencia dictada el día 15 de sept. de

PAREDES TOBO LEGUIZ...

1987 en la Facultad de Estudios Interdisciplinarios de la Pontificia Universidad Javeriana.
6. "Todo transcurrió tan sutilmente por medio siglo que nadie jamás soñó con el cambio radical del escenario que actualmente presenciamos. Elcapital destruye ferozmente los sindicatos. Los gobiernos desmentelan el Estado de Bienestar". ROJAS, Fernando. Tecnología de la Información: Una nueva estrategia capitalista de subordinación de los trabajadores. Cuadernos de Economía. Universidad Nacional. Vol VIII. num 11. 1987. Bogotá. Pág. 34-35.
7. Ibid.
8. KALMANOVITZ, Salomón. ?Cuánta Apertura?. En revista CIENDIAS. Vol III. N. 11. Julio-sept de 1990. pp.20-21.
9. La curva de distribución tiene forma de U, y se le denomina usualmente. "la parábola de Kuznets".
10. En el caso colombiano hay que recordar las dimensiones del paro nacional de 1977 durante el gobierno del presidente Alfonso Lopez Michelsen.
11. LORA.Eduardo. La Estructura de la Economía Colombiana. En Introducción a la Macroeconomía Colombiana.Eduardo Lora y José Antonio Ocampo (coordinadores). Tercer Mundo-FEDESARROLLO.Bogotá pág 64 1989.
12. Ibid. pág 68.
13. Lo que no significa que en lo posible no se trate de promover cierto nivel de competencia. La critica aquí se sustenta en que por fallas estructurales de las economías latinoamericanas que quiebran los supuestos de la competencia como la plena información y la perfecta movilidad de recursos, y los servicios estratégicos que no se pueden dejar a la deriva de la interacción entre la oferta y la demanda.
14.El tamaño del "aparato estatal" es algo muy diferente al tamaño del Estado. Más adelante veremos que uno de los problemas básocos de muchos paises latinoamericanos es precisamente la pequeñez y la debilidad estructural del Estado.
15. "otro factor que ha sido postulado como un determinante básico de la mayor presencia estatal en la economía lo constituye el proceso mismo de crecimiento. Este postulado conocido como la ley de Wagner, asocia el crecimiento en el PIB per cápita con la ampliación de la participación del sector publico en el PIB total, afirma implícitamente que la demanda de bienes públicos tiende a crecer más rápidamente que el ingreso nacional". BERNAL, Joaquín. Política Fiscal, en Introducción a la macroeconomía colombiana. op.cit.
16. En una economía creciente a escala los costos tienden a ser decrecientes, o mejor no existen rendimientos decrecientes. En estas circunstancias es absurdo hablar de equilibrio competitivo, puesto que aquí lo que establece es una progresión que no converge ya que no hay lugar a las restricciones productivas de costos marginales. Y si no converge pues no hay competencia. Mirándolo desde otro, las caracteristicas técnicas de un monopolio natural hace inmensamente costoso "parcelar" y/o segmentar la oferta.
17. RESTREPO, Darío. Descentralización , Democracia y Estado Autoritario. Cuadernos de Economía. Universidad Nacional.

PARTES POCO LEGIBLES

N.11. 1987. Bogotá, pág.128.
18.Ver documento FMI. Informe presentado por Miguel Bonangelino, coordinador de la misión del FMI que visitó a Colombia en febrero y marzo de 1985. El TIEMPO, 24 de marzo de 1985.pág 8-a.
19.Hay que tener en cuenta además que el alza en el tipo de interés es una recomendación de política en sí misma, en la perspectiva de la política monetaria restrictiva.
20. VILLAMIZAR, Helena. Elementos para el Análisis de los Programas de Ajuste. Cuadernos de Economía. Núm 16. Universidad Nacional de Colombia. 1991. pág 49.
21. Ibid. Pág 45.
22. LOPEZ PULECIO, Oscar. "Las viudas de Hommes". EL ESPECTADOR. Jueves 27 de 1992. pp. 2-a y 3-a.
23.VOHRER, Manfred. Economía de Mercado Ecológico. En Ecología y Economía de Mercado. Actualidades Liberales. Friedrich Naumann-Stiftung.
24.SMITH, Adam. The Wealth of Nations. Ed. por Edwin Cannan (Methuen, Londres, 1961). VolI,Pág 144.
25 Informe PNUD sobre desarrollo humano.
26. LOPEZ PUMAREJO, Alfonso. Nueva Historia de Colombia. Ed, Planeta. Dirigida por Alvaro Tirado Mejía. p. 305
27. SALINAS DE GORTARI, Carlos. El liberalismo Social pp.37-42.En PERFILES LIBERALES. núM 27. Fundación Friedrich Naumann. Bogotá 1992.
28.URIBE URIBE, Rafael. El Pensamiento Social de Uribe Uribe. Selección y prólogo de Otto Morales Benítez. Secretaría de Educación y Cultura. Medellín 1988

027

DOC. POCO LEGIBLE.

M-69

SEMINARIO INTERNACIONAL
"Mercado, Economía y Sociedad"
San José, Uruguay, del 17 al 20 de setiembre.
Federación de Jóvenes Liberales, Radicales y Progresistas.

Jueves 17

11.30 hs.	Apertura Palabras del Intendente de San José Sr. Juan Chiruchi Palabras del Secretario General de FEJOL Sr. Juan Lenguas Zorrilla Presentación de las delegaciones y de cada país.
13.00 hs.	Almuerzo.
15.00 hs.	Presentación de Objetivos del Seminario. ✓
15.30 hs.	El marco referencial dentro de FEJOL e IFLRY ✓ Lectura del Material en Grupos.
16.00 hs.	Documento Base "Economía ~~Social~~ de Mercado" Trabajo en grupos.
17.00 hs.	Presentación de los grupos.
18.30 hs.	Cierre de la Primera Jornada.
20.00 hs.	Exposición sobre la Realidad Política en Perú. y Alemania
21.00 hs.	Cena.

Viernes 18

08.30 hs.	Desayuno ¿Qué es el tercer sector?
09.15 hs.	Mercado: ~~[illegible]~~ Trabajo en grupos. (?)
10.10 hs.	Presentación de los grupos.
11.40 hs.	Exposición sobre la Realidad Política en Paraguay.
12.45 hs.	Almuerzo
15.00 hs.	~~Fomento de la iniciativa propia.~~ (?) Trabajo en grupos.
16.00 hs.	Presentación de los grupos.

17.00 hs.	Ecología y Economía de Mercado. Trabajo en grupos.
18.00 hs.	Presentación de los grupos.
18.45 hs.	Cierre de la Segunda Jornada.
20.00 hs.	Exposición sobre la Realidad Política en Argentina y Colombia.
21.00 hs.	Cena.

Sábado 19

08.30 hs.	Desayuno
09.15 hs.	"Desreglamentación e Intervención del Estado". Trabajo en grupos.
10.10 hs.	Presentación de los grupos.
11.30 hs.	Exposición sobre la Realidad Política en Chile.
12.30 hs.	Almuerzo.
15.00 hs.	~~Dramatización~~ Rol-playing sobre un caso concreto donde intervienen los distintos actores del Mercado, Industriales, obreros, organizaciones ambientales, gobiernos, etc.
18.00 hs.	Cierre de la Tercera Jornada
20.00 hs.	Exposición sobre la Realidad Política en Brasil y Uruguay.
21.00 hs.	Cena.
23.00 hs.	Agite en San José City.

Domingo 20

08.30 hs.	Desayuno.
09.00 hs.	El Mercado según nosotros. Elaboración de un documento final para ser publicado.
12.00 hs.	Evaluación del Evento.
12.30 hs.	Cierre a cargo de Flavia Melzi, Vicepresidenta de FEJOL, y Martín Sinnemann, Presidente de FEJOL
13.00 hs.	Almuerzo y Celebración del Cuarto Aniversario de FEJOL.

9208851

MARCO POLÍTICO

La realidad latinoamericana, a partir del desarrollo de su proceso histórico con características propias, constituye un espacio donde el liberalismo progresista deberá adaptarse, partiendo del concepto básico de que la libertad, la participación y la democracia, tan ampliamente como posible, son los objetivos a priori de cualquier política liberal.

Ello significa reconocer que existirán instrumentos para el desarrollo de nuestros pueblos latinoamericanos, entendiendo al desarrollo como: que surgirán de las propias características culturales de la región tal vez distintos de los utilizados en otras realidades sociales del mundo occidental, particularmente Europa y EEUU.

Por otra parte se hace necesario una modificación de las formas de representación política de la sociedad, a través de

La crisis de representatividad política que hoy atraviesa el mundo democrático, exige hoy, especialmente en latinoamérica, la imaginación de nuevas formas de participación y representación, tanto en las estructuras del Estado y la soc. y en los partidos políticos. Por ello es necesario incorporar mecanismos que a la legalidad de la representación se la agrega + eficiencia y legitimidad. Opinamos como la iniciativa popular y la revocatoria de mandatos podrían contribuir para ello.

Pero asimismo advertir que en Latinoamérica hoy significa un desafío y una ardua tarea compatibilizar democracia y libertad, por un lado, con la pobreza y la marginalidad, por

DOC. POCO LEGIBLE

9208851

MARCO POLÍTICO

La realidad latinoamericana, a partir del desarrollo de su proceso histórico con características propias, constituye un espacio donde el liberalismo progresista deberá adaptarse, partiendo del concepto básico de que la libertad, la participación y la democracia, tan ampliamente como posible, son los objetivos a priori de cualquier política liberal.

Ello significa reconocer que existirán instrumentos para el desarrollo de nuestros pueblos latinoamericanos, entendiendo el desarrollo como: que surgirán de las propias características culturales de la región tal vez distintos de los utilizados en otras realidades sociales del mundo occidental, particularmente Europa y EEUU.

Por otra parte se hace necesaria una modificación de las formas de representación política de la sociedad, a través de

La crisis de representatividad política que hoy atraviesa el mundo democrático, exige hoy, especialmente en latinoamérica, la imaginación de nuevas formas de participación y representación, tanto en las estructuras del Estado y la soc en los partidos políticos. Por ello es necesario incorporar mecanismos que a la legalidad de la representación se la exija + eficiencia y legitimidad. Opciones como la iniciativa popular y la revocatoria de mandato podrían contribuir para ello.

Pero asimismo advertir que en Latinoamérica hoy significa un desafío y una adecuada compatibilidad democracia y libertad, por un lado, con la pobreza y la marginalidad, por

[illegible] de la educación [illegible] de clase; [illegible] necesarios [illegible] y [illegible] una [illegible] acompañada de una [illegible] queremos destacar que consideramos a la educación [illegible] como para la movilidad social.-

[illegible] tener en cuenta que la educación debiera tener las siguientes características:

1) [illegible]
2) Flexible.
3) [illegible]

Lo que implica no solo una educación para todos sino fundamentalmente respetar los regionalismos evitando las migraciones (Rural - Urbano). A su vez la educación debe brindar salidas laborales intermedias generando un proceso de retroalimentación entre estudio-trabajo [illegible] reconquistando títulos técnicos.-

Por otro lado la política educativa no debe poseer características diferenciadas según el sector al que esté destinada: teniendo en cuenta por ejemplo, que en áreas marginales debe ser complementada con cocinas alimentarias y una asistencia integral dadas las necesidades. Esto no implica una sectorización discriminatoria sino por el contrario igualar el nivel de partida de cada individuo.-

Si vinculamos educación y tecnología debemos tener en cuenta estos [illegible] aspectos:

1) Reorientar la elección profesional
2) Brindar carreras con salida laboral intermedia
3) [illegible] la conversión de las empresas de manera gradual y al menor costo posible.-
4) Acompañar a las nuevas formas de organización intraempresariales que traen aparejadas las nuevas tecnologías.

Por lo que diríamos que educación y tecnología han llevado beneficios tanto a trabajadores como empresarios por igual y ~~[illegible]~~ asimismo [illegible] con las informaciones, ganar clientes, mercados internacionales con productos más competitivos. Como debe remarcar[illegible] en marco de apoyo a la investigación donde el Estado es un inversor importante ~~[illegible]~~ (ubicando el conocimiento obtenido al servicio de los empresarios sobre todo a empresarios medianos y pequeños; los mecanismos usuales son secretarías o comisiones dependientes del Poder Ejecutivo o convenios firmados entre universidades empresas..

Finalmente podemos mencionar del desarrollo tecnológico uno de sus aspectos negativos como es el caso del desempleo. Como propuesta alternativa de solución el fomento de la empresa ~~[illegible]~~ solidaria. Que se sustenta en el desarrollo autogestivo y en políticas sociales.

[Signature] Colombia

[Signature] Argentina

[Signature] Uruguay

[Signature] Uruguay

033

9208851

Doc. poco legible

[illegible] lo que [illegible] que educación y tecnología bien llevados benefician tanto a trabajadores como patrones por igual y ~~[illegible]~~ asimismo permite al invertir las [illegible] ganar nuevos mercados internacionales con productos más competitivos. Esto debe realizarse en marco de apoyo a la investigación donde el Estado es un inversor importante ~~[illegible]~~ (colocando el conocimiento obtenido al servicio de los empresarios sobre todo a empresarios medianos y pequeños; los mecanismos usuales son secretarías o comisiones dependientes [illegible] ejecutivo o convenios firmados entre universidades empresas..

Finalmente podemos mencionar del desarrollo tecnológico uno de sus aspectos negativos como es el caso del desempleo. Como propuesta alternativa de solución el fomento de la empresa ~~[illegible]~~ solidaria. Que se sustenta en el desarrollo autogestivo y en políticas acordes.

Yuenia Ariza
Colombia

Martha Pérez
Argentina

[illegible]
Uruguay

[illegible]
Uruguay.

DOC POCO LEGIBLE

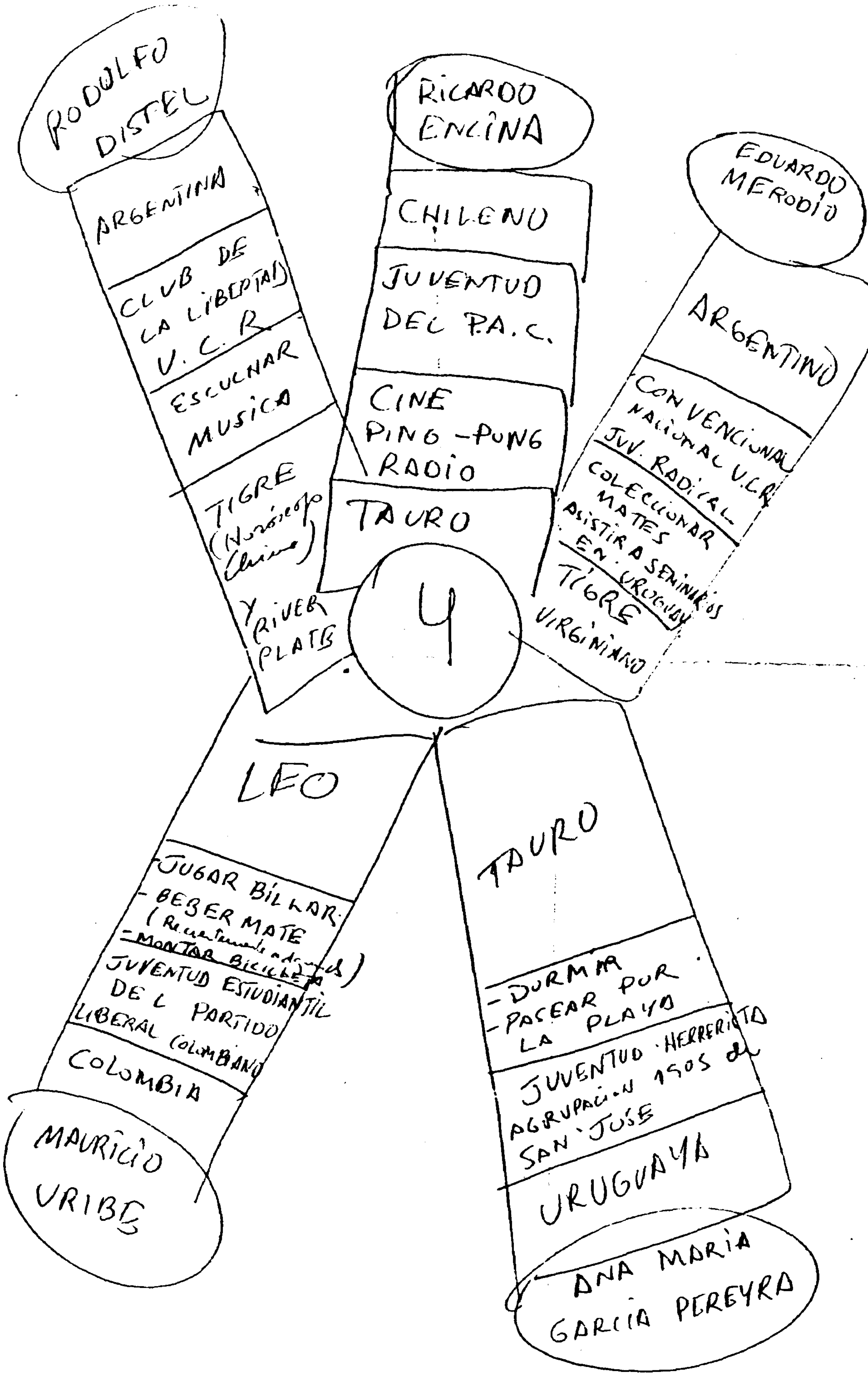




035

9208851

DOC. POCO LEGIBLE



8208851

036

PARTES POCO LEGIBLES

Libertad | Sistema ... No como valor

Justicia | Relacs. Sociales y Políticas

Igualdad

17 - 01 - ... Mario ILFRY

Realización Total

Individuo — Sociedad

Economía de Mercado

Eficiencia, Innovación, Iniciativa (+)

(−) ≠ Costo Privado — Social

Injusta Distribución

* Asistencia Legislativa

Monopolios c/u Desempleo

Monopsonios

Proteger a las industrias locales 3er mundo

Intervención Estado

Fomento del Cooperativismo y PyMes

Sindicatos

Protección de segmentos desfavorecidos

Limitar efectos negativos

* Derecho a Huelga

* Democracia Interna

Controlar la Inflación

* Negación "lock-out"

* Intereses de trabajadores y desempleados

Medidas

Educación Permanente

Impuestos Progresivos

Producción Alternativa

Ajuste ⇒ Consenso Social

Δ Inversión Productiva

Innovación Tecnológica

PARTES POCO LEGIBLES

→ Capacidad de gerenciamiento

→ Garantía de independencia

↳ s/monopsonios

↳ s/gestión

→ Capacitación

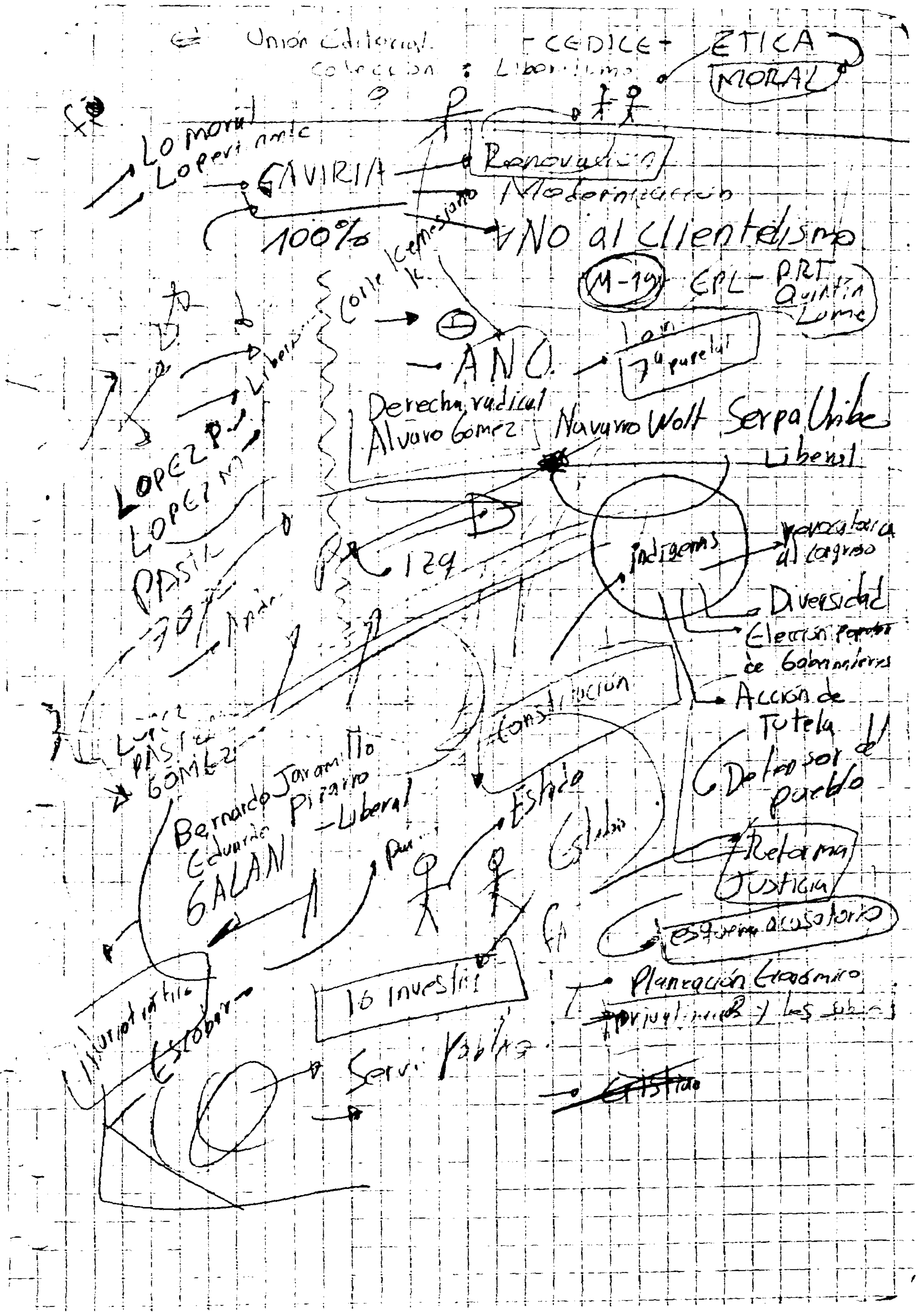
Paralelismo

Estado | Sector Privado



9208851

038



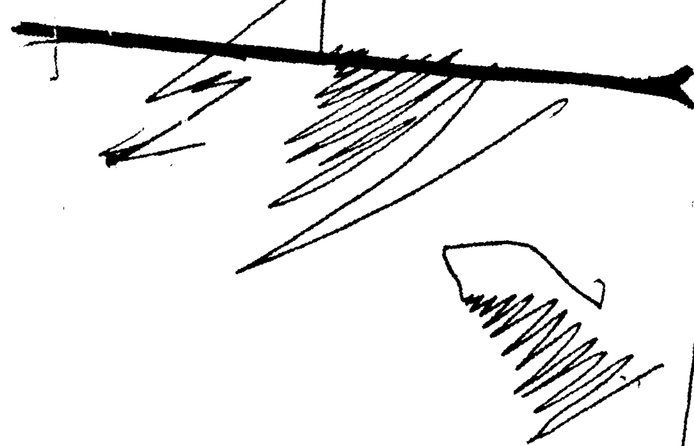
040 9208851

PARTES POCO LEGIBLES

Problemas

Economico → Cultural

Sueños de calidad de vida



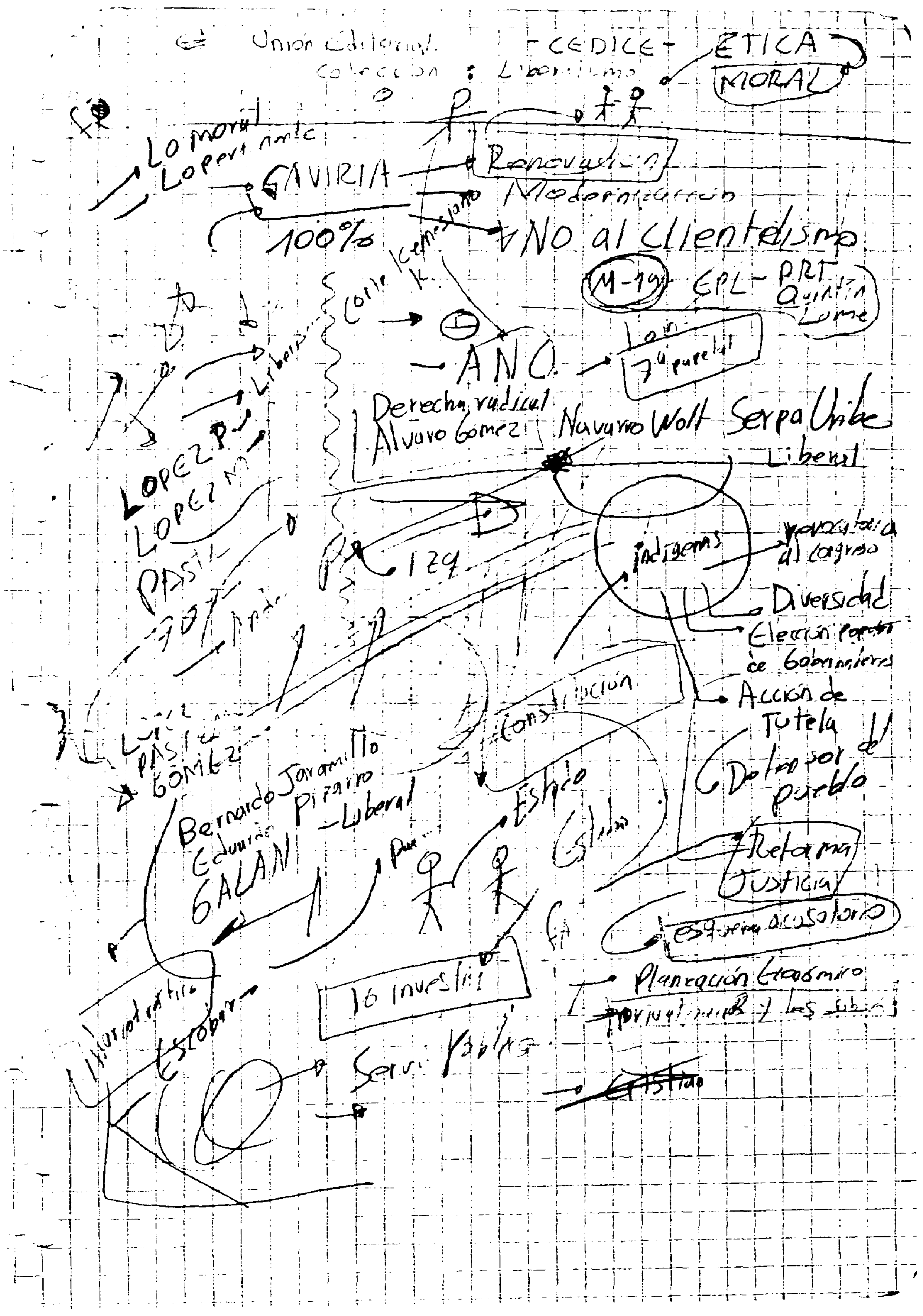
ROTANE

Rotane

Rotane

039

9208851



PARTES POCO LEGIBLES



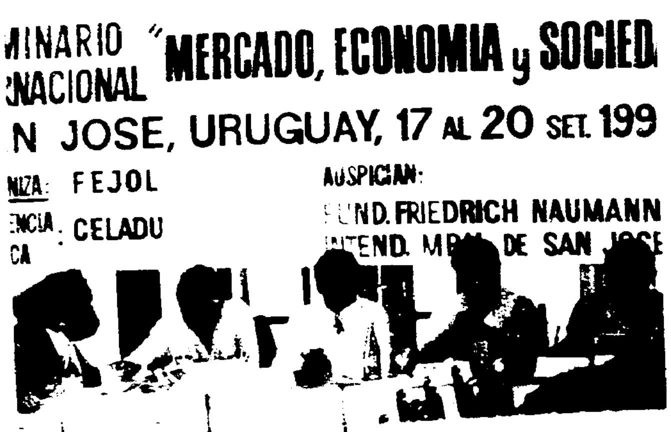
FIAT 147
MAT 204.439

TOYOTA COROLLA
MAT 880 556











YESENIA ARIZA (COLOMBIA)

DERLIS SANTOS (PAR.)

FRANCISCO ALCARAZ (PARAGUAY)

WALTER CENTURIA URUGUAY

FLAVIA MELZI (ARG.)

9208851



FLAVIA PELZI (ARG.)

BLANCA REPETTO URUGUAY



WALTER LENGUAS URUGUAY

YESENIA ARICA COLOMBIA





IMKE BERLING ALEMANIA

9208851





SELVA VALENZUELA
URUGUAY

WALTER LENGUA
URUGUAY

FLAVIA MELZI
ARGENTINA





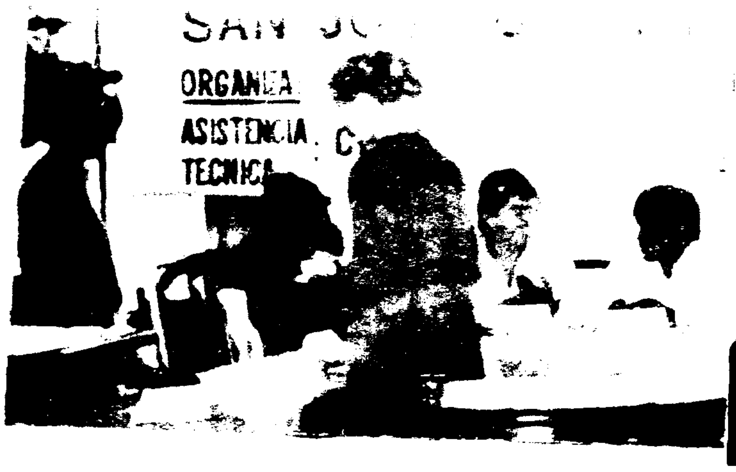
IMKE SELLING
ALEMANIA

SABINE NITZET
ALEMANIA





9208851









YESENIA ARIBA
COLOMBIA

FRANCISCO ALCARAZ (PAR)

EDISON CASULO
URUGUAY





YESENIA ARIEA
(COLOMBIA)

9208851

044



FRANCISCO ALCARAZ
PARAGUAY.

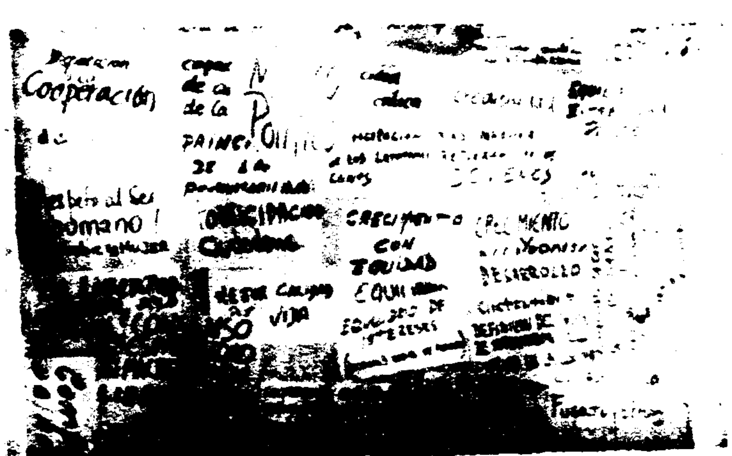


BLANCA REPETTO
URUGUAY.

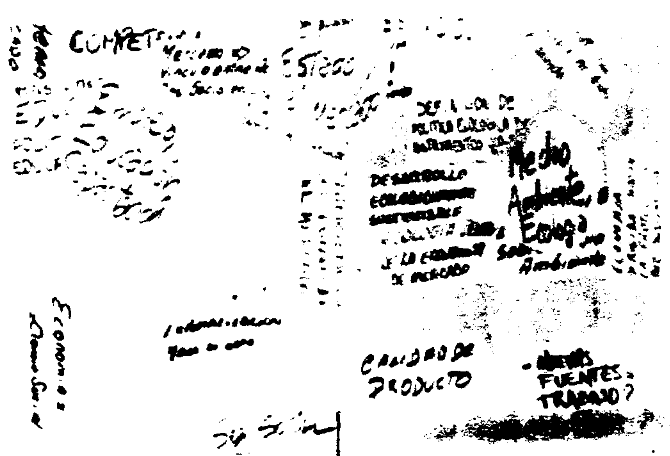


FIAT 147
MAT. 204.439.





PIZARRÓN



PIZARRÓN

SECRETO

[illegible]

NOMBRE		DOCUMENTO	NACIONALIDAD	EDAD	EST.CIV.	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Carlos	[illegible]	1.410.670-3	RCU	65	Casado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Valeria	[illegible]	1.666.745-4	RCU	23	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
María	[illegible]	3.634.645-6	RCU	22	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Selva	[illegible]	3.291.102-1	RCU	31	Casada	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Martín?	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Casado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Rodolfo?	[illegible]	1.5[..].316-4	RCU	27	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Rosario?	[illegible]	2.834.053-5	RCU	22	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
María	[illegible]	1.711.[..]-7	RCU	27	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
María	[illegible]	[illegible] 1-6176619	Argentina	25	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Francisco?	[illegible]	[illegible]	[illegible]	24	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Francisco?	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Graciela?	[illegible]	52[..].[..]-8	RCU	32	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Blanca?	[illegible]	2.646.241-2	RCU	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ana	[illegible]	3.115.341-6	RCU	31	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	13.121 763 [illegible]	[illegible]	[illegible]	Casado?	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	CI 101.214.29	Argentina	30	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Juan C.	[illegible]	CI 14.027.776	Argentina	31	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Graciela	[illegible]	1.185.050-1	RCU	26	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
María	[illegible]	3.282.522-4	RCU	24	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Flavia	[illegible]	CI 14.885.585	Argentina	30	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Martha	[illegible]	[illegible] 14.825.454	Argentina	30	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Carlos?	[illegible]	1.170-[..]	Paraguay?	25	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	3.113.[..]	RCU	20	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	1.[..].725-4	RCU	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

DOC. POCO LEGIBLE.

046 (A)

920885.1

/.../...

[illegible]	CASULO	[illegible].001.12[illegible]-1	ROU	26	CASADO	[illegible]DO	[illegible]	[illegible]	17[illegible]82	2[illegible]82
Maria	LO[illegible]G	2.[illegible].[illegible]-6	ROU	27	SOLTERO	ABOGADO	Mdeo.	Mdeo.	17[illegible]82	2[illegible]82
Walter	[illegible]	3.[illegible].115-1	ROU	34	SOLTERO	SOCIOLOGO	Mdeo.	Mdeo.	17[illegible]82	2[illegible]82
Sergio	SILVA	3.7[illegible]6.207.-9	ROU	22	SOLTERO	ESTUDIANTE	Mdeo.	Mdeo.	17[illegible]82	2[illegible]82
Mauricio	URIBE	PE.7[illegible]6[illegible]808	COLOMBIA	20	SOLTERO	ESTUDIANTE	Bogotá	Mdeo.	17[illegible]82	2[illegible]82
Andrés	[illegible]ALOPER	3.344.182-3	ROU	27	SOLTERO	SECRETARIO	[illegible] E.	Mdeo.	17[illegible]82	2[illegible]82
Sergio	TORO	9.657.5[illegible]5-4	CHILE	25	SOLTERO	ABOGADO	Chile	Mdeo.	17[illegible]82	2[illegible]82
Victor	HERNANDEZ	8.5[illegible]5.378-6	CHILE	22	SOLTERO	ESTUDIANTE	Chile	Mdeo.	17[illegible]82	2[illegible]82
Ricardo	[illegible]	10.677.371-8	CHILE	25	SOLTERO	ESTUDIANTE	Chile	Mdeo.	17[illegible]82	2[illegible]82

DOC. POCO LEGIBLE

046 (B)

[illegible]

Transcripción de la [illegible] "[illegible]"

[illegible]

17 [illegible] Directiva de "[illegible]".-

[illegible]:

- Presidente : Martín [illegible] (uruguayo, integrante del Partido [illegible]).-
- Secretario : [illegible] (uruguayo, integrante del Partido Nacional).-
- Vice Pte. : Flavia [illegible] (integrante de la Unión Cívica Radical, argentina).-

Periodista :

- Jorge E. [illegible].-

"PREGUNTA: Qué [illegible] que es la Federación de Jóvenes Latinoamericanos".-

"RESPUESTA: Martín [illegible]: La Federación de Jóvenes Latinoamericanos Liberales, Radicales y Progresistas, que en realidad es el nombre completo, es una Federación que surge hace cinco años aproximadamente. Federación jóven [illegible] de la gran historia y tradición que tienen las diferentes federaciones y agrupaciones políticas que acá en el Uruguay son prácticamente centenarias, por eso es una Federación jóven. Se han reunido en cinco a seis grupos de diferentes países de América Latina y han resuelto conformar esta Federación Latinoamericana de Jóvenes Liberales Radicales y Progresistas, para poder discutir, [illegible] en forma conjunta, a desarrollarse políticamente, discutir ideologías, discutir [illegible] para el futuro que pueden tener como jóvenes dentro de la propia organización y por supuesto a nivel internacional. Ha surgido en Colombia, a partir del seminario de allí, realizamos permanentemente encuentros. Tenemos un Buró que es conformado por nosotros tres y estamos representando al resto de las organizaciones políticas de los diferentes países de América Latina y a partir de ahí comenzamos a trabajar en seminarios, y en fin....."

Continúa hablando Flavia [illegible]: "Se realizan seminarios de discusión ideológica y además seminarios sobre porciones muy concretas, por ejemplo la urgencia de epidemia del Cólera. Nosotros [illegible] por ser jóvenes receptores, no por sufrir más por ser jóvenes buscamos con esto movilizar a la gente para proteger de ese tipo de cuestión. También hemos hecho trabajos sobre ese tema y campaña de [illegible] con la gente para prevenir esta enfermedad. También trabaja es respecto al tema del [illegible], realizamos acuerdos entre los municipios donde nuestros partidos [illegible], son gobierno. Tenemos programas como en el caso de Uruguay de la Tarjeta Jóven, donde se vinculan las distintas organizaciones y a través de ellas se firman acuerdos entre los municipios.

"PREGUNTA: Juan [illegible] cuál es el objetivo del Seminario?, RESPUESTA: "Es un seminario que se enmarca en otros seis seminarios. El primero fue en Chile, el próximo en [illegible] [illegible] seminario de discusión y actualización ideológica [illegible] de temas como el [illegible] y Economía. Uno de los objetivos es el de establecer los puntos de contacto en este tipo de temas, partiendo de las realidades de cada país y de la forma de ver del país el funcionamiento del [illegible]. Son seminarios altamente participativos con jornadas de taller, discusión permanente con documentos que buscan conjuntar criterios en materia de cada tema. En Chile, repito, fue sobre el rol del estado en la sociedad. Este duró cuatro días y hoy es el [illegible], y saber hasta donde es [illegible] y hasta donde debe ser [illegible] los [illegible] traen delegados de todo el país para luego [illegible] lo que aprendan y [illegible] en este seminario, en su comunidad".-

DOC. POCO LEGIBLE.

046(c)

920 88 51

PREGUNTA: FLAVIA [illegible]: [illegible] los procesos de ajustes que están viviendo los países latinoamericanos en su mayoría? RESPUESTA: "En esta época donde se / confunde que es el mercado y cuales son las reglas que juegan en el mercado con el mercadismo conque el ser humano no existe, que la economía es / una agencia exacta y que por lo tanto el individuo que es el actor en sus distintos roles como productor, consumidor, persona que invierte, son las que le dan vida al propio proceso económico. Nosotros entendemos que si / bien muchos políticos presidentes de América Latina, opinan que en esta / época han muerto las ideologías, yo creo que nunca deben estar tan vigentes como ahora, como para rediscutir estas cuestiones, pero fundamental-/mente y poniendo énfasis en que el centro de la política debe ser el individuo. Si nos olvidamos del individuo, no existe ni mercado ni política, ni existe economía ni nada, y lo paradójico es que en nuestros países, muy especialmente en Argentina y nuestro Presidente que habla y dice, se llena la boca del tema La Política de Mercado, que nosotros estamos en una eco-/nomía de mercado y que pertenecemos al Primer Mundo, aunque los compañeros de América Latina se enojen por no estarlo. En el tema de la economía cada vez se excluyen más creciente de población del propio mercado. Las políticas de ajuste están dejando sectores fuera del propio sistema a través del quite de presupuesto entendiendo que el Estado es el enemigo del pueblo. / Por lo tanto hay que reducir el gasto por el déficit. Entonces creo que hay que rediscutir todas estas cuestiones, hay que ver dentro de una misma sección económica de que lado nos paramos nosotros, rediscutir como liberales, cual debe ser el rol del Estado, no como regulador de todo el sistema económico, sino como responsable de marcar las reglas de juego del propio mercado. Entender que existe una mano invisible que es la que regula todas las relaciones sociales. Hay que acotar cual debe ser la responsabilidad del Estado como para garantizar justamente que el individuo pueda mejorar su calidad de vida".-

PREGUNTA A MARIA [illegible]: Cómo ve este proceso? RESPUESTA: "La realidad, que el proceso de desarrollo que es el objetivo que tenemos nosotros los jóvenes y creo que también los políticos, tenemos que partir que es un proceso y como es un desarrollo, tenemos que entender que no vienen las cosas de arriba como arte de magia, y dentro de ese contexto quiero caer en el tema paraguayo: muchos hablan que la economía ha sido la más estable y es desastre, lo digo abiertamente, no porque esté en Uruguay, sino porque lo repito permanentemente en Paraguay. Es un país que tiene deficiente poca deuda externa. Tenemos muy poca deuda externa, pero no producimos lo suficiente para poder pagarla. Tenemos el problema de endeudamiento con la usina más grande de energía eléctrica Itaipú, y esto ha generado corrupción y complejo que también afecta para el futuro en cuestión de desarrollo del proceso Paraguay vivió 35 años de dictadura y hay una relación estrecha entre las FF.AA. y el Partido Gobernante y el propio dictador de aquel entonces Alfredo STROESSNER; estando todo controlado por el Estado. El problema principal es la corrupción y el problema de narcotráfico y lavado de dólares, creo que todavía no existe una libertad de prensa acentuada en el Paraguay, por es muy difícil investigar y sacar a luz cantidades de estos hechos que están ligados a las Fuerzas Armadas..............."

Doc. POLO [illegible]

III.- TEXTO :

- Entre los días 17 al 20 de Setiembre se desarrolló en la Hostería del Parque un Seminario Internacional sobre Mercado, Economía y Sociedad.

El mismo fue organizado por la FJLCL(Federación de Jóvenes Latinoamericanos Liberales, Radicales y Progresistas), y fue patrocinado por la Fundación Friedrich Naumann y la [illegible], y participaron jóvenes de seis países, habiendo hecho uso de la palabra el Sr. [illegible] Juan Chiruchi.En la oportunidad también hizo uso de la palabra el Diputado Jaime Trobo.Participan de este acto de apertura además el Diputado Mario [illegible],el Pte. de la Junta Departamental Walter [illegible] y el Edil Alvaro [illegible].

El Seminario que contó con la asistencia técnica del CELADU dio comienzo el día 17 a la hora 12.30 y finalizó el día domingo 20 a la hora 13.00 con un asado criollo en las instalaciones de la Hostería.

Se desarrolló el siguiente temario: La economía del mercado desde la óptica liberal,analizando sus funcionamiento desde los puntos de vista de las distintas organizaciones ; el fomento del mercado como forma de fomentar la creación de las fuentes de trabajo para los jóvenes, el fomento de la iniciativa propia para mejorar las condiciones de inversión; ecología y economía de mercado;desreglamentación e intervención del Estado; el mercado según nosotros y una dramatización sobre un caso concreto donde intervienen los distintos actores del mercado, industriales, de los obreros, organizaciones ambientales, gobiernos,etc. Todos estos temas contaron con documentos parciales y se redactó un documento final con las distintas conclusiones a que se arribaron durante el evento.

Se pudo determinar que el Sr. [illegible] solicitó al Sr. TOURIÑO quien tiene la concesión de la Hostería del Parque, que le disminuyera los costos de la estadía de los seminaristas.

Se adjunta nómina de personas residentes en la Hostería del Parque, con su documento de identidad y país de origen.

Asimismo, se adjunta transcripción de un programa radial, "Voces Y Ecos", donde se entrevista a integrantes de la comisión de FJLCL .-

IV.- SÍNTESIS :

-Fecha de ocurrido lo informado : 17 al 20 SET 92 . -
-Organización involucrada: FJLCL. -
-Lugar geográfico donde ocurren los hechos: S. San José . -
-Nombre de las personas involucradas :Juan Chiruchi,Jaime Trobo,Mario [illegible], Walter [illegible],Alvaro [illegible],Sr. Touriño, y nómina de participantes al seminario (relación adjunta).-
-Resumen de lo informado : Seminario sobre Mercado,Economía y Sociedad llevado a cabo en la Hostería del Parque . -

DOC. POCO LEGIBLE

048

920885

ECONOMIA, MERCADO Y SOCIEDAD: UNA PERSPECTIVA JUVENIL Y LIBERAL

Ponencia elaborada para el seminario: Economía, Mercado y Sociedad. San José de Mayo, Uruguay, Septiembre 1992.

MAURICIO URIBE LOPEZ
Secretaría de Juventudes y Estudiantes del Partido Liberal Colombiano.

PRESENTACION

El presente documento contiene un análisis preliminar acerca de los problemas que plantean las relaciones entre Economía, Estado, Mercado y Socieada civil, evaluando éstas según el escenario que las define y que les da forma: El debate entre lo público y lo privado. Este debate constituye buena parte de la substancia fundamental a la que se reducen muchos de los problemas cotidianos de la actual realidad latinoamericana y universal. Y es precisamente, en términos de tal cotidianidad que semejante substancia alcanza a ser un asunto de ética, de orden político, y de posibilidades reales para el ejercicio de la libertad en condiciones de prosperidad, distribuidas de manera equilibarda y en un escenario universalista promotor de la igualdad, carente de todo tipo de discriminación.

En esta perspectiva, resulta obvio que el criterio que unifica los planteamientos aquí expresados en este documento es claramente liberal, y la autenticidad de ese liberalismo se apoya en su origen: Los estudiantes y jóvenes liberales. La ausencia de toda posibilidad transaccional que implique una flexibilización de nuestros ideales hasta el punto de convertirlos en objeto de negociación, nos libra de tener un discurso amañado, cobarde reproductor de un statu quo que revisle características de escazo humanismo: Autoritarismo político; perpetuación de una sola élite en el poder; el alto nivel de coerción irracional que implica una dominación con caracteres casi físicos que relativizan olímpicamente los derechos humanos y que en últimas insinúa una crasa ruptura de la unidad dominación más razón, priorizando el primer término en un contexto de crisis de hegemonía a nivel de lo nacional, y alto grado de dependencia a nivel de lo universal y su injerencia en las realidades endógenas de Colombia y de América Latina en general.

Los jovenes liberales tenemos claro que la pugna política que

9208851

049

9208851

PARTIDOS POLITICOS LEGALES

implica todo intento por la renovación de ese statu quo, se debe llevar a cabo desde una perspectiva de continua dialéctica, es decir que el objetivo final no es la redención total y ahistorica, (porque tal postura entraña un mesianismo que a la larga reivindica el totalitarismo -contradictor en si mismo como instrumento de anulación de las contradicciones), sino que ha de asumirse la participación en ésta pugna con pragmatismo, concientes de la historicidad de los procesos sociales y siempre partidarios de la democracia liberal que le da más importancia al elemento razón, no tiraniza a las minorías, y tiende permanentemente hacia una solución equilibrada entre la libertad individual y la igualdad social.

Es por eso que la pertinencia del debate entre lo publico y lo privado es indiscutible, ya que si se excluyen sus implicaciones del discurso sobre la libertad del individuo y la promocion de la riqueza, se puede (y por lo general es esto lo que ha sucedido) llegar á una peligrosa simplificacion que ignora la correspondencia que siempre debe existir entre eficacia productiva, justicia social e igualdad ciudadana.

Queremos plantear unos lineamientos generales acerca de nuestra actitud frente a los asuntos económicos, de manera contextualizada y en la proyección de un debate más amplio sobre el particular en el que la juventud debe participar con su vigorosop aporte democrático. El planteamiento de tales lineamientos se circunscribe a interrogantes como estos: ?Hasta donde existe una crisis de la racionalidad en cuanto al divorcio entre el crecimiento económico y el bienestar general de las mayorías?;?Cuál es la naturaleza de la intervención del Estado?;?A qué conduce la coyuntura latinoamericana de los programas de ajuste y estabilizaciòn, la liberalización y la privatización?; ?Cuál es el efecto de la crisis sobre el bienestar en rel;ación con el deterioro ambiental y el problema ecológico?; ?Cuáles son las posibilidades reales de supervivencia planetaria?

Estas inquietudes entre muchas otras son objeto de impostergable reflexión, compromiso y acción por parte de la sociedad universal y latinoamericana, sus dirigentes, y l;a juventud que asume el reto hoy de toda ésta problemática.

1. EL PROBLEMA SEMANTICO DEL LIBERALISMO

Usualmente, cuando se hace alusión a la implementación de políticas económicas y liberales de marcado carácter ortodoxo, se les da el calificativo de "liberales". No estamos en disposición de advertir en ello un error puesto que una sola palabra está comprometida con varios significantes. Sin embargo, es imperativo hacer una aclaración -digamos ontológica- del término liberal, puesto que su uso indiscriminado no le hace ningún favor al

La filosofía liberal es connatural al ejercicio de la tolerancia y al uso de la libertad. La discusión se da entonces en los siguientes términos: ¿A quién le corresponde esa libertad?. El liberalismo auténtico es de carácter universalista ya que asume a todos los individuos como iguales, y la categoría que sustenta esa igualdad es la de ciudadano. No obstante en el terreno de la praxis histórica se advierten una serie de regularidades relacionadas con el acceso sobre el bien de la libertad, que dejan ver que las posibilidades para hacerse a ese derecho son bastante inelásticas puesto que su desarrollo positivista condujo a una transformación del pensamiento antropocentrista hacia una posición "capitalocéntrica", sustentada en un sistema unidimensional que endilga la dirección de la sociedad a la dirección unicausal con el mercado promoviendo un tipo de hombre digamos, "unidimensional". El ciudadano como tal es socio del Estado, pero esta categoría no comprende su ubicación en la organización de la producción y sus relaciones sociales. De ahí la paradoja entre la iguadad y la subordinación. Pero la existencia de esta paradoja no valida la depreciación de la categoría ciudadano sino que por el contrario crea la necesidad del fortalecimiento de su condición de socio dentro de la democracia que obligue al Estado a establecer los controles necesarios que le garanticen no verse como "ciudadano económico"(1), sometido a una coerción ante la cual se halle inhabilitado para hacer valer sus derechos ciudadanos, aunque es claro que la esfera capitalista concibe siempre algún tipo de subordinación. Y es que el liberalismo está abierto a diferentes propuestas de organización de la producción que evalúa con criterio pragmático y entre las cuales se conciben las posibilidades alternativas de cogestión, formas de trabajo cooperativo, siempre que el costo en términos de eficacia productiva no termine sacrificando fuertes cantidades de riqueza que signifiquen un deterioro generalizado de las condiciones de bienestar.

De manera pues que el liberalismo trasciende al modo de producción capitalista. El liberalismo lo adopta en la medida en que éste ha demostrado un nivel de eficacia productiva y de formación de riqueza superiores a otros modos que ha ensayado la historia; pero como filosofía no se circunscribe a él de manera incondicional. "El liberalismo alcanzó su más alta cota de deformación cuando una parte considerable de sus seguidores abrazó la teoría calvinista de la predestinación. La concepción de que los éxitos económicos son prueba de la benevolencia divina (o como quiera que se llame), es crasamente antiliberal".(2)

El liberalismo preconiza el desarrollo individual para el uso de la libertad, y en ese sentido es defensor del individuo y como tal se contrapone al "estatismo", consecuentemente afirma al Estado como protyector de los derechos

individuos, así que esa afirmación descalifica la exclusión hecha por el liberalismo económico del Estado en los puntos de economía pública que lo requieran para mantener el principio de la universalidad garante del derecho de todas y cada una de las personas.

El liberalismo económico apoya sus tesis en el egocentrismo y la acción individual en aras de intereses particulares, puesto que asume la felicidad social como la sumatoria de las felicidades individuales de tal forma que la "perversión"(3) de uno, se convierte en virtud social. Si la "perversión de uno" le conviene al agregado, lo consecuente es proteger la perversión y por esa vía se define que la protección es no intervenir para no alterar la sumatoria, y así el "ciudadano económico" puede ser objeto de un alto nivel de coerción aún en desmedro significativo de su condición de ciudadano.

Las versiones más recientes del "liberalismo manchesteriano" conciben entre otras cosas que la intervención gubernamental favorece los monopolios, que el gasto público es la causa determinante del déficit fiscal (sin tomar en consideración la naturaleza misma del déficit en términos de la tributación proporcional a los recursos de los sectores o ingresos individuales, y sin tener en cuenta las altas tasas de interés pagadas por Operaciones de Mercado Abierto-OMAS-, de venta de bonos como mecanismo de cubrimiento del déficit, que resultan regresivas en cuanto a equidad en la distribución del ingreso y subsidio de todos a los pocos que tienen acceso a los OMAS, y además el germen de un déficit futuro contenido en una deuda pública; y sin muchas otras consideraciones al menos en la aplicación de las políticas); que el control sobre el crédito con el fin de lograr dinero barato desestimula el ahorro porque se llega inclusive a tasas de interés negativas; y en general una serie de evaluaciones y decisiones benéficas al capital con u alto costo político de autoritarismo y restricciones en las concesiones a las mayorías.

La filosofía liberal en cambio establece que "El derecho debe ante todo proteger a los débiles contra los poderosos, a los desposeídos frente a los propietarios, y no al revés"(4)

2. ECONOMIA Y POLITICA

En los modos de producción que desde el marxismo se definen como "antagónicos", la abstracción más relevante es la de las relaciones sociales de producción. Es en ellas donde se define tanto el antagonismo, como las posibilidades redentoras de un sistema "no antagónico" dadas por el desarrollo de las fuerzas productivas.
Desde la concepción de la sociedad civil como escenario constituido a partir de una multiplicidad de relaciones que se imponen como consecuencia de la división social del trabajo y la pérdida de perspectiva individual del proceso

9208851

051(B) PARTES PORO LEGISLAS 9208851

civil, encontramos que el Estado agregado se sustenta en el mercado, o en palabras de Hegel, en el "sistema de las necesidades" (Bedürfnisse). Aquí el interés privado establece una cadena lógica de interdependencia en donde los "contratos" entre individuos constituyen una conexión individuo-sociedad que le da contenido al interés colectivo y es por lo tanto una forma política que subordina las particularidades a un orden social mediante la acción de las leyes del mercado. No obstante, la "mano invisible" no implanta la armonía de forma inmediata entre el interés privado y el interés colectivo puesto que las "leyes de bronce" del mercado sin regulación alguna conducen indudablemente hacia la decadencia a importantes sectores sociales, deteriorando las condiciones objetivas para la posibilidad de la democracia. "Bajo la conducción del Estado, y al ritmo del desarrollo de la actividad económica, cada pueblo avanza progresivamente en la universalización de su acción histórica"(5)

Aún así tenemos que la explicación de la regulación estatal y de la naturaleza misma del Estado no puede darse de todas formas única y exclusivamente desde la economía política. Evidentemente hablar de economía política es hablar de una propuesta política, sin embargo la economía política ha estado circunscrita hasta ahora básicamente dentro del modo de producción capitalista. Esto ha dado lugar a un avance significativo en cuanto al estudio inherente a la lógica del capital, pero por otro lado ha relativizado muchos elementos sociales que no son de carácter estrictamente económico. Y, es que no se puede asumir la separación didáctica de las ciencias sociales como un hecho real y verificable.

El materialismo dialéctico y la economía política ortodoxa tienden a ver lo económico como algo tan independiente que parece "asocial", siendo que está circunscrito por entero a la sociedad. Y lo económico en sí mismo se relaciona con los demás aspectos de una manera mucho más intensa de lo que creen quienes podríamos llamar los "mecanicistas de lo económico" o los "economistas mecánicos" quienes se someten a un hiperdeterminismo de lo cuantificable y/o predecible, que en últimas marginan tantos aspectos sociales de sus construcciones teóricas, que resultan un espejo mentiroso e inadecuado para el diagnóstico y la solución de los problemas.

Es por eso que el Estado y la organización política no se encuentyran parcialmente explicados y/o desarrollados en las propuestas políticas del hiperdeterminismo económico. La política no es un estricto elemento de la "superestructura" en términos del antagonismo en las relaciones sociales de producción. La tesis que se origina de ésta visión es que la sociedad civil se debe circunscribir plenamente al Estado hasta el extremo de plantear tamañas contreadicciones en si mismas como la del "partido único". Esa forma de hiperdeterminismo económico engendró un hiperdeterminismo

Es evidente que vivimos una etapa de amplias transformaciones a escala universal, y que éstas tienen un carácter indiscutiblemente histórico y conflictivo. Al unísono con el reordenamiento político de la posguerra fría, los cambios en las relaciones de poder, la caída y/o reemplazo de los totalitarismos de un lado, y el progresivo desprestigio de las instituciones democráticas, los regímenes parlamentarios y los partidos políticos, de otro; tenemos sobre nuestras cabezas todo el peso del proceso de reestructuración capitalista a nivel mundial.

La tendencial caída de la tasa de ganancia del capitalismo mundial ligada a los decensos en la productividad como consecuencia del crecimiento de los costos fijos, ante una rentabilidad de muy largo plazo que quebranta la automática relación entre oferta y demanda como requisito para la expansión del mercado, es en últimas la expresión de una crisis de lo que podemos llamar "el ordenamiento institucional del capitalismo".
Tal ordenamiento institucional está ligado a la importancia de los costos fijos como elementos del "pacto social" de la mayor parte de lo que va de éste siglo (aproximadamente hasta loas 70s y 80s), funcionales en ese período a las necesidades valorativas de la acumulación.

El conflicto capital-trabajo ha tenido fuerza como congregante masivo que requiere por tanto de la concertación. Es la etapa que se define como la del Estado-Benefactor, basada en una organización de la producción dada en los esquemas de la gran empresa y del obrero de la masa con altos niveles de sindicalización, estos esquemas son: El taylorismo, el fordismo, y la regulación macroeconómica de corte keynesiano.

Este tipo de organización es supremamente funcional a las formas de producción continua de líneas de ensamblaje y consecuentemente a la instalación de unidades productivas más o menos rígidas, donde la variabilidad de los gustos del mercado se considerba relativamente estable debido a la escaza capacidad de diversificación y flexibilización de la estructura productiva.(7).

Pero tal funcionabilidad está consolidadndo la crisis y la necesidad de la reestructuración, en la medida en la que se ha construído con cierta independencia insostenible (para la lógica del capital) de las señales del mercado. Para vencer esa "independencia" es que se adelantan actualmente una sere de reformas destinadas a modificar la división internacional del trabajo, y a implementar la perfecta movilidasd de la oferta laboral, la diversificación y flexibilidad de la estructura productiva, la automatización y estandarización de los procesos de producción, la descentralización y atomización de los escenarios y de las relaciones sociales en

general para contrarrestar las rigideces institucionales"(8) propias de la forma en que se producen las demandas sociales, y para transferir muchos de los costos fijos a "contratistas independientes". Es por eso que por ejemplo, hay que evaluar todas aquellas propuestas de intensificación del apoyo a los sectores de microempresarios y a las organizaciones empresariales familiares como posibilidad redentora y de soberanía de las clases populares, puesto que estos son elementos estratégicos de la reestructuración capitalista, destinados a reproducir después de mucho tiempo, circunstancias contractuales asimilables al salario a destajo, donde además la gran empresa mantiene una relación monopsónica frente a éste tipo de organización consolidando así una fuerte relación de dependencia de los microempresarios con respecto al gran cappital.

Lo cierto es que ésta crisis y la reestructuración a que da lugar no es un invento de los académicos, ni tampoco algo que se circunscriba de manera exclusiva al ámbito de lo económico, sino que se trata de algo que se nos ha dejado venir encima modificando parte de la estructura familiar por la mayor rotación y la demanda del trabajo femenino; la distribución del espacio urbano; la proletarización disgragada; la finalidad y la orientación del sistema educativo; la descalificación del trabajo, implementando la sublimación del mercado como forma política consecuentemente con el desmonte de las garantías sociales propias del Estado-Benefactor; y la deslegitimación desde el capital de las instituciones políticas (El Estado, el Parlamento, los Partidos), por constituir obstáculos llenos de rigidez para las necesidades de amplia movilidad de factores y sometimiento a los dictámens del mercado, funcionales a los nuevos requisitos valorativos de la acumulación.

Es indiscutible en todo caso que Estado interventor de corte keynesiano tuvo una profunda crisis en los años 70s, y que las razones de esa crisis están dadas en buena parte por el deterioro de la intervención estatal en la economía. La corrupción ligada a ciertas discrecionalidades del "aparato estatal" (licencias de exportación e importación; régimen aduanero y régimen fiscal; licitaciones públicas para la realización de 'megaproyectos', etc.); la adopción de tutelas proteccionistas para promover la industria, pero que fueron degenerando en la promoción de la concentración y el fortalecimiento de poderes oligopólicos: "En Colombia, las grandes sociedades anónimas son patrimoniales, cerradas, ineficientes, evaden el cambio técnico y no corren riesgos en la búsqueda de nuevos mercados, de tal modo que crean poco empleo y lo que hacen más bien es fugar capital"(8). Además, el crecimiento económico en América Latina durante la vigencia más intensa del Estado Benefactor no cumplió con el objetivo propuesto por la teoría del "rebalse del crecimiento" de Kuznets, que a grosso modo sostenía que en las primeras fases del crecimiento económico con niveles bastante modestos de ingreso per cápita, la equidad en la

PARTES POCO LEGIBLE

3208851

054

distribución del ingreso [illegible] luego, con la aceleración de éste. Los términos de la distribución se deterioraban ampliamente pero luego, después de pasar por cierto nivel de ingreso per cápita, la equidad en la distribución se recuperaba vertiginosamente(9). Pues bien, tal rebalse quedó en entredicho y el malestar social a finales de los años setenta en el continente latinoamericano fué particularmente intenso.(10). "En su peor momento, en 1977, el número de ocupados pobres -en Colombia- alcanzó a representar el 45% de los ocupados en las cuatro principales ciudades del país y el 50% en las tres ciudades siguientes".(11)."...el DANE-Departamento Administrativo Nacional de Estadistica- encontró que en Colombia hay cerca de 11.5 millones de pobres en sentido absoluto, puesto que tienen necesidades basicas insatisfechas. Aunque el número de pobresw se reparte aproximadamente en partes iguales entre las zonas urbanas y las rurales, y la incidencia de la pobreza es mucho mayor en el campo que en la ciudad".(12)

Pero ante todo esto la actitud pertinente no se debe dar en términos de la desligitimación de la necesidad de la intervención estatal. Es decir, la actitud válida aqui no es la sublimación del mercado ante el fracaso del "modelo interventor", puesto que el desgaste de éste tipo de Estado no es argumento para premiar a un sector privado oligopólico cediéndole la discrecionalidad sobre los asuntos propios de la economía de los servicios públicos, bajo el supuesto de un régimen de competencia, que para el caso de las economías latinoamericanas donde las dimensiones del mercado son supremamente modestas, no es otra cosaq que una perfecta falacia teórica (13). incorporarla
Luego, no es que la intervención halla hecho crisis, hizo crisis untipo especifico de intervención que puso bastante énfasis en el tamaño del 'aparato estatal'(14) y descuidó la evaluación rigurosa de la planeación del Estado con criterios técnicos que no excluyeran evidentemente los beneficios y costos de carácter social, pero que sí se midieran en cuanto a la fqactibilidad y las posibilidades reales de financiamiento. Esta falencia, por ejemplo, es una de las causas de la crisis de la deuda externa y por tanto de las presiones inflacionarias sustentadas en la devaluación del tipo de cambio que golpeaba o golpea a los trabajadores por la caída de los salarios reales a que éste tipo de política da lugar por la vía de las presiones sobre oferta monetaria y déficit fiscal alimentado en parte por el servicio mismo de la deuda.

Por el contrario, la necesidad de la intervención se hace explícita independientemente del relativo fracaso del Estado Benefactor, en una serie de categorías económicas que constituyen categorías particulares y muy importantes para la acción política del interés colectivo: Los monopolios naturales (telecomunicaciones, servicios domiciliarios, etc.) donde la presencia "competitiva" de varias empresas sería absurdamente costosa por tratarse de economías crecientes a

[illegible] liberalización. En este nivel los monopolios naturales se puede estar abierto a propuestas mixtas, tales como la privatización de la gestión administrativa conservando el control accionario por parte del Estado. Esto depende de las circunstancias particulares y de los problemas específicos de eficiencia y de las consideraciones estratégicas a que haya lugar.

Otra categoría inmensamente importante es la de las Externalidades, cuyo carácter es tanto positivo como negativo. En sentido estricto una externalidad es un costo o un beneficio que trasciende el costo o el beneficio particular de los agentes económicos para constituirse en un costo o beneficio social. Así pues que las externalidades son un escenario fundamental para la acción del Estado por su intimidad connatural con el interés colectivo. Una externalidad positiva es por ejemplo la calidad de la educación, y una externalidad negativa la constituye el caso de la contaminación ambiental. Las externalidades se suelen identificar con los Bienes Meritorios (bienes buenos o bienes"malos" o males), pero en estos últimos lo relevante es un juicio de valor más o menos subjetivo de la opinión pública sobre su conveniencia.

Los Bienes Públicos se definen como aquellos donde no hay rivalidad en el consumo en el sentido en que una demanda individual no reduce la disponibilidad del bien para los otros individuos. El bien público puede ser o no gratuito, pero el cobro no es más que una compensación tarifaria para el mantenimiento y jamás un precio, ya que un bien público es opuesto por naturaleza a toda forma de exclusión. Y es que la exclusión es casi que técnicamente imposible o por lo menos muy costosa si se tiene en cuenta que este tipo de bien involucra la producción conjunta, es decir que una vez producido se halla a disposición universal en ausencia de todo costo por beneficiario adicional.

Además otra característica natural de un bien público es la de la indivisivilidad de la oferta que implica que su ofrecimiento sólo se puede hacer en bloque.
La administración de justicia -al menos ontológicamente- constituye un ejemplo de un bien público puro, como también lo constituye un puente peatonal o un parque citadino. Un bien público puede tener origen en el Estado mismo, o puede provenir de un "aporte" del sector privado, sin embargo su carácter público no es, ni puede ni debe ser transable.

La intervención del Estado contiene también una razón trascendental en términos de las estrategias de largo plazo donde el análisis beneficio costo implica una serie de consideraciones "externas" fundamentales. El uso de la política fiscal como instrumento para la obtención más equitativa del ingreso(16), o para intervenir en la supresión de amplias desigualdades sociales y regionales.

Por último, el problema de la intervención estatal en América Latina no se puede reducir a una discusión sobre cuál es el tamaño óptimo del Estado. Y es que el problema trasciende toda argumentación a ese nivel: El problema es la existencia misma del Estado. ?Desmontar lo que aún no se ha consolidado?, eso carece de toda lógica. Una sociedad como la colombiana en la que ni siquiera el monopolio de la fuerza es una discrecionalidad real e indiscutible del Estado, donde éste no recoge la diversidad de las relaciones sociales pletóricas de características premodernas que aún hoy reproducen esquemas serviles como los del clientelismo político, cuya racionalidad sublima al "aparato estatal" como instrumento coercitivo de orden privado. Una sociedad que para usar los términos de Sergio Zermeño está sujeta a una modernización tardía o desarticulada (a diferencia de la modernización temprana de los países del Cono Sur), no puede lanzarse frenéticamente a las aguas de la liberalización a ultranza y asimilando la privatización a la solución de los problemas del uso adecuado de los recursos, siendo que el elemental carácter público de la categoría Estado está ampliamente en entredicho, y su incertidumbre cohonesta un escenario difuso de revanchismos en el que se diluye la realidad de un proyecto consensual de sociedad.

3.2 Descentralización

Actualmente los jóvenes liberales y algunos grupos de estudiantes universitarios de Bogotá hemos tenido que abordar el problema de la descentralización con cierto rigor, debido a que el análisis de las reformas en el terreno de la educación nos han obligado a ello.

Ciertamente el problema de la descentralización irrumpe vehementemente en casi todos los ámbitos de la relación entre Estado y sociedad civil, y al interior de ésta; es seguro que el futuro de sectores como el de la educación, la salud y los servicios públicos fundamentales y domiciliarios, así como las relaciones de carácter político y de regulación están circunscritas al desarrollo cualitativo y cuantitativo del proceso descentralista.

En principio la descentralización constituye un instrumento que en consideración a las diferencias del desarrollo regional y lo impertinente que pueden llegar a ser las políticas gubernamentales uniformes en localidades con necesidades y características muy específicas, permite al poder local orientar más tales políticas de acuerdo con las prioridades de la comunidad en particular. Concibe además mayores niveles de participación ciudadana en la medida en que abre más canales institucionales para la gestión social.

Sin embargo, los procesos descentralistas no pueden abordarse independientemente de las transformaciones en las relaciones sociales y la modificación del tipo de regulación funcional a

las [illegible] particulares [illegible] acumulación. La descentralización es un instrumento susceptible de ser ampliamente prostituido en aras de algún proyecto político, económico y social, no necesariamente democrático (por ejemplo el neoliberal). Y es que la descentralización en sí misma no implica un contenido democrático puesto que la apertura de canales institucionales a nivel local pueden dar lugar a una "estatización" de la sociedad civil, en la medida en que ésta se asimila a las estructuras mismas del aparato estatal, y que la localización espacial muy puntual del escenario para la gestión de las demandas sociales le dá vía libre a su fragmentación y consecuentemente a su debilitamiento.

Asumir el proceso descentralista como una estrategia de disminución del déficit fiscal vía descenso del gasto público social y la financiación de éste por medio de impuestos indirectos y como un instrumento para el cumplimiento del "divide y reinarás", retirándose responsabilidades gubernamentales en la calidad y niveles de prestación de servicios a la vez que se endilgan responsabilidades en ese sentido a los municipios, sustentándolas en transferencias y rentas de destinación específica que están sujetas a la evaluación de los criterios de eficiencia sobre cómo invierte el municipio en la perspectiva del costo-beneficio, y creándole la necesidad de recaudar impuestos es en últimas asumir la descentralización como una vía intermedia para la privatización de servicios públicos fundamentales, y como mecanismo del autoritarismo para mantener a raya la organización nacional de los movimientos sociales. "El sometimiento de la prestación de los servicios a los criterios privados (cuando menos) y la privatización directa de los reductos públicos que hoy son monopolio del Estado será la consecuencia de la descentralización administrativa".(17).

En esta perspectiva, debe quedar claro que una cosa es la asesoría gubernamental para la aplicación de criterios técnicos en la planeación local, y otra muy distinta es el sometimiento de las transferencias a criterios exclusivos de costo beneficio sin la evaluación "externa" -social- de los proyectos.
No se debe desestimar tampoco la apertura de canales institucionales, siempre que al unísono se fortalezcan las garantías para la organización estratégica de la gestión de las demandas sociales, del intercambio de información a nivel nacional, de las experiencias particulares, y la posibilidad de que el alcalde o el líder local que ha sido elegido popularmente pueda liderar en unión de su comunidad, gestiones de protesta ante el Estado central sin que esto implique una inhabilidad o incompatibilidad que dé lugar a que sea removido fulminantemente por el gobierno nacional o su superior jerárquico. Esto, unido a la discrecionalidad popular sobre el poder de revocatoria del mandato, evita la asimilación "estatal" de la sociedad civil, proceso semejante

9208851

058

PARTES POCO LEGIBLES

9208851

al [illegible] estatista que desprecia a los individuos y que por ello es evidentemente antiliberal. Además de la [illegible] democrático al instrumento de la descentralización.

así pues que se puede acusar la posición de los jóvenes liberales con respecto a éste tema, de ser excesivamente ecléctica, pero lo cierto es que el liberalismo auténtico no descalifica a priori ninguna propuesta sin antes evaluar su sentido, sus limitaciones y sus posibilidades tanto de manipulación, como la forma de relativizar ésta en aras de un contenido decididamente democrático. En esos términos, la participación plural en juntas administrativas de orden local, o juntas departamentales de servicios públicos, son en principio, en ausencia de operacionalizaciones y reglamentaciones amañadas, escenarios completamente válidos para la búsqueda de alternativas y la decisión por proyectos que maximicen el bienestar social y las posibilidades reales de libertad para todos los socios del Estado y los miembros de la comunidad.

3.3 AJUSTE Y ESTABILIZACION

Es evidente que un manejo macroeconómico irresponsable conduce a experiencias tan amargas como lo del caso peruano, luego del tratamiento exageradamente populista y demagógico de los asuntos de la hacienda pública, las políticas fiscal y monetaria, por parte de un régimen exageradamente demagógico. El endeudamiento progresivo del gobierno con la banca central, más la consecuente emisión monetaria para sufragar los costos de funcionamiento del aparato estatal y el gasto público social realizado con criterios difusos no digamos en términos de eficiencia sino de eficacia, añadido a un desprecio por el sector externo al no incentivar las exportaciones, con presiones de deuda externa y bloqueo económico en razón a las cxondiciones de dependencia, confluyen hacia un deterioro geométrico de los indicadores económicos, y hacia el empobrecimiento colectivo como consecuencia de la hiperinflación y la rotunda caída del crecimiento (estanflacion).

Sin embargo, como ya lo hemos sostenido, la mala aplicación de un instrumento no lo desestima, así como el uso inadecuado de una política no significa que el uso en sí mismo deba ser vetado o ampliamente restringido. En ese sentido, la perspectiva monetario fiscalista(10) que se ha impuesto con cierta fuerza por medio de los programas de ajuste y estabilización en varios países de América Latina, demuestra una preocupación por la estabilidad macroeconómica que en principio es sana, pero que sublima tal estabilidad por encima de cualquier consideración sobre el crecimiento, el desarrollo y la equidad distributiva del ingreso, y que su metodología se asocia al retiro del Estado de ciertos asuntos

estratégica del desarrollo a largo plazo, al mismo tiempo que [illegible] de las fracturas estructurales de las economías latinoamericanas.

Se considera, que si los desequilibrios agregados son el resultado del exceso de gasto, o se aumenta la producción y la renta disponible, o simplemente se reduce tal gasto. La recomendación ortodoxa, aun reconociendo la no neutralidad de la caída del gasto público social en cuanto a la distribución del ingreso, enfatiza la necesidad de ésta baja puesto que según su análisis el aumento de la renta disponible implica un alza tributaria, y en primera instancia tal alza desestimula la inversión privada. Además, según su punto de vista, si se mantiene el gasto público social en altos niveles, la caída en la tasa de interés dada por la política fiscal restrictiva que podría estimular la inversión del sector privado como consecuencia del descenso en el costo de uso del capital, sería ampliamente neutralizada por la política fiscal expansiva (inversión pública y gasto social) que presiona de nuevo hacia arriba al tipo de interés.(19) Lo relevante entonces para el modelo es la aplicación de la "gestión de demanda" como pilar del ajuste, el cual se hace explícito con la adopción de las siguientes medidas: "Reducción del gasto público; control de la oferta de dinero; reducción de salarios reales; elevación de la tasa de interés; devaluación; supresión de subsidios y de controles de precios"(20)

En este nivel, lo que se plantea no es el sacrificio en la distribución del ingreso a la espera del "rebalse" de éste con el incremento del crecimiento económico luego de describir la parábola de Kuznets, sino el sacrificio del crecimiento mismo.

Al igual que la demagogia a ultranza, el ajuste también ha provocado amargas experiencias, puesto que a lo largo de los 80s, el PIB por cápita de la región cayó en un 8,3%(21) y las presiones inflacionarias persisten en la medida en que las posibilidades de un equilibrio en la balanza comercial se reducen por el proteccionismo de los grandes bloques económicos del mundo, el déficit comercial norteamericano, de un lado, y de otro la caída en los salarios reales y la presión monetaria ejercida por la devaluación.

Si en América Latina la inversión es fundamental en los niveles del PIB, siguiendo más o menos los postulados de la ley de Wagner, la caída del gasto público trae consigo un debilitamiento vertiginoso de la economía en aras de una frágil estabilidad.

En suma, la filosofía de las políticas de ajuste desestima como secundarias las influencias del régimen internacional, la deuda externa, el deterioro de los términos de intercambio -que no es ninguna falacia cepalina-, y acusa al Estado de ser el promotor unívoco de la crisis inflacionaria. Nos

9208351

PARTES POCO LEGIBLES.

010

9208351

[illegible] el [illegible] como una prueba del modelo sin tener en cuenta por ejemplo que el apego/apoyo a las exportaciones poco diversificadas es igual a lo más a la dependencia, y donde en [illegible] se ha puesto en práctica la paradoja tesis en la que "se [illegible] un mundo para pulir una estadística"(22)

Aquí crecer y distribuir es inadmisible, y las naciones han de conformarse con el freno a la caída del crecimiento y el control de la inflación.

4. EL PROBLEMA ECOLOGICO

El problema de la supervivencia planetaria pone de manifiesto una auténtica crisis de la racionalidad cartesiana tradicional en la que el hombre está dispuesto a cometer las torpezas más enormes, poniendo en jaque hasta sus posibilidades de reproducirse como especie, actuando a pesar de ello, de manera "racional". Se hace presente entonces, la impertinencia de las tesis eficientistas por la sublimación del criterio costo-beneficio en la perspectiva de los agentes económicos individuales, ya que como lo hemos sostenido antes, tal criterio es ajeno al problema de la escasez de los recursos naturales, y al problema del deterioro ambiental como una externalidad negativa.

Incorporar en la metodología contable de los particulares el factor Riqueza Natural, siendo consecuentes con la escasez real de los que antes se consideraban bienes libres, (es decir donde el exceso de demanda por el bien es menor que cero, y el precio es igual a cero), aunque representa un avance en términos de la incorporación de tal situación de escasez de los recursos naturales al análisis económico, y una orientación ecológica de la economía de mercado, no es suficiente en consideración a que tamaña externalidad es un asunto de supervivencia planetaria.

Algunos liberales alemanes por ejemplo, hacen una análisis de fases al desarrollo de la economía: Economía de mercado libre (donde el factor de producción más relevante es el capital); la economía de mercado social (donde los niveles mayores de productividad alcanzados permiten la realización de garantías sociales a la clase trabajadora, que superen el simple requisito de su reproducción dada por la subsistencia); y la Economía de Mercado Ecológico, en la que el factor de producción Riqueza Natural es tan relevante como el capital y el trabajo.

"Lo técnicamente realizable, lo económicamente posible y lo socialmente deseable, sólo puede desarrollarse si se justifica desde el punto de vista ecológico La prueba de la

[illegible]

9208851

061

9208851

PARTES
RECOGIBLES.

[illegible] del medio ambiente [illegible] para [illegible] medición de esa [illegible]

No obstante no es suficiente la evaluación ecológica de los proyectos, puesto que la magnitud del costo social a que da lugar el deterioro del ambiente tiene efectos de largo plazo muy difíciles de ser incorporados al análisis de un agente económico particular. Además, si la economía social de mercado requiere de la intervención estatal para evitar las arbitrariedades de la subordinación y en general de la *pérdida de perspectiva social del criterio privado*, mucho más se necesitará de la acción pública en el terreno ecológico. La "pereza" de la racionalidad privada que nos [illegible] sin mayor conocimiento de causa no fué considerada por el mismo Adam Smith, a quien le atribuyen una paternidad teórica que le pertenecería más a Calvino. Ya mucho antes de la existencia de los grandes "Trusts" comerciales y financieros, y de las sociedades anónimas, Smith nos hacía ésta advertencia: "El interés de los negociantes... de cualquier ramo del comercio o de la industria es siempre diferente en algunos aspectos del interés del público, e incluso opuesto a él... Cualquier nueva ley o regulación del comercio propuesta por ese estamento debería siempre *escucharse con gran precaución* y no adoptarse nunca sin antes examinarla larga y cuidadosamente, con la atención, no sólo más escrupulosa, sino incluso más suspicaz. Hay que tener en cuenta que proviene de un estamento cuyo interés no coincide nunca exactamente con el del público, estamento generalmente *interesado* en engañar o incluso oprimir al público, y que consecuentemente, en muchas ocasiones, lo ha engañado y oprimido".(24)

Así pues, la investigación científica destinada a reducir el impacto ambiental de ciertas industrias, la adaptación de tecnologías no contaminantes; la educación ecológica; la política de reservas naturales y de parque nacionales como instrumento protector de la biodiversidad; son asuntos que tienen que definirse a nivel de la estrategia misma del desarrollo nacional, donde el Estado pueda concertar e incentivar modificaciones, y en un caso dado imponerlas, sobre las metodologías productivas de industrias *contaminantes*.

De nuevo aquí, vemos que para el caso latinoamericano la situación es supremamente compleja por razones históricas. Es decir, la estructura de la propiedad agraria hacendil, excluyente, la violencia rural para el caso colombiano, y la implantación del paradigma norteamericano en la agricultura (Uso intensivo de capital en grandes áreas de terreno dedicado a un sólo cultivo poco competitivo por el costoso control de las condiciones tropicales -insectos dañinos cuyo control en los países templados es natural debido al régimen de estaciones) han reproducido la dependencia, y han arrojado masas campesinas (las que no migran a la ciudad) hacia las laderas de las montañas y la selva, "colonizando"

tierras no aptas para cultivo, sembrando allí elementos de [illegible] (cultivos de subsistencia), atentando contra la biodiversidad, y afectando la disponibilidad de recursos fundamentales como el recurso hídrico. De ahí que que el ofrecimiento internacional de comprar deuda por naturaleza carezca de una importancia real en la medida en que el proteccionismo del primer mundo no permite una rentabilidad exportadora para América Latina que le dé posibilidad a ésta de contar con recursos propios para ésta área. Y es que el esquema de la compra de la deuda -susceptible de evaluarse para cada caso y en algunos capaz de demostrar cierta conveniencia- se dá en un escenario de dependencia que "ata" parte de la inversión nacional a los criterios del "comprador" de la deuda.

Además, 11,5 millones de pobres en Colombia y cifras superiores en muchos países del continente, ¿no es un problema grave para la supervivencia?. A vuelo de pájaro uno puede observar en los últimos informes del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo PNUD, una "copa de champagne" donde la parte delgada es la riqueza que está en manos del 60% de la población mundial.(25)

5. LIBERALISMO SOCIAL Y LIBERTAD

La historia del liberalismo colombiano escribió en la década de los años 30 una página ilustre en el terreno de las políticas progresistas y de vanguardia social. "La Revolución en Marcha" adelantada durante la administración del presidente Alfonso López Pumarejo, ha sido uno de los proyectos más importantes de modernización y de desarrollo social emprendidos en el país en este siglo. La filosofía de las reformas, encarnada en una juventud liberal y progresista, estaba nutrida con las ideas antiimperialistas y no novelistas de individuos de la talla de Víctor Raúl Haya de la Torre, José Carlos Mariátegui, el mejicano José Vasconcelos, e imbuídas de la teoría "solidarista" de León Duguit, que concebía la libertad como una función social, y el derecho entendido como la no obstaculización del derecho ajeno en un escenario promotor del criterio de responsabilidad social en los individuos.

Con esa orientación, el liberalismo acometió la reforma tributaria con la ley 69 de 1936, que creó el impuesto al patrimonio en una consideración socialmente equilibrada para la obtención de recursos estatales; la reforma al régimes agrario o la ley de tierras o ley 200 de 1936, que le dió facultades al gobierno nacional para expropiar aquellos terrenos sin uso económico o destinación social, y amplió las posibilidades para que individuos diferentes a los latifundistas tradicionales estuvieran en capacidad de acreditar títulos de propiedad.

9208851

Pages poco legibles.

063 9208851

El [illegible] de septiembre de 193[illegible], el presidente López hablaba en estos términos: "[illegible] está también [illegible] y [illegible] la [illegible] nacional, una agitación campesina provocada por las condiciones injustas e irregulares que soportan los trabajadores de grandes empresas agrícolas o los colonos que vinculan su esfuerzo a terrenos comúnmente baldíos. Sería inútil tratar de sostener que los labriegos no tienen motivos de queja contra los patronos de ciertas fincas... Están en plena vigencia legal, en todos los casos, procedimientos para someter cualquier brote de rebeldía del trabajador... Pero no hay todavía ningún modo de obrar sobre los propietarios de tierras y grandes industrias para prevenir los conflictos con un criterio más humano, más liberal, más generoso, que corrija las injusticias e impida la aplicación de algunos reglamentos de trabajo, que mantienen al campesino sujeto a un régimen feudal"(26).

Carlos Salinas de Gortari, en el 63 aniversario del PRI, pronunció un discurso reproducido por la revista internacional PERFILES LIBERALES, en el que señala que el liberalismo social no puede ser entendido como un estatismo omnipresente en la cotidianidad de los individuos, pero tampoco se puede concebir un Estado "ausente", ajeno a las desigualdades en el mercado, e indiferente ante las demandas sociales. Entre tanto, los neoliberales conciben la democracia como una teoría de juego donde el individuo apuesta aisladamente, donde la justicia se las arregla sola, donde la educación se sujeta a la discrecionalidad individual e inconexa. "Los nuevos reaccionarios por su parte, excluyen cualquier participación de la sociedad en la educación, son intolerantes y también dogmáticos. Para el liberalismo social, la educación es parte fundamental del desarrollo integral del país, y los maestros, actores básicos en la lucha por la soberanía y por la justicia social". (27).

En América Latina algunos han decidido resolver el conflicto entre "viabilidad macroeconómica" y democracia, divorciando estos dos criterios, lo que constituye una antítesis al desarrollo. La libertad no es libertad si está parcelada, fragmentada, y "asignada" de acuerdo con el resultado de la pugna "hobbesiana". La libertad es un elemento de la civilización que no admite una "selección natural" en lo social. Acordémonos que la tesis de "lo mejor" para "el mejor" tiene un profundo contenido fascista. ?Quién es el mejor?. Emitir un criterio en ese sentido imp-lica hacer uso de la "racionalidad" antiliberal de la discriminación.

Es así como la responsabilidad en la conduccion de las economías es funcional al desarrollo, y éste se dá en relación con el grado de libertad política, consolidación cultural, y no sólo nivel sino calidad de vida para la autorrealización del individuo. Considerar que esto no es posible, y renunciar a ello, es demostrar una actitud miserable frente al hombre.

PARTES POCO LEGIBLES.

064 9208851

El [illegible] humanista, como tal cree en el hombre y [illegible] en el pueblo, y no admite una clasificación tan [illegible]

Hay ciertos [illegible] en la historia que nos ubican ante alternativas más o menos similares a las que se enfrentaron los pueblos en el pasado. Los jóvenes latinoamericanos de hoy no podemos olvidar el ejemplo de individuos como Bolivar, Marti, Santander,Artigas,Felipe Solano Lopez, Lincoln, Whitman, y tantos otros precursores recordados y anónimos de la modernidad democrática universal.El debate entre "los civilizados de la barbarie y los bárbaros de la civilización" de Los Miserables de Victor Hugo, se reproduce constantemente en nuestra historia.

NOTAS

1. El término "ciudadano económico" es usado por FLACH, Karl Hermann en : El Futuro de la Libertad (la nueva oportunidad de los liberales). Tercera ed.1986. Fundación Friedrich Naumann.
2. FLACH,K. Ibid.
3. La expresión "perversión" se toma aquí en el sentido del afán por la obtención de plusvalor y la maximización del beneficio sin consideración alguna sobre el bienestar social.
4.RESTREPO, Luis Alberto. Relación entre la Sociedad Civil y el Estado, en revista Análisis Político núm.9 Enero-abril de 1990.
5. BEJARANO, Jesus. Teoría y modelos del desarrollo. Transcripción de la conferencia dictada el día 15 de sept. de

1982 en [illegible] de Estudios Interdisciplinarios de la Pontificia Universidad Javeriana

6. "Todo transcurrió tan sutilmente por medio siglo que nadie [illegible] con el cambio radical del escenario que actualmente presenciamos. El capital destruye ferozmente los sindicatos. Los gobiernos desmantelan el Estado de Bienestar". ROJAS, Fernando. Tecnología de la Información: Una nueva estrategia capitalista de subordinación de los trabajadores. Cuadernos de Economía. Universidad Nacional. Vol VIII. num 11. 1987. Bogotá. Pag. 34-35.

7. Ibid.

8. KALMANOVITZ, Salomón. ?Cuánta Apertura?. En revista CIENCIAS. Vol III. N. 11. Julio-sept de 1990. pp.20-21.

9. La curva de distribución tiene forma de U, y se le denomina usualmente, "la parábola de Kuznets".

10. En el caso colombiano hay que recordar las dimensiones del paro nacional de 1977 durante el gobierno del presidente Alfonso López Michelsen.

11. LORA,Eduardo. La Estructura de la Economía Colombiana. En Introducción a la Macroeconomía Colombiana.Eduardo Lora y José Antonio Ocampo (coordinadores). Tercer Mundo-FEDESARROLLO.Bogotá pág 64 1989.

12. Ibid. pág 68.

13. Lo que no significa que en lo posible no se trate de promover cierto nivel de competencia. La crítica aquí se sustenta en que por fallas estructurales de las economías latinoamericanas que quiebran los supuestos de la competencia como la plena información y la perfecta movilidad de recursos, y los servicios estratégicos que no se pueden dejar a la deriva de la interacción entre la oferta y la demanda.

14.El tamaño del "aparato estatal" es algo muy diferente al tamaño del Estado. Más adelante veremos que uno de los problemas básicos de muchos países latinoamericanos es precisamente la pequeñez y la debilidad estructural del Estado.

15. "otro factor que ha sido postulado como un determinante básico de la mayor presencia estatal en la economía lo constituye el proceso mismo de crecimiento. Este postulado conocido como la ley de Wagner, asocia el crecimiento en el PIB per cápita con la ampliación de la participación del sector público en el PIB total, afirma implícitamente que la demanda de bienes públicos tiende a crecer más rápidamente que el ingreso nacional". BERNAL, Joaquín. Política Fiscal, en introducción a la macroeconomía colombiana. op.cit.

16. En una economía creciente a escala los costos tienden a ser decrecientes, o mejor no existen rendimientos decrecientes. En estas circunstancias es absurdo hablar de equilibrio competitivo, puesto que aquí lo que establece es una progresión que no converge ya que no hay lugar a las restricciones productivas de costos marginales. Y si no converge pues no hay competencia. Mirándolo desde otro, las características técnicas de un monopolio natural hace inmensamente costoso "parcelar" y/o segmentar la oferta.

17. RESTREPO, Darío. Descentralización, Democracia y Estado Autoritario. Cuadernos de Economía. Universidad Nacional.

DOC. POCO LEGIBLE, 920885

066

920885

M E M O R A N D U M . N° [illegible]/C.I.

REFERENCIA : [illegible] INTERNACIONAL "MERCADO, ECONOMIA Y [illegible]"

TEXTO :

[illegible] los días 17 y 20 del [illegible] se realizó en la [illegible] "del Parque" en la ciudad de San José un [illegible] Internacional : "MERCADO, ECONOMIA Y SOCIEDAD" organizado por la [illegible] DE JOVENES LATINOAMERICANOS [illegible], RADICALES Y PROGRESISTAS (FEJ[illegible]L). El mismo contó con la asistencia Técnica de CELADU, con el auspicio de la [illegible] FRIEDRICH [illegible] y la Intendencia Municipal de San José.

Dicho encuentro reunió a Dirigentes de :

a - El Club de la Libertad de la Juventud de la Unión Cívica Radical. (ARGENTINA)

b - La Juventud del Partido Liberal. (COLOMBIA)

c - Juventud del Partido Liberal Radical auténtico. (PARAGUAY)

d - Juventud del Partido Alianza del Centro. (CHILE)

e - Juventud del Partido del Movimiento Democrático. (BRASIL)

f - Federación de [illegible] [illegible] del Partido Nacional. (URUGUAY)

Los temas que se trataron fueron los siguientes:

a - La Economía del Mercado desde la óptica Liberal, analizando su funcionamiento desde los puntos de vista de las distintas organizaciones.

b - El fomento de la iniciativa propia para mejorar las condiciones de inversión.

c - Ecología y economía del Mercado.

d - Desreglamentación o intervención del Estado.

002

SECRETO

PARTES POCO LEGIBLES.

067-

920885A

SECRETO

ORIGINAL

c - El mercado según nosotros y una dramatización sobre un caso concreto donde intervienen los distintos actores del mercado: industriales, obreros, organizaciones ambientales, gobiernos.

Participaron en representación de la Fundación "F. NAUMANN" los siguientes:

- ULRIKE SCHMIDT - (ALEMANA)
- INKE BERLING - (ALEMANA)
- SABINE NITZER - (ALEMANA)

Fue detectada la presencia de SELVA MARY VALENZUELA VIERA integrante de la Federación de Juventudes Herreristas del Partido Nacional; Esposa del Sr. Cap. Leonardo Requeira (C.C. 6).

El Sr. WALTER LENGUAS (URUGUAY). Se desempeñó como coordinador general del Seminario.

Se detectaron las siguientes matrículas: 800-586 Montevideo y 204-439 Montevideo. Las mismas fueron solicitadas a Policía de Tránsito, se ampliará.

Dicho Seminario concluyó el día domingo 20 a la hora 14, haciendo uso de la palabra el Sr. Martín SANNEMANN (PARAGUAY), Presidente de FEJOL.

Se adjuntan :

1 - Listado de Participantes, con Nº de C.I., nacionalidad, edad, profesión, domicilio, etc.
2 - Relación de Habitación que ocuparon en la "Hostería del Parque".
3 - Ponencia Elaborada para el Seminario por el Sr. Mauricio URIBE LOPEZ. (COLOMBIA)
4 - Transcripción de la grabación lograda en el cierre del Seminario.
5 - Programa y horarios del Seminario.
6 - Documentación recolectada en el lugar.
7 - Fotos del Seminario e integrantes.

888

SECRETO

068

0208851

PARTES.
POCO LEGIBLES.

0208851

SECRETO

8 - Casette grabado por un Periodista de la zona (GONZALO [illegible]) con temas del Seminario y reportajes realizados a :

- Fl[illegible] [illegible] (ARGENTINA)
- Juan [illegible] (URUGUAY)

069-

920885.1

ANEXO No. 3.

GOBIERNO, MERCADO Y SOCIEDAD: UNA PERSPECTIVA JUVENIL Y LIBERAL

Ponencia elaborada para el Seminario: Economía, Mercado y Sociedad. San José de Mayo, Uruguay, Septiembre 1992.

MAURICIO URIBE LOPEZ
Secretaría de Juventudes y Estudiantes del Partido Liberal Colombiano.

PRESENTACION

El presente documento contiene un análisis preliminar acerca de los problemas que plantean las relaciones entre Economía, Estado, Mercado y Sociedad civil, evaluando éstas según el escenario que las define y que les da forma: El debate entre lo público y lo privado. Este debate constituye buena parte de la substancia fundamental a la que se reducen muchos de los problemas cotidianos de la actual realidad latinoamericana y universal. Y es precisamente, en términos de tal cotidianidad que semejante substancia alcanza a ser un asunto de ética, de orden político, y de posibilidades reales para el ejercicio de la libertad en condiciones de prosperidad, distribuidas de manera equilibarda y en un escenario universalista promotor de la igualdad, carente de todo tipo de discriminación.

En esta perspectiva, resulta obvio que el criterio que unifica los planteamientos aquí expresados en éste documento es claramente liberal, y la autenticidad de ese liberalismo se apoya en su origen: Los estudiantes y jóvenes liberales. La ausencia de toda posibilidad transaccional que implique una flexibilización de nuestros ideales hasta el punto de convertirlos en objeto de negociación, nos libra de tener un discurso amañado, cobarde reproductor de un statu quo que reviste características de escazo humanismo: Autoritarismo político; perpetuación de una sola élite en el poder; el alto nivel de coerción irracional que implica una dominación con caracteres casi físicos que relativizan olimpicamente los derechos humanos y que en últimas insinúa una crasa ruptura de la unidad dominación más razón, priorizando el primer término en un contyexto de crisis de hegemonía a nivel de lo nacional, y alto grado de dependencia a nivel de lo universal y su injerencia en las realidades endógenas de Colombia y de América Latina en general.

Los jóvenes liberales tenemos claro que la pugna política que

[illegible] implica todo intento por la realización de [illegible] se deja llevar a cabo desde una perspectiva de continua dialéctica, es decir que el objetivo final no es la redención total y ahistórica, (porque tal postura entraña un mesianismo que a la larga reivindica el totalitarismo -contradictor en sí mismo- como instrumento de anulación de las contradicciones), sino que ha de asumirse la participación en ésta pugna con pragmatismo, concientes de la historicidad de los procesos sociales y siempre partidarios de la democracia liberal que le da más importancia al elemento razón, no tiraniza a las minorías, y tiende permanentemente hacia una solución equilibrada entre la libertad individual y la igualdad social.

Es por eso que la pertinencia del debate entre lo publico y lo privado es indiscutible, ya que si se excluyen sus implicaciones del discurso sobre la libertad del individuo y la promocion de la riqueza, se puede (y por lo general es esto lo que ha sucedido) llegar a una peligrosa simplificacion que ignora la correspondencia que siempre debe existir entre eficacia productiva, justicia social e igualdad ciudadana.

Queremos plantear unos lineamientos generales acerca de nuestra actitud frente a los asuntos económicos, de manera contextualizada y en la proyección de un debate más amplio sobre el particular en el que la juventud debe participar con su vigorosop aporte democrático. El planteamiento de tales lineamientos se circunscribe a interrogantes como estos: ?Hasta donde existe una crisis de la racionalidad en cuanto al divorcio entre el crecimiento económico y el bienestar general de las mayorías?;?Cuál es la naturaleza de la intervención del Estado?;?A qué conduce la coyuntura latinoamericana de los programas de ajuste y estabilización, la liberalización y la privatización?; ?Cuál es el efecto de la crisis sobre el bienestar en rel;ación con el deterioro ambiental y el problema ecológico?; ?Cuáles son las posibilidades reales de supervivencia planetaria?

Estas inquietudes entre muchas otras son objeto de impostergable reflexión, compromiso y acción por parte de la sociedad universal y latinoamericana, sus dirigentes, y l;a juventud que asume el reto hoy de toda ésta problemática.

1. EL PROBLEMA SEMANTICO DEL LIBERALISMO

Usualmente, cuando se hace alusión a la implementación de políticas económicas y liberales de marcado carácter ortodoxo, se les da el calificativo de "liberales". No estamos en disposicion de advertir en ello un error puesto que una sola palabra está comprometida con varios significantes. Sin embargo, es imperativo hacer una aclaracion -digamos ontológica- del término liberal, puesto que su uso indiscriminado no le hace ningún favor al

PARTES POCO LEGIBLES.

0208851

La filosofía liberal es connatural al ejercicio de la tolerancia y al uso de la libertad. La discusión se dá entonces en los siguientes términos: ¿A quién le corresponde esa libertad?. El liberalismo auténtico es de carácter universalista ya que asume a todos los individuos como iguales, y la categoría que sustenta esa igualdad es la de ciudadano. No obstante en el terreno de la praxis histórica se advierten una serie de regularidades relacionadas con el acceso sobre el bien de la libertad, que dejan ver que las posibilidades para hacerse a ese derecho son bastante inelasticas puesto que su desarrollo positivista condujo a una transformación del pensamiento antropocentrista hacia una posición "capitalocéntrica", sustentada en un sistema unidimensional que endilga la dirección de la sociedad a la dirección unicausal con el mercado promoviendo un tipo de hombre digamos, "unidimensional". El ciudadano como tal es socio del Estado, pero esta categoría no comprende su ubicación en la organización de la produccion y sus relaciones sociales. De ahí la paradoja entre la iguadad y la subordinación. Pero la existencia de ésta paradoja no valida la depreciación de la categoría ciudadano sino que por el contrario crea la necesidad del fortalecimiento de su condición de socio dentro de la democracia que obligue al Estado a establecer los controles necesarios que le garanticen no verse como "ciudadano económico"(1), sometido a una coercion ante la cual se halle inhabilitado para hacer valer sus derechos ciudadanos; aunque es claro que la esfera capitalista concibe siempre algún tipo de subordinación. Y es que el liberalismo está abierto a diferentes propuestas de organización de la producción que evalua con criterio pragmático y entre las cuales se conciben las posibilidades alternativas de cogestión, formas de trabajo cooperativo, siempre que el costo en términos de eficacia productiva no termine sacrificando fuertes cantidades de riqueza que signifiquen un deterioro generalizado de las condiciones de bienestar.

De manera pues que el liberalismo trasciende al modo de producción capitalista. El liberalismo lo adopta en la medida en que éste ha demostrado un nivel de eficacia productiva y de formación de riqueza superiores a otros modos que ha ensayado la historia; pero como filosofía no se circunscribe a él de manera incondicional. "El liberalismo alcanzó su más alta cota de deformación cuando una parte considerable de sus seguidores abrazó la teoría calvinista de la predestinación. La concepción de que los éxitos económicos son prueba de la benevolencia divina (o como quiera que se llame), es crasamente antiliberal".(2)

El liberalismo preconiza el desarrollo individual para el uso de la libertad, y en ese sentido es defensor del individuo y como tal se contrapone al "estatismo", consecuentemente afirma al Estado como protyector de los derechos

PARTES POCO LEGIBLES.

079

individuos, así que esa afirmación descalifica la exclusión hecha por el liberalismo económico del Estado en los asuntos de economía pública que lo requieren para mantener el principio de la universalidad garante del derecho de todas y cada una de las personas.

El liberalismo económico apoya sus tesis en el egocentrismo y la acción individual en aras de intereses particulares, puesto que asume la felicidad social como la sumatoria de las felicidades individuales de tal forma que la "perversión"(3) de uno, se convierte en virtud social. Si la "perversión de uno" le conviene al agregado, lo consecuente es proteger la perversión y por esa vía se define que la protección es no intervenir para no alterar la sumatoria, y así el "ciudadano económico" puede ser objeto de un alto nivel de coerción aún en desmedro significativo de su condición de ciudadano.

Las versiones más recientes del "liberalismo manchesteriano" conciben entre otras cosas que la intervención gubernamental favorece los monopolios, que el gasto público es la causa determinante del déficit fiscal (sin tomar en consideración la naturaleza misma del déficit en términos de la tributación proporcional a los recursos de los sectores o ingresos individuales, y sin tener en cuenta las altas tasas de interés pagadas por Operaciones de Mercado Abierto-OMAS- de venta de bonos como mecanismo de cubrimiento del déficit, que resulten regresivas en cuanto a equidad en la distribución del ingreso y subsidio de todos a los pocos que tienen acceso a los OMAS, y además el germen de un déficit futuro contenido en una deuda pública; y sin muchas otras consideraciones al menos en la aplicación de las políticas); que el control sobre el crédito con el fin de lograr dinero barato desestimula el ahorro porque se llega inclusive a tasas de interés negativas; y en general una serie de evaluaciones y decisiones benéficas al capital con u alto costo político de autoritarismo y restricciones en las concesiones a las mayorías.

La filosofía liberal en cambio establece que "El derecho debe ante todo proteger a los débiles contra los poderosos, a los desposeídos frente a los propietarios, y no al revés"(4)

2. ECONOMIA Y POLITICA

En los modos de producción que desde el marxismo se definen como "antagónicos", la abstracción más relevante es la de las relaciones sociales de producción. Es en ellas donde se define tanto el antagonismo, como las posibilidades redentoras de un sistema "no antagónico" dadas por el desarrollo de las fuerzas productivas.
Desde la concepción de la sociedad civil como escenario constituido a partir de una multiplicidad de relaciones que se imponen como consecuencia de la división social del trabajo y la pérdida de perspectiva individual del proceso

PARTES POCO LEGIBLES.

social, encontramos que el "Estado agregado" se encuentra en el mercado, o en palabras de Hegel, en el "sistema de las necesidades" (bedurfnisse). Aquí el interés privado establece una cadena lógica de interdependencia en donde los "contratos" entre individuos constituyen una conexión individuo-sociedad que le da contenido al interés colectivo y es por lo tanto una forma política que subordina las particularidades a un orden social mediante la acción de las leyes del mercado. No obstante, la "mano invisible" no implanta la armonía de forma inmediata entre el interés privado y el interés colectivo puesto que las "leyes de bronce" del mercado sin regulación alguna conducen indudablemente hacia la decadencia a importantes sectores sociales, deteriorando las condiciones objetivas para la posibilidad de la democracia. "Bajo la conducción del Estado, y al ritmo del desarrollo de la actividad económica, cada pueblo avanza progresivamente en la universalización de su acción histórica"(5)

Aún así tenemos que la explicación de la regulación estatal y de la naturaleza misma del Estado no puede darse de todas formas única y exclusivamente desde la economía política. Evidentemente hablar de economía política es hablar de una propuesta política, sin embargo la economía política ha estado circunscrita hasta ahora básicamente dentro del modo de producción capitalista. Esto ha dado lugar a un avance significativo en cuanto al estudio inherente a la lógica del capital, pero por otro lado ha relativizado muchos elementos sociales que no son de carácter estrictamente económico. Y es que no se puede asumir la separación didáctica de las ciencias sociales como un hecho real y verificable.

El materialismo dialéctico y la economía política ortodoxa tienden a ver lo económico como algo tan independiente que parece "asocial", siendo que está circunscrito por entero a la sociedad. Y lo económico en sí mismo se relaciona con los demás aspectos de una manera mucho más intensa de lo que creen quienes podríamos llamar los "mecanicistas de lo económico" o los "economistas mecánicos" quienes se someten a un hiperdeterminismo de lo cuantificable y/o predecible, que en últimas marginan tantos aspectos sociales de sus construcciones teóricas, que resultan un espejo mentiroso e inadecuado para el diagnóstico y la solución de los problemas.

Es por eso que el Estado y la organización política no se encuentran parcialmente explicados y/o desarrollados en las propuestas políticas del hiperdeterminismo económico. La política no es un estricto elemento de la "superestructura" en términos del antagonismo en las relaciones sociales de producción. La tesis que se origina de ésta visión es que la sociedad civil se debe circunscribir plenamente al Estado hasta el extremo de plantear tamañas contradicciones en si mismas como la del "partido único". Esa forma de hiperdeterminismo económico engendró un hiperdeterminismo

Pobres
Poco legibles.

928851

074

...y del desarrollo.

Es evidente que vivimos una etapa de amplias transformaciones a escala universal, y que éstas tienen un carácter indiscutiblemente histórico y conflictivo. Al unísono con el reordenamiento político de la posguerra fría, los cambios en las relaciones de poder, la caida y/o reemplazo de los totalitarismos de un lado, y el progresivo desprestigio de las instituciones democráticas, los regimenes parlamentarios y los partidos políticos, de otro; tenemos sobre nuestras cabezas todo el peso del proceso de reestructuración capitalista a nivel mundial.

La tendencial caida de la tasa de ganancia del capitalismo mundial ligada a los decensoss en la productividad como consecuencia del crecimiento de los costos fijos, ante una rentabilidad de muy largo plazo que quebranta la automática relación entre oferta y demanda como requisito para la expansión del mercado, es en últimas la expresión de una crisis de lo que podemos llamar "el ordenamiento institucional del capitalismo".
Tal ordenamiento institucional está ligado a la importancia de los costos fijos como elementos del "pacto social" de la mayor parte de lo que va de éste siglo (aproximadamente hasta loas 70s y 80s), funcionales en ese período a las necesidades valorativas de la acumulación.

El conflicto capital-trabajo ha tenido fuerza como congregante masivo que requiere por tanto de la concertación. Es la etapa que se define como la del Estado-Benefactor, basada en una organización de la producción dada en los esquemas de la gran empresa y del obrero de la masa con altos niveles de sindicalización, estos esquemas son: El taylorismo, el fordismo, y la regulación macroeconómica de corte keynesiano.

Este tipo de organización es supremamente funcional a las formas de producción continua de líneas de ensamblaje y consecuentemente a la instalación de unidades productivas más o menos rígidas, donde la variabilidad de los gustos del mercado se considerba relativamente estable debido a la escaza capacidad de diversificación y flexibilización de la estructura productiva.(7).

Pero tal funcionabilidad está consolidadndo la crisis y la necesidad de la reestructuración, en la medida en la que se ha construído con cierta independencia insostenible (para la lógica del capital) de las señales del mercado. Para vencer esa "independencia" es que se adelantan actualmente una sere de reformas destinadas a modificar la división internacional del trabajo, y a implementar la perfecta movilidasd de la oferta laboral, la diversificación y flexibilidad de la estructura productiva, la automatización y estandarización de los procesos de producción, la descentralización y atomización de los escenarios y de las relaciones sociales en

Calle 45 No. 103 - 59 · Conmutador 413 00 77 · Apartado Aéreo 8805 · Santa Fe de Bogotá, D.C. · Colombia

PARTES POCO LEGIBLES.

general para contrarrestar [illegible] rigideces institucionales"(8) propias de la forma en que se conducen las demandas sociales, y para transferir muchos de los costos fijos a "contratistas independientes". Es por eso que por ejemplo, hay que evaluar todas aquellas propuestas de intensificación del apoyo a los sectores de microempresarios y a las organizaciones empresariales familiares como posibilidad redentora y de soberanía de las clases populares, puesto que estos son elementos estratégicos de la reestructuración capitalista, destinados a reproducir después de mucho tiempo, circunstancias contractuales asimilables al salario a destajo, donde además la gran empresa mantiene una relación monopsónica frente a éste tipo de organización consolidando así una fuerte relación de dependencia de los microempresarios con respecto al gran cappital.

Lo cierto es que ésta crisis y la reestructuración a que da lugar no es un invento de los académicos, ni tampoco algo que se circunscriba de manera exclusiva al ámbito de lo económico, sino que se trata de algo que se nos ha dejado venir encima modificando parte de la estructura familiar por la mayor rotación y la demanda del trabajo femenino; la distribución del espacio urbano; la proletarización disgregada; la finalidad y la orientación del sistema educativo; la descalificación del trabajo, implementando la sublimación del mercado como forma política consecuentemente con el desmonte de las garantías sociales propias del Estado-Benefactor; y la deslegitimación desde el capital de las instituciones políticas (El Estado, el Parlamento, los Partidos), por constituir obstáculos llenos de rigidez para las necesidades de amplia movilidad de factores, y sometimiento a los dictámens del mercado, funcionales a los nuevos requisitos valorativos de la acumulación.

Es indiscutible en todo caso que Estado interventor de corte keynesiano tuvo una profunda crisis en los años 70s, y que las razones de esa crisis están dadas en buena parte por el deterioro de la intervención estatal en la economía. La corrupción ligada a ciertas discrecionalidades del "aparato estatal" (licencias de exportación é importación; régimen aduanero y régimen fiscal, licitaciones públicas para la realización de 'megaproyectos', etc.); la adopción de tutelas proteccionistas para promover la industria, pero que fueron degenerando en la promoción de la concentración y el fortalecimiento de poderes oligopólicos: "En Colombia, las grandes sociedades anónimas son patrimoniales, cerradas, ineficientes, evaden el cambio técnico y no corren riesgos en la búsqueda de nuevos mercados, de tal modo que crean poco empleo y lo que hacen más bien es fugar capital"(8). Además, el crecimiento económico en América Latina durante la vigencia más intensa del Estado Benefactor no cumplió con el objetivo propuesto por la teoría del "rebalse del crecimiento" de Kuznets, que a grosso modo sostenía que en las primeras fases del crecimiento económico con niveles bastante modestos de ingreso per cápita, la equidad en la

distribución del ingreso [illegible] de éste, los términos de la distribución se deterioraban ampliamente pero luego, después de pasar por cierto nivel de ingreso per cápita, la equidad en la distribución se recuperaba vertiginosamente(9). Pues bien, tal rebalse quedó en entredicho y el malestar social a finales de los años setenta en el continente latinoamericano fué particularmente intenso.(10). "En su peor momento, en 1977, el número de ocupados pobres -en Colombia- alcanzó a representar el 45% de los ocupados en las cuatro principales ciudades del país y el 50% en las tres ciudades siguientes".(11)."...el DANE-Departamento Administrativo Nacional de Estadística- encontró que en Colombia hay cerca de 11.5 millones de pobres en sentido absoluto, puesto que tienen necesidades basicas insatisfechas. Aunque el numero de pobresw se reparte aproximadamente en partes iguales entre las zonas urbanas y las rurales, y la incidencia de la pobreza es mucho mayor en el campo que en la ciudad".(12)

Pero ante todo esto la actitud pertinente no se debe dar en términos de la desligitimación de la necesidad de la intervención estatal. Es decir, la actitud válida aqui no es la sublimación del mercado ante el fracaso del "modelo interventor", puesto que el desgaste de éste tipo de Estado no es argumento para premiar a un sector privado oligopólico cediéndole la discrecionalidad sobre los asuntos propios de la economía de los servicios públicos, bajo el supuesto de un régimen de competencia, que para el caso de las economías latinoamericanas donde las dimensiones del mercado son supremamente modestas, no es otra cosaq que una perfecta falacia teórica (13). incorporarla

Luego, no es que la intervención halla hecho crisis, hizo crisis untipo especifico de intervención que puso bastante énfasis en el tamaño del 'aparato estatal'(14) y descuidó la evaluación rigurosa de la planeación del Estado con criterios técnicos que no excluyeran evidentemente los beneficios y costos de carácter social, pero que si se midieran en cuanto a la fqactibilidad y las posibilidades reales de financiamiento. Esta falencia, por ejemplo, es una de las causas de la crisis de la deuda externa y por tanto de las presiones inflacionarias sustentadas en la devaluación del tipo de cambio que golpeaba o golpea a los trabajadores por la caída de los salarios reales a que éste tipo de politica dá lugar por la vía de las presiones sobre oferta monetaria y déficit fiscal alimentado en parte por el servicio mismo de la deuda.

Por el contrario, la necesidad de la intervención se hace explícita independientemente del relativo fracaso del Estado Benefactor, en una serie de categorías económicas que constituyen categorías particulares y muy importantes para la acción política del interés colectivo: Los monopolios naturales (telecomunicaciones, servicios domiciliarios, etc.) donde la presencia "competitiva" de varias empresas sería absurdamente costosa por tratarse de economías crecientes a

[illegible] En este nivel de los monopolios naturales se puede estar abierto a propuestas mixtas, tales como la privatización de la gestión administrativa conservando el control accionario por parte del Estado. Esto depende de las circunstancias particulares y de los problemas específicos de eficiencia y de las consideraciones estratégicas a que haya lugar.

Otra categoría inmensamente importante es la de las Externalidades, cuyo carácter es tanto positivo como negativo. En sentido estricto una externalidad es un costo o un beneficio que trasciende el costo o el beneficio particular de los agentes económicos para constituirse en un costo o beneficio social. Así pues que las externalidades son un escenario fundamental para la acción del Estado por su intimidad connatural con el interés colectivo. Una externalidad positiva es por ejemplo la calidad de la educación, y una externalidad negativa la constituye el caso de la contaminación ambiental. Las externalidades se suelen identificar con los Bienes Meritorios (bienes buenos o bienes"malos" o males), pero en estos últimos lo relevante es un juicio de valor más o menos subjetivo de la opinión pública sobre su conveniencia.

Los Bienes Públicos se definen como aquellos donde no hay rivalidad en el consumo en el sentido en que una demanda individual no reduce la disponibilidad del bien para los otros individuos. El bien público puede ser o no gratuito, pero el cobro no es más que una compensación tarifaria para el mantenimiento y jamás un precio, ya que un bien público es opuesto por naturaleza a toda forma de exclusión. Y es que la exclusión es casi que técnicamente imposible o por lo menos muy costosa si se tiene en cuenta que este tipo de bien involucra la producción conjunta, es decir que una vez producido se halla a disposición universal en ausencia de todo costo por beneficiario adicional.

Además otra característica natural de un bien público es la de la indivisivilidad de la oferta que implica que su ofrecimiento sólo se puede hacer en bloque.
La administración de justicia -al menos ontológicamente- constituye un ejemplo de un bien público puro, como también lo constituye un puente peatonal o un parque citadino. Un bien público puede tener origen en el Estado mismo, o puede provenir de un "aporte" del sector privado, sin embargo su carácter público no es, ni puede ni debe ser transable.

La intervención del Estado contiene también una razón trascendental en términos de las estrategias de largo plazo donde el análisis beneficio costo implica una serie de consideraciones "externas" fundamentales. El uso de la política fiscal como instrumento para la obtención más equitativa del ingreso(16), o para intervenir en la supresión de amplias desigualdades sociales y regionales.

POBRES
POCO LEGIBLES.

9200851

078

Por último, el problema de la intervención estatal en América Latina no se puede reducir a una discusión sobre cuál es el tamaño óptimo del Estado. Y es que el problema trasciende toda argumentación a ese nivel: El problema es la existencia mismo del Estado. ?Desmontar lo que aún no se ha consolidado?, eso carece de toda lógica. Una sociedad como la colombiana en la que ni siquiera el monopolio de la fuerza es una discrecionalidad real e indiscutible del Estado, donde este no recoge la diversidad de las relaciones sociales pletóricas de características premodernas que aún hoy reproducen esquemas serviles como los del clientelismo político, cuya racionalidad sublima al "aparato estatal" como instrumento coercitivo de orden privado. Una sociedad que para usar los términos de Sergio Zermeño está sujeta a una modernización tardía o desarticulada (a diferencia de la modernización temprana de los países del Cono Sur), no puede lanzarse frenéticamente a las aguas de la liberalización a ultranza y asimilando la privatización a la solución de los problemas del uso adecuado de los recursos, siendo que el elemental caracter público de la categoría Estado está ampliamente en entredicho, y su incertidumbre cohonesta un escenario difuso de revanchismos en el que se diluye la realidad de un proyecto consensual de sociedad.

3.2 Descentralización

Actualmente los jóvenes liberales y algunos grupos de estudiantes universitarios de Bogotá hemos tenido que abordar el problema de la descentralización con cierto rigor, debido a que el analisis de las reformas en el terreno de la educación nos han obligado a ello.

Ciertamente el problema de la descentralización irrumpe vehementemente en casi todos los ámbitos de la relación entre Estado y sociedad civil, y al interior de ésta; es seguro que el futuro de sectores como el de la educación, la salud y los servicios publicos fundamentales y domiciliarios, así como las relaciones de carácter político y de regulación están circunscritas al desarrollo cualitativo y cuantitativo del proceso descentralista.

En principio la descentralización constituye un instrumento que en consideración a las diferencias del desarrollo regional y lo impertinente que pueden llegar a ser las políticas gubernamentales uniformes en localidades con necesidades y características muy específicas, permite al poder local orientar más tales políticas de acuerdo con las prioridades de la comunidad en particular. Concibe además mayores niveles de participación ciudadana en la medida en que abre más canales institucionales para la gestión social.

Sin embargo, los procesos descentralistas no pueden abordarse independientemente de las transformaciones en las relaciones sociales y la modificación del tipo de regulación funcional a

las [illegible] particulares [illegible] la acumulación. La descentralización en que [illegible] susceptible de ser ampliamente prostituido en aras de algún propósito político, económico y social, no necesariamente democrático (por ejemplo el neoliberal). Y es que la descentralización en sí misma no implica un contenido democrático puesto que la apertura de canales institucionales a nivel local pueden dar lugar a una "estatización" de la sociedad civil, en la medida en que ésta se asimila a las estructuras mismas del aparato estatal, y que la localización espacial muy puntual del escenario para la gestión de las demandas sociales le dá vía libre a su fragmentación y consecuentemente a su debilitamiento.

Asumir el proceso descentralista como una estrategia de disminución del déficit fiscal vía descenso del gasto público social y la financiación de éste por medio de impuestos indirectos; y como un instrumento para el cumplimiento del "divide y reinarás", retirándose responsabilidades gubernamentales en la calidad y niveles de prestación de servicios a la vez que se endilgan responsabilidades en ese sentido a los municipios, sustentándolas en transferencias y rentas de destinación específica que están sujetas a la evaluación de los criterios de eficiencia sobre como invierte el municipio en la perspectiva del costo beneficio, y creándole la necesidad de recaudar impuestos es en últimas asumir la descentralización como una vía intermedia para la privatización de servicios públicos fundamentales, y como mecanismo del autoritarismo para mantener a raya la organización nacional de los movimientos sociales. "El sometimiento de la prestación de los servicios a los criterios privados (cuando menos) y la privatización directa de los reductos públicos que hoy son monopolio del Estado será la consecuencia de la descentralización administrativa".(17).

En esta perspectiva, debe quedar claro que una cosa es la asesoría gubernamental para la aplicación de criterios técnicos en la planeación local, y otra muy distinta es el sometimiento de las transferencias a criterios exclusivos de costo beneficio sin la evaluación "externa" -social- de los proyectos.
No se debe desestimar tampoco la apertura de canales institucionales, siempre que al unísono se fortalezcan las garantías para la organización estratégica de la gestión de las demandas sociales, del intercambio de información a nivel nacional, de las experiencias particulares, y la posibilidad de que el alcalde o el líder local que ha sido elegido popularmente pueda liderar en unión de su comunidad, gestiones de protesta ante el Estado central sin que esto implique una inhabilidad o incompatibilidad que dé lugar a que sea removido fulminantemente por el gobierno nacional o su superior jerárquico. Esto, unido a la discrecionalidad popular sobre el poder de revocatoria del mandato, evita la asimilación "estatal" de la sociedad civil, proceso semejante

[illegible] estatista que desprecia a los individuos y que por ello es evidentemente antiliberal. Además de dar contenido democrático al instrumento de la descentralización.

Así pues que se puede acusar la posición de los jóvenes liberales con respecto a éste tema, de ser excesivamente ecléctica, pero lo cierto es que el liberalismo auténtico no descalifica a priori ninguna propuesta sin antes evaluar su contenido, sus limitaciones y sus posibilidades tanto de manipulación, como la forma de relativizar ésta en aras de un contenido decididamente democrático. En esos términos, la participación plural en juntas administrativas de orden local, o juntas departamentales de servicios públicos, son en principio, en ausencia de operacionalizaciones y reglamentaciones amañadas, escenarios completamente válidos para la búsqueda de alternativas y la decisión por proyectos que maximicen el bienestar social y las posibilidades reales de libertad para todos los socios del Estado y los miembros de la comunidad.

3.3 AJUSTE Y ESTABILIZACION

Es evidente que un manejo macroeconómico irresponsable conduce a experiencias tan amargas como la del caso peruano, luego del tratamiento exageradamente populista y demagógico de los asuntos de la hacienda pública, las políticas fiscal y monetaria, por parte de un régimen exageradamente demagógico. El endeudamiento progresivo del gobierno con la banca central, más la consecuente emisión monetaria para sufragar los costos de funcionamiento del aparato estatal y el gasto público social realizado con criterios difusos no digamos en términos de eficiencia sino de eficacia, añadido a un desprecio por el sector externo al no incentivar las exportaciones, con presiones de deuda externa y bloqueo económico en razón a las condiciones de dependencia, confluyen hacia un deterioro geométrico de los indicadores económicos, y hacia el empobrecimiento colectivo como consecuencia de la hiperinflación y la rotunda caída del crecimiento (estanflación).

Sin embargo, como ya lo hemos sostenido, la mala aplicación de un instrumento no lo desestima, así como el uso inadecuado de una política no significa que el uso en sí mismo deba ser vetado o ampliamente restringido. En ese sentido, la perspectiva monetario fiscalista(18) que se ha impuesto con cierta fuerza por medio de los programas de ajuste y estabilización en varios países de América Latina, demuestra una preocupación por la estabilidad macroeconómica que en principio es sana, pero que sublima tal estabilidad por encima de cualquier consideración sobre el crecimiento, el desarrollo y la equidad distributiva del ingreso, y que su metodología se asocia al retiro del Estado de ciertos asuntos

PARTES POCO LEGIBLES

9208851

081

9208851

[illegible] desarrollo a largo plazo; al mismo tiempo que [illegible] de las fracturas estructurales de las economías latinoamericanas.

Se concluye, que si los desequilibrios agregados son el resultado del exceso de gasto, o se aumenta la producción y la renta disponible, o simplemente se reduce tal gasto. La recomendación ortodoxa, aun reconociendo la no neutralidad de la caída del gasto público social en cuanto a la distribución del ingreso, enfatiza la necesidad de ésta baja puesto que según su análisis el aumento de la renta disponible implica un alza tributaria, y en primera instancia tal alza desestimula la inversión privada. Además, según su punto de vista, si se mantiene el gasto público social en altos niveles, la caída en la tasa de interés dada por la política fiscal restrictiva que podría estimular la inversión del sector privado como consecuencia del descenso en el costo de uso del capital, sería ampliamente neutralizada por la política fiscal expansiva (Inversión pública y gasto social) que presiona de nuevo hacia arriba al tipo de interés.(19) Lo relevante entonces para el modelo es la aplicación de la "gestión de demanda" como pilar del ajuste, el cual se hace explícito con la adopción de las siguientes medidas: "Reducción del gasto público; control de la oferta de dinero; reducción de salarios reales; elevación de la tasa de interés; devaluación; supresión de subsidios y de controles de precios"(20)

En este nivel, lo que se plantea no es el sacrificio en la distribución del ingreso a la espera del "rebalse" de éste con el incremento del crecimiento económico luego de describir la parábola de Kuznets, sino el sacrificio del crecimiento mismo.

Al igual que la demagogia a ultranza, el ajuste también ha provocado amargas experiencias, puesto que a lo largo de los 80s, el PIB per cápita de la región cayó en un 8,3%(21) y las presiones inflacionarias persisten en la medida en que las posibilidades de un equilibrio en la balanza comercial se reducen por el proteccionismo de los grandes bloques económicos del mundo, el déficit comercial norteamericano, de un lado, y de otro la caída en los salarios reales y la presión monetaria ejercida por la devaluación.

Si en América Latina la inversión es fundamental en los niveles del PIB, siguiendo más o menos los postulados de la ley de Wagner, la caída del gasto público trae consigo un debilitamiento vertiginoso de la economía en aras de una frágil estabilidad.

En suma, la filosofía de las políticas de ajuste desestima como secundarias las influencias del régimen internacional, la deuda externa, el deterioro de los términos de intercambio -que no es ninguna falacia cepalina-, y acusa al Estado de ser el promotor unívoco de la crisis inflacionaria. Nos

[illegible]

[illegible] como una precusa del modelo sin tener en cuenta por ejemplo que el [illegible] a las exportaciones poco diversificadas [illegible] a la dependencia, y donde en últimas se ha puesto en práctica la paradoja [illegible] en la que "se sacrifica un [illegible] para pulir una estadística"(22)

Aquí crecer y distribuir es inadmisible, y las nociones han de conformarse con el freno a la caída del crecimiento y el control de la inflación.

4. EL PROBLEMA ECOLOGICO

El problema de la supervivencia planetaria pone de manifiesto una auténtica crisis de la racionalidad cartesiana tradicional en la que el hombre está dispuesto a cometer las torpezas más enormes, poniendo en jaque hasta sus posibilidades de reproducirse como especie, actuando a pesar de ello, de manera "racional". Se hace presente entonces, la impertinencia de las tesis eficientistas por la sublimación del criterio costo-beneficio en la perspectiva de los agentes económicos individuales, ya que como lo hemos sostenido antes, tal criterio es ajeno al problema de la escasez de los recursos naturales, y al problema del deterioro ambiental como una externalidad negativa.

Incorporar en la metodología contable de los particulares el factor Riqueza Natural, siendo consecuentes con la escasez real de los que antes se consideraban bienes libres, (es decir donde el exceso de demanda por el bien es menor que cero, y el precio es igual a cero), aunque representa un avance en términos de la incorporación de tal situación de escasez de los recursos naturales al análisis económico, y una orientación ecológica de la economía de mercado, no es suficiente en consideración a que tamaña externalidad es un asunto de supervivencia planetaria.

Algunos liberales alemanes por ejemplo, hacen una análisis de fases al desarrollo de la economía: Economía de mercado libre (donde el factor de producción más relevante es el capital); la economía de mercado social (donde los niveles mayores de productividad alcanzados permiten la realización de garantías sociales a la clase trabajadora, que superen el simple requisito de su reproducción dada por la subsistencia); y la Economía de Mercado Ecológico, en la que el factor de producción Riqueza Natural es tan relevante como el capital y el trabajo.

"Lo técnicamente realizable, lo económicamente posible y lo socialmente deseable, sólo puede desarrollarse si se justifica desde el punto de vista ecológico. La prueba de la

[illegible] ambiente [illegible] de medición de esa [illegible]

[illegible]

[illegible] el tanto no es suficiente la evaluación ecológica de los procesos, puesto que la magnitud del costo social a que da lugar el deterioro del ambiente tiene efectos de largo plazo muy difíciles de ser incorporados al análisis de un agente económico particular. Además, si la economía social de mercado requiere de la intervención estatal para evitar las arbitrariedades de la subordinación y en general de la pérdida de perspectiva social del criterio privado, mucho más se necesitará de la acción pública en el terreno ecológico. La "pureza" de la racionalidad privada que nos entregan sin mayor conocimiento de causa no fué considerada por el mismo Adam Smith, a quien le atribuyen una paternidad teórica que le pertenecería más a Calvino. Ya mucho antes de la existencia de los grandes "Trusts" comerciales y financieros, y de las sociedades anónimas, Smith nos hacía ésta advertencia: "El interés de los negociantes... de cualquier ramo del comercio o de la industria es siempre diferente en algunos aspectos del interés del público, e incluso opuesto a él... Cualquier nueva ley o regulación del comercio propuesta por ese estamento debería siempre estudiarse con gran precaución y no adoptarse nunca sin antes examinarla larga y cuidadosamente, con la atención, no sólo más escrupulosa, sino incluso más suspicaz. Hay que tener en cuenta que proviene de un estamento cuyo interés no coincide nunca exactamente con el del publico, estamento generalmente interesado en engañar o incluso oprimir al publico, y que consecuentemente, en muchas ocasiones, lo ha engañado y oprimido".(24)

Así pues, la investigación científica destinada a reducir el impacto ambiental de ciertas industrias, la adaptación de tecnologías no contaminantes; la educación ecológica; la política de reservas naturales y de parque nacionales como instrumento protector de la biodiversidad; son asuntos que tienen que definirse a nivel de la estrategia misma del desarrollo nacional, donde el Estado pueda concertar e incentivar modificaciones, y en un caso dado imponerlas, sobre las metodologías productivas de industrias contaminantes.

De nuevo aquí, vemos que para el caso latinoamericano la situación es supremamente compleja por razones históricas. Es decir, la estructura de la propiedad agraria hacendil, excluyente, la violencia rural para el caso colombiano, y la implantación del paradigma norteamericano en la agricultura (Uso intensivo de capital en grandes áreas de terreno dedicado a un sólo cultivo poco competitivo por el costoso control de las condiciones tropicales -insectos dañinos cuyo control en los paises templados es natural debido al régimen de estaciones) han reproducido la dependencia, y han arrojado masas campesinas (las que no migran a la ciudad) hacia las laderas de las montañas y la selva, "colonizando"

tierras no aptas para cultivo, sembrando allí elementos de [illegible] (por ejemplo conflictos de subsistencia), atentando contra la biodiversidad, y afectando la disponibilidad de recursos fundamentales como el recurso hídrico. De ahí que el ofrecimiento internacional de comprar deuda por naturaleza carezca de una importancia real en la medida en que el proteccionismo del primer mundo no permite una rentabilidad equitativa para América Latina que le dé posibilidad a ésta de contar con recursos propios para ésta area. Y es que el esquema de la compra de la deuda -susceptible de evaluarse para cada caso y en algunos capaz de demostrar cierta conveniencia- se da en un escenario de dependencia que "ata" parte de la inversión nacional a los criterios del "comprador" de la deuda.

Además, 11.5 millones de pobres en Colombia y cifras superiores en muchos países del continente, ¿no es un problema grave para la supervivencia? A vuelo de pájaro uno puede observar en los últimos informes del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo PNUD, una "copa de champagne" donde la parte delgada es la riqueza que está en manos del 60% de la población mundial.(25)

5. LIBERALISMO SOCIAL Y LIBERTAD

La historia del liberalismo colombiano escribió en la década de los años 30s una página ilustre en el terreno de las políticas progresistas y de vanguardia social. "La Revolución en Marcha" adelantada durante la administración del presidente Alfonso López Pumarejo, ha sido uno de los proyectos más importantes de modernización y de desarrollo social emprendidos en el país en este siglo. La filosofía de las reformas, encarnada en una juventud liberal y progresista, estaba nutrida con las ideas antiimperialistas y no sovietistas de individuos de la talla de Victor Raúl Haya de la Torre, José Carlos Mariátegui, el mejicano José Vasconcelos, e imbuídas de la teoría "solidarista" de León Duguit, que concebía la libertad como una función social, y el derecho entendido como la no obstaculización del derecho ajeno en un escenario promotor del criterio de responsabilidad social en los individuos.

Con esa orientación, el liberalismo acometió la reforma tributaria con la ley 69 de 1936, que creó el impuesto al patrimonio en una consideración socialmente equilibrada para la obtención de recursos estatales; la reforma al régimes agrario o la ley de tierras o ley 200 de 1936, que le dió facultades al gobierno nacional para expropiar aquellos terrenos sin uso económico o destinación social, y amplió las posibilidades para que individuos diferentes a los latifundistas tradicionales estuvieran en capacidad de acreditar títulos de propiedad.

FOTOS POCO LEGIBLES.

El [illegible] de 19[illegible], el presidente López hablaba en [illegible] "[illegible] también, autorizando y estimulando [illegible], una agitación espontánea provocada por las condiciones injustas e irregulares que soportan los trabajadores de grandes empresas agrícolas o los colonos que vinculan su esfuerzo a terrenos comúnmente baldíos. Sería inútil tratar de sostener que los labriegos no tienen motivos de queja contra los patronos de ciertas fincas... Están en plena vigencia legal, en todos los casos, procedimientos para someter cualquier brote de rebeldía del trabajador... Pero no hay todavía ningún modo de obrar sobre los propietarios de tierras y grandes industrias para prevenir los conflictos con un criterio más humano, más liberal, más generoso, que corrija las injusticias e impida la aplicación de algunos reglamentos de trabajo, que mantienen al campesino sujeto a un régimen feudal"(26).

Carlos Salinas de Gortari, en el 63 aniversario del PRI, pronunció un discurso reproducido por la revista internacional PERFILES LIBERALES, en el que señala que el liberalismo social no puede ser entendido como un estatismo omnipresente en la cotidianidad de los individuos, pero tampoco se puede concebir un Estado "ausente", ajeno a las desigualdades en el mercado, e indiferente ante las demandas sociales. Entre tanto, los neoliberales conciben la democracia como una teoría del juego donde el individuo aparezca aisladamente, donde la justicia se las arregla sola, donde la educación se sujeta a la discrecionalidad individual e inequitativa. "Los nuevos reaccionarios por su parte, excluyen cualquier participación de la sociedad en la educación, son intolerantes y también dogmáticos. Para el liberalismo social, la educación es parte fundamental del desarrollo integral del país, y los maestros, actores básicos en la lucha por la soberanía y por la justicia social". (27).

En América Latina algunos han decidido resolver el conflicto entre "viabilidad macroeconómica" y democracia, divorciando estos dos criterios, lo que constituye una antítesis al desarrollo. La libertad no es libertad si está parcelada, fragmentada, y "asignada" de acuerdo con el resultado de la pugna "indeseable". La libertad es un elemento de la civilización que no admite una "selección natural" en lo social. Recordémonos que la tesis de "lo mejor" para "el mejor" tiene un profundo contenido fascista. ?Quién es el mejor?. Emitir un criterio en ese sentido imp-lica hacer uso de la "racionalidad" antiliberal de la discriminación.

Es así como la responsabilidad en la conduccion de las economías es funcional al desarrollo, y éste se dá en relación con el grado de libertad política, consolidación cultural, y no sólo nivel sino calidad de vida para la autorrealización del individuo. Considerar que esto no es posible, y renunciar a ello, es demostrar una actitud miserable frente al hombre.

El [illegible] humanista, como tal cree en el hombre y [illegible] tiene fe en el pueblo, y no admite una claudicación tan [illegible]

Hay ciertos nudos en la historia que nos ubican ante alternativas más o menos similares a las que se enfrentaron los pueblos en el pasado. Los jóvenes latinoamericanos de hoy no podemos olvidar el ejemplo de individuos como Bolivar, Martí, Santander, Artigas, Felipe Solano Lopez, Lincoln, Whitman, y tantos otros precursores recordados y anónimos de la modernidad democrática universal. El debate entre "los civilizados de la barbarie y los bárbaros de la civilización" de Los Miserables de Victor Hugo, se reproduce constantemente en nuestra historia.

NOTAS

1. El término "ciudadano económico" es usado por FLACH, Karl Hermann en : El Futuro de la Libertad (la nueva oportunidad de los liberales). Tercera ed.1986. Fundación Friedrich Naumann.
2. FLACH, K. Ibid.
3. La expresión "perversión" se toma aquí en el sentido del afán por la obtención de plusvalor y la maximización del beneficio sin consideración alguna sobre el bienestar social.
4. RESTREPO, Luis Alberto. Relación entre la Sociedad Civil y el Estado, en revista Análisis Político núm.9 Enero-abril de 1990.
5. BEJARANO, Jesus. Teoria y modelos del desarrollo. Transcripción de la conferencia dictada el día 15 de sept. de

PARTES POCO LEGIBLES.

9208851

087

9208851

1987 [illegible] de Estudios Interdisciplinarios de la Pontificia Universidad Javeriana.

6. "Todo transcurrió tan sutilmente por medio siglo que nadie [illegible] con el cambio radical del escenario que actualmente presenciamos. El capital destruye ferozmente los sindicatos. Los gobiernos desmantelan el Estado de Bienestar". [illegible], Fernando. Tecnología de la Información: Una nueva estrategia capitalista de subordinación de los trabajadores. Cuadernos de Economía. Universidad Nacional. Vol VIII, num 11. 1987. Bogotá. Pag. 34-35.

7. Ibid.

8. KALMANOVITZ, Salomón. ?Cuánta Apertura?. En revista CIENCIAS. Vol III. N. 11. Julio-sept de 1990. pp.20-21.

9. La curva de distribución tiene forma de U, y se le denomina usualmente. "la parábola de Kuznets".

10. En el caso colombiano hay que recordar las dimensiones del paro nacional de 1977 durante el gobierno del presidente Alfonso López Michelsen.

11. LORA,Eduardo. La Estructura de la Economía Colombiana. En Introducción a la Macroeconomía Colombiana.Eduardo Lora y José Antonio Ocampo (coordinadores). Tercer Mundo-FEDESARROLLO.Bogotá pág 64 1989.

12. Ibid. pág 68.

13. Lo que no significa que en lo posible no se trate de promover cierto nivel de competencia. La crítica aquí se sustenta en que por fallas estructurales de las economías latinoamericanas que quiebran los supuestos de la competencia como la plena información y la perfecta movilidad de recursos, y los servicios estratégicos que no se pueden dejar a la deriva de la interacción entre la oferta y la demanda.

14. El tamaño del "aparato estatal" es algo muy diferente al tamaño del Estado. Más adelante veremos que uno de los problemas básicos de muchos países latinoamericanos es precisamente la pequeñez y la debilidad estructural del Estado.

15. "otro factor que ha sido postulado como un determinante básico de la mayor presencia estatal en la economía lo constituye el proceso mismo de crecimiento. Este postulado conocido como la ley de Wagner, asocia el crecimiento en el PIB per cápita con la ampliación de la participación del sector público en el PIB total, afirma implícitamente que la demanda de bienes públicos tiende a crecer más rápidamente que el ingreso nacional". BERNAL, Joaquín. Política Fiscal, en Introducción a la macroeconomía colombiana. op.cit.

16. En una economía creciente a escala los costos tienden a ser decrecientes, o mejor no existen rendimientos decrecientes. En estas circunstancias es absurdo hablar de equilibrio competitivo, puesto que aquí lo que establece es una progresión que no converge ya que no hay lugar a las restricciones productivas de costos marginales. Y si no converge pues no hay competencia. Mirándolo desde otro, las características técnicas de un monopolio natural hace inmensamente costoso "parcelar" y/o segmentar la oferta.

17. RESTREPO, Darío. Descentralización, Democracia y Estado Autoritario. Cuadernos de Economía. Universidad Nacional.

N.11. 1987. Bogotá, pág 128.

18.Ver documento FMI. Informe presentado por Miguel Bonangelino, coordinador de la misión del FMI que visitó a Colombia en febrero y marzo de 1985. EL TIEMPO, 24 de marzo de 1985.pág 8-a.

19.Hay que tener en cuenta además que el alza en el tipo de interés es una recomendación de política en sí misma, en la perspectiva de la política monetaria restrictiva.

20. VILLAMIZAR, Helena. Elementos para el Análisis de los Programas de Ajuste. Cuadernos de Economía. Núm 16. Universidad Nacional de Colombia. 1991. pág 49.

21. Ibid. Pág 45.

22. LOPEZ PULECIO, Oscar. "Las viudas de Hommes". EL ESPECTADOR. Jueves 27 de 1992. pp. 2-a y3-a.

23.VOHRER, Manfred. Economía de Mercado Ecológico. En Ecología y Economía de Mercado. Actualidades Liberales. Friedrich Naumann-Stiftung.

24.SMITH, Adam. The Wealth of Nations. Ed. por Edwin Cannan (Methuen. Londres. 1961). VolI,Pág 144.

25 Informe PNUD sobre desarrollo humano.

26. LOPEZ PUMAREJO, Alfonso. Nueva Historia de Colombia. Ed. Planeta. Dirigida por Alvaro Tirado Mejía. p. 305

27. SALINAS DE GORTARI, Carlos. El liberalismo Social pp.37-42.En PERFILES LIBERALES. núM 27. Fundación Friedrich Naumann. Bogotá 1992.

28.URIBE URIBE, Rafael. El Pensamiento Social de Uribe Uribe. Selección y prólogo de Otto Morales Benítez. Secretaría de Educación y Cultura. Medellín 1988

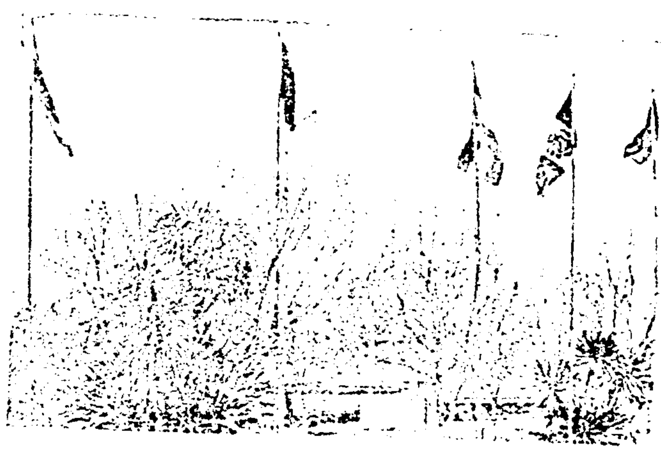
PARTES POCO LEGIBLES.

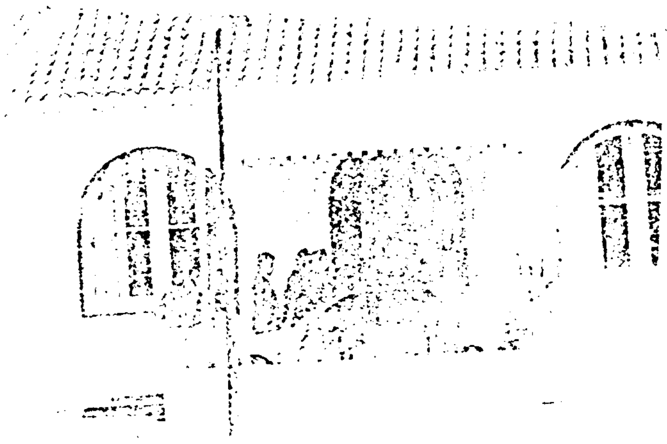
ANEXO N° 7

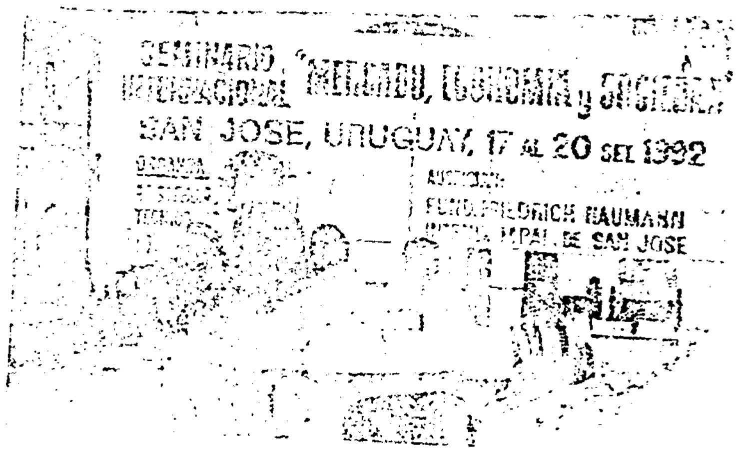


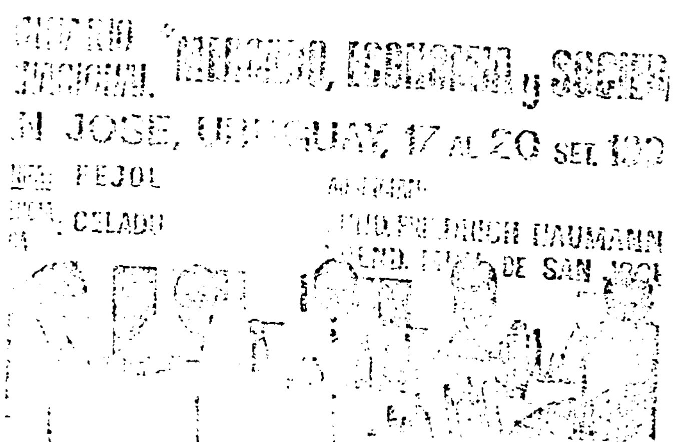
FIAT 147
MAT. 264.489

TOYOTA COROLLA
MAT. 850.096

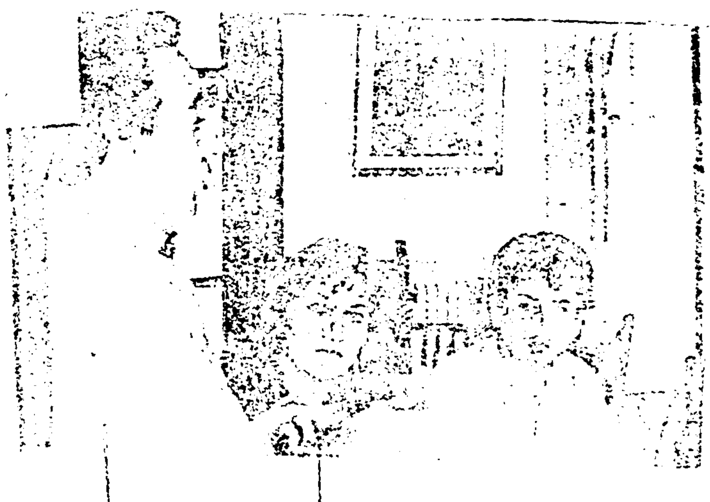








DERLIS BENITES (PAR.)
YESENIA ARIZA (COLOMBIA)
FRANCISCO ALCARAZ (PARAGUAY).



WALTER LEGUIZA URUGUAY
FLAVIA MELZI (ARG.)

DOC POCO LEGIBLE.

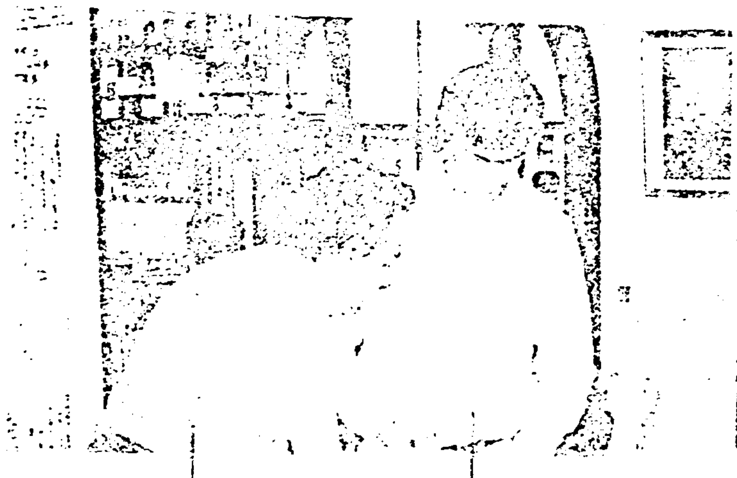
090

9208851

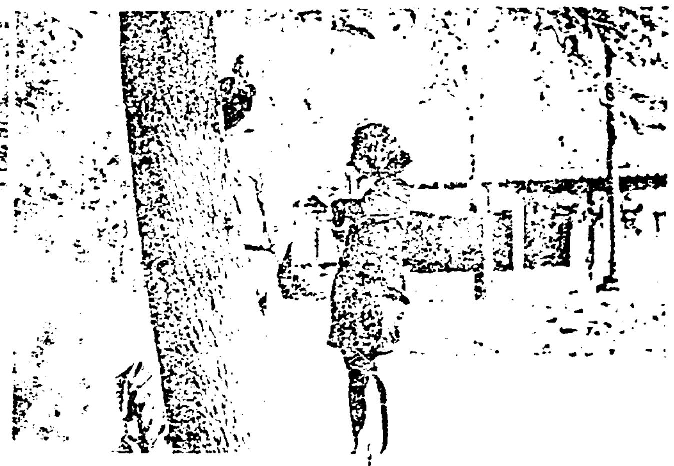


FLAVIA BELZI (ARG.)

BLANCA REPETTO URUGUAY



WALTER LENTIJAS URUGUAY



YESENIA ARIZA COLOMBIA





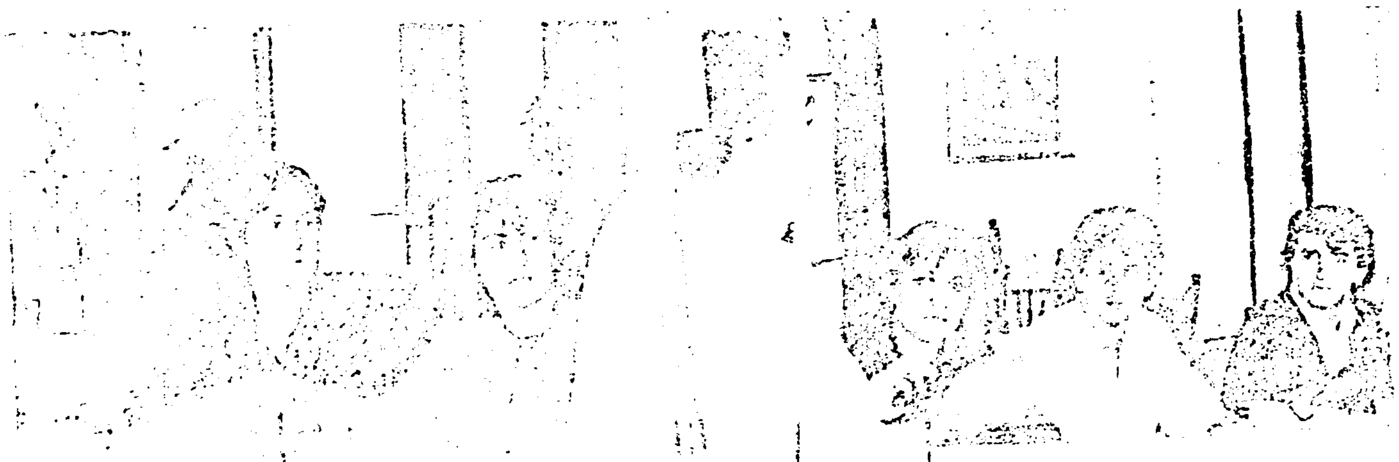
IMKE GERLING ALEMANIA

DOC POCO LEGIBLE

0208851

097

9208851



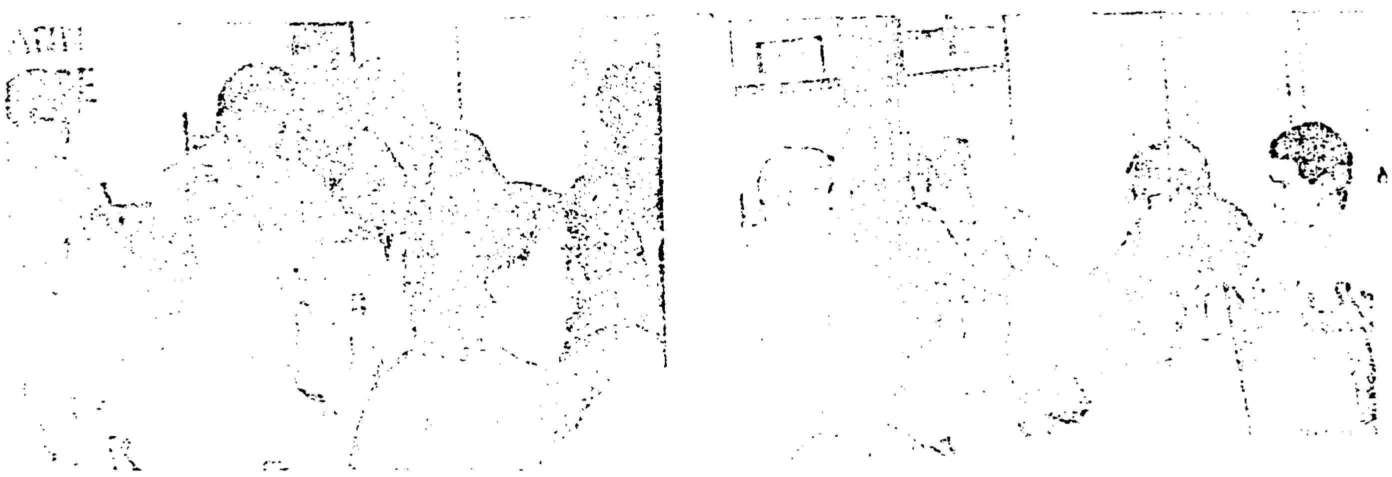
SELVA VALENZUELA
URUGUAY

FLAVIA ... ARGENTINA



IMKE BEILING
ALEMANIA

SABINE NITZET
ALEMANIA



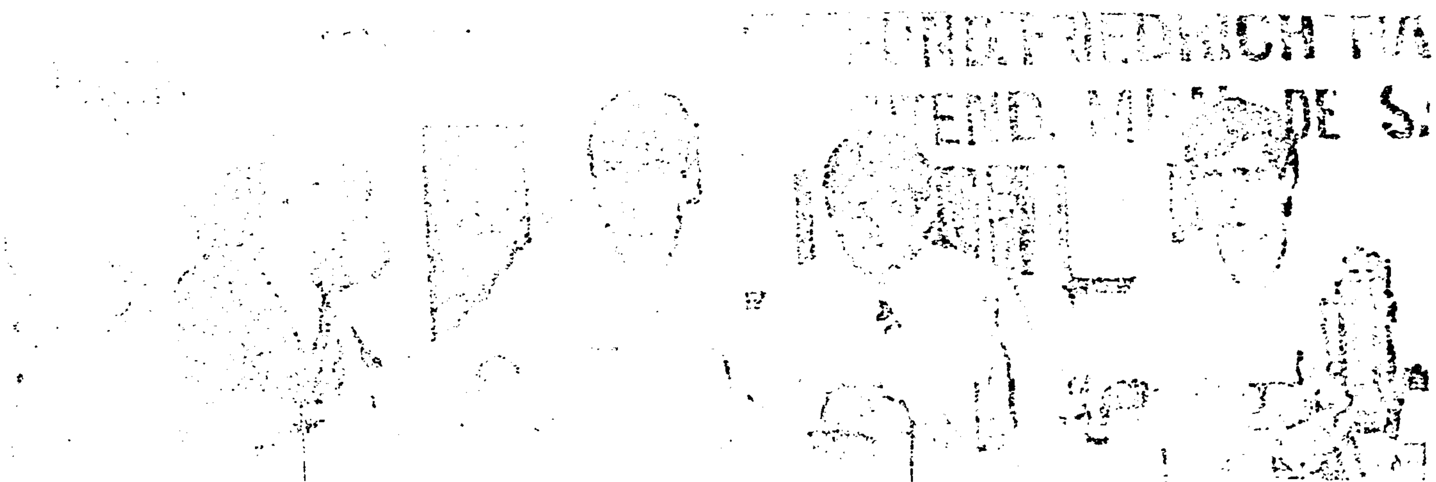
PARTES
POCO LEGIBLES.

9208851

072

9208851





YESENIA ARIAS COLOMBIA

FRANCISCO ALCARAZ (MIR)

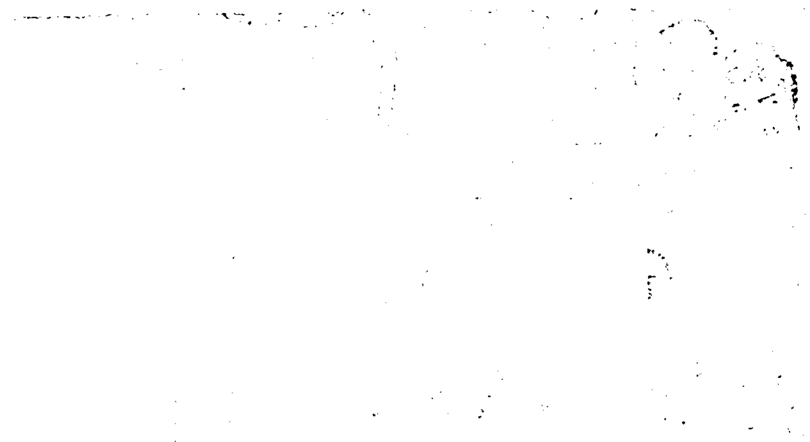
EDISON CASULO URUGUAY



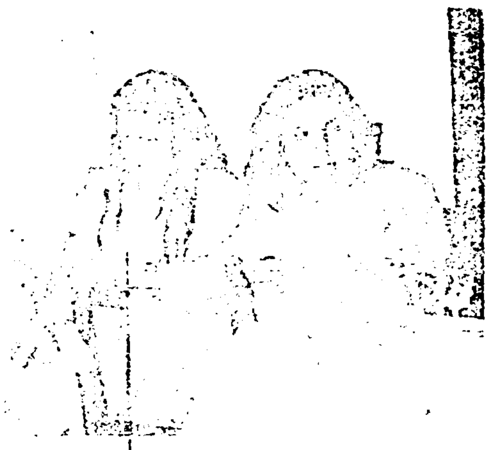
YESENIA ARIAS (COLOMBIA)

PARTES POCO LEGIBLES.

073



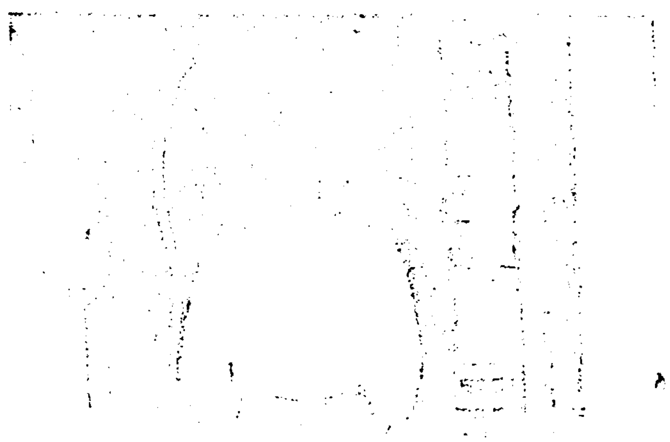
FRANCISCO ALCARAZ
PARHEUAY.

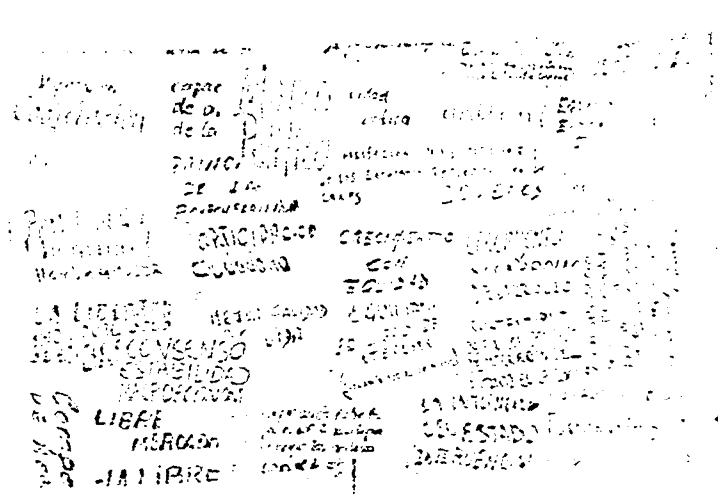


BLANCA REPETTO
URUGUAY.

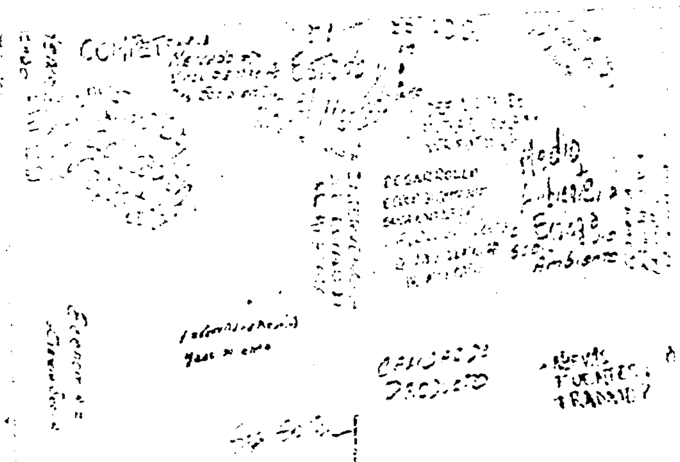


FIAT 147
mat. 204.439.





PIZARRÓN



PIZARRÓN

PARTES DEL DOC.
POCO LEGIBLES.

094/94

9268857.1

Montevideo, 21 de setiembre de 1992.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION N°11/92

ASUNTO: MLN BS. AS.

TEXTO:

1. El MLN se habría retirado de la Mesa Política del Frente Amplio, debido a la inoperancia y falta de representatividad de los grupos, y se habría abocado a la tarea de fortalecer el MPP. A tales efectos, se habría constituído en San Fernando una "Comisión de Defensa de la Soberanía", que trabajaría junto al grupo de Cap. Federal.

2. El 28 y 29 de agosto habría estado en San Fernando Helios SARTHOU (MPP), reuniéndose con 30 militantes del MPP, en su mayoría del MLN, y también varios del M26M, en donde se habrían tratado temas políticos de actualidad, así como referentes a las Elecciones - Nacionales de 1994.

3. En San Miguel se habría constituído un "Centro de la Amistad Latinoamericana", integrado por los argentinos POLAS y Carlos MADERA y los uruguayos Luis LARROSA, RAMOS FERNANDEZ, Daniel GREEN y Daniel PEREYRA.

4. El grupo del MPP de MERLO y LUGANO estaría compuesto por Juan CHENLO, Yamandú GONZALEZ, Marta y Raúl (ex MLN), Wilson y Frida.

5. El grupo de Cap. Federal estaría integrado por Ariel CROSSA, Susana CROSSA, Marcia, Carlos , Norberto DOMINGUEZ y Waldemar ------ OCAMPO.

6. En San Fernando estaría liderado por una Sra. Marta y por PAMPIN (MLN Viejo).

7. En Avellaneda estaría el "PANADERO" y Walter (ex MLN)

8. En casi todas las zonas mencionadas estarían ocupando en forma organizada terrenos fiscales, con el siguiente procedimiento:

- ubican al terreno que no paga los impuestos.
- buscan el apoyo de un Consejal o Edil.
- forman una Comisión que los represente ante la Municipalidad, la cual formularía la promesa y forma de pago.
- fraccionarían el terreno y lo marcarían de 10 x 30.
- cuando el trámite empieza a caminar y el propietario no - protesta, lo ocuparían con una vivienda precaria.

En caso contrario, se decidiría por vía judicial. Todo esto se realizaría en un entorno de movilización popular. El asentamiento más numeroso e importante sería en Avellaneda.

9. El MLN se reuniría antes del 29 de setiembre (antes del viaje de Norberto DOMINGUEZ y Ariel CROSSA a Montevideo), a efectos de precisar los temas a la VI Convención que se realizará en Diciembre.

10. El MLN habría planteado como estrategia futura a discutirse en la VI Convención, el aislamiento económico de Montevideo, centralizando la actividad en el interior, en especial con el bloqueo de carreteras y medidas al estilo de la marcha por EL ESPINILLAR. La gente de Buenos Aires vería positiva esta estrategia, porque experiencias similares habrían tenido buenos resultados en Argentina y Francia.

El Jefe del Departamento II (Exterior)
Coronel
Luis P. Aranco

DISTRIBUCION:
ORIGINAL: SECCION ENLACE
COPIA: SIDE
COPIA: CRIM

ORIGINAL

1/13

21 de Setiembre de 1992.-

MEMORANDUM Nro. 920494 /S.O.E.

I.- ASUNTO VI ENCUENTRO NACIONAL DE AMULP.-

II.- REFERENCIA

III.- TEXTO:

Durante los días 18, 19 y 20 de los corrientes se realizó el VI Encuentro Nacional de la Asociación de Mujeres Uruguayas "Lourdes Pintos" (AMULP) en la sede Central ubicada en Canelones 929.

Dicho encuentro se llevó a cabo con la participación de unas 40 personas en su mayoría mujeres (70%), hombres (10%) y niños (20%).

El programa se desarrolló acorde a lo previsto, destacándose la presencia de: Daniel VIDART quien desarrolló el tema "500 Años" haciendo referencia a la evolución de las razas en América Latina y su organización.

María de los Angeles BALPARDA tratando el problema de la mujer y su participación en la política.

Adriana PINTOS (LIMCAL-AMULP) criticando la política de EE.UU. hacia América Latina y el bloqueo realizado a Cuba.

Alba ROBALLO.

Beatriz BEQUIO.

Alicia SCAYOLA.

"Angeles", estudiante liceal e integrante de la coordinadora de Estudiantes que se refirió a la evolución de la FES, actividades de la coordinadora particularmente de las marchas y la situación de los 4 estudiantes sancionados por los hechos de la marcha.

Se recibieron adhesiones de:

- Mujeres del MPP.
- Movimiento 26 de Marzo.
- Centrol Lourdes Pintos del Interior.
- Nota del Intendente de Montevideo, Dr. Tabaré VAZQUEZ ofreciendo disculpas por no concurrir y manifestando todo su apoyo al VI Encuentro.

Estuvieron presentes delegados de:

- Interior: Chuy.
  - Tacuarembó.
  - Constitución.
  - Bella Unión.
  - Colonia Valdense.
- Montevideo: La Teja.
  - Paso Molino.
  - Cerro.
  - Paso Carrasco.
- Exterior: 2 Españolas.
  - 2 Brasileras.
  - 1 Argentina.
  - 1 Italiana.

001/13

FECHA 12/02/93 INICIAL GY
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

Biográfico - Militar
9208853

ORIGINAL

Hoja 2 de 2
Copia de -

Los almuerzos se llevaron a cabo en sede de AMULP, excepto el día 19 que se realizó en el local de Pioneros José ARTIGAS - ubicad o en Convención 1165.

Para participar de los talleres era necesario inscribirse y pagar matrícula como forma de recaudación de finanzas para AMULP una NNF procedente de Paso de los Toros, criticó la probable instalación de la central Nuclear en lazona por el perjuicio que implicaría al medio ambiente.

Dentro de las actividades se sxhibieron diapositivas de Montevideo, de los centros Lourdes Pintos del Interior, de C.A.S.A. y de actividades desarrolladas por AMULP durante el año. Destacaron la ayuda recibida de los centros instalados en Suecia (contenedores con ropa usada) y describieron el procedimiento utilizado por integrantes de LIMPAL residentes en EE.UU. para evitar el bloqueo a // Cuba, enviando ropa usada, medicamentos y alimentos desde EE.UU. / por Canadá hacia la isla.

Durante el encuentro se detectaron las siguientes matrículas :

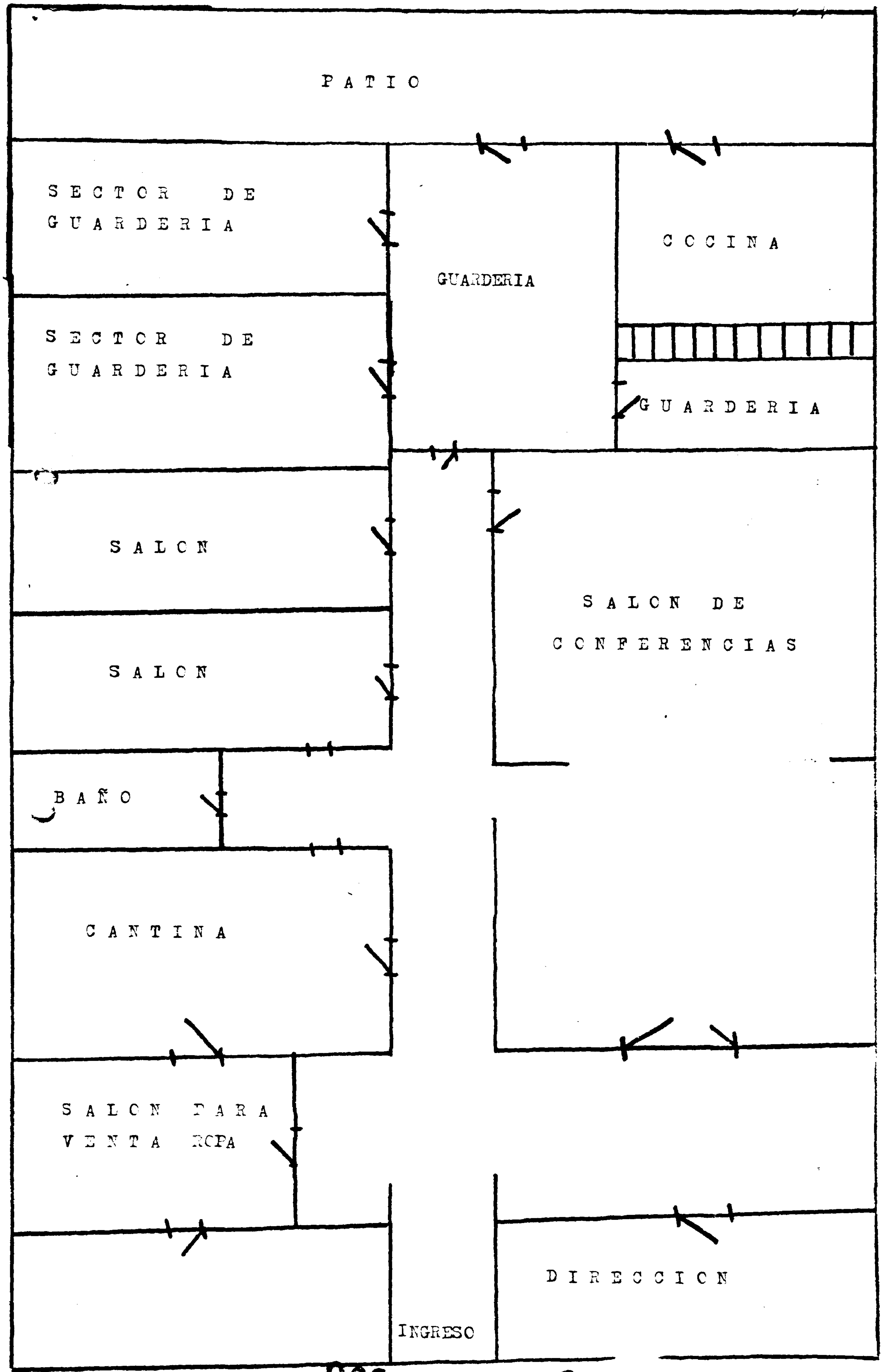
174.515, 234.484, 256.8[illegible], 241.864, 265.410, 175.281, 873.312, (de Montevideo); 508.236, 511.088, 101.123 (Punta del Este); 555.916 (Piriápolis); 4411 (Lavalleja); 803.857 (Rivera); QI 4658 (Sta. Cruz do Sul - Rio Grande do Sul).

Se adjuntan panfletos y croquis del Local.

DISTRIBUCION : Original - Jefe Departamento I
Copia 1 - Jefe Departamento III (CP) - Archivo

002 9208853

ORIGINAL



003

Caudones 929

9208853

18 VIERNES

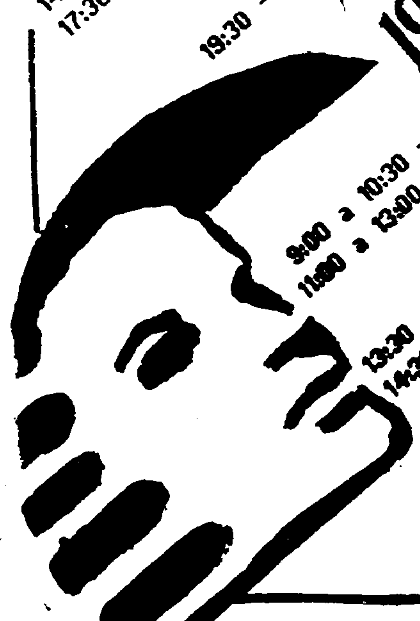
9:30 a 17:00 - trabajo de balance interno
14:30 a 16:30 - apertura de inscripciones
17:30 a 19:00 - TEMA: 500 años panelista Daniel Vidart
19:30 - apertura

19 SABADO

9:00 a 10:30 - plenaria miembros AMULP
11:00 a 13:00 - TEMA: pobreza, marginación, dependencia panelista: Dra. Ritta Retrilla y otros
13:30 - almuerzo
14:30 a 16:00 - TEMA: participación política de la mujer
16:30 a 18:30 - TALLERES:
* mujer y medio ambiente
* mujer y mercado laboral
* salud: sida y drogadicción

20 DOMINGO

9:30 a 11:00 - plenaria miembros AMULP
11:30 a 13:00 - resoluciones de talleres conclusiones
13:30 - almuerzo de camaradería
14:30 - visita turística por Montevideo.



AMULP

MUJER PROTAGONISTA DE LOS CAMBIOS

NUESTROS ENCUENTROS SON
UN LUGAR PARA OPINAR
PARA ANALIZAR
PARA INTERCAMBIAR
PARA ELABORAR PLANES.

PARA ENRIQUECERNOS
TE PROPONEMOS:
*REALIZA UN ESTUDIO EN TU BARRIO,
EN TU TRABAJO, SOBRE LOS TRES TEMAS
DE LOS TALLERES Y TRAELOS.
*ANALIZA LOS TEMAS Y TRAE TUS
PREGUNTAS Y OPINIONES PARA EL DEBATE.

INSCRIBETE DESDE YA
SE PROTAGONISTA.
telf.90 34 22 / 90 41 39

VI ENCUENTRO NACIONAL

AMUPA

18, 19 Y 20
SETIEMBRE
1992

CANELONES 929

CONTRA LA POLITICA DEL GOBIERNO DE LACALLE



EL 1º DE OCTUBRE USTED DECIDE

Los resultados de la política económica del gobierno del Dr. Lacalle son terribles para nuestro pueblo. Usted lo conoce tan bien como nosotros. Ajuste fiscal, rebaja salarial, desempleo creciente, desmantelamiento de la enseñanza y la salud pública.

Los que creyeron en 1989 solo han visto crecer la miseria y la desesperanza. Somos cada vez más quienes entendemos que hay que parar con esto. Que debemos cambiar y cambiar en serio. Por eso es imprescindible que unamos nuestra fuerzas para frenar la aplicación de esta política que está arrasando nuestro país. Hoy tenemos una excelente oportunidad para hacerlo. Saliéndole al paso al plan de privatizaciones del gobierno de Lacalle, defendiendo una parte esencial de nuestro patrimonio nacional: las empresas del Estado.

Porque las privatizaciones son parte esencial de la política económica del gobierno. Política que está determinada desde afuera, por el FMI y el capital financiero internacional. Es la misma política que les imponen al resto de los países de nuestro continente para seguir robándonos, sometiéndonos, condenándonos al subdesarrollo y la miseria.

¿QUE PODEMOS HACER?

En primer lugar exigir que un tema de tanta importancia como es la suerte de las empresas estatales, sea decidido por todo nuestro pueblo. Que seamos todos los uruguayos quienes decidamos si queremos que las empresas estatales pasen a manos privadas extranjeras o si queremos que queden en nuestras manos para que sean instrumentos para la construcción de un país distinto: justo, soberano, solidario.

Por eso es que trabajamos con el objetivo de convocar a un Referendum en el que todos podamos expresarnos y decidir sobre este tema. Para que se convoque al Referendum necesitamos que 600 mil uruguayos expresen su voluntad a favor del mismo, votando con la papeleta blanca el 1º de Octubre.

¿POR QUE NOS OPONEMOS A LAS PRIVATIZACIONES?

- Porque privatizar es extranjerizar. Ya se sabe que no hay empresas nacionales capaces de enfrentar los gastos que supone comprar empresas del tamaño de UTE, ANTEL, PLUNA, etc.

De esa forma sectores fundamentales de nuestra economía quedarán en manos de grandes monopolios internacionales y por lo tanto nuestro país será aún más dependiente y menos soberano.

- Porque cuando las empresas que hoy son estatales queden en manos privadas y extranjeras el único fin que perseguirán será el del lucro, el de obtener la máxima ganancia.

- Porque en manos privadas y extranjeras las empresas que hasta hoy son nuestras ya no cumplirán ningún objetivo social o de interés nacional. Las tarifas se multiplicarán y los servicios solo alcanzarán a aquellos lugares que aseguren altos índices de ganancias. Basta tomar como ejemplo a la empresa de teléfonos argentinos, desde que se privatizó las tarifas han aumentado en un 300 por ciento y cada mes 10 mil argentinos devuelven su teléfono pues ya no pueden pagarlo).

- Porque privatización también significa desocupación. Cada empresa privatizada comenzará despidiendo a miles de trabajadores. Solo en ANTEL se calcula que 5 mil trabajadores quedarán en la calle. Y esto no solo se expresará en las empresas estatales. Afectará a toda la actividad económica. Porque privatizaciones significa mayor emigración de jóvenes.

- Porque la privatización significará menos ingresos para el Estado. El resultado de las ventas se agotará rápidamente y apenas si alcanzará para adornar la campaña electoral del partido del gobierno. Pero el Estado ya no contará más con los beneficios que hoy producen empresas como ANTEL, ANCAP, UTE. Esto implicará a mediano plazo menos fondos para salud pública, para la enseñanza, para viviendas, para políticas sociales.

- Porque es mentira que las empresas públicas dan pérdidas. Si así fuera nadie querría comprarlas. Solo en el primer semestre de este año las empresas públicas han dado una ganacia de 90 millones de dólares. Una vez que estén privatizadas estas ganacia seá sacada del país para engrosar las arcas de las multinacionales.

- Porque en la perspectiva cierta del triunfo de un gobierno popular, no contaríamos con resortes claves de la economía para poder trazar una política de desarrollo nacional y popular en beneficio de todo nuestro pueblo. Si se concreta la privatización la generación de energía, las comunicaciones, los combustibles estarán en manos privadas y extranjeras. Ellos determinarán los costos de estos elementos fundamentales de acuerdo a sus intereses y no de los intereses de nuestro país. Por lo tanto ningún gobierno podrá determinar políticas económicas en forma independiente, porque dependerá de las decisiones de las transnacionales que controlarán nuestra economía.

- Porque es mentira que la ineficiencia de las empresas estatales sea culpa de los trabajadores. O porque todo lo estatal es ineficiente. Si hay ineficiencia en el estado es culpa de quienes lo dirigen. De quienes llegan a directores de entes estatales como "premio consuelo" por no haber llegado a diputado o senador. De los que usaron y usan a las empresas públicas como baluartes del clientelismo político, cambiando votos por empleos. Por otra parte ¿dónde está la eficiencia privada? En los bancos fundidos, en ONDA, en los frigoríficos, en todas las empresas que se funden aunque sus dueños siguen siendo millonarios. Hay sobrados ejemplos de la ineficiencia privada.

- Porque estamos en contra de la política económica de este gobierno, de la que la ley de privatizaciones es parte fundamental. Porque esta política significa: desempleo, rebaja salarial, emigración de jóvenes, marginación de vastos sectores populares.

MOVIMIENTO 26 DE MARZO - FRENTE AMPLIO

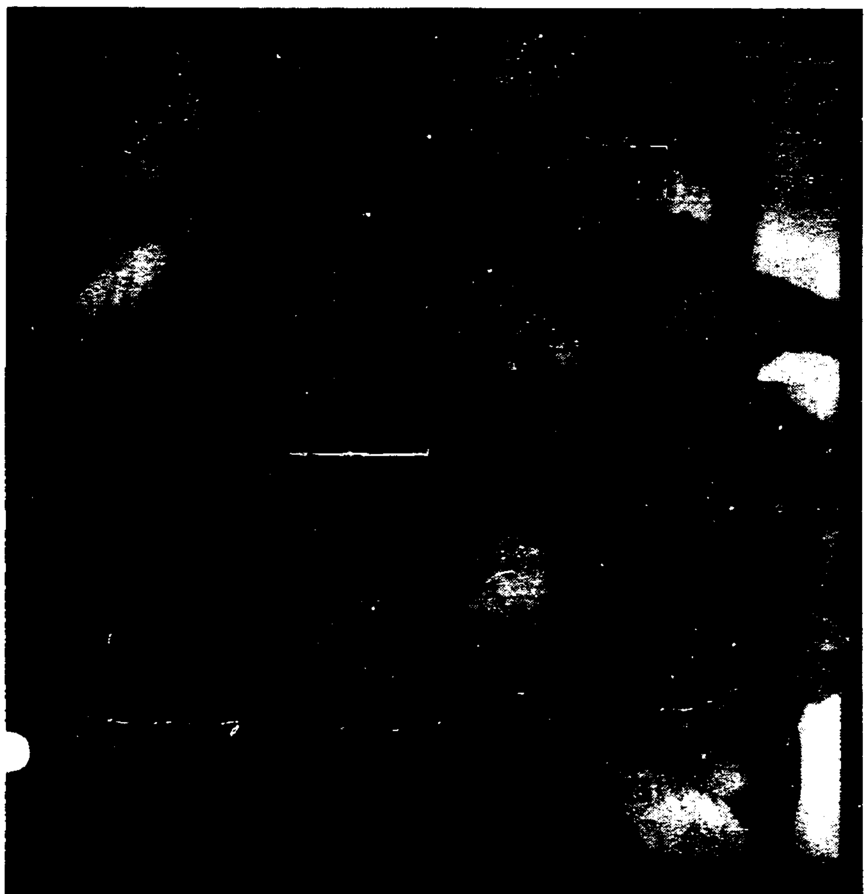
POR FIN SE VA A ENTERAR



LA JUVENTUD

EL DIARIO FRENTEAMPLISTA Y POPULAR

POR FIN SE VA A ENTERAR



LA JUVENTUD

EL DIARIO FRENTEAMPLISTA Y POPULAR

013/13 9208853

EL DIA.

✝ **Juan Antonio Batalla Parentini.** (Q.E.P.D.).- Falleció en la Paz del Señor confortado con los Santos Sacramentos y la Bendición Papal ayer 21 de setiembre de 1992. Sus hijos: Martha Batalla y Alberto Corena;-sus nietas: Cecilia y Alicia; sus hermanos: Hugo Batalla, Hilda Flores Olivera y Felicia Marrero de Batalla; sobrinos, sobrinos nietos y demás deudos participan con hondo pesar a sus relaciones dicho fallecimiento e invitan para el acto del sepelio que se efectuará hoy 22 del cte. a las 16.30 horas en el Cementerio del Paso del Molino. Atención que agradecerán. C.D. Nueva Palmira y Cufré, apartamento 105 (Velatorio de la Empresa). **Empresa Forestier Posse S.A. Nueva Palmira 2199 esq. Cufré Tel. 496616 y 5 líneas urbanas.**

Juan Antonio Batalla. (Q.E.P.D.).-Falleció ayer 21 de setiembre de 1992. El Partido por el Gobierno del Pueblo participa con profundo dolor el fallecimiento del hermano del Senador y Secretario General de esta colectividad política Dr. Hugo Batalla, e invita para el acto del sepelio que se efectuará hoy a las 16.30 hrs. en el Cementerio de La Teja. Atención que agradecerá C.M. Forestier Posse, Nueva Palmira y Cufré, apto. 105.

✝ **Juan Antonio Batalla.** (Q.E.P.D.).- Falleció en la Paz del Señor, después de recibir los SS. Sacramentos y la Bendición Papal ayer 21 de setiembre de 1992. La Asociación Uruguaya de Fútbol participa con profundo dolor el fallecimiento del hermano de su presidente Dr. Hugo Batalla, e invita al acto del sepelio que tendrá lugar hoy, 22 de los corrientes a las 16.30 horas en el Cementerio de Paso del Molino. Prof. Luis Latorre, Vicepresidente; Aníbal Mesa, secretario ad hoc. C.D. Nueva Palmira y Cufré sala 102.

---

1 | 1

18 12 92 (R5)

Big.

ARCHIVO

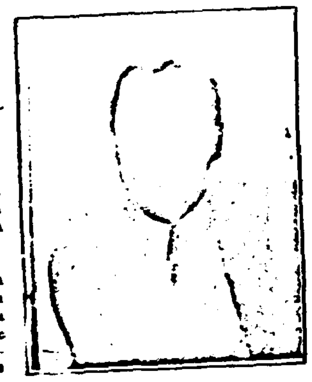
La Mañana 10/9/92

Renunció Risso en Defensa, víctima de reducción del 15%

Renunció ayer el Subsecretario de Defensa Nacional, Ignacio Risso, según trascendió en fuentes del Gobierno.

Según informaciones recogidas por LA MAÑANA, la dimisión del subsecretario derivó del hecho de que la cartera de Defensa Nacional no cumplió la meta fijada por el equipo económico, de reducir un 15% los gastos en cada secretaría de Estado.

Las fuentes establecieron que la renuncia no se hará efectiva hasta los próximos días, cuando sea designado el subrogante. El nombre de este aun no era conocido anoche.



Doc. POCO LEGIBLE

001 / 001

Biog

El Ja 11/9/92

José María Barbé designado subsecretario de Defensa

El presidente de la República designó ayer a José María Barbé como nuevo subsecretario de Defensa Nacional, aseguraron ayer a *El Observador* fuentes oficiales. Barbé, quien hasta ayer ocupó la Dirección General de la Secretaría del Ministerio de Transporte y Obras Públicas, fue cesado de dicho cargo, tras haber aceptado la propuesta del presidente de ser el nuevo viceministro de Defensa, ante el alejamiento del doctor Ignacio Risso que anunciara, el miércoles, el ministro Mariano Brito.

La Mañana 26/8/92

Mata y Muto asumen mañana

Mañana a las 16 horas asumen funciones el nuevo Director General de Secretaría y el Secretario General del Ministerio de Educación y Cultura (MEC), doctor Carlos Mata y procurador Miguel Muto, respectivamente.

El flamante titular de dicha cartera, Antonio Mercader, dará posesión del cargo a Mata y Muto en el Salón de Actos del MEC, Reconquista 535, 9no. piso.

DOC. POCO LEGIBLE

El Día 19 SET 1992

Rodríguez Labruna espera

"Yo estoy en mi casa", manifestó Carlos Rodríguez Labruna, ex *subsecretario* del Ministerio de Educación y Cultura, durante la gestión García Costa, al preguntarle sobre su actual situación. Interrumpía brevemente sus actividades, *que van* desde el tedioso *trajín* de ordenar los papeles del Ministerio, hasta la tarea, "mucho más placentera", de leer Hoguera de Encina, un libro de André Malraux, sobre un diálogo *entre* el propio Malraux y De Gaulle.

El líder del movimiento 'Idea y Acción Nacionalista', de 53 años, afirmó estar "a disposición del gobierno", en tanto éste lo considere apropiado, "y yo lo crea conveniente". *Explicó* que esta posición se conforma sobre la base de un "acuerdo con el actual rumbo herrerista".

Consultado por **El Día** sobre su situación laboral, *manifestó* estar proyectando, "volver a ejercer mi profesión de abogado".

Rodríguez Labruna, fue diputado nacionalista por Montevideo a la edad de veintiséis años, entre 1967 y 1971. Entre 1971 y 1973, ocupó un lugar en la Cámara Baja representando al Partido Nacional, así como también durante el período de gobierno democrático que se inicia en 1973, luego abortado por el poder militar.

Del '73' al '83', formó parte de *la resistencia* resultando preso en dos oportunidades, una junto con el hoy presidente Luis Alberto Lacalle, durante un mes, y luego en el '80 con Alberto Zumarán.

Entre 1985 y 1989 fue diputado *por* el Partido Nacional.

En 1986, su posición a favor de la Ley de Caducidad lo enfrentó con el Movimiento de Rocha, a cuyas *filas* pertenecía, y provocó *su alejamiento* del sector.

Pese a distintas versiones sobre su acercamiento al Herrerismo, o al sector de Zumarán, decide formar *un grupo* bajo su propio liderazgo. En 1989, participa en las elecciones con una lista propia, la 70. Si bien fue la más votada dentro del sector de Zumarán, no le permitió *ingresar* al Parlamento.

En marzo de 1990 accedió a la subsecretaría del Ministerio de Educación y Cultura, la que abandonó en agosto, cuando García Costa pasó a la cartera de Salud.

001/1

Para saber quién es quién en el Consejo de Ministros

Mariano Romeu Brito Cecchi, Ministro de Defensa Nacional, nació el 24 de enero de 1930. Doctorado en Derecho y Ciencias Sociales, fue Catedrático de Derecho Administrativo, Procurador en lo Contencioso Administrativo y presidió el Instituto Uruguayo de esa rama. Fue Asesor Letrado de la Presidencia de la República y realizó numerosas publicaciones. Es casad[illegible]

Pablo Ignacio de Posadas Montero, abogado, fue senador herrerista en este período. Nacido el 15 de enero de 1944, está casado y es padre de 4 hijos. Estudió Humanidades, Sociología y Economía en la Universidad de Ontario y Filosofía, Economía y Sociología en Washington, donde trabajó como docente. Fue Asesor Letrado de Aladi, Presidente de Ciba-Geigy Uruguay y directivo de Montevideo Refrescos SA. Dirigió la Fundación que creó la Universidad Católica.

Antonio Mercader, Ministro de Educación y Cultura, nació el 29 de agosto de 1944; casado y padre de tres hijas, se recibió de abogado en 1973. Realizó diversos cursos sobre comunicación. Fue Secretario de Redacción y Director en La Mañana, El Diario y la revista Noticias. Fue asesor en comunicación, contratado entre otros por ONU y OEA, en diversos países. Dirigió Grey Publicidad y presidió el Círculo Uruguayo de la Publicidad. Integró jurados y delegaciones en la adjudicación de los premios Clío. Fue docente en las Universidades de la República y Católica y trabajó en asesorías y en temas vinculados con Iberoamérica.

Alvaro Ramos Trigo, representa en el Gabinete a Renovación y Victoria. Casado, tres hijos, optó por la orientación agrícola ganadera dentro de su carrera universitaria, que completó en 1976. Se especializó en Economía Agrícola. Productor lechero en Florida hasta 1982, integró en 1985 el Consejo Directivo Central de Agronomía, como egresado. Vinculado al ámbito cooperativo, desarrolló consultorías en organismos internacionales e instituciones privadas.

Eduardo Ache Bianchi, Ministro de Industria, Energía y Minería, en representación del Pachequismo. Economista y Licenciado en Economía, es Master en Economía y preparó el doctorado en EEUU. Trabajó en el Tribunal de Cuentas, integró el Equipo de Investigaciones Económicas del BCU y fue asesor del ex-Presidente Julio M. Sanguinetti. Fue docente de Macroeconomía en la Univesidad Católica e ingresó al Senado en 1991. Dirigió el Frigorífico Carrasco SA y presidió el Directorio de Brincolor SA y la Asociación de la Industria Frigorífica del Uruguay. Nació en agosto de 1956 y es casado.

Juan Andrés Ramírez, Ministro de Interior, abogado, nacido el 11 de octubre de 1946 y padre de cuatro hijos, posee una extensa carrera jurídica que incluye la docencia y la producción de investigaciones. Titulado en 1972, fue asesor ministerial e integró el Consejo de Facultad como docente y el directorio del Colegio de Abogados. Trabajó como periodista en el diario Nuevo El Plata y como columnista político en El País.

Héctor Gros Espiell, titular de Relaciones Exteriores, nació el 17 de setiembre de 1926 y es abogado. Catedrático de Derecho Constitucional y periodista, desempeñó múltiples cargos de representación desde 1963, al ocupar la Subsecretaría de Cancillería. Embajador, representante de nuestro país ante ONU y OEA, escribió libros y artículos y fue docente en Universidades de España y América Latina.

Guillermo Francisco García Costa, Ministro de Salud Pública desde el pasado 11 de agosto, ocupó hasta entonces la titularidad de Educación. Casado, con dos hijos, fue Subsecretario del entonces Ministro de Ganadería y Agricultura, Wilson Ferreira Aldunate. Fue diputado durante dos períodos y regresó al Parlamento como senador, en 1985. Este abogado, nacido en junio de 1930, es actualmente independiente dentro del Partido Nacional, en el cual militó en el Movimiento Por la Patria. Fue Secretario del Directorio nacionalista y presidió la Convención.

Enrique Alvaro Carbone Rico, Ministro de Trabajo y Seguridad Social, nació en julio de 1950, es casado y tiene un hijo. Abogado desde 1981, ha trabajado en administración, y recursos humanos. Realizó asesorías y participó en diversos proyectos estatales. Ocupó la Subsecretaría de Trabajo; tras la muerte del diputado Martín Sturla, lo sustituyó en julio de 1990 hasta regresar al MTSS, ahora como Ministro.

Wilson Santiago Elso Goñi, nació en julio de 1938 y es padre de 5 hijos. Fue presidente de la Juventud ruralista y Secretario de la Liga Federal de Acción ruralista, actuando como delegado ante diversos organismos. Fue diputado en dos períodos y durante el Gobierno de facto se dedicó a tareas agropecuarias y empresariales. Luego fue electo Intendente de Treinta y Tres. En el actual período fue reelecto, pero optó por el Senado, hasta que el presidente lo convocara para dirigir el Ministerio de Transporte y Obras Públicas. Es un destacado dirigente del MNR.

José Villar Gómez, también pachequista, encabeza la Cartera de Turismo desde el período del Doctor Julio M. Sanguinetti. Casado, una hija, tres nietos, Villar nació el 14 de abril de 1924. Director de El Maestro Cubano y la Asociación Española, integró instituciones nucleadoras de las mismas y participó como empleador en conferencias anuales de la OIT. Fue representante de la Cámara de Industrias (que presidió hasta asumir como Ministro) en la Conapro.

José María Mieres Muró, arquitecto recibido el 4 de julio de 1951, realizó trabajos en distintos puntos del país. Fue vicepresidente de Mevir, y de la Sociedad Uruguaya de Arquitectos, Consejero de la Facultad de Arquitectura y asesor en Alalc y en la filial uruguaya de IBM. En este período fue presidente del BHU y asumió en febrero de este año la Cartera de Vivienda, Medio Ambiente y Ordenamiento Territorial, en sustitución del batllista Raúl Lago.

001/1

La conformación del gabinete



DEFENSA NACIONAL: secretario Mariano Brito, (Partido Nacional, Herrerismo), José María Barbé.(PN-H).

ECONOMIA Y FINANZAS: secretario Ignacio de Posadas, (PN-H), subsecretario Gustavo Licandro, (PN-H).

EDUCACION Y CULTURA: secretario Antonio Mercader, (PN—H), subsecretario Pablo Landoni, (PN—H).

GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA: secretario Alvaro Ramos,(PN—Renovación y Victoria), subsecretario Pedro Saravia (PN-RV).

INDUSTRIA, ENERGIA Y MINERIA: secretario Eduardo Ache, (PC-Unión Colorada y Batllista), subsecretario Gustavo Cersósimo, (PC-UCB).

INTERIOR: secretario Juan Andrés Ramírez, (PN-H), subsecretario Carlos Moreira, (PN-H).

RELACIONES EXTERIORES: secretario Héctor Gros Espieli, (PN— H), subsecretario Eduardo Mezzera (PN—RV).

SALUD PUBLICA: secretario Guillermo García Costa, (PN-independiente), subsecretario Odel Abisab (PN-H).

TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL: secretario Alvaro Carbone, (PN-H), subsecretario Ricardo Reilly, (PN-H).

TRANSPORTE Y OBRAS PUBLICAS: secretario Wilson Elso Goñi, (PN-Movimiento Nacional de Rocha), subsecretario Ricardo Gorosito (PN-MNR).

TURISMO: secretario José Villar, (PC-UCB), subsecretario, Amadeo Ottati,(PC-UCB).

VIVIENDA, ORDENAMIENTO TERRITORIAL Y MEDIO AMBIENTE: secretario José Mieres Muró, (PN-H), subsecretario Julio Baliño, (PN-H).

Los reemplazos

MSP-Alfredo Solari, (FB), renunció el 24 de mayo del 91, y fue reemplazado por Carlos Delpiazzo (H). Delpiazzo es sustituido por Guillermo García Costa, (ind).

MEC-Guillermo García Costa, dimitió el 11 de agosto del 92, y fue relevado por Antonio Mercader (H).

MIEM-Augusto Montesdeoca (UCB), fue sustituido por Eduardo Aché, (UCB), el 14 de febrero del 92.

MVOTMM-Raúl Lago, (BR), renunció el 10 de febrero del 92, y fue reemplazado por José Mieres Muró, (H), el 18 de febrero del 92.

MTSS-Carlos Cat, (H), fue subrogado por Alvaro Carbone el 27 de agosto del 91.

001/1

920493 22/SET/92

INFORMACION GENERAL DEL MOVIMIENTO 26 DE MARZO.

EDUARDO.

B-3.

INFORMACION REFERENTE A SITUACION ECONOMICA DEL MOVIMIENTO

Según comentarios se presume que el Movimiento esté pasando por un período de crísis económica.
Por manifestaciones realizadas por un NNM a quien llamarían "EL PADRINO" los"mismos estarían bastante complicados por la guita" ya que parecería que hace cuestión de dos o tres meses que no recibirían dinero desde el exterior e inclusive se habrían atrasado en el pago de los sueldos a los integrantes del Movimiento. Además "EL PADRINO" habría comentado que fundamentalmente el Movimiento estaría subsistiendo en función de la venta económica de ropa que realizarían en el local llamado "EL TIMBIRICHI" ubicada en Martín C. Martinez 1606 (junto a la TASCA), la Panadería ubicada en Isla de Flores entre Magallanes y Minas, el monte forestado ubicado en el Dpto. San José (del cual están vendiendo leña) y las pocas ganancias que está dando el Supermercado (SUPER-CERCA) de la calle Convención. Según se escucharon algunos comentarios realizados por militantes, el resto de los Supermercados como así la Imprenta estarían dando pérdida. Otro de los militantes que habría manifestado las mismas expresiones sería RAUL. Este NNM es el encargado de repartir el pan de la panadería ubicada en la calle Isla de Flores. Dicho reparto lo realizaría en una camioneta SUBARU de color blanco de la cual hasta el momento se desconocería la matrícula.
Es muy probable que en el local donde estaba ubicado el Supermercado de la calle SAN JOSE inauguren una especie de boutique de venta de ropa .
En cuanto a los vehículos, muchos de ellos se encontrarían fuera de servicio y no dispondrían de dinero para repararlos. Inclusive tendrían pensado vender unas bicicletas y triciclos que habrían adquirido en la misma oportunidad que adquirieron un ómnibus.
Según se pudo saber los militantes que manejarían el dinero del Movimiento serían el NNM "RAUL" (encargado de la panadería) y una pareja, apodados "EL GALLEGO" y "LA YHA" . Estos dos últimos vivirían en una casa ubicada en Soriano entre Paraguay y Río Negro. Estas tres personas serían las encargadas de realizar los trámites con los bancos, donde aparentemente tendrían cuentas en mas de uno de la capital.

Procesado Asuntos. Sgto. ...

INFORMACION CONCERNIENTE A "EL PADRINO"

- Este NNM y su esposa a quien llamarían "LA MADRINA" vivirían en una casa ubicada a la altura del Km 18 de Avda. Italia con la Intersección de la calle Crisantemo.
Dicha casa sería propiedad del Movimiento y se la alquilarían a éste por una pequeña cantidad mensual debido a que tendrían problemas de vivienda "EL PADRINO" sería el encargado de la parte Construcción.

Original: Señor Jefe del Departamento I.

r.m.

920882

002 | 002

ORIGINAL

1/4

9208864

920495 22.09.92

INFORMACION SINDICAL

718-H-II

FORO INORGANICO

- La reunión que estaría prevista a realizarse porel Foro Inorgánico el día sábado 19.SET, ,no se llevó a cabo, por la falta de quorum, debido a que habrían muchas personas trabajando en el tema del Plebiscito que no pudieron concurrir.
Por las manifestaciones de ALCIDES LANZA (FUECI-PC) se pudo saber que estaría arrepentido de haber concurrido a las primeras reuniones del Foro,agregando que el documento del mismo,no servía para lo que él quería,para lo que él pensaba que tenía que hacer;en concreto no serviría para la unidad de la Central,y en definitiva, lo que se debería hacer,sería trasladar la polémica política que habría dentro del FA al PIT/CNT (y esto no serviría). Además, expresó ,que si bien iba a colaborar ,no firmaría el documento.

SITUACION RADICAL DE SINDICALES POSTERIOR AL 1ero.DE MAYO HASTA EL REFERENDUM

- Se habría tomado conocimiento que los ultras estarían marcando presencia en muchos gremios,y que la situación sindical estaría siendo "aguantada" por el Plebiscito,pero que posterior al 1ero. de Octubre la situación se manifestará con "virulencia".
OSCAR GROBA (UNTMRA -PC) nuclearía a los radicales,porque él ya habría marcado su perfil . Tambien, estarían en este grupoRICHARD READ (FOEB-PVP) CARLOS PEREIRA (FUNSA). Si bien ,este sector no tendría la suficiente fuerza como para dominar el MOvimiento Sindical,la tendrían como para complicar las cosas.
Es de hacer notar,que estos grupos ultras habrían logrado una buena prédica, como por ejemplo,en ANCAP(que a pesar de haber perdido la moción en la Asamblea dejaron marcado su perfil con posibilidades enel futuro de revertir tal situación si el problema de ANCAP se agravara),y en la enseñanza (UTU-AFUR);si bien las direcciones de esos gremios no responden a esta corriente, habrían logrado un buen trabajo a nivel de las bases.
Hay que agregar además,el poder que tendrían en el GAS , en el MEDICAMENTO y en el Puerto,ya que en éste tendrían un grupo que obedeceria al sector ultra que serían quienes se retiraron de la dirección del SUANP.
Estando tambien en el mismo grupo,NESTOR LOUISE (SUANP-MLN),quien ultimamente se habría plegado a dicho grupo ,no concurriendo a las reuniones del

Foro.
En la construcción estarían representados por los Comunistas ortodoxos, quienes tambien,se separarían de la dirigencia del gremio.
Se habría tomado conocimiento que como inicio de la actividad de los ultras se destacaría el Acto del 1ero. de Mayo, cuando alguna gente del MOvimiento sindical se uniría a RICHARD DE LOS SANTOS (FANCAP-SALTO), y a la gente del Espinillar.Es por tal motivo,que a pesarque HUGO DE MELLO (PS-FANCAP)no integraría a dicha corriente,pero igual lo apoyarían ya que éste en los documentos e informes que habría presentado a nivel del Secretariado Ejecutivo del PIT/CNT normalmente, incluiría dentro de éstos paros o actividades de movilización.
Las actuales líneas dentro del Movimiento sindical,serían:FORO,PS, Y MPP.
El FORO y el PS estarían al borde de la unión;el PS estaría intentando ,primero,afirmar su mayoría y luego hacer alianzas con los grupos restantes.
Además,COFE pediría integrar el Secretariado Ejecutivo,no habiendo sido aprobado,porque se consideraría que Judiciales,la FFSP y Telecomunicaciones, tendrían más derecho que la propia COFE a tener un representante en el SE.
Cabe agregar, que no se sabría si detrás de este planteamiento existiría una maniobra de los propios socialistas,buscando tener otro lugar en el SE, a través de COFE,ya que los mismos estarían tratando de levantarla de cualquier manera.

PLEBISCITO

- Se habría tomado conocimiento que en estos momentos la mayoría de la gente estaría de gira por el interior del país,según el análisis de algunos dirigentes sindicales que considerarían que las votaciones previstas para el próximo 1ero. de Octubre, serían nuevamente, en Montevideo, un fracaso.

FINANZAS:

- El único Partido Político que habría aportado ,financieramente, para la campaña del Plebiscito,sería el FA,quien habría proporcionado la suma de US$ 15000 (el FA habría realizado un compromiso con la TV,para la propaganda por este medio).
Por otra parte,AUTE habría entregado la suma de US$ 10000,y el PIT/CNT aportaría US$ 7500,no habiendo aún ,pago la deuda que habría contraído por el 5.JUL.
Muchos Partidos Políticos,que integrarían el FA, no trabajarían ni se manifestarían públicamente a favor del Plebiscito,como sería el caso de RODRIGUEZ CAMUSSO (MPF), ARAUJO (CUF) y PVP.
El único que estaría llevando adelante la campaña dentro del FA,sería el PS,junto a algunos comunistas renovadores.

M26M

- Se habría tomado conocimiento que la polémica desatada dentro del PCU,se habría trasladado hacia dentro del Movimiento Sindical y del propio Frente Amplio,y que los diferentes sectores integrantes del FA habrían tenido que tomar posición indirectamente

Hay una masa de militantes pertenecientes al PCU, que estarían siendo absorbidos por aquellos grupos que tienen un poco más de organizacíon.Esto sería lo que ha permitido que el M26M haya crecido,ya que contaría con dinero (debido a que LA JUVENTUD ,cuando salió vendía 2500 diarios y actualmente estaría vendiendo 10000 a 12000 ejemplares aprox.)

ADELANTANDO EEI -15.09.92

REFERENCIA: CURSO DE FORMACION SINDICAL

- Dicho curso sería organizado por la CIOLS, y sería financiado por la Social Democracia Europea,se estaría llevando a cabo en la casa de NAZARETH, finalizando el 26.SET.Habrían asistido delegaciones internacionales de Brasil,Argentina, Paraguay y Chile.

La delegación brasileña estaría integrada por 10 personas de todas las ramas sindicales (CGTU,PMDB-BRIZOLA).

La delegación de PARAGUAY sería la menor, representada por 4 delegados.

La delegación de ARGENTINA,estaría integrada por 5 delegados.

De CHILE,se desconocería cuantos serían los integrantes,pero los mismos asistirían en calidad de observadores ,de los cuáles habría un bancario.

LAs delegaciones extranjeras se estarían hospedando en el HOtel Victoria Plaza.

Por Uruguay,concurriría unas 7 personas;2 de la FOT,2 del SUNCA,2 de AEBU, y 1 de AUTE,todos de poco renombre sindical.

El tema a tratar sería : La función de los sindicatos en el MERCOSUR.

LISTA 98 -AEBU

- El PDC se estaría partando cada vez más,de los socialistas a nivel de AEBU,siendo la discusión ya pública.El PDC querría recambiar a EDUARDO FERNANDEZ (AEBU-PS) ya que sostendrían que la imagen de éste,estaría cada vez más desgastada ,pretendiendo sustituírlo por JUAN JOSE RAMOS (ASU),de quien BUSQUEDA le estaría dando una "buena mano"en este sentido, ya que los está promocionando ,casi, semanalmente.

ORIGINAL:SEÑOR JEFE DEL DPTO.I.

a.z

004 / 004

920836 4

Sendero Luminoso

Biográfico
- Dossier de 9/
- Mostrame Dossier de Bonomi y García
- Relación MLN - PS

Dijo no creer que terroristas peruanos tengan solidaridad de uruguayos

Lacalle: Uruguay "alerta" por una eventual "emigración" senderista



Presidente Lacalle
Dijo que Uruguay "no ha bajado la guardia" ante la posibilidad terrorista

El presidente Luis Alberto Lacalle declaró ayer a una emisora peruana que le preocuparía "una emigración de elementos" terroristas del Perú como consecuencia del desbarranque del grupo maoísta Sendero Luminoso tras la detención de su principal cabecilla Abimael Guzmán.

Subrayó no obstante que Uruguay "no ha bajado la guardia" frente a esa posibilidad. "Nos mantenemos alerta aunque -Sendero Luminoso- era un movimiento que por su peculiaridad tenía muy poco contacto con el mundo exterior".

Consultado sobre una virtual preocupación del gobierno uruguayo respecto del fenómeno teniendo en cuenta que el Movimiento de Liberación Nacional -tupamaros- participó de la acción guerrillera en el pasado, Lacalle respondió: "No creo que se dé en este caso aquella expresión de solidaridad de una internacional terrorista que funcionó en otro tiempo".

Lacalle fue entrevistado desde Lima por la emisora Radioprogramas del Perú como consecuencia de una carta de congratulación que remitió al presidente peruano Alberto Fujimori por la detención del líder senderista. En nuestro país, las declaraciones fueron emitidas por el informativo central de Radio Capital. "Sin perjuicio de que es un tema interno del Perú, el fenómeno del terrorismo dejó de ser asunto de los países para ser cuestión de la humanidad toda y de los países americanos y por tanto, cada vez que se produce un éxito en la lucha contra esas fuerzas tan siniestras debemos dejar de lado los presidentes o países que lo han logrado", explicó Lacalle.

El primer mandatario de nuestro país enfatizó también que "la evolución del derecho internacional ha hecho que se caracterice al terrorismo como un delito común" ante el cual todas las naciones "actúan mancomunadamente". ■

Socialistas y tupamaros se reunieron en reserva para distender sus relaciones

Dirigentes del Partido Socialista y del Movimiento de Liberación Nacional -tupamaros- se reunieron el martes para "distender las relaciones políticas" luego de los enfrentamientos que protagonizaron a raíz de la decisión que Tabaré Vázquez adoptó semanas atrás de remover de sus cargos a cuatro directores de la comuna.

En el encuentro celebrado a instancias del MLN participaron por esa organización los dirigentes Jorge Quartino, Eduardo Bonomi, Jorge Zabalza y Ricardo García y por el Partido Socialista, Manuel Núñez y José Nunes.

Durante la reunión confirmada a *El Observador* por fuentes tupamaras, el MLN planteó al PS su "preocupación" por lo que estiman como "la existencia en el Frente Amplio de sectores que consideran una posible ruptura como superadora de la crisis".

Una fuente del MLN admitió que para ese sector "plantear las diferencias públicamente constituye un fundamento estratégico" pero agregó que también le dan ese carácter "a la unidad del Frente Amplio".

La misma fuente deslindó cualquier responsabilidad del MLN en los agravios que un grupo de trabajadores y estudiantes profirieron días atrás a integrantes del Secretariado del PIT-CNT.

Fuentes de ambas organizaciones admitieron por otra parte que integró la agenda de la reunión "la problemática a nivel de estudiantes de secundaria".

La coordinadora de estudiantes de secundaria, que reunió a liceales de los principales centros de estudio capitalinos se fracturó la semana pasada luego que un dirigente afín a la "99" fuera golpeado y otro de la Corriente Popular expulsado por dirigentes juveniles afines al MLN.

Los dirigentes socialistas y del MLN consultados admitieron que procurarán incidir en la superación de esos enfrentamientos pero subrayaron coincidentemente que "los estudiantes no aceptan la injerencia" de las organizaciones políticas. ■

001/1

9208865

Se está realizando un simposio sobre "transformaciones del sector público"

El Instituto de Derecho Administrativo de la Facultad de Derecho, Universidad de la República ha organizado un Simposio sobre "Transformaciones en el Sector Público", que comenzó en el día de ayer, en el salón de Conferencias del Ministerio de Transporte y Obras Públicas, con la participación de prestigiosos profesores de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.



Mariano Brito y Américo Pla Rodríguez, dos de los panelistas del simposio

En este Simposio exponen los Profs. Dres. Guillermo Muñoz (Buenos Aires, Argentina), Eros Roberto Grau (San Pablo, Brasil) y Luis Enrique Chase Plate (Asunción, Paraguay) sobre los procesos de desregulación y privatización en sus respectivos países, y el Prof. Dr. Agustín Gordillo (Buenos Aires, Argentina), sobre la reforma portuaria.

Las transformaciones ocurridas en nuestro país, con especial referencia al régimen de empresas públicas, puertos y viviendas, serán expuestas por los Profs. Dres. Mariano Brito, José A. Cagnoni, Juan P. Cajarville, Augusto Durán Martínez, Felipe Rotondo, Carlos Delpiazzo, Susana Lorenzo, José M. Barbé y Raquel Fata. El Prof. Dr. Américo Pla Rodríguez abordará los aspectos laborales implicados en las reformas del sector público. ■

001/1

Comienzan a llegar las periodistas para reunión de AMMPE

El próximo domingo comienzan a arribar a Montevideo, distinguidas periodistas y escritoras de diversos países del mundo, que integran el Consejo Ejecutivo de AMMPE (Asociación Mundial de Mujeres Periodistas y Escritoras). Entre ellas, llegará el día 20, en horas de la mañana, la mujer que creó la organización que hoy se ha expandido por todo el mundo, Gloria Salas de Calderón.

Como informó LA MAÑANA, el Consejo Ejecutivo de AMMPE sesionará entre los días 22 y 26 del corriente, en el Salón Directorio del Hotel Balmoral Plaza. Durante su permanencia en nuestro territorio, las distinguidas visitantes procedentes de Canadá, USA, México, Brasil, Finlandia y Taiwan, mantendrán diversos contactos a nivel oficial y privado, en una agenda nutrida que viene siendo coordinada por AMPE Uruguay (Asociación de Mujeres Periodistas y Escritoras del Uruguay), asociación civil en formación, que se integra con distinguidas comunicadoras de nuestro medio.

Escritora y periodista, la mexicana Gloria Salas de Calderón, ha dedicado gran parte de su vida al estudio de los problemas de la mujer y a difundir sus experiencias en artículos y entrevistas en diarios, periódicos y revistas, así como en radio. Directora del periódico "Brecha" escrito por mujeres; es colaboradora de las páginas editoriales de los diarios "Novedades" y "Ovaciones" de su país; articulista de las revistas "La Mujer de Hoy", "Kena" y "Mujer de Colombia"; autora de las novelas "Cerro de los Jumiles" y "El parto del león". Dirige el programa "El boom de la escritora" para Radio ABC de México.

Presidió en su país la Asociación Nacional de Escritoras y Periodistas, y, durante su gestión, fundó AMMPE. Su acción, fue reconocida por las asociadas de todo el mundo, que la han nombrado Presidenta Honoraria y Vitalicia de AMMPE.

Como escritora, Gloria Salas de Calderón, combina audacia e ironía, en especial en "El parto del león" (Editada por Domés), conduciendo al lector por el mundo de todos los días, enrejillado de política, poder, amor, corrupción, feminismo... a lo que agrega un elemento de ficción que le permite jugar, transvalorar roles sociales y morales e invertir las leyes de la naturaleza. "El parto del león" plantea una mutación genética que hace que el Presidente de la Nación y sus Ministros acusen síntomas inexplicables: ¿Qué sucederá si el león queda embarazado?

Incansable investigadora, fermental personalidad dinámica estratega, es sin duda una de las figuras más relevantes del mundo de las comunicaciones a nivel femenino. ■

9208866

Crean centro que

Paro parcial del PIT

Según... y desa...

• Polémica en...

Nueva polémica se desató entre los inquilinos y propietarios en torno a los costos de los alquileres. Casa del Inquilino, en las últimas horas emitió un enérgico desmentido contra las gremiales de dueños de inmuebles rentistas y otros medios oficiosos que afirmaron que los precios de los arrendamientos están bajando y que van a disminuir el número de desalojos en el presente año.

Los representantes de Casa del Inquilino, aseguran que los alquileres no bajan y pone de ejemplo que en setiembre serán de N$ 930.000, como asimismo, los desalojos no disminuyen, ya que en el presente mes llegarán a 10.000.

Paralelamente al desmentido, los inquilinos conmemoran el "Año y Día de los Sin Techo", a través de una movilización.

En cuanto a las puntualizaciones ...

Estudian s... a taxis de un...

"La delincuencia no debe ser combatida con la violencia sino con métodos inteligentes", afirmó el Ing. Raúl E. Garibaldi, comentando un proyecto de seguridad en los taxis que elaboró.

El mismo, que se basa en el uso de una "tarjeta electrónica", fue presentado en la órbita municipal y tiene por cometido desalentar a los asaltantes, logrando una disminución de los ilícitos contra los obreros del volante.

ASUNTO: MOVIMIENTO TODOS POR LA PATRIA (MTP)

1. **ANTECEDENTES HISTORICOS**

EL MOVIMIENTO TODOS POR LA PATRIA (MTP) SURGIO POR PROYECTO DE UN CONJUNTO DE DIRIGENTES QUE NO SE ENCONTRABAN ENROLADOS EN NINGUNA ORGANIZACION POLITICA DE IZQUIERDA DETERMINADA, AUNQUE POSEIAN AFINIDAD IDEOLOGICA CON EL ACCIONAR DE LAS MISMAS.

EL PROYECTO DE REFERENCIA, SE ELABORO EN EL SENO DE LA REVISTA "ENTRE TODOS" BAJO LA SUPERVISION DE CARLOS ALBERTO BURGOS (DIRECTOR DE LA PUBLICACION) Y EL DR MANUEL JUSTO GAGGERO (INTEGRANTE DEL DIRECTORIO DE LA FUNDACION MANUEL UGARTE), CONSOLIDANDOSE FINALMENTE EL 08MAY86 BAJO LA DENOMINACION CONOCIDA COMO MTP, QUE EN SU LEMA ALUDIA A "TRABAJAR TODOS POR LA PATRIA: PERONISTAS, COMUNISTAS, INTRANSIGENTES, SOCIALISTAS, RADICALES, CRISTIANOS E INDEPENDIENTES".

COMO DENOMINADOR COMUN, CONTO CON LA PRESENCIA DE IMPORTANTES CUADROS QUE EN LA DECADA DEL 70 PERTENECIERON AL "PRT-ERP", TAL EL CASO DE FRANCISCO JAVIER PROVENZANO, ROBERTO FELICETTI, ALEJANDRO ENRIQUE FERREIRA BELTRAN, CARLOS JOSE SAMOJEDNY, SANTIAGO JUAN CARRARA Y PABLO RAFAEL SERGIO SEYDELL, ENTRE OTROS, QUIENES ALCANZARON UN ROL PROTAGONICO EN EL MOVIMIENTO Y POSTERIORMENTE (ALGUNOS DE ELLOS), OBTUVIERON NOTORIEDAD TRAS EL INTENTO DEL COPAMIENTO EN EL RI3 DE LA TABLADA.

SU ACCIONAR, SE CIRCUNSCRIBIO A LA CAPTACION DE NUEVOS ADHERENTES Y A LA DIFUSION DE SUS POSTULADOS, LOGRANDO ASENTARSE EN LAS SIGUIENTES PROVINCIAS:

- BUENOS AIRES (LA PLATA, MAR DEL PLATA Y SAN NICOLAS)
- SALTA
- TUCUMAN
- JUJUY
- SANTA FE (ROSARIO)
- CORDOBA

- MENDOZA
- NEUQUEN
- SANTIAGO DEL ESTERO
- ENTRE RIOS

A PARTIR DEL DESENLACE DEL PRIMER CONFLICTO CASTRENSE (SEMANA SANTA-ABR87), CENTRALIZARON SU ACCIONAR EN CRITICAR DURAMENTE A LAS FFAA Y MANTENER VIGENTE EN LA POBLACION LA PROBLEMATICA DE LAS SECUELAS DE LA INTERVENCION DE LAS FFAA EN LA LUCHA CONTRA LA SUBVERSION.

EN DIC87, EL MTP REALIZA SU PRIMER CONGRESO, PRODUCIENDOSE UNA ESCISION AL INCORPORARSE AL MOVIMIENTO UNO DE LOS LIDERES DEL "PRT-ERP" ENRIQUE HAROLDO GORRIARAN MERLO Y AL ASUMIR LA NECESIDAD DE CONSTITUIRSE EN UN MOVIMIENTO DE VANGUARDIA, QUE POSIBILITARA ORGANIZAR Y UNIR LAS LUCHAS SECTORIALES Y PARCIALES DEL CAMPO POPULAR EN PRO DE UN OBJETIVO SOCIAL, QUE LES PERMITIERA REIVINDICAR LAS LUCHAS EMPRENDIDAS EN LAS DECADAS DEL 60 Y 70.

INMEDIATAMENTE A ESTA INCORPORACION SE EVIDENCIO UNA POSTURA DE "TOTAL CONFRONTACION" CON LOS DESENLACES DE LOS CONFLICTOS CASTRENSES, TAL EL CASO DEL ALZAMIENTO MILITAR DE VILLA MARTELLI (DIC88) EN DONDE SE LOS DETECTO ACCIONANDO ORGANIZADAMENTE ANTE EL HECHO.

CON POSTERIORIDAD AL DESENLACE DE ESTE CONFLICTO, EL MTP ENCARO UNA PROFUSA DIFUSION DE SOLICITADAS A TRAVES DE MCS, EN ESPECIAL "PAGINA 12", BAJO LA CONSIGNA DE "DEFENDER LA DEMOCRACIA ANTE UN INMINENTE GOLPE DE ESTADO". DESTACANDOSE EN ESTA ACTITUD, LA APARICION PUBLICA EN LOS MCS DE GORRIARAN MERLO COMO INTEGRANTE DE LA CONDUCCION DEL MOVIMIENTO.

A MEDIADOS DE ENE89 ESTA CAMPAÑA ALCANZO SU PUNTO MAXIMO, EN OPORTUNIDAD EN QUE EL MTP DENUNCIO PUBLICAMENTE UN PRESUNTO COMPLOT ENTRE EL CNL MOHAMED ALI SEINELDIN, LORENZO MIGUEL Y EL ENTONCES CANDIDATO PRESIDENCIAL, DR CARLOS SAUL MENEM, PARA LO CUAL HABRIAN CONTADO CON EL APOYO DE SECTORES DEL GOBIERNO (JCN LINEA INTERNA DE LA UCR) QUE LES HABRIA FAVORECIDO EL ACCESO A LOS MCS EN MANOS DEL ESTADO, REALIZANDO UNA MASIVA CAMPAÑA DE DENUNCIAS.

CON FECHA 23ENE89, EL PAIS SE VIO CONMOCIONADO POR UN GRUPO DE TERRORISTAS (FORMADO POR CUADROS Y DIRIGENTES DEL MTP Y ELEMENTOS CLANDESTINOS), QUE IRRUMPIO EN EL RI3 DE LA TABLADA SIMULANDO PERTENECER A UN GRUPO DEL EJERCITO QUE PRETENDIA PROVOCAR UN GOLPE DE ESTADO.

FINALIZADO EL INTENTO DE COPAMIENTO Y AL TOMARSE CONOCIMIENTO DE LA NOMINA DE ATACANTES SE ESTUVO ANTE LA EVIDENCIA DE QUE VARIOS DE LOS TERRORISTAS ERAN CUADROS CLANDESTINOS DEL MTP, TAL EL CASO DE: ROBERTO SANCHEZ, OSVALDO CALDU, PEDRO CABAÑAS Y JUAN MANUEL MURUAS, ENTRE OTROS, QUIENES PERTENECIAN AL "PRT-ERP" EN LA DECADA DEL 70.

AL REALIZARSE LAS PRIMERAS INVESTIGACIONES SOBRE LA PLANIFICACION DEL OPERATIVO, SE PUSO DE MANIFIESTO QUE ESTA PREMATURA ACCION ESTABA PREVISTA DESDE FINES DEL AÑO 1988. PRUEBA DE ELLO ES LA EXISTENCIA DE UNA INFRAESTRUCTURA DE ENVERGADURA, QUE CONTABA CON TRES IMPORTANTES CASAQUINTAS UBICADAS EN EL GRAN BUENOS AIRES (ALQUILADAS), QUE FUERON UTILIZADAS PARA EL ASENTAMIENTO Y ADIESTRAMIENTO DE SUS CUADROS.

TRAS LOS PROCEDIMIENTOS REALIZADOS POR PERSONAL POLICIAL A INSTANCIAS DEL JUEZ FEDERAL ACTUANTE, SE LOGRO OBTENER IMPORTANTE MATERIAL DOCUMENTAL QUE LUEGO DE SER ANALIZADO POSIBILITO TENER LA CERTEZA DE QUE EL MTP TENIA PLANIFICADO OPERATIVOS DE SIMILARES CARACTERISTICAS A LARGO PLAZO, NO COINCIDIENDO CON ESA PLANIFICACION EL TIEMPO Y EL MODO EN QUE SE REALIZO EL ATAQUE AL RI3.

TAMBIEN SE LOGRO COMPROBAR Y A SU VEZ RATIFICAR LAS INFORMACIONES QUE SE POSEIAN DE LAS ACTIVIDADES DESPLEGADAS POR LOS CUADROS MAS CONSPICUOS DEL MOVIMIENTO (PROVENZANO, FELICETTI Y BAÑOS), QUIENES REALIZARON FRECUENTES VIAJES AL URUGUAY, BRASIL, COSTA RICA, PERU, ECUADOR, CUBA Y NICARAGUA; LUGARES EN DONDE TOMARON CONTACTO CON GORRIARAN MERLO (ENTREVISTAS QUE FUERON RECONOCIDAS POR FELICETTI ANTE LA CAMARA FEDERAL DE SAN MARTIN).

1.1. <u>ORGANIZACIONES COLATERALES</u>

A) **CENTRO DE INVESTIGACION Y ESTUDIO DE LA REALIDAD ARGENTINA (C.I.E.R.A.)**

ESTE CENTRO DE INVESTIGACION DEPENDE DE LA FUNDACION MANUEL UGARTE; EN 1989 AMBAS ENTIDADES TENIAN SU DOMICILIO EN PARANA 662, PISO 3, OFICINA 4, CAPITAL FEDERAL.

EN LAS MISMAS, SE ORGANIZABAN CURSOS REGULARES DEL AREA POLITICA Y ECONOMICA, NO SOLO EN NUESTRO PAIS SINO TAMBIEN DEL RESTO DEL MUNDO, ESPECIALMENTE DE AMERICA LATINA.

LOS TEMAS TRATADOS SE ENFOCABAN CON UNA CLARA IDEOLOGIA MARXISTA, COMO POR EJEMPLO LOS REFERIDOS A LOS OLIGOPOLIOS; BURGUESIA TERRATENIENTE QUE OPERAN EN PERJUICIO DE LOS SECTORES POPULARES Y ASALARIADOS, ADEMAS DE ATENTAR CONTRA EL DESARROLLO DE LAS ECONOMIAS REGIONALES, SEGUN MANIFIESTAN.

EL PRINCIPAL RESPONSABLE DE ESTAS AGRUPACIONES, ERA EL DR JUSTO MANUEL GAGGERO, QUIEN FUERA DIRECTOR DEL DIARIO EL MUNDO EN LA DECADA DEL 70 Y EX INTEGRANTE DEL PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES (PRT).

SE CARECE DE INFORMACION ACTUALIZADA.

B) **INSTITUTO DE RELACIONES INTERNACIONALES (I.R.I.)**

EL OBJETIVO DE ESTA ENTIDAD, ES AGLUTINAR A PERSONALIDADES ARGENTINAS Y LATINOAMERICANAS, INCIDIR EN LA POLITICA NACIONAL E INTERNACIONAL, PREPARAR Y/O PERFECCIONAR A ESPECIALISTAS EN ESAS DISCIPLINAS, MEDIANTE CURSOS, CONFERENCIAS, PUBLICACIONES, CONTACTOS PERSONALES, ETC.

EN 1989 SU SEDE SE ENCONTRABA UBICADA EN LA AV BELGRANO 1787, PISO 2 DPTO 1, CAPITAL FEDERAL. SUS PRINCIPALES DIRIGENTES SON:

. PRESIDENTE: EDUARDO LUIS DUHALDE

. VICEPRESIDENTE: DIEGO ZUBIRIA

. SECRETARIO GENERAL: CARLOS GONZALEZ GARTLAND

. SECRETARIO ACADEMICO: BEBA BALVE

. SECRETARIO EJECUTIVO: RODOLFO MATAROLLO

. SECRETARIO DE CURSOS Y CONFERENCIAS: MATILDE HERRERA

. SECRETARIO DE FINANZAS: DORIS ALPIN

. SECRETARIO DE RELACIONES CULTURALES: RICARDO CARPANI

. SECRETARIO RELACIONES INSTITUCIONALES: HORACIO VERBITSKY

. VOCALES:

. ANA MARIA EZCURRA

- GUILLERMO FRUGONI REY
- JUSTO MANUEL GAGGERO
- JULIO JOZAMI
- SANTIAGO LOPEZ
- DEOLIDIA MARTINEZ
- EMILIO F MIGNONE
- JORGE BRINSTEIN
- ORMAR MORENO
- LUIS CESAR PERLINGER
- BENIUZ SZMUKLER
- DAVID TIEFFEMBERG

SE CARECE DE INFORMACION ACTUALIZADA.

C) **ENCUENTRO CRISTIANO (E.C.)**

ESTA ORGANIZACION NUCLEA A RELIGIOSOS PERTENECIENTES AL LLAMADO MOVIMIENTO DE SACERDOTES DEL TERCER MUNDO QUE ACTUALMENTE PROMUEVEN LA TEOLOGIA DE LA LIBERACION. SE TRATARIA DE LOGRAR UNA SINTESIS ENTRE MARXISMO Y CRISTIANISMO. POLITIZANDO A SU VEZ LAS ESTRUCTURAS DE LA IGLESIA CATOLICA. TAMBIEN PARTICIPAN LAICOS COMPRENDIDOS DENTRO DE ESTA CORRIENTE.

LOS PRINCIPALES INTEGRANTES SON EL FRAY JUAN ANTONIO PUIGJANE Y EL TEOLOGO RUBEN DRI Y A JUL89 TENIA SU SEDE EN LA CALLE BARTOLOME MITRE 1741, PISO 1 CAPITAL FEDERAL. DONDE FUNCIONABA LA CORRESPONSALIA DE LA REVISTA "ENTRE TODOS".

EN JUL90 HABRIAN PUBLICADO LA REVISTA "SOCIEDAD Y UTOPIA".

DURANTE 1992, GRUPOS DE LA ORGANIZACION ENTRE OTROS OBJETIVOS, SE ENCUENTRAN PARTICULARMENTE ABOCADOS A DESARROLLAR ACTIVIDADES EN EL MARCO DE UNA CAMPAÑA DE CONTRAFESTEJOS AL QUINTO CENTENARIO DEL DESCUBRIMIENTO DE AMERICA.

D) **CENTRO DE ESTUDIOS Y FORMACION SINDICAL (C.E.F.S.)**

LOS OBJETIVOS DE ESTA ENTIDAD SON BRINDAR APOYO Y FORMACION PROFESIONAL A INTEGRANTES DE DIVERSOS SINDICATOS, PARA LO CUAL DESARROLLAN DIFERENTES CURSOS.

EN 1989 LA SEDE ESTABA UBICADA EN LA CALLE HIPOLITO YRIGOYEN 3150, PLANTA BAJA, DPTO "C", CAPITAL FEDERAL Y SUS MAXIMOS REFERENTES ERAN ALBERTO AMARILLO Y PATRICIA CONTI.

SE CARECE DE INFORMACION ACTUALIZADA.

E) **CENTRO DE INVESTIGACION Y PROMOCION EDUCATIVA Y SOCIAL (C.I.P.E.S.)**

SE TRATA DE UNA AGRUPACION SIN FINES DE LUCRO, QUE ORGANIZA GRUPOS DE ESTUDIOS ORIENTADOS A FACILITAR LA RELACION ESCUELA-NIÑOS-PADRES, EN LOS SECTORES CARENCIADOS DE LA POBLACION.

EN 1989 TENIA SU SEDE EN ZABALA 2677 CAPITAL FEDERAL, SIENDO SU RESPONSABLE EL SR LUIS RIGAL Y SU APODERADO LEGAL SUSANA ZICARRELI.

SE CARECE DE INFORMACION ACTUALIZADA.

F) **TRIBUNAL ANTIIMPERIALISTA DE NUESTRA AMERICA (T.A.N.A.)**

ESTA ENTIDAD TUVO EN 1989 SU SEDE EN LA AV CORRIENTES 1628, PISO 2, DPTO "C", CAPITAL FEDERAL Y EN ENE91, UTILIZABA COMO TAL EL LOCAL DEL "CLUB CUARTO MUNDO" SITO EN MARIO BRAVO 525 CAPITAL FEDERAL.

SUS PRINCIPALES DIRIGENTES SON:

. PRESIDENCIA HONORARIA: . JORGE ENEA SPILIMBERGO

. VICTOR DE GENARO

. JUNTA EJECUTIVA NACIONAL: . GERNAN ABDALA

. RENE IRURZUN

. MARTA FERREIRA

. RICARDO LESCANO

. COMISION NACIONAL: . RICARDO CARPANI

. EDUARDO JOZANI

. LUIS D'ANDREA MOHR

PARTICIPO EN LO QUE VA DE 1992 EN INTENSAS ACTIVIDADES EN REPUDIO A LOS BLOQUEOS CONTRA CUBA Y LIBIA.

G) **SERVICIO A LA ACCION POPULAR (S.A.P.)**

ES UNA ASOCIACION CIVIL SIN FINES DE LUCRO, RECONOCIDA POR LA INSPECCION DE SOCIEDADES POLITICAS DEL GOBIERNO DE CORDOBA, CON SEDE EN LIMA 266, PISO 1, CORDOBA. UNO DE SUS RESPONSABLES SERIA CARLOS ARGUELLO.

EN 1989 HABRIA REALIZADO TAREAS DE PROMOCION Y ACCION SOCIAL EN LOS SECTORES MAS CARENCIADOS Y VILLAS DE EMERGENCIA DE ESTA PROVINCIA Y TRABAJOS DE EDUCACION Y COMUNICACION POPULAR.

SE CARECE DE INFORMACION ACTUALIZADA.

H) **CENTRO ECUMENICO DE EDUCACION POPULAR (CEDEPO)**

PROPUGNA LA EDUCACION POPULAR, COMO ACTIVIDAD CONCIENTE Y ORGANIZADA DEL MOVIMIENTO, PARA EL LOGRO DE METAS CONCRETAS EN EL TERRENO CULTURAL, IDEOLOGICO Y POLITICO.

EL CONSEJO DIRECTIVO ESTARIA INTEGRADO POR:

. DIRECTOR: RAUL ARAMENDY

. COLABORADORES:

- MONICA GALLARDO
- ANIBAL BALMACEDA
- ALICIA ARAMENDY
- CARLOS ALFONSO
- CARLOS NOVAES
- VILMAR RODRIGUEZ

EN 1989 SU SEDE SE ENCONTRABA EN LA CALLE CARLOS CALVO 642, CAPITAL FEDERAL.

SE CARECE DE INFORMACION ACTUALIZADA.

I) **ACCION EDUCATIVA (A.E.)**

SE TRATA DE UNA INSTITUCION DE SERVICIO, SIN FINES DE LUCRO, DEDICADA A LA EDUCACION POPULAR, A LA CULTURA Y AL DESARROLLO SOCIAL, EN EL MARCO DE LA VIDA COTIDIANA Y DE TODA LA PRACTICA SOCIAL DEL CAMPO POPULAR. ES UNITARIA, PLURALISTA Y DEMOCRATICA.

PARA MATERIALIZAR SUS OBJETIVOS OFRECEN TALLERES, JORNADAS, ENCUENTROS, SEMINARIOS DE ALFABETIZACION ALTERNATIVA Y EDUCACION POPULAR Y TRABAJO BARRIAL. EDITAN MATERIALES ESCRITOS, AUDIOVISUALES Y VIDEOS SOBRE DISTINTAS PROBLEMATICAS DE LA EDUCACION POPULAR.

EN 1989 SU SEDE SE ENCONTRABA EN SAN GERONIMO 2830, PROVINCIA DE SANTA FE Y SUS MAXIMOS RESPONSABLES SON JOSE MARIA SERRA, EUSEBIO CABRAL, MIRIAN TUCCI, MABEL BUSANICHE Y CARLOS ZAGNI.

SE CARECE DE INFORMACION ACTUALIZADA.

2. ACTIVIDADES DETECTADAS PARTICULARMENTE EN:

- PROVINCIA DE BUENOS AIRES

24ABR89: . PERSONAL DE LA POLICIA PROVINCIAL, HABRIA DETECTADO A ELEMENTOS DEL MTP, DEL MAS Y DEL PR, RECLUTANDO MILITANTES EN LAS VILLAS DE EMERGENCIA "CANESE" (GRAL SAN MARTIN) Y "MELO" (VICENTE LOPEZ). LOS ADHERENTES SERIAN ADOCTRINADOS Y SOMETIDOS A UNA INSTRUCCION MILITAR QUE CONTEMPLARIA EL ENFRENTAMIENTO EN MANIFESTACIONES CONTRA LOS EFECTIVOS POLICIALES (USO DE BOMBAS MOLOTOV, FABRICACION DE BARRICADAS, ETC).

. EN LAS IGLESIAS INMACULADA CONCEPCION (JOSE LEON SUAREZ) Y NUESTRA SEÑORA DE LUJAN (SAN ANDRES), SE REUNEN ESPORADICAMENTE ELEMENTOS DEL MTP Y CLERIGOS ALLEGADOS A PUIGJANE. ENCUBRIRIAN SUS ACTIVIDADES A TRAVES DE GRUPOS DE TRABAJO DE "CATEQUESIS FAMILIAR".

13FEB90: . ELEMENTOS DEL MTP, PO Y MAS, ESTARIAN PLANEANDO UNA "SUBLEVACION DE MASAS", QUE TENDRIA CARACTER DE "PUEBLADA". LA MISMA SE INICIARIA EN BARRIOS DE BAJOS RECURSOS DE LA ZONA SUR Y FINALIZARIA CON LA INTERVENCION DE LA PROVINCIA.

15MAY90: . UN MILITANTE DEL PTS, DE APELLIDO GRASSI, QUE ACTIVA EN LA COORDINADORA DE GREMIOS ESTATALES Y PRESTA SERVICIOS EN EL MINISTERIO DE EDUCACION DE LA PROVINCIA, SE HABRIA REUNIDO CON ELEMENTOS DEL MTP Y DE LA JCN-UCR DE LA ZONA SUR, CON EL FIN DE CONFORMARSE COMO CELULAS SUBVERSIVAS. EL CAUSANTE, HABRIA RECIBIDO EN ABR90, VEINTE PISTOLAS AUTOMATICAS.

16AGO90: . SE HABRIA DETECTADO LA PRESENCIA DE GORRIARAN MERLO Y DE JAIME DRI EN LA PROVINCIA. ASIMISMO LOS ALUDIDOS DIRIGENTES SE HABRIAN DESPLAZADO EN UN PEUGEOT 505 HACIA LAS LOCALIDADES DE CONCORDIA Y PARANA (ENTRE RIOS).

22MAY91: . EN LAS VILLAS DE EMERGENCIA "MELO", "LOYOLA" Y "CONSTITUYENTES" DEL PARTIDO DE VICENTE LOPEZ, SE HABRIAN CONFORMADO LOS LLAMADOS "COMITES DE DEFENSAS BARRIALES PARA LA DEMOCRACIA". LOS MISMOS, ESTARIAN ORGANIZADOS POR MILITANTES DEL MTP, Y SUS TAREAS CONSISTIRIAN EN RECLUTAR,

9208867

ORGANIZAR Y ADOCTRINAR A DISTINTOS ELEMENTOS PARA ACCIONES PRE-INSURRECCIONALES.

26FEB92: . ELEMENTOS DEL DENOMINADO "ENCUENTRO CRISTIANO", COLATERAL DEL MTP, SE ENCONTRARIAN ACTIVANDO EN LA LOCALIDAD DE QUILMES.

. MILITANTES DEL ENCUENTRO CRISTIANO VIAJARON A LA LOCALIDAD DEL DORADO (PROVINCIA DE MISIONES). EL MISMO FUE COORDINADO POR ENRIQUE COBO, INES ARECO, RUBEN DRI.

03JUN92: . SE HA DETECTADO INSCRIPCIONES MURALES DEL MTP EN LA AV CALCHAQUI Y 12 DE OCTUBRE DE LA LOCALIDAD DE QUILMES.

- **PROVINCIA DE SALTA**

AÑO1989: . LOS MAXIMOS RESPONSABLES DE LA AGRUPACION EN ESTE DISTRITO SON:

LUCRECIA BARQUET

LUCRECIA LAMBRISCA DE DURAN

NORA BEATRIZ LEONAR

RUBEN ALBERTO ALVAREZ

SERGIO MAMANI

MARIO ROGER FALCO

MARCELO FALCO

PATRICIA BUSTAMANTE

SILVIA VILLAGRAN

PATRICIA LOAYZA

MARTA QUINTANA

06MAR89: . SE HABRIA NOMINADO AL DIRIGENTE MARTIN HERRAN COMO TITULAR DEL MOVIMIENTO EN REEMPLAZO DE RUBEN ALVAREZ, MUERTO EN EL COPAMIENTO DEL RI3 DE LA TABLADA.

14ENE92: . INTEGRANTES DE LA ENTIDAD, SE HABRIAN CONTACTADO CON MIEMBROS DE LA ASOCIACION DE TRABAJADORES DEL ESTADO (ATE), CON EL FIN DE ADOPTAR UNA POSTURA DE LUCHA EN CONTRA DEL PODER EJECUTIVO PROVINCIAL.

24ENE92: . SE LLEVO A CABO EN LA IGLESIA DEL COLEGIO SAN ALFONSO UNA MISA DE RECORDACION A LOS CAIDOS DURANTE EL COPAMIENTO DE LA TABLADA. ENTRE LOS PRESENTES SE DETECTO A JORGE RAMIREZ MORALES, MARTIN HERRAN, FLORENTIN VILCA, MARIA INES MAREY, LUCRECIA BARQUET Y FRANCISCO RAMALLO.

20MAR92: . ELEMENTOS DEL MTP (FRANCISCO RAMALLO, RAUL VILDOZA, NOEMI TEJERINA, MIRIAN TEJERINA, NORA LEONARD, LUCRECIA BARQUET), SE REUNIERON CON ESTUDIANTES DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE SALTA, PERTENECIENTES A UN DENOMINADO "GRUPO DEMOCRACIA". EN LA OPORTUNIDAD SE ABORDARON TEMAS RELACIONADOS CON LA "CONTINUIDAD O NO DEL MTP EN EL DISTRITO", "SEGUIR TRABAJANDO EN LA CLANDESTINIDAD", "PARTICIPAR EN TODOS LOS MOVIMIENTOS SINDICALES, ESPECIALMENTE CONTRA EL GOBIERNO", "CAPTACION DE ELEMENTOS EN COLEGIOS Y UNIVERSIDADES", ETC.

- **PROVINCIA DE JUJUY**

AÑO1989: . EN LA LOCALIDAD DEL TALAR LOS MAXIMOS DIRIGENTES SON:

. RAMON CORNELIO LOPEZ

. REINALDO PEREIRA

. HECTOR AGUERO

. EN LA LOCALIDAD DE LIBERTADOR GENERAL SAN MARTIN, LA AGRUPACION ALQUILO UNA VIVIENDA SITA EN LA CALLE BELGRANO 179 (CENTRO DE LA CIUDAD) CON TELEFONO 21-326. ELEMENTOS RELACIONADOS CON JORGE BAÑOS Y CON SU ACCIONAR:

. ARROYO JULIO RAYMUNDO

. MAZA LIBORIO

. TOSCANO SILVESTRE

. IBAÑEZ JOSE

. AGUERO FLORENCIO

. AGUERO EDUARDO

. CORTES MARCOS MARIA

. LOPEZ RAMON

. PAEZ RAMON

. PEREYRA JOSE

. BAZAN LIDO DOMINGO

. VAZQUEZ MELITON

. CORBELLINNI CARLOS

. ZANONEDI EDUARDO

. LOPEZ AGUSTIN

. MAZA FELICITA

. FIGUEROA ROLANDO

EN EL DOMICILIO DE FRANCISCO AJALLIA (9 DE JULIO ESQUINA LIBERTAD DEL BARRIO SAN FRANCISCO) SE REALIZARON REUNIONES CON INTEGRANTES DEL MTP.

JUNTO CON MELITON VAZQUEZ, ASESOR DEL SINDICATO DE OBREROS Y EMPLEADOS DEL AZUCAR INGENIO LEDESMA, PARTICIPARON EN LA ORGANIZACION DEL MOVIMIENTO MAXIMO ARANCIBIA Y LIBORIO MAZA, MIEMBROS DEL MISMO SINDICATO.

. OTROS MIEMBROS DEL MTP:

. GUERRERO HUGO (ACTIVA EN LA CIUDAD DEL TALAR

. ROBLES JOSE ANTONIO (ACTIVA EN LA CIUDAD DEL TALAR)

. CASERES RAMON ALFREDO (ACTIVA EN LA CIUDAD DEL TALAR)

. SANTAELLA JOSE MIGUEL (ACTIVA EN LA CIUDAD DEL TALAR)

. GORDALIZA MANUEL (ACTIVA EN LA LOCALIDAD DE SANTA BARBARA)

- LOPEZ MARCELO (ACTIVA EN LA LOCALIDAD DE SANTA BARBARA)

- LOPEZ RAMON CORNELIO (ACTIVA EN LA LOCALIDAD DE SANTA BARBARA)

30MAR92: . EN LA LOCALIDAD DEL TALAR, SE HABRIA LLEVADO A CABO UNA REUNION EN DOMICILIO DE RUBEN HECTOR AGUERO (MTP) CON LA PARTICIPACION DE JUAN HECTOR SAAVEDRA (EX INTENDENTE DE LIBERTADOR GRAL SAN MARTIN) Y DE MARTINIANO MARTINEZ (PC), DONDE SE HABRIA TRATADO LA INCORPORACION DE LOS NOMBRADOS A LA AGRUPACION "PARTIDO PERONISTA REVOLUCIONARIO", QUE A NIVEL PROVINCIAL PRETENDERIA INTEGRARSE AL PJ Y LA CREACION DE UNA FILIAL EN ESA LOCALIDAD.

. POR OTRA PARTE, MELITON VAZQUEZ (MTP) JUNTAMENTE CON OTRAS CUATRO PERSONAS DEL SINDICATO DEL AZUCAR LEDESMA, HABRIAN REALIZADO PINTADAS EN NOMBRE DEL PRT, FRENTE A LA TERMINAL DE OMNIBUS DE DICHA LOCALIDAD, IMPULSANDO LA CANDIDATURA PRESIDENCIAL DE CARLOS MENEM.

14JUN89: . FLORENCIO AGUERO EX COMISIONADO DE EL TALAR, INTEGRA COMO VOCAL LA COOPERATIVA DE TRABAJO Y CONSUMO DENOMINADA "LA FRONTERA 515 JUJUY LTDA".

. DICHA INSTITUCION FUE CREADA EN 1987 CON SOLO 50 SOCIOS Y HABRIA COMENZADO SUS ACTIVIDADES, TRAS HABER SIDO INAUGURADA EN FORMA OFICIAL EN JUN89, CON AFILIADOS O SOCIOS QUE APORTARAN MAQUINARIAS Y HERRAMIENTAS. ES DABLE DESTACAR, QUE SU CONSEJO DE ADMINISTRACION ESTA INTEGRADA POR:

- ROBERTO SILES (PRESIDENTE)
- GENERO POLOMO (VICEPRESIDENTE)
- SILVESTRE SERAFIN TOSCANO (SECRETARIO)
- RICARDO BENITO SOSA (TESORERO)
- JOSE ELIAS RUIZ (VOCAL)
- FLORENCIO AGUERO (VOCAL)
- HIPOLITO REYES ARANDA (VOCAL)

9208867

. SAMUEL RAFAEL CASTAÑO (SINDICO TITULAR)

10ABR90: . EL MTP, ESTUVO DISTRIBUYENDO EN LA LOCALIDAD DE EL TALAR PANFLETOS QUE REZABAN AL "FRENTE AL HAMBRE, UNIDAD Y MOVILIZACION; Y PRESOS POLITICOS DE LA TABLADA".

- **PROVINCIA DE TUCUMAN**

ENE1989: . SUS MAXIMOS DIRIGENTES SON:

. ARTURO VIVANCO

. MERCEDES SERRANO DE YAÑEZ

. JULIO EDGAR YAÑEZ

. HEBERT NICOLAS YAÑEZ

. GRACIELA FILIPINNI YAÑEZ

. JOSE PATROCINIO LUNA

. SERGIO ABRIL

. FERNANDO ROVETTA

. ATILIO EUGENIO CASAGNARO

. JULIO PANTOJA

. HECTOR SANTIAGO MANFREDO

. JOSE LUIS ROTGER SANCHEZ

. RAUL ALBERTO QUIROGA

. JOSE ALBERTO SOSA

. DANIEL CARLOS MOYA

. FERNANDO VALDEZ

. ANA ANGELA FOTE

. MARIO EULOGIO RODRIGUEZ

. MANUEL ALBERTO GONZALEZ

. RICARDO BRAUSTEIN

17ABR89: . EL DIPUTADO NACIONAL DEL PARTIDO BANDERA BLANCA, EXEQUIEL AVILA GALLO REALIZO DECLARACIONES EN LA RADIO PROVINCIA DE CORRIENTES, DURANTE EL PROGRAMA "BUENAS TARDES PAIS", AFIRMANDO QUE LA REUNION ENTRE ELEMENTOS DE LOS GRUPOS SUBERSIVOS SENDERO LUMINOSO Y MTP, SE HABRIA LLEVADO A CABO EN UN HOTEL CENTRICO EN LA CAPITAL DE LA PROVINCIA DE TUCUMAN, DE LA CALLE LAPRIDA AL 400, Y POSTERIORMENTE SE REUNIERON EN MONTEAGUDO AL 300.

05JUN89: . SE ESTIMA QUE EL CENTRO DE ACTIVIDADES DEL MTP SE HABRIA LOCALIZADO EN LA LOCALIDAD DE FAMAILLA, QUE 15 AÑOS ATRAS FUE UNA IMPORTANTE ZONA DE OPERACIONES DEL ERP.

09JUN89: . EN RELACION A LAS VERSIONES PUBLICADAS EN EL DIARIO AMBITO FINANCIERO SOBRE LA PRESENCIA DE ELEMENTOS DEL MTP EN LA LOCALIDAD DE FAMAILLA, EL INTENDENTE LOCAL JULIO SALOMON SOSTUVO QUE SI BIEN NO ESTABA EN CONDICIONES DE DESMENTIR LA INFORMACION TAMPOCO LO ESTABA PARA RATIFICARLA.

ASIMISMO, NO PODIA DESCARTAR LA POSIBILIDAD DE QUE ELEMENTOS EXTREMISTAS INTENTEN INCURSIONAR POR LA ZONA, DADO QUE LA SITUACION SOCIOECONOMICA SE PRESTA PARA ELLO.

- **PROVINCIA DE CORDOBA**

ENE1989: . SU SEDE PARTIDARIA SE ENCUENTRA UBICADA EN LA CALLE RAMIREZ DE VELAZCO 975 (BARRIO SAN MARTIN), CUYO RESPONSABLE PRINCIPAL ES LUIS MIGUEL BARONETTO -QUIEN OCUPA LA CONDUCCION DE "CRISTIANOS POR LA LIBERACION" Y ES VOCAL DE LA ASOCIACION BANCARIA-.

EN LA MENCIONADA ENTIDAD DESARROLLAN SUS ACTIVIDADES LAS SIGUIENTES AGRUPACIONES:

. MOVIMIENTO TODOS POR LA PATRIA (LIDERADO POR ALEJANDRO FERREYRA ASTRADA)

- MOVIMIENTO CORDOBES (DE CARACTER VECINALISTA - CONDUCIDO POR ALEJANDRO FERREYRA ASTRADA Y SANTIAGO FERREYRA ASTRADA)
- REVISTA BARRIAL Y DEL MOVIMIENTO HOMONIMO (DIRECTAMENTE RELACIONADO CON LO ANTERIOR)
- MOVIMIENTO CRISTIANO POR LA LIBERACION (EDITA LA REVISTA "TIEMPO LATIAMERICANO")
- ACTIVIDADES ENCUBIERTAS DEL PRT (REALIZAN PROYECCIONES DE PELICULAS RELACIONADAS CON NICARAGUA Y CUBA, COMO ASI TAMBIEN CONFERENCIAS SOBRE EL TEMA)

EL MTP ORGANIZO EN NOV86 UN PARTIDO A NIVEL PROVINCIAL DENOMINADO "MOVIMIENTO CORDOBES".

LA JUNTA PROMOTORA DE ESTE PARTIDO ESTA FORMADA POR:

. SANTIAGO ALEJANDRO FERREYRA BELTRAN

. MARIA GABRIELA CASCONE

. ALBERTO OMAR ALMADA

. ANGEL ROMULO VAZQUEZ

. GUILLERMO FERRER

. CARLOS ARGUELLO

. JACINTA BURIJOVICH

. MARTIN SEYDELL

. ALICIA PEREZ

. OSVALDO BENJAMIN ANDRADE

. LUIS MIGUEL BARONETTO

. ALEJANDRO ENRIQUE FERREYRA

. ALICIA GRECO

. MIGUEL ANGEL CENTENO BONALDI

9208867

LA COMISION EJECUTIVA SE ENCUENTRA FORMADA POR:

- SANTIAGO ALEJANDRO FERREYRA BELTRAN
- LUIS MIGUEL BARONETTO
- ANGEL ROMULO VAZQUEZ
- ALBERTO OMAR ALMADA

LOS APODERADOS DE LA JUNTA SON LOS SIGUIENTES:

- ALEJANDRO ENRIQUE FERREYRA
- MARIO FRANCISCO NAVARRO
- HECTOR ANIBAL MARTINEZ

ASIMISMO, SE DESTACA QUE LA JUVENTUD BARRIAL DEL MTP EN EL AMBITO SINDICAL DESARROLLAN UN ACTIVISMO ENCUBIERTO A NIVEL DE ORGANIZACIONES DE BASES (COMISIONES INTERNAS Y SINDICATOS), CON GRAVITACION EN SECTORES INDUSTRIALES FABRILES EN LA PERIFERIA DE LA CIUDAD CAPITAL. LA QUE SE ENCUENTRA CONFORMADA DE LA SIGUIENTE MANERA:

- LILIAN BURIJOVICH
- MARCELO SANDOMIERSKY
- CESAR MAZZA
- EDURADO ORTOLANI
- ALBERTO LEDESMA
- ALICIA GRECO
- ALFREDO PINOTH
- JASCHELE BURIJOVICH
- MERCEDES FERREYRA
- LUCAS DUNEYEVICH

POR ULTIMO, SE HA PODIDO ESTABLECER QUE LA JUVENTUD UNIVERSITARIA DEL MTP ACTUA EN FORMA ENCUBIERTA EN EL AMBITO DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE CORDOBA, INSERTADA EN LOS MOVIMIENTOS Y CENTROS ESTUDIANTILES EXISTENTES.

3. VINCULACIONES CON OTRAS ORGANIZACIONES DE ULTRAIZQUIERDA DEL EXTERIOR

DISTINTOS DIRIGENTES DE PARTIDOS POLITICOS REALIZARON EN VARIAS OPORTUNIDADES, DIFERENTES VIAJES A CUBA Y NICARAGUA. PAISES DONDE FUERON RECIBIDOS, OCASIONALMENTE, POR INVITACIONES OFICIALES QUE SE LES HIZO LLEGAR A TRAVES DE LAS EMBAJADAS ASENTADAS EN NUESTRO PAIS.

A NICARAGUA FUE EL PAIS DONDE CON MAS FRECUENCIA VIAJARON, APROVECHANDO PARA TRAER VIDEOS Y MATERIAL IDEOLOGICO REFERIDO A LA SITUACION DE ESE PAIS.

A MEDIADOS DE 1988 DIRIGENTES DEL PARTIDO VERDE DE ALEMANIA, RECIBIERON EN ESE PAIS A ELEMENTOS DEL MTP Y LES BRINDARON EL APOYO ECONOMICO NECESARIO PARA INSTALAR UNA NUEVA IMPRENTA PARA SU ORGANO DE PRENSA.

BRASIL FUE OTRO PAIS QUE EL MTP UTILIZO FRECUENTEMENTE COMO PUNTO DE CONTACTO CON GORRIARAN MERLO; PAIS DONDE POSEIAN VINCULACIONES CON EL PARTIDO DE LOS TRABAJADORES. ESTA AGRUPACION BRASILEÑA CONJUNTAMENTE CON ORGANIZACIONES DE SOLIDARIDAD LE BRINDARON APOYO JURIDICO AL GUERRILLERO PROFUGO DEL MTP FERNANDO FALCO, QUIEN FUE DETENIDO EN ESE PAIS A PEDIDO DE LA JUSTICIA ARGENTINA Y NEGADA SU EXTRADICION POR EL GOBIERNO BRASILEÑO.

RESULTA IMPORTANTE ACOTAR QUE EN LOS ULTIMOS MESES DEL AÑO 88, CONSPICUOS DIRIGENTES DEL MTP (QUE LUEGO PARTICIPARON DEL HECHO DEL 23ENE89), VIAJARON CON CIERTA FRECUENCIA A BRASIL COMO ASI TAMBIEN A URUGUAY, COSTA RICA, PERU, Y ECUADOR.

POR ULTIMO, DIRIGENTES DEL MTP MANTUVIERON VINCULACIONES CON EL FRENTE PATRIOTICO MANUEL RODRIGUEZ (FPMR) DE CHILE, PARTIDO COMUNISTA DE CHILE, CHILE DEMOCRATICO, COMITE DE SOLIDARIDAD CON NICARAGUA, MOVIMIENTO OBRERO CAMPESINO ESTUDIANTIL POPULAR Y EL FRENTE SANDINISTA DE LIBERACION NACIONAL (FSLN) DE NICARAGUA.

9208869

ORIGINAL

1/2

MEMORANDUM No. 920496/REI - FECHA 23.09.92

ASUNTO : INFORMACION SINDICAL
REFERENCIA: 713-H-III
EVALUACION:
TEXTO:

CONTESTA EEI -15.09.92 - III CURSO FORMACION POLITICA PARA DIRIGENTES SINDICALES.-

Se ha tomado conocimiento que los asistentes a dicho Curso son:

BRASIL: 9 delegados, 3 por cada una de las Centrales sindicales brasileñas.-

ARGENTINA: 3 delegados, 2 ya se retiraron, quedando una NNF.-

PARAGUAY: 2 delegados, pertenecientes al comercio.-

CHILE: 5 delegados, uno por cada uno de los 5 sindicatos más importantes de ese país.-

URUGUAY: **HEBERT GARRIDO** (AEBU- Lista 98 - Bca Oficial)
NNM ANDRADA (AEBU)
DAISY TOHRNEE (FUM)
OSCAR LOPEZ (SUANP)
Estas personas se alternan en la asistencia.-

- Los profesores que dictan el curso son: un colombiano, una puertorriqueña un mejicano, un argentino y un peruano.-

- En el día de ayer, habría arribado a nuestro país LUIS ANDERSON, quien en horas de la mañana habría concurrido al Curso y en horas de la tarde tenía previsto entrevistarse con los dirigentes del PIT/CNT.-

- SE AMPLIARA -

FECHA 28.9.92 INICIAL (SM)

001 | CC2

DISTRIBUCION: ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

(j-f)

9208869

23/8/92
DPTO I
921034

La Policía realizaba anoche vastos procedimientos en busca de los otros implicados

Siete requeridos por los incidentes en Basáñez

Siete personas son buscadas por la Policía en relación a los incidentes registrados en las inmediaciones de la cancha de Basáñez, imputadas de efectuar disparos contra numerosos parciales. Como informamos, un ex deportista falleció al golpearse la cabeza tras ser arrollado por un caballo durante la acción policial de los funcionarios de la Guardia de Coraceros, mientras dos hombres y un menor de 16 años, sufrieron heridas de bala. Por este hecho, un sujeto *que poseía antecedentes penales* por rapiña fue procesado al igual que el oficial que comandaba a los efectivos encargados de la vigilancia en el mencionado recinto deportivo.

La Policía confirmó ayer que por lo menos siete hombres cuyas descripciones se poseen son buscados por los incidentes en la cancha de Basáñez. Estas personas, según testigos, estaban armadas y abrieron fuego contra la multitud durante los desórdenes ocurridos al finalizar el encuentro, fuera de los límites del escenario deportivo.

Incluso, se observó la presencia de dos autos, un Toyota Corolla azul, en el cual fugó uno de los agresores y un Chevette blanco, con otros cuatro individuos que disparaban a mansalva.

Como informamos, la Policía capturó en el lugar del hecho, a Angel Hugo Verón, soltero, de 42 años, a quien se le incautó un revólver calibre 32. El magistrado en lo Penal de 14o. Turno lo procesó con prisión por "un delito de lesiones personales especialmente agravado por el uso de arma de fuego y reiterados delitos de disparos intencionales con arma de fuego todos en reiteración real".

También como adelantamos ayer, un oficial subayudante encargado de los funcionarios de Coraceros fue procesado, pero *en este caso sin prisión*, por el delito de "homicidio culposo", debido a la muerte del ex jugador de fútbol Wellington Shubert Castro Pereira, de 51 años, quien falleció como consecuencia de un golpe en la cabeza, al ser arrollado por un caballo de los efectivos actuantes.

Dos heridos de bala fueron dados de alta, mientras que el menor Alcides Costa Jara, de 16 años, quien recibió un disparo en la cabeza, se encuentra internado en el Hospital de Clínicas, donde se repone de su herida, según se informó.

Siete buscados

Pero la cosa no terminó allí, porque si bien uno de los implicados fue procesado, de acuerdo a las declaraciones de testigos hay por lo menos otras siete personas que armadas con revólveres dispararon a mansalva contra la multitud.

Personal de la Seccional 15a. de la Dirección de Seguridad y del Departamento de Vigilancia de la Dirección de Investigaciones fueron comisionados para continuar las pesquisas en procura de ubicar a otras siete personas cuyas descripciones poseen las autoridades y que, como indicamos, fueron vistas abrir fuego a mansalva contra parciales.

En tal sentido, se llevaron a cabo ayer una serie de procedimientos, que permitieron a los investigadores adelantar en las pesquisas por lo que no sería de extrañar que en el curso de las próximas horas surgieran novedades de importancia en torno a este caso.

Se están chequeando también los autos similares a los que estuvieron en el lugar donde se registró el tiroteo y en los que escaparon los hombres armados. El jefe de Policía de Montevideo, inspector principal (r) Osvaldo Díaz, supervisa directamente los operativos.



OPERATIVOS *El jefe de Policía de Montevideo, Osvaldo Díaz (en el centro de la foto), supervisa directamente los procedimientos en procura de ubicar a otros siete involucrados en los incidentes en Basáñez.*



EN PRISION *Angel Hugo Verón, quien fue procesado por disparar contra la multitud con un revólver calibre 32, se encuentra ya en prisión. Poseía antecedentes penales por rapiña.*

RESERVADO

EJERCITO NACIONAL
C.G.E. E.M.E.
DEPARTAMENTO II (INT)
M O N T E V I D E O
190945 - SET - 1992.-

-PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No.416/B/BIO/992.

I.- EVALUACION: -Omitida.

II.- RESPONDE A: -PP.II. Nros.26, 27, 28 y 29/92 de la D.G.I.D.

III.- T E X T O : -Referente a los ciudadanos mencionados en los Pedidos de Referencia, se informa que no regis- antecedentes en éste.

IV.- DISTRIBUCION:

DGID Ejemplar No.01.
ARCHIVO Ejemplar No.02.

V.- ACCION TOMADA: -Confección del presénte Parte.

El Jefe del Departamento II(Int) del E.M.E.
Coronel
GILBERTO V. VAZQUEZ.

ED/ls

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO - DEPARTAMENTO DE INTELIGENCIA - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO 1
Fecha de Entrada 24 SET. 1992
Pasa a ANTECEDENTES
N°. de Orden 9208877

001 - 001

23/9/92
SDI
9208877

25/9/92 - Condicionado. Doc. hum. 5600.

RESERVADO

Alonso de Marco en Suprema Corte por unanimidad

LA ASAMBLEA GENERAL, por unanimidad, designó ayer como miembro de la Suprema Corte de Justicia al doctor Raúl Alonso de Marco, quien hoy presta juramento ante el máximo órgano del Poder Legislativo.

Legisladores de todos los partidos políticos se refirieron ayer en términos elogiosos a Alonso de Marco, destacando que sus cualidades como magistrado y convicciones democráticas (lo que determinó que en el período de facto no fuera nunca ascendido), justifican plenamente la designación.

Los senadores Carlos Cassina (PGP), José Korseniak (FA), Carlos Julio Pereyra (MNR), el diputado Mario Cantón (UCB), y finalmente el vicepresidente Gonzalo Aguirre (MRV), coincidieron en que Alonso de Marco "honrará" la función de ministro del Poder Judicial.

La Asamblea General se reunirá hoy en forma extraordinaria desde la hora 17 para tomarle el juramento al nuevo miembro de la Suprema Corte de Justicia. ■

EL OBSERVADOR 23/9/92.

001/001

1/3

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL — DEPARTAMENTO I

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Montevideo,24 de Setiembre de 1992

MEMORANDUM Nº 124/92

ASUNTO : MARY GLADYS MENESES DOS SANTOS

EVALUACION : B-2

TEXTO : -Por investigación realizada por éste Departamento se pudo establecer los siguientes datos filiatorios:

C.I. 2.591.469

C.C. TFD 11840

Lugar Nac. Tacuarembó el día 21/01/42

Hija de: Amaranto y Anacleta.

Profesión: Peinadora

Reg.Fot.- 4320 TAC.

Ultima Renovación: 15/01/90

Domicilio: Uruguay 124 (año 1980).

Hermana de: Danilo Valerio.

Motivo de la investigación

-Por datos aportados por una Agencia amiga se le supone vinculada a Sendero Luminoso.

-La mencionada conjuntamente con su esposo Jorge Romero (Nacionalidad Cubana),estarían brindando cobertura en documentación falsa a los integrantes de Sendero Luminoso.-

FECHA 12/10/92 INICIAL
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

EL JEFE DE CAMPO MILITAR

Omar Rodríguez

DPTO. 1 INTERIOR

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 29 SET 1992
Pase a BIOGRAFICO MILITAR
Nº. de Orden 9208880

001 - 003

2 3 9

Visita - Recluso

Nº 2579

HERMANA

Argentina



MENESES

1er Apellido

DOS SANTOS

2do Apellido

MARY GLADYS

Nombres

C.I. Nº 17411 [illegible] Nº

Fecha Nac. Lugar

Dom. Actual: Jujuy 1230 Dom. Anterior:

Teléfono: Profesión: PEINADORA

Lugar de Trabajo: Jujuy 1230

Nombre de la Esposa: F. Nac.

Profesión: Lugar de Trabajo:

Nombre del Padre:

Domicilio: Profesión:

Nombre de la Madre: Profesión:

Hijos: Nombre F. Nac. Nombre F. Nac.

Hermanos: Nombre F. Nac. Profesión:

002

9208880

FECHA 13/01/93 INICIAL [illegible]

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

Doc. Poco Legible

10.9.93 LL

4. También con respecto a integrantes de SL localizados en EUROPA y particularmente en ESPAÑA, contarian con la posibilidad de obtener documentación falsa y retribuir con su participación y/o ejecución, en acciones terroristas en el continente europeo.

5. "MARY" MENESE, de nacionalidad uruguaya, con UN (1) hijo tendría un hermano "tupamaro" que estuvo preso. Actualmente convive con un cubano conocido como JORGE ROMERO que toca el "Bongó". Nacieron en Paso del Toro.

Se solicitan datos identificatorios y con relación a lo expresado sobre "MARY".

FECHA 13/01/98 INICIAL (RE)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

DOC [illegible] LEGIBLE

ORIGINAL

9208881

920498 23.09.92

INFORMACION SINDICAL

"SERGIO"

000002

- Se adjunta Revista "VOZ" No. 6 , organo de AUTE.-

001/30

...general de Inteligencia de Defensa
DEPARTAMENTO I
...de Entrada 24 SET. 1992
Pase a ...
Nº. de Orden 9208881

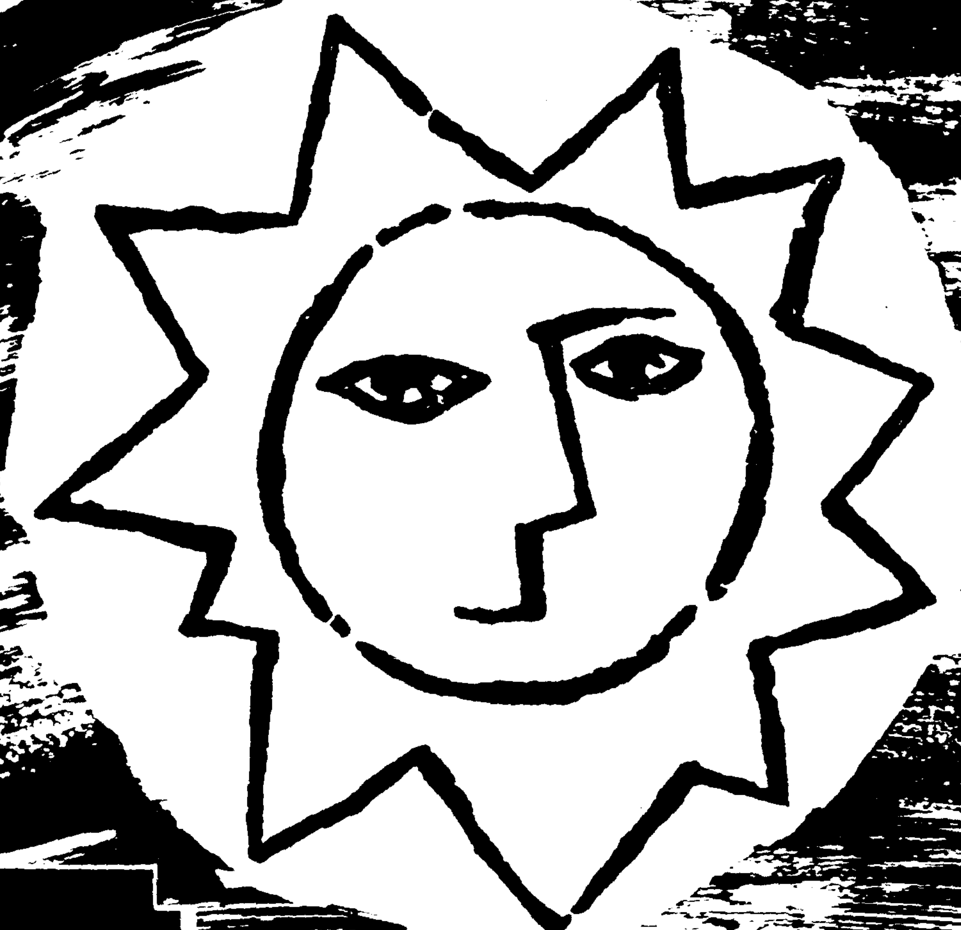
ORIGINAL : SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

j-f

002 -9208881

23992
DPTO I
921042

NUESTRA BANDERA



REVISTA

AÑO 5 · Nº 6
SEGUNDA EPOCA

ORGANO DE PRENSA DE AUTE
FILIAL PIT CNT

UNIDAD SOLIDARIDAD Y LUCHA

VOZ

PAPELETA
BLANCA

COMISION DE DEFENSA DEL PATRIMONIO NACIONAL
Y REFORMA DEL ESTADO

FINANZAS HACIA EL 1º DE OCTUBRE

Compromiso financiero que asumen los sindicatos y federaciones
Campaña por la derogación de la Ley de Empresas Públicas
Papeleta Blanca
Cuota parte de deuda generada al 05.07.92

Sindicato ....

Compañeros de la Dirección Sindical
Compañero Secretario de Finanzas

La Comisión especial designada por la última Mesa Representativa (Florida 25/10/92) en su primera reunión del lunes 31/08/92, tomó conocimiento que la cuota parte que el movimiento sindical debía hacerse cargo, relativa a la deuda generada por la Comisión pro-Referéndum, hasta el 05.07.92 era de 50.000 dólares. Cifra que se hace indispensable pagar ya, para poder iniciar la campaña de difusión y propaganda hacia el 01/10/992, campaña que tiene un considerable atraso.

Como forma de destrabar esta situación, **AUTE se autopropone para contraer un préstamo por dicha cantidad**.

Pensamos que lo menos que podemos hacer el resto de las organizaciones sindicales es asumir el compromiso de pagar una cantidad determinada, que garantice adecuadamente la deuda que ellos contraen y por la cual están dispuestos a hipotecar todos sus bienes y cobros de cotizaciones futuras.

Este compromiso debe estar firmado y avalado por las autoridades correspondientes de cada organización sindical y debe decir con total claridad cuándo y de qué forma se van a realizar los pagos.

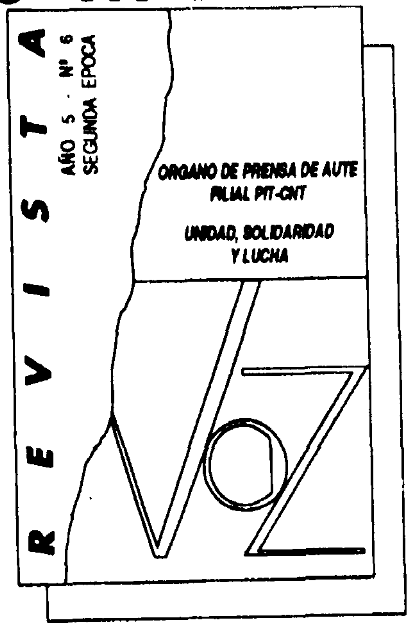
Por ello es que remitimos esta nota en duplicado. La primer copia contiene la propuesta que hace esta comisión, en cuanto a lo que pensamos debe ser el aporte de ese sindicato para esta situación (reintegro de los U$S 50.000 a AUTE para pagar deudas anteriores).

La segunda en donde el sindicato establece y firma su compromiso. Esta vía debe ser remitida en el correr de la semana que viene a la Secretaría de Finanzas del PIT-CNT. La Secretaría de Finanzas dará a conocer no más allá del 15 de setiembre la lista de sindicatos que realizaron su compromiso.

Por la Comisión Especial

Ruben Villaverde
Secretario de Finanzas del PIT-CNT

SUMARIO



Composición y armado Emus
Tel. 92 43 94

Impreso en los Talleres Gráficos del diario "LA REPUBLICA" - REG S.A.
(Garibaldi 2579) Tel.: 47 36 65 Dep. Legal 252.166

EL ADIOS A CASANOVA

JUAN PANIZZI - AUTE

Recientemente falleció el compañero Casanova, conocido dirigente de los compañeros de SUTEL, que tuvo una destacada actuación en AUTE, cuando Usinas y Teléfonos integrábamos una sola organización gremial.

De esa época, recordamos a quien siendo un muy joven trabajador telefónico, integró la Mesa Directiva de AUTE y su Colegio de Delegados y tuvo una participación importantísima en el engrandecimiento y prestigio de nuestro Sindicato en la defensa del salario y el respeto a la carrera funcional de cada uno, a través del Presupuesto Clasificado y Ordenado por Categorías; del mejoramiento de las condiciones de trabajo a través de las Filiales del Interior del País y las Comisiones de Sección en Montevideo; tuvo una lucha constante por la Unidad de los Trabajadores, participando activamente en la Mesa Sindical Coordinadora y en la CNT.

Estas posiciones de vanguardia le valieron el ser destituido y perseguido por la dictadura y tuvo que abandonar el país. Vuelta la vigencia constitucional fue reintegrado a su cargo —ahora en ANTEL— e inmediatamente con su voluntad, su inteligencia, su persistencia, su sentido clasista de organización, se integró en SUTEL junto a sus compañeros con el frescor y la sonrisa de



siempre, mostrando en todo momento su perfil de dirigente y conductor de masas.

Hoy la vida nos priva de su presencia física; pero queda su obra, sus enseñanzas y su voluntad de lucha. Queremos hacer llegar con estas líneas, nuestro pésame a su compañera y familiares, seguros que éste es el sentir de los trabajadores de UTE y ANTEL integrados en AUTE y SUTEL.

Hoy no tenemos a Casanova con nosotros; pero allí donde hay un trabajador que sufra, que luche o que se organice, allí siempre estarás, compañero Casanova.

HASTA SIEMPRE, ROBERTO

El 15 de agosto pasado se nos fue el compañero Roberto Casanova. Hacía tiempo que peleaba contra una cruel enfermedad y enterarnos de su desaparición nos golpeó y muy fuerte. En un segundo nos pasó por la cabeza las imágenes inolvidables de Roberto defendiendo a capa y espada sus ideas, sus convicciones y sus principios, ya fuera en las asambleas, los congresos o en cualquier lugar en que él estuviera y se armara la discusión.

Con Roberto se nos fue una gran parte de la historia de SUTEL, desde su vuelta al Uruguay y hasta hoy se abocó, junto con otros cros. a la construcción de un nuevo sindicato, que recogiera las mejores tradiciones clasistas de la vieja AUTE y la FNT. Un sindicato representativo de la gran mayoría de los trabajadores de ANTEL, que en la etapa democrática que se abría en el país, fuera capaz de unir las diferentes corrientes de opinión para elevar la conciencia de los trabajadores y sus condiciones de vida.

Con Roberto se nos fueron más de 30 años de militancia y compromiso con la causa de los trabajadores y el pueblo. Treinta años en los cuales el país y él vivieron épocas difíciles, de lucha, de represión, de cárcel, de tortura, de exilio, de dictadura feroz que se ensañó con quienes la enfrentaron y combatieron. También se nos fue el amigo, el padre, el esposo, el trabajador, el militante de todas las horas, el compañero apasionado que defendía con fuerza sus convicciones y peleaba por ellas, dando paso luego a su calidez.

De él se podía esperar el combatiente franco de sus ideales, persistente, abnegado, desinteresado y sacrificado que debatía sobre las ideas y no atacaba a quien las sostenía. Se podía no estar de acuerdo con él, discrepar profundamente, pero lo que nunca se podrá decir es que Roberto no peleó durante toda su vida en defensa de los trabajadores. Y aún lo podemos recordar interviniendo en la última Asamblea General trasmitiendo un mensaje de redoblar esfuerzos, de no abandonar nunca la lucha y más tarde en el tiempo concurriendo a votar por la papeleta blanca.

Se nos fue un cro. imprescindible de los que nombraba Bertold Bretch y las banderas de SUTEL, el Movimiento Sindical y nuestros corazones están a media asta. Hoy Roberto Casanova no está, pero los que estuvimos con él, coincidiendo en su modelo de vida, creemos que la mejor forma de recordarlo es redoblar nuestro esfuerzo y compromiso de luchar todos los días por una sociedad más libre, justa y soberana, en donde no exista la explotación del hombre por el hombre y donde la solidaridad y la fraternidad sean lo corriente.

Gustavo Iguini
SUTEL

EDITORIAL

"OTRA VEZ SE LE DA LA ESPALDA AL TRABAJADOR"

Los uruguayos vivimos momentos de tensión social y política, generadas básicamente por las condiciones de extrema dureza que el FMI acordó con el gobierno del Dr. Lacalle. Un rápido vistazo a los conflictos más agudos permite comprobar la afirmación antes mencionada.

La discusión del Parlamento en torno a la Rendición de Cuentas y los salarios públicos dejó en claro la debilidad del Gobierno para sostener, con argumentos válidos y creíbles para la inmensa mayoría de la población, su política económica. En la discusión parlamentaria sobre estos trascendentes temas, el gobierno tuvo serias dificultades.

Por un lado la Cámara de Diputados aprobó (con los votos contrarios de los sectores que integran el gabinete), una serie de mejoras presupuestales para los Ministerios y para salarios de los sectores más sumergidos de la Administración Central, Enseñanza, policías y militares. A esta situación que no estaba ajustada a las cláusulas del acuerdo realizado con el FMI se le sumaba la inminente interpelación al Dr. Ignacio de Posadas y al Dr. Alvaro Carbone por la política salarial.

En el mes de mayo, el Senado de la República aprobó una resolución que desaprobaba la política salarial y citó a los ministros a la Comisión de Hacienda para elaborar una propuesta alternativa. En esa oportunidad el gobierno había dispuesto un aumento de N$ 35.000 para la Administración Central y N$ 25.000 para los Entes y había anunciado un 7% para setiembre. Votaron contra la política salarial los senadores del F.A., del Nuevo Espacio, del Foro, La Cruzada 94 y el MNR.

Estos mismos sectores intentaron modificar la política salarial y propusieron al ministro dos bases para modificarla.

1) En el sector privado, que el Gobierno homologara los acuerdos a los que llegaron los empresarios con los sindicatos, obligando así a todos los empresarios de una misma rama a cumplir con lo acordado.
2) En el sector público, mantener el poder adquisitivo durante el año 92, es decir, solicitar que no se deterioren más los salarios públicos. Esto suponía un aumento del orden del 20% en setiembre.

Los ministros se negaron a aceptar dichas proposiciones y todo hacía prever una censura al ministro de Economía.

Sin embargo, el senador Carlos Julio Pereyra, a nombre del Movimiento de Rocha, hizo imposible la censura. Sin que el gobierno no modificara en absoluto su pauta salarial, el MNR le dio la espalda a los trabajadores acordando junto al Sr. Lacalle y su gabinete cumplir tal cual estaba acordado con el FMI.

Cualquiera puede entender que el aumento salarial fijado del 10% para la Administración Central y el 5% para los Entes es en esencia la misma cifra por la cual el propio senador Pereyra en mayo, votó en contra.

Una vez más, como en el ajuste fiscal, la Seguridad Social, la venta de los Entes del Estado y todos los temas centrales de la política económica, el MNR votó junto al gobierno a pesar de manifestar (sólo de palabra) que estaba en desacuerdo.

En este marco complejo, de idas y vueltas, negociaciones políticas o mejor dicho politiqueras, se mueve el país. No puede esperarse por lo tanto que los trabajadores acepten calladamente esta situación.

CONGRESO NACIONAL DE DELEGADOS 1992 - 1993

INTERIOR

Artigas Narciso TOMAS, Ricardo BAPTISTA y Samuel COHELO
Pablo VEGA, Enrique GONZALEZ y Miguel LASCANO

B. Unión Heber OLIVERA, José NOSTRANI y Carlos Carballo

Salto Santiago BIDART, Ivan BENTANCOR y STEFFANO OTAZU
Ruben MARQUEZ, Washington SALDAMANDO y Carlos OXLEY

Paysandú Juan GONZALEZ, Alejandro ACERBI y Pablo ROMERO
Raúl GUEDES, Ruben CAPDEVILA y Juan J. SUELDO

Fray Bentos José FERREIRA, Ruben MILESI y Mario GEZN

Young Enrique PEREZ, Nelson REY y José RODRIGUEZ

Mercedes Cristina CASELLA, Raúl PEREZ y maría GONZALEZ

Dolores Leonel LESTRADE, Araceli MOLLER y Dardo UBIRIA

Cardona Homero HUARTAMENDIA, Ruben SILVA y Wilder HERNANDEZ

Colonia Otto CARABALLO, Pedro NUSSPAUMER y Richard DIAZ

Carmelo Edgardo GUERRERO, Pedro HELGUERA y Mario DOMINGUEZ

Rosario Walter DAVILA, Oscar MUÑIZ y Américo DAVILA

San José Alejandro CARACIOLO, Daniel LAMENSA y Carlos RODRIGUEZ
Pablo GONZALEZ, Juan LOPEZ y Nelson SAAVEDRA

R/Bolsa Wilmer PEREZ, Elías CARABALLO y Carlos LUZARDO

Trinidad Washington FALERO, Antonio MOREIRA y Juan RODRIGUEZ

Durazno Carlos GOYEN, Santiago ENCISO y Luis LEMBO
Roberto OLVEIRA, Julio PIRIZ y Julio SUAREZ

Florida Sergio DALTON, Miguel LARROC y Elsa PEREZ
Nerys POSSAMAY, Julio PIRIZ y Atahualpa GONZALEZ

Canelones Oscar PEREZ, Gregorio BLANCO y Osvaldo PAGANO

Las Piedras Juan CARAMBULA, Walter CABRERA y Pedro NUÑEZ

Pando Federico GARCIA, Darwin CAMACHO y Ipe TECHERA

Salinas Julián TORRES, Leonel REGUEIRA y Walter ROMERO

Tala Bernardino BACIGALUPI, Nelson DELGADO y Jorge CABARA

S.J. de C. Cipriano ALVEZ, Jorge IGUINI y Verónica LAGUARDA

Minas Héctor MARTINEZ, Olegario MACHADO y Gerardo MOLINE

J. B. y O. Jesús SOSA, Jorge SILVERA y Silvio FLEITAS

Maldonado Hugo PAEZ, Arturo VELAZQUEZ y Sergio FERNANDEZ
Luis SILVA, Luis AVALLE y Roberto [illegible]GEL
Carlos TRILLES, Richard MOREIRA y Ada RODRIGUEZ

Rocha Ignacio NIEVA, Julio CABRAL y Carlos BENTANUR

Chuy-Cast. Arturo PERALTA, Luis SARALEGUI y Noel SILVERA

Lazcano Angel RODRIGUEZ, Luis ELIZONDO y Julio TABEIRA

Treinta y Tres Carlos LA BANCA, Walter BASELO y José PAN
Rolando MOREIRA, Mario JAVIER y Fernando CUELLO
E. VILLANUEVA, Wilson ROCHA y G. MARTINEZ

Río Branco Roberto PERDOMO, William ROLDAN y Daniel MORENO

Rivera Julio GARCIA, Michael BARRIOS y Ricardo PIMENTEL
Artigas HEREDIA, Roberto FONTES y Milton MOSEGUI

Tacuarembó Alfredo NOBLE, Daniel CABRER y Enrique NIEVES

S. Gregorio Sonia SILVA, Eduardo RIENZO y DANIEL SILVA

R. Bonete Waldemar GARCIA, Bernardo MERILES y Luis MEYLES
José GONZALEZ, Víctor GONZALEZ y Washington ACOSTA
Luis LABREA, Washington ALLENDE y Carlos VALDEZ
Juan MULLER, Dionisio ELGART y Marino MARQUEZ
José NOBLE, Héctor MONTENEGRO y Walter AMARAL

R. Baygorria Eduardo BERRIEL, Carlos ESCALADA y Ricardo ALONSO
Jorge ORTIZ, Alberto SEGREDO y Walter PELAYO

R. Palmar Darío JUNCAL, Reynaldo FERRAO y Eduardo HAURAT
Jesús RODRIGUEZ, Ariel MAGALLANES y Elbio PADIN

MONTEVIDEO

Reducto Juan PELEGRINETTI, César NOVAS y Alberto PERDOMO
Rómulo QUINTA, Tomás MENTASTE y Andrés TROTEIRO
Gerardo REY, Antonio CARLOMAGNO y Gustavo BREA
Esteban TOTH, Ricardo FALCO y Javier CAMACHO
Washington VILLAGRAN, Jorge CARBALLO y Leonel SUAREZ

Subesta. 97 Gustavo PICARDO, Martín MOLINA y Mario MENDEZ

Operad. de Red Carlos CURBELO, Teodosio CALABUIG y Julio PORFILIO
W. DINI, José IGLESIAS y Carlos MENDEZ
Jorge MENDEZ, Darío GONZALEZ y Julio PEREIRA
Carlos RAVECHI, Huber ARBILDI y Roberto BENTANCOR

Subesta. 136 José LOPEZ, Danilo ESTRADE y Ernesto ANDRADE

Subesta. 142 José OLIVERA, Windsor MARQUEZ y Dionisio SERBY

Subesta. 168 Juan GARCIA, José CURBELO y Adrián PIMIENTA

Mediciones Daniel FIGUEROA, Carlos BELVER y Vicente DE LUCA

Trasmisión Daniel ALONSO, Ramón LOPEZ y Miguel VIERA
Héber ALONSO, J. HIRIGOYEN y José CUATROCHI
Clario BENTABERRY, W. MARTINEZ y W. GALZERANO

Laboratorio Ruben LUACES, Daniel Gómez y Hugo LEZCANO

F. Columnas Walter MARTINEZ, César JUAREZ y Angel OLIVERA
Wilton ROSS, Luis ALVAREZ y M. ECHEVESTE

Arquitectura José CABRERA, A. MARINO y Mario CARRO
Luis MUÑOZ, Mario GONZALEZ y Benigno SOSA

Personalizada G. UMPIERREZ, F. VITTORINO y C. SENCION

Dist. de Fact. Leonardo MON, Néstor PEREIRA y J. SERRON

Cobranzas Jorge BIANCO, C. LAHOURGUETE y Luis DIAZ
R. ESQUERRE, V. MEZANZA y C. LASSERRE
C. CRUZ, D. RODRIGUEZ y A. POLA

Intendencia Daniel PRATS, Emilio RISSO y Daniel ACOSTA

Tercer Piso R. RODRIGUEZ, M. BAZZI y A. CORREA
G. TARRADAS, I. DE LA TORRE y A. HERNANDEZ

Cuarto Piso R. GARCIA, O. ALEM y M. VARELA

Sobrestantes C. RISSO, Alberto LOPEZ y R. DEL BONO

Transporte R. BENINCASA, L. MAZZONI y Juan SUAREZ
Luis DIAZ, Juan BACHIN y Alvaro GIOVANOLA
Humberto FRANQUEZ, Omar QUINTANA y Julio SPINETTI
R. SILVERA, Carlos SALVADOR y R. COSSATTI
Daniel SUAREZ, Oscar VIERA y Hugo RIZZO

S. y Vigil. Claudio FONTES, Martín DIAZ y R. RODRIGUEZ
Leonel MAGA, Carlos MERILES y J. RODRIGUEZ

D.N.C. Julio VERA, Andrés ARAMENDI y Glauco ROVIRA

C.C.T.T. José CARPELINO, J. MIRABALLES y C. MARTINEZ
J. CHAVEZ, E. BARREIRO y J. BORBA
E. FERREIRA, O. PEDREITA y E. SOSA
G. GARCIA, H. MARTINEZ y L. GONZALEZ
B. OLIVERA, G. CANO y O. SOSA
V. PONCE, J. MEDEROS y E. RODRIGUEZ
A. VILCHE, J. SEGREDO y J. ARCE

Prov. pred. F. CASTILLO, Juan OLAVE y V. CABRERA
C. D'HALEWYN, M. MUJTARIAN y E. BOCCARDO

T. Consumo Omar VIERA, R. GARCIA y C. SENANDEZ

Quinto Piso Salvador ALLIA, R. JIMENEZ y S. CURBELO
G. PORTILLO, N. ARBURUA y B. LAZO

Sexto Piso F. PIMIENTA, J. STOVICH y D. SCATTONE

Spto. P. ABA S. BONFIGLIO, L. MILANO y L. TRIAS

Lugares donde no presentaron alguna terna o ninguna

INTERIOR

Flores	no presentó	1 terna
Canelones (departamento)	no presentó	2 ternas
Maldonado (departamento)	no presentó	1 terna
Melo	no presentó	1 terna
P. de Vacaciones (Minas)	no presentó	5 ternas

MONTEVIDEO

Trasmisión	no presentó	1 terna	Secretaría	no presentó	2 terna
Intendencia	no presentó	1 terna	Telegestiones	no presentó	1 terna
Cuarto Piso	no presentó	1 terna	R.R.H.H.	no presentó	3 terna
Quinto Piso	no presentó	1 terna	P M G	no presentó	2 terna
Sexto Piso	no presentó	2 terna	Parque		
Séptimo Piso ABA	no presentó	1 terna	de Vacaciones	no presentó	1 terna

MESA DIRECTIVA

Gerardo Rey	Presidente
Julio García	Vice
Juan Carlos García	Secretario
Carlos Ariel Curbelo	Prosecretario
Humberto Franquez	Tesorero
Julio Vera	Protesorero
Celia Ruiz	Bibliotecaria
Wilmer Pérez	Vocal
Francisco Castillo	Vocal
José Carpelino	Vocal
Darío Juncal	Vocal

COOPERATIVAS

Sr. Ministro de Vivienda, Extensión Territorial y Medio Ambiente
Don José María Mieres Muró,
Presente.

De nuestra mayor consideración:

Quienes suscriben integrantes de la comisión de viviendas de AUTE (Agrupación UTE), nos dirigimos a Ud. para informar lo que esta comisión está realizando.

Nuestro sindicato hace aproximadamente tres años, ha estado trabajando en lo que es la formación de cooperativas de vivienda, tal es así que hoy tenemos 18 cooperativas en todo el país: Canelones; Durazno - Baygorria; Paysandú; Maldonado; Palmar; Carmelo; Dolores; San José; Pando; Salto; Minas; Paso de los Toros; Las Piedras; Tacuarembó y 3 cooperativas en Mdeo., además de estar asesorando a distintos compañeros en otros puntos del país para una futura formación de cooperativa.

La formación de coop. de vivienda fue una idea propuesta por la Mesa Directiva del sindicato teniendo este trabajo un apoyo también del Directorio de UTE.

Primeramente se logró que el Directorio de UTE propusiera vender terrenos a las coop. por el valor de una cédula catastral, terrenos que por trámites administrativos todavía no han sido entregados.

Debido a que los trámites en el BHU para la construcción de viviendas llevan un largo proceso, también debido a que nuestros ingresos en el momento del llenado de la ficha socio-económica no nos permite llegar a las necesidades habitacionales es que nos hemos volcado hacia la construcción de viviendas de madera. ¿Por qué esto?

Debido a contactos realizados ante el ICE (Instituto Construcción Edificios) dependiente de la Facultad de Arquitectura y de la Universidad de la República, nos pudimos informar sobre la viabilidad de la construcción de cabañas pre-fabricadas.

Este instituto firmó un convenio con la Intendencia de Paysandú y otro con la Intendencia de Mdeo., para la construcción de viviendas de madera y nosotros solicitamos a UTE para que también firmara un convenio con el ICE.

¿Para qué este convenio?

UTE cuenta en la Represa de Rincón del Bonete y en San Gregorio de Polanco con una reserva forestal muy grande.

Las maderas (pinos) que el ICE utiliza se pueden encontrar en estas reservas.

En este convenio el ICE suministraría a nuestras coop. los proyectos y la dirección correspondiente de las obras y la mano de obra sería aportada por carpinteros de la parte forestal de UTE y por los propios cooperativistas.

Resumiendo: las coop. de AUTE estarían con los terrenos y las maderas para la construcción de las cabañas, contando también con la carpintería de Rincón del Bonete, maquinaria impregnadora a presión (la mejor de Sudamérica) y hornos de secado de madera, junto con el proyecto del ICE hacen que estemos con la posibilidad de poder construir cabañas pre-fabricadas en serie con un bajo costo, con las condiciones internas de confort y de duración que una casa de construcción tradicional.

La UTE según la ley 13.728 es promotor de vivienda.

El Directorio de UTE no quiere sobrepasar sobre las funciones del Ministerio pero ellos están en condiciones de brindarnos toda la colaboración que esté a su alcance.

Después de explicado nuestro trabajo lo que solicitamos al Sr. Ministro es que si él lo cree conveniente le de al Directorio de UTE las facultades correspondientes para que ellos nos den el apoyo que ya se han comprometido a dar mediante un acta de entendimiento firmada entre UTE y AUTE.

Resaltamos nuevamente que lo que pedimos al Sr. Ministro es que le dé al Directorio de UTE el visto bueno y toda su aprobación para que el Directorio brinde toda la cooperación para la construcción de las cabañas pre-fabricadas.

También solicitamos al Sr. Ministro que las personerías jurídicas que están trancadas en el ministerio si se le puede encontrar alguna solución.

Además esto que hoy nosotros realizamos, esperamos que sirva como base para la construcción de vivienda de madera en el Uruguay y el proyecto que estamos estudiando una vez con la obra finalizada sirva como antecedente al Ministerio para un futuro.

En caso que el Sr. Ministro crea esto viable se puede comunicar con el Sr. Alberto Volonté presidente de UTE y/o con el Sr. Renán Perazza vicepresidente.

Después de haberle reseñado al Sr. Ministro nuestro trabajo y nuestro proyecto junto con nuestra solicitud, esperando su respuesta favorable, saludan a Ud. muy atte.

Por AUTE

Julio Vera Edgardo Guerrero
Darío Marenales

MODELO DEL INTERIOR

Entendemos importante informar al conjunto del gremio sobre este proceso iniciado a partir de la firma del Convenio de febrero de 1991.

A través de esta nota pretendemos clarificar sobre dos aspectos puntuales de la Reestructura, a cuenta de un mayor detalle con datos y reflexiones que nos merece esta actividad que encaró AUTE. Es necesario que todos analicemos lo hecho para sacar conclusiones, sobre cómo encaramos la discusión y el trabajo y qué enseñanzas nos puede dejar para el futuro.

Por intermedio de este informe queremos tratar de aclarar mínimamente el trabajo que se está realizando en la correlación de puestos en el Interior, y de esa forma disipar algunas dudas de preacuerdos con la Gerencia de División, sobre modelos al modelo, creación de puestos nuevos y valoraciones.

1) Se está culminando la etapa de correlación, esto significa concretar el trabajo realizado en las giras con los compañeros y las reuniones hechas con los gerentes. Este trabajo es el de asignar a los funcionarios de acuerdo a su cargo actual y su puesto de trabajo al cargo nuevo que propone la correlación.
2) Concluido este trabajo se empezarán a realizar los concursos y las pruebas de suficiencia en los casos que corresponda, donde debemos asegurar un representante de los participantes en el tribunal y uno de AUTE para garantizar el normal desarrollo de las pruebas y concursos.
3) Luego de implantar la primer gerencia en el interior, la fecha de su implantación servirá de base para el cobro retroactivo de los compañeros de las otras gerencias.
4) Decíamos que ya había algunos preacuerdos, que debemos mantenernos alertas para que se concreten, por ejemplo:

Valoración:
realizar modificaciones hechas en otros áreas como lo son los jefes de Equipo y los operarios de Distribución del Interior, con los puestos correspondientes de Distribución de Montevideo. Revalorar el puesto de Encargado Comercial y del Encargado Técnico, teniendo en cuenta que fueron mal valorados. Quizás se nos escape algún caso, pero esto sirve a modo de ejemplo en el tema valoración, para que se entienda cómo se está discutiendo con la Gerencia.

Puestos Nuevos:
esto también hemos llegado a preacuerdos sobre algunos casos como lo son: los supervisores del Centro de Lectura; los auxiliares Técnicos de los Centros Técnicos; los puestos que no se previeron en los Distritos. En otros casos, donde se han eliminado puestos como lo son Supervisores de las Oficinas Comerciales de los Centro de Atención, también hemos realizado propuestas, a modo de ejemplo: hay voluntad de resolver los dos puestos de los Centros de Atención.
En el tema de los supervisores, hemos planteado la propuesta de que debido al previsible corrimiento al grado 9 del Encargado Comercial, los Supervisores sean incluidos en el modelo intermedio del Encargado y el Agente Comercial, con una descripción de tareas específicas que hoy las siguen realizando.

Todo esto que planteamos son preacuerdos entre AUTE y la Gerencia de División del Interior, por eso entendemos que hay que mantenerse alertas para que esos preacuerdos se concreten a breve plazo.

Creemos que AUTE está por buen camino resolviendo problemas y dando propuestas de solución.

Con este informe, tratamos de saldar las dudas y tirar por tierra todos los rumores que tratan de desvirtuar todo el trabajo, por eso decimos nuevamente que no nos hagamos eco de las manijas y consultemos al **delegado** correspondiente ante la duda.

Después de meses de análisis y discusión, AUTE definió que se debía firmar la Correlación de Puestos, pero con la condición de que nuestras opiniones críticas sobre el Modelo y la Valoración pudieran ser volcadas y discutidas con la Gerencia de División. En ese sentido transcribimos una acta referida, que pensamos contempla las aspiraciones del sindicato en relación a esos dos temas.

Acta

Montevideo, 22 de julio de 1992

En esta fecha se reúnen los Sres. Darío Gómez y Héctor Martínez por AUTE y el Ing. Carlos Zilli por Distribución y Comercial del Interior, con el objeto de suscribir este documento que expresa las voluntades de las partes en aspectos del proceso de implantación de los nuevos modelos organizativos que se está llevando a cabo, acordando:

1) A las partes se comprometen a culminar el proceso de implantación de la nueva estructura organizativa de la Gerencia a la mayor brevedad cumpliendo todas las instancias que correspondan: realizar las asignaciones y adscripciones cuando corresponda, y las pruebas de suficiencia o concursos en los casos que así se haya convenido en la correlación de puestos aprobada por ambas partes.

2) Cumplida la etapa anterior se procederá a realizar un análisis de la nueva estructura organizativa implantada y la valoración de los puestos de trabajo, proponiéndose aquellas modificaciones que se entiendan necesarias o convenientes para un mejor funcionamiento de la Gerencia, atento a modificaciones hechas en otras áreas.

Este acuerdo habilitó a que se procediera a la implantación del actual modelo teniendo como referencia la Correlación de Puestos. Este proceso implica la ubicación de cada compañero en la nueva organización, la regularización de su nivel retributivo y presupuestal (esto significó contemplar infinidad de situaciones de hecho), y clarificar sobre las vacantes (que se llenan por Concurso) en cada Gerencia de Sector del Interior. En este trabajo participaron los delegados de cada lugar, compañeros de la M.D. y de la Comisión de Reestructura y la línea jerárquica correspondiente. Destacamos que en la Gerencia Norte y la Gerencia Centro participaron también cientos de compañeros a través de asambleas y reuniones en cada lugar de trabajo. Creemos que esta experiencia debe ser enriquecida con la información que puedan brindar los compañeros responsables de cada Gerencia.

También informamos a los compañeros que el trabajo de implantación en cada Gerencia del Interior culmina con un documento donde queda establecido a qué cargo accede cada compañero, qué Pruebas de Suficiencia se deben dar, etc., que es firmado por los delegados y las jerarquías respectivas, y es entregado a RR.HH. para su procesamiento, luego del cual salen las respectivas resoluciones del Directorio para que se regularice la situación retributiva y presupuestal.

Hasta ahora se han entregado la Gerencia Norte y Oeste quedando la Centro y Este que se terminarán en la primera semana de setiembre.

La otra información que queremos brindar en esta instancia, es parcial, y tiene que ver con el avance en la discusión y firma de las Correlaciones de Puestos. Cantidad de Correlaciones firmadas, 34

Esta cantidad abarca a aproximadamente **7150** compañeros. Quedan aún por discutir y firmar unas 13 correlaciones que abarcan a aproximadamente **3.100** compañeros. El siguiente es un resumen general:

RESUMEN GENERAL

CANT. CORREL. FIRMADAS POR AREA		CANT. TRABAJ.
Area Explot. Industrial	16	1.150
Area Explot. Industrial (faltan)	6	1.230
Total		**2.400**
Area Dist. y Comercial	10	5.400
Area D y C (faltan)	5	700
Total		**6.100**
Area Recursos	8	600
Area Recursos (faltan)	2	1150
Total		**1.750**
TOTAL CORRELACIONES FIRMADAS		
D y C + Exp. Ind. + Recursos	34	7.150
D y C + Exp. Ind. + Recursos (faltan)	13	3.080
Total	**47**	**10.230**



PLATAFORMA DE AUTE

En el CND resolvimos discutir en todo el gremio las bases de nuestra plataforma reivindicativa.

Contábamos para ello con el trabajo realizado algunos meses atrás y fue publicado en la última edición de la revista "Voz" y en un folleto a color denominado AUTE'92.

Esos criterios generales expuestos en el mencionado material necesitan del aporte de ideas más concretas para presentar ante el Directorio de UTE.

Existe el compromiso firmado de establecer un Convenio Colectivo entre AUTE y UTE y en ese sentido debemos profundizar nuestros análisis y nuestras propuestas.

A continuación intentaremos explicar algunas ideas para facilitar la discusión en todo el gremio y poder resolver nuestras propuestas lo más rápido posible y con la participación de todos.

Salario

La base mínima de cualquier planteo salarial es exigir que no se deteriore aún más nuestro nivel de vida, es decir, que el **poder de compra de nuestro salario por lo menos se mantenga.** Esto debe ser válido en cualquier circunstancia y es posible garantizar este concepto en UTE debido a la relativa poca incidencia que tienen los salarios de los trabajadores de UTE en el presupuesto (aproximadamente 20% en el año 1991).

El otro contenido de nuestra propuesta es reclamar a UTE que **compartamos las ganancias.** Los jerarcas de UTE han señalado en reiteradas oportunidades la mejor eficiencia de la empresa y el papel significativo que han jugado los trabajadores a través de la capacitación y el mayor empeño que pusimos en nuestras tareas.

Cuando hablamos de **productividad** haremos referencia a las ganancias elevadas que tiene UTE y que reclamos tener parte de la misma.

Nuestro planteo en ese sentido tiene un carácter nacional, lo hacemos pensando en todo el país y no solo en nuestros legítimos reclamos como trabajadores. Proponemos dividir 2 aspectos en las ganancias de UTE:

* la generación de energía para Uruguay
* La generación de energía para Argentina

El crecimiento económico de UTE es constante desde hace varios años y es todo un record el crecimiento de este año.

* Proponemos que del incremento en las ventas al mercado interno se repartan las ganancias de la siguiente forma:

1/3 para mejorar los salarios
1/3 para bajar la tarifa
1/3 para nuevas inversiones

En el caso de la venta a la República Argentina no lo creemos conveniente incluir en los cálculos de productividad ya que la venta de energía a Argentina depende de las necesidades que nuestros vecinos tengan y no son constantes.

A modo de ejemplo señalamos que la venta efectuada durante el presente año es muy superior a la de cualquier año y que nada garantiza que siga incrementándose o manteniéndose. Es lógico por lo tanto tomar esa venta como algo excepcional y plantear en consecuencia un pago excepcional cuando dichas ventas suceden.

Proponemos repartir en partes iguales entre todos los trabajadores el 20% de lo facturado a Argentina.

Carrera Funcional

Escala Retributiva:

La actual escala retributiva presenta una serie de inconvenientes como ser:

* Los aumentos entre los grados más altos son porcentualmente mayores a los aumentos entre los grados inferiores. Por ejemplo: la diferencia entre el grado 13 (nivel 5) y el grado 14 (nivel 6) es de un 12,5%; en cambio la diferencia entre el grado 3 (gerente de División) y el grado 2 (gerente de área) la diferencia es del 40%.

Proponemos una escala con igual proporción entre grado y grado. Eso supone que reconozcamos que pasar de oficial de 1era. a capataz requiere el mismo esfuerzo comparativamente que el del Sub-Gerente que pasa a ser Gerente.

Valoración

La propuesta supone la aplicación de iguales criterios para todos a la hora de valorar los puestos.

Ascensos

La Gerencia de RR.HH. ha elaborado una interesante propuesta para calificar el personal. Debemos discutirla en profundidad entre todos y sacar nuestras propias conclusiones. En principio no es ni malo ni bueno calificar el desempeño de los trabajadores. Lo realmente importante es discutir la forma de medir el desempeño de los trabajadores. Lo realmente importante es discutir la forma de medir el desempeño, las garantías para el trabajador y cómo debe incidir o no a la hora de remunerar o ascender de grado o categoría retributiva.

Las horas extras y las compensaciones

El pago de la hora extra así como el de algunas compensaciones se ha distorsionado seriamente, existiendo en los hechos tantos criterios distintos, que obligan a un análisis serio de todas las compensaciones, sobre su aplicación y sobre la forma de cálculo. El siguiente es solo un ejemplo de la distorsión que se ha generado:

* Un trabajador con grado 12 que desempeña sus funciones de lunes a viernes gana:

S. base	528.000
comidas	304.000
ant. (10 años)	50.000
total	N$ 882.000

No incluimos la cuota médica porque esa es la preocupación que debe tener la UTE, que todos los trabajadores tengan asistencia médica. Lo mismo sucede con el hogar constituido y las asignaciones familiares, son partidas que no las cobran los trabajadores.

Quiere decir que el trabajador gana N$ 882.000 por trabajar 160 horas, o sea N$ 5.500 por hora. Una hora extra paga por UTE vale N$ 3.300, al revés que en cualquier parte del mundo, la hora extra vale menos que la común.

Algo similar sucede con las compensaciones por turno rotativo. El porcentaje a pagar es de 20% por trabajar 48 horas semanales y 20% por descanso rotativo. Lo lógico sería entonces que un trabajador que hace rotativo ganara como lo marca el reglamento un 40% más que el de lunes a viernes. Sin embargo, qué sucede. Volvemos al ejemplo anterior:

Lunes a viernes N$ 882.000
Rotativo N$ 1.093.000, es decir, sólo un 23% de diferencia.

Proponemos, para corregir estos desajustes, que las horas extras y las compensaciones se paguen tomando el sueldo base y las comidas.

También las distorsiones existen en los cargos jerárquicos. De hecho, por ser gerentes o sub-gerentes se cobra un 30% de compensaciones en casi todos los casos. De hecho es un **aumento salarial** distinto al del resto de los funcionarios (R. 919) que en algunos casos llega a ser del 60%.

A la hora de calcular la evolución del salario deben ser consideradas estas compensaciones que de hecho se cobran en forma permanente. Si existiera un criterio igualitario y para demostrar que no estamos contra los gerentes o jerarcas intermedios anotemos que en opinión de AUTE es inadmisible que se pague solo un 10% por extensión horaria. Si alguien efectivamente trabaja por ejemplo 2 horas más por día es insólito que paguen solo 10%. Si se pagaran dichas horas en forma extras **a los que efectivamente cumplen mayor horario** la compensación debería ser mayor.

De ahí nuestro planteo, la aplicación de **criterios iguales para todos los trabajadores**.

RESOLUCIONES DEL C.N.D. del 12.9.92

Orden del Día:

1) Informe de la Comisión del Interior

2) Plataforma y Referéndum

RESOLUCIONES:

1- Asambleas en los sectores en todo el país con participación de compañeros de la Mesa Directiva con 2 temas centrales: Plataforma y Referéndum.
2- Priorizar en estos últimos días la campaña por el Referéndum con propaganda, salidas a la opinión públi[ca] puerta a puerta, etc.
3- Si el gobierno no decreta feriado no laborable el 1º de octubre, proponer al PIT-CNT que ese día realicemos un paro general de 24 horas para que el pueblo pueda expresarse.
4- Plantear al Directorio la necesidad de dar señales claras de mejorar las remuneraciones de los trabajadores antes de concretarse el convenio colectivo.
5- En el mes de octubre realizar una campaña hacia la opinión pública de los trabajadores de UTE, en el marco del 80 aniversario de UTE.
6- Una vez obtenida la respuesta del Directorio a los planteamientos del gremio instrumentar una concentración con paro para informar a los compañeros del gremio.
7- 17/9/92 jornada por el Referéndum con barriadas. Cada sector instrumenta las medidas.
8- C.N.D. el 3/10/92 para darle continuidad al plan de movilizaciones.
9- Plantear el trabajo del Ejército en UTE ante el Parlamento para que investigue el mismo.
10- Recolectar firmas para aportar el equivalente a un jornal descontado en 3 cuotas, para finanzas para el 1º de octubre y para cubrir el 50% del costo de la operación de Federico, hijo de Alicia Valerio Suárez.

CON FE PA'L SEGUNDO TIEMPO

¿Qué pasó el 5 de julio?

Nuestro sindicato resolvió en el CND apoyar la formación de la Comisión Nacional Pro-Referéndum y Reforma del Estado.

Dicha comisión impulsa la derogación de la Ley de Empresas Públicas en sus artículos 1º, 2º, 3º, 10º y 32º.

Estos artículos fueron aprobados en el Parlamento por 16 votos contra 14. Los mismos legisladores que junto al PIT-CNT y otras organizaciones sociales impulsan la derogación parcial de la Ley 16.211 a través de la papeleta blanca, presentaron un proyecto de Ley que intenta dotar al Estado de mayor dinamismo, cortar con el clientelismo político, etc. (ver "Voz" número 16).

El 5 de julio en el Referendum no se logaron los votos necesarios. El 1º de octubre se volverá a votar nuevamente. Si se logra el 25% de los votos a favor de una de las dos papeletas (blanca o rosada) habrá plebiscito.

La participación de AUTE fue buena en las tareas del Referéndum. Se instalaron 2 mesas permanentes de información y propaganda en Montevideo. Una en el Palacio de la Luz y otra en nuestro local gremial. En el interior varias comisiones funcionaron en nuestros locales gremiales.

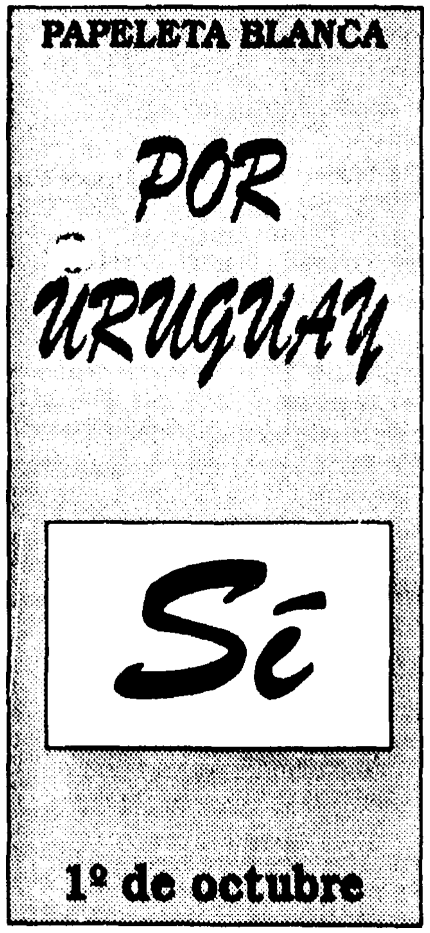
El día 5 de julio AUTE aportó más de 100 delegados a la Comisión Nacional Pro-Referéndum y algunos coches de compañeros del gremio para llevar gente a los lugares de votación.

En Montevideo nuestro local fue sede del cantón que abarca la zona de la Aguada. En el mismo se obtuvo una concurrencia a las urnas del 28%.

El responsable de AUTE fue el compañero Jorge Méndez. Se integraron a la comisión además: Graciela Montes de Oca, Celia Ruiz, Francisco Castillo en forma continua. Es de destacar el papel de la funcionaria de AUTE Graciela Montes de Oca realizó su trabajo en la comisión sin percibir por ello ningún pago extra de AUTE.

Los resultados del Referéndum dejaron lecturas diversas. Sin duda alguna en el interior del país los resultados fueron significativamente mayores a los esperados. Hay que señalar que salvo en Canelones y Maldonado se obtuvieron más adhesiones que para el Referéndum contra la Ley de Impunidad del gobierno pasado.

El siguiente cuadro muestra el resultado del escrutinio primario:



Comparación de adhesiones a los recursos contra leyes

Departs.	Ctra. Ley Caducidad	Ctra. Ref. Emp. Pub.
Montevideo	38,28	23.65
Artigas	14,20	24.39
Canelones	21,16	15.03
Cerro Largo	11,94	15.04
Colonia	18,36	19.05
Durazno	9,98	13.21
Flores	11,10	12.88
Florida	17,47	17.99
Lavalleja	8,90	12.89
Maldonado	21,55	15.47
Paysandú	21,76	27.68
Río Negro	16,39	19.47
Rivera	8,22	14.31
Rocha	15,16	19,30
Salto	15,21	22,03
San José	14,70	13,89
Soriano	18,02	24.38
Tacuarembó	12,36	17.58
Treinta y Tres	10,30	14.92
Montevideo	**38,28**	**23,65**
Interior	**16,21**	**17,70**
Totales	**26,69**	**20,50**

UN AÑO DE LABOR DEL PARQUE

1) A fines del mes de octubre de 1991 luego de varias idas y venidas y de una infinidad de reuniones se logra para los funcionarios el pago de los N$ 47.100 con una serie de diferencias a lo que es en UTE; luego se le logró asemejar bastante.

2) En entrevista mantenida en el mes de noviembre de 1991 se logra que el Consejo Directivo apruebe 2 cosas muy importantes:
   a) La reafirmación de la seguridad laboral para todos los funcionarios del P.V. según la R.P.V. 91.465 del 2 de abril de 1991.
   b) Asegurar la continuidad del sistema salarial como hasta el presente.

También en esa entrevista pedimos un ámbito de discusión sobre la problemática del P.V.

3) En entrevista mantenida el 17/3/92 se obtienen las siguientes reivindicaciones:
   a) El pago de la compensación por horario nocturno a los compañeros que trabajan de 21:00 a 06:00 horas.
   b) El pago de la compensación por temporada a los compañeros de hotelería, equivalente al 20% del salario. Fue denegada esta solicitud al resto de los funcionarios.

4) En entrevista mantenida con el Consejo Directivo el 14/7/92 obtuvimos la siguiente respuesta:
   a) Hasta que no se firme un Convenio Salarial entre UTE y AUTE no se firmará en el Parque de Vacaciones.
   b) El Consejo Directivo pidió información a Recursos Humanos de UTE para aplicar el sistema de Quebranto de Caja en el P.V., según RPV 92512.
   c) Se va a sacar una R. con respecto al viático por enfermedad de familiar similar a la que hoy se aplica en UTE.
   d) Se va a pedir información al P.V. en Minas y Montevideo de los funcionarios que tengan niveles inferiores al 4 para aplicar una R. similar a la de UTE en el P.V.
   e) Van a analizar una nota enviada por el Dr. Jorge Rodríguez sobre la anti-constitucionalidad del descuento por roturas y extravíos aplicado hasta el momento a los funcionarios del P.V.
   f) Si en UTE se logra el mantenimiento de los N$ 47.100 actualizados el Consejo Directivo está dispuesto a hacerlo en el P.V.

Dejamos planteados los siguientes temas:
- Pago por polifuncionalidad a los funcionarios del P.V.
- Que se equiparen los niveles según las tareas
- Discutir la reglamentación de portera con las modificaciones que creamos necesarias.

5) Tenemos pedida una entrevista con el Sr. Clavijo, Director de la Oficina del Servicio Civil donde queremos saber su opinión sobre la situación laboral de los funcionarios del P.V.
   El le manifestó a dos delegados del P.V. que según su opinión somos funcionarios públicos.
   También hay un fallo de la Juez de Minas ante un reclamo de que somos funcionarios públicos.

6) Hemos realizado varias notas a los propietarios de la Empresa CUT - Corporación exigiendo algún tipo de bonificación o descuento en los pasajes para los funcionarios del P.V. en circunstancias especiales.

Propuesta de Mesa Directiva anterior

En las elecciones sindicales pasadas (junio/90), AUTE realizó una encuesta a los afiliados acerca del mecanismo de elección de la Mesa Directiva. La encuesta contó con una escasa participación y su resultado no marcó de hecho una clara opinión del conjunto del Gremio para mantener o modificar el actual sistema de elección de la M.D.

Votaron por mantener el mecanismo actual 1334 compañeros y por modificarlo 1883 compañeros.

La intención de la encuesta realizada apuntaba hacia una necesaria modificación de los Estatutos de AUTE y en forma particular, acerca de la elección de autoridades y Organismos del Gremio.

Los actuales Estatutos nos han permitido mantener una organización sindical que ha sido pilar fundamental en la vida del movimiento sindical uruguayo, que, sin embargo atraviesa hoy, una serie de dificultades. Quienes crean que las mismas se solucionan modificando sus estructuras organizativas incurren en un error.

Pero también es cierto que las estructuras de las organizaciones sindicales deben contribuir para desarrollar mejor su actividad.

Somos partidarios por lo tanto, de estudiar en profundidad una reforma de los Estatutos. La UTE de hoy no es la misma que la de cuarenta y tres años atrás. Los cambios tecnológicos, los cambios en la organización estructural de UTE, las nuevas exigencias de información, participación y democratización de toda la sociedad, nos llaman a modificar algunas estructuras de AUTE, manteniendo claro está, las mejores virtudes que tiene el actual Estatuto, que bueno es recordar son muchas.

Una reforma de los Estatutos requiere estudio, debates, propuestas y ante todo respetar las disposiciones vigentes para cambiar parcial o totalmente el actual Estatuto.

Dentro de pocos días se realizarán las nuevas elecciones del C.N.D. de AUTE. Corresponde, al amparo de los actuales Estatutos, la elección de la Mesa Directiva por los delegados al Congreso.

Creemos que este año, y **respetando las disposiciones vigentes**, es posible elegir la Mesa Directiva consultando a todos los afiliados.

Hacemos la propuesta porque creemos que es bueno para todos nosotros que la Mesa Directiva del Gremio esté integrada por los compañeros que a nuestro entender sean los más capaces para ejercer las tareas de conducción cotidiana, atento a lo que el C.N.D. resuelva.

En qué consiste la propuesta

1. Una vez constituido el nuevo C.N.D. en su primera reunión, éste resuelve:
   a- Consultar a todo el Gremio para elegir la M.D.
   b- Formar una lista con todos los candidatos dispuestos a ser miembros de la M.D.
   c- Los afiliados a AUTE tendrán una hoja de votación conteniendo los nombres de los compañeros candidatos a la M.D. y el sector al que pertenecen.
   d- Cada compañero podrá elegir hasta 11 compañeros de la lista propuesta. De elegir un número mayor, el voto será nulo.
2. Una vez hecha la consulta, la Comisión Electoral comunicará el resultado de la misma.
3. Atento al resultado de la elección, el C.N.D. designará a la M.D., respetando estrictamente la consulta hecha al Gremio.
4. El candidato más votado será el Presidente de AUTE. El resto de los cargos los distribuirá la M.D. en su primer sesión como es habitual.

Esta propuesta no es ni cerca, una reforma acabada de los Estatutos, es apenas una propuesta tendiente a dar algún paso en ese sentido, respetando las disposiciones vigentes.

Esta propuesta fue aprobada con un escaso margen de votos: 44 a favor y 34 en contra. Ante este hecho, el C.N.D. resolvió por **consenso** una moción que sustituye la propuesta de la elección por voto directo y secreto en la forma que propuso la anterior Mesa Directiva.

1) El CND reafirma su voluntad de reformar los Estatutos de AUTE.
2) En lo electoral, dicha reforma debe contener, en opinión mayoritaria del Congreso, el voto directo y secreto de la Mesa Directiva.
3) Existen distintos enfoques sobre este aspecto, como lo señalan las distintas mociones presentadas en el C.N.D. y deben ser resueltas en forma democrática y participativa.
4) En ese sentido, proponemos debatir en el Gremio el conjunto de normas a modificar y qué es lo más conveniente para los trabajadores de UTE, utilizando los medios de propaganda de AUTE, como la revista VOZ para promover el debate referido.
5) La reforma de los Estatutos será resuelta mediante un plebiscito de todo el Gremio.
6) En función de las consideraciones anteriores, se resuelve por consenso elegir en esta oportunidad a la Mesa Directiva en el C.N.D., como se hizo durante todos estos años.
7) Pasar a cuarto intermedio hasta el sábado 15 de agosto a las 9.00 A.M., citando a todos los delegados que faltaron y permitir la realización de elecciones en los lugares que quedaron pendientes, así como la realización de la Asamblea de Sector 3er. Piso que, ante la baja votación del sector, los delegados han planteado la posibilidad de renunciar a sus cargos.

DEPORTES EN AUTE

Hace más o menos un año comenzamos a funcionar como comisión interna de AUTE y durante ese período, los funcionarios de UTE, afiliados o no al gremio han realizado y desarrollado actividades afines al trabajo de esta comisión.
Quisiéramos hacer un pequeño balance de las actividades que en ese período esta comisión ha desarrollado.

Fútbol

Hemos intervenido con un equipo integrado por funcionarios de Canelones y Montevideo en el torneo que organiza la Liga fundadora de Canelones en la División «C» y donde nos clasificamos en tercer lugar.

En Rivera participamos en la liga amateur de 7 jugadores, donde si bien no tuvimos una actuación destacada, dejamos las bases planteadas para una futura participación.

En Durazno, el equipo de fútbol de la represa de Baygorria participó en la Liga Departamental en la División «C» donde culminó en puestos secundarios.

En Montevideo se organizó un campeonato relámpago y en el cual intervinieron los equipos de Arquitectura (campeón), Talleres Generales, Palacio de la Luz, Líneas Aéreas y Sub-Estación 97.

Fútbol de Salón

En este deporte la comisión ha organizado un campeonato interno en nuestro local, con la participación de 13 equipos de los cuales se clasificaron 4 finalistas Arquitectura (campeón), Líneas Aéreas (vice), Sub-Gerencia de Mantenimiento y Red Nacional. Campeonato que se desarrolló dentro de una máxima corrección ya que en todo su transcurso hubo una sola expulsión.

Ciclismo

En Ciclismo luego de nuestra afiliación a la Federación Ciclista de Montevideo hemos participado en pruebas domingueras y de etapas _Vuelta Ciclista del Uruguay de la Juventud y 200 Millas Juveniles- y donde nuestros defensores tuvieron actuación destacada al final de la temporada ocupando los primeros puestos domingo a domingo.

También incursionamos en la categoría veteranos -200 millas de veteranos, por etapas en Durazno y Dolores.

Queremos agradecer a todos los compañeros por donde pasó la Vuelta por las atenciones que tuvieron con nosotros al brindarse por entero consiguiendo alojamiento, etc.

Artes Marciales

Taekwon-Do y Karate, se están desarrollando en nuestro local clases a cargo de [illegible]s de cada disciplina para funcio[illegible] [illegible] y vecinos además en AUTE se encuentra realizando sus prácticas la pre-selección de yudo para el Mundial Juvenil a disputarse en la República Argentina en el mes de octubre.

Otros Deportes

Estamos seguros que ha habido a todo lo largo y ancho del país actividades realizadas por funcionarios de la UTE en las distintas disciplinas y de los que todavía no hemos podido informarnos.

El ejemplo lo tenemos en Baygorria, donde el 1º de marzo los compañeros de la filial de AUTE con el concurso de amigos, llevaron a esa población alejada a 80 km. de Durazno o Paso de los Toros el ruido propio del automovilismo (karts) dando un sano entretenimiento a sus pobladores.

En la represa de Palmar hay un compañero que interviene asiduamente en pruebas de triathlon y supervivencia.

Hubiéramos querido nombrar en este número de la Revista «Voz» a todo el que de un modo u otro ha intervenido en actividades de esta comisión, pero ante el temor de incurrir en algún olvido nos limitamos sólo a decirles gracias.

Actividades futuras

Debemos mencionar la invitación de las autoridades del ente para participar en los festejos de los 80 años de UTE.

En este camino esta comisión se ha abocado a la realización de un Campeonato Nacional para los funcionarios de todo el país que por un lado defina quién es el mejor equipo del ente y permita durante su desarrollo la designación de una selección que intervenga en un torneo internacional de la integración de funcionarios de la Energía con países cercanos a nosotros.

En cuanto al campeonato nacional ya hay gerencias que se han puesto en movimiento.

Centro. Intervienen 4 equipos: Canelones, Florida, Pando y Las Piedras.

1a. fecha - 22/8 Pando contra Florida y Canelones contra Las Piedras.

2a. fecha - 29/8 Las Piedras contra Pando y florida contra Canelones

3a. fecha - 5/9 Canelones contra Pando y Florida contra Las Piedras.

Serán locales los nombrados en primer lugar y en las revanchas lo serán los que están en segundo lugar y se jugarán los días 12, 19 y 26/9.

En Montevideo, próximamente dará comienzo un campeonato eliminatorio cuyo fixture es el siguiente, comenzando el día 22/8:

1a. fecha
Red Star (Sub-Estac.136-142)- C. Térmicas
Talleres Generales-Arquitectura
Cantón Sub Estac. 18-Conexiones

2a. fecha
Red Star -Arquitectura
C. Térmicas-Conexiones
T. Generales-Cantón 18

3a. fecha
Red Star-Conexiones
Cantón 18-Arquitectura
C. Térmicas-T. Generales

4a. fecha
Red Star-Cantón 18
T. Generales-Conexiones
C. Térmicas-Arquitectura

5a. fecha
Red Star-T. Generales
C. Térmicas-Cantón 18
Conexiones-Arquitectura

Esperamos que a la brevedad otras gerencias organicen su ronda eliminatoria para definir junto a las demás el privilegio de ser los mejores.

En próximos números de esta revista daremos más información de este campeonato y de otras actividades que la comisión determine para festejar los 80 años de nuestro ente energético.

CAMPEONATO NACIONAL

ZONA MONTEVIDEO

Sábado 26/9
C. Térmicas (1) Red Star (1) Susp. 75'
CANTÓN 18 (2) CONEXIONES (2)

Domingo 27/9
Arquitectura-T. Generales, suspendido

Sábado 3/10
Arquitectura (3) Palacio (1)
C. Térmica (1) Conexiones (1)

Domingo 4/10
T. Generales (2) Cantón 18 (0)

ZONA GCIA. CENTRO

Sábado 26/9
Canelones (1) Las Piedras (1)
Pando (4) Florida (4)

Sábado 3/10
Las Piedras (1) Pando (0)
Florida (1) Canelones (3)

UNA CONTRIBUCION PARA DOS OBJETIVOS DISTINTOS

(Carta a los compañeros de AUTE)

COMPAÑERO:

El 1º de octubre nos jugamos una parada brava. "Nos va la vida" y no exageramos. El achicamiento del Estado de manera drástica (e irreversible) significa hipotecar definitivamente las posibilidades de desarrollo de nuestra industria, nuestro agro, nuestra economía. No se conocen en el mundo experiencias de desarrollo de ningún tipo sin un papel protagónico del Estado. Pasaremos a ser un país de servicios turísticos, eléctricos, carreteros o telefónicos en manos extranjeras. Pasaremos a ser cada vez más dependientes.

Lo que alguna gente no entiende es que éste no es un problema de los funcionarios públicos, perdemos **todo**, perdemos **el país**.

El papel jugado por AUTE

Nuestro gremio ha dado una gran batalla en la defensa de nuestro patrimonio y la seguiremos dando, pintando muros, contribuyendo financieramente, etc.

Pero no nos engañemos. Aunque existe un convenio con el Directorio de respeto a la fuente de trabajo, si pierde la papeleta blanca la cosa va a ser difícil, y la ofensiva muy fuerte (¿quién no vio lo "agrandados" que estaban el presidente y algunos ministros después del 5 de julio?), vamos a tener que luchar duro para hacer respetar los acuerdos.

Vale la pena destacarlo. Pese a ser comparativamente (gracias a nuestra lucha), uno de los gremios con menos angustias en cuanto al riesgo de pérdida del empleo, estamos en primera línea defendiendo los derechos de todos, como corresponde.

Mientras en otros entes esperan cada mes con inquietud el pase a disponibilidad o la incertidumbre de la privatización concreta de un servicio, acá [illegible] [illegible]citamos, concursamos, damos pruebas de [illegible] [illegible]mos una carrera funcional, etc.

Naturalmente ello no basta. Porque en un país con salarios de hambre UTE no es excepción. Por ello nuestra lucha salarial no cesa, tal como lo demuestra nuestra actual plataforma.

*****

La solidez y solvencia financiera de AUTE, su capacidad de crédito, ha servido para que los aportes del PIT-CNT a la campaña pro-referéndum no decayeran en momentos decisivos, ello también debe ser un orgullo compartido.

Los compromisos contraídos y las previsibles nuevas tareas o actividades reivindicativas y propagandísticas requerían nuevos esfuerzos del conjunto de los afiliados.

El caso del niño Federico

Coincidentemente con ello y aunque en otro plano, en este caso humanitario, AUTE como gremio y cada uno de nosotros como afiliado, como persona, como seres humanos, como tantas veces nos tocó responder. Es para ayudar a Federico, hijo de la funcionaria de UTE, Alicia Valero Suárez, que debe operarse en Argentina. UTE ha asumido el 50% de los gastos y corresponde al gremio, tal es el acuerdo, completar el monto de lo adeudado por los padres de Federico.

El Congreso Nacional de Delegados resolvió desarrollar una campaña financiera extraordinaria como manera de resolver estas necesidades insoslayables y a los efectos de no generar descuentos importantes en el sueldo de los compañeros el C.N.D. aprobó además desarrollar en una sola campaña con un solo **descuento de un jornal** (sin compensaciones de ningún tipo) dividido en tres cobros los dos aportes.

Ello nos permite participar en favor de dos causas absolutamente justas e indiscutibles al mismo tiempo.

DEPARTAMENTO DE INVESTIGACION

SALARIOS PUBLICOS: UNA POLITICA IMPOPULAR

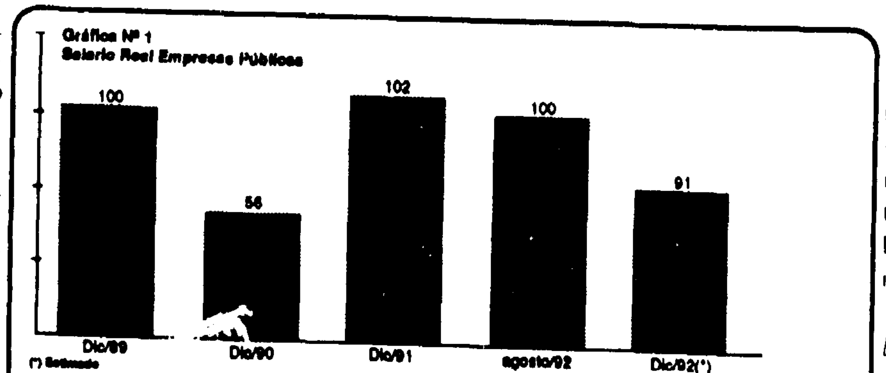
Hoy, como antes, el camino del ajuste

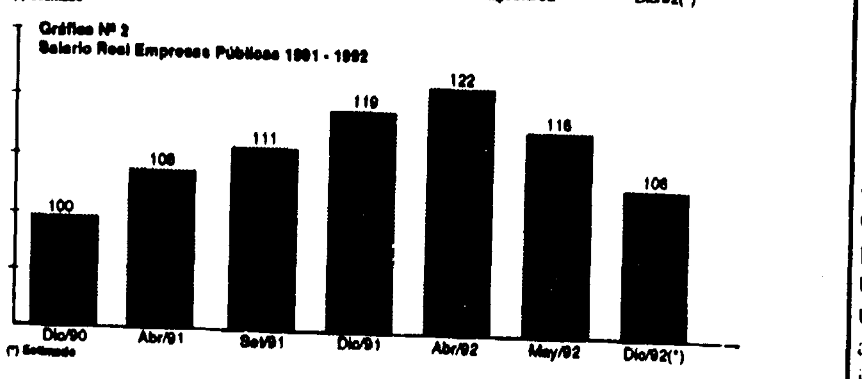
El gobierno anunció que los aumentos de los salarios públicos del 1º de setiembre serán del 5% en las empresas públicas y del 10% en el gobierno central (ministerios, enseñanza, organismos del Art. 220). La medida ha sido interpretada de forma muy diferente por parlamentarios de los distintos grupos políticos. Mientras para algunos implica un cambio sustancial de la política salarial, para otros no indica sino una absoluta continuidad con las definiciones anteriores. Este último es también nuestro punto de vista.

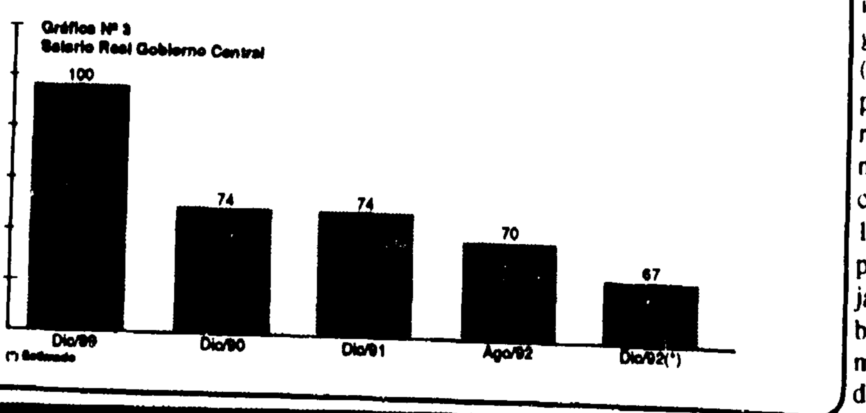
La decisión tiene características muy especiales, pues es el primer aumento luego que el Parlamento cuestionó la política salarial y encomendó al Poder Ejecutivo su modificación. Desde que se produjo esa decisión hasta este momento las Comisiones de Hacienda y la de Relaciones Laborales, funcionando en forma conjunta, a quienes se encomendó el análisis del tema, han desarrollado un trabajo muy intenso. Cámaras empresariales, trabajadores y el equipo económico fueron citados a dar su opinión sobre cuál debería ser la política salarial. Sin embargo los resultados no fueron auspiciosos. El sector empresarial y los trabajadores fueron muy críticos, mientras los delegados del Poder Ejecutivo defendieron, en forma absolutamente inflexible, las orientaciones definidas anteriormente y acordadas con el Fondo Monetario Internacional.

A pesar de las múltiples reuniones no hubo acercamiento de las partes y el Ejecutivo no abrió ninguna posibilidad a la modificación de la política, tal como había resuelto el Parlamento.

Todo indicaba que se produciría una nueva interpelación al ministro de Economía, cuyo resultado muy probablemente fuera su censura, pues no sólo la amplia mayoría de la oposición cuestionaba su gestión sino que también lo hacían algunos sectores del partido de gobierno. Los hechos no ratificaron esta previsión. Al acordar los distintos sectores del Partido Nacional en el aumento salarial de setiembre se diluyó la posibilidad de una censura parlamentaria al ministro de Economía y la política económica fue ratificada. La importancia de este hecho justifica realizar un análisis profundo de la medida y sus efectos previsibles en la evolución salarial.







La cifra del aumento

A principios del año el gobierno anunció que el aumento salarial de los funcionarios públicos en setiembre estaría entre el 7 y el 8%. El aumento decidido implica una cifra global del 8.7% (esta cifra es superior al 7.5% que resultaría del promedio de los porcentajes —5 más 10 dividido 2— porque los trabajadores que reciben el 10% de aumento, es decir los del gobierno central son aproximadamente el 75% del total, muchos más que los de las empresas públicas). La diferencia entre los dos porcentajes no es sustancial. Puede afirmar, entonces que el gobierno, en lo esencial, mantuvo sus definiciones iniciales.

Los resultados, entonces no pueden ser muy diferentes: el salario real del sector público viene cayendo desde principios del año y lo seguirá haciendo en los meses próximos. En los párrafos siguientes se indicará esta evolución en los dos sectores de funcionarios públicos afectados por esta decisión.

Empresas públicas

Las cifras oficiales indican que los salarios de las empresas públicas no cayeron en el primer cuatrimestre de este año, aunque sí lo hicieron luego del insignificante aumento del mes de mayo. El aumento del 5% de setiembre no compensará el aumento de los precios anteriores a ese mes, ni los que se producirán en el resto del año, por lo cual los salarios tendrán un nuevo descenso. Si la inflación de este año alcanza al 60%, como se estima, la caída de los salarios será del 11% (ver Gráfica Nº 1).

En los tres años transcurridos del gobierno del Dr. Lacalle, estos salarios tuvieron grandes oscilaciones. Como resultado del ajuste fiscal y la elevada inflación, en 1990, tuvieron un muy importante descenso. En 1991, por efecto del convenio acordado subieron un 19%, por lo cual recuperaron la pérdida del año anterior. Durante este año —1992— se produce la evolución inversa; tendrán una muy importante caída. Su evolución semeja una montaña que subieron durante 1991 y están bajando en este año (ver Gráfica Nº 2).

Gobierno Central

Es sabido que los trabajadores del gobierno central han sido sistemáticamente los más castigados, ya desde los últimos años del gobierno del Partido Colorado. Ello no impidió que durante 1990 sus salarios tuvieran un nuevo y muy importante descenso. Sin embargo, a diferencia de las empresas públicas, este no se recuperó durante 1991, sino que se mantuvo constante. En 1992, a pesar de las partidas incluidas en la Rendición de Cuentas, siguieron su tendencia descendente. En lo que va del año, hasta agosto (estimando la inflación de este mes en 4%), su descenso es del 6.2%.

Algunos parlamentarios afirmaron que el aumento del 10% que tendrá en setiembre marcará un cambio en su evolución y comenzarán a recuperar su poder adquisitivo. Esta afirmación es absolutamente falsa. En el último cuatrimestre acentuarán su descenso, incluso en las hipótesis más optimistas sobre la inflación. Estimamos que en todo este año su caída será del 10% (si la inflación es 60%).

Considerando los tres años del gobierno nacionalista el descenso de estos salarios alcanza al 33%. Quienes afirmaron que la decisión del gobierno implica un cambio en la política salarial no se basan en ningún hecho objetivo. Los que afirmen que el salario se recuperará no se apoyan en ninguna previsión razonable.

Algún parlamentario llegó a afirmar que al final de 1993, el nivel de estos salarios será el de diciembre de 1989, es decir, el inmediato anterior a la asunción del Dr. Lacalle. Para que esto ocurriera en los cuatro ajustes salariales comprendidos en este período los aumentos deberían ser iguales a la inflación más el 50%. Se alcanzaría ese resultado si el ajuste actual fuera del 25% y cada uno de los tres aumentos correspondientes a 1993 fueran iguales a la inflación más el 11%. Es claro que la política salarial actual de ninguna forma admite una opción como esa.

Los parlamentarios que distinguen esta política salarial y la anterior y que justifican en este hecho su cambio de actitud con respecto al ministro de Economía; hoy lo respaldan mientras antes estaban dispuestos a censurarlo, no tienen un fundamento objetivo o se basan en cálculos muy equivocados. La conflictividad parece un camino inevitable. Mientras se llenan páginas hablando de la ineficiencia del Estado, el gobierno rebaja los salarios, con los cuales se desestimula aún más al trabajador. No es éste el camino para aumentar la eficiencia, sí lo es para aumentar los conflictos.

Afiliate a tu Sindicato

Agrupación UTE

Solicito mi afiliación a AUTE y acepto descuento de la Cuota Social vigente de mis haberes mensuales, la misma es el equivalente al 1% del sueldo base.

APELLIDOS: ....

NOMBRE: ....

(en letra de imprenta)

FIRMA: ....

UNIDAD: .... Nº PRESUPUESTO ....

LOCALIDAD DONDE TRABAJA ....

DEPARTAMENTO ....

SECCION UTE DONDE TRABAJA (Gcia.) ....

(REPARTICION) ....

CARGO ACTUAL ....

FECHA DE AFILIACION ....

FECHA DE INGRESO A LA UTE ....

OBSERVACIONES ....

OPINAN LOS DELEGADOS

EL ULTIMO QUE SE VAYA, QUE APAGUE LA LUZ..

El gobierno ha decretado un aumento del 5% para los trabajadores estatales, al igual que fijó los N$ 25.000 en mayo, ha contrariado en los hechos, lo que propagandizó en su campaña electoral: la negociación colectiva.

En efecto, estos dos aumentos fueron decretados en forma unilateral, sin posibilidad de dialogar ni negociar.

También se contradice con su política neoliberal ya que estos aumentos no fueron libres, sino arbitrarios y con un concepto técnico para contemplar las exigencias del Fondo.

Algún día tendremos gobernantes que fijen los salarios con criterio humano.

Nos preguntamos si en el país que está diseñando el gobierno, tiene cabida el sindicalismo, por lo menos el estatal.

Lacalle ha dicho que mantendrá su política hasta 1995 porque ha conseguido algunos éxitos. Reconocemos que el índice de reajuste de alquileres ha bajado del 100% al 70%, que ha conseguido cierta estabilidad económica. Pero no es menos cierto que ello no se refleja en el poder de compra de los trabajadores.

El gobierno toma la estabilidad como un fin. Para nosotros debe ser un medio para poder crecer, desarrollarnos y mejorar nuestra calidad de vida, que se refleja en la dignidad del individuo. Que hayan buenos salarios y jubilaciones, viviendas decorosas, que no exista mortalidad infantil, analfabetismo, etc.

Quizás sin quererlo con la estabilidad se está generando un problema social.

Se han apreciado, recientemente, cierre de fuentes de trabajo, con la consiguiente desocupación. Gente de las zonas rurales se desplazan hacia las concentraciones de población a probar suerte. Otros se dirigen hacia Montevideo y pasan a engrosar los "cantegriles" que rodean la ciudad.

Mucha gente joven que no consigue trabajo o si lo consigue obtiene sueldos bajos, están comenzando a emigrar. La juventud, el capital más preciado que tiene la república, está utilizando el pasaporte. Muchos adultos también lo están haciendo.

Y aquí cabe, tristemente, una humorada que una vez recorrió el país:

"El último que se vaya que apague la luz, si antes no saltan los tapones".

Esteban

Acerca de decisiones importantes resueltas desde "el escritorio"

Minas, 10 de agosto de 1992

Sr. Subgerente Jefe de Distrito E-2
Don Luis Ekker
PRESENTE

De mi mayor consideración:

El que suscribe, Carlos R. Umpiérrez NU 266634 Auxiliar de depósito 551 de UTE Minas se dirige a usted y eleve a quien corresponda.

Dado que la desaparición del depósito de esta localidad es una realidad y considerando que soy un funcionario de esta empresa y quiero dar mi punto de vista al respecto, viendo que se le ha dado poco interés de parte de los encargados de la zona a esto del Depósito sin pensar en las consecuencias que puede tener al no contar con materiales para la atención de los clientes, siendo que la sigla P.M.G. nos está diciendo programa de mejor gestión y pienso que al no contar con materiales en Minas, cada vez que sea necesario hay que trasladarse a Maldonado recorriendo más de 150 km. en un vehículo para poder dar cumplimiento a las necesidades y no se cumplirá con la sigla P.M.G.

Minas cuenta con tres de las principales empresas de nuestro país como la Compañía Salus, ANCAP Fca. de portland, cantera Verdum, OSE, Parque de Vacaciones UTE/ANTEL, Loiner Industria del Mármol, tres caleras de las más importantes del país, etc.

Como también más de 200 km. de línea de media tensión, líneas rurales de distintas zonas del departamento como son Villa Serrana, Villa del Rosario, Ombúes, Barrancas, El Soldado, que también necesitan su atención no dejo de pensar cuando por ejemplo falle Transformador o un Interruptor en horas de la noche en una de estas empresas o no solo en la noche un fin de semana o feriado para salir hacia Maldonado para poder traer esos materiales. Me quedan dudas de que se pueda cumplir.

Mi manera de pensar es muy pequeña pero me gusta ver la realidad de las cosas, por eso en esta nota expreso lo que siento, quiero que no piensen que lo hago por salvar mi puesto de trabajo, a pesar que me quedan por el camino 15 años desempeñando esta tarea y de un día para otro se ve frustrada mi carrera funcional después de haber cumplido con todos los cursos y demás, poniendo mi mejor buena voluntad para que esto saliera adelante.

Considero que el nuevo sistema es de un adelanto para la empresa y lo tenemos que tomar como tal, pero dentro del sistema es un error garrafal la desaparición del Depósito de Minas, lo expreso porque lo siento.

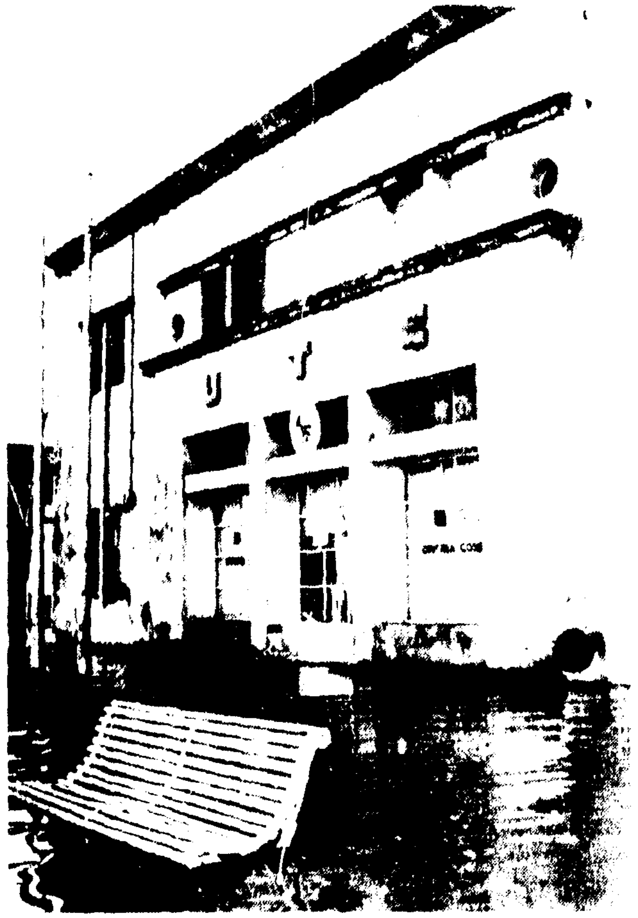
Los señores que confeccionaron la estructura de los Depósitos quizás no tuvieron la suficiente información de lo que puede ser la atención de una zona como Minas, que pienso que nos afecta a todos, desde el operario de menor nivel hasta el más encumbrado. Si todos queremos que la empresa marche porque es la que nos da el sustento para vivir, tenemos que cuidarla y de esta manera, que cada vez que necesitemos un material tenemos que trasladarnos a otra localidad con un vehículo me quedan dudas que queremos salvarla. Le pido disculpas por lo que quiero expresar y quiero que me comprenda y les pido que se revea y si lo que expreso pueda servir de algo se lo puedan trasmitir a los demás superiores de la zona para que todos juntos puedan sacar conclusiones y poder llegar con una propuesta concreta a los señores que han resuelto que desaparezca el Depósito de Minas. Le reitero que no lo hago para salvar mi puesto de trabajo porque si tengo que agarrar el pico y la pala no tengo dudas que lo voy a hacer de la misma manera que si estuviera en el Depósito, le pido que esto que expreso lo pueda guardar porque estoy seguro que dentro de poco tiempo se podrá ver que este simple funcionario tenía razón en lo que quiero expresar.

Saluda atte.

Carlos Umpiérrez

LOS ENTES SON NUESTROS
• ¡DEFIENDALOS! •

UNIDOS TODOS, PODEMOS



Muchas veces oímos decir que de nada vale luchar, que no se obtiene nada, que los logros no se ven. Pero ¡cuán equivocados están los que plantean eso! Si no, remitámonos a los hechos:

En números anteriores de VOZ, hemos venido planteando constantemente la situación de la Oficina Comercial de Paysandú. Un local viejo, incómodo, totalmente inadecuado, tanto para los trabajadores como para la población.

Después de más de tres años de negativas y dilatorias, en los cuales siempre se hizo oído sordo a nuestros planteamientos y a los de la gente, podemos decir con beneplácito que se han solucionado.

La "gota que derramó el vaso" fue la subida de las aguas del río Uruguay, en junio pasado, que obligó a desalojar el local. Así de esta manera se cumplió el alerta, que los trabajadores habíamos hecho.

Quiere decir que todo el gasto que se hizo para pretender "lavar la cara" a la vieja oficina fue inútil (moquettes, alfombras, etc.) debieron ser arrancadas; de habérsenos escuchado no hubiera sucedido eso, pero no fue así y los resultados a la vista están.

Hoy en día los trabajadores nos sentimos felices, porque se alquiló un local céntrico, cómodo, que refaccionado brinda la comodidad que se merece la Oficina Comercial de uno de los Entes más grande del país.

Nosotros trabajamos más cómodos, la población también se encuentra a gusto y nos lo hace saber constantemente.

Quiere decir que hemos sabido interpretar el sentir popular y eso nos hace bien, nos hace sentirnos bien y fundamentalmente nos permite relacionarnos mejor con la gente.

A esa misma gente a la cual debemos llegarle constantemente con nuestras inquietudes y hacerla partícipe de las mismas, para seguirla ganando y remando en el mismo sentido podremos lograr muchas cosas.

Más en estos momentos en los cuales nos estamos jugando algo muy importante como lo es el referéndum del 1ero. de octubre. Para ganar necesitamos del apoyo masivo de la población, que ese día tendrá que concurrir a las urnas y por medio de la papeleta blanca decirle **¡Sí, al Uruguay!** y **¡No!** a los que quieren vender lo que nos pertenece a todos los uruguayos.

Nuestra obligación moral como trabajadores públicos debe ser en primer lugar, concurrir a votar y en segundo lugar explicar a la población, por qué queremos que los Entes, sigan estando en manos de los uruguayos, porque si los manejan extranjeros, difícil será que los dirijan de cara a nuestros intereses, solo lo harán para lograr enormes ganancias para sus arcas, sin importarles el carácter social y los beneficios que brindan a la población.

Como ejemplo bien cercano, tenemos lo sucedido (dentro de otras) a la **Entel de Argentina**, donde los aumentos de tarifas han sido tan desmedidos que cada día son más los argentinos que resuelven devolver los aparatos telefónicos por no poder pagarlos.

Entonces, no podemos justificar la pretendida retórica del presidente Menem, cuando ante nuestro Parlamento, abogó por las privatizaciones, por las ventajas de las mismas, pensamos que debería interiorizarse un poquito más, antes de opinar tan campante como pretendió hacerlo ante nuestros representantes.

Nosotros los trabajadores públicos uruguayos tenemos un proyecto alternativo, que anteponemos al de los "malos extranjeros y peores uruguayos", como decía nuestro procer.

Por eso el 1ero. de octubre nos jugamos un partido muy importante y tenemos que jugarlo todos, todos los uruguayos, que aun confiamos en que somos capaces de seguir luchando y logrando soluciones para nosotros mismos, sin necesidad de que vengan extranjeros a decirnos qué debemos hacer con nuestro patrimonio y la papeleta blanca nos dará esa oportunidad.

UNA BUENA GIRA

Queremos por intermedio de este artículo trasladarle al conjunto de los compañeros la enorme experiencia vivida en la gira realizada por la correlación de puestos en la Norte.

Quizás nos olvidemos de alguna localidad, pero creo que es bueno detallar hasta dónde llegamos como AUTE: Paso de los Toros, Achar, S. Gregorio, Piedra Sola (cuadrilla de obras), Ansina, Tambores, Tacuarembó, Caraguatá, M. Corrales, Tranqueras, Vichadero, Rivera, Bella Unión, T. Gomensoro, B. Brum, Biasini, Sequeira, Artigas, Constitución, Belén, Salto, Paysandú, Quebracho, Guichón, Young, Sarandí de Navarro, San Javier.

Esto es bueno marcarlo porque en muchas de estas localidades nunca se había llegado pero lo más importante fue la participación de todos los compañeros en cada una de las reuniones.

La organización de esas reuniones fue realizada muchas veces por las filiales y nos dio como resultado que en Artigas, a modo de ej. un sábado en el Teatro Municipal, nos reunimos 98 compañeros de los 110 que trabajan allí; lo mismo ocurrió en Salto, Paysandú, Tacuarembó y Rivera, el número de compañeros era muy bueno, las reuniones empezaban con un informe sobre reestructura y luego pasábamos a dar nombre a nombre el cargo que tenía, a dónde se asignaba y cuál era su nuevo cargo. Allí, el compañero opinaba, se le informaba qué proponía AUTE y así se conformó la correlación y los planteos de modificaciones que hoy se están discutiendo, todo en consulta con los compañeros.

Es bueno resaltar el trabajo en los C. de Atención. Los compañeros que no estaban eran idos a buscar por los cios. de esas localidades y participaban en un 100% los centros de atención. Pero no sólo discutíamos la correlación, discutíamos S.I., ropa de trabajo y lo más importante el mejor funcionamiento e imagen para la UTE, por ejemplo como la toma de consumo, la atención del cliente y mejoras de la red, como en San Javier, que en una línea de media tensión, los postes estaban mal curados y en lugar de cambiarse se iban cortando y eso origina hoy un riesgo porque esa línea se encuentra en un camino vecinal y debe ser reparada con el mismo personal de S. Javier que nos informaban que podían hacer ese trabajo.

Hoy, después de algunos días, nos encontramos ya terminando la correlación de puestos y comienza la otra etapa, que es la de revalorar algunos puestos que deben ser equiparados con Montevideo, el crear puestos que el modelo no tiene y discutir puestos que se eliminaron cuando hoy se siguen desempeñando. En muchos de estos temas hay preacuerdos pero a la hora de definir debemos mantenernos alertas para que esos acuerdos se concreten. Lo más importante, compañeros, en esta instancia es no hacerse eco de los rumores maliciosos vulgarmente llamados "bolazos" y sí consultar inmediatamente a su delegado que éste te informará. Queda mucho por contar, pero creemos que en la próxima revista le daremos continuidad a este trabajo.

H. y G.

Eduardo Berriel - Rincón de Baygorria, agosto de 1992

A pesar de todo...

Con un importante retraso con respecto a sus pares de buena parte de América la UTE toma la importante decisión de darle su real valor a la formación del personal.

Las carencias que ya existían en esta materia se profundizan aún más con la incorporación de nuevas tecnologías.

Los trabajadores de Baygorria apoyamos todo lo que sea capacitación para hacer nuestro trabajo de cada día mejor.

Esta posición de los trabajadores de la Represa, si bien condice con la política de la Empresa, es contrapuesta a la de su actual Jefatura.

Los hechos y no las palabras son los que marcan la realidad de cuanto acontece. Cuando quien dirige (mando medio en este caso) desvirtúa con hechos lo que es una política de empresa, está demostrando no sólo estar en contra de esa política sino además carecer del mínimo de capacidad que le permitiera entender que el que manda es otro.

Nos preocupa que se esté en contra de capacitar a quienes lo necesitamos; nos preocupa que en ese mando medio carezca de capacitación humana como para estar al frente de un grupo tan importante de trabajadores afectando no sólo la parte laboral, sino además la humana y familiar.

Nos preocupa aún más el apoyo que recibe de la Gerencia tanto hecho injusto que por grosero y desprolijo salta a la vista.

Nos sigue incomodando ese apoyo gerencial cuando fundamentalmente se realiza vía telefónica o documental ya que sus visitas a Baygorria sólo se remiten a la oficina del sub-gerente (jamás una recorrida que permita observar algo o el diálogo).

Esto es solo una parte de la problemática social-laboral de esta Central tan importante para el país como aislada en el mismo. Lamentablemente esos problemas tienen un común denominador (sub-gerencial/gerencia).

Nos duele (aunque lo aceptamos) oír a los compañeros opinar que nuestra gerencia es la menos propicia para los trabajadores. Quienes hemos recorrido todo el país (AUTE mediante) y hemos tenido que tramitar ante otras gerencias debemos coincidir con quienes así opinan.

La otra cara de esta moneda es totalmente contrapuesta. Hay un rechazo de esta triste realidad expresado en ganas de trabajar de gente que quiere mejorar su realidad social. Hay avances sociales que por sí solos serían motivo de alegría pero que adquieren otra dimensión porque se obtuvieron remando contra la corriente. Los trabajadores de Baygorria que cuentan con el rechazo de la que es su gerencia han encontrado eco favorable en la Sub-Gerencia de Relaciones Laborales, en Recursos Humanos y la Intendencia de Durazno.

Paradójicamente hemos comprobado que quienes tienen cargos importantes son más accesibles que [illegible]

Gastos fijos mensuales

Varios			Giros		
C.N.D.	N$	5:000.000	ARTIGAS	N$	400.000
ANTEL	N$	3:000.000	BELLA UNION	N$	50.000
UTE	N$	1:000.000	BAYGORRIA	N$	60.000
REVISTA VOZ	N$	7:000.000	B. y ORDOÑEZ	N$	20.000
CONATEL	N$	700.000	CHUY	N$	30.000
PIT-CNT	N$	1:113.000	COLONIA	N$	40.000
MSCE	N$	500.000	CERRO CHATO	N$	30.000
OSE	N$	80.000	CANELONES	N$	625.000
SANITARIA	N$	80.000	FLORIDA	N$	300.000
DIARIOS	N$	150.000	FRAY BENTOS	N$	40.000
FOTOCOPIAS	N$	400.000	LAS PIEDRAS	N$	60.000
FLORERIA	N$	300.000	LAZCANO	N$	40.000
C.U.I	N$	130.000	MINAS-Par. VAC.	N$	465.000
ART. DE LIMP.	N$	200.000	PAYSANDU	N$	100.000
ALOJAMIENTO	N$	400.000	PALMAR	N$	80.000
PREXIL	N$	2:000.000	ROSARIO	N$	35.000
COMIDA	N$	2:400.000	R. del BONETE	N$	560.000
SEG. AUTE	N$	400.000	RIO BRANCO	N$	40.000
CORRESP. INT.	N$	500.000	RIVERA	N$	1:000.000
IMP. MUNICIPAL	N$	21.300	SAN JOSE	N$	100.000
			SAN GREGORIO	N$	50.000
Sueldos			SALTO	N$	401.000
			MERCEDES	N$	70.000
SECRETARIO	N$	1:633.485	S. J. CARRASCO	N$	40.000
ADMINISTR.	N$	1:026.068	TREINTA Y TRES	N$	100.000
LIMPIADORA	N$$	696.000	TACUAREMBO	N$	80.000
ABOGADO	N$	617.000	YOUNG	N$	260.000
CONTADOR	N$	617.000			
ABOGADO	N$	759.000	**Total**		**N$35:494.553**

Ingresos N$ 43:000.000 aproximadamente

También tenemos que tener en cuenta que llegan dos (2) o tres (3) compañeros diarios del interior por diferentes motivos, a los cuales hay que pagarles los pasajes, comidas y en algunos casos el alojamiento.

Esto hace un promedio de unos N$ 150.000 diarios, algo así como N$ 750.000 por semana.

Como se verá, los gastos fijos (locales filiales, sueldos, etc.) suman una cantidad muy importante. Cualquier actividad extra que tengamos nos provocará un desequilibrio en el presupuesto mensual.

Continuando con la línea de trabajo iniciada en el período anterior, la cual nos permitió dejar saneadas las finanzas del sindicato realizando todas las actividades programadas.

Intentaremos llevar una política hacia los gastos que nos permita la mejor distribución de los mismos, así como analizar otras formas de ingresos al gremio y un abaratamiento de algunos gastos, para poder realizar más actividades y mejores.



LOS TRABAJADORES DUEÑOS DE SU DESTINO

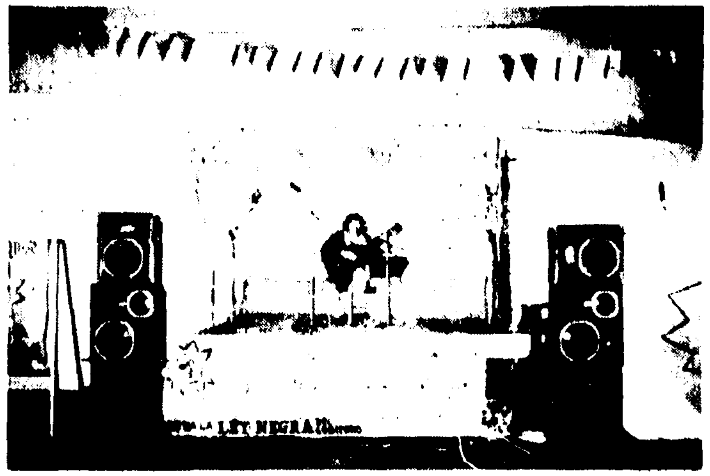
Ha llegado el momento de reflexionar todos juntos y pensar si votamos el 5 de julio, si votaron nuestros familiares, amigos y compañeros y qué papel jugamos en esta instancia tan importante para todos los uruguayos donde decidimos qué modelo de país queremos.

No pretendemos analizar nuevamente todos los argumentos que ya discutimos pero sí hay que resaltar que no alcanzó en julio y que ésta del primero de octubre es la última, la decisiva, y por eso llamamos a los compañeros a redoblar el esfuerzo y dar la gran pelea, para darle un escarmiento a este gobierno y demostrarle que no es verdad eso que dijo el Ing. Cat de que quien no votó está de acuerdo con la política gubernamental; pero si es en esos términos que nos plantean la lu..., los trabajadores estamos dispuestos aún así a juntar los 600.000 votos necesarios y decir que esto no es así y que no solo queremos las empresas públicas en manos del Estado sino que también queremos aplicar el proyecto alternativo para mejorarlas y no liquidarlas.

Desde el mes de mayo funciona en AUTE la Comisión Territorial 4; allí trabajamos en conjunto con compañeros de SUTEL con vistas al 5 de julio. Luego de esta fecha, la comisión siguió funcionando en forma ininterrumpida y elaboramos un plan de trabajo hacia el 1º de octubre.

Hemos logrado aplicar gran parte del mismo, como por ejemplo la integración de otros sindicatos ubicados en la zona, el Frente Amplio y el Polo Progresista.

El día 4 de setiembre se realizó en AUTE una peña con participación de distintos artistas como Numa Moraes, Miguel Angel Herrera, Los Paseanderos, etc. Con esto se consiguieron los dos objetivos que nos habíamos trazado: generamos un buen elemento propagandístico y difusivo del tema y además recaudamos N$ 1:500.000 para el funcionamiento de nuestra Territorial.



A la fecha están funcionando tres puestos fijos, uno en Pcio. de la Luz, uno en la Central Aguada y uno muy bueno en medio de la Facultad de Química y Medicina a los que se sumarán dos más en Fernández Crespo y Miguelete y Agraciada y Asencio (supermercado Disco).

Se han realizado algunas barriadas y charlas en casas de familia así como un gran trabajo de propaganda con 60 muros pintados en todo Montevideo, una pegatina central con participación de 40 compañeros, pintadas de pasacalles, columneras, etc. y elaboramos una muestra gráfica, la cual llevamos a la Expo Rural del Prado 92 con gran éxito.

Son muchas las cosas que restan por hacer y estamos trabajando a pleno para lograr esta victoria tan importante.

Para eso precisamos la participación y colaboración de todos y pedimos que hagan junto a nosotros este último esfuerzo, ya que si votáramos todos los funcionarios públicos y un solo familiar de cada uno alcanzaríamos nuestro objetivo.

El 1º de octubre es labor de todos así que encaremos este desafío con seriedad y responsabilidad, hablemos con los amigos, vecinos y compañeros y juntemos esas 600.000 papeletas blancas que nos den tranquilidad y perspectiva.

Entonces,

NO TE QUEDES PARADO

AUTE - Territorial 4

SE HABÍA DECRETADO OLVIDAR, PERO LA VIEJA AUTE VOLVIO

"La razón de los sin razón, era destruir todo, que ni el recuerdo quedara de las luchas populares, puertas, paredes, máquinas de escribir, libros y butacas. Después se fueron. Pero se olvidaron de los cimientos y de entre de esos escombros nació un árbol. Nació de una raíz contenida durante años por las paredes y los pisos de la vieja casa. Y creció y creció en un signo de rebeldía como queriendo tocar el cielo con sus ramas."

A.P.



Se coincide en denominar la actual actividad de AUTE, como la segunda época. La primera sería desde su fundación en Abril de 1949, al golpe de estado en Junio de 1973, es decir, 24 años de la vida en las cuales se sucedieron hechos en el accionar de un sindicato, que de alguna manera lo estamos historiando en ediciones de la **Revista VOZ.**

Pero cabe preguntarse: ¿en la larga noche de los 11 años, la noche de la dictadura, desapareció AUTE, verdaderamente?

Hay que situarse en el devenir de esos años, todo el movimiento sindical fue duramente castigado y, en ese conjunto AUTE fue de los que más sintió la represión. En la antesala de la dictadura 1968/1973, nuestro gremio sufre una constante sangría de militantes, en esos 5 años son más de 250 los compañeros destituidos, otro número importante fue sumariado y trasladados de sus lugares de origen, cientos y cientos pasaron por los cuarteles con sus secuelas de torturas y la tremenda incertidumbre que sufrían sus familias.

Se inicia la actividad en la clandestinidad, las asambleas, la propaganda, el vínculo de los Delegados con los sectores de trabajo se dificulta día a día. Con el golpe de Estado en 1973 la situación se agudiza, continúan las destituciones, las detenciones en los cuarteles o en lugares desconocidos, se intensifican las torturas, producto de ellas "desaparecen" **Oscar Tassino y Ricardo Blanco**, en la tortura muere **Humberto Pascaretta**, los tres, militantes de primera línea, otros quedan con secuelas que nunca se borrarán, otros marchan al exilio y muchos a la cárcel del Penal de Libertad.

Turiansky en su libro "Apuntes para la desmemoria", calcula que mucho más de 50 trabajadores de UTE estuvieron en el Penal, es muy difícil precisar con exactitud la cifra, tal vez los años den a luz los archivos, si es que los hay.

En cuanto a los exiliados hay que tener en cuenta dos clases de ellos. El exilio del apremio de "caer en cana" y el exilio forzoso que, aunque voluntario, tenía connotaciones económicas; ¿quien le daba trabajo a un destituido de UTE? La dictadura catalogó a los ciudadanos de este país por categorías y miles de ellos tenían una raya roja en la ficha, y esto no es cuento, lo vi con mis propios ojos, en cierta oportunidad. Sólo había lugar para morirse de hambre o en el mejor de los casos ir a parar al Penal de Libertad.

Tal era la realidad de los trabajadores vinculados a su sindicato, tal era la realidad de nuestro pueblo, algo para no olvidar.

Con el transcurso del tiempo y en ese contexto fue donde aparecen, lenta pero constantemente, los nuevos cuadros, la nueva hornada de AUTE.

Muchos de los impulsores de la segunda época nos han prometido recordar hechos al respecto, pero lo que más me ha quedado grabado en charlas mantenidas, es que me contaran que en varias secciones y lugares de trabajo cuando llegaban con el planteamiento de formar el Sindicato, entre curiosos y desconfiados, surgía la pregunta y con ella la definición clara: **¿Ustedes en qué andan? Miren que yo soy de la vieja AUTE.**

Clara definición, la dictadura había prohibido todo, pero hay cosas que es imposible prohibir, entre ellas la virtud de pensar, de recordar, ese sencillo trabajador sabía que sólo la vuelta de la vieja AUTE le daba esperanzas.

Se habían prohibido los sindicatos, se habían prohibido las asambleas, se habían prohibido las reuniones de más de tres integrantes, se habían prohibido las personas y hasta las palabras, se había decretado olvidar todo, no pensar en nada, pero el fuego seguía ardiendo en el interior de cada uno.

Todos los intentos de la dictadura de formar sindicatos y centrales fantasmas fracasaron. En 1980 el Pueblo votó por NO ante la propuesta militar, en 1983 y ante varios esfuerzos se propone celebrar el 1º de Mayo, la nueva organización se decide denominarla PIT y con la consigna de Libertad, Trabajo, Salarios y Amnistía, 150 mil personas asisten a la convocatoria que recogían el legado histórico de Solidaridad, Unidad y Lucha de la CNT.

El fuego nuestro había estallado y el volcán rugía en multitudes, la demostración del Obelisco el 27 de noviembre del 83 es la muestra, ese [illegible] contenido, reprimido, ya no podía ser detenido, la dictadura había sido derrotada.

No cabe dudas, así como cada sindicato vivió en cada trabajador, AUTE vivió en cada obrero de UTE, las nuevas generaciones, el aporte de viejos militantes, darían formas a nuevos métodos, a nuevas estrategias que los actuales años y las nuevas generaciones reclaman, todavía queda mucho camino que recorrer, pero nada es en vano en la lucha sindical.

"Y creció y creció como un signo de rebeldía, como queriendo tocar el cielo con sus ramas."

Aurelio Piccone, agosto 1992

Acta de entendimiento

En Montevideo, a los diez días del mes de agosto de mil novecientos noventa y dos, por una parte: el doctor Alberto Volonté e ingeniero Alvaro Cutinella en sus respectivos caracteres de Presidente del Directorio y Gerente General y en nombre y representación de la Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (U.T.E.). Y por otra parte: los señores Julio Vera y Carlos Curbelo en sus calidades de Presidente y Vice-Presidente con funciones de Secretario y en nombre y representación de Agrupación UTE (AUTE), expresan y acuerdan lo siguiente:

Antecedentes: el día 30 de octubre de 1991, entre UTE y AUTE se firmó un Acta de Entendimiento, que se enmarca dentro de un relacionamiento laboral que prioriza el diálogo como forma de vinculación entre las partes, enfoque que se reitera en este documento reafirmándose, en cuanto correspondan por su vigencia, las cláusulas de dicha Acta así como las condicionantes que llevaron a la adopción de la misma.

Continuando con la forma de relacionamiento expresada, las partes acuerdan lo siguiente:

PRIMERO: Establecer la voluntad de concretar un convenio colectivo que —entre otras cosas— vincule la remuneración de UTE con la productividad en la Empresa.

En tal sentido en el presente año se concretará un convenio entre UTE y el Instituto de Economía de la Facultad de Ciencias Económicas y Administración tendiente a definir el concepto de productividad en una Empresa con las particularidades de UTE. Posteriormente se determinarán los mecanismos y detalles que permitan seguir avanzando hacia el logro del objetivo planteado.

SEGUNDO: Considerando el clima en el que se ha desarrollado lo reestructurado del Ente, y en el entendido que se mantendrá el mismo, las partes acuerdan que en los temas relacionados con los funcionarios se considerarán las objeciones y propuestas que AUTE formule en los siguientes temas: escala retributiva, valoración y manual de ascensos, en el plazo de diez días a partir de su presentación, manteniendo en su totalidad el poder de decisión y dirección del Ente.

TERCERO: Es deseo de las mismas la ejecución de acciones sociales, en el pleno convencimiento de que en definitiva redundarán en un mejoramiento de la calidad de vida de los funcionarios del Ente.

CUARTO: A tales fines, UTE continuará a la brevedad con la venta de algunos de sus terrenos, con la flexibilidad que permitan las disposiciones legales vigentes, a diversas cooperativas de vivienda formadas por funcionarios de la Empresa que los hayan solicitado.

QUINTO: UTE realizará las gestiones pertinentes ante la Universidad de la República para que, a través de la Facultad de Arquitectura dependiente de esa Institución, se celebre un convenio para el estudio y proyecto de viviendas de madera.

SEXTO: Igualmente UTE estudiará la posibilidad de utilización para eso, de la madera de sus predios forestados, instrumentándose —en caso de ser posible— la forma de venta para alcanzar dichos objetivos dentro de las disposiciones legales vigentes.

SEPTIMO: Las partes acuerdan reactivar el funcionamiento de la Comisión Central de Capacitación y Formación creada por R.90.1121.

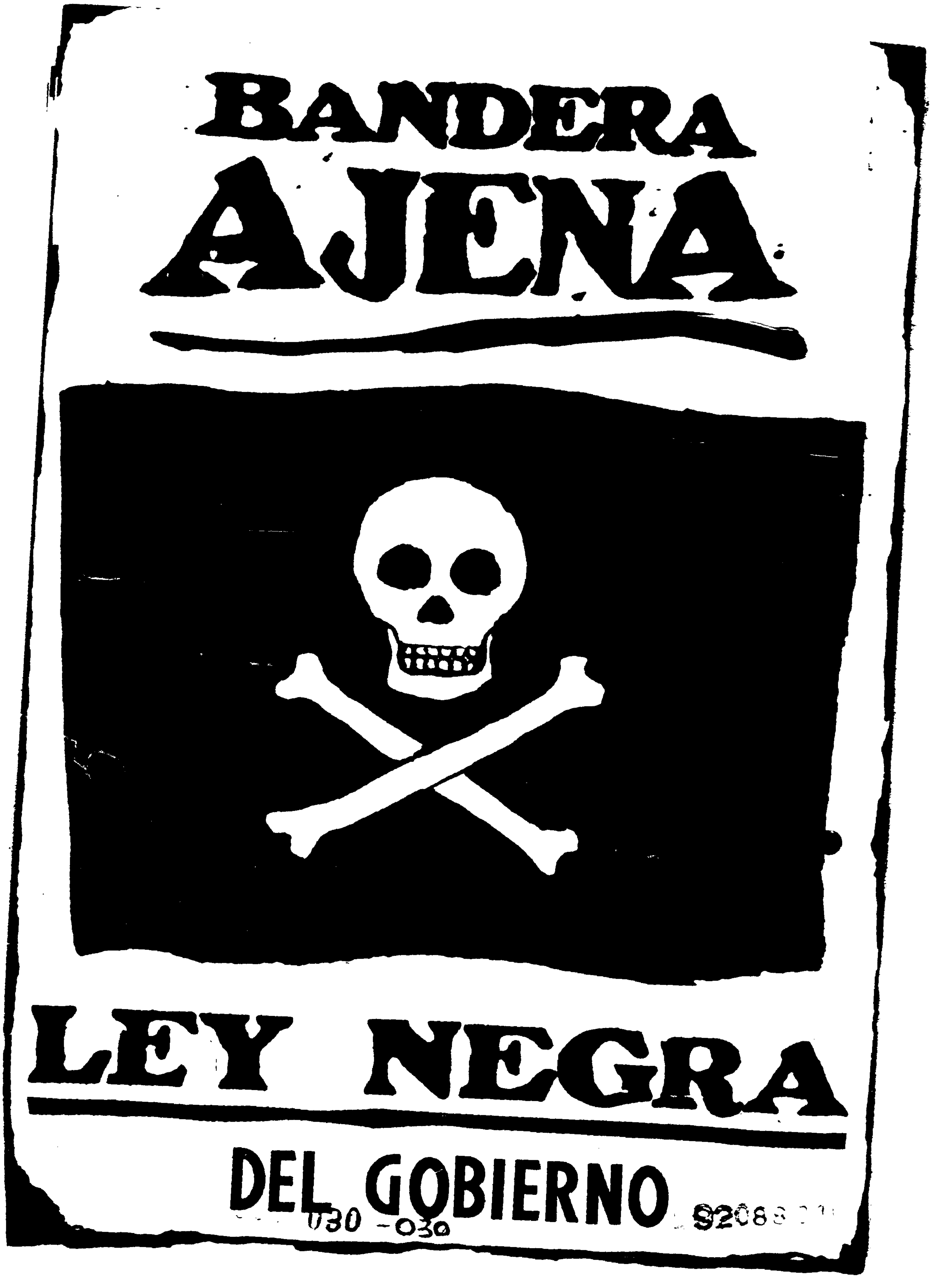
OCTAVO: Se continuarán realizando como hasta la fecha los exámenes médicos preventivos a los funcionarios, como parte de una política de mejoramiento de las condiciones de trabajo en cuanto a preservar la salud ocupacional de los mismos.

NOVENO: Se estudiará la creación de un fondo solidario en el ámbito del buen relacionamiento laboral, en el que además de la participación de la Empresa, habrá un aporte de los funcionarios, el que tendrá como finalidad la ejecución de obras de apoyo social para los funcionarios, mencionándose a vía de ejemplo, becas de estudio para hijos de funcionarios del interior, tratamientos médicos especiales, etc.

DECIMO: Se estudiará la posibilidad de ampliar el concepto de Guardería a la totalidad de la plantilla de UTE, generando la Gerencia de la División Recursos Humanos realizar un relevamiento acerca de los potenciales beneficiarios de la extensión del servicio de Guardería y becas estudiantiles para hijos de funcionarios del interior del país.

DECIMOPRIMERO: AUTE se compromete a culminar el estudio antes del 30 de agosto de 1992, de todas las correlaciones de puestos de trabajo entregadas hasta la fecha.

DECIMOSEGUNDO: Habiéndose cumplido con las condiciones exigidas en nota del 29 de noviembre de 1991 de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto y estando comprobada la mejor gestión propuesta por el art. 3º del Acta de Entendimiento de 30 de octubre de 1991, fruto del esfuerzo de todos los funcionarios de UTE se procede a incorporar en sus sueldos base la partida de N$ 47.100 líquidos.


BANDERA
AJENA
LEY NEGRA
DEL GOBIERNO

920499 23/09/92

INFORMACION GENERAL DEL PCU

954-A-I

- Adelantando Memorandum del Agente No. 954-A-I, adjunto Periódico del Partido Comunista de Uruguay " CARTA POPULAR"

001/14

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

MB

002

920882

Periódico del Partido Comunista de Uruguay

Carta popular

Año 1 - Nº 1
Montevideo, viernes 18 de setiembre de 1992
Precio: N$ 2.000



¡SI, ESTE PARTIDO EXISTE!

■ Sábado 19, gran caravana por los barrios y mitin final en Agraciada y V. Gómez

■ Hablarán Líber Seregni, Tabaré Vázquez, Danilo Astori y Marina Arismendi

El Partido Comunista ha reselto conmemorar mañana y en la calle el 72o aniversario de su fundación e incentivar la campaña en favor de la papeleta blanca en la elección del 1o de octubre. En ese sentido ha convocado a participar en una gran caravana de vehículos que partirá a la hora 15 desde la Universidad y recorrerá los barrios para culminar en un mitin ante la sede de la histórica seccional 20a. El itinerario de la caravana será el siguiente: Rivera, Veracierto, 8 de Octubre, Larrañaga, Centenario, Robinson, Gral. Flores, Chimborazo, Burgues, Aparicio Saravia, Sayago, Millán, Garzón, Carlos M. Ramírez, Grecia y Carlos M. Ramírez, Uruguayana, Capurro y Agraciada hasta Valentín Gómez.

El mitin está previsto para la hora 19, y en él hablarán los dirigentes frenteamplistas Gral. Líber Seregni, Dr. Tabaré Vázquez y senador Danilo Astori. Y en nombre del Comité Central del PCU, la camarada Marina Arismendi.

Luego actuaran destacados artistas populares que han adherido a la celebración del 72o aniversario.

Nuestro saludo

Podría tratarse de un «presagio» que a 72 horas de cumplirse el 72o aniversario del Partido Comunista de Uruguay aparezca este primer número de CARTA POPULAR. Sin embargo, en esto no hay nada de «presagio» o «milagro». Sencillamente se debe a la voluntad de los comunistas de contar de nuevo con un órgano de prensa que se difunda en todo el Uruguay.

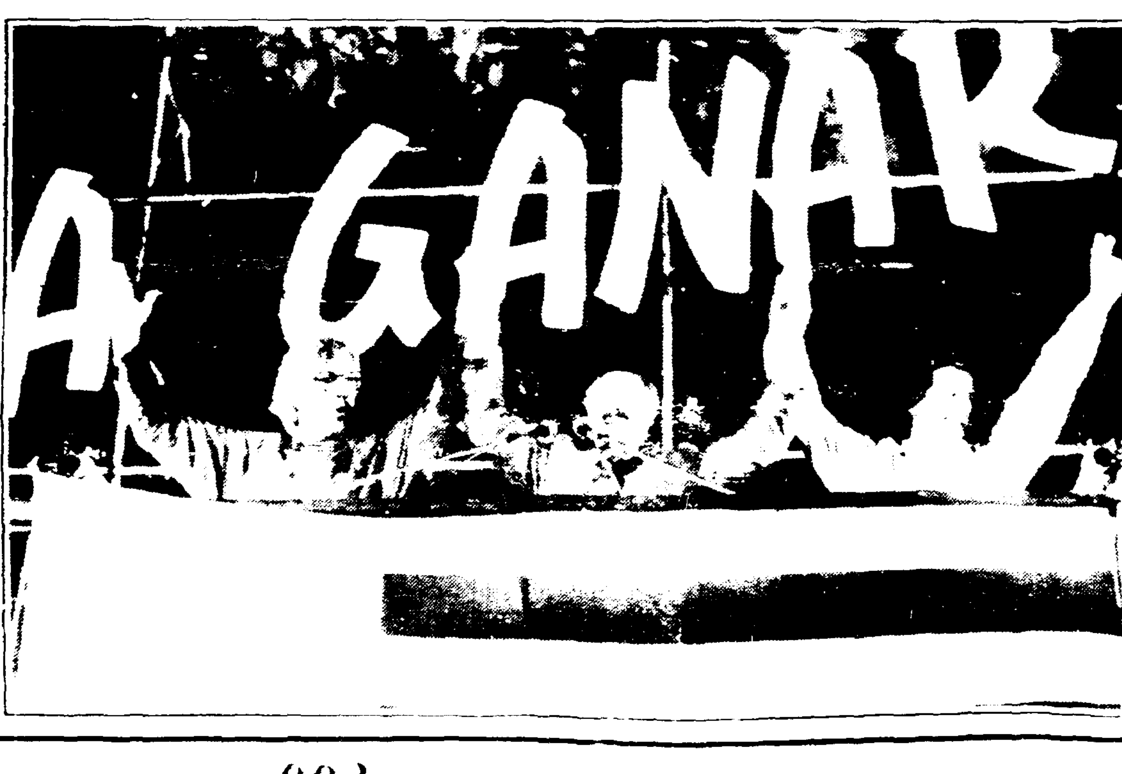
Esa fue la decisión unánime del Congreso Extraordinario.

Claro que recién damos un primer paso en ese sentido, puesto que la decisión fue que se editase un semanario. Por ahora, CARTA POPULAR será un quincenario. Del esfuerzo, la colaboración y el apoyo de los comunistas y frenteamplistas, así como de los trabajadores en general, podremos ir superando etapas. Confiamos plenamente en ese esfuerzo, esa colaboración y ese apoyo para que CARTA POPULAR - continuando la rica trayectoria de la prensa comunista iniciada con «Justicia» hace casi tres cuartos de siglo- desempeñe un papel de importancia en el acceso del Frente Amplio, en 1994, al gobierno nacional.

En la oportunidad, CARTA POPULAR hace llegar su saludo a todos los medios de difusión frenteamplistas, con quienes está ligada fraternalmente, y a todos los órganos de información de nuestro país.

El 1o de octubre

Con la papeleta blanca



■ El Frente Amplio está realizando una intensa movilización que procura el voto mayoritario de la ciudadanía por la papeleta blanca. Con ello el 1o de octubre se interpondrá el recurso de referéndum contra varios artículos de la ley de empresas públicas, la ley que pretende la privatización y extranjerización de buena parte del patrimonio nacional.

■ Como ocurrió el sábado 12, el próximo domingo Seregni Vázquez y Astori encabezarán caravanas populares que recorrerán una vasta zona montevideana, según detallamos en la página 4.

■ El 1o de octubre, a ganar con la papeleta blanca, porque esto significa defender las empresas públicas que son de todos nosotros y generan ganancias al Estado, aunque el gobierno de Lacalle sostenga lo contrario. (Más información en la página 12).

El Partido

PLENARIO DE MONTEVIDEO

El lunes 7 se realizó el plenario departamental de Montevideo, para ultimar los planes hacia el 72 aniversario, estrechamente vinculado a la realización del referéndum. Se discutió animadamente la actividad de las agrupaciones y el plan de asambleas.

ACTIVOS DEPARTAMENTALES

El martes 8 se reunieron, por separado, los secretarios de organización, propaganda y finanzas, con buena participación y entusiasmo hacia la caravana y el acto en la 20a. Asimismo, se ajustaron los planes para el vuelco de la máxima militancia hacia el triunfo de la papeleta blanca.

SECCIONAL CHAVES SOSA

Se reunieron las agrupaciones Liberación, G. Cuestas, Guillermo Machado, Julia Scorino y Barrio Municipal. El ejecutivo seccional está funcionando semanalmente, a la vez que concurren en forma colectiva a las diversas agrupaciones, con buen resultado. Para el acto de mañana, aseguran ómnibus, camiones, y varios carritos con vecinos de la zona.

EN LA 9A.

Hubo una fructífera reunión de 15 compañeros que analizaron los planes del trabajo municipal y el F.A., con la participación de Víctor Rossi.

EN LA 16A.

El comité seccional se reunió el viernes 4, así como las agrupaciones de Jubilados del P. de la Arena, y Chimeneas, aprobando diversas iniciativas. Para lograr finanzas, preparan un campeonato de truco, para el que hay numerosas parejas inscritas.

EN LA 21A.

Se están efectuando reuniones en casas de familia, para impulsar el referéndum

EN LA 11A.

El 26 de agosto, hubo una jornadacon participación de 11 comp. del C. Central, que integraron delegaciones a 4 reuniones simultáneas de agrupaciones. Hicieron luego jornadas de visitas a los afiliados.

EN LA 22A.

Se reunió el Cte. Seccional, las agrupaciones Julián López, dos en Parque Posadas, P. Castellanos, Piterly, y una intensa actividad, como en otras zonas, de los jubilados por la elección.

OTROS ACTIVOS

Se realizaron en la 18 y 24a, en la 17a, en el Che con numerosa asistencia (realizan pintadas en muros de Av. Italia y otros) También en la 20a, donde se reúne asimismo la Agrup. La Aurora.

EN EL ESTE

Todos los viernes se reúne el secretariado, funciona el Cte. Seccional, hubo reuniones con la UJC, activos de unidad política, y del frente de organizaciones sociales.

MUNICIPALES

Todos los viernes a las 19 y 30 se reúnen los comunistas municipales en Río Negro 1531.

SECCIONAL ROVIRA

Se reunieron las agrupaciones Loterías, Subsistencias, Agricultura y Pesca con participación de Alicia Pintos.

EN EL DI PASCUA

Se reunieron 4 agrupaciones y hubo varias reuniones de militantes sindicales.

En GRIMAU está reuniéndose el equipo de dirección y el O. Tassino efectuó dos reuniones.

EN EL MENDIOLA

Hubo un activo el 3 de setiembre y preparan un acto para el 18 en R.Indarte y B. Riquet, frente a su local. Participará Marina Arismendi. EN EL CERRO, hubo una numerosa reunión en B. Casabó y otra en La Boyada.

El seccional Balbi realizó una fiesta con motivo del aniversario del PCU y los maestros (Sec. C. Chassale) realizaron una exitosa asamblea.

SECCIONAL 10ª

El domingo 13 se realizó un encuentro de camaradería en el local del cté. Salvador Allende. El sábado 19 se concentra en la explanada de la escuela Sanguinetti a las 14.30 hs.

Saldrá locomoción para la caravana previa al acto del Partido.

En el estilo telegráfico, estas son algunos de las numerosas actividades que están mostrando el crecimiento y la combatitividad del PCU en esta etapa decisiva hacia el referéndum y el 72 aniversario y el fortalecimiento del Frente Amplio.

CENA DE CAMARADERÍA

El Seccional Di Pascua festeja el 72a. aniversario del PCU con una cena de camaradería en Av. Agraciada casi San Martín, el día 29, a la hora 19.
Precio del ticket: N$ 10.000.

Carta popular

Periódico del Partido Comunista de Uruguay

Redactor responsable: Daniel Beautti
Felipe Cardoso 2090, Bloque 4G, Ap. 108, Montevideo
Director: Fausto Pérez
Administrador: Gerson Fleitas
Secretario de redacción: Rubén Acasuso
Redacción y administración
Río Negro 1525 - Tel 91 71 71 - Montevideo
Composición y armado
Dimagraf - Río Negro 1053
Autorización en trámite en el MEC
Depósito legal 255734/92
Impreso en los talleres gráficos de Impresora Polo - Paysandú 1179 - Montevideo

Mujer comunista, fundadora, combatiente

Nuestra Julia



«Yo doy primacía a lo que creo que es lo principal en un militante revolucionario: su fidelidad a los principios, su fe en la clase obrera, su internacionalismo, su instinto de clase.

Hace poco, para mi sorpresa, he visto publicado en la revista «Estudios», un escrito de Julia Arévalo en 1921, un artículo sorprendente en muchos sentidos. ¡Casi asombroso! Un breve artículo escrito en 1921, por una joven obrera de 23 años, saludando el triunfo de la primera revolución socialista de la historia: la revolución que encabezó Lenin, en la vieja Rusia de los Zares». Así escribía nuestro inolvidable Enrique Rodríguez en el prólogo al libro de Alfredo Gravina «A los 10 años proletaria».

En este setiembre en que se cumplen 72 años de la fundación del PCU, la figura de Julia, lejos de desvanecerse a 7 años de su muerte, se perfila con más fuerza y está presente en la dura etapa que vivimos.

Sí, proletaria desde los 10 años, toda su vida está impregnada de la fuerza y la sabiduría de la clase obrera. Ella supo elevarse ideológica, cultural y políticamente, estudiando y leyendo, sin separarse de su clase, de su pueblo, de otros pueblos y de otras fuerzas combatientes. Oradora de una fuerza impresionante, recorrió la patria convocando a la solidaridad con España, con la Unión Soviética luego, con Cuba, con todos los pueblos que enfrentaron al fascismo, y las tiranías. Organizadora sindical en medio de huelgas y durísimos conflictos, enfrentó represión y balas durante la dictadura de Terra, estuvo en el centro del combate con los campesinos de San Javier, donde cayera aquella madre valiente, que fue Julia Scorino.

Siempre estuvo en su puesto, allí donde hiciera falta. Ya sea en una seccional o en una agrupación -¿quién no la recuerda en la 18 y 24ª- o vendiendo el diario, o corriendo desde la puerta de la fábrica a las más altas tribunas?. En el Parlamento, primera mujer senadora de América latina. En diputados, en la Junta Departamental, o en foros internacionales en Europa o en el continente. ¡Cómo supo comunicarse siempre con el público que rodeaba tanto un acto callejero como una reunión académica! Su fuerza, su pasión revolucionaria, impactaban, así como su claridad y su convicción política.

Madre y abuela ejemplar, corría entre un congreso y otro, subiendo al avión o al ferrocarril, cargada de regalos para sus hijos y sus nietos. Entre la lectura y el tejido, rodeada de sus plantas, escribía con letra grande y hermosa sus artículos, libros o anotaciones de viajes.

Decimos por eso con Enrique Rodríguez: «los comunistas no la lloramos, la recordamos, la veneramos y deseamos que todos los comunistas y todos los patriotas conozcan su vida y sigan su limpio ejemplo» (marzo de 1987).

Cuando el sábado 19 recorramos las calles de Montevideo en nuestro 72 aniversario, ella estará presente en nuestras rojas banderas.

R.D.

Fiel a los principios

Manos amigas hicieron llegar a CARTA POPULAR, la versión de los discursos realizados en ambas cámaras legislativas, al rendir homenaje a Julia Arévalo a pocas horas de su fallecimiento. No resistimos la tentación de extraer, de las numerosas y emotivas intervenciones, una frase pronunciada por el Dr. José Pedro Cardoso, presidente del Partido Socialista.

«Pienso, señor Presidente, que los hombres y mujeres que a través de la lucha, de triunfos y de derrotas, de discrepancias y de acuerdos, de alegrías y desazones, se mantienen siempre fieles a los principios y a los objetivos de su militancia, fieles a los intereses de los que sufren la injusticia social -como fue el caso de la Sra. Julia Arévalo de Roche- se constituyen, sea cual fuere la posición, en el ámbito de su acción política y social, en elementos básicos para la configuración de la sociedad nacional» («La Hora», 23 de agosto de 1985).



Un llamado a todos los comunistas

En momentos que cumplimos -y con justas razones conmemoramos- los 72 años de existencia como organización política, podríamos hacer una larga enumeración de los aportes y esfuerzos de los comunistas en torno al proceso de luchas sociales y políticas del pueblo uruguayo, pero hoy nuestra atención central debe estar dedicada hacia el triunfo el 1º de octubre y a la defensa intransigente de la unidad y desarrollo del Frente Amplio.

Y precisamente movidos por estos esenciales objetivos y ante el riesgo de que «acontecimientos públicos» puedan salpicar negativamente e incidir en el cambio de los verdaderos ejes que esta batalla requiere, se nos ocurre oportuno reiterar algunos conceptos que expresáramos en el acto inaugural del Congreso Extraordinario del Partido, realizado en el mes de mayo pasado.

Allí, entre otras cosas, decíamos:

«Pero no obstante la responsabilidad que esta tarea significa y el momento tan difícil y complejo en que ella se produce, la asumimos con la mayor tranquilidad y la más profunda convicción, de que estamos dando un paso trascendental en la vida política de los comunistas, y también - por qué no decirlo- en la vida política que concierne a toda la izquierda uruguaya, que en última instancia, tiene que ver con la vida de nuestro pueblo y el destino de nuestro país en su conjunto.

Y afirmábamos: «Tranquilidad y convicción, porque quienes ostentamos la responsabilidad de dirección en este último tramo, o sea en este último mes, (unos y otro, ¡todos!) los que hemos sustentado una y otra posición, ¡albergamos el singular propósito de salvar y reafirmar este gran instrumento político que cuenta ya con 72 años de vida y cuenta además - sin lugar a dudas- con un caudal tan pronunciado de aportes y sacrificios en pos de la sociedad uruguaya, que de por sí sólo miden la importancia, la trayectoria y su estatura de organización política de avanzada; que ha pugnado siempre -en todas las circunstancias- por modificar las estructuras socio - económicas del país, para posibilitar que la inmensa mayoría del pueblo pueda vivir mejor, teniendo presente permanentemente el pensamiento y el legado artiguista».

Y mencionábamos: «esto no implica adoptar una posición de petulancia y de soberbia frente a otras fuerzas políticas aliadas, es simplemente hacer referencia - en forma objetiva- a algunas pautas que han regido nuestra actitud política durante tantos años».

Hoy se trata de ser consecuentes con estos conceptos, tanto en la expresión pública como en la práctica cotidiana. Por eso nuestro acto de conmemoración tiene como lema «El 1º de octubre podemos», porque entendemos que esa instancia es trascendental para concretar el Plebiscito, que permita un pronunciamiento popular que impide la extranjerización del país y defienda el Patrimonio Nacional forjado durante tantos años por medio de distintas generaciones.

Y no esto responde a aspectos espirituales o sentimientos nostálgicos, como pretenden endilgarnos los propiciadores de la llamada ley de «Empresa Pública», sino a hechos objetivos. Si se produce la venta las Empresas del Estado, los perjuicios serán para el país y todos sus habitantes; que nadie se llame a engaño, el proceso será sin retorno. Por ello, el llamado a todos los comunistas el trabajo sin pausa hacia el 1º de octubre.

Y simultáneamente, a la defensa de la unidad y desarrollo del Frente Amplio, porque ésta es la herramienta fundamental, que en el plano político, ostenta el pueblo uruguayo no sólo para que coagule esta instancia inmediata sino para seguir procesando los cambios positivos que el país y nuestra sociedad necesitan.

Estos son los objetivos medulares que deben mover a toda dirección o militante político progresista y avanzado. Todo lo que desvíe o posibilite el cambio de estos ejes esenciales, atenta contra los intereses populares y es incompatible con el programa y la acción del Frente Amplio.

La inteligencia, la coherencia y la capacidad se miden en relación a la actitud que se tenga en torno a estos aspectos.

La trayectoria del Partido Comunista en estos 72 años nos señalan los verdaderos puntos de referencia; su abandono se encuadra en lo infiel.

El acto del 19, en la 20ª, nos espera para ser fieles con el 1º de octubre.

FRANCISCO J. MAIORANA

El número 2 de CARTA POPULAR aparecerá el sábado 3 de octubre

Editorial

Con amor, sacrificio y alegría

El Partido Comunista de Uruguay festeja. Festeja porque cumple años, setenta y dos. Los cumple en medio de la lucha, cumpliendo con su razón de ser, aportando al esfuerzo popular por mejorar la forma de vivir de los uruguayos.

No es cualquier aniversario, es el que intentaron que no fuera. Se podría estar recordando que hace como un año, un partido con historia se quedó sin futuro porque su dirección así lo decidió. Pero aquí estamos este conjunto de mujeres y hombres, jóvenes y viejos, innovadores, ortodoxos y «renodoxos», estos miles de comunistas que lo seguimos siendo porque queremos.

Queremos no por tesoneros solamente, no por concepción ideológica solamente, también porque la realidad la necesita y nosotros lo entendemos. Pero, sobre todo, porque queremos a las personas de verdad, de carne y hueso, concretas, que viven, trabajan, aman, sufren y se alegran en este mundo de todos, que tan pocos disfrutan plenamente. Y además nos respetamos y queremos a nosotros mismos, que es parte de la dignidad.

El Partido no festeja solo. Festeja junto a la izquierda y el movimiento popular, reafirmando en los hechos la vocación unitaria que tienen los luchadores sociales auténticos. No lo hace solo porque su aniversario es movilización en defensa del patrimonio nacional y aporta también a la presencia en la calle del Frente Amplio.

El cumpleaños del Partido no es tema sencillo. No porque no se puedan decir muchas cosas, por el contrario ocurre que son tantas las posibles. Se podría revisar largamente la historia del Partido extrayendo de ella hechos y actitudes admirables que fueron muy importantes en la vida de este país. Se podría hablar de tantos aniversarios clandestinos, no por ello menos sentidos por los comunistas que nunca los festejaron a solas, sino en medio de los hombres y mujeres de un pueblo que peleaba contra la bestia fascista.

En este aniversario el Partido se reencuentra, se construye. Los comunistas construimos Partido Comunista, en medio del pueblo que integramos, siendo parte de sus luchas y de sus esperanzas.

Construimos con amor y sacrificio, con dolores, con dudas y en medio de grandes desafíos, construimos con la alegría que generan el trabajo y la lucha cuando no los impone nada más que la propia voluntad.

Construimos con apuro, porque la realidad nos urge, pero cuidando las formas para que los apresuramientos no justifiquen métodos de imposición o de sustitución de los organismos por algunos dirigentes. Promoviendo la elaboración en los colectivos sin la cual no habrá perspectiva, buscando en el control permanente de los afiliados sobre la dirección la vacuna contra los riesgos de oportunización y elitismo.

Los miles de camaradas, la gran mayoría de base, que nos empeñamos en la tarea de mantener y superar el Partido sin destruirlo, ganamos en el Congreso Extraordinario la primer batalla interna contra la desesperanza y la entrega de los principios. Haber sido capaces de hacerlo en medio de los vientos postmodernos del «ya fue» y «hacé la tuya», cuando se quería enterrar el marxismo leninismo junto con el «socialismo real», nos compromete. Hemos afirmado la vigencia de nuestra teoría, se trata de aplicarla y desarrollarla en la medida en que se aplica y como consecuencia de ello.

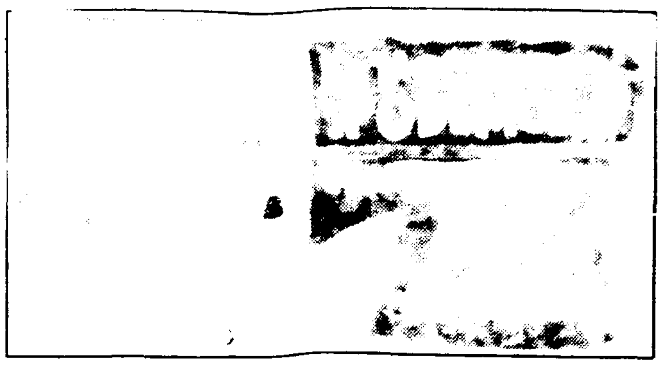
Diariamente libramos nuevas contiendas y en ellas tenemos responsabilidad todos, no exclusivamente quienes circunstancialmente desempeñan tareas de dirección. El desarrollo de formas reales de participación e incidencia del conjunto deberá caracterizarnos y su construcción será uno de nuestros principales aportes al movimiento popular.

La pasión por forjar una organización que ayude a dar vida a un tiempo nuevo, el convencimiento de que la misma es una labor colectiva, de miles, amplía el cauce de la esperanza.

PEDRO BALBI

En lo fundamental, no nos equivocamos

La acción del Partido Comunista, a lo largo de los setenta y dos años transcurridos desde su fundación, puede resumirse en su contribución el proceso de las luchas sociales del pueblo uruguayo, signadas por los principios de la libertad y de la justicia social, en cuatro vertientes fundamentales: La lucha por la democracia y contra el fascismo, la solidaridad internacional con los demás pueblos, la unidad política de las fuerzas progresistas y la unificación del movimiento sindical.



■ DEFENSA DE LA DEMOCRACIA

La lucha por la democracia y contra el fascismo se concretó, en el plano nacional, a través de una permanente y militante participación en todas las acciones que se han desarrollado en pro de un orden institucional justo, democrático y respetuoso de los derechos humanos.

Puntos culminantes de ese compromiso con la democracia y los derechos humanos lo constituyeron la lucha contra la dictadura de Terra, en la década del treinta, y, en especial, la contribución a la resistencia contra el golpe de Estado de 1973 y la consiguiente dictadura fascista que oprimió al pueblo uruguayo hasta 1985. Desde un primer momento, apoyando la huelga general que la enfrentó en sus inicios, hasta la culminación del proceso que determinó su derrota, el Partido se integró con todas sus fuerzas al combate que libraba el conjunto del pueblo por la reconquista de la democracia. Actuando conjuntamente con todas las demás fuerzas que enfrentaron el malón fascista, dio en esa lucha lo mejor de sí.

Miles de afiliados sufrieron la tortura, la cárcel y el exilio, en tanto que otro elevado número pagó con sus vidas el enfrentamiento al régimen tiránico.

Reconquistada la democracia, el Partido continuó luchando por su consolidación y profundización. Hito fundamental en esa lucha lo constituyó la contribución a la campaña contra le ley de impunidad y por la verdad y la justicia respecto al destino de los desaparecidos.

■ SOLIDARIDAD INTERNACIONAL

La solidaridad internacional ha sido principio rector de la acción del Partido desde el mismo momento de su fundación, en la medida que el punto de referencia de la misma lo constituyó el apoyo a los obreros y campesinos de la rusia soviética, que en esos momentos sentaban las bases del primer régimen socialista, en medio del acoso y la agresión de todas las potencias imperialistas.

Esa misma actitud de solidaridad internacional se expresó posteriormente en la activa participación en la defensa de la República Española, víctima de la agresión interna y externa del fascismo. Del mismo modo, cuando sobre toda Europa se desató la barbarie fascista, con riesgo de sumir a toda la humanidad en estado de monstruosa opresión, el Partido se sumó con todas sus fuerzas al combate que, a escala internacional, libraron contra ella todas las fuerzas democráticas del mundo.

Posteriormente, el Partido apoyó todas las luchas de los pueblos de Asia y Africa que se liberaban de la opresión colonialista, así como las de aquellos que eran víctimas de la política agresiva del imperialismo yanqui, en el llamado período de la guerra fría. En la misma dirección, asumió desde el primer momento una actitud de solidaridad activa con la revolución cubana y con las luchas de los pueblos de Nicaragua y San Salvador.

Hoy en día, el Partido continúa apoyando firmemente, y sin ningún tiempo de vacaciones, la causa de la revolución cubana, ante el bloqueo y las amenazas de agresión que llevan a cabo el imperialismo yanqui y sus aliados de turno.

■ UNIDAD DE LA IZQUIERDA

Durante largos años el Partido bregó por la unidad de todas las fuerzas políticas de izquierda. Especialmente a partir de 1955, impulsó en ese sentido una serie de iniciativas concretas, que chocaron en un principio con dificultades e incomprensiones de diversa índole.

En 1956 se plantearon las primeras iniciativas tendientes a abrir un cauce unitario en el plano político, proponiéndole al Partido Socialista una conjunción de esfuerzos en ese sentido. Cuatro años más tarde, se efectuaba un llamamiento a la unidad de todas las fuerzas progresistas, sin exclusiones, señalando «la necesidad y urgencia de la formación de un frente político de las fuerzas de izquierda».

En 1962 se da un primer y trascendental paso en ese sentido, conformando el Frente Izquierdo de Liberación, a partir del cual se impulsó luego la Mesa por la Unidad del Pueblo, apuntando al logro de una conjunción más amplia. Tal propósito no pudo alcanzarse en ese momento; pero, pocos años más tarde, se concretaría con creces al conformarse el frente Amplio, en cuya constitución el Partido jugó un papel de primera línea.

La consolidación del Frente Amplio, sobre la base de la preservación de su unidad, ha sido y es para el Partido una cuestión cardinal en el proceso de avance político y social del pueblo uruguayo. En ese sentido, hoy como ayer, se opone firmemente a todo intento rupturista o de falta polarización que atente contra esa unidad.

■ UNIDAD SINDICAL

Desde su fundación, y durante muchos años, el Partido debió bregar por la superación de la negativa fragmentación y dispersión que se daban en el movimiento sindical.

La acción de sus militantes en los sindicatos se orientó, fundamentalmente, a la unificación, promoviendo y apoyando todas las iniciativas que contribuyeran a su logro.

En el camino hacia la necesaria unidad sindical, los militantes obreros comunistas jugaron un papel protagónico en la conformación de la Unión General de Trabajadores, en 1942; de la Comisión Pro Central Unica, en 1956; del Plenario de la Cultura y el Pueblo Trabajador, en 1958; de la Central de Trabajadores del Uruguay, en 1961; del Congreso del Pueblo, en 1965; y, finalmente, de la Convención Nacional de Trabajadores, en 1966. Asimismo, en las difíciles condiciones del período de la dictadura, el Partido y sus militantes continuaron impulsando con criterio unitario las acciones que apuntaban a la recomposición del movimiento sindical. En esa línea se contribuyó a la creación de Plenario Intersindical de Trabajadores y la posterior síntesis que se expresó en el PIT - CNT.

Hoy como ayer, a la vez que se continúa postulando la unidad como premisa básica del movimiento sindical, se reafirma su orientación independiente, en función de los intereses de clase de los trabajadores, al margen de toda conciliación política e ideológica con las clases dominantes.

* * *

A lo largo de sus setenta y dos años, en las cuatro direcciones señaladas, el Partido ha proyectado su acción en la sociedad, apuntando siempre a la defensa de los intereses de los trabajadores y del conjunto del pueblo, en la perspectiva de una sociedad sin explotados ni explotadores., Muchos obstáculos y dificultades ha debido sortear en su camino. Y muchos momentos difíciles le ha tocado vivir por discrepancias y desentendimientos surgidos en su seno. Pero ningún obstáculo externo, ni ninguna dificultad interna lo han hecho claudicar. Por ello conmemora con orgullo su aniversario y reafirma su disposición a seguir luchando junto al pueblo, por la causa de su liberación. Lo hace con conciencia de haber transitado el camino justo y con la convicción de que, aunque no tiene el patrimonio de la verdad y no siempre acertó en todos los pasos, en lo fundamental no se ha equivocado.

Siempre ha sido Partido de los obreros, de los humildes y de los postergados. Hoy, cuando algunos niegan su pasado y terminan vilipendiándolo, reivindica su trayectoria y reafirma su necesidad y su vigencia

F.P.



El circo blanco

«Que no se entienda que nosotros no hablamos con quien debemos hablar. Aquí el dueño del circo se llama Luis Alberto Lacalle, y cuando tenemos que hablar con él lo hacemos»

(Senador Juan C. Raffo en declaraciones a «El Observador Económico»)

Sin anestesia

- Decime, Flequi, ya que tanto te gustan los pasatiempos, una sola diferencia entre Salvatore Totó Riina, Giuseppe Madonia, Al Capone y tu «padrino». Cuando la encontrés, me avisás.



La solfa

¿How do you do, míster Brown?
Lo noto dicharachero
y con ganas de meter
la cuchara en el puchero.

Su repudio al referéndum
resultó una gran ayuda.
Si alguien dudó votar «SI»,
usted le sacó las dudas.

Lirón

920 8 8 3 2



El Frente Amplio en la calle

El Frente Amplio realizó una caravana el sábado 12, que culminó con un acto en la intersección de Gral. Flores e Industria, donde hizo uso de la palabra el senador Danilo Astori.

La caravana partió desde la sede de la Coordinadora «Ñ», en Millán y Luis A. de Herrera y recorrió diversos barrios de la ciudad de Montevideo.

En la partida se contabilizaron más de 40 vehículos a los cuales se les fueron agregando más y más vehículos a lo largo de los diversos «puntos de encuentro».

A esta columna frenteamplista se unieron otras dos que encabezaron el Gral. Líber Seregni y el Dr. Tabaré Vázquez.

En el mitin final el senador Danilo Astori hizo un brillante alegato a favor del voto con papeleta blanca el 1º de octubre.

El domingo 20 se realizará la segunda caravana que recorrerá la zona de las Coordinadoras J, K, L, M, N y Q.

La J se concentra, a las 9 y 30, en Punta de Rieles; la N, encabezada por Danilo Astori, a la misma hora, en 8 de Octubre y Propios. A las 10 y 30, después de recorrer los barrios, ambas Coordinadoras confluirán en 8 de Octubre y 20 de Febrero.

Por su parte, la Coordinadora L se reúne en Rivera y Felipe Cardoso, a las 9 y 30 y se une con la Coordinadora M, a las 10 y 15 en Comercio Rivera. En este lugar, Tabaré Vázquez se integrará a la caravana.

La Coordinadora K, encabezada por el Gral. Líber Seregni, se concentra, a las 9 y 30, en Avenida Italia y Bolivia y se une a la Q, a las 10 y 15, en La Cruz de Carrasco.

Las tres caravanas finalizarán su recorrido en Cno. Carrasco y Estado de Israel. Aquí se efectuará un mitin, a las 11 y 30, donde hablará el intendente capitalino Tabaré Vázquez.

Entre comillas

«El señor Brown no es el embajador de los Estados Unidos: es el embajador de los compradores del Uruguay». (Senador Danilo Astori en el mitin del FA efectuado el día 12).

¡Bien metida, compañero! Más claro, echarle agua.

* * *

«Más de un siglo al servicio de la libertad». (Lema del diario «El Día», tercera época).

Un pensamiento inconcluso. Le faltan dos palabras: de empresa. Ahora sí está completo.

* * *

«El Poder Judicial no es el tercer poder sino un poder de tercera». (De la declaración del cónclave de magistrados en Melo).

Rendición de Cuentas mediante, tanto el Poder Ejecutivo como el Legislativo están en condiciones de ascenderlo de categoría y que pase a actuar en la A, como se lo merece.

* * *

«El libro erótico de Madonna será vendido en Gran Bretaña, pero sólo a los adultos, anunció el editor Warner Books». (Cable de la ANSA).

Se susurra que la versión española sería regalada con cada ejemplar de un diario de la Rodelú sin pretensiones mercantilistas.

Acto por referéndum

En el corazón del Barrio Sur, los vecinos se congregaron para reflexionar acerca del referéndum. Organizado por el 26 de Marzo, habló en nombre de dicho sector, Angeles Balparda.

Especialmente invitada, hizo uso de la palabra la Dra. Alba Roballo, que en conmovidas palabras rindió homenaje al Padre Cacho, pidiendo un minuto de silencio en su memoria. Con la feria vecinal en pleno auge, los vecinos escucharon atentamente los argumentos reclamando el voto por la papeleta blanca.



Fanny Puyeski :

«... no puedo representar a un partido del cual me fui»

En razón de la licencia del diputado Yamandú Fau, representante del Partido Por el Gobierno del Pueblo, fue convocada para ocupar el cargo durante su ausencia la Dra. Fanny Puyeski en su carácter de suplente electa.

La conocida feminista, que se había desvinculado del mencionado partido, no aceptó ocupar la banca. Dando razón de su actitud, afirmó lo siguiente: «Mi decisión es un corolario lógico de lo que manifesté hace 10 meses en mi carta de renuncia al Partido»...»No cabía dentro de mis coordenadas éticas aceptar el cargo. Si me desvinculé del Partido sería muy poco ético aceptar la proposición».

De aquí y de allá

Nicaragua, Nicaragüita...

El narrador mexicano Carlos Fuentes, en reciente entrevista, respondía al preguntársele si asistimos al fin de la utopía revolucionaria: «Todo proyecto de civilización es, en cierto modo una utopía. Sin embargo, en Nicaragua, por ejemplo, no se planteó una utopía. Se liberaron fuerzas sociales, se dieron mejores niveles de educación o de salud al pueblo y se avanzó en la independencia del país frente a EE.UU, algo que está resultando muy difícil porque a Violeta Chamorro le siguen negando créditos. Otro logro de la revolución sandinista fue que permitió, por primera vez en la historia del país una sucesión democrática entre el poder y la oposición»...»En México, en setenta años no hemos sido capaces de darle el poder a la oposición y en cambio el país sigue recibiendo créditos. Manda el mismo partido desde 1928, cuando yo nací».

Para los uruguayos, que sentimos como propia la causa del pueblo de Nicaragua, no caben dudas respecto a las afirmaciones del gran escritor. Ese pueblo hermano está conociendo ahora, cuánto ha perdido. Noticias de último momento, indican que la Sra. Violeta decidió devolver a sus propietarios 14.000 bienes reclamados, atendiendo a reclamaciones de 4.600 propietarios, entre ellos, 206 norteamericanos.

Estas propiedades habían sido confiscadas por los sandinistas, tras el triunfo de la revolución que derrocó a Somoza.

¿Méritos para obtener los créditos?

IRENE

Homenaje a Arismendi

Un nutrido público asistió al acto organizado por el Seccional «Manuel Liberoff», en homenaje a Rodney Arismendi. Hizo uso de la palabra Eduardo Viera, quien destacó la labor política e ideológica de quien fuera primer secretario y luego presidente del PCU. El acto se inscribe en la preparación del 72 aniversario del Partido, y en la intensa actividad frenteamplista por el referéndum.



Los jubilados y pensionistas votaron y eligieron representante al BPS: Luis Colotuzzo

Los jubilados en el directorio del BPS

Tras dos gobiernos (y pico) constitucionales y más de una década de dictadura, finalmente se realizó la elección para designar al representante de los jubilados en el Directorio del BPS, resultando -esto ya no es noticia, pero vale la pena consignarlo- electo por abrumadora mayoría, el titular de la lista 2, Luis Alberto Colotuzzo. Infatigable defensor de los derechos de los jubilados y pensionistas, propulsor de la unidad de las clases pasivas a lo largo y a lo ancho del país, hoy plasmada en la unión nacional de asociaciones de jubilados que agrupa a la inmensa mayoría de los mismos en la República.

Colotuzzo, tal como lo difundió en la campaña previa a las elecciones, ingresa al Directorio con un programa de importantes objetivos, como la reducción drástica en plazos breves de la evasión de aportes a las Cajas, el restablecimiento para todos -y no sólo para algunos jubilados de la compensación por edad; la implantación, debidamente financiada con los recursos del banco, del seguro de salud para los ancianos, ya que, como él lo ha dicho y repetido, es un contrasentido que cuando más necesita un ciudadano dicho seguro, que es a la vejez, el régimen hasta hora vigente se lo suprime. También ha insistido Colotuzzo que el BPS está en condiciones -y lo estará aún más cuando se sanee el flagelo de la evasión- de suministrarle a todos los jubilados y pensionistas un presente, un regalo, aunque no se le quiera llamar aguinaldo, de un salario mínimo a fin de año.

Por otra parte, está el tema de las viviendas para jubilados, para el cual se recaudan todos los meses minuciosamente descontándoselo a las pasividades, recursos que se usan mayoritariamente con otros fines escamoteándoselos a los viejos, lo cual implica una trágica burla. Estos y otros puntos que integran la plataforma de Colotuzzo, estarán desde ahora presentes en las sesiones del Directorio donde el representante de los jubilados librará batalla tras batalla en pos de su consecución.

Mesa Política del FA se reúne en los barrios

El viernes pasado, la Mesa Política del Frente Amplio puso en práctica una nueva manera de vincularse con las bases.

En la sede de la Corriente de Unidad Frenteamplista, se reunió por primera vez con las mesas de las Coordinadoras J,K, L, M, N y Q y delegados de los comités de base.

La discusión se hizo de acuerdo con una agenda abierta, y se analizó el desarrollo de las tareas que las Coordinadoras están impulsando con vistas al 1º de octubre.

Los distintos delegados ofrecieron detalles acerca de las mismas, a la vez que expusieron su preocupación por la reciente polémica entre dirigentes del FA.

La experiencia iniciada hace una semana continuará en el día de hoy, a la hora 19, en el Club Universal, calle India Muerta, en el barrio Paso del Molino. En esta oportunidad, la Mesa Política se reunirá con las Coordinadoras D, E, F, G, H y P.

Líber Seregni

Una exigencia histórica: elevar la mira

Un imperioso llamado de nuestras convicciones y la urgente preservación de los más profundos valores frenteamplistas se hallan en la base de esta reflexión de hoy.

Estamos seguros de interpretar los sentimientos de los compañeros del Frente Amplio al expresar que la polémica desatada entre connotados dirigentes de nuestra fuerza política constituye, objetivamente, un deplorable apartamiento de ciertos supuestos que creíamos inconmovibles entre nosotros. La fraternidad como marco de la pluralidad, la defensa prioritaria de la imagen frenteamplistas respecto de los compromisos sectoriales y, sobre todo, el relegamiento de los intereses personales en las instancias del debate público, han estado lamentablemente ausentes en esta confrontación menor. Puede resultar humanamente comprensible que disputas con un transfondo de base patrimonial, provoquen irritaciones y diferencias, cualquiera sea el color partidario de sus actores. El FA es obra de hombres y no de ángeles, y ello puede explicar muchas debilidades. Pero desde su creación el Frente tiene pautas escritas y no escritas que deben regir las conductas de todos quienes adherimos a él, y que por esa misma pertenencia estamos obligados a movernos en pos de intereses superiores.

Somos gente de izquierda y nos debemos a un propósito que nos trasciende. Ello debería distinguirnos de otros sectores partidarios, que a nuestro entender responden a solicitaciones diferentes. A ese propósito superior, que no es otro que la promoción de los humildes y la defensa de valores éticos, propios de la más alta condición humana, deberíamos siempre ajustar nuestros actos y nuestros dichos.

Los uruguayos aspiran a un cambio sustancial de la conducción de la política. NO sólo un relevo de hombres, sino sobre todo de idas y de conductas. Seguramente esa aspiración explica el auge actual de nuestra fuerza.

Minar esa confianza es atentar contra la esperanza del pueblo. No podemos pasar en silencio, sin condenarlo con la mayor energía, ese ataque a nuestras raíces y a nuestras perspectivas.

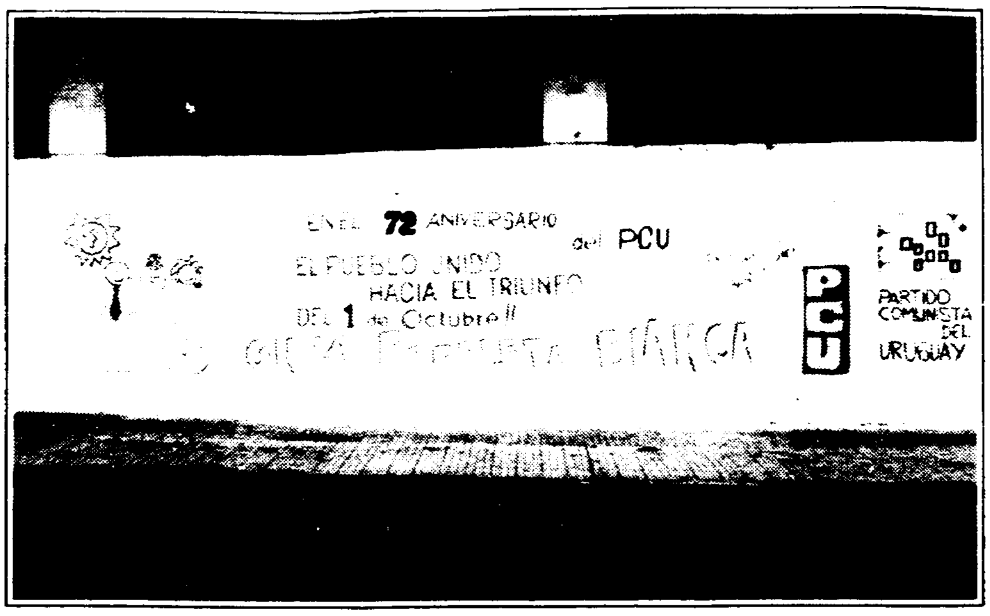
Hoy, cuando nos abocamos a una instancia fundamental para el futuro de los orientales, expresada en el acto civil del 1º de octubre, y cuando más allá de esa fecha apelamos a la unidad profunda para dar razón de la presencia del Frente en el escenario nacional, es preciso que retornemos a los orígenes. Ellos nos iluminan y nos interrogan.

A ellos, y a las solicitaciones de la militancia frenteamplistas y del pueblo todo, debemos nuestra entrega cotidiana. Por ellos es imperioso que elevemos la mira y que dejemos atrás, recordándolos sólo para evitarlos en lo sucesivo, hechos como los que suscitan esta exhortación de hoy.

Tomado de «Paso al Frente» (12 de setiembre)

Puerta a puerta, explicando en el mano a mano

Ahora no podemos fallar



De un informe del seccional Julio Escudero (PCU) reproducimos este pasaje:

«El fracaso del 5 de julio no puede volver a repetirse.

Dicho fracaso fue el resultado de múltiples factores, entre ellos destacamos el no unir el referéndum con los problemas cotidianos de la gente, no hacerlo en medio de una ofensiva de luchas sindicales, no realizar un trabajo explicativo capilar y en profundidad.

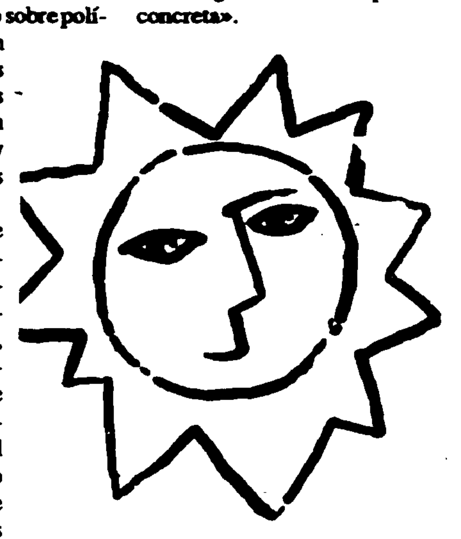
Pero este fracaso no es de la gente, no es del pueblo, sino de una concepción, y por ende de aquellos dirigentes que la concibieron y la impulsaron. Concepción que por ejemplo apuesta al carisma de ciertos dirigentes y su poder de convocatoria, lo que es importante, pero divorciado del trabajo militante de las bases, en el puerta a puerta, en el mano a mano, con argumentos, explicando y no cifrando todo en la propaganda a través de los medios masivos de comunicación.

Y en murales.

Concepción que se expresa en lo político en el apartamiento por el Frente Amplio de lo resuelto en su congreso sobre política de alianzas, o en la toma de decisiones en temas importantes de la vida nacional sin consulta a la base y sin tener en cuenta sus opiniones.

Concepción que se expresa en lo sindical en dar el máximo privilegio a la negociación, sin lucha, cayendo en el dialoguismo y la falta de iniciativa movilizadora, quebrándose el necesario equilibrio que debe existir entre movilización de las masas y negociación a partir de ella.

Ahora tenemos planteado el desafío del 1º de octubre, donde no podemos fallar, pero que no se arregla con retoques, con un poco más de propaganda o un poco más de militancia, sino que solo se logrará quebrando dicha concepción en la práctica, sacando a los trabajadores y sectores sociales del quietismo y la inacción defensiva, poniendo al pueblo en su conjunto en lucha por sus reivindicaciones y contra el proyecto neoliberal, que en cada lugar tiene su expresión concreta».



El escándalo es un antídoto

El tema «escándalo» ha sacudido nuestra bucólica ciudad.

Es más; hace ya tiempo que por cualquier asunto, se hace un «escándalo». Hoy traemos, para los lectores de «Carta», unas líneas de la obra de teatro de Darío Fó: «Muerte accidental de un anarquista», relacionada con el asunto. Da para pensar...

«loco

- No, el escándalo es un antídoto para el peor de los venenos que es la toma de conciencia de la gente. Y, en efecto, ¿el gobierno americano impuso acaso alguna censura para que el pueblo no se enterase del asesinato de todos los líderes de los movimientos negros, la masacre de miles de ciudadanos indefensos en Vietnam? Nada de eso: por el contrario, durante semanas enteras la televisión y la prensa ha aireado con bombo y platillo la indigna matanza...con horror...con indignación...un diario de Nueva York llegó al extremo de salir con este titular: 'Somos los asesinos del mundo'...»

«Loco'

- ¡Y sin embargo, nunca como ahora América y su sistema han disfrutado del apoyo total y apasionado no sólo de los industriales, sino de la casi totalidad de sus trabajadores, con los obreros a la cabeza, dispuestos incluso a lanzarse a la calle llegado el caso, para dar una lección a esos sucios subversivos blancos y de color que amenazan con volar el estado de sus patronos!...»

Comunistas del movimiento sindical

El encuentro de sindicalistas comunistas consideró la situación general de los trabajadores, en el marco de la crisis que el país atraviesa por la profundización de la estrategia neoliberal del gobierno y las multinacionales.

La reducción salarial, el cierre de industrias y el desempleo, las nuevas formas de inserción en el mercado laboral, por una parte; la política impositiva, de salud, vivienda, educación, la Rendición de Cuentas y la política de privatización, por otra, se analizaron en sus aspectos económicos, políticos e ideológicos.

Se valoró la importancia del triunfo, en la elección del BPS, favorable a los intereses de las clases pasivas, también de las movilizaciones estudiantiles en defensa de la educación y las de los trabajadores por sus reivindicaciones, como la del pasado 10 de SOIMA, SUNCA, UNTMRA y FANCAP.

Ante el desafío del 1º de octubre se establecieron formas organizadas de participación de los militantes comunistas.

El trabajo se desarrolló en comisiones y plenarios, quedando formadas, para algunos temas como Mercosur y Reconversión industrial, comisiones de profundización y propuesta.

Los militantes comunistas ratificaron su compromiso con los intereses de los trabajadores, su lucha y la defensa de la unidad del PIT - CNT.

Comprometieron su esfuerzo por garantizar el debate de los problemas y enfoques de los trabajadores, en la orgánica del movimiento sindical.

Es hora de forjar nuevos militantes

Muy difícil es esta época para quienes trabajamos modestamente por transformar la sociedad. Parece que un gran terremoto hubiera sacudido al mundo y todo aquello que considerábamos nuestro, se hubiera derrumbado.

Hoy nos encontramos en el amanecer que sucede a esa trágica noche; recién estamos removiendo los escombros, curando a los heridos, enterrando a los muertos; enfrentando a las enfermedades tanto de origen senil como de origen infantil; empezando a investigar las causas del terremoto y empezando a definir nuestro futuro inmediato.

El Partido se encuentra en crisis fruto de grandes y profundas contradicciones que han madurado en su interior, cuya superación dependerá de lo acertadas que sean nuestras respuestas al presente.

La militancia se encuentra en crisis. Contenidos y formas que caracterizaban su existencia han caducado inexorablemente, fruto de los cambios operados en las condiciones materiales e ideológicas de dicha existencia.

No son las mismas las motivaciones y las posibilidades que promovían la militancia, y por ello, no pueden ser iguales los caminos y los espacios en las actuales condiciones.

En los 60 nos preparábamos para la guerra y acertadamente forjamos hombres y mujeres que dedicaran a una militancia de guerra, cada día de sus vidas. En los 70 llegaría esa guerra y gracias a lo anterior, ellos serían quienes encabezaron desde la cárcel, la clandestinidad y el exilio, la lucha contra la dictadura. En los 80 terminaría la guerra, pero equivocadamente seguimos forjando hombres y mujeres que dedicaran a una militancia de guerra, cada día de sus vidas.

La militancia se encuentra en crisis y tal vez aquí hayamos encontrado una de las respuestas que explican el surgimiento de dicha crisis.

La guerra exige de los revolucionarios que se preparen para ella, disciplina, entrega y sacrificio de todas sus vidas.

Pero esto debe culminar con el fin de la guerra, porque el hombre tiene un conjunto de necesidades diversas, las cuales exigen su satisfacción.

Nuestra conciencia nos permite aplazar la satisfacción de muchas necesidades, pero las condiciones que así lo exigían dejaron de estar presentes. Es así que convertimos la negación de nuestra íntegra humanidad, necesaria en esa situación extrema, en cosa cotidiana e imperecedera, lo cual en las actuales condiciones nos condena a un martirio permanente, a un empobrecimiento general y al fracaso colectivo.

Tal vez nuestra militancia haya entrado en contradicción con las exigencias y posibilidades de nuestro tiempo y esa sea la razón por la cual no nos brinda suficientes y eficaces respuestas.

Tres son los caminos por los cuales podemos tomar: 1) afirmar que la militancia no tiene sentido por haber perdido su vigencia histórica, fruto de su ineficacia transformadora y su desvalorización colectiva. 2) afirmar que la militancia tiene sentido si reivindicamos la disciplina, la entrega y el sacrifico de los revolucionarios. 3) afirmar que la militancia tiene sentido si renovamos sus contenidos y sus formas, adecuando sus objetivos al presente.

Creo que si tomásemos la primera opción, estaríamos confundiendo las causas del fracaso actual de la militancia con las consecuencias de la militancia de guerra en la actualidad y estaríamos condenándonos a convertirnos en conservadores del sistema. Si tomásemos la segunda opción, estaríamos reproduciendo las causas de esta crisis relacionadas con la insuficiencia de dicha caracterización de la militancia en el presente y estaríamos condenándonos a convertirnos a mediano plazo en un partido de opinión, pues con el correr del tiempo difícilmente quedarán quienes quisieran luchar, si para hacerlo tuvieran que realizar una militancia desfasada históricamente. Yo, como es claro por la exposición, tomo partido por la última de las opciones. La vida tiene la costumbre de convertir a lo nuevo en viejo, a lo útil en inservible y hacer surgir de lo viejo cosas nuevas y de lo inservible cosas útiles. Todos sabemos que algo no es más o menos revolucionario, por las erres que pronunciemos al hablar de ello. Nada es más revolucionario que aquello, que en un lugar y en un momento concreto, ayuda como ninguna otra cosa al avance de la revolución.

Ayer fue necesario prescindir de nuestras familias, de nuestras parejas, de nuestros amigos, de la diversión, de los paseos, de los atardeceres de domingo, del estudio y hasta a veces del trabajo, todo por el Partido. Hoy es imprescindiblemente necesario vivir, disfrutar y enriquecernos con todas esas cosas, también por el Partido.

Es esto lo que definirá la militancia revolucionaria en la época actual. La riqueza individual y colectiva es el mejor aporte que podemos hacer en la búsqueda y la concreción de respuestas teóricas y prácticas que ayuden al avance del partido, la Revolución y el Socialismo. Esta nueva militancia no puede agotarse en los ámbitos clásicos, debe alcanzar a todos los ámbitos de nuestra vida, ámbitos en los cuales debemos aprender la realidad y volcar nuestros aportes.

La realidad había cambiado profundamente ya hace unos años, pero seguíamos forjando los mismos militantes, monstruos que están en el presente pero viven como en el pasado. Hoy la realidad ha cambiado aún más profundamente. Es hora de que forjemos nuevos militantes, que puedan dar nuevas respuestas, para esta nueva época.

JAVIER CAVALIERE CARLES

Por Cartera Nacional de Tierras

«¿No lo conoce a Juan?»

A cuatro cuadras de Millán y Garzón, en tierras que pertenecieron a la Facultad de Agronomía, están ocupando trece cooperativas de ayuda mutua. A la luz de un farol, en una de las precarias construcciones destinadas a guardias rotativas, nos reunimos con la comisión de propaganda de este núcleo de ahorristas. Con ellos conversamos.

Ustedes están ocupando esos terrenos estatales. ¿Cuáles son los motivos?

- Un motivo de fondo es la crisis general de la vivienda y el problema que se genera para las cooperativas por ayuda mutua: la ausencia de tierras que posibiliten la construcción. Mientras grandes sectors de la población son empujados hacia zonas alejadas, carentes de servicios, muchas tierras del Estado no tienen utilización efectiva y están además mejor ubicadas. Como estos terrenos, a media hora del centro, con locomoción y servicios cercanos, que no tuvieron uso conreto durante 25 años.

Estamos motivados, además, por la resolución de la Asamblea Nacional de Fucvam de adoptar la ocupación de tierras como método.

Quiere decir que existe una problemática común a las cooperativas por ayuda mutua...

- Se estima que son 100 las cooperativas en situación de formación y trámite (para obtener tierra y préstamos). Sólo accedieron a tierras y ello ...otras 50, o sea unas 2000 ...s, aún sin tierra. Las soluciones ofrecidas son prácticamente nulas y las trabas importantes: la propia ley de cooperativas, el hecho de que no esté decidido dónde se recibirán los trámites y que, al crearse el Ministerio de Vivienda, el BH se desentiende. El cupo del Ministerio, en el plan quinquenal, es del 30% de lo construido para el movimiento cooperativo. Parece una gran cantidad pero son apenas 2400 viviendas. Los pocos esfuerzos del Ministerio son destinados a los «núcleos básicos», apenas cascarones de un ambiente único que el usuario terminará o no, que tienen un régimen contractual individual (sin las ventajas de la organización grupal) y que responde normalmente a cuotificación política.



FUCVAM ocupa. El cartel y los ranchitos lo dicen todo. Faltan viviendas a lo largo y ancho del país.

¿Cuál es la historia de este grupo ocupante y su situación actual?

- Cuando nos instalamos aquí el predio pertencía a la Facultad d Agronomía. Posteriormente el Ministerio de Vivienda accede a la propiedad del mismo aunque todavía mantiene el pago pendiente. Hemos realizado desde el 26 de octubre/91 diversas negociaciones con el Ministro Lago, pero cuando asume Mieres Muró todo vuelve a fojas cero. El nuevo ministro negó la negociación salvo previo levantamiento de la medida, extremo al cual, desde luego, no estamos dispuestos.

Nosotros reivindicamos 2 has. en la parte alta del terreno, lo que posibilitaría construir unas 600 viviendas. Nos prometieron respuesta sobre estas tierras en este mes pero hasta ahora se han hecho sólo dos licitaciones para 300 y 400 viviendas. Sobre Garzón se levantarían viviendas categroría 3 y en la zona Norte núcleos básicos, pero no sabemos si habrá espacio para cooperativas en esta tierra o no.

Estamos organizados en cuatro comisiones (propaganda, finanzas, obras, fomento) y regidos por un Ejecutivo integrdo con un delegado por cada cooperativa. El 13 de este mes realizamos una de nuestras campañas de cupos procurando explicar la situación al barrio e incorporar nuevos núcleos familiares. Porque las largas esperas provocan deserciones en nuestras filas.

Por último debemos decir que el éxito de nuestra empresa determinará obtener la primera tierra arrancada al Estado en el marco del objetivo final de CARTERA NACIONAL DE TIERRAS, reivindicación inscrita en la plataforma general de FUCVAM:

* No al reajusta (retención en cuentas paralelas)
* Ocupación de tierras
* Destrancamiento de préstamos
* No a la modificación de intereses (Vigencia del 2%)

T.B.

Midober's quiere productividad, y los trabajadores, sus puestos

...trabajadores de la curtiembre Midober's, están en una ...especial. En efecto, el 1º de julio fueron enviados al Seguro ...mpleo, 45 trabajadores. La causa: falta de trabajo, es decir, ... el volumen de pedidos de meses anteriores. El comité de la empresa, filial de la OUC (Unión de Obreros Curtidores), ... realizarle un planteo a la empresa con el fin de que ese ...e trabajadores fueran rotados por todo el personal; además ...icitó un adelanto de N$ 50.000 para cada uno de los obreros ...uro.

...presa puso como condición, para otorgar lo pedido por los ...bajadores, que la carpa, colocada en la puerta de Midober's sobre calle Timote, fuera desmontada y allí no quedara nada.

La razón: venían los compradores de la multinacional Adidas y ...encontraban la carpa, no comprarían nada. El comité de empresa ...mó a asamblea para resolver sobre el tema y la mayoría optó por ...ntener dicha carpa. La transacción no se hizo y la patronal no sólo ...rotó a los 45 obreros en el seguro, sino que envió 92 más, el 1º de ...osto.

DESPIDOS VOLUNTARIOS Y OTRAS COSAS

Paralelamente, 30 trabajadores -que estaban en actividad- solici...on el despido voluntario porque la jornada de 11 horas (3 horas ...ra), se vio reducida exclusivamente a 8 horas diarias. Es decir, los ...eros trabajaban 11 horas, cobraban 14 y de golpe su salario se vio ...ucido al 57.14% de lo que cobraban. Estos despidos fueron, ...cticamente, inducidos por la empresa que de un «saque» les quitó casi el 50% del salario que estaban percibiendo.

A todo esto, los dueños de Midober's exigieron al comité de empresa, en las conversaciones que han mantenido desde el 1º de julio por los envíos al Seguro de Desempleo, que **«ahora quería que los trabajadores aumentaran la productividad entre un 17 y un 20% con el mismo salario»**. Frente a esta disyuntiva los trabajadores realizan diariamente reuniones y asambleas informativas sobre la marcha de la situación.

LOS GRANDES COMPRADORES Y LA EX URSS

Uno de los grandes compradores de Midober's es, como ya dijimos, la multinacional Adidas. Esta fabricante de equipos deportivos se surtía, desde hace muchos años con cueros del Uruguay por varias razones: textura, peso, calidad del curtido, etc.

Sin embargo, el gran comprador era la ex Unión Soviética. La cual -mejor dicho los países que integran la CEI- siguen necesitando la materia prima que sale del Uruguay, pero no la compran.

De acuerdo con lo informado por el Comité de empresa, los propietarios de Midober's, han dicho que tienen esperanzas en dos lugares importantes: a) la Feria de París, que se realizarán próximamente y b) el mercado norteamericano.

Circulan versiones de que los norteamericanos comprarían el cuero que compraba la ex URSS y se lo revenderían a los países de la CEI. En tanto que Adidas vendría en las próximas semanas y volvería a comprar los cueros.

EN RESUMEN

En resumen, se puede afirmar que hoy día, hay 167 obreros (en total trabajan 423 operarios), en el seguro de paro, incluidos los 30 despedidos, pues cobran en 3 cuotas. Los trabajadores no bajan la guardia y mantienen en alto las banderas de sus reivindicaciones.

Midober's es uno de los cuatro gigantes de la industria del curtido en el Uruguay. La Unión de Obreros Curtidores (UOC), es un sindicato clasista sin vuelta de hoja.

L.C.H.

Análisis

A partir del primero de agosto los trabajadores del metal y afines tuvieron su último aumento salarial del convenio sobre las pautas del gobierno de Lacalle, que partía de tomar el cuatrimestre octubre, noviembre, diciembre 1985 y enero 1990 como promedio base 100 de los salarios.

El gobierno reconocía que el Decreto del 1º de junio de 1990 del 15% ha provocado una caída en el poder de compra de los trabajadores entre el 12 y el 17%, para lo cual se toma la base 100 y se lo dividio entre los meses de junio, julio, agosto de 1990 y el actual convenio se realizaba para la recuperación de aquel salario, en buen romance, lo planteado reconoce que se produjo una reducción salarial violenta y que con este convenio se tratataría de reducir la pérdida hasta llevarlo a una congelación real del poder de compra de los trabajadores.

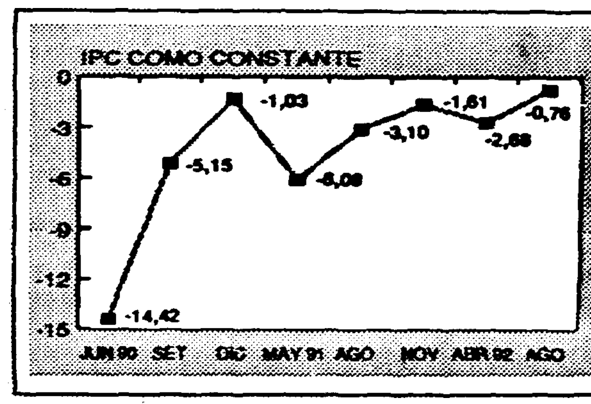
Para ser más claros veamos la siguiente tabla del aumento del IPC, de aumento de salario y las diferencias en cada período. También graficaremos estos valores de diferencia entre los valores del IPC y los aumentos tomando el varlor IPC como una constante que trazaremos como una recta horizontal. Y veremos que las nuevas pautas del año 1992 quieren reducir nuevamente nuestros salarios para mejorar su imagen ante el FMI.

Meses	IPC%	-Aumento %	Diferencia %
Junio 90	-31.55	-15	-(-14.42)
Setiembre 90	-22.22	-33	-(-5.15)
Diciembre 90	-28.52	-33.76	-(-1.03)
Mayo 91	-27.58	-21.51	-(-6.08)*
Agosto 91	-18.32	-21.74	-(-3.10)
Noviembre 91	-17.39	-19.11	-(-1.61)
Abril 92	-23.93	-22.64	-(-2.68)*
Agosto 92	-16.93	-19.16	-(-0.76)

* En las correcciones salariales de mayor 1991 y abril de 1992 vemos que el aumento de IPC es mayo que el aumento salarial. Esto se produjo al haber pasado 5 meses.

Esta gráfica corresponde a la realidad de 35.000 trabajadores del metal, mecánica y taller de reparación.

GRÁFICA IPC DIFERENCIA SALARIAL NEGATIVA.



La primera conclusión que podemos sacar de aquí es que el convenio no terminó de llevar el salario a la congelación en relación IPC.

Segunda conclusión: si este convenio continúa por otros 30 meses más y la evolución de aumento de costo de vida repitiera estos valores, recién al fin del Convenio podríamos recuperar todo el dinero perdido durante este perído de junio 1990 a Octubre de 1992, fecha de cierre de convenio.

Pautas de convenio del gobierno para abril 1992

Fueron de aumento anual del 35%

1) Aumento de IPC a abril de 1992 fue = 23.93%

Aumento de IPC a agosto de 1992 fue = 16,93%

Acumulados: base 100 x 1,2393 x 1.1693 = 44.91%

44.91% Aumento del IPC desde diciembre de 1991 a junio 1992.

2) Con este plan nuestro salario hubiera caído en lo que resulta de dividir 1.4491: 1.35= 7.34%

¿Cuánto más quieren reducir los salarios en el correr de los meses hasta abril del 93?

3- El convenio que concluye otorgó aumentos por un valor de 22.64 en abril y 19.16 en agosto.

100 x 1,2264 x 1.1916 = 46.14%

4- Lo cual ubica el aumento de salario a 0.85% por encima del IPC y a 8.25% sobre las pautas de abril de 1992. De aquí a abril ¿cuánto más aumenta el IPC? ¿Quién se comerá este aumento?

Todo esto nos muestra parte de la compleja realidad que vivimos los trabajadores de estos sectores. La necesidad de conocer la realidad para estar en mejores condiciones de cambiarla, sabiendo que junto a la lucha debe estar el conocimiento, la astucia y la decisión.

HORACIO MÁRQUEZ

Inversores argentinos interesados en INLASA



Inlasa se funde. Inlasa no puede pagar. Inlasa será rematada por deudas. Los trabajadores preocupados por su suerte, se vienen movilizando desde hace tiempo por su fuente de trabajo.

El 1º de setiembre, ante la inminencia del remate de la firma, resolvieron ocupar la misma con el fin de salvar sus lugares de trabajo.

El 27 de octubre era la fecha fatídica de la venta por remate de una de las más grandes fundiciones del país. 280 trabajadores fueron al seguro de paro **«por un mes»**, dijo la empresa, pero todos sabemos que en este país, las cosas no son como se piensan y ese mes se podría transformar en un desempleo permanente.

En la planta de la calle Barros Arana, conversamos con los dirigentes **Néstor Fernández** y **Luis Techera** del comité de empresa de Inlasa, filial del PIT-CNT.

«Ir al seguro de paro -nos afirma Fernández-, era desbandar a todos los trabajadores. Era el «sálvese quien pueda».

Entonces resolvimos ocupar la planta con el fin de llamar la atención de quien fuera para no quedar sin trabajo».

«Esta es una planta moderna para el país -nos dice Techera- los productos elaborados se vendían totalmente.

Muchas veces tuvimos que parar porque no había materia prima.

Acá no se puede decir que no hay mercado. Lo que hace Inlasa se vende».

Existe, en el momento, la posibilidad cierta de que la planta sea adquirida por inversores argentinos.

En principio se habló de que los abogados **Angel Guasco** y **Santiago Carnelli**, representaran a inversores uruguayos que tendrían interés en adquirir una planta industrial que da ganancias ciertas y a corto plazo. Sin embargo, en las últimas conversaciones que mantuvo la empresa, serían argentinos los inversores y ya se estaría a la firma del acuerdo.

Por su parte el comité de empresa nos dice, en la palabra de Fernández: **«Hoy jueves 10 se redactarán los documentos y mañana viernes se firmarían. Nosotros seguiríamos hasta completar el mes de seguro de paro y el 1º de octubre entraríamos todos nuevamente a trabajar.**

Nada puedo decirle de si la empresa piensa tomar más gente. Lo cierto es que si el acuerdo se firma, todos quedamos trabajando».

Inlasa compra chatarra y la funde en la planta que tiene en la ciudad de Pando, en las inmediaciones del estadio de fútbol del club Wanderers. De allí se trae en lingotes y en la planta de Barros Arana se procesa, fabricándose varillas de hierro para la construcción, alambrón y varios tipos de acero.

Como decimos, tranquilidad en el comité de empresa y firmes en la lucha por las fuentes de trabajo. Los trabajadores siguen de cerca las negociaciones de los empresarios, siempre sin bajar la guardia.

ROBERTO TORNO

Trabajadores de INLASA en la planta de la fábrica

Ultimo momento

Al cierre de nuestra edición, se solucionó el problema en INLASA.

La nueva empresa que iba a comprar la planta industrial, concretó el martes 15 la operación y a partir del miércoles 16, ya comenzaron a cumplir sus funciones algunos trabajadores. En el correr de los próximos días se integrará el resto. Un triunfo de la unidad del gremio.

Trabajadores de INLASA en la planta de la fábrica.

En la Salud Privada

Así fue el Congreso de la FUS

Como informáramos, los días 4,5 y 6 de este mes, se realizó en Mercedes el 6o. Congreso de la FUS. La asistencia de delegados osciló entre 260 y 205, trabajando en comisiones. El plenario adoptó resoluciones en lo reivindicativo, de organización, así como de balance y perspectiva.

Una de las comisiones en que se discutió y elaboró, con destacada participación, fue la de balance y perspectiva. Se analizaron dos propuestas del Ejecutivo de FUS: una en mayoría y otra minoritaria, la cual incluía críticas respecto de la conducción, tanto del sector como el movimiento sindical, en la actualidad. Esta propuesta se transformó en mayoritaria en la comisión, al recibir 37 votos en un total de 50, luego de un rico debate.

El plenario escuchó estas conclusiones de la comisión y, acto seguido, una propuesta no presentada en comisión y leída por primera vez desde la Mesa. Aunque fue discutido el procedimiento desde el punto de vista estatutario, el Congreso se pronunció finalmente por esta propuesta en una ajustada proporción: 99 votos por la mayoría, 89 por la minoría y más de 30 abstenciones.

Otras propuestas surgidas de la comisión mencionada fueron sí aprobadas por el Congreso: la reafirmación del programa de la Central del año 66 (que supone el objetivo final de una sociedad sin explotados ni explotadores), el pedido de convocatoria del Congreso del Pueblo y el reclamo a los dirigentes del PIT-CNT, de que no realicen declaraciones públicas que comprometan al movimiento sindical, aun cuando sean de carácter personal.

En cuanto al importante tema salarial, el Congreso votó la fórmula consistente en un sueldo mínimo equivalente a la media canasta y convenio a 24 meses con una recuperación del 28% (más IPC) a lo largo de todo el período, en 6 ajustes cuatrimestrales.

Respecto a la nueva Dirección de la FUS, la elección quedó fijada para el término de 60 días. El organismo de Dirección Nacional será el Consejo Central y habrá direcciones departamentales. Se crea un nuevo organimso intermedio: El Consejo Nacional de Delegados que sustituirá a la actual Asamblea Nacional. El Consejo Central se elegirá a través de listas de todo el país conformadas con el aval de tres sindicatos y 50 firmas.

Finalmente hay que destacar que se definieron formas de implementación del trabajo hacia el 1o. de octubre y la lucha salarial inmediata. Y como rúbrica trascendente, por unanimidad y con aplausos, el Congreso manifestó su apoyo a la Revolución Cubana y el rechazo al bloqueo yanqui.

El Banco Hipotecario hoy

Concebido como un banco de fomento social, el B.H.U. ha sido, en sus 100 años de vida, la solución de vivienda para muchísimos uruguayos.

A partir de 1978, la dictadura introdujo modificaciones sustanciales en la política del Ente, subordinando lo social a lo financiero. La construcción de viviendas se canaliza a través de promotores privados, con una participación cada vez mayor de empresas extranjeras. Resultado al final del período: viviendas de baja calidad, en muchos casos; un número importante de obras paralizadas y U$S 500.000.000 de pérdida para la Institución.

Con el restablecimiento de la democracia, las cosas no mejoran: de los U$S 600.000.000 adeudados, desde el año 82, por concepto de recaudación del Impuesto a los Sueldos, la administración Sanguinetti, sólo aporta U$S 30.000.000.

Actualmente el Banco Central fija el tope de inversiones en U$S 84.000.000 anuales, así como los intereses de los créditos (7%), por lo que se han tornado inaccesibles para la mayoría de la población. Prueba de ello es el reciente llamado a licitación de cuota para viviendas en el interior, que ha efectuado el banco, pues en las últimas convocatorias para adjudicación de viviendas, estas han sobrado.

Mientras tanto, miles de ahorristas siguen esperando una solución y los atrasos de los deudores, en el pago de las cuotas, aumentan.

Para conocer cuál es la visión de los trabajadores sobre la situación de la Institución, conversamos con el cro. Dagoberto Anglet, integrante de la *Comisión Representativa del Personal del BHU*.

- El art. 4º del Decreto 239/992, que promulgó el P. E el 1º de junio, establece que el BHU «podrá seguir actuando en materia de vivienda para beneficiarios con ingresos superiores a 60 UR mensuales». (N$ 1.900.000 nom, aproximadamente) ¿De qué forma esto afecta las competencias del banco?

- Este decreto es una idea de política de vivienda, validez legal no tiene ninguna. En teoría el banco puede seguir construyendo para aquellos que ganen menos de 60 UR, porque su Carta Orgánica lo faculta. En la práctica, lo que dice es que el banco sólo va a construir para los que ganen más de 60 UR.

- ¿Qué solución se propone, entonces, para las familias con ingresos inferiores a las 60 UR?

- Para tener acceso a una vivienda de dos dormitorios, de las que **"se construirían"**, ganando entre 60 y 45 UR, el Ministerio dice que hay que tener ahorradas 800 UR, unos U$S 8.000. Serían viviendas de 55 m2, sin divisiones interiores, un gran cascarón al que hay que llenar.

¿Quién que gane menos de 60 UR (U$S 600), puede tener guardados U$S 8.000 y además dinero para hacer todas las partes interiores?

Evidentemente, estas viviendas no se van a construir porque no hay clientela. El que tiene U$S 8.000 busca una solución mejor.

A los que ganen entre 45 y 30 UR (entre N$ 1.400.000 y N$ 950.000 nom) **para una vivienda similar a la anterior, un poco más chica**. Estas tampoco se van a construir, por las mismas razones.

Esto indica, bien a las claras, que no hay una política de vivienda para los que ganen menos de 60 UR.

Si se están construyendo los núcleos evolutivos básicos, para los que ganen menos de 30 UR, que son piezas de 5 por 5. Por eso nosotros decimos que **la política de vivienda del gobierno contribuye a cantegrilizar más el país.**

- ¿Cuál es le mayor problema que tiene hoy el BHU?

- El problema esencial es que no se le vuelcan los fondos provenientes de la recaudación del 2%, eso trastoca financieramente a todo el banco.

De vez en cuando aparece un gobierno como el de la administración Sanguinetti, que aportó U$S 30.000.000, de los 60 6 70 que le hubiera correspondido. Eso marcó un déficit que se solucionó con la calesita: captar dinero, captar dinero...y ahora es una gran burbuja que hay que seguir alimentando, porque se necesita dinero para continuar los planes de vivienda, que son de la administración anterior y van a llevar el doble de tiempo.

El Directorio, siguiendo la política económica del gobierno, intentó que los deudores aportaran los fondos para poder seguir con algún plancito y que el banco continuara vegetando. Es una política absolutamente errónea: **los reajustes no solucionan los problemas del banco**. Con los reajustes se recupera dinero; intentar exprimir más a los deudores lleva a que la mora sea cada vez mayor.

- ¿A cuánto asciende la mora en el banco, actualmente?

- Están al día, más o menos, un 65% de los deudores, y después decantados. Se calcula un mes, dos, tres,...Contando los que deben más de 24 meses, el monto debe andar en los ciento y pico de millones de dólares.

- ¿Qué hace el banco en esos casos?

- Teóricamente puede rematar las viviendas. Pero no se recuperaría todo el dinero, porque sería salir a rematar miles de casas.

- ¿Entonces el banco no está haciendo desalojos?

- Sí, pero en una escala bastante reducida. Hay 30.000 familias que no están al día. Quizás a algunos valdría la pena rematarles la casa; por ejemplo, a aquellos que se compran un auto, en lugar de pagar las cuotas. Pero son casos aislados; lo general es que la gente no ha podido pagar.

- ¿El problema del intrusismo es grande?

- Sí, es un hecho social. Cuando hay necesidad de vivienda, la gente ocupa; todo parece natural. Ahora fijate: de pronto hay una vivienda para una persona que esperó años, llega un intruso y se la ocupa; el intruso soluciona su problema, pero no el otro, que no ocupó.

Actualmente hay ocupaciones de obras que hace 10, 11, 12 años que están paradas; son las construidas por los promotores privados que hicieron cualquier cosa con el dinero y después se fugaron del país. El banco, a la larga, se va quedando con todas esas obras, pero hay que terminarlas y no hay fondos.

Lamentablemente, toda esa gente que está ocupando va a terminar en un nucleo evolutivo básico, porque a nadie se le puede ocurrir que el banco les va a terminar las viviendas, cuando se necesitan, por lo menos, U$S 30.000, en un proceso de dos o tres años.

El quid de las ocupaciones está en que se hacen porque todavía el banco es el símbolo de la vivienda, pero así no se soluciona nada. **El problema se soluciona construyendo viviendas.**

- ¿Frente a esta situación, qué proponen los trabajadores del BHU?

Una reestructura de la banca, en la cual se le aporten al banco los recursos genuinos, que provienen del 2%, que el banco sea realmente de fomento social, y a la vez, que funcione con mayor eficiencia.

Nosotros tenemos toda una infraestructura que está desaprovechada. Por eso abrimos una serie de discusiones, sección por sección, para ver cómo se puede mejorar la eficiencia del banco, tanto en sus áreas rentables como en las que no lo son, que culminó con la propuesta aprobada en junio, en Salto.

De alguna manera, esto de reestructura es decirle a los que sostienen que el estado es ineficiente: **«El estado es ineficiente por lo que hacen ustedes: tienen una infraestructura de veinte y pico de sucursales, equipos de informatica, gente preparada y no se usa».**

A.P.

Trabajadores del BHU presentan propuesta

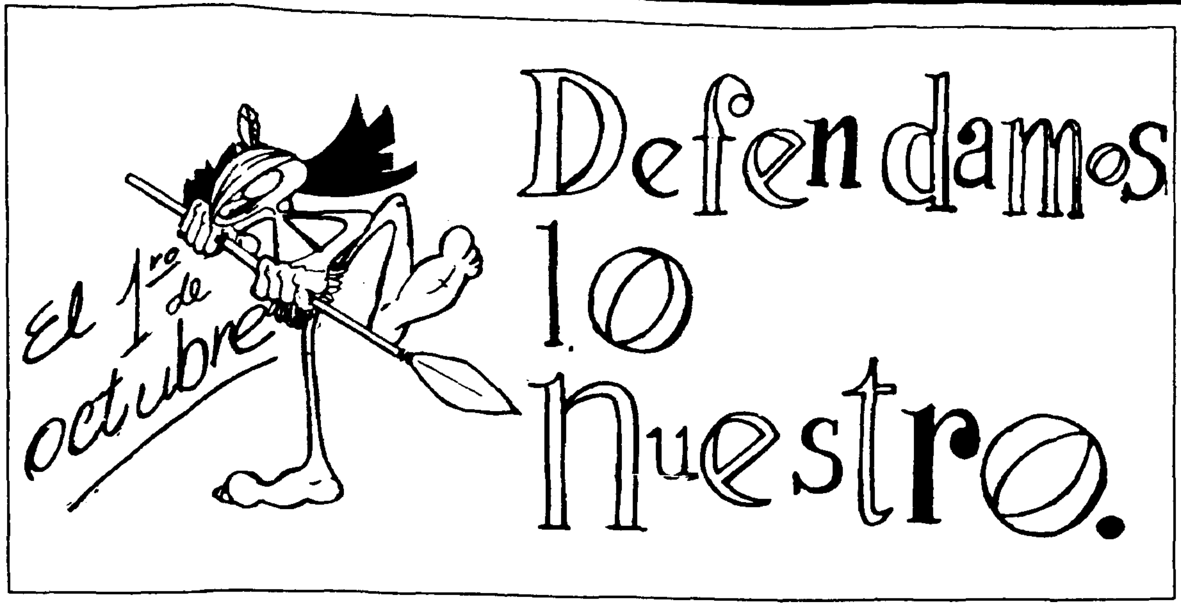
El pasado miércoles 9, la Comisión Representativa del Personal del BHU, presentó en el local de AEBU, su propuesta de reestructura de la Institución.

Además de la prensa, estuvieron presentes el Dr. Ramón Díaz, Presidente del Directorio del Banco Central, el diputado Heber, ediles y organizaciones sociales.

El Directorio del banco no se hizo presente, pero envió una delegación integrada por sus Asesores Letrados.

En declaraciones a la prensa, realizadas en el día de ayer, el Dr. Ramón Díaz manifestó que estaría de acuerdo con algunas de las propuestas de los trabajadores.

En nuestro próximo número, comentaremos esta propuesta.



Declaración

Visto las sanciones de que fueron objeto los estudiantes del liceo Miranda, por su legítimo derecho a manifestar su disconformidad por la situación caótica que vive Secundaria, la UJC manifiesta su más absoluta solidaridad con los estudiantes y repudia estas sanciones de corte autoritario, implementadas por el Codicen y que se basan en el acta 8, reglamentación represiva vigente del Codicen de Pivel Devoto.

Ante el autoritarismo, unidad, solidaridad y lucha, por un presupuesto justo para la educación, hacia el 1ro. de octubre.

UJC - FA
Comité Ejecutivo

Privatizar las carabelas ¡ya!

Octubre será un mes candente en la agenda política del Uruguay.

Por un lado el referéndum y por el otro los 500 años del «descubrimiento» de América.

Aunque parezca mentira estas fechas que estan separadas en el tiempo, tienen mucho en común.

Con el referéndum nos jugamos una parada muy grande, pues sabemos lo que es el proyecto de país que está llevando adelante Lacalle, destinado a favorecer los grandes intereses del capital financiero internacional; pagando puntualmente la deuda externa a costilla del pueblo. Una política que para nosotros los jóvenes, tiene la perspectiva del desempleo, el salario de hambre, una enseñanza recortada, no tener vivienda, ni una salud decorosa. Todo esto sumado a realizar un trabajo fino, pretendiendo lograr una conciencia de inmovilismo: «Hacé la tuya».

Frente a este panorama quedan dos caminos, seguir luchando o irse...

A 500 años del Encuentro de dos mundos (más que encuentro diríamos encontronazo), su aporte en sí, sigue arrojando resultados fatídicos para nuestra América.

Es que del Encuentro de dos mundos se parió a sangre y fuego el Tercer Mundo. En nombre de Dios se justificó, la explotación y el asesinato de miles de indios (nombre que proviene, al creer Colón que estaba en la India). Se robaron muestras riquezas naturales, para financiar sus crisis económicas.

Borraron nuestra identidad para imponer la suya. Y después de traer la esclavitud desde el Africa (no es una casualidad que este continente, también sea parte del Tercer Mundo), para seguir implantando la Sociedad Occidental y Cristiana. Ayer saquearon nuestro oro, hoy quieren llevarse nuestras empresas. Por es decímos, estas fechas tienen de común, si bien ha cambiado un poco el papel, y los opresores (ayer España, hoy EEUU).

Revertir esta situación, no es tarea fácil, pero lo conseguiremos luchando en nuestro gremio, fortaleciendo nuestra central obrera, participando en el FA y haciendo un gran partido. Por eso creemos que es importante el 1º de octubre, porque es decir no a la política extranjerizadora, donde no se expresan los intereses del pueblo.

Los jóvenes le dicimos NO a la frustración. ¡Adelante!, luchamos para llegar a una victoria el 1º de octubre, que sin duda será un gran aporte para nuestro pueblo, hacia su segunda independencia.

A 50 años de la creación de la UTU

El 9 de setiembre de 1942 se aprueba el Decreto por el que se crea la Universidad del Trabajo, vieja aspiración del Dr. José F. Arias, quien en 1940 propusiera la transformación de la Dirección Nacional de Enseñanza Técnica, creada en 1915, en este nuevo organismo con un contenido marcadamente diferente.

El art. segundo del Decreto, establece las competencias de la Institución. Ellas son:

«a) La enseñanza cultural destinada a la elevación intelectual de los trabajadores y a su formación técnica.

«b) La enseñanza completa de los conocimientos técnicos, manuales industriales, atendiéndose en forma especial los relacionados con las industrias extractivas y de transformación de las materias primas nacionales.

«c) La enseñanza complementaria para obreros.

«d) La enseñanza de las artes aplicadas.

«e) Contribución al perfeccionamiento de las industrias existentes, fomento y colaboración de las que puedan organizarse.

«f) Información respecto a la estructura y funcionamiento de las industrias nacionales.

«g) Examen de aptitudes».

Tres objetivos se marcan claramente: 1º, la concepción de **enseñanza**, opuesta a **capacitación**, dentro de una visión integral del individuo; 2) la formación técnica para quienes van a ingresar en el campo laboral y la profundización de los conocimientos, para aquellos que estén insertos en él; 3) la aplicación de esos conocimientos para el funcionamiento, perfeccionamiento y fomento de la industria nacional.

Comentando este Decreto, la Insp. Ivonne Rodríguez de Varela expresó: «Cuando uno oye el Decreto de creación de la UTU, no tiene más que reflexionar y reverenciar, en la persona de quienes fueron sus propulsores, la intencionalidad clarísima de que los obreros se formaran culturalmente. Es decir, que la formación técnica debe ser considerada como un aspecto de la cultura de la comunidad y como tal, todos los individuos tienen que tener acceso a las mismas bases de socialización, tanto los que ingresarán al mercado laboral, como los que en el futuro serán universitarios; unos y otros tienen derecho a recibir la misma formación, tanto en el plano humanístico, como en el científico, como en el tecnológico».

«De modo que aquí observamos cómo desde hace 50 años atrás, hubo gente que vio claro que el desempeño es una oportunidad, pero que el estado debe, necesariamente, contemplar la formación de todos los ciudadanos, cualquiera sea la elección que ellos, posteriormente, hagan».

Hoy, cuando se avanza hacia la desaparición de la UTU, asfixiándola presupuestalmente, impulsando proyectos privatizadores -llámense COCAP, ORT u otros-, cuando tratan de crear ciudadanos clase A, beneficiarios de una educación elitista y ciudadanos clase B, destinados a convertirse en mano de obra barata, aquellos que surgidos de los propios cuadros de la Institución trabajan en pos de su aniquilamiento, deberían detenerse a reflexionar sobre estos objetivos que signaron la creación de la misma.

A.P.

La Cenicienta de hoy, el ave Fénix de mañana

El pasado 9 de setiembre, «La Cenicienta de la enseñanza», cumplió 50 años de existencia. Desde su proyecto fundacional, mucha agua corrió debajo del puente y hoy la Universidad del Trabajo del Uruguay, se ha ganado el título de «auténtica decandente». Pero si hay algo que la mantiene en carrera y puede hacerla resurgir como el ave Fénix, es el gran esfuerzo que profesores y estudiantes llevan en aras de un proyecto que aún tiene plena vigencia.

Por este motivo salimos a entrevistar a alumnos de la UTU, en este caso, del curso de técnicos en Comunicación Social; ellos son la prueba de la realidad, sus testimonios la confirman.

Washington (20): «La enseñanza en general está muy desatendida, tanto secundaria como UTU, los presupuestos son mínimos; ocurre lo mismo con los sueldos de los profesores. Todo basado en un solo concepto: A una sociedad capitalista no le interesa que un alumno se prepara en un 100%, en lo que respecta a su educación».

Sara (21): Viajo desde Las Piedras... es evidente que faltan materiales, que los locales no son adecuados; en este sentido, se hace mucho esfuerzo por parte de quienes participamos aquí. Pero lo más importante es tratar el tema educacional, realizar algunas reformas a nivel de la enseñanza».

Virginia (20): «El local está venido a menos, habría que hacerle alguna que otra reforma y hay muy pocos medios para estudiar. Pero entre profesores y alumnos estamos tratando de llevar el curso adelante. La UTU es un lugar donde podés estudiar bien, con cursos cortos y una buena base».

Mariela (19): «Las clases de máquina que tenemos, no son necesarias; ahora se aplica la computación. Tendría que haber un curso de computación. El curso en general me gusta».

Gustavo (21): «Con respecto a nuestra UTU no estoy de acuerdo con el examen de ingreso que se quiere implantar a partir del año que viene. Las materias en general están bien, aunque habría que actualizar los programas. También pasa por una mayor equipación. No tenemos biblioteca, ni cantina, cosa que sería de mucha importancia, la gran mayoría viene de trabajar y se nos hace muy difícil salir en el recreo a comer algo».

Pablo (20): «Soy de la ciudad de Rosario, del departamento de Colonia y vine a Montevideo especialmente a estudiar este curso. Aquí se hace un gran esfuerzo por estudiar lo mejor posible. Por supuesto que todos sabemos a qué nivel está la UTU, la necesidad que está pasando, ya que no tiene un apoyo verdaderamente importante del gobierno. Tendría que haber un mayor apoyo a la UTU en todo el país. Se aprende mucho, aunque no podemos decir que al salir de aquí, somos peridistas; dos años son pocos.

...¿Los del interior tienen el mismo derecho; es más, habría que darles más oportunidad.

Habría que sacar el curso para el interior, para que también puedan estudiarlo, ya que si les gusta y quieren aprenderlo, tienen todo el derecho de hacerlo».

Enrique (19): «Creo que hay irregularidades serias en la forma de encarar el curso, por parte del cuerpo docente y del personal administrativo. Por otro lado, otros hacen lo imposible para llevar adelante un buen curso, dejando de lado muchas veces programas incoherentes. Creo que este curso no ha cubierto todas las expectativas de los estudiantes». Faltas de partidas presupuestales, mejoras locativas, esfuerzo de docentes y alumnos, son las mayores preocupaciones, pero lo fundamental es su vigencia como proyecto popular de enseñanza, que nos hace sentir orgullosos al ver cómo en el mundo, son aceptados nuestros títulos. Sin duda que este tema merece un análisis más exhaustivo. En un gobierno del Frente Amplio, se tendrán que realizar profundas reformas en la base de la reactivación productiva del país, que lo saque adelante. Y no como en la actualidad, en que un sistema financiero especulador privatiza el futuro del Uruguay y lo sumerge.

Con el FA, la UTU tendrá que resurgir como el ave Fénix.

A.G.

La 10a. saluda los jóvenes 72 años del Partido





Don Osvaldo:

"Haría exactamente lo mismo"

Mediodía del jueves 3, en la embajada de Argentina. Muchos periodistas aguardan a don Osvaldo Pugliese y su orquesta, quienes dos días después, en el teatro Solís, actuarán en la apertura del 5º Festival de Tango de Montevideo.

Un colega pregunta:

- Don Osvaldo, usted que por su ideología política y su militancia sufrió tantas persecuciones, incluida la cárcel, ¿si volviera a empezar, recorrería el mismo camino?

Sin vacilación llega la respuesta:

- Haría exactamente lo mismo. Volvería a luchar por los derechos de los trabajadores. De nada me arrepiento; no creo haberme equivocado...

Estas palabras son recibidas con una ovación.

UNA VIDA JUNTO AL TANGO

Buenos Aires de 1905. En el hogar de un modesto inmigrante italiano, músico amante del tango, nace Osvaldo Pugliese.

Desde temprana edad estudia música y cuando apenas tiene 20 años integra la vanguardia tanguística junto a Julio De Caro, Pedro Maffia y Pedro Laurenz, entre otros.

Cultor del decarismo -corriente revolucionaria del tango-, en 1939 crea su propia orquesta.

En la actualidad, Pugliese tiene 86 años de edad, 67 años de músico y 53 años de director de orquesta típica. Y sigue en el primer plano como pianista de excepción, compositor y conductor de orquesta.

Al igual que en 1925, el tango es para don Osvaldo la más genuina expresión de un nacionalismo musical profundo que nos representa a los rioplatenses. Inquebrantable como militante comunista y luchador en defensa de los trabajadores de la música, en especial, destaca por su calidad de compositor. De su vasta obra creativa, evocamos a vuelapluma piezas musicales como «Recuerdo», «La Beba», «La Yumba», «Las marionetas», «Adiós, Bardi», «Don Atilio», «Corazoneando», «Cardo y malva», «Negrucha», «Malandraca», «A los escribas», todos tangos instrumentales. Además de cantables como «Bien de abajo», «Recién», «El encopao», e «Igual que una sombra».

Creador de un estilo inconfundible, su orquesta fue un semillero de grandes músicos que al desprenderse de ella constituyeron conjuntos de alto nivel artístico: Sexteto Tango, Color Tango, Arturo Penon, J.J. Mosalini...

En 1987, al cumplir su 10º aniversario, la institución Joventango decidió festejarlo con la actuación de la orquesta de don Osvaldo en el teatro Odeón. Fue un éxito total.

Y desde entonces, año a año, se repite. El Festival de Tango de Montevideo está impuesto, contribuyendo a ello las actuaciones de figuras como Susana Rinaldi, Rubén Juárez y otras de la vecina orilla, aparte de distinguidos músicos y cantores uruguayos. Y la colaboración entusiasta del Departamento de Cultura de la Intendencia Municipal de Montevideo.

JOSÉ SASSARINI

La visión tecnicista en educación

Como nos hemos acostumbrado a la idea de que la planificación escolar constituye uno de los logros de la pedagogía y la didáctica de estos tiempos, y esta idea está ya firmemente asentada, no sólo en la conciencia y en la práctica de los docentes y técnicos, sino en la de amplias capas de la población, puede parecer extravagante una opinión que cuestiona las bases teóricas de esta planificación. Ahora bien, si se consigue poner en suspenso por un momento esta concepción, puede descubrirse algo que para los educadores del siglo pasado era una verdad indudable: enseñar es -y es posible que nunca deje de serlo- una tarea ética y práctica que no puede reducirse a pura manipulación curricular.

Desde vertientes muy diversas, y seriamente fundadas, se generaliza el cuestionamiento de la ultraplanifiacación del hecho educativo. En este sentido, y a partir de la década del 70, se desarrollan direcciones nuevas en la teoría curricular todas ellas fuertemente críticas en lo que concierne a la concepción tecnisista de la educación, (a veces llamada Tecnología de la Educación, sin que esto signifique una referencia específica a la investigación de los medios técnicos de enseñanza, (audiovisuales, etc.), aunque no hay coincidencia en lo que dice respecto a los caminos que deben recorrerse para superarla.

A la sombra de la influencia dominante de la planificación tecnisista se desarrolla, en el continente, la intervención masiva de lo que llamamos tecnocracia educativa panamericana. Esta cuenta fundamentalmente con el apoyo de la OEA, y de diversas organismos, en su mayor parte financiados por EEUU. De los gabinetes de estos técnicos, -gente para todas las estaciones- surgieron numerosos proyectos, entre ellos, el de reforma de Enseñanza Secundaria y creación del Ciclo Básico Unificado (CBU), muy conocido entre nosotros y aplicado a escala continental. Con frecuencia estos proyectos cuentan con la opinión favorable, inclusive con la participación, de técnicos nacionales honrados y de competencia reconocida. Por lo menos así ocurrió en nuestro país. Es que la cuestión de discernir qué es lo mejor para nuestra educación no depende del nivel de formación profesional, ni de la calidad moral de los técnicos involucrados, sino de la concepción global de la educación que se sustenta, la cual, o bien es crítica y transformadora, o bien es conservadora.

Vale la pena tener presente que la corriente tecnisista se beneficia de la influencia convergente, del neopositivismo, aún influyente entre nosotros, aunque abandonado en buena parte del mundo. Esta corriente filosófica, es responsable por la arraigada convicción de que el saber es el mismo *en todas partes del mundo*, y, *consecuentemente*, que lo único que debe ser motivo de debate, es la forma de alcanzar niveles adecuados de eficacia y eficiencia al enseñar los contenidos. La primera y más grave consecuencia de esta manera de entender el conocimiento impartido en los centros de enseñanza, es la de dejar fuera del alcance de los actores directamente involucrados (docentes, alumnos y padres de alumnos, entre otros) toda reflexión acerca de los fines de la educación. La segunda consecuencia, digna de anotarse, es la de poner en manos de "técnicos" y gobernantes, la exclusiva potestad para el trazado de las políticas educativas de gran aliento.

Aquí también nos encontramos con el hecho, ya incontrovertible para muchos, de que la representación curricular del saber no está determinada exclusivamente por un contenido educativo considerado externo, por sus fuentes, al sistema educativo, asociada a alguna concepción acerca del nivel de "madurez" del educando. En realidad se trata de un hecho bastante más complejo, vinculado a la cultura de la comunidad enseñante, y al marco de influencias internacionales que afecta a dicha comunidad. Ningún área del saber, incluidas las más abstractas, está al margen de decisiones prácticas, que son asumidas en la estructura de condicionamientos económicos, sociopolíticos y culturales a que se sujeta cada estado.

Por lo demás, y es más fácil de aceptar, la estrategia de dominación en la enseñanza incluye una política de distribución del saber, adecuada a la reproducción de las condiciones de dominación y a las exigencias de la producción, por supuesto capitalista. Si lo dicho es verdad, entonces es preciso revisar los fundamentos del análisis tecnisista del aprovechamiento escolar. De paso, y analizado a esta luz, digamos que se atenúa bastante el supuesto contenido removedor de ciertos informes, nos referimos, en particular, al que dio cuenta de la investigación realizada por CEPAL, bajo la dirección de G. Rama.

Mediante becas y contratos jugosos, la tecnología educativa panamericana formó generaciones de técnicos aptos para la difusión continental de estrategias educativas. Estas estrategias están en esencia destinadas a servir a intereses que no aparecen explicitados en la amplia panoplia de objetivos "generales" y "específicos" que figuran en sus sesudos planes educacionales. Más allá de la conciencia de cada técnico, la intervención masiva de la tecnocracia educativa panamericana se articula irresistiblemente con los proyectos nacionales de los bloques de poder, así como compatibiliza los intereses nacionales de estos bloques con exigencias regionales, impuestas, en última instancia, por las transnacionales.

La educación es básicamente, una cuestión de relación de fuerzas. Un bloque dominante se constituye en fuente generadora de significados y decisiones cuyo norte es reproducir las condiciones de su dominio. Es lógico que a su frente encuentre resistencia. Pero para que la resistencia sea real y efectiva, es preciso tener una teoría del hecho educativo (sobre la que aún no hemos reflexionado suficientemente) y una táctica concordante para resistir (que, hasta hoy, no sale de marcos estrechos, y a veces, simplemente inadecuados).

Nos permitimos afirmar, con toda modestia, que se trata de una severa insuficiencia de la izquierda y del conjunto de las fuerzas democráticas, en la lucha por una educación auténticamente popular

ROBERTO CATENACCIO

La canción del día siguiente

Esta es la canción del día siguiente
cuando el árbol que querían derribar
no pudieron tumbarlo y quedó erguido
mutilado llagado pero enhiesto
como un mástil vivo lleno de hojas

la sangre al tope la canción al tope
al tope las banderas de la vida
pese a la furia de los cortapalos
y al mal de ojo de los grandes brujos

y a los presagios de los agoreros
y a las pompas funerarias que montaron
para enterrar los sueños con sus mártires
sus cuerpos, su pasión y su memoria.

Esta canción es una historia antigua
que viene desde el fondo de los siglos
tan vieja como el hambre
tan vieja y mísera como un salario obrero
tan vieja como los techos que se llueven
tan vieja y dolorosa
como un niño quemándose en un rancho
o un niño hambriento consumido por la fiebre
tan vieja como el odio de los explotadores



Esta es la vieja historia de los liquidadores,
los mercenarios, los pájaros de cuenta,
y los giles de goma, y los extraviados
que en medio del camino de la vida
han perdido la brújula y la fe...

Esta es también la canción de las preguntas
del día siguiente:
porque: ¿dónde están los grandes pajarracos
de lustroso plumaje, qué se hicieron,
sus estudiadas voces armoniosas
sus novedades de papel mojado
sus mágicos inventos que anunciaban
entre fanfarrias y chisporroteos?
¿Dónde están, en qué rama se han parado?

Ya lo ves, compañero.
han quedado a la vera del camino
como simple puñado de hojas secas
que vendrán a llevar los barrenderos.

Esta es la canción para todos los días
de un árbol poderoso
hecho para aguantar los temporales
que no muere ni cae
que se desprende de las hojas muertas
que crece que levanta
sus ramas hasta el cielo
que se yergue y retoña
se renueva y florece en primavera.

Esta canción se canta hablando claro:
este es el árbol de los comunistas
este es el árbol de la clase obrera
que crece hacia la luz, hacia el futuro
como un mástil viviente de gloriosas banderas.

La primavera en él tiene su casa
y la esperanza en él tiene su fuerza,
que queremos al fin las mismas cosas
los comunistas y la primavera.

ARIEL BADANO

Se levanta la lucha contra la restauración capitalista

Miseria en la ex URSS, espejo del neoliberalismo

Por invitación del Movimiento Revolucionario 8 de Octubre, del Partido Comunista do Brasil y del Partido Comunista brasileño, nos reunimos en San Pablo representantes de varios partidos del continente con dirigentes soviéticos, entre otros, Víctor Ampilov, del Partido Comunista de Obreros Rusos, Nina Andreyeva del partido Comunista Bolchevique de la URSS e Igor Maliarov, del Komsomol.

El tema central fue el examen de la contrarrevolución capitalista que está ocurriendo en la ex URSS y la lucha contra ella.

En un Brasil convulsionado por el Collorgate y por las protestas populares contra la corrupción y la política de entrega a las disposiciones del Fondo Monetario, los dirigentes soviéticos fueron recibidos por organizaciones obreras y estudiantiles, por periodistas, escritores, cineastas y otros hombres de la cultura. Fueron también escuchados por centenares de jóvenes que concurrieron a un mitin en la Facultad de derecho con una consigna unánimemente coreada: «Abajo el imperialismo, viva el socialismo». Hemos conocido muchos datos sobre la real situación que se vive en la ex URSS y las acciones de lucha que, en general, son ocultadas por los medios informativos mundiales.

No sin dificultades, la contrarrevolución capitalista es allí una dramática realidad, en un país desintegrado por los conflictos étnicos, cuya causa fundamental es la resurrección de la burguesía.

La base social de esta contrarrevolución -que tiene como directrices fundamentales, la privatización y la «economía de mercado» -es la mafia del mercado paralelo especulador, un sector de la «inteligencia» portadores de una «nueva mentalidad» (no aquella de la que habló Gorbachov, sino la de la ideología burguesa); las capas más burocráticas de la nomenclatura del ex PCUS y sectores de pequeña - burguesía que aspiran a constituirse en una burguesía nacional junto al capital extranjero con el que se asocian en empresas mixtas.

El verdadero golpe que ha ocurrido en la URSS, no es el ridículo de agosto de 1991, sino el que ha realizado el equipo de Yeltsin con la colaboración capituladora y vergonzosa de Gorbachov, burlándose de un plebiscito en el que un 80% de ciudadanos soviéticos se pronunciaron por el mantenimiento de la URSS. Los gérmenes de este proceso en la economía soviética seguramente comenzaron antes, pero tiene su punto de inflexión en las medidas adoptadas por el gobierno de Gorbachov, a partir de 1988 con una serie de disposiciones sobre las empresas estatales, las cooperativas mercantiles, el arriendo, las privatizaciones, el mercado de acciones, las empresas mixtas con mayoría de capital extranjero, el fin del monopolio estatal del comercio exterior, la autofinanciación de las repúblicas, medidas sobre la tierra, pero los campesinos resisten la liquidación de los Koljosen y Sovjoses.

Aunque los 24.000 millones de dólares que el grupo de los siete países occidentales ha decidido entregar al gobierno de Yeltsin y una moratoria en la deuda externa soviética no van a suplir una falta de acumulación de capitales que dificulta la formación de una burguesía nacional, constituyen, sin embargo un eslabón para instituir una economía independiente, como contracara de una total supeditación política y militar que se expresa también en la política exterior.

Pero las privatizaciones, la desorganización de la economía estatal, la disgregación nacional y muy particularmente la liberación de precios, como la medida shock de la «economía de mercado», están llevando la economía a la bancarrota, a la disminución catastrófica de la producción, a la paralización de empresas y sobre todo a la desocupación, que ya se cifra entre tres y cinco millones de trabajadores, pero que solamente seguirá ascendiendo porque este «capitalismo joven» necesita del ejército industrial de reserva.

- Hay un 3% de ricos, pero la inmensa mayoría de la población vive en una situación de miseria, de hambre. Ha aumentado la mortalidad infantil.
- El 30% de los graduados no tiene trabajo. Gran parte de la enseñanza superior es privada.
- El 80% de la nueva vivienda se rige por la ley de compra y venta privada, con participación de consorcios extranjeros.
- La población ha perdido vitales conquistas: la gratuidad de la salud, el derecho al trabajo y a la educación, y el usufructo de una vivienda, más gas, calefacción, agua, luz por un porcentaje total de un 4 o un 5% del salario del cabeza de familia.
- Y ahora se registra un aumento brutal de los precios, inclusive en los rubros fundamentales de la alimentación.



En la Plaza Roja, medio millón de trabajadores moscovitas manifestaron contra la restauración capitalista

Octavilla distribuida en todas las barriadas moscovitas:

«Estafadores, especuladores, parásitos»

Pero para el pueblo no hay comida, no hay ropa para vestir a los niños; trabajar honestamente es imposible. ¡Pueblo, despierta! ¡Fuera el gobierno de ocupación!

26 de agosto a las 18 horas. Convocamos a todos a comparecer en la plaza de Maejnala para un mitin de protesta.

Comisión del movimiento de «Rusia de los Trabajadores»

— Жулики,
спекулянты,
паразиты...
А народу — есть нечего, детей одевать не во что, честно работать невозможно! Люди, пробудитесь!
Долой оккупационное правительство!
26 августа в 18.00
призываем всех придти на Манежную площадь на митинг протеста!
КС движения «ТРУДОВАЯ РОССИЯ».

PERO SE ENCIENDE LA LUCHA

La desmovilización política, la falta de participación de las masas, la carencia de democracia real que caracterizaron la vida soviética durante décadas -en contraposición a las enseñanzas de Lenin- y la penetración de la ideología burguesa con la cobertura de un falso «glasnot», obstaculizaron una rápida respuesta a la contrarrevolución. Pero hoy se advierten signos de una nueva situación.

Existen diversos sectores que podrían reunirse en un frente contra la restauración capitalista - algunos con vacilaciones y retrocesos - aunque hoy la fuerza más activa entre los comunistas, es el Partido Comunista de los Obreros Rusos con muchos órganos de prensa semanal o quincenal, venciendo las persecuciones y las dificultades para obtener papel y demás implementos. El otro partido de importancia que desafía la prohibición de su funcionamiento, de acuerdo con el decreto de Yeltsin, es el Partido Comunista Bolchevique de la URSS, que tiene también algunos órganos de prensa. En abril se formó el nuevo Konsomol con la adhesión de unos 10.000 miembros, y que entre otras tareas, ha asumido la de defender el mausoleo de Lenin y el Museo Lenin. En muchas repúblicas surgen núcleos comunistas y del Konsomol.

El partido Obrero de los Comunistas Rusos se apoya en el frente de trabajadores y se organizan acciones contra las privatizaciones; en algunos casos se han obtenido éxitos. Pero también la ex-URSS es visitada por agentes sindicales norteamericanos y de la CIOLS.

Las demostraciones antirrestauración capitalista más destacadas han sido la del 1º de Mayo con medio millón de trabajadores en la calle; la del 9 de mayo y la de agosto último. Y se prepara otra gran acción para la segunda quincena de octubre, en muchas fábricas se forman soviets y no se descartan acciones de más envergadura, que actualmente podrían transformarse en una huelga general. Las condiciones no son nada fáciles pero los dirigentes soviéticos que estuvieron en San Pablo se manifiestan optimistas y reclaman la solidaridad con su lucha.

EDUARDO VIERA

La prensa húngara en manos de los zares de la información

La prensa húngara está en venta. Después de vivir durante más de 40 años de los subsidios estatales, los medios de información de este ex país socialista durante estos tres últimos años han conocido las dificultades financieras. El número de periódicos se multiplicó sin que aumentara en la misma medida el de lectores, la liberalización de los precios disparó los costos de fabricación, la lucha por la conquista de lectores se hizo más implacable y las medidas de modernización más imperativas.

Nada menos que 19 periódicos húngaros pasaron ya a manos extranjeras. El recientemente fallecido Robert Maxwell hizo suyo el 50% del periódico **Magyar Hirlap**, mientras el grupo alemán Bertelsmann compró el 40% de **Nepszabadsag**, el antiguo diario de los comunistas. Estos dos periódicos absorben el 80% del total del mercado publicitario de la prensa húngara.

El magnate francés Robert Hersant controla el 40% del diario **Magyar Nemzet**; el grupo germano Springer adquirió varios periódicos regionales; el zar australiano de los medios de difusión Rupert Murdoch compró el 50% del **semanario Reform**, y la editorial austríaca FDV Funk Verlag controla dos diarios regionales, mientras el grupo Euroexpansión posee el 45% del semanario económico **Figyelo**.

Algunas de estas operaciones originaron no pocos conflictos.

Así, la redacción de **Magyar Nemzet** se opuso a la llegada de Hersant, y manifestó su preferencia por la oferta de un grupo sueco. Pero el gobierno intervino abiertamente para imponer la entrada del francés, provocando de ese modo una grave crisis en la redacción, lo que hizo que la tirada del periódico bajara de 190.000 a 70.000 ejemplares. Un caso antológico fue el de Springer. El grupo alemán firmó con cada director de los diarios un contrato nuevo, como si se tratara de crear un periódico distinto. Los directores se llevaron consigo la nómina de suscriptores y anunciantes de los periódicos antiguos y también buena parte del material —entonces en vías de privatización y sin dueño claro desde el punto de vista jurídico-.

CONDICIONES LEONINAS

Los gigantes internacionales del mundo de la información pudieron imponer en varios casos condiciones leoninas a sus interlocutores húngaros, ya que muchos de esos periódicos estaban al borde de la quiebra. «Cuando empezamos a negociar con Maxwell, no podíamos siquiera pagar nuestras facturas», manifestó Peter Németh, jefe de redacción de **Magyar Hirlap**.

«¿Cómo íbamos a emprender en estas condiciones la modernización indispensable? Alguien tenía que traernos la tecnología y las inversiones. El periódico se publicaba entonces sólo tres veces a la semana y con ocho páginas. Hoy salimos todos los días con veinticuatro páginas». Ante la pregunta de si no se perdió, sin embargo, en términos de independencia redaccional lo que se ganó en solvencia económica, Németh sostuvo: «para el imperio Maxwell éramos sólo un grano de arena. No iba, por lo tanto, a intervenir de manera activa en la tarea diaria del rotativo. En cambio, le interesaba nuestro periódico para poder introducirse a la vez en el mundo de la política húngara y desarrollar su plan de inversiones en este país».

Todo hace pensar, además, que la penetración de los grupos extranjeros proseguirá conforme vayan venciendo las dificultades financieras de la prensa húngara. «Nuestro mercado es aún inestable: nacen y desaparecen periódicos sin cesar», expresa Jozsef Meruk, subjefe de redacción del diario sensacionalista **Kurier**, uno de los pocos al ciento por ciento en manos húngaras, a pesar de los intentos del italiano Silvio Berlusconi por adquirir parte del paquete accionario. «Lo cierto es que hay demasiados medios de prensa - subraya Merk- para unas ventas que no pasan, en total, de los 800.000 a nivel nacional». Frente a este panorama bastante inestable, los partidos políticos de Hungría debaten desde hace dos años la posibilidad de limitar la participación foránea en el sector de la información, sin llegar hasta hoy a un consenso mínimo. Por la elemental razón de que ha muchos intereses en juego, y cada quien aspira a su tajada más o menos jugosa.

ARGAL

Discurso de Fidel en Cienfuegos

«No defraudaremos la confianza que los pobres del mundo han puesto en nosotros»

El «Día de la rebeldía nacional» fue celebrado el 5 de setiembre en la ciudad de Cienfuegos y el discurso central estuvo a cargo de Fidel Castro. «Como todos sabemos, hoy conmemoramos una doble fecha, el 26 de julio y el 5 de setiembre, los aniversarios de los asaltos a los cuarteles de Moncada y Guayamo, que no pudieron ser celebrados en su momento, por los compromisos internacionales que todos sabemos», dijo Fidel.

CARTA POPULAR publica extractos de dicho discurso referidos a la interrupción temporal de las obras de la central átomo - eléctrica de Juragua.

* * *

«No nos quedó otra alternativa que paralizar la construcción de esa obra, una de las más importantes, o la más importante del país», expresó el presidente cubano. «Me reuní con los trabajadores el 2 de setiembre.

Llovía ese día, sin embargo tuvimos un acto vigoroso y revolucionario. Les expliqué a ellos las razones por las cuales teníamos que paralizar, aunque fuera temporalmente, esa obra. Esas razones, para que se comprendan mejor, fueron las razones que le dimos al gobierno de Rusia para proponerle la paralización de esa obra. Como ustedes saben, Rusia se declaró heredera de la URSS, de sus compromisos y derechos. Nosotros le informamos al gobierno ruso las razones por las cuales habíamos visto la necesidad de tomar esa amarga decisión»,- señaló.

A continuación el líder cubano leyó la nota presentada al gobierno ruso, destacando que su contenido «tiene gran importancia para la opinión pública nacional e internacional». Las razones fueron las siguientes: «En 1972, cuando las máximas instancias de gobierno de Cuba y la Unión Soviética acordaron el inicio de una cooperación para la introducción de la energética nuclear en Cuba, se abría una oportunidad no sólo ventajosa para Cuba sino para la industria nuclear soviética: desarrollar y perfeccionar su tecnología en un país de condiciones muy diferentes al ámbito europeo, lo que le permitiría, como sucedió realmente, orientar sus mercados de exportación a otras regiones. En ese contexto de ventajas mutuas para ambas naciones se comenzaron los pasos para la construcción de la central de Juragua. El elemento fundamental para emprender esa obra era la relación de amistad y confianza, establecida durante muchos años entre nuestros pueblos y la voluntad política de apoyar un intercambio justo, que comprendiera créditos razonables para una inversión de ese tipo. Sobre esa base se estableció un compromiso serio y sólido para la construcción y puesta en marcha: el suministro del combustible, la atención durante la vida util de la CEN (Central Electro - Nuclear) y la garantía de una explotación segura de la planta. En los convenios intergubernamentales sobre la colaboración económica y técnica, se incluía el suministro de reactores nucleares de 440 megavatios de potencia cada uno, en condiciones apropiadas de créditos y se establecieron las obligaciones de ambas partes, en las



ejecuciones, y el suministro íntegro, por la parte soviética de la tecnología y la asistencia técnica». Se firmaron sucesivos acuerdos que establecían las obligaciones financieras. «El acuerdo de abril de 1986, -dijo Fidel Castro - previó 12 años con cinco años de gracia, a partir de las entregas y 4% de interés; y el del 29 de diciembre de 1990 se firmó con iguales condiciones que el de 1986, es decir 12 años más cinco de gracia. Por último, el 6 de octubre de 1989 se firmó el convenio intergubernamental sobre la colaboración en la construcción, en la República de Cuba, de la central Electro - Nuclear de Juragua. Estos son los convenios firmados con ellos y estábamos avanzando hacia la construcción de cuatro reactores y estábamos en el proceso de estudio para la construcción de la Central Electro - Nuclear del oriente del país» - afirmó el mandatario cubano.

Fidel informó que la construcción civil del reactor Nº 1 ha alcanzado un 90% y los objetos auxiliares un 95%, algunos en condiciones de puesta en marcha; se han vertido más de 350 mil metros cúbicos de hormigón, se han instalado unas siete mil toneladas de equipos y cerca de tres mil toneladas de tubería tecnológica; y se cuenta con el 80% de los suministros para la puesta en marcha del bloque. Se han invertido hasta la fecha **más de cien mil millones de dólares** y construido una ciudad con más de dos mil viviendas; una base industrial de apoyo a la construcción de la CEN, carreteras, líneas de ferrocarril, un politécnico, un puerto para grandes barcos y el resto de las obras demandadas para la infraestructura técnica y de servicios de esa obra colosal. «Nuestro país no ha escamitado esfuerzo para la creación de una base sólida de apoyo científico - técnico para la asimilación de la nucleo-energética y la introducción de la ciencia y las tecnologías nucleares en la economía nacional. Con ese fin se han preparado unos dos mil profesionales y miles de obreros calificados en esa especialidad, y se ha creado una base legal y normativa para esa actividad y las instituciones que aseguran ese programa.

«Estos son los argumentos dados a las autoridades rusas», -expresó Fidel Castro.

* * *

«En abril de este año se recibió a la delegación rusa encargada de revitalizar la colaboración para la construcción de la CEN. Lamentablemente las autoridades rusas, después de cambiar totalmente las relaciones de intercambio comercial entre ambos países y suspender unilateralmente todas las relaciones de colaboración, han propuesto continuar la CEN en condiciones que hacen totalmente imposible ese objetivo.

Las condiciones nuevas que se nos ofrecen son las siguientes: el crédito no cubriría la totalidad de los suministros y los servicios de Rusia ni el suministro de equipos, materiales e instrumentos producidos adicionalmente, por acuerdo entre las partes, incluidos los de reposición para sustituir a los que quedaron fuera de servicio. Una parte del sistema automático tendría que ser adquirido por Cuba directamente en un tercer país, sin contar con la garantía rusa. Condiciones y formas de pago muy diferentes por la realización de los montajes especiales de los equipos fundamentales, trabajos de ajustes y puesta en marcha, preparación del personal de explotación de la CEN, el montaje y la puesta en marcha del sistema automático de dirección, correspondientes al suministro ruso. «Además realizar la entrada de los suministros en condiciones FOB y no CIF, como estaba acordado antes; es decir, que la flota la tendríamos que poner nosotros. ¿En qué barcos?» -se preguntó Fidel. «Una de las cosas que no mencioné -prosiguió- al hablar de nuestras dificultades es que una gran parte de nuestro producto de exportación e importación viajaba en barcos soviéticos y de países socialistas y aunque nuestra flota creció, no es suficiente.

Hoy todo lo que se exporta e importa tenemos que hacerlo prácticamente con nuestra flota o alquilando barcos para transportar combustibles».

«Pretender que Cuba pague al contado unos doscientos millones de dólares y gestione la obtención de créditos adicionales por unos doscientos millones más en terceros países, para la terminación de la CEN, es no tener en cuenta que Cuba está enfrentando decididamente la intensificación del bloque económico que durante los últimos treinta años el gobierno de Estados Unidos nos ha impuesto, no cuenta con acceso a fuentes de crédito de organismos financieros internacionales y de otros países».

* * *

«Yo les expliqué todo esto -dijo Fidel- a los trabajadores, subrayando que ningún trabajador quedaría sin empleo. Este es el principio de la Revolución. Hay que decir, con toda franqueza, que a pesar del duro golpe que significaba para ellos lo que les estaba diciendo, su reacción fue formidable, extraordinaria. Yo los invité a todos a este acto y aquí están»

* * *

«Si trabajamos bien, si luchamos con inteligencia, si mantenemos nuestra unión, nuestra firmeza, nuestro espíritu; si sabemos estar a la altura de estos tiempos, si no queremos defraudar jamás la confianza que han puesto en nosotros los pueblos del mundo, la confianza que ha puesto en nosotros toda la gente revolucionaria y progresista de este mundo, y todos los pobres de este mundo, que ven en Cuba como un símbolo de lucha y de resistencia, símbolo que no podemos abandonar, que no podemos destruir, símbolo que no podemos traicionar, marcharemos adelante ...encontraremos soluciones a nuestros problemas».

Carta opina

1973 - 11 de setiembre - 1992

Salvador Allende

En estos días se han cumplido diecinueve años del golpe de Estado fascista en Chile, contra el gobierno de la Unidad Popular encabezado por Salvador Allende, que culminó con la muerte heroica del presidente y el terrible baño de sangre planificado por Pinochet y el imperialismo contra las fuerzas progresistas del país.

Al asumir el 4 de noviembre de 1970, dijo Allende con sencillez republicana: «En mi conciencia y en mi corazón se agolpan los recuerdos de los años de lucha y de combate y yo sé perfectamente bien cuánto le debo a la mujer sencilla y al hombre anónimo de esta tierra; a los que trabajan el agro, a los que laboran en el litoral, a los que están en la estepa magallánica o a aquellos otros de la pampa nortina».

Pensé muchas veces que era difícil pero no imposible triunfar. Y lo hemos hecho de una manera que es una lección para el mundo. Dije, también, que nuestra victoria deberá provocar la reacción de aquellos que no creen en la democracia sino cuando ganan».

El diario chileno «El Siglo» señalaba el entusiasmo del pueblo ante la inauguración del gobierno popular, celebrando el acontecimiento «con la alta dignidad de los que no conocen la soberbia. En esa fiesta de profunda serenidad no pudo registrarse ningún desmán. «El pueblo repudia la violencia. Y aún hay más: el pueblo de Chile no necesita la violencia en este gran momento histórico que vive». La violencia la había iniciado la ultraderecha, desde la victoria de Allende en las elecciones del 4 de setiembre, enrareciendo el clima político con el asesinato del jefe institucionalista del Ejército, General René Schneider.

El programa de la UP fue puesto en práctica de inmediato con medidas de corto plazo y transformaciones estructurales. Una drástica reforma agraria traspasó todas las propiedades mayores de 80 has a los campesinos. En un año se expropiaron 5.568.196 hectáreas, constituyéndose diversas formas de propiedades estatales y sociales. En 1971 fueron nacionalizadas las grandes minas de cobre, en poder de las trasnacionales norteamericanas como la Kennecott Cooper. El gobierno expropió también la Compañía de Teléfonos, propiedad de la International Telephone Co. (ITT), estatizó la banca privada y creó el área social de la economía, dando intervención a obreros y pequeños empresarios en su administración. Se crearon las Juntas de Abastecimientos y Precios (JAP) para la distribución de alimentos y artículos esenciales; se puso en práctica el suministro de medio litro de leche a todos los niños chilenos. Las medidas de asistencia a la niñez desvalida bajaron drásticamente la mortalidad infantil. Las medidas de corto plazo, absorbieron rápidamente la desocupación, ampliaron el mercado interno, y aseguraron el crecimiento del producto bruto sin que fuera resentido, coyunturalmente, por los cambios estructurales. El nuevo sistema previsional amparó a sectores sociales que nunca habían tenido acceso al mismo, incluyendo a sacerdotes y monjas.

La oligarquía nacional y el imperialismo, profundamente alcanzados en sus intereses, se dedicaron de lleno a la conspiración. El Consejo de Seguridad y la CIA norteamericana se encargaron de articular el golpe reaccionario, bajo la experta orientación de Henry Kissinger.

Los partidos de ultraderecha contaron con la colaboración de la Democracia cristiana, presidida por el ex presidente Eduardo Frei, para bloquear la labor parlamentaria y legislativa. El senador Patricio Alwyn, no de los más enconados adversarios políticos de Allende, un mes antes del golpe, dijo a la prensa: «A este gobierno no hay que dejarle pasar una. Nosotros pensamos que hemos llegado a la hora de las definiciones. Los marxistas sólo entienden el lenguaje del poder.

Los marxistas sólo entienden cuando a su poder se opone otro poder».

Era el anuncio velado del golpe del cual esperaban sacar beneficios creyendo que Pinochet era un tonto. Hoy Alwyn es presidente de Chile, como siempre soñó, pero todavía tiene a Pinochet como «tutor» para que el programa de las trasnacionales, por las dudas, se cumpla sin tropiezos.

Allende cumplió hasta el final con sus responsabilidades asumidas ante su pueblo, ofrendando su vida a la inmortal causa del socialismo, y marcando a fuego a los militares felones que traicionaron su juramento. El presidente mártir es hoy un símbolo para todos los pueblos del mundo, que luchan sin doblarse, por la justicia social y contra la fuerza opresiva y destructora del imperialismo.

Pero como decía Neruda, llegará el día: «Cada espiga nace de un grano entregado a la tierra, y como el trigo, el pueblo innumerable junta raíces, acumula espigas, y en la tormenta desencadenada sube a la claridad del universo».

R.P.F.

Colombia: suspenden personería jurídica al Partido Comunista

El número de víctimas, en Colombia se vio fuertemente incrementado.

Desde enero al 25 de agosto, fueron cometidos 485 asesinatos y 96 matanzas. Mientras tanto el gobierno del «democrático» César Gaviria Trujillo, se niega, desde el pasado mes de abril, a negociar un acuerdo de paz con la Coordinadora Guerrillera Simón Bolivar; dando luz verde a la aniquilación de todo movimiento popular (sin contar los «indeseables sociales» y niños de la calle). Es en este marco de grave violación a los DDHH, que el gobierno colombiano busca callar toda expresión de oposición. El pasado 25 de agosto el Consejo Nacional Electoral, suspendió la personería jurídica del Partido Comunista.

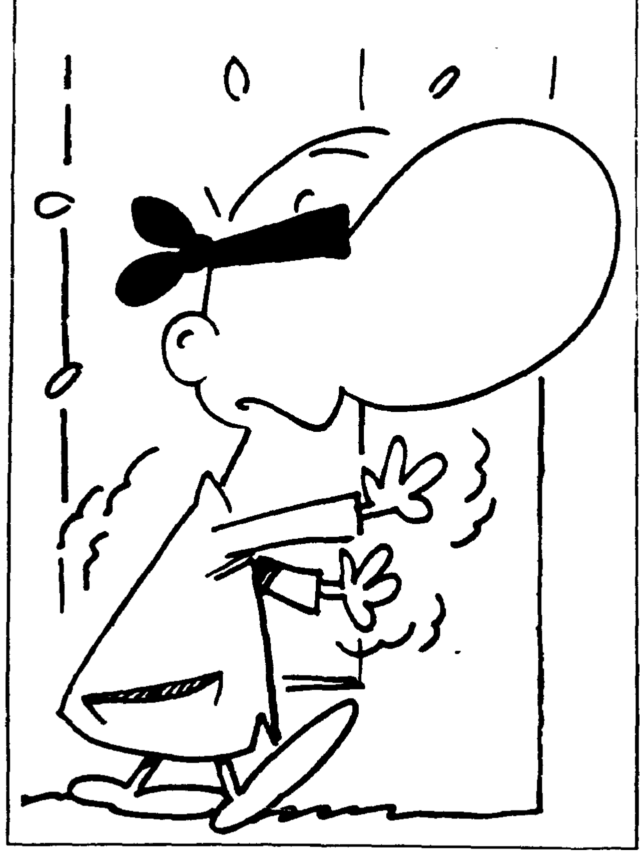
A continuación transcribimos un comunicado que nos hizo llegar el C.C. del PCC:

«Por medio de la presente queremos informarles que el Gobierno colombiano, a través del Consejo Nacional Electoral, sigue buscando cerrar toda posibilidad de expresión que no esté de acuerdo con su nefasta política social económica y de buscarle salida política al conflicto interno armado que vive nuestro país.

En el día de ayer 25 del presente (agosto), junto con otras organizaciones políticas le fue suspendida la personería jurídica al Partido Comunista Colombiano, alegando que no tenemos representación parlamentaria, a pesar que dos integrantes del Parlamento Colombiano hacen parte de su Comité Ejecutivo Central.

Estamos convencidos que ésta es una nueva maniobra no solo contra el Partido sino contra todos aquellos que han venido batallando por una Colombia donde se respete el derecho de opinión, el derecho a la vida y por su autodeterminación».

Sobre la ley de empresas públicas



El gobierno le oculta la verdad; quítese la venda

A usted, ciudadano, el gobierno del Dr. Lacalle no le dice la verdad acerca de los alcances de la ley 16.211 de «empresas públicas». Y le coloca una venda en los ojos para impedir que vea a qué conduce. Pero es hora de que usted se quite esa venda y, en respuesta, el jueves 1º de octubre, cuando se encuentre en el cuarto secreto, introduzca la papeleta blanca en el sobre y vote por el recurso de referéndum.

Vayamos al grano.

■ El gobierno sostiene que la ley de empresas públicas no autoriza a vender.

Eso no es verdad. La ley 16.211 autoriza al Poder Ejecutivo, a través de los artículos 1 y 2, a «transferir los derechos de uso, usufructo, y personales, así como la constitución de derechos reales o personales respecto de los bienes muebles o inmuebles».

* * *

■ El gobierno manifiesta que en lugar de privatizar lo que hace es constituir empresas mixtas.

Eso no es verdad. Una empresa mixta es estatal si el Estado conserva en su poder el 51% o más de las acciones y la mayoría de representantes en el directorio.

La ley 16.211 autoriza a vender más del 51% de las acciones y a conformar directorios con mayorías privadas.

* * *

■ El gobierno expresa que es necesario terminar con los monopolios del Estado para que la libre competencia se traduzca en el mejoramiento de los servicios y el abaratamiento de sus costos.

Eso no es verdad. En la privatización de ANTEL se garantiza a la empresa compradora el monopolio por un lapso mínimo de cinco años y el gobierno se compromete a fijar las tarifas de los servicios telefónicos en valores que contemplen los costos de la futura empresa más «razonables» ganancias.

* * *

■ El gobierno afirma que con la ley 16.211 hará más eficientes las instituciones públicas y disminuirá los gastos del Estado.

Eso no es verdad. Ocurriría justamente todo lo contrario. El gobierno vendería los Entes Autónomos y Servicios Descentralizados que hoy le reportan grandes ganancias al Estado (67 millones de dólares en 1991 y 97 millones de dólares en el primer semestre de este año). El Estado quedaría dueño de las instituciones deficitarias, puesto que éstas no son vendibles y las haría mucho más burocráticas e ineficientes al absorber en ellas a los funcionarios de las vendidas.

* * *

■ El gobierno asegura que cuanto se recaude por la venta de las empresas públicas se destinará a educación, salud y vivienda.

Eso no es verdad. Las empresas que se vendan no serán pagadas con dinero sino con títulos de deuda externa, y lo recaudado será destinado al pago de esa deuda.

Cuando en el Parlamento se planteó la sanción de un artículo que obligase a que el pago de las empresas vendidas se efectuara en dinero, dicho artículo no fue aprobado debido a los votos en contra de los legisladores que responden al gobierno.

Estos son los artículos que impugnamos de la ley

Al votar la papeleta blanca se está impugnando los artículo 1, 2, 3, 10 y 32 de la ley 16.211 de «empresas públicas».

Los tres primeros artículos representan las normas medulares del modelo privatizador que impulsa esa ley, habilitando con total discrecionalidad al Poder Ejecutivo a transferir a particulares, bajo diversas formas jurídicas (concesión, permiso, contrato, subcontrato) la ejecución del servicios públicos nacionales y cometidos no esenciales del Estado.

Por el artículo 1ro. «El Poder Ejecutivo podrá conceder u otorgar permisos para la ejecución de servicios públicos nacionales a su cargo». «En caso que la Ley haya asignado a un Ente Autónomo o Servicio Descentralizado la prestación de un servicio público, el Directorio o Director General del Ente o Servicio podrá otorgar la concesión o permiso, con aprobación del Poder Ejecutivo».

«La concesión o el permiso podrán incluir la transferencia de derechos de uso, usufructo y personales, así como la constitución de derechos reales o personales respecto de los bienes muebles o inmuebles útiles o necesarios para la ejecución del servicio por el período de concesión».

Por el artículo 2do. «La Administración Central y los Entes Autónomos y Servicios Descentralizados podrán autorizar, contratar, o subcontratar con terceros la ejecución de otras actividades de sus competencias que no constituyan cometidos esenciales del Estado ni servicios públicos o sociales».

«Como parte de tales autorizaciones y contratos se podrá asimismo transferir o constituir derechos reales y personales respecto de sus bienes. En el caso de Entes Autónomos y Servicios Descentralizados se requerirá para ello resolución dictada con el voto favorable de 4 integrantes cuando el Directorio tenga 5 miembros y de la unanimidad de los Directorios de 3».

Se trata de dos disposiciones que burlan a la Constitución, que en los incisos 1 y 2 del Artículo 188 establece que para admitir capitales privados en la constitución o ampliación del patrimonio de Entes Autónomos o Servicios Descentralizados se requerirán tres quintos de votos del total de componentes de cada Cámara (mayoría calificada que el Gobierno no tenía); tal que el aporte de los capitales particulares y la representación de los mismos en los directorios nunca serán superiores a los del Estado.

De esta forma se sortea esa exigencia constitucional posibilitando a particulares la compra o el usufructo por tiempo indefinido de bienes públicos (para lo que no se requiere mayoría calificada sino simple); sin intervención de tipo alguno del Parlamento y con la sola necesidad de un acuerdo político que permita la existencia de mayorías en los Directorios de las empresas (que no tienen la misma representatividad que el Poder Legislativo).

Pero las consecuencias de estos dos primeros artículos de la Ley de Privatizaciones no se agotan en lo ya expresado; al ceder a particulares parte del patrimonio público se habilita la posibilidad de que luego el Estado se asocie con ellos como socio minoritario con los bienes que le queden, haciendo uso de los incisos 3 y 4 del Artículo 188 de la Constitución.

Los incisos 3 y 4 del Artículo 188 de la Constitución establecen que el Estado podrá participar en actividad industriales, agropecuarias o comerciales de empresas formadas por aportes obreros, cooperativas o capitales privados; para ello la Ley, por mayoría absoluta del total de componentes de cada Cámara, autorizará en cada caso esa participación.

Este mecanismo, cesión a particulares de parte del patrimonio público y posterior asociación con ellos con el Estado como socio minoritario, puede aplicarse a cualquier organismo público posibilitando su absorción por el capital privado.

Es por esta razón que resulta fundamental derogar los dos primeros artículos de esta ley, ya que con ello se la **«desactiva»** en sus aspectos más perniciosos (en ellos está la **«trampa»** que posibilita las privatizaciones: autorizar la venta o usufructo de los bienes públicos sin incorporar capital privado a la empresa, para lo que se requiere una mayoría calificada de la que se carece).

De acuerdo a estas normas los únicos servicios que no podrían ser entregados a particulares serían la Policía, el Ejército, las Relaciones Exteriores, la Justicia y la Legislación (el artículo 2do sólo exceptúa a los **«Cometidos Esenciales»** y **«Servicios Públicos o Sociales»**)

Respecto a las tarifas el Art. 1ro. de la Ley de Empresas Públicas establece que: **«para la fijación de tarifas se tomará en cuenta el costo del servicio, de acuerdo a prácticas contables generalmente aceptadas y márgenes de utilidad razonables»**.

De esta forma se está dejando de lado toda consideración de eficiencia del concesionario. En efecto, a una empresa que pudo desarrollar una actividad con 500 personas lo hagan con 2.000, habrá que fijarle la tarifa correspondiente al costo de esas 2.000 personas, ya que según este artículo habrá que reconocer el costo de acuerdo a las prácticas contables generalmente aceptadas.

Por otra parte, al establecer **«márgenes de utilidad razonables»** sin especificar que implica la palabra **«razonable»**, se está asegurando al concesionario que obtendrá ganancias, contradiciendo el discurso que argumenta que la transferencia o concesión de los servicios públicos traerá aparejada la posibilidad de que el capital privado afronte los riesgos. De esta forma el usuario va a ser cautivo de la empresa a la que se le otorgue la concesión, perdiendo la posibilidad de control que tiene actualmente sobre la gestión de la Empresa Pública.

En relación a los monopolios no se establece que se **«prohibirá»** que se lleguen a constituir, sino que se dice que se procurará evitarlos: **«En el otorgamiento de concesiones y permisos se favorecerá la libre concurrencia procurando evitar situaciones de monopolio de hecho»** (3er inciso del Art. 1ro.)

De esta forma se está indicando que, aunque se llegue a una situación de monopolio de hecho, igual se otorgarán concesiones o permisos, aduciendo que se procuró evitar dicha situación (la expresión no fue incluida accidentalmente sino con la intención de habilitar la creación de monopolios privados).

El artículo 3ro: Aparece como un intento de poner límites a los efectos negativos que puedan tener los dos primeros artículos, estableciendo que: **«por la vía de los actos y contratos referidos en los artículos 1ro. y 2do. no se podrá privar a un Ente Autónomo o Servicio Descentralizado de la prestación directa de todos sus cometidos»**.

Se trata de una disposición que no neutraliza las consecuencias de los artículos anteriores, ya que se puede ceder la mayoría de patrimonio de un Ente Autónomo (o su parte más rentable) y cumplir con la exigencia que plantea este artículo reservando para el Ente una parte minoritaria o deficitaria (por ejemplo: los teléfonos de localidades pequeñas quedan en ANTEL y ésta cede todo el resto de su patrimonio).

El artículo 10: Es la disposición que habilita la privatización de ANTEL; lo que implica entregar a empresas privadas el control del sistema de telecomunicaciones del país; posibilitando el usufructo de las inversiones de ANTEL (250 millones de dólares en el último quinquenio) con mantenimiento del monopolio (ahora privado) y encarecimiento de servicios (en Argentina la privatización quintuplicó las tarifas), así como con pocas posibilidades de desarrollo en áreas poco rentables (telefonía rural y teléfonos públicos).

En su primer inciso este artículo plantea la modificación de la Ley Orgánica del Organismo, estableciendo como cometidos de ANTEL: **«Prestar en forma directa o indirecta servicios de telecomunicaciones, urbanas, rurales y de larga distancia, nacionales e internacionales»**.

Más adelante se establece que, con la autorización del Poder Ejecutivo, ANTEL podrá contratar con terceros la prestación de los servicios que constituyen su cometido o asociarse con capitales privados a fin de prestar dichos servicios, de acuerdo a lo indicado en los incisos 3 y 4 del Art. 188 de la Constitución (se hace uso del mecanismo señalado precedentemente).

En este último caso la asociación se hará a través de la participación en sociedades anónimas, con integración de ANTEL en la dirección y el capital. A estos efectos ANTEL podrá aportar aquella parte de su patrimonio que fuera necesaria o conveniente, previéndose que su participación podrá ser del 40% del capital accionario,m con un 8% para los funcionarios y una mayoría accionaria par **«capitales de origen nacional»**.

Esta última disposición puede ser fácilmente burlada por capitales extranjeros que usen como testaferro a algún representante local, con lo que la mayoría del paquete accionario pasaría a ser controlada por alguna trasnacional.

El artículo 32: Por último cabe consignar que el Art. 32 dispone derogaciones a texto expreso del Régimen Jurídico anterior, entre las que se encuentran las Leyes Orgánicas de varios organismos públicos, complementando las desvastadoras consecuencias de esta ley.

Recuerde

...que el jueves 1º de octubre es feriado no laborable, de acuerdo con lo establecido en la Ley 16.017.

...que quienes votaron el 5 de julio deben nuevamente votar el jueves 1º de octubre, según la resolución de la Corte Electoral. Y votar la papeleta blanca para que se lleve a cabo un referéndum sobre la ley de empresas públicas.

...que no habrá voto interdepartamental, de acuerdo con lo resuelto por la Corte Electoral. De modo que cada ciudadano deberá votar en el departamento al que pertenece su credencial cívica.

...que si extravió su credencial cívica, pero recuerda la serie y el número de la misma, puede votar -sin observación- en el circuito correspondiente.

...que si emite su voto en favor de la papeleta blanca en las primeras horas de instaladas las mesas receptoras, dispondrá de tiempo para colaborar en las tareas de los cantones de su barrio.

ORIGINAL

FECHA 9/2/93 INICIAL (RS)

...etado a Sum... DPN

OBSERVACIONES ASUNTO

C... 023

23

m.s.
setiembre de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920502 /S.O.E

ASUNTO: MOVILIZACION DE COFE

REFERENCIA

TEXTO:

A.- En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura de la movilización convocada por la Confederación de Organizaciones de Funcionarios del Estado (COFE) en reclamo de mejoras presupuestales, contra el cierre de la Imprenta Nacional y en apoyo de la papeleta blanca.

1.- Siendo las 1530 hs. aproximadamente en la Plaza Independencia se concentraron alrededor de 350 personas, en su mayoría hombres (60%) y el resto mujeres (40%), no constatándose la presencia de menores. Se estima que la concurrencia alcanzó la cantidad de 400 personas en el momento que arribaron al Palacio Legislativo, habiéndose sumado éstos últimos a la movilización en el local de AUTE ubicado en Agraciada 2463.

2.- El nivel de organización fue aceptable, no habiéndose suscitado incidentes. Las actividades programadas se desarrollaron acorde a lo previsto y tal como fuera anunciado por la prensa.

3.- Se detectaron las siguientes banderas de los siguientes gremios :

- Asociación de Funcionarios de la Contaduría General de la Nación (AFCGN)
- Asociación de Funcionarios del M. de Ganadería, Agricultura y Pesca (AFGAP)
- Federación de Funcionarios de Salud Pública (FFSP)
- Asociación de Funcionarios Judiciales del Uruguay (AFJU)
- Sindicato Unico del Instituto Nacional del Menor (SUINM)
- Asociación de Funcionarios de la Administración de Loterías (AFAL)

4.- No se detectaron pancartas, pudiéndose observar los siguientes carteles y pasacalles :

- NO VENDEREMOS NUESTRO PATRIMONIO AL BAJO PRECIO DE LA NECESIDAD (sin agrupación)
- 1ro. DE OCTUBRE VOTE LA PAPELETA BLANCA - (COFE-PIT/CNT)
- LOS TRABAJADORES PUBLICOS POR NUESTRA SOBERANIA, EL 1ro. DE OCTUBRE VOTE LA PAPELETA BLANCA, SU VOTO DECIDE (COFE-PIT/CNT)
- UNIDAD PARA LUCHAR EN DEFENSA DEL PATRIMONIO NACIONAL, PARA DEFENDER LA SOBERANIA (pasacalle que abría la marcha hacia el Pcio. Legislativo y que fuera levantado en el local de AUTE).

5.- La actitud de la concurrencia fue pacífica durante toda la movilización.

6.- No se detectaron agitadores ni dispositivo de seguridad.

7.- Realizaron volanteada durante la Concentración en Plaza Independencia, la marcha y en el Pcio. Legislativo (se adjuntan volantes).

8.- Las actividades se desarrollaron acorde al programa, arribando a la zona del Pcio. Legislativo aproximadamente a las 1635

ORIGINAL

Hoja ~ de ~
Copia ~ de ~
m.s.

hs. En el lugar manifestaron durante 20 minutos dispersándose en forma pacífica.

9.- No se detectaron dirigentes de la Central Obrera, destacándose que no se realizó parte oratoria en ninguno de los lugares que recorrió la movilización.

10.- Se registraron los siguientes cánticos :

- SE SIENTE, SE SIENTE, EL PUEBLO ESTA PRESENTE
- SE ESCUCHA, SE ESCUCHA, ARRIBA LOS QUE LUCHAN

B.- Cabe destacar que en la Plaza Independencia se colocó una ofrenda floral al pie del monumento; en la recorrida por los distintos ministerios no se detuvieron, manifestando desde los vehículos (5 ómnibus y 9 camiones); al llegar al local de AUTE la columna se detuvo alrededor de 10 minutos para organizar la marcha a pie portando el pasacalle; al llegar al Pcio. Legislativo circunvalaron el mismo para detenerse definitivamente frente al ingreso que da hacia la Avda. Gral. Flores.

DISTRIBUCION : Original - Jefe Departamento I
Copia 1 - Jefe Departamento III (CP) - Archivo

CORTE ELECTORAL

Interpongo el recurso de referendum contra los artículos 1º, 2º, 3º, 10º y 32º de la Ley Nº 16.211, de 1º de octubre de 1991.

003 920883

JUDICIALES EN LUCHA POR:

1) Creación de un timbre de un valor del 2% sobre el monto de todas las ejecuciones forzadas (remates judiciales) Será contribuyente de dicho timbre el mejor postor en la circunstancia de la compra y que lo recaudado por dicho concepto, sea volcado a los trabajadores judiciales de los escalafones III al VI

2) Apoyo parcial y crítico al proyecto de Rendición de Cuentas elevado por el Poder Judicial al parlamento

3) Concreción por la Suprema Corte de Justicia de la partida correspondiente a la recaudación del timbre Poder Judicial, en el próximo semestre.

4) Pago en agosto de la Prima por Asiduidad de acuerdo al Reglamento existente

Rechazo al proyecto de Rendición de Cuentas del Poder Ejecutivo

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY
COFE - PIT-CNT

viernes 7 de agosto

PARO GENERAL DE 24 HORAS

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY - COFE - PIT-CNT

005

9208883

JUDICIALES EN LUCHA POR:

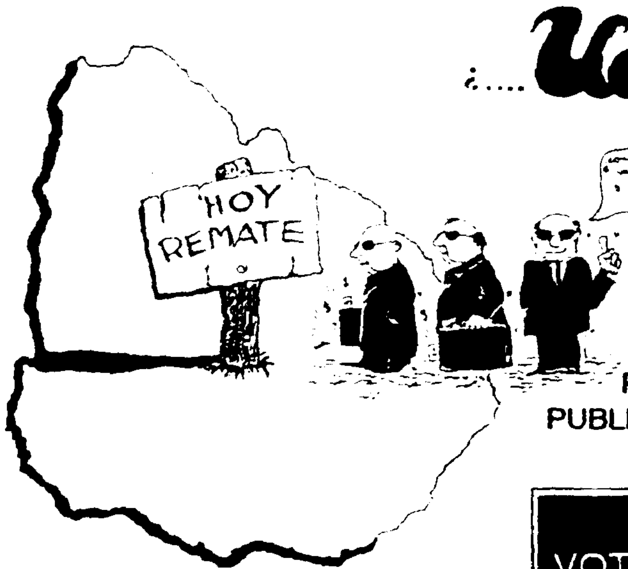
1) Creación de un timbre de un valor del 2% sobre el monto de todas las ejecuciones forzadas (remates judiciales). Será contribuyente de dicho timbre, el mejor postor en la circunstancia de la compra; y que lo recaudado por dicho concepto, sea volcado a los trabajadores judiciales de los escalafones III al VI.
2) Apoyo parcial y crítico al proyecto de Rendición de Cuentas elevado por el Poder Judicial al Parlamento.
   Rechazo al proyecto de Rendición de Cuentas del Poder Ejecutivo.
3) Pago de lo adeudado por la prima por asiduidad ya.
4) Por mantenimiento y en defensa de la fuente de trabajo.
5) No a la rebaja salarial de la prima por rendimiento.
6) No a las privatizaciones y por eso el 1º de octubre votamos la papeleta blanca.

Asociación de Funcionarios Judicialdes del Uruguay
COFE - PIT-CNT

JUDICIALES EN LUCHA POR:

1) Creación de un timbre de un valor del 2% sobre el monto de todas las ejecuciones forzadas (remates judiciales). Será contribuyente de dicho timbre, el mejor postor en la circunstancia de la compra; y que lo recaudado por dicho concepto, sea volcado a los trabajadores judiciales de los escalafones III al VI.
2) Apoyo parcial y crítico al proyecto de Rendición de Cuentas elevado por el Poder Judicial al Parlamento.
   Rechazo al proyecto de Rendición de Cuentas del Poder Ejecutivo.
3) Pago de lo adeudado por la prima por asiduidad ya.
4) Por mantenimiento y en defensa de la fuente de trabajo.
5) No a la rebaja salarial de la prima por rendimiento.
6) No a las privatizaciones y por eso el 1º de octubre votamos la papeleta blanca.

Asociación de Funcionarios Judicialdes del Uruguay
COFE - PIT-CNT



¿.... **Ud:** QUIERE QUE SU HIJO LE PREGUNTE COMO ERA

URUGUAY ..... ?

PARA QUE LAS EMPRESAS PUBLICAS SIGAN SIENDO NUESTRAS

EL 1º DE OCTUBRE
VOTE: LA PAPELETA BLANCA

008

AFUTECI

9208883

El Gobierno a través de la Ley de Empresas Públicas tiene poderes para vender, ceder, enajenar parte o totalmente servicios fundamentales como Antel, UTE, PLUNA, ANCAP -es decir, los entes más productivos del Estado uruguayo que con esta ley pueden perderse todos-.

Por el tamaño de las empresas y por la experiencia en toda América Latina, privatización quiere decir extranjerización.

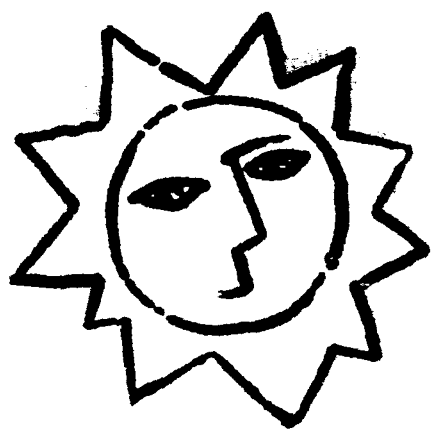
Hoy una partida en el Registro Civil sale N$ 2.200, si el servicio se privatizara su valor se incrementaría cuatro o cinco veces como sucedió en Argentina con la privatización de los teléfonos.

El 1º de Octubre Ud. elige en que país quiere vivir y que calidad de vida tendrá Ud. y su familia.

SU VOTO DECIDE
VOTE PAPELETA BLANCA

AFURECI - COFE - PIT-CNT

ESTA OPORTUNIDAD
NO SE PUEDE «RIFAR»...



HAY MUCHO EN JUEGO.

9208883

ESTIMADO VECINO:

El 1º de octubre LOS URUGUAYOS TENDREMOS UNA ULTIMA OPORTUNIDAD para defender el patrimonio nacional.

La Comisión Nacional del Referéndum, con su acción legal, pone en manos del pueblo la decisión sobre los destinos que daremos a las empresas públicas y al Estado uruguayo en su conjunto.

El gobierno en cambio, pretende que sea LA INDIFERENCIA de la ciudadanía la que DEFINA cosas tan trascendentes.

En ese sentido es muy elocuente la actitud irresponsable, carente de principios del Presidente Lacalle, que en la primera vuelta intentó confundir a la opinión pública, diciendo que como buen demócrata apoyaba la convocatoria. Ahora en cambio, dice que el 1º de octubre no va a concurrir a las urnas...

LOS ALCANCES DE LA INICIATIVA

Con la papeleta blanca estamos intentando parar el malón privatizador-extranjerizante, que ha dejado «un tendal», con secuelas de hambre, desocupación e injusticia social, por donde ha pasado.

La conducta soberbia, arrogante y antipopular de nuestros gobernantes tuvo un «impulso» que no supieron «disimular» ni el presidente, ni sus ministros cuando interpretaron que «con el ausentismo a las urnas se estaba apoyando al gobierno y su política».

El movimiento sindical entiende que esta política privatizadora está unida a otras iniciativas no menos perjudiciales para el pueblo, como la fijación de salarios de hambre, el cierre de fuentes de trabajo, el ataque a la seguridad social (pretendiendo rebajar el monto de la pasividad y aumentar los años de servicio para acceder a la misma), la pauperización de la asistencia médica, el recorte presupuestal a la enseñanza, la cancelación de fondos para planes de vivienda, etc.

Por eso cuando lo invitamos a votar la PAPELETA BLANCA lo hacemos para rechazar un proyecto de país contrario y perjudicial a los derechos e intereses del pueblo.

011 9208883

LA PAPELETA BLANCA ES:

- un voto contra la rebaja del salario público y privado
- un voto contra el cierre de fuentes de trabajo y en defensa de una política nacional de empleo productivo.
- defiende la seguridad social, porque también el BPS puede ser privatizado y extranjerizado.
- se opone a proyectos sobre seguro de paro, asignación familiar y DISSE que han sido comprometidos con el FMI para recortar derechos y beneficios.
- es un voto contra la rebaja y discriminación en el nivel de asistencia médica.
- es un voto en contra del recorte sistemático de recursos para la enseñanza.
- es un voto en contra del vaciamiento del Banco Hipotecario que ha cerrado el camino hacia una vivienda popular.

QUEREMOS COMPARTIR CON USTED Y SU FAMILIA UNA APUESTA AL FUTURO

Decir en las urnas en forma categórica, al país y al mundo entero, que los orientales no aceptamos las imposiciones de los organismos financieros internacionales. Mirar hacia el fondo de nuestra historia y rescatar de Artigas el «no venderemos el rico patrimonio de los orientales al bajo precio de la necesidad». Y al mismo tiempo, mirar hacia el futuro, conscientes de que un triunfo del pueblo expresado tras la PAPELETA BLANCA constituirá un enorme y firme primer paso hacia los cambios auténticos y profundos que el país reclama.

Estimado amigo, estamos seguros de que JUNTOS, PODEMOS.

Ud. tiene la palabra (mejor dicho la papeleta), y decide.

Después del 1º de octubre si perdemos, no hay reclamo.

PIT-CNT

Setiembre de 1992

012 9208883



CONTRA LA LEY NEGRA DEL GOBIERNO

La LEY NEGRA del gobierno
permite vender todas las empresas rentables, las que dejan
ncias, y establecer de esta manera un monopolio extranjero de los principales servicios.

aumento de las ganancias de estas empresas saldrá de:

- andes aumentos de las tarifas (como sucede en todos los países de América Latina donde se aplica esta ítica).
- drástica reducción del personal en estas empresas.

o el Estado uruguayo seguirá inflado y burocratizado porque todos los servicios no rentables y los gastos absorbidos por otras empresas públicas o ministerios.
ce falta *cambiar en serio, reformar a fondo* el Estado y *disminuir* la burocracia. Lo que el gobierno quiere vender y privatizar las ganancias y dejamos la peor parte a los uruguayos.
tuvimos una experiencia, con el cierre del servicio de pasajeros de AFE: pueblos y zonas del país on aisladas. Las promesas del gobierno no se cumplieron. Mientras el Estado sigue tan ineficiente como

El Presidente Lacalle NO VOTA el 1º de octubre

De esta manera queda clara su posición de siempre.
Y se define con más claridad que el referéndum enfrenta la política del gobierno.

El 1º de octubre es la ULTIMA OPORTUNIDAD de defender el Uruguay y detener esta política económica.

unfa el gobierno el 1º de octubre, aplicará más crudamente la política de shock, es decir congelación ios, de jubilaciones, *liquidación del sistema de previsión social*, aumento de los impuestos y reducción stos sociales.

438.000 ciudadanos —que ya votamos la papeleta blanca y lo volveremos a hacer—
LO CONVOCAMOS A VOTAR EL 1º DE OCTUBRE:



PAPELETA BLANCA

- **Para cambiar en serio, por un Estado eficiente, al servicio del ciudadano y el país.**
- **Para frenar la política económica de este gobierno.**
- **Para derogar la ley de privatizaciones y extranjerización de las principales empresas públicas.**
- **Para defender las fuentes de trabajo y una vida digna.**

SU VOTO TIENE UNA OBLIGACION, CON EL PAIS Y SU GENTE.

¡El 1º de Octubre es su última oportunidad!

CONTRA LA LEY NEGRA DEL GOBIERNO



COMISION NACIONAL DE DEFENSA DEL PATRIMONIO Y REFORMA DEL ESTADO


AL ABORDAJE!
NO SE DEJE
PIRATEAR
EL URUGUAY

El 2 de Octubre ¿le gustaría volver a escuchar este mensaje?



Si Usted no comparte esta afirmación sume su voto para cambiar.

VOTE

PAPELETA

BLANCA

Comisión Pro-referéndum de Judiciales

COFE - PIT-CNT

016

9208883

UN ADMINISTRADOR

cuyas empresas no son eficientes
debería cambiar de profesión

Lo que no puede hacer

ES VENDERLAS

cuando son propiedad de todos
sin que todos decidamos

LA INVESTIGACION, LOS CONTROLES DE CALIDAD Y SANIDAD EN MANOS PRIVADAS BUSCAN COMO UNICO FIN LA GANANCIA DEL EMPRESARIO, SOLO EL ESTADO ES GARANTÍA DE SALUD Y BIENESTAR PARA LA POBLACIÓN.

EL 1ero DE OCTUBRE VOTE LA PAPELETA

BLANCA.

AFGAP. COFE. PIT. CNT.



-8208883


..SI LA SANIDAD EN LOS FRIGORIFICOS NO EXISTIERA, LA CALIDAD DE LOS PRODUCTOS CARNICOS BAJARIA SUSTANCIALMENTE...
...SIN UN CONTROL Y CUIDADO DE NUESTRA FLORA, FAUNA Y SUELOS, LA DEPREDACIÓN PODRÍA LLEVARNOS A UNA CATASTROFE ECOLÓGICA...
...SIN UNA INVESTIGACIÓN Y SANIDAD DE NUESTRA RIQUEZA MARITIMA, EL RIESGO DE CONSUMIR CALAMARES Y OTROS PRODUCTOS CON "MAREA ROJA" AUMENTARIA...
...SIN LOS CONTROLES DE CALIDAD Y SANIDAD EN FRUTAS Y VERDURAS, LOS URUGUAYOS ESTARIAN EXPUESTOS A CONSUMIR CUALQUIER PRODUCTO...
...ELEMENTAL, MI QUERIDO "CUQUI" EL M.G.A.P. NO SE PUEDE ACHICAR MAS!! ¡VOY A VOTAR LA BLANCA!

JUDICIALES EN LUCHA POR:

1) Creación de un timbre de un valor del 2% sobre el monto de todas las ejecuciones forzadas (remates judiciales) Sera contribuyente de dicho timbre, el mejor postor en la circunstancia de la compra; y que lo recaudado por dicho concepto, sea volcado a los trabajadores judiciales de los escalafones III al VI.

2) Apoyo parcial y crítico al proyecto de Rendición de Cuentas elevado por el Poder Judicial al parlamento.

3) Concrecion por la Suprema Corte de Justicia de la partida correspondiente a la recaudación del timbre Poder Judicial, en el próximo semestre.

4) Pago en agosto de la Prima por Asiduidad de acuerdo al Reglamento existente

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY
COFE PIT CNT

A LA OPINION PUBLICA

Nuevamente estamos exigiendo soluciones a nuestros rebajados salarios, y esto nos obliga a realizar medidas de lucha que lo afectaran.

Actualmente la Comisión de Presupuesto de la Cámara de Diputados está discutiendo el proyecto de Rendición de Cuentas que regirá a partir del próximo año. La voluntad del Poder Ejecutivo expresada en está Rendición,es no solo condenarnos a la miseria más grande hasta el año 94, sino aplicarnos un nuevo Ajuste Fiscal .Por esta razón nuestro gremio reclama la aprobación por parte del Parlamento de un artículo que con recursos extra presupuestales(timbre sobre las ejecuciones forzadas), se atiendan la situación económica de los trabajadores judiciales.

El Poder Judicial, elevó un proyecto de Rendición de Cuentas que ignora la gran mayoría de los reclamos de los judiciales, y algunos reclamos atendidos corren serio riesgo de ser borrados por el P Ejecutivo.

Pese a largas negociaciones con el Poder Judicial para lograr que se concrete el pago de una partida de la recaudación del timbre PODER JUDICIAL, hasta el momento ignoramos, cuando, cuanto y como se concretara ese reclamo.

Finalmente, la Contaduria Gral de la Nacion, ha impedido que se nos liquide la partida de la Prima por Asiduidad, en un intento de incorporár modificaciones a la Reglamentación que dejen por el camino las conquistas alcanzadas al respecto por nuestro gremio.

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY COFE PIT-CNT.

SEÑORES DE LAS PATRONALES GRAFICAS ¿HASTA CUANDO?

EL GREMIO RESPONDE, CON DENUNCIA, MOVILIZACION Y LUCHA

Cuando se habla de paciencia, de espíritu negociador, habrá que hablar del gremio gráfico y de su dirección sindical, a este gremio las patronales gráficas le deben el aporte del 1,15% desde *diciembre* de 1985, año en el cual se reimplantó el Fondo Social para Vivienda, que habría sido congelado por la dictadura en 1976.

Cuando se hable de escamotear la auténtica verdad, la única realidad, habrá de hablar de las patronales gráficas. Hemos perdido ya la cuenta desde que comenzaron las negociaciones, por la efectivización del pago de la deuda.

El Sindicato reclamando siempre el pago total de la deuda incluyendo a ello, como es natural para el cobro de cualquier cuenta, los intereses correspondientes. Es lo mínimo que puede hacerse para poder resarcir en lo elemental y lógico, parte de lo que los 5.000 trabajadores gráficos han perdido por el no pago patronal de la deuda, lo que ha implicado el que no se hayan podido construir las viviendas que son del gremio y al cual se le ha impedido ir resolviendo, en parte, este grave problema.

Basta ya de fuegos artificiales. El Sector Obra sabe lo que es luchar, cuando se intenta continuar por el camino del despojo de sus derechos. Ha terminado el tiempo de las idas y venidas, para dar paso a la acción de los que no admiten ya más dilatorias.

MIERCOLES 23
DE SETIEMBRE
PARO DE 24 HORAS
ACTIVO

S.A.G. - PIT-CNT

DOC
POCO LEGIBLE

023 023

9208883

R.E.Nº 9208885

ASUNTO: LX - EMPLEADO DE CX-30

PROCEDENCIA: DGID

EVALUACION: —

OBSERVACIONES: TEXTO DE PRENSA EVAL. C-3

DATOS FILIATORIOS EVAL A-1

Tte. 1º NORBERTO DIVINCENSI

FIRMA: ....

FECHA: .../.../.../

001 / 002

24 SET. 1992

9208885

TIENE LA PALABRA

Preguntas al senador José Araújo

La REPUBLICA 11/09/1992.-

Señor director del periódico LA REPUBLICA

De mi mayor consideración:

■ Notoria es ya la división existente entre las dos posturas que conforman la interna Frenteamplista, fuerza política que aspira a ser gobierno en 1994 y a la que la mayoría de los montevideanos ha dado su apoyo.

De la misma se sustraen dos concepciones profundamente antagónicas.

Por un lado, los conscientes del fracaso del socialismo REAL y de la estrepitosa caída de los países de EE y de la ex URSS, entre los que tenemos la suerte de contar con líderes como el compañero Tabaré, el que ya está haciendo historia con sus obras.

Por el otro los "nostálgicos" de siempre, "Los Linchadores" y destructivos del Pluralismo, donde subsisten los Zabalza, los Fernández Huidobro y los Araújo (radio-senadores).

Precisamente a este último van dirigidas estas interrogantes:

- Compró o no en el año 1979 un restaurante ubicado en el Parque Batlle y Ordóñez (Paseo del Parque) en sociedad con Everli Rodríguez.

- Cómo justifica lo declarado públicamente de que su entrega al pueblo detrás de los micrófonos de CX 30 le costaron la pérdida de U$S 100.000 y paralelamente invertía en tan fructífero negocio, el que por cierto no iba dirigido a los más necesitados.

Fue allí también donde trabó amistad con el empresario Santayana (léase la rosca bancaria en el Uruguay - Vivian Trías 1971). Dicho Santayana le ofreció o no un cargo en la dirección de Seusa.

Acaso en sus supuestas más de 100 detenciones (durante el proceso) ¿cuenta también las rondas de café con el general Prant, director de los Servicios de Inteligencia de la Dictadura.

- Interfirió o no con los militares dueños de FM del Plata en ese entonces, para darle trabajo a una conocida periodista (Graciela Baccino).

- También, y como al pasar recuerdo su vinculación con Camerata Café Concert.

Por supuesto que de seguir hurgando en mi memoria podría recordar hechos más recientes.

Apelando a la pluralidad de la distinguida personalidad que dirige ese prestigioso órgano de prensa, bastión de los verdaderos intereses populares, me despido esperando la correspondiente publicación.

Se despide un ex empleado de CX 30.
C.I. 1.226.132-9

DOC. FOTO LEGIBLE

OTT ACEVEDO Santiago
Hijo de: German y Maria
F/N: 01/02/1953
CREDENCIAL CIVICA: B A 3 39464
Domicilio: Avda.BRASIL 3144 Apto. 602 (al 09/03/90)
Reg.Fot.: E 432253
C.I. 1.226.132-9

C

002 / 002 9208885

FALLECIO AYER EL DIPUTADO POR SAN JOSE, ALEJANDRO ZORRILLA

LA Cámara de Representantes le tributó su homenaje póstumo, donde se destacó esencialmente el perfil humano del legislador del Partido Nacional

La mañana 18/set/92

La Cámara de Representantes tributó su homenaje al extinto Diputado del Partido Nacional, Alejandro Zorrilla de San Martín, desaparecido trágiamente en la pasada jornada.

Convocado en forma extraordinaria por su Presidente, el Diputado Alem García Sosa (MNR), se reunió el plenario de esta rama parlamentaria para despedir a su segundo miembro desaparecido en esta legislatura, luego del también legislador herrerista, Dr. Héctor Martín Sturla.

Desde todas las tiendas políticas surgieron emocionados recuerdos respecto a la trayectoria y a la personalidad de Zorrilla, quien desde la década del 50 y hasta asumir su escaño en 1990, se desempeñó como funcionario del Poder Legislativo.

El primer discurso recordatorio corrió por cuenta del Diputado Ricardo Rocha Imaz (MNR), quien visiblemente emocionado remarcó el "destino trágico" del Partido Nacional de tener que despedir a un colega parlamentario durante este período.

"Zorrillita fue un gran blanco y un tradicionalista sin ojos en la nuca y un Oribista que ardía con el recuerdo de Leandro Gómez, Aparicio Saravia, Herrera y de Wilson Ferreira Aldunate".

Recordó también su último discurso en el cual defendió a su partido y a *"su amigo Luis Alberto Lacalle".*

"Fue un amigo fraterno, que destacó por su especial forma de encarar los temas parlamentarios. Va a ser difícil acostumbrarnos a su ausencia tras esta decisión trágica", sostuvo Rocha Imaz.

"SINGULARIDAD IRREMPLAZABLE"

Por su parte, el Diputado pachequista Oscar Supparo, sostuvo que el momento era *"difícil para despedir a una persona dotada de una singularidad que lo hace irremplazable".*

"Hoy se anulan los rencores y las rencillas ante el luto del Partido Nacional. Hoy Zorrilla se vuelve imagen y se transforma en recuerdo y anécdota en el interior de nuestros corazones".

Guillermo Chifflet, legislador del Partido Socialista (Frente Amplio) expresó el *"golpe de una gran injusticia"* que representaba esta muerte.

Destacó también sus atributos personales, entre los cuales estaba el coraje y una alta dosis de emotividad y romanticismo.

"Es, fue su veta más notoria, siempre procalamda en un ámbito distinto. Su alejamiento marca una determinante de su característica romántica", agregó.

El legislador frenteamplista concluyó manifestando que *"era una persona que en sus propósitos estaba el bien para el país".*

El Diputado comunista León Lev parafraseando a Miguel Unamuno, indicó que *"el tigre no se puede destigrar, el león no se puede desleonar, pero que el hombre sí se puede deshumanizar. Zorrillita era un gran ser humano con un gran corazón, amigo de los amigos y un adversario leal, con capacidad de rectificarse, cosa difícil para un hombre".*

"Era tolerante y amplio, marcando un estilo de la política uruguaya", aseveró Lev.

La personalidad de Zorrilla, según se dijo, convocó a todos los legisladores a expresar, aunque brevemente, algún recuerdo o alguna evocación de persona.

Los Ministros de Economía y Finanzas, Ignacio de Posadas, y de Educación y Cultura, Guillermo García Costa, siguieron las instancias de este homenaje, que contó con presencias de algún Senador nacionalista que se sentó junto a los Diputados de su sector. [illegible]

Desde las barras su familia y una gran cantidad de amigos, hicieron lo propio, para esta sesión que culminó con un minuto de silencio para la memoria del legislador maragato. ■

POSTES POCO LEGIBLE.

001/001

1/2.

D. E. I..
E.P.F.2DO.CTE.-
221200/SET/992.-

MEMORANDUM_DE_ANTECEDENTES_NRO.2690/92.-

I . EVALUACION: Se omite.

II . RESPONDE_A: SOLS. DE ANTECS. NROS. 26, 27 Y 29/92.

III . T_E_X_T_O: SE ADJUNTA 1 (UNA) HOJA.

IV . ACCION_TOMADA: Confeccion del presente MEMORANDUM.

V . DISTRIBUCION:

ORIGINAL............D.G.I.D.

COPIA Nro.1........ARCHIVO.

POR EL 2DO COMANDANTE DE LA D.E.I.

E. [illegible] D.E.I.

[illegible]

[illegible]

INICIAL #14
FECHA 12.3.93
OBSERVACIONES

24/9/92
SDI - I
9208888

001-002

REFERENTE_A: DOMINGUEZ [illegible], DANIEL [illegible]
SE_REGISTRA: DOMINGUEZ, DANIEL
DATOS : [illegible]
ANOTACIONES: [illegible] DE LA VILLA DEL CERRO.

SE_REGISTRA: DOMINGUEZ, DANIEL
DATOS : DOM. EMPLEADO DE CUTCSA (LINEA [illegible])
ANOTACIONES: 06/06/86: INTEGRANTE DE LA UTC, FIRMA UN LLAMADO A LOS TRABAJADORES DE CUTCSA, PARA FORMAR UNA LISTA GREMIAL UNITARIA PARA LAS ELECC. DEL GREMIO QUE SE REALIZARON EN EL AÑO 1987.

SE_REGISTRA: DOMINGUEZ, DANIEL
DATOS : F.NAC. 1952, DLIO. RECONQUISTA 280.
ANOTACIONES: AF. A LA U.J.C. Nro.8806 (1964).

SE_REGISTRA: DOMINGUEZ, DANIEL
DATOS : DLIO. C. FLORES.
ANOTACIONES: 27/04/87: EL CAUSANTE EN SU CALIDAD DE SECRETARIO DE LA FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE ENSEÑANZA SECUNDARIA DE FLORES, FIRMA UNA NOTA ENVIADA A EL DIRECTOR DEL DIARIO "LA IDEA NUEVA DE TRINIDAD (FLORES)" DONDE DA A CONOCER LOS PROBLEMAS Y LA SITUACION EN QUE VIVE LA ENSEÑANZA EN DICHA CIUDAD.

REFERENTE_A: DOMINGUEZ, GUALBERTO
SE_REGISTRA: DOMINGUEZ, GUALBERTO
ANOTACIONES: 29/10/85: EL CAUSANTE INTEGRA LA SUB-COMISION DE CULTURA Y JARDIN DE INFANTES DE LA COM.PRO-FOMENTO "ESTRELLA DEL CERRO" (BRIO.CASABO) ENTREVISTADO POR EL DIARIO COMUNISTA "LA HORA", DEMANDANDO QUE SE REGULARICE LA PROPIEDAD DE LOS TERRENOS Y ANUNCIA QUE SE ENCUENTRA ABOCADO A LA PREPARACION DEL 2do. CONGRESO DE VECINOS QUE SE LLEVARA A CABO DEL 3 AL 5 DE NOV./85 EN EL PQUE.HOTEL.

SE_REGISTRA: DOMINGUEZ MAGGIOLO, GUALBERTO FRANCISCO
DATOS : DLIO.LIBERTAD 2518
ANOTACIONES: 17/04/71: INTEGRANTE ACTIVO POSIBLE DEL MLN-T.

REFERENTE_A: PEREZ, FRANCISCO CONSTANCIO
SE_REGISTRA: PEREZ GOMEZ, FRANCISCO
DATOS : C.I. 435.344
ANOTACIONES: PADRE DEL RECLUSO MARIO PEREZ RODRIGUEZ.

REFERENTE_A: CORREA CARBALLO, SUSANA MERELIN
SE_REGISTRA: CORREA, SUSANA
DATOS : DLIO. MIGUEL ANGEL 3614.
ANOTACIONES: REPATRIADA, INGRESO AL PAIS EL 30/07/85 DE HOLANDA.

N O T A : SE DEJA CONSTANCIA QUE PESE A LA SIMILITUD DE NOMBRES Y APELLIDOS PUEDE NO TRATARSE DE LAS MISMAS PERSONAS SOLICITADAS.

[illegible]

2088 88

002 - 002

ORIGINAL

ARCHIVO

920501 24/SET/92.-

INFORMACION GENERAL DEL M.L.N.

603-B-II

B-2.

INFORMACION CONCERNIENTE A ELEUTERIO FERNANDEZ HUIDOBRO (MLN)

Se ha tomado conocimiento que la madre de Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO (MLN) que se encuentra internada en la sala 89 del Sanatorio Italiano, habría sido trasladada el día miércoles 16 por su hija EMILIA FERNANDEZ (hermana del mencionado MLN) a su domicilio.
Mencionado traslado se realizó contra la voluntad de los médicos pero en función de que la misma según éstos ya no tiene mejoría.

INFORMACION CONCERNIENTE A LA HIJA DE ELEUTERIO FERNANDEZ HUIDOBRO (MLN)

Se ha tomado conocimiento que GABRIELA hija del antes mencionado, estudiante de facultad se encuentra de novio con un NNM de nombre SEBASTIAN, éste concurriría al liceo en horario nocturno, se cree que lo haga en el Miranda.

INFORMACION CONCERNIENTE A JOSE MUJICA (MLN)

Se ha tomado conocimiento que pocos días después de haber sido internada la madre de E. FERNANDEZ HUIDOBRO (MLN), habría sido internada en la misma sala y en la misma mutualista la madre del MLN José MUJICA.
Una vez que fué dada de alta, Cándida FERNANDEZ de HUIDOBRO, continuaría internada la madre de J. MUJICA (MLN), de quien hasta el momento se desconoce su nombre.

ccd 06/10/92.-

001 | 1

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL - URUGUAY

(PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 21 de setiembre de 1992.-

OF.SEINT (P) Nro.157/21/IX-92.- SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA:- Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 52 personas que se mencionan en listado adjunto, las cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.

"SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Navío (CG) ....
[illegible] PANEDS
[illegible] Secretaría de Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 25/9/92
Nº 367

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General [illegible]
Fecha de [illegible] 24 SET. 1992
Pasa a ANTECEDENTES-
Nº Orden 9208894

2013

24/09/92
SDI
Nº de [illegible]ficación 9208891

Aut FR (hn)

13463

PC FR BUA 25709. FR 1947.

SRU.

FR BUA 18044.

FR BUA 18260.

PC.

104501

FR - BUA13342

FR BUA 35057.

U02

920889 1

A.

Ic. Sacoppolini, Carlos. Fecha: 02/11/45.
Nº AF: 1018.
CC: CEA 2088. Ferroviario

003/3

"La legalización le quitaría la mina de ganancias a la mafia", afirmó el ministro de Justicia

Italia, legalización de la droga sobre el tapete

● ***Las declaraciones generaron respuestas positivas pero prudentes entre los altos funcionarios italianos***

Hay quien dice que es un típico tema veraniego para discutir en las playas de esta caliente temporada italiana, pero lo cierto es que el debate sobre la legalización de la droga se reabrió aquí esta semana con tonos polémicos pero también con toda la prudencia que corresponde a una cuestión tan grave como la drogadicción y el narcotráfico. El primero en abrir el fuego sobre una discusión que estaba apagada desde hace más de dos años, cuando el Parlamento aprobó una severa ley contra el consumo de drogas pesadas y livianas, fue nada menos que el ministro de Justicia, Claudio Martelli. Durante un debate sobre la lucha contra la mafia realizado hace unos días en el Parlamento, Martelli puso el dedo en la llaga de uno de los aspectos más candentes del problema en Italia: "indudablemente, explicó, la legalización le quitaría a la mafia la mina de la que extrae sus ganacias ilícitas, pero también quien está a favor de la droga libre reconoce que la medida debería ser aprobada a nivel planetario".

Roma (ANSA), por Martino Rigacci

■ El ministro aclaró más tarde que "discutir sobre el tema no le hace mal a nadie, pero ningún gobierno puede tomar una decisión independientemente de los otros, porque de esta manera existe el riesgo de crear paraísos o infiernos artificiales".

"La liberalización debe ser discutida en los organismos internacionales como las Naciones Unidas y la Comunidad Europea", remató el joven ministro, uno de los más destacados líderes del Partido Socialista.

Las declaraciones de Martelli fueron inmediatamente elogiadas por los antiprohibicionistas, que hablaron de la "caída de un tabú", pero también por algunos miembros de la Democracia Cristinaa, del Partido Liberal (ambos en el gobierno) y del opositor Partido Democrático de la Izquierda (poscomunista).

A este punto de la discusión intervino el ex juez Giuseppe Ayala, hoy día uno de los políticos más populares de la península (es diputado por el Partido Republicano) y trabajó durante años contra la mafia codo a codo con Giovanni Falcone el juez símbolo de la lucha contra "Cosa Nostra" asesinado en mayo por el crimen organizado.



El funeral del juez Jorge Borcelino, muerto por la mafia debido a sus investigaciones en el millonario tráfico de drogas.

Ayala está de acuerdo con Martelli y declara: "con la legalización a la mafia sólo le quedaría una parte marginal del mercado y debería desplazarse hacia otras actividades ilícitas, mucho menos rentables que la droga".

El razonamiento de Ayala no termina ahí y para dar una idea de cuánto gana la mafia con el narcotráfico, recuerda una investigación que realizó junto a Falcone en los primeros años 80.

"En esa oportunidad, señaló, descubrimos que una sola 'familia' mafiosa había depositado en un banco en Lugano con una sola operación algo así como 100 millones de dólares".

Como era lógico, las declaraciones de Martelli registraron reacciones positivas, pero también comentarios muy prudentes. El ministro de Asuntos Sociales, el democristiano Adriano Bombiani, escribió una carta a Martelli en la que lo invitó "a no modificar la parte disuasiva de la ley italiana" contra el consumo de drogas.

"Yo estaría muy atento a estudiar la hipótesis de cambiar las normas de carácter preventivo, como la legalización o la despenalización del consumo de drogas ... antes hay que estudiar punto por punto cómo funcionó la ley y cuál es la orientación general", explicó Bombiani.

La ley a la que se refiere el ministro de Asuntos Sociales fue aprobada en junio del 1990.

Su característica principal es que anula el principio por el cual un drogadicto no puede ser castigado por el consumo personal de los estupefacientes. Otro de los 35 artículos en los que está dividida la ley refuerza las penas contra el tráfico y la venta de las drogas: hasta 20 años de cárcel para los grandes traficantes de drogas pesadas y hasta seis años para los narcotraficantes de productos livianos.

JORNAL DE BRASIL
9-10-91

JB 9/10

Impunidade estimula pernambucanos

Miséria torna o plantio de maconha rentável

RECIFE — Estimulados pela impunidade — apenas 1.500 denunciados, nos últimos 15 anos, dos quais 96 permanecem presos — e ainda pela grande rentabilidade do produto — um quilo da erva custa mais que 257 kg de feijão, os agricultores do sertão de Pernambuco substituíram as lavouras tradicionais pelo plantio de maconha. Com a expansão descontrolada dos plantios, nos últimos 10 anos, a produção de maconha de Pernambuco, considerada a maior do país, já abastece hoje mais de 8 milhões de viciados no Brasil. Foram estas as principais conclusões da CPI da Câmara Federal que investiga o narcotráfico, na visita a Recife, depois de ouvir autoridades policiais e judiciárias, entidades civis e até traficantes presos.

Baseados nos dados do próprio Poder Judiciário, os deputados da CPI constataram, ontem, que os plantios de maconha aparecem com mais freqüência nos municípios mais pobres e sem alternativas econômicas. Nos municípios de Belém do São Francisco, Cabrobó e Floresta — inseridos no chamado Polígono da Maconha — foram feitos, por exemplo, 498 processos nos últimos 15 anos. Nestes municípios, vivem pelo menos 100 mil pessoas, obrigadas a enfrentar estiagens prolongadas quase todo ano. No município vizinho de Petrolina, beneficiado com projetos de irrigação e um incipiente parque industrial, foram registrados no mesmo período apenas 98 processos por tóxicos entre seus 200 mil habitantes.

"Qual é a diferença? É o mesmo matuto, é o mesmo clima. Só as condições econômicas não são as mesmas", enfatizou o corregedor-adjunto da Justiça, Avelar Caribé, no depoimento que prestou à CPI. Ele sugeriu projetos de irrigação no Polígono da Maconha. "Pelo que constatamos, no sertão de Pernambuco não encaram o plantio nem mais como crime, mas como opção de sobrevivência", comentou o relator da CPI, Moroni Torgan (PSDB-CE), impressionado com as informações de que os sertanejos sequer consomem a maconha que produzem.

Recife — Natanael Guedes



Torgan (C) visitou traficantes

01/01 920893

Los docentes se capacitan contra la droga con maestros españoles

"Este es un momento ideal, y hasta diría histórico, para hacer campañas de prevención y evitar que la droga entre", dijo a La Nación Eduardo Bordons, director de Formación de la Fundación de Ayuda contra la Drogadicción de España (FAD).

El especialista formuló estos conceptos en el cierre del primero de los cursos de perfeccionamiento docente sobre prevención escolar de las drogadependencias, que se realizó ayer en la Biblioteca Nacional, con la asistencia del ministro de Cultura y Educación, Antonio Salonia.

Los cursos, que continuarán la próxima semana, surgieron a partir de un convenio de cooperación trilateral firmado entre la FAD, cuyo titular es la reina Sofía de España, el Ministerio de Cultura y Educación de nuestro país y la Fundación ADA (Ayuda contra la Drogadicción Argentina).

Los destinatarios de esta actividad son 400 escuelas primarias de todo el país, 200 de las cuales pertenecen a la Capital Federal y el conurbano, asistieron esta semana. Los restantes, del interior del país, lo harán la semana próxima.

Bordons, a cargo de los cursos junto a otros profesores de la Universidad Complutense de Madrid, dijo que la Argentina es el primer país en América latina en el que se traslada una experiencia docente desarrollada en España durante varios años.



Salonia departe con Bordons (en el centro) y Quarin (Foto de D. Caldirola)

El problema más grave

"Los españoles consideran a la droga un problema más grave que el desempleo, la degradación ecológica o la guerra nuclear, y el dolor que produce entre la gente este problema es equivalente a una tercera guerra mundial con un enemigo que ingresa en forma silenciosa y transparente", explicó Bordons.

Por su parte, el titular de la Fundación ADA, doctor Héctor Quarin, consideró que la Argentina pasó, en materia de drogas, a ser un país de consumo, y puso de manifiesto que desde la década de 1970 hasta la actual, el promedio de edad de quienes se inician pasó de 18/20 años a 9/11 años.

También dijo que mientras 20 años atrás quienes consumían drogas pertenecían sólo a sectores sociales acomodados, hoy este flagelo se extendió en zonas marginales. "Nuestro objetivo es trabajar en forma tripartita, integrando a docentes, alumnos y padres, y llegar a todos los niveles de la educación", señaló.

La fundación argentina, recientemente formada y que concreta sus proyectos con el aporte de empresas privadas, recibió de la FAD gran cantidad de materiales didácticos, guías y videocassettes que servirán para la continuidad de estos cursos de perfeccionamiento docente, el plan piloto de una iniciativa de más largo alcance.

Arrestan a narcotraficante cómplice de Manuel Noriega

■ Un narcotraficante acusado de entregar 4,2 millones de dólares por concepto de operaciones de narcotráfico al ex dictador panameño Manuel Antonio Noriega, fue detenido por violar su fianza federal al viajar del estado de Oklahoma a Louisiana, informó UPI.

Boris Olarte Morales, de 29 años, fue arrestado en Nueva Orleans el jueves, de acuerdo con registros de la Corte Federal Estatal. Morales había estado residiendo en Tulsa, localidad de Oklahoma, después de haber obtenido una fianza respecto a delitos por tráfico de cocaína.

Se le concedió la fianza debido a su cooperación con investigadores federales en varios casos de narcotráfico, incluyendo los relacionados con Noriega, quien fue sentenciado este año luego de un largo juicio realizado en Miami. Los documentos de la corte de Nueva Orleans señalan que funcionarios judiciales mantenían a Morales bajo vigilancia en Tulsa. Fue visto al momento de abordar un aeroplano en el aeropuerto de Dallas y se le arrestó al bajar del aparato en Nueva Orleans. Fue enviado de regreso a Oklahoma por violar las condiciones de su fianza, al dejar ese estado. Durante el juicio federal estadounidense en contra de Noriega, quien se entregara luego de la invasión a Panamá en 1989, Morales afirmó entregar a Noriega dinero en efectivo de parte del cártel de Medellín. Fiscales federales en Miami señalan que Morales entregó pagos por 250.000 dólares a 4.000.000 de dólares a Noriega, por permitir el uso de Panamá como centro de operaciones para el narcotráfico.

La Mañana 12/10/92

Secuestros fuera de los EE.UU.: Abreu hizo planteo en el Senado

El Senador Sergio Abreu realizó, el pasado miércoles, una extensa intervención en el plenario del Senado cuestionando la validez de la decisión de la Suprema Corte de Justicia de los Estados Unidos autorizando el secuestro de personas requeridas en terceros países. El siguiente es un extracto de sus palabras.

El Senador nacionalista Sergio Abreu efectuó, el pasado miércoles, una exposición sobre el fallo de la Suprema Corte de los Estados Unidos, referente al juzgamiento de un ciudadano extranjero secuestrado en su país.

[illegible]

Estados iguales deben regularse por el Derecho

[illegible]

Decisión de la Suprema Corte viola soberanías

[illegible]

... cuando la acción de algún Estado resulta flagrantemente violatoria del Derecho Internacional y su convalidación se constituye en una amenaza permanente a este orden jurídico superior".

Doc. Poco Legible

001/1

POCO LEGIBLE

10 8 93

Pozzolo denunció posible "venta de influencias" a nivel de Gobierno

El Diputado del Foro Batllista está investigando varios casos posibles

La posibilidad de que "un asesor del Gobierno" se halle implicado en un caso de "*venta de influencias o algo peor*" en favor de una empresa argentina que sería responsable de una presunta maniobra contra el Banco Central del Uruguay y que habría ganado la licitación por el juego "La Raspadita", motivó un pedido de informes del Diputado Luis Bernardo Pozzolo (Foro Batllista).

El legislador, que interroga sobre la posibilidad de que la mencionada empresa sea la "Ciccone Calcográfica S.A." responsable del escándalo de los "*menemtruchos*" en Argentina, indicó que su pedido responde a rumores que están "*en la calle*" y que también se vincularía a un caso de venta de una emisora radial en Pando.

Pozzolo indicó que "*está investigando*" éste y los otros casos, al tiempo que dijo que "*si alguna persona se está aprovechando de haber subido a un escalón que no le correspondía, habrá que bajarlo para que el sistema siga teniendo salud*".



Lotería y una emisora radial en su mira

El legislador comenzó por explicar las razones de este pedido de informes señalando que "*yo no puedo ocultar y creo que es un hecho novedoso para el país, que la calle está llena de rumores respecto a estas cosas*".

"*Hace meses que se viene conversando de «La raspadita», de lo que pasó en determinada provincia de la Argentina con «la raspadita», algunos negociados que se hicieron, firmas que están involucradas incluso presentadas en este llamado a licitación con los «menemtruchos». Gente que es la misma que si tiene que ver con esto yo no sé -de ahí el pedido de informes- de esta duplicación de Letras de Tesorería -hecho insólito en el país. Si hubiera pasado eso y si el Banco Central no lo hubiera rechazado y se pasaba gato por liebre y esas Letras de Tesorería hubieran circulado, ¿no hubiéramos sido nosotros también víctimas de una situación idéntica a la que vivió la Argentina con los «menemtruchos»?, documentos falsos que emanan curiosamente de una misma firma que es una de las presentadas para ofrecer nada menos que un sorteo de loterías, que es una especie de suerte encubierta y que por eso se llama «la raspadita»*".

"¿Venta de influencias?"

Pozzolo se preguntó: "*¿Quién está detrás de todo esto y quién introdujo esta gente acá? Está tan llena de rumores la calle que uno tiene el deber de ser sensible a esos reclamos*".

"*Pero quiero decirle más, entre esos rumores se habla de una radio en Pando, sobre los que estoy reuniendo elementos para investigar a quién se le adjudicó y quién es el actual tenedor de esa radio, porque nos parece que estas cosas le hacen mal, no al sistema político sino al sistema institucional, que se comenten de la manera que se están comentando a nivel de la opinión pública y que corroen a todo el sistema*".

Agregó que "*entonces, si aquí hay alguien que está aprovechando la circunstancia de haber subido un escalón que no le corresponde en defensa del sistema, habrá que bajarlo de ese escalón para que el sistema siga teniendo salud*".

Consultado sobre si existía relación entre esa persona referida a la emisora de radio y la empresa vinculada a los "menemtruchos" y "la raspadita", contestó que "*puede haber una relación con las bases internas que tenga acá. Por eso decía que quiero saber quién es que introdujo a aquella gente, si las condujo, si fue asesor, si las vinculó a determinadas ramas del Gobierno, así como si algo tiene que ver con las modificaciones que se hicieron al pliego de licitación*".

"*En una palabra estoy diciendo que lo que está en la calle en este momento es que acá puede haber una venta de influencias o una cosa peor, que ojalá no sea así y se aclare definitivamente. Pero esto tiene que aclararse*", concluyó.

BIOGRAFICO
Conocimiento
02/10/92

POCO LEGIBLE
10/8/93 INICIAL

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 25 SET
Pase a
Nº de Orden 9208897

001/001

2108

La Razón 1°/7/92

Nómina arachana al Congreso de Ediles

MELO (Por León Cabrera).- Una delegación de 14 ediles y el Secretario del organismo representarán a la Junta Departamental de Cerro Largo en el Congreso Latinoamericano de Ediles a realizarse en Rosario, República Argentina, del 2 al 4 de julio, inclusive.

Esto significa que se invertirá una cifra superior a los 8 mil dólares que a criterio del Edil Ary Ney Sorondo "no se puede medir como un gasto, sino como una inversión, ya que no se puede desaprovechar la oportunidad de marcar presencia en tan importante acontecimiento en momentos en que estamos en una integración latinoamericana".

Integran la delegación los nacionalistas Ana María García, a presidente del órgano deliberativo; Nery Barreto, Washington Fagúndez, Luis M. Burgos Morales, Emilio Lombardi, Gary Ferreira, Miriam Alvez y el citado Ary Ney Sorondo; los colorados Luis Enrique Sar Amor, Dr. Winston Paggiola, Aldirio López, Homero Roudán, Nelcino Moderos y Noceda García, un edil suplente del Frente Amplio y el Secretario de la Junta, Nery de Moura.

En este 3er. Congreso Latinoamericano de Ediles, serán analizados temas de interés regional por parte de concejales, veradores y ediles.

El único edil que se opuso categóricamente a la concurrencia de dicha delegación a Rosario fue Luis Bordón Lauro del PGP, quien la considera muy numerosa y opina que esos 8 mil dólares que se van a gastar se podrían invertir mejor en obras de interés y necesarias para el departamento.

En tal sentido dijo que era partidario de una delegación más pequeña, o un delegado por cada Comisión Interna de la Junta "porque de lo contrario este cuerpo legislativo se transforma en una "Junta Viajera" que se está desprestigiando ante la opinión pública".

Ante esta reflexión del Edil pegepista, Sorondo de la Lista 22 del Herrerismo replicó que este tipo de críticas realmente no tienen trascendencia, que la Junta tiene su autonomía presupuestal, lo que le confiere libertad para gastar, colocando el dinero en los lugares donde el plenario en votación considere conveniente. En cuanto a la inversión en obras necesarias para el departamento señaló que eso corresponde a la Intendencia Municipal.

Miércoles 1º de Julio de 1992

Sanguinetti advirtió en Caracas sobre riesgo de "aventuras militares"

El ex Presidente Julio María Sanguinetti advirtió ayer en Caracas sobre los peligros que representa entregar la libertad y la democracia de América latina a la aventura militarista que implica un "pacto diabólico" que no soluciona la crisis política, económica y social de la región, informó la agencia ANSA.

El ex Mandatario se entrevistó con el Presidente Carlos Andrés Pérez y dialogó con los corresponsales manifestando su preocupación por la democracia venezolana "que está viviendo horas difíciles", dijo.

Sanguinetti afirmó que las reformas estructurales de la economía y los ajustes macroeconómicos "son inevitables", pero los gobiernos de América Latina deben "planificar las reformas para evitar caer en el ajuste salvaje y hacer más gradual los cambios que requieren las economías de la región", precisó.

El dirigente colorado afirmó que era prematuro plantear su candidatura a la presidencia del Uruguay y fustigó la reciente decisión de la Corte Suprema de Justicia norteamericana de permitir los secuestros de ciudadanos en terceros países que tengan cuentas pendientes con la Justicia de ese país.

"Esa decisión es un ataque y un atentado contra los principios del derecho internacional, no es posible que ningún país del mundo se arrogue la facultad de invadir a otro para ejercer una especie de policía universal que no se detiene ni ante la Justicia de los demás países ni ante la soberanía de ellos", subrayó el ex Presidente uruguayo.

Añadió más adelante que otros países podrían asumir decisiones similares con respecto a los Estados Unidos e iniciar un juego que la situación quedaría al predominio del más fuerte.

"No podemos de ninguna manera aceptar que un país que integra la organización internacional, que tenga tanta responsabilidad institucional y económica como los Estados Unidos pueda emprender un camino que es violatorio de la Carta de las Naciones Unidas", subrayó.

"Desgraciadamente -dijo- en este caso no estamos ante el ejercicio de funciones policiales o militares, sino además ante una especie de aval judicial que junto con mover a la condena mueve al asombro, porque son jueces los que están estableciendo la legalización de secuestros y la violación de jurisdicciones soberanas y esto es algo que resulta profundamente asombroso", agregó.

Caso Díaz: Cruzada 94 exige respuesta rápida de Defensa

• Riesgo: "Lo importante es conocer el fundamento del arresto a rigor"



Diputado Walter Riesgo, representante por Rivera de la Cruzada 94, Partido Colorado.

"El Diputado Walter Riesgo, de la Cruzada 94, ex[plicó] ayer que en caso d[e no] obtener una respuesta rápida del Ministerio de Defensa sobre la situación del Mayor (r) Húber Díaz, ese sector analizará otros mecanismos parlamentarios de acción ante el tema.

"Queremos que el Sr. Ministro nos diga la razón de las detención y del arresto del Mayor retirado Húber Díaz. Lo que nosotros sabemos es lo que ha salido en la prensa, por lo que nos interesa que esto sea ratificado por el Ministro e inclusive con mayor cantidad de detalles que actualmente ignoramos".

Riesgo explicó que "la vía correspondiente que tenemos los diputados es el pedido de informes", agregando que "esperamos que el Ministro, a la brevedad posible, nos emita la información sobre el tema".

"Lo importante del tema es el fundamento y la razón" para el arresto a rigor por 30 días, dijo el representante de Rivera, "y si existe alguna declaración política (por parte del sancionado), la agregará a la respuesta del pedido de informes que nosotros elevamos".

"Cuando los temas son importantes las respuestas vienen rápidas y este es un tema realmente importante" afirmó, señalando su confianza en que el Ministro Mariano Brito responderá en plazos razonables: "Al Sr. Ministro no le escapa que nosotros estamos en este tema desde el año pasado, desde que antes que el Poder Ejecutivo interviniese en el tema (jubilaciones militares y policiales), por lo que esperamos que el Ministro, en el correr de los próximos días, nos dará la información, no tenemos ningún problema en que nos llame por teléfono para que nos dé la respuesta en forma no oficial. Si estas dos formalidades no funcionasen y no obtuviésemos la información solicitada, veríamos de encarar algún otro procedimiento parlamentario". ■

1/1

Se forma nuevo polo por el "NO"

Dirigentes jóvenes del Partido Colorado, Partido Nacional y Nuevo Espacio adhirieron a un documento en el que exhortan a no concurrir, el próximo domingo, a la jornada que se desarrollará por la realización del referéndum contra la Ley de Empresas Públicas.

El documento difundido ayer lleva las firmas de Washington Abdala (FB), Laura Albertini (FB), Alejandro Amorín (MNR), Ernesto Amorín (MNR), Carlos Bastón (FB), Fernando Bracco (PGP), Alfredo Cabrera (EW), Antonio Carámbula (PDC), Federico Casaretto (MNR), Heber Da Rosa (MNR), Mariella Demarco (PGP), Rafael Didonato (PGP), Jorge Gandini (PN), Pablo Iturralde (PN), Alvaro Lorenzo (EW), Carmen Llanes (PDC), Rodolfo Lutegui (MNR), Gustavo Martínez (MNR), Carlos Mata (EW), Rafael Michelini (PGP), Pablo Mieres (PDC), Gustavo Nui (PGP), Jorge Otavianelli (PGP), Ana Lía Piñeyrúa (MNR), Iván Posadas (PGP), Claudio Rama (FB), Gloria Robaina (FB), Juan Carlos Rodríguez (PDC), Fernando Scrigna (FB) y José Serrentino (PDC).

En la convocatoria se afirma que "rechazamos con energía las posturas de quienes piensan en el aniquilamiento del Estado", así como las de quienes "se sienten impulsados por el reflejo conservador de «no tocar nada»", afirmando de éstas últimas que son sustentadas por quienes, "paradójicamente, aducen la representación del pensamiento transformador.

Según los signatarios del comunicado, "este referéndum, tal como está planteado, contribuye sólo a generar contradicciones y radicalizaciones falaces que impiden los consensos necesarios para impulsar la imprescindible reforma política y las demás transformaciones que los tiempos actuales reclaman".

La mañana 2/7/92

POCO LEGIBLE

10 A 93 INICIAL (LM)

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
El Co... General de ... de las Fuerzas
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 28 SET. 1992
Pasa a Biografía
... de Orden 92489 01

001 / 001

FECHA 22 / 4 / 93 INICIAL (LM)

Procesado a Sistema ...

OBSERVACIONES

Cuestionan actual Ley de Referéndum

• Dr. Cataldi, Secretario Letrado de la Corte, sostiene que "no es adecuada"

La nueva ley que reglamenta el recurso de referéndum (N° 16.017) -que fuera puesta en práctica por primera vez a instancias de la impugnación de la Ley de Empresas Públicas- *"debería* -en opinión del Dr. Mario Cataldi, Secretario Letrado de la Corte Electoral- *ser revisada por el cuerpo legislativo"*, ya que la misma pone en marcha un mecanismo que además de no ser *"el más adecuado"*, produce *"enormes gastos al Estado"* y posibilita que un recurso de tanta importancia como el que permite a la ciudadanía ejercer directamente su Gobierno *"pueda ser desgastado"*.

En diálogo con **LA MAÑANA**, establecido en el día de ayer, el Dr. Cataldi evaluó a **"nivel personal"** cuál fue el resultado de la aplicación de la nueva normativa, que más allá **"de que pueda compartirse o no"**, fue **"seguida estrictamente"** por la Corte Electoral en oportunidad de regular el actual proceso de impugnaciones a la ley de servicios estatales, aprobada por el Parlamento el pasado año.

El nuevo mecanismo que fuera creado posteriormente al referéndum promovido a partir de la aprobación de la Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado, busca obviar el engorroso proceso que significó controlar y verificar las aproximadas 600.000 firmas que impulsaban en aquella oportunidad el recurso, sin embargo al igual que el sistema anterior, este tampoco es compartido por el Secretario Letrado de la Corte:

"Creo que habría que buscar otra fórmula que de manera más rápida permitiera poner en funcionamiento el recurso... La Corte no es la que legisla, sino la que pone en funcionamiento los mecanismos creados por el legislador, pero creo que se han dado cuenta que tal vez estos resulten demasiado complicados. Por ejemplo no veo la razón para esta segunda vuelta, la del 1° de octubre, quizás sea para dar mayores garantías, pero esta primera instancia representó un gasto de 1 millón de dólares y a pesar de que en octubre se gastará menos porque hay infraestructura que se volverá a usar, el gasto también será considerable. La democracia no puede limitar los derechos de la ciudadanía, pero sí debe sopesar los costos que puede soportar el Estado y en todo caso cambiar el mecanismo rector", consideró el entrevistado.

Dejando claro que tampoco compartía la ley anterior, porque creaba una situación muy complicada a la hora de verificar las firmas ("existen miles de anécdotas con respecto a esto") e implicaba un proceso muy largo que generaba en las fuerzas a favor y en contra "un clima de nerviosismo y presiones que no era el adecuado", el Dr. Cataldi reclamó del cuerpo legislativo "la inteligencia e imaginación que permitan [illegible] un mecanismo que no provoque que el ejercicio del derecho implique mucho tiempo, ni un enorme desgaste material y de energías".

"Puede provocar poca credibilidad entre la gente"

El actual sistema que establece no ya la obtención de un 25% de las voluntades convocantes, sino una cantidad "sensiblemente inferior", del 5 por mil, permite que, en forma "muy sencilla", se pueda poner en marcha el recurso del referéndum. "Y este derecho que es muy loable, cuando se usa con demasiada frecuencia puede resultar desgastante y provocar en la gente la pérdida de credibilidad cuando, por el contrario, debería ser altamente valorado".

"Además, continuó el Secretario Letrado de la Corte, los adelantados, o sea las 12.000 personas que ponen en funcionamiento el recurso, son las directamente responsables de un mecanismo que cuesta un millón de dólares; y a su vez pueden existir otras 12.000 personas que no impugnen como pasa ahora toda una ley o sólo algunos artículos, puede pasar que impugnen por ejemplo el artículo 4 y 38. Entonces con el mismo criterio se producirían así infinitas combinaciones que multiplicarían gastos y complejidades".

"La C.E. no fue consultada al crear el actual mecanismo"

Convencido de que la gente no comprendió íntegramente el nuevo sistema, que por intermedio del voto buscaba sustituir el mecanismo de las firmas y así simplificar las cosas, el Dr. Cataldi aseguró que para la población no fue claro que lo que se buscaba por intermedio del voto era "documentar la adhesión a una idea".

Finalmente consultado sobre la capacidad de iniciativa que la Corte Electoral tiene para formular una nueva propuesta de regulación del recurso del referéndum, el entrevistado sostuvo que la misma puede tener iniciativas conducentes, pero desvinculó la participación del órgano en la elaboración de la actual reglamentación:

"En este caso concreto la Corte no fue consultada, pero de haber sido así su opinión, que es consecuencia de su experiencia, podría haber sugerido aportes importantes. En el caso de que se intentara cambiar nuevamente el sistema, sería conveniente recabar la opinión de la Corte, así como se la hace en el tema de Ley de Partidos... no estaría mal su participación". ■



Dr. Mario Cataldi

Bio

Siguen reuniones con políticos

El Presidente de la Cámara Nacional de Comercio recordó que hace un par de meses aproximadamente se tomó la decisión en la entidad de conversar con los líderes de los sectores políticos.

El Ing. Julio Dalla Rosa, tal cual informara LA MAÑANA, se refirió a las conversaciones mantenidas entonces con los senadores Santoro, Millor, Batalla y el General Líber Seregni.

Además precisó que el pasado lunes las autoridades de la Cámara Nacional de Comercio se reunieron con el Dr. Jorge Batlle y que se entrevistaban ayer con el Senador Zumarán.

Anunció en la ocasión que están programadas para los próximos días entrevistas con el Senador Carlos Julio Pereyra y el Vicepresidente de la República Dr. Gonzalo Aguirre en su carácter de líder de otro sector político y con el Dr. Julio María Sanguinetti.

Como días atrás adelantara a LA MAÑANA, Dalla Rosa reiteró que se realiza una reflexión general sobre la situación del país y una vez culminada la ronda de conversaciones se hará un balance.

Declinó una vez más abundar en detalles, hasta tanto no culminen todas las entrevistas.

Dalla Rosa dijo que han sido recibidos muy bien y las conversaciones se vienen realizando muy francamente.

La mañana
9/Set/92

Biog.

1/1

La Mañana 22/9/92

Proyecto de Ley al CEN colorado

En la noche de hoy, lunes, se le entregará al Comité Ejecutivo Nacional del Partido Colorado, el proyecto único de Ley de Partidos Políticos, elaborado por la Comisión de Reforma Política.

Se espera que el CEN cite a la Convención Nacional para agilitar el trámite de presentación del proyecto a la consideración de los demás partidos, en la Comisión Especial de Partidos Políticos de la Cámara de Diputados.

La Comisión interna colorada, que deberá tratar también la legislación electoral y la reforma de la Constitución, está integrada por los Diputados Luis Bernardo Pozzolo (FB), Antonaccio (BR), Amorín (UCB) y Antonio Guerra (Cruzada 94), por el ex Senador Manuel Flores Silva (CBI) y el ex Diputado Víctor Vaillant (MRB). ■

001 / 001

9208905

ORIGINAL

24 setiembre de 1992.-

MEMORANDUM N. 920503 D.O.E.

ASUNTO ATENTADO EN EL DOMICILIO DEL DIPUTADO HUGO CORES

REFERENCIA

TEXTO

- En el día de la fecha se concurre al domicilio del Diputado del F.A. (MPP) Hugo CORES, ubicado en 14 de Julio 1434 bis, con la finalidad de confirmar el atentado ocurrido en la / madrugada de hoy.

Al llegar al lugar se pudo observar la presencia de efectivos policiales de la Seccional 9na. de Policía, de la Dirección Nacional de Policía Técnica, como también periodistas de los siguientes medios de prensa : Telenoche 4, CX 44 y Ultimas Noticias.

De las averiguaciones realizadas con los vecinos se tomó conocimiento que el hecho se habría producido entre las / 0100 y 0130 hs.

El causante se encontraba descansando en su domicilio y según manifestara a los periodistas presentes, no se percató del hecho hasta que recibió una llamada telefónica de Alfonso LESSA editor (política) de EL OBSERVADOR ECONOMICO, siendo las 0300 hs. aproximadamente. Este le habría comunicado que el Servicio Nocturno (JUNCADELA) del mencionado órgano de prensa, había recibido una llamada telefónica anónima dando cuenta del atentado sin aportar más datos. EL SUJETO procedió a verificar el hecho, apreciando siete impactos de bala en la puerta de su domicilio, cuando su hija se retiró en horas de la mañana.

Según lo que se ha podido determinar hasta el momento los impactos de bala corresponderían al Cal. 9 mm., resultando al menos dos de ellos, penetrar al interior de la finca impactando en la escalera y descanso de la misma.

En el lugar se pudo constatar la presencia de Liber SEREGNI, Carlos COITIÑO CEBEY (PVP), el Diputado del Foro Batllista Guillermo STIRLING en el vehículo matrícula J2-1752 y dos NNM que acompañaban al Diputado Hugo CORES en su domicilio.

IV.- DISTRIBUCION : Original - Jefe Departamento I
Copia 1 - Jefe Departamento III (CP) - Archivo

FECHA 02 10 92

001/10



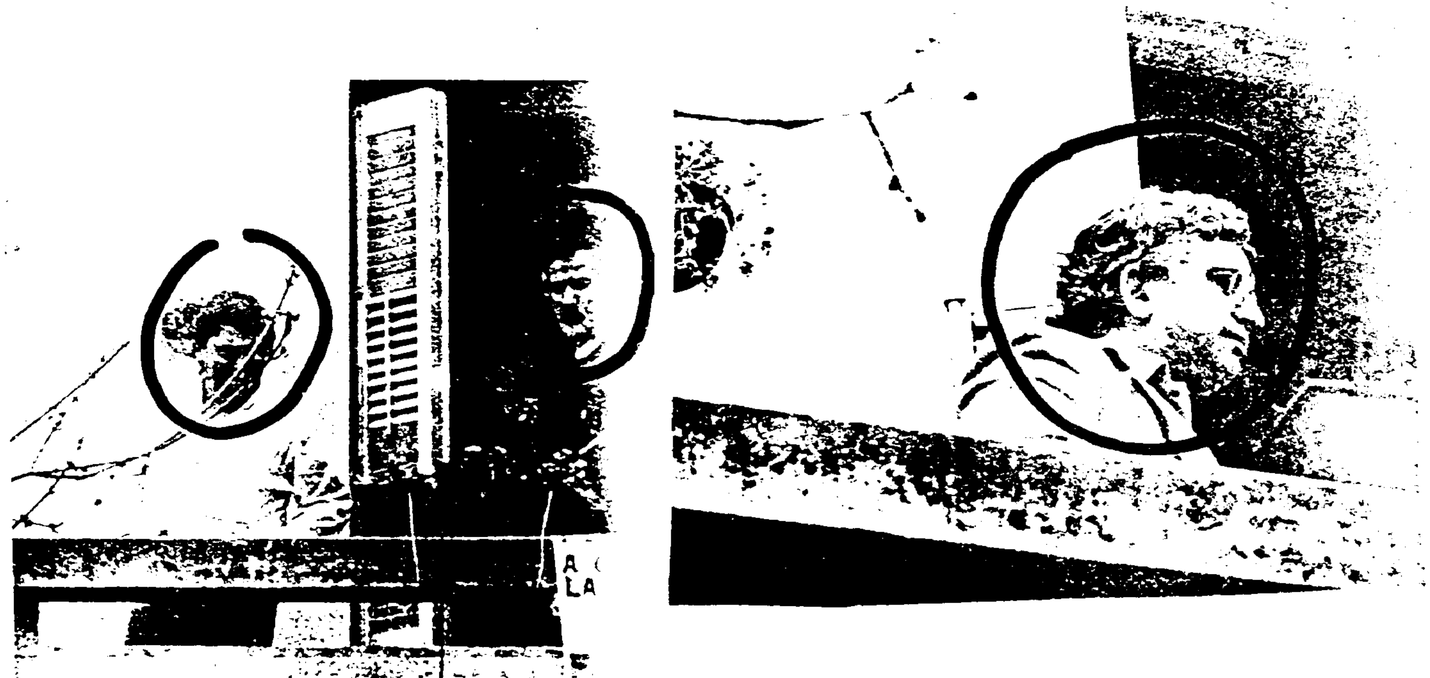


FOTO ORIGINAL en
poder [illegible]

0.02

9208905







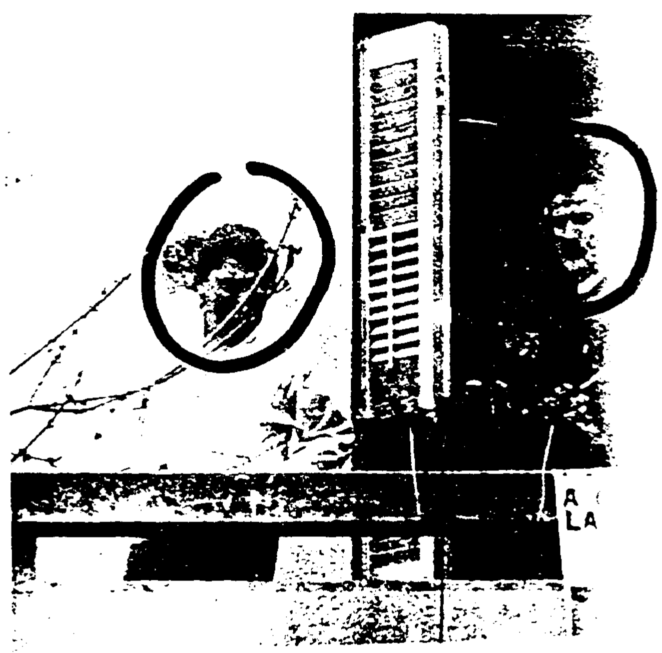
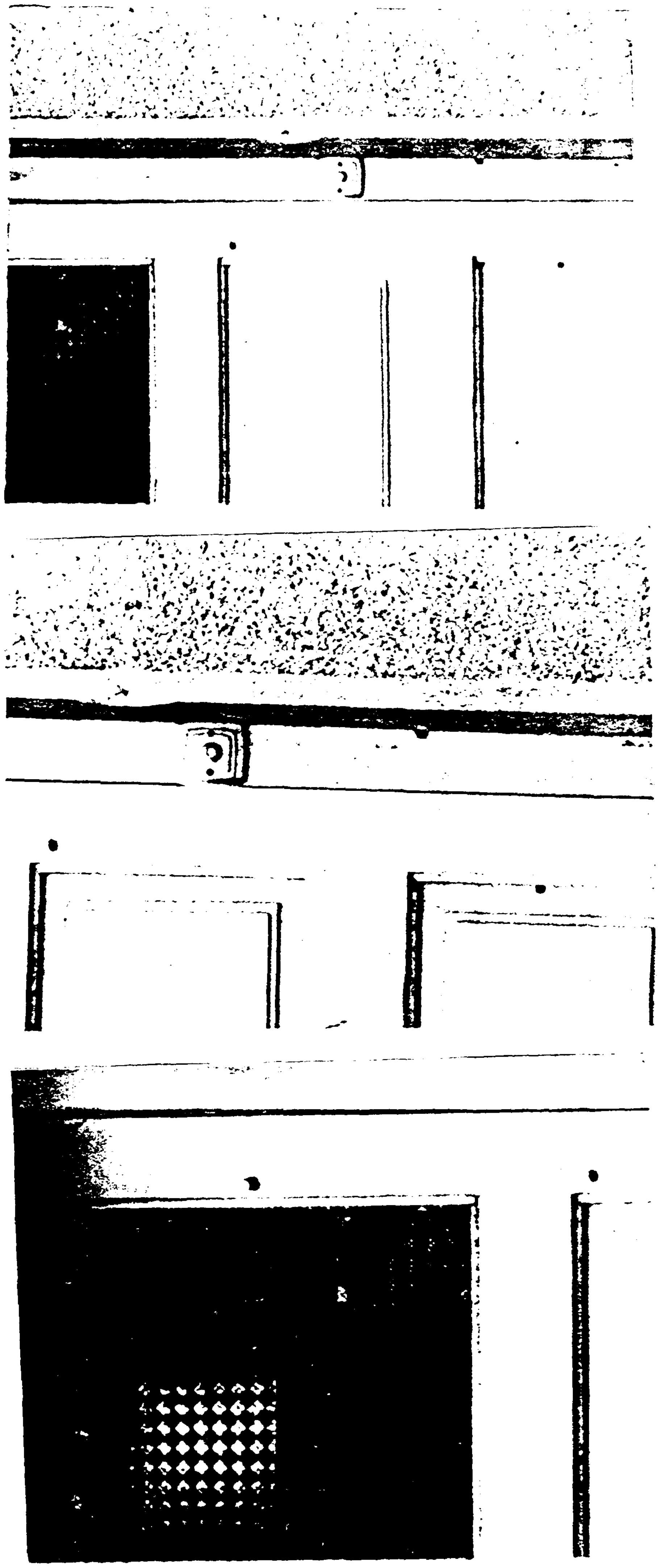




FOTO ORIGINAL en
[illegible]

0.02

9208905



003

9208905

DIRECCION NACIONAL
DE POLICIA TECNICA
-.Dpto. Pericial.-

Montevideo, 24 de Setiembre 1992.-

SEÑOR DIRECTOR NACIONAL DE POLICIA TECNICA:

Cúmpleme informar a Usted que a la hora 09:10 del día de la fecha fueron solicitados los servicios de esta Direccion para la finca Nº. 1434 bis de la calle 14 de Julio en virtud que en el frente de la misma, personas desconocidas en horas de la noche habrían efectuado disparos de arma de fuego contra el edificio.-

Atento a ello se constituyó un equipo en el lugar integrado por los Agtes. Jorge RODRIGUEZ GOF, y Norberto BORGGIO en funciones de peritos, el fotógrafo, Agte. Miguel LUJAMBIO, la dibujante Agte. Angélica LEGELEN, todos supervisados directamente por el Sr. Sub Director Nacional y el suscrito.- Allí se pudo constatar que se trataba del domicilio del Sr. Diputado Nacional Hugo Andres CORES PEREZ y que próximo a la hora 01:30 del día de la fecha personas desconocidas, desde la vía pública efectuaron 7 disparos contra la puerta del domicilio del citado representante Nacional.-

Inspeccionada la escena del hecho se constató: cinco impactos de proyectil de arma de fuego sobre la parte lateral derecha de la puerta de entrada que atravesaron la misma, la cual es de cedro de tres centímetros de espesor en su parte mas gruesa, dos de ellos atravesaron el vidrio superior de ésta.- Los referidos disparos pasantes, luego de rebotar 4 de ellos sobre la pared lateral derecha del corredor de entrada impactaron, dos de ellos en la pared del fondo, uno en el marco derecho de la puerta cancel, y otro sobre la arista del 1ºescalón de la escalera de monolítico.-

El otro disparo pasante que perforó el vidrio superior de la puerta, impactó sobre la reja interior de éste, doblándola y arrancándola en parte.-

Se ubicó además otro impacto sobre la parte exterior del marco derecho de la puerta de entrada y otro impacto sobre la arista de la pared correspondiente al

...///

DOC TODO LEGIBLE

004

9208905

...///

citado marco derecho.- En los impactos estudiados se pudo constatar que se fragmentaron 5 de los 7 proyectiles, recuperándose los otros 2 y varias esquirlas y camisas correspondientes a los fragmentados los que se transportaron para su estudio.-

Los proyectiles así como las esquirlas fueron ubicados todos sobre la referida escalera de acceso a la vivienda y corresponden al calibre 9 milímetros de arma automática o semi-automática. - No fueron ubicadas las correspondientes cápsulas detonadas que deberían de encontrarse en la vía pública, por lo que es de presumir la posición del tirador dentro de algún vehículo o el uso de un arma con recuperador de cápsulas.- Las trayectorias de los disparos fueron determinadas desde afuera hacia el interior de la vivienda, de izquierda a derecha, ascendentes y en su agrupamiento y direccion compatibles con la presencia de un solo tirador.-

Inspeccionada minuciosamente la vía pública, no fueron ubicados otros indicios útiles para esta investigación así como tampoco la presencia de huellas de neumáticos, de rodamiento o aceleración que confirmaran la participación o aportaran elementos de individualización de algún posible vehículo interviniente en el hecho.-

Se efectuó una documentación fotográfica de todo lo actuado y un estudio planimétrico a escala a efectos de establecer en forma precisa la trayectoria de los disparos y la posible posición del tirador.-

Saluda a usted atentamente:
EL JEFE DEL DPTO. PERICIAL:
COMISARIO:
JULIO DOBRININ ROJAS.-

DOC POCO LEGIBLE

9208905

POLICIA DE MONTEVIDEO.
[illegible]
[illegible].

OFICIO Nº.2.892.gcam.-
REF: CORES P[illegible] Hugo Andrés, su denuncia de Atentado.-.-.-.-.-.-.-.-.

[illegible]:

Montevideo, Setiembre 24 de 1992.-

JUZ[illegible]. DE 1ra. INST. [illegible] PENAL DE 1er. TURNO.-

Llevo a su conocimiento, que a la hora 09.05' del // día de la fecha, se presentó en esta Oficina, el Sr. Diputado Don Hugo Andrés CORES PÉREZ, oriental, casado de 53 años de edad, titular de la Cédula de Identidad Nº.540.577-4, domiciliado en 14 de Julio Nº.1434 [illegible], el que manifestó que próximo a la hora / 02.45' de la fecha, en momentos que se encontraba durmiendo en/ su domicilio, recibió una llamada telefónica efectuada por el / Periodista del Diario El Observador Económico Sr. Alfonso LESSA quién le comunicó que había recibido una llamada en su domicilio por parte de un empleado de seguridad de dicho Diario, el / que le comunicó que en ese local había recibido otra llamada // donde una voz aparentemente masculino dijo que se había efectuado un atentado contra el domicilio del Diputado CORES. Al / tener conocimiento de ésto el Sr. Diputado efectuó una inspección ocular en el interior de su domicilio no notando nada /// anormal, por lo cual continuó descansando.-

Posteriormente a la hora 07.00' al acompañar a su/ hija Sofía hasta la puerta de su domicilio, cuando ésta se dirigía a estudiar, ambos constataron que en la puerta de acceso habían varios impactos de bala, por lo que concurrió a esta Dependencia poniendo en conocimiento del hecho.-

Atento a ello, al lugar se trasladó el Suscrito, el Sr. Sub. Crio. Luis Olivera y personal, constatando la existencia de 7 (siete) impactos de bala, cinco de ellos en la puerta de/ madera, dos de las cuales ingresaron al interior por el vidrio de ésta en la parte superior y otro ingresó por debajo del // listón central de la puerta, los otros dos disparos hicieron / impacto en el marco de la puerta a una altura de 50cm. aproximadamente; se hace constar además que frente a dicha finca se/ra

....

..//.encuentra un pico de luz a gas de mercurio, del alumbrado / público, el cual al llegar esta Policía se encontraba encendido.-

Continuándose con las averiguaciones, se indagó a la/ Sra. esposa del Diputado María Adela SALABERRY [illegible] de CO-/ RES, oriental, casada de 44 años de edad, C.I.Nº.3.449.673-4, quién corroboró lo manifestado por su esposo; también fueron indaga-/ dos la Sra. Marina [illegible], oriental, soltera de 28 años de/ edad, C.I.Nº.1.088.970-1, domiciliada en 14 de Julio Nº.1429 ap./ 2 y a la Sra. Noemí [illegible], oriental, viuda de 8[illegible] /// años de edad, C.I.Nº.439.534-2, domiciliada en 14 de Julio Nº.143 4 A, quiénes manifestaron que entre las horas: 01.00' a 01.10' // sintieron las detonaciones y el ruido del motor de un vehículo/ ponerse en marcha; por su parte la Sra. Rosa Blanca MAGALLANES,/ oriental, soltera de 72 años de edad, C.I.Nº.3.502.355-9, domici-/ liada en 14 de Julio Nº.1434 A; Raquel Irma [illegible] de [illegible], / oriental, casada de 47 años de edad, C.I.Nº.1.059.203-1, domicilia da en 14 de Julio Nº.1431 y el Sr. Raúl [illegible], oriental, casado / de 60 años de edad, C.I.Nº.943.305-0, domiciliado en 14 de Julio/ Nº.1434 B Apto.001, no aportaron datos de interés al respecto.-

En el lugar se hizo presente un Equipo de la Direc-/ ción Nacional de Policía Técnica a cargo del Sr. Insp. May. Jesús/ Ibáñez Taborda, efectuando los peritajes correspondientes.-

Continuándose con las diligencias del caso, se hizo / comparecer en esta Oficina, al Sr. [illegible] MACHADO [illegible], orien-tal, casado de 42 años de edad, C.I.Nº.3.509.279-7, domiciliado en Colonia Nº.1507, el que indagado en actas expresó que se desempe ña como guardia de seguridad de la Empresa JUNCADELLA y en sus/ horas libres como electricista particular, que próximo a la hora 02.30' recibió una llamada telefónica por parte de una voz mas-culina, la cual le expresó que habían cometido un atentado en la casa del Diputado Hugo CORES, diciéndole que lo comunicara a un/ periodista, por lo cual le expresó que ya no se encontraba perso nal en el lugar, solamente el personal de seguridad; que dicha // llamada duró aproximadamente 1', que fue muy clara no sintiendo/ ruidos de fondo; que posteriormente pasados unos minutos reci-/
..//..

DOC
POSO
[illegible]
9208905

..//..bió una llamada por parte del Sr.LE[illegible]A,el cual anteriormente él había llamado a su domicilio no encontrándose éste, / siendo la misma recibida por su hijo,el cual manifestó que al/ regreso de su padre lo comunicaría de su llamado;agregó además que la persona que llamó le dijo en forma rápida algo con referencia a Artigas no siendo muy claro; que él trabaja en dicho/ Diario todos los días,menos Domingos en el horario de 20.00' a 04.00'.-

Prosiguiéndose con las actuaciones,actas mediante / se indagó al Sr.Alfonso LE[illegible]A CARVAL[illegible],oriental,casado de 34 años de edad,C.I.N°.1.491.674-0,domiciliado en Nicaragua N°. / 1428 apto.4,el que expresó que se desempeña como Periodista en el Diario El Observador Económico(Editor Político),sito en Ituzaingó N°.1[illegible]39,que cuando retornó a su casa del Diario próximo a la hora 02.40',encontró que el Guardia del Diario había llamado a su casa para comunicarle que después que se había retirado todo el personal del Diario;llamó una voz anónima por el/ Teléfono 96.31.38 para dar información de que se había realizado un atentado,baleando la casa del Diputado "Hipócrita" Hugo/ [illegible],la persona insistía que era una información verdadera e importante,que tenían que darla,explicándole dicho guardia que en el Diario no había nadie,no pudiéndole el guardia darle más detalles,después de unas gestiones para ver si estaban en tiempo de parar la edición y meter la noticia,cosa que fue imposible debido a la hora,llamó al mencionado Diputado para ver si/ era cierto,encontrándose éste durmiendo,le dijo que no había / escuchado nada y de todos modos fue a mirar afuera y dijo que/ no había visto nada anormal;siendo la hora 08.00' sin embargo/ lo llamó telefonicamente ([illegible]) y le dijo que con la luz del/ día había podido apreciar que habían varios impactos de bala / sobre el frente y puerta de la casa y que inclusive uno de ellos había atravesado la puerta,no aportando mas datos.-

Indagada mediante actas la Sra.[illegible] C,or ..//.

Doc Poco Legible.

..//..presó que siendo aproximadamente la hora 01.10' de la fecha,en circunstancias que se encontraba durmiendo,fue despertada por un estampido,ya que su dormitorio da hacia la calle, por lo que se levantó y quedó parada en la ventana mirando hacia // afuera no viendo nada anormal;agregó que siendo aproximadamente la hora 04.00' vió parado frente a su finca un auto de color negro con varias personas adentro,de las cuales no pudo precisar/ más datos,los cuales se encontraban conversando y habiendo estacionado por un lapso de más de diez minutos,los que posteriormente pusieron en marcha el vehículo y se retiraron del lugar,/ no aportando otros datos.-

Por su parte la Sra.MAGALLANES,expresó acta mediante que siendo la hora 01.30' de la fecha,en momentos que se encontraba durmiendo,se despertó sobresaltada por el ruido de vidrios como que se rompían,ya que su dormitorio es lindero al domicilio del mencionado Diputado con ventana a la calle,por lo que / se levantó y miró no notando nada anormal.-

Indagada la Sra.ORIBE [illegible],actas mediante manifestó que siendo aproximadamente la hora 01.30' de la fecha,escu-/chó un tiro,el grito de una dama y un auto que arrancaba,ladraron los perros y seguidamente quedó todo en silencio,no acercándose ni un instante a la ventana temiendo por su seguridad.-

Ahora bien,se efectuaron diversas averiguaciones en/ la zona en procura de la obtención de más información,indagándose a las siguientes personas:Sra.Alba R[illegible] ROMERO,oriental,casada de 58 años de edad, C.I.Nº.1.794.829-5,domiciliada en 14 / de Julio Nº.1498 Bis; Gladys MEDINA de CASAS,oriental,viuda de/ 61 años de edad,C.I.Nº.687.689-7,domiciliada en el Nº.1413 de / la misma vía de tránsito; Margarita CENTENA de SOTELO,oriental, casada de 35 años de edad,Indocumentada,domiciliada en el Nº. / 1430; Mónica RIOS de MARTINEZ,oriental,casada de 39 años de // edad, C.I.Nº.1.133.268,domiciliada en el Nº.1433 A; Máximo Juan MATURE,N/N,oriental,viudo de 91 años de edad,C.I.Nº.58.646,domiciliado en 14 de Julio Nº.1423; Yudy DE LA VALLE de ANGELINO, /

..//..

DOE POLO LEDIBUR

9208905

..//..oriental,casado de 30 años de edad,C.I.Nº.3.014.260-8, domiciliado en 14 de Julio Nº.1435 apto.11; Roberto TIMUDI// [illegible],oriental,casado de 64 años de edad,C.I.Nº.556.833-4,domiciliado en 14 de Julio Nº.1430; Cipriano Salvador RA-/ [illegible],oriental,casado de 70 años de edad, C.I.Nº.408.964-0 domiciliado en el Nº.1439 de dicha vía de tránsito; Concep-/ ción [illegible] de [illegible],oriental,casada de 75 años de edad,C.I Nº.1.883.214-4,domiciliada en 14 de Julio Nº.1444; Dolores / VARELA CASCO de RAMA,española, casada de 55 años de edad,C.I Nº.994.566-7,domiciliada en el Nº.1458; Susana RODRÍGUEZ CA-NEDO,oriental,soltera de 23 años de edad,C.I.Nº.2.711.959-3, domiciliada en el Nº.1478. Empresa de Transporte [illegible] Pascual Cirilo [illegible], oriental,casado de 63 años de edad, C.I.Nº.501.093-3,domiciliado al Nº.1486; Bettina RODRÍGUEZ [illegible],oriental,soltera de 29 años de edad,C.I.Nº.3.047 829-3,domiciliada al Nº.1492; Alvaro FERNÁNDEZ H/H,oriental, casado de 35 años de edad, C.I.Nº.1.508.172-2,domiciliado en el Nº.1494; Roberto DI STEFANO [illegible],oriental,casado de 32 años de edad, C.I.Nº.1.481.875-2,afincado en el Nº.1498; Beatris ALVES VILLA de GONZÁLEZ,oriental,casada de 39 años de / edad, C.I.Nº.1.755.834-7,domiciliada al Nº.1475 y a Víctor / Hugo [illegible], oriental,casado de 48 años de edad, C.I Nº.969.883-4,domiciliado en 14 de Julio Nº.1451,todos los // que no aportaron datos [illegible] interés al respecto.-

Enterado usted de cuanto antecede,por intermedio/ de su Actuario [illegible],d [illegible]:que concurría personalmente al lugar; posteriormente se indagara en acta a testigos a quién recibió la llamada telefónica y se tome declaración a vecinos de las inmediaciones y se elevaran estos obrados a / su despacho, todo lo que se cumple.-

Saluda a usted atentamente.-

CRIO:

JULIAN [illegible] [illegible].-

[illegible]

Biog 1/1

Cristina Ferro criticó dichos del Intendente

La edila Cristina Ferro (15) afirmó que la visión del Intendente Tabaré Vázquez de la realidad nacional "no se ajusta a la verdad".

Ferro opinó que el Intendente Municipal "tiene una visión bucólica de un Uruguay plantado de vegetales y cereales", a raíz de las declaraciones vertidas por Vázquez al "Jornal do Brasil", donde se mostró partidario de una reforma agraria. Asimismo indicó que el proceso de descentralización iniciado por la IMM está edificado sobre "un reparto político cuantificado de cargos rentados".

Subrayó además que "la oposición nunca manifestó que la descentralización iniciada por (Tabaré) Vázquez mejoró la calidad de vida de la comunidad, aunque ya lleva gastado más de un cuarto millón de dólares en los 23 cargos políticos que forman parte de la descentralización".

"En 1990 -agregó- la lista 15 planteó la privatización de los Hoteles municipales y la ampliación de la concesión a la actividad privada de la recolección de residuos, lo cual fue rechazado porque aún no formaba parte de la nueva ideología del Intendente Municipal".

Según Ferro, "el Frente Amplio acusa a los neoliberales porque quieren convertir a Uruguay en una plaza financiera, pero el Municipio juega un rol financiero, ya que indexa impuestos y coloca el dinero en la banca".

B. 8/93

La Mañana
21/7/92



Gros enfrentó iniciativa de creación de fuerza militar continental

BUENOS AIRES (EFE) - Uruguay "se opone tajantemente al uso de fuerzas militares multinacionales para prevenir eventuales golpes de Estado en América latina o restablecer la democracia allí donde haya sido usurpada", destacó ayer el Canciller uruguayo, Héctor Gros Espiell en la reunión del Grupo de Río en Buenos Aires.

Gros explicó que Uruguay propone la creación de una organización regional para erradicar el terrorismo internacional que se ha instalado en América latina.

"Latinoamérica ha sido atacada por conflictos que no son suyos, por lo que tenemos que unirnos para impedir nuevos ataques", señaló, en alusión al atentado contra la Embajada de Israel en Buenos Aires, el pasado día 17, que causó 28 muertos y 252 heridos y se atribuye a grupos integristas musulmanes.

El Gobierno de Montevideo quiere que los países de América latina "no sólo coordinen sus acciones contra el terrorismo sino que se organicen para prevenir las causas que motivan ese flagelo", explicó Gros Espiell.

"La democracia no se lleva en la punta de las bayonetas sino en la voluntad de los pueblos", enfatizó el Canciller uruguayo.

"Hay que ser inflexibles en el respeto al principio de no intervención en los asuntos internos de los países", agregó.

La posición de Uruguay se contrapone a la propuesta de Argentina para que la Organización de Estados Americanos (OEA) cree una fuerza de intervención militar para defender la democracia en la región.

Héctor Gros Espiell negó haber mantenido "un entredicho" con el Ministro argentino del Interior, José Luis Manzano, por cuestiones relacionadas a la lucha contra el narcotráfico.

"Las cartas que nos cruzamos con Manzano deberían ser publicadas, porque son verdaderos mensajes de amor", puntualizó.

A finales de febrero último, Gros Espiell rechazó en duros términos una declaración atribuida a Manzano según la cual Uruguay era uno de los puntos donde se lava dinero del narcotráfico.

La reacción de Gros Espiell motivó que el Ministro argentino desmintiera las declaraciones que se le atribuían. ■

Doc
Poco legible.

POCO LEGIBLE

ENTRADA

10 8 93

- Declaraciones del M.RR.EE sobre Fuerza Militar Continental.

001 | 1

FECHA 2/3/93 INICIAL

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

El emisario de la ONU, a pie por Sarajevo, tuvo que refugiarse en un blindado

Impotencia de Occidente

* El liderazgo musulmán bosnio tantea en Oriente: respuesta afirmativa de Turquía

La tregua firmada el martes de noche en Sarajevo no se mantuvo, pero entre los esporádicos disparos de los francotiradores apostados en las calles de la capital y los disparos de los obuses, los musulmanes y los serbios recogían los cuerpos de los combatientes y los civiles muertos en las últimas horas. El enviado de las Naciones Unidas, Marrack Goulding, excluyó el envío de fuerzas de paz a breve plazo en la república azotada por la guerra y acusó a Serbia por la destrucción de Sarajevo.No existen las bases para una operación de paz —repitió varias veces desalentado el emisario de Vance.

Belgrado (ANSA)

■ El enviado de la ONU, que está desde el martes en la capital bosnia, se aventuró a pie por las calles del centro junto con el presidente Alia Ezetbegovic, pero tuvieron que refugiarse rápidamente en un vehículo blindado, en medio de los disparos.

Goulding, enviado por el secretario de la ONU Boutros Ghali para examinar la posibilidad de enviar cascos azules a la república, constató en persona la impotencia de los medios diplomáticos en la guerra étnica que azota a Bosnia. El convoy que lo llevaba a Sarajevo permaneció detenido 6 horas a 10 km de la ciudad a causa de los enfrentamientos entre serbios y musulmanes.

El convoy, que logró depositar sano y salvo a Goulding, fue atacado poco después por los morteros serbios.

A partir del inicio de la tregua, se produjeron más de cien violaciones del cese el fuego: mientras se escuchaban los disparos de los combatientes en casi toda la capital, los serbios y los representantes de la guardia territorial bosnia canjearon 54 prisioneros.

Densas columnas de humo provocadas por la explosión de los obuses se levantaban durante la tarde sobre las colinas de Zlatiste, donde están apostadas las fuerzas bosnias, y las ráfagas estallaron a pocos metros del palacio presidencial.

En Bruselas, Lord Carrington abrió y cerró ayer sin ningún resultado la 15a. sesión de la Conferencia de Paz para Yugoslavia, en la que hubieran tenido que participar los representantes de las seis repúblicas de la ex Federación, pero faltó el representante de Bosnia, que acudió a Helsinki para pedir a la CSCE urgente ayuda militar para defenderse de la agresión liderada por Serbia.

En Helsinki, donde están reunidos los 52 países del organismo para la cooperación y la seguridad europea, convocados de urgencia por Austria, el representante norteamericano John Kornblum pidió la exclusión de Serbia (que participa provisoriamente como Yugoslavia) de toda actividad de la CSCE.

Frente a la impotencia de los organismos europeos e internacionales para frenar el baño de sangre en Bosnia Herzegovina, el Vaticano pidió ayer una mayor intervención de la ONU y coraje a la comunidad internacional.

Lo hizo con tres intervenciones simultáneas: un llamado del Papa, un mensaje del cardenal secretario de Estado, Angelo Sodano a Boutros Ghali, y con una declaración del representante de la Santa Sede ante la CSCE.

Las únicas iniciativas internacionales que encuentran algún eco son las humanitarias: los presidentes de Croacia, Eslovenia y Macedonia hicieron un apremiante llamado al Consejo de Seguridad de la ONU y a la CE para una intervención a favor de los más de 300 prófugos de Bosnia, que siguen abandonando la república en guerra.

Pero también las ayudas humanitarias son cada día más difíciles: Médicos sin fronteras anunció ayer que suspendía por ahora su actividad en Bosnia Herzegovina.

Mientras la ofensiva diplomática europea revela su impotencia, el liderazgo musumán de la Bosnia se vuelca hacia Oriente: el vicepremier bosnio, Mohamed Cengic pidió el martes a Turquía protección y una intervención militar turca junto con otros países.

Turquía respondió ayer con un llamado al Consejo de Seguridad para que frene los combates y las pérdidas de vidas humanas, manifestando en un mensaje del canciller Hikmet Cetin el gran interés del gobierno turco en la cuestión.

Ankara probablemente no mandará nunca un ejército a Bosnia, pero junto con otros países árabes podría abastecer a los "hermanos musulmanes" de la república vecina con las armas necesarias para combatir una guerra sin fin contra el agresor.

F

Renace la esperanza

La decisión de Israel de aceptar por primera vez las resoluciones de la ONU sobre los territorios ocupados abre un nuevo capítulo en la vida de la región

Mohamed Salem

Cuando los seis mil periodistas que cubrieron la conferencia de paz para el Medio Oriente en Madrid consideraron concluida su labor y regresaron a sus países de origen, la mayor parte de ellos partió con la convicción de haber asistido a un evento histórico, destinado a ser analizado en el futuro como un hito en el largo y sangriento conflicto regional.

El centro de prensa montado especialmente por el gobierno español se había transformado durante casi una semana en el estudio de las principales redes de televisión del mundo, protagonizando un desfile incesante de dirigentes árabes e israelíes, soviéticos, norteamericanos y europeos. Sus declaraciones iban sirviendo de termómetro para evaluar los altos y bajos de la negociación.

Como no hubo ninguna resolución espectacular, los más radicales o los menos conocedores de los complejos meandros de la política del Medio Oriente, se apresuraron a afirmar que a pesar de toda la expectativa, la conferencia había sido un "fiasco". Pero ese no era el sentimiento dominante ni entre los periodistas, ni entre los delegados. Cambios muy importantes habían ocurrido en Madrid.

Ese vuelco en las relaciones árabe-israelíes estaba insinuado en varios detalles. En verdad, la primera demostración de que se estaba asistiendo al parto de una nueva etapa en la vida de esa región, una de las más problemáticas del mundo en esta mitad del siglo, fue la realización de la conferencia en sí. Con una paciencia y un juego de cintura que le valieron muchos elogios, el secretario de estado norteamericano James Baker había hilvanado arduamente esa reunión, en la que logró sentar frente a frente, por primera vez desde la creación del estado de Israel, a árabes y judíos. El profundo simbolismo de ese encuentro fue resaltado, entre otros, por el propio primer ministro de Israel Yitshak Shamir, al señalar que eso implicaba "la aceptación mutua".

Los discursos de Bush, del propio Baker, de Gorbachov y de Hans Van der Broek, el canciller holandés que habló en nombre de los 12 miembros de la Comunidad Económica Europea (CEE), mostraron que la pretensión de todos no era simplemente protagonizar un evento retórico. Todos ellos, inclusive el



Un momento histórico: israelíes y palestinos discuten -por primera vez- cara a cara el futuro de sus relaciones

propio presidente norteamericano para sorpresa de muchos, se refirieron a la necesidad de negociar sobre bases concretas. En vez de la ambigua tesis de "paz por paz" defendida hasta entonces por el gobierno conservador del Likud, ellos insistieron en la propuesta de "territorios por paz", la principal bandera de las delegaciones árabes.

"Una solución de compromiso territorial es esencial para la paz", subrayó el mandatario norteamericano, a la vez que lanzaba un inédito llamado a la necesidad de hacer "justicia" al pueblo palestino, sobre la base de su autodeterminación. La propuesta lanzada por Bush prevé el surgimiento, en un plazo aproximado de un año, de un autogobierno palestino en los territorios de Cisjordania y la Franja de Gaza. Esa disposición interina duraría unos cinco años, al cabo de los cuales se debería llegar a una solución permanente, "aceptable para todos".

Cuando el secretario de estado norteamericano fue interpelado después por la prensa internacional, exhortándolo a precisar más el alcance de la propuesta de Bush, Baker dijo que los Estados Unidos apoyan como base para la solución del problema del Medio Oriente el cumplimiento de las resoluciones 242 y 338 del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, "que contienen el principio de territorios por paz". Ambas resoluciones exigen la retirada de Israel de los territorios árabes ocupados tras la Guerra de los Seis Días, en 1967 y reconocen el derecho del pueblo palestino a la autodeterminación.

Shamir entre la espada y la pared -Cuando arribó a Madrid, el primer ministro Yitshak Shamir sorprendió con su tono conciliador. "Este es un momento para cambios revolucionarios. Todo debe estar sobre la mesa de negociaciones", afirmó. Esas declaraciones contrariaban sus posiciones históricas, pues Shamir siempre se opuso a aceptar una negociación que tuviese implícita la retirada de Israel de los territorios ocupados. Ni siquiera el Sinaí hubiese sido devuelto a Egipto, si hubiese dependido de Shamir, que fue contrario a los Acuerdos de Camp David firmados por su colega de partido Menahem Beguin.

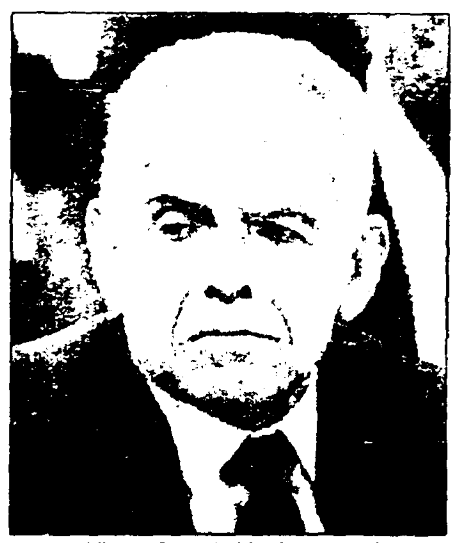
De hecho sus palabras fueron más sorprendentes después de su decisión de excluir de la delegación oficial israelí al canciller David Levy por considerarlo muy abierto al diálogo. La misma flexibilidad fue mostrada desde el comienzo por Benjamin Netanyahu, el vicecanciller israelí, preocupado, según afirmó, en derribar "las murallas sicológicas" que durante décadas impidieron las negociaciones árabe-israelíes.

La verdad es que Shamir se encuentra entre la espada y la pared: por un lado están sus convicciones más íntimas y las presiones de los sectores más intransigentes de la sociedad israelí, que forman su base electoral. Ninguno de ellos acepta la retirada de los territorios ocupados en 1967.

Esa actitud se fundamenta en derechos que remontarían a la época bíblica sobre la región de lo que algunos llaman *"el Gran Israel"*, y en razones "de seguridad nacional". Ahí está comprendida la justificativa de una zona tapón en el Líbano, para supuestamente protegerse de la amenaza siria, la ocupación de Cisjordania y Gaza para evitar el llamado *peligro palestino* y la ocupación del Golán, más que por razones militares o geopolíticas, porque de esa región Israel extrae actualmente más del 40 % del agua que consume.

Pero del otro lado se ejercen sobre Shamir presiones no menos fuertes. Antes de embarcar para Madrid él fue testigo de una enorme manifestación de centenas de millares de israelíes que exigían el fin de las hostilidades con los vecinos árabes y una negociación con la población palestina. Ese movimiento pacifista está ganando terreno día a día y puede ser decisivo en las elecciones del próximo año.

No menos importante es la presión que Shamir recibe de Estados Unidos. A pesar de bravatas como la que llevó a la creación de una nueva colonia judía en los territorios ocupados al día siguiente de la reunión de Madrid - asumida por la Casa Blanca como una provocación del ministro de Habitación de Israel, el general de línea dura Ariel Sharon -, la verdad es que el gobierno del Likud es vulnerable a las presiones de Estados Unidos porque se encuentra en una situación financiera extremadamente precaria, agravada por la masi-

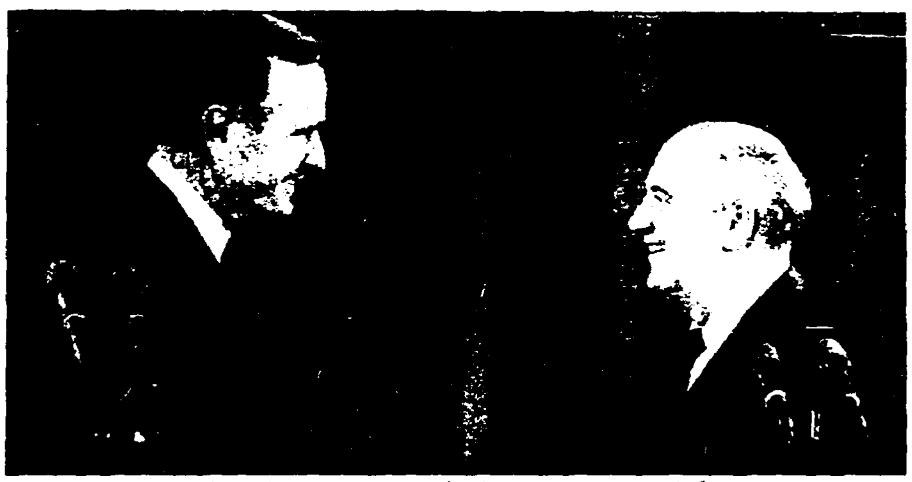
James Baker (izq.) pasó ocho meses hilvanando un encuentro que acabó por llevar, finalmente, a Yitzak Shamir (der.) a negociar

NR. DOCU 920891
TITULO Conferencia de Paz en Medio Oriente/ONU
PROCED Tercer Mundo (00050)
FECHA 11/91
VINCULACI ONU 12573
MEDIO ORIENTE
CONFERENCIA - 11046

va inmigración de judíos procedentes de la Unión Soviética. En este contexto, la ayuda proveniente de Washington es vital para el gobierno, más aún en un año preelectoral.

Los grandes victoriosos -A pesar de haber llegado a Madrid en las condiciones más precarias, sin un Estado atrás que les ofreciera un esquema de seguridad, sin infraestructura y sin experiencia en este tipo de conferencias oficiales, la opinión unánime de los analistas es que los palestinos fueron los grandes vencedores en Madrid, al haber arrancado de Israel concesiones "espectaculares" como las calificaron algunos medios de prensa. La más importante fue la aceptación por parte del gobierno de Shamir de negociar tomando como base las resoluciones 242 y 338 de la ONU. Esa actitud constituyó un cambio de 180 grados en la posición histórica de Israel.

No menos significativo fue el compromiso de Israel de dialogar directamente con los palestinos, abandonando su reivindicación de que ellos integraran una delegación única junto a los jordanos. Eso, a pesar de que desde el primer día el médico de 71 años Haidel Abdul-Shafi, que encabezaba la delegación, había reafirmado su lealtad a la Organización para la Liberación de Palestina (OLP). "La afiliación y la lealtad no pueden ser censuradas ni cercenadas", había dicho Shafi. "Nuestros dirigentes reconocidos son más que los dirigentes democráticamente electos de todo el pueblo palestino. Son el símbolo de nuestra identidad y de nuestra unidad nacional, los guardianes de nuestro pasado, los protectores de nuestro presente y la esperanza de nuestro futuro". El representante de los territorios ocupados había recordado, además, que esos dirigentes cuentan con el reconocimiento "claro e inequívoco" de la comunidad de naciones, "con pocas excepciones" y que la OLP tiene calidad de observadora en las Naciones Unidas y ha sido aceptada como interlocutora por Estados Unidos y otros países.


George Bush y Mijail Gorbachov: un apretón de manos que permitió el encuentro


Agazarian (izq.) y Ashrawi: los nuevos rostros de la diplomacia palestina

Una vez hechas esas precisiones, el representante palestino aceptó la autonomía parcial como transición hacia un estado propio. "La creación de un Estado palestino plenamente soberano sigue siendo el objetivo final de las negociaciones", agregó.

Shafi también propuso que los Estados Unidos y la Unión Soviética tomasen bajo su tutela los territorios árabes ocupados por Israel, con ayuda de las Naciones Unidas. "El pueblo palestino está dispuesto a colocar sus vidas y sus tierras a disposición de tal tutela hasta que se logre una paz justa", señaló.

Lo que quedó - **Cuando terminaron las maratónicas sesiones, más que el propio contenido de las negociaciones importaban los símbolos. El apretón de mano entre Shafi y Natanyahu, que antes hubiese podido significar una sentencia de muerte para ambos, marcaba el inicio del deshielo entre israelíes y palestinos.** Y la sonrisa en el rostro antes tenso de la portavoz de los palestinos, Hanan Ashrawi, considerada una de las grandes artífices del cambio observado en la diplomacia norteamericana, al haber logrado que James Baker se solidarizada con la tragedia de su pueblo, indicaba que la primera batalla estaba ganada.

Después de las angustias vividas tras la guerra del Golfo, cuando parte de la opinión pública mundial les volvió la espalda porque la OLP había apoyado a Saddam Hussein, los palestinos conseguían recuperar su espacio. En Madrid, la causa palestina obtuvo el triunfo más importante de su historia: fue reconocida su legitimidad. Y más aún, en lo que fue llamado por algún periodista de "la guerra de las imágenes", los palestinos aparecieron como los más prudentes y los más abiertos al diálogo.

Mucho camino queda aún por delante. Las próximas ruedas de negociación deben realizarse en breve, aunque no tienen local determinado. Lo importante es que después de casi cinco décadas de guerra que provocaron una de las tragedias humanas más profundas de los tiempos modernos, el Medio Oriente dio un primer paso, firme, hacia la paz. ■

003/03 920891

22 El Mundo 19/05/92

Corea del Norte muy cerca de producir armas nucleares

*EEUU, Japón y Corea del Sur no ven con buenos ojos que tal cosa ocurra y deciden que se investigue

FICHAR

Pekín (UPI)

■ El director de la Agencia Internacional de Energía Atómica dijo que Corea del norte tiene parcialmente construida una instalación que podría producir un ingrediente clave para la creación de armas nucleares, pero no hay evidencias claras de que exista un programa para la fabricación de armas nucleares, informó.

El director de la AIEA, Hans Blix, al finalizar una visita de una semana a Corea del norte, confirmó en una conferencia de prensa en Pekín que la infraestructura de la que se sospecha, ubicada en el complejo nuclear norcoreano en Yongbyon, cerca de la capital Pyongyang, era una planta de reprocesamiento nuclear.

Pero Blix, quien recorrió la instalación en Yongbyon, dijo que la planta estaba sin terminar y era utilizada como laboratorio en el que, según funcionarios norcoreanos, se realizan experimentos con combustible nuclear reprocesado a fin de extraer plutonio para fines civiles.

Además del uso civil, el plutonio puede ser utilizado como esencia de un arma nuclear, y funcionarios norcoreanos admitieron haber producido pequeñas cantidades del material en 1990. Blix declinó decir qué cantidad exactamente, citando reglas de confidencialidad de la AIEA.

"La cantidad fue pequeña, no suficiente, lejos de lo que requeriría para una bomba", refirió Blix.

La visita preliminar de Blix a las instalaciones de energía nuclear de Corea del norte se dio bajo un acuerdo sobre seguridad que permitirá a funcionarios de la AIEA realizar la primera inspección internacional de las plantas nucleares norcoreanas en el transcurso del mes próximo.

Después de meses de negativa, Pyongyang accedió, el mes pasado, a la realización de inspecciones y el 4 de mayo presentó su primer informe detallado sobre las instalaciones nucleares del país, y prometió que los inspectores de la AIEA podrían visitar las plantas cuando lo desearan.

Debe Mejorar Aporte del Mundo Industrializado en Tecnología

MICHEL CAMDESSUS: PARA MANTENERSE ESTABLE, LA DEMOCRACIA NECESITA UNA SANA ECONOMIA

Michael Camdessus que tanta impresión causó con sus declaracions cuando pasó por Montevideo, pronunció ahora, en su caracter de Director Principal del Fondo Monetario Internacional, un muy sustancioso discurso en la reunión UNCTAD VIII que acaba de realizarse en Cartagena de Indias, Colombia. De su mensaje extraemos los párrafos principales para una reproducción textual, dado el interés y oportunidad de los mismos en materia económica, social y perspectivas futuras.

Los cambios que se están experimentando en el mundo, dentro del marco de lo político y lo económico aportan nuevas oportunidades, pero éstas se encuentran acompañadas de muchos riesgos.

Tomará tiempo y esfuerzos obtener de esas oportunidades, sus frutos, como la historia de la humanidad muy frecuentemente lo muestra. Pero los riesgos son inmediatos. Están con nosotros ahora y están presionando. Juntos, oportunidades y riesgos forman un peligroso período de transición, particularmente en unos próximos pocos años. Algunos de estos riesgos son suficientemente serios como para impedirnos recoger la potencialmente rica cosecha de nuestros esfuerzos. Es necesario una fuerte e iluminada conducción en todas partes del mundo, y una más efectiva cooperación entre los países para contener los peligros y encausar las oportunidades en este difícil período de transición.

CAMBIOS POLITICOS Y ECONOMICOS FUNDAMENTALES CREAN UN POTENCIAL DE MEJOR Y MAS PROSPERO FUTURO.

Mejor y más próspero futuro siempre que los países y sus pueblos actúen inteligentemente para tomar las ventajas de las nuevas oportunidades.

Consideremos cuatro aspectos salientes de la era presente acompañados de sus riesgos.

Primero, la extensión de la democracia en tantos países. En la actualidad la atención del mundo aparece centrada en los dramáticos cambios políticos que se producen en *Europa del* Este y en la ex-Unión Soviética. Pero esta bienvenida apertura hacia sociedades más abiertas y pluralistas es sólo la manifestación reciente de un fenómeno que virtualmente se está produciendo a lo ancho del mundo.

Hemos visto progresos en muchos países en Africa y en Asia. En América Latina hay países en los cuales se está demostrando *de manera efectiva* como la democratización puede contribuir a un genuino progreso, incluyendo una acción económica más fuerte y un mejoramiento en los niveles de vida. El hecho de que haya ahora gobiernos electos en la vasta mayoría de los países de América Latina es con seguridad, un motivo de mayor confianza respecto a sus futuros.

SI LA CONDUCCION CAE EN COMPLACENCIAS Y HACE LUGAR A DEMANDAS POPULISTAS PUEDE DESANDARSE LO ANDADO

Tenemos que mantenernos conscientes de lo vulnerable que es la democracia. Para mantenerse estable, la democracia requiere el firme fundamento de una sana economía. La consolidación es esencial, después de un período de debilidad económica o de crisis, si un país se encuentra en vías de volver al camino del crecimiento y mantener estabilidad política. Pero la consolidación acarrea peligros.

Si el liderazgo cae en complacencias o le hace lugar a demandas del populismo, entonces un círculo vicioso de demagogia e inestabilidad económica ha preparado el camino a una vuelta de los regímenes dictatoriales.

Segundo, el final de la Guerra Fría, que ha abierto la perspectiva de *un futuro más seguro y pacífico. Uno en el cual* los recursos y esfuerzos pueden ser concentrados más en fomentar la prosperidad y el progreso humano. Pero simultáneamente vemos en muchas partes, el resurgimiento de anacrónicos nacionalismos, creando el peligro de conflictos regionales o locales intensos.

Tercero, el mejoramiento extendido de las políticas económicas en muchos países en desarrollo, lo que gusto en llamar, "la revolución silenciosa". En otras palabras, la extensión del consenso sobre cuáles estrategias económicas son efectivas, y el hecho de que más y más países estén implementando fuertes políticas. Esto los va poniendo firmemente en el camino de sostenidos crecimientos a mediano plazo.

Pero las políticas frecuentemente requieren un heroico grado de compromiso para perseverar en buenos programas y en la búsqueda de reformas. En particular, las reformas estructurales que se están implementando en Europa del Este y en las repúblicas de la ex-Unión Soviética tomarán varios años antes de dar frutos.

Cosa similar ocurre en otras regiones y los países que están implementando esas políticas, deben saber que deberán perseverar durante los años venideros. Muchos de estos programas aportan renovado crecimiento aún en sus primeros años. En verdad, los resultados son muy animadores. Pero siempre hay un período inicial de sacrificio, en tanto las estructuras económicas son cambiadas y los recursos son canalizados al tipo de inversiones que producirán ganancias de largo plazo en producción. Y siempre está el riesgo de que la voluntad falle, debido a una encrucijada política o a "fatiga del ajuste", y esto puede afectar el proceso sostenido de crecimiento de elevada calidad y progreso equitativo.

UNA MAS INTEGRADA ECONOMIA MUNDIAL EMERGE COMO RESULTADO DE ESTOS DESARROLLOS

Cuarto, las oportunidades y riesgos conectados con el proceso de globalización.

Los países en desarrollo podrán encontrar en una más abierta economía global un mayor ámbito para crecer y prosperar.

Pero estos beneficios potenciales no serán fáciles. La más abierta y más integrada economía global en la cual por definición, los países son más interdependientes, también acarrea algunos serios riesgos. Hay tres riesgos a enfocar: la inestabilidad, la marginalización y más importante, el riesgo inherente a los períodos de transición.

El riesgo de inestabilidad es el temor de algunos de que mercados internacionales más abiertos y menos regulados puedan en cierto sentido, ser potencialmente menos estables. Esto es verdad en el simple sentido definicional de que una mayor libertad de movimientos de capital incrementa el ámbito de mayores y súbitos traslados de fondos que podrían en ciertas circunstancias, plantear una amenaza a la estabilidad de los mercados de cambios y mercados financieros. Y en relación a esto, la más estrecha interdependencia de los países puede acrecentar la posibilidad de la trasmisión de los desequilibrios económicos a través de las fronteras. Pero, si bien es prudente mantenerse alerta respecto a tales amenazas potenciales, deseo anotar que el sistema económico internacional ha probado ser suficientemente robusto y resistente. Balanceado, deseo decir que, si bien el riesgo de inestabilidad financiera está siempe con nosotros, el progreso logrado en cooperación financiera justifica la confianza en nuestra habilidad paa encararlo, siempre que nos mantengamos vigilantes y mantengamos las evoluciones financieras y nuestros medios de cooperación constantemente bajo observación.

EL SEGUNDO RIESGO ES EL DE MARGINALIZACION

En varios países en desarrollo que he visitado, he escuchado con frecuencia estas tres interrogantes.

¿Vamos a quedar en la periferia de la rápida expansión del comercio y los lazos financieros?

¿Vamos a quedar disminuidos en la competencia por asistencia para el desarrollo?

¿Van nuestros legítimos intereses a tener suficiente peso en los mecanismos de la cooperación internacional?

En el terreno del comercio, no hay razón inherente por la cual países pequeños sean colocados en desventaja por una más

(Continúa en la página 23)

(Viene de página 22)

apretada integración de los mercados del mundo. Por el contrario, la globalización deberá acrecentar sus posibilidades de encontrar apropiados desahogos para sus productos y expandir su ámbito para explotar sus ventajas comparativas.

Donde hay un riesgo es para esos países que no se han embarcado todavía en una estrategia vigorosa orientada al crecimiento, que no han adoptado todavía las decisiones básicas de abrir su economía doméstica para una participación plena en el comercio internacional, que no se han movido aún para crear un clima doméstico favorable a inversiones domésticas y extranjeras. Esos países pueden encontrarse en dificultades. Ellos tienen en sus propias manos el poder de elegir su destino. Tengo la esperanza de que sigan el exitoso ejemplo que se va multiplicando ahora.

Siempre en el terreno del comercio, hay extendidas inquietudes por las dificultades que se han presentado para completar la Ronda Uruguay. En particular, ¿se van a deteriorar los arreglos en el comercio mundial para ciertos países en desarrollo, como resultado de un creciente proteccionismo o en razón de acuerdos comerciales regionales más cuidadosos de lo interno?

La solución nuevamente depende enteramente de demostrar la voluntad política necesaria para llevar a una conclusión la Ronda Uruguay, en el camino de producir una significativa liberalización del comercio en bienes y servicios, y un conjunto de normas razonables y transparentes.

EN CUANTO A ACCESO AL CAPITAL INTERNACIONAL, LOS PAISES EN DESARROLLO SE SIENTEN AMENAZADOS

Algunos países en desarrollo se muestran afectados por cuanto piensan que pueden quedar relegados en la competencia por obtener recursos públicos asistenciales (ODA).

Es verdad que el nivel del ODA proyectado para los próximos años, en total, es muy menor de lo deseable y por lo tanto, muchos potenciales recipientes pueden sufrir por lo mismo. [illegible] encuentran que la estrategia asistencial no está produ[illegible] el alivio adecuado y ambos así como otros que muestran aprehensión respecto a la general competencia por financiamiento externo y arriesgan salir perdidosos en tanto más fondos son canalizados a los países recientemente reformados de Europa del Este, de Rusia y a las otras repúblicas de la ex-Unión Soviética.

Brevemente, mi punto de vista es que hay un serio problema potencial pero es posible encararlo a través de una mejor cooperación internacional. Necesitamos ver sustanciales inversiones en los países en desarrollo y en el mundo industrial, si vamos a ver un sostenido crecimiento y una más adecuada creación de trabajo en la década por delante. La mejor manera de resolver este problema es obvia: consolidación fiscal tanto en países en desarrollo como en países industriales, para elevar el ahorro público y reducir la escasez pública, y acciones para aumentar el ahorro privado. El énfasis en políticas para promover el ahorro nacional debe enfocar a la reducción en todas sus formas, de los gastos improductivos.

LOS RIESGOS DE LA TRANSICION EN EL PERIODO VENIDERO

Tercero, si los países que están adoptando ajustes estructurales o aquellos que se encuentran en transición hacia una economía de mercado, no perseveran en políticas sanas o si el resto del mundo falla en extender suficiente asistencia, entonces serán incapaces de aportarle a sus pueblos el progreso que están prometiendo, en términos de mayor crecimiento y mejores niveles de vida. Y este fracaso acarrearía el peligro de perder los [illegible]neficios de la globalización, minando la democracia misma, y [illegible] prospectos hacia un orden mundial más pacífico y cooperativo.

Los próximos años serán un periodo de gran riesgo. Riesgo de "fatiga de ajuste" acompañado por "fatiga de donantes", y riesgos de toda clase de círculos viciosos, en los cuales el fracaso en uno puede contribuir al fracaso en otros.

Estos riesgos simplemente refuerzan la urgencia de la acción para captar las oportunidades. Es la real magnitud de ambas cosas, de los riesgos y de las oportunidades, lo que hace la presente coyuntura tan única.

Creo que la comunidad internacional puede hacer mucho en tanto todos los jugadores estén de acuerdo en reafirmar su compromiso y desempeñar plenamente su rol dentro del marco global de la cooperación.

Por sobre todo, necesitamos reafirmar lo que he llamado, el no escrito contrato de cooperación internacional. Esto es, que aquellos países en dificultades deben implementar políticas sanas con perseverancia y determinación, y el resto del mundo debe asistirlos para que cosechen los beneficios de esas políticas, manteniendo buen acceso a los mercados y extendiendo asistencia financiera adecuada en términos apropiados. Más que nunca, es necesario a todos los países, industriales y en desarrollo, aumentar sus esfuerzos de manera que todos puedan tomar lo mejor de las oportunidades por delante.

02-02

CUATRO AREAS EN LAS CUALES ES DESEABLE UNA ACCION MAS FUERTE

Primero, mejores políticas deben ir acompañadas de mejores financiamientos.

En materia de políticas, hay ahora un muy extendido consenso sobre los elementos básicos de una estrategia económica que está probando, en muchos países, que puede producir un crecimiento sostenido y saludable en el plazo medio. Esos elementos básicos son familiares: sanas políticas fiscales y monetarias para mantener la disciplina y crear un estable marco económico a plazo medio, una orientación respecto al comercio, inversiones y competencia; un énfasis en las reformas estructurales para acrecentar la eficiencia de los mecanismos del mercado, promoviendo ahorro e inversions y fomentar ganancias de largo plazo en la productividad de la economía.

El financiamiento, es de creciente urgencia que los países industriales envíen claros y convincentes mensajes a los países en desarrollo, especialmente a todos aquellos con programas de ajuste o que se mueven hacia una economía de mercado. Mensajes según los cuales las buenas políticas van a estar acompañadas de financiamiento adecuado y en tiempo. En este aspecto la experiencia de los últimos años no ha sido plenamente satisfactoria, aún si la asistencia ha sido generosa en algunos casos particulares. El nivel del ODA está lejos de ser suficiente, y veo como una ineludible obligación de los países industriales acrecentarlo. Además, la utilización de los niveles existentes de asistencia puede ser mejorada si los donantes simplifican y aceleran sus procedimientos para los desembolsos. En ciertas áreas las prácticas existentes deben ser mejoradas, en particular, reduciendo y eventualmente eliminando las disposiciones que atan la ayuda a exportaciones nacionales o por otro lado, sirven como instrumento de proteccionismo.

En el problema de la deuda considero que mayores mejoras son urgentemente necesarias. Hemos andado mucho en el camino de la solución del problema de la deuda en los últimos diez años. La estrategia de la deuda está trabajando bien, en general. Muchos países, incluidos varios en América Latina que se encontraban pesadamente afectados por la deuda están teniendo éxito en la superación de sus dificultades, se encuentran ahora en el camino de un fuerte crecimiento y viabilidad externa. Pero otros, incluidos algunos de los más pobres, tienen todavía un largo recorrido por hacer. Necesitamos políticas más fuertes de parte de ellos y mejor asistencia de parte de los pases donantes.

LOS PAISES INDUSTRIALES DEBEN INCREMENTAR SU APORTE DE ASISTENCIA TECNICA

Segundo, buena administración. Hay un ámbito para muchas más iniciativas en este terreno. Los países industriales deben aumentar sus disposiciones respecto a asistencia técnica donde sea necesario, para aumentar la efectividad de los programas de ajuste o las reformas del sistema, mediante instituciones que aporten entrenamiento o de varias otras maneras. Y quien rcibe esta asistencia técnica por su parte, tiene que adoptar disposiciones para poder hacer el mejor uso de la asistencia. En realidad, lo principal de la buena administración se acompasa en varias áreas en que es deseable hacer algo. Mejorar la eficiencia de la administración y la respuesta de las instituciones públicas; redoblar esfuerzos para luchar contra la corrupción; aspectos estos que constantemente miran incluso las mejores estrategias de desarrollo.

Tercero, aliviar la pobreza incluyendo la adopción de apropiadas redes de seguridad social, hasta hacerlas parte de los elementos integrales de cualquier programa de ajuste estructural orientado al crecimiento, o de cualquier programa llamado a la transición hacia un sistema económico más eficiente. Urjo a los países donantes a acrecentar sus esfuerzos en este campo y dirigir su asistencia por vías que fomentén el desarrollo humano. Y a los países en desarrollo por su parte, pueden ayudar a estimular el apoyo público en los países donantes para esta asistencia, mostrando convincentemente que sus propias políticas están bien orientadas para encarar el problema de la pobreza y de la distribución de las rentas. En muchos casos esto puede incluir esfuerzos más vigorosos para aportar a los pobres educación y amparo sanitario. Es esencial que los países en desarrollo hagan por movilizar los ahorros domésticos, en particular, a través de reformas fiscales.

CORTES EN LOS GASTOS MILITARES SON AHORA POSIBLES

Cuarto, el corte de los gastos militares por parte de los países industriales es ahora posible en ampmlia escala, gracias al fin de la Guerra Fría. Es razonable esperar que una parte de los recursos financieros que quedan liberados y pueden ser canalizados hacia más productivos usos, sean destinados a la asistencia externa de una manera u otra. Pero es igualmente deseable que los países en desarrollo también se embarquen en un esfuerzo serio para reajustar sus propios gastos militares. Muchos países en desarrollo están haciendo eso, particularmente en América Latina lo cual es muy bienvenido.

El objetivo debe ser reducir los gastos militares tanto como sea compatible con un nivel razonable de seguridad, tomando en cuenta las circunstancias geográficas y estratégicas de cada país. Este descenso de lo que se tiene en materia militar no es una tarea fácil pero es esencial. Varios países están requiriendo apoyo internacional en la muy difícil tarea de desmovilizar fuerzas armadas o guerrillas, reentrenándolas y ayudando a reinsertarlas. Esta es una muy importante prioridad para todos, como una ordenada desmovilización es una condición esencial para un pacífico e ininterrumpido crecimiento.

En conclusión –dijo M. Camdessus después de aludir a temas como el tráfico internacional de la droga y el crecimiento de la población mundial, creo que un saludable y viable crecimiento económico será posible sólo si aplicamos efectivas soluciones a los puntos planteados.

Cada uno de ellos nos recuerda que el objetivo de desarrollo sostenido no tiene nada de simple. Todos tienen su parte en la elección de los países en cuanto a objetivos económicos y de los instrumentos para lograrlo. Todos nosotros, gobiernos, instituciones internacionales, organizaciones no gubernamentales, concernidos en la tarea de fomentar un crecimiento saludable de la economía mundial, no podemos permitirnos ignorar estas cuestiones y debemos apoyar constantemente el esfuerzo de tantos gobiernos por beneficiarse de las oportunidades y contener los riesgos de este desafiante período de transición.

PAISES ANDINOS AL BORDE DEL CAOS

La Mañana 29/5/92

Juan Rial, politólogo uruguayo, Consultor de Naciones Unidas, miembro del Instituto Peitho, que se especializa en la temática geopolítica y las Fuerzas Armadas, acaba de regresar al país luego de una estadía en Ecuador y Perú. Actuó como asesor para Naciones Unidas en las elecciones ecuatorianas que acaban de realizarse.

Entrevistado por LA MAÑANA, nos dio su versión directa sobre un Fujimori y un Perú al borde del colapso, explicando las características del accionar de las fuerzas armadas peruanas ante el terrorismo de "Sendero Luminoso", que crece en influencia. Nos reveló el peculiar mundo andino, cuya población no teme a los golpes militares, ante el desprestigio de los políticos, que llega a niveles inusitados, cuestionando la gubernabilidad. Nos mostró el nuevo papel de la O.E.A. como auditor real de organismos internacionales de crédito. Juan Rial profundizó en el nuevo concepto de supranacionalidad, la Junta Interamericana de Defensa, y un mundo que mira como peligro principal el caos y la disgregación, al quedarse sin la guerra fría. Esa orfandad, tan deseada, parece que complicó, por lo menos, a los teóricos de la geopolítica.

18 cumbres desde 1975

París (AFP)

■ Las siete potencias industriales, que poseen la mitad de la riqueza de la Tierra, están celebrando desde el lunes y hasta hoy miércoles en Munich, Alemania, la 18a. cumbre económica mundial.

La primera cumbre se celebró en 1975 en Rambouillet, ciudad periférica de París, por iniciativa del entonces presidente francés, Valery Giscard D'Estaing.

A continuación los puntos esenciales de las diez últimas cumbres.

— 1982, Versalles, Francia: las palabras claves del comunicado final fueron: concertación económica y monetaria; tecnología y empleo.

— 1983, Williamsburg, EEUU: declaración común de seguridad frente a la Unión Soviética, y de seguir "políticas monetarias y presupuestarias adecuadas".

— 1984, Londres: desacuerdo sobre estrategia global sobre la deuda del Tercer Mundo y declaración sobre el terrorismo internacional y la guerra entre Irán e Irak.

— 1985, Bonn: desacuerdo Washington-París y objeción francesa a la "Guerra de las Estrellas". Reconocimiento de legitimidad del objetivo de reunificar a Alemania, con motivo del 40 aniversario de la derrota nazi.

— 1986, Tokyo: coordinación económica más estrecha e intensificación de la lucha antiterrorista.

— 1987, Venecia: lucha contra el sida.

— 1988, Toronto: consenso sobre un plan de alivio de la deuda de los países más pobres y sobre reducción de subvenciones agrícolas.

— 1989, París: declaraciones sobre derechos humanos, China, terrorismo y las relaciones entre Occidente y Oriente. Primera declaración común sobre protección del medio ambiente y la lucha contra la droga.

— 1990, Londres: apoyo a las reformas en la URSS. Voluntad de "reforzar las Naciones Unidas en el orden internacional". Participación, por primera y última vez, de un líder de la URSS, Mijail Gorbachov, recibido el último día.

El G-7 derivó el problema a la Conferencia para la Seguridad y la Cooperación Europea (CSCE)

La cuestión yugoslava

* *El tema militar opuso otra vez a EEUU y Francia: Washington quiere a la OTAN, París a la UEO*

El G7 confió ayer martes en Munich (sur) a la Conferencia para la Seguridad y la Cooperación en Europa (CSCE) la difícil misión de contener la proliferación de conflictos étnicos en el territorio del desaparecido bloque del Este. La declaración política y la declaración sobre la crisis yugoslava, dos de los tres textos aprobados ayer martes por los dirigentes de los siete principales países industrializados, enfatizan la necesidad de que instituciones con vocación europea medien en estos conflictos.

Munich, Alemania (AFP)

■ Entre estas instituciones figura la CSCE, que iniciará una cumbre en Helsinki mañana jueves. El foro, lanzado vigorosamente en noviembre de 1990 en la cumbre de París como instrumento de seguridad paneuropeo de posguerra fría, había caído en la letargia con el hundimiento de la Unión Soviética en 1991.

Los siete del club de los ricos subrayaron su deseo de que la CSCE refuerce sus mecanismos frente a los conflictos y de que salgan de la cumbre de Helsinki sustanciales decisiones sobre las crisis étnicas del este europeo, especialmente en el caso del conflicto nacional que asola las nuevas repúblicas independizadas de Yugoslavia.

Los siete grandes instaron a la CSCE a "aprobar decisiones que refuercen sus capacidades en materia de prevención de conflictos, de gestión de las crisis y de solución pacífica de los conflictos".

La declaración sobre Yugoslavia ... ONU, sin excluir a la CSCE.

Los siete grandes, por otra parte, declaran: "No aceptamos que Serbia y Montenegro (únicos integrantes de la actual Yugoslavia) sean el único sucesor de la ex Yugoslavia", por lo que piden "la suspensión" de la participación de Belgrado de la CSCE.

ENTRE LA UEO Y LA OTAN

También se cita en los documentos del G7 a la Unión Europea Occidental (UEO), organismo de defensa integrado por nueve miembros de la Comunidad Económica Europea (CEE), y el Consejo de Cooperación del Atlántico Norte (Cocona), que reagrupa a los miembros de la OTAN y sus ex enemigos del Pacto de Varsovia, como organizaciones que podrían hacer frente a los nuevos conflictos de Europa.

El acuerdo de principio, no obstante, no ocultó las diferencias entre los miembros del G7. París tuvo que vencer las reticencias de Washington y Londres ... bilidad de empleo, por parte de Francia e Italia, de tropas terrestres para garantizar las acciones humanitarias, el portavoz de Mitterrand, Jean Musitelli, dijo que "expertos de la UEO estudian técnicamente la cuestión. El viernes presentarán en Helsinki los resultados a los ministros. No hay una perspectiva inmediata de operaciones terrestres, pero es justo a los medios que recurrirían en caso de necesidad".

JAPON NO SE INVOLUCRARA

Bárbara McDougall, ministra de Relaciones Exteriores del Canadá, dijo que el Grupo de los Siete no ha querido, con su declaración, "adoptar una posición militar", pero "expresa su preocupación" por lo que está ocurriendo en la ex Yugoslavia.

Soldados canadienses están actualmente en Croacia y Bosnia como cascos azules de las Naciones Unidas. Japón no excluye poder dar un apoyo logístico, aunque hasta ahora no le han pedido que lo haga. Pero el gobierno de Tokio precisa, con la Constitución en la mano, que no se puede comprometer militarmente.

El secretario de Estado norteamericano, James Baker, comparte la necesidad de garantizar las operaciones humanitarias "con todos los medios necesarios", sin excluir operaciones terrestres para abrir corredores de abastecimiento a Bosnia.

Para Baker, la OTAN (alianza militar occidental) y la UEO discuten la hipótesis de una intervención, mientras Estados Unidos está listo para contribuir a la garantía de la ayuda con fuerzas aéreas y navales. Es improbable, en cambio, el envío de fuerzas terrestres.

El entrecruzarse de iniciativas prevé también una misión de las Naciones Unidas, mañana jueves, de lord Carrington, presidente de la Conferencia de Paz de la Comunidad Europea, que los Siete afirman apoyar pero que ven casi como el prólogo de la nueva conferencia internacional. Esta última, sin embargo, es una hipótesis en la que no todos creen con firme convicción.

Una fuente alemana afirmó que la eventual convocatoria de una conferencia internacional ha sido insertada en la declaración final "porque lo querían los franceses". Esta indiscreción explica la incertidumbre que hubo, hasta último momento, acerca de la formulación del documento.



Protesta en los alrededores de la cumbre de los más ricos. (Telefoto de AFP)

Una cumbre alternativa que exige presencia del Tercer Mundo en Munich

Munich (ANSA)

■ Representantes de la Cumbre Alternativa exigieron ayer a los siete países más industrializados del mundo (Grupo de los Siete, G-7), reunidos en Munich, la incorporación y participación activa de las naciones del Tercer Mundo en un Consejo Económico Mundial.

Reunidos también en la capital bávara, los científicos y representantes de organizaciones ecologistas de bases y de organizaciones no gubernamentales (ONG) de 18 países calificaron como anacronismo elitista la cumbre del G-7. Exigieron, entonces, el reemplazo de la cumbre del G-7 por un Consejo Económico Mundial más representativo, donde estén presentes con derecho a voz y a voto también siete naciones del Sur.

La cumbre alternativa debatió ayer la necesidad de democratizar las instituciones de política económica internacional.

James Robertson, cofundador de la Fundación Nueva Economía de Londres, subrayó la necesidad de crear nuevas instancias y estructuras de negociaciones en el seno de la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

El propósito de nuevas estructuras de la ONU sería lograr avances en la creación de una economía mundial estable y justa y principalmente supeditar a la organización al Fondo Monetario Internacional (FMI), al Banco Mundial (BM) y al GATT (Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio), precisó Robertson.

Por su parte, Martin Khor, representante de una red de ONG del Tercer Mundo en Malasia, criticó la falta de legitimidad global del G-7 y se sumó a la demanda de una cumbre económica mundial con participación de siete naciones del Tercer Mundo.

Khor dijo que los jefes de Estado y de Gobierno del G-7 (Estados Unidos, Canadá, Alemania, Japón, Francia, Italia y Gran Bretaña) son partidarios de una mayor democracia en el Tercer Mundo pero en la práctica el G-7 defiende a ultranza un sistema internacional antidemocrático y centralista, sostuvo.

La reactivación económica mundial deberá esperar

Promesas difusas

*** El tema central de la jornada de hoy para el G-7 será la adelantada presencia de Yeltsin en Munich**

La 18a. cumbre de los siete países más desarrollados del mundo virtualmente concluyó ayer en Munich sin que el norteamericano George Bush consiguiera algo más que promesas difusas en la ayuda que necesita para atacar la recesión en su país y llegar a las elecciones de noviembre próximo con posibilidades ciertas de éxito.

Munich (ANSA)
por el corresponsal
Carlos Rebecchi

■ La declaración política difundida ayer no ofreció grandes novedades, fuera de las advertencias sobre la cuestión yugoslava y, con la llegada de Boris Yeltsin, la reunión se convirtió en G-7 + 1.

Para prepararse para el diálogo con el presidente ruso — que anoche fue homenajeado en la cena realizada en el Antiquarium del palacio de los reyes de Baviera—, los líderes de las naciones más desarrolladas discutieron ayer de tarde el problema de la ayuda a Rusia.

Yeltsin obtendrá 1.000 millones de dólares como anticipo de los 4.000 millones que le concederá el Fondo Monetario Internacional, además del compromiso de los Siete de financiar la reestructuración de 25 de las 57 centrales nucleares consideradas peligrosas, con un costo estimado en 700 millones de dólares.

Los Siete dirán a Yeltsin que es aún prematuro el ingreso de Rusia en el grupo, pero que además del apoyo económico tendrá también el sustento político de los Siete, que saben que su eventual caída sería desastrosa para sus intereses.

A su llegada aquí, ayer de tarde, el presidente ruso ya había sido informado que los Siete incluyeron ayer en su declaración política un pedido para que Rusia fije un calendario para retirar los 130.000 soldados que aún mantiene en las tres repúblicas bálticas: Estonia, Lituania y Letonia.

Del tema habló Yeltsin anoche con sus interlocutores en la cena.

Los siete socios del grupo (Estados Unidos, Japón, Alemania, Francia, Gran Bretaña, Italia y Canadá) no quieren cometer el mismo error del año pasado, en la cumbre de Londres, cuando dieron afectuosas palmadas en la espalda pero no la ayuda económica que necesitaba el entonces presidente soviético, Mijaíl Gorbachov.

Esta vez abrirán, aunque gradualmente, los cordones de la bolsa para conceder una ayuda a Rusia cuyo monto debe llegar a unos 24.000 millones de dólares.

Pero la mayor dificultad analizada en Munich es que la economía mundial atraviesa una fase de bajo crecimiento, con 24 millones de desocupados (un récord) en los siete países presentes en la reunión, que llega a 30 millones en el conjunto de las naciones industrializadas.

Bush, Mitterrand, Kohl, Miyazawa, Major, Amato y Mulroney, concordaron en que las situaciones nacionales son diferentes pero es necesario concentrarse en dos necesidades urgentes: atacar la desocupación y favorecer el crecimiento. La receta es clara y aparentemente sin alternativas. Hace falta una severa política de réditos. En la conferencia de prensa de los ministros de Economía, el italiano Piero Barucci dijo que "el conflicto entre ocupados y empresarios ha sido sustituido por el conflicto entre los que tienen un empleo y los que están sin trabajo".

Los siete creen que es necesario "dar más flexibilidad al mercado del trabajo", porque se corre el peligro de que la producción se traslade a los países menos industrializados.

también es necesario impulsar el crecimiento del comercio internacional, para lo que se debe llegar a un acuerdo en las negociaciones bloqueadas de la Ronda Uruguay, en el marco del GATT.

Bush fue uno de los más contundentes en las referencias a la necesidad de lograr la reactivación, porque ella es la principal que debe satisfacer con vistas a las elecciones presidenciales de noviembre próximo, cuando las encuestas le demuestran que su política interna en este campo es el aspecto más criticado de su gestión.



Adelantó su llegada a Munich y apenas dio un preaviso de 24 horas. Hoy todo girará en torno a Rusia en el G-7. (Telefoto de AFP)

Yeltsin, la irritación de los japoneses

Un grupo de caballeros que invita a cenar al que llega

Munich (ANSA),
por Pier Antonio Lacqua

■ La diplomacia no es el punto fuerte de Boris Yeltsin: en la lujosa cumbre del Grupo de los Siete de esta ciudad alemana, el presidente ruso se coló con un ímpetu digno de un oso siberiano.

Entre el profundo fastidio de los japoneses y la sorpresa de los alemanes, Yeltsin se autoinvitó en la cena de anoche organizada en el Residenz, el ex palacio real de Baviera.

El presidente ruso era esperado aquí hoy miércoles, pero con una jugada de anticipo y con un preaviso de sólo 24 horas partió ayer por la tarde desde Moscú y los líderes del Grupo de los Siete se vieron obligados a añadir otro plato en la mesa.

"El G-7 es un grupo de caballeros, y cuando un huésped llega antes de lo previsto, es obvio que es invitado a comer", comentó no muy entusiasmado el vocero alemán, Dieter Vogel. Según indiscreciones de fuente francesa, la delegación del premier japonés, Kiichi Miyazawa, está muy irritada. Por una vez, los japoneses dejaron de lado las sonrisas y la cortesía: el gobierno de Tokio parece que no va a desembolsar ni un dólar a Boris Yeltsin, hasta que el gobierno ruso no acepte sus reclamos sobre las cuatro islas Kuriles ocupadas por el Ejército Rojo desde fines de la Segunda Guerra Mundial.

El premier italiano, Giuliano Amato, dijo hoy que el G7 debe "reforzar la posición" del presidente ruso, porque una eventual caída de Yeltsin dañaría no sólo a Rusia sino también al mismo Occidente. La posición de Amato es similar a las declaraciones formuladas por el presidente norteamericano, George Bush, y por el premier alemán, Helmut Kohl.

Bush apoya, en línea de principio, la idea de integrar a Rusia dentro del exclusivo club del G-7, pese a que ayer los norteamericanos ni mencionaron el proyecto frente a las firmes negativas manifestadas por los otros seis países, que estiman prematuro el ingreso del ex enemigo número uno de Occidente en el Grupo.

Anticipando en un día su llegada a la cumbre, Yeltsin no sólo sorprendió a los líderes del G-7, sino que hizo un firme paso al frente en relación al comportamiento mantenido por Mijaíl Gorbachov en la reunión de hace un año en Londres. El creador de la perestroika llegó a la capital inglesa en el tercer y último día de la cumbre, tras las declaraciones finales del Grupo, justo a tiempo para reclamar ayudas y tomar un café con los otros líderes.

Otras diferencias entre Yeltsin y Gorbachov frente a la cumbre: en Londres, Gorbachov respetó hasta el último renglón la agenda programada con varios días de anticipación y volvió a Moscú con los bolsillos vacíos, mientras que, a Munich, su sucesor llega con un programa preparado en pocas horas, pero con un firme compromiso occidental de lanzar una especie de plan Marshall para salvar a Rusia del derrumbe económico.

9208920

MERCOSUR: DATOS BASICOS
CLARIN (1500-4)
26/6/92
MERCOSUR - 12781
ARGENTINA - 66960
BRASIL - 50782
PARAGUAY - 66123
URUGUAY - 50766

MERCOSUR - DATOS BASICOS

<table>
<tr><th></th><th colspan="2">Argentina</th><th colspan="2">Brasil</th><th colspan="2">Paraguay</th><th colspan="2">Uruguay</th></tr>
<tr><td>POBLACION '91</td><td colspan="2">32.609.000</td><td colspan="2">150.368.000</td><td colspan="2">4.277.000</td><td colspan="2">3.094.000</td></tr>
<tr><td>PBI (mill. de u$s de 1991)</td><td colspan="2">89.538,9</td><td colspan="2">329.400</td><td colspan="2">6.548,3</td><td colspan="2">8.824</td></tr>
<tr><td>PBI PER CAPITA (u$s de 1991)</td><td colspan="2">2.745,9</td><td colspan="2">2.147,4</td><td colspan="2">1.488,4</td><td colspan="2">2.836,3</td></tr>
<tr><td>SUPERFICIE (Km2)</td><td colspan="2">2.767.000</td><td colspan="2">8.512.000</td><td colspan="2">407.000</td><td colspan="2">177.000</td></tr>
<tr><td>INFLACION (1991)</td><td colspan="2">84%</td><td colspan="2">487,3%</td><td colspan="2">13,5%</td><td colspan="2">81,44%</td></tr>
<tr><td>ESPERANZA DE VIDA -1989 (años)</td><td colspan="2">71</td><td colspan="2">66</td><td colspan="2">67</td><td colspan="2">73</td></tr>
<tr><td>ANALFABETISMO 1985 - %</td><td colspan="2">5</td><td colspan="2">22</td><td colspan="2">12</td><td colspan="2">5</td></tr>
<tr><td>EXPORTACIONES (mill. de u$s de 1991)</td><td colspan="2">12.038,3</td><td colspan="2">29.095,1</td><td colspan="2">1.280</td><td colspan="2">1.596,2</td></tr>
<tr><td></td><td>1965</td><td>1989</td><td>[illegible]</td><td>1989</td><td>[illegible]</td><td>1989</td><td>1965</td><td>1989</td></tr>
<tr><td>EXPORTACIONES % MANUF.</td><td>6</td><td>32</td><td>[illegible]</td><td>[illegible]</td><td>6</td><td>[illegible]</td><td>5</td><td>39</td></tr>
<tr><td>EXPORTACIONES % PROD. PRIM.</td><td>94</td><td>68</td><td>92</td><td>48</td><td>92</td><td>[illegible]</td><td>95</td><td>61</td></tr>
<tr><td>IMPORTACIONES (mill. de u$s de 1991)</td><td colspan="2">7.845,2</td><td colspan="2">[illegible]263,6</td><td colspan="2">1.475</td><td colspan="2">1.622,8</td></tr>
<tr><td>SALDO COMERCIAL (mill. de u$s de 1991)</td><td colspan="2">[illegible]</td><td colspan="2">9.813,5</td><td colspan="2">-15[illegible]</td><td colspan="2">[illegible]</td></tr>
<tr><td>DEUDA EXTERNA (mill. de u$s de 1991)</td><td colspan="2">61.000</td><td colspan="2">122.800</td><td colspan="2">1.84[illegible]</td><td colspan="2">7.130</td></tr>
<tr><td>SALARIO REAL 1991 (1980 = 100)</td><td colspan="2">76,6</td><td colspan="2">S. Pablo 121,4
R. de Janeiro 84,4</td><td colspan="2">106,8</td><td colspan="2">72,6</td></tr>
<tr><td></td><td>1965</td><td>1989</td><td>1965</td><td>1989</td><td>1965</td><td>1989</td><td>1965</td><td>1989</td></tr>
<tr><td>PRODUCCION INDUSTRIAL (% s/ PBN)</td><td>42</td><td>33</td><td>33</td><td>43</td><td>19</td><td>22</td><td>32</td><td>28</td></tr>
<tr><td>PRODUCCION AGROPECUARIA (% s/PBN)</td><td>17</td><td>14</td><td>19</td><td>9</td><td>37</td><td>29</td><td>15</td><td>11</td></tr>
</table>

Fuentes: CEPAL, BANCO MUNDIAL, BID

Infografía/CLARIN

PARTES POCO LEGIBLES.

001/1

9208920

PLAZOS RIGIDOS PARA ACORDAR POLITICAS

Carrera contra reloj en el Mercosu

LAS LEÑAS (Enviada especial). — La gente del **Grupo del Mercado Común** —que hace el trabajo hormiga del Mercosur— ayer por la noche respiró aliviada. Por fin, después de dos días de encierro en un hotel de esta Villa, pudieron sacar a relucir un meticuloso y grueso **dossier** que (tiene más de 60 páginas) al que hoy le estamparán la firma los cuatro presidentes del bloque regional.

En esta segunda reunión abundaron la nieve y los condimentos políticos. Oficialmente nadie lo admitió, pero la inestabilidad de **Fernando Collor de Mello** en Brasil, las elecciones del domingo en Buenos Aires, los problemas de **Andrés Rodríguez** en Paraguay y la polémica interna en Uruguay por las privatizaciones sobrevolaron las discusiones.

Pero el Mercado Común del Sur (Mercosur) dejará de ser solo una iniciativa económica entre hoy y mañana si los presidentes de la Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay incorporan una llamada **cláusula democrática** al Tratado de Asunción. Carlos Menem, Fernando Collor de Mello, Andrés Rodríguez y Luis Alberto Lacalle deberán aceptar o rechazar la propuesta de su diplomacia de establecer la suspensión del miembro del Mercosur que sufra un golpe de Estado.

Con todo, según revelaron fuentes argentinas a **Clarín**, hay tres resultados económicos que **"prometen ser espectaculares para el futuro de la integración"**:

- **Se establece un cronograma de aquí al 31 de diciembre de 1994 —cuando el Tratado empieza a regir plenamente — que pone estrictos plazos a la armonización de las políticas macroeconómicas entre los cuatro socios:** arancelarias, impositivas, comerciales, normas técnicas, energéticas, laborales, etc. Los voceros oficiales del Mercado Común dijeron que hay alrededor de 150 fechas fijadas para resolver esos problemas en los dos años que faltan. **No es un detalle que este plan lleve la firma de los cuatro presidentes: significa un compromiso de cumplirlo a rajatabla.**
- Desde ahora, el Mercosur pasa a funcionar como bloque dentro de la **Asociación Latinoamericana de Desarrollo e Integración.** Desde luego, esta decisión va a traer cola en la ALADI, donde participan, entre otros, **México, Chile y Venezuela.** La razón es sencilla: **cualquier acuerdo económico de uno de los socios con vecinos latinoamericanos extrabloque tendrá que sujetarse a las reglas que definan los cuatro.**

La resolución tiene un impacto inmediato. Argentina, por ejemplo, emprenderá la próxima semana negociaciones con Chile y los convenios que suscriban ambos países tendrán que ceñirse a este nuevo marco. Las fuentes consultadas aquí en Las Leñas prevén algunas dificultades: **"Seguro que esto nos va a plantear múltiples problemas con los países de ALADI. Y no los vamos a superar al menos hasta dentro de dos años".** Pero los técnicos del Mercosur sueñan a lo grande. Creen que pasado ese período conflictivo el bloque copará la ALADI y se convertirá en un foco de atracción y preferencia para todos los países latinoamericanos. Entonces, dicen, **"pasaremos a ejercer un indiscutible liderazgo regional".**

- El tercer resultado clave de esta cumbre está en el estatuto de las **empresas binacionales**. Se estrenará oficialmente hoy cuando **Collor de Mello** y **Carlos Menem** se comuniquen, mutuamente, que los respectivos parlamentos lo han ratificado; después, este acuerdo se hará extensible a Uruguay y Paraguay. En esencia, **supone que las compañías integradas por capitales de dos países sean consideradas nacionales en los respectivos territorios.** Los argentinos bailan de alegría, porque permitirá a los grupos económicos locales asociarse con sus pares brasileños. A partir de esa alianza, accederán a la categoría de proveedores del Estado brasileño. **Se dice que las compras públicas del Brasil llegan a los 25.000 millones de dólares anuales.**

Los brasileños sostienen que ellos no contarán con las mismas facilidades en la Argentina porque la ley del compre nacional pasó aquí a la historia.

Dentro del cronograma hay una fecha crucial: en diciembre se discutirá —y tendrá que resolverse sin fecha— el arancel externo del Mercosur para productos que vengan de países extrabloque. Esta cuestión es central: **impide que por las fronteras de algunos de los socios se filtren importaciones que puedan perjudicar industrias instaladas en el espacio común.**

La política monetaria y cambiaria es el otro vértice del documento. Los doctores oficiales de la cumbre dijeron que ya está fijada la fecha para la discusión, pero no quisieron informar acerca de qué tipo de medidas se instrumentarán para evitar que los desfases en las paridades cambiarias alteren el comercio entre los cuatro. Es lo que ocurre hoy entre Brasil y Argentina: **con un tipo de cambio desfasado entre ambos países, el flujo de bienes se canaliza en una dirección preferente.** Corolario: **el déficit de la balanza comercial de la Argentina con resp[...] al Brasil llegará este [...] a u$s 1.000 millones.**

Este punto curio[...] mente parece preocu[...] más a los brasileños [...] a los argentinos. [...] fuente diplomática [...] país vecino confiesa [...] temores: "Nosotros c[...] mos que esta situación [...] a generar mucha re[...] tencia al Mercosur en[...] los empresarios argen[...] nos. Y esto es, en defin[...] va, más peligroso para [...] integración que la espi[...] inflacionaria de Brasil[...]

Lo que está en jue[...] aquí, es la confrontac[...] de dos modelos difere[...] tes. El esquema brasile[...] consiste en obtener di[...] sas a partir de un fue[...] superávit comercial ([...] dice que este año las e[...] portaciones brasileñ[...] superarán a sus import[...] ciones en 12.000 millon[...] de dólares). La moda[...] dad argentina, diseña[...] por el ministro Domin[...] Cavallo con el plan [...] convertibilidad, se ba[...] en el superávit fiscal, [...] que equivale a recaud[...] mucho y no gastar. L[...] similitudes, en uno y ot[...] caso, residen en que am[...] bas políticas apuntan [...] pagar la deuda externa[...]

Eleonora Gosm[...]

Un desorden

LAS LEÑAS (Enviada Especial). — En esta segunda cumbre del **Mercosur**, faltó poco para que los periodistas terminaran con los **nervios destrozados**. La nieve, los teléfonos que no funcionaban, la falta de máquinas de escribir y de equipos de fax suficientes para transmitir información, fueron algunas de las dificultades que tuvieron que sortear los **190 acreditados** que llegaron a la villa desde **Brasil, Argentina, Paraguay, Uruguay, España, los Estados Unidos y Gran Bretaña**.

Y hubo más, porque caminar bajo el temporal de nieve desde los hoteles a los centros de reunión se convirtió en un "deporte" peligroso: muchas veces los frecuentes resbalones terminaban en inevitables aterrizajes forzosos.

En el precario centro de prensa montado para la cumbre (en el sótano de la Galería Comercial conocida con el nombre de "La Pirámide") no han cesado las quejas. Los colegas brasileños marcaron la diferencias organizativas con la primera cumbre que se realizó en diciembre en Brasilia. "Entonces, los periodistas argentinos pudieron llamar a Buenos Aires con el sistema de cobro revertido. Aquí, en cambio, esa posibilidad no existe y tenemos que enfrentar un costo de las comunicaciones realmente desmesurado: **cobran 32 dólares los tres minutos**". En materia de precios, la cosa no era muy diferente para los argentinos, que en principio debían abonar 22 dólares los tres minutos. Por suerte ayer a última hora, y por los buenos oficios de la Cancillería argentina, la gerencia de Las Leñas aceptó realizar un descuento del 40 por ciento sobre esos valores.

La nieve que se acumuló en los caminos de acceso a la villa pudo hacer fracasar la cumbre. En medio de un temporal de nieve y con una ruta aérea que no ofrecía las mejores condiciones de seguridad, el miércoles por la noche la gente de ceremonial de la Presidencia de la Nación discutía todavía si era conveniente que el presidente **Carlos Menem** se arriesgara a semejante viaje.

Primó la cordura diplomática: Menem no podía faltar a la cita, ya que además de los otros tres presidentes del Mercosur están presentes Patricio Aylwin, de Chile, y Jaime Paz Zamora, de Bolivia.

Precisiones para despejar dudas sobre el Mercosur



Escribe
Alejandro Mayoral
Subsecretario de Política Económica

En estas semanas ha estado presente, tanto en la prensa como en las discusiones privadas, si el Mercosur funciona, si es factible y si es posible realizarlo en los plazos preestablecidos.

Con frecuencia algunos de los que atacan al Mercosur, tildándolo de utópico dicen algo pero esconden más, y lo que se oculta es que, en verdad, no están contra el Mercosur solamente, sino que se oponen a la apertura en general y a la reconversión de la economía en particular.

Ahora bien, dejando a un lado estas críticas motivadas por intereses particulares y concretos, parece importante despejar las dudas de aquellos que honestamente se preguntan si los cuatro países del Tratado de Asunción están en condiciones de sostener los pactos suscriptos y llevarlos adelante en las fechas establecidas. Como respuesta a tal interrogante, habría que realizar algunas precisiones metodológicas. En efecto, para llegar a un "mercado común", entendido como espacio económico ampliado, hay que recorrer, paso por paso, o simultáneamente, tres etapas: 1) la de la zona de libre comercio, es decir arancel cero entre los cuatro países; 2) la de la unión aduanera, es decir arancel externo común y 3) la del mercado común propiamente dicho, que implica como mínimo, mayor movilidad de los factores y coordinación de metas cuantitativas de algunas variables económicas relevantes.

Podría decirse que la etapa superior, o del mercado común, no tiene límites de coordinación, como bien puede apreciarse en el ejemplo de la Comunidad Económica Europea.

Así como una sociedad puede estar desintegrada o desestructurada y es necesario un largo proceso para la reconstrucción de sus instituciones sociales, políticas y económicas; un mercado común está desestructurado cuando los países sólo tienen relaciones comerciales en un marco de unilateralidad jurídica y económica, y está altamente estructurado cuando hacen uniformes (no ya sólo compatibles) sus políticas en el ámbito de las relaciones exteriores, económicas, justicia, educación, seguridad, etc. Enfocada de este modo, la tarea para la constitución de un mercado común perfecto no se termina hasta tanto las instituciones nacionales se funden en instituciones supranacionales. En otras palabras, el mercado común comienza en un punto pero, como en el caso del universo, según la teoría del "big bang", se expande permanentemente, y a los efectos prácticos, las tareas posibles de coordinación son ilimitadas. Por lo tanto, no debe haber preocupación si en el año '95 el mercado común va a lograr las características de máxima, sino si en ese tiempo tendrá sus características de mínimas. Si es así, se cumplirían las expectativas del Tratado de Asunción.

• Situación actual

La etapa de la zona de libre comercio está cumpliéndose automáticamente; la preferencia arancelaria en el mes de junio alcanzará a 61%, y en el mes de diciembre del '92 a 68%. Si nuestro arancel promedio es de 9%, y por un momento despreciamos las posiciones que hoy están en listas de excepción y las posiciones a las que ya le hemos otorgado arancel cero, el arancel resultante se encontrará en diciembre en 2,9%.

¿Existe mucha diferencia entre 2,9% y 0%? Pareciera que no.

Entonces, ¿de qué hay que preocuparse?. Básicamente de la formación del arancel externo común y de la eliminación de las desventajas competitivas que provienen de regulaciones y subsidios. ¿Por qué? Sencillamente porque hay diferencias entre los países que resultan inmodificables y no hay armonización que las arregle. Como por ejemplo, las que provienen del clima o de las riquezas naturales en lo cual todo se reduce a la tarea de desmontar las trabas que puedan limitar el acceso a ellas por parte de los otros miembros del mercado común.

Las desventajas competitivas que provienen de capacidades gerenciales, de la educación o de desarrollos tecnológicos autóctonos no se modificarán espontáneamente, ni tampoco con la utilización de herramientas de política económica de corto plazo, sino a través de la cooperación, de los emprendimientos conjuntos y de la política educativa.

En este último campo, las políticas de reordenamiento fiscal sirven para aumentar los recursos y reducir gastos irracionales que, de ese modo, podrán ser canalizados para mejorar su eficiencia. Por lo tanto, ésta es un área donde lo económico es puramente instrumental y se abre el ámbito de la educación. Al respecto el Tratado de Asunción, lejos de agregar trabas, posibilita la liberación de energías orientadas al desarrollo tecnológico.

Entonces, lo que sí corresponde preguntarse es qué se está haciendo para lograr los objetivos mínimos anteriormente señalados, y si esto es suficiente y necesario. La mejor respuesta a tal cuestionamiento es relatar cómo se encuentra organizado el sistema y de qué aspectos se ocupa cada parte del mismo.

• Organización

El órgano máximo del Tratado es el Consejo de Ministros, que se encuentra integrado por el canciller y el ministro de Economía de cada país. Este se reúne dos veces por año y ratifica o desaprueba lo actuado por el órgano ejecutivo denominado Grupo Mercado Común que está formado por cuatro miembros titulares y cuatro miembros alternos de los cuatro países. Del Grupo Mercado Común dependen once grupos de trabajo. El reparto de las tareas en los grupos de trabajo es de orden temático:

1) Asuntos comerciales: Instrumentos antidumping, draw-back, zonas francas, admisión temporaria, subsidios, etcétera.

2) Aduanero: valoración aduanera, unificación de trámites, unificación aduanera, migraciones, inspecciones sanitarias en frontera, entre otros.

3) Normas Técnicas: fitosanitarias, pesos y medidas, seguridad, medio ambiente, control de calidad.

4) Asuntos financieros: movimientos financieros, seguros, mercado de capitales.

5) Transporte Marítimo: hidrovía, convenios de transporte, puertos...

6) Transporte Terrestre: desregulación del transporte carretero, unificación de criterios viales.

7) Industrias: estudios sectoriales, acuerdos sectoriales, detección de asimetrías, propuestas de complementación y tecnológicas, entre otros muchos temas más.

8) Acuerdos sectoriales agrícolas: análisis de costos, morfología de las cadenas de producción.

9) Energía: descripción de la estructura del sector y determinación de diferencias de precios y carga impositiva.

10) Macroeconómicos: definiciones sobre arancel externo común, comparación impositiva, estudios cambiarios, análisis de convergencia, información macroeconómica.

11) Asuntos laborales: armonización de convenios sectoriales, leyes que reglamentan los derechos de trabajadores, etcétera.

Asimismo, se realizan reuniones "ad-hoc", como por ejemplo sobre compatibilización del tratamiento de los servicios, propiedad intelectual, ley anti-trust. Se establecen reuniones especializadas o de ministros en temas tales como turismo, justicia, trabajo, educación e innumerables contactos entre agencias gubernamentales.

Todo esto está haciéndose desde marzo de 1991, es decir, hace tan sólo algo más de un año, en que se estableció el Tratado de Asunción.

• Avances

Sin duda alguna, aquí conviene hacer un poco de historia. Las relaciones económicas entre la Argentina y el Brasil han pasado por distintas etapas, desde el antagonismo y la economía cerrada donde sólo se comerciaba lo imprescindible, pasando por los acuerdos en la ALADI y más recientemente, por el sistema de negociación bilateral a través de protocolos sectoriales.

Benévolamente, podría argumentarse que en cada época se negoció como la realidad lo permitía y que ésta no daba para más; pero, lo concreto, es que el comercio no creció en la medida en que podría haberlo hecho si tenemos en cuenta la complementariedad de las economías, la proximidad geográfica, las tasas de crecimiento económico del pasado y los lazos culturales. Todo lo anterior se reducía a comerciar más de aquello que indefectiblemente se hubiera comerciado de no haber vivido en una economía cerrada y con desconfianza política hacia los vecinos. En ese ambiente, poca importancia podría tener la armonización, el tipo de cambio o la convergencia de las políticas. Lo que decidía era en buena medida, la mayor o menor proximidad con el administrador de la política.

Por otra parte, el concepto rector era: "entreguemos sólo parte de nuestros mercados recíprocamente y nada al resto del mundo". En la actualidad, el concepto es diametralmente opuesto y puede resumirse en: "hagamos un espacio económico ampliado y unámosnos para insertarnos competitivamente en las corrientes internacionales de comercio e inversión". En definitiva, así como en política económica queda mucho por hacer, aunque se haya hecho más en casi 3 años que durante las últimas tres décadas; en términos de integración se ha hecho mucho más en los últimos dos años que en los

Las dudas del Mercosur

Viene de pág. 16

treinta anteriores, aunque todavía quede mucho por hacer.

Además de lo dicho hasta aquí, cabe resaltar que a fin de mes, los presidentes respectivos discutirán un cronograma de avance y eliminación de asimetrías, de aquí al 31 de diciembre de 1994 que podrá dinamizar aun más el proceso en marcha. Por otra parte, recién ahora, cuando se están eliminando prácticamente los aranceles, cuando se han reducido notoriamente las trabas paraarancelarias, cuando el comercio ha crecido 55% en dos años, cuando el Brasil es nuestro cliente y somos ya el tercero para ellos y cuando las visiones macroeconómicas son semejantes, recién muchos empiezan a preocuparse por si las tasas de inflación se aproximan o amplían. Sin embargo, aun esta inquietud ya fue contemplada en el Acuerdo de Complementación Económica 14 con el Brasil hace dos años. En aquel entonces era la Argentina quien estaba amenazada por la hiperinflación y no obstante, las autoridades advirtieron dos cosas: 1°) que el cronograma iba a llevarse adelante de cualquier forma y 2°) que la Argentina iba a estabilizarse.

Probablemente, algunos de los que hoy se muestran sorprendidos por la posibilidad de tener un mercado común en el '95 son los mismos que, en aquel entonces, no le asignaron ninguna chance para que la Argentina hiciera las cosas necesarias para estabilizarse ni que estuviera aprobado, como lo está en la actualidad, el marco jurídico de las empresas binacionales o el Tratado de Solución de Controversias.

La obligación del gobierno es llevar adelante este proceso con conocimiento y realismo, eliminando todas aquellas trabas que limitan el desarrollo competitivo de la producción argentina. Pero no puede ni debe desmontarse algo que realmente está funcionando, sólo por favorecer a quienes, por impericia o por desconfianza no empezaron a hacer lo que debían hace ya tiempo.

02-02

La reunión cumbre en Las Leñas



Lacalle, Paz Zamora, Menem, Collor, Aylwin y Rodríguez. Socios plenos y observadores (Foto de Reuter)

El Mercosur contra reloj

Por Javier Vernengo
(Enviado especial de La Nación)

Firmes: los presidentes de los cuatro países miembros acordaron un cronograma de treinta meses para superar las asimetrías que amenazan el mercado común.

LAS LEÑAS, Mendoza. – Los presidentes Fernando Collor, Luis Lacalle, Andrés Rodríguez y Carlos Menem aprobaron ayer el cronograma coordinación macroeconómica, sectorial e institucional que habían acordado los ministros de Economía y de Relaciones Exteriores de la Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay como miembros plenos del Consejo del Mercosur.

La importacia de este calendario reside en que fija un ritmo de avances para alcanzar la constitución de un mercado común a partir del 1° de enero de 1995.

Los documentos firmados traducen confianza en la voluntad política para poder cambiar en dos años y medio aquellas aristas generadoras de asimetrías que hoy restan certidumbre a la constitución de un bloque económico común.

Sin duda, es una apuesta contra reloj si se tiene en cuenta el tiempo de maduración de espacios económicos comunes, como el de la Comunidad Económica Europea.

Elementos nuevos

Por más que las actas de acuerdo labradas en el valle de Las Leñas no tuvieron la espectacularidad de lo imprevisto, sí hubo elementos nuevos.

No puede dejar de resaltarse el pedido formal del presidente de Bolivia, Jaime Paz Zamora, de sumarse como socio pleno al bloque económico.

Obviamente, los miembros fundadores del Mercosur tendrán que negociar con el vecino país el marco de condiciones jurídicas, institucionales y económicas que aseguren que el ingreso de Bolivia no resulte un factor retardatario.

En rueda de prensa, el presidente Menem restó importancia a los desequilibrios comerciales entre los países miembros. El ministro Domingo Cavallo, al igual que el presidente argentino, ratificó que la decisión de apurar la armonización de políticas que diluyan asimetrías hoy evidentes es básicamente política y que depende de los factores que juegan internamente en cada una de las naciones.

Desde el punto de vista económico, la definición de un cronograma ajustado para acordar medidas de conciliación de políticas macroeconómicas fue el punto de mayor peso específico en esta nueva ronda de negociaciones.

Un tema no menor, por otra parte, fue el intercambio de los instrumentos de ratificación del tratado de empresas binacionales argentino-brasileña, de manera que entró en vigor el estatuto de empresas binacionales, tema largamente aguardado por los sectores empresariales de ambos países, ya que constituye un importante instrumento para el movimiento de capitales en la región.

El régimen de empresas binacionales proporciona un tratamiento equivalente al reservado a las empresas de capital nacional en cada país, lo cual posibilitará que caigan –por ejemplo– las limitaciones que existían para que firmas argentinas participen en licitaciones públicas en Brasil.

Ambicioso cronograma

LAS LEÑAS, Mendoza (De un enviado especial). – La aprobación de un cronograma de medidas para armonizar políticas fija plazos estrictos para asuntos variados.

Desde los comerciales, aduaneros, la conciliación de normas técnicas, los relativos a políticas fiscales y monetarias vinculadas con el comercio, hasta los que involucran al transporte terrestre, al marítimo, la política industrial y tecnológica, la agrícola, la energética, la laboral y la siempre cuestión de fondo: coordinación de políticas macroeconómicas.

- En el terreno estrictamente comercial, el cronograma fija que en septiembre próximo tiene que acordarse el texto de un elemento relativo a la defensa contra importaciones que sean objeto de dumping o de subsidios provenientes de países no miembros del Mercosur.

En la transición, tal como adelantó el secretario Juan Schiaretti, regirá un mecanismo para establecer derechos compensatorios ante denuncias a las que les haya dado curso el Grupo de Trabajo Mercado Común.

- Antes de noviembre de este año, los cuatro gobiernos deberían tener hechos los trabajos para la identificación de asimetrías en el terreno aduanero.
- Para la armonización de normas técnicas (Iram, ABNT, INTN y UNIT, por ejemplo), también se estableció un calendario muy puntilloso, mientras que en la transición se acordó por legitimar en el comercio intrazonal la reglamentación de cada uno de los países miembros.
- En junio de 1993 deberán concluirse las negociaciones bilaterales tendientes a la eliminación total de cupos estáticos y dinámicos entre los miembros del Mercosur.
- Para julio de 1994 está previsto el trámite de transposición de los aranceles acordados hacia la nomenclatura común del sistema armonizado.

Sí a la ruta entre Buenos Aires y Porto Alegre

LAS LEÑAS, Mendoza (De un enviado especial). – Los cuatro presidentes reiteraron el interés de sus gobiernos en la construcción, mediante licitación internacional y bajo el sistema de concesión de obra pública, del nexo carretero Buenos Aires-Porto Alegre, a través de los territorios de la Argentina, Brasil y Uruguay, proyecto en el que estaría interesado la empresa Durex.

Los cuatro mandatarios también estuvieron de acuerdo en la necesidad de poner en práctica un mecanismo que permita sistematizar en forma directa, a través de los respectivos medios de difusión, la circulación de los principales acontecimientos y realidades de los Estados partes del Tratado de Asunción.

Tras la última reunión de los cuatro presidentes, Menem y su colega uruguayo, Luis Lacalle se volvieron a reunir a puertas cerradas junto con sus respectivos ministros de Economía.

En ese orden, las especulaciones de algunos funcionarios fueron que se conversó sobre un tema conflictivo en la relación de ambos países, como es el vinculado con el tratamiento impositivo de los bienes argentinos en territorio uruguayo y la mecánica de monitoreo de los mismos.

Otro tema del encuentro: algunos reclamos por la actividad de empresas argentinas en Zona Alfa y un análisis sobre la marcha del Convenio Argentino-Uruguayo de Cooperación Económica (Cauce).

Posteriormente, el presidente argentino volvió a las pistas de esquí del valle de Las Leñas, para tomar su segunda clase, seguramente con la esperanza de que la elección a intendente en Estación Perico (Jujuy) no le sea esquiva al justicialismo, tal como prevén las encuestas en la elección de senador por la Capital Federal.

9208924

FINALIZÓ ASAMBLEA DE ALIDE EN MADRID.

15023

6/6/92

ALIDE.- 12685

ESPAÑA - 507513.

Cersósimo presidió las deliberaciones del Comité de Financiamiento

Finalizó asamblea de Alide en Madrid

El presidente del Banco Hipotecario del Uruguay, Pedro W. Cersósimo, fue escogido para hablar ante los 300 representantes de instituciones financieras y de cooperación económica, reunidos en la Asamblea de la Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras de Desarrollo (Alide), que ayer clausuró su XXII Reunión en Madrid, España.

Asimismo, presidió la reunión especial del Comité Técnico de Alide para la Vivienda, cuyo próximo encuentro tendrá lugar en Santo Domingo, República Dominicana, en el mes de noviembre.

Cersósimo informó desde España que la Asamblea de Alide resolvió, a propuesta suya, realizar su próxima reunión en Montevideo, el año entrante.

En este encuentro celebrado en Madrid, estuvieron presentes 300 delegados, así como organismos internacionales, observadores e invitados especiales. De los participantes en la reunión, 144 pertenecían a instituciones de países de América Latina y el Caribe, 148 a entidades de Europa y países no regionales, y 38 a organismos internacionales, lo que habla a las claras del interés que ha despertado en el mundo entero esta reunión.

El tema central de este encuentro fue "La financiación del desarrollo latinoamericano y las transformaciones de la economía [illegible]", subdividiéndose en varias áreas.

COMITE PARA LA VIVIENDA

La reunión de este Comité, realizada en el Palacio del Marqués de Salamanca, sede del Banco Hipotecario de España, fue instalada por el escribano Cersósimo el jueves 4. En primer lugar, Cersósimo se refirió al primer centenario de la institución que preside, su evolución y a la situación de la banca hipotecaria y de vivienda de los países de América Latina.

01 - 01

9208924

Nueva tarea "verde" para la ONU; combatir la muerte de la tierra

SAN PABLO (ANSA).- La ONU se tiñe de verde. El fin de la bipolarización mundial entre los países del Este y del Oeste, el parate de la escalada armamentista que había hecho derrochar cuantiosas recursos a nuestro planeta, no dejan ya coartada alguna a quienes pueden y deben salvar el mundo de un holocausto ambiental preanunciado desde hace años.

Por primera vez, todos los pueblos del mundo podrán aliarse para una guerra común y combatir juntos contra la muerte de la tierra y de sus seres vivientes.

La ONU ofrece ya su Palacio de Vidrio como cuartel general para esta nueva pacífica alianza por la vida.

El rol de la ONU fue siempre discutido y criticado por su fundación, hace 47 años. El no haber llegado a evitar la Guerra del Golfo, hace un año, y el ocaso y caída del imperio comunista y de la Guerra Fría, concurren ahora para poder considerar ya madura un "reciclaje" de las misiones y de las actividades del máximo parlamento planetario.

La Conferencia Mundial sobre el Ambiente, que la ONU en Río de Janeiro para junio, podría consagrar este "cambio de tareas" transformando las sedes de la organización, de Nueva York, Ginebra y Nairobi, en la fábrica de las decisiones internacionales que deberán guiar la humanidad fuera de la emergencia ambiental.

"El abuso del ambiente natural es tan destructivo como una guerra nuclear, con la diferencia de que es mucho más difícil prevenirlo". En estos términos de Mustafá Kamal Tolba, director de la UNEP (PNUMA en castellano), el Ente de la ONU para el Ambiente, está el espíritu de esta revolución verde en el seno de la ONU y el desafío de las nuevas grandes responsabilidades que el organismo está asumiendo.

Nuevas hasta cierto punto, igualmente, desde el momento en que desde 1972 las Naciones Unidas asumieron un rol de primer plano en las cuestiones ambientales.

Desde la conferencia ambiental sostenida aquel año de Estocolmo, comenzó oficialmente la misión de la ONU por la salvaguarda de los recursos naturales. La Declaración de Estocolmo sobre el Ambiente del Hombre inspiró decenas de otras tomas de posición sucesivas, desde el documento "Frente al futuro" que publicó en 1979 la OCDE (Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico), al informe "Norte-Sur" firmado por Willy Brandt en 1980, sin excluir el dossier "Nuestro futuro común", elaborado en 1987 para la ONU por la Comisión Brundtland, presidida por el homónimo premier de Noruega. Son estos los principales balances a partir de los que la ONU deberá ahora fijar su dirección de trabajo.

El derecho internacional deberá acompañarla, pero esta vez no "a la zaga de una guerra", como siempre ocurrió en el pasado.

"Con el fin de la Guerra Fría y la reducción de los gastos en armas, deberemos disponer de fondos para hacer la paz con la naturaleza y con nosotros mismos, seres humanos".

Es el punto que marca Tolba quien, junto con el secretario general de la UNCED (Conferencia de las Naciones Unidas para el Ambiente y el Desarrollo), Maurice Strong, lleva el timón ecológico de la ONU.

"Existe todavía cierta confusión en el seno de la organización. Las competencias del UNES (secretaría del Ambiente) y del UNEP (la oficina para los programas con sede en Nairobi) están todavía poco claras y pueden superponerse.

Queda el hecho, en todo caso, de que la ONU ya avanzó irreversiblemente sobre problemas como el agujero de ozono, el efecto invernadero, la desertificación, de la contaminación de la atmósfera y de los mares, la miseria, esa que Tolba gusta definir como "el problema ambiental más grave del Tercer Mundo".

Un programa quinquenal (1990-1995) de la complicada sigla (SWMTEP, System-Wide Medium Term Environment Programme) ya compromete a al ONU en centenares de iniciativas junto con organizaciones no gubernamentales (ONG) para el ambiente.

Tal colaboración con las ONG es el aspecto más prometedor del nuevo curso de la ONU, a la búsqueda de una "practicidad" que le faltó a menudo en el pasado.

En Río el "global forum" de las organizaciones independientes trabajará codo a codo con la gran Cumbre de la Tierra. ■

FICHAR - SACAR DATOS

LA MAÑANA 19/2/92

01 - 01

9208926

ONU: LA ESTABILIDAD TODAVIA ES FRAGIL EN AMERICA LATINA

CLARIN (150024)

28/6/92

ONU 501889

AMERICA LATINA - 11677

INFORME DE LAS NACIONES UNIDAS

Clarín 28/6/92

"La estabilidad todavía es frágil en América latina"

"La estabilidad todavía es frágil y continúa imponiendo sacrificios a todos los países de América", afirman las **Naciones Unidas** en un informe elaborado por el **Departamento de Desarrollo Económico y Social**. Y señala como una de las principales causas **al peso de la deuda externa** y **la escasez de créditos**.

Informe del DDES

En su último informe el DDES puntualiza que la ortodoxia económica que se implementa lleva a **que se descuide el papel y la responsabilidad del Estado en el desarrollo**. Señala, además, lo siguiente:

- Los países de América latina y el Caribe experimentaron un crecimiento **del 2,6 por ciento en 1991** y pronostica tasas del **3 y 4 por ciento para el '92 y '93**.
- El aumento del producto bruto interno de la región en ese año quebró la racha de bajas que se observaban desde 1987.
- El valor del producto bruto por cabeza equivale hoy al de 15 años atrás.
- La estabilidad y la eliminación de los desequilibrios fiscales mejoraron, en general, el proceso de crecimiento y el comportamiento de los factores macroeconómicos en casi todos los países.
- La fragilidad del ajuste se manifiesta en la exposición externa de la región y **en la aceptación social de estrategias que siguen comportando sacrificios para la mayoría de la población**.
- **El alto costo social del ajuste se realiza a través de la reducción de los salarios reales y la postergación de gastos públicos de carácter esencial.**

Entre los datos positivos, el informe de las Naciones Unidas puntualiza el mejoramiento de las condiciones financieras.

Dice que por primera vez desde 1981, la región tuvo una corriente positiva de recursos como resultado de aumentos de afluencia de inversiones directas y de los flujos financieros de corto plazo, combinados con una disminución de los pagos por ganancias e intereses.

DOC POCO LEGIBLE

9208926

01 - 01

CASOS



Una escena de "Black Rain" (Lluvia Negra), el filme que desnudó los resortes de la Yacuza.

RITOS DE LA TEMIBLE MAFIA JAPONESA QUE CONVIVE CON LA ORGANIZACION CAPITALISTA MAS EFICIENTE DEL MUNDO.

YAKUZA

Los gangsters nipones juegan con la ultraderecha y realizan sus negocios como si fueran respetables ciudadanos del Sol Naciente. Cómo piensan, cuánto ganan, cómo actúan, cuáles son las verdaderas raíces del fenómeno.

Según la versión oficial, Japón es un país en el que los ladrones estarían poco menos que desempleados, sus calles angostas de los suburbios no representarían *peligro alguno* —aún en las horas más avanzadas de la noche—, y antes de cobrar una coima cualquier funcionario público se cortaría de un hachazo feroz su mano en el instante.

Pero las versiones oficiales pertenecen al género del mito o la leyenda, más que a la descripción de la realidad. Si bien es cierto que comparado con los países occidentales Japón tiene una de la tasas de crímenes violentos más bajos, no habría que dejar de advertir que los delitos se cometen como en cualquier país del Primer Mundo. Pero, y allí reside la diferencia, con el típico sabor japonés: organizadamente. Oriente tiene esas cosas.

Los extraños gangsters japoneses son designados con el término genérico **Yakuza**, que es a la vez una de las organizaciones criminales más antiguas del Japón y del mundo. Contemporánea a la camorra napolitana, pero más antigua que la mafia siciliana, la **Yakuza** trabaja en forma paralela a la ley. En la medida en que las actividades ilegales de estos sindicatos del crimen no desafíen abiertamente el orden público, y no lleguen a poner en peligro la vida de los ciudadanos, la **Yakuza** podrá funcionar con total y absoluta tranquilidad.

Japón es una sociedad altamente jerarquizada y cohesionada, en donde el individuo aislado significa menos que un huérfano. En ese mundo, estar al margen de un grupo de pertenencia es casi un suicidio.

Pero pertenecer a la **Yakuza** muchas veces es un remedio que espantaría hasta a la misma enfermedad. En caso de errores, arrepentimientos o disculpas, no cabe otra pena que el seccionamiento de los dedos.

Esta verdadera mafia japo-

nesa controla los juegos clandestinos, la prostitución, el mercado de la droga, la venta de armas, los negocios extorsivos, el cobro de deudas, así cómo también ciertos sindicatos —en especial el de los jornaleros y estibadores—.

ASOCIACIONES DE AMIGOS — Pero no todos sus negocios están al margen de la ley. También están a la cabeza de un considerable número de asuntos perfectamente legales. A decir verdad, todos sus negocios parecen, a simple vista, estar ubicados dentro del margen de la ley, ya que sus sedes están a la vista de todos con grandes carteles que anuncian el nombre de la banda. Por lo general, se trata de simples "Asociaciones de Amigos de..." (*shimboku dantai*), pero todos saben qué se esconde detrás de ese nombre.

Los grandes jefes de estas asociaciones mafiosas son popularmente conocidos, y hasta gozan de cierta notoriedad.

"*Si la élite dominante sigue incrementando sus abultados ingresos, asesinaré al Primer Ministro*", amenazó por la principal cadena televisiva nipona uno de estos capomafia en 1988. El poder central, en vez de encarcelar a este tipo de personajes, los acepta como extrañas figuras que conforman una especie de cambalache estrechamente conectados a ellos a través de un peligroso sistema de vasos comunicantes.

Otro sector gubernamental opina que habría que investigar a fondo sus relaciones con el poder. Pero a la hora de iniciar la tarea, mira hacia el costado y termina considerando a los **Yakuza** como una especie de parias necesarios.

La gente, por el contrario, los considera héroes. Creen ver en ellos la versión moderna de los samurai. Idolatran, en definitiva, sus valores tradicionales y ultranacionalistas en estos simpáticos pero para nada inofensivos gangsters.

Por muchos años, se los ha convertido en defensores del pueblo, de los pobres y los oprimidos. Existe, de hecho, una larga tradición fílmica en donde se cuentan las hazañas de los "*bandidos del honor*".



Si bien pocas de esas películas han trascendido los límites del Japón, existe en el país del Pacífico un subgénero muy popular en el que se los muestra como seres trágicamente predestinados a la perdición. Los personajes de estas verdaderas historias del Lejano Oriente, son todos defensores solitarios de la tradición y el hombre común, en contra de las modernas fuerzas del pragmatismo sin raíces, personificado por el "*empresario intrigante*" y el "*político corrupto*". Ocasionalmente, estos dos últimos personajes están asociados con el gran destructor de la vieja armonía japonesa: Estados Unidos.

Los *filmes yakuza* insisten en un dorado anhelo japonés, el *akogare*, una suerte de paraíso pasado que, en verdad, nunca existió. La mayoría de aquellos que sueñan con un regreso a ese estado glorioso, evidentemente, no lo hacen a través de la idealización del samurai. Sus fantasías giran en torno de los campesinos que precisamente los samurais mutilaban sólo para probar el filo de sus espadas. Una práctica sangrienta denominada *tsuji giri*.

ULTRADERECHISTAS — Con la llegada de la industrialización a tierras niponas, a fines del siglo pasado, los **yakuza** vivieron su momento político más importante. Conectados directamente con sectores militaristas, los mafiosos nipones compartieron con el poder un furioso y sangriento anticomunismo.

Se convirtieron en los principales movilizadores de piquetes antihuelga, persiguieron desde las sombras a los militantes socialistas y hasta llegaron a participar en las operaciones del ejército japonés en China.

Actualmente, la suborganización **Yakuza** más importante es la *Yamaguchi-gumi*, cuya sede está en *Kobe*. Se extiende a través de toda la isla y cuenta con casi diez mil miembros; pero ha perdido buena parte de su fuerza luego de la muerte de su jefe Taoka Kazuo, en 1981.

Para quienes aún consideren que los japoneses de mafia saben poco y nada, sólo resta que consideren las cifras que manejan anualmente. Según afirmaciones de la propia policía japonesa, tomadas en conjunto, todas estas organizaciones místico-delictivas, movieron alrededor de 15 mil millones de dólares. Ⓢ

Tomás Varnagy

Fotos: Archivo Editorial Atlántida

SALVAR EL HONOR

Los japoneses, temerosos de la pérdida del honor y el buen nombre, vieron nacer en su propia patria una de las peores formas delictivas: **la extorsión.**

Las amantes abandonadas exigen, de acuerdo a la tradición, lo que se denomina **isha ryo** "*dinero de consuelo*", una suerte de indemnización por cese de servicios. Caso contrario, el buen señor deberá continuar con la relación o soportar escándalos que no lo dejarían bien parado.

Pero los más atrevidos, feroces y molestos son los **sokaiya** —literalmente: *los profesionales de las asambleas de accionistas*—. Se trata de sujetos amparados por la Yakuza que se dedican a la compra sistemática de un reducido número de acciones de ciertas compañías. Con esto, lo más que pueden hacer es asistir a las reuniones de accionistas; por lo general sin derecho a voto. Pero no les impedirá pedir sumas abultadas para mantenerse en silencio. Caso contrario, llaman a la prensa y desparraman una larga serie de supuestos "*secretos*" de la compañía. O, en los casos más extremos, dedican su asistencia a la reunión a pedir constantemente la palabra, o a realizar mociones de cualquier tipo.

En todos los casos de extorsión, lo que ponen juego los delincuentes es la reputación de los personajes a extorsionar, algo muy importante en la sociedad japonesa. **Al finalizar la Segunda Guerra Mundial, la policía enumeró cerca de 6800 sokaiya profesionales.** Después de 1981, una revisión del Código Comercial japones intentó legislar este tipo de delito; pero aún se está muy lejos de evitarlo totalmente.

62-62

FECHA 15/10/92 [illegible]CIAL [illegible]

Procesado a Sistema [illegible]

[illegible]RVACIONES

MONTEVIDEO
[illegible]/SET/992.-

PARTE_ESPECIAL_DE_INFORMACION_NRO.227/EMP/992.

I . EVALUACION: B - 3.-

II . ORIGEN: Informacion existente en este Estado Mayor Personal.

III . T_E_X_T_O:

SE ADJUNTA 1 (UNA) HOJA.-

IV . ACCION_TOMADA: Confección del presente PARTE.

V . DISTRIBUCION:
ORIGINAL............DPTO.II/EME
1 COPIA..............D.G.I.D.
1 COPIA..............C.N.I.I.
1 COPIA..............ARCHIVO

DIVISION DE EJERCITO I – 2do. Cte. – República O. del Uruguay

Comandante de la D.E.I. y por su orden.

[illegible] CIA.D.E.I.

Tte.Cnel.

[illegible] CASTIGLIONI.-

LC/rs

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 25 SET. 1992
Pase a [illegible]
Nro. de Orden 9208928

001/005

25/09/92
SOI
9208928

1/5

Montevideo, 24 de setiembre de 1992.

Se ha tomado conocimiento de la siguiente información sobre la actual ocupación de la Facultad de Ciencias, pudiéndose establecer:

- que todos los días viernes se realizan asambleas ordinarias del estudiantado a la hora 20:00.

- que el pasado viernes 18-SET se aprobó por unanimidad de los asistentes la no aceptación al pago de matrícula pero no se llegó a un acuerdo de la ocupación del centro de estudios.

- que el 22-SET-92 sorpresivamente se llamó a una asamblea de carácter "grave y urgente" para decidir la ocupación.
  La ocupación fue decidida por una votación de 137 votos por la afirmativa y 2 por la negativa. Durante la asamblea se colocó una guardia estudiantil a la salida del local tratando de impedir que los estudiantes se fueran y de esta forma tener máxima concurrencia.

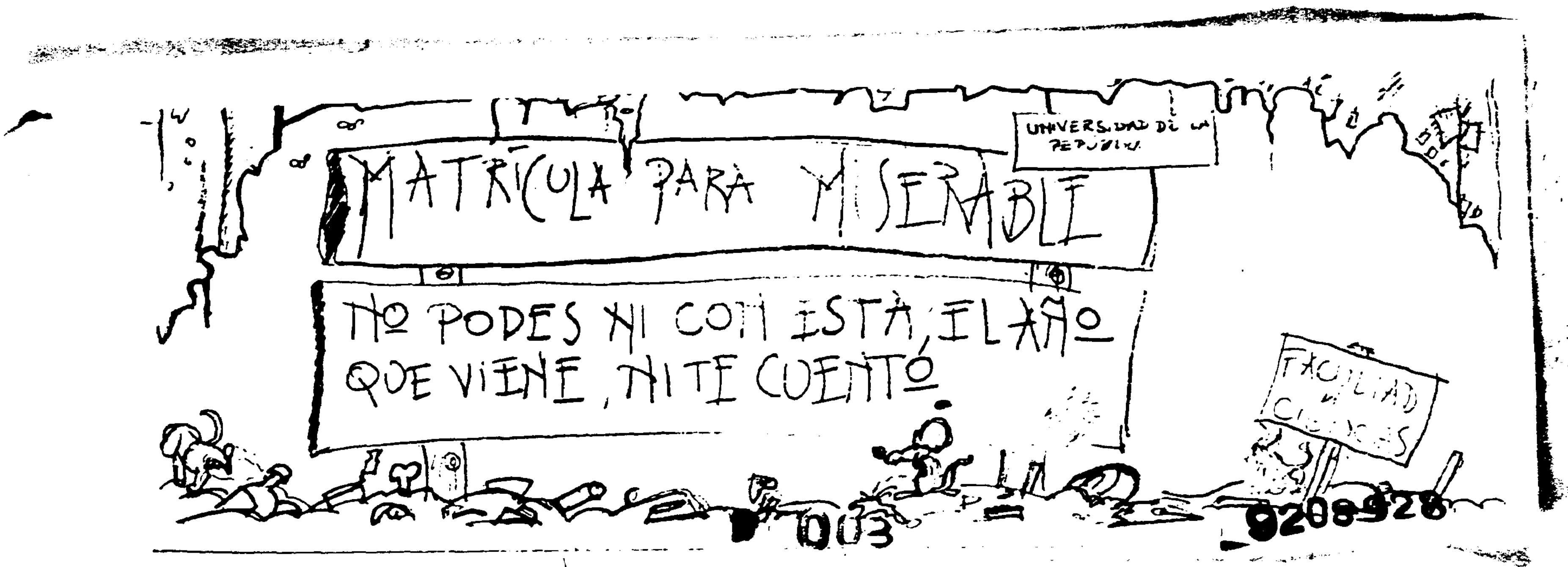
- dicha ocupación cuenta hoy con aproximadamente 30 estudiantes los que están abocados a la confección de material de propaganda.

- la misma finaliza el 25-SET-92 con una marcha por la vía pública, previa concentración en la explanada de la Universidad.

- se logra identificar como uno de los principales impulsores de estas medidas a un estudiante de Ciencias y delegado de la F.E.U.U. de nombre:
  - **Pablo FERRER**

- pasada esta ocupación se ha instrumentado como paso futuro realizar una asamblea general con delegados de las demás facultades para planificar una ocupación simultánea con las mismas banderas de lucha.

- se adjunta material de propaganda que está siendo repartido en la mencionada ocupación.


MATRÍCULA PARA MISERABLE
UNIVERSIDAD DE LA
NO PODES NI CON ESTA, EL AÑO QUE VIENE, NI TE CUENTO
FACULTAD

NOS QUIEREN COBRAR

MATRICULA

SUS ARGUMENTOS SON LINDOS. NOS DICEN: "QUE PAGUEN LOS RICOS PARA QUE ESTUDIEN LOS POBRES". ¡OH CASUALIDAD! SON LOS MISMOS QUE NO VOTAN EL IMPUESTO A LA RENTA Y COSAS SIMILARES QUE HAGAN JUSTICIA.

¡ESTAMOS TODOS LOCOS!

SABES QUE NOS PRESIONAN CON QUITARNOS NUESTROS LOGROS DEL ´90 (LOCO U$S 5.000.000 U$S) CON ESTO

No estamos ni ahí! ¿Y vos?

F . E . U . U

004 9208928

si no matamos LA MATRICULA ¡ella nos mata!

MARCHAMOS SOBRE ELLA A LAS 18 HORAS
EXPLANADA DE LA UNIVERSIDAD
VIERNES 25 DE SETIEMBRE

FECHA 9 6 92

D. E. I.
E.M.P.2DO.CTE.
MONTEVIDEO
240900/SET/992.-
TA - 18

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION NRO.226/EMP/992.

I . EVALUACION: B - 2.-

II . RESPONDE A: Informacion existente en este Estado Mayor Personal.

III . T E X T O:

SE ADJUNTA 1 (UNA) HOJA.-

IV . ACCION TOMADA: Confección del presente PARTE.

V . DISTRIBUCION:

ORIGINAL..........DPTO.II/EME
1 COPIA.............D.G.I.D.
1 COPIA.............D.N.I.I.
1 COPIA.............ARCHIVO

Por el 2do. Comandante de la D.E.I. y por su orden.

El J.E.M.P.2DO.CTE.D.E.I.

Tte.Cnel.

ELMAR CASTIGLIONI.-

LC/rs

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
25 SET. 1992
Nro. de Orden 9208929

001-002

25/09/92
SDI
9208929

Montevideo, 24 de Setiembre de 1992.

Se tomó conocimiento a través de una fuente confidencial de la movilización realizada en la Facultad de Ingeniería:

- El 18-SET-992 se convocó por medio de una cartelera a una Asamblea de estudiantes a realizarse en el 23-SET-92, en la que se trataron los temas:
    - MATRICULA ESTUDIANTIL
    - PRESUPUESTO UNIVERSITARIO

- Los resultados de la misma son los siguientes:
    - Se presentaron 7 delegados del Centro de Estudiantes de Ciencias los que trasmitieron a esta Asamblea las decisiones tomadas en esa Facultad en respuesta a la posición tomada por el Poder Ejecutivo con respecto a la Universidad.
    - El objetivo de estos delegados fue, además, pedir la adhesion de la Facultad de Ingeniería a las movilizaciones llevadas a cabo por ellos en su centro de estudios que, como se recordará, se encuentra ocupada desde el 22-SET-92 por unos 30 estudiantes.
    - Asimismo exhortaron a los estudiantes de Ingeniería a participar en la concentración que se llevará a cabo el viernes 25-SET-92, Hs.18:00 en la explanada de la Universidad.
    - Destacaron la importancia de que se pudiera ocupar la facultad de Ingeniería lo antes posible.

- La Asamblea de Estudiantes de Fac. de Ingeniería decidió

1ro.- Rechazar el hecho de relacionar el cobro de matrícula con el presupuesto universitario, es decir exigir que el P.Ejecutivo asigne a la Universidad 12 millones de dólares como minimo y no aceptar la postura del P.E. que sostiene que la mitad de esa suma sea financiada con la matrícula estudiantil.

2do.- Realizar un paro el viernes 25-SET-92, H. 17:00 para acompañar la concentración y marcha que impulsan los estudiantes de la Fac.de Ciencias para la hora 18:00 de ese día.

3ro.- Convocar a otra Asamblea de Estudiantes de Ingeniería donde se decidirá si se procede a la ocupacion de la Fac.Ingeniería o no.

- Cabe destacar que la Asamblea que se informa contó con la presencia de unos 130 estudiantes aproximadamente y, entre ellos, todos los integrantes de C.E.I. (Centro de Estudiantes de Ingeniería).
Entre los estudiantes del C.E.I. con mayor actividad y participacion en esta Asamblea se destacaron:

- [illegible]bio MONZON
- En[illegible]ique KARTZESI
- [illegible]ardo AGRESTI
- Gonzalo PONCE DE [illegible]
- Eduardo YEMURENKO (existen [illegible] respecto al nombre -Puede no ser Eduardo).

<- se trata de Federico (BS)

Los estudiantes de Fac. de Ciencias no fueron identificados.

002-002 9208929

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (INT)
181730 - SET - 1992

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.035/BE/992.

I.- EVALUACION: B - 2

II.- RESPONDE A : Informacion existente en este Departamento.

III.- T E X T O : Se adjunta

IV.- ACCION TOMADA: Confección del presente PARTE

V.- DISTRIBUCION :

ORIGINAL D.G.I.D.

COPIA ARCHIVO

POR EL JEFE DEL DPTO.II (INT) DEL E.M.E.

EL SUB-JEFE

CORONEL

EDUARDO CAUSSI.

MC/gr.

25/9/92
SDI
9208930

Montevideo, 18 de setiembre de 19[illegible].-

*** ORGANIZACIONES DEDICADAS A LA ECOLOGIA EN EL URUGUAY ***

01.- AMIGOS DE LA PRESERVACION AMBIENTAL (APA)...(UNESCO).

Dpto.: Poseen grupos en Salinas y Salto.
Sede : Somme 1612. tel. 783446.
Pdte.: Aurora CAL DE SOMMA.
Observación: En ésta sede funciona la Fundación Friedrich Naumann (Demócrata Liberal): ver "CAPLA".

02.- ASOCIACION DE SORIANO PARA LA DEFENSA DE LOS RECURSOS NATURALES (ASDRN).

Dpto.: Soriano.
Sede : Rivas 687 (Mercedes). tel. 0532 3360.
Pdte.: Horacio CHIFFLET.
Afinidad: PDC.

03.- ASOCIACION URUGUAYA DE DERECHO AMBIENTAL (AUDA).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Echevarriarza 3336. tel. 721024.
Pdte.: Mateo MAGARIÑOS DE MELLO.

04.- BRIGADA ECOLOGICA CUAREIM.

Dpto.: Artigas.
Pdta.: María Josefa FERREIRA OLIVERA.
Afinidad: P.S.

05.- CENTRO DE INVESTIGACION Y PROMOCION FRANCISCANO Y ECOLOGICO (CIPFE).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Canelones 1164. tel. 907846.
Dtor.: Jorge FEIXOTO.
Afinidad: Teología de la Liberación.

06.- CENTRO DE PARTICIPACION POPULAR (CPP).

15/3/93 (RSJ)

Dpto.: Montevideo.
Sede : Soriano 819, Apto.403, tel. 901340.
Dtor.: Cristian MIRZA.
Afinidad: Izq..

07.- CENTRO ECOLOGICO NATURALEZA (CEN).

15/3/93 (RSJ)

Dpto.: Rio Negro (Fray Bentos).
Sede : 25 de Mayo 3224.
Responsable: Darwin DAY CONTRERAS.

08.- CENTRO EXPERIMENTAL DE APRENDIZAJE PERMANENTE (CEAP).

15/3/93 (RSJ)

Dpto.: Montevideo.
Sede : Galicia 1231, tel. 982354.
Dtra.: Liria BONINO.
Afinidad: Posible Izq..

09.- CONSEJO NACIONAL DE MUJERES DEL URUGUAY (CO.NA.MU.).

15/3/93 (RSJ)

Dpto.: Montevideo.
Sede : Solana Antuña 2749, Piso 2 of. 202, tels. 702975 - 913811.
Pdta.: Silvia TRON.

10.- GRUPO DE ESTUDIOS Y RECONOCIMIENTO GEOGRAFICO DEL URUGUAY (GERGU).

19/3/93 (RSJ)

Dpto.: Montevideo.
Sede : Buenos Aires 652 (Museo Nacional de Historia Nacional), tel. 951162.
Pdte.: Margot CARDOZO. 5/4 147607-5

11.- GRUPO ECOLOGICO "SAN GABRIEL".

Dpto.: Colonia.
Miembro: Luis Alberto CARRO D'ERICO.
Afinidad: MLN - PCU.

12.- IMAGENES. CENTRO DE MEDIOS AUDIOVISUALES.

Dpto.: Montevideo.
Sede : Santiago de Chile 1304. piso 1. of. 102. tel. 916273.
Pdte.: Walter TOURNIER.
Srio.: Mario JACOB.
Afinidad: Izq..

13.- INSTITUTO DE FORMACION E INVESTIGACION SINDICAL (IFIS).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Colonia 1378, piso 1. of. 5, tel. 921979.
Srio.: Osvaldo MELLESI.

14.- SOCIEDAD DE CONSERVACION DEL MEDIO AMBIENTE.

Dpto.: Montevideo.
Sede : Cerro Largo 1895. tel. 486174.
Pdte.: Gustavo MANGENEY.
Afinidad: PCU.

15.- CENTRO DE INNOVACION Y DESARROLLO (CID).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Minas 1483, piso 1, tel. 483088.
Pdte.: Antonio VIÑA.
Enc. de Proyecto Ecológico: Asist.Social. Raquel RODRIGUEZ.
Observación: Financiado por Canadá a través del CIID.
Ver CENTRO DE PLANIFICACION TURISTICA (CEPLATUR).

16.- FACULTAD DE ARQUITECTURA.

Dpto.: Montevideo.
Sede : Facultad de Arquitectura (Instituto de Diseño, Instituto de Teoría de la Arquitectura y Urbanismo.

17.- FUNDACION URUGUAYA PARA EL FOMENTO DE LA CULTURA, LA CIENCIA Y LA TECNOLOGIA.

Dtor.: Ing. Daniel FERNANDEZ STRAUCH.

18.- INSTITUTO DEL HOMBRE.

Dpto.: Montevideo.
Sede : Canelones 1204.
Dtor.: Ricardo CETRULLO.
Afinidad: Izq..

19.- PARTIDO VERDE. ESCUELA NACIONAL DE ECOLOGICA APLICADA (ENEA).

Dpto.: Montevideo.
Sede : 18 de Julio 1235.
Dtor.: Rodolfo TALICE.
Afinidad: P.Verde.

20.- GRUPO DE DEFENSA DEL MEDIO AMBIENTE DE VALDENSE (DEMAVAL).

Dpto.: Colonia.
Dtor.: Alberto ARMAND UGON.

21.- GRUPO AMBIENTALISTA DE TARARIRAS. 513434

22.- TRAFFIC-SUDAMERICA (TRADE RECORDS ANALYSIS OF FLORA AND FAUNA IN COMMERCE).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Carlos Roxlo 1496, piso 3, apto.301 (tel. 493364.
Dtor.: Juan S. VILLALBA.

23.- MOVIMIENTO POR LA VIDA Y POR LA PAZ.

24.- CRUZ VERDE.

Dpto.: Montevideo.
Sede : Rbla. O'Higgins 5181, apto.201.

25.- ASOCIACION DEFENSORES DE ANIMALES.

Pdta.: Esc. Olga BALDOMIR.

26.- BRIGADAS ECO-SOS:

- ECO-SOS Móvil de la EUEA.
- ECO-SOS Salinas.
- ECO-SOS Chuy.

27.- RED DE ECOLOGIA SOCIAL LOS AMIGOS DE LA TIERRA.
- CASA ENCUENTRO DE LA COMUNIDAD DEL SUR.

Dpto.: Montevideo.
Sede : Millan 4115.
Observación: Poseen Granja Ecológica en Camino Sietecerros 1024.
Afinidad: Anarquistas - MLN-T.
Publicación: "Los Amigos de la Tierra". 150544

28.- GRUPO CERRO LARGO PRO-CONDICIONES DE VIDA.

29.- ASOCIACION GRUPO BOSQUE.

Pdte.: Enrique VESCOVI.

30.- GRUPO ECOLOGICO ORIENTAL.

Dpto.: Paysandú.
Sede : Luis Batlle Berres 854.
Dirigente: Ana Gloria PINNA DE PRUSSO.
Afinidad: Izq..

31.- PARTIDO DEL SOL.

Dpto.: Montevideo.
Pdte.: Homero MIERES.

32.- COMISION PRO-DEFENSA DEL MEDIO AMBIENTE.

Dpto.: Montevideo (Sayago).
Dirigente: Ramon CABRERA (PCU).

33.- CASA PUEBLO.

Dpto.: Montevideo.
Sede : Cno.Carrasco 186.
Dpto.: Colonia.
Sede : Ex Hogar Estudiantil.
Afinidad: Izq..
Pdta.: Liliana Beatriz CHEVALIER UJUCA DE COGO.
Afinidad: PS..

34.- TALLER DE ESTUDIOS AMBIENTALES.

Dpto.: Tacuarembó.
Sede : Paso de los Toros.
Dtor.: Haroldo IRAZOQUI.
Afinidad: MLN-T.

35.- GRUPO ETO-ECOLOGICO DURAZNO (GEED). "MADRES EN CONTRA DE LA ENERGIA NUCLEAR".

Dpto.: Durazno.
Sede : Avda.José Batlle y Ordoñez 744, tel.0362 2033.
Dirigentes: José ASSIZ y Elias ASSIZ.
Afinidad: PCU - MLN-T.

36.- PATOTA ECOLOGICA (CREADA POR EL CIPFE).

Dpto.: San José.
Sede : Centro Vecinal Playa Pascual, parada 3.
Pdte.: Eduardo AMEJEIDA.

37.- GRUPO ETO-ECOLOGICO OLIMAREÑO.

Dpto.: Treinta y Tres.
Pdte.: Luis A. MILLER.
Afinidad: P.Nal. - MDR.

38.- CENTRO DE ESTUDIOS URUGUAYO DE TECNOLOGIAS APROPIADAS (CEUTA. GRUPO FEDERADO AL CIPFE).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Santiago de Chile 1160. tel. 914004.
Coordinador General: José M. GARCIA.
Afinidad: MLN-T.

39.- GUYUNUSA.

Dpto.: Montevideo.
Sedes: Almirón 5081, tel. 535307.
Convención 1268. tel. 900548.
Afinidad: Izq..

40.- FUNDPAS (Fundación para la Conservación del Medio Natural y el Desarrollo. Paso del Terrible).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Juncal 1431. Of. 201-202, tel. 959678.
Pdte.: Adolfo GELSI BIDART.
Afinidad: P.Nal..

41.- INSTITUTO DEL TERCER MUNDO.

Dpto.: Montevideo.
Sede : Juan D. Jackson. 1136.
Director: Roberto BISSIO.
Afinidad: Izq..
Observación: Funciona la Agencia de Información Sobre Desarrollo y Medio Ambiente (NGONET). Coordinador Miguel FEIRANO.

42.- AGRUPACIONES URUGUAYAS POR UN AMBIENTE SANO (AGUAS).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Juan D. Jackson 1136 (Instituto del Tercer Mundo).
Responsables: Ricardo KRAMER y Pedro DE SALTERAIN.
Observación: Se adjunta anexo.

9208930

38.- CENTRO DE ESTUDIOS URUGUAYOS DE TECNOLOGIAS APROPIADAS (CEUTA. GRUPO FEDERADO AL CIIPE).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Santiago de Chile 1188, tel. 914004.
Coordinador General: José M. GARCIA.
Afinidad: MLN-T.

39.- GUYUNUSA.

Dpto.: Montevideo.
Sedes: Almirón 5081, tel. 685307.
Convención 1268, tel. 906548.
Afinidad: Izq..

40.- FUNDPAS (Fundación para la Conservación del Medio Natural y el Desarrollo. Paso del Terrible).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Juncal 1431, Of. 201-202, tel. 959678.
Pdte.: Adolfo GELSI BIDART.
Afinidad: P.Nal..

41.- INSTITUTO DEL TERCER MUNDO.

Dpto.: Montevideo.
Sede : Juan D. Jackson, 1136.
Director: Roberto BISSIO.
Afinidad: Izq..
Observación: Funciona la Agencia de Información Sobre Desarrollo y Medio Ambiente (NGONET). Coordinador Miguel FEIRANO.

42.- AGRUPACIONES URUGUAYAS POR UN AMBIENTE SANO (AGUAS).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Juan D. Jackson 1136 (Instituto del Tercer Mundo).
Responsables: Ricardo KRAMER y Pedro DE SALTERAIN.
Observación: Se adjunta anexo.

9208930

43.- GRUPO ECOLOGICO ORIENTAL.

Dpto.: Paysandú.
Sede : Leandro Gomez 1300.
Dirigente: Brenda BALDION DE MUJICA.
Afinidad: Izquierda.

44.- TODOVIDA. 545

Dirigida por: Mara DE OLIVEIRA y Selma VARSI.
Observaciones: es una publicación trimestral.

545

45.- CENTRO LATINOAMERICANO DE ECOLOGIA SOCIAL (CLAES).

Dpto.: Montevideo.
Pdte.: Eduardo GUDYNAS.
Observación: Vinculados al Consejo Latinoamericano de Economia Humana (CLAEH).

46.- GRUPO ECOLOGICO DE LA COSTA DE ORO (GECO).

Dpto.: Maldonado.
Pdte.: Ing.Agr. Miguel ETCHECHURY.

47.- ECO TACUAREMBO.

Dpto.: Tacuarembo
Dirigentes: Cesar ORTIZ y Silvia REAL.

48.- Centro Interdisciplinario de Estudios Sobre el Desarrollo Uruguay (CIEDUR).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Joaquin Requena 1375.
Dtor.: Proyecto Cuenca Laguna Merim, Carlos PEREZ ARRARTE (MLN-T).

49.- Centro Internacional de Investigación para el Desarrollo (CIID).

Observación: cuenta con un financiamiento del CIID de Canada (proyecto denominado "NEXO").
Dtores.de Ciencias Forestales: DEREK WEEH y Cecilia RAMOS MAÑE.

50.- ULEU (UNIVERSIDAD LIBRE ECOLOGICA DEL URUGUAY) o DEL URUGUAYA DE EDUCADORES ECOLOGISTAS.)

Dpto.: Montevideo.
Sede : Avda.18 de Julio 1218, apto.1001, tel.418876.
Dtor.: Lucio MENDEZ MIGUEZ.
Observación: Esta institución se la conoce con el nombre también de "Universidad Abierta", vinculados a "UNI 3" y Voluntarios Educación de Adultos (VEA) 513784
Dtor. Amilcar LEGAZCUE.

51.- UNIVERSIDAD TERCERA EDAD (UNI 3).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Eduardo Acevedo 1229, tel. 621018. Museo "Severino Pose".
Pdte.: Rodolfo TALICE.
Dtra.: Lic. Alondra BAYLEY DE ALGAZI.

513785

52.- CENTRO AMBIENTAL PARA LA CUENCA DEL PLATA (CACPLA).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Somme 1612, tel. 783445 - 783447.
Pdte.: Félix PITTIER.
Observación: En ésta sede funciona la Fundación Friedrich Naumann (Demócrata Liberal).

53.- CENTRO DE PLANIFICACION TURISTICA (CEPLATUR).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Minas 1483, tel. 414848.
Pdte.: Rosa O'BRIEN TAJES.
Observación: Financiado por Canada a través del CIID.
Ver CENTRO DE INNOVACION Y DESARROLLO (CID).

54.- ORGANIZACION INTERNACIONAL DE ASOCIACIONES DE CONSUMIDORES (IOCU).

Dpto.: Montevideo.
Sede : Plaza Cagancha 1356, of.504, tel. 901801.
Dtor.Regional: José VARGAS.

55.- MESA DE AGROECOLOGIA DEL URUGUAY.

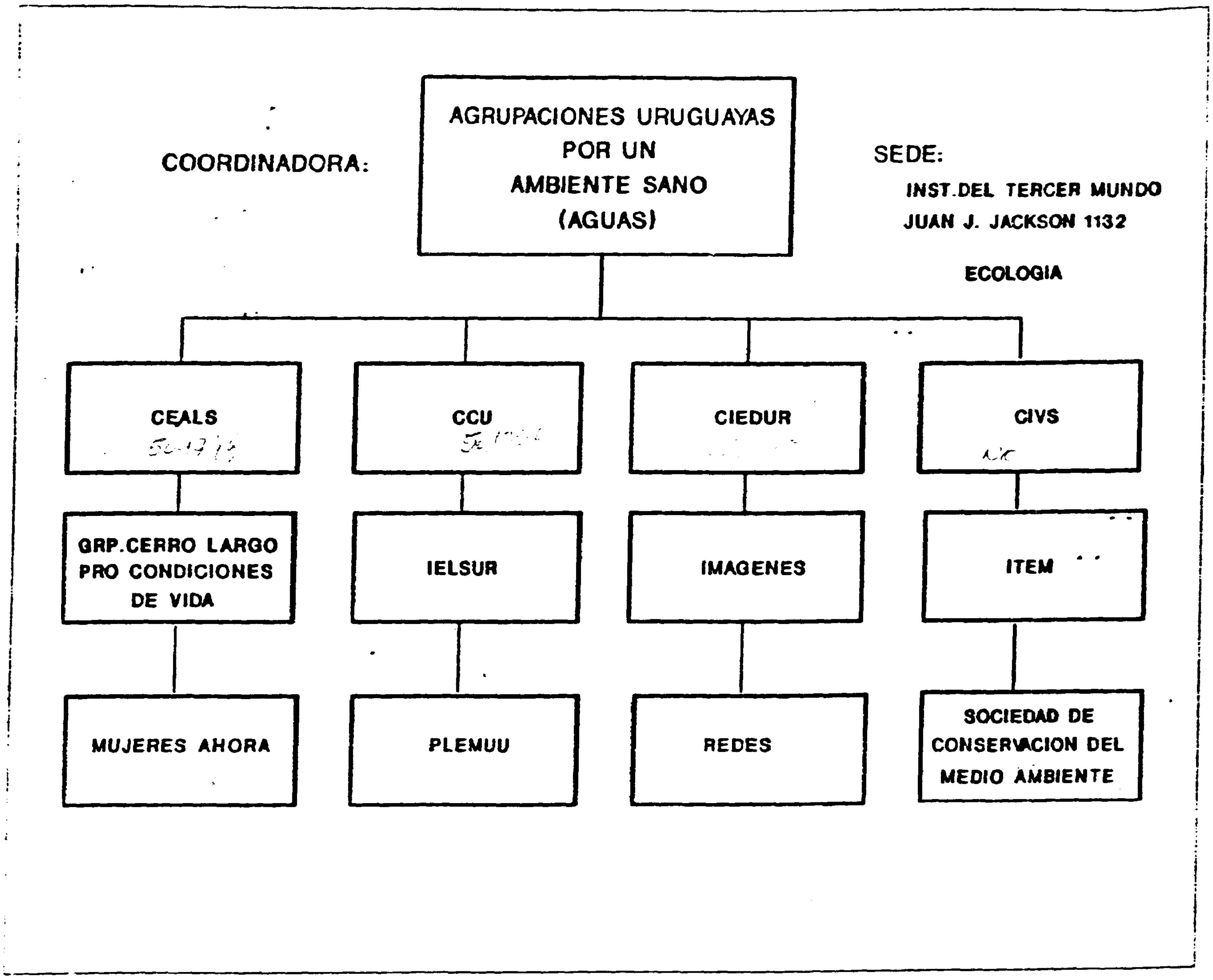
Dpto.: Montevideo.
Sede : Santiago de Chile 1183, tel. 914004.
Observación: En ésta sede funciona el CEUTA.
Se adjunta Anexo.

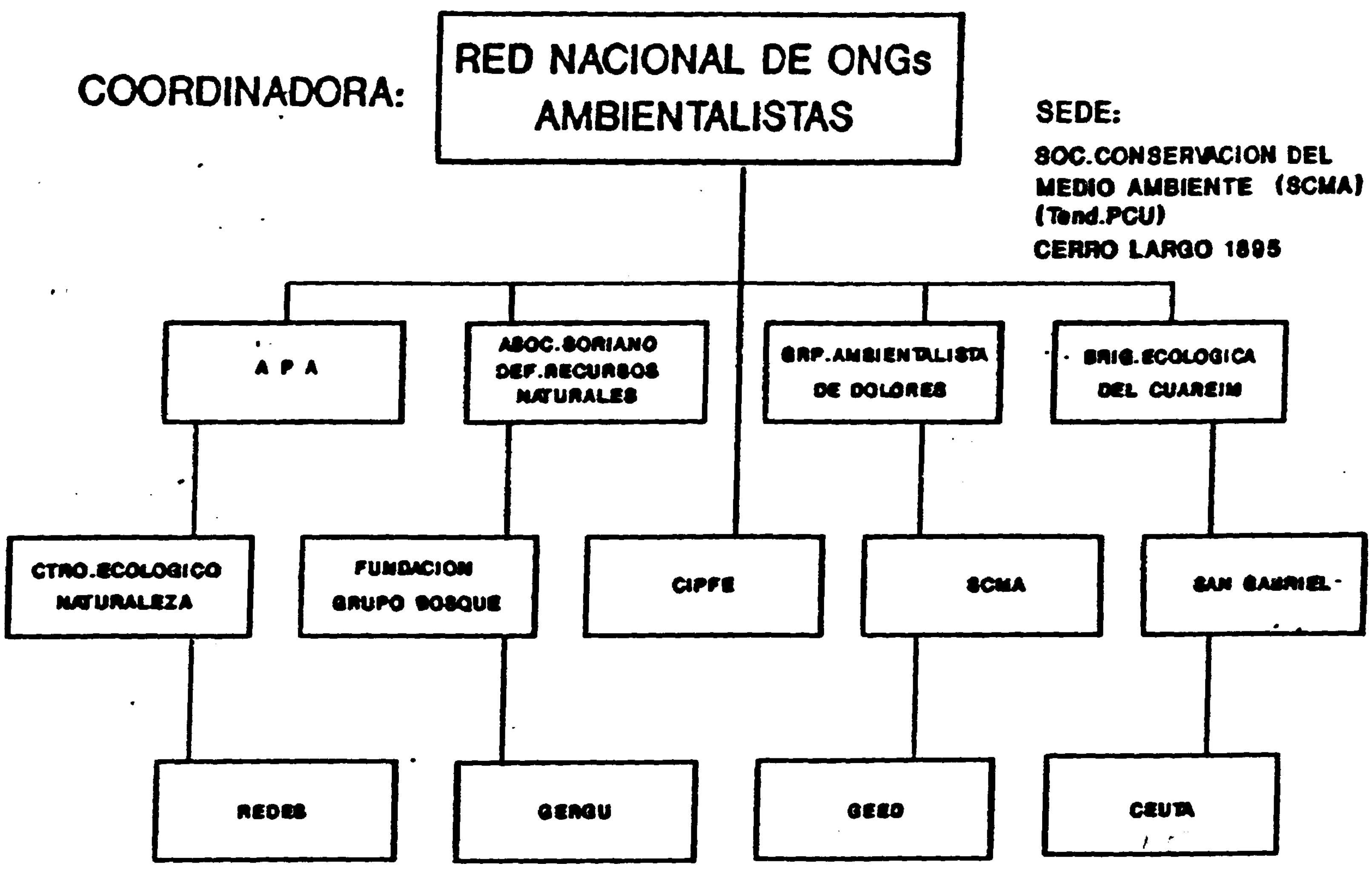
56.- RED NACIONAL DE ONGs AMBIENTALISTAS.

Dpto.: Montevideo.
Sede : Cerro Largo 1895.
Observación: En ésta sede funciona la SOCIEDAD CONSERVACION DEL MEDIO AMBIENTE (SCMA).

920R930

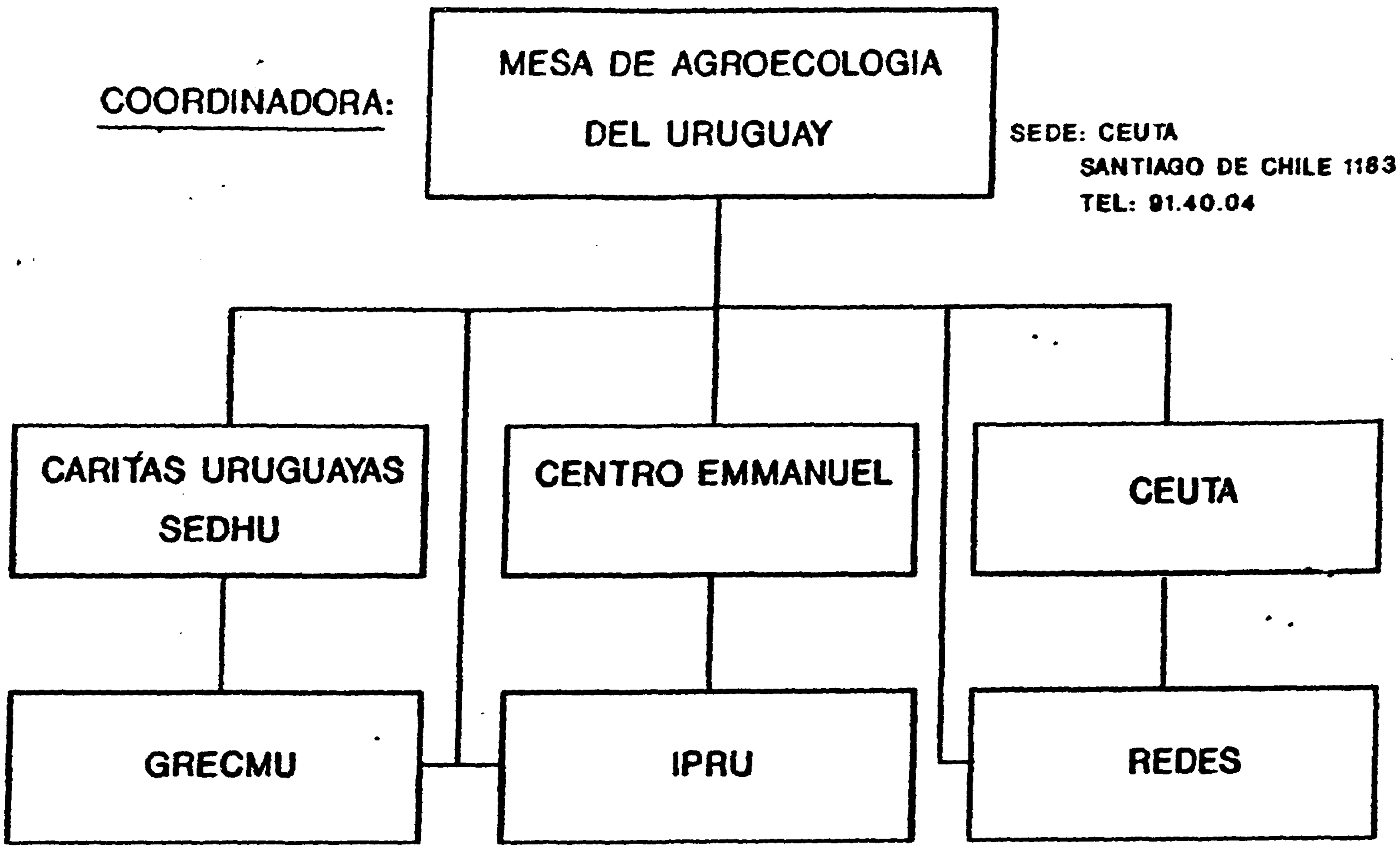
011


COORDINADORA:
AGRUPACIONES URUGUAYAS
POR UN
AMBIENTE SANO
(AGUAS)
SEDE:
INST.DEL TERCER MUNDO
JUAN J. JACKSON 1132
ECOLOGIA
CEALS
CCU
CIEDUR
CIVS
GRP.CERRO LARGO PRO CONDICIONES DE VIDA
IELSUR
IMAGENES
ITEM
MUJERES AHORA
PLEMUU
REDES
SOCIEDAD DE CONSERVACION DEL MEDIO AMBIENTE



TOTAL DE ORGANIZACIONES AFILIADAS: 44

COORDINADOR DE LA RED LATINOAMERICANA: CIPFE - CANELONES 1164



NOTA: LA "MESA DE AGROECOLOGIA" ES INTEGRANTE DEL CONSORCIO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA Y DESARROLLO (CLADES).

SECRETO

CGE
Hoja 1 de 1.-
Copia No. original.-
D-II/EM/D.E.I.-
Montevideo.-
101201SET992.-
HR - 136.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.136/D-2/92.-

I.- EVALUACION: B - 2.-

II.- RESPONDE A: Información existente en este Comando.-

III.- TEXTO:
Se adjunta.-

IV.- SINTESIS:
Se adjunta.-

V.- ACCION TOMADA: Confección del presente Parte.-

VI.- DISTRIBUCION: ORIGINAL C.G.E.-
2 COPIAS ARCHIVO.-

El Jefe del Estado Mayor de la D.E.I.-
Coronel
MIGUEL RODRIGUEZ.-

GY/dn.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 15 SET. 1992
Pase a BIOGRAFIO-FA Ricordi
No. de Orden 920893

001|2

SECRETO

25/9/92
SDI
9200931

01/06

La Comisión de Cultura del C.C.Z.No.1, realizó dos reuniones:
El día Jueves 3 de Setiembre la Comisión de Cultura del C.C.Z.No.1, realizó una reunión en la Biblioteca "Gastón Enriquez Figueira", ubicada en Plaza "España",-Camacuá y la Rambla Portuaria- la misma dió comienzo aproximadamente a la hora 2000 con una concurrencia de 16 personas, 13 hombres y tres mujeres todos entre 45 y 50 años de edad.
Estaban separados en grupos de cinco personas representando cada grupo, a las bibliotecas:
"Gastón Enriquez", "Joaquín de Salteraín", y otro grupo de asesores zonales.
La reunión era para la elección de un miembro para integrar el grupo asesor zonal de las bibliotecas de la zona, finalizando la mencionada reunión a la hora 2045.-
El mismo día a la hora 1930 se realizó otra reunión en el 1er.Piso el C.C.Z.No.1 ubicado en Ciudadela 1229, donde se trataron los siguientes temas:
"Videos" y "Comunicaciones", concurriendo a la mencionada convocatoria aproximadamente 10 personas;en su totalidad eran estudiantes.
TEMA 1: Se trató de una obra de Teatro (Mimos), sobre los estudiantes.
La organizadora de dicha reunión es de nombre Estela.
-Artistas invitados: Liliana ESIPCION, Raquel y José RODRIGUEZ.-
Esta convocatoria fue convocada en protesta por la enseñanza.-
Los estudiantes se sacrifican en estudiar para tener una profesión y después tienen que emigrar al exterior, encontrándose en situaciones difíciles cuando salen del País por falta de roce social.-
Hay que enseñarlos mediante reuniones y viajes al exterior.-
Dicha reunión finalizó aproximadamente a la hora 2100.-

SINTESIS: Ref.reuniones realizadas en el C.C.Z.No.1, organizadas por la Comisión de Cultura.-

020893

0022

01/66

RESERVADO

Copia No. 345

EJERCITO NACIONAL.

C. G. E. B. I. No. 5

MONTEVIDEO

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No. 028/B/92.- 10 1120 SETIEMBRE 92.-
WR/zc.-

I. EVALUACION: A-2.-

II. RESPONDE A: Información obtenida este Comando ampliando mis P.E.I. 026 y 027/B/92.-

III. TEXTO:

09 2130-Set-92. Se realizó asamblea liceo No.6 durante turno nocturno convocada por delegados (mayoria de delegados de otros turnos) se hablo de lo que decía la prensa que ellos no querían negociar. Propusieron que la prensa concurriera para mostrarles las condiciones del liceo.
Decidieron convocar a los medios de prensa para que concurran 10-Set-92 a los efectos de corroborar las carencias. Exigen además una revisión de los programas en razón de las multiples deserciones que se han originado. Se habló de la marcha (P.E.I. Nros.026 y 027) convocando a los presentes a participar en la misma.-

FECHA 9 / 2 / 93 INICIAL (RJ)
Procesado a Sistema DPI
OBSERVACIONES ASUNTO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha 25 SET. 1992
Pase a Biografico Ligado
No. de Orden 9208932

IV. ACCION TOMADA: Confección del presente Parte de Información

V. DISTRIBUCION:

Original .... Dpto. II (INF) EME

Copia 345 .... Archivo Brigada.-

Copia ....

EL COMANDANTE DE LA B. I. Nro. 5.-

CORONEL:

JUAN J. CORDOBA.-

RESERVADO

01-01

25/9/92
SDI
9208932

Hoja No. 1 de 1
Copia No. 3 de 3
D E II
C. SAN JOSE
071200SET92
R R - 1 3

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro. 094/D-2/992:

I.-EVALUACION: B - 2

II.-RESPONDE A:-Información recabada.-

III.-T E X T O:

-El día 28 de Agosto próximo pasado, concurrieron a C. TRINIDAD, procedentes de MONTEVIDEO, dos NN masculinos, representantes de SERPAJ, quienes se trasladaban en un rodado marca FIAT "Weekend", 4 puertas, color blanco, empadronado en Montevideo con la matrícula Nro. 282.637.-

-La visita, según manifestación de uno de ellos // (de nombre Raúl MARTINEZ) a la prensa local, llevaba como finalidad la de conocer la realidad de cada departamento; ya que se estaban realizando talleres // los fines de semana en MONTEVIDEO, los cuales tocaban 3 puntos principalmente: 1)-Trabajo, 2)-Vivienda y 3)-Espacio físico y social entre la juventud, al / existir recursos dispersos en las distintas áreas.- También manifestó, que se trataba de organizar a los jóvenes para trabajos futuros en materia de "Derechos Humanos", así como la planificación de otras actividades acorde a la edad.-

-Los mismos fueron recibidos por la Profesora Gabriela GOMEZ RIOS (F.A. - MPP), quien los acompañó / al local contiguo a los talleres gráficos del periódico "LA IDEA NUEVA", donde junto a Ricardo Ariel LOPEZ SANDOVAL (Director responsable del mencionado periódico) y aproximadamente 7 jóvenes, realizaron una reunión.-
Finalizada la misma se retiraron de la ciudad.-

FECHA 13/01/93 INICIAL (firma)
Procesado a Sistema (firma)
OBSERVACIONES

IV.-SINTESIS:
Fecha: . . . . . . 28 de Agosto de 1992.
Resúmen: . . . . . Visita a C.TRINIDAD de dos integrantes masculinos del SERPAJ de MONTEVIDEO.
Personas involucradas: Prof.Gabriela GOMEZ // RIOS (F.A.- MPP) y Ricardo Ariel LOPEZ SANDOVAL.-
Lugar: . . . . . . C.TRINIDAD

V.-DISTRIBUCION:
EJ.Nº 01 (ORIGINAL) al ARCHIVO.
EJ.Nº 02-03 y 04 al E-II/E.M.E.

VI.-ACCION TOMADA:- Confección del presente P.E.I.-

POR EL CTE.DE.II, y p/s/o.
EL JEFE ESTADO MAYOR DE/II
CORONEL (firma)
JUAN C. COUTURE.-

01-01

9208933

La Mañana 11-4-92.

DIEZ RENUNCIAS MAS SE ESPERAN HOY EN DIRECCION DEL PCU

Hoy a las 9 de la mañana el Partido Comunista retomará la sesión de Comité Central interrumpida el sábado pasado, cuando se pasó a un cuarto intermedio, y se anuncian varias renuncias más al máximo organismo de dirección de esa organización política.

Entre los dirigentes que se mencionan aparecen Luis Del Valle, Luis Blanco, Ricardo Rosas, Juan Angel Toledo, Ernesto Murro, Iván Solarich y Gerardo Ubiría, cuyas renuncias se sumarían a las ya concretadas el pasado fin de semana.

Tras el anuncio del Secretario general, Senador Jaime Pérez de abandonar la conducción del PCU, renunciando a su intento de encabezar la renovación partidaria, las dimisiones se produjeron en gran número, al punto que la lista de suplentes no es suficiente para completar la conducción comunista.

De acuerdo a las estimaciones previas, el nuevo CC no designaría un Secretario general, sino que instalaría una dirección colectiva hasta el Congreso Extraordinario que deberá celebrarse en el mes de mayo.

Los únicos dirigentes integrantes del Comité Ejecutivo que no se alejaron de su cargo son el Diputado León Lev y el jerarca municipal Tabaré González. El primero había sido mencionado insistentemente como el más probable sucesor de Jaime Pérez, pero la actual situación interna del PCU disipó la posibilidad de que Lev aceptara una eventual designación a ese cargo, al menos en la precariedad que implicaría asumirlo hasta el Congreso de mayo.

La sesión del Comité Central del PCU iniciada el sábado pasado es señalada como el punto de quiebre de esa organización, que lograra en las últimas elecciones la mayor votación dentro del Frente Amplio en su alianza Democracia Avanzada.

ABSOLUCION

La comisión de Control interno del PCU se expidió en la víspera sobre el pedido de informes que se hiciera internamente en relación al cumplimiento que el Diputado Andrés Toriani hiciera de los acuerdos sobre compromisos económicos con el partido.

Toriani había sido acusado -más o menos explícitamente- de no aportar el porcentaje de sueldo de legislador a los fondos partidarios, por lo que la comisión de control analizó el hecho, desestimando la afirmación.

En su primer punto de la resolución, el organismo declara que "el compañero Toriani ha efectuado regularmente, en su carácter de representante nacional del PCU, sus contribuciones mensuales al tesoro partidario, tanto en la presente legislatura como en la anterior".

Al tiempo que archiva la denuncia promovida (así se la llama) y sin mencionar la persona u organismo partidario que la impulsó, la comisión de control destaca que el Diputado Toriani "efectuó precisiones absolutamente claras, que salvaguardan aspectos éticos esenciales de su relación con la organización partidaria", agregando además que "la modalidad de efectuar cargos infundados es negativa para una convivencia política fraterna, y predispone al escarnio público".

La nota, difundida ayer a los medios de prensa, es firmada por el presidente de esa comisión, Francisco Toledo, y el secretario, Walter Celina. ■

PARTES ILEGIBLES.

001/1

La Mañana

...: LA JUSTICIA ... PROCESO A DOS ... Y UN PARTICULAR

... decretó el procesamiento ... de los ediles de Maldonado ... Leonel Fazzio y Ruben Pagola

[illegible]

Ediles Departamentales Leonel Fazzio y Ruben Pagola, el primero por el delito de cohecho simple y el segundo por el delito de soborno.

La semana pasada -cuando se conocía la resolución de la Junta Departamental- ya se indicaba que en estos días iba a haber un pronunciamiento de la Justicia, en virtud de que para ese momento ya se había tomado declaración a prácticamente todos quienes pudieran aportar alguna información sobre el tema.

Resta ahora saber cuál será el resultado de las actuaciones que se cumplan por parte del Senado de la República, de acuerdo a lo oportunamente solicitado por la Junta Departamental, previéndose que en los primeros días de abril sería considerado por la Cámara Alta.

COMUNICADO

La Jefatura de Policía de Maldonado emitió ayer con relación a estos sucesos el comunicado 52/92 estableciendo que "Por disposición del Sr. Juez Letrado de 4º Turno fueron procesados tres personas relacionadas con los sucesos acaecidos en la Junta Departamental de Maldonado que son de conocimiento público.

D... ellos, los ediles RDPN y LF... ...aron procesados *sin* prisión por los delitos de soborno y coh...o simple, respectivamente.

El escribano Heber Belino Gadea, poseedor de antecedentes penales fue remitido a la cárcel departamental por los delitos de coautoría de soborno y coautoría de cohecho simple".



"Es cada vez más comprometida la situación de los ediles", afirmó el Senador Alberto Zumarán

Edil procesado por soborno renunció al FCP

EL edil Leonel Fazzio presentó ayer renuncia al Frente Colorado Popular, que lidera el Diputado Armando Tavares, debido a su procesamiento por un caso de soborno a nivel de la Junta Departamental de Maldonado.

Según lo indicó a LA MAÑANA el propio Tavares, Fazzio se había incorporado a su sector hace cuestión de 25 días, tiempo después de los hechos que motivaron su procesamiento, acontecidos el pasado 20 de enero.

Fazzio, según lo dijo el legislador, trabajó en el grupo del Secretario General del FCP fernandino, Benjamín Nogués, al cual le presentó renuncia en la pasada jornada.

Tavares dijo que *"la renuncia fue aceptada de inmediato, no cabiendo por ende ningún tipo de comentario sobre lo que hubiera hecho el FCP en caso contrario"*.

DOC POCO LEGIBLE

01 - 41

Biog

La Mañana 27/02/92

Asumió el nuevo Director de DINACOA

ASUMIO funciones como nuevo Director General de la Dirección Nacional de Comercio y Abastecimiento el Sr. Nelson Doño, designado en las últimas horas por el Poder Ejecutivo.

Ante numerosa concurrencia, el Ministro de Economía y Finanzas, Dr. Ignacio de Posadas Montero le dio posesión del cargo destacando en su alocución la significación de la tarea a desplegar y toda la confianza que tiene depositada el Gobierno en la gestión a desarrollar.

Posteriormente, hizo uso de la palabra el Dr. Jorge Campomar quien se había desempeñado como Director Genreal de DINACOA desde mediados de junio de 1990 hasta comienzos del presente mes de marzo en que pasó a ocupar su actual función como Director General del Ministerio de Economía y Finanzas.

En su alocución, el Dr. Campomar recordó el estado deficitario en que había encontrado el organismo hace dos años y que, merced a una férrea acción administrativa, había sido posible sanear su economía hasta el punto que hoy DINACOA ya no tiene deudas, se han reducido los gastos y todo ello sin desmedro del estricto cumplimiento de la tarea esencial de defensa del consumidor.

Asimismo, agradeció especialmente la colaboración recibida de parte del Subdirector, Sr. José Ma. Mieres y del Director de Comercialización, Cr. Horacio Guinea con quienes fue posible obtener los logros buscados merced también al firme apoyo de todos los funcionarios del organismo. Auguró finalmente al nuevo Director General el mayor de los éxitos en la tarea que comienza.

Por su parte, el Sr. José Doño agradeció la distinción recibida y la confianza en él depositada comprometiendo su máximo esfuerzo para cumplir con el mejor de los éxitos la primordial función que tiene a su cargo la Dirección Nacional de Comercio y Abastecimiento, como firme respaldo a la política económica del Gobierno.

DOC. POLIT. LEGISLAT.

FCP celebró obtención de firmas

Ante una multitud de personas que desbordó las instalaciones del Club Ciclista Fénix en el barrio Flor de Maroñas, el líder del Frente Colorado Popular Diputado Armando Tavares convocó a la ciudadanía a redoblar esfuerzos para que la segunda etapa del Referéndum contra la Ley de Empresas Públicas sea un éxito tal cual ocurrió con la primera, a la vez que agradeció a los militantes de su sector por el esfuerzo realizado que permitió contribuir con 7.000 papeletas a feliz culminación de la primera parte.

"Los que somos colorados de los de Batlle y Ordóñez sabemos muy bien que un día hubo una identidad nacional que representó al pueblo, que supo desarrollarse, que supo dar dignidad, que generó la educación pública, que generó ocupación y empleo para los servicios esenciales de los uruguayos brindados a los uruguayos" afirmó el Diputado Armando Tavares en un momento de su discurso: "Tenemos la escuela de Batlle y Ordóñez, sabemos lo que se hizo, ese es el mundo de verdad, no son los espejitos que nos venden".

Asimismo en medio de una cerrada ovasión anunció su oposición a la reforma de la Seguridad Social tan cual la plantea el Poder Ejecutivo, preguntándose ¿qué es lo que quieren del pueblo, qué es lo que quieren de los pasivos, que trabajen 70 años para que en el momento de acogerse a la pasividad terminen cobrando un 44% del sueldo en actividad?", respondiendo de inmediato, "por supuesto que no, nos vamos a oponer, y vamos a representar la voz del pueblo que no acepta este tipo de condicionamientos, que no acepta estos simulacros de modernismos que solamente significan retornar a una economía esclavizante donde cada vez se le saca más voz y se le saca más oportunidad a quien es el legítimo propietario del territorio uruguayo, que es el pueblo y no los iluminados que pretenden decirle qué hacer". ■



El Diputado colorado Armando Tavares festejó la obtención de las firmas para el referéndum en La Flor de Maroñas

La República 27/3/92

C1 - 01

ZUMARAN ENTREGO LA CINTA CON TESTIMONIOS DEL CASO DE SOBORNO

"...L Edil Fazzio nos llena de vergüenza porque instaló una gestoría dentro de la bancada"

Esta tarde, a partir de las 14.30 horas, vuelve a sesionar la Comisión de Constitución y Legislación del Senado, que investiga en el caso de soborno cuya responsabilidad recayó en los dos Ediles de Maldonado, Ruben Pagola (nacionalista) y Leonel Fazzio (colorado).

Un casete que el Senador Alberto Zumarán entregó en la víspera a la Secretaría de la Comisión, y la fotocopia del expediente judicial sustanciado en Maldonado, constituyen los dos nuevos elementos a ser analizados en la presente jornada por los integrantes de dicha Comisión del Senado.

La cinta grabada contiene una conversación entre uno de los ediles procesados, y sobre el cual pende la posibilidad de juicio político, el colorado Fazzio, y el nacionalista Nelson Villalba, quien envió el cas... al Senado.

"¿POR QUE NO DENUNCIO?"

De la versión taquigráfica de la sesión del pasado martes en que la Comisión recibiera a los Ediles Cristina Pérez (nacionalista), Jesús Macedo (colorado) y Nelson Villalba (nacionalista), surgen las razones por las cuales Macedo no denunció de inmediato la conversación mantenida con el escribano (hoy procesado) Belino Gadea, cuando éste le dijera en enero pasado: *"Hay cien mil dólares para repartir"* si se votaba el fraccionamiento de "La Juanita".

"Yo podría haber hecho la denuncia, y quizás era ése el primer deber que tendría que haber cumplido. Pero en ese momento sentí mucha pena por un viejo profesional que va a pedirle a otro que, como decía al señor Senador, ni siquiera levanta la mano. Es decir, que yo no incidía en la vida del expediente, ni en la vida económica del señor Belino. Quizás usted tenga razón", explicó el Edil colorado.

LOS ACUSADOS SEGUN MACEDO

Durante su testimonio en dicha sesión, Macedo puntualizó aspectos de las personalidades de Belino Gadea, Fazzio y Pagola.

"El Edil Leonel Fazzio no trabaja en nada. No es cierto que desempeñe funciones en una inmobiliaria como corredor, sino que se ha transformado en otro gestor. El Edil Fazzio nos ha llenado de vergüenza a todos los ediles colorados, porque ha instalado una gestoría dentro de la bancada del Partido. Anduvo con el expediente de La Carolina y con su estudio -que es un librito chico- durante tres o cuatro meses debajo del brazo. Eso lo sabe toda la ciudad de Maldonado, porque se sentaba en un café, lo traía, lo llevaba, invitaba gente, iba a la radio, a la televisión y a todos lados con él (...) El practicaba diariamente aquella vieja frase de Couture que decía que el interés es la medida de la acción. Hacía eso con todos los expedientes que tenían un peso económico importante", dijo Macedo a los integrantes de la Comisión.

"Quizás se nos pueda culpar a los ediles del Partido Colorado por no haber sido lo suficientemente severos como para haberlo expulsado de la bancada, porque a veces nos daba vergüenza hablar con un señor que tenía ciertos desplantes bonachones de inmoralidad", agregó.

"OPINABA SIN SABER"

"El señor Edil Pagola fue compañero mío en la Comisión de Tierras y me pareció que era un muchacho modesto, respetuoso y consciente de sus limitaciones. Pero cuando abandoné esa Comisión me enteré que 'Pagolita' -como le decíamos cariñosamente- se había empezado a 'agrandar' y a opinar sobre cosas que no sabía; además, si recibía asesoramiento sobre ellas, no lo entendía. Eso es todo lo que puedo decir sobre el Edil Pagola. Es un muchacho que se encuentra en una situación totalmente diferente y que no admite comparación, ni siquiera desde el punto de vista intelectual -con todos los respetos debidos- con el Edil Fazzio, porque me parece que este último está mucho más informado", aseguró el Edil colorado.

"MUY DESPRESTIGIADO"

"El señor Belino Gadea, a mi modesto entender, es un hombre muy desprestigiado, y ello lo demuestra el hecho de que tiene tres o cuatro procesos penales. Asimismo, tiene suspendido el título de escribano por tercera o cuarta vez. Al respecto, he recibido un informe por el que, quizás, pierda la habilitación para el ejercicio de la profesión. Es decir que, reitero, es un hombre muy desprestigiado. Sin embargo, de alguna manera, su diario, "Península", es muy prestigioso (...) Cuando estaba procesado y en la cárcel (sus ediciones) contaban con alrededor de doscientos avisos judiciales y diez artículos contra la Junta Departamental: nada más (...) El señor Belino nos ha representado en eventos internacionales, tal como sucedió el año pasado cuando tuvo oportunidad de representar a la prensa de Maldonado en San Pablo, acompañando al señor Ministro de Turismo. Tengo conocimiento de ello debido a una escritura que realizó en mi casa, por la cual el cliente le pagó ... cheque", concluyó su información el Edil colorado Jesús Macedo.

La Mañana

CRISTINA PEREZ: HAY MAS EDILES IMPLICADOS EN MANEJOS ECONOMICOS

LA integrante de la Junta de Maldonado formuló más acusaciones contra su colega Fazzio en el Senado

"Muchos ediles de la Junta Departamental sabemos que no son sólo estos dos ediles sobre los que existen pruebas concretas (Fazzio y Pagola), los que estaban involucrados en manejos económicos vinculados al tratamiento de expedientes" afirmó la Edila nacionalista Cristina Pérez en la comisión de Constitución y Legislación del Senado que analiza el pedido de juicio político contra los dos legisladores comunales de Maldonado procesados por la Justicia a partir del escándalo surgido por el fraccionamiento de La Juanita.

"El problema es que no tenemos pruebas -agregó-; pero cuando uno comparte varias horas diarias en un ámbito de cuatro o cinco habitaciones, en un pueblo que, por más que se haya agrandado, es chico y todos nos conocemos, y observa que gente que no tiene trabajo adquiere algunos bienes materiales como, por ejemplo, la compra de un auto gasolero y el alquiler de otro, compra también un guardaropa de primavera más caro que l de una mujer e inclusive se loja en un hotel de Piriápolis, llo llama mucho la atención", eñaló.

Cristina Pérez fue una de las denunciantes del caso de soborno en relación al fraccionamiento del predio conocido como La Juanita, que implicaba la reducción de la franja costera en las inmediaciones de José Ignacio, y compareció ante la comisión del Senado que analiza actualmente el pedido del legislativo fernandido de realizar un juicio político a los Ediles Leonel Fazzio (Partido Colorado) y Ruben Pagola (nacionalista), procesados por implicancia en intentos de soborno dentro de la Junta Departamental.

"Me llegaron a decir -recordó la Edila- que para aprobar la ordenanza municipal se había vendido mi voto en US$ 20 mil.

No sé ni quién se quedó con el dinero, no pude llegar a saberlo. Sin embargo, a nivel de la calle todos decían que quien había había cobrado US$ 20 mil para votar la ordenanza. Tal era la magnitud de los rumores que corrían en Maldonado con respecto a cómo se manejaba la Junta Departamental".

MAS ACUSACIONES

"El Edil Fazzio -denunció Pérez- manejó el Congreso de Ediles que se realizó en Maldonado. Incluso hasta los propios integrantes del partido que está en el gobierno teníamos que solicitar al Edil Fazzio que proporcionara los tiques para que los funcionarios de la Junta pudieran ir a comer. El Edil Fazzio manejaba las carpetas a través de la empresa que se contrató y su señora, que es peluquera, contrató los uniformes de las funcionarias de la Junta. No sabemos si cobró por ello, pero tenía una tarjeta de funcionaria aunque era edil suplente".

"Quizás en ese momento toda la Junta debió tomar medidas, pero pensábamos que no tenía tanta gravedad. Sin embargo, cuando vimos al Edil Fazzio comandando todo el Congreso de Ediles, nos dimos cuenta que ya era tarde y que sólo nos restaba trabajar para el Congreso", agregó.

Bolivia Busca Legalizar y Exportar Derivados de Coca y Firma Acuerdo con España

LA MAÑANA

10-6-92

ESPAÑA Y BOLIVIA: GUERRA AL NARCOTRAFICO

LA PAZ. (Reuter) - España y Bolivia decidieron ayer aquí luchar enérgicamente contra el narcotráfico y el terrorismo y exhortaron a los demás gobiernos a realizar esfuerzos colectivos para enfrentarlos

La decisión fue expresada en una declaración conjunta que suscribieron Felipe González, Presidente del Gobierno español, y el Primer Mandatario boliviano Jaime Paz Zamora, en la que defendieron la democracia representativa como el mejor sistema de gobierno.

La declaración fue suscripta en el segundo de los cuatro días de visita que González realiza a Bolivia, previa al viaje de ambos dignatarios de Estado a Río de Janeiro para participar de la Cumbre de la Tierra.

Al respecto, expresaron su preocupación por los problemas que enfrenta la conservación del equilibrio ecológico planetario y destacaron que "desarrollo y medioambiente son realidades inseparables en las condiciones de vida de la humanidad".

Voluntad para enfrentar al narcotráfico

Los Mandatarios consideraron que el narcotráfico y el terrorismo "significan una seria amenaza para las naciones y sus democracias" y decidieron "luchar enérgicamente" contra ambos, coordinando esfuerzos con los países democráticos, dijo la declaración.

La lucha contra el narcotráfico, al que calificaron como "una lacra contra la humanidad", debe ser responsabilidad conjunta de todos los gobiernos, agregó. Dijo que "se requiere la decidida voluntad económica y política de los países desarrollados" para eliminar esa ilícita actividad. González, por su parte, apoyó el pedido boliviano para que la Organización Mundial de la Salud (OMS) evalúe las propiedades nutritivas y medicinales de la hoja de coca, materia prima de la cocaína, de la que Bolivia es el segundo productor mundial.

Dijo que en el momento en que se levanten las dificultades impuestas a la coca por la Convención de Viena, como consecuencia de análisis científicos, apoyará la comercialización internacional de los derivados lícitos de la hoja y que España podría ser uno de los primeros importadores. Paz Zamora dijo que pretende terminar "con esta especie de arresto domiciliario que la hoja de coca tiene en Bolivia" por una disposición de la Convención de Viena. Calificó como una "desviación atrabiliaria" que esa convención permita la masticación de la hoja y el consumo de la infusión sólo en Bolivia y no en otros países.

Explicó que lo que busca con su "diplomacia de la coca" es que en la opinión pública internacional, se aclare "la diferencia fundamental que existe entre un producto absolutamente legal como la hoja de coca, y otro absolutamente ilegal como la cocaína".

Buena disposición para créditos

González anunció el propósito de España de otorgar para el desarrollo de Bolivia "nuevas facilidades financieras para el período 1993-1994, en términos concesionales, en el marco de sus disponibilidades presupuestarias".

Anunció que esa disposición surge de la eficiente utilización por parte de Bolivia de las líneas de crédito que, por cerca de 100 millones de dólares, le otorgó España desde 1988 para obras de desarrollo, las que hasta fin de 1992 estarán totalmente agotadas.

Durante una conferencia de prensa ofrecida luego de la suscripción del instrumento, Paz Zamora destacó el excelente estado de las relaciones boliviano-españolas que se fortalece con la primera visita que González realiza a este país sudamericano.

El nivel de esas relaciones "es el más óptimo desde que Bolivia se declarara una República independiente, en 1825", dijo el Presidente boliviano.

Lo que ocurre actualmente entre los dos países ha hecho "que todo lo que podía quedar del pasado (del colonialismo español) ha dejado de importar en realidad" y que ahora se mira hacia el futuro para abrir nuevos horizontes, aseguró Paz Zamora.

González, en el tercer día de su visita a Bolivia, viajará el miércoles, junto a Paz Zamora, a Potosí, donde se encuentra el Cerro Rico del que los españoles extrajeron ingentes cantidades de plata durante la colonia. ■

La Nación 27-5-92

Bolivia se apresta a exportar hoja de coca

LA PAZ, 26 (AP). – Bolivia iniciará la exportación de coca industrializada a diversos mercados, una vez que la Organización Mundial de la Salud concluya una investigación sobre las propiedades de esta hoja, informó hoy el ministro del Interior, Carlos Saavedra Bruno.

Las autoridades bolivianas procuran colocar en el mercado internacional infusión o mate de coca, que son utilizados en Bolivia y Perú con fines medicinales.

Algunas empresas bolivianas han comenzado ya a producir vino de coca y hasta pastas dentales. Saavedra manifestó que "es vital que se rompa el mito de que la coca es cocaína" y aclaró que esta droga solamente se obtiene por la acción de elementos químicos de los países industrializados.

Productores de coca fundaron un mercado libre y legal, en un cómodo y extenso recinto en una zona periférica de La Paz, donde se comercializa la hoja proveniente de la región de Los Yungas.

La Ley de Régimen de la Coca y Sustancias Controladas (Ley 1008), promulgada en julio, de 1988 permite el cultivo de la hoja en esa región para el consumo tradicional entre el campesinado boliviano.

No ocurre lo mismo con la coca del Chapare, región del subtrópico central del país, donde el 85 por ciento de su producción –120 mil toneladas anuales– es utilizada en la elaboración ilegal de pasta base y clorhidrato de cocaína.

La ley 1008 considera ilegal a los cultivos excedentarios del Chapare y propugna su erradicación y posterior sustitución con productos agrícolas alternativos.

El anuncio del Ministerio del Interior se inscribe en la "diplomacia de la coca", nueva variante de la política antidroga del gobierno, que busca el reconocimiento internacional de las bondades de esa hoja, cuya comercialización en el mercado mundial procuraría divisas al país y a sus cultivadores, ingresos igualmente rentables y que podrían sustituir a los que obtienen por la elaboración de pasta base de cocaína.

9208942

La Nación 27-5-92

Bolivia se apresta a exportar hoja de coca

LA PAZ, 26 (AP). – Bolivia iniciará la exportación de coca industrializada a diversos mercados, una vez que la Organización Mundial de la Salud concluya una investigación sobre las propiedades de esta hoja, informó hoy el ministro del Interior, Carlos Saavedra Bruno.

Las autoridades bolivianas procuran colocar en el mercado internacional infusión o mate de coca, que son utilizados en Bolivia y Perú con fines medicinales.

Algunas empresas bolivianas han comenzado ya a producir vino de coca y hasta pastas dentales. Saavedra manifestó que "es vital que se rompa el mito de que la coca es cocaína" y aclaró que esta droga solamente se obtiene por la acción de elementos químicos de los países industrializados.

Productores de coca fundaron un mercado libre y legal, en un cómodo y extenso recinto en una zona periférica de La Paz, donde se comercializa la hoja proveniente de la región de Los Yungas.

La Ley de Régimen de la Coca y Sustancias Controladas (Ley 1008), promulgada en julio, de 1988 permite el cultivo de la hoja en esa región para el consumo tradicional entre el campesinado boliviano.

No ocurre lo mismo con la coca del Chapare, región del subtrópico central del país, donde el 85 por ciento de su producción –120 mil toneladas anuales– es utilizada en la elaboración ilegal de pasta base y clorhidrato de cocaína.

La ley 1008 considera ilegal a los cultivos excedentarios del Chapare y propugna su erradicación y posterior sustitución con productos agrícolas alternativos.

El anuncio del Ministerio del Interior se inscribe en la "diplomacia de la coca", nueva variante de la política antidroga del gobierno, que busca el reconocimiento internacional de las bondades de esa hoja, cuya comercialización en el mercado mundial procuraría divisas al país y a sus cultivadores, ingresos igualmente rentables y que podrían sustituir a los que obtienen por la elaboración de pasta base de cocaína.

MUNDO

La hoja de la tormenta

Bolivia busca legalizar y exportar los derivados de la coca

La exhibición de una hoja de coca en la Expo de Sevilla desató el conflicto. Fue prohibida y ello disgustó al presidente boliviano. En cambio la reina Sofía, cuando visitó recientemente La Paz, aceptó tomar una taza del tradicional mate de coca. Actualmente Bolivia está empeñada en una campaña por legalizar la comercialización de la coca y convencer al mundo de que coca no es cocaína.

Bolivia está cada vez más convencida de que se deben derribar los mitos internacionales que rodean a la hoja de coca utilizada para la fabricación de la cocaína, a fin de impulsar la exportación de sus derivados legales, como el mate de coca.

Esta batalla, que encontró resistencia en países industrializados, también representa un reto para los empresarios privados con capacidad para industrializar y comercializar las hojas de coca, dijo el ministro de Planeamiento, Samuel Doria Medina.

Este convencimiento creció con la presencia de algunas hojas de coca en la exposición mundial Sevilla '92, donde se prohibió su exhibición, la prohibición enojó al presidente boliviano Jaime Paz Zamora.

En cambio, causó profunda satisfacción la actitud de la reina Sofía de España, quien visitó Bolivia recientemente y que al llegar a La Paz aceptó una taza del tradicional mate de coca.

La infusión se ofrece a los visitantes para anular el efecto de la altura. La sede de gobierno en Bolivia está ubicada a 3.600 metros sobre el nivel del mar y el aeropuerto de ingreso a 4.100 metros.

El presidente demandó la comprensión de las naciones afectadas por el consumo de drogas y propuso la apertura del mercado internacional para la industrialización y comercialización de la coca, cuyas múltiples propiedades medicinales son reconocidas en la región andina de Sudamérica.

Según Paz Zamora, el acceso de la infusión al cinco por ciento del mercado mundial generaría a este país recursos superiores a la exportación de gas natural boliviano a la República Argentina, que en 1991 arrojó 215 millones de dólares.

"Estoy convencido de que la hoja de coca tiene un uso legal y no ha de estar sometida a un arresto domiciliario para no dejarla salir de Bolivia", dijo el presidente este fin de semana a un grupo de periodistas españoles que acompañan a la reina Sofía.

Para el ministro de Planeamiento, la exhibición de la hoja de coca y sus productos derivados tiene una base y sustento económico, previo que su utilización permitiría obtener ingresos por varios cientos de millones de dólares al año.

Como ejemplo, explicó que para elaborar un kilogramo de cocaína se necesita 150 kilogramos de coca, esta misma cantidad de la hoja industrializada como infusión puede alcanzar un valor similar a la cotización de la droga en los mercados europeos, reveló.

Por cada 150 kilogramos de coca se obtendría 75 mil "bolsitas" de mate, con un peso de 2 gramos cada una, se estima que cada unidad alcanzaría una cotización de 20 centavos de dólar, lo que daría una cantidad final de 15 mil dólares por los 150 kilogramos de coca.

El kilogramo de cocaína se cotiza actualmente en dos mil dólares en las zonas productoras de Bolivia, en tanto que en el mercado europeo alcanza un valor de aproximadamente 20 mil dólares.

POLEMICA EN ALEMANIA

La economía de Perú y Bolivia se desplomaría sin los ingresos que perciben por el cultivo y la industria de la coca, según un artículo publicado en la sección económica del diario alemán **Die Welt**, que motivó críticas oficiales.

"Son especulaciones de los periódicos", dijo a **IPS** un alto funcionario del Ministerio Federal de Cooperación Económica (RMZ), refiriéndose a las opiniones y cifras publicadas por **Die Welt**.

El diario, tras comentar la posición norteamericanade introducir soldados para destruir las plantaciones de coca en Bolivia y Perú, indicó que sólo en ese último país viven del cultivo cerca de 250.000 campesinos.

Estados Unidos gastó en Bolivia 200 millones de dólares para apoyar la lucha contra la droga y promover cultivos agrícolas alternativos, pero en el país sudamericano apenas hay mercado para una producción sustitutiva y los altos costos del transporte imposibilitan la exportación, indicó.

Los aviones militares que, por encargo de la agencia central de inteligencia norteamericana (CIA) y su similar de lucha contra la droga (DEA), patrullan las costas de Perú, Ecuador, Colombia y Venezuela para interceptar los transportes aéreos de los narcotraficantes, apenas consiguen capturar un 10 por ciento del tráfico, agregó **Die Welt**.

El director de la sección América Latina en el BMZ, Josef Hansen, opinó que muchas cifras "no se pueden sostener con firmeza", y no son más que "suposiciones" en cuanto a los ingresos en Perú, Bolivia y Colombia por concepto de la droga.

"En el caso de Bolivia, suponemos que la participación en el ingreso bruto procedente de la droga debe de ser aproximadamente de un 30 por ciento, mientras en Perú sería mayor", dijo.

03 / 03

Biog

Durazno: asumió Carmelo Vidalín

DURAZNO. (Por Nelson Poloni).— Se hizo cargo de la Jefatura de la Comuna Departamental el actual Secretario General de la Institución, Prof. Carmelo Vidalín ante la licencia que le fuera concedida al intendente Dr. Raúl Iturria con motivo de su viaje a Europa. Como se dijo, Iturria parte con destino a Alemania y España, conjuntamente con el titular de la Comuna artiguense, Martín Padern, quienes durante su estancia en tierras germanas tomarán conocimiento de las actividades municipales. ■

La Mañana 19/3/92

01-01

FECHA 03/12/92 (92)

Amores Precoces y sus Consecuencias

ROMA, 31 (ANSA).– Al parecer, las relaciones sexuales entre los muy púberes pueden traer consecuencias funestas, como tendencias hacia el alcoholismo, la drogadicción, conductas no ortodoxas e incluso impulsos hacia el crimen.

Hacía ya mucho tiempo que algunos especialistas venían observando las secuelas de una precoz actividad sexual. Habían encontrado, aseguran, que los tóxico-dependientes se dedicaban al sexo desde muy temprano.

Ahora, en el simposio que tuvo lugar en la capital italiana racientemente y que llevó por título "Adolescencia, sociedad y psicoterapia", en colaboración con el Ministerio de Justicia, las hipótesis fueron ratificadas.

Entre las conclusiones, se destaca una que insiste en llamar la atención a los padres y a los educadores respecto de la conducta sexual de sus hijos púberes. Es un hecho que el descubrimiento del sexo se está concretando cada vez más temprano.

El profesor Giovanni Bonfiglio ha subrayado que "el término medio se inicia a los 17 años. Sin embargo, muchos adolescentes de ambos sexos ya han mantenido relaciones a los 14. Y existen también quienes a los 10 han descubierto su homosexualidad. Se inician, todos ellos, con parejas mayores. No son pocos los varones que admiten haber sido seducidos por mujeres que les llevaban entre 12 y 20 años".

Ocurre, según los especialistas, que durante la pubertad son muy pocos quienes se encuentran en condiciones de enfrentar una situación tan delicada como la de la iniciación sexual. No se trata ya de la tradicional violencia familiar, sino de una irremediable inmadurez que, según se afirma, puede llevar luego a la marginación social.

Una investigación llevada a cabo entre 4.000 jóvenes drogadictos demuestra que 1.490 varones ratifican haber llegado a una relación sexual completa antes de los 10 años, más de la mitad con mujeres de entre 22 y 44 años.

Lejos de resultar placentera, la experiencia puede ser traumática y no son pocas las veces en que la víctima cae en la desesperación. Tanto el alcohol como las drogas se transforman así en paraísos artificiales, mediante los cuales el púber intenta olvidar lo ocurrido.

Aún cuando la violencia carnal contra un menor de 14 años se castiga con penas severas, que van desde los 3 a los 10 años de prisión, son pocos quienes se atreven, a denunciarla.

Nº DOCUMENTO
TITULO

LA REPUBLICA
21-8-92

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

Guerra de "narcos" en favelas de Río

Río de Janeiro (ANSA)

■ Los vecinos de la favela de Vidigal, en el peñasco Dois Irmaos, del barrio carioca de Leblón, sufren hace semanas con el enfrentamiento de bandas de narcotraficantes rivales que luchan entre sí para dominar los puntos de venta de marihuana y cocaína.

A pocos metros del elegante hotel Sheraton de Río de Janeiro, la favela de Vidigal ha sido frecuentemente invadida por narcotraficantes de la favela Rocinha, la mayor de América Latina, con cerca de 250.000 habitantes.

Ambas favelas se comunican a través de la montaña de Los Dois Irmaos, y las incursiones de uno u otro grupo, fuertemente armados, abundan en altas horas de la noche.

El último enfrentamiento fue el miércoles, y provocó la muerte de tres vecinos, y varios heridos.

Los narcotraficantes cariocas instalados en la mayoría de las favelas de la ciudad son afiliados al "Comando Vermelho" (CV), grupo de crimen organizado cuyos mayores líderes están detenidos en la cárcel de seguridad máxima Bangu I, desde donde dirigen a sus "pupilos".

Desafiando las incursiones policiales en la favela Mineira, en el barrio de Estacio, próximo al centro de Río, los seguidores de Fabinho, el "capo" local que está en Bangu I, ayer soltaron un globo iluminado, de grandes dimensiones, cargado con fuegos artificiales, y con las iniciales CV, y la leyenda "Libertad a Fabinho".

El globo fue divisado en varios barrios próximos, y con más de 650 disparos, de revólveres, metralletas y fusiles, los compañeros de Fabinho festejaron su ascensión.

En la misma favela de la Mineira, la policía militar y civil de Río de Janeiro incursionaron hace dos semanas por las estrechas callejuelas del cerro, para sorprender y detener a los narcotraficantes, con la ayuda de croquis confeccionados por computadoras, y de un camión blindado.

La operación no tuvo mayor éxito, ya que los cabecillas de los narcotraficantes están siempre atentos, y consiguen escapar por "corredores" especialmente construidos a través de los cerros.

La operación podría haber causado muchas bajas policiales, pues los narcotraficantes cuentan con fusiles Barret light-fifty, calibre 50, semiautomáticos, utilizados en la guerra del golfo.

Las balas de este fusil tienen la punta de uranio, y pueden atravesar superficies blindadas.

01/01 9208945

PAG./12

24-4-92

NARCOTRAFICO Y BLANQUEO

Curso para banqueros

(*Por R.L.*) "El precio de la cocaína ha bajado en la Argentina, eso significa que está disponible y que existe la intención de desarrollar aquí un mercado importante", opinó John Gibbons, especialista norteamericano en la lucha contra el lavado de dinero y narcotráfico, frente a unos sesenta banqueros nacionales invitados especialmente por la Asociación de Bancos Argentinos (ADEBA). Gibbons dijo que este país no se convertirá en un centro de operaciones de blanqueo de divisas debido a que "hay magistrados y fiscales con una moral muy decente para poder manejar esas situaciones", pero igualmente aconsejó tomar medidas para evitar inversiones de dudoso origen.

Ex presidente suplente de la fuerza de Lucha contra el Delito y la Extorsión Sistematizada en Los Angeles y ex fiscal adjunto del Distrito Norte de California, Gibbons reveló que "el narcotráfico en Estados Unidos mueve una suma anual que oscila entre 250.000 y 500.000 millones de dólares".

"Hemos encontrado conexiones entre los carteles colombianos de la droga y la mafia siciliana, que actuaron en conjunto traficando droga y lavando dinero sucio", señaló Gibbons.

Con su dinero, "los carteles compran edificios y grandes áreas agrícolas —indicó Gibbons—. En Estados Unidos tenemos una norma conocida como ley R.I.C.O., que confisca las propiedades que se compraron con dinero del crimen organizado, pero eso es muy raro que ocurra.

—*En países del Tercer Mundo, como Argentina, se alienta el ingreso de capitales sin preguntar su origen. ¿Cuál es el método para evitar que lleguen dólares sucios?*— consultó **Página/12** al concluir la conferencia.

—El banquero conoce al cliente y tiene que saber de dónde vienen esos dólares...

—*Pero hay veces que los dólares no pasan por los bancos y se destinan a comprar edificios o a construir hoteles.*

—Se debe hacer un seguimiento de los antecedentes de los inversores, que no se hizo en Estados Unidos con el Banco de Crédito y Comercio Exterior (BCCI).

01/01 9208946

LA NACION 21-5-92

Drogas, frente común

BOGOTA (UPI).– El comandante de la policía antinarcóticos de Colombia, general Rosso Serrano, propuso en la Conferencia Internacional de la Interpol la creación de un "cartel contra la droga".

El comandante, que hizo un diagnóstico sobre el problema del contrabando internacional de estupefacientes, pidió a los asistentes a la Primera Conferencia sobre Tráfico de Drogas y Armas en la Region Americana "la adopción de nuevos mecanismos para combatir el procesamiento de la cocaína".

01/01

9208947

Nadie piensa en los pobres

Incineran 180 millones de dólares en cocaína

Agentes antinarcóticos de la Policía Judicial panameña incineraron este martes cinco toneladas de cocaína, valoradas en 180 millones de dólares, las cuales fueron capturadas la semana pasada en la Zona Libre de Colón, informaron fuentes policiales.

El cargamento, el más grande capturado jamás en Panamá, fue detectado en el depósito de la empresa panameña Celeste Internacional, cuyos cuatro principales directivos se encuentran detenidos.

La droga fue incinerada en el antiguo aeropuerto militar de las desmanteladas Fuerzas de Defensa, que dirigió el ex general Manuel Noriega, a unos 25 quilómetros al este de la capital, informó AFP.

Cerca de 30 agentes descargaron 259 sacos, en cuyo interior estaban las 5,4 toneladas de cocaína, camufladas en envases para transportar mosaicos.

El director de la Policía Técnica Judicial, Jaime Abad, aseguró que la droga incautada "es el cargamento más grande capturado en Centroamérica en los 12 últimos meses".

Poder que Mata: Droga, Robos y una Escalada de Asesinatos

ROMA.— Mientras la violencia mafiosa domina en Italia los primeros días de 1992, un informe reveló que los homicidios se han duplicado en los últimos cuatro años debido a la acción de la criminalidad organizada.

La mafia se ha extendido a la región meridional de Apublia, donde la "Sacra Corona Unida" es sospechada de ser la responsable de haber colocado una bomba al plástico que por un milagro no hizo descarrilar el tren expresó Lecce-Zurich.

Esta escalada de la violencia mafiosa a los atentados terroristas se debería a una alinaza de grupos de la "mala" con grupos de extrema derecha. Varias bombas estallaron en Calabria, algunos guardiacárceles han sufrido atentados en Catania (Sicilia) y en Nápoles la camorra ha intensificado sus acciones delictuosas.

Este panorama ha puesto en el centro del debate italiano el reclamo de imponer leyes excepcionales, una medida a la que se opuso el primer ministro Giulio Andreotti, "lo mejor es aplicar las leyes", dijo Andreotti. Lo apoyó el jefe socialista Bettino Craxi, quien señaló que 21.000 delincuentes están en libertad porque no se han realizado en tiempo útil los procesos judiciales.

El auge de las organizaciones delictivas y el "poder combinatorio" de las mafias fueron radiografiados en un informe del "Censis", el principal instituto de investigaciones sociales de Italia, que presentó el presidente del Senado, Giovanni Spadolini en un acto público.

El informe destaca que entre 1986 y 1990 los homicidios aumentaron en un 103 por ciento, mientras que en los principales países europeos ha descendido el porcentaje de asesinatos.

El Censis señaló, además, que este impresionante incremento de los homicidios, se debe a la acción de las mafias y no a un aumento generalizado de la violencia en la sociedad.

El informe también destaca que los robos de automóviles aumentaron un 46 por ciento en Italia, en contratendencia con el resto de Europa, donde estos delitos han disminuido en los últimos cuatro años en un 5 por ciento.

El Censis reveló que el tráfico de drogas, que en los dos últimos años ha causado un promedio de tres muertos diarios en Italia, está rígidamente controlado por la mafia.

La heroína sigue siendo la droga pesada predilecta de los toxicodependientes y ocupa entre el 55 y el 60 por ciento del mercado peninsular. Hay 17.000 heroinómanos en Italia, que cometen una interminable cantidad de delitos para procurarse el dinero que les permita comprar tres dosis cotidianas.

La cocaína cubre entre el 25 y 31 por ciento del mercado mientras que el haschis y otras drogas ligeras el restante 10 a 15 por ciento.

Más de 200.000 miembros de las fuerzas de seguridad no bastan para controlar el crecimiento de la criminalidad organizada.

Nº DOCUMENTO 9208950

TITULO BALANCE DE LA LUCHA ANTIDROGAS EN EE.UU hasta 1991

PROCEDENCIA LA Juventud

FECHA 21/2/92

001/3

ADONDE VA EL DINERO DE LA DROGA

9208950

Una de las principales agencias del Congreso norteamericano encargada de realizar encuestas sobre el uso de los fondos públicos, la General Accounting Office (GAO) ha publicado a fines de setiembre de 1991, un informe indicando que, a pesar del papel creciente de las fuerzas armadas en la guerra contra la droga, "el flujo de cocaína que ha entrado a los Estados Unidos en 1989 y en 1990 no ha disminuido".

Al mismo tiempo, otro informe de los servicios anti-droga de los Estados Unidos admite: "el importante aumento de las capturas de drogas en Panamá durante el primer trimestre de 1991, es una prueba más de la considerable importancia que ha cobrado el tránsito de cocaína en el período que a seguido la operación "Justa Causa".

Se puede deducir que esta operación - la invasión militar de Panamá en diciembre de 1989 por los Estados Unidos y la captura del General Noriega, jefe de Estado tenía quizás móviles diferentes que el poner fin al tráfico de droga...

Capaces de invadir un país para aprehender a un traficante, los Estados Unidos dan prueba de una pasividad asombrosa cuando son sus aliados los que están involucrados en el mismo comercio. Esta actitud no es nueva. Durante la guerra de Vietnam, los generales laosianos y sudvietnamitas, sostenidos por la CIA, se dedicaron al tráfico de heroína en gran escala.- Esta droga estaba destinada fundamentalmente, al consumo de los militares norteamericanos: entre 10 y 15% han sido consumidores durante la guerra y muchos han continuado consumiento la droga a su retorno.

Antes de ser controlado por los colombianos, el mercado de la droga de Miami era asunto de cubanos, en particular de los exiliados que participaron en la invasión de la Bahía de Cochinos, orquestada por la CIA en abril de 1961. En 1971, más de una centena de ellos fueron detenidos en el curso de una intervención bautizada "Operación Aguila". Según el procurador general John Mitchell, su red era responsable del 30% de la heroína y del 75% al 80% de la cocaína distribuida en los Estados Unidos.

Uno de los que dirigían la invasión a la Bahía de Cochinos, Frank Castro, ha reconocido haber sido entrenado por la CIA en la base norteamericana de Fort Jackson para realizar actividades terroristas en el marco del Comando Of Unite Revolutionary Organizacions (CORU) organizada por Vernon Walters y George Bush para luchar contra Fidel Castro y contra los intereses cubanos en el mundo.

Un viejo jefe de comando de la CIA, Grayston Lynch explica que los contrabandistas y los traficantes de droga son los mejor preparados por sus actividades ilícitas para infiltrarse clandestinamente en un país.

En estas condiciones, a nadie asombra que entre 1975 y 1980, Frank Castro haya trabajado con los carteles de la cocaína y de la marihuana. Posteriormente en 1983, fue inculpado en y Texas, procesado haber introducido 5 toneladas de "cannabis" en los Estados Unidos.

Inmediatamente, Frank Castro financió, junto a otros traficantes un campo de entrenamiento para los "contras" antisandinistas del frente sur, con base en Costa Rica.

Es así que se beneficia, casi por azar, de quedar fuera del asunto de Texas en el preciso momento en que es inaugurado el campo.

Robert Owen, representante allí del coronel North, le escribía a su jefe: "Frank Castro está involucrado en el tráfico de drogas, pero él nos es sumamente útil".

BUSH DEBIERA RECORDAR

Estas operaciones clandestinas **contra Nicaragua se han cumplido después que el Congreso había suspendido (Enmienda Bolan) la mayor** partida de ayuda a los "contras" entre ocubre de 1984 y octubre de 1986.

Los aviones provenientes de los Estados Unidos, que aportaban armas, víveres y equipos a la "contra" con base en Costa Rica, volvían inmediatamente a Colombia.

A su regreso, transportaban cargamentos de cocaína suministrados por los jefes de los carteles de Medellín, *Pablo Escobar y Jorge Luis* Ochoa y cargados en los campos controlados por la CIA al norte de Costa Rica.

Uno de los pilotos, Michael Tolliver ha declarado dentro de la Comisión Kerry que en marzo de 1986 había transportado 156 toneladas de armamento hasta la base aérea de Anacate, en Honduras, con destino a los "contras". Su DC6 había regresado a Florida con 25.306 libras de marihuana, que él había descargado luego en la base de Homestread y que por este viaje le había pagado 75 mil dólares.

Incluso el propio Departamento de Estado había estado directamente comprometido en el tráfico a través de la "ayuda humanitaria" aportada a los "contras", la única ayuda que no había sido suspendida por el Congreso.

La Comisión Kerry ha encuestado las compañías aéreas oficialmente implicadas: Sectro Air, una compañía creada en Honduras por el traficante Ramón Matta Ballesteros y sobre el cual existían informaciones muy precisas provenientes de la DEA en 1958; DIACSAA, compañía de Miami, cuartel general de los traficantes Kloyd Carlton y Alfredo Caballero, amigo de Noriega; Frigoríficos de Puntarenas, compañía en manos de la mafia cubana refugiada en Estados Unidos: VORTEX, perteneciente al piloto Michael Palmer, condenado por tráfico de cocaína en Colombia y bajo la vigilancia del FBI luego que fue reclutado.

El general Noriega era una pieza fundamental del dispositivo creado por el director de la CIA. William Casey y por el coronel Oliver North, para revocar la suspensión de ayuda a los "contras". El favorece la organización de atentados a Managua en marzo de 1985 y propone asesinar a los principales dirigentes sandinistas.

En cambio, las autoridades norteamericanas cierran los ojos sobre sus implicaciones en el tráfico de marihuana y cocaína, consignados en los informes de la CIA y de la DEA en 1973.

- Es difícil imaginar que George Bush, después de su pasaje a la cabeza de la CIA entre 1975 y 1977, haya ignorado la participación del general Noriega en el tráfico de droga y en el blanqueo de dinero. Sorprende que una vez electo vice presidente de los Estados Unidos, no haya estado al corriente de las operaciones montadas por William Casey y Oliver North.

¿La captura del General Noriega en diciembre de 1989, pone fin al tráfico? De ningún modo. El hombre fuerte de Panamá protegía las redes que le pagaban un porcentaje.

En particular, el cartel de Medellín. Actualmente, con la desaparición de este elemento regulador, el desarrollo del tráfico es anárquico. Se sabe, por otra parte, que los nuevos dirigentes de Panamá están tan comprometidos como Noriega.

El presidente Guillermo Endara era el hombre de confianza de Carlos Eleta, acusado en los Estados Unidos de haber querido entrar al mercado norteamericano media tonelada de cocaína por mes y de formar parte del consejo de administración del Banco Interoceánico SA Interbanco, utilizado por los carteles para blanquear el dinero producido por la droga.

Si América Central y el Caribe son las principales zonas de tránsito de la cocaína colombiana, Afganistán y Pakistán constituyen la segunda región productora de opiáceos, suministrando entre 65 y 75% de la heroína consumida en Francia y en el resto de Europa.

Existe una gran diferencia entre la situación en América Central donde los conflictos regionales han modificado las redes de droga que ya existían y la que reina en Afganistán donde la guerra es la causa principal del estallido de la producción de opio y de heroína.

Antes de 1979, existía en Afganistán dos cultivos de "adormidera". La producción estaba destinada a

9

920895?

Nº DOCUMENTO
TITULO
...CIONES



George Bush, Jefe de la CIA entre 1975 y 1977.

los fumadores y a usos domésticos. A partir de 1980 no existe poder central capaz de controlar las actividades ilícitas y los soviéticos bombardean sistemáticamente las cosechas de los campesinos. Estos, entonces se ven obligados a cultivar productos más rentables sobre áreas más reducidas, como es el opio.

La producción de "adormidera", favorecida por la guerra, se ha desarrollado lentamente a partir de zonas de cultivo tradicionales: al norte, en el Badarkjhshan, región particularmente aislada, a lo largo de la frontera pakistaní, y al sur, en la región de Helmand.

Luego que las tropas soviéticas se replegaron sobre un perímetro de seguridad en 1987 y sobre todo, cuando se retiran de Afganistán en 1988, los cultivos crecen rápidamente. Por dos razones: por un lado, los refugiados que son más de tres millones inician un movimiento de retorno. El 20% de ellos entrará en las regiones próximas a la frontera pakistaní y no tendrán otras fuentes de recursos que la venta de opio para reconstruir casas e infraestructura. Por otra parte los comandantes que reciben partidas de armas mensuales desde los EE.UU. deben encontrar otras fuentes de financiamiento para enfrentar el gobierno y las facciones rivales de la resistencia.

Los pakistaníes que en octubre de 1991 continuaban enviando armas a los fundamentalistas de la resistencia, tenían el mayor interés en que el conflicto continuara. Es así que sus servicios secretos (Inter Service Intelligente) han aprovechado el monopolio de los envíos de armas que les ha conferido Estados Unidos para utilizarlo en el tráfico de heroína.

La prensa pakistaní, en la época de la dictadura del general Zia ha consignado cómo los mismos camiones que enviaban las armas a los moudjaidins traían el opio a Afganistán. Esto era transformado en heroína en Pakistán y expedido al sur del país a fin de ser exportado.

La CIA que trabajaba en estrecha colaboración con el ISI, no podía ignorar este tráfico. Ciertos observadores van aún más lejos: afirman que ella lo ha favorecido.

Parece que una gran parte de este tráfico no estaba destinado solamente al enriquecimiento personal de algunos militares.

Constituye asimismo una fuente de recursos para el Estado. Benazir Bhutto, apenas llegada al gobierno no ha podido atacar el tráfico, pero algunas medidas adoptadas por su gobierno como la extradición de los grandes popes de la heroína a los EE.UU. y el proyecto de confiscar los bienes de los traficantes, han impulsado a los militares a la desestabilización de su gobierno en 1990.

Los servicios secretos occidentales están persuadidos que una gran parte del equipamiento armado de los pakistaníes ha sido pagado por el dinero de la heroína que les reporta de 2 a 4 mil millones de dólares cada año...

ALAIN LABROUSSE

"Les obscurs destins de l'argent de la drogue" por Alain Labrousse
Le Monde Diplomatique, enero de 1992
(Trad. H.S.)

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA El País

FECHA 24/2/92

El Narcotráfico También Provoca la Contaminación

MEXICO (AP).— Queroseno, bicarbonato de sodio, amoniaco, ácido sulfúrico, potasio, éter etílico, acetona y ácido clorhídrico son nombres comunes en el proceso de transformación de la hoja de coca en cocaína.

El uso ilegal de estos químicos en las selvas de Bolivia, Colombia y Perú, los mayores productores de coca y cocaína en el mundo, es sólo el inicio de un ciclo de destrucción que ha alcanzado niveles peligrosos para el ecosistema internacional.

El problema, con su carga de dramatismo, volverá a ser planteado en la cumbre antidrogas de San Antonio, Texas, el 26 y 27 del actual mes. Los presidentes de esas naciones, más los de Ecuador, Venezuela, México y Estados Unidos, buscarán nuevas vías para el control de esas sustancias.

Los residuos químicos son arrojados a las laderas de las colinas ocasionando la muerte de árboles y suelos, o a los ríos amazónicos con el subsecuente daño a la vida fluvial.

Pero combatir el narcotráfico tiene a su vez repercusiones ecológicas propias. Para acelerar la destrucción de cultivos de coca, marihuana y opio, algunos países están recurriendo a la fumigación aérea en gran escala, con riesgos a la vida en todas sus manifestaciones.

Colombia, primer país productor de cocaína, al ver con alarma en el cultivo ilegal de la amapola el surgimiento de un nuevo giro del narcotráfico, ha ordenado el empleo del herbicida glifosato en un intento de controlar rápidamente la situación.

La Sociedad Ecológica Colombiana dijo que el roducto químico afectaba "no sólo la flora y fauna del área sino también a las personas. Pero las autoridades creen que se trata de una cuestión de lógica. Lo que pueden hacer 200 o 250 policías en 15 días lo hace un helicóptero con cinco o diez hombres en una jornada.

En el Perú, que produce más de la mitad de la coca mundial, el plan de fumigación de cocales con el herbicida "spiker", dio lugar a protestas de ecologistas y campesinos a fines de la década pasada. El gobierno del entonces presidente Alan García tuvo que cancelar las operaciones.

Bolivia, en cambio, no ha tenido mayores problemas. En los últimos dos años ha erradicado más del 10 por ciento de su superficie de 58.400 hectáreas de cocales ilegales. El programa se inició hace casi un lustro mediante la sustitución de productos y apertura de nuevos polos de desarrollo, especialmente en la región del Chapare, con ayuda estadounidense.

Pero, el procesamiento de la coca no sólo produce contaminación ambiental, sino también una tala masiva de árboles amazónicos para abrir espacios para la siembra de la planta.

"La tala indiscriminada crea trastornos al ecosistema", expuso el presidente peruano Alberto Fujimori ante un grupo de ecologistas en Londres a comienzos de febrero. "El relave de las lluvias se lleva las sustancias nutrientes del suelo que queda debilitado y sujeto a peligrosas erosiones".

Expertos de Washington han calculado que en el sistema hidrográfico amazónico, las plantaciones de coca, su procesamiento y las actividades del narcotráfico han destruido en la década pasada unas 700.000 hectáreas de selva, o el 10 por ciento de la selva tropical total destruida en el Perú en un siglo.

En un estudio del Departamento de Estado norteamericano se indica que las necesidades de la industria farmacéutica y la población indígena del Perú pueden ser atendidas con 16.000 hectáreas de coca. Los cultivos de ese país llegan actualmente a 250.000 hectáreas.

Desde mediados de la década pasada, la destrucción de bosques tropicales llegó a unas 45.000 hectáreas en Bolivia, particularmente en la fértil región del Chapare.

01/01

9208951

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA El País

FECHA 24/2/92

El Narcotráfico También Provoca la Contaminación

MEXICO (AP).— Queroseno, bicarbonato de sodio, amoniaco, ácido sulfúrico, potasio, éter etílico, acetona y ácido clorhídrico son nombres comunes en el proceso de transformación de la hoja de coca en cocaína.

El uso ilegal de estos químicos en las selvas de Bolivia, Colombia y Perú, los mayores productores de coca y cocaína en el mundo, es sólo el inicio de un ciclo de destrucción que ha alcanzado niveles peligrosos para el ecosistema internacional.

El problema, con su carga de dramatismo, volverá a ser planteado en la cumbre antidrogas de San Antonio, Texas, el 26 y 27 del actual mes. Los presidentes de esas naciones, más los de Ecuador, Venezuela, México y Estados Unidos, buscarán nuevas vías para el control de esas sustancias.

Los residuos químicos son arrojados a las laderas de las colinas ocasionando la muerte de árboles y suelos, o a los ríos amazónicos con el subsecuente daño a la vida fluvial.

Pero combatir el narcotráfico tiene a su vez repercusiones ecológicas propias. Para acelerar la destrucción de cultivos de coca, marihuana y opio, algunos países están recurriendo a la fumigación aérea en gran escala, con riesgos a la vida en todas sus manifestaciones.

Colombia, primer país productor de cocaína, al ver con alarma en el cultivo ilegal de la amapola el surgimiento de un nuevo giro del narcotráfico, ha ordenado el empleo del herbicida glifosato en un intento de controlar rápidamente la situación.

La Sociedad Ecológica Colombiana dijo que el producto químico afectaba "no sólo la flora y fauna del área sino también a las personas. Pero las autoridades creen que se trata de una cuestión de lógica. Lo que pueden hacer 200 o 250 policías en 15 días lo hace un helicóptero con cinco o diez hombres en una jornada.

En el Perú, que produce más de la mitad de la coca mundial, el plan de fumigación de cocales con el herbicida "spiker", dio lugar a protestas de ecologistas y campesinos a fines de la década pasada. El gobierno del entonces presidente Alan García tuvo que cancelar las operaciones.

Bolivia, en cambio, no ha tenido mayores problemas. En los últimos dos años ha erradicado más del 10 por ciento de su superficie de 58.400 hectáreas de cocales ilegales. El programa se inició hace casi un lustro mediante la sustitución de productos y apertura de nuevos polos de desarrollo, especialmente en la región del Chapare, con ayuda estadounidense.

Pero, el procesamiento de la coca no sólo produce contaminación ambiental, sino también una tala masiva de árboles amazónicos para abrir espacios para la siembra de la planta.

"La tala indiscriminada crea trastornos al ecosistema", expuso el presidente peruano Alberto Fujimori ante un grupo de ecologistas en Londres a comienzos de febrero. "El relave de las lluvias se lleva las sustancias nutrientes del suelo que queda debilitado y sujeto a peligrosas erosiones".

Expertos de Washington han calculado que en el sistema hidrográfico amazónico, las plantaciones de coca, su procesamiento y las actividades del narcotráfico han destruido en la década pasada unas 700.000 hectáreas de selva, o el 10 por ciento de la selva tropical total destruida en el Perú en un siglo.

En un estudio del Departamento de Estado norteamericano se indica que las necesidades de la industria farmacéutica y la población indígena del Perú pueden ser atendidas con 16.000 hectareas de coca. Los cultivos de ese país llegan actualmente a 250.000 hectáreas.

Desde mediados de la década pasada, la destrucción de bosques tropicales llegó a unas 45.000 hectáreas en Bolivia, particularmente en la fertil región del Chapare.

01/01

9208951

MONTEVIDEO, DOMINGO 8 DE MARZO DE 1992 EL PAIS

EL MUNDO DEL DELITO

La Droga encuentra Nuevas Rutas en una Lucha que no Tiene Final

■ La ofensiva policial asestó fuertes golpes al narcotráfico. Pero, la delincuencia encuentra diferentes caminos para transportar su carga letal y lavar millones de dólares.



Así queman la cocaína requisada en Perú. En 1991, la Policía interceptó 300 toneladas.

TIME

WASHINGTON D.C.— Las requisas de droga en todo el mundo se han multiplicado, mientras la demanda de cocaína en Estados Unidos decreció. Los cabecillas del infame Cartel de Medellín están muertos o en prisión, y las policías de Estados Unidos y Colombia están persiguiendo a los administradores del tráfico de estupefacientes encargados de las operaciones de "lavado de narcodólares". El presidente George Bush y cinco de sus colegas latinoamericanos que se reunieron en San Antonio (Texas) la semana pasada, si bien tuvieron divergencias, también encontraron sobrados motivos para felicitarse. Está dando resultado una enorme inversión en la represión y aplicación de la ley, así como en educación contra la droga. Y, la cooperación internacional nunca fue más armoniosa que ahora.

Esas son las buenas noticias. Aquí están las malas noticias. Si bien la policía ha asestado varios golpes de éxito a los traficantes de drogas desde que se celebró la "cumbre" antidroga en Cartagena (Colombia) en 1990, la comercialización de la droga parece mantener gran fortaleza. La hidra de la droga parece imposible de matar; cada tentáculo que le amputan simplemente vuelve a reproducirse, quizás en algún nuevo lugar. Pero, las líneas de abastecimiento se mantienen funcionando. Acosados en su propio país, los traficantes de droga colombianos cambiaron sus rutas de suministro y parte de sus operaciones a Venezuela, Brasil, Bolivia, Perú y Ecuador, y lograron abrir nuevos mercados en Europa. En su país, ya no se preocupan de la extradición, porque está prohibida por las normas de la nueva Constitución.

Obstaculizados por la acción de la Guardia Costera de Estados Unidos, la Aduana y la participación militar en los operativos, los traficantes ven dificultada su ruta marítima de acceso al Sur del Estado de Florida. Por ello, optaron por sacar la droga en vuelos que dejan caer su letal carga en puntos asignados en el Caribe, Panamá, Guatemala y México. La actuación de los aviones espía de Estados Unidos, incluyendo los aparatos AWACS con equipos de alta tecnología, los narcotraficantes, les está cerrando el frente aéreo del territorio estadounidense, lo que les indujo a utilizar decenas de pequeñas embarcaciones o emplear remolques tirados por tractores, en sinuosas rutas terrestres.

LOS NUEVOS CULTIVOS

Entre los puntos más preocupantes para los gobernantes latinoamericanos figura la rotación de cultivos hacia la heroína, por la que obtienen precios mucho mayores, ya que todo parece indicar que será nuevamente la droga más codiciada.

En los últimos meses, los escuadrones antidroga de las policías de Guatemala y Colombia descubrieron centenares de plantíos de amapola. El general José Rozo Serrano, Jefe de las Brigadas de Narcóticos, de la policía colombiana, estima que en su país hay 10.000 hectáreas con plantíos de amapola de opio, lo que ha convertido a Colombia, de la noche a la mañana, en el octavo productor del mundo. Esta es otra de las drogas con buena cotización. Serrano advirtió que "si no tomamos medidas urgentes, en dos años habrá 100.000 hectáreas plantadas".

TRES CASOS MUY CLAROS

Entre los países latinoamericanos afectados por el problema del comerico ilícito de la droga figuran los siguientes:

MÉXICO: Si Colombia es el centro neurálgico del comercio de la droga, México se ha convertido en su brazo más importante. Entre 50 por ciento y 70 por ciento del total de cocaína que ingresa a Estados Unidos (de 400 a 500 toneladas anuales), llega a través de México. También lo hace el 70 por ciento de la marihuana y el 20 por ciento de la heroína. La sociedad mexicana también ha reflejado el impacto. Un informe de Naciones Unidas indicó que el consumo de droga en México creció 20 por ciento en 1991. Las requisas de cocaína en México crecieron de 9.000 kilos en 1989 a 90.000 kilos en 1991. Algunas de las intercepciones de cargamentos son consecuencia de la cooperación sin precedentes entre las agencias especializadas de México y Estados Unidos, incluyendo un masivo esfuerzo de interdicción aérea, utilizando aviones mexicanos y radar estadounidense. Pero el crecimiento muestra que México se ha convertido en uno de los principales canales de exportación de la droga colombiana. A medida que aumenta el tráfico, lo hace la violencia en proporción directa. Desde el 1° de enero, por lo menos treinta asesinatos vinculados al tráfico de drogas ocurrieron en la zona de Tijuana (México).

VENEZUELA: Cuando los traficantes colombianos comenzaron a huir a raíz de la represión en Bogotá hace algunos años, su primera escala fue en el país vecino. Desde ese momento, Venezuela se convirtió en un eslabón de creciente importancia en la cadena internacional de la droga. No sólo se envían grandes cantidades de droga a través de Venezuela, sino también este país se ha



Nº D

TITULO

PROCEDENCIA EL PAIS.

FECHA 24-3.92.

11176

66960

11214

11676

11374

11369

ENTRADO

CRUZADO

F

Bilardo Contra la Droga

BUENOS AIRES (ANSA). — El ex entrenador del seleccionado de fútbol de Argentina que fue campeón mundial en México '86 y subcampeón en Italia '90, Carlos Bilardo, encabezará un programa gubernamental de la lucha contra la droga.

Así lo anunció hoy aquí el gobernador de la provincia de Buenos Aires, el mayor estado argentino, Eduardo Duhalde.

El programa atenderá a los jóvenes y consistirá en la prevención de la adicción a las drogas y al alcohol.

01/01

9208953

SIETE EN LA MADRUGADA DE AYER Y 23 EN LO QUE VA DEL MES

Saqueos a supermercados en Río: la policía acusa a los narcotraficantes

El Brasil anunció ayer oficialmente que no pudo cumplir con los compromisos acordados con el Fondo Monetario Internacional (FMI). De todos modos no pedirá una dispensa sino que se postergue la entrega de la segunda cuota del crédito concedido en enero pasado. El Banco Central retomó también desde ayer el control de las cotizaciones del dólar en el mercado paralelo. La ola de saqueos que azota Río de Janeiro se intensificó en las últimas 48 horas. Las autoridades policiales presumen que se trata de un movimiento organizado por jefes del narcotráfico que operan en las "favelas" cariocas.





Agencia AFP

Dos escenas de los últimos saqueos a supermercados en Río de Janeiro: la policía afirma que el narcotráfico incita a los habitantes de las "favelas" a cometer los asaltos.

RIO DE JANEIRO, 6 (AFP, EFE y Reuter). — El pico más alto de una ola de saqueos, iniciada hace poco menos de un mes en Río de Janeiro, se produjo hoy por la madrugada cuando **siete supermercados de los suburbios más pobres de esa ciudad fueron "asaltados" por grupos de aproximadamente 50 personas.**

A pesar del refuerzo en la vigilancia policial e incluso la presencia de fuerzas de seguridad privada pagada por los comerciantes, 23 supermercados fueron saqueados, en forma sistemática, desde el pasado 7 de abril hasta hoy. Los saqueadores —hombres, mujeres y niños provenientes de las "favelas" de la zona norte de Río, algunos de ellos armados— rompieron vidrieras y desvalijaron los comercios al grito de "queremos comida" o "tenemos hambre".

Las acciones, que según las autoridades policiales podrían estar comandadas por bandas de narcotraficantes que tienen su cuartel general en las "favelas", recrudeció en las últimas 48 horas al registrarse 4 supermercados saqueados el martes y 7 hoy.

Los argumentos en los que se basa la hipótesis policial, según fuentes periodísticas cariocas consultadas por **Clarín**, serían los siguientes:

- Los establecimientos saqueados se hallan próximos a grupos carenciados considerados reductos de los narcotraficantes
- Los delitos cometidos respondieron a un plan previo, es decir, no fueron producto de la improvisación o la desesperación.
- Gran parte de la mercadería robada no son artículos de primera necesidad (whisky, shampoo y productos de perfumería, por ejemplo).

Conflicto localizado

La fuente mencionada aseguró, sin embargo, que por el momento se desconoce si se trata de movimientos organizados y consideró improbable que se trate de un estallido social provocado por la miseria en la que viven estos grupos marginales. "Hemos consultado a varios cientistas sociales de Río y la mayoría coincidió en que la miseria se extiende por todo el país mientras que los saqueos se localizan sólo en la capital carioca. Esto hace presuponer que se trataría de un fenómeno más complejo que el del estallido social", explicó telefónicamente **Paulo** Ceceu del **Jornal do Brasil**.

El gobernador de Río, **Leonel Brizola**, descartó todo tipo de comparación de estos hechos con los ocurridos la semana pasada en la ciudad norteamericana de Los Angeles. Brizola, aunque reconoció que la pobreza, la recesión y el desempleo que azotan el Brasil es un aliciente para estos delitos, atribuyó la "orquestación" de los saqueos a "un movimiento planeado contra la ciudad para desprestigiar su administración".

"Son actos de vandalismo de oportunistas que violentan el carácter ordenado de la población carioca y siembran la inseguridad en la población", opinó, por su parte, **Carlos Alberto Barcelos**, secretario ejecutivo de la Asociación de Supermercados de Río de Janeiro. El funcionario agregó que la asociación envió notas a los ministros de Ejército y Justicia del Brasil para exigir la movilización militar para detener la oleada de saqueos que ellos consideran "un problema de seguridad nacional".

Luego de los saqueos del día martes, la policía militar del estado decidió movilizar a las zonas consideradas "de riesgo" a su tropa de elite, el Batallón de Operaciones Policiales Especiales (BOPE), para reprimir la acción de los saqueadores. Sin embargo, en la madrugada de hoy (hora en la que generalmente ocurren los asaltos) fueron desvalijados comercios en los barrios marginales de Rocha, Maracaná, Praça Seca, Iraja y Oswaldo Cruz, donde los invasores destruyeron las puertas de un comercio con un automóvil marcha atrás.

A pesar de que según la policía muchos de los saqueadores iban armados y hubo intercambio de disparos, no se registraron muertos ni heridos. Hubo 30 detenidos, la mayoría mujeres y niños. Algunos comerciantes han contratado agentes de seguridad que, provistos de armas, están decididos a disparar ante la posibilidad de nuevos saqueos.

"Los jefes de la droga son vistos como Robin Hood", dijo a la prensa el teniente coronel Paulo César, del BOPE. "Ellos están detrás de todo esto", agregó.

Según un informe especial publicado por la prensa carioca, grupos de narcotraficantes distribuyen alimentos y brindan "protección" a los habitantes de las "favelas" a cambio de que los niños (que no pueden ser penalizados por la ley) sirvan a la distribución de la droga.

01/02 9208954

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA El País

FECHA DE PROCEDENCIA 11-5-92

VINCULACIONES

ENTRADO	
CRUZADO	

Rio: Las Tropas Frenan Saqueos; Siguen Asaltos

RIO DE JANEIRO, 10 (AP).— La presencia de centenares de tropas estatales emplazadas en las calles de esta ciudad han contenido una ola de saqueos de supermercados, pero los residentes de los barrios pobres continúan dedicados al pillaje de las tiendas.

Más de 30 supermercados han sido afectados el mes pasado, incluso 15 la semana pasada. Docenas de personas han sido arrestadas, en su mayoría mujeres y niños.

El gobernador Leonel Brizola movilizó a 720 soldados estatales para patrullar las calles, pero los ataques esporádicos continúan.

Los residentes de los barrios pobres saquearon ayer supermercados de Sao Paolo y Sao Goncalvo, población cercana a Rio, las primeras atacadas en las afueras de esta ciudad enclavada en la costa.

El presidente Fernando Collor de Mello dijo que los saqueos no son causados por la pobreza sino que son actos de vandalismo.

"Se trata de asaltos, de robo organizado", dijo Collor de Mello al diario de Rio Jornal do Brasil, según declaraciones publicadas ayer.

La policía y los funcionarios estatales dicen que los traficantes de drogas que operan en los barrios pobres está organizando los saqueos, en represalia por una reciente represión emprendida en toda la ciudad contra sus actividades.

Las autoridades no han podido empero identificar a ninguno de los presuntos "instigadores" ni ofrecer pruebas que respalden sus acusasiones.

02/02

9208954

Nº DOCUMENTO

TITULO NARCOSUBVERSION Y CORRUPCION EN PERU

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA DE PROCEDENCIA 19-5-92

VINCULACIONES

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

El ejercito está minado por la corrupción



Jóvenes senderistas (algunos de no más de 17 años) exhiben sus armas en un lugar cercano a Ayacucho: la guerrilla maoísta obtiene del narcotráfico buena parte de sus ingresos.



PERU POR DENTRO

MILITARES, "NARCOS" Y SENDERO

NUEVA YORK, 18 (Especial para **The New York Times** y para **Clarín**). — Fui asesor de la Policía Antinarcóticos del **Perú** en el año 1990 en el **Valle Huallaga**, donde se origina la mayor parte de la cocaína del mundo. Como especialista de la **DEA (Drug Enforcement Administration)**, ayudé a la policía peruana a apoderarse de aviones pertenecientes a los contrabandistas, allanar laboratorios de cocaína, destruir pistas de aterrizaje ilegales y desintegrar a las mafias de la droga conocidas como "firmas".

A pesar de la guerra contra la droga, la producción de coca no disminuía, los guerrilleros de **Sendero Luminoso** ampliaban su control del Valle Huallaga y elementos corruptos del ejército peruano obstruían cada vez más nuestro trabajo. Por otra parte, **la corrupción contaminaba a los oficiales de la policía antinarcóticos peruana, el principal aliado de los Estados Unidos en la guerra contra la droga.**

El estado de confusión fue aún mayor cuando Sendero Luminoso siguió llevando a cabo ataques inesperados, la economía peruana se desintegró y el efecto desestabilizador del comercio de la cocaína se agudizó más y más. Estos factores prepararon el camino para las recientes medidas —que casi alcanzaron el grado de un golpe militar de derecha— por parte del presidente **Alberto Fujimori**, quien **suspendió la Constitución con el respaldo del ejército**. Además de una probada connivencia militar con los traficantes, altos funcionarios fueron acusados de "narcocorrupción" por periodistas y políticos de la oposición.

A partir de esta realidad ¿cuál es la posición de los Estados Unidos respecto a la guerra contra las drogas en Perú? En primer lugar, consideremos el estado actual de las cosas.

La guerra contra el narcotráfico se vio paralizada durante mucho tiempo ante la imposibilidad del gobierno peruano de controlar a su propio ejército. Los traficantes entablaron relaciones con altos oficiales del ejército que no consideran que la cocaína sea una amenaza para la seguridad nacional.

Si bien el cultivo disminuyó el año pasado en el Valle Huallaga, la causa fue una plaga de hongos y no las campañas antinarcóticos. **Cerca de 380.000 habi-**

DE REVERSO

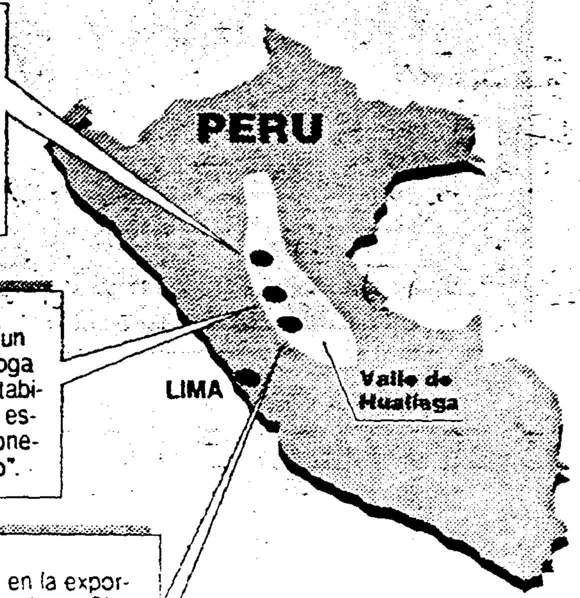
01/05 9208955

EL MAPA DE LA DROGA

Cocaína, terrorismo y militares corruptos forman en Perú una oscura simbiosis. La convivencia de altos mandos militares y policiales con los guerrilleros y los narcotraficantes tiene epicentro en el Valle de Huallaga, al norte de Lima. La presencia de la DEA (Drug Enforcement Administration), de Estados Unidos, completa un cuadro de características explosivas.

SANTA LUCIA
Bastión antinarcóticos financiado por la DEA, en pleno corazón del territorio dominado por el narcotráfico. La acción de los agentes norteamericanos nunca es suficiente para detener las operaciones de los traficantes.

NUEVO PROGRESO
La DEA logró, en 1990, desbaratar un laboratorio de procesamiento de droga donde se encontraron libros de contabilidad y propaganda maoísta. Fue el eslabón que permitió establecer las conexiones del senderismo con el "narco".



UCHIZA
Centro especializado en la exportación de cocaína sin refinar. Ciudad dominada por el ejército de día y por Sendero Luminoso de noche. Los narcotraficantes pagan entre 35 y 50 millones de dólares por año al terrorismo y a los uniformados para tener "protección".

En el Valle de Huallaga –el lugar donde se siembra la mayor cantidad de la cosecha más lucrativa del mundo–, cerca de trescientos ochenta mil habitantes viven de la industria de la droga.

Las notas que aquí se reproducen fueron escritas por un agente de la Drug Enforcement Administration (DEA) que trabajó durante varios años en el Perú y está escribiendo un libro sobre el tema. El ex boina verde confirma la alianza de Sendero Luminoso con el narcotráfico y la profunda corrupción que existe entre los militares y los policías peruanos de quienes depende el destierro de la droga. El mapa ilustra la zona del valle de Huallaga con los principales enclaves de la industria de la cocaína.

Por Stephen G. Trujillo

9208955

tantes del valle están comprometidos en la industria de la cocaína. Mientras tanto, el cultivo siguió aumentando en otras regiones del Perú y en el resto de la región andina.

Los esfuerzos de erradicación, sustitución de cultivos e, incluso, penalización, **no lograron interrumpir el flujo de cocaína a los Estados Unidos.** A pesar de que **la Estrategia Andina** —como se da en llamar al operativo norteamericano— dedicó más de la mitad de su presupuesto de cinco años (2.200 millones de dólares) a medidas económicas, la mayor parte de las contribuciones del Perú fueron a parar a los bancos para pagar los intereses por su deuda de 18.000 millones de dólares.

Mientras tanto, el contrabando desde el Valle Huallaga siguió su curso, sin ningún tipo de obstáculos: apenas una docena de los cientos de vuelos con droga fueron neutralizados durante el año pasado.

La policía antinarcóticos peruana y los agentes de la DEA que operan en la base de **Santa Lucía** —un bastión contra el narcotráfico financiado por los Estados Unidos en el corazón de un campo de coca— evitaron hasta el momento un combate frontal contra las guerrillas maoístas de Sendero Luminoso.

Pero las escasas maniobras contra los laboratorios de cocaína derivaron en ***fuertes enfrentamientos:*** las guerrillas denuncian haber derribado un helicóptero norteamericano, que se estrelló en el mes de enero, con un saldo de dos pilotos y un mecánico norteamericanos muertos. Además, los rebeldes atacaron la base de Santa Lucía el verano pasado con armas de fuego pequeñas e intentaron otro ataque a gran escala hace un año, el cual interrumpió todas las operaciones durante varias semanas.

Paradójicamente, la destrucción de docenas de laboratorios de cocaína por parte de fuerzas estadounidenses y peruanas no hizo más que alentar a los procesadores de la coca a ser más eficientes. Existen laboratorios más pequeños y más descentralizados que procesan una cocaína más pura en los lugares más recónditos de las selvas impenetrables. Son muchos más los que están ocultos en poblaciones de coca salvaje, protegidas por el ejército peruano, donde la policía nacional y los equipos de la DEA no pueden operar.

♦ Ejército vs. policía

Los traficantes de las firmas forjaron relaciones con altos oficiales del ejército después que se declaró por primera vez al Valle Huallaga como **una zona de emergencia.** Las tensiones se agravaron entre la policía y el ejército y las confrontaciones que ponen en peligro a los agentes de la DEA aumentaron su frecuencia.

El 15 de junio de 1990 otros tres asesores de la DEA y yo acompañamos a la policía antinarcóticos a **Tocache**, al norte de la base de Santa Lucía. Al sobrevolar el campo de aterrizaje en nuestros helicópteros, descubrimos a varios soldados transportando una carga de cocaína a un escondrijo. Aterrizamos y perseguimos a los soldados que huían hacia sus barracas, pero terminamos rodeados por el resto de la guarnición.

Los soldados levantaron sus rifles y su comandante nos dio la orden de entregar nuestras armas. Solo la diplomacia de uno de los agentes de la DEA nos salvó la vida. Yo, por mi parte, sobreviví a otras muchas confrontaciones con soldados peruanos que vigilaban escondrijos, pistas de aterrizaje y aviones utilizados por los traficantes. A ellos les debo mis canas.

Ya se atravesó el umbral de la violencia real. Unidades del ejército dispararon sobre helicópteros norteamericanos. El ex comandante político militar de la región, el general **Alberto Arciniega Huby**, envió un helicóptero Hip de fabricación soviética a amenazar la base en enero de 1990. Dicho general estaba furioso por las repetidas incursiones de la policía en **Uchiza**, donde había instalado sus cuarteles.

El ejército peruano domina **Uchiza**, una ciudad bulliciosa dedicada a la exportación de cocaína sin refinar. El valor de la protección de una carga de cocaína es de aproximadamente 20.000 dólares. Una estimación prudente de entre 15 y 25 vuelos por semana en el aeropuerto de Uchiza suman por lo menos 20 millones de dólares anuales. Sin embargo, **una cifra más factible oscila entre los 35 y los 50 millones de dólares.**

Cuando estuve allí en diciembre de 1990, **los comandantes del ejército peruano y las autoridades locales, entre los que se encontraban hombres asociados con la poderosa mafia de la cocaína de Colombia y con Sendero Luminoso, se repartían esta ganancia.** Esta situación también ocurre en otras ciudades.

El sueño de interrumpir el narcotráfico en el Perú, para no mencionar la estabilización del país, se desvanecía rápidamente, aun antes del reciente golpe. Mis contactos en la policía antinarcóticos confirman que la corrupción aumenta en los rangos relativamente disciplinados de la fuerza.

Ahora temo por la seguridad de las fuerzas policiales honestas con las que compartí tantos riesgos en muchas oportunidades.

Nuestros esfuerzos solo fueron gotas en un océano de coca en el Valle Huallaga. Por más que se aumentaran los esfuerzos actuales, estos habrían fracasado. **Tal vez ningún tipo de ayuda habría sido adecuada para comprar la lealtad de aquellos que se benefician con el narcotráfico.**

03 9208955

El turbio nexo guerrilla-coca

NUEVA YORK, 18 (Especial para **The New York Times** y para **Clarín**). — Algunos **analistas bien intencionados siguen ignorando la verdad sobre Sendero Luminoso**, el movimiento revolucionario maoísta que aterroriza al **Perú**. Si bien esta guerrilla puede llegar a mostrarse **despiadada**, los más románticos dicen que no se ha visto contaminada por el narcotráfico que envenena a la sociedad peruana. Esto no es más que **un mito**.

Por la experiencia que tengo, debido a mi trabajo para la **DEA** en Perú, sé que la guerrilla está involucrada en forma sistemática con todos los niveles del narcotráfico en el valle del **Alto Huallaga**, donde se cultiva la mayoría de la coca del mundo.

Es importante que los **Estados Unidos** tengan en mente este dato, mientras reevalúan su política hacia Perú, luego del autogolpe de Fujimori, que contó con el apoyo del ejército. Los militares peruanos, implicados de por sí en la corrupción de la droga, **han declarado** que la lucha contra Sendero Luminoso es la clave para estabilizar al Perú. Los EE.UU., por su parte, que suspendieron en forma temporaria su asistencia a este país, han reforzado la guerra contra la droga. Ambos frentes se hallan relacionados.

El 2 de julio de 1990, en un lugar al sudoeste de la localidad de **Nuevo Progreso** en el Alto Huallaga, logramos desarmar un laboratorio para procesamiento de drogas que pertenecía a una célula de Sendero Luminoso. Allí encontramos libros de contaduría con los pagos actualizados hechos a los productores de coca, donde figuraban los ingresos provenientes de organizaciones del narcotráfico controladas por los colombianos. Esta y otras pruebas vinculan en forma directa a Sendero Luminoso con la industria peruana de la cocaína.

El control que ejerce en el Alto Huallaga es tal que está en condiciones **de forzar a los granjeros a plantar coca**. A otros campesinos, denominados "cocaleros", se les ordena producir **más o menos coca**, o plantar directamente otros cultivos. Los granjeros suelen desafiar a los rebeldes exponiéndose a más de un peligro.

La localidad de **Uchiza** —en el Alto Huallaga—, capital del mundo de la cocaína, se halla dominada por el ejército peruano durante el día pero se rinde ante Sendero luego de la caída del sol. Los narcotraficantes que realizan exportaciones desde la pista de Uchiza le dan a los militares y a los cuadros de Sendero sumas de dinero considerables. La policía local hace oídos sordos a este acuerdo.

Los carteles colombianos de la cocaína prefieren tratar con el ejército peruano, ya que, a diferencia de Sendero Luminoso, no mezcla sus operaciones de corrupción con la ideología. Pero los "narcos" deben tratar con los rebeldes, quienes decidieron hace casi una década alinearse con los productores de coca y reglamentar el comercio de la droga en las zonas que controlan.

De hecho, Sendero Luminoso ha logrado intimidar a las mafias de la droga que controlan los colombianos, o "firmas", como se las conoce. Los rebeldes han establecido límites, además, para el número de narcos colombianos que trabajan en el Alto Huallaga, e impuesto estrictas reglas de conducta. **Los guerrilleros asesinan, por ejemplo, a los que los rechazan**, tal como ocurrió hacia fines de 1988 cuando descuartizaron a 19 "narcos" colombianos.

El dominio sobre las "firmas" que ejerce Sendero Luminoso le permite exigir contribuciones a todos los niveles de la industria de la cocaína en el Alto Huallaga: **los granjeros, especuladores, intermediarios y propietarios de laboratorios, "firmas" y narcotraficantes colombianos**. Pero al margen de ello, los rebeldes **procesan y refinan la cocaína en sus propios laboratorios.**

Es obvio que Sendero financia su revolución gracias a la cocaína. Según cálculos más bien conservadores, los ingresos anuales de los rebeldes oscilan entre los 15 y los 35 millones de dólares. En tanto que una fuente del Pentágono calcula que esta cantidad ascendería a **100 millones**. La cocaína es, a decir verdad, **un elemento crucial** para la economía peruana, que se encuentra básicamente en bancarrota. Representa entre un 35 y 45 por ciento de las exportaciones del país.

Teniendo en cuenta el control que ejerce Sendero Luminoso del narcotráfico en el Alto Huallaga, los rebeldes podrían llegar a precipitar el colapso de la economía del país.

Pese a la crítica situación económica, Perú no ha pasado por alto **ni un solo pago** de su deuda externa desde la elección del presidente **Alberto Fujimori** en el verano de 1990. Y el hecho de que el país haya vuelto a recibir ayuda del exterior no ha permitido que Perú vuelva a tener solvencia. Son muchos los expertos que consideran que los acreedores de esta nación **están recibiendo su pago en "narcodólares"**.

Hay algunos que piensan que el estado de sitio —apoyado por los militares— que se declaró en Perú es **la única vía para combatir a Sendero Luminoso**. Pero está claro que un enfoque militar regresivo no funcionaría. En 1983 y 1984, los militares peruanos mataron a miles de guerrilleros sospechosos en **Ayacucho**, cuna de la revolución, y declararon una victoria. **Pero tras un** breve período, los rebeldes se las habían ingeniado para infiltrarse **en casi todas las provincias.**

Hoy, los militares peruanos podrían caer en el error de desatar **una nueva "guerra sucia" en la región**. Mientras analizan qué hacer de ahora en más en Perú, los EE.UU. deben tomar conciencia de que la guerra contra la droga —tal como se ha librado— no lograría más que **incitar** a este tipo de represión.

Un símbolo de la lucha cotidiana en Perú contra Sendero: los miembros de las rondas campesinas usan remeras que los identifican como si fuesen miembros de un equipo deportivo.

04

9208955

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA 19-5-92

VINCULACIONES 1176

66817

501173 7

1590

11019

1154

13065

11365

ENTRADO

CRUZADO

En medio de una de las crisis económicas más duras que ha vivido el Perú en toda su historia, los "negocios" de Sendero Luminoso florecen.

Mientras los soldados intentan detenerlos con viejos fusiles y un salario de tres dólares diarios, el gobierno peruano estima que Sendero Luminoso obtiene más de 100 millones de dólares del narcotráfico (véase EL PAIS del viernes 15 de mayo), los que "reinvierte" automáticamente en armas.

La "protección" a los campesinos que cultivan la coca en el Alto Huallaga y a los traficantes que recogen la pasta de cocaína es ahora su especialidad. El problema es la competencia en el transporte de droga.

En el parlamento peruano se ha denunciado que los militares compiten con los "senderistas" para brindar "protección" a los traficantes: cobran entre 15.000 y 20.000 dólares por permitir despegar cada avioneta cargada de cocaína. Nadie sabe cuánto cobran los terroristas.

Desde hace más de un año las acciones terroristas de Sendero se concentran en Lima.

Los cantegriles (llamados "pueblos jóvenes") albergan cada vez más cantidad de habitantes de la megalópolis limeña. Es casi una tercera parte de los ocho millones de habitantes de la capital, se encuentra en situación de indigencia absoluta, castigada por el cólera y transformándose –según vaticinó Guzmán Reynoso– en los "cinturones de hierro que encerrarán al enemigo".

Si los pobres no se adhieren por convicción, lo harán por el terror. Los "pueblos jóvenes" están infiltrados al máximo por el senderismo y la ocupación de las principales rutas que llegan a Lima, aislándola por tierra del resto del país aumentan la conmoción, el miedo, y la fama de los izquierdistas. Días atrás Sendero Luminoso arrasó totalmente un pueblo en su camino: Andajes, desapareció del mapa.

05/05 9208955

PARA EL PREMIO NOBEL DE ECON LA PROHIBICIÓN DEL USO DE DROGAS ES INMORAL

LA REPÚBLICA

21-9-92

Para el Premio Nobel de Economía Milton Friedman la prohibición del uso de drogas es inmoral

México (AFP)

■ La prohibición del uso de drogas en Estados Unidos "es inmoral", al igual que esa nación se "encuentre en posición de destruir otros países, simplemente porque no puede hacer cumplir sus leyes" sobre consumo de narcotráficos, manifestó ayer miércoles el Premio Nobel de Economía 1976, el estadounidense Milton Friedman.

En una conferencia, celebrada en el marco del simposio sobre la Apertura en las Américas, Friedman dijo "yo estoy a favor de la legalización de las drogas", debido a que las leyes han fracasado "de manera completa: no se ha logrado disminuir el consumo, sólo se ha producido corrupción, violación a los derechos humanos y civiles".

Además, aseguró, se ha producido un "aumento en los crímenes" relacionados con los estupefacientes. Según un cálculo del Premio Nobel la prohibición contra las drogas "ha provocado un promedio de 10.000 muertes anuales".

Friedman comentó que Estados Unidos "está cercano a destruir un aspecto colombiano o peruano (...) Siento que es muy inmoral que Estados Unidos esté en posición de destruir otros países simplemente porque no podemos hacer cumplir nuestras propias leyes".

Comentó que el fracaso en la lucha contra las drogas se debe a que "estamos tratando con algo que no podemos", por ello recomendó la legalización de los narcóticos, con lo que los "que más se beneficiarían serían los drogadictos".



01/01

9208956

LA REPUBLICA
29.5.92

La cocaína provocaría infartos cerebrales con la primera dosis

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

Madrid,
por Lucía Argos

■ El 30 por ciento de los pacientes que llegan al hospital de La Paz de Madrid con hemorragias o infartos cerebrales relacionados con el consumo de cocaína, había tomado esta droga por primera vez. Este dato, un tanto alarmante, lo aporta, avalado por estadísticas y trabajo en laboratorio, Esuperio Diez Tejedor, jefe del servicio de neurología, al frente de un equipo a la vanguardia mundial en la descripción de los efectos devastadores de la cocaína en la vascularización del cerebro.

La imagen tejida en torno a la cocaína vende inocuidad, resistencia, simpatía y sueños de gente guapa. "Pero la realidad es que puede matar en una dosis; produce adicción antes que la heroína, y la consumen especialmente los marginados, que, a diferencia de la beautiful people, se la administran peor y no tienen quien les cuide cuando hay problemas", asegura Diez Tejedor.

Al amparo de su aparente inocuidad, el consumo de cocaína creció significativamente en la década de los ochenta. En Estados Unidos, la cocaína es utilizada en forma regular por cinco millones de personas, y en Madrid, según un estudio de la Comunidad de 1988, 6.700 personas, entre los 14 y los 28 años, la consumían a diario, mientras 28.000 lo hacían al menos una vez por semana.

El equipo de La Paz inició sus investigaciones tras constatar la existencia de algunos casos de hemorragias e infartos cerebrales directamente relacionados con el consumo de cocaína. "Se trata de una patología nueva que estamos incorporando, hasta el punto de que ya se incluye en las encuestas como un factor de riesgo de problemas cerebrovasculares en individuos jóvenes", indica el neurólogo.

Con mayor frecuencia que estas graves patologías, el servicio ha atendido a personas entrelos 20 y los 45 años con cuadros de agitación, psicosis y confusión, también atribuidos al consumo de cocaína. "En principio, los enfermos lo niegan, por tratarse de sustancias prohibidas, pero es fácil detectarlo en muestras de orina, ya que la cocaína se está eliminando durante 36 horas". "Intrínsecamente, la cocaína es más agresiva que la heroína", insiste el neurólogo, a punto de iniciar, en colaboración con la Universidad Complutense, un estudio de los cambios estructurales del cerebro por el uso de esta droga.

Como Diez Tejedor pudo comprobar mediante experimentación animal, los efectos descritos no dependen del tiempo de administración. En otras palabras "El 30 por ciento de los pacientes con hemorragias cerebrales por consumo de cocaína la había tomado por primera vez", afirma.

01/01 9208957

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA REPÚBLICA.

FECHA DE PUBLICACION 31-5-92.

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

El detenido podría estar relacionado a otro italiano preso en Argentina

Capturan en Bolivia a dos narcotraficantes italianos que operaban una red de distribución

La Paz (AFP)

Dos italianos y dos mujeres bolivianas, integrantes de una presunta red de tráfico de cocaína hacia Europa, fueron encarcelados este lunes en la ciudad de Santa Cruz, tras haber sido rastreados desde Suiza, informó la Policía Antinarcóticos.

Rocco Adriano Maesano, "El Gordo", presuntamente cabecilla del grupo, había sido detenido el jueves pasado por efectivos antinarcóticos, junto con su compatriota Massimo Sema y la boliviana Benita Herrera Marza, durante un registro de la vivienda que ocupaban, donde los agentes confiscaron pasaportes y documentos de identidad a nombre de bolivianos, un rifle con mira telescópica, una minia-metralladora Uzi y un revólver.

En otro procedimiento fue detenida ese mismo día, la boliviana Martha Suárez Vargas, hermana de Víctor Hugo Vargas, quien había sido detenido el 11 de febrero pasado en Ginebra en poder de 1.850 gramos de cocaína pura que había llevado desde Santa Cruz, de acuerdo con el informe policial.

Los cuatro detenidos presentaron un recurso de "hábeas corpus" ante la Corte de Distrito de Santa Cruz, a través de su abogado Franco Napoleón Limpias.

La audiencia correspondiente tuvo lugar hoy. En un insólito fallo, la Corte declaró "procedente" el recurso, pero declinó pronunciarse sobre "el fondo" de la acusación, por lo que dispuso transferir a los acusados a disposición del Ministerio Público para que éste dictamine sobre las diligencias de Policía Judicial, se informó a la AFP en dependencias de la Corte.

El Ministerio Público dispuso el inmediato traslado de los cuatro a la cárcel pública de Santa Cruz.

Los cargos presentados por la Policía Antinarcóticos son de "tráfico de cocaína" y "asociación delictuosa con confabulación" por los que la ley antidroga boliviana establece penas de por lo menos 25 años de prisión.

Según el informe policial Martha Suárez era la "contable" del grupo, y entre los libros que se le incautaron se encontró el registro de los 1.850 gramos de cocaína y de 105.000 dólares que su hermano Víctor Hugo debía traer de Ginebra por la venta de la droga que había llevado.

Por otra parte, el informe relaciona a Maesano con un narcotraficante italiano "de alto vuelo", Oreste Giovanni Squillaci, quien actualmente está preso en la Argentina, por incautación de 200 quilos de cocaína y con el argentino Daniel Alfredo Pierossi, apresado en 1989 en Santa Cruz y quien cumple una condena de 8 años de prisión en la cárcel de la ciudad.

El coronel Edgar Pardo, jefe de la Policía Antinarcóticos de Santa Cruz, explicó a la prensa que la pista sobre las actividades del grupo provino de Ginebra, cuya Policía descubrió que Víctor Hugo Vargas, tras hospedarse en el hotel Astoria, había llamado a dos números telefónicos de Santa Cruz, que resultaron ser los de Maesano y de Martha Suárez.

001/1

9208958

Nº DOCUMENTO

TITULO POLICIA APREHENDE MARIHUANA EN MARAU

PROCEDENCIA ZERO HORA

FECHA DE PROCEDENCIA 6-6-92

VINCULACIONES

11422

11341

ENTRADO	✓
CRUZADO	✓

F

POLÍCIA APREENDE MACONHA EM MARAU

A Polícia de Marau apreendeu, ontem, sete quilos de maconha escondidos no telhado de um edifício, no centro da cidade. Além disso, foram presos cinco envolvidos com o tráfico de drogas na região de Marau. Com a prisão de Laércio Bortoluzzi e Alcione Taffarel, os policiais chegarm ao caminhoneiro Luís Vedana, que trouxe a droga de São Paulo, e aos comerciantes Paulo Vierzili e Antônio Pooter, de Vila Maria, encarregados da distribuição da droga. Bortoluzzi e Taffarel, presos em flagrante, foram recolhidos ao presídio regional de Passo Fundo.

01/01

9208959

Es considerado el asesino Nº 1 del cártel de Medellín

Colombiano planeaba volar una corte y oficinas de la DE[illegible]

Miami, EEUU (AFP)

■ El colombiano Dandeny Muñoz Mosquera, arrestado en setiembre pasado en Nueva York e identificado por las autoridades como el "asesino número uno" del cártel de Medellín, planeaba poner bombas en una corte federal y en oficinas de la agencia antidrogas (DEA), y matar a uno de los testigos del juicio de Manuel Noriega, según documentos divulgados, informó AFP.

Las revelaciones se produjeron durante una audiencia convocada por el juez federal William Hoeveler para sentenciar al colombiano Roberto Striedinger, quien fue uno de los testigos principales contra el ex-dictador panameño Manuel Noriega. Striedinger, un ex-piloto de aviones transportadores de drogas y uno de los co-acusados junto a Noriega, llegó a un acuerdo con el gobierno y fue sentenciado este jueves a sólo cinco años de prisión.

En documentos presentados a la corte para abogar por una sentencia leve, su abogado describió la amplitud de su cooperación con el gobierno, incluyendo información sobre Muñoz Mosquera y sus presuntos "blancos" en Estados Unidos.

Muñoz Mosquera fue arrestado días antes de que comenzara en Nueva York el período anual de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas, al cual debían asistir el presidente George Bush y otros líderes mundiales, lo que hizo surgir especulaciones de que el colombiano pudo haber estado planeando un magnicidio.

Sin embargo, Striedinger dijo a las autoridades que los planes de Muñoz Mosquera eran poner bombas en oficinas de la DEA en San Diego (California) y en la Corte Federal de Miami, y matar a uno de los testigos del juicio de Noriega. Las autoridades colombianas cooperaron con Estados Unidos para identificar positivamente a Muñoz Mosquera, pero nunca solicitaron su extradición a pesar de que está acusado en ese país por la muerte de al menos 50 funcionarios públicos, entre ellos jueces y policías. Muñoz Mosquera será de todos modos deportado a Colombia cuando cumpla su período de [illegible] años de cárcel, a que fue condenado por los dos únicos cargos [illegible] que fue convicto en Estados Unidos: mentir a funciona[illegible] judiciales y usar una falsa identidad. Striedinger podrá salir d[illegible] prisión en menos de dos años tomando en cuenta el tiempo que [illegible] estado detenido, y será cobijado por el programa federal [illegible] protección de testigos. El ex-piloto fue uno de los acusadores cla[illegible] contra Noriega, ya que testificó que el ex-dictador panam[illegible] asistió a una reunión en Medellín con los cabecillas del tráfico [illegible] drogas. Fue él también quien introdujo una nota picaresca en [illegible] juicio, al afirmar que se le confió el transporte a Panamá de [illegible] coristas francesas que los "capos" del cártel de Medellín pusie[illegible] a disposición de Noriega por una semana, como regalo por [illegible] promoción a la jefatura de las Fuerzas de Defensa de Panamá, y p[illegible] "sellar" el trato que habían hecho para contrabandear droga[illegible] blanquear "narcodólares" en los bancos panameños.

01/01 9208960

LA REPUBLICA

11-6-92

En Roma

Intentan identificar a boliviana detenida con 7 quilos de cocaína

■ Una mujer boliviana fue arrestada por la policía en el aeropuerto romano de Fiumicino con siete kilos de cocaína camuflada dentro de su valija en pequeños recipientes plásticos, informó ayer la policía a la agencia AFP. La mujer llevaba un pasaporte a nombre de Katya Saucedo Castedo de 30 años, procedente de Santa Cruz de la Sierra, una pintoresca ciudad ubicada en el sur boliviano.

Pero los investigadores, que no indicaron el día de la detención, sospechan que se trata en realidad de Carmen Alvarez Velasco, una boliviana de 32 años, considerada una peligrosa narcotraficante con captura recomendada, emitida por la magistratura de Bellinzona, en Suiza, a causa de una condena que se le aplicó en mayo de 1991 por tráfico internacional de estupefacientes.

La operación de policía fue efectuada por los agentes de la comisaría de Foggia (sur del país, región de Puglia), que desde hace tiempo investigan sobre un tráfico de cocaína entre Puglia y América Latina.

La mujer fue detenida gracias a investigaciones realizadas a nivel internacional, incluso valiéndose de intercepciones telefónicas en Bolivia. La investigación, con todo, está todavía en pleno desarrollo para tratar de individualizar los destinatarios de la cocaína y los canales financieros que sostenían el tráfico, dijo la policía.

01/01

9208961

Nº DOCUMENTO
TÍTULO JOVENES RECIBIAN COCAINA POR CARTA
PROCEDÊNCIA ZERO HORA
DATA DE PROCESSAMENTO 11-6-92
DESCRITORES 1112 ...
2:7480
...
10184

ENTRADO
CRUZADO

JOVENS RECEBIAM COCAÍNA POR CARTA

A polícia italiana prendeu cinco jovens amigos que costumavam receber cocaína através de cartas, enviadas para Roma por um outro a partir da Bolívia. O sistema de cocaína poe cartas foi descoberto na seção de pacotes postais do aeroporto de Fiumicino. Cada uma das cartas continha seis gramas da droga. Disfarçados de carteiros, os policiais prenderam os cinco amigos.

01/01

9208962

Definió la presencia uruguaya en Camboya como un "hito en la historia del Ejército"

Rebollo dijo que las FFAA no pueden ser guardias nacionales para el narcotráfico

El comandante en jefe del Ejército, teniente general Juan Rebollo, dijo que las Fuerzas Armadas no pueden convertirse en guardias nacionales con funciones constreñidas al combate del narcotráfico, el control ecológico o el apoyo a la Policía, como lo desean, según denunció, "corrientes de opinión en torno de los centros del poder mundial".

Rebollo habló el lunes en la Escuela de Armas y Servicios, al despedir al Batallón Uruguay que, formado por 850 hombres, participará de la fuerza de paz de la Naciones Unidas en Camboya y que viajará hacia allí el próximo fin de semana. Para Rebollo, esa "misión tiene claramente características que la hacen un hito de la historia en el Ejército Nacional".

"Ahora -dijo Rebollo- la bipolaridad tal como se manifestaba ayer no existe, y se han formado corrientes de opinión en torno de los centros del poder mundial que pretenden circunscribir el rol de las Fuerzas Armadas y de los países del tercer mundo a funciones más propias de una guardia nacional con responsabilidades hacia temas como el narcotráfico, controles ecológicos y apoyo circunstancial a la Policía".

Esas pretensiones -añadió Rebollo- "van en desmedro" de la "verdadera misión" de las Fuerzas Armadas "que es el mantenimiento de la paz y de la defensa de la soberanía como fin supremo".

Refiriéndose a la participación de Uruguay en la fuerza de paz de Camboya, el jefe del Ejército dijo que "la concurrencia de un contingente armado tan imporante pone de manifiesto la confianza que la comunidad internacional tiene en nuestro Ejército por su probada capacidad técnico profesional, ratificada en el dignísimo comportamiento de nuestros representantes en Cachemira, Sinaí, Irán-Irak, Irak-Kuwait y otras misiones diplomáticas y académicas". "Estoy profundamente convencido -añadió- que este acto marca una etapa más, pero muy significativa, entre tantas otras que la histora le ha deparado a nuestro Ejército". Se mostró seguro de que "cada uno" de los miembros del Batallón Uruugay "sabrá cumplir su cometido", y comprometió su poyo al igual que el "de los demás niveles de mando" para beneficio del Batallón Uruguay y de sus integrantes. ■



Tte. Gral. Juan Rebollo

Denunció que en "centros del poder mundial" se pretende "circunscribir" el rol de los FFAA del Tercer Mundo

01/02

9208963

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA BUSQUEDA

Miér 17 Junio 92

ENTRADO

CRUZADO

Uruguay discrepa con EEUU sobre empleo de FFAA para combatir a narcotraficantes

El gobierno uruguayo no comparte los métodos que propone Estados Unidos para combatir el narcotráfico porque no cree en una "solución militar" para el problema, afirmó ayer, miércoles 10, el ministro de Defensa Mariano Brito en el Parlamento, dijeron a **Búsqueda** fuentes políticas.

Brito concurrió a la Comisión de Defensa de la Cámara Baja para analizar el relacionamiento del Ministerio de Defensa con sus pares del exterior.

Participantes en el encuentro dijeron que en respuesta a una pregunta del diputado frentista Gonzalo Carámbula, Brito dijo que el gobierno "está en desacuerdo con la solución que plantea Estados Unidos" para la cuestión del narcotráfico.

El ministro señaló que el Poder Ejecutivo no apoya una "solución militar" al problema del tráfico de drogas y afirmó que el control de actividades ilícitas con estupefacientes corresponde exclusivamente al Ministerio del Interior.

El martes 9, el comandante en jefe del Ejército, Juan Rebollo, denunció a las "corrientes de opinión" que se han formado "en torno de los centros de poder mundial" luego del derrumbe soviético, "que pretenden circunscribir el rol de las FFAA de los países del tercer mundo a funciones más propias de una Guardia Nacional".

Por otra parte, Brito informó en la comisión que el comandante en jefe de la Fuerza Aérea, Carlos Pache, recibió instrucciones precisas del gobierno sobre temas de defensa continental antes de asistir, recientemente, a una reunión de oficiales aviadores realizada en Honduras.

Pache estableció allí una posición contraria a la formación de un contingente militar latinoamericano, como lo planteó algún país para disuadir eventuales agresiones a la democracia, informó el secretario de Estado a los legisladores. También se consideró que la Junta Interamericana de Defensa (JID) es un "órgano asesor" de la Organización de Estados Americanos (OEA), sin facultades resolutivas. (Más información en página 14)

DOC TODO VIGENTE

02/02

9268963

N° DOCUMENTO
TITULO TRAFICANTE DETENIDO CON 6KGS DE COCAINA
PROCEDENCIA JORNAL
FECHA DE PROCEDENCIA 12-6-92
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

O brasileiro José Antônio Alavedra Gonzales, 41 anos, foi preso ontem no aeroporto de Viena com seis quilos de cocaína. A droga, avaliada em US$ 1,5 milhão, estava acondicionada em sacos plásticos na mala de Gonzales e foi descoberta por um cão da polícia austríaca, durante revista de rotina. Gonzales, que mora em Buenos Aires, alegou que não sabia que transportava cocaína em sua bagagem e disse que deveria entregar a mala a uma pessoa desconhecida na capital austríaca. Mas confessou que fazia a viagem Buenos Aires-Viena pela quarta vez em poucos meses.

01/01

9208964

BOXEO

Cooper con Cocaína en las Medias...

CHESTER, EE.UU. (AP). — **Bert Cooper**, el único boxeador que hizo besar la lona al campeón mundial de los pesos pesados **Evander Holyfield**, fue detenido y acusado de posesión de drogas.

La policía dijo que lo detuvo tras sorprenderlo en poder de un tubo usado para fumar "crack" y una bolsa de plástico con cocaína escondida bajo las medias.

Fue acusado de posesión de drogas y posesión de instrumentos para el consumo de drogas. Quedó en libertad tras pagar una fianza de 2.500 dólares.

Cooper había admitido ser adicto a la cocaína luego de abandonar una pelea ante George Foreman en el segundo round en 1989.

El año pasado, sin embargo, sorprendió al mundo al derribar a Holyfield en el tercer round de un combate por el título. El campeón se repuso y terminó ganándole por nocaut técnico en el séptimo.

Cooper fue detenido mientras se encontraba en un automóvil conducido por su esposa. La policía dijo que cuando se acercó, un individuo que estaba parado junto al vehículo salió corriendo.

El agente que hizo la detención vio que Cooper escondía algo en su media y le pidió que se la sacase. Fue entonces cuando descubrió la bolsa de cocaína.

POLICIA APREHENDE 41 KGS. DE COCAINA EN SAN PABLO
JORNAL DO BRASIL
12-6-92

DPF apreende 41kg de cocaína em São Paulo

SÃO PAULO — Com a prisão de três nigerianos, um boliviano e dois brasileiros e a apreensão de 41 quilos de cocaína — avaliados em US$ 1,2 milhão ou cerca de Cr$ 3,6 bilhões ao câmbio paralelo —, a Polícia Federal interrompeu uma nova rota de tráfico que passava por São Paulo com destino à Europa. Os policiais acompanhavam a distância a transação desde sexta-feira, quando a cocaína, transportada para São Paulo na caminhonete Chevy prata, placa BFE-2615 (São Paulo), foi transferida para um táxi, nas proximidades de uma lanchonete da Avenida Washington Luiz, em Santo Amaro, Zona Sul da capital.

No local foram presos o boliviano Alberto Mendez Rodriguez, 36 anos, os nigerianos Amobi Remigius Mbaeme, 27, Obi Chijioke Raphael, 28, e o brasileiro Reinaldo Luiz Taveira, 56. Outros dois traficantes, o nigeriano Cornelius Mgbemena Okwudili, 33, e o brasileiro Ronaldo Lima Cardoso, 29, foram presos logo em seguida, num apart-hotel próximo ao Aeroporto de Congonhas, na Zona Sul, e no Terminal Rodoviário do Tietê, na Zona Norte.

Os 41 quilos de cocaína, acondicionados em 21 pacotes, foram trazidos da Bolívia pelo boliviano e os dois brasileiros. Logo depois de chegar a São Paulo, sempre seguido pelos policiais, Ronaldo se hospedou por uma hora anteontem no Motel Queen's, na Rua Baronesa de Bela Vista, na Zona Sul, onde retirou a cocaína escondida num compartimento na carroceria da Chevy, guardada numa mala azul, para entregar a Reinaldo e ao boliviano, encarregados de passar a droga para os nigerianos.

A Polícia Federal deu voz de prisão ao grupo no momento em que a cocaína era entregue aos nigerianos. De São Paulo a droga seguiria de avião para Lagos, na Nigéria, de onde seria transportada para a Europa. A inclusão da Nigéria como alternativa de transporte de cocaína produzida na América Latina, segundo a Polícia Federal, deve-se ao fato dos vôos procedentes da África despertarem menos suspeita na Europa do que os aviões que saem da América do Sul, considerada área de risco no tráfico internacional.

01/01

9208966

Propietario está preso en Argentina

Desmantelan maxirrefinería de cocaína en Italia

Una maxirrefinería de cocaína dirigida por los hijos de Gaetano Fidanzati, el narcotraficante actualmente preso en Argentina, fue desmantelada en el norte de Italia y 21 involucrados fueron detenidos, en el operativo antidrogas más importante de los últimos siete años en la península.

Con el operativo —en la noche del martes al miércoles pero difundido recién hoy en Milán— culminaron varios años de investigación coordinada entre Italia y Sudamérica, que permitió descubrir los lazos entre la familia mafiosa siciliana Fidanzati y el cartel de Cali, informó ANSA.

Según los investigadores, se trata de la primera refinería activa de cocaína que se descubre en Italia y de la investigación de narcotráfico más importante que se haya hecho en Italia desde 1985, en que se descubrió un importante laboratorio de heroína en Alcamo, Sicilia.

Los investigadores detectaron el chalé después de seguir los pasos de la banda dirigida por la familia mafiosa cuyo jefe, Gaetano Fidanzati, huyó de la justicia italiana y fue detenido en Buenos Aires en abril de 1990, donde está muy avanzado el procedimiento para su extradición.

El operativo "Pinha Colada", como lo bautizaron los investigadores italianos, comenzó en el verano (boreal) de 1991 y llevó al descubrimiento de la refinería en un chalé de Olda, una localidad alpina unos 250 quilómetros al este de Milán.

La acción permitió además, decomisar más de 15 quilos de cocaína y material necesario para la refinación. Los 21 detenidos son todos italianos.

La investigación se inició cuando los carabineros se dieron cuenta de que tenían la posibilidad de infiltrar agentes en la banda encabezada por Giuseppe y Guglielmo Fidanzati, hijos del capo Gaetano y un cuñado de éste, Salvatore Cancelosi.

Según los agentes, los mafiosos ejercían el monopolio del mercado de la cocaína en el norte de Italia y en especial en Lombardía.

Los mafiosos arrepentidos Salvatore Buscetta y Tortuccio Contorno fueron los primeros en hablar del papel de los hermanos Fidanzati en el tráfico internacional de coca. Además, Buscetta fue indagado en Milán hace unos años junto con Gaetano Fidanzati y otros jefes mafiosos.

Los primeros resultados llegaron cuando los carabineros descubrieron los primeros escondites de la banda en Milán, en setiembre. Comenzaron a filmar las entradas y salidas de decenas de personas y grabaron 500 horas de conversaciones interceptadas por teléfono y con microespías.

Gracias a los agentes infiltrados, se descubrió que el viernes 5 de junio se esperaba en el aeropuerto milanés de Malpensa la llegada de un vuelo Caracas-Miami-Milán, con un cargamento de pasta de coca.

La carga estaba escondida en cajones de fruta, pero los carabineros la dejaron pasar y siguieron sus huellas, hasta llegar a Olda.

En la noche del martes al miércoles allanaron el chalé alpino y detuvieron allí a Luciano Arcamone, Francesco Tufano y Lorenzo Forasini, que habían puesto a secar bajo la luz de poderosas lámparas, 15 quilos de cocaína apenas refina-

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA UNIÓN

FECHA DE PROCEDENCIA 13-6-92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Secuestran 30 kilogramos de cocaína

SALTA (Télam).– Casi 30 kilos de clorhidrato de cocaína fueron decomisados por efectivos de Gendarmería Nacional en la localidad de Embarcación, donde se interceptó un rodado en el que se transportaba la droga oculta en un compartimiento del tanque de nafta.

Una revisión inicial del vehículo no arrojó resultados, pero un análisis posterior permitió determinar que había, en la caja del rodado, una extraña soldadura. Así se se detectó la existencia de un compartimiento dentro del cual estaban prensadas las bolsas con la cocaína.

Trascendió que fueron detenidos los dos ocupantes del vehículo, pero no se suministraron sus identidades para no entorpecer las investigaciones.

01/01

9208968

Nº DOCUMENTO 9208970
TITULO SUMI. Del 27AGO92 al 22SET92
PROCEDENCIA ESMARE (NARC).
FECHA DE PROCEDENCIA 22SET92
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

ESTADO MAYOR PERSONAL (NARCOTRAFICO)

COPIA Nº

S U M A R I O   D E   I N F O R M A C I O N

Período: Del 27AGO92 al 22SET92

T E M A R I O

I.- AMERICA DEL NORTE

A.- ESTADOS UNIDOS

B.- MEXICO

II.- AMERICA CENTRAL

A.- PANAMA

III.- AMERICA DEL SUR

A.- ARGENTINA

B.- BOLIVIA

C.- BRASIL

D.- COLOMBIA

E.- CHILE

F.- PARAGUAY

G.- PERU

H.- URUGUAY

I.- VENEZUELA

IV.- EUROPA

A.- ESPAÑA

B.- FRANCIA

C.- GRAN BRETAÑA

D.- HOLANDA

E.- ITALIA

V.- ASIA

A.- ISRAEL

VI.- CONCLUSIONES

9208970

I.- AMERICA DEL NORTE

A.- ESTADOS UNIDOS

- Se incautó una tonelada de cocaína en Nueva York avaluada en 110 millones de dólares, que se presume pertenecería al Cartel de Cali. Fueron detenidos un colombiano y otros seis individuos que estarían involucrados en la distribución de varios cientos de kilos de la droga en dicha ciudad.

- Una nueva droga conocida como "estramonio" hace estragos entre los jóvenes estadounidenses y, en menor medida, entre italianos y franceses. El estramonio es un producto químico más potente que el crack que se extrae del arbusto "datura stramonium", también denominada "yerba de las brujas", con el cual se hace una poción que se bebe. Contiene sustancias estupefacientes cuyos efectos sobre el organismo son devastadores.

- El número de crímenes violentos cometidos en EE.UU. desde el año pasado se ha incrementado en un cinco por ciento, (alcanzando el índice máximo en la historia del país). Casi la mitad de los arrestados son menores de 25 años, lo que marca también un incremento en la violencia juvenil, que coincide con una "significativa alza" en arrestos por consumo de cocaína y una proliferación en el uso de armas.

- El Consejo Comunal de San Francisco aprobó una ordenanza que prevé el uso de marihuana con fines terapéuticos, permitiendo en esa ciudad la posesión y cultivo a personas que tienen SIDA, cáncer y todas las enfermedades que exigen un tratamiento de quimioterapia.

- El senador demócrata JOSEPH BIDEN presentó ante el Comité Judicial del Senado, que él preside, un informe de su grupo parlamentario sobre los tres años que se cumplen del plan del gobierno del presidente GEORGE BUSH de lucha contra las drogas. Este informe se basa en los siguientes datos:

- En los tres últimos años se han cometido 71.700 asesinatos principalmente a causa de la guerra de las drogas.

- Ha aumentado el número de estadounidenses adictos a la cocaína o heroína; se ha incrementado la entrada de estas drogas en el país; ha disminuído el precio de éstas y han nacido 900.000 bebés con defectos debido a su consumo.

- Pese a que los consumidores ocasionales de drogas han seguido reduciéndose, en el pasado año el ritmo de reducción fue una sexta parte menor que antes de ponerse en marcha esta estrategia,y el uso no habitual de cocaína aumentó un 14% el pasado año.

Por su parte, el director de la Política Nacional de Control de Drogas, BOB MARTINEZ, afirma que el consumo de drogas se está reduciendo en términos generales, de un modo lento. Según cifras ofrecidas por MARTINEZ,e incluídas en el informe, el consumo de cocaína es un 35% menor que en 1988 y un 67% menor que en 1985. Con respecto al consumo de drogas entre los jóvenes, éste ha descendido un 63% con respecto a hace cuatro años y un 79% en relación a hace siete años. Y opina que la campaña para bajar el consumo de drogas es buena, ya que por primera vez se cuenta con una estrategia completa sobre control de narcotráfico.

B.- MEXICO

- Fue detenido un individuo acusado de narcotráfico, asaltos y multihomicidios que pertenecía a una banda de ritos religiosos satánicos.

- La policía antinarcóticos mexicana persiguió e hizo descender una aeronave al sur de Baja California, deteniendo a tres presuntos narcotraficantes colombianos y descubriendo una carga de 500 kgs. de cocaína.

II.- AMERICA CENTRAL

A.- PANAMA

- Fueron detenidos dos ciudadanos colombianos, uno de ellos en el aeropuerto internacional de Tocumen, quien había ingerido 86 comprimidos de morfina. Este individuo provenía de COLOMBIA y pretendía viajar a EE.UU. y luego a ESPAÑA por el pago de 600 dólares que le entregara el otro colombiano detenido.

III.- AMERICA DEL SUR

A.- ARGENTINA

- Durante este período se realizaron distintos operativos en varias provincias argentinas:

En Buenos Aires. Fueron desbaratadas cinco organizaciones de narcotraficantes que en su mayoría ingresaban drogas a este país desde BOLIVIA y en algunos casos su destino era ESPAÑA, MEXICO y ARGENTINA. Se incautó aproximadamente 14 kgs. de cocaína, más de 11 kgs. de marihuana, armas de guerra y precursores químicos. Fueron detenidos 34 individuos, entre ellos cuatro bolivianos y un paraguayo. Una de estas organizaciones denominada "conexión sevillana", "lavaba" el dinero

proveniente del narcotráfico a través de una cadena de fruterías y verdulerías de atención continua y reinvertían en inmuebles, automóviles y motos de gran cilindrada.

En varios operativos se incautaron 52 sobres de cocaína, 120 kgs. de marihuana y 10 jeringas hipodérmicas y fueron detenidos 13 individuos.

En Mendoza. Se incautó 700 grs. de cocaína y armas y fueron detenidos cuatro individuos.

En Misiones. Se incautó 100 kgs. de marihuana y fueron detenidos dos paraguayos.

En Jujuy. Se incautó seis kgs. de cocaína provenientes de BOLIVIA y fueron detenidos un ciudadano argentino y otro boliviano.

En Salta. Se incautó 10 kgs. de cocaína y fueron detenidos dos ciudadanos bolivianos y tres argentinos que integraban una organización dedicada al narcotráfico, cuya base de operaciones estaría en la ciudad salteña de Aguaray, muy cerca de la frontera con BOLIVIA. La droga provenía de BOLIVIA y tenía como primer destino la capital federal para ser enviada finalmente a EUROPA.

- También se realizaron estas importantes detenciones:

- Un narcotraficante italiano considerado el jefe de una organización que operaba entre AFRICA y EUROPA, quien poseía varios pedidos de captura por el ingreso de dos toneladas de cocaína en EUROPA.

- Dos narcotraficantes a quienes se les incautó drogas y armas, que son hijos de un importante narcotraficante italiano integrante del Clan de Marsella, el cual fue detenido en

ARGENTINA y extraditado a EE.UU. en 1976 por tráfico de cocaína.

- Fue detenido el jefe de Inteligencia de la Policía de Córdoba. Este estaría vinculado a siete policías (entre ellos otro comisario y dos oficiales) detenidos el 31 de julio de este año , acusados de varios delitos que van desde el tráfico de drogas hasta la extorsión. Las acusaciones se basan en las declaraciones del narcotraficante arrepentido MAXIMO ARREYES.

- Un ciudadano argentino fue extraditado desde Moscú para ser juzgado en la ARGENTINA, en una causa por narcotráfico.

- Según el diario LA NACION, la geografía de la Provincia de San Juan ofrece una escenografía apta para el tráfico ilegal de mercaderías, drogas, divisas y otros productos, que hace suponer la existencia de varias estaciones aéreas clandestinas. Los narcotraficantes estarían utilizando la llamada ruta blanca o de transporte de drogas con base en BOLIVIA, PARAGUAY y CHILE, eludiendo las rutas de vuelo comerciales o militares.

- ARGENTINA y EE.UU. firmaron un Memorándum que amplía el acuerdo de cooperación argentino-norteamericano para la lucha contra el narcotráfico firmado en 1989. Este Memorándum establece que el gobierno norteamericano contribuiría con 360.000 dólares en equipos y entrenamiento para las fuerzas de seguridad argentinas que combaten el narcotráfico. Se distribuirá a través de la Secretaría de Programación para la Prevención de la Drogadicción y Lucha contra el Narcotráfico, y está destinada a la Prefectura Naval,

la Policía Aeronáutica Nacional y las policías de Catamarca, Corrientes, Entre Ríos, Formosa, Jujuy, La Rioja, Misiones, Salta, Santa Fé y Tucumán.

- El Ministro del Interior, JOSE MANZANO, anunció que el gobierno argentino firmará próximamente un convenio con el Departamento de Inmigraciones de EE.UU. para intercambiar información referente al narcotráfico. Además precisó que en ARGENTINA hay una extensa colaboración entre la Secretaría de Lucha contra la Droga , las fuerzas de seguridad y la DEA, y agregó que "si en algún momento vemos agentes de la DEA en cualquier punto del país (ARGENTINA), nadie se tiene que sorprender porque el delito del narcotráfico es un delito internacional y por lo tanto la lucha debe ser internacional".

- El secretario de Prevención contra la Drogadicción, ALBERTO LESTELLE, afirmó que la edad promedio de los consumidores de cocaína y marihuana en ARGENTINA es de 17 y 18 años.

- Según un informe presentado ante el gabinete Nacional por el Secretario de Prevención y Lucha contra el Narcotráfico, ALBERTO LESTELLE, uno de cada cuatro jóvenes que ingresarán al servicio militar en los próximos meses, consumió marihuana, cocaína u otro tipo de drogas. Esta encuesta oficial fue realizada entre 37.000 jóvenes residentes en la Capital Federal y el Gran Buenos Aires. De acuerdo con las cifras consignadas en el estudio, el 14.1% consumió marihuana alguna vez; un 7% aspiró cocaína, un 3,4% probó distintos tipos de inhalantes y el 1,7% se droga con alguna otra sustancia.

B.- BOLIVIA

- Cuatro ciudadanos colombianos han sido detenidos en BOLIVIA por cargos de tráfico de cocaína, algunos de ellos podrían ser miembros de redes de tráfico de drogas en COLOMBIA.

- El Senado boliviano sería convocado para posiblemente censurar al canciller DONALD MAC LEAN y al Ministro de Defensa ALBERTO SAENZ, por haber violado la disposición constitucional que prohíbe el ingreso de tropas extranjeras al territorio nacional, sin la correspondiente autorización legislativa. El hecho es que desde el 15 de junio un contingente de 300 militares estadounidenses estarían actuando en los departamentos de Beni y Pando, en la zona amazónica boliviana, fronteriza con BRASIL y con PERU.

C.- BRASIL

- En diversos Estados se realizaron los siguientes operativos:

En Bahía. Se incautó 100 kgs. de marihuana, 1.140 comprimidos de Raipnol , 200 grs. de cocaína; una escopeta, y fue detenido un individuo.

En Minas Geraís. Se incautó cuatro kgs. de marihuana, armas, municiones y se detuvo a un individuo.

En Pernambuco. Fue detenido el hijo del Intendente del Municipio de Jaboatao dos Guarapes (Recife), con siete kgs. de marihuana.

En Porto Alegre. Se incautó 300 grs. de cocaína y fueron detenidos tres individuos.

En Río de Janeiro. Se incautó 500 kgs. de marihuana procedentes de San Pabio y fueron detenidos cuatro individuos.

También se realizaron tres operativos en los morros de Vidigal, Mineira y Caixa D'Agua, en los cuales se incautó 500 kgs. de cocaína, 1.700 kgs. de marihuana, una ametralladora, dos escopetas y municiones. El operativo realizado en el morro de Mineira dió inicio a una operación denominada "Operación Asfixia", comenzando un enfrentamiento entre policías y narcotraficantes del Comando Vermelho que duró varios días , que finalizó con el operativo de Caixa D'Agua. Estos enfrentamientos dejaron como saldo las muertes de nueve policías, tres menores y un narcotraficante acusado de comandar el narcotráfico en los morros. Esta acción policial fue criticada por el comandante de la Policía Militar de Río, calificando estas operaciones como "impropias, en rebeldía al comando y fuera de las normas vigentes para incursiones en morros".

<u>En San Pablo</u>. En el aeropuerto internacional de esta ciudad se incautó 23 kgs. de cocaína y fueron detenidos dos ciudadanos nigerianos y un brasileño. El destino de la droga era Nigeria.

- Fue detenida una importante narcotraficante italiana condenada en su país natal a 30 años de prisión por tráfico de drogas y vinculada a dos importantes mafiosos italianos presos en EE.UU.. Junto a ésta fueron detenidos dos ciudadanos brasileños y se incautó 53 kgs. de cocaína.

D.- <u>COLOMBIA</u>

- Se incautó 11 kgs. de opio, 1 kg. de heroína y otro de morfina, siendo detenidos cuatro individuos. Es de destacar que éste es el primer decomiso de opio que se realiza

en COLOMBIA.

- Se entregó a la justicia JORGE AVENDAÑO, uno de los narcotraficantes que se había fugado de la cárcel de Envigado junto con el jefe del Cartel de Medellín PABLO ESCOBAR.

- La juez "sin rostro" MIRIAM VELEZ, que tramitaba el proceso contra PABLO ESCOBAR GAVIRIA fue asesinada a balazos junto a su chofer y dos de sus escoltas policiales. Según fuentes judiciales, este asesinato es un nuevo intento para evitar que ESCOBAR GAVIRIA y sus cómplices sean condenados por la Justicia. Según declaraciones del director de la policía de Medellín, el Cartel de Medellín ha ordenado el asesinato de miembros de la policía judicial que están participando en la búsqueda de ESCOBAR. En menos de dos semanas han sido asesinados cinco de estos policías especializados.

- Según un informe de la Policía Antinarcóticos publicado por la Presidencia colombiana, en los últimos dos años se aprehendieron 74.231 kgs. de cocaína, 665.780 de marihuana y 13.943 de base de coca, así como 8.351 grs. de heroína, 843 grs. de morfina y 9.283 grs. de pasta de opio; fueron detenidas 2.595 personas vinculadas a la producción y tráfico de estupefacientes y se destruyeron 206 hectáreas cultivadas con coca y 207 pistas clandestinas de aterrizaje. El informe también advierte sobre el deterioro ecológico que supone el aumento del área sembrada de amapola (existen 12.000 hectáreas cultivadas con amapola) y señala que la mala calidad de la coca de producción local está llevando a los narcotraficantes a preferir la que se produce en BOLIVIA y PERU. Por otra parte, se hace referencia a la ayuda internacional que ha recibido la

dependencia antinarcóticos colombiana: EE.UU. contribuyó con 21 millones de dólares y GRAN BRETAÑA con 756.000 dólares.

- EL presidente colombiano, CESAR GAVIRIA, propondría a la comunidad internacional el fortalecimiento de la lucha contra el narcotráfico, al intervenir en la 47 Asamblea de las Naciones Unidas. A los países industrializados pediría un mayor esfuerzo para controlar el consumo de alucinógenos y la apertura de sus mercados para los productos de los países latinoamericanos.

E.- CHILE

- Los narcotraficantes estarían iniciando operaciones de "lavado de dinero" en CHILE, invirtiendo en acciones o bienes raíces aprovechando las condiciones de apertura que ofrece la economía chilena.

F.- PARAGUAY

- Se incautó 15 kgs. de cocaína en el camino que une puente Loyoles (frontera argentina-paraguaya) con Asunción.

G.- PERU

- Se incautó cinco kgs. de cocaína pura en el aeropuerto internacional JORGE CHAVEZ y fueron detenidos dos ciudadanos españoles y dos peruanos, quienes pertenecerían a una red internacional de narcotraficantes. La droga tenía como destino EUROPA.

H.- URUGUAY

- En los departamentos de Montevideo, Maldonado y Treinta y Tres se realizaron los siguientes operativos:

Montevideo. Se incautaron 1.000 dosis de LSD provenientes de EE.UU. y fue detenido un ciudadano uruguayo.

En relación a este caso fueron detenidos doce individuos que pertenecían a una organización dedicada a la comercialización de LSD fundamentalmente en la zona costera.

En otro procedimiento fueron detenidas seis personas, una de ellas menor de edad, en momentos que se drogaban inhalando cemento de contacto.

Maldonado. Fue detenido un estudiante por consumo y comercialización de cigarrillos de marihuana. La droga sería adquirida en Montevideo y comercializada entre sus compañeros de curso y menores de edad en Maldonado.

Treinta y Tres. Fue detenido un ciudadano uruguayo que agredió a otro a balazos, a quien se le incautó 50 grs. de marihuana que habría adquirido en la ciudad brasileña de Yaguarón.

- En varios departamentos se llevaron a cabo reuniones y seminarios relacionados con el problema de las drogas:

Salto. Se llevó a cabo los días 5 y 6 de setiembre el "Primer Encuentro Internacional Técnico-Profesional" en el que participaron especialistas de ARGENTINA, BRASIL, OEA, EE.UU. y URUGUAY en el tema de la drogadicción, su prevención y represión. Durante este seminario se señalaron como fundamentales el desbaratamiento económico de las organizaciones de narcotraficantes y la eliminación de los "paraísos fiscales" que permiten el lavado de narcodólares. Este seminario fue organizado por el Ministerio del Interior y contó con el auspicio de la Federación Médica del Interior (FEMI).

RESERVADO

San José. En el marco del 54º Cursillo Departamental de Actualización Profesional que se desarrolló en la Jefatura de Policía de San José, el Comisario Inspector NELSON RODRIGUEZ, de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia, ofreció una conferencia sobre el tema "Drogas". En dicha conferencia se expuso lo siguiente:

- es importante no sólo evitar la oferta de la droga por medio de la represión, sino también reducir la demanda que va en aumento debido a los bajos costos de la droga (hace 15 años un gramo de cocaína costaba 100 dólares, hoy sólo 20 dólares).

- los lugares más propicios para la venta de estupefacientes en URUGUAY son las casas de maquinitas, pool, bailes juveniles, discotecas y alrededores de los centros estudiantiles.

- el problema de la droga se ha detectado fundamentalmente en jóvenes entre 15 y 27 años.

- Treinta y Tres. La Junta Departamental abordó el tema de las drogas y su incidencia en la juventud, con la presencia de autoridades policiales, Salud Pública y del Instituto Nacional del Menor. El jefe de policía de este departamento señaló que la situación en Treinta y Tres no es de gravedad y que desde 1988 a la fecha se han registrado seis casos en el departamento.

- El Dr. MILTON CAIROLI, integrante del Tribunal de Apelaciones de 2º Turno, que ha participado durante cinco años consecutivos en congresos internacionales dedicados al tema de

la lucha contra el narcotráfico y ultimamente participó en el que se desarrolló en San José de COSTA RICA, hizo las siguientes declaraciones a la prensa con respecto al tema "Drogas" en el URUGUAY.

- Hasta el año 1990 no se había detectado ningún caso de consumo a nivel escolar, pero en 1991 aparecieron cuatro entre los seis y doce años de edad. Aunque aún no se poseen datos estadísticos de este año, se presume un aumento de consumo a ese nivel.

- La edad de mayor riesgo de consumo se sitúa entre los 15 y 18 años, tramo en que se ha dado y se sigue dando con mayor intensidad el fenómeno.

- Las drogas que se consumen son fundamentalmente la marihuana, la cocaína y las anfetaminas.

- El consumo de cocaína, que en 1988 era muy bajo, en los últimos años ha sustituído al de marihuana, alcanzando el mismo nivel de consumidores.

- El consumo de inhalantes casi ha desaparecido debido al control de venta de sustancias químicas que se ha adoptado, situándose en un 3 o 4% de los casos detectados.

I.- <u>VENEZUELA</u>

- Fueron extraditados a ITALIA los hermanos CUNTRERAS, integrantes de la mafia siciliana radicados en VENEZUELA, cuya extradición fue solicitada por ITALIA hace diez años. La policía intentaría expulsar a 55 miembros más de la organización y confiscar sus 38 empresas sospechosas de encubrir el tráfico de drogas y el blanqueo de dinero de la "conexión" COLOMBIA-VENEZUELA-Sicilia.

IV.- EUROPA

A.- ESPAÑA

- En un operativo realizado en Barcelona se incautó 1.383 grs. de cocaína, 716 grs. de hachís, gran cantidad de éxtasis y 540 grs. de diversas sustancias adulterantes. También se incautó cuatro revólveres, cuatro pistolas, siete armas de fuego de largo alcance, veintitrés armas blancas y dos pasaportes falsificados. Fueron detenidos diez españoles, dos argentinos y dos uruguayos. Se presume que los mismos integraban una red que distribuía en la región de Cataluña droga enviada desde Latinoamérica.

B.- FRANCIA

- En Perpiñas, sur de FRANCIA, se incautó 613 kgs. de cocaína y 815 kgs. de resina de cannabis por un valor total de 590 millones de dólares. Fueron detenidos dos ciudadanos italianos que formarían parte de una red internacional de narcotráfico.

C.- GRAN BRETAÑA

- La aduana británica desmanteló una red internacional de tráfico de cocaína que había montado una escudería de rally y aprovechaba sus traslados por EUROPA para efectuar entregas. Fueron detenidas diez personas en el condado de Kent y se incautó 40 kgs. de cocaína por un valor de 11 millones de dólares. La droga provenía de HOLANDA.

D.- HOLANDA

- La policía de Rotterdam ha propuesto la distribución controlada de drogas a los adictos para reducir el -- número de delitos cometidos por éstos y calmar a la encolerizada opinión pública por los perjuicios que éstos les ocasionan.

Pero el Ministerio de Justicia ha restado importancia a ésta propuesta y sostiene que cualquier programa oficial de distribución de drogas sería un centro de atracción de adictos y violaría los tratados internacionales de estupefacientes, dirigidos a impedir el llamado "turismo de la droga".

E.- ITALIA

- Fue detenido GIUSEPPE MADONIA, considerado el segundo jefe de la mafia siciliana y acusado de dirigir redes delictivas de drogas y extorsión, así como de estar involucrado en los asesinatos de los jueces FALCONE y BORSELINO, perpetrados este año.

- En una operación denominada "Operación Aspromonte" fueron detenidos 26 mafiosos pertenecientes a la "industria del secuestro". Se presume que los secuestradores están también implicados en negocios de drogas y que mantienen conexiones con la llamada "Duomo Connection" de Milan,

- Fue detenido en Calabria el jefe de una organización que traficaba cocaína desde la ARGENTINA, oculta en autos antiguos. Se presume que en los últimos años habría ingresado cerca de 100 kgs. de cocaína.

V.- ASIA

A.- ISRAEL

- Según datos recogidos por una comisión parlamentaria israelí, los casos de drogadicción entre los soldados israelíes están en aumento, sobre todo en las unidades desplegadas en la frontera norte. Estarían drogándose con heroína extraída de los frutos de la amapola del opio que crece en el valle de Bekaa. También se afirma que en el tráfico de drogas hacia el sur están involucrados narcotraficantes libaneses y miembros de las

unidades de cascos azules de las Naciones Unidas que patrullan la "franja de seguridad". Otra causa preocupante sería que varias jóvenes mujeres pertenecientes al servicio militar comenzaron a prostituírse a causa de su drogadicción, así como casos de soldados que por el mismo motivo han vendido sus armas en el mercado negro local, para obtener recursos con que solventar su vicio.

VI.- CONCLUSIONES

A.- AMERICA DEL NORTE

- La aparición de una nueva droga como el estramonio en ESTADOS UNIDOS marcaría una tendencia en los adictos a la búsqueda de drogas más potentes.

- Los dispares datos ofrecidos en el balance que se realizó al Plan del Presidente BUSH contra la Droga, obedecerían a razones políticas, ante la proximidad de elecciones presidenciales en EE.UU..

B.- AMERICA DEL SUR

- Nuevamente ARGENTINA se destaca por la gran cantidad de operativos realizados, en los cuales se desarticularon varias organizaciones de narcotraficantes, se realizaron importantes detenciones y significativas incautaciones de cocaína, marihuana y armas.

- La firma de un memorandum entre ARGENTINA y EE.UU. de asistencia material destinada principalmente a las provincias del norte del país limítrofes con países vecinos, así como las limitrofes al norte con Buenos Aires (principal boca de salida de drogas a EUROPA y EE.UU.) demuestran una preocupación con respecto a que ARGENTINA siga siendo utilizada como punto de tránsito de drogas entre países productores y consumidores.

- Al igual que ARGENTINA, BRASIL continúa la lucha contra el narcotráfico en forma permanente, lo que se manifiesta en la cantidad de operativos realizados y las importantes incautaciones de cocaína y marihuana, destacándose en ello los Estados de Bahía y Rio de Janeiro.

- CHILE, país de tráfico y consumo de drogas se ve afectado ahora al igual que otros países del área por el "lavado de dinero".

- La importante incautación de LSD en Montevideo no es novedosa, pero sí preocupante por ser una droga muy potente y difícil de descubrir.

- Las reuniones sobre drogas llevadas a cabo en distintos departamentos uruguayos demuestran una sensible preocupación en los departamentos limítrofes con ARGENTINA y BRASIL por el avance del narcotráfico en esos países y su posible expansión al URUGUAY.

- Los datos ofrecidos por el Dr. CAIROLI con respecto a un probable aumento en el consumo de drogas a nivel escolar, así como una tendencia en alza al consumo de cocaína, demostraría que URUGUAY no estaría ajeno a lo ocurrido en sus países vecinos.

C.- EUROPA

- La cantidad de cocaína incautada en EUROPA refleja un importante tráfico de esta droga en el continente.

- Tanto el volúmen como la variedad de drogas incautadas en Barcelona demuestran las preferencias de los consumidores españoles y la importancia de esta ciudad como centro de distribución.

- La relación directa entre consumo de drogas y violencia social causa preocupación también en HOLANDA, importante boca de entrada de drogas al continente.

- ITALIA continúa su lucha contra el narcotráfico, principalmente desarticulando importantes organizaciones mafiosas dedicadas al narcotráfico.

1/1

Histórico hecho en el Parlamento

Por primera vez en la historia del Parlamento, un comunista y frenteamplista fue designado como 1er. Vicepresidente de la Cámara de Diputados, cargo que recayó en la persona del legislador Gonzalo Carámbula.

Si bien la designación responde a un acuerdo político, representantes de todos los partidos políticos resaltaron la figura y trayectoria del joven legislador de la coalición de izquierda.

Entre otros conceptos, el Diputado Hierro López (PC) destacó *"la recta moral y la clara idea de la renovación política [illegible] posee Carámbula"*, al tiem[illegible] algunos veteranos legisladores recordaron la figura del padre de Carámbula, Felisberto Carámbula, dirigente del Partido Colorado.

Cabe mencionar que como segundo Vicepresidente del cuerpo fue electo el pegepista Yamandú Fau, quien también recogió innumerables elogios de sus pares legisladores por su trayectoria política y parlamentaria. ■

La Mañana 19/3/92

Doc. POCO LEGIBLE

FECHA 22/34 33 ... 1A

Procesado a S'st...

...ERVACIONES

LA MAÑANA 23/JUN/92.-

Florida recibió Embajador cubano

FLORIDA.- (Por Juan José Rodríguez Gordon).- Invitado por el Intendente Municipal de Florida, Cono Brescia, el Embajador de Cuba, Sr. Abelardo Curbelo Padrón y su Sra. esposa, María Esther García, visitaron Florida con el cometido de conocer nuestra historia, nuestra cultura y actividad comercial, para abrir los mercados entre ambos países.

El Embajador cubano brindó una conferencia de prensa con los medios locales, en la que el entrevistado señaló la actual relación existente con nuestro país y el resto de América latina, destacando que es un muy buen mercado para abrir relaciones comerciales, recordando que su país está pasando por un momento de crisis luego del recorte comercial con los países de Europa del Este y la caída de la Unión Soviética, lo que ha hecho que sus exportaciones disminuyan en un 58%.

Brescia agradeció su presencia en Florida e invitó a conocer la industria de peinaduría de lana (Lanera Piedra Alta), a fin de concretar una mayor participación comercial y conocer la calidad de nuestra faena en el Frigorífico Kelvi S.A.

El interés de la Sra. del Embajador motivó su presencia en Casa de la Cultura, para interiorizarse de las actividades culturales en nuestro medio.

001 / 001

PADRES FOR LEGIBLES

LA MAÑANA 1/JUN/92.-



Quedó constituida la comisión de la organización "S.O.S., Mujer", filial Artigas. Preside la misma Carmen Odilia Ortiz Alfonzo, secundada por Marta del Carmen Chávez de Pampillón, Mary de Amaral, Mónica Chávez, María F. Ribeiro, Alba Da Rosa, Estela Bentancourt y María Chávez. El cometido esencial de la nueva institución será atender a la mujer sometida a cualquier tipo de violencia. En la presente jornada, integrantes de dicha institución mantendrán una reunión con el Jefe de Policía de Artigas, Cnel (R.) Roque Moreira Salgado para tratar la creación de la Comisaría de Mujeres, proyecto sobre el cual oportunamente esta página brindara amplia información.

001 / 001

POCO

8 8 93

12 92 GY

OBSERVACIONES

920504 : 24/09/92

INFORMACION GENERAL DEL PCU

954-A-I

B-2

INFORMACION PROCEDENTE DE LA COORDINADORA "E" DEL FA

- Se tomó conocimiento que en la reunión que se realizó la semana pasada en la Coord. "E", se comunicó a los presentes que la Comisión del Referéndum preveía la realización de una jornada por la Avda. 18 de Julio para el día lunes 28 de Setiembre. La misma sería considerada como el acto final del Referéndum y contaría con la participación de todas las personalidades (Ediles-Diputados-Dirigentes Sindicales, Gremiales, etc.), que apoyan dicho Referéndum. Esta comenzaría en un extremo de dicha Avda., siendo probablemente la Plaza Independencia, finalizando a la altura de la Avda. Daniel Fernández Crespo. Se preveía su realización para el domingo 27,pero se decidió luego cambiar la fecha para el lunes 28 en virtud que los lunes, hay mayor actividad en el Centro de la capital.

Se resolvió además llevar al próximo Plenario del FA la posición de la Coord. "E" contemplando 5 o 6 puntos.Estos serían:"la reafirmación de la vigencia del F.A.","la vigencia de los principios de 1971 y su creación como Partido o coalición","la reafirmación de los Ctés, de Base", "el apoyo a la I.M.M." y"el apoyo al pueblo cubano".

Todo ésto dió lugar a la confección de un documento el cual contemplaría los puntos antes mencionados.

Otro de los temas que se habría comentado en dicha reunión fue elde RAMON CABRERA (PC) y su actitud en un Cté. de Pajas Blancas.

- Según se pudo saber éste tema fue planteado en la Mesa Política del F.A. por la Coord. "F" de quien depende el mencionado Cté. de Base. Al parecer y según como se planteó el tema en la Coord. "E", el problema surgió a raíz de que el Edil antes mencionado hacia reuniones en dicho Cte. en beneficio o en apoyo a la I.M.M.. Esto al parecer dió lugar a que la Mesa Política de la Coord. del Cerro se molestara por su actitud y le habrían planteado de que "no puede existir un Cté. de Apoyo al F.A." o a la IMM., sino que debe de ser un Cté. de Base del F.A.. Aparentemente ésto, habría motivado que dicho Cté. de Base actuara casi en forma independiente, desvinculándose de la Coordinadora.

ORIGINAL - SR. JEFE DEL DPTO. I

r.m.

002-002

920897

28/9/92
DPTO I
921072

: 24/09/92

INFORMACION GENERAL DEL PCU

954-A-I

B-2

INFORMACION CONCERNIENTE AL SECCIONAL MENDIOLA

- Se tomó conocimiento que el viernes 18 se realizó tal cual estaba previsto, en el Local del Seccional en acto en Conmemoración del 72 Aniversario del Partido. La concurrencia fue de aproximadamente unas 50 personas habiendosé contado con la presencia de MARINA ARISMENDI y WASHINGTON PUCHETA (PCU-CC) quienes permanecieron en la misma aproximadamente por 10 minutos. El mismo no fue un acto ni de mucha trascendencia, ni mucha relevancia, sino que fue un festejo casi interno de los militantes de la zona. Los dos integrantes del C.C. que concurrieron realizaron un breve discurso sin importancia.

INFORMACION CONCERNIENTE A FALLECIMIENTO DE UN INTEGRANTE DEL SECCIONAL MENDIOLA.

- Una vez que finalizó el acto que se llevó a cabo en dicho Seccional, el mismo se cerró permaneciendo en él, la militante que ahí vivía (Alicia Apostolof). Al día siguiente, sábado 19, concurrieron militantes en horas de la mañana para proceder a abrir dicho local y colaborar en el aseo del mismo. Luego de abrirlo los militantes notaron que el mismo estaba demasiado silencioso, dirigiéndose luego a la Plaza Lafone, donde se realizaría una jornada infromativa para el Referéndum. Una vez ahí los mismos se enteraron de que la militante que vivía en el Local había fallecido a las 2 y 30 de la madrugada. Por tal motivo los militantes de éste Seccional no participaron de los festejos realizados en el Seccional 20. El sábado Alicia APOSTOLOF fue velada a su voluntad en el Local del Seccional Mendiola, siendo el sepelio el día martes 22 en horas de la mañana. Ese mismo día en horas de la noche concurrieron a su velatorio una gran cantidad de integrantes del PCU, la casi totalidad del C.C., como así también integrantes del Encuentro Socialista Democrático.

INFORMACION CONCERNIENTE AL ACTO CENTRAL DEL ANIVERSARIO DEL PARTIDO

_ Entre los comentarios realizados por MARINA ARISMENDI (PCU-CC) sobre el acto del día sábado 19, expresó que "lo vieron como muy positivo con muy buena participación y buena aceptación a la marcha". Comentaron además que vieron de muy buena forma las palabras de SEREGNI y que con respecto a la marcha habían logrado agrupar aproximadamente unos 7 ómnibus, 6 0 7 camiones y una gran cantidad de autos.

INFORMACION CONCERNIENTE A DIVERSOS SECCIONALES DEL PARTIDO

- Actualmente se ha podido saber que los Seccionales se encuentran todos en funcionamiento; tres o cuatro, transporte, Contrucción, la Octava, la

la 12, funcionarían en el Seccional DIPASCUA, otra tanda funcionaría en La Casa de la Cultura.

INFORMACION GENERAL

- Con relación a la designación de WASHINGTON PUCHETA (PCU-CC) en la Intendencia Municipal de Montevideo se pudo saber que todos los renovadores estaban molestos por dicho acontecimiento.

ORIGINAL - SR. JEFE DEL DPTO. I

r.m.

003 003

S208975

ORIGINAL

1/21

1 2

26 Set 1992.

MEMORANDUM Nro. 920508 /S.O.E.

ASUNTO MOVILIZACION DE LA FEUU.-

REFERENCIA

TEXTO

En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura de la movilización convocada por la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FEUU), para las 1800 hs. en la explanada de la Universidad.

Siendo la hora de la convocatoria, en el lugar se habían concentrado alrededor de 200 estudiantes universitarios, en actitud pacífica y entonando cánticos.

La marcha se inició por la Av.18 de Julio a las 18.15 horas aproximadamente, hacia la Plaza Libertad. Los estudiantes abarcaron la totalidad de la avenida obstaculizando el tránsito que en ese momento era numeroso. Se estima / que la concurrencia eneste momento alcanzaba 600 participantes. Al llegar a la referida Plaza manifestaron pacificamente, dispersándose un gran número miéntras que alrededor de 150 estudiantes se dirigieron hacia el Palacio Legislativo. Allí manifestaron por un espacio de 20 minutos aproximadamente sin que se registraran incidentes.

Posteriormente éstos de dirigieron hacia el Liceo Miranda para demostrar su solidaridad con los estudiantes que ocupan el referido centro de estudios. Finalmente se retiraron hacia la Facultad de medicina donde, según comentarios, realizarían una asamblea. Por lo anteriormente expresado se podría establecer que este grupo pertenecería a la mencionada Facultad.

Durante la movilización se entonaron los siguientes cánticos:

- Y DALE ALEGRIA A MI CORAZON, Y MAS PRESUPUESTO A LA EDUCACION.
- SIN MATRICULA.(miéntras acompañaban con las palmas).

Se detectaron los siguientes pasacalles:

- CON ESTE PRESUPUESTO SONAMOS (Fac.Ciencias).
- MARCHAMOS POR PRESUPUESTO POR/QUE CON ESTE PRESUPUESTO MARCHAMOS (C.E.I. INGENIERIA)
- ASI VE EL GOBIERNO AL ESPECIMEN UNIVERSITARIO.
- PRESUPUESTUS CORTUS (dibujo de un insecto) sin agrupación.

- MATRICULA NO!!, sin agrupación
- LUCHAMOS POR UN PRESUPUESTO DIGNO ODONTOLOGIA CED-FEUU (representa el dibujo de una calavera).
- DAME LOS 5:U$S (cinco palos) DE LA MATRICULA AEQ (Química).
- LA CULTURA NO SE VENDE - ARQUITECTURA -
- QUIMICA EN LUCHA POR UN PRESUPUESTO DIGNO.
- SIN PRESUPUESTO NO HAY CIENCIAS.
- BECARIOS POR MAS BECAS - GEBU.
- HUMANIDADES CONTRA LA MATRICULA.
- CIENCIAS SOCIALES PRESENTE.
- SIN PRESUPUESTO SOLO NOS QUEDA (acompañado por un dibujo de un avión), sin agrupación.

Además de los descriptos anteriormente se observó una pancarta que transportaba Omar FREIRE (Liberación masculina) en la que lucía la siguiente leyenda:

- NO COBRAR MATRICULA, COBRAR IMPUESTO A LA VIRGINIDAD LIBERACION MASCULINA.

Y por otra parte un cubo representando el edificio de la Universidad donde se leía GOBIERNO SERRUCHO.

Se adjunta tomas fotográficas registradas en el lugar.

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL - Jefe del Departamento I.
COPIA 1 - Jefe del Departamento III(OP).Archivo.

002 9208976

FECHA 7 6 92 (SR) 246545-8

NOS QUIEREN COBRAR

MATRICULA

SUS ARGUMENTOS SON LINDOS. NOS DICEN: "QUE PAGUEN LOS RICOS PARA QUE ESTUDIEN LOS POBRES". ¡OH CASUALIDAD! SON LOS MISMOS QUE NO VOTAN EL IMPUESTO A LA RENTA Y COSAS SIMILARES QUE HAGAN JUSTICIA. ¡ESTAMOS TODOS LOCOS!
SABES QUE NOS PRESIONAN CON QUITARNOS
NUESTROS LOGROS DEL '90
(LOCO U$S 5.000.000 U$S)
CON ESTO

No estamos ni ahí! ¿Y vos?

F . E . U . U

si no matamos

LA MATRICULA

¡ella nos mata!

MARCHAMOS SOBRE ELLA A LAS 18 HORAS
EXPLANADA DE LA UNIVERSIDAD
VIERNES 25 DE SETIEMBRE


PEPSI
Kodak EXPRESS


PEPSI
Kodak EXPRESS
SONAMOS


HUMANIDADES
CONTRA


QUE





007

9208976














EL LANCASTER


CIENCIA



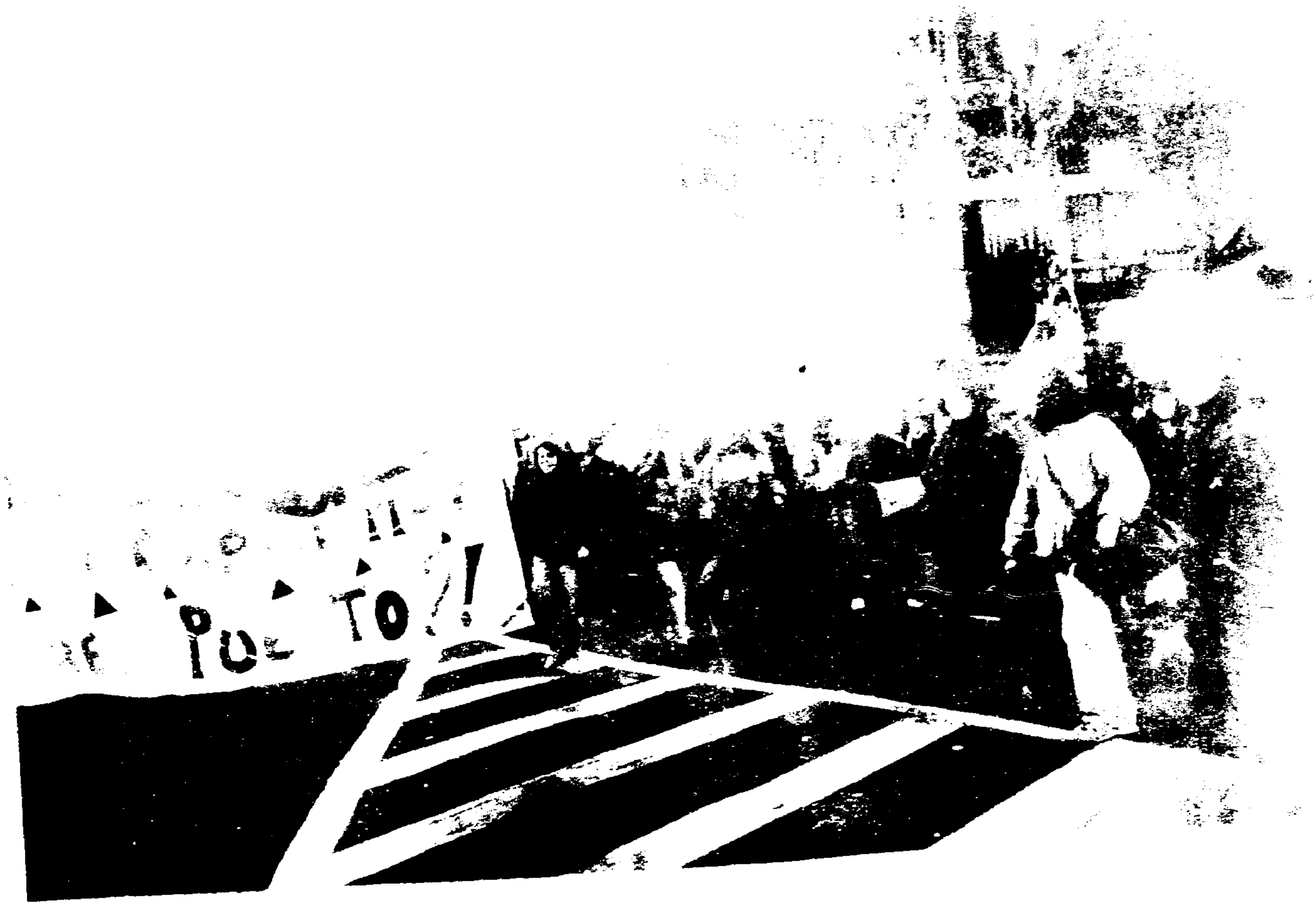


012





9208976





014

9208976





015













F 017

9208976


MARCHAMOS POR




BECARIOS









0121-021

9208976

ORIGINAL

Hoja 1 de 2
Copia - de -
e.t.

Montevideo, 26 de setiembre de 1992.-

M E M O R A N D U N Nro.920509/S.O.E.

I.- ASUNTO: MOVILIZACION DEL F.A. POR EL REFERENDUM

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O :

En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura de la movilización convocada por el F.A. enmarcada en la campaña por el referendum y la papeleta blanca. Con tal motivo partieron desde / distintos puntos de Montevideo, cuatro caravanas que conducían a los dirigentes del mencionado partido hacia la zona de Av.Agraciada y // San Quintin donde se realizaría el acto final.

El acto dió comienzo acorde a la hora programada con la participación de las murgas LOS DIABLOS VERDES y LA REINA DE LA TEJA. Inmediatamente, siendo las 1900 horas aproximadamente, hizo uso de la palabra el Presidente del F.A., Líber SEREGNI como único orador. El discurso duró alrededor de 45 minutos haciendo referencia a su participación a favor de la papeleta blanca, repitiendo los mismos conceptos que expresara el Intendente de Montevideo, el día sábado 20 próximo pasado.

Se estima que la concurrencia era de 300 personas, en actitud pacífica y que siguieron el discurso de SEREGNI prestando poca atención. Se destaca que entre la concurrencia se detectó la presencia de muchas personas que habían participado del acto que se realizado en Cno.Carrasco y Estado de Israel. Asimismo se pudo apreciar elementos de la UJC y de seguridad que participaran del acto aniversario del PCU realizado el día 19 de los corrientes frente al local de la Seccional 20.

Entre los asistentes al acto se identificó a los dirigentes políticos Alberto COURIEL (VA) y Gonzalo Carámbula (ESD).

11/01/93

001 - 004

El acto finalizó alrededor de las 2045 horas, dispersándo se la concurrencia en forma pacífica. Finalmente se reiteró la convo catoria para el día lunes 28 de los corrientes, a las 1800 horas en la Av. 18 de Julio para realizar el cierre de la campaña.

No se detectaron pasacalles ni pancartas, pudiéndose observar banderas políticas del F.A.- PSU, CP, MLN-T, M26M, CUF, POR PCU y la bandera de CUBA.

Entre los vehículos que participaron de las caravanas, / llamó la atención el vehículo matrícula 248.640 que lucía en su para brisas el cartel MESA POLITICA. Se solicitará antecedentes a Policía de Tránsito.

Se adjunta panfleto del P.O.R que fuera distribuido entre el público. El acto fue trasmitido en directo por CX 44 y en diferido por CX 36.

IV.- DISTRIBUCION: Original - Jefe del Departamento I.
Copia 1 - Jefe del Departamento III (OP) - Archivo

EL PLEBISCITO:
SUS PERSPECTIVAS

El escaso margen por el sí del plebiscito en Francia, es una demostración contundente del FRACASO SOCIAL del capitalismo. En una situación favorable como nunca la tuvo en toda su historia, con toda la tecnología y su poder concentrado, económico y militar, luego de la Guerra del Golfo, las masas francesas dijeron NO!! al capitalismo y no se dejaron engañar por el socialdemócrata de Mitterrand, que lo único que quiere es administrar el capitalismo. Las masas francesas cuando votaron a Mitterrand, votaron por el socialismo, y no al personaje decrépito que reafirma el Tratado de Masttrich. Allí el capitalismo no sale a decir que Mitterrand es viejo. Y hace casi el doble que está en el proceso político que Fidel Castro. Para la revolución mundial Fidel Castro es un joven y Mitterrand es un viejo. Y Colotusso es un joven. El triunfo de la lista 2, es una continuidad del proceso revolucionario que se expresa en Uruguay -"El Estado Obrero instaslado en la conciencia de las masas"- dándole continuidad a la Intendencia Socialista de Montevideo.

Saludamos con inmensa alegría el triunfo de la veterana joven vanguardia, que se junta con la joven manifestación de estudiantes. Que le da CONTINUIDAD a la hermosa, profunda y antigua experiencia, fresca y revolucionaria, de las MOVILIZACIONES ESTUDIANTILES del año 1968.

Es también para tener en cuenta el paro de tres DIAS que hace el sector productor del agro, la crisis económica y social profunda que se expresa aquí en Uruguay. Automáticamente el gobierno de Lacalle afloja, y sale su ex-ministro a decir "el gobierno, cuando le sirve, es liberal".

En esa crítica concentra este individuo, la IMPOTENCIA DE PODER GOBERNAR BAJO EL SISTEMA CAPITALISTA.

Frente a esta situación de catástrofe capitalista se realiza el referendum del 1º de octubre. Formalmente se decide con el voto a la papeleta blanca parar esta línea de darle oxígeno al capitalismo, vendiendo lo poco que queda de Uruguay.

Reafirmamos y llamamos sa votar la papeleta blanca, CUYO OBJETIVO ES PARAR ESTA OLA REACCIONARIA y de CAOS que provoca la SUPERVIVENCIA del sistema.

Somos enteramente concientes que el triunfo del plebiscito es un primer paso. La perspectiva es buscar COORDINAR LAS ENORMES FUERZAS QUE YA

EXISTEN, desde el triunfo de la lista 2 en Jubilados hasta las movilizaciones estudiantiles, del PIT-CNT, la crisis del sector productor agrario, para CONVOCAR A UN SEGUNDO CONGRESO DEL PUEBLO, construyendo los organismos de doble poder. Como lo hizo Tabaré Vázquez, cuando el poder oficial niega la cadena, el FRENTE AMPLIO REALIZA LA OTRA CADENA, LA DE ACTOS. Esto prepara en perspectiva el otro poder, el poder POPULAR, DEMOCRATICO y REVOLUCIONARIO.

Hoy más que nunca, el PROGRAMA de la formación del Frente Amplio y de la CNT, está más vigente que nunca. Con sus puntos claves: REFORMA AGRARIA, única forma de contestar al paro de TRES DIAS en el agro. No como hizo Lacalle, de dejar exportar ganado en pie; lo que automáticamente produce desocupación en la INDUSTRIA FRIGORIFICA. LA NACIONALIZACION DE LA BANCA: solución para que Uruguay no se transforme en un país financiero. Para que el proceso productivo revierta su situación, parar el NEGOCIADO DE LAS TRASNACIONALES a través de los bancos extranjeros. Eso será únicamente a través de la NACIONALIZACION DE LA BANCA unida estrechamente a la REFORMA AGRARIA.

Otro pilar programático es el DESCONOCIMIENTO DE LA DEUDA EXTERNA: no es posible seguir con ese desangre de la riqueza nacional, social.

Esto está unido a un NO COBRO DE MATRICULA EN LA UNIVERSIDAD, MAYOR PRESUPUESTO PARA LA ENSEÑANZA Y LA SALUD, disminuir la brutal parte que se llevan las Fuerzas Armadas, que es proporcionalmente igual al presupuesto de EE.UU., GENDARME DEL MUNDO. Discutir para aplicar AHORA el SISTEMA NACIONAL DE SALUD, que hace diez años debería haberse aplicado y un PLAN DE VIVIENDA, teniendo en cuenta los planes del SUNCA.

Esta es la perspectiva: CONGRESO DEL PUEBLO y PROGRAMA. Luego parar con el voto de la papeleta blanca, la entrega de la riqueza del país.

La perspectiva es la de preparar los organismos de doble poder. Un parlamento obrero que le dé continuidad al Congreso del Pueblo, para la aplicación de su programa, para llegar a un GOBIERNO POPULAR, DEMOCRATICO Y REVOLUCIONARIO y SACAR DEL ATRASO al Uruguay.

26 Setiembre, 1992

PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO (POR)
(Trotskista-Posadista)
COFUNDADOR DEL FRENTE AMPLIO
Daniel Muñoz 2287 - Tel.: 49 46 50

1/1

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
281000SET92

M E M O R A N D U M Nro.125 / 92

R E F E R E N T E A : GONZALEZ TRIAS Carlos Never

E V A L U A C I O N : B-2

T E X T O : -El causante viajó el 23/09/92 rumbo a la ciudad de Corpus Christi (TEXAS. EE.UU.), a efectos de realizar un curso de perfeccionamiento en ENDO-CARDIOGRAFIA BIDIMENSIONAL DOPPLES y COLOR.
-CARDIOLOGO.

El Jefe de la Secc.Biográfico/Dpto.I
Tte.
Norberto Devincensi

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 28 SET. 1992
Pasó a Biográfico
Nº de Orden 92089 78

001 - 001

FECHA 28/09/92 INICIAL (PS)
Procesado
OBSERVACIONES

1/7

C.b. ... 050400

= ... =

= ... -

...

... /1992 " ...

...

Tte.Cnel. EDUARDO ... 23SET92

Mayor ... 23SET92

Capitán ... 23SET92

Sgto. ... 23SET92

10 3 93

9 8 93

001-007

28/9/92.
S/8 INTERIOR
9208979

= PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro. 030/ [illegible]-2/992.-

I.- EVALUACION : A - 1 . -

II.- PROCEDENCIA : Información en poder de esta Unidad . -

III.- T E X T O :

- Entre los días 17 al 20 de Setiembre se desarrolló en la Hostería del Parque un Seminario Internacional sobre Mercado, Economía y Sociedad.

El mismo fue organizado por la FEJOL(Federación de Jóvenes Latinoamericanos Liberales, Radicales y Progresistas), y fue patrocinado por la Fundación FRIEDRICH NAUMANN y la [illegible], y participaron jóvenes de seis países, habiendo hecho uso de la palabra el Sr. [illegible] Juan CHIRUCHI. En la oportunidad también hizo uso de la palabra el Diputado Jaime TROBO. Participaron de este acto de apertura además el Diputado Mario [illegible], el Pte. de la Junta Departamental Walter [illegible] y el Edil Alvaro [illegible].

El Seminario que contó con la asistencia técnica del CELADU dio comienzo el día 17 a la hora 12.30 y finalizó el día domingo 20 a la hora 15.00 con un asado criollo en las instalaciones de la Hostería.

Se desarrolló el siguiente temario: La economía del mercado desde la óptica liberal, analizando su funcionamiento desde los puntos de vista de las distintas organizaciones ; el fomento del mercado como forma de fomentar la creación de las fuentes de trabajo para los jóvenes, el fomento de la iniciativa propia para mejorar las condiciones de inversión; ecología y economía de mercado; desreglamentación e intervención del Estado; el mercado según nosotros y una dramatización sobre un caso concreto donde intervienen los distintos actores del mercado, industriales, de los obreros, organizaciones ambientales, gobiernos, etc. Todos estos temas contaron con documentos parciales y se redactó un documento final con las distintas conclusiones a que se arribaron durante el evento.

Se pudo determinar que el Sr. [illegible] solicitó al Sr. [illegible] quien tiene la concesión de la Hostería del Parque, que le disminuyera los costos de la estadía de los seminaristas.

Se adjunta nómina de personas residentes en la Hostería del Parque, con su documento de identidad y país de origen.

Asimismo, se adjunta transcripción de un programa radial, "[illegible]" de entrevista a integrantes de la Comisión de FEJOL .-

IV.- SINTESIS :
-Fecha de ocurrido lo informado : 17 al 20 SET 92 . -
-Organización involucrada: FEJOL. -
-Lugar geográfico donde ocurren los hechos: [illegible] . -
-Nombre de las personas involucradas: Juan CHIRUCHI, Jaime TROBO, Mario [illegible], Walter [illegible], Alvaro [illegible], Sr. [illegible], y nómina de participantes al Seminario (relación adjunta).-
-Resumen de lo informado : Seminario sobre Mercado, Economía y Sociedad llevado a cabo en la Hostería del Parque . -

[illegible]
Bn. I. No. 6 .-

Hoja 2 de 2
Copia Nro. 1

V.- Distribución :

- 1 Ejemp. [illegible] y 02 D.G.I.D.-
- 1 Ejemp. 03 [illegible]
- 1 Ejemp. 04 Jefe D-2 DE.II.-
- 1 Ejemp. 05 Archivo Bn.I. 6 . -

VI.- Acción Tomada :

- Confección del presente parte . -

S/T/E
10/3/93
(IM)

BATALLON DE INFANTERIA Nº 6 — REPUBLICA O. DEL URUGUAY

El Jefe del Bn. I. 6
Tte. Cnel. [signature]
EDUARDO [illegible] . -

[illegible]	[illegible]	DOCUMENTO	NACIONALIDAD	EDAD	EST.CIV.	PROFESION	DOMICILIO	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Carlos	GUTI[illegible]	1.410.670-3	[illegible]	65	casado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	1.000.745-4	[illegible]	23	soltera	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible].034.643-[illegible]	[illegible]	22	soltera	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	31	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible].310-4	[illegible]	[illegible]	soltero	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible].034.053-5	[illegible]	22	soltera	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]-7	[illegible]	[illegible]	soltera	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	soltera	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	22	soltero	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible] 640	[illegible]	[illegible]	soltera	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible] 196.[illegible]	[illegible]	[illegible]	soltero	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible] 196 700	[illegible]	[illegible]	soltero	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible] 110.144	[illegible]	[illegible]	soltero	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible] 63.305335	[illegible]	[illegible]	soltera	[illegible]	Bogotá	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]-6	[illegible]	[illegible]	soltera	D[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	soltera	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	3.115.341-[illegible]	[illegible]	31	soltera	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible] 703 40	[illegible]	[illegible]	casado	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible] 101.[illegible]	[illegible]	30	soltero	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible] 14.027.770	[illegible]	31	soltero	[illegible]	Viena	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	1.[illegible]-1	[illegible]	[illegible]	soltera	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]-4	[illegible]	[illegible]	soltera	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible] 14.[illegible]	[illegible]	30	soltera	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	30	casada	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	1.175-[illegible]	[illegible]	[illegible]	soltero	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	soltero	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	1.4[illegible]-4	[illegible]	[illegible]	soltero	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

OBSERVACIONES

INICIAL (LH) 10/3/93

DOC. POCO LEGIBLE

004

0208979

///...

[illegible]	CASULO	[illegible].001.129-[illegible]	ROU	26	CASADO	EMPLEADO	Mdeo.	Mdeo.	17SET92	24SET92
Mario	LONG	2.97[illegible].882-[illegible]	ROU	27	SOLTERO	ABOGADO	Mdeo.	Mdeo.	17SET92	24SET92
Walter	HERNANDEZ	3.[illegible]15.115-[illegible]	ROU	34	SOLTERO	SOCIOLOGO	Mdeo.	Mdeo.	17SET92	24SET92
Sergio	SILVA	3.7[illegible]6.207-[illegible]	ROU	22	SOLTERO	ESTUDIANTE	Mdeo.	Mdeo.	17SET92	24SET92
Mauricio	URIBE	PE.796980[illegible]	COLOMBIA	20	SOLTERO	ESTUDIANTE	Bogotá	Mdeo.	17SET92	24SET92
Andrés	[illegible]	3.344.182-[illegible]	ROU	27	SOLTERO	SECRETARIO	[illegible] del E.	Mdeo.	17SET92	24SET92
Sergio	TORO	9.657.525-4	CHILE	25	SOLTERO	ABOGADO	Chile	Mdeo.	17SET92	24SET92
Victor	HERNANDEZ	8.525.378-6	CHILE	22	SOLTERO	ESTUDIANTE	Chile	Mdeo.	17SET92	24SET92
Ricardo	GARCIA	10.677.371-8	CHILE	25	SOLTERO	ESTUDIANTE	Chile	Mdeo.	17SET92	24SET92

Doc. Poco LEGIBLE

FECHA 10/3/93 INICIAL (JH)

[illegible] a Sistema [illegible] 005

OBSERVACIONES

El Jefe del [illegible]

Tte.Cnel. [signature]

EDUARDO [illegible]

9208979

4

= BRIGADA DE INFANTERIA Nro. [illegible].=

= BATALLON DE INFANTERIA Nro. [illegible] .-

TRANSCRIPCION DE LA ENTREVISTA LLEVADA A CABO EN EL PROGRAMA "VOCES Y OIDOS" QUE SE [illegible] POR LA [illegible] RADIAL CX 41 [illegible] EL DIA JUEVES 17 [illegible] A INTEGRANTES DE LA COMISION DIRECTIVA DE "[illegible]".-

ENTREVISTADOS :

- Presidente : Martín [illegible] (paraguayo, integrante del / Partido Radical Auténtico).-
- Secretario : Juan [illegible] (uruguayo, integrante / del Partido Nacional).-
- Vice Pte. : Flavia MENZI (integrante de la Unión Cívica / Radical, argentina).-

PERIODISTA :

- Jorge E. [illegible] .-

"PERIODISTA: que narre que es la Federación de Jóvenes Latinoamericanos".-
"[illegible]: Martín [illegible] La Federación de Jóvenes Latinoamericanos Libera-/ les, Radicales y Progresistas, que en realidad es el nombre completo, es una/ Federación que surge hace cinco años aproximadamente. Federación jóven par- / tiendo de la gran historia y tradición que tienen las diferentes federacio-/ nes y agrupaciones políticas que acá en el Uruguay son prácticamente cente-/ narias, por eso es una Federación jóven. Se han reunido en cinco a seis gru- pos de diferentes países de América Latina y han resuelto conformar esta Fe- deración Latinoamericana de Jóvenes Liberales Radicales y Progresistas, para poder discutir, crecer en forma conjunta, a desarrollarse políticamente, dis- cutir ideologías, discutir sobre planes para el futuro que puedan tener co-/ mo jóvenes dentro de la propia organización y por supuesto a nivel interna-/ cional. Ha surgido en Colombia, a partir del seminario de allí, realizamos / permanentemente encuentros. Tenemos un Buró que es conformado por nosotros / tres y estamos representando al resto de las organizaciones políticas de los diferentes países de América Latina y a partir de ahí comenzamos a trabajar en seminarios, y en fin....."

Continúa hablando Flavia MENZI: "Se realizan seminarios de discusión ideológi- ca y además seminarios sobre porciones muy concretas, por ejemplo la anuncia- da epidemia del Cólera. Nosotros fuimos por ser jóvenes receptores, no por -/ sufrir más por ser jóvenes buscamos con esto movilizar a la gente para prote- ger de [illegible] tipo de cuestión. También hemos hecho trabajos sobre ese tema y / campaña de comunicación con la gente para prevenir esta enfermedad. También / trabajo es respecto al tema del [illegible], realizamos acuerdos entre los muni- cipios donde nuestros partidos mayores, son gobierno. Tenemos programas como / en el caso de Uruguay de la Tarjeta Jóven, donde se vinculan las distintas / [illegible] y a través de ellas se firman acuerdos entre los municipios."

"PERIODISTA: Juan [illegible] cuál es el objetivo del seminario?, [illegible]: "Es un / seminario que se enmarca en tres seis seminarios. El primero fue en Chile,/ el próximo en Asunción del [illegible] seminario de [illegible] y actualización / ideológica netamente. Se hablan de términos como el Mercado y Economía. Uno / de los objetivos es el de establecer los puntos de contacto en este tipo de temas, partiendo de las realidades de cada país y de la forma de ver del / país el funcionamiento del mercado. Son seminarios altamente participati-/ vos con jornadas de taller, discusión para partir con documentos que buscan / conjuntar criterios en materia de cada tema. En Chile, [illegible], fue sobre el / rol del Estado en la sociedad. Se estuvo cuatro días y hoy es el del Merca- do, y saber hasta donde es libre y hasta donde debe ser controlado. Juventu- des [illegible] traen delegados de todo el país para luego [illegible] lo que / [illegible] y [illegible] en este seminario, en su conjunto".-

(DOC POCO LEGIBLE)

SK/E
16/3/93
(LH)

006

9208979

PREGUNTA: FLAVIA [illegible]: Por los procesos de ajustes que están viviendo los países latinoamericanos en su mayoría? RESPUESTA: "En esta época donde se confunde que es el mercado y cuales son las reglas que juegan en el mercado con el mercadismo con que el ser humano no existe, que la economía es una agencia exacta y que por lo tanto el individuo que es el actor en sus distintos roles como productor, consumidor, persona que invierte, son las que le dan vida al propio proceso económico. Nosotros entendemos que si bien muchos políticos presidentes de América Latina, opinan que en esta época han muerto las ideologías, yo creo que nunca deben estar tan vigentes como ahora, como para rediscutir estas cuestiones, pero fundamentalmente y poniendo énfasis en que el centro de la política debe ser el individuo. Si nos olvidamos del individuo, no existe ni mercado ni política, ni existe economía ni nada, y lo paradógico es que en nuestros países, muy especialmente en Argentina y nuestro Presidente que habla y dice, se llena la boca del tema La Política de Mercado, que nosotros estamos en una economía de mercado y que pertenecemos al Primer Mundo, aunque los compañeros de América Latina se enojen por no estarlo. En el tema de la economía cada vez se excluyen más creciente de población del propio mercado. Las políticas de ajuste están dejando sectores fuera del propio sistema a través del quite de presupuesto entendiendo que el Estado es el enemigo del pueblo. Por lo tanto hay que reducir el gasto por el déficit. Entonces creo que hay que rediscutir todas estas cuestiones, hay que ver dentro de una misma ecuación económica de que lado nos paramos nosotros, rediscutir como liberales cual debe ser el rol del Estado, no como regulador de todo el sistema económico, sino como responsable de marcar las reglas de juego del propio mercado. Entender que existe una mano invisible que es la que regula todas las relaciones sociales. Hay que asumir cual debe ser la responsabilidad del Estado como para garantizar justamente que el individuo pueda mejorar su calidad de vida".-

PREGUNTA A MARIO [illegible]: Cómo ve este proceso? RESPUESTA: "En realidad que el proceso de desarrollo que es el objetivo que tenemos nosotros los jóvenes y creo que también los políticos, tenemos que partir que es un proceso y como es un desarrollo, tenemos que entender que no vienen las cosas de arriba como arte de magia, y dentro de ese contexto quiero caer en el tema paraguayo: Muchos hablan que la economía ha sido la más estable y es un desastre, lo digo abiertamente, no porque esté en Uruguay, sino porque lo repito permanentemente en Paraguay. Es un país que tiene deficiente pago de deuda externa. Tenemos muy poca deuda externa, pero no producimos lo suficiente para poder pagarla. Tenemos el problema de endeudamiento con la usina más grande de energía eléctrica Itaipú, y esto ha generado corrupción y complejo que también afecta para el futuro en cuestión de desarrollo del proceso. Paraguay vivió 35 años de dictadura y hay una relación estrecha entre las FF.AA. y el Partido gobernante y el propio dictador de aquel entonces alfredo STROESSNER; estando todo controlado por el Estado. El problema principal es la corrupción y el problema de narcotráfico y lavado de dólares y creo que todavía no existe una libertad de prensa acentuada en el Paraguay, pero es muy difícil investigar y sacar a luz cantidades de estos hechos que están ligados a las Fuerzas Armadas.........."

S/T/C
10/3/93
[illegible]

El Jefe del Bn. I. [illegible]
Tte. Cnel. [signature]
[illegible]

007 / 007

DOC PROC LEGIBLE

9208979

Montevideo, 23 de setiembre de 1992.-

ASPIRANTES A INGRESO AL SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS.-

1.- ARAUJO FREIRE, IARA YANNETT.- Técnico Laboratorio Clínico.

Fecha y lugar de nacimiento: 24-3-1966 Cerro Largo-Melo.-

C.I. 3.685.505/1.-

C.C. G.A.A. 6174.-

Domicilio actual: Bonomi 3333 Apto. 513 (Parque Posadas)

Domicilio anterior: Maldonado 1591/4.

Nombre del padre: Ademar Bailón Araujo Mendez

Nombre de la madre: Eva Norma Freire Silvera

Nombre del cónyuge:

2.- AROCENA COCOZZA, ADRIANA PAULA.- Técnico Lab. Clínico.

Fecha y lugar de nacimiento: 18-12-1970 Montevideo.-

C.I. 1.946 216.4.-

C.C. AHA 11.188.-

Domicilio actual: Ciudadela 1432 Apto. 504.-

Domicilio anterior: Maldonado 986 Apto. 6.-

Nombre del padre: Elbio Arocena Tolosa.-

Nombre de la madre: María Cristina Cocozza González.-

Nombre del cónyuge:

3.- BERTESAGHI ESTRADA, SUSANA GRACIANA.- Técnico Lab. Clínico.-

Fecha y lugar de nacimiento: 23.7-1969 Montevideo.-

C.I. 1.870.635-1

C.C. A.Z.B. 14.650.-

Domicilio actual: Guayaqui 3029

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Ivan Berthesaghi

Nombre de la madre: Graciela Estrada

Nombre del cónyuge:

001/5

9208980

4 .- BISIO MARIN, MARIA TAMARA.- Técnico Lab.Clínico.

Fecha y lugar de nacimiento: 1º enero 1969 San José.

C.I. 2.709.233.7.-

C.C. O,C.A 2644.-

Domicilio actual: Fernandez Crespo 1735.

Domicilio anterior: San José 1436

Nombre del padre: Omar Francisco Bisio Reyes

Nombre de la madre: María Nilva Marin Didacce

Nombre del cónyuge:

5 .- CASTAGNO UBERTI, GIOVANNA MARIA.- Técnico Lab. Clínico.-

Fecha y lugar de nacimiento: 4-11-1969 Salto.-

C.I. 3.472.646-6.-

C.C. AVA 23.865.

Domicilio actual: Placido Ellauri 3388/04.-

Domicilio anterior: Llambi 1403.-

Nombre del padre: Héctor Antonio Castagno Torena.-

Nombre de la madre: Teresita Graciela Uberti Malatesta.-

Nombre del cónyuge:

6 .- DOMINGUEZ GRAÑA, GUZMAN.- Tecnico Anatomía Patológica.-

Fecha y lugar de nacimiento: 9-12-1969 Montevideo.-

C.I. 2.739.985.8.-

C.C. BPA 19.248.-

Domicilio actual: Progreso 870

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Oscar Dominguez Peña.-

Nombre de la madre: Eda Marta Graña Guelmo.-

Nombre del cónyuge:

92089 8 0

7.- FLORES COSTA, MARIO SERGIO.- Técnico Lab.A. Clínicos.

Fecha y lugar de nacimiento: 23-5-1965 Montevideo.-

C.I. 1.791.478-9.-

C.C. BLA 23.629.-

Domicilio actual: Colorado 1823

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Benigno Flores.-

Nombre de la madre: Magdalena Costa.- Fallecida.-

Nombre del cónyuge:

8.- GOENAGA TANNER, MARTHA CRISTINA.- Técnico Lab. A. Clínico.-

Fecha y lugar de nacimiento: 8-9-1967 Montevideo.

C.I. 1.443.472.6.-

C.C. AJB 6967.-

Domicilio actual: Paysandú 1379 Apto. 303.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Carlos María Goenaga Begeret (fallecido).-

Nombre de la madre: Susana Martha Tanner Ellena.-

Nombre del cónyuge:

9.- GOMEZ RODRIGUEZ DE LIMA, IRENE CRISTINA.- Técnico Lab. A. Clínicos.

Fecha y lugar de nacimiento: 3.1.1960 Tacuarembó.-

C.I. 3.159.785.-6

C.C. BNA 40.186.-

Domicilio actual: Martín Berinduague 806 Block D. 1. Apto. 202.-

Domicilio anterior: 14 de Julio 1448 Apto.9.

Nombre del padre: Angel Gómez Almeida

Nombre de la madre: Elena Rodriguez De Lima. (fallecida)

Nombre del cónyuge:

9208980

10-GUTIERREZ OLIVERA, MARTA.- Auxiliar Técnico Laboratorista.-

Fecha y lugar de nacimiento: 11-7-1950 Montevideo.-

C.I. 1.319.910.-3.-

C.C. BDA 43.798.-

Domicilio actual Novara 3620.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Hilario Gutierrez López (fallecido)

Nombre de la madre: Alicia Olivera Gutierrez

Nombre del cónyuge:

11.- MONTES ARIOLI, MARIA CELIA.- Auxiliar de Lab. Clínico.-

Fecha y lugar de nacimiento: 17-8-1962 Montevideo.-

C.I.1.553.319.5.-

C.C. BKA 13.769.-

Domicilio actual: Hudson 4810 H.-

Domicilio anterior: Carabela 3252.-

Nombre del padre: Washington Alejandro Montes Benadussi (fallecido).-

Nombre de la madre: Teresa María Arioli Bianchi.

Nombre del cónyuge: Dumont González Castelli.-

12.- PAÑELLA GRASSO, MIGUEL RAMIRO.- operario optica.-

Fecha y lugar de nacimiento: 14.10.1971 Montevideo.-

C.I.1.965.205.2.-

C.C. AKB 8730

Domicilio actual: San José 1018 Apto. 101.-

Domicilio anterior: José María Roo 1121 Apto. 101.-

Nombre del padre: Miguel Isidro Pañella Prats

Nombre de la madre: Gloria Grasso Machado.-

Nombre del cónyuge:

9208980

004

13 .- PARDIE GARCIA, JUAN PEDRO.- Técnico Lab. A. Clínicos.

Fecha y lugar de nacimiento: 16-12-1970 Montevideo.-

C.I. 3.123.470-3.-

C.C. BMA 29.988.-

Domicilio actual: Espinillo 1385.-

Domicilio anterior: Instrucciones 4225.-

Nombre del padre: Juan Pedro Pardie Tabassi.-

Nombre de la madre: María del Carmen Raineri.-

Nombre del cónyuge:

14 .- RISSO ARGENTO, ADRIANA.-Psicóloga.-

Fecha y lugar de nacimiento: 28-6-1964 Montevideo.-

C.I. 1.418.214.7.-

C.C. AKB 7722

Domicilio actual: Paraguay 990 Apto. 104 Montevideo.-

Domicilio anterior: Uruguay 1794 Apto. 104.-

Nombre del padre: Roberto Gabriel Risso García.-

Nombre de la madre: María Angela Argento Bao.-

Nombre del cónyuge:

15 .- SORIA ARENA, ANA GABRIELA.- Laboratorista.

Fecha y lugar de nacimiento: 22-7-1970 San José.-

C.I. 3.058.034.3.-

C.C. OAA 6657.-

Domicilio actual: Mercedes 1463.-

Domicilio anterior: Larrañaga 276. Bis Dpto. San José.-

Nombre del padre: Juan Soria Borges.-

Nombre de la madre: Ruth Mabel Arena.-

Nombre del cónyuge:

0208980

005/5

R.E.Nº ....

ASUNTO: AMARILLO DE URIOSTE Ma. del HUERTO.

PROCEDENCIA: DGID

EVALUACION: A-2

OBSERVACIONES: ....

Tte. 1º NORBERTO DEVINCENSI

FIRMA: ....

FECHA: .../.../.../

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 28 SET. 1982
Pase a Archivo
Nº. de Orden 920898

001 | 4

CURRICULUM VITAE

[illegible]

[illegible]

Fecha de nacimiento: [illegible]

Domicilio: [illegible]

ESTUDIOS CURSADOS

1.- URUGUAY. Egresado de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad de la República [illegible] 1971. Título: Doctor en Derecho.

2.- CHILE. Egresado de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO). Postgrado en Ciencias Políticas y Administración Pública. [illegible] - 1973.

3.- ESPAÑA. Egresado de la Universidad Autónoma de Madrid. [illegible]. Título: Licenciado en Derecho.
Tesis presentada sobre la Autonomía Regional Administrativa en España.

4.- ESPAÑA. Curso de PostGrado en la Universidad Autónoma de Madrid en Derecho Político. [illegible]

Idiomas: Inglés, Francés.

ANTECEDENTES LABORALES

1.- Ingresó por concurso de méritos a la OFICINA NACIONAL DEL SERVICIO CIVIL, Presidencia de la República. Cargo: Técnico [illegible] Departamento de Investigaciones Administrativas. 1972.

[illegible] de los [illegible] de la Oficina Nacional del Servicio Civil. 19[illegible]-1977

[illegible] Instituto de Estudios [illegible] y Sociales [illegible] (IDELSA), Actividades de investigación [illegible]

[illegible] Internacional en [illegible] de [illegible] sobre la [illegible]

[illegible]

INVESTIGACIONES REALIZADAS

[illegible] 1979.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

- Estudio sobre la Militarización del Estado en Uruguay, 1980. Investigación [illegible] financiada por el Centro de Estudios Constitucionales [illegible] Madrid, España.

[illegible] Uruguay: El Ascenso al Poder de las Fuerzas Armadas en el Uruguay [illegible] 1985.

- Investigación sobre las Organizaciones de Derechos Humanos en el Uruguay. Financiado dentro del Proyecto de CLACSO y CIESU sobre los Nuevos Sujetos Sociales en las Democracias Emergentes en el Cono Sur, 1986.

- Investigación sobre la Independencia del Poder Judicial en [illegible] en [illegible] Amnesty International, 1986. Realizado en [illegible] junto con el Dr. Alejandro Artucio.

- Investigación sobre la Independencia del Poder Judicial realizada para la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de la República del Uruguay. Financiado por la Comunidad Económica Europea. 1987.

- Investigación sobre la Independencia del Poder Judicial y de los Jueces en el Uruguay, [illegible] y financiado por el Centro para la Independencia de los Jueces y Abogados, CIJA, Ginebra, 1988 [illegible] Publicado en Ed. F.C.U. [illegible] Montevideo.

- Estudio [illegible] sobre las Fuerzas Armadas y su participación en los conflictos internos, integrado al Proyecto sobre [illegible] para la Institucionalidad [illegible] en el Uruguay. CIESU. Fundación Ford, 1988.

- Investigación sobre [illegible] la Influencia [illegible] Uruguay [illegible] CIESU. Fundación Ford, 1989.

[illegible]

[illegible]

ACTIVIDAD DOCENTE

- Ayudante [illegible] Ciencia Política, Facultad de Derecho [illegible]

- Docente de los Programas de Capacitación de la Oficina Nacional del Servicio Civil [illegible] Investigación [illegible] a la fecha.

PARTICIPACION EN SEMINARIOS

- Participación en representación de la Oficina Nacional del Servicio Civil en el Primer Congreso Iberoamericano de Intendentes Municipales [illegible] Montevideo, [illegible].

- Seminario Internacional [illegible] realizado por el Wilson Center, Washington D.C. [illegible]

- Seminario sobre "Democracia y Autoritarismo Militar" organizado por [illegible] Santiago de Chile, [illegible].

- Seminario sobre Procesos de Transición en el Cono Sur y Derechos Humanos, organizado por el Instituto Interamericano de Derechos Humanos, [illegible] Montevideo, [illegible].

- Seminario sobre Organizaciones no Gubernamentales de Derechos Humanos, organizado por el [illegible] y la Academia de Humanismo Cristiano, Santiago de Chile, [illegible].

- Seminario Internacional sobre Fuerzas Armadas y Democracia, organizado por el [illegible] Institute, Montevideo, [illegible]

- Seminario Internacional de LASA, Washington D.C. Ponencia presentada sobre "Relaciones Cívico-Militares en el período de transición democrática en Uruguay". [illegible]

004|4

92089 83

9208/??   RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	Sección: S.I.F.A. ORB/jcgs. Evaluación: -----------	Hoja: 1 / 1 Fecha: 15 / 9 / 92

DOCUMENTO:

INFORME No.019/92

ASUNTO: Contesta Pedido de Información No.26/92

De: DTOR.SERV.INF.F.AEREA.

Para: SUB-DTOR.INTERIOR D.G.I.D.

TEXTO:

- Este Servicio de Información no registra anotaciones de las personas mencionadas.

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION F.AEREA

CORONEL (Av.)

WALTER J. DOPAZO.

FUERZA AEREA DIRECTOR SERV. DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 29 SET. 1992
Pase
Nº. de Entrada 9208985

Imp. S. A. C. G. IV/92 (500)

001 / 001

RESERVADO

29/9/92 - Conocimiento Sec. Adtc. Sdo.

28/09/92
SDI
9208985

RESERVADO

ARCHIVO

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

Sección: S.I.F.A.
ORB/jcgs.-

Hoja: 1 / 1

Evaluación: ----------

Fecha: 15 9 92

DOCUMENTO: I N F O R M E No.020/92

ASUNTO: Contesta Pedido de Información No.27/92.

De: DTOR. SERV. INF. F. AEREA

Para: SUB-DTOR INTERIOR D.G.I.D.

TEXTO:

- Este Servicio de Información no registra anotaciones de las personas mencionadas.

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION F. AEREA.

CORONEL (Av.) WALTER J. LÓPEZ.

FUERZA AEREA DIRECTOR

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de ... Defensa
Fecha ... 29 SET. 1992
Pase ...
N°. de ... 9208986

001 / 001

Imp. S. A. C. G. IV/92 (500)

29/9/92 - Conocimiento Sec. Adisc. S.G.D.D.

RESERVADO

28/09/92
SDI
9208986

Los carteles tienen su heroína

SANTIAGO DE CHILE. (EFE).- Los carteles sudamericanos del narcotráfico han entrado en el ciclo de la heroína, droga que ya se cultiva en Colombia y Perú y cuyo principal mercado está en Europa, advierte un estudio de la Comisión Sudamericana de Paz, con sede en Santiago de Chile.

En el estudio sobre el desarrollo del tráfico de drogas en la subregión y las cifras que involucra, la Comisión de Paz señala que dichos carteles están cambiando del tráfico de la cocaína a la heroína.

El análisis, realizado por el director académico del organismo internacional, Santiago Escobar, indica que según datos de la Oficina Nacional de Política de Control de Drogas de EE.UU., la oferta de la heroína procedente de la región marca un aumento creciente.

Según la misma fuente, el principal mercado de la heroína está en Europa, pero en EE.UU. ya hay unos 500.000 adictos.

Según Escobar, ya en 1990 existían evidencias claras de que los carteles colombianos estaban involucrados en la producción de heroína. "Hoy es una realidad con el cultivo de la amapola o la adormidera en doce departamentos (de Colombia), de los cuales los principales productores son Huila, Tolima, Cundinamarca, Boyacá y Cauca".

Según datos del Departamento Administrativo de Seguridad (DAS, Policía secreta colombiana), en el país ya existen 25.000 hectáreas cultivadas con amapola, sobre todo en laderas de montes en zonas húmedas.

El nuevo cultivo, según Escobar, ha traído problemas a los cafetaleros que se están quedando sin jornaleros, ya que los campesinos pobres prefieren trabajar en las plantaciones de amapola, donde se les paga hasta 20 dólares la jornada mientras en el café la paga no supera los seis dólares. ■

ENTRADO
CRUZADO

PROCEDENCIA: Clarín
FECHA DE PROCEDENCIA: 13-6-92.

4 toneladas de cocaína

Agentes federales secuestraron 4,5 toneladas de cocaína, con un valor estimado de 150 millones de dólares. La cocaína fue localizada en varias casas de la localidad de Anaheim, al sur de Los Angeles, y en camiones que estaban en Chicago y Las Vegas.

01/01

9208988

OPERACIÓN VIGIA II EN SALTA (ARGENTINA)

CLARÍN 13-6-92.

ES EN LA FRONTERA CON BOLIVIA. LLEVAN RADARES, AVIONES, HELICOPTEROS Y 150 HOMBRES

Comienza en Salta el mayor operativo contra el narcotráfico

*Para combatir el narcotráfico en Salta, **llegaron** a la provincia 150 hombres de la Fuerza Aérea, especialmente **entrenados**. Utilizarán dos **helicópteros**, dos aviones Pucará y radares.*

SALTA (De nuestra agencia). — A casi un año del anuncio de **Clarín** sobre la instalación de una base aérea en el norte de la provincia para combatir al narcotráfico, comenzaron los preparativos en la localidad de **General Mosconi**, donde se realizará **el mayor de los operativos antidrogas de la Argentina.**

Ayer se observó un inusual movimiento en el aeropuerto de General Mosconi, donde fueron llevados **dos radares, dos aviones Pucará, dos helicópteros Puma** y llegaron **150 hombres especialmente entrenados para este operativo.**

♦ Salta, paso obligado para ingresar la droga desde Bolivia

La decisión de elegir a **Salta** como centro de operaciones se tomó después de la reunión de jefes de Policía realizada en **Santiago del Estero en 1991**. Durante esa reunión quedó demostrado que **Salta era un paso obligado** para ingresar la droga desde **Bolivia.**

Otra de las cuestiones que influyó en esta designación fue el descubrimiento en esta provincia de varios laboratorios clandestinos, ubicados en localidades de la zona fronteriza tales como **Los Madrejones, El Sauzal** y otro en plena capital provincial.

Antes que se tomaran estas decisiones el embajador norteamericano **Terence Todman** estuvo en la provincia y destacó la labor de la Policía local al combatir el narcotráfico. La Policía salteña, que tiene buena relación con la **DEA** —la oficina antidrogas de los Estados Unidos—, siempre recibió ayuda norteamericana para realizar sus operativos. Pero cuando Todman estuvo en la provincia se reunió a solas con el gobernador **Hernán Cornejo** y tres meses más tarde se confirmó el proyecto de instalar la base aérea.

El descubrimiento de los laboratorios clandestinos provocó preocupación en el gobierno nacional, a tal punto que el secretario para la Prevención de la Drogadicción y Lucha contra el Narcotráfico, **Alberto Lestelle**, consideró que "el norte argentino está desatendido" y que "estaban pasando cocaína con barriletes".

♦ Modernos radares

La lucha contra el narcotráfico estará a cargo de personal de la **Fuerza Aérea**, encargado de vigilar **32.000 kilómetros cuadrados** de espacio aéreo en las fronteras con Bolivia y P[illegible]**raguay**. Desde General Mosconi los avion[illegible] saldrán al cruce de los vuelos ilegales. En ti[illegible]rra, la Fuerza Aérea recibirá la colaboraci[illegible] de **Gendarmería, Policía Federal** y la Polic[illegible] de Salta.

El gobierno nacional también considera i[illegible]portante la instalación de modernos radar[illegible] para colaborar en la custodia del espacio aér[illegible] del noroeste.

♦ Relevamiento aerofotométrico

Los encargados del operativo contarán, ade[illegible]más, con un plano con la ubicación de las pi[illegible]tas de aterrizaje clandestinas detectadas en [illegible] área de cobertura. Este plano fue realizad[illegible] mediante un **relevamiento aerofotométrico** d[illegible] toda la región.

El jefe de la guarnición Salta, del Ejércit[illegible] **José Ignacio Saravia Day**, informó ayer que [illegible] personal afectado al operativo será alojado e[illegible] el **Regimiento 28 "Rodillas negras"** de, **Tartagal**. Los radares funcionarán las 24 horas y [illegible] personal trabajará en cuatro turnos rotativo[illegible] de seis horas cada uno.

Jesús Rodríguez

01/02

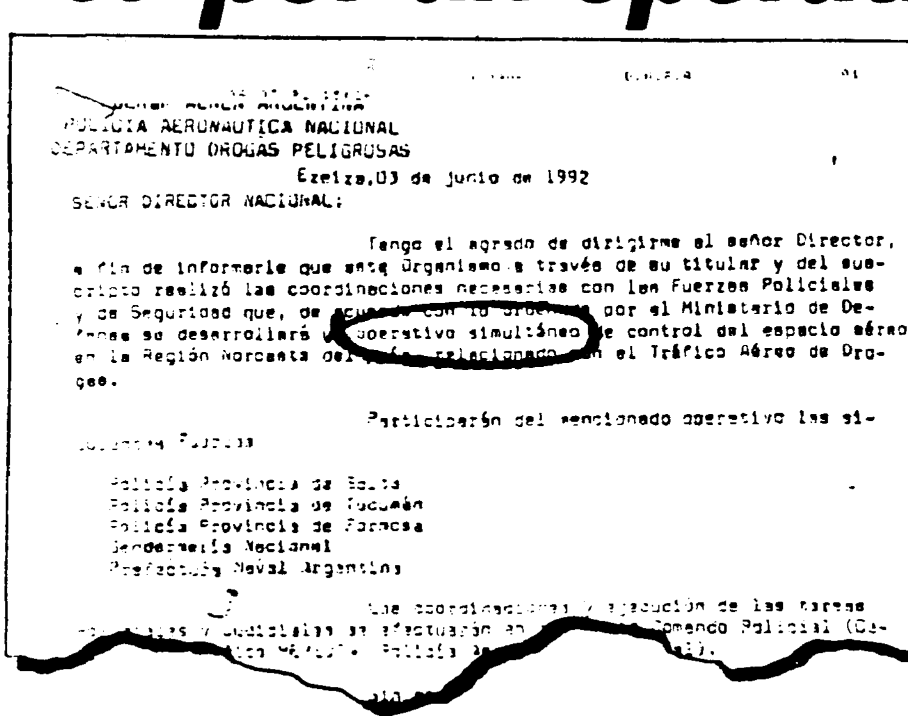
9208989

Polémica por un operativo antidroga

La realización de un operativo antidroga en la provincia de Salta comandado por la Fuerza Aérea, a través de la Policía Aeronáutica Nacional, desató ayer una catarata de desmentidas desde el Ministerio de Defensa y el de Interior para asegurar que **"no se violó la Ley de Seguridad Interior"**

Esa ley, aprobada a fines del año pasado, prohibe expresamente la intervención de las Fuerzas Armadas tanto en conflictos internos cuanto en la lucha contra el narcotráfico, como no sea para dar apoyo **logístico** y a las órdenes del Consejo de Seguridad Interior que nunca analizó ni aprobó este operativo.

La situación provocó la reacción de los radicales, que hoy presentarán un pedido de interpelación al titular de Defensa, **Antonio Erman González**, firmado por los diputados **Conrado Storani** y **Victorio Bisciotti**, que se sumará a un pedido de informes ya presentado ayer por la mañana. El tema sería también tratado mañana durante la visita del presidente Carlos Menem a Salta en compañía de González, aseguraron fuentes cercanas al gobernador Roberto Ulloa.


POLICIA AERONAUTICA NACIONAL
DEPARTAMENTO DROGAS PELIGROSAS
Ezeiza, 03 de junio de 1992
SEÑOR DIRECTOR NACIONAL:
Tengo el agrado de dirigirme al señor Director, a fin de informarle que este Organismo a través de su titular y del suscripto realizó las coordinaciones necesarias con las Fuerzas Policiales y de Seguridad que, de acuerdo con lo ordenado por el Ministerio de Defensa se desarrollará un operativo simultáneo de control del espacio aéreo en la Región Noroeste del país relacionado con el Tráfico Aéreo de Drogas.
Participarán del mencionado operativo las siguientes Fuerzas
Policía Provincia de Salta
Policía Provincia de Tucumán
Policía Provincia de Formosa
Gendarmería Nacional
Prefectura Naval Argentina
Las coordinaciones y ejecución de las tareas policiales y judiciales se efectuarán en el Puesto Comando Policial (Salta) ... Policía ...

Facsímil de un documento oficial de la Policía Aeronáutica Nacional donde se usa el término "operativo simultáneo" y no el de "ejercicio de ensayo" sobre el control del espacio aéreo, como se calificó en Defensa a la maniobra.

♦ **Radares**

Al parecer, lo que nació como un ejercicio de control del espacio aéreo para instalar radares por parte de la Fuerza Aérea —autorizado por el Ministerio de Defensa— derivó en un **programa de operaciones simultáneas en la Prevención y represión del tráfico ilícito de drogas**, según lo definió en sus comunicaciones la Policía Aeronáutica al resto de la fuerzas participantes.

"No es un operativo antidroga", sostuvo el ministro de Defensa, **Antonio Erman González**, al ser consultado por **Clarín**. Visiblemente molesto por la derivación del asunto, González recalcó una y mil veces que solo se trataba de un **"ejercicio de ensayo de radarización para el control del espacio aéreo"**, autorizado por su cartera y en el que nada tenía que ver el Consejo de Seguridad Interior dependiente de la cartera de Manzano.

Sin embargo, en una nota emitida por la Policía Aeronáutica y firmada por el capitán **Juan Carlos Heredia** —jefe del Departamento Drogas Peligrosas—, queda claro que esa dependencia de la Fuerza Aérea se puso al frente del operativo de control del espacio aéreo **"relacionado con el tráfico aéreo de drogas"** en el que intervienen las policías de la provincia de Salta, Tucumán, y Formosa, además de Gendarmería Nacional y Prefectura Naval. Agrega la nota que **"la coordinación y ejecución de las tareas policiales y judiciales (sic) se efectuarán en el Puesto Comando Policial"**

Erman González prefirió atribuir el asunto **"a un error de redacción"**, que sería aclarado por un comunicado de Fuerza Aérea. Ayer a última hora Defensa difundió un comunicado donde señala que se trata de una "operación de control, vigilancia y fiscalización del espacio aéreo", denominado **Vigía II**.

Sin embargo, en otra nota de la PAN —pero dirigida a la Prefectura— se vuelve a hacer mención del "operativo" y explícitamente se aclara que **"la convocatoria y organización de las operaciones policiales estará a cargo de la Policía Aeronáutica y con la participación"** de las demás fuerzas de seguridad.

♦ **En Interior**

En tanto, fuentes de Interior —el ministro **José Luis Manzano** no pudo ser consultado— aseguraron también que no se violó la Ley de Seguridad Interior porque **"el operativo viene de antaño"** y **"no hay población civil involucrada"**.

Algo distinto opinó el gobernador de Salta, **Roberto Ulloa** —marino retirado— que vio llegar la semana pasada y sin previo aviso a un escuadrón de tropas especiales de la PAN integrado por alrededor de un centenar de hombres, que se internaron en los montes salteños y comenzaron a hacer controles de ruta. Esto motivó —según pudo saber **Clarín**— que se comunicara con Manzano, quien se notificó del asunto y consultó a González. Finalmente —según trascendió— se ordenó que las tropas quedaran encerradas dentro del destacamento aunque el operativo prosiguió su curso.

Por su parte, el secretario de Lucha contra la Droga, **Alberto Lestelle**, utilizó gran parte de la jornada para desmentir también que se hubiera violado la Ley de Seguridad Interior y recalcar que la Fuerza Aérea **"solo presta apoyatura logística"** y que se trata de "un ejercicio" y no de un operativo, como lo llamó el día anterior, en abierta contradicción con lo que señalan las notas antes citadas.

También desmintió Lestelle, en declaraciones radiales, que haya intervenido personal de la **DEA** (Drug Enforcement Agency) aunque fuentes salteñas aseguran que asistieron **"aproximadamente 14" de sus agentes**.

Tantas desmentidas no impidieron que ayer por la mañana el diputado radical **Víctor De Martino** presentara un pedido de informes en la Comisión de Defensa para que se aclare debidamente si en efecto participó la DEA, si hubo subordinación de fuerzas policiales a la Policía Aeronáutica y qué participación le cupo al Consejo de Seguridad Interior.

M. L. M. K.

II CONFERENCIA DE FUERZAS OPERATIVAS DE AMERICA DEL SUR CONTRA EL NARCOTRAFICO.
LA NACION 14-6-92

10027

Narcotraficantes extranjeros eligen a la Argentina

SANTA CRUZ, Bolivia, (AP). – En la Argentina operan narcotraficantes de Bolivia y Colombia que utilizan ese territorio para la comercialización de la cocaína y el lavado de "narcodólares", dijo el jefe de la fuerza antidrogas de ese país, Vicente Brizuela.

Brizuela llevó a efecto la Operación Tambor que en agosto de 1991 desembocó en la detención de los bolivianos Humberto Gil Suárez y José Bismarck Arredondo, considerados importantes jefes de las bandas narcotraficantes bolivianas.

Gil Suárez y Arredondo, que se fugaron a la Argentina en 1987 para evitar ser arrestados en su país por narcotráfico, se dedicaban en ese país a actividades empresariales y al lavado de dinero proveniente del narcotráfico, mediante la compra y venta de automóviles de lujo, dijo Brizuela a The Associated Press.

Brizuela preside la delegación argentina ante la II Conferencia de las Fuerzas Operativas de América del Sur contra el Tráfico de Drogas, que se realiza aquí.

Durante la entrevista señaló que los dos bolivianos lavaban anualmente cientos de millones de dólares, para introducirlos en sus actividades empresariales legales. Pero señaló que "creo que ninguno de los dos tenía certeza de (los dólares)... que acumularon, y que fueron lavados en operaciones en centros bancarios de la Argentina, Estados Unidos y Europa".

Brizuela también reveló que los acusados, actualmente detenidos en Buenos Aires, estaban relacionados con los carteles colombianos de Cali y Medellín.

01/01

9208990

Estudio sobre consumo de drogas en el Uruguay
El País 14-6-92

Por Impactante Estudio Sobre Adolescentes y Consumo

EQUIPO DE INVESTIGA[...] PREMIO DE LA ACADEM[...]



La sicóloga María Cristina de Albistur, ideóloga del proyecto que mereció la distinción de la Academia.



Profesora (A.S.) Cristina Rovira, otra de las especialistas que integraron el equipo de investigación.



La doctora Mónica Wagner. También ella recibirá la distinción de manos del ministro de Salud Pública, doctor Carlos Dellpiazzo.

La Academia Nacional de Medicina otorgó el premio "Ministerio de Salud Pública" a un equipo interdisciplinario integrado por investigadores de las Ciencias Sociales que llevó adelante un profundo estudio sobre el consumo de drogas en adolescentes uruguayos, cuyo resultado causó impacto en las autoridades sanitarias de nuestro país. El 17 de junio de 1990 EL PAIS publicó el informe en cuestión cuando el mismo, aún, era inédito.

Entre las preocupantes revelaciones de la investigación surgía que los adolescentes montevideanos consumían alcohol y sicofármacos en niveles que estaban (y aparentemente lo siguen estando) entre los más altos del mundo.

El trabajo de investigación, ahora reconocido a nivel nacional, fue realizado por la Sección Psicología de la Clínica Pediátrica "A" de la Facultad de Medicina, con el asesoramiento estadístico de la Asignatura: Estadística Aplicada a la Medicina de la Facultad de Ciencias Económicas. El distinguido grupo de especialistas estuvo integrado por la Sicóloga **María Cristina de Albistur** (directora del proyecto); la doctora **Mónica Wagner**; la profesora de la Escuela Universitaria de Servicio Social, **Cristina Rovira**; doctora **María de los Milagros Sugo** y Prof. **Orual Andina**.

En el complejo trabajo realizado por el equipo galardonado, titulado: "Problemas del Comportamiento relacionados con la Salud. Estudio Epidemiológico sobre el Consumo de Drogas en Adolescentes Uruguayos", concretamente se indica que:

"El propósito de este estudio es conocer la prevalencia del consumo de drogas; es decir, de ciertas sustancias que introducidas en el organismo vivo, pueden modificar una o más funciones de éste. Cuando dicho consumo se realiza sin indicación y sin control médico, pueden amenazar la salud, seguridad o bienestar del que consume o de los otros. Estas sustancias naturales o sintéticas, que alteran las sensaciones, la actividad mental, la conciencia y la conducta, pueden producir dependencia física, psíquica o tolerancia".

"El presente estudio intenta establecer por medio del enfoque de riesgo (en base a la medición de la probabilidad de que se produzca un daño a la salud) cual es la necesidad de atención de los adolescentes, **como grupo que lo que requiere, es un enfoque no igualitario, que discrimine en favor de este grupo a aquellos quienes tienen mayor necesidad de atención**".

"La información de él derivada podrá definir prácticas de educación para la salud; la participación de la comunidad en el reconocimiento de dichos factores de riesgo permite aumentar el nivel de conciencia hacia los problemas del comportamiento relacionados con la salud. **Para ello, en principio, se requiere una adecuada información, desmitificando el tema droga, evitando sensacionalismos, preconceptos y prejuicios, poniendo soluciones el tema en una real eficacia y eficiencia de los recursos disponibles, como parte de las Estrategias de Atención Primaria de Salud, para alcanzar la meta "Salud para todos en el año 2000"**.

LAS CONCLUSIONES DE LA INVESTIGACION

El trabajo de investigación se realizó en 36 Institutos de Enseñanza Secundaria y de UTU, diurnos y nocturnos, públicos y privados, de la ciudad de Montevideo.

Las preguntas realizadas a 2.536 alumnos de 12 a 18 años fueron contestadas "con mucho entusiasmo" (dijeron los miembros del equipo a EL PAIS en aquella oportunidad) y dieron como resultado un consumo de cigarrillos normal, según los parámetros mundiales, pero no así en lo referido al alcohol y a los medicamentos estudiados.

El 17,4 % de los adolescentes consultados manifestaron consumir tabaco, ubicándose dicho porcentaje dentro de los rangos de prevalencia de consumo a nivel mundial.

La investigación demostró, asimismo, que el 62,4 % de los adolescentes consumen alcohol. La prevalencia internacional oscila entre el 54,2 % y 67,6 %.

MEDICAMENTOS: UN CAPITULO APARTE

Del total de estudiantes encuestados, 346 dijeron ser cosumidores de medi**camentos (un 13 % de la** [illegible]

de medicamentos [...] cos con el objetivo [...] primir el Sistema N[...] Central (SNC), inclu[...] tintos ansiolíticos y r[...] lajantes. La mayori[...] pondió utilizar com[...] gas depresoras las [...] diazepinas.

9208

01/02

udio Sobre Adolescentes y Consumo de Drogas

DE INVESTIGADORES SOCIALES OBTUVO DE LA ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA

ademia Nacional de ina otorgó el pre- inisterio de Salud a" a un equipo in- iplinario integrado vestigadores de las ias Sociales que adelante un profun- udio sobre el con- de drogas en ado- ntes uruguayos, resultado causó o en las autorida- nitarias de nuestro El 17 de junio de EL PAIS publicó el ne en cuestión o el mismo, aún, dito.

las preocupantes ones de la investi- urgía que los ado- s montevideanos an alcohol y sico- s en niveles que (y aparentemente n estando) entre los s del mundo.

bajo de investiga- hora reconocido a acional, fue reali- r la Sección Psico- la Clínica Pediátri- de la Facultad de a, con el asesora- estadístico de la tura: Estadística la a la Medicina de la d de Ciencias Eco- s. El distinguido de especialistas es- tegrado por la Sicó- **ria Cristina de Al-** (directora del pro- la doctora **Mónica r**; la profesora de la a Universitaria de o Social, **Cristina** doctora **María de gros Sugo** y Prof. **dina.**

complejo trabajo o por el equipo ga- do, titulado: "Pro- del Comportamien- ionados con la Sa- udio Epidemiológi- re el Consumo de en Adolescentes yos", concreta- e indica que: "pósito de este es- s conocer la preva- el consumo de dro- s decir, de ciertas ias que introduci- el organismo vivo, modificar una o nciones de éste. o dicho consumo se sin indicación y sin médico, pueden tar la salud, seguridad o bienestar del que consume o de los otros. Estas sustancias naturales o sintéticas, que alteran las sensaciones, la actividad mental, la conciencia y la conducta, pueden producir dependencia física, psíquica o tolerancia".

"El presente estudio intenta establecer por medio del enfoque de riesgo (en base a la medición de la probabilidad de que se produzca un daño a la salud) cual es la necesidad de atención de los adolescentes, **como grupo que lo que requiere, es un enfoque no igualitario, que discrimina en favor de este grupo a aquellos quienes tienen mayor necesidad de atención".**

"La información de él derivada podrá definir prácticas de educación para la salud; la participación de la comunidad en el reconocimiento de dichos factores de riesgo permite aumentar el nivel de conciencia hacia los problemas del comportamiento relacionados con la salud. **Para ello, en principio, se requiere una adecuada información, desmitificando el tema droga, evitando sensacionalismos, preconceptos y prejuicios, poniendo soluciones al tema en una real eficacia y eficiencia de los recursos disponibles, como parte de las Estrategias de Atención Primaria de Salud, para alcanzar la meta "Salud para todos en el año 2000".**

LAS CONCLUSIONES DE LA INVESTIGACION

El trabajo de investigación se realizó en 36 Institutos de Enseñanza Secundaria y de UTU, diurnos y nocturnos, públicos y privados, de la ciudad de Montevideo.

Las preguntas realizadas a 2.536 alumnos de 12 a 18 años fueron contestadas "con mucho entusiasmo" (dijeron los miembros del equipo a EL PAIS en aquella oportunidad) y dieron como resultado un consumo de cigarrillos normal, según los parámetros mundiales, pero no así en lo referido al alcohol y a los medicamentos estudiados.

El 17,4 % de los adolescentes consultados manifestaron consumir tabaco, ubicándose dicho porcentaje dentro de los rangos de prevalencia de consumo a nivel mundial.

La investigación demostró, asimismo, que el 62,4 % de los adolescentes consumen alcohol. La prevalencia internacional oscila entre el 54,2 % y 67,6 %.

MEDICAMENTOS: UN CAPITULO APARTE

Del total de estudiantes encuestados, 346 dijeron ser cosumidores de medicamentos (un 13 % de la muestra realizada). Las respuestas respecto al tipo de medicamentos utilizados con el objetivo de deprimir el Sistema Nervioso Central (SNC), incluyó distintos ansiolíticos y miorrelajantes. La mayoría respondió utilizar como drogas depresoras las benzodiazepinas.

• La distribución de estudiantes que manifestaron consumir medicamentos mostró, respecto a los depresores del SNC, el 82,9 % de consumidores.

Los técnicos subrayaron que el resultado en este caso es alarmante pues supera los encontrados en la bibliografía consultada (que oscila entre 0,1 % y 8,9 %).

El 1,9 % de los adolescentes consultados en Montevideo manifestó haber probado inhalantes. El 3,3 % aseguró haber probado marihuana y el 0,8 % manifestó haber probado cocaína.

Esta investigación (el ministro **Carlos Delpiazzo** distinguirá personalmente a los técnicos el jueves 18, a la hora 18, en la Sala "19 de Junio" del Banco República), permitió conocer la prevalencia del fenómeno como primera aproximación a la medición del problema en nuestro país, sirviendo de base para futuros análisis de las autoridades sanitarias del Uruguay.

4

LAS CIFRAS

URUGUAY Y EL MUNDO

En el siguiente cuadro puede verse claramente y en forma comparativa la importancia de determinados porcentajes de consumo de distintas drogas por parte de adolescentes en nuestro país y en el mundo. Resalta el alto porcentaje de consumo de alcohol y el de medicamentos depresores del sistema nervioso central. Las que se conocen clásicamente como "drogas" sin embargo tienen poca incidencia.

TIPO DE DROGAS	PREVALENCIA DE CONSUMO A NIVEL MUNDIAL, RANGOS:		RESULTADOS DE LA ENCUESTA PORCENTAJES:
TABACO	10%	94%	17.4%
ALCOHOL	11%	89%	62.4%
MEDICAMENTOS ESTIMULANTES DEL S.N.C.	0.7%	36%	0.5% y 1.2%
MEDICAMENTOS DEPRESORES DEL S.N.C.	0.1%	8.9%	11.7%
INHALANTES	0.07%	44%	1.9%
MARIHUANA	0.4%	90%	3.3%
COCAINA	0.3%	32%	0.8%

JOVENES Y MEDICAMENTOS

Este cuadro está compuesto por las contestaciones de los estudiantes que dijeron ser consumidores de medicamentos. Se trata de 346 jóvenes (un 13% de la muestra realizada). Puede observarse el alto porcentaje que indicó que los consumen para "calmar los nervios".

CONSUMEN PARA:	N	%
ADELGAZAR	18	5.2
MANTENERSE DESPIERTO	13	3.7
ANIMARSE	28	8.1
CALMAR LOS NERVIOS	287	83.0
TOTAL	346	100.0

JOVENES Y ALCOHOL

También el consumo de alcohol es alto en la actualidad por parte de los adolescentes montevideanos. Entre los 15 y 17 años oscilan las cifras más significativas.

COMPORTAMIENTOS RELACIONADOS CON LA SALUD

Distribución Por Edad	CONSUMEN SI		NO		TOTAL
	N	%	N	%	N
HASTA 12	91	54.2	77	45.8	168
13	204	55.4	164	44.6	368
14	258	62.8	153	37.2	411
15	252	67.6	121	32.4	373
16	249	61.5	156	38.5	405
17	218	67.3	106	32.7	324
18	97	62.6	58	37.4	155
19 Y MAS	181	64.4	100	35.6	281
TOTAL	1.550	62.4	935	37.6	2.485

02/02

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA LA MAÑANA
FECHA DE PROCEDENCIA 15-6-92
VINCULACIONES 76
11345

Acción antidroga en rutas

El intercambio de informaciones por parte de las distintas Policías sudamericanas, ha llevado a que casi todas ellas este fin de semana, salieran a realizar procedimientos antidrogas en las distintas carreteras de sus respectivos países.

Aquí en Uruguay, el control más importante se efectuó por parte de funcionarios del Departamento de Narcóticos de la Prefectura Nacional Naval.

Para cumplir con su difícil misión emplearon la casi totalidad de los canes entrenados, comandando el equipo de perros el conocido "Albert" que ya se había destacado en las últimas Operaciones del Verano Azul, donde se logró detener a importantes narcotraficantes, entre ellos Vivas y Ramón Puente, ambos deportados y procesados en los Estados Unidos de América.

Uno de los puntos estratégicos para efectuar el control, fue Av. Italia en las proximidades del peaje El Pinar.

Allí, como se podrá apreciar en las notas gráficas, Albert junto a su adiestrador -ambos realizaron un curso especial antidrogas en la vecina orilla- fueron las estrellas de los procedimientos.

Casi ochenta vehículos, que iban desde autos a ómnibus, fueron revisados palmo a palmo, pero lo buscado no dio los resultados esperados.

Este control efectuado en forma paralela por las distintas Policías, está encuadrado dentro de un programa de acción conjunta en la lucha contra el narcotráfico y que se resolvió que así sucediera en la última reunión efectuada días pasados en Asunción del Paraguay, donde estuvieron delegados de todos los países sudamericanos, inclusive con representantes del Uruguay.



LA MAÑANA 15-6-92

Momentos donde el can Albert realiza el procedimiento en busca de drogas, acompañado por el instructor. Ambos realizaron un curso en Buenos Aires

01/01

9208992

Nueva mancha para el tigre...

Director de Alcaldía de Bogotá acusado de lavar narcodólares en Uruguay

● **Según la justicia de EEUU actuaba por cuenta del cártel de Cali**

Una vez más, nuestro país es señalado por las agencias internacionales de noticias como "lavandería" de dólares procedentes del tráfico de drogas. En esta oportunidad, la noticia se deriva de lo actuado por la justicia de los Estados Unidos de América. El acusado es nada menos que un ex director de la Alcaldía (intendencia) de Bogotá, el que habría blanqueado importantes sumas de dinero por orden del cártel de Cali.

■ El ex-director de la Alcaldía de Bogotá, Ricardo Mahecha, acusado por la justicia de EE.UU. por blanqueo de dinero de la droga en Uruguay, Estados Unidos y el Caribe, fue absuelto por falta de pruebas en Luxemburgo, y ahora será extraditado al país del Norte, para enfrentar acusaciones similares, anunció el Ministerio de Justicia de Luxemburgo, según despacho de la Agencia AFP.

Otros dos pedidos de extradicción fueron presentados por Estados Unidos contra Franklin Jurado, condenado en el mismo proceso de Luxemburgo a 54 meses de cárcel y Edgar García Montilla, condenado el 2 de abril a cinco años de prisión.

Ricardo Mahecha fue presentado durante el proceso de Luxemburgo - primer proceso europeo de blanqueo del dinero de la droga del Cartel de Calí como un "aprendiz de blanqueador".

Los capos colombianos de la droga tenían intenciones de formarlo para que sustituyera a Flanklin Jurado.

Este ùltimo, ex-informador de la brigada antinarcóticos norteamericana (DEA), diplomado de Harvard, les costaba demasiado caro. Presentaba facturas cotidianas de gastos por 1.000 dólares, además de su acostumbrada remuneración. Los investigadores de la DEA, que presentaron testimonio durante el proceso contra los tres colombianos, afirmaron que José Santacruz Londoño, jefe del Cartel de Cali y beneficiario final de los 57 millones de dólares colocados en 118 bancos e incautados por las autoridades, quería poner a Ricardo Mahecha a la cabeza de una nuevas célula europea, destinada a esconder los narcodólares con sede en Madrid.

01/01

1/2.

R.E.Nº ....

ASUNTO: HUELGA DE HAMBRE ESPOSAS de MILITARES.

PROCEDENCIA: DNII

EVALUACION: —

OBSERVACIONES: ....

FIRMA: Tte. 1º NORBERTO DEVINCENSI

001-002

FECHA: .../.../.../

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 10 SET. 1992
Pasa a B x x
Nº. de Orden 9208994

1. En el día de la fecha y siendo aproximadamente la hora - / [illegible] fue irradiado por CX 30 un reportaje telefonico realizado por el Jefe de Prensa de esa emisora VICTOR COLLAZO (C/A periodista de izquierda) a quien dijo llamarse VICTORIA FERNANDEZ(-/-), que sería esposa de un retirado del Ejercito Nacional con el Grado de Sub Oficial Mayor y expreso lo siguiente:

-Que en un plazo de una semana a partir de la fecha y de no pagarse a los retirados militares lo establecido en el Art. 67 de la Constitución de la República y aprobado a su vez por el Parlamento, tomaron las siguientes medidas:

a* Huelga de hambre o ayuno de unas 20 mujeres de militares, entre las cuales no se encontraba ninguna embarazada o con muchos niños.-

b- Dicha medida será hasta las últimas consecuencias.

c- Cuentan con el apoyo de unas 140 mujeres de militares que viajaron del interior hasta la capital para apoyar la medida, contando desde ya con alojamiento en casa de militares y familiares.-

2. Continuando el reportaje y al efectuar los comentarios el periodista dijo que el ayuno se realizaría en la Parroquia de Padres Conventuales, sito en Canelones y Cuareim.

3. Realizada una entrevista telefonica al periodista COLLAZO el mismo dijo que no posee telefono para llamar a la tal - VICTORIA FERNANDEZ, pero que el grupo que integra dicha señora se viene reuniendo periodicamente en la Parroquia de Padres Conventuales y que la organización del ayuno corre - por cuenta de los sacerdotes de dicha parroquia.-

4. Otras averiguaciones realizadas hasta el momento por este - Departamento no han confirmado la información estipulada en el Nral. 1.-

(SM)

8/12/92

DOC POCO LEGIBLE

9208994

002 | 002

Se endurece la campaña para senador en Buenos Aires

Un agresivo affiche del Partido Radical vincula al gobierno con el narcotráfico

Especial para
LA REPUBLICA



de nuestro corresponsal en Argentina Isidoro Gilbert

■ La campaña electoral para la elección del senador nacional por esta capital el próximo 28 de junio, comienza a tener rasgos ásperos y es difícil que no se produzcan algunos incidentes en la medida que se acerque el día del comicio.

Varios militantes radicales han sido detenidos en los últimos días por pegar afiches que bajo el título "La Banda del Golden Trafic", muestran caricaturas que satirizan a funcionarios y personajes cercanos al gobierno de Carlos Menem involucrados en casos de corrupción. El nombre recuerda un popular programa de la TV: La Banda del Golden Rocket.

En la caricatura del afiche radical aparecen el ex secretario privado de Menem, Miguel Angel Vicco, procesado por vender al Estado leche no apta para uso humano; Armando Gostanian, presidente de la Casa de Moneda y autor del "menemtrucho" es decir, un símil de la moneda argentina con la imagen del presidente, Jorge Antonio, Mario Caserta y Amira Yoma, implicados con el lavado de dinero, aunque sólo los dos últimos con proceso; Gaith Pharaon, el famoso banquero del BCCI, que alcanzó a tener firmes relaciones con el poder, hasta que se verificó que su banco era un gran lavador internacional de dinero del narcotráfico; la jueza María Romilda Servini de Cubría, que comenzó el expediente del "Yomagate" y debió pasarlo a otro magistrado por las críticas que recibió su actuación y el infaltable Monzer Al Kassar, preso ahora en España, sindicado como narcotraficante y que había obtenido con favores de arriba, un pasaporte argentino.

Todos estos personajes aparecen a bordo de un automóvil antiguo, con la leyenda "La Banda del Golden Trafic" y, debajo, la consigna "no se deje atropellar".

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, protestó molesto por el cartel que quiere "acusarnos a todos de tener vínculos con los narcotraficantes".

Los jóvenes militantes fueron detenidos cuando pegaban los afiches en la zona céntrica y la Policía amenazó con iniciarles proceso por desacato. El diputado radical Jorge Vanossi, expresó que la figura de desacato para cortar una campaña electoral no se utiliza desde 1951, pero esto último parece una argucia electoral.

La pequeña guerra de los afiches, en rigor, la iniciaron los amigos del candidato oficialista, Avelino Porto. Hace poco, fueron pegados carteles parecidos a los de la campaña de publicidad mensual de la revista prorradical **Redacción** (Refacción, decía en rigor), presentando al candidato radical Fernando de la Rúa, acompañado por el ex presidente Raúl Alfonsín (éste le levantaba la mano triunfante), presentándolos junto a los dirigentes más polémicos de la UCR.

Ayer fue detenido un diputado radical mientras pegaba el polémico afiche. Fue liberado, pero el caso volvió a desatar las furias del principal partido opositor.

Cavallo cree que Porto será el triunfador "porque está haciendo buena campaña, diciendo la verdad". El centro de la propaganda del menemismo, son los bajos índices de inflación de los últimos meses. Los datos de las encuestas son dispares, pero marcando aún una buena diferencia en favor de de la Rúa.

Como en realidad se eligen electores, los partidos más chicos definen que harán los suyos en el Colegio, si se piensa que nadie tendrá mayoría propia. El candidato socialista Héctor Polino, sugirió que "hará todo para impedir que triunfe Menem", con lo que dijo bastante. En la coalición "Frente del Sur", los 23 partidos y movimientos adherentes, ratificaron que sus electores sufragarán únicamente por el director de cine Fernando Pino Solanas.

Con todo, algunos dirigentes de peso del peronismo disidente que respaldan al director de "Sur", quisieran que en el Colegio Electoral se "derrote a Menem".

En el Modin, partido de Aldo Rico (derecha), también votarán los eventuales electores que coloquen, por su candidato, el ex teniente coronel Enrique Venturino.

A casi 10 días del comicio, el oficialismo ha creído que presionar con la carta de la reelección de Menem, permitirá aumentar sus chances el 28 de junio. Se ha forzado tanto el asunto, que se ha llegado a decir que se busca proscribir a Menem cuando, por caso, dicen, el ex presidente, teniente general Jorge Videla, podría en cambio ser candidato.

Aunque traído de los cabellos, el ejemplo revela que el menemismo está dispuesto a mucho para hacer prevalecer sus objetivos. Pero, una derrota estridente el 28 de junio, no sería un duro revés para los planes del presidente". Así están las cosas.

LA MAÑANA 18-6-92

Jerarcas de la Policía Francesa imparten cursos antidrogas

Tres jerarcas de la Policía francesa se encuentran en nuestra ciudad impartiendo cursos sobre narcotráfico y su represión.

Esta información fue dada en conferencia de prensa brindada ayer de mañana por el Jefe de Policía de Montevideo, Inspector Principal (r) Osvaldo Ramón Díaz.

El máximo jerarca policial, destacó la presencia de tres policías galos -dos hombres y una mujer- especialistas en el tema drogas.

Las clases les son impartidas a treinta oficiales de distintas reparticiones y culminarán mañana, viernes 19.

Este curso está enmarcado en un acuerdo bilateral entre el Ministerio del Interior francés y el uruguayo, de acuerdo a lo informado por el Inspector Díaz.

Agregó que como sería muy oneroso el envío de los treinta oficiales a Francia, se decidió que se hiciera en sentido contrario.

En la conferencia de prensa, donde estuvieron presente dos funcionarios galos, el Jefe de Policía y el Director de Investigaciones, se tocaron temas inherentes al flagelo de las drogas, y se destacó la buena receptivilidad de los funcionarios policiales que están asistiendo a dicho cursillo, el que se lleva cabo en el 5° piso de la Jefatura de Montevideo.

01/01

EL PAIS 18-6-92

Portugal: Récord Europeo de Secuestro de Cocaína

LISBOA, 17 (ANSA).— La policía portuguesa batió hoy un récord europeo al secuestrar 1.800 kilos de cocaína pura, un cargamento organizado en el puerto español de Pontevedra (Galicia) que procedía de América Central, dijeron las autoridades.

La cocaína llegó a Portugal en un barco de pesca que se detuvo a unos 200 kilómetros de la costa lusitana. La policía controlaba sus movimientos, logró desbara[illegible] la operación y arrestar a dos españoles.

El jefe del equipo antinarcóticos de Portugal, Jacinto Meca, dijo después a la prensa que los agentes portugueses se infiltraron hace más de tres meses en la operación del tráfico de la cocaína.

El barco de pesca que transportaba la droga llegó el lunes cerca de la costa portuguesa, pero fue imposible arrestar a la tripulación porque la nave estaba fuera de las aguas territoriales, explicó Meca.

Según el policía, el último secuestro récord de cocaína en Europa ocurrió en el aeropuerto de Londres a comienzos de este año, cuando fueron incautados 1.200 kilos de esa droga.

El decomiso de hoy es mucho mayor que la cantidad de cocaína secuestrada durante todo el año pasado en Portugal, que fue de 1.096 kilos.

La Policía Internacional también logró detectar hoy grandes cantidades de otros tipos de droga. En Italia, por ejemplo, la policía de Palermo incautó 1.800 kilos de hashis. El martes, en Roma, fueron secuestradas 1,3 toneladas del mismo estupefaciente.

La Comisión de la Comunidad Europea para los problemas de la droga acaba de efectuar una encuesta para comprobar cómo viven el problema los ciudadanos de la CEE.

El resultado confirma que los problemas morales, sanitarios y de orden público relacionados con la droga y el SIDA constituyen las principales preocupaciones sociales de los europeos.

ORIGINAL

920510 28/09/92

INFORMACION SINDICAL

718-H-I

REUNION DEL SECRETARIADO EJECUTIVO DEL PIT/CNT DEL DIA 23.09.92

ASISTENTES: JOSE D'ELIA (Presidente del PIT/CNT)
HUGO DE MELLO (FENCAP-PS)
JORGE SILVANO (FOT-UTC-Renov.)
LUIS ROMERO (FUNSA-Ind)
FELIX GONZALEZ (SUA)
HUGO BIANCHI (UNTMRA)
RUBEN VILLAVERDE (FFOSE-Renov)
OSCAR LOPEZ (SUANP-PS)
ANTONIO ADOURIAN (FOEB-PS)
ERNESTO MUNRO (SOIMA-Renov)
Dr.JORGE BRUNI (Asesor PIT/CNT)

CRISTINA GONZALEZ (FUS-Renov) no asistió al SE porque se encontraba en esos momentos en CHILE, asistiendo a una reunión a la cual fue invitada sobre el MERCOSUR.-

TEMAS TRATADOS: 1) Informe sobre el BPS
2) Informe sobre el Instituto "CUESTA-DUARTE"

DESARROLLO:

1) La reunión del SE fue muy corta. Se inició con un informe dado por el Dr. Jorge BRUNI (asesor del PIT/CNT) respecto a la reforma de la Seguridad Social.
ERNESTO MUNRO (SOIMA) posteriormente planteó que el PIT/CNT tendría que dar dinero para viáticos a los tres delegados obreros que integran el Directorio del BPS (JORGE BRUNI, ERNESTO MUNRO, y ADOLFO BERTONI (Pte.Sindicato ATSS)), para hacer giras por el interior del país.
Ante este planteamiento RUBEN VILLAVERDE (Scrio. de Finanzas) planteo que no tenian dinero,que la Central estaba llena de deudas, que la financiación de la propaganda para el plebiscito estaba saliendo muchísimo dinero y que estaban definanciados y no sabian como obtenerlo.
Esto produjo una dura discusión entre ERNESTO MUNRO y RUBEN VILLAVERDE planteando el primero que si se aceptaban estos cargos en el BPS, era necesario obtener el dinero de algún lado. Se aprobó darle una suma de un millón de pesos para los tres, por lo menos al principio,y posteriormente se trataría de darle a J. BRUNI, una mayor remuneración (N$ 500 ó 600 mil pesos) por el hecho de ser abogados.-

001/30

9208998

2) Los representantes italianos de la CGIL plantearon que había que salir a buscar rapidamente una sede para instalar el Instituto "CUESTA -DUARTE", ya que desde hace tres meses tienen el dinero asignado para entregarles y aún no han encontrado un local.
Por el momento, en la sede del PIT/CNT se le han destinado dos habitaciones, para que funcione el instituto, se ha colocado una computadora recientemente adquirida yfueron contratadas dos NNF y un NNM técnico en computación. Estos contratos son en forma provisoria , teniendo vigencia hasta fin de año.
Se resolvió que MILTON ANTOGNAZZA (AEBU) integrará la comisión que se dedicará a buscar una sede adecuada para comprar.
Los posibles locales serían:
- uno en Agraciada y San Martín (pegado al local de CX 30), dos zaguanes donde actualmente funciona una pensión. El costo de estas casas es de U$S 110.000 y U$S 60.000 cada una.-
- otro de los locales, es en Maldonado y Salto, por esa casa piden U$S 170.000.-
- la otra casa se encuentra en Yaguarón entre Madrid y Asunción Es una casa de 3 pisos por lo cual piden U$S 200.000.-
  El capital con que disponen para la compra de la casa es de U$S 80.000 donados por la CGIL y U$S 50.000 que obtendrían de la venta de la actual sede del PIT/CNT de la Avda. 18 de Julio, luego de abonar la deuda que todavía tiene la Central con AEBU, por la compra de la misma (U$S 40.000).-
  Al parecer , la idea de instalar la sede del PIT/CNT junto con el Instituto "CUESTA-DUARTE" ha sido aprobada y ambos funcionarían en el mismo local.-

VISITA DE LUIS ANDERSON (CIOLS) AL PIT/CNT

Luis ANDERSON (CIOLS) concurrió a la reunión del SE junto con una NNF brasileña (la que según versiones del propio ANDERSON, sería la futura responsable de la CIOLS en los problemas sindicales de América Latina) y a ENILDO IGLESIAS (CIOLS), quien lo acompañó hasta la reunión, no habiendo estado presente en la misma.
Primero hizo uso de la palabra el Presidente de la Central JOSE D'ELIA y posteriormente ANDERSON,quien manifestó que era portador de una invitación para asistir a una reunión en la ciudad de WASHINGTON (EEUU) a fines de noviembre, donde serían convocadas todas la Centrales obreras de América latina y el Canadá.-
Esta reunión se haría sobre la base de un proyecto, el cual el remitiría al PIT/CNT, donde se plantea que cada país tiene características diferentes y que las recetas que plantea el FMI, el BID o el Banco Mundial, se pueden plantear de igual forma en todos los países y que se tiene que considerar: la carestía la pobreza, la capacidad de ahorro del pueblo, la riqueza que el mismo país tiene, para que los compromisos económicos que asuma cada país no fueran en desmedro de la actividad social del

mismo. Este es el esquema económico, en el cual cada país tiene que organizar un plan presentar en esta reunión, sobre estos problemas puntuales.

La entrevista de ANDERSON con el SE, se vió acortada, debido a que estaba convocada la MR y ya estaban presentes algunos gremios. Frente a esto HUGO DE MELLO (FANCAP-PS) lo invitó a ANDERSON a participar de la MR que se llevaría a cabo a continuación para que expresara lo mismo que había manifestado en el SE. Es de hacer noar, que a pesar de que DE MELLO, cursó la invitación , se retiró y no participó de la MR, porque tenía que concurrir al Parlamento, junto con otros integrantes del SE como ROMERO, SILVANO, D'ELIA, quienes tampoco asistieron a la mencionada MR..Por este motivo, fue presentado por el unico integrante del SE presente, ANTONIO ADOURIAN.

ANDERSON repitió todo lo planteado en el SE a la MR, ampliando la misma refiriéndose al MERCOSUR. Expresó que el MCE, llevó muchos años para que se instalara y antes fue necesaria la creación de un fondo de seguro de empleo, para menguar los desequilibrios que pudieran haber, desde el punto de vista laboral, para luego concretar la unificación. Manifestó la unificación entre MEJICO y EEUU tiende a fracasar, porque EEUU ha absorbido las desventajas de la unificación, dió como ejemplo , la industria automotriz, citando que se habia crado en MEJICO una planta de armado de automóviles con bajos costos de mano de obra, lo que llevaba a aumentar la desocupación en EEUU. Finalizó su disertación expresando su deseo de que el plebiscito saliera bien.

Como hechos significativos de la visita de ANDERSON a la Centra obrera se pudo apreciar que existió un vacío muy grande por parte de los integrantes del SE en acompañarlo durante el desarrollo del mismo y a su vez de la MR, lo que dejó entrever que podría ser por miedo a que fueran cuestionados por la fracción "ULTRA" que en dicha mesa estaba toda presente.

Otro punto importante, fue que durante su alocución hubo una demostración de respecto muy grande, expresada por el silencio en el cual fue escuchado.

En lo que respecta a ANDERSON, se pudo saber que el mismo se fue molesto con esta visita, ya que se dió cuenta del vació que se le hizo, y además otra de las causales que le molestó fue que durante el curso sindical que se dictó en Montevideo, reciente-,mente, los representantes uruguayos en su mayoría pertenecian al PS, y eran de nivel sindical muy bajo.

Luego que ANDERSON se retiró del local sindical , fue entrevistado por ANTONIO LADRA, periodista de "EL OBSERVADOR". Se pudo saber que dentro del cuestionario que se le efectuó, fue preguntado de cual habia sido la actitud del SE con respecto a la invitación para asistir a la reunión en WASHINGTON. Este le respondió que no recibió respuesta a la misma, pero que en caso de que no concurrieran, tenía previsto realizarle la invitación al FORO INORGANICO , que está interiorizado en dicho grupo y lo veía con muy

buenos ojos la tarea emprendida por el mismo.

REUNION DE LA MR DEL 23/09/92

- Se adjunta Resoluciones de la misma.

Como hechos a destacar se resalta:

- posterior a que se retiró ANDERSON, no se hicieron comentarios ni se habló del tema de la invitación.
- la aparición repentina de los dirigentes sindicales del SE que no asistieron a la MR, aduciendo que tenían que asistir al Palacio Legislativo.
- D'ELIA planteó antes de retirarse del SE que en la Mesa se hiciera mención que en la próxima MR tratará el tema de la invitación

PLEBISCITO

1) Movilizaciones: La situación en el interior del país sería bastante buena, que en algunos lugares se habrian realizado caravanas, cosa que anteriormente no habia ocurrido. En general, se piensa que los votos obtenidos la primera vez será duplicado.
2) Finanzas: Hay gremios habrian aportado más dinero para la campaña del plebiscito.

FINANZAS DE LA CENTRAL OBRERA

Se ha tomado conocimiento que la OIT envió al PIT/CNT U$S 12.000 los cuales fueron usados por RUBEN VILLAVERDE (Scrio. de Finanzas) para pagar las deudas de la Central. Se creería que algunas de estas deudas serian por la campaña del plebiscito. VILLAVERDE planteó que cuando venga la OIT de alguna forma se saldría a buscar la plata. El dinero mandado por esta organización era para solventar la realización de un Congreso sobre el MERCOSUR. Se preve que este hecho traería problemas, por la mala administración.

FORO INORGANICO

Se pudo saber que las versi ones que se manejarian dentro de los dirigentes sindicales es que ENILDO IGLESIAS (CIOLS) sería uno de los gestores d ela creación del FORO.
Se supo además que con la persona que ENILDO IGLESIAS realizó los primeros contactos fue con EDUARDO FERNANDEZ (AEBU-PS), pero las versiones que existen es que lo descartó como una persona viable, ya que el mismo tiene una característica negativa, que es la de encontrarse en estado alchólico asiduamente
Todo esto, conlleva a que el PS trate por todos los medios de que el PIT/CNT no se fraccione, ya que es la primera oportunidad desde mucho tiempo de ser mayoría dentro del mismo.
Es por esto, que están buscando un acercamiento mayor con la gente del FORO, porque en caso de que el FORO obtenga el apoyo que viene vislumbrando por parte de la CIOLS, provocaría una ruptura dentro de los propios socialistas, quedando divididos en ortodoxos y no ortodoxos, que indiscutiblemente esto se reflejarían en forma inmediata dentro del FA.

Por versiones de gente que integra el FORO INORGANICO la invitación que ellos manejan que integrantes de la CIOLS les cursaran para ir a WASHINGTON la tendrían que manejar con mucho cuidado, ya que serían duramente cuestionadas por los ultras y esto indefectiblemente forzaría a una ruptura del PIT/CNT, para lo cual ellos manifiestan no estar preparados a pesar que las bases del documento elaborado por ellos ha tenido una receptividad mayor de la que ellos esperaban dentro del movimiento obrero.
Se pudo saber que se descartaría de que los mismos sean absorbidos por la CIOLS.

Se adjunta documentación entregada en la MR del día 23/09/92
- BREVE HISTORIA DEL PUEBLO VASCO
- COMISION DE DEFENSA DEL PATRIMONIO NACIONAL Y REFORMA DEL ESTADO.
- ALGUNOS LINEAMIENTOS ADMINSITRATIVOS, ORGANIZATIVOS CON LOS QUE SE PROPONE COMENZAR ACTUAR EN EL DIRECTORIO DEL BPS.
- INFORME PRESENTADO POR LA TERNA ELECTA PARA EL BPS A CONSIDERACION DE LA MESA REPRESENTATIVA.
- COMISION POR EL ASILO POLITICO A LOS DETENIDOS VASCOS.
- SOBRE PROYECTO DE DIRECCION Y JUNTA NACIONAL DE EMPLEO.
- ANTE EL PROYECTO DE REFORMA JUBILATORIA PRESENTADO EN EL SENADO. RESOLUCIONES DE LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT REUNIDA EL 23/09/92.-

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

mb

006

820898

BREVE HISTORIA DEL PUEBLO VASCO

El Pais Vasco **EUSKAL HERRIA**, es uno de los pueblos más antiguos de Europa, posee uno de los tres idiomas más antiguos del continente, y una cultura, costumbres y folklore propios, que mantuvo su independencia durante las invasiones griega, **romana**, visigoda, árabe, etc. y cuenta en la actualidad con 2.600.000 habitantes.

En el **siglo XI**, se perdió parte del territorio (el que actualmente está bajo dominación francesa) y en 1.522, con la derrota en la **Batalla de Amaiur**, el **Reino de Navarra** se adhirió al Reino de Castilla y Aragón, perdiendo la **última expresión de soberanía política** de Euskal Herria, quedando, no obstante, vigentes los **Fueros** -sistema de organización social, judicial, etc.-, a los cuales se debía fidelidad mediante juramento ante el **Arbol de Gernika**, por los reyes castellano-aragoneses, y las fronteras (en forma de aduana).

A consecuencia de la derrota en las **Guerras Carlistas** (1.833-39 y 1872-76), y el incumplimiento de las promesas del **Abrzo de Bergara**, el centralismo madrileño decretó la **supresión de los Fueros** y el **traslado de las aduanas** desde las antiguas fronteras a la costa.

Ya en el **siglo XX**, en **1.931**, se aprueba el **Estatuto de Estella** por 427 votos favorables sobre 528, que supuso la casi absoluta independencia del País Vasco, que posteriormente, fue anulada por Madrid, quien envió funcionarios desde esa capital, para que redactaran otro Estatuto.

El **7 de Octubre de 1.936**, se creó el Gobierno Vasco, con su emisión de moneda, pasaportes, ejercito, etc. propios. El **26 de Abril de 1.937**, las tropas del Dictador Francisco Franco **bombardearon Gernika, símbolo de las libertades del Pueblo Vasco**, ayudado por los **escuadrones nazis alemanes.**

La **Guerra** Civil Española provocó **50.000 muertos, 100.000 detenidos, 200.000 exiliados 20.000 niños repatriados, 1.000 fusilado, 11.555 llevados a campos de concentración**, etc. en un país de **1.324.000 habitantes**, lo que para todos los analistas políticos, supuso un **auténtico genocidio**. En la Toma de Bilbao, tras nombrar su alcalde, el general Franco manifestó:

"ha caido vencida, aniquilada para siempre, esa horrible pesadilla siniestra y atroz que se llama Euskadi y que era una resultante del socialismo prietista, de un lado, y imbecilidad vizcaitarra por otro (...) Para siempre ha caido tu, restauceros del nacionalismo vasco, mezquino, rencoroso, torcido y ruín"

Entre **1.940-42**, el Consejo Nacional Vasco en el exilio, firmó en Londres un acuerdo anglo-vasco para la creación de una unidad militar vasca. En **1.945**, la resistencia vasca se agrupó en la frontera franco-española, esperando la orden de penetrar con ayuda de la logística americana, que nunca llegó.

9208998

En **1.951**, el Gobierno Vasco en el exilio perdió su sede en Paris, que le fue concedida a la España de Franco y en **1.954**, **François Miterrand**, Ministro del Interior frances, **prohibió las emisiones de Radio Euskadi.**

Ante tanto incumplimiento y visto el letargo político del PNV, surgió una escisión en el grupo juvenil del PNV, llamado **ekin**, que nació en **1952** y que fué la antesala del surgimiento de **E.T.A. en 1.959**

En este mismo periodo, comenzó a desarrollarse una gran lucha en defensa del **euskara** (idioma vasco) creandose en la clandestinidad redes de escuelas paralelas a la oficial para impartir la enseñanza en vasco, escuelas nocturnas clandestinas para la enseñanza a adultos, la Academia de la Lengua Vasca **"Euskaltzaindia"** y en el año **1.972**, la Universidad Vasca de Verano **UEU**.

En el periodo comprendido entre **1.960-75**, se sentaron las bases de las dos grandes reinvindicaciones de la sociedad vasca: la de los derechos históricos del Pueblo Vasco y la de las clases populares.

Durante el franquismo, toda seña de identidad vasca fue prohibida y perseguida. A modo de ejemplo, citaremos que la **represión detectada en la década de los años 70** por la Dictadura, es, según estudios estadísticos realizados, sobre un **índice de 100** de media en el Estado de **2.900 en Euskadi.**

En **1.975**, **154 presos** polticos llevan a cabo una huelga de hambre y **200.000 obreros** se movilizaron para una huelga general. Muerto Franco el 20 de noviembre de 1.975, se inicia un periodo llamado de **Reforma Poltica**, que entre otros, **mantiene todas las estructuras franquistas, "perdona" a los responsables de la Dictadura**, hace una nueva Constitución etc. La Reforma Poltica tiene dos fases fundamentales:

Primera Fase de la Reforma pultica: Se aprueba la Constitución Española (6.12.78), que fue rechazada mayoritariamente por el 65.% de la población vasca, pero que por el cómputo estatal de votos quedó aprobado. Esta Constitución, recoge, entre otros, dos articulos que establecen que el Estado Español es indivisible y que el Ejercito en sus tre vertientes (Tierra, Mar y Aire), será la garante de esa unidad.

En esta primera fase, El P.S.O.E. **defiende el DERECHO DE AUTODETERMINACIÓN DEL PAIS VASCO** (Marzo 1.978, Aberri Eguna)

En 1.977, se otorga un **indulto a los prisionero políticos**. Desde que el último preso es excarcelado, hasta que hay una nueva detención con ingreso en prisión no transcurren más de 35 dias.

Segunda Fase de la Reforma Política: El "Golpe de Estado del 23 de Febrero de 1.981". marca el inicio de una segunda fase, suponiendo una regresión en el reconocimiento de algunos de los derechos históricos al Pueblo Vasco. Aprobación de la Ley más conocida por L.O.A.P.A.

En **1.982**, accede al poder el **P.S.O.E.**, con Felipe Gonzalez como Presidente del Gobierno. Es bajo este gobierno que se inicia una salvaje **reconversión industrial**, que supone la **destrucción** de más **150.000 puestos de trabajo**, y se convoca el Referendum sobre el **ingreso en la O.T.A.N.**, que es rechazado por el 60.% de la población vasca, y nuevamente, por el cómputo estatal se aprueba la permanencia, lo que supone una vez más, que el **Pueblo Vasco no pueda decidir su futuro.**

Los datos siguientes reflejan la falta de libertades y la **constante vulneración de Derechos Humanos** y el no reconocimiento de los derechos fundamentales al Pueblo Vasco.

Desde **1.977**, se ha detenido a **más de 17.000 personas acusadas de pertenencia a banda armada**, actualmente hay **600 presos politicos**, **más de 2.000 refugiado y 50 deportados políticos.**

La práctica de la **tortura es sistemática**, siendo los métodos más habituales la **picana, el submarino, el submarino seco, los golpes, la administración de fármacos alucinógenos, la ruleta rusa, la tortura a terceras personas en tanto se interroga al detenido y las agresiones sexuales** tanto a **mujeres** como a **varones.**

Existe una **legislación especial**, que permite la **incomunicación** del detenido hasta **cinco dias**, sin notificación a la familia, sin necesidad de órden judicial previa, deniega el derecho **a la elección de abogado defensor**, siendo el **Tribunal Especial** quien lo designa, y, además, esta ley contempla **mayores penas** por el mismo delito cuando este ha sido cometido por motivaciones **políticas.**

Los **Tribunales de Orden Público** del periodo **franquista**, fueron disueltos el **mismo** dia en que se creó la **Audiencia Nacional**, dando a ésta los mismos cometidos que al T.O.P.

El **régimen carcelario** es **especial** para los detenidos políticos, no distinguiendo el tratamiento a **preventivos** o a **condenados**. Si bien en otra época, la política carcelaria optó por la concentración de los presos en cárceles de máxima seguridad, actualmente se les **dispersa** en diferentes **cárcels de todo el Estado Español**, aislados entre sí, con constantes **cambios de celda** -depende del centro cada 2 dias, cada 8 o cada 15- para provocar el **desarraigo** y la consecuente **inestabilidad sicológica, ruidos y luces de noche**, de dia se les tapan las ventanas con chapas metálicas para provocar el **efecto discoteca** que provoca principalmente, graves **pérdidas de visión**, obligación de cahce con desnudo integral cada vez que necesitan salir de la celda, **no** permisión de **visitas de amigos**, etc. Total falta de asistencia médica que ha provocado la **muerte de presos...**

Cada vez es más frecuente el **asesinato de presuntos miembros de E.T.A. en el momento de la detención** , muertes que no son aclaradas y en muchos casos las dili-

gencias judiciales son archivadas. Todos estos hechos que estamos exponiendo en **este** informe han sido **denunciados por Amnistia Internacional en sus informes anuales** vease las denuncias de 1.989, 1990 y 1991.

En **1.983**, y despues de que habian operado **escuadrones de la muerte** (bandas paramilitares) como **BVE, Triple A, ATE**, etc, aparece un grupo mucho más sanguinario y organizado, autodenominado **G.A.L.**, que según se desprende del Juicio a Amedo y Domingúez, **con fondos del Ministerio del Interior Español**, y a traves de **funcionarios policiales de alto rango en activo, contratata a mercenarios** con el objeto de dar **muerte a refugiados políticos vascos**, asesinando a **29 refugiados** en su mayor parte en el **territorio frances** y en dos de los casos en **Venezuela**, lo que provoca un cambio radical en la forma de vida de los refugiados políticos. Se "pasa" a la clandestinidad absoluta, los **Comites de Solidaridad con los Refugiados Políticos Vascos** ofrecen sus viviendas para ocultar a refugiados, se comienza a utilizar **documentos falsos**, y se empieza a pensar en **cambiar de pais y continente.**

Es en esas circunstancias en que **nuestros familiares deciden venir a Uruguay.** Como medio de subsistencia se piensa en la apertura de un negocio, lo que se concreta con la instalación de un **restoran de comida vasca y nombre vasco** que es el **boga-boga, más** tarde, **La Trainera** de Montevideo y el pasado verano la **Trainera en Punta del Este.** Para desarrolar la actividad comercial, los **familiares** en Euskadi, reunen sus ahorros, en muchos casos piden préstamos en bancos, etc, y así se obtiene el capital necesario. Una vez instalados y los negocios en marcha comienzan a **reunirse las familias.**

A la llegada a país uruguayo, se decide no solicitar el Asilo Político para no crear una **problema diplomatico a Uruguay con España** y es ésa la única razón por la que nuestros familiares ahora procesados no tenian pedido el Asilo.

El **15 de mayo de 1.992**, mediante un amplio operativo, se procede a la detención y posterior encarcelamiento de los **refugiados políticos vascos en Uruguay**, acusados de uso de documento falso y en algun caso de falsificación ideologica de documento público por un particular. **Las autoridades españolas** despliegan una gran **publicidad informativa**, con **graves acusaciones**, anunciando que se va a solicitar la **extradición de todos los detenidos**, lo que más tarde se concreta con el pedido de encarcelamiento provisorio de **diez de ellos**, y actualmente han llegado pedidos de extradición para **seis de los procesados.**

Actualmente, nuestros familiares, es obvio, que solicitarán el **Asilo Político.** Hacemos un llamado a la solidaridad y apoyo en este nuestro esfuerzo por lograrlo. Aprovechamos estas lineas para agradecer todas las muestras de solidaridad que hasta la fecha hemos recibido.

Comisión de Familiares de Ciudadanos Vascos Detenidos.
Montevideo, Setiembre de 1.992

COMISION DE DEFENSA DEL PATRIMONIO NACIONAL Y REFORMA DEL ESTADO

COMISIÓN NACIONAL DE ORGANIZACION

COMUNICADO DE ORGANIZACION

21 de setiembre, 1992

DELEGADOS

Se exhorta a los compañeros de los sindicatos a enviar la lista de interesados en participar como delegados del Acto de Referéndum del 1 de octubre. Ultimo plazo de presentación: viernes 25 de setiembre, en la Comisión Territorial Correspondiente.

CADENA TELEFONICA

Nos proponemos la formación de una cadena telefónica para convocar al voto por la papeleta blanca el jueves 1o. de octubre. Para ello debemos obtener una lista de 500 compañeros que sólo realicen la tarea de llamar a 2 personas cada uno, convocándolos al Acto de Referéndum y comprometiéndolos a su vez, a llamar a 2 personas.
La idea es generar una cadena de convocatoria y comunicación. Cada Sindicato puede obtener un número de compañeros con teléfono para comenzar la cadena. Rogamos comunicar el número de compañeros comprometidos así como el nombre y número telefónico del responsable de esa lista, antes del viernes 25 de setiembre.

LOCOMOCION

Recordamos a los Gremios la importancia de constituir con suficiente antelación, el cantón con la lista de vehículos disponibles para el Acto del 1o. de octubre.

JORNADA FINAL 28/9

Nos proponemos vestir 18 de Julio de Referéndum el día 28 de setiembre como cierre de campaña desde las 16:00 a las 20:00 horas. Habrá 5 escenarios con espectáculos a lo largo de la principal Avenida. Cada Gremio tiene asignada una esquina para poner un puesto fijo a partir de la hora 16:00. Organización ha distribuído las esquinas de 18 de Julio de la siguiente forma:

9208998

PARTES POCO LEGIBLES.

COMISION NACIONAL DE ORGANIZACION

1) Andes: MGAP/AFCC/SUTMA
2) Convención: SUANP/ONODRA/SUA
3) Río Branco: COFE
4) Julio Herrera, Plaza Entrevero: COFE/JUDICIALES/GAS/AEBU
5) Río Negro: UNION FERROVIARIA/FUECI/GASTRONOMICOS
6) Paraguay: ADEE/CONAPROLE
7) Plaza Libertad: F. ANCAP/FOT
8) [illegible]. Michelini: FUM/TEXTILES
9) Yi: SUNCA/STIQ
10) Yaguarón: GRAFICOS/FOEB
11) Ejido: FUCVAM/APU/AFUTU
12) Explanada Municipal: ADEOM
13) J. Barrios Amorín: UNTMRA/SOIMA/UOC
14) Vázquez: FUNSA/FENAPES
15) Tacuarembó: FFOSE
16) Roxlo: FFOSE
17) Minas, Plaza de los 33, Magallanes: AEBU
18) Gaboto: FUS
19) T. Narvaja: AFUR
20) E. Acevedo: AFUR
21) Plaza Oribe: SUTEL
22) Arenal Grande: ATSS/UTHC
23) Pablo de María: FUS /SIMA
24) M. C. Martínez: SINDICATO DE GENERAL ELECTRIC

MATERIAL

Por tratarse de la última jornada antes del 1o., los Sindicatos deberán llevar todo el material de que dispongan y las mariposas confeccionadas para ese día se entregarán en el local de COFE.

DOC. POCO LEGIBLE

012

9208938

ALGUNOS LINEAMIENTOS ADMINISTRATIVOS, ORGANIZATIVOS CON LOS QUE SE PROPONE COMENZAR ACTUAR EN EL DIRECTORIO DEL BPS

SE RATIFICA Y ADJUNTA RESOLUCION DE LA MESA REPRESENTATIVA DEL 23/3/92

A.
AREAS DE ACTUACION.

Se han definido cuatro áreas

1.
Equipo de dirección técnico-político que se integra con la terna de candidatos y 3 cros. ampliamente conocedores del tema, de reconocida militancia sindical y que gozan de la máxima confianza en tal sentido.

En esta área de actuación es donde se adoptan las desiciones fundamentales, de acuerdo a la orientación definida por el PIT CNT, pudiendo actuar los integrantes de la terna con la autonomía y flexibilidad necesarias.

Queda precisamente establecido que la responsabilidad política ante el PIT CNT, recae exclusivamente en la terna designada.

Dentro de este marco el director podrá tomar las desiciones que se consideren necesarias.

Se han previsto provisoriamente reuniones semanales de este equipo.

2.
Equipo político-administrativo, de funcionamiento diario del BPS, junto al director. En esta área es donde se adoptan las desiciones que tienen que ver con toda la temática de la Seguridad Social, desde el punto de vista fundamentalmente administrativo, pero en aplicación, como es obvio de las grandes líneas políticas trazadas por el PIT CNT y analizadas para su concreción, en el equipo precedentemente mencionado.

Está integrado por: el director, dos asesores y dos o tres secretarias/os administrativos.

Los cros. mencionados precedentemente, funcionan en la totalidad del horario administrativo, en el entorno de 08:30 a 19:30 aproximadamente, cumpliendo horario de ocho horas, menos el director que trabajará en la totalidad del horario referido.

El cro. Jorge Bruni integra este equipo con horario a definir, para lo cual habrá que resolver lo siguiente: el aspecto financiero, y el administrativo, ya que al no ser funcionario público y al rechazar la terna el nombramiento para el BPS de personas que no lo sean, aparece dificultosa una solución.

Obviamente, la vinculación de todos los integrantes, asesores y administrativos, está sujeto a la desición política de la terna, siendo en tal sentido su relación, provisoria.

3.- Equipo Asesor de acuerdo a las diversas áreas del BPS

Está integrado por funcionarios del BPS, de nivel jerárquico, de confianza moral, tecnica y político sindical.

Su misión sería fundamentalmente : a- estar a la orden para consultas, cuando las mismas se consideren necesarias; b.- concurrir a reuniones periodicas, en principio dos por mes, donde se analizarán los temas que tienen que ver con su especialización.-

Estos funcionarios siguen conservando sus cargos y funciones, dependen jerárquicamente del BPS. Por ser un aspecto en extremo delicado, no se proporcionan nombres. Se han mantenido reuniones con algunos de ellos.-

A título informativo las áreas que se han considerado, hasta ahora, son:

Pasividades	Industria y Comercio
	Civil y Escolar
	Rural y Doméstico
Activos	S. de Paro
	S. de Enfermedad
	Asignaciones Familiares
Recaudación	Computación
	Inspecciones
Area de la Salud	
Interior	
Jurídica	

4.- Comisión de S.Social de PIT CNT

A la cual se le adjudica trascendente importancia, considerando fundamentalmente: -- es la que trata el relacionamiento sindical entre, terna, PIT CNT y sindicatos.-

-- de acuerdo a las previsibles reivindicaciones, planteos, etc, tanto a nivel personal, orgánico, sectorial, etc, será esencial que alguien canalice, sistematice, tamice todas las situaciones, a efectos de facilitar el funcionamiento y evitar congestionamientos, malos entendidos, etc.-

-- obviamente en la misma se analiza toda la temática de la S.Social.-

Está integrada por: -la terna
-Coordinadora de jubilados de PIT CNT
-Organización Nacional de Jubilados
-Representantes de los sindicatos de trabajadores, con representatividad clara. (*)

5.- Relación PIT CNT-TERNA-ATSS

Resulta claro, que en todas las instancias o equipos, la relación con ATSS surje como aspecto esencial, y delicado a la vez, considerando la imprescindible armonía de enfoques y la autonomía de ambas organizaciones, produciéndose en tal sentido un "delicado juego de relaciones" que hay encarar con plena madurez.-

B.- Comunicación, medios de información, etc.-

1.- Revista de la S.Social Se considera momento más que oportuno y necesario, para redimensionar la revista, fundamentalmente analizando que: -- carece del nivel que tiene que tener, siendo necesario revisar enfoques, estilos, etc.-

-- se torna necesario encararla con un mayor rigor profesional, en todos los sentidos.

Considérese que la revista puede seguir apareciendo en las condiciones actuales,

DOC. POCO LEGIBLE

pero no tendrá mayor efectividad,desperdiciándose el tremendo esfuerzo de "h roicos compañeros"que con sacrificio lamantienen en todo sentido.-

No debe olvidarse que la revista es medio de comunicación de PIT CNT,en el tema de la S.Social, con el resto del país. De ahí su imprescindible redimensionamiento.-

2.- Boletines-Audición Radial

No debe olvidarse que la revista es de aparición trimestral,en general. Consecuentemente,y fundamentalmente a nivel sindical,se necesita un medio de comunicación más fluido. Además el contenido de la revista, que hay que precisarlo, debería buscar como objetivo,informar,formar, analizar y profundizar en el tema.-

Por ello,la aparición de un boletín mensual,fundamentalmente de contenido informativo,es importante. Existen experiencias,exitosas,en la Comisión de S.Social en el período 1980-1987.-

De la misma forma,una audición radial puede ser solución.

C.- Seguridad Social y Mercosur.-

No se va a insistir en la importancia de este aspecto. Sólo se hace mención a efectos de comunicar que se considera que los representantes ante el Sub grupo Nº 6 del Grupo Nº 11 de Relaciones Laborales son el Cro Adolfo Bertoni y Jorge Bruni.-

D.- FINANZAS Por ser demasiado conocido el problema nos remitimos a expresar lo fundamental. a- Sólo se cuenta con el sueldo del Director que asciende a N$3.140.0 liquidos. ,por todo concepto.- (Incluído gastos de representación)

b.- Se considera necesario poder contar con los asesoramientos de lo Dres.Jorge Bruni y Hugo de Los Campos,c/u en su nivel respectivo.-

c.- Debe considerarse que el nivel de actuación del director,exige gastos imprevisibles que es esencial atender en forma debida.-

El problema financiero,que es de resolución urgente,ya que es inminente la integración del directorio del BPS,debe merecer un muy serio estudio,si es que se pretende un nivel mínimo,elemental de eficiencia.-

E.- PROYECTO DE APOYO A LA FORMACION SINDICAL EN EL DERECHO A LA SEGURIDAD SOCIAL.

Se propone un proyecto en tal sentido, respecto del cual habrá que buscar el financiamiento adecuado, y cuyo contenido en sus puntos esenciales serían:
Cursos a funcionarios del BPS en derecho a la Seguridad Social, proceso administrativo y relacionamiento con el usuario y público en general.
Solicitud de apoyo a técnicos extrangeros y relacionamiento con la Universidad a efectos de cursos, conferencias y seminarios.
Estas mismas actividades a nivel nacional.
Asesoramiento al director.

(*). Se realizará por parte de la terna un informe mensual a los organos de dirección del PIT CNT.

INFORME PRESENTADO POR LA TERNA ELECTA PARA EL BPS A CONSIDERACION DE LA MESA REPRESENTATIVA 23/3/92

Sobre los criterios de actuación de la Terna

1.
Se tratará de actuar colectivamente en todas las instancias posibles, tanto en el propio Directorio del BPS como en actividades previas y derivadas de la misma, implicando decisiones, opiniones, propuestas, apariciones públicas, etc.

2.
Definirá su actuación de acuerdo a los principios y programas del PIT-CNT, sus estatutos y las leyes nacionales pertinentes.

3.
Presenta su renuncia ante la Mesa Representativa del PIT-CNT sin fecha, a disposición de este organismo, reafirmando su carácter de representante de los trabajadores activos. El PIT-CNT estatutariamente es quien define los grandes lineamientos y la politica del movimiento sindical en seguridad social, y dentro de dichos parámetros, la terna y su representante ante el Dtorio. del BPS tendrá la autonomía y flexibilidad de actuación necesarios para los hechos puntuales y cotidianos.
Deberán definirse orgánicamente los mecanismos de relación de la terna con la Mesa Representativa, su Secretariado Ejecutivo, la Comisión de Seguridad Social, las organizaciones sindicales en general y ATSS en particular.

4.
Promoverá la profundización de la moralidad administrativa y la transparencia y máxima comunicación en su accionar ante los trabajadores, sus organizaciones y la población. Promoverá la efectividad, cristalinidad, descentralización y democratización de la gestión de gobierno en esta área de la seguridad social. Insistirá en la lucha contra los privilegios, fraudes, evasiones, prontos-despachos, etc.

5.
El salario a percibir por el miembro de la terna que sea desginado por el Poder Ejecutivo de acuerdo a la ley, será determinado por el PIT-CNT, asi como de los otros representantes que eventualmente puedan ocupar responsabilidades a nombre del PIT-CNT.
Los miembros de la terna presentarán ante el PIT-CNT una declaración de bienes personales.

6.
De acuerdo a resoluciones del PIT-CNT, se convoca desde ya, a todas las organizaciones sindicales asi como de jubilados, empresarios, etc. interesados en la problemática de la seguridad social, para mantener reuniones, recibir opiniones y propuestas, coordinar acciones, etc., sobre la temática en general así como sobre el proyecto del gobierno actual, en particular. Este planteamiento es parte de la politica de amplitud y relacionamiento de la central en general.

7.
Se entenderá la Seguridad Social en su globalidad: en relación con 3 millones de uruguayos y la situación económico-político-social del pais, comprendiendo prestaciones a pasivos y activos.

Y NOSOTROS QUE?

Es por ello que nosotros, uruguayos que hemos vivido como pueblo el terrorismo de Estado y usufructuamos en otras épocas de la solidaridad de pueblos hermanos, hemos conformado una COMISION POR EL ASILO ante el reciente pedido de extradición de varios de estos ciudadanos que como sabemos no cuentan en su país con la posibilidad de tener un juicio ni un trato justo, teniendo en cuenta además que el asilo a los perseguidos políticos forma parte de nuestras más caras tradiciones y que nuestra nación se ha venido nutriendo de inumerables inmigrantes, colectividades, especialmente de los Vascos que desde el siglo pasado han echado raíces en estas tierras, dando un importantísimo aporte en hijos, en trabajo y en ideas a nuestra vida nacional, siendo en el siglo pasado muchos de ellos perseguidos y encontrando en nuestro país un espacio donde afincarse y desarrollarse integralmente.

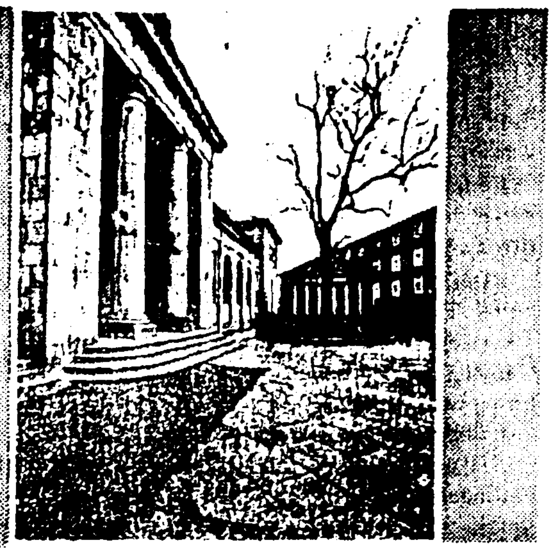
POR ESO
HOY COMO AYER
DEBEMOS DARLE UNA OPORTUNIDAD

Comisión por el Asilo a ciudadanos Vascos

AGOSTO de 1992

REUNION ______ TODOS LOS JUEVES A PARTIR DE LAS 19 y 30
EN CANELONES 1161 - MONTEVIDEO - URUGUAY ______





GERNIKA: PARA LOS VASCOS SIMBOLIZA LA ESENCIA MISMA DE SU LIBERTAD Y SU SOBERANIA

Recuerda Ud.?...

Que el 15 de mayo, en Montevideo, fueron detenidos 29 ciudadanos Vascos en un operativo conjunto de la policía uruguaya y la española, hecho sin precedentes en la historia jurídica y política de Estados democráticos, como sin precedentes es que funcionarios políticos y policiales de España interroguen a ciudadanos españoles detenidos en otro país que no sea el suyo.

Se desplegó al mismo tiempo una gran campaña propagandística sustentada en material facilitado por el Estado español.

La imagen que se ofreció a la opinión pública uruguaya de estos ciudadanos Vascos era la de hombres y mujeres extremadamente peligrosos, autores de siniestros actos de terrorismo.

Paradójicamente cuando ya la información que tenía el Ministerio del Interior y los grandes medios de comunicación de masas no corresponde con aquellas inciertas pero sin duda terribles acusaciones, los ciudadanos Vascos detenidos ya no fueron más tema.

No es de extrañar que la policía uruguaya se sintiera orgullosa de la detención de estos ciudadanos Vascos "tirabombas" en "exitoso operativo", pero esa misma policía no encuentra a quienes tiraron varias bombas, "éstas sí, verdaderas", dirigidas entre otros a un ex Presidente de la República.

De los 29 "peligrosos terroristas" detenidos aquel 15 de mayo, 16 fueron puestos en libertad; 13 (9 hombres y 4 mujeres) siguen detenidos en Cárcel Central, pese a que el único cargo cierto que hay contra ellos, es la tenencia de documentos falsos, delito excarcelable, según nuestro Código Penal.

A pesar que la realidad ha demostrado que estos ciudadanos son perseguidos políticos en su tierra natal, aquí —inexplicablemente— se les ha negado el pedido de excarcelación dos veces y aún se les sigue bloqueando sus cuentas bancarias y las de sus familias, exponiéndolos a una situación de angustia económica.

LA CAUSA DEL PUEBLO VASCO

El pueblo Vasco se ve a lo largo de la historia, constantemente obligado a defender su soberanía e identidad; sus luchas se inician, primero, impidiendo la invasión de los visigodos y de los francos, pero a lo largo de los siglos los enemigos fueron cambiando. Es en 1512 que los Vascos reciben un duro golpe al ser conquistados por el reino de Castilla, sintiéndose desde entonces como un pueblo ocupado, produciéndose en el Siglo XIX —1840 y 1870— las guerras Carlistas, emigrando en esa época muchos Vascos a nuestro país.

No obstante ello, su cultura siguió siendo un elemento de identidad muy fuerte que se unifica y expresa fundamentalmente a través de su lengua, la que ni el tiempo ni la represión han logrado destruirla.

A manera de ejemplo: durante el franquismo hablar en Vasco suponía la cárcel y hasta la muerte; ahora, en tiempos de democracia, convierte en sospechoso a todo aquel que impulsa la cultura y el idioma Vasco, pese a que oficialmente es admitido como segunda lengua.

EN EL FRANQUISMO los reclamos de autonomía de los Vascos fueron repelidos por parte de Franco con todo tipo de medidas, persecución política, censuras, prohibiciones, con cárcel y torturas y con una gran cantidad de acciones de violencia por policías y militares con el objetivo de avasallar y reprimir la colectividad vasca.

EN LA ACTUALIDAD: En 1978, se realiza el referéndum para votar la Constitución hoy en vigor. El pueblo vasco la rechaza en las urnas mayoritariamente (80 por ciento), por no preveer sus reclamos; posteriormente, con el advenimiento de un gobierno social-demócrata, determinados métodos de represión —más que desaparecer— se han perfeccionado. Es así que surgen diversos grupos paramilitares: GANE, BVE, AAA, destacándose el GAL, quien en una de sus primeras acciones asesina a 29 refugiados —la mayoría en el sur de Francia y dos en Caracas (Venezuela)— usando la violencia en forma sistemática como forma de amedrentar la comunidad vasca, existiendo una conexión evidente entre el Ministerio del Interior español y este grupo paramilitar. Tal es así que uno de los funcionarios del gobierno español que vino a Montevideo —nos referimos al Sr. Martínez Torres— fue acusado de estar relacionado al GAL. Hoy, sin embargo, es un prestigioso funcionario del gobierno español.

Por otro lado, la tortura y las detenciones indiscriminadas se han legalizado en base a una legislación especial en donde se permite la detención sin fundamentos, en donde no existe la posibilidad de elegir abogado defensor y vale como prueba lo declarado o firmado en sede policial. Todo esto ha llevado a que existan detenciones indiscriminadas sin aviso a familiares, o traslados sorpresivos, a la tortura y muerte en sedes policiales. Existen hoy, en España 600 presos políticos Vascos. Un senador, diputados y ediles nacionalistas han sido asesinados. Han fallecido nueve presos políticos en las cárceles.

Todo lo dicho consta en denuncias hechas y comprobadas por Amnistía Internacional y otras organizaciones de defensa de Derechos Humanos.

Por intermedio de la presente, nos presentamos a Vds. a efectos de informarles de nuestros fines y actividades.

Con motivo de la detención el pasado mes de mayo de trece ciudadanos vascos, todos ellos refugiados políticos, y el posterior pedido de extradición por parte del Estado Español de algunos de los detenidos acusándoles de presuntos delitos de clarísima motivación política, un grupo de uruguayos hemos constituido una **"Comisión por el Asilo Político a los detenidos vascos"**.

Motiva la constitución de la mencionada comisión, reiteradas declaraciones de miembros del Poder Ejecutivo en el sentido que los detenidos no serian considerados refugiados políticos, llegándose, en algún momento, a hablar de aplicación de la ley de extranjeros indeseables.

Ante estos hechos, nosotros, como uruguayos, planteamos que la nuestra es una nación conformada esencialmente por inmigrantes, muchos de ellos perseguidos políticos en sus países. Nuestra larga tradición nacional en la materia nos habla, por citar algunos ejemplos, de anarquistas a principios de siglo, de rusos blancos cuando la revolución bolchevique; antiperonistas primero y peronistas despues. Y más recientemente, "carapintadas". Todos ellos encontraron en nuestra tierra un sitio donde afincarse y refugiarse de las persecuciones que sufrían. Nadie aqui les preguntó que habían hechos en defensa de sus ideas, bastaba saber que eran refugiados políticos y no recordamos ocasión en que dicho principio haya sido violado en nuestro país, salvo durante la dictadura.

Para nosotros el mantenimiento de dicho principio es cuestión fundamental, porque se entronca con nuestras más caras tradiciones democráticas y cualquier precedente en contrario sería un retroceso importante.

Nuestra comisión está abierta a la participación de quienes se sientan identificados con los principios antes mencionados y viene desarrollando una serie de actividades que pasamos a enumerar:

9208998

1) Ronda de contactos con organizaciones políticas y sociales para explicar el tema y obtener su apoyo.

2)Campaña de recolección de firmas en respaldo al pedido de asilo político.

3)Campaña de divulgación sobre la situación de confrontación política en el País Vasco y la realidad en que se encuentran las detenciones en Uruguay.

A tales efectos estamos realizando, allí donde se nos invita, la proyección de videos y charlas a cargo de la Comisión de Familiares y de nuestra propia Comisión.

4)Organización de un festival a beneficio.

5)Campaña de ayuda financiera.

Como Vds. comprenderán, todas estas tareas necesitan de la solidaridad de todo el pueblo uruguayo para lograr que finalmente estos ciudadanos vascos puedan quedarse en nuestro país, como hasta el momento de su detención, viviendo honestamente de su trbajo junto a sus familias.

Desde ya agradecemos todo aporte que puedan hacer para colaborar en el desarrollo de las actividades que nos hemos planteado.

COMISION URUGUAYA

Ante la situación creada con la reciente detención en nuestro país de trece ciudadanos vascos, quienes han manifestado públicamente su deseo de permanecer, en territorio nacional, dedicándose, como hasta el presente, a vivir junto a sus familias, honestamente de su trabajo.

Teniendo en cuenta que el asilo a los perseguidos políticos forma parte de una de nuestras más caras tradiciones democráticas y que desconocemos antecedentes en que el mismo haya sido negado.

Por el contrario, nuestra historia y la propia formación de nuestra nación se ha venido nutriendo de innumerables inmigrantes, muchos de ellos perseguidos en sus patrias, quienes han encontrado en este país un lugar donde afincarse y desarrollar su trabajo pacíficamente.

Por lo expuesto anteriormente, los abajo firmantes:

EXPRESAN SU CONVICCIÓN DE QUE URUGUAY DEBE MANTENER SU MEJOR TRADICIÓN, OTORGANDO ESTATUTO DE ASILADO POLÍTICO A ESTOS CIUDADANOS.

021

9208998

PARTES POCO LEGIBLES.

SOBRE PROYECTO DE DIRECCION Y JUNTA NACIONAL DE EMPLEO

a consideración del Senado en Rendición de Cuentas
presentado por Sres. Legisladores Matilde Rodríguez y Héctor Lezcano.

Informe de la Terna al BPS, 22 de setiembre de 1992.

1) Véase Informe "Opinión del Pit-Cnt sobre Proyecto de Creación del Instituto Nacional de Empleo" del 12/8/92, presentado por una Comisión integrada por la Terna, Comisión de Empleo y Comisión de Mercosur del Pit-Cnt, aprobado por el Secretariado Ejecutivo.

Esta opinión estaba referida al proyecto presentado por estos mismos Sres. Legisladores como sustitutivo del art. 253 y sigs. a la Rendición de Cuentas en la C. de Diputados. Contaba con el apoyo en general del Ministerio de Trabajo, aunque en Diputados sólo se aprobó la denominación de los organismos a crearse (Dirección Nacional de Empleo e Instituto Nacional de Empleo), sin cometidos ni financiamiento, a propuesta del propio Ministro para dar mayores plazos de consideración.

En resumen la opinión del Pit-Cnt fue: "La idea asume gran parte de las propuestas y opiniones (no todas) del Pit-Cnt, por lo cual el movimiento sindical apoya su aprobación en general en el Parlamento por la vía que este resuelva". Se hacían observaciones críticas y propuestas.

Téngase en consideración el documento del Pit-Cnt de julio de 1991 sobre política nacional de empleo.

2) Ahora se presenta por los mismos Sres. Legisladores un proyecto modificado en varios aspectos, para su consideración en el Senado en la misma Rendición de Cuentas, luego de un proceso de rediscusión con el Ministerio de Trabajo.

SOBRE EL NUEVO PROYECTO:

Esquemáticamente clasificamos las modificaciones en positivas y negativas para nuestros intereses y objetivos, comparando los dos proyectos (el presentado en diputados y este presentado al Senado). No es la comparación con las propuestas del Pit-Cnt de 7/91 ni con los respectivos proyectos originales de cada uno de estos legisladores.

Previamente, señalamos algunos nuevos elementos que aparecen en este proyecto que no estaban en el anterior, sin entrar a clasificarlos claramente:

* cambia la denominación de Instituto Nacional de Empleo por la de Junta Nacional de Empleo, manteniéndose la de Dirección Nacional de Empleo (según se nos explicó para quitarle ampulosidad al título);

* crea nuevos cometidos a la Dirección Nacional de Empleo respecto a realizar proyectos de desarrollo social y económico en relación a recursos humanos y a realizar una Clasificación Nacional de Ocupaciones;

Modificaciones positivas:

*de la exoneración de aportes patronales que se crea para empresas que tomen personal recapacitado por este sistema, deberán verter el 50 % de los mismos para el Fondo que se crea;

* profundiza las sanciones a empresas y faculta al P.E. a extenderlas a sus Directores y administradores;

*elimina la obligatoriedad del trabajador amparado en los beneficios extraordinarios del seguro de paro, de realizar trabajos de interés comunitario y desaparece esta condicionalidad;

*garantiza 6 meses de trabajo al trabajador reubicado luego de su recapacitación;

*elimina el 5 % de aporte del obrero reubicado por el sistema que debía realizar en los primeros 6 meses de su nuevo trabajo.

Modificaciones negativas:

* en general prioriza a la Dirección Nacional de Empleo sobre la Junta Nacional de Empleo, aumenta la dependencia de esta Junta de la estructura jerárquica del MTSS, aunque establece más detalladamente las funciones, relaciones y coordinaciones en los cometidos de cada una;

*elimina la facultad de proponer la incorporación de nuevos sectores de trabajadores no amparados actualmente por el seguro de paro, que tenía el Instituto tripartito;

*elimina la facultad del Instituto de proponer el aumento del monto y la extensión del tiempo del seguro de paro y la sustituye por:
-un beneficio extraordinario solo para aquellos trabajadores que se recapaciten, de hasta el 50 % del monto actual (puede llegar hasta el 100 % se nos dice);
-extensión durante el período de recapacitación por encima de los 6 meses actuales.

Destacamos nuevamente que se elimina la obligatoriedad de la realización de trabajos de interés comunitario para acceder a los beneficios extraordinarios y se preservan los actuales derechos al seguro de paro en todos los casos.

*sustituye el poder del Instituto tripartito de administrar los fondos que se crean para sus cometidos, por la coadministración de los mismos (para el retiro de fondos de la cuenta en el BROU, se deberá contar con la firma del Ministro y de un miembro de la Junta, que puede no ser el representante sindical);

*elimina el aporte de Rentas Generales;

*restringe fuertemente los trabajadores que podían integrar la nómina de trabajadores, incluyendo ahora solo a los recapacitados (en el proyecto presentado a Diputados incluía a los desocupados en general, también a aquellos sin derecho al seguro de paro, informales y a los que buscan trabajo por primera vez).

Otras modificaciones a considerar:

* mantiene el criterio tripartito de integración de la Junta Nacional de Empleo, aunque teniendo en cuenta que ahora no aparece como organismo desconcentrado y con subordinación a la Dirección y por tanto al MTSS;

* mantiene el preaviso de las empresas respecto a sus planes de reconversión laboral con reducción de personal, y creemos que lo reduce aceptablemente a 90 días previos

* posibilita el aumento del aporte obrero para el Fondo del sistema hasta el 0,50 % del salario, pero siempre que cuente con la aprobación unánime de la Junta (o sea también del representante sindical)

* posibilita contratos de trabajo a prueba de hasta 15 días aprobado por la Dirección de Empleo, manteniendo la obligatoriedad para las nuevas empresas que se creen, de tomar el mínimo de 10 % de sus trabajadores que reúnan la calificación necesaria a su elección (empresas amparadas en exoneraciones, preferencias, etc.)

En relación a las propuestas del PitCnt del 12/8/92, señalamos:

-Se introduce específicamente la garantía de no afectar derechos actuales; se mejora en cuanto a la obligación patronal de verter al Fondo parte de su ahorro por exoneración; se garantiza trabajo por 6 meses al reubicado por el sistema; se incorpora posible financiamiento externo;
elimina el aporte de Rentas Generales; no se tuvo en cuenta la propuesta de asignar el 50 % del monto a recaudar de la ley de 0,5 % de impuesto a exportaciones.

— o —

9208998

ANTE EL PROYECTO DE REFORMA JUBILATORIA PRESENTADO EN EL SENADO

1.- Una vez más el Poder Ejecutivo, en acuerdo con sectores del Partido Colorado, insiste en proponer al Parlamento otra reforma jubilatoria, violando la Constitución ya que: a-se presenta luego de haber sido rechazada en su caracter de proyecto de urgente consideración en el mes deMayo/92(Art. 142 de la Constitución) b.-se proponen modificaciones que en su contenido y consecuencias exceden el período de gobierno, restringiendo sustancialmente derechos jubilatorios (Arts 5º-7º-8º del proyecto y Art. 216 de la Const.) c.-se aprovecha la Rendición de Cuentas para hacerlo, mecanismo que además de violatorio de la Constitución, es fundamentalmente claramente inconveniente para el análisis de temas tan sensibles como la S.Social que afecta a la sociedad entera. VER ADEMÁS 2.c

2.- En este entorno los sectores acuerdistas insisten en instrumentar la Cuenta Personal, adoptando formas que de prosperar, originarán que las prestaciones que paga el B.P.S. se concederán más que en base a consideraciones sociales como Derecho Humano que es, se hará en mérito a fundamentos financieros contables.- En efecto: a- la parte final del Art. 1º del proyecto establece con absoluta precisión, que todas las prestaciones, a trabajadores activos y jubilados, a cargo del BPS, se concederán exclusivamente en función de la información que surja de la Cuenta Personal.-

b.- A su vez la Cuenta Personal se instrumenta en base a una tecnica en la que predominan, tal cual se ha expresado precedentemente, aspectos financieros contables y no consideraciones sociales, tal cual debe ser, al estar ante Derechos Humanos.(de la Declaración de los Derechos del Hombre)

Sólo así puede comprenderse que se exija probar documentalmente servicios anteriores, declarados fuera de plazo, cuando es público y notorio las dificultades insalvables que tienen los trabajadores para acceder a documentos de cualquier tipo, en tal sentido.-

c.- De la misma forma, es incomprensible que los servicios y montos imponibles que se declaren vencidos los plazos, se registrarán sólo por el Monto Imponible sobre que el BPS haya recaudado efectivamente, violando claramente el Art. 67 de la Constitución que sólo exige como condición para el beneficio, que se haya trabajado.-

3.- Los problemas anteriormente expuestos, no se solucionan sólo otorgando plazos, que se dejan librados a la discrecionalidad total del P.Ejecutivo, para la presentación o denuncias, en mérito a que:

a.- es de muy difícil aplicación ya que no serán muchos los trabajadores que, ante el drama de la desocupación galopante, estén dispuestos a realizar la denuncia, bajo la amenaza de múltiples presiones, entre las cuales el despido, que el Art. 2º del proyecto legitima, por más que se disponga una triple indemnización, y condiciona, ya que la presunción que se establece está ligada a que el BPS acoja la denuncia. De no ser así, la misma cae. Debió establecerse la nulidad del despido

4.- Considerando que hay que profundizar el estudio del tema, sobre el cual no se toma posición, el proyecto demuestra la voracidad fiscalista, al establecer el Art. 1º inciso b, que el registro de servicios de los trabajadores no dependientes quedará condicionado al efectivo pago de las cotizaciones, violando a una vez más el Art. 67 de la Constitución.-

5.- RESTRICCIONES

Acentuando una concepción netamente financiera, que tiene como elemento fundamental el logro del equilibrio fiscal, se restringen sustancialmente las asignaciones de jubilación, utilizando un doble mecanismo:

a- modificando la forma de cálculo del sueldo básico, actualmente en el promedio actualizado fr los 3 últimos años, llevándolo paulatinamente, hasta comprender la totalidad de la vida laboral del trabajador, con lo que ello

DOC. POCO LEGIBLE

significa de lentitud por un lado, y gastos por otro.-

- Debe destacarse que en lo que tiene quever con el despido al que se refiere el Art. 2º del proyecto, es sólo una de la tantas presiones que sufre el trabajador, máxime considerando que el mecanismo de denunciaestablecido en el Art. 1º lleva a una práctica de enfrentamientoscontinuos con el empleador, que la mayor parte de las veces desemboca en el despido.-

En definitiva: Aparece claro la existencia de dos concepciones claramente contrapuestas: Una, que considera a la S.Social y al Hombre exclusivamente desde un punto de vista cuantitativo, esto es, como problemas de número y cierre de cuentas y equilibrios financieros, que concibe a la sociedad en forma ética social y política, como la suma de diversos individualismos, egoísmos, y que está condicionada además, y fundamentalmente por presiones internacionales.(FMI, BM).

Otra, a la que nos afiliamos, que prioriza una concepción humanista es decir, el Hombre en el centro del sistema, respondiendo a lo que son lasdoctrinas y políticasmodernas, avaladas por declaraciones, documentos y organismos internacionales, recogidos por la declaración Universal de los derechos del Hombre, Art. 22 y en gran parte por la Constitución de la República, -y que como consecuencia de la cual creemos que la solidaridad es principio esencial y ético, no sólo de la S.Social, sino dela sociedad toda.

Por otra parte, se insiste en proponer reformas a pocas horas de la integración definitiva del directorio del BPS. ¿Porqué?

En suma, rechazamos el proyecto de reforma jubilatoria, el que una vez más, recordando tristes experiencias del pasado, se realiza en "lasoledad del gabinete", libre de la excitación popular" y en contra de los intereses de la cidadanía.-

---

ALGUNOS ASPECTOS PUNTUALES

a- a efectos de proyectar el presupuesto del B.P.S. se requiera5 votos conformes, cualquiera sean ellos, -rechazándose en tal sentido el proyecto Art. 420 de R.Cuentas.

b.-De la misma forma, se requiera el mismo número y calidad de directores parala destitución de funcionarios.

c.-Se está de acuerdo en la eliminaciónde los cargos de confianza creados por el Art. 547de la ley 16170

Por último se apoya en general las observaciones realizadas por ATSS alproyecto de Rendición de Cuentas.-

DOC. POCO LEGIBLE

RESOLUCIONES DE LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT
REUNIDA EL 23/9/92

SINDICATO	LLEGO	SE RETIRO	SINDICATO	LLEGO	SE RETIRO
ADEOM	18.00		FUECI	18.00	19.30
AEBU	18.00		FUM	18.00	
AFCC	19.00		FUS	18.00	
AFJU	19.00		ONODRA	NO	
AFUR	18.00		SAG	NO	
AFUTU	18.00		SAT	NO	
AOEC	20.00		SIC	NO	
APU	NO		SIMA	NO	
ATILPE	NO		SNPA	NO	
AUTE	20.00		SOIMA	18.00	
COFE	19.00		STIQ	NO	
COT	18.00		SUA	18.00	
CUTIP'	NO		SUANP	18.15	
FANCAP	18.00		SUGU	19.00	
FCAUCHO	18.00		SUNCA	18.00	
FENAPES	NO		SUNTMA	18.00	
FENARU	NO		SUTEL	NO	
FFOSE	19.20		UOEGAS	18.00	
FOEB	18.00		UF	19.20	
FOEMYA	NO		UNTMRA	18.00	19.30
FOICA	19.00		UOC	19.00	
FOPCU	NO		UTHC	18.50	
FOL	NO		FLORIDA		
FOT	20.00		CANELONES		

Asimismo asistieron: AFINCO, PL.PAYSANDU, SUCA, UTAA, OFP

VISITA SRIO.GRAL. ORIT-CIOSL

Se recibió la visita del Secretario General de ORIT-CIOSL, Luis Anderson, quien al comienzo de la reunión brindó un saludo a la Mesa Representativa. Anteriormente, mantuvo una reunión con el Secretariado Ejecutivo.

SEGURIDAD SOCIAL

Se brindó un extenso informe por parte de E. Murro y J. Bruni, integrantes de la terna del PIT-CNT al BPS, sobre una serie de aspectos vinculados a la Seguridad Social, los cuales requieren

urgente atención de los gremios.

Se adjuntan los informes escritos sobre los aspectos sustanciales del informe.

Asimismo, se ponen a consideración de la Mesa algunas propuestas:

1.
Instrumentar una serie de medidas, tendientes a incidir sobre el Parlamento para cambiar los aspectos más regresivos del nuevo proyecto de reforma de la Seguridad Social, presentado recientemente en el Senado, en el acuerdo del Poder Ejecutivo con sectores colorados.

Entre estas medidas, se planteó la instrumentación de entrevistas a los legisladores, por parte de cada gremio, los cuales les serán asignados a cada uno, para realizar nuestros planteos sobre este tema.

Otra de las medidas propuestas es asegurar la presencia de trabajadores en las barras del Palacio durante el trámite parlamentario de este proyecto.

2.
Asimismo se propuso trabajar hacia una Jornada de movilización conjunta con los jubilados, contra el proyecto presentado en el Senado.

La misma se realizaría el 14 de Octubre y se denominaría la MARCHA DE LOS PARAGUAS.

La misma se instrumentará en la reunión de la Comisión de Seguridad Social a realizarse el próximo 5 de octubre a las 18.00 en el local del PIT-CNT. Asimismo, se profundizará sobre la organización de la misma en una próxima reunión de la Mesa Representativa, a realizarse el 10 de octubre.

Estas propuestas fueron aprobadas por UNANIMIDAD.

DISCUSION DE LA ESTRATEGIA DEL MOVIMIENTO SINDICAL

Partiendo de resoluciones anteriores de la Mesa Representativa y de una discusión realizada por el Secretariado Ejecutivo, en la cual se entendió imprescindible abordar una discusión en profundidad la estrategia del movimiento sindical, se realizaron algunas propuestas.

Comenzar un proceso de discusión a fondo, posteriormente al 10 de Octubre, sobre la estrategia del movimiento sindical, sintetizando la discusión en la definición precisa de algunos puntos, como propuesta de los empresarios de encarar una discusión con agenda abierta, MERCOSUR, forma de encare de los conflictos, etc.

Se propone, tomando en consideración los documentos emanados del Encuentro de Comisiones Directivas realizado en FOEB, así como los aportes que surjan de la reunión del Secretariado Ejecutivo a realizarse el 7 de octubre sobre estos temas, la realización de una Mesa Representativa Nacional Ampliada para el día 10 de octubre.

PARTES POCO LEGIBLES

adecuado para comenzar a dar la discusión a la que hacemos referencia, se perfilan dos posiciones:

1.
Por una parte se propone la realización de una Mesa Representat[illegible] Nacional Ampliada.

Votación: 12 gremios (FFOSE, FOEB, F.CAUCHO, FANCAP, AUTE, SUNCA, SOIMA, FUM, FOT, COT AFJU)

2.
La otra propuesta es la de realizar una reunión de Comisi[illegible] Directivas.

Votación: 11 gremios (UADEGAS, AFUTU, AFUR, SUANP, UTHC, SUGU, COFE, SUA, UOC, AOEC)

1 Abstención: UF

Se aprueba la realización de una Mesa Representativa Nacional Ampliada.

INTERPELACION DE LOS MINISTROS DE TRABAJO Y ECONOMIA

Se aprueba por unanimidad la siguiente declaración:

La Mesa Representativa ante la próxima interpelación de los Ministros de Economía y Finanzas y Trabajo y Seguridad So[illegible] sobre la política económico-salarial del Poder Ejecutivo, declara:

1.
Que es de sumo interés para el conjunto del movimiento sindical dicha interpelación;

2.
Que a partir de la resolución del Senado del 29 de mayo reclamamos coherencia de los sectores políticos para mantener la decisión de exigir la rectificación de tal política, o en su defecto, proceder a la censura de los Ministros.

3.
Convocar a todos los trabajadores (públicos y privados) a rodear las barras del Parlamento el día de la interpelación por los mecanismos que entiendan conveniente.

4.
Convocar a Conferencia de Prensa sobre la fecha de la interpelación para hacer conocer a la opinión pública los fundamentos de esta declaración.

FINANZAS

Se realizó un informe por parte de la Secretaría de Finanzas, sobre los aportes de los gremios a la campaña financiera por el referendum (se adjunta). Se destaca una buena disposición de [illegible] gremios en este tema.

SE CONVOCA A REUNION DE LA COMISION DE FINANZAS POR EL REFERENDUM PARA EL PROXIMO MARTES 29 DE SETIEMBRE A LAS 18.00 HORAS EN EL

PARTES POCO LEGIBLES.

LOCAL DEL PIT-CNT.

HUELGA DE HAMBRE DE LOS TRABAJADORES DE ANCAP

Se realiza un informe por parte de FANCAP acerca de la huelga de hambre con la se continúa la movilización en defensa de la fuente de trabajo de los asalariados vinculados a la industria azucarera.

Se adjunta la resolución aprobada en asamblea por la FANCAP.

A la huelga se sumaron los compañeros de UTAA.

A partir de este informe, intervienen varios compañeros marcando la importancia de la medida, su vinculación con el referendum y con la defensa de las fuentes de trabajo en general.

Se entiende necesario rodear de la máxima solidaridad la huelga de hambre. Ello debiera implicar un compromiso para cada uno de los gremios, de acuerdo con los compañeros que intervinieron y en el contexto generalizado de los representantes de los gremios presentes.

Los cros. de UAOEGAS realizaron una propuesta concreta de movilización para el martes 29, dia de instalación de la huelga. En ese mismo sentido argumentaron AFUTU, AFUR y SUANP que habían discutido el tema en sus Directivas.

Finalmente, los compañeros de UAOEGAS en el entendido que la falta de quorum en ese momento (20 gremios presentes) hacia inviable resolver una movilización, proponen exhortar a todos los gremios a movilizarse y participar del comienzo de la huelga de hambre el 29 de setiembre, y convocar una nueva Mesa Representativa para esa fecha (29/9), a los efectos de definir las formas de participación de los gremios en el transcurso de la huelga.

Para esa fecha, los compañeros de UAOEGAS mantienen la propuesta hecha en esta Mesa (que se transcribe a continuación) naturalmente, cambiandole la fecha.

Los gremios deberian expedirse sobre la propuesta presentada y/o eventualmente otras a presentarse, en esta Mesa Representativa.

Este fue el espiritu de la resolución se adoptó por parte de los gremios presentes a la hora de definir, que no configuraban el quorum mínimo.

Naturalmente se exhorta a todos los miembros del Secretariado Ejecutivo y a la Mesa Representativa a hacerse presentes a la hora del lanzamiento de la huelga de hambre el próximo 29/9.

La hora y el lugar serán anunciados por la FANCAP cuando se hayan definido estos detalles.

Moción presentada por UAOEGAS a considerarse en la próxima Mesa Representativa

Ante la grave situación en torno a la industria azucarera en nuestro pais, donde están en peligro las fuentes de trabajo de miles de uruguayos, donde las medidas del gobierno enmarcadas en la llamada "ley de reforma del Estado", como es el pretendido cierre de El Espinillar, que significa no solo la liquidación de la fuente de trabajo de cientos de uruguaydos sino también la

DOC. CON PARTES ILEGIBLES

los cuales El Espinillar es la razón misma de su existencia.

La Mesa Representativa del PIT-CNT entiende que la situación que hoy se vive en el norte del país, Artigas, Salto, Paysandú, se enmarca en una política profundamente antipopular y que se vive con igual intensidad en el conjunto de la industria uruguaya, de lo cual podrían dar innumerables ejemplos de como afecta a miles de uruguayos la pérdida de fuentes y puestos de trabajo.

El movimiento sindical se encuentra abocado a la intensificación de la movilización, convocando a la población a votar la papeleta blanca contra la extranjerización de las empresas públicas, contra los salarios de hambre y la desocupación, entendiendo que la lucha por fuentes de trabajo está íntimamente ligada con el referendum, la Mesa Representativa del PIT-CNT resuelve:

1.
Rodear de solidaridad la huelga de hambre de los compañeros de El Espinillar de la FANCAP, SUDORA Y UTAA.

2.
Convocar a todos los trabajadores a participar activamente en la jornada del 28 de setiembre de cara al referendum.

3.
Convocar a la realización de una gran jornada denominada "TRABAJO PARA LOS URUGUAYOS" con paro general parcial de 11 a 14 horas, con concentración en el lugar donde se desarrolla la huelga de hambre de los compañeros.

<u>REFERENDUM</u>

SE ADJUNTA INFORME SOBRE CIERRE DE LA CAMPAÑA EL 28 DE SETIEMBRE. ASI COMO LA DISTRIBUCION DE LOS GREMIOS PARA ESTA JORNADA

MARTES 29 DE SETIEMBRE A LAS 18 HORAS
MESA REPRESENTATIVA
LOCAL: FFOSE (FERNANDEZ CRESPO 2256)

PARTES POCO LEGIBLES

Apelan en EE.UU. la condena a muerte de una mujer drogadicta

WASHINGTON y NUEVA YORK (ANSA y EFE). — De fracasar la apelación presentada por sus abogados, **Karla Faye Tucker**, 32 años, se convertirá en la segunda mujer ejecutada en los **Estados Unidos** desde que la **Corte Suprema de Justicia** volvió a legalizar la pena de muerte en **1976**.

Un tribunal de apelaciones del estado de **Texas** considera el caso de Tucker, quien fue condenada por matar a hachazos a un hombre en **1983**. Los abogados de la mujer consideran que Tucker estaba fuera de sus cabales cuando cometió el asesinato. Creen que estaba seriamente afectada por las drogas que admitió consumir desde los ocho años.

Pero hasta ahora, los jueces rechazaron este argumento. Sostienen que Tucker no solo tenía plena conciencia sino que demostró **sadismo** porque durante el juicio dijo que sintió "una especie de orgasmo" mientras mataba a **Jerry Lynn Dean, 26 años**.

Karla Tucker y quien entonces era su novio, también fueron acusados por el asesinato de la novia de Lynn Dean, **Deborah Thornton**, de 32 años. Luego se comprobó que Tucker no era culpable de este crimen.

La ejecución, que deberá realizarse con una **inyección letal**, ha sido fijada para el próximo **30 de junio** en la cárcel de **Huntsville**, Texas. Sin parecer muy preocupada por su destino, Tucker comentó sobre la apelación: **"Cualquier cosa que decidan, para mí estará bien"**.

Los abogados, en cambio, confían en que el tribunal de apelaciones tendrá en cuenta sus argumentos. **"Ella ha cambiado machismo. Se educó y encontró la religión. Creo que no merece morir"**, expresó el abogado defensor **George Secrest**.

La historia de Tucker no ha sido muy feliz. Durante el juicio, admitió que empezó a fumar marihuana cuando tenía 8 años y que a los 10 se pasó a la heroína. Se casó a los 17 y poco después se dedicó a la prostitución para poder comprar más drogas.

Este prolongado consumo de drogas la habría vuelto loca, según expusieron sus abogados. Nadie duda de la participación de Tucker en el asesinato de Lynn Dean, pero sus defensores insisten en que fue un acto inconsciente. **"Las drogas le provocaron graves trastornos psíquicos"**, ha insistido Secrest una y otra vez ante el jurado.

Pese a estos intentos, Tucker continúa en el pabellón de la muerte, junto a otras cuatro mujeres. De concretarse su ejecución, será el segundo caso de una mujer en Texas desde 1863 cuando fue ahorcada **Chispita Rodríguez**, acusada del asesinato de un comerciante de caballos.

Desde que en 1976 se reimplantó la pena de muerte en los Estados Unidos, solo ha sido ejecutada una mujer: **Velma Barfied**. La condena se cumplió en el estado de **Carolina del Norte** en 1984.

Otras **174 personas** fueron ejecutadas en los Estados Unidos desde 1976. En lo que va del año hubo **18 ejecuciones** en los **34 estados** que incluyen la pena capital entre sus condenas. Texas es uno de los estados donde las ejecuciones se realizan con inyecciones de sustancias letales.

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO

M E M O R A N D U M Nro. 126 / 92

R E F E R E N T E A : TISCORNIA MENDIETTA RUBEN DARIO

E V A L U A C I O N : A-2

T E X T O : C.C. Serie BOA Nº 9978

C.I. 1.739.728-8

PROFESION: Mecánico

DOMICILIO: Cno.Mendoza 6491 Bis.

ESTADO CIVIL: Casado

Propietario de Taller Mecánico

en su domicilio.

El Jefe de la Secc.Biográfico/Dpto.I

Tte.1°

Norberto Devincensi

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DPTO. I INTERIOR

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 28 SET. 1992
Paso a BIOGRAFICO
Nº. de Orden 9209000

001 | 1

FECHA ... INICIAL ...

Operativo por drogas en Lanús

En diversos operativos la Policía secuestró **medio kilo de cocaína, 550 gramos de picadura de marihuana, cinco ampollas de morfina y armas**. Durante estos procedimientos, que se realizaron **en Lanús**, también fueron detenidas **tres personas** y fue **herido un policía**.

Uno de los operativos se realizó después que una comisión de la **Superintendencia de Drogas Peligrosas de la Policía Federal** detectó a una persona que **se dedicaba** a la comercialización de **drogas en la zona sur** del Gran Buenos Aires.

Esta persona fue detenida en una casa **de Villa Jardín**, partido de Lanús. Allí, el traficante se resistió al arresto y atacó a los policías. En esas circunstancias fue herido uno de los miembros de la comisión de Drogas Peligrosas.

Tras el arresto del sospechoso la Policía revisó la casa y encontró medio kilo de cocaína, 50 gramos de picadura de marihuana y dos armas de gran calibre. Estos elementos fueron secuestrados y enviados al juzgado federal de **La Plata**, que investiga el hecho.

El otro procedimiento se realizó en **Emilio Mitre 1111**, de Lanús. Este lugar estaba bajo vigilancia desde que la Policía advirtió que allí concurrían jóvenes para comprar **ampollas de morfina**.

Con una orden del juez **Manuel Blanco** de La Plata, la Policía allanó el lugar. Entonces fueron detenidos **César Alejandro Cesarek**, 30 años, y **Daniel Roberto Lauria**, de 32, ambos con antecedentes por tráfico de drogas.

En el mismo domicilio se secuestraron **500 gramos de picadura de marihuana y cinco ampollas de morfina**.

01/01

ORIGINAL

1/2

920511 :28.09.92

INFORMACION GENERAL DEL MLN

603-B-II

B-2

Se tomó conocimiento referente al viaje que ELEUTERIO FERNANDEZ HUIDOBRO (MLN-CC) realizaría por España, que éste partiría el día 02 del próximo mes, a las 1100 horas, por vía aérea.

Además se tomó conocimiento que en lachacra quedaría su sobrino trabajando y que la hija que estudiaba en la Facultad de Humanidades y Ciencias habría dejado de concurrir a la misma mientras que el novio concurriría al Liceo IAVA en horas de la noche.

30/9/92

001 / 002

ORIGINAL - SR Jefe del DPTO. I

r.m.

002 / .002 9209002

Dirección ... Informes
28.9.92
Dpto I
Nº ... 92508 P

OPERATIVO "LARGO ALIENTO" EN BOLIVIA
LA REPUBLICA
21-6-92

La policía antidrogas boliviana incautó drogas en hoteles, una farmacia y un canal televisivo

San Borja, Bolivia (AFP)

■ La Fuerza Especial de Lucha Contra el Narcotráfico (Felcn) lanzó en la localidad boliviana de San Borja una operación en la madrugada de ayer que dio como resultado la detención de las personas, la incautación de dos hoteles, una farmacia y un canal de televisión, constató la AFP. La operación fue realizada por 120 efectivos de las Felcn, apoyados por ocho miembros de la Agencia Antidrogas de EEUU (DEA), siete helicópteros y un avión C-130 de la Fuerza Aérea Boliviana, explicó el comandante de la Felcn, general (r) Edwin Peredo.

Los medios de prensa acompañaron durante toda la mañana a las autoridades antidroga, quienes se ocuparon de notificar a los propietarios de un canal de TV, los hoteles y la farmacia, que todos estos negocios habían sido adquiridos con dinero del narcotráfico y que, por tanto, debían ser incautados.

Los propietarios de estos negocios son, según dijeron, Luis del Río Callao y Antonio Moreno, presuntos narcotraficantes actualmente prófugos de la justicia.

En todos los casos, los administradores de los negocios aseguraron ser los legítimos propietarios, con todos los títulos que los acreditan como tales, y negaron asimismo cualquier vinculación con Del Río y Moreno.

Al respecto, Edwin Peredo explicó que "es práctica común entre los narcotraficantes el comprar propiedades en nombre de terceras personas para asegurar sus inversiones y así blanquear los narcodólares, obtenidos del tráfico y elaboración de drogas". Mientras las autoridades antidrogas realizaban las incautaciones durante un largo recorrido por calles de San Borja, pobladores de esta pequeña ciudad a 350 quilómetros al norte de La Paz, protestaban ante el "atropello cometido por la Felcn contra ciudadanos inocentes" y por la detención de dos periodistas locales que posteriormente fueron liberados.

Finalmente, el general Peredo explicó que el operativo de esta madrugada forma parte de otro mayor denominado "Largo Aliento", el cual empezó en marzo pasado.

Este operativo mayor, dijo, continuará por algunos meses más, hasta que la evaluación de sus resultados satisfaga a los organismos policiales de inteligencia que elaboraron pistas de seguimiento de las redes del narcotráfico más importante del país.

Bolivia es, después de Perú, el mayor productor mundial de la hoja de coca y de su derivado la cocaína bajo la forma de sulfato, que es exportado principalmente hacia las fábricas que elaboran la cocaína pura en Colombia. Precisamente, las autoridades estiman que los principales centros de exportación en Bolivia están en la región amazónica boliviana.

01/02 920900 3

EL OBSERVADOR
23-6-92

olivia: nueva fensiva contra narcotraficantes

SAN BORJA, BOLIVIA, 22 (AP) - Fuerzas militares y policiales intervendrán todas las poblaciones que bandas de narcotraficantes utilicen como refugio para la fabricación y comercialización de cocaína, afirmaron las autoridades gubernamentales bolivianas.

El subsecretario de Defensa Social, Gonzalo Torrico, el principal responsable de la lucha contra el narcotráfico en este país, segundo productor mundial de cocaína, dijo ayer a la AP que en Bolivia fueron detectados grupos de traficantes colombianos después de que los principales jefes de las mafias bolivianas se rindieron a la justicia.

Entre agosto y noviembre de 1991, se entregaron a la justicia siete grandes traficantes bolivianos para evitar ser extraditados a Estados Unidos. Torrico dijo que se repetirán los gigantescos operativos contra el narcotráfico, como el realizado durante el pasado fin de semana en la localidad de San Norsan, ubicada a 450 kilómetros al noreste de La Paz, en plena zona amazónica boliviana, en el que se desarticuló una poderosa banda de traficantes bolivianos, colombianos y brasileños.

Fueron incautadas en esa localidad varias viviendas residenciales evaluadas en unos 200.000 dólares, que fueron edificadas durante los últimos meses en una de las poblaciones ganaderas más pobres de Bolivia. También fue incautado el canal Machetera de televisión, que era de propiedad de Orlando del Río Callau, además de un hotel y una farmacia. Según los informes de inteligencia, Del Río Callau, de 45 años, es en la actualidad el principal dirigente del narcotráfico en Bolivia. ■

02/02

9209003

DE LA RUA, ANGELOZ, ALFONSIN SE REUNIRAN
15.06.26
30-6-92
06960
11164
11304

Buenos Aires, martes 30 de junio de 1992 ★ CLARIN

DESPUES DE LA ELECCION

DE LA RUA, ANGELOZ Y ALFONSIN SE REUNIRIAN ESTA SEMANA

Una cumbre radical para suavizar la Convención

Fernando de la Rúa, Raúl Alfonsín y Eduardo Angeloz se volverán a reunir en otra cumbre radical si los contactos que se iniciaron en las últimas horas llegan a buen puerto. De la Rúa pedirá al presidente del partido, Mario Losada, que active ese cónclave, para consensuar posiciones entre los principales referentes internos antes de la Convención del sábado.

Si dan fruto los contactos que se vienen realizando en las últimas horas, **Fernando de la Rúa, Raúl Alfonsín y Eduardo Angeloz** se reunirán antes del viernes, en una nueva cumbre de los máximos referentes del [illegible] gobierno, para unificar [illegible] sobre la convención [illegible] partidaria que comenzará el próximo sábado.

Anoche, [illegible] antes de la UCR admitieron que De la Rúa pediría hoy al presidente del partido, el misionero **Mario Losada**, que active las gestiones para que ese encuentro se produzca en los próximos días.

[illegible] los tres [illegible] estuvieron [illegible] a frente [illegible] los primeros días de junio, cuando deliberaron en un departamento de la calle Ayacucho, un "territorio" neutral ofrecido por un amigo político de Losada, quien también estuvo en la reunión.

En esa oportunidad, De la Rúa, Alfonsín y Angeloz convinieron en [illegible] **tregua** [illegible] después de la elección del senador porteño, realizada el último domingo. Pero además, los tres referentes acordaron que para evitar un **posible incendio**, era necesario llegar a la convención con [illegible] mente [illegible] cumplir [illegible] consenso, es que se reunirán nuevamente, en Buenos Aires, **antes del viernes.**

"Debemos tomar todas las precauciones para que el debate no termine de nuevo a los sillazos", dijo un dirigente del radicalismo porteño, aludiendo a la convención del año pasado realizada en Mar del Plata, que finalizó en un tumulto por los enfrentamientos entre [illegible] nistas y alfonsinistas.

En las [illegible] horas, Alfonsín [illegible] desafiará abiertamente a Angeloz si este quiere ser titular del partido, y el gobernador cordobés replicó diciendo que aspira a ser el próximo candidato presidencial de la UCR [illegible] candidatura [illegible] y [illegible] Alfonsín y De la Rúa.

Todo parece indicar que en esta nueva cumbre se tratará de "atar" los puntos ya conversados en una comisión radical que viene trabajando en el tema. Voceros de De la Rúa admitieron que el jefe porteño pedirá a Losada que agilice los contactos para concretar la nueva cumbre. Lozada, quien viene haciendo un **delicado equilibrio** en la conducción partidaria, fue quien gestó la primera reunión de hace un mes y [illegible] convenido [illegible] acuerdo [illegible] tres [illegible] un [illegible] convención.

Anoche [illegible] presidente del radicalismo cordobés y hombre [illegible] de Angeloz en la provincia, Luis **Molinari Romero** [illegible] desmintió la existencia [illegible] próximo encuentro, aunque recalcó que **"hasta ahora nosotros no sabemos nada, nadie nos llamó desde Buenos Aires"**. De paso, el dirigente confirmó que Angeloz no estará presente en la convención.

El máximo organismo deliberativo de la UCR, integrado por 3[illegible]1 convencionales, se reunirá el 4 de julio en Parque Norte y deberá fijar [illegible] **orgánica** [illegible] **reforma** [illegible] ante [illegible] **plebiscito** que [illegible] convocar [illegible] Gobierno. [illegible] dos son los temas de mayor repercusión en la convención, pero además ese cuerpo difundirá [illegible] documento donde [illegible] de la situación política, económica y social, que contendrá **severos cuestionamientos** al gobierno nacional. Los términos y matices que contendrá este documento también trata de ser **consensuado** entre alfonsinistas, delarruistas y angelocistas, según lo que trascendió anoche.

Entre los temas formales, también figura la designación del nuevo presidente de la convención que deberá suceder al titular del Banco Central, **Alfredo Concepción**. [illegible] esa presidencia, también se pronostica una dura lucha interna entre los distintos sectores que estarán representados en [illegible]

partes ilegibles

PARTES ILEGIBLES

C/-C/

920004

Buenos Aires, martes 30 de junio de 1992 ★ CLARIN

TRAS LA DERROTA ELECTORAL

Crisis en la

DESPUES DE LA ELECCION

La derrotada alianza entre el PJ y la UCeDé fue cuestionada ayer desde el primer nivel del Gobierno, y el resultado electoral desató críticas mutuas entre los dirigentes de la UCeDé. Alvaro Alsogaray dio por terminada esa coalición aunque no el acuerdo programático con el peronismo. Enojo del justicialismo porteño con el candidato Avelino Porto, mientras que en el seno de este sector los dirigentes cruzan acusaciones.

La alianza entre el justicialismo y la UCeDé **se perfila como la primera víctima de la derrota que Avelino Porto** padeció anteayer en manos del radicalismo en la Capital Federal. El mismo presidente **Carlos Menem comenzó a ponerla en cuestión al decir ayer que "por ahora está en pie, pero vamos a ver qué pasa más adelante".**

Eran, con todo, las declaraciones más suaves sobre el experimento electoral que fracasó el domingo. El jefe del Senado, **Eduardo Menem**, llamó a replantear el tema de las alianzas y, con menos vueltas, aconsejó: **"Conviene más que los partidos vayan con un perfil más definido de su propuesta".**

El jefe del peronismo porteño, el intendente **Carlos Grosso**, también le dio poca vida a la coalición que reunió sin éxito a justicialistas y liberales al pronosticar que, en el futuro, a su partido y a la UCeDé les convendrá **"presentarse en paralelo, pero no juntos"**.

Con todas estas voces, y completando un panorama que abarca a la plana mayor del Gobierno, sintonizaba también el ministro del Interior, **José Luis Manzano:** "Creo que la suma aritmética de los partidos —dijo— no da resultado en votos. Esto quiere decir que sumar diez de uno, más diez de otro, más diez de otro no da treinta y que esto se ha visto en el resultado electoral".

El cuestionamiento a la Alianza del Nuevo País que respaldó a Porto, fue ayer una de las rápidas repercusiones del traspié oficialista del domingo que el presidente Menem trató de suavizar al afirmar que el "voto castigo" a su gestión había que buscarlo en los guarismos que consiguieron **Fernando Solanas y el MODIN**. Manzano, a su vez, volvió **a defender la reelección presidencial** (véase páginas 4 y 5).

No menos lentos en extender **la partida de defunción** a la alianza se exhibían los ucedeístas. Su jefe, **Alvaro Alsogaray**, decía que el acuerdo electoral había terminado con el escrutinio, aunque seguía vigente el acuerdo programático que en marzo había firmado con Grosso. Mucho más duro aún fue el diputado de la UCeDé porteña, **Federico Clérici** (véase aparte).

♦ Un nacimiento forzado

Cuando el Gobierno todavía gozaba de la onda expansiva de los triunfos electorales del año pasado, la candidatura de Porto, respaldada por peronistas y ucedeístas, sonó entonces como una "idea genial" para extender la suerte en el esquivo —para el PJ— distrito porteño.

Se la presentó, además, como una **prueba piloto**, con la idea de **ir reproduciendo la alianza al resto del país**. También como una cristalización, en términos electorales, del entendimiento que los **Alsogaray (Alvaro y María Julia) habían alcanzado con el jefe del Estado**, gratamente sorprendidos por el viraje neoliberal del presidente peronista.

En los cálculos de la entusiasta ingeniería electoral no estuvo presente que

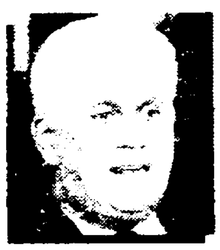
CRECEN DUDAS Y REPROCHES EN LA RELACION DE PERONISTAS Y LIBERALES

alianza entre el PJ y la UCeDé

esa coalición forzada desde los primeros planos del poder iba a generar tormentas hacia adentro de los partidos implicados. Mientras ayer se revisaba la eficacia de la alianza se caía en la cuenta de que **la oferta electoral no solo no había capturado a los independientes** sino que, además, la alquimia le hizo **perder votos propios** a dos identidades políticas **definidas y diferenciadas** como lo son el justicialismo y la UCeDé.

Las peleas caseras, durante la campaña, ya comenzaron a demostrar la dificultad del entendimiento. El domingo por la noche, cuando la Alianza del Nuevo País comenzaba a ser velada en el campamento portista, una escena entre el vicepresidente del PJ porteño, **Ricardo García Blaya**, y el concejal ucedeísta **Jorge Pirra** sirvió para ilustrar la dificultosa sintonía. Pirra quiso salvar el rol de su partido con la frase: "Nosotros conseguimos el triunfo en la 20ª (una de las dos circunscripciones donde se impuso Porto). García Blaya le arrojó: **"Ustedes vinieron para discutir la lista de electores, a la fiesta del Alvear y ahora a dar el pésame, nada más"**.

El justicialismo siempre criticó lo que, a su criterio, fue un bajísimo nivel de participación de la UCeDé a la hora de moverse con la campaña en la calle. "Allí donde hay dos ucedeístas hay una pelea", decían en el PJ, "están tan trenzados que se paralizan y no contribuyen nada".



AVELINO PORTO:

"Me he sentido acompañado por las resoluciones de los partidos", dijo, dejando entrever una crítica hacia el esfuerzo concreto que hicieron en la campaña



CARLOS GROSSO:

"Tanto el justicialismo como la UCeDé, que en estas elecciones concurrieron aliados, quizá en el futuro deban presentarse en paralelo, pero no juntos"



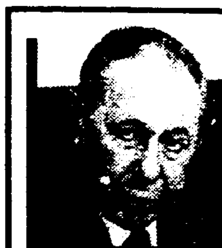
JOSE LUIS MANZANO:

"La suma aritmética de partidos no da resultado en votos. Sumar diez de uno, más diez de otro, más diez de otro no da treinta"



ADELINA DE VIOLA:

"Alsogaray firmó una alianza sin consultar a los cuerpos orgánicos. Contraponerse a esa decisión hubiera sido el quiebre del partido"



ALVARO ALSOGARAY:

"La UCeDé hubiera sido la tercera fuerza en la Capital de no haber formado una alianza con el justicialismo"



FEDERICO CLERICI:

"Los dirigentes que sostuvieron que la UCeDé debía cogobernar y aliarse con el justicialismo han sido duramente derrotados"

FUEGO CRUZADO

Los reproches no cesaban ayer cuando se enteraban que en los ochos colegios del barrio de Belgrano donde la UCeDé debía aportar fiscales para la Alianza, **dos tuvieron que ser cubiertos por peronistas y en los seis restantes solo había un fiscal liberal cada cuatro o cinco mesas.**

Desde la UCeDé se criticaba por lo bajo al comité de campaña dominado por los peronistas: "Cada vez que íbamos —se quejaba un elector liberal— estaba todo cocinado". Las letanías también alcanzaron anteanoche al candidato Porto: "Siempre tuvo un manejo autocrático, fue imposible acercarle propuestas".

El comité de campaña difirió una reunión de evaluación sobre los comicios hasta mañana para enfriar los ánimos. Sus miembros **ayer estaban indisimuladamente enojados con Avelino Porto**, que en la conferencia de prensa donde admitió su derrota dijo que solo se había sentido **formalmente** acompañado por los partidos políticos que lo respaldaron. A los peronistas les hubiera gustado que, con ellos, el ex ministro hiciera una **excepción.**

Pero puertas adentro del peronismo también comienzan a pasarse facturas. Los menemistas **Roberto González** (secretario del PJ porteño), **Alfredo Carella** (Movimiento de Afirmación Peronista); **Mario Nazar** (Lealtad y Unidad) y **Américo Rial** (Movimiento de Unidad Peronista) se aprestaban a **pedir la cabeza** de todos los peronistas que integraron el comité de campaña: los vicepresidentes García Blaya y **Vicente Brusca** y el secretario **Martín Blanco.** Trataban también de conseguir la adhesión de otra menemista, la secretaria de Relaciones con la Comunidad, **Claudia Bello**, quien postergó su decisión hasta hablar con el presidente Menem.

Las heridas abiertas recién se expondrán el lunes, cuando el Consejo Metropolitano del PJ, con la presencia de Grosso, diputados y concejales del distrito delibere para evaluar la derrota y **la viabilidad de una alianza que debutó perdiendo.**

Vicente Muleiro

92-02 9209005

1286: Congreso de ediles latinoamericanos.
1500 15
30-6-92
66760
11164 11399
1165
11295

Martes 30 de Junio de 1992 La Mañana

Argentina: Congreso de ediles latinoamericanos

Encuentro de ediles municipales de los países latinoamericanos conforman un operativo de integración regional. Las perspectivas hacia un mercado común enfatiza la importancia de esta reunión, que incluye en los temas de discusión la salud, el medioambiente y las normativas municipales de cada país.

TREINTA Y TRES (por Francisco Rodríguez Correa).-Tendrá lugar entre los días dos y cuatro de julio próximos en la ciudad de Rosario, Argentina, el Congreso Latinoamericano de Ediles Municipales y legisladores estaduales, cumpliéndose un importante temario sobre salud, medioambiente, normativa municipal y temas comunes a los distintos municipios regionales.

El encuentro de ediles, legisladores y vereadores de los países latinoamericanos, precede los ya realizados en Brasil y Uruguay y conforman una operativa de integración a nivel regional que ha sido considerado con muchas perspectivas de acción en el futuro inmediato latinoamericano con vistas al Mercado Común del Sur.

La delegación de Treinta y Tres, estará compuesta por 11 ediles de los partidos representados en la Junta Departamental, siendo 6 ediles del Partido Nacional, 4 del Partido Colorado y 1 del Frente Amplio.

El congreso tendrá lugar los días 2 y 3 de julio estando previsto el retorno de la delegación el sábado 4 de julio en vísperas de las instancias electorales del referéndum y a fin de que cada uno tenga oportunidad de cumplir con su voluntad electoral.

LA MANANA dialogó con Walter Campanella, Presidente de la Junta Departamental de Treinta y Tres, quien manifestó que "los temas del medioambiente -caso de la Central brasileña de Candiota- serán planteados prioritariamente en el mencionado congreso, ya que se considera uno de los problemas más graves que padece la región en estos momentos".

"La delegación de ediles de Treinta y Tres, planteará la problemática de la represa de Candiota, que es el tema que debe preocupar a los uruguayos y esencialmente a quienes estamos viviendo en los departamentos de Cerro Largo y Treinta y Tres".

-¿El tema se estaría por solucionar?

"Sí, el tema está en vías de solución, ya que en los próximos días tenemos información de que se firmará entre los presidentes de Brasil y Uruguay, Dres. Collor de Mello y Lacalle, un acuerdo sobre esa situación que tantos perjuiciios ecológicos ha acarreado a la región".

"De todas maneras -enfatizó Campanella- no estará demás que solicitemos a los ediles de distintos países, su solidaridad con respecto al tema de higiene ambiental. Precisamente, un técnico brasileño integrante de los cuadros de la Organización de Estados Americanos (OEA), ha informado que la presencia de los vientos imperantes en la región, no sólo llevaría los factores contaminantes hasta nuestro país (Cerro Largo y Treinta y Tres) sino además a la zona de Misiones y Concordia en la Argentina, lo que signifca que el tema de Candiota se amplía a los intereses de los argentinos.

Además nuestra delegación pondrá énfasis en otros temas, tales como los de la salud específicamente y de situaciones comunes desde el punto de vista de los distintos distritos, departamentos y estados, de los distintos países de la región.

En resumen, un importante Congreso en el que se podrán tratar temas trascendentes a todos los países. ■

C1-01 9209006

DE LA RUA RECLAMA MODIFICACIONES EN LA POLITICA EDUCATIVA Y EN LA INTENDENCIA

"El Gobierno debe cambiar"

DESPUES DE LA ELECCION

*Fernando de la Rúa pidió un cambio de actitud al Gobierno. Aseguró que no se mete con el gabinete, pero que sí reclama modificar algunas políticas. En un diálogo con **Clarín**, el senador electo dijo que el oficialismo no puede desconocer el resultado de las urnas y mirar para otro lado. Rechazó que sólo sea un buen candidato presidencial para la Capital Federal.*

Néstor Sieira



Fernando de la Rúa, electo senador: "El Gobierno no debe mirar para otro lado" después de la elección del domingo.

—¿Cree que a raíz de lo ocurrido el domingo, el Presidente debe hacer cambios en el gabinete?

—Yo no me meto con el gabinete, sino que pido el cambio de políticas. Cada uno sabe con quién instrumentarlas. Lo que el Gobierno debiera hacer a partir de esto es cambiar de actitudes de aislamiento y de enfrentamientos con la oposición y buscar un diálogo en serio, que sirva para encontrar denominadores comunes.

—La pregunta viene porque parece tradicional que, en cualquier gobierno, alguien termina pagando el pato de una derrota electoral...

—Lo que pasa aquí es que el que se **involucró directamente** en la campaña electoral es el propio Presidente, y él debe continuar al frente del Gobierno. Pero la oposición precisa que alguien recomponga el diálogo con los sectores de la educación. Nosotros hemos criticado también la política exterior basada solo en **relaciones carnales**, hasta el diálogo político que ha languidecido, desplazado por la idea de la reforma constitucional, que **debe archivarse rápidamente porque perturba** a toda la sociedad.

—¿Quiere decir que el ministro Salonia no está en condiciones de arreglar el conflicto docente?

—Mi impresión es que le será difícil. El ha dicho que lo va a intentar. Me parece difícil.

—¿Qué cosas concretas le cuestionó al Gobierno quien votó por De la Rúa?

—Nadie cuestiona la **estabilidad económica**, pero a partir de ahí el Gobierno

posibilitar la elección directa del intendente, impulsando la ley del caso, sin el pretexto de que es preciso una reforma constitucional, y en todo caso buscar una figura independiente que ponga orden en las desastrosas finanzas **del distrito.**

—¿Eso quiere decir que está pidiendo la renuncia de Grosso?

—Grosso puede terminar su gestión dentro de pocos días. El 10 de julio concluye su mandato...

—Aparte de los radicales, ¿quiénes lo votaron?

—Me apoyaron los independientes. También recibí votos del socialismo y de la izquierda, algunos anteriores votantes de la UCeDé y un buen número de votantes del peronismo.

—¿Por qué esos votantes del peronismo no optaron por Porto?

—Porque vieron que nuestra propuesta interpretaba mejor su sentimiento, su sentido de solidaridad social, el rechazo a actitudes del Gobierno. Es una lectura que nosotros, como radicales, debemos

liados, que reflejan lo que pie[illegible]
dad. No olvide que el candida[illegible]
[illegible] se elige por el voto direct[illegible]

9209007

Arg. servirá de sede a la Internac.

30-6-92

LAW.

La Argentina servirá de sede a la International Law

La Nación 30/6/92

La Argentina será sede de la próxima conferencia internacional de la International Law Association (ILA), en agosto de 1994.

Así lo decidió la 65ª conferencia de la asociación, realizada en El Cairo.

Para informar de sus conclusiones, la Rama Argentina de la ILA, que preside el doctor Ricardo Balestra, hará una asamblea de socios pasado mañana, a las 13.30, en el Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires, Montevideo 640, 1º.

En El Cairo se trató sobre el tráfico aéreo, el arbitraje comercial, la neutralidad marítima y otros temas.

Por la Rama Argentina, además de Balestra, participaron los doctores Silvia Maureen Williams, Julio Curutchet, Juan Etchebarne, Raúl Etcheverry, Raúl Vinuesa, Lilian del Castillo de Laborde y Francisco Espinosa Paz. Asistieron también el subsecretario general de la Presidencia, doctor Carlos Corach, y la asesora doctora Matilde B. Guardia.

En El Cairo, la doctora Silvia Maureen Williams presentó el proyecto de convención internacional sobre "La protección del ambiente por daños causados por actividades espaciales", cuya redacción se le había encomendado en la conferencia de Australia de 1990. Ese texto fue aprobado por consenso y enviado a las Naciones Unidas. Se espera que sea adoptado en la conferencia de 1994.

Dos jueces de la Corte Internacional de Justicia, de La Haya, sir Robert Jennings, del Reino Unido, y G. Guillaume, de Francia, al igual que otros especialistas de distintos sistemas jurídicos del mundo, aprobaron el texto preparado por la doctora Williams, de la Rama Argentina.

Buenos Aires, martes 30 de junio de 1992, Ambito Financiero Pág. 7

De la Rúa, predilecto de las mujeres. Total: 930.000 votos

Victoria confirmada con 50% del voto

EFECTOS DEL TRIUNFO DE DE LA RUA

En tanto el mundillo político entretuvo ayer su tiempo en justificar, alabar, advertir, criticar e interpretar los resultados políticos de los comicios del domingo, la Dirección Nacional Electoral entregó el escrutinio provisorio, aunque advirtiendo que faltan escrutar 220 mesas, o sea alrededor de 60.000 votos, que no modificarán el resultado.

Sumando los votos que restan controlar ***Fernando De la Rúa obtuvo 930.000****, con los que redondea* ***50%*** *de los votos emitidos, teniendo en cuenta que el porcentaje —75,22%— de los votantes resultó más bajo que la media que registra la Capital Federal.*

De la misma forma, el menemista-independiente, ***Avelino Porto, terminará arañando los 600.000*** *sufragios, casi 32% de los emitidos, lo cual, días antes de los comicios, era considerado por muchos una buena elección.*

Que la Capital Federal es un veleidoso distrito, dentro del conjunto de los 24 en que se divide el mapa electoral nacional, no es novedoso. A tal punto llegó el domingo que la diferencia entre la votación de las mesas masculinas y femeninas también marcó una tendencia. ***Las mujeres eligieron a De la Rúa en lugar de Porto, y también de Solanas y Venturino. Salvo el radical, todos tuvieron menos votos femeninos.***

Cuando se comparan los resultados de la elección del domingo con la anterior por un senador —1989—, surgen otras reflexiones.

VOTO POR SEXO

	Masculinas %	Femeninas %
De la Rúa	44,98	54,32
Porto	33,94	29,86
Solanas	8,12	6,83
Venturino	7,54	3,91

Por ejemplo, que ***en esta oportunidad la UCR no tuvo que "inventar" una sigla como la de la Confederación Federalista Independiente (CFI)****, para obtener el voto de aquellos radicales —o independientes— que renegaban de la gestión de* ***Raúl Alfonsín*** *y algunos de sus más estrechos colaboradores. En aquel momento, con una asistencia de alrededor de 2 millones de votantes la UCR y la CFI sumaron poco más de 813.000 votos. El domingo,* ***De la Rúa****, superó los 900.000 votos.*

- **Poca diferencia**

Tampoco fue mala la elección de ***Porto****, comparada con la del '89. Hay que recordar que ese año se eligió presidente, y esa circunstancia tiñó todo el proceso. Sin embargo, el justicialismo hizo pie entre los porteños con más de 664.000 votos, poco más que los casi 600.000 de* ***Porto****.*

LAS CIFRAS DEL DOMINGO
(Finales provisorios)

Candidato	Cantidad de votos	% de votos	Cantidad electores
Fernando De la Rúa	897.313	49,88	29
Avelino Porto	572.005	31,80	18
Fernando Solanas	133.953	7,44	4
Enrique Venturino	101.402	5,63	3
Héctor Polino	55.989	3,11	—
Marta Noce	11.146	0,61	—
Carlos Núñez	10.922	0,60	—
Marcelo Claros	9.474	0,52	—
Raúl R. Caballero	6.381	0,35	—
En blanco	39.009	2,10	

Donde se plantea el interrogante es en la cohorte que gira alrededor del denominado centro. ***¿Dónde fueron a parar los casi 400.000 votos que cosechó la alianza UCeDé-Demócrata en el '89?*** *Ya el año pasado los votos de la UCeDé apenas alcanzaron para que* ***Alvaro Alsogaray*** *renovara su banca de diputado por un período más. Al demócrata* ***Federico Pinedo****, también solitario navegante, no le alcanzaron para volver al Concejo Deliberante. El domingo los votos liberales y conservadores se dividieron entre* ***Porto, De la Rúa****, y el recién llegado* ***Aldo Rico*** *con* ***Enrique Venturino*** *y el MODIN, aunque seguramente en mayor proporción por el radical.*

La izquierda en todo su arco mantuvo la media. En el '89 el Partido Obrero, la Izquierda Unida, la Unidad Socialista y los Humanistas Verdes sumaron poco más de 153.000 votos. El domingo pasado, un candidato nacido del peronismo ***Fernando Solanas****, se convirtió en el catalizador mayor de la protesta antigobierno y obtuvo 135.000 votos.*

Otro fenómeno advertido es que ***De la Rúa ganó todas las circunscripciones, con mayor o menor margen, menos 2: la 20 y la 22 donde ganó Porto.*** *La 20 es la denominada* ***"Socorro"****, o sea la zona de Recoleta —muy paqueta—, y la 22 es Villa Lugano, que socialmente sería la contracara de la anterior.* ***¿Cómo se explica esto?*** *En ambas la acción política de peronistas y liberales siempre ha sido muy intensa. Lugano fue uno de los pocos lugares que* ***Porto*** *eligió visitar el domingo. Recoleta es un virtual "fortín" liberal.*

Pero lo insólito es que en esos dos lugares ***también Rico-Venturino y el MODIN relegaron al cuarto lugar a la Alianza del Sur de "Pino" Solanas.*** *También lo hicieron en la 13, Monserrat, barrio con color propio desde los tiempos de "Juvenilia" y el Nacional Buenos Aires.*

EL MODIN TOMA MATE Y SE LAMENTA DE SOLANAS

Venturino: "Hay 100 mil que nos siguen"

Escribe
Jorge Pedro Barceló

"Lo que más bronca me da es que la ensalada ésa de la izquierda nos haya sacado ventaja" bufó ayer **Aldo Rico**, decepcionado con los resultados obtenidos el domingo. El "Ñato" admitió que **quizá no logró comunicar bien al peculiar electorado porteño las propuestas del MODIN.**

El cuartel del Movimiento para la Dignidad y la Independencia lucía ayer ordenado y solitario. Junto a **Rico**, que alternaba cebando y tomando mate con **Fernández Maguer** (aquel jefe del Regimiento 3 de Infantería de La Tablada que solicitó su relevo de ese mando), se encontraban **Enrique Venturino** y Néstor **Barreiro**.

Ninguno comprendía cómo era posible que 80% (sumando los votos de **Fernando De la Rúa** y **Avelino Porto**) de los ciudadanos hubiera apoyado "**el modelo**" económico que impulsa el gobierno. "**De la Rúa no puede oponerse a la reforma de YPF, porque él votó el presupuesto del '92 y sabe que estaba prevista**", volvió a bufar por enésima vez **Rico.**

Más calmo, **Venturino** admitió que su candidatura no fue la mejor y que tanto el radical como el menemista-independiente **Porto** tenían una imagen que hacía tiempo que venía siendo "**trabajada**". "**De cualquier manera ahora sabemos que tenemos 100.000 votos propios, que no nos prestó nadie, y un proyecto político que no se asienta en alianzas electorales como la de la izquierda que se volatilizó anoche**", remató quien ya parece haber olvidado su candidatura a senador y como vicepresidente del MODIN encara la organización del partido en todo el país. "**A fin de año tendremos organizados los 24 distritos**", **aclara Venturino.**

A **Rico** se lo adivina hiperactivo, nervioso, no para de moverse, estirarse, pararse y volverse a sentar, entre mate y mate. Es el único de los presentes vestido informalmente, de sport. "**Nosotros no debemos apurarnos**", reflexiona, como hablando consigo mismo. "**Nuestro tiempo será en el '95; mientras tanto tenemos que ir conformando un bloque de diputados nacionales que haga sentir su opinión y número**", **comenta Rico**, ya con la cabeza puesta en las elecciones del año próximo.



Aldo Rico

Admiten que muchos de los votantes del MODIN el domingo tuvieron una actitud vergonzante, de no querer decir por quién votaban, al hacerse el muestreo "**en boca de urna**". Es **Barreiro** quien agarra la manija y explica que "**todavía nos ven protagonizando Semana Santa, sin advertir que estamos dentro del sistema y con un proyecto político que advierte acerca de la debilidad de lo que lleva adelante el gobierno y, ahora también, la supuesta oposición radical**".

• Enojo

Mientras continúan fastidiados porque la entente de la izquierda le haya dado "**30.000 votos más que a nosotros a Fernando Solanas, que no sabemos bien de quién es invento**", aprovechan para subrayar que "**cada uno de los votos que sacamos nosotros debe ser de los más baratos que se hayan producido**". Aclaran, con un balance que no tienen empacho en mostrar —y que terminará llevando **Rico** al retirarse hacia Bella Vista—, que no han alcanzado a gastar, en toda la campaña, 100.000 dólares, incluyendo la inversión que significó una pequeña impresora —11.000 dólares— que al día de ayer mostraba casi 600.000 impresiones en su contador.

Se quedan pensativos cuando se les pregunta por quién creen que votaron los uniformados de las Fuerzas Armadas. "**Por nosotros, pocos; pero en todo caso esto se inscribe en la poca confianza que todavía algunos pueden tener en nosotros. No son muchos los que saben que en este momento no queremos ni tenemos conflictos con las Fuerzas Armadas, yo diría que es lo contrario**", observa **Venturino.**

• Incentivo

No obstante se sienten alentados por los resultados "**internos**" recogidos en la corta campaña por el senador metropolitano. "**Ahora se acercan para incorporarse abogados, profesionales, liberales y mucha gente joven**", que, aseguran, les permitirá ir armando una estructura política en el veleidoso distrito porteño. **Rico**, antes de irse, como buen comandante, les avisa que hoy, martes, se hará la habitual reunión con diputados nacionales y provinciales para unificar criterios en la labor parlamentaria.

"**La actividad política no se detiene por una elección más o menos**", remata el "Ñato" riéndose con todos los dientes. "**¿Aunque gane?**". "**El día que ganemos vamos a tener que trabajar más que nunca**", contesta mientras se aleja.

DESPUES DE LA ELECCION

El jefe del MODIN, Aldo Rico, prefirió no analizar ayer el resultado de las elecciones a senador. Su partido, que realizó una campaña netamente "carapintada", se hizo fuerte en las zonas más modestas de la Capital, pero también en la Recoleta.

TERCER PUESTO EN LUGANO, MONSERRAT Y RECOLETA

Rico hizo silencio, pero sigue pensando en el '95

—**¿Los resultados del domingo reafirman su decisión de postularse a la presidencia en 1995?**

—No voy a responder. Me llamo a silencio por un tiempo.

La voz de **Aldo Rico** sonaba a través de su movicom seca y potente —como en las épocas en que acostumbraba dar órdenes en el cuartel—, sin que pudiera adivinarse una pizca de alegría por haber **desembarcado en la Capital Federal** ni un atisbo de lamento por no acceder al tercer puesto.

Fue el único elector que ocupó en las boletas electorales el mismo espacio que el candidato a senador, **Enrique Venturino**. Las caminatas del jefe de la sublevación de Semana Santa por la calle Florida o por Mataderos —donde nació hace 49 años—, junto a un altavoz que ensordecía con la Marcha de San Lorenzo, constituyeron el eje de la campaña y de la acumulación de nuevas afiliaciones del **MODIN**.

Aunque no pudo posar votando, porque tiene domicilio en la localidad bonaerense de Bella Vista, Rico se convirtió en una de las **"vedettes"** de la elección porteña. Preparó el terreno durante semanas, fustigando al Gobierno desde las pantallas de TV y hasta se dio el gusto de enviar un mensaje irritativo a días de la elección, cuando defendió a los apropiadores de hijos de desaparecidos.

♦ **Pronóstico**

En una agitada conferencia de prensa, tres horas después del cierre de las urnas, exclamó **"en 1993 vamos a ser la segunda fuerza en todo el país, y en 1995 la primera"**. Ayer pasó raudamente por el local central, dio un vistazo a los resultados barrio por barrio, tomó dos mates y volvió a la provincia.

"El candidato es Venturino, yo por ahora no voy a hablar", sorprendió a su equipo de prensa, en el que se alinea el ex vocero presidencial de Arturo Frondizi, **Luis Bertolini**, que figuró como cuarto elector, detrás de la madre del mayor **Ernesto Barreiro**.

Frente al mapa de la Reina del Plata, Rico pudo comprobar algunas certezas y desilusionarse por otras. El MODIN logró el **tercer puesto** entre los inquilinatos de **Monserrat** (donde trepó a casi el 10 % de los votos) y los monoblocks de **Villa Lugano** (recibió el 8,6 %).

Aunque también superó a Solanas en la aristocrática **Recoleta** (con menos del 5 %), **exhibió la mayor aceptación en barrios modestos**, como ocurrió con el "boom" bonaerense de 1991, y un alto grado de **rechazo en reductos de clase media**, que tanto Rico cuanto Venturino se habían esmerado en recorrer. La franja masculina —según comprobaron las urnas— fue la que mejor recibió el mensaje de autoridad y orden.

Como reconoció el segundo elector, **Jorge Giarini** —ex columnista de la revista **Cabildo**—, el riquismo asumió el riesgo de presentar un perfil **netamente** carapintada. **"Superamos la prueba"**, señaló el dirigente del Partido de la Independencia, fusionado con el MODIN.

Cuando Rico bendijo a su poco carismático delfín, el ex teniente coronel de inteligencia Venturino, quedaron impugnados los dudosos proyectos de tentar al entrenador **Carlos Bilardo** o al historiador **Fermín Chávez**. El abogado **Augusto Padilla**, que sacó 11.000 votos el año pasado como candidato del riquista Movimiento de Acción Popular ni siquiera integró la lista de electores.

Los dirigentes del MODIN se jactan de **albergar a peronistas y a radicales desilusionados**. En plena campaña, Rico presidió el pase en pleno del ateneo radical Malvinas Argentinas en Mataderos y de la primera unidad básica que fundó Perón, en el Bajo Flores. Ahora son **unidades de acción**, como llaman a sus locales.



Aldo Rico. El MODIN cosechó el doble de votos masculinos que femeninos.

Ahora el MODIN estudia la posibilidad de presentarse en las **elecciones correntinas** de octubre y abarcar todas las provincias en 1993, para difundir sus ideales nacionalistas. Pero la misión principal es la que Rico le destinó a otro militar sublevado en 1987, **Luis Polo**: como titular del MODIN bonaerense deberá asegurarle el segundo lugar el año próximo, por encima de la UCR.

Marcelo Helfgot

DESPUES DE LA ELECCION

El jefe del MODIN, Aldo Rico, prefirió no analizar ayer el resultado de las elecciones a senador. Su partido, que realizó una campaña netamente "carapintada", se hizo fuerte en las zonas más modestas de la Capital, pero también en la Recoleta.

TERCER PUESTO EN LUGANO, MONSERRAT Y RECOLETA

Rico hizo silencio, pero sigue pensando en el '95

—¿Los resultados del domingo reafirman su decisión de postularse a la presidencia en 1995?

—No voy a responder. Me llamo a silencio por un tiempo.

La voz de **Aldo Rico** sonaba a través de su movicom seca y potente —como en las épocas en que acostumbraba dar órdenes en el cuartel—, sin que pudiera adivinarse una pizca de alegría por haber **desembarcado en la Capital Federal** ni un atisbo de lamento por no acceder al tercer puesto.

Fue el único elector que ocupó en las boletas electorales el mismo espacio que el candidato a senador, **Enrique Venturino**. Las caminatas del jefe de la sublevación de Semana Santa por la calle Florida o por Mataderos —donde nació hace 49 años—, junto a un altavoz que ensordecía con la Marcha de San Lorenzo, constituyeron el eje de la campaña y de la acumulación de nuevas afiliaciones del **MODIN**.

Aunque no pudo posar votando, porque tiene domicilio en la localidad bonaerense de Bella Vista, Rico se convirtió en una de las **"vedettes"** de la elección porteña. Preparó el terreno durante semanas, fustigando al Gobierno desde las pantallas de TV y hasta se dio el gusto de enviar un mensaje irritativo a días de la elección, cuando defendió a los apropiadores de hijos de desaparecidos.

Pronóstico

En una agitada conferencia de prensa, tres horas después del cierre de las urnas, exclamó **"en 1993 vamos a ser la segunda fuerza en todo el país, y en 1995 la primera"**. Ayer pasó raudamente por el local central, dio un vistazo a los resultados barrio por barrio, tomó dos mates y volvió a la provincia.

"El candidato es Venturino, yo por ahora no voy a hablar", sorprendió a su equipo de prensa, en el que se alinea el ex vocero presidencial de Arturo Frondizi, **Luis Bertolini**, que figuró como cuarto elector, detrás de la madre del mayor **Ernesto Barreiro**.

Frente al mapa de la Reina del Plata, Rico pudo comprobar algunas certezas y desilusionarse por otras. El MODIN logró el **tercer puesto** entre los inquilinatos de **Monserrat** (donde trepó a casi el 10 % de los votos) y los monoblocks de **Villa Lugano** (recibió el 8,6 %).

Aunque también superó a Solanas en la aristocrática **Recoleta** (con menos del 5 %), **exhibió la mayor aceptación en barrios modestos**, como ocurrió con el "boom" bonaerense de 1991, y un alto grado de **rechazo en reductos de clase media**, que tanto Rico cuanto Venturino se habían esmerado en recorrer. La franja masculina —según comprobaron las urnas— fue la que mejor recibió el mensaje de autoridad y orden.

Como reconoció el segundo elector, **Jorge Giarini** —ex columnista de la revista **Cabildo**—, el riquismo asumió el riesgo de presentar un perfil **netamente** carapintada. **"Superamos la prueba"**, señaló el dirigente del Partido de la Independencia, fusionado con el MODIN.

Cuando Rico bendijo a su poco carismático delfín, el ex teniente coronel de inteligencia Venturino, quedaron impugnados los dudosos proyectos de tentar al entrenador **Carlos Bilardo** o al historiador **Fermín Chávez**. El abogado **Augusto Padilla**, que sacó 11.000 votos el año pasado como candidato del riquista Movimiento de Acción Popular ni siquiera integró la lista de electores.

Los dirigentes del MODIN se jactan de **albergar a peronistas y a radicales desilusionados**. En plena campaña, Rico presidió el pase en pleno del ateneo radical Malvinas Argentinas en Mataderos y de la primera unidad básica que fundó Perón, en el Bajo Flores. Ahora son **unidades de acción**, como llaman a sus locales.



Aldo Rico. El MODIN cosechó el doble de votos masculinos que femeninos.

Ahora el MODIN estudia la posibilidad de presentarse en las **elecciones correntinas** de octubre y abarcar todas las provincias en 1993, para difundir sus ideales nacionalistas. Pero la misión principal es la que Rico le destinó a otro militar sublevado en 1987, **Luis Polo**: como titular del MODIN bonaerense deberá asegurarle el segundo lugar el año próximo, por encima de la UCR.

Marcelo Helfgot

9208011

Médicos norteamericanos de Salta a Bs As.

Médicos norteamericanos, de Salta a Buenos Aires

Ayer llegó a Buenos Aires un equipo de 55 médicos norteamericanos que permaneció durante ocho días brindando ayuda sanitaria a los habitantes de distintas localidades rurales de la provincia de Salta. Durante el operativo —que se llevó a cabo principalmente en los departamentos de Tartagal y General Mosconi— recibieron atención médica unas 7.500 personas.

El equipo de especialistas —integrado por médicos clínicos, odontólogos y veterinarios— pertenece a la Guardia Nacional del estado norteamericano de Ohio y al ejército de ese país y durante su estadía en el noroeste salteño también brindó clases de medicina sanitaria, distribuyó publicaciones especializadas y repartió medicamentos.

Los médicos visitaron dos áreas por día y centraron su tarea en los alumnos de las escuelas rurales, en los familiares y finalmente en los animales. Según la responsable del grupo, la mayor médica Déborah Ashenhurst, éste "siempre fue cordialmente recibido".

Tras comentar que los casos más atendidos estuvieron relacionados con enfermedades coronarias, gástricas y tuberculosis, la mayor Ashenhurst detalló los resultados del operativo: fueron atendidas 5.235 consultas sobre medicina preventiva, 2.103 odontológicas, tomaron clases 4.974 personas y se trató a 5.461 animales.

Según el Servicio Informativo y Cultural estadounidense, el gobierno argentino ya solicitó que el equipo médico —que realiza tareas similares en Haití, Honduras, Nicaragua, Jamaica y Perú— visite nuevamente el país en noviembre de este año.

Pág. 12 30/6/92

9209012

DE LA RUA SURGE COMO PRETENDIENTE A LA PRESIDENCIA

15C023

30-6-92

11164

11304

De la Rúa surge como pretendiente a la Presidencia

Menem sin pena por la derrota

*** Alsogaray, un gran derrotado, cree que los liberales fagocitaron al menemismo**

*** Manzano insiste en la candidatura de Menem para 1995**

*** ¿Qué pasará ahora con la izquierda?**

El presidente Carlos Menem no pareció dispuesto a leer con alarma (o preocupación) la derrota electoral de su movimiento en las elecciones de la víspera para elegir un senador nacional y en la que venció el candidato del primer partido de la oposición, Fernando de la Rúa, mordiendo el 50% de los sufragios.

Más aún, para Menem "no se votó contra el gobierno" puesto que la Unión Cívica Radical apoya el modelo económico en aplicación, para [illegible] que "por ahora, no pienso [illegible] de ministros ni del alcalde de la [illegible] del [illegible], Carlos Grosso, cuya [illegible] es reclamada desde sectores internos del Partido Justicialista, tanto como los que piden la testa de los ministros del Interior o el de Educación.

[illegible] volvió [illegible] que no piensa [illegible] arse a [illegible] 1995, pero [illegible] de [illegible] reforma cons[illegible] en plazos no lejanos. Para los observadores este objetivo del presidente, es el que más ha sido golpeado en la jornada del domingo. Pese a ello, el ministro del Interior, José Luis Manzano, reiteró que para los peronistas, Menem es el candidato en 1995.



Dentro de la interna en el principal partido opositor, el triunfo de de la Rúa lo convierte en un pretendiente de fuste como candidato presidencial de la UCR para 1995. Su éxito electoral, debido también al respaldo de los amigos del ex presidente Raúl Alfonsín, obligarán a de la Rúa a diferenciarse de éste tanto como del gobernador de Córdoba, Eduardo Angeloz que quiere llegar a la Casa Rosada. Sintiendo el impacto, el cordobés se abstuvo de saludar a su correligionario.

Los analistas recogen numerosos datos de gran interés para la comprensión del futuro, al menos [illegible] de este país. Si bien es cierto que el plan económico no fue cuestionado por el 81% de los votantes (si se suman a los del oficialista Avelino Porto, los del pretendiente de la UCR), también es verdad que el ministro de Economía, Domingo Cavallo, se sumó en las últimas semanas a la campaña del candidato de Menem, y su pedido para que se lo respaldara no tuvo virtualmente ningún eco. Además, dentro del radicalismo no son pocos los que atacan al menos la implementación de las privatizaciones y son severos en juzgar los actos de corrupción.

El domingo porteño vivió un gran trasiego de votos.

Gran parte de la Unión del Centro Democrático, Ucede, el brazo político del liberalismo argentino liderado por

Ultimas cifras provisionales

CANDIDATO	VOTOS	PORCENTAJE	ELECTORES
De la Rúa	925.100	49,95	29
Porto	599.030	32.00	18
Solanas	165.316	7,89	4
Venturino	131.308	5,52	3 (o 2)*
Polino	83.133	3,12	0 (o 1)*

*Depende del escrutinio final

Otros partidos: MAS: 9441 votos (0,52%); Democristianos: 11.104 (0,61); Socialdemócratas: 6.445 (0,35); Vecinalista, 10.895 (0,60); en blanco, 38.236.

Doc. Poco Legible

9209013

Alvaro Alsogaray, viró hacia el radicalismo. Muchos votos justicialistas fueron al izquierdista Frente del Sur, a la UCR o al derechista Modin y la gran afectada fue la coalición Nuevo País que pensó y pergeñó Menem. La suma de los votos de las partes integrantes de este ente, fue menor (bastante menor) que los que cada uno de los partidos obtuvo un año atrás, mostrando una vez más que en política, uno más uno no es igual a dos.

¿Muere la Ucede, o sea la más importante experiencia de la derecha argentina desde el advenimiento de Juan Perón?

Al menos, su líder Alvaro Alsogaray, y sobre todo su operadora política e hija, María Julia, sufrirán duramente los efectos del último domingo. La Ucede, además, no tiene ninguna figura convocante y la secretaria del Interior, Adelina de Viola, que proviene del riñón liberal, fue una de las entusiastas de la idea de convertir al dueño de una Universidad, Porto, en senador nacional.

Alsogaray, sin embargo, tiene otra lectura. Para él, la Ucede, se fagocitó al peronismo, ya que el partido de gobierno aplica el plan liberal, a rajatabla y lo ocurrido el domingo es el nacimiento de una coalición permanente.

Otro interrogante es el de la izquierda. La ortodoxia fue barrida (se puede observar en la bajísima performance del Movimiento al Socialismo) y los comunistas estuvieron integrados en el Frente del Sur, que tal vez sea el pimpollo de una nueva izquierda. En todo caso, es el desafío que se le presenta a esa concentración de fuerzas heterogéneas que encontró en el cineasta Fernando Pino Solanas a un convocante, pero no a un líder político. Si el Frente del Sur deja ahora de lado la retórica, mantiene su convocatoria pluralista y genera un programa realmente alternativo al capitalismo salvaje, acaso lo del domingo haya sido realmente un acto fundacional, algo más que un meteórico y alegre tercer lugar que permitió a los progres, "vencer el desaliento", según la feliz expresión del cineasta. Solanas reconoció que hay muchas más fuerzas fuera del Frente del Sur, que dentro de esa fuerza, no pocos progres por votar contra Menem lo hicieron por de la Rúa.

La buena votación en la Capital Federal del Modin, el partido de Aldo Rico, desplazando al socialismo clásico y muy cerca de Solanas, abre otro interrogante, es decir, si el desgaste del peronismo puede canalizarse por los ex carapintadas, convirtiendo al populismo derechista en una alternativa de masas. La aparición de esta nueva derecha, que ya puso un pie importante en el cordón industrial el año pasado, no deja indiferentes a los analistas.

El oficialismo mira aún lo sucedido como un comicio municipal. Menem se encargó en su momento de nacionalizar las elecciones y ahora quiere mitigar sus efectos con frases ingeniosas. El silencio o la indiferencia, no es el mejor consejero en esta circunstancia. Se verá, por ejemplo, si Menem decide continuar gobernando por decreto cuando las cosas no le salen en el Parlamento. Es uno de los gritos de alerta que salieron de las urnas, el domingo.

Uruguay aguarda respuesta de Itamaratí sobre contaminación fronteriza

Delegados uruguayos y argentinos inician hoy negociaciones tendientes a ampliar el Cauce

Representantes de los gobiernos de Uruguay y Argentina inician hoy lunes conversaciones para ampliar la diversidad de productos que integran el Cauce, anunció el sábado el presidente Luis Alberto Lacalle. El jefe de Estado sostuvo además que Brasil dará una rápida respuesta al borrador uruguayo sobre la contaminación transfronteriza que está en manos de la Cancillería brasileña.

Durante su estadía en Las Leñas, Lacalle mantuvo encuentros bilaterales con los presidentes de Argentina, Carlos Menem, y de Brasil, Fernando Collor de Mello.

"Con el presidente Menem tratamos el tema de la zona Alfa a la luz de la desregulación portuaria que tiene lugar en Argentina y que con el reglamento va a tener lugar en el Uruguay, es una nueva circunstancia y por tanto va a permitir una mejor utilización de los puertos", sostuvo Lacalle en una rueda de prensa con los periodistas uruguayos. El canciller Héctor Gros Espiell había admitido el martes pasado, en la Comisión de Asuntos Internacionales de Diputados que [illegible] argentinos estaban [illegible] Tratado de Límites del Río de la Plata. El mandatario consideró que el Cauce y el PEC "son adelantos del Mercosur, y nos parece razonable que cuanto más sectores vayan entrando en el arancel cero mejor para que esto [illegible] entrar de [illegible]". Destacó que de parte de las autoridades argentinas hay "una apertura total de que a esto es adónde vamos y cuanto antes se vayan incorporándose sectores, mejor, porque van justificando la verdad que es el Mercosur". Señaló que en la ampliación de rubros del Cauce, los criterios son, respecto a los sectores no sensibles donde haya cupo, liberarlos totalmente, y en los sensibles, "avanzar, para lo que es necesario un acuerdo entre los dos países".

Paralelamente indicó que con el presidente Collor trató el aceleramiento de las obras sobre el Yaguarón, "tema de especial prioridad para nosotros", así como acelerar la apertura de 24 horas de las aduanas de Aceguá y Quaraí-Artigas. "Estas cosas no son de rápida puesta en marcha, pero la hemos acelerado", sostuvo.

Agregó que con Collor dialogó también acerca de los problemas de la contaminación ambiental, indicando que la Cancillería brasileña tiene una borrador de un tratado de contaminación transfronteriza. "Nos prometieron rápidamente su opinión jurídico-política", mientras puntualizó, que respecto a Candiota, "suministrar rápidamente los fondos para hacer su monitoreo y la adopción de las medidas de control en la propia usina". ■

El gobierno buscará hoy una fórmula "sorpresiva" para disfrazar el desacierto de buscar una confrontación

El error de plantear comicios nacionales

Escribe
Ignacio Zuleta

"No voy a hablar hasta que Avelino Porto reconozca el resultado electoral", se justificó a las 19 de ayer **Carlos Menem** cuando las radios saturaban los teléfonos de Olivos para requerir su concurso oral y público. A menos que el gobierno, y más precisamente **Carlos Menem**, guarden algún secreto estratégico para dar a conocer de forma sorpresiva —fórmula de la que alardea cuando se describe como un animal político— **se consideró desde la última semana como un error en las propias filas del oficialismo haber jugado a una nacionalización de los comicios para senador por Capital.** Y la frase de **Menem**, que se encargó de difundir la agencia oficial "Télam", pareció un recurso para ganar tiempo en un reposicionamiento del primer magistrado ante una derrota política de su gobierno que pudo evitar con poco.

• **Búsqueda**

Desde que **José Luis Manzano** reveló que el hombre del Presidente era **Avelino Porto** —según una versión, sugerido por **María Julia Alsogaray**—

VUELVE LA UCR CON DE LA RUA

fue tema de debate la elección de un independiente que **dilapidó su crédito ante el electorado de Buenos Aires por buscar afanosamente mimetizarse con la cultura peronista.**

Ya abrazarse siendo ministro con la "Raulito" en el Moyano fue visto como **un alarde interpretativo que traicionaba el perfil por el cual fue catapultado a titular de Salud y Acción Social.** Verlo disfrazado de hincha de Boca —lo es, pero del "paddock"— en una cantina, o finalmente gritando descamisado y haciendo gestos ampulosos con los brazos en Obras el jueves (imagen que reiteró inconvenientemente para sus intereses "Telefé", canal del cual es accionista **Porto**), forjó una frase que describió su suerte de ayer:**"Avelino quemó el cajón, como Herminio en el '83"**. Se la escuchó en sus propios cuarteles en las últimas 48 horas, cuando la opinión callejera de algunos sectores del centro sancionaban cierta forma de travestismo político del rector de Belgrano.

Que **Porto** haya dilapidado su perfil "rectoral" para acercarse al voto peronista que no venía hacia él de la mano de ningún dirigente del PJ (fueran **José Luis Manzano, Eduardo Bauzá** o **Carlos Grosso**) es comprensible, en particular teniendo en cuenta la principal virtud que ha demostrado el candidato oficialista: **una fuerza de voluntad inusitada, que arrollaba los consejos más moderados de sus asesores y que terminó por aceptar los dictados del ala más agresiva de su comité de campaña que representaron en la última semana Horacio Díez y José "Pepe" Albistur.**

Lo que se entiende menos es que **el gobierno haya dilapidado su perfil ganador para jugarse esta ficha que demostró que no pudo mejorar la chance peronista de Eduardo Vaca en 1989 (cerca de 32% de los votos, de la mano de Menem).** Por eso las preguntas de hoy son ¿por qué lo hizo?, ¿qué buscó?, ¿lo que hizo fue un error?.

• **Huida**

El gobierno parece **haber ensayado la suerte de los independientes en un distrito adverso.** Sabía **Carlos Grosso** que el peronismo con un candidato propio sería vencido sin chance, y que era imposible encontrar un "kamikaze" que expusiera el pellejo a la paliza radical. Por eso el PJ como partido procuró jugar lo menos posible en la partida. Huyó, por la misma razón, de jugar un candidato propio que recolectase votos por fuera de **Porto** y que se encontraran con él en el Colegio Electoral. **Temió quizá un recuento globular más adverso que lo que ocurrió ayer, que finalmente —como sucede en los frentes— disfraza la suerte aciaga de cada uno de sus integrantes.**

La operación también instrumentó un balance de conductas, que mejoró el perfil de un **Domingo Cavallo, el único funcionario de alto nivel del gobierno que jugó su opinión en favor de Porto, con lo que ello tiene de bueno y de malo.** Ante los independientes de clase media que creyeron en la Alianza del Nuevo País, quedó como el garante de su acercamiento de clase.

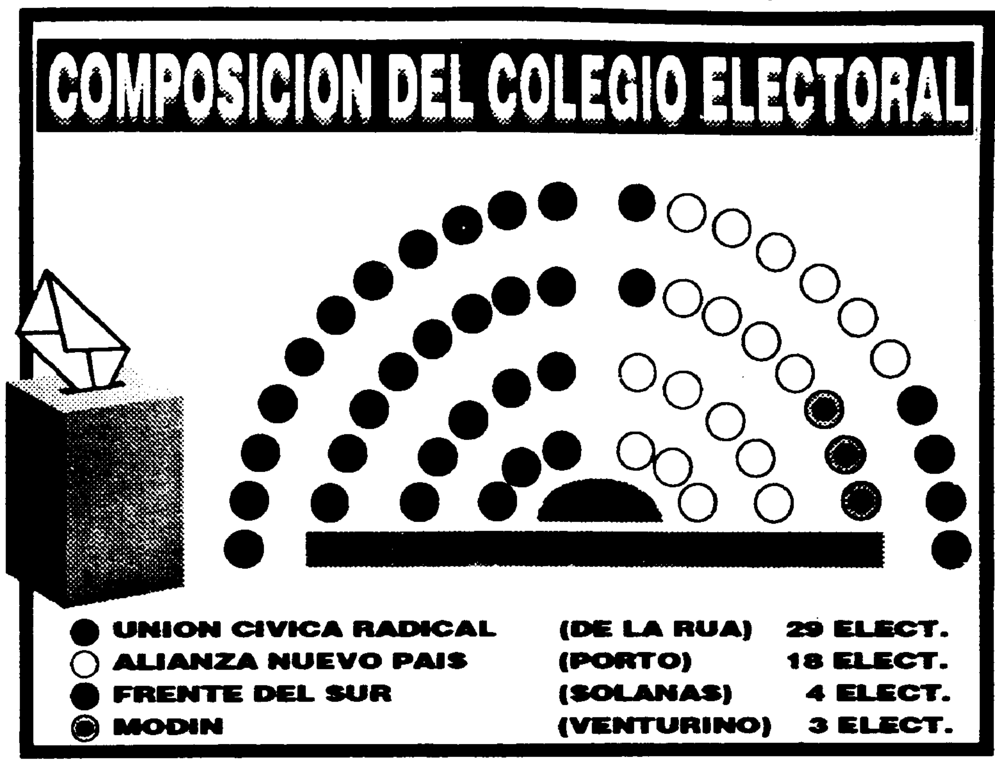
Sirvió también, con no poca perversidad, para sepultar a la UCeDé como partido. Una formación que desde 1983 creció inexorablemente al punto de convertirse en la tercera fuerza del distrito, ayer ni figuró en las tablas. **Un cálculo de Equas Consultores decía el sábado que 23 % del voto de la UCeDé en la última elección ya estaba jugado a De la Rúa.**

• **Sepelio**

Sus dirigentes demostraron que si en 1989 y 1991 podían sumar significativamente junto al PJ, ayer no pudieron superar la mejor elección —la de **Vaca**—. Quizá fue sólo una formalización del sepelio de la ilusión conservadora que fue la UCeDé.

Queda la explicación que todos evitan, que es la de los errores. Fue un error convertir esta elección en una tumba de la UCR al apostar a la hegemonía absoluta de un partido de gobierno, **una pretensión que nunca un electorado como el de Capital Federal —que votó durante décadas al socialismo— iba a permitir.** Esa pretensión pareció castigarla en la urna y también en las manifestaciones de opinión anteriores a las elecciones. Una muestra que desde febrero pasado llevó Aresco-Julio Aurelio revela que **la imagen de Avelino Porto decreció de 31 a 30,7%,o sea que mostrarse lo perjudicó. A De la Rúa, la campaña lo benefició —creció en imagen de 43,6 a 46,8%—. Obvio que el crecimiento más espectacular lo experimentó Fernando "Pino" Solanas, que subió de 4,7 a 11,5 por ciento.**

Avelino Porto tiene derecho, sin embargo, a reclamar un premio, que puede ser la sucesión de **Antonio Salonia.** Sólo cometió un error —otro de los de su campaña— y fue **contar cómo fundó su Universidad de Belgrano: relató que alquiló una casa y en cada habitación puso un cartel con un letrero para cada facultad. Que se recuerde esa originalidad pedagógica —bastante poca seria— pareció liquidar el único título que legítimamente podía enarbolar y que también enterró.**



Rico q.p. "en el '95 vamos a ganar".
15C518
29.6.92
66 96 C
J J 164
11 307

PROMESA DE ALDO RICO TRAS LA ELECCION

PD6 12
29/6/92

"EN EL '95 VAMOS A GANAR"

Con casi el seis por ciento de los votos de la Capital Federal, los carapintada de Aldo Rico festejaron anoche un caudal electoral imp[illegible]do. Ahora, el líder de S[illegible]ana Santa se prepara para "disputar la Presidencia [illegible] el '95".

EL DIA DESPUES

(Por Eduardo Barcelona)

"Ahora somos el tercer partido", fue una de las primeras cosas que puntualizó Aldo Rico, primer elector del candidato a senador porteño Enrique Venturino, cuando ya estaba echada la tendencia en los comicios de la Capital Federal. [illegible] ocupó el Movimiento p[illegible] y la Independencia Nacional [illegible]N) es el cuarto, [illegible] de Pino [illegible]as, pero como el Frente del Sur [illegible] conglomerado político, la afirmación del Ñato cumple en parte con [illegible] objetivo que se propusieron lo[illegible]bres que [illegible] tran las [illegible] carapint[illegible] euforia [illegible] del M[illegible] canzó [illegible] que se escuch[illegible] cuando capturaron el 10 por ciento de los votos en la provincia de Buenos Aires. Al terminar la conferencia de prensa, los militantes empezaron a gritar "Se siente, se siente, Rico presidente", exitismo al que el propio líder de Semana Santa había contribuido cuando ante los periodistas dijo que lo que se proponían ahora era "ser la segunda fuerza para 1993 y la primera en 1995".

Que el MODIN esté orillando el 6 por ciento de los votos es un resultado que ni los propios dirigentes esperaban, que hasta la última semana especulaban con conseguir un honorífico 3 por ciento. "Hasta nos hubiéramos conformado con 100 mil votos", dijo a este diario el diputado provincial Roberto Etchenique.

Lo cierto es que los cómputos provisorios otorgan tres electores a los carapintada y la consolidación del partido en la Capital, un distrito poco afín a su perfil de "fuerza política blindada". "Nos hemos instalado en la Capital [illegible] la respuesta [illegible] Rico cuando [illegible]dió que explicara los motivos [illegible] sonrisa. A su lado, el candidato Venturino no atinaba a gesticular, ratificando que su candidatura era sólo una excusa para trabajar en el distrito.

Apenas se sentaron [illegible]ar la conferencia, Rico l[illegible] jefe de inteligencia y le pr[illegible] "¿Hablás vos o yo?"

—Hablá vos —contestó sin dudar el candidato que volvió a los anteojos oscuros que había cambiado de apuro en los últimos quince días, como para disimular su imagen de militar carapintada.

Según Rico, la elección refleja que el "70 por ciento de los porteños" votaron por la oposición, aunque para el primer elector "De la Rúa no respeta el mandato de los votantes radicales, porque aprobó todas las leyes que envió el Gobierno al Congreso. Incluso es un mal legislador, porque en su momento votó por el traslado de la Capital" en la época del ex presidente Raúl Alfonsín.

—¿Por quién van a votar los electores del MODIN?

—Por Venturino.

—¿Y si hubiera segunda vuelta?

—Por Venturino —dijo sin saber si el candidato radical alcanzaba el Colegio Electoral propio.

—¿V[illegible] ir a saludar a[illegible] [illegible]dor?

—No.

—No e[illegible] caballero [illegible]

—Sí, a mí me dicen que no soy caballero.

En la anterior elección de la Capital, el MODIN sacó sólo 11.0[illegible] vot[illegible]o es el 0,22 por ciento, [illegible] que lograr otro por c[illegible] [illegible] por ciento de los votos [illegible] salto cualitativo inesperado. Rico [illegible] cabeza la delegación en el Colegio, acompañado por Jorge Giarini y Leonora Kovalki de Barreiro. En esta oportunidad pusieron cerca de 2000 fiscales, mientras que en setiembre del año pasado hubo 200. En algunos casos tuvieron más control sobre las mesas que la propia alianza oficial, como es el caso del Colegio Carlos Pellegrini, de acuerdo con la versión de voceros del partido.

La respuesta electoral más festejada por los carapintada fue cuando los apuntadores anunciaron el parcial del barrio de Mataderos, donde el MODIN apareció en muchas mesas por encima de Pino Solanas, según la gente de Rico. Durante la conferencia, el propio Ñato destacó la elección de aquella circunscripción y cuando le soplaron que también hubo otro buen resultado en la Boca, contestó alegre: "Y eso que soy de Racing".

Recién entonces, cuando el show de Rico terminó, Venturino apareció tímido para reco[illegible] que la gente no lo votó a él [illegible] sino "al MODIN".

"Contra algunas empresas encuestadoras, o como Página/12, que nos dieron el cero por ciento, el MODIN se impuso porque expresa la única oposición re[illegible] al Gobierno. Somos la verdade[illegible] [illegible]ción, porque Solanas es [illegible]posición permitida por el Gobierno", recalcó Venturino.

—Pero Solanas le ganó. ¿Lo v[illegible] a ir a felicitar?

—Es muy posible.

Afuera del local de la calle Deá[illegible] Funes, el mismo donde festejar[illegible] el resultado bonaerense el año pas[illegible]do, se empezaron a escuchar las ma[illegible]chas militares con que hicieron ca[illegible]paña los carapintada. Algunos a[illegible]listas señalaban que ese perfil [illegible] fue útil para el conurbano bonaer[illegible] se no serviría en la Capital, acor[illegible]dando que cambiaran la presentac[illegible] para los porteños. En la camp[illegible] repitieron el esquema: la "Mar[illegible] de San Lorenzo" y otras de mar[illegible]lidad castrense resonaban en [illegible]puestos del MODIN. Y Los af[illegible] tenían como fondo el color celeste y blanco con un sol de guerra sobre un costado. En el mismo distrito en el que en el '83 Augusto Conte salió electo diputado con la consigna por los derechos humanos, el MODIN obtiene ahora un resultado sorprendente.

Página por ligereza

Menem dijo que pretende ser el gran elector en comicios presidenciales del '95.

EL HECHO DE QUE NO ME

Menem

*El presidente Carlos Menem dijo a **Clarín**, en una entrevista hecha ayer a la mañana en Las Leñas antes de conocerse el resultado de la elección a senador, que pretende ser el gran elector para los comicios presidenciales del '95, reiteró que no será candidato y que su "delfín" deberá ser un político y no un economista, en lo que se entiende es una referencia a las aspiraciones de Domingo Cavallo. Opinó que la victoria de De la Rúa "no modifica nada"*

LAS LEÑAS (Enviado especial, **Daniel Santoro**). — El resultado de las elecciones en la Capital Federal **"no modificará"** la composición del gabinete nacional, la relación de fuerzas en el Senado y tampoco provocará "un tirón de orejas" al intendente **Carlos Grosso**, afirmó ayer aquí un distendido presidente **Carlos Menem.**

Enfundado en una campera siré azul Francia y un pantalón de corderoy al tono, Menem adelantó "terminantemente" que **no avalará** ninguna hipotética maniobra en el Colegio Electoral para que no sea consagrado **"el candidato más votado"**. El comentario aludió a la alianza entre el peronismo y la UCeDé de 1989 que consagró a **Eduardo Vaca** como senador, en lugar del radical **Fernando de la Rúa**, que había sido el más votado.

En una larga entrevista con **Clarín** y otro medio de comunicación, el Presidente dijo **siete veces que no quiere ser reelecto** en 1995, que gobernará bien en lo que resta de su mandato para ser el **gran elector y que su** "delfín" (candidato peronista que gane su apoyo) debe tener **"el perfil de un político"** y no de un economista.

El siguiente es una síntesis del reportaje realizado ayer a la mañana, horas antes que viajara a una quinta de un amigo del Gran Buenos Aires para seguir las elecciones y jugarse "un picadito" al fútbol.

—¿El resultado de la elección en la Capital Federal lo llevará a modificar su gabinete?

—No modifica nada. Tampoco lo hace con el esquema (de fuerzas) en el Senado porque en el caso de que gane De la Rúa se va un senador radical y entra otro radical. Sí lo modificó la elección de un senador en Misiones, donde un peronista remplazó a un radical.

—Usted rechaza que sea una elección "nacionalizada". Esto es, si pierde el candidato oficialista Avelino Porto, por cuestiones municipales, ¿le dará un "tirón de orejas" al intendente Carlos Grosso?

—No ¿por qué? No veo por qué tiene que haber un tirón de orejas. Al fin de cuentas el justicialismo en la Capital Federal siempre tuvo problemas. El único triunfo que tuvimos fue el mío en 1989. Pero aquí no está en juego Carlos Menem.

—Sea cual fuere el resultado, ¿sigue dispuesto a dialogar con el ex presidente Raúl Alfonsín?

—La propuesta de dialogar con todos, incluso Alfonsín, sigue en pie. Pero yo no lo invité. Solo dije que lo recibiría cuando me lo pida. Como lo hice yo (cuando era gobernador de La Rioja) y estaba del otro lado del mostrador. El mismo mecanismo hay que usar ahora.

—El sábado dijo que en 1995 volverá a Anillaco, pero el justicialismo insiste en que debe ser reelecto, ¿está dispuesto a hacer un gesto político mayor y, por ejemplo, ordenar a su partido que no insista con el tema?

(Enojado) —El gesto político ya lo hice. Estoy diciendo que **n-o q-u-i-e-r-o ser reelecto**. Qué quiere que arrincone (a los peronistas).

—No, solo bastaría que como Presidente con licencia del justicialismo...

—No estoy haciendo lo mismo que hizo Alfonsín en

01 / 02 9209017

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 29 de junio de 1992

PRESENTE NO ME VA A MARGINAR DE PROPONER O IMPULSAR UN CANDIDATO', DIJO

quiere ser el gran elector del '95

Eduardo Grossman

1986 cuando renunció públicamente a su reelección en caso de que se reformara la Constitución Nacional. Lo que me interesa ahora es gobernar correctamente hasta 1995 y no quiero hablar más sobre el tema.

—¿Pero cómo se entiende la versión que circula en la Casa de Gobierno en el sentido de que estará dispuesto a asumir por escrito ese compromiso verbal?

—Esto es un absurdo. Lo único que falta es que traiga a un escribano para que teste lo que estoy diciendo. No estoy dispuesto a hacer una payasada.

—Si Carlos Menem no va a ser reelecto, ¿cuáles deberán ser las características de su "delfín" para continuar con este modelo económico?

—El trabajo sucio para este nuevo modelo, si se permite la expresión, ya lo hizo Carlos Menem. Mi sucesor va a tener una situación muy aliviada si no cambia la política económica...

—¿Tiene que tener el perfil de un político o de un economista?

—Tiene que ser un político. Aquí todo lo abarca la política. Ahora sí, el político tiene que tener la habilidad de buscar buenos colaboradores. Como (hice yo) con el caso del ministro Cavallo, que tiene un equipo de lujo y está haciendo una tarea excepcional.

—De sus palabras se infiere que quiere ser "el gran elector" para las elecciones de 1995...

—No sé. Ojalá que pueda ser el gran elector.

—Una pregunta al político y no al Presidente. ¿Quién llegará a ser el candidato presidencial del radicalismo?

—No me quiero meter en los asuntos internos del radicalismo. Pero no hace falta ser analista político para llegar al convencimiento de que hay dos posibles candidatos: Angeloz o De la Rúa.

—¿Quién ganará la carrera de los dos?

—Depende de cómo se muevan políticamente a partir de ahora.

—¿Cualquiera de los dos dirigentes radicales sería para usted una garantía de continuidad de las grandes líneas económicas de su gobierno?

—No me gustaron últimamente las declaraciones de De la Rúa contra la privatización de YPF y eso del "autoritarismo de mercado".

—¿Entonces De la Rúa no es una garantía de continuidad?

—No, pienso que sí, que los dos son una garantía de continuidad, pero más garantía será el candidato que propongamos nosotros. No me voy a quedar quieto. El hecho de que no sea candidato no me va a marginar de proponer o impulsar a un candidato.

—Con todo respeto, señor Presidente, pero creo que si no hace un gesto mayor que su palabra los analistas políticos no creen que usted no quiera ser reelecto.

—(Con una amplia sonrisa en la cara) ¿Yo le hice algo malo a usted? (Dirigiéndose al cronista de Clarín) Tan solo me quedaría matarme para desaparecer del mapa. Quiero decir que me mate políticamente, cosa que no estoy dispuesto a hacer.

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 29 de junio de 1992



Para Solanas, Menem fue el "gran derrotado".

Solanas festejó el tercer puesto como un triunfo

El Frente del Sur se convirtió en la tercera fuerza en la Capital. Fernando "Pino" Solanas festejó como si fuera un triunfo y se mostró decidido a nuclear a partir de hoy una fuerza de oposición que se extienda a todo el país. Aún antes de conocer los resultados, Solanas identificó como el gran perdedor de la elección al presidente Menem, quien —dijo— nacionalizó los comicios a senador.

Festejó el tercer puesto como si hubiera sido un triunfo. Y eso se le notó a la hora de hablar. **"Hoy empieza una epopeya, esta es una casa abierta porque son muchos más los que faltan que los que están"**, dijo ayer por la noche un esperanzado **Fernando "Pino" Solanas**, frente a unos trescientos militantes **del Frente del Sur** y a numerosos representantes de los partidos políticos que integran esta alianza que reúne **a peronistas disidentes** y a partidos de **centroizquierda e izquierda**.

De este modo, el ex candidato a senador resumió el **estado de ánimo** que se vivía en el local central del frente, ubicado en San José 163. Se preocupó por destacar que "hicimos **cuatro semanas de campaña y ya nos convertimos en la tercera fuerza de la Capital**".

Aunque hubo algunos momentos de **excesiva euforia** —debido a las proyecciones que en **"boca de urna"** realizaron los medio de difusión y que daban hasta un **11 por ciento** al Frente del Sur—, cuando las cifras **se ubicaron** en poco más del **7 por ciento**, asomaron algunas **caras largas**. Pero el propio Solanas se encargó de **disipar esas dudas**: "Siempre hemos dicho que si sacábamos más del **seis por ciento**, nuestro objetivo estaba cumplido. Si nos acercamos al **ocho por ciento** tenemos que estar más que satisfechos".

Así concluyó su jornada el cineasta devenido en político, rodeado de sus hombres de mayor confianza, los abogados **Julio Rafo** y **Jaime Nuger**, el productor **Envar el Kadre**, y su actual pareja, la bellísima actriz brasileña **Angela Correa**.

Contra su opinión, concurrió a votar a las 10 —pretendía salir al ruedo dos o tres horas más tarde— a la escuela de Larrea al 1200. Es que hubo desinteligencias y los medios recibieron **información contradictoria**. "Pino" Solanas no tuvo más remedio que ir más temprano para **atajar** a los periodistas que hacía ya tiempo lo estaban esperando.

Después junto a Rafo, Nuger, **Eduardo Jozami** y Angela Correa, consiguieron un bar abierto, en Santa Fe y Callao, donde pudieron desayunar. De ahí se fueron por primera vez al local del Frente del Sur de la calle San José.

El almuerzo fue en la casa de **Juana Juger** —ubicada cerca del Congreso— la madre de Jaime Nuguer que **amasó ñoquis para** agasajar al candidato.

Posteriormente se refugió en las oficinas de **Cine Sur**, donde recibió al cronista de **Clarín**, anticipándole que el Frente del Sur se iba a extender a todo el país y que el próximo **9 de Julio** se iba a realizar un **plenario** con todos los que integran el frente, para delinear los próximos pasos.

Solanas recordó en la intimidad que recién se decidió a **ser el candidato**, cuando **Alfredo Bravo** renunció a su precandidatura por la **Unidad Socialista** y que fue el **"atentado contra mi vida ocurrido el 22 de mayo pasado** —su renquera en la pierna izquierda le quedó de testimonio— **el que me decidió a participar activamente en política**. Aunque en verdad mi cine siempre tuvo un alto grado de compromiso político y los que me criticaban entonces me decían que me dedicara a la política y ahora me dicen que me dedique al cine".

El candidato del Frente del Sur, aun antes de conocer el resultado, dijo que el **"gran derrotado de la elección es Carlos Menem**, quien se encargó de nacionalizar estos comicios".

Solanas pareció anoche decidido a convertirse en el máximo responsable de la construcción de una **fuerza nacional de oposición**. La "tarea no será sencilla" dice, aunque asegura que ya se **"sembró la primera semilla"**.

Atilio Bleta

El PJ ganó una intendencia en Jujuy

En Perico, la alianza del justicialismo ganó por más del 91 por ciento de los votos

El justicialista **Julio Costas** quedó consagrado como el nuevo intendente de Perico, Jujuy, de acuerdo con el resultado final provisiorio de los comicios de ayer. Costas, candidato del **Frente Justicialista de la Producción y Estabilidad**, lideró los sublemas Moreju y Frente Periqueño. Los partidarios del flamante intendente se reunieron para festejar en la plaza central de esa ciudad.

Escrutados el total de las votos, el Frejupe logró 8.001 votos, el **91.09** por ciento de los sufragios emitidos. El Movimiento Popular Jujeño salió segundo pero solo cosechó 436 votos, el 4,96 por ciento del total. Detrás quedaron el Partido Comunista, 161 votos, y el voto en blanco con 117 adhesiones. **El radicalismo, que no se presentó en estas elecciones, había llamado a votar en blanco.**

Anoche, el presidente **Carlos Menem** felicitó al gobernador de Jujuy, **Jorge Domínguez**, por el amplio triunfo.

Con el resultado conocido los electores ratificaron a Costas, quien se había impuesto en los comicios realizados el 27 de octubre pasado y que fueron **anulados** por el Concejo Deliberante.

El Concejo resolvió un nuevo llamado a elecciones tras el resultado que había favorecido a Costas y en atención a una denuncia que advertía que uno de los sublemas no había sido reconocido legalmente por la justicia electoral. Los nuevos concejales que asumieron el pasado 10 de diciembre resolvieron anular la elección.

En segundo lugar se ubicó **Miguel Angel Galo**, también candidato del Frejupe y propuesto por los sublemas Marrón, Rojo Punzó, Celeste, Todos por Perico, Grande Perico y el Misup.

En tanto, el Movimiento Popular Jujeño sumó casi un seis por ciento con sus dos sublemas Moresi y Por Amor a Jujuy, que llevaron como candidatos a **Antonio Yarade** y **Carlos Sapag**.

El Partido Comunista obtuvo menos del dos por ciento, mientras que la UCR y Fuerza Republicana se abstuvieron de presentar candidatos.

Votaron 9.020 sobre un total de 12.306 empadronados. El padrón femenino totalizó una afluencia del 76,26 por ciento, mientras que el masculino alcanzó al 71,33 por ciento.

920919

El decretazo, una práctica que produce cierto escozor

Urgencia: todavía están corriendo los plazos que el Presidente le dio al Congreso antes de aprobar por decreto de "necesidad y urgencia" el proyecto de reforma previsional.

Para algunos observadores, el aviso formulado por Carlos Menem fue un guante en el rostro del Parlamento, cuyos integrantes se mostraron renuentes a sancionar el proyecto con la celeridad que había reclamado el primer mandatario.

La prórroga otorgada desde la Casa Rosada tuvo diversas interpretaciones. La mayoría de las fuentes consultadas coincidieron en que se procuró sacar el debate de un escenario totalmente politizado con motivo de la elección para senador capitalino que se cumplió ayer.

La cuestión es que la espada de Damocles pende aún sobre las filas parlamentarias donde se recuerda, no sin cierto escozor, anteriores situaciones similares.

Sobre la metodología de Menem de utilizar los decretos por "necesidad y urgencia", estos son algunos de los que, en su momento, fueron denominados decretazos.

Golpe a ahorristas

El primer día hábil de 1990 se conoció la norma número 36 del Poder Ejecutivo, que causó gran impacto no sólo entre los ahorristas sino en toda la ciudadanía. El Gobierno confiscó los plazos fijos, entregando a cambio los Bonex.

Las entonces autoridades del Palacio de Hacienda argumentaron que el congelamiento permitiría que el sistema financiero pudiera pagar sus obligaciones con los ahorristas. La medida formó parte de un paquete que, entre otras cuestiones, incluyó no aumentar las tarifas y establecer el mercado libre de cambios.

No menos espectacularidad alcanzó la reglamentación del derecho de huelga, conocida en octubre de 1990. Aseguró la prestación de servicios y estableció severas sanciones en caso de conflictos gremiales.

El decreto constituyó un resguardo para impedir que paros y huelgas alteren la vida cotidiana. Por entonces, el Gobierno soportaba una seguidilla de medidas de fuerza que, a juicio de las autoridades del Ministerio de Trabajo, justificaron su instrumentación.

Ante la reglamentación, el radicalismo consideró la decisión del Gobierno como "represiva y limitativa" de los derechos del trabajador.

Puertos

Otro memorable decretazo, cuyos efectos todavía no han sido percibidos con toda intensidad, es el decreto 817 de este año que desregula totalmente la actividad portuaria como uno de los sectores "pesos pesados" del gremialismo. Una de las críticas más acerbas a esta norma fue la oportunidad en que se sancionó: pocos días después, el Congreso aprobaba la ley de puertos.

Entre los más recientes –el 773, del 12 de mayo pasado– es el establecimiento de las nuevas normas de tránsito, de las cuales tendrán vigencia sólo algunas a partir del 1° de julio venidero.

Las severas disposiciones se adoptaron ante el impacto del accidente ocurrido al incendiarse un ómnibus de pasajeros en la ruta 2, con un saldo de una treintena de muertos.

También se tuvieron en cuenta los reiterados accidentes registrados en la avenida Montes de Oca, que culminaron con la muerte de una menor y la movilización de los vecinos.

Pero hubo otros temas, aunque en menor escala en cuanto a su repercusión, que los citados. Por ejemplo, causaron mayor irritación en la oposición al Gobierno, entre otros, la designación por decreto del procurador general de la Nación, en septiembre de 1989, cargo que recayó en Aldo Montesano Rebón, y la destitución de miembros del Tribunal de Cuentas de la Nación, en octubre del mismo año. La oposición acusó al Gobierno de poco apego al orden jurídico institucional o de ilegítimo avance sobre otros poderes.

En todos los casos, el Gobierno rechazó las críticas amparándose en las facultades que el inciso 86, de la Constitución Nacional, le otorga al presidente de la Nación. Pero en las intimidades del poder el argumento más escuchado hace referencia a una supuesta inactividad del Parlamento en los proyectos que el Poder Ejecutivo considera prioritarios. En el caso del proyecto de reforma previsional quizá el más ofuscado fue el ministro de Economía, quien llegó a criticar a sectores del oficialismo a los que acusó de dilatar su tratamiento por "especulaciones electorales".

Jorge Monti

La Nación 29/6/92

La elección de senador en la Capital

SIN mayores sorpresas, visto el desarrollo y la precisión que han adquirido las encuestas de opinión, el candidato de la Unión Cívica Radical, Fernando de la Rúa, triunfó en los comicios de ayer para elegir un senador nacional por la Capital Federal.

Si los datos disponibles anoche, transcurridas cuatro horas del cierre, se confirman, en el Colegio Electoral que prescribe la Constitución, que hace tres años le negó su designación en una votación similar, De la Rúa tendrá esta vez mayoría propia, con lo que llegará por tercera vez al Senado de la Nación.

Que la oposición haya ganado la elección tiene diversos significados que no deben ser distorsionados. Por lo pronto, aunque una parte de la ciudadanía pueda haber decidido el contenido de su voto como una forma de apoyo o de rechazo hacia el proyecto económico que es el mérito más notorio del Gobierno nacional, el candidato radical centró su campaña preelectoral en cuestiones esencialmente políticas y expresó públicamente su adhesión a la estabilidad monetaria y a la orientación general que se ha impreso a la economía durante los pasados quince meses. Cuestionar, entonces, a partir de los resultados electorales, la gestión económica del Gobierno, sería un error de apreciación que podría llevar a decisiones igualmente erradas.

Una interpretación de la voluntad expresada en las urnas puede encontrar en el electorado porteño motivaciones muy diferentes, como la existencia de una tradición radical de varias décadas en el distrito metropolitano, que induce el voto por lealtad o identificación partidaria. O, si esa interpretación la hiciera el presidente del justicialismo metropolitano, debería seguramente reflexionar sobre los resultados de su propia gestión como intendente municipal.

Puede haber gravitado, en algunos votantes, una cierta intención reivindicatoria por aquella banca que no pudo obtener De la Rúa en 1989. O también el cálculo de que una victoria de Avelino Porto pondría al oficialismo en situación de dominar los dos tercios del Senado, lo que constituye un signo de madura oposición a las tentaciones hegemónicas y un llamado a precisar los límites de la acción del Gobierno.

Pero en la voluntad electoral debe de haber gravitado, seguramente, el desdoro de la imagen del Gobierno como consecuencia de ciertos hechos, como la sucesión de actos de corrupción que, de una manera o de otra, brotaron en torno del poder político, y la desordenada insistencia del oficialismo en su proyecto de reforma constitucional, a contramano de los intereses reales e inmediatos de la sociedad.

Es posible concluir, entonces, que así como en 1983 la ciudadanía aspiraba al restablecimiento de la vida en democracia y votó en consecuencia, y en 1989 sintió el temor de la disgregación social frente a los embates hiperinflacionarios, en 1992, con la democracia consolidada y la moneda estable, espera recobrar los valores morales depreciados y advierte al Gobierno que debe preocuparse por la calificación ética de su gestión.

Los comicios de ayer, junto con el proceso de renovación que irá desarrollándose en las provincias, tienen la virtud de prolongar en el tiempo el funcionamiento de las instituciones republicanas, en una proporción desconocida para las actuales generaciones. Baste señalar que en 1941 caducó el mandato de nueve años de los senadores que ingresaron en el Congreso en 1932, y desde entonces, durante medio siglo, ninguno de los ciudadanos que ocuparon bancas en la Cámara alta completó el lapso constitucional.

Esta regularidad, esta rutina que va adquiriendo el ritmo de las confrontaciones electorales, característica sustancial del orden democrático, impidió quizá que la campaña electoral que desembocó ayer en las urnas cobrase la intensidad y el apasionamiento de otras veces, pero no evitó inconvenientes que, sin afectar la claridad del acto –dificultades para informarse sobre los lugares de votación, alejamiento a considerable distancia de muchas mesas electorales–, constituyen obstáculos que es necesario ahorrar al ciudadano.

Las cifras comiciales iban definiendo anoche un perfil nítido de la voluntad del electorado, y no se requiere forzar la interpretación para encontrar significados suficientemente claros. Es menester, eso sí, no sobredimensionar la importancia de la victoria radical o –según se mire– de la derrota del oficialismo. Se trata de una elección de carácter local, aunque sea en uno de los distritos más importantes de la República, para decidir la designación de un senador entre medio centenar, de un legislador entre trescientos.

No han de cambiar sustancialmente, pues, la relación de fuerzas ni la estructura parlamentaria. Pero al retornar la Capital Federal –en realidad, el país todo, que ha seguido con atención el proceso electoral– a su vida habitual, al reanudar la comunidad sus esfuerzos de todos los días en el plano económico y social, el Gobierno debe tomar conciencia de que ha recibido una advertencia que no debe desoír.

De la Rúa se consagró ... obtener Colegio

Según las cifras suministradas a medianoche por el centro de cómputos ... votos, contra el 31,71 % de la alianza oficialista que postuló a Avelino ... del frente de izquierda, con el 7,46 % de los sufragios, mientras que el

El candidato radical, Fernando de la Rúa, logró un amplio triunfo que le permitirá contar con mayoría propia en el Colegio Electoral, tras las elecciones de senador porteño realizadas ayer.

Las últimas cifras oficiales conocidas al cierre de esta edición le otorgaban un 49,9 % de los sufragios a De la Rúa y un 31,7 % al postulante de la alianza oficialista del Nuevo País, Avelino Porto.

Según proyecciones oficiales, el postulante de la Unión Cívica Radical obtuvo 29 de los 54 electores, contra 18 del ex ministro de Salud.

En tercer lugar se ubicó el Frente del Sur, una alianza de fuerzas de izquierda que impulsó como candidato al cineasta Fernando "Pino" Solanas, con algo más del 7 % de los votos, que le otorgarían cuatro representantes en el Colegio Electoral.

En cuarto término figuró el ex militar Enrique Venturino, postulante a senador del Movimiento por la Dignidad y la Independencia (Modin), que lidera el otrora líder de los carapintadas Aldo Rico. Cosechaba un 5,6 % de sufragios, que representaría tres electores.

Apenas 45 minutos después de finalizada la votación -que transcurrió con normalidad-, el ministro del Interior, José Luis Manzano, admitió el triunfo radical.

De la Rúa, en el comité capitalino de la UCR, donde se vivió un clima de festejos que se extendió a la zona del Obelisco, al ser consultado sobre su eventual postulación con vistas a alcanzar la Presidencia de la Nación en 1995, expresó: "Este triunfo no es un peldaño para otras cosas. Pero si el destino me reclama, no rehuiré el compromiso".

Resultados provisionales

Candidatos	Votos	%	Electores
De la Rúa UCR	860.182	49,9	29
Porto Alianza Nuevo ...	546.216	31,7	18
Solanas Frente del Sur	[illegible].412	7,4	4
Venturino Modín	97.408	5,6	3
Polino Unidad Socialista	[illegible]	3,1	-
Núñez P. Vecinalista	[illegible]	0,6	-
Rabanaque Cab... P. Social Demóc...	6.292	0,4	-
Marta Noce PDC	10.655	0,6	-
Claros MAS	9.155	0,5	-

Recomendó al presidente Carlos Menem "interpretar el mensaje de las urnas", que -según opinó- "esta pidiendo la lucha contra la corrupción, que depongan la soberbia, que haya humildad, respeto al adversario, más justicia, educación, libertad y el mejoramiento de los salarios de los jubilados".

La lista de electores radicales está integrada en los primeros lugares por Guillermo Moreno Hueyo, Antonio Alegre, María Esther de Miguel, María ... Quesada, Israel Mahler y ...

senador al
La Nación 29/6/92
Elector al propio

, oficial, el candidato radical logró el 49,92 % de los
Porto; tercero se ubicaba Fernando Solanas,
Modin, liderado por Aldo Rico, alcanzaba el 5,67 %



DE LA RUA OBTUVO COLEGIO ELECTORAL PROPIO

Rotundo triunfo

Con el voto de la mitad del electorado de la Capital Federal, el candidato de la Unión Cívica Radical, Fernando de la Rúa, ganó ampliamente ayer las elecciones que lo consagraron por tercera vez, en casi veinte años, senador por la Capital. De la Rúa obtuvo Colegio Electoral propio y derrotó por dieciocho puntos al candidato menemista Avelino Porto. La Alianza Frente del Sur, que impulsó la candidatura del cineasta Fernando "Pino" Solanas, se convirtió en la tercera fuerza electoral. El MODIN obtuvo más votos que los esperados, aunque su dirigencia aspiraba a alcanzar el tercer lugar. El presidente Menem anticipó que el resultado electoral no cambiará la relación de fuerzas en el Senado. Como consuelo, el justicialismo ganó ampliamente la elección en la localidad jujeña de Perico.

Fernando de la Rúa será el próximo senador por la Capital Federal. El candidato de la Unión Cívica Radical ganó ayer ampliamente la elección que lo enfrentó al candidato menemista **Avelino Porto, y obtuvo Colegio Electoral propio**, tal como lo anunció anoche la secretaria de Asuntos Institucionales del Ministerio del Interior, **Adelina Dalesio de Viola.**

Computados el 59,86 por ciento de los votos, De la Rúa **obtenía 29 electores**, la mitad más dos de los 54 que componen el Colegio Electoral. La Alianza del Nuevo País, de Avelino Porto, **sumaba 18 electores**, la Alianza Frente del Sur **reunía 4 electores** y el **MODIN alcanzaba 3.**

Esas mismas cifras (correspondientes a 1.846.899 votos) daban ganador a De la Rúa **por el 49,89 por ciento de los votos** (895.245), contra **el 31,79 por ciento de Porto** (570.481 votos). De la Rúa obtenía así **una ventaja de más de 18 puntos sobre su rival.**

El Frente del Sur, que impulsó la candidatura del cineasta **Fernando "Pino" Solanas**, alcanzaba el 7,44 **por ciento (133.633 votos) colocándose así como tercera fuerza electoral de la Capital.**

El ex militar **Enrique Venturino**, candidato del MODIN que lidera **Aldo Rico**, se ubicaba en **cuarto lugar con el 5,63** por ciento (101.138). Quedaba en quinto puesto la Unidad Socialista de **Héctor Polino**, con el 3,11 por ciento (55.880 votos) y sin colocar ningún elector en el Colegio Electoral.

Sin llegar al uno por ciento de los votos, figuraban los demás partidos: la democracia cristiana (0,61 por ciento, 11.118 votos); el Partido Vecinal (0,60 por ciento, 10.892 votos); el Movimiento al Socialismo

Y SERA CONSAGRADO SENADOR

del radicalismo en la Capital

LOS VOTOS DE CADA CANDIDATO*



Fernando de la Rua (UCR)	Avelino Porto (Nuevo País)	Fernando Solanas (Fte. del Sur)	Enrique Venturino (MODIN)	Héctor Polino (Unidad Socialista)	Marta Noce (Demócrata Cristiano)	Carlos Núñez (Partido Vecinal)	Marcelo Claros (MAS)	Rabanaque Caballero (PSODE)
Cantidad de votos								
895.245	570.481	133.633	101.138	55.880	11.118	10.892	9.448	6.391
Porcentaje								
49,89	31,79	7,44	5,63	3,11	0,61	0,60	0,52	0,35

(0,52, por ciento, 9.448 votos) y, cerrando el lote, el Partido Social Demócrata (0,35 por ciento, 6.391 votos). Los votos en blanco sumaron el 2,10 por ciento de los computados, es decir 38.901 votos.

De los 2.460.883 porteños habilitados para votar, solo lo hizo el 78.5 por ciento, **una cifra considerablemente menor a la que votó por diputados en setiembre del año pasado (79.22 por ciento)** y notablemente más chica que la que lo hizo para presidente en 1989 (85.85 por ciento).

Las cifras confirmaron y ampliaron una tendencia de anteriores elecciones: el candidato radical **cimentó su triunfo entre el electorado femenino**, que lo votó en un veinte por ciento más que a Porto. El electorado masculino, en cambio, solo lo hizo en un siete por ciento más.

Porto supera por casi tres puntos el porcentaje alcanzado por **Carlos Ruckauff** en las elecciones para diputados de 1991, pero obtiene un punto menos que las alcanzadas por el justicialismo en la elección de senador de 1989.

La demora oficial en dar los primeros resultados fue el único tropiezo en una jornada electoral caracterizada por la normalidad, una temperatura digna de esquimales y la dificultad que encontraron miles de votantes para hallar el local donde debían votar, diferente del habitual debido a una modificación en los padrones.

No habían pasado trece minutos de cerrados los comicios, cuando un eufórico De la Rúa se presentó en el comité Capital de la UCR: **"Ya ganamos... Ya ganamos..."** repetía, ante las primeras proyecciones hechas por los medios de comunicación, ante la falta de información oficial. **"¿No es demasiado apresurado pensar que ya ganó?**, le preguntaron. **"No. No es demasiado apresurado..."**, fue la respuesta.

En el cuartel central de su rival, mientras tanto, y cuando faltaban solo diez minutos para las siete de la tarde, **Porto** hacía un enérgico reclamo a los periodistas: **"No condenen antes de tiempo. No puedo admitir mi derrota porque no tengo todavía la información..."**

Paradójicamente la información que reclamaba Porto y el tácito reconocimiento de la victoria de De la Rúa, iban a llegar al centro de cómputos justicialista de la propia boca del ministro del Interior. **José Luis Manzano** dijo en la Casa de Gobierno, **"esto va a tonificar al radicalismo, que ha venido disminuyendo su presencia en el Senado."**

Finalmente, Porto reconoció el **"fallo inapelable de la ciudadanía: el senador es el señor Fernando de la Rúa"**, dijo, mientras anticipaba que no iba a hablar con su rival, **"porque no tengo nada para decirle."** Mientras tanto, en sus primeras declaraciones, De la Rúa dijo que el resultado de la elección obligará al Gobierno a "reforzar su lucha contra la corrupción, a respetar a sus adversarios y a deponer la soberbia."

♦ Los comicios y la historia

Porto agradeció al presidente Menem la confianza que puso en él, y al ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, el haberlo respaldado en la campaña y relativizó el triunfo de De la Rúa **"No va a cambiar la historia argentina por la elección de un senador**, —dijo—, **sino que va a cambiar por los treinta y tres millones de argentinos que apoyan este modelo."**

Para entonces, el ganador de la elección convocaba a sus seguidores al Obelisco, para dar rienda suelta a un festejo que el radicalismo no llevaba a cabo desde 1985. **"Tiene que haber un cambio de actitud en el Presidente** —dijo De la Rúa a los periodistas antes de cantar el Himno Nacional— **Tiene que dejar de creerse el dueño de la verdad."**

El lugar elegido para el festejo por el candidato radical, no parecía ser una casualidad: De la Rúa pareció recordar las palabras del intendente Grosso, que alguna vez dijo "De la Rúa es como el Obelisco: uno sabe que está, pero no sabe para qué está...". Precisamente, fue en la circunscripción de Grosso donde el justicialismo **obtuvo una de sus únicas, hasta anoche, dos victorias en Capital.**

El presidente Menem, que por la mañana y en Las Leñas, en un reportaje a **Clarín** había anticipado que el resultado de la elección no modificaría la relación de fuerzas en el Senado ni la composición del gabinete, siguió desde Olivos la marcha del lento escrutinio. Sobre las nueve de la noche, tomó un teléfono y se comunicó con De la Rúa para felicitarlo.

ELECCION DEL SENADOR POR CAPITAL

Entre los electores hay gente conocida más allá de la política. Hay partidos que se presentan por primera vez en la Capital y candidatos que debutan en una elección al lado de otros que ya saben cómo es eso de someterse al voto de la gente. Seis partidos van solos y otros veinte se agrupan en tres alianzas. Hoy se vota de 8 a 18 y los hospitales, cementerios y otros servicios públicos funcionan con diagramas de emergencia.



Fernando Solanas (Frente del Sur)



Héctor Polino (Unidad Socialista)



Enrique Venturino (MODIN)



Marta Noce (DC)

VOTANTES, CANDIDATOS, PARTIDOS, ALIANZAS Y ELECTORES

El identikit de

• Están habilitados para votar hoy **2.460.883 porteños**. Las mujeres, 1.289.663, superan a los hombres, 1.171.220, por 118.442 votantes.

• **22.616 personas votan por primera vez.**

• La de hoy es la primera elección que se hace en el país bajo la ley que obliga a los partidos políticos a incluir **mujeres** en al menos el **30 por ciento de sus candidatos**. En este caso, candidatos a electores.

• Como en las elecciones anteriores desde 1985, está vigente el inciso C del artículo 50 de la Ley Orgánica de los Partidos Políticos que sanciona con la **suspensión de la personería electoral a las agrupaciones que no alcancen el 2 por ciento de los votos en dos elecciones nacionales sucesivas**. Hoy, para no ser "castigados", los partidos deberán sumar más de 49.218 votos.

• En total, están representados en estas elecciones porteñas **26 partidos políticos**: los seis que participan en forma individual, más los veinte a quienes agrupan las tres alianzas.

• La más numerosa es la **Alianza del Nuevo País** (Porto) reúne a los partidos: Justicialista, Blanco de los Jubilados, Demócrata, Demócrata Progresista, de la Generación Intermedia, Unión del Centro Democrático, Movimiento de Integración y Desarrollo y Movimiento Línea Popular.

• La **Alianza Frente del Sur** (Solanas) agrupa a los partidos Socialista Auténtico, MO.DE.PA., Comunista; del Trabajo y del Pueblo; Verde Ecologista-Futuro Verde; Intransigente; Humanista; Movimiento de Izquierda; Modejuso e Intransigencia Popular.

• La **Alianza Unidad Socialista** está integrada por el Partido Socialista Popular y el Partido Socialista Democrático.

• Dos partidos intervienen por primera vez en una elección de la Capital Federal: el MODIN de **Aldo Rico**, que es el primer elector del candidato Venturino y el Social Demócrata de **Rabanaque Caballero**. El MODIN participó de las elecciones de 1991 en Capital Federal, representado por el Movimiento de Acción Popular (MAP). Sacó once mil votos.

• Hasta hace pocos días, un décimo partido, el Nacionalista Constitucional, participaba de la elección. Impulsaba la candidatura del abogado **Alejandro Vázquez**, habitual defensor de la ex primera dama, **Zulema Yoma**. Sorpresivamente, y sin que se enterara el candidato, el partido se retiró de la elección.

• El **Partido Obrero** no puede participar de la elección por decisión judicial. Su candidato **Jorge Altamira**, anticipó que el PO intentará, de todas formas, **colocar sus boletas en los cuartos oscuros**, previa consulta con los fiscales de otros partidos. La imposibilidad judicial radica en el fallo de la Corte, que **le quita la personería jurídica debido a que el PO no consiguió el piso del 2 por ciento de votos** en los dos últimos comicios.

• Para un electorado mayoritariamente femenino, parece escasa la candidatura de **Marta Noce**, de la Democracia Cristiana, la **única mujer** entre nueve aspirantes.

• Con su candidatura, la demócrata cristiana Noce intenta repetir lo que hasta ahora parece ser una hazaña: ser electa **senadora** por la Capital. Hubo una sola mujer que ocupó esa banca entre 1912 y hoy: **María Rosa Calviño de Gómez**, electa el 11 de noviembre de 1951 bajo la presidencia de **Juan Perón**. Reelecta el 25 de abril de 1954, fue desalojada de la Cámara por la Revolución Libertadora.

• La circunscripción electoral más grande es la 19ª, oficialmente denominada Pilar y que abarca al Barrio Norte. Delimitada por Bulnes, Ortiz de Ocampo y las avenidas Córdoba, Callao y el río agrupa a **153.845 electores** (88.904 mujeres y 64.941 hombres), que votarán en 541 mesas. Allí es también donde las mujeres superan a los hombres por mayoría abrumadora: 23.963 votantes.

• La contrapartida del Pilar es la circunscripción 10a., Balvanera Sud: es la más chica, con **40.545 electores**, 21.592 mujeres y 18.953 hombres. Allí también vuelven a ser más las mujeres, esta vez por 2.639 votantes.

• **Unicamente en ocho de las 28 circunscripciones electorales, los varones son mayoría.** Curiosamente, se agrupan en la zona sur y sudoeste de la ciudad. En muchas de ellas, el justicialismo ha logrado sus mejores resultados. Esas circunscripciones son: la 21ª, (Mataderos-Liniers); la 22ª (Villa Lugano); la 23ª (Villa Soldati); la 2ª, (Pompeya-Parque Patricios); la 3ª, (Barracas); la 4ª (La Boca); y la 13ª, (Monserrat) y la 14ª, (Tribunales).

• Cuatro mil hombres de las Fuerzas Armadas (incluidas la Gendarmería y la Prefectura Naval) se encargarán de custodiar el interior de los locales habilitados para votar. La custodia exterior estará a cargo de la Policía Federal. En cambio, en el sitio en el que se hará el escrutinio definitivo, el Congreso Nacional, la custodia quedará a cargo de la Gendarmería Nacional.

• El escrutinio definitivo estará a cargo de la junta electoral y comenzará el miércoles 1° de julio en el Salón de los Pasos Perdidos del Congreso. Hasta ese momento, los partidos tienen tiempo para efectuar eventuales reclamos e impugnaciones. Se prevé que el recuento definitivo estará listo el viernes 3 a más tardar.

• La Constitución establece que el Colegio Electoral debe reunirse al menos 120 días antes de la fecha estipulada para la asunción de las autoridades elegidas. Es decir que en este caso, debe hacerlo antes del 10 de agosto: **el nuevo senador por la Capital Federal asumirá el 10 de diciembre.**

• La de hoy es una elección **indirecta**. La Constitución autoriza a los electores designados por el voto popular a elegir como nuevo senador a **cualquier ciudadano** que cumpla con los requisitos establecidos para ser presidente. Por eso, la junta electoral oficializa una lista de candidatos a electores, pero no candidatos a senador. Sin embargo, desde principios de siglo, con la aparición de los partidos modernos, se hizo costumbre incluir en las boletas el nombre del candidato a senador que apoyarán los electores.

• Símbolo de los tiempos: uno de los candidatos a senador es **ingeniero en computación**. Es el primero de esa profesión que se presenta a una elección. Debutante en la búsqueda de una banca, **Carlos Núñez** fundó hace un año el Partido Vecinal, que en las elecciones de 1991 llevó como candidato a diputado al doctor **Luis Bosú**, hoy elector de Avelino Porto.

• Escalera a la fama entre muchos candidatos a electores de De la Rúa, alejados de la política. Entre ellos, el presidente de Boca Juniors, **Antonio Alegre**; los escritores **Daniel Larriqueta, María Esther de Miguel, Aída Bortnik, Marta Mercader**; las actrices **Graciela Dufau, Mabel Manzotti, María Rosa Gallo, Marta Bianchi y Menchu Quesada**; los cantantes **César Isella y Donna Caroll**, la historiadora **María Sáenz Quesada**; los cineastas **Manuel Antín y Oscar Barney Finn**; el rector del Colegio Nacional Buenos Aires (y amante de la buena música) **Horacio Sanguinetti** y el presidente del club Ferro Carril Oeste **Santiago Leyden**.

• El candidato más joven: **Marcelo Claros**, (36), del MAS. Casado, un hijo, delegado gremial del Banco Nación, vive en los monoblocks de Lugano I y II. En 1973, cuando solo tenía 16 años, ingresó al entonces Partido Socialista de los Trabajadores, del que el MAS es continuación.

• Las edades del resto de los aspirantes corren bas-



Rabanaque Caballero
(PSODE)



Marcelo Claros
(MAS)



Carlos Núñez
(Patido Vecinal)

la elección

tante parejas: **Porto, 56** (casado, tres hijas); **De la Rúa, 54** (casado, tres hijos); **Polino, 59** (casado con Ana Raquel Barrios); **Solanas, 56; Noce, 50; Venturino, 48** (casado, tres hijos); **Rabanaque Caballero, 52** (casado, tres hijos que se unen a los seis de su segunda mujer) y **Núñez, 48.**

● El ex teniente coronel, ex oficial de inteligencia y ex jefe carapintada **Enrique Venturino**, ideólogo del levantamiento de Semana Santa, como gusta recordar, pudo ser el único militar del siglo en postularse como candidato a senador por la Capital Federal. Pero en 1946, cuando fue electo Juan Domingo Perón, el almirante **Alberto Teisaire** ganó la senaduría por el Partido Laborista. Fue reelecto en 1948 y en 1951.

● **Récord para De la Rúa**: es la cuarta vez que se presenta como candidato a senador. Ganó tres elecciones (1973, 1983, 1989) ocupó dos veces la banca, ya que en el '89, el Colegio Electoral eligió al justicialista **Eduardo Vaca.**

● Escalera a la fama para los electores de Avelino Porto que no están directamente ligados a la política. Figuran, entre otros: el doctor **Luis Becú**, ex director del Hospital de Niños José María Gutiérrez; el piloto de offshore **Daniel Scioli**; el abogado **Carlos Fontán Balestra; Daisy Chopitea de Krieger Vasena**, la ex modelo **Claudia Sánchez** y hasta el propio jefe de prensa del candidato, **Luis González Balcarce.**

● Uno de los electores del MODIN es **Luis Bertolini**, que fue vocero de prensa del ex presidente **Arturo Frondizi.**

● Escalera a la fama para varios de los electores de **Fernando Solanas**, no ligados directamente a la política. Entre ellos figuran don **Osvaldo Pugliese**, el actor (y ex candidato a diputado) **Norman Briski**, el arquitecto **Rodolfo Livingston**, el escritor **David Viñas**, el historiador **Fermín Chávez** y el hombre que dirigió en su momento los destinos del CEMIDA (Centro de Militares para la Democracia), el coronel **Horacio Ballester.**

Producción y textos de Alberto Amato

Residentes extranjeros en 1991

Origen	Censo 1980	Radicaciones y permisos de ingreso entre 1981-1991	Total
Bolivia	118.141	55.214	173.355
Brasil	42.757	6.530	49.287
Chile	215.623	137.696	353.319
Estados Unidos	9.785	6.045	15.830
Paraguay	262.799	58.233	321.032
Perú	8.561	6.865	15.426
Uruguay	114.108	72.668	186.776
Resto de América	11.007	6.661	17.668
España	373.984	7.078	381.062
Italia	488.271	4.555	492.826
Resto de Europa	213.546	9.526	223.072
Asia	41.558	29.066	70.624
Africa y Oceanía	3.019	648	3.667
Apátridas	--	467	467
Totales	1.903.159	401.252	2.304.411

Fuente: Dirección Nacional de Migraciones.

La Nación 28/6/92

Inmigrantes: gratitud de Paraguay y de Chile

LAS LEÑAS (De una enviada especial).- Tanto el presidente del Paraguay, Andrés Rodríguez, como el presidente de Chile, Patricio Aylwin, agradecieron vivamente a su colega argentino por las medidas que benefician a los inmigrantes ilegales de esos países.

Menem anunció en la reunión de Las Leñas la puesta en marcha de un plan de regularización en favor de los residentes ilegales de los países fronterizos.

El mandatario paraguayo mencionó su "eterna gratitud" y dijo que Menem había tenido "una generosa intención y disposición para que los paraguayos tengan los mismos derechos y beneficios que los propios argentinos".

Conceptos parecidos manifestó el presidente chileno y lo mismo hicieron los mandatarios de los demás países.

Las mayores cifras de extranjeros ilegales están dadas por los chilenos, seguido de los paraguayos, y se estima que en conjunto los indocumentados de los países vecinos ascienden a aproximadamente 300 mil.

Esto es fácilmente visible en la Patagonia (chilenos), en Salta y Jujuy (bolivianos) y en una amplia franja del Litoral donde residen numerosos ciudadanos paraguayos.

MENEM: la vinculación carretera con CHILE
15cc25
28-6-92
669cc
11164
1399

Menem: la vinculación carretera con Chile

LAS LEÑAS.-(De una enviada especial).- El presidente Menem dijo que de forma global había hablado con su colega chileno Patricio Aylwin sobre todos los pasos fronterizos, pero de manera especial sobre la posibilidad de llevar a cabo obras que hagan accesible el paso carretero por el sur de Mendoza, para lo cual se necesitan grandes sumas. "Confiamos en que podemos conseguir financiamiento internacional", señaló.

En la reunión de prensa con la que, prácticamente, concluyeron las cumbres de Las Leñas (del Cono Sur, primero, y del Mercosur, después) Menem, a través de las respuestas a preguntas de distintos giros, que se consignan por separado, analizó aspectos de la relación con Chile.

Dijo que habían hablado con su colega Aylwin sobre la provisión de gas argentino a ese país que está en marcha por la zona de Bariloche, y refirió que su interlocutor le había agradecido por la legalización de la situación de los chilenos en la Argentina.

A una pregunta sobre cuál es el orden de importancia del tema social en la integración del Mercosur, dijo que no existen compartimentos estancos. Lo social, lo económico y lo político es uno sola cosa, dijo, y agregó: "Esto me hace acordar a la época de una dictadura de triste memoria, la época de Onganía. ¿Se acuerdan ustedes? Tiempo político, tiempo económico, tiempo social. Esto no es así. En el mundo de la democracia todos los aspectos marchan en forma conjunta, compartida, armonizada y sin separación absoluta como se pretendió hacer en 1966".

La Nación 28/6/92

9209026

C1-C1

Solanas y las izquierdas
15-518
28-6-92
66460
11164
11304

SOLANAS Y LAS IZQUIERDAS

El Frente del Sur, que postula a Fernando "Pino" Solanas, quedó perfilado como la fuerza de izquierda con mayor presencia en el proceso electoral y, de acuerdo con las encuestas, cuenta con buenas posibilidades de tener representación en el Colegio Electoral. Su primer competidor será la fuga de sufragios hacia De la Rúa, una especie de voto-castigo contra el Gobierno. A mayor distancia quedó el socialista Héctor Polino, debilitado tras la fracasada constitución de un frente amplio cuyo candidato iba a ser el también socialista Alfredo Bravo, y Marcelo Claros, del Movimiento al Socialismo, que aborda el primer test electoral tras la fractura producida en ese partido con el alejamiento de la corriente del diputado Luis Zamora.

En poco más de un mes, Solanas ocupó la mayor parte del espacio de una franja que logró en conjunto nada menos que el 16,6 por ciento de los votos en los comicios de setiembre pasado. El peso de la campaña recayó en el propio candidato y en un pequeño círculo de sus colaboradores —especialmente el primer elector, Eduardo Jozami—, quienes marcaron un perfil más cercano al nacionalismo popular que a la izquierda o al centroizquierda. Entre las fuerzas integrantes de la alianza, el mayor protagonismo estuvo en el Encuentro Popular, de Luis Brunati; el Partido Humanista, la conducción nacional del Partido Intransigente, encabezada por René Ibarzun; el Partido Comunista, el Par[illegible] del Trabajo y el Pueblo y la seccional metropolitana de la Asociación de Trabajadores del Estado, que conduce Germán Abdala.

Para la Unidad Socialista, la campaña por la senaduría se con[illegible]ó en una verdadera travesía [illegible] desierto. La US, integrada por el socialismo democrático y el socialismo popular, quedó golpeada después del veto que sus dirigentes impusieron a la alianza con el Frente por la Democracia y la Justicia Social —intransigentes, humanistas, Democracia Pop[illegible], Grupo de los 8, Protagonismo [illegible]ular, Movimiento 29 de Mayo—, qu[illegible] tras la candidatura de Alfredo Bravo hubiera reunido a las dos fuerzas de centroizq[illegible] la que tuvieron más votos el 8 de setiembre pasado. A pesar de sus denodados esfuerzos, Héctor Polino cargó con los costos de la frustrada unidad que, según la opinión de varios encuestadores, hubiera superado el 15 por ciento de los [illegible].

Margi[illegible] legítimamente el Partido Obrero, el [illegible]imiento al Socialismo quedó como la fuerza que ocupará el espacio más netamente de izquierda. El dirigente gremial bancario Marcelo Claros tuvo que suplir la ausencia de las figuras públicas del MAS —Z[illegible] y Silvia Díaz van camino de for[illegible] un nuevo partido— adoptando el perfil más ortodoxo de ese partido: un discurso [illegible]mente clasista y anti sistema.

PD6 12 28/6/92

[illegible]

C1-01 920902[illegible]

Semblanzas de los candidatos

Núñez, por el vecinalismo

La Nación 28/6/92

Preocupado principalmente por los inconvenientes cotidianos de los vecinos de la Capital Federal, Carlos Alberto Núñez se perfila a incrementar el caudal de votos que su agrupación –el Partido Vecinal de la Ciudad de Buenos Aires– obtuvo en las elecciones de diputados, en 1991.

El postulante vecinalista, cofundador y primer presidente de su novel fuerza política, nació en la Capital Federal, hace 48 años. Es ingeniero electrónico, egresado de la Universidad de Buenos Aires, y experto en informática.

La política lo rozó entre 1987 y 1989, cuando revistó como asesor de la Secretaría de Comunicaciones para la Implementación del Sistema de Administración de Radiofrecuencias por Computación. Con anterioridad, Núñez trabajó para la empresa IBM Argentina (1969-1981) y, desde 1982, se desempeña como gerente y consultor de diversas firmas.

Paralelamente, se dedicó a la docencia –profesor de la UBA y de la Universidad Argentina de la Empresa–, al tiempo que colaboró con artículos periodísticos para los diarios Clarín y Ambito Financiero.

Las cuestiones comunales predominan en la nómina de propuestas de su agrupación. En especial se promueve la transformación la ley orgánica de la Capital Federal, orientada a instrumentar la elección directa del intendente.

En una proyección al plano nacional, Núñez se atrevió a denunciar que "el presidente Menem carece de voluntad democrática".

Convencido de que "mucho cambiaría en la ciudad si la representara un vecino verdaderamente preocupado por hacerla crecer", este multifacético ingeniero, casado y padre de dos hijos, afronta hoy una jornada crucial para la supervivencia de su partido.

Electores

Los primeros nombres en la lista electores del Partido Vecinal son: Enrique Mayochi, Guillermo Barousse, Adolfo Viarenghi, Viviana Spezia, Enrique Garrone, Oscar Rial, Roberto Rodríguez Gras, Darío Buschiazzo, Mirta Shraer y Marcos Cavalli.



Por el vecinalismo



Marta Noce

Noce, con la doctrina social de la Iglesia

Pese a que su afiliación a la democracia cristiana (DC) data desde hace 30 años, Marta Noce, exhibe un exiguo currículum en el quehacer político. En el pasado sólo tuvo actuación como convencional metropolitana del partido e integrante de la agrupación Cooperación.

No obstante, ella prefiere afirmar que su nominación como candidata a senadora porteña por la DC fue motivada por una necesidad de consenso dentro de su agrupación.

Nacida en esta ciudad, el 6 de octubre de 1941, esta vecina del barrio de Caballito obtuvo en su juventud la graduación de licenciada en Ciencias Políticas. Empero, entregó su vida a dos profesiones acaso más agobiantes: el periodismo y la docencia. Tal vez por ese motivo, ella se define como "una enamorada de la cultura del trabajo".

Como mujer de prensa se desempeñó en Radio Rivadavia, la agencia Télam de noticias, y, actualmente, en el semanario Esquiú. La información religiosa y deportiva acapararon su febril dedicación, una pasión que sólo ensombreció su devoción por el Racing Club. En 1986 fue distinguida con el Premio San Gabriel que le otorgó el Equipo Episcopal para los Medios de Comunicación.

Su otra actividad, la educación, la desarrolla en la actualidad en el Colegio Hipólito Vieytes, como profesora de ciencias humanistas.

Su matrimonio con Manuel Abraldes, también periodista, le dio un hijo, Juan Manuel, que hoy tiene 20 años. Uno de sus mayores desvelos es la situación de los jóvenes, inquietud que aspira a plasmar con algunos proyectos para presentar eventualmente en la Cámara alta.

Políticamente adhiere a la doctrina social cristiana y se remite a las encíclicas papales para proclamar "la revolución moral y la dignidad del hombre por encima de cualquier plan económico" y rechazar "en su globalidad" los proyectos liberales.

Electores

Los aspirantes de la DC a concurrir al Colegio Electoral son Guillermo Frugoni Rey, Salvador Busacca, Marcelo Zapiola, Francisco Guido, Carlos Trabulsi, Hebe Murray, María del Carmen D'Abate, Susana Coqueugniot, Dolores Rovira y Roberto Cirone.

Solanas, a favor del cambio

"Solamente los tarados y los mediocres no cambian", dijo alguna vez Fernando Ezequiel Solanas.

A los 56 años, este cineasta de estilo barroco y marcadamente cuestionador de la historia y de la realidad, trocó la cámara y el celuloide por la tribuna política.

Identificado con el peronismo y empujado por su vocación humanista, realizó su primer largometraje en 1965, "La hora de los hornos", a la que definió como un "ensayo político".

La censura impuesta por el régimen militar del general Juan Carlos Onganía le impidió su difusión en el país.

A ese filme lo siguió "Los hijos de Fierro", una versión libre inspirada en el poema nacional argentino Martín Fierro, que se estrenó en París en 1980.

El último régimen militar lo encontró en el exilio y en 1985 volvió su vocación por la expresión cinematográfica de corte político con "Tangos, el exilio de Gardel", con la que consiguió lauros en Venecia.

Tres años después, otra vez el cine internacional lo galardonó por su película "Sur", que mereció el premio al mejor director en el prestigioso Festival de Cannes.

Su última película, "El viaje", personifica a un mandatario de un país imaginario de América del Sur al que llamó "el doctor Rana". El filme se estrenó casi simultáneamente con su búsqueda por ocupar la escena política, ya no desde la pantalla sino desde la arena electoral.

Cuatro mujeres compartieron su vida, pero, desde hace cuatro años, vive solo con su hija, Victoria Eva.

Sus severas críticas al presidente Menem le sirvieron para construir una alianza bajo su persona de un ancho espectro de fuerzas de izquierda, con la que espera conquistar una banca senatorial –con el slogan "ponga un Pino en el Senado"–, para ese alicaído sector político.



Solanas



Marcelo Claros

Claros, el candidato más joven

Militante del trotskismo desde los 16 años, Marcelo Claros, de 36 años, es el candidato más joven en las elecciones de hoy.

Postulante del Movimiento al Socialismo (MAS), integra la comisión interna gremial de los trabajadores del Banco de la Nación Argentina.

Casado, con un hijo, vive en uno de los monobloques de Lugano I.

Claros se reivindica como "el único candidato asalariado". Fue elegido como postulante del MAS en una asamblea capitalina del partido.

Su acceso a la nominación fue la solución a una antigua disputa interna, que hizo crisis al concurrir dividida la agrupación a los actos conmemorativos del 1º de Mayo.

La corriente morenista, que responde al diputado nacional Luis Zamora, hizo público su apoyo a Claros a pesar la situación de ruptura por la que atraviesa el MAS.

Rabanaque quiere volver al Congreso

Junto con el candidato radical, Raúl "Copete" Rabanaque Caballero es uno de los dos postulantes que ostentan experiencia legislativa en el Congreso.

Militante desde su juventud en el radicalismo, con la división del partido, en 1956, se afilia a la Unión Cívica Radical Intransigente, para luego actuar en el desarrollismo.

Funda con Oscar Alende, en la década del '70, el Partido Intransigente (PI), en el que ocupa la presidencia de su comité Capital hasta 1984.

Representante de los sectores más combativos del PI, forjó la imagen de un dirigente político con profunda vocación democrática, antiimperialista y de defensa irrestricta de los derechos humanos.

Con la irrupción de la democracia, en 1983, es elegido diputado por el PI e integra en la Cámara baja la comisión de Relaciones Exteriores.

En 1985 es reelegido diputado, nuevamente por el PI, al tiempo que copreside la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos.

Nacido en esta capital el 6 de marzo de 1940, casado, con nueve hijos, Rabanaque Caballero fue uno de los principales impulsores de la constitución del Frejupo, que en 1989 llevó como candidato presidencial a Carlos Menem.



Experiencia legislativa

Tras las insostenibles disidencias del PI y su líder, Alende, con el oficialismo, además de la pérdida de fuerza electoral de esa agrupación, Rabanaque Caballero se aleja y crea el Partido Social Demócrata, con el cual intenta llegar al Senado.



Héctor Polino

Venturino, la cara del Modin

Ideólogo de los levantamientos carapintada de Semana Santa, en 1987, y de Monte Caseros, en 1988, el ex teniente coronel Enrique Carlos Venturino es el candidato a senador por Movimiento por la Dignidad y la Independencia (Modin).

Nació el 17 de enero de 1944 y está casado con Mirta Julia Petinari, con la que tuvo tres hijos. Se graduó de bachiller en el Colegio Nacional de San Isidro e ingresó en 1961 en el Colegio Militar de la Nación.

Durante su formación militar trabó una fraterna amistad con Aldo Rico, de quien fue su "lugarteniente" en los alzamientos castrenses que ocurrieron en el gobierno radical de Raúl Alfonsín.

Ascendido a teniente coronel en 1983, cuatro años más tarde protagonizó los sucesos de Semana Santa, a los que define como "una reacción de la oficialidad joven del Ejército, ante la defección pertinaz de los altos mandos y a los sistemáticos ataques del presidente Alfonsín a las Fuerzas Armadas".

También los sucesos de Monte Caseros lo encontraron junto a Rico y, durante la prisión, comenzaron a plasmar el perfil del Modin, desde el cual pretenden dar batalla en el plano de la política, tras admitir en varias oportunidades que el empleo de las armas no es el camino para impulsar sus ideas.

Principales electores

Aldo Rico, Jorge Giarini, Leonora Barreiro, Luis Julio Bertolini, Emma Mercedes Font y María A. Benedit son los principales candidatos a elector de la lista 57, del Modin.

Polino, tras el resurgimiento del socialismo

Héctor Teodoro Polino abraza la ambición de impulsar el resurgimiento de una corriente filosófica y política que antaño representaron Alfredo Palacios o Enrique del Valle Iberlucea: "Un verdadero partido socialista".

Este hombre, nacido el 14 de febrero de 1933 en la Capital Federal, resultó designado candidato a senador porteño por la Unidad Socialista (US), como un postulante de alternativa ante la declinación del diputado Alfredo Bravo, quien no consiguió el apoyo de otras fuerzas de izquierda.

La perspectiva de máxima de Polino para los comicios de hoy es colocar a la US detrás de las dos fuerzas políticas más poderosas.

A la edad de 15 años se afilió a las juventudes socialistas, donde no tardó en constituirse como encumbrado dirigente. Pasó el tiempo y obtuvo los títulos de maestro mayor de obras, procurador, escribano y abogado. Sin embargo, a través de su posterior actuación política se convirtió en un defensor inclaudicable y abanderado del cooperativismo.

Con tales antecedentes, se desempeñó como secretario de Acción Cooperativa, durante todo el período del último gobierno radical, entre 1983 y 1989. Desde allí abogó por el crecimiento del cooperativismo "como una alternativa privada frente a un Estado deficitario en su función de prestatario de servicios públicos".

Como representante del Partido Socialista Argentino, fue elegido concejal de la Capital Federal, cargo que ejerció entre 1960 y 1962. El 11 de marzo de 1988 Polino se sumó a las filas del Partido Socialista Democrático en aras de poner término a "tres décadas de desencuentro socialista" y de "reivindicar las banderas históricas del socialismo argentino".

Electores

Los primeros lugares en su nómina de electores los ocupan Ernesto Jaimovich, Carlos Guerrero, Clorinda Yelicic, Miguel Punta, Pablo Bonazzola, Leví Martínez, Antonio Somaini y Nereida Tadich.

Chile teme la competencia argentina

SC 26/6/92

Escribe
Carlos A. Ceballos

Nuestro país no debe permitir el paso por su territorio de productos argentinos que puedan competir con los chilenos en terceros mercados. Lo del tránsito es más complicado, porque el acuerdo es poco claro. De todos modos, en el sector privado pensamos que Chile no debe permitir el paso por su territorio de productos argentinos que puedan competir con los chilenos en terceros mercados. Sería suicida".[1] La afirmación del ex ministro de Agricultura pinochetista, Jorge Prado, actual presidente de la Sociedad Nacional de Agricultura, fue tan categórica como la de sus pares de la Sociedad Rural Argentina, que reclamaron del gobierno argentino "pagar con la misma moneda".

La posición del sector privado chileno mandó al "freezer" la negociación sobre el tránsito de productos frutihortícolas argentinos por territorio chileno para acceder a potenciales mercados del Pacífico. Como dijo el embajador Cafiero, "yo no me hago demasiados problemas con esto, porque es tan grande lo que se está haciendo en otros campos, que todos estos problemas que ahora parecen como lo más trascendente, van a ir tomando su importancia relativa"[2], aludiendo a las inversiones chilenas y los proyectos gasíferos y petrolíferos comunes. Lo que no le debe haber caído muy bien al sector frutihortícola argentino que, con toda razón, ha puesto las cosas en sus términos correctos, al reclamar una estrategia que, en el corto o mediano plazo, haga cambiar la cerrada posición de la contraparte chilena privada.

Luego de las declaraciones de Prado, los argumentos sobre la defensa del patrimonio fitosanitario (real en lo que hace a la aftosa y la mosca de los frutos), quedan relegados a lo anecdótico. El problema tiene sus bemoles. Los chilenos objetan concretamente (en base a estudios realizados por especialistas argentinos contratados por el sector agrícola chileno) que la producción argentina de maíz, arroz, leche, carne deshuesada y oleaginosas se produce aquí a 50% (sic) por debajo del costo chileno, y que los efectos de la exportación argentina a Chile han significado que se han dejado de sembrar 70.000 hectáreas de oleaginosas; un tercio de la superficie de maíz quedó fuera de competencia y 40% de la de arroz. En Chile 25% de las exportaciones es de orien agrícola (principalmente madera y frutihortícola) y ocupa 3 millones de personas (principal empleador del país), de manera que el sector agrícola tiene una gran importancia, tanto que hoy es el sector más crítico del gobierno (sostienen que el tipo de cambio actual en Chile es muy bajo así como los

Cont. en pág. 26

Viene de pág. 22

aranceles de importación).

Del lado argentino, el sector frutihortícola que aún no tiene el lobby de los ganaderos o de los exportadores de granos, exige con razón una estrategia de gobierno que permita disponer de puertos viables en el vecino país, por su potencial exportador de productos frescos a mercados del Pacífico, que, como el de Japón, han comenzado a levantar sus barreras. Si bien en este momento no se han frustrado exportaciones de productos frescos (los industrializados como jugos concentrados de frutas no tienen problemas) la cuestión se planteará cuando los mercados de Japón y el sudasiático demanden concretamente nuestros productos frescos.

Los chilenos argumentan que a ellos les costó diez años y muchos dólares abrir el mercado japonés (y el de Corea) para sus uvas y kiwis, entre otros productos; más que lo que le sigue costando a nuestro país convencer al Japón de que adquiera nuestros cítricos.

De tal manera que la controversia actual no tiene nada de académica sobre el libre comercio y el intercambio. Está planteada en términos análogos al debate contra el proteccionismo europeo y de EE.UU. que descargan más de cien mil millones de dólares anuales para proteger al sector ruralista y campesino.

De todas maneras, Argentina tendrá que acelerar su combate contra la aftosa y la mosca de la fruta, así como los pasos de Jama y San Francisco, que nos pueden permitir disponer de otros excelentes puertos chilenos, con inversiones muy inferiores —por ejemplo— a la compra de armamentos en curso.

(1) Informe Frutihortícola-Junio-Nº 36
(2) Idem.

La Nación Viernes 26 de junio de 1992

Río de la Plata: acuerdo entre la Argentina y Uruguay

Por Jorge Emilio Gallardo
(Especial para LA NACION)

MONTEVIDEO.– Fue firmado aquí el contrato para los servicios de consultoría entre la Comisión Administradora del Río de la Plata y el consorcio Consulplata, adjudicatario de la licitación para la realización del dragado, señalización y mantenimiento de los canales del Río de la Plata entre el kilómetro 37 (Barra del Farallón) y el kilómetro 0 del río Uruguay.

El canciller uruguayo, Héctor Gros Espiell, y el vicecanciller argentino, Fernando Petrella, estuvieron presentes en el acto. La firma del contrato estuvo a cargo de los presidentes de las delegaciones de ambos países en la Comisión Administradora del Río de la Plata, embajadores Manuel Lessa Marques y Guillermo Jacovella, y por los representantes de la firma adjudicataria.

El secretario de Estado de Relaciones Exteriores y Asuntos Latinoamericanas de nuestra cancillería, embajador Petrella, dijo a LA NACION que el Río de la Plata es "la puerta de la Hidrovía", y que a los efectos de volver expeditos los canales navegables el gobierno argentino "no puede menos que prestar su colaboración".

"Lo que hoy vengo a hacer –dijo– es representar al canciller Di Tella, que está yéndose a la reunión del Mercosur en Las Leñas, y hacer acto de presencia con el canciller Gros Espiell". A su lado se encontraba el embajador Benito Llambí.

Los canales de Martín García y los de la banda argentina son considerados igualmente útiles a los fines de agilizar el comercio, abaratar costos y mejorar el ttranspote.

Las firmas consultoras que constituyen el consorcio adjudicatario se dedicarán, a partir de ahora, a la elaboración de pliegos destinados al llamado a licitación pública internacional para la realización por concesión de obra pública del dragado, señalización y mantenimiento de los canales en las zonas descriptas.

La Comisión Administradora del Río de la Plata recibió en julio del año anterior amplias facultades en virtud del acuerdo suscripto mediante notas reversales entre los gobiernos de los dos países.

Entretanto, en Las Leñas, la presencia casi segura de los cinco presidentes de la Cuenca del Plata (la Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay) permitirá la firma de los tratados de libre navegación y el protocolo de seguridad a la navegación, marco jurídico para la Hidrovía Paraguay–Paraná, además de asuntos complementarios para la integración.

Panorama político

Ante

Con todas las cartas que tenían para jugar ya tiradas sobre la mesa, **Fernando de la Rúa** y **Avelino Porto** llegarán a la elección del domingo consumidos por desvelos diferentes. Convencido de que será el ganador —las encuestas le dan entre 17 y 13 puntos de ventaja— el candidato radical pierde el sueño por saber si logrará o no reunir **Colegio Electoral propio**, mientras que el postulante menemista achicó su desafío a comprobar si logra superar, o no, el 35 por ciento de los votos en el distrito.

Uno y otro tienen sobradas razones para ello. De la Rúa sabe que solo la realidad de un triunfo **claro e inapelable** habrá justificado el **enorme costo** que para él tuvo el anotarse en esta carrera y que de la magnitud de esa victoria depende su proyecto político de fondo: convertirse en el indiscutido candidato presidencial del radicalismo para las elecciones de 1995.

El discurso que en las últimas horas gastó De la Rúa para enfrentar el fuego cruzado a que lo sometió el menemismo —incluido el propio Presidente— dejó en claro que el radical no estaba dispuesto a perder jirones de su imagen en la contienda, recurriendo a una simple receta: ponerse por encima de las discusiones sobre las **bondades y miserias** que anidan en el **modelo económico** del Gobierno. Por eso no debe atribuirse a la casualidad que en los duros ataques que De la Rúa lanzó contra el oficialismo, sus misiles no apuntaron centralmente a **Domingo Cavallo** y a **Carlos Menem**.

Sí, en cambio, gastó suelas y saliva pregonando sus críticas al **modelo político** del menemismo, ante el cual se presenta como alternativa, cuestionando no solo los presuntos nidos de corrupción instalados en la administración, sino atacando los sueños de **poder hegemónico y perdurable** que atribuye al Presidente.

Otras son las vicisitudes de Porto. Ungido candidato por una decisión personal del jefe del Estado, que debió usar sus más sofisticados mecanismos de **apriete político** para vencer las resistencias del Partido Justicialista en la Capital Federal, poco tardó el rector de la Universidad de Belgrano en comprobar que era un huérfano perdido en el laberinto menemista.

"El Gobierno no hizo nada para que pudiera ganar esta elección", se le escuchó decir a Porto en una rueda íntima. El único apoyo abierto que recibió el candidato fue el brindado por el ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, quien no solo ventiló la conveniencia política que significaba sentar a Porto en el Senado, sino que también tomó la decisión de discutir públicamente con De la Rúa, para dejar en claro de qué lado debían sentarse quienes apuesten a conservar los beneficios del **modelo** y la estabilidad.

Pero las encuestas revelan que ese apoyo no fue suficiente para hacer crecer las acciones de Porto. Por el contrario, quedó en evidencia que el oficialismo hacía rato que se había despreocupado por la suerte de su candidato. Algunos hechos lo demuestran:

- Salvo Cavallo, ninguno de los ministros salió en apoyo claro de quien Menem había bendecido como "su" hombre en el distrito.
- El Ministerio del Interior no asumió ninguna de las necesidades de la campaña para unificar discursos o proponer **estrategias políticas** que unieran al candidato con la acción del Gobierno o, al menos, que tendieran un cable visible que uniera al proyecto del Presidente con las promesas del postulante a senador.
- De hecho, en plena campaña, el Partido Justicialista tomó como su bandera prioritaria la promoción de la reforma y la reelección y se olvidó olímpicamente de que hay una elección en marcha, donde es mucho lo que el menemismo pone en juego.
- El conflicto estudiantil, el aumento en las patentes de los autos y las idas y vueltas con la reforma previsional crearon, en conjunto, un clima nada propicio para seducir a quienes en esta semana aún no tienen definido qué boleta pondrán en la urna.
- En los últimos días, el Presidente decidió salir en auxilio de su candidato. Pero la sensación predominante es que Menem hizo todo lo posible para no aparecer "demasiado pegado" a un resultado electoral adverso, anunciado por las encuestas que el propio Gobierno mandó hacer. Sin embargo, en la Casa Rosada hay quienes afirman que Menem cambió esa actitud luego de enterarse de que el candidato justicialista a la Intendencia de Roldán, en Santa Fe, había triunfado con un histórico **76 por ciento de los votos**. **"El milagro menemista aún es posible..."**, dijo esperanzado un hombre de alto rango en la Casa Rosada.

Reglas de juego

Pero hay algo que unifica a radicales y a menemistas en estas horas: definir el escenario para **el día después**. Los operadores del Presidente argumentan que una derrota de Porto no cambiará ninguna de las reglas del juego político **desplegadas** por el Gobierno y repiten que solo está en juego una banca en el Senado que no modifica la relación de fuerzas existente en ese cuerpo.

Pero es difícil creer que la decisión de Menem de anunciar que no se presentará como candidato en 1995 y que aspira a retornar a la Casa Rosada recién después de cuatro años de culminar su actual mandato haya estado alejada de la preparación del escenario que vendrá luego de la elección del domingo.

En la vereda menemista no existen quienes sostengan que con ese anuncio hecho a una radio de Córdoba el Presidente se **está bajando del caballo** y renunciando a la posibilidad de lograr su reelección inmediata

el día después

con la reforma constitucional. **"Solo se está corriendo del centro de la cancha para ver cómo sigue la carrera"**, interpretan recurriendo a la jerga del turf. Es cierto, también, que ese paso de Menem, junto a su anuncio de que la reforma constitucional puede ser un tema del año próximo, saca del escenario el punto de mayor **fricción política** que la Casa Rosada mantiene con el principal partido de la oposición. Ese mismo tema —la reforma con reelección inmediata—, curiosamente, es el que hasta ahora logró el milagro de encarrilar en un solo redil a todas las vertientes del radicalismo.

De la Rúa tiene por delante dos instancias a jugar cuando el escrutinio haya revelado el humor del electorado porteño. Por un lado, **consolidar su imagen hacia dentro del partido de que él es el único radical capaz de enfrentar con éxito al menemismo en una elección.** Por otro, decidir si se pone al frente de la campaña por el **no** si el Gobierno decide jugar la carta de un plebiscito sobre la reforma constitucional. El frente antirreforma carece hoy de un elemento crucial para conformarse como una fuerza electoral: **un liderazgo confiable para la sociedad.** Y De la Rúa parece convencido de que, con muy poco costo, ese liderazgo lo está esperando con los brazos abiertos.

Tabaré Areps

ENCUESTA EXCLUSIVA DE CLARIN

De la Rúa sigue adelante por

ELECCION DEL SENADOR POR CAPITAL

3 DIAS

El radical Fernando de la Rúa consolidó su ventaja sobre el menemista Avelino Porto en la elección para senador por la Capital. Lleva casi 14 puntos y las proyecciones lo ponen a un paso de tener Colegio Electoral propio. El centroizquierdista Frente del Sur, con Fernando Solanas, se coloca cómodamente en el tercer puesto.

A tres días de los comicios para la elección de senador por la Capital Federal, el candidato radical **Fernando de la Rúa** —con el 39,7% de los votos— mantiene una ventaja de **14 puntos** sobre el oficialista **Avelino Porto**, que obtiene el 25,8%. Pero si se proyecta la intención de voto de los indecisos, De la Rúa obtendría **el 47,5% contra el 31% de Porto, una diferencia imposible de revertir para el oficialismo**, según la encuesta realizada por el Centro de Estudios de Opinión Pública (CEOP), en exclusiva para **Clarín**.

Con estos resultados, y aceptando el margen de error habitual producto de una proyección estadística, De la Rúa estaría muy cerca de conseguir **quórum propio** en el Colegio Electoral.

El sondeo realizado entre el 3 y el 15 de junio sobre 546 casos muestra al candidato del Frente del Sur, **Fernando "Pino" Solanas**, claramente instalado en el tercer lugar ya que las proyecciones lo ubican con el **9,5% de los sufragios**. El cineasta consigue así meter una cuña en una elección **altamente polarizada** y donde los votos en blanco llegarían al 4%. A pocas horas de los comicios **los indecisos conforman el 16,1% del electorado.**

El muestreo de CEOP señala que a Porto, pese a concurrir respaldado por la Alianza del Nuevo País,que integra a peronistas y a liberales de la UCeDé junto a otras agrupaciones, **le será difícil superar de manera significativa el caudal que el PJ consiguió en las elecciones para diputados del año pasado** (28,8%).

El **matriz de fidelidad**, que enseña el desplazamiento de los votantes de una a otra fuerza entre el año pasado y el que corre, lo explica: el 65,9% de quienes en 1991 se inclinaron por el peronista **Carlos Ruckauf** votará también por Porto, pero el PJ **pierde parte de sus votos en manos de otras opciones**: el 7,6% lo captura De la Rúa, el 5,3% prefieron hoy a Solanas y el 3% se va con **Enrique Venturino** del MODIN, que se ubica en quinto lugar, detrás de los votos en blanco.

Para reforzar su performance con respecto al año pasado, cuando como candidato a diputado obtuvo un 38,8%, De la Rúa se favorece ahora con el ingreso de votos de quienes el año pasado sufragaron por el socialista **Alfredo Bravo** y también con el aporte de ex votantes ucedeístas. **Casi tres de cada diez liberales quieren sumarle electores al radical.**

Pero donde De la Rúa cosecha en abundancia es **en el sector del electorado independiente, abrumadora mayoría entre los porteños.** Allí De la Rúa se alza con cuatro de cada diez voluntades, doblegando al rector de la Universidad de Belgrano.

♦ Algo más que una banca

La banca en juego **no cambiará la relación de fuerzas que en el Senado** hoy mantienen oficialismo y oposición, pero la importancia de estos comicios excede aun esa representación en disputa.

Para el Gobierno estas elecciones comenzaron **nacionalizadas**, cuando el 2 de marzo el presidente **Carlos Menem** imponía a Porto en el teatro Coliseo como **su candidato** antes que el PJ porteño lo aceptara formalmente.

Las expectativas menemistas bajaron al ritmo de los resultados de las encuestas, pero aun así el escrutinio del domingo tendrá su peso. A esta altura un buen resultado es elevar en varios puntos el promedio histórico del justicialismo en la Capital Federal para venderlo como una módica actuación y seguir bregando por **la reforma constitucional y la reelección presidencial.**

De la Rúa también se juega lo suyo más allá del eventual triunfo: para él se trata de agrandar todo lo posible la bre-

9209032

casi 14 puntos

cha de su ventaja ante el peronismo para plantarse como **presidenciable** en 1995.

La UCR juega también su predicamento en uno de los distritos que le entregan votos y representatividad luego que, ante las buenas elecciones del oficialismo del año pasado, solo capturó las gobernaciones de Córdoba, Río Negro, Chubut y Catamarca.

Del centro a la izquierda

Globalmente, la centroizquierda y la izquierda, según la encuesta de CEOP, **bajará su presencia en las urnas con respecto a las elecciones de 1991**. Mientras que en aquella ocasión las fuerzas de este espectro político rondaron el 17%, hoy Solanas —con el 9,5% de los votos— y el postulante por la Unidad Socialista **Héctor Polino** —2,5%— llegarían el domingo, sumados, al 12%.

Polino no alcanzó a constituirse en la referencia que sí fue para la centroizquierda el hoy diputado **Alfredo Bravo** en 1991, mientras que la izquierda tradicional no se ve representada. **De este nuevo panorama Solanas surge como el gran beneficiario**, nutriéndose también con el voto de peronistas "enojados" con el menemismo. El Frente del Sur, que respalda al cineasta, **haría su debut** ubicándose como tercera fuerza en la Capital, un lugar que desde 1983 estuvo reservado a la UCeDé.

Al igual que en los anteriores sondeos realizados por CEOP, De la Rúa supera a Porto **en todos los rubros** de imagen, un dato importante si se tiene en cuenta que en esta elección importan más las personas que los proyectos.

El radical sobresale en tres aspectos: **capacidad para ejercer la senaduría** (ya fue senador en dos períodos:1973-1976 y 1983-1989); **seriedad y honestidad**. Las virtudes que más se le reconocen a Porto son **capacidad para ejercer el cargo y seriedad**.

LA CARRERA AL SENADO

	Intención de voto	Proyección con indecisos
FERNANDO DE LA RUA	39,7	47,5
AVELINO PORTO	25,8	31,0
"PINO" SOLANAS	8,2	9,5
ENRIQUE VENTURINO	2,4	3,0
HECTOR POLINO	2,0	2,5
OTROS	2,2	2,5
EN BLANCO	3,5	4,0
NO LO SABE AUN	16,1	—

EL PERFIL DEL VOTANTE

De la Rúa
- El 72.8% de sus votantes tiene más de 35 años.
- Prevalecen las mujeres (54.2%) más que los hombres (45.8%)
- El 61% pertenece a los niveles alto y medio.

Porto
- El 61.5% tiene entre 26 y 49 años.
- Muy parejo por sexo.
- El 86.5% pertenece a los niveles medio y bajo.

Solanas
- El 45.7% tiene entre 18 y 34 años y el 37.1% entre 35 y 49.
- El 60% son hombres.
- El 82.9% pertenece a los niveles medio y bajo.

Venturino
- El 75% tiene más de 35 años.
- El 58.3% son mujeres.
- El 91.7% pertenecen a los niveles medio y bajo.

Polino
- El 87.5% tiene más de 35 años.
- El 87.5% son mujeres.
- Obtiene una distribución bastante pareja por nivel.

Indecisos
- El 67.5% tiene más de 35 años.
- Algo más mujeres (55.3%) que hombres (44.7%).
- El 44.7% son de nivel medio.

Infografía/CLARIN

Reelección en Argentina está en duda

BUENOS AIRES. (ANSA).- El Presidente argentino Carlos Menem volvió ayer a dejar en duda la posibilidad de su reelección, fuertemente impulsada por el Partido gobernante y por legisladores del oficialismo, que siguen avanzando en los proyectos de reforma constitucional y de una consulta popular para aprobar esos cambios en la Carta Magna.

Menem fue ungido oficialmente el martes de noche candidato presidencial por el gobernante Partido Justicialista para 1995, cuando concluye su mandato, que según la Constitución actual no puede renovar, lo cual es la razón principal de la reforma impulsada por el oficialismo.

El tema es confuso porque hasta hace unos días el Presidente jamás había reconocido abiertamente su intención de obtener otro período, aunque a la vez los legisladores oficialistas impulsaban un proyecto de ley para una consulta popular sobre la reforma, cuyo fin esencial es permitir la reelección.

Sin embargo, en los días últimos Menem comenzó a decir que luchará por un nuevo mandato como Presidente pero después de un período intermedio en el que se dedicará a sus negocios particulares.

El tema de la reforma y la reelección causó grandes polémicas en la campaña electoral en la Capital Federal, que el domingo próximo elegirá a un senador nacional, comicios que según todas las encuestas disponibles ganará el opositor radical Fernando de la Rúa.

Ayer Menem se pronunció por dejar el debate sobre la consulta popular para el año próximo o para 1994, a la luz de sondeos recientes en los que la población parece aprobar la reforma constitucional, pero no la reelección del actual Presidente.

Pero hoy, aunque reiteró que no tiene ganas de seguir en la Presidencia en 1995, dijo que le resultaría "muy difícil" tomar una decisión en ese sentido si en una consulta popular la mayoría de la población se pronuncia a favor de su reelección.

Las afirmaciones de diverso sentido que Menem viene pronunciando sobre este tema no obstruyeron las decisiones del Partido gobernante, el Justicialista, que anoche lo ungió oficialmente candidato presidencial.

Además, el oficialismo en la Cámara de Diputados impuso ayer su mayoría y logró que la comisión de Presupuesto y Hacienda apruebe los gastos para una consulta popular sobre la reforma.

En Argentina la Constitución no contempla el plebiscito, pero el oficialismo planeó lo que se denomina "consulta popular no vinculante", en base a la hipótesis de que un significativo triunfo del "sí" obligará a la oposición a no rechazar más la posibilidad de la reforma y la reelección.

Ese sistema ya fue utilizado en el pasado por el Presidente Raúl Alfonsín (1983-89), quien realizó en 1984 una consulta sobre la propuesta vaticana para solucionar el diferendo austral con Chile por el Canal de Beagle, que fue ampliamente respaldada por la ciudadanía. ■

Ahuad asumió como Sec. de Seg. Interior en reemplazo de Cesar Gioja.

15ee24

25.6.92

66960

11164

11304

Clarín 25/6/92

Otro cargo para Ahuad

El actual interventor en la Dirección de Migraciones y ex gobernador de La Pampa, **Néstor Ahuad** asumió ayer como nuevo secretario de Seguridad Interior, en remplazo del renunciante **César Gioja**.

Ahuad, que fue puesto en funciones por el ministro del Interior, **José Luis Manzano**, retendrá el cargo en Migraciones, un organismo que fue intervenido el mes pasado como consecuencia del **caso Al Kassar**.

Anoche, el presidente **Carlos Menem** anunció que el futuro director de Migraciones será **elegido por concurso**, al igual que el del Registro Nacional de las Personas. Lo hizo al poner en funciones a los **comités de selección de cargos críticos en la administración pública**.

Ahuad había ocupado el puesto de **Gustavo Druetta**, quien se alejó después de cruzar durísimas acusaciones con su superior, el secretario de Población **Germán Moldes**.

Gioja renunció a la Secretaría de Seguridad Interior para pasar a ser ministro de Gobierno del gobernador de la provincia de San Juan, **Jorge Escobar**.

El funcionario renunciante fue uno de los candidatos peronistas a senador nacional, que vio frustradas sus expectativas cuando el bloquismo sanjuanino y la Cruzada Renovadora se aliaron en la legislatura provincial consagrando como representantes en el Senado a **Leopoldo Bravo** y **Alfredo Avelín**.

C1 - 01

9209034

Buenos Aires, jueves 25 de junio de 1992, Ámbito Financiero

Menem: quiere volver al cargo en el 2000



Carlos S. Menem

*Carlos Menem terminó ayer de delinear públicamente una estrategia que inició el último martes: **a sus dichos de negar una nueva postulación para 1995, ayer agregó que tiene intenciones de volver al cargo en el año 2000 porque "lo que quiero es retornar a mis cosas al menos por un período de cuatro o seis años, de acuerdo a cómo se reforme la Constitución".** La línea discursiva pública presidencial separa por primera vez la reelección de **Menem** de la posibilidad de una reforma constitucional antes de 1995.*

*"**No tengo ganas de ser reelecto en 1995. Quiero terminar mi mandato de seis años y luego de un intervalo intentaré ser nuevamente presidente allá por el año 2000**", dijo Menem ayer durante un diálogo con "Radio Universidad" de **Córdoba**. Cuando se le consultó si el Partido Justicialista "**tiene ganas**" de que sea reelecto, contestó que: "**Para eso hacen falta dos ganas: la del partido y la del Presidente**".*

*Luego **Menem** siguió explicando que "**lo que quiero es retornar a mis cosas, al menos por un período de cuatro o seis años, de acuerdo a cómo se reforme la Constitución y luego volveré a la carga a ver si puedo ser presidente otra vez, allá por el año 2000**". Elípticamente, **Menem** ensaya por primera vez la estrategia de separar ante los micrófonos su reelección (que la descarta nuevamente) de la posibilidad de que la Constitución pueda resultar reformada antes del '95 con el inocultable objetivo de tratar de apartarse de la polémica actual por el tema.*

*El Presidente después insistió: "**Quiero volver al llano a seguir trabajando por el país y, además, en lo que me gusta: ejercer mi profesión de abogado y atender mis asuntos particulares**". Al mismo tiempo, **Menem** reafirmó la estabilidad del gabinete y atribuyó algunos rumores de cambios entre los ministros a una mala información de "**aquellos que se juegan por una primicia y después les sale mal**". Sin embargo, admitió que en algún momento algún funcionario **se va a alejar de su cargo, pero aseguró que "por ahora no tengo pensado hacer cambios ni en el gabinete, ni en ninguna de las Secretarías"**.*

*Por su parte, el senador **Eduardo Menem** volvió con la reforma al explicar ayer que "**no es incompatible atender las necesidades de la gente y pensar en reformar la Constitución.**" Uno de los objetivos de la reforma es ampliar la participación popular, es decir permitir una mayor participación del ciudadano como podría ser a través de la figura del defensor del pueblo.*

*Luego, Eduardo Menem para justificar la necesidad actual de la mutación constitucional, dijo: "**Si en el día de mañana hace falta votar urgente una ley porque hay que atender a los inundados no se puede esperar seis meses o un año. Es necesario un procedimiento urgente**". Más tarde, agregó: "**Sin embargo, saldrá si hay consenso. No realizaremos ninguna concesión, ni el gobierno modificará su programa económico, ni habrá ninguna moneda de cambio**".*

FC0024
24-6-92
66960
11164
11398

Angeloz y la CEE

CORDOBA (De nuestra agencia). — El gobernador de Córdoba, **Eduardo Angeloz**, reclamó a embajadores de países que integran la Comunidad Económica Europea un "**masivo apoyo externo" para que "nos ayuden a compartir el conocimiento y las tecnologías de vanguardia**".

Angeloz habló durante una reunión que mantuvo con los embajadores de Alemania (**Herbet Limmer**), Gran Bretaña (**Humphrey Maud**), Francia (**Daniel Leroy**), Grecia (**Apóstoles Annines**), Italia (**Claudio Moreno**) y Países Bajos (**Schelte van Heemstra**).

En esa oportunidad, Angeloz los invitó a "intercambiar ideas y aunar criterios en lo que pudiera constituir una importante relación de la provincia con la Comunidad Económica".

Indicó que la Argentina "todavía requiere de un gran esfuerzo de nuestra generación **para sentar las bases de una democracia sin fisuras y de una economía sana y competitiva**".

Clarín 24/6/92

9209036

01-01

Buenos Aires, miércoles 24 de junio de 1992 ★ CLARIN

LOS QUE SE OPONEN A LA REFORMA QUIEREN PONER EN DISCUSION EL MODELO, DIJO EL PRESIDENTE

Menem: "La reforma puede esperar"

El debate por la reforma de la Constitución podría suspenderse, por ahora, para retomarse "el año que viene o en el '94, dijo ayer el Presidente. Carlos Menem, de todas formas, señaló que quienes se oponen a modificar el texto constitucional son los que se oponen al modelo económico impulsado por el Gobierno. También aludió a un eventual plebiscito y, en este sentido, señaló que una consulta popular no vinculante podría realizarse "el año próximo, en el '94 o, directamente, ir a elegir a los constituyentes como lo indica la Constitución".

El presidente **Carlos Menem** opinó ayer que el debate por la reforma de la Constitución Nacional, que sectores de su gobierno y el justicialismo venían impulsando con toda intensidad en las últimas semanas, podría suspenderse ahora, para retomarse "**el año que viene o en el 94**". Sin embargo, no dudó en cargar con dureza sobre quienes se oponen a la reforma, asegurando que esos sectores en realidad **se oponen al modelo económico** impuesto por su gobierno.

Quieren "**poner en discusión** el modelo político y económico que está en marcha", dijo Menem, en lo que pareció un mensaje destinado a captar el apoyo para la reforma y su reelección de sectores económicos y políticos que han sido aliados de su gobierno pero que no acompañan la iniciativa reformista.

Consecuente con la tendencia a mostrar cierto **desinterés** por la reelección —una postura que esgrime desde hace varios días— Menem también dijo que la convocatoria a una consulta popular no vinculante por la reforma podría ser "en el 93 o 94, o **directamente** ir a elegir los constituyentes como indica la Constitución Nacional".

Pese a estas declaraciones sobre la necesidad de cambiar los tiempos sin abandonar el objetivo, el Consejo Nacional del PJ lanzó ayer virtualmente la **campaña por la reelección** (ver páginas 8 y 9).

En una larga entrevista concedida a ATC, Memem defendió sin embargo **la necesidad de hacer la reforma y de cambiar los aspectos no dogmáticos**, aunque se negó nuevamente a hablar sobre la posibilidad de que entre esos cambios figure la reelección.

Incluso volvió a hablar de la alternativa de retornar a Anillaco, su ciudad natal, en 1995 cuando termine su actual mandato de seis años.

♦ La proscripción

Ayer se anunció otra **postergación** de las conferencias de prensa que, según se había anunciado oficialmente, el Presidente daría cada dos semanas. Y como días **atrás** por Radio América, ayer Menem eligió una larga entrevista telefónica en el canal oficial ATC para explayarse sobre distintos temas.

"**Ya estuve proscripto veinticinco años, seis años más no me hacen nada, después vuelvo... Total tengo larga vida todavía**", agregó el Presidente, en referencia a la teoría de la supuesta **proscripción**, una de las ideas que agita el oficialismo en su campaña por la reelección.

"**El hecho de que no tenga posibilidad de mi reelección en 1995 no significa que vaya a abandonar la política definitivamente**", agregó Menem, quien aseguró: "Voy a incursionar en la política con toda mi fuerza, con todo mi conocimiento, para ser útil a mi país".

Por otra parte, Menem anunció que no cambiará "**a nadie**" en su gabinete, pese a la suerte de "**PRODE** que realizan los periodistas con pronósticos de posibles cambios" (ver página 13).

Menem dijo que no hará cambios en el Gobierno porque **la Argentina anda bien** ya que tenemos estabilidad económica, hay seguridad, las instituciones funcionan y no hay mayores problemas, **salvo el de los docentes**.

Menem, que recibió un cuadro de **Facundo Quiroga** como regalo anticipado de los 62 años que cumplirá el 2 de julio, también se refirió a otras cuestiones:

- **Paro de docentes nacionales**: "Algunos están **altamente politizados o ideologizados**; porque cuando va a una manifestación de estudiantes, padres y docentes al Palacio Pizzurno y no solo hacen reclamos sino que se apredrea el edificio y entra a dialogar con las autoridades Luis Zamora (diputado del MAS), tengo que [illegible] eso".
- **Restablecimiento del 82 por ciento móvil a los jubilados por decreto**: "En el mes de julio, lamentablemente, ya es imposible pagarlo. Pero quiero **en agosto** estar pagándoles ese aumento, que va a ser sustancioso... Voy a esperar (al Congreso) hasta que vea que puedo esperar" que se otorgue por ley. Si no, recurrirá —dijo— a un decreto de necesidad de urgencia.
- **Promesas electorales de 1989**: "Cumplí con todo lo que prometí y aun hice más".
- **Caída en la Bolsa**: "Las bolsas cayeron en todo el mundo. Hay que considerar que actualmente **no hay islas** sino que es un mundo altamente interdependiente y por eso se dan estas situaciones, pero no hay que preocuparse. Cuando llegamos al Gobierno, la Bolsa operaba un millón o medio de dólares por día y ahora nos sentimos mal porque descendió de ciento cuarenta a setenta y tres millones".
- **Elección del senador en la Capital**: "Vamos a hacer una excelente elección, porque **el pueblo de la Capital no se engaña más**". Criticó al candidato radical **Fernando de la Rúa** porque "se calló" durante el gobierno de la UCR "cuando había corrupción" y aseguró que la candidatura de **Avelino Porto** es "una apuesta del Presidente".

24-6-92

EL PAIS — Miércoles 24 de Junio de 1992

[A]ctos en "Alfa" no Empañan Relaciones con Argentina

GROS: EL PRIMERO EN DEFENDER LA SOBERANIA DEL PAIS ES EL GOBIERNO

Mientras calificó el planteo formulado por el diputado Daniel García Pintos de "serio" y "responsable" en un tema "importante", el Canciller Héctor Gros se apresuró a afirmar que en el asunto "hubo una coincidencia completa con un Poder Ejecutivo que es el primero en defender la soberanía y los derechos de la República. Por tanto, nadie puede aventajar al *gobierno* y al *ministerio de* Relaciones Exteriores".

El ministro Gros como lo informara EL PAIS concurrió ayer a la Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara de Representantes junto con los titulares de Transporte y Obras Públicas, Sr. Wilson Elso y de Defensa Nacional, Mariano Brito, acompañados todos de sus respectivos subsecretarios y asesores para informar sobre un planteo inherente a una posible violación del Tratado de Límites con Argentina en el Río de la Plata planteado por Daniel García Pintos.

Gros prefirió no profundizar en uno de los puntos reclamados por el convocante relacionado con una "violación" hecha por Argentina a nuestra legislatura sobre "cabotaje" diciendo que "el tema no se planteó en la comisión. Es un tema de interpretación jurídica muy difícil. Reitero, en ningún momento en la comisión se habló de "violación de la ley de cabotaje".

También declinó, amparado en la función que desempeña, en hacer comentarios sobre los pasos futuros que hará la Cancillería en el asunto diciendo que "sería un pésimo ministro de Relaciones Exteriores si dijera a la prensa lo que hará el Ministerio de Relaciones Exteriores antes de hacerlo..."

"Lo que sí se puede decir, es que la Cancillería hace y hará todo lo necesario para afirmar de manera inflexible los derechos de la República y para cumplir y exigir el cumplimiento del Tratado del Río de la Plata..."

Se le preguntó ante esto último si se podía inferir que no se hubiera cumplido con el tratado, a lo que el Canciller se apresuró a decir que "no dije que no se hubiera cumplido, sino que han habido sí, violaciones concretas y específicas en algunos casos del Tratado que DE NINGUNA MANERA EMPAÑAN NI AFECTAN LAS EXCELENTES RELACIONES DE Argentina y Uruguay y la voluntad común de encontrar solución a todos los problemas con el diálogo, la buena voluntad y la conversación recíproca..."

En cuanto a la apreciación del diputado García Pintos *referente a que el Canciller no había contestado* la batería de preguntas que le hiciera, informó que "las 10 preguntas que me entregara por escrito serán contestadas oportunamente por el Ministerio ya que son problemas de hecho sobre los que no se puede improvisar".

CANDIOTA

La presencia de Gros sirvió además para que se le preguntara en torno a la eventual concreción de un acuerdo bilateral entre Uruguay y Brasil en oportunidad de la reunión presidencial de Las Leñas referido al transporte transfronterizo de sustancias atómicas emanadas de la usina de Candiota.

Sobre ello dijo que las bases de ese acuerdo fueron *elevadas hace varias semanas* a la Cancillería brasileña y oportunamente irá una misión de la Cancillería nuestra a Brasilia para concretar el texto. No descartó, no obstante ello, que el tema pudiera ser tratado en la reunión de Las Leñas en el curso de alguna reunión bilateral entre los presidentes Lacalle y Collor.



Canciller Héctor Gros Espiell

9209038

La Republica Miércoles 24 de junio de 1992

Le aconsejaron no apresurarse con la reforma constitucional

Menem consultó a los obispos

*** "Estuve proscripto 20 años, no importa si vuelvo a estarlo 6 años más", dijo por TV**

Menem le pidió consejo a varios obispos sobre la reforma de la Constitución, su obsesión política, y recibió opiniones favorables en cuanto a la necesidad de un debate pero, sobre todo, de no apurarse, según supo **LA REPUBLICA** de fuentes a prueba de cualquier desmentido.

■ Acaso por ello, el presidente ayer al hablar por el canal estatal en un programa periodístico matutino, afirmó que no importa si la reforma se hace en 1993, 1994 o después y que tampoco existen ansiedades en cuanto al plebiscito no vinculante, la herramienta con que el oficialismo piensa poder presionar al principal partido de la oposición a su proyecto: la Unión Cívica Radical.

"Estuve proscripto 20 años; no importa si vuelvo a estarlo seis años más", dramatizó el primer mandatario, como anticipando que su proyecto podría entrar en vía muerta. No es lo que piensan sus íntimos que creen leer las verdaderas intenciones de Menem. Ellos dicen que en 1993, el gobierno presionará al Parlamento para que convoque a una convención constituyente porque los dos tercios que reclama la carta magna serán definidos por el número de los presentes y no por lo que dice la bibliografía clásica que ese porcentaje es sobre el total de los legisladores de las dos cámaras reunidas en Asamblea Legislativa.

El Partido Justicialista, sin embargo, continúa adelante con sus planes de imponer para el primer trimestre de 1993, el plebiscito. Es difícil, sin embargo, afirmar que ese curso de acción termina con éxito.

Mucho depende la elección del domingo. Una fuente de inteligencia reconoció a **LA REPUBLICA** que su encuesta de la semana pasada otorga al candidato radical, Fernando De La Rúa, no menos de 10 puntos sobre el pollo de Menem, el propietario de la mayor Universidad privada del país, Avelino Porto.

Lo que sólo se discute es si De La Rúa tendrá Colegio Electoral propio (se eligen electores) o si deberá negociar con otro grupo el respaldo para contar con la mitad más uno de los sufragios. Menem no cree en esta hipótesis y se ha lanzado con todo a la lid electoral, a pesar que una derrota muy ruidosa de su candidato, incidirá en sus futuros pasos políticos.

La última semana electoral ganó en movilidad. No tanto por lo que los partidos políticos realizan, sino por las movilizaciones de asalariados, jubilados y otros sectores. Ayer, luego de mucho tiempo, los metalúrgicos salieron ruidosamente a las calles y los docentes, desconocieron un ukase del Ministerio de Trabajo para que levanten un paro de 72 horas que comenzó en la víspera, por mejores remuneraciones.

Hoy el Frente del Sur, la coalición que lleva al cineasta Fernando Ezequiel "Pino" Solanas como candidato, encabezará una caminata desde el Parlamento hasta el Obelisco. Será un pequeño recuento globular. Aunque las encuestas le otorgan entre el 7 y el 10% de los votos de los casi 2.5 millones de ciudadanos que el domingo estarán en condiciones de sufragar.

Pero la coalición vive un debate angustioso. Un sector de intelectuales pidió que antes del domingo el Frente del Sur diga que si De La Rúa necesita de los votos para que no gane el candidato de Menem (que es una hipótesis improbable), la izquierda no debería dudar.

Sin embargo, las 23 organizaciones que respaldan al director de "La Hora de los Hornos", resolvieron que sus electores únicamente sufragaran por Solanas y si se crea una crisis en el Colegio Electoral, la misma debe ser resuelta por los dos partidos mayores.

Cuentan las malas lenguas que Menem agasaja a los obispos con comidas esplendorosas. El Papa, alertado por estas comilonas y temeroso que dañe la salud del cardenal Antonio Quarracino, le puso a su lado a un sacerdote chileno para que le cuide las ingestas. Monseñor no escucha los ruegos del joven e inexperto trasandino a "su eminencia" y trisca y bebe con placer. En esos momentos, el presidente, que es su amigo, suele reclamarle: "Monseñor, cántese un tanguito". Y una voz aguardentosa satisface los ruegos del primer mandatario.

10 preguntas que formuló el Diputado García Pintos al Canc. Gros Espiell

150015

24-6-92

66860
11164
11399

Las 10 preguntas que se formularon a los Ministros

Las siguientes son las diez preguntas que el Diputado Daniel García Pintos formuló al Canciller Héctor Gros Espiell, y que éste contestará en los próximos días, por escrito:

"1) Posición argentina respecto de barcos que cambian bandera argentina por bandera extranjera. ¿Cómo los considera?

2) Mecanismos en ámbito del Mercosur para encarar medidas adoptadas por un Gobierno que afecten políticas macroeconómicas de los restantes países y su soberanía.

3) ¿Barcos con bandera panameña solicitaron permiso a autoridades uruguayas para realizar operaciones comerciales frente a Montevideo?

4) ¿No serán esas operaciones figura de contrabando y, por lo tanto, de aplicación los Arts. 1 y 28 del Cap. V "Operaciones de Buques extranjeros", Ley N° 12.091, Navegación y Comercio de Cabotaje?

5) ¿Por qué el Gobierno no aplicó Ley de Cabotaje, al verificarse operaciones comerciales por barcos extranjeros -ni uruguayos ni argentinos- en el río sin autorización del Uruguay?

6) ¿Cuándo se hizo operativo el decreto 1772/991?

¿Qué medidas se tomaron en conocimiento de las consecuencias prácticas del Decreto?

¿Hubo comunicación alguna entre Autoridades por este Decreto a Argentina?

7) ¿De qué organismo es la responsabilidad de observar el fiel cumplimiento del Tratado de Límites del Río de la Plata? ¿Dónde tiene su sede?

8) ¿Hubo algún intento por parte de empresas marítimas operando en Zona Alfa con la intención de introducir modificaciones a la misma frente a autoridades uruguayas?

9) ¿Existe obligación de navegar por el Río de la Plata con práctico, se cumple?

10) ¿Qué medidas se están tomando para sustituir operaciones en Zona Alfa por operaciones en puertos uruguayos?" ■

La Mañana 24/6/92

01-09

9208040

Un candidato menos

Clarín 24/6/92.

El **Partido Nacionalista Constitucional (PNC)** que sostenía la candidatura a senador del abogado **Alejandro Vázquez** decidió ayer **retirarse de los comicios por la** "inesperada renuncia" de **Zulema Yoma** como candidata a primera electora y otros "motivos".

El abogado de Zulema Yoma y frustrado candidato, reaccionó **indignado** contra la decisión del PNC, a la que calificó de **"una resignación electoral sorpresiva e incalificable que ofende a los electores y quiebra la esperanza de muchos compatriotas"**.

De esta manera concluye la experiencia electoral del PNC que primero quiso llevar como candidato al general **Juan Carlos Onganía** y ante la negativa del militar había optado por el renunciante Alejandro Vázquez.

Miércoles 24 de junio de 1992

Manzano propuso en Washington nombrar agregados policiales

El ministro del Interior, José Luis Manzano, propuso en Washington la designación mutua en ambos países de agregados policiales.

En sus entrevistas con el subdirector del FBI, Floyd Clarke, y el subdirector de [illegible]ntos Criminales del Departamento [illegible] Justicia de los [illegible] los Unidos, [illegible] Muller, ex[illegible] sobre la [illegible]ia de suscribir un convenio [illegible]operación que contemple acciones contra el terrorismo, la circulac[illegible] dinero proveniente del narc[illegible]o y la criminalidad en gener[illegible]

Manzano sostuvo [illegible]ento de su propuesta que [illegible] existido entre ambos países una vinculación como la que sustentaba no se hubiera registrado en la Argentina la presencia –dijo– de Gaith Pharaon ni del BCCI, la entidad financiera que cubría las act[illegible]dades de éste.

Ac[illegible] archivos

También señaló Manzano que la actividad de los agregados policiales norteamericanos, que tendrían [illegible] acceso a los archiv[illegible], [illegible] e investigaciones de [illegible] de seguri[illegible] argent[illegible] [illegible] que los Estados Uni[illegible] acciones [illegible] el reci[illegible] secuestro de un presunto criminal en México, que fue avalada por una decisión judicial norteamericana, y rechazada por el presidente de la Nación y el can[illegible]er Guido Di Tella.

Los interlocut[illegible] [illegible]l ministro argentino, quien [illegible]rió a las entrevistas en compañía de la subsecretaria de Asuntos Institucionales, Adelina Dalesio de Viola, recibieron con complac[illegible]ia la propuesta argentina.

Se conv[illegible] [illegible]ando próximamente n[illegible] funcionario del [illegible] a analizarse el [illegible]do.

PROPUESTA UNANIME DEL CONSEJO NACIONAL

El PJ lanzó su

*Unos 100 consejeros del máximo organismo ejecutivo del Partido Justicialista **decidieron** disponer la movilización del partido para instalar el tema de la reforma en la sociedad. En un virtual lanzamiento de la reelección de **Carlos Menem**, los consejeros **aprobaron** por unanimidad el proyecto de reforma **constitucional** que elaboró la comisión de juristas del partido. **Dijeron** que los plazos para lograr ese objetivo no los **condicionan**, en un intento por sintonizar con las **declaraciones** que hizo ayer el Presidente.*

920943

Buenos Aires, miércoles 24 de junio de 1992 ★ CLARIN

DEL PERONISMO

campaña por la reelección

Sin preocuparse por la aparente contradicción con las declaraciones hechas casi al mismo tiempo por el propio Presidente, (ver página seis), la conducción del justicialismo hizo ayer el virtual lanzamiento de una campaña para la reelección de Carlos Menem en 1995, durante la reunión del plenario del Consejo Nacional Justicialista que aprobó el proyecto de reforma constitucional elaborado por la comisión técnico-jurídica del partido.

"Ratificar por unanimidad —señala el punto 5 de la declaración del plenario— la voluntad irrevocable de este Consejo Nacional de impulsar la candidatura del compañero Carlos Menem para un nuevo período presidencial, cuando se elimine la restricción constitucional para la reelección".

Solo algunas horas antes Menem había propuesto postergar la discusión sobre la reforma constitucional para 1993 o 1994, e incluso reiteró aquella frase sobre su intención de "volver a Anillaco" —su pueblo natal de La Rioja— cuando termine su actual mandato.

En concreto, los cerca de 100 consejeros reunidos ayer en el plenario de la máxima instancia ejecutiva decidieron —junto con la aprobación del proyecto de reforma y aquella reafirmación de la nueva candidatura de Menem— "disponer la movilización del conjunto del Movimiento para instalar en la gente el tema de la reforma con reelección presidencial".

Es cierto que —como una zona de aproximación a la aparente falta de apuro del Presidente— la declaración del plenario aclara que, para concretar aquella tarea, "los plazos no nos condicionan".

Además, versiones creíbles indican que en una reunión en la residencia de Olivos, en la mañana, en la que el Presidente habló sobre el plenario con el ministro del Interior, José Luis Manzano, y con el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, Menem no solo no puso freno al impulso a la reforma, sino que pidió que el PJ actúe como "instancia de centralización" de las distintas iniciativas, para evitar contradicciones en los discursos y andamientos de proyectos personales.

Fue precisamente esa una de las conclusiones surgidas en el debate del plenario, luego de que se aprobaran los trabajos de la comisión técnico-jurídica que preside Eduardo Menem y de que se diera a conocer la declaración de 5 puntos que incluye la ratificación de la candidatura de Menem a la reelección.

Y, por supuesto, también el plebiscito, aunque Eduardo Menem aclaró que, en principio, el justicialismo pretende sacar la reforma "con consenso". Y Manzano fue todavía más directo y concluyente, cuando manifestó que es utópico pensar en una reforma sin un acuerdo con el radicalismo.

Antes de que diera a conocer la declaración, el dirigente sindical y diputado nacional José Luis Castillo había insistido en que la única manera de "enganchar" a la gente consiste en utilizar como eje fundamental y excluyente de la movilización el tema de la reelección.

Poco después, frente a la lectura de la declaración preparada por la mesa del Consejo que presidía Roberto García, hubo algún asomo de cuestionamiento a la redacción del citado punto 5 sobre la reelección de Menem.

La noche anterior, la Casa de Gobierno fue escenario de una reunión de algunos funcionarios —Manzano—, dirigentes —García— y gobernadores —el formoseño Vicente Joga, el pampeano Rubén Marín, el santafesino Carlos Reutemann, el jujeño Roberto Domínguez— que generó la siguiente conclusión:

- Para presentar de manera creíble la reforma ante la gente, el justicialismo debe "cuidar su propia imagen" y eludir "sospechas de autoritarismo".
- Solo lo logrará si normaliza los distritos intervenidos y convoca a elecciones internas para todas las candidaturas, incluidas las de senador nacional en aquellas provincias que renuevan sus bancas.

Medios variados

El tema de esa segunda etapa se centró en las estrategias de impulso a la reforma. La declaración ya había mostrado un esfuerzo contenedor al sostener que "los medios son tan variados como válidos los escenarios posibles".

Y nombraba entre esos medios y escenarios válidos y variados los "pronunciamientos de las legislaturas provinciales" que impulsó la reunión de legisladores provinciales partidarios que organizó la semana pasada Eduardo Menem en La Rioja. También las "movilizaciones", al estilo del congreso de la militancia bonaerense que armaron Eduardo Duhalde y el PJ provincial para el 4 de julio en Lanús, o la más superestructural que organizó para el 3, 4 y 5 de julio, en Cosquín, Eduardo Bauzá.

Gob. dió marcha atrás en la idea de sancionar la ref. previsional por decreto de necesidad.

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 23 de junio de 1992

EL GOBIERNO DIO MARCHA ATRAS

No habrá "decretazo" para la reforma previsional

El Gobierno **dio marcha atrás** en la idea que habían acariciado **Carlos Menem** y algunos de sus asesores políticos, principalmente **el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá**, de sancionar la reforma previsional por **decreto de necesidad y urgencia, el llamado "decretazo"**. La decisión la tomó ayer por la mañana el propio Presidente.

Se hizo pública después de una entrevista del diputado **Jorge Matzkin** con Carlos Menem, en cuyo transcurso el **titular de la bancada justicialista** en la Cámara baja le aseguró al **jefe** del Estado que los legisladores **acelerarán el tratamiento** de la iniciativa reuniéndose **hasta cuatro veces por semana, si fuera necesario**, para dar fluidez a las consultas con el fin de **agilizar la sanción** de la ley, cuyo texto, muy complejo, consta de más de 250 artículos.

Por la mañana, en Mendoza, **Bauzá** había dicho que el presidente Menem **decidiría mañana** (por hoy) si sanciona o no por decreto la reforma. Advirtió que "hay urgencia, habida cuenta de que el **tratamiento** —por los sondeos que hemos hecho en Diputados y Senadores— **será muy dificultoso** y de muy difícil sanción la ley".

El viernes Menem había sostenido que no le iba a **"temblar el pulso"** para reformar el sistema por decreto, cuestionando a los legisladores que "permanentemente hablan de las **necesidades de los jubilados** y luego demoran en el tiempo el tratamiento de un proyecto que **los puede beneficiar en sus haberes**".

Sin embargo, tras la reunión de ayer, Matzkin anunció que se había **descartado la alternativa** del decreto. El legislador aclaró que el Gobierno **"tiene apuro pero no plazos"** en esta cuestión, y agregó que "la necesidad y urgencia de algunas leyes **no cabe para la reforma previsional**, tema que debe ser discutido por los legisladores debido a sus **implicancias sociales**".

Ya está acordado que el proyecto previsional **no puede ser desdoblado**, como pretendía el radicalismo. La principal fuerza opositora quería que se sancionara **primero el 82 por ciento** para los actuales jubilados y se siguiera después con el resto de la reforma. Pero en un plenario conjunto de las comisiones de **Presupuesto y Hacienda y Previsión y Seguridad Social**, y tras una batalla a puñetazos entre el peronista **José Rodríguez** y el radical **Héctor Di Tullio**, el oficialismo impuso por **25 a 20 votos** su criterio de no desdoblamiento.

El ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, había dado el visto bueno para que el proyecto se tratara **después de las elecciones del domingo** en la Capital Federal, pero posteriormente se molestó porque la dilación amenazaba **ir más allá de los plazos establecidos** por el Gobierno.

En la evaluación presidencial, para decidir la vía legislativa, entró en consideración la **seguridad jurídica que necesitan los inversores** que van a crear las administradoras de fondos de pensión y canalizarán la **jubilación privada**. Se calcula una inversión de no menos de **diez millones de dólares** para que estas empresas puedan ponerse en marcha y ofrecer las necesarias garantías.

También está en juego la **privatización de YPF**, cuyos fondos se destinarán al **sistema previsional** y que necesita una consideración detenida. Ese proyecto todavía no salió del Senado.

El proyecto de reforma previsional incorpora al capital de las cajas el **26 % del producido del IVA, el 20 % del impuesto a las ganancias** y el total producido por la venta de las **acciones de YPF**.

9209044

01 - 01

El Parlamento considerará la actividad de buques extranjeros en la "zona alfa"

■ Los ministros de Relaciones Exteriores, de Defensa y de Transportes y Obras Públicas, asistirán hoy a la Comisión de Asuntos Internos de la rama baja parlamentaria para responder un pedido de informes cursado por el diputado de la Cruzada 94 Daniel García Pintos quien entiende que estamos frente a la violación del Tratado del Río de la Plata por parte de barcos argentinos con bandera panameña.

La denuncia realizada en su oportunidad por Yamandú Flangini desde las páginas de LA REPUBLICA y que motivó la preocupación del diputado colorado, refiere a la presencia de barcos argentinos con banderas de terceros estados que realizan operaciones en la Zona Alfa del Río de la Plata sin ajustarse al tratado firmado al respecto por Uruguay y Argentina. Flangini ratificó que estas operaciones violan no sólo el tratado mencionado, sino también el derecho interno uruguayo, puesto que se está violentando la Ley de Cabotaje donde se reserva, entre otras cosas, la operación de alijo sólo a buques de bandera uruguaya.

Explicó que este hecho "es sumamente alarmante ya que se está violando la soberanía nacional", y recordó que dicha situación se arrastre desde 1980 y comenzó a agravarse en setiembre del pasado año cuando el gobierno argentino dictó un decreto que posibilita a las empresas marítimas el cambio de banderas.

"Este tema nosotros lo denunciamos en la revista Estrategia y en LA REPUBLICA en el mes de marzo y afortunadamente hace dos semanas un diputado se preocupó por el tema", precisó Flangini ,al tiempo que consideró que esta problemática "debería haber sido encarada previamente por el gobierno y por qué no se hizo es una de las cosas que van a responder los ministros hoy en la comisión".

Sobre la comparecencia de los ministros Héctor Gros Espiell, Mariano Brito y Wilson Elso Goñi en la Comisión de Asuntos Internos del Parlamento, aseveró que si los jerarcas no brindan explicaciones satisfactorias "se debe proseguir con los procesos que marca la Constitución".

Flangini estimó que para que cesen estas actividades en la Zona Alfa se requiere una nueva negociación con el gobierno argentino o de lo contrario habrá que intervenir sobre los barcos que tienen bandera panameña que se desplazan por aguas uruguayas.

"Para nosotros la bandera del buque es la que le da la nacionalidad y un buque panameño acá no tiene nada que hacer por lo que no podemos mantener una soberanía alterada por terceros, puesto que significa una pérdida muy grande para el país", concluyó.

Sobre el particular, el diputado de la Cruzada 94, Daniel García Pintos, dijo que la "Zona Alfa, es una figura jurídica. Se realizan las operaciones y se tienen que retirar, sin embargo, esos barcos han estado trabajando como si fueran puertos y depósitos flotantes, permanentemente".

García Pintos consideró que "eso no puede ser, es un desconocimiento del Tratado. Se agrava aún más esta situación, porque desde el 3 de setiembre de 1991 un decreto del gobierno de Menem, el 1772/991 le posibilita a las empresas marítimas argentinas, cambiar de bandera".

El legislador cruzadista, señaló que "se está transgrediendo, una ley que sí tiene efectos penales, porque el Tratado de Límites del Río de la Plata no los tiene, pero la Ley de Cabotaje sí tiene efectos penales y en este caso está siendo vulnerada por estos barcos".

"El canciller después de esta denuncia ha salido a la prensa a darnos la razón porque ha dicho que los barcos no pueden operar en esas condiciones, ya que las mismas, son ilícitas", subrayó.

García Pintos puntualizó que "este es un tema que importa a todos los uruguayos y la Cancillería debe expresar cuáles han sido los pasos que se dieron y los que se van a dar para que Argentina respete ese Tratado".

Se reune el Consejo Nacional del PJ
13CO27
23-6-92
66460
11164
11304

//

SE REUNE HOY EL CO[illegible] NACIONAL DEL PJ

Clarín 23/6/92

Dan otra vuelta de tuerc[illegible] a [illegible] reforma

Tras la reunión pr[illegible]formista de las legisla[illegible]ras provinciales en La Rioja, será **el plenario del Consejo Nacional** del PJ el que hoy, a partir de [illegible] 11, vuelva con el tem[illegible] la reforma constit[illegible]nal.

Los 112 consejer[illegible] nacionales están citados para analizar y dar aprobación al documento sobre **el contenido de la reforma** elaborado por la comisión técnico-jurídica del PJ que preside **Eduardo Menem**. El **manzanismo**, a su vez, pujará hoy por **conseguir una reunión del Congreso del PJ** —la máx[illegible] instancia partidari[illegible]— para darle mayor re[illegible] institucional al operativo reforma en el que está empeñado el Gobierno.

En la última reunión del Consejo se inclinar[illegible] a favor de convocar [illegible] congreso el ministr[illegible] Interior, **José Luis Manzano**, el diputado Miguel **Angel Toma** y, pese a su distancia con el jefe de la cartera política, el intendente porteño, **Carlos Grosso**.

La idea que sustenta esta convocatoria del congreso es que la cumbre de Cosquín, que se realizará el 4 de julio, no tendría la ent[illegible] suficiente como para que el peronismo responda, des[illegible] allí, a una eventual negati[illegible] la reforma por parte d[illegible] [illegible]vención Nacional [illegible] [illegible]R, que se reunir[illegible] [illegible] el 4 de julio en P[illegible] Norte.

A la convocatoria del congreso peronista se opusieron, en la última reunión de [illegible], el subsecret[illegible] Presidencia, [illegible], y [illegible] diputad[illegible] [illegible]ias, que se cuentan [illegible] los [illegible]sponsables del armado [illegible] Cosquín. Este sector argumentó que un congreso sería peligroso porque algún [illegible] del PJ podría des[illegible]garse, por ejemplo, con alguna propuesta de adosarle al [illegible]yecto de reforma del [illegible] un perfil más peronista, simil[illegible] [illegible]nulada modificac[illegible] [illegible]9.

Desde los [illegible] allegados a Manzan[illegible] cree que la razón de [illegible] de quienes prefieren "patear para adelante" la reunión de congres[illegible] encubre el de[illegible] [illegible]alidecer [illegible] [illegible]os[illegible] [illegible]nte principal [illegible] secretario general de la Presidencia, Ed[illegible]rdo Bauzá.

La fórmula de conciliación entre ambas posiciones podría ser la convocatoria al congreso, derivando en la presidencia del PJ, que ejerce **Roberto García**, la fijación de la fecha.

Para el manzanismo, el congreso del PJ —que además tiene que dar su aprobación formal al proyecto de reforma constitucional— debiera realizarse durante el mes próximo para no extender en el tiempo un eficaz **contraataque** ante la posible postura antirreformista de la convención radical.

Se estima que **no habrá reparos** hacia el proyecto de reforma que elaboraron los juristas del PJ. Lo que sí está retrasado en el justicialismo es su archianunciada campaña de difusión reformista hacia el interior del país. Si bien el cronograma de visitas ya está avanzado, no es posible hoy encarar esa etapa: se prefiere resolver primero las complicadas situaciones de algunos distritos que están intervenidos. Se teme que, de no ser así, las giras pro reformistas podrían convertirse en conflictivos debates sobre las internas locales.

En los distritos no solo están latentes las pujas que las intervenciones por ahora postergaron, también hay, como en Santa Fe, enfrentamientos por la designación de los senadores nacionales que las legislaturas deben elegir antes del 10 de diciembre.

Línea por libro

9209046

01-01

EEUU levantó la sanción a EZEIZA.
150024
23-6-92
66960
11164
11399

COMUNICACION OFICIAL DE TODMAN A DI TELLA: EL AEROPUERTO DEJO DE SER "INSEGURO"

EE.UU. levantó la sanción a Ezeiza

Para los Estados Unidos, Ezeiza dejó de ser un aeropuerto inseguro. La Secretaría de Transporte norteamericana anunció ayer el levantamiento de las restricciones para viajar a la Argentina aplicadas el 13 de marzo pasado. El gobierno argentino debió construir varias obras recomendadas por las autoridades de aquel país para reforzar las condiciones de seguridad. El embajador Terence Todman comunicó anoche la novedad al canciller Di Tella.

El gobierno de los Estados Unidos **revirtió** ayer la decisión de declarar **inseguro** al **Aeropuerto de Ezeiza** —calificación que había impuesto el 13 de marzo—, al considerar que las autoridades argentinas cumplieron las obras requeridas para perfeccionar los sistemas de vigilancia.

La resolución fue anunciada en Washington por el secretario de Transporte, **Andrew Card** —quien ordenó que se levanten las advertencias distribuidas en todos los aeropuertos norteamericanos—, y fue comunicada oficialmente al gobierno argentino por el embajador de ese país, **Terence Todman**, durante una entrevista mantenida anoche con el canciller **Guido Di Tella**.

El Departamento de Transporte de los Estados Unidos alertó a los pasajeros norteamericanos acerca de las deficientes condiciones de seguridad frente a ataques terroristas detectadas en Ezeiza **cuatro días antes del atentado contra la Embajada de Israel** en la Argentina y en el marco de las presiones desplegadas por la Embajada estadounidense para que se eliminara el **monopolio** de los depósitos fiscales de Ezeiza.

"Una burda mentira"

Esa decisión había provocado en primera instancia una airada reacción del gobierno argentino. El presidente **Carlos Menem** calificó la denuncia como **"una burda mentira"**, mientras que el ministro de Defensa, **Erman González**, juzgó **"desproporcionadas"** las restricciones promovidas por el gobierno norteamericano.

Sin embargo, las autoridades argentinas ordenaron la inmediata ejecución de las obras recomendadas por los Estados Unidos. Entre ellas se destacan la construcción de un **muro de contención de 150 metros de largo** para evitar que pueda divisarse la pista de aterrizaje desde la playa de estacionamiento de autos, la iluminación de algunos sectores y mejoras en el monitoreo de entrada y salida de pasajeros.

Una nueva **inspección** enviada por la Administración Federal de Aviación de los Estados Unidos, realizada entre el 18 y el 21 de mayo, comprobó la adopción de las nuevas medidas de seguridad por parte del gobierno argentino.

"Efectivas medidas de seguridad"

"Notificaré al público estadounidense que ahora existen efectivas medidas de seguridad en el Aeropuerto Internacional de Ezeiza", declaró ayer a la prensa el secretario de Transporte norteamericano, **Andrew Card**. El funcionario aseguró que en una carta enviada al Poder Ejecutivo de la Argentina —probablemente otorgada anoche por el embajador Todman al canciller Di Tella— expresa que **"han hecho impresionantes progresos para mejorar esas medidas de seguridad y por eso estoy resuelto a revertir la determinación"**.

Como telón de fondo de las restricciones aéreas dispuestas por los Estados Unidos, las sugerencias de ese país para que se elimine el monopolio existente en los depósitos fiscales de Ezeiza habían provocado una resonante polémica entre los ministros de Defensa y de Economía, **Erman González** y **Domingo Cavallo**.

920904?
01-01

Elección en la Comuna Santafesina
/Sec 24
22-6-92
66460
11164
11304

CLARIN 22/6/92

ELECCION EN UNA COMUNA SANTAFESINA

El PJ ganó con el 76% de los votos en Roldán

ROSARIO (De nuestra agencia). — Una arrolladora victoria consiguió ayer **el justicialismo** en las elecciones comunales realizadas en Roldán, localidad ubicada a unos veinticinco kilómetros al oeste de esta ciudad. Al cierre de esta edición, el escrutinio indicaba que el **Partido Justicialista** había logrado **3.941** votos. Esto es, el **76 por ciento de los sufragios emitidos.**

De ese modo, el candidato presentado por el sublema "Juntos por Roldán", **Roberto Di Santo**, quedó consagrado como nuevo intendente al lograr 2.102 votos (60 por ciento de los votos válidos).

En segundo lugar, con 1.484 votos, se ubicó el sublema "Roldán Solidario", que presentó a **Víctor Hugo Ziraldo**. En tanto, la Unión Cívica Radical consiguió el segundo puesto como partido al contabilizar **620 sufragios**. Detrás quedaron el Partido Demócrata Progresista, 272 votos; Honestidad, Trabajo y Eficiencia (PSP), 134; y el Frente Vecinalista, 111 votos.

Los especialistas estiman que en los comicios de ayer el justicialismo recibió unos mil votos **fugados** del radicalismo y la democracia progresista.

Tres décadas atrás se imponían en esa localidad los candidatos demoprogresistas y luego lo hicieron aquellos postulados por el radicalismo. Sin embargo, desde 1983 el justicialismo ubica a sus candidatos en la intendencia con relativa comodidad.

En su condición de titular del Concejo Deliberante, Di Santo se desempeñaba hasta ahora como intendente interino. A partir de su próximo juramento remplazará al justicialista **Rolando Echeverría**, quien dejó el cargo para asumir como sensdor provincial.

La dirigencia política de la provincia recuerda que en las elecciones para gobernador, Di Santo apoyó el sublema que llevó como candidato al actual diputado nacional **Fernado Caimi**, quien se oponía a **Carlos Reutemann**.

El padrón incluyó a 6.241 personas habilitadas para votar: 3.231 electores masculinos, 3.181 femeninos y 9 extranjeros.

En declaraciones que hizo tras conocerse el resultado, Di Santo, ahora reconocido como un independiente, se manifestó pluralista y adelantó que en su gobierno incluirá a representantes de las otras fuerzas políticas.

La UCR oficializó dos sublemas: "Alternativa Roldán", que postuló a **Hilda Perrin** y "Nueva opción para Roldán", que presentó a **José María Wilson**. Por su lado, el movimiento Honestidad, Trabajo y Eficiencia llevó a **Alberto Perrone**, mientras que la democracia progresista presentó a **Rolando Schwank**.

9208048

01-01

Uruguay estudia pedido de asilo del arg.
13.224
22-6-92
Exp. GRASSI SUSINI.
66860
11164
11399
507466

Buenos Aires, lunes 22 de junio de 1992 ★ CLARIN

Uruguay estudia un pedido de asilo

El gobierno uruguayo decidirá en los próximos días si concede, o no, asilo político al argentino **Enrique Grassi Susini**, uno de los operadores políticos del coronel (RE) **Mohamed Alí Seineldín**, que huyó del país luego de la sangrienta rebelión carapintada del 3 de diciembre de 1990. Seineldín , condenado a cadena perpetua, deberá declarar hoy ante el juez **Martín Irurzun** en relación con una querella que promovió el ex jefe del Ejército, **Martín Balza**, contra los periodistas Jesús Iglesias Rouco y Carlos Burone. Ambos citaron en un artículo dichos del ex jefe carapintada que Balza consideró agraviantes.

Grassi Susini, que se encuentra prófugo de la Justicia argentina, pidió asilo el jueves pasado pero solo el viernes se conoció que se encontraba escondido en el vecino país.

Conocido como el "Mono" por su contextura física y sus casi dos metros de altura, Grassi Susini **es el tercer civil carapintada que** recurre a la tradicional posición uruguaya favorable a la concesión de asilos políticos.

El primero había sido el médico **Pablo Francisco Llanos**, quien en febrero de 1991 obtuvo un amparo político provisional de parte del gobierno uruguayo, que luego no concurrió a renovar.

El segundo fue el ex vocero de Seineldín, **Alejandro Gorostiza**, que nació en Buenos Aires pero es hijo de padres uruguayos. Esta ascendencia le permitió ser considerado ciudadano uruguayo y eludir un pedido de extradición del juez federal **Miguel Pons**, quien investiga a los civiles que seguían a Seineldín. La justicia uruguaya consideró que se lo buscaba por delitos de carácter político.

Si la Justicia argentina pide también la extradición de Grassi Sussini, la respuesta quedará en manos de los tribunales uruguayos.

01-01

9209049

La oposición tendría ventaja en elecciones senatoriales argentinas del próximo 28

BUENOS AIRES, 21 (AP) - La campaña para las elecciones senatoriales a realizarse el próximo domingo aquí entró en su etapa final con aparente ventaja opositora, pero dominada por la polémica entre el gobierno y sus adversarios en torno a una eventual reelección del presidente Carlos Menem en 1995.

Todas las encuestas, aun las de consultores contratadas por el Partido Justicialista (peronista) de Menem, coincidían hoy en asignar una ventaja aparentemente indescontable a Fernando de la Rúa, candidato senatorial del partido opositor Unión Cívica Radical (UCR), sobre su rival oficialista Avelino Porto.

Unos 2,46 millones de habitantes de esta ciudad están habilitados para votar el 28 de junio, entre diez candidatos, a uno de los dos representantes de la capital federal en el Senado.

Votación directa en Buenos Aires

Este año se renueva un tercio de los 4[illegible] miembros del Senado, donde M[illegible] cuenta con mayoría absolu[illegible] [illegible]ro sólo en esta capital la elección es por votación directa, ya que en los restantes 23 distritos los senadores son elegidos por las respectivas legislaturas provinciales.

[illegible] fundador y rector de la Universidad de Belgrano, una institución privada, fue designado personalmente por Menem como candidato del justicialismo, con la esperanza de ganar el apoyo del electorado independiente de este distrito [illegible] el peronismo tradicionalmente ha sido superado por la UCR.

Partidarios de Menem [illegible]man, que una victoria peronista en la capital impulsaría la campaña emprendida para reformar la Constitución nacional, con el casi exclusivo propósito de eliminar el artículo que prohíbe [illegible] reelección de un presidente [illegible] transcurrido [illegible] período completo de seis años.

Las encuestas ubican a De la Rúa entre 10 y 15 puntos por encima de Porto, considerándose que la acentuada polarización entre los dos principales partidos hará que adherentes [illegible] la UCR y peronistas obtengan más del 80% de los votos. El resto se dividiría entre [illegible] candidatos de diversas tendencias, a quienes no se asignan posibilidades de triunfo.

La reelección presidencial

En la localidad de Cosquín, provincia de Córdoba, el 3 de julio comenzará una reunión nacional para coordinar esfuerzos en favor de la reelección presidencial, con la asistencia de ministros, gobernadores provinciales y legisladores peronistas, y decenas de dirigentes partidarios.

La necesidad de la reforma debe ser declarada por el voto de dos tercios de los senadores y diputados. Si se obtiene esa mayoría se convocará a elecciones para designar una Convención Constituyente, encargada de modificar la Constitución.

Menem no cuenta en el Congreso con el apoyo necesario para aprobar la reforma constitucional. Los esfuerzos gubernamentales por convencer a la UCR de que apoye esas modificaciones han fracasado, y sus dirigentes acusan a Menem de tener intenciones autoritarias y tolerar un supuesto clima de corrupción en su gobierno. ■

Reforma constitucional
150029
22-6-92
66960
11169
1304

"NO SE DEBE REPETIR LA

Admiten que Gobierno la

El senador Eduardo Menem admitió que si no hay reforma constitucional con reelección, la carrera por la sucesión de Carlos Menem puede generar problemas al Gobierno y dijo que no debe repetirse la experiencia sufrida por Raúl Alfonsín. También reconoció que el tema de la reelección es el más polémico, aunque aseguró que es el que más moviliza a la militancia. En un reportaje concedido a *Clarín* en La Rioja, el hermano del Presidente produjo varias definiciones políticas.

LA REFORMA CONSTITUCIONAL

—En La Rioja usted le otorgó una importancia "secundaria" al tema de la reelección presidencial dentro de la reforma constitucional, ¿tiene una interna con los hombres del Gobierno que plantean la reelección como el principal objetivo?

—No hay interna alguna, pero yo distingo bien las cosas. Sé que la reelección es, seguramente, el tema más polémico pero no el más importante. Hay otras reformas de carácter más estructural, más permanente para el funcionamiento de las instituciones, que son más importantes. No hay que hacer de la reelección la protagonista principal de la reforma constitucional.

—No todos piensan lo mismo...

—Esa es mi posición de siempre. Por suerte lo tengo escrito, porque a las palabras se las lleva el viento. Cuando los radicales proponían la reforma durante el gobierno de **Raúl Alfonsín**, yo planteé que el hecho de que no se visualizara otro candidato radical para 1989 que el propio Alfonsín, no debía ser ese el único motivo que lo llevara a impulsar la reforma, pero tampoco el único motivo para rechazarla.

—¿Y en el caso de la reelección de Carlos Menem?

—Yo reconozco que el tema de la reelección, así como es el más polémico, también es el que más moviliza a la militancia, el que se convierte en la bandera principal a favor de la reforma para el dirigente, para el puntero del justicialismo.

—¿Y también, pero para oponerse, para ese frente que, según el Gobierno, se está armando alrededor del "establisment"?

—Yo no creo que se esté armando un frente de oposición, en el sentido de que se hayan reunido para diseñar una estrategia orgánica contra la reforma y la reelección.

—¿Pero usted considera que los sectores de poder económico están o no haciendo frente a la reforma?

—Hay un pensamiento —no desde ahora, sino desde hace mucho tiempo— de ciertos grupos económicos que los ha hecho oponerse siempre a la reforma constitucional. Piensan que se podrían tocar algunos derechos fundamentales. Desconfían de la posibilidad de que se avance sobre el derecho de la propiedad, o que se pueda fortalecer el intervencionismo estatal, o recortar de alguna manera la libertad de mercado.

—¿Y a la reelección también le temen?

—También. Supongo que creen que sería peligroso que alguien permanezca en el poder mucho tiempo.

—Pero aquí se trata además de la posibilidad de la reelección de un presidente concreto...

—Primero quiero aclarar que Carlos Menem no ha tomado todavía una decisión acerca de la reelección. Lo está pensando mucho. Pero también respecto de la reelección el proyecto debería tranquilizar. Porque se reduce el mandato a cuatro años y la reelección sería por una sola vez. A lo sumo, un presidente podría estar ocho años en el cargo y, además, a los cuatro tendría que someterse a la aprobación o al rechazo de la gente. Fíjese cómo hubiera cambiado la situación para Alfonsín con este mecanismo..

—¿Puede ser más preciso?

—Seguramente no se habría visto forzado a abandonar el Gobierno antes de tiempo.

C1-02

EXPERIENCIA DE ALFONSIN", DICE EDUARDO MENEM

traerá problemas al puja por la sucesión

—¿Ese antecedente de Alfonsín preocupa a este gobierno? Concretamente, lo que interesa saber es si ustedes temen que, si no sale la reforma, se instale en el peronismo una carrera por la sucesión de Menem?

—No es que yo le tenga miedo. Pero lo que ocurrió seguramente también ocurrirá con este Gobierno si no hay reelección. La carrera por la sucesión se abre muy rápido y tenemos que ser conscientes de que eso genera problemas. Empiezan las pujas, todos los presidenciables se quieren convertir en los que marcan la distancia con el Gobierno. Cuando se mantiene abierta la posibilidad de que el Presidente sea reelecto, se crea una especie de muro de contención para esos apresuramientos.

—¿Hay una amenaza de licuación del poder de Menem?

—Yo no hablaría de licuación del poder. Pero se puede crear un factor de perturbación para la marcha del Gobierno. Lo vivió Alfonsín cuando, por ejemplo, **Eduardo Angeloz** decía que había que cambiar la política económica.

—Usted planteó en estos días una especie de idea fuerza: la reforma no tiene que ser fruto de la imposición y sí del consenso. Pero el Gobierno, no va a ceder nada a cambio de la reforma.

—La reforma que se impone no sirve. Tiene que surgir del consenso que produce la convicción de los dirigentes de que la gente quiere la reforma, y hay que hacer todos los esfuerzos por conseguir ese consenso.

Eduardo Menem en un balcón de La Rioja: no repetir la experiencia de Alfonsín.

Ahora, si hay dudas sobre lo que quiere la gente, ahí aparece la necesidad de la consulta, del plesbicito.

—¿Pero no se negocia nada para conseguir el consenso?

—Cuando yo hablé de que no vamos a manejar monedas de cambio, a llegar a ningún pacto espúreo para conseguir apoyo a la reforma, estaba respondiendo a varios comunicadores sociales que plantean el fantasma de que hagamos concesiones a grupos de poder, por ejemplo a los sindicatos, o algunos sectores empresariales, capaces de modificar el modelo.

Carlos Eichelbaum

C2-C2 92090 S/

Desaparecerían partidos políticos

Fantasma: lo constituye el temor a perder la personería política para cuatro agrupaciones que dejarán de existir en la Capital si obtienen menos de 49.218 votos el domingo próximo.

Varios partidos políticos enfrentarán los comicios de senador porteño del domingo próximo con una amenaza latente: la posibilidad de perder su personería política en el distrito metropolitano, lo cual se traduce en una virtual desaparición.

Esfuerzos denodados por un lado y crisis internas por el otro son los matices alternos por los cuales deben transitar, indefectiblemente, los estrategos partidarios para alcanzar como mínimo 49.218 votos, es decir, el 2 % de los sufragios del electorado porteño –calculado en 2.460.883 ciudadanos–, según lo estipula la ley orgánica de los partidos políticos.

Tal es el caso que se les plantea al Partido Vecinal, que llevará como candidato a senador a Carlos Núñez; al Partido Nacionalista Constitucional, que postula a Alejandro Vásquez; al Partido Demócrata Cristiano, encabezado por Marta Noce, y al Movimiento al Socialismo, cuyo aspirante al Senado es Marcelo Claros.



Esas cuatro agrupaciones no alcanzaron en las elecciones del año último el mínimo del 2 %, por lo que de repetir este domingo una magra actuación perderán automáticamente su personería política en el distrito capitalino.

Contemplación legislativa

La ley en cuestión es la que regula el sistema partidario nacional y la que determina algunas exigencias para cada oportunidad en que se realizan comicios. La norma es clara en su artículo 50 al estipular en qué casos los partidos sufren la caducidad.

La ley penaliza, entre otros:

- No realizar elecciones partidarias internas durante el término de cuatro años.
- No presentarse en distrito alguno a tres elecciones consecutivas, debidamente justificadas.
- No alcanzar en dos elecciones consecutivas el 2 % del padrón electoral en ningún distrito.

La Justicia no permitió la presentación del Partido Obrero en los próximos comicios, por no haber alcanzado el mínimo del 2 % en las dos últimas elecciones.

(Más información en la Pág. 10)

Dónde votar

A diferencia de comicios anteriores, los ciudadanos porteños no podrán consultar los padrones en comisarías ni en oficinas de correos. Para saber dónde votarán, deben dirigirse a la Secretaría Electoral, en Tucumán 1320, subsuelo, de 8 a 18.30, o a la Cámara Nacional Electoral, en 25 de Mayo 245, de 7.30 a 13.30. También pueden llamar a los teléfonos 40-7081 al 86.

Partidos que podrían perder su personería

Fuerza política	Porcentaje de votos logrado en 19[illegible] (Sobre el total del padrón)
Partido Demócrata Cristiano	0,4 %
Partido Nacionalista Constitucional	0,4 %
Partido Vecinal	1 %
Movimiento al Socialismo	1,2 %

Algunos partidos podrían evaporarse

Esfuerzo: lo deberán hacer algunas fuerzas políticas de la Capital para captar, como mínimo, 49.218 votos con el fin de no perder la personería.

La caducidad de la personería política es un tema que preocupa a los dirigentes de los partidos políticos, en especial a las de aquellos que, durante los últimos años, vieron descender su caudal de efectividad y credibilidad partidaria.

Entre otras, dos son las principales causales de la pérdida de la personería, según la ley orgánica de los partidos políticos (23.298): no presentarse durante tres elecciones consecutivas en un distrito y no obtener, como mínimo, el 2 % de los votos del padrón. Sobre este último punto, hay que tomar las elecciones de 1991.

Según los cálculos y las cifras que figuran en la Secretaría Electoral metropolitana, las agrupaciones con riesgo de perder su personería política son 16, aunque muchas de ellas, "para salvar el pellejo", se agruparon en distintas alianzas como el Partido Comunista, el Movimiento de Integración y Desarrollo, el Partido de la Generación Intermedia, el Partido Demócrata y el Partido del Trabajo y del Pueblo.

Entretanto, los partidos que decidieron enfrentar su destino y que, quizá como una muestra del ansiado "respeto político" hacia sus seguidores, optaron por presentarse solos en la contienda electoral son: el Partido Demócrata Cristiano, el Movimiento al Socialismo, el Partido Nacionalista Constitucional y el Partido Vecinal.

El caso del Partido Obrero es un ejemplo de la puesta en práctica de la ley, ya que la Cámara Nacional Electoral declaró caduca su personería en la Capital debido a que en las elecciones de 1987 y 1989 no obtuvo el mínimo de votos exigidos por ley.

El secretario electoral de la Capital Federal, Heriberto Saavedra, informó a LA NACION que "el total de ciudadanos que votarán en la Capital Federal el 28 de este mes es de 2.460.883".

"De ese total se extrae la cantidad mínima de 49.218 votos (el 2 %) que deberán alcanzar los partidos para no caducar su personería en la Capital", explicó.

Si bien son muchas las variantes que presenta la ley para los partidos, en materia de amparo y restricciones, existe un proyecto elaborado en conjunto por Saavedra; por el secretario de la Cámara Nacional Electoral, Felipe González Roura, y por el fiscal electoral de 1ª y 2ª instancia de la Capital Federal, Roberto Amallo, para "mejorar el régimen legal vigente", tras la experiencia recogida durante los años de aplicación y que se encuentra -según fuentes del Ministerio del Interior- a la espera de la firma del presidente Menem.

Las modificaciones

Entre las principales modificaciones propuestas se destacan "la eliminación del requisito de adhesiones y el retorno al sistema de afiliaciones -con un mínimo estimado en no menos del 4 por mil del padrón de electores del país-" y la introducción de "la pérdida de franquicias por causales que la ley actual sanciona con la caducidad de la personería política (art. 46)".

Jugadas estratégicas

Hay un refrán que dice: "Hecha la ley, hecha la trampa". Si bien no se puede calificar tan duramente a algunas situaciones que adoptan ciertos partidos que, con el tiempo, disminuyen considerablemente su caudal de votos, sí puede hablarse de estrategia partidaria el intercalar las contemplaciones de no presentarse durante tres veces consecutivas en distrito alguno a elecciones y no alcanzar el 2 % del padrón durante dos elecciones seguidas.

"Esta estrategia es muy arriesgada", opinó una fuente cercana a la Secretaría Electoral y advirtió que en el futuro "esta contemplación se modificará pues con esta especulación, lo que algunos hacen es zafarse y no avanzar".

Javier Díaz

La polémica por los reclamos docentes se instaló ayer definitivamente en la dirigencia política. Mientras el presidente Carlos Menem acusó al radicalismo, al MAS y al Partido Obrero de politizar el tema y calificó como una "patraña" a las afirmaciones sobre la eventual destrucción de la escuela pública, el ex presidente Raúl Alfonsín dijo que el modelo que propicia el Gobierno está llevando a la ruptura de la educación pública. Para el gremio docente, que esta semana hará un paro de tres días —entre mañana y el jueves—, los reclamos son reales y no podrían hacerse sin el consenso de padres, docentes y alumnos.

EL PRESIDENTE DIJO QUE EN LAS

Menem de politizar

El presidente Menem acusó ayer a dirigentes del radicalismo de **politizar las manifestaciones de profesores, estudiantes y padres de alumnos que demandan un mayor presupuesto educativo y una mejora en el sueldo de los docentes.** Menem hizo extensiva su acusación a dirigentes del MAS (Movimiento al Socialismo) y del Partido Obrero (PO), mientras el gremio de los maestros y profesores nacionales decidieron **extender a tres días —de martes a jueves— el paro que se cumplirá en todo el país esta semana.**

"En materia de educación —dijo ayer el Presidente— **muchos, en este momento, están politizando el tema. Hemos visto en** las últimas marchas **que no eran marchas tan solo de estudiantes, sino de políticos que responden a signos partidarios perfectamente determinados: estaban los dirigentes del radicalismo metidos en la cosa, del Partido Obrero, del MAS con sus banderas inclusive. Y con sus cánticos agraviantes, como siempre. Esta no es forma** de hacer política", agregó.

Menem hizo también una obvia referencia a la Unión Cívica Radical al decir: **"Aquí, pareciera ser que a algún partido de la oposición le agarró una suerte de histeria colectiva, porque jugaron al fracaso de este Gobierno y, por lo visto, este Gobierno, con muchos problemas, está funcionando bien, por lo menos hay estabilidad, hay mayor producción, mayor consumo."**

El Presidente calificó de **"una patraña"** las afirmaciones que hablan de una eventual destrucción de la educación pública y llamó **"pícaros" a "los políticos que aprovechan esta suerte de complicación que vamos a superar, cuando la ley de Educación sea tratada por el Parlamento, y se vea el esfuerzo que se realiza para mejorar los sueldos de los docentes, en un promedio del cuarenta y el setenta por ciento, de acuerdo con su antigüedad y las funciones que cumplen."**

El ex presidente Raúl

DURA CRITICA DE ALFONSIN

"Están destruyendo la educación pública"

El ex presidente **Raúl Alfonsín**, la senadora radical **Margarita Malharro de Torres**, un grupo de diputados de la UCR y **Marcelo Claros**, el candidato del MAS para la senaduría porteña, refutaron las declaraciones de **Carlos Menem** sobre el conflicto que protagonizan los docentes de las escuelas nacionales (véase crónica central).

Tanto el radicalismo como el MAS, junto con el Partido Obrero, fueron acusados por Menem de "politizar" los reclamos docentes. Alfonsín y los legisladores de la UCR encabezados por **Leopoldo Moreau** apuntaron contra el "modelo" que llevaría adelante el Gobierno, mientras el MAS admitió que "**los reclamos son políticos** porque están contra un plan económico cuyo objetivo político es destruir la escuela pública".

En un acto en **Junín**, donde lanzó su propia corriente, Alfonsín disparó duro contra el Presidente al sostener que el "**fanatismo ideológico del modelo** que propicia el Gobierno está llevando a la destrucción de la educación pública".

"Nuestro corazón y nuestra acción —dijo Alfonsín— está junto a los docentes, los padres y los estudiantes que han ganado las calles en una maravillosa y conmovedora lucha en defensa de la escuela pública."

La senadora mendocina de la UCR, Margarita Malharro de Torres, desestimó las críticas de Menem y aseguró que "la realidad es el **vaciamiento** de la educación pública". La legisladora desafió a Menem a que "tome contacto con los padres y visite las escuelas públicas para que advierta por sí mismo el estado en que se encuentran los edificios."

Para Malharro de Torres, vocera de su bloque en temas docentes, "no es que politicemos el reclamo. **Somos políticos que estamos preocupados por la educación pública**". Según la senadora, "la UCR siempre estuvo preocupada por el mejoramiento y el sostén de la educación pública."

• Solidaridad y crítica

En simultáneo con las críticas de Menem, un grupo de diputados radicales integrado, entre otros por Moreau, **Alejandro Armendáriz, Pedro Novau, Juan Baylac, Victorio Bisciotti y Gastón Ortiz Maldonado**, expresaron su "solidaridad" con quienes se "movilizaron en defensa de la escuela pública", que "pretende ser destruida porque este es uno de los objetivos del modelo **neoconservador** del menemismo".

En tanto, Claros, del MAS —otro de los partidos aludidos por Menem— reconoció que "los reclamos son políticos porque están en contra de un plan económico que tiene el objetivo político de destruir la escuela pública, como parte de los dictados del Fondo Monetario Internacional."

MARCHAS HABIA POLITICOS DE LA UCR, DEL MAS Y DEL PO

acusó al radicalismo la protesta docente





Menem dijo que son "una patraña" las afirmaciones sobre una eventual destrucción de la escuela pública.

Alfonsín, la senadora radical mendocina **Margarita Malharro de Torres,** vicepresidente de la Comisión de Educación del Senado, el candidato a senador por el MAS, **Marcelo Claros,** y **Laila Wahed,** secretaria gremial del SUTEN, **repudiaron** ayer las afirmaciones presidenciales (ver aparte).

De esa forma [illegible] hizo referencia al conflicto desatado en el ámbito educativo hace dos semanas, cuando el Sindicato Unificado de Trabajadores de la Educación Nacionales (SUTEN), que reconoce el liderazgo de [illegible]chez, inició con [illegible] huelga un plan de [illegible] de profesores de la Capital Federal, en coincidencia con los maestros del Instituto Bernasconi que pedían la equiparación salarial con sus pares municipales.

La medida inicial se profundizó luego y se hizo extensiva a todo el país, transformándola en una avalancha de movilizaciones y sentadas de profesores, alumnos y padres, que se repetirán a partir de mañana en diversos colegios y calles de la Capital Federal.

El pasado miércoles, frente al Congreso, docentes y alumnos realizaron, juntos, la primera de sus grandes concentraciones a la que se unieron los reclamos de los jubilados, muchos de los cuales se incorporaron a la marcha que se realizó hacia el Ministerio de Educación. Junto a ellos, marcharon los rectores del Colegio Nacional de Buenos Aires, **Horacio Sanguinetti**, de la Escuela Superior de Comercio Carlos Pellegrini, [illegible] Escribar y del [illegible] Libre de Segunda Enseñanza, **Roberto Repetto.**

♦ Clima convulsionado

El clima en las escuelas seguirá convulsionado esta semana: los docentes secundarios decidieron extender [illegible] 2 horas sus medidas de fuerza en todo el país, **y rechazaron los aumentos graduales que anunció Menem**, para reclamar el llamado a paritarias para negociar sus salarios.

El SUTEN (adherido a CTERA) convocó a la huelga entre mañana y el jueves, día en que se incluirá una marcha desde el Congreso hacia Plaza de Mayo. La **Unión de Docentes Argentinos (UDA)** y la **Asociación del Magisterio de Enseñanza Técnica (AMET)**, (enfrentados a CTERA) en cambio ratificaron los paros por 48 horas entre mañana y el miércoles.

Hoy a las 15, el Ministerio de Educación recibirá a dirigentes de la Confederacion Argentina de Maestros y Profesores, quienes adelantaron una huelga de 72 horas , coincidente con la de CTERA, si no reciben de las autoridades una favorable respuesta a sus reclamos.

Menem definió también el proyecto educativo del Gobierno, al hablar de su aspiración a una educación enciclopedista, "realista y federal, para no quedarnos en la utopía de un Tercer Mundo que ya no existe."

El Presidente reafirmó ayer la intención del Gobierno [illegible] coartar la libertad de prensa. Como en anteriores oportunidades, habló de "ciertos medios locales", a los que no identificó, "que se empeñan en una campaña que procura desvirtuar la imagen del país en el exterior, y con fines inconfesables pretenden disminuir o destruir esta magnífica imagen que la Argentina tiene en el mundo, a través de noticias mentirosas y diciendo cosas inexistentes".

El Presidente tampoco precisó cuáles eran las "noticias mentirosas" y las "cosas inexistentes" a las que hizo referencia.

"Los reclamos son reales"

El SUTEN, el gremio de los docentes nacionales que está protagonizando el conflicto con el Gobierno, reaccionó con dureza frente a las palabras de Carlos Menem sobre los reclamos referidos a la educación pública. (Véase crónica central.)

"No reclamamos [illegible] patraña", dijo a Clarín Laila Wahed, secretaria gremial del Sindicato Unificado de Trabajadores de la Educación Nacionales. "Nuestros reclamos —explicó— tienen una solución muy fácil: que el Poder Ejecutivo indique a sus diputados que vuelvan a **incluir** en el proyecto de ley de educación **la cifra original del 6 al 8 por ciento del producto bruto interno para el sostenimiento de la educación, como estaba previsto en un principio**".

El proyecto tiene media sanción del Senado y **no prevé porcentaje del PBI con destino a la educación.**

Con respecto a la presunta politización de los reclamos denunciada por el presidente, Wahed afirmó que "nosotros no podemos impedir que se expresen todos los que quieran. Sabemos que siempre ocurre que algunos se suman por otros intereses. Pero, no podrían hacerlo si los reclamos no fueran reales y no tuvieran el consenso de tantos padres, docentes y alumnos, como se vio en la calle".

Para Wahed, el reclamo no está limitado a la Capital Federal, donde el 28 se elegirá un senador, sino que "se extendió a provincias donde no hay elecciones próximas".

Enrique H. Grassi Susini pidió asilo político (700027)
150025
21-6-92
10033
11164
11399

Una prueba para las leyes uruguayas

Por Alberto Pepe Leira *La Ley 21/6/92*

MONTEVIDEO (EFE), 20.– Un carapintada civil argentino ha puesto a prueba, por tercera vez en poco mas de un año, la larga tradición del gobierno de Uruguay de respetar el derecho de asilo y negar una eventual extradición por delitos políticos.

Según el ministro de Relaciones Exteriores de Uruguay, Héctor Gros Espiell, diplomáticos y asesores jurídicos uruguayos estudian la petición de asilo político del argentino Enrique Humberto Grassi Susini, quien afirmó ser un perseguido por la amistad que lo une con el ex coronel rebelde Mohamed Alí Seineldín.

La diplomacia uruguaya se debate entre la tradicional amistad con la Argentina y los múltiples tratados que obligan al país a proteger a los perseguidos políticos.

Grassi Susini, un estanciero eventualmente vinculado con las finanzas del grupo carapintada que se alzó en diciembre de 1990 contra el gobierno del presidente argentino, Carlos Menem, fue director del desaparecido periódico La Firmeza y administrador de la revista Primera Plana.

También ejerció las funciones de jefe de policía de la norteña provincia argentina de San Juan, en el año 1975.

Grassi Susini es el tercer carapintada que solicita asilo en Uruguay desde el levantamiento de diciembre de 1990 contra el gobierno de Menem.

El primero en hacerlo fue el médico argentino Pablo Francisco Llanos, quien en febrero de 1991 obtuvo un amparo político provisional y luego no concurrió a la Cancillería para su renovación.

En agosto de ese mismo año, un colaborador civil del coronel Seineldín, Alejandro Gorostiza, nacido en Buenos Aires de padres uruguayos, fue considerado ciudadano de este país, mientras la Justicia denegaba una petición de extradición argentina por entender que estaba acusado de delitos "políticos".

Si las autoridades argentinas piden la extradición de Grassi Susini, será la justicia penal la que resolverá el asunto, tras analizar si los posibles delitos cometidos en la Argentina son comunes o políticos.

En caso de negarse la extradición, el amparo de asilo para permanecer en el país como refugiado político es competencia de la Cancillería y del Ministerio del Interior.

Según los tratados, la tipificación del delito corresponde a las autoridades del país de asilo o detención.

Para Uruguay, que el 23 de enero de 1889 firmó el Tratado de Derecho Penal Internacional con la Argentina, Bolivia, Paraguay y Perú, el "asilo es inviolable para los perseguidos políticos" y sólo se puede conceder la extradición de "delincuentes comunes".

Por la Convención de La Habana del 20 de febrero de 1928, Uruguay se comprometió a negar asilo sólo a los acusados o condenados por delitos comunes.

Por un tratado firmado en agosto de 1928, Uruguay sólo puede negar el asilo a los acusados o condenados por delitos comunes en los tribunales ordinarios y se excluyen expresamente los juzgados militares.

En la legislación interna, Uruguay diferencia el delito "político" del "militar".

El Código Penal impide la extradición por delitos políticos y delitos comunes relacionados con la política y también por aquellos "cuya represión obedezca a fines políticos".

9209054

01-01

M.D.N.

D.G.I.D.

SUB-DCCION

281400OCT92

SEÑOR SUB-DIRECTOR DE EXTERIOR DE LA DGID:

Remito a usted lo solicitado en su T.I. Nro. 9209055 a sus efectos.-

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director de Interior de la DGID

Coronel

Hector H. Lluis

001(A)/3

9209055

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB-DIRECCION DE EXTERIOR

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Montevideo, 29 de setiembre de 1992

T.I. N° 146/92.- SEÑOR SUB DIRECTOR EXTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Adjunto al presente elevo a usted la solicitud presentada por una Agencia amiga referente a "Datos complementarios sobre región fronteriza del Chuy", a sus efectos.

Se adjunta Documento N° 9209055.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
29/9/92
Sub Dirección Ext.
9209055

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

Coronel

Luis P. Aranco

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB DIRECCION DE EXTERIOR

Montevideo, 29 de setiembre de 1992

SEÑOR SUB DIRECTOR DE INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Solicito a usted se sirva proporcionar la información requerida en el Documento 9209055.

Saluda a usted atentamente

El Sub Director Exterior de la D.G.I.D.

Cnel. (Av.)

Jorge Pedragosa

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
29/9/92
Sub Dirección Ext.
de Identificación 9209055

FECHA 18/2/93
Procesado a
OBSERVACIONES

Montevideo, [illegible]

SEÑOR SUB-DIRECTOR DE INTERIOR:

Acorde a lo solicitado [illegible]

[illegible]

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha 30 SET. 1992
N° de Identificación 9209055

A-2
Tte. 1° Norberto Divincensi

001/8/003

9209055

...[illegible]

"[illegible]".

[illegible]:

- Al [illegible].
- [illegible] de [illegible].
- Asimismo el [illegible] Lilián Elmira CELIBERTI [illegible] y [illegible], Integrantes del [illegible] Victoria del [illegible] ([illegible]).
- Brindó cobertura y [illegible] al integrante del [illegible] Luis [illegible] quien se encontraba requerido por la [illegible] ricia [illegible] armada [illegible] dos.

La [illegible] de [illegible] diplomáticos iraníes, cubanos (sindicados [illegible] los Servicios de Inteligencia) y de la [illegible].

Referente al relacionamiento entre [illegible] integrantes del [illegible] del "Club Atlé[illegible]" [illegible] Mov. 26 de Marzo: María [illegible] ROTANO y [illegible].

El Mov. 26 de Marzo es aliado del [illegible] palestino [illegible], uno de los tres grupos en los cuales se divide [illegible] Le-Pro Palestina.

También fue detectada la presencia de:

- [illegible] alias "[illegible]", [illegible] tina legalizado de origen palestino.
  Fecha nac.: 1? de [illegible] de 19[illegible].
  Pasaporte: [illegible] (Ced. Arg.)
  Domicilio: Provincia Santa Fe.
  Ocupa el cargo de [illegible] de la [illegible] tina en la [illegible] Argentina.
  El mismo se [illegible] integrantes [illegible] [illegible]
  [illegible] de [illegible].
- Rosario TECHERA.
- Yolanda [illegible].
- [illegible].
- [illegible].

Saluda a usted atentamente.

[illegible]

PARTES [illegible]

FECHA 25/2/93 INICIAL [illegible]
Procesado a S[illegible]
OBSERVACIONES: ASUNTO

FECHA 18/2/93 INICIAL [illegible]
[illegible]ado a Sistema DPX
[illegible]RVACIONES

8209[illegible]

9 8 93 (M)

FECHA 18/2/93 INICIAL (M)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

PARTES POCO LEGIBLES

00

003 / 003

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MONTEVIDEO, 29 DE SETIEMBRE DE 1992.-

2

1/16

T.I. N° 145/92.- SEÑOR SUB-DIRECTOR EXTERIOR DE LA D.G.I.D.

Adjunto al presente elevo a usted la solicitud de antecedentes presentada por una agencia amiga referente a "Empresa ANURUK S.A.", a sus efectos.

Adjunto Documento Nº 9209056.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 29/9/92
Pase a Sub-Direc. Ext.
Nº de identificación 9209056

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

Coronel Luis F. Arancet

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB-DIRECCION DE EXTERIOR

Montevideo, 29 de setiembre de 1992

SEÑOR SUB-DIRECTOR DE INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Solicito a usted se sirva proporcionar los antecedentes solicitados por una Agencia amiga referente a "Empresa ANURUK S.A."

Adjunto Documento Nº 9209056.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 29/9/92
Pase a Sub Direc. Int.
Nº de identificación 9209056

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.

Cnel. (Av)

Jorge Pedragosa

FECHA 12 11 92 A0

OBSERVACIONES "ARCHIVO" (RJ) -21/10/92

9209056

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 30 SET 1992
Pase a Procesamiento
Nº de orden 9209056

001/016

PIUR Nº 0567.210.17/03 SET 92

ASSUNTO : EMPRESA ANURUK S.A.

1. Ficaríamos agradecidos se os senhores nos enviassem dados sobre a empresa ANURUK S.A., que estaria estabelecida em MONTEVIDÉO.

2. A ANURUK S.A. seria uma empresa de propriedade de MOHAMED ABDALLA AKASHA, Oficial de Inteligência Líbio que esteve no BRASIL.

3. Enviamos anexo cópia de um registro da empresa junto ao escrivão público RICARDO QUERALTO MUÑOZ.

Eva A-6

* * *

FECHA 12 11 92 A0

Procesado a

OBSERVACIONES

RICARDO [illegible]

[illegible] PUBLICO

FACTURA

Señor [illegible] S.A.

Domicilio

SERVICIO

1 TESTIMONIO (a [illegible])

1 Honorarios

2 Gravámenes sobre Honorarios y gastos

Sub Total Gravado N$

I.V.A. N$

N$

3 Pagos por cuenta del Cliente (Art. 6 Dec. 566/79)

TOTAL N$

[illegible] I.V.A. - Resol. [illegible]/82 de la D.G.I.

[illegible] MONTEVIDEO – URUGUAY

DOC. POCO LEGIBLE

9209056

003

Montevideo, [illegible] de octubre [illegible]

SEÑOR SUB-DIRECTOR DE [illegible]:

REFERENTE A EMPRESA "ANURUK S.A."

SE REGISTRA:

- El 28/3/1990 se procede a inscribir en el Dpto. [illegible] Registro de Contribuyentes del Banco de Previsión Social con el Nº1876140 a: "ANURUK S.A.".
  Con domicilio en : Avda. 18 de Julio 948 Piso [illegible] Apto. 23 Telef.: 90.32.55.
  Giro Principal: SOCIEDAD FINANCIERA DE INVERSION.
  Su naturaleza Jurídica es de Sociedad Anónima. Fecha de inicio de actividad 28.8.88.
  Siendo los integrantes de la persona Jurídica:
  - REVELLO, Raquel
    C.I. Nº997.319-5
    Estado Civil: Divorciada de: DE BAR[illegible]
    Domicilio: Pedro D. Murillo 6597
    Se desempeña como administradora.
  - REVELLO, Claudia
    C.I. Nº1.139.715-5
    Estado Civil: Casada con MONES, [illegible]
    Domicilio: Avda. 18 de Julio 1469 apto. [illegible]
  - REVELLO, Laura
    C.I. Nº1.139.710-7
    Estado Civil: Soltera
    Domicilio: Pablo de María 1588 apto. [illegible]
- Cabe señalar que los mismos integrantes de la Pers[illegible] Jurídica tienen registrada la razón social "[illegible] SOCIEDAD ANONIMA" inscripta en el Dpto. [illegible] de Contribuyentes del B.P.S. con el Nº[illegible] fecha 28/3/90.
  La misma funciona en igual dirección, con el mismo giro principal e idéntica naturaleza Jurídica [illegible] ANURUK S.A.
  Tiene por fecha de inicio la actividad [illegible]
- SE ADJUNTAN:-Fotocopias del Diario [illegible] 28.2.90.
  -Antecedentes de las personas [illegible] precedentemente.

Saluda a usted atentamente.

Dpto. I (Int)

EVAL A-1

004 9209056

DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE CONTRIBUYENTES

BANCO DE PREVISION SOCIAL

ACTA DE INSCRIPCION

En Montevideo a los ____ días del mes de marzo del año mil novecientos ~~ochenta y~~ noventa se procede a la inscripción de:

1 IDENTIFICACION

1.1 NOMBRE O RAZON SOC.	[illegible] SOCIEDAD ANONIMA 0	N° de INSCRIPCION	1.876.140

		DEPARTAMENTO	SEC. JUD.	TELEFONO
1.2 DOMICILIO CONSTITUIDO	AV. 18 DE JULIO 948 APTO. 23	MONTEVIDEO	2da	90 32 55
1.3 NATURALEZA JURIDICA	SOCIEDAD ANONIMA			

1.4 NOMBRES DE LOS INTEGRANTES DE LA PERSONA JURIDICA:
- LAURA REVELLO
- CLAUDIA REVELLO
- RAQUEL REVELLO

2 ACTIVIDAD 6140

		2.2 PERS. OCUP.		INIC. de ACT		
2.1 GIRO PRINCIPAL	SOCIEDAD FINANCIERA DE INVERSION	SI	NO	23	08	88

	UBICACION	DEPARTAMENTO
2.3 DOMICILIO/S FISCAL/ES DONDE DESARROLLA ACTIVIDAD/ES	AVDA. 18 DE JULIO 948 APTO. 23	MONTEVIDEO
EMPRESA ANTECESORA		N° de INSCRIPCION

3.1 PERSONAS QUE PUEDEN REPRESENTAR A LA EMPRESA	NOMBRES Y APELLIDOS	DOC. DE IDENTIDAD	EN CARACTER DE
	LAURA REVELLO	1.139.710-7	ADMINISTRADOR
	CLAUDIA REVELLO	1.139.715-7	" "

4 OBSERVACIONES

El/los que suscribe/n afirma/n que los datos establecidos en este formulario son correctos y completos. Toda modificación de los mismos debe comunicarse de inmediato a este Organismo. El domicilio constituído denunciado es válido a los efectos administrativos y/o judiciales mientras no se comunique por escrito su cambio, contra recibo; al Organismo. Para constancia de conformidad y con conocimiento expreso de las penalidades aplicables para el caso de falsa declaración, firma/n al pie, en lugar y fecha indicados precedentemente.-

Firma/s del/los declarante/s

1.139.715-7

Documento de Identidad

Firma Funcionario N°

9209056

Mod. 06-72 BPS Producción Gráfica

12/11/92 INICIAL

V Nº 825636

SELLADO NOTARIAL

017379

DOC. POCO LEGIBLE

FECHA 12 11 92

006

9209056

1 [illegible]

2 [illegible]

3 [illegible]

4 [illegible]

5 [illegible]

[signature]

ESCRIBANA

DOC POCO LEGIBLE

9209056

007

6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

V Nº 825662

SELLADO NOTARIAL

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] en Montevideo

[illegible] noventa.-

Gabriela Barbera Barragán
ESCRIBANA

Q10485

ARANCEL OFICIAL
8
2700
486

DOC. PODO LEGISLAT

008

[illegible]209056

FECHA 12 11 92 Ao

12 11 92 40

...rónica, fibras sintéticas, joyería, pesca, plástico, química, textil, turismo y vestimenta; ... y/o administrar inversiones bonos, acciones, cédulas, debentures, letras, operaciones agropecuarias y financieras, construcciones, ...ón o adquisición de empresas que operen en los ramos preindicados, importación, exportación, comisiones, representaciones, reaseguros, seguros y explotación de marcas y bienes incorporales análogos; C) Compra, venta, hipoteca, arrendamiento y toda clase de operaciones con bienes inmuebles en el país siempre que su activo no cumpla con la ley 11.073 ... podrá efectuar toda actividad ... por el régimen al que ...

Capital

... 3º Formado con títulos de ... acciones al portador de dólares ... cada una será de dólares ... (cien mil dólares). El Directorio podrá aumentarlo con la aprobación de las autoridades competentes hasta ...10.000...

Directorio

... 4º Tendrá de uno a siete ... personas físicas o jurídicas, ... o no. La asamblea los elegirá cada año y fijará o no su remuneración. Ejercerán ... tomen posesión los sucesores.

Lo convocarán el Presidente o ...mbros. Sesionará con cualquier ... pudiendo los directores votar presentados por un director o por carta, telegrama colacionado o telex. Resolverá por mayoría ...presentes; de la misma forma A) Modificar la representación ...ciedad; B) Designar más miembros ... C) Distribuir o redistribuir cargos; D) Proveer sus vacantes total o parcialmente. Las vacantes ...odrán no llenarse pudiendo funcionar hasta con un solo miembro.

...º El Directorio tendrá ilimitadas facultades para la administración ...ociedad y la disposición de sus ... A vía de ejemplo podrá realizar ... clase de operaciones, actos y ... relacionados con el objeto ... otorgar poderes generales o especiales, aceptar u otorgar garantías ...ales o reales incluso para terceros ... fijar o cambiar la fecha de balance cumpliendo las normas legales. ... enajenación o constitución de ...ier tipo de gravámenes sobre ... inmuebles pertenecientes a la ...ad requerirá el consentimiento ... de la asamblea. El Presidente ...presidente indistintamente o dos ...res cualesquiera representarán a ...iedad.

Asambleas

...culo 7º La asamblea ordinaria se ...cará para dentro de los seis meses siguientes a cada balance y considerará memoria, balance y destino de ...sultados. La extraordinaria la ...cará el Directorio, el Síndico o ...nistas que representen el 50 o/o del ...al integrado.

... 8º Se convocará por aviso en el "Diario Oficial" por lo menos tres días antes; ese día se abrirá el registro de accionistas que se cerrará al iniciarse el acto. Podrán inscribirse certificados de bancos o casas financieras, nacionales o extranjeros. Los accionistas podrán ser representados por simple carta poder, telegrama colacionado, cable o telex. Reuniendo todo el capital integrado no será necesaria la publicación, cumpliéndose las normas legales.

Art. 9º Sesionará con asistencia que represente el 50 o/o del capital integrado; no lográndose ese quórum y pasada media hora sesionará con los presentes. Sólo tratará el orden del día salvo conformidad de todo el capital integrado. Resolverá por mayoría de votos presentes; cinco acciones darán derecho a un voto. Para la reforma del estatuto y demás casos de la ley 14.548 el quórum y la mayoría para resolver deberán representar el 50 o/o del capital integrado.

Art. 10. La asamblea podrá: A) Sustituir o remover directores o aumentar su número hasta siete; B) Crear y/o suprimir la Sindicatura.

Transitorio

Artículo 11. Los fundadores indistintamente podrán nombrar el primer Directorio y Síndico; hasta que aquél entre en sus funciones los fundadores en forma indistinta tendrán las facultades del mismo. La sociedad podrá actuar desde hoy utilizando el aditivo "en formación". Para obtener la aprobación del estatuto con facultad para contestar observaciones modificando o no su texto e inscribir a la sociedad en oficinas públicas se autoriza indistintamente a los fundadores y/o a los señores Daniel Pérez y/o Marisa González. Los firmantes solicitan al Escribano actuante la certificación de sus firmas. — Montevideo, 11 de abril de 1988. — Raquel Revello de Baeremaecker, Claudia Revello, Laura Revello.

Certifico que: I) Las firmas que anteceden fueron puestas en mi presencia por Raquel Revello, Stella Claudia Revello y Laura Revello que firman "Raquel Revello de Baeremaecker", "Claudia Revello" y "Laura Revello", uruguayas, mayores de edad, casadas en únicas nupcias con Carlos de Baeremaecker, Gustavo Mones y soltera respectivamente domiciliadas en la Av. 18 de Julio 948 Ap. 23 de mi conocimiento; II) El tipo vendedor del Banco República hoy es N$ 322 por dólar; III) Previa lectura del documento que antecede se ratifican y firman en el lugar y fecha indicados. En fe de ello, a solicitud de las mismas expido la presente que sello, signo y firmo en Montevideo el once de abril de mil novecientos ochenta y ocho. — Esther Rozanér Perelman, Escribana.

2097. — Montevideo, 3 de mayo de 1989. — Vistos: Con la Insp. Gral. de Hacienda y el M. Pública apruébase los estatutos de BLUMEN S A. Fíjase un plazo de 180 días para la suscripción e integración de los porcentajes mínimos legales de capital bajo apercibimiento de lo establecido en los artículos 3 y 4 de la ley 2230 del 2 de junio de 1893. Expídase los testimonios, publíquese y archívese. Honorarios fictos N$ 10.000. — Ana María Maggi. — Mila Burgueño.

La resolución fue notificada a la parte interesada el 19 mayo 1989. Registro Público y General de Comercio. Inscripta el 25 mayo 1989 con el N.o ... al F.o 1945 v. del L.o N.o 1 de Estatutos. — Esc. Marta Soler de Barreto, Director.

Y a los efectos legales se hacen estas publicaciones. — Montevideo, 2 de junio de 1989. — Mila Burgueño, Actuaria.

N$ 128.000.00 — 30419 — 1 publ.

ANURUK S. A.

Av. 18 de Julio 948 (Ap. 23)

Juzgado de Paz de la Décima Sección

Inscripción de Estatutos

EDICTO. — Por disposición del señor Juez de Paz Departamental de la Capital de Décimo Turno, se hace saber que ANURUK SOCIEDAD ANONIMA, ha solicitado la aprobación o inscripción de los estatutos que se transcriben.

Acta

Los firmantes aprueban el siguiente

Estatuto

Nombre, Plazo y Domicilio

Artículo 1º Regida por la ley 11.073, en especial su artículo 7º, se constituye ANURUK SOCIEDAD ANONIMA. Su plazo es de cien años desde hoy. Se domiciliará en Montevideo, y podrá tener ramificaciones dentro y fuera del país.

Objeto

Artículo 2º Su objeto en el exterior será: A) Realizar y/o administrar operaciones comerciales o industriales en los ramos y anexos de alimentación, artículos de oficina, automotriz, bebidas, carne, caucho, cine, combustibles, cuero, electrónica, fibras sintéticas, ...ería, papel, pesca, plástico, química, televisión, textil, turismo y vestimenta; B) Realizar y/o administrar inversiones en títulos, bonos, acciones, cédulas, debentures, letras, operaciones agropecuarias y financieras, construcciones, participación o adquisición de empresas que operen en los ramos preindicados, importación, exportación, comisiones, representaciones, reaseguros, seguros y explotación de marcas y bienes incorporales análogos; C) Compra, venta, hipoteca, arrendamiento y toda clase de operaciones con bienes inmuebles. En el país, siempre que su activo en el ... cumpla con la ley 11.073, artículo 7º, podrá efectuar toda actividad permitida por el régimen al que se acoge.

Capital

Artículo 3º Formado con títulos de una o más acciones al portador de dólares 100.00 cada una, será de dólares 100.000.00 (cien mil dólares). El Directorio podrá aumentarlo con la aprobación de las autoridades competentes, hasta U$S 10.000.000.00.

DE POCO VALOR

9209056

Directorio

Artículo 4º Tendrá de uno a siete miembros, personas físicas o jurídicas, accionistas o no. La Asamblea los elegirá o reelegirá cada año y fijará o ratificará su remuneración. Ejercerán hasta que tomen posesión los sucesores.

Art. 5º Lo convocarán el Presidente o dos miembros. Sesionará con cualquier asistencia, pudiendo los Directores votar o ser representados por un Director o tercero, por carta, telegrama colacionado, cable o télex. Resolverá por mayoría de presentes; de la misma forma podrá: A) Modificar la representación de la sociedad; B) Designar más miembros hasta siete; C) Distribuir o redistribuir sus cargos; D) Proveer sus vacantes, total o parcialmente. Las vacantes podrán no llenarse, pudiendo funcionar hasta con un sólo miembro.

Art. 6º El Directorio tendrá ilimitadas facultades para la administración de la sociedad, y la disposición de sus bienes. A vía de ejemplo, podrá realizar toda clase de operaciones, actos y contratos relacionados con el objeto social, otorgar poderes generales o especiales, aceptar u otorgar garantías personales o reales incluso para terceros y fijar o cambiar la fecha de balance cumpliendo las normas legales. Para la enajenación o constitución de cualquier tipo de gravámenes sobre bienes inmuebles pertenecientes a la sociedad requerirá el consentimiento expreso de la Asamblea. El Presidente o Vicepresidente indistintamente, o dos Directores cualesquiera, representarán a la sociedad.

Asambleas

[illegible]lo 7º La Asamblea Ordinaria se con[illegible] para dentro de los seis meses [illegible] tes a cada balance y considerará memoria, balance y destino de los resultados. La Extraordinaria la convocará el Directorio, el Síndico o accionistas que representen el 50 por ciento del capital integrado.

Art. 8º Se convocará por aviso en el "Diario Oficial" por lo menos tres días antes; ese día se cerrará el Registro de accionistas, que se [illegible]ará al iniciarse el acto. Podrá[illegible] certificados [illegible] bancos o casas bancarias, nacionales o extranjeros. Los accionistas podrán ser representados por [illegible] carta poder, telegrama colacionado, cable o télex. Reuniendo todo el capital integrado no será necesaria la publicación, cumpliéndose las normas legales.

Art. 9º Sesionará con asistencia que represente el 50 por ciento del capital integrado; no lográndose ese quórum y pasada media hora sesionará con los presentes. Sólo tratará el orden del día, salvo conformidad de todo el capital integrado. Resolverá por mayoría de votos presentes; cinco acciones darán derecho a un voto. Para la reforma del estatuto y demás casos de la ley 14.548, el quórum y la mayoría para resolver, deberán representar el 50 por ciento del capital integrado.

Art. 10. La Asamblea podrá: A) Sustituir o remover Directores o aumentar su número hasta siete; B) Crear y/o suprimir la sindicatura.

Transitorio

Artículo 11. Los fundadores indistintamente, podrán nombrar el primer Directorio y Síndico; hasta que aquel entre en sus funciones, los fundadores en forma indistinta, tendrán las facultades del mismo. La sociedad podrá actuar desde hoy utilizando el aditivo "en formación". Para obtener la aprobación del estatuto con facultad para contestar observaciones modificando o no su texto e inscribir a la sociedad en oficinas públicas, se autoriza indistintamente a los fundadores y/o a los señores Daniel Pérez y/o Marisa González. Los firmantes solicitan al Escribano actuante la certificación de sus firmas. — Montevideo, 11 de abril de 1988. — Raquel Revello de Bueremacker. — Claudia Revello. — Laura Revello.

Certifico que: I) Las firmas que anteceden fueron puestas en mi presencia por Raquel Revello, Stella Claudia Revello y Laura Revello, que firman "Raquel Revello de Bueremacker", "Claudia Revello" y "Laura Revello", uruguayas, mayores de edad, casadas en únicas nupcias con Carlos de Bueremaecker, Gustavo Mones y soltera respectivamente, domiciliadas en la Av. 18 de Julio 948 Ap. 23 de mi conocimiento. II) El tipo vendedor del Banco República hoy es N$ 322.00 por dólar. III) Previa lectura del documento que antecede, se ratifican y firman en el lugar y fecha indicados.

En fe de ello, a solicitud de las mismas, expido la presente que sello, signo y firmo en Montevideo, el once de abril de mil novecientos ochenta y ocho. — Esther Rozaner Perelmán, Escribana.

5.160. — Montevideo, 23 de agosto de 1988. — Vistos: Con la Inspección General de Hacienda y el M. Público, apruébase los estatutos de ANURUK SOCIEDAD ANONIMA. Fíjase un plazo de 180 días para la suscripción e integración de los porcentajes mínimos legales de capital bajo apercibimiento de lo establecido en los artículos 3º y 4º de la ley 2.230 del 2 de junio de 1893. Expídase testimonio, publíquese y archívese. H. F. N$ 10.000.00. — Ana María Maggi. — Milia Burgueño.

La resolución fue notificada a la parte interesada el 23 de agosto de 1988. — Registro Público y General de Comercio. — Inscripta el 2 de enero de 1989 con el Nº 2 al Folio 10 vuelto del Libro Nº 1 de Estatutos. — Fernando Silvestri, Escribano Público.

Y a los efectos legales se hacen estas publicaciones. — Montevideo, 1º de febrero de 1989. — Milia Burgueño, Actuaria.

N$ 128.000.00 — 30-20 — 1 pub.

MELAMED S. A.

Avda. 18 de Julio 948 (Apto. 23)

Juzgado de Paz Departamental de la Capital de Decimoprimer Turno

Inscripción de Estatutos

EDICTO. — Por disposición del señor Juez de Paz Departamental de la Capital de Decimoprimer Turno, se hace saber que [illegible] SOCIEDAD ANONIMA ha solicitado la [illegible] ción de los estatutos [illegible]

Los firmantes [illegible] el [illegible]

[illegible]

Nombre, Plazo y Dom[illegible]

Artículo 1º [illegible] en especial su artículo [illegible] MELAMED SOCIEDAD [illegible] plazo es de cien años [illegible] domiciliará en Montevideo [illegible] ramificaciones dentro y [illegible]

Objeto

Artículo 2º Su objeto [illegible] será: A) [illegible] raciones comerciales [illegible] los ramos y anexos [illegible] tículos de oficina, [illegible] carne, caucho, cine, [illegible] electrónica, fibras sintéticas, [illegible] pel, pesca, plástico, química, [illegible] textil, turismo y vestimenta; B) [illegible] y/o administrar inversiones en [illegible] bonos, acciones, cédulas, debentures [illegible] tras, operaciones agropecuarias y [illegible] cieras, construcciones, participación [illegible] adquisición de empresas que operen en los ramos precedentes, importación, exportación, comisiones, representaciones, rea[illegible] y explotación de marcas y bienes incorporales [illegible] gos; C) Compraventa, hipotecas, arrendamiento y [illegible] de [illegible] con bienes [illegible]. En el [illegible] pre que su actividad [illegible] el mismo [illegible] con la ley 11.073, artículo 7º, podrá efectuar toda actividad permitida por el régimen al que se acoge.

Capital

Artículo 3º Formado con [illegible] una o más acciones al portador [illegible] lares [illegible] cada una, será de [illegible] 100.000,00 (cien mil dólares). El Directorio podrá aumentarlo con la [illegible] de las autoridades competentes [illegible] U$S 10:000.000,00.

Directorio

Artículo 4º Tendrá de uno a [illegible] miembros, personas físicas o jurídicas, accionistas o no. La Asamblea [illegible] girá o reelegirá cada año y fijará o ratificará su remuneración. Ejercerán hasta que tomen posesión los sucesores.

Art. 5º Lo convocarán el Presidente o dos miembros. Sesionará con cualquier asistencia, pudiendo los directores votar o ser representados por un director o tercero, por carta, telegrama colacionado, cable o télex. Resolverá por mayoría de presentes; de la misma forma podrá: A) Modificar la representación de la sociedad; B) Designar más miembros hasta siete; C) Distribuir o redistribuir sus cargos; D) Proveer sus vacantes total o parcialmente. Las vacantes podrán no llenarse, pudiendo funcionar hasta con un sólo miembro.

Art. 6º El Directorio tendrá [illegible] facultades para la administración de la sociedad y la disposición de sus bienes. A vía de ejemplo, podrá realizar toda clase de operaciones, actos y contratos relacionados con el objeto [illegible]

Dr. Pérez [illegible]

12 11 92 40

BPS
BANCO DE PREVISION SOCIAL

DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE CONTRIBUYENTES

ACTA DE INSCRIPCION

En Montevideo a los veintiseis días del mes de marzo del año mil novecientos ~~xxxxxxxx~~ noventa se procede a la inscripción de:

1 IDENTIFICACION

1.1 NOMBRE O RAZON SOC.	MELAMED SOCIEDAD ANONIMA 8		N° de INSCRIPCION 1.876.143
1.2 DOMICILIO CONSTITUIDO	AV. 18 DE JULIO 948 APTO. 23	DEPARTAMENTO: MONTEVIDEO	SEC. JUD.: 3ra / TELEFONO: 90 32 55
1.3 NATURALEZA JURIDICA	SOCIEDAD ANONIMA		
1.4 NOMBRES DE LOS INTEGRANTES DE LA PERSONA JURIDICA	RAQUEL REVELLO CLAUDIA REVELLO LAURA REVELLO		

2 ACTIVIDAD 6240

2.1 GIRO PRICIPAL	SOCIEDAD FINANCIERA DE INVERSION	2.2 PERS. OCUP.: SI	NO	INIC. de ACT: 05	05	88

2.3 DOMICILIO/S FISCAL/ES DONDE DESARROLLA ACTIVIDAD/ES	UBICACION	DEPARTAMENTO
	AVDA. 18 DE JULIO 948 APTO. 23	MONTEVIDEO
EMPRESA ANTECESORA		N° de INSCRIPCION

3.1 PERSONAS QUE PUEDEN REPRESENTAR A LA EMPRESA	NOMBRES Y APELLIDOS	DOC. DE IDENTIDAD	EN CARACTER DE
	LAURA REVELLO	1.139.710-7	ADMINISTRADORA

4 OBSERVACIONES

El/los que suscribe/n afirma/n que los datos establecidos en este formulario son correctos y completos. Toda modificación de los mismos debe comunicarse de inmediato a este Organismo. El domicilio constituído denunciado es válido a los efectos administrativos y/o judiciales-- mientras no se comunique por escrito su cambio, contra recibo; al Organismo.
Para constancia de conformidad y con conocimiento expreso de las penalidades aplicables para el caso de falsa declaración, firma/n al pie, en lugar y fecha indicados precedentemente.-

Firma/s del/los declarante/s

Firma Funcionario N°

Documento de Identidad

Mdel 06-72 BPS Producción Gráfica

011

9209056

V Nº 825615

SELLADO NOTARIAL

GABRIELA [illegible], [illegible], [illegible]: 1
DE LA DOCUMENTACIÓN [illegible] 2
SURGE QUE: I) "[illegible] SOCIEDAD [illegible]" es persona jurídi- 3
ca y tiene sus estatutos aprobados por auto Nº 1016 dicta- 4
do el 5 de Mayo de 1988, por el Señor Juez de Paz Departa- 5
mental de la Capital de Decimo[illegible] Turno, inscriptos en 6
el Registro Publico y General de Comercio el [illegible] de [illegible] 7
de 1988 con el Nº [illegible] al folio [illegible] del Libro Nº [illegible] de Esta- 8
tutos y publicados en forma legal. II) La Sociedad es [illegible] 9
cida por sus socios fundadores Raquel [illegible]vello, Claudia [illegible] 10
vello y Laura [illegible]vello quien además [illegible] como Administrado- 11
ra; III) Raquel [illegible]vello es titular de la Cédula de Identi- 12
dad Nº 997.313-[illegible], es divorciada de sus únicas nupcias con 13
Carlos de Baeremaecker, y tiene su domicilio real en la ca- 14
lle Pedro D. Murillo [illegible]; Claudia [illegible]vello es titular de - 15
la Cédula de Identidad Nº 1.1[illegible], casada en únicas - 16
nupcias con Gustavo [illegible] y tiene su domicilio real en la 17
Avenida 18 de Julio Nº [illegible] Apto. 1103; Laura [illegible]vello es 18
titular de la Cédula de Identidad Nº 1.159.[illegible]-7, soltera, 19
y tiene su domicilio real en esta ciudad en la calle Pablo 20
de María Nº 15[illegible] Apto. [illegible]; IV) La Sociedad tiene su domi- 21
cilio constituído y fiscal en la Avenida 18 de Julio [illegible] 22
piso 11 Apto. [illegible] de esta ciudad; V) [illegible] 23
es "Financiera de Inversión" la que se constituyó de con- 24
formidad con lo dispuesto por la Ley 11073 (Arts. [illegible] 25

MONTEPIO NOTARIAL 017477

ARANCEL OFICIAL
Arancel Art.: 6
Honorario: N$ 10.700
Mont. Not.: N$ 1.926
Fdo. Gr[illegible] N$ —

FECHA 12 11 92

012

9209056

los Estatutos). EN FE DE ELLO, a solicitud de la Sociedad y para su presentación ante dependencias del Banco de Previsión Social, extiendo el presente que sello, signo y firmo en Montevideo el doce de Marzo de mil novecientos noventa.

Gabriela Barbero Barragán
ESCRIBANA

013 9209056

Directorio

Artículo 4º Tendrá de uno a siete, miembros, personas físicas o jurídicas, accionistas o no. La Asamblea los elegirá o reelegirá cada año y fijará o ratificará su remuneración. Ejercerán hasta que tomen posesión los sucesores.

Art. 5º Lo convocarán el Presidente o dos miembros. Sesionará con cualquier asistencia, pudiendo los Directores votar o ser representados por un Director o tercero, por carta, telegrama colacionado, cable o télex. Resolverá por mayoría de presentes; de la misma forma podrá: A) Modificar la representación de la sociedad; B) Designar más miembros hasta siete; C) Distribuir o redistribuir sus cargos; D) Proveer sus vacantes, total o parcialmente. Las vacantes podrán no llenarse, pudiendo funcionar hasta con un sólo miembro.

6º El Directorio tendrá ilimitadas facultades para la administración de la sociedad, y la disposición de sus bienes. A vía de ejemplo, podrá realizar toda clase de operaciones, actos y contratos relacionados con el objeto social, otorgar poderes generales o especiales, aceptar u otorgar garantías personales o reales incluso para terceros y fijar o cambiar la fecha de balance cumpliendo las normas legales. Para la enajenación o constitución de cualquier tipo de gravámenes sobre bienes inmuebles pertenecientes a la sociedad requerirá el consentimiento expreso de la Asamblea. El Presidente o Vicepresidente indistintamente, o dos Directores cualesquiera, representarán a la sociedad.

Asambleas

Artículo 7º La Asamblea Ordinaria se convocará para dentro de los seis meses siguientes a cada balance y considerará memoria, balance y destino de los resultados. La Extraordinaria la convocará el Directorio, el Síndico o accionistas que representen el 50 por ciento del capital integrado.

Art. 8º Se convocará por aviso en el "Diario Oficial" por lo menos tres días antes; ese día se abrirá el Registro de Accionistas, que se cerrará al iniciarse el acto. Podrán inscribirse certificados de bancos o casas financieras, nacionales o extranjeros. Los accionistas podrán ser representados por simple carta poder, telegrama colacionado, cable o télex. Reuniendo todo el capital integrado no será necesaria la publicación, cumpliéndose las normas legales.

Art. 9º Sesionará con asistencia que represente el 50 por ciento del capital integrado; no lográndose ese quórum y pasada media hora sesionará con los presentes. Sólo tratará el orden del día, salvo conformidad de todo el capital integrado. Resolverá por mayoría de votos presentes; cinco acciones darán derecho a un voto. Para la reforma del estatuto y demás casos de la ley 14.548, el quórum y la mayoría para resolver, deberán representar el 50 por ciento del capital integrado.

Art. 10. La Asamblea podrá: A) Sustituir o remover Directores o aumentar su número hasta siete; B) Crear y|o suprimir la Sindicatura.

Transitorio

Artículo 11. Los fundadores indistintamente, podrán nombrar el primer Directorio y Síndico; hasta que aquel entre en sus funciones, los fundadores en forma indistinta, tendrán las facultades del mismo. La sociedad podrá actuar desde hoy utilizando el aditivo "en formación". Para obtener la aprobación del estatuto con facultad para contestar observaciones modificando o no su texto e inscribir a la sociedad en oficinas públicas, se autoriza indistintamente a los fundadores y|o a los señores Daniel Pérez y|o Marisa González. Los firmantes solicitan al Escribano actuante la certificación de sus firmas. — Montevideo, 11 de abril de 1988. — Raquel Revello de Baeremaecker. — Claudia Revello. — Laura Revello.

Certifico que: I) Las firmas que anteceden fueron puestas en mi presencia por Raquel Revello, Stella Claudia Revello y Laura Revello, que firman "Raquel Revello de Baeremaecker", "Claudia Revello" y "Laura Revello", uruguayas, mayores de edad, casadas en únicas nupcias con Carlos de Baeremaecker, Gustavo Mones y soltera respectivamente, domiciliadas en la Av. 18 de Julio 948 Ap. 23 de mi conocimiento. II) El tipo vendedor del Banco República hoy es N$ 322.00 por dólar. III) Previa lectura del documento que antecede, se ratifican y firman en el lugar y fecha indicados.

En fe de ello, a solicitud de las mismas, expido la presente que sello, signo y firmo en Montevideo, el once de abril de mil novecientos ochenta y ocho. — Esther Rosaner Perelmán, Escribana.

5.160. — Montevideo, 23 de agosto de 1988. — Vistos: Con la Inspección General de Hacienda y el M. Público, apruébese los estatutos de ANURUK SOCIEDAD ANONIMA. Fíjase un plazo de 180 días para la suscripción e integración de los porcentajes mínimos legales de capital bajo apercibimiento de lo establecido en los artículos 3º y 4º de la ley 2.230 del 2 de junio de 1893. Expídase testimonio, publíquese y archívese. H. F. N$ 10.000.00. — Ana María Maggi. — Mila Burgueño.

La resolución fue notificada a la parte interesada el 26 de agosto de 1988. — Registro Público y General de Comercio. — Inscripta el 2 de enero de 1989 con el Nº 2 al Folio 10 vuelto del Libro Nº 1 de Estatutos. — Fernando Silvestri, Escribano Público.

Y a los efectos legales se hacen estas publicaciones. — Montevideo, 1º de febrero de 1989. — Mila Burgueño, Actuaria.

N$ 128.000.00 — 30420 — 1 pub.

MELAMED S. A.

Avda. 18 de Julio 948 (Apto. 23)

Juzgado de Paz Departamental de la Capital de Decimoprimer Turno

Inscripción de Estatutos

EDICTO. — Por disposición del señor Juez de Paz Departamental de la Capital de Decimoprimer Turno, se hace saber que MELAMED SOCIEDAD ANONIMA ha solicitado la aprobación e inscripción de los estatutos que se transcriben.

Acta

Los firmantes aprueban el siguiente

Estatuto

Nombre, Plazo y Domicilio

Artículo 1º Regida por la ley 11.073, en especial su artículo 7º, se constituye MELAMED SOCIEDAD ANONIMA. Su plazo es de cien años desde hoy. Se domiciliará en Montevideo y podrá tener ramificaciones dentro y fuera del país.

Objeto

Artículo 2º Su objeto en el exterior será: A) Realizar y/o administrar operaciones comerciales e industriales en los ramos y anexos de alimentación, artículos de oficina, automotriz, bebidas, carne, caucho, cine, combustibles, cuero, electrónica, fibras sintéticas, joyería, papel, pesca, plástico, química, televisión, textil, turismo y vestimenta; B) Realizar y/o administrar inversiones en títulos, bonos, acciones, cédulas, debentures, letras, operaciones agropecuarias y financieras, construcciones, participación o adquisición de empresas que operen en los ramos preindicados, importación, exportación, comisiones, representaciones, reaseguros, seguros y explotación de marcas y bienes incorporales análogos; C) Compra, venta, hipoteca, arrendamiento y toda clase de operaciones con bienes inmuebles. En el país, siempre que su activo en el mismo cumpla con la ley 11.073, artículo 7º, podrá efectuar toda actividad permitida por el régimen al que se acoge.

Capital

Artículo 3º Formado con títulos de una o más acciones al portador de dólares 100,00 cada una, será de dólares 100.000,00 (cien mil dólares). El Directorio podrá aumentarlo con la aprobación de las autoridades competentes, hasta U$S 10:000.000,00.

Directorio

Artículo 4º Tendrá de uno a siete miembros, personas físicas o jurídicas, accionistas o no. La Asamblea los elegirá o reelegirá cada año y fijará o ratificará su remuneración. Ejercerán hasta que tomen posesión los sucesores.

Art. 5º Lo convocarán el Presidente o dos miembros. Sesionará con cualquier asistencia, pudiendo los directores votar o ser representados por un director o tercero, por carta, telegrama colacionado, cable o télex. Resolverá por mayoría de presentes; de la misma forma podrá: A) Modificar la representación de la sociedad; [illegible] más miembros hasta siete; C) Distribuir o redistribuir sus cargos; D) Proveer sus vacantes, total o parcialmente. Las vacantes podrán no llenarse, pudiendo funcionar hasta con un solo miembro.

Art. 6º El Directorio tendrá ilimitadas facultades para la administración de la sociedad y al disposición de sus bienes. A vía de ejemplo, podrá realizar toda clase de operaciones, actos y contratos relacionados con el objeto social; otor-

gar poderes generales o especiales; aceptar u otorgar garantías personales o reales, incluso para terceros; y fijar o cambiar la fecha de balance, cumpliendo las normas legales. El Presidente o Vicepresidente indistintamente, o dos directores cualesquiera, representarán a la sociedad.

Asambleas

Artículo 7º La Asamblea Ordinaria se convocará para dentro de los seis meses siguientes a cada balance y considerará memoria, balance y destino de los resultados. La Extraordinaria la convocará el Directorio, el Síndico o accionistas que representen el 50 o/o del capital integrado.

Art. 8º Se convocará por un aviso en "Diario Oficial", por lo menos tres días antes; ese día se abrirá el registro de accionistas, que se cerrará al iniciarse el acto. Podrán inscribirse certificados de bancos o casas financieras, nacionales o extranjeros. Los accionistas podrán ser representados por simple carta poder, telegrama colacionado, cable o télex. Reuniendo todo el capital integrado no será necesaria la publicación, cumpliéndose las normas legales.

Art. 9º Sesionará con asistencia que represente el 50 o/o del capital integrado; no lográndose ese quórum y pasada media hora, sesionará con los presentes. Sólo tratará el orden del día, salvo conformidad de todo el capital integrado. Resolverá por mayoría de votos presentes; cinco acciones darán derecho a un voto. Para la reforma del estatuto y demás casos de la ley 14.548, el quórum y la mayoría para resolver, deberán representar el 50 o/o del capital integrado.

Art. 10. La Asamblea podrá: A) Sustituir o remover directores o aumentar su número hasta siete; B) Crear y/o suprimir la Sindicatura.

Transitorio

Artículo 11. Los fundadores indistintamente podrán nombrar el primer Directorio y Síndico; hasta que aquél entre en funciones, los fundadores en forma indistinta, tendrán las facultades del mismo. La sociedad podrá actuar desde hoy utilizando el aditivo "en formación". Para obtener la aprobación del estatuto con facultad para contestar observaciones, modificando o no su texto, e inscribir a la sociedad en oficinas públicas, se autoriza indistintamente a los fundadores y/o a los señores Daniel Pérez y/o Marisa González.

Los firmantes solicitan al escribano actuante la certificación de sus firmas. — Montevideo, 27 de julio de 1987. — Laura Revello. — Claudia Revello. — Raquel Revello de Baeremaecker.

Certifico que: I) Las firmas que anteceden fueron puestas en mi presencia por Raquel Revello, Stella Claudia Revello y Laura Revello, que firman "Raquel Revello de Baeremaecker", "Claudia Revello" y "Laura Revello", uruguayas, mayores de edad, casadas en únicas nupcias con Carlos de Baeremaecker, Gustavo Mones, y soltera respectivamente, domiciliadas en la Avda. 18 de Julio 948 Apto. 23, de mi conocimiento. II) El tipo vendedor del Banco República, hoy, es N$ 230,00 por dólar. III) Previa lectura del documento que antecede, se ratifican y firman en el lugar y fecha indicados.

En fe de ello, a solicitud de las mismas, expido la presente que sello, signo y firmo en Montevideo, el veintisiete de julio de mil novecientos ochenta y siete. — Esther Rosner Perelman, Escribana.

1.016. — Montevideo, 5 de mayo de 1988. — Vistos: Con la Inspección General de Hacienda y el Ministerio Público, apruébanse los estatutos de MELAMED SOCIEDAD ANONIMA. Fíjase un plazo de 180 días para la suscripción e integración de los porcentajes mínimos legales de capital, bajo apercibimiento de lo establecido en los artículos 3º y 4º de la ley 2.230 del 2 de junio de 1893. Expídase testimonio, publíquese y comuníquese. Al petitorio 2 de fojas 4: Como pide. — Dr. Alberto Pérez Delgado, Juez de Paz Departamental. — Olga Condenanza Haedo, Actuaria.

La resolución fue notificada a la parte interesada el 10 de mayo de 1988.

Registro Público y General de Comercio. — Inscripta el 17 de junio de 1988 con el Nº 204 al folio 1347 del Libro Nº 2 de Estatutos. — Fernando Silvestri, Escribano Público.

Se habilita la Feria Judicial próxima al solo efecto de las publicaciones. — Montevideo, 16 de agosto de 1988. — Olga Condenanza Haedo, Actuaria.

N$ 128.000,00 — 30422 — 1 pub.

PARASHA S. A.

Av. 18 de Julio 948 (Ap. 23)

Juzgado de Paz Departamental de la Capital de Decimoprimer Turno

Inscripción de Estatutos

EDICTO. — Por disposición del señor Juez de Paz Departamental de la Capital de Decimoprimer Turno, se hace saber que PARASHA SOCIEDAD ANONIMA, ha solicitado la aprobación e inscripción de los estatutos que se transcriben.

Acta

Los firmantes aprueban el siguiente

Estatuto

Nombre, Plazo y Domicilio

Artículo 1º Regida por la ley 11.073, en especial su artículo 7º, se constituye PARASHA SOCIEDAD ANONIMA. Su plazo es de cien años a partir de hoy. Se domiciliará en Montevideo, y podrá tener ramificaciones dentro y fuera del país.

Objeto

Artículo 2º Su objeto en el exterior será: A) Realizar y/o administrar operaciones comerciales e industriales en los ramos y anexos de alimentación, artículos de oficina, automotriz, bebidas, carne, caucho, cine, combustibles, cuero, electrónica, fibras sintéticas, joyería, papel, pesca, plástico, química, televisión, textil, turismo y vestimenta; B) Realizar y/o administrar inversiones en títulos, bonos, acciones, cedulas, debentures, letras, operaciones agropecuarias, financieras, construcciones, participación o adquisición de empresas que operen en los ramos preindicados, importación, exportación, comisiones, representaciones, reaseguros, seguros y explotación de marcas y bienes incorporales análogos; C) Compra, venta, hipoteca, arrendamiento y toda clase de operaciones con bienes inmuebles. En el país, siempre que su activo en el mismo cumpla con la ley 11.073, artículo 7º podrá efectuar toda actividad permitida por el régimen al que se acoge.

Capital

Artículo 3º Formado con títulos de una o más acciones al portador de dólares 100.00 cada una, será de dólares 100.000.00 (cien mil dólares). El Directorio podrá aumentarlo con la aprobación de las autoridades competentes, hasta dólares 10:000.000.00.

Directorio

Artículo 4º Tendrá de uno a siete miembros, personas físicas o jurídicas, accionistas o no. La Asamblea los elegirá o reelegirá cada año y fijará o ratificará su remuneración. Ejercerán hasta que tomen posesión los sucesores.

Art. 5º Lo convocarán el Presidente o dos miembros. Sesionará con cualquier asistencia, pudiendo los Directores votar o ser representados por un Director o tercero, por carta, telegrama colacionado, cable o télex. Resolverá por mayoría de presentes; de la misma forma podrá: A) Modificar la representación de la sociedad; B) Designar más miembros hasta siete; C) Distribuir o redistribuir sus cargos; D) Proveer sus vacantes, total o parcialmente. Las vacantes podrán no llenarse, pudiendo funcionar hasta con un solo miembro.

Art. 6º El Directorio tendrá ilimitadas facultades para la administración de la sociedad y la disposición de sus bienes. A vía de ejemplo, podrá realizar toda clase de operaciones, actos y contratos relacionados con el objeto social, otorgar poderes generales o especiales, aceptar u otrgar garantías personales o reales incluso para terceros y fijar o cambiar la fecha de balance cumpliendo las normas legales. El Presidente o Vicepresidente indistintamente, o dos Directores cualesquiera, representarán a la sociedad.

Asambleas

Artículo 7º La Asamblea Ordinaria se convocará para dentro de los seis meses siguientes a cada balance y considerará memoria, balance y destino de los resultados. La Extraordinaria la convocará el Directorio, el Síndico o accionistas que representen el 50 por ciento del capital integrado.

Art. 8. Se convocará por aviso en "Diario Oficial" por lo menos tres días antes; ese día se abrirá el registro de accionistas, que se cerrará al iniciarse el acto. Podrán inscribirse certificados de barcos o casas financieras, nacionales o extranjeros. Los accionistas podrán ser representados por simple carta poder, telegrama colacionado, cable o télex. Reuniendo todo el capital integrado no

MEMORANDUM No: [illegible] [illegible]

* REFERENTE A: REVELLO , [illegible]
* SE REGISTRA: REVELLO QUERALTO [illegible]
* C.I.: 977.310-6
* EDAD: 36 AÑOS EN 19[illegible]
* DOMICILIO: PEDRO F. [illegible]
* OCUPACION: CO-PROPIETARIO DE LA EMP. DE [illegible] S.A."
* 87.05.20 - En la fecha se establece que la causante [illegible]
  SOSA GARCIA, de la Empresa "[illegible] S.A." con domicilio legal en 18 de [illegible]
  948 Piso 12 Apto.[illegible], autorizada como "EMPRESA DE SEGURIDAD".

---

* REFERENTE A: DE BAERENMAECKER , CARLOS
* SE REGISTRA: DE BAERENMAECKER LACAZE, CARLOS EUGENIO
* FECHA DE NAC.: 11.09.914
* C.I.: 302.246
* REG.FOTOGRAFICO: "R" 827.157
* OCUPACION: CORREDOR DE BOLSA
* DOMICILIO: MISIONES Nº 1492 (1979)
* 73.08.09 - Importó desde la Rep. Argentina, 1 rifle marca "[illegible]" calibre 22 largo.

---

* REFERENTE A: REVELLO , LAURA
* SE REGISTRA: REVELLO QUERALTO , LAURA
* C.I.: 1.137.710
* DOMICILIO: 26 DE MARZO Nº 3266
* 81.07.07 - Vocal de la Comisión Directiva del "Centro de Estudios Superiores Zimar"
  de la C. de Montevideo. Es de mencionar que dicho centro cuenta con una filial
  en la ciudad de Paysandú donde concurren asiduamente varios "II.VV." lo que
  hace presumir que sea una organización de fachada que proporciona la posibi-
  lidad de contactos con elementos subversivos.-

---

* NOTA: Se deja constancia que pese a la similitud de nombres de las
  personas mencionadas pueden no tratarse de los solicitadas

  - Referente a las demas personas solicitadas no se posee informacion

---

Dce - Poeo Legible

9209056

016 - 016

FECHA 12 11 92 . . 40

Procesado [illegible]

OBSERVACIONES [illegible]

Domingo 21 de junio de 1992 — La Mañana

"Argentina está al borde de un conflicto con Chile"

El presidente del movimiento político argentino de ultraderecha por la Dignidad y la Independecia (MODIN), Aldo Rico, ex Teniente Coronel del Ejército y líder de dos rebeliones militares en los últimos años, advirtió ayer que su país "está al borde de un conflicto con Chile".



Rico denunció el desequilibrio que provoca la falta de poder militar.

BUENOS AIRES. (EFE).- Rico denunció el "desequilibrio que produce la falta de poder militar", aseguró que esa situación "se acrecienta cada vez más" y que como consecuencia de este hecho "estamos al borde de un conflicto con Chile".

En unas declaraciones a un programa de televisión en el Canal 13 de Buenos Aires, Rico no consideró un delito el secuestro de hijos de desaparecidos.

Mantuvo que "no hay que juzgar como delitos lo que a lo mejor fue amor" y se preguntó si durante la represión ilegal del último régimen militar (1976-1983) "aparecían los padres o los abuelos" de esos niños a reclamarlos.

El ex militar nacionalista se rindió por primera vez a los soldados británicos el 14 de junio de 1982, en las islas Malvinas; después, tras rebelarse en contra del gobierno democrático de Raúl Alfonsín, en la Semana Santa de 1987, y a pesar de haber declarado que no lo haría ni muerto, volvió a capitular ante las fuerzas leales; finalmente, y tras sublevarse en enero de 1988, debió hacer lo propio frente al Jefe del Ejército, General José Caridi.

En la última semana, el asunto de la apropiación de niños de matrimonios desaparecidos durante el régimen castrense volvió a la portada de los diarios bonaerenses porque la Justicia procesó a un ex agente de los servicios secretos civiles de Argentina y a su esposa por la "apropiación ilegal" de la hija de una pareja de uruguayos desaparecidos en Buenos Aires en 1976.

El magistrado que intervino en el caso ordenó la detención del matrimonio y al pago de cuatro millones de pesos (poco menos de cuatro millones de dólares). ■

ORIGINAL

1/3

FECHA [illegible]

Procesado

OBSERVACIONES

[illegible] 920506

26 setiembre 1992.-

ASUNTO: OCUPACION ESTUDIANTIL EN EL LICEO MIRANDA.

REFERENCIA

TEXTO

- El día 24 de setiembre de 1992 a la hora 1630 se convocó en el Liceo Miranda a Asamblea General la cual se desarrollo a "puertas cerradas", participando 150 estudiantes aprox.
Cabe destacar que las clases del turno vespertino hasta ese momento / se habrían desarrollado con normalidad estando presentes aprox. 20 estudiantes de otros liceos, los cuales no participaron de dicha Asam-/ blea permaneciendo en las escaleras del mencionado centro de enseñanza.

- Al culminar la Asamblea, siendo las 1900 hs. aprox., se tomó conocimiento que durante la misma, la Directora anunció que se le había levantado la suspensión a tres de los seis estudiantes que permanecían en esa situación. Agregando al mismo tiempo que este hecho se / le había informado desde el CODICEN a través de una llamada telefónica y que a las 2000 hs. aprox. se haría presente el Presidente del CODICEN Daniel CORBO para tratar con los estudiantes y padres reunidos en el / liceo, la situación de los tres alumnos que continúan suspendidos.
Los estudiantes resuelven que si al final de esta reunión no se les levantaba la suspensión se ocuparía el liceo el día 25SET92.

- Posteriormente a las 2000 hs. aprox., comenzaron a agruparse los estudiantes en el Hall del liceo, no constatándose la presencia de CORBO.
A las 2030 hs. aprox., se dispersan los estudiantes tomándose conocimiento que se había recibido una llamada del C.C.E. citando a los tres estudiantes suspendidos y a los padres para el día lunes 28SET92 en su Sede para tratar la situación.(no se puede precisar a que hacen referencia / al mencionar C.C.E., podría entenderse que se trata del Consejo de Educación Secundaria). Los estudiantes deciden ocupar "simbólicamente" el liceo el día 25SET92 a las 0745 hs. Cabe destacar que uno de los tres estudiantes suspendidos, es el Vice-Presidente estudiantil Gustavo SOSA que cursa 5to. año en el turno vespertino y del cual se pudo saber mantiene militancia política en el F.A. al igual que los otros estudiantes suspendidos. (se adjunta fotografía identificando al referido estudiante).

- El día 25SET92, siendo las 1000 hs., se realiza una Asamblea donde participan alrededor de 130 estudiantes, de los tres turnos del referido liceo y Universitarios. Estos últimos presionan para ocupar manifestando que ellos lo harían el día lunes en las Facultades de Ingeniería, Química y Economía. A las 1100 hs. finaliza la Asamblea resolviendo por amplia mayoría la ocupación y la redacción de un Acta para informar a los demás liceos, solicitándoles el apoyo.

001 - 003

ORIGINAL
Hoja 2 de 2
Copia -de -
m.s.

-En todo momento la actitud de los estudiantes liceales, es pacífica y sostienen que el objeto de la ocupación es que se levanten las suspensiones inmediatamente. Por otra parte, los estudiantes universitarios demuestran su apoyo manifestando que ante "cualquier problema, vamos para adelante", haciendo referencia a la presencia de fuerzas de seguridad.

-En horas de la tarde se confirma la presencia de 60 estudiantes pertenecientes al liceo Miranda ocupando el mencionado centro de estudios, mientras que alrededor de 80 pertenecientes a los liceos IAVA, / Nro.10 y universitarios permanecen fuera del mismo en actitud de seguridad. Los mismos controlan la zona en forma contínua, en grupos de 2 ó 3, efectuando recorridas en un radio de dos cuadras. Al mismo tiempo en las esquinas del liceo permanecen otros en actitud de vigilancia y seguridad controlando particularmente por la calle Emilia Pardo Bazán.

-Al hacerse contacto con este grupo, se pudo tomar conocimiento que el responsable de la seguridad es Orlando GOMEZ perteneciente a / la Facultad de Humanidades y Ciencias, alias "EL RULO" y militante del / MLN-T. El mismo se encuentra armado con una navaja que porta en su pierna y habría sido detenido en 1983, según sus manifestaciones (se desconoce la causa). Durante las recorridas ó rondas se trata de identificar posibles "tiras" y/o vehículos de las fuerzas de seguridad. Un Agente que logró infiltrarse en este grupo informó además que habían sido detectados en el lugar varios elementos en actitud de control y vigilancia, a los / cuales se les presionó para que se retiraran del lugar. Por otra parte procuraban conseguir neumáticos, tanques y combustible para reforzar la seguridad durante la noche. Se hizo mención tambien a la obtención de un vehículo disponible para el control de la zona.

-En el lugar se hicieron presentes los medios informativos de Canal 10, 12 y Radio Nacional, entrevistando a Gustavo SOSA y una NNF; / se da lectura al Acta de la ocupación en la que se destacan los siguientes puntos:

-se retire la sanción a los tres estudiantes ése mismo día.
-que se quiten las faltas
-se recuperen las clases perdidas.

Siendo las 1945 hs. se detectan barricadas construidas con tanques y neumáticos en las intersecciones de Carlos Bacigalupi con Hocquart y Madrid-mientras que frente al ingreso del local liceal, en la calle, se realiza un fogón para confeccionar la comida de los ocupantes. A las 2030 hs. aproximadamente se presentan en el lugar alrededor de 50 estudiantes universitarios,en demostración de solidaridad. Posteriormente se retiran hacia la Facultad de Medicina donde realizarían una asamblea.

-El día sábado se realizaron recorridas por la zona observándose la situación incambiada. En la zona se continua con las rondas de vigilancia, detectándose también seguridad en el bar ubicado en Hocquart y Bacigalupi. Hasta el momento no se han registrado incidentes, pudiéndose apreciar que en horas del día el grupo del exterior se reduce para incrementarse en horas de la noche y la madrugada. Entre los integrantes de este grupo se identificó a Sidis FALCO perteneciente al IPA, coordinando las actividades y a Angel SANCHEZ entre los estudiantes que se encuentran en el interior del liceo.

IV.- DISTRIBUCION: Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III (CI) - Archivo



Gustavo SOSA haciendo uso de la palabra en Plaza Libertad el día 24JUL92.-



Gustavo SOSA participando en una fiesta de cumpleaños el día 15DIC90.

ORIGINAL

28 setiembre 1992.-

MEMORANDUM Nro. 920513 /E.O.E.

ASUNTO: CONTROL OCUPACION LICEO MIRANDA

REFERENCIA:

TEXTO

- En el día de la fecha se concurre a realizar un control en el Liceo Miranda ocupado desde el día 25SET92.
Se detectan en el acceso al liceo dos NNF que solicitan nombre e instituto al que se pertenece para poder ingresar (toman notas en un cuaderno).
En planta baja el acceso al pasillo que conduce a los salones está / obstruido por bancos amontonados.
En el 1er. piso se encuentran las puertas de los salones selladas por una etiqueta.
Hay un sólo baño habilitado para ambos sexos, los bancos se encuentran desordenados en el pasillo.
El acceso al 2do. piso está bloqueado por bancos en la escalera que / conduce al mismo.
En el Hall de entrada se encuentran unos 20 estudiantes aprox., al salir del mencionado instituto las 2NNF borran del cuaderno los datos de quien había ingresado.

IV.- DISTRIBUCION : Original - Jefe Departamento I
Copia 1 - Jefe Departamento III (CI) - Archivo

30/9/92.

001 - CCI

9209059

/ 2

i.r.

28 setiembre de 1992.-

2 / 11 / 92

920512

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 29 SET. 1992
Pase a
Nº. de Orden 9209060

CIERRE DE LA CAMPAÑA PRO-REFERENDUM

En el día de la fecha se llevó a cabo el cierre de la campaña pro-referendum. A tales efectos el PIT-CNT convocó a todos los gremios / para realizar una jornada de propaganda por la papeleta "blanca" entre las 1500 y 2000 horas por la Av.18 de Julio.

Con la finalidad de detectar la ubicación de los puestos de / propaganda y los escenarios levantados, se realizaron recorridas por la mencionada avenida obteniéndose la siguiente información:

- la actividad realizada en los puestos estuvo a cargo de integrantes de los distintos gremios.
- la tarea consistía en la entrega de panfletos, papeleta "blanca" e informar a los transeúntes sobre el acto del referendum a realizarse el próximo 1° de octubre.

Los puestos fueron ubicados a lo largo de la referida avenida, / pudiéndose observar además la presencia de algunos gremialistas distribuidos por ambas aceras entregando panfletos a los transeúntes. Los puestos detectados se encontraban ubicados en:

- Pablo de María (FUS); Arenal Grande (no se detectó agrupación) Fernández Crespo (no se detectó agrupación); Explanada de la Universidad (se detectaron cuatro puestos: UJC, AFUR-CSEU y dos sin agrupación); en / Magallanes (sin agrupación); en Minas (SCAGE); en Tacuarembó (sin agrupación); en Javier Barrios Amorín (sin agrupación); en la explanada de la / I.M.M. (se detectaron dos puestos sin agrupación); Cuareim (sin agrupación); Plaza Cagancha (FANCAP); Río Negro (Unión Ferroviaria); Julio Herrera y Obes (AFJU); Convención (sin agrupación).

Además de los mencionados anteriormente, se detectaron puestos de propaganda ubicados en la Av. 8 de Octubre y Av. Centenario (FUS), en Av. 8 de Octubre y Garibaldi (sin agrupación) y en Av. del Libertador y / Mercedes frente al [illegible] ([illegible]).

001 - 023

9209060

Los escenarios fueron ubicados en: Av. 18 de Julio y Fernández Crespo (frente a la feria permanente); frente a la Explanada de la I.M.M; Av. 18 de Julio y Julio Herrera y Obes (frente a la Plaza Fabini). Contrario a lo anunciado sólo se habían instalado tres de los cinco, donde se / desarrollaron espectáculos artísticos finalizando alrededor de las 2130 / horas.

Durante la jornada el nivel de receptividad del público fue bajo, estimándose que el momento de mayor adhesión fue a las 1900 horas dada la presencia del público en la mencionada avenida debido al cierre de las casas comerciales y oficinas de la zona.

Cabe destacar que no fueron detectados dirigentes gremiales y/o políticos vinculados a la campaña. Mientras se desarrollaban las distintas actividades, se detectó el vehículo matrícula 901.742 con el distintivo de "ORGANIZACION" circulando a lo largo de la principal avenida entre los distintos escenarios. Por otra parte fue detectado el vehículo matrícula 269.205realizando propaganda por la papeleta "rosada".

Consultada Policía de Tránsito referente a las mencionadas matrículas, registra los siguientes datos:

Mat. 901.742

PROP.: Alicia BALZO PELLICER
DOM. : Bvar. España 2327
M/M : CITROEN/92, 2 puertas
OBS. : En guía telefónica en ésa dirección figuran Alicia BALZO, tel. 404938 y Agustina PELLICER de BALZO, Tel. 417403.

Mat. 269.205
PROP.: Edison ALONSO MACEDO
DOM. : Siantiago Sierra 3908
M/M : FIAT/81, 4 puertas

Se adjuntan volantes que fueran recogidos a lo largo de la Av. 18 de Julio.

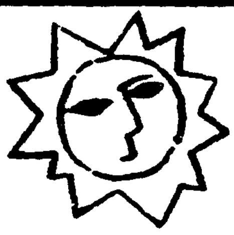
IV.- DISTRIBUCION: Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III (CP) - Archivo

CORTE ELECTORAL

Interpongo el recurso de referendum contra los artículos 1º, 2º, 3º, 10º y 32º de la Ley Nº 16.211, de 1º de octubre de 1991.

003 920906[illegible]

1º de OCTUBRE



VOTE

PAPELETA BLANCA

Comisión Pro-referéndum

aebu

PIT-CNT

004 9209060

CADENA TELEFONICA DEL

REFERENDUM

- LA COMISION NACIONAL DEL REFERENDUM CONVOCA A PARTICIPAR DE LA **CADENA TELEFONICA** HACIA EL 1º DE OCTUBRE.
- CONFECCIONE UNA LISTA DE PERSONAS QUE ADHIERAN AL REFERENDUM DE LA PAPELETA BLANCA ¡LLAMELAS Y CONVOQUELAS A VOTAR EL 1º DE OCTUBRE!
- SI ALGUNA DE ESTAS PERSONAS SE TRANSFORMA EN UN ESLABON MAS DE ESTA CADENA, UD. ESTARA CONTRIBUYENDO A QUE EL PUEBLO DECIDA.

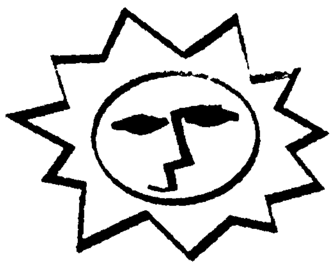
¡NO SEA UD. QUIEN SE DESENGANCHE!
¡NO SEA UD. EL ESLABON PERDIDO!
PARTICIPE DE ESTA CADENA DESDE AHORA, Y MANTENGALO EL 1º DE OCTUBRE.

CADENA TELEFONICA DEL
REFERENDUM

- LA COMISION NACIONAL DEL REFERENDUM CONVOCA A PARTICIPAR DE LA **CADENA TELEFONICA** HACIA EL 1º DE OCTUBRE.
- CONFECCIONE UNA LISTA DE PERSONAS QUE ADHIERAN AL REFERENDUM DE LA PAPELETA BLANCA ¡LLAMELAS Y CONVOQUELAS A VOTAR EL 1º DE OCTUBRE!
- SI ALGUNA DE ESTAS PERSONAS SE TRANSFORMA EN UN ESLABON MAS DE ESTA CADENA, UD. ESTARA CONTRIBUYENDO A QUE EL PUEBLO DECIDA.

¡NO SEA UD. QUIEN SE DESENGANCHE!
¡NO SEA UD. EL ESLABON PERDIDO!
PARTICIPE DE ESTA CADENA DESDE AHORA, Y MANTENGALO EL 1º DE OCTUBRE.

EL 1º DE OCTUBRE



votamos
la papeleta
BLANCA

contra la

LEY NEGRA

DEL GOBIERNO

¿Que nos jugamos el 1º de OCTUBRE ?

NADA MENOS
QUE LA VENTA DEL PAIS

Sabemos que quienes nos gobiernan están dispuestos a entregarnos al extranjero, así como hace 500 años.

Vinieron los españoles a tomar lo que no era de ellos y asesinaron a nuestros antepasados. Hoy nos siguen matando, pero de maneras mucho más sofisticadas, dejando que se mueran niños de hambre, sin asistencia, privatizando la salud para que se asistan solamente quienes puedan pagar por ella.
Venden lo que da ganancia al país, aunque declaren lo contrario.

(ANTEL, UTE, ANCAP, PLUNA, AFE, EL ESPINILLAR ,etc.).

Esta es una lucha de todos los orientales honestos contra los gobernantes corruptos.

ES UNA OBLIGACION MORAL DE TODOS, MAS ALLA DEL FRIO O EL MAL TIEMPO DEFENDER LO NUESTRO ; POR ESO EL 1º DE OCTUBRE ,VOTAMOS LA PAPELETA BLANCA.

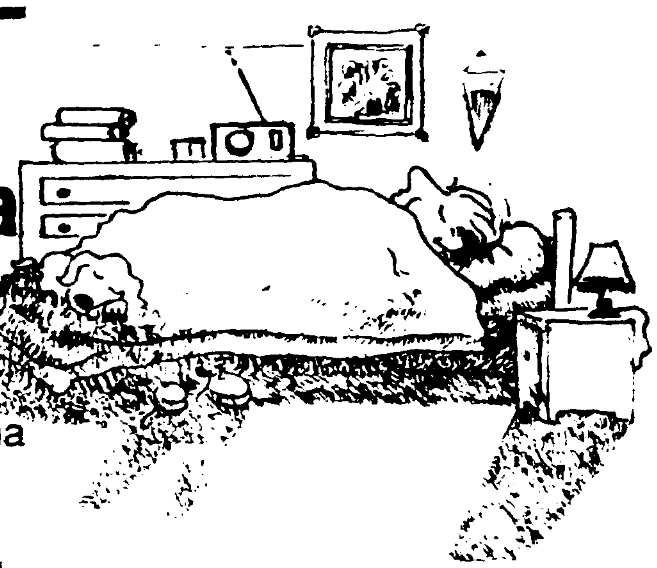
SINDICATO UNICO DEL INSTITUTO NACIONAL DEL MENOR

COFE - PIT-CNT

"Si ganan los Piratas,

no nos salva
ni Peter Pan".

El 1º de Octubre usted puede dormir la siesta más cara de su vida



El 1º de octubre es feriado.
Usted puede levantarse tarde, hacer un asadito, una linda sobremesa, y después una buena siesta.
Hasta incluso puede olvidarse de ir a votar.
Será sin lugar a dudas la siesta más cara de su vida

¡tenga cuidado!

9209060

010

Porque cuando se despierte puede haber perdido el patrimonio nacional. Los entes del Estado pasarán inexorablemente a manos extranjeras y los recursos que generan ya no quedarán en el país.

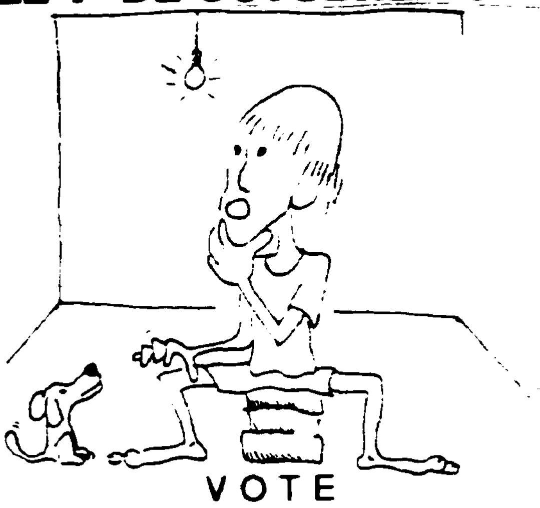
Por eso el 1º de Octubre vote:

- Por mantener el patrimonio nacional.
- Por cambiar el Estado ineficiente a través de una ley que mejore su funcionamiento.

Podemos cambiarlas, si siguen siendo nuestras!!! 011

Comisión Pro-referéndum aebu PIT-CNT

EL 1º DE OCTUBRE VOTE



VOTE

PAPELETA

BLANCA

9209060

QUE ES EL REFERENDUM

Ante la aprobación de la Ley de Empresas Públicas, que permite vender en forma indiscriminada nuestro patrimonio, un conjunto de fuerzas políticas y organizaciones sociales, han resuelto impugnar los aspectos más negativos de esta ley.

Mediante el Referéndum, hacemos un llamado a la ciudadanía para que manifieste su opinión sobre tan importante tema.

El Estado uruguayo es patrimonio de todos, por ende todos debemos decidir sobre su destino.

Dicen que nuestro Estado es grande, esto no es cierto, pues comparativamente es más pequeño que el de: Alemania, Brasil, Chile, España, Italia, Japón, Bélgica, etc.

Llaman a nuestro Estado ineficiente, que da pérdidas, nada de esto es cierto pues en el año 1991, las ganancias de las Empresas Públicas fue de 65 millones de dólares.
Como contrapartida de la "eficiencia" privada, 100 empresas no estatales, le deben al país mil doscientos millones de dólares.

El camino de la venta de nuestras empresas es un camino sin retorno, lo que se venda, no se recupera.

Por estas y otras razones, es que llamamos a los uruguayos todos a expresar el 5 de julio nuestra voluntad de que se lleve a cabo la consulta popular, votando por el SI al Referéndum.

Comisión de Defensa del Patrimonio Nacional y Reforma del Estado

n12 92090 60

POR

URUGUAY SI

Comisión de Defensa del Patrimonio Nacional
y
Reforma del Estado

013 9209060

EL ESTADO QUE QUEREMOS

Eficiente

Un Estado en que hacer una gestión no sea un suplicio, que resuelva en tiempo y forma cada trámite. Nombrar los Directores por competencia técnica o idoneidad para la función.

Ágil

Un Estado sin burocracia, donde cada trabajador pueda desempeñar una función útil reduciendo los pasos de una gestión a los mínimos indispensables.

Moderno

Un Estado tecnificado que posea las herramientas informáticas y tecnológicas que los nuevos tiempos exigen, que acompañe los desafíos del país.

Dimensionado

Un Estado en que nadie sobre ni falte, adecuado a las funciones que debe cumplir. Esto no se resuelve despidiendo gente, sino capacitando al funcionario y terminando con las cuotas políticas y los acomodos.

Justo

U. ..stado transparente en su gestión, para que la población cuente con una información clara y completa de la administración de las Empresas de todos. Donde los ascensos sean por concurso, evaluando capacidad y méritos, en que sancione al mal funcionario, pero también se estimule al bueno, otorgando dignas remuneraciones.

Al servicio de la gente

Un Estado en que su utilidad se mida por el servicio que nos presta, que fije las tarifas con sentido social, no recaudador, que atienda y sirva a todos por igual, creando una Defensoría de Usuarios y Consumidores que nos represente a todos, teniendo representación los funcionarios en los Directorios.

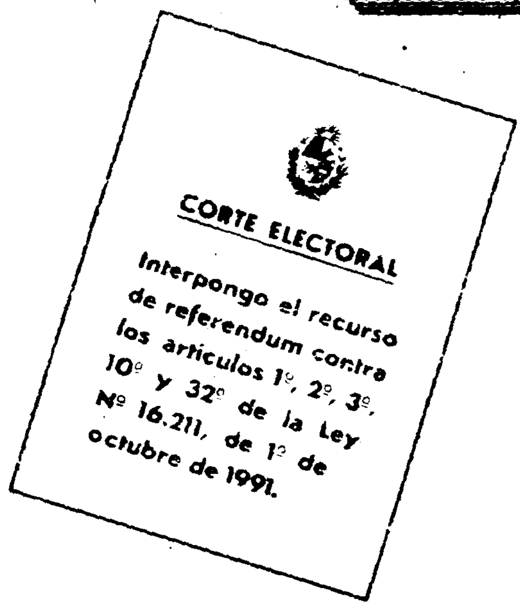
El 1º de octubre nuestro voto decide

Lo anterior está expresado en el Proyecto Alternativo presentado en Diputados el cual cuenta con el apoyo de 43 legisladores, de todos los sectores políticos.

Empresas Públicas

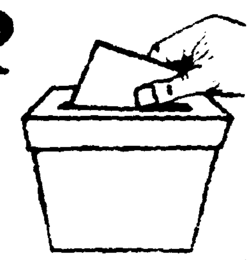
NUESTRO VOTO DECIDE





La venta del Estado es contra usted.

A GANAR



9209060

¿Qué es la Ley de Empresas Públicas del gobierno?

Los artículos 1, 2 y 3 dejan al P. Ejecutivo con las manos libres para entregar a capitales privados los servicios públicos nacionales.

¿Venderías a quién?

¿Algún uruguayo puede comprar ANTEL, PLUNA o ANCAP? Las Empresas se entregarán a capitales extranjeros, que son los únicos que pueden comprarlas.

¿Qué empresas se entregan?
¿Las que dan pérdidas o las que dan ganancias?

Evidentemente, serán sólo las muy rentables (que son, además, las que mejor funcionan). Ningún capitalista invertiría en un negocio para perder. ¿Regalaremos las ganancias y nos quedaremos con los déficits?

¿Usted cree que los capitales extranjeros van a mejorar los servicios a los uruguayos?

¿O mas bien será -como reconoció el Presidente de la Telefónica Española- vienen a ganar la mayor cantidad de dinero posible aquí para mejorar los servicios en España?

¿Usted cree que los servicios públicos serán más baratos, que llegarán a sectores más amplios de la población?

No ha sido así en ningún lugar del mundo: los servicios empeoran y se encarecen.

Si regalamos esas empresas, ¿quién va a brindar los servi_s de interés social?

¿Quién va a llevar luz a los pueblitos perdidos de la campaña? ¿Quién va a brindar servicios de transporte a localidades pequeñas? ¿Quién se va a preocupar por extender los teléfonos a las zonas suburbanas y rurales? Si no lo hace el Estado, nadie lo hará. Pero un Estado que se desprenda de las Empresas que le dan ganancias tampoco podrá hacerlo, aunque quisiera.

Si nos quedamos sin Empresas Públicas, **¿de dónde van a salir los recursos para la Enseñanza, la Salud Pública y las Jubilaciones?**

Y cuando nos demos cuenta que esto no funciona ¿qué haremos? ¿Recomprar lo vendido, como en Argentina, donde hubo que volver a comprar Aerolíneas -que Iberia se llevaba sin poner un peso- para evitar que quebrara, dejando en la calle a cientos de trabajadores?

Finalmente, la Ley de Empresas Públicas del gobierno impide todo tipo de control sobre su gestión. El usuario no va a poder incidir en la fijación de tarifas, calidad de los servicios, etc. quedando a merced de políticas que otros deciden.

POR TODAS ESTAS RAZONES
EL 1º DE OCTUBRE
A GANAR CON LA PAPELETA BLANCA

FRENTE AMPLIO

¿CON QUIEN CUMPLE EL GOBIERNO?

* El Gobierno vende las empresas del Estado.
* Cumple con el FMI pagando 1 millón de dólares por día, por concepto de intereses de la Deuda Externa.
* Ahora quieren vender las empresas industriales y comerciales que aportan ganancias al País.

¿Por qué las venden y quienes se benefician?
Es lo que debemos preguntarnos.
Parece utópico lo de Artigas: "No venderé el rico patrimonio de los orientales al vil precio de la necesidad"; bueno, aquel fue el Protector de los Pueblos Libres; y éstos?

AFGAP - COFE - PIT - CNT

Sueldo de un funcionario de la Administración Central Grado 4 con 10 años de antigüedad.

Sueldo	H. Constituído	Asig. Familiar	Antigüedad	Art. 26	Total
262.074	56.000	36.800	4.600	37.277	396.751 * (1)
262.074	56.000		4.600	37.277	359.951 * (2)
262.074			4.600	37.277	303.951 * (3)

* (1) Casado y con 2 hijos   * (2) Casado sin hijos   * (3) Soltero

Los trabajadores de la Administración Central pagamos por descuentos de los sueldos más el IVA (el más caro del mundo), un 39.5 %.
Es decir, que de cada N$ 100 que ganamos, N$ 39,50 vuelven al Estado por distintos pero efectivos conductos.

Indudablemente, HAY QUE VIVIR PARA CREER, (o REVENTAR)

AFGAP - COFE - PIT - CNT

¿POR QUE APOYAMOS LA PAPELETA BLANCA?

Porque habiéndose votado en el Parlamento la **LEY DE EMPRESAS PUBLICAS,** el PIT-CNT convocó a todos los sectores políticos y sociales que quisieran integrar una comisión, llamada de **DEFENSA DEL PATRIMONIO NACIONAL**, para impulsar un recurso en forma inmediata para impugnarla.
A esta convocatoria se sumaron personalidades de todos los partidos políticos dispuesto a no dejar que liquiden nuestro país.
Porque esta **LEY DE REFORMA DEL ESTADO NO LO REFORMA, SINO QUE LO LIQUIDA.**

Queremos dejar claro que nuestro apoyo a la impugnación parcial se debe a los acuerdos alcanzados con esos sectores, para que ésta fuera viable y que tuviera efectivamente la chance de ganar. **EL MOVIMIENTO SINDICAL** en forma solitaria no conseguiría los votos necesarios para poder impugnarlo.

Tengamos en cuenta que hoy la **PAPELETA BLANCA** representa la opinión mayoritaria de los adherentes al **REFERENDUM.**

Esta **IMPUGNACION PARCIAL DE LA LEY** propone anular los **ARTICULOS 1, 2, 3, 10 y 32 DE LA LEY Nº 16.211.**

El Art. 1º **ENAJENA LOS SERVICIOS.** Autoriza al Poder Ejecutivo a "conceder u otorgar permiso para la ejecución de los Servicios Públicos Nacionales a su cargo"

El Art. 2º **ENAJENA LOS BIENES PARA CUMPLIR ESOS SERVICIOS.** "La administración central y los Entes Autónomos y servicios descentralizados podrán autorizar, contratar o subcontratar con terceros la ejecución de otras actividades de sus competencias que no constituyen cometidos esenciales del Estado ni servicios públicos o sociales" (esto solo excluirá a la policía, fuerzas armadas, Justicia, legislación y algún servicio social).

También autoriza a enajenar los bienes de esos organismos con el voto de cuatro de los cinco integrantes del Directorio, o por unanimidad si los directores son tres. Esta trampa está: en que la Constitución admite capitales privados para crear o ampliar el patrimonio de los entes autónomos o servicios descentralizados, el voto de tres quintos del total de componentes de cada Cámara (mayoría que el gobierno actual no tiene).

Por esa razón anulando los Art. 1 y 2 desactivamos esa trampa.
El Art. 3º **EL ESTADO SEGUIRA PERDIENDO** "no se podrá privar a un dos sus cometidos". Pero de acuerdo a los art. 1 y 2 un ente puede ceder la mayoría de su patrimonio o la parte más rentable y quedarse con una parte deficitaria. Ejem. los teléfonos de localidades pequeñas quedan en ANTEL y esta cede todo el resto de su patrimonio.
El Art. 10 es la disposición que habilita la privatización de ANTEL. Lo que implica entregar a Empresas privadas el control del sistema de telecomunicaciones del país. Estas multinacionales solo tendrán en cuenta su propio lucro, con un seguro encarecimiento de los servicios.
El Art. 32 **DEROGA IMPEDIMENTOS LEGALES.** Dispone derogaciones a texto expreso del régimen jurídico anterior, entre los que se encuentran leyes orgánicas de varios organismos públicos.

Anulando estos artículos de la ley,
se impide extranjerizar las
EMPRESAS PUBLICAS.

LOS URUGUAYOS SOMOS LOS UNICOS EN AMERICA QUE TENEMOS LA POSIBILIDAD DE ELEGIR POR MEDIO DE UN PLEBISCITO, QUE PAIS QUEREMOS. ¿POR QUE NO EJERCERLO?

El 1º de Octubre votamos la papeleta blanca.

10 RAZONES PARA VOTAR SI AL REFERENDUM

1. No confundir al Estado con este Estado, que ha sido concebido como un gigantesco aparato de clientelismo político electoral.

2. Esta ley **no transforma** al Estado. Se deshace de él. La ley no propone cambiar la ineficiencia y la burocracia.

3. El Estado uruguayo **no es grande,** a pesar de lo que sostienen los partidarios de la ley. Tiene sólo cinco o seis empresas con perspectivas de ser vendidas. En México y en Brasil hay cerca de mil, y en Argentina unas 400.

4. Pese a la mala gestión, las empresas públicas uruguayas generaron **65 millones de dólares de ganancia neta en 1991.**

5. Para el Uruguay, vender empresas públicas es extranjerizarlas. Por lo tanto, **sus ganancias no quedarán en el país** para volcarse a la salud, la educación y la vivienda, como dice el gobierno.

6. La ley **no elimina los monopolios,** sino que permite pasarlos a manos privadas. Además, las empresas interesadas en comprar nuestros entes son empresas estatales de otros países, como Iberia y la Compañía Telefónica Española. La Telefónica tiene una deuda con el exterior de 15 mil millones de dólares, que quiere achicar comprando empresas que dan ganancia, como ANTEL. Además, **esa empresa española tiene 530 mil solicitudes de teléfono sin atender en su propio país.**

7. Vendidos los entes, su política tarifaria no dependería del interés nacional, sino de la rentabilidad de las empresas que las hubieran adquirido. En Argentina, por ejemplo, **las tarifa aumentaron promedialmente cinco veces luego de la venta de las empresas públicas.**

8. Con esta ley, el Estado perderá recursos muy importantes también por concepto de impuestos. Por ejemplo, ANTEL pagó 32 millones de dólares por impuestos sobre su ganancia neta.

9. La soberanía del país también es gravemente lesionada por la ley, al eliminarse su presencia en ámbitos estratégicos.

10. Esta ley no tiene marcha atrás: después de vendidos los entes, ya no será posible recuperarlos. Si hoy los venden para mejorar la educación, la salud y la vivienda, como dice el gobierno, ¿qué venderemos mañana, cuando haya que mantener esos servicios?

Lo que nosotros proponemos, en cambio, es transformar esas empresas, para que funcionen bien, y sean permanente fuente de recursos.

VOTE LA PAPELETA BLANCA

Asociación de Trabajadores de la Seguridad Social

019 9209060



NO SE DEJE PIRATEAR EL URUGUAY

La LEY NEGRA del gobierno permite vender todas las empresas rentables, las que dejan ganancias, y establecer de esta manera un monopolio extranjero de los principales servicios.

El aumento de las ganancias de estas empresas saldrá de:

a) Grandes aumentos de las tarifas (como sucede en todos los países de América Latina donde se aplica esta política).
b) La drástica reducción del personal en estas empresas.

Pero el Estado uruguayo seguirá inflado y burocratizado porque todos los servicios no rentables y los gastos serán absorbidos por otras empresas públicas o ministerios.

Hace falta cambiar en serio, reformar a fondo el Estado y disminuir la burocracia. Lo que el gobierno quiere es sólo vender y privatizar las ganancias y dejarnos la peor parte a los uruguayos.

Ya tuvimos una experiencia, con el cierre del servicio de pasajeros de AFE: pueblos y zonas del país quedaron aisladas. Las promesas del gobierno no se cumplieron. Mientras el Estado sigue tan ineficiente como antes.

El Presidente Lacalle NO VOTA el 1º de octubre

De esta manera queda clara su posición de siempre.
Y se define con más claridad que el referéndum enfrenta la política del gobierno.

El 1º de octubre es la ULTIMA OPORTUNIDAD de defender el Uruguay y detener esta política económica.

Si triunfa el gobierno el 1º de octubre, aplicará más crudamente la política de shock, es decir congelación de salarios, de jubilaciones, liquidación del sistema de previsión social, aumento de los impuestos y reducción de los gastos sociales.



438.000 ciudadanos —que ya votamos la papeleta blanca y lo volveremos a hacer—
LO CONVOCAMOS A VOTAR EL 1º DE OCTUBRE:

PAPELETA BLANCA

- **Para cambiar en serio, por un Estado eficiente, al servicio del ciudadano y el país.**
- **Para frenar la política económica de este gobierno.**
- **Para derogar la ley de privatizaciones y extranjerización de las principales empresas públicas.**
- **Para defender las fuentes de trabajo y una vida digna.**

SU VOTO TIENE UNA OBLIGACION, CON EL PAIS Y SU GENTE.

¡El 1º de Octubre es su última oportunidad!

CONTRA LA LEY NEGRA DEL GOBIERNO

COMISION NACIONAL DE DEFENSA DEL PATRIMONIO Y REFORMA DEL ESTADO

RECONVIERTASE!!!



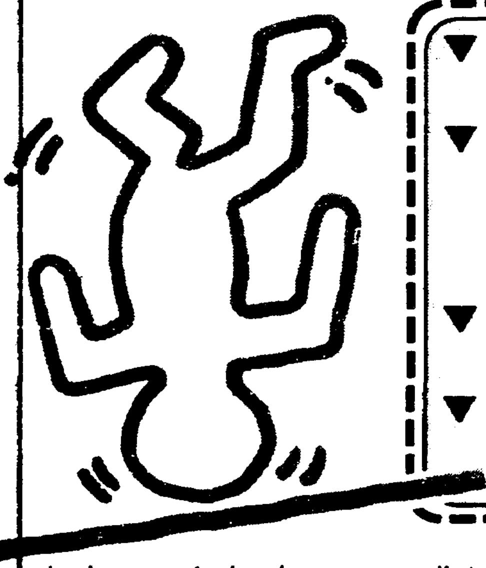
(PREVENIR ES MEJOR QUE CURAR. PONGA LAS BARBAS EN REMOJO)

PARA TRABAJADORES DE EMPRESAS PUBLICAS Y FUNCIONARIOS ESTATALES EN GENERAL

En previsión de la aplicación de la ley 16.211 de extranjerización de empresas públicas,

PREPARESE

CURSOS ACELERADOS DE:



- Desocupado crónico.
- Emigrante tardío a países vecinos.
- Contrabandista hormiga.
- Clasificador de residuos.
- Jubilado antes de tiempo y faquir full time.
- Integrante de lista de disponibilidad perpetua.
- Mendigo.

CORTE ESTE CUPON PROMOCION

Incluya en todos los casos, dietas especiales de supervivencia familiar, experiencias de viviendas marginales e idiomas sólo en los casos de emigración.
Por si ud. tiene suerte y se queda en las empresas extranjerizadas y privatizadas, ofrecemos

PROGRAMAS ESPECIALES

Cómo tener cara de piedra perpetua ante los reclamos del público por aumentos brutales de tarifas.

Cursos de idiomas para entender a los nuevos patrones y adaptarse rápidamente a gustos y órdenes.

Preparación acelerada para «fusible». Cada vez que surja un problema, Ud. es el responsable y el despido su destino.

EL PRIMERO DE OCTUBRE no es broma, es muy serio.

RECONVIERTASE

O VOTE LA PAPELETA BLANCA CONTRA LA LEY NEGRA DEL GOBIERNO

COMISION NACIONAL DE DEFENSA DEL PATRIMONIO Y REFORMA DEL ESTADO

023/23 9209060

JORNAL DO BRASIL

2 □ 1º caderno □ sexta-feira, 11/9/92

Coluna do Castello

Já se ouve o rumor do tropel final



Há um sabor de decisão política nessa meia vitória dada pelo Supremo Tribunal ao presidente Fernando Collor. Julgou-se competente para apreciar o mandado de segurança mas não suspendeu liminarmente o procedimento instaurado pela Câmara dos Deputados. Limitou-se a ampliar para dez sessões o prazo de cinco sessões dado pelo presidente Ibsen Pinheiro para que o chefe de governo faça sua "apreciação" ou defesa prévia à concessão de licença para que o Senado o processe. No mais, o que fez a Câmara está referendado judicialmente, ficando para exame posterior, no mérito, apenas a decisão sobre se a votação será por escrutínio secreto ou por voto a descoberto.

A colher de chá dada a Collor lhe assegura a sobrevida de uma semana e a 22 ou 23, ainda no período previsto pelo presidente da Câmara, haverá a votação e já pouca gente duvida de que tudo se fará pelo voto aberto. O Supremo deu o máximo que podia dar. Essa a impressão deixada em nós, leigos, pelo julgamento de ontem. Resta ao presidente da República assim continuar sua luta para bloquear o *impeachment* opondo-lhe o voto mínimo de um terço dos deputados.

Com isso sem dúvida as coisas se aceleram. Ouve-se o rumor do tropel final, com as emoções e o ranger de dentes característicos das situações dramáticas. O presidente já não viaja para o Chile e para as Nações Unidas. Já não pensa sequer na glória derradeira do discurso nas Nações Unidas. O general Tinoco, ministro do Exército, cancelou sua viagem ao México. Só o ministro Marcílio Marques Moreira está escalado para sustentar no foro internacional do FMI e do Banco Mundial o ocaso da sua política desamparada dos apoios indispensáveis à sua correta complementação.

Collor, no entanto, continua sua luta. E na verdade não deixa de criar algum nervosismo entre seus adversários, alguns dos quais manifestavam apreensão ante os sintomas de que os dois terços podem não se produzir no plenário da Câmara. A mobilização oficial enriqueceu-se com a participação ativa da bancada ruralista estimulada pelo ministro Antônio Cabrera e pelo deputado Ronaldo Caiado. Também a bancada evangélica iria em socorro do mandato do presidente.

Com a reduzida perspectiva de obter no Supremo o escrutínio secreto, a coordenação do governo trabalha as bancadas do PMDB e do PSDB para conseguir não mais votos em seu favor mas ausências na votação. Uma meia-dúzia de deputados que deixem de comparecer e seria uma contribuição muito importante para Collor. Não há dúvida de que nesses dois partidos de oposição há um certo receio de que isso aconteça. O governo precisa de 168 votos, mas, ainda que não alcance esse número, pode barrar o *impeachment*, pode vencer se a oposição não produzir na Câmara 336 votos.

As forças políticas, no entanto, já passaram a trabalhar com a certeza de que Collor não se agüenta no poder. As lideranças movimentam-se a partir do fato seguinte, que seria a posse de Itamar Franco. Esboçam-se as linhas de uma composição bastante ampla para viabilizar o novo governo se ele vier a instalar-se. Mesmo os mais recalcitrantes como o governador Leonel Brizola já dão sinais de conformidade com a nova situação. Brizola recomenda a Itamar que se comporte como se fosse um magistrado, realizando um "governo de todos" para servir ao país.

A parte do PFL que já se desligou do governo de Collor mostra-se sensível a uma articulação de forças em torno do vice-presidente. O governador Joaquim Francisco preconiza a formação de um Ministério interpartidário para cumprir um programa de quinze pontos, que ele próprio especifica.

São indícios seguros de que os políticos já pensam no futuro e que Collor para eles já é o passado.

A saída de Bornhausen

Demitiu-se do lugar de chefe da Secretaria do Governo o ministro Jorge Bornhausen, liberado por seus companheiros do pacto da governabilidade. Lembre-se que ele entrou para o governo com a missão específica de armar apoio político e parlamentar para aprovação dos projetos em trânsito no Congresso, notadamente o do ajuste fiscal. Mal começado seu desempenho, a situação mudou e a tarefa que lhe coube passou a ser outra, a de impedir que prosperasse um pedido de *impeachment* do presidente da República fundado nas investigações de uma CPI do Congresso.

Ele fez o que pôde, mas na verdade nada podia a não ser sugerir ao presidente que negociasse sua renúncia em troca da aprovação dos seus projetos de governo. Collor decidiu de outro modo. Ele naturalmente foi liberado.

Não se fala com juiz

Algum jornal noticiou que o ex-presidente José Sarney teria falado com ministros do Supremo Tribunal sobre o *impeachment* de Collor. "Não é verdade", disse Sarney, "eu sou filho de desembargador e sei que com juiz não se fala."

Carlos Castello Branco

Doc. EN SU TOTALIDAD OSCURO, POR SER FOTOCOPIA.

01-05

9209061

2 - JUSTIÇA COMUM

PF quer pedir sequestro dos bens de Collor e PC

Pedido parte do princípio de que bens são fruto de enriquecimento ilícito

THAÍS OYAMA
Da Sucursal de Brasília



A PF (Polícia Federal) pretende pedir ao STF (Supremo Tribunal Federal) o sequestro de bens do presidente Collor e do empresário PC Farias baseada no princípio de que eles são fruto de enriquecimento ilícito.

Delegados com acesso às planilhas do computador apreendido de PC já estão separando e convertendo em dólar valores que, segundo investigações, são resultado de compras superfaturadas, licitações fraudulentas e comissões de empresários. O ressarcimento, se autorizado, será para a União.

A representação da PF deve incluir também o pedido de sequestro do Fiat Elba de Collor, pago com cheque do "fantasma" José Carlos Bonfim. A lei 3.502, de dezembro de 1958, diz que o servidor público que receber dinheiro ou bem móvel ou outra vantagem a título de comissão ou presente fica sujeito ao sequestro e perda do bem.

Os registros extraídos do computador de PC permitiram à PF identificar os dois principais operadores do esquema. Um deles, ex-funcionário do Ministério da Indústria e Comércio, foi batizado pelos policiais de "ideólogo da doutrina de corrupção nacional". A PF acredita que esse operador, com trânsito fácil no governo Collor, tenha sido o responsável pela montagem de todo o chamado esquema PC. Seu nome é mantido em sigilo. Ele apareceu no esboço de organograma que a PF extraiu do computador de PC. O esboço, chamado pela PF de "bolotário" (os nomes são envolvidos por círculos) é encabeçado por Collor. Ele aparece logo acima de PC, que está no centro do desenho, ligado a duas pessoas que a polícia considera chaves.

Uma delas é o "ideólogo da corrupção". A outra, ligada a um banco, seria o "braço" do empresário no sistema financeiro. A PF, auxiliada por técnicos de informática e peritos do INC (Instituto Nacional de Criminalística) já conseguiu extrair do computador de PC cerca de 90% das informações que ele continha —70% deste material já está decodificado. Os peritos trabalham agora na "raspagem" do Winchester (memória do equipamento), que deve estar concluída até terça-feira.

Entre as revelações contidas no Winchester, segundo a PF, está a de que uma das maiores fontes de abastecimento do esquema PC era a cobrança de comissões por importações autorizadas pelo governo, supostamente intermediadas por PC. As investigações indicam que ele recebia comissões, principalmente, de indústrias que trabalhavam com importação de grãos.

Ao todo, a Receita Federal descobriu 50 arquivos nos computadores de PC, a maioria com senhas de acesso. Os nomes dos "fantasmas" que depositavam nas contas de pessoas ligadas a Collor não aparecem nos arquivos.

Um dos arquivos registra as operações de intermediação para liberar recursos oficiais de crédito —geralmente dinheiro do Tesouro Nacional investido no financiamento de custeio dos produtores rurais e usineiros.

A Receita identificou ainda uma estrutura de intervenção em operações dos Fundos de Pensão e um projeto de intermediação nas licitações para construir Ciacs.

FOLHA DE SÃO PAULO

Participação na ONU preocupa Lafer e Marcílio

BRASÍLIA — A preocupação com o novo cronograma da crise, criado a partir da decisão do STF, reuniu ontem os ministros da Justiça, Célio Borja, Economia, Marcílio Marques Moreira, e Relações Exteriores, Celso Lafer, num encontro realizado às 18 horas no Ministério da Justiça. A principal questão discutida foi se a votação do impeachment na Câmara pode prejudicar a presença brasileira na abertura da Assembléia Geral da ONU, dia 21, assim como as negociações de Marcílio com o FMI em Nova York. A crise já provocou o cancelamento da viagem do presidente Collor a Nova York e o Brasil será representado por Celso Lafer.

Segundo Célio Borja, o novo cronograma não traz nenhum embaraço para a participação do País na assembléia da ONU, na qual, tradicionalmente, o Brasil é o primeiro a falar. Tanto Lafer quanto Marcílio ficaram satisfeitos com as explicações de Borja. Para Lafer, o pronunciamento brasileiro na ONU é a grande preocupação no momento, seja em relação aos temas a ser tratados — que vão se referir às questões culturais e ao desenvolvimento — seja na repercussão internacional da crise brasileira.

REPÚBLICA DE ALAGOAS

Bornhausen se demite e critica Congresso

Em carta entregue a Collor, ex-ministro condena as decisões tomadas por Ibsen



BRASÍLIA — O ministro Jorge Bornhausen demitiu-se ontem da chefia da Secretaria de Governo, que assumiu em abril. Bornhausen entregou ao presidente Fernando Collor uma longa carta de despedida que deverá ser usada como peça de defesa do presidente contra o pedido de impeachment que a Câmara examina. No documento, o ex-ministro fez críticas à atuação do Congresso Nacional e às decisões tomadas pelo presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), na atual fase de tramitação do pedido de impeachment.

Bornhausen lembrou na carta que Collor mandou instaurar inquérito na Polícia Federal "na primeira hora da crise" e acusou Ibsen de "cercear o direito de defesa" do presidente ao adotar um "rito híbrido" para a votação da admissibilidade do pedido de impeachment. O ex-ministro criticou também o PMDB por ter "fechado questão" a favor do impeachment, numa atitude que comprometeria o papel dos senadores do partido durante o julgamento do pedido de impeachment. Bornhausen viajou à tarde para São Paulo e planejava seguir para o Exterior, para 20 dias de férias.

Palanque — Ao contrário do que vinha anunciando, Bornhausen não pretende abandonar a política e procurou deixar isso claro na carta de demissão. O ex-ministro afirmou que a CPI se transformou num "verdadeiro palanque". Mesmo assim, pregou a punição de todos os culpados que estão envolvidos nos "fatos graves" constatados pela CPI, mas disse que não se pode permitir "a condenação dos inocentes, o cerceamento do direito de defesa dos acusados e o linchamento moral".

Por duas vezes, na carta, o ex-ministro disse que os fatos apurados pela CPI devem ser investigados pelo Poder Judiciário. "Os fatos graves precisam ser apurados até o fim, observados, no entanto, os procedimentos balizados pela lei e concluídos na órbita adequada do Poder Judiciário" afirmou, acrescentando que "as respostas às dúvidas que angustiam lideranças expressivas da vida brasileira" serão dadas pela Justiça. Bornhausen previu que as investigações da Polícia Federal e da Receita Federal estarão concluídas em breve. Na carta, afirmou que esse processo terminará com o País renovado, e que o parlamentarismo certamente vencerá o plebiscito de abril de 1993.

Renúncia — O ex-ministro negou que tivesse proposto a Collor que oferecesse sua renúncia em troca da aprovação de projetos do governo no Congresso. Bornhausen escreveu na carta de demissão que apenas sugeriu ao presidente "erguer, ainda mais alto, a bandeira da modernidade que identificou a sua ação de governo", citando os projetos no pronunciamento feito por Collor em cadeia de rádio e televisão para se defender das acusações da CPI. A sugestão não foi aceita e isso acentuou a disposição de Bornhausen a sair do governo.

Bornhausen disse na carta que sua sugestão foi endossada por líderes de seu partido, o PFL. Afirmou que a idéia foi considerada válida e lembrou que tinha dito ao presidente que ele era o "juiz da decisão como detentor legítimo do mandato presidencial". Bornhausen afirmou na carta de demissão que teve o aval do partido para deixar o Ministério e que não se considera "nem mais nem menos ético" do que os demais ministros.

■ *Leia a íntegra da carta de Bornhausen na página 5 do Caderno Cidades.*

José Varella/AE



José Paulo Lacerda/AE



Separação amigável

Collor chega ao Planalto e Bornhausen se prepara para embarcar no aeroporto: elogios na despedida

Nove páginas marcam saída discreta

BRASÍLIA — O ministro Jorge Bornhausen viajou ontem para Aruba, no Caribe, onde descansará por 20 dias. Antes de divulgar sua carta de demissão cumpriu a última missão à frente da atrapalhada articulação política do Palácio do Planalto. Em conversa com o presidente Fernando Collor, Bornhausen acertou o envio de uma cópia da carta ao ministro Octávio Gallotti, do Supremo Tribunal Federal.

O ex-ministro da Secretaria de Governo entregou sua carta de demissão com nove páginas ao presidente Fernando Collor num encontro reservado, antes da reunião das 9 horas. Depois, ele seguiu para seu gabinete no quarto andar do Planalto e chamou todos os funcionários da secretaria.

Desde que decidiu abandonar o cargo, Bornhausen evitou qualquer tipo de ataque a Collor. "Prefiro sair de maneira discreta", justificou a assessores, minutos depois da demissão. Ele não explicou os motivos pelos quais optou pela "saída amigável" com Collor. Bornhausen avisou a amigos que vai se recolher nos próximos meses, mas não pretende abandonar a política. "Sou seu soldado", garantiu ao presidente do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), que acertou com Bornhausen os termos da carta de demissão. "Ele não larga a política", confirmou Napoleão.

O senador foi procurado na noite de quarta-feira pelo ministro com o rascunho da carta de demissão. Os termos da carta foram anunciados em seguida aos outros três ministros do partido e líderes na Câmara e no Senado. Em conversas reservadas, Bornhausen vinha considerando esgotadas as chances de Collor governar diante das graves denúncias apontadas pela CPI do PC.

Depois de apostar que a CPI "não levaria a nada" e perder o controle dos votos governistas na comissão, Bornhausen ainda investiu na renúncia de Collor, antes de decidir deixar o governo. Fracassou nessa missão e passou mais de uma semana tentando convencer os colegas a liberá-lo do compromisso de ficar no cargo até a votação do pedido de impeachment. A amigos do PFL, Bornhausen diz que Collor está com a "governabilidade reduzida a zero" e tem poucas chances de escapar do impeachment.

Saturação — *"Para mim não dá mais; não dá mesmo", desabafou o ainda ministro Bornhausen, conversando outro dia, em gabinete já desativado, aparentando muita tranqüilidade e recebendo abraços de seus assessores. "Se meus amigos e companheiros do Ministério decidirem permanecer mais um tempo, tudo bem." Se Bornhausen se sentia sem função, o presidente já considerava o cargo vago. Em conversas com parlamentares, Collor não poupava Bornhausen de críticas. Outro dia, recebendo um parlamentar do PFL, Collor fez queixas ao ainda coordenador político. "Não tive sorte", disse.*

REPÚBLICA DE ALAGOAS

STF amplia prazo para Collor se manifestar

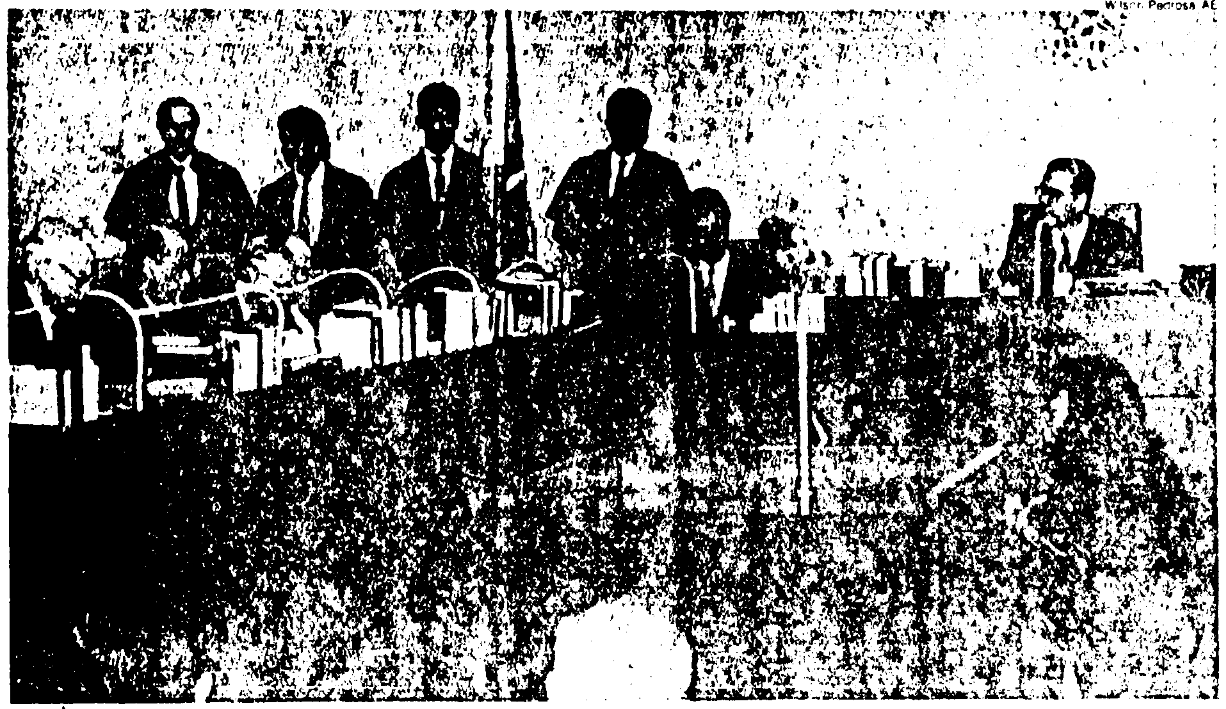
Supremo não suspende processo de impeachment, mas concede mais cinco sessões para presidente se pronunciar

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — Por 7 votos a 1, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu mais cinco sessões de prazo para que o presidente Fernando Collor possa se manifestar perante a Câmara, na fase da admissibilidade (aceitação) do pedido de impeachment. Com a decisão, o prazo final para a manifestação de Collor, que se encerraria no dia 15, às 19 horas, ficou prorrogado para o dia 22, no mesmo horário. Políticos que assistiram à sessão, como o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), previram que a votação na Câmara, antes prevista para o dia 25, deverá ocorrer no final de setembro ou início de outubro.

O relator do mandado de segurança do governo, ministro Octávio Gallotti, buscou no artigo 217 do regimento interno da Câmara o ponto de apoio para estender de cinco para dez sessões o prazo para Collor. Esse artigo estabelece que, nos casos em que o STF tiver de solicitar licença à Câmara para processar autoridades do Executivo, estas terão direito a dez sessões para defesa. Ao justificar sua opção de conceder apenas cinco sessões para Collor, o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), alegou ter interpretado de forma diferente o regimento, baseando-se em outro artigo.

Apenas três ministros não votaram na sessão de ontem, que teve início às 13h45 e terminou às 16h40, com intervalo de 20 minutos: Celso de Mello, que estava em São Paulo, Francisco Rezek, ex-ministro de Collor, e Marco Aurélio de Mello, primo do presidente. Os dois últimos se declararam impedidos, por questões pessoais. O ministro Sydney Sanches repetiu um hábito que tomou desde que assumiu a presidência do STF, nos casos de matéria constitucional: votou. Presidentes anteriores só votavam para desempatar.



Wilson Pedrosa AE

Decisão atípica

Plenário do STF: ministros não suspendem tramitação do processo e sugerem que Câmara dê mais tempo a Collor

Outras reclamações — No encerramento da sessão, Sanches manifestou a esperança de que dentro de poucos dias o Supremo possa julgar o mérito do mandado de segurança. Disse que iria fazer um contato pessoal com o presidente da Câmara — que no processo é a autoridade coautora — para que suas alegações possam ser apresentadas em 48 horas. Fez o mesmo apelo ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, que obrigatoriamente tem de se manifestar no processo.

Sanches acha que o STF conseguirá julgar o mérito da ação antes que a Câmara encerre o processo de discussão da admissibilidade do impeachment. Nessa fase, de julgamento do mérito, o STF vai apreciar outras reclamações de Collor contra Ibsen. Entre elas, o voto aberto. O governo quer o voto secreto, para evitar a pressão sobre os parlamentares. Além disso, o governo contesta a mistura de leis, regimentos e Constituição no rito definido pelo presidente da Câmara.

Ao julgar o mandado de segurança de Collor, o Supremo tomou duas decisões. Antes de conceder maior prazo para a defesa de Collor, os ministros decidiram não acompanhar o voto de Paulo Brossard, contrário ao julgamento do mandado, por considerar que era um problema do Legislativo. Só Brossard votou pelo que, na linguagem jurídica, é chamado de não-conhecimento do mandado. Os outros sete ministros manifestaram-se favoráveis ao exame da ação, por considerar que é a garantia do direito de todos os cidadãos.

A decisão do STF foi considerada atípica pelo ministro José Carlos Moreira Alves. Não suspendeu o processo de impeachment e acabou apresentando uma solução, ao sugerir mais cinco sessões de prazo para Collor se manifestar. Para o ministro Carlos Veloso, ela foi importante, pois legitimou o processo de impeachment. Assim, não haverá possibilidade de sua anulação, por erros em sua execução. Essa interpretação favorece Ibsen e lhe dá tranquilidade quanto a suas decisões.

Governo torce pela vitória do voto secreto

BRASÍLIA — O advogado do presidente Fernando Collor, José Guilherme Villela, e o advogado-geral da União, Arthur Castilho, estão esperançosos de que o Supremo Tribunal Federal (STF) defina, na próxima semana, votação secreta para a apreciação do pedido de impeachment, mudando as regras anunciadas na Câmara. Eles se baseiam na decisão do Supremo de ampliar para dez sessões o prazo para defesa do presidente nessa fase. Segundo Villela e Castilho, os ministros do STF se orientaram pelo regimento interno da Câmara para dar esse novo prazo. Lembram que o regimento indica votação secreta para processos de crime comum contra o presidente e, por analogia, caso de crime de responsabilidade deve também seguir a mesma norma. Se o rito do processo for alterado, Villela acredita que o impeachment só será votado depois das eleições municipais.

Contente com a decisão, ele avisa que irá recorrer ao Supremo sempre que houver "arbitrariedades" durante o processo. "O resultado de ontem foi o melhor possível", comemorou Villela, que promete só entregar a defesa do presidente na última sessão, que deverá ocorrer dia 22 ou 23.



PC Farias: "Em Maceió, vi uma manifestação pelo impeachment. Era bem-humorada"

A voz do vilão

PC Farias desmente o envolvimento com tráfico de drogas, conforma-se com o destino e aposta que não irá cumprir pena na prisão



Como se enfrenta a sina de ser o vilão da história, o homem que os inimigos acusam de tudo, os amigos evitam e o país inteiro quer ver na cadeia? O quanto dói a queda daquele que, até ontem, era paparicado por políticos e empresários, e hoje não tem quem o ampare? Com a palavra Paulo César Cavalcante Farias, que recebeu VEJA *na sexta-feira passada para uma conversa que durou três horas, cinco cafezinhos, quatro cigarros e um charuto. Os principais trechos da conversa de um homem afável e resignado:*

■ **Sobre tráfico de drogas:** Isso é uma infâmia. Nunca vi esse argentino (*veja quadro à pág. ao lado*) e jamais mexi com drogas. Sequer experimentei maconha. Gostaria que o ministro da Justiça me convocasse para um depoimento e até para uma acareação com esse sujeito. Vejo duas hipóteses para ele ter me acusado: alguém pagou para esse argentino me atacar, ou então é um bandido que, sob ameaça de outros bandidos, inventou essa história para ter proteção policial.

■ **Acusações:** Me acusam de tudo, das coisas mais absurdas. Mas garanto que 80% do que me acusam é pura mentira. Quanto ao que possa ser verdadeiro, os outros 20%, a consciência não me incrimina. Se todo mundo arrecada dinheiro para campanha eleitoral, por que só eu sou o criminoso?

■ **Ir para a cadeia agora:** Acredito que não serei preso. O pedido de prisão preventiva foi feito 45 dias depois da suposta tentativa de suborno feita pelo meu motorista. Durante todo esse período colaborei com a Polícia Federal e a Justiça. Além disso, nenhum empresário é responsável pelos eventuais crimes de um funcionário.

■ **Ir para a cadeia mais tarde:** Acho que serei indiciado e incriminado. Apresentarei provas, tenho bons advogados e o julgamento deverá ocorrer dentro de uns dois anos. Até lá, a situação política terá mudado totalmente. Os processos serão julgados

friamente. Além disso, se for condenado, serei réu primário, com direito a sursis.

■ **Ser o grande vilão:** Não se muda o destino. Fui uma coisa, e agora sou outra. Estava escrito que eu teria de passar por toda essa provação. Aceito o destino. Em Maceió, vi uma manifestação pelo impeachment com aqueles bonecos que me representam. Era uma coisa bem-humorada, não fiquei ofendido.

■ **Ressentimento:** Posso até ficar chateado com os amigos que se afastaram, a traição daqueles a quem ajudei, mas entendo os motivos deles e me conformo. Não quero me vingar nem odeio ninguém. Nem Pedro Collor. Eu o desprezo.

■ **Como paga suas contas:** Devolvi meus aviões, até mesmo o *Morcego Negro*. Não havia quem quisesse alugá-los. Agora viajo num jatinho alugado da Líder. A EPC também está mal. Mas a Tratoral e a Sultan, a minha revendedora da Fiat, garantem o meu sustento e o pagamento dos advogados.

■ **O poder:** Ter poder muda as pessoas. Fica-se com uma sensação de onipotência, fazem-se algumas bobagens, a vaidade se desenvolve. Depois, o poder acaba.

■ **Misticismo:** Quando entrei na campanha do Fernando (*Collor*), a Elma, minha mulher, que vê mais à frente, me disse: "Esse caminho não tem volta". Ela tinha razão, não houve volta. É estranho, mas quando o Fernando ganhou a eleição, não fiquei feliz. Na festa do segundo turno, aquela em que o Fernando gritou "Viva o PC!", eu estava triste. E só o Fernando percebeu meu estado. Foi um sinal.

■ **Traição:** Por uma questão de formação e de caráter, eu não traio meus amigos, mesmo que eles se afastem de mim. Admiro pessoas como o Roberto Amaral (*diretor da empreiteira Andrade Gutierrez*). Ele ajuda o amigo quando o sujeito está na pior. Pagou o apart hotel do Jânio Quadros quando ele estava morrendo, telefona para mim, para a Zélia, para o Canhedo.

■ **Rosane Collor:** Ela disse na VEJA que havia me expulsado de sua casa. Mentira, isso nunca aconteceu. Tanto que, logo que a revista saiu, telefonou para a Elma e desmentiu que tivesse dito aquilo. Deve ter sido o Fernando que mandou a Rosane ligar. Mas minha mulher, além de saber a verdade, tem personalidade forte.

■ **O futuro:** Quando a situação se acalmar, e o encaminhamento jurídico do meu caso estiver definido, vou solicitar autorização judicial para poder viajar para o exterior. Quero ficar fora, arejar um pouco.

Conexão fantástica

Estelionatário argentino acusa PC de narcotráfico

O nome de PC Farias apareceu na semana passada envolvido em mais uma denúncia. Desta vez, numa acusação mirabolante, ele é ligado ao narcotráfico. No sábado dia 12, o argentino Luis Mario Nuñez, de 43 anos, apresentou-se à Polícia Federal em Brasília e contou que traficou cocaína para uma quadrilha chefiada por PC e seu piloto e sócio na Brasil Jet, Jorge Bandeira. Nuñez disse ter levado éter e acetona para a Bolívia, Paraguai e Colômbia, entre agosto e outubro de 1990. Desses países, teria trazido cerca de 800 quilos de cocaína. As viagens começavam sempre no Aero Clube de Arapiraca, no interior de Alagoas, de onde decolava num avião Cessna pilotado por um comparsa Jurandir, cujo sobrenome ignora. Segundo sua versão, Jurandir foi assassinado com dois tiros nas costas depois que os dois se recusaram a prestar outro serviço para PC: matar o então candidato ao Senado Jackson Barreto, do PDT de Sergipe. Depois de ouvir o argentino durante sete horas, o delegado Paulo Lacerda revelou ao ministro da Justiça, Célio Borja, que os fatos narrados não lhe pareceram verossímeis.

No caldeirão de crimes cometidos por PC Farias, não é a primeira vez que ferve uma acusação dessa natureza. Mas o depoimento de Luis Nuñez é mais do que suspeito. Sua história não deixou testemunhas e até a existência de Jurandir é questionável. No município de Barra dos Coqueiros, no interior de Sergipe, onde Jurandir teria aparecido morto, não há registro de crime parecido. Em Arapiraca, o Aero Clube não existe. Há uma pista de pouso, sem controlador de vôos, usada por agricultores e políticos da região. "Nunca vi o PC por aqui", diz Manoel dos Santos, que administra a pista há dezoito anos. Mas ele se lembra de Bandeira, que já declarou mil vezes que usa a pista de Arapiraca desde que era piloto do ex-senador João Lyra.



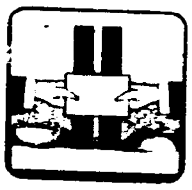
SÉRGIO DUTTI

O comandante Bandeira: pousos em Arapiraca

PCC — A biografia de Nuñez é outro dado que corrói a credibilidade da acusação. Indiciado em 1983 por apropriação indébita e estelionato em Arraias, no interior de Goiás, ele tentou extorquir dinheiro de Jackson Barreto sete anos mais tarde. Em setembro de 1990, procurou o candidato a senador e disse que recebera uma encomenda para assassiná-lo. Barreto não lhe deu atenção, mas dias depois seu primo José Almeida Lima, deputado estadual em Sergipe, começou a receber ameaças. Lima depôs sexta-feira na PF e relembrou o episódio.

O argentino se apresentou a Lima como o "Comandante Carlos", do Partido Comunista da Colômbia, o PCC. Disse que o PCB do Estado do Amazonas o contatara para executar o que chamava de "Plano A": matar Jackson Barreto. Chegando a Aracaju, entretanto, viu que Barreto não era o canalha que lhe tinham descrito, e estava disposto a executar o "Plano B": matar os mandantes do assassinato. A partir daí, José Almeida Lima gravou os telefonemas do Comandante Carlos. A fita com seis das oito conversas registradas foi entregue à PF. Na gravação, não se fala em PC. Como Almeida recusou o "Plano B", ele disse então que executaria o "Plano C": bater em retirada e voltar para Letícia. Pediu 1 milhão de cruzeiros para a viagem. O deputado Almeida Lima combinou com a polícia a entrega do dinheiro. No local marcado o Comandante Carlos desconfiou da armadilha e fugiu.

Ex-prefeito reconhece traficante argentino



BRASÍLIA — O ex-prefeito de Aracaju Jackson Barreto (PDT-SE) reconheceu ontem, através de uma fotografia, o argentino Luiz Mário Nuñez como o homem que, em 1990, o procurou naquela capital dizendo ter recebido a missão de assassiná-lo. Sábado passado, Nuñez denunciou à Polícia Federal que PC Farias, seu irmão Luís Romero Farias e o piloto Jorge Bandeira eram responsáveis por uma conexão de tráfico de cocaína e mandantes da frustrada tentativa de assassinato de Barreto. A polícia tem uma fita com a gravação de ameaças de morte feitas supostamente por Nuñez a um primo de Barreto.

Jackson Barreto se recorda do encontro que teve com o argentino, em agosto de 1990, na produtora Univideo, onde o ex-prefeito fazia os programas de sua campanha eleitoral para o Senado. Nuñez disse à polícia que o mandante do crime era PC Farias e que recebera a "encomenda" de dois supostos colombianos, Juan e Carlos.

Mas foi como Carlos, e dizendo-se colombiano, que o argentino procurou Barreto. Na primeira conversa, o argentino disse que estava arrependido da "missão". Depois do primeiro encontro, Nuñez tentou extorquir dinheiro de Barreto e, em seguida, ameaçou o deputado estadual José Almeida Lima (PDT), primo do ex-prefeito.

Almeida Lima levou ontem para a Polícia Federal em Aracaju uma fita em que gravara os telefonemas com ameaças. A fita poderá esclarecer se Nuñez dizia mesmo que o mandante do crime era PC Farias. O ex-prefeito Jackson Barreto diz que não se lembra do nome citado por Nuñez como mandante. Na primeira versão do episódio, publicada pelo jornal "Gazeta de Sergipe" em 7 de setembro de 1990, Almeida Lima citara a sigla PC, mas fizera uma relação com o ex-Partido Comunista Brasileiro, o PCB, hoje, PPS.

De acordo com o jornal, Carlos seria um agente do PC colombiano, contratado pelo PCB para assassinar Barreto e seu primo. Num depoimento à revista "Isto É", Nuñez disse que o objetivo do assassinato era jogar a culpa no adversário de Barreto — o senador Albano Franco (PRN-SE) — e lançar o primo Almeida como candidato ao Senado. Nuñez não repetiu esse trecho em seu depoimento na Polícia Federal e Jackson Barreto diz não acreditar nessa versão.

— Meu primo é um homem correto, excelente amigo. Essa atribuição só pode ser uma vingança do traficante, porque Almeida Lima mobilizou a polícia e quase conseguiu capturá-lo na época. Também não admito insinuações contra Albano Franco, que é meu adversário, mas não utilizaria esses métodos — disse Barreto.

A história contada por Nuñez à polícia tem pelo menos mais um ponto de coincidência com os fatos lembrados por Barreto. Em meados de agosto de 90, depois de escapar de um cerco policial em Aracaju, o argentino foi visto por Barreto e alguns assessores numa feira no município sergipano de Propriá. Barreto pediu ajuda do delegado local para prender Nuñez, mas novamente ele escapou. Nuñez disse à Polícia Federal que, de fato, morou algum tempo em Propriá depois do episódio envolvendo Barreto. O ex-prefeito, que disputa o cargo novamente, tentou ontem falar com os procuradores que ouviram o depoimento de Nuñez na Polícia Federal mas não conseguiu.

— Não sei porque queriam me matar. Ando desarmado e minha proteção é segurar na mão de Deus — disse Jackson Barreto.

Deputado lembra tentativa de suborno

ARACAJU — O então candidato ao Senado pelo PDT de Aracaju, Jackson Barreto, ex-prefeito da capital, enfrentou às vésperas das eleições de 1990 outro nebuloso episódio, além da trama de sua morte, relatada à Polícia Federal pelo argentino Luiz Mário Nuñez. Barreto sofreu uma tentativa de suborno para retirar a sua candidatura, feita por um homem que se identificou como Abílio, dizendo-se amigo de Cláudio Vieira, ex-secretário do presidente Fernando Collor, e do ex-secretário de Assuntos Estratégicos Pedro Paulo Leone Ramos.

O episódio foi revelado ontem pelo deputado estadual José Almeida Lima (PDT), primo de Barreto. A candidatura de Barreto foi posteriormente impugnada pela Justiça, pois o ex-prefeito tivera as contas do último ano de sua gestão rejeitadas pelo Tribunal de Contas.

Hoje, Barreto é candidato a prefeito de Aracaju e lidera as pesquisas de intenção de voto. Quanto a Abílio, sumiu de Aracaju. Pouco depois, apareceu na capital o argentino Luiz Mário Nuñez, passando-se por colombiano, para procurar Barreto e contar uma estranha história: disse que fora contratado pelo Partido Comunista Colombiano para matá-lo. O suposto pistoleiro propôs a Barreto o pagamento de Cr$ 1 milhão para matar quem encomendara o assassinato.

Almeida Lima foi interlocutor do acordo entre o argentino e Barreto. Este prometeu efetuar o pagamento na Praça da Crase, em Aracaju, onde a Polícia esperava Nuñez para prendê-lo. Nuñez desconfiou e fugiu da cidade. Lima disse que não acredita na história contada pelo argentino à Polícia Federal.

PF começa a investigar denúncias de Nuñez

BRASÍLIA — A Polícia Federal não vai incorporar ao inquérito sobre PC Farias a denúncia do argentino Luis Mario Nuñez, que acusou o ex-caixa da campanha de Collor de estar envolvido em tráfico de drogas. Desde domingo, a PF está checando a veracidade das informações dadas sábado por Nuñez no depoimento ao delegado Paulo Lacerda, responsável pelo inquérito. Apesar de a direção da PF considerar que a história tem dados mirabolantes, a Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE) apurou que Pato e Monastério, citados por Nuñez, são traficantes internacionais que apóiam quadrilhas brasileiras.

— Estamos investigando a consistência dos dados fornecidos por Nuñez, mas a polícia vê com muita cautela a denúncia — disse um delegado.

Para não desacreditar o inquérito, a direção da PF designou o delegado Fábio Caetano, de Belém, para dirigir as investigações preliminares das denúncias de Nuñez. Com sete agentes federais, Caetano viajou terça-feira para Arapiraca (AL), onde começaram as apurações. O delegado e sua equipe estão visitando os pontos da rota do suposto tráfico chefiado por PC no Brasil: Santo Antônio do Içá (AM), Tabatinga (AM), Guajará-Mirim (RO) e Porto Murtinho (MS).

Se encontrar indícios da versão de Nuñez, a PF instaurará novo inquérito para investigar o envolvimento de PC com drogas. Segundo a PF, Caetano deverá concluir a checagem de informações em um mês.

— Não existe motivo para misturar corrupção com tráfico de drogas — disse um subprocurador da República, que analisou o depoimento de Mena.

Três delegados reconhecem que as informações de Nuñez podem ser verdadeiras, mas acham que ele pode ter trocado os nomes dos chefes da quadrilha. Segundo eles, os chefões do tráfico nunca aparecem para quem transporta a droga.

03

12/09/92

PC nega envolvimento com narcotráfico

SÃO PAULO — Paulo César Farias negou ontem qualquer envolvimento com tráfico de drogas. Em sua casa no Brooklyn, na Zona Oeste de São Paulo, ele garantiu que não conhece o argentino Luis Mário Nuñez, que, em depoimento na Polícia Federal, o acusara de estar ligado ao narcotráfico internacional. PC chegou a enviar petição à Secretaria Geral da PF solicitando ser ouvido sobre o assunto. Ele admite até ser acareado com Nuñez.

Para PC, Nuñez pode estar envolvido numa briga de quadrilhas e ameaçado de morte, e teria usado o artifício de citar seu nome para receber proteção policial, ou então está sendo pago por alguém para incriminá-lo. PC nega também que seu avião tenha sido usado para transportar tóxicos.

— Ele não poderia ter utilizado meu avião porque nunca tive um monomotor. Ou melhor, tive um Corisco em 1983, mas o vendi no mesmo ano. Imagine se eu, com um jato viajando pelo mundo inteiro, iria montar uma operação de drogas viajando num Cessna de Arapiraca para Guajará-Mirim — disse, ironizando a rota indicada por Nuñez.

Aparentando tranqüilidade, PC garantiu não ter conhecido pessoalmente um ex-piloto chamado Jurandir, que teria sido contratado para assassinar o candidato a senador Jackson Barreto, de Sergipe:

— Sou uma pessoa absolutamente pacífica. Não tenho ódio de ninguém porque, todos que tentaram me fazer mal, a própria natureza cuidou deles. Nunca me envolvi com drogas e nunca fumei maconha, apesar de, como liberal, admitir que alguém possa fazer algo assim.

O deputado Moroni Torgan (PSDB-CE) previu ontem que muitos ministros pedirão demissão caso fique confirmada a ligação do esquema PC com o narcotráfico.

— Se for verdade, então as despesas da Casa da Dinda eram pagas com o dinheiro das drogas, e quem for sério no Executivo não vai admitir conviver com isso — observou o deputado, que presidiu a CPI do narcotráfico e desconfia apenas do momento em que Nuñez resolveu falar.

PC nega coı

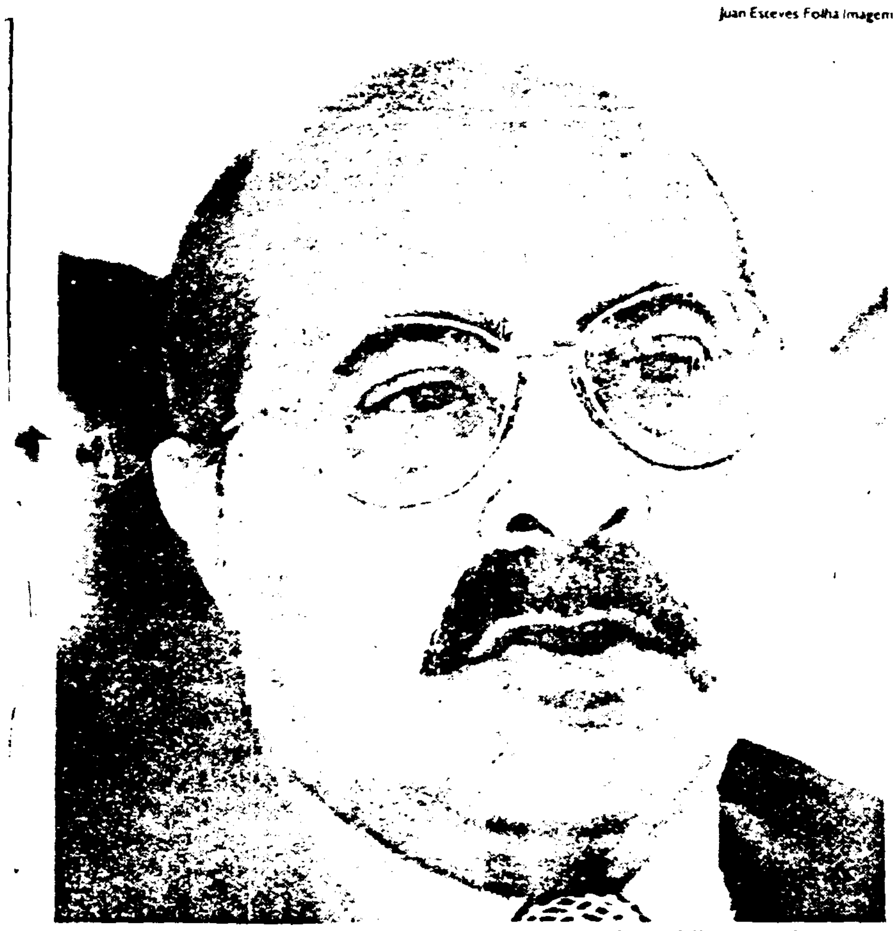
Empresário diz que um homen:

4 - CONEXÃO DROGAS

ıhecer traficante argentino

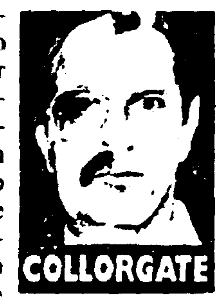
com seu 'poder' e 'influência' não precisa se envolver com o narcotráfico

Juan Esteves Folha Imagem



Paulo César Farias negou as acusações de tráfico de drogas

XICO SÁ e MÁRIO SIMAS FILHO
Da Reportagem Local



O empresário alagoano Paulo César Farias, 46, disse ontem à **Folha** que um homem com o seu "poder" e com a sua "influência" não precisaria se envolver com o narcotráfico para ampliar os seus negócios.

"Imagina se eu, que acabava de sair vitorioso numa eleição presidencial, iria me meter com um negócio arriscado desse tipo. Se não fiz isso no momento em que estava em concordata, antes das eleições, não precisaria fazer justamente em 1990", disse.

PC disse que desafiava o argentino Luiz Mário Nunez, autor da denúncia sobre o narcotráfico, para uma acareação na PF. "Esse cara nunca me viu na vida", afirmou. Segundo PC, Nunez teria aproveitado o momento que atravessa o país e usado o seu nome para ganhar proteção: "É um traficante em apuros".

O empresário fez um apelo ao ministro da Justiça, Célio Borja: "Quero que o ministro interfira, pois preciso ser ouvido pela Polícia Federal o mais rápido possível". Para PC, a denúncia foi divulgada ontem para tirar o fôlego ganho por Collor nos últimos dias: "Atiraram em mim mais uma vez para aceitar o alvo do Palácio do Planalto".

Célio Borja afirmou ontem, no Rio, que as acusações do argentino contra PC precisam ser vistas com reservas. Segundo ele, só depois de uma investigação preliminar é que o depoimento poderá ganhar importância.

O advogado de PC, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, encaminhou ontem uma petição ao delegado Romeu Tuma solicitando a abertura de um inquérito policial para apurar a denúncia do argentino. No documento, Mariz revela que PC e sua família "estão atingindo os limites do suportável a nível de sofrimento moral".

PC promete desmontar a versão do argentino. Segundo ele, Nunez trocou os personagens de uma história que pode ser verdadeira, mas que não tem seu envolvimento. PC disse que Nunez teria cometido erros ao "montar a história": "Ele citou uma fazenda no município de Porto Real do Colégio, mas na verdade minha fazenda em Alagoas está situada em Porto de Pedra".

Morte em Sergipe

A PF apurou que em novembro de 1990 um homem foi assassinado em Barra dos Coqueiros (SE) em situação similar à descrita pel traficante argentino Luiz Má Nunez. O argentino diz que piloto de nome Jurandir foi assassinado pelo esquema PC e o corpo lançado em um manguezal. Até o início da noite de ontem, a direção da PF em Brasília não havia recebido de Sergipe a confirmação de que o morto em Barra dos Coqueiros, nas condições descritas por Nunez, é o piloto Jurandir.

Um delegado especial da PF foi deslocado para Sergipe no início da semana, onde começou a checar toda a história contada no último sábado pelo argentino que acusa PC Farias de envolvimento com o narcotráfico.

A cúpula da PF determinou sigilo nas investigações. A PF teme que as acusações de envolvimento de PC com narcotráfico sejam fantasiosos ou "armações" com o intuito de desmoralizar as investigações sobre o Collorgate. A PF trabalha também com a hipótese de que os fatos descritos pelo argentino sejam verdadeiros, mas com outros personagens.

Colaborou **OTTO SARKIS**, da Sucursal de Brasília

Policiais questionam versão

Da reportagem local

Delegados e agentes da PF especializados no combate ao tráfico de drogas levantam algumas suspeitas sobre o depoimento do argentino Luiz Mario Nunes, que acusou PC Farias de estar envolvido com narcotráfico. Segundo os policiais ouvidos pela **Folha**, Nunes revelou um esquema diverso do que costuma ser adotado por traficantes internacionais.

De acordo com o argentino, PC Farias teria movimentado com cerca de 800 quilos de cocaína em pouco mais de dois meses. "É uma quantidade elevadíssima. O comprador de drogas nessa quantidade costuma adquirir o produto diretamente dos cartéis produtores. Os próprios cartéis se encarregam de levar a droga para o comprador", disse um delegado que há 11 anos trabalha com entorpecentes.

O depoimento de Nunes revela detalhes de como PC traria a droga para o Brasil. Ele não diz como essa droga seria remetida aos EUA e Europa.

"Isso supõe que PC seria um intermediário de compra do produto. Controlaria um grupo especializado em retirar a droga dos centros produtores e trazer para o Brasil e uma segunda organização para levá-la ao exterior. Não é assim que o narcotráfico costuma funcionar", afirmou um delegado da PF de Rondonia.

(MSF)

004(A)

MOR. ..

Três tiros

Da Reportagem Local

Collor foi fechado por uma motocicleta quando estava na marginal

MORTE EM MACEIÓ

Três tiros matam diretor de autarquia

Da Agência **Folha**, em Maceió

O presidente da Casal (Companhia de Saneamento de Alagoas), Silvio Arruda, foi assassinado com três tiros por volta de 20h de ontem, quando deixava a empresa, em Maceió (AL).

Silvio Arruda foi nomeado para o cargo pelo ex-secretário de Saneamento e Energia do Estado Claudio Farias, irmão do empresário Paulo César Farias, o PC.. Claudio Farias é candidato a vereador pelo PSC.

Segundo a polícia, dois homens, provavelmente pistoleiros contratados, dispararam tiros contra Arruda. Eles fugiram sem deixar qualquer pista. A polícia não tinha levantado qualquer hipótese até as 22h30 de ontem sobre o motivo ou a autoria do assassinato.

Pedro diz que tem indícios

Da Reportagem Local

O empresário Pedro Collor de Mello, irmão do presidente Fernando Collor de Mello, disse ontem que, em janeiro, foi procurado por um banqueiro norte-americano, em Miami (EUA), que afirmou possuir indícios de que PC Farias estava envolvido com o tráfico de drogas.

O banqueiro, cujo nome não foi revelado, disse que PC já havia depositado US$ 250 milhões de dólares em bancos do país, nos últimos dois anos. "Ele me disse que pesquisaram a vida de PC e descobriram que ele não era acionista de nenhuma grande empresa, que não poderia ter obtido esse montante por meios legais".

A preocupação do banqueiro, segundo Pedro, era de que, se o dinheiro viesse do narcotráfico, poderia ser apreendido, causando danos à imagem e contabilidade dos bancos.

004(B)

Tiro

Ontem, o Opala com três policiais que davam proteção a Pedro Collor foi fechado por uma motocicleta quando estava na marginal Pinheiros, próximo à favela do Morumbi. O motociclista entrou entre o carro da escolta e o que conduzia o empresário. Um dos policiais deu um tiro para o ar. O responsável pela segurança do irmão do presidente, um policial civil que não quis se identificar, negou o fato, que foi presenciado pelos jornalistas que seguiam os carros.

Às 10h de ontem, Pedro foi com seu advogado ao prédio do Tribunal Regional Federal, no centro de São Paulo. Foi pedir para adiar seu depoimento no processo por calúnia e difamação movido contra ele pelo presidente Collor. O pedido foi aceito.

Após almoçar no restaurante L'atmosphere, nos jardins, Pedro foi para o hotel Transamérica (zona sul), onde passou a tarde atendendo jornalistas e ligando para o Rio de Janeiro para obter informções sobre sua mãe, Leda Collor.

(Luis Henrique Amaral)

PC nega ter se envolvido com o tráfico

São Paulo — O empresário Paulo César Farias negou qualquer envolvimento com o tráfico de drogas. Ele garantiu que não conhece o argentino Luis Mário Nunez, que em depoimento na Polícia Federal o acusou de envolvimento com o narcotráfico internacional. Numa tentativa de demonstrar isenção, PC enviou ontem uma petição à secretaria-geral da PF, solicitando ser ouvido sobre o assunto. Ele admite, inclusive, ser acareado com Nunez:

"Estou pedindo para ser ouvido pela Polícia Federal para esclarecer quaisquer dúvidas. Quem sabe, lá, eles me apresentem esse cidadão, a quem eu nunca vi em toda a minha vida", disse o empresário, ontem à tarde em sua luxuosa residência no bairro do Brooklin, Zona Sul da capital paulista.

PC disse que existem duas hipóteses para o envolvimento do seu nome no caso. A primeira seria que Nunez, a quem ele classifica como "traficante confesso", estaria envolvido numa briga de quadrilhas e ameaçado de morte. Com isso, teria usado o artifício de citar seu nome, para receber proteção policial:

"Ele também pode ser assalariado de alguém que está tentando me incriminar. Não tenho uma suspeita específica sobre ninguém".

Paulo César Farias também negou que seu avião tenha sido usado para transporte de drogas. Ele aproveitou para ironizar a rota que Nunez disse ser utilizada por seu avião, para fazer o tráfico de pasta de cocaína. Em princípio, PC negou ter possuído qualquer avião monomotor. Depois, avaliou melhor e corrigiu-se:



PC Farias em São Paulo: pedido de acareação com seu acusador

"Ele não poderia ter utilizado meu avião, porque nunca tive um monomotor. Ou melhor, tive um Corisco em 1983, mas o vendi no mesmo ano. Imagine que eu, com um jato viajando pelo mundo inteiro, iria montar uma operação de drogas viajando num Cessna de Arapiraca para Guajará-Mirim", divertiu-se PC.

Tranquilo, PC também garantiu não ter conhecido pessoalmente um ex-piloto chamado Jurandir, que teria sido contratado para assassinar o candidato a senador Jackson Barreto, de Sergipe. O empresário negou qualquer tipo de envolvimento em casos de violência física:

"Eu sou uma pessoa absolutamente pacífica. Isso não é da minha formação. Não tenho ódio de ninguém, porque, todos os que tentaram me fazer mal, a própria natureza cuidou deles".

Muito confiante num final feliz para toda a história, PC lançou um desafio. Ele garante que nem mesmo seus mais ferrenhos inimigos podem acusá-los de envolvimento com drogas. O empresário também defendeu seu irmão Luiz Romero Farias e seu sócio o comandante Jorge Bandeira, piloto do avião utilizado na campanha do presidente Collor:

"Eu nunca me envolvi com drogas e nunca fumei maconha, apesar de, como liberal, admitir que alguém possa fazer algo assim. Não sei porque envolveram meu irmão nisso".

No fim, PC falou sobre as mais recentes acusações de Pedro Collor de Mello, irmão do Presidente da República. Pedro Collor disse que PC quer ser preso em Alagoas, por lá já ter um esquema montado para ficar numa cela especial:

"Ele tem desejo que eu seja preso, mas eu nunca vou ser preso, pois a prisão preventiva só é decretada quando alguém tenta obstruir a Justiça. Nesse tempo todo, eu nunca fiz isso".

05-05

9209062

Do Ministério, ficariam só os militares

Tarcísio Holanda

O ex-presidente José Sarney, que desempenhou papel decisivo na decisão de Roberto Marinho em apoiar Itamar Franco, está aconselhando o vice-presidente da República a promover uma completa reforma ministerial, caso venha a assumir o poder, na hipótese do impedimento do presidente Fernando Collor.

Itamar não parece contemplar com simpatia a hipótese de uma reforma ministerial completa, que atinja os ministros militares, e não tomará essa iniciativa certamente sem, antes, ouvir a opinião de um deles, o ministro da Marinha, almirante Mário César Flores, cujas opiniões habituou-se a respeitar.

No curso da vida, a política sempre reserva suas surpresas. Diz um amigo íntimo de Itamar que o vice-presidente também é amigo do ministro da Aeronáutica, Sócrates Monteiro. Na intimidade, os dois brincam, quando Itamar trata Sócrates de tenente-coronel e este reserva para o vice-presidente o tratamento de prefeito.

É que, nos idos de março de 1964, Itamar era o prefeito de Juiz de Fora, enquanto Sócrates era tenente-coronel, servindo na guarnição da FAB naquele município. O ministro do Exército, general Carlos Tinoco, é o único, entre os três ministros militares com o qual Itamar mantém relações apenas formais. Assim mesmo, Itamar é um político que respeita a hierarquia, tanto que encerrou audiência com o capitão Jair Bolsonaro, de forma abrupta, quando este começou a criticar pessoalmente o ministro do Exército. Não foi, apenas, uma atitude conveniente, mas um comportamento de quem não aceita quebra da hierarquia.

Maturidade — A tendência de Itamar é manter os três ministros militares, caso tenha a oportunidade de assumir a Presidência. Itamar acha que a área militar dá exemplo de maturidade, quando resolve deliberadamente não intervir no processo político, esperando que as instituições decidam a sorte de um presidente da República.

Se o esquema militar está funcionando de forma admirável, porque mudar o time que o comanda? Esta é a opinião do vice-presidente e de alguns dos seus amigos íntimos, como os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Maurício Corrêa (PDT-DF), entre outros. Itamar sabe que não pode fazer marola em mar tempestuoso.

A política agrícola é um problema delicado para o mineiro-baiano Itamar Franco. Ele fez



Sarney: conselhos ao vice

campanha ao lado de Antônio Cabrera, cujas opiniões sobre o problema da agricultura no Brasil e no mundo passou a respeitar. Certamente, Cabrera poderá não continuar no ministério em um hipotético governo Itamar Franco, mas suas opiniões influirão na escolha do seu sucessor.

A estrutura, a filosofia da política de Cabrera serão mantidas por Itamar. O governo que vier a montar será certamente representativo de todas as tendências ideológicas existentes no Congresso. O vice tem amigos da direita à esquerda, de Roberto Cardoso Alves, seu amigo íntimo, a José Genoíno, do PT. Este aspecto ideológico tão variado não o levará, todavia, a alterar um milímetro a política de Collor. Itamar julga-se comprometido com a filosofia da política de modernização.

Em um ministério eclético quanto ao imaginado pelo atual vice, haverá lugar tanto para o PT quanto para o PFL. Itamar só não abrirá mão do direito que, hierarquicamente lhe caberá, de escolher o petista e o pefelista que honrarão a sua equipe de auxiliares diretos. Um pefelista que certamente terá influência nessa equipe — ou em parte dela — será o governador Joaquim Francisco, cuja franqueza Itamar admira.

Economia — Não se espera a manutenção de Marcílio Marques Moreira no Ministério da Economia. Itamar também acha que não tem sentido botar no comando da economia o que todos os governos fizeram no Brasil, nos últimos 25 anos, ou seja, colocar ali um economista. Itamar aprecia os homens práticos, como políticos e empresários.

Seu ministro da Economia tem o perfil de um político tipo José Maria Alkimin e menos a cara do sofisticado economista e deputado José Serra (PSDB-SP). Um de seus conselheiros preferidos em economia, apesar disso, é Eduardo Gianetti, um paulista considerado brilhante pelo deputado Delfim Netto (PDS-SP). Mas, Itamar prefere alguém mais prático do que Gianetti, como o empresário Paulo Cunha, do Grupo Ultra.

Admirador de Juscelino Kubitschek, que considera o seu conterrâneo mais ilustre, em matéria de condução dos negócios do Estado, Itamar tem obsessão por uma política de desenvolvimento, mas sabe que, se assumir o poder, sua missão histórica terá limites já traçados pelo destino. Em dois anos e um mês não teria tempo para alterar tudo, mas apenas para arrumar a casa. O bom-senso, tão cultivado pelos mineiros, o leva a acreditar que só terá de arrumar a casa.

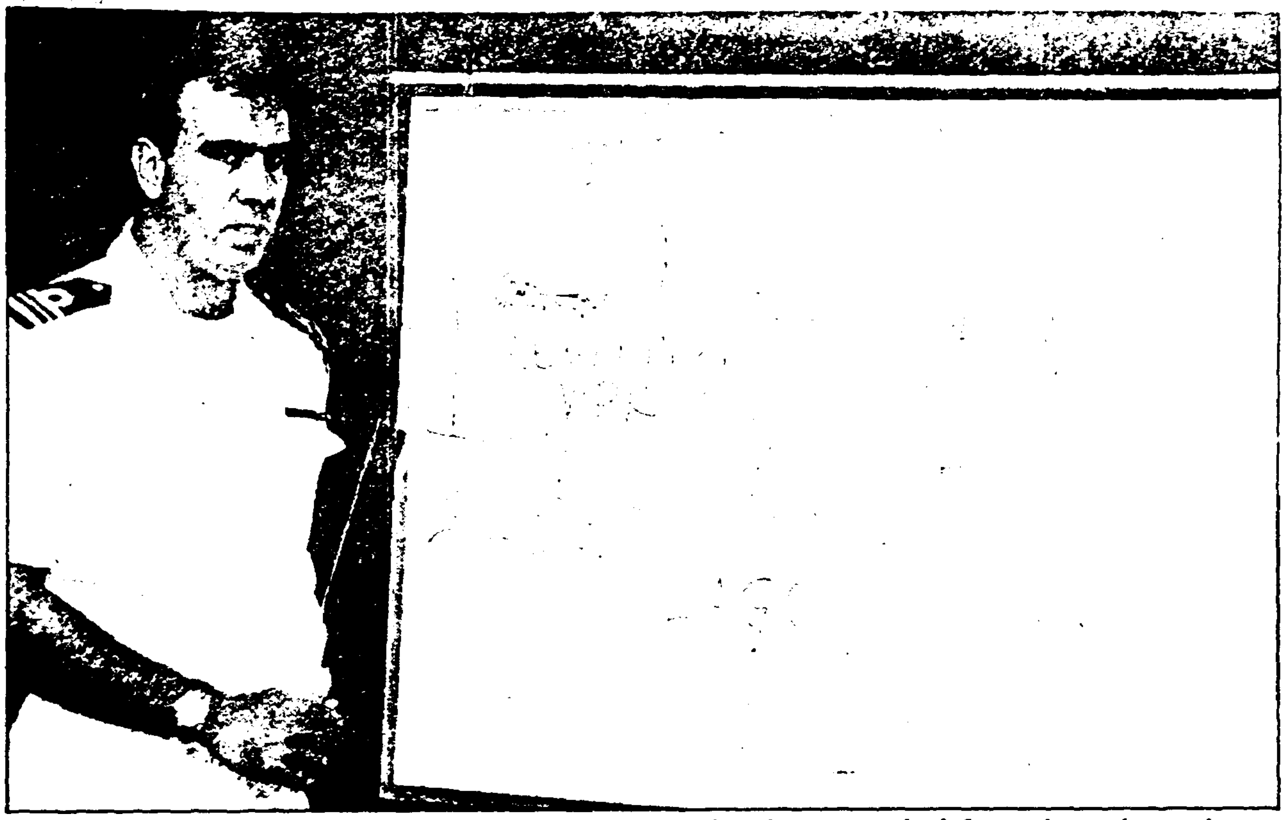
Itamar vive repetindo a seus interlocutores que São Paulo tem um milhão e 600 mil desempregados. Itamar sabe que, em economia, o mundo, e o Brasil em particular, não se dá saltos. E nem se faz milagre nessa área. A recessão é um estágio necessário, mas não se pode cultivá-la demasiadamente ao longo de 12 anos, como têm feito os ministros que se sucederam no comando da economia.

Privatização — Adepto da privatização, Itamar discorda dos que defende a desestatização a qualquer preço, ainda que transferindo para particulares o patrimônio público. Não aceita que se entregue estatais a preço de banana, como foi o caso da Usiminas. Moeda podre não continuará sendo instrumento de troca na privatização de Itamar.

Ainda que nem Itamar saiba qual o nome, São Paulo dará mais uma vez o ministro da Economia, que terá de ser um homem prático — e não um teórico que admire os conflitos das escolas em Economia. O ministro da Justiça de Itamar tem o perfil de um advogado e político que não cultiva as habilidades da política, como Maurício Corrêa. O ex-presidente da OAB está mais para Itamar do que para o PDT de Brizola.

O Itamarati, ao contrário, poderá ter um homem educado, que cultiva a teoria sociológica, como o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), conhecedor dos homens que estão situados em posições estratégicas na comunidade financeira internacional. Preocupado com a saúde pública, Itamar tende a considerar o ministro Adib Jatene mais preocupado com a saúde de um país rico do que a de um país pobre.

Sem partido — Se a maioria do eleitorado preferir o presidencialismo, Itamar pretende presidir as eleições de 1994 sem tomar partido, como está hoje, aliás. Poderá ter suas simpatias pessoais, mas não as revelará para ninguém. Alguns dos seus amigos vão influir, o que não significa que serão ministros. Como é o caso de José Aparecido ou de Aureliano Chaves. Aparecido poderá ir para importante embaixada no exterior, enquanto que Aureliano não será ministro porque assim o quer. O ilustre mineiro não quer mais voltar à vida pública, da qual só guardou grandes decepções.



Comandante Antônio Carvalho mostra croqui do grampo colocado na central telefônica da residência do vice

Itamar denuncia: telefone de sua casa foi grampeado

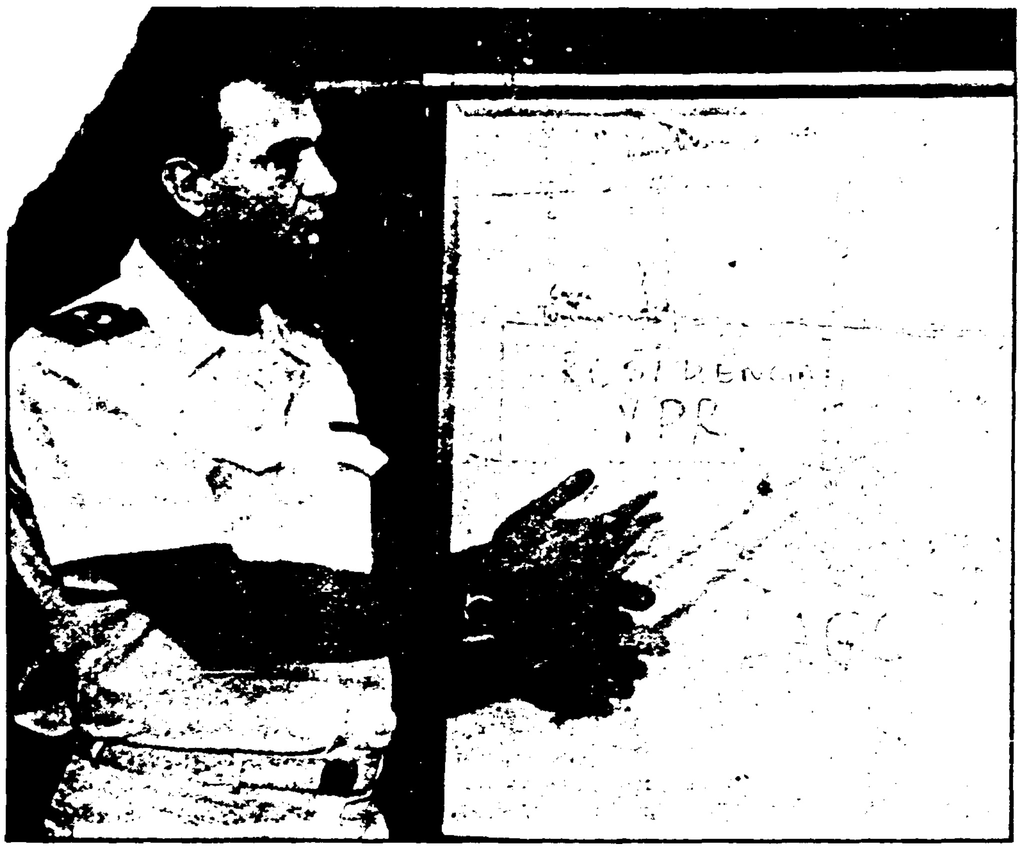
O vice-presidente da República, Itamar Franco, mandou denunciar ontem, através do chefe de sua segurança na área de comunicações, o comandante Antônio de Carvalho, a descoberta de um grampo na central telefônia que abastecia sua residência particular, no Lago Sul. O comandante Antônio de Carvalho, que convocou uma entrevista coletiva por determinação de Itamar Franco, disse que provavelmente também foi colocada uma escuta telefônica na suíte presidencial ocupada na semana passada pelo vice-presidente no Hotel Glória, no Rio, quando manteve contatos políticos. Itamar Franco, que preferiu não falar aos jornalistas, se disse "muito preocupado" e "indignado" com o episódio e pediu investigações rigorosas para apurar os responsáveis pelo grampo.

Segundo um assessor, o vice-presidente suspeitava de que suas conversas telefônicas viessem sendo gravadas desde que se hospedou no Hotel Glória. Na semana passada, um grupo de especialistas em comunicação da vice-presidência fez uma varredura na rua onde mora Itamar e, num dia não revelado, encontrou um grampo doméstico colocado numa central telefônica instalada numa casa vizinha à de Itamar, que usava a mesma central. A casa, de propriedade do Governo Federal, foi ocupada no governo passado pelo ex-chefe do Gabinete Civil de José Sarney, Ronaldo Costa Couto, e se encontra vazia desde o início do Governo. No último final de semana, os especialistas em comunicação passaram resina de acrílico nos fios, para evitar novos grampos, mas a resina foi retirada.

Mostrando para a imprensa um croqui da casa do vice-presidente e da casa vizinha, o comandante Carvalho limitou-se aos detalhes técnicos. Segundo sua explicação, parte das linhas telefônicas que abastecem a casa de Itamar Franco passa por uma central telefônica instalada na casa vizinha, ligadas por fios subterrâneos, antes de chegar à casa do vice-presidente. O grampo foi encontrado justamente nesta central telefônica, que fica dentro da casa vizinha e longe da segurança que cuida da casa de Itamar. Carvalho lembrou que a segurança da casa do vice-presidente cabe ao Gabinete Militar da Presidência da República. "Estamos mantendo acompanhamento diário da casa".

O grampo foi encontrado na semana passada, mas somente ontem Itamar mandou chamar a imprensa para denunciar o ocorrido, depois que o jornalista Renato Homem, chefe de reportagem do jornal **O Dia**, informou que tinha uma fita com uma conversa telefônica mantida por Itamar com uma jornalista da **Folha de S. Paulo**. A jornalista telefonou às 15h da sucursal da **Folha de S. Paulo**, em Brasília, para Itamar, em sua suíte no Hotel Glória. Itamar não foi encontrado, mas a jornalista deixou recado. Itamar retornou a ligação às 9h30, quando conversou com a jornalista, desta vez em sua casa. A jornalista informou ontem que teve acesso aos trechos da fita enviada a **O Dia** e tem certeza que a conversa foi adulterada.

CORREIO BRAZILIENSE 10/9/92


Comandante Carvalho explica como funcionava escuta na casa de Itamar

Itamar Franco tem telefones grampeados

Os telefones do vice-presidente Itamar Franco no Lago Sul e no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, estavam grampeados, o que o deixou "indignado e muito preocupado". A denúncia foi feita, ontem, pelo chefe da segurança na área de comunicações, comandante Antônio de Carvalho, esclarecendo ter descoberto um grampo na central telefônica de uma casa bem próxima à residência de Itamar, em Brasília. As conversas do vice-presidente com jornalistas e políticos vinham sendo gravadas e Itamar pediu investigações rigorosas para que sejam conhecidos os responsáveis pelo grampo. Página 4

02-02

MONTEVIDEO, 23 SEPTIEMBRE 92.-

SOLICITUD DE COLABORACION

ASUNTO: SE TIENE CONOCIMIENTO QUE EXISTIRIA PROCUPACION ENTRE LA DIRIGENCIA URUGUAYA A RAIZ DE LA ADQUISICION MASIVA DE TIERRAS PRODUCTIVAS FRONTERIZAS POR PARTE DE INVERSORES BRASILEÑOS.

SE REQUIERE, A TITULO DE COLABORACION, RATIFICAR O RECTIFICAR LO MENCIONADO.

SI EXISTE ALGUN ESTUDIO SOBRE EL PARTICULAR.

SI EXISTE ALGUNA LEGISLACION QUE REGULE LAS INVERSIONES EN EL RUBRO. CASO AFIRMATIVO COPIA DE LA MISMA.

01/03 9209065.

ADQUISICION DE TIERRAS EN URUGUAY POR PARTE DE EXTRANJEROS

No existe en el país una legislación que regule respecto a la adquisición de tierras en zonas fronterizas por parte de extranjeros. El Senador y líder del MOVIMIENTO DE ROCHA, CARLOS JULIO PEREIRA presentó en 1972 y 1985 dos proyectos de ley al respecto, los mismos no fueron aprobados, habiendo quedado el tema sin medidas que lo regulasen.

La adquisición de tierras fronterizas por extranjeros, principalmente por brasileños, con fines meramente especulativos, ocasionarían graves daños a la economía nacional ya que las mismas no son explotadas por lo que no aportan beneficios para el país. A esto se suma el hecho de que, productores brasileños que poseen tierras en URUGUAY no pagan tributos fiscales por la producción (arrocera fundamentalmente) que recolectan.

Proyecciones realizadas últimamente, basadas en datos oficiales muestran que en el año 2000 el 38% del territorio nacional (6 millones de hectáreas en 16 millones de hectáreas productivas) quedarían en manos de extranjeros, el 25% de las cuales en poder de brasileños.

En la actualidad el Parlamento Nacional estudia un nuevo proyecto de ley que regula la posesión de tierras por parte de extranjeros. El mismo fue presentado por los Diputados JORGE CORONEL NIETO y EBER DA ROSA VAZQUEZ en 1990 y en líneas generales establece que el extranjero no ciudadano legal no podrá adquirir inmuebles rurales en una franja de 50 kilómetros a lo largo de las fronteras del país; para poder hacerlo deberá justificar su radicación permanente en el país y presentar un programa de explotación de las tierras que quiera adquirir. Este proyecto sigue la línea general de la política de frontera existente en ARGENTINA y BRASIL.

BRASIL cuenta con una política de frontera que señala que, en una franja de 150 kilómetros a partir de sus fronteras hacia el interior del país ningún extranjero podrá poseer tierras, ARGENTINA tiene una política similar con una franja de 100 kilómetros.

CONCLUSIONES

El problema de la extranjerización de tierras en el país no es nuevo habiendo sido tratado el mismo en 1972 sin llegarse a una legislación que regulase el tema.

La inexistencia de una adecuada política de fronteras y de leyes que regulen la instalación de extranjeros trae aparajeda consecuencias socio-económicas serias para el país.

Ultimamente el tema ha tomado trascendencia nuevamente, es por ello que el Parlamento está estudiando un proyecto de ley al respecto que regula la adquisición de tierras por parte de extranjeros, no habiéndose aún aprobado el mismo.

003/3 9209065

no Dops

Policiais fizeram queima de arquiv

WILSON TOSTA

Uma década antes da abertura ao público dos arquivos do extinto Departamento de Polícia Política e Social (DPPS, ex-Dops) do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) da antiga Secretaria de Segurança Pública do Rio, uma queima ilegal de documentos transformou em cinzas parte dos papéis do órgão, eliminando um pedaço da memória da repressão política no Brasil. Em conflito com o que estabelece o Decreto 2.030/78, um grupo de agentes selecionou e mandou queimar em janeiro e fevereiro de 1982 parte dos papéis da Divisão de Operações do órgão anteriores a 1977, segundo documentação descoberta no Arquivo Público do Estado (Aperj). Pelo Decreto 2.030/78, o Aperj deveria ter um representante na comissão que examinou os papéis, o que não aconteceu.

Esta é a primeira comprovação documental de que parte do material do Dops/DPPS foi deliberadamente destruída. Os arquivos foram oficialmente abertos para pesquisa pública em solenidade na segunda-feira passada, depois de ficarem, de 1983 a abril de 1992, sob guarda da Superintendência de Polícia Federal do Rio, para onde foram levados após a vitória de Leonel Brizola nas eleições de 1982. Entre abril e setembro deste ano, o material foi transferido para a sede do Aperj, em Niterói, e submetido a limpeza e reorganização. A papelada pode ser uma das fontes de informações dos pesquisadores — como os do grupo Tortura Nunca Mais, que já trabalham nos arquivos do Dops/DPPS há dois meses — na tentativa de localizar os 144 militantes oposicionistas desaparecidos durante o regime militar. A Divisão de Operações era encarregada de serviços e investigação e levantamentos de informações na área política.



Waldecy Pedreira:'A comissão deveria ter lido cada documento, um a um'

Segundo os documentos localizados no Aperj, a Comissão de Incineração de Documentos Inservíveis da Divisão de Operações do DPPS/DGIE foi criada em ato publicado no Boletim de Serviço da Secretaria de Segurança Pública do Estado de 21 de janeiro de 1982. Essa comissão funcionou até 1º de março, sob a presidência do delegado Roberto Moreira Bastos, à época diretor da Divisão de Operações. Os outros integrantes eram Édison Carlos Maimere, do Serviço de Buscas, que foi secretário da comissão; José Carlos Ferreira da Silva, delegado e assistente II da Divisão de Operações; Wagner Fagundes da Silva, detetive e chefe do Serviço de Buscas da divisão; e Cézar de Carvalho Nascimento, chefe da Seção de Buscas Especiais. Na época, o governador do Rio era Chagas Freitas; o secretário de Segurança Pública, Waldir Muniz; e o diretor do DGIE, Francisco Borges Fortes.

— Foi um procedimento de rotina, dentro do Decreto 2.030 — afirma Roberto Moreira Bastos, hoje delegado adjunto da Divisão Especial de Crimes contra a Fazenda, a Administração Pública e o Patrimônio do Estado.

A diretora da Divisão de Documentação Permanente do Aperj, Waldecy Pedreira, contesta:

— O decreto 2.030 foi desrespeitado em vários pontos na incineração. Essa comissão não tinha valor legal.

Para especialista, incineração foi ilegal

A diretora da Divisão de Documentação Permanente do Aperj, Waldecy Pedreira, explica que, à luz do Decreto estadual 2.030, de 11 de agosto de 1978, a queima de documentos do DPPS/DGIE ocorrida no início de 1982 foi ilegal. Na sua opinião, os responsáveis pela comissão "fizeram o termo de eliminação dos documentos para fingir que cumpriam o decreto de 1978", mas outros procedimentos irregulares caracterizam a ilegalidade. Ela estranha o prazo curto — 39 dias — que a comissão levou para concluir um trabalho de seleção de documentos que, normalmente, leva meses ou até anos:

— Um trabalho desses é complicadíssimo. A comissão tem que ler cada documento, um a um, e discutir um pouco sobre ele, se é de valor permanente (histórico), corrente (de uso cotidiano) ou intermediário (de interesse até por cem anos), para fins de eliminação ou arquivo.

O Decreto 2.030 estabelece que em todas as unidades de arquivo serão feitas, periodicamente, avaliações de documentos por equipe técnica especialmente designada. No Artigo 101, há disposições sobre a composição da comissão: um representante da unidade responsável pelo arquivamento dos documentos a serem avaliados; um representante da secretaria ou órgão a que a unidade é ligada; um servidor ocupante de cargo que exija saber jurídico para seu desempenho; e um representante do Aperj. Na comissão de incineração, só havia representantes da própria Divisão de Operações do DPPS/DGIE.

Delegado diz que não houve irregularidade

Surpreso ao ser procurado pelo GLOBO para dar sua versão sobre a incineração de documentos, o delegado Roberto Moreira Bastos prefere não falar muito sobre a comissão que presidiu durante cinco reuniões no início de 1982 e que fez, literalmente, a queima de arquivos da Divisão de Operações do DPPS/DGIE. "Eram documentos sem nenhuma importância, que diziam respeito à rotina do órgão", alega o policial, que sustenta que a destruição não constituiu "nenhuma infração" e foi feita após exame cuidadoso dos papéis a serem queimados. Ele afirma não lembrar de muita coisa do que aconteceu, inclusive quanto tempo trabalhou no órgão de repressão política.

— A ordem de incineração não veio diretamente do gabinete do secretário de Segurança. Foi uma determinação do diretor do DGIE — conta Moreira Bastos, que não fornece mais detalhes sobre os tipos de documento incinerados, à exceção dos relatórios de operações, que, segundo diz, eram relatos das investigações da Divisão de Operações.

Segundo o policial, o Decreto 2.030 "autoriza a inutilização de documentos mediante lavratura", o que aconteceu no caso da incineração de 1982. Ele diz que a Divisão de Operações, que dirigiu, era encarregada, basicamente, de investigações e estava para o DPPS "na razão direta do Instituto Félix Pacheco para os crimes comuns", acumulando informações. Segundo o delegado, a divisão era encarregada pelo órgão de "fazer levantamentos" para "identificar pessoas que faziam baderna na rua a pretexto de estarem exercitando seus direitos de cidadania". Ele critica o enfoque que tem sido dado na imprensa àquele período.

— Parece que o Dops era clandestino como o Partido Comunista — afirma.

Comissão selecionou 6.262 documentos em três reuniões

Em apenas três reuniões, os cinco integrantes da Comissão de Incineração da Divisão de Operações do DPPS/DGIE, segundo atas que assinaram e que foram encontradas no Aperj, examinaram e selecionaram para queima 6.262 documentos do órgão. O material foi todo destruído em 26 de fevereiro de 1982, a partir das 10h30m, no incinerador do Hospital São Sebastião.

As listas de documentos que viraram cinzas incluem 2.500 folhas de Controle de Atividades Especiais, estatísticas, relatórios de operações, escalas de serviço, memorandos, resenhas diárias, ofícios, controles de ocorrência, informações prestadas, operações realizadas, relatórios diversos, planos e informações. Não há, nos papéis localizados no Aperj, indicação de que algum documento tenha sido preservado.

As atas das cinco reuniões da comissão não entram em muitos detalhes sobre o trabalho. Segundo a da primeira reunião, "a comissão deliberou, como parte inicial para os seus trabalhos, arrolar separadamente os documentos existentes anteriormente ao ano de 1977, inclusive, e concordando em que após minucioso exame, ano por ano, seriam os mesmo incinerados".

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

COMISSÃO DE INCINERAÇÃO DE DOCUMENTOS INSERVÍVEIS DA DIVISÃO DE OPERAÇÕES.

ATA DE INCINERAÇÃO

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e dois, a Comissão de Incineração de Documentos Inservíveis da Divisão de Operações do Departamento de Polícia Política e / Social, do Departamento Geral de Investigações Especiais, compareceu ao HOSPITAL ESTADUAL SÃO SEBASTIÃO, com instalações/ à Rua Carlos Seidl nº 395, para proceder a incineração dos documentos inservíveis arrolados nas 2ª, 3ª e 4ª reuniões.// Toda queima dos documentos arrolados foi acompanhada pelo // Chefe da Seção de Zeladoria e Portaria do Hospital já referido. O comparecimento da Comissão está também comprovado a através de documento em anexo, assinado pelo Dr. Waldyr Tavares, Diretor do Hospital.

Presidente ____________
Dr. Roberto Moreira Bastos

Secretário ____________
Edison C. Maimeré

Membros: ____________
Dr. José Carlos F. da Silva

____
Wagner Fagundes da Silva

____
Cezar de Carvalho Nascimento

O documento da Comissão de Incineração relata a queima de arquivo

VEJA Nº 39 23/9/92

Prontuário do porão

Os arquivos do Dops do Rio mostram que os arapongas vigiavam galinhas e matavam gente

Os arquivos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro, o Dops, abertos na segunda-feira passada, viraram motivo de chacota. Do compositor Chico Buarque ao prefeito da cidade, Marcello Alencar, artistas, políticos e notáveis que tiveram acesso às suas fichas queixaram-se de que os prontuários só registram baboseiras. As bisbilhotices bizarras são atributos históricos dos agentes de informação, mas o acervo do Dops fluminense, o maior do país, não pode ser resumido a um anedotário vulgar. Ele é o maior do país, com 95 000 prontuários pessoais, 30 metros lineares de documentação e 106 arquivos verticais que cobrem o período de 1936 a 1982.

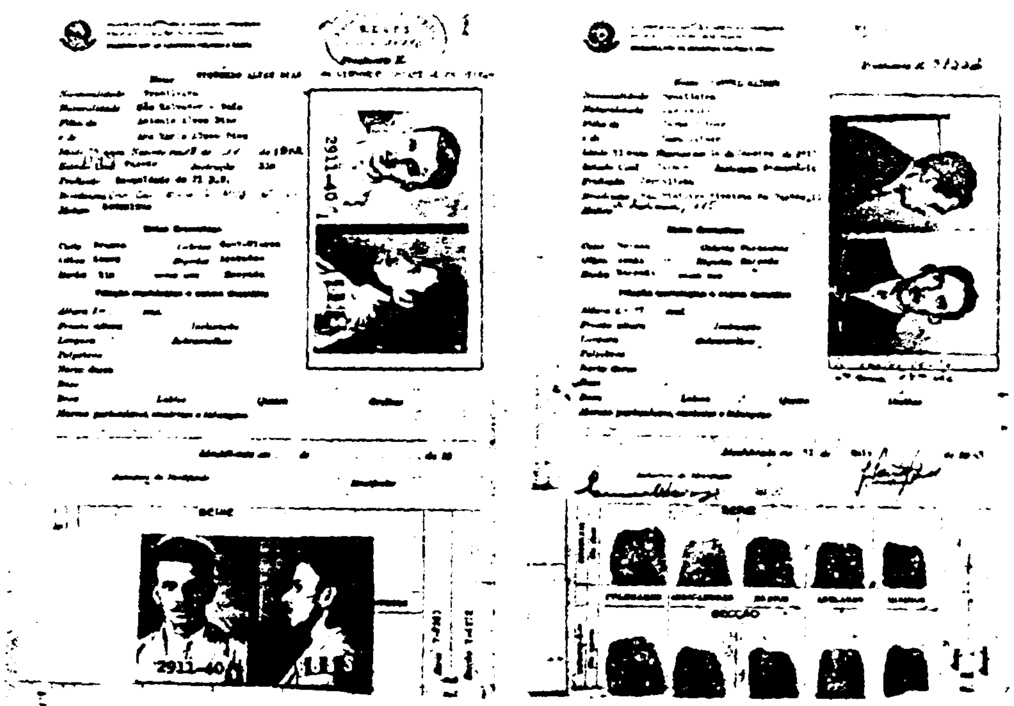
O conteúdo já mostra que, apesar das parvoíces, os arapongas não estavam ali para brincar. Eles se preocuparam em registrar que as galinhas do sítio de Carlos Lacerda, que governou o antigo Estado de Guanabara de 1960 a 1965, consumiam dezessete sacas de ração por semana. O arquivo mostra que esses mesmos agentes de galinheiro sabiam perseguir, torturar e matar. Na papelada que veio a público descobriram-se nomes de "desaparecidos" que constam pela primeira vez como mortos em um documento oficial. Há outros levantamentos bem detalhados. Uma lista assinada pelo Centro de Informações do Exército, o Ciex, de 1972, relaciona os codinomes e atividade de militantes da organização de esquerda ALN que fizeram treinamento em Cuba. Esclarece também se eles estavam presos, foragidos ou mortos no ano em que o documento foi elaborado.

CARTAS — "Os arquivos não apresentam uma mera soma de relatórios. Eles tratam de sessenta anos de vida política no Brasil", diz a historiadora Waldecy Magalhães Pedreira, diretora do Arquivo Público do Rio de Janeiro. "Tem gente que se decepciona. Mas nem sempre uma pessoa importante para a cultura brasileira era importante para a repressão", completa. Mais grave do que as informações e eventuais considerações ridículas dos arapongas é a desconfiança de que estas, na verdade, são anotações que sobraram no arquivo depois de uma filtragem prévia eliminar documentos mais contundentes. "Os papéis foram mexidos", garante Cecília Coimbra, secretária do Tortura Nunca Mais. "Nunca tive esperança de que estariam incólumes", diz a diretora Waldecy.

O ex-secretário-geral do PCB, Giocondo Dias, tem um dos prontuários mais vastos do arquivo. "Estou orgulhosa disso", diz a filha do líder comunista, Ana Maria Dias. Mas Ana ficou perplexa ao constatar que o Dops não apresentou o registro de uma das principais atividades do pai: integrar durante dez anos a segurança de Luís Carlos Prestes, de 1947 a 1957. "Nossa família viveu em São Paulo com nomes falsos e nem companheiros de meu pai sabiam onde ele estava", lembra ela. Na papelada de Giocondo, uma anotação mostra que os regimes militares da América Latina mantinham troca constante de informações. Em 29 de junho de 1972, a polícia argentina deteve um jornalista uruguaio que possuía anotações sobre Giocondo e o PCB.

O jornalista Samuel Wainer é dono de outro prontuário volumoso, simplório e incompleto. Durante mais de vinte anos, de 1940 a 1964, o Dops seguiu seus passos como diretor da revista *Diretrizes* e depois do jornal *Última Hora*. "A revista era marcadamente vermelha. Eram colaboradores os seguintes comunistas: Samuel Wainer (...)", registrou o Dops. "Ele nunca foi comunista e chegou a ser recusado no partido quando era adolescente", diverte-se a filha do jornalista, Pinky Wainer, que vive em São Paulo. Depois de 1964, praticamente inexistem registros sobre as atividades de Samuel. "Ou não encontraram nada contra meu pai, ou esconderam documentos. Uma boa polícia apresentaria dossiê mais competente", diz Pinky. Ela estranhou que uma carta familiar, sem importância, de um sobrinho de Wainer, escrita quando ele estava exilado no Chile, tenha sido interceptada pela polícia e guardada no arquivo. "Há cartas bem mais reveladoras em sua correspondência. Meu pai escreveu intensamente para o Brasil durante o exílio, preocupado com a situação política e com a sobrevivência de seu jornal."

No prontuário do escritor e novelista Dias Gomes faltam informações e sobram divagações. Nele não há nenhuma referência à censura de sua novela *Roque Santeiro*, em 1975, que provocou na época um irritado editorial da Globo em horário nobre. Boa



FOTOS FERNANDO LEMOS

As fichas de Giocondo Dias *(à esq.)* e Samuel Wainer: marcadamente vermelhos

parte da ficha é ocupada pela peça *O Santo Inquérito*, de 1976. Um relatório do Centro de Informações da Aeronáutica faz uma análise delirante da peça. "É um processo religioso, absurdo, à semelhança do livro *O Processo*, de Franz Kafka", escreveu o araponga. "Nossa, ele entendeu tudo", ironiza Dias Gomes. "Foi a melhor crítica que já recebi." A peça não foi censurada, mas o Dops conseguiu que o teatro fosse multado por vender programas e livros sem nota fiscal.

Instabilidade Emocional — As lacunas são explicadas pelos pesquisadores do Arquivo Público com a modificação no sistema de informações a partir do golpe militar de 1964. "Antes o Dops do Rio era o principal órgão de repressão, por estar na capital da República", explica o pesquisador Luís Reznik. No regime militar, a Delegacia teve atuação limitada. Muitas vezes os delegados só ouviam as pessoas tempos depois da prisão e apenas para dar andamento aos processos judiciais. A justificativa não convence inteiramente, já que o sistema de informações era integrado e cópias de documentos eram repassadas para todos os órgãos de espionagem. É por isso que, embora os centros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica relutem em liberar seus arquivos, cópias de seus documentos confidenciais podem ser encontradas nos prontuários do Dops.

Num relatório sigiloso do Exército datado de 5 de agosto de 1971 aparece pela primeira vez a comprovação escrita de que os presos políticos eram submetidos a testes psicológicos que procuravam desvendar sua personalidade. O teste de personalidade relatado foi aplicado em um grupo de presos com a pretensão de "traçar um perfil do terrorista". Descobriu que os militantes apresentavam atitude "oposicionista e anti-social" e concluiu que tinham pensamento estereotipado e instabilidade emocional e afetiva. Está no arquivo o relatório, de 100 páginas, com a mais detalhada descrição da operação de investigação, cerco e morte do guerrilheiro Carlos Lamarca, em 1971. A manobra militar, batizada de Operação Pajussara, é contada num relatório surpreendentemente bem escrito, assinado pelo general Argus Lima, então comandante da 6ª Região Militar. O general narra o momento em que Lamarca morre, abatido a tiros, diante do hoje general Nilton Cerqueira, atual presidente do Clube Militar. "O que você acha disso?", pergunta Cerqueira. "Sei quando perco", teria respondido Lamarca. "Você é um traidor do Exército brasileiro", dispara o oficial. O relatório conclui: "Não foi obtida resposta. Carlos Lamarca estava morto. Eram 15h40 de 17 de setembro de 1971, sexta-feira". ■

9209067

ECONOMIA INTERNACIONAL: LA ESTRATEGIA DE JAPON EN NUEVA ORDEN INTERNACIONAL

21-AGO-92.

ENLACE BRASIL.

SERVICIO BRASIL

JAPON - 6624,

Nuevo Orden Económico.

TEC- 1161

0103

9209067

91. G 1/2

INUR Nº 0560.121/270892

ECONOMIA INTERNACIONAL

- A Estratégia do JAPÃO na Nova Ordem Econômica Internacional.

(21 AGO 92)

O JAPÃO vem utilizando o meio ambiente como estratégia na nova ordem econômica internacional. As indústrias japonesas encontram-se entre as menos poluentes e degradadoras do meio ambiente. Esse resultado é fruto de uma rígida legislação imposta ao parque industrial nipônico, a partir dos anos 70, como forma de minimizar os prejuízos financeiros e ambientais ocorridos durante o chamado **"milagre econômico"** da década de 60.

A evidência e a constatação dessa situação pela comunidade internacional vêm levando importantes segmentos da sociedade, e o próprio governo local, a darem maior atenção ao tema e a buscarem uma liderança nessa área, como forma de obter dividendos econômicos e políticos e expandir sua influência na nova ordem internacional em formação.

Os países asiáticos em acelerado processo de crescimento econômico, a exemplo do JAPÃO de há duas décadas, experimentam sérios problemas de degradação ambiental, com reflexos na qualidade de vida das populações. Todavia, autoridades governamentais japonesas já se manifestaram no sentido de encontrar soluções para a questão, haja vista que o país possui a experiência, a tecnologia e os recursos para auxiliar aquelas nações.

Nesse sentido, técnicos da Agência de Proteção Ambiental japonesa prepararam um minucioso estudo para mostrar que o custo advindo da degradação industrial no país foi dez vezes superior ao que teria sido gasto com a implantação de mecanismos de controle ambiental. O trabalho foi amplamente divulgado em diversas conferências internacionais.

Além disso, o JAPÃO vem gradualmente destinando parcelas cada vez maiores de seu orçamento à ajuda externa na proteção ao meio ambiente. Em 1990, o governo destinou US$ 1,2 bilhão para projetos externos de conservação ambiental, quatro vezes mais do que o montante dispendido em 1986. Atualmente, esses recursos atingem 12% do orçamento (cerca de US$ 6 bilhões), estando prevista uma elevação para um nível próximo de 30%.

Essas medidas inserem-se numa ampla estratégia das autoridades nipônicas para obter maior importância política e distender as pressões comerciais, em âmbito mundial. Ressalte-se que, embora com objetivos distintos, os EUA também vêm usando o tema em sua estratégia de política externa, o que reafirma a disposição das principais economias industrializadas em utilizar a questão ambiental para aumentar seu nível de influência no cenário internacional.

920906 7V

Com relação ao JAPÃO, os contínuos e consideráveis superávits comerciais vêm acarretando pressões crescentes, principalmente dos EUA e dos países da Comunidade Econômica Européia (CEE), no sentido de reverter essa situação. Isso tem determinado um enfraquecimento das posições japonesas nos fóruns internacionais, especialmente nas discussões em torno das questões de comércio.

Assim, o processo de transição por que passa a economia nipônica - com o objetivo de fixar-se na produção de bens e serviços que atendam às demandas das faixas superiores do mercado mundial - sugere que a liderança na área de proteção ambiental enquadra-se perfeitamente no perfil de sua estrutura produtiva e coloca o país em uma situação de destaque perante a opinião pública mundial, com relação a um tema que tende a permear as discussões, em termos de comércio e investimentos, no decorrer da década em curso.

Dessa forma, é factível que o JAPÃO avance ainda mais nesse campo, abrindo oportunidades para que as nações menos desenvolvidas venham a se beneficiar dos seus recursos. Todavia, essa absorção de capital merece um especial monitoramento, de modo a permitir uma adequada avaliação dos reais reflexos dessa estratégia sobre os demais interesses das nações receptoras.

* * *

03-03 9209067

Montevideo, lunes 14 de octubre de 1991

EX TUPAS INTENTAN CREAR NUEVA FUERZA EN LA IZQUIERDA

Ex Tupamaros y miembros de otros grupos de izquierda, consideran que la gente joven fue desplazada y ahora intentan crear un nuevo agrupamiento político y tras empezar a reunirse en diciembre de 1990, ahora hablaron con Fernández Huidobro y piensan conversar con Jaime Pérez, al tiempo que afirman rechazar el leninismo.

En declaraciones a la prensa, Juan Monetti dijo que hoy, a la izquierda le faltaba un proyecto político para el país concreto y que fundamentalmente carecía de ambitos de participación y decisión.

Mientras tanto, para Marcos Otheguy, con las actuales formas organizativas de la izquierda, no va a ser posible lograr esa participación, dado que el verticalismo y la estructura piramidal o leninista, ya no sirve más.

En opinión de Juan Monetti entre tanto, en el MLN sentían la presencia del leninismo, dado que el movimiento está organizado en forma leninista, basándose en el centralismo democrático, al tiempo que considera que hay que cambiar la concepción y la forma de la militancia.



El Senador JAIME PEREZ será entrevistado próximamente por ex tupamaros y miembros de otros grupos de izquierda que procuran crear un nuevo agrupamiento político

JOVENES DESPLAZADOS

Los dirigentes que construyeron la organización -agregó- en todas sus ramas, los que construyeron el PIT, los que levantaron los comités de base semiclandestinos, fueron una camada de militantes entre 20 y 25 años de edad.

Cuando se liberan los presos y retornan los exiliados, se registra una reinstauración de los antiguos dirigentes a sus puestos que ocupaban antes del golpe de Estado -dijo- y la gente joven fue desplazada.

Destacó que era partidario del pluralismo político, en virtud de que, una sociedad democrática, no podía impedir nunca las diversas opiniones y el disenso político, siempre que se esté en igualdad de condiciones.

Consideró que Uruguay era pluralista, pero no democrático, dado que él no tiene la misma capacidad económica que el Partido Colorado y se preguntó si la opinión de ellos era más válida que la suya y por qué ellos y los herrerista pueden llegar a los medios de comunicación y él no.

CAIDA DEL SOCIALISMO

Estimó dolorosa la caída del socialismo real, puesto que en el mundo, mucha gente entregó su vida por esa sociedad, sin perjuicio de lo cual, señaló que en el terreno de las ideas, menos mal que pasó lo que debía pasar y que eso comprobaba que la izquierda independiente de América Latina tenía razón, cuando cuestionaba al socialismo real.

Finalmente, al preguntársele si Cuba era un socialismo real, afirmó que tenía su especificidad, puesto que hizo la primera revolución socialista en América Latina y buscó caminos distintos al socialismo real.

Pero en Cuba hay partido único, leninismo, centralismo democrático y economía estatal -concluyó- y ¿no es eso socialismo real?

El MPP RESPALDO GESTION DE VAZQUEZ

El Movimiento de Participación Popular (MPP) respaldó la gestión del intendente capitalino Tabaré Vázquez en relación al ambulantismo, al tiempo que se manifestó contrario a la utilización de la represión como «forma de encarar un problema social muy complejo».

La Dirección Nacional del MPP emitió una declaración tras deliberar sobre el tema, en la que se establece que «no comparte ninguna acción de boicot o agresión contra las decisiones adoptadas» dado que entienden que se actuó con «cuidado y respeto a los distintos sectores involucrados».

Se destaca en la declaración la «preocupación por la identificación de policías y grandes contrabandistas» en los disturbios del jueves pasado.

Conjuntamente se sostiene que «mientras el Gobierno siga aplicando esta orientación de su política económica el problema podrá encontrar soluciones de fondo».

9209069

INDIA: Obstáculo al proceso de distensión política en el subcontinente indio.-

27/8/92

SERVICIO BRASIL.-

- INDIA - 507594
- PAKISTAN - 507636
- F.P. - [illegible]
- [illegible] - [illegible]

ENTRADO ✓

CRUZ ✓

01-03 9209069

1/2

INUR Nº 0561.121/270892

ÍNDIA

- óbices ao processo de distensão política no Subcontinente indiano.

(21 AGO 92)

Representantes da ÍNDIA e do PAQUISTÃO encerraram, em 19 Ago 92, mais uma rodada de negociações - a quinta desde 1990 -, que objetivam contornar os problemas fronteiriços e desaquecer as tensas relações entre os dois países. Em decorrência das negociações, assinou-se um acordo para proscrever o desenvolvimento, produção e uso de armas químicas.

O acordo parece representar um passo significativo para melhorar as instáveis relações entre os dois países, produtores de armas químicas e detentores potenciais de armas nucleares. O sucesso do acordo, no entanto, pode estar comprometido, em razão de não haver previsto mecanismos de fiscalização para a sua execução. Paralelamente, não vem ocorrendo qualquer progresso nas negociações sobre as questões fronteiriças na região de CACHEMIRA, que constitui um dos principais focos de instabilidade no Sul da ÁSIA e já foi objeto de duas das três guerras travadas entre a ÍNDIA e o PAQUISTÃO desde 1947. O Primeiro-Ministro da ÍNDIA tem-se mostrado resistente em normalizar as relações de seu país com o PAQUISTÃO, sob o argumento de que persiste o apoio do Governo paquistanês aos separatistas nos Estados indianos de PUNJAB e de CACHEMIRA.

As questões de segurança do Sul da ÁSIA passaram a ocupar maior espaço na agenda dos países desenvolvidos, desde a descoberta de indícios do potencial nuclear do IRAQUE e da ameaça que podem representar as repúblicas islâmicas da ex-URSS diante da possibilidade de adquirirem armas nucleares. Nesse sentido, vem ocorrendo uma sensível mudança nas relações EUA-ÍNDIA, que figuravam em campos opostos no período da **"guerra fria"**, verificando-se o empenho indiano em adequar-se ao esforço internacional, patrocinado pelos EUA, para alcançar garantias de não-proliferação nuclear no Sul da ÁSIA e estabelecer medidas para reduzir tensões indu-paquistanesas nas fronteiras. Convém assinalar que a ÍNDIA, embora sinalize para estreitar laços políticos e econômicos com os países industrializados, tem procurado reforçar sua posição estratégico-militar no Subcontinente, fato evidenciado pelo recente teste de um míssil balístico de curto alcance. Além desse projeto, o Programa de Pesquisas e Desenvolvimento Militar da ÍNDIA vem desenvolvendo outros sistemas de mísseis, inclusive um de alcance intermediário.

A conjunção desses aspectos indicam, de um lado, o esforço do Governo indiano para esquematizar uma política externa adequada à nova ordem internacional, contemporizando as pressões externas direcionadas à composição de acordos de segurança regional e, ao mesmo tempo, buscando maior espaço no mercado internacional e recursos para investimentos internos. Por outro lado, a permanência

92090659

dos fatores potenciais de conflito com a CHINA e o PAQUISTÃO, somados a pressões internas de segmentos sociais ultranacionalistas, parecem impor ao Governo indiano uma postura tendente a manter a política armamentista e demonstrativa do poder de dissuasão da ÍNDIA.

Em função de tais fatores, é admissível que as mudanças pró-desarmamento e desnuclearização no Sul da ÁSIA deverão ocorrer de forma mais lenta e complexa do que a pretendida pelos países industrializados.

* * *

03-03

9209069.

Vicepresidente

El secretario político del PDC, Pablo Mieres, acaba de ser electo vicepresidente de la Internacional de Jóvenes Demócratas Cristianos. La designación se concretó en la ciudad de San José de Costa Rica.

La República
26/10/91

001 | 001

FECHA 11 12 92 (RE)

9209071
ME dio Oriente: Realización de Conferencia de Paz en Washington
SERV. Brasil.
27/8/92
M.O. - 10195
CFI - 11554
- 507603
SIRID - 67190
F Pol. - 1166
RR II - 11377

ENT ✓
CRUZ ✓

01-03

9209071

1 Arquivo

INUR Nº 0562.121/270892

ORIENTE MÉDIO

- <u>Realização da Conferência de Paz em WASHINGTON sob a égide do Governo trabalhista de ISRAEL. Perspectivas.</u>

(21 AGO 92)

A realização da sexta rodada de negociações da Conferência de Paz para o ORIENTE MÉDIO, a partir do dia 24 Ago 92, em WASHINGTON, vem sendo esperada com otimismo pela comunidade internacional, em função dos sintomas de maior flexibilidade política evidenciados pelo novo Governo israelense no trato dos problemas da região.

Com efeito, a assunção do Governo trabalhista em ISRAEL, liderado pelo Primeiro-Ministro YITZHAK RABIN - vitorioso nas eleições de 23 Jun 92 -, conferiu novo alento às esperanças de se encontrar uma solução negociada para o conflito árabe-israelense, que já dura mais de quarenta anos.

Disposto a reverter o isolamento político a que ISRAEL foi submetido, em conseqüência da posição inflexível adotada pelo seu antecessor, YITZHAK SHAMIR, nas negociações de paz, o Governo de RABIN tem dado mostras de sua intenção de assumir uma política de distensão, ao adotar medidas de impacto, como a suspensão de novos assentamentos de judeus nos territórios árabes ocupados e a formulação de propostas de autonomia para os palestinos. Tal iniciativa tem proporcionado ganhos significativos na cena internacional, a começar pela melhora nas relações com os EUA, evidenciada pela liberação das garantias para o empréstimo de US$ 10 bilhões a ISRAEL. Tal empréstimo destina-se a reaquecer a economia do país, adequando-a aos desafios consubstanciados pelo aumento populacional decorrente da imigração proveniente da ex-URSS e da ETIÓPIA.

O congelamento do processo de colonização proposto pelo Governo RABIN, apesar de representar uma mudança significativa, não se mostra abrangente, de vez que atinge somente os chamados assentamentos **"políticos"**. No entanto, os considerados de **"segurança"** - necessários à defesa de ISRAEL e estabelecidos nas **"linhas de confrontação"**, ou seja, nas fronteiras com a JORDÂNIA, na CISJORDÂNIA (Vale do RIO JORDÃO) e leste de JERUSALÉM, e com a SÍRIA, nas Colinas de GOLAN - seriam mantidos. Tal iniciativa deverá produzir reverberações durante os trabalhos da próxima rodada de negociações, em função da subjetividade na caracterização dos assentamentos.

Ainda nesse contexto, a intenção de RABIN de conduzir o processo de autonomia gradual aos territórios árabes ocupados parece contrariar as aspirações palestinas. De fato, o Governo israelense pretende negociar com a delegação jordaniano-palestina o estabelecimento de um regime de autonomia na CISJORDÂNIA e FAIXA DE

92090710

GAZA, segundo o qual seriam realizadas eleições gerais nessas regiões em Abr ou Mai 93. Dentro de tal processo, como deseja ISRAEL, eleger-se-ia um **"Conselho Administrativo"**, permanecendo a política externa e a Defesa sob a gestão do Estado judeu. Os palestinos, todavia, pretendem formar um **"Conselho Legislativo"**, o que contraria os propósitos do novo Governo trabalhista, de vez que apressaria o estabelecimento de um Estado Palestino autônomo.

Com relação à SÍRIA, o Governo israelense deverá propor compromissos idênticos aos que possibilitaram, em 1978, a assinatura do Tratado de Paz com o EGITO. Não se descarta a possibilidade, nesse contexto, de que parte das Colinas de GOLAN - excetuando-se as nascentes do Rio JORDÃO - venha a ser negociada com os sírios.

Julga-se provável, ainda, entendimentos em relação à Faixa de Segurança no Sul do LÍBANO, como prevê a Resolução 425 da ONU. Admite-se, igualmente, que ISRAEL venha a negociar a sua saída, desde que a SÍRIA concorde em retirar suas tropas do território libanês, mesmo porque TEL AVIV dispõe de instrumentos militares que, reforçados, lhe assegurariam o controle da região e a impermeabilidade de sua fronteira setentrional às incursões guerrilheiro-terroristas palestinas.

A posição unificada dos árabes, acordada na reunião de DAMASCO, deverá cobrar dos EUA uma posição transparente como **"mediador"**, sob a forma de pressão a ISRAEL para negociar com seus interlocutores e impedir que as conversações bilaterais produzam acordos de paz em separado com o Estado judeu, como deseja o Governo israelense.

Assim, a partir das intenções israelenses, dentro da filosofia de **"troca de território pela paz"** - como querem os EUA -, é previsível que a Conferência de WASHINGTON venha a produzir, ainda que modestas, algumas resoluções práticas para o contencioso regional, em especial com relação à Questão Palestina.

* * *

03-03

9109071

INUR Nº 0583.121/140992

ECONOMIA INTERNACIONAL

- Estudo aponta falhas na estratégia de liberação de empréstimos por parte de organismos multilaterais de crédito.

(04 SET 92)

O "World Resources Institute" (WRI) - respeitável centro de pesquisas norte-americano - divulgou as conclusões de um estudo de dois anos, realizado nas FILIPINAS, sobre os efeitos dos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Conforme ROBERT REPETTO, vice-Presidente do WRI e co-autor do trabalho, os recursos destinaram-se, prioritariamente, à implementação de políticas de curto-prazo, com a finalidade de reduzir as pressões sobre o balanço de pagamentos daquele país. Isso determinou a depreciação dos recursos naturais e um aumento na pobreza e no desemprego locais.

Assim, foi recomendado ao FMI e ao BIRD a realização de análises de impactos social e ambiental, antes da liberação dos recursos para os programas de ajustamento estrutural requeridos por qualquer país. Ademais, foi sugerido que incluam controles e condicionalidades rígidas, visando a diminuir a depreciação dos recursos naturais e a poluição industrial, para o acesso dos países aos empréstimos.

O estudo aponta, ainda, para a necessidade de reorientação dos modelos macroeconômicos elaborados pelos citados organismos, incluindo mecanismos que contemplem os recursos naturais dos países em desenvolvimento na estrutura de formação de seus ativos. Esse procedimento visa a avaliar o nível de degradação ambiental experimentado no decorrer da implantação dos programas de desenvolvimento.

As conclusões e sugestões do trabalho corroboram a visão predominante nas nações industrializadas sobre o uso de procedimentos referentes à questão ambiental e ajudam a consolidar a tese de que novas formas de barreiras e condicionalidades externas serão impostas aos países do Terceiro Mundo, nas relações de comércio e financiamento.

O recente acordo assinado entre os EUA, o MÉXICO e o CANADÁ permite o aprofundamento da questão, haja vista a inclusão de mecanismos de controle ambiental, principalmente de padrões norte-americanos, os quais, [illegible] negociados em fóruns [illegible], e contra [illegible] parte [illegible] sua legislação. Assim, embora o [illegible] assunto tenha [illegible] refluxo após a RIO-92, [illegible]

01-02 920907KJ

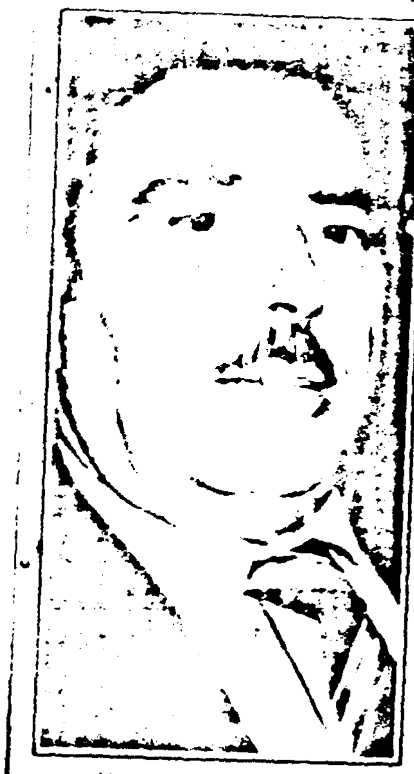
organismos multilaterais, notadamente pelos EUA, para a inclusão desses temas, de modo mais explícito, em suas normas e diretrizes para a liberação de empréstimos. Um exemplo do que já vem ocorrendo é a proposta do Senado norte-americano para que o EXIMBANK vincule seus empréstimos de financiamentos de importações e exportações à consideração dos aspectos ambientais dos bens e serviços comercializados.

Ressalte-se que o BIRD vem mostrando adequada preocupação com a questão, tendo dedicado todo o seu último relatório anual ao tema. Certamente o FMI também passará a avaliar a problemática com maior critério, haja vista a postura de seus principais cotistas e a relevância do assunto nas relações internacionais.

* * *

C2-02 9209071

Honorio Barrios Tassano, Embajador de nuestro país en República Dominicana



Honorio Barrios Tassano

EL Poder Ejecutivo solicitó venia ayer al Senado para acreditar a Honorio Barrios Tassano como Embajador de nuestro país ante el Gobierno de República Dominicana.

En el mensaje que acompaña la solicitud de venia, el Gobierno destaca las condiciones profesionales y humanas del nuevo Embajador, señalando que tras desempeñar distintos cargos docentes y desarrollar una intensa actividad en el área privada, accedió a la Cámara de Diputados por el departamento de Maldonado.

En su carácter de Representante Nacional cumplió misiones oficiales a la República de Corea, Unión Soviética, Hungría y Cuba.

"La capacidad y eficiencia que el Señor Honorio Barrios Tassano ha puesto de manifiesto en las actividades desarrolladas -subraya el mensaje gubernamental-, constituyen a juicio del Poder Ejecutivo factores evidentes de idoneidad para las responsabilidades que el Gobierno de la República se propone asignarle en el próximo destino como Embajador Extraordinario y Plenipotenciario de la República en la República Dominicana".

DOC. POCO LEGIBLE

FECHA 17/3/93 INICIAL CP

Procesado a Sistema D...

OBSERVACIONES

001 | 001

65830 11/61 11/401

INUR Nº 0584.121/140992

ECONOMIA INTERNACIONAL

- A nova conjuntura mundial provoca a reavaliação do setor industrial dos EUA.

(04 SET 92)

O acentuado declínio da competitividade de diversos segmentos industriais dos EUA, na década de 80, motivou o Governo e as empresas privadas a elaborarem estratégias conjuntas, com o intuito de revigorar as atividades do setor e retomar a liderança mundial em áreas específicas.

Com relação ao segmento de semicondutores - peça central para a indústria eletrônica -, a perda do domínio norte-americano é atribuída a uma desordem ocorrida nas estratégias das empresas, dos mercados financeiros, das estruturas industriais, na economia de produção e ao apoio governamental concedido aos concorrentes localizados na ÁSIA ORIENTAL, especialmente o JAPÃO.

Dessa forma, em 87, a indústria norte-americana de semicondutores criou, com o estímulo daquele governo, o consórcio de pesquisa tecnológica "SEMATECH", objetivando demonstrar que seria possível obter tecnologia de ponta e ser competitivo em relação ao JAPÃO nesse segmento, utilizando-se apenas equipamentos produzidos nos EUA.

No entanto, em face da nova conjuntura mundial, divulgou-se que o governo pretende cortar as verbas que fornece ao "SEMATECH", o que satisfaz a diversos setores políticos e econômicos do país, notadamente aqueles que combatem os benefícios oficiais considerados protecionistas e instituem uma política industrial [illegible] de recursos públicos em segmentos [illegible].

Acrescenta-se, contudo, que o fim do "SEMATECH" não deverá ocorrer, devendo ser [illegible] as metas já alcançadas pelas empresas [illegible] recursos governamentais [illegible] ao consórcio [illegible] [illegible]

[illegible] "SEMATECH" [illegible]

01-01 9209074

9209075

Golfo Pérsico: El agravamiento de la crisis provocada por la creación de la zona de exclusión aérea en el SUR de IRAK.

SERV. [illegible]

14/9/92

M.O. - 10195

Golfo Pérsico - 11563

F.P. - 11164

F.M. - 11163

RA II - 11399

01-04.

9209075

INUR Nº 0587.121/140992

GOLFO PÉRSICO

O agravamento da crise provocada pela criação da zona de exclusão aérea no Sul do IRAQUE. Perspectivas.

(03 Set 92)

A situação político-militar no GOLFO PÉRSICO vem-se deteriorando de forma acentuada nos últimos dias, devido à decisão do Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), de criar uma **"zona de exclusão aérea"** no Sul do IRAQUE.

Tal medida baseia-se na convicção de alguns dos principais membros permanentes do CS/ONU - EUA, REINO UNIDO, FRANÇA e RÚSSIA - de que o Governo de SADDAM HUSSEIN estaria preparando uma grande operação militar contra as organizações da defesa das comunidades islâmicas xiitas instaladas na foz dos rios TIGRE e EUFRATES, que vêm hostilizando o poder central iraquiano desde o fim do conflito do Golfo.

A criação de uma **"zona de exclusão aérea"** ao Sul do **"paralelo 32"** reedita idêntica medida adotada nos meses que se seguiram ao final da Guerra do Golfo, em Mar 91, no CURDISTÃO iraquiano. Assim, impossibilitado de operar suas aeronaves sobre regiões que correspondem a cerca de dois terços do seu território, o Governo de BAGDÁ vê-se ameaçado, pelo que denomina de uma **"conspiração internacional para dividir o país"**. Com efeito, na prática, está o Governo iraquiano impedido de atuar militarmente contra os rebeldes curdos ao Norte - os quais já exercem efetivo controle político e militar sobre determinadas regiões nas proximidades de KIRKUK e MOSUL - e agora, ao Sul, contra os xiitas, apoiados pelo IRÃ, cuja insurreição não foi inteiramente sufocada pelas Divisões da Guarda Republicana que se agrupavam em BASRA, ao final da Guerra do Golfo.

Tanto no Norte montanhoso, quanto no Sudeste pantanoso, as ações militares terrestres dependem, fundamentalmente, do apoio aéreo, motivo pelo qual torna-se mais difícil para o Exército iraquiano neutralizar os insurretos. A presença da aviação dos aliados ocidentais, sob a bandeira da ONU, tem sido, até aqui, suficiente para desencorajar os vôos da aviação iraquiana sobre as regiões interditadas.

Em paralelo, têm prosseguimento as atividades das comissões de fiscalização da ONU no IRAQUE. O trabalho de tais comissões tem sido objeto de sobressaltos, a refletir a atitude do Governo e do povo iraquianos, em face das medidas tomadas pelos

9209075

aliados. Incidentes provocados por manifestações populares têm sido comuns, embora não cheguem a ameaçar de fato os trabalhos das comissões. Intimidações de natureza terrorista raramente têm ocorrido. Em jun 92, a comitiva da esposa do Presidente Francês, NICOLE MITERRAND, em visita humanitária ao CURDISTÃO, foi alvo de uma tentativa terrorista, cuja autoria não foi determinada. Nos últimos dias, um artefato explosivo, colocado em uma viatura da ONU, foi desativado sem causar danos.

De modo concomitante, autoridades kuwaitianas denunciaram uma **"tentativa de infiltração de iraquianos"** na fronteira, provocando uma escaramuça, da qual resultou a morte de um observador da ONU. Além disso, de acordo com o Assessor de Segurança Nacional do Presidente BUSH, General BRENT SCOWCROFT, teriam sido detectados sinais de movimentação de Divisões iraquianas estacionadas no interior da **"zona de exclusão aérea"**.

Tais fatos têm contribuído para aumentar a tensão na região Sul do IRAQUE. Embora inexistam indícios concretos de uma reação militar iraquiana à maior presença militar ocidental - malgrado a habitual retórica de SADDAM HUSSEIN, contendo ameaças de revide militar -, forças aeronavais dos EUA, RÚSSIA e REINO UNIDO vêm-se concentrando no GOLFO PÉRSICO e no KUWAIT.

Não obstante a presença de SADDAM HUSSEIN no Governo iraquiano seja considerada uma ameaça permanente à estabilidade político-militar do ORIENTE MÉDIO e de afigurar-se conveniente para os interesses da maioria de seus vizinhos a sua substituição por um governo de perfil mais moderado, todos os países muçulmanos da região, exceção feita ao KUWAIT e ao IRÃ, por diferentes motivos, têm, de forma unânime, se posicionado contrariamente à iniciativa ocidental de criação da **"zona de exclusão aérea"**. Temerosos da propagação de reflexos em seus países, argumentam os Governos da SÍRIA e da TURQUIA, entre outros, que tal medida deflagraria um irreversível processo de fragmentação do IRAQUE.

Observadores árabes aduzem que, na prática, o IRAQUE retrocederia à conformação que o território tinha enquanto província do Império Otomano, quando era dividido em três regiões distintas, sediadas em MOSUL, BAGDÁ e BASRÁ. Para BAGDÁ, a possível perda do controle da rica região meridional tem um significado consideravelmente maior do que o experimentado no caso do CURDISTÃO iraquiano. Com efeito, no Sudeste iraquiano, na confluência dos rios TIGRE e EUFRATES, localiza-se o acesso ao GOLFO PÉRSICO, através do SHATT AL-ARAB. Na mesma região, o Governo iraquiano está ultimando a construção do chamado **"terceiro rio"**, também denominado o **"Rio do Líder"** - um canal entre o TIGRE e o EUFRATES -, com cerca de 565 Km, que deverá, quando concluído, drenar os alagadiços da foz e incorporar regiões vantajosas à agricultura. Ademais, em BASRA situa-se o principal terminal de embarque marítimo iraquiano.

Em que pese a região meridional do IRAQUE ser amplamente habitada por muçulmanos xiitas, estes não constituem um **"quisto"** [illegible] religioso, em virtude de [illegible] por todo o território iraquiano. As organizações de resistência apoiadas pelo IRÃ não são [illegible] pela [illegible] maioria da comunidade xiita.

03 9209075

Apesar das ameaças externas, o Governo iraquiano, mercê de recursos autoritários, tem conseguido um razoável coeficiente de coesão interna e mostra-se empenhado na reconstrução econômica do país, cuja infra-estrutura foi seriamente atingida pelos bombardeios aliados na Guerra e pelas posteriores tentativas de desestabilização política e econômica. Entre as tentativas de subversão econômica, inclui-se a disseminação de dinares falsos para inflacionar a economia, uma operação promovida pelos EUA, com o apoio da TURQUIA, do KUWAIT e da JORDÂNIA.

Além de tais óbices, a recuperação econômica tem sido retardada pelos embargos e pela paralisação da exportação de petróleo - sua principal fonte de divisas -, bem como pela falta de investimentos externos.

Nesse contexto, afigura-se aparente que seria inconveniente para os interesses iraquianos um novo conflito militar com o Ocidente, mesmo porque o país não dispõe de Poder Militar para tal tipo de confronto. Assim, a movimentação militar ao Sul do **"paralelo 32"**, a que se refere o Assessor da Casa Branca, parece, à primeira vista, tratar-se de um retraimento por temor da ação aérea aliada. Dessa forma, é improvável qualquer ação terrestre iraquiana ao Sul, não somente por inexistirem evidências de desdobramento militar iraquiano com intenções agressivas, como por serem impraticáveis ações terrestres sem a adequada cobertura aérea.

Há, por outro lado, evidente interesse da Administração Republicana norte-americana, empenhada no processo eleitoral que culmina em Nov 92, em criar condições para acelerar o processo de desestabilização de SADDAM HUSSEIN, cuja manutenção no Poder sugere a impressão da **"guerra inconclusa"** e converte-se numa das maiores frustrações da gestão BUSH.

Nesse diapasão, a hipótese mais provável de evolução da atual crise no GOLFO é a que envolve a perspectiva de manutenção da **"zona de exclusão aérea"** no Sul do IRAQUE, sem o engajamento de grandes contingentes militares ocidentais na região. Apesar de existir a possibilidade de ocorreram esporádicos incidentes, é pouco provável que o Governo de BAGDÁ venha a optar por uma resposta militar. A médio prazo, contudo, é previsível que - por pressão dos países árabes, por esgotamento devido ao esforço prolongado e, sobretudo, em razão da falta de resultados - a **"zona de exclusão aérea"** venha a ser suprimida.

Embora a **"interdição aérea"** do Sul do IRAQUE adquira elevada importância como instrumento de coerção militar, e mesmo psicológica, esta não parece constituir um importante fator de agravamento do quadro político, econômico e social iraquiano. Apesar da prolongada crise, o Governo de SADDAM HUSSEIN ainda aparenta sinais de vitalidade no plano interno, em função do integral e draconiano controle que exerce sobre a sociedade iraquiana. Seus inimigos no plano interno, ao contrário das avaliações efetuadas no final da Guerra do Golfo, não dispõem da coesão e da capacidade política e militar necessárias para desestabilizá-lo e forçar uma mudança do regime **"baathista"**.

04-04 * * *

9209075

INUR Nº 0597.121/160992

ECONOMIA INTERNACIONAL

- A criação do Departamento de Infra-Estrutura na IFC. Perspectivas.

(14 SET 92)

A "International Finance Corporation" (IFC) – organismo do Banco Mundial (BIRD) para financiamento de projetos do setor privado nos países em desenvolvimento – anunciou a criação do Departamento de Infra-Estrutura, que será responsável pela mobilização de capitais, com o objetivo de atender à crescente demanda por projetos na área.

A criação do Departamento é parte do processo em andamento desde a assunção de LEWIS PRESTON à direção do BIRD em set 91, quando a IFC certificou a qualidade de infra-estrutura como um dos principais determinantes para inversões privadas.

O Departamento é integrado pelas divisões de transporte e serviços, de telecomunicações e de energia elétrica, sendo que somente este último necessita de US$ 1,5 bilhão até o ano 2000 para financiamento da capacidade adicional de geração de energia em nações em desenvolvimento. A divisão de transportes estará voltada para a construção de pontes, estradas e serviços [illegible], cuja necessidade de financiamento pode alcançar US$ 100 bilhões. Na divisão de telecomunicações, o total de inversões atinge US$ 400 milhões, dos quais [illegible] 50% representam os bancos comerciais internacionais.

A colaboração da IFC em projetos setoriais tem a finalidade de atender à demanda [illegible], para fazer face às reformas econômicas efetuadas pelos países em desenvolvimento, e de regularizar o processo de transferência de atribuições ao setor privado, em áreas que antes eram monopolizadas pelo Estado e que, [illegible].

[illegible] dores de processos [illegible] e [illegible] ções [illegible] favoráveis para a obtenção [illegible].

* * *

9209076

01 01

Nº DOCUM...

TITU...

P...

FE...

VINCUL... 11161 11409

65840

INUR Nº 0598.121/160992

ECONOMIA INTERNACIONAL

- <u>EUA querem ampliar acordos comerciais.</u>

([illegible] SET 92)

O Governo norte-americano divulgou, em 10 Set, um documento intitulado **"Programa para o Renascimento da América"**, onde é ressaltada a intenção do Presidente GEORGE BUSH, caso reeleito, de negociar acordos de livre comércio com a HUNGRIA, a POLÔNIA e a TCHECO-ESLOVÁQUIA e de examinar a possibilidade de união do NAFTA com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). O Chefe de Governo pedirá, também, mais autorização para negociar acordos comerciais com outras nações latino-americanas, a começar pelo CHILE.

Acerca da redução dos subsídios agrícolas, é mostrado que a Administração BUSH continuará fazendo uso de tal política, como forma de competir com as exportações subsidiadas da Comunidade Econômica Européia (CEE), porém buscando um acordo na Rodada Uruguai do GATT.

O documento esclarece uma dúvida existente na AMÉRICA LATINA. Isso porque, como o texto preliminar do NAFTA não menciona as condições para a extensão de suas regras às demais áreas, há a preocupação de que acordos com vantagens semelhantes sejam fechados com países de fora desta região, prejudicando a área latina. Além disso, havia o sentimento de que, devido ao **"Programa Iniciativa para as Américas"**, a prioridade seria para os países latino-americanos.

[illegible]

01-01

92090774

Nº DOCUM[illegible]

TÍTU[illegible]

P[illegible]

FE[illegible]

VINCUL[illegible] 11161 / 11409

C-5890

INUR Nº 0598.121/160992

ECONOMIA INTERNACIONAL

- EUA querem ampliar acordos comerciais.

([illegible] SET 92)

O Governo norte-americano divulgou, em 10 Set, um documento intitulado **"Programa para o Renascimento da América"**, onde é ressaltada a intenção do Presidente GEORGE BUSH, caso reeleito, de negociar acordos de livre comércio com a HUNGRIA, a POLÔNIA e a TCHECO-ESLOVÁQUIA e de avaliar a possibilidade de união do NAFTA com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). O Chefe de Governo [illegible], também, [illegible] para negociar acordos comerciais com outras nações latino-americanas, a começar pelo CHILE.

Acerca da redução dos subsídios agrícolas, é mostrado que a Administração BUSH continuará fazendo uso de tal política, como forma de competir com as exportações subsidiadas da Comunidade Econômica Européia (CEE), porém buscando um acordo na Rodada Uruguai do GATT.

O documento esclarece uma dúvida existente na AMÉRICA LATINA. Isso porque, como o texto preliminar do NAFTA não menciona as condições para a extensão de suas regras às demais áreas, há a preocupação de que acordos com vantagens semelhantes sejam fechados com países de fora desta região, prejudicando-a ainda mais. Além disso, havia o sentimento de que, devido ao **"Programa Iniciativa para as Américas"**, a prioridade seria para os países latino-americanos.

O novo programa [illegible], tem o objetivo de agradar aos produtores [illegible] europeus e [illegible] a eliminação das restrições da ASTA [illegible] mesmo [illegible] GATT [illegible] comércio.

01-01

9209077

Nº. DOCUMENTO ....
TITULO ....
PROCEDENCIA ....
FECHA DE ....
VINCULACION 65671 11164
65880 11389
65963 11161
507513 10072 11609
507604 10108.

INUR Nº 0600.121/160992

CUBA

- Boicote econômico dos EUA está perdendo força.

([illegible] SET 92)

Os governos de diversos países que mantinham uma certa distância de CUBA - devido ao embargo econômico norte-americano e à resistência de HAVANA em não promover uma abertura política - mostram-se dispostos a estabelecer uma maior cooperação econômica com a CUBA.

A FRANÇA, a ESPANHA e a ITÁLIA, entre outros países europeus, sinalizam o fim da fase de congelamento das relações comerciais com o Governo de FIDEL CASTRO.

A presença econômica da FRANÇA vem crescendo em setores chaves de CUBA, como o açucareiro, petrolífero e de comunicações. Ressalte-se que técnicos cubanos viajarão a PARIS, com a missão de fazer acordos nas áreas nuclear e de [illegible] agrícola. Além disso, o Governo francês prometeu desbloquear um primeiro crédito de, aproximadamente, US$ 6 milhões, independentemente da dívida cubana de US$ 40 milhões.

Quanto aos espanhóis, estes têm explorado a área de turismo, que constitui um dos principais pólos de atração dos investidores.

[illegible] "joint-ventures" [illegible] estabelecidas com empresas européias, [illegible] e latino-americanas. [illegible], o governo estuda cerca de 300 [illegible] países [illegible] WASHINGTON.

[illegible]

01-01

9209079

Nº. DOCUMENTO ____________

TITULO ____________

PROCEDENCIA ____________

FECHA DE ____________

VINCULACIONES 66603 11164
65890 11302
11399

INUR Nº 0602.121/160992

NICARÁGUA

– O Governo cede às pressões dos EUA.

[illegible]

[illegible] 92, o Governo [illegible] NICARÁGUA [illegible] [illegible] juntamente com onze [illegible] que ocupavam cargos de direção [illegible].

[illegible], a [illegible] do novo titular, FERNANDO [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] da coalizão União Nacional [illegible] [illegible] para o [illegible].

Paralelamente, [illegible] 09 Set 92, a Presidente VIOLETA CHAMORRO [illegible] a devolução [illegible] confiscados durante o governo [illegible].

[illegible] pelos EUA – [illegible] econômica norte-americana [illegible] US$ [illegible] milhões. [illegible] [illegible] em [illegible] quanto [illegible] o [illegible] confiscados pelo [illegible] e a [illegible] norte-americano [illegible] À Presidente [illegible] dos [illegible] governo [illegible] "junta de notáveis", a fim de ajudá-la na [illegible] a [illegible] e [illegible] EUA [illegible] NICARÁGUA.

[illegible]

[illegible] "amizade e cooperação" [illegible]

DI-01 9209080

9209081
CEI: Permanece el desacuerdo sobre las Fuerzas Estratégicas.-
SERV. Brasil,
16/9/92
CEI - 507293
[illegible] - 11163
[illegible] - 11331

9209081

[illegible] 3 [illegible] SB

01-02

INFR Nº 0605.121/160992

CEI

- [illegible] e desacordo sobre as Forças Estratégicas.

[illegible]

[illegible]

[illegible] "Pacto Coletivo de Segurança", [illegible]

[illegible] "Comando Unificado" [illegible]

[illegible] "Forças Estratégicas" [illegible]

* * *

02-02

9209081

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCED.

FECHA DE

VINCULACION 11164 11163
66817 11302 11160
501173
11094

1/2

INUR Nº 0606.121/160992

PERU

Prisão de ABIMAEL RUBEN GUZMÁN REINOSO, líder do "Partido Comunista del Perú - Sendero Luminoso" (PCP-SL).

Perspectivas.

(14 Set 92)

A Direção Nacional Contra o Terrorismo (DINCOTE) - subordinada ao Ministério do Interior e integrada quase que exclusivamente por quadros de elite da Polícia Nacional Peruana (PNP) - efetivou, em 12 Set 92, a prisão de ABIMAEL RUBEN GUZMÁN REINOSO, líder e ideólogo do "Partido Comunista del Perú - Sendero Luminoso" (PCP-SL).

O fator determinante para a prisão do líder senderista - que se deu juntamente com a de outros importantes membros do Comitê Central da organização - foi a nova orientação seguida pelo Serviço de Inteligência Nacional (SIN), que passou a centralizar, a partir do Governo FUJIMORI, o controle das operações de combate ao terrorismo e ao narcotráfico.

A captura de ABIMAEL GUZMÁN contribuirá para elevar a [illegible] Presidente FUJIMORI e ao "Governo de Emergência e Reconstrução Nacional". Tal fato [illegible] Paralelamente, deverá atenuar a [illegible] governo [illegible].

[illegible]

[illegible]

C1-C2 920908 2

acontecimentos e retomar a continuidade da revolução popular peruana.

Todavia, prevê-se o desencadeamento de um longo processo de fragmentação na estrutura senderista, porquanto a prisão de seu líder desmistifica o conceito de intocabilidade atribuído aos quadros da organização, o que determinará o incremento das relações populares contra os militantes senderistas. Ademais, a prisão de ABIMAEL GUZMÁN concorre para o surgimento de cisões internas pela disputa do Poder, antes abrandadas por sua liderança carismática.

No contexto político, o fato traz inegáveis dividendos ao Presidente FUJIMORI, que tende a materializar o seu amplo projeto de reformas, a incluir o processo de redemocratização sob novas bases político-constitucionais.

* * *

02-02 920082

INUR Nº 0569.121/030992

ECONOMIA INTERNACIONAL

- Especialistas apontam os desafios das economias da ÁSIA do PACÍFICO para a década em curso.

(28 AGO 92)

Reunidos no "Third Asia-Pacific Economic Expert Meeting", realizado na CORÉIA DO SUL, analistas econômicos dos países integrantes do EXTREMO ORIENTE e do LESTE ASIÁTICO discutiram os principais problemas que aquelas economias deverão enfrentar na década de 90.

Na oportunidade, foram levantadas as seguintes questões: a sustentação do crescimento econômico dessas nações é dependente de suas exportações aos mercados extra-regionais; o crescimento rápido dos últimos anos, que em muitos setores chegou ao limite de sua capacidade, tende a determinar uma erosão na competitividade internacional de importantes segmentos produtivos; há perspectivas de um incremento no déficit de conta-corrente e da inflação, tendo em vista os investimentos necessários para a modernização de significativa parcela da infra-estrutura pública, como os sistemas de transporte e de comunicação; e o grande desafio será aprimorar os controles e adquirir novos equipamentos do parque industrial local, para o equacionamento das questões vinculadas à proteção ambiental.

Os especialistas apontam algumas medidas indispensáveis para a superação dessas dificuldades, dentre as quais: o estímulo ao crescimento da demanda interna por bens e serviços domésticos; a necessidade de aumento das importações, especialmente do JAPÃO; o incentivo ao comércio em rumos globais e regionais; e a avaliação cuidadosa das questões ambientais, de forma a não estrangular o crescimento industrial.

Nesse contexto, a principal proposta é a de que esses países coordenem os esforços e aprofundem as negociações para a implementação de uma zona de livre comércio na região e busquem estratégias conjuntas, visando a aumentar a eficiência do parque industrial local. Ademais, sugerem um avanço nas reformas políticas, capazes de consolidar a democracia, em âmbito regional, fator fundamental para a continuidade no crescimento econômico e a diminuição das pressões internacionais.

Preconizam, ainda, que a criação de um bloco comercial naquela área poderia ser viabilizado através da expansão nos conceitos intitulados "Triângulos de Crescimento", que florescem em alguns países da região - HONG KONG, TAIWAN, CHINA, SINGAPURA, MALÁSIA e INDONÉSIA - e que permitem a utilização de recursos e da

0102 9209083

infra-estrutura existente entre países vizinhos, com ganho para todos.

Os temas debatidos, as conclusões e as propostas apresentadas mostram que as principais preocupações e "**gargalos**" daquelas economias, na década em curso, estão concentrados nas questões ligadas à competitividade, à proteção ambiental e às relações de comércio.

A reunião serviu também para reafirmar a importância dos blocos comerciais na nova estrutura que se vai delineando nas relações de troca e a relevância de uma não-vinculação automática às chamadas "**potências industriais**", como forma de se criar um melhor ambiente aos investimentos e ao comércio com outras regiões e/ou países.

* * *

0202 9209083

INUR Nº 0568.121/030992

ECONOMIA INTERNACIONAL

- EUA estudam a criação de novo órgão para regular o comércio mundial.

(28 AGO 92)

Especialistas na área de comércio internacional dos EUA começam a promover estudos sobre a criação de um novo organismo multilateral, que regularia as relações do comércio mundial.

Os dados disponíveis não são suficientes para determinar a extensão e os principais objetivos dos trabalhos. Todavia, a denominação que vem sendo veiculada para a nova entidade - "**Multilateral Trade Organization**" (MTO) - sugere que estaria sendo discutida a criação de um organismo para substituir o "**Acordo Geral de Comércio e Tarifas**" (GATT). É factível que esses estudos contemplem o desgaste e o esgotamento político do GATT para avançar nas discussões sobre as novas relações de comércio.

As declarações do Secretário-Geral do GATT, ARTHUR DUNKEL, de que o regionalismo e o sistema multilateral não são princípios antagônicos - ao contrário, são complementares e se reforçam - mostram a possibilidade de um esvaziamento progressivo daquela instituição. Ademais, os princípios que nortearam a entidade desde a sua criação, em 1947, e que proporcionaram avanços significativos para uma liberalização no comércio mundial são, de certa forma, incompatíveis com o atual estágio da economia internacional. Hoje a tecnologia e o meio ambiente passam a integrar os novos conceitos econômicos e determinam oportunidades e condicionalidades para formas alternativas de protecionismos, distanciando-se das questões meramente tarifárias.

Além disso, os sucessivos adiamentos para a conclusão da Rodada Uruguai do GATT e a não-aceitação das suas propostas, principalmente pelas nações industrializadas, reforçam o desgaste da instituição e a improbabilidade de que sejam alcançados resultados promissores, pelo menos a médio prazo, através das teses de multilateralidade defendidas por aquele órgão.

Assim, há necessidade de que os países do Terceiro Mundo, hoje os principais interessados no fortalecimento do GATT, comecem a reestudar suas posições e a avaliar os novos componentes que passarão a liderar as negociações na área de comércio internacional. O afastamento ou a não-aceitação dessa realidade, seja através da extinção ou da modificação dos princípios do GATT, tende a determinar que as nações menos desenvolvidas continuem a reboque dos interesses dos países industrializados.

01-03 9209085V

- <u>A queda do dólar e as implicações na economia mundial.</u>

O declínio progressivo do dólar frente às principais moedas internacionais resultou em que a cotação da moeda atingisse, no dia 25 Ago 92, o nível mais baixo da sua história, sendo cotado no mercado de NOVA IORQUE a 1,401 marco alemão. Essa situação aconteceu apesar da intervenção conjunta dos principais bancos centrais do mundo.

Tecnicamente, existem algumas condicionantes que explicam essa tendência, dentre as quais se destacam as elevadas taxas de juros na ALEMANHA, que tornaram o marco alemão muito atrativo, e o fato de o conjunto dos principais indicadores econômicos dos EUA ter registrado o pior resultado desde o início da recessão no país, em Jul 90.

Todavia, em termos mais amplos, a situação realça uma questão importante, ou seja, que as principais economias estão distantes de obter uma sincronização efetiva das suas políticas econômicas. Ademais, esses dados e a continuada queda das principais bolsas de valores dos centros desenvolvidos mostram como a economia internacional continua estruturalmente desajustada.

Além disso, o enfraquecimento do dólar determina que inúmeras empresas estrangeiras sediadas nos EUA comecem a preocupar-se, haja vista os prejuízos econômico-financeiros que poderão advir com a continuidade no processo de declínio da moeda. Isso corrobora a fragilização dos mercados acionários mundiais, tendo em vista a relevância das empresas externas instaladas em território norte-americano.

Os problemas orçamentários, as grandes dificuldades estruturais e a extensão do processo recessivo nos EUA sugerem que a situação do dólar não deverá ser fortalecida, de imediato. No mesmo sentido, a ALEMANHA não apresenta sinais de reversão nas pressões inflacionárias a curto prazo, de forma a permitir um abrandamento na política monetária. Ademais, os inúmeros problemas no JAPÃO não apontam para uma redução no seu superávit comercial com o resto do mundo, em especial com os EUA, a ponto de contribuir para a recuperação da economia norte-americana.

Assim, as perspectivas são de que se mantenha a tendência de queda na cotação da moeda dos EUA, haja vista a dificuldade de se compatibilizar as políticas monetárias e cambiais dos detentores das principais moedas, em virtude de suas condições econômicas internas. Desse modo, a situação projeta dificuldades crescentes para a retomada do crescimento das principais economias mundiais, com reflexos negativos, principalmente nas áreas de comércio e investimentos internacionais.

* * *

02-02 9209085

9209086

Medio Oriente: Creación de Zona Exclusión Aérea

SERV. BRASIL. en el SUR de IRAK.

03/9/92

IRAK. - 547596

M.O. - 10195

FR - 11164

FRANCIA - 11163

01-03

9209086

INUR Nº 0571.121/030992

ORIENTE MÉDIO

- Criação da "zona de exclusão aérea" no Sul do IRAQUE. Perspectivas.

(28 AGO 92)

As Nações Unidas autorizaram a instalação de uma **"zona de exclusão aérea"** no Sul do IRAQUE, visando a impedir o tráfego de aeronaves militares iraquianas abaixo do **"paralelo 32"**, região habitada, em sua maioria, por população xiita, sob o argumento de protegê-la de eventuais ataques do Poder central, em BAGDÁ.

Ao final da Guerra do Golfo Pérsico, entre Mar e Abr 91, o IRAQUE viu-se convulsionado por distúrbios de inspiração religiosa e nacionalista. À época, apesar da precariedade dos meios militares iraquianos, tais rebeliões foram sufocadas, tanto ao Norte, em áreas curdas, quanto ao Sul, nas regiões xiitas. Na ocasião, os aliados ocidentais criaram uma **"zona de exclusão"**, acima do **"paralelo 36"**, para proteger as populações curdas.

A região sulina adquire especial importância estratégica para o IRAQUE, posto que ali se localizam a foz dos rios TIGRE e EUFRATES, no SHATT AL-ARAB, e o acesso ao Golfo Pérsico, em BASRA, onde estão instalados os principais terminais portuários e de embarque de petróleo do país.

Na realidade, o estabelecimento de uma nova **"zona de exclusão"** aérea no IRAQUE, imposta pelos EUA, REINO UNIDO, FRANÇA e RÚSSIA, sob o pretexto de proteger as populações xiitas iraquianas, tem o objetivo de fragilizar, ainda mais, o regime iraquiano e provocar a queda de SADDAM HUSSEIN, de vez que a sua permanência no Poder é vista como um fator de desestabilização regional.

Tal situação parece conveniente aos interesses das monarquias do Golfo Pérsico, da SÍRIA e da TURQUIA - que se sentem ameaçadas pelo IRAQUE - e, em especial, do IRÃ que, apesar de se mostrar contrário à presença ocidental na região, aspira a criação de um **"enclave xiita"** autônomo no Sul do território iraquiano, sob a **"influência"** iraniana.

Apesar de interessados na fragilização do Poder militar iraquiano e na queda de SADDAM HUSSEIN, os países árabes da região mostram-se contrários à iniciativa ocidental de criação da **"zona de exclusão"**, pelo temor de que se acirrem as sublevações de minorias étnicas motivadas por aspirações de autonomia. Tal é o caso, entre outros, dos curdos, que se distribuem, além do IRAQUE, por regiões da TURQUIA, da SÍRIA e do IRÃ; dos cristãos maronitas, no LÍBANO; dos cristãos coptas, no EGITO; e dos berberes, nos Estados árabes do Norte da ÁFRICA.

9209086

O Governo iraquiano - contrário à reedição do ocorrido no Norte, no território curdo, onde a "**área protegida**" pelos aliados evoluiu para uma administração autônoma - propôs a formação de uma comissão internacional para analisar a questão. Tal proposta, no entanto, deverá ser rejeitada pelos aliados ocidentais, em especial os EUA.

Em que pese o discurso de SADDAM HUSSEIN, de que atuará no sentido de impedir a construção da "**zona de interdição**" no Sul do IRAQUE, é pouco provável que venha a atuar agressivamente contra a presença aliada na região, basicamente por não dispor de Poder militar.

* * *

03-03 9209086

9209087

CHINA: LAS NUEVAS relaciones sino-sud coreanas. Reflejos en el ambiente político regional

SERV. Brasil.

3/9/92

R.P. CHINA – [illegible] – 507638

T. Pol. – 1116[illegible]

RR II – 11349

Corea del Sur – 507480

01-03

9209087

INUR Nº 0572.121/030992

CHINA

- As novas relações sino-sul-coreanas. Reflexos no ambiente político regional.

(28 AGO 92)

Em mais uma evidência de que, na **"Nova Ordem Internacional"**, o pragmatismo se converte definitivamente, no principal modulador das relações entre países, em detrimento dos fatores de signo ideológico, os Governos da CORÉIA DO SUL e da REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC) normalizaram, nos últimos dias, suas relações, trinta e nove anos após a assinatura do Armistício de PANMUNJON.

Além de representar uma vitória da política externa implementada pelo Governo do Presidente ROH TAE WOO, o estabelecimento de relações bilaterais se converte em um passo importante no caminho da distensão regional e do fim da **"Guerra Fria"** no EXTREMO ORIENTE. Ademais, deverá contribuir para facilitar os esforços de reunificação da península coreana, possivelmente em bases mais favoráveis ao Governo de SEUL.

O estabelecimento de relações formais entre os dois países produziu reverberações no ambiente regional. Com efeito, tal aproximação representa um duro golpe para TAIWAN, em função do dogma de **"uma só CHINA"**, que rege a política externa de PEQUIM, circunstância que amplia o isolamento do Governo de TAIPÉ na cena internacional.

Para a RPC, as novas relações abrem amplas possibilidades de obtenção de investimentos e de ampliação do comércio com a CORÉIA DO SUL, na atualidade uma das mais expressivas potências econômicas asiáticas.

Por sua vez, para a CORÉIA DO NORTE, um dos últimos bastiões mundiais do **"socialismo real"**, a nova situação representa não só o reconhecimento chinês à existência da **"outra"** CORÉIA, como constitui, de fato, o início do processo de distanciamento de PEQUIM, o que pode se converter, afinal, na perda de mais um aliado natural. Tais perdas sucessivas - o reconhecimento chinês foi precedido, em 1991, pelo de MOSCOU - amplia o crescente isolamento internacional da CORÉIA DO NORTE.

Em conseqüência, afigura-se previsível que o regime norte-coreano, ante a possibilidade de agravamento do seu quadro de introspecção política, venha a procurar formas de adaptação à nova realidade internacional, o que sugere a possibilidade de concessões aos seus vizinhos, em especial à CORÉIA DO SUL.

9209087

Tal cenário, a médio prazo, abre espaço à possibilidade de reformas políticas internas e, no âmbito internacional, à perspectiva de maior transparência do controvertido programa nuclear norte-coreano, que constitui fator de inquietação crescente na ÁSIA.

* * *

03-03 9209087

50951 11164
66153 11399

INUR Nº 0573.121/030992

EL SALVADOR

- Disputa territorial entre EL SALVADOR e HONDURAS.

(28 AGO 92)

Em 11 Set 92, a Corte Internacional de Justiça de HAIA deverá dar seu veredicto a respeito das questões limítrofes entre EL SALVADOR e HONDURAS. Isso foi motivado pelo fato de a Comissão Mista de Limites - instituída pelo tratado geral de paz assinado entre os dois países em 80, após 120 anos de disputas - não ter dirimido, dentro do prazo estabelecido (Dez 80), as divergências com relação à delimitação de 118 quilômetros de fronteira, de um total de 343 quilômetros.

Embora os dois governos tenham-se comprometido a respeitar a decisão do organismo internacional, as tensões têm aumentado entre os habitantes das zonas de litígio ante a aproximação da data da decisão final, por temerem ser desalojados pela nação favorecida.

Em 24 Ago 92, fotos publicadas por periódicos salvadorenhos, denunciando a presença de tropas hondurenhas em ZAZALAPA - uma das zonas em litígio -, aumentaram o clima de tensão em torno do problema. Ressalte-se que, durante a **"Guerra das 100 horas"**, em 69, tropas de EL SALVADOR ocuparam algumas dessas áreas, causando consideráveis perdas materiais aos hondurenhos.

O episódio motivou um encontro, em 25 Ago 92, entre os Comandantes das Forças Armadas de ambos os países, quando estabeleceram uma estratégia comum para garantir a ordem nas áreas de fronteira.

Paralelamente, o Presidente hondurenho, RAFAEL LEONARDO CALLEJAS, desmentiu que tropas de seu Exército estivessem alojadas nas zonas de litígio. Acrescentou que, em 11 Set 92, reunir-se-á com o Presidente CRISTIANI de EL SALVADOR, para, em ato solene, reiterar o compromisso das duas nações de respeitar a decisão da Corte Internacional.

Já as lideranças da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) acusaram setores das Forças Armadas hondurenhas de não estarem dispostas a acatar as decisões de seu governo e da Corte Internacional. Acrescentaram que os militares hondurenhos estão dispostos a garantir a posse dos territórios em disputa, com a presença de tropas, num momento em que o Exército salvadorenho e a FMLN encontram-se desmobilizados, por injunções do processo de paz, monitorado pelas Nações Unidas.

01-02 9209088

Assim, se com o tratado de 80 os Governos de HONDURAS e EL SALVADOR encerraram as divergências que os distanciaram e renunciaram ao uso da força em suas relações, a solução do Tribunal Internacional de HAIA, mesmo que possa causar tensões e esporádicas reações adversas entre a população fronteiriça, tende a ser respeitada plenamente pelos dois países.

* * *

02-02 9209088

INUR Nº 0596.121/150992

ASSUNTO : Agradecimento.

Este Departamento agradece os vossos cumprimentos pelo transcurso da data comemorativa da Independência do BRASIL.

Nesta oportunidade, o DI coloca-se à vossa disposição naquilo que eventualmente possa ir ao encontro dos interesses de nossos países.

* * *

C1/01 9209089.

TITULO ... EN URUGUAY

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE PROCEDENCIA 24-6-92

VINCULACIONES 11224 ... 11675

ENTRADO ✓

CRUZADO

Agentes de Narcóticos Detuvieron a 5 Implicados

CAYO BASE DE TRAFICANTES EN SHANGRILA: 9 Ks. DE MARIHUANA

Una serie de procedimientos iniciados en la zona del Buceo y culminados en el balneario Shangrilá culminó con la detención de cinco individuos, todos mayores de edad, dedicados al tráfico y comercialización de droga en nuestro país. Los funcionarios de la Brigada de Narcóticos se incautaron de 9 kilos de marihuana, además de distintas anotaciones que podrían comprometer seriamente a muchos otros implicados.

A últimas horas de la tarde de ayer el director de Información e Inteligencia, Inspector Principal Saúl Claveria reunió a la prensa en su despacho para informar sobre el operativo denominada "rata blanca".

El jerarca dijo que la investigación se inició hace aproximadamente unos 15 días al detectarse el ingreso a territorio nacional de una "partida desusada para nuestro medio". El aumento en el consumo de cigarrillos de marihuana, comprobado por los distintos allanamientos en centros nocturnos llamó la atención de los investigadores que se abocaron a la búsqueda de los proveedores.

Así fue que los funcionarios de Narcóticos establecieron que en un inmueble de la zona del Buceo se comercializan grandes cantidades de la citada droga, ante lo cual se solicitó una orden de allanamiento al juez en lo Penal de 2º Turno, doctor Gómez Tedeschi.

Durante la inspección en el referido inmueble se procedió a la detención de dos involucrados, lográndose, asimismo, decomisar una pequeña partida de la dorga.

Posteriores averiguaciones, devengadas del anterior allanamiento, hizo posible ubicar la verdadera base de operaciones de los traficantes en una señorial casa del balneario Shangrilá

Con el apoyo de canes especialmente adiestrados en la detección de drogas se formalizó el operativo en la mañana de ayer. En la finca se detuvieron a otros tres sujetos (ninguno de los detenidos, todos mayores de edad, poseen antecedentes por suministro de estupefacientes), y en una de las habitaciones se localizaron cerca de 9 kilos de marihuana acondicionada en cámaras para hielo de PVC.

Los implicados confesaron haber ingresado la droga requisada desde Brasil. Admitieron, también, haber comercializado otra importante partida, al menudeo, en diversos centros nocturno de Pocitos, Punta Gorda y Carrasco, preferentemente.

En la tarde de ayer, los cinco detenidos declaraban en presencia del juez Gómez Tedeschi, mientras funcionarios de Narcóticos continuaban adelante con la investigación, no descartándose que se produzcan nuevas detenciones en las próximas horas.



Nueve kilos de marihuana requisaron agentes de Narcóticos en la desbaratada base de narcotraficantes en Shangrilá. Cinco individuos implicados fueron detenidos.

01/01

92.09090

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA LA NACION
FECHA DE PROCEDENCIA 21-6-92
VINCULACIONES 11176

Protección a narcos

BOGOTA (EFE).- Colombia efectúa

...llones para comprar misiles soviéticos tipo tierra-aire, de corto y medio alcance, que tendrán como finalidad rechazar posibles ataques a las cárceles donde se encuentran recluidos Pablo Escobar y otros jefes de la mafia colombiana.

Según el diario local La Prensa, esas armas serán utilizadas "para defenderse de la narcoguerrilla y contrarrestar cualquier atentado aéreo contra puntos estratégicos, entre los cuales figuran las cárceles de máxima seguridad de Itagui y Envigado".

01 01

9209091

PMs "teens" não perdem passeata

Para a polícia, "estudante não é inimigo do soldado"; só oficial anda de revólver à mostra



Os soldados da Polícia Militar Nascimento e Eduardo fazem a segurança da passeata

NOELLY RUSSO
Da Reportagem Local

Eles são adolescentes. Alguns ainda estudam. A maioria se define como "neutra" sobre o impeachment do presidente Fernando Collor. Passeata para eles é local de trabalho. São os "PMs teens" que têm acompanhado as manifestações.

Sua participação é discreta. Eles andam com os revólveres escondidos sob as camisas e acham "que bater nos estudantes é desnecessário".

Se não se definissem como "neutros", seriam 18 mil jovens de até 25 anos engrossando o coro dos descontentes. Segundo o coronel Hermes Bittencourt da Cruz, 54, do Comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo, eles precisam de treino extra. "Eles também são jovens. Seria impossível exigir a mesma maturidade de um homem de 30 anos", diz o coronel.

"Acho que é mais difícil convencer os mais velhos a obedecer ordens", diz Celso, um cadete da academia Militar do Barro Branco (escola que forma os oficiais da PM). Sobre as manifestações diz, seco: "Somos todos neutros." A Constituição proíbe os policiais de participar de manifestações.

O cadete Celso, sem querer, contradizia seu superior, o major Carlos Alberto, 40, que chefiava 700 cadetes durante a manifestação de sexta-feira. É que o major jurava que seus cadetes eram obedientes e não dariam entrevistas sem autorização. A **Folha** conversou com quatro deles, que pediram para ter o nome não identificado. "Senão suja para a gente", afirmava Washington, outro cadete.

Luis Claudio, 24, é PM há quatro anos. "O mais difícil chamar a atenção de alguém mais velho. E tenho raiva de garotão que humilha policial, mas me controlo." O coronel Cruz afirma que "é parte do treinamento" nunca humilhar um adolescente em público.

Cruz, que chegou a enfrentar estudantes nas manifestações de 1968, diz que o primeiro mandamento do policial hoje é que "o estudante não é inimigo do policial". "Na minha época, eles envolviam ideologia nas manifestações." E nas de hoje, não? O coronel responde que hoje, as manifestações são garantidas na Constituição. "À polícia, cabe garantir o direito de se manifestar", recita.

"Se não fosse pelo salário horroroso, estava 100% satisfeito", afirma o soldado A., 21. "Não gosto de passeata. Acho uma palhaçada."

Nº DOCUMENTO

TITULO Agentes de la DEA en el Departamento de Pando

PROCEDENCIA LA MAÑANA (Bolivia)

21-6-92

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

BOL

11374 ✓

11515 ✓

Acusan a la DEA en el Norte de Bolivia

LA PAZ. (Reuter).- Un obispo católico del norteño departamento boliviano de Pando denunció que militares estadounidenses armados abordaron y requisaron una embarcación de su vicaría, lo que consideró como "una penetración de la DEA (agencia antidrogas estadounidense) en nuestra región".

"¿Qué haría el Gobierno de los Estados Unidos si efectivos armados de otro país hacen lo mismo en su territorio?", se preguntó el Obispo Luis Casey, según la denuncia divulgada ayer por el diario católico Presencia. Monseñor Casey dijo que "por lo menos nueve norteamericanos uniformados y armados" abordaron el viernes la embarcación que navegaba por el río Orthon, exigieron documentos personales a sus ocupantes, los interrogaron y sólo se retiraron cuando vieron que entre éstos se encontraba un sacerdote estadounidense.

"No es posible que una nación como la nuestra permita el ingreso de gente armada al país que trate de registrar a los propios bolivianos", dijo el obispo.

Un contingente, de por lo menos 100 soldados del ejército estadounidense, que en los próximos días será completado a 250, llegó a principio de esta semana a Bolivia para realizar labores de acción cívica en el Departamento de Pando.

Ni el diario ni el denunciante precisaron si los militares estadounidenses que cometieron el atropello pertenecían a ese destacamento.

El obispo dijo que se trata de "una penetración de la DEA".

01/01

920993

21-6-92

Brasil não tem controle eficaz de opiáceos

Alicia Ivanissevich

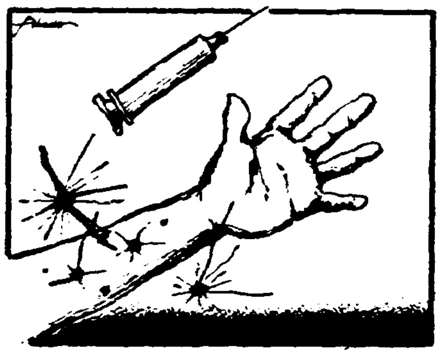
A falta de um controle adequado dos derivados do ópio (opiáceos) levou o Brasil a ser criticado no mercado internacional e a receber uma advertência da Organização das Nações Unidas para que avaliasse as necessidades reais dessas drogas no país para fins médicos.

Em carta ao ministro das Relações Exteriores, datada de 11 de fevereiro deste ano, o secretário do órgão de controle de narcóticos da ONU, H. Schaepe, diz que a Bayer, da Alemanha, registrou em 1990 a exportação de 1.250 quilos de metilfenobarbital (barbitúrico) para a Bayer do Brasil. Na lista discriminatória das substâncias psicotrópicas, porém, a quantidade declarada pelo Brasil (país importador) foi zero.

Segundo denúncia de E.A. Carlini, professor de psicofarmacologia da Escola Paulista de Medicina e presidente da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos (Sobravime), ano após ano, o ministério da Saúde aprova a importação de irrisórias quantidades de morfina — de 10 a 80 quilos — para fins terapêuticos diretos e várias toneladas do produto para ser transformado em outras substâncias. Sabe-se que a morfina pode ser facilmente transformda em heroína e que os governos da Alemanha e dos Estados Unidos já acusaram o Brasil de exportar a droga.

Todas essas questões vão ser levadas pelo presidente da Sobravime ao ministro da Saúde, Adib Jatene, no início de [illegible]lho. A iniciativa inclui também a discussão de vários itens [illegible]lítica nacional de medicamentos, com a participação [illegible]entantes do Conselho Federal de Farmácia, da [illegible]asileira para o Progresso da Ciência, do Con[illegible] de Medicina e de outras entidades.

[illegible] pretende esclarecer com o ministério questões [illegible] aprovação, nos últimos quinze meses, da substitui[illegible] princípios ativos de 650 medicamentos, sem alteração de seus nomes comerciais. Segundo o professor da EPM, a alteração pode levar as pessoas a consumir um produto completamente diferente, acreditando que ainda estão usando o antigo remédio. É fácil imaginar as prováveis conseqüências: o paciente pode apresentar problemas de sensibilidade, se deparar com a ineficácia do medicamento e sentir outros efeitos colaterais, para os quais nem ele nem o médico estavam avisados.



O presidente da Sobravime vai sugerir no encontro com o ministro que sejam revogadas imediatamente solicitações rotineiras por parte das indústrias que, segundo ele, tornam o ministério um verdadeiro cartório a serviço das mesmas. Além da substituição de princípios ativos sem modificação do nome comercial, Carline quer que sejam suspensas outro tipo de operações com medicamentos, como o registro de formas farmacêuticas já aprovadas pelo ministério e a transferência de titularidade.

Segundo ele, a Sobravime vem solicitando ao ministério, desde o ano passado, que se tomem providências com relação a alguns medicamentos prejudiciais à saúde. Entre os mais perigosos estão o Cytotec, para o tratamento de úlceras gástricas, que vem sendo usado como abortivo; o Dormonid, remédio auxiliar em alguns processos de diagnóstico que, quando injetado, pode causar parada respiratória; e Halcion, que combate a insônia, mas que pode provocar tonteira, sonolência, ansiedade e nervosismo. Desde então, foi proibida apenas a comercialização do Halcion.

"O remédio Virgem-again, que foi licenciado em 1980, é outra aberração do controle de medicamentos", comenta Carlini. Segundo ele, está escrito na bula que o Virgem-again é adstringente, serve para lavagem vaginal e como anticonceptivo, melhora a capacidade sexual da mulher e dá a entender que poderá torná-la virgem de novo, como indica seu nome. Esse remédio foi revalidado em 1985 e em 1990.

PARTE ILEGIBLE

01/02

Propriedade terapêutica das ervas

Fiocruz terá núcleo de análise e controle de plantas medicinais

Renata Moraes

A Fundação Oswaldo Cruz está criando uma unidade de pesquisas químicas de plantas medicinais com o objetivo de analisar as propriedades químicas de ervas consumidas pelos brasileiros, mas que ainda não foram analisadas cientificamente.

O estudo das propriedades terapêuticas das plantas inclui análises químicas, farmacológicas, toxicológicas e testes clínicos. O núcleo que vai ser inaugurado fará a parte química desse processo. Segundo Eduardo Martins, diretor de Farmanguinhos, o órgão da Fiocruz que produz vacinas e fármacos, mais de 20 equipes de cientistas de várias partes do país fazem atualmente essas análises, mas não há nenhuma coordenação entre as equipes.

Só na Fiocruz, por exemplo, existem pelo menos três laboratórios — sem contar o que está sendo montado — fazendo análises de plantas medicinais mas, embora pertencendo à mesma instituição, os pesquisadores não trabalham em conjunto.

Daí surgiu a idéia, apresentada por Martins durante a Rio-92, da criação de um programa nacional de fitoterápicos, que seria centralizado na Fiocruz. O programa coordenaria e incentivaria as atividades de mais de 20 grupos brasileiros que trabalham isoladamente com análises de ervas.

A extinção da Central de Medicamentos do Ministério da Saúde acabou com um programa de análise de plantas medicinais antes que os estudos, que já estavam sendo feitos em várias instituições, fossem concluídos e organizados.

A proposta do programa nacional foi discutida no Fórum Global, uma nova reunião está marcada para agosto e em setembro a Fiocruz vai sediar o Seminário Nacional de Fitoterapia. "Antes de começar, temos que avaliar, junto com o Ministério da Saúde, quais são as prioridades", conta Martins. "Há plantas que podem ser úteis contra doenças que atingem milhares de brasileiros, como a leishmaniose e a malária", explica Martins.

A idéia é divulgar os resultados positivos entre as populações de cada local onde as pesquisas comprovarem a existência de plantas medicinais. "Se houver um esforço coordenado de todos os grupos do país, em dois anos poderíamos ter resultados sobre aproximadamente 30 plantas", acredita.

Segundo Martins, os grandes problemas do uso de plantas para fins medicinais são a alteração de suas propriedades e a possível contaminação por agrotóxicos e fungos que podem ser venenosos. Apesar de a população brasileira consumir largamente fitoterápicos com fins medicinais, não existe nenhum controle sobre a qualidade desses produtos, vendidos livremente em feiras e ruas.



Françoise Imbroisi

As ervas são encontradas com facilidade em freiras livres

"Um levantamento feito no Paraná mostrou que algumas plantas chegam ao consumidor sujas de terra e contaminadas por agrotóxicos", conta Martins.

Mas o mais grave é que poucas ervas usadas popularmente têm suas propriedades terapêuticas e seus possíveis efeitos tóxicos examinados por métodos científicos. O objetivo do novo núcleo da Fiocruz é verificar as propriedades químicas de vegetais com indícios terapêuticos e, com a ajuda de outros núcleos, estabelecer critérios farmacológicos e toxicológicos para possibilitar a fiscalização.

Os critérios levam em conta o tipo e local de cultivo, espécie da planta, modo de colheita e secagem e métodos de manipulação. É que a mesma planta pode ter suas propriedades alteradas dependendo do local onde cresceu, do modo como foi cultivada, da hora do dia em que foi colhida e da maneira com que é processada. Como não há nenhum controle sobre o comércio, quem usa ervas medicinais não pode ter certeza se está usando a substância correta, mesmo que a planta seja a indicada.



M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
281230/SET/1992
(i)

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 30/92

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Informacion acorde a tramite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DEL DPTO. II(INF) E.M.E.

COPIA 2: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 4: SR. 2do.COMANDANTE DE LA D.E. I.

COPIA 5: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

EL SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D. G. I. D.
Coronel
Hector H. Lluis

01-02

LEMOS CANDIDO, Alita Rosmary
C.I. 3.114.7[illegible]-8
C.C. BDA 86.[illegible]4

LEMOS RIVERO, Francisco Cirilo
C.I. 891.903-3
C.C. BDB 22.477

CANDIDO LOYARTE, Dayser Lila
C.I. 951.403-5
C.C. BDA 62.118

LEMOS CANDIDO, Derly Rufina
C.I. 1.327.391-7
C.C. BCB 30.438

LEMOS CANDIDO, Rosita Elizabeth
C.I. 2.542.112-3
C.C. BDA 61.055

LEMOS CANDIDO, Francisco Jorge
C.I. 3.429.760-9
C.C. NBC 10.392

LEMOS CANDIDO, Francis Dany
C.I. 1.895.850-6
C.C. ANB 11.145

LEMOS CANDIDO, Julia Mary
C.I. 3.114.700-7
C.C. BDA 85.775

ALFONSO OLIVERA, Alberto Carlos
C.I. 3.301.[illegible]
C.C. BCA 74.753

02 - 02

Fotocopias.
Poco legibles.

9209097

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.25/S-2/92.-

I.-EVALUACION : A - 1.-

II.-RESPONDE A :-Información obtenida por esta Agencia.-

III.-T E X T O :-Los días 19 y 20 de Setiembre se reunieron en el Club Democrático de la Ciudad de Florida Delegaciones de Estudiantes de 8 departamentos del interior del País con el fin de realizar el CONGRESO NACIONAL DE GREMIOS ESTUDIANTILES organizado por A.DE.L.F.(Asociación de Estudiantes Liceales de Florida).-

-El sábado 19 a las 1000 horas llegaron al Club Democrático las 2 primeras delegaciones de los deptos.de Flores y Canelones,estando integradas por 10 Estudiantes en total.-

-A la hora 1030 un grupo de 7 Estudiantes entre los cuales fueron detectados: Damián OSTA(ADELF) y Carla CABRERA(ADELF) se dirigieron al local de C.W.33 LA NUEVA RADIO donde fueron reporteados por Juan Fco.GIACHETTO(P.S.-F.A.).-

-En dicho reportaje de una duración de 10' los Estudiantes manifestaron:

=El objetivo principal de la Reunión es la Unión Estudiantil de todo el País.-

=La palabra"LUCHA" se traduce en Jóvenes trabajando.-

=Se trata de formar una Corriente Apolítica.-

=Los métodos a utilizar difieren a los utilizados por los Estudiantes en Montevideo.-

-Al mediodía y en las primeras horas de la tarde del sábado se hicieron presentes las Delegaciones de :

-SAN JOSE: con 9 integrantes,siendo auxiliados por un automóvil PASSAT Año 89 Mat.201053 de San José.-Un Estudiante del Liceo 1 San José:Ricardo PIÑEIRO,manifestó que en dicho Centro de Estudios se está formando una organización como ADELF.-

-TREINTA Y TRES: con 9 integrantes.-

-CERRO LARGO: con 3 integrantes.-

-LAVALLEJA: con 2 representantes.-

-RIVERA: con 1 representante.-

-En el momento de llegada de las Delegaciones y durante el transcurso del Congreso se detectó una Camioneta KOMBI Amarilla con techo blanco Mat.8177 de T.y Tres,encargada del trans./

Hoja ____ de ______
Copia No. ______

/..porte de las Delegaciones.-

-El día domingo 20 de Setiembre a partir de las 11ØØ en el Club Democrático se continuó la Reunión en la cual fueron colocadas 2 Pancartas (en el interior del local) las cuales decían: "UNIDOS TENDREMOS FUERZA" y " BIENVENIDOS " ADELF ".-

-Con una asistencia aprox. de 40 Estudiantes se trataron los siguientes puntos:

-Presupuesto de la Enseñanza.-

-Falta de respeto de las Autoridades de la Enseñanza y de los - Docentes hacia los Estudiantes.-

-Participación.-

-Se trató también la formación de R.U.P.E.I.(Ronda - de Unión y Participación Estudiantil del Interior)en la cual se declara:

-Partidaria del Diálogo como forma de LUCHA por sus Reivindicaciones.-

-Contra la Reglamentación de la Asociación que pretenden implantar las Autoridades de Secundaria.-

-Apolítica.-

-La próxima Reunión se fijó para el Sábado 7 de Noviembre en la Ciudad de Canelones.-

IV.-ACCION TOMADA:-Confección del presente Parte Especial de Información.-

V.-DISTRIBUCION:-ORIGINAL........D.E.II.-
-COPIA No.1.......D.G.I.D.-
-COPIA No.2......ARCHIVO.-

EL JEFE DEL BN.ING.CBTE.No.2.-
TTE.CNEL.
EDUARDO A. FERRO.-

Tráfico avança pela Amazônia com o ipadu

Vasconcelo Quadros

SÃO PAULO — O antropólogo Murilo Macedo Pereira, um dos poucos acadêmicos brasileiros a se dedicar ao estudo da planta da coca, faz uma previsão sombria sobre o desenvolvimento dessa cultura no Brasil: dentro de pouco tempo, a Amazônia brasileira deverá se transformar na maior lavoura do mundo da *erythorxilum* (o nome científico da coca) e, possivelmente, no mais promissor pólo industrial de transformação do cloridrato de cocaína — a droga pronta para o consumo. Macedo Pereira sustenta que, embora em pequena escala, a coca brasileira, conhecida como ipadu, já está sendo processada em laboratórios clandestinos espalhados por várias partes, escondidos na mata densa, com o aproveitamento inclusive de índios e caboclos brasileiros como mão-de-obra.

A previsão está fundamentada em 22 anos de pesquisas *in loco* da planta da coca em vários países da América Latina e em pelo menos 15 estudos específicos publicados sobre a cultura. Nele, Murilo Macedo Pereira — que também é delegado da Polícia Civil paulista e professor de Direito e Legislação na Faculdade de Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo — adverte que o ipadu é a única das 250 espécies de coca que se desenvolve há vários anos sob a sombra da floresta amazônica, o que significa que sua proliferação não pode ser detectada pelos satélites artificiais que, através de um filtro multi-espectral colorido, têm mapeado as plantações de droga em toda parte.

Cenário ideal — "Como maior floresta do planeta — são cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados na parte brasileira e mais de 5 milhões km2, incluindo outros países da América Latina —, a Amazônia se transformou no cenário ideal para a proliferação da planta da coca. Assim como o cacau no Sul da Bahia, seus princípios ativos criaram condições de desenvolvimento na densidade e altura das árvores. Além disso, a ciência ainda não criou um satélite capaz de fotografar uma planta que fique abaixo de outro vegetal e isso, há muito tempo, já foi percebido pelos traficantes internacionais", observa o antropólogo. Há vários anos ele previa o grande *boom* do consumo de cocaína nos Estados Unidos e na Europa e a inclusão do Brasil como rota alternativa para o tráfico.

A repressão desencadeada pelos Estados Unidos aos tradicionais produtores e transformadores de cocaína — Peru, Bolívia e Colômbia — e a consolidação dessa droga como o produto que alimenta a indústria mais rentável do mundo (são cerca de US$ 300 bilhões por ano, segundo estudos da Drug Enforcement Administration, a agência americana de repressão às drogas, e da ONU) colocaram o Brasil, segundo Macedo Pereira, como mercado em potencial da coca. "Trata-se de uma jogada de poder internacional, e não há meios de combate no momento. A Amazônia será o celeiro industrial da coca, da mesma forma que os grandes centros urbanos brasileiros, em 12 anos, se transformaram em favelões e em áreas de consumo da droga".

População carente — Além do ipadu ter se aclimatado na Amazônia — a árvore fica completa em 18 meses e tem uma vida útil de 50 anos —, Macedo Pereira lembra que ao longo da faixa da floresta há uma população carente, miserável e sem perspectiva econômica, cujo quadro cria o terreno próprio para o investimento do narcotráfico que, em contrapartida, virou o mais interessante investimento do mundo. "É o crime mais rico, mais bem estruturado em nível internacional e sua proliferação conta com a mais competente conspiração do silêncio", lembra.

Ele acha, entretanto, que a falta de visão das autoridades brasileiras para o problema e a ausência de uma política nacional de estudo da coca — o que deveria, a seu ver, ser feito através de um grupo interdisciplinar integrado por legisladores, cientistas, juristas e repressores que pudessem estudar o problema globalmente — impede que se perceba a dimensão do potencial desse mercado. Segundo lembra, até hoje nenhuma universidade pesquisou o problema da cocaína no Brasil de forma permanente. Essa oportunidade foi perdida, lembrou, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que discutiu o narcotráfico.

"A ponta do problema está sendo revelada pelos homens da ciência, mas o problema só será sentido quando a polícia conseguir desmontar os grandes laboratórios que já existem hoje nos estados do Acre e Rondônia, na divisa com a Bolívia. Ou então, quando a polícia descobrir o Pablo Escobar brasileiro", adverte. Macedo Pereira ressalta que também do ponto de vista industrial o Brasil é o único país da América Latina que possui um parque de produção desenvolvido e maduro na área de químicos — éter e acetona — necessário ao refino. Isso significa, segundo o antropólogo, que para fugir da repressão e até por uma questão de economia, os traficantes que hoje operam nos países mais visados vão se transferir para a Amazônia. "É como dois e dois são quatro", diz.

São Paulo — J.C. Brasil



Murilo Macedo Pereira: ipadu já está sendo processado em laboratórios em plena mata

04/03 920929

Raízes vêm da época pré-incaica



Coca tem 250 espécies

A sociedade moderna conhece a cocaína como um refinado produto de consumo ou como a droga que alimenta a maior indústria criminosa do mundo. Mas suas raízes estão assentadas na cultura pré-hispânica e pré-incaica e, segundo os estudiosos, foi introduzida e ainda resiste no folclore, arte, música, mitologia e história dos povos latino-americanos. A mais antiga referência à coca, a planta sagrada dos incas, foi encontrada há 3.060 nos antes de Cristo, entre os as populações do Sul do Peru, onde o chamado homem da cabeça larga a usava nas oferendas religiosas e a mascava — como ainda se faz — para superar problemas respiratórios provocados pela altitude. "Sua origem ainda é controvertida", diz o antropólogo Murilo Macedo Pereira, ao lembrar que há dúvidas se a planta surgiu na serra, no altiplano dos Andres ou no litoral da América do Sul. Planta sagrada dos incas, ela era chamavam de cuca ou khoka.

Embora tenha sido analisada por vários cientistas ao longo do século 18, somente em 1855 é que o principal alcalóide da planta, a cocaína, foi sintetizada em laboratório. Clinicamente, porém, a droga só foi utilizada anos depois por dois químicos jovens, um deles Karl Koeller e o outro Sigmund Freud, que se transformaria mais tarde no pai da psicanálise. Antes de prever que a droga viraria um grande mal para as gerações futuras, Freud — que inicialmente ministrou a droga em si mesmo — saudou a cocaína como a grande droga de combate à depressão e a utilizou para tentar salvar seu grande amigo, o filósofo e químico Ernest von Fleich-Marxow, que havia se transformado em dependente de morfina por tê-la utilizado quando da ampuração de um dedo. Fleich abandonou o vício da morfina, mas veio a se transformar no primeiro cocainômano da Europa identificado pela medicina.

Em 1863, o químico corso Angelo Mariani inventou um xarope popular à base de vinho e coca, que ficou conhecido como vinho Mariani, do qual o Papa Leão XIII passou a ser num freqüente usuário. Empolgado com a descoberta da bebida euforizante, que fazia desaparecer qualquer tipo de depressão, o Papa chegou a homenagear Ângelo Mariani com uma medalha de ouro e a ele dedicou um texto, citando-o citou como um benfeitor da humanidade.

Entre outros usuários célebres anotados pela ciência, estão o inventor da lâmpada, Thomas Edison, Sir Arthur Conan Doyle, o Sherlock Holmes, e John Styr Pemberton, o industrial americano que criou, em 1886, na Geórgia, um refrigerante French Wine Cola, uma bebida suave, feita de um caldo açucarado baseado em cocaína, para competir com o vinho Mariani que, na época, dominava o mundo. O refrigerante, hoje sem a droga como ingrediente, é conhecido como Coca-Cola. O antropólogo Murilo Macedo Pereira afirma que, apesar de impulsionar a maior indústria criminosa do mundo, a coca é um dos mais ricos alimentos em vitamina e sais mineiras já descobertos.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA LA MAÑANA
FECHA DE PROCEDENCIA 22-6-92

ENTRADO
CRUZADO

La Amazonia es el nuevo paraíso para cultivo y tráfico de coca

RIO de JANEIRO (EFE).- Brasil, un país que reúne todas las condiciones para convertirse en una gran potencia productora de drogas estimulantes, comienza a verse invadido por los cultivos de la hoja de coca y laboratorios para procesar cocaína, según informes que publicó ayer el diario "Jornal do Brasil".

Dentro de poco tiempo la Amazonia brasileña se transformará en la mayor región de cultivos de coca del mundo y, posiblemente, en el más promisorio polo industrial de procesamiento de cocaína, denunció al periódico el antropólogo Murilo Macedo Pereira.

La falta de control a la importación de químicos precursores -sustancias industriales utilizadas en la producción de heroína y cocaína- ya ha sido objeto de una recriminación a Brasil por parte de la ONU, según reconoció el Presidente de la Sociedad Brasileña de Vigilancia de Medicamentos (SOBRAVIME), E. A. Carlini. Hasta ahora, Brasil estaba considerado por la Policía Internacional como un país puente en el tráfico de narcóticos y, en muy baja escala, como país productor.

Macedo Pereira, experto en las culturas que cultivan la coca, dice que la cocaína brasileña es procesada por laboratorios clandestinos, que se expanden, bajo la selva amazónica, en los estados de Acre y Rondonia, froterizos con Bolivia.

En estos laboratorios, que, al igual que los cultivos de la droga, no pueden ser detectados por satélites

Para el antropólogo son varias las condiciones que convierten a Brasil en el escenario ideal para el mercado ilícito de las drogas que mueve muchos millones de dólares.

Francisco Napolitano, el polémico asesor de George Bush.

"HAY QUE RECONOCER QUE LA DROGA TIENE EFECTOS PLACENTEROS"



Aunque parezca sorprendente, un destacado colaborador del presidente de EE.UU. quiere legalizar la venta de narcóticos y cambiar radicalmente el tratamiento a los drogadictos.

Su posición a favor de la legalización de sustancias prohibidas es muy polémica...

—Sí. Es un tema muy candente. Pero creo que también se lo puede abordar con bastante facilidad. El elemento que más distingue a la cultura norteamericana de la argentina es la violencia. Nosotros perdemos un promedio de 64 personas asesinadas por día. La mayoría está envuelta en el tráfico y la venta de drogas. Hemos visto la formación de pandillas que se pelean entre ellas para controlar el mercado. Si multiplicamos 64 por 365 nos da más de 23 mil por año.

—De alguna manera están reviviendo lo que sucedió con la ley seca. . .

—Exactamente. Esto es muy parecido a lo que pasó entre 1920 y 1933. Matanzas, asesinatos, el financiamiento de un submundo. Todo eso se está repitiendo con la única diferencia de que hemos sustituido el alcohol por la cocaína. Para poder hacer una terapia el paciente tiene que estar vivo. ¿Por qué no acabar primero con la matanza, y luego invertir los recursos humanos y económicos en luchar contra la drogadicción? Yo creo que la legalización de las drogas en Estados Unidos terminaría con la violencia, como sucedió cuando se levantó la ley seca. Uno no escucha ni lee en los diarios que un vendedor de alcohol ha matado a otro tratando de ganar el mercado.

—¿Acaso no muere más gente por consumo de alcohol y tabaco?

—Sí. Las estadísticas indican que mueren 225 mil personas al año de complicaciones secundarias por el abuso del alcohol. La nicotina causa 350 mil muertes por año. Si nosotros tomamos las estadísticas de las muertes por abuso de drogas, incluyendo a todas (cocaína, crak y sus derivados, heroína, metadona, barbitúricos y anfetaminas) no llegamos a los 5 mil.

—Entonces, ¿cuál es la ventaja de legalizar la droga?

—Acabar con la violencia es importante. Además creo que tendríamos que hacer todo un replanteo de lo que sucede con las drogas lícitas. Pero que quede claro que yo no veo ningún motivo para legalizarla en Argentina.

—Para muchos, nuestro país es de tránsito y no de consumo. ¿Qué opina usted?

—Hasta ahora la experiencia indica que donde hay tránsito, siempre un porcentaje queda en ese lugar. Cuanto más tiempo un país sirve de vía, más aumenta el consumo y comienzan a notarse los patrones de uso de las distintas sustancias. Entonces, hablar de un país de tránsito o consumidor, pienso que tiende a confundir a la gente.

—Pero sí es cierto que países productores como Bolivia o Colombia transportan la cocaína a Europa a través de la Argentina.

—Mire, hay que pensar que la droga es un producto que se vende como cualquier otro. Los empresarios quieren llevarlo al mercado y tienen que buscar la manera más sencilla de hacerlo. Por eso no creo que sean efectivas las campañas para tratar de obstaculizar la salida o llegada de la droga. Desde 1982 a esta parte Estados Unidos invirtió 100 billones de dólares en luchar contra la producción, venta, distribución y contrabando. No creo que haya sido efectivo. Yo pienso que hay que poner más énfasis en la demanda. Nadie produce algo que no se vende.

—¿Cómo se termina con la demanda?

—Las campañas de prevención, equivocadamente, centran su punto de atención en la droga. Y nos dicen que la droga es mala. Esto no es verdad. La droga no es buena ni mala. Depende del uso que se le dé. Nosotros tratamos de llegar a los niños de muy temprana edad para enseñarles la toma de decisiones saludables para ellos. Dentro de ese contexto hay un enfoque sobre elección de amigos, la carrera, sexualidad, religión, y sobre el uso de drogas. Tarde o temprano, los chicos van a tener que tomar este tipo de decisiones. Y se da la información suficiente como para que puedan tomar decisiones buenas. Esta es una manera de terminar con la demanda.



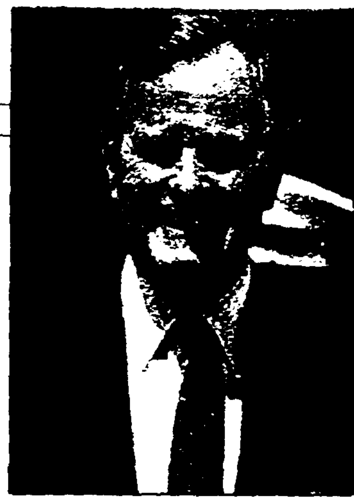
El doctor Francisco Napolitano está convencido de que las campañas de prevención tradicionales se equivocan cuando dicen que la droga es mala: "Esto no es verdad; no es buena ni mala. Todo depende del uso que se le dé".

—En nuestro país, las campañas de prevención inducen al miedo a la droga. . .

—Nosotros ya sabemos que eso no funciona. Yo creo que en general las campañas de prevención no son honestas. Debieran reconocer que estas sustancias tienen efec-

¿QUIEN ES NAPOLITANO?

Asesor del presidente George Bush en el tema de drogas, el polémico doctor Francisco Napolitano es norteamericano, psicólogo, abogado, licenciado en *Desórdenes Adictivos*, presidente del *Boston International Center for Adictions Research and Training* y miembro del equipo de *Salud Mental de Harvard University*. Por tercera vez, Napolitano visita nuestro país, invitado por CREAS (*Centro de Rehabilitación de Adicciones y Sida*) para dictar conferencias y seminarios en las provincias de Córdoba y Buenos Aires, sobre prevención.



Bush, *con asesor polémico.*



tos placenteros. Esto es fundamental para llegar a los que consumen y a los que no. No decirlo es faltar a la verdad.

—¿Qué es lo que hace que una persona sea adicta a una sustancia?

—Es muy difícil definir esto porque es muy variable. Yo prefiero enfocar los problemas asociados al uso de drogas. Porque tengo pacientes que han estado utilizando marihuana durante 30 años sin ninguna clase de problemas. También narcóticos o heroína, y en todos los casos llegaron a la consulta por otro tipo de situaciones.

—¿A qué se refiere cuando dice que no tienen problemas?

—A que tienen una vida de relación normal, trabajan, estudian, toman decisiones y que el uso de esas sustancias no altera en nada el ritmo de sus vidas. Sabemos que sólo el 10 por ciento de las personas que consumen alcohol tienen problemas. No es verdad que cuando uno prueba el crak, por ejemplo, no lo puede dejar. Lo mismo pasa con todas las drogas.

—¿Por qué aumenta el consumo?

—Yo soy partidario de que esto tiene más que ver con el medio ambiente y con la sicología de los individuos que con las propiedades químicas de las sustancias. Nosotros entendemos a través de nuestros pacientes, porque ellos son los verdaderos farmacéuticos, que dentro del uso y consumo hay una serie de ritos. Por ejemplo, el intercambio de jeringas tiene mucho simbolismo. Fortalece el enlace de personas, porque intercambian su sangre. Hay elementos sicológicos muy fuertes en los ritos. El terapeuta que desconozca esto seguramente fracasará.

—¿Las drogas se ponen de moda?

—Sí. El principal motivo es el acceso a la droga. Hace algunos años, en Estados Unidos era muy fácil conseguir marihuana. Ahora circula más la cocaína y como consecuencia tiene mejor precio.

—¿Qué es lo que hace que una droga no tenga mercado en un lugar? Se lo pregunto porque el LSD estuvo de moda hace unas décadas en Argentina y su uso no se masificó tanto como el de otras drogas.

—Yo trabajé con un siquiatra que estudió a los usuarios del LSD y definió que una agrupación social tiene que aprender a tomar su droga, para no meterse en problemas. El LSD, por sus propiedades y por las expectativas de los usuarios, es una sustancia peligrosa. Podríamos decir, para que se entienda, que si no hay maestros, tampoco puede haber alumnos.

—¿Cuáles son las características de un grupo consumidor de cocaína?

—En principio, la mayoría de los consumidores son usuarios de varias drogas. La cocaína es un estimulante, por lo tanto, la prefieren los depresivos, los que no encuentran expectativas en su vida. La cocaína da sensación de dominio, de energía. Hay otro grupo que también es usuario de cocaína que gusta de vivir al límite. Les llamamos egosintónicos y adoran sentir la adrenalina corriendo por su sangre.

—¿Qué hay de cierto en eso de que la marihuana es la droga de entrada?

—En nuestra experiencia, la droga de entrada es el alcohol. Muchos de mis pacientes heroinómanos o que utilizan cualquier droga intravenosa, sobre todo las mujeres, reportan que en su primera experiencia con la aguja tuvieron que tomar. El alcohol es algo familiar. Todos conocen la sensación que produce.

En algunos casos puede ser la marihuana, pero mucho más el alcohol. Ⓢ

Marcela Luza

Fotos: Ricardo Ceppi

Cartel de Quito

Luego de tres años de investigación, la policía de Ecuador capturó ayer a la madrugada **a 52 integrantes de banda más poderosa de narcotraficantes de Quito. La detención se produjo después de 40 minutos de tiroteo, en una de las casas que** usaban los narcotraficantes **y que ellos** dieron en **llamar Cartel de Quito. La residencia y su gente fueron** tomados por asalto **por 280 agentes de la** división de **operaciones especiales de la policía ecuatoriana**.

N° DOCUMENTO
TITULO OPERACION CICLON Y ORGANIZACIÓN "LOS REYES MAGOS" EN ECUADOR
PROCEDENCIA LA REPUBLICA
FECHA 22-6-92

Capturan en Ecuador a la mayor banda de narcos

Una supuesta banda de narcotraficantes integrada por pilotos de aviones, guardaespaldas, choferes, administradores, un alto jefe y su lugarteniente fue capturada por la policía tras una operación con nutrido intercambio de disparos con armas de fuego, se informó ayer oficialmente.

El hecho ocurrió en la madrugada en una zona residencial exclusiva del norte de Quito, informó el jefe de operaciones de la policía Jaime Terán, que sin embargo no informó de heridos.

El jefe de la banda, Jaime Reyes Torres, su lugarteniente, Mauricio Hernández Zambrano, y la "jefa" de finanzas del grupo, Mireya Santa Cruz, cayeron en el operativo policial, el más duro contra los narcotraficantes que se haya reportado jamás oficialmente, informó ANSA.

"Varios de ellos eran verdaderos sicarios al estilo colombiano", dijo Terán, quien además los vinculó con grupos de narcotraficantes de Colombia.

El jefe policial no informó si se incautó droga, pero en el departamento de Reyes se decomisó "armamento moderno".

Reyes tenía una oficina en esta capital que funcionaba bajo el nombre de Agrícola Industrial, pero que en realidad servía para acciones de narcotráfico.

Semanalmente en el Ecuador se incautan por lo menos 50 quilos de cocaína, pero no se sabe cuánto logran sacar del país los narcotraficantes con destino a los mercados de Estados Unidos y Europa.

01/06

9209103

LA MAÑANA 23-6-92

65592

Detuvieron a uruguayo en Ecuador por narcotráfico

QUITO. (ANSA).- En la más importante operación contra el narcotráfico registrada en el país, la Policía ecuatoriana detuvo a 44 personas, entre ellos cinco colombianos, un peruano y un uruguayo, y decomisó una hacienda valuada en 200 millones de dólares y una compañía aérea.

Tras la detención el pasado sábado de Jaime Reyes Torres, considerado el principal traficante de drogas de Ecuador, la policía decomisó gran parte de los bienes materiales de la banda, entre los que se destaca la empresa Transporte Aéreo Ejecutivo (TAE), 22 vehículos modernos, varios edificios, bodegas, equipos de radio, pero aún no se informó sobre captura de droga. La banda de presuntos narcotraficantes podría sufrir una condena de 25 años de prisión de acuerdo a recientes reformas al código penal, que estipula esa sentencia sólo en el caso de narcotráfico. Los demás delitos se sancionan con la pena máxima de 16 años de prisión.

Entre los extranjeros detenidos tras la espectacular operación policial del sábado –en la que se sospecha que hubo varios heridos– figuran los colombianos Luis Fernando García, Mario Salazar Echeverri, Segundo Nipaz Pincao, Juan Carlos Gavidia y Raom Antonio Celif, el peruano Julio Alberto Vázquez y el uruguayo Carlos Alberto Cantele, según el informe preliminar de la policía.

Se estima que Reyes operaba en Ecuador desde hace 20 años, en permanente contacto con narcotraficantes de Colombia. En el país se "lavan" anualmente entre 600 y 700 millones de dólares provenientes del narcotráfico.

Según informes oficiales, al menos 50 kilos semanales de droga son incautados por la policía, pero se cree que una cantidad similar logra salir del país para ser enviada a sus destinos de comercialización. ■

02

9269103

TITULO
PROCEDENCIA LA NACION
FECHA 25-6-92
VINCULACION

ENTRADO

Millonarios del narcotráfico

60: son las personas detenidas en Quito, donde fue desbaratada una de las bandas más importantes del tráfico de drogas.

QUITO, 24 (Reuter).- La policía ecuatoriana investiga los posibles nexos entre una presunta gran organización local de narcotraficantes desmantelada en los últimos días y un grupo de desconocidos detenidos anteayer cuando destruían drogas.

Un informe oficial dijo que son 60 las personas bajo arresto por supuesta vinculación con la organización del presunto jefe del narcotráfico Jorge Reyes, incluidas dos capturadas cuando quemaban 100 kilogramos de clorhidrato de cocaína en un basurero, a 15 kilómetros de Quito.

Las investigaciones se orientan ahora a determinar responsabilidades en una probable conexión ilegal ecuatoriano-colombiana que transportaba alrededor de 200 kilogramos de cocaína por mes a los Estados Unidos y a Europa.

Mientras tanto, los diarios y la televisión sorprenden diariamente a los ecuatorianos con detalles de la fortuna en bienes y en propiedades que habría atesorado la organización Reyes, estimada preliminarmente en 1000 millones de dólares.

La banda, denominada por los diarios como "Los reyes magos", mantenía contactos con el cartel de Cali, para comerciar estupefacientes y legalizar utilidades del tráfico.

Entre los detenidos consta un número indeterminado y no identificado de colombianos y dos coroneles retirados del Ejército ecuatoriano, que fueron acusados de narcolavado y de mantener bajo custodia parte del arsenal de la organización.

El presidente de la Suprema Corte, Walter Guerrero, dijo a los periodistas que por ahora la investigación está en manos de la policía.

Expresó que desde hace más de un año rige una nueva ley sobre el narcotráfico con mecanismos de excepción, como son las penas de prisión extraordinaria de hasta 25 años.

Jerarca policial de Guayaquil obligado a renunciar por vinculación al narcotráfico

Ecuador (AFP)

■ El general Hugo Vásquez Almeida, jefe de la Policía de Guayaquil, fue relevado el viernes de sus funciones tras ser sometido a un juicio sumario por presuntos vínculos con el cabecilla de la banda de narcotraficantes "Los Reyes Magos".

Vásquez Almeida fue relevado hasta que se disipen las sospechas que recaen sobre él por haber visitado el viernes pasado a Jorge Reyes Torres, capo de la banda los Reyes Magos, momentos antes de iniciarse un gigantesco operativo policial en el que cayeron detenidos el cabecilla y 70 de sus colaboradores.

La organización de Reyes Torres tiene vínculos con el colombiano cártel de Cali, precisó el viernes el comandante de la Policía, general Lenin Vinueza.

Vásquez Almeida fue colocado bajo vigilancia policial hasta que aclare el motivo de su visita a la residencia de Reyes.

Esa visita obligó a la Policía a adelantar dos días la "Operación Ciclón", prevista para el lunes último y desencadenada el viernes precedente.

Además de Reyes y sus 70 compinches, fueron detenidos tres ex coroneles del Ejército, dos de los cuales tenían en sus viviendas modernos y bien nutridos arsenales, que fueron incautados, al igual que activos de la banda por 1.000 millones de dólares.

En su defensa, Vásquez Almeida adujo una vieja amistad con Reyes y su padre -el presunto fundador de la organización de Los Reyes Magos- y alegó que desconocía el operativo y la presunta vinculación de Reyes con el narcotráfico.

El presidente ecuatoriano, Rodrigo Borja, dijo la víspera que "durante 20 años todo el mundo sabe que esa mafia existía; lo que pasa es que a los anteriores gobiernos les temblaban las piernas antes de tomar alguna acción contra esta organización".

Por su parte, el comandante Vinueza confesó su franca preocupación por un desempeño "decepcionante" de la Justicia al enfrentar a los miembros de Los Reyes Magos.

Su preocupación fue sustentada por revelaciones del diputado Fernando Larrea, presidente de una subcomisión parlamentaria que investiga el lavado de narcodólares, quien sostuvo que ninguno de los narcos arrestados en los últimos 22 años está preso.

El diputado deploró que instituciones como el hábeas corpus, las organizaciones de defensa de los derechos humanos y el sigilo bancario estén diseñadas para "proteger no a la sociedad sino a los delincuentes". Recordó la reciente destitución de un juez al iniciar un proceso contra un jefe mafioso.

El ministro de Gobierno, César Verduga, planteó la necesidad de reformar el Códgo de Procedimiento Penal, para instaurar sistemas que garanticen el anonimato de los magistrados encargados de juzgar al narcotráfico, como ocurre en Colombia, para impedir intentos de extorsión o amenazas.

El presidente de la Corte Suprema de Justicia, Walter Guerrero, anunció que el proceso contra el cártel de Los Reyes Magos será celosamente supervigilado y que sus integrantes podrían ser sancionados hasta con 25 años de prisión, la mayor pena que contempla la ley ecuatoriana para el delito de narcotráfico.

LA REPÚBLICA
30-6-92

Arrestan a narcotraficante implicado en asesinato de juez

■ La policía ecuatoriana acusó ayer de autor intelectual del asesinato del magistrado Iván Martínez Vela al jefe de un supuesto grupo dedicado al tráfico de drogas, Jorge Hugo Reyes Torres, informaron fuentes oficiales.

El jefe de operaciones de la policía nacional, mayor Jaime Terán afirmó que para efectuar el asesinato de Martínez Vela, presidente de la corte superior del Pichencha, Reyes Torres contrató a "sicarios colombianos", aunque no precisó el número, informó UPI.

Martínez Vela fue aseinado en las 7.00 de la noche del 24 de octubre de 1988 frente a un establecimiento de venta de pan tras haber estacionado su automóvil. Su cuerpo recibió varios disparos hechos por un desconocido que se acercó a su vehículo.

Se informó que para el momento de su asesinato el magistrado realizaba un estudio sobre procesos judiciales relacionados con el tráfico de narcóticos, pero no se mencionó la posible vinculación de Reyes Torres.

"Se ha descubierto que el asesinato fue ordenado por el narcotraficante Jorge Hugo Reyes Torres, quien contrató los servicios de sicarios colombianos para que lleven a cabo tan execrable hecho", dijo Terán.

Agregó que de las primeras investigaciones realizadas luego de cometido el crimen indicaron que el sospechoso número uno, era Jorge Hugo Reyes, pero señaló que no podía llevarlo ante la justicia sin pruebas.

"Uno de los principales objetivos para realizar el operativo 'ciclón' era el de encontrar las pruebas de algo que se tenía como seguro, la participación de Reyes como autor intelectual del asesinato y la prueba resultó ser justamente el arma homicida, una pistola calibre 380, de nueve milímetros, corta, de fabricación alemana y fue requisada del domicilio del abogado de Reyes, doctor Mauricio Hernández Zambrano", añadió.

El operativo "ciclón" se realizó la noche del 19 de junio en tres ciudades de Ecuador, incluyendo a Quito, y como consecuencia se capturó a Reyes Tores y a 33 personas más, entre ellas el abogado Hernández, en cuya casa se encontró el arma con la que presuntamente se asesinó a Martínez Vela.

05

Nº DOCUMENTO
TITULO
FUENTE LA NACION
FECHA 24-6-92.

Vínculos

QUITO, 23 (Reuter).– La policía ecuatoriana dijo hoy que una organización que desactivó hace cuatro días, operaba en el comercio de drogas y legalización de utilidades en conexión con un importante grupo de narcotraficantes de Colombia.

"La organización estaba dedicada al movimiento o lavado de grandes sumas de dinero provenientes del narcotráfico que obtenían a través del envío de drogas a los Estados Unidos y a Europa", dijo un comunicado de la Gendarmería.

Agregó que el grupo liderado por el ecuatoriano Jorge Hugo Reyes "trabajaba estrechamente con poderosos narcotraficantes colombianos, especialmente con los del cartel de Cali".

En torno de las investigaciones, la policía informó sobre la captura de 43 personas, incluidos los coroneles retirados del Ejército, Gil Ojeda Benalcázar y Mario Motesinos Mejía, a los que acusó de "lavado de dinero".

06/06

EX-ASESOR DE SECRETARIA DE DIFUSION DE PRESIDENCIA ACUSADO DE NARCOCORRUPCION
JORNAL
22-6-92
11176
507482
11514
11214
11229
11422
11670

Ex-assessor suspeito de tráfico vai depor hoje

O ex-assessor da Secretaria de Divulgação da Presidência da República Fábio Araújo Monteiro se apresenta hoje à Polícia Federal, acompanhado de um advogado, para afirmar que viu o empresário Augusto Morbach, suspeito de tráfico de drogas, uma única vez, em São Paulo, no Hotel Maksoud, em agosto passado, apresentado por um amigo de nome Paulo Torres. Monteiro, de 32 anos, que ainda não decidiu se vai à Polícia Federal em Maceió ou em São Paulo, dirá que seu envolvimento no depoimento de Morbach se deveu a uma atitude da qual se arrepende amargamente: deixou com ele seu cartão, onde constava suas funções no Palácio do Planalto.

O ex-secretário particular do presidente da República Cláudio Vieira, que conheceu Monteiro em 1987, em Maceió, declarou-se ontem surpreso com o noticiário segundo o qual a Polícia Federal suspeita da ligação de Monteiro com o tráfico internacional de drogas comandado pelo Cartel de Cali. "Durante todo o tempo em que Fábio trabalhou comigo, nunca vi nada de irregular nele ou no seu comportamento. Trata-se, inclusive, de um rapaz discreto, meio caladão", disse Vieira.

O ex-secretário particular de Collor conta que quando Morbach foi preso pela Polícia Federal com US$ 4,5 milhões, em São Paulo, em novembro passado, e surgiram na imprensa as primeiras informações da gravação em que dizia conhecer seu então assessor, exigiu explicações de Monteiro. Segundo Vieira, o assessor disse que fora a São Paulo com o amigo Paulo Torres para negociar motores náuticos, hospedando-se com ele no Maksoud. No hotel, conforme contou, foi apresentado a Morbach por Torres. Monteiro disse que foi Torres quem pagou a conta da hospedagem, e não Morbach.

Vieira disse ter repreendido Monteiro quando soube que tinha dado seu cartão a Morbach. Monteiro prometeu, na ocasião, que aguardaria ser chamado pela Polícia Federal para explicar tudo. Estranhamente, lembra Vieira, a Polícia Federal não convocou Monteiro para depor. No início de março, surgiu de novo o nome de Monteiro envolvido com Morbach. Vieira advertiu novamente o auxiliar e, cerca de 15 dias antes de deixar o governo, o assessor pediu demissão, voltando para Maceió. O ex-secretário particular do preidente Collor disse que conheceu Fábio Araújo Monteiro em 1987, na Federação de Vela de Alagoas.

01/01

9209104

Nº DOCUMENTO

TITULO Incautan 4 ton. de coca en Salta (Argentina)

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA DE PROCEDENCIA 22-6-92

RELACIONES

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

Cuatro toneladas de coca

SALTA.– Dos sujetos detenidos y 3800 kilogramos de hojas de coca secuestrados fueron el resultado de varios procedimientos realizados en Jujuy y en las cercanías de la localidad salteña de Salvador Mazza.

Efectivos del escuadrón jujeño 21 La Quiaca y del cuerpo 20 Orán de la Gendarmería Nacional, se incautaron de 98 fardos de esa hoja.

Debido al secreto del sumario, no trascendieron las identidades de los arrestados.

01/01

9209105

Nº DOCUMENTO

TITULO INCAUTAN MEDIO KG DE COCAINA

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA DE PROCEDENCIA 23-6-92

VINCULACIONES

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

Medio kilo de cocaína

Personal de la Superintendencia de Drogas Peligrosas de la Policía Federal detuvo anteanoche en la terminal de ómnibus de Retiro a un ciudadano boliviano que llevaba 78 cápsulas con 560 gramos de cocaína que había ingerido en Bolivia y cuyo destino era esta capital.

Luego de casi cinco meses de trabajos de inteligencia se determinó [illegible] Villalba, quien previo [illegible] dólares realizaba la ta[illegible] "mula", [illegible]ría de la ciudad salteña de Salvador Mazza hacia esta capital en distintos ómnibus con el propósito de evitar sospechas.

Pese a ello, los policías federales detuvieron a Villalba al llegar en un ómnibus de la empresa Ablo, procedente de Córdoba. Se lo condujo al hospital Argerich y se comprobó que había ingerido las 78 cápsulas.

01/01

9209106

Nº DOCUMENTO

TITULO Incautan 105 kilos de marihuana

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA 23-6-92

VINCULACIONES

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

ESCONDIDA EN UNA CAMIONETA

105 kilos de marihuana

La Policía Federal secuestró **105 kilos de marihuana** prensada que estaba escondida en una camioneta estacionada frente a una casaquinta de **Morón** y detuvo a **cinco** sospechosos, cuatro de ellos menores de edad.

Según se informó, la marihuana, que estaba fraccionada en panes de 7 kilos cada uno, fue encontrada en el doble techo de una camioneta pick up Toyota que estaba estacionada en la puerta de una quinta, en la esquina de Chacho y Julián Balbín, de la localidad **Villa Udaondo** (Morón).

Los agentes creen que la marihuana llegaba de la localidad paraguaya de **Pedro Juan Caballero** e ingresaba a la Argentina por **Clorinda**.

Además, la Policía se incautó de elementos para la elaboración de cocaína y **acetona y éter**, que se utilizan para purificar la marihuana.

Los investigadores estiman que los traficantes habrían hecho varios viajes anteriores desde el Paraguay, con cargas similares a la secuestrada.

El procedimiento se inició en la madrugada del domingo y se detuvo a cinco personas. Ellos serían dos paraguayos, dos bolivianos y un jujeño.

La causa está a cargo del juez federal de Morón, **Eduardo Luraschi**.

01/01

92C9107

Nadie es profeta en su tierra...

Empresario uruguayo detenido en Chile es acusado por narcotráfico

* Integraba red dependiente del Cártel de Medellín
* Exportaban cocaína disimulada en cubiertas de libros de cocina y enciclopedias

Un comerciante uruguayo fue detenido en Santiago de Chile por integrar una red de distribuidores internacionales de cocaína que operaba por cuenta del Cártel de Medellín. El uruguayo fue capturado en el preciso momento en que la empresa que integraba se aprestaba a enviar una remesa de cocaína a los Estados Unidos, España e Italia. Los traficantes utilizaban un ingenioso método: la droga era ocultada en las cubiertas de libros de cocina y enciclopedias.

■ Un ciudadano uruguayo fue detenido por la policía chilena y acusado de integrar una conexión de distribuidores de droga. El uruguayo, quien se desempeñaba en Chile como comerciante desde años atrás, fue identificado como J.A.B, de 37 años y de acuerdo a lo informado por la policía a UPI poseía doble nacionalidad. Junto al traficante compatriota fueron detenidos seis chilenos que integraban la organización. La empresa, básicamente, giraba en la intermediación de cocaína procedente de productores colombianos, presuntamente del Cartel de Medellín. De acuerdo a lo informado por las autoridades policiales trasandinas, la firma exportadora era dirigida por una mujer. Un octavo integrante del grupo narcotraficante, de nacionalidad colombiana, era ayer intensamente buscado por la policía. Los investigadores consideran que éste era el contacto con el Cartel y quien suministraba las partidas de clorhidrato de cocaína.

UNA EMPRESA ILUSTRADA

Los empresarios habían descubierto un original método de envío de cocaína a los ansiosos mercados europeos -principalmente el español- y de los Estados Unidos: la coca, fuertemente prensada, era ocultada en gruesas tapas de libros de cocina y enciclopedias.

Se trataba de lujosos volúmenes de 29 centímetros de alto por 21 de ancho. Al abrir el libro para consultar, por ejemplo la elaboración de buñuelos de acelga, nada se percibía. No obstante ello, de rasgarse las tapas, allí, blanca, comprimida y destellante, estaba agazapada la cocaína.

Los libros eran enviados desde Colombia como regalos a diferentes personas por el correo aéreo ordinario.

La empresa había creado una red de "receptores" que eran gratificados con doscientos dólares por libro recibido.

Luego, una mujer identificada como Ana Tonti, una ama de casa de 50 años, pasaba a retirar los volúmenes que, posteriormente, eran enviados a su destino final: las palpitantes narices europeas y norteamericanas.

MULTIPLES CONEXIONES INTERNACIONALES

La banda desarticulada poseía conexiones con Colombia (país proveedor), España, Italia y los Estados Unidos. Sus otros integrantes, detenidos junto al narco charrúa, eran los chilenos Fernando Arriagada, Patricia Castañeda, Miguel Aleitte, Amalia Lucero y Saida Herrera, contadora de 58 años de edad y encargada de la administración racional de los números de la empresa. Saida Herrera y Amelia Lucero se encargaron del transporte de la droga al continente europeo a cambio de 5 mil dólares libres de gastos, pasajes y viáticos. La banda obtuvo 50 mil dólares por quilo tanto en Madrid como en Roma. De acuerdo a los datos obtenidos por la policía chilena antinarcóticos, la banda concluyó sus primeras operaciones en 1989. Igualmente se sabe que otra importante operación se realizó en 1990.

CON LAS MANOS EN EL POLVO

La policía chilena procedió contra la banda en momentos en que sus integrantes se aprestaban a realizar un envío a los Estados Unidos, Italia y España.

Esta vez, la cocaína había sido ocultada en las cubiertas de una importante y cara enciclopedia, de acuerdo con los planes de la jefa, Ana Tonti, en cuyo poder se encon-

Nº DOCUMENTO
TÍTULO AMERICANO FERIDO POR POLICIAS BRASILEIROS ÉS CONDENADO POR TRÁFICO EM EUA
JORNAL DO BRASIL
24-6-92

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

Americano ferido é condenado por tráfico nos EUA

SÃO PAULO — O cantor norte-americano Ulysses Love, ferido por policiais das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) há duas semanas, foi libertado ontem pela Polícia Federal, mas deverá deixar o país como *persona non grata*. Love cumpre prisão condicional em Nova Iorque por tráfico de drogas e atentado ao pudor, mas não há no Brasil nenhum pedido da Justiça americana que autorize a polícia a mantê-lo preso.

"Seria constrangimento ilegal", afirmou ontem o superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Marco Antônio Veronezzi. O chefe do Departamento de Polícia Aérea e de Fronteira, Itanor Neves Carneiro, vai chamar o americano para pedir que deixe o país o mais rápido possível.

Num procedimento contrário às normas diplomáticas e legais, a Rota decidiu, por conta própria, deter o americano sob a alegação de que ele é procurado nos Estados Unidos e encaminhá-lo à Polícia Federal duas semanas depois de ter sido preso em flagrante com alguns gramas de cocaína e um revólver. Como não há pedido de extradição em vigor, a polícia decidiu liberar Love, que continua hospedado no apartamento de um amigo, na Zona Sul da capital.

O delegado Romeu Tuma Júnior, chefe do escritório paulista da Interpol, aguardava ontem comunicação da Justiça americana sobre o pedido de extradição.

01/01

920904

Operativos antidrogas en el Chaco y Mataderos

Procedimientos: en Resistencia fue detenida una pareja, que estaría relacionada con la cantante María Cantilo, con medio kilogramo de cocaína y 2000 prendas de contrabando; en la Ciudad Oculta 100 policías allanaron viviendas, capturaron a cuatro personas y hallaron 500 gramos de cocaína.

Con casi un cuarto kilo de cocaína y con más de 2000 prendas extranjeras que habrían sido ingresadas de contrabando fueron detenidos en Resistencia una mujer y un hombre, este último posiblemente sería el padre de la actual pareja de la cantante María José Cantilo, quien cumple con una prisión preventiva por organización y comercialización de drogas.

El procedimiento se realizó el 10 de este mes, pero sólo se tomó estado público ayer, fue dispuesto por el juez federal de Resistencia, Norberto Giménez, en una finca situada en Rivadavia 332.

Al ser allanado el inmueble por policías federales de la Delegación Resistencia, se encontró alrededor de 250 gramos de clorhridrato de cocaína y cerca de 2000 prendas de origen extranjero que habrían sido ingresadas ilegalmente en el país.

Según confirmaron fuentes policiales, los detenidos son Wilson Mario Gamnundi, argentino, de 44, y Raquel Coromoto Toral Loreto, venezolana, de 36, quienes permanecen alojados en la delegación chaqueña de la Policía Federal.

Se agregó que la mujer, durante una crisis nerviosa a poco de ser detenida, dijo que cumplía funciones diplomáticas para el gobierno de Venezuela y para la Organización de Estados Americanos. Luego de distintas consultas a las autoridades correspondientes, la Justicia habría restado asidero a tales afirmaciones.

Cocaína en la Ciudad Oculta

Más de 100 hombres de la Policía Federal efectuaron durante dos horas un vasto procedimiento en algunas fincas de la denominada Ciudad Oculta, en el barrio de Mataderos, en donde se detuvo a cuatro personas y se secuestró medio kilogramo de cocaína.

A raíz de trabajos de inteligencia que se realizaban desde hace más de un mes por almacenamiento y distribución de drogas, el juez federal doctor Ricardo Wechsler ordenó allanamientos en tres viviendas del precario aglomerado urbano.

Ante las características sospechosas que ofrece esta barrio de emergencia, la policía puso en marcha un operativo tipo cerrojo –para rodear las casi 500 viviendas que comprende la Ciudad Oculta–, que estuvo a cargo del titular de la seccional 48a., comisario Héctor Etcheverry, que contó con el apoyo de efectivos y tanquetas antimotines de la Guardia de *Infantería*, canes adiestrados en buscar drogas de la División Perros y dos helicópteros de la División Escuadrón Aéreo.

En los allanamientos se revisaron minuciosamente todos los enseres hogareños –como posibles lugares en donde puede ocultarse estupefacientes– inclusive los techos de las fincas y las cámaras sépticas.

Más de dos horas, entre las 13 y las 15 de ayer, demoró la diligencia judicial en la que se detuvo a cuatro personas, cuyas identidades no fueron proporcionadas, al tiempo que se secuestraron 500 gramos de clorhidrato de cocaína.



Droga, miseria y angustia



Comisario Etcheverry (Télam)

01/01

Decomisan 401 kgs de cocaína en Guatemala

La Nación

24-6-92

11686

Decomiso en Guatemala

GUATEMALA, 23 (AP).- La policía fiscal, apoyada por agentes antidrogas de los Estados Unidos, arrestó a dos colombianos y a un guatemalteco y confiscó una avioneta y cocaína por un valor estimado en los ocho millones de dólares.

Los agentes sorprendieron ayer a los narcotraficantes cuando descargaban una avioneta en la finca La Noria del departamento de Escuintla, a 155 kilómetros al sudoeste de la capital.

Los policías confiscaron 401 kilogramos de cocaína, así como una avioneta colombiana con matrícula y bandera de Guatemala sobrexpuestas.

Los capturados fueron identificados como el guatemalteco Juan Carlos Rodríguez Valenzuela, y los colombianos Henry Torres Hernández y Juan Vaquero Ruiz.

01/01

G209111

Nº DOCUMENTO
TITULO INCAUTACIONES DE COCAÍNA EN COLOMBIA
PROCEDENCIA LA NACION
FECHA DE PROCEDENCIA 24-6-92
VINCULACIONES

11662

BOGOTA, 23 (AP).– Las autoridades decomisaron una tonelada de cocaína en dos operativos policiales, dijo la policía antinarcóticos.

En cercanías del municipio de San Martín, a 100 kilómetros al sudeste de Bogotá, la policía desmanteló un laboratorio con capacidad para producir 3000 kilogramos de cocaína al mes y se incautó de media tonelada de la droga y de 27.500 galones de sustancias químicas para elaborarla.

El laboratorio y la cocaína parecían ser propiedad del cartel de Cali.

Otros 500 kilogramos de cocaína [illegible] descubiertos en una avio[illegible] el domingo úl[illegible] municipio La Uribe, a 100 kilómetros al sur de Bogotá, dijo la policía.

Los tres tripulantes de la nave murieron en el accidente. Supuestamente, la cocaína habría sido cargada en el Perú, dijeron las autoridades.

En lo que va del año, ya fueron secuestradas siete toneladas de cocaína en territorio colombiano.

01 01 9206112

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA UNION

FECHA DE PROCEDENCIA 24-6-92.

VINCULACIONES

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

Denuncia de vecinos

CARACAS, 23 (ANSA).– La Guardia Nacional de Venezuela decomisó 393 kilogramos de cocaína que estaban ocultos entre la maleza en un sector de la carretera que conecta con Anare, en el litoral central del país.

El decomiso se hizo posible por las denuncias de los vecinos, que alertaron sobre la sospechosa actitud de varios hombres que trasladaban paquetes desde una embarcación.

El cargamento estaba oculto bajo un puente de la carretera, según un vocero militar.

9209413

TITULO Diplomático tailandés acusado de narcotráfico
PROCEDENCIA La Nación
FECHA DE PROCEDENCIA 24-6-92
VINCULACIONES

4

Diplomático culpable

LONDRES, 23 (EFE).– Un diplomático tailandés fue declarado culpable por un tribunal londinense de introducir en el Reino Unido 50 kilogramos de heroína, valuada en unos 13 millones de dólares.

Piseth Pamarapa, de 44 años, ex primer secretario de la embajada de Tailandia en Londres, había sido detenido, en agosto último, en el aeropuerto de Heathrow cuando trataba de introducir la droga oculta en su equipaje, aprovechando su posición de diplomático para evadir los controles aduaneros.

11519

01/01

G20M114

...TO

TÍTULO EXPROPIACIÓN DE TIERRAS PLANTADAS CON DROGAS EN BRASIL

PROCEDENCIA LA MAÑANA

FECHA DE PROCEDENCIA 25-6-92

VINCULACIONES

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

11234

11347

Entregarán cultivos de drogas

BRASILIA. (EFE).- El Gobierno de Brasil entregará a familias campesinas las tierras plantadas de drogas, y que serán expropiadas sin indemnización, según un decreto suscrito ayer en Brasilia por el Presidente de la República, Fernando Collor.

En una ceremonia en el Palacio presidencial de Planalto, Collor distribuyó títulos de propiedad a 43.000 familias que se dedican a la agricultura, 70 por ciento de las cuales se habían radicado años antes en esos espacios pacíficamente o por la fuerza.

"Nadie puede criticar al Gobierno Collor por omisión en la política de reforma agraria", afirmó el Ministro de Agricultura, Antonio Cabrera, quien señaló que los nuevos asentamientos no surgieron de expropiación, sino de compras del Instituto de Reforma Agraria.

Cabrera indicó que el decreto que autoriza la expropiación de terrenos sembrados de drogas, especialmente marihuana, busca desestimular el narcotráfico y además incrementar la propiedades que el Gobierno aspira dar a los campesinos, a través del Programa de la Tierra. ■

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDÊNCIA Journal do Brasil
DATA DE PUBLICAÇÃO 26-6-92
VINCULAÇÕES

ENTRADO
CRUZADO

Polícia começa a listar terras que têm maconha

RECIFE — A superintendência da Polícia Federal em Pernambuco começou a fazer o levantamento das terras onde foram encontradas plantações de maconha e ipadu e que serão desapropriadas para reforma agrária. A medida atende decreto baixado anteontem pelo presidente Fernando Collor, regulamentando o Artigo 243 da Constituição que determina a desapropriação das áreas cultivadas com plantas alucinógenas. Nestes locais o Incra ficará encarregado de assentar colonos.

Os primeiros processos de desapropriação devem ocorrer em Pernambuco, que é considerado o maior produtor de maconha do país. Estimativas da Polícia Federal dão conta de que cerca de 20% das terras cultivadas de dez municípios do sertão do São Francisco são utilizadas para plantio de maconha.

Segundo o superintentende em exercício da Polícia Federal em Pernambuco, Wladimir Cutarelli, há centenas de propriedades a serem cadastradas. "Algumas das áreas cultivadas com maconha ficam nas ilhas do São Francisco, que são território da União, ou na reserva indígena dos atikuns, na Serra dos Umãs (município de Floresta, a 439 quilômetros do Recife)", disse.

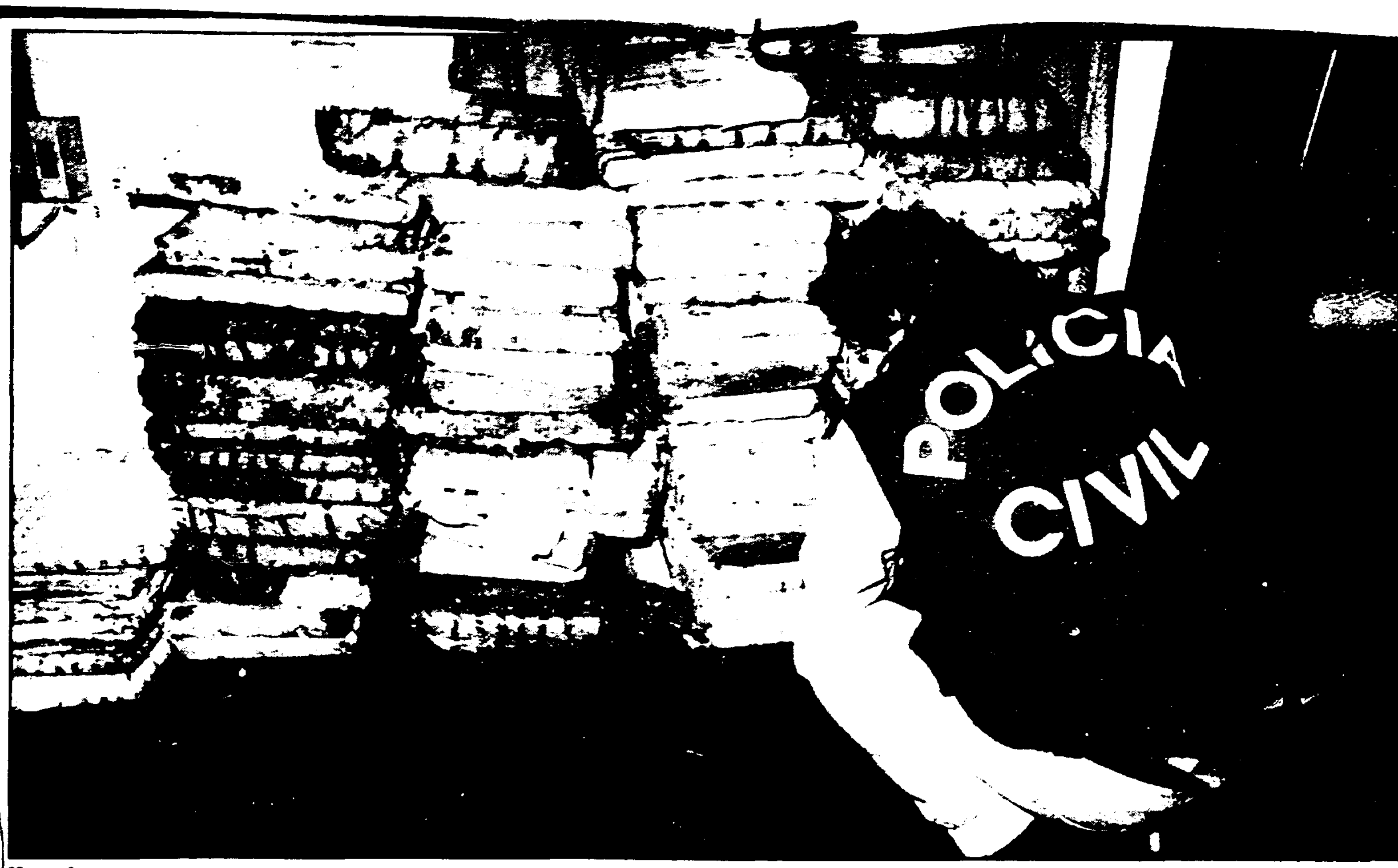
9209116

ESTADÍSTICAS DE LA POLICÍA SOBRE CONSUMO DE DROGAS EN PORTO ALEGRE
ZERO HORA
25-6-92

Maconha é a droga mais consumida

"Vou apertar, mas não vou acender agora", canta o pagodeiro carioca Bezerra da Silva, num dos seus sambas de maior sucesso. Na Grande Porto Alegre, as estatísticas da Polícia Civil demonstram que os usuários de drogas continuam preferindo fechar um cigarro de maconha a inalar uma *carreirinha de pó*, embora venha crescendo o consumo do *brilho* na região. De 1987 a 1991, a polícia apreendeu 1.258 quilos de maconha na área metropolitana. No mesmo período, encontrou pouco menos de 18 quilos de cocaína em poder dos traficantes. Nesses cinco anos, quase cem pessoas foram presas por tráfico e recolhidas à rede prisional.

Os dados da polícia demonstram também que o tráfico de maconha e de cocaína se intensificou este ano em Porto Alegre. Responsável pelo combate ao comércio de drogas na Capital, a Delegacia de Tóxicos apreendeu 655 quilos de maconha, de janeiro a maio último. No mesmo período, a especializada encontrou quase nove quilos de cocaína. Isso significa que a Tóxicos localizou na cidade, nos primeiros cinco meses de 1992, mais de 50% do volume de maconha apreendida em toda a região metropolitana de 1987 a 1991. Além disso, recolheu quase a metade da coca apreendida nesses cinco anos na Grande Porto Alegre.



Maconha: *apesar das apreensões, o consumo da erva é muito grande na Grande Porto Alegre*

CONSUMO — Para o delegado de Tóxicos, Herbert Ferreira, a maconha continua sendo a droga de maior consumo, por ser mais barata do que a cocaína. Segundo Ferreira, uma *paranga* de cinco gramas de maconha — quantidade suficiente para fechar quatro *fininhos* em papel colomy — custa, em média, Cr$ 5 mil. Já o preço do grama de coca, acrescenta o delegado, varia de Cr$ 20 a Cr$ 30 mil. Isso explica, em parte, a preferência dos consumidores da Grande Porto Alegre pela maconha, ainda mais em época de crise. "Ela é mais comum", diz Ferreira.

Hoje, é possível flagrar os usuários de maconha fumando-a em qualquer lugar, seja de dia ou de noite. Por isso, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) propôs recentemente a descriminalização das drogas. A polícia vem acompanhando essa tendência. "Nossa ação se concentra mais em cima dos traficantes", revela Ferreira.

Embora seja uma droga barata, a maconha apresenta um problema para os traficantes: é difícil transportá-la em grandes quantidades. Por isso, as apreensões da *erva* são mais volumosas, lembra um agente da Delegacia de Tóxicos. Conforme o delegado Ferreira, a maconha consumida na Grande Porto Alegre vem do Paraguai. Ela entra no País através de Mato Grosso, informa, acrescentando que este ano já foram instaurados 51 procedimentos policiais contra traficantes que agiam na rota Paraguai-Rio Grande do Sul.

APREENSÕES NA GRANDE PORTO ALEGRE

ANO	MACONHA	COCA
1987	477 quilos	2 gramas
1988	205 quilos	1,600 quilos
1989	43 quilos	1,516 quilos
1990	163 quilos	5,233 quilos
1991	369 quilos	8,594 quilos

01/01

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No.125/992.-

I.-EVALUACION: A - 2.-

II.-REFERENCIA A: P.E.I.No.119/992 del Reg."PATRIA" de C.Mec.No.8.-

III.-T E X T O :

-En la sesión de la Junta Departamental de CERRO LARGO del día 21-AGO-992,quedó diferida la integración de la Junta Local de ACEGUA,debido a que nuevamente quedaron de manifiesto discrepancias,entre los dos Organismos del Gobierno Departamental.-

El Intendente Municipal,que por disposición constitucional es el encargado de ejercer la iniciativa en cuanto a la nómina de integrantes de las Juntas Locales,elevó la misma al deliberativo comunal donde se hacía notar que la nómina incluye a vecinos de las distintas localidades de la 5ta.Sección,donde tendrá jurisdicción la Junta Local de ACEGUA.-

La nómina propuesta está integrada por: Ramón MACHADO (S/A),vecino de Pueblo Noblía,simpatizante de la Lista 11 del M.N.R.,Jorge BARRETO (S/A),de la misma localidad, y de la Lista 22 del P.Nal., Nurymar TORT (S/A),de la Ex-lista 158 del P.Nal.,Luis Edgardo TORRES PEREIRA (C/A),de la Lista 15 del P.Col. y Stella María SANCHEZ MENDOZA (C/A).-En el caso de Stella María SANCHEZ MENDOZA,fué incluida en forma simbólica como homenaje que el Movimiento Solidario de ACEGUA,le ha querido realizar,pero en realidad su lugar sería ocupado por el primer suplente Ariel LANDABURU (S/A),del Foro Batllista.

La nómina está ahora a consideración de las bancadas de la Junta Departamental,que mayoritariamente, a excepción del Foro Batllista, Frente Amplio,Nuevo Espacio, y los Ediles de la Lista 11,Dr.Alberto SANNER BARONE (S/A),José Enrique DOMINGUEZ BRANDO (S/A),José Enrique DOMINGUEZ BRANDO (C/A) y Juan Antonio UBILLA ORTIZ (Firm.Referéndum),decidieron analizar los nombres propuestos para determinar si se guardan criterios de proporcionalidad política,que "en lo posible",según la Constitución deben ser tenidos en cuenta.-

El Frenteamplista Miguel Gustavo GUARINO RODRIGUEZ (C/A),aunque reconoció que el tema es complejo,elogió la actitud del Intendente Municipal de innovar contemplando la actituud de los propios vecinos "que han venido trabajando en forma mancomunada gente de los más diversos partidos".-

El logro de la creación de la Junta Local de ACEGUA fué de los propios vecinos de la Villa "todos debemos ser muy honestos en saber

que por esa Junta no hubiera pasado el tema,por lo menos en este período por que nadie lo hubiera planteado,se ha logrado por la buena voluntad de la Junta y del Intendente,pero fundamentalmente de los vecinos de ACEGUA.-

Puesto a consideración el mensaje de NIN NOVOA,el Edil Carlos ALMEIDA (S/A),de la Lista 155 del P.Col.,manifestó que su sector mayoritario del Partido Colorado,no estaba representado, y adelantó su voto contrario,mientras que Carlos NAVARRETE NOBLIA (S/A), de la Lista 22, y Luis María BURGOS MORALES (S/A),de la Lista 51, argumentaron para que el asunto pasara a decisión de las bancadas, este último incluso no descartó una sesión secreta para el análisis de los distintos nombres propuestos.-

Ariel LANDABURU (S/A),miembro del Movimiento Solidario de ACEGUA, y uno de los propuestos para integrar la Junta,al retirarse de la Junta Departamental,junto a un grupo de vecinos de la 5ta.Sección, contrariado por la decisión de la Junta,manifestó"que las bancadas quieren politizar el asunto,que es lo que nosotros no queríamos", no obstante estimó que la Junta Local,será nombrada "tal como vino, porque de lo contrario se va a nombrar un Secretario porque la Junta ya está creada".-

LANDABURU,recordó que la creación de la Junta ha sido fruto del trabajo de todo un Movimiento, y propusimos "a los mejores candidatos de cada Partido para integrarla" y estimó que el Intendente no mandará una nueva iniciativa para la integración de la Junta.-

IV.-SINTESIS:

Fecha: 21-AGO-992.-

Organización: Junta Local de ACEGUA.-

Nombres: Ramón MACHADO,Jorge BARRETO,Nurymar TORT,Luis Edgardo TORRES PEREIRA,Stella María SANCHEZ MENDOZA,Ariel LANDABURU, Alberto SARNER BARONE,José Enrique DOMINGUEZ BRANDO,Juan Antonio UBILLA ORTIZ,Miguel Gustavo GUARINO RODRIGUEZ,Rodolfo Gustavo NIN NOVOA,Carlos NAVARRETE NOBLIA,Carlos ALMEIDA,Luis María BURGOS MORALES.-

Lugar: C.MELO.-

Resúmen: Sesión de la Junta Dptal.de CERRO LARGO que trató la integración de la Junta Local de ACEGUA.-

V.-ACCION TOMADA:

Confección del presente Parte.-

VI.-DISTRIBUCION:

Original .... Cte.J.E.-

Copia No.1 .... Archivo.-

El Comandante Division Ejército IV.-
GENERAL
DANIEL E. GARCIA.-

/EJC/rst/

003 003

209118

(COPIA [illegible]) RESERVADO (DIGE 3543)

0116

Hoja No. 1 de 3
Copia No. ORIGINAL
D. I. IV. D - 11
Ruta - C Int. 115
061200 - SET - 992

1/7.

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No.124/992.-

I.-EVALUACION: B - 2.-

II.-REFERENCIA: P.E.I.No.2056/992 del B.I.No.12.-

III.-TEXTO:

-El día 03 de Agosto de 1992 se llevó a cabo en Restaurante TOCANO (CHUY - BRASIL), una reunión de la Comisión Binacional de Integración Fronteriza (C.O.B.I.F.), la cual es integrada por personalidades relevantes de la zona, siendo sus miembros Brasileños y Uruguayos.-

Esta Comisión está integrada por las siguientes personas:

-Arollo MORENO, Presidente, de nacionalidad Brasileño, comerciante en Santa Vitoria.-
-Angel María AMRILCHE, Vice-Presidente, Empresario Uruguayo.-
-Gerardo JARA, Secretario, Dtor. de Radio Chuy, Uruguayo.-
-José Luis PATELA, Pro-Secretario, Ex-Prefeito de Santa Votoria, Empresario.-
-María KALED, Tesorero, Empresario Brasileño.-
-Julio DAMAEL, Pro-Tesorero, Periodista y Gerente del Cambio Chuy, Uruguayo.-
-Luis Carlos RODRIGUEZ LIMA, Vocal, Verador de la Cámara de Santa Vitoria y Comerciante.-
-Simón SMIASIK, Vocal, Comerciante Uruguayo.-
-Eli CASTRO, Vocal, Gerente de Comas Arocena.-
-Mario VEGA, Vocal, Comerciante Uruguayo.-
-Paulino GAMON, Vocal, Comerciante Brasileño.-
-Aníbal MARRANO, Vocal, Empresario Uruguayo.-
-Milton MATIAS DA SILVA, Vocal.-
-Ariel WALKER, Vocal, Comerciante.-

Según el Protocolo de Recreación de esta Comisión, la misma actúa en atención a las constantes necesidades de la comunidad fronteriza que no son más que el fiel reflejo de la problemática general de cada País (BRASIL - URUGUAY), agudizadas por las características propias de la zona y con la absoluta convicción que las mejores soluciones para dichas necesidades surgirán del trabajo conjunto entre las autoridades y el pueblo, el Sr. Prefeito Municipal de Santa Vitoria Do Palmar, el Sr. Intendente de Rocha y las Fuerzas Vivas de cada Municipio.-

PARTES POCO LEGIBLES

001/007 9209119

-En el artículo 2do.del Protocolo de Recreación se establece que la Comisión Nacional de Integración Binacional Fronteriza tendrá como compromiso y obligación la búsqueda de soluciones rápidas y precisas, procurando incluso, para lograrlo, el apoyo de las Autoridades Nacionales de ambos Países.-

-En el artículo 3ro. decide su integración:

-Sr. Prefeito Municipal de Santa Vitoria Do Palmar.-

-Sr.Intendente Municipal de Rocha.-

-Sr.Sub-Prefeito de Chuy.-

-Sr.Presidente de la Junta Local de Chuy.-

-Todos ellos como miembros natos de la Comisión, además siete integrantes de las fuerzas vivas de cada Municipio, siendo estos los más representativos posibles de las más diversas áreas de la actividad pública y privada.-

-En el artículo 4to. se manifiesta que la designación de estos siete miembros representativos de las fuerzas vivas será privativo de cada delegación (Brasileña - Uruguaya) y acorde con las costumbres que al respecto caractericen a cada Municipio.-

-En el artículo 5to. se designan los miembros a integrarla:

-Presidente.-

-Vice-Presidente.-

-Secretario.-

-Pro-Secretario.-

-Tesorero.-

-Diez Vocales.-

-Estos cargos serán únicos y comunes para toda la C.O.B.I.F. y serán designados mediante la votación mayoritaria simple entre sus miembros y la renovación en los mismos se hará una vez por año en la fecha que se estime más conveniente.-

-En el artículo 10mo. del Protocolo dispone la elaboración de un Plan de Trabajo de acuerdo con las siguientes pautas primarias:

1o.INTEGRACION FISICA: Vial,Ferroviaria,Aérea,de Comunicación y Energía.-

2o.INTEGRACION ECONOMICA: Complementación Industrial y Agrícola,Promoción Comercial y Turística.-

3o.INTEGRACION INSTITUCIONAL: Régimen de Paso de Frontera, Relaciones Migratorias y Aduaneras,Controles Fitosanitarios y Bromatológicos,Régimen de Propiedad.-

./.

PARTES POCO LEGIBLES.

9 8 93 LL

4o. INTEGRACION SOCIAL: De la Salud, de la Educación, de la Cultura, Régimen de la Asistencia Pública y Sanitaria Común, Problemas del Menor, Intercambio Artístico y Cultural.-

Sin perjuicios de esta enunciación la C.O.B.I.F. queda facultada para incorporar otras materias para su consideración toda vez que exista acuerdo para ello.-

-Se adjunta MEMORANDUM No.1/992 del B.I.12, en el que se informa lo tratado en la reunión del día 3 de Agosto del corriente año.-

IV.-SINTESIS:

Fecha: 03-AGO-992.-

Organización: C.O.B.I.F. (Comisión Binacional de Integración Fronteriza).-

Nombres: . - . - .

Lugar: CHUY - BRASIL.-

Resúmen: Reunión de C.O.B.I.F. realizada el 03-AGO-992 en el Restaurante TUCANO de CHUY - BRASIL.-

V.-ACCION TOMADA:

Confección del presente Parte.-

VI.-DISTRIBUCION:

Original .... Cte. J.E.

Copia No.1 .... Archivo.-

El Comandante División Ejército IV.-

GENERAL

DANIEL E. GARCIA.-

/EJC/rst/

DIVISION EJERCITO IV REPUBLICA O. del URUGUAY

Dpto. II (Secc. Adm.)

9209119

B. I. No. 4.-
Bn. I. No. 12.-
C. ROCHA.-
07-AGOSTO-992.-

- M E M O R A N D U M No. 1/992.-

ASUNTO: Reunión llevada a cabo el día 03-AGOSTO-92 por la Comisión Binacional de Integración Fronteriza (C.B.I.F.).-

1o. -Se trató un convenio realizado por la I.M.R. y el Prefecto de Santa Victoria do Palmar, el cual proyecta la construcción de una capa asfáltica sobre la Avda. Brasil (Chuy - Uruguay) la cual abarca la totalidad de la Avda. Principal Internacional que es de 3 Kms y sera construida con una base de asfalto de 6 cm.-
Habiéndose realizado ya los convenios entre ambos municipios, se comenzaron a realizar las licitaciones pertinentes a efectos de la construcción del Saneamiento y Colector de aguas como primera etapa.-
Este llamado a licitación esta en sus etapas de estudio primario a efectos de proporcionar a las Empresas interesadas la mayor información posible ya que en la zona no existirían compañías con capacidad para esta construcción y se llamaría a empresarios de otros puntos del país, con los problemas propios que esto significaría, como traslado de capitales, maquinarias, materia prima, personal operario, etc. .-
La C.B.I.F. esta siguiendo de cerca los trámites que se llevan a cabo a estos efectos y actúa agilitando y allanando el camino para la pronta realización de esta obra.-
Además del asfalto de la Avda. Internacional, esta dentro del convenio un trabajo similar de unos 3 Kms de extensión en calles interiores de Chuy - Uruguay incluídos los accesos a dicha ciudad.-

2o. -Otra preocupación de la Comisión surge a raíz de denuncias realizadas ante la Junta Local de Chuy por el incremento y extensión de basurales provocados primero por la explosión demográfica de la ciudad y ser reducidos los espacios asignados a estos efectos.-
A esto se suma la quema de cubiertas en forma significativa por parte de comerciantes dedicados a la venta de las mismas de procedencia Brasilera que realiza la destrucción de neumáticos usados en predios Municipales Uruguayos.-
Este hecho en los últimos días provocó el corte temporal de R.19(a San Miguel) significando peligros para el transito y la detención de actividades de algunos sectores industriales de la zona(camiones cisterna de combustible, arroceros, hacendados, etc.).-
Estos hechos trajeron aparejados tambien denuncias periodísticas emanadas de integrantes de la Comisión Ecológica y de Medio Ambiente, ya que la espesa humareda negra, producto de la quema de neumáticos, invade barrios poblados de C.Chuy causando problemas a sus habitantes.-
Como resolución inmediata se resolvió en la Comisión realizar un llamado de atención a la población en general sobre los problemas que traen aparejados el depósito indiscriminado de basura en lugares no apropiados y en particular un llamado de atención a los comerciantes Brasileros para evitar la quema de neumáticos en lugares peligrosos para la integridad de personas que transitan por rutas, y la polucion que afecta la población en general.-
Inmediatamente trat do este tema la Junta Local de Chuy se abocó a la limpieza, con maquinaria apropiada de las zonas de quema de basurales invitando a la población en general a realizar por si misma el contralor y denuncia de infractores en forma inmediata ante la Junta Local de Chuy

.... //

POR POCO LEGIBLE

004

9209119

........///

Dentro de este tema también se resolvió invitar al Intendente de Rocha y al Prefecto de Santa Victoria do Palmar a efectos de impulsar un proyecto que ya estaría en estudio en la I.M.R. sobre eliminación de basurales en forma de reciclado de residuos habiendo estudios sobre experiencias de otros Municipios Uruguayos que mediante una adecuación al medio y a características particulares de la zona se instalaría una planta de reciclado en C.Chuy.-

-Ante la inquietud de empresarios Uruguayos sobre la construcción futura de Colectores Hídricos como complemento de los canales ya existentes para la disecación y encausado de agua de los bañados de Rocha, lo que traería aparejado la modificación del sistema hídrico y sus provables consecuencias, se planteo la necesidad de realizar una solicitud de informes a técnicos Uruguayos que han realizado estudios para la I.M.R. a fin de asesorar al municipio de Santa Victoria do Palmar y a los propios productores.-

Existiría una marcada inquietud por parte de los gobernantes Municipales ante informaciones extra oficiales sobre la canalización y perjuicios que ocasionaría la construcción de diques de Contención y Canalización de aguas hacia territorios Brasileros, tambien sería tema a tratarse y profundizarse con la concurrencia,de los Jefes Comunales, al seno de la C.O.B.I.F. en su próxima reunión.-

-En la reunión de la fecha la C.O.B.I.F. fue informada por parte del Sr. Vicepresidente de la misma Sr. Angel María Arrieche, quien a su vez fue miembro de la C.O.B.I.F. anterior, sobre actuaciones personales realizadas como consecuencia del seguimiento de un convenio realizado tiempo atrás entre el Ministerio de Salud Pública de Uruguay y su similar Brasileño.-

En la oportunidad se convino que Uruguay realizaba la adecuación edilicia del Hospital de Chuy y el gobierno Brasileño aportaba el alajamiento completo de dicho Hospital, incluyendo una ambulancia, aparatos varios para atender necesidades de tratamiento intensivo, urgencias, operaciones,etc.- Para lograr este convenio se realizó un estudio de cantidad y condiciones de los provables usuarios atendiendo las necesidades asistenciales de unas 30.000 personas que viven en forma permanente en la zona de Chuy.-

Abarcando los habitantes de ambos países más una afluencia turística de unas 10.000 promedio en alta temporada que son también considerados riesgo de accidentes y emergencias.-

Acorde a lo manifestado por el Sr. Vicepresidente de la C.O.B.I.F. desde hace aproximadamente tres meses el Gobierno Brasileño a otorgado la totalidad de implementos sanitarios arriba enunciados y ha realizado permanentemente llamados a Autoridades Sanitarias Uruguayas (M.S.P.) a efectos de proceder a la entrega de estos materiales que se encuentran en depósito prontos para ser entregados .-
A la fecha no ha obtenido respuesta por parte de los mismos siendo únicamente necesaria la designación y presencia de un representante Médico del M.S.P. uruguayo .-
Por información aportada por el Sr. Angel María Arrieche el mismo se entrevistó con Legisladores Nacionales en el Palacio Legislativo, con el Ministro de Salud Pública, con autoridades departamentales a efectos de lograr el retiro de esos materieles ya que se considera:

a) Que las necesidades del H. de Chuy son reales y que el M.S.P. ha logrado el cometido en la refacción de la parte edilicia.-
b) Que no se estan usufructuando esos materiales que se consideran de capital importancia para la atención médica de la zona únicamente (por información que obra en su poder) a causa de la no designación de la persona por parte del M.S.P. para retirarlos.-
c) Que el gobierno Brasilero habría manifestado que si no existen intereses por parte de Uruguay para retirar lo otorgado lo asignaría próximamente como ayuda a otro país Centro - Americano con carencias sanitarias por considerar que Uruguay no tendría necesidades reales de los mismos.-

.... //

DOC. POCO LEGIBLE

.... ///

El Sr. Arrieche además manifestó que próximamente se reunirá en audiencia personal con el Sr. Presidente de la República, Dr. Luis Alberto Lacalle a efectos de poner en conocimiento personalmente el problema y que el mismo adopte las medidas necesarias para solucionarlo.-

5o. -La C.O.B.I.F. esta tratando en su seno un convenio realizado entre Uruguay y Brasil por la venta de E.Eléctrica de U.T.E. a Brasil.-
La C.Santa Victoria de Palmar se abastece de E.Electrica a si misma y a la zona fronteriza de C.Chuy por medio de generadores a gas-oil cuya producción energética es totalmente insuficiente para el desarrollo industrial y atender las necesidades de E.Eléctrica ante el crecimiento demográfico de C.Chuy.-
Recientemente se ha instalado una fábrica de producción de polietileno en C.Santa Victoria do Palmar sumándose a otras industrias ya existentes que ven frenado su desarrollo por la no obtención de más cantidad de energía.-
El gobierno Brasilero tiene proyectado la puesta en funcionamiento de una tercera central eléctrica en Candiota, la cual generaría lo necesario para atender la C.Río Grande y la C.Santa Victoria do Palmar para lo cual necesitaría realizar un tendido de cable con los respectivos centrales distribuidores intermedios hasta llegar a C.Chuy (700 a 1000Kms)
Las Instituciones Bancarias (B.I.D.,etc) que financian mediante préstamos estas obras dan una marcada importancia a aquellos proyectos de desarrollo Nacional que no afectan al Medio Ambiente.-
A su vez el Gobierno Brasilero estaría siendo presionado por la influencia negativa que estaría provocando las centrales de Candiota ya en funcionamiento y las futuras, ya que los informes de contaminación ambiental indican una real problemática.-
Existen tambien en Brasil diferentes Compañias de ciclaje energético lo que provocaría un serio trastorno a las industrias ya instaladas en la zona, ya que el ciclaje que se utilizaría ante la afluencia de energía de estas centrales diferiría sustancialmente con la energía generada en Santa Victoria do Palmar .-
En la actualidad la Empresa mixta "Compañia Estadual de la Energía Eléctrica (C.E.E.E.) esta comprando a U.T.E. 2300 Kw y se estarían realizando gestiones para abastecer en un futuro inmediato a Chuy - Brasil, C. Santa Victoria do Palmar y a esta región del Estado de Río Grando do Sur con energía Uruguaya.-
Por manifestaciones de Autoridades Brasileras esto sería altamente conveniente para ambos países:

a) Existe una mínima diferencia de ciclaje entre los generados por Uruguay y Brasil.-
b) Por ser la Energía Uruguaya de características no polutivas lo que le llaman "Producción de Energía Limpia o Natural".-
c) Significaría un ahorro importantisimo, para Brasil, de tendido de cables y centrales intermedias para hacer llegar la Energía desde las centrales generadoras hasta la zona.-
d) Que Brasil vería facilitados sus préstamos para el desarrollo al limitar la instalación de centrales que produzcan contaminación ambiental.-
e) Sería beneficioso para Uruguay ya que tendría la posibilidad de venta permanente e incrementada de E.Eléctrica.-
f) Que los costos de llegar con energía eléctrica requerida a la zona serian ínfimos ya que esto solamente necesitaría la instalación de una red aumentada desde C.Rocha hasta la frontera(130 Km) ya que las posibilidades de transmición de esa energía son posible hasta C.Rocha

..........////////

-Se trato en la reunión de C.O.B.I.P. la visita de técnicos Brasileros pertenecientes a la C.E.E.E., a U.T.E. y tratativos con el directorio del ente uruguayo, desconociéndose los resultados de dicha reunión.-

6o. -Como último punto el presidente de C.O.B.I.P. y cada uno de los miembros realizaron una exposición personal dando la bienvenida a la integración del Ejército Uruguayo el trabajo que ellos vienen realizando.-

-Se enfatizó sobre la actual Orientación de Integración del Ejército a los problemas sociales, económicos, etc., cosa que es bienvenida en todo el mundo.-

-Se puso como ejemplo esa Orientación ya que al verse menguada la hipótesis de conflicto por las grandes ideologías que canalizaban al mundo Este - Oeste, cada uno de los participantes manifestó su beneplácito al ver que el Ejército Uruguayo, como ejemplo de otras fuerzas del mundo, salen de sus cuarteles a integrarse y participar activamente de los problemas de un país.-

-Más alla de eso, poder estar en contacto directo con una zona como es esta frontera y empapados en los problemas que allí puedan existir o existen, como así también colaborar con la problemática del país vecino

-Los miembros de C.O.B.I.P. entienden que se deben estrechar lo más posible los lazos de conocimiento mutuo como forma de que el Ejército Uruguayo sea parte de la sociedad, como siempre ha sido, y que otros Ejércitos y otros Gobiernos también sean un ejemplo de cooperación e integración.-

PARTES POCO LEGIBLES

9209119

007 -007

TÍTULO: POLÍCIA APREHENDE A VENDEDOR DE MARIJUANA
PROCEDÊNCIA: JORNAL DO BRASIL
25-6-92

Polícia prende aposentado que vendia maconha

Pela segunda vez este ano o aposentado Alcino José Vieira, 67 anos, foi preso em flagrante vendendo maconha. Ele foi detido na esquina das ruas Sacadura Cabral com Livramento, na Saúde, pelos PMs Jorge e Genivaldo, do 5º BPM (Harmonia), com 12 trouxinhas da erva. Em seguida, foi levado para 1º DP, na Praça Mauá.

Alcino contou que comprava maconha nas bocas-de-fumo do traficante Roberto da Silva, o *Robertinho de Lucas*, e vendia para meninos e meninas de rua da Praça do Servidor (Saúde), Cinelândia e Largo da Carioca, por Cr$ 13 mil cada trouxinha. Casado, morador da Saúde, Alcino explicou que vendia a droga para complementar o orçamento doméstico. Segundo ele, o salário-mínimo que recebe de aposentadoria não é o suficiente para comer e pagar aluguel.

01/01

SECRETO

Hoja 1 de 1.-
Copia No. Auxiliar
D-II/E /D.E.I.-
Montevideo.-
151130SET992.-
IR - 138.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.138/D-2/992.-

I.- EVALUACION: A - 2 .-

II.- RESPONDE A: Información existente en este Comando.-

III.- T E X T O : Se adjunta.-

IV.- SINTESIS: Se adjunta.-

V.- ACCION TOMADA: Confección del presente Parte.-

VI.- DISTRIBUCION: ORIGINAL C.G.E.-
2 COPIAS ARCHIVO.-

El Jefe del Estado Mayor de la D.E.I.-
Coronel
MIGUEL RODRIGUEZ.- GY/d

E.M.E. ENT. MAT Fecha 24/9/92 Hora 1030

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha 30 SET. 1992
Pase a Dactilográfico + Auxiliar
9209121

SECRETO

29/09/92
SOI 9209121

001-002 9209121

Se tomó conocimiento del funcionamiento de un nuevo Comité de Base denominado "VENCEREMOS", sito en local de ex-Comité de Base "LA FIGURITA", ubicado en Yaguarí No.1802 casi J.L.Terra.-

SINTESIS: Se omite.-

Se tomó conocimiento del funcionamiento de un nuevo Comité de Base denominado "VENCEREMOS", sito en local de ex-Comité de Base "LA FIGURITA", ubicado en Yaguarí No.1802 casi J.L.Terra.-

SINTESIS: Se omite.-

Refinan Técnicas de Lavado de Dinero

LUGANO, (Suiza), 25 (REUTER).— Los traficantes de drogas están utilizando técnicas cada vez más avanzadas para lavar miles de millones de dólares a través del sistema financiero mundial, informó hoy una fuerza internacional de tareas que se especializa en contrarrestar esas prácticas.

La Fuerza de Tareas de Acción Financiera sobre Lavado de dinero (FATF) señaló también en su informe anual que la cantidad de enjuiciamiento de quienes lavan dinero del narcotráfico desde que se creó el grupo hace tres años sigue siendo baja a pesar de que aumentaron las investigaciones.

"Virtualmente ninguna institución financiera es inmune a que los lavadores de dinero utilizan técnicas cada vez más complejas y perfeccionadas en sus operaciones", indicó.

El informe fue difundido al término del año de presidencia suiza de FATF en la ciudad meridional suiza de Lugano donde hace dos años un tribunal envió dos libaneses a la cárcel por blanquear millones de dólares a través de bancos suizos para jefes colombianos del tráfico de estupefacientes.

El presidente suizo de FATF dijo en conferencia de prensa que la suma de dinero ilegal derivada de la droga que está siendo lavada a través de bancos y otras instituciones financieras seguiría oscilando, según se cree, en torno a los 85 mil millones de dólares, cifra estimada por la organización en 1990.

"No puedo imaginarme que la cifra haya declinado", manifestó Alexis Lautenberg, jefe de la división económica y financiera del ministerio suizo de Relaciones Exteriores.

FATF incluye a los estados de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) así como a Hong Kong, Singapur y los miembros del Consejo de Cooperación del Golfo Pérsico.

Su informe consigna que los traficantes están apelando cada vez más a instituciones financieras no bancarias y a países situados fuera del área de la FATF para lavar sus ganancias.

"A veces el dinero es convertido en gemas, metales preciosos o instrumentos monetarios equivalentes a divisas".

TITULO

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA DE PROCEDENCIA 26-6-92.

VINCULACIONES

Día contra la droga

Hoy se celebra el **Día Internacional de Lucha contra el Uso Indebido y el Tráfico Ilícito de Drogas**. Fue instaurado por las Naciones Unidas en 1987, para consolidar la acción en los planos internacionales, regionales y nacionales. La Argentina adhirió a la conmemoración a partir de la creación de la Secretaría de Programación para la Prevención de la Drogadicción y Lucha contra el Narcotráfico.

01/01 9209123

Traficantes de drogas cayeron en operativo

• La Policía incautó "ladrillos" de marihuana

Detuvieron a cinco individuos -tres de ellos con antecedentes- en un procedimiento que comenzó a gestarse en Montevideo y finalizó en Canelones. Los policías lograron la incautación de varios "ladrillos" de marihuana.

Funcionarios de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia, en la víspera comenzaron a realizar un procedimiento antidrogas en la zona de Malvín.

Según los datos obtenidos, luego de haber realizado varios seguimientos y vigilancias llegaron hasta un inmueble emplazado en Malvín y fue allí donde comenzaron las detenciones.

Con los datos aportados por los arrestados, los funcionarios de la calle Maldonado encaminaron luego sus pasos hasta el balneario Shangrilá, donde se realizaron nuevas detenciones e incautaron la droga, la que estaba en "ladrillos" pronta para su distribución.

Interrogados en la sede de la Brigada, quedó establecido que la marihuana la habían traído desde Florianópolis -Brasil- la que pensaban comercializar el próximo fin de semana.

De los cinco detenidos, tres de ellos son poseedores de antecedentes penales por violación a la Ley de Estupefacientes.

Esta mañana a partir de las ocho horas, los detenidos deberán comparecer ante el Magistrado en lo Penal de turno.

01/01

929124

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA LA NACION
FECHA DE PROCEDENCIA 26-6-92

11374
11005
11354
11358

Los EE. UU. recortarían su ayuda a Bolivia

LA PAZ, 25 (AP). – Si Bolivia no cumple con las metas de erradicación de cultivos excedentes de hojas de coca, los Estados Unidos reducirán la ayuda económica anual que proporciona a este país andino, informaron hoy a The Associated Press diplomáticos norteamericanos.

El consejero de la Embajada de los Estados Unidos en La Paz, Robert Callahan, dijo que su gobierno tiene el máximo interés en Bolivia, pero destacó que hay convenios que incluyen la erradicación de plantaciones de coca.

En 1991 Washington se comprometió a desembolsar 66 millones de dólares en favor de Bolivia en tres cuotas de 22 millones cada una, destinadas al pago de su deuda externa y a ejecutar proyectos de desarrollo.

Condición

La asignación de esa ayuda estaba condicionada a la erradicación de cultivos de coca en 7000 hectáreas en la zona del Chapare, 550 kilómetros al sudeste de aquí, el 90 por ciento de cuya producción es desviado a las fábricas de cocaína.

Hasta fines de enero el gobierno boliviano alcanzó a eliminar 6012 hectáreas de esos cultivos.

01/01

9209125

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA TERCERA (CHILE)

FECHA 27-6-92

Canjeaban niños por cocaína

En San José de Costa Rica fue detenida una banda internacional dedicada al tenebroso tráfico. El intercambio, según las investigaciones policiales, se efectuaba en Panamá.

SAN JOSE (Costa Rica), 26, (EFE).- La policía de Costa Rica continúa investigando las ramificaciones que pueda tener una banda, en la que participan nacionales, panameños y nicaragüenses, descubierta en San José, que se dedicada presuntamente al canje de niños por cocaína.

Un portavoz del Ministerio de Seguridad dijo a EFE que se está tratando de averiguar si se han traído más niños a Costa Rica además de los dos, una niña de seis años y un niño de año y medio, que fueron encontrados en una casa donde fue descubierto el grupo, en un barrio del sur de San José.

Según fuentes de la policía antidrogas, estos niños eran canjeados por cocaína en Costa Rica, Panamá y Estados Unidos.

Todos los niños eran llevados a EE.UU., donde eran colocados, a un precio que no se precisó, en familias norteamericanas sin hijos.

Hasta el momento hay cuatro detenidos, identificados como Jaime Nelson Calvo (costarricense), Wilbert Espinoza García (nicaragüense) y Romelia Charmaine Dixon, Rafael Royal Barrientos y Yamir Cerezo Reyna (panameños).



Tres de los integrantes del grupo centroamericano dedicado al tráfico de estupefacientes y secuestro de niños, a los que cambiaban por cocaína.

El informante del Ministerio de Seguridad admitió la posibilidad de que existan más personas implicadas en este caso, lo mismo que otros niños en el país traídos del exterior, lo cual investiga la policía antidrogas.

En la casa donde fue descubierta la banda, las autoridades encontraron 30 bolsas que contenían unos dos kilos de cocaína, 100 mil colones en efectivo (unos 8 mil dólares) y un revólver calibre 22.

Según la fuente, uno de los detenidos reveló a las autoridades que los menores no tenían ningún parentesco con los miembros de la banda de narcotraficantes y confirmó que habían sido canjeados por cocaína en Panamá.

La policía dio con el paradero de esta banda mediante dos oficiales encubiertos que hicieron una negociación de drogas con billetes marcados, por 50 mil dólares.

01/01

9209126

LA TERCERA (CHILE) 27-6-92

Policías desbaratan red de traficantes

En acciones separadas, efectivos de Investigaciones y Carabineros lograron aprehender a "narcos" chilenos, bolivianos y peruanos, quienes pretendían establecer nuevas rutas para el tráfico de drogas hacia Estados Unidos y Europa, pasando por nuestro país.

Detectives de Valparaíso y carabineros de Antofagasta, en acciones separadas, lograron desbaratar dos intentos de delincuentes por establecer en nuestro país rutas de tráfico de drogas, principalmente a Europa y Estados Unidos.

En Valparaíso se arrestó a dos ciudadanos peruanos y a un chileno que, por tierra, habían trasladado a nuestro país casi medio kilo de clorhidrato de cocaína, que esperaban llevar a Europa por vía marítima, contratando como "burrero" a algún marino mercante de buques surtos en el lugar. Se trata de José Alberto Benavides, de 35 años, y de Darwin Collazos, de la misma edad, ambos peruanos, y del chileno Luis Alberto Flores, de 21 años.

Benavides y Collazos se concertaron en Lima, hace un mes aproximadamente, con otro connacional -actualmente prófugo- para iniciar una nueva ruta de tráfico de estupefacientes, a escala media, un tramo por tierra y otro por mar. Aprovechando sus condiciones de "turistas", viajaron en buses a nuestro país, vía Lima-Huanuco-Tacna, portando una maleta de doble fondo con la droga. Una vez en Arica, abordaron un nuevo bus con destino a Santiago y luego pasaron a Valparaíso.

En el puerto establecieron contacto con Flores, a fin de que éste ubicara a un marino extranjero que aceptara llevar la droga a Europa. Con la detención del trío se logró desbaratar la naciente red de tráfico y se decomisó -además de la cocaína- armas, dinero nacional, peruano y dólares, todo lo cual fue avaluado en más de 11 millones y medio de pesos. Los detenidos fueron puestos a disposición del Tercer Juzgado del Crimen de Valparaíso.

BOLIVIANA

En Antofagasta, en tanto, se decomisó un kilo y 830 gramos de cocaína, cuyo destino final iba a ser España, deteniéndose a la ciudadana boliviana Aleida Cueto Meljar, de 24 años. Esta portaba la droga en tres paquetes adosados a su cuerpo y debía entregarla -según confesó- a un colombiano que la esperaba en Santiago y quien dijo llamarse Ricardo Rojas.

Aleida Cueto fue detectada al efectuarse un control de rutina al bus interprovincial que circulaba por la intersección de las rutas A-5, que va a Calama, y la ruta B-24, que se dirige a Pedro de Valdivia. La mujer indicó que Rojas debía encargarse de remitir el alcaloide a España, ya que ese era su destino final. Fue puesta a disposición del Juzgado del Crimen de Pedro de Valdivia.

OTROS CASOS

Siempre en el norte, en Iquique, la policía civil logró la aprehensión de la menor Demetria M.G., de sólo 14 años, que junto a su madre y a un hermano -que lograron darse a la fuga- comercializaba cocaína entre adictos del sector sur de la ciudad, movilizándose en un automóvil. En el interior de éste se halló poco más de un kilo de la droga, avaluada en 28 millones de pesos. La menor fue remitida al Segundo Juzgado del Crimen iquiqueño.

En La Serena, finalmente, detectives locales arrestaron a Juan Antonio Mollo, de 24 años, y a Ramón Enrique Hermosilla, de 35. El primero de ellos, a través de su hermano Eliseo, compró cocaína en Arica y con ella confeccionó seis paquetes que transportó adosados a su cuerpo, por vía terrestre, en conocimiento de que la policía realiza controles selectivos. Igualmente, para llevar a cabo el viaje se coludió con Hermosilla -quien tiene antecedentes de narcotraficante- con el objetivo de que le brindara protección para no ser víctima de robo.

Una vez en Coquimbo, lograron algunos contactos en el sector San Juan para la comercialización del alcaloide, siendo detectados y capturados. En su poder se encontraron 868 gramos, tasados en casi 25 millones de pesos. Los detenidos fueron puestos a disposición del Primer Juzgado del Crimen local.

Osvaldo Navas

01/01 9209127

Polícia invade favela e prende 24 pessoas

A favela do Jacarezinho foi ocupada ontem, durante cerca de seis horas, por policiais do Grupo Tático Operacional de Repressão a Homicídios (GTORH), numa operação para prender os líderes do tráfico e acabar com os constantes tiroteios entre grupos rivais — em luta pelo controle dos pontos de vendas de drogas. Além da prisão de 24 pessoas, foram apreendidos cinco animais silvestres — uma arara-azul, dois canários-da-terra, um gavião e um macaco-prego — que o dono de um aviário pretendia vender clandestinamente.

O cabeça do bando, Adilson Machado da Silva, o *Cocada*, foi avisado, através da explosão de fogos de artifício, da chegada da polícia e conseguiu fugir. Não houve apreensão de drogas e armas, e 24 pessoas foram presas — entre elas Elise Elane Alves, 30 anos, a *Branca*, suspeita de ter participado do seqüestro do empresário Roberto Medina. A operação, que mobilizou 60 policiais, foi coordenada pelo delegado Luiz Mariano, que às 5h30m invadiu a favela e ocupou os pontos estratégicos, para impedir a fuga dos traficantes.

Segundo o delegado, a *batida* foi prejudicada porque durante a noite de quinta-feira e a madrugada de ontem ocorreram tiroteios. Assim, os grupos tiveram tempo para fugir levando armamento e drogas. A guerra pelo domínio dos pontos de vendas de drogas no Jacarezinho começou há seis meses com o assassinato de Natanael dos Santos Lopes, o *Nael*. Seus dois *gerentes*, Rubens Portela, o *Rael*, e *Coacada* assumiram os *negócios* e, um mês depois, contrariando ordens da organização criminosa *Comando Vermelho*, *Cocada* expulsou *Rael* da favela. Há uma semana, com apoio do CV e de traficantes dos morros da Mangueira, Borel, Juramento e Adeus, *Rael* invadiu a favela, mas teve que recuar porque *Cocada* foi apoiado pelos traficantes da favela de Manguinhos e retornou com mais armas, como metralhadoras de fabricação israelense. Todas as noites *Rael* tenta invadir a favela com seu bando, o que originou os tiroteios. Desde a morte de *Nael*, 14 traficantes já foram mortos.

☐ **A Polícia Militar ocupou o morro do Vidigal, na noite de quinta-feira, na tentativa de prender o traficante Ademir Martins da Silva, o *Gato*, que na madrugada de segunda-feira invadiu a Rocinha, dando início a uma disputa pelo domínio do comércio de drogas no local. A operação, comandada pelo capitão Paulo Roberto, do 23º BPM (Leblon), terminou com a apreensão de 40 quilos de maconha e a prisão de Alberto Correia, o *Charuto*, 36 anos — homem de confiança de *Gato* —, e Antônio Marcos Correia do Nascimento, 19.**

Nº DOCUMENTO

TITULO INCAUTAN HACHIS EN ESPAÑA

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA DE PROCEDENCIA 29-6-92.

VINCULADO

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

H..chís en España

MADRID (DPA).– La aduana española confiscó un total de 1700 kilogramos de hachis en varias acciones. Unos 900 kilogramos fueron hallados hoy en un barco que navegaba por las costas de La Rapita, procedente de Marruecos.

Otros 300 kilogramos fueron confiscados en un operativo en Estepona. Antes, en un yate inglés ante las costas de Málaga habían sido detenidos un alemán, un español y un italiano, que querían introducir de contrabando en España 475 kilogramos de hachis de Marruecos con un valor de 1400 millones de pesetas (unos 14 millones de dólares).

01 01

0200126

FUTBOLISTA VINCULADO CON NARCOTRAFICO
LA REPUBLICA
29-6-92
11176
11214
11229
11423

La suerte del goleador

Suspenden por huelga un juicio contra Carlos Aguilera acusado de presunta vinculación con prostitución y drogas

El ex jugador de las selecciones uruguayas, Carlos Aguilera, quien debía enfrentar un proceso por presunta vinculación a una red de prostitución y por posesión y suministro de cocaína, no será enfrentado al tribunal por una huelga de los abogados genoveses. Aguilera se encuentra en nuestro país. El pequeño centrodelantero fue acusado de esos cargos en 1991, en vísperas del campeonato mundial de fútbol.

■ El proceso contra el delantero uruguayo Carlos Aguilera no se llevará a cabo el próximo viernes, tal como estaba previsto por la justicia genovesa, en razón de una medida gremial adoptada por los abogados genoveses.

De acuerdo a lo informado por la agencia ANSA, la huelga de los juristas fue decidida en protesta contra un decreto del gobierno italiano.

Carlos Aguilera debe responder ante la justicia peninsular por una serie de graves cargos que se le formularan al procesársele, el 19 de noviembre de 1991, en vísperas de la realización del campeonato mundial de fútbol.



Carlos Aguilera.

PROSTITUCION Y DROGA

La justicia indaga al pequeño ariete uruguayo por acusaciones de explotación de la prostitución y posesión y suministro de cocaína. El proceso se fundamenta en una presunta vinculación del centrodelantero a una red de prostitución concerniente a muchachas sudamericanas llevadas a Génova. El expediente involucra a veinte personas, 13 de las caules son genovesas y las restantes de nacionalidad argentina y uruguaya.

TELEFONO INTERVENIDO

La legislación italiana, contrariamente a la uruguaya, permite la intervención de comunicaciones telefónicas en la indagatoria de asuntos criminales.

Para Aguilera, la acusación de explotación de la prostitución surgió como consecuencia de un llamado telefónico en la que el ex jugador de las selecciones uruguayas habría desempeñado el papel de mediador entre dos integrantes de la organización mafiosa.

Probablemente, el proceso será aplazado por varios meses.

01/01

920913O

ORIGINAL

MEMORANDUM Nro.920515.../ReI/FECHA 29/SET/92.-

I.- ASUNTO: INFORMACION GENERAL.

II.- REFERENCIA: 607-I-HF.

III.- EVALUACION:

IV.- T E X T O:

COORDINADORA "F"

Funciones:

- Presidente de Mesa- Roberto CAMPELL (M26M).
- Propaganda - Alejandro WASSEN (MLN-MPP).
- Finanzas - Dagoberto FREIRE (MLN-MPP).

Reunión:

En la reunión llevada a cabo el 17/SET/92 los temas tratados fueron:

1) CCZ 2.
2) Cerro 2.000
3) Venta de Terreno.
4) Saneamiento
5) Transporte.
6) Periódico ECO.
7) Periódico La Voz del Cerro.
8) Edil- R. CABRERA (Ex PC-C/A).
9) Política de Alianza PC y PS haciendo referencia al Edil R. CABRERA y al SR. VALDEZ (PS).
10) Activo F.A. día 18/SET/92.

CCZ 2

Se tomó conocimiento que no estarían cumpliendo con la función específica por lo cual fueron creados.

CERRO 2.000

Se tomó conocimiento que dicha actividad habría sido originada por el Edil R. CABRERA a "Espaldas" de la coordinadora y del CCZ para fortalecer su imagen.
La misma no satisfacería las mínimas necesidades de los vecinos del Barrio Cerro.

VENTA DE TERRENO:

Se tomó conocimiento que los mismos habrían sido negociados por intermedio del Edil R. CABRERA .
Mencionados terrenos no pertenecerían a la Municipalidad, sino que al Estado.
Es de destacar que los actuales compradores tomaron conocimiento de ésta situación después de cuatro meses de negociados.
Por último es de destacar que dichos terrenos en su gran mayoría permanecen bajo agua casi todo el año.

001 | CC4

SANEAMIENTO:

Se tomó conocimiento que el I.M.M. Tabaré VAZQUEZ habría prometido en su campaña electoral construir en el 1er. año de su mandato, el 50% del Saneamiento del Barrio Cerro.
Aparentemente esto no fué asi, ya que según manifestaciones de los integrantes de la coordinadora, no se habrían hecho ni el 10%.
Debido a ésto, la coordinadora elevará una carta a la central de la coalisión mencionando, dicha irregularidad.

TRANSPORTE:

Dentro de los compromisos políticos de Victor ROSSI (Ex PC-C/A) éste habría manifestado agregar 3 líneas de omnibus más, de las ya existentes en el Barrio Cerro.
Dicha manifestación no habría sido llevada a cabo en su totalidad y las que si se concretaron no se realizaron como se les había prometido. (se hace referencia al recorrido del Vehículo).
Debido a ésto se elevará una nota a la I.M.M. manifestándole la irregularidad del caso.

PERIODICO "ECO"

Se tomo conocimiento que mencionado periódico sería dirigido por R. CABRERA y tiene como finalidad tratar asuntos propios del Barrio Cerro, pero desde la óptica personalista del mencionado Edil.
Debido a ésto (según manifestaciones de los dirigentes de la Coordinadora) se comenzaría a hacer una propaganda en contra de éste periódico, a los efectos de "quitarle" credibilidad a la información escrita en él, mencionando que el periódico no es para beneficio de los vecinos sino es para "resaltar" la personalidad del Edil.

PERIODICO "LA VOZ DEL CERRO":

Se tomó conocimiento que dicho periódico se comenzaría a editar en el transcurso de éste mes.
La finalidad del mismo sería reflejar las inquietudes de los vecinos del Barrio Cerro e inmediaciones.
Su responsable sería Walter CRUZ (oriundo de Juan Lacaze) quien anteriormente ~~habría~~ sido el redactor responsable del Semanario "ECO".
Es de destacar, que lo que se comenta a nivel de militantes de la coordinadora es que se le brindaría todo el apoyo posible a éste citado semanario ya que el mismo no "embanderaría" políticos sino por el contrario trabajaría para "el Pueblo".

R. CABRERA (Ex PC-Edil- C/A):

Se habría realizado en la reunión un reconto de lo hecho por el citado Edil y al finalizar se habría decidido hacer una nota a F.A. Central y a la I.M.M. explicando el porque, de las actuaciones del mencionado y sus irregularidades y el porque del comportamiento de dicha coordinadora con respecto a éste.

POLITICA DE ALIANZA PC-PS:

Se estaría comentando la alianza entre el Edil R. CABRERA (Ex PC) y NN VALDEZ (PS) los cuales habrían comenzado a acumular fuerzas para comenzar a realizar pequeñas acciones sociales.
La coordinadora habría manifestado que esto no se tendría que hacer sin ser tratado en el seno de ésta y que es un trabajo personal para sacar beneficios éstos 2 partidos, sin tener en cuenta la coalisión como un todo.
(Se recalca que el 80% de la dirección de la coordinadora como así también sus militantes pertenecerían al MPP o al MLN).

ACTIVO DEL F.A.:

Mencionada coordinadora, dentro de los planteamientos que hará, se destacarían los siguientes:
1) Se elevaría un pequeño comunicado informando los puntos tratados en la reunión del 16/SET/92 y alguna de sus soluciones.
2) Se elevaría una nota rechazando categoricamente las actividades de propaganda del 1ero. de Octubre la cual fué creada y dirigida por Esteban VALENTI (Ex PC-C/A) y estarían perjudicando la campaña propagandística de las coordinadoras del F.A. principalmente de la F, M y P.

M.P.P.

Sobre las actividades de Jorge QUARTINO "EL PATO" (MLN-C/A) se pudo saber lo siguiente:
- Este seria representante del MLN en el MPP y F.A.
- Sería representante del MPP en el F.A.
- Sería una persona de ideales Marxista Leninista pero politicamente aperturista.
- Dentro del Movimiento Tupamaro y de Participación Popular su actividad la centraría en el campo económico.
- Personalmente sería "estimado" por todos los grupos, movimientos y partidos políticos ("se llevaría bien con todos pero no es barra de nadie").
- Aunque sus ideales son de apertura política sería muy"querido" dentro de la militancia del MLN y MPP.

Es de destacar, que J. QUARTINO (MLN-C/A) podría ser el suplente natural de E.F. HUIDOBRO (MLN-C/A) siempre y cuando el movimiento tomara un tinte politico partidario -aperturista, sino sería imposible dado que no es una persona de ideales "FIERREROS".

ALEJANDRO WASSEN (MLN-MPP-C/A):

Se tomó conocimiento que dicha persona estaría viviendo en la chacra de J. MUJICA (MLN-C/A).
Allí ayudaría a éste último citado en el trabajo de floricultura.

ANTONIO Alias "EL NEGRO" (MLN-MPP-C/A):

Se tomó conocimiento que mencionada persona se encontraría trabajando en PROMOPEZ.

F.A.

REFERENDUM:

Se tomó conocimiento que mencionada coalisión estaría abocada a los trabajos para el 1ero. de Octubre.

ESTEBAN VALENTI:

Se tomó conocimiento que el citado estaría aportando dinero a la mencionada coalisión para sus actividades.

M26M

FINANZAS:

Se tomó conocimiento que dicho Movimiento no se estaría definanciando, sino que sería una campaña para no apoyar económicamente la propaganda del 1ro. de Octubre, ya que este Movimiento nunca estuvo de acuerdo con tal acción, mencionando que era una "PAYASADA POLITICA" sin finalidad.
Es de destacar además, que dicho Movimiento habría comprado una rotativa en U$S 200.000 para su diario y habría invertido dinero en compras o arrendamientos de campos, para su posterior explotación.

GENTE DE SUECIA:

Se tomó conocimiento que periodicamente llegarían hijos de Uruguayos radicados en Suecia para trabajar en el Movimiento.
Estos realizarían trabajos en el diario y además colaborarían en diferentes tareas. (PIONEROS y AMULP).
A éstas personas no se les pagaría ya que vienen desde su país en un régimen de intercambio de jóvenes. "Uruguay-Suecia".

NN Alias "NINO":

Se tomó conocimiento que dicha persona sería el encargado de la parte financiera del Movimiento, hasta el punto que sin la autorización de éste, no se podría realizar ninguna transación comercial de importancia.

JORNAL A PAGAR A MILITANTES:

- 1 NNM - U$S 100 por mes.
- 1 NNF - U$S 100 por mes (esposa o novia).
  NIÑOS - U$S 50 por mes.

Además se le entregaría ropa a un precio sumamente accesible y la comida en las horas de trabajo es muchas veces gratis o sino se paga a un valor de N$ 2.500 el ticket (2 platos y postre).

M.L.N.

Se tomó conocimiento que la tarea central del citado Movimiento sería denunciar corrupciones en diferentes lugares públicos y privados.
Para ello permanentemente se estarían informando a través de sus militantes o simpatizantes como así también de aquellas personas, aunque no allegadas al Movimiento , pero que se prestarían para dar informes al respecto.

004/4.

9209131

2 12 92

40

1. En el día de la fecha y siendo aproximadamente la hora - / [illegible] fue irradiado por CX 30 un reportaje telefónico realizado por el Jefe de Prensa de esa emisora VICTOR COLLAZO (C/A periodista de izquierda) a quien dijo llamarse VICTORIA FERNANDEZ(-/-); que sería esposa de un retirado del Ejército Nacional con el Grado de Sub Oficial Mayor y expresó lo siguiente:

-Que en un plazo de una semana a partir de la fecha y de no pagarse a los retirados militares lo establecido en el Art. 67 de la Constitución de la República y aprobado a su vez por el Parlamento; tomarán las siguientes medidas:

a- Huelga de hambre o ayuno de unas 20 mujeres de militares; entre las cuales no se encontraría ninguna embarazada o con muchos niños.-

b- Dicha medida será hasta las últimas consecuencias.

c- Cuentan con el apoyo de unas 140 mujeres de militares que viajaron del interior hasta la capital para apoyar la medida, contando desde ya con alojamiento en casa de militares y familiares.-

2. Continuando el reportaje y al efectuar los comentarios el periodista dijo que el ayuno se realizaría en la Parroquia de Padres Conventuales, sito en Canelones y Cuareim.

3. Realizada una entrevista telefónica al periodista COLLAZO; el mismo dijo que no posee teléfono para llamar a la Sra. VICTORIA FERNANDEZ, pero que el grupo que integra dicha señora se viene reuniendo periódicamente en la Parroquia de Padres Conventuales y que la organización del ayuno corre por cuenta de los sacerdotes de dicha parroquia.-

4. Otras averiguaciones realizadas hasta el momento por este Departamento no han confirmado la información estipulada en el Nral. 1.-

8/10/82

Victoria Margot Fernandez Lizardo

CBA 14.753

Doc. Poco legible

001 - 01

9209132

PORTADA



SIPA

Arde un laboratorio de coca clandestino. EE UU ya no se conforma con el apoyo logístico.



Washington tiene comandos preparados para mi

El Sur también se indigna

Iberoamérica está sorprendida y furiosa con la sentencia y anuncia que defenderá a sus nacionales



HAY dos cosas que un mexicano no soporta: que le menten a su madre y que jueguen con su orgullo nacional. La Corte Suprema de Estados Unidos ha tocado la fibra más sensible de los mexicanos: considerar legítimo que los agentes de la DEA (Agencia Antidroga de Estados Unidos) contrataran a ex policías mexicanos para que secuestran al doctor Humberto Alvarez Machaín en su consulta privada de la ciudad de Guadalajara (capital de Jalisco) ha sido un soberano patadón al orgullo mexicano.

El mismo día 15 de julio, cuando se conoció la sentencia, la cancillería mexicana emitía un durísimo comunicado en el que se calificaba como «acto criminal» el secuestro del doctor Alvarez. «La resolución —decía el comunicado del Ministerio de Relaciones Exteriores— transgrede principios esenciales del derecho internacional». Tan sólo dos días antes se había producido el secuestro de ex recluso Teódulo Romo López por agentes de la Patrulla Fronteriza de EE UU, el segundo caso en este país. El viernes 19, la cacillería mexicana pedía de nuevo la extradición del doctor.

El Gobierno mexicano decretó la suspensión inmediata de todas las actividades de los agentes de la DEA, 31 oficialmente, que operan en México. Los cinco agentes de la Agencia Estadounidense Antidroga que hay en Guadalajara quedaron «acuartelados» en el consulado de su país en la capital de Jalisco, según la Policía de aquella ciudad.

Todos los partidos políticos mexicanos apoyaron unánimemente la decisión del ejecutivo. Tanto la Cámara de Diputados como el Senado dedicaron acalorados ataques a Washington en la mañana siguiente.

Gabriel Jiménez Remis, diputado del Partido de Acción Nacional (PAN), de tendencia conservadora y poco sospechoso de antiamericanismo, fue uno de los oradores más duros: «EE UU pretende consagrar el derecho a ser el policía que comete delitos en todo el mundo, pero además con impunidad, con desprecio del orden constitucional y legal de todo el mundo». Jiménez Remis calificó de «irracional» la decisión del Supremo estadounidense. A partir de este momento, señaló, «ya no habrá rincón en el mundo donde pueda acogerse un refugiado político».

La Cámara de Diputados aprobó por unanimidad un comunicado en el que condena el secuestro del doctor Alvarez, o de cualquier otro ciudadano en las mismas circunstancias, al tiempo que calificó el hecho como «un acto de amenaza a nuestra soberanía nacional».

En el Senado sucedió otro tanto. Un senador del Partido de la Revolución Democrática (PRD), que representa la oposición de izquierdas al gobernante Partido Revolucionario Institucional (PRI), señaló que todo era «una consecuencia lógica de la debilidad con que se han llevado las relaciones con Estados Unidos».

Porque los incidentes, graves, en torno al secuestro del doctor Alvarez Machaín y de Romo López, y la discutida decisión del Tribunal Supremo de EE UU llegan en un momento clave de las relaciones entre los dos países, unidos por una frontera de más de 3.000 kilómetros: cuando se está a punto de concluir un acuerdo de libre comercio entre los dos países y Canadá.



misiones ilegales. Además, puede plantearse mandar a su Ejército, como en Panamá (abajo).





Camarena, el agente asesinado (derecha).

Las relaciones entre Washington y México parecían ir viento en popa. Los presidentes George Bush y Carlos Salinas de Gortari se han entrevistado con frecuencia y hay sintonía entre ambos. Salinas inició la liberalización económica de su país, privatizando un fortísimo y mastodóntico sector público, que ha permitido la entrada de fuertes inversiones estadounidenses en México. La colaboración en el terreno de la lucha contra el narcotráfico es buena. Y el izquierdismo en política exterior de México es ahora más tenue y sintoniza cada vez más con su vecino.

Quizás por todas estas razones, sólo 24 horas después de que prohibiera la actuación de los agentes de la DEA en territorio mexicano, la cancillería mexicana daba una espectacular marcha atrás y permitía a los agentes antinarcóticos estadounidenses seguir sus investigaciones en territorio mexicano.

TRANQUILIZAR EL TEMPORAL La Secretaría (ministerio) de Relaciones Exteriores mexicana justificaba su cambio de actitud con el argumento de que los narcotraficantes podían aprovechar este receso temporal de la DEA para intensificar sus negocios. Se ha llegado a afirmar que casi la mitad de la coca que consume Estados Unidos llega a través de la larga frontera entre los dos países, además de importantes cantidades de marihuana.

Bush intentaba tranquilizar el temporal: «Hemos dicho claramente al Gobierno mexicano que no vamos a secuestrar a toda persona que haya ofendido a EE UU. No va a haber

02

4209134

una ola de secuestros». Además, los mexicanos se consolaban con el hecho de que el Departamento de Estado norteamericano había aceptado de inmediato la petición mexicana, realizada en el calor de las primeras horas, de revisar el tratado de extradición entre los dos países.

En efecto, la noche del lunes 15 se anunciaba la necesidad de revisar ese tratado y el martes 16 al mediodía ya estaba el embajador norteamericano John Dimitri Negroponte en la cancillería iniciando conversaciones con el subsecretario Andrés Rozental.

Al término de la reunión, Negroponte leyó un comunicado del Departamento de Estado en el que se expresaba el deseo de su país de «satisfacer plenamente la sensibilidad de México con respecto a la colaboración futura entre ambos países en el campo de la observancia de la ley».

El documento norteamericano afirmaba tener «el más alto respeto por la soberanía de México», y mostraba su interés en «trabajar cuidadosamente con el Gobierno de México para aquietar cualquier preocupación o percepción en el sentido opuesto».

Pero eso no fue del todo cierto. Un párrafo más abajo, el Departamento de Estado se refería al doctor Alvarez Machain como una persona «acusada de la tortura y asesinato del oficial de la DEA Enrique Camarena», por lo que «se le sacó de México y se le entregó a las autoridades estadounidenses en abril de 1990». El que redactó esa nota en el Departamento de Estado no usó en ningún momento la palabra secuestro. La falta de sensibilidad es evidente.

TODOS CONTRA EL TRIBUNAL. En los demás países hispanoamericanos, donde podrían ocurrir aventuras como la que ha recibido el beneplácito de la Corte Suprema de Justicia, las reacciones abarcaban una gama que va desde la sorpresa hasta la indignación total.

En Colombia, los ministros de Relaciones Exteriores y Justicia condenaron la actitud estadounidense y advirtieron que en caso de que se secuestre a un colombiano, «las excelentes relaciones» entre ambos países «podrían verse gravemente afectadas». Sin embargo, el Gobierno no ha tomado medida alguna en torno a los planes de actuación con la DEA. El ex canciller Diego Uribe Vargas llegó a proponer que Gobierno y guerrilla cesen los sangrientos combates en que están empeñados desde hace algunas semanas y se unan para defenderse de la amenaza.

Desde el año pasado, por reforma constitucional, Colombia prohíbe la extradición de nacionales. El país alberga a varios de los que podrían figurar como objetivos importantes de la cacería autorizada por la Corte. Pablo Escobar y los tres hermanos Ochoa —cabezas del cartel de Medellín— están presos desde hace un año en una cárcel especial de Envigado, cerca de Medellín. En Cali, entretanto, viven los hermanos Rodríguez Orejuela, acusados de ser los que dirigen el cártel de esa ciudad.

Al conocerse la decisión, varios



SYGMA

Alí al Megrahi (izquierda) y Amín Jalifa Fiman. O los devuelve Libia o irán por ellos.

Los posibles objetivos de la «justicia sin fronteras»

LOS ACUSADOS DE LOCKERBIE. Los servicios de inteligencia estadounidenses y británicos acusan a Abdelbaset Alí al Megrahi y Amín Jalifa Fiman, empleados oficialmente de la Libyan Arab Airlines, de pertenecer al servicio secreto libio y de ser los autores materiales de la colocación de una bolsa de viaje con un explosivo en el Boeing 747 de la compañía Pan Am, que se estrelló sobre la localidad escocesa de Lockerbie. Fue de 21 de diciembre de 1988; murieron los 270 pasajeros. Londres y Washington exigen la entrega de los dos acusados. Ante la negativa libia, el caso se llevó ante el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas que, tras un ultimátum que expiró el 15 de abril, dictó el aislamiento internacional de Libia y dejó las puertas abiertas a una acción de fuerza. Nada indica que vayan a ser entregados a Occidente.

ABU NIDAL. El líder de la organización palestina Al Fatah-Consejo Revolucionario, está considerado por los servicios secretos occidentales como el terrorista más peligroso del mundo. En total, es responsable de la muerte de 250 personas. Se le acusa de atentados como el del aeropuerto romano de Fiumicino en diciembre de 1985, en el que murieron 16 personas, y el atentado contra un Boeing de Egypt Air, en 1985, en el que hubo 60 víctimas. Parece ser que Abu Nidal también utilizó sucursales londinenses del Banco de Crédito y Comercio Internacional (BCCI) —relacionado con el lavado de dinero de la droga y



El terrorista más temido: el palestino Nidal.



RENZO GOSTOLI

Campo de opio en México: objetivo de «narcos» y nueva amenaza para Estados Unidos.

ciudadanos de Envigado —donde Escobar construyó campos de deporte y viviendas populares con dinero de la droga— manifestaron a CAMBIO16 que estaban «listos para defender a Pablo del secuestro».

En Bolivia la reacción del Gobierno fue de prudencia («debilidad», señalaron algunos medios de comunicación). El canciller, Ronald Maclean, optó por esperar «una posición oficial de Estados Unidos» antes de tomar medida alguna sobre las actividades de la DEA en el país. Más expresivo, el comandante de las Fuerzas Armadas, general Oscar Vargas, manifestó: «Los bolivianos, como país soberano, no necesitamos fuerzas extranjeras ni las permitiremos». Bajo constante presión de la embajada de EE UU, Bolivia estudia actualmente un nuevo tratado de extradición, que podría quedar en entredicho. «Desde el punto de vista boliviano —arguye un editorial del diario *La Razón*— resulta ya inútil suscribir el nuevo tratado». Mientras, el ex canciller Guillermo Bedregal pedía la intervención de la Organización de Estados Americanos y las Naciones Unidas.

En el Perú las expresiones fueron de fuerte calibre. «Es una aberración jurídica», declaró el ministro de Justicia, Fernando Vega Santa Gadea. «La sentencia desconoce los tratados de extradición que tiene EE UU con más de cien países —dijo el senador del disuelto Congreso peruano Raúl Ferrero Costa—. Es inaceptable».

También fue criticada la sentencia en Argentina, cuyo Gobierno se esmera en ser el mejor amigo de Washington en Iberoamérica; el canciller Guido Di Tella señaló que consagra «el presunto derecho al secuestro». El canciller de Chile, Enrique Silva Cimma, reclamó que «tal planteamiento» era inconcebible en el derecho de su país. ■

ROMAN OROZCO, México. Con información de María Cristina Caballero (Bogotá), Lupe Cajías (La Paz) y Verónica Sáenz (Lima)



El emperador de la coca, Pablo Escobar.



Gilberto Rodriguez, del cártel de Cali.



Jorge Luis Ochoa, el otro capo de Medellín.

ahora ya cerrado— para financiar su campaña terrorista contra objetivos occidentales, que mantiene desde hace diez años.

PABLO ESCOBAR GAVIRIA. Jefe del cártel de Medellín, Escobar está en la cárcel La Catedral de Enviagado, desde que en mayo de 1991 decidiera entregarse voluntariamente a las autoridades colombianas. Hace varias semanas se descubrió un complot para acabar con su vida bombardeando la cárcel desde el aire. Muchos señalaron a la DEA como la organizadora. Estados Unidos, que había solicitado su extradición, espera expectante a que se celebre el juicio contra el «narco» y actuar en consecuencia.

JORGE LUIS OCHOA. Es el segundo hombre del cártel de Medellín y cerebro del clan Ochoa, que lo compone con sus hermanos Fabio y Juan David. Se entregó a las autoridades el 15 de enero de 1991, acogiéndose a los decretos del Gobierno del presidente César Gaviria, que garantizan a los acusados de narcotráfico la reducción de penas y la no extradición. A cambio, su entrega voluntaria y la confesión de uno de sus crímenes.

GILBERTO RODRIGUEZ OREJUELA. Jefe del cártel de Cali junto con su hermano Miguel Angel. La Agencia Antinarcóticos Norteamericana (DEA) lo considera como uno de los más beneficiados con la entrega de Escobar. Su cártel también controla, en parte, el nuevo negocio de adormidera que empieza a florecer en Colombia.

Profunda crisis en Latinoamérica, que teme ahora una "caza" de narcotraficantes en su territorio

Indignación y rechazo en todo el mundo fue la respuesta ante la legalización del secuestro por parte de la Suprema Corte de los EE.UU. En América latina se cree que la resolución es como volver a la "ley de la selva" y que confirma la idea de los norteamericanos de ser los "gendarmes del mundo". En México, la medida llevó a que el gobierno suspenda la actuación de agentes de la DEA en el país, mientras que en Colombia se teme el comienzo de una "caza" a los narcotraficantes.

Indignación por la legalización de secuestros en Estados Unidos

Nueva York (EFE, DPA, UPI, Reuter) — La controvertida decisión de la **Suprema Corte de Estados Unidos** de permitir el secuestro de presuntos delincuentes en otros países provocó ayer una profunda irritación en todas partes del mundo y en el ambiente tribunalicio norteamericano.

Esta medida, por la cual agentes federales de EE.UU pueden detener a terroristas o narcotraficantes en el exterior, y llevarlos a su país para ser juzgado, fue interpretada como **un acto de desprecio hacia la soberanía de los demás países del mundo.**

"La idea de que el secuestro es correcto es una posición deplorable", afirmó **Andrea Lowenfeld,**especialista en Derecho de la Universidad de **Nueva York que** escribió sobre el caso del mexicano **Humberto Alvarez Machain, el cual motivó el mencionado dictamen.**

En ese sentido, la Suprema Corte restituyó el proceso judicial en contra de **Machain,** acusado de haber participado en 1985 de la tortura y asesinato de un agente norteamericano dedicado al combate del narcotráfico en México.

Justamente fue ese país el que rechazó **más enérgicamente la decisión judicial, la cual pone en peligro las relaciones entre Estados Unidos y México,** que habían mejorado sensiblemente durante el actual gobierno del presidente Carlos Salinas de Gortari.

Con esta resolución, la administración de George Bush refuerza la idea de que Estados Unidos sea una especie de **"gendarme del mundo"**, y que pueda volver a protagonizar episodios como la intervención en **Panamá,** en [illegible], para secuestrar al general **Manuel Antonio Noriega,** al que se le adjudicaron vínculos con el narcotráfico.

A pesar de las declaraciones del gobierno norteamericano, en el sentido de que se respetará el derecho internacional, y que se tendrá en cuenta la legislación vigente en otros países, antes de secuestrar a algún sospechoso en el exterior, la decisión de la Suprema Corte no obtuvo consenso ni siquiera dentro del propio organismo puesto que se logró por seis votos contra tres.

Una de las opiniones más contundentes fue la del ministro de la Corte, **John Paul Stevens,** quien calificó a la decisión de **"monstruosa"** y señaló que **"los tribunales del mundo civilizado estarán profundamente perturbados"**.

Otra reacción contraria al fallo judicial fue la de **Ruth Wedgood**, profesora de Derecho de la **Universidad de Yale: "Si yo fuera el director de la Oficina Central de Investigaciones (FBI) o de la Dirección de Lucha contra el Narcotráfico (DEA), le diría a mis hombres que esto no es de ninguna manera una licencia, una luz verde para cazar".**

En **América latina** la respuesta de rechazo a la medida fue casi unánime, generando declaraciones desde el presidente venezolano **Carlos Andrés Pérez** hasta el propio canciller argentino Guido Di Tella.

- **Preocupante**

Más allá del Atlántico, la reacción tampoco se hizo esperar. Según fuentes del **Ministerio de Asuntos Exteriores de España,** el dictamen de la Suprema Corte de Estados Unidos es **"una decisión preocupante"**, que llevará a una respuesta en forma conjunta **de los doce países que integran la Comunidad Europea.** También el primer ministro de **Suecia** condenó el dictamen, al afirmar durante una visita a Chile que **"no acepta la extraterritorialidad"**.

Asimismo, existe preocupación en **Medio Oriente** por la medida, en especial en **Libia,** ya que ese país protege a dos personas involucradas en el caso **Lockerbie,** buscadas por la justicia norteamericana, a las que se niega a entregar para enfrentar juicio en **Estados Unidos.**

Las repercusiones en Estados Unidos tuvieron especial eco en la prensa de ese país. El prestigioso diario "The Washington Post" afirmó, por ejemplo, que **"el gobierno del presidente George Bush jamás debió autorizar el secuestro de un ciudadano mexicano para ser juzgado en Estados Unidos"**.

A pesar de todas las acusaciones, el magistrado en jefe de la Suprema Corte explicó que el tratado de extradición con **México** no había sido violado, ya que éste no prohibe explícitamente el secuestro. Según diversos analistas, esa posición carece de fundamento, puesto que es similar a establecer la **prohibición del robo en una transacción comercial.** En ese sentido, la decisión de la Corte establece un precedente peligroso para el buen mantenimiento de las relaciones internacionales.

Sin embargo, el vocero de la Casa Blanca, **Marlin Fitzwater,** dijo que es necesaria la colaboración con otros estados respecto de este tema, para que **"impere la ley"** en lo referido al narcotráfico y el terrorismo, por lo que la decisión de la Suprema Corte no demostraría **"ningún cambio en esta política"**. Pero no todos están de acuerdo con esa posición. Para la experta **Ruth Wedgodf, "que la Corte haya alcanzado esta decisión representa un gran salto sobre los límites"**.

AMBITO FINANCIERO
17/06/92

México expulsó a agentes de DEA

México (Reuter, UPI, DPA, EFE) — Las relaciones entre los ***Estados Unidos*** *y* ***México,*** *muy mejoradas bajo la actual presidencia de* ***Carlos Salinas de Gortari,*** *sufrieron un repentino enfriamiento cuando la* ***Suprema Corte*** *norteamericana apoyó el secuestro de supuestos criminales* ***más allá de sus fronteras.***

La decisión del lunes, en un hecho relacionado con un médico secuestrado de su casa en su país para enfrentar cargos en los ***Estados Unidos*** *en el caso de tortura y asesinato de 1985 del agente antinarcóticos,* ***Enrique Camarena,*** *provocó una iracunda respuesta de la cancillería mexicana.*

Calificando de "acto ***delictivo****" el secuestro de 1990 de* ***Humberto Alvarez Machain,*** *la cancillería mexicana ordenó un inmediato con****gelamiento de las actividades de los 34 agentes*** *de la* ***Dirección de Lucha contra el Narcotráfico (DEA)*** *de los Estados Unidos con base en* ***México*** *y dijo que estaba* ***revisando*** *su* ***tratado de extradición*** *con su vecino del Norte.*

Se añadió que el congelamiento de la DEA continuaría ***"hasta que se determinen los nuevos criterios de cooperación que permitan garantizar el respeto a nuestro orden jurídico y la completa salvaguardia de la soberanía nacional".***

La cancillería informó que también se instruyó a los agentes mexicanos que operan en los ***Estados Unidos*** *a que interrumpieran sus labores.*

La reacción mexicana detuvo temporalmente ***la estrecha cooperación en aumento entre ambos países contra el narcotráfico*** *y ensombrece la actitud* ***pro Washington*** *promovida por el gobierno del presidente* ***Salinas de Gortari.***

• **Máximo** respeto

Buscando paliar el ***malestar*** *que creció notablemente en todos los ámbitos en México los* ***Estados Unidos*** *dijeron ayer que tenían el* ***"máximo respeto"*** *por la soberanía de* ***México*** *y prometieron* ***respetarla*** *totalmente* ***en*** *sus* ***esfuerzos*** *contra* ***el narcotráfico.***

La cancillería mexicana dijo por la tarde que el Departamento de Estado de Estados Unidos aceptó ***su propuesta para iniciar de inmediato "negociaciones que aseguren las nuevas condiciones que permitan continuar y fortalecer los necesarios programas de cooperación en materia judicial y de combate al narcotráfico".***

Dichas negociaciones, que empezaron ayer mismo en Ciudad de México, incluyen ***"la revisión del tratado de extradición, así como los nuevos criterios para normar las actividades autorizadas a los agentes de la DEA comisionados en territorio nacional",*** *precisó un comunicado oficial.*

"Es una grave decisión porque *puede ser un* ***cheque en blanco*** *para que prosiga la política estadou****nidense de*** *raptar* ***en otros*** *países a* ***individuos sospechosos*** *de haber* ***cometido*** *acciones* ***delictivas en contra ... Washington",*** *dijo el jefe del Departamento de Estudios Internacionales del Instituto Tecnológico Autónomo de México,* ***Rafael Fernández.***

El senador opositor mexicano Porfirio Muñoz Ledo pidió a la Secretaría mexicana de Relaciones Exteriores que hiciera ***una protesta*** *formal* ***en Naciones Unidas y en la Organización de Estados Americanos.***

06 9209134

INEDITO FALLO DE LA CORTE SUPREMA

La Justicia de EE.UU. autorizó al gobierno a secuestrar personas en cualquier otro país

La captura por agentes israelíes de Adolf Eichmann, en 1960 en Buenos Aires, y la detención de Manuel Noriega, en 1989, tras la invasión norteamericana a Panamá, aparecen como los antecedentes internacionales más destacados: la Corte Suprema estadounidense emitió ayer un inédito fallo que sienta jurisprudencia y autoriza el secuestro de personas en el exterior para su juzgamiento en tribunales de ese país. El dictamen, un triunfo político del presidente George Bush, también podría sentar un precedente legal en el caso de los dos libios acusados del atentado contra el avión de Pan Am en Lockerbie, en 1988.

El caso Noriega

En un mensaje a la nación, el 20 de diciembre de 1989, el presidente de los Estados Unidos, **George Bush**, justificó la invasión militar a Panamá bajo tres argumentos: proteger las vidas de 35.000 estadounidenses, preservar la integridad del canal interoceánico y arrestar y someter a la justicia norteamericana al general **Manuel Antonio Noriega**, hasta entonces jefe de las fuerzas de defensa panameñas y "hombre fuerte" del país.

Treinta y seis horas después de la invasión, Guillermo Endara asumía la presidencia de Panamá en el Palacio Legislativo de la capital, ya bajo absoluto control de las fuerzas norteamericanas.

Tras una resistencia más simbóli- Nunciatura Apostólica panameña para reclamar asilo político a otro país. Diez días después, el 4 de enero de 1990, se entregaba "por propia voluntad" a las fuerzas norteamericanas.

Trasladado a los Estados Unidos, el autoproclamado jefe del gobierno panameño se declaró "prisionero político" y rechazó la jurisdicción de los tribunales federales de Miami que lo juzgarían por delitos de narcotráfico. Noriega, quien por entonces apareció fotografiado con vestimenta y número de convicto, declinó someterse a una declaración de inocencia o culpabilidad y argumentó que fue ilegalmente capturado por tropas que violaron el derecho internacional y llevado a los Estados Uni- barones de la droga", volvió a declarar Bush el 9 de abril pasado, cuando el militar panameño fue hallado culpable de ocho de las diez acusaciones de narcotráfico y extorsión por el jurado de la Florida.

Del otro lado, **Frank Rubino**, abogado de Noriega, tenía un comentario menos exultante para hacer. "Hemos escrito una nueva página en la historia y el precio ha sido invadir un país extranjero, secuestrar a su líder y traerlo a juicio. Con el veredicto de este jurado, otros gobernantes pueden empezar a temer", dijo.

Responsable de los cargos claves —asociación ilícita para delinquir y conspiración para delinquir— Noriega enfrenta una posible condena de 120 años de prisión, cuando el juez

La captura por agentes israelíes de Adolf Eichmann, en 1960 en Buenos Aires, y la detención de Manuel Noriega, en 1989, tras la invasión norteamericana a Panamá, aparecen como los antecedentes internacionales más destacados: la Corte Suprema estadounidense emitió ayer un inédito fallo que sienta jurisprudencia y autoriza el secuestro de personas en el exterior para su juzgamiento en tribunales de ese país. El dictamen, un triunfo político del presidente George Bush, también podría sentar un precedente legal en el caso de los dos libios acusados del atentado contra el avión de Pan Am en Lockerbie, en 1988.

El caso Noriega

En un mensaje a la nación, el 20 de diciembre de 1989, el presidente de los Estados Unidos, **George Bush**, justificó la invasión militar a Panamá bajo tres argumentos: proteger las vidas de 35.000 estadounidenses, preservar la integridad del canal interoceánico y arrestar y someter a la justicia norteamericana al general **Manuel Antonio Noriega**, hasta entonces jefe de las fuerzas de defensa panameñas y "hombre fuerte" del país.

Treinta y seis horas después de la invasión, Guillermo Endara asumía la presidencia de Panamá en el Palacio Legislativo de la capital, ya bajo absoluto control de las fuerzas norteamericanas.

Tras una resistencia más simbólica que efectiva, Noriega se refugió la Navidad de ese año en la sede de la Nunciatura Apostólica panameña para reclamar asilo político a otro país. Diez días después, el 4 de enero de 1990, se entregaba "por propia voluntad" a las fuerzas norteamericanas.

Trasladado a los Estados Unidos, el autoproclamado jefe del gobierno panameño se declaró "prisionero político" y rechazó la jurisdicción de los tribunales federales de Miami que lo juzgarían por delitos de narcotráfico. Noriega, quien por entonces apareció fotografiado con vestimenta y número de convicto, declinó someterse a una declaración de inocencia o culpabilidad y argumentó que fue ilegalmente capturado por tropas que violaron el derecho internacional y llevado a los Estados Unidos contra su voluntad.

"Es una gran victoria sobre los barones de la droga", volvió a declarar Bush el 9 de abril pasado, cuando el militar panameño fue hallado culpable de ocho de las diez acusaciones de narcotráfico y extorsión por el jurado de la Florida.

Del otro lado, **Frank Rubino**, abogado de Noriega, tenía un comentario menos exultante para hacer. "Hemos escrito una nueva página en la historia y el precio ha sido invadir un país extranjero, secuestrar a su líder y traerlo a juicio. Con el veredicto de este jurado, otros gobernantes pueden empezar a temer", dijo.

Responsable de los cargos claves —asociación ilícita para delinquir y conspiración para delinquir— Noriega enfrenta una posible condena de 120 años de prisión, cuando el juez William Hoeveler emita la sentencia, el 10 de julio.





Tropas norteamericanas arrestan a civiles panameños durante la invasión norteamericana a Panamá (arriba). Derecha, el ex hombre fuerte panameño Manuel Noriega al ser detenido por efe[illegible]dounidenses.

WASHINGTON, 15 (AFP, Reuter, AP y EFE). — El gobierno de los Estados Unidos podrá secuestrar en el exterior a las personas que quiera juzgar, a pesar de las objeciones del país donde tuviese lugar la acción, de acuerdo con un fallo emitido hoy por la Suprema Corte de Justicia norteamericana que sienta jurisprudencia para ese tipo de casos.

La sentencia, calificada como "una monstruosidad" por un miembro de la Corte que votó en disidencia, significa una victoria para la administración presidida por George Bush, que desde hacía tiempo invocaba para sí el derecho a capturar a presuntos narcotraficantes, terroristas y autores de otros delitos en el exterior reclamados por cortes estadounidenses, con lo que suscitó una controversia internacional.

Por seis votos contra tres, y en una decisión redactada por el presidente de la Corte, el juez William Rehnquist, el máximo tribunal estimó que las autoridades norteamericanas estaban en su derecho cuando, en 1990, capturaron en México a un médico mexicano involucrado en el asesinato de un agente de la Drugg Enforcement Administration (DEA, la agencia antinarcóticos estadounidense).

El fallo contradijo un dictamen emitido el año pasado por el juez Edward Rafeedie, de Los Angeles, California, después confirmado por un tribunal de apelaciones: en ambos casos se había juzgado ilegal el procedimiento realizado en México y se había dispuesto el retorno a su país del médico implicado.

El juez Rehnquist admitió que el secuestro del doctor Humberto Alvarez Machain pudo "escandalizar (...) y violar los principios del derecho internacional", pero al mismo tiempo, tras considerar que el procedimiento "no era contrario" al tratado de extradición vigente entre los EE.UU. y México, enfatizó que ello no impedía la captura del sospechoso en el extranjero para su posterior juzgamiento por violación de leyes norteamericanas.

El fallo también consideró que es competencia del gobierno norteamericano, y no de los tribunales regionales, decidir sobre el envío a México de personas capturadas por procedimientos como el que se siguió en el caso de Alvarez Machain.

Rehnquist sostuvo que el tratado de extradición firmado entre ambos países en 1980 "nada dice acerca de que cualquiera de los países se abstenga de secuestros de personas en el territorio del otro, o de las consecuencias si ocurre un secuestro" (véase crónica aparte).

Su opinión estuvo respaldada por otros cinco miembros del máximo tribunal: Byron White, Antonin Scalia, Anthony Kennedy, David Souter y Clarence Thomas, el mismo cuyo ingreso a la Corte fue seriamente cuestionado, el año pasado, a raíz de las acusaciones de acoso sexual que en su contra formulara su ex secretaria.

♦ "Monstruosa decisión"

Se opusieron al fallo los jueces Harry Blackmun, Sandra Day O'Connor (la única mujer que integra la Corte) y John Paul Stevens. Este último expresó sus temores de que "casi todos los tribunales del mundo civilizado quedarán profundamente preocupados por la monstruosa decisión anunciada hoy por la Corte".

En relación a lo señalado en el dictamen sobre que el tratado de extradición no prohíbe el secuestro de personas en el otro país, el magistrado disidente enfatizó: "Si los Estados Unidos, por ejemplo, piensan que es más expedito torturar o simplemente ejecutar a una persona, en lugar de intentar la extradición, esas opciones estarían igualmente disponibles, porque tampoco estuvieron explícitamente prohibidas por el tratado".

El gobierno de Washington nunca solicitó la extradición de Alvarez Machain. Conforme al tratado, en caso de haber denegado la solicitud de extradición, México hubiera estado obligado a enjuiciar al médico.

La decisión constituyó una gran victoria para el presidente Bush, cuya administración ya había manifestado reiteradamente su reclamado derecho a amplios poderes legales para eludir tratados de extradición en la búsqueda de presuntos delincuentes fuera del territorio norteamericano.

En 1989 el Departamento de Justicia, en un documento denominado "la autoridad del presidente para ordenar el secuestro", sostuvo que agentes norteamericanos podían capturar a sospechosos en el exterior aun sin obtener la aprobación del país donde se realizaban esos procedimientos.

En realidad el fallo viene a confirmar el triunfo obtenido por la tendencia conservadora en el seno del más alto tribunal

El proceso se inició en 1980, con la llegada a la Casa Blanca de Ronald Reagan, y se completó y afianzó a lo largo de las tres últimas administraciones republicanas. En este plazo el progresivo remplazo de jueces logró desmantelar los logros de una jurisprudencia marcadamente liberal (asentada en las décadas del 60 y del 70) por criterios ajustados a los reclamos de la óptica "neoconservadora" encarnada por Reagan y Bush.

El procurador general William Barr saludó el dictamen y lo calificó como una "importante victoria" en la lucha contra terroristas y narcotraficantes que operan desde el exterior contra los Estados Unidos. También el jefe de la DEA, Robert Bonner, aplaudió el fallo.

Detonante del dictamen

LOS ANGELES, 15 (AP, EFE y AFP). — El médico mexicano Humberto Alvarez Machain, quien sostiene su inocencia en los cargos que se le imputan por su presunta participación en el asesinato de un agente de la DEA, reaccionó amargamente al enterarse, en su celda, de que la Corte Suprema norteamericana autorizó su juzgamiento en los Estados Unidos.

Así lo reveló su abogado, Robin Toma, quien calificó el dictamen del máximo tribunal estadounidense como "una bofetada en la cara del pueblo de México y de su gobierno".

El ginecólogo Alvarez Machain fue secuestrado de su oficina, en la ciudad mexicana de Guadalajara, y metido a la fuerza en un avión que lo trajo a la localidad de El Paso, en el estado norteamericano de Texas, donde fue detenido y después llevado a California para ser juzgado.

El médico está acusado de haber usado sus conocimientos para mantener con vida, mientras era torturado por una banda de narcotraficantes, al agente de la agencia antinarcóti[...] norteamericana (DEA) Enrique Camarena.

El agente había sido secuestrado [...] 1985. Junto con él fue asesinado Alfre[...] Zavala Avelar, un piloto mexicano q[...] operaba para la DEA. En total, die[...] nueve personas están acusadas de [...]ber actuado en esos homicidios.

En relación con el mismo caso [...] autoridades estadounidenses ya habí[...] dispuesto el secuestro de René Verd[...]go-Urquidez, quien fue condenado a [...]dena perpetua.

La jurisprudencia sentada por [...] dictamen sobre el caso Alvarez M[...]chain podría sentar el precedente le[...] para un intento de secuestro de Ab[...] Basset Megrahi y Lamin Khalifa, [...] dos libios acusados de ser autores [...] atentado de 1988 contra un avión [...] Pan Am sobre la localidad escocesa [...] Lockerbie. El gobierno de Muamar [...]dafi ha dicho que solo aceptará la [...]tradición hacia "un país neutral", y [...] hacia los Estados Unidos, lo que ha [...]lido una severa condena internaciona[...]

Ámbito Financiero

17-6-92

VINCULACIONES

RECHAZO GENERAL A QUE LOS EE.UU. CAPTUREN POR EL MUNDO A SOSPECHOSOS



Una fuerte condena mundial provocó ayer la polémica decisión de la Corte Suprema norteamericana de legalizar la captura de sospechosos en cualquier parte del mundo. El fallo de la corte conservadora, que afianza la idea de los EE.UU. de convertirse en el gendarme mundial, puso al rojo vivo las relaciones con el resto del continente justo en el momento en que atraviesan su punto más brillante. En América latina, donde en general se lo consideró un peligroso regreso a la "ley de la selva", se escuchó la voz del canciller Guido Di Tella en su condena. Sin embargo, sus fuertes criticas a la polémica resolución sólo pueden ser consideradas contradictorias, teniendo en cuenta que la medida de la Corte Suprema norteamericana es de hecho una simple confirmación de la política intromisoria que impulsa el propio Di Tella. Desde España y otros paises europeos, y en especial en los paises latinoamericanos, donde se teme ahora una virtual "caza de sospechosos" por parte de los EE.UU., la indignación no tardó. En México provocó una crisis en las relaciones bilaterales e incluso el gobierno de Salinas de Gortari congeló la actividad de la DEA y analiza una protesta ante las Naciones Unidas. **(Ver páginas 12 y 13.)**

09

92C...134

El controvertido fallo de la Corte Suprema norteamericana

Rechazo de dirigentes políticos argentinos

Dureza: legisladores y partidos de distinta extracción coincidieron en criticar con severos términos el fallo, al que calificaron de violatorio de normas del derecho internacional.

El consejo nacional del Partido Justicialista señaló que "la sentencia de la Corte Suprema de Justicia de los Estados Unidos constituye una flagrante violación de los principios de convivencia de la comunidad internacional, de las normas que rigen el derecho internacional y los acuerdos celebrados en el ámbito de las Naciones Unidas.

"El PJ expresa, en consecuencia, su más absoluto repudio a dicha actitud y »pide a los poderes institucionales de la Nación que dicten los pronunciamientos que correspondan, dejando claramente establecida la exigencia del respeto a las soberanías de los Estados".

Adolfo Gass (presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores del Senado): "Esa decisión disuelve en los Estados Unidos el estado de derecho que siempre presumió poseer y ubica a esa nación en el nivel de los gobiernos que practican el terrorismo internacional. Si aquél país se sintió moralmente habilitado para reclamar sanciones a Cuba, a Irak o a Irán, no puede ahora pretender que la comunidad internacional no las adopte cuando transegrede tan gravemente los principios y normas más elementales del derecho".

Juan Ramón Aguirre Lanari (senador nacional por el Partido Liberal): "Creo que las críticas que del fallo efectúan los miembros de la minoría de la Corte Suprema de los Estados Unidos son suficientemente expresivas. Independientemente de la figura y del execrable delito que motiva el asunto, lo que no es conveniente para el respeto de la soberanía de las naciones es apelar a procedimientos que configuran peligrosos antecedentes en materia de convivencia internacional".

Juan Octavio Gauna (diputado UCR; vicepresidente, a cargo de la Comisión de Justicia):"Es una herejía jurídica y, en el fondo, es un atropello a la conciencia jurídica internacional".

José María Ibarbia (diputado Ucedé): "Es desmedido que un país pretenda constituirse en policía del mundo."

Juan Carlos Maqueda (diputado PJ): "El fallo viola el principio de no intervención y es peligroso porque puede ser asimilado por la Corte argentina, dada la similitud de instituciones con aquel país, y porque deroga de hecho el Pacto de San José de Costa Rica. Es preocupante la tendencia de la corte estadounidense puesto que el año pasado aceptó como válidos las declaraciones de un reo sometido a tortura."

Ernesto Algaba (diputado UCR): "El fallo desconoce los tratados internacionales sobre extradición que se han ratificado con los estados partes, al violar el derecho y la soberanía de los pueblos."

Jorge Vanossi (diputado UCR): "El fallo desprende los hechos de la normativa vigente y desarticula el encuadre jurídico global sobre el tema, ya que está autorizando a un Estado en singular a realizar conductas que, de ser consumadas por un particular, constituirían delito, y que también merecen igual reproche para el derecho internacional."

Héctor Gatti (diputado demócrata cristiano): "La Corte de Estados Unidos ha abofeteado a la inteligencia, al sentido común y los deseos de centenares de millones de hombres y mujeres de todo el mundo que buscan vías adecuadas para lograr la paz y la justicia."

Víctor Sodero Nievas (diputado PJ): "La inédita decisión de la Corte norteamericana sienta un precedentede proyección internacional incompatible con nuestro sistema de derecho y se torna necesario que la Cámara se expida esa decisión por arbitraria y lesiva del orden jurídico internacional."

Octavio Frigerio (diputado del MID): "El fallo tiene un carácter distinto al que se interpretó con la lecturta de los cables puesto que está referido a los asesinos de un agente de la DEA. De todos modos, la Argentina debe rechazar el menoscabo a la autodeterminación de los pueblos."

Marcelo Claros (candidato a senador por el MAS): "La resolución de la Suprema Corte norteamericana convalida la prepotencia imperialista de despreciar la soberanía de los estados nacionales, recurriendo a una metodología típicamente colonialista. Exigimos que el Gobierno se comprometa a impedir su aplicación en nuestro país y que llame a repudiarlo en todos los eventos internacionales".

Jorge Pirra (concejal metropolitano por la Ucedé, presidente de la Fundación Apertura para la Transformación Argentina) "El fallo de la Corte Suprema norteamericana puede ser un instrumento tendiente a violar el principio de no intervención. Atenta también contra normas fundamentales del derecho internacional y puede llegar a poner el peligro hasta la integridad territorial y la soberanía de los Estados. No puede sino merecer el rechazo más terminante".

INEDITO FALLO EN EE.UU.

México flexibiliza su actitud y colaborará con Washington en la acción antidroga

MEXICO, 17 (AP, Reuter, ANSA y por **Marjorie Miller y Douglas Jehl, de Los Angeles Times**, especial para **Clarín**). — El gobierno mexicano **dio hoy marcha atrás en su severa reacción inicial** frente a la decisión judicial norteamericana de permitir el secuestro de presuntos delincuentes en el extranjero y autorizó "**temporalmente**" la actividad de los agentes antinarcóticos estadounidenses en México.

Luego de conocerse el lunes el fallo por el que se legitimó el secuestro del médico mexicano **Humberto Alvarez Machain** —acusado de colaborar con el narcotráfico— realizado [illegible] zarrecompensas en [illegible], el gobierno mexicano decidió cancelar las **actividades de los 39** miembros de la agencia **antinarcóticos** norteamericana **(DEA) en su país**, y someter a revisión el tratado de extradición entre los dos países.

Sin embargo, tras una entrevista realizada ayer entre el embajador norteamericano en México, **John Negroponte**, y el subsecretario de Relaciones Exteriores, **Andrés Rosenthal**, la Cancillería anunció hoy que había reconsiderado su decisión.

"El gobierno de México ha decidido permitir que la **cooperación bilateral"** en **la lucha** contra las drogas **"se reanude temporalmente"** mientras se negocian las normas de extradición y las que regirán la actividad de los agentes de la DEA, afirmó un comunicado de la Cancillería.

La declaración afirma que la suspensión total de las actividades conjuntas antinarcóticos podría ser interpretada como [illegible] **señal equív**[illegible] **quienes se dedican** [illegible] **criminal** [illegible]**"**.

Según el comunicado, las declaraciones de la Casa Blanca y el Departamento de Estado —posteriores al fallo judicial— aseguran que la lucha norteamericana antinarcóticos será **"realizada con pleno respeto a los derechos soberanos y prerrogativas de cada nación"**.

Funcionarios norteamericanos expresaron su profunda preocupación sobre un deterioro en las relaciones de ambas naciones (que junto a Canadá firmarán un Tratado de Libre Comercio). **"Cuando surgen problemas entre dos países es necesario buscar soluciones"**, dijo Negroponte luego de su reunión con Rosenthal. **"Eso es lo que intentamos hacer como consecuencia de la decisión de la Suprema Corte"**.

Deterioro

Como un reflejo de la intención norteamericana de tranquilizar a México, tanto la Casa Blanca como el Departamento de Estado aseguraron que el caso **de Alvarez Machain** no sería utilizado como modelo para futuras acciones contra el narcotráfico.

Altos funcionarios del gobierno estadounidense afirmaron también que era probable que Washington ceda a las demandas mexicanas de **incluir una enmienda al tratado de extradición por la que se prohibiría específicamente este tipo de secuestros**.

El embajador norteamericano admitió que el fallo de la Corte Suprema de su país, que provocó una ola de protestas en toda América latina, dañó de alguna manera las hasta ahora excelentes relaciones bilaterales, pero dijo que a criterio de su gobierno **"no debe afectar otros aspectos"** como las negociaciones del **Tratado de Libre Comercio**.

Las relaciones entre los Estados Unidos y México, tradicionalmente tirantes, mejoraron visiblemente desde que en 1988 asumió la presidencia mexicana **Carlos Salinas de Gortari**, un neoliberal graduado en la **Universidad de Harvard**.

Este acercamiento no solo se reflejó en un incremento de la cooperación para combatir las bandas internacionales dedicadas al tráfico de drogas, sino que permitió la negociación del Tratado de Libre Comercio, que ambos países, junto a Canadá, **tienen previsto firmar este año o a más tardar en 1993**.

El gobierno canadiense ha protestado también por el dictamen de la Suprema Corte de los Estados Unidos.

"Cualquier intento de secuestrar a alguien en territorio canadiense será considerado como un acto delictuoso", dijo la ministra de Relaciones Exteriores de Canadá, Barbara McDougall.

Canadá es también particularmente sensible a esta situación debido a que gran número de fugitivos de los Estados Unidos entran a su territorio a través de la extensa frontera común.

Acusan a la DEA de un secuestro en México

MEXICO, 16 (EFE). - Agentes antinarcóticos de EE. UU. se internaron el sábado último en México para llevarse por la fuerza a un comerciante mexicano en una acción descripta hoy como un "secuestro" por una fuente de la Procuraduría General de la República (PGR).

La detención de Teodulo Romo por agentes de la Dirección Antidrogas de los EE. UU. (DEA) se produjo en la población fronteriza de Naco, en el Estado oriental de Sonora, a unos 1688 kilómetros al noroeste de la capital mexicana, dijo a EFE la fuente, que declinó ser identificada.

El suceso tuvo lugar dos días antes de que el Tribunal Supremo de los Estados Unidos autorizase los secuestros de presuntos criminales en el extranjero para enjuiciarlos en ese país.

El fiscal de Naco, Jesús María Carrillo, señaló que los agentes de la DEA esperaron dos horas a que Romo, de 35 años, saliera de un restaurante para detenerlo y subirlo a un vehículo ante decenas de testigos que no impidieron la acción.

La fuente de la PCR indicó que la institución estudia el caso que fue denunciado por la esposa del afectado, Agripina Avechuco.

Avechuco indicó que su marido las llamó desde los Estados Unidos para comunicarle su situación y que el lunes sería trasladado a una prisión en Tucson, ciudad del Estado de Arizona, indicó el fiscal.

El fiscal agregó que solicitará la comparecencia de los policías fronterizos mexicanos que no advirtieron la acción de los agentes de la DEA, identificados como Randy Flores y Vicente Madrid.

El agente de la Policía Judicial, Manuel Barrios, dijo que Romo había sido detenido el año pasado por agentes de la DEA en posesión de dos millones de dólares en efectivo.

La Corte norteamericana ratificó un polémico fallo con otro dictamen

WASHINGTON, 22 (AP).– La Corte Suprema de Justicia anuló hoy el fallo de un tribunal inferior según el cual el gobierno de los Estados Unidos sacó ilegalmente a un mexicano de su patria y lo procesó aquí por el homicidio de un agente antidrogas norteamericano y de su piloto.

Fue la segunda vez en dos semanas que el máximo tribunal del país aprueba la captura de ciudadanos mexicanos en territorio de México para procesarlos en los Estados Unidos.

El caso decidido hoy fue el de René Verdugo Urquidez, convicto por el el asesinato de un agente de la Administración Antidrogas de los Estados Unidos (DEA) y de un piloto de esa organización.

El fallo emitido el último lunes por la Corte Suprema dijo que el gobierno de los Estados Unidos podía secuestrar a personas en otro país y someterlas a juicio por encima de las objeciones del país en cuestión.

Mediante dicho fallo, la Corte se negó a ordenar la devolución del doctor Humberto Alvarez Machain a México, como ha exigido el gobierno de ese país. Alvarez Machain fue secuestrado en Guadalajara en 1990.

Ayer, un juez norteamericano fijó para el 25 de agosto el juicio a Alvarez Machain.

Verdugo cumple una sentencia de 240 años más cadena perpetua por su papel en los homicidios, y no tendrá posiblidad de salir bajo palabra hasta que cumpla 96 años.

Verdugo fue detenido por la policía mexicana cerca de San Felipe en 1986 y se lo condujo a la frontera con los Estados Unidos, donde lo entregaron a agentes federales norteamericanos a través de una apertura en la verja fronteriza, sin el consentimiento del gobierno mexicano.

El Tribunal de Circuito de Apelaciones de los Estados Unidos falló que la captura de Verdugo y su enjuiciamiento en los Estados Unidos fueron ilegales. La orden de hoy hace a un lado el fallo del tribunal de apelaciones en el caso de Verdugo.

Nº DOC
TITULO
PROCEDENCIA LA REPUBLICA
FECHA DE PROCEDENCIA 29-6-92
VINCULACION

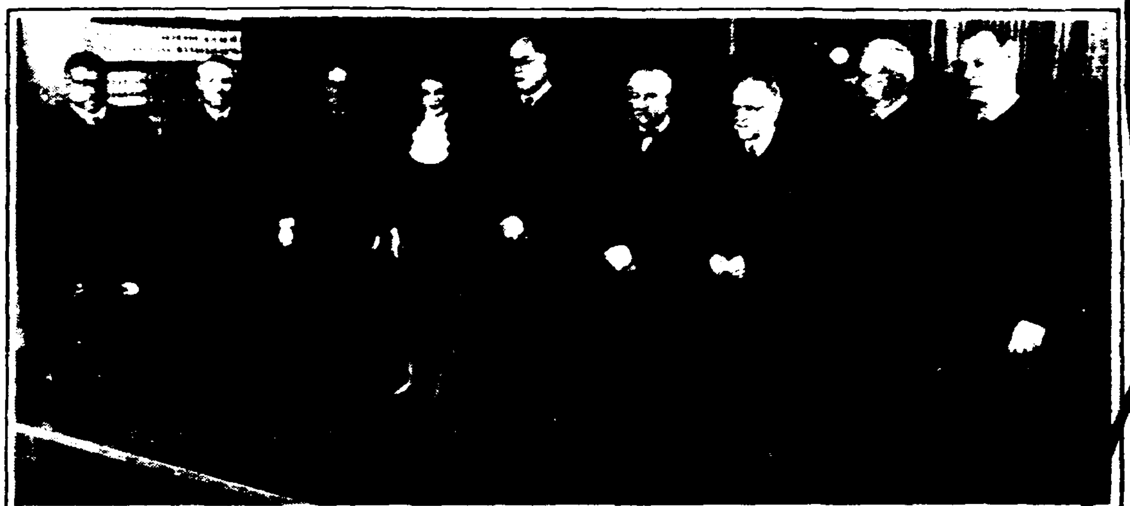
ENTRADO
CRUZADO

Agentes del FBI como "pericos por su casa" en Venezuela

Secuestran a dos colombianos acusados de lavado de dinero

* Presidentes del Cono Sur objetaron fallo de la Corte de EEUU

La cancillería venezolana guardaba ayer absoluto silencio sobre el secuestro de dos ciudadanos colombianos en su territorio, efectuado por agentes del FBI que los acusó de lavado de dólares, según fuentes concordantes. De acuerdo con informaciones provenientes de Bogotá, el gobierno de Colombia pidió explicaciones a EEUU y Venezuela sobre el citado secuestro, pero en Caracas se negó haber recibido la nota de protesta. Dos días atrás en Las Leñas, Argentina, los presidentes de Argentina, Brasil, Chile, Uruguay, Paraguay y Bolivia objetaron la autorización de la justicia norteamericana para el secuestro de sospechosos en otros países.



Miembros de la Suprema Corte de EEUU, cuyo fallo autorizando el secuestro de personas en terceros países ha generado polémica. (Telefoto de AFP)

Caracas (AFP, UPI y ANSA)

■ La cancillería venezolana negó haber recibido una nota de protesta de su similar colombiana por el presunto secuestro de dos hombres de esa nacionalidad a manos del FBI, se informó aquí en la tarde de ayer.

Los colombianos Julio Rebolledo y José Ignacio Restrepo, figuran como cabecillas de una red de lavado de dinero proveniente del narcotráfico, caso que se ventiló en los tribunales locales en febrero del año último.

El FBI seguía desde 1986 los pasos de los ciudadanos colombianos que tenían su centro de operaciones en Los Angeles, California, desde donde impartían instrucciones a sus socios en Panamá, Nueva York, Miami y Venezuela. David Hendrix, agente especial del FBI, se infiltró en la organización de Restrepo y Rebolledo, quienes le ofrecieron compartir las ganancias obtenidas por la venta de narcotráficos en el área del condado de Orange, Los Angeles.

POLICIA AL MARGEN

El dinero obtenido fue depositado en cuentas bancarias panameñas y estadounidenses, maniobras que fueron notificadas al tribunal de California, que ordenó la captura de los colombianos por blanquear divisas provenientes del narcotráfico.

La policía venezolana permaneció al margen de la investigación del FBI, hasta que la cadena radial colombiana CMI informó esta semana del secuestro en el litoral central venezolano de Rebolledo y Restrepo, quienes fueron trasladados por agentes del FBI a California donde serán juzgados.

La acción del FBI se produjo días después que la Suprema Corte de Justicia estadounidense convalidó el secuestro de personas en terceros países que tengan cuentas pendientes con la justicia norteamericana, fallo que fue rechazado por el gobierno de Venezuela por violar el derecho internacional.

De comprobarse la responsabilidad del FBI en el episodio, sería el segundo hecho similar conocido en el país.

LA HISTORIA SE REPITE

En 1991 agentes policiales locales detuvieron al venezolano Víctor González, quien fue trasladado clandestinamente por agentes de la DEA a Puerto Rico y actualmente se le sigue juicio en Nueva York por actividades de narcotráfico. La cancillería venezolana se limitó a señalar que "tomará las providencias necesarias a fin de apoyar en lo que corresponde a las gestiones de los entes oficiales competentes para establecer las precisiones del caso". El ministro del Interior, Luis Piñeyrúa, dijo al ser interrogado al respecto que "eso es un asunto de vieja data, incluso yo no era aún ministro (lleva en el cargo poco más de tres meses). Más adelante yo les proporcionaré información", prometió luego a la prensa. Aunque no hubo confirmación oficial, se supo en medios bien informados que la cancillería venezolana habría formulado un pedido de informes al embajador de EEUU ante el gobierno de Venezuela, Moris Buslay.

EL SUR TAMBIEN EXISTE

Como si estuvieran adelantándose al suceso de Venezuela, los presidentes Carlos Menem, Fernando Collor de Mello, Patricio Aylwin, Luis A. Lacalle, Andrés Rodríguez y Jaime Paz Zamora, señalaron en la localidad de Las Leñas, su preocupación por las consecuencias del fallo de la Suprema Corte de Justicia de los Estados Unidos que autorizó el secuestro de personas en otros países. En un comunicado conjunto los jefes de Estado del sur americano pidieron al Comité Jurídico de la OEA que emita una opinión sobre la jurisdicción internacional del polémico fallo. La Suprema Corte de EEUU que han desatado una serie de reacciones a nivel mundial con Clarence Thomas, David Souter, Antonin O'Connor, William Renhquist, John Paul Stevens, Harry White y Anthony Kennedy.

Nº DOCUMENTO

TITULO Los narcotraficantes colombianos ~~secuestrados~~ en Venezuela por el FBI

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA DE PROCEDENCIA 28-6-92

VINCULACIONES

Desconcierto en Venezuela por el presunto secuestro de colombianos

Perplejidad: las autoridades parecen ignorar el hecho, en el que dos narcotraficantes habrían sido detenidos por agentes norteamericanos; los militares golpistas encarcelados pidieron un referendum y una nueva Constitución.

CARACAS, 28 (DPA). – El gobierno venezolano reaccionó hoy desconcertado ante informaciones sobre el secuestro en Venezuela de dos sospechosos narcotraficantes colombianos por agentes de la policía norteamericana y negó haber recibido una nota de protesta de la Cancillería colombiana.

Un vocero del Ministerio del Exterior rechazó informaciones acerca de que en su despacho se haya recibido el mensaje como consecuencia del secuestro, en la localidad caribeña de Caraballeda, de los colombianos Jorge Restrepo y Julio Rebolledo a manos de agentes de la Oficina Federal de Investigaciones (FBI) de los Estados Unidos.

Según informaciones del noticiero CMI de la televisión colombiana, Restrepo y Rebolledo, acusados de lavado de dólares provenientes del narcotráfico, fueron secuestrados en una fecha no precisada, "hace varios días", por tres agentes del FBI y llevados a una prisión en el Estado norteamericano de Florida.

El director general del Ministerio del Exterior venezolano, David López Henríquez, anunció una investigación del caso tras una prolongada reunión con el canciller, general Fernando Ochoa Antich, pero no dio mayores detalles.

Piden un [illegible]

15

9209134

EL PAÍS 7-7-92

CRUZADO

Secuestros en Bolivia

LA PAZ, 6 (AP). — Estados Unidos no autorizará el secuestro de ciudadanos bolivianos que tengan procesos pendientes en ese país y seguirá los trámites legales de extradición suscritos por ambos gobiernos, dijo hoy la embajada norteamericana aquí.

16/16

Declaraciones del Pte de México sobre decisión de secuestros de EEUU.
CAMBIO 16
20-7-92

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

CARLOS SALINAS DE GORTARI

"Los secuestros de EE UU en México son inaceptables"

El presidente mexicano denunciará en los tribunales internacionales las detenciones de la DEA en su país

ROMAN OROZCO, México
Fotos: SERGIO DORANTES

CARLOS Salinas de Gortari ha iniciado su gira número 27 por el extranjero. Desde que el 1 de diciembre de 1988 asumió la presidencia de la República de México, hasta el día en que se realizó esta entrevista en su despacho oficial, el 22 de junio, ha recorrido 512.894 kilómetros. Con los kilómetros que estos días agrega a su equipaje, Salinas habrá completado 13 vueltas completas a la Tierra.

Cuando le doy este dato, que posiblemente él desconoce, sonríe abiertamente y entorna sus pequeños ojos tanto que apenas si se le pueden ver las pupilas.

Su viaje se inició por San Diego, California, en donde se entrevistó con su colega norteamericano, George Bush. Tenían una agenda muy apretada. Después siguió hacia la vieja Europa: Gran Bretaña, Francia, España y Hungría.

En casi todos esos países, el presidente Salinas de Gortari, de 44 años, recibirá honores. En Londres se le impondrá la Orden de San Miguel y San Jorge y en Madrid será nombrado doctor *honoris causa* por la Universidad Autónoma. Todo ello, en reconocimiento a las reformas por él introducidas en el anquilosado sistema mexicano.

—Señor presidente, ¿qué opina de la decisión adoptada por el Tribunal Supremo de Estados Unidos que aprueba el secuestro del doctor mexicano Humberto Alvarez Machain por agentes de la Agencia Antinarcóticos Norteamericana (DEA) en abril de 1990, en Guadalajara?

—Hemos calificado esa decisión como inaceptable e inválida en nuestro país. Incluso un magistrado de la Corte norteamericana la llamó «monstruosa», alejada del derecho internacional. De ahí que nosotros primero hayamos reclamado la devolución del doctor Alvarez Machain y lo seguiremos haciendo en los foros internacionales. En segundo lugar, vamos a establecer reglas claras de cooperación con Estados Unidos. No habrá un combate eficaz al narcotráfico sin cooperación internacional. Tercero, procede una revisión del tratado de extradición entre los dos países, y además impondremos sanciones muy severas a los mexicanos que participen en el secuestro de nacionales para llevarlos a otros países.

—Dice que recurrirán a los foros internacionales en el caso del doctor Alvarez Machain. ¿A cuáles?

—Hay varios. Por ejemplo, la Corte Interamericana sería una primera instancia por ser de la región.

—Humberto Alvarez Machain fue secuestrado por orden de la Agencia Antinarcóticos. ¿Hasta qué punto se exceden en su trabajo en México?

—Con las normas que hemos adoptado ahora, los agentes de la DEA serán sólo un órgano de intercambio de información. No podrán realizar ninguna labor reservada exclusivamente a las autoridades judiciales mexicanas.

—¿Qué diferencia existe entre el trabajo que estaban haciendo hasta ahora en México y lo que podrán hacer a partir de esas nuevas normas?

—No podían hacer detenciones. Pero hemos visto ahora que hay que precisarlo con toda claridad, por escrito.

—¿Existía algún tipo de reglamento, algunas normas en las que se especificaran sus tareas en México?

—No estaba publicado. Ahora hemos visto que hay que ser muy precisos en las reglas. Eso es precisamente lo que vamos a hacer.

—Cuando se produjo la decisión del Tribunal Supremo de Estados Unidos, ustedes reaccionaron suspendiendo de inmediato las actividades de los 39 agentes de la DEA en México. Sin embargo, 24 horas después, esa decisión fue revocada. ¿Recibió usted presiones de la Casa Blanca?

—No. ¡Ninguna! Yo diría que se cumplió el propósito de esa suspensión: inmediatamente los representantes de Estados Unidos se sentaron a dialogar sobre las condiciones de la cooperación. Y eso era, precisamente, lo que nosotros queríamos. Nunca señalamos que íbamos a terminar con la cooperación, porque estamos convencidos de que es necesaria. También detectamos que se estaba preparando una ofensiva de narcotraficantes, pensando que iba a existir en México un espacio abierto para su acción y eso no lo podíamos permitir.

> **"NO fijamos un día para firmar el Tratado con Estados Unidos y Canadá para no confundir la fecha con el contenido de la negociación"**

01/02

0209135

La OEA se reúne para tratar el caso del mexicano secuestrado por EEUU

Washington (UPI)

■ El Consejo Permanente de la Organización de los Estados Americanos se reúnen hoy para escuchar un informe que critica fuertemente a Estados Unidos por haber secuestrado a un ciudadano mexicano a fin de enjuiciarlo por drogas, y afirma que el *detenido* debe ser devuelto a su país.

El informe fue preparado en Río de Janeiro por el Comité Jurídico Interamericano, un organismo de la OEA, y dice que no puede ser disputado que el secuestro del médico Humberto Alvarez Machín "fue una seria violación del Derecho Internacional Público, puesto que fue una transgresión de la soberanía territorial de México".

La Corte Suprema de Estados Unidos dictaminó el 15 de junio de este año que Alvarez Machín podía ser juzgado en este país a pesar de reconocer que había sido secuestrado por la fuerza en México.

El fallo causó protestas e indignación internacional, y un mes después de haber sido emitido, la OEA encargó al Comité Jurídico Interamericano que se pronunciará sobre la legalidad de la decisión.

El Comité estableció en su informe que no tenía derecho a opinar acerca de si la decisión de la Corte Suprema se ajusta a la ley interna de Estados Unidos, pero recordó que un "principio incuestionable" del derecho internacional es que las normas nacionales no pueden ser invocadas para evitar cumplir con las obligaciones internacionales.

Machín Alvarez fue llevado a la frontera entre los dos países y entregado a funcionarios de la Dirección de la Lucha Contra las Drogas (DEA) para ser sometido a juicio por su supuesta complicidad en la tortura y asesinato del agente estadounidense Enrique Camarena, por traficantes de cocaína en México.

Además de tratarse de una violación de la soberanía mexicana, también es indiscutible que Estados Unidos es responsable por la conducta de la DEA en este caso, puesto que, a pesar de estar en pleno conocimiento de lo sucedido, el gobierno "se ha abstenido de revertir esa acción".

"Todo Estado que viole una obligación internacional debe hacer reparaciones por las consecuencias de tal acción", dijo el Comité.

"La reparación tiene el propósito de retornar, hasta donde sea posible, la situación antes de que la transgresión ocurriera".

"En consecuencia", dijo el informe, "es claro que Estados Unidos, como la parte responsable por la violación de la soberanía de un ciudadano mexicano, Humberto Alvarez Machín, está obligado a repatriarlo, sin perjuicio de cualesquiera otras reparaciones" que tal conducta pueda despertar.

Seis detenidos por narcotráfico

Seis personas detenidas y varios kilogramos de cocaína secuestrada es el resultado de procedimientos realizados por efectivos de seguridad en diversos puntos del país.

Anteayer, integrantes de Gendarmería Nacional arrestaron en Salta una estudiante universitaria de 20 años, domiciliada en Tartagal, localidad situada a 370 kilómetros al norte de esa capital, que llevaba consigo dos kilogramos de esa sustancia de alta pureza.

El operativo, ordenado por el jefe de la VII Agrupación Salta, comandante mayor Héctor [illegible], fue cumplido cuando un ómnibus que presta servicio de transporte entre esa ciudad y Resistencia, en el que viajaba la joven, fue inspeccionado en la localidad de Nuestra Señora de Talavera.

Otro operativo fue practicado por la división Atlántica de Toxicomanía de la policía marplatense, que desbarató en la ciudad balnearia a una gavilla de narcotraficantes, a la que se le secuestró 3 kilogramos de cocaína.

El organismo de seguridad continúa con la investigación de las ramificaciones que tiene esta banda en Europa, donde iba a ser enviada la sustancia tóxica por medio del sistema de "correos".

Por orden del juez federal de San [illegible] doctor Roberto Marquevich fue detenida una pareja que se declaró responsable de distribuir droga en videoclubes y locales bailables porteños y del Gran Buenos Aires.

Miembros de la División Toxicomanía de Lomas de Zamora allanaron un departamento situado en Alvarez Thomas al 800 en momentos en que esas dos personas fraccionaban cocaína de máxima pureza. Según fuentes policiales, los arrestados sería una pareja compuesta por un hombre de 50 años y una mujer de 25.

Trascendió que los traficantes habrían confesado a la policía que, mediante la colaboración de un empleado [illegible] de Telecom, quien también fue detenido, habían obtenido la instalación de varias líneas telefónicas clandestinas, mediante las cuales hacían abundantes llamadas al exterior para convenir la comercialización de la droga.

Clarín
28-6-92

Cocaína por teléfono

Una banda de **narcotraficantes** que **trabajaban** con distintos **países** del exterior, fue **detenida** ayer por orden **del juez Roberto Marquevich** en un **departamento** de la calle **Alvarez Thomas al 800**, en la Capital Federal. **"Cacho" Villarreal** (50 años) y **Diana Olivera** (25) **fueron sorprendidos** el **sábado cuando fraccionaban** cocaína de **máxima** pureza. Los **detenidos confesaron que**, mediante la colaboración de un empleado de **Telecom** (**también fue detenido**) habían instalado varias **líneas telefónicas clandestinas** por las que **se hacían** las comunicaciones con el exterior para convenir los envíos de la droga. Personal de Toxicomanía de la Policía Federal, conducidos por Marquevich, buscan **ahora** encontrar, en **nuestro país** o en el extranjero, las cabezas **más** importantes de esta **organización de** narcotraficantes.

02/02

920 9136

Mario Vargas Llosa denunció alianzas con el narcotráfico

ROMA, 29 (EFE). – Los máximos colaboradores del presidente de Perú, Alberto Fujimori, están aliados con los narcotraficantes, afirmó el escritor peruano Mario Vargas Llosa en una entrevista que publica el diario italiano Corriere della Sera.

Para Vargas Llosa, la 'dictadura" peruana se ha "enmascarado detrás de una hipócrita lucha contra la corrupción, mientras los mismos hombres de Fujimori son aliados del narcotráfico."

"Tales hechos deben alertar contra los nostálgicos del militarismo", añade el escritor.

Vargas Llosa agrega que Fujimori "ha impuesto una dictadura y con ella innumerables muertes, atentados y el caos."

"Con la tensión y la violencia el poder ha perdido legitimidad, imagen y sentido, dando así a la subversión la posibilidad de legitimarse: el terrorismo es ya incontrolable, así como el hambre y la miseria", destaca.

La situación en Perú es "gravísima", ya que "no existe más una prensa de oposición, ni Parlamento, ni institución alguna que democráticamente controle a los controladores", agregó.

Nº

TITULO

PROCEDENCIA EL OBSERVADOR

FECHA DE PUBLICACION 1-7-92

OBSERVACIONES

11514

Detienen a militar venezolano por narcotráfico en Miami

MIAMI, EEUU, 30 (AP) - Un general del ejército de Venezuela fue detenido en una operación contra el tráfico de drogas originada en una información de la policía venezolana, dijeron los investigadores.

Alexis Ramón Sánchez Paz, de 49 años, agregado militar adjunto a la embajada de Venezuela en Washington, fue detenido ayer (el lunes) y debe comparecer ante un tribunal esta tarde.

Fue acusado de posesión con intento de distribuir cocaína y asociación ilícita.

Unos agentes de la Administración Contra las Drogas (DEA) tomaron contacto con Sánchez Paz, que no tiene inmunidad diplomática, en setiembre pasado. Fueron contratados por el sospechoso para introducir 8.000 kilos de cocaína a los Estados Unidos a través de Maracay, Venezuela, dijo el vocero de la DEA Jim Shedd.

Con ayuda de las autoridades venezolanas, los agentes trajeron el fin de semana dos cargamentos de cocaína de un total de 6 kilos para iniciar la operación. ■

01/01

9209138

España: Cayó Uruguayo con 5 kg. de Coca

TORREMOLINOS, (España), 1 (EFE).— Un ciudadano uruguayo fue detenido en posesión de cinco kilos y medio de cocaína en Torremolinos, en la provincia de Málaga (sur de España), informaron hoy miércoles a EFE fuentes gubernativas.

Del detenido, de 31 años, la policía sólo ha facilitado las iniciales A.C.G.C.

La droga, de la que podrían haberse obtenido unas 330.000 dosis, estaba oculta en el interior de cintas de video profesionales, explicaron los informantes.

DOCUMENTO OPERATIVOS EN LOS MORROS (BRASIL)
JORNAL DO BRASIL
2-7-92

11019
11351
11352
11341

Bando invade favela

Na tentativa de reassumir os pontos de venda de drogas nos morros do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, em Copacabana, a quadrilha de Fabiano [illegible] da Silva, o *Fabinho Branco*, matou na noite de terça-feira o traficante Ricardo Melquíades da Silva, de 26 anos, e feriu gravemente o servente Luiz Vanderley de Souza, de 27 anos. Afastado da área desde a morte do ator Olney Cazarré — atingido por uma bala perdida quando dormia, há cerca de quatro meses — *Fabinho Branco* deixou os moradores do Pavão e Pavãozinho sem luz durante toda a noite, ao explodir o transformador da Light.

Desde a morte de Cazarré, a Polícia Militar vem ocupando os morros durante o dia. Com a saída de *Fabinho Branco*, os pontos de drogas passaram a ser dominados, à noite, por outros traficantes do próprio morro. Anteontem, acompanhado de traficantes da favela de Vigário Geral, *Fabinho* invadiu o Morro do Pavãozinho. Ricardo Melquíades morreu com quatro tiros na cabeça e Luiz Vanderley, atingido com um tiro de escopeta no tórax, foi internado no Hospital São Lucas, em Copacabana.

01/02

920914C

Traficantes presos

Os traficantes [illegible] Ferreira [illegible], de 18 anos, o *Rato*; [illegible] da Silva, 20, [illegible] *Maluco*; [illegible] [illegible]0, e [illegible], o *Guto*, foram presos [illegible] de manhã, no morro [illegible], em incursão de [illegible] da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE) para [illegible] o líder do tráfico de [illegible] na área, *Ricardo Coração* [illegible]. Foram apreendidos [illegible] metralhadoras 9 milímetros, uma pistola 45, um revólver [illegible]

 920 9140

TÍTULO TRAFICANTE É CONDENADO A 10 ANOS DE PRISÃO

JORNAL DO BRASIL

2-7-92

Lívio Bruni Júnior é condenado a 10 anos por tráfico

Lívio Ceccini Bruni Júnior (foto), filho do dono da rede de cinemas Bruni, foi condenado ontem pelo juiz da 1ª Vara Criminal de Niterói, José Carlos Maldonado, a 10 anos e oito meses de prisão por tráfico de cocaína. O acusado fugiu para a Itália e foi julgado à revelia. O comparsa de Lívio, Marcos Fonseca Galvão, foi condenado a oito anos, embora conste no processo o seu atestado de óbito expedido nos Estados Unidos. O juiz achou suspeito o óbito e resolveu julgar também **Marcos Galvão**. Lívio é acusado de traficar cocaína para o exterior em latas de



sardinha, o que foi descoberto pela polícia carioca em 1984. Na época, ele fugiu do país e dois anos depois foi preso pela polícia italiana com mais 75 traficantes internacionais. O Brasil pediu sua extradição, mas ele já tinha sido libertado. O julgamento foi feito com a assitência de um defensor público. O motorista particular de Lívio, Manoel Apolinário de Gouveia, também julgado, foi absolvido. Lívio responde ainda a outro processo por ter matado e enterrado um comparsa em Teresópolis.

01/01 920141

Fue detenido en el poblado de Envigado

Interpol capturó en Colombia a un supuesto narco norteamericano

■ En Medellín (Colombia), la Organización Internacional de Policía Criminal (Interpol) capturó al presunto narcotraficante estadounidense Williams Lane, solicitado por la policía puertorriqueña.

La Interpol informó ayer que capturó a Lane cuando se movilizaba por una calle céntrica de Envigado, poblado cercano a Medellín, donde opera una de las más grandes organizaciones de narcotraficantes de Colombia, según consigna la agencia ANSA.

Voceros de la policía internacional informaron que Lane es solicitado por la penitenciaría estatal de Puerto Rico, donde estaba pagando una condena por la importación y distribución de 3.400 quilogramos de marihuana y 1.400 de cocaína.

Según los investigadores, Lane, que nació en Borger de Texas, trabajaba como piloto para los carteles de narcotraficantes colombianos, pero dijeron desconocer con qué organización estaba vinculado en la actualidad.

Igualmente se dijo que Lane utilizaba los nombres de Billy Lane, William Freude Cane y Billy Cane, para evitar el seguimiento de los investigadores.

Nº DOCUMENTO

TITULO

LA REPUBLICA

5-7-92.

11252

11221

11226

9209143

DETIENEN A SECUESTRADORES

Tres colombianos permanecían detenidos ayer, acusados de haber secuestrado un avión venezolano que apareció el martes cerca del municipio de Puerto Gaitán, en la provincia del Meta, informaron a la agencia AFP voceros del Departamento Administrativo de Seguridad (DAS).

El aparato, un turbohélice Embraer de la línea venezolana Rutaca, había desaparecido el pasado 15 de junio, cuando con 12 pasajeros y dos tripulantes volaba entre la población de Anaco (300 quilómetros al sureste de Caracas) y Maiquetía, el aeropuerto de la capital venezolana.

La localización de la aeronave se produjo el martes cuando una patrulla de agentes rurales del DAS la encontró camuflada y en su interior se encontraban unos 1.500 quilogramos de cocaína que al parecer iban a ser sacados de Colombia con destino a Venezuela en los próximos días.

En la zona de Puerto Gaitán, donde fue hallado el avión, operan grupos guerrilleros que, en mayo pasado, se apoderaron de un avión de la empresa colombiana Aerotaca. El avión fue abandonado en Puerto Rondón, cerca de la frontera con Venezuela, luego de que tres militares que eran parte de los 12 pasajeros fueran fusilados.

El vocero del DAS informó a la AFP que los pasajeros del avión de Rutaca —todos venezolanos— fueron rescatados sanos y salvos, pero no dio detalles, aunque dijo que se encuentran en Puerto Gaitán, una pequeña localidad ganadera y agrícola de muy difícil acceso por el pésimo estado de la carretera.

"Este hallazgo demuestra que es cierta la relación entre la guerrilla y el narcotráfico", dijo el vocero del DAS, que indicó que el turbohélice se encuentra en perfecto estado.

01/01

En la Carrera Contra la Droga, por Ahora Sólo hay Perdedores

■ Una dura lucha se desarrollará en las Olimpíadas de Barcelona fuera de las pistas. Será la competencia contra la droga.

BARCELONA, España. — El uso de estimulantes está presente en el deporte desde hace años. Numerosos casos lo demuestran, algunos hasta con trágico signo.

Alemania Oriental constituyó uno de los ejemplos notorios. Tras la caída del Muro de Berlín, quedó al descubierto el sistema de doping que había aplicado ese país y que había provocado ya graves denuncias durante los Juegos Olímpicos de Montreal '76 y Moscú '80.

Los especialistas se asombraron cuando en Montreal '76 vieron de qué forma la formidable nadadora Kornelia Ender seguía midiendo igual que dos años antes, pero había agregado quince kilos más a su cuerpo.

Las hormonas masculinas se habían puesto de moda en aquellos años '70 y no sólo entre las gimnastas, que eran sometidas a un tratamiento especial desde pequeñas para evitar su crecimiento.

En los años '60 hicieron furor las anfetaminas, sustancias sintéticas que disminuyen la sensación de fatiga física y la confianza en las propias fuerzas y, además, exacerban la motivación y la voluntad.

La moda de las pastillas, que hizo furor especialmente entre los ciclistas, fue reemplazada por las transfusiones de sangre (para aumentar los glóbulos rojos en la sangre y mejorar la capacidad de resistencia) impuestas por los esquiadores finlandeses, pero sistema también empleado por el equipo de ciclismo de Estados Unidos que arrasó ganando medallas [illegible] de Los Angeles '84.

Cuando el periodista norteamericano Richard Ben Cramer investigó esta historia, le dijeron que terminaría "lastimando a un montón de atletas que dieron a Estados Unidos un montón de medallas y que terminará lastimándose usted también".

Pero la mayor euforia fue la de los esteroides anabolizantes, drogas sintetizadas artificialmente como derivados de la hormona sexual masculina (testosterona), abonos musculares que arrasaron especialmente entre los levantadores de pesas y físicoculturistas.

Sus peligros (cáncer de próstata en el hombre y de mamas en la mujer, entre otros) fueron advertidos durante décadas, pero fue la muerte hace pocos meses del jugador de fútbol norteamericano Lyle Alzado, quien confesó su adicción a los anabólicos, lo que más alarmó sobre los inconvenientes de esa droga.

Pero la mayor publicidad de los anabolizantes, sin duda, ocurrió durante los últimos Juegos de Seúl '88, donde se detectaron diez casos positivos de doping, uno ante todo que ocupó las primeras planas de la prensa mundial: el del rey de los 100 m. llanos, el canadiense Ben Johnson.

Su caso no sólo conmovió al deporte mundial, sino que, además, el juicio posterior, derivó en sorprendentes confesiones del atleta que no hicieron más que ratificar los permanentes cuestionamientos que se hacen sobre la eficacia de los controles antidoping.

El "efecto Ben Johnson" pareció sentirse en el seno del deporte olímpico después de los Juegos de Seúl '88, al comprobarse un notable descenso de casos positivos de doping en los controles efectuados por el comité Olímpico Internacional (COI).

En 1986 el COI efectuó 117.933 controles de los cuales dieron positivo 2.630 (promedio de 2,33 por ciento), mientras que en el 89, sobre 47.069 controles, 508 positivos dieron positivo (promedio del 1,8 por ciento) según un informe oficial del yugoslavo Artur Takac, asesor personal del presidente del COI, el español Juan antonio Samaranch.

En Seúl, donde se registró un total de diez casos positivos de doping, se asistió en realidad a un nuevo capítulo de la lucha que libra la ciencia pues mientras por un lado se busca mejorar los controles, por otro se encuentran métodos cada vez más sofisticados para burlarlos.

La batalla alcanzó tal grado que en muchos casos, según distintas investigaciones de prensa, fueron los propios países (temerosos de que los atletas se automedicaran y quedaran así muy expuestos al bochorno, pero también deseosos de capitalizar triunfos) los que planificaron el doping entre sus deportistas.

[illegible] el Muro de Berlín, el mundo del deporte asistió impávido a la tremendas revelaciones sobre el doping planificado entre los atletas de la ex RDA, con acusaciones cruzadas entre atletas, entrenadores y dirigentes, que apagaron la estrella de varios medallistas olímpicos.

Cuando ya el bochorno parecía apagarse surgió a comienzos de año el escándalo de la reina de los 100 m. llanos, Katrin Krabbe, que marcó el inicio de un litigio entre la justicia deportiva y la justicia ordinaria que ahora explotó con el caso más reciente del atleta noteamericano Harry Butch Reynolds.

Con los atletas representantes de grandes firmas, "hombres-sandwich" de las multinacionales, la justicia deportiva, que siempre se protegió en la inapelabilidad de sus fallos, se encontró estos últimos tiempos con inesperados reclamos de los atletas perjudicados ante la justicia ordinaria.

RECAUDOS LEGALES

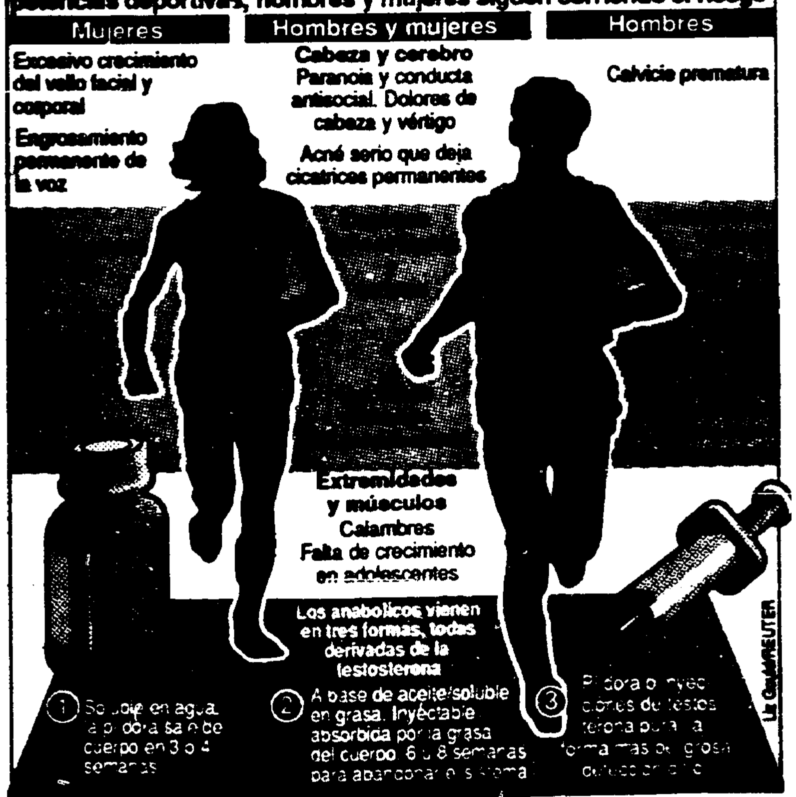
Suspender por dos años a estos "hombres-sandwich" significa hoy atentar contra un gran negocio, por lo que el deporte parece obligado a tomar mayores recaudos legales en su batalla contra el doping, que en Barcelona librará un nuevo y duro capítulo.

El Hospital del Mar, de Barcelona, en cuyo laboratorio treinta profesionales trabajan desde hace más de un año, se encargará de efectuar doscientos análisis diarios durante la competencia. Allí se asistirá a una nueva lucha entre aquellos que se esfuerzan por encontrar nuevas drogas que permitan bloquear la aparición en los análisis de los productos prohibidos por el COI.

Pero la gran polémica de Barcelona '92 serán los controles que buscarán confirmar genéticamente la femineidad de las atletas, considerando una agresión por sus críticos, un control más eficaz por sus defensores. Barcelona dará la respuesta.

EFECTOS DE LOS ESTEROIDES ANABOLICOS

En deportes se abusa de los esteroides anabólicos más frecuentemente que de cualquier otra droga. De naturaleza similar a la hormona masculina testosterona, incrementan la fuerza de los músculos, la resistencia y la competitividad. A pesar de los efectos colaterales peligrosos y de la posible prohibición perpetua de participar en competencias deportivas, hombres y mujeres siguen corriendo el riesgo



Fuente: British Sports Council, Drugs, Sport, y Politics por Robert Voy, MD

02/02

9209144

El periplo de dos extranjeros en la frontera uruguaya

Un ciudadano español y un colombiano acusados de narcotráfico en el Chuy

● *Su estadía en el país se vio demorada debido a la intervención policial*

■ Una historia con ribetes kafkianos expusieron ayer en LA REPUBLICA Fernando Rodríguez de Castro, de 36 años, y su socio, Alvaro González Mejía, colombiano, 46 años. Ingresaron a nuestro país por el Chuy procedentes de Porto Alegre, el 7 de junio, declararon ante las autoridades aduaneras unas joyas adquiridas en Brasil, y se vieron acusados de contrabando y tráfico de drogas. Diluidas estas acusaciones, se encuentran con que la Policía les incautó las joyas, que están en manos del juez de Rocha; y tras procedimientos vejatorios que se extienden desde hace 25 días enfrentan la disyuntiva de abandonar estos bienes (que pasarían a manos de la Policía, pasados 60 días, por configurarse "abandono"), o declarar en un proceso penal una vez que finalice la feria judicial menor, el 15 de julio.

Lo que sigue es una síntesis del extenso relato de los señores Rodríguez de Castro y González Mejía.

EN LA FRONTERA DEL CHUY

Entraron por el Chuy en ómnibus, desde la capital riograndense. En Brasil compraron joyas que habían sido adquiridas en un remate. Exhiben las boletas, certificadas ante escribano, de la compra original y de su adquisición. Consultan en el Chuy, a primera hora del día 8, a un despachante de aduanas uruguayo, sobre los trámites para llegar con esa mercadería al aeropuerto de Carrasco, para seguir rumbo a España. Los mandaron al puesto fronterizo de la aduana. Allí se les dice que no habrá problema, y que se solicitará confirmación a la Dirección General de Aduanas, en Montevideo. Mientras se aguarda respuesta —y van pasando los días y las horas— aparecen en el hotel que ambos ocupaban cerca de la frontera (del lado uruguayo, pero sin haber llegado nunca al puesto de control, situado a un par de quilómetros en territorio de nuestro país) dos funcionarios aduaneros, que les dijeron que se presentaran ante el receptor de aduanas, porque desde Montevideo se había autorizado la continuidad del viaje, y que debían pagar 51 dólares por un custodia. La autorización provenía de Mario Andrejuk, de la Dirección General de Aduanas, según la informacion del receptor, señor Lucas, quien llamó a un despachante de aduanas para que les prepara la documentación.

Llegados a la oficina de este último de apellido Silva, se encontraron con una negativa a elaborar los documentos. La visita a otros dos despachantes tampoco dio resultado.

ACUSADOS DE TRAFICO DE DROGAS

Se hizo correr el rumor que estos ciudadanos estaban involucrados en el tráfico de drogas. El jueves 11 de junio, cuando el señor Rodríguez de Castro sale de su habitación del hotel, se encuentra en la puerta con media docena de policías del Chuy (un comisario, dos oficiales, otro jefe). Le hicieron un registro a fondo, diciendo que buscaban droga. No encontraron nada. Los policías dijeron que la aduana estaba corrupta y que los llevarían a la comisaría para solucionar todo, y luego los pondrían en contacto con un juez de Rocha quien les otorgaría un documento para seguir camino. En la comisaría del Chuy fueron objeto de extenso interrogatorio por el oficial Silvera. Ante el giro de los acontecimientos, solicitaron un abogado y comunicarse con las respectivas embajadas. Se les negó ese derecho. Los tuvieron en la comisaría desde las 14 a las 24 horas. Luego los llevaron a Rocha, donde llegaron a las 2 de la madrugada. En la comisaría les hicieron una revisación que se extendió hasta las 8 de la mañana, pidiendo a la vez informes a Interpol y a la DEA. No les encontraron nada. Pasado el mediodía, los conducen al juez. Este sigue la indagatoria, los acusa de contrabando, dice que no los va a poner en la cárcel y les concede (todo esto de palabra) libertad condicional sin posibilidad de moverse de Rocha, hasta nueva orden.

LAS JOYAS INCAUTADAS

Esta situación se prolonga por una semana. Luego el radio se extendió hasta Montevideo. Aquí hace dos semanas que están. Empezó la feria judicial menor. La perspectiva que afrontan es: o bien esperar hasta después del 15, para hacer su declaración en un proceso judicial que no se ha abierto; o irse del país, abandonar un patrimonio de siete mil dólares que, pasados 60 días de la incautación, quedaría en manos de la Policía del Chuy.

La Nación 6.7.92
11176
66920
11351
11352
11214
11229
11422
11233

Convalidaron un operativo y quedó firme una condena

Allanamiento: se había realizado por almacenamiento de estupefacientes y había sido ordenado por un juez sin competencia; luego pidieron la orden a un magistrado federal.

La Corte Suprema de Justicia de la Nación convalidó un allanamiento realizado en una vivienda por la policía en virtud de una orden judicial sin fundamentación.

La policía de Rosario, con una orden de allanamiento que obtuvo de un juez de faltas de esa ciudad, ingresó en el domicilio de Eduardo Marcelo Rasuk. Allí pretendía encontrar efectos "de dudosa procedencia" en poder de Oscar Torres, amigo de Rasuk.

No obstante, una vez dentro de la vivienda, los efectivos del orden hallaron estupefacientes. Entonces, para continuar con el procedimiento, requirieron otra orden, esta vez del juez federal, que es el competente para entender en los delitos vinculados con la tenencia y tráfico de estupefacientes.

Sobre la base de la droga y de otros elementos probatorios encontrados, la Cámara Federal de Apelaciones de Rosario condenó al dueño de la vivienda por almacenamiento de estupefacientes a tres años de prisión.

Omar Paulucci, defensor oficial, interpuso, una vez vencido el plazo legal, un recurso extraordinario ante la Corte Suprema. Afirmó que la sentencia condenatoria se dictó por los elementos encontrados durante un allanamiento ilegal.

También puso en duda la sinceridad de los fines declarados por la policía cuando requirió la orden.

El alto tribunal, con el voto de los ministros Carlos Fayt, Rodolfo Barra, Mariano Cavagna Martínez, Moliné O'Connor y Julio Nazareno, sostuvo que, no obstante que el recurso fue interpuesto tardíamente, debía estudiárselo, pues Rasuk, a pesar de haber estado defendido por un abogado, no obtuvo una "efectiva y sustancial asistencia" de su parte.

La Corte consideró válido el allanamiento, pues "una solución distinta obligaría a descartar toda prueba cuyo sentido jurídico no hubiera sido percibido de antemano por los jueces". Y confirmó la condena.

Disidencia de Petracchi

El ministro Enrique Petracchi votó por revocar la condena y absolver a Rasuk.

Sostuvo que el juez de faltas "no expresó las razones por las cuales consideró necesario el allanamiento ni menciona ningún elemento que pudiera fundar alguna sospecha de que en el domicilio se encontraría algún elemento que probase la comisión de un ilícito".

La exigencia de que las resoluciones sean fundadas "tiende a documentar que el fallo es una derivación razonada del derecho vigente y no de la voluntad individual del juez".

01/02

9209146

Los derechos del procesado

El fallo de la Corte Suprema que confirmó una condena dictada sobre la base de los estupefacientes secuestrados durante un allanamiento ordenado por un juez incompetente en esa materia resguardó adecuadamente los derechos del procesado, sostuvieron varios magistrados y juristas.

Algunos observadores entendieron que la decisión de la Corte significa un giro a una posición conservadora en la materia, es decir, un fortalecimiento de las facultades instructorias de los jueces penales en desmedro de las garantías constitucionales de los procesados.

Inclusive, algunos medios dijeron que el alto tribunal, al no haber hecho hincapié en la exigencia de que las órdenes de allanamiento deben estar fundadas, podría abrir la puerta a la práctica peligrosa de que los jueces las entregaran a la policía en blanco, para ser usadas cuando fuera necesario.

Los magistrados consultados por este diario manifestaron que el fallo se ajusta a la lógica y coincidieron en aventar el peligro referido.

Uno de ellos afirmó categóricamente que en toda su larga carrera en la Justicia jamás se enteró de que se entregaran autorizaciones en blanco.

"Todo depende de las circunstancias –agregó otro juez–. Si bien la ley procesal exige que la orden sea fundada, será válida aunque sólo mencione el lugar en que se hará el procedimiento, la fecha y la firma del juez, si es evidente que el magistrado obró urgido por la necesidad de evitar que se pierdan las huellas del delito."

Un par del anterior, de reconocida trayectoria, dijo: "Además, invalidar la orden emanada de un juez, que a la luz del resultado del procedimiento es incompetente, significaría obligar a los magistrados a prever todo lo que puede encontrarse en un domicilio.

"No tiene sentido que la policía deje abandonadas las pruebas que encuentra, por cuanto ellas podrían ser ocultadas y el delito difícilmente esclarecido.

Los juristas entrevistados, curiosamente, coincidieron con los magistrados. "La garantía constitucional de la inviolabilidad del domicilio no protege la inmunidad del sospechoso frente al delito, sino tan sólo significa que el acceso a la vivienda sólo puede ser franqueado si existe una orden de allanamiento.

"Si ella se obtuvo –concluyó–, todo elemento encontrado que esté vinculado a cualquier delito puede ser secuestrado."

Adrián R. Ventura

02/02

9209172

Guerra sin cuartel entre narcos

Los organismos de inteligencia colombianos creen que José María Rivera, alias "El Mico" acusado de ser el jefe de una organización de narcotraficantes de esta ciudad, fue quien planeó el secuestro de 22 de sus rivales y el posterior asesinato de al menos ocho de ellos, días atrás.

Fuentes de Inteligencia dijeron ayer que las primeras investigaciones sobre una presunta lucha interna en el Cartel de Medellín, permiten concluir que Rivera ordenó los secuestros realizados por un pequeño ejército de aproximadamente 40 personas.

Rivera, quien se escapó de la cárcel el 18 de abril pasado, es al parecer el jefe de una organización que busca sustituir al confeso narcotraficante Pablo Escobar Gaviria en la máxima jefatura del Cartel de Medellín.

Las autoridades, según un cable de ANSA, piensa que para realizar los secuestros, Rivera podría haberse aliado con Brances Muñoz Mosquera, alias "Tyson" y otros tres jefes del brazo armado del Cartel de Medellín identificados solamente como "El Chopo", " El Pájaro" y "El Zarco".

EL País 6.7.92

11360

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

REUNION DE A.D.A.

En la residencia de la señora Ji Quing Xuan, esposa del Embajador de la República Popular de China, tendrá lugar hoy a las 16 horas, una reunión de la Asociación Diplomática de Ayuda (A.D.A.)

En esta oportunidad, el Dr. Augusto Durán Martínez, presidente de la Junta Nacional de Prevención del Tráfico Ilícito y Uso de Drogas, disertará sobre la problemática de la droga en el mundo contemporáneo.

01/01 9209148

Un año de narcotráfico detrás de las rejas

Doce meses de Escobar en prisión no han liquidado su negocio, y el capo podría salir dentro de unos seis años

MARIA CRISTINA CABALLERO, Bogotá

EN la cárcel de Envigado, La Catedral, a 400 kilómetros al noroeste de Bogotá, Pablo Escobar trabaja a diario en su huerta. Este aparente campesino de 42 años, tez trigueña y complexión fuerte tiene detrás un largo historial de crímenes y dolor al frente del cártel de Medellín. Hace un año, cuando era el hombre más buscado del país, se entregó a la Policía colombiana. Hoy está a la espera de juicio en una cárcel especialmente construida para él y los demás miembros de su cártel. Si le va mal en el proceso, saldrá libre dentro de seis años y medio.

De ladrón de coches y asesino a sueldo, Escobar ascendió en el mundo del hampa hasta llegar a ser el narcotraficante más buscado del planeta —el cártel de Medellín ha llegado a suministrar el 80 por ciento de la cocaína consumida en Estados Unidos— y, según la revista *Forbes*, uno de los hombres más ricos del mundo, con un capital de 3.000 millones de dólares.

Una vez consolidado su poderío económico, el capo quiso adquirir poder político. Creó su propio grupo: Alternativa Liberal. Ganó votos haciendo obras de caridad. Tanto es así que fue llamado *El Robin Hood de Antioquia*, nombre de su departamento de origen. El capo financió barrios enteros, a los que dio su nombre, convirtiéndose en el héroe de sus paupérrimos y deslumbrados beneficiarios. En 1982 cumplió su sueño de convertirse en congresista al ser elegido representante suplente a la Cámara.

Como líder del cártel de la droga se forjó un pasado criminal sin igual. Los jueces o testigos que se atrevían a pronunciarse en su contra desaparecían de la tierra y con ellos las pruebas de sus fechorías A su campaña narcoterrorista antiextradición —erigida bajo el lema «más vale una tumba en Colombia que una cárcel en Estados Unidos»— se atribuyen los asesinatos del ex candidato presidencial Luis Carlos Galán, el ex ministro de Justicia Rodrigo Lara, el ex procurador Carlos Mauro Hoyos, y el director del diario *El Espectador* Guillermo Cano, entre otros.

CONTRA LA EXTRADICION. El cártel de Medellín también es responsable de otros cruentos actos de terrorismo: el atentado contra un avión de la compañía colombiana Avianca que causó 109 muertos; una bomba en el Departamento Administrativo de Seguridad (DAS) que dejó 70 víctimas y más de 400 heridos; explosión de 45 coches-bomba en centros comerciales y zonas residenciales; la campaña de exterminio de policías que acabó con 250 agentes de Medellín. Su última estrategia para presionar y conseguir la desaparición de la figura de la extradición fue el secuestro de periodistas. Una de ellas, Diana Turbay, murió cuando la Policía entró en la finca donde permanecía secuestrada.

Ante la incontrolable ola terrorista, el presidente César Gaviria Trujillo decidió buscar una alternativa para pacificar el país. Con este propósito emitió tres decretos, uno de los cuales (el 2.047) contemplaba rebajas de penas a los capos que se entregaran a la justicia colombiana. Hasta entonces, las espectaculares operaciones montadas para capturar a Escobar habían fracasado.



El dirigente del cártel de Medellín esper

A pesar de los escépticos, que llegaron a calificar a Gaviria de «iluso», la cúpula del cártel de Medellín decidió acogerse a la norma. Hasta entonces el único golpe de efecto propinado al cártel había sido la eliminación de su jefe militar, Gonzalo Rodríguez Gacha, el 15 de diciembre de 1989.

El primer capo que se entregó fue Fabio Ochoa (18 de diciembre de 1990). A mediados de enero de 1991 lo siguieron sus hermanos Jorge Luis y Juan David. Hoy los tres —miembros de la plana mayor del nefasto cártel— están en la cárcel de alta



Escobar y Fabio Ochoa (derecha), jefes del narcotráfico.



...n la cárcel de Envigado. Arriba, una de las pocas fotografías de Pablo Escobar en prisión.

seguridad de Itaguí (Antioquia), a seis kilómetros de la cárcel de Envigado, donde está recluido Escobar, o *el doctor*, como lo llaman, en compañía de 14 de sus lugartenientes.

Escobar decidió entregarse el 19 de junio de 1991, después de que la figura de la extradición de nacionales fuera suprimida de la nueva Constitución, elaborada por la Asamblea Nacional Constituyente. Hubo rumores de que algunos constituyentes fueron amenazados y otros sobornados.

Desde el mismo día en que se entregaron, las cárceles que los alojan son objeto de controversia: en ocasiones se las ha calificado como palacios imperiales.

El pasado 5 de junio, a las 12.30 de la noche, el director general de Prisiones, el coronel Hernando Navas Rubio, apareció por sorpresa en el penal de Itaguí. «Iba acompañado por soldados de la Cuarta Brigada —afirma Navas—. Me identifiqué ante la guardia y ordené que se me abrieran las puertas de los reclusos. Los Ochoa estaban con sus esposas e hijos en días y horas no autorizadas».

Uno de los abogados de los Ochoa manifestó a CAMBIO16 su disgusto por la visita sorpresa: «Hacer allanamientos militares de las cárceles a altas horas de la noche es absurdo e ilegal. La ley prohíbe que la tropa entre a las cárceles».

Según el coronel Nava, «ésta no es la primera vez que se presentan situaciones anómalas en las cárceles de alta seguridad, pero actualmente se está tratando de ponerlas remedio». Esta «anomalía» supuso la destitución del director, Luis Salguero, y los dos subdirectores del penal.

La noche de la visita, Hernando Navas comprobó que los guardias no estaban en sus puestos ni se registraban a las visitas ni los paquetes. «Incluso —asegura— se había autorizado la entrada de un vehículo al establecimiento sin ningún tipo de control». Además, el número de visitas era excesivo.

Fuentes del Ministerio de Justicia aseguran que en la inspección realizada en La Catedral a mediados de enero se encontraron alfombras de lujo y una gran mesa de juntas. Este hecho llevó al Gobierno a nombrar un nuevo director general de Prisiones y un nuevo director de la cárcel que reemplazara a Jorge Pataquiva, hoy investigado por presunto enriquecimiento ilícito por parte de la Procuraduría general de la nación.

También el subcomandante de la Cuarta Brigada del Ejército, coronel Augusto Bahamón, tuvo que renunciar a su cargo por haber permitido al arquero de la selección colombiana de fútbol, René Higuita, visitar a Escobar sin cumplir los requisitos. Las autoridades han denunciado que durante el primer mes de visitas, en La Catedral entraron 40 personas con antecedentes penales y documentación falsa.

Mientras tanto, el Gobierno sigue importando alambradas electrificadas y todo tipo de sistemas de seguridad. Cualquier cosa con tal de demostrar al país que tiene la sartén por el mango en cuanto a la seguridad de las polémicas cárceles.

Navas afirma que se han invertido cuatro millones de dólares en el entrenamiento de la futura guardia de elite de prisiones, en el que se ha contado con el apoyo de países como Francia, Israel y EE UU. También se intenta que los guardias sean menos vulnerables a los sobornos.

El sueldo mensual de un guardia de prisiones ascendía el año pasado a 88.317 pesos colombianos (unos 125 dólares). Este año los han aumentado un 75 por ciento. Ahora, su sueldo asciende a 150.000 pesos colombianos (más de 200 dólares).

SOBORNO EN LA CATEDRAL Sobre las cárceles de Itaguí y Envigado, además de rumores de soborno, han volado aeronaves que, según el director de la Fuerza Aérea Colombiana (FAC), pertenecen a la Agencia Antinarcóticos Norteamericana (DEA). Una de esas naves estadounidenses, un Casa 212, estuvo a punto de colisionar en agosto de 1990 con un avión comercial de las aerolíneas Avianca.

Mientras, Escobar sigue su vida en la prisión de Envigado. Cada mañana se levanta a las 5.30, desayuna arepas (tortas de maíz), trabaja en su huerta y estudia periodismo a distancia.

El capo se muestra tranquilo. Los nerviosos son los encargados de re-

«Una burla a la justicia»

LA guerra con los narcotraficantes es una guerra a muerte en la que o nos vencen o les vencemos». El ex ministro de Justicia de Colombia, Enrique Parejo González, lo afirmaba así hace siete años, al tiempo que denunciaba públicamente las alianzas entre narcos y políticos, abogados, traficantes de armas y guerrilleros. Pero a los narcotraficantes no les gustaron sus palabras y Parejo, obligado por las amenazas, tuvo que abandonar el país. Enrique Parejo había asumido la cartera de Justicia en 1984, tras el asesinato del ministro Rodrigo Lara Bonilla a manos de los narcotraficantes.

Siendo embajador, y en teoría a salvo de las amenazas, fue víctima de un atentado en Budapest en 1986, al que sobrevivió milagrosamente. Un mes después, la Asamblea de la ONU lo aclamaba tras pronunciar un discurso contra el narcotráfico ante delegados de 40 países. Ni el atentado le amilanó: «Todos los organismos del Estado están corrompidos e incluso las entidades oficiales bloquean la lucha contra el narcotráfico», declaró entonces.



MARIANO CASADO

Sobre él siempre está la sombra de los atentados del cártel de Medellín. Ahora —a pesar de que la cúpula del cártel se entregó a las autoridades hace un año y hoy está en las cárceles de Envigado e Itaguí— hay indicios de que su vida sigue en peligro. «En el cuartel de Envigado se ha reiterado la orden de matarme», denunció Parejo en diciembre del pasado año.

Sólo un mes después, se conoció la existencia de una carta escrita por el narcotraficante Carlos *Caliche* Arturo Urrego en la que asegura haber sido llamado por Escobar para darle la orden de «hacer labores de inteligencia» acerca de algunos destacados personajes de la lucha contra el narcotráfico, entre ellos Parejo. El mismo mensaje deja entrever que Escobar aún domina el mercado de la cocaína y tiene poder de decisión sobre los terroristas. «Esta es sólo una de las pruebas de que el cártel de Medellín sigue muy vivo», destaca Parejo, para quien todo el proceso de entrega de Escobar y sus aliados es una burla a la justicia.

«El hecho de que los jueces sin rostro (cuya identidad es preservada, ya que llevan a su cargo los procesos contra los capos) ya hayan sido amenazados demuestra la hipocresía de los narcos —asegura Parejo—. Querían ser juzgados por jueces nacionales y, al lograrlo, lo que hacen es amenazarlos. La falacia salta a la vista cuando se recuerda que los jueces que iniciaron procesos contra ellos están bajo tierra».

Pero no sólo critica a los traficantes de droga. El ex ministro censura la política antinarcóticos. «Es vergonzoso que el Gobierno haya establecido semejante sistema de privilegios —asegura—. No es aceptable dar tantos privilegios a quienes han cometido los delitos más atroces. Todo lo que se desarrolla en torno a las supuestas cárceles de alta seguridad está podrido».

Ni siquiera se fían de la entrega del jefe del cártel de Medellín, Pablo Escobar. «Es un excelente negocio para él, pero un pésimo negocio para la justicia colombiana», sentencia Parejo, quien está convencido de que el cártel de Medellín es hoy una organización intacta que mantiene sus conexiones con el exterior. «Todo el aparato de vigilancia de las cárceles de alta seguridad está montado más para protegerlos de posibles ataques externos que para evitar que escapen», afirma.

Así, aunque reconoce que han disminuido los actos de violencia, Parejo se plantea cuál ha sido el precio que han tenido que pagar. «Lo único que se ha reducido son los actos terroristas atribuidos a ellos, pero, ¿a costa de qué? A costa de haber negociado hasta la ley, aceptando los mecanismos extorsivos más condenables. Ellos habían asesinado a varios rehenes para forzar la voluntad del Gobierno. Lograron negociar hasta la nueva Constitución. Es un hecho que hubo amenazas y sobornos para que se prohibiera la extradición».

coger pruebas para los 21 procesos abiertos contra él. El vicefiscal general de la nación, Francisco José Cintura, asegura que ha sido necesario centrarse en las pruebas procedentes de otros países porque las colombianas son muy endebles, y en la mayoría de los casos han sido destruidas con los testigos.

Ya se ha tramitado el intercambio de pruebas con Estados Unidos, Cuba, Francia, Costa Rica, Ecuador, Venezuela, El Salvador, Brasil, Gran Bretaña, Bolivia, Italia y Hungría. «Si no logramos la colaboración internacional que requieren casos como éstos, obviamente los procesos y las



FABIO CARDONA

Navas Rubio, director general de Prisiones.

sentencias se verán afectados», asegura Cintura.

El asistente del procurador de Estados Unidos, Robert Meller, fue muy optimista al declarar recientemente que su país había entregado pruebas sustanciales para condenar a los dirigentes del cártel de Medellín.

El más avanzado de los procesos es el del asesinato del ex director del diario *El Espectador*, Guillermo Cano: ya hay una citación para dictar sentencia. «Claro que desde hace año y medio existe resolución de acusación por este homicidio. Pero hubo vicios procesales durante el juicio», señaló Cintura.

De las dos decenas de procesos en los que está involucrado Escobar, sólo ha sido interrogado en tres de ellos: el correspondiente al envío de 400 kilos de cocaína a Francia, la



Asesinato en el aeropuerto de Bogotá: una víctima más de la poderosa mafia de la droga.



Policía antinarcóticos destruye uno de los muchos laboratorios donde se procesa la coca.

muerte del líder de la Unión Patriótica, Bernardo Jaramillo, y el secuestro del jefe de redacción del periódico *El Tiempo*, Francisco Santos. En los dos últimos se declaró inocente.

Un factor fundamental para el avance de los procesos es la protección de los testigos. «Hay que reconocer que actualmente están muy desprotegidos —dijo Cintura—, porque las organizaciones criminales son mucho más poderosas que nuestras instituciones por su capacidad de penetración».

Pero el vicefiscal cree que, dadas las circunstancias, es posible que no se llegue a dictar una sentencia condenatoria. «Es posible. Podría ser que jurídicamente no fuera posible recoger las pruebas necesarias, o que la colaboración del extranjero no llegara. Lo único que le puedo decir es que se están haciendo grandes esfuerzos por conseguir las pruebas. Lo importante es que se compruebe que se realizó correctamente toda la investigación», asegura Cintura.

Algunos han calificado este proceso como una burla a la justicia y a Colombia. Recientemente, el presidente César Gaviria se refirió al proceso contra Escobar en los siguientes términos: «El país trabajó durante varios años con informaciones de inteligencia. Había pocas evidencias de carácter jurídico y ha sido muy difícil traducirlas en evidencias jurídicas que se puedan llevar a un proceso y sobre las cuales pueda pronunciarse un juez. Creo que el país tiene que saberlo».

Mientras tanto, el general Pardo Ariza aseguraba a CAMBIO16 que la estructura del cártel de Medellín sigue operando: «Escobar lo organizó todo para que el negocio siguiera en marcha aunque él estuviera en la cárcel». Rensselaer Lee, asesor del presidente norteamericano, George Bush, en la lucha antinarcóticos, corrobora esta información: «Todos los líderes están en la cárcel, pero la organización sigue funcionando».

NARCOCRACIA. Lee cree que «sería mejor llegar a un acuerdo con Pablo Escobar y negociar su condena, a cambio de que entregue su dinero, su organización, a sus compadres y sus laboratorios. En este momento es necesario que Colombia fortalezca las leyes contra el narcotráfico». El funcionario norteamericano calificó el inmenso poder económico de los *narcos* como una amenaza terrible: «Un potencial que puede influir en la política de Colombia y llevar al país a una narcocracia».

En el caso hipotético de que a Escobar le sentenciaran a 30 años, la pena máxima en Colombia, podría no cumplir toda la condena. Según el abogado penalista y asesor de Naciones Unidas Antonio José Cancino, de acuerdo con el artículo 1º del decreto 2047 de 1990, Escobar podría rebajar la tercera parte de la pena por entregarse voluntariamente, confesar y delatar a otros. Eso reduciría su condena a 20 años.

Además, gracias al artículo 530 del nuevo Código Procesal Penal, que entra en vigor el 1 de julio, Escobar puede reducir un día de cárcel por cada dos trabajados. Como el capo trabaja todos los días en su huerta, esto significaría que sólo le quedarían diez años.

Y otro artículo al que acogerse, el 72 del Código Penal: «El juez podrá conceder la libertad condicional al condenado a la pena de arresto mayor de tres años o la de prisión que exceda de dos cuando haya cumplido las dos terceras partes de su condena, siempre que su personalidad, su buena conducta en el establecimiento carcelario y sus antecedentes de todo orden permitan suponer fundadamente su readaptación social». Por eso Cancino se pregunta: «¿Habrá algún psicólogo que se atreva a decir que Escobar no está listo para su readaptación social? Si la respuesta es negativa, y siguiendo la resta, Escobar tendría que cumplir una condena de seis años y medio como mucho». ■

Advogado tem PC e traficante como clientes

Jamil Bittar

Teodomiro Braga

BRASÍLIA — O escritório Noronha Advogados, que prestou serviços para pelo menos uma das empresas acusadas de pertencer ao Esquema PC no exterior, é o mesmo envolvido no escândalo do traficante William Reed Elswick, o *Capitão América*, que de 1983 até recentemente vivia foragido no Brasil graças a uma vasta rede de influentes amigos. A CPI do caso PC Farias irá investigar as relações entre o escritório e o grupo de PC, a pedido do deputado José Dirceu (PT-SP), que suspeita que a Noronha Advogados ajudou na montagem das empresas no exterior alegadamente ligadas a PC Farias.

Em 1989, Noronha Advogados também esteve na mira da Câmara dos Deputados, que chegou a aprovar uma CPI para apurar o envolvimento de autoridades brasileiras no acobertamento de William Elswick e a denúncia de que parte do dinheiro do traficante foi utilizado na fundação em janeiro de 1986 do Claymore International Bank, nas Ilhas Cayman, pelo advogado Durval Noronha Goyos Jr. (dono da Noronha Advogados), e o empresário paulista Edemar Cid Ferreira.

[...] entrou em contato com Manuel Octávio Pereira Lopes, presidente da Standard. Apresentou-se em nome de PC Farias. Manuel Octávio disse-lhe que era a vigésima pessoa que o procurava em nome de PC. Edemar levou-o pessoalmente a PC Farias", narra o dossiê enviado a José Dirceu.

Já foi levantada uma ligação entre a Noronha Advogados, Edemar Cid Ferreira e uma empresa acusada de participar do Esquema PC. De acordo com a revista *Isto É*, entre os nomes que compõem ou já detiveram parte do controle da Miami Leasing Aviation, empresa sediada na Flórida que a polícia americana suspeita pertencer a PC Farias, "consta um certo Lynon Tucker". Trata-se de Lyman Booth Tucker, um americano que vive em Boca Raton, na Flórida, e foi um dos dirigentes da Vevey Incorporated, empresa panamenha que era sócia da Claymore do Brasil, companhia ligada à Claymore International Bank e também controlada por Ferreira.

Além da Miami Leasing, o americano Tucker também emprestou seu nome a uma grande quantidade de companhias criadas no exterior através da Noronha Advogados. Outro americano que se presta a esse tipo de papel para o escritório de Durval Noronha é Wolfgang Hans Janstein, que vive em São Paulo e já foi presidente da Associação

Advogado tem PC e traficante co

Teodomiro Braga

BRASÍLIA — O escritório Noronha Advogados, que prestou serviços para pelo menos uma das empresas acusadas de pertencer ao Esquema PC no exterior, é o mesmo envolvido no escândalo do traficante William Reed Elswick, o *Capitão América*, que de 1983 até recentemente vivia foragido no Brasil graças a uma vasta rede de influentes amigos. A CPI do caso PC Farias irá investigar as relações entre o escritório e o grupo de PC, a pedido do deputado José Dirceu (PT-SP), que suspeita que a Noronha Advogados ajudou na montagem das empresas no exterior alegadamente ligadas a PC Farias.

Em 1989, Noronha Advogados também esteve na mira da Câmara dos Deputados, que chegou a aprovar uma CPI para apurar o envolvimento de autoridades brasileiras no acobertamento de William Elswick e a denúncia de que parte do dinheiro do traficante foi utilizado na fundação em janeiro de 1986 do Claymore International Bank, nas Ilhas Cayman, pelo advogado Durval Noronha Goyos Jr. (dono da Noronha Advogados), e o empresário paulista Edemar Cid Ferreira. Com a ajuda de Ferreira, Durval tentou obter o perdão do então presidente José Sarney que permitiria ao *Capitão América* adquirir cidadania brasileira e assim afastar a ameaça de extradição para os Estados Unidos, onde ele comandou uma das maiores gangues internacionais de tráfico de drogas.

Durval, dono do escritório, tentou obter de Sarney o perdão para o 'Capitão América'

Apesar de aprovada em 28 de setembro de 1989 pelo número recorde de 252 assinaturas — entre elas a do deputado Humberto Souto, atual líder do governo na Câmara, e de Ricardo Fiuza, hoje ministro da Ação Social — a CPI de Elswick acabou não se concretizando devido, em parte, ao *lobby* contra sua instalação patrocinado por Edemar Cid Ferreira, figura influente no governo Sarney. Como Durval Noronha e seu escritório de advocacia, o nome de Cid Ferreira também apareceu na CPI de PC, trazido pelas denúncias de que seria o agente do Esquema nos setores de transporte e nas operações com os fundos de pensões em São Paulo.

Ele nega as acusações, mas os integrantes da CPI receberam novas denúncias sobre suas vinculações nos negócios suspeitos de Paulo César Farias. A última é um detalhado relatório recebido pelo deputado José Dirceu, no qual Ferreira é apontado como intermediário de PC nas transações de empresas da área de telecomunicações com a Telebrás. "O sistema Trópico R foi um dos primeiros alvos de Edemar na Telebrás. De posse de dados sobre o programa, ele entrou em contato com Manuel Octávio Pereira Lopes, presidente da Standard. Apresentou-se em nome de PC Farias. Manuel Octávio disse-lhe que era a vigésima pessoa que o procurava em nome de PC. Edemar levou-o pessoalmente a PC Farias", narra o dossiê enviado a José Dirceu.

Já foi levantada uma ligação entre a Noronha Advogados, Edemar Cid Ferreira e uma empresa acusada de participar do Esquema PC. De acordo com a revista *Isto É*, entre os nomes que compõem ou já detiveram parte do controle da Miami Leasing Aviation, empresa sediada na Flórida que a polícia americana suspeita pertencer a PC Farias, "consta um certo Lynon Tucker". Trata-se de Lyman Booth Tucker, um americano que vive em Boca Raton, na Flórida, e foi um dos dirigentes da Vevey Incorporated, empresa panamenha que era sócia da Claymore do Brasil, companhia ligada à Claymore International Bank e também controlada por Ferreira.

Além da Miami Leasing, o americano Tucker também emprestou seu nome a uma grande quantidade de companhias criadas no exterior através da Noronha Advogados. Outro americano que se presta a esse tipo de papel para o escritório de Durval Noronha é Wolfgang Hans Janstein, que vive em São Paulo e já foi presidente da Associação Brasileira de Leasing. Numa pesquisa junto à Direção Geral de Registro Público do Panamá, em 1989, o **JORNAL DO BRASIL** verificou que os nomes de Tucker e Janstein aparecem nas diretorias de dezenas de empresas estrangeiras registradas naquele país. Na verdade, os diretores e acionistas que constam desses registros públicos normalmente são fictícios. Em documentos à parte — não são disponíveis ao público —, eles transferem os supostos direitos para os verdadeiros dirigentes e proprietários.

É devido a manobras como esta, feitas propositalmente para impedir que donos das companhias de negócios duvidosos instaladas no exterior sejam identificados nos países de origem, que a CPI decidiu recorrer à empresa americana de auditoria Kroll Associates para tentar desmascarar as reais atividades e os verdadeiros proprietários de um grupo de empresas sediadas em Miami e em alguns paraísos fiscais do Caribe que se suspeita pertencer ao Esquema PC. Especializada nesse tipo de trabalho, caberá à Kroll Associates descobrir se há alguém por trás do mineiro Ironildes Teixeira, que aparece nos registros oficiais do estado da Flórida como o presidente da Miami Leasing e da Parts Express Corporation, empresa que tem como diretor-tesoureiro o ex-piloto Jorge Bandeira, sócio de PC Farias na Brasil-Jet.

Bandeira negou vínculos

No depoimento à CPI, dia 22, o piloto de Collor na campanha presidencial, Jorge Bandeira, negou a existência de vínculos entre a Miami Leasing e a Noronha Advogados. O desmentido foi questionado pelo deputado José Dirceu (PT-SP), que apresentou cópia da mensagem enviada pelo escritório da Noronha Advogados em Miami para Bandeira, em 14 de janeiro de 1990.

Assinada por Ricardo C. Lorga, a mensagem pede autorização para que o escritório em Londres efetue o pagamento de duas faturas cobradas da empresa Miami Leasing pela Autoridade de Aviação Civil da Escócia, referente a serviços de navegação, no valor de 109,94 libras. Bandeira sustentou que desconhecia a correspondência.

Ao ser entrevistado pela revista *IstoÉ* sobre sua participação na Miami Leasing, Lyman Tucker admitiu ter conhecido PC Farias durante os anos em que morou no Brasil e recomendou ao repórter buscar mais informações "com o advogado que representa a Miami, Luiz Ernesto Gozzoli". Com quase 37 anos, Gozzoli é sócio da Noronha Advogados há 12 e desde 1988 é o coordenador geral do escritório em Miami, localizado no 6º andar do número 1.200 da Avenida Brickell, onde funcionava a agência local do BCCI, o banco responsável pelo maior desfalque da história financeira mundial. O nome de Gozzoli também aparece no inquérito instaurado pelo Departamento de Polícia Federal em 1989, sobre o traficante William Reed Elswick, o *Capitão América*.

Esconderijo — A página 107 do inquérito traz o relatório de quatro agentes da Polícia Federal encarregados da "missão reservada" para verificar se o *Capitão América* e outro traficante de sua gangue que também estava foragido no Brasil, George Richard Gowen II, estavam escondidos no apartamento número 607 do bloco 2 do prédio número 200 da Rua Lopes Quintas, no Jardim Botânico, no Rio, segundo denúncia recebida pela Polícia Federal. Os agentes responsáveis pela busca informaram no relatório que o próprio dono do apartamento tinha voltado a residir no imóvel há "uns três meses" e que o antigo morador era um advogado que "recebia muitos clientes estrangeiros e mudou-se há cerca de quatro meses, não deixando qualquer informação sobre o atual endereço". Nome do advogado: Luiz Ernesto Gozzoli.

"Esses nomes não me dizem nada", declarou Gozzoli ao repórter José Maria Mayrink, da sucursal do **JB** em São Paulo, ao ouvir uma relação de três empresas sediadas no exterior suspeitas de participarem do *Esquema PC* — Parts Express, Miami Leasing e Dupont Inv. Em seguida, porém, o advogado admitiu que a Miami Leasing foi cliente da Noronha Advogados "por algum tempo, até o ano de 1989". Ele se esquivou de esclarecer as relações entre o escritório e a empresa, alegando motivos éticos.

01/01

COMBATE

Polícia carioca mata traficante *Beto Playboy*

Rio de Janeiro — O traficante Roberto Assunção Braga, o *Beto Playboy*, e seu irmão gêmeo, Rogério Assunção Braga, o *Caiçara*, 23 anos, foram mortos ontem de manhã, durante tiroteio com soldados do 15° Batalhão da Polícia Militar de Duque de Caxias, no bairro Barreira, em Embarie, Baixada Fluminense. *Beto Playboy* era procurado desde o dia 1° de junho, quando liderou um grupo de traficantes que assassinou dois policiais federais do Espírito Santo e feriu um terceiro, na favela Roquete Pinto, em Ramos, Zona Norte do Rio, onde comandava o tráfico de drogas. Os agentes foram ao Rio para participar do esquema de segurança da Rio-92.

Os dois traficantes foram levados para o Hospital Municipal de Piabetá, onde morreram. A PM informou que eles não quiseram se entregar e houve troca de tiros. Na casa em que se escondiam, foi encontrada uma granada. De manhã, a Polícia Federal vasculhou a favela Roquete Pinto à procura de um paiol de armas, mas nada encontrou.

Beto Playboy estava condenado a cinco anos e dois meses de prisão por tráfico de entorpecentes e foi para a favela Roquete Pinto depois de ser expulso da favela Boogie Woogie, na Ilha do Governador, há um ano. Ele não era ligado ao Comando Vermelho e seu poder de atuação era limitado.

Morte — Segundo a PF do Rio, às 22h30min do dia 1° de junho, os agentes Marcos Vinicius Ramos de Araújo e Henrique Guilhermes Machado Nogueira, 35, além de Júlio César Randaw Sampaio, 32, saíram do 24° Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), ao lado da favela, à procura de um local para jantar. Os três se perderam, e foram parar na Rua Ouriari, onde funcionava o maior ponto de venda de drogas da favela. Os policiais foram rendidos e baleados pelos traficantes. Júlio César conseguiu escapar, ferido com um tiro na virilha.

O corpo de Marcos Vinicius, atingido com um tiro no rosto, foi jogado num mangue próximo à guarita do 24° BIB. E o de Henrique Guilherme arrastado para o interior da favela em um carrinho de mão. Ainda durante a madrugada, os policiais da PF invadiram a favela Roquete Pinto e vasculharam a área durante cinco horas. Pela manhã, a PF matou dois homens, apreendeu armas, drogas e prendeu oito pessoas.

Depois da morte dos dois agentes, a PF invadiu o complexo da Maré três vezes, em busca do traficante. Em uma operação, Cristiano Assunção Braga da Silva, primo de *Beto Playboy* foi morto. No dia 1° de julho, a PF matou Jorge Ferreira de Almeida, 30, o *Jorge Negão*, que liderava o tráfico na favela Nova Holanda. A Polícia Federal havia sido informada de que *Jorge Negão* escondia *Beto Playboy*.

ZERO HORA
8-7-92

PRESO AUTOR DE GOLPES DE 2 BI

A Delegacia de Falsificações e Defraudações de Belo Horizonte apresentou ontem o estelionatário Odarício Ribeiro Neto, líder de uma quadrilha acusada de aplicar golpes no valor de Cr$ 2 bilhões. Os golpes foram aplicados através da utilização de cheques frios e compras irregulares de quatro aviões, um posto de gasolina e concessão para a utilização de dois hangares, além de envolvimento com narcotráfico.

01/01

9209152

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA 6-7-92

11176 11234

11432

Preocupación de Abreu por Decisión de Corte de EE.UU. Sobre las Extradiciones

Una profunda preocupación por lo ocurrido en el ámbito de la Suprema Corte de Justicia de Estados Unidos, desconociendo el tratado de extradición existente entre ese país y México, manifestó ayer durante una exposición en el plenario de la Cámara Alta el senador Sergio Abreu, del Movimiento Renovación y Victoria.

En el curso de su intervención, seguida con suma atención por los miembros del Senado, subrayó la política exterior de nuestro país "que es y debe ser de Estado, para desarrollar con continuidad, mesura, firmeza y coherencia, nuestra posición", en relación a éste y otros casos de violación a los tratados internacionales suscritos entre los países. Y agregó que "el Uruguay ajusta su política al respeto escrupuloso del Derecho Internacional: respetando el Derecho Internacional, nadie podrá acusar al país de veleidades momentáneas o de influencias políticas circunstanciales".

Abreu hizo otras valoraciones sobre el contenido de la decisión de la Corte Suprema de EE.UU., la que se adoptó por mayoría de 6 votos en 9 miembros.

01/01 9209153

SEGUN LAS INVESTIGACIONES REALIZADAS POR EL "PROGRAMA ANDRES"

Denuncian que los chicos empiezan a los 11 años a ingerir cocaína en el país

Las investigaciones realizadas por los responsables del "Programa Andrés", de rehabilitación de drogadependientes, revelan que la edad de inicio del consumo de cocaína se reduce con el paso del tiempo. Aunque se encontraba, en promedio, entre los 13 y los 15 años, ya se detectaron casos de chicos de 11 años que ingieren cocaína. Al mismo tiempo se señala que mientras hasta hace cinco años el inicio se hacía habitualmente con marihuana, ahora los chicos ingresan a la droga directamente con la cocaína. Los adictos ya no son mayoritariamente de sectores sociales marginales. El 60 por ciento de los drogadependientes pertenece a la clase media y el 20 por ciento a la clase alta.

En los últimos cinco años, **el promedio de edad del inicio en el consumo de drogas peligrosas, que estaba entre los 13 y 15 años, bajó a los 11 años y ese inicio se produce directamente con cocaína**, afirmó el licenciado **Carlos Novelli**, director de terapia ambulatoria del **Programa Andrés**, entidad que desde 1974 trabaja en la rehabilitación y reinserción del drogadependiente.

Según las estadísticas llevadas por esta institución sin fines de lucro, que trata a pacientes y grupos familiares de la Capital Federal y en menor medida del Gran Buenos Aires, hasta hace cinco años cualquier adolescente o adulto que se iniciaba en el consumo de drogas peligrosas **lo hacía fumando marihuana, mientras que hoy en día ingresa a la droga ya con cocaína, y en el 30 por ciento de los casos se la inyecta.**

♦ Más que antes

Al no existir estadísticas oficiales a nivel nacional se ignora qué ocurre con quienes no se acercan a buscar tratamiento. De todos modos, los datos que maneja el Programa Andrés sirven para comprobar cambios significativos.

El director terapéutico del Programa Andrés, **Fernando Patiño**, señala por su parte que el hecho de que los adolescentes se inicien antes en la droga se debe a que "cronológicamente, el comienzo de la adolescencia se ha anticipado a lo que era antes socialmente, entre otras cosas porque tienen acceso a bailes desde los 11 años". La vía de entrada, ahora a la cocaína, es la misma que antes tenían a la marihuana: un amigo del club o del barrio que la consiguió, o algún hermano. **"En esto influye mucho la realidad de que el consumo de droga es mucho más generalizado que antes"**, subraya Patiño.

♦ Riesgo

"Es **uno de los mayores grupos de riesgo, por las características normales del adolescente** —apunta—. Pero no hay que confundir a un chico que se inicia en la droga con un adolescente normal, que puede usar el pelo largo, escuchar Guns n'Roses o tener períodos en los que cuestiona a los padres aunque tiene una buena comunicación con ellos: una cosa es el uso, otra el abuso y otra la dependencia".

"El hecho de que un adolescente pruebe una droga no significa que vaya a convertirse en un adicto, ya que hay tres etapas —advierte—. El **usador** es el que acepta la droga por probar cosas nuevas o por presión de otros chicos, **luego toma conciencia y puede conversarlo con su familia**. El **abusador es el que los fines de semana o más de una vez al mes, cuando pinta la ocasión, se reúne con amigos y sigue probando**".

♦ Salto del abuso a la dependencia

"Hay un **salto muy rápido del abusador al dependiente:** no se sabe cuándo deja de serlo y se convierte en un adicto —remarca Patiño—. El abusador empieza a **necesitar**, para determinadas ocasiones, consumir cocaína: para enfrentar **alguna tarea laboral**, dar un **examen**, encarar a una mujer, tomar **decisiones de peso**".

"Empieza a sentir —agregó— que cada vez que tiene que comprometerse con algo que lo angustia, que lo hace tomar una decisión importante, tiene que utilizar la droga como una muleta, para afrontar cosas en las que aparentemente no se siente preparado. En cualquier momento empieza a convertirse en dependiente".

♦ Ya no son marginales

Patiño señala que **"en este momento, el drogadependiente no es más esa persona que antes era considerado marginal"**. Este sector representa **sólo el 20 por ciento** de quienes acuden a los consultorios, chicos de la calle que se inician con pegamento e inmediatamente pasan a **la** cocaína y entran en la cadena del robo.

El 60 por ciento de los adolescentes pertenece a la clase media y el 20 por ciento a la clase alta, y acceden a la droga porque empiezan a trabajar o a robar, o roban dentro de la familia o tienen alto poder adquisitivo.

El 90 por ciento convive con sus padres. "Ya no hablamos de padres divorciados ni que maltratan a sus hijos —observa—. Pueden tener una familia social y afectivamente buena, pero faltarle al chico una comunicación real y no sentirse cuidado como sus otros hermanos".

S.C.

01/01

9209154

Traficante gastronómico

RIO DE JANEIRO. (ANSA).- La policía detuvo ayer al inglés [illegible] Francis Roche, que se había establecido en el suburbio carioca de Jacarepagua, con un sofisticado laboratorio en el cual fabricaba cocaína disimulada en líquido bajo el rótulo de "aceite de dende", que se extrae de una palmera típica brasileña.

Haciéndose pasar por "cocinero en un restaurante de lujo", Roche, considerado bastante simpático por los vecinos de su barrio, era nada menos que un fuerte traficante de cocaína.

La policía calcula que semanalmente enviaba entre ocho y diez botellas (de un litro) del líquido con cocaína a Amsterdam (Holanda) y, según los libros secuestrados, tenía vastos conocimientos de química. ■

AUMENTO CONSUMO DE COCAINA Y HEROINA EN EE.UU.

LA MAÑANA

10-3-92

11365

EE.UU.: volvió la cocaína

Nueva York. (EFE). El consumo de heroína y cocaína, que descendió en los últimos tiempos en Nueva York, volvió a subir de forma alarmante, según lo demuestran nuevas estadísticas oficiales.

En las salas de urgencias de los hospitales de la ciudad, el número de tratamientos administrados por problemas de heroína aumentó más de un 50 por ciento en los nueve primeros meses de 1991 sobre el mismo periodo del año anterior. El incremento fue de casi un tercio para los de cocaína, según el estudio de la oficina de Servicios de abuso de drogas y bebidas alcohólicas.

Además, los vendedores de heroína han ampliado sus operaciones en ciertas partes de la ciudad, al mismo tiempo que han recortado el precio de las drogas.

Una dosis de "crack", tipo de cocaína que se fuma en pipa, se vende ahora por un precio históricamente bajo de 75 centavos de dólar en algunos barrios, dijo el organismo estatal. Las autoridades calculan que hay al menos 200.000 heroinómanos en la ciudad de Nueva York, y el doble de adictos a la cocaína y al "crack".

El descenso del precio de las drogas parece reflejar la abundancia de heroína y cocaína en la ciudad, el mayor centro de importación y mercado de narcóticos de Estados Unidos. También puede deberse al aumento de la competencia, ya que cada vez más jóvenes entran al negocio del narcotráfico debido al desempleo y la recesión económica, concluyen los expertos. ■

Implican a narcos en violencia en N. York

Nueva York (DPA, Reuter, EFE, UPI) — La mayoría de los manifestantes que sembró la alarma en el barrio **Washington Heights** de **Nueva York** eran narcotraficantes que usaron la muerte de **José García** para neutralizar los esfuerzos de la policía para eliminarlos, dijeron ayer las autoridades.

La mitad de los 200.000 residentes de Washington Heights son dominicanos, y las autoridades afirman que los traficantes dominicanos de narcóticos son responsables de los 170 homicidios ocurridos en el barrio en los últimos 18 meses.

Los dirigentes comunales dominicanos admiten, por su parte, que los narcotraficantes pueden haber tenido un papel en la violencia.

Al ver las noticias por televisión, los investigadores reconocieron entre los manifestantes más violentos a varios notorios narcotraficantes. Un vocero de la policía dijo que se estaban analizando las grabaciones en video en busca de caras conocidas.

Según reveló la policía, **José García** tenía una larga carrera en el mundo de las drogas. Después de ser arrestado en octubre de 1989 por vender drogas en la calle, **García** se declaró culpable y le fue impuesta una sentencia de cinco años de prisión bajo palabra.

MONTEVIDEO INUNDADO POR LSD ENVIADO POR CORRESPONDENCIA

* La Letal Droga Química Provenía de los Estados Unidos
* Cuatro Hombres y dos Mujeres Apresados en Zona Costera

Una inusitada avalancha de dosis de la letal droga química LSD proveniente de Estados Unidos en el interior de encomiendas pudo ser contenida a tiempo por funcionarios de la Brigada de Narcóticos merced a una serie de espectaculares procedimientos realizados en las últimas 48 horas.

Cuatro hombres y dos mujeres, cuyas edades oscilan entre los 20 y 30 años, fueron detenidos en el curso de los operativos llevados a cabo en las zonas de Pocitos, Punta Gorda y Carrasco.

El grupo de élite que antes componía el Departamento 4 y que ahora integra la Brigada tuvo a su cargo la investigación iniciada hace varios meses durante el denominado "Operativo Azul".

Los oficiales del Departamento de Inteligencia, a cargo del Insp. Principal Saúl Clavería, se incautaron de centenares de dosis del poderoso ácido lisérgico, de efecto demoledor sobre el organismo humano, la gran mayoría de ellas disimuladas en sellos de color verde con la figura de una calavera.

En otros allanamientos también se localizaron dosis bajo sellos de color rosado con la figura de un tulipán. En esta oportunidad no se requisaron dosis con la estampa del dragón. Recordarán los lectores de EL PAIS que esa fue la primera partida hallada en nuestro país a mediados del año pasado.

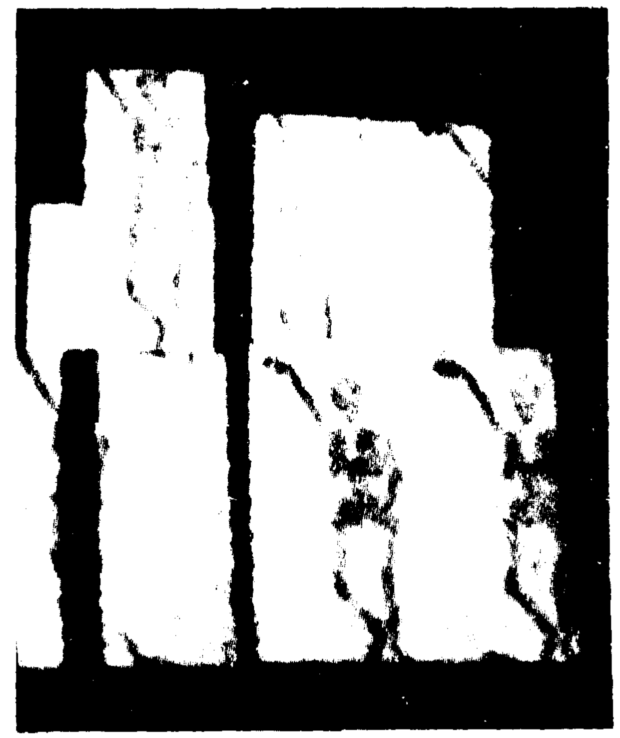
Los detenidos admitieron haber ingresado a nuestro territorio centenares de dosis de dicha droga mediante envíos regulares de correspondencia desde los Estados Unidos, proveedor natural del flagelo químico.

En base a los interrogatorios a los que fueron sometidos, los investigadores pudieron acceder al nombre de otro uruguayo, actualmente radicado en el país del Norte, quien enviaba las cartas utilizando para ello distintas empresas de transporte y correo de carácter privadas.

Se radió, en consecuencia, orden de captura itnernacional a través de los mecanismos habituales amparados en el buró de Interpol.

Al cierre de la presente edición aún no existía una estimación concreta de las partidas requisadas en los allanamientos, aunque fuentes oficiosas indicaron que ya se había contabilizado una cantidad cercana al millar.

La discreción con que se comercializaba el LSD hace prácticamente imposible detectar a los consumidores. Extraoficialmente se dijo que puede alcanzar a un número realmente sorprendente.



Gran cantidad de sobres enviados desde los Estados Unidos con la letal droga química fueron requisados por la policía

DOCUMENTO ...
LO ...
EL PAÍS
11.7.92.

Importadores del LSD Declararon

Los cuatro hombres y las dos mujeres que importaban la letal droga química LSD en encomiendas provenientes de Estados Unidos declararon ayer por la tarde en presencia del Juez en lo Penal de 4º Turno.

Tal como se informó en la pasada edición, funcionarios de la Brigada de Narcóticos realizaron una serie de procedimientos que culminaron con la detención del grupo de traficantes del poderoso ácido lisérgico, de efectos demoledores para el organismo humano.

Los investigadores se incautaron en distintos allanamientos de sellos con la imagen de una calavera, así como también con la figura de un tulipán que encubrían las dosis avaluadas en 20 dólares.

Merced a los interrogatorios a los que fueron sometidos los detenidos se pudo establecer que el proveedor era un uruguayo radicado en EE.UU., cuya captura recomendada ha sido solicitada a través de Interpol.

02/02

9209158

CLARIN
11-7-92

Guerra interna en el Cartel de Medellín

BOGOTA, 10 (AP). — Seis jefes del Cartel de Medellín y cinco de sus guardaespaldas fueron secuestrados por el "brazo armado" de la organización de narcotraficantes al estallar una guerra interna, según informaron diarios colombianos.

Entre los secuestrados se encuentran los hermanos Mario y Fernando Galeano, William y Gerardo Moncada y Alvarez Lópera, quienes sucedieron en el mando del Cartel a Pablo Escobar Gaviria y 13 de sus más íntimos aliados, quienes se entregaron a la justicia hace más de un año, dicen **El Tiempo** y **El Espectador**, los dos principales diarios del país.

El Tiempo agrega que los autores del secuestro fueron las brigadas de pistoleros que estarían actuando por órdenes de los jefes del Cartel que están detenidos en las cárceles de máxima seguridad de Itagüí y Envigado, cerca de Medellín.

"Las causas del secuestro estarían ligadas a problemas con el manejo de dineros en los que tienen participación algunas de las personas detenidas en las cárceles de máxima seguridad", dice **El Tiempo**.

"Además trascendió que otra de las razones de la disputa es la supuesta negativa de los secuestrados a contribuir con dinero para el mantenimiento del aparato militar del Cartel de Medellín."

"Fuentes oficiales dijeron que es posible que algunas propiedades de los secuestradores, entre avionetas, apartamentos, casas y fincas estén siendo traspasadas a nombre de testaferros de algunos de los presos de la cárcel de La Catedral (Envigado)", donde están recluidos Escobar Gaviria y sus más íntimos colaboradores del Cartel, señaló el diario.

El Tiempo afirma que los secuestradores de los hermanos Moncada exigen 150 millones de dólares y otros 50 millones por los hermanos Galeano.

Confirmaron el asesinato de Fernando Galeano Berro

La guerra interna del cártel de Medellín lleva 14 secuestros

Medellín, (UPI)

■ A un año del desmonte del cártel de Medellín y el sometimiento a las autoridades de su presunto jefe, Pablo Escobar Gaviria, resurgió el fantasma de la guerra entre los grupos de la droga, informaron ayer las autoridades.

La policía de esta ciudad confirmó el asesinato de Fernando Galeano Berrio, accionista del equipo de fútbol profesional colombiano Independiente Medellín, quien fue secuestrado hace varios días junto con 14 personas en la región de La Estrella e Itagui, al sur del Valle del Aburra, departamento de Antioquía.

Según las autoridades el cadáver de Galeano Berrio fue encontrado el sábado dentro de un automóvil particular, cerca de la población de El Retiro, 38 quilómetros al oriente de Medellín.

Galeano Berrio fue inhumado el mismo sábado en el cementerio Jardines Montesacro, de Medellín.

Por lo menos 20 personas están secuestradas en lo que al parecer es una guerra interna del cártel de Medellín, según investigaciones de los organismos de seguridad.

El ala militar del cártel de Medellín es acusado del secuestro y muerte de Galeano.

■ Cártel

MEDELLIN, Colombia 12 (1P).— Ocho muertos y 16 secuestrados dejó hasta hoy la guerra interna que se desató dentro del Cártel de narcotraficantes de Medellín.

EL PAIS 15-7-92

Secuestros

MEDELLIN, Colombia, 14 (Reuter).— Pablo Escobar, quien recién cumplió su primer año tras las rejas, habría ordenado la muerte de algunos de sus herederos para ...ificar su liderazgo en el cártel de narcotraficantes de Medellín, según un destacado semanario local.



04/04

9269159

El País

15-7-92

Secuestros

MEDELLIN, Colombia, 14 (Reuter).— Pablo Escobar, quien recién cumplió su primer año tras las rejas, habría ordenado la muerte de algunos de sus herederos para ratificar su liderazgo en el cártel de narcotraficantes de Medellín, según un destacado semanario local.



TITULO EL PAÍS

Bolivia: Extraditan a los EE.UU. a una Mujer por Narcotraficante

LA PAZ, 10 (EFE). — La primera extraditada boliviana por delitos de narcotráfico, Asunta Beatriz Roca Suárez, fue llevada hoy, viernes, hacia a Estados Unidos en medio de sollozos, desesperados, gritos de su familia y el alboroto originado en la pugna de periodistas para burlar los controles policiales.

La justicia de EE.UU. logró hoy concretar la extradición de la hermana de Jorge Roca Suárez, alias "Techo de Paja", juzgado ahora por una corte del Estado de California, apelando a un tratado de extradición, suscrito a principios de siglo que no contempla delitos de narcotráfico, y a la Convención de Viena de 1988.

Un avión del Departamento Estadounidense Antidroga (DEA) esperaba a Roca Suárez en la base militar de la Fuerza Aérea Boliviana en El Alto y partió con ella a las 09:50 hora local (13:50 GMT) rumbo a Estados Unidos, concluyendo así una tensa espera de nueve días, cuando la Corte Suprema declaró procedente su extradición.

"No me quiero ir, soy inocente, no me quiero ir", gritaba entre sollozos cuando agentes policiales la acompañaban al avión y, por detrás sus hijas lloraban y le pedían, también a gritos: "¡cuidate mami!".

"Por favor, no me manden a morir allá, sola, quiero que le den visa a mis hijas", dijo desconsolada, mientras las pequeñas lanzaban gritos desgarradores.

La sorpresiva salida de Roca Suárez se convirtió en un verdadero espectáculo desde el ingreso de agentes a la clínica policial, alrededor de las 8:15 hora local (12:15 GMT), pasando por la persecución periodística del vehículo que llevaba a la detenida hasta el aeropuerto de la base militar de la FAB, en El Alto de La Paz.

Un periodista fue golpeado y otros dos perdieron sus grabadoras durante un confuso enfrentamiento con agentes policiales, algunos de ellos encapuchados, otros con pelucas y bigotes postizos, que irrumpieron violentamente en la clínica de la Policía para llevarse a la extraditada, informaron medios locales.



Las hijas del general Noriega camino a escuchar la sentencia de la Justicia norteamericana sobre su padre. (Laserfoto AP).

El vehículo que trasladaba a Roca Suárez y a una de sus hijas al aeropuerto fue seguido por otros tres de la policía, que intentaron burlar la persecución de los periodistas, algunos de los cuales llegaron al aeropuerto internacional y otros se dirigieron a la base militar de la FAB.

La Corte Suprema refrendó el jueves su fallo favorable a la extradición de Roca Suárez, que debe enfrentar a la justicia de EE.UU., que la acusa de participar en el negocio de la cocaína de su hermano, supervisar la compra de pasta y sulfato de cocaína en el Chapare y su transporte a varios laboratorios clandestinos en el Beni para refinar la droga.

Los cargos señalan también el intento de importar cocaína a EE.UU., posesión de cocaína con la intención de distribuirla en ese país y facilitar la promoción, dirección y realización de esta actividad ilícita.

"La señora Asunta Beatriz Roca no tiene cargos en Bolivia, de ningún tipo, de ninguna clase, porque así funcionó en el pasado nuestra justicia", afirmó el ministro del Interior, Carlos Saavedra.

La abogada defensora, María Teresa Montaño, que lloró también de rabia e impotencia ante la sorpresiva operación policial para sacar del país a su cliente, logró que un juez de turno decretara el arraigo de Roca Suárez, que fue invalidado por extemporáneo.

La extradición de Roca Suárez, que se llevó a cabo a pesar de protestas ciudadanas y un pedido especial de 30 parlamentarios para que se suspendiera, demostró que el sistema judicial de este país "sí funciona".

01/01

9209160

TITULO Producción de cocaína en el Líbano

PROCEDENCIA La Mañana

11-7-92

ENTRADO

CRUZADO

—QUE el Líbano —más precisamente el Valle de la Bekaa— se ha convertido en el mayor productor de cocaína para el Medio y Extremo Oriente.

9209161

Colombia: estado de conmoción interna

El presidente César Gaviria lo decretó para evitar que liberen a más de 800 peligrosos narcotraficantes, terroristas y asesinos

SANTAFE DE BOGOTA, 10 (EFE). — El presidente de Colombia, **César Gaviria**, decretó el estado de conmoción interna en el país, durante siete días, para expedir normas que **eviten la inminente puesta en libertad** de más de 800 detenidos por narcotráfico, terrorismo y asesinato.

Gaviria aplicó por primera vez el régimen de excepción, creado el año pasado por la nueva Constitución, tras manifestar que una nueva ley, que entró en vigor la semana pasada, iba a ser aprovechada por los abogados de peligrosos criminales para conseguir su libertad.

El gobernante fue prevenido de la posible libertad masiva de presos por el fiscal general de la nación, **Gustavo de Greiff**, quien le advirtió que el nuevo código de procedimiento penal, que el propio Gaviria firmó hace dos semanas, tiene un artículo que sacaría de la cárcel a los detenidos.

La figura jurídica del hábeas corpus, prevista por el nuevo código, establece que el recluso que acumule **180 días detenido sin ser llamado a juicio tiene derecho a recobrar la libertad**, aunque en forma condicional.

Según fuentes oficiales, hoy iban a ser liberados los responsables del asesinato en 1989 del entonces candidato presidencial liberal, **Luis Carlos Galán**, crimen que originó el comienzo de la guerra del gobierno contra las mafias del narcotráfico.

Este ex senador y ex ministro de Educación de 44 años fue tiroteado el 18 de agosto de 1989 por sicarios en la plaza de Soacha, a 15 kilómetros de Santafé de Bogotá, y fue sustituido en la candidatura presidencial por César Gaviria, que ganó los comicios de mayo de 1990.

También saldrían de una cárdel del departamento de Antioquia, **Juan David Ochoa Vásquez**, considerado jefe del Cartel de Medellín, junto con sus hermanos **Fabio y Jorge Luis, y Pablo Escobar**, que se entregaron a los jueces el año pasado a cambio de una rebaja de penas y de no ser extraditados a los Estados Unidos.

En un comienzo, en virtud del nuevo código, ayer recuperaron la libertad siete personas detenidas en la cárcel de Bellavista, de Medellín, en donde se presentaron 200 de las 800 solicitudes de excarcelación reportadas por el fiscal De Greiff.

Esta ciudad colombiana fue el centro de la guerra del "narcoterrorismo", que dejó más de 200 agentes de la policía muertos por pistoleros entre 1988 y 1990.

La guerra de las mafias cobró la vida de más de cien pasajeros de un avión de la aerolínea nacional Avianca, dinamitado en diciembre de 1989 poco después de despegar de Santafé de Bogotá y el atentado al edificio de la policía secreta en la misma capital, que mató a 70 personas.

También se ejecutaron más atentados contra diarios, hoteles, bancos y almacenes de Santafé de Bogotá, Medellín, Cali, Bucaramanga, Cartagena y otras ciudades, y **alcaldes, un procurador general, gobernadores y oficiales militares.**

La declaración del estado de conmoción fue calificada como "apresurada y emotiva" por el presidente de la Asociación Nacional de Abogados Litigantes, Ernesto Amézquita, y por los defensores de los presos, que consideraron que el régimen especial decretado viola las garantías procesales.

Gustavo de Greiff, primera persona que ocupa el recién creado cargo de fiscal y quien ha manifestado que no teme que lo asesinen, señaló que el alud de solicitudes de libertad se debe a **interpretaciones equivocas de las normas** y que se prestaban para la impunidad.

En breves declaraciones a la prensa, el presidente de Colombia advirtió que "nos enfrentamos al horror de la salida masiva de las cárceles de reconocidos y peligrosos criminales" y subrayó que mientras él sea jefe de Estado no permitirá que la interpretación maliciosa de un artículo deje libres a los criminales.

"Es un asuntos de supervivencia nacional", puntualizó Gaviria al firmar el decreto, elaborado esta madrugada. Agregó que su gobierno no va a permitir "que unas «leguleyadas» nos devuelvan a la guerra".



César Gaviria, presidente de Colombia: medida extrema para evitar un desbande de criminales.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA DE PROCEDENCIA 12-7-92

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

Cocaína en Budge

(DyN).– Personal de la Division Narcotráfico de la policía bonaerense allanó ayer a la madrugada una vivienda situada en Montiel al 2500, en Ingeniero Budge, y detuvo a su morador, que tenía en su poder 1,200 kilogramo de cocaína y armas de fuego de grueso calibre.

Según lo informó la delegación Lomas de Zamora de la policía provincial, el detenido es Gabriel Fran[illegible], de 25 años, que presuntamente se dedicaría a distribuir la droga en la zona.

Durante el procedimiento, los agentes secuestraron la cocaína, ya fraccionada para la venta en bolsitas de 10, 15 y 20 gramos, así como tres [illegible], dos automóviles, cuatro armas de fuego y una cantidad no determinada de dólares, que serían producto de la venta de estupefacientes.

01/01 9209163

DOCUMENTO

TITULO

El País 12-7-92

ENTRADO

CRUZADO

11345

11226

Ultimo Momento: Están Vinculados al "Caso Kechichian"

Cayeron Ladrones de Autos con Documentación Falsa y Cocaína

Otro duro golpe a la red de hampones que roban autos en nuestro país y los trasladan a Paraguay, para su comercialización, asestó en las últimas horas la policía con la detención de dos integrantes de una de las gavillas que operan en el "metier". Lo más sugestivo, es que esos delincuentes son cómplices de Elbio Molinari, un maleante sindicado como autor de tres homicidios —entre ellos del taxista Perdomo, de Maldonado— de quien no se descarta incluso que sea en verdad el hombre calcinado en el interior de ese auto, en Toledo Ch...

Este último caso está sumido todavía en el mayor de los misterios, al punto de que existen cinco nombres en danza en cuanto a la identidad del carbonizado, de quien se dijo en principio que sería Wálter Kechichian, a quien los ladrones y contrabandistas de autos habían "sentenciado" a muerte.

Lo ocurrido en las últimas horas trae ese caso nuevamente al tapete, ya que los dos detenidos son importantes "laderos" de Elbio Molinari. Esas personas fueron detenidas por funcionarios de la Seccional 14ª cuando se encontraban robando un vehículo y se les condujo de inmediato a la dependencia policial mencionada.

Allí se comprobó que tenían documentos de identidad falsos y también otros papeles apócrifos referentes a vehículos, así como cocaína.

Uno de los sujetos tiene antecedentes por narcotráfico y se le considera pieza importantísima en la banda de ladrones de autos con vinculaciones internacionales, ya que esos automotores hurtado eran llevados al Paraguay y también a Brasil y Argentina.

01/01

9209164

Cadáveres atraíram cu...

'Guerra' entre traficantes faz nove mortos no Jacarezinho

A influência da organização criminosa *Comando Vermelho* no tráfico de drogas no Rio de Janeiro sofreu um golpe ontem. Segundo informações de policiais, um grupo liderado pelo traficante Rubens Portela, do *Terceiro Comando*, facção rival e dissidente, invadiu o Jacarezinho na madrugada de sábado para domingo e assumiu o comando da favela, a segunda maior da cidade, depois de assassinar o chefe do tráfico na região, Edilson Machado de Assis, o *Cocada*, e outros oito membros de sua quadrilha, ligada ao *Comando Vermelho*. Uma segunda versão, alimentada por moradores que não se identificaram, conta que a chacina foi *encomendada* por Antonio Rosa da Silva, o *Parazinho*, um dos líderes do *Comando Vermelho*, que está preso na penitenciária de segurança máxima Bangu 1. *Parazinho* estaria insatisfeito com a liderança de *Cocada*, que de acordo com esta versão se recusava a enviar dinheiro para a organização. A polícia não soube informar o número de invasores e encontrou os mortos na manhã de domingo. Os policiais acreditam que outros corpos podem aparecer no local.

Os soldados do Posto de Policiamento Comunitário (PPC) do Jacarezinho informaram que a chacina começou por volta de 5h, quando os membros da quadrilha de Rubens Portela invadiram a favela pela Estrada do Galileu, partindo de uma região do Jacarezinho conhecida como Azul. Os corpos de *Cocada* e de seu principal auxiliar, Jailson, foram encontrados a cerca de 500 metros da Estrada do Galileu, na esquina das ruas Ayres de Casal e Álvaro de Azevedo, e levados para o Instituto Médico Legal, depois de permanecerem por mais de seis horas na calçada. O rosto de *Cocada* estava dilacerado e a polícia acredita que foram usadas munições de grosso calibre. Um outro corpo, ainda não identificado, foi encontrado na Avenida Automóvel Clube, próximo à Favela da Galinha, e na linha do trem, na altura do Largo da Concórdia, também apareceram os corpos de outros dois supostos membros da quadrilha, Narcelo Henrique Araújo, 17 anos, e Aguinaldo Gomes.

Em um fusca amarelo, placa OW 1238, estacionado em frente ao número 39 da Travessa do Jacaré, foram achados outros três corpos, todos amontoados no banco de trás do carro. O nono traficante, Carlos Ja... del Barcelos dos Santos, de 20 anos, morreu no Hospital Salgado Filho, depois de ter sido levado ao local por uma Patamo, com várias perfurações no rosto e no tórax. O irmão de Carlos, André Barcelos dos Santos, 18 anos, e o pintor de paredes Wilson da Cruz Filho, o *Jorge da Cruz*, também supostos integrantes da quadrilha de *Cocada*, foram operados e o estado deles é grave. J.L.M., de 15 anos, também foi atendida no hospital com um tiro na perna e liberada logo depois. Os policiais de plantão no Salgado Filho informaram que se trata de uma doente mental, que teria sido atingida por uma bala perdida.

Os policiais do PPC, auxiliados por soldados do 3º BPM, comandados pelo tenente Freire, realizaram uma busca na região, à procura de outros corpos e de feridos. A favela está em clima de guerra há um mês, quando *Cocada* expulsou o grupo ligado a Rubens Portela do Azul, a região mais alta do Jacarezinho. Recentes prisões de traficantes de seu grupo enfraqueceram *Cocada*, o que permitiu a volta de Portela.

TÍTULO ENFRENTAMENTO ENTRE NARCOTRAFICANTES ... JORNAL DO BRASIL ... JACAREZINHO (BRASIL)

13-7-92

11214 — 11229 — 11322 —

Cadáveres atraíram cu...

'Guerra' entre traficantes faz nove mortos no Jacarezinho

A influência da organização criminosa *Comando Vermelho* no tráfico de drogas no Rio de Janeiro sofreu um golpe ontem. Segundo informações de policiais, um grupo liderado pelo traficante Rubens Portela, do *Terceiro Comando*, facção rival e dissidente, invadiu o Jacarezinho na madrugada de sábado para domingo e assumiu o comando da favela, a segunda maior da cidade, depois de assassinar o chefe do tráfico na região, Edilson Machado de Assis, o *Cocada*, e outros oito membros de sua quadrilha, ligada ao *Comando Vermelho*. Uma segunda versão, alimentada por moradores que não se identificaram, conta que a chacina foi *encomendada* por Antonio Rosa da Silva, o *Parazinho*, um dos líderes do *Comando Vermelho*, que está preso na penitenciária de segurança máxima Bangu 1. *Parazinho* estaria insatisfeito com a liderança de *Cocada*, que de acordo com esta versão se recusava a enviar dinheiro para a organização. A polícia não soube informar o número de invasores e encontrou os mortos na manhã de domingo. Os policiais acreditam que outros corpos podem aparecer no local.

Os soldados do Posto de Policiamento Comunitário (PPC) do Jacarezinho informaram que a chacina começou por volta de 5h, quando os membros da quadrilha de Rubens Portela invadiram a favela pela Estrada do Galileu, partindo de uma região do Jacarezinho conhecida como Azul. Os corpos de *Cocada* e de seu principal auxiliar, Jailson, foram encontrados a cerca de 500 metros da Estrada do Galileu, na esquina das ruas Ayres de Casal e Álvaro de Azevedo, e levados para o Instituto Médico Legal, depois de permanecerem por mais de seis horas na calçada. O rosto de *Cocada* estava dilacerado e a polícia acredita que foram usadas munições de grosso calibre. Um outro corpo, ainda não identificado, foi encontrado na Avenida Automóvel Clube, próximo à Favela da Galinha, e na linha do trem, na altura do Largo da Concórdia, também apareceram os corpos de outros dois supostos membros da quadrilha, Narcelo Henrique Araújo, 17 anos, e Aguinaldo Gomes.

Em um fusca amarelo, placa OW 1238, estacionado em frente ao número 39 da Travessa do Jacaré, foram achados outros três corpos, todos amontoados no banco de trás do carro. O nono traficante, Carlos Jardel Barcelos dos Santos, de 20 anos, morreu no Hospital Salgado Filho depois de ter sido levado ao local por uma Patamo, com várias perfurações no rosto e no tórax. O irmão de Carlos, André Barcelos dos Santos, 18 anos, e o pintor de paredes Wilson da Cruz Filho, o *Jorge da Cruz*, também supostos integrantes da quadrilha de *Cocada*, foram operados e o estado deles é grave. J.L.M., de 15 anos, também foi atendida no hospital com um tiro na perna e liberada logo depois. Os policiais de plantão no Salgado Filho informaram que se trata de uma doente mental, que teria sido atingida por uma bala perdida.

Os policiais do PPC, auxiliados por soldados do 3º BPM, comandados pelo tenente Freire, realizaram uma busca na região, à procura de outros corpos e de feridos. A favela está em clima de guerra há um mês, quando *Cocada* expulsou o grupo ligado a Rubens Portela do Azul, a região mais alta do Jacarezinho. Recentes prisões de traficantes de seu grupo enfraqueceram *Cocada*, o que permitiu a volta de Portela.

JORNAL 13-7-92

01/02 9209165.

Guerra de traficantes en Brasil deja saldo de ocho víctimas

Río de Janeiro (EFE).- Ocho personas fueron asesinadas y tres sufrieron graves heridas de bala en una "guerra" librada hoy, domingo, en Río de Janeiro entre bandas rivales de narcotraficantes, una de las cuales perdió a uno de sus jefes, informó la Agencia Estado.

Fuerzas del Comando Vermelho (Comando Rojo) y del Tercer Comando, las más poderosas organizaciones delictivas de la ciudad, se enfrentaron a tiros en la "favela" de Jacarezinho, en una batalla más de su "guerra" por hacerse con el dominio de la zona norte de Río de Janeiro.

Entre los muertos se encuentra Adilson Machado, de 22 años, líder del Comando Vermelho en Jacarezinho, según la Agencia Estado.

Machado, conocido en el mundo criminal con el apodo de "Cocada" y considerado uno de los delincuentes más violentos de Río de Janeiro, era lugarteniente directo de los jefes del Comando Vermelho que controlan la mafia organizada desde una cárcel en las afueras de la ciudad.

Según informaciones policiales, el enfrentamiento comenzó cuando un grupo del Tercer Comando invadió la "favela", de 354.000 metros cuadrados y una de las más pobres de la ciudad, para desalojar a los hombres que controlan el tráfico de drogas en la zona.

La policía, que raramente realiza incursiones dentro de Jacarezinho debido al control que sobre ella ejercen los narcotraficantes, encontró los cadáveres de Machado y otro peligroso delincuente en una de una de las calles de acceso al barrio.

Otros tres muertos fueron hallados dentro de un vehículo y tres más en diferentes calles de la "favela".

Según la Agencia Estado, la policía sigue recorriendo la zona en busca de los autores de la matanza y no descarta el hallazgo de más cadáveres.

Las dos organizaciones criminales han protagonizado otros enfrentamientos en el curso del año en disputa por el control del tráfico en los barrios vecinos a la Línea Vermelha, una autopista rápida que comunica al aeropuerto internacional con la zona sur de Río de Janeiro, la más exclusiva de la ciudad.

Pedida a expropriação de fazendas de maconha

RECIFE — A Polícia Federal enviou à Justiça os três primeiros pedidos de expropriação de fazendas pernambucanas usadas para o plantio de maconha. A Fazenda Caiçara, de 91 hectares, no município de Floresta, e outras duas em Cabrobó e Santa Maria da Boavista, com áreas totais ainda não definidas, serão tomadas de seus donos e utilizadas para promover a reforma agrária em Pernambuo. A Polícia Federal pediu também a prisão preventina dos fazendeiros Gilberto e Adelmo Gomes de Sá, donos da Caiçara, que são reincidentes e já cumpriram pena por tráfico de drogas (plantam maconha desde 1978). Pernambuco é o maior plantador de *cannabis sativa* do Brasil.

O plantio de maconha está tão difundido no sertão pernambucano que passou a ser o principal ganha-pão para milhares de lavradores, atraídos pelas promessas de traficantes, principalmente do Sul e Sudeste. A DEA (agência americana de combate às drogas) tem usado satélites para mapear as plantações, repassando os dados para a Polícia Federal. O superintendente regional do DPF em Pernambuco, Wladimir Cutarelli, explicou que está fazendo um levantamento em 321 inquéritos sobre cultivo de maconha para indicar novas áreas a serem desapropriadas. Embora a Constituição esteja em vigor desde 1989, até agora nenhuma fazenda havia sido relacionada para expropriação de maconha. A expropriação é diferente da desapropriação porque, neste segundo caso, os proprietários devem ser indenizados, o que não ocorre no outro.

01/01

92C9166

Tráfico de drogas y prostitución en Shanghai

Shanghai (XINHUA)

■ Unas cuatrocientas personas involucradas en el tráfico de drogas y prostitución han sido detenidas en Shanghai desde el inicio de una campaña nacional antidroga y antiprostitución en esta ciudad.

Según el diario **La Liberación** con sede en Shanghai, desde el mes pasado, las fuerzas de seguridad pública de Shanghai han concentrado sus esfuerzos en la guerra contra la prostitución, el abuso de drogas y el tráfico de las mismas.

A mediados de junio, la sucursal de la policía del distrito urbano de Luwan lanzó una operación en la cual las fuerzas de seguridad pública desarticularon cinco nidos de rufianes y arrestaron 52 personas dedicadas a la prostitución. En dicha operación se confiscaron cerca de ochocientas cajas de cintas de video pornográficas y detuvieron a cinco personas como consecuencia de la venta y reproducción de este tipo de material.

Yang Dingpo fue arrestado por haber usado su vivienda para el propósito de la prostitución. Este delincuente indujo y forzó a mujeres a prostituirse.

Traficantes invadem quartel e um morre

Num ato ao mesmo tempo ousado e desesperado, o traficante Marco Aurélio Soares da Cunha, o *Mamaco*, de 24 anos, invadiu na madrugada de ontem o Quartel dos Fuzileiros Navais, Batalhão Paissandu, na Ilha do Governador, tentando fugir de uma quadrilha rival. Após troca de tiros com os sentinelas do quartel, *Mamaco* morreu e outros dois integrantes de seu bando foram presos. Um morador do local foi ferido quando pegava água numa bica pública.

Mamaco, que comandava o tráfico de drogas na Rua João Teles Menezes, no bairro dos Bancários, tentou se refugiar na unidade militar após ter sido encurralado pela quadrilha comandada pelos traficantes *Baitola* e *Maninho*, baseada na Favela da Praia da Rosa, também na Ilha do Governador, que tentava lhe tomar o ponto. Segundo os policiais, o traficante *Niltinho do Dendê* vinha controlando sem maiores problemas todo o tráfico de drogas na Ilha do Governador, quando integrantes de algumas quadrilhas do bairro a ele subordinadas se rebelaram contra seu total domínio. Ao mesmo tempo, traficantes de fora também procuraram acabar com a hegemonia de *Niltinho do Dendê*, tentando tomar-lhe os pontos de venda de drogas.

Na madrugada de ontem, em grande número de homens, o bando de *Maninho e Baitola*, rebelde ao comando de *Dendê*, invadiu a *boca de fumo* comandada por *Mamaco*, fiel às ordens do líder do tráfico na Ilha. Em inferioridade numérica, *Mamaco* e mais seis integrantes do seu bando pularam o muro do Batalhão. Sentinelas do quartel deram ordem para que o grupo parasse, sendo alvejados com tiros, aos quais revidaram. *Mamaco* morreu dentro do quartel, mas militares disseram que o bandido já estava ferido quando invadiu o batalhão. O morador Paulo César da Silva Avevedo, de 20 anos, foi ferido, sendo atendido no Hospital Paulinho Werneck. Um outro integrante do bando de *Mamaco* foi preso dentro do Batalhão Paissandu e depois levado para a 37ª DP (Ilha do Governador).

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA REPUBLICA

FECHA 16-7-92.

ENTRADO

CRUZADO

Narcotraficante chileno fue enviado a EEUU

Santiago (UPI)

■ El traficante de drogas chileno, Rodolfo Santiago Romero, fue extraditado por decisión de la Corte Suprema y llevado a Estados Unidos, donde sería recluido en una cárcel de máxima seguridad de Atlanta, dijeron fuentes policiales.

El delincuente, de 44 años, fue llevado el martes en la noche hasta el avión que lo llevaría a la ciudad del estado de Georgia por dos robustos policías, mientras vociferaba que había sido "vendido" a la justicia de Estados Unidos, indicaron las fuentes.

Tristemente célebre bajo el sobrenombre de "El Olfo", a los 14 años asesinó a una prostituta que era su concubina e inició una vida al margen de la ley, producto de su obscuro origen: todos sus familiares eran delincuentes o ejercían algún tipo de actividad propia de los bajos fondos del puerto de Valparaíso, donde nació.

Ya en 1970 era traficante de drogas, fue encargado por la justicia de Estados Unidos y huyó a Argentina, donde se le deportó por primera vez a Washington donde le condenaron a 12 años de prisión en Atlanta.

En 1980, cuando gozaba del beneficio de la libertad vigilada, huyó a Chile y sólo en 1991 se le descubrió en Viña del Mar, ciudad vecina a Valparaíso.

La justicia estadounidense pidió su detención preventiva y luego su extradición, la que fue concedida por la Corte Suprema chilena.

01/01

9209169

EEUU pidió a Colombia extraditar argentino

Bogotá (ANSA)

La Embajada de los Estados Unidos en Bogotá pidió al gobierno colombiano la extradición del presunto narcotraficante argentino Carlos Alberto Marcantoni, al parecer detenido en una cárcel de este país.

La Embajada norteamericana envió un comunicado a la Cancillería colombiana, en el que acusa a Marcantoni de haber repartido 250 quilogramos de cocaína en Nueva York, por lo que una corte de Florida lo condenó por distribución y asociación para distribuir drogas.

La Cancillería y las autoridades carcelarias de Colombia no informaron sobre el lugar en el que se encuentra recluido Marcantoni, y desconocen la fecha en que fue detenido.

Según el comunicado, Marcantoni es acusado por la justicia norteamericana de servir de contacto para importar cocaína procedente de Colombia, entre el 18 y el 28 de octubre de 1988, y el 19 de setiembre del año siguiente fue cobijado por un auto de detención de la justicia norteamericana.

01/01

9209170

Nº DOCUMENTO

TITULO Incautou 700 kg de cocaína em Fortaleza

Zero Hora

16.7.92

01223 —

EC...

11224 —

cidades da região.

FEDERAL APREENDE 700 KG DE COCAÍNA

A Polícia Federal apreendeu 700 quilos de cocaína ontem de madrugada, em Fortaleza. Com a apreensão, a maior já feita no País, foi desarticulada uma quadrilha composta de italianos, bolivianos, brasileiros e até um funcionário da embaixada da Arábia Saudita. O grupo era liderada por um fazendeiro de Tupaciguara-MG, identificado como Jurandír. Originária da Bolívia, a droga iria ser enviada para a Europa.

01/01

9209171

POR TRAFICAR 1.200 KILOS DE COCAINA EN ESPAÑA

Piden 700 años para 52 narcos

MADRID (EFE). — Casi **700 años de cárcel** y una multa de **90 millones de dólares** pidió el fiscal de la Audiencia Nacional de España para las 52 **personas** implicadas en la **Operación Nécora**, la más exitosa de las operaciones contra el narcotráfico que se hizo en España.

La Operación Nécora fue dirigida por el juez de la Audiencia Nacional **Baltasar Garzón** y el teniente fiscal antidrogas **Javier Zaragoza**. Se desarrolló en varias etapas desde mayo de 1990: en una de ellas, conocida como **Operación Mago**, la policía española interceptó un cargamento de **1.200 kilos de cocaína en Galicia** y desmanteló importantes redes del narcotráfico.

Entre las 52 personas que serán juzgadas próximamente, figuran empresarios, miembros de la alta sociedad española, narcotraficantes menores y conocidos **capos** internacionales de la droga aún prófugos, como los colombianos **Fabio Ochoa** y **Alberto Vargas Vera**.

Entre ellos figura el poderoso empresario inmobiliario **Carlos Goyanes**, para quien el fiscal pide **ocho años de cárcel** y una multa de más de un millón de dólares. Goyanes estuvo casado con **la** cantante **Marisol** y ahora lo está con **la** aristócrata **Cari Lapique**.

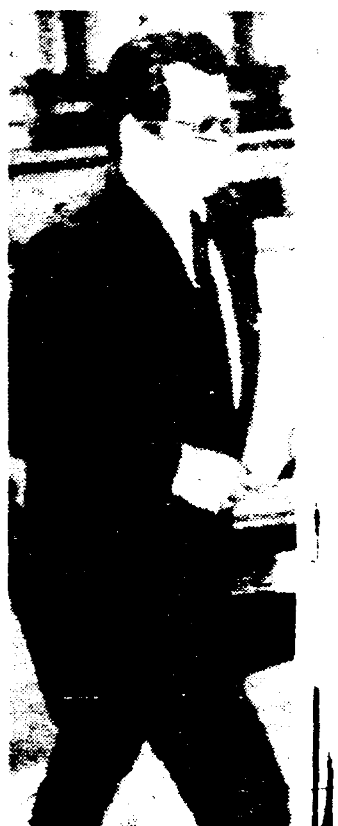
En noviembre de 1990, la revista española **Cambio 16** publicó una nota donde involucraba al argentino **José Lata Liste** —que no está en la lista de **los** 52 acusados— en esa red de narcotraficantes. La revista dijo que había tenido acceso a informes de la **Brigada Central de Estupefacientes**, donde se consideraba a Lata Liste —íntimo amigo de Goyanes— como un **cerebro** de la banda entre los años 1986 y 1987. El dueño de la "boîte" **Mau Mau** y ex funcionario del stand argentino en **Expo Sevilla** querelló judicialmente a **Cambio 16 por diez millones de dólares**.

♦ Conexión gallega

Entre los 52 acusados está el empresario **Celso Barreiros**, para quien el fiscal pide 18 años de cárcel y 20.000 dólares de multa por narcotráfico y depósito de armas. El presunto jefe del narcotráfico en Galicia, **Laureano Oubiña**, enfrenta una posible condena a 22 años de cárcel y multa por 13 millones de dólares.

En su acusación, la fiscalía explica que la Operación Nécora y las investigaciones policiales que siguieron "**tuvieron origen en las declaraciones del narco arrepentido Ricardo Portabales**", para quien se piden 2 años y 9 meses de cárcel.

También se detallan las reuniones que algunos de los acusados, como Barreiros y Oubiña, mantuvieron en España con el colombiano **Fabio Ochoa** para preparar la entrada de cocaína en el país. Otro jefe colombiano, **Alberto Vargas Vera**, se habría trasladado a Madrid para coordinar los envíos: para él se piden 23 años de cárcel y 2 millones de dólares de multa.



Baltasar Garzón

01/01

9209172

DPF apreende 596 quilos de cocaína pura

Fortaleza — Heloísa Menescal/O Povo



FORTALEZA — Agentes do Departamento de Polícia Federal (DPF) apreenderam anteontem por volta das 18h, o caminhão placa CNF 2224, de Uberlândia (MG), da empresa Cardoso S/A, na rodovia BR-222, acesso à capital cearense, com 596 quilos de cocaína pura, a segunda maior apreensão da droga em volume no país. A partir do flagrante, foram efetuadas nove prisões de suspeitos de envolvimento com o tráfico da droga. São eles: **Aguinaldo Garcia Marques, Júlio César Resende de Abreu, Antonio Sangue Doce, Jurandir de Paula** e os **estrangeiros Ayssam Ratab Issas Ikumaides, Walaad Issas Khwyis, Monir Georgas Il Kadamano, Francesco Isculli e Ali Ajjaar.**

Segundo José Armando da Costa, a droga era procedente de Santa Helena (GO) e Goiânia, e "ao que tudo indica", se destinava ao tráfico doméstico no Brasil. A cocaína seria redistribuída para o país através de uma lancha de luxo, apreendida anteontem na Marina Iracema Park. Na lancha Bruno — fundeada na marina próxima ao centro de Fortaleza, que

DPF apreende 596 quilos de

FORTALEZA — Agentes do Departamento de Policia Federal (DPF) apreenderam anteontem por volta das 18h, o caminhão placa CNF 2224, de Uberlândia (MG), da empresa Cardoso S/A, na rodovia BR-222, acesso à capital cearense, com 596 quilos de cocaina pura, a segunda maior apreensão da droga em volume no país. A partir do flagrante, foram efetuadas nove prisões de suspeitos de envolvimento com o tráfico da droga. São eles: **Aguinaldo Garcia Marques, Júlio César Resende de Abreu, Antonio Sangue Doce, Jurandir de Paula** e os estrangeiros **Ayman Ratab Issas Ikumaides, Walaad Ilias Khwyis, Monir Georges Il Kadamano, Francesco Iscalli** e **Ali Ajfissar**.

Segundo José Armando da Costa, a droga era procedente de Santa Helena (GO) e Goiânia, e "ao que tudo indica", se destinava ao tráfico doméstico no Brasil. A cocaina seria redistribuida para o pais através de uma lancha de luxo, apreendida anteontem na Marina Iracema Park. Na lancha Bruno — fundeada na marina próxima ao centro de Fortaleza, que deverá ficar pronta em 1993 com hotel de 250 apartamentos e lugar para 65 barcos — foi preso um dos suspeitos. A embarcação transportaria a droga para os mercados de Recife, Salvador, Rio e São Paulo.

A droga entrou em Fortaleza encoberta sob um carregamento de 13,3 toneladas de arroz, procedente de Santa Helena e foi apreendida em conseqüência de diligências coordenadas entre a sede do DPF, em Brasilia, da superintendência local e da de São Paulo, Interpol e DEA (serviço de repressão ao tráficos ods EUA). Há três meses o carregamento vinha sendo investigado. José Armando informou que a cocaina como está, se for consumida, pode provocar a morte por overdose, e que o produto, avaliado em US$ 20 milhões, pode ser desdobrado em seis vezes até 3.776 quilos, no valor estimado de US$ 120 milhões.

A Policia Federal vinha mantendo sigilo sobre a apreensão da cocaina, "em razão das diligências" policiais que ainda vinham sendo feitas, até a chegada do diretor-geral do DPF, Amaury Galdino, que ontem passou cerca de três horas em Fortaleza, a tempo de dar entrevista para a televisão. Mas divulgou o fato a pedido do próprio diretor-geral, disse José Armando. Para ele, novas prisões poderão ocorrer nas investigações que prosseguem em São Paulo, Brasilia, Goiâania e Fortaleza, como também poderão ser liberados alguns detidos.

O caso foi entregue à Vara de Entorpecentes da Justiça estadual, por se tratar de "tráfico doméstico". Hoje, a lancha Bruno vai passar pela perícia, e em seguida será repassada pelo delegado presidente do inquérito para a Capitania dos Portos, guardiã do patrimônio. Há cinco dias a lancha estava ancorada na marina, que abrigava, ontem, outros três barcos, de bandeiras suiça, italiana e indiana. Para José Armando, a cocaina "jamais seria exportada para os Estados Unidos e se fosse para Exterior, iria para a Europa".

Fortaleza é recordista nacional de apreensão de cocaina. No dia 19 de agosto o DPF flagrou um caminhão com 646 quilos da droga disfarçados sob a forma de inhames, ocultos sob num carregamento de madeira. Esse carregamento vinha da Colômbia, através da Bolivia, via Cuiabá, e ia ser exportada para Nova Iorque pela Exportadora Nebraska, no porto do Mucuripe. José Armando disse que se não tivesse sido feita a apreensão de agosto, o Ceará seria, com certeza, rota de exportação da droga. Para ele, o Brasil desde 1975 não é só corredor mas consome, produz e exporta cocaina.

A Nebraska Importadora e Exportadora, do empresário colombiano Eduardo Gonzalez Salazar, desde maio de 1991, até agosto, vendera para Nova Iorque (EUA) oito containers de inhame para as empresas Food and Juice Inc e JLN Import and Export. Ao todo, foram exportados do porto do Mucuripe, em Fortaleza, cinco carregamentos ou oito *containers*, cada um com 11 toneladas. "Levamos cinco gols contra para marcar um", lamentou José Armando.

Fortaleza — Heloisa Menescal/O Povo



José Armando da Costa (E), disse que a cocaina se destinava ao consumo dentro do país

8

1/2

(SUPLE AL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 28 de Setiembre de 1992.-

OF.SEINT(R)Nro. 162/28/IX/992.-SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA:- Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 40 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.

"SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Navío (CG) C. DANERS
Jefe de la Secretaría de Inteligencia Naval

001 | 2

2/10/92
34/92

002/2

PROCEDENCIA: EL OBSERVADOR

FECHA: 16-7-92

VINCULACIONES: 11176, 11341, 11225, 11514, 11233, 507638, 11340, 11226, 11648, 11234, 10034, 11343, 507479, 11235, 11662, 11421, 507610, 65890, 11351, 11356, 507667, 10184, 11352, 11214, 501889, 11075, 11663, 11676, 507674, 11362, 11664, 11374

277 ejecuciones en China por narcotráfico

BEIJING, 15 (REUTER) - Las autoridades de la provincia china de Yunnan, en el sudoeste del país, ordenaron durante los primeros seis meses del año la ejecución de 277 personas involucradas en el tráfico de drogas, informó hoy la agencia noticiosa oficial Nueva China.

Yunnan está ubicada sobre la frontera china con Birmania y es vecina a los campos en que se cultiva amapola en el tristemente célebre "triángulo de oro".

"Las sentencias se cumplieron en el marco del esfuerzo que vienen desarrollando los tribunales y las fuerzas de seguridad chinas en muchas provincias y ciudades para reprimir la prostitución, el tráfico de estupefacientes y otros delitos a fin de crear un mejor ambiente social y fortalecer la seguridad", dijo la agencia. Las autoridades de China pusieron en marcha una vasta campaña de alcance nacional para erradicar los "seis males" que amenazan su sociedad: prostitución, narcotráfico, juego, supersticiones feudales, adicción a los estupefacientes, venta de mujeres y niños y pornografía. Si bien no todos esos delitos son castigados con la pena capital, los relacionados con las drogas y la comercialización de seres humanos suelen llevar a quienes los perpetran al tradicional balazo en la nuca con que se cumplen las ejecuciones. La policía arrestó también desde enero a 15.000 prostitutas y sus clientes y cerró 1.000 burdeles en Guangdong y Fujian, agregó el despacho de Nueva China. ■

01/05

9269181

China y el Narcotráfico: Ejecuciones Para que la Historia no se Repita

PEKIN, 26 (EFE).— China conmemora hoy el …a internacional contra el consumo de drogas …n la ejecución ejemplarizante de varios nar…traficantes en un nuevo intento por combatir … problema social más acuciante del sur del …ís.

Las ejecuciones, cuyo número total no ha …do facilitado, tendrán lugar en Guansu, …uangdong y Yunnan, tres de las provincias …ás afectadas por el creciente negocio del …arcotráfico que hizo su reaparición en China a …rincipios de la década de los 80 después de …ás de 30 años de práctica erradicación.

En Cantón (sur del país) nueve narcotrafi…antes serán ejecutados hoy, mientras que en …hengdu (provincia de Sichuán) otros cinco …ulpables de tráfico de estupefacientes fueron …jecutados el jueves y 140 kilos de heroína …uemados.

Según informaciones publicadas hoy, los …epartamentos de seguridad descubrieron du…rante el pasado año 8.344 casos de narcotráfico …y decomisaron 1.980 kilos de opio, 1.919 de …heroína, 328 de marihuana, 33 de hachís y 49 …oneladas de productos químicos utilizados en …a manipulación de estupefacientes.

De las personas involucradas, 8.080 pasaron …a disposición judicial, 5.285 fueron condenadas …y 866 recibieron penas de cadena perpetua o …sentencia de muerte, añadieron las fuentes.

Durante el primer trimestre del presente año, …a policía descubrió 2.400 casos de narcotráfico, …detuvo a 4.600 sospechosos y decomisó 662 …ilos de heroína, 301 de opio y 250 de marihua…na.

Las autoridades reconocen la existencia de …48.539 drogadictos en el país y 600 afectados …or este motivo con el síndrome de inmunodefi…encia adquirida (SIDA) sólo en la provincia de …unnan, fronteriza con Birmania y Laos.

El Gobierno chino ha reiterado su confianza … que puede resolver el problema del creciente …ífico y consumo de droga en el país y mostró … interés en cooperar con la comunidad inter…cional en este campo.

"No olvidaremos nunca el sufrimiento que la …oga ha causado a nuestro país y no permitire…os que la historia se repita", declaró ayer el …esidente de la Comisión Nacional de Control … Narcóticos, Wang Fan.

China perdió hace 150 años la denominada …Guerra del opio" (1839-1842) con el Reino …nido, cuando la prohibición del Gobierno chi…o a la importación de opio afectó seriamente …s intereses de los comerciantes británicos.

La derrota obligó a China a la apertura de… cinco puertos al tráfico occidental, el levanta…miento de la prohibición que pesaba sobre la… importaciones de opio y a la cesión de Hon… Kong al Reino Unido.

Los funcionarios antinarcóticos culpan a lo… traficantes internacionales de utilizar el territo…rio chino, en particular el sur del país, como ru… alternativa de la droga procedente del Triángu… de Oro con destino a Occidente.

Pero China ha pasado en recientes años … ser una simple ruta del narcotráfico a converti…se en un país productor, con tres millones … adormideras descubiertas y quemadas en 199…, según informaciones del Ministerio de Segur…dad Pública.

02

920181

Admiten oficialmente que el consumo creció

Las drogas en China

*** La cifra oficial de 148.000 adictos representa probablemente una subestimación del problema**

Un prominente funcionario antidrogas reconoció ayer que está creciendo el consumo de drogas y el cultivo de opio en China, soslayando las afirmaciones oficiales de que los extranjeros son los responsables del narcotráfico en el país. "El problema de las drogas en China se encuentra aún en una etapa grave", dijo el viceministro de Seguridad Pública, Yu Lei, en una conferencia de prensa convocada para celebrar el Día Internacional Contra el Consumo de Drogas y el Tráfico Ilícito, auspiciado por las Naciones Unidas.



Convict[illegible] en delit[illegible] relaciona[illegible] con la droga desfilan ante el público previo a su ejecución (Telefoto de AFP)

Pekín (UPI)

Yu dijo que la zona del [illegible] ilícito de opio, aunque todavía es pequeña, ha estado creciendo, y admitió que la cifra oficial de 148.000 adictos chinos representa probablemente una subestimación del problema.

Funcionarios antidrogas han calculado en declaraciones privadas que los consumidores chinos de heroína, opio, marihuana, anfetaminas sintéticas y otras drogas ilegales, pueden sobrepasar los 300.000.

Pekín ha responsabilizado a extranjeros del problema de las drogas en China, afirmando que se trata de una consecuencia del transporte de estupefacientes por el territorio chino hacia los grandes mercados de Estados Unidos y otros países occidentales.

"Lo que debemos puntualizar especialmente es el [illegible] que la fuente del [illegible] doméstico de drogas [illegible] extranjera, y que el problema del tránsito de drogas es uno de los mayores que China está combatiendo", dijo el viceministro.

Las autoridades chinas arrestaron a unos 18.[illegible] traficantes el año pasado, 829 de ellos extranjeros, casi todos los extranjeros provenían de países fronterizos, en los que se cultiva el opio, como Birmania y Vietnam.

Pese a la creciente participación de ciudadanos chinos en el [illegible] doméstico, Yu afirmó que el aumento del consumo de drogas en China se debe a traficantes extranjeros, y dijo que pocos criminales chinos están involucrados en tráfico a gran escala.

"Los contrabandistas internacionales de drogas han sacado ventaja de la apertura de China para [illegible] drogas dentro de China", indicó Yu.

Yu señaló que el número de casos de drogas en 1991 se elevó en 120 por ciento a más de 8.000 el número de ejecuciones relacionadas con drogas también aumentó el [illegible] pasado, con por lo menos [illegible] personas sentenciadas a muerte, indicó, el número exacto de ejecuciones no es conocido.

Yu informó que el gobierno comunista ha gastado alrededor de 100 millones de dólares en campañas para erradicar las drogas y de rehabilitación de adictos.

China recurre al Día Internacional Contra las Drogas para intensificar la lucha, o al menos la campaña propagandística, contra el narcotráfico, [illegible] la realización de "marchas de ejecución masiva" proyectadas para hoy en zonas golpeadas por el contrabando de estupefacientes.

En la provincia norcentral de Gansu, seis acusados por drogas fueron convictos por multitudes hoy en estadios públicos, y [illegible] trasladados a los sitios de ejecución donde se les aplicó la sentencia, informó la televisión estatal.

El jueves en la ciudad de Chengdu, capital de la provincia sureña de Sichuan, 13 acusados fueron sentenciados a muerte, cinco de los cuales ya fueron ejecutados, otro acusado fue ejecutado el 22 de junio en Xian en la provincia central de Shaanxi.

El aumento de las tierras con cultivos de opio contradice la[s] afirmaciones del gobierno d[e] que el problema está bajo control. Con mucha frecuencia, lo[s] gobiernos regionales lanza[n] campañas de erradicación locales, mostrando la envergadura d[e] los cultivos en China.

Yu dijo que la policía antinarcóticos, reforzada en años recientes con 3.000 nuevos agentes, ha informado la destrucció[n] de 3,29 millones de plantas d[e] opio, informes internos mues[tran] que los esfuerzos antidroga[s] de China son complicados por [la] vinculación de algunos funcio[narios] del gobierno en consum[o] de drogas y cultivo.

PARTES POCO LEGIBLES

03

9209181

162 MIL FUNCIONARIOS ENCAUSADOS

Ofensiva contra la corrupción en China

Funcionarios chinos admitieron ayer, en rueda de prensa, que existe una generalizada corrupción en las esferas de poder, con un alarmante índice de aceleración en los últimos cinco años. Esta admisión se suma a la de la intensificación del narcotráfico y consumo de drogas, males que parecen ser difíciles de controlar, pese a la severidad de los edictos.



Deng Xiaoping, líder de China.

PEKIN, 4 (ANSA y EFE). — Unos 160.000 funcionarios del gobierno chino han sido **detenidos, amonestados o degradados en los últimos cinco años por participar en actos de corrupción.** De ellos, 13.000 funcionarios de rango fueron procesados por aceptar sobornos, realizar desfalcos o por negligencia en el cumplimiento de sus funciones. Así lo informó a la prensa hoy el viceministro de Supervisión chino, **Ging Xu**, quien dijo que la aceleración de la reforma económica china y la apertura al mundo exterior necesitan de la intensificación de los esfuerzos por sanear la administración y **combatir la corrupción en todos los ámbitos.**

Ging Xu manifestó que, entre ministros y gobernadores de provincias encausados en la actualidad, se hallan el viceministro interino de Transportes, **Luo Yunguan**, y el ex gobernador de la isla de Hainan, en el sur del país, **Liang Xiang.**

Yunguan reconoció su culpabilidad por haber recibido unos dos mil yuan (alrededor de 400 dólares) y un anillo de oro de parte de subordinados que buscaban ser promovidos.

En tanto, el ex gobernador Xiang fue acusado de haber destinado fondos públicos para el financiamiento de compras familiares. Los cargos contra este son **de malversación y tráfico de influencias.**

En la rueda de prensa, el funcionario señaló que, "de la misma manera en que se castiga a los culpables, se ayuda y se defiende a los inocentes", detallando que en los últimos tres años **se aclararon 82.000 casos de falsas acusaciones de corrupción.** El viceministro agregó que, desde 1987, las oficinas del Ministerio de Supervisión distribuidas en todo el territorio chino investigaron unos 720.000 casos relacionados con ese tema que aflige y preocupa a la sociedad china.

Los chinos deben ofrecer desde un paquete de cigarrillos hasta dinero en efectivo para obtener cosas que el Estado, basado en su sistema asistencial, **debería dar gratuitamente.**

Aun cuando los castigos son de extrema severidad y **la denuncia o delación es alentada con fuertes recompensas**, la corrupción generalizada parece ser un mal que se extiende, sin pausas, hacia todos los sectores de la vida del país.

Los casos más frecuentes son por dádivas obligadas (coimas), apropiación de fondos y uso ilícito de medios públicos. Pero también hubo denuncias de transferencias de dinero al exterior **o de blanqueo en los casinos y casas de juego de Macao.**

Hace un mes, en un infrecuente informe editado por el **Diario del Pueblo**, portavoz del Partido Comunista Chino, el Comité Central Antinarcóticos admitió que los casos de narcotráfico **se duplicaron en referencia al año anterior** y que el número de drogadictos en el país había aumentado en más del doble en los últimos tres años.

El comité **culpó a Occidente** por ese empeoramiento de los problemas de consumo y tráfico .

Ese informe, que revela que pese a la severidad del régimen la droga y la corrupción han ganado lugares en la sociedad china, señala que el aumento del consumo de drogas dio como resultado **la transmisión del SIDA a través de jeringas contaminadas.**

Los componentes del Comité Central Antinarcótico afirmaron que la producción y el transporte de drogas (en especial heroína y opio) "han sido estimulados en gran forma por **la creciente demanda en el mercado internacional, en especial el de los Estados Unidos y el de Europa".**

04

920918

PEKIN NO LOGRA FRENAR EL ALTO CONSUMO DE DROGAS

Escarmiento en China: 62 fusilados por narcotráfico

PEKIN, 1º (Reuter). — **Las autoridades judiciales chinas condenaron y ejecutaron el último viernes a 62 personas involucradas en delitos de narcotráfico**, un día después que el **Diario del Pueblo**, portavoz del Partido Comunista, **admitió dificultades en el programa de lucha contra el consumo y tráfico de estupefacientes.**

Una edición del diario de Sichuan, de la provincia homónima, que llegó hoy a Pekín, dijo que 17 personas fueron sentenciadas y ejecutadas frente a millares de manifestantes que participaban de marchas contra las drogas el 26 de junio, **una jornada dedicada por la comunidad internacional a la lucha contra el narcotráfico.**

"Los delincuentes ejecutados estaban vinculados en apenas un pequeño número de los casos de drogas que nuestra provincia ha desbaratado en el último año", dijo el diario, que tiene fecha del 27 de junio.

En Pekín se informó que otros 45 narcotraficantes fueron fusilados ese mismo día en todo el país.

La Justicia de Yunnan, un distrito cercano al célebre Triángulo de Oro del sudeste de Asia, ordenó la ejecución de otras 21 personas. El Triángulo, una zona impenetrable que cubre parte de los territorios de Tailandia, Laos y Birmania produce la mayor cantidad de alucinógenos.

Los análisis que se hacen desde Occidente sostienen que, como lo admitió el diario de Sichuan, los ejecutados **son un pequeño porcentaje de las personas involucradas en narcotráfico que cayeron en manos de las autoridades en el marco de la campaña oficial antidrogas, y una cifra minúscula en relación con las proporciones del fenómeno, que reconoce una agudización paralela a la evolución de la política económica aperturista.**

Un documento aparecido el jueves pasado en el **Diario del Pueblo** admitió que los casos de narcotráfico **se duplicaron en 1991 respecto del año anterior y que el número de adictos aumentó en más del doble en los últimos tres años.**

El informe, que llevó la firma de **Wang Fang**, jefe del comité antidrogas, admitió que las medidas adoptadas para frenar el tráfico y el consumo —la ejecución y la suspensión obligatoria de drogas a los adictos— **no han logrado eliminar el problema.**

A principios del año pasado, el propio Wang había anunciado el lanzamiento de un drástico programa antinarcóticos que, según lo programado, debiera detener el flujo de drogas proveniente del exterior en menos de tres años.

Para el gobierno chino, la producción y el tráfico de drogas en el sudeste asiático ha sido estimulado en la última década por la creciente demanda en el mercado internacional, especialmente en los Estados Unidos



Un grupo de chinos en bicicleta pasa bajo un gigantesco retrato de Deng Xiaoping: un culto a la personalidad que rivaliza con el de Mao Tsé-tung.

05/05

DROGAS

Confen propõe troca de pena para dependentes

Brasília — O Conselho Federal de Entorpecentes (Confen) está elaborando um projeto de lei que será enviado ao Congresso Nacional propondo o fim das sanções penais aos dependentes de drogas. A proposta vai modificar a atual legislação sobre entorpecentes, Lei 6368, que prevê penas de seis meses a três anos de reclusão para os usuários de drogas. Pelo projeto, que ainda será discutido com os conselhos estaduais de entorpecentes, as penas atuais seriam substituídas por punições administrativas.

Os viciados seriam punidos com multas, cassação da carteira de motorista ou com prestação de serviço à comunidade. A presidente da Confen, Ester Kosovski, explicou que a proposta visa diminuir o consumo de drogas. Ela entende que a maioria dos drogados não precisa de punições e sim de tratamento médico. Argumentou ainda que a atual legislação não está sendo cumprida pelos juízes, que não condenam por desacreditarem na medida. Pela proposta, também sofrerão sanções administrativas as instituições envolvidas no tráfico.

Traficantes presos podem ter ligações com terrorismo

SÃO PAULO — Uma metralhadora com silenciador — arma sofisticada utilizada por assassinos profissionais — apreendida ontem pela Polícia Federal em São Paulo na residência do comerciante jordaniano Walleed Issa Khmays, um dos traficantes presos e apontados como donos dos 598 quilos de cocaína apreendidos anteontem em Fortaleza, é um dos principais indícios da conexão ligando ex-terroristas internacionais e mafiosos italianos com traficantes brasileiros e bolivianos. O próprio Walleed foi expulso da Itália por envolvimento em atividades terroristas e morava em São Paulo, na Rua Luiz Dib Zugaib, 177, no Morumbi, junto com seu sobrinho, Ayman Rateb Issa Khmays, que também já está preso.

O grupo paulista era formado ainda por Munir Jorge El Kadamani, dono de uma loja de tapetes orientais na Avenida Miguel Stefano, 349, no Bairro de Jabaquara, Zona Sul da capital. Na casa de Waleed, no Morumbi, além da metralhadora, a Polícia Federal apreendeu cerca de US$ 30 mil e documentos que vinculam à quadrilha nomes de outros estrangeiros que estão sendo procurados. "A arma apreendida é própria de matadores profissionais", disse ontem um dos policiais que participou da operação. A partir da apreensão dos 598 quilos de cocaína em Fortaleza, a Polícia Federal desencadeou uma série de operações para prender em várias partes do país outros integrantes da quadrilha. Em São Paulo, os agentes federais estiveram em vários endereços e esperavam para ontem novas prisões. A polícia calcula que a rede toda é formada ainda por mais dez homens, alguns vinculados tanto à máfia quanto ao terrorismo internacional.

Há três meses, a Polícia Federal tinha informações de que essa organização investia no Brasil na formação de uma base de distribuição de cocaína para Europa. Os passos da quadrilha estavam sendo acompanhados desde que o carregamento com os 598 quilos de cocaína deixou a Bolívia e permaneceu por alguns dias guardado numa fazenda no município de Santa Helena, em Goiás. A polícia esperou alguns dias porque tinha informações dando conta que essa partida seria juntada a outro carregamento — num total calculado em mais de uma tonelada — e, só depois, seria despachada para a Itália. Do porto de Fortaleza a cocaína seria levada para alto mar, onde — numa operação de pirataria moderna — haveria o transbordo para um barco encarregado de levar a droga para a Europa.

Nº DOCUMENTO
TÍTULO
Jornal de Brasília
17-7-92

ENTRADO
CRUZADO

"Um paraíso de traficantes"

FORTALEZA — O procurador da República no Ceará, João Antonio Desidério de Oliveira, formalizou ontem pedido ao juiz estadual Jucid do Amaral, da Vara de Entorpecentes, para que o caso dos dez traficantes presos com mais de meia tonelada de cocaína seja transferido para o âmbito da Justiça Federal. "Com certeza se trata de tráfico internacional", sustenta o procurador, que lembrou um alerta que fez por escrito ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, em abril de 1991. "Fortaleza está se tornando paraíso de traficantes de várias nacionalidades. É um comércio fácil e de bom lucro. O único risco é a concorrência entre os traficantes", escreveu.

O Superintendente da Polícia Federal no Ceará, José Armando da Costa, confirmou ontem os nomes dos dez acusados. Segundo ele, entre os detidos — seis são estrangeiros radicados no Brasil — há um suspeito de participação no terrorismo internacional. "Há 90% de probabilidade disso e vamos confirmar mais tarde com a Interpol", afirmou.

Os oito detidos em celas individuais na sede do DPF foram presos em hotéis de Fortaleza, na marina do Iracema Park e numa chácara alugada pelo bando numa praia de Caucaia. Para o DPF, o chefe da quadrilha é Walled Issa Khwyis, conhecido como *Ciccio*, da Jordânia, que mora na casa do Morumbi, em São Paulo. Há outro jordaniano preso, Ayman Rateb Isa Ikhmaries (Marcelo), que mora na Alameda Casa Branca, nº 749, apartamento 14.

Os outros presos são: Mounir Georges El-Kadamano, libanês; Ali Ajajjafar, turco; e Francesco Isculli, italiano. Quatro brasileiros integram o bando capturado: Antonio Sangue Doce, Don Luís Marques (codinome Jurandir de Paula), de Panamá (GO), Júlio César Rezende de Abreu, o *Bochecha*, preso em Uberlândia (MG) e Laércio Penariol, o *Baixinho*, motorista do caminhão que trazia a droga.

Anteontem o DPF prendeu em Uberlândia (MG) outro italiano, Vitório Ranieri Spini, que teve prisão preventiva decretada. Outro dos acusados, o brasileiro Agnaldo Garcia Marques, teve prisão preventiva decretado pelo juiz da Vara de Entorpecentes de Fortaleza, Jucid do Amaral, mas está foragido. O superintendente do DPF cearense acha que não há indicação de operação anterior do bando no Ceará.

02

9309483

Interpol esclarecerá se traficante é terrorista

FORTALEZA — O superintendente da Polícia Federal no Ceará, José Armando da Costa, disse ontem que a Interpol vai confirmar hoje ou amanhã se o traficante de cocaína Walleed Issa Khwyis é de fato um terrorista internacional. Segundo José Armando, há outros organismos internacionais envolvidos na investigação e espera-se o envio para Fortaleza da ficha de impressões digitais de Walleed. Nos próximos dias, o DPF de Brasília mandará ao Ceará um especialista em terrorismo.

O jordaniano Walleed Issa Khwys foi preso quarta-feira, em Fortaleza, quando a polícia apreendeu um carregamento de 596 quilos de cocaína. Na casa de Walleed, no bairro do Morumbi, em São Paulo, a polícia encontrou uma metralhadora com silenciador, arma sofisticada usada por assassinos profissionais. Caso seja confirmada a participação do jordaniano em atos de terrorismo, ele deverá ser extraditado.

O procurador da República no Ceará, João Antônio Desidério de Oliveira, pediu anteontem ao juiz da Vara de Entorpecentes, Jucid do Amaral, que transfira o caso para a Justiça Federal, por acreditar que se trata de tráfico internacional de drogas. José Armando, entretanto, disse que "quem afirma isso tem o dom de adivinhar". Ele defende que o processo continue estadual. O juiz não acatou o pedido da Procuradoria.

Las drogas opiáceas pueden curar cáncer

Las drogas opiáceas, como la heroína y la morfina, pueden curar el cáncer, según un estudio presentado recientemente por el Instituto Weismann de Israel y la Universidad de Saint Louis de los Estados Unidos.

El estudio sobre los efectos de las opiáceas en la reproducción celular y en particular en la terapia de tumores, sostiene que estas drogas inhiben la proliferación celular no sólo en el cerebro, sino también de las células tumorales del intestino, pulmón, mamas, es decir en todas aquellas células que tienen receptores para las opiáceas en sus membranas.

Los investigadores del Departamento de Neurobiología del Weismann, Zvi Vogel y Jacob Barg y Carmine Coscia de la Universidad de Saint Louis, descubrieron que de los tres tipos de receptores para opiáceas conocidos en las células cerebrales Nu, Kappa y Delta, sólos los primeros dos son responsables de la inhibición de la síntesis del DNA, mientras el tercero está inactivo.

También fue demostrado que las opiáceas bloquean una etapa clave en la transmisión de los mensajes intercelulares, es decir de la traducción de las señales del fosfoinositolo, un elemento clave de la síntesis del DNA. El proceso de traducción provoca el aumento del calcio celular, que después activa la proteína Chinasi C, una enzima IP IP inducción del DNA. De esto resulta que la acción de las opiáceas de inhibir las síntesis del DNA durante el desarrollo, está justo en la capacidad de bloquear este mecanismo a través del fosfoinositolo.

Los científicos esperan que esta nueva información sobre la acción de las opiáceas contribuya a desarrollar fármacos capaces de bloquear la transformación de las células malignas, que tienen un comportamiento similar a las células fetales, dejando sin embargo intactas las células normales.

Según Jacob Barg, los efectos colaterales de las opiáceas so[n] generalmente menos severos qu[e] el de las terapias antitumorales.

Una persona, dice, golpead[a] por el cáncer puede así tener d[e] efectos positivos de estas susta[n]cias que son usadas contempor[á]neamente para quitar el dolor [y] bloquear la reproducción d[el] tumor.

Bienes del cartel boliviano que opera en el país



EE. UU., Uruguay y Panamá
- Un grupo importante y aún no determinado de cuentas bancarias.
- Habrían algunos inmuebles.

Bolivia
- Más de 1.500.000 hectáreas en distintos campos.
- Cerca de 29 inmuebles, varios de ellos casas de campo o rurales, además de distintos comercios de artículos electrodomésticos y clínicas.

Argentina
- Alrededor de cinco viviendas lujosas situadas en Belgrano, Martínez, Ramos Mejía y Boulogne, valuadas en unos U$S 5.000.000.
- Dos turbohélice bimotor, un *monomotor Cessna, tres Caravan* Turbohélice y un Pipper.
- Cerca de 30 caballos árabes valuados en U$S 300.000.
- Tres helicópteros: Hughes 500, Bell G-47 y Stillo 350.
- Cinco automóviles de colección, marca Mercedes-Benz, Jaguar, Chevrolet, Lincoln y Packard.
- Una estancia de 200 *hectáreas en* Arrecifes, con ganado porcino y diversa maquinaria agrícola.
- *Once automóviles nacionales* e importados.
- Poseían tarjetas de créditos *VISA y American Express "Gold"* (de gasto ilimitado), gastos de pasajes anuales por 50.000 dólares y varias cuentas bancarias en entidades de nuestro país.

Fuente: Policía Federal y averiguaciones de LA NACION

Una historia sin fin del lavado de narcodólares

"Desde 1986 hasta ahora, se calcula que una ramificación del cartel boliviano Santa Cruz de la Sierra ha lavado dinero en nuestro país por más de 2000 millones de dólares, es decir que los montos que se manejan en el denominado Yomagate, en comparación con este caso, pueden considerarse un poroto."

Las cifra proporcionada por una alta fuente de la investigación produjo escalofrío y, a la vez, dio la sensación de que la Argentina se presenta como un campo fértil para determinadas operaciones del narcotráfico internacional y, según el mismo informante, este caso ha provocado más que escozor en la cabeza de los responsables de los organismos de lucha contra el tráfico de drogas de los Estados Unidos.

Tal vez el principio de esta historia se remonta a junio de 1986, cuando José Bismark Arredondo Alvarez y su esposa, Ana Eida Vespa de Arredondo, se entrevistaron con el cónsul argentino en Santa Cruz de la Sierra, en Bolivia, Francisco Pleguezuelos, con quien habrían trabado una amistad que luego derivó en la extensión de documentación argentina para ambos y que, más tarde, la Justicia comprobó que eran falsos.

Arredondo, desde tiempo antes, mantenía una relación con el ex mayor de la Fuerza Aérea de Bolivia Humberto Nicanor Gil Suárez, considerado como el principal eje de esta ramificación del cartel boliviano y con amplias conexiones en América del Sud, Estados Unidos y Europa.

Gil Suárez y su esposa, Ena Editha Suárez Saucedo, un año después, consiguieron en Bolivia una visa para radicarse en nuestro país.

Ya en la Argentina, los pasos dados por Gil Suárez y su gente fueron seguidos de cerca desde fines de 1987 por la policía y la Justicia. Luego de varios meses de trabajos de inteligencia y escuchas telefónicas, el 20 de junio de 1991 se logró frustrar un embarque de 400 kilogramos de cocaína que llegaría de Bolivia, operación a la que se denominó Tambor.

En aquella oportunidad, efectivos de la policía bonaerense y de la Gendarmería Nacional, bajo las órdenes del entonces juez federal de San Isidro Alberto Piotti, se realizaron más de una docena de allanamientos en inmuebles del Centro y de los barrios de Belgrano, Villa del Parque, Coghlan, y en las ciudades bonaerenses de Ramos Mejía (un piso de 400 metros cuadrados en donde vivía Gil Suárez), Boulogne, Martínez y el campo Los Alelíes, de 200 hectáreas, situado en Arrecifes, en donde se halló equipos de comunicación y documentación comprometedora.

Como un ejemplo de ella, en la causa está transcripta una grabación telefónica efectuada en Los Alelíes en la que se le indica a Gil Suárez la forma en que se le giraría dinero, producto de actividad ilícita, a nombre de Editha Gil, en una cuenta existente en la sucursal Miami, de Estados Unidos, de la Banca Nazionale del Lavoro.

Se agrega también que en esa conversación se hace referencia a un avión "206", que pertenecería a la familia Gil Suárez, que según interpretan los investigadores, es el mismo que habría caído en Surinam a fines de mayo de 1989 con casi 200 kilogramos de cocaína que debía ser embarcada con destino final a Europa.

Meses después del citado procedimiento fueron detenidos Gil Suárez, Arredondo Alvarez, William Suárez Suárez y Carlos Suárez Arana Orellano, a quienes el juez federal de San Isidro, doctor Roberto Marquevich, les dictó prisión preventiva y semanas después la Cámara Federal de San Martín confirmó parcialmente la medida, que les permitió a los cuatro recuperar la libertad.

Más tarde, el 30 de abril último, se detiene nuevamente a Gil Suáres y a Arredondo, junto con sus esposas, en pleno centro de esta capital y en San Isidro. Esta vez el magistrado, con más elementos de prueba que recogió personalmente en el resto de América del Sud y en particular en Surinam, los procesó por facilitar una propiedad para comercializar estupefacientes, es decir el campo de Los Alelíes.

Pero, para los investigadores, no todo termina aquí. Esta red del cartel boliviano ha realizado múltiples operaciones en nuestro país, tal como sostuvo la misma fuente: "Hasta ahora hemos comprobado que esta red lavó 750 millones de dólares y nuestro cálculo supera los 2000 millones". No se descarta que esta organización siga timoneando diversos embarques desde Bolivia a otros países, en particular, a los Estados Unidos.

Quizá, por esto último, es que los jefes de de la Drug Enforcement Administration (DEA), hayan puesto sus ojos en estas investigaciones del cartel boliviano, al igual que los principales diplomáticos de la embajada de los Estados Unidos en nuestro país, quienes también considerarían que estas operaciones de drogas son algo más que un poroto.

Ricardo Larrondo

01/01

Nº DOCUMENTO
TITULO Jovenes drogados amenazan a farmacéutico
PROCEDENCIA Zero Hora
FECHA 18-7-92
VINCULACIONES

DROGADOS AMEAÇAM COM UMA SERRA

Dois jovens ameaçaram retalhar com uma serra elétrica o proprietário de uma farmácia de Marselha, na França, para conseguir um calmante utilizado por viciados em drogas. Os dois jovens - Eddy Minassian, de 24 anos, e Mohamed Ghelai, de 26 - provocaram pânico entre os demais fregueses da drogaria, ao invadir o estabelecimento exibindo uma serra elétrica e ameaçar o proprietário, caso ele se recusasse a entregar-lhes várias caixas de Rohypnol, um sonífero que serve para acalmar os usuários de drogas.

01/01

9209186

Secuestran en Rosario 30 kilos de cocaína

Es el segundo secuestro de droga más importante que se realiza en la provincia de Santa Fe. La cocaína estaba escondida en el baúl de un auto. El conductor escapó después que fue sorprendido en un operativo de control de vehículos. El valor de la droga fue estimado en un millón de dólares. Investigan el secuestro de 38 kilos de marihuana y 4 de cocaína.

ROSARIO (De nuestra agencia). — En la madrugada del viernes, durante un operativo de rutina, miembros de la **Sección Tránsito de la Unidad Regional II**, de esta ciudad, secuestraron **30 kilos de cocaína de máxima pureza**. Su valor fue estimado en **un millón de dólares**. Se trata del secuestro de droga más importante de todos los realizados en la provincia de Santa Fe.

Hace unos días, en otros procedimientos, la Policía rosarina se había incautado de cuatro kilos de cocaína y 38 de marihuana. Además, **detuvo a cuatro hombres y a tres mujeres.**

Con respecto al **procedimiento** del viernes, la Policía **de tránsito estaba** haciendo un **control de autos en la** avenida de Circunvalación y 27 de Febrero, en el barrio Godoy, el **sudoeste de la** ciudad.

En **determinado momento** los policías le **ordenaron al conductor de un Taunus Ghia (C-1096244) que se** detuviera. El auto venía del **norte del país** y, aparentemente, iba hacia Buenos Aires.

El conductor del auto ignoró la orden y escapó, a toda velocidad. Inmediatamente comenzó la **persecusión**. Los policías, durante la carrera, dispararon varias veces contra el Taunus. **Un balazo pegó en una de las gomas traseras.** El hombre del Taunus, en la avenida de Circunvalación y Uriburu, **abandonó** el auto y **escapó a campo traviesa.**

En el auto, escondidas en las puertas y en el baúl, había 33 paquetes, de diferentes tamaños. Pronto se comprobó que era cocaína: 30 kilos de **máxima pureza**, cuyo valor **rondaría el millón de dólares.**

El caso quedó en manos del Juzgado **Federal Nº 3, a cargo de la** doctora **Laura Inés Cosidoy, que llevará** adelante la investigación.

Por otra parte la jueza continuó ayer tomando declaraciones indagatorias a los detenidos la **semana pasada**, durante la incautación de **38 kilos de marihuana y 4 de cocaína.**

Los procedimientos estuvieron a cargo de la Brigada Operativa Rosario de Drogas Peligrosas.

En un primer momento se detuvo a **Jorge Hartford**, dueño de una agencia de venta de autos, **Juan Carlos Arana**, con antecedentes por infracción a la Ley de Estupefacientes, **Darío Oldani** y **Juan Fancello**, quien fue arrestado cuando iba en una moto con un "ladrillo" de marihuana.

Después, en otros procedimientos, se detuvo a **Raquel Rojo, Zoraida Lascano** y **Marta Ercegovich**, quienes serían amigas de Arana y Hartford.

A esos arrestos se agregó el de **Juan Randa**, a quien se le encontraron 17 gramos de cocaína para consumo, dólares falsificados y pesos también falsos.

GONZALO TORRICO, MAXIMA AUTORIDAD ANTIDROGAS DEL GOBIERNO DE LA PAZ, LO ADMITIO AYE

Los carteles de Cali y Medellín trafican en Bolivia a gran escala

El gobierno de Jaime Paz Zamora anunció ayer que, a partir de la próxima semana, Bolivia será el primer país andino que desvinculará al ejército de la lucha contra el narcotráfico. El principal encargado del combate contra la droga en ese país, Gonzalo Torrico, afirmó que los carteles colombianos de Cali y Medellín están operando en gran escala en territorio boliviano. Al parecer lo hacen desde 1989, cuando arreció la lucha contra el narcotráfico en Colombia. Ambas organizaciones montaron un complejo sistema para la fabricación de cocaína en laboratorios ubicados en la Amazonia boliviana. En operativos simultáneos realizados esta semana en Santa Cruz de la Sierra fueron detenidos dos jefes del narcotráfico colombiano.



Campesinos bolivianos cosechan coca en la provincia de El Chapare.

LA PAZ, 18 (AP y EFE). — Los carteles colombianos de narcotraficantes de **Cali** y **Medellín** han comenzado a operar en gran escala en Bolivia en los últimos meses junto con delincuentes locales, revelaron hoy autoridades gubernamentales.

El gobierno anunció además que a partir de la próxima semana **será desvinculado el ejército boliviano de la lucha contra el narcotráfico**. La tarea quedará exclusivamente en manos de la **fuerza especial de la policía, con el apoyo de la armada y la fuerza aérea**.

El subsecretario de Defensa Social, **Gonzalo Torrico**, la principal autoridad en la lucha contra las drogas en Bolivia, reconoció hoy que los organismos de inteligencia y de la agencia antinarcóticos norteamericana (DEA) han detectado acciones de narcotraficantes extranjeros en las zonas productoras de cocaína y en algunas ciudades.

En operativos simultáneos de la **Fuerza Especial de Lucha contra el Narcotráfico** (FELCN) y agentes de la DEA, fueron detenidos esta semana, en **Santa Cruz de la Sierra** los colombianos **Célimo Andrade Quintero y Luis Jairo Zapata**, dijeron las autoridades.

Torrico afirmó que **Andrade es el principal contacto del cartel de Cali, mientras que Zapata operaba con el cartel de Medellín**. Agregó que el cartel de Cali llegó a enviar desde Bolivia a Colombia **unas siete toneladas mensuales de cocaína**. A su vez, el "cartel" de Medellín exportaba cada mes a Colombia **unas tres toneladas de cocaína**.

El funcionario señaló que "**ambas organizaciones tenían montado todo un aparato delictivo para la fabricación de cocaína en laboratorios ubicados en la Amazonia boliviana, incluyendo avioneta[s] de transporte rápido y pista[s] clandestinas de aterrizaje**".

Torrico destacó que desde 198[9] se ha producido un ingreso gra[-]dual a Bolivia de colombianos, a[l]gunos de ellos pertenecientes a la[s] mafias de la droga, para huir d[e] la persecución policial.

Desde la rendición de **siete d[e] los más importantes jefes de la[s] mafias del narcotráfico bolivian[o] el año pasado, en base a un ofreci[-]miento gubernamental** de no ex[-]traditarlos a los Estados Unido[s] los colombianos han tratado d[e] dominar el negocio de la droga e[n] Bolivia.

En declaraciones formuladas e[n] Washington, donde el gobiern[o] norteamericano y el boliviano fi[r]marán un nuevo acuerdo para l[a] lucha conjunta contra el narco[-]tráfico, el ministro boliviano d[el] Interior, **Carlos Saavedra**, anun[-]ció hoy que su **país será la prime[-]ra nación andina que desvincula[-]rá** al ejército **de la actividad anti[-]narcóticos. Saavedra aseguró qu[e]** durante el **mandato del presiden[-]te *Jaime Paz Zamora* "no se utili[-]zará al ejército"**.

El nuevo documento bilatera[l] que se firmará el lunes, sustituir[á] al polémico anexo III del acuerd[o] conjunto de combate al narcotrá[-]fico de mayo de 1990, que inclu[ía] el propósito estadounidense d[e] militarizar la lucha contra la[s] drogas. Paz Zamora puso objecio[-]nes a la utilización del ejércit[o] pero parte de la fuerza recibi[ó] instrucción especializada de lo[s] asesores estadounidenses.

Las relaciones **entre ambos go[-]biernos se tensaron cuando l[a] Corte Suprema de Justicia norte[-]americana autorizó a mediado[s] de junio el secuestro de person[as] en el exterior para su posterio[r] enjuiciamiento en los Estado[s] Unidos.**

LA HABANA 20-7-92

ente.

Allegado al narcotráfico

MEXICO (de nuestras agencias) - La Policía mexicana detuvo al tío del traficante mexicano Rafael Caro Quintero, condenado en 1988 con respecto a la tortura y muerte de un agente de la Dirección de Lucha contra el Narcotráfico (DEA) de los Estados Unidos, dijo hoy una portavoz de la Fiscalía General.

Juan José Quintero Payan fue arrestado el viernes en las afueras de la ciudad de Guadalajara, 600 kilómetros al oeste de la capital mexicana, y se le decomisaron 800.000 dólares en efectivo que destinaría para un cargamento de cocaína, agregó la portavoz Angélica Gil.

Añadió que las autoridades mexicanas consideran a Quintero Payán como una de las figuras principales en el comercio internacional de las drogas.

"Es considerado uno de los capos más importantes a nivel internacional", afirmó Gil.

Su sobrino, Rafael Caro Quintero, fue detenido en relación con el asesinato en 1985 del agente de la DEA Enrique Camarena.

El asesinato de Camarena desencadenó masivas investigaciones en ambos lados de la frontera entre los Estados Unidos y México.

Un doctor mexicano, acusado de inyectar drogas a Camarena para reanimarlo durante sesiones de tortura, fue secuestrado en 1990 por petición de agentes estadounidenses para llevarlo a juicio en una corte de los Estados Unidos.

Humberto Alvarez Machain tiene programado ir a juicio en Los Angeles el mes entrante. La Suprema Corte de los Estados Unidos mantuvo en junio la legitimidad del secuestro de Alvarez, propiciando un alboroto en México.

Quintero Payán, alias "el Juanjo", fue arrestado el viernes cuando partía hacia el puerto de Mazatlán, precisó la vocero.

01/01

9209189

Todo es negociable, menos los principios

Miembros del cártel de Medellín transarían condenas con autoridades

■ Cuatro miembros principales del cártel de Medellín, presos en Colombia, habrían anunciado a través de sus abogados, la posibilidad de negociar sus condenas si aceptan la responsabilidad de los delitos, informaron versiones periodísticas, según UPI.

Los traficantes de drogas Pablo Escobar Gaviria y los hermanos Juan, Jorge y Fabio Ochoa Vázquez, acusados por la policía de numerosos crímenes, habrían aceptado ser responsables de los delitos para acogerse a [illegible] que les permite negociar la [illegible] que pueda imponer un juez.

De hecho, los cuatro miembros del cártel se acogieron a normas judiciales que garantizan la reducción de la [illegible] si el delincuente confiesa sus delitos.

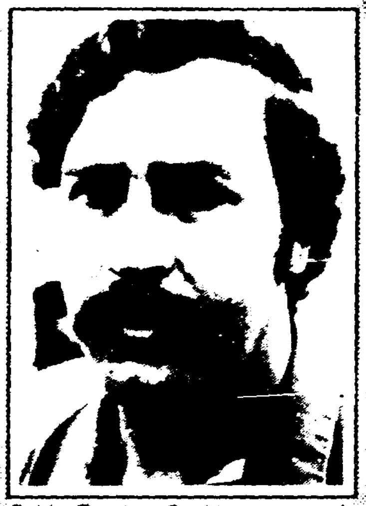
Ahora, el Código Penal establece una nueva cláusula que le permite al [illegible] declararse culpable y pedir el cese de todo procedimiento judicial. Una versión del diario El Tiempo señaló que los abogados de los hermanos Ochoa Vázquez y de Escobar Gaviria, elevaron la petición a la Fiscalía General, que está reuniendo todas las pruebas contra estas cuatro personas para abrir un juicio público en medio de rigurosas medidas de seguridad.

FISCAL SIN ROSTRO

Se consideró la posibilidad de designar un fiscal "sin rostro" para que no lo identifiquen los criminales. El anuncio se conoció en momentos en que la fiscalía trata de verificar informaciones adicionales sobre la supuesta relación de Escobar Gaviria, desde la prisión en el secuestro y asesinato de entre 10 y 22 personas, secuestradas el tres de este mes en Medellín.

Se informó que 16 de las personas secuestradas eran los encargados de manejarle los negocios a Escobar Gaviria y que por haber cumplido una mala administración fueron condenados, secuestrados y algunos asesinados.

La policía confirmó que halló los cadáveres de 12 de esas personas secuestradas. Los testigos del secuestro colectivo señalaron que quienes dirigieron la acción, fueron pistoleros pagados por Escobar Gaviria, quien desde la cárcel, mueve todas las palancas del narcotráfico, con más impunidad que si estuviera en sus oficinas o en pleno centro de la ciudad de Medellín.



Pablo Escobar Gaviria reconocería delitos que cometió para obtener significativa rebaja en su condena.

PM combate uso de drogas dentro de escola

Alcyr Cavalcanti

Leila Youssef

Aliciar crianças nas portas das escolas para induzir ao consumo de drogas é uma prática comum mas que poderá ser dificultada, caso seja bem-sucedido um projeto que a Polícia Militar e a Secretaria estadual de Educação colocarão em funcionamento a partir do próximo mês. Uma equipe de 30 policiais selecionados está sendo treinada para entrar nas salas de aulas e, com métodos pedagógicos modernos — já empregados com sucesso nos Estados Unidos —, ensinar crianças a dizer não aos *aviões* — nome dado aos vendedores de drogas nas ruas.

Na próxima quinta-feira, desembarcarão no Rio seis policiais de Los Angeles, Estados Unidos, que, desde 1983, estão colocando em prática o projeto D.A.E.R. (Droga, Abuso, Educação e Resistência), que tem como meta a prevenção, e não a repressão. Eles vão complementar o treinamento dos policiais cariocas com um curso intensivo, de 17 a 28 deste mês. O alvo do programa são crianças de 9 a 11 anos, uma faixa etária ainda não tão visada e que sofre menos pressões, segundo pesquisas americanas.

Para o coronel Celso Guimarães, assessor técnico especial do comando geral da PM, a primeira experiência dos policiais será feita com turmas de quinta e sexta série de 20 escolas da rede estadual, em Duque de Caxias, São João de Meriti e São Gonçalo. Durante quatro meses, a partir do dia 17 de setembro, duplas de PMs darão aulas de uma hora de duração.

Por enquanto, as escolas da rede municipal vão ficar de fora do projeto. De acordo com o coronel, o prefeito Marcello Alencar aprovou a idéia, mas o Conselho Municipal de Entorpecentes preferiu aguardar os resultados da experiência nas escolas do interior do estado. As particulares poderão solicitar a implantação do programa a partir do próximo ano.

Um instituto de pesquisa da Califórnia provou que o D.A.E.R. foi responsável pela queda de 30% do consumo de drogas por crianças em Los Angeles, além de ter conseguido uma redução substancial do número de gangs formadas nas portas dos colégios. Nove dos 30 policiais militares selecionados são integrantes do grupo de teatro da PM, que encena peças de prevenção ao tóxico como parte do Programa Educacional de Resistências às Drogas.

De base ideológica maoísta, con una simbología indígena, gran capacidad militar y financiera, su meta es destruir "el Estado burgués"

Sendero Luminoso entre la guerrilla y el narcotráfico

Escribe para LA REPUBLICA
Santiago Escobar
Investigador de la Comisión Sudamericana de Paz

● ***El tráfico de drogas ha sido crecientemente su sustento económico***

El siguiente artículo es un aporte temático exclusivo de la Comisión Sudamericana de Paz para el diario **LA REPUBLICA**. En él se desarrolla el tema del fenómeno Sendero Luminoso, las relaciones de este movimiento guerrillero y las repercusiones de su accionar en la esfera política y militar del Perú y la región sudamericana.

■ Cuando el 17 de mayo de 1980 un grupo de hombres armados y encapuchados quemaron material electoral en un distrito de Ayacucho, nadie pensó que estaba frente a un hecho político de imprevisibles proyecciones: la aparición pública de Sendero Luminoso. Desde entonces, en una acción envolvente de violencia, este grupo subersivo de tendencia maoísta ha llevado al país a una virtual guerra civil.

Informaciones más recientes sobre su actuación, indican que Sendero Luminoso ha ingresado al ciclo de la narcoeconomía, y que, de las actividades de "protección" de campesinos cocaleros en el Valle del Alto y Medio Hualiaga, ha pasado a una fase más dura, consistente en el armado de vías propias de narcotráfico. Más aún que en sus inevitables contactos con los cárteles colombianos de la cocaína, habría percibido las potencialidades de un nuevo producto: la heroína, y empezado a organizar en sus territorios el cultivo de la amapola.

¿Cómo se llegó a este punto? Sendero Luminoso fue en sus inicios un grupo esencialmente regional, enclaustrado en la Universidad San Cristóbal de Huamanga de Ayacucho. Su líder, Abimael Guzmán, llegó como profesor a ésta en 1962 y a hacerse cargo del Secretariado Regional del PC en Ayacucho. Como resultado de las disputas ideológicas entre chinos y soviéticos de los años sesenta, el PC de Ayacucho, conocido como Sendero Luminoso, se sumergió a la preparación de la lucha armada. Muy pocos tomaron en serio su decisión y sus reales posibilidades de acción. Incluso después de mayo de 1980 las dudas persistieron. Poco a poco se fue perfilando la voluntad fanática del establecimiento de una "república de nueva democracia", obtenida a través de la lucha guerrillera llevada desde el campo a la ciudad.

Hacia mediados de los ochenta, Sendero Luminoso desplazó parte de sus actividades hacia la ciudad de Lima, y dos columnas de combatientes hacia la zona del Valle del Huallaga, donde también opera el grupo guerrillero Movimiento Revolucionario Tupac Amaru. Este último es sindicado por el Sendero Luminoso como un "enemigo y aliado estratégico de la reacción" y combatido como un enemigo más.

Instalado en la zona del Alto y Medio Huallaga, Sendero Luminoso estableció una alianza con los campesinos cocaleros cuya producción había sido penalizada por el gobierno, y se transformó en "garantía de orden" y "regulador de la producción agrícola en la zona" para los tratos de los campesinos con los narcotraficantes. De ahí al cobro de tributos, el establecimiento de cupos, la administración de pistas de aterrizaje, los arreglos para abastecimientos, instalación y protección de laboratorios, sólo había un paso.

COMO SE CONSTRUYE UNA GUERRA

No es aventurado afirmar que entre los objetivos iniciales de Sendero en Alto Huallaga estaba la consecusión de fondos suficientes para sus actividades. Aunque su accionar es modesto en el uso de armamento, el ingreso del ejército a la lucha en contra de él cambió el carácter del enfrentamiento. Sendero Luminoso se vio obligado a aprender nuevas formas de organización y acción, cuyo costo no puede ser cubierto por un grupo guerrillero si no se cuenta con zonas liberadas, con ayuda exterior u otra forma de financiamiento. La agricultura cocalera vinculada al narcotráfico fue la solución para las nuevas necesidades de financiamiento.

Según el diputado aprista Alberto Valencia, Sendero Luminoso se ha transformado en un narcodependiente financiero y dentro de poco "tendrá un presupuesto más alto que el Ministerio de Defensa".

El problema es que Sendero Luminoso no ha cambiado sus concepciones acerca de la guerra y la destrucción del "Estado burgués". En su objetivo de crear una República Popular de Nueva Democracia que borre trece siglos de viejo Estado, se guían por máximas rígidas que determinan sus formas de acción. "Mata a uno y aterroriza a diez mil", "salvo el poder todo es ilusión", "la cuarta espada" (el marxismo del presidente Gonzalo. La primera fue Lenin, la segunda Stalin y la tercera Mao), "se debe cruzar el río de sangre".

Estas máximas van mezcladas con una fuerte simbología indígena en la cual la reciprocidad es el elemento clave. El "ama lulla, ama sua, ama qella" (no seas mentiroso, no seas ladrón, no seas ocioso) son elementos básicos de la reciprocidad comunitaria, apropiados e interpretados para sus fines por parte de Sendero permiten el ajusticiamiento de los informantes, de los explotadores y de los vagos.

Armado de un bagaje ideológico maoísta, de una simbología indígena, con una cerrada y fanática estructura militar con voluntad de acción, una enorme capacidad financiera, y un atractivo discurso mesiánico para los jóvenes pobres y sin futuro de una sociedad rota, Sendero se ha transformado en el gran problema de la sociedad peruana.

A fines de 1991, más del 40% de la superficie del Perú se encontraba en estado de emergencia por situaciones de subversión, es decir, 14 de los 24 departamentos del país y más del 56% de la población. Las autoridades señalaban que hasta la fecha, desde 1980 han ocurrido más de 20 mil atentados y cada día hay seis muertos por violencia política. La acción de los grupos guerrilleros ha costado al país más de 25 mil millones de dólares. Y nada hace pensar que el cuadro cambiará.

Para Sendero Luminoso su estrategia de lucha pasa por un enfrentamiento militar que involucre a Estados Unidos. Luis Arce Borja, ex director de **El Diario de Lima** y portavoz de Sendero Luminoso en Europa señaló en una entrevista que la organización tiene claro que "... concebir un Estado democrático-popular sin un enfrentamiento militar con Estados Unidos es imposible".

Ello implica una fase de acumulación de fuerzas en todo orden, que involucra fuentes seguras de financiamiento, áreas expeditas de entrenamiento y retaguardia, acumulación de armas suficientes, corredores internacionales de abastecimientos y un despliegue político internacional con puntos de apoyo que permiten espacios incluso para la gestión diplomática.

¿EXISTE RIESGO DE INTERVENCION MILITAR?

Hacia fines de 1991 la revista **Newsweek** en un extenso artículo sostuvo que las fuerzas norteamericanas, después de la guerra del Golfo, preparaban una operación secreta y prohibida cuyo nombre clave es "Apoyo a la Justicia", coordinada para todas las fuerzas latinoamericanas a lo largo de los Andes. Textualmente el artículo decía que "aunque dicha operación es pequeña comparada con la famosa 'Tormenta del Desierto', la guerra contra los estupefacientes se ha convertido sin embargo en la de mayor crecimiento en una etapa de posguerra fría que cada vez ocupa más espacio en el presupuesto del Pentágono".

Para nadie es secreto que uno de los esfuerzos más grandes desplegados por Estados Unidos en la Cumbre Presidencial Antidrogas de Texas fue la aprobación de una Fuerza Multinacional Antidrogas, que finalmente no fue aprobada.

Pese al fracaso tan reciente, han vuelto a la carga, y en estos momentos se realizan gestiones en toda la región para incorporar el Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca TIAR a la OEA.

El escenario privilegiado para que opere esta fuerza multinacional es Perú.

Melvyn Levitsky, secretario de Estado Adjunto para Asuntos Internacionales de Narcóticos señaló en agosto de 1991 que "si la asistencia que brindan los Estados Unidos a Perú es utilizada para enfrentar a Sendero Luminoso a fin de que las operaciones antinarcóticos puedan avanzar y ser eficaces, entonces consideraremos eso como un uso legítimo de nuestra asistencia". Agregó que "... si descartamos a Perú, habremos dejado de lado una buena parte de nuestra estrategia contra los narcóticos".

Un mes más tarde, el embajador de Estados Unidos en Perú, Anthony Quaiton sostuvo en Lima que en el caso peruano "no se puede dividir al narcotráfico de la subversión".

El 2 de abril de este año Bernard Aronson, secretario de Estado Adjunto para Asuntos Interamericanos sostuvo ante una Comisión de la Cámara de Representantes de su país que una victoria de Sendero Luminoso en Perú desembocaría en el tercer genocidio de este siglo, en una situación sólo comparable a Campuchea bajo el régimen de Polt Pot. Finalmente, subversión y narcotráfico en Perú son el caso tipo que permite la aplicación de las nuevas concepciones sobre riesgo, seguridad y operatividad militar que desarrollan actualmente los norteamericanos para la región. Es el objetivo más puro que se puede encontrar hoy día para imple mentar la decisión expresada por secretario de Estado James Baker en Universidad de Princeton en diciemb pasado de emplear fuerzas norteamer canas en el combate al narcotráfico.

El reciente golpe de Estado en Per no ayuda para nada a despejar la incó nita de la intervención. Un artículo d Oscar Ugarteche publicado en el últim número de la revista **Nueva Socieda** señala que Fujimori tiene entre sus prir cipales asesores a un connotado abog do de narcotraficantes, ex oficial d ejército, expulsado con deshonor de é y hombre de confianza de la familia d Presidente. Incluso más, se coment que el viaje de Aronson a Lima, abru tamente interrumpido por el golpe d Estado, dejó sin entregar una lista d más de cien oficiales activos y en retir personalidades y funcionarios vincula dos al narcotráfico, y que había sid confeccionada por la DEA tras exhaus tivas investigaciones.

Ello ha llevado a que algunos aven turen la hipótesis del narcogolpe.

En todo caso, Sendero Lumino está estratégicamente vinculado al na cotráfico, pero no todos los narcotrafi cantes son senderistas, de donde pued resultar una ecuación bastarda: los na cotraficantes son los senderistas, lo otros son empresarios.

Nueva Plaga Azota a la Humanidad: El Sucio Negocio de la "Heroína"

■ Los narcotraficantes cambian de rubro. Ahora, fomentan el cultivo de la amapola del opio, de la que extraen la heroína para seguir su tarea de destrucción de la sociedad.

PRODUCCION MUNDIAL DE OPIO

País	Estimaciones 1991
Afganistán	400
Irán	300
Pakistán	125
Birmania	2.250
Laos	250
Tailandia	39
Líbano	40
Guatemala	10
México	55*

En toneladas.
Fuente: Plan Nacional para la Droga de EE UU

CULTIVO MUNDIAL DE AMAPOLA

País	Plantaciones	Erradicadas
Afganistán	12.375	0
Pakistán	8.215	185
Birmania	150.100	0
Laos	30.500	0
Tailandia	4.155	720
Líbano	3.200	0
Guatemala	1.930	1.085
México	10.100	4.650
Colombia	25.000	—

*Datos 1990. En hectáreas.
Fuente: Plan Nacional para la Droga de EE UU

01/02

9209143

BOGOTA. — Dios nos proteja si los narcotraficantes colombianos ingresan en el comercio de la heroína", manifestó el general Miguel Maza Márquez minutos después de presentar la renuncia a su cargo como jefe de la Policía secreta de Colombia el pasado mes de setiembre. Un mes antes se había encontrado al sur del departamento del Huila 928 hectáreas con 380.000 matas de adormidera o amapola del opio (flor de la que se extraen éste y la heroína), la mayor plantación descubierta en Colombia.

El hallazgo supuso la confirmación de que un cártel colombiano de la amapola había entrado en acción.

Por esos mismos días, el periódico norteamericano **The Washington Post** publicaba un informe sobre lo que se puede catalogar como el negocio de la década de los 90: la heroína. Fuentes oficiales estadounidenses aseguran que los cárteles colombianos de la droga han entrado en contacto –en lo que se ha llamado una "transferencia internacional de tecnología" en la industria de las drogas– con los traficantes de heroína del Triángulo Dorado en el sureste asiático (Laos, Tailandia y Birmania surten el 53 por ciento del mercado norteamericano).

En los últimos meses, como resultado de esta nueva alianza, los narcotraficantes colombianos han empezado a vender en Estados Unidos heroína con una pureza de hasta el 90 por ciento, comparable a la de alta calidad conocida como **China blanca**. Esto quiere decir –según especulan los oficiales de la Agencia Estadounidense para la Droga (DEA)– que los narcotraficantes colombianos han traído cocineros (químicos) asiáticos para asesorarles en la producción de heroína.

LA VOZ DE ALARMA

Colombia ha dado ya la voz de alarma: acaba de inaugurarse una nueva era del narcotráfico, que amenaza con prolongar la sangría con que los cárteles de la coca habían azotado el país. Sin embargo, en 1984 ya habían aparecido los primeros antecedentes: en el departamento de Tolima fueron descubiertas las primeras 27 hectáreas cultivadas con 450 matas de amapola. Era el comienzo de lo que se pronostica como una nueva guerra, más sangrienta posiblemente que la de la cocaína, que sembró de cadáveres el país, entre ellos el candidato presidencial Luis Carlos Galán.

México también libra su batalla particular contra la flor de la heroína y el narcotráfico. Los cultivos de amapolas, así como los de la marihuana, proliferan sin cesar en un territorio que se extiende desde algunas localidades del estado de Sonora (en la frontera con Estados Unidos) hasta poblaciones del estado de Chiapas (colindante con Guatemala). Pero según los funcionarios de la Procuraduría General de la República (PGR), la mayor parte de las plantaciones se encuentran en el noroeste del país, en el área comprendida entre las fronteras de los estados de Chihuahua, Sinaloa y Durango.

El 90 por ciento de los campos de México están en terrenos federales, conocidos como "tierra de nadie".

Por otra parte, los **narcos** diseminan los cultivos en pequeñas parcelas. Todas estas condiciones obstaculizan la localización y destrucción de las plantaciones.

Pero además de las dificultades que plantea la geografía de la sierra mexicana, la precaria situación económica de sus moradores impide la colaboración de los campesinos en la destrucción de campos y en las detenciones de narcotraficantes. Y es que los jornaleros ganan diez veces más trabajando para los **narcos**, por muy bien que les vaya con los cultivos legales.

Según las cifras que se manejan en Colombia, por cada hectárea sembrada de amapola, los **narcos** pagan a un campesino unos 3.000 dólares. A su vez, un cocinero que se encargue de mezclar el producto vegetal con las sustancias químicas cobra cerca de 500 dólares por cada kilo de producción.

CULTIVOS CAMUFLADOS

El Gobierno mexicano de Carlos Salinas de Gortari se enfrenta a la proliferación de estos cultivos empleando al Ejército –que suele destruir a mano los sembrados– y con agentes de la PGR, quienes arrasan los campos desde el aire con sustancias que provocan la caída de las hojas.

Se estima que en Colombia existen unas 25.000 hectáreas sembradas de amapola en 12 departamentos. Las tierras más idóneas para su cultivo están por encima de los 2.500 metros de altura en las zonas de páramos, que en el país son habituales.

Uno de los puntos claves dentro de la estructura del negocio de la amapola tiene que ver con la protección de los cultivos.

Están estratégicamente camuflados en la selva y son patrullados por grupos de guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias (FARC) y del Ejército de Liberación Nacional (ELN) a cambio de una participación (entre el 10 y el 30 por ciento) en las ganancias.

El comandante de la III División del Ejército colombiano, Camilo Zúñiga, asegura que en algunas zonas son los mismos miembros de las FARC los que administran los cultivos, obligando a los campesinos a utilizar sus tierras para sembrar amapolas.

Colombia ya ha empezado a contar las primeras víctimas de este negocio: a mediados del pasado mes de noviembre, las calles de Bogotá fueron escenario de un tiroteo que se saldó con cuatro cadáveres; según la Policía, se trataba de traficantes de heroína. También se ha hallado el primer laboratorio para procesar la amapola (en Neiva, capital de la provincia del Huila).

Hace pocos días, han llegado a Colombia desde Estados Unidos un grupo de expertos norteamericanos para asesorar a los miembros de seguridad colombianos con el fin de combatir la proliferación de la amapola.

Al mismo tiempo, empiezan a aparecer las primeras teorías acerca de lo que está pasando en el mundo de los **narcos**. Según las autoridades colombianas, los narcotraficantes entraron en el negocio a principios de la década de los 90. Si hace 20 años el país conoció la existencia de la mafia de la marihuana y en los años 80 se estremeció con el negocio de la cocaína –hasta entonces, el más violento y lucrativo de todos–, ahora los traficantes colombianos parecen dispuestos a llevar a cabo una nueva inversión: inundar de heroína a Estados Unidos.

NEGOCIO RENTABLE

Las dimensiones de ese mercado las ha resumido Bob Martínez, el zar norteamericano de la lucha contra las drogas: "Las ventas totales por heroína llegaron a los 12.000 millones de dólares al año pasado (alrededor de 1,2 billones de pesetas)". El aliciente para decidirse por el negocio de la heroína y abandonar el de la coca es obvio: produce más ganancias.

De mil hectáreas sembradas con amapola del opio se obtienen 7.000 kilos de éste. Por cada kilo de esta adormidera se extrae un 10 por ciento de heroína. Y un kilo de heroína en Estados Unidos, el principal mercado, se vende a 150.000 dólares (más de 15 millones de pesetas), mientras que un kilo de coca se cotiza a 23.000 dólares.

El negocio de la amapola en Colombia está siendo controlado por organizaciones expertas que han manejado el tráfico de la cocaína durante toda una década. Para Félix Jiménez, un puertorriqueño que trabaja como jefe de la sección de heroína de la DEA, los **narcos** colombianos están sólo empezando a entrar en este mercado, pero se perfilan como serios aspirantes al dominio del mismo. Su ingreso preocupa porque sus complejas redes de distribución en Estados Unidos podrían hacer que la heroína fuese más accesible en el mercado.

"Lo único que necesitaban para controlar totalmente los bajos fondos era la heroína. Los estudios preliminares que hemos llevado a cabo han determinado que la goma base que se produce en Colombia es la de mejor calidad, y sobrepasa incluso a la de Birmania, en Asia", explica Jiménez.

UNA NUEVA PLAGA

Por eso la alarma es justificada. Pero, además, las estadísticas se obstinan en gritar la gravedad: la proporción de cultivos de amapola en Colombia es la misma que la de coca a comienzos de los años 80. Estos datos permiten predecir que el mercado de la heroína puede tener tantas, e incluso más, repercusiones fatales para la sociedad que el de la cocaína.

Además, según el informe **World-wide Heroin Situation (Situación de la heroína en el mundo)** de 1990 de la DEA, las alianzas de los **narcos** latinoamericanos de la cocaína con los cárteles asiáticos de la heroína se advierte en las calles de Nueva York, donde los clanes de origen chino (impenetrables por su idioma) están siendo ayudados por grupos étnicos del Caribe, algunos miembros de los guetos negros y las redes de distribución y tráfico de drogas asentada durante los últimos 20 años. los **narcos** colombianos aspiran a compartir el mercado de la heroína que ha estado dominado por los orientales hasta ahora.

Como si a Colombia no le faltaran males, ahora le ha caído una nueva plaga. Las autoridades aseguran que están a tiempo de controlar su expansión y el descubrimiento de cultivos de amapola está teniendo éxito.

Sin embargo, el gran volumen de dinero que está en juego y la ausencia de sospechosos a quien perseguir, porque los **capos** de la cocaína están en su mayoría en la cárcel, hacen pensar a muchos colombianos que en esta materia, y contrariando un refrán popular, "los peores tiempos están por venir".

02/02

9209193

Drogas lícitas e ilícitas

PARA SALIR DE LA RUTINA

Por Michel Lemoal*

Los seres humanos han buscado drogas en todas las épocas y culturas por diversos motivos: recreativos, religiosos, médicos, culturales, etcétera. En realidad, en todas partes hay drogas potenciales, si bien a un producto determinado no se lo llega a considerar como tal hasta que sea identificado de este modo por una serie de individuos que desarrollan una necesidad de usarlo, una dependencia.

El término adicción se debería emplear de un modo más general que el referido al uso de drogas, puesto que la conducta de búsqueda de éstas se puede considerar como un caso particular de un fenómeno más complejo y generalizado, una forma de conducta inadaptada y patológica. El individuo que la padece está sometido a una inclinación tan fuerte que se podría decir que está atado a otra persona, a un objeto, a una creencia, al juego, al sexo, al alcohol o a experimentar sensaciones de peligro. La necesidad imperiosa de obtener sensaciones específicas se puede entender como una respuesta a un equilibrio homeostático en la que el estímulo, o la situación resultante, permite desplazar el aburrimiento, la depresión u otros sentimientos desagradables por otros más placenteros.

La investigación sobre las drogas y la adicción se enfoca de modo diferente en diversas sociedades. En Estados Unidos, por ejemplo, se beneficia del respaldo financiero y los recursos humanos canalizados por el National Institute of Drug Abuse y otras instituciones similares. En Europa, sin embargo, la cuestión de la droga está frecuentemente puesta en manos de psiquiatras y psicólogos, con una orientación fundamentalmente psicoanalítica y generalmente poco proclive a la investigación básica.

VARIAS DISCIPLINAS

Sin embargo, los problemas que suscita la drogadicción son multidisciplinarios por naturaleza. Para su investigación se debería tener presente que no hay proceso psicológico o cognoscitivo que no se corresponda de algún modo (aunque no se comprenda en su totalidad todavía) con fenómenos del funcionamiento cerebral, existiendo una constante interacción dinámica entre los procesos psicológicos y los neurobiológicos. Por ello, ningún enfoque unilateral podrá resolver el problema; el conocimiento de los epidemiólogos, sociólogos y psicopatólogos deberá combinarse con el biológico y neurológico desde el nivel molecular al integrador del conjunto del organismo. Los progresos de la genética conductual, por ejemplo, han aportado nuevas interpretaciones sobre la vulnerabilidad a las drogas. Otros estudios han proporcionado importantes datos sobre las bases biológicas de la acción de las sustancias de abuso, de placer y de la inadaptación, suministrando, en consecuencia, orientaciones para la búsqueda de antídotos farmacológicos.

Hemos aprendido dónde actúan muchas drogas, tanto en el nivel celular como en el molecular. Las de la familia de los psicoestimulantes (anfetaminas, cocaína) activan un grupo de neuronas llamadas catecolaminérgicas, cuya localización, proyecciones y funcionamiento se han estudiado durante los últimos 25 años. Las drogas de la familia de los opiáceos (morfina, heroína, etcétera) actúan sobre los llamados sistemas opioides y sus receptores, de las que también se conoce bastante sobre su localización y fisiología; curiosamente, se sabe muy poco sobre las poderosas drogas legales que son el alcohol y el tabaco. No obstante, se necesitan más investigaciones, en especial acerca de los mecanismos neurobiológicos de fenómenos como el placer, que refuerza la conducta de toma de drogas, y de los procesos que conducen a la dependencia. Es también necesario comprender si hay un sistema neuronal distinto para cada clase de droga o si se trata de una vía común final que se activa por diferentes mecanismos. La carencia de droga puede llevar, en los adictos, al llamado síndrome de abstinencia, una violenta combinación de manifestaciones físicas y psíquicas (una muy conocida es el *delirium tremens* de los alcohólicos).

El conocimiento sobre los aspectos sociológicos y epidemiológicos de la adicción es muy escaso. Suele haber ciclos de abuso de sedantes y estimulantes. Por ello no sería extraño que a la actual epidemia de cocaína le siguiera otra fase de heroína / sedantes. De la historia reciente (último siglo) no hemos logrado aprender una base científica adecuada que nos sirva para hacer frente al abuso de drogas. Hemos asistido a una ola tras otra de nuevos sedantes reputados al inicio como *no adictivos*. Al principio de cada epidemia de psicoestimulantes, los profesionales sanitarios, sociólogos y consumidores creían que estos productos eran inofensivos y útiles. No hace más de 10 años se afirmaba esto sobre la cocaína, lo mismo que se pensaba sobre las anfetaminas en los años cincuenta, cuando se podían adquirir sin receta.

Nuestra incapacidad de aprender de la historia se debe a que nos falta el marco conceptual adecuado. Se requieren estudios a largo plazo que permitan diferenciar los estudios del desarrollo de la adicción para comprender la relación existente entre las distintas fases del síndrome y sus mecanismos subyacentes: entre la farmacodinamia, la dosificación y las vías de administración. Ello permitiría, por ejemplo, comprender la dinámica de la transición del uso esporádico inicial de dosis moderadas de cocaína a su abuso incontrolado más adelante. Todavía no podemos predecir quién, y por qué, sucumbirá a la drogadicción; he aquí dos importantes problemas que no se han considerado suficientemente, el de las diferencias individuales y el de los factores de riesgo en el nivel psicobiológico. Es preciso recordar que una determinada conducta, tipología o personalidad es el resultado en gran parte de un determinado estado de un sistema nervioso actuando en un entorno dado. Tal estado funcional del cerebro se ha adquirido a lo largo de toda la vida, incluido el período prenatal, durante el que han ocurrido diversos acontecimientos, entre ellos las situaciones estresantes, que han dejado su huella. Ello se puede manifestar en varias circunstancias, especialmente cuando amenazan el mantenimiento del estado homeostático adecuado.

FACTORES DEL ENTORNO

En alguna medida, factores del entorno social, como los períodos de depresión moral y económica, así como los acontecimientos lesivos que ocurren en la vida del individuo pueden suponer estímulos incapaces de afrontar para el cerebro. Pueden de este modo precipitar la aparición de síndromes psicopatológicos y de conductas consumatorias (de comida o bebida, por ejemplo) y de toma de drogas, sean recetadas o de la calle. Estas conductas tienen un papel de autoterapia y suponen una respuesta a un desequilibrio previo, a una confusa pero apremiante necesidad del organismo.

Para poder identificar a los individuos más propensos que otros a la drogadicción, se está intentando definir una tipología humana, tipificando sus rasgos psicológicos y biológicos característicos. Hay en marcha varias investigaciones en esta dirección, habiéndose encontrado correlaciones entre varios parámetros endocrinológicos, neurobiológicos y psicológicos frecuentes en las personalidades de mayor riesgo. Estas serían las llamadas *buscadoras de sensaciones (sensation seeker)*, pudiendo ser congénitas o adquiridas. Se caracterizan por la búsqueda permanente de nuevas sensaciones, desde situaciones peligrosas hasta juegos de azar. Tales estudios están comenzando a aportar nuevos marcos conceptuales: se ha dicho que la drogadicción existe porque hay drogas. Pero si éstas no existiesen con anterioridad, los seres humanos las habrían inventado, o desarrollado comportamientos para responder a necesidades profundas, para *autocurarse*. La búsqueda de sensaciones es una respuesta necesaria a algunos estados, aún no definidos, que son los que convierten a un sujeto en adicto. Por ello existen drogas legales, como el tabaco, el alcohol y una larga lista de medicamentos a la espera de adquirir la consideración de *drogas*.

** Catedrático y director de la Unidad de Psicobiología de los Comportamientos Adaptativos en la Universidad de Burdeos II (Francia).*

Rebollo rechazó planteos originados en "los centros de poder mundial" para que el Ejército pase a cumplir funciones de una guardia nacional

El comandante en jefe del Ejército, teniente general Juan Rebollo, rechazó los planteos formulados desde "los centros de poder mundial" que "pretenden circunscribir el rol de las Fuerzas Armadas del tercer mundo a funciones más propias de una Guardia Nacional", y ratificó que "su verdadera misión" y "fin supremo" es el "mantenimiento de la paz y la defensa de la soberanía".

El pronunciamiento fue incluido en una orden de servicio firmada por Rebollo y leída el martes 7 en la ceremonia de despedida del "Batallón Uruguay" que parte el domingo 14 para Camboya.

El acto, en el que estaban presentes el ministro de Defensa, Mariano Brito, y el subsecretario, Ignacio Risso, tuvo lugar en la plaza de armas de la Escuela de Armas y Servicios en la que se hallaban formados abanderados, escoltas y efectivos que viajarán a cumplir la misión de paz de la ONU en esa nación del sudeste asiático.

Rebollo dijo que en el pasado reciente "dos grandes potencias partían al mundo y alineaban aliados para defender sus concepciones hasta en los más remotos confines del planeta", destacando que "el mundo ha cambiado y han cambiado valores políticos e ideológicos que parecían permanentes".



Juan Rebollo

"Ahora la bipolaridad, tal como se manifestaba ayer, no existe, y se han formado corrientes de opinión en torno de los centros del poder mundial que pretenden circunscribir el rol de las Fuerzas Armadas de los países del tercer mundo a funciones más propias de una Guardia Nacional con responsabilidades hacia temas como el narcotráfico, controles ecológicos y apoyo circunstancial a la policía; en desmedro de su verdadera misión que es el mantenimiento de la paz y la defensa de la soberanía como fin supremo", sostuvo el jefe castrense.

Agregó asimismo que la participación de los efectivos uruguayos en la misión de las Naciones Unidas en Camboya "confirma en los ámbitos mundiales a nuestro país como nación soberana". Destacó también que esta nueva participación de soldados uruguayos en misiones internacionales confirma "su eficiente preparación profesional" y "los valores morales que caracterizan a sus integrantes" y supone "una etapa más, pero muy significativa, entre tantas otras que la historia le ha deparado" al Ejército.

Más de una veintena de oficiales a las órdenes del coronel Milone, quien comandará el batallón uruguayo en Camboya, viajaron a Phnom Phen el mes pasado.

01/01 920965

Todos contra los narcos

Santa Fe de Bogotá

Las policías de casi todas las naciones del mundo han acumulado durante más de dos décadas la experiencia de una lucha contra el creciente comercio ilícito de drogas, pero ahora, cuando preparan nuevas técnicas y campañas para combatirlo, se sienten "moderadamente frustradas" en cuanto a los resultados de las batallas que han dejado centenares de muertos y miles de millones invertidos sin que se haya, siquiera, neutralizado el mal que produce anualmente más víctimas que el síndrome de inmunodeficiencia adquirida (sida) o el cólera.

La precariedad económica de las empobrecidas naciones latinoamericanas y la opulencia de la sociedad de los prósperos países industrializados crearon el "puente maldito" entre los productores de las drogas ilícitas y sus numerosos consumidores en todos los continentes, sostienen los estudios policiales y sociológicos del que es considerado como el mayor mal de finales de este siglo.

Los cada vez más modernos y sofisticados batallones que tratan de aplastar la que se piensa es la más poderosa industria transnacional que mueve anualmente unos 500 mil millones de dólares en todo el mundo, están compuestos ahora no sólo de policías y militares, sino también por politólogos, internacionalistas, sociólogos, juristas, investigadores científicos, médicos, auditores bancarios y expertos rastreadores de las multimillonarias cuentas bancarias que se mueven silenciosamente entre las tambaleantes economías latinoamericanas y las instituciones financieras de Europa y Estados Unidos. Por eso los nuevos proyectos, preparados por las principales naciones afectadas por el consumo y la producción de la cocaína, buscan hacer cada día más estrecho el campo de posibilidades para mover o disfrutar las ganancias.

El patrullaje aéreo sobre el Mar Caribe y las selvas amazónicas, está en proceso de intensificación al igual que la red de radares que detectan los vuelos clandestinos de aviones medianos, convertidos en virtuales bombas compuestas por grandes cargas de combustible y cocaína. Más de tres decenas de esos aviones han caído en las costas cercanas a México al ser alcanzados por el fuego de las patrullas aéreas o por problemas técnicos, comentó una de las varias fuentes consultadas sobre el desarrollo y futuro del narcotráfico. Sin embargo, los 450 mil dólares que se reparten por cada vuelo entre las jóvenes pero avezadas tripulaciones, convierten cada una de esas arriesgadas misiones en una apetecida labor para expertos pilotos desempleados o deseosos de un rápido, aunque difícil enriquecimiento, comentó un veterano investigador.

EL TERCER CARTEL

En Bolivia, donde se produce la mayor cantidad de coca y la de mejor calidad en el mundo, hay un ejército de casi un millar de conscriptos entrenados por asesores estadounidenses para combatir el narcotráfico, mientras que en Colombia la policía tiene un apreciable, pero no revelado porcentaje, de sus 80 mil efectivos en la División Antinarcóticos. Los Estados Unidos destinaron una ayuda de 47,2 millones de dólares para esa misión, pero algunos congresistas aseguran que parte de ese dinero se ha desviado a combatir la guerrilla que, según algunas fuentes oficiales, puede ser el tercer cartel de narcotraficantes.

Circunstancias similares se presentan en el Perú donde el narcotráfico crece en medio de la lucha entre militares y la insurgencia maoísta, que ataca a campesinos e indígenas inermes, que en no pocas ocasiones, al igual que en Colombia, son despojados de sus tierras para destinarlas a la siembra de la coca. Allí también se acusa a los terroristas de obtener grandes sumas del narcotráfico para financiar sus actividades subversivas.

Los peruanos, sin embargo, se quejan de la que consideran como poca ayuda económica estadounidense para combatir el narcotráfico.

Las policías incautan cada año una mayor cantidad de cocaína, pero ésta sólo representa menos de la tercera parte de la producción total latinoamericana, que en 1990 fue de 873 toneladas métricas, de las que se incautaron 327, demostrándose, entonces, que la elaboración de ese alcaloide mantiene su tasa de crecimiento.

Los estudios previos a la reunión de Cartagena II han determinado que "no hay una sola nación de América Latina y el Caribe" que no esté afectada en una u otra forma en el negocio del narcotráfico, lo que representa un sorpresivo crecimiento del espectro geográfico. Naciones como Argentina, Chile, Cuba, Uruguay y Venezuela, que años antes se consideraban libres del mal, hoy lo están padeciendo en mayor o menor grado. Sin embargo, Colombia dejó de ser el principal productor de cocaína, después que unas 20 mil personas, entre ministros, periodistas, policías y soldados, murieran por razones de la lucha contra la droga durante los últimos cinco años de la década pasada. Esa guerra, más sangrienta, intensa y desoladora, que la misma que se libra contra las guerrillas izquierdistas desde hace más de 30 años, le permitió a los colombianos controlar el llamado narcoterrorismo y presionar a los productores a desplazarse a otros paí- ▶



Visión

Destrucción de un laboratorio clandestino en la selva colombiana

ses, como Bolivia, Ecuador, Perú, Venezuela y Brasil, donde la experiencia para enfrentarlos es menor, aunque ahora contarán con una más amplia ayuda económica de Estados Unidos y técnica de otros países.

Pero la principal preocupación de los gobiernos no es ahora la cocaína sino la heroína, al descubrirse que solamente en Colombia hay casi tres mil hectáreas sembradas con amapola, base de ese alucinógeno. Las ganancias provenientes de su venta son diez veces más altas que las de la cocaína, los riesgos en la comercialización son los mismos, las facilidades para su elaboración son menores y los daños y adicción a los consumidores mayores.

COCAINA POR HEROINA

Aunque parece como sorpresiva la explotación de plantaciones de amapola en Colombia, se pudo conocer que desde finales de la década el supuestamente desvertebrado cartel de narcotraficantes de Medellín, había hecho contactos para intercambiar en Italia cocaína por heroína y ya se estaban produciendo las pruebas con semillas traídas de México para producir la amapola, que no requiere mayores cuidados y puede dar casi el doble de las dos cosechas de otras regiones del mundo.

Las posibilidades de incrementar tan desmesuradamente las ganancias han colocado a la heroína como la droga que podría popularizarse en un inmediato futuro si las coordinadas medidas internacionales que se adopten no den los resultados esperados.

En el nuevo diálogo del ampliado "Grupo Cartagena II" se busca allanar el camino hacia nuevos acuerdos internacionales para encontrar la que pareciera cada vez más lejana fórmula mágica que permita, inicialmente, una reducción del narcotráfico y luego su eliminación definitiva. Las últimas investigaciones oficiales determinaron que en Estados Unidos no se había producido el año pasado aumento de los consumidores de la cocaína, pero tampoco la reducción del 50 por ciento como esperaba el presidente George Bush.

En las ricas naciones europeas se están viendo los pasos de gigante que está dando el narcotráfico, que también tiene al Japón como su gran objetivo. Es por eso que en las naciones andinas afectadas por la producción de la droga, los gobiernos se quejan con frecuencia sobre la poca atención que ellos creen se está dando a este problema en el Japón y en Europa. Y el complejo panorama que se ve hacia el futuro es de tal magnitud que los mismos Estados Unidos, en una época renuentes a involucrar a su ejército en la lucha, ahora han cambiado de opinión desde que comprendieron que no sólo se debe combatir en los campos, sino también en las calles de las grandes ciudades, en los centros financieros así como en las fábricas productoras de los insumos requeridos para la elaboración de los estupefacientes.

Es por ello que ahora se estudia poner en práctica mayores controles en las exportaciones de los químicos y el Pentágono elevó de 781 millones de dólares para llegar a los 1.200 millones de dólares, el presupuesto destinado para la guerra contra la droga.

La Oficina Federal de Investigaciones de Estados Unidos (FBI) destinará a 300 de sus 10.350 agentes a combatir en las calles en forma directa o indirecta el narcotráfico por medio de labores de contrainteligencia.

El terreno que ha ido ganando rápidamente el narcotráfico es de tales proporciones que las mismas naciones latinoamericanas consideran que sus jóvenes democracias se encuentran amenazadas por ese flagelo y en Estados Unidos ya se dice que "por ahora" el Pentágono no enviará sus tropas a combatir directamente. En Estados Unidos se considera que la adicción a sustancias químicas afecta aproximadamente a un 12 por ciento de la fuerza laboral de ese país, lo que repercute en una reducción del 25 por ciento en la producción, ocasionando pérdidas que sumadas a las del alcoholismo podrían llegar a más de 177 mil millones de dólares por año.

Mientras se sigue pensando en la lucha armada como la más viable solución al problema, está la alternativa de una eventual regularización del mercado de las drogas para que su precio caiga y su mercadeo deje de producir ganancias tan altas y desaliente a los llamados barones del narcotráfico. Sin embargo, los expertos y los defensores aseguran que e[illegible] medida está, por ahora, lejana para s[illegible] aplicación.

Los estudios sociológicos coinciden en que en la medida posible de combatir la pobreza en las naciones afectadas por la producción, se logrará avanzar en la erradicación del narcotráfico. El hambre impulsa a miles de campesinos a sembrar la coca o la amapola, que les da para subsistir y mejorar las condiciones de vida de sus familias.

Los controles más efectivos en los centros europeos y estadounidenses empleados para la legalización o "lavado" de dólares es otro de los principales propósitos para combatir el producto de los mercados de estupefacientes, pero se enfrenta ahora al problema de las pautas de las nuevas medidas de economía abierta, impuestas en todo el mundo. Las reservas monetarias en Colombia han crecido a un ritmo histórico para colocarlas en más de siete mil millones de dólares y la moneda estadounidense ha estado perdiendo valor al igual que en Chile, Argentina y otras naciones sudamericanas. "Esos dineros no son todos productos de la repatriación de capitales, pero sí en buena cantidad generados por el narcotráfico", sostienen algunos banqueros consultados que aseguran que esa clase de delin-

Visión



Ahora es la amapola la que moviliza a los agentes antinarcóticos

cuentes sólo se encuentra en donde hay gran abundancia de dinero o profunda escasez de éste.

Ahora se generalizará la llamada técnica de la "desorganización" de los carteles, después de los resultados positivos que se dieron en Colombia. No sólo se perseguirá la droga, sino también el dinero que se genera. La policía, en cooperación con la DEA, efectuó recientemente 32 allanamientos simultáneos que le permitieron decomisar 20 mil documentos financieros e información computarizada, que les dio una base para congelar depósitos por 15 millones de dólares, supuestamente depositados por miembros del cartel de narcotraficantes de Cali, en bancos de Colombia, Gran Bretaña, Alemania, Hong Kong y Estados Unidos, según una revelación de una fuente estadounidense.

Se calcula que tan sólo los carteles colombianos manejan anualmente unos 30 mil millones de dólares. Por esa razón al rastrear esos y otros dineros de la misma procedencia es un hecho de "la mayor importancia, porque éste les da a los narcotraficantes su poder de pervertir y mantener una estructura militar intimidante", dice la fuente estadounidense.

El director de la oficina de la Casa Blanca de la política nacional para el control de la droga, Bob Martínez, opina que las organizaciones delictivas trabajan como "empresas legítimas, impulsadas por el lucro y por lo tanto creemos que es particularmente importante que se eliminen sus operaciones financieras".

Aparte de ello, las naciones andinas piden a los países industrializados un severo control en el comercio de las armas, puesto que se ha comprobado que los narcotraficantes poseen los más modernos equipos bélicos para defenderse y atacar a quienes los buscan.

Los narcotraficantes son cada vez económicamente más poderosos y mejor preparados, porque los hijos de los pioneros en esos negocios han egresado de las mejores universidades del mundo y están invirtiendo en empresas legales, construyendo edificios, centros comerciales, empresas de seguros y participando "limpiamente" en un sinnúmero de prósperos negocios. Aunque el intento de ingresar directamente en la política les fracasó, por lo menos en Colombia, ahora trabajan más sutilmente en ese campo, comentó un investigador internacional que conoce los nexos entre las hermandades o mafias que operan en Brasil, Colombia y Venezuela, en cordinación con Italia, España, Japón y otros países.

Ahora se piensa, que al igual que otras guerras, ésta debería llevarse a la ONU.

A. R. M.

03/03

92 ... [illegible]

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA REPUBLICA

FECHA DE PROCEDENCIA 21-7-92

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

En San José de Costa Rica

Delegación uruguaya participa de congreso contra las drogas

■ Ciento veinte delegados de 20 países, entre los que se cuenta Uruguay, y tres organismos de seguridad especializados -la DEA, el FBI e Interpol- iniciaron ayer en San José de Costa Rica, la segunda conferencia informática antidrogas con el objetivo de intercambiar experiencias y métodos.

La reunión, que finalizará mañana, fue inaugurada en un céntrico hotel capitalino por el embajador de Estados Unidos en Costa Rica, Luis Guinot.

Delegados de la ofician antidrogras norteamericana (DEA), Interpol con sede en Francia y la Oficina Federal de Investigaciones estadounidense (FBI) y los directores de los centros informáticos antidrogas de Argentina, Aruba, Bahamas, Belice, Barbados, Islas Británicas, Isla Caimán, Curazao, República Dominicana, Ecuador, Guatemala, Honduras, Islandia, Jamaica, Panamá, Trinidad y Tobago, y Uruguay intercambiarán información durante los tres días.

Fuentes del Centro de Inteligencia Antidrogas costarricense (Cicad), que organizó el encuentro, dijeron a la Agencia AFP que entre los temas a tratar en la conferencia están " las necesidades del entrenamiento y el aprovechamiento de los servicios de inteligencia, así como la falsificación de documentos internacionales de viaje".

9209197

La vida en prisión (Nota I)

Violencia y drogas en el viejo problema carcelario

Motines: son los que se han repetido en los últimos tiempos a raíz de la falta de solución a problemas casi crónicos; cómo ingresa la droga en los penales; el por qué de la agresividad de los presos.

Los motines registrados hace algunas semanas en las prisiones de Caseros, en la Capital Federal, y en San Nicolás, y el intento de fuga frustrado en el penal de Olmos volvieron a poner sobre el tapete el tema de los problemas del sistema carcelario argentino.

La cuestión no es privativa de nuestro país, pues en otras latitudes, en forma esporádica, también se registran esos hechos, pero pareciera que aquí, desde la década del 70 a la fecha, se hubieran multiplicado en forma cíclica.

Varios factores concomitantes forman el problema carcelario. En primer lugar, las serias deficiencias estructurales de algunas prisiones, tal el caso de las unidades penitenciarias de Villa Devoto y, especialmente, la de Caseros.

Luego, la obsesión de los reclusos por la demora de sus trámites judiciales, el ocio de aquellos que, procesados y sin condena están imposibilitados de trabajar, la mala relación del detenido con sus guardiacárceles y, por último, el consumo de drogas dentro de los penales.

Posiblemente, con la próxima entrada en vigor del nuevo Código Procesal Penal que establecerá a partir de septiembre el juicio oral, se aceleren los procesos.

Un testimonio

En junio último, un motín registrado en la unidad 16 de Caseros, donde se alojan menores cuyas edades van desde los 18 a los 21 años, en su mayoría sin condena, dejó un saldo de más de 80 heridos. El Servicio Penitenciario Federal dijo que muchos de los que participaron en la revuelta estaban drogados.

Mario V. hace cinco meses que salió de la cárcel de Caseros y uno que trabaja en un taller mecánico de Villa Crespo.

Es morocho, alto, de buena contextura física, luce un tatuaje en el brazo izquierdo que es una serpiente entrelazada a una espada con tres puntos a su alrededor.

Tiene 19 años y estudió en un industrial hasta tercer año, el que abandonó casi simultáneamente cuando comenzó a transitar el camino de la droga.

"Primero fueron los *porros* (marihuana), luego seguí con el pastilleo y ahora cocaína, pero no me inyecto, porque conozco el peligro del SIDA.

Estuvo varias veces recluido en el Instituto Agote por delitos menores y es reincidente en Caseros por robo.

El ex recluso señaló que Caseros "es un asco, allí no puede estar detenido ningún ser humano, teníamos que sacar agua de los inodoros y hervirla para cocinar y tomar mate. El olor a orín y a grasa es permanente, las paredes chorrean agua por todas partes y los colchones tienen chinches (insectos)".

"Además, agregó Mario, como ahí éramos todos pibes que no teníamos condena y no nos podían obligar a laburar era todo un asco, había basura tirada por todos lados.

"¿La *merca*(droga)? Si tenés guita conseguís lo que querés, pero no te voy a decir quien la vende, aunque lo podés adivinar si te digo que son los mismos que se quedan con el asado que te trae tu vieja o los que destrozan una torta para ver si guardás algo adentro", explicó Mario, quien sostuvo también que "lo que más corre son la marihuana, las pastillas para dormir y el Rohypnol".

Según pudo saberse, el consumo de drogas dentro de las unidades penitenciarias afectaría a más de la mitad de la población carcelaria.

Un oficial del servicio penitenciario afirmó a LA NACIÓN que "son ingresadas en el penal por las visitas femeninas".

La distribución se realizaría con el sistema denominado *la paloma* (el mismo que utilizan para mandarse mensajes), que consiste en emplear un largo hilo con peso en uno de los extremos al que se descuelgan desde las ventanas de los pisos superiores hasta hacerlo coincidir con las de los inferiores. A menudo hay varias *palomas* colgando de un mismo lugar para despistar a los guardias.

Sin lugar a dudas el tema del ingreso de drogas en las cárceles, en especial las de la Capital Federal, está íntimamente vinculado con las deficiencias de un sistema de control y, particularmente, con la estructura edilicia de los penales.

(Mañana: la rehabilitación en penales y su traslado a nuevas instalaciones; cifras oficiales)

Juan Carlos Larra

El ex general rompió el silencio a través de Le Monde desde su prisión en La Habana

De La Guardia: "El narcotráfico era autorizado por el gobierno de Cuba"

✱ *El documento está dirigido a dos miembros del Buró Político del PC cubano: Roberto Robaina y Osmany Cienfuegos*

El ex general cubano Patricio de La Guardia, condenado a 30 años de cárcel en 1989 por tráfico de drogas, afirma que estas operaciones estaban autorizadas por las principales instancias de Cuba, reveló ayer el vespertino parisiense **Le Monde** citando un manuscrito de De La Guardia sacado clandestinamente de su prisión.

París, (AFP)

■ Ese texto, fechado el 5 de octubre de 1991 y de 20 páginas escritas con letra muy apretada, fue autentificado por Héctor de La Guardia, hijo del ex general, quien desde el año pasado vive en Miami (Florida).

El documento está dirigido a dos miembros del buró político del Partido Comunista de Cuba (PCC): Roberto Robaina, secretario general de la Unión de la Juventud Comunista, y Osmany Cienfuegos, uno de los dirigentes históricos de la revolución.

El hermano gemelo de Patricio de la Guardia, el coronel Antonio de La Guardia, fue condenado a muerte por "traición" debido a su participación en el tráfico de drogas con los cárteles colombianos. "Estoy más que seguro de que mi hermano estaba autorizado a efectuar las operaciones clandestinas por las cuales fue fusilado", sostiene el ex general en su documento, siempre según Le Monde.

Patricio de La Guardia justifica su demora en denunciar estos hechos por las torturas psicológicas a que fue sometido desde su encarcelación y sobre todo en las semanas posteriores a su arresto y proceso. (De las 11 personalidades juzgadas), cuatro fueron fusiladas, entre ellas el general Arnaldo Ochoa..

El ex general exige una revisión de su proceso. Según dice, fue "víctima de innumerables violaciones de mis derechos civiles" y agrega que el régimen cubano está involucrado en numerosas actividades ilegales.

Reconoce que su hermano le confesó haber participado en "cuatro operaciones aéreas efectuadas en coordinación con los hombres que traían de Estados Unidos productos de alta tecnología, armas, medicamentos", a cambio de que los cargamentos de droga pudieran transitar por Cuba. "Todo eso estaba autorizado, me dijo Antonio, y él personalmente había entregado más de tres millones de dólares al ministro del Interior, José Abrahantes y al viceministro Luis Barreiro", agregó Le Monde, citando el mencionado documento. En esa época, Antonio de La Guardia dirigía el departamento "MC" del Ministerio del Interior ("Monedas Convertibles") según la terminolofía oficial, o "marihuana-cocaína" en lenguaje popular), dirigido por el general Abrahantes, muerto en enero de 1991 en circunstancias misteriosas, luego de ser condenado a 20 años de cárcel por "negligencia". De acuerdo con Patricio de La Guardia, encarcelado en la prisión de la Condesa (provincia de La Habana), el norteamericano Roberto Vasco, refugiado en Cuba desde los años 70 para escapar de la Justicia de Estados Unidos, había montado, a partir de 1982, operaciones de blanqueo del dinero de la droga en la pequeña isla cubana de Cayo Largo, y el cártel de Medellín había ofrecido dos aviones al gobierno cubano luego de un encuentro con "el narcotraficante colombiano Carlos Lehder".

Aunque en este documento desfilan siempre los mismos nombres de la "nomenklatura" cubana, Patricio de La Guardia se muestra prudente.

Según **Le Monde**, el ex general mantiene en reserva, en un lugar seguro, pasajes escogidos de su diario, en el cual describe las numerosas "operaciones clandestinas, extremadamente delicadas e ilegales en el plano internacional", que las tropas especiales cubanas efectuaron durante 25 años en el mundo entero.



Los mellizos Antonio y Patricio de La Guardia en foto tomada durante el juicio por su participación en el tráfico de drogas, en julio de 1989. El primero, fue condenado a muerte por "traición" y fusilado; el segundo purga desde aquel año la condena a 30 años de prisión. (Telefoto de AFP)

"Tenemos un sistema bancario legal, seguro y serio, similar al de Suiza, a los del Caribe o al de EEUU"

Lacalle: "No diría que son infalibles" los informes de la DEA sobre lavado de narcodólares en Uruguay

*** *El mandatario dijo a la revista Newsweek que Montevideo debería ser como Bruselas, Rotterdam, Zürich, Dinamarca e Groenlandia***

■ Bajo el título "El lobo en la puerta", la revista semanal estadounidense Newsweek publicó el 27 de julio una entrevista al presidente Luis Alberto Lacalle, en la que advirtió que el departamento dependiente del gobierno del republicano George Bush que combate el tráfico de drogas (DEA) no es "infalible".

—Alguna gente habla de Uruguay como la Bruselas del Mercosur.

—Nosotros queremos ser la capital del Mercosur, aunque esa es una decisión que será tomada a su tiempo. Pero no solamente Bruselas. Rotterdam y Zurich también, y Dinamarca y Groenlandia. Tenemos la mejor capacidad pesquera. Tenemos muchos sombreros para usar.

—Uno de esos sombreros es la banca. Desde la invasión de Estados Unidos a Panamá en 1989, se dice que los traficantes de drogas debieron lavar su dinero en operaciones en Uruguay. ¿Es esto cierto?

—En primer lugar, tenemos un sistema bancario legal, seguro, y serio, similar al sistema de Suiza o al de las islas del Caribe o al de Estados Unidos. No creo que esté siendo usado, como algún medio de prensa sugiere, para la legalización de dinero obtenido de actividades ilegales... Después que descubrimos y que extraditamos gente que realizaba esta clase de negocios, nuestros depósitos no declinaron. El dinero es un animal miedoso, y si algo hubiera sido olido, habría cambiado el sistema, algunas personas hubieran retirado su dinero.

—¿Qué está haciendo Uruguay para cortar el lavado de dinero?

—Ahora tenemos una ley, a través de la que juzgamos, por la que el sistema legal levanta el secreto de cualquier cuenta. Ha sido hecho, y funciona. Hemos firmado un tratado de cooperación con el sistema judicial de Estados Unidos. Y tenemos un decreto en el Parlamento describiendo como un crimen especial el uso del sistema bancario para el lavado de dinero.

—No es solamente la prens[a] la que afirma que bancos uru[guayos] están siendo usados pa[ra] el lavado de dinero. Reportes [de] la Administración de la Droga [de] Estados Unidos (DEA) tambi[én] lo aseguran.

—Bueno, no diría que ell[os] son infalibles, aun viniendo [de] los EEUU.

TITULO

PROCEDENCIA: LA REPUBLICA

22-7-92

Informe elaborado por EEUU y entregado a la policía brasileña

Brasil en la "ruta de la heroína" producida por el cártel de Cali

San Pablo (ANSA)

■ Brasil ya forma parte de la "ruta de la heroína" producida por los narcotraficantes colombianos del cártel de Cali, quienes utilizan puertos y aeropuertos brasileños para enviar la droga a Estados Unidos.

Esa es una de las principales conclusiones de un informe elaborado por los sectores de combate a las drogas del gobierno estadounidense, recibido este mes por la policía federal brasileña, según informa el diario **Estado de Sao Paulo.**

Para enviar a Estados Unidos, vía Brasil, la heroína producida en la zona cordillerana de Colombia, los narcotraficantes del cártel de Cali estarían utilizando el mismo sistema de"camuflaje" usado para el envío de cocaína a Europa y Estados Unidos.

El temor de las autoridades brasileñas es que parte de la heroína que pasa por el país, la cual no fue especificada, sea consumida en Brasil, a ejemplo de lo que ocurre con la cocaína.

La policía sabe que la heroína ya está siendo consumida en algunos bares y clubes del barrio Libertad de San Pablo, el llamado barrio "amarillo", donde viven la mayoría de los japoness, chinos y coreanos radicados en Brasil.

Para el comisario de la policía civil de San Pablo, Naief Saad, es difícil que el consumo y la venta de heroína constatada en el barrio de Libertad se expanda a otras zonas de la ciudad o incluso del país, predominantemente occidentales, pues -argumenta-, los orientales mantienen un círculo muy cerrado en sus relaciones.

El primer indicio que Brasil estaba siendo incluido en la "ruta de la heroína" fue en 1972, cuando el italiano Tomaso Buscetta, de la mafia siciliana, se tornó socio de la francesa Unión Corsa. El grupo pretendía instalar, en Río de Janeizro y San Pablo, restaurantes y pizzerías para "camuflar" el envío de heroína a Marsella y Nueva York, a través de Brasil, Argentina y México.

Ese año, la policía federal brasileña decomisó con la banda ítalo-gala 600 quilogramos de heroína, los cuales ya estaban cargados en un buque estadounidense atracado en el puerto de Río de Janeiro.

En noviembre de 1972, Buscetta, su hijo Benedetto y su mujer brasileña, María Cristina Guimaraes, fueron apresados en una playa en el estado brasileño de Santa Catarina. Días después serían detenidos los franceses de la Unión Corsa, de Marsella, Claude Andre Pastou, François Antoine Canazzi, Cristian Bernard Javet, Robert Bourdoulus, Cristian David y Michel Eugene Nouvion.

Los italianos y franceses fueron expulsados del país. Buscetta fue condenado a prisión en Italia pero huyó, volviendo a Brasil diez años después, donde fue nuevamente detenido cuando trataba de montar una empresa para enviar cocaína a Italia.

Buscetta fue deportado y las autoridades italianas le dieron protección cuando consintió en dar informaciones sobre la mafia italiana y el narcotráfico internacional.

Nº DOCUMENTO

TITULO

[illegible]NCIA CLARÍN

[illegible] 23-9-92.

[illegible]ACIONES

[illegible]TRADO

[illegible]ADO

Apareció muerto un hombre por sobredosis de droga

Un hombre pereció por paro cardiorrespiratorio y posible intoxicación con cocaína.

En la madrugada de la víspera fue llevado al hospital Maciel, un hombre de treinta años de edad, que se encontraba en una finca de la Rambla 25 de Agosto de 1825.

El hombre presentaba un paro cardiorrespiratorio y posible intoxicación con cocaína, de acuerdo al primer dictamen de los facultativos que lo atendieron en la emergencia.

Dicha persona, de acuerdo al cuadro que presentaba, fue derivado al Centro de Tratamientos Intensivos, donde posteriormente dejaba de existir.

La actuación policial en primera instancia estuvo a cargo de personal de la seccional primera, siendo posteriormente derivado el caso a los hombres de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas, de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia, los que vienen efectuando diversos procedimientos, para dejar totalmante aclarada dicha situación. ■

01/01

9209202

MUJER DETENIDA VENDIENDO MARIHUANA
ZERO HORA
23 7 92

MULHER DE 82 ANOS PRESA POR TRÁFICO

Com 82 anos de idade, Edite Alves da Cruz, foi encaminhada ontem ao presídio feminino de Salvador pelo delegado de Tóxicos e Entorpecentes Itamir Casal. Edite foi presa em flagrante vendendo maconha em sua casa, na Rua do Carmo, centro histórico da capital baiana.

01/01

920920 3

LA NACION 25-7-92.

ENTRADO
CRUZADO

11345
11663

Guerrilla S.A.

NUEVA YORK, 24 (EFE). - Los grupos guerrilleros peruanos y colombianos han adquirido tal maestría en la recaudación de fondos mediante secuestros e "impuestos" revolucionarios o de guerra que se merecen el nombre de "Guerrilla Inc.".

"Las guerrillas pierden su aspecto ideológico y se convierten en una burocracia. Adoptan una estructura corporativa y tienen que financiarla", dijo al The New York Times Gene Mastroangelo, ejecutivo de una agencia de investigaciones de California.

Con el colapso de la ex URSS y la situación crítica de Cuba, los grupos guerrilleros "huérfanos" de América del Sur sobreviven gracias a su talento recaudador, indicó el diario.

Hace poco, las autoridades peruanas descubrieron en los archivos electrónicos del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru una lista de 239 empresarios peruanos obligados a pagar "impuestos de guerra".

Se cree que el grupo guerrillero más radical de Perú, Sendero Luminoso, recauda hasta 40 millones de dólares anuales mediante "impuestos de guerra" cobrados a cultivadores de la hoja de coca y a narcotraficantes colombianos.

Los dos principales grupos guerrilleros de Colombia, que llevan más de 25 años de lucha contra el gobierno, cobran "impuestos de guerra" a empresas y suministran guardias armados a narcotraficantes.

Se considera que son responsables de un tercio de los 375 secuestros registrados en los primeros tres meses de 1992 en Colombia.

El año último, compañías multinacionales pagaron rescates a la guerrilla por la liberación de un geólogo norteamericano, dos ingenieros japoneses y tres norteamericanos.

COCAINA APREHENDIDA EN AEROPUERTO
JORNAL DO BRASIL
28-7-92

ENTRADO
CRUZADO

Cocaína é apreendida no aeroporto

Policiais da Divisão de Repressão a Entorpecentes conseguiram apreender com o traficante José Pereira da Silva, de 29 anos, cerca de 60 quilos de cocaína pura avaliada em Cr$ 3 bilhões. A apreensão foi no estacionamento do Aeroporto Santos Dumond e é considerada a maior dos últimos meses. José Pereira estava no Chevy WQF 1755 de Corumbá e a prisão ocorreu quando ele manobrava o carro para deixar o estacionamento.

01/01

9209205

Nº DOCUMENTO
TITULO Resultados de Plan de Gobierno de Bush en la lucha contra las drogas (EE UU)
PROCEDENCIA LA MAÑANA
FECHA DE PROCEDENCIA 29.7.92
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

AA349

La lucha contra la droga tiene un magro saldo

NUEVA YORK (ANSA)- El Presidente George Bush está perdiendo la guerra contra la droga más costosa de la historia de Estados Unidos, a causa de su insistencia en la represión de la oferta, a expensas del tratamiento de las causas y los efectos de la demanda en el principal mercado ilícito de estupefacientes del mundo, según el New York Times.

Desde que asumió la presidencia, en 1989, Bush aumentó de 6.000 millones a casi 12.000 millones de dólares el presupuesto de la campaña antidrogas del gobierno federal.

Sin embargo, la Casa Blanca dedicó las dos terceras partes de esos recursos a financiar la misma estrategia perdedora de Ronald Reagan, según la mayoría de los especialistas estadounidenses.

"Aunque ha hablado con frecuencia de la importancia de la educación, el tratamiento y la prevención, (Bush) ha ignorado el consejo prácticamente unánime de expertos independientes y de algunos de sus asesores, en el sentido de que ésas son las armas más efectivas", comentó el New York Times.

Seis meses antes de que termine el mandato de Bush, el diario afirmó que existe consenso en el país sobre el hecho de que Bush "ha invertido más y más dinero en tácticas que en los últimos 20 años han sido totalmente incapaces de modificar el curso de la campaña contra las drogas".

Más dólares y represión con mal resultado

"Tratar de impedir la entrada de estupefacientes en el territorio nacional, presionar y amenazar a los gobiernos de los países productores y condenar a miles de estadounidenses a penas de reclusión cada vez mayores" sintetizan tal estrategia ineficaz, según opinó.

Mientras Bush sigue dando prioridad a la represión, los especialistas coinciden en que "la manera más efectiva de encarar el problema de la droga consiste en reducir la demanda mediante la educación de la población y el tratamiento de los adictos", insistió el diario citando declaraciones del experto Eric Sterling, presidente de la Fundación sobre Política Penal, con sede en Washington.

Como en el caso de la invasión a Panamá, para capturar al general Manuel Noriega, la lucha contra la oferta "a veces produce resultados rápidos, visibles y políticamente útiles, pero sus beneficios, si es que existen, generalmente son efímeros", advirtió el New York Times. ■

9209206

01/01

Desaparecieron tripulantes de una lancha

Por posesión de cocaína fueron detenidos músicos de Karibe con K

Varios integrantes del grupo de música tropical Karibe con K continuaban al cierre de esta edición prestando declaración ante el juez de lo Penal Carlos Nario, tras haber sido detenidos por tener en su poder cierta cantidad de dosis de cocaína.

La Justicia procuraba determinar si la droga se destinaba al consumo de algunos integrantes del popular conjunto o si era objeto de comercialización por parte de los músicos. No trascendieron el número exacto de las personas detenidas ni los detalles del procedimiento policial, salvo que había sido realizado en la madrugada de ayer. A la hora 13, los arrestados fueron conducidos al juzgado de lo Penal de 14° turno.

Karibe con K está integrado por 14 hombres, y en los últimos tiempos sus interpretaciones adquirieron una gran popularidad, a tal punto que se constituyó un club de admiradores, hay una audición radiofónica semanal dedicada al grupo que ha alcanzado gran audiencia, y para agosto está prevista la aparición de una revista llamada, precisamente, Karibe con K. Además, el conjunto está preparando la edición de un disco y una gira por todo el país y parte de Argentina.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE PROCEDENCIA 1-2-92

VINCULACIONES

CRUZADO

Cocaína: Un Cantante de Conocido Conjunto Tropical fue Procesado

Tras una segunda audiencia en el Juzgado en io Penal de 4° Turno, fue procesado y enviado a prisión uno de los cantantes de un conocido conjunto tropical, mientras que otras tres personas mantienen su emplazamiento hasta tanto se expide el Fiscal del Crimen.

El hecho, sobredimensionado en parte de la popularidad del conjunto musical y porque seis de sus integrantes fueron detenidos, junto a varias personas más, fue informado en la pasada edición debiéndose anotar, ahora, que el procesamiento de Y.W.P.M. de 28 años de edad y su remisión a la cárcel fue por el delito previsto en el Artículo 31° de la ley 14.294, de 11 de enero de 1975.

Dicho artículo, que prevé una pena de tres a diez años de penitenciaría castiga a aquéllos que "sin la debida autorización legal, importaren, exportaren, introdujeren en tránsito, distribuyeren, transportaren, tuvieren en su poder, fueren depositarios, almacenaren, poseyeren, ofrecieren en venta o negociaren de cualquier otro modo las materias primas o las sustancias capaces de producir dependencia psíquica o física..."

En el caso que ocupa esta información, se sabe que el ahora procesado negoció con cocaína.

En la Brigada Nacional Anti Drogas se negó anoche toda información al respecto, aduciéndose que hoy se libraría una comunicación oficial.

02/02 920207

Nº DOCUMENTO
TITULO LA REPUBLICA 1/E/92
PROC
FE
VINCULADO

ENTRADO
CRUZADO

Revelan incremento del tráfico de narcóticos a través del Brasil

■ Brasil fue incluido por el semanario **Visión** en la "ruta del floreciente tráfico de heroína colombiana, el nuevo segmento de drogas de los cárteles de Cali, Medellín y Bogotá", según lo informado por ANSA.

Señala la revista que, iniciada hace dos años, la producción se concentra al sur de Bogotá y es enviada hacia América Central, a partir de conexiones en la región norte del Brasil.

"Un potente esquema clandestino, que tiene a su favor los impedimentos naturales de la floresta amazónica, las grandes extensiones de fronteras sin vigilancia y la falta de sistemas de control del tráfico aéreo y pluvial", agrega.

Al menos 3 mil hectáreas de papula, la planta que suministra la materia prima para la producción de la droga, fueron localizadas en 1991 en las montañas del sur de Bogotá, sostiene **Visión**, que estima que hoy 25 mil hectáreas están ocupadas por plantaciones semejantes en Colombia.

"Las semillas estarían siendo importadas de México con el apoyo de las mafias orientales que compiten con los productores del llamado triángulo dorado, formado por Tailandia, Laos y Birmania, los mayores productores mundiales de opiáceos como la morfina ilegal y la heroína", informa después.

En otro lugar, **Visión** advierte que "con la intensificación de la represión a los traficantes por los ejércitos de Perú, Bolivia y Colombia, auxiliados por las fuerzas norteamericanas, existe el riesgo de que el tráfico de heroína colombiana, que se inicia, se vuelque hacia los corredores brasileños, hoy utilizados para el transporte de la cocaína".

01/01 9209208

"El rol del BCU es prevenir y detectar situaciones irregulares"

Según De Posadas, "ningún sistema es eficaz contra el lavado de dólares"

■ El ministro de Economía y Finanzas de Uruguay, Ignacio de Posadas, de visita en Chile, dijo que ningún sistema es absolutamente eficaz para impedir el "lavado" de dólares provenientes del narcotráfico, indicó ANSA. Sin embargo, observó, hay que poner un especial cuidado en estas materias y por eso "el rol del Banco Central es, y ha sido fundamental en la prevención y detección de situaciones irregulares".

El ministro uruguayo advirtió que la desregulación financiera implementada en su país, no implica un pase abierto a la delincuencia internacional.

Puso como ejemplo a Estados Unidos, el cual, señaló, pese a tener una alta regulación, es una de las naciones en donde más se opera con este tipo de delito.

Añadió que en Uruguay, en los últimos diez años, se han conocido sólo dos casos vinculados al lavado de dinero, que "fueron oportunamente detectados y luego, sus responsables, extraditados a los Estados Unidos". Ignacio de Posadas participó en esta capital en el seminario "Chile, un socio para Uruguay", organizado por la Cámara de Comercio Chileno-Uruguaya, y que tuvo como objetivo promocionar oportunidades de negocios y la venta de una serie de empresas estatales de su país.

Gaviria: Apelaré a todo tipo de ayuda, incluso del extranjero

El Presidente dijo que su deber es capturar a Escobar y sus secuaces

El presidente César Gaviria dijo ayer que el deber de su gobierno y de los colombianos es capturar a Pablo Escobar, para lo cual anunció que continuará apelando a todos los medios locales y a la ayuda internacional.

BOGOTA (REUTER).-El mandatario hizo una evaluación de sus dos primeros años de gobierno con motivo de la celebración de un aniversario más de la batalla de independencia de la corona española en 1819.

"El deber del gobierno de Colombia y de todos los colombianos es capturar a Escobar", dijo Gaviria durante el discurso en el Puente de Boyacá, lugar donde se libró al última batalla contra las tropas extranjeras hace 163 años.

"Escobar debe saber que tendrá tras sus pasos a todos los organismos de inteligencia y seguridad del Estado, a cada policía, a cada soldado, a cada uno de los más de treinta millones de colombianos que prefieren un destino digno a un fajo de billetes", agregó el mandatario que inicia hoy sus dos últimos años de gobierno.

Escobar y nueve de sus hombres escaparon de la cárcel de Envigado el 22 de julio pasado poco después que el Presidente Gaviria ordenara militarizar el penal para evitar que el jefe del cartel de Medellín continuará liderando su organización desde ese lugar.

Gaviria agregó que su gobierno "continuará apelando a la ayuda internacional y utilizará todos los recursos a su alcance para recapturar a Escobar y sus secuaces", y agregó que sobre ese mandato no habrá vacilación.

Aviones de reconocimiento Hércules C-130 y expertos en comunicaciones e inteligencia del comando sur de los Estados Unidos con base en Panamá sobrevolaron a finales de julio Medellín y una amplia zona periférica en busca de los fugitivos.

El Presidente liberal de 45 años dijo que la única manera de lograr una paz duradera es mediante la acción fuerte y decidida del Estado y la sociedad para someter a los delincuentes y defendió nuevamente su política antidrogas. "Un caso, por importante que sea, no puede ser la base para evaluar una política que en muchos otros está dando buenos resultados y mantiene su vigor", agregó advirtiendo que ése es el caso de los hermanos Ochoa.

Fabio, Jorge Luis y Juan David Ochoa, acusados de conformar junto con Escobar la cúpula del cartel de Medellín, se acogieron a la política de sometimiento a la justicia y actualmente se hallan en una cárcel cerca de Medellín esperando el juicio.

Gaviria aclaró sin embargo que la política de sometimiento no es la única herramienta de lucha contra el narcotráfico.

La lucha contra ese flagelo puede ir desde las campañas para la erradicación de cultivos —que llevaron a la destrucción de unas 8.000 hectáreas de cultivos de amapola—, o la captura de los narcotraficantes, como en el caso del jefe del cartel del norte de Cali, Iván Urdinola.

El mandatario hizo un balan[ce] de su gestión en los campos de [la] economía y de las conversacio[nes] de paz con la guerrilla.

Reconoció dificultades en [la] lucha contra la inflación y el [de]sempleo, pero aseguró que en [un] futuro cercano se llegará a la m[eta] de inflación del 22 por ciento [—]actualmente es del 28 por cie[nto] anual—, y que el desempleo baj[ará] del nivel del 11 por ciento grac[ias] a mayores tasas de crecimie[nto] económico.

Respecto de la guerrilla, [el] primer mandatario dijo que [se] deberá enfrentar llevando [la] democracia a las regiones do[nde] ella está sembrando intimidació[n y] muerte, más inversión y más pa[rti]cipación ciudadana.

Gobierno y guerrilleros tie[nen] previsto reanudar sus contacto[s de] paz en octubre, luego que [la] ronda a principio de año en Mé[xico] fracasó.

Gaviria apela a su pueblo y a la ayuda del Pentágono

- Convocó a los colombianos a colaborar en la pesquisa
- Tras Escobar irán también helicópteros de la DEA

Mientras la búsqueda del escurridizo narcotraficante fugado Pablo Escobar es "permanente", el Presidente colombiano Cesar Gaviria Trujillo hizo un llamamiento a los 22 millones de habitantes del país para que colaboren en la captura del jefe del cartel de Medellín.

BOGOTA (ANSA).-Por otra parte se anunció que la Policía colombiana recibirá de Estados Unidos un número no confirmado oficialmente de aviones y helicópteros, que conformarán la flota aérea policial más grande de Latinoamérica dedicada casi en su exclusividad a combatir el narcotráfico.

Los diferentes organismos de seguridad del Estado que buscan a Escobar, quien escapó el pasado 22 de julio, consideran que no ha salido de Colombia y se encuentra posiblemente en la región noroccidental, compuesta por los estados de Antioquía y Choco, que tienen vastas regiones selváticas de difícil acceso y propicias para el refugio de los fugitivos.

Sin embargo el Presidente colombiano dijo que Escobar "debe saber que todos los organismos de seguridad y la gran mayoría de soldados y policías, que no cambian su honestidad por un manojo de billetes, están siguiendo sus pasos".

En su discurso de celebración de dos años de mandato, Gaviria Trujillo afirmó además que continuará utilizando la ayuda internacional para encontrar a Escobar y nueve de sus colaboradores más cercanos, que escaparon de la cárcel de máxima seguridad de Envigado, ubicada en inmediaciones de Medellín. El Primer Mandatario colombiano recibió críticas la semana pasada de los principales partidos políticos del país por permitir el sobrevuelo de seis aeronaves estadounidenses en el noroccidente colombiano para colaborar en la búsqueda de los fugados.

Gaviria Trujillo defendió también la llamada "política de sometimiento a la justicia", que permitió la entrega de por lo menos 20 narcotraficantes, que se acogieron a beneficios de rebaja de penas si confesaban todos los delitos. Al referirse a la fuga de Escobar, el Mandatario anunció que "es urgente revisar la seguridad carcelaria para que no vuelva a suceder lo que, con razón, ha indignado al país". ■

LA REPUBLICA
9-8-92
11666

Allí, la droga es más barata, de mayor pureza, y las condenas son más suaves

Maastricht y el "narcoturismo"

Holanda(AFP), por Jacques Lhuillery Maastricht,

■ Maastricht, la ciudad que se hizo famosa por prestar su nombre al Tratado de unión económica, monetaria y política europea, se convirtió en el punto de encuentro por excelencia de los drogadictos alemanes, franceses, luxemburgueses y belgas, por ser allí la droga menos cara, más pura, y las condenas más suaves.

Situada en los confines de Holanda, Bélgica y Alemania, no lejos de Luxemburgo, Maastricht atrajo desde hace años a este tipo de visitantes, pero nunca "en las proporciones que registramos este verano", aseguró un policía.

Según la policía local, de 500 a 1.000 "turistas de la droga" acuden a Maastricht cada día. "Y esto va en aumento, pese a nuestros esfuerzos", constató Wim Snijders, miembro del grupo "Orden Público", una especie de brigada volante que persigue a los traficantes y drogadictos de Limburgo.

Más al norte y cerca de la frontera alemana, la ciudad de Arnhem sufrió el mismo tipo de problemas a finales de 1991 y todo un barrio se levantó contra los traficantes y toxicómanos oestealemanes.

"El 90% de los drogadictos son extranjeros, jóvenes sin trabajo", agregó el policía, Frans Amkreut.

Ante la inquietud creciente de los habitantes de algunos barrios, la policía intensificó el dispositivo de seguridad. La semana pasada fueron detenidos un centenar de drogadictos y de pequeños traficantes. El precio de la heroína subió un 150%.

Si el centro de la ciudad, sobre todo la célebre plaza de Vrijthof, está aún relativamente tranquilo, se comprueba que muy cerca los "coffie-shops" crecieron como hongos en detrimento de los "verdaderos" cafés. Rocky tiene uno de estos "verdaderos cafés" en la calle de Bruselas.

"Antes había casi veinte, ahora sólo cinco", asegura. Para disuadir a los clientes que no vienen a beber una cerveza o un zumo de naranja, Rocky instaló detrás del mostrador un sistema especial que permite apagar la luz en los lavabos si alguien permanece más de cinco minutos.

Acuerdo de Lima Firma del Parlamento Latinoamericano
El País 10 8 92

El Parlamento Latinoamericano Toma Como Ejemplo a Uruguay en Combate a la Droga

El parlamento uruguayo podría contar en breve con una comisión especial del mismo para que entienda en todo lo referente a la toma de acciones legislativas que ayuden a desarrollar un combate frontal contra el narcotráfico, tanto a nivel nacional, como latinoamericano.

Así lo señaló a EL PAIS el diputado de la Cruzada 94, prof. Antonio Guerra, luego de asistir a una renión del Parlatino (Parlamento Latinoamericano) cumplida en la ciudad de Lima, Perú.

Indicó el legislador colorado que de acuerdo con una decisión de la reunión cumplida en la capital incaica, se habrá de crear también un Banco de Datos a nivel latinoamericano, como forma de tener toda la información centralizada, de todos los aspectos que atañan a este asunto.

Guerra destacó la actuación que le cupo a la delegación compatriota en el encuentro de Lima, señalando entre ellas "la redacción del reglamento que regulará el trabajo de la comisión latinoamericana que accionará en el tema", así como también "en la elaboración de bases para una comisión permanente".

Indicó el legislador que nuestro país puso énfasis en todo instante y como factor a tener en cuenta "la relación de este flagelo con la juventud" y en lograr que no sólo se "reprimiera el consumo de la droga, sino, y fundamentalmente, se educara para prevenir ese flagelo".

Agregó Guerra que para cumplir con estas dos premisas, los parlamentarios latinoamericanos aprobaron lo que llamó una cadena de acciones, destacando la creación "en los distintos países de comisiones permanentes o especiales contra el uso ilícito de drogas. Los distintos parlamentos deben tender a lograr que existan las mismas para trabajar en este tema. En nuestro caso —Uruguay— viene muy bien, acotó, ya que no existe este tipo de grupo a nivel parlamentario".

Señaló que la acción contra la droga no sólo debe ser a nivel de los centros de poder (Ejecutivo o Legislativo) sino que también debe tratar de formarse comisiones nacionales que "sensibilicen a la población con relación a este tema, incidiendo a través de sectores de salud, educación, policía, porque de alguna manera, el enfrentar el problema de la droga debe ser una tarea de todos los sectores de una sociedad. Nosotros, a través de las recomendaciones que aprobáramos en Lima, estamos tratando de darle un marco operativo en el país".

Guerra señaló como cosa importante, también allá resuelta, la creación de un banco de datos a nivel latinoamericano, de forma de tener toda la información centralizada de todos los aspectos que atañen a este asunto, pero buscando, paralelamente, la complementación de los fenómenos legislativos que se operan en los distintos países y tratar, en la medida de lo posible, obtener una legislación uniforme sobre droga, en toda Latinoamérica".

Guerra indicó que con el intercambio de datos que surjan de Policía y Poder Judicial, se habrá de mejorar sustancialmente, a través del vínculo, el combate contra la Droga.

Se reclamó asimismo, que los parlamentos den prioridad a la legislación que apunta al combate de la droga (no es el caso de Uruguay, donde ya existe legislación al respecto).

"Ubicó a Uruguay, no obstante con dos problemas graves, y que constituyen el ser país de embarque de droga hacia otros continentes o países (tránsito) y el del lavado de dinero proveniente de la droga". Sobre este último aspecto, Guerra destacó lo que para los parlamentarios nacionales debe ser motivo de satisfacción, el hecho de no interponer partidarismos a la sanción de normas "que permiten el contralor eficaz de las actividades que están vinculadas al narcotráfico". "Uruguay en ese aspecto es ejemplo, y así lo destacamos en Lima, en la medida que ya tenemos legislación sobre el asunto". Dicha legislación, según dijo Guerra, ya fue remitida a otros parlamentos para que sea tomada a vía de ejemplo a seguir.

EL ACUERDO DE LIMA

El denominado Acuerdo de Lima consta de diez puntos que dicen así:

1. Instar a cada uno de los parlamentos a la creación de comisiones permanentes o especiales contra el uso ilícito de drogas.

2. Formar comisiones nacionales de actividad permanente para la sensibilización de la población y de la clase dirigencial (políticos, académicos, profesionales, etc.), frente al problema de las drogas, logrando el compromiso de los organismos estatales, principalmente en los sectores de salud, educación, agricultura, poder judicial, fuerzas armadas y servicio policial, así como de organizaciones privadas y no gubernamentales.

3. Creación de un banco de datos para la realización de un estudio jurídico comparado de la legislación existente sobre narcotráfico con vista a su armonización continental; y a proporcionar una legislación tipo.

4. Realizar un estudio de la situación y contenido de la Convención de Viena, en los países integrantes del Parlamento Latinoamericano.

5. Realizar un estudio comparativo de las facultades investigativas de los Parlamentos Nacionales en Latinoamérica y el Caribe en materia de drogas en cuanto a su efectividad y sus consecuencias.

6. Realizar un estudio con vista a dar una respuesta Latinoamericana a los problemas de prevención, de la represión, con especial énfasis en la extradicción, lavado de dinero, distinción entre consumidor y narcotraficante, medidas educativas, de seguridad y protección; así como campañas publicitarias que concienticen sobre el problema del narcotráfico, tránsito y rehabilitación.

7. Promover la coordinación y cooperación entre jueces de los diferentes países para lograr de una mejor aplicación de leyes y tratados y por ende el mejor cumplimiento de la actividad jurisdiccional.

8. Promover la coordinación y cooperación de los servicios policiales en América Latina y el Caribe para una acción eficaz y conjunta en la lucha contra el narcotráfico.

9. Promover programas alternativos en los campos de la producción, represión y rehabilitación.

10. Promover acuerdo entre los países de América Latina y el Caribe. Buscando que la respectiva legislación establezca normas destinadas a combatir la legitimación de capitales provenientes del tráfico ilegal de drogas y sobre todo los cometidos en la intermediación financiera.

01/01

920912

La Mañana 9-8-92

ENTRADO

Junta olimareña preocupada por el peligro que significan las drogas

La droga preocupa a Treinta y Tres luego que llegó al conocimiento de las autoridades de la ausencia de medicamentos controlados en un centro asistencial y la denuncia de síntomas de drogadicción en una joven de dieciséis años.

TREINTA Y TRES (por Francisco Antonio Rodríguez Correa).- El tema drogas vuelve a ser noticia en esta ciudad. El Edil del Foro Batllista Tomás Hernández llamó a la reflexión en el seno de la Junta Departamental a los organismos competentes y fuerzas vivas para afrontar el tema que representa un real peligro para la sociedad fundamentalmentte en el ámbito de la juventud.

El tema tiene vigencia nuevamente aquí, ante hechos que habrían tenido lugar hace pocos días, oportunidad en que una jovencita de 16 años presentara síntomas de drogadicción, lo que en conocimiento de sus familiares, procedieran a realizar las denuncias competentes.

Según trascendidos, a esta joven se le habrían facilitado cigarrillos de marihuana, sin su conocimientos, los que le provocaron vómitos y otros malestares.

Además se habría detectado en un centro asistencial local acciones irregulares por parte de un funcionario que retiraba determinados medicamentos de circulación controlada, por lo que las autoridades actuantes habrían procedido en consecuencia.

Rebrote de la drogadicción. Al respecto y luego de reseñar la información respectiva, el Edil del Foro Batllista Tomás Hernández dijo que "parece que estamos ante un rebrote de la drogadicción en la ciudad de Treinta y Tres y esto creo que es realmente preocupante".

"Que una menor, presumiblemente haya consumido marihuana a través de un cigarrillo que inocentemente tomó de alguien no tan inocente y que además se haya dado el hecho de sustracción de psicofármacos en un centro de salud de la ciudad, creo que son circunstancias que nos deben alarmar".

Creo que debemos defendernos con toda firmeza de los males que corroen y degeneran la convivencia humana en todos los órdenes que llevan al ser humano a límites deplorables, tanto individual como colectivamente".

Posteriormente, el Edil, luego de reconocer la acción que realizan las autoridades competentes expresó que "todo vestigio de este vicio debe ser una alarma para actuar con celeridad y evitar males mayores. Sabemos -dijo- de las dificultades para encarar esta lucha; lucha casi estéril en las ciudades más grandes del mundo, pero que en nuestra pequeña ciudad, de trato familiar, comarcano, esta lucha tiene que ser más fácil a efectos de detectar a los verdaderos promotores de esta situación. Promotores que, a la postre son verdaderos asesinos en potencia, actuando libremente. Gente que, pone en manos de nuestra juventud este sucio juego y que deben ser desenmascarados".

Desenmascarar a los culpables. El Edil Tomás Hernández reconoció el esfuerzo y las dificultades con que actúan las fuerzas competentes, tanto policiales como judiciales, con sus escasos medios, pero se preocupó porque se vean mejores resultados al decir: "No comprendo cómo en un medio, tan pequeño como el nuestro, no se individualizan a estos criminales en potencia y pienso -agregó- ¿no será que le estamos dando demasiado espacio a esa clase de sujetos?

Debemos ponernos en pie de guerra, salir de nuestra pasividad y no esperar el ataque para defendernos sino atacar en una lucha que debe ser de todos: padres con sus hijos; autoridades para desenmascarar traficantes; docentes que trasmitan y muestren la realidad de este mundo gris de la droga; responsables de negocios, centros sociales, clubes y espectáculos que tienen una afinidad mayor con la juventud. Todos estamos comprometidos en esto.

Meter a fondo el bisturí.-"Debemos meter a fondo el bisturí en este grave tema y encontrar a los verdaderos responsables, sin miramiento del nivel social a que pertenezcan y así salvar a nuestra sociedad de este mal. Creo que es lo menos que podemos hacer en favor de nuestros hijos, de la juventud y del futuro de la sociedad departamental y nacional". ■

01/01

Nº DOCUMENTO
TITULO Informe sobre consumo de drogas en Alemania
La Mañana
10-8-92

11345

En Alemania no falta la droga

BERLIN (ANSA)- Un informe oficial publicado ayer por la revista Welt am Sonntag afirmó que la plaga de los estupefacientes se extiende en Alemania.

"Alemania se convirtió en un terreno de operaciones para las organizaciones de vendedores que persiguen sus objetivos con profesionalismo y violencia crecientes", advirtió el estudio, según el cual la criminalidad relacionada con las drogas "aumentó en manera alarmante".

El creciente número de muertos por consumo –1.180 en los primeros siete meses de 1992– y los 6.600 nuevos tóxicodependientes registrados son datos que preocupan a las autoridades. En 1991 unas 7.000 personas iniciaron terapias por abuso de drogas.

"Estamos frente a una invasión por parte de los carteles de la droga", afirmó, en declaraciones a la Welt am Sonntag, el subsecretario de interior, Eduard Lindner, al tiempo que anunció nuevas medidas por parte del gobierno.

Siempre según los datos del informe, existe "una tendencia general hacia las drogas pesadas", mientras "no disminuye el consumo de marihuana y hashish".

El documento reveló que el 16 por ciento de los alemanes que tienen entre 12 y 39 años ha probado alguna droga por lo menos una vez.

10-8-92 La Mañana

Nº DOCUMENTO ....

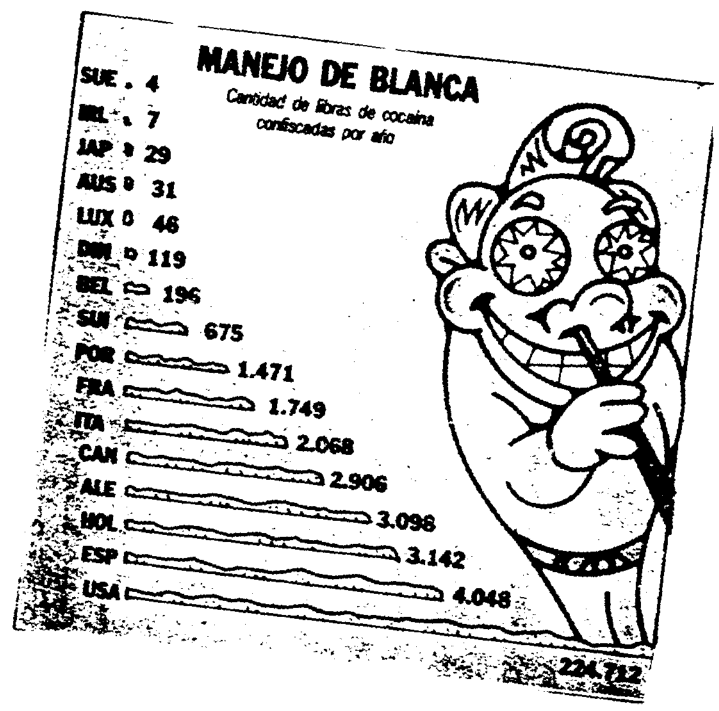
TITULO ....

PROCEDENCIA Somos

FECHA DE PROCEDENCIA 10-8-92

VINCULACIONES ....

ENTRADO	✓
CRUZADO	✓



01/01

9209315

APREENDIDAS TRÊS TONELADAS DE HAXIXE

A polícia holandesa apreendeu ontem três toneladas de haxixe no Porto de Amsterdam no momento em que a droga era transferida de um barco de bandeira dinamarquesa para um caminhao, segundo informaram as autoridades. Na operação, foram detidas cinco pessoas cujas identidades ainda não foram reveladas.

LA REPUBLICA
11-8-92

arcotráfico se introduce en la Policía de Costa Rica

■ La detención del jefe de vigilancia marítima del Mi-isterio de Seguridad Pública de Costa Rica, teniente oronel Antonio López Callejas, por presunta participa-ión en el tráfico de drogas conmocionó al país, informó PS.

En conferencia de prensa, el ministro de Seguridad ibiica, Luis Fishman dijo que el oficial fue apresado en noche luego de que se le montó un operativo para eterminar su participación en el ilícito.

Fishman dijo que las autoridades que enfrentan al rcotráfico entraron en sospechas luego de una serie de uncias presentadas por la agencia antidrogas de los tados Unidos (DEA).

Según la versión oficial, López Callejas fue detenido ego de que estableció contactos con un "informante cubierto" de nacionalidad extranjera, a quien presunta-ente pidió 30.000 dólares por dejar pasar un cargamento on droga de 300 quilogramos de cocaína por el Atlántico del país.

Luego de recibir un adelanto de 10.000 dólares, el alto oficial costarricense fue detenido por oficiales de la Dirección Nacional de Seguridad en un barrio ubicado en San José, capital de Costa Rica.

Pese a que no se pudo conversar con el implicado, Fishman dijo que el acusado negó su participación en un acto ilícito y que estaba en un caso especial, argumento que Fishmann desmintió.

El ministro dijo que López Calleja, de 41 años, había asumido su cargo en julio de 1991 y que sería puesto a la orden de la justicia costarricense para ser juzgado por violar la ley contra los psicotrópicos. Además aseguró que están investigando la existencia de otros implicados.

Nº DOCUMENTO

TITULO

Paz Zamora: "La lucha contra el narcotráfico continuará con o sin la ayuda de EEUU"

La Paz, (AFP)

■ El presidente boliviano Jaime Paz Zamora advirtió que el país continuará su lucha contra el narcotráfico aunque las fuerzas antidrogas de Estados Unidos abandonen el territorio nacional.

Paz Zamora hizo estas declaraciones el sábado, cuando asistía a la inauguración de una obra caminera en la localidad de Camiri, en el distrito petrolero del mismo nombre situado a 1.000 km al sur de La Paz.

De este modo salió al paso de lo expresado por el embajador norteamericano en La Paz, Richard Bowers, quien advirtió la semana pasada que las tropas de su país están dispuestas a abandonar territorio boliviano "para evitar mayor incidentes, derivados de presiones de algunos sectores sociales".

Por su parte, Paz recordó que "ellos (los norteamericanos) están aquí por sus propios intereses y las declaraciones del embajador Bowers no pueden ser consideradas como una amenaza. Sin embargo si se van, nosotros simplemente seguiremos combatiendo al narcotráfico, por ser algo con lo que todos estamos comprometidos", precisó.

Desde hace unos días vienen produciéndose constantes incidentes entre pobladores de las ciudades amazónicas de Trinidad, Santa Ana del Yacuma y Cobija, y efectivos norteamericanos, quienes en un número aproximado de 300, realizan supuestas actividades de Acción Cívica, concertadas en 1990 entre los gobiernos de ambos países.

El lunes pasado, el Comité Cívico de Trinidad, capital del departamento Beni, organizó una multitudaria mrcha por calles de la ciudad en rechazo a la presencia de los militares norteamericanos y de agentes de la agencia antinarcóticos estadounidense (DEA), "por sus constantes abusos y prepotencia contra campesinos de la región".

Por otro lado, Moisés Yabeta, dirigente cívico de Santa Ana del Yacuma, denunció que las tropas norteamericanas estarían enterrando residuos radiactivos en los alrededores de la ciudad.

Justifica su denuncia al señalar que desde hace diez días llegan al aeropuerto de esta ciudad aviones militares C-130, a veces con una frecuencia de 20 vuelos diarios, trayendo en su interior enormes contenedores "que nadie del pueblo, ni de ¿las autoridades" locales saben lo que llevan dentro. "O nos traen basura nuclear o pretenden construir una gran base militar, de otro modo no se justifica esta febril actividad", enfatizó el dirigente.

01/02

EL PAIS

16-7-92

Estarían Instalando Base Norteamericana Denuncian Bolivianos

LA PAZ, 15 (ANSA). — Militares norteamericanos estarían instalando en un pequeño pueblo de la región oriental boliviana una base de "despliegue rápido" con miras a eventuales operaciones en la amazonia de Bolivia, Perú y Colombia.

Las operaciones militares norteamericanas en esa región del continente sudamericano tendrían como pretexto el combate contra la guerrilla de Sendero Luminoso, en Perú, o la lucha contra los traficantes de drogas que operan en la Amazonia, denunció el diputado de Izquierda Unida (IU) Gregorio Lanza.

Según ese congresista, los militares norteamericanos están empeñados desde hace varias semanas en "el más grande puente aéreo" de la historia boliviana, transportando equipos desde Fort Briggs (Carolina del Norte) hasta Santa Cruz de la Sierra, a 570 kilómetros al este de aquí, para llevarlos después a la hasta ahora pequeña población agrícola ganadera de Santa Ana del Yacuma, en el departamento (provincia) Beni.

"Una fuente de absoluta confidencialidad me ha informado que lo que los militares norteamericanos transportan son armamentos de todo tipo y se entrenan para efectuar acciones de "rapid deploymet tactics" (maniobras de despliegue rápido) en busca de prepararse para ocupar la Amazonia boliviana, o la de Perú y Colombia", dijo Lanza.

La denuncia tuvo extraordinaria repercusión en el ambiente político boliviano y fue ampliamente difundida, en primera plana, por los principales diarios del país, en momento en que la opinión pública está particularmente sensibilizada por anteriores denuncias contra militares norteamericanos sobre la instalación, en esa zona, de un "basurero nuclear".

"Militares norteamericanos se preparan para tomar la Amazonia", dice el principal titular del matutino conservador El Diario. El periódico independiente La Razón, por su parte, dice "Tropas de Estados Unidos entrenan en Bolivia para ocupar Amazonia", en tanto que la noticia de apertura de Hoy es: "Al descubierto: acciones militares en Santa Ana serían para incursionar en el Amazonia".

Las autoridades gubernamentales, por su parte, hicieron declaraciones contradictorias, aumentando la ola de versiones encontradas y protestas en los medios de comunicación y severas críticas de la oposición.

El propio jefe del gobernante Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), Oscar Eid Franco, reconoció que "no todos en el gobierno hemos coincidido en las explicaciones. No todos hemos mostrado precisión y no todos hemos mostrado conocimiento de los temas".

Eid Franco criticó incluso, ásperamente, al propio canciller de la República, Ronald Maclean, quien había dicho que el gobierno no investiga las actividades de los militares norteamericanos en Bolivia porque "a caballo regalado no se le miran los dientes".

02/02

INVESTIGACION SOBRE EL USO DE DROGAS EN LA PREHISTORIA.

LA REPUBLICA 11·8·92

500145
11340
11354
10184
10022
65891
11349

Drogadictos contra el spray

Aerosol para detectar drogas

■ (Davár) Parece que no basta con reconocer a los drogadictos actuales. La búsqueda y persecución de drogadictos se extiende desde ahora también a los fósiles.

El antropólogo Joe Zias encontró en una cueva de Beit-Shemesh, los huesos de una joven que habría fallecido durante un parto, hace alrededor de 1.600 años.

Rápidamente, esparció sobre los huesos un aerosol de fabricación israelí llamado Canby-Spray. Pasó luego un papel para secarlos. De la respuesta cromática del papel, dedujo que se hallaba en presencia de droga. En definitiva, pudo identificar haschish de hace diecisiete siglos.

"Este nuevo producto", sostiene Zias, "gracias a su bajo costo y fácil aplicación, aportará mucho a la investigación sobre el uso de drogas en la prehistoria".

Hallan momias cocainómanas

BERLIN (ANSA)- Por primera vez, restos de hashish, nicotina y cocaína fueron hallados por científicos alemanes en cabellos, huesos y músculos de momias egipcias.

El descubrimiento fue notificado ayer por una portavoz del Instituto de Antropología y Genética Humana de Munich, quien señaló que lo más sorprendente fue el hallazgo de restos de cocaína, conocida como derivado de un arbusto que crece en los Andes peruanos y bolivianos.

La científica Gisela Grupe señaló a los periodistas que el hallazgo, realizado sobre una momia perteneciente a una dinastía ubicada entre el año 1070 A.C. y el 395 D.C., podría aportar nuevos conocimientos sobre las prácticas médicas del antiguo Egipto.

Extraditan a un abogado

MIAMI, 11 (AP).– Un prominente abogado de las Bahamas, quien durante siete años eludió a la justicia norteamericana por estar acusado de contrabando de cocaína, fue extraditado a los Estados Unidos y espera su primera audiencia ante un tribunal federal.

Frederick Nigel Bowe, de 53 años, se halla detenido en el Centro Correccional Metropolitano, en el sur de esta ciudad, aunque un funcionario policial dijo que no se sabía, por ahora, cuándo el acusado comparecerá ante un magistrado.

El abogado, allegado al primer ministro bahamiamo, Lynden Pindling, figura en 13 cargos de conspiración por importar cocaína y distribuirla durante 1982 y 1983. Según las autoridades norteamericanas, Bowe se desempeñó como cobrador de funcionarios policiales de las Bahamas, los que a su vez, presuntamente, permitieron que narcotraficantes trajeran cargamento de cocaína desde Colombia.

Niños colombianos son utilizados como "correos" por narcotraficantes

Niños colombianos son utilizados para el tráfico de cocaína, con grave riesgo para su salud. De acuerdo con el despacho de la Agencia AFP, niños callejeros de Colombia, que son obligados a tragar cocaína en bolsas plásticas y a llevar basuco en sus ropas, están distribuyendo la droga entre ciudades fronterizas de Colombia y Venezuela, denunció ayer el cónsul colombiano en la población venezolana de San Antonio del Táchira, Fernando Pacheco.

"El mayor problema es que los infantes tienen jugos gástricos más fuertes y ya hemos tenido varios casos de hospitalización por el rompimiento de las bolsas de cocaína en el estómago de los pequeños", explicó Pacheco en declaraciones publicadas por diario **El Tiempo** de Bogotá. Según las denuncias, las organizaciones de narcotraficantes convencen a niños de entre 5 y 10 años de edad a "ingerir las pequeñas bolsas con cocaína y a cargar papeletas de basuco (residuos de coca) en los bolsillos antes de cruzar la drontera" en momentos que está aumentando el flujo comercial colombo-venezolano.

El rotativo informó que los habitantes de Cúcuta y San Antonio han denunciado que "los cárteles colombianos de Medellín y Cali están invadiendo la zona fronteriza y que ahora, la ruta de la coca está pasando por Venezuela y principalmente por el puerto de Maracaibo".

El cónsul Pacheco reveló que en promedio, "semanalmente caen entre ocho y diez niños con droga en la zona fronteriza" e indicó que "el problema radica en que muchos de ellos regresan por tratarse de niños desamparados o de la calle".

"Hay reportes en San Cristóbal y Barquisimeto (Venezuela) de pequeños que han sido atrapados tres o cuatro veces", anotó el cónsul colombiano, señalando que "de 50 a 60 pasaportes que su oficina está entregando al mes, cuatro o cinco caen por tráfico de drogas".

Empero, el funcionario reconoció, además, que también se ha detectado la presencia de testaferros de las organizaciones de narcotraficantes en la zona fronteriza. "El valor de la tierra está aumentando considerablemente", dijo, para agregar que "también se ha incrementado el tráfico de armas".

Diario **El Tiempo** señaló que frente a estos fenómenos "muchos temen que la guerra de los cárteles de la cocaína de Medellín y Cali, se traslade a la frontera entre el Táchira y el Norte de Santander".

Indicó que algunas investigaciones han detectado que el paso de los niños "mulas" hacia Venezuela, se está haciendo principalmente por la zona de Puerto Santander, una región habitualmente dominada por la guerrilla colombiana.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROC. LA NACION 12-8-92

Cocaína por vía aérea

MADRID, 11 (AFP).– La policía local detuvo ayer en el aeropuerto internacional de Barajas a dos colombianos y a una española, a quienes se les secuestraron 13 kilogramos de cocaína que fueron valuados en 1.300.000 dólares, según informaron fuentes del Servicio de Vigilancia Aduanera.

La española detenida, quien procedía de Francfort, Alemania, camufló la droga en el interior de dos bolsos de mano, en tanto los dos colombianos, luego apresados, la esperaban en Barajas.

Pese a que las identidades de los detenidos no fue suministrada, se supo que sobre uno de ellos pesaba una orden oficial de expulsión de España.

01/01 9209222

RESERVADO

1/2

M. D. N. SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II 30SET92	FECHA:
		PEDIDO DE INFORMES: 72/92	

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 08OCT92

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION:

B - TEXTO

- Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.

2/10/92
374/92

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV - ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION:

D.G.I.D.

D.E.I

FIRMA: El Jefe del Departamento II (Inf.) E.M.S.S.FF.AA.

Coronel

Julio W. Ferrández.

2/X/92
S/SINF
9209223

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 02 OCT. 1992
Paso a Antecedentes
N° de orden - 9209225

RESERVADO

001/2

[illegible] Montevideo, [illegible]

[illegible] AL SERVICIO [illegible]
AUXILIARES DE ENFERMERIA.-

1.- PIRIZ GONZALEZ, JOSE [illegible].-

Fecha y lugar de nacimiento: [illegible] Artigas.-

C.I. 1.915.948-4.-

C.C. BCB 34.008.-

Domicilio actual: Roberto [illegible] 2414 Apto. 2.-

Domicilio anterior: Paraguay 380 (Artigas)-

Nombre del padre: Constantino Piriz.-

Nombre de la madre: Iracema González Fx. Fo 3[illegible]

Nombre del cónyuge: María Isabel Quevedo Montes Fx. [illegible]

2.- QUARTINO CAMEJO, MARIA VERONICA.-

Fecha y lugar de nacimiento: 27-10-1955 Montevideo.

C.I. 3.671.917-2.-

C.C. C.I.A. 11.991.-

Domicilio actual: Avda. Libertador 1624 1202.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Enrique Quartino

Nombre de la madre: Julieta Camejo.-(Fallecida).-

Nombre del cónyuge:

3.- SEIJAS LOPEZ, MARIA ROSSANA.-

Fecha y lugar de nacimiento: Trinidad(Dpto. [illegible]).-

C.I. 3.501.507

C.C. F.A.A. 13.[illegible]

Domicilio actual: Durango [illegible].-

Domicilio anterior: Independencia [illegible] Trinidad [illegible]

Nombre del padre: Walter María Seijas.- (fallecido)

Nombre de la madre: Alba Nilda López [illegible].-

Nombre del cónyuge: [illegible] Ramón [illegible] Rodríguez.-

-9209223

002|2

Nº DOCUMENTO

TITULO

ENTRADO

CRUZADO

Un kilo y medio de cocaína

Cuatro personas fueron detenidas luego de una serie de operativos en los cuales se secuestró un kilo y medio de cocaína.

Los procedimientos, ordenados por la jueza federal Amelia Berraz de Vidal, derivaron en la detención de dos hombres y de dos mujeres, los cuales integrarían una banda internacional dedicada al narcotráfico.

Las mujeres fueron apresadas cuando habían cruzado la Aduana, luego de haber ingerido cápsulas que contenían cocaína.

01 01 9209224

9209225

1/4

920523 01.10.92

INFORMACION SINDICAL

718-H-III

REUNION DEL SECRETARIADO EJECUTIVO DEL PIT/CNT DEL 30.09.92

ASISTENTES: JOSE D'ELIA (Presidente del PIT/CNT)
CRISTINA GONZALEZ (FUS-Renov.)
HUGO DE MELLO (FANCAP-PS)
LUIS ROMERO (FUNSA-Ind.)
FELIX GONZALEZ (SUA)
OSCAR LOPEZ (SUANP-PS)
MANUEL NEGRO (AEBU)
PAULINO PORRAS (ADEOM)
HECTOR FLORIT (FUM-ASU)
OSCAR BURGOS (FOEB-PS)
ALCIDES LANZA (FUECI-Renov.)
CARLOS CURBELO (AUTE-Renov.)

TEMAS TRATADOS: 1) Instituto "CUESTA-DUARTE"
2) MR del día 29.09.92
3) Huelga de hambre

1) INSTITUTO "CUESTA-DUARTE": Se resolvió para el día 30.OCT. realizar una reunión del SE para definir todo lo referente al Instituto "CUESTA-DUARTE" (compra de la casa, funcionamiento).
Es muy posible que el local que se compre para que funcione el mencionado Instituto, sea el de Agraciada y San Martín, son dos casas pegadas, en donde funciona la PENSION SAN MARTIN. Esta casa tiene 20 habitaciones ,10 baños, 6 de las piezas son en suite. El dueño actualmente está alquilando, las habitaciones para diferentes sindicatos que alojan allí a sus afiliados del interior cuando están en MONTEVIDEO. Los gremios que la usan son: AUTE, SUTEL, PESCA, FUM e Intendencia de Tacuarembó. Tanto AUTE como FUM están interesados en la compra de este local, pero el dueño tiene interés de vender las dos casas juntas. Piden U$S 170.000, los cuáles serían U$S 100.000 al contado y el resto financiado. El PIT/CNT hará una contraoferta que sería entregar unos U$S 110 mil al contado y financiar el resto a un año.
La superficie total del terreno es de 1000 m^2, de los cuales son 700 m^2 edificados en 3 pisos.
Son consideradas por el PIT/CNT como buenas casas y baratas, no teniendo intermediarios, ya que la venta es directa. 9209225
Asismismo se planteó que la Central comprará un auto, el que no pagará impuestos, ya que será comprado por un instituto con perso

001/004

sonería jurídica.
La GEMO ofreció dar las facilidades para la compra del automóvil, así como brindar un auto para el representante de la CGIL que está en nuestro país. El nombre de esta persona es GIUSEPPE LA BARBERA, Director de la Escuela Sindical de la CGIL, quien desde hace 3 meses se encuentra en nuestro país, permaneciendo en él hasta fin de este año. Esta persona pertenecería a los sindicatos cristianos italianos. LA BARBERA es posible que consiga que el dinero dado por la Central italiana sea superior, ya que los U$S 80 mil solo alcanzan para la entrega del local.
En caso de que sean compradas estas dos casas de la Av. Agraciada, por el PIT/CNT y este no pueda hacer frente al compromiso de compra, se maneja la posibilidad de que una de las casas sea vendida a los sindicatos que est=an interesadas en el momento actual por ella (AUTE y FUM).-

2) <u>INFORME DE LA MR DEL 29.09.92</u>: HUGO DE MELLO (FANCAP-PS) dió un informe de lo ocurrido en la mencionada MR. Expresó que la misma no tuvo el quorum necesario, porque si bien asistieron muchos sindicatos, algunos tenían que retirarse a las 2000 hs., y siendo las 1930 la reunión no había aún comenzado.
RUBEN VILLAVERDE (FFOSE-Renov. -Scrio de Finanzas PIT/CNT) envió una carta alPIT/CNT, donde dice que el movimiento sindical está pasando por su peor crisis, que un sólo miembro del SE asistió a la MR, y que los miembros del SE tienen obligación de asistira la misma. Esto trajo como consecuencia la discusión del tema. MANUEL NEGRO (AEBU) expresó que le parecía muy bien la carta de VILLAVERDE, pero que él había asistido a una reunión de finanzas a la cual VILLAVERDE no asistió, teniéndose que suspender la misma.
También se trató el tema de que la Central está con serios problemas financieros, ya que se han firmado cheques por un monto de U$S 30 mil no teniendo el dinero para cubrirlos.
Los JUDICIALES, dieron un informe a la MR, respecto a las movilizaciones que vienen llevando a cabo, habiendo resuelto continuar con el paro hasta el día lunes.
ERNESTO MUNRO (SOIMA) dió un informe sobre la Seguridad Social. Expresando que el día miércoles 07.OCT. asumirán los delegados obreros como integrantes del directorio del BPS.
Se resolvió que el día viernes 02.OCT. a la hora 1800 se realice una reunión de la MR en el local de FFOSE.-

3) HUELGA DE HAMBRE: Se resolvió que en la próxima MR del día 02.OCT sea tratado el tema del apoyo a la huelga de hambre que están llevando a cabo los cañeros. Los cañeros plantearon a FANCAP que iban a hacer una huelga de hambre aca en Montevideo, y la Federación les planteó que vinieran después del 01.OCT., a lo cual no accederieron y al llegar a Montevideo no tenían nada previsto. Esto provocó que los grupos políticos que están detrás de esta gente, arreglaran con el Obispo de Montevideo, quien les proporcionó el local.
LUIS PUIG (AEOGAS) propuso en la MR que se realizase un paro general de 1100 a 1300 horas con concentración en la Plaza Matriz, para brindar la solidaridad a quienes están haciendo esta huelga. Este tema

quedó a resolverse en la próxima MR.-

4) MESA REPRESENTATIVA NACIONAL AMPLIADA: La misma sería convocada para el sábado 10.OCT en el local de la UNTMRA, el tema a tratar es ESTRATEGIA SINDICAL Y MERCOSUR. Se analizará el documento confeccionado en la MRNA realizada en FOEB.-

REFERENDUM

- Dentro del movimiento sindical se maneja la posibilidad de que los votos de adhesión a la Papeleta Blanca se dupliquen.

En el interior del país, la campaña en favor del plebiscito habría tenido buena reprecusión en RIVERA, ARTIGAS, TACUAREMBO y CERRO LARGO, no así en los Departamentos del sur del país.-

-9209225

003

23, 11. 92 (S4)

quedó a resolverse en la próxima MR.-

4) MESA REPRESENTATIVA NACIONAL AMPLIADA: La misma sería convocada para el sábado 10.OCT en el local de la UNTMRA, el tema a tratar es ESTRATEGIA SINDICAL Y MERCOSUR. Se analizará el documento confeccionado en la MRNA realizada en FOEB.-

REFERENDUM

- Dentro del movimiento sindical se maneja la posibilidad de que los votos de adhesión a la Papeleta Blanca se dupliquen.

En el interior del país, la campaña en favor del plebiscito habría tenido buena reprecusión en RIVERA, ARTIGAS, TACUAREMBO y CERRO LARGO, no así en los Departamentos del sur del país.-

-9209225

003

23, 11, 92 (SM)

ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

j-f

ORIGINAL

920517 : 30/09/92

INFORMACION PROVENIENTE DE LA REPUBLICA ARGENTINA

950-N-II

B-2

INFORMACION CONCERNIENTE AL M.P.P.

- Se ha tomado conocimiento que los días viernes de cada semana se reúne un grupo de personas en el Local ubicado en la calle Sarandí 781 1er. piso. Por información obtenida se ha podido saber que los integrantes de éste grupo son militantes del MPP, dando comienzo las reuniones a la hora 1900 en el lugar antes mencionado.
Este es liderado por JUAN CHENLO (MPP), quien en una oportunidad manifestó haber sido amigo personal de Enrique Erro y compañero de lista del año 1971. En segundo lugar, en cuanto a liderazgo, se encontraría un NNM de nombre YAMANDU(MPP) y tercero FRIDA BORGES (MPP).
El 1ro de los antes mencionados se define como una persona simpatizante del MLN, por quien tiene gran admiración.
Mas allá de su simpatía por ésta Organización CHENLO (MPP) se muestra como un militante independiente y de buen nivel intelectual, totalmente contrario a ser un militante de 1ra. línea dentro de la Organización.
YAMANDU (MPP), es un militante jóven de aproximadamente entre 30 y 35 años y de temperamento totalmente distinto al anterior ya que se muestra mas violentista. Vive en la calle ZUBIRIA 5957, habiendo vivido anteriormente en el Complejo Habitacional de LUGANO I y II Edificio 11 1ro.C, lugar éste que aún mantiene alquilado para impartir clases de matemáticas, física y Quimica. Además cabe destacar que éste NN milita en el Mov. 26 Marzo, o por lo menos concurre a las reuniones que éste movimiento realiza en la Casa de La Cultura Uruguaya.
Con respecto a FRIDA BORGES (MPP), solo se puede decir que tiene alrededor de 40 años y que vive sola, deconociéndose hasta el momento otro tipo de detalles.
Del resto de los militantes que participan de las reuniones hasta el momento no se posee mayor información, solo que su nivel tanto político como intelectual es muy bajo.
Estos serían un NNM apodado "EL PAMPERO" , su compañera y una hija de éste, un librero a quien llaman "POCHO", un obrero de la construcción, una NNF de nombre"JULIA" y un NNM a quien llaman "WILMAN".
Este grupo comenzó a imprimir en el mes de agosto el boletín "A DESALAMBRAR" habiendo designado para ello una comisión integrada por YAMANDU (MPP), FRIDA BORGES (MPP) y POCHO (MPP), dirigidos por JUAN CHENLO (MPP).
Se pudo saber que del ejemplar Nro 2 enviaron alrededor de unos 200 al local Central del MLN a Montevideo.

001 - 210 9209226

INFORMACION CONCERNIENTE AL MOVIMIENTO 26 DE MARZO

- Se tomó conocimiento que el mencionado Movimiento realiza reuniones en el local de la Casa de la Cultura Uruguaya ubicado en la calle Scalambrini Ortiz 532.

Este local se encuentra abierto todas las semanas excepto loslunes a partir de la hora 1900.

Como se informara oportunamente el sábado 12 se realizó una reunión a la que concurrió un integrante del M26M desde Montevideo de nombre JULIAN GONZALEZ (M26M). Participaron además algunos uruguayos, argentinos y dos parejas, una de origen chileno y la otra orígen haitiano, ambas de aproximadamente alrededor de 30 años.

La concurrencia oscilaba entre 40 y 50 personas, las que presenciaron un VIDEO de FIDEL CASTRO y posteriormente escucharon una breve alocusión realizada por JULIAN GONZALEZ (M26M). Este habló sobre la importancia de la votación del 1ro. de octubre, los por que se debía concurrir a votar en forma masiva y por último explicó a los extranjeros presentes la situación actual en que se encuentra el F.A., mencionando la incisión o el resquebrajamiento que éste había sufrido producto del alejamiento de Hugo BATALLA (Nuevo Espacio). Comentó luego en forma breve que el Frente está pasando por una situación muy particular que puede desembocar en otro resquebrajamiento interno. Finalizada la charla dió comienzo le "CANDOMBAILE" que estaba previsto.

NOTA: Se adjunta la siguiente documentación:

- "A DESALAMBRAR" Nro 1
- "A DESALAMBRAR Nro 2
- Folleto sobre el 1ro. de Octubre (Papeleta Blanca)
- Volante sobre el 1ro. de Octubre (Papeleta Blanca)
- Cuadernos del M26M
- Diario "LA JUVENTUD" del día 20 de Agosto de 1992
- Publicación "LIBERACION" del 7 de Agosto de 1992
- Publicación "LIBERACION" del 14 de Agosto de 1992.

Copias de las fotos que en las mismas se detallan.

ORIGINAL: SEÑOR JEFE DEL DPTO.I

r.m

9205220

003

FOTO Nro.1,2 y 3

CACHIMAYO 112 P.6 E

Teléfono: 4312388

DOMICILIO DE: Graciela SILVA (MLN)

FOTO Nro.1

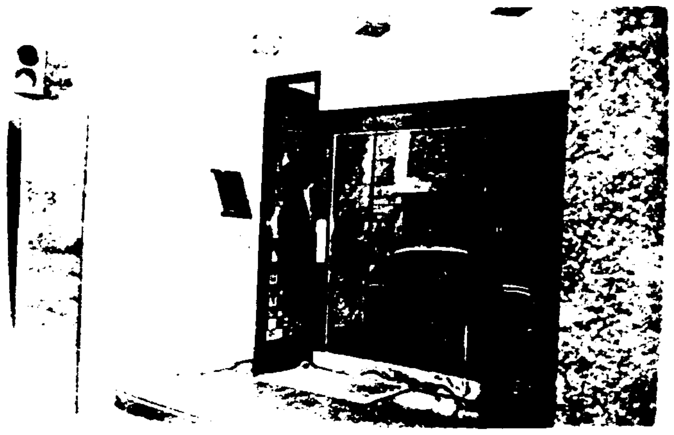


FOTO Nro.2



FOTO Nro.3

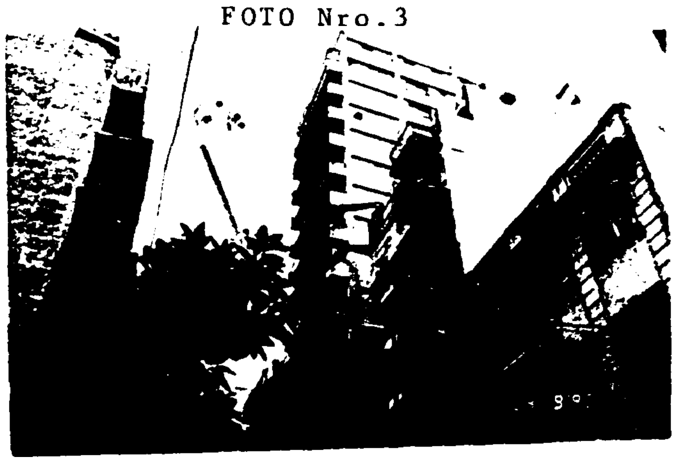


FOTO Nro.4,4 y 6

RIGLOS 445 1ero. C Casi ALBERDI

DOMICILIO DE: Susana Morales (MLN)

FOTO Nro.4

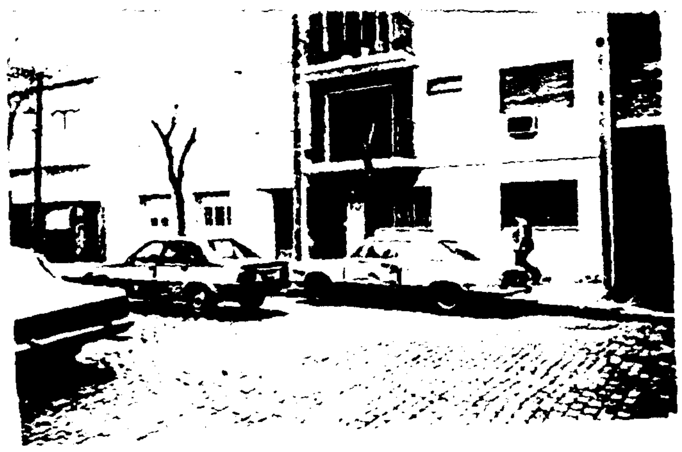


FOTO Nro.5.



FOTO Nro.6.



-9209226

FOTO Nro.7 y 8

Avda. Scalabrini Ortíz 532
"Casa de la Cultura Uruguaya".

Lugar de Reunión del M26.

FOTO Nro.7



FOTO Nro.8.



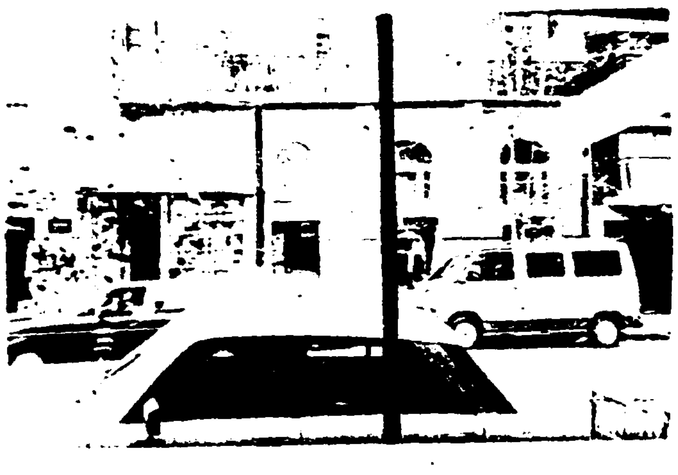
FOTO Nro.9.

AGUERO 1608

Local de Artesanías "LA BUENA TIERRA".

Lugar donde habitualmente frecuentan algunos integrantes del M26M.
Este comercio colaboraría con "LA CASA DE LA CULTURA".

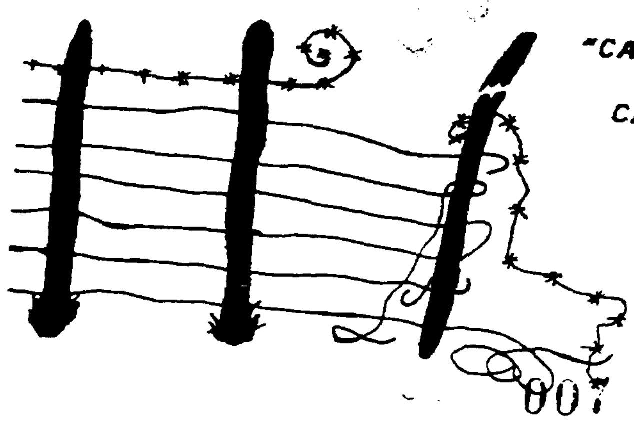
FOTO Nro.9.



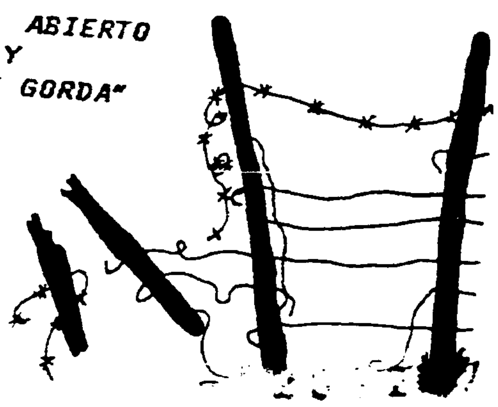
MPP

A DESALAMBRAR

"A DESALAMBRAR" AÑO 1 Nº 1 PUBLICACION MENSUAL DEL MOVIMIENTO DE PARTICIPACION POPULAR.
FRENTE AMPLIO DE URUGUAY EN ARGENTINA. AGOSTO 1992



"CAMPO ABIERTO
Y
CARNE GORDA"



POR QUE SALIMOS

Las derrotas también motivan

Salimos quizás, hasta para hacer pública nuestra cuota de responsabilidad, en la derrota del Pueblo, al no haber este logrado el porcentaje necesario para refrendar el plebiscito el pasado 5 de julio.

La responsabilidad, de no haber manejado mas en profundidad y posiblemente hasta con mas libertad, las formas y propuestas a plebiscitar.

La responsabilidad de dejarnos llevar por el canto de sirenas de un falso triunfalismo muy bien maniobrado y apostar y responder a la elaboración de una unanimidad casi sin sentido, cuando las unanimidades en política generalmente son funestas, detestables. Pero en el MPP todos somos responsables por no haber participado mas activamente como es nuestra obligación.

Y salimos, teníamos que salir, pues el silencio en tiempos tan confusos, podría interpretarse como complicidad de la mentira que intenta montar hechos irreales y el Movimiento de Participación Popular, tiene que ser la verdad, gritando sus esperanzas con ecos de futuro, pero también sus falencias, para que el pueblo las vaya superando con su militancia y decisión soberana.

Y salimos, porque fuera de fronteras se agudiza la obligación de entender al MPP como la herramienta capaz de nutrir la forja de ese sentimiento solidario, imprescindible para enfrentar y luchar contra la aberrante injusticia del hambre, precariedad de vivienda, insuficiencia de salarios y jubilaciones, enajenación de derechos esenciales como la salud y la educación que además
de estar entenebreciendo la vida de los cada día mas vastos sectores casi como condenados a extrema pobreza, están pretendiendo hipotecar el destino de las futuras generaciones. Pero no lo podrán porque las actuales juventudes lo impedirán.

Por ello salimos, sin vacilaciones ni claudicaciones que puedan limitar posibilidades de lucha, a andar los caminos eticos-revolucionarios que originarán el nacimiento mismo del MPP.

Uruguayo en la Argentina; salimos a buscarte para encontrarnos todos juntos en una gran cruzada que nos saque de este estado de indefinición que sigue agobiando a nuestras sociedades y lastimando lo mas integro del ser humano, su derecho a una vida decorosa.

En la transparencia de la información de estas modestas páginas, encontrarás la bizarría, que la batalla contra el flagelo de la injusticia y la corrupción, exige a todo combatiente.

Sale a acompañarte, esperamos tu llamado.

DOC POCO LEGIBLE

DEUDA EXTERNA:

INCIDENCIA EN LOS PLANES DE GOBIERNO

Para entender la realidad económica actual tenemos que considerar a la Deuda Externa como el principal instrumento para que los acreedores extranjeros digiten la economía de un país. Apunta al achique del mercado interno produciendo una notable concentración de los ingresos en ciertos sectores de la sociedad. Para ello, requiere la necesaria transferencia de capitales, desde el sector popular, a los capitales y banca extranjera, y para entonces necesita desmantelar el sector público.¿Como? Privatizando las empresas públicas, que es el mayor y principal objetivo del gobierno(de cualquiera de los países de América Latina). Este ajuste, llamado "estructural" por el gobierno requiere, entonces liquidar el patrimonio a precio vil, beneficiando a grupos económicos que se presentan como socios de los acreedores, incrementando así su poder.

Cuando se dice que las empresas "salgan a la venta". ¿Podemos creer, apenas considerar que sera para el capital nacional? Obviamente esta privatización es extranjerizar, entregar a grupos externos poderosos (ver casos de Venezuela, Brasil, Argentina) que buscan el "negocio". Una de sus formas a través de títulos totalmente desvalorizados. El implantar el ajuste obliga a reducir AUN MAS , el gasto social, reducir los salarios, imponer una mayor presión tributaria sobre el consumo, hacer descender el nivel de educación, salud y vivienda.

¿ Porque se tiene que condicionar la política económica del país a las demandas del Fondo Monetario Internacional (FMI), al Banco Mundial (VM) y a los grupos acreedores ?

Se logra, también, manteniendo en una situación privilegiada a las FF.AA.(que es el sector de apoyo de toda aplicación de cualquier plan económico en el Cono Sur), amordazando a los Trabajadores Organizados (Sindicatos), desmovilizando a la gente.

El panorama no deja de presentarse oscuro, con un duro hostigamiento a la clase obrera, pero se puede frenar, y para ello se requiere informarse y actuar. No se debe buscar la individual, lo que se debe plantear, desde el ama de casa, el jubilado, docente, estudiante, profesional, obrero, vecino es que conjuntamente con sus pares, todos desde abajo LA BASE- se participe, organizándose, y reclamando, por defender: LA SOBERANIA (que no es solo una palabra) EL PATRIMONIO (que debe continuar siendo nacional) LA PRODUCCION Y EL TRABAJO.

Hay que democratizar las fuerzas politicas para que deban, necesiten consultar con la gente, no como consigna electoral sino que por sentido práctico, tengan que realizarlo ante la participación y protagonismo de la propia gente, que se opondrá a la aplicación de dichos condicionamientos externos. Baste observar lo que el plan económico de estos países (México, Brasil, Venezuela, porque no Uruguay y Argentina) que no es otro que el "PLAN BRADY" logran en los sectores populares: Recesión, menor consumo, imposible acceso a educación, vivienda y salud. En fin, lo que a entender de muchos es la "MISERIA PLANIFICADA".-

O.G.B.

DOC POCO LEGIBLE

"500 años de Resistencia Indígena"

Entre el 17 y el 21 de julio de este año se realizó en Quito - Ecuador el Encuentro Continental de Pueblos Indígenas e instituciones que apoyan la Campaña 500 años de Resistencia Indígena.

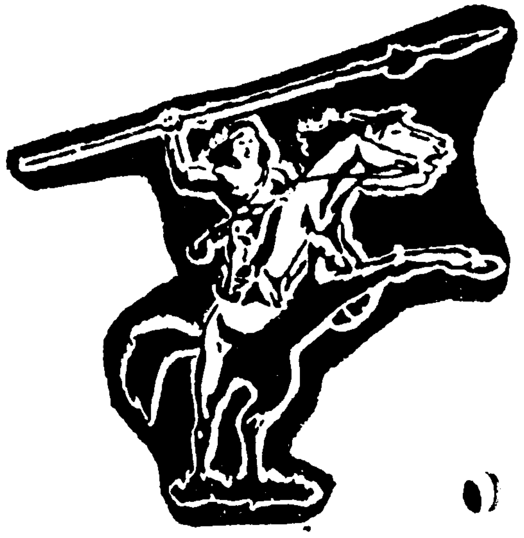
En calidad de participantes asistieron organizaciones indígenas y campesinas de 22 países latinoamericanos y otras organizaciones populares de América y Europa en calidad de Observadores.

Según un boletín informativo del Encuentro, uno de los objetivos fundamentales de éste fue: "Lograr un acercamiento entre todos los pueblos indígenas del Continente y definir nuestra posición no solo con relación a las "Celebraciones de Quinto Centenario del Descubrimiento de América" sino también sobre nuestra situación actual y futura, así como elaborar un plan de acciones conjuntas articulada con los demás sectores populares".

A continuación presentamos una síntesis de una de las ponencias discutidas en el encuentro.

NUESTRA SITUACION ACTUAL

Cuando reflexionamos sobre los 500 años de la llegada de los europeos a América, no solo pensamos en el acontecimiento histórico sino en el significado y las consecuencias que tuvo para los pueblos indígenas y latinoamericanos en el Continente. Por eso para entender el presente debemos



conocer el pasado para proyectarnos al futuro. No solo debemos quedarnos en ese conocimiento; hay que construir en el presente nuestro futuro.

Por otro lado, ese conocimiento de la historia, *puesto que nuestra presencia es consecuencia de 500 años de resistencia*, de nuestros héroes y nuestras guerras de liberación que han superado la censura de los opresores y deben inmortalizarse. *El presente que vivimos es consecuencia del pasado.* Nuestra situación actual no se diferencia mucho del pasado; la invasión, la opresión y la explotación impuesta por la fuerza de las armas de los imperios extranjeros, es el sistema imperante en que vivimos.

En nuestros se supone, que en el marco jurídico-político de los Estados Nacionales de nuestro Continente, todas las personas somos iguales ante la Ley, con los mismos derechos y obligaciones, sin embargo, en la práctica las diferencias sociales y de clase y la marginación racial son las formas de relación social que expresan nuestra situación a nivel económico, político y cultural. Nuestros idiomas no son reconocidos como tales, o en el mejor de los casos "no son idiomas modernos" que se desarrollan al ritmo de la ciencia y la tecnología. La cultura de los pueblos indígenas tiene el status de folklore o costumbres; la ciencia de brujería o curanderismo; el arte de artesanía; la religión de supersticiones o idolatría, etcétera.

Nuestros territorios y recursos naturales siguen siendo invadidos por colonos, traficantes de tierras y principalmente por las empresas transnacionales, nuestros encomenderos modernos. La invasión sigue vigente, la opresión nacional a los pueblos indígenas es el caracter de los Estados Nacionales latinoamericanos. Los indios somos explotados por pobres y por indios.

El tributo, la pesada carga que debían soportar nuestros pueblos, por haber sido vencidos y que se suponía aniquilados en el siglo pasado, continúa. La Deuda Externa es el tributo eterno que estamos obligados a pagar al imperialismo. La colonia no ha desaparecido, el capitalismo dependiente de los países del Tercer Mundo es el neocolonialismo. La historia de nuestros pueblos ha sido ocultada y negada de la faz de la tierra por los invasores y las clases dominantes de nuestros países. En su lugar, nos han impuesto su historia oficial, llena de guerras y heroísmos contra los "bárbaros e idólatras aborígenes" y en donde los únicos protagonistas son los héroes y no los pueblos. Esta historia es la versión triunfalista de la opresión. *La historia está colonizada y hay que descolonizarla.*

Nuestras propuestas y nuestras luchas no son suficientes para ganar terreno al enemigo gigante que enfrentemos, es necesario buscar alianzas con otros sectores que sufren similares situaciones: los campesinos, los obreros, la iglesia popular, las mujeres, los pobladores, los estudiantes, los intelectuales honestos, etcétera, sectores que estén comprometidos con la causa de la vida, la libertad y la justicia.

Hay que concebir el 92 como el inicio de un nuevo proceso histórico, el inicio de un nuevo ciclo.

Debemos romper el cerco que se impuso desde 1492.

El problema son los de arriba.

El proyecto presentado el 14 de agosto de 1991 en la Cámara de Representantes fijando normas para el mejoramiento de los servicios estatales (Sin querer herir la buena voluntad de sus patrocinantes) diríamos que mas parece una proclama proselitista que un propósito serio de mejorar Servicios, cuya responsabilidad fundamental, cuando son ineficientes, recae en las pésimas Direcciones de Entes Autónomos y Organismos estatales, designados generalmente sin tener en cuenta ineptitudes, sino atendiendo compromisos preelectorales contraídos con caudillejos para el mantenimiento de su clientela electoral.

Este proyecto poco agrega a disposiciones que nunca se cumplen y nada tiene que ver con proyectos con finalidades serias presentados tiempo ha, que duermen en los archivos del Palacio Legislativo, la condena impuesta por influencias sectoriales políticas, en resguardo de intereses particulares privilegiados, que son los que desde siempre han asfixiado las posibilidades de desarrollo del país, hasta llevarlo a esta endemia de la que solo el pueblo con una terapia intensiva podrá salvarlo.

Pero en los momentos en que se intenta poco menos que rematar al país con el argumento tan falsamente urdido por los adalides de las privatizaciones de que los entes no son rentables por el mal servicio y excesiva cantidad de funcionarios, aparece como un "domingo siete" este proyecto poco menos que colaborando a la confusión creada, y esto es lo preocupante. Porque el proyecto en sí, ni fu ni fa, se apruebe o no se apruebe, seguirán las coimas, las tarjetas de recomendación, las prebendas y las mal llamadas gauchadas, en una palabra la corrupción seguirá imperando. La cuestión es de cambio de sistema, de hombres, de moral, de ejemplos, y es responsabilidad del pueblo. Los artículos 4º y 5º mas vale ni mencionarlos.

El problema son los de arriba, no los de abajo.

AYER LAS FIRMAS HOY UN VOTO
1º DE OCTUBRE NO FALTES

uno
En el mundo hay países pobres y países ricos.
Los países pobres tienen pobres y ricos.
Los países ricos tienen ricos y pobres.

dos
Los países ricos producen licuadoras,
remedios para el cólera, tortugas Ninjas
y un montón de cosas más que se las venden
a los países pobres.

tres
Los países pobres son cada vez más pobres
y no tienen plata para comprar
todo esto que producen los países ricos.

cuatro
Los países ricos le prestaron plata
a los países pobres para que pudieran
seguir comprando.

cinco
Los países pobres no pueden pagar los préstamos
y entonces
los países ricos les cobran intereses.

seis
Los países pobres tampoco pueden pagar
los intereses.

siete
A los ricos de los países ricos se les ocurrió
comprarles el agua y la luz a los países pobres
y vendérselas a los propios países pobres.

ocho
Los ricos de los países pobres a esto le llaman
privatizar.

nueve
A los ricos de los países pobres
Papá los llama gobernantes
y Mamá sinvergüenzas.

diez
Los ricos de los países pobres
o los gobernantes
o los sinvergüenzas
o como quieran llamarles
están de acuerdo con que los ricos
de los países ricos
nos vendan nuestra propia luz
y nuestra propia agua
Papá y Mamá no
y por eso
están juntando firmas.

PARTES POCO LEGIBLES - 9209226

8 y 19 de julio en Paysandú

Encuentro del Regional Norte del MPP

Estuvieron presentes compañeros de Artigas, Salto, Paysandú, San Javier y Tacuarembó. Concurrieron en total dieciséis compañeros delegados de las distintas localidades. Por la dirección nacional estaban presentes Juan Domínguez, Muguruzza, José Luis Silva y Juan Berterretche.

Como remarcaba la citación, el principal tema del Encuentro era el balance de nuestra participación en la campaña para el 5 de julio, así como una valoración general sobre dicha campaña y las razones que impidieron que alcanzáramos el porcentaje necesario para lograr la consulta nacional

A continuación trataremos de trasmitir, en una síntesis muy apretada, los informes de las distintas localidades:

Artigas

No hubo trabajo del PIT-CNT

No hubo trabajo del Frente Amplio en el departamento.

No se consiguieron personalidades que convocaran

Se logró un pronunciamiento a favor de la Junta Departamental

Apoyó un edil del Nuevo Espacio

Apoyó el PlenArio de Comisiones vecinales (PLECOVE)

A pesar de estos antecedentes en el departamento se alcanzó el 24,4%

Salto

Se tardó mucho tiempo en constituír la Comisión Departamental del Referendum porque no respondían las personalidades y los partidos tradicionales no aportaban figuras. El FA limitó su iniciativa por esta razón.

Si bien en Constitución el 40% alcanzado es sinónimo de concientización por la situación del Espinillar, de alguna manera tampoco es un alto porcentaje para una población que está bajo amenaza de desaparición.

En el FA de la ciudad de Salto no hubo instancias orgánicas de discusión sobre la campaña. No se hizo incapié en el voto contra el gobierno

Los medios de comunicación tuvieron buena disposición para la información sobre el tema. El porcentaje alcanzado fue el 25%

Paysandú

Debemos resaltar que hubo una buena actuación de la Mesa Política del FA. Se llegó con el puerta a puerta a la cuarta parte de la capital, centrando en los barrios populares.

El trabajo de base lo organizó y realizó el [illegible]

[illegible] AM se integró a este trabajo

El PIT CNT participó poco y los sindicatos no hicieron trabajo sobre sus afiliados. No se llamó a los trabajadores a sumarse A la actividad

La lista 904 hizo una campaña para que la gente no votara

Los porcentajes alcanzados fueron los más altos del país, un 27,8% en el departamento y en la capital se pasó el 30%. Las razones que explican estos resultados un trabajo del FA que tiene continuidad y ha marcado una buena presencia, a lo que se agrega el trabajo puerta puerta en los barrios, algo practicamente excepcional en la campaña.

Tacuarembó

Hubo un buen trabajo de la Mesa Política del FA

Se marcó como objetivo alcanzar los 12 000 votos y se llegó a 11 600. Se puedo comprobar por los padrones una baja votación frentista. El Intendente que es del Polo Progresista no hizo campaña

Se formaron dos comisiones en Tacuarembó y Paso de los Toros

La intersindical no funcionó ni intervino en la campaña. El porcentaje del departamento fue 17,9% y en Paso de los Toros se llegó al 2[illegible]%. En todos los Casos se pudo comprobar una buena disposición de los medios de comunicación (diarios, radios, TV) para brindar espacios a la campaña.

PARTES POCO LEGIBLES - 9209226

Scalambrini Ortiz - 532
casa Cultura Uruguaya 21/45.
SABADO

La enseñanza, un derecho de todos.

Si queremos que nuestro país no sea un país de analfabetos, la escuela tiene que ser pública. Porque la situación económica no es buena y no sabemos como será cuando nos toque mandar a estudiar a nuestros hijos. ¿Estaremos en una situación buena como para poder mandarlos a estudiar? O tendrán que quedarse sin estudiar porque la plata no alcanza.

Si queremos seguir estudiando y que el día de mañana nuestros hijos puedan estudiar, luchemos porque la escuela siga siendo pública.

Vanesa(estudiante)

DE POC URUGUAYE 014

- 9 2 0 9 2 2 6

MPP

A DESALAMBRAR

"A DESALAMBRAR" AÑO 1 Nº II PUBLICACION MENSUAL DEL MOVIMIENTO DE PARTICIPACION POPULAR (MPP).
FRENTE AMPLIO DE URUGUAY EN ARGENTINA. SETIEMBRE 1992

"De tal suerte que los más infelices sean los más previlegiados"



Declaración política del Movimiento de Participación Popular

Fundamentos de la decisión de su activo en favor de constituir una comisión investigadora en la Junta Departamental

La resolución de la Intendencia de Montevideo de fecha 3 de agosto pasado puso en conocimiento público la denuncia relativa a lo que se ha dado en llamar tráfico de influencias y al eventual delito de cohecho y otra irregularidad consistente en la utilización de una cuenta personal de un funcionario en relación a operaciones de la Intendencia, denunciada por los funcionarios Coitiño y Gómez.

La resolución referida puso a salvo la moral y la dignidad en forma genérica de denunciantes e implicados e hizo efectiva *la renuncia de los cuatro funcionarios municipales frenteamplistas, sin establecer las distintas responsabilidades y roles* desempeñados.

Frente a esta situación, el Activo del MPP del 9 de agosto mandató a sus ediles para que dieran el voto favorable a la formación de una Comisión Investigadora (CI) en el seno de la Junta, sin perjuicio de la implementación de la discusión y definición respectiva en el seno del Frente Amplio (FA).

En nuestra opinión, el FA debe votar la CI porque:

1) En la situación planteada no estamos en el caso de una mera designación de una comisión. Detrás de ello se dilucida si la ética de los objetivos se corresponde con la ética de los medios.

2) El manejo de absoluta pureza y cristalinidad de los intereses que el pueblo (que hoy sufre y espera) nos ha confiado *es un alto tema de ética política y humana.*

3) A nuestro entender, éstos asuntos son de principios y no pueden ser subordinados ni postergados por ningún otro interés, ya sea partidario, personal o de sector, ni por cálculo o temor de cualquier naturaleza. Requieren, en caso de dudas o irregularidades, el más amplio y completo esclarecimiento, caiga quien caiga y pase lo que pase.

4) Estamos de acuerdo en la investigación de los hechos que se ha comprometido a realizar el Intendente "hasta el hueso", según expresara en la Junta, superando las limitaciones de la mera auditoría inicialmente planteada. Pero tenemos muy claro que se trata de una autoinvestigación del gobierno comunal.

5) Además, Montevideo no es todo frenteamplista, y quienes no lo son tienen derecho a pensar que no es garantía suficiente que la Intendencia se investigue a sí misma. Del mismo modo pensaríamos los frenteamplistas, si en lo nacional *y en situación similar, el presidente Lacalle decidiera únicamente una investigación por el propio Ejecutivo.*

6) Consideramos que deben utilizarse todos los medios de investigación posibles y que, ante el previsible pedido de formación de la CI por la oposición, es imposible emitir un voto negativo, pues lo contrario implicaría por el solo poder de los votos un arrasamiento de un reclamo de indagación del tipo del que tantas veces hemos denunciado haber sido víctimas.

7) Tenemos como FA el deber de dar el ejemplo, otorgándoles las máximas garantías a las minorías, que tienen derecho a la verdad, independientemente de la posible explotación demagógica que puedan realizar sus representantes políticos. Este riesgo va implícito con el hecho de ser gobierno.

8) Con el apoyo a la investigación en la Junta no estamos haciendo otra cosa que reconocer el papel de contralor del parlamento comunal. Por algo hemos exigido siempre en lo nacional el derecho de las minorías y la función vigilante del Parlamento.

9) No resulta suficiente que en la investigación del gobierno departamental se haya ofrecido la presencia de los ediles. Porque una cosa es la incorporación voluntaria autorizada por el que investiga y otra diferente asumir la calidad de miembro por derecho propio que la ley ampara en las funciones de toda comisión investigadora.

10) El MPP tiene, frente a los hechos, una situación especial que, entendemos, obliga a respetar su amplia voluntad de esclarecimiento. Fue nuestro movimiento el que hizo la denuncia sobre el posible tráfico de influencias, y la resolución del Intendente puso en duda la responsabilidad de la misma, más allá de sus aclaraciones posteriores. Por otra parte, al compañero Coitiño se le dio por renunciado sin que se esclareciera su responsabilidad individual.

11) Ambos hechos imponen toda investigación sin restricción alguna. No podemos admitir que alguien pueda pensar *que no votamos la investigadora en la Junta porque un compañero nuestro ha sido incluido en el cuadro de las renuncias.*

12) Todos los frenteamplistas deben tener muy claro que votar la CI no es sumarse a la oposición, sino sumarse a la búsqueda de la verdad y ejercitar efectivamente el concepto de democracia política que el FA siempre ha defendido.

13) Debemos superar la batalla política menor y movernos con perspectiva hacia el futuro. Esto nos permitirá demostrar, por haber ayudado a que se investigue sin tomar en cuenta banderías partidarias, que el FA pone al país y su gente antes que todo interés partidario propio.

14) El camino de la recuperación de la fe en la política y en los políticos pasa, en buena parte, por aquellos actos que se realizan por convicción –aun en contra del propio interés–, sin jactancias ni cálculos políticos, pero también sin temores a perjuicios o supuestos aislamientos. Por encima de todas las cosas, de quienes no debemos aislarnos es del pueblo, de la gente, de su pensamiento, de sus derechos.

15) Las diferencias de opinión que nuestra posición pudiera implicar en el marco del FA, no es más que la discusión y la disparidad de posiciones inherentes al funcionamiento democrático de una fuerza política pluralista.

16) Esta posición, de ninguna forma, afecta nuestro firme compromiso con el FA, como la única fuerza capaz de superar el momento histórico en favor de nuestro pueblo y con el gobierno de la Intendencia de Montevideo del compañero Tabaré Vázquez, más allá de nuestros desacuerdos puntuales. En todo caso, es ésta la mejor prueba de que el FA no está sometido a la voluntad de ninguna persona o sector y que alberga un espectro rico y legítimo de puntos de vista diferenciados.

11 de agosto de 1992

VISITA PRESIDENCIAL

Mientras banditas de pequeños niños se organizan para robar y repartirse el botín, mientras los cantegriles en una orilla y en la otra las villas miseria hierven su resentimiento, mientras los jubilados han salido aunque sea con sus muletas a golpear tanta insensibilidad y el termómetro del descontento social viene marcando la subida de grados en forma alarmante, la presencia del Presidente Argentino en Uruguay, a nivel popular, despertó la misma espectativa que pudo despertar una vecina que dice haber visto un ovni, o una luz mala, o a un lobo paseándose con caperucita por 18 de julio. Desde luego que el Parlamento lo recibió con los honores clásicos relativos al presidente de un país hermano y nada más, salvo algún que otro adulón que celebra su intromisión en los asuntos internos del país como la palabra santa del monitor del Tío Sam. Con su habitual modestia, marcó los perfiles de la estrategia a cumplir junto a nuestro Presidente, en una integración en la que la inteligencia salva a la América toda, superando los errores cometidos a lo largo de toda la historia. ¿ Que Artigas, ni San Martín, ni H'ogiguins, ni Bolívar ? Eufórico dice, estamos en la hora de la celebridad, de las grandes transformaciones. Justo a los 500 años de la llegada del benemérito Colón, nosotros insertados en el Mercosur emprendemos una nueva conquista, la apertura de los mercados. No necesitamos como Colón matar indios que se oponían a la civilización, ni beneficiarlos cambiándoles oro por espejitos, porque nosotros cambiamos marihuana por dólares. Puerto abierto, bolsos y maletas a mira de todos que la justicia cubría con su correspondiente fiscalización. No necesitamos matar jubilados que son los que más protestan ya que se van a morir esperando a que se le aumenten las pasividades, no necesitamos de la obediencia de la dirigencia sindical que nos chantajean hablando de huelgas, que es cierto se han portado bien y no han hecho ni una, pero ya la mano de obra barata la estamos importando de Brasil, por ejemplo, la empresa Riba de Quilmes contrató personal por 100 dólares por mes. Y lo contentos que están, duermen en catacumbas, se están muriendo de hambre y de frío pero se están acostumbrando. Y ese es el futuro que están gestando estos alucinados, robots de hueso para los servicios comunes, desindustrialización y privatización, la alternativa, desocupación para competir por changas, bajar la dignificación del ser humano para aumentar esclavos.

Locos, no lo conseguirán, abran el paracaídas que el hambre se puede venir en turbonadas.

Sarthou en Bs As Esc

Estos son algunos de los conceptos vertidos por el Diputado del Movimiento de Participación Popular Helios Sarthou

El FUTURO QUE NOS QUIEREN IMPONER

...El futuro del país queda condicionado a un sometimiento total a las dependencias imperialistas y al nuevo objetivo del plan de transnacionalización y de continuidad de ese plan de dependencia y aparece una situación muy especial que es cual va a ser el futuro de la izquierda y sin duda la derecha quiere que la izquierda pase a ser una izquierda integrada al sistema, yo creo que el gran debate, el gran dilema que tiene el Frente Amplio como izquierda unificada en el Uruguay es esa disyuntiva. Va a ser una izquierda complementaria del sistema, una coartada que demuestre que hay oposición en un sistema manejado por una coalición de clases que están en el poder que es claro o va a intentar canalizar los sectores populares para operar las transformaciones posibles, porque en escala de país hay elementos de techo en la acción que pueda hacer la izquierda y que de algún modo tiene que acompasarse con un proceso general en toda Latinoamérica. Muchas veces uno piensa que estamos haciendo una posta que va a completar alguien históricamente y que lo que importa es que la posta esté bien porque si no los que tomen el camino van a tomarlo errado, porque muchas veces es difícil pensar a corto plazo las transformaciones que en un país tendrían que darse.

La implantación del pensamiento Neoliberal en el Uruguay tiene varios objetivos, que es lo que estamos viviendo desde que se termino la dictadura, un proceso de implantación hábilmente trazado y que encierra varios objetivos. Un primer objetivo es a la reducción del estado al concepto de estado mínimo, estado juez y gendarme al mejor estilo liberal, es decir el estado solamente debe ocuparse de las actividades de control del orden en lo interior y de la protección de la defensa del territorio y de por ahí alguna posibilidad de apoyo asistencial a la salud dentro de un concepto de los indigentes, no de seguro social que es mucho mas amplio y que supone la idea de solidaridad cuando el estado mínimo y la concepción neoliberal es individualista cerrada y dejar hacer a la mano invisible del mercado.

LOS PRIVATIZADORES SE RIEN DE LA SOBERANIA

Quiero decir solamente sobre el tema de Empresas Públicas en

La patria saqueada

Nuestro país está saqueado y vampirizado. Aún nos falta una radiografía completa de este Uruguay en ruinas. Tenemos un país rico en recursos humanos. Podrá reconstruirse siempre que se detenga la piratería a tiempo, y se lo administre con eficiencia y creatividad. La tarea es reconstruir al país, profundizando la Democracia y revisando la política económica de ajuste, una tarea de tal magnitud que solo puede realizarla una fuerza política nueva, tan original como militante, tan movilizadora como madura y responsable. El verdadero desafío es crear mejores condiciones de trabajo, cosa que no se obtiene con las privatizaciones.

Los grandes grupos monopólicos que crecieron durante la dictadura militar fueron el doble tentáculo que ahogó al Estado:La patria financiera y la Patria contratista. Se está formando así un núcleo económico dominante en el país. Una nueva Patria especuladora.

Un gobierno elegido por el pueblo que olvida que la salud, la educación, la vivienda, son pilares fundamentales para un país; un gobierno que regala lo poco que nos queda para pagar la Deuda Externa, NO ES UN GOBIERNO NACIONAL, ES UN GOBIERNO VENDEPATRIA.

Compañeros, a nuestro paisito lo han puesto de remate, el 1º de octubre digámosle Si al plebiscito contra las privatizaciones - NO VENDEREMOS NUESTRO PATRIMONIO - JUNTOS PODEMOS DECIDIR NUESTRO DESTINO.

LA ECOLOGIA

A mediados de siglo XVIII un zoólogo alemán empezó a estudiar las relaciones entre seres vivos y su ambiente.Estos dieron origen a la ciencia que denominó ecología.

Una especie animal desaparece cada semana del planeta tierra en el que se supone que reina otro animal llamado hombre. Mamíferos, peces, aves, reptiles, ninguno está a salvo en un mundo que sigue hipotecando el futuro de la naturaleza.

Hay habitantes del suelo argentino que corren peligro de ser exterminados, y que no pueden decirlo porque no saben hablar. Se trata de especies animales que enriquecieron por siglos nuestro ambiente natural y que están amenazados ahora por las irracionalidades de un animal racional: el hombre.

Uruguayito, Carlitos Pueblo
(del Mate Amargo)

Solicitada

Carlos A. Escayola
Carlitos "el uruguayo" militante revolucionario
Tu fuerza nos acompaña, y tus sueños y tu sonrisa.
Hasta la victoria, compañero
Frente de Apoyo a Madres de Plaza de Mayo.

Con la publicación en Página 12 de esta solicitada del Frente de Apoyo a Madres de Plaza de Mayo, los uruguayos residentes en Bs. As. quedamos atónitos ante una noticia que tan profundamente nos golpeara. Quizás habría que pensar que Carlitos pertenecía a un mundo distinto, en el que la modestia, la bondad y el equilibrio emocional tienen en la permanencia de su sonrisa, la expresión de una iluminada convicción revolucionaria, auténtica en la entereza de una entrega tan honesta como inclaudicable. Entrega exultante, que hubiera podido considerarse fanatizada, si no fuera que tenía ese condimento original de niño sano , que hace de la transparencia de sus ilusiones el caudal de ese optimismo que la sola presencia de su ejemplo en la militancia irradiaba.

Hacía muy poquito, días, analizando perspectivas y las distintas utopías que tantas veces manejamos quiénes seguimos apostando a una verdadera revolución social, habíamos discutido; abiertamente, como lo hacen los que como Carlitos, solo van buscando la verdad porque no saben el artilugio de la hipocresía.

Después, con Gonzalo y el Quique, nos fuimos a tomar un refresco, charlamos un rato, preferentemente sobre algo tan especial y a lo que nadie debe renunciar como es la defensa de los derechos humanos, a los que Carlitos entregó su alma y su vida. Al despedirnos, con la gallardía de esa calidez tan especial en la que envolvía su rigidez moral, me dijo: "Perdóneme, don Chenlo". Quedé turbado, sentí como vergüenza. ¡Que lección maravillosa! ¡Cuanta generosidad! En las discusiones todos cometemos errores, pero él se había atribuido los míos. Estoy seguro - lo sentí en la limpieza de su voz y de su semblante - que más que en atención a mis muchos años, era el cariño, el respeto y la confianza que Carlitos bien sabía, todos los compañeros le profesábamos.

Y esto teníamos que hacerlo público, porque a los grandes hombres, hay que destacarlos en toda su dimensión humana, y Carlitos tenía solo 23 años. Mas que nunca decir "Juventud, divino tesoro". Un hombre , un revolucionario militante. Un ejemplo muy difícil de borrarse en las luchas callejeras. Carlitos seguirá siendo para las Madres de Plaza de Mayo el

EDITORIAL

A 177 AÑOS DEL REGLAMENTO

Enfoquemos primero a Artigas desde su pensamiento penetrante, vigoroso, visionario. El pensamiento revolucionario de Artigas, que tanto en las turbulencias de sus vicisitudes como en la serenidad de su ideario muestra la magnanimidad pero dureza de su temple, hasta en esa apreciación exacta de su seguridad en la dignidad de sus paisanos: "No venderé el rico patrimonio de los Orientales al vil precio de la necesidad".

En este segundo número de A DESALAMBRAR consideramos digno de resaltar que setiembre en la vida de Artigas está lleno de hechos disímiles que como luces de bengala chisporrotean sobre la historia, embelleciendo esa solidez moral de sentirse hasta en la derrota rumbeando hacia la libertad.

Y así como en febrero de 1814 Posadas lo declara enemigo de la Patria poniendo precio a su cabeza y en junio del mismo año la ciudad de Montevideo es ocupada por fuerzas porteñas comandadas por Alvear, después de Guayabos las Fuerzas Artiguistas entran en Montevideo. Y llegamos al 10 de setiembre de 1815 donde se edita el Reglamento Provisorio de la Provincia Oriental para el fomento de su Campaña y seguridad de sus hacendados .

Cuenta el reglamento que popularmente se ha dado en llamar el Reglamento Rural con veintinueve sustanciosos artículos.

Artigas pugnaba por un federalismo pleno de libertades, de solidaridad, donde la patria no fuera un círculo de fronteras que excluyera las posibilidades de los demás pueblos y la tierra, la bendita tierra, no fuera de unos pocos para especular, sino de todos para disfrutarla con el producto del trabajo. Por lo tanto el Reglamento Rural formaba parte de una definición fundamental en materia socioeconómica, que después no solo fue eliminado y despojados sus dueños por los intereses latifundistas posteriores a su época, sino que aún a 177 años de dicha reglamentación la tierra sigue en muy pocas manos cada día más avarientas.

El artículo 6º es una pieza de antología:
"Por ahora el Sr. Alcalde Provincial y demás Subalternos se dedicarán a fomentar con brazos útiles la población de la campaña. Para ello revisará cada uno, en sus respectivas jurisdicciones, los terrenos disponibles y los sujetos dignos de esta gracia, con prevención de que los mas infelices serán los más privilegiados. En consecuencia los Negros Libres, los Zambos de esta clase y los Criollos Pobres, todos podrán ser agraciados con suerte de estancia si con su trabajo y hombría de bien propenden a su felicidad y la de la Provincia".

Es indiscutible que Artigas consideró libres a los Negros y Zambos que fueron incorporando a su ejercito una vez de haberse escapado de sus dueños.

Hay leyendas al respecto y es muy probable que el mismo Ansina no haya sido una excepción, ya que el Reglamento Rural además de sintetizar rasgos de soberanía y humanos muy ponderables, es de enorme contenido social con posibilidades ciertas de verdadero bienestar para todos sin exclusión de ninguna índole y con la mirada puesta en la superación del ser humano.

El 5 de setiembre de 1820 entra Artigas en territorio Paraguayo, la selva guarani se eriza, los pájaros enmudecen ante el paso de aquel hombre que llevaba en su melancolía, el aguacero de sus campos en los ojos y el galopar de sus tropas en la inmensidad de un corazón que aún sigue palpitando en el aletear de cada aurora.

El 20 de setiembre de 1840 a los 76 años de edad, en ocasión de la muerte del Dr. Francia, Artigas es puesto en prisión, el enorme protector de los Pueblos Libres, este sembrador de ideas, que recogió vientos para esparcir pétalos de libertad.

Y el 23 de setiembre de 1850, el crepúsculo va confundiendo suavemente su tímido resplandor con el piadoso manto de la noche eterna, en que los rumores de mil jornadas van hilvanando el cántico de nuevos amaneceres, Artigas revive en cada mañana en el alma de todo Oriental.

EN MEMORIA DE ENRIQUE ERRO

El 14 de setiembre de 1912, nacía un gran hombre, llamado Enrique Erro. Ochenta años..., si parece que fue ayer que estuvimos conversando. Un hombre con una gran honestidad, un infatigable luchador contra todo aquello que le parecía injusto. Fundador de escuelas y bibliotecas populares. Siempre decía: "La fuerza de las bibliotecas populares llegando al pueblo, que no tiene acceso a la Universidad, las escuelas deben ser gratuitas , para que el pueblo trabajador pueda tener conocimientos y así poderlos aplicar en su propia defensa". Que razón tenía.

Hoy mas que nunca sus palabras están vigentes.

Hoy, que están entregando nuestro país a manos extranjeras. Tanto que luchó..., que profeta, él intuía que esto iba a suceder.

¿Cuantos Erro harían falta para poder frenar esta entrega de nuestro paisito? Tanto que soñó con un FRENTE GRANDE para frenar la injusticia, el desempleo, el hambre, la ignorancia.

URUGUAYOS, hagámosle el más grande regalo a este HOMBRE, el 1º de octubre, con nuestro voto, digámosle al Gobierno:
NUESTRO ENRIQUE ERRO ESTA CON NOSOTROS Y NOS ENSEÑO A LUCHAR - "NO A LAS PRIVATIZACIONES, SI AL PLEBISCITO, EL PAIS ES NUESTRO".

[Escl]arecedora Conferencia

concreto que la privatización es brutal porque el artículo 2º y 3º de la Ley dice expresamente que se puede negociar o contratar todo o parte de cualquier Ministerio salvo los del área de seguridad (Interior y Defensa) y todos los Entes Autónomos y Servicios Descentralizados que en Uruguay son los que realizan la actividad comercial del Estado.

En esta papeleta Blanca no se incluyó la empresa Pluna (Ente Autónomo de Aeronavegación Estatal) y no había razón para que no se incluyera, esto hay que aclararlo bien porque esto de la blanca y la rosada dejó mucha confusión. No había ninguna razón porque tan privatizador era el artículo 6º referente a Pluna como todos los otros y entonces había que haberlo incluido (en la derogación). Pero que pasó, el Frente Amplio tuvo 400 mil votos y para obtener la posibilidad del referéndum había que llegar a 572 mil. Se planteó que como referéndum de la izquierda o de "los comunistas" - frases que le iban a adosar de inmediato, no iba a conseguir mas que los votos del F.A., el macartismo sigue funcionando por mas que los paises del Este se hallan derrumbado. Entonces se salio a buscar el ingrediente Blanco, Colorado y de la gente sin partido para fortalecer y conseguir los 182 mil votos que faltaban. En esa negociación algunos de los que se incorporaron, Blancos, especialmente el Senador Zumarán que ya había tomado posición para el caso de Pluna, y un poco para no entregarse al FA sin condiciones. Entonces ponen como condición que ese artículo 6º no se incluyera. Eso generá una situación política dentro del FA donde mi movimiento, el MPP se opone a ceder a que Pluna quedara excluída del referéndum. Perdemos la votación, no podíamos patear el tablero, porque no solamente valen las votaciones cuando uno gana, valen cuando pierde. Nos vemos obligados a aceptar la condición. De todos modos se trata de reparar eso y se hace un proyecto con los compañeros del Sindicato de Pluna, un proyecto de Ley que en su artículo 12 revoca el artículo 6º de la Ley privatizadora. Claro que no es lo mismo porque un referéndum es una voluntad que nadie detiene y lo otro hay que conseguir apoyo de la ley y es muy difícil porque si no hubiéramos perdido la votación de la Ley de Empresas Públicas. Pero además se pensó siempre que si gana el referéndum el 1º de octubre y ganamos después la instancia final no se va a privatizar una islita de Pluna y el efecto de irradiación que va a tener el ganar el referéndum con un Presidente que se comprometió a respetar el resultado de la voluntad

popular nos iba a permitir salvar Pluna. Digo todo esto porque de todas maneras los compañeros de Pluna tenían todo el derecho de ellos hacer el referéndum total incluyendo el art. 6º. Nosotros los comprendemos, era válida y muchos de los que votamos la papeleta Blanca lo hicimos ya el 5 de julio con el corazón bastante transido porque no había fundamento ni voluntad de excluir a Pluna. Pero toda esta condicionante nos llevó a tener que apoyar (la derogación parcial) porque apareció el villano de la película que es la corte electoral integrada solo por Blancos y Colorados porque la constitución está hecha para bipartidismo. La Corte obliga entonces a optar por uno o por otro cuando la Ley no le da las facultades para adoptarlo. Nos tiramos contra la Corte, la denunciamos, en estos momentos todavía está esperando para definir el recurso que interpusimos. Pero en el hecho concreto de tener que apoyar tuvimos que apoyar al que iba a tener la mayoría de los votos, aún con el sacrificio de la papeleta rosada que nosotros comprendíamos que estaba planteado. Quería dejar esto aclarado porque ha sido un factor que nos ha perjudicado para el 5 de julio.

Concretamente digo que para nosotros es la pérdida de soberanía. Un país no es soberano solamente por las fronteras. Un país es soberano si domina las claves de su economía y nosotros tenemos por otra Ley que no es esta privatizado el Puerto en 120 días. El Puerto va a quedar totalmente sometido a los monopolios. Un país que no tiene Puerto, un país que no domine las comunicaciones, un país que no domine la energía, es un país que no tiene realmente soberanía y será como una republiqueta del caribe en que dependían los Presidentes de los gerentes de la United Fruit para bajar una llave y dar energía o para funcionar cualquier aspecto esencial de la vida del país. Por eso aquí está en juego un tema de soberanía que cuesta entender a nuestra gente, porque la gente está atenaceada por las necesidades concretas y esto parece como demasiado abstracto, y esto insidió posiblemente en que el 5 de julio no se lograran todas las voluntades y creo que nosotros tenemos que hacer el gran esfuerzo para demostrar que votar contra el gobierno, votar contra todo este proceso de implantación del gobierno neoliberal que le fija el salario, que destruye la seguridad social. Porque expresamente la Carta de Intención dice que hay que ahorrar en la seguridad social y ahorrar en la seguridad social es extender el plazo para fijar el promedio del sueldo jubilatorio y transformar el régimen de seguridad social, que es un régimen en que las generaciones que trabajan sostienen a las pasivas, en un régimen que cada uno va a abrir una cuenta en un Banco y le van a dar lo que depositó con interés. Eso es lo que quieren sustituir con esta concepción neoliberal que destruye totalmente la idea de la seguridad social.

uruguayito que tanto se las jugaba.

Estuvimos en casa de "Las Madres", sabíamos de su dolor. Fuimos a llevarles una entereza que no teníamos, que fue demolida por una emoción tan fuerte como la misma realidad. Carlitos estaba allí, vigente, pujante en los relatos de dos de las Madres, que lo habían acompañado cuando se lo llevaron preso porque estaba pintando una consigna para una marcha.

Carlitos estaba en aquellas dos mujeres, cuyas lágrimas parecían cruzarse con las que sin ningún falso pudor empañaban mi mirada.

Carlitos estará siempre allí, en cada compañero uruguayo o argentino que tenga bien claro que no luchar contra la injusticia es renunciar a su propia dignidad.

Carlitos, el que no sabía de flaquezas. El que en las madrugadas de pegatinas o de pintadas se olvida de su asma, porque su corazón le exige luchar.

Carlitos, tu corazón solo se detuvo a descansar, pero estarás en la próxima y en todas las discusiones, marchas y pegatinas.

Impertérrita en los tiempos tu postura
exhalando su fragancia, tu ilusión
tu sonrisa agitando la victoria
que forjaste con intrépido tesón.

Te sobró tiempo para las pintadas
del Voto Verde o Contra la Impunidad
marcha de Las Madres o de marginados
de la Docencia o de Sanidad.
Uruguayito, Carlitos pueblo.
Con los que luchan, siempre estarás.

Juan R. Chenlo

POR URUGUAY SI!

EL 12 DE OCTUBRE

VOTAMOS LA PAPELETA

BLANCA

DEFENDAMOS LO QUE ES NUESTRO

Pasajes con descuento en
Scalabrini Ortiz 532
todos los dias a partir de las 20 hs.

Por la huella
de ARTIGAS

DOMINGOS
DE 19 a 20
FM LOMAS
92.1

MERLO

MATEANDO
Los domingos
de 11 a 13
MUSICA E INFORMACION

FM AL SUR
100.5

Lugano, Mataderos, Pompeya,
La Matanza, Flores, Pte.La noria

"A DESALAMBRAR" AÑO 1 Nº II PUBLICACION MENSUAL DEL
MOVIMIENTO DE PARTICIPACION POPULAR (MPP).
FRENTE AMPLIO DE URUGUAY EN ARGENTINA. SETIEMBRE 1992

URUGUAYO

el 1º de Octubre

POR URUGUAY SÍ

Comisión de Defensa del Patrimonio Nacional
y
Reforma del Estado

PAPELETA BLANCA

027 9209226

REFERENDUM, ¿POR QUE?

En Abril de 1992, la Corte Electoral validó 12.068 firmas con lo cual se hizo realidad el llamado a la ciudadanía -en los primeros días de julio- para que ésta se expida y se lleve a cabo el Referendum a la Ley de Empresas Públicas.

Era necesario que el 25% de la ciudadanía se hiciera presente en los circuitos que la Corte dispusiera y votara por impugnar la Ley privatizadora.

Esta fecha ya pasó, no se llegó a la cifra y hoy, esta Comisión está, más que nunca, con todo, tratando de llegar con el tema a más uruguayos para lograr detener este despojo a nuestra soberanía..

La última oportunidad de salvaguardar nuestro Patrimonio es el 1º de Octubre.

A continuación, daremos respuesta a los argumentos que esgrimen quienes defienden esta Ley. Además, es necesario remarcar lo siguiente: este tema, que es de carácter nacional y capaz de afectar la vida de varias generaciones de compatriotas, no se agota en el rechazo a la Ley que impulsa el gobierno. Aquí está planteada como contrapartida a las privatizaciones la reforma del Estado. Esta Comisión, en su doble cometido, ya ha producido un proyecto de reestructura para PLUNA, que está en estudio en el Parlamento. A éste, le seguirán otros para los distintos entes.

LAS RAZONES

Las empresas públicas son Patrimonio del Uruguay, pertenecen a todos los uruguayos

Es por eso que no se puede permitir que la decisión de venderlas las tome un grupo de ciudadanos, cuando debe ser toda la población la que opine y decida sobre este tema, y no que sea una resolución del Poder Ejecutivo. No se aclara que la única posibilidad de explotación de algunas áreas, como las comunicaciones, sólo son posibles en regímenes monopólicos, como lo indican informes de las consultoras extranjeras y por no existir en el país capitales que puedan financiar esta operación, estos deberán ser aportados desde el exterior, con lo cual se plantea sustituir un monopolio nacional -cuyas ganancias son de todos- por monopolios extranjeros, cuyas ganancias marcharán al exterior.

La tan mentada eficiencia

El concepto de eficiencia y su contrario, el de ineficiencia, son relativos, pués para hablar de uno u otro habría que analizar casos concretos de empresas públicas y privadas comparables.

Por supuesto que deseamos empresas públicas eficientes, pero ello se logra con la designación de directores responsables y comprometidos con el Ente, los cuales junto con la participación de los trabajadores planifiquen su accionar, llevando a cabo inversiones, mejorando su infraestructura y gestión. Como vemos, son pocos los casos en los cuales se ha llevado a cabo esta tarea pués, generalmente la dirección de un Ente estatal, es por un acuerdo político que no contempla los requerimientos mínimos de idoneidad, dándose además cargos y ascensos a los "correligionarios" y beneficios y negociados a empresas privadas. Mal pueden hablar de eficiencia quienes durante años no se han acordado del significado de este término.

El tamaño del Estado

"El Estado uruguayo es grande, demasiado grande", dicen, y que las privatizaciones traerán rebajas de tarifas y disminución de gastos. El Estado uruguayo no es grande. En términos comparativos es pequeño y débil, mucho más chico que el de los países que se nos quiere poner como ejemplo, vale la pena tener en cuenta los siguientes datos:

	Ingresos públicos en relación a la producción anual	egresos públicos
en los siete países capitalistas más industrializados	29%	34%
en Uruguay	19%	23%

En nuestro país el sector público, sólo representa un 20% del producto. Su mayor presencia es en aquellas áreas claves como energía, comunicaciones, salud, educación y los que son propios del gobierno en general. Aseguramos que el sector público es pequeño y ha ocupado el lugar que el capital privado ha abandonado. Teniendo en cuenta que la participación del sector privado es cercana al 80%, no se le puede echar la culpa de la crisis y estancamiento del país al sector público.

DIEZ RAZONES PARA VOTAR LA IMPUGNACION

1.- No confundir el Estado con este Estado, que ha sido concebido como un gigantesco aparato de clientelismo político electoral.
2.- La Ley privatizadora no transforma el Estado sino que se deshace de él. La Ley no propone cambiar la ineficiencia y la burocracia. La Comisión de Defensa del Patrimonio Nacional y Reforma del Estado, ¡SI!
3.- El Estado uruguayo no es grande, a diferencia de lo que sostienen los partidarios de la Ley. Tiene sólo cinco o seis empresas con perspectivas de venderse. En México y Brasil hay cerca de un millar, y en Argentina, 400.
4.- Pese a la mala gestión, las empresas públicas de nuestro país generaron 65 millones de dólares de ganancia neta en 1991.
5.- Para el Uruguay, vender empresas públicas es extranjerizarlas, pues no hay capitales nacionales capaces de absorverlas. Por lo tanto, una inmensa proporción de ganancias de esas empresas no quedará en el país para volcarse a la salud, la educación y la vivienda, como dice el gobierno.
6.- La Ley a impugnar no elimina los monopolios, sino que permite traspasar su propiedad. Además, las empresas que se están interesando en adquirir nuestros entes son empresas estatales de otros países, como Iberia y la Compañía Telefónica Española (que posee una deuda con el exterior de 15 mil millones de dólares -deuda que pretende achicar comprando empresas que dan ganancias como ANTEL- y tiene 530 mil solicitudes de teléfono sin atender en su país).
7.- Vendidos los entes, su política tarifaria no dependería del interés nacional, sino de la rentabilidad de las empresas que las hubieran adquirido. En Argentina, por ejemplo, las tarifas se incrementaron promedialmente cinco veces luego de la venta de las empresas públicas.
8.- Con esta Ley, el Estado dejaría de percibir recursos muy importantes por concepto de pago de impuesto. Por ejemplo, la ganancia neta de ANTEL el año pasado fue de 10 millones de dólares y los impuestos que pagó al Estado alcanzaron los 32 millones.
9.- La soberanía nacional, lesionada gravemente por la Ley, tiene que ver con la presencia del Estado en ámbitos estratégicos del país.
10.- Esta Ley es un camino sin retorno; no hay posibilidades de arrepentimiento. Después que se vendió un ente, ya no será posible recuperarlo para el país. El nuestro, en cambio, es un camino que permite ensayar, rectificar. Ya está en el Parlamento el proyecto de reforma de PLUNA presentado por esta Comisión. Además, si se venden empresas estatales para mejorar la educación, la salud y la vivienda, ¿que venderemos mañana, cuando haya que seguir mejorando esos y otros temas de interés social? Lo que hay que hacer es transformar las empresas, para que funcionen bien y tenerlas como fuentes permanentes de recursos.

DIGALE SÍ A URUGUAY

Comisión de Defensa del Patrimonio Nacional
y
Reforma del Estado

VOTANDO LA PAPELETA BLANCA

El 1º de Octubre impida que vendan el Patrimonio de Uruguay

La papeleta blanca impugna parcialmente la ley privatizadora, pero ataca al corazón del proyecto, pues estos cinco artículos que se tratan de impugnar son la esencia, la médula de la ley. De esta forma se logran dos objetivos: impugnar lo sustancial y acumular alrededor de este esfuerzo un amplio espectro de fuerzas.
Pues usted debe saber que la "Comisión de Defensa del Patrimonio Nacional y Reforma del Estado" está constituída por todas aquellas fuerzas que en Uruguay llegaron a un acuerdo que permitió nuclear gentes e instituciones muy diversas en torno de esta defensa. La nómina incluye: la Central Obrera (PIT-CNT), el Frente Amplio, sectores de los partidos Blanco y Colorado y personalidades de la Iglesia, la cultura y otros grupos políticos. Los sectores del Partido Nacional que participan son: Encuentro Wilsonista, del senador Alberto Zumarán, (diputado Aldorio Silveira); del Movimiento de Rocha, Jorge Coronel de Cerro Largo. Por el Partido Colorado: el Frente Colorado Popular, que orienta el diputado Silva Tavárez y el Movimiento de Reafirmación Batllista, liderado por Víctor Vaillant. Debemos destacar la presencia de los intendentes departamentales de: Cerro Largo, Rodolfo Nin Novoa; Montevideo, Tabaré Vázquez y Rocha, Irineu Riet Correa.

INFORMESE PARA INFORMAR

La abundancia de dinero y la gran presencia en los medios no son, precisamente, las características de esta campaña; por lo cual juega un rol fundamental lo que cada uno de nosotros pueda informar, transmitir, convencer.
Cada uruguayo que sienta el deber de defender "su", el Patrimonio de Uruguay, tiene la obligación moral de ser un agente multiplicador de la iniciativa de referendum.

Artículos que se impugnan

Los normas a impugnar son los Artículos 1, 2, 3, 10 y 32 de la Ley 16.211 de "Empresas Públicas".

Los Artículos 1, 2 y 3 representan las normas medulares del modelo privatizador que impulsa esta ley; habilitando con total discrecionalidad al Poder Ejecutivo a transferir a particulares, bajo diversas formas jurídicas (concesión, permiso, contrato, subcontrato), la ejecución de servicios públicos nacionales y cometidos no esenciales del Estado.

Por el Artículo 1º.- "El Poder Ejecutivo podrá conceder u otorgar permisos para la ejecución de servicios públicos nacionales a su cargo". "En caso que la Ley haya asignado a un Ente Autónomo o Servicio Descentralizado la prestación de un servicio público, el Directorio o Director General del Ente o Servicio podrá otorgar la concesión o permiso, con aprobación del Poder Ejecutivo".
"La concesión o el permiso podrán incluir la transferencia de derechos de uso, usufruto y personales, así como la constitución de derechos reales o personales respecto de los bienes muebles o inmuebles útiles o necesarios para la ejecución del servicio por el período de concesión".

Por el Artículo 2º.- "La Administración Central y los Entes Autónomos y Servicios Descentralizados podrán autorizar, contratar o subcontratar con terceros la ejecución de otras actividades de sus competencias que no constituyan cometidos esenciales del Estado ni servicios públicos o sociales".
"Como parte de tales autorizaciones y contratos se podrá asimismo transferir o constituir derechos reales y personales respecto de sus bienes. En el caso de Entes Autónomos y Servicios Descentralizados se requerirá para ello resolución dictada con el voto favorable de 4 integrantes cuando el Directorio tenga 5 miembros y de la unanimidad de los Directorios de 3".

Se trata de dos disposiciones que burlan a la Constitución, que en los incisos 1 y 2 del Artículo 188 establece que para admitir capitales privados en la constitución o ampliación del patrimonio de Entes Autónomos o Servicios Descentralizados se requerirán tres quintos de votos del total de componentes de cada Cámara (mayoría calificada que el Gobierno no tenía al momento de votarse la ley privatizadora); tal que el aporte de los capitales particulares y la representación de los mismos en los directorios nunca serán superiores a los del Estado.

De esta forma se sortea esa exigencia constitucional posibilitando a particulares la compra o el usufructo por tiempo indefinido de bienes públicos (para lo que no se requiere mayoría calificada sino simple); sin intervención de tipo alguno del Parlamento y con la sola necesidad de un acuerdo político que permita la existencia de mayorías en los Directorios de las empresas (que no tienen la misma representatividad que el Poder Legislativo).

Pero la consecuencia de estos dos primeros artículos de la Ley de Privatizaciones no se agotan en lo ya expresado; al ceder a particulares parte del patrimonio público se habilita la posibilidad de que luego el Estado se asocie con ellos como socio minoritario con los bienes que le queden, haciendo uso de los incisos 3 y 4 del Artículo 188 de la Constitución.

Los incisos 3 y 4 del Artículo 188 de la Constitución establecen que el Estado podrá participar en actividades industriales, agropecuarias o comerciales de empresas formadas por aportes obreros, cooperativas o capitales privados; para ello la Ley, por mayoría absoluta del total de componentes de cada Cámara, autorizará en cada caso esa participación.

Este mecanismo, cesión a particulares de parte del patrimonio público y posterior asociación de ellos con el Estado como socio minoritario, puede aplicarse a cualquier organismo público posibilitando su absorción por el capital privado.

Es por esta razón que resulta fundamental derogar los dos primeros artículos de esta ley, ya que con ello se la **"desactiva"** en sus aspectos más perniciosos (en ellos está la **"trampa"** que posibilita las privatizaciones: autorizar la venta o usufructo de los bienes públicos sin incorporar capital privado a la empresa, para lo que se requiere una mayoría calificada de la que se carece).

De acuerdo a estas normas los únicos servicios que no podrían ser entregados a particulares serían la Policía, el Ejército, las Relaciones Exteriores, la Justicia y la Legislación (el Artículo 2º sólo exceptúa a los **"Cometidos Esenciales"** y **"Servicios Públicos o Sociales"**).

Respecto a las tarifas el Art. 1º de la Ley de Empresas Públicas establece que: "Para la fijación de tarifas se tomará en cuenta el costo del servicio, de acuerdo a prácticas contables generalmente aceptadas y márgenes de utilidad razonables".

De esta forma se está dejando de lado toda consideración de eficiencia del concesionario. En efecto, si una empresa que pudo desarrollar una actividad con 500 personas lo hace con 2.000, habrá que fijarle la tarifa correspondiente al costo de esas 2.000 personas, ya que según este artículo habrá que reconocer el costo de acuerdo a las prácticas contables generalmente aceptadas.

Por otra parte, al establecer **"márgenes de utilidad razonables"** sin especificar qué implica la palabra **"razonable"**, se está asegurando al concesionario que obtendrá ganancias, contradiciendo el discurso que argumenta que la transferencia o concesión de los servicios públicos traerá aparejada la posibilidad de que el capital privado afronte los riesgos. De esta forma el usuario va a ser cautivo de la empresa a la que se le otorgue la concesión, perdiendo la posibilidad de control que tiene actualmente sobre la gestión de la Empresa Pública.

En relación a los monopolios no se establece que se **"prohibirá"** que se lleguen a constituir, sino que se dice que se procurará evitarlos: **"En el otorgamiento de concesiones y permisos se favorecerá la libre concurrencia procurando evitar situaciones de monopolio de hecho"** (inciso 3 del Art. 1º).

De esta forma se está indicando que, aunque se llegue a una situación de monopolio de hecho, igual se otorgarán concesiones o permisos, aduciendo que se procuró evitar dicha situación (la expresión no fue incluída accidentalmente sino con la intención de habilitar la creación de monopolios privados).

El Artículo 3º: Aparece como un intento de poner límites a los efectos negativos que puedan tener los dos primeros artículos, estableciendo que: **"por la vía de los actos y contratos referidos en los artículos 1º y 2º no se podrá privar a un Ente Autónomo o Servico Descentralizado de la prestación directa de todos sus cometidos"**.

Se trata de una disposición que no neutraliza las consecuencias de los artículos anteriores, ya que se puede ceder la mayoría del patrimonio de un Ente Autónomo (o su parte más rentable) y cumplir con la exigencia que plantea este artículo reservando para el Ente una parte minoritaria o deficitaria (por ejemplo: los teléfonos de localidades pequeñas quedan en ANTEL y ésta cede todo el resto de su patrimonio).

El Artículo 10: Es la disposición que habilita la privatización de ANTEL; lo que implica entregar a empresas privadas el control del sistema de telecomunicaciones del país; posibilitando el usufructo de las inversiones de ANTEL (250 millones de dólares en el último quinquenio) con mantenimiento del monopolio (ahora privado) y encarecimiento de servicios (en Argentina la privatización quintuplicó las tarifas), así como con pocas posibilidades de desarrollo en áreas poco rentables (telefonía rural y teléfonos públicos).

En su primer inciso este artículo plantea la modificación de la Ley Orgánica del Organismo, estableciendo como cometidos de ANTEL: **"Prestar en forma directa o indirecta servicios de telecomunicaciones, urbanas, rurales y de larga distancia, nacionales e internacionales"**.

Más adelante se establece que, con la autorización del Poder Ejecutivo, ANTEL podrá contratar con terceros la prestación de los servicios que constituyen su cometido o asociarse con capitales privados a fin de prestar dichos servicios, de acuerdo a lo indicado en los incisos 3 y 4 del Art. 188 de la Constitución (se hace uso del mecanismo señalado precedentemente).

En este último caso la asociación se hará a través de la participación en sociedades anónimas, con integración de ANTEL en la dirección y el capital. A estos efectos ANTEL podrá aportar aquella parte de su patrimonio que fuera necesaria o conveniente, previéndose que su participación podrá ser del 40% del capital accionario, con un 8% para los funcionarios y una mayoría accionaria para "capitales de origen nacional".

Esta última disposición puede ser facilmente burlada por capitales extranjeros que usen como testaferro a algún representante local, con lo que la mayoría del paquete accionario pasaría a ser controlada por alguna transnacional.

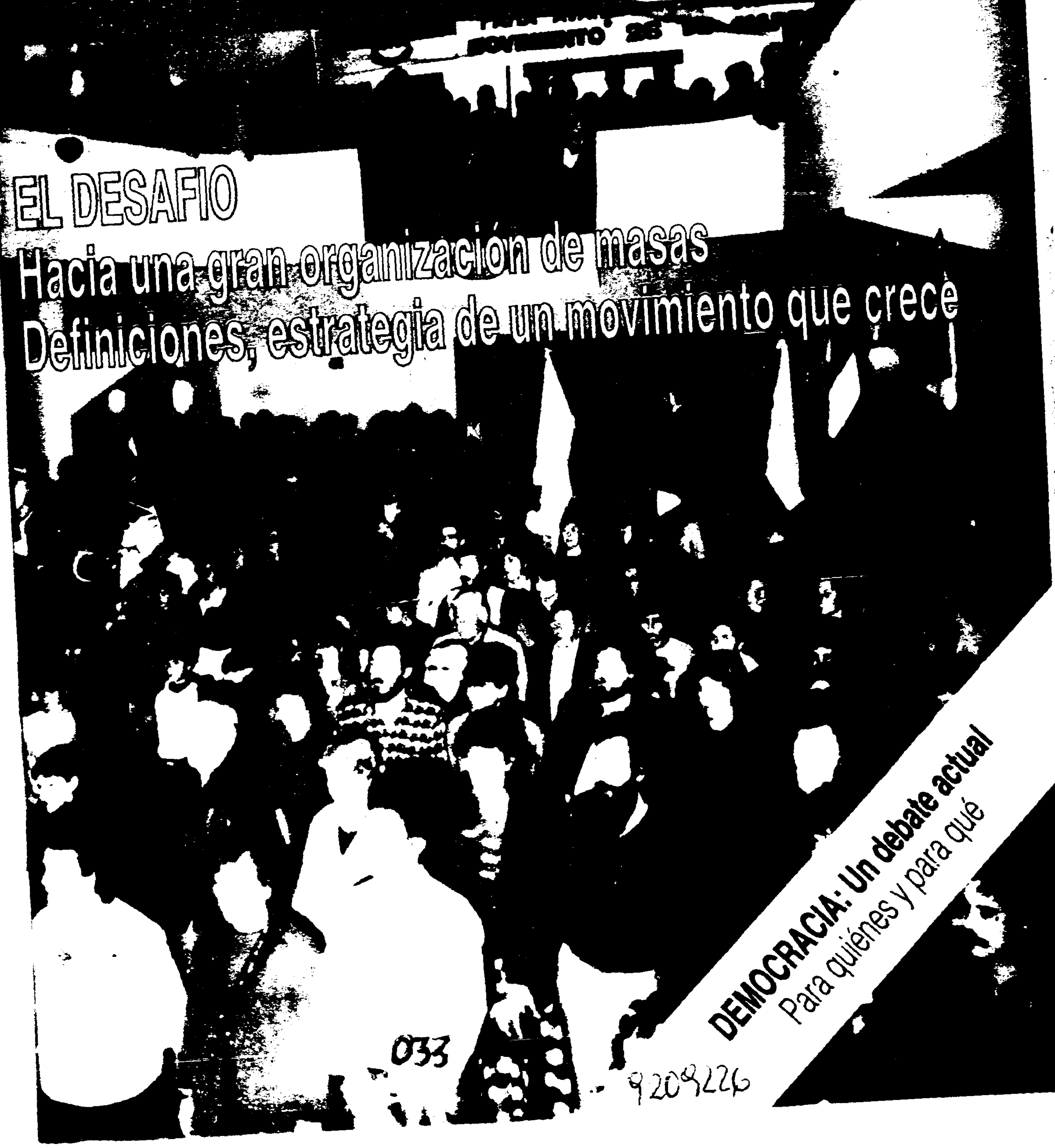
El Artículo 32: Por último cabe consignar que el Art. 32 dispone derogaciones a texto expreso del Régimen Jurídico anterior, entre las que se encuentran las Leyes Orgánicas de varios organismos públicos, complementando las desvastadoras consecuencias de esta ley.

9209226

En Argentina, informes: ***Raúl Scalabrini Ortiz 532, Capital Federal.***

- MERCOSUR - 4 + 1
- Nueva política militar de EEUU

cuadernos del 26



EL DESAFIO

Hacia una gran organización de masas

Definiciones, estrategia de un movimiento que crece

DEMOCRACIA: Un debate actual

Para quiénes y para qué

SUMARIO

Cuadernos del 26
JUNIO - JULIO / 1992 Precio: N$ 6.000 / U$ 2.

DIRECTOR: Fernando Vázquez; *REDACTOR RESPONSABLE:* Julián González; *COLABORAN:* Guzmán Díaz, Gral. Víctor Licandro, Germán Sánchez; *DIAGRAMACION Y ARMADO:* YACAVA Ltda.; *IMPRESION:* José Tissot, Roberto Sánchez, Sergio Alonso y Daniel Astapenco; *IMPRESO EN* Talleres Gráficos Bernard Pastorín, IMPREMAX S.R.L. Rivera 2572 bis. Tel.: 49 29 41. Montevideo, Uruguay.

EDITORIAL

Muchos hechos trascendentes han sacudido al mundo e influenciado el desarrollo de los fenómenos políticos y sociales en nuestro país desde que, en plena Guerra del Golfo, aparecía el número anterior de CUADERNOS DEL 26.

En el marco de una crisis sin precedentes del capitalismo, expresada con dramatismo por acontecimientos como el estallido social ocurrido en pleno corazón de los EEUU o la huelga de funcionarios públicos que paralizó a la orgullosa Alemania unificada, el mundo soporta la instalación de la hegemonía político-militar norteamericana.

América Latina, área de particular importancia estratégica para el Imperio, sufre las conmociones que resultan de la inédita crisis económica reinante y de las limitaciones propias a las enclenques democracias impuestas a nuestros pueblos. Al mismo tiempo, soportamos las consecuencias de la implementación de un profundo ajuste estructural de nuestras sociedades dirigido a insertarnos en la nueva realidad mundial; pretendiendo perpetuar nuestra dependencia respecto de los grandes centros de poder internacionales.

Reestructuración de nuestras economías para transnacionalizarlas bajo la inocente apariencia de la integración, reformas de los sistemas políticos y las Constituciones, adecuación de las Fuerzas Armadas. Tales algunos de los elementos que conforman y definen la actual realidad continental.

Uruguay no se halla ajeno a todo ello. La virtual licuefacción del socialismo en Europa agrega un factor más como acicate para las fuerzas consecuentemente antiimperialistas. El desafío planteado supone concretar una alternativa al capitalismo, cuya incapacidad manifiesta para dar soluciones viables a nuestros pueblos se vuelve día a día más evidente a los ojos de sectores sociales crecientes.

Es en esta perspectiva que CUADERNOS DEL 26 pretende hacer un aporte a la reflexión de las organizaciones políticas y sociales antiimperialistas de nuestro país, através de un conjunto de materiales que intentan abordar varios aspectos de la rica y removedora etapa que enfrenta Nuestra América.

RESOLUCIONES DEL PLENARIO NACIONAL DEL MOVIMIENTO 26 DE MARZO

DECLARACIONES

EL 21 de diciembre sesionó en Montevideo el Plenario Nacional del Movimiento 26 de Marzo. Más de trescientos militantes de todo el país recibieron y aprobaron los informes políticos presentados por la Dirección Nacional y votaron una Declaración Final además de dos Declaraciones; una de apoyo al gobierno municipal de Montevideo y la otra de solidaridad con la Revolución Cubana.
A continuación transcribimos el texto de las tres resoluciones emitidas por el Plenario Nacional del Movimiento 26 de Marzo.

RESOLUCION FINAL

El Plenario Nacional del Movimiento 26 de Marzo en su Reunión Ordinaria del año 1991, luego de rendir homenaje al compañero Bernard Pastorin, habiendo realizado un Balance General del trabajo desarrollado durante este año, así como un análisis de la situación internacional, de la situación nacional y de las perspectivas para el período que se abre y culminando un proceso de discusión general desarrollado por los diferentes sectores y frentes de trabajo, declara:

1.- Europa del Este, lejos de poner en cuestión los principios revolucionarios, pone en el orden del día la imprescindible necesidad de profundizar en ellos, reafirma su vigencia y señala el creciente papel que le cabe a los pueblos latinoamericanos y sus organizaciones populares en la lucha contra el imperialismo.

2.- Que apoyados en nuestras raíces históricas y en las luchas de nuestros pueblos por la independencia y la soberanía y convencidos de la superioridad del socialismo, como sistema basado en la fraternidad y la solidaridad entre los hombres y los pueblos, frente a un sistema capitalista que nos demuestra día a día su carácter injusto, rapaz, guerrerista e inhumano, re-

afirmamos nuestro compromiso con el Programa y los Principios Fundacionales del Frente Amplio, herramienta estratégica de unidad política del pueblo uruguayo en su lucha contra la oligarquía y el imperialismo.

3.- Que no escatimará esfuerzos en su labor dirigida a fortalecer organizativa, política e ideológicamente a las organizaciones unitarias de nuestro pueblo en momentos que el Presidente Lacalle y su "coincidencia" intentan imponer un proyecto neo-liberal, privatizador, extranjerizante, antipopular y, por todo ello, profundamente divorciado de lo más puro del proyecto artiguista y de las mejores tradiciones nacionales. En ese sentido, compromete todos sus esfuerzos en el apoyo al Referendum, contra la Ley de Empresas Públicas.

4.- Que el periodo que se abre en este 1992 encierra enormes desafíos para nuestro pueblo y sus organizaciones y que, consciente de ello y de las crecientes responsabilidades que le caben, la militancia del Movimiento 26 de Marzo, expresa su voluntad de redoblar su trabajo junto a todos los orientales en todos los ámbitos de la actividad social, basados en la defensa intransigente de los intereses populares y nacionales y en la más amplia flexibilidad en la aplicación de dichos principios.

5.- Que constata con satisfacción que durante el año que culmina, nuestro Movimiento ha continuado profundizando su unidad y su coherencia político-ideológica, ha logrado sustanciales avances desde el punto de vista de su crecimiento cuantitativo y su presencia política organizada tanto en Montevideo como en el interior del país y que todo ello no ha hecho sino reafirmar su composición orgánica mayoritariamente joven y constituida por trabajadores en altísima proporción, así como el peso decisivo de la mujer en todos los niveles de nuestra organización, así como el de las compañeras de nuestro Movimiento en las organizaciones populares de nuestro país.

Montevideo,
21 de diciembre de 1991.

DECLARACION DE APOYO AL GOBIERNO MUNICIPAL

Ante la continua campaña de desprestigio de la prensa de la derecha y las reiteradas maniobras políticas de los sectores reaccionarios contra el gobierno frenteamplista de Montevideo, encabezado por el Dr. Tabaré Vázquez, el Movimiento 26 de Marzo declara:

1 - Su solidaridad con la gestión de la administración municipal capitalina.

2 - Su disposición a apoyar los esfuerzos de la administración municipal frenteamplista por transformar la IMM en un organismo al servicio de todos los montevideanos y para crear las condiciones para la más amplia participación de los vecinos en la tarea de hacer realidad la consigna de que Montevideo sea Nuestra Casa, la Casa de todos los Montevideanos.

Montevideo,
21 de diciembre de 1991.

DECLARACION DE SOLIDARIDAD CON CUBA

VISTO: La agudización del bloqueo que el imperialismo ha impuesto a Cuba agravado por las consecuencias de la disolución de la URSS y la debacle del socialismo en Europa del Este.

CONSIDERANDO: los peligros que encierra para Cuba la actual situación internacional cuando los EEUU actúan como juez y gendarme en el mundo,

El Movimiento 26 de Marzo DECLARA:

1 - Su apoyo irrestricto a la firme y digna actitud del Partido Comunista, del gobierno y el pueblo cubanos en defensa de su soberanía y de los principios del socialismo.

2 - Su repudio al bloqueo que desde hace más de tres décadas afecta a Cuba y dificulta sus esfuerzos por superar las taras heredadas del subdesarrollo.

3 - Su solidaridad activa con todas aquellas iniciativas que tiendan a reubicar a Cuba en su verdadero lugar, esto es, junto al resto de los países latinoamericanos.

INFORMES DE LA DIRECCION NACIONAL

SITUACION INTERNACIONAL

CUBA: La Dignidad de América Latina

El informe político de la Dirección Nacional del Movimiento 26 de Marzo al Plenario Nacional comenzó con un balance de la situación internacional que estuvo a cargo de Fernando Vázquez. La síntesis que presentamos establece la valoración del 26 de Marzo respecto a los fenómenos que terminaron en la disolución del socialismo en Europa, la guerra de agresión contra Irak y la situación en Europa donde se verifica el estallido de una nueva guerra en Yugoslavia y la socialdemocracia entra en profunda crisis.
El análisis desemboca en la situación de América Latina en el marco de la nueva realidad mundial en la que Cuba se levanta como símbolo de la dignidad del continente frente a la prepotencia imperialista.

ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE LA SITUACION INTERNACIONAL

Hoy intentaremos brevemente tener presente cuáles han sido en el andar de este año los principales hechos, de conocer lo más objetivamente posible, los grandes cambios que se han producido en el mundo, y en los que el 26 de Marzo ha tenido que actuar sin abandonar la estrategia de la lucha por la liberación nacional y el socialismo.

Nuestra organización, tempranamente caracterizó como una claudicación política ideológica, al proceso que inició Mijail Gorbachov, en el ya desaparecido PCUS y que en estos días concluye desapareciendo la URSS, como estado multinacional socialista.

Es falsa y oportunista la idea que la perestroika, fue la última intentona de salvar al socialismo.

El proceso que llevó a la desintegración de la URSS, obviamente fue precedido por un importante desarrollo de las ideas reformistas en el seno de dicho partido, y cuyo eje principal fue la construcción del Partido Bolchevique dirigido por Lenin.

En aras de la democracia y el pluripartidismo, un hombre destruyó el socialismo, al Estado y su partido.

A partir de la sucesiva entrega de posiciones en la política internacional frente al imperialismo norteamericano, el abandono de un política internacionalista y la incubación de grandes errores no resueltos a través del tiempo, las potencias capitalistas de occidente y también de oriente vieron el sueño de este siglo realizado, que no habían podido concluir por la via militar.

La dirigencia soviética propició con su caudal de vacilaciones, la restauración capitalista de la URSS y a partir de los próximos días, la desaparición del estado soviético de la escena internacional, dando lugar a una nueva situación inter-

nacional, dejando a la deriva al movimiento revolucionario y comunista.

Innumerables hechos políticos precedieron estos hechos. Nosotros hoy nombraremos sólo algunos, la desaparición del CAME, la desaparición del Pacto de Varsovia, la reunificación capitalista de Alemania que llevó a la desaparición de la ex RDA, la vuelta a regímenes de democracia burguesa en los ex países del sistema socialista en Europa Oriental.

A esto hay que agregarle la desintegración política de la URSS, pues en el correr de este último año fueron apareciendo con más y más fuerza demandas nacionalistas, en las repúblicas Bálticas, en Armenia, Azerbaijan, Ucrania, Georgia, etc.

Ante esta situación es importante anotar que en el correr de este año la dirigencia del PC Chino toma distancia de la vía capitalista y liquidadora de la perestroika y mantiene un rumbo socialista y el sistema de partido único.

Lo mismo sucede con Corea del Norte y Cuba.

En el ex sistema socialista y la URSS, se incrementan fenómenos típicamente capitalistas como la desocupación, la inflación, pero por sobre todas las cosas una especie de incertidumbre en grandes sectores de esas sociedades precedidos por un gran caos económico y político.

La idea de desideologizar la política, melló al partido de su herramienta fundamental que es precisamente la ideología marxista leninista, y dio cauce a la liquidación de la economía socialista.

Ahora, crece el anticomunismo, precedido de la vuelta de nobles, príncipes, zares y el fascismo y el nazismo resurgen en casi todos los países de Europa.

El ultranacionalismo y la xenofobia de sectores importantes de la gran burguesía de los países capitalistas desarrollados descarga sobre millones de trabajadores e inmigrantes, el peso de la crisis y también de la represión.

Surgen en todos los países nuevas derechas, en el marco de un "nuevo orden internacional" imperialista atravesado por profundas contradicciones económicas, sociales y políticas.

El imperialismo norteamericano, es el estado rector de los intereses del mundo, cuenta con la mayor fuerza militar en la actualidad y también con la mayor influencia política y económica sobre el resto del mundo. Esto quedó ratificado luego del desarrollo de la Guerra del Golfo, donde se arrasó a Irak y se le impuso una paz que implicó miles de muertos civiles para este país, así como la imposición de un criminal bloqueo financiero y comercial.

Este hecho de trascendente importancia a escala internacional, dio a luz un nuevo reordenamiento internacional, y a la vez marcó un duro revés a los pueblo árabes y a la causa palestina.

Aquí las Naciones Unidas actuaron bajo la orden de Estados Unidos, en el plano militar con el consentimiento de la hoy ex-Unión Soviética.

LA GUERRA IRRUMPE EN EUROPA

Otro hecho de singular importancia cuyo escenario es la zona balcánica, ha sido el conflicto militar desarrollado en Yugoslavia, encubierto en una forma nacional entre croatas y serbios. Es claro que esta guerra cuenta con el apoyo alemán a los croatas, y la cuidadosa inclinación diplomática hacia los serbios y el gobierno federal por parte de los norteamericanos. Lo cierto es que la guerra de los Balcanes, puede operar como un detonador en una Europa en crisis y temerosa ante la situación en el Este, que vive el caos y que expulsa a miles de personas que buscan las "luces" de la sociedad de consumo.

Es claro ya que este nuevo reordenamiento que surge con fuerza dentro de un mundo capitalista no será sin conflictos más o menos importantes, donde pesarán viejos espíritus de revancha pero por sobre todas las cosas de imponer la supremacía económica y política.

EL ARMAMENTO NUCLEAR EN LA URSS

Nos parece también importante señalar, dos aspectos del problema de la desintegración de la URSS que merecen ser tenidos en cuenta: A) el problema del armamento nuclear, B) las reservas políticas de los pueblos.

A) Hoy aparentemente el problema militar que representan países divididos y fragmentados donde sus fuerzas militares contengan armamento nuclear sin control político, es un factor de preocupación creciente y también de desequilibrio, en un mundo donde la relación de fuerza entre clases y países ha cambiado sustancialmente.

Han existido tensiones políticas y militares importantes entre las repúblicas soviéticas. Pensar entonces en situaciones parecidas a Yugoslavia en la URSS, no es algo que pueda descartarse en la actual situación, más bien tener en cuenta la posibilidad de situaciones militares explosivas debe ser una hipótesis de trabajo no descartada, pues la realidad está mostrando que esta nueva situación es imprevisible, y lo dominante allí es la inestabilidad y el caos.

B) El otro aspecto del problema es cómo estos países se integran a un capitalismo en crisis y cuál será la situación de los trabajadores y campesinos en esos países en los próximos años. ¿Lograrán la "economía de mercado", que es como le gusta llamar a los tecnócratas al capitalismo, igualar o superar las conquistas del socialismo?. Nuestra idea es que no y que las luchas de clases se pondrán a la orden del día.

LA CRISIS DE LA SOCIALDEMOCRACIA

En los tiempos que corren, alguien podría haber pensado que había llegado la hora de la II Internacional, que tanto trabajó para socavar los conceptos leninistas del socialismo, pero no ha sido así, también las "conquistas" de los socialdemócratas se derrumbaban ante la ola contrarrevolucionaria, privatizadora y neoliberal que irrumpe en Europa. Los sindicatos de los países de Europa del Este, se desarticulan o sencillamente los controla la derecha anticomunista y reaccionaria pero no pasan a manos de obreros con una concepción de "Socialismo democrático". Otro tanto sucede en países de Europa Occidental, donde países como Suecia, uno de los lugares donde la social democracia en condiciones muy particulares logró desarrollar su modelo y de alguna forma se transformó durante toda una época en el "ideal" de muchos partidos, tiene la derrota electoral más grande de su historia con apenas un 38 por ciento de los votos, triunfa el bloque conservador y "aparece un nuevo partido de derecha con escanios parlamentarios. La desocupación y el fascismo crecen y los dirigentes socialdemócratas se ven incapaces de frenar la ofensiva privatizadora y de liquidación de empresas del Estado.

En Bélgica y en Austria, la ultraderecha tiene avances significativos centrando su campaña en el ultranacionalismo y el racismo.

AMERICA LATINA, NUEVO MARCO DE LA CRISIS GENERAL

Para intentar tener una idea global de lo que sucede en nuestra región, debemos remitirnos a algunos análisis anteriores de nuestra organización al respecto, y en este sentido observar que hoy como ha sido siempre durante este siglo, el continente se debate ante una crisis capitalista dependiente, profundizada por el empuje de políticas neoliberales, que privilegian el saqueo de nuestras sociedades a través de

mecanismos financieros y también de políticas privatizadoras de las principales empresas públicas estatales.

Super explotación del trabajo, empobrecimiento colectivo, pequeños mercados con gran capacidad de consumo, y una apuesta generalizada a privilegiar los procesos financieros y especulativos. El despilfarro de las minorías en su superconsumo, contrasta con los niveles más altos de infraconsumo e indigencia.

En este marco la estrategia del capital se produce en una situación de "abrir las economías" atacando furibundamente las trabas de aranceles nacionales propiciando la idea del libre mercado para los supuestos planes integracionistas.

Para destruir el socialismo exacerbaron los conflictos nacionales, ahora para explotar más y mejor a nuestros pueblos han fomentado con las oligarquías criollas genuflexas, una especie de integración por separado donde por regiones intentan crear zonas de libre comercio, que todas y cada una convergen en EEUU. Es la integración de los débiles con el fuerte en igualdad de condiciones, lo que nos hace más débiles, empujándonos más todavía a la recesión productiva de la economía de nuestros países.

Este proceso "integracionista" conlleva las esencias de la acumulación de capital en su fase imperialista, libre comercio y empresa privada actuando sin ningún tipo de trabas o aranceles no hará más que aumentar las desigualdades.

La izquierda del país y un buen número de calificados dirigentes, han vacilado ante este fenómeno teniendo matices pero apoyando en los hechos la integración que propone el gran capital y en este caso el imperialismo.

La desaparición del sistema socialista, ha influido en la correlación de fuerzas del movimiento antimperialista latinoamericano negativamente, no lo ponemos en duda, pero sin embargo el ejemplo de la Revolución Cubana dirigida por el PCC y su Comandante en Jefe, Fidel Castro, ha mantenido en alto la dignidad de América, ante la prepotencia imperialista.

Ante la nueva situación, han continuado las luchas insurgentes. El Salvador, arribando en estos días a una paz digna. Continúa la lucha en Guatemala, Colombia, Perú y en Nicaragua a pesar de la derrota electoral, el FSLN ha mantenido su ideología, sus principios y su solidaridad con Cuba.

Se han producido también significativos cambios y avances políticos electorales de la izquierda latinoamericana y especialmente en Brasil, el PT se ha transformado en una fuerza de peso político muy importante en la región latinoamericana, sobre todo para la izquierda que no tiene definiciones revolucionarias. El peso creciente del PT es algo a tener muy en cuenta de todas formas en América Latina en el presente y en el futuro de nuestras relaciones internacionales. En el correr de este año hemos dado pasos significativos en relación a este partido en la región.



SITUACION NACIONAL. INFORME POLITICO

La segunda parte del Informe Político de la Dirección Nacional al Plenario Nacional del Movimiento 26 de Marzo estuvo a cargo de Julián González quien abordó la situación nacional analizando la política del gobierno del Presidente Luis Alberto Lacalle y la realidad económica del país al concluir dos años del gobierno de la "coincidencia". También se marcan los principales rasgos de los principales sectores dentro de los partidos tradicionales y termina con una rápida mención a ciertos fenómenos nuevos, producto de las transformaciones internacionales, que parecen asomar en las Fuerzas Armadas.

AISLAMIENTO POLITICO Y CRISIS

POLITICA DE GOBIERNO

- No nos vamos a extender demasiado sobre la política oficial. Todos la sufrimos. Existe una continuidad notable en la política económica y social desde la dictadura, pasando por el gobierno de Sanguinetti hasta el actual de Lacalle. Cada uno fue preparando el terreno al siguiente para avanzar en el sentido de liquidar todo lo que hubiera de contenido humanista, los aspectos de justicia social que había incorporado el sistema capitalista en nuestro país (educación, salud, seguridad social, etc...) La crisis del sistema capitalista a nivel internacional del imperialismo, también juega un papel determinante, achicando los márgenes de maniobra a las clases dominantes criollas y obligando al gobierno a actuar de forma cada vez más cruda, más desembozaen favor del capital extranjero y en contra de todo lo que sea nacional y popular.

No es novedad, pero hay que decirlo: la política económica oficial es neoliberal. Todo lo pretende resolver en términos de política monetaria, confía ciegamente en el "Mercado" como mecanismo mágico que asegura lo que ellos llaman "equilibrios económicos" en la sociedad. Una teoría absolutamente alejada de la realidad y, especialmente alejada de las necesidades de la gente. Un engendro concebido al servicio de los sectores más rapaces del sistema y aplicada por 'señoritos bien' con títulos de universidades yankis o inglesas.

ALGUNOS RESULTADOS

ECONOMICOS - Conviene recordar qué nos dijeron cuando al principio de este gobierno, se aprobó el Plan de Ajuste en el Parlamento. Era una política dura, un año en el que habría que "ajustarse el cinturón" y que el objetivo central era combatir al inflación. Principal flagelo que perjudicaba a los trabajadores y en general a todos los que se dedican a la producción.

Ya llevamos dos años de gobierno de Lacalle (90 y 91) y la inflación está allí. Lo más campante. También siguen allí todas las medidas "provisorias", pasajeras, de ajuste. Y cada vez inventan nuevas. Porque no alcanzan para combatir el "gran flagelo". Ya nadie se acuerda de lo que dijeron hace dos años.

En estos dos años, eso sí, cerraron unas cuantas fábricas. Imposible hacer la lista de las que han ido cerrando en estos diez o quince años últimos. Pero mencionemos algunas, las más importantes empresas: La Aurora, Philips, Crush, Frigorífico Pando, Inlasa, ONDA, FUNSA están al borde del cierre. ¿Qué hizo el gobierno para evitar esto? Sin embargo, varios bancos han quebrado. El último fue el Comercial. Ahora están vendiendo el Caja Obrera y el Pan de Azúcar, luego de haberlos saneado y han salvado también al Banco de Crédito de la quiebra.

Para salvaguardar la "estabilidad" del sistema financiero siempre hay dinero y soluciones. Para la producción solo existe la fórmula del "Mercado" y del sálvese quien pueda. De esa manera, según los últimos datos publicados, entre 1980 y 1990 volvieron a desaparecer 13.600 productores, (la quinta parte del total). Todos ellos pequeños. Aumentaron los grandes propietarios y volvió a descender el número de trabajadores rurales (18 mil menos). Anteriormente, ya habían desaparecido 30 mil pequeños productores (entre 1961 y 1980).

Entre tanto, las cifras oficiales dicen que la economía crece y la desocupación desciende. Pero, cada vez hay más vendedores ambulantes, más cantegriles, más carritos juntando basura y casi no quedan pueblos de ratas en el interior. La gente se vino a Montevideo o anda por Brasil o Argentina changando como puede.

Los jóvenes se siguen yendo y la delincuencia aumenta. Todo ello para asegurar que el país pague puntualmente su deuda externa: dos millones de dólares diarios solo de intereses. Mientras que la deuda sigue aumentando: siete mil millones de dólares.



MERCOSUR, PRIVATIZACIONES

- También una breve mención al Mercosur. El 26 de Marzo, desde muy temprano, hace ya un año a esta altura, cuando empezó a hablarse del tema, lo caracterizó como una parte inseparable de la política imperialista para la región y como un aspecto orgánicamente vinculado al conjunto de políticas que la oligarquía ha venido imponiendo al país: ajuste estructural, privatizaciones, apertura al capital extranjero, desmantelamiento del sistema de protección a la economía nacional, preeminencia del sistema financiero, etc ...

Luego de algunos meses de firmado el Tratado del MERCOSUR y cuando ya se ha establecido tambiébn el "4 más uno" con los EEUU aquel análisis se ha visto confirmado, lamentablemente, por la realidad. No se ve ningún atisbo de voluntad antimperialista en los gobiernos del MERCOSUR. Ni siquiera han sido capaces de incluir en el "4 más uno" la cuestión de la deuda externa y Menem o Collor de Mello le han sacado varios cuerpos de ventaja a Lacalle en lo que a privatizar, desregular y extranjerizar se refiere. Mérito que, para ser justos, corresponde al movimiento popular uruguayo y nada tiene que ver con la voluntad política del gobierno.

GOBIERNO DE COINCIDENCIA

- Desde el comienzo del período de gobierno, el Partido Nacional ha intentado aparecer como un "partido de gobierno" y al mismo tiempo nuclear a su alrededor al mayor número de fuerzas políticas posibles. Lacalle, sin embargo, pese a los esfuerzos realizados por ciertos sectores del FA, nunca consideró la posibilidad de integrarlo al gobierno, ni siquiera

marginalmente.

Si bien en un principio Lacalle consiguió embarcar prácticamente al conjunto del Partido Colorado y del Partido Nacional en lo que se denominó "coincidencia nacional", rápidamente el acuerdo se fue desflecando. Por un lado, Sanguinetti, lanzado desde ahora a una campaña electoral que, cada vez más, tiene rasgos de revancha en todo el sentido de la palabra, se sitúa cada vez más claramente en la oposición. Su perfil es, nuevamente, el de la responsabilidad, el diálogo, a lo que adiciona, según los casos, dosis de "modernidad" y de "justicia social".

Dentro del Partido Nacional, se produce por su parte, un interesante proceso por el cual el Movimiento de Rocha, sector progresista en las últimas elecciones, se alinea progresivamente con Lacalle y su política y pierde rápidamente su perfil, Zumarán y varios intendentes del interior tienden a aparecer retomando las banderas históricas del "wilsonismo". Como elemento secundario, aquí aparece Juan Raúl Ferreira hoy bastante desactivado, pero cada vez más claramente alineado junto al Movimiento de Rocha.

En los hechos vuelve a conformarse el mismo bloque político que sustentó el gobierno de Sanguinetti, impulsado en gran medida por actitudes sectarias y revanchistas de parte de Lacalle y su gente. Una dura lucha por los cargos en el aparato del Estado se procesa entre bambalinas.

Mención aparte merece el pachequismo, claramente alineado con Lacalle y en lucha con dos sectores rebeldes: Millor y Da Silva Tabárez. Aquí la pelea es entre gangsters, agravado por el hecho de que los dos "rebeldes" son personajes que, por diferentes razones, no sienten compromiso alguno con el sistema político. Una pugna que, como ya se ha visto recientemente, permite desnudar la corrupción de ese mismo sistema.

Todo este conjunto de contradicciones, a las que debe agregarse ahora la que separa al vicepresidente Gonzalo Aguirre del Presidente Lacalle ,no pueden hacernos olvidar que, en última instancia, todos ellos son solidarios a la hora de defender este sistema económico y social. Si ellas afloran con fuerza ahora, es por una serie de factores. Entre ellos pueden mencionarse: la propia crisis, la incapacidad manifiesta de Lacalle de liderar el proceso en forma confiable, la falta de un equipo coherente y capaz de gobernar (especialmente en el área económica). A partir de allí, aparecen las ambiciones personales, los apetitos y una tendencia marcada en ciertos sectores de la administración pública a aplicar una política de "tierra arrasada" que se agudiza a medida que el aislamiento político y la incapacidad del gobierno se hace más manifiesta.

No olvidar que el actual equipo de gobierno, especialmente en el área económica, no tiene la experiencia que tuvo Sanguinetti y expresa, en ciertos casos, corrientes que expresan al neoliberalismo más salvaje.

Hoy, puede decirse, que el gobierno sufre una situación de aislamiento político inédita desde que salimos de la dictadura.

Tampoco podemos olvidar a las FFAA como factor de poder. Sin dejar de jugar su rol de garante del sistema y por lo tanto manteniendo su presencia como factor disuasivo desde una posición de "pasividad activa", hay algunos factores nuevos. En primer lugar, desde el Pentágono las señales que llegan parecen mostrar una creciente tendencia a una réplica progresiva de importancia de los ejércitos nacionales en favor de la estrategia de intervención a través de los Grupos de Despliegue Rápido. No olvidar que luego de las experiencias de Granada, Panamá e Irak, el Pentágono ha logrado unificar sus fuerzas de intervención, e incluso, ha

Para salvaguardar la "estabilidad" del sistema financiero siempre hay dinero y soluciones. Para la producción solo existe la fórmula del "Mercado" y del sálvese quien pueda. De esa manera, según los últimos datos publicados, entre 1980 y 1990 volvieron a desaparecer 13.600 productores, (la quinta parte del total). Todos ellos pequeños. Aumentaron los grandes propietarios y volvió a descender el número de trabajadores rurales (18 mil menos). Anteriormente, ya habían desaparecido 30 mil pequeños productores (entre 1961 y 1980).

Entre tanto, las cifras oficiales dicen que la economía crece y la desocupación desciende. Pero, cada vez hay más vendedores ambulantes, más cantegriles, más carritos juntando basura y casi no quedan pueblos de ratas en el interior. La gente se vino a Montevideo o anda por Brasil o Argentina changando como puede.

Los jóvenes se siguen yendo y la delincuencia aumenta. Todo ello para asegurar que el país pague puntualmente su deuda externa: dos millones de dólares diarios solo de intereses. Mientras que la deuda sigue aumentando: siete mil millones de dólares.



MERCOSUR, PRIVATIZACIONES

- También una breve mención al Mercosur. El 26 de Marzo, desde muy temprano, hace ya un año a esta altura, cuando empezó a hablarse del tema, lo caracterizó como una parte inseparable de la política imperialista para la región y como un aspecto orgánicamente vinculado al conjunto de políticas que la oligarquía ha venido imponiendo al país: ajuste estructural, privatizaciones, apertura al capital extranjero, desmantelamiento del sistema de protección a la economía nacional, preeminencia del sistema financiero, etc ...

Luego de algunos meses de firmado el Tratado del MERCOSUR y cuando ya se ha establecido tambiébn el "4 más uno" con los EEUU aquel análisis se ha visto confirmado, lamentablemente, por la realidad. No se ve ningún atisbo de voluntad antimperialista en los gobiernos del MERCOSUR. Ni siquiera han sido capaces de incluir en el "4 más uno" la cuestión de la deuda externa y Menem o Collor de Mello le han sacado varios cuerpos de ventaja a Lacalle en lo que a privatizar, desregular y extranjerizar se refiere. Mérito que, para ser justos, corresponde al movimiento popular uruguayo y nada tiene que ver con la voluntad política del gobierno.

GOBIERNO DE COINCIDENCIA

- Desde el comienzo del período de gobierno, el Partido Nacional ha intentado aparecer como un "partido de gobierno" y al mismo tiempo nuclear a su alrededor al mayor número de fuerzas políticas posibles. Lacalle, sin embargo, pese a los esfuerzos realizados por ciertos sectores del FA, nunca consideró la posibilidad de integrarlo al gobierno, ni siquiera

marginalmente.

Si bien en un principio Lacalle consiguió embarcar prácticamente al conjunto del Partido Colorado y del Partido Nacional en lo que se denominó "coincidencia nacional", rápidamente el acuerdo se fue desflecando. Por un lado, Sanguinetti, lanzado desde ahora a una campaña electoral que, cada vez más, tiene rasgos de revancha en todo el sentido de la palabra, se sitúa cada vez más claramente en la oposición. Su perfil es, nuevamente, el de la responsabilidad, el diálogo, a lo que adiciona, según los casos, dosis de "modernidad" y de "justicia social".

Dentro del Partido Nacional, se produce por su parte, un interesante proceso por el cual el Movimiento de Rocha, sector progresista en las últimas elecciones, se alinea progresivamente con Lacalle y su política y pierde rápidamente su perfil, Zumarán y varios intendentes del interior tienden a aparecer retomando las banderas históricas del "wilsonismo". Como elemento secundario, aquí aparece Juan Raúl Ferreira hoy bastante desactivado, pero cada vez más claramente alineado junto al Movimiento de Rocha.

En los hechos vuelve a conformarse el mismo bloque político que sustentó el gobierno de Sanguinetti, impulsado en gran medida por actitudes sectarias y revanchistas de parte de Lacalle y su gente. Una dura lucha por los cargos en el aparato del Estado se procesa entre bambalinas.

Mención aparte merece el pachequismo, claramente alineado con Lacalle y en lucha con dos sectores rebeldes: Millor y Da Silva Tabárez. Aquí la pelea es entre gangsters, agravado por el hecho de que los dos "rebeldes" son personajes que, por diferentes razones, no sienten compromiso alguno con el sistema político. Una pugna que, como ya se ha visto recientemente, permite desnudar la corrupción de ese mismo sistema.

Todo este conjunto de contradicciones, a las que debe agregarse ahora la que separa al vicepresidente Gonzalo Aguirre del Presidente Lacalle ,no pueden hacernos olvidar que, en última instancia, todos ellos son solidarios a la hora de defender este sistema económico y social. Si ellas afloran con fuerza ahora, es por una serie de factores. Entre ellos pueden mencionarse: la propia crisis, la incapacidad manifiesta de Lacalle de liderar el proceso en forma confiable, la falta de un equipo coherente y capaz de gobernar (especialmente en el área económica). A partir de allí, aparecen las ambiciones personales, los apetitos y una tendencia marcada en ciertos sectores de la administración pública a aplicar una política de "tierra arrasada" que se agudiza a medida que el aislamiento político y la incapacidad del gobierno se hace más manifiesta.

No olvidar que el actual equipo de gobierno, especialmente en el área económica, no tiene la experiencia que tuvo Sanguinetti y expresa, en ciertos casos, corrientes que expresan al neoliberalismo más salvaje.

Hoy, puede decirse, que el gobierno sufre una situación de aislamiento político inédita desde que salimos de la dictadura.

Tampoco podemos olvidar a las FFAA como factor de poder. Sin dejar de jugar su rol de garante del sistema y por lo tanto manteniendo su presencia como factor disuasivo desde una posición de "pasividad activa", hay algunos factores nuevos. En primer lugar, desde el Pentágono las señales que llegan parecen mostrar una creciente tendencia a una réplica progresiva de importancia de los ejércitos nacionales en favor de la estrategia de intervención a través de los Grupos de Despliegue Rápido. No olvidar que luego de las experiencias de Granada, Panamá e Irak, el Pentágono ha logrado unificar sus fuerzas de intervención, e incluso, ha

demostrado capacidad para coordinar bajo su mando las fuerzas de sus aliados de la OTAN. Y,. por otra parte, informes muy recientes indican que ha sido creado un nuevo organismo de mando y coordinación al que se conoce como "el centro" que tiene a su mando las Fuerzas de Despliegue Rápido, la CIA y la DEA. Junto a ello, la reorientación de la Guerra de las Galaxias en el sentido de dirigir esta estrategia hacia el Tercer Mundo, a partir de la Guerra del Golfo.

En segundo término, es muy clara la política de Lacalle dirigida a neutralizar a las FFAA por medio de incentivos y prebendas que favorecen el pase a retiro voluntario al mismo tiempo que busca "blanquear" los mandos que eran abrumadoramente colorados.



EL FRENTE AMPLIO Y EL 26 DE MARZO

INFORME POLITICO

Eduardo Rubio fue el encargado de presentar un balance del Frente Amplio y del papel del Movimiento 26 de Marzo al Plenario Nacional del 26 de Marzo en nombre de la Dirección Nacional. Luego de un breve análisis de la situación y la problemática que enfrenta el Frente Amplio el informe se centra en el papel jugado por la militancia del 26 de Marzo durante el año 1991 en diversos momentos cruciales que atravesó la vida del FA particularmente, se detiene en el II Congreso Ordinario para finalmente dejar planteados los lineamientos centrales de la política del Movimiento 26 de Marzo en el Frente Amplio para esta etapa.

EL FA Y EL PAPEL DEL 26 DE MARZO

Este año que culmina ha estado marcado por importantes acontecimientos en la vida del FA. Solo recordar el Congreso que se realizó en agosto, bastaría para ejemplificar esto. Pero además el FA debió enfrentar este año las exigencias del gobierno departamental de Montevideo y dar respuesta a la ofensiva del gobierno de la coincidencia, que acelera la aplicación de su plan económico y político, golpeando duramente a los trabajadores y a nuestro pueblo en general.

Si lo analizamos desde el punto de vista de nuestro trabajo como 26 en el FA, no hay dudas que 1991 ha sido un año de importantísimos avances. Podemos decir que el 26 ha pesado como nunca en la vida política del FA, asumiendo un protagonismo que hasta ahora no habíamos tenido. Esto está en correspondencia con el desarrollo de toda nuestra organización y fundamentalmente con el trabajo organizado de cientos de compañeros que a lo largo y a lo ancho del país han puesto su esfuerzo en esta tarea.

Dimos una lucha firme y sin descanso por ubicar al FA en una línea de clara oposición al gobierno de Lacalle. Por defender los principios programáticos del FA, su contenido de fuerza popular, antioligárquica y antimperialista. Y si bien el punto más alto de este esfuerzo estuvo en el Congreso del FA, fue tarea de todos los días.

Y esto tenemos que entenderlo en el marco de lo que es la realidad interna del FA. No de este año que termina. Podríamos decir que es

una realidad histórica, una contradicción que se expresa en fuerzas y gente que aspira a llevar al FA hacia posiciones de centro y quienes pretendemos afirmar al FA en su camino histórico, de fuerza popular y antimperialista. Entre quienes apuestan todo a una estrategia meramente electoral, que subordina todo a conquistar un triunfo en las próximas elecciones, aunque esto suponga resignar partes sutanciales de nuestro programa y compromisos con fuerzas que están lejos de representar los intereses populares y los que queremos afirmar un estrategia de acumulación entorno al programa del FA y de defensa inclaudicable a los intereses populares.

Si miramos un poco para atrás nos encontraremos con los problemas con Batalla y el PDC que no hacían más que expresar esta contradicción. Pero estos problemas o esta situación no empezó con Batalla ni terminó con su alejamiento del FA. Hoy en un mundo donde se derrumbó el sistema socialista y desapareció la URSS. Con una ofensiva brutal a la derecha y una crisis sin precendentes en la izquierda a nivel mundial. Con la virtual desaparición del PCU (al menos tal como lo conocimos) y el desmembramiento de Democracia Avanzada teniendo en cuenta el principal papel que este partido jugó en la fundación y desarrollo del FA.

En este contexto internacional y nacional la contradicción a la que hacíamos referencia se expresa fuertemenete, en cada paso de la vida del FA. Y así lo veremos ante cada hecho importante que abordemos en el informe. El FA ha enfrentado esta situación en un estado de creciente desmovilización. O mejor dicho de crecientes dificultades para movilizar a su militancia. Este hecho que es objetivo, es utilizado como argumento para desechar la militancia, para demostrar que la gente ya no sienté interés por participar de la política y para decretar perimidas toda forma de organización política y de militancia.

Nosotros hemos sostenido posiciones absolutamente contrarias a éstas. Y creemos tener razón. En primer lugar es absurdo pretender que en cada momento histórico vamos a tener los mismos niveles de movilización y participación de la gente. Hay momentos de auge de la lucha de clases o momentos especiales como una elección nacional en que la gente se vuelca masivamente a la actividad política. Pero más allá de estas circunstancias el papel fundamental de las organizaciones políticas populares y revolucionarias es el de promover, incentivar, abrir caminos para la participación organizada de la gente en la actividad política. Y para eso es necesario establecer políticas que apunten a ese objetivo. Y estas políticas no han existido. Por el contrario, cuando en cada discurso se dice que la gente está cansada y que ya no quiere militar. Cuando se desestimula y desvaloriza la actividad política y se estimula cualquier otro tipo de partici-



pación. Cuando se pregona la despolitización y la despartidización como los valores más importantes a impulsar en la actividad social. Cuando se busca la conciliación como la forma más adecuada de la política y se confunde a la militancia con planteos difusos, que no delimitan claramente nuestro perfil de fuerza popular. Cuando sucede todo esto y sucede todos los días, no podemos asombrarnos de que falte militancia y la gente vaya para sus casas.

Hay incluso, hechos que marcan más claramente esta política desmovilizadora. Tal vez el más grande tiene que ver con lo que pasó inmediatamente después del triunfo del FA en Montevideo. Lo primero que se dijo fue que la militancia del FA y en particular los Comités de Base, no tenían nada que ver ni nada que hacer con el gobierno departamental. Esto se le dijo a la gente que realmente gestó el triunfo con su militancia ¿Cómo asombrarnos entonces de que esta gente se siente desmoralizada o sin voluntad de militancia?

Otro ejemplo fueron las últimas elecciones en los Comités de Base. Por primera vez en la historia del FA no se hizo ningún tipo de propaganda para esta actividad. Mucha gente ni se enteró y varias veces hubo intentos de suspenderlas. Luego todos se encargan de insitir en la baja participación de la gente en las elecciones de los Comités.

O el último acto del FA, el 5 de diciembre, que fuera propuesto por nosotros. Todos los compañeros conocen lo que costó que se aprobara la realización del mismo. Pero también saben que no se hizo nada para que el acto saliera. Fundamentalmente a nivel de la propaganda la que se hizo parecía más bien para que no fuera gente. Se imprimieron 3.500 afiches para un acto central del FA, cuando nosotros para cualquiera de nuestros actos centrales no imprimimos menos de 15.000 afiches. Por supuesto que no hubo propaganda en la TV y la de las radios fue escasa. En la pegatina central de 12 pegatineros, 10 eran compañeros del 26.

Creemos que estos hechos más allá de la anécdota, sirven para ilustrar la situación. Para demostrar que hay una política que tiende a la desmovilización. Que parte de la base que la militancia paso de moda y que el FA ya no necesita de la gente organizada y movilizada. Hay quienes apuesta a la transformación del FA en un partido de opinipón, que se "adapte" más a las circunstancias actuales y que permita jugar más hacia el centro, flexibilizando el programa y las propias políticas de enfrentamiento al gobierno, sin la presencia y la oposición de las bases movilizadas. Esta es sin duda un idea que pesa. El parte del "pragmatismo" que se pregona, de la aceptación que plantea la propaganda de la derecha acercad el fin de la lucha de clases, del fin de las ideologías, de la derrota y el fracaso del socialismo. Nosotros por el contrario sostenemos que hoy más que nunca es imprescindible la organización y la movilización de la gente, para cerrarle el paso a la derecha, para defender sin concesiones los intereses de nuestro pueblo y poder plantear un alternativa real de cambio. Nosotros creemos que se deben elaborar políticas que apunten precisamente a darle a la militancia y al pueblo los caminos para participar organizada y efectivamente de la lucha política. Debemos jerarquizar la militancia como las formas más elevadas de participación, sin despreciar por ello a quienes vuelcan su esfuerzo en otros ámbitos.

Pero nosotros queremos liquidar con este sistema de injusticia y de opresión, queremos desplazar a la oligarquía del poder y el único camino es la lucha política. Por eso la importancia de la militancia y la jerarquización que hacemos de ella.

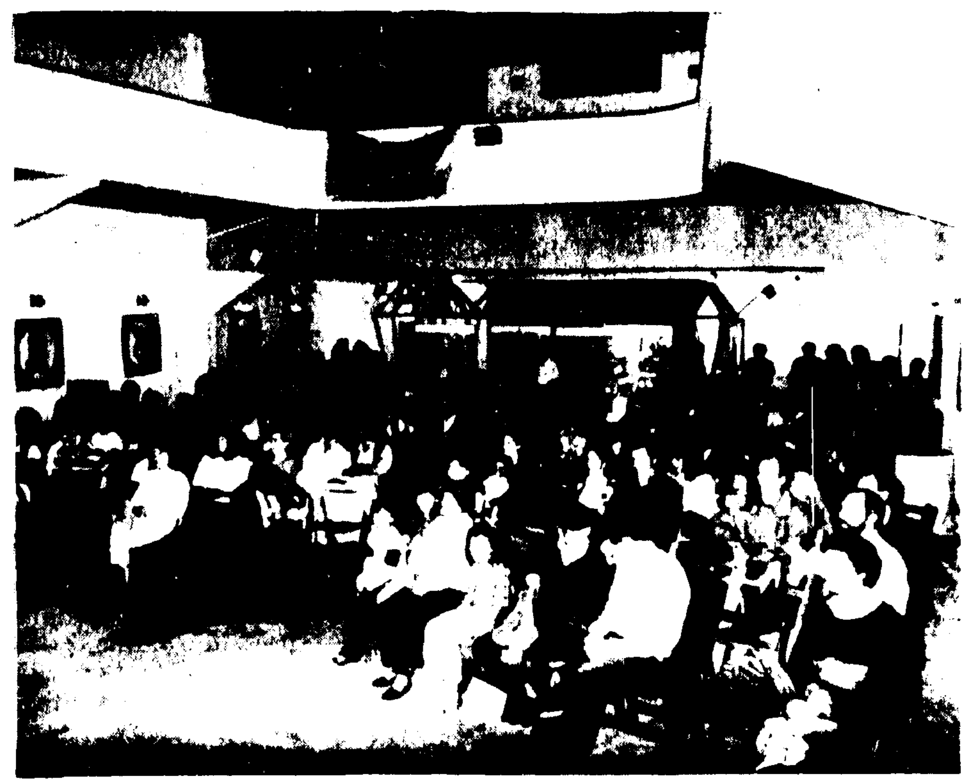
Las diferentes ópticas con que se encara las dificultades de movilización no hacen más que expresar la contradicción que señalábamos al principio. Más allá de actitudes conscientes o inconscientes hay fuerzas que tienden a llevar al FA hacia el centro del espectro político, limando las aristas más salientes, vaciando su contenido transformador. Ubicándolo en un camino que lo torne "creíble" hacia la derecha. De ahí surge la preocupación de que los EEUU y el FMI nos acepten como alternativa de gobierno. Que la oligarquía y la derecha no se sienta molesta con nuestra posiciones políticas, lo que se resume en la famosa "cultura de gobierno" que hay que tener.

La expresión más clara de esto fue el documento de los 24. Es cierto que este engendro tenía otras connotaciones, pero es también la más clara ofensiva que se vivió para cambiar al FA, liquidando su contenido transformador y revolucionario, convirtiéndolo en un adorno más del sistema. Y decimos que este documento tenía otras connotaciones, porque en los hechos fue un intento por parte de los "renovadores" del PCU para imponer su línea en su partido a través del FA. O sea, ellos pretendían que el Congreso del FA aprobara sus planteos y de esa forma resolver los problemas que hoy están enfrentando en su partido. Si ellos hubieran triunfado en el Congreso del FA ¿quién se iba a oponer dentro del PCU a las resoluciones de este Congreso? Ellos hubieran contado, no sólo con sus escasas fuerzas, sino que hubieran echado para adelante todo el respaldo que hubieran obtenido en el Congreso del FA.

EL PAPEL DEL 26 DE MARZO

Pensamos que es importante, además de necesario, hacer un recuento y una valoración del papel que jugó nuestra organización en todo este período de vida del FA. Lo dijimos al principio, pero es importante remarcarlo: el 26 ha tenido un importante protagonismo en cada uno de los hechos trascendentes que vivió el FA en 1991. Creció nuestra incidencia; pensamos en las decisiones como nunca lo habíamos hecho. Dejamos definitivamente de ser una organización pequeña, disciplinada, que acompañaba las decisiones del FA sin opinar demasiado. Y pasamos a ser una organización con fuerza, con incidencia, con presencia en todos los niveles de trabajo del FA y con opiniones propias sobre los principales temas políticos nacionales o internacionales.

Un síntoma claro de esta nueva situación fue la capacidad que tuvo el 26 de sumar fuerzas concretando acuerdos con muchas fuerzas del FA. Desde fines del año anterior, en el último plenario



que se realizó, comenzó a funcionar lo que llamamos el grupo de los chicos. Fuimos a ese Plenario con una posición común y sacamos las resoluciones que propusimos. A partir de este momento esta coordinación se mantuvo con altibajos hasta ahora, afirmando un espacio frenteamplista, que permite una mayor incidencia en cada instancia importante. Incluso este año ese espacio muchas veces se amplió con coordinación que incluyeron al MPP, fundamentalmente en la instancia del Congreso.

Un papel destacado jugó el 26 en la discusión del MERCOSUR. Por lejos fuimos la organización que más profundizó en el tema, con artículos, documentos y exposiciones que fueron tomados como base del trabajo para mucha gente. Más allá de que en el Plenario que se discutió el tema quedamos en minoría, fue fundamental el papel que jugamos junto a otras fuerzas del FA, para marcar una clara posición de principios y no dejar pasar impunemente este tratado que ya es nefasto para los intereses de nuestro pueblo. Vale la pena recordar que desde el primer momento de la discusión sostuvimos la relación estrecha entre el tratado del MERCOSUR y la Iniciativa Bush para las Américas. Tan estrecha relación tiene, que en verdad son la misma cosa. En ese momento se levantaron voces que hasta quisieron ironizar sobre esta afirmación nuestra. E incluso hubo quienes llegaron a sostener que el MERCOSUR era antagónico con la Iniciativa Bush. No se precisó mucho tiempo para que apareciera en escena el 4 más 1 y se confirmara dolorosamente todo lo que habíamos previsto. La Mesa Política del FA resolvió por mayoría rechazar el 4 más 1 y en este rechazo tiene mucho que ver la posición que asumimos desde un principio y la difusión que le dimos. Lo que ha servido para esclarecer a mucha gente, fundamentalmente a los trabajadores que son quienes han sufrido en primer lugar las consecuencias de este tratado.

Este episodio sirvió para marcar con claridad como se plantean muchas fuerzas del FA que este se debe ubicar en la perspectiva de un posible triunfo electoral. Hay que dejar la "cultura de resistencia" y tener "cultura de gobierno". Hay que adaptarse a los tiempos que se viven". Estas son algunas de las afirmaciones que escuchamos más a menudo para justificar estas posiciones. En el caso del MERCOSUR esto llevó a que el FA quedara apoyando una cosa que iba directamente en contra de los intereses de los trabajadores y peor aún, algo que entraba en la estrategia el imperialismo. Otra oportunidad en que debimos dar una dura batalla política fue durante la guerra del golfo. Allí dimos prácticamente solos, la pelea por denunciar el carácter de agresión imperialista que tuvo esta guerra. Había quienes defendían la posición del gobierno uruguayo, en esa instancia que fue de total sumisión al imperialismo yanqui. Otros que pretendían ser neutrales. Pero todos coincidían en culpar a Irak como responsable de la guerra. Dimos la batalla y conseguimos una buena declaración del FA, en la que si bien debimos hacer algunas concesiones, sustancialmente quedó planteado el repudio a la nueva agresión imperialista.

Un capítulo aparte merecería la actuacióndel 26 en el Congreso del FA. Evidentemente debemos ser sintéticos en este balance, lo que puede obligarnos a dejar algunas cosas por el camino. Pero podemos decir que el Congreso del FA fue el hecho más importante del año para el propio Frente y en lo que tiene que ver con nuestra actuación allí. Estuvimos presentes desde los primeros momentos en la comisión preparatoria en donde se elaboró el documento. Allí se peleó día a día, ganando espacios, discutiendo tema a tema y metiendo nuestras

ideas. Nosotros valoramos que el documento base que esta comisión elaboró para el Congreso, fue un triunfo para quienes defendimos las ideas del frenteamplismo.

En el marco del Congreso se dio la aparición del documento de los 24. Ya analizamos el contenido de este documento y las motivaciones de quienes los lanzaron. Aquí queremos destacar el papel que jugó el 26 en la lucha contra este intento liquidador del FA y en la derrota del mismo. No queremos decir que no persistan intentos de esta naturaleza. En realidad los vemos a diario. Lo que sí podemos afirmar es que ese intento en particular, hasta ahora el más serio y peligroso, fue derrotado en gran parte gracias al combate implacable que le dimos. Desde el primer día salimos marcando nuestra posición, desenmascarando las verdaderas intenciones de los "renovadores". Se nos dijo que eramos demasiado duros; que lo mejor era no darles importancia, otros opinaron que lo mejor era el silencio y otros que lo malo era el método, en tanto que el contenido era compartible. Nosotros mantuvimos nuestra decisión de dar esa lucha política que sabíamos fundamental para la existencia misma del FA. El tiempo nos dio la razón y los frenteamplistas también. El Congreso significó una dura derrota para los 24. Y lo fue porque se les dio combate, se los desenmascaró ante todos los frenteamplistas, se les descubrió el juego.

Otro elemento a destacar en el marco del Congreso fue el trabajo de todos los compañeros a lo largo y a lo ancho del país, en la elección de los delegados. Conseguimos una delegación que fue de las más numerosas y por lejos la más coherente y la más organizada. Esto no lo decimos nosotros, lo dijeron todos y hasta la prensa reconoció este hecho. Nuestros compañeros fueron la referencia para coordinadoras y departamentales en los momentos de votar. Por supuesto que arrastramos a cientos de delegados que votaron con nosotros, lo que multiplicó nuestra fuerza.

En las semanas previas al Congreso, se visitaron cientos de Comités de Base, participando en debates y Mesas Redondas, en los que intervenían no solo los compañeros que iban centralmente sino nuestros compañeros en cada lugar. Para tener una idea del grado de incidencia que tuvimos en estas instancias, se puede tomar el hecho de que visitamos muchos más Comités en las semanas previas al Congreso que en la propia campaña electoral.

Otro elemento a destacar en el marco del Congreso fue el Encuentro de Juventudes Frenteamplistas en donde nuestros jóvenes dieron una batalla política, marcando una gran presencia y saliendo como una de las fuerzas juveniles más importantes del FA.

Por último el desarrollo del propio Congreso, el aporte del 26 fue sustancial. Establecimos acuerdos con varias fuerzas políticas; dimos la pelea en todas las comisiones, marcando una posición clara y coherente. Los compañeros se foguearon en la lucha política, destacándose sus intervenciones y la fuerzas que se puso en cada tema.

Nosotros valoramos el resultado del Congreso, el aporte del 26 fue sustancial. Establecimos acuerdos con varias fuerzas políticas; dimos la pelea en todas las comisiones, marcando una posición clara y coherente. Los compañeros se foguearon en la lucha política, destacándose sus intervenciones y la fuerza que se puso en cada tema.

Nosotros valoramos el resultado del Congreso como un triunfo nuestro y de las fuerzas que pelearon con nosotros. Pero en particular para el 26, fue una gran experiencia. Nos permitió medir nuestras fuerzas y las de los demás. Nos demostró el grado de influencia que ya tenemos y nos mostró las condiciones excelentes que tenemos para seguir

desarrollándonos. Ahí se vio al 26 con un alto espíritu partidario, con fuerza, coherencia y disciplina. Afirmamos allí un espacio que nos veníamos ganando desde hacía tiempo, y nos abrió un amplio espacio para seguir trabajando. También creció nuestra responsabilidad como fuerza política ya no sólo ante nuestros compañeros, sino que ante un gran número de frenteamplistas que comparten nuestro planteo.

Pasado el Congreso han quedado planteadas una serie de temas para ir resolviendo. Uno de ellos es el de la movilización del FA. Nosotros, apenas pasado el Congreso, propusimos un acto de masas para profundizar el camino emprendido por la militancia frentista en el Congreso. Una vez más quedó aquí al descubierto la contradicción que existe en el FA. Fueron semanas, hasta meses de discusión para sacar adelante un acto, al que se le quitó todo apoyo. Pero sin duda el tema de la movilización sigue planteado y debe ser una de nuestras banderas.

Otro tema que se discutió y definió después del Congreso, fue el de la estrategia a seguir para salirle el cruce a la ofensiva privatizadora. Todos recordamos la discusión de si ir al Referendum o de ir a una Reforma Constitucional. Nosotros propusimos el camino de la Reforma pues entendimos que era el que nos permitiría enfrentar más radicalmente y con mayores posibilidades el proyecto del gobierno. La mayoría del FA encabezada por los socialistas impulsaron el Referendum. Se argumentó que era la respuesta más rápida y la más radical. Se tuvo un discurso de confrontación para convencer a la militancia. Nosotros sabíamos que esto no era así. De lo que se trataba era de apurar la definición de este tema ahora, despejando el 94 de cualquier otra cosa que no fueran las candidaturas que se pretenden impulsar. Y al mismo tiempo ir forjando desde ya las alianzas políticas hacia el famoso "gobierno de mayorías".

Los hechos nos han dado la razón. Se ha puesto en marcha un Referendum, que además de la incertidumbre de su resultado, impugnara solo parcialmente la ley de privatizaciones. O sea que la tal medida radical y urgente, para golpear con todo al neoliberalismo, se ha transformado en una impugnación parcial que deja afuera a miles de trabajadores. El discurso radical ha sido dejado de lado y hoy la principal preocupación es conformar a los aliados que se han conseguido.

Es claro que nosotros acompañaremos este Referendum, trabajaremos por él como corresponde. Pero totalmente claros del verdadero alcance que tiene y los intereses que se mueven detrás de esto.

HACIA UNA ORGANIZACION DE MASAS

INFORME POLITICO

En la parte final del Informe político de la Dirección Nacional del Movimiento 26 de Marzo al Plenario Nacional de diciembre de 1991 estuvo a cargo de Ruben Vera quien realizó un rico análisis de la nueva realidad en la que deberá actuar la militancia del 26 de Marzo, las características principales que deberá asumir su labor política, las posibilidades que se abren para ello y la necesidad de crear conciencia respecto a cuál será el papel y cuáles los rasgos del Movimiento 26 de Marzo en los tiempos que se avecinan. Transformar el 26 de Marzo en un organización de masas es la tarea de todos los militantes del 26 en esta etapa.

DEBEMOS IMAGINAR EN QUE MUNDO VIVIREMOS LOS PROXIMOS AÑOS

En qué América Latina viviremos, cuál será la situación política, social, económca de nuestro país. Cómo será el Frente Amplio dentro de uno, dos o tres años. Cuál será la realidad del movimiento obrero, del pueblo en su conjunto. Qué 26 de Marzo necesitaremos para trabajar en esa realidad, cuál es la organización que necesitamos y que queremos todos capaz de transformar la sociedad de la injusticia por una nueva, más justa y más humana. El mundo entero ha cambiado violentamente a una velocidad imposible de prever y de consecuencias también imprevisibles por ahora. Desde nuestra óptica limitada, por supuesto, tanto por la información, como por los conocimientos, nos atrevemos a decir que serán para los pueblos, partidos de izquerda y progresistas, años difíciles. Pero a su vez darán comienzo nuevos intentos de rescatar en muchas partes del mundo las ideas rectoras del socialismo, posiblemente enriquecidas con la experiencia de los últimos acontecimientos.

Mientras tanto deberemos continuar luchando contra un imperialismo que hoy mira al mundo como suyo, sin nadie que se le interponga. Que propagandea el triunfo de su ideología. Qué se siente y actúa como conciencia universal de los pueblos. Que aumenta sus niveles de opresión y explotación en busca de derrocar un presidente por acusaciones de narcotraficante. Masacran un pueblo con sus bombas mientras duerme para arrebatarles su soberanía y quedarse con el canal de Panamá. Se llevan preso a ese presidente, dejan en su lugar un jefe narcotraficante y aumentan el ejército de ocupación. Así humillan a un pequeño país. Otro día con el argumento de la defensa de la libertad en el Medio Oriente y en realidad, para seguir rapiñando el petróleo de toda esa inmensa región, juntan todos los ejércitos de los principales países industrializados y el suyo propio, para descargar nuevamente sus bombas sobre la población civil del pueblo iraki. Con un motivo menor, hoy preparan sus aviones de la muerte para bombardear nuevamente Libia, otro pequeño país, que supuestamente esconde dos terroristas que hace dos años, siempre según ellos, colocaron una bomba en un avión inglés. Cuál será el motivo por el que buscarán invadir Cuba, además de intentar de todas formas, desestabilizarla con el bloqueo. Y en la actualidad, sobreviviendo en condiciones extremadamente difíciles por el doble bloqueo simultáneo al desapare-



cer el sistema socialista y la Unión Soviética. El imperialismo seguramente seguirá apretando el cinto de los paises de América Latina. Y los gobiernos cipayos, representantes de las oligarquías nativas continuarán arrastrándose frente al imperio, para que en recompensa sigan sacando su tajada.

En las fuerzas de izquierda de América Latina comienzan a soplar nuevos vientos favorables. Y hay bastantes síntomas de reanimación como para mostrarnos optimistas. Solamente durante los dos últimos años, varias reuniones se han venido realizando entre las principales fuerzas revolucionarias y progresistas de nuestro continente. Allí hemos podido observar en primer lugar, un fenómeno muy positivo en cuanto a la búsqueda de nuevos caminos para los pueblos oprimidos. Y principalmente un movimiento de izquierda que mira hacia el interior de esta América Latina. Posiciones revolucionarias "antiperestroikas" en Partidos Comunistas como el de Bolivia, o el de Argentina. Movimientos y partidos con planteos revolucionarios en Perú, Panamá, República Dominicana, Paraguay, Colombia, Chile, Brasil, Honduras, Guatemala, Panamá, Ecuador, Venezuela. De un año a otro hemos observado un claro retroceso de las fuerzas reformistas, y un claro avance de las fuerzas revolucionarias. En el último encuentro que tuvimos con las fuerzas políticas de izquierda en ocasión del Congreso del PT escuchamos un claro planteo revolucionario del Comandante Daniel Ortega que contribuyó grandemente a cambiar la correlación de fuerzas hasta ese momento.

A nivel de las fuerzas políticas integrantes del Frente Amplio asistimos a un reacomodo interno, que se seguirá procesando a medida que el PC resuelva sus contradicciones internas. De hecho la principal alianza electoral que integra el FA (DA), acaba de tener la baja de dos de sus grupos, la CUF, y el MPF. Las posiciones dominantes hasta el momento por lo menos a nivel de la dirección del PC, han sido la de los reformistas. Al adoptar esta posición de centro, oportunista han influido claramente en el conjunto de la orientación política del Frente. Hasta cuándo podrán seguir coexistiendo estas dos orientaciones en el interior del PC, no es posible adelantar por el momento pero parece claro que a mediano plazo harán crisis ya que son posiciones irreconciliables. Es probable que entonces tengamos un división formal del PC, y esta realidad cambie nuevamente el panorama del Frente. Ya sea con dos partidos, o con un partido nuevo, o con nuevas alianzas. Lo que sí queda claro que ya debemos hacernos la idea de un Frente Amplio distinto y una discusión interna importante en todos los temas principales para la cual debemos estar preparados.

Estos cambios tendrán su expresión también en el movimiento sindical. Hasta ahora el PC (reformista) conserva el 80 por ciento de la conducción sindical. Esta situación no representa la realidad que tendremos en poco tiempo más, donde muy posiblemente esta estructura también sufrirá las consecuencias de la división del PC. Debemos pensar en grandes cambios a nivel de los sindicatos y el movimiento obrero en general. Nosotros tendremos que apresurarnos si no queremos que la nueva realidad nos encuentre desprevenidos y sin respuestas correctas.

Nos planteamos una política no de subsistencia, si no de tener la iniciativa constante. En esta realidad que nos va a tocar vivir los próximos dos o tres años, el 26 de Marzo debe pasar a la ofensiva políticas e ideológica. Sabiendo que tendremos que defender lo nuestro pero a la vez, denunciar y enfrentar la política imperialista y oligárquica de la clase dominante. Y de la misma manera salirle al cruce como se hizo con el grupo de los "24", a las oposiciones oportunistas

que pretenden introducirse en el Frente Amplio, el movimiento obrero y el movimiento estudiantil. Serán tiempos de defender y propagandear las ideas revolucionarias, las concesiones científicas del socialismo. Pero a todo esto se sumarán también ya que se pondrán en discusión por parte de los oportunistas desde los métodos organizativos hasta la participación de la gente. Deberemos proteger, difundir y desarrollar nuestros medios económicos, nuestra propaganda partidaria, nuestro trabajo social, cada frente de trabajo y hasta los locales partidarios.

EL IMPULSO DEL TRABAJO DE MASAS

Todos los compañeros deben pensar en función de esta consigna. Del desafío que tenemos de acercar las ideas y propuestas de la organización a nivel de nuestro pueblo. Continuaremos con la construcción de la herramienta que es la organización. Pero esto pasará a segundo plano ya que lo principal en este momento es la construcción de un poderosa organización de masas. Nosotros no podemos pensar en desarrollar una estrategia más o menos creíble, si no somos capaces de contar con fuerzas organizadas capaces de desarrollar esa estrategia. No podemos pensar en una política de alianzas si no contamos con las fuerzas suficientes para imponer esos niveles de alianzas. Por tanto para nosotros es imprescindible contar con un pueblo organizado. Este pueblo lo encontramos en primer lugar, a nivel de los trabajadores organizados en sus sindicatos. Allí contamos con algunas fuerzas, pero todavía pequeñas y es donde debemos desarrollarnos con urgencia. Por eso los compañeros trabajadores deben volcarse hacia sus sindicatos. A nivel del movimiento social. Allí también tenemos que tener fuerzas, poner nuestra organización al servicio de esas fuerzas sociales sin competir con ellas y trabajar políticamente para ganar los mejores hombres de nuestro pueblo. A nivel de los estudiantes. También allí tenemos una fuerza importantísima para crecer y organizar, es por esto que para nuestros jóvenes no puede haber tarea superior este año, que no sea organizar y dirigir al movimiento estudiantil. Este es el centro del trabajo de nuestra juventud. El trabajo en el interior es impostergable, sin



organizar fuerzas a nivel de todo el país, no será posible la construcción de la organización revolucionaria. Existen condiciones impresionantes en todo el interior para crecer, allí se presentan más claras inclusive para nosotros por la ausencia de otras fuerzas políticas que tengan presencia o interés. Por tanto debemos instrumentar ese trabajo abierto para acceder a estos sectores de clase y a los trabajadores.

DEBEMOS MIRAR MÁS HACIA AMÉRICA LATINA

Junto a este tejido social que hemos ido contribuyendo a crear en nuestro país, tenemos también otro tejido no menos importante y que son los pasos hacia los partidos políticos y el movimiento social de América Latina. Hoy la organización es conocida, reconocida y apreciada por la mayoría de los partidos políticos de izquierda, el movimiento revolucionario y los partidos progresistas en general. Asistimos normalmente a encuentros, congresos y festividades de estos partidos y somos tratados con respeto y fraternidad por nuestros hermanos latinoamericanos. Decimos esto, principalmente porque América Latina y en especial nuestro país, ha pasado siempre mirando hacia Europa y los Estados Unidos de Norteamérica. Hemos mirado poco hacia el interior de nuestra América Latina y nosotros debemos incluirnos. Como organización revolucionaria hoy podemos decir que conocemos más de la historia de la revolución mundial a nivel de los europeos, que de nuestra propia América. Deberemos encauzar el estudio de nuestros jóvenes y el nuestro propio, hacia las grandes gestas revolucionarias por la independencia, la lucha anticolonialista y la lucha de clases más actual. Hoy, cuando todo el mundo se desploma por los insucesos del este y la traición de Gorbachov, vemos con qué fuerza los partidos de izquierda de América Latina, el movimiento revolucionario, se recompone adquiere fuerza y perspectivas. Debemos estudiar y saber aprovechar esta fuerza de nuestros pueblos para romper la estrategia imperialista, para aguarle la fiesta al capitalismo y retomar con perspectivas serias las luchas revolucionarias que sean capaces de cuestionarles el poder. El imperialismo y la oligarquía salvadoreña han tenido que negociar con los patriotas salvadoreños en vistas a que no podían ganar una guerra de años, aún con todo el apoyo y la fuerza con que cuenta hoy el capitalismo. Esto quiere decir, que si se lucha, es posible hacer retroceder al imperialismo y sus lacayos. Para esto la unidad latinoamericana de las fuerzas revolucionarias, de izquierda y progresistas es fundamental. Nuestra organización tiene excelentes relaciones con este gigantesco movimiento y durante este año deberemos trabajar en esa dirección.



EL AÑO PASADO FUE UN AÑO DE GRANDES AVANCES

Durante el año 91 la organización creció y se desarrolló a niveles que hasta ahora salvo el de la época de las elecciones, no habíamos alcanzado. Esto ha sido el motivo de los festejos de fin de año y de la satisfacción que todo los militantes se merecen al reconocer que su esfuerzo ha sido válido. Nuestra alegría es también por el resultado colectivo de esta etapa. Nunca como hoy se aprecia la importancia de contar con una organización cuyo centro es el trabajo del conjunto humano. Donde ha existido un esfuerzo grande por elevar el nivel de la preparación política y técnica de todos los compañeros. Muchas veces este esfuerzo puede aparecernos como un retraso en cuanto a que nuevos compañeros asumen nuevas tareas y las mismas en principio no adquieren la velocidad, ni la calidad deseada. Pero nuestra apuesta como organización revolucionaria debe ser, precisamente la confianza en los nuevos compañeros. A medida que crecemos, eso se nota con mayor claridad, nos sería imposible seguir abarcando todas las tareas, si no es con la participación de decenas y cientos de compañeros, desde todos los puestos de lucha. Es con estos aportes y con el conjunto de todos los compañeros que construiremos la nueva herramienta y daremos combate. Es con todos los compañeros que tendremos posibilidades de triunfar.

LOS PILARES DE NUESTRA ORGANIZACIÓN

Vale la pena recordar sobre qué bases hoy se sostiene y se proyecta nuestra organización revolucionaria. Hace unos cuantos años atrás, posiblemente esto no fuera necesario o no contaríamos con los cimientos que hoy podemos mencionar. Nuestra organización cuenta hoy con los valores que escasean en el resto de la izquierda, o se han perdido en otras definitivamente y sin los cuales, es imposible desarrollarse como organización revolucionaria. Reafirmar estos valores nos permite recordar el sentimiento de pertenencia al 26 de Marzo y nos ayuda a sentirnos más fuertes. Sobre estos principios y con estos soportes, es que nos planteamos el futuro próximo.

Somos una organización unida. No tenemos en nuestro interior, tendencias, fracciones o liderazgos de ningún tipo. La unidad es hoy como lo ha sido en todas las épocas condición indispensable para avanzar y trabajar con seriedad. Las características principales en la mayoría de las organizaciones políticas de izquierda de nuestro país, es la falta de unidad interna. Tendencias, fracciones, luchas por el poder, liderazgos, se hacen notar con cada vez mayor frecuencia.

Nuestro trabajo es serio y somos respetados como una organización seria. Hoy mantener la palabra, cumplir con o que se dice, ofrecer seriedad y confianza, en ese sentido, tiene un gran valor político. En una época donde cada vez se aprecia más la falta de seriedad y conducta en la política; el 26 es respetado por todos como fuerza que cumple con lo que dice.

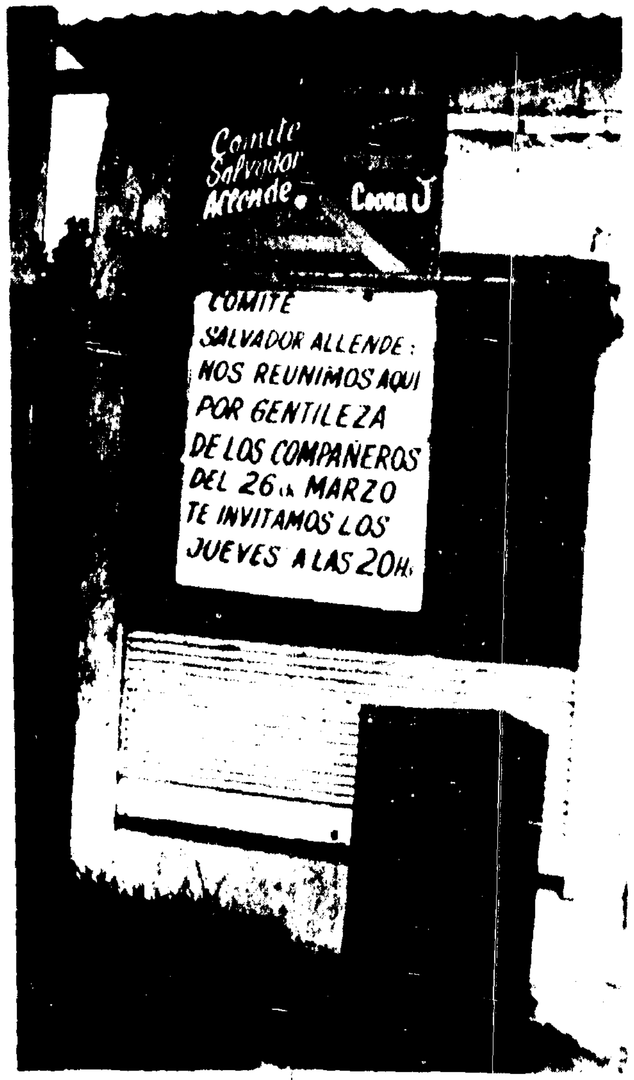
Somos una fuerza en perspectiva. Esa es otra consideración hacia nosotros por el conjunto de las fuerzas políticas. Nosotros estamos en plena expansión, no hemos llegado a un techo, ni cosa que se le parezca. Tenemos grandes perspectivas de crecer, de convertirnos desde un proyecto a una reali-



dad importante en la política nacional.

Estamos creciendo. En un momento donde todo el mundo pierde militantes, pierden simpatías, nosotros nos mantenemos y crecemos, para nosotros esto es bien importante y a tenerlo en cuenta a la hora de evaluar cuáles son las características que nos muestra al revés de la corriente del conjunto de izquierda.

Somos una organización coherente. Otra característica principalísima. El 26 de Marzo es reconocido como una organización coherente entre lo que dice y lo que piensa y hace. No exageramos nuestras posiciones, no nos planteamos ahora las cuestiones que deberemos resolver dentro de diez años. Y además una vez que afirmamos y nos comprometemos a algo, aunque sea de arrastro, cumplimos con lo que dijimos. Esto, que nos cuesta tanto, es una de la monedas más fuertes y que más nos prestigia frente a la gente y a las organizaciones políticas en general.



Tenemos una juventud enorme y mayoritaria. Nadie puede trabajar con perspectivas cierta de futuro, si su proyecto no es entendido y apoyado por la juventud. En un momento donde todo el Frente Amplio está vaciado de jóvenes, donde a nivel mundial los partidos de izquierda, los socialdemócratas no tiene jóvenes, donde los jóvenes se van del MLN, de la Juventud del PC, etc. nuestra fuerza principal y mayoritaria es precisamente de los jóvenes. Jóvenes son los que trabajan en los supermercados; jóvenes desarrollan un buen trabajo en el interior y en los barrios de Montevideo; jóvenes impulsan las tareas de propaganda. En el 26, para donde quiera que se mire, se encontrará a los jóvenes.

Contamos con el trabajo en el exterior. No somos nosotros solamente los que sabemos valorar el trabajo de los compañeros del exterior. Otras fuerzas ahora lo reconocen. No hay nadie que pretenda moverse en el exterior ya sea organizado o no, que no recurra a nosotros para solicitarnos este apoyo. Tener la fuerza que nosotros tenemos en el exterior es otra de las columnas centrales de nuestro trabajo político.

Contamos con recursos importantes a nivel material. Sin recursos materiales no hay política, ni hay revolución. La organización ha sabido resolver de mil maneras distintas la obtención de recursos económicos para hacer su política. La independencia económica nos permite nuestra independencia política. Muchas otras organizaciones del continente generalmente desean informarse y nos toman como ejemplo en materia de obtención de recursos.

Tenemos nuestros propios medios de prensa. La organización cuenta con importantes medios de prensa, que deberá aprender y esforzarse por utilizar de manera más efectiva. Pero es indudable, que en un momento de tantas carencias a nivel de la prensa partidaria en la izquierda, contar con estos recursos nos da un perfil diferente y un poder que a veces no valoramos en toda su dimensión.

Contamos con un verdadero trabajo social. Nuestra organización no está esperando el triunfo, para contribuir a mejorar la calidad de vida de la gente y disputarle el poder de alguna manera a la burguesía. Allí están nuestros policlínicos y los compañeros que los atienden, conversando con la gente, curando a los niños, los ancianos, atendiendo a las madres y a los trabajadores, aprendiendo en chico los grandes problemas.

No solamente nos preocupa la gente en la forma abstracta de las cifras y las denuncias, nos preocupan de manera concreta hoy. Por más que se ven las insuficiencias de todo este trabajo tanto a nivel de las guarderías como de los policlínicos, hemos avanzado mucho, hemos mejorado y estamos aprendiendo.

Somos una organización nacional. Esta es otra virtud importante como las anteriores. Tener en cuenta el interior, trabajar en el interior, desarrollarnos en el interior para nuestra organización, es estratégico. Nunca más debemos ser una organización ciudadana o capitalina. Tenemos que proseguir en el empeño de tener compañeros e influencia en cada pueblito, disputarle a la burguesía ciudad por ciudad, pueblo por pueblo, hombre por hombre.

Tenemos por qué luchar, tenemos ideas, tenemos lineamientos políticos, tenemos principios y sobre todo, no tenemos de qué arrepentirnos, ni de qué bajarnos. Esto es parte de nuestra gran fuerza de hoy, la tranquilidad de estar luchando por algo cierto que no es una utopía, que nunca nos hemos sentido defraudados, que estamos seguros de la victoria. Solamente con estos principios es posible luchar todos los días y ser grandes ambiciosos en el mejor sentido que podamos darle a esa palabra. Nuestra ambición es ser mejores todos los días, la de crecer, de desarrollarnos, la de hacer las cosas siempre mejor, la de llegar a triunfar.

QUE ORGANIZACION QUEREMOS PARA LUCHAR

Queremos una organización donde el militante esté más unido a su organización y a su pueblo. Una organización en definitiva más unida a su pueblo y a sus militantes. Solamente así podremos decir que somos servidores de nuestro pueblo. Necesitamos de una organización revolucionaria de cuadros y de masas. De militantes y de simpatizantes. Comienza una de



las pruebas más difíciles para cualquier organización que es precisamente, la prueba de las masas. Para nosotros todo lo que hacemos está bien y no parece bien. Será así para el pueblo. La gente nos aceptará tal como somos, le llegaremos bien a todo el pueblo. Este es el desafío que comenzó hace un tiempo, pero que ahora adquiere condiciones excepcionales y que será nuestro desafío eterno como organización ya que evidentemente no basta con hacer la revolución. Hay que pensar en cada generación, en cada momento histórico esta prueba del pueblo. En primer lugar, hoy para nosotros el primer desafío es poder llegar a la gente. En segundo lugar, persuadirla y convencerla. En tercer lugar organizarla. Y por último convertir, convicción y organización, en movimiento es decir, conseguir que las masas se pongan en movimiento para accionar en dirección a transformar la realidad existente, por otra más justa. Esa debe ser nuestra gran tarea de futuro. Estamos dando los primeros pasos, tal vez los más difíciles, pero también los más dinámicos para nosotros. Conversar con todos los compañeros acerca de esta tarea y difundir dentro de nuestra organización lo prioritario de la acción.



LA RESPONSABILIDAD DE LA CONDUCCION EN TODOS LOS FRENTES

1.- Todo el empeño político, organizativo por llegar a acceder a las masas. Trabajo a nivel sindical, en los barrios, zonas, interior, trabajo social. Esta debe ser una de las preocupaciones centrales. Y donde le corresponde una gran responsabilidad a los compañeros y equipos de conducción. Debemos ser ambiciosos por llegar a contar con fuerzas organizadas a todo nivel. Y para esto no solamente debemos desearlo, sino emprender el camino que nos lleve hasta la gente. Donde exista un conflicto allí deberemos estar con la DN, con la dirección de trabajadores, con el trabajo social, con nuestra juventud, con nuestra cultura, con nuestros medios materiales. Ese debe ser el centro de nuestro trabajo este año.

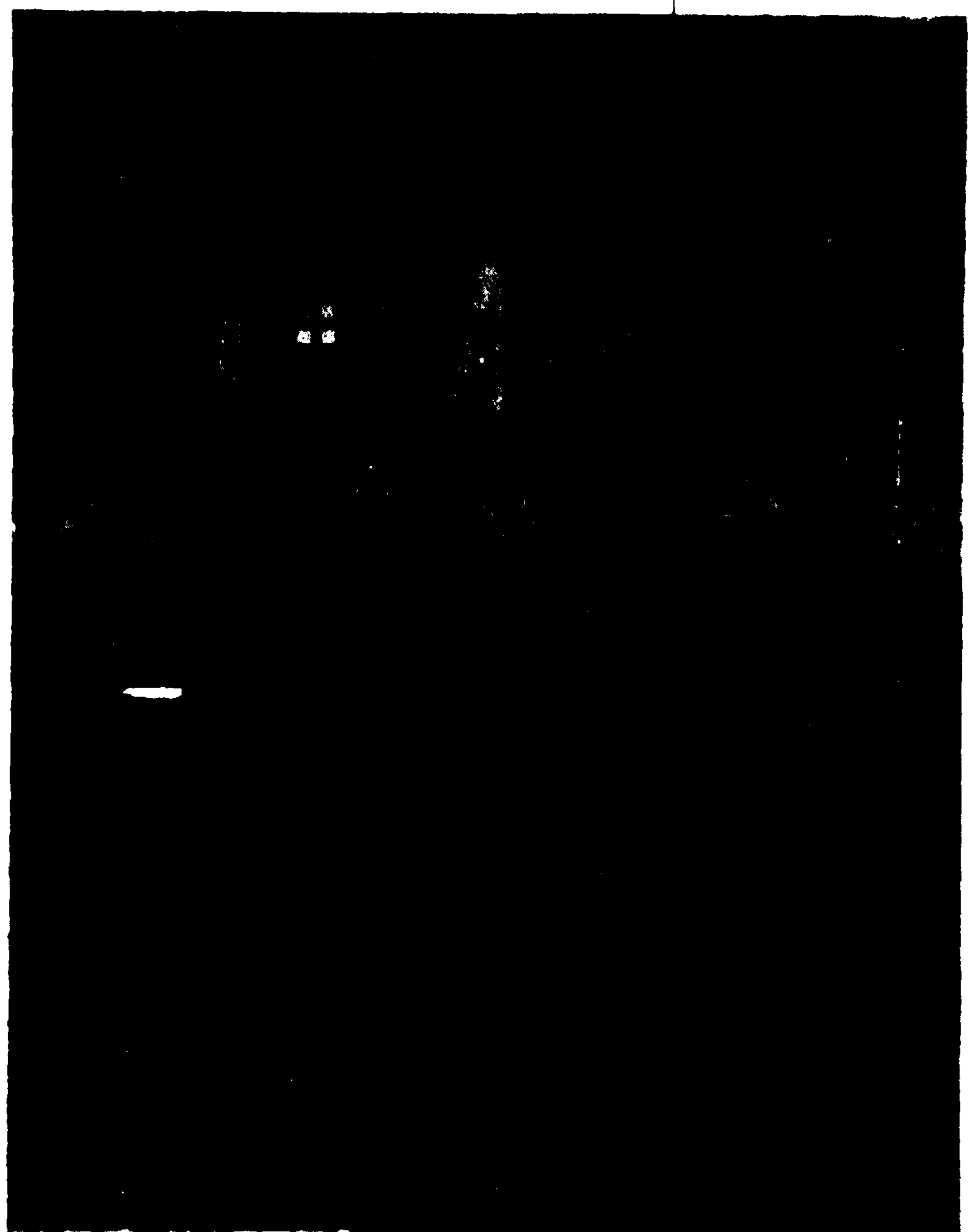
2.- Tenemos que aumentar nuestra presencia y relacionamiento a niveles de todos los compañeros. Estén organizados en frentes, sectores o agrupaciones. Los compañeros deben sentirse más atendidos, más respaldados, más tenidos en cuenta. Constantemente debemos estarles aportando todo lo posible. Tenemos que escuchar más a los compañeros y transmitirles más. Aquí también aumenta la calidad de nuestro trabajo. Estar siempre presentes compartiendo los problemas que tienen los compañeros, no dejándoles solos en la estacada. Cuanto más difíciles los problemas, mayor participación nuestra, no para resolverlos, si no para respaldarlos, apoyarlos.

3.- Mayor esfuerzo por acercarnos a la superestructura política, social y medios de difusión masivos Allí deberemos dar una pelea

doble contra nosotros mismos y contra quienes no les gusta nada nuestra presencia cada vez más continua a esos niveles. El 26 de Marzo debe tener cada vez más peso en la conducción política. Esa presencia debe medirse en relación a nuestras fuerzas reales y a las fuerzas de los demás. Ese es un lugar donde, ni nos van invitar, ni nadie nos va a llamar. Ese lugar debe pelearse como tantos otros asuntos políticos hemos peleado a lo largo de este tiempo. Corresponde que centremos gran parte de nuestra atención en ese sentido.

NOS ESPERAN GRANDES REALIZACIONES Y DEBEMOS ESTAR PRONTOS

Cualquiera sea nuestra voluntad, seguirán operándose grandes cambios políticos a nuestro alrededor. Debemos estar preparados para enfrentar algunos de esos cambios y para participar en otros. Lo que es cierto que este año la organización asistirá a una nueva realidad política en la izquierda y para la cual debemos estar preparados. De ahí que contemos con el tiempo y la necesidad de un mejor aprovechamiento de este tiempo. Hoy debemos ir más rápido, utilizando todo el tiempo de que disponemos pero aprovechandolo lo mejor posible. Será un año de nuevas realizaciones, mayores triunfos para nuestra organización. En este camino firme que venimos actuando y desarrollándonos, todos los pasos que podamos dar serán en la dirección de la revolución. No hay nada ni existe nada, que pueda hacer cambiar la decisión de todos los compañeros de vencer. Solamente los débiles de carácter, quienes se sienten inseguros por los cambios en la correlación de fuerzas a nivel mundial, han puesto distancia del camino de la revolución. Pero en nuestra organización todos los compañeros por igual han asumido un compromiso y cualquiera sea el tiempo que en cada momento le puedan dedicar a las tareas de



la revolución, están siempre presentes con los mismos principios y las mismas banderas. No tenemos un sola deserción detrás de la perestroika o del abandono de la lucha. Este ha sido nuestro principal logro en un momento de renuncias y falta de principios. En cambio, se han incorporado a nuestra organización los compañeros comprometidos con la lucha y con su pueblo de otras organizaciones que abandonan el camino revolucionario.

Otra prueba evidente de nuestra fuerza y de lo correcto de nuestra lucha. Aspiramos para este año poder seguir diciendo lo mismo y ver todavia la incorporación de muchisimos más compañeros, que al no encontrar en las filas donde hasta ayer militaban, respuesta a sus aspiraciones de libertad y sus ansias revolucionarias, nos confrontan con el honor de ser depositarios de su confianza. Nuestra organización que no se ha propuesto en ningún momento ni lo hará, crecer con fuerzas de otras organizaciones, tiene sus puertas abiertas para todos los revolucionarios que quieran incorporarse a ella, vengan de donde vengan.

Compañeros, comenzamos un año nuevo con renovados brios. Nada podrá detener nuestra fuerza inquebrantable de lucha.

La fuerza unida de toda una organización que quiere ser la continuidad de la lucha de nuestros mayores. La lucha artiguista y de los pueblos del mundo, que nunca han sido derrotados y siempre han sabido vencer, cualesquiera sean las condiciones y las dificultades que han debido enfrentarse. Contamos con el conjunto de compañeros, con los hombres y mujeres del 26 de Marzo, a partir de lo cual, aseguramos la continuidad de la lucha y el éxito del triunfo definitivo. A trabajar para que este año 92 sea el año del salto politico. De ver a nuestra organización transformarse en una verdadera organización de masas, fuerte y poderosa.



062 -9209226

MERCOSUR ¿QUE ES Y A QUIEN SIRVE?

Guzmán Díaz, conocido periodista y profundo analista de temas económicos y geopolíticos ha dedicado importante esfuerzo al estudio del MERCOSUR. Sus trabajos sobre el tema, aún no recopilados, constituyen los aportes más profundos y sólidamente fundados respecto a este tema, uno de los más trascendentes que ha encarado el Uruguay en los últimos años.

Guzmán Díaz ha publicado trabajos en diversos medios nacionales a través de los que fue sentando su posición que es hoy referencia, más allá de diferencias de enfoque, para quienes pretenden acercarse al análisis del MERCOSUR y sus consecuencias para el país.

En esta oportunidad CUADERNOS DEL 26 vuelve a ofrecer a sus lectores la opinión de Guzmán Díaz a través de dos trabajos. En el primero, nuestro colaborador desmenuza el verdadero contenido del tratado de Asunción, sus vínculos con la Iniciativa para las Américas de George Bush y sus consecuencias para los sectores sociales mayoritarios del Uruguay. El mismo es resultado de una conferencia dictada por Guzmán Díaz en la Casa Cultural Uruguay-Suecia, Montevideo, el 29 de marzo de este año con motivo de un intercambio entre las organizaciones políticas de la región que participaron invitadas en el Acto del 21 Aniversario del Movimiento 26 de Marzo.

El segundo trabajo, MERCOSUR: LA NECESARIA RECONSIDERACION, hace referencia a la decisión adoptada por el Frente Amplio de "apoyar críticamente" al Tratado de Asunción, a la luz de la evolución de los hechos en los últimos meses, abogando por una rectificación de aquella decisión. Recordamos que Guzmán Díaz, presentó un contundente informe que fuera publicado por CUADERNOS DEL 26 con el título ALEGATO CONTRA LA INTEGRACION DEPENDIENTE en su carácter de integrante de la representación del Movimiento 26 de Marzo en el máximo organismo de dirección del Frente Amplio.

063 -9209226

Suele confundirse nebulosamente el proceso "integracionista" que está siendo objeto de una agresiva operación política a nivel continental con la Patria Grande que soñaron las grandes figuras de nuestra América como respuesta al impulso hegemónico del Norte expresado en la doctrina del "Destino Manifiesto" según la cual "Norteamérica está señalada por la providencia para cubrir el continente americano desde los hielos del Artico hasta el Cabo de Hornos".

Integración latinoamericana y antimperialismo fueron los dos supuestos básicos que inspiraron los proyectos liberadores. Pensamos que el contraste con un integracionismo reclutado para la Iniciativa Bush, es demasiado grosero y no puede pasar inadvertido.

¿QUE ES EL MERCOSUR?

Haciendo pie en el Mercosur trataremos de identificar algunas constantes válidas para entender el proceso general.

Tanto el Mercosur como los demás nucleamientos que con llamativa coincidencia, hasta en los plazos, se van configurando en nuestro continente, se inscriben en la regionalización que caracteriza esta fase del desarrollo capitalista con su reordenamiento del comercio internacional en el marco de la "renovación" mundial digitada desde el Norte. (Mercedes Balech, argentina, Seminario AMULP, 7/9/91)

Incluye los espacios físicos y económicos de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay y su objetivo expreso sería impulsar el desarrollo económico regional, para lograr lo cual se establece la libre circulación de bienes, servicios y factores productivos (mano de obra y capital), así como la eliminación total de derechos aduaneros, restricciones no arancelarias a la circulación de mercaderías y toda otra medida limitante de este tipo.

A nivel macroeconómico se tratará de coordinar políticas de comercio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetaria, cambiaria, aduanera, de transporte, de comunicación y de capitales y servicios.

Para los terceros países se propone o establece un arancel externo común.

Quedarían inhibidas las importaciones cuyos precios estén subsidiados de alguna manera.

El Mercosur debería estar conformado el 31/12/94. Durante el período de transición se harían efectivas rebajas arancelarias progresivas automáticas acompañadas por la disminución de restricciones no arancelarias.

Gradualmente se armonizarían las políticas económicas y los acuerdos referentes a utilización y movilización de los factores de producción.

La desgravación arancelaria se hará sobre productos clasificados según nomenclatura eliminando los gravámenes a más tardar el 31/12/94 con un plazo de un año de gracia para Uruguay y Paraguay.

Asimismo, los impuestos, tasas y gravámenes internos de productos originarios de un Estado miembro gozarán del mismo tratamiento que se aplique al producto nacional.

Si alguno de los Estados-miembro denuncia el Tratado, no podrá realizar ninguna modificación en sus aranceles hasta 2 años después.

Estas serían a grandes rasgos las características del Tratado de Asunción que, como ya dijimos, responde a la fase actual del reordenamiento capitalista mundial y es funcional a sus necesidades. El Mercosur -que en nuestra opinión no superará la etapa de zona de libre comercio- será un mercado ampliado que permitirá a las corporaciones transnacionales saquear con mayor eficiencia la región de la que habrán desaparecido las incómodas fronteras.

La abusivamente llamada "integración" se reducirá a facilitar la circulación más fluida de mercaderías y capitales de acuerdo a las necesidades de las grandes corporaciones.

MERCOSUR E INICIATIVA DE LAS AMERICAS

El Tratado de Asunción es igual que otros tratados similares que están concluyendo a lo largo y ancho del continente americano, debe ser analizado pues, como un episodio de la estrategia estadounidense expresada por la "Iniciativa de las Américas" de Bush, que se explica en el marco de la construcción del "Nuevo Orden Internacional".

El Mercosur es una pieza de este proyecto.

La competitividad de la economía norteamericana en los mercados mundiales se ha resentido en los aspectos claves como productividad del trabajo y bienes de alta tecnología, sobre todo por el empuje de Alemania y Japón. Esta realidad cuestionaria su posición hegemónica, hoy basada únicamente en la exhibición de un poderío militar que dudosamente podría mantenerse de no invertirse el deterioro económico.

En este contexto fue visible al fin de la guerra fría, el reordenamiento de la explotación colonial del Tercer Mundo por los principales centros del capitalismo mundial. En la competencia por la supremacía se van configurando los tres grandes bloques regionales, aspirando Estados Unidos a consolidar el suyo, a partir de la creación de una zona de libre comercio continental.

Sin embargo, no compartimos la visión simplificadora que imagina en un futuro próximo a estos tres bloques como compartimentos estancos, porque como dijo George Landau, presidente del Consejo de las Américas que reúne a las principales empresas estadounidenses con inversiones en Latinoamérica: "Estados Unidos no puede pensar siquiera en reemplazar los mercados europeos y asiático por el latinoamericano".

Tampoco Japón y Alemania pueden prescindir de los mercados de los otros bloques, ni esa fue en ningún momento la intención.

Quizás clarificó la cuestión, el Senador texano Lloyd Beutsen cuando expuso su idea sobre las ventajas del libre comercio, expresando: "La Comunidad Europea tiene a Portugal, Grecia y Turquía; Japón tiene a Tailandia y Malasia; nosotros tenemos a Latinoamérica".

La apropiación del excedente generado por la explotación de las zonas más atrasadas fortalece la posición de los países líderes de los distintos bloques.

Así como el Nuevo Orden Internacional las naciones más desarrolladas del Norte toman posición para perfeccionar el saqueo del sur -violentando gravemente la soberanía de estos países- con la llamada Iniciativa de las Américas, Estados Unidos intenta situarse favorablemente frente a sus competidores estructurando "su" bloque de acuerdo a una concepción hegemónica de acumulación capitalista.

No debe sorprender el enorme esfuerzo propagandístico y de "coordinación de voluntades" emprendido por los gobiernos, las corporaciones y las fundaciones norteamericanas para promover el proyecto que sirve a sus intereses al tiempo que socavan los intentos que servirían a la auténtica integración latinoamericana.

La Iniciativa de las Américas consta de tres partes en las que está contenido lo medular de la línea de acción política de EE.UU. hacia Latinoamérica. Un somero análisis permite advertir que el Mercosur, como las demás agrupaciones subregionales del continente, son movimientos tácticos orientados a satisfacer un proyecto estratégico neo colonial.

Por supuesto, lo mismo cabe afirmar del acuerdo-marco llamado del "4 + 1" que vincula el Mercosur con Estados Unidos.

La estrategia del imperio se apoya y se potencia además en organismos internacionales que domina. Tal es el caso del FMI, BM, BID, GATT.

Con respecto a este tema, un informe de la Secretaría Permanente del SELA hace una observación de la mayor importancia.

Dice: "La Iniciativa para las Américas no propone una estrategia para el desarrollo de la región, sino que constituye un mecanismo para acelerar las reformas económicas en curso, cuyos elementos principales han sido promovidos desde los organismos financieros multilaterales con el apoyo del gobierno estadounidense". Y agrega: "La Iniciativa Bush responde a las necesidades económicas y estratégicas concretas de Estados Unidos y no a las de Latinoamérica".

Esta es exactamente la idea que tratamos de trasmitir.

Debemos intentar desentrañar las claves que explican las razones por las que de pronto casi todos los gobiernos del continente iniciaron movimientos integracionistas acelerados y -lo que parecería contradecir la lógica de la conducta



de las potencias hacia los países dependientes- que el impulso provenga precisamente de la mayor potencia hegemónica, cuyo obetivo debiera ser -y es- dividir y no aglutinar.

Una de esas claves creemos hallarla en un folleto publicado en marzo del año pasado por el Departamento de comercio de Estados Unidos que dirige Carla Hills, quien está a cargo de los procesos integracionistas y de las negociaciones en el GATT. Dice el mencionado documento: "un acuerdo de libre comercio es esencial para garantizarle a Estados Unidos un fuerte futuro económico". "Los tratados de libre comercio garantizarán que los productos estadounidenses sean más competitivos tanto en el mercado interno como en los mercados globales".



Como apreciarán, ahora nos vamos entendiendo.

La idea es que para competir con sus rivales nipones y europeos, Estados Unidos contaría con la "ventaja comparativa" que le ofrece Latinoamérica a sus corporaciones por sus salarios deprimidos por políticas económicas que los organismos financieros multinacionales nos dictan atendiendo a aquel objetivo. Salarios ruines y bajos precios de las materias primas y productos, son la clave de la competitividad norteamericana.

INTEGRACION AL SERVICIO DE LOS PODEROSOS

Nuestro gobierno estableció un techo de aumento salarial para los próximos doce meses, que situó en un 35 por ciento, cuando seguramente la inflación no será inferior al 70 por ciento. Esto equivale a una nueva y brutal pérdida salarial. La razón que se dio fue que "los costos salariales tenían que ser competitivos con vistas al Mercosur". El gobierno apuesta además a que la desocupación creciente que acarreará a nuestro país la integración en marcha, servirá para controlar la inquietud obrera: "la alternativa es entre la defensa del puesto del trabajo o del salario" ha advertido ominoso el Ministro de Trabajo.

Vamos camino a la "flexibilización laboral" que tan bien conocen los compañeros argentinos.

Debemos hacer conciencia de que ningún proyecto integracionista es ascépticamente técnico, ni se le puede estudiar prescindiendo de sus connotaciones políticas.

La integración es antes que nada un concepto político con carga ideológica, a la que -agregamos- nosotros debemos dar un contenido clasista.

Y esto -aunque con signo contrario- lo tienen muy claro los empresarios. Un representante de la Cámara de Industrias, en reunión llevada a cabo con la Central Obrera, manifestó que "el motor de los cambios en el marco del Mercosur, lo tendrá la actividad privada y el mercado regulará las relaciones laborales y los salarios" abogando por la "liberalización de las relaciones laborales".

Para el sector laboral la situación es sumamente grave. Por un lado tendrá que afrontar la desocupación por el descenso de actividad o cierre de las empresas nacionales, como ya está ocurriendo ante la sola perspectiva de la puesta en marcha del Tratado de Asunción.

Por otro lado tendrá que enfrentar la competencia de la mano de obra desocupada en los demás países de la región, al amparo de la libre movilidad prevista en el Tratado. Es previsible que en todos los países del área integrada, los gobiernos y los empresarios utilicen esta posibilidad que da el Tratado, como amenaza para controlar las reivindicaciones obreras.

Por lo demás, en ocasión de un reciente simposio de las fuerzas armadas de la región se dijo que "no se prevén movimientos subversivos en la región, pero sí estallidos sociales que habrá que controlar".

Sin embargo, los tecnócratas que han ganado espacio como asesores políticos del movimiento obrero, difundieron la idea de que debíamos entrar en el Mercosur "para modificarlo desde adentro".

Tal estrategia es cuando menos, de una flagrante ingenuidad. Las que hay, no pasan de ser aspiraciones que sólo tienen un sentido retórico o declarativo, si se hubieran planteado antes y como condición, quizás hubieran modificado el rumbo, porque:

- ¿cómo suponer que los cambios necesarios va a ser más fácil lograrlos cuando ya estén consolidados los instrumentos jurídicos internacionales"
- ¿Cuándo estén consolidadas las estructuras legales, políticas y económicas de la integración?
- ¿Cuándo el movimiento sindical esté controlado porque se le opondrá una masa trashumante de desocupados, muchas veces sin tradición de lucha ni conciencia de clase?
- ¿Cuándo esté montada la coordinación de la represión internacional que ya nos están anunciando?
- ¿Cuándo nuestro sector productivo esté desmantelado?
- ¿Cuándo nuestra valiosa juventud haya acelerado irreversiblemente el ritmo de la emigración?
- ¿Cuándo el campo esté aún más vacío y en manos de especuladores y empresas extranjeras?

Seamos realistas y no escamotearemos la evidencia de que dentro de las estructuras a crearse será muy difícil modificar un ápice el sistema.

En este juego de espejismos e ilusiones con que se intenta vendernos el Mercosur a nosotros, los uruguayos (los argumentos varían según el país y su circunstancia), no es menor fantasía afirmar que nuestros productores tendrán a su disposición un casi fabuloso mercado de 200 millones de consumidores, cuando, trágicamente puede suponerse que la situación será la inversa: nuestro pequeño mercado quedará a merced de las grandes empresas insaladas en los polos de desarrollo de la región, porque ese es el resultado querido e inevitable al conjugarse la desprotección arancelaria y no arancelaria y la libre movilidad de los factores productivos.

La lógica del funcionamiento económico, determinará que las grandes empresas, las que tienen realmente capacidad para moverse en un mercado ampliado, se instalarán en pocos centros importantes, y desde allí absorberán las materias primas y la mano de obra que más les interese del resto de la región.

Y si por acaso, alguna empresa nacional tiene condiciones de competir, será absorbida por una transnacional. Será cuestión de tiempo, de poco tiempo. Sobran los ejemplos.

INTEGRACION, SOBERANIA Y BIENESTAR PARA LOS PUEBLOS

Nunca debimos plantearnos una integración en la que no prevaleciera el principio del crecimiento armónico y equilibrado de todo el espacio integrado, de modo de asegurar la distribución equitativa de los beneficios de la integración. Una integración que



066 -9209226 067 -9209226

merezca tal nombre debe ser solidaria y no plantearse sobre la base de la competencia salvaje, como quieren los tratados actualmente instrumentados.

En el análisis que hacen de las posibilidades de la integración algunos técnicos, se incurre en el error de considerar el fenómeno en un marco estático -la realidad actual y la información que ésta suministra- transfiriendo esa información a la nueva realidad que irá a formarse. Sin embargo, debemos enfocar el problema con una visión dinámica que considere los cambios que forzosamente se producirán en la realidad actual, creando un escenario distinto al que conocemos.

En tal sentido sería suicida ignorar que ese nuevo escenario ha sido concebido por el gobierno y las empresas de Estados Unidos con el fin preciso de satisfacer sus necesidades y aspiraciones y que los gobiernos de nuestros países no hacen más que adaptar su discurso y propuestas a aquella estrategia. Entonces, nuestra obligación como habitantes de este continente, es tratar de desentrañar a tiempo las características de este nuevo escenario, y sobre todo los objetivos que lo promueven.

Los objetivos ya los individualizamos, así como la estrategia de larga data que trata de imponerlos. Veamos con un poco más de detalle sus resultados previsibles. El eje de la propuesta es la creación de un enorme mercado desde Alaska a Tierra del Fuego en el cual no existirán restricciones a la movilización de materias primas, capitales y mano de obra.

Ahora bien, frente a ese gran mapa y con toda la información sobre los más mínimos detalles económico-sociales de la misma, el complejo político-económico-militar que decide la política de Estados Unidos -y que tan bien fuera definido por Eisenhower- podrá elegir con absoluta precisión y libertad la localización y envergadura de las distintas actividades económicas en las que tenga interés, así como las obras de infraestructura que los gobiernos latinoamericanos deberán realizar para facilitar su mejor desempeño.

Son los únicos que pueden hacerlo. Y en esa decisión no va a contar para nada el interés de los empresarios y trabajadores de nuestros países.

La rentabilidad que busca la empresa transnacional -es conveniente que lo recordemos- no se refiere a la que pueda obtener una filial en un país determinado, ni siquiera en una subregión, se refiere a la rentabilidad global de la empresa considerando el mundo como unidad.

Esto le permite a las transnacionales elegir entre distintas estrategias: puede establecer una política de precios bajos para liquidar a un competidor local y adueñarse del mercado, o adquirir a ese competidor para seguir operándolo, o simplemente cerrarlo.

Puede seguir políticas coordinadas con las otras ramas de la misma empresa radicadas en otras zonas, por las que se decidan, por ejemplo, cuál de ellas exporta, a cuáles mercados, y en qué condiciones; o dónde se compran los insumos, etc. etc. Es la ventaja de poder desenvolverse en grandes espacios y de contar con los medios suficientes, (y estamos hablando de medios económicos, pero también políticos y hasta militares).

En ese esquema no tiene ninguna relevancia cualquier tipo de decisión nacional ni presuntas o reales "ventajas comparativas" porque la política de las empresas transnacionales se diseñan en un universo mucho más complejo en el que naufragan, aunque se tengan tangencialmente en cuenta, esos factores.

Entonces, ¿cuál es nuestro futuro previsible en la integración (o las integraciones) que la Iniciativa Bush apadrina?

Una prefiguración del mismo puede atisbarse en el comentario que hace el profesor Duncan Cameron de la Universidad de Otawa-Canadá sobre la aplicación del acuerdo de libre comercio que suscribiera su país con Estados Unidos. Se están perdiendo puestos de trabajo a razón de cien mil por año. Cerraron firmas de capital estadounidense; y empresas canadienses fueron adquiridas por competidores norteamericanos para cerrarlos.

La propuesta integracionista actual es doblemente perversa: porque creará un amplio espacio para la libre acción de las empresas transnacionales y porque sobre las distintas integraciones regionales se extenderá la llamada Iniciativa de las Américas configurando el panamericanismo tan resistido por los próceres de nuestra América.

Con Fidel Castro decimos: "Si un día el mundo llega a adquirir tan extraordinario y exquisito nivel de conciencia que sea capaz de constituirse en una gran familia, estaríamos dispuestos a renunciar a nuestra bandera; pero no lo haremos jamás en aras de un mundo unipolar, bajo la hegemonía del imperialismo yanqui".

GUZMAN DIAZ

MERCOSUR: LA NECESARIA RECONSIDERACION

Con relación al Mercosur se ha hablado mucho. En el Frente Amplio las opiniones han estado -y siguen estando- divididas: por un lado quienes se han agrupado para otorgar lo que se ha dado en llamar "apoyo crítico" al Tratado de Asunción, y por otro lado quienes nos oponemos a dicho tratado y creemos que el tal "apoyo crítico" es objetivamente un soporte a la política desnacionalizadora de los partidos tradicionales unidos en el co-gobierno. De hecho, y quizás inadvertidamente, este punto de vista quedó reconocido por el editorial de "La Hora Popular" del 24 de enero que comienza afirmando que "El presidente Lacalle se ha galardonado en el exterior con el hecho que el ingreso al Mercosur obtuvo una respuesta casi unánime de los diversos sectores políticos nacionales e inclusive de las organizaciones sociales". Efectivamente, así ha sido y una mayoría del Frente Amplio contribuyó decisivamente a que esto fuera posible.

Hemos aguardado mucho tiempo en la esperanza de que el Frente Amplio, ante la evidencia incontrastable de los hechos que se vienen sucediendo, reviera su actitud con franqueza y humildad, reconociendo el error padec do y convocando firmemente a la gente para oponerse a una política nefasta para los intereses del país y opuesta radicalmente a los principios programáticos de esta agrupación política.

Sin embargo, en el espacio de pocos días, en declaraciones efectuadas en enero a la prensa por el Diputado Sanseviero y el Senador Astori, ambos declararon que si tuvieran que votar de nuevo ratificarían su apoyo al Tratado del Mercosur. Quiere decir que aun hoy determinados sectores no están convencidos de la necesidad de cambiar el rumbo.

Los argumentos de una y otra parte son conocidos: los hechos imponen sin más tardanza la contrastación con los dichos. Ya es llegada la hora de hacer un balance que ponga en claro todo lo que nuestra gente tiene derecho a saber, porque ella es la que debe en definitiva decidir.

¿POR QUE?

El Senador Astori en cuatro notas periodísticas, hace algunas afirmaciones que compartimos. Las mismas pueden agruparse de la siguiente manera:

1) La política del presidente se caracteriza por la "subordinación creciente a los centros exteriores de poder", "y si alguna alteración destacable (de esta política) llegara a materializarse, tendrá una orientación opuesta al interés nacional, puesto que estará dirigida a mejorar la coherencia de la acción oficial -que transita a contramano de las necesidades del país- o a acelerar su ritmo", y esta orientación está influida por la presión "de los organismos internacionales que desde hace mucho tiempo condicionan fuerte y progresivamente la política económica del Uruguay, comenzando -desde luego- por el Fondo Monetario Internacional". (BRECHA, 14.2.92). "El presidente sabe bien que, como máximo, podrá contar con el apoyo del pachequismo, el Batllismo Radical, y -por supuesto- el gobierno de los Estados Unidos, así como los organismos internacionales que giran en su órbita, o sea, el Fondo Monetario, el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo. Como se ve, la mayor fuerza del Poder Ejecutivo no está en el Uruguay sino en el exterior". (BRECHA, 7.2.92.)

Estas observaciones coinciden con el Documento aprobado en el II Congreso del Frente Amplio de

agosto de 1991, en el que se dice que "los programas de ambos sectores mayoritarios, Lacalle en el Partido Nacional y todos los sectores del Partido Colorado, se afilian decididamente al neo-liberalismo y a todas las propuestas que el imperialismo y sus agencias han puesto de moda en América Latina".

Naturalmente todo esto era cosa sabida por el Frente cuando consideraba el tema del Mercosur.

2) Refiriéndose al país, dice que los gobernantes "intentan vender al barrer sus empresas públicas, mientras pretenden ingresarlo sin preparación a un proceso de integración con vecinos más poderosos". (BRECHA, 3.1.92).

3) Desde el gobierno "se postula el Mercosur desde una óptica neo-liberal". (La República, 6.2.92).

Desde luego compartimos íntegramente estas conclusiones, ya que las mismas coinciden con algunas de nuestras argumentaciones para oponernos a la firma del Tratado del Mercosur. Lo que no alcanzamos a comprender es por qué quienes -también sabiendo estas verdades- optaron por votar a favor del llamado "apoyo crítico" al Mercosur, negando enfáticamente que éste tuviera nada que ver con la Iniciativa Bush, y aun que se oponía a ella. Y esta perplejidad aumenta si recordamos que el 4 de abril de 1991 el diputado Gonzalo Carámbula declaraba a la prensa que, en su visita al Departamento de Estado de Estados Unidos, altos funcionarios del mismo le manifestaron que veían al Mercosur "como parte de una visión general que se inscribe dentro de la Iniciativa de las Américas impulsada por Bush". (La República). Esa Iniciativa Bush es, desde luego, una instrumentación de esa influencia exterior que desde hace muchos años se ejerce sobre nuestro país y a la que se subordina Lacalle, según dice, con razón, Astori.

La insistencia de algunos dirigentes de mantener aun hoy el apoyo al Mercosur, a pesar de lo que ya se sabe sobre él a ciencia cierta, quizás pueda tener una explicación en la declaración efectuada por Astori el 2 de mayo de 1991 al diario La República ante la consulta sobre la posición del Frente Amplio con relación a un anunciado acuerdo entre el Mercosur y la Comunidad Económica Europea. Según la crónica, "Astori dijo que la preocupación mayor radica en los acuerdos que se están estudiando entre el Mercosur, la CEE y la zona de libre comercio que está impulsando el gobierno de Estados Unidos" (es decir la Iniciativa Bush y el futuro del acuerdo del 4 más 1). "El Frente Amplio ya ha resuelto aceptar críticamente este tratado (del Mercosur). Pero nuestros fundamentos que son críticos varían completamente en función de la información que recibamos de la Cancillería acerca de estos anuncios de acuerdos. Sin embargo, aseguró que la coalición de izquierda no retirará su apoyo al tratado de integración subregional, pero de acuerdo a la información que brinde la Cancillería modificará el fundamento del voto". Es decir que el voto queda inamovible: lo que se cambian son las razones que se alegan para otorgar ese voto. Tal parece que los argumentos se acomodan al objetivo previo de prestar el apoyo al tratado.



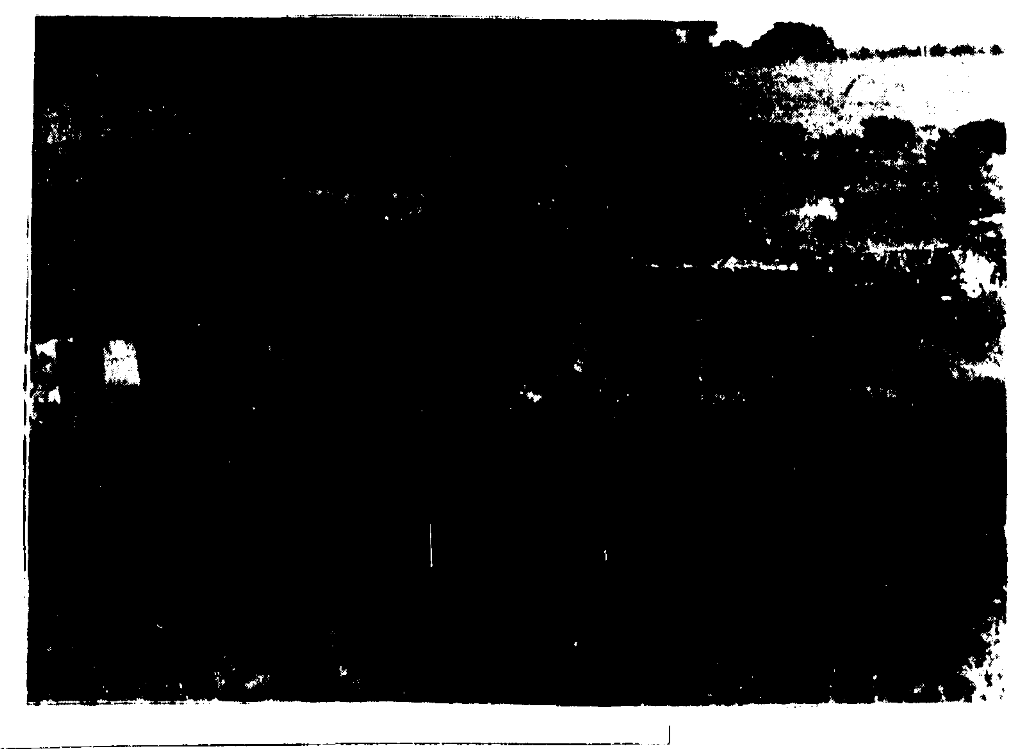
FLAGRANTE CONTRADICCION

El Documento Base para el II Congreso del Frente Amplio aprobado el 14 de mayo de 1991 por la Comisión Organizadora contiene la ratificación de los principios fundamentales de esta agrupación política.

Entre ellos podemos citar la política de no alineamiento expresada en la total independencia de las alianzas políticas y militares existentes "o que pudieran crearse bajo la hegemonía de las grandes potencias o sus bloques", la "defensa de la soberanía, indispensable para que un país pueda aplicar en forma realmente independiente sus resursos propios para el logro de las transformaciones de fondo que recuperen el control nacional de la economía", el "derecho a vivir libre de toda tutela interna o externa", la "oposición al condicionamiento de la política ecónomica interna a los dictámenes del FMI, ni de otros organismos internacionales o extranjeros", la oposición al panamericanismo e intervencionismo norteamericano, al rechazo absoluto de la política económica neoliberal, y la defensa del "derecho al trabajo, al salario digno, a la vivienda, a la salud, a la educación".

En el mismo Documento se hacen reconocimientos tan significativos como los siguientes: "subdesarrollo y desarrollo son un aspecto de la concentración capitalista que ahora en esta etapa transnacional tiende a agravarse", "el modelo neoliberal que tiende a imponer el imperialismo resulta totalmente funcional a estos dos procesos, que cuando se conjugan como sucede en los países dependientes, provocan consecuencias sociales devastadoras de miseria y marginación", "el proyecto de país formulado por la derecha refleja el perfil de los intereses dominantes a escala mundial. Es un modelo de subdesarrollo dependiente porque comparte y favorece las condicionantes de la dependencia económica, política e ideológica impuestas por los centros de dominación", en el centro del proyecto de subdesarrollo está el neoliberalismo que "se apoya esencialmente en dos premisas: una de ellas consiste en proponer al libre mercado -nacional e internacional- como juez inapelable en materia de asignación de recursos, lo cual exige una total liberalización comercial y financiera; la otra premisa consiste en privilegiar la iniciativa privada, tanto nacional como extranjera, lo que implica reducir a su mínima expresión el papel del Estado como productor, acumulador, y especialmente, orientador del proceso económico", "el gobierno actual, articulado en torno a partidos tradicionales francamente derechizados, se cumple una nueva etapa de radicalización neoliberal y se propone acelerarla", la "iniciativa para las Américas de Bush configura un escenario exterior que impulsa la radicalización del neoliberalismo doméstico", "está en peligro una buena parte del patrimonio nacional que el neoliberalismo irresponsablemente se dispone a entregar. Como consecuencia nos dejaría un Estado inoperante, debilitado en su capacidad de asignar recursos económicos y desarrollar políticas sociales (vivienda, salud, educación, etc.) También estarían en peligro miles de puestos de trabajo, ingresos y recursos imprescindibles para políticas sociales ya muy deterioradas, está en juego la soberanía misma del país, que puede terminar económicamente dirigido y ocupado por el capital transnacional en una escala inimaginable", "no existe en el tratado (del Mercosur) -más que en plano declarativo- ningún mecanismo claro de coordinación entre las políticas económicas internas de los participantes", y finalmente, que "el gobierno del doctor Lacalle no ha modificado en un ápice su concepción neoliberal y su práctica política correspondiente.

Ello significa que el país se dirija pasivamente a la



experiencia de integración manteniendo absolutamente incambiada su situación interna, que sólo se alteraría al influjo de los efectos que dicha experiencia genere. Considerando los problemas cruciales que desde hace años viene soportando la economía uruguaya, sólo cabe aguardar dolorosos resultados de un proceso de esta naturaleza. Imposibilitados de competir, quebrarían irremediablemente miles de productores agropecuarios e industriales nacionales, mientras algunos de estos últimos se transformarían en meros importadores de productos provenientes de Brasil y Argentina.

Las posibilidades de creación de empleo se deteriorarían aún más y nuestra ya muy escasa población se tornaría excesiva, generándose así nuevas presiones a la declinación salarial, el vaciamiento demográfico y el envejecimiento del país.

Simultáneamente, el Uruguay perdería casi por completo su capacidad nacional de decisión en ámbitos claves de la sociedad, como lo son sin duda la inversión, la investigación científica y la renovación tecnológica, el contenido del proceso educativo y -en última instancia- la cultura entendida en su sentido amplio y entrañable, o sea, como práctica intransferible que el pueblo asume para la convivencia".

Estas aseveraciones son correctas sin lugar a dudas y muestran claramente la oposición que existe entre los objetivos programáticos del Frente Amplio y las políticas neoliberales que este gobierno aplica en consonancia con las presiones del imperio y sus organismos dependientes.

A nosotros nos resulta evidente que la aprobación del Tratado de Asunción se aparta radicalmente de los principios básicos del Frente: basta comparar las transcripciones hechas más arriba. Para refrescar la memoria citaremos apenas algunos aspectos esenciales de los documentos involucrados.

Vimos que el Documento del II Congreso del FA señalaba que la política neoliberal se apoya en dos premisas:

1) El libre mercado, tanto nacional como internacional, como asignador de recursos, lo cual exige una total liberalización comercial y financiera. El Artículo 1 del Tratado de Asunción establece que el Mercosur es un mercado común que implica "la libre circulación de bienes, servicios y factores productivos entre los países", es decir, la liberalización del movimiento de mercaderías, capitales y mano de obra. La primera premisa está cumplida.

2) Privilegiar la iniciativa privada nacional y extranjera, lo que implica la reducción de la intervención del Estado. Esta premisa está implícita en el Artículo 1 del Tratado de Asunción, pues es admitido sin discusión que la liberalización del movimiento de capitales, mercaderías y mano de obra sólo puede ser aprovechada por las empresas transnacionales que se instalan en los "focos de desarrollo" de los países mayores, y por lo demás afecta -como se está viendo en estos días- los monopolios estatales (caso ANCAP), y consecuentemente la propia existencia del Estado como instrumento económico. Por otro lado, a Iniciativa Bush, de la que es parte el Mercosur, contiene la propuesta de una iniciativa de comercio, por la cual se propone concertar acuerdos de libre comercio entre Estados Unidos y todos los países de América Latina, y una propuesta de inversión, cuyo objetivo es alentar la inversión extranjera, a cuyos efectos se propone, además, la privatización de las empresas estatales. La segunda premisa está también cumplida.

Por lo tanto el Mercosur, según las propias definiciones del Documento del Frente, es neoliberal en sí mismo, en forma independiente de las medidas que pueda tomar en cualquier sentido el gobierno, y por lo tanto es opuesto a los principios básicos del Frente Amplio.

El Documento del II Congreso también manifiesta la oposición del Frente Amplio al condicionamiento de la política económica interna a los dictámenes del FMI ni de otros organismos internacionales o extranjeros.

La Iniciativa de las Américas de Bush impone a los países latinoamericanos como condición para obtener el apoyo para la reducción de la deuda el poner en práctica regímenes de inversión abiertos y haber puesto en ejecución -o tener aprobados- los programas de reforma de sus políticas económicas impuestas por el FMI y el Banco Mundial y los préstamos de ajuste del Banco Mundial. Aquí también es evidente la oposición entre los principios programáticos del Frente Amplio y la integración aprobada.

El Documento del II Congreso también reitera su oposición al panamericanismo, posición tradicional de las fuerzas progresistas, y en particular las de izquierda, latinoamericanas desde Bolívar al presente. La Iniciativa de las Américas de Bush se propone establecer "una zona de libre comercio que se extendería desde Point Barrow, Alaska, hasta el Estrecho de Magallanes" y esto es el panamericanismo crudo desde la tradicional óptica de Estados Unidos. Para completar el panorama, en la reunión de la OEA realizada en Santiago de Chile el 7 de junio de 1991 se resolvió por aclamación aprobar la Iniciativa Bush. Por lo tanto, aquí también es patente la contradicción entre los principios y la decisión de apoyo "crítico" votada.

SALVANDO LA CONTRADICCION

Como vimos, hay una contradicción flagrante entre los principios programáticos del Frente Amplio con los del Mercosur e Iniciativa Bush, del que aquél forma parte. ¿Cómo fue posible, entonces, que el Plenario primero y el II Congreso del FA después apoyaran el Tratado de Asunción? En nuestra opinión porque se actuó por quienes eran favorables a ese apoyo en una línea de argumentación que, además de otros sustentos menores, se apoyó en tres pilares fundamentales: la negación, la sustitución y la resignación. Expliquémonos.

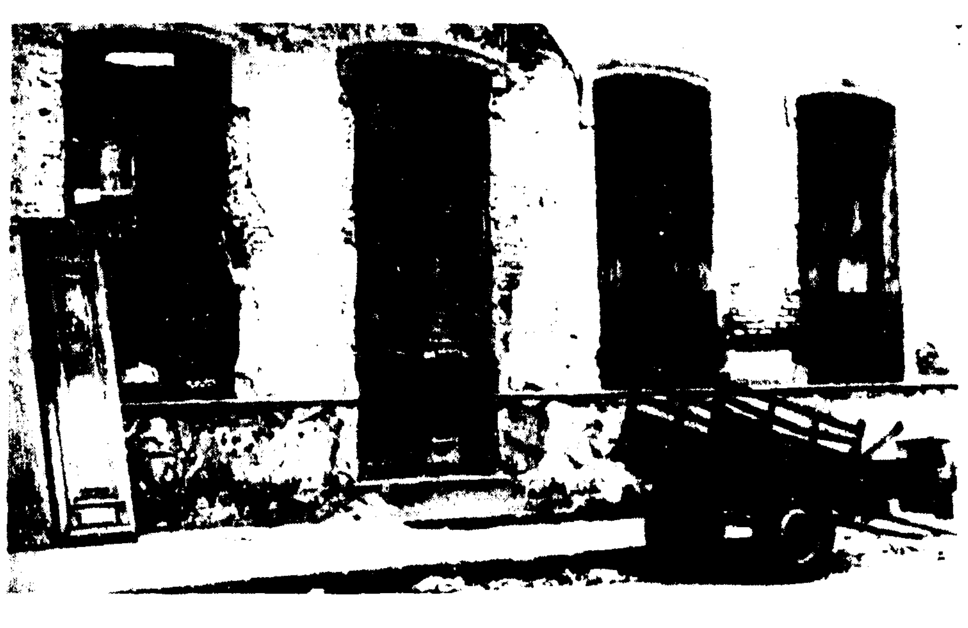
a) Negación: los partidarios del llamado "apoyo crítico" hacen el supuesto de que la Iniciativa Bush, el Mercosur y la política económica y social de Lacalle son esferas independientes y hasta oponibles, negando así el hecho incontrastable de que hay entre ellos una firme trabazón que determina la configuración de un universo único y coherente.

Dentro de este contexto, la principal negación, repetida insistentemente en cuanto ámbito fue posible en el país y en Argentina, es que el Mercosur no tiene nada que ver, y aun se opone, a la Iniciativa Bush.

Para citar apenas algunos ejemplos, el economista Luis Stolovich decía en un documento interno de la coalición "no estoy de acuerdo que esto sea un pergeño del imperio, ni sea la propuesta Bush. Para mí el Mercosur está opuesto a la propuesta Bush" (La República 21 de marzo de 1991).

Asimismo el Senador Astori escribía "lo que no le hace bien a esa discusión (sobre el Mercosur) es la doble lectura de aspectos que admiten sólo una, o el manejo equivocado de conceptos que técnicamente deben ser utilizados con absoluta precisión". "Uno de esos elementos (de reflexión) es el que supone agitar el fantasma de la Iniciativa Bush para las Américas del señor Bush pegándolo al tratado de Asunción. Así, este último sería apenas una parte de aquella propuesta, particularmente en lo que atañe a la conformación de una zona de libre comercio desde Alaska a Tierra del Fuego, en la medida que el proyecto del gobierno de Estados Unidos traería consigo resultados muy adversos para quienes jugáramos el papel de participantes dependientes en tal experiencia, el Mercosur -en cuanto componente de esta iniciativa- debe ser rechazado de plano. Sin embargo, no es cierto que el tratado de Asunción sea una parte de la Iniciativa para las Américas. Y no lo es ni formal, ni sustancialmente hablando". "Ya lo hemos dicho: no creemos que el tratado de Asunción le haya caído bien al señor Bush". (Brecha, 3 de mayo de 1991).

Sin embargo, mucho antes de que se expusieran estos conceptos, los actores principales los que realmente sabían lo que se traían entre manos- dijeron pública y claramente que ambas cosas eran, *en realidad*, una sola. Por ejemplo, Bush dijo ante nuestra Asamblea General el 4 de diciembre de 1990 que, "para promover el comercio, estamos trabajando hacia un marco de acuerdo



con Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay que nos compromete a explorar modos prácticos para reducir las barreras de inversión y de comercio".

Por su parte, el presidente Lacalle decía a la prensa en setiembre de 1990 que la Iniciativa Bush y el Tratado del Mercosur "son esencialmente compatibles" y en noviembre del mismo año el senador Sergio Abreu, vocero oficioso del Poder Ejecutivo, decía que "a fines de junio el presidente Bush nos hizo una ambiciosa propuesta que puede ser asociada al proceso de formación de bloques recién mencionado: una zona de libre comercio de Alaska a Tierra del Fuego.

Los latinoamericanos sabemos desde hace mucho tiempo que el cumplimiento de metas ambiciosas supone, primero, alcanzar algunas intermedias. ¿Por qué no visualizar esta integración subregional (Mercosur) como un paso previo a la gran integración a todo el continente americano?" Estas son afirmaciones de los gobernantes involucrados y no elucubraciones de analistas más o menos despistados: esa era la realidad a partir de la cual debían hacerse los análisis políticos. En adelante abundarían las informaciones coincidentes en demostrar que el Mercosur forma parte del plan maestro de la Iniciativa imperialista de Bush, y entre otras, la ya mencionada versión del diputado Carámbula que citamos al principio.

Otra negación significativa se refiere a la separación de la política económica y social de Lacalle y el Mercosur. en efecto, el Documento del II Congreso dice: "sin embargo, no es en el tratado - cuya concepción amplia y flexible permitiría en el futuro mejorarlo y, sobre todo, ampliarlo- donde radican nuestras principales preocupaciones. Es, en cambio, la actitud de nuestro gobierno el fundamento central de nuestra visión crítica sobre este proceso". Esto es de una total inconsistencia. ¿Cómo puede concebirse que un presidente como Lacalle - del que se dice que es derechista, neoliberal y sensible a la presión del imperio y sus múltiples organismos- pueda promover entusiastamente un Mercosur que no se corresponda puntualmente con esa concepción?, ¿podría hacer algo distinto?: sería atribuirle una incoherencia que en estos aspectos, está muy lejos de tener. Como es obvio, el Mercosur no es "un marco vacío" como se ha pretendido, sino un instrumento perfectamente operativo dentro del plan imperial, que se ajusta, por otra parte, a las opciones políticas de Lacalle. Sobre este punto volveremos más adelante.



b) Sustitución: en el Documento aprobado en el II Congreso se propone subliminalmente la sustitución de la integración real -encarada en el Tratado de Asunción- por la integración ideal propuesta por el Frente Amplio y cuyas características coinciden con las bases programáticas. O sea que, llamando la atención sobre lo que debería ser la integración según la visión del Frente, se obtiene la aprobación de lo que es la integración propuesta por

Estados Unidos y los presidentes de la región.

Se ha dicho, como vimos en el punto anterior, que en el "futuro" el tratado real -el que se apoyó- puede ser mejorado y ampliado, actuando "desde adentro", en especial utilizando al Estado como una herramienta eficaz y modernizada, porque como bien dice Astori, "no hay un solo país en el mundo que haya podido transitar con éxito una experiencia de integración prescindiendo de una firme conducción estatal".)Brecha, 31 de mayo de 1991).

Este atajo para justificar el apoyo llamado "crítico" al Mercosur no se sostiene a sí mismo.

La proposición encierra por lo menos los siguientes problemas o cuestiones a considerar: 1) el Frente tiene que ganar las próximas elecciones con un margen suficiente para tener mayoría parlamentaria que lo habilite a modificar la ley, pues no puede imaginarse que obtenga apoyo de ninguno de los otros partidos; 2) modificar una ley que ratifica un tratado internacional es mucho más difícil que hacerlo con una ley interna, porque hay obstáculos de todo orden que lo dificultan. Por ello -y como clara demostración de lo que decimos- es que en 1978 nuestro embajador en la Argentina comunica al Ministerio de Relaciones Exteriores (1) que, en reuniones con los titulares del Ministerio de Hacienda y de Comercio Exterior y Negociaciones Económicas Internacionales de aquel país, le expusieron la intención de concretar un tratado que produjera una radical liberación de los intercambios comerciales entre ambos países "como una garantía contra cualquier posible intento de alteración de la línea económica seguida por el actual equipo", "porque al existir un acuerdo internacional que consagre la orientación liberal de los intercambios, ya dicha orientación no quedaría exclusivamente librada a los avatares de la situación política interna".

Este párrafo tan clarificador ratifica por otra parte la coherencia de la política neoliberal de Lacalle y los acuerdos del Mercosur, Cuatro más Uno e Iniciativa Bush, y su íntima solidaridad detrás de un objetivo común; 3) en el caso de que fuera viable modificar la ley, Uruguay podría denunciar unilateralmente el tratado, pero continuarían en vigor por un período de dos años más los efectos del mismo, lo que llevaría la vigencia práctica de los acuerdos hasta por lo menos, mediados del año 1997, con todos los resultados nefastos que ya estamos apreciando apenas iniciada su vida; 4) también podría propiciar cambios a la letra y espíritu del tratado de Asunción, pero para ello necesitaría, en primer lugar, la aquiescencia de Estados Unidos y luego, la conformidad de los otros países miembros, lo que implicaría que los mismos tendrían también para entonces gobiernos independientes del imperio; 5) debería subsistir una estructura estatal que permitiera ser utilizada como herramienta útil a los cambios, pero debe recordarse que, tanto la Iniciativa Bush como los acuerdos firmados con el FMI y el Banco Mundial imponen el des-



mantelamiento del Estado y el apartamiento del Banco de la República como institución promotora del desarrollo, directivas que se están cumpliendo aceleradamente, por lo que, en caso de acceder al gobierno en 1995, el Frente Amplio se encontraría sin las armas indispensables para ejecutar las políticas renovadoras a que aspira; 6) mientras llega el momento de acceder al gobierno, los efectos de las políticas económicas y sociales del actual equipo -tanto en el marco nacional como internacional- habrán desquiciado al país, destruyendo al sector productivo y forzando a la gente- especialmente los jóvenes y técnicos- a emigrar (como por otra parte lo ha propuesto Lacalle expresa y públicamente), con lo que el Frente tendría que reconstruir un país a partir de sus ruinas.

c) Resignación: se ha trasmitido muy eficazmente la idea de que "no había más remedio" que entrar al Mercosur, debilitando así la resistencia militante a una propuesta que es totalmente ajena a los principios partidarios.



¿Cuáles eran las verdaderas alternativas? Ya vimos que el Documento para el II Congreso afirmaba con toda razón que "Lacalle no ha cambiado en un ápice su concepción neoliberal y su práctica política correspondiente" por lo que debía esperarse que el proceso de integración conduciría a que, "imposibilitados de competir, quebrarían irremediablemente miles de productores agropecuarios e industriales nacionales, mientras algunos de estos últimos se transformarían en meros importadores de productos provenientes de Brasil y Argentina".

También vimos que se afirma ahora que los gobernantes pretenden ingresar al país "sin preparación a un proceso de integración con vecinos más poderosos", lo que implica, desde luego, que se van a dar -ya se están dando- las consecuencias previstas en el documento transcriptas más arriba. Esto sin mencionar lo que puede ocurrir con el "libre intercambio" con Estados Unidos propiciado por el Tratado del 4 más 1, si las cámaras lo ratifican.

Si los presupuestos admitidos son que Lacalle no ha cambiado su concepción liberal, y además, como también dice el documento del II Congreso, "el proyecto de país formulado por la derecha refleja el perfil de los intereses dominantes a escala mundial" y que "el gobierno actual, articulado en torno a partidos tradicionales francamente derechizados, cumple una nueva etapa de radicalización neoliberal y se propone acelerarla", no cabe otra conclusión que debería esperarse que la integración que se propiciaba desde los centros del poder transnacional y este gobierno conduciría inevitablemente a los resultados anunciados. Esta era una de las alternativas.

La otra alternativa era trabajar por una auténtica integración latinoamericana, solidaria y justa, partiendo de las integraciones internas de cada uno de nuestros países para encarar luego la coordinación de sus estructuras políticas, económicas y sociales. ¿O es que ahora resulta que la izquierda uruguaya y latinoamericana nunca tuvo un proyecto de país alternativo al de la derecha?

Este objetivo quedará por lo menos postergado al haberse propiciado una seuda integración vertical y dependiente, conducida por los centros de poder en beneficio de sus intereses.

EL II CONGRESO

El II Congreso del Frente Amplio realizado en el Palacio Gastón Güelfi entre los días 22 y 25 de agosto de 1991 tenía que resolver, entre otros temas de trascendencia, el apoyo o rechazo del Tratado de Asunción, para lo cual se formó una comisión especial a los efectos de preparar el informe a la asamblea. En esa comisión, y luego en la asamblea, se manifestaron las dos tendencias respecto al tratado. Los partidarios de su aprobación afirmaron enfáticamente que el Tratado de 4 más 1 -o Tratado del Jardín de las Rosas- era un "fantasma" agitado por los contrarios al Mercosur, puesto que "no existía". Este era un punto de vital trascendencia para que el conjunto de asistentes pudiera juzgar con propiedad sobre la índole y consecuencia del Mercosur.

En primer lugar, trataremos la existencia del Tratado del 4 más 1 en la época que se realizó el II Congreso. Digamos para empezar que, al mismo tiempo que éste transcurría, estaba apareciendo en los estantes de las librerías y kioskos un libro (2) en el que figuraba un trabajo del diputado Couriel. Y éste en las páginas 111 y 112 da cuenta de que el 19 de junio de 1991 se había firmado en Washington el Tratado del Jardín de las Rosas y hacía algunas comparaciones con borradores anteriores. Pero antes todavía, en el mes de julio estaba en los kioskos una revista ampliamente publicitada incluso por televisión (3), y que contaba con los auspicios del Ministerio de Relaciones Exteriores, que en las páginas 28 y 29 traía el texto del mencionado tratado, aunque sin los anexos. Y más atrás aún, un diario había publicado a página entera (4) el discurso que había ofrecido Gros Espiell a los embajadores latinoamericanos acreditados en Washington apenas firmado el tratado.

En ese discurso dijo, entre otras cosas, refiriéndose al Tratado del 4 más 1: "Todos comprendemos la importancia de los acuerdos bilaterales firmados o



en proceso de negociación por diversos países latinoamericanos con los Estados Unidos en el marco de la Iniciativa para las Américas, y todos coincidimos en la histórica importancia del acuerdo sobre comercio e inversión, el "Rose Garden Agreement", firmado por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay con los Estados Unidos el 19 de junio de 1991". En el mismo diario (5) se había previamente anunciado nada menos que por la Encargada de Comercio Exterior de Estados Unidos, Carla Hills, que se estaba por firmar "un acuerdo-marco sobre comercio e inversión con los cuatro países integrantes del Mercosur" y que éste "será el principio de la liberación del intercambio con esos países", al tiempo que informaba que éste era el comienzo de un proceso enmarcado en la Iniciativa para las Américas.

Ya vimos que el Tratado existía y que era imposible desconocer su existencia. Pero, ¿qué contenía?. Por lo pronto, dos jerarcas de primer nivel nos han anticipado que el tratado se enmarca en la Iniciativa Bush, esa conexión con el Mercosur tan empeñosamente negada por los partidarios del apoyo "crítico".

El Tratado, en efecto, ya desde el propio título señala claramente esa vinculación, pero además lo dice a texto expreso en la parte expositiva, donde reconoce, en varias cláusulas, "el papel de apoyo que la Iniciativa para las Américas está llamada a desempeñar en el aliento a la integración económica regional" y que el "objetivo de largo plazo de la Iniciativa para las Américas es un sistema de libre comercio en las Américas, reconociendo la significativa contribución del Mercosur al reducir las barreras al comercio y la inversión en las Américas", es decir, en todo el continente inclusive Estados Unidos.

Con este Tratado del 4 más 1, pues caía definitivamente la pretensión de que el Mercosur no tenía nada que ver y aun se oponía a la Iniciativa Bush. Y eso tenían derecho a saberlo los congresistas reunidos en el Palacio Gastón Guelfi.

PARA TERMINAR

Creemos que lo que dejamos escrito aquí, y mucho más que podría agregarse, justifican que el Frente Amplio, que es sin lugar a dudas la esperanza que tenemos los uruguayos para acceder a un futuro mejor, tiene que rever con la gente la cuestión del apoyo al Mercosur.

El Frente Amplio tiene ante sí una grave responsabilidad, porque como sentenciara Marina Arismendi, "este pueblo lo único que no nos perdonará es que no seamos capaces de ocupar nuestro lugar". Y ese lugar lo ocuparemos sólo con las verdades en el puño y con una militancia activa.

GUZMAN DIAZ

Notas

(1) Nota confidencial H2-2/978 (1839)
(2) "Uruguay y el Mercosur" - Editorial Universidad
(3) "Diplomacia en Acción", Nº1, julio 1991
(4) La República, 22 de junio de 1991
(5) La República, 17 de junio de 1991



NUEVA POLITICA MILITAR DE EEUU PARA AMERICA LATINA

Presentamos a los lectores de CUADERNOS DEL 26 el texto de la conferencia dictada por el Gral. (R) Víctor M. Licandro en la Casa Cultural Uruguay-Suecia el 29 de marzo de este año en el marco de un intercambio entre las organizaciones políticas de la región que participaron en carácter de invitadas al Acto del 21 Aniversario del Movimiento 26 de Marzo.

El Gral. Víctor Licandro fue fundador del Frente Amplio y en su carrera militar, interrumpida por la dictadura, ocupó importantes cargos: Comandante de la Región Militar Nº III, Director del Instituto Militar de Estudios Superiores, Representante del Uruguay en el Colegio Interamericano de Defensa en Washington.

El Gral. Víctor Licandro es actualmente miembro de la Mesa Política del Frente Amplio y preside la Comisión de Defensa Nacional de FA, organismo de asesoramiento de los legisladores frenteamplistas en este complejo tema y de estudio de los temas militares en el seno del Frente Amplio.

El artículo que publicamos es un estudio de la estrategia militar norteamericana y su evolución reciente como resultado de los cambios operados en la realidad internacional en los últimos tiempos a partir de la desaparición del Pacto de Varsovia. Evidentemente, el énfasis del análisis se centra en América Latina y en los nuevos supuestos del Pentágono para su "flanco sur" en los próximos años.

Si nos atenemos a la conferencia que el Secretario de Defensa de EEUU, Richard Cheney, pronunciara el 4 de nov.1991 ante la XIX CEA (Conferencia de Ejércitos Americanos) en Wáshington D.C. podremos ir señalando cuáles son "los supuestos que habían impulsado la planeación de fuerzas conforme a nuestra estrategia anterior" y que ahora han sido cambiados, y cuáles son los nuevos supuestos.

Cheney nos lleva a recordar el proceso vivido desde la Segunda Guerra Mundial, cuando "los supuestos militares estaban vinculados a una invasión soviética masiva y rápida en Europa Occidental, que podría involucrar tal vez 100 divisiones. Tal conflicto podría transformarse rápidamente en mundial y podría quizás involucrar la utilización de armas nucleares". Y según esos supuestos establecieron "la estructura de fuerzas que

mantuvimos en el pasado", dice Cheney.

Por nuestra parte podemos recordar que en esa estructura de fuerzas, Europa había perdido inicialmente su carácter de proveedor clásico de doctrinas y materiales bélicos, pero a la par que se reconstruían, los países del oeste -en el marco de la OTAN (Organización del Tratado del Atlántico Norte)- enfrentaban la "guerra fría", el "muro de Berlín" y la formación de la OTV (Organización del Tratado de Varsovia), como respuesta militar a la OTAN.



La estrategia de la "disuasión" con el desarrollo y acumulación de nuevas y sofisticadas armas convencionales y nucleares, agregándose capacidades químicas y bacteriológicas, con la división del mundo en áreas de influencia militar, alianzas defensivas, despliegue de la "triada estratégica" con cohetes intercontinentales, misiles en submarinos o en bombarderos de largo alcance y sistemas de vigilancia e información en tierra y en el espacio. La presencia de conflictos localizados, fueron llevando a la confrontación directa con involucramiento de EEUU en Corea y en Indochina. Hasta llegar a un nivel de armamentismo insostenible; pero que no hizo cejar a EEUU de su política de fuerza, en especial con Reagan (que recibió el impulso del pensamiento expuesto en el denominado documento de "Santa Fe I"/1980), con la "respuesta flexible" en base a organizaciones de "despliegue rápido". Es así que Libia, golfo Pérsico, Líbano, y la presencia de sus flotas en variados lugares del mundo y en distintos momentos, señalaron que la superpotencia no descuidaba su presencia física en las consideradas sus áreas de influencia. En la escalada tecnológica Reagan lanza su IDE (Iniciativa de Despliegue Estratégico o conocida como "guerra de las galaxias"). Y se le atribuye "estrategia del primer golpe".

Para América Latina, ese periodo que viene de la II Guerra Mundial supuso dos grandes momentos. Uno, en que el Pentágono impulsaba -TIAR mediante- una especie de sistema militar panamericano "para la planeación de la "defensa continental" ante el probable ataque armado desde fuera del "área de seguridad" señalada en aquel Tratado. Con un componente predominante de acciones de tipo convencional. Y el otro momento, cuando en la década de los 60 la "revolución de las aspiraciones en crecimiento" dio pie para el concepto de la agresión ideológica (que luego Onganía volcara en su "fronteras ideológicas") que se le atribuyó a la presencia de la "guerra revolucionaria", con la subversión y demás modalidades de llevarla a cabo por el movimiento comunista internacional. EEUU impulsa la propuesta Kennedy de la "Alianza para el Progreso" (Carta de Punta del Este-1962). Es el momento en que se abre camino el discurso de la "importancia de las fuerzas armadas en sociedades en transición".

La política militar de EEUU impulsa en aquellos años de la década 60 la taylorización en la defensa continental. Las fuerzas armadas "nativas" atenderían la subversión y sedición, dando la "seguridad interior", en tanto los EEUU asumirían mayormente la atención a las posibles acciones de ataques armados convencionales o nucleares provenientes de fuera del continente. Para lo cual las fuerzas armadas norteamericanas contarían con la colaboración de los otros países del continente.

La política militar de EEUU atiende a Europa como centro de gravedad de la acumulación de medios bélicos y acompaña los cambios que se van produciendo hacia el oriente. En 1974 en Helsinki se da la Conferencia de Seguridad y Cooperación Europea, y en sucesivas aproximaciones -ya en 1989- son 35 Estados participantes los que reafirman su voluntad de promover su cooperación en materia económica en ciencia y tecnología, y de medio ambiente. Y en ese marco se producen las conferencias Reagan-Gorbachov de Ginebra 1985, Reykjavic 1987, Wáshington 1987, tratado ratificado en Moscú (1988) para disminución de misiles nucleares de medio y corto alcance. La de Bush-Gorbachov en Malta poniendo fin a la "guerra fría", la Bush-Gorbachov de Washington de 1990 con la firma de dieciséis acuerdos entre los que hay de tipo militar, para disminución de misiles, incluyendo a la triada estratégica, armas químicas, y proceso hasta alcanzar las disminución de medios y armamentos convencionales.

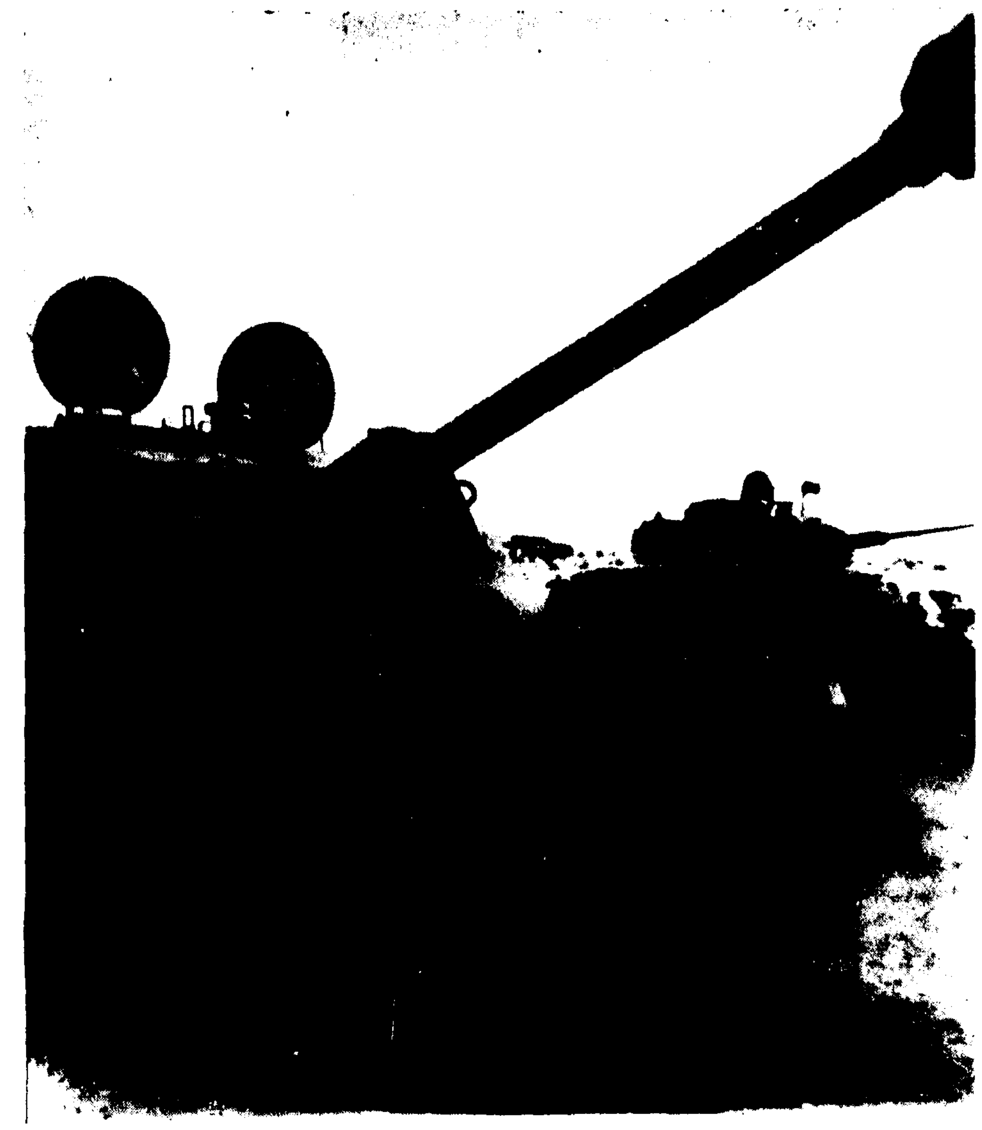
EEUU no consultó a los países de América Latina. Es que, como dijo el Gral. Mercado Jarrín, América del Sur resultaba un área geopolíticamente marginada.

Los sucesos de Europa del Este y de la URSS, a la luz de las conferencias de la "Cumbre de los siete" de Houston, y de la NATO en Londres, de 1990, mostraron el cambio del mapa político mundial y preocupación de los países desarrollados por ocupar las "zonas de influencia" que el fin de la guerra fría, con el repliegue y luego desmembramiento de la URSS como superpotencia, pudo poner a su disposición. Y el conflicto y guerra del Golfo Pérsico mostró descarnadamente la política militar de los EEUU en lo global. Actuando como única super potencia militar que asumió el papel de gendarme del mundo. La autorización dada en el Consejo de Seguridad de la ONU y el apoyo de los aliados jugaron su papel complementario.

Retomaré el discurso de Cheney ante la XIX Conferencia de Ejércitos Americanos con el desmembramiento de la URSS, a Cheney le preocupa "la difusión de tecnología de misiles balísticos" y aprecia que, de las probables 15 naciones con esa capacidad -en el momento actual- podría pasarse al número de 20 en menos de una década.

Informa que ante la pérdida de validez de los supuestos anteriores hoy "podemos reducir nuestras fuerzas sin sacrificar nuestra seguridad", ya "que podemos planear contar con un periodo de advertencia considerable antes de enfrentar un conflicto general". Señala el cierre de bases y la repatriación y disminución de unidades de Marina, Fuerza Aérea y Ejército, así como en el Cuerpo de Infantería de Marina. Y la propuesta de disminución del presupuesto de defensa.

Creo que puede interesar que recordemos que en 1987 (en Conferencia ante el Colegio Interamericano de Defensa-Washington) Cheney preconizaba las "estrategias proactivas" con relación a las "estrate-



gias reactivas", en que la primera "está diseñada para proteger áeras vitales y mantener acceso a recursos importantes, preservar la estabilidad en los gobiernos pro estadounidenses en el Hemisferio Sur y oponerse al terrorismo y la disidencia dirigida en contra de los EEUU". Esos mismos supuestos que había manejado Caspar W. Weimberger cuando reclamaba (en el mismo colegio Interamericano de Defensa en 1986) atención a los "conflictos de baja intensidad" ... para lo cual ... "hay un lugar para el uso de la *fuerza*" ... "*si nuestros intereses justifican* la intervención". Y para Weimberger las "Fuerzas para Operaciones Especiales" eran "una de las más altas prioridades".



Es en la política militar de los EEUU -que se inscriben intervenciones por la fuerza, para atender los intereses y la seguridad de los EEUU- que también tenemos el desarrollo de la estrategia para atender el "flanco sur" de los EEUU que el Jefe del Comando Sur de Panamá Gral. Frederick Woerner desarrollara en 1988 ante la Comisión de Administración del Congreso de EEUU *con un análisis* político sobre la realidad de América Latina -en lo económico, social, político y militar- es que Woerner muestra como un imperativo estratégico dar a los "conflictos de baja intensidad" el calificativo de "alta probabilidad" para defensa de áreas, y para "incrementar la influencia militar de EEUU en la región y fortalecer la cohesión con y entre nuestros aliados".

Woerner tenía gran preocupación porque no se le recortaran recursos en sus programas de "ejercicios de Estado Mayor Conjunto o en "los ejercicios y servicios de desplazamiento para entrenamiento". Le preocupaba que se mantuvieran aún medidas de sanciones a determinados países, porque éstos continuarían importando armas de otros países. "Es igualmente perturbador que estemos creando una generación sucesora de jóvenes oficiales latinoamericanos que no *tendrán una significativa* experiencia norteamericana cuando accedan a posiciones de autoridad. Corremos el riesgo de que sean indiferentes si es que no hostiles a las preocupaciones norteamericanas". Otros dos puntos le son de particular preocupación: la capacidad de "movilidad" y la necesidad de "inteligencia", sobre las cuales pone énfasis en mantener "los ejércitos y servicios de desplazamiento para entrenamiento", puesto que "son a veces nuestros únicos medios efectivos para trabajar con los ejércitos de las naciones anfitrionas", dice Woerner.

Aunque Woerner considera "estamos seguros de vernos implicados en el conflicto de baja intensidad/alta probabilidad al término del espectro de guerra y que es poco probable vernos involucrados en el medio de un final de alta intensidad (que yo asimilo a los que Cheney refirió como "conflicto general"). Y considera que "los B.1, los tanques Abrams y los misiles cruceros tienen limitada utilidad" ... "el conjunto de opciones relevantes de fuerzas de contención tiene más posibilidades de consistir en actividades acompañadas de ayuda de seguridad, ejercicios combinados de entrenamiento, apoyo de inteligencia, intercambio de oficiales, acción cívica, operaciones psicológicas, construcción de instalaciones, adiestramiento médico y desarrollo de infraestructura" ... Estar preparado para aplicar la "teoría de la contención".

Por su parte el Secretario de Defensa de EEUU plantea a los comandantes de los Ejércitos de América -sus aliados al decir de Woerner- que "los países de ustedes pueden colaborar con nosotros (los EEUU) evitando la diseminación de la tecnología de misiles balísticos y las ventas de otros tipos de armas a regiones

- donde las tensiones son elevadas, aunque no por eso dejen de comprar en forma razonable equipos de defensa
- dando apoyo al proceso democrático con subordinación a la autoridad civil
- que colaboren y, a su vez, propone colaboración "con ustedes" y con sus gobiernos a fin de fortalecer las instituciones de la democracia y las economías de mercado libre y promover la paz". (En este punto me permito leer del documento Santa Fe II (de 1989): "los EEUU no deben preocuparse solamente por los procesos democráticos formados, sino que deben elaborar programas para ayudar la democracia dentro de la burocracia permanente incluyendo las fuerzas armadas y la cultura política"...)

Cheney propone:

- desempeñan una función importante en las operaciones de pacificación evitando conflictos. Sea fuera del hemisferio, como dentro de los propios países latinoamericanos "con medidas creadoras de confianza entre los países vecinos, con experiencia de lo desarrollado en Europa entre OTAN, Pacto de Varsovia
- reducciones militares, readiestramiento hacia empleos en el sector social
- convertir los recursos e industrias de defensa en propiedades y usos civiles;
- aunque ofrece: "podríamos proporcionar ayuda técnica respecto a industrias específicas, organizaciones o cuestiones de estructura de fuerza militar".

(Anoto que coincidiendo en el tiempo con estas propuestas de Cheney la prensa dio noticias de las reestructuras emprendidas en las fuerzas armadas de un país vecino al nuestro).

- Cheney les informa que "Hemos cambiado el programa de Educación y Capacitación Militar Internacional para América Latina" para extenderlo a oficiales militares, funcionarios civiles de la rama ejecutiva y a legisladores encargados de supervisar presupuestos y estrategias de defensa.

Informa que en EEUU el Departamento de Defensa es la principal agencia encargada de detectar y observar el tráfico ilegal de narcóticos que entran en EEUU y expresa en la XIX CEA: "las fuerzas militares pueden suministrar transporte, seguridad y logística; pueden controlar los ríos, las costas y el espacio aéreo nacional; y pueden moverse directamente contra concentraciones mayores de traficantes y sus laboratorios. Nos complacerá -dice Cheney- aportar nuestra experiencia para apoyar sus operaciones".

"La paz y la estabilidad son los cimientos de la prosperidad. EEUU busca construir sobre esos cimientos mediante una asociación hemisférica de libre com-



ercio entre nuestros países".

"La Iniciativa para las Américas del Presidente Bush ha dado resultados impresionantes" dice Cheney. Y culmina su discurso ante los comandantes de Ejército de América expresando "mediante el comercio libre y la continuación de políticas de reforma económica, prevemos progreso económico para todos nuestros países".

COMENTARIO FINAL

Queda claro que en la política militar de EEUU hacia América Latina caducó el supuesto que alimentó todo el período de la "guerra fría": la acción del movimiento comunista internacional.

No caducaron los supuestos en que se materializan las oposiciones a los considerados intereses de EEUU.

Toman relevancia los supuestos del narcotráfico del terrorismo conjugados con la subversión que alimenta y se alimenta en aquéllos.

Se diluye la dicotomía de "régimen autoritario" amigo de EEUU y "dictadura" opuesta a EEUU y pasa a primer plano "régimen democrático" con su defensa como supuesto básico de acción de fuerza.

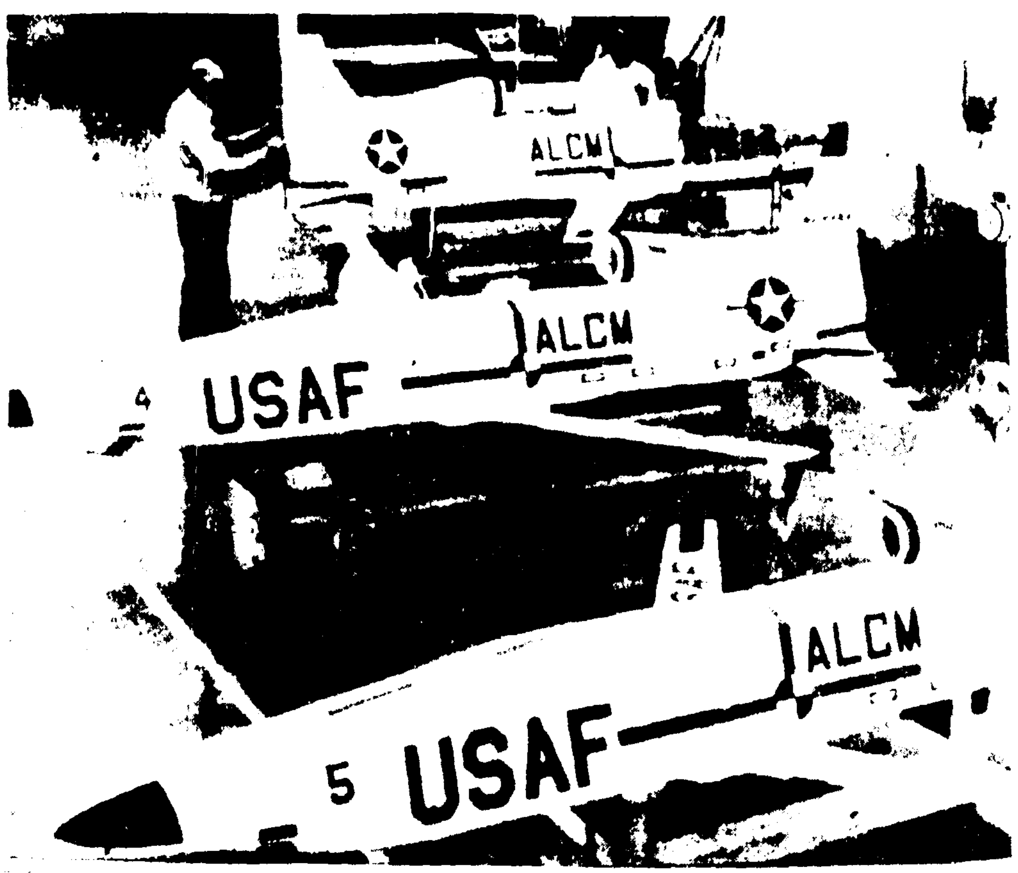
Se mantiene el principio de política militar como parte del todo que involucra lo económico, lo cultural y lo político. En su conjunto se realzan los elementos que impulsaron al "panamericanismo" como herramienta de la gran potencia imperialista.

Para América Latina, cada vez más marginada en términos geopolíticos, se abre un período de mayor fluidez para la presencia de la influencia militar norteamericana, ante la atracción que otras áreas geo-económicas puedan suponer para las otras potencias mundiales; las realidades sociales marcarán el ritmo de esa presencia.

Un nuevo supuesto no muy desarrollado gira alrededor de la preservación y mejoramiento del medio ambiente y las acciones ecologistas de las multinacionales.

Y se mantiene como constante en la conducción de la política militar de EEUU, en lo global y en lo que hace a América Latina, el poder que ejerce el complejo de la industria bélica.

Gral. (R) Víctor M. Licandro
Conferencia dictada el 28/3/92 en la Casa Cultural Uruguay-Suecia. Montevideo



PROBLEMAS DE LA DEMOCRACIA EN NUESTRA AMERICA

CUADERNOS DEL 26 entrega a sus lectores el trabajo presentado,. por Germán Sánchez Otero en su carácter de representante del Partido Comunista Cubano, al Seminario promovido por el Foro de San Pablo en Lima, Perú, en el mes de abril de este año.
La democracia ha sido objeto particularmente en estos últimos tiempos, de una verdadera manipulación ideológica por parte de los propagandistas del sistema capitalista. Apoyados en la confusión creada a partir de la perestroika y la disolución del denominado "socialismo real" en el este europeo y la ex-URSS, se ha intentado erigir la democracia occidental, con toda su carga ideológica, en valor universal y eterno de la Humanidad. Una idea que ha, incluso, penetrado en sectores de la izquierda latinoamericana.
Germán Sánchez enfoca la cuestión de la democracia desde una óptica popular y antimperialista, rescatando su validez y señalando las limitaciones del liberalismo para realizar los mismos valores éticos y políticos que propone.

Germán Sanchez Otero

1. DEMOCRACIA PARA QUIENES Y PARA QUE

Ser demócrata en nuestro tiempo es casi sigual a proclamarse parte del género humano. Democracia es, sin dudas, el término más recurrente en el lenguaje político contemporáneo. Más exacto: la democracia en su acepción liberal, es el concepto predominante en casi todos los países del mundo. Este extremo es consecuencia de las tremendas capacidades del sistema capitalista para hacer valer su sideas como las de la mayoría de la sociedad. Y es resultante, además, de los graves errores y los estrepitosos fracasoso del autodenominado socialismo real, que en nombre de una supuesta democracia socialista quiso imponer un régimen antipopular, antidemocrático y por ende antisocialista, creando las bases de su propia autodestrucción.

La confusión existente es tal, que una suma importante de quienes continúan definiéndose socialistas o de izquierda en nuestro continente - para limitarnos al área de este trabajo- piensan y actúan sumidos en la lógica y en la axiología liberales, y hasta creen eufóricos haber des-

cubierto la salida mágica para reencauzar el socialismo, cuando en rigor se trata de versiones reformadoras del capitalismo.

El problema, no por hablarse tanto de él es menos complejo.

Si desde los años 70 el tema democrático comenzó a ser objeto del interés y de serias contribuciones por parte de los revolucionarios latinoamericanos y caribeños, ahora ellos tiene ante sí un desafío mayor. El escenario internacional y regional hace más acuciante la necesidad de generar en nuestras tierras proyectos de liberación, que recuperen la noción de democracia desde una perspectiva popular, antimperialista y antiburguesa. Nunca antes ganar una confrontación de ideas -de la única manera en que ello es posible: con argumentos y peleas sociales- ha tenido tan grande significación para el desenlace del cambio histórico a favor de los pueblos.

El debate está abierto. Quienes nos involucremos desde ese compromiso debemos hacerlo con humildad, persuadidos de que tenemos más preguntas abiertas que respuestas concluyentes en nuestro haber. Comenzar por reconocer los errores determinados por la subordinación a las ideas liberales o importadas del socialismo real, que han influido en diferentes magnitudes y momentos a casi toda la izquierda del continente. Y al sacudirnos en esa rémora, es recomendable a la vez deslindar y utilizar a fondo la cultura marxista, en sus vertientes originales e históricas diversas, e incorporar también todas aquellas otras ideas, experiencias y aportes de la cultura universal.

La crítica superadora es inmensa y no saldrá de ninguna cabeza iluminada. Es menester, ante todo, colocar a la democracia en el conjunto del tejido social y en el centro de las luchas populares, antimperialistas y socialistas. Y tener plena lucidez sobre de cuál democracia hablamos, para quiénes y para qué es la democracia que proyectamos. Implica abrir, tensar y alertar al máximo nuestra mentes para dar respuestas certeras al más complejo y difícil momento que ha tenido el afán liberador de nuestros pueblos.

Con esa disposición, iniciaré esta prouesta de aproximación al tema con el exámen de algunos perfiles de los regímenes democráticos que hoy predominan en la región.

II. PROBLEMAS Y DILEMAS DE LAS ACTUALES DEMOCRACIAS

En la Primera Cumbre Iberoamericana, el problema de la democracia fue objeto de las intervenciones de varios presidentes, quienes reflejaron, expresa o implícitamente, compartir la visión liberal clásica. Fue curioso, sin embargo, que la mayoría de ellos identificaran a la democracia actualmente existente en su países como el "cimiento político idóneo para mejorar las condiciones de vida de nuestra población" (Andrés Rodríguez-Paraguay), "proveer el bienestar material a que tiene derecho toda la población y en especial los pobres y desamparados" (Guillermo Endara-Panamá), "derribar el muro de la pobreza y conquistar así la dignidad de los habitantes de nuestras naciones" (Patricio Aylwin-Chile), "abrir el mejor camino a la protección del pobre y a una mejor distribución de la riqueza" (Violeta Chamorro-Nicaragua).

Esta preocupación de los mandatarios por las precarias condiciones materiales de vida de una parte sustancial de la población de su países, revela, hasta qué punto aquéllas son percibidas como un obstáculo para los gobiernos latinoamericanos.

Precisamente, el dilema de esos gobierno es que aún cuando sus dirigentes logren captar las implicaciones que tienen las crecientes desigualdades sociales para la consolidación del régimen liberal democrático, no poseen las capacidades ni la fuerza necesaria para solucionarlas o reducirlas sensiblemente. La paradoja es más completa: **históricamente tales regímenes son corresponsables de las causas que originan y reproducen el subdesarrollo y la subordinación de nuestras sociedades a los intereses foráneos. Una prueba: en los últimos treinta años, los países latinoamericanos que no interrumpieron su constitucionalidad democrática -por ejemplo Venezuela y Costa Rica- compartieron con el resto la crisis, el retroceso y la complicación de sus economías, en especial después de 1980, tampoco las naciones que accedieron a este tipo de democracia durante los ochenta han podido detener los efectos de la crisis, convirtiéndose sus gobiernos también -con estilos diferentes- en ejecutores de políticas neoliberales, más dependientes del capital financiero internacional y de los intereses norteamericanos; estas conductas, por cierto, exacerban los problemas sociales y económicos que supuestamente tales democracias pretenden resolver. Más aún: en algunos países, favorecidos en su momento por una situación financiera internacional ventajosa, los regímenes dictatoriales que allí existieron lograron más avances económicos y menos polarización social** que los actuales gobiernos democráticos.

Estas y otras paradojas, límites y problemas de los actuales regímenes democráticos, junto a la búsqueda de diseños estratégicos de cambio, han suscitado en la izquierda latinoamericana y caribeña un legítima polémica respecto de los orígenes, el carácter y las potencialidades de los procesos democráticos de la región.

Existen, a saber, dos líneas de análisis principales. La primera, subraya el criterio de que las actuales democracias son derivadas de la resistencia y las luchas populares desenvueltas contra las dictaduras, y que no obstante su carencias y debilidades la izquierda y los pueblos deben avanzar dentro de esas democracias, profundizarlas y radicalizarlas hasta lograr ganar el consenso de la sociedad en torno al proyecto democrático socialista.

Este se anticipa con muchos ingredientes clasistas similares al concepto democrático-liberal clásico y algunos componentes reformadores; entre otros: predominio de la relaciones mercantiles, aunque, otorgándoles un peso relativo moderador a la propiedad social y cooperativa y una función más o menos reguladora al estado; pluralismo para todas las clases, esto es, libertad para organizarse y defender sus intereses a través de partidos políticos, los medios de difusión y toda otra forma legal; neutralidad interna de las fuerzas armadas, que deben subordinarse a las leyes y el poder civiles; aceptar el sistema democrático representativo, con modificaciones que faciliten la participación real del electorado en el ejercicio del gobierno; introducir cambios económicos genera-



dores de una redistribución de los ingresos, capaz de borrar las diferencias sociales más agudas y crear una tendencia favorable a una mayor equidad.

En esta visión se dejan a un lado o se abordan insatisfactoriamente tres ejes claves vinculados a la democracia: la soberanía y la dominación externa; los intereses y las luchas de clases; el estado y las fuerzas armadas.

La otra postura levanta el papel relevante de los Estados Unidos en el diseño, promoción y monitoreo del rumbo de las actuales democracias de la región, sin desdeñar la importancia que tuvieron las diversas luchas populares y revolucionarias en la aceleración de la crisis de las dictaduras en determinados países. Desde ese prisma, las democracias emergentes -o de las demás vieja data- se perciben sesgadas y actuantes con un sentido funcional a la política de dominación mundial y regional de los Estados Unidos. De ahí se deriva, en consecuencia, una respuesta de crítica y enfrentamiento raigales al dominio imperialista y la búsqueda de la ruptura del sistema económico y político vigente, condiciones que se consideran básicas para edificar un nuevo orden democrático, funcional este con los intereses de la mayoría del pueblo.

Parte esencial de la estrategia concebida por esta segunda propuesta, es el quehacer para ampliar y radicalizar las disímiles luchas democráticas de las masas y por consolidar los espacios conquistados por ellas, evitar el chantaje y ser rehén de la democracia existente. Ello impone una proyección integral de combates diversos, que incluye -sin alardes ni apresuramientos- la creación de fuerzas militares y conspirativas propias, capaces de jugar su papel decisivo oportuno, unido a una inteligente política hacia las fuerzas armadas. Construir el poder, buscar el consenso del pueblo y estar en capacidad de producir las rupturas más hondas e indispensables en cada frase, para avanzar ciertamente al socialismo.

Pienso que ambas concepciones aquí tipificadas -y por ende no agotadas- resultan insuficientes y parciales por sí mismas y las dos tiene elementos y enfoques que deben tomarse en cuenta. Arriesgo mi opinión a favor de la segunda línea de análisis, pues ella tiene una mira estratégica de largo plazo que considero correcta y viable, pese a que en las actuales circunstancias pueda parecer a muchos irrealizable.

Por supuesto, es necesario partir del devenir histórico de cada país. Por ejemplo, el desempeño que tuvieron y tienen las fuerzas populares en las llamadas aperturas y transiciones democráticas, lo cual comparativamente es muy diferente en países como Brasil y Paraguay -para citar dos casos extremos; valorar las tradiciones democráticas en lo que esto tiene de positivo o de lastre- de unas y otras naciones, destacadamente en Chile, Uruguay, Costa Rica y Venezuela; considerar el grado relativo de independencia del país respecto del sistema de dominación externa; y medir la fuerza material y la perspicacia y experiencia política que tienen las clases dominantes locales - México, por ejempo, es un caso sobresaliente.

Cuando subrayo el valor de la segunda percepción, no excluyo las necesarias adecuaciones que es necesario realizar en unos y otros países. La simple creación de instituciones y normas democrático-liberales es un avance notable en varios de ellos, y lejos de trabajar por evitarlo el movimiento popular y la izquierda hacen bien en contribuir a establecer y hacer operar seriamente esas democracias, en las cuales muchas veces es posible desarrollar las luchas reivindicativas y estratégicas con formidables resultados.

Se trata de no perder el norte de la vertiente estratégica: democracia del pueblo, por el pueblo y para el pueblo, según la conocida

frase de A. Lincoln la cual habría que actualizar con la definición contemporánea latinoamericana y revolucionaria de "pueblo" -aquella que formuló Fidel Castro en su alegato La Historia me Absolverá: "nosotros llamamos pueblo, si de lucha se trata ..." (1)

Reinvindicar la democracia para el pueblo significa, pues, asociarla a todas sus peleas, desde las reinvidicativas inmediatas hasta las de alcances liberadores más distantes. Y supone reconocer la premisa de que la democracia siempre ha sido concebida en condiciones históricas específicas y bajo el influjo determinante de unas y otras clases sociales O sea, es irreal, y ahistórico sostener la existencia de un sistema democrático universal, como pretenden los ideólogos del imperialismo -y de la perestroika ...

Así, en el caso de nuestra región, adquiere más destaque la necesidad de elevar las luchas por la democracia al escenario por quebrar la dependencia al capital extranjero en todas sus expresiones - financieras, científicas, tecnológicas, culturales, comerciales, políticas, diplomáticas e ideológicas: sólo la independencia y la soberanía plenas, permitirán conseguir en nuestro continente empobrecido la otra condición sine qua nom de la democracia, la igualdad.

Ciertamente, ese universo de subdesarrollo y neocolonialismo es "el muro" a derribar en nuestra América, el que obstaculiza el éxito de cualquier variante democrática en la región, incluso de índole liberal, obvio en la historia de este siglo y en el momento presente.

A ello debemos agregar que durante la década pasada -y aún sigue vigente- la extensión de las democracias en la región coincidió con su crisis económica más extrema del presente siglo, lo cual por un lado coloca a esos procesos en una situación más tensa y adversa, y por el otro crea un terreno que puede ser más favorable a las fuerzas populares para desenvolver su propias estrategias de poder democrático.

Sin embargo, esta potencial debilidad de los actuales regímenes democráticos latinoamericanos y caribeños, no se traduce hasta el momento en una pérdida de la hegemonía norteamericana y burguesa local en la mayoría de los países. Y allí donde la izquierda ha logrado avanzar más con proyectos electorales amplios, están creados los resortes protectores del sistema dominante, que permitirían eventualmente impedir transformaciones democráticas profundas, en caso de acceder la izquierda al gobierno por la vía comicial.

Esta preminencia de la ideología demócrata-liberal se debe a múltiples factores, entre los que sobresalen el impacto en el área del desplome del socialismo europeo, errores específicos de la izquierda latinoamericana y la eficiente política de dominación de los Estados Unidos a partir de los años ochenta, aspecto este que examinaré seguidamente.

III. LA DEMOCRACIA EN LA POLITICA HEMISFERICA ACTUAL DE ESTADOS UNIDOS

Conviene despejar un idea. Si durante los ochenta fue difícil lograr un equilibrio en la polémica de la izquierda respecto del papel que desempeñó Estados Unidos en las transiciones de las dictaduras hacia las democracias, ahora es más evidente, al culminar ese ciclo, el peso decisivo que tuvo y tiene la política



global y latinoamericana de aquel país en los orígenes y el devenir de tales procesos.

Desde los años de la administración Carter (1976-80), Estados Unidos comenzó a estimular la conversión de las dictaduras militares -que entonces cubrían casi todo el continente- en regímenes democráticos definidos por los funcionarios del Departamento de Estado como viables -en el sentido de posibles, aceptables para los intereses norteamericanos- o sea, de carácter limitado o restringido, en comparación con las democracias liberales maduras de los países desarrollados.

Aquella posición, originalmente denunciada por la mayoría de la izquierda como una maniobra circunstancial de Estados Unidos, cristalizó en una línea estable del actuar norteamericano hacia la región durante los ochenta, bajo el gobierno de Reagan, con una breve interrupción debido al trauma inicial creado por el triunfo de la Revolución Sandinista.

¿Cómo explicar esta nueva política, que convierte a Estados Unidos de sostén de las dictaduras militares *en defensor* y promotor de la democracia liberal?

Se trata, como siempre, de una concepción internacional en la que se inscribe el segmento concerniente a nuestro hemisferio. Una noción global de seguridad nacional y de política exterior, que logró un amplio consenso y bipartidista al demostrar su eficacia para Estados Unidos: énfasis en restablecer, ampliar y fortalecer la hegemonía mundial norteamericana por medio del uso privilegiado de vías de intervención no bélicas, sin desdeñar las militares en casos excepcionales muy ventajosos.

Parte medular de esa nueva perspectiva de seguridad nacional, también durante los ochenta Estados Unidos, diseñó y comprobó -sobre todo en Centroamérica- la doctrina del Conflicto de Baja Intensidad. Para esta, la guerra es ante todo política, y por ende, se busca el triunfo frente a los adversarios por medio del énfasis en los instrumentos no bélicos. Si la dimensión ideológica-política permite legitimar y hacer aceptable en las mentes de la gente el ejercicio del poder, el mejor invento conocido del sistema es la instauración de democracias liberales. Incluso, la insurgencia factual o potencial, no es óbice para estimular esta democracia: precisamente en los países donde ya estalló el conflicto bélico interno o donde la explosividad es mayor, resulta más urgente consolidar la legitimidad política de los gobiernos aliados, también para llevar adelante la intervención por canales militares abiertos. En consecuencia, las dictaduras militares eran -y son- incompatibles con esta nueva visión norteamerica de su seguridad y hegemonía.

¿Cuál democracia? La democracia que promueve Estados Unidos en el hemisferio no es, por supuesto, cualquiera o incluso liberal en su aceptación pura. Se trata de un régimen en el que predominan las fuerzas de centro y centro-derecha, con el fin de mostrarse representante de las mayorías frente a la alternativa extrema: izquierda o derecha. Una democracia política que no descuide la seguridad interior y que tenga capacidad para existir frente a un conflicto guerrillero, sin dejar de aplicar en ese caso los medios más severos de contrainsurgencia, y sin perder a la vez el semblante electoral y otra libertades formales.

Tal modelo político singular tiene una faz económica también definida: la libertad plena del mercado, el neoliberalismo, que trae consigo la restructuración del papel del estado y una subordinación aún mayor al capital financiero internacional y en especial a las decisiones del gobierno de los Estados Unidos. Todo ello, favorecido por el deterioro de las economías de la región, debido a la prolongada crisis y al uso de la deuda externa por Estados Unidos como nuevo y poderoso instrumento de sujeción

política y de extracción de capitales.

De ese modo, con múltiples adecuaciones y niveles de desarrollo, surgidos de las contradictorias y disímiles realidades latinoamericanas y caribeñas, el modelo ha ido imponiéndose con un alto grado de éxito para Estados Unidos en la mayoría de los países del hemisferio.

La crisis mundial del socialismo y de las ideas de democracia [illegible]él asociadas, y especialmente su reversión espectacular en Europa del Este y en la Unión Soviética, coronaron a Estados Unidos y a las demás potencias occidentales triunfadoras de este importante ciclo de la historia contemporánea. En la América Latina y el Caribe, esas circunstancias le han permitido al primero avanzar más en su política de auspicio a las democracias neoliberales y controlar -no sin dificultades- los muchos problemas de [illegible]tas, pero sin alcanzar la estabilidad y consolidación deseadas. También debe sumarse a favor de Estados Unidos y del avance relativo de las democracias instauradas, las insuficiencias, errores y debilidades teóricas y de bregar atribuibles a no pocos sectores de la izquierda del continente.

Un reflejo notorio es laingenuidad u oportunismo que se expresa al no quereer reconocer el desempeño crucial que ha tenido Estados Unidos en la promoción de las democracias en curso, sobrevalorándose con fines diversos, entre ellos electoralistas, el rol de la izquierda y el movimiento popular, sin pretender disminuir su importancia en algunos países.

Pero es justo resaltar, en contraste, las promisorias elaboraciones teóricas y las acciones políticas generadas crecientemente por fuerzas de izquierda y movimientos sociales, entre los cuales sobresalen los aportes de sus intelectuales y dirigentes. Así, en las actuales circunstancias internacioanles de confusión, pesimismo y caos, nuestra izquierda se encuentra en un terreno más fecundo -en comparación con sus iguales de otros continentes-, susceptible de producir respuestas correctas a los problemas que tienen ante sí los movimientos revolucioanrios, populares y antimperialistas del área.

La Revolución Cubana, su balance de logros y la voluntad de seguir hacia adelante en el socialismo, representa la experiencia y el estímulo más importante para aquellos. Sin obviar los errores del proceso cubano, sus búsquedas con resultados equívocos y hasta las discrepancias legítimas que hoy puedan existir, la izquierda mayoritariamente comprende que la sobrevivencia de Cuba Socialista es primordial para el avance de cualquier proyecto democrático, independiente y popular en nuestras naciones.

Desde Cuba vemos a la vez, en el deber de defender el socialismo, no solo el valor patrio: más que nunca, percibimos nuestro éxito ligado al futuro del socialismo



en el mundo y en especial al Sur del Río Bravo.

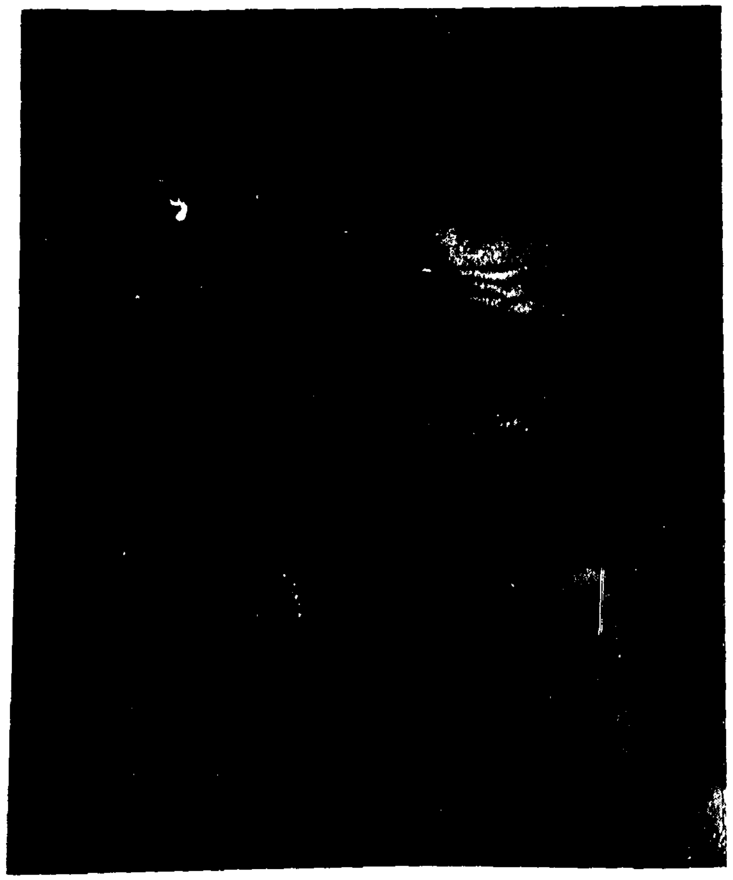
Con ese propósito, tenemos el desafío de no dejar de identificar ni de eliminar todos los conceptos, valores y prácticas doctrinalistas, político-ideológicas, institucionales y económicas adoptadas acríticamente de la sociedad soviética y de otros países del este europeo, pues en su versión caribeña muchos de ellos han probado también ser ineficaces para adelantar el verdadero socialismo: distorsionaron peligrosamente en varias dimensiones nuestra experiencia autóctona, en el periodo 1971-1985, con efectos y copias algunas de las cuales perviven y requieren superarse con soluciones nuestras. Estas son visibles en el proceso de rectificación iniciado en 1986 y recibió otro impulso formidable en ocasión del IV Congreso del PCC, aunque todavía se requerirán nuevos hallazgos y realizaciones.

Es recomendable, en ese afán, escuchar modestamente las opiniones procedentes de los revolucionarios latinoamericano y de todos los que con buena fe nos ofrecen sugerencias y aportes. Y declinar las pretensiones de ciertos sectores de la izquierda, que además de equivocarse en la estrategia nacional para llegar al socialismo -al atarse sin alternativas propias al sistema dominante- y en su visión de la democracia -permeada por el liberalismo- le exigen a Cuba supuestas correcciones democráticas, las cuales, en rigor, significarían revertir el proceso revolucionario cubano. Se trata de los nuevos dogmáticos, que no conciben el socialismo -en cualquier lugar, circunstancia y tiempo- sin el pluripartidismo, las virtudes de la propiedad privada y el papel regulador del mercado. Muchos de ellos reiteran así el mimetismo de otros tiempos, al copiar la versión del socialismo creada por la perestroika, en su primera etapa rosada.

Por otra parte, es necesario rechazar dos enfoques igualmente dañinos: tratar de eliminar el carácter socialista del proceso cubano y hacer énfasis sólamente en su aspecto nacional, sin entender que nación y socialismo son inseparables en el caso de la Isla; y, en el otro extremo, el deseo de que nuestro país se convierta en el abanderado del modelo socialista que fracasó en la URSS y en los países del Este, y por añadidura que seamos los defensores del "marxismo-leninismo" allí inventado.

No sería válido tampoco, pretender convertir nuestra experiencia histórica socialista en "el modelo" para América Latina. Por ejemplo, si en Cuba el pluripartidismo es innecesario, tal vez en otros países resulte inútil, viable y funcional con el ideal socialista.

A los fines de este trabajo, quiero subrayar que **el éxito de nuestro socialismo radio -junto al desarrollo económico, las excelencias sociales y la defensa popular- en desplegar más y mejor el poder y la sabiduría de la gente. Hacer más democrática y por ende más efectiva, cotidiana y real la participación sistemática del pueblo en el diseño, el ejercicio y en el control de su poder estatal, económico, social y político**. Así, Cuba podrá ser cada vez más por su historia,



revolución, pueblo, partido, líder y sus grandes avances socialsitas y también por sus errores y la capacidad demostrada en superarlos, un impecable ejemplo de democracia plena de toda Nuestra América. Y ese será, probablemente, el mayor aporte solidario futuro de la Revolución Cubana a los pueblos del continente.

En contraste con el socialismo que se experimenta en Cuba, el capitalismo neoliberal tiene barreras que le impiden ser viable -a largo plazo- en esta región. Democracia y neoliberalismo son incompatibles con la acepción integral -política, económica y social- de la democracia. Esta afirmación racional no significa declarar el fracaso a ultranza del proyecto norteamericano, que tiene su matriz en la democracia liberal. Para lograr ese desenclave habría que dar la lucha con más eficacia y vehemencia en su propio terreno y construir una estrategia democrática de la izquierda. Comenzar entonces por definir que entender por democracia y cómo enraizar coherentemente esta con la utopía socialista, sin necesidad tal vez de adjuntarle el adjetivo democrático, pues en rigor ello sería una redundancia.

Al respecto, ofreceré algunas reflexiones, con el ánimo de sumarlas al esfuerzo de quienes en nuestra tierras trabajan por proyectar esa democracia legítima.

IV. ¿QUE ES LA DEMOCRACIA?

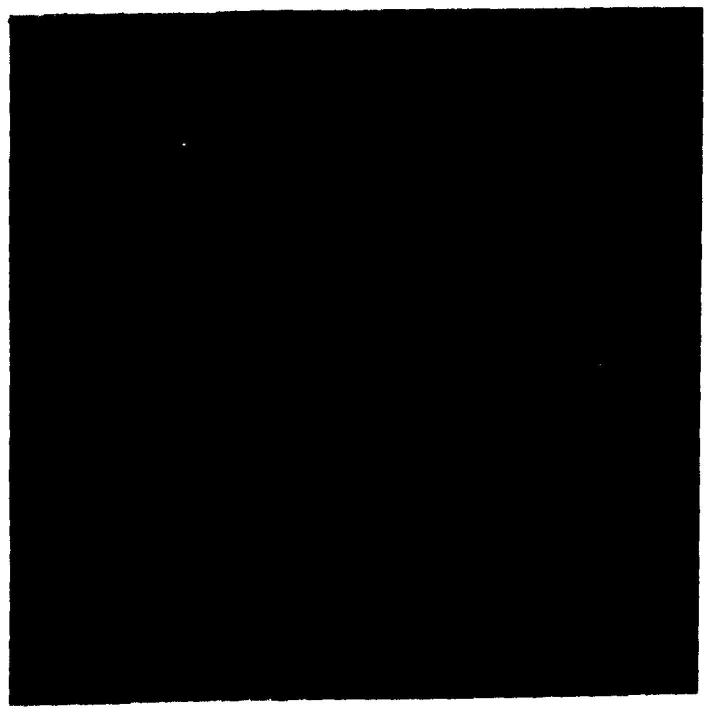
Pregunta abierta e inevitable, que conduce a una búsqueda genética y teórica también indispensable.

En efecto, los requisitos para la existencia de una democracia, sus modalidades y la escala para medir su calidad en la visión liberal-demorcrática tienen un fundamento común: concebir a la democracia como un método, una vía para alcanzar el gobierno y con él los objetivos políticos que se persiguen.

Otra perspectiva de análisis propone considerar a la democracia como una auténtica condición humana, una totalidad social que ubica al pueblo en la opción real y soberana de participar -con base en un igualdad efectiva- en el ejercicio y el control de su gobierno y estado. De ese modo, la democracia sería a la vez un sistema de gobierno y un tipo de sociedad.

Libertad e igualdad representan, en consecuencia, los ejes de esas dos concepciones opuestas de la democracia. Libertad e igualdad son aceptadas en ambas visiones: la diferencia radica en el énfasis y en las consecuencias prácticas que supone adoptar y partir de las premisas de cada concepción.

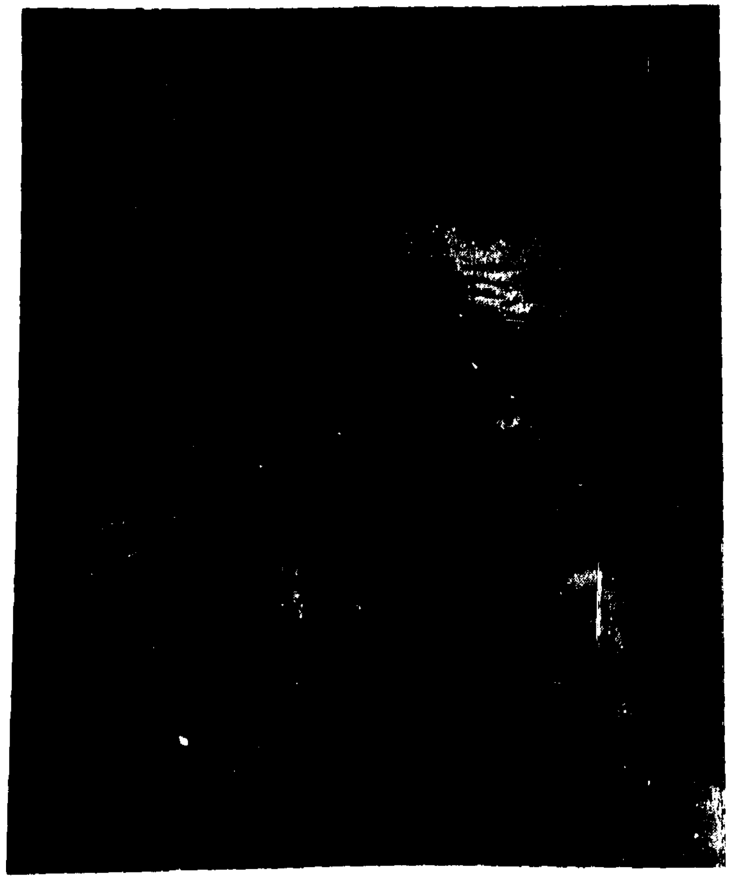
Esta admirable confrontaciónde ideas, casi siempre obliga a encontrar en la democracia griega el punto inicial de la búsqueda. Quienes subrayan las condiciones sociales de la democracia, incorporan a la lectura del paradigma griego todos sus ingredientes e imaginan así un modelo integral de aquella experiencia. La democracia griega no fue, exclusivamente, un régimen político o de gobierno. Fue ante todo una cultura política y una ética de alcances notables para su tiempo. Funcionó en una amplia escala, donde están presentes la libertad política y la libertad económica, junto a la solidaridad hacia otros pueblos, el culto de la verdad, la justicia y la belleza -con los límites obvios de un sociedad esclavista.



Luego de perder las

en el mundo y en especial al Sur del Río Bravo.

Con ese propósito, tenemos el desafío de no dejar de identificar ni de eliminar todos los conceptos, valores y prácticas doctrinalistas, político-ideológicas, institucionales y económicas adoptadas acrítica y erróneamente de la sociedad soviética y de otros países del este europeo, pues en su versión caribeña muchos de ellos han probado también ser ineficaces para adelantar el verdadero socialismo: distorsionaron peligrosamente en varias dimensiones nuestra experiencia autóctona, en el período 1971-1985, con efectos y copias



algunas de las cuales perviven y requieren superarse con soluciones nuestras. Estas son visibles en el proceso de rectificación iniciado en 1986 y recibió otro impulso formidable en ocasión del IV Congreso del PCC, aunque todavía se requerirán nuevos hallazgos y realizaciones.

Es recomendable, en ese afán, escuchar modestamente las opiniones procedentes de los revolucionarios latinoamericano y de todos los que con buena fe nos ofrecen sugerencias y aportes. Y declinar las pretensiones de ciertos sectores de la izquierda, que además de equivocarse en la estrategia nacional para llegar al socialismo -al atarse sin alternativas propias al sistema dominante- y en su visión de la democracia -permeada por el liberalismo- le exigen a Cuba supuestas correcciones democráticas, las cuales, en rigor, significarían revertir el proceso revolucionario cubano. Se trata de los nuevos dogmáticos, que no conciben el socialismo -en cualquier lugar, circunstancia y tiempo- sin el pluripartidismo, las virtudes de la propiedad privada y el papel regulador del mercado. Muchos de ellos reiteran así el mimetismo de otros tiempos, al copiar la versión del socialismo creada por la perestroika, en su primera etapa rosada.

Por otra parte, es necesario rechazar dos enfoques igualmente dañinos: tratar de eliminar el carácter socialista del proceso cubano y hacer énfasis sólamente en su aspecto nacional, sin entender que nación y socialismo son inseparables en el caso de la Isla; y, en el otro extremo, el deseo de que nuestro país se convierta en el abanderado del modelo socialista que fracasó en la URSS y en los países del Este, y por añadidura que seamos los defensores del "marxismo-leninismo" allí inventado.

No sería válido tampoco, pretender convertir nuestra experiencia histórica socialista en "el modelo" para América Latina. Por ejemplo, si en Cuba el pluripartidismo es innecesario, tal vez en otros países resulte inútil, viable y funcional con el ideal socialista.

A los fines de este trabajo, quiero subrayar que **el éxito de nuestro socialismo radio -junto al desarrollo económico, las excelencias sociales y la defensa popular- en desplegar más y mejor el poder y la sabiduría de la gente. Hacer más democrática y por ende más efectiva, cotidiana y real la participación sistemática del pueblo en el diseño, el ejercicio y en el control de su poder estatal, económico, social y político**. Así, Cuba podrá ser cada vez más por su historia,

revolución, pueblo, partido, líder y sus grandes avances socialsitas y también por sus errores y la capacidad demostrada en superarlos, un impecable ejemplo de democracia plena de toda Nuestra América. Y ese será, probablemente, el mayor aporte solidario futuro de la Revolución Cubana a los pueblos del continente.

En contraste con el socialismo que se experimenta en Cuba, el capitalismo neoliberal tiene barreras que le impiden ser viable -a largo plazo- en esta región. Democracia y neoliberalismo son incompatibles con la acepción integral -política, económica y social- de la democracia. Esta afirmación racional no significa declarar el fracaso a ultranza del proyecto norteamericano, que tiene su matriz en la democracia liberal. Para lograr ese desenclave habría que dar la lucha con más eficacia y vehemencia en su propio terreno y construir una estrategia democrática de la izquierda. Comenzar entonces por definir que entender por democracia y cómo enraizar coherentemente esta con la utopía socialista, sin necesidad tal vez de adjuntarle el adjetivo democrático, pues en rigor ello sería una redundancia.

Al respecto, ofreceré algunas reflexiones, con el ánimo de sumarlas al esfuerzo de quienes en nuestra tierras trabajan por proyectar esa democracia legítima.

IV. ¿QUE ES LA DEMOCRACIA?

Pregunta abierta e inevitable, que conduce a una búsqueda genética y teórica también indispensable.

En efecto, los requisitos para la existencia de una democracia, sus modalidades y la escala para medir su calidad en la visión liberal-democrática tienen un fundamento común: concebir a la democracia como un método, una vía para alcanzar el gobierno y con él los objetivos políticos que se persiguen.

Otra perspectiva de análisis propone considerar a la democracia como una auténtica condición humana, una totalidad social que ubica al pueblo en la opción real y soberana de participar -con base en un igualdad efectiva- en el ejercicio y el control de su gobierno y estado. De ese modo, la democracia sería a la vez un sistema de gobierno y un tipo de sociedad.

Libertad e igualdad representan, en consecuencia, los ejes de esas dos concepciones opuestas de la democracia. Libertad e igualdad son aceptadas en ambas visiones: la diferencia radica en el énfasis y en las consecuencias prácticas que supone adoptar y partir de las premisas de cada concepción.

Esta admirable confrontaciónde ideas, casi siempre obliga a encontrar en la democracia griega el punto inicial de la búsqueda. Quienes subrayan las condiciones sociales de la democracia, incorporan a la lectura del paradigma griego todos sus ingredientes e imaginan así un modelo integral de aquella experiencia. La democracia griega no fue, exclusivamente, un régimen político o de gobierno. Fue ante todo una cultura política y una ética de alcances notables para su tiempo. Funcionó en una amplia escala, donde están presentes la libertad política y la libertad económica, junto a la



solidaridad hacia otros pueblos, el culto de la verdad, la justicia y la belleza -con los límites obvios de un sociedad esclavista.

Luego de perder las

repúblicas griegas su independencia, fueron declinadas las ideas vastas que allí predominaban sobre la democracia, reduciéndose el concepto al ámbito estrecho del derecho político. Así, desde Cicerón y Tácito y la mayoría de los escritores latinos hasta Santo Tomás y los demás pensadores medievales, la democracia se interpretó como simple forma de gobierno.

La nueva luz renacentista, los debates religiosos del XVI y el movimento general de las ideas en Europa durante el XVII -cuyo telón de fondo fue el nacimiento y el auge del capitalismo- engendraron la filosofía liberal del XVIII y la primera mitad del XIX, que se expresó con un sistema de ideas coherentes en ideales y objetivos en el país donde la nueva formación social emergió más pura, en Inglaterra.

De la filosofía liberal, precisamente, se desprende la exaltación del individuo y de sus derechos políticos y económicos, en franco detrimento de la igualdad: libertad e individualidad son los presupuestos del liberalismo clásico, desde la filosofía hasta la Economía Política.

La tesis de Adam Smith -expresión del punto de vista burgués emergente- se convirtió en guía de la doctrina liberal: "El individuo, persiguiendo su propio interés, sirve frecuentemente de forma más eficaz al interés de la sociedad que si realmente tuviera interés en servirla". EL trabajo individual y el ahorro devienen propiedad privada y esta se ideologiza éticamente en algo sagrado -como bien explicó más tarde Carlos Marx en El Capital o Max Weber en la Etica Protestante y el Espíritu del Capitalismo. La supremacía de lo individual sobre lo colectivo es, pues, el norte de todo el liberalismo clásico; de ahí la postulación ulterior de que sólo es posible la democracia en las condiciones de un sistema de propiedad privada y de mercado libre.

Dueños aparentes de sí mismos, las desigualdades que genera la sociedad de mercado capitalista son atribuidas a las diferentes capacidades naturales de los individuos, los cuales en el quehacer de sus supuestos derechos iguales compiten entre sí de manera infinita.

Esa versión de apropiador infinito que ofrece el liberalismo sobre el individuo, es antitética con su otra imagen del hombre en libertad ejerciendo sus poderes esenciales. Ambas ideas resultan inconciliables, pues el ejercicio de la primera acción que conduce a la propiedad privada -origina estructuras que hacen imposible la realización de la segunda premisa- libertad e igualdad. (2) en consecuencia, la democracia -síntesis y libertad- y la sociedad de mercado son en esa lógica incoherentes e inconciliables. La democracia no es, ni puede ser, un sistema de gobierno a secas. Tiene que ser, primeramente, un tipo de sociedad y después un orden gubernamental del cual este es función.

El derecho de todos los ciudadanos a participar en el poder por medio de elecciones y la prerrogativa de oponerse a aquel en forma individual y organizada: en estos dos preceptos se resume la esencia de la democracia occidental, que tomó cuerpo y se extendió a la mayoría de los países de Europa, Norteamérica, América Latina-Caribe y otras regiones durante el XX, la también llamada democracia representativa.

Ella se asienta en el principio de que los votantes no deciden respecto a qué deben hacerse, no cómo debe hacerse, sino sobre quiénes deben tener la facultad de decidir respecto de los medios y fines de la sociedad. Una vez elegidos, los gobernantes encarnan la soberanía popular; los electores notienen facultad para revocarlos durante el ejercicio del poder, aunque ellos actúen contra los intereses de la mayoría de os votantes e incluso contradigan flagrantemente su programa electoral -como hoy ocurre en varios países de nuestro continente, por ejemplo en Argentina.

¿Ha perdido vigencia el marxismo en el análisis de ese sistema?

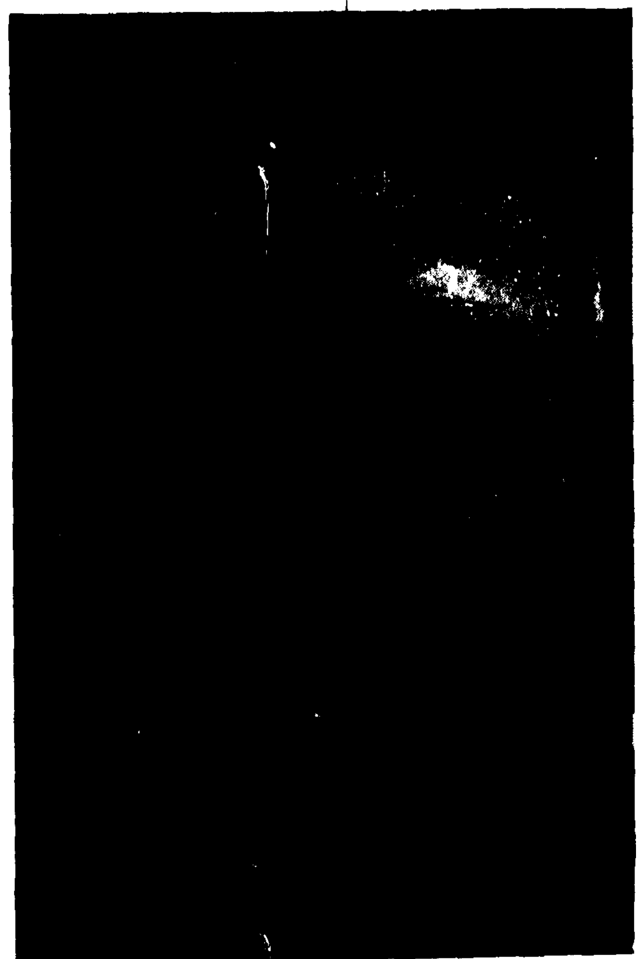
Para Marx el mecanismo de elección de los candidatos de las democracias representativas, es un recreación a nivel político de la competencia económica mercantil. No es su "reflejo" ni la reproducción directa y simplista. Las especificidades y complejidades de la democracia liberal (en todas sus variantes y momentos históricos) se anudan y entrecruzan simétricamente con la competencia mercantil capitalista. La libertad y la igualdad formales de la democracia política, son similares a la libertad e igualdad formales del cambio de mercancías. En la economía capitalista todos los individuos tienen derecho a participar en condiciones de igualdad y libertad universales, mientras el estado democrático parece formado, orientado y controlado por los miembros libres e iguales de la sociedad.

En consecuencia, el orden político capitalista, cuyo soporte es el poder estatal hegemonizado por la burguesía es coherente con el carácter de la explotación económica. El comprador y el vendedor de la fuerza de trabajo son jurídicamente iguales y libres: la única diferencia, aparentemente secundaria, es que uno compra y otro vende. Esa igualdad entre desiguales, permite vivir la explotación como libertad, a nivel de las ideas de quienes sufren las penurias y creen ser libres. Mutatis mutandi, la ideología dominante logra hacer natural las desigualdades, y convertir la ausencia de libertades reales en la libertad misma. Esta extraordinaria capacidad de distorsión de las ideas del capitalismo, es incluso mayor en sociedades altamente polarizadas como las de América Latina y el Caribe, aspecto este minimizado por muchas agrupaciones de la izquierda del continente.

Por otra parte, la democracia contemporánea no puede considerarse expresión a secas de los intereses de la burguesía. La democracia, en las condiciones de un régimen burgués es por lo menos parcialmente la resultante de las diversas luchas y conquistas acumuladas por las clases, grupos y sectores explotados e inconformes. No es el modo ideal del estado burgués, ni tampoco su imagen pura, concebida según sus exclusivos deseos e intereses.

Es más, la burguesía -en cierto sentido- por sí misma no es democrática. Su conducta tiende siempre a protegerse en el poder y para lograrlo utiliza indistintamente reglas de juego liberal-democráticas o sistemas políticos autoritarios, según sus conveniencias históricas.

No fueron, pues los intereses a secas de la burguesía, sus valores consustanciales, los que hicieron avanzar la democracia, sino las luchas seculares en defensa de los intereses de los oprimidos y por la transformación del régimen burgués, lo que creó zonas y relaciones de democracia dentro de él. No fue el capitalismo, sino el enfrentamiento a éste, lo que permitió alcanzar el sufragio universal, la disminución ten-



dencial de la jornada de trabajo, la existencia y legalización de las agrupaciones gremiales y sociales y de los partidos populares, el derecho a las huelgas y otro muchos logros similares.

Al capitalismo le costó trescientos años llegar a consolidar la democracia liberal como su expresión política. Después de la Revolución de 1789 en Francia, por ejempo, hubo monarquías, dos imperios y la república actual es la quinta.

Por consiguiente, las democracias contemporáneas con hegemonía burguesa son resultantes del desarrollo pleno del capitalismo, cuyo motor ha sido y es la lucha de clases, y no un invento exclusivo de la burguesía. Ello quiere decir que las pobilidades de esos espacios democráticos son mayores o menores, más o menos efectivos para la defensa y representación de los intereses de las mayorías en dependencia de la acción de éstas. La democracia avanza o retrocede de acuerdo a la capacidad política de los oprimidos para neutralizar, disminuir o superar la poderosa fuerza integracionista y cooptativa del sistema, que adecua permanentemente su propia visión de la democracia. La democracia, en su doble dimensión política y social, es por tanto una meta permanente y una tarea diaria de las clases oprimidas.

De ese modo, la llamada democracia burguesa, al ser una forma de dominación política e ideológica crea las posibilidades mínimas, el espacio inicial, básico, donde pueden las masas populares adelantar y ampliar a la democracia, desde su propia perspectiva, o someterse a las normas imperantes, bajo la hegemonía del capitalismo.

La idea de no ver linealmente los valores democráticos vinculados a los intereses innatos de la burguesía, debe completarse con el criterio siguiente: los mecanismos y el escenario institucional democrático, permiten a la burguesía dirimir y resolver pacíficamente sus conflictos interclasistas ,esto es, opera como una válvula para hacer converger sus intereses y cimentar su unidad, tanto en forma de proyecto como en la praxis política cotidiana.

Asimismo, al afirmación -Engels fue el primero- de que la democracia burguesa es "la forma lógica del dominio burgués", no debe interpetarse en términos de que es la variante óptima, al margen de las circunstancias, pues ello no es teórica ni históricamente generalizable. El ordenamiento liberal-democrático será válido allí donde las clases en el poder, no obstante las concesiones realizadas pueda absorber en el juego político los empujes de las fuerzas contestatarias y ejercer su hegemonía sin alteraciones que pongan en riesgo la reproducción del sistema. Y no lo será, cuando la respuesta social de los oprimidos y los conflictos internos del bloque dominante tengan la capacidad de poner en entredicho las propias reglas del funcionamiento liberal-democrático y favorezcan la subversión del sistema social. En ese extremo la historia prueba que la reacción lógica es la protección del régimen por medio de la instauración de formas autoritarias diversas.

Muchos autores marxistas, afirman que la democracia liberal es el mejor escenario posible para desenvolver las luchas populares hacia la creación de la democracia socialista. Esta idea tampoco la considero exacta histórica ni teóricamente. Peca del mismo defecto generalizador y abstracto. El escenario liberal-democrático bajo la hegemonía burguesa, puede ser mejor o peor, para el avance de las luchas populares, y ello tendrá uno u otro signo en relación con la voluntad, la inteligencia, la capacidad de maniobra y organización, la estrategia y las tácticas, la unidad, el papel de las dirigencias y otros factores humanos que no son cuantificables indefinibles a priori, aunque puedan resumirse en su carácter subjetivo. La dictadura puede ahogar las luchas populares y postergar el triunfo socialista (Chile) y también puede ser el terreno donde germine con más rapidez el cambio revolucionario (Cuba).

En resúmen, ni la democracia liberal burguesa ni la dictadura representan por sí mismas el escenario ideal. La clave está en la capacidad política de uno y otro bloque de fuerzas para alcanzar sus fines.

V. LIBERALISMO - ESTADO DE BIENESTAR - NEOLIBERALISMO: ¿HACIA UNA DEMOCRACIA MAS PERFECTA?

Las impresionantes modificaciones que se han operado en el sistema político capitalista durante tres siglos, demuestran mejor que cualquier reflexión nuestra idea de pensar. Del estado liberal (XVIII y XIX), al liberal-democrático de bienestar y de este al estado neoliberal: he ahí a grandes trazas el devenir de la "demoracia moderna y postmoderna". Este -virtual- ciclo histórico, ha tenido acorde con el proceso de universalización de la formación social burguesa, expresiones muy diversas pero su forma más nítida y completa en cada etapa se ha realizado en Europa Oriental y en los Estados Unidos. En otros países desarrollados -Japón, por ejemplo- la evolución del estado democrático presenta singularidades notables, y el ciclo ha sido incompleto, con etapas mezcladas y componentes fuertes de las respectivas culturas nacionales. Para los países coloniales y neocoloniales, en especial de Africa y Asia, el proceso es muy diferente, debido sobre todo a las estructuras capitalistas deformadas allí predominantes. América Latina -con grupos de países diferentes en su interior- muestra en el conjunto más similitudes formales con el modelo europeo y norteamericano, pero visto de cerca tiene notorias diferencias a consecuencia del subdesarrollo y la subordinación de nuestro continenete a los centros mundiales del capital.

Para el liberalismo clásico predomina el individualismo económico con base en a la propiedad privada, por encima del cualquier otra modalidad de organización social y económica; el sistema jurídico es el fundamento del ejercicio de la soberanía popular: esta radica en la ley y la autonomía de los poderes -ejecutivo y legislativo- respecto de la voluntad del pueblo. Reduce la democracia al imperio del código de la Ley y esto posibilita las garantías individuales a una minoría, la cual forma el cuerpo electoral encargado de elegir por medio del voto a los gobernantes. La Ley y el Estado son independientes de la voluntad del pueblo: órgano político y cuerpo social se contraponen sin solución de continuidad.

Con el desarrollo monopólico del capitalismo y la acumulación de conquistas democráticas por parte de los obreros y otros sectores populares, el estado liberal deviene estado lib-



eral-democrático. Los monopolios en auge requieren de la planificación y la organización a gran escala. El estado debe cumplir ahora una función reguladora más directa del sistema económico. La crisis del 29 implicó también la crisis definitiva y la superación del "laisser faire". El estado "Keynesiano" será ahora sin ambages el centro regulador del mercado y del orden general de la economía; para ello, incluso, se convierte en propietario de riquezas básicas, que administra directamente. El énfasis en el individuo cede el paso al papel del estado. Los procesos electorales son canalizados y dirigidos por los grandes partidos multiclasistas, mientras la prensa y los demás medios de difusión de masas socavan la autonomía de la opinión individual, cada vez más promovida y formada por aquéllos.

Del capitalismo monopolista de estado y de las luchas reinvindicativas y políticas de los oprimidos en ese universo de expansión económica, surge en los países desarrolados el llamado estado de bienestar o estado protector, que se ocupa de amortiguar las desigualdades más extremas. El sistema político asume por fin el sufragio universal, sin exclusiones de la mujer, los analfabetos y las minorías étnicas. Ese derecho a la participacion de todos los ciudadanos en las elecciones se reviste en forma del triunfo supremo de la democracia.

Ese orden político resutó eficaz en muchos países capitalistas desarrollados, durante casi cuarenta años. La hegemonía de la burguesía no fue en ningún caso impugnada seriamente y las clases subalternas aceptaron mayoritariamente el status quo, integrándose de hecho a él. No fue casual, por otra parte, que ese proceso de ampliación de ciertos aspectos de la democracia y de integración al sistema de sectores mayoritarios de la clase obrera, coincida con un período del capitalismo caracterizado en los países centrales por el crecimiento y la prosperidad económica. Tal circunstancia permitió nivles inéditos de redistribución de los ingresos, sin afectar las tasas de acumulación de capitales, y de concertación relativamente "equilibrada" entre estos y los gremios obreros.

Ya a finales de los sesenta aparecieron signos de dificultades, sintetizables en la protesta de los estudiantes, los negros y otros segmentos marginados y discriminados. El carácter de la crisis económica de los sesenta, el avance hacia nuevos patrones de acumulación y la prodiminancia definitiva del capital financiero a escala internacional, determinaron la quiebra de las políticas keynesianas. (3)

Rebrota en los setenta, con intensidad ciclónica, una nueva versión conservadora y autoritaria respecto de los límites aceptables por la organización estatal democrática. Samuel Huntington fue categórico: se trata de "la ingobernabilidad de las democracias" (4). Reducir los gastos y el tamaño del estado, privatizar sus bienes y disminuir sus funciones reguladoras de la economía, son el fundamento del nuevo liberalismo.

El gobierno de Margaret Tatcher inaugura el modelo en Europa, un poco después comienza a experimentarse en el Chile de Pinochet y algunos años más tarde Reagan le da el impulso definitivo en Estados Unidos, extendiéndose en los ochenta cual mancha de aceite hacia el resto del mundo occidental capitalista.

No se trata de una vuelta al liberalismo clásico. Esta nueva versión no puede ni le interesa reproducir las condiciones de libremercado del XIX.

Ahora imperan las grandes transnacionales con su lógica centralizada de dirección, planificaicón de la economía y regulación de las ganancias, lo cual modifica el carácter de la competencia en el mercado; el capital financiero hegemoniza los procesos de acumulación; y es el tiempo de los grandes espacios económicos. De tal modo, aunque Milton Friedman, repita la conocida máxima de Adam Smith en el sentido de que la mejor forma de servir lo social es por medio de promover la iniciativa privada individual, se trata, en verdad, de una frase simbólica: el sujeto "propiedad privada individual" cambió radicalmente.

El neoliberalismo no es, pues un regreso al pasado liberal. Es un respuesta nueva del capitalismo en la búsqueda de condiciones simpre propicias a su desarrollo, bajo las circunstancias del inicio de otra etapa de división internacional del trabajo y de acumulación de capitales -proceso dominado plenamente por el capital financiero-; de auge de la revolución científico técnica, en un escenario económico profundamente cumplicado, lleno de serios obstáculos globales y nacionales para sostener y mejorar el crecimiento característico de la postguerra hasta la crisis de 1973-74.

Ese proceso de alcances planetarios, ya tiene hondos impactos en el papel y la configuración del estado liberal-democrático, en la distribución de los ingresos y en la composición económica de la sociedad civil -de tendencia cada vez más polarizante- y en el binomio estado-sociedad civil, generador de un campo más tenso de conflictos en torno a la democracia.

Una mención aparte habría que hacer de la vertiente del liberalismo europeo alemán, que se inspira en el pensador Friedrich Naumann, influido a principios del siglo por Max Weber. Este autodenominado "liberalismo social" defiende la economía de mercado capitalista pero no la injsuticia social, por lo cual acepta la necesidad de introducir la acción correctora del estado allí donde el libre curso de la eocnomía privada impida lograr las metas de la sociedad liberal. Esta tendencia del liberalismo, en rigor sostiene posiciones similares a la social-democracia europea, y por ende está atravesada por su smismas contradicciones: tratar de lograr la justicia social frente al capital transnacionalizado, que no puede ser doblegado por ningún estado nacional.

El drama y la paradoja en el caso de América Latina es que ahora se impone allí al calco la política neoliberal, en sociedades que ni alcanzaron los niveles de desarrollo económico, ni el estado de bienestar, ni el sistema democrático correspondiente, haciéndose en consecuencia más subdesarrollada, más subordinada y más diferenciada socialmente, y a pesar de ello se pretende fortalecer la democracia.

Ironía de la historia: la ideología hegemónica promueve más intensa y extensamente que nunca los valores liberal-democráticos, en tiempos desfavorables debido al aumento acelerado de

la polarización social provocada por el modelo neoliberal. En esa contradicción -más visible en los países neocoloniales y en el panorama de las relaciones norte-sur-, radica la certeza de la "ingobernabilidad de las democracias", aludida por Huntington. Aunque ahora los ideólogos norteamericanos, embriagados por la caída del socialismo en Europa y los éxitos de la política global de Estados Unidos, sólo vean en esa versión mutilada de la democracia, ventajas y hasta el fin de la historia.

En efecto, el derrumbe inesperado del campo socialista y la tremenda crisis de credibilidad mundial respecto de cuaqluier alternativa socialista, dieron el impulso final al auge neoliberal: el mercado y la democracia otra vez se proclaman inseparables y resultan santificados, creadores cuasidivinos de la felicidad y capaces de solucionar todos los males del hombre ¿"El fin de la historia", o el comienzo de otra historia, cuyo acto definidor aún está por escribirse?

Porque las premisas que explican la necesidad humana del socialismo y por ende de la democracia, son más ciertas y extendidas que nunca. Entre ellas, a los fines de este trabajo, es util analizar como transforma el liberalismo al estado liberal-democrático. Este, en efecto, no sufre alteraciones sustanciales en su tejido burocrático, ni en su smedios de poder, que continúan siendo vitales y permanentes en la toma de decisioes, al margen del signo politico del gobierno y de las modificaciones introducidas no para restarle poder al estado, sino para darle más eficiencia.



VI. LIMITES Y RESGUARDOS DEL ESTADO LIBERAL-DEMOCRATICO ACTUAL

Se trata de un cuestión decisiva. El estado bajo la hegemonía burguesa sigue destinado, no obstante las conquistas democráticas obtenidas por las luchas populares, a garantizarle ilimitadas posibilidades de acumulación al capital; al desarrollo de la propiedad privada y el mercado; a proteger la riqueza sin fronteras y a garantizar la felicidad plena de un fracción minoritaria de la población.

En un artículo reciente publicado en El Universal (Venezuela, 30.5.990), Rafael Caldera evocó un aguda frase de Lacordaire: "Entre el fuerte y el débil, entre el rico y el pobre, es la ley la que protege y la libertad la que oprime".

Esa impactante afirmación, queda corroborada al observarse los procesos y tendencias antidemocráticas que se dan en el interior del tipo de estado aquí aludido, en su complejo y muchas veces sutil papel reproductor y protector del régimen social dominante.

El primero y más importante es el perfeccionamiento de los aparatos burocráticos creados por ese estado.

Carlos Marx y Max Weber, son los referentes teóricos más notables para explicar, desde ópticas diferentes, aunque con zonas de coincidencia, el fenómeno de la burocracia estatal moderna en la sociedad occidental. Para Weber, la racionalidad de esta adopta la forma primordial de la burocratización. La burocracia es así, en la visión weberiana, portadora del orden

racional de la vida y por ende del sistema político estatal moderno. Este, para cumplir su papel necesita una metodologá para seleccionar y formar los dirigentes, quienes a su vez requieren de un máquina burocrática capaz de articular y dar coherencia a su dominación.

Weber observa que el proceso de burocratización en la sociedad moderna transcurre en simetría con el ascenso de la democracia, e identifica los "Presupustos sociales y económicos" del proceso moderno de burocratización en el "desarrollo de la economía monetaria". El argumento preferido de la organización burocrática es la superioridad técnica, en la misma proporción que una máquina respecto a los medios de producción simples. De ese modo, surge un categoría organizacional superior a cualqiuer otra forma colegial, en la cual la rapidez, decisión, discresión, continuidad, nivelación de las diferencias y la rígida subordinación a las jerarquías superiores representan sus atributos primordiales. En consecuencia, el estado captialista paraWeber es el organizador de la sociedad moderna, una propiedad de la razón, la racionalización del orden constituido. (5)

Marx parte de un ángulo contrario: la burocracia es tan irracional como la sociedad que la engendró. Ella no es más que la privatización de la gestión pública, otra expresión inequívoca de la división social del trabajo capitalista. El "bien común" (supuesto básico del estado) representa para el burócrata -como para el burgués- un interés privado y no un fin social.

Y la burocratización es, finalmente y sobre todo una reacción compensatoria del poder burgués para proteger sus intereses frente a las presiones y la irrupción creciente de los oprimidos en los eslabones del estado. Esas envolutras burocráticas acentúan su carácter elitista, permitiéndole defenderse mejor de la participación de las masas en la vida pública y de sus exigencias.

La burocracia, en consecuencia, comiena por justificar su razón en la necesidad de darle continuidad a la administración y preservación del estado y termina dirigiéndolo. Los objetivos políticos se convierten en fines burocráticos y estos en los objetivos últimos del estado.

¿Cuál es el pretexto para elevar el poder invisible permanente de la burocracia?

Una justificación común -y cierta por si misma- es la complejidad y especialización reales del saber moderno, lo que obliga a crear instituciones dotadas para asesorar a los gobernantes en la toma y ejecución de las decisiones. De facto, sin embargo, las recomendaciones y decisiones de los especialistas son incomprensibles para los ciudadanos quienes finalmente no tienen otra opción que depender de los tecnócratas y los funcionarios políticos. Es lo que gino Germani denomina heterodirección y heterodeterminación del ciudadano: "la vieja y sugestiva imagen de la Revolución democrática, que quita al pueblo la venda que le cubre los ojos y que, finalmente, le permite llegar a la luz de la verdad, es una imagen engañadora. La mayor parte de los ciudadanos sigue vendada". (6)

Se trata de un círculo vicioso: los ciudadanos tiene ante sí cada vez problemas más complejos y en consecuencia estos requieren ser examinados y solucionados por técnicos y científicos de alto nivel en campos diversos -planificación, finanzas, control económico, organizacion del trabajo y derecho, entre otros. La democracia de los ciudadanos es entonces sustituida por el quehacer burocrático de los funcionarios y tecnócratas.

¿Acaso no se refuerzan y siguen vigentes estos fundamentos burocráticos, en las versiones neoliberales del estado? ¿Existe algún país latinoamericano a salvo

de ese patrón burocrático del estado?

Pero no sólo la burocratización es responsable de la contracción democrática y de las paradojas del sistema democrático liberal moderno. Veamos otras expresiones.

En el pasado, las restricciones del derecho al sufragio de las mujeres, de los analfabetos, de los esclavos y de otros grupos mayoritarios de la población y los diversos modos de falsear los cómputos electorales eran formas antidemocráticas grotescas que suscitaban presiones y acciones populares diversas, lográndose en el curso del XX el derecho al voto universal y otras conquistas similares. Alcanzadas estas metas concernientes al ejercicio del voto, la democracia representativa logra paralelamente neutralizar o minimizar sus efectos reales, fenómeno este que algunos autores llaman "protección de la democracia", "paradojas", "insuficiencias" o "límites" (7). Cualquiera sea la denominación, se trata de identificar las contradicciones presentes en el estado moderno de las sociedades capitalistas, entre el discurso y la cubierta democrática, y su real tendencia a constreñir y manipular la vida democrática de la sociedad.

Martín Hernández nos entrega al respecto un análisis muy valioso, cuya idea matriz es la siguiente: "El hecho es que en las democracias capitalistas modernas, en donde el captial financiero ha impuesto su hegemonía, la democracia se ha "perfeccionado" en un doble sentido: por una parte se han disminuido los procedimientos de control y distorsión de la votación (haciéndose con ello más democrática), por otra parte se ha restringido drásticamente la capacidad efectiva de las autoridades generadas democráticamente protegiéndose así de la voluntad de los ciudadanos" (8).

Ciertamente, la proliferación de los órganos estatales no electivos representa una nueva etapa del proceso de burocratización del estado, que transfiere diversas funciones desde las instituciones representativas -Ejecutiva y Legislativas- hacia las no electivas, haciéndose de ese modo aquel más inmune a la voluntad electoral y a las presiones directas de los ciudadanos. El Consejo de Seguridad Nacional (que amplía y fortalece el carácter autónomo de los órganos de defensa externa e interna del estado, además del tradicioal correspondiente a las fuerzas armadas), el Banco Central (autónomo del gobierno), las instituciones económicas asesoras, el Tribunal Constitucional, la Corte Suprema, la Contraloría General y otros organismos similares, entregan a núcleos de profesioales estables las decisiones o una influencia decisiva sobre éstas. Incluso en determinadas áreas esenciales, por ejemplo la económica y la militar, surgen instituciones que son virtuales filiales de organismos internacionales, con capacidad para condicionar y hasta imponer acciones fundamentales en el interior de los países, al margen de la opinión y el control de los electores (ejemplos: el FMI, el Banco Mundial, la OTAN, al CEE y el Parlamento Europeo).

La aparente despolitización y neutralidad de tales órganos profesionales, oculta una nueva manera de hacer política por la clase dominante. Se posibilita una vinculación más directa entre los poseedores del capital y el aparato estatal, al disminuir las mediaciones de los partidos políticos, los que en razón de sus compromisos electorales, de demagogia política y/o de sus propias necesidades de unidad interna pueden disentir o alterar los intereses estratégicos del capital financiero predominante.

Finalmente, a través de esos organismos no electivos pueden tramitarse y resolverse los conflictos interburgueses, sin necesidad de apelar a la opinión y participación de los electores.

En la América Latina esta prolifera-

ciónde instituciones, que escapan al control del gobierno condicionando lo esencial de sus políticas, es un fenómeno común a casi todos los países, en especial después de la experiencias del triunfo de la Unidad Popular en Chile, país en que la constitución vigente le permitió al gobierno de Salvador Allende unrango de decisiones, hoy en día imposible de adoptar bajo las condiciones del sistema de poder institucional no electivo.

Una paradoja aparente, es la tendencia a la descentralización de algunas tareas sociales del estado - salud, educación- y de descentralización económica local. Por supuesto, se trata de actividades no estratégicas, cuyo desglose permite ejecutarlas más eficientemente y acentuar la imagen democrática de un poder distribuido equitativamente, pues muchas veces los gobierno municipales, provinciales y/o estaduales son aumidos por fracciones menos relevantes de las clases dominantes y por representantes políticos de las clases populares. En no pocas ocasiones, por cierto, estos últimos acceden a esos gobierno locales con la certeza de que han conquistado una trinchera en el avance hacia el poder central, convirtiéndose mientras tanto en excelentes administradores del estado burgués a escala reducida o, lo que es más común en América Latina, fracasan debido sobre todo a la estrechez de recursos, desgastándose de cara a las aspiraciones de acceder al gobierno nacional.

Otros problemas, limitaciones y promesas no cumplidas de la democracia liberal en sus configuraciones más complejas y desarrolladas, y que por definición están más lejos de alcanzarse en América Latina pueden resumirse del siguiente modo:

1. La extensión de la democracia ha ocurrido sólo en el ámbito político y aún en ese terreno faltan importantes conquistas: control del gobierno por parte de los electores y el derecho a la valoración y decisión últimas de estos respecto del cumplimiento de los programas comiciales y del ejercicio del poder; sujeciónde los legisladores a sus electores y derechos de estos a revocarlos cuando incumplan sus promesas; control de los ciudadanos sobre los aparatos burocráticos y democratización máxima de estos.

2. Los avances democráticos ocurridos



en el sistema político- especialmente la universalización del voto -no se han revertido en las áreas económicas y social. Siguen perfeccionándose los métodos verticales de dirección de las empresas; los sindicatos -allí no existen- no tienen capacidad para contrarrestar el curso de las grandes decisiones centrales de los monopolios y megapolios, y marcadamente de los grupos financieros nacionales e internacionales; estos, a mayor concentración y centralización de riqueza, aumentan su poder condicionante de las políticas nacionales y extranjeras de los estados. En consecuencia, el cuerpo de electores no puede directamente ni a través de sus supuestos representantes (el gobierno y los legisladores) ejercer el control ni su voluntad frente a esos poderes económicos. Así pues, **los núcleos principales del estado y de los factores que determinan sus políticas estratégicas escapan de la soberanía popular, en la cual debiera radicar en una democracia verdadera el alfa y el omega del poder.**

3. La creciente interdependencia en las relaciones internacionales y en especial la inclinación a la unipolaridad bajo el dominio de Estados Unidos, tiene un significación destacada en las limitaciones a la soberanía y por ende del sistema democrático de la mayoría de los países del mundo. Los ciudadanos que votaron a un gobernante pacifista pueden ser víctimas de una guerra o de la participación de su país en una escalada militar, debido a las políticas belicistas de otros estados más poderosos; su interés económico puede afectarse seriamente, a consecuencia de la vulnerabilidad del país frente a otros y respecto a las grandes empresas transnacionales. Por supuesto, tales afectaciones son más obvias y serias en los países subdesarrollados, entre ellos los de América Latina. En la mayoría de los países desarrollados el factor internacional también desempeñaría un papel en la limitación de la soberanía democrática nacional, aunque de menor significaión relativa. Cuando Estados Unidos arrastra detrás de sus decisiones militares y económicas a otras potencias, es obvio que restringe a los ciudadanos de estos su soberanía nacional y democrática, aunque en mucha menor magnitud y de otra naturaleza en comparación con los países del mundo tercero, receptores principales de ese intervencionismo múltiple. **No es una exageración afrimar que en la actual estructura del orden internacional, un pequeño grupo de países y dentro de ellos personas, deciden o dejan de decidir por la inmensa mayoría de países y de seres humanos de estas y las futuras generacioes. Esta peligrosa y antidemocrática situación tiende cada vez más a quedar plasmada en las normas de las Naciones Unidas y afecta sobre todo a las tres cuartas partes de la Humanidad, en el Sur.**

4. La masificación y estandarización de las creencias y los valores ideológicos crea una contradicción flagrante con la individualidad y la capacidad real de los ciudadanos para formarse una opinión y decisión independientes. Una de las funciones más importantes de los medios de difusión, es precisamente su efectividad para generalizar y manipular los estados de opinión y uniformar con suma eficiencia la subjetividad de los hombres. **Esa indudable capacidad de "los medios" -propiedad directa de monopolios y/o de capitalistas nacionales asociados a éstos- cumple un papel sin precedentes, que facilita cada vez más a la ideología hegemónica ser la falsa conciencia de los dominados y una sombrilla formidable de protección del sitema.** La autoimagen de la sociedad moderna desarrollada, sigue así estando muy permeada por la creencia de que ella y el mundo avanzan en una línea de progreso y de evolución democrática-liberal, lo cual ha recibido su mayor brillo a consecuencia de la crisis del socialismo. Esa imagen, ahora más triunfalista es reproducida con mayor intensidad y efectividad que nunca en nuestra tierras. Ella multiplica la confusión en amplios sectores populares y en especial en las capas medias, sobre el proyecto democrático y el desarrollo económico, y sobre todo la relación entre democracia y socialismo.

A la acción ideológica de los medios de difusión, habría que sumar el quehacer cohesionador de los aparatos educacionales y la función cimentadora del sistema que cumplen la mayoría de las iglesias y las ideas religiosas, muy especialmente la Iglesia católica oficial, por suerte cuestionada desde dentro en nuestro continente por la Teología de la Liberación y los Movimientos Cristianos de Base.

Y para rematar, las clases en el poder -y por ende los gobiernos- disponen cada vez más de formidables instrumentos científicos y técnicos para medir y controlar los comportamientos humanos. Frente a ello, sin embargo, no aumenta la capacidad y los medios de los ciudadanos para controlar al estado. Hay una neurótica oscilación entre la desmedida fragmentación y concentración del poder, la necesidad de planificar las líneas maestras del desarrolo de la sociedad, junto a una proverbial incapacidad para lograrlo, debido a los genes pluralistas e individualistas disgregadores que identifican la totalidad de 'a vida en el capitalismo. En nuestra sociedades, la incultura, la pobreza, y las demás transformaciones propias del subdesarrollo latinoamericano, no disminuyen esa tendencia. Aunque le introducen complejidades propias, como el fenómeno de la economía informal, "el otro sendero", vía real de sobrevivencia para milones de desempleados y subempleados.

5. Un eslabón clave del sistema democrático-liberal, los partidos políticos, representan también una vía de distorsión y limitación real de la democracia. Sus grandes maquinarias, básicamente electorales, elaboran y forman ideas programáticas y designan políticos, convirtiéndose así en filtros selectores de los supuestos "representantes del pueblo" y mediadores entre la voluntad de este y los elegidos para gobernar.

El control del los partidos es esencial para la designación de quienes luego podrán competir y ser gobernantes y legisladores. Los diputados dejan de tener o disminuyen sensiblemente sus programas individuales, los cuales son absorbidos y generalizados por el de su partido. La política deviene negocio; como en cualquier



otro se participa, invirtiéndose capital y se busca una ganancia directa o indirecta, de corto y largo plazo. En América Latina habría que agregar el papel de vehículo de corrupción y de enriquecimiento ilícito que desempeñan los partidos del sistema. Muchas veces esas élites adineradas logran imponer o "vender" sus ideas y candidatos, que después parecen ser de todo el cuerpo partidista. Y así finalmente esos candidatos, caso de triunfar -en ocasiones con menos del 50 por ciento de los votos- se erigen en los "representantes democráticos" de la volutnad popular.

6. Un último factor de protección - guardían sería mejorson las fuerzas armadas y represivas. Pese a toda la retórica utilizada, diferentes modificacioes introducidas a las fuerzas armadas desde el pasado siglo, tienden a perfeccionar su carácter de último y decisivo eslabón protector del sistema estatal democrático bajo la hegemonía burguesa. Tales cambios -facilitados por la densidad de la técnica y las complejidades del arte y la teoría militares- buscan en susdiferentes tonalidades un grado de profesioalismo y cohesión de sus mandos en todos los niveles, que impida una eventual fractura en momentos de crisis y una mayor independencia del instituto armado -en tiempos normales- en relación con el mando del gobierno de turno. **A consecuencia de los anteriores procesos, se origina una ruptura de la identidad soldado-ciudadano que en el siglo XIX y principios de este hizo posible entrara la lucha de clases dentro de los cuerpos bélicos** (9).

Esas mutaciones hacen pensar con razón a muchos especialistas, en la imposibilidad de que ahora y en el futuro vuelva a filtrarse en los ejércitos el conflicto clasista. No se puede negar de manera concluyente que ello pueda ocurrir -o siga ocurriendo- a través de variantes inéditas. Lo cierto es que en el mundo capitalista desarrollado, no se ha presentado en las últimas décadas ninguna crisis capaz de permitir medir hasta donde ha llegado ese aislamiento profesional de las fuerzas armadas. En lo que respecta a la América Latina, la hisotria es bastante diferente, y aunque actualente la estrategia norteamericana busca profesionalizar a las FFAA y lograr su ensamble con el poder civil, se trata de un proceso zigzagueante en varios países, y en todo caso la presencia de los militares más protagónica, visible y amenazante, y en ciertos países hay intereses nacionales, patrióticos y hasta populares que actúan en la dinámica castrense.

De lo que sí no puede haber dudas es del elevado peso real, a veces decisivo, que tienen las fuerzas armadas y los consejos de seguridad en las decisiones políticas, económicas y militares -nacionales e internacionales- que adoptan la mayoría de los estados, tanto de los países desarrolados como el Tercer Mundo.

Todas estas insuficiencias, falacias, vacíos y contradicciones del sistema democrático-representativo moderno originan crecientes reacciones, que van desde la protesta y las luchas por ampliar y hacer efectivos los espacios democráticos, hasta la indeferencia en amplios sectores de la población -expresada, por ejemplo, en los elevados índices de abstención electoral, superiores muchas veces al 50 por ciento, lo cual ¡otra paradoja!, algunos exégetas identifican como factor de estabilidad de las democracias.

Tal vez la ironía mayor es que precisamente cuando el estado burgués resulta mejor controlado y más limitado en su posibilidades y proceder democratizadores; en circunstancias en las cuales muchos ideólogos de la burguesía temen a la ingobernabilidad de esos sistemas políticos y piden más reducción y control, o sea, menos democracia, la alternativa liberal-representativa cobre su mayor tono y prestigio internacional. Incluso, convirtiéndose en la opción novedosa y deslumbrante para aquellos que pretenden justificar sus incapacidades, errores e inconsecuencias y lavar su pecados en el purgatorio del "socialsimo democrático", sin haber quizás comprendido antes, ni ahora, el significado histórico y teórico de la democracia y del verdadero socialismo.

VII. APUNTES FINALES

"Los hombres nacen y permanecen libres e iguales en derecho" -afirma el conocido artículo primero de la Declaración de Derechos del Hombre y del Ciudadano, fechada el 26 de agosto de 1789 en plena Revolución Francesa.

Ya concluido el presente artículo, leí otra frase -esta de un escritor latinoamericano- que me hizo rememorar la anterior. La idea es lapidaria y actual: "La izquierda brasileña suspira por la democracia, pero respira y piensa el liberalismo. La izquierda brasileña odia al capitalismo, pero no sabe construir otra sociedad que no sea la capitalista reformada, cambiada" (10).

No comparto el cariz tajante de la afirmación, respecto a la izquierda brasileña en su totalidad, aunque creo que la frase es reveladora de una deformación teórica y política existente en importantes agrupaciones de izquierda,tanto en ese país como en el resto del continente y del mundo.

Efectivamente, libertad e igualdad han sido desde 1789, junto al concepto de democracia, motivo de reflexión y debate, aunque pocos logran escapar de la tran pa liberal subyacente en la Declaración.

La motivación principal de este artículo, coincide con el ánimo provocador y el sentido de la segunda frase aludida. La izquierda latinoamericana y caribeña tiene, sin embargo, historia, cultura teórica y coraje para elaborar un concepción fecunda y un programa democrático verdaderamente revolucionario, por ende popular, anticapitalista y antimperialista.

En ese propósito, el liberalismo no puede ni debe obviarse ni reducirse a esquemas negativistas. Sus valores han calado muy hondo en nuestras sociedades y en nuestras mentes, y además no pocos de sus contenidos están permeados por las conquistas democráticas de los pueblos, que no deben abandonarse, ni subestimarse. **Pero el liberalismo, en su evolución natural y lógica no conduce a la democracia. Es un círculo vicioso que termina en su propia reproducción liberal. A partir de él, es posible avanzar hacia un ideal democrático genuino, si el proyecto abarca simultáneamente las luchas por lograr la hegemonía popular en todos los terrenos en que existe la democracia: el económico, elpolítico, el social, en el estado y en la sociedad civil. Y si además, para lograrlo, junto a los quehaceres de acumulación de fuerzas, se suma una concepción de quiebra del sistema dominante y de sustitución por la nueva**





institucionalidad y práctica democráticas. En todo caso, sería erróneo y fatal que la democracia socialista pretenda desconocer la tradición liberal, como también resultaría un contrasentido que ésta se convierta en el paradigma de la nueva democracia.

El liberalismo en ninguna de sus modalidades, puede cumplir los valores éticos y políticos que proclama. Ahí radica, precisamente, el dilema más fructífero, desde donde puede avanzar el proyecto democrático popular, a condición de tener bien definidos los conceptos y os instrumentos nodales para su éxito, defensa y consolidación.

Ya existen tentativas programáticas y búsquedas nacionales muy diversas y válidas sobre el tema, en unos y otros países del continente. Aunque hay mucho aún por andar en esas elaboraciones teóricas y por demostrar en el escenario de los hechos.

En lo que respecta al autor, queda pendiente ofrecer en otra ocasión su puntos de vista alrededor de esos esfuerzos y aportes nacionales y de intentar una contribución a las matrices del programa democrático, desde la perspectiva de los intereses de los pueblos de Nuestra América.

NOTAS

1. Ver: Fidel Castro, La Historia me Absolverá. En su definición de pueblo, Fidel abarca desde los desempleados, los obreros, campesinos con y sin tierra hasta los profesionales, comerciantes y todos los demás grupos, generaciones y sectores sociales afectados en su realización humana por el sistema imperante, susceptibles por ende de participar activamente en su emancipación: él comienza, por eso , con la precisión "si de lucha se trata".

2. Ver: Alkis Kont. Repensando la teoría democrática: La contribución de C.b.Macpherson, en Opcioes, revista del CERC, AGOST/84. Santiago de Chile.

3. Un análisis sintético y preciso de este proceso se encuentra en Tomás A. Vasconi. Clases dominantes y aparato estatal. Centro de Estudios Sobre América. La Habana 1989.

4. Ver: Informe al Comité Ejecutivo de la Comisión Trilateral, Cuadernos Trimestrales del CIDE, Nos. 1,2 y 3 1977/78.

5. Para una explicación más detallada sobre la sociología política y las ideas generales de Weber, ver el prólogo escrito por Germán Sánchez a la edición cubana de "Economía y Sociedad", (Ciencias Sociales, La Habana 1971).

6. Ver: Gino Germini: Democracia y autoritarismo en la sociedad moderna, en Los Límites de la Democracia, P.21, volúmen I, CLACSO, Buenos Aires, 1985.

7. Ver: Martín Hernández V. "Las Democracias Protegidas y la dominación democrática del capital financiero" (versión mecanografiada) y los trabajos de Germani y Bobbio citados, entre otros.

8. Ver: Martín Hernández V., Op. Cit.

9. Ver: Martín Hernández V., Op. Cit.

10. Ver: Hebert de Sousa. Revista COPPAL. Nº 5, México D.F.



LA INTEGRACION CON TIBURONES ES UN SUICIDIO

F. Vázquez, 26M, propone revisión del FA en su apoyo crítico al Mercosur.

El Movimiento 26 de Marzo sentó posición sobre una serie de temas que están hoy en debate de la izquierda nacional. En el discurso pronunciado por Fernando Vázquez en ocasión de conmemorarse el 21 Aniversario del Movimiento, se reafirmaron las posturas del 26 de Marzo sobre el papel de la militancia; la reestructura interna del FA; política de alianzas; la venta del Estado a los monopolios extranjeros, el interior del país y un cuestionamiento al Mercosur por el que se propone al Frente Amplio una nueva instancia de discusión sobre el apoyo de la coalición al Tratado.

Estas son las palabras textuales de Fernando Vázquez:

Estimados amigos y compañeros frenteamplistas

Compañeros de las fuerzas políticas del FA.

Compañeros de la Mesa Política del FA

Compañeros de las delegaciones internacionales de Brasil, Argentina, Paraguay, Perú, Nicaragua, Italia, España y Dinamarca.

En estos días de inmensa significación para el conjunto del 26 de Marzo queremos expresarles nuestra satisfacción por vuestra presencia y expresarles que en estos 21 años de lucha, hoy es para nosotros un día de reafirmación de nuestro compromiso político con nuestro pueblo y con las causas populares antimperialistas de nuestro continente.

Sin duda que los tiempos que vivimos a escala nacional e internacional son difíciles, complejos, generadores de nuevas situaciones, zigzagueantes, cargados de nuevos desafíos políticos y caracterizados por una verdadera ofensiva de la reacción internacional contra el trabajo y las ideas del socialismo.

En estos 21 años, hemos conocido retrocesos y avances, sinsabores y alegrías, importantes triunfos colectivos en la lucha de nuestro país, por la libertad y la justicia social, por eso es que no tenemos una visión de frustración y derrota y sin salida, sobre los problemas internacionales, hemos creído y creemos que el capitalismo dependiente de nuestro país ha generado grandes desigualdades sociales, recesión crónica, endeudamiento externo, inflación, deteriorando a nuestro país y demás países hermanos.

Creemos en las enormes capacidades humanas y en la energía de nuestra gente, en nuestro FA, para cambiar nuestro país, y también en las enormes reservas políticas de nuestro continente.

Amigos y compañeros aquí presentes: lejos de intentar un análisis de los grandes problemas que provocaron el derrumbe del ex-sistema socialista, hoy queremos afirmar algunos conceptos, los errores que han provocado el derrumbe del este europeo, no son causa de las limitaciones que tiene hoy la izquierda nacional y latinoamericana. **En lo que le concierne al 26 de Marzo, no somos de los que compartimos la idea que hay que sacarse las responsabilidades políticas. El derrumbe del ex-sistema socialista no puede ser un pretexto para abandonar al socialismo y medrar la unidad política del movimiento popular.**

Al socialismo, se lo mejora práctica y teóricamente por la izquierda, con más soluciones socialistas y afirmando y avanzando en las posiciones de izquierda. Las soluciones inmediatistas,

posibilistas, consumistas, tecnocráticas, que pregonan alianzas por el centro pueden llevar a la desintegración programática de las propuestas de izquierda y verdaderamente socialistas.

Por ello es que en lo nacional, también decimos cultura de gobierno para el 95, sí, pero avanzando con la gente, por la izquierda y no sólo por el centro.

"HOY TENEMOS QUE AFIRMAR QUE CUBA NO ESTA SOLA, NI LO ESTARA EN SU EJEMPLO DE DIGNIDAD Y FIRMEZA NACIONAL Y EN SU DETERMINACION DE CONSTRUIR EL SOCIALISMO"

Nuestra propuesta política no puede ser letra muerta ni puede representar una vía que pueda ser negociada con la irresponsabilidad que contiene el no tener urgencias inmediatas que resolver. **Nuestra política debe estar caracterizada por la seriedad y la firmeza. Ello en sí tiene un gran valor pues en un mundo en que muchos han perdido la vergüenza, transitan por el camino de la mediocridad y la neutralidad, acomodándose a un sistema básicamente injusto y regresivo,** nuestro 26M, tiene la obligación política con nuestro pueblo, y también con los hermanos del continente americano que luchan contra el imperialismo, de decir presente y profundizar la lucha y nuestro compromiso.

Por cierto que en esta tarea no estamos solos, **hay mucha gente en este país, solidaria con la Revolución Cubana,** hay suficientes partidos y suficiente dignidad para decir que la actitud del gobierno uruguayo en las Naciones Unidas no representa el sentimiento de la inmensa mayoría de los uruguayos. La resolución del Congreso de Intendentes del día de ayer, está mostrando estos nobles sentimientos.

Hay hombres, de todos los partidos y además, lo más importante, la gente de nuestro país, los frenteamplistas que han sido solidarios con las luchas por la libertad y la democracia en el mundo, que sienten en profundidad esta demanda que hoy se transforma en exigencia.

El bloqueo a Cuba debe cesar. La ola de solidaridad con Cuba debe crecer en nuestro país, como crece hoy ya en Brasil, Argentina, en todo el continente.

Hoy tenemos que afirmar que Cuba no está sola ni lo estará en su ejemplo de dignidad y firmeza nacional y en su determinación de construir el socialismo.

El 26M también se compromete a que se intensifique la solidaridad con la Revolución Cubana pues hoy es parte esencial de las luchas que se libran en el continente contra el Imperialismo.

Si compañeros, cuáles han sido los efectos de la aplicación de políticas fondomonetaristas en el continente americano: crecimiento de la pobreza, desocupación, indigencia, las enfermedades de la pobreza llevadas a extremos inimaginables, y a su vez libre acción para la desestabilización institucional cuando los intereses económicos y políticos de las oligarquías criollas se ven afectados.

Allí está Haití y su pobreza y las escasas voces que se levantan de parte de los gobiernos latinoamericanos para aislar a estos continuadores de Duvalier.

Venezuela que se debate entre las explosiones sociales y la desestabilización institucional.

Persiste la intromisión norteamericana en Panamá.

Mientras bajo el pretexto del narcotráfico se ejecutan políticas de intromisión norteamericanas en los países andinos.

Centro América se aproxima a una salida pacífica a los conflictos bélicos que aún no conocen el desarrollo económico y social.

Pero en el Sur también suceden cosas preocupantes.

Pinochet visita a Brasil y negocia compra de armas.

En la reunión de Río gobiernos de la zona proponen la creación de fuerzas antiterroristas.

Mientras en nuestro país crece el tráfico de blancas con implicación en altas esferas de la sociedad y los Ministerios de Interior y Defensa ni se enteran de estas operaciones.

Los Estados Unidos en los próximos días harán nuevas maniobras militares en Uruguay aunque los peligros de guerra hoy no existen.

Sí, compañeros y amigos, en el marco de una crisis capitalista sin igual y de nuevos desafíos para la izquierda antimperialista y revolucionaria, nuestro 26M imperceptiblemente para algunos, y con un esfuerzo militante de toda nuestra militancia, se ha ido poniendo a la altura de los tiempos difíciles y complejos que transcurren.

En este 21 aniversario, permítasenos hacer algunas consideraciones sobre los problemas del país.

Nuestro país ha vivido en los últimos tiempos una verdadera ofensiva neoliberal, del gobierno de coincidencia del Dr. Lacalle, que ha estado perfectamente integrado a la articulación de políticas del FMI en la región y que los ejes principales han sido: ajuste fiscal, pago riguroso de los intereses de la deuda externa, privatización de empresas públicas (reforma del Estado), contracción del crédito a la producción nacional, liquidación de subsidios e incentivos a la producción. Intento de controlar férreamente el proceso inflacionario, y polarización de la economía.

A ello se le debe incorporar la apertura de la economía y la progresiva eliminación de aranceles que protegen la industria nacional del Tratado de Asunción, que fijó las pautas para el Mercosur. La formulación y aplicación de esta política económica está causando un verdadero terremoto en la sociedad uruguaya.

La clave para la instrumentación de esta política ultra liberal es desde la óptica del gobierno, la reforma del Estado o más concretamente, la privatización de las empresas públicas y la reforma de la Seguridad Social. O sea, la rebaja de costos de producción para poner el país en supuestas condiciones de competir en el exterior.

"EL 26 DE MARZO COMPROMETE DESDE YA SU ESFUERZO POLITICO MILITANTE JUNTO AL FA, PARA DEROGAR LA LEY QUE POSIBILITA LA ENTREGA Y DESARTICULACION DEL PATRIMONIO NACIONAL"

Claro, a esto el movimiento popular uruguayo ha contestado con el recurso de Referéndum para frenar esta ley privatizadora, y en los días pasados se entregaron casi 50.000 firmas para posibilitar el camino al plebiscito. Este será el eje, el centro de la batalla política para frenar la ley en el curso de este año, y que pondrá en juego el futuro del país.

El 26M, compromete desde ya su esfuerzo político militante junto al FA, para derogar la ley que posibilita la entrega y desarticulación del patrimonio nacional.

Pero esto no es lo único. Unido a ello estrechamente está el problema de las consecuencias que trae a la gente de nuestro país, la aplicación de esta política económica en todos los órdenes de la vida nacional.

El problema principal desde el punto de vista de los intereses populares, es cómo se frena el cierre de fábricas, cómo se incrementan las fuentes de ocupación en la ciudad y en el campo, cómo esa rica pradera que tiene nuestro país es fuente de ocupación, de investigación y desarrollo tecnológico, y no un desierto que es en lo que se está transformando.

Cómo la vivienda y la salud son derechos inalienables y no meros privilegios para unos pocos.

Cómo se retiene a la juventud y no se la expulsa, cómo se dan oportunidades a la vida digna y no se las restringe, cómo los jubilados tienen derechos a retribuciones dignas y no se los obliga a manifestar por las calles.

El gobierno llama al consenso político nacional y genera en los hechos la confrontación social con estas medidas económicas. Por eso nos parece inconducente su llamado



al diálogo en materia económica.

Pero además, el 26M, se pregunta a qué costo se va a desarrollar el país, con los actuales niveles de conflictividad laboral, toda la industria nacional está afectada con la actual política económica y lo que es más, la persecución sindical se ha incrementado por parte de las empresas, confeccionando listas negras de trabajadores, llegando inclusive a filmar con la intervención de las fuerzas de la seguridad, a trabajadores de Paylana que reclaman por sus derechos.

Por cierto que esto no habla de la tan mentada "pluralidad" de la democracia, sino que fortalece una tendencia política que es el autoritarismo y una situación económica que concentra más la riqueza, imponiendo condiciones extremadamente duras e inestables a la vida del obrero y sus familias, así como a sus ingresos.

Las patronales apuestan al hambre de la gente y a la destrucción y debilitamiento de la fuerza sindical.

Aquí están los ejemplos vivos de lo que estamos afirmando, FUNSA, CAMPOMAR, OSAMI, el HOTEL 5 ESTRELLAS, que se construye en pleno centro de Montevideo. La industria frigorífica, la pesca, sólo en la ciudad de Canelones hay en estos momentos 1000 trabajadores en la calle.

Esto es además extensivo a las empresas del Estado, ANCAP, El Espinillar, que este año no plantó caña de azúcar en Salto. El gobierno alude que es deficitaria en 3 millones de dólares al año. Nosotros podríamos agregar que esto es lo que paga el gobierno por concepto de intereses de la deuda externa sólo en un día y medio.

Pero podríamos seguir agregando, BPS, la Universidad de la República, los maestros sumergidos, profesores, Salud, la banca, PLUNA, etc.

"HASTA AHORA NO HEMOS PRESENCIADO QUE ESTOS INTERESES CONTEMPLEN EN LA ESFERA ECONOMICA, POLITICA Y SOCIAL, LOS INTERESES DE LOS TRABAJADORES Y DEL PAIS"

Compañeros y amigos, hace apenas unos días los medios de difusión dieron *una noticia alarmante* que confirma la gravedad de la situación económica del país. En estos últimos días, la Cámara de los Industriales, anunció a partir del próximo decreto que se producirá en abril, de disminución de un 20% de los aranceles nacionales, tendremos en los meses siguientes la disminución de más de 15.000 puestos de trabajo en esta rama de la producción.

En primer lugar queremos reiterar que el 26M se opuso y rechazó rotundamente desde un principio que diéramos nuestro voto a esta creación de Tratado de libre comercio que se llamó Mercosur, por considerarlo negativo para el interés nacional.

A un año de este hecho, lamentablemente tenemos que decir que no nos hemos equivocado, porque las consecuencias son casi devastadoras para la producción nacional.

Ahora, pensamos que nadie puede reconocer que esto es bueno para el país. Es de sabios rectificar a tiempo.

Se ha dicho que no todos los cierres de fábricas y conflictos que existen en el país, son consecuencia de este proceso que se llama Mercosur.

El 26M, cree que este proceso de integración es consecuencia de las políticas neoliberales, inscripto en la Iniciativa para las Américas de Bush y que se plasmó en lo que se llamó el "4 + 1" o sea, apertura total de nuestras economías con los Estados Unidos de Norteamérica.

Hasta ahora no hemos presenciado que estos intereses contemplen en la esfera económica, política y social los intereses de los trabajadores y los intereses del país.

En todo caso, **hoy estamos volviendo a la época de la Cisplatina**, *sin ejércitos* extranjeros dentro del país, pero con un predominio de sus intereses económicos en la economía nacional, Mercosur mediante.

Ahora mismo el gobierno de Collor de Melo acaba de tener una política de subvención al cereal que sin duda tendrá graves consecuencias en la agricultura nacional. Una subvención de unos 4.000 millones de dólares para resolver el abastecimiento a las necesidades de la sociedad brasileña. ¿Podrá Uruguay enfrentar esta situación? ¿Dónde está el slogan del gobierno dirigido a los productores nacionales que producirían para 200 millones de habitantes? ¿A qué mercado nos integramos? En este rubro el gobierno de Brasil subvenciona a los productores y Uruguay los manda a pelear con escarbadientes.

La Integración con tiburones, no es integración, es suicidio. Hasta ahora, en vez de integración lo que hemos visto son verdaderas dentelladas a la industria, al trabajo y a la soberanía, en un marco de crecimiento de la desocupación de amplios sectores sociales de la vida nacional.

Creemos por lo tanto que el FA, debe rever su posición pues como fuerza que es consustanciada con los intereses populares y nacionales, adoptará si no lo hace, compromisos inconducentes con la actual política económica.

Sí, compañeros, creemos que las responsabilidades del FA ante el país crecen, y también creemos que los problemas de la orgánica del FA no son estrictamente de organigrama, lo que se requiere para resolver los problemas, es voluntad política y también tener en cuenta la pluralidad del FA, la diversidad ideológica y los acuerdos programáticos.

No somos partidarios de la restricción de la Mesa Política del FA pues aún no se nos ha demostrado que el inmovilismo o el desflecamiento del FA, responda a la existencia de muchos grupos en su seno. Esto es un problema político y de la política que se impulsa.

Que los comités de base están cerrados, que nos falta propaganda política, no es un problema de cuantos grupos existen sino de que hacemos los que tenemos responsabilidad para que las estructuras funcionen.

Pero el FA debe tener sin dudas su apuesta al futuro, su apuesta a la gente, tener las puertas abiertas al crecimiento político nacional.

"LA DISOCIACION ENTRE FORJAR LA CULTURA DE GOBIERNO Y LA MOVILIZACION POPULAR DEBILITA LA POTENCIALIDAD DEL FRENTE AMPLIO"

En relación al gobierno Municipal de Montevideo, lo reiteramos, coincidimos con Tabaré que el FA debe estar alerta, ante el acoso político de la derecha ante el gobierno de Montevideo, somos conscientes que transitamos caminos no recorridos antes, complejos y llenos de trabas y dificultades. La disociación entre forjar la cultura de gobierno y la movilización popular debilita la potencialidad del FA.

El 26M cree que hoy más que nunca el FA debe asumir plenamente la defensa del gobierno departamental así como mostrar claramente que a través de la movilización, podemos mostrar una fuerza de cambio en el gobierno y abrir un camino cierto, a través de la lucha popular para forjar una verdadera alternativa popular.

En este sentido creemos que hay que estar atentos al problema de la descentralización política del Municipio y la correspondiente participación popular que permita efectivizar la participación de la gente, pues la descentralización no la concebimos en términos de efectuar solamente trámites administrativos sino que es el eje del proceso del gobierno municipal.

Compañeros y amigos, en este 21 aniversario tenemos que decirlo claramente, el 26M existe, piensa y actúa dinámicamente por el esfuerzo organizado y voluntarioso de nuestra militancia; esto es bueno recordarlo pues hoy se habla mucho de la crisis, y entre ellas, de las crisis de militancia.

Creemos que lo que se ha demostrado en este tiempo es que cuando se tiene vergüenza, se milita, el 26M ha demostrado que tiene vergüenza y que crece



C

ante las dificultades, aunque a veces en el coro de los que profesan el desánimo y el no se puede se incorporen voces inesperadas. Nosotros queremos cambiar al país, hace ya un buen tiempo y debemos aprender el difícil arte de la política para ponerla al servicio de los intereses populares.

Hablarle de Lenin y el Che hoy a los jóvenes y a los trabajadores, es todo un desafío, una verdadera irreverencia, una falta de respeto saludable a los híbridos ideológicos generadores de frustraciones provenientes de las matrices culturales extranjeras que les quieren imponer a nuestro pueblo.

Sí, aunque parezca sencillo formularlo no ha sido tan sencillo mantenerlo y ejecutarlo, mantener los principios, la ideología revolucionaria internacionalista, antimperialista consecuente, **defender hoy el socialismo no es una tarea para especuladores,** asumir una posición en la lucha política de masas en defensa de los intereses populares y actuar con cierta imaginación, creadoramente, sin telarañas y anquilosamientos dogmáticos, pensar libremente pero no enajenadamente, es parte sustancial de los problemas a encarar y resolver por el 26M en este período, junto al pueblo uruguayo.

Quizás, en este sentido el 26M ha actuado con alta dosis de tenacidad, de amplitud, de creatividad y dinamismo, aunque no estemos conforme con ello, señalando a la derecha oligárquica como la responsable de la pobreza colectiva y el estancamiento crónico, pero además sugiriendo el camino sin vacilaciones, sin espíritu de "adelantados", pero sí, señalando el camino francamente y con espíritu abierto, que será sin duda, de movilización, de organización y de lucha.



No señalarlo sería de irresponsables.

Por eso hoy, estamos aquí asumiendo un compromiso con Ibero, con Dermit, con Airton, con el espíritu internacionalista y revolucionario de Nicola, con Miguel y con nuestro pueblo.

¿Podemos acaso pensar en alguna posibilidad de *frenar la ofensiva* económica, neoliberal, privatizadora, extranjerizante, desnacionalizadora del gobierno de coincidencia, sin acción política de masas, sin que la gente participe y decida sobre lo que le concierne activamente en la resolución de sus problemas específicos?

No, no podemos, es más, este es nuestro verdadero concepto de democracia.

El FA debe jugar un papel fundamental en este sentido, por la izquierda, alcanzando y trabajando para ser mayoría nacional.

No somos partidarios del libre juego de las estadísticas en el trabajo político, sólo con estadísticas la política se petrifica y se convierte en un manipuleo de datos y de cálculos e intereses meramente circunstanciales.

Sí compañeros, la alternativa popular se desarrolla construyendo la fuerza política con la gente y resolviendo los problemas de la gente, luchando junto al pueblo. No hay otro camino para crecer en la confianza popular, pues el descrédito que existe en determinados sectores en relación a la política no es por la política en sí, refleja un enorme descontento de la población ante la política imperante, lo que hay sí es una gran crisis de la política tradicional de los partidos tradicionales, por el uso clientelístico y el mal uso que se ha hecho de la función pública, pero esto no es responsabilidad del Frente ni de la izquierda.

La responsabilidad de la izquierda es mostrar otro estilo, otra actitud, franca y abierta hacia la gente, de *transparencia* política. Y también de ver con quién establecemos acuerdos, allí está el ejemplo de los ediles de Maldonado y ahora de Rocha. A veces vale la pena recordar aquel dicho popular de que más vale andar solo que mal acompañado.

"EN NUESTRO PAIS NO HAY SOLUCION NI ALTERNATIVA POLITICA POSIBLE QUE NO CONTEMPLE A LOS TRABAJADORES, TAMPOCO HAY SOLUCIONES POLITICAS VERDADERAS SI NO SE CONTEMPLA AL INTERIOR DEL PAIS"

Compañeros, entre el 26M y el pueblo no puede haber ni habrá contradicción nunca, pues somos expresión de sus mismos intereses. También hoy queremos reafirmar que así como en nuestro país no hay solución ni alternativa política posible que no contemple a los trabajadores, tampoco hay soluciones políticas verdaderas, si no se contempla al interior del país, al campo, que es relegado permanentemente por las políticas oficiales. Lo que es cierto es que la acción del 26M no puede perder de vista a la gente del interior del país, a su gente trabajadora, a los intelectuales y profesionales, a los jóvenes, a los jubilados, pues no hay salida a la crisis si en nuestra política no se los contempla permanentemente y no sólo cuando hay elecciones.

Además es cierto que en nuestras preocupaciones por el fortalecimiento del FA, el 26M ha hecho sustanciales esfuerzos por la unidad política y por desarrollar el frenteamplismo, junto a otros grupos del FA.

Coincidimos en la necesidad de movilización de las bases militantes, en el protagonismo antimperialista y revolucionario del FA y *en levantar una firme* posición de izquierda antioligárquica, latinoamericanista, de identificación plena con las bases políticas fundacionales del FA en 1971. Pero por sobre todas las cosas, de recrear la esperanza del FA en los frenteamplistas y también en los miles y miles de uruguayos que hoy nos miran como la única esperanza nacional.

Compañeros, hoy el 26M está creciendo, está avanzando, entre los trabajadores, los jóvenes, las mujeres, está creciendo con los pobres, los humildes, los que no conocen el privilegio. El 26M está avanzando sí, en este 21 aniversario, por la izquierda, en un gran esfuerzo nacional junto a la gente, convencidos que el capital más importante que tiene Uruguay, está allí, está en el hombre y la mujer de este país, de todos los oficios, de todas las edades, de todas las profesiones y que la valorización de este hombre depende de su calidad de vida, de las condiciones en que vive, pero por sobre todas las cosas de la calidad con que profesemos nuestras ideas y de la rectitud con que se actúa.



C

Este debe ser un componente fundamental de la acción política, de la ética política que también confesamos. No hay socialismo ni cambios sociales profundos sin calidades humanas superiores, sin un tipo de trabajador diferente, sin un tipo de sensibilidad humana más desarrollada.

En los tiempos que corren necesitamos un tipo de militante mejor aún que en los tiempos pasados, pues en los tiempos que vendrán habrá que resolver problemas superiores, necesitamos calidad moral y política superiores y calidad de izquierda y de propuesta política revolucionaria hacia la sociedad, también superiores, de acuerdo a los tiempos que corren y a las exigencias que vendrán.

El 26M acepta el reto, el desafío, convencidos que también el partido político popular que debemos construir, es sustancialmente diferente de experiencias anteriores. Deberá ser, en primer lugar más revolucionario que siempre, más frenteamplista que nunca, consustanciado con el alma del país, e impulsando una gran esperanza nacional para cambiar al Uruguay en beneficio de los que más lo necesitan.

Si compañeros, un 26M más frenteamplista que nunca, unitario, más solidario que nunca con las luchas que se libran en el continente contra el imperialismo, plenamente solidario con la Revolución Cubana, creciendo entre los humildes, los pobres y con las banderas que nos vienen de la gesta artiguista en nuestras manos.

¡Viva el 21 aniversario del 26 de Marzo!
¡Viva la solidaridad antimperialista de los pueblos de América Latina!
¡Viva el Frente Amplio!



RESURGEN LOS NACIONALISMOS

Un fenómeno de nuestro tiempo

La cuestión de las nacionalidades y las minorías está al rojo. En realidad, no es un problema nuevo. Su origen se remonta por lo menos a un siglo y medio atrás. La disolución del socialismo en Europa lo ha devuelto al tapete. El imperialismo, que atizó estos conflictos con paciencia y esmero dignos de mejor causa, tiene ahora esta "brasa ardiente" en sus manos.

Responder a las expectativas creadas por el espejismo de la sociedad de consumo y aplacar el incendio de los enfrentamientos nacionales del este europeo, en el marco de la crisis económica y cuando Europa Occidental intenta no sin tropiezos concretar su unidad económica, política y militar, no será la tarea sencilla. Más aún cuando la cuestión de las minorías se expresa también con fuerza en unos cuantos países occidentales.

La guerra entre serbios y croatas en Yugoeslavia parece, cada vez más la prefiguración de lo que puede ocurrir en varias zonas de la ex-Unión Soviética. Muestra, además en qué medida viejos resentimientos y rivalidades entre pueblos y culturas pueden renacer con virulencia insospechada cuando poderosos intereses externos ofician de fogoneros.

MUNDO UNIPOLAR Y CONTRADICCIONES EN EL SENO DEL IMPERIALISMO

La crisis y subsiguiente desaparición meteórica del sistema socialista ha tenido, como consecuencia inmediata, un agudización evidente de las contradicciones internas del sistema capitalista internacional. Desaparecido el "enemigo común" y existiendo, como siempre existieron, contradicciones y enfrentamientos entre las principales potencias capitalistas por los mercados, éstas intentan por todos los medios conquistar posición privilegiada en ellos.

La "aparición" de "nuevos mercados" como resultado de la liquidación del socialismo en Europa en momentos en que los EEUU, indiscutida potencia militar hegemónica, da muestras evidentes de sufrir una crisis económica y atraso tecnológico en sectores industriales clave, que la ponen en difícil situación respecto a sus "aliados"; la Comunidad Económica Europea - Alemania reunificada y Francia particularmente y el Japón, explican esta realidad de más agudos enfrentamientos en el seno del imperialismo.

Digamos al pasar, y como una consecuencia inevitable de lo anterior, que esta

nueva situación, nacida a partir del hundimiento del sistema socialista y de la Guerra del Golfo, que el peligro de enfrentamientos entre las potencias imperialistas, aunque lejanos e improbables vuelve a dibujarse otra vez en el horizonte de la Humanidad.

No debemos engañarnos. Las condiciones del desarrollo del capitalismo ya no son las misas de la primera mitad del siglo. El entrelazamiento de intereses y de capitales que se ha verificado en las últimas décadas y la creciente tendencia del capital trasnacional a concebir su estrategia en términos de mercado mundial, son elementos que pueden actuar como factor que evita que los conflictos entre grandes potencias capitalistas alcanzan a la guerra.

El imperialismo actúa como una fuerza unificada. Por lo menos en las grandes cuestiones estratégicas. Sin embargo, los conflictos de intereses y las contradicciones existen y aparecen cada vez más claramente en la superficie.



RESURGIMIENTO DE LOS NACIONALISMOS Y SUS CAUSAS

Lo anterior es de cualquier forma, un aspecto del asunto. Volvamos al problema de las nacionalidades y las minorías.

El capitalismo lleva en su seno la guerra como la nube a la tormenta, escribió Jean Jaurés. La historia se ha encargado de demostrarlo fehacientemente.

Los peligros de las guerras en la última década del siglo XX parecen asomar, justamente en esos espacios económicos "nuevos" a los que nos referíamos al principio: los ex-paises socialistas de Europa del Este y la ex Unión Soviética. Por supuesto, continúan en pie los riesgos que surgen del derecho que los EEUU se han autoasignado en el mundo y que implica una amenaza latente para cualquier pueblo que pretenda ejercer plenamente su derecho a la autodeterminación.

Las condiciones, especialmente en Europa Oriental y la ex-URSS, para graves explosiones de carácter nacionalista existe. Ejemplos sobrados hay de ello en esto últimos meses. Las razones del fenómeno son muchas y diversas. Algunas de ellas, las principales, quizás, vale la pena reseñarlas.

Ya vimos las "externas"; el aliento que desde Occidente recibieron durante décadas los sectores más reaccionarios de dichas sociedades y que agitan, invariablemente, banderas nacionales reivindicando cuestiones -muchas veces legítimas- vinculadas con la identidad cultural y los derechos de dichos pueblos, apoyados en viejas, y a veces no tanto, afrentas, atropellos y humillaciones sufridas en manos de nacionalidades más fuertes o mayoritarias.

Sin embargo las razones que permiten entender, creemos, la fuerza con que se manifiestan los movimientos de reivindicación nacional de la Europa actual y que explican su carácter muchas veces turbulento, deben buscarse en la crisis que provoca la abrupta y brutal negación de valores esenciales sobre los que se asentaron por muchas décadas dichas sociedades.

Privado de dichas certezas y sometido a sufrir las consecuencias económicas y sociales de un proceso de deterioro y de crisis que no logra comprender cabalmente, el individuo se refugia en aquellos valores o elementos más primarios y esenciales que le permitan afirmar su identidad y defenderse de un entorno tremendamente hostil e incomprensible.

En este punto, pueden encontrarse puntos de contacto con la 'contracara" del fenómeno que se vive en los ex-paises socialistas, la revitalización de los movimientos nacionales en Europa Occidental, incluso, el fortalecimiento de sentimientos y de corrientes ultrareaccionarias como la xenofobia, en esos países.

NACIONALISMOS, IRRACIONALIDAD Y "DESARROLLO"

Llegamos aquí a uno de los aspectos quizás más dramáticos de estos tiempos en las sociedades "desarrolladas". Se combinan para ello cuestiones que tienen que ver con el asombroso desarrollo alcanzado en el terreno científico-técnico y su aplicación en esferas de la vida diaria. Maravillas que muchas veces escapan a las de comprensión del individuo común pero que alientan el sentimiento de omnipotencia del Hombre respecto a la Naturaleza y a la realidad en general.

Simultáneamente, ciertos ideales y val-



ores de alcance universal aparecen cuestionados por el hundimiento del socialismo. La propaganda del imperialismo ha logrado, globalmente, imponer la idea de la derrota final del socialismo e incluso, imponer, dentro de importantes sectores de la izquierda el concepto de que no vale la pena luchar, ni siquiera resistir, la actual ofensiva del imperialismo.

La propia socialdemocracia, que jugó un papel protagónico en la campaña orquestada desde Occidente para liquidar los regímenes de Europa Oriental y al URSS, ha entrado en una profunda crisis con reflejo y consecuencia de lo que creyó ingenuamente, sería su revancha histórica frente al marxismo-leninismo.

La revolución científico-técnica ha elevado los individuos de las sociedades desarrolladas casi al nivel de semidioses por el ilimitado horizonte que les abre desde el punto de vista material. Simultáneamente, se procesa un crisis ideológica que cuestiona valores y grandes ideales muy extendidos y arraigados en dichas sociedades. Sin embargo en su vida cotidiana estos individuos se ven enfrentados a problemas insolubles que escapan a su capacidad de comprensión y frente a los cuales se siente impotente. La desocupación creciente, la aparición del SIDA, el desarrollo del consumo de drogas en la juventud, las inexplicables crisis financieras, bursátiles o monetarias de la economía capitalista, la inflación, el crecimiento de la pobreza y la marginalidad. Y, como un cuestión más lejana, aunque no por ello menos preocupante para sectores extendidos de población, el rebrote del cólera, la miseria creciente y la siempre más grave y amenazante realidad que vive el Tercer Mundo.

Frente a un mundo que se percibe dominado por el pragmatismo y la irracionalidad es casi irresistible la tentación de refugiarse en el individualismo así como la tendencia a aferrarse de aquellos valores ancestrales aparentemente inmutables y en os que se supone puede encontrarse la seguridad y el sosiego.

Aparecen así las sectas religiosas más variadas y se verifica una "vuelta" a valores, costumbres y prácticas que reivindican una identidad nacional, regional y hasta local que se remonta muchas veces a la propia Edad Media.

LOS NACIONALISMOS: UN FENOMENO QUE DEBE ESTUDIARSE

El fenómeno, además de su indudable interés como objeto de estudio, presenta connotaciones prácticas evidentes desde el punto de vista político. Los procesos de desintegración política del Este Europeo y el rebrote de movimientos nacionalistas en Europa Occidental requieren de una interpretación que intenta explicar los aspectos fundamentales del problema. También en América Latina existen corrientes que pueden emparentarse con estos fenómenos y ciertos movimientos de reivindicación cultural o étnica han jugado un papel, a veces muy peligroso, en las luchas de liberación nacional en el continente. Basta recordar la cuestión de los miskitos de la Costa Atlántica nicaragüense: su rol durante la etapa de gobierno sandinista y su virtual desaparición de los medios de difusión una vez desalojado el FSLN del poder.

Desde muy temprano, la historia de la humanidad registra conflictos y enfrentamientos entre pueblos. Muchos de ellos bajo la forma de guerra. Las causas de las mismas han sido la más diversas, sin embargo un constante aparece en todas ellas. En el mejor de los casos, los desposeídos, la gente humilde del pueblo, recibió en todo caso apenas migajas del botín repartido entre los "señores" de la época.

De todas formas los movimientos nacionalistas y los conflictos entre "naciones", aparecen con el surgimiento de éstas en Europa y como resultado de la liquidación del feudalismo. El nacionalismo es un fenómeno, entonces, que aparece con el capitalismo vinculado a la burguesía como clase naciente; un elemento vinculado a la lucha anti-feudal, por lo tanto positivo y progresista desde el punto de vista del avance de la humanidad. Posteriormente, una vez conformadas las naciones en Europa, los conflictos entre ellas asumen un carácter diferente en tanto expresan, muchas veces, el interés de los sectores dominantes, de las burguesías, de dominar y sojuzgar otros pueblos.

Aparecen, más tarde, en el Tercer Mundo, guerras y conflictos que expresan generalmente intereses contrapuestos de diferentes potencias imperialistas (la Guerra del Chaco entre Paraguay y Bolivia es un buen ejemplo) y guerra o conflictos de liberación nacional en los cuales un pueblo pugna por liberarse de la opresión extranjera. De ellos tenemos sobrados ejemplos en América Latina y el Tercer Mundo durante este siglo y el pasado.

Existen, pues, guerras que responden a pugnas entre diferentes intereses dominantes y en los cuales las consignas nacionalistas y el patriotismo juegan el rol de engañar a esos pueblos con el fin de embarcarlos en un enfrentamiento en el cual los verdaderos intereses en juego poco tiene que ver con los suyos propios.

Lo antedicho demuestra que la reivindicación de lo nacional de la identidad cultural de un pueblo no siempre constituye un cuestión buena, positiva y progresiva en general. Debe ser analizada en particular y en función del contexto y de los intereses que se expresen en cada momento. Así, la reivindicación de los derechos y entre ellos, la identidad cultural del pueblo miskito y de otras etnias de la Costa Atlántica de Nicaragua, es una reivindicación razonable y justa de esos pueblos en función de poseer un cultura diferente y hasta vivir una realidad socio-económica distinta como resultado de toda una historia que la explica. Sin embargo, el desarrollo de un movimiento que propugnaba la separación de ese territorio de Nicaragua justamente cuando por primera vez en la historia del país se instala un movimiento revolucionarios antimperialista en el gobierno, sin negar la validez de los reclamos de respeto a sus derechos, da pie a interrogarse acerca de los verdaderos intereses que promovian y potenciaron ese conflicto el cual recordémoslo, desaparición como por arte de magia de los titulares de la prensa internacional una vez desalojado el Frente Sandinista del gobierno.



NACIONALISMOS Y LUCHA ANTIMPERIALISTA

En definitiva, en el análisis de los movimientos nacionalistas o de reivindicación de los derechos de minorías, al igual que en cualquier otra cuestión, es necesario analizar en concreto el problema y hacerlo desde el punto de vista de la lucha antimperialista, desde el punto de vista de los intereses de los pueblos. En base también a ciertos principios básicos.

Nadie podría negar razonablemente a ningún pueblo, a ninguna etnia, a ningún grupo humano que posea ciertos valores, costumbres o formas de vida propias, el derecho a conservarlos si así ellos lo desean.

Al mismo tiempo parece evidente que la promoción y el incentivo de las características o la "cultura" de cada grupo humano puede fácilmente desembocar en un atomización de ciertas regiones del mundo cuyas consecuencias se reflejarían inevitablemente en un retroceso socioeconómico de esos mismos pueblos. Dicha concepción tan nociva que es cultivada en ciertos senáculos intelectuales del mundo desarrollado para consumo del Tercer Mundo y que se ha popularizado como "little is beautifull" (pequeño es hermoso) se revela entonces como una idea profundamente reaccionaria.

Así, reconociendo que el sentimiento nacional y el orgullo que cada pueblo y cada región del mundo posee, constituye un valor legítimo y forma parte de su identidad, también parece necesario puntualizar que la exacerbación de dichos sentimientos, los cual conlleva siempre un carga de odio o menosprecio a esos mismos valores y sentimientos de los pueblos y regiones vecinas, no acarrea sino perjuicios a dichos pueblos debilitados por la desunión.

No puede ser nunca tarea de los revolucionarios y de las fuerzas, azuzar un pueblo contra otro ni promover el odio contra otro pueblo u otra nacionalidad y otra cultura. Incluso, en situaciones de opresión nacional. Una cosa es el pueblo de un nación opresora y otra es, si el objeto de repudio, la clase dominante de dicha sociedad, en función de cuyos intereses se oprime, explota y humilla otro pueblo.

Estos principios no son simplemente preceptos morales. Obedecen a un concepción estratégica coherente con la construcción de un mundo en el que los pueblos convivan fraternalmente en su diversidad y sea abolida la explotación del hombre por el hombre.

La correcta combinación del trabajo de educación tendiente a promover el conocimiento mutuo y la fraternidad entre los pueblos en el marco del respeto más estricto a la lengua, los valores y las costumbres de cada uno de ellos, lo cual supone, en primer lugar, el respeto al derecho a la autodeterminación, son los principios sobre los cuales será posible edificar un política revolucionaria, en un campo especialmente complejo. Particularmente en una época que se caracteriza por una aparentemente irresistible tendencia a la tragsnacionalización de la economía mundial con el consiguiente avasallamiento cultural de las regiones sometidas al dominio del gran capital trasnacional.

Ello sin olvidar el efecto "reflejo" generado por los movimiento nacionales promovidos por el imperialismo en Europa del Este y la ex URSS.

JULIAN GONZALEZ



POLITI NACIONAL E TERNACION FRENTE AMPL INTENDENC INTERIOR, EC OMIA, MUJ

C

NACIONALISMOS Y LUCHA ANTIMPERIALISTA

En definitiva, en el análisis de los movimientos nacionalistas o de reivindicación de los derechos de minorías, al igual que en cualquier otra cuestión, es necesario analizar en concreto el problema y hacerlo desde el punto de vista de la lucha antimperialista, desde el punto de vista de los intereses de los pueblos. En base también a ciertos principios básicos.

Nadie podría negar razonablemente a ningún pueblo, a ninguna etnia, a ningún grupo humano que posea ciertos valores, costumbres o formas de vida propias, el derecho a conservarlos si así ellos lo desean.

Al mismo tiempo parece evidente que la promoción y el incentivo de las características o la "cultura" de cada grupo humano puede fácilmente desembocar en un atomización de ciertas regiones del mundo cuyas consecuencias se reflejarían inevitablemente en un retroceso socioeconómico de esos mismos pueblos. Dicha concepción tan nociva que es cultivada en ciertos senáculos intelectuales del mundo desarrollado para consumo del Tercer Mundo y que se ha popularizado como "little is beautifull" (pequeño es hermoso) se revela entonces como una idea profundamente reaccionaria.

Así, reconociendo que el sentimiento nacional y el orgullo que cada pueblo y cada región del mundo posee, constituye un valor legítimo y forma parte de su identidad, también parece necesario puntualizar que la exacerbación de dichos sentimientos, los cual conlleva siempre un carga de odio o menosprecio a esos mismos valores y sentimientos de los pueblos y regiones vecinas, no acarrea sino perjuicios a dichos pueblos debilitados por la desunión.

No puede ser nunca tarea de los revolucionarios y de las fuerzas, azuzar un pueblo contra otro ni promover el odio contra otro pueblo u otra nacionalidad y otra cultura. Incluso, en situaciones de opresión nacional. Una cosa es el pueblo de un nación opresora y otra es, si el objeto de repudio, la clase dominante de dicha sociedad, en función de cuyos intereses se oprime, explota y humilla otro pueblo.

Estos principios no son simplemente preceptos morales. Obedecen a un concepción estratégica coherente con la construcción de un mundo en el que los pueblos convivan fraternalmente en su diversidad y sea abolida la explotación del hombre por el hombre.

La correcta combinación del trabajo de educación tendiente a promover el conocimiento mutuo y la fraternidad entre los pueblos en el marco del respeto más estricto a la lengua, los valores y las costumbres de cada uno de ellos, lo cual supone, en primer lugar, el respeto al derecho a la autodeterminación, son los principios sobre los cuales será posible edificar un política revolucionaria, en un campo especialmente complejo. Particularmente en una época que se caracteriza por una aparentemente irresistible tendencia a la tragsnacionalización de la economía mundial con el consiguiente avasallamiento cultural de las regiones sometidas al dominio del gran capital trasnacional.

Ello sin olvidar el efecto "reflejo" generado por los movimiento nacionales promovidos por el imperialismo en Europa del Este y la ex URSS.

JULIAN GONZALEZ



1928 - 14 de junio - 1992
Homenaje al Cdte. Ernesto "Che" Guevara

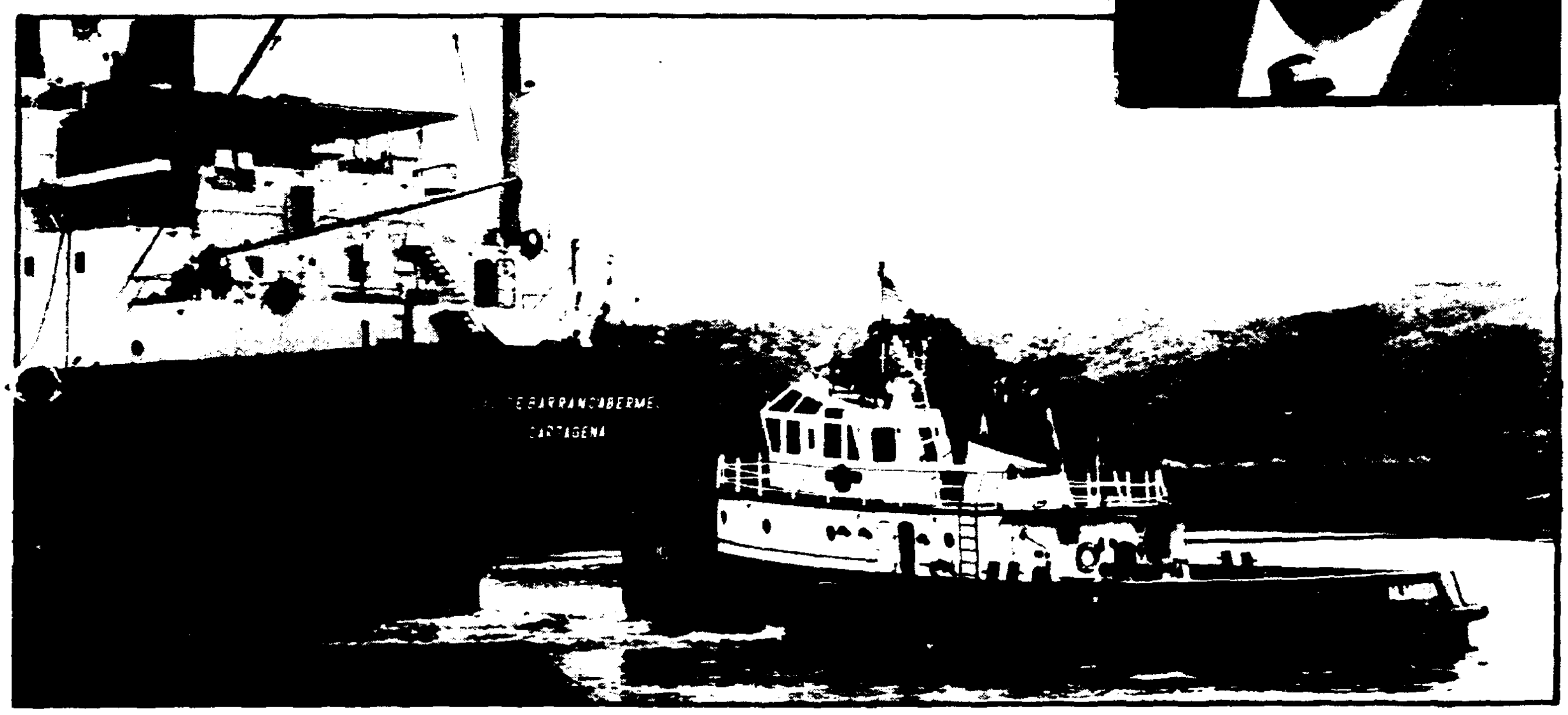


AÑO XI - VIERNES 7 DE AGOSTO DE 1992 - BOX 18040 - 200 32 - MALMÖ - No.564

panamá: Nils Castro denuncia la actual estrategia de la ocupación norteamericana

ELIMINAR EL EJERCITO PARA CONTROLAR EL CANAL







Adhesión masiva a la huelga en apoyo al ANC

JOHANNESBURGO. Una respuesta masiva tuvo el llamado realizado por el Congreso Nacional Africano y los sindicatos sudafricanos para realizar un paro general de dos días a partir del lunes y como anticipo de una semana de demostraciones de masa.
El día lunes, los secretarios de las tres organizaciones aliadas, Cyril Ramaphosa del ANC, Jay Naidoo por COSATU y Chris Hani del Partido Comunista, afirmaron en una declaración común, que la adhesión había sido ampliamente mayoritaria.

Se calcula que cerca de 4 millones de personas permanecieron en sus hogares. Se habla de que el 90 por ciento de los trabajadores se adhirieron a la huelga como forma de apoyar la exigencia planteada por el ANC al gobierno para que retome seriamente las negociaciones dirigidas a democratizar Sudáfrica.

La huelga antecede una semana de movilizaciones programadas para todo el país, en lo que ha sido descrito como la respuesta al referéndum efectuado en el mes de marzo este año. En esa ocasión la población blanca manifestó su apoyo a la política de reformas del gobierno. Ahora, esta huelga deja al manifiesto el gran apoyo del que goza el Congreso Nacional Africano. De no haberse realizado le daría chance al gobierno de continuar con su política de no otorgar concesiones en las negociaciones. Este respaldo masivo a la huelga no puede ser ignorado por el gobierno en tiempos en que cada día de huelga ocasiona serios daños a una economía que ya tiene sus dificultades.

"La gran mayoría se ha expresado por un enorme no al intento de de Klerk de retardar el advenimiento de una Sudáfrica democrática".

Por otra parte, el domingo arribaron a Sudáfrica los observadores de Naciones Unidas con el objetivo, entre otros, de intentar detener la violencia que pueda desatarse en ocasión de las acciones de protesta. Los diez observadores se distribuyeron por todo el país. Al frente de la delegación de Naciones Unidas se encuentra Hisham Omaya Ghana.

Prevén menor crecimiento en la Comunidad Europea

PARIS. Una reducción en el crecimiento económico, aumento de la desocupación y demora de la recuperación económica son los primeros efectos de la política practicada por los gobiernos de los países de la Comunidad Europea para adecuarse a la unión económica y monetaria acordada en Maastricht.
Un estudio recientemente efectuado por el Fondo Monetario Internacional investiga las consecuencias del hace poco firmado acuerdo. El informe, que aún no ha sido dado a conocer en forma pública, fue publicado en parte -se trata de las conclusiones- por dos periódicos, el francés "Liberation" y el británico "The European".

El informe del FMI anticipa que las exigencias impuestas por la unión económica monetaria pondrán trabas al crecimiento económico en mayor medida que lo calculado anteriormente. Si las cifras del FMI son correctas, se calcula que la desocupación dentro de la CE crecerá en tres millones.

En el acuerdo de Maastricht se acordó entre otras exigencias, que los países que participen no podrán tener un déficit fiscal que supere el 3 % del Producto Nacional Bruto y que la deuda pública no supere el 60 % del PNB. En la actualidad, sólo tres países se encontrarían en estas condiciones: Francia, Dinamarca y Luxemburgo.

El matutino francés Liberation señala que hay varios institutos de economía que en sus estudios han llegado a las mismas conclusiones que el FMI. [illegible] tema es lo suficientemente delicado en Francia en la actualidad al punto de no darse a publicidad el informe, sobre todo porque el próximo 20 de setiembre tiene lugar el referéndum sobre el acuerdo de Maastricht.

Adelantan maniobras militares en Kuwait

NUEVA YORK. Estados Unidos han dado órden de que 2.400 soldados sean enviados a Kuwait esta semana para realizar unas maniobras que estaban previstas para el mes de setiembre.
La decisión norteamericana deja en claro que el peligro de un ataque militar contra Irak persiste a pesar de que fue posible realizar la inspección en el edificio del Ministerio de Agricultura por parte de los enviados de Naciones Unidas y luego de que estos regresaran con las manos vacías.

El jefe de la delegación que inspeccionara la sede del ministerio y quien aportara a una salida negociada en el conflicto surgido a raíz de esta inspección, el sueco Rolf Ekéus, fue también criticado por las autoridades norteamericanas, entre ellas congresistas, en el sentido de que cedió ante los iraquíes. Frente a las presiones norteamericanas para que "apurara" el trabajo, realizada por el gobierno norteamericano a través de la ONU, Rolf Ekéus respondió que "agradecemos el consejo, pero nosotros no hacemos nada por simular".

nuestra opinión

Grave tensión política en El Salvador amenaza mantenimiento de la paz

La situación política en la República de El Salvador ha alcanzado nuevamente una grave tensión, interponiendo serios obstáculos para el total cumplimiento del definitivo cese del fuego, propuesto para el próximo 31 de octubre, según el texto de los acuerdos de paz firmados entre el gobierno de Alfredo Cristiani y el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), el pasado 15 de enero.

El incumplimiento, por parte del gobierno, de los compromisos asumidos en el acuerdo de paz firmado con los rebeldes, fue el comienzo de una nueva crisis que se fue agudizando con el tiempo y que llegó a su más álgido punto, cuando a fines de la semana pasada fue asesinado Iván Ramírez, un líder sindical de la Federación Nacional de Trabajadores Salvadoreños (FENATRAS) y el FMLN decidió detener el desarme de sus combatientes, a causa del lento proceso de reformas emprendido por el gobierno y que los rebeldes consideran insuficiente.

El gobierno, por su parte, traslada las responsabilidades que le competen en estos incumplimientos, a la escasa o casi nula ayuda económica internacional, que no llega y que obstaculiza el desarrollo del plan de reformas.

En primer lugar, hay que señalar que el gobierno de Alfredo Cristiani debe haber pecado de muy ingenuo en las instancias previas a la firma de los acuerdos de paz, si escuchó con seriedad las ofertas de ayuda económica por parte de la administración norteamericana, ya que casos recientes, como lo constituyen Nicaragua y Panamá, una cosa fueron las promesas y otra la realidad. Estas dos naciones aún están esperando la famosa ayuda, luego del cambio político en Nicaragua, y posteriormente a la invasión en Panamá. Pero si es así, la ingenuidad en política se paga cara.

En segundo lugar, nosotros pensamos, que Cristiani, el partido gobernante ARENA y el Ejército sabían muy bien lo que hacían en enero y mucho antes de ello, y lo que ocurre ahora es que muestran un rostro que no es el propio. Su verdadera faz es la de los escuadrones de la muerte que continúan asesinando a dirigentes sindicales, barriales y políticos con total impunidad, para lograr un exterminio rápido y selectivo en "tiempos de paz". Ellos se basan en la experiencia desarrollada en otras naciones que han alcanzado similares acuerdos. El ejemplo más palpable y presente es el de Colombia, donde el asesinato de dirigentes de todos los sectores de la sociedad se ha transformado en un verdadero safari, para las fuerzas de la reacción.

La respuesta del FMLN a esta situación, a nuestro entender, es acertada. Continuar con el desarme unilateral de sus combatientes, cuando el gobierno no ha dado muestras de un desenvolvimiento rápido y eficaz del plan de reformas acordado y cuando, además, los escuadrones de la muerte continúan con su guerra sucia, sería catastrófico e ingenuo.

La paz está una vez más amenazada en la conflictiva pequeña nación centroamericana y es el gobierno y quienes lo condujeron y aconsejaron a adoptar esta política actual quienes tienen que dar una respuesta que posibilite hacer realidad el sueño de todo el pueblo salvadoreño: el desarrollo de su país en tiempos de paz cumpliendo la letra de los acuerdos firmados en enero pasado entre el gobierno y los rebeldes.

Mientras no se avizore este camino, el pueblo debe mantener el poder logrado en el campo bélico y estar alerta para nuevas instancias de lucha en los planos en que se desarrolla. Por eso es lícito y justo que el FMLN no quiera entregar las armas ni desmovilizar a sus combatientes, porque ello le posibilita negociar en condiciones más favorables y con poder real.

no se dice

que Francia reanudará muy probablemente su programa de pruebas nucleares en 1993 con una serie reducida de explosiones si, como se espera, el presidente Francois Mitterrand abandona sus esperanzas de una prohibición mundial de los ensayos.

que Pedro Luis Rodríguez, portavoz del presidente brasileño Fernando Collor, renunció días pasados tras mantener una entrevista con el jefe de Estado, que le reprochó la aparición en el semanario "Veja", controlado por la oposición, de una publicidad de la empresa petrolera estatal "Petrobras".

que el primer ministro japonés Kichi Miyazawa, consiguió superar con éxito la primera prueba electoral desde que ocupara el cargo en noviembre pasado, ya que a pesar del alto índice de abstención, cercano al 50%, Miyazawa logró la victoria de su formación política, el Partido Liberal Democrático, en las elecciones parciales al Senado, en un momento de incertidumbre económica.

LIBERACION
Fundado el 26 de octubre de 1981

SERVICIO DE CABLES DE:
Cono Sur Press, IPS, Prensa Latina, Salpress y corresponsales propios.
REDACTOR RESPONSABLE
Washington Vique
REDACTORES:
Juan Cameron, Federico Ferrando, Jaime Padilla, Ariel Poloni, Pepe Viñoles
COLABORADORES:
CUBA: Héctor Vicente. **COSTA RICA:** Carlos Morales. **ESPAÑA:** Eduardo Abreu, Jaime Cujo, Estela Oxandabarat, Manuel Pérez García, Gustavo Silveira, Juan Sotelo. **DINAMARCA:** José Niederer. **FRANCIA:** Sergio Billar, Olver de León, Vito Mata. **ITALIA:** Gustavo Riet. **MEXICO:** Roberto Bologna, Ernesto Vera. **SUECIA:** Gutemberg Charquero, Luis Garrido, Bengt Hellgren, Víctor Montoya, Ximena Narea, Sergio Ramírez, Jorge Talavera, Emir Figueroa. **SUIZA:** Eduardo Camín. **VENEZUELA:** Luis Colmenares, Diego Olivera Evia.
FOTOCOMPOSICION:
Washington Guinovart, Elena Gutierrez.
COMPOSICION GRAFICA:
Juan Cano, Raúl Raschetti.
IMPRESION:
Víctor Vidal.
AVISO - SUSCRIPCIONES
María del Carmen Ros, Carmen Zanota, Carmen Ferrín.
TIRAJE CERTIFICADO POR TS.
Suscríbase enviando giro postal a:
LIBERACION
Box 18040 - 200 32 - MALMO
SVERIGE
POSTGIRO: 679627 - 0
TELEFONOS:
Administración: 040-82120
Redacción y archivo: 040-85210
FAX: 40-947669
Países Escandinavos:
1 año........ 250 kr
6 meses........ 150 kr
Resto del mundo:
1 año........ 350 kr (*)
6 meses........ 200 kr (*)
(*) O su equivalente en dólares
IMPRESION:
Talleres Gráficos ZM
Malmo - SVERIGE
Las notas firmadas no expresan necesariamente la opinión del semanario y son de responsabilidad de su autores. No se devuelven los originales.



Leopoldo Ariza, embajador cubano

Celebración del 26 de julio en Estocolmo

Conmemoración de una gesta heroica

Sergio Ramírez

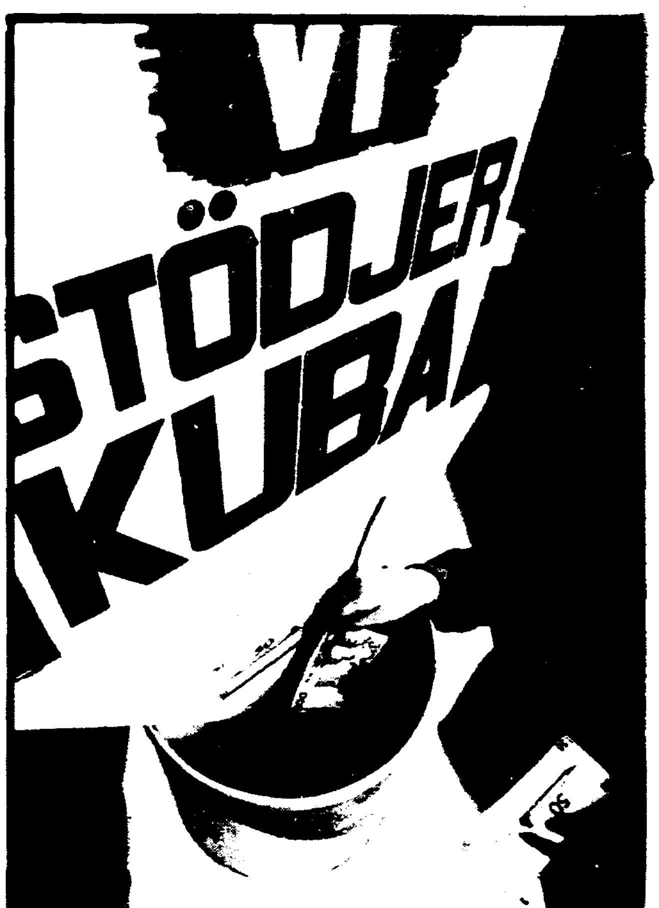
Significativo acto en Estocolmo de celebración del Asalto al Cuartel Moncada, música, canciones, bailes y un trascendente discurso del embajador cubano, Leopoldo Ariza, fueron el marco de tal conmemorativa actividad solidaria con el pueblo y la revolución cubana.

En la sala "Medborgarhuset" de Estocolmo se celebró un nuevo aniversario del Asalto al Cuartel Moncada organizado por la Asociación Sueco-Cubana. El público asistente, de diversas nacionalidades, que llenó el local, manifestó, permanentemente, con ovaciones su cariño a los artistas, que con sus destacadas actuaciones solidarizaron con la Revolución Cubana y mostraron parte del riquísimo acervo cultural latinoamericano. Bajo inltensos aplausos desfilaron por el escenario Carola y Alberto (Chile y Uruguay), el Grupo de Danzas de Los Andes (Colombia), Alejandro Vega y Beatriz Pineda (Chile), Javier Castro (Ecuador) y el conjunto Sabor Latino (Perú).

La presencia del embajador de Cuba en Suecia, Leopoldo Ariza, fue recibida con grandes demostraciones de cariño solidario.Sus palabras eran esperadas con gran interés. La lucha de su pueblo significa la dignidad del mundo y es ejemplo permanente para los pueblos que luchan por su independencia política y social. De su discurso, interrumpido periodicamente por ovaciones, hacemos una relación, enfatizando algunas de sus ideas principales.

Día de la rebeldía

El Asalto al Cuartel Moncada es un hecho trascendente en la



Revolución Cubana. El embajador lo caracterizó expresando: "el 26 de julio de 1953 constituye el Día de la Rebeldía Nacional. Día en que la generación del centenario del héroe nacional, José Martí, estremeció a toda Cuba, asaltando en la mañana de Santa Ana, en Santiago de Cuba, el Cuartel Moncada, para demostrar a la "pluripartidista democracia representativa" que las ideas de Martí no estaban ahogadas bajo la sumisión y sometimiento al imperio yanki ni a una burguesía americanizada, convertida en partitocracia, que con comedias o parodias de elecciones periódicas, se repartían "proporcionalmente al tamaño electoral todas las riquezas del país". En cambio "el pueblo vivía en la miseria, la insalubridad, el desempleo y el analfabetismo".

El pueblo y su ejército guerrillero lograron la victoria el 1o.de enero. Las tropas de Batista fueron derrotadas. "Victoria del pueblo -enfatiza el diplomático cubano-, no de partidos ni golpe militar. Con ello llegó la ley de Reforma Agraria, la Campaña de Analfabetismo, la Reforma Urbana". Los revolucionarios asumen la protección de su obra. "Para defender lo suyo el pueblo se vistió de uniforme, creando las milicias", sintetiza Ariza.

El primer susto

A partir de la decisión soberana de independencia y autonomía del pueblo cubano, comienza la agresión del imperio. La razón la expresa el embajador: "los yankis, que a veces no saben leer, saben dónde dice peligro, pasaron el primer susto. Se dieron cuenta que estaban al frente de una verdadera revolución". Así comienza la dura y difícil lucha del pueblo cubano que se prolonga por 33 años. La lucha por la independencia del dominio colonial española ha quedado atrás. La victoria corona a los guerrilleros en su lucha contra los títeres militares batistianos. "Ahora -dice Ariza- era contra el imperio directamente. Llevamos ya 33 años plagados de bloqueos impuestos por 7 gobiernos norteamericanos. Todos asustados del atrevimiento de la pequeña isla".

La lucha contra las agresiones yankis ha sido cruenta y dramática. Las palabras del embajador estremecen: "nuestro pueblo ha vivido, sufrido, resistido a todo tipo de amenazas y ataques del Norte. En abril del 61 desembarcaron en Playa Girón más de 3 mil hombres entrenados, organizados en EE.UU. En 72 horas el pueblo de obreros y campesinos milicianos y policías, todavía con las barbas de Sierra Maestra, infringen la primera derrota militar al imperio de América Latina. Ellos continuaron bloqueándonos, infiltrando agentes de la CIA, preparando grupos guerrilleros, que sin el pueblo no tuvieron larga vida. Arrecian el bloqueo, ya que militarmente sabían que el hueso era duro".

Por qué?

¿Cuál es la causa de tantos alevosos ataques? ¿Por qué tanto odio contra Cuba? Leopoldo Ariza, en su discurso, da una respuesta: "se aferran a las agresiones, al ver con susto, al pueblo obrero, campesinos estudiar, desarrollarse, organizarse, institucionalizarse, tener sus leyes, su Parlamento, crear su propia identidad ante el mundo". Pero, además porque "se va madurando en el ejercicio del gobierno con participación del pueblo, con sus errores, ilusiones, desviaciones, tendencias negativas. Y, sobre todo, la valentía de reconocerlos, analizarlos, reflexionar profundamente sobre ellos y decidirse a rectificar, a perfeccionar la participación y la verdadera democracia". Por eso, Cuba es un peligro mayor. Su ejemplo se esparce por el mundo. "Repetimos -agrega el representante cubano- nunca hemos sido una amenaza militar para ellos, sino un ejemplo para el mundo, que tratan de evitar que se conozca". Tienen que destruirlo. "Esa es la intención -afirma Ariza- para salvar su podrida democracia".

Se mantiene firme

Entre los asistentes ronda una interrogante. Nos preguntamos en mudo diálogo: ¿qué país en el mundo, que no sea un pueblo unido y decidido a defender a cualquier precio los principios de la justicia, la igualdad, la soberanía y la independencia nacional, puede soportar las restricciones que provoca el bloqueo? La respuesta resuena en la sala. Ariza relata con la honradez y convicción de un revolucionario: "la gran mayoría de nuestro pueblo se mantiene firme. No escondemos que todo cuerpo social tiene partes blandas, amorfas, confusas, acobardadas o compradas, pero, son realmente grupos muy pequeños, sin seguidores,,

EE.UU intensifica su bloqueo económico, alinea a sus aliados, prepara nuevas agresiones, recurre a venales organismos internacionales, en su intención de destruir el proceso revolucionario. Ariza enfatiza: "nuestro pueblo enfrenta la más difícil y peligrosa etapa. Sabemos que nos estamos jugando la revolución misma. Ahora los norteamericanos intentan por todos los medios destruir la revolución. Sus previsiones de que nos caeríamos no se dieron porque nuestro pueblo, nuestro partido y gobierno se pusieron a trabajar, a buscar serenamente, sin prisa, las reformas necesarias para el momento histórico que vivimos, para perfeccionar nuestro socialismo".

Diseñando el futuro

El IV Congreso del PC cubano fue la culminación de una etapa del permanente proceso de renovación revolucionaria. Sus resoluciones, síntesis de determinaciones de un pueblo, fueron fruto de una apasionada discusión en todos los niveles, desde la base partidaria hasta los organismos obreros, campesinos, cooperativas, de mujeres, estudiantes, intelectuales. "En ellas -dice el embajador- se dieron criterios, no todos convergentes pero si todos con un solo objetivo: salvar la Patria, la Revolución y el Socialismo, no volver al capitalismo".

El 10 de julio reciente, la Asamblea Nacional del Poder Popular en sesión extraordinaria aprobó las reformas adecuadas a la nueva realidad mundial, para seguir demostrando, como expresara el presidente, comandante Fidel Castro, que se puede hacer una Revolución Socialista con principios democráticos, preservando la pureza del sistema electoral, sin campañas propagandísticas ni compra de votos. El embajador resume las determinaciones voluntarias del pueblo cubano: "se elegirán por voto secreto y directo todos los diputados nacionales y provinciales; se aprobaron cambios en las estructuras de los gobiernos territoriales; se reformulan algunos artículos de la Constitución, se modifican 34 y se actualizan 42 de los 141 de que consta; se establece el Estado laico, abierto a todas las religiones y a los que no profesen ninguna; se conceden garantías a la inversión extranjera; se elimina el monopolio del Estado sobre el comercio exterior; se crea el Consejo Nacional de Defensa, para dirigir el país en caso de agresión armada, que presidirá el Comandante Fidel; se priorizan los vínculos internacionales con América Latina.

Es invencible

La lucha del pueblo cubano ha estado permanentemente rodeada por el cariño y la solidaridad de los pueblos. "En medio de todos estos años -dice Ariza- hemos sentido el apoyo, la solidaridad, la amistad y la ayuda material de los pueblos de todos los continentes. En labor paciente, día tras día, han llegado a Cuba donaciones generosas de obreros, estudiantes, campesinos, indios, profesionales, organizaciones femeninas". En ese quehacer solidario se han unido sectores sociales de diversas concepciones ideológicas, políticas, religiosas. "No todas defienden nuestro proyecto social, no lo hemos exigido nunca, pero si defienden la civilización, contra la barbarie imperialista, la razón contra la violencia", agregó el embajador.

Una conclusión es evidente para todos los asistentes: un pueblo que tan valientemente ha afrontado situaciones tan difíciles durante 33 años, es un pueblo que puede conquistar su futuro, la paz, el desarrollo, la dignidad, la plena soberanía. Un pueblo así, es invencible.

De pie todos coreamos, con convicción, las frases finales del embajador: ¡Viva la solidaridad mundial! ¡Viva el socialismo! ¡Patria o Muerte - Venceremos!

Al salir, el sol acaricia con sus rayos los rostros solidarios.

Debe existir una Fuerza Armada Nacional para cumplir los Tratados canaleros

PERDIDO EL MIEDO ES HORA DE NEGAR CON CALIDAD



Los norteamericanos empiezan a ser mal recibidos. En la foto un panameño espía a la Policía Militar norteamericana desde un refugio.

Nils Castro

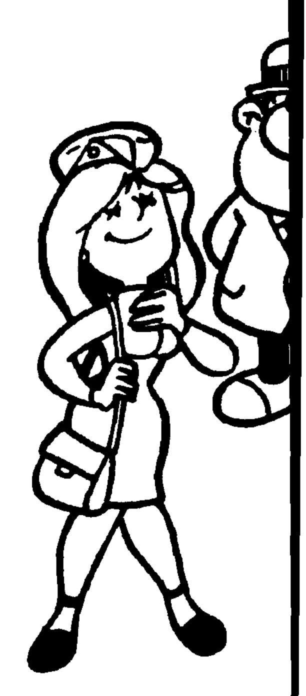
Desde que una manifestación popular frustró la visita del presidente norteamericano George Bush a Panamá, el país es escenario de otra oleada represiva.

Los organizadores locales y extranjeros del fiasco son los principales interesados en castigar chivos expiatorios, para disimular sus propias responsabilidades. A la par, la Asamblea Legislativa, mayoritariamente integrada por representates de los grupos políticos afectos al régimen de protectorado impuesto al país, aprobó un "paquete" de reformas a 57 artículos de la Constitución, encaminado a su perpetuación.

La mayor parte de estas reformas dispone cambios normativos e institucionales dirigidos a hacer una tajante y expedita aplicación del alocado programa de "reajustes financieros" con que se pretende complacer a los organismos financieros internacionales, eliminando la soberanía económica del país. Refleja las incoherencias de un gobierno que se ha destacado por su incompetencia en este campo, demostrada en los desastrosos resultados que ha venido acumulando.

La otra parte de tales alteraciones constitucionales complementa la anterior, decreta la desaparición del concepto mismo de defensa nacional, elimina definitivamente la existencia de Fuerza Armada Panameña y, por añadidura, priva al país de los medios para cumplir los tratados del canal en lo referido a la evacuación de las bases y tropas extranjeras. En breve, dispone la permanencia perpetua de soldados de EE.UU en Panamá.

Con su habitual desconocimiento de las normas del oficio, el embajador estadounidense, Deane Hinton, ha salido a defender las reformas, alegando ante la prensa que Panamá no necesita Fuerza Armada propia "porque tiene amigos que la defienden". Tales "amigos" mantienen más de diez mil solda-



UNA CASA D

LA SRA. MAR
DEL MATRIM

EL ESCRITOR

JULIA, LA AZ
ARRIBA DEL
DEJE LEER L

JUAN, VIVE U

¿EN QUE PISO



Resuelve este "lío"
dirección completo
Participarán aquello
agosto. El resultado
del 4 de setiembre.

NOMBRE ....

CALLE ....

Nro. POSTAL .....

CIUDAD ....

dos operando de uno u otro extremo del país (y sosteniendo al régimen político por ellos instalado).

Conforme a los tratados canaleros, los militares de EE.UU sólo pueden actuar en Panamá en coordinación con la Fuerza Armada Nacional, además es obligación panameña dotarse de esta entidad para reemplazar a los soldados extranjeros en la protección del canal.

Pero estos tratados agregan que si el país deja de desarrollar la institución necesaria para este fin, el ejército extranjero permanecerá allí con esa excusa. No en balde, el cruento golpe militar que instaló al actual gobierno -con el pretexto de capturar extraterritorialmente a un solo hombre- lo primero que hizo fue aniquilar dicha institución panameña.

Ahora un segundo golpe, destinado a "legalizar" los resultados de lo anterior ha corrido por cuenta de este género de parlamentarios supuestamente "panameños" que, al adoptar esas reformas, renuncian a la oportunidad de legislar la creación de una nueva Fuerza Armada Nacional, de carácter democrático. Otro baldón para un órgano legislativo que en el pasado -al menos en ocasiones críticas- tuvo actuaciones decorosas.

Sin embargo, para que estas reformas puedan ser efectivas deberán someterse a referéndum. Este tendrá lugar el 15 de noviembre próximo y, en principio, ofrecerá a los panameños -en su amplia pluralidad- la ocasión de acudir a las urnas para votar no, tanto a estas reformas como a todo lo que el régimen que las promueve significa; la oportunidad de votar no a los integrantes del régimen y a las consecuencias de su desgobierno, la ocasión de decir no a lo que ellos han dado al país: desempleo y empobrecimiento, corrupción y envilecimiento, desprestigio y aislamiento, y la imperdonable indignidad de la ocupación extranjera, que los mismos promotores de estas reformas antes solicitaron.

Pero esta oportunidad se da, precisamente, cuando en Panamá arrecian las condiciones represivas y el llamado "terrorismo judicial"; esas son las circunstancias de la preparación y cumplimiento del referéndum. Por lo tanto, el esfuerzo por recuperar la patria y su democratización debe ser encabezado por la lucha para crear las condiciones indispensables para la legitimidad del referéndum: acrecentar el sistema electoral e impedir el fraude, tener acceso a los medios de comunicación, amnistía para los presos y perseguidos políticos, cese el "terorismo judicial", la coacción y la amenaza, y eliminación de la injerencia e intervención extranjera.

No basta decir no. Hay que velar por la calidad patriótica y democrática de esta voluntad, más allá del principio soberano de que debe existir una Fuerza Armada Nacional para cumplir los tratados canaleros, hay mayoritarias razones civiles para impulsar el no.

El desempleo y la carencia de servicios básicos, provocan oleada de violencia

Ineptitud gubernamental para atender demandas populares

El deterioro de los servicios básicos, el desempleo, las huelgas y la represión policial, se convierten en el signo acusador de la ineptitud gubernamental por atender las demandas socio-económicas de los sectores populares. Es en la ciudad de Colón donde se viven cada vez con mayor violencia las jornadas de protesta popular.

Efectivos policiales fueron lanzados a las calles con órdenes de "disparar a matar" para acallar el rebrote de las protestas. Los policías en los últimos días arrestaron, tras propinarle una brutal golpiza a la principal dirigente de los pobladores de la ciudad de Colón: Itzel Tinglyng.

Fermín Cabarca, del Movimiento de Desempleados de Colón (Modesco) dijo al respecto que el arresto y el maltrato de que fuera objeto Tinglyng, demuestra que el alcalde Alcibiades González, en concomitancia con el gobierno intenta romper el diálogo que se había restablecido con el gobierno. Con la premeditación con que la autoridades de gobierno actúan para frenar las protestas populares, conducen al pueblo panameño hacia una resistencia popular que sólo puede ser acallada por la fuerza de la represión.

Los informes noticiosos provenientes de Panamá dan cuenta que la dirigente arrestada fue "pateada y golpeada con la culata de los fusiles M-16 que portaban los policías", e internada en la Cárcel Pública de Colón y puesta en una celda para hombres, en su mayoría delicuentes comunes.

La crisis se agudizó en abril pasado cuando millares de desocupados, convocados por Modesco y el Frente Amplio para la Salvación Nacional (Frasco), salieron con violencia a las calles a exigir una solución urgente al grave problema del desempleo que afecta a esa ciudad de 85 mil habitantes.

El 29 de abril Modesco y Frasco suscribieron un pacto con el mandatario Guillermo Endara, mediante el cual se acordó una serie de medidas para combatir el desempleo y la carencia de servicios básicos. Estas medidas -a la fecha- no han sido cumplidas por las autoridades. Tras el rebrote de las protestas en julio último se llegó a un acuerdo, destinado a buscar una solución al diferendo mediante conversaciones de Modesco y Frasco con funcionarios delegados de Endara. La insensibilidad de la parte gubernamental para tratar las reivindicaciones populares ha vuelto a lanzar a los pobladores de Colón a las calles, esta vez reclamando una comisión oficial de alto nivel para discutir los asuntos pendientes, además de la destitución del alcalde González.

Desde que se produjo el arresto de Tinglyng, hace un par de semanas, recrudecieron los actos de protesta en las calles de la ciudad con bloqueo de calles con barricadas y neumáticos encendidos.

Promueven abolición del ejército.

No otra cosa puede ser que una maniobra de la administración norteamericana, las propuestas que el Parlamento panameño aprobara recientemente la celebración de un referéndum sobre la abolición del ejército.

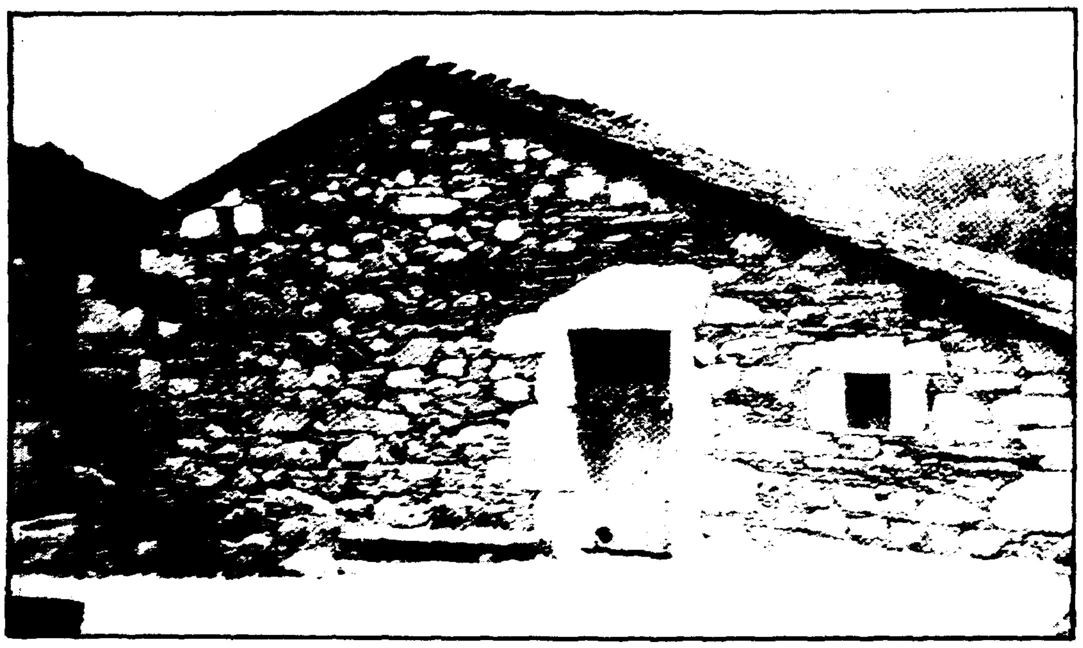
El próximo 15 de noviembre se decidirá en referéndum el futuro del ejército panameño, baluarte de la soberanía durante el gobierno de Omar Torrijos.

Las Fuerzas Armadas panameñas de echo se encuentran muy mermadas en la actualidad, esencialmente por las pugnas producidas tras la caída del general Manuel Antonio Noriega como consecuencia de la invasión norteamericana de diciembre de 1989.

Guillermo Endara, al parecer siguiendo las recomendaciones norteamericanas, ordenó al conversión de los militares de graduación media y baja en policías y ahora promueve la abolición del ejército, para que EE.UU perpetúe sus tropas en la zona del Canal.

Los parlamentarios afines al partido gobernante, se apresuraron también en instrumentar una ley de privatizaciones que permitirá al gobierno entregar al sector privado internacional empresas estatales seleccionadas. En Panamá la impunidad es más escandalosa porque EE.UU exige formas brutales para perpetuar su presencia en el istmo.

Un saludo para todos los uruguayos mandó Fidel Castro desde Galicia



Fidel Castro en Galicia

Juan Sotelo de Brun

El presidente de la República de Cuba llegó a Galicia en visita oficial de dos días invitado por el presidente de la Xunta de Galicia, Manuel Fraga Iribarne. La visita se adelantó en 20 minutos, sorprendiendo a los servicios de seguridad que estimaban llegaría más tarde de lo anunciado.

La visita a Santiago de Compostela comenzó con baño de multitudes. Fidel Castro, que en todo el recorrido que hizo por la capital gallega, recibió el afecto de los miles de gallegos y turistas. Gritos a favor de Cuba y a favor de la solidaridad entre los pueblos se oían permanentemente.

Cerca de media hora duró el encuentro de ambos líderes, sin que haya trascendido a los medios de comunicación lo tratado.

El presidente cubano firmó el libro de oro de Galicia con el siguiente texto: "Con el inmenso honor y la emoción de encontrarme en Santiago de Compostela y en Galicia, tierra de mi padre y de tanta gente noble que contribuyó a la vida de Cuba. Fidel Castro. Julio 27-92".

Reporteros de guerra

Tanto en la plaza de Obradoiro como en las cercanías del hotel donde se alojara Fidel Castro durante su estancia en Galicia, fue recibido con banderas gallegas y cubanas así como con pancartas de apoyo a la revolución cubana.

Al llegar la comitiva a la plaza de Obradoiro, donde se encuentra la Xunta de Galicia, los grupos especiales de la policía española desbordados y muy nerviosos embistieron contra los que queríamos realizar una instantánea o unas declaraciones del líder cubano.

Después de la visita a la catedral, la comitiva recorrió el conjunto artístico de esta maravillosa ciudad. Los partidarios de Fidel acompañaron con sus banderas todo el recorrido.

Una de las últimas visitas que realizó el día 27 fue a la exposición "Galicia y América" a la iglesia de Santo Domingo de Bonaval, organizada por el Consello da Cultura Galega. Esta exposición que recoge cinco siglos de presencia gallega en América, será presentada el 28 de agosto en el Cabildo de Montevideo. Cono Sur Press, único medio presente de Uruguay en esta visita, solicitó al presidente de Cuba, Fidel Castro, unas palabras para Uruguay. El mandatario mandó "Un saludo para todos los uruguayos". La "seguridad" no permitió en esta ocasión que fuera más extensivo.

Llegó el Comandante y comenzó la fiesta

En el segundo día de visita del presidente de Cuba, Fidel Castro, cuatro autobuses esperaban a la prensa para el traslado al aldea donde nació el padre de Fidel Castro, Angel Castro.

La noche en Santiago de Compostela fue tentadora, luego de la recepción en el Convento de San Francisco, más el cansancio acumulado de la intensa jornada, influyó para

Tras la primera se

M

Un total de 38 competición. Es

El éxito deportivo de esto que está garantizado. Así balance de mejores plusma y olímpicas conseguidas er mana de competición. Has mejorado 11 registros mun natación y una en ciclismo con arco) y 27 olímpicos (1 en ciclismo, 2 en halterofil En el mismo periodo de J s de Seúl se había c mejores marcas (17 mundia cos), tres menos que en Ba

En la primera semana se tando ya los 27 deportes de los que había inscritos casi

Ocho mil atletas de 140 p cita en los Juegos de Los A julio de 1984. En la prim competición comenzaron a modalidades deportivas de tas. En esos siete primeros d ron 9 marcas del mundo, 13 ete nacionales. Todas ellas

Debido al boicot de la UR como la RDA, Checoslova Hungría, Cuba, Laos, Vie lia, Yemen del Sur, Afgan Corea del Norte y Angola, las marcas mundiales y oli conseguidas por nadadores n

En Seúl

La competición empezó en setiembre de 1988. Parti atletas pertenecientes a 158 primera semana se pusieron

MEDALLERO

	Oro
CEI	33
EE.UU.	20
Alemania	16
China	15
Hungría	10
España	10
Corea del Sur	9
Francia	7
Australia	6
Canadá	6
Italia	5
Rumania	4
G. Bretaña	4

que muchos de los más de 400 periodistas acreditados no acudieran a la cita. La primer parada la hicimos en la capital provincial de Lugo, donde fue recibido por las autoridades locales. Lugo tenía ambiente de fiesta, las banderas y pancartas estaban presentes, los gritos a favor de Cuba también, a los que se sumaron los tambores de cubanos que aclamaban a su presidente. Luego seguimos viaje hacia el municipio de Láncara, en Pueblo de San Julián, donde la policía tenía cortada la calle donde se iba a realizar el acto de nombramiento de Fidel Castro como "hijo adoptivo" del municipio. De todas maneras habían logrado pasar algunos admiradores de Fidel y de la revolución cubana.

El acto comenzó con un baile típico gallego realizado por niños y jóvenes del lugar. Las autoridades observaron desde el improvisado estrado, a pleno sol, esta pequeña demostración de la cultura gallega.

El alcalde de Láncara, el socialista Eladio Capón, destacó la unanimidad de todos los grupos a la hora de aprobar el nombramiento de "hijo adoptivo" y que estaban "orgullosos de que el presidente de la república cubana sea descendiente directo y en primer grado de una persona nacida en este municipio.

El presidente de la Xunta de Galicia, el conservador Manuel Fraga Iribarne, visiblemente emocionado pidió a "Dios y a Santiago, por el futuro de Cuba y la reconciliación entre los cubanos", y que no dudaba, refiriéndose a Fidel "de vuestra plena dedicación a la patria y vuestro deseo sincero de servicio a la causa de toda América, en el espíritu del gran Martí".

El líder americano, sensiblemente cansado, emocionado por el calor humano se dirigió de forma pausada a los presentes: "para mí constituye una emoción muy grande encontrarme aquí, que fue la tierra donde nació mi padre. Tengo que recordar su permanente cariño por Galicia y su terruño. Cuántas veces oí en mi casa la idea de que mi padre visitara este lugar. Pero transcurrieron muchos años, casi 60 años y no pudo volver. Es conocido que los gallegos aman mucho a su tierra y la recuerdan siempre. La palabra morriña es algo que se pronuncia corrientemente... Mi padre sentía un gran amor por este lugar y toda su vida deseó volver, pero como dije, no pudo volver. Por eso para mí tiene una especial significación un día como el de hoy, que llego aquí y me encuentro con ustedes. No puedo recibir un honor más grande que este título que me confieren de Hijo Adoptivo ¿no?".

Pero, "¿Hijo adoptivo nada más"?, le preguntó el alcalde, lo que causó los aplausos y risas de los presentes.

"Me considero como hijo natural y un miembro más del municipio". Fidel sin querer ser extenso habló sobre Cuba para recordar, que el pueblo cubano estaba "escribiendo una página heroica, que se enfrenta a la potencia más poderosa de la tierra que quiere asfixiarnos, que quiere ahogarnos, que quiere matarnos con hambre y que nosotros en nuestra lucha nos comportamos como dignos hijos de Galicia. Vivimos un momento muy difícil en la actualidad, pero los momentos difíciles también se hicieron para los gallegos. Esa firmeza, esa valentía, ese heroísmo de los gallegos está presente allí en nuestra tierra. Y los que les quiero decir es que ustedes jamás se avergonzarán de nosotros. Ustedes siempre estarán orgullosos de contar allá en Cuba de descendientes de españoles y de Láncara. Les expreso mi más profunda gratitud y los abrazo como Hijo adoptivo y legítimo de Láncara", concluyó Fidel Castro entre aplausos y consignas a favor de la revolución cubana.

Las emociones prosiguieron, luego de oír los himnos de Galicia, Cuba y España, el viaje continuó varios kilómetros más. Fidel Castro profundamente emocionado, siempre acompañado por el presidente gallego y cientos de seguidores gallegos y asturianos, pudo ver por fin, en una aldea cercana, la pequeña casa de aquel campesino hosco y testarudo que emigró para probar fortuna. Entonces nadie podía sospechar que uno de los hijos de su vecino llegaría a escribir una de las mejoras páginas de nuestra sufrida América.

Fidel recorrió "la choza" de piedra como el mismo la llamó, provisto de una linterna y acompañado por sus dos primas. Después, en el exterior, luego de escuchar a los gaiteros de la zona y saludar a los presentes, visitó el huerto, olió la hierba y leyó el título de propiedad de la casa.

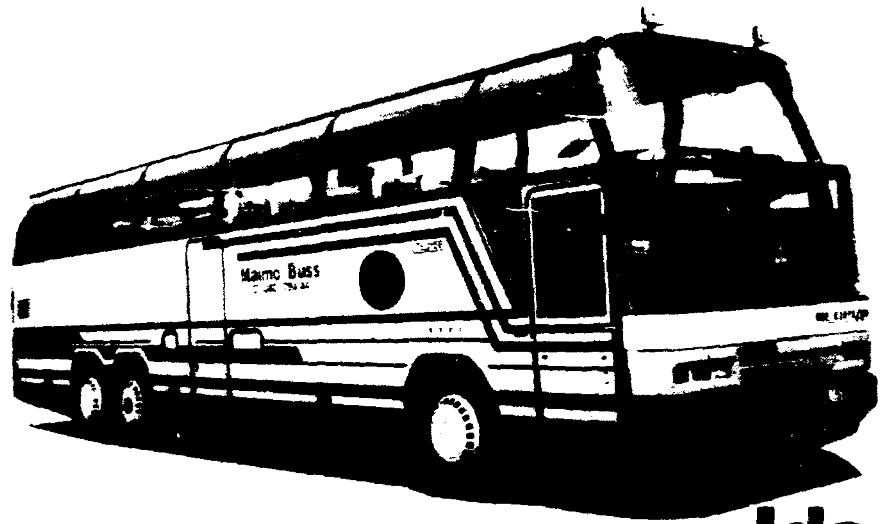
Y si bien no se comieron perdices, en un prado de la zona, más de 500 vecinos ofrecieron al comandante una comida campestre. Entre gaitas, tambores, consignas, empanada gallega, pulpo y buen vino, Fidel afirmó que "no nos harán cambiar los planes. Somos y seremos lo que hemos sido hasta ahora". Los vecinos tuvieron la posibilidad de sacarse fotos con Fidel. Y como buena fiesta campestre, no faltó el baile y una partidas de dominó entre Fidel y Fraga.



FIDEL: "Mi padre sentía un gran amor por este lugar". **FRAGA**: Pido a Dios y a San Tiago por el futuro de Cuba.

Atención chilenos del Sur de Suecia

Excursión en ómnibus a Estocolmo para alentar a SANTIAGO WANDERERS



Ida y vuelta 350:- kr

ITINERARIO: El ómnibus partirá desde la Estación Central de Malmö a las 06.00 de la mañana y hará su recorrido por la E4, parando en Lund a las 06.30 en la Estación Central, a las 08.00 en Ljungby Stop, y a las 10.00 en Jönköping, arribando a Estocolmo aproximadamente a las 14.00 hs.

HAGA SU RESERVA YA Teléfonos: 040/82120 ó 85210

También tenemos localidades para el encuentro

Vacaciones en América Latina?

Has tu Reserva con Nosotros Hoy,si deseas viajar cuando has pensado. OFERTAS ESPECIALES para familias y grupos.

OFERTAS

SANTIAGO 6.830.- Directo con Aeroflot,sólo dos escalas técnicas y hasta el 31 de Octubre 1992. 40 Kilos por persona

SANTIAGO 8.760.- Lufthansa hasta el 14 de Diciembre- 92

Estas ofertas no se pueden combinar con otras que ofrecemos.

BUENOS AIRES	6.850 -	MEXICO	5.250.-
MONTEVIDEO	6 850 -	HAVANA	4.630 -
LIMA	6.150 -	MANAGUA	5.250.-

CREDITOS: Con las mejores condiciones del mercado, tu eliges la forma de Pago. Te ofrecemos Asesoria tanto en la eleccion del vuelo como si necesitas credito,todo esto Gratis y además en tu propio idioma. Consultanos encantados te atenderemos.

RELONCAVI RESO Kungsgatan 113 751 06 UPPSALA

Tel. 018-130441 , 018-262381 FAX 018-158756

LA ISLA presenta:

COCO LEGRAND

"LA DECADA DE UN COCO"

La década de la computación, los teléfonos celulares, los moteles... vistos por el humor de COCO LEGRAND.

¡No se pierda el mayor suceso humorístico del año, por el humorista más grande de Chile!



GÖTEBORG, Konserthuset, 19 sept. Hora 19:00

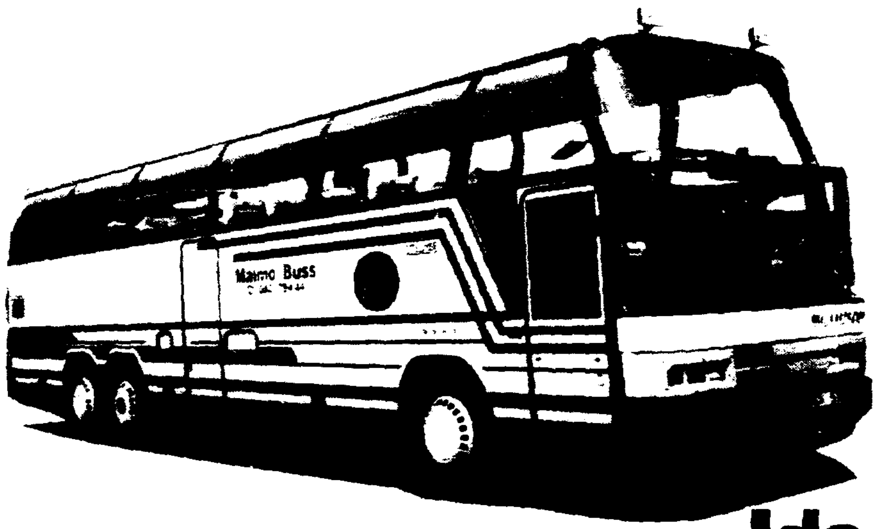
ESTOCOLMO, Folkets Hus, 20 sept. Hora 15:00 y 18:30

Dos únicas presentaciones ENTRADA: 180:- kr

Entradas: En GOTEMBURGO, las entradas se compran en Konserthus en el mes de agosto y en las oficinas del Correo. En ESTOCOLMO las entradas ya están a la venta en Restaurant LA ISLA 08/6546043 y en LATIN-SVENSK TRAVEL Kungsg. 77. Tel. 08/650 7544

9209226

Atención chilenos del Sur de Suecia



Excursión en ómnibus a Estocolmo para alentar a SANTIAGO WANDERERS

Ida y vuelta 350:- kr

ITINERARIO: El ómnibus partirá desde la Estación Central de Malmö a las 06.00 de la mañana y hará su recorrido por la E4, parando en Lund a las 06.30 en la Estación Central, a las 08.00 en Ljungby Stop, y a las 10.00 en Jönköping, arribando a Estocolmo aproximadamente a las 14.00 hs.

HAGA SU RESERVA YA Teléfonos: 040/82120 ó 85210

También tenemos localidades para el encuentro

Vacaciones en América Latina?

Has tu Reserva con Nosotros Hoy,si deseas viajar cuando has pensado. OFERTAS ESPECIALES para familias y grupos.

OFERTAS.

SANTIAGO 6.830.- Directo con Aeroflot,sólo dos escalas técnicas y hasta el 31 de Octubre 1992. 40 Kilos por persona

SANTIAGO 8.760.- Lufthansa hasta el 14 de Diciembre- 92

Estas ofertas no se pueden combinar con otras que ofrecemos.

BUENOS AIRES	6.850 -	MEXICO	5.250.-
MONTEVIDEO	6.850 -	HAVANA	4.630 -
LIMA	6.150 -	MANAGUA	5.250 -

CREDITOS: Con las mejores condiciones del mercado, tu eliges la forma de Pago. Te ofrecemos Asesoria tanto en la eleccion del vuelo como si necesitas crédito,todo esto Gratis y además en tu propio idioma. Consultanos encantados te atenderemos.

RELONCAVI RESO Kungsgatan 113 751 06 UPPSALA

Tel. 018-130441 ; 018-262381 FAX 018-158756

LA ISLA presenta:

COCO LEGRAND

"LA DECADA DE UN COCO"

La década de la computación, los teléfonos celulares, los moteles... vistos por el humor de COCO LEGRAND.

¡No se pierda el mayor suceso humorístico del año, por el humorista más grande de Chile!



GÖTEBORG, Konserthuset, 19 sept. Hora 19:00
ESTOCOLMO, Folkets Hus, 20 sept. Hora 15:00 y 18:30

Dos únicas presentaciones ENTRADA: 180:- kr

Entradas: En GOTEMBURGO, las entradas se compran en Konserthus en el mes de agosto y en las oficinas del Correo. En ESTOCOLMO las entradas ya están a la venta en Restaurant LA ISLA 08/6546043 y en LATIN-SVENSK TRAVEL Kungsg. 77. Tel. 08/650 7544

134 · 8209226

Casa de las Américas convoca a su premio literario

LA HABANA. Escritores de América Latina y otros continentes con obras sobre temas latinoamericanos, podrán participar en la 33 edición del premio literario Casa de las Américas, cuyo resultado se dará a conocer en febrero de 1993.

Según informaron a Prensa Latina fuentes del comité organizador, los interesados concursarán en novela, poesía, ensayo, testimonio, cuento, teatro y en las categorías de literatura para niños y jóvenes, brasileña y caribeña en inglés, francés o creole.

Los autores deberán enviar los originales en español con excepción de los brasileños que lo harán en portugués y los caribeños que en esta oportunidad lo presentarán en francés o creole.

El premio literario Casa de las Américas está dotado por 3 mil dólares y la publicación de la obra galardonada por la editora de esa institución.

En la 32 edición del concurso fueron laureados creadores de México, Perú, Argentina, Jamaica, España y Brasil.

Para 1994 se convoca, dedicado a estudios sobre la mujer, coincidiendo con el centenario del nacimiento de la prestigiosa intelectual dominicana Camila Henríquez Ureña.



Haití: el doble juego de Washington

MEXICO. Recientes denuncias de la Resistencia Haitiana sobre presiones de Estados Unidos al presidente constitucional Jean Bertrand Aristide revelan de nuevo el doble juego que Washington ha empleado desde el principio hacia ese país.

El método, como en otros casos, ha consistido en mantener una dualidad de posiciones, una de las cuales, la pública, radica en el apoyo expreso de la Casa Blanca al triunfo y desarrollo de la democracia en Haití como demostración de la viabilidad de un proyecto de tipo occidental en el Caribe subdesarrollado.

Por otra parte -y "debajo de la mesa"- se trata de adaptar ese proyecto desde su nacimiento a los propios intereses norteamericanos en el área, mediante el favorecimiento y ventajas políticas y económicas a un candidato "preferido" de Estados Unidos para dirigir los destinos de la nación caribeña.

El doblez de la política estadounidense se reveló desde los días de las elecciones de diciembre de 1990 cuando, según informaciones que circulaban en la capital de ese país, las visitas del Centro James Carter y de representantes de la Comunidad Europea habían insistido ante Aristide para que abandonara la candidatura.

La negativa del auténtico líder popular haitiano frustró -al menos momentáneamente- las intenciones de Washington, pero no significó que este se diera por vencido en sus intenciones injerencistas en ese país, ni abandonara sus planes de condicionar el futuro de la nación.

En los comicios, Aristide ganó más del 67 por ciento de los votos contra solo poco más de un 14 por ciento de Marc Bazin, ex funcionario del Banco Mundial conocido ex duvalierista y derechista, y "el hombre de Washington" para el proceso electoral.

Pero un año y medio después de aquel proceso, las cosas en Haití se parecen más a como las quería Estados Unidos que a la voluntad expresada por la mayoría de la población en las urnas. Golpe de estado por medio, Marc Bazin es hoy primer ministro de ese país, mientras Aristide va de un punto a otro del orbe buscando apoyo.

Las posiciones están claras: Aristide rechaza las autoridades impuestas por los golpistas y exige la renuncia de estas y su regreso al país, para luego aceptar cualquier diálogo político. Bazin, por su parte, pretende conversar con el mandatario desde posiciones de fuerza e imponer sus condiciones.

En este juego, Estados Unidos continúa haciendo declaraciones públicas en favor de la democracia y el regreso del derrocado gobernante, mientras se conocen presiones de diplomáticos del Departamento de Estado sobre el líder haitiano para que haga concesiones de principio.

Son las dos caras de una sola política, señalan los expertos. El depuesto presidente ve ante sí la sonrisa amistosa de Washington mientras tanto le prepara un golpe definitivo por la espalda.

Continúan discrepancias sobre resultados en Michoacán

MEXICO. Mientras otros seis estados mexicanos se preparaban para realizar elecciones el 2 de agosto, en Michoacán se mantienen las discrepancias políticas entre los dos partidos que obtuvieron la mayor votación el pasado día 12 de julio.

A pesar de que la comisión electoral estatal michoacana ya divulgó datos finales que dan por vencedor al candidato del Partido Revolucionario Institucional (PRI), Eduardo Villaseñor Peña, para la gobernación. Esas conclusiones continúan siendo cuestionadas por el Partido de la Revolución Democrática (PRD).

El candidato perredista a la silla de gobernador, Cristobal Arias Solis, reiteró que su partido está listo para la realización del cotejo de las actas, como propuso el dirigente nacional del PRI, Genaro Borrego, pero días después de ese acuerdo poco se conoce sobre como se efectuará la confrontación.

No obstante la afirmación del PRI de que el cotejo sólo constituye un acto político y que lo definitivo está en las conclusiones de la Comisión Electoral -que ya dio por vencedor a Villaseñor Pena-, el debate político sube de tono y se espera por la proclamación oficial del nuevo gobernador.

Los datos finales oficiales otorgaron 418 mil votos al candidato del PRI contra 289 mil al del PDR.

Las denuncias de fraude e irregularidades electorales hechas por el PRD desde aún antes de los comicios del día 12, fueron reiteradas en esta capital durante una marcha de perredistas que transitó desde el céntrico monumento a Benito Juárez hasta la sede de la secretaría (Ministerio de Gobernación).

Dirigentes de ese partido solicitaron al gobierno que asuma su responsabilidad de celebrar elecciones limpias y transparentes y que permita una revisión pacífica y libre del proceso electoral en Michoacán.

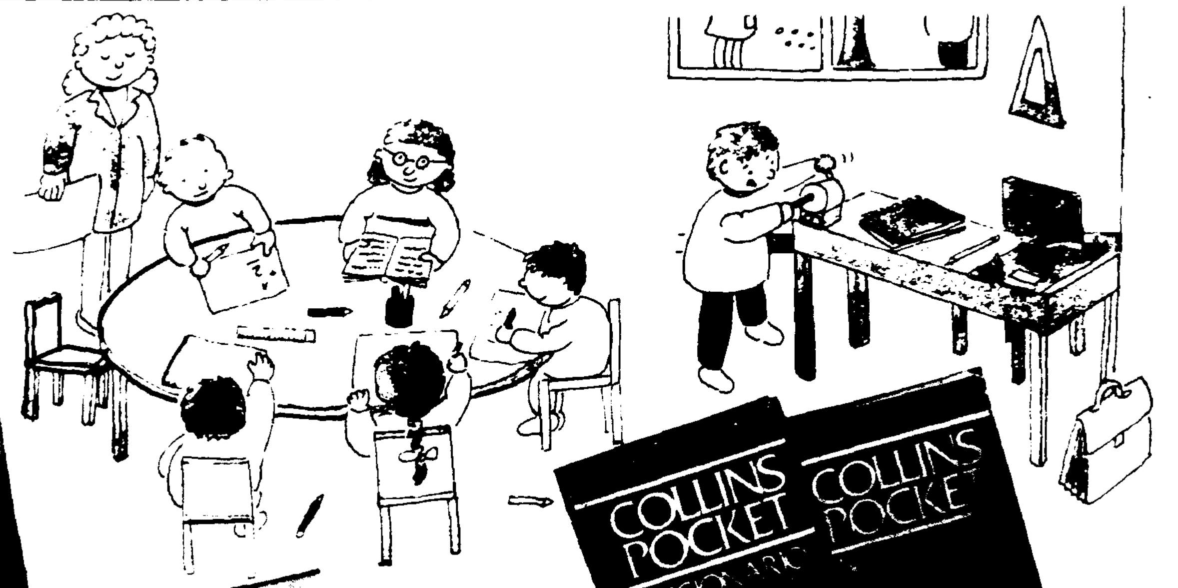
Dirigentes de ese partido solicitaron al gobierno que asuma su responsabilidad de celebrar elecciones limpias y transparentes y que permita una revisión pacífica y libre del proceso electoral en Michoacán.

En tanto, dirigentes políticos de ambos partidos continúan negociaciones para establecer los mecanismos del cotejo, el cual, de realizarse, avivará el fuego de las discrepancias, según se estima en esta capital, a menos de dos semanas de nuevos comicios en otros estados mexicanos.

Los electores de Aguascalientes, Baja California, Durango, Oaxaca, Veracruz y Zacatecas el 2 de agosto votaban para elegir a un nuevo gobernador, diputados locales y presidentes municipales.

136

COMIENZAN LAS CLASES

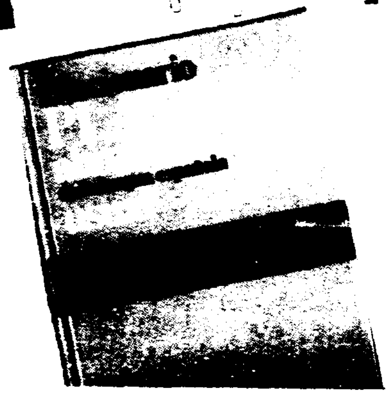




GRAMATICA ESENCIAL DEL ESPAÑOL
Espasa Calpe

INTRODUCCION AL ESTUDIO DE LA LENGUA
He aquí una gramática moderna y de fácil lectura, en la cual, como ha dicho Rafael Lapesa, "el sistema gramatical del español aparece esquematizado con una claridad absoluta gracias a una simplificación racional y justa". Pero es algo más que un estudio funcional de la lengua: es, en pequeño, una visión general de ella, por fuera y por dentro, cuidadosamente estructurada. Una guía bibliográfica actualizada completa el volumen.

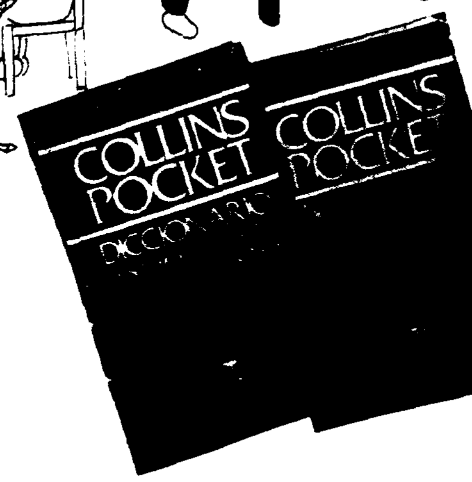
235:-



DICCIONARIO PLANETA ABREVIADO de la LENGUA ESPAÑOLA USUAL

Este diccionario abreviado de la lengua española, dirigido por el catedrático de la Universidad doctor Francisco Marsá, quiere ser, además de un valioso instrumento de trabajo y consulta, un diccionario esencialmente práctico y al día. 50.000 acepciones. 1.035 ilustraciones

97:-



COLLINS POCKET
Español - Alemán
Alemán - Español

Más de 40.000 palabras y frases idiomáticas

140:-

COLLINS POCKET
Español - Francés
Francés - Español

Más de 45.000 palabras y modismos

140:-



GRAN DICCIONARIO DE SINONIMOS CORRIPIO
Voces afines e incorrecciones

Más de 30.000 artículos. Más de 50.000 acepciones. Gran número de sinónimos en cada artículo, voces incorrectas, vulgarismos, anglicismos, etc. Locuciones latinas breves. Neologismos no admitidos por la Real Academia Española. Prefijos, interjecciones

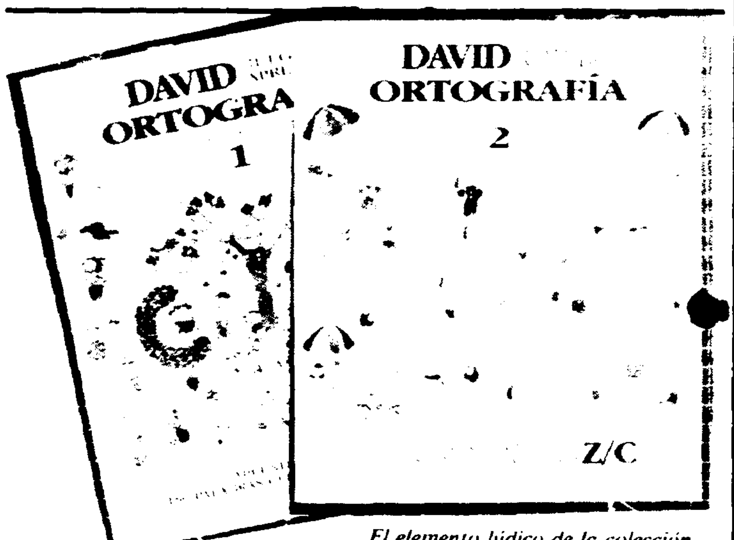
206:-



ESPASA ESCOLAR

Más de 35.000 artículos, con todo. El caudal lexico de la lengua castellana. Americanismos y neologismos. Más de 500 ilustraciones en cuatricromía. Apéndice gramatical. Sinónimos, antónimos, plurales anómalos e irregulares del lenguaje

4155:-



También para los más pequeños
DAVID ORTOGRAFIA
Juega y aprende 1 y 2

El elemento lúdico de la colección "David juega y aprende ortografía", basado en el juego del escondite -de tanta tradición en el mundo infantil-, permite a los niños descubrir y encontrar personas, animales y cosas, gráficamente representados de manera inequívoca, cuyos nombres poseen una determinada característica ortográfica. Eliminadas así, las posibles manifestaciones del aburrimiento infantil, permite obtener un aprendizaje ortográfico altamente efectivo

45:- c/u

Reflexiones acerca del mundo unipolar

"Así se templó el acero"

Joaquín Castro

Lo más preciado que posee el hombre es la vida. Se le otorga una sola vez y hay que vivirla de forma que no se sienta un dolor torturante por los años pasados en vano, para que no queme la vergüenza por el ayer vil y mezquino, u para que al morir se pueda exclamar: ¿Toda la vida y todas las fuerzas han sido entregadas a lo más hermoso del mundo, a la lucha por la liberación de la humanidad".

El párrafo anterior forma parte de una maravillosa obra soviética, y es traído a cuenta pues su título "Así se templó el acero", fue concebido por un joven ucraniano que entregó sus fuerzas y energía al más hermoso sueño que la humanidad haya poseído jamás: su liberación.

Sin embargo las presentes líneas no tienen la intención de relatar o analizar la obra en mención, sino retomar su título, para considerar a grandes rasgos como cuando se "rompen los espejos (ilusiones) y son derribadas las estatuas (nuevos ídolos), se hace imprescindible evaluar y analizar si las viejas generaciones de luchadores latinoamericanos, africanos y asiáticos ofrendaron su preciso líquido vital por espejos o por lo frío de estatuas de piedra o bronce.

Desde el surgimiento del hombre sobre la tierra ha habido, hay, y continuará habiendo una incesante búsqueda del bienestar colectivo en las [illegible]s del conocimiento, alimentación, etc. así como hacer menos pesado convivir con el clima, situaciones geográficas de terreno, y ésto se resume en una lucha entre el conocimiento y la ignorancia, entre lo viejo y lo nuevo, entre la injusticia y la justicia. Diferentes situaciones que al comparar o buscar semejanzas, se encuentran en momentos de crisis generales, de mayor acumulación de conocimiento en relación a la(s)a etapa(s) anterior(es). No necesariamente ha sido literalmente "espejos y estatuas" como se las llama hoy día.

A pesar de ello la humanidad ha sobrevivido. En unos casos haciendo readecuaciones según las(s) realidad(es), pilar fundamental para no crear espejos. En esos casos hubo, en periodos mas o menos cortos o largos, personajes que jugaron importante papel, y ese papel estuvo determinado, como es lógico, por realidades concretas que presionaban ante todo a las masas humanas y fueron estas, las que subieron o bajaron a esas figuras en el momento oportuno.

En la historia tenemos casos como el de Espartaco, líder esclavo fundador del primer ejército de los oprimidos que se registra. Este personaje solo no hubiera sido capaz de hacer estremecer los cimientos del imperio romano, antes de la era actual. Fueron las masas agobiadas por su hasta entonces "incambiable destino" las que se lanzaron a una histórica y titánica gesta que derribaba los dioses del Imperio y a sus huestes de conquista y sometimiento.

Aún cuando la gesta fuera derrotada, quedó mostrado que "lo incambiable" sí se podía cambiar, armados de convicción y de fe en que si es posible. Armados de la fuerza que da la unión de quienes padecen la misma situación y quieren ponerle fin.

En nuestra América india, la poca historia que hemos podido rescatar nos relata de los héroes autóctonos que gracias a la firme convicción de las masas indígenas, desempeñaron un destacado papel en la resistencia contra la espada española de hace medio mileno. Aquí nos dicen las crónicas que deribaron los dioses de nuestros abuelos, que hoy se les conoce como "totems", los espejos.. los espejos los usaron los conquistadores posteriores al aplastamiento de los "salvajes infieles" a base de sangre y fuego, por supuesto la sangre de nuestros ancestros y el fuego del culto imperio español

500 años que destruyeron nuestras estatuas y nos dieron a cambio espejitos, para "mirarnos sin vernos", todavía hoy pareciera que lo hacemos e imitamos el vergonzoso papel de la Malinche.

Los próceres de nuestros países indioamericanos, fueron guías de las masas que soñaban con el día esperado de romper la cadena y quebrar la espada española. Y se hizo realidad el sueño.

Nuestra generación vive en el presente el inicio de una pesadilla de la que es preciso e imprescindible despertar. No nos dejemos engañar ni dejemos que engañen a nuestros hijos, con el espejo que nos venden por los medios de comunicación que insiste noche y día a través del consumismo, videoclips, pornografía, prensa amarilla que la muerte de millones de seres humanos en el mundo por el hambre, la miseria, la explotación, el sometimiento de pueblos por la fuerza mediante el uso de aviones, portaaviones, bombas, etc., es la nueva imagen que debemos aceptar con sumisión. Y que levantemos estatuas al capitalismo y a la economía de libre mercado.

Así se templó el acero, podremos decir dentro de unos años, cuando "vivamos de forma que no se sienta el dolor torturante, por un ayer vil y mezquino (si no hacemos nada hoy). A nosotros, la actual generación nos corresponde el reto de enderezar el curso y tomar el timonel de una nave, que nos hacen creer que ya se hundió". Si. Templémonos, en esta lucha desigual, pensando con cabeza propia, sin aceptar el espejito del capitalismo y quizás nuestros hijos o nietos, puedan reunir la furza suficiente para derribar la estatua, por hoy fuerte y aparentemente sólida, pero no indestructible.

Gobierno destaca apoyo de Soares a negociación con la Comunidad Europea

SANTIAGO. Fuentes gubernamentales destacaron en esta capital el respaldo dado el pasado 21 de julio por el presidente de Portugal, Mario Soares, a la ampliación de las relaciones económicas de Chile con la Comunidad Europea (CE).

Los pronunciamientos hechos en aquella oportunidad por Soares en Lisboa ratificaron los elogios europeos a la política económica del gobierno chileno en el marco del proceso de restauración de la democracia iniciado en marzo de 1990.

En las negociaciones que comenzarán en octubre, el gobierno de Aylwin espera eliminar o ampliar las cuotas que la CE ha impuesto a la importación de productos chilenos, según adelantó Foxley.

En las conversaciones sostenidas en Bruselas se abrieron asimismo importantes contactos para Chile con la Organización de Cooperación y Desarrollo Económico L(OCDE) y posibilidades de que el país acceda a créditos del Banco Europeo de Inversiones (BEI).



Mario Soares

Soares manifestó en Lisboa que será un impulsor de las relaciones con la CE de Chile, al cual describió como uno de los países latinoamericanos más avanzados en los planos financiero, económico y de funcionamiento democrático.

La Secretaria de Comunicación y Cultura dio amplia difusión a las expresiones de Soares en la reunión que sostuvo en Lisboa con la comitiva que acompañó al presidente chileno Patricio Aylwin en su gira por Europa.

El ministro de Hacienda (Finanzas), Alejandro Foxley, anunció que en octubre comenzarán las negociaciones comerciales en el marco de la comisión mixta chileno-europea, según los acuerdos que Aylwin estableció con la CE en Bruselas.

Foxley regresó a Chila tras acompañar a Aylwin en Francia y Bélgica, las dos primeras escalas de la gira presidencial que continuó a Portugal y culminó en España.

Las opiniones de Foxley

El ministro, quien encabezó el equipo económico, destacó los logros obtenidos en los contactos con la comunidad y calificó de "miopes y provincianas" las críticas de sectores de derecha sobre la "inutilidad" de los viajes internacionales de Aylwin.

Piden indulto para condenados por atentado a Pinochet

SANTIAGO. La principal organización estudiantil del país y una agrupación humanitaria pedirán el indulto presidencial para tres izquierdistas condenados a presidio perpetuo por participar en un frustrado atentado contra el ex dictador chileno Augusto Pinochet. El anuncio lo formularon el pasado 28 de julio en Santiago dirigentes de la Federación de Estudiantes de Chile (FECH) y la Agrupación de Familiares de Presos Políticos (AFPP), que intercedieron por Héctor Figueroa, Juan Ordenes y Héctor Maturana.

Los tres fueron condenados a cadena perpetua por la Corte de Apelaciones San Miguel, de la región metropolitana, al confirmar una semana antes un dictamen de primera instancia de un magistrado.

El ataque contra el general Pinochet, quien aún mantiene el cargo de comandante en jefe del Ejército, fue realizado por el insurgente Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR) el 7 de setiembre de 1986 en una zona de la precordillera de Los Andes cerca de Santiago.

Pinochet, que gobernaba desde el cruento golpe de Estado que derrocó al presidente socialista Salvador Allende el 11 de setiembre de 1973, viajaba en un automóvil con uno de sus nietos cuando se produjo el atentado, sufriendo heridas en una mano, pero murieron cinco escoltas.

La FECH y la AFPP señalaron que pedirán al ministro de Justicia, Francisco Cumplido, que interceda para que el presidente Patricio Aylwin indulte a Figueroa, Ordenes y Maturana, como ha ocurrido con otros reclusos por causas políticas desde que asumió la jefatura del Estado, el 11 de maro de 1990.

Condiciones para el indulto

Subrayaron que corresponde el indulto porque los condenados fueron procesados y la sentencia "ha sido ejecutoriada", requisitos fundamentales para que el gobernante haga uso del derecho.

Precisaron que lo más probable es que si se les indulta, la pena sea cambiada por extrañamiento y los tres condenados tendrían que abandonar el país.

La FECH y la AFPP demandaron también la libertad de otros 40 presos políticos de la pasada dictadura, entre las cuales hay varios estudiantes universitarios.



La FECH y la AFPP también demanda el indulto presidencial para los condenados a presidio perpetuo.

Diversas organizaciones critican al Poder Judicial por no agilizar los procesos contra los presos, lo que impide que Aylwin los indulte.

Ponen de relieve que los reclusos "están encarcelados por haber luchado por el restablecimiento de la democracia", lo que contrasta con el hecho que autores de violaciones a los derechos humanos bajo el régimen militar, que expiró en marzo de 1990, siguen sin ser procesados.

Varios miembros del FPMR que tomaron parte en el ataque a Pinochet, detenidos durante una investigación efectuada por un fiscal militar, escaparon de la cárcel de Santiago en enero de 1990.

Después del atentado, el gobierno dictó Estado de Sitio y 24 horas después cuatro opositores fueron acribillados y sus cadáveres abandonados en diversos puntos de la capital.

Entre los asesinados figuró José Carrasco Tapia, dirigente del Colegio de Periodistas y editor del semanario "Análisis". El proceso judicial seguido por el caso no ha dado hasta la fecha resultados positivos.

Gobierno resalta el positivo control del cólera

SANTIAGO. El gobierno chileno resaltó días atrás el éxito de las medidas oficiales adoptadas para controlar el cólera en el país, lo que atribuyó a la "colaboración extraordinaria de la ciudadanía".

El subsecretario (viceministro) de Salud subrogante, Luis Martínez, dijo que uno de los hechos que influyó fue la creación de un comité multiministerial que "permitió el enfoque multisectorial de la enfermedad y la colaboración en su control de diversos sectores".

Entre el 7 de abril de 1991, cuando se presentó el primer caso, y junio de este año, se registraron 110 enfermos por el virus, señaló Martínez al inaugurar en Santiago un encuentro nacional sobre el tema.

Martínez expresó que comparadas con otros países de América Latina y el Caribe, las medidas adoptadas en Chile "son un éxito". El subsecretario aludió a una intensa campaña de difusión sobre hábitos de higiene y a la prohibición establecida para consumir en forma cruda frutas, hortalizas, pescados y mariscos. Indicó que el plan trazado para controlar el cólera será utilizado para otros programas de salud.

Precisó que Chile muestra indicadores promediales en aspectos sanitarios y de salud superiores en relación a otras naciones de la región, pero "esconden la realidad de un millón y medio a dos millones de personas que viven dispersas en zonas rurales".

Manifestó que para los habitantes de zonas rurales se necesita diseñar sistemas alternativos "acordes a su realidad", que les permitan acceder al agua potable y alcantarillado, como medidas preventivas para el cólera, la tifoidea u otras enfermedades".

Subrayó que otros sectores susceptibles de contraer esas enfermedades son los "marginales urbanos", poniendo de relieve la necesidad de construir plantas de tratamiento de aguas servidas. Un alto porcentaje de frutas y hortalizas que consumen los cinco millones de habitantes de la región metropolitana son regadas con aguas servidas.

Martínez aseveró que el "plan anticólera" permitió que otras enfermedades, como la tifoidea, bajaran, por ejemplo, de 3.900 casos en 1991 a 880 casos hasta junio de este año.



El "plan anticólera" no contempla las causas del mal: el deterioro del medio ambiente.

Reunión espacial de las Américas se realizará en Santiago

SANTIAGO. Representantes de diversos países de la región y observadores de Francia, Italia y Alemania participarán en la II Conferencia Espacial de las Américas a realizarse en enero del próximo año en la capital de Chile.

El anuncio lo formuló a mediados de julio en Santiago en consejero de la Embajada de Chile en Ginebra, Raimundo González, tras entrevistarse con el ministro de Relaciones Exteriores subrogante, Edmundo Vargas.

González dijo que el encuentro tiene por objeto promover un diálogo de cooperación "mucho más efectivo a nivel político y técnico entre los países involucrados en la ciencia espacial, que ha tenido una verdadera eclosión en el area de las comunicaciones a través de los satelites".

Precisó que el tema espacial "no tiene que ver con la carrera espacial" y "es cada vez más recurrente debido a la aplicación de la tecnología a las comunicaciones, la meteorología y la detección de recursos naturales.

De Chile tomarán parte integrantes de ministerios, fuerzas armadas, universidades y otras entidades.

El diplomático expresó que es "imprescindible" romper y desbloquear la distorsión conceptual que existe respecto a la terminología del espacio.

Indicó que gracias a los satélites, se detectan, por ejemplo, en la Amazonas, dos o tres mil incendios diarios, constituyéndose ese medio en elemento mas eficaz para prevenir los deterioros del medio ambiente y las depredaciones de los recursos naturales.

Aseveró que los satélites cumplen "un rol estabilizador en las relaciones internacionales, así como en la vigilancia de situaciones de crisis, donde está involucrada la defensa nacional, la soberanía y la seguridad del país".

Manifestó que también se está analizando a nivel informal la posibilidad de convocar a una conferencia mundial de materias espaciales.

La II Conferencia de las Américas se efectuará en Santiago del 25 al 29 de enero de 1993.

Planteamiento del Ejercito sobre Constitución abre polémica

Enrique Martini

Un informe atribuido al Ejército que rechaza reformas constitucionales propuestas por el gobierno del presidente Patricio Aylwin al Parlamento abrió paso, el pasado 25 de julio a una polémica en los medios políticos chilenos.

Dirigentes de la gobernante Concertación por la Democracia afirmaron que la posición castrense "bordea la ilegalidad" al incursionar en temas políticos, mientras representantes de la oposición derechista dijeron que el instituto armado tiene derecho a expresar su opinión.

El origen de la controversia fue la difusión por un diario el día anterior de un documento adjudicado al Ejército que cuestiona diversas materias contenidas en un paquete de enmiendas constitucionales que envió Aylwin al Congreso.

Según el mandatario, las enmiendas apuntan a "perfeccionar y profundizar el sistema democrático chileno".

Las reformas propuestas

Entre las reformas figura el término de la inamovilidad de los comandantes en jefe de las Fuerzas Armadas, el reemplazo de la actual ley electoral binominal por una proporcional, y el fin del sistema de senadores designados, no elegidos en comicios. El gobierno propone asimismo cambios en la composición del Consejo de Seguridad Nacional, el Tribunal Constitucional y otros puntos.

Las modificaciones castrenses comenzarían a regir, de acuerdo a lo propuesto por el gobierno, después que los actuales comandantes cumplan su periodo, lo que significa que el ex dictador Augusto Pinochet podría continuar como comandante en jefe del Ejército hasta 1997.

La Constitución fue dictada en 1980 bajo la dictadura del general Pinochet y experimentó algunas modificaciones poco antes de que Aylwin triunfara en las elecciones del 14 de diciembre de 1989, en el marco de negociaciones entre militares y sectores que respaldaban al abanderado de la entonces oposición.

El texto atribuido al Ejército sostiene que la mayoría de las modificaciones a la carta fundamental propuestas, entre ellas una reforma a la Ley Orgánica de las Fuerzas Armadas, "no persiguen otra cosa que alterar el sistema de contrapeso de poder de nuestras institucionalidad".

La repercusiones del texto

El matutino conservador "El Mercurio" subrayó que los autores del documento divulgado en la víspera "son analistas que representarían el sentir del ejército".

El tabloide "La Tercera" que reveló el informe, aseguró que el tema fue debatido por el Consejo Militar integrado por 43 generales encabezados por Pinochet.

El documento pone de relieve que las reformas constitucionales fueron enviadas al Congreso en las semanas previas a las elecciones municipales del 28 de junio "para crear un clima propicio a la Concertación, al igual que lo que ocurrió para las elecciones presidenciales de 1989".

Asevera que se ha buscado un "escenario polarizado caracterizado por los que supuestamente están por democratizar nuestro sistema político y por quienes, por oponerse a dichas reformas, son 'poco democráticos' y representantes o simpatizantes del 'gobierno de la dictadura'".

La versión atribuida al Ejército fue conocida 24 horas después que Renovación Nacional, principal partido derechista de oposición, anunció oficialmente su rechazo a las reformas que comenzará a debatir próximamente el Parlamento.

El vicepresidente Patricio Krauss, quien reemplazaba a Aylwin, remarcó que le gobierno "no cluadicará jamás" en su programa de "profundización de la democracia" a través de las reformas constitucionales.

Krauss declinó comentar el documento del Ejército "porque no tiene carácter oficial", poniendo énfasis en que si existe tal planteamiento corresponde que sea canalizado "a través de los nexos naturales', esto es, el Ministerio de Defensa.

El presidente del Senado, Gabriel Valdés, militante de la gobernante Democracia Cristiana, opinó que las Fuerzas Armadas pueden hacer muchas consideraciones, "pero en el marco de sus respectivas funciones dentro de la estructura jurídica institucional del país".

Jorge Shaulsohn, vicepresidente del Partido Por la Democracia indicó que le parece "muy mal" que el ejército genere opinión pública respecto de una materia que le es completamente ajena y que es del ámbito político.

El diputado de la derechista Unión Demócrata Independiente, Jaime Orpis, y otros representantes opositores, defendieron la facultad de los institutos armados para pronunciarse sobre asuntos que les atañen.

Para la publicación gubernamental "La Nación", que aludió a fuentes del palacio presidencial La Moneda aunque sin identificarlas, el pronunciamiento del Ejército "bordea la ilegalidad".



FOTO: Victor Vidal

El gobierno no usó el dinero destinado a vivienda y ahora quiere volcarlo a rentas generales

Sobraron 10 millones de dólares

MONTEVIDEO. La Rendición de Cuentas está comenzando a producir novedades y algunas de ellas alcanzan ribetes de escándalo, como lo que acaba de dar a conocer el diputado frenteamplista Doreen Ibarra acerca del despilfarro de 10 millones de dólares detinados "en los papeles" a la construcción de viviendas pero que no fueron utilizados.

En el presupuesto programado para este año y que finaliza próximamente, el Parlamento había destinado al Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente una partida de 10 millones de dólares para la construcción de viviendas.

Con esta partida, en el Parlamento se pensaba paliar de alguna manera la carencia de más de 70 mil viviendas que tiene Uruguay. Grande fue la sorpresa de los legisladores cuando en la Rendición de Cuentas, el Ejecutivo informa que no ha sido usado un solo peso para la construcción de viviendas y se corre el riesgo de que al no haberse usado, por mandato constitucional el dinero sea devuelto a Rentas Generales.

El diputado Ibarra adelantó a la prensa la semana anterior que la bancada frenteamplista a sus pares que esos 10 millones de dólares no sean retornados a Rentas Generales sino que se inviertan en lo que fue su dstino original: la construcción de viviendas.

Otros legisladores apuntan a denunciar una maniobra del gobierno. Para éstos el dinero nunca estuvo disponible, sólo existió en los papeles para tranquilidad de la oposición, y ya se los "comió" Rentas Generales.

Población quiere economía mixta en empresas claves

La población de la capital uruguaya desea en forma mayoritaria una gestion de economía mixta, con participación pública y privada, en las principales empresas del país, según una encuesta conocida el pasado 27 de julio.

El estudio, realizado por la principal encuestadora del país, "Equipos consultores", señaló que 44% de los habitantes de Montevideo, donde vive la mitad de la población uruguaya, es partidaria de esta forma de administración.

En cambio, 28% se pronunció por una gestión casi total del Estado mientras que 14% sostiene una economía de empresas privadas, con intervención del sector público sólo en asuntos socioeconómicos.,

El papel del Estado en las empresas esenciales y el actual proceso de privatización encabezado por el presidente Lacalle han sido centro de duros debates en el ámbito político.

Una comisión de personalidades políticas y sindicales promueve la realización de un referendum para ratificar o derogar la ley que autoriza la privatización de empresas públicas, aprobada por el Parlamento en setiembre de 1991.

Para ello, utilizando la reglamentación para la realización de un referendum, lo que la Corte Electoral convocara el día 5 a la población para que se pronunciara en favor de la consulta.

Para concretar esta iniciativa se necesitaba que en forma voluntaria se presentara ante las urnas 25% de la población electoral del país, equivalente a 580 mil personas. Los partidarios del referendum sólo lograron que votara el 20% de los habilitados, por lo que no se consiguió convocar al referendum.

La reglamentación permite una segunda instancia de consulta similar, que se realizará el 1o.de octubre.

Según la encuesta, las principales razones que deteminan la falta de votantes en esa instancia fueron la poca información sobre el tema y las dificultades a concurrir a las mesas de votación.

Los partidarios del referendum promueven sólo una derogación parcial de la cuestionada ley, especialmente en lo referido al artículo que permite al gobierno tener la gestión de este proceso y a la privatización de la compañía telefónica.

En cambio, se acepta la eliminación del este estatal de pesca de lobos, la transformación de la compañía aérea en empresa mixta y un mecanismo de asociación privada de la central eléctrica.

Un pequeño grupo, integrado básicamente por funcionarios de la línea aérea Pluna propone la derogación total de la ley, pero tuvo escasa incidencia en la consulta del día 5.



Buenos Aires: Una ciudad que devora su pasado

Arturo M.Lozza

BUENOS AIRES. La gigantesca capital de los argentinos late cada día más agitadamente al ritmo crítico de "salvarse quien pueda". Y en esa marcha desesperada podría comparársela a un monstruo que, para sobrevivir, se va devorando a sus antepasados.

Es cierto que continúa siendo el gran centro cultural -podrá encontrarse en estos días excelentes expresiones teatrales especialmente en sus reductos "subterráneos"-, pero aquel que llegue con la ilusión de escuchar buenos tangos en los sitios precisos en donde el dos por cuatro nació, sufrirá una gran decepción: esos sitios ya no están o, en todo caso son falseadas imitaciones destinadas al lucro con los turistas.

En cambio, encontrará una sala teatral donde en lugar de tangos escuchará el "heavy tango", una mezcla de rock pesado con "Yira-Yira" o "La cumparsita".

El "Café de los angelitos", aquel reducto del tango nacido hace 102 años, por donde transitó Carlos Gardel y los payadores Gabino Ezeiza, Betinotti y Cazón, motivo del tango al que puso letra el popular poeta Catulo Castillo, cerró este año sus puertas aplastado por deudas y muy pronto las piquetas comenzarán a demolerlo. Era el último lugar histórico del tango.

Pero a pocos pasos del "Café de los angelitos" se desmoronaba otra vieja casona: la sede de la cinematografía argentina. Su archivo histórico, formado por mas de cuatro mil títulos de películas, quedaron bajo los escombros junto a 26 mil sobres con recortes periodísticos, doce mil fotografías de artistas y filmes, una biblioteca con más de tres mil volúmenes, 30 mil revistas de cine de todo el mundo, discos, afiches y equipos.

En síntesis, toda la historia de la filmografía argentina quedó sepultada entre escombros.

Fue el mayor desastre de la vida cultural de esta nación en los últimos tiempos. El intendente de la ciudad pronunció expresiones compungidas y prometió un subsidio que, a meses del derrumbe, todavía nadie vio.

La era de los "shoppings center"

Pero muy pocos habitantes de la gran urbe se dejaron conmover por tanto derrumbe. Después de todo, Buenos Aires es una capital "que destruye permanentemente su pasado", Reflexionó envuelto por el pesimismo el presidente de la cinemateca, Guillermo Fernández Jurado, y sentenció: "habrá una generación que nos suceda, pero será una generación sin pasado".

A la mayoría de los cientos de miles de habitantes de las capas medias que tiene Buenos Aires no les interesa el pasado: viven acuciados por el pesente porque no les interesa el pasado'; viven acuciados por el presente porque no quieren terminar arrasados por la crisis económica y la "libre empresa".

En la sociedad de consumo que se pretende instalar quedarán pocas plazas para ellos, sólo unos pocos se enriquecerán y la mayoría tendrá que engrosar el segmento de "los de abajo".

En un intento por salvarse, viven agitados, corren, juegan a la bolsa, compran y venden acciones desesperadamemte en la "city" bancaria ubicada a escasos metros del Cabildo, único edificio que sobrevive de la época virreinal, al igual que unos túneles recientemente descubiertos y que si aún no desaparieron es porque fueron encontrados precisamente en los sótanos de la propia sede del gobierno: la Casa Rosada.

En lugar de antiguas edificaciones, está de moda erigir "shoppings center" destinados a nacer y morir rapidamente, símbolos mínimos de una artificiosa abundancia en la que viven fragmentos mínimos de los más de diez millones de habitantes capitalinos.

Se vive, por lo demás, de una manera desordenada, y un síntoma de esta enfermedad es la falta de coordinación entre la alcaldía y las empresas de servicios públicos.

Estas rompen veredas permanentemente tratando de emparchar cables y cañerías vetustas, El año pasado la comuna tuvo que arreglar 500 mil metros cuadrados de veredas, pero la mitad de ellas ya fueron rotas nuevamente en sólo dos meses de 1992.

Vivir hoy

De tanto derrumbe y rompimiento, las ratas viven también en permanente zozobra. El cálculo oficial indica que en la urbe probablemente hay más ratas que habitantes: por lo menos -dice el informe de la municipalidad- hay una de ellas cada dos metros en zona denominadas "críticas".

La acción de los roedores se suma a las piquetas en la tarea de destruir la historia: varias bibliotecas valiosas y volúmenes del archivo de la nación desaparecieron en las fauces de los roedores.

Pero Buenos Aires no mira atrás. Trata de ir hacia adelante aunque no se se bien adónde. Cincuenta mil taxis circulan por sus calles de día y por la noche, de los cuales la mitad tienen falsa documentación.

Un millar de delitos ocurren en cada jornada, unos cinco mil chicos piden limosnas en la vía pública y otros tantos vendedores ambulantes suben y bajan de los transportes tratando de atrapar compradores para sus baratijas.

Por el barrio de Palermo asomarán con la oscuridad unos mil travestis con perfumes de seducción, siliconas y hormonas, para ejercer su doble vida: homosexuales de noche, hombres casados y con hijos durante el día.

Todo es parte de un inmenso concierto donde la clave es "vivir hoy", no importa ni el ayer ni el mañana.

28 - Viernes 7 de agosto de 1992

Melba Hernández

Leyenda y realidad de una heroína

José Dos Santos

Su figura está asociada con momentos cimeros de la más cercana historia de Cuba, de la heroicidad clandestina y el enfrentamiento directo al peligro, de los esfuerzos insurrectos y la obra de construcción socialista en uno de los planos más humanos, la solidaridad.

Melba Hernández es uno de los símbolos vivos de la patriota cubana contemporanea, la que arriesgó vida y bienes y sufrió pérdidas entrañables en la lucha antidictatorial y, luego, asumió cuanta misión hiciera falta, en su tierra o lejos de ella.

El fuego de la entrega total a su causa pudo más que el lóbrego calabozo desde el cual, en unión de otra heroína, Haydée Santamaría, soportó dolores y tormentos -propios y ajenos-sin claudicar a ideas que mantiene hoy tan firmes como entonces, aunque enriquecidas por una vida plena dedicada a la revolución.



El combate

Su nombre adquirió relieve de leyenda en la epopeya del Moncada. La segunda fortaleza militar del régimen de Fulgencio Batista, cuyo asalto, el 16 de julio de 1953 por revolucionarios encabezados por Fidel Castro, marcó el inicio de la lucha armada que llevaría al triunfo popular de enero de 1959.

Indispensable en muchos de los episodios que siguieron en el combate frontal por una nueva vida, se le vio, tras una amnistía que la liberó de la prisión, primero en el exilio y luego en la clandestinidad, en una febril actividad que culminaría con la victoria revolucionaria.

Entonces comenzaron para ella otros combates, los de la solidaridad con pueblos urgidos del amor y el sostén de hermanos distantes. Así comenzó a labrarse una nueva leyenda en la lejana Indochina, donde su nombre ha sido -y es- sinónimo de amistad, compañerismo y fraternidad sin fronteras.

Che Guevara y la solidaridad

En medio de la guerra, viajó con frecuencia a Vietnam, esa labor la mantuvo muy cerca del legendario Ernesto Che Guevara, a quien evoca con frecuencia.

"El Ché me enseñó a andar por esos caminos de la solidaridad, ha dicho, pero también a refrenar mi impaciencia, me ayudó a entender que el camino era largo y difícil, que había que andarlo al precio que fuera necesario, con la certeza de que la victoria siempre llegaba".

Un día, tras hablar con ella en su despacho durante un par de horas, la despidió diciéndole "mi buena compañera. Mi amiga. Recuerda que no puedes ser tan impaciente". Ella no imaginaba que esa sería la última vez que vería al Ché y que el gesto fraterno que tuvo -pasarle un brazo sobre los hombros y acompañarla al ascensor-, equivalía a un adiós.

Melba nunca le dijo al guerrillero heroico que tenía una ilusión: acompañarlo en luchas libertarias en otros lugares. "Siempre supe que se iría, también abrigué la esperanza de que me llevaría con él", confesaría más tarde.

Fue presidente del Comité de Solidaridad con Vietnam del Sur desde 1964, cuando era más cruenta la agresión de EE.UU, y participó en el Tribunal Internacional instaurado en Estocolmo, en 1967, para juzgar a los criminales de guerra norteamericanos.

Así se le vio en múltiples visitas al continente asiático, siempre vinculada a gestiones de amistad, que puso de manifiesto también durante la Asamblea Mundial por la Paz e Independencia de los pueblos de Indochina, en 1972.

Sus esfuerzos por la paz y el bienestar de otros pueblos se hicieron sentir en campañas relacionadas con Chile, Angola y otras naciones, tanto como representante de Cuba como personalidad cuyos méritos propios se han reconocido en foros internacionales, entre ellos el Consejo Mundial de la Paz, a cuyas labores activamente contribuyó hasta su nombramiento como embajadora en Vietnam, en enero de 1977.

Su acción en favor de otros, encarnando el espíritu solidario que caracteriza al cubano de estos tiempos, trascendió Indochina al asumir, en la década del 80, la secretaría general de la Organización de Solidaridad de los Pueblos de Africa, Asia y América Latina (Ospaaal).

Su actividad la llevó tan pronto a Siria, donde en 1981 se entrevistó con Yasser Arafat, como a Argel para una conferencia mundial sobre la Reunificación de Corea. Su verbo rápido y contundente, apasionado y definitivo, se apreció desde Congresos mundiales de mujeres hasta en gestiones mancomunadas para lograr la paz y la seguridad en Centroamérica y el Caribe: ninguna de las epopeyas contemporáneas le ha encontrado distante.

Condecorada en varias ocasiones por diversos gobiernos e instituciones y diputada al Parlamento cubano en su primera legislatura, la actual miembro del Comité Central del Partido Comunista y directora del Centro de Estudios sobre Asia y Oceanía constituye una leyenda viva de una heroína que ha hecho de la solidaridad una expresión profunda de su amor a la humanidad.



La cinematografía peruana

Entre la agonía y la esperanza

Jorge Talavera

Julio de 1992, un día como cualquiera después de casi dos años de ausencia, he recorrido el centro de Lima como en una historia de regreso intentando olvidarme del tiempo.

Los portales de Belén, Carabaya, Contumaza, Lampa son aquellas calles que se hallan ligadas a la cinematografía peruana y su historia. En ellas, recorría buscando amigos comunes, no solo de lazos fraternos, sino aquellos que nos une un mismo sueño, una misma pasión... el cine.

El centro de Lima es desde los inicios de esta industria en el Perú la cuna de todas las personas y empresas que se desarrollan en este campo, a pesar del descuido urbano existente y su problemática exageradamente creciente, nadie podrá negar que es aquí donde se hizo, se hace y se seguirá haciendo cine, en estas calles están las empresas distribuidoras, los cines, sus corporaciones, sus gremios, etc., y es más, donde día tras día, parte un motociclista llevando una copia de algún film hacia los cines, para seguir logrando la continuidad del encanto y la magia del septimo arte.

El cine es para nosotros todo, nuestro trabajo de día, nuestra expectativa de noche, el cine nos ha envuelto como algo propio de nuestra naturaleza. Hoy no estamos todos debido en su mayoría al problema economico que golpea nuestro país, en consecuencia, se cerraron muchas empresas y cines, las salas cinematográfica se convirtieron en bingos, salsodromos, galerías, almacenes o centros religiosos.

Nuestra industria no solo sangra, ahora agoniza lenta y dolorosamente, con pocos aires de esperanza, todos somos concientes de ello, errores hay muchos y sus soluciones hasta ahora sólo han quedado en las mesas de café. En fin, hoy los invito a ustedes a compartir con nosotros, nuestro mundo detrás del ecran, lejos de su butaca, por muchas razones, la más importante, sin Ud.el cine jamás hubiese existido.

Hablemos de cine

El cine es desde hace decadas el arte de nuestro siglo, desarrollado con las mejores técnicas de producción y siempre innovador, el septimo arte ha logrado marcar un hito en la historia de todas las generaciones.

Todos hemos vibrado con su magia, capaz de retener la atención del espectador y llevarlo desde su butaca como un testigo incondicional a un sinnúmero de aventuras, amores y sueños. Todos en alguna oportunidad hemos querido ser ese heroe del ecran, donde los imposibles no son realidad, si, amigos, todos hemos reido y hasta llorado con sus imagenes.

Para ello el cine creo para nosotros un indeterminado nu-

(sigue pág.22)

mero de producciones para todos los gustos de sus espectadores.

En nuestras memorias estan aquellos momentos cuando se apagan las luces, entre la expectativa del público, aquel instante en que el aire se llena de silencio y de pronto, comenzaban a abrirse las cortinas, como si aquellas fueran las únicas puertas que conducían al encuentro del Gran Mantel Blanco, quien siendo rey en la oscuridad, era endiosado por sus seguidores.

El cine ingresó a nosotros con sus mil héroes y mil aventuras; de "Flash Gordon", "Tarzán", "Ben Hurd", "Espartaco" a "Rocky", "Harry, el sucio", "Indiana Jones", enterneciéndonos con "La dama y el vagabundo", "E.T.", "La cenicienta", bailando al compás de "Fiebre de sábado por la noche" hasta "Baile prohibido", "Salsa". Recuerden cuando nos aterrorizábamos con "Drácula", "El exorcista", "El resplandor", o cuando mirabamos el mar con algo de temor por "Tiburón" o nuestras paredes por "Terremoto", como también están en nuestra memoria "Aeropuerto" o "Alien, el octavo pasajero". Pero esto no es todo, también hemos suspirado con "Lo que el viento se llevó", "Historia de amor" o "La laguna azul".

Así pues, el cine que pudo haber hecho reir a carcajadas con "La fiesta inolvidable", "Despedida de soltero" o "Los dioses deben estar locos", es también capaz de hacerlo llorar como "El campeón" o "Mi pié izquierdo".

Este séptimo arte es gradioso, capaz de todo, de causar polémicas, de disgustar sectores como "El ultimo tango en Paris", "La ultima tentación de Jesucristo". o retar a la historia como en "J.F.K." y hasta hacernos reflexionar como en "Al día siguiente".

Todo esto hace que cuando hablamos de cine recorramos nuevamente nuestra memoria, recordando que por ejemplo, antes ir al cine era como ir a una fiesta, hoy sólo esa continuidad del gran cine sólo es fácil de apreciar en EE.UU y Europa, donde el cine después de unos años de estancamiento vuelve a tocar las puertas de su glorioso pasado, pero no solamente como film, como por ejemplo "Batman", esta ya no es sólo una pelicula es también un conjunto de productos que se comercializan fuera de los alcances del cine, como ropa, música, dulces, logos, etc.



Fotograma de "La elección del amor".

El éxito de una película hoy día responde a sus previos estudios de marketing, en conjunto con el apoyo de otras industrias que lanzan sus productos con relación al film y una potencial campaña publicitaria millonaria.

Hollywood es ahora una industria de productos grandes capaces de introducirse en mercados ajenos al cine.

Pero también es cierto que todo lo que brilla no es oro, el cine también en determinados casos responde a intereses, hoy más que nunca politicos, el cine norteamericano sigue empeñado en difundir su fuerza [illegible] nunca perder, creando ene[illegible]gos y queriendo hacernos creer que un solo Rambo puede acabar con el ejército de un pais. En fin en esto el cine no deja de ser más que pelicula.

Hecho historia y viendo las realidades de nuestros paises no podemos dejar de señalar que existe una polaridad abismla de la cinematografia mundial, en los paises primermundistas es alentador su desarrollo y la tecnificacion siempre creciente con un cine exquisito, con producciones continuas, mientras que el otro, la cinematografia, golpeada por la crisis económicas de sus paises con producciones minimas e insignificantes en propor[illegible] de competencia con la de [illegible]ses desarrollados con listines y programaciones de peliculas de poca calidad, con uno que otro estreno importante, las cuales son traídas por empresas americanas que tienen la distribución en territorios latinoamericanas, en el cual existe una ola creciente de desaparición de cines y empresas comercializadoras de películas, tal es el caso de Perú donde su cartelera cinematográfica está plagada de títulos mediocres, cargados de violencia y sexo, al lado de este mal, se agregan los pésimos en que se encuentran las salas de cine, con proyecciones opacas, butacas descuidadas, servicios higiénicos pésimos (súmele que desde hace varios meses tienen restricción de luz y agua) que el error no es solo de los distribuidores y exhibidores, también son culpables las autoridades y espectadores por cuan-

to no exigen un cine de calidad, me atrevo a decir que el cine peruano es reflejo de la realidad nacional y cómplice de nuestro poco civismo y cultura.

La cinematografía peruana en su totalidad no ha tenido ninguna planificación, es más, ha tendido hacia el informalismo, arrastrando todos sus problemas, películas sin derechos, sin censura, hasta películas en re-estreno con otro nombre, una sobrevivencia fuera de la ley.

Por eso responsabilizo también a las autoridades, que no fueron capaces de reglamentar con eficiencia su cinematografía y cada vez más la están asfixiando. Perú no tiene una legalidad tajante con relación a la piratería de videos, allí o el vid[illegible] se adelanta o se estrena j[illegible]o con la película, una parodia increíble.

Además de todo estos males tenemos otro que hasta hoy no se toma en cuenta por los empresarios de cine, la carencia de profesionales en sus respectivos puesto laborales, la reiterada tradicional publicidad con arte de periódicos, spots en televisión y regalos de pases para ir al cine en radios y diarios, cualquier profesional capaz entendería que para lograr que nuestros cines tengan concurrencia debemos cambiar todos los esquemas que ya tienen cansado al publico.

Hoy el público de masa concurre hacia este tipo de eventos m[illegible] que por el productos, por s[illegible] publicidad, si a todos estos aspectos no le dan vital imporcia la agonizante cinematografía peruana tendrá un final que pasará desapercibido. Esperemos sus resultados, confío en que podamos evitar el hundimiento irrevocable del septimo arte en nuestro medio... ojalá que la función siempre pueda continuar.



Carlos Sánchez, cineasta peruano.

Distribución y exhibición de películas en Perú

Sobre asuntos financieros de la cinematografía no podemos dar por ahora informes concretos en razón de no contar aún con estadísticas completas y confiables.

Del año 1972 a 1982, es decir los últimos 20 años, debemos indicar que los resultados de los primeros años han sido mejores en razón de una mayor tranquilidad económica y social y haber contado con producciones cinematográficas en mayor cantidad y calidad, entre otros aspectos. Sin embargo, los rígidos controles estatales de los precios de las localidades, una censura sujeta a criterios antojadizos, y resoluciones incomprensibles que frecuentemente llegan a la prohibición, la restricción de pago a productores que provocaron un recorte drástico de la entrega oportunda por años de películas por parte del productor extranjero, la constante amenaza de estatización que tuvo su punto culminante en el llamdo proyecto Cine-Peru y la hostilidad a los integrantes de nuestro gremio durante los primeros años de la dictadura militar, que llegaron inclusive a la injusta detención de empresarios por el solo hecho de presentar una película que contaba con todos los permisos y rígidos controles de aquellos años, pero que el dictador fue convencido de que la película era un deliberado intento de ridiculizarlo, limitó las posibilidades de efectuar inversiones de infraestructura y mejoramiento de salas sembrando de una manera muy profunda desconfianza.

En los últimos tres años la situación se ha deteriorado sustancialmente, ahondándose muchísimo más en el presente año, por circunstancias que son innecesarias indicar. Hace tres o cuatro años el índice de asistencia era de dos veces al año por cada habitante, es decir, se recaudaba unos 42 millones de boletos. En el año 1991 esta cifra se ha reducido a apenas 0.6 veces (es decir un tercio de la cantidad anterior) al año por habitante, lo que da sólo 15 millones de boletos.

Los mayores valores relativos del boleto de admisión gracias a la libertad de precios, no compensan la drástica disminución de espectadores debido a la desmesurada e incontrolada subida de los costos operativos por alza de tarifas de servicios públicos, mayores impuestos, reducción efectiva de energía y apagones, costos más alto de los repuestos e insumos, etc.

La ocupabilidad de las salas es hoy un 10% y así resulta imposible romper siquiera el pun-

9209226

to de equilibrio, los costos insumen más de 70% de los ingresos y el distribuidor recibe el saldo de casi 30%. Hoy sólo algunas distribuidoras americanas están presentando una cierta variedad de películas.

Conclusiones

Aspectos financieros y económicos

a- La crisis económica general es uno de los factores más importantes de la crisis cinematográfica.

b- Las dificultades económicas y los elevadísimos derechos de aduanas, que consideraron "suntuarios" el equipamiento de las salas cinematográficas, han impedido afrotar la necesaria inversión para el mejorameinto de la infraestructura, salas, equipos de proyección y audio, comodidad, seguridad y mejores atractivos para el espectador.

c- Es necesario realizar un estudiuo para favorecer la presentación de películas de mejor calidad, alentando e ideando mecanismos de apoyo al distribuidor, que permitan resolver los elevados costos de importanción y presentación de toda obra cinematográfica.

d- La reactivación de la cinematografía en Perú tiene que buscar soluciones propias, ya que la sola recuperación económica del país no conllevará necesariamente a la solución de nuestros problemas.

e- El sector exhibición-distribución comparte plenamente el criterio de la producción, de la necesidad de la creación de un fondo financiero que permita una mayor realización de películas nacionales, mejora de la infraestructura de las salas existentes, así como la creación de nuevas.

f- Gestionar el mejoramiento de las tarifas de los servicios públicos, eliminando aquellos gravamenes adicionales al propio consumo y reclamando también un tratamiento especial que permita cumplir con las funciones cinematográficas.

g- La comercialización de las películas cinematográficas deberá cumplir con los periodos de tiempo o ventanas establecidas mundialmente entre salas de cine, alquiladoras de video doméstico, televisión por cable y televisión de señal abierta, lo que permitirá el ordenamiento y correcta distribución de los ingresos económicos para cada formato.

Infraestrutura y circuitos

a- Gravitan sobre las salas altas cargas impositivas, elevadísimos costos de los servicios públicos, carencia de energía eléctrica y la inseguridad ciudadana.

b- deficiente infraestructura de locales y equipamiento. Es urgente la modernización de las salas, actualizando el equipamiento. Es urgente la modernimiento a niveles técnicos actuales.

c- Emprender campañas de promoción que imaginativamente atraigan la asistencia de público a los cines.

Circuitos de video de alquiler

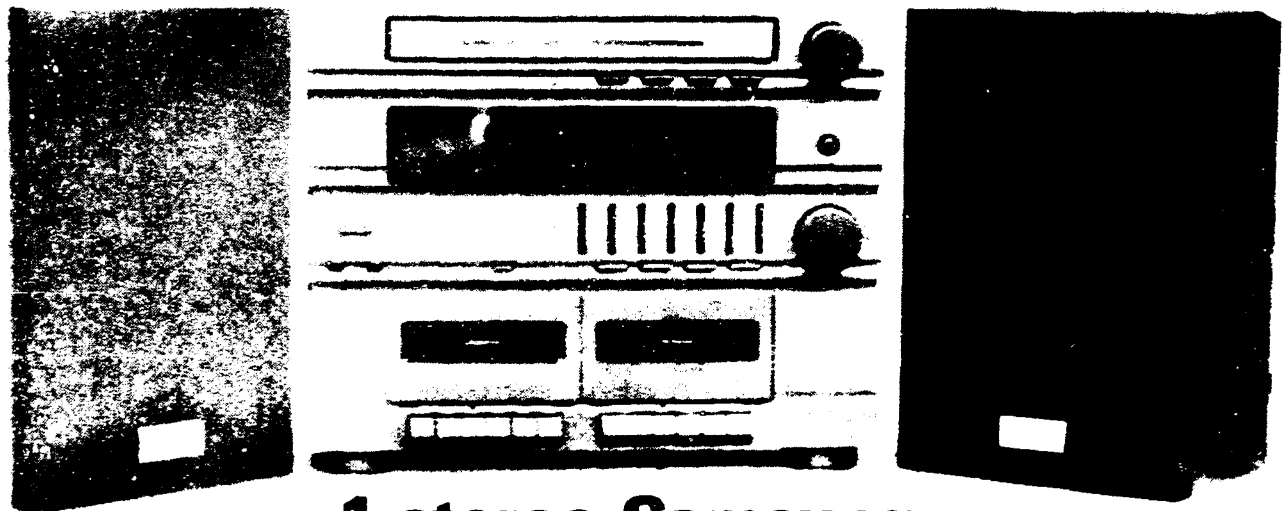
a- Demandar el estricto respeto de las llamadas "ventanas" o periodos de tiempo que los comercializadores de video doméstico legal deben respecto de la presentacion de películas en las salas cinematográficas. Estas "ventanas" se ciñen al siguiente orden:
Presentación de salas de cine; comercialización en video doméstico; trasmisión por el sistema de televisión por cable; y trasmisión por televisión en señal abierta.
Demandar de la TV en sus diferentes modalidades el cumplimiento de estas "ventanas" respecto de las salas de cine y de la comercialización en video. Solamente el productor o el legitimo propietario de los derechos tiene la capacidad de modificar el orden antesdicho.

b- Detener la comercialización ilegal por parte de las alquiladoras de video de los títulos de sellos o casas productoras extranjeras que se han establecido.

c- Alertar a las autoridades para que abstengan de otorgar licencias para operar los llamados video-cámaras, modalidad no aceptadada por los productors o legitimos propietarios de las obras cinematográficas.

liberación
SORTEO REVANCHA

Usted que no participó en el sorteo anterior ahora tiene la oportunidad de hacerlo y ganar.
Toda persona que se suscriba por el período de un año entre el 1o. de junio y el 31 de agosto del año en curso participa de un sorteo que tiene como primer premio:



1 stereo Samsung

2o., 3r. y 4o. premio - **1 videocasett en español**
5o. a 10o. premio - **1 disco compacto**

La lista de los participantes será publicada el día 11 de setiembre y el sorteo se realizará el día sábado 19 de setiembre en lugar a decidir.
Gane con Liberación!

Nombre .... No.Postal ....
.... Ciudad ....
Calle .... País ....
Teléfono ....

Dentro de Escandinavia, deposite el cupón en cualquier buzón de correos. Los interesados en el **RESTO DEL MUNDO,** deben enviarlo en sobre cerrado a:
LIBERACION
Box 18040
200 32 Malmö SWEDEN

En Escandinavia
Ud.recibirá un Post Giro para realizar el pago correspondiente a su suscripción.
En el Resto del Mundo
Ud.debe enviar un Giro Postal a LIBERACION

En Escandinavia

1 año	250 Skr
6 meses	150 Skr
3 meses	90 Skr

En el resto del mundo

1 año	350 Skr
6 meses	200 Skr

(*) O su equivalente en dólares

Kan sändas ofrankerad inom Norden Liberación betalar portot

SVARSPOST

liberación
KUNDNUMMER
76450 00 6
S - 200 32 MALMÖ
SVERIGE

- 9209226

Fuerte baja en venta de armas a Tercer Mundo en 1991

Jim Lobe

WASHINGTON. La venta de armas al Tercer Mundo cayó fuertemente en 1991, aunque EE.UU emergió como el principal proveedor de estas a los países pobres por segundo año consecutivo, según un informe del Congreso norteamericano divulgado el pasado 21 de julio.

El Tercer Mundo compró en 1991 24.700 millones de dólares en armas -40% menos que en 1990- y el nivel más bajo desde mediados de la década de 1980, según el documento divulgado por el Servicio de Investigaciones del Congreso.

De acuerdo con el autor, Richard Grimmet, algunas causas importantes de la baja fueron el embargo de Naciones Unidas contra Irak, un importante comprador de equipo bélico durante la década pasada, así como la marcada disminución de las ventas de la ex URSS, China y Francia.

Las ventas de armas estadounidenses el año pasado sumaron 14.100 millones de dólares -cerca de 5.000 millones menos que en 1990- pero todavía representaron 57.4% de todas las ventas de armas al Tercer Mundo en 1991-, señala el informe.

Además se destaca el papel de Washington en la guerra del Golfo Pérsico, que pareció impulsar las ventas.

Sin embargo, el grueso de todos los acuerdos sobre armamento con países subdesarrollados -cerca del 76%- fue con sólo tres naciones: Arabia Saudita, Corea del Sur y Egipto. El trabajo también determinó que Washington hizo 50% de todas las ventas de armas a Medio Oriente entre 1988 y 1991.

Los nuevos acuerdos estadounidenses de transferencia con Arabia Saudita, el principal receptor de armas del Tercer Mundo, sumaron 5.600 millones de dólares, más que todas las ventas hechas por la ex URSS al Tercer Mundo el año pasado.

Riyad mantuvo su posición como el principal comprador de armas del Tercer Mundo al adquirir 7.900 millones de dólares en equipo en 1991. Desde 1994 hasta el año pasado Arabia Saudita firmó acuerdos de armamento por 67.700 millones -casi un tercio de todas las ventas a países subdesarrollados durante ese período.

Otros compradores importantes fueron Afganistán (1.900 millones), Irán (1.500 millones), India (800 millones), Egipto (700 millones), Siria (600 millones), Cuba y Taiwán (500 millones cada una), Myanmar y Libia (300 millones cada una).

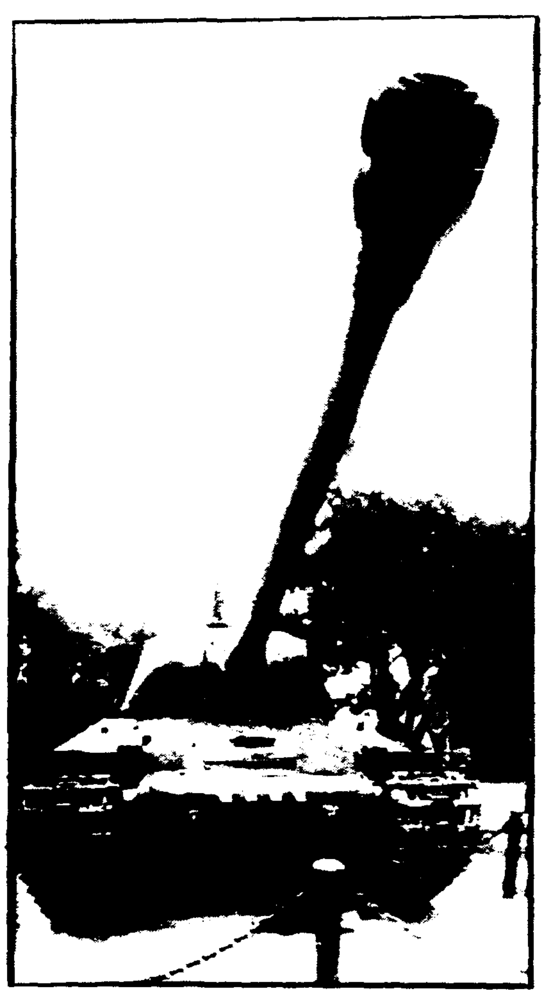


FOTO: Raúl Fajardo

A pesar de la liquidación de sus FF.AA. Rusia no ha logrado colocar sus armamentos en el Tercer Mundo.

La venta de equipo militar soviético cayó a 5.000 millones en 1991 con respecto a los 11.800 millones del año anterior. Este fue el quinto año consecutivo de disminución de las ventas de armas de la ex URSS.

Washington desplaza a Moscú

Hasta 1990, cuando fue desplazado por Washington, Moscú era el principal proveedor de equipo bélico al Tercer Mundo que en 1986 llegó a vender 29.800 millones de dólares, señala la investigación.

Desde 1988 los receptores de armas soviéticos han registrado bajas en el valor de sus nuevos acuerdos con Moscú. Irak, anteriormente el mejor cliente, bajó 88.5% en el período 1988-1991 con respecto a los tres años previos.

Con Siria sucedió algo similar, mientras que Angola, India y Vietnam redujeron sus pedidos casi 50% en el mismo período. Cuba, un cliente tradicional, no ha firmado un nuevo acuerdo con Moscú desde 1987.

EE.UU y la ex URSS han dominado las ventas de armas durante la última década, y sumaron 63% de todos los negocios con el Tercer Mundo desde 1984.

Otras naciones involucradas de manera importante en la venta de este tipo de equipo son Francia, Gran Bretaña y China, pero también sufrieron bajas en 1991, indica el informe.

China, cuyas ventas al Tercer Mundo sumaron en 1987 casi 5.500 millones de dólares, sólo vendió 300 millones en 1991 y por ello cayó de cuarto al octavo lugar entre los vendedores de equipo bélico a las naciones pobres.

Su pobre rendimiento en 1991 se debió en parte a la preferencia de Irán por los productos chinos y a la falta de nuevas órdenes de clientes tradicionales como Pakistán.

Los cuatro principales proveedores de Europa occidental sumaron en 1991 cerca de 11.4% de las ventas mundiales de armas, lo que representó una baja con respecto a 1990 cuando lograron obtener 12.9% del mercado.

Mientras que Gran Bretaña y Alemania aumentaron ligeramente sus ventas el año pasado, Francia bajó de 3.300 millones en 1990 a sólo 400 millones un año después, al tiempo que los contratos italianos pasaron de 210 millones a virtualmente nada en 1991.

El informe destacó que las reducciones en los presupuestos militares domésticos han provocado nuevas presiones sobre los fabricantes de armas para conseguir clientes en el exterior, sin embargo al mismo tiempo los compradores enfrentan presiones encontradas.

Aparte de los ricos Estados petroleros, como Arabia Saudita e Irán, y las naciones del este de Asia, la mayoría de los compradores del Tercer Mundo carecen de efectivo o del crédito necesario para comprar armas costosas.

Otros problemas de los fabricantes de armas son la presión posterior a la guerra del Golfo de los gobiernos occidentales para limitar las ventas de armas y las sugerencias de agencias internacionales, como el Banco Mundial, de tomar en cuenta los inflados presupuestos de defensa a la hora de considerar sus préstamos.



Augusto Roa Bastos

"Vigilia del Almirante", un retrato de Colón desde la otra orilla

Roa Bastos salva del fuego un viejo manuscrito y regresa a la novela tras varios años de silencio

Trinidad de León-Sotelo

El libro no es una reconstrucción histórica, la novela es de aventuras con toques escabrosos, el final es sorprendente y al protagonista, Colón, no se le llama por su nombre. Estos son cuatro de los apuntes que Augusto Roa Bastos puede avanzar sobre su nueva novela, "Vigilia del Almirante", que estará en librerías antes que termine este traído y llevado año 1992. El autor ha escrito 350 páginas en un plazo extraordinario: apenas dos meses.

En realidad es el tiempo que se emplea en copiar un manuscrito", admite, pero achaca la rapidez a la necesidad que sintió de escribir.

Desde 1974, año en que se publicó "Yo el supremo", tenía en su haber tres novelas no publicadas y otras, "El fiscal", que hoja a hoja arrojó al fuego. Muchos lo lamentaron, pero él no se arrepiente, porque a pesar de haber trabajado en ella durante cuatro o cinco años piensa que nació fallida y en esos casos lo mejor es no conservar el original, con el fin de que no acabe convirtiéndose en un elemento perturbador. La verdad es que exigente es donde los haya, porque de "Hijo de hombre" hizo una primera versión que destruyó, si bien, en este caso, al cabo de los dos años retomó el argumento y acabó el libro en cuatro meses. Con "El fiscal" fue más drástico, no sólo porque no estuviera satisfecho desde un punto de vista literario, sino "porque el mensaje sonaba a desmoralizador". En este libro hacía un juicio de la sociedad paraguaya -"la mía"-, pero no siempre es tan drástico quemando las naves como Cortés.

Prueba de ello, esta "Vigilia del Almirante", con cuyas primeras notas tomadas de algunas lecturas -"no había texto"- se tropezó al regresar a Paraguay tras los 40 años de exilio que vivió mientras el dictador Stroessner tuvo el poder absoluto. Roa confiesa que quien busque en su libro la novela de Colón quedará frustrado. Asegura que el tiempo que ha estado escribiendo se ha sentido acompañado por España e Iberoamérica. No obstante, tiene muy claro que esta obra no habría podido ser escrita por un español o un italiano: Su facilidad la basa en el hecho de que trabaja con la perspectiva de "hablar de alguien que no es de la familia".

Presentar a un determinado Cristóbal Colón no de la temor. "Lo humanizo. No hago un pastiche, ni una caricatura. Hay algo de humor, pero el tema está tratado en serio. De todos modos, si la libertad del creador produce escozor no es asunto suyo", confiesa. Niega rotundamente que el V Centenario haya forzado la existencia de este libro, aunque tocado el asunto explica que en la atmósfera que ha propiciado el aniversario él ha tomado partido a favor de lo hispánico. Dentro de un terreno que tanta polémica ha despertado, él sugiere que su nuevo libro también generará opiniones diversas. Pero eso no le preocupa. Lo importante es poder decir que ha escrito como si estuviera solo en el mundo.

Declara que escribir este libro -dice o doce horas diarias frente a frente con el poder de la creación- le ha hecho sentirse feliz. Desde luego, se entusiasma hablando de él -muy lejos la vanidad- e incluso se refiere a un final sorprendente y a la existencia durante toda la novela de un paralelismo entre don Quijote y Colón, "hasta el punto de que acaban pareciéndose". Ha querido dar humanidad a un ser a través de una aventura dramática y placentera hasta la que le ha conducido "ese friso antiguo en el que los hispanoamericanos tenemos nuestra historia".

A ese alguien, cuyo nombre no se menciona en ninguna página, lo ha contemplado desde América, "con la visión de los que vamos a ser descubiertos, porque puedo imaginarme entre los que van a recibir a los señores que llegan". Puntualiza que no se trata de una reconstrucción histórica, sino de transformar a un hombre a quien la historia nos presenta como un ser monolítico. "La transformación no implica la pérdida de identidad, y a mí como novelista no me interesa el personaje lleno de máscaras, de inmutabilidad pétrea, sino la metamorfosis. Tener la posibilidad de darle espesor existencial a los personajes y a los acontecimientos. De entre los primeros quizá un ermitaño sea el que se conserva más como personaje auténtico", dice.

Roa inventa los viajes de Colón a través de varios narradores, la historia reinventada que ha creado es, también, "una novela de aventuras bastante escabrosa". Y pone como ejemplo, la desnudez de los indígenas que produce un choque con la moral inmemorial de los descubridores. Le parece que éstos últimos fueron, en realidad, los conquistadores, los colonizadores y los cronistas. "Colón murió sin saber lo que había descubierto, y eso debe ser un drama espantoso, no me gustaría estar en su piel", afirma.

En el Almirante ha buscado la encarnadura humana del personaje, el hombre que tiene como misión fundamental descubrir, pero, sobre todo, el que vive el momento que separa la Edad Media de la Edad Moderna.


FOTO: Víctor Vidal

El Pildammspark se vestirá de fiesta con la participación de importantes figuras del mundo artístico

Fiestas populares contra el racismo

MALMÖ. En la tarde del próximo 13 de agosto en el Pildammspark de esta ciudad se realizará una gala de artistas en el marco de las denominadas "Fiestas Populares contra el racismo".

Como ya es tradicional, todos los años a esta altura del calendario, se efectúan estas actividads que logran reunir gran cantidad de público que disfrutan de las alternativas musicales y otras expresiones artísticas junto al deleite de las comidas típicas de las diversas organizaciones de inmigrantes que participan del evento.

Los organizadores

Los organizadores de la actividad contra el racismo en Malmö, fueron miembros de la asociación Mångfald, dirigidos por Håkan Dennersten, quien junto a un grupo reducido de otros activistas antirracistas han unido todos los hilos de esta gala. Auspician la jornada contra el racismo: Televerket, SAS, Frutex, Spendrup, Dagab, Malmö Kulturstödsnämd y el semanario LIBERACION.

El grupo de trabajo promueve para que todas las culturas puedan acercarse entre sí un poco más y tiene la esperanza de que esta actividad en el Pildammspark pudiera dejarle algunos recursos para realizar una campaña de información contra el racismo, dirigida fundamentalmente a las escuelas primarias y los fritids, tratando de influir en los niños y los jóvenes para despertar la solidaridad hacia los extranjeros y la lucha contra el racismo en esa edad donde se construye parte importante de la personalidad del individuo.

Quiénes participan?

Entre los participantes a esta gala contra el racismo estará al cantautor sueco Mikael Wiehe, un artista muy solidario con los inmigrantes, que con esta partipación completa más de 300 actuaciones de apoyo en el curso de sus más de 20 años de carrera artística.

También participarán en la actividad del Pildammspark, la banda "Bombyces Bryggeri", "Mundo Folk", "Trópico-Show", "The Sinners", Gizela y Kjell Edstrand, Samir Hajdari y el grupo de arte "Inerart", entre otros.

El público que asista podrá disfrutrar por espacio de mas de cuatro horas, a partir de las 19 horas, de buena música y el olor a pintura fresca, proveniente de algunas telas que pintará el grupo de arte "Interart" y en medio de esto el aroma exótico de los choriZos y las brochettes, atentando contra toda ordenada dieta.

Los sentimientos de un hincha de Santiago Wanderers

Recuerdos de Valparaíso... o de la infancia

Verdejo

Cuando yo era niño quise siempre tener una pelota de fútbol. Me acuerdo que hasta le escribí una carta al viejo pascuero. Tantos eran mis deseos.

La verdad era que yo no creía para nada en el cuento que había un viejito que le trajera cosas a los niños, porque a mi casa casi nunca venía.

La carta decía más o menos así: Querido viejito pascuero, por favor traéme una pelota de fútbol de cuero, de las oficiales (esto lo escribí bien clarito, no fuera cosa que me saliera con una de plástico, como le había sucedido al Pelao algunos años antes). Yo me porto bien (le tuve que mentir un poco, de otra manera el viejo no sólo no me mandaba la pelota, sino me p[illegible]a mandar hasta preso. M[illegible]y viejito pascuero sería, pero no podía darse el trabajo de ir casa por casa a averiguar como se portaba uno).

Terminé la carta saludándolo muy cordialmente; después la puse dentro del sobre y le pegué una estampilla que le había robado al guatón Encina de su colección una vez que me invitó a su casa, para puro cachiporrearme de su bicicleta y de su pelota, que se la dejaban sacar a veces y sólo cerca de la casa y cuando el guatón se enojaba se marchaba llevándose la pelota en medio del partido, entonces a uno le daban ganas de llorar de la rabia y de las ganas de correr detrás del guatón d[illegible]ierda y elevarlo de una pata[illegible] en el poto, cosa que no podía hacer porque el guatón tenía unos hermanos el doble de grandes y gordos.

Yo una vez no aguanté la rabia y le tomé la pelota y se la tiré a la quebrada. Fue una delegación de guatones a acusarme con mi papá, menos mal que no estaba y mi mamá cómo andaba siempre tan apurada se le olvidaban las cosas, claro que a los guatones no se les olvidó y anduve como un mes corrido.

Echar la carta al buzón de correo que quedaba como a seis cuadras de mi casa fue otra odisea, no podían verme ninguno de los cabros, sabía que si me pillaban mandandole cartas al viejito pascuero me iban a agarrar un poquito p'al gueveo.

Mientras esperaba la Pascua jugaba pichangas en la plaza de mi barrio que lo único que tenía de plaza eran unos oxidados soportes de columpios.

Cuando se nos rompía la pelota de trapo íbamos donde mi abuelita que nos hacía unas muy firmes y buenas. Nadie las hacía mejor, se había especializado la pobre vieja después de crirar tantos hijos y nietos. Claro que le ponía harto color y se demoraba, entonces yo le decía: "Ya pués abuelita, apúrese". "Mira chiquillo de porquería", me contestaba mientras me apuntaba con un dedo largo y flaco, "si seguís molestando no te hago ninguna lesera".

Pero por muy buenas que fuesen las pelotas de trapo, se rompían. Por las noches yo soñaba que era jugador de Wanderers y que tenía mi linda pelota oficial. Que metía goles y que mis compañeros de equipo me llevaban cargando sobre los hombros. Que ganaba dinero y que llegaba con un camión de pelotas de fott-boll y que las repartía entre todos los niños. Mi mamá salía asustada y corriendo de la casa al inmenso barrullo y yo le decía: "ya vieja sácate el delantal que nos vamos de compras p'al plan". El único que pagaba las consecuencias de mis sueños de grandeza era mi hermano menor que dormía a mi lado y quien amaneció muchas veces debajo de la cama.

Yo creo que nací siendo hincha de Wanderers. No nos perdíamos ningún partido.

Aprendía a cantar el himno, que los hinchas de Wanderers me pedían a cada rato a cambio de una papaya y una sandwich de mortadela con ají. Como fuera entrábamos a la cancha; vendíamos huesos, fierros y vidrios por kilos. Se los llevábamos a un viejo que nos pagaba re-mal. Un día yo le comencé a sacar botellas por la parte de atrás del sitio, la idea estuvo buena hasta que el viejo nos descubrió y nos echó los perros, a mi me agarró uno por el poto, se quedó con un pedazo de mi pantalón en el hocico. Al Pencho le fue mal porque le mordieron la canilla. Lo llevamos donde la tía Margarita que le echó un poco de parafina, por suerte no era mucho y colorín colorado a seguir corriendo tras la pelota, a seguir raspando un pedazo de vela sobre una tabla para deslizarse sobre ella calle abajo.

Nosotros jugabamos a pata pelá, los zapatos eran para la escuela. Descalzos volábamos con el viento que nos empujaba, riéndonos a carcajadas.

Ahora cuando les cuento a mis hijos estas cosas me miran tristes. "Papá, nunca tuviste una pelota, ¿tan pobres eran?". Tan pobres eramos. Cómo explicarles a mis hijos que yo a pesar de no haber tenido tantos juguetes fue un niño feliz, porque tuve en compensación tantas cosas sencillas y que cuando me regalaron algo lo aprecié como un tesoro más de los que ellos ahora se alegran con los juguetes carísimos.



Yo nací y me crié en un barrio obrero, hincha de Wanderers y sigo siéndolo, aunque la vida me ha dado más de lo que soñé, nunca voy a olvidar eso. Por eso cuando me entra la pena y la nostalgia y me acuerdo de mi barrio y de los cabros, pienso que talvez puedo yo hacer algo por mi equipo ahora que tanto nos necesita.

Yo sé que todos los cabros estarían de acuerdo conmigo, el Patas de Oso, Chapita el Mono, el Flaquito y hasta el guatón Encina estaría conmigo, porque aunque la vida nos separo a todos por distintos caminos, de algo estoy seguro, siguen siendo wanderinos.

José Berná estuvo exiliado en Suecia en los primeros años de la década anterior, y durante ese período tuvo una intensa actividad política, que además fue muy rica en varios planos, destacándose en ser uno de los más entusiastas fundadores de LIBERACION.

En esta oportunidad, Berná realizó una visita relámpago a Suecia, ocasión que aprovechamos para que conociera las instalaciones y maquinaria del complejo poligráfico que constituye el colectivo que realizamos este medio de prensa, a la vez que nos brindara algunas opiniones de su labor al frente de la radio.


FOTO: Víctor Vidal

José Berná, dirigente del Movimiento 26 de Marzo y director de Radio 36 Centenario, de Uruguay, visitó nuestras instalaciones

Una radio no sólo de su movimiento sino de toda la izquierda

Washington Vique

MALMÖ. En los últimos días de julio visitó las instalaciones de nuestro semanario, José Berná, director de CX36 de Montevideo y dirigente del Movimiento 26 de Marzo, con quien platicamos acerca de la realidad política del Uruguay y el papel de los medios de difusión.

La izquierda y los medios de prensa

El papel de los medios de prensa en la labor de difusión de las ideas, en lo organizativo y en la cotidiana lucha política e ideológica, es insustituible como herramienta fundamental, en el plano de la propaganda para una organización política. Y hoy, en Uruguay, contrariamente a las necesidades, se cierran medios de prensa en la izquierda nacional, en medio de una confusión y una incertidumbre, propias de quienes eligieron el cambio del reformismo y abandonan las ideas revolucionarias.

Y es precisamente en este momento que el 26M hace un esfuerzo y compra una radioemisora de alcance nacional. En ese sentido, Berná nos dice que Radio 36 Centenario, que tiene un slogan que reza: "La radio que usted quiere", es una emisora antigua y de prestigio en el medio radial uruguayo, que ha transformado su perfil político, donde conviven planteos de los distintos sectores de la sociedad. Ejemplo de ello lo constituyen las distintas programaciones emitidas. La audición "Vanguardia nacional" está dirigida por Luis Colotuzo, de origen blanco (Partido Nacional).

También está la audición de Germán Araujo, senador nacional frenteamplista -quien fuera director de CX30 Radio Nacional, de clara postura antidictatorial y de izquierda durante la dictadura militar uruguaya- de importantísimo prestigio en el Uruguay, que junto con la audiencia del 26 de Marzo se emite diariamente. El 26 de Marzo tiene una parte mayoritaria de la programación de la radio.

"La tarea de dirigir un medio de difusión no sólo del 26 de Marzo, sino de toda la izquierda nacional, es una labor que posibilita presentar batalla a todos los medios de la reacción", afirma Berná, quien continúa diciendo que "recogemos la experiencia de toda la difusión anterior de la izquierda, haciendo un medio más competitivo".

Trabajo de cooperación con "La Juventud"

"En la radio le damos mucha importancia a los servicios informativos de la realidad uruguaya y el mundo, y ahora a partir de la transformación del semanario 'La Juventud" en diario -lo cual ha conmocionado a la opinión pública nacional de la izquierda- ha aumentado la cooperación de ambos medios de prensa", señala Berná.

"De hecho se coordina por intermedio de periodistas que trabajan en los dos medios. En el plano económico hemos logrado un Departamento Comercial único, que se encarga de la venta de publicidad en un lucha desigual, ya que los poseedores de los medios de prensa grandes marginan a los dueños de los medios alternativos", nos comenta José Berná, que en pocos días m ás volverá a su labor en el Uruguay.

Rebajas para estudiantes en viajes en tren

A partir del otoño será más barato viajar en tren para ciertos estudiantes. Se trata de aquellos que reciben préstamo de estudio (studielån).

Estos recibirán una tarjeta de Central Studiestödsnämnden (SCN). La tarjeta dará derecho a viajar a mitad de precio en las llamadas "salidas negras" en contraposición a las rebajadas "salidas rojas". Desde el 1o. de setiembre aquellos que viajen lunes a jueves y sábados tendrán un 25 por ciento más de rebaja en el precio de estas "salidas negras". Además se volverá a imponer el sistema rebajas a estudiantes en las "salidas rojas". Aquellos que estén dentro de las normas imperantes, podrán adquirir su billete a medio precio.
Pero cerca de 70.000-75.000 estudiantes no se verán beneficiados por el nuevo sistema. Se trata de aquellos que financian sus estudios trabajando a medio tiempo y por lo tanto no son pasibles de recibir préstamo para estudios.

Paquete económico de otoño provoca problemas

El paquete de medidas económicas para el próximo otoño ha ocasionado problemas entre los partidos que conforman el gobierno.

Estas medidas complementarias arrancan del estudio efectuado en el mes de marzo, donde los cálculos se extienden hasta 1997. La reducción impositiva prevista ha sido puesta en tela de juicio por el Partido Liberal y los demócratas-cristianos, los que consideran que no hay espacio para tal reducción impositiva. El Partido del Centro tiene prácticamente las mismas consideraciones y los conservadores se ven en una difícil situación. El titular del nuevo ministerio de Impuestos, Bo Lundgren (conservador), debió ajustar sus ambiciones de 10.000 a 6 - 7 mil millones anuales. Cada corona que se reciba de menos por impuestos reducidos deberá a su vez ahorrarse del presupuesto general, o sea el previsto por la ministro de Finanzas, Anne Wibble.

Todo pronto para las negociaciones

La comisión de la Comunidad Europea que se encargó de recibir la solicitud sueca de ingreso al organismo europeo, dio la bienvenida a Suecia para iniciar el proceso de negociaciones.

En el documento liberado el viernes pasado, la comisión señala que Suecia "debe abandonar su neutralidad tradicional" y sin impedimentos alinearse en la unión europea -inclusive en la política exterior, de seguridad y en una futura política de defensa.
El tono de la nota denota mayor exigencia. Tras lo acaecido en Dinamarca con el referéndum sobre Maastricht, la comisión dejó claro que se quiere que los nuevos miembros prometan, para decir de alguna forma, que "se quedarán sentados tranquilos en el bote". Es decir, que los nuevos miembros deberán adherir al acuerdo de Maastricht y eviten más sorpresas del tipo de la danesa.

El vice presidente de la comisión, Frank Andriessen, subrayó en una conferencia de prensa posterior, que "comprende la unión económica y monetaria, así como en su totalidad, evidentemente, la política exterior, de seguridad y probablemente una política de defensa común".
Suecia deberá dejar de decirse neutral.

Según el representante de la Comunidad, en realidad las negociaciones formales darán inicio en 1993, pero los aspectos previos ya podrán iniciarse en este otoño.
Antes que la CE pueda iniciar las conversaciones formales debe resolver dos asuntos importantes: la ratificación por parte de los países miembros del tratado de Maastricht y la adopción de un nuevo presupuesto para la comunidad.

Carl Bildt, el primer ministro, señaló estar muy conforme con los términos del anuncio de la comisión de la CE. Bildt



señaló que los puntos remarcables que pueden generar más dificultades se refieren al monopolio sobre el alcohol. En cuanto a política agrícola y regional, el primer ministro no ve diferencias profundas a salvar. Sobre política exterior y de seguridad Bildt no encuentra tampoco objeciones.

Pero es sobre estos temas que el debate interno en Suecia puede reavivarse, inclusive dentro de los partidos del gobierno. El líder del Partido del Centro señaló que en cuanto a la seguridad, Suecia debe bregar por una situación estable en el Norte de Europa y que para ello la mejor forma es la de continuar dentro de un marco libre de alianzas dirigido a la neutralidad.

Para Ingvar Carlsson, dirigente socialdemócrata, la nota de la comisión de la CE es positiva y atacó en contrapartida al gobierno de Carl Bildt por "debilitar la posición negociadora de Suecia" y crear confusión al vertir opiniones contradictorias en el tema de la política exterior y de seguridad.

Para que Suecia abandone definitivamente su tradicional política de neutralidad, se requiere una decisión parlamentaria, ya que el término se encuentra todavía en la resolución del legislativo sueco del 12 de diciembre de 1990, sobre la solicitud de ingreso de este país a la CE.



Compañero inseparable del hombre americano

Maíz, sustento de vida

El maíz significa vida. Un antiguo escrito proveniente del pueblo Tlatelolca dice: "aquí está nuestro sustento, el sostén de la vida, el maíz". Este cultivo de vital importancia para las culturas latinoamericanas, es una planta gramínea, conocida en botánica con el nombre de Zeas-Mays.

Ana Isabel Altamirano

Se constituye de un solo tallo grueso que, según las especies alcanza de 1 a 5 metros; tiene una serie de divisiones transversaces uniformes de las que salen hojas largas puntiagudas, de color verde esperanza; son ásperas por el borde dejando ver varias nervaduras estrechas y salientes, contienen además los botones de las flores femeninas, formando una serie de borla o barba sedosa y rubia, mientras que la flor masculina se encuentra como un plumero o ramillete de largos hilos con escamillas que contienen el polen, el cual cae sobre las estigmas de las flores femeninas, de manera que cada grano de polen fecunda una flor y así se convierte en espiga llamada mazorca, que es el fruto de la planta.

La raíz de la planta es fibrosa y tiene la particularidad de que los filamentos nacen antes que la parte inferior del tallo penetre la tierra, para que así quede sujeta y resista la acción del viento.

Se calcula que hay más de mil variedades de maíz, que se han agrupado de acuerdo a las características del cultivo: maíz tempranero, de cuarentena, de temporal etc. O según las características del grano.

El grano de maíz nos proporciona almidón, que se utiliza como materia prima para obtener azúcar, melaza, vinagre, ácido láctico, seda artificial, jaleas, mieles, aceites, etc. El germen proporciona a su vez, aceite de gran utilidad en la fabricación de jabón, glicerina, cosméticos, lacas, caucho, etc.; también se usa maíz en la preparación de la cerveza, alcohol etílico y en la destilación de whisky y chicha.

Las harinas se utilizan en la preparación del almidón, colorantes, jarabes, y muchos otros productos industriales. Uno de los usos más importantes del maíz, es la elaboración de harina y masa de maíz, y a partir de estas cientos de platillos propios de la idiosincracia latinoamericana.

Un compañero insepable

Desde hace milenios, el maíz ha sido un compañero inseparable del hombre americano. Su potencial alimenticio y su sentido cultural forman parte indivisible del desarrollo y alma de los pueblos de este continente desde las ocupaciones originales y hasta nuestros días.

En la Península de Yucatán y parte de América Central, se desarrolló la cultura de los pueblos mayas. Según la tradición de este pueblo, el origen del hombre está ligado al maíz. Se creía y se cree que los dioses crearon a los primeros cuatro hombres con maíz amarillo y maíz blanco, de maíz también crearon a las primeras cuatro mujeres y juntos conocieron el mundo y engendraron las primeras tribus.

El maíz fue convertido en dios yukaax, el joven dios del maíz y los campos, fue uno de los doce dioses más importantes para el pueblo Maya.

"El maíz nuestra carne", es una expresión azteca que nos muestra la importancia de esta planta. Entre los restos encontrados en pequeñas aldeas en el Valle de México, hay pedazos de comales; por ellos se cree que hace dos mil trescientos años se cocían tortillas.

La presencia del maíz se refleja también en el desarrollo de asentamientos rurales en Centroamérica. El cultivo en pequeña escala le ha permitido a los campesinos mantener una fuente tradicional de ingresos. La utilidad del maíz como alimento animal es la base de la economía de subsistencia que los labriegos han logrado mantener a través de los años.

Sin embargo, la política económica de ajuste estructural que impulsan los gobiernos del área pone en entredicho la vigencia del sector campesino como elemento importante de la economía y con ello también cuestiona la práctica milenaria del cultivo del maíz.

Del grano del maíz se prepara múltiples platillos deliciosos.

La llegada a nuestro continente de los españoles en 1492, abrió al mundo europeo las puertas de un inmenso continente, una tierra olorosa y colmada de riquezas. Cristóbal Colón llevó de vuelta granos del maíz de los cuales germinaron espigas nobles y fuertes sembradas en suelo europeo.

A la vieja tradición de preparar alimentos le fue fácil incorporar los nuevos productos traídos por los españoles. Con puercos, gallinas y otras carnes se empezó a preparar variantes de antiguas recetas; es así como se inicia la tradición de tamales de gallina o puerco, en la actualidad reservados para las fiestas navideñas.

Cartas de los lectores

Está abierta para que todos los lectores, organizaciones sociales, políticas o deportivas, nos hagan llegar sus opiniones sobre artículos de interés. Los textos destinados a esta sección no deben exceder las 30 líneas, de ser posible mecanografiadas. LIBERACION se reserva el derecho a publicar las colaboraciones, así como de resumirlas o extractarlas. Las cartas deberán estar firmadas por el remitente; en caso de instituciones debe constar la firma de la o las personas responsables.

TEATRO POPULAR LATINOAMERICANO

Voces, vientos y señales *se llama la nueva pieza montada por el Teatro Popular Latinoamericano, de Estocolmo. Dirigida por Juan Techera la obra reúne diversos bailes y manifestaciones culturales de nuestro continente. Las representaciones, de un elenco integrado por jóvenes trabajadores culturales que tomaron un curso en el TPL, se harán en diversos lugares públicos, parques, plazas y teatros, de acuerdo al siguiente programa:*
Kungsträdgården: *domingo 9 y jueves 13 de agosto, ambos a las 18 horas. martes 25 y miércoles 26, a las 17 horas.*
Stortorget: *martes 18 y miércoles 19, a las 17 horas;*
Sergelstorget: *Viernes 21 y 28, a las 17 horas; y sábado 22 y 29, a las 12 horas.*

FIESTA BOLIVIANA

El **Centro Socio-Cultural Boliviano** *y la ABF invitan a una fiesta bailable en homenaje a los 167 años de la independencia nacional, el viernes 7 de agosto a las 19 horas, en la Strindbergssalen, Barnhusgatan 20 (Norra Barntorget) de Estocolmo.*

Amenizan tres grupos llegados directamente de Bolivia: Los genios, Grupo Reflexus *y* Victor Córdoba. *Entrada 70 coronas.*

El sábado 8 se presentarán estos conjuntos musicales en Gotemburgo, en la **Hammarkullans Folkets Hus**, *a partir de las 19 hrs.*

JORGE FARIAS CANTOR DE VALPARAISO

Por la presente nos dirigimos a la colonia chilena, y en especial a los chilenos de Valparaíso, puesto que nos visita uno de los artistas más populares de nuestro puerto. Nos referimos a Jorge Farías, quien ha logrado un sitial importante y representativo dentro del medio artístico nacional a través de su interpretación de "La joya del Pacífico", *canción escrita en homenaje a Valparaíso.*

Jorge Farías invita a todos los compatriotas a su debut, el día viernes 7 de agosto, en el Teatro Medborgarhuset, de Estocolmo, a las 20 horas. También estarán junto a él dos guitarristas para acompañarlo en los tangos.
Icaro Resor HB
Auspiciadores

COMITE POR LOS DERECHOS HUMANOS EN PERU

El Comité 'Derechos Humanos - Perú, profundamente preocupado por las múltiples decisiones de expulsión que afectan a ciudadanos peruanos solicitantes de asilo en Suecia, nos dirigimos a las autoridades, al pueblo sueco y a la opinión pública internacional para declarar lo siguiente:

1.- El **Derecho de asilo** *establecido en los convenios internacionales, de los que Suecia es suscriptor, es una conquista de la civilización, de los pueblos y los ciudadanos y su defensa y preservación es un deber y una necesidad.*

2.- Nosotros creemos que la base de las actuales restricciones a este derecho por parte de las actuales autoridades suecas, están en las siguientes razones:

a.- Una falta de comprensión de los graves y complejos problemas por los que atraviesa el pueblo peruano: la defensa de los derechos humanos en una situación de dictadura, terrorismo de Estado, violencia política y social, militarización, narcotráfico y pobreza extrema generalizada.

b.- Las opciones políticas de un gobierno conservador como el actual, inmerso en una crisis económica y aunado a los rasgos de xenofobia que existen en este país.

c.-Las características del exilio peruano en el que, una significativa mayoría, continúa siendolo por causas económicas.

3.- Esta injusta decisión lleva implícita un desconocimiento a la labor de denuncia que realizan las organizaciones internacionales defensoras de los derechos humanos, como Amnesty, American Watsh, Comisión Interamericana de Derechos Humanos, etc., sobre las permanentes y generalizadas violaciones (torturas, desapariciones, genocidios, ejecuciones extrajudiciales, etc.), cometidas por el gobierno y los militares peruanos.

4.-Indudablemente, nadie en su sano juicio puede justificar los condenables actos de terrorismo en contra de la población civil que se le atribuyen a Sendero Luminoso (como es el reciente caso del atentado en una calle de Lima, en el que no existía ningún objetivo político o militar y ha ocasionado más de 20 personas muertas y 200 heridas, todos ellos civiles). Sin embargo el asilo es un derecho individual y sus limitaciones requieren de la intervención de los órganos jurisdiccionales establecidos (Poder Judicial, Policía Internacional, etc,) para establecer responsabilidades individuales en estos execrables hechos.

5.- Las autoridades suecas tienen que ser concientes que su decisión constituye un evidente respaldo político a la dictadura cívico-militar que gobierna el Perú; (que) es una abierta violación a la Declaración Universal de los Derechos Humanos y (que) será de ellas la responsabilidad por la vida y la integridad de los ciudadanos peruanos afectados por esta arbitraria medida.

6.- Hacemos un llamado a la reflexión de las autoridades para dejar sin efecto estas decisiones y al pueblo sueco le pedimos su solidaridad efectiva en esta legítima y justa lucha en defensa del Derecho de asilo, que ha sido uno de los pilares de su tradicional política humanitaria.

Estocolmo, Agosto de 1992
Comité Derechos Humanos-Perú

MEDICINAS PARA CUBA

La **Asociación Sueca Cubana** *de la ciudad de Lund, realizará una fiesta bailable, el próximo 8 de agosto, a fin de recaudar fondos en la* **campaña Medicinas para Cuba**. *En la Folkets Hus de Lund, entre las 21 y 03 hrs.*
Entrada: 35 coronas.



Juegos Olímpicos

Marginan a países del Tercer Mundo

BARCELONA. Marginación del Tercer Mundo, racismo y la convalidación del deporte olímpico como gran negocio en manos de las transnacionales, son los rasgos sobresalientes de los juegos Barcelona-92, los primeros que se realizan después de terminada la confrontación este-oeste.

Algunos políticos y dirigentes deportivos señalaron en diversas oportunidades que Barcelona-92 se celebra en un nuevo clima internacional, sin disputas ideológicas y muy cerca de la paz.

Una radio sudamericana comentó este sábado, desde Barcelona, que no obstante, el monarca español y el presidente del Comité Olímpico Internacional (COI) dedicaron parte de sus discursos y declaraciones a formular un llamado a la pacificación en el mundo, es sólo una especulación política.

Esas expresiones relativizan el triunfalismo de la dirigencia olímpica, que reafirma que Barcelona-92 es el primer encuentro universal sin "boicot" ideológicos ni políticos.

Sin embargo, es obvio el poco espacio dedicado a las representaciones de los países pobres por los medios de comunicación local y la exclusión de muchos de sus encuentros deportivos por las transmisiones internacionales de televisión en directo.

El periódico "Sport", uno de los medios especializados que cubren los Juegos Olímpicos, trató a la representación masculina de baloncesto de Angola de "perita del dulce", por su desventaja técnica ante la selección de Estados Unidos.

Al comparar a la velocista jamaiquina Marlen Ottey con su rival en las pistas, Kathrin Krabbe, "Sport" dice que "Krabbe es rubia, atractiva, de piel de seda (...) en cambio la jamaiquina tiene la piel de seda, pero teñida de negro".

Respecto a la exclusión de equipos y atletas del Tercer Mundo de las transmisiones de televisión en directo, un responsable de "Radio y Televisión Olímpica" (RTO) dijo a IPS "que los patrocinadores quieren productos vendibles, como la selección de Estados Unidos de baloncesto".

La RTO es la entidad que tiene los derechos exclusivos sobre las señales de emisión de todo lo referente a los Juegos Olímpicos.

"Imagínese usted lo que sucedería si no ponemos todo al servicio de esas delegaciones", cuando la cadena estadounidense de televisión "NBC invirtió 400 millones de dólares para cubrir estos juegos y especialmente la actuación de figuras como Michael Jordan, Magic Johnson o Carl Lewis", comentó el funcionario.

Detrás de la estrella del baloncesto estadounidense Michael Jordan hay empresas que se dedican a la venta de comidas rápidas en todo el mundo, cereales, golosinas y artículos deportivos.

Las empresas patrocinadoras debieron enfrentarse en una gran competencia con otras para conseguir que Jordan apareciera junto a su logotipo publicitario.

Con contratos que Jordan firmó en 1991 se aseguró una ganancia neta de 60 millones de dólares durante dos años.

Contrastando, la estación española de radio "Cadena Ser" criticó este domingo a China y Cuba porque sus estados financian las actividades de sus atletas.

"Finalmente esto terminó en el mundo y sólo queda en casos marginales desde que el socialismo abdicó ante la contundencia de la democracia liberal", afirmó el comentarista español.

Desde los juegos celebrados en 1948, primeros de la "guerra fría", esta es la primera oportunidad en la que el olimpismo no se divide entre "deporte capitalista" y "socialista" comentó un columnista del diario español "El País".

Sin embargo, nuevas y viejas expresiones de división internacional se patentizan y reafirman en Barcelona 92.

Tras la primera semana de JJ.OO

Más plusmarcas mundiales y olímpicas que en Seúl'88

Javier González

Un total de 38 plusmarcas mundiales y olímpicas se han conseguido ya en la primera semana de competición. Esta cifra es ligeramente superior a la registrada en igual período en Seúl, con 35. La natación, con 19 marcas, ha vuelto a ser la estrella de los Juegos.

El éxito deportivo de estos juegos parece que está garantizado. Así lo demuestra el balance de mejores plusmarcas mundiales y olímpicas conseguidas en la primera semana de competición. Hasta ahora se han mejorado 11 registros mundiales (nueve en natación y una en ciclismo y otra en tiro con arco) y 27 olímpicos (19 en natación, 4 en ciclismo, 2 en halterofilia y 2 en tiro). En el mismo período de tiempo, en los Juegos de Seúl se había contabilizado 35 mejores marcas (17 mundiales y 18 olímpicos), tres menos que en Barcelona.

En la primera semana se estaban disputando ya los 27 deportes del programa, en los que había inscritos casi 15.000 atletas.

Ocho mil atletas de 140 países se dieron cita en los Juegos de Los Angeles el 29 de julio de 1984. En la primera semana de competición comenzaron a disputarse 20 modalidades deportivas de las 25 previstas. En esos siete primeros días se registraron 9 marcas del mundo, 13 olímpicas y siete nacionales. Todas ellas en natación.

Debido al boicot de la URSS y naciones como la RDA, Checoslovaquia, Polonia, Hungría, Cuba, Laos, Vietnam, Mongolia, Yemen del Sur, Afganistán, Etiopía, Corea del Norte y Angola, la mayoría de las marcas mundiales y olímpicas fueron conseguidas por nadadores norteamericanos.

En Seúl

La competición empezó en Seúl el 17 de setiembre de 1988. Participaron 9.550 atletas pertenecientes a 158 países. En la primera semana se pusieron en marcha 22 de los 31 deportes programados y se consiguieron 17 de las nuevas marcas mundiales.

La mayoría de las plusmarcas mundiales se produjeron en natación, 7; otras tantas en halterofilia, dos en tiro y una en ciclismo. Entre ellas, había dos nadadores de Alemania Oriental, una yugoslava y una soviética en tiro, y el equipo masculino de la URSS en ciclismo.



Yeo Kaa-soon, de Sudcorea, primera medalla de oro de las Olimpiadas.

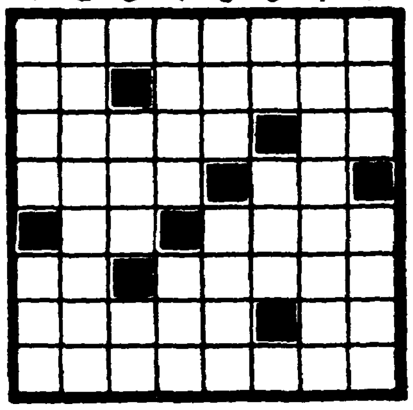
MEDALLERO

	Oro	Plata	Bronce
CEI	33	28	20
EE.UU.	20	26	22
Alemania	16	13	22
China	15	19	14
Hungría	10	7	2
España	10	1	0
Corea del Sur	9	3	9
Francia	7	5	13
Australia	6	8	9
Canadá	6	1	6
Italia	5	5	7
Rumania	4	4	7
G. Bretaña	4	3	7
Cuba	4	2	7
Japón	3	3	3
Polonia	3	4	6
Holanda	2	3	6
Indonesia	2	2	1
Checoslovaquia	2	2	1
Noruega	2	2	0
Turquía	2	1	1
Bulgaria	1	5	2
N. Zelandia	1	4	4
Brasil	1	1	0
Dinamarca	1	0	3
Corea del Norte	1	0	2
Estonia	1	0	1
Grecia	1	0	0
Marruecos	1	0	0
Suecia	0	4	3

Este medallero corresponde al día miércoles 5. A partir de Suecia, la lista que sigue se refiere apaíses que no han logrado aún ninguna medalla de oro. Entre los latinoamericanos que figuran se encuentran Perú y Jamaica que obtuvieron una medalla de plata cada uno y Surinam y Bahamas que tienen ganadas una medalla de bronce respectivamente. Es realmente destacable la actuación de los deportistas cubanos, que a pesar de las dificultades por las que atraviesa su país, se ubican en el décimo cuarto lugar, siendo el único país del Tercer Mundo que ha obtenido tantas (13), y a la que le sigue más atrás Indonesia con 5.

entretenimientos

Crucigrama



HORIZONTALES

1. Caseina endurecida, materia plástica usada en la industria. **2.** Contracción. Río de Rumania. **3.** Destreza en el manejo de los dedos al tocar un instrumento. Infusión. **4.** Palo de la baraja española. Interjección. **5.** Pronombre personal. Río que pasa por París. **6.** Artículo indeterminado. Capital europea. **7.** Sacar la humedad de un cuerpo. Símbolo del calcio. **8.** Requemados los guisados.

VERTICALES

1. Género de gádidos que comprende peces provistos de una barbilla en el labio inferior. Abreviatura de Estados Unidos. **2.** Timones situadas en las alas de los aviones. **3.** Uno más uno. Símbolo del cobre. **4.** Campeones. Título de dignidad en Francia. **5.** Cualquier cosa atada. Esposa de Abrahám. **6.** Marchar. Adverbio numeral latino que significa tres veces. **7.** Relativo a los tétanos. **8.** Personificación griega de la desgracia. Agarraderos.

LiteratoS

Localice, entre las letras del recuadro, los apellidos de los DOCE literatos que le indicamos, así como los títulos de DOCE de sus obras.

1: BECQUER, Gustavo Adolfo .... **"El miserere"**
2: CASTRO, Rosalía de .... **"Follas novas"**
3: CERVANTES, Miguel de .... **"La Numancia"**
4: DOSTOIEVSKI, Fedor .... **"Pobres gentes"**
5: ESPRONCEDA, José de .... **"Himno al Sol"**
6: GOETHE, Johann Wolfgang .... **"Fausto"**
7: GONGORA, Luis de .... **"Las soledades"**
8: LARRA, Mariano José de .... **"Macías"**
9: LOPE DE VEGA, Félix .... **"La gatomaquia"**
10: MOLIERE, Juan Bautista Poquelin .... **"El avaro"**
11: QUEVEDO, Francisco de .... **"Los sueños"**
12: SHAKESPEARE, William .... **"Macbeth"**

```
E Y E Y C A N I D S C L Q U E R S I L A C O R L
B S H C H L I A O A O M B R O E L A E D E D A I
A T N O S E D P R P U S O A S U O D L A V G E A
M I O A E S E A E O R E A L T Q F R O L A E S R
O S M R D A R D O C G O A O I C A T U T E H O B
N Y D O A T E N S E T N E G S E R B O P S D E M
V I A L D V R E A O U A O A T B R M E S P U C E
A D V A E P A L C M F T D G A E A E H L R I A I
M A D G L A O L A T R A O S M Q M O S B A E K F
O S A R O R E N E U C L H A U S O Ñ E U S S O L
A F E L S P C R E V A M T I V I R H S I V P C A
O L O R S I C S A O N E A C M S T O E E D R O L
P L T L A E E Q S E A S H A E N I M I O Y O L A
O R O S L I M U O S P L E M O R O O V N E N T Q
L A C E T A O E N E E S L O L L T A E G A C U E
G V A N C U S A B T E R E R E S I M L E S E C A
E O T B A L E N S N C S O K O L T I O S V D H C
N A E R O P S A O A A O Ñ D A V M O N E O A E A
D T E T D E O N S V L A L E L H A L D A J L F R
H E S L H A N T G R A R R A L M S O I X P A O I
R U T P I E R A R E C S A L O E J A E L Q U E A
U A I O N O T S A C S R E A P R O R P O R M I L
```

F	I			T	R	O
R	E			G	A	R
T	E			R	I	O
P	A			C	E	R
C	O			I	C	O
A	L			A	D	A
C	H			U	P	A
I	M			L	S	O
C	O			N	A	R
P	A			E	T	E
E	L			T	O	R
F	R			T	A	L
R	E			I	O	N
A	B			R	T	O
S	O			I	D	O
A	P			T	A	R
C	H			U	E	S
E	Q			P	A	R
P	L			E	Y	O
P	A			N	T	E

FUSION

Coloque en los espacios vacíos los grupos de dos letras que se dan para obtener palabras castellanas. Las letras insertadas formarán un pensamiento de Lope de Vega.

AL - EB - EC - EL - EQ - ET - HO - NO - ON - OS - PL - PU - QU - RA - RE - RO - SM - SO - UI - UN.



DESLIA EL LIO y te ganarás un libro que sortearemos entre los niños que participen

UNA CASA DE 5 PISOS ES HABITADA POR:

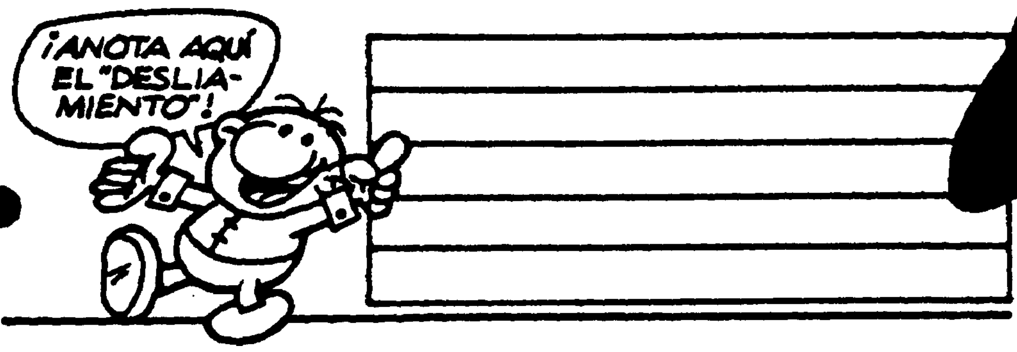
LA SRA. MARIA, QUE VIVE DOS PISOS MAS ABAJO DEL MATRIMONIO GOMEZ.

EL ESCRITOR VIVE EN EL TERCERO.

JULIA, LA AZAFATA, QUE VIVE DOS PISOS MAS ARRIBA DEL SR. PEDRO, LE PIDE A ESTE QUE LE DEJE LEER LA NOVELA QUE ESTA ESCRIBIENDO.

JUAN, VIVE UN PISO MAS ABAJO QUE LA SRA. MARIA.

¿EN QUE PISO VIVEN CADA UNO?



Resuelve este "lío" y envía la solución junto con tu nombre y dirección completos y partiperás en el sorteo de un libro. Participarán aquellos que envíen su respuesta antes del 31 de agosto. El resultado del sorteo se dará a conocer en el número 588 del 4 de setiembre.

NOMBRE ....

CALLE ....

Nro. POSTAL ....

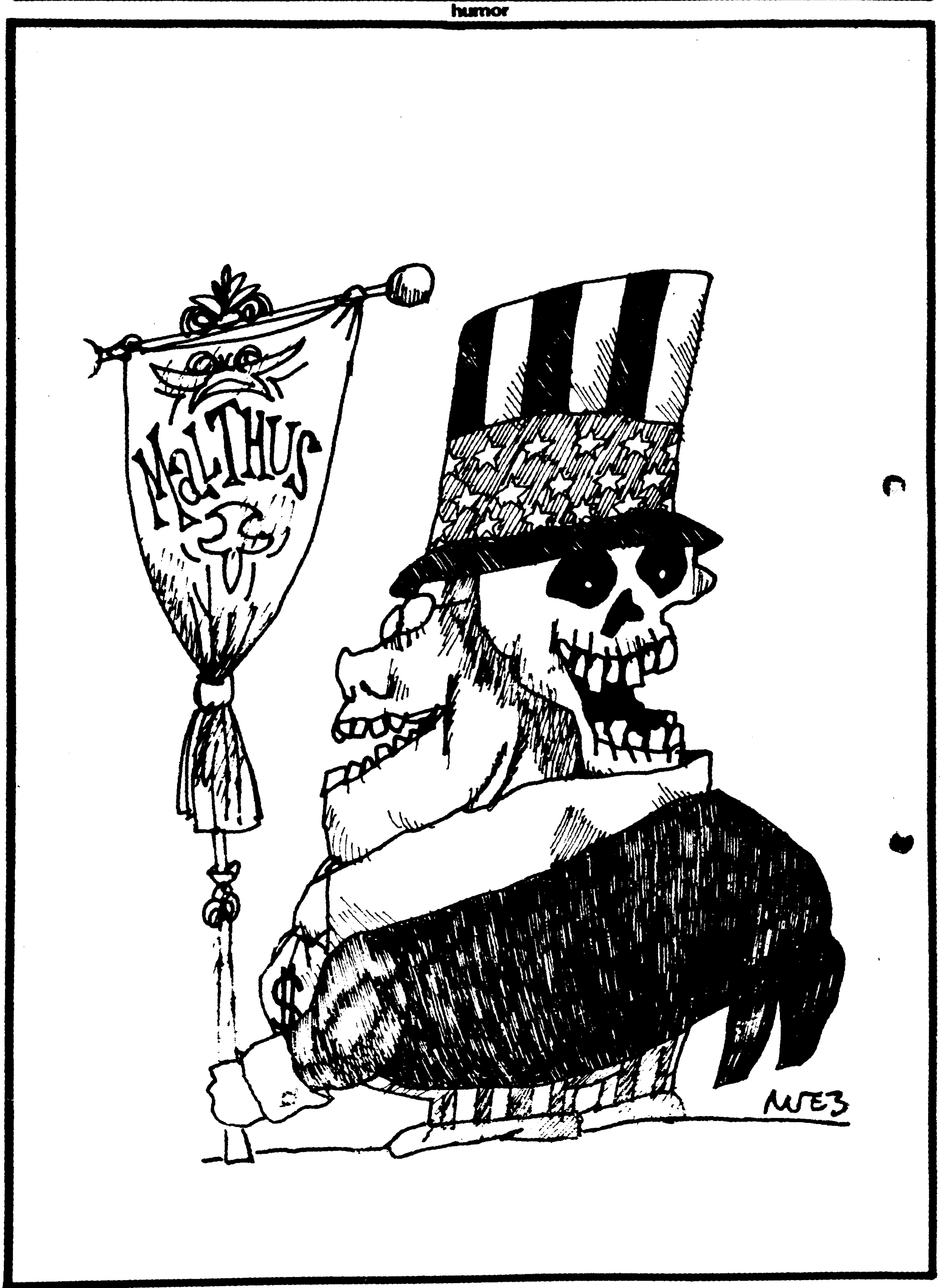
CIUDAD ....

....



Foto: Raúl Fajardo

humor



Una de las más populares y perdurables aventuras románticas que el mundo haya conocido jamás se convierte en la más ambiciosa y entretenida película cinematográfica animada que Walt Disney Picturs ha traído a la pantalla. Se trata de "La bella y la bestia", la trigésima película animada de largo metraje producida por el estudio.

Este clásico cuento de hadas sobre una hermosa jovencita y su encuentro con una bestia hechizada ha fascinado e intrigado a los narradores de cuentos, cineastas, y su auditorio, por tiempo indeterminado.

Ahora, a través del talento e i[illegible]inación del equipo cre[illegible]o de Disney, una partitura musical compuesta por dos compositores premiados anteriormente por la Academia y la contribución de un estupendo y talentoso conjunto vocal, ésta secular fantasía adquiere emocionantes dimensiones que resultan posibles sólo mediante la magia de la animación.

Desarrollándose en una pequeña aldea francesa hacia fines del siglo XVIII, "La bella y la bestia", se basa en las fantásticas aventuras de Bella, una vivaz y hermosa jovencita, quien a través de la lectura de libros encuentra so[illegible]de su rutinaria vida pr[illegible]cial y de los implacables avances amorosos de Gastón, un pretendiente muy guapo pero también muy grosero.

Cuando el padre de Bella, un inventor, se encuentra por accidente dentro del castillo de una horrible bestia y es tomado prisionero, ella viene al rescate y se ofrece para tomar el lugar de su padre. Con la ayuda del personal encantado de Castilla -una tetera, un candelabro y un reloj de manto de chimenea, entre otros- pronto empieza a ver por debajo del exterior de la betia y descubrir el corazón y el alma de un príncipe humano.

Entretanto, consumido por el rechazo y los celos, Gastón demuestra que él posee el corazón de una besia y guía una turba hacia el castillo para una confrontación culminante.



La bella y la bestia

Jorge Talavera

"La bella y la bestia", es sólo el quinto cuento de hadas clásico en ser adaptado como una película animada de Disney. La tradición comenzó en el año 1937 con "Blancanieves y los siete enanitos", basada en el famoso cuento de los Hermanos Grimm. En los anos 50 Walt Disney y sus animadores abordaron con éxito dos cuentos populares clásicos por el autor francés Charles Perault: "La cenicienta"(1950), y "La bella durmente" (1959). Otro famoso proveedor de cuentos de hadas, Hans Christian Andersen, fue la fuente que suministró "La sirenita". El estreno de Disney se realizó en 1989, que llegó a ser película animada más exitosa de todos los tiempos.

Llevar a "La bella y la bestia" a una película animada Disney fue una ardua tarea que tomó más de tres años y medio para completar y requirió el talento de casi 600 animadores, artistas y técnicos, sin mencionar más de un millón de dibujos y 226.000 celuloides pintados individualmente.

El equipo estaba encabezado por el productor Don Hahn, un veterano con 15 años en los estudios Disney, y dos talentosos jóvenes, Gary Trousdale y Krik Wise, quienes hacen su debut como directores de este film. Diez animadores fueron designados para supervisar los distintos personajes y darles vida con la ayuda de un impresionante grupo de animadores, artistas de refinación y otros contribuyentes de talentos especiales. Animadores radicados en el estudio satélite ubicado en el Disney MGM Studios en Lake Buena Vista en el estado de Florida también contribuyeron a la producción.

Utilizando como punto de partida los temas eternos y elementos básicos del cuento de hadas clásico, la escritora Linda Woolverton creó un guión fresco y de gran estilo que fue un anteproyecto estructural y emocional para el desarrollo visual y bosquejos iniciales. El productor ejecutivo-letrista Howard Ashman contribuyo enormemente al desarrollo y la estructura de la historia desde sus comienzos. Lisa Keene supervisó un grupo de 14 artistas que crearon 1.300 fondos para la película.

"La bella y la bestia" ha sido ganadora de dos Oscar de la Academia: Mejor Canción Original y Mejor Musica Original.

"La bella y la bestia" es la historia de amor mas hermosa jamas contada.

CANAL 1

LUNES 10

08.30 Programa para niños
17.55 Información bursátil
18.00 Aktuellt (noticiero)
18.15 Programas para niños
18.45 Parker Lewis (serie)
19.10 Ventana al Norte
20.00 Carreras, Domingo y Pavarotti (documental sobre los preparativos del popular concierto que ofrecieran en Roma en 1990)
21.00 Aktuellt (noticiero)
21.30 Noticiero deportivo
21.40 Uno con la naturaleza
22.40 Twin Peaks

MARTES 11

08.30 Programa para niños
17.55 Información bursátil
18.00 Aktuellt (noticiero)
18.15 Programas para niños
18.40 Querido Harry
19.05 Poldark
19.55 Cartelera
20.00 Coros en Skansen
21.00 Aktuellt (informativo)
21.30 Noticiero deportivo
21.40 Dominio
22.20 Cosecha de hierro (crónica de la TV francesa sobre la 1a. guerra mundial)
23.15 Jazz en el Fasching

MIERCOLES 12

08.30 Programas para niños
17.55 Información bursátil
18.00 Aktuellt (noticiero)
18.15 Programas para niños
18.45 Parker Lewis
19.10 MacGyver
20.00 La isla de Pascua (documental)
20.55 Cartelera
21.00 Aktuellt (noticiero)
21.30 Noticiero deportivo
21.40 Reestreno deseado
22.25 Twin Peaks

JUEVES 13

08.30 Programas para niños
17.55 Información bursátil
18.00 Aktuellt
18.15 Babar y otros programas para niños
18.40 A toda marcha
19.05 Poldark
20.00 Gente de verano
21.00 Aktuellt (noticiero)
21.30 Noticiero deportivo
22.00 Los ojos de la noche (largometraje norteamericano de 1967)

VIERNES 13

08.30 Programa para niños
16.55 Coros en Skansen
17.55 Información bursátil
18.00 Aktuellt(noticiero)
18.15 Programas para niños
18.35 Querido Harry
19.00 La hora de Disney
20.00 Retrato de Vivien Leigh
20.55 Corto
21.00 Aktuellt (noticiero)
21.30 Noticiero deportivo
21.45 Todo es posible (drama inglés de 1984)
23.25 Gente de verano

SABADO 15

16.10 Programas en finlandés
18.00 Aktuellt (noticiero)
18.15 El mosquito
18.45 Trozos de mosaico
19.00 Louis Jean Desprez (sobre un pintor del que se exponen obras en el Museo Nacional)
19.50 Corto
20.00 Gente de verano
21.00 Aktuellt
21.05 Dallas
21.55 Gracias por el café (programa de humor)
22.25 Scali (nueva serie policial)
23.55 Annie Lennox - diva

DOMINGO 16

17.00 La hora de Disney
18.00 Aktuellt(noticiero)
18.15 Programa para niños
18.45 El hogar sobre la vía
19.00 Un gorrión [illegible] grulla (film finlandés)
19.55 Almanaque de arte
20.00 Uno con la naturaleza
20.55 Cartelera
21.00 Aktuellt
21.15 Elvis - los mejores años
22.50 Twin Peaks
23.35 Gente d[illegible]rano



Retrato de una legendaria. Vivien Leigh. El viernes a las 20.00 horas.

CANAL 2

LUNES 10

09.00 Vacaciones de verano
16.00 Café nocturno
17.30 Mitin en la plaza (duelo entre Anna Lindh (s) y Per Unckel (m)
18.30 Reposiciones
19.25 Noticiero regional
19.30 Rapport (noticiero)
20.00 En medio de la naturaleza
21.00 En casa de Hagge
21.45 Mi casa y mi jardín
22.00 Tabú (film sueco de 1977 de V. Sjöman)

MARTES 11

09.00 Programas para niños
17.30 Mitin en la plaza (duelo entre Peter Örn (fp) y Gudrun Schyman (v)
18.30 Reposiciones
19.25 Noticiero regional
19.30 Rapport (noticiero)
20.00 Vivienda - 92
20.45 Corto
21.00 Los hombres de la justicia (serie)
21.45 Sexo, sueños y terapia (serie norteamericana)
22.15 Café nocturno

MIERCOLES 12

09.00 Programas para niños
15.35 Café nocturno
17.05 Compañeros de escuela
17.30 Mitin en la plaza (duelo entre Lennart Daleus (c) y Marianne Samuelsson (mp)
18.30 Reposiciones
19.25 Noticiero regional
19.30 Rapport (noticiero)
20.00 Cinco-Uno
20.30 Sólo en préstamo (film en dos partes)
22.15 Café nocturno

JUEVES 13

09.00 Programas para niños
16.00 Café nocturno
17.30 Mitin en la plaza (duelo entre Alf Svensson (kds) y Ian Wachtmeister (nyd)
18.30 Reposiciones
19.25 Noticiero regional
19.30 Rapport (noticiero)
20.00 Sólo en préstamo (II parte)
21.45 Sexo, sueños y terapia
22.10 Café nocturno
23.40 Especial del Noticiero regional para la región de Estocolmo

VIERNES 14

09.00 Programa para niños
17.00 Café nocturno
18.30 Reposiciones
19.25 Noticiero regional
19.30 Rapport (noticiero)
20.00 Lluvia de estrellas en el Liseberg
21.00 Lucha por el poder en Falcon Crest (reposición de la serie)
21.45 Café nocturno
23.15 Ceremonia del entierro (film checoslovaco de 1969)

SABADO 15

16.05 En medio de la naturaleza
17.05 En casa de Hagge
17.50 Lotería y carreras
18.30 Música y algo más
19.00 Roseanne (comedia)
19.25 Programa religioso
19.30 Rapport
19.50 Noticiero deportivo
20.00 Un odio milenario (Documento del Exterior sobre el antisemi[illegible], el prejuicio y el racismo)
20.55 Corto
21.00 Art ache (documental sobre el arte)
21.50 El último campo de batalla (film de 1987 dirigido por F.F Coppola)

DOMINGO 16

16.45 Programa de la TV Educativa
17.35 Mi casa y mi jardín
18.10 Reposiciones
19.00 Programa religioso
19.30 Rapport (noticiero)
19.50 Lo habías oído antes?
20.00 Un hombre en la casa (nueva serie inglesa)
20.25 Cartelera
20.30 Noticiero deportivo
21.00 El pulpo (reposición de la serie italiana en su cuarta temporada)
22.45 Un mundo para todos (serie de seis programas sobre el desarrollo en el Tercer Mundo)

Los canales se reservan el derecho de cambiar de programación o el horario de la misma

LUNES 10

7.40 Intriga
18.25 La rueda de la fortuna
18.55 Tres minutos
19.00 Un pequeño cuento
19.30 Vecinos
20.00 Magnum
20.55 Tres minutos
21.00 Murphy Brown
21.30 Cacería bajo el sol (miniserie)
23.15 Vuelo nocturno
00.10 Tres minutos
00.13 La dimensión desconocida

MARTES 11

17.40 Intriga
18.25 La rueda de la fortuna
18.55 Tres minutos
19.00 Los Pitufos
19.30 Vecinos
20.00 El doble (serie)
20.55 3 minutos
20.58 Ulf Nilsson opina
21.00 Los Fanelli
21.30 Cacería bajo el sol
23.15 Vuelo nocturno
00.10 Tres minutos
00.13 La dimensión desconocida

MIERCOLES 12

17.40 Intriga
18.25 La rueda de la fortuna
18.55 Tres minutos
19.00 Los superhéroes
19.30 Vecinos
20.00 Wiseguy
20.55 Flax
20.57 Tres minutos
21.00 Enfermeras (serie)
21.30 Operación Leo (film sueco de 1981)
23.15 Vuelo nocturno
00.10 Tres minutos
00.13 La dimensión desconocida

JUEVES 13

17.40 Intriga
18.25 La rueda de la fortuna
18.55 Tres minutos
19.00 Los superhéroes
19.30 Vecinos
20.30 Capital City (nueva serie)
20.55 Tres minutos
20.58 Ulf Nilsson opina
21.00 Los Fanelli
21.30 Los jinetes de Arizona(western de 1965)

CANAL 3

23.15 Vuelo nocturno
00.10 Tres minutos
00.13 La dimensión desconocida

VIERNES 14

17.40 Intriga
18.25 La rueda de la fortuna
18.55 Tres minutos
19.00 Las tortugas Ninjas
19.30 Vecinos
20.00 21 Jump Street
20.55 Tres minutos
21.00 Enfermeras
21.30 La historia de Ann Jillian (film para la tv)
23.15 Vuelo nocturno
00.10 Tres minutos
00.13 La dimensión desconocida

SABADO 15

08.00 Programas para niños
17.10 El grupo A
18.00 Noticiero deportivo
18.55 Tres minutos
19.00 Los Simpson
19.30 Contienda familiar
20.00 Dejen la cámara...(videos)
20.30 Hardball
21.25 Tres minutos
21.30 El hombre de hielo (film de 1984)
23.15 Las chicas de oro
23.45 Golf

DOMINGO 16

08.00 Programas para niños
16.30 Fútbol de la Liga Inglesa
17.00 Tras la guerra
18.00 Intercambio de palabras
18.30 El mejor de la clase
18.55 Tres minutos
19.00 Asesinato sin coplas
20.00 Largometraje: Un brujo norteamericano en Londres (film de terror)
21.55 Tres minutos
22.05 Golf

LUNES 10

19.25 Espadas
19.30 Noticias
19.35 El hijo del amor
20.00 Casanova
20.30 La casa repleta
21.00 El festival de las aguas en Estocolmo
22.00 Noticiero
22.20 El estado del tiempo
22.25 Campeonato mundial en fuegos artificiales
22.45 California Paradise (film de 1966 con Elvis Presley)

MARTES 11

19.25 Espadas
19.30 Noticias
19.35 El hijo del amor
20.00 Joan Collins: La píldora para el sueño
20.30 La casa repleta
21.00 Steffo
22.00 Noticias
22.20 El estado del tiempo
22.25 Herencia mortal (suspenso, 1987)

MIERCOLES 12

19.25 Espadas
19.30 Noticias
19.35 El hijo del amor
20.00 De vida o muerte
20.30 La casa repleta
21.00 Cortesano
22.00 Noticiero
22.20 El estado del tiempo
22.25 Campeonato Mundial de Fuegos Artifiales
22.45 Joven e inocente (film de A. Hitchcock)

JUEVES 13

19.25 Espadas
19.30 Noticias
19.35 El hijo del amor
20.00 Casanova
20.30 Festival de las aguas de Estocolmo
22.00 Noticias
22.20 El estado del tiempo
22.25 Hechizo hawaiano (largometraje de 1961 con Elvis Presley)



TV4 exhibe una serie de films de Elvis Presley.

CANAL 4

VIERNES 14

18.55 Revista del medio ambiente
19.25 Espadas
19.30 Noticias y el estado del tiempo
19.35 El hijo del amor
20.00 Shimanski
21.30 El Festival del Agua de Estocolmo
22.00 Noticiero
22.20 El estado del tiempo
22.25 Campeonato Mundial de Fuegos Artificiales
22.45 Contra su voluntad (film para la tv)
00.10 Serie de films eróticos franceses

SABADO 15

18.50 La imagen terrestre de un astronauta
19.50 Espadas
19.55 Noticias.
20.00 Lisa Nilson en el Festival de las Aguas
21.30 De vida o muerte
22.00 Noticiero
22.20 El estado del tiempo
22.25 Rock en vivo desde Wembley -Gala del SIDA
23.55 Serie de films eróticos franceses

DOMINGO 16

18.55 Solo con Britt
19.55 Noticias
20.00 CBS 60 minutos
21.00 Festival de las Aguas en Estocolmo
22.00 Noticias
22.20 El estado del tiempo
22.25 Campeonato Mundial de Fuegos Artificiales
22.45 Rey Creole (film norteamericano de 1958 con Elvis Presley)



Ante el incumplimiento de los Acuerdos de Paz

FMLN suspende desmovilización

Jaime Padilla

La Comandancia General del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) advirtió que el incumplimiento de los acuerdos de paz contraídos se ven amenazados por voluntad del gobierno salvadoreño, y que esto podría trastocar la situación en el país centroamericano.

Los acuerdos de paz suscritos y puestos en vigencia el 15 de enero pasado, estipulan que entre el 15 y el 31 de octubre de 1992, el FMLN destruirá todas las armas y equipos depositados en los lugares señalados en presencia y bajo la supervisión única de ONUSAL y con su asesoramiento técnico. Dicha destrucción se realizará simultáneamente en la totalidad de los 15 lugares señalados para el FMLN.

Al respecto, cabe subrayar que a poco menos de 60 días de tales especificaciones, sólo se ha desmovilizado un 20%.

De haberse cumplido con el cronograma de los acuerdos, a la fecha tendría que haberse logrado la desmovilización de unos 8.000 efectivos, es decir la quinta parte de la fuerza rebelde. Pero no es así, porque el gobierno salvadoreño no ha impulsado con celeridad los proyectos de inserción de los ex guerrlleros a la vida civil.

Además el Parlamento salvadoreño ha venido tratando con mucha lentitud la elaboración del Código Agrario y otros instrumentos jurídicos de implementación de los acuerdos suscritos en México.

Igualmente el incumplimiento al calendario fijado para el plan de reducción de los Batallones de Infantería de Reacción Inmediata (BIRI) estipulada para el mes de julio, se interpreta en medios políticos como una provocación de los sectores "duros" del ejército en su afán de "dificultar" el proceso de paz.

El viernes 31 de julio la situación se tensionó en El Salvador tras el brutal asesinato del dirigente sindical izquierdista Iván Ramírez. Los primeros informes dan cuenta que "los escuadrones de la muerte" todavía están "intactos" y el gobierno de Alfredo Cristiani se hallaría "encajonado" por fuerzas reaccionarias del Ejército y de la empresa privada, imposibilitado de lograr avances positivos en el difícil proceso de pacificación.

El gobernante salvadoreño, buscó en forma urgente el diálogo con los dirigentes del FMLN para explicar que los planes de reinserción y otros no se aceleran por la falta d eayuda internacional.

En tanto no se reactiven tales proyectos, la guerrilla resguardará sus armas y se mantendrá en estado de alerta.

suecia

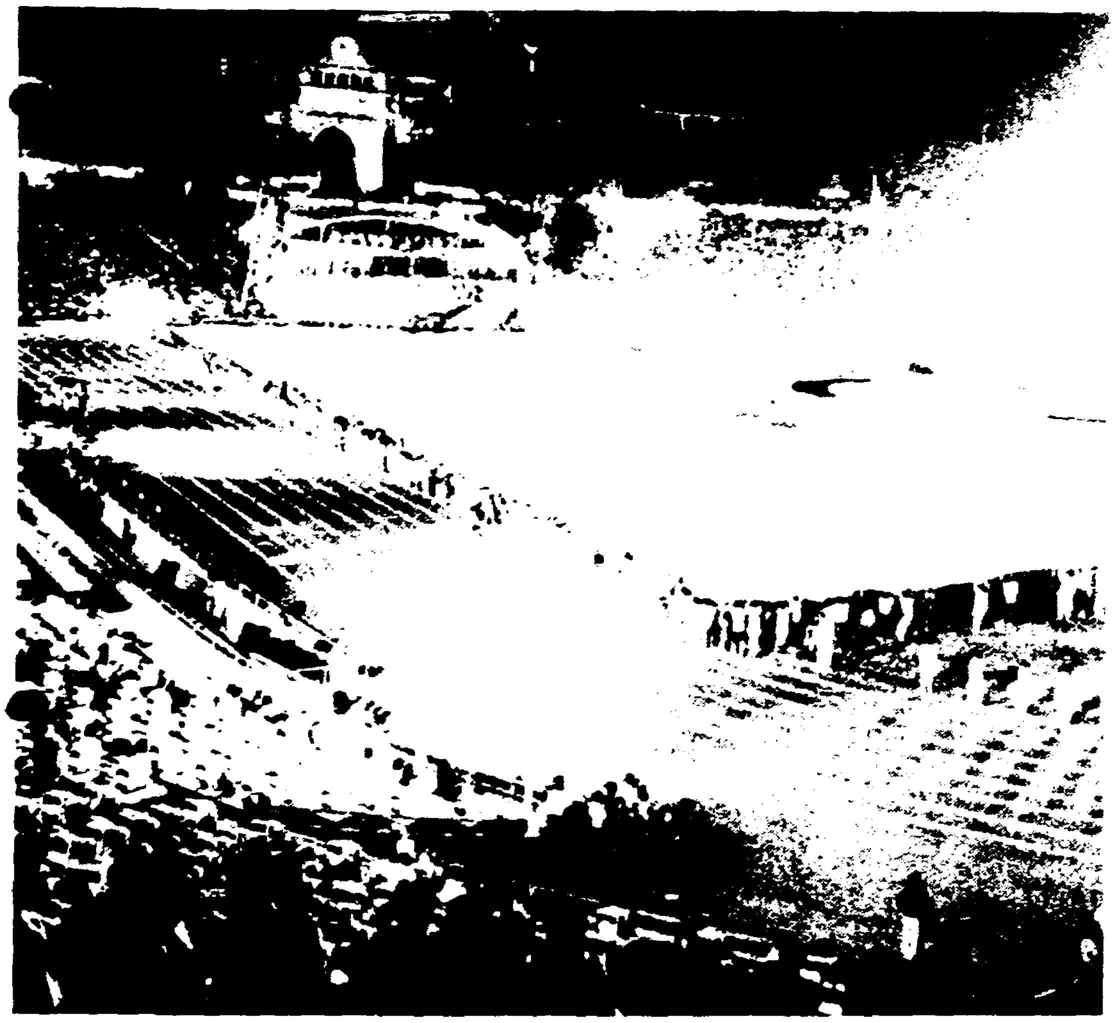
- **28 Ingvar Carlsson sostiene que la nación debe mantener su política de neutralidad**
- **27 Los pintores y el Festival de Malmö.**
  Grau Garriga hará una instalación en el centro de la ciudad

liberación

AÑO XI - SEMANA 33 - VIERNES 14 DE AGOSTU DE 1992 - BOX 18040 - 200 32 - MALMÖ - No.585

deportes

● 6-7 Fue clausurada la versión XXV de las Olimpíadas. Se cerró el gran negocio



LOS JJOO AL DESNUDO

Estudiantes detenidos en Corea del Sur

SEUL. La policía de Seúl penetró en forma violenta en la Universidad de esta capital y detuvo a 71 estudiantes, entre ellos a dos extranjeros.

Cerca de 2.000 policías antimotines dispararon granadas de gas lacrimógeno para detener un mitín que no había sido autorizado. La demostración tenía como cometido presionar al gobierno en el tema de la unificación de las dos Coreas. La policía incautó bombas incendiarias y bastones de metal. Los estudiantes declararon que realizarán, de cualquier manera, un encuentro entre el miércoles y el sábado.

Buscan forma de realizar envíos de ayuda a Somalia

NAIROBI. El grupo de Naciones Unidas que estudia las posibilidades de enviar ayuda a Somalía valoran la posibilidad de que se divida el país en cuatro zonas.

Los expertos de Naciones Unidas, dirigidos por el danés Peter Hansen, negociaron con los líderes de los distintos grupos en pugna. La comisión estudia también la posibilidad de estacionar observadores militares a lo largo de la frontera somalí con Kenya.

La situación somalí fue descrita como catastrófica. Somalia es el peor país del mundo. Trabajadores cooperantes han señalado que de los siete millones de habitantes, 4,5 millones corren riesgo de morir de hambre.

Naciones Unidas balancea realizar inspecciones sorpresivas

BAGDAD. Los controlantes de Naciones Unidas dieron comienzo este domingo a nuevas averiguaciones sobre las armas de destrucción masiva que supuestamente posee Irak. El jefe de la delegación no descartó la posibilidad de realizar visitas de sorpresa en alguna oficina gubernamental.

El ruso Nikita Smidovitj, jefe del grupo, dijo a los periodistas que los expertos no tienen ningún programa fijo. De realizarse alguna visita de sorpresa nuevamente estarán dadas las condiciones para un enfrentamiento entre Irak y las Naciones Unidas, ya que los iraquíes han anunciado que no permitirán este tipo de visitas.

Apuran acuerdo para intervenir en Yugoslavia

BONN/GINEBRA. El ministro inglés de Relaciones Exteriores, Douglas Hurd, declaró el pasado domingo que Londres, París y Washington se encuentran próximos a un acuerdo para la redacción de una resolución de Naciones Unidas para intervenir en Yugoslavia militarmente.

El canciller alemán, Helmut Kohl, llamó por su parte a intensificar el boicot contra Serbia y Montenegro. Kohl, en el marco de una entrevista televisiva, amenazó indirectamente al señalar que en Alemania se estudiarán las restricciones constitucionales que prohiben la participación de fuerzas militares alemanas fuera de territorios de países miembros de OTAN.

Profundo pesar en gobierno español por la muerte de Fernandez Ordoñez

El ex ministro de Relaciones Exteriores de España, Francisco Fernández Ordoñez, falleció la semana pasada víctima de un cáncer.

Muchas personalidades se hicieron presentes durante el sepelio y desde diversos países se hicieron llegar las condolencias al gobierno español y a la familia. Francisco Fernández Ordóñez fue ministro tanto durante el gobierno de la UCD como durante la gestión del Partido Socialista Obrero Español.

El político español, que tuviera una actuación relevante como ministro de Hacienda durante el gobierno de Adolfo Suárez, ocupaba desde 1985 la cartera de Asuntos Exteriores, cargo que debió abandonar en junio de 1992, poco tiempo antes de su muerte.

Una de sus últimas actuaciones más importantes fue en ocasión de la Conferencia de Madrid, con la que se inició un proceso de diálogo en torno a Medio Oriente. Durante su gestión, España tomó la ofensiva en materia de política exterior, principalmente en su vinculación con Europa.



Baja el índice de producción industrial en Alemania

BERLIN. La producción industrial en la parte occidental de Alemania descendió 2,1% en junio en comparación con el mes anterior, informó el Ministerio de Economía alemán.

Según las estadísticas del banco central, Bundesbank, la producción industrial descendió con 4,5 % durante los primeros seis meses del año.

La baja de junio fue relacionada al comienzo del verano.

Finalmente terminaron l… medio de un derroche … nómicos y humanos. … juegos de estas características, … de acuerdo a las tendencias … versiones, el profesionalismo d… las ramas de los deportes de c…

Varias cosas quedaron palm… ción del deporte mundial. Las … ellas, sin lugar a dudas, es la … rismo que diera lugar precisam… sión moderna de estos juegos … cos años atrás en que las trans… olímpico. Hoy los JJ.OO son … del deporte como lo constituy… cambiante siglo.

Otra cosa que se manifestó c… brecha existente entre los paíse… cer Mundo, que también en el … económico, es enorme.

Las excepciones las constitu… precisamente que no son capita… Cuba es sencillamente magnífi… tuación tan destacada de un p… hace más de 30 años por la pot… que mediante un bloqueo fero… por hambre la dignidad de un p… diente de todo yugo opresor e …

En el plano deportivo el triu…

no …

que la delegación israelí que as… la sexta ronda de conversacio… paz el próximo 24 de agosto, p… drá a los palestinos celebrar c… en Gaza y Cisjordania para la e… de sus autoridades autonómicas… informó la semana anterior el… "Yeadiot Ajronot".

LIBERACION
Fundado el 26 de octubre de 1981
SERVICIO DE CABLES DE:
Cono Sur Press, IPS, Prensa Latina, Salpress y corresponsales propios.
REDACTOR RESPONSABLE
Washington Vique
REDACTORES:
Juan Cameron, Federico Ferrando, Jaime Padilla, Ariel Poloni, Pepe Viñoles
COLABORADORES:
CUBA: Héctor Vicente. **COSTA RICA:** Carlos Morales. **ESPAÑA:** Eduardo Abreu, Jaime Cu-

Estudiantes detenidos en Corea del Sur

SEUL. La policía de Seúl penetró en forma violenta en la Universidad de esta capital y detuvo a 71 estudiantes, entre ellos a dos extranjeros.
Cerca de 2.000 policías antimotines dispararon granadas de gas lacrimógeno para detener un mitin que no había sido autorizado. La demostración tenía como cometido presionar al gobierno en el tema de la unificación de las dos Coreas. La policía incautó bombas incendiarias y bastones de metal. Los estudiantes declararon que realizarán, de cualquier manera, un encuentro entre el miércoles y el sábado.

Buscan forma de realizar envíos de ayuda a Somalia

NAIROBI. El grupo de Naciones Unidas que estudia las posibilidades de enviar ayuda a Somalia valoran la posibilidad de que se divida el país en cuatro zonas.
Los expertos de Naciones Unidas, dirigidos por el danés Peter Hansen, negociaron con los líderes de los distintos grupos en pugna. La comisión estudia también la posibilidad de estacionar observadores militares a lo largo de la frontera somalí con Kenya.

La situación somalí fue descrita como catastrófica. Somalia es el peor país del mundo. Trabajadores cooperantes han señalado que de los siete millones de habitantes, 4,5 millones corren riesgo de morir de hambre.

Naciones Unidas balancea realizar inspecciones sorpresivas

BAGDAD. Los controlantes de Naciones Unidas dieron comienzo este domingo a nuevas averiguaciones sobre las armas de destrucción masiva que supuestamente posee Irak. El jefe de la delegación no descartó la posibilidad de realizar visitas de sorpresa en alguna oficina gubernamental.
El ruso Nikita Smidovitj, jefe del grupo, dijo a los periodistas que los expertos no tienen ningún programa fijo. De realizarse alguna visita de sorpresa nuevamente estarán dadas las condiciones para un enfrentamiento entre Irak y las Naciones Unidas, ya qu los iraquíes han anunciado que no permitirán este tipo de visitas.

Apuran acuerdo para intervenir en Yugoslavia

BONN/GINEBRA. El ministro inglés de Relaciones Exteriores, Douglas Hurd, declaró el pasado domingo que Londres, París y Washington se encuentran próximos a un acuerdo para la redacción de una resolución de Naciones Unidas para intervenir en Yugoslavia militarmente.
El canciller alemán, Helmut Kohl, llamó por su parte a intensificar el boicot contra Serbia y Montenegro. Kohl, en el marco de una entrevista televisiva, amenazó indirectamente al señalar que en Alemania se estudiarán las restricciones constitucionales que prohiben la participación de fuerzas militares alemanas fuera de territorios de países miembros de OTAN.

Profundo pesar en gobierno español por la muerte de Fernandez Ordoñez

El ex ministro de Relaciones Exteriores de España, Francisco Fernández Ordoñez, falleció la semana pasada víctima de un cáncer.
Muchas personalidades se hicieron presentes durante el sepelio y desde diversos países se hicieron llegar las condolencias al gobierno español y a la familia. Francisco Fernández Ordóñez fue ministro tanto durante el gobierno de la UCD como durante la gestión del Partido Socialista Obrero Español.

El político español, que tuviera una actuación relevante como ministro de Hacienda durante el gobierno de Adolfo Suárez, ocupaba desde 1985 la cartera de Asuntos Exteriores, cargo que debió abandonar en junio de 1992, poco tiempo antes de su muerte.
Una de sus últimas actuaciones más importantes fue en ocasión de la Conferencia de Madrid, con la que se inició un proceso de diálogo en torno a Medio Oriente. Durante su gestión, España tomó la ofensiva en materia de política exterior, principalmente en su vinculación con Europa.



Baja el índice de producción industrial en Alemania

BERLIN. La producción industrial en la parte occidental de Alemania descendió 2,1% en junio en comparación con el mes anterior, informó el Ministerio de Economía alemán.
Según las estadísticas del banco central, Bundesbank, la producción industrial descendió con 4,5 % durante los primeros seis meses del año.

La baja de junio fue relacionada al comienzo del verano.

- 9259226

LIBERACION

Finalmente termin... medio de un der... nómicos y huma... juegos de estas caracterí... de acuerdo a las tende... versiones, el profesional... las ramas de los deport...
Varias cosas quedaro... ción del deporte mundi... ellas, sin lugar a dudas, ... rismo que diera lugar p... sión moderna de estos j... cos años atrás en que la ... olímpico. Hoy los JJ.O... del deporte como lo c... cambiante siglo.
Otra cosa que se man... brecha existente entre l... cer Mundo, que tambi... económico, es enorme.
Las excepciones las ... precisamente que no so... Cuba es sencillamente ... tuación tan destacada ... hace más de 30 años p... que mediante un bloq... por hambre la dignidad ... diente de todo yugo o...
En el plano deportiv...

...que la delegación isra... sexta ronda de co... paz el próximo 24 de ... drá a los palestinos c... en Gaza y Cisjordania ... de sus autoridades aut... informó la semana a... "Yeadiot Ajronot".

LIBERACION
Fundado el 26 de octu...
SERVICIO DE CAB... Cono Sur Press, IPS, ... tina, Salpress y co... propios.
REDACTOR RESPO... Washington Vique
REDACTORES: Juan Cameron, Fede... do, Jaime Padilla, ... Pepe Viñoles
COLABORADORES... CUBA: Héctor Vice... RICA: Carlos Mor... ÑA: Eduardo Abreu

Barcelona 92
Terminó el gran negocio

Finalmente terminaron los XXV Juegos Olímpicos en medio de un derroche descomunal de recursos económicos y humanos. Tal vez éstos sean los últimos juegos de estas características, porque de ahora en adelante, de acuerdo a las tendencias demostradas en las postreras versiones, el profesionalismo dominará prácticamente todas las ramas de los deportes de competencia.

Varias cosas quedaron palmariamente claras en esta edición del deporte mundial. Las más ejemplarizante de todas ellas, sin lugar a dudas, es la pérdida casi total del amateurismo que diera lugar precisamente al surgimiento de la versión moderna de estos juegos y que predominara hasta pocos años atrás en que las transnacionales coparan el evento olímpico. Hoy los JJ.OO son un gran negocio y no la fiesta del deporte como lo constituyera durante décadas de este cambiante siglo.

Otra cosa que se manifestó cristalinamente es la profunda brecha existente entre los países desarrollados y los del Tercer Mundo, que también en el plano deportivo como en el económico, es enorme.

Las excepciones las constituyeron Cuba y China, países precisamente que no son capitalistas. El papel cumplido por Cuba es sencillamente magnífico. Nadie esperaba una actuación tan destacada de un país acosado y asediado desde hace más de 30 años por la potencia más grande del mundo que mediante un bloqueo feroz e inhumano quiere ahogar por hambre la dignidad de un pueblo que eligió ser independiente de todo yugo opresor e imperialista.

En el plano deportivo el triunfo del pueblo cubano ante los imperialistas fue rotundo y en 14 oportunidades tuvieron que escuchar las estrofas del himno de la patria de José Martí. Los deportistas participantes en representación de Cuba habían declarado anteriormente a la realización de los juegos que pretendían lograr 20 medallas y ubicarse en octavo lugar. Pues, sobrecumplieron, ya que obtuvieron 31 medallas y la quinta posición. En un evento que participaron 181 naciones y que quienes les antecedieron fueron nada más y nada menos que la CEI (ex URSS), EE.UU, Alemania y China.

La actuación de la delegación de China sorprendió a todos. La falta de participación a nivel internacional y la casi inexistente experiencia en este tipo de eventos, colocaba a la nación más poblada del mundo con posibilidades mucho menos optimistas. Sin embargo, tuvieron una actuación descollante: cuartos detrás de la CEI, EE.UU y Alemania.

Otra cosa que quedó clara, fue el negocio que constituyen estos juegos y que lograr ser sede o no significa tener acceso o no a sumas varias veces millonarias en dólares. En ese sentido, la designación de Atlanta como la próxima sede para los JJ.OO de 1996, fue un verdadero escándalo. Grecia había solicitado ser país organizador de los próximos juegos ya que se cumple en esa fecha, precisamente un siglo de la era moderna de los eventos olímpicos, cuya sede en 1896 fue Atenas. Le fue negada la solicitud bajo la fundamentación de que Grecia no tenía recursos para ello, pero la verdad la manejan las transnacionales que están detrás de los juegos. Su presión fue muy grande. Y el mundo unipolar también se manifestó en esta ocasión.

no se dice

que la delegación israelí que asistirá a la sexta ronda de conversaciones de paz el próximo 24 de agosto, propondrá a los palestinos celebrar comicios en Gaza y Cisjordania para la elección de sus autoridades autonómicas, según informó la semana anterior el diario "Yeadiot Ajronot".

que el Congreso Nacional Africano ha demostrado su gran capacidad de movilización durante la "semana de acción" para presionar al gobierno, que comenzara el lunes de la semana anterior una huelga general de dos días a la que siguieron distintas manifestaciones de protesta, y que ante esta campaña, el presidente De Klerk señaló que las conversaciones con el ANC podrían reanudarse en breve.

que el ex presidente argentino Raúl Alfonsín está tratando de ganar protagonismo político, puesto que la semana anterior en un acto multitudinario el político radical presentó el Movimiento para la Democracia Social, nueva corriente interna de su partido, con la que se intenta recrear una alianza innovadora.

LIBERACION
Fundado el 26 de octubre de 1981

SERVICIO DE CABLES DE:
Cono Sur Press, IPS, Prensa Latina, Salpress y corresponsales propios.
REDACTOR RESPONSABLE
Washington Vique
REDACTORES:
Juan Cameron, Federico Ferrando, Jaime Padilla, Ariel Poloni, Pepe Viñoles
COLABORADORES:
CUBA: Héctor Vicente. **COSTA RICA:** Carlos Morales. **ESPAÑA:** Eduardo Abreu, Jaime Cujo, Estela Oxandabarat, Manuel Pérez García, Gustavo Silveira, Juan Sotelo. **DINAMARCA:** José Niederer. **FRANCIA:** Sergio Billar, Olver de León, Vito Mata. **ITALIA:** Gustavo Riet. **MEXICO:** Roberto Bologna, Ernesto Vera. **SUECIA:** Gutemberg Charquero, Luis Garrido, Bengt Hellgren, Victor Montoya, Ximena Narea, Sergio Ramírez, Jorge Talavera, Emir Figueroa. **SUIZA:** Eduardo Camin. **VENEZUELA:** Luis Colmenares, Diego Olivera Evia.
FOTOCOMPOSICION:
Washington Guinovart, Elena Gutiérrez.
COMPOSICION GRAFICA:
Juan Cano, Raúl Raschetti.
IMPRESION:
Victor Vidal.
AVISO - SUSCRIPCIONES
María del Carmen Ros, Carmen Zanota, Carmen Ferrín.
TIRAJE CERTIFICADO POR TS.
Suscríbase enviando giro postal a:
LIBERACION
Box 18040 - 200 32 - MALMÖ
SVERIGE
POSTGIRO: 679627 - 0
TELEFONOS:
Administración: 040-82120
Redacción y archivo: 040-85210
FAX: 40-947669
Países Escandinavos:
1 año....................250 kr.
6 meses....................150 kr.
Resto del mundo:
1 año....................350 kr.(*)
6 meses....................200 kr.(*)
(*)O su equivalente en dólares
IMPRESION:
Talleres Gráficos ZM
Malmö - SVERIGE
Las notas firmadas no expresan necesariamente la opinión del semanario y son de responsabilidad de su autores. No se devuelven los originales.

La Radio Los Andes y la Agrupación Sebastián Acevedo renuevan la esperanza en la solidaridad en estos tiempos de incertidumbre

La sonrisa de un niño lo vale todo

Despacho Radio Los Andes

Para atender a los niños de la Academia La Serena, que vinieron a competir en la Gothia Cup 92, Radio Los Andes, de Gotemburgo, entidad que pertenece a la Agrupación Sebastián Acevedo, realizó una exitosa campaña solidaria.

La Radio Los Andes, de la agrupación Sebastián Acevedo, inició antes de sus vacaciones una campaña solidaria en favor de los niños de la Academia La Serena, quienes vinieron a participar en la *Gothia Cup 92*, campeonato de fútbol que se viene realizando en dicho puerto sueco desde hace cuatro años.

El objetivo de esta campaña es hacer pasar un rato agradable a los pequeños, de 11 y 12 años, darles a conocer la ciudad, llevarlos al parque de atracciones Liseberg, en fin, pasearlos, entretenerlos y enseñarles algo más de Gotemburgo.

En la reciente campaña, hecha a través de la radioemisora, se logró recolectar más de cuatro mil coronas, por medio de llamadas telefónicas. Los auditores ofrecían una cantidad y luego esta se recaudaba.

Asimismo, en culminación de esta cruzada de hermandad, el sábado 27 de junio se efectuó un acto cultural bailable en el cual colaboraron varios artistas, entre ellos Tito Parra, Alvaro Abarca, Roberto Morales, quien donó además discos del Grupo Amanecer, para ser vendidos en la campaña, grupo que también estuvo presente como asimismo el de bailes folclóricos LUKS. Dicha actividad produjo una utilidad de cinco mil coronas.

La velada fue animada por el más popular de los "animadores" de Gotemburgo, Tito Delgadillo.

Las casi 10 mil coronas recolectadas, nos cuenta Héctor Delgadillo se destinaron "*para ser utilizadas en los gastos que podían originar las atenciones de los ninõs. Fue* -continúa -*una campaña linda donde chilenos residentes en Gotemburgo estuvimos unidos por un mismo ideal.*

La Academia La Serena fue fundada el 21 de agosto de 1987.

En esta oportunidad los niños pudieron llevarse algunas cosas de utilidad, como pelotas de fútbol, botiquín de primeros auxilios, líquidos y spray para disminuir los dolores producidos por los golpes, envases para transporte de agua, bolsones deportivos y otros.

En la reciente campaña, hecha a través de la radioemisora, se logró recolectar más de cuatro mil coronas, por medio de llamadas telefónicas. Los auditores ofrecían una cantidad y luego esta se recaudaba.

En el parque de atracciones disfrutaron de un día completo y con posterioridad se les organizó una fiesta de despedida para agradecer su presencia, tanto como la de los dirigentes que los acompañaban. En la oportunidad se les entregaron medallas recordatorias, además de premios a los goleadores José Luis Luengo y Felipe Santana. A Sebastián Llanas se le designó como el mejor jugador y a Juan Valer como el más técnico. Alvaro Gómez, arquero, fue reconocido por sus meritoria actuación.

"*quedaron realmente felices* -indica Delgadillo- *Lo que nos llena de satisfacción. Junto al equipo debo decirte que los acompañaba un hombre muy conocido en Chile, en la radio, diarios y televisión de La Serena, el profesor Homero Miranda, quién se fue agradecidísimo del comportamiento de los chilenos y, lógicamente, de las atenciones de que fueron objeto. Yo no sé si existe la posibilidad de colocar algo en* LIBERACION *para agradecer también a las agrupaciones que nos cooperaron, como fueron el Förening LUKS, el Club Deportivo Juventud América y Cono Sur, y un agradecimiento a toda la gente que, sin pertenecer a institución alguna, nos cooperó con su granito de arena y ayudó a que todo resultara un éxito. Para todos ellos nuestro agradecimiento. Y también de los niños de La Serena, quienes reiteraron los saludos de agradecimiento una y otra vez*".

La actividad realizada por la Radio Los Andes y la Agrupación Sebastián Acevedo renueva las esperanzas en la solidaridad en estos tiempos oscuros. El equipo pudo, además, llevarse un mil quinientas sesenta y una coronas, en efectivo, para ser utilizadas en los campeonatos venideros a realizarse en Dinamarca y Holanda.

Un loable ejemplo que enorgullece a la colonia es este, el de Gotemburgo.



En la Gothia Cup del año anterior.

E[l] prestigioso músi[co] liviano, durante [s]ta estadía en [...]cia, demostró que su [...] artístico no tiene fro[nteras]. Llegó a este país para a[...] el "VI Encuentro Boli[viano]" que en Eskilstuna se lle[vó a ca]bo del 19 al 26 de julio [...]

Sus presentaciones se [realiza]ron en Estocolmo y Got[embur]go, donde la colectivid[ad boli]viana organizó fiestas [en con]memoración al 6 de [...] Día de la Independenc[ia boli]viana.

Víctor Córdoba vie[ne reco]rriendo una larga tra[yectoria] con sostenido éxito no [sólo en] su país sinbo también [en Ar]gentina, Perú, [...] EE.UU y México. Est[e artista] boliviano supo ciment[ar un es]tilo muy peculiar com[o pia]nista, forjando tambié[n ...]o del popular tri[o ...]nios" muy querido [en Boli]via y todavía hoy vige[nte con] su repertorio de no[...] valses y boleros.

Pero Víctor Córdob[a no des]cansa, no descansó n[...] realidad. Hace algun[os años] ya, cuando sus hijos [eran pe]queños aún, impulsó l[a ...]ción de varios discos [de vi]llancicos navideños. [...] niños hoy ya jóvenes [...] la orquesta "Reflexus" [dirigida] por el padre y juntos e[...] recorren escenarios in[ternacio]nales.

Pero, sería injust[o -dice] Víctor Córdoba- no r[econocer] la inquebrantable vol[untad de] mi compañera insepa[rable ...]a, voz de "Los G[...] [ab]negada promotora [...]jos que incursionaro[n en la] música en busca de la [...]cia popular.

Nuestro entrevist[ado no] ocultó su orgullo de [...] señalar que la orquest[a "Refle]xus" implementa en s[...]ración artística. Aun[...] momentos -nos dijo- [...] por orientar a mis hij[os ...] de otras profesiones [...]guir con la música. Al[...] uno de los hijos está [por] recibirse de abogado [...]gundo efectúa estudi[os de mú]sica a nivel de licenci[atura].

Al pedirle una i[...] sobre su visita a Su[ecia ...] que uno debe ser re[...] soñar con facilidad. S[...] que el mercado cu[...] concretamente sueco [...] de conquistarlo. Tam[...] mismo la actitud de [...]

En el zénit de su carrera

Víctor Córdoba, talentoso músico boliviano en Suecia

Jaime Padilla

El prestigioso músico boliviano, durante su corta estadía en Suecia, demostró que su talento artístico no tiene fronteras. Llegó a este país para amenizar el "VI Encuentro Boliviano" que en Eskilstuna se llevó a cabo del 19 al 26 de julio último.

Sus presentaciones se repitieron en Estocolmo y Gotemburgo, donde la colectividad boliviana organizó fiestas en conmemoración al 6 de agosto, Día de la Independencia boliviana.

Víctor Córdoba viene recorriendo una larga trayectoria con sostenido éxito no sólo en su país sinbo también en Argentina, Perú, Panamá, EE.UU y México. Este artista boliviano supo cimentar su estilo muy peculiar como organista, forjando también el despegue del popular trío "Los Genios" muy querido en Bolivia y todavía hoy vigentes con su repertorio de nostálgicos valses y boleros.

Pero Víctor Córdoba no descansa, no descansó nunca en realidad. Hace algunos años ya, cuando sus hijos eran pequeños aún, impulsó la grabación de varios discos con villancicos navideños. Aquellos niños hoy ya jóvenes integran la orquesta "Reflexus" creada por el padre y juntos en familia recorren escenarios internacionales.

Pero, sería injusto -acotó Víctor Córdoba- no reconocer la inquebrantable voluntad de mi compañera inseparable Alcira, voz de "Los Genios" y abnegada promotora de mis hijos que incursionaron en la música en busca de la preferencia popular.

Nuestro entrevistado no ocultó su orgullo de padre al señalar que la orquesta "Reflexus" implementa en sí su aspiración artística. Aunque hubo momentos -nos dijo- esfuerzos por orientar a mis hijos en pro de otras profesiones y no seguir con la música. Al presente uno de los hijos está pronto a recibirse de abogado y el segundo efectúa estudios de música a nivel de licenciatura.

Al pedirle una impresión sobre su visita a Suecia, dijo que uno debe ser realista, no soñar con facilidad. Se refirió a que el mercado europeo y concretamente sueco es difícil de conquistarlo. Lamentó asimismo la actitud de muchos grupos musicales que salen de Bolivia y al regresar se publicitan como los triunfadores en el terreno internacional, cuando muchos no han pisado ni un escenario, sino que han estado cantando y tocando en las calles por una monedas. No hay que engañarse ni engañar, dijo.

Pero, ¿esas dificultades se presentan por la falta de un incentivo y promoción cultural de parte del gobierno boliviano?

Decididamente sí. En Bolivia tenemos buenos valores de la música folklórica y popular que han dado renombre al país, pero desgraciadamente por muchos factores todo esfuerzo por unificar se diluye. El Sindicato de Artistas y Variedades con insistencia ha logrado que el Parlamento aprobara algunas leyes de protección al autor y otros instrumentos jurídicos que reglamentan la difusión de la música boliviana tanto dentro como fuera del país. Tengo que destacar la labor de Orlando Rojas, Enriqueta Ulloa, Zulma Yugar, Pepe Murillo y otros artistas bolivianos que se han lanzado a la defensa del patrimonio folklórico boliviano. El gran escándalo fue "La Lambada" y hace poco Chile se atribuyó como suyo "La Diablada" que no es otra que la tradicional danza folklórica boliviana en todo su contexto y legitimidad.

Yo, no soy enemigo de Chile, pero pienso que ellos tienen su propio folklore, no tienen necesidad de usurpar o plagiar las danzas y las canciones. Nosotros los bolivianos no usurpamos el folklore de ningún país, cada pueblo debe proteger su folklore y sus raíces culturales, en este objetivo es muy primordial que los gobiernos, principalmente el gobierno boliviano debe establecer leyes de amparo al artista boliviano y al patrimonio musical y no desvirtuarlo.

¿Cuáles son sus proyectos inmediatos?

Bueno, luego de algunas presentaciones en Suecia, tenemos previsto visitar Dinamarca y luego retornar al país. El proyecto grande, en lo que concierne a giras puedo adelantar que en octubre nos trasladamos a EE.UU donde permaneceremos por espacio de cuatro meses. Allí la colectividad boliviana y latinoamericana es muy grande y por supuesto la musicalidad boliviana se disfruta a pleno.

¿En cuanto a grabaciones discográficas?

Sí, una primera grabación con música mexicana con la voz de Alcira, en estos momentos está sonando en Bolivia. El segundo larga duración con repertorio mexicano está en marcha. A propósito de México, en 1991 en aquel país batimos el récord de ventas con nuestro variado repertorio. Claro, esto no lo publicitamos en Bolivia pero las cifras son elocuentes en el mercado discográfico.

¿Entonces consideras que en Bolivia se puede vivir de la música?

Lastimosamente es la parte negativa. Muchos artistas nos batimos con la música, yo personalmente con perseverancia he logrado ganar cierto público, pero muchos artistas de alto nivel artístico inclusive, son mal pagados. Esto creo que se da por la pobreza que en el país se está ensanchando, y provoca el cierre de locales de espectáculo y la total falta de apoyo oficial a la promoción de la música en el propio país. Bolivia soporta una aguda crisis económica, no entiendo exactamente si es por la conducción gubernamental o por los intereses extranjeros que saquean al país, empobreciendo a nuestro pueblo.

Víctor Córdoba al finalizar nuestra conversación expresó que su paso por Suecia le ha permitido ver un nuevo rostro de la cultura boliviana y exhortó a que estos no deben dejar de mirar la realidad de su pueblo para comprender su dolor y sus alegrías.



ro. Pero cuando se repasan los ideales que asumió el barón Pierre de Coubertin para revivir las justas, nos damos cuenta de que fueron olvidados.

El libro de Simson y Jennings muestra cómo un puñado de hombres echaron por el suelo el reto de resistir las presiones políticas o comerciales.

Al implantar sus marcas y sus propias reglas de juego, se dejó para la historia el trillado lema de que lo importante es participar y no ganar.

Y es que esto no puede ser posible en la sociedad moderna, según la opinión de una "nueva raza" de presidentes de asociaciones.

Por ejemplo, el Comité Olímpico Internacional (COI) dirigido por Samaranch, tiene un capital de 20 millones de dólares y activos por 118 millones.

Las cadenas de televisión en el mundo pagaron 633 millones de dólares para transmitir los Juegos.

Y ni qué decir de la infraestructura para poner en marcha los de Barcelona, que le costó a la alcaldía la exorbitante suma de 733 mil millones, además de 3.466 millones para la construcción de la Villa Olímpica.

La organización fue simplemente monstruosa. Hubo 2.630 vehículos para el transporte, el alojamiento se hizo en las villas olímpicas, hoteles, casa particulares y hasta barcos de lujo. Se sirvieron 2.5 millones de comidas.

La Villa Olímpica, con una superficie total de 275 mil metros cuadrados, acogió a 15 mil atletas en obras monumentales: el estadio olímpico de Montjuic, el Palu Sant Jordi,la nueva sede del Instituto Nacional de Educación Física de Cataluña, las remodeladas piscinas Picornell, dos estadios de fútbol, el Palau Blaugrana y el Real Club de Polo.

¿Como se financia? Hubo una serie de patrocinadores oficiales: la "Coca Coca", "Visa", "Mars", "Kodak", "Ricoch", "National Pansonic", "Philips". 'Bausch y Lomb, Brother", "EMS" y "3M", que pagaron entre 23 y 30 millones de dólares por sus derechos.

Otras firmas como "Seiko" pagaron 6 millones, sin sumar una serie de empresas "pequeñas" que aportan cada una 2 millones de dólares más para asegurarse como proveedores de la mayor fiesta deportiva del mundo.

Una mina de oro

En realidad, organizar los Juegos Olímpicos constituye ahora una mina de oro, por las ganacias astronómicas que logran los organizadores, las federaciones deportivas y el COI.

Todo esto se inició con Horst Dassler, dueño de la firma alemana "Adidas", que buscó cómo sacarle provecho a los Juegos, a los atletas, a los organizadores, con tal de aumentar el volumen de venta de sus productos deportivos y controlar todo el sistema.

Dassler se unió a Patrick Nally, quien luego fue su mano derecha. Ambos, ayudaron en la campaña de elección de Joao Havelange para la presidencia de la FIFA, en 1974, y después lograron el financiamiento necesario para que éste pudiera cumplir sus promesas: metieron en el negocio a la "Coca Cola".

El poder logrado por Havelange y su influencia en los países tercermundistas, propiciaron la elección de Samaranch en el COI, en 1980. El "Club" se empezaba a formar.

Los dirigentes de las federaciones aprendieron la forma en que la FIFA ganaba dienro, y éstos a su vez, querían obtener sus propias ganancias. Ya para entonces, Dassler tenía su propia compañía de comercialización: ISL.

El deporte dejó de ser aficionado para convertirse en una enorme fuente de ingresos, de la cual se aprovecharon los miembros del COI para celebrar sus congresos, reuniones y visitas a las ciudades candidatas para organizar los Juegos Olímpicos, en medio de fiestas lujosas, grandes hoteles y una infinidad de comodidades.

Pronto, los comités locales de las ciudades empezaron a adular y sobornar a estos dirigentes para lograr la sede. Barcelona y Atlanta son ejemplos claros.

Desde entonces se produce un círculo vicioso, que más bien parece fortalecerse en la omnipotencia de Samaranch.

El franquista

En su libro, los periodistas relatan el pasado de Samaranch, como una forma de explicar su actitud, la concentración de poder y la forma de manejar el olimpismo.

"Considero correcto practicar la política para bien del deporte, pero creo que es incorrecto utilizar el deporte al servicio de la política", afirmó en una ocasión Samaranch.

Sin embargo, su carrera estuvo encauzada más hacia la política que hacia la dirigencia deportiva. Franquista desde muy joven, "El señorito" como solían llamarlo los más viejos miembros de la cúpula del gobierno de Francisco Franco, buscó puestos políticos, con tal de llegar a la cima.

Logró entrar al consejo regional de su Cataluña natal. Luego, una vez comprobada su fidelidad hacia el general Franco, se convirtió en ministro del Deporte.

Sin embargo, el 23 de abril de 1977, luego de la muerte de Franco, más de 100 mil personas gritaron: ¡Samaranch, fuera!. Era evidente que no le perdonaban la negación de la lengua, costumbres y orgullo catalanes, para someterse a un régimen considerado despótico en toda la región.

Su carrera política se vio así truncada, no así su ascenso en la administración deportiva, donde subió con la misma vertiginosidad.

La forma en que empezó a dirigir el "Club", con su reserva, ausencia de participación, su perpetua y autoelegible élite -todavía quedan 14 miembros con carácter vitalicio- no es muy diferente al estilo fascista del gobierno de Franco.

El fin de los juegos?

Una vez que el círculo vicioso de la comercialización caló hondo en todas las esferas del olimpismo, los atletas cayeron también en el vicio.

Antes se les pagaba tímidas sumas por usar una marca y en la actualidad, los contratos son multimillonarios. Si un atleta quería obtener los beneficios tenía que ganar la competencia como fuera.

El examen de dopaje positivo para Ben Johnson, desenmascaró a toda una élite deportiva que hacía un esfuerzo para alcanzar fama, prestigio y dólares.

Y en esta encarnizada batalla en pos del oro, con deportistas drogados, es poco o casi nada lo que el COI hace por limpiar la escena.

Ahora surge Primo Nebiolo, presidente de la Federación Internacional de Atletismo, con la iniciativa de no permitir atletas mayores de 23 años en los Olímpicos. De esta forma, Nebiolo, resentido con el "Club", acapararía para su campeonato mundial a los mejores atletas, los "récords" mundiales y, por supuesto, los derechos de televisión y los grandes patrocinadores.

Los autores finalizan su obra con un llamado al saneamiento de los Juegos. Esta disputa entre Samaranch y Nebiolo podría no resultar tan perjudicial, pero todos deben contribuir a ese saneamiento y legar el ideal deportivo a las futuras generaciones.

Luego de esta conclusión, recordamos la razón para que un emperador romano prohibiera, en el año 396, los antiguos Juegos Olímpicos en Grecia. Las justas se habían prostituido de tal manera que habían perdido todo el carácter y el espíritu por el cual habían sido creadas.

En nuestro siglo, la codicia, las drogas, la hipocresía, la política y otros factores han carcomido y prostituido los Olímpicos modernos de Coubertin.

En aquella oportunidad, el fin de los Juegos precedió a la destrucción del Imperio Romano. Hoy podríamos estar en la antesala del fin de una sociedad materialista y comercializada que mandó al cesto de la basura el ideal olímpico.



Va por Cuba

Carlos Gabetta

En estos días, Fidel Castro visitará España. Es muy probable que cuando este artículo aparezca ya haya habido otros, a favor o en contra.

¿De qué lado está usted? Nos encontramos a veces ante situaciones en las que es preciso optar: por el más grande o el más pequeño; el que parece más justo, o mejor intencionado; el de mejores antecedentes. En las guerras, cuando no una trinchera, siempre hay que elegir entre el agredido y el agresor, o por la paz, que es también una pelea. Ese es, desde hace 30 años, el caso de Cuba: hay que elegir, por más reservas que uno tenga.

Para argumentar en favor de la revolución cubana es difícil agregar algo a las razones de Eduardo Galeano, esgrimidas en su artículo "A pesar de los pesares". Cualquier persona medianamente informada sobre los pilares jurídicos en los que se asienta este mundo, adscrita a los valores éticos y morales generalmente aceptados y políticamente honesta, no podría menos que estar de acuerdo. Pero sería bueno saber cuál es el nivel de información de la mayoría y cuántas personas políticamente honestas quedan El pensamiento debil en boga ha disminuido el peso de lo ético y de lo moral. La realidad permanece oculta por el chisporroteo de tanta información dispersa, circunstancial e intencionada (no sólo respecto a Cuba, por supuesto); el machaque es tan sistemático que uno comprende la confusión general y hasta que muchas buenas y honesta personas de la calle acaben por sentir repugnancia hacia el **gulag tropical**.

Pero como en la guerra del Golfo, que empezó con el redoble de la marcha por la libertad ya terminó en un vergonzante silencio, a los cruzados de la reconquista de La Habana les puede salir el tiro por la culata. Para empezar, Cuba no perecerá por inanición: el enorme esfuerzo volcado en el autoabastecimiento alimentario parece estar dando resultados, con lo que podría aventarse la tantas veces anunciada explosión social. Y no sólo eso. A trancas y sin pausas en medio de una crisis gravísima, la revolución está rearticulando todo su sistema de producción, innovando respecto al fracasado modelo soviético e incluso realizando reformas políticas importantes.

Si la información sobre Cuba fuera más precisa y contextual, no habría de qué asombrarse, porque la revolución ya resolvió una crisis por lo menos tan grave siendo mucho más debil e inexperta. Cuando John Kennedy firmó el Decreto 3447 (el 3 de febrero de 1962), Cuba se encontró de la noche a la mañana sin ningún lazo económico, financiero o comercial con la potencia que absorvía el 71% de sus exportaciones y proveía el 64% de sus importaciones, a lo que hay que agregar la dependencia financiera y tecnológica, el impresionante éxodo de técnicos y científicos que la había dejado convertida en un páramo premoderno y la agresión militar. Ahora, el derrumbe de la URSS y los países de su órbita ha producido un colapso semejante: el 83% del comercio cubano se realizaba con esos países en condiciones de equidad (la propaganda las llama condiciones **de favor**, porque así enmascara la inequidad capitalista entre países ricos y pobres, grandes y chicos). Por poner un ejemplo, Cuba recibía de la ex República Democrática Alemana 22.000 toneladas anuales de leche en polvo a cambio de una cantidad equivalente de levadura torula, producida a partir de la melaza de azúcar, para la alimentación animal. Convertida en leche fluida, esa importación cubana representa casi la mitad del consumo nacional.

La necesidad de aferrarse a la URSS no sólo significó dependencia económica y tecnológica, sino también calcar lo esencial del inviable modelo económico soviético. Pero los cubanos lo advirtieron antes de la catástrofe. El proceso de rectificación, el reflotamiento de las ideas económicas de Che Guevara y otra desde principios de los ochenta representan el intento de salir de esa vía, acelerado y profundizado ahora en circunstancias excepcionales.

Pero la revolución es hoy mucho más fuerte y experimentada que en 1962. Cuba no sólo es, como dice Galeano, "el palo más igualitario y solidario del mundo", rebosa de técnicos, científicos y profesionales, la sociedad es culta e informada (a pesar de su horrorosa prensa). Ha desarrollado tecnologías de punta, particularmente en medicina, industria farmacéutica y biogenética. Si es verdad que hace 30 años los cubanos pudieron acudir a la URSS, el hecho de que hoy esa posibilidad no exista les sirve para hacer de la necesidad virtud. A su manera,Cuba está liberalizando su economía. Por eso,a pesar del bloqueo y de las escandalosas presiones norteamericanas sobre otros países para completarlo, la inversión extranjera aumenta: francesa en prospección petrolera; canadiense en extracción de níquel; chilena en el sector cítricos; española brasileña, sueca y japonesa en la industria hotelera. México y Venezuela contribuyen a paliar el déficit petrolero; Brasil compra vacunas... Actualmente, Cuba negocia más de 200 proyectos distintos de empresas mixtas con capital extranjero.

Los cubanos dicen que ahora si van a acabar encontrando su propia vía al socialismo y que en 1991 han pasado lo peor. Se puede pensar que eso es propaganda del rgimen, pero hay buenas razones para creerles. En cualquier caso, se dan tiempo para considerar reformas política que, cuando no, la

prensa internacional esc[...]
tea o minimiza. En este m[...]
julio se reunió la Asan[...]
Nacional para estudiar l[...]
forma de nada menos q[...]
44% del articulado de la C[...]
titución. Se modificó: el [...]
men de propiedad, que e[...]
cinco formas no contem[...]
la propiedad total o parci[...]
empresas por particulares[...]
ficultaba la inversiones ex[...]
jeras. En realidad, la Le[...]
promulgada en 1982 para [...]
litarlas, viola el espíritu [...]
Constitución de 1976. E[...]
teria económica se quiere [...]
más flexible, menos regla[...]
taria y taxativa la ley f[...]
mental, para adecuarla al [...]
mismo que se trata de im[...]
a la economía.

En lo político se mod[...]
las disposiciones [...]
educación, sobre todo en [...]
to al ateísmo oficial, q[...]
cambiado por la noción [...]
cismo, más tolerante, d[...]
rática y acorde con la de[...]
de admitir creyentes en e[...]
tido Comunista, tomada [...]
IV Congreso. Pero lo m[...]
portante fue la prevista [...]
ma del sistema electoral [...]
lo relacionado con el lla[...]
sistema de poder popul[...]
falta de peso de la Asa[...]
Nacional (o dicho de otr[...]
do, el exceso de poder de[...]
Castro y el Consejo de [...]
tros) y sectores del propi[...]
tido Comunista de Cu[...]
objetivo fue que la Asa[...]
adquiera capacidad real [...]
[...]zación y control, me[...]
la elección directa -a tra[...]
sufragio secreto- de sus r[...]
tos representantes, con [...]
pendencia de sus ideas p[...]
o religiosas. la revoluci[...]
bana busca -o al menos [...]
cen sus dirigentes [...]
esclarecidos- pluralismo [...]
mocracia sin pluripartid[...]
una idea que genera d[...]
fianza en Europa, pero c[...]
cubanos tienen perfecto [...]
cho a experimentar.

En estos días, Fidel C[...]
volvió a reunirse con sus [...]
de América Latina, Port[...]
España. Les miró a los [...]
volvió a decirles lo mism[...]
presento a uno de los [...]
más pobres, pero nuest[...]
ciedad es la más igualit[...]
nuestra nación la más inc[...]
diente; tenemos ideas p[...]
eso podemos hablar si no [...]
dan a terminar con el [...]

prensa internacional escamotea o minimiza. En este mes de julio se reunió la Asamblea Nacional para estudiar la reforma de nada menos que el 44% del articulado de la Constitución. Se modificó: el régimen de propiedad, que en sus cinco formas no contemplaba la propiedad total o parcial de empresas por particulares y dificultaba la inversiones extranjeras. En realidad, la Ley 50, promulgada en 1982 para facilitarlas, viola el espíritu de la Constitución de 1976. En materia económica se quiere hacer más flexible, menos reglamentaria y taxativa la ley fundamental, para adecuarla al dinamismo que se trata de imprimir a la economía.

En lo político se modifica- las disposiciones sobre educación, sobre todo en cuanto al ateismo oficial, que fue cambiado por la noción de laicismo, más tolerante, democrática y acorde con la decisión de admitir creyentes en el Partido Comunista, tomada en el IV Congreso. Pero lo más importante fue la prevista reforma del sistema electoral y todo lo relacionado con el llamado sistema de poder popular. La falta de peso de la Asamblea Nacional (o dicho de otro modo, el exceso de poder de Fidel Castro y el Consejo de Ministros) y sectores del propio Partido Comunista de Cuba. El objetivo fue que la Asamblea adquiera capacidad real de fiscalización y control, mediante la elección directa -a través del sufragio secreto- de sus más altos representantes, con independencia de sus ideas políticas o religiosas. la revolución cubana busca -o al menos lo hacen sus dirigentes más esclarecidos- pluralismo y democracia sin pluripartidismo, una idea que genera desconfianza en Europa, pero que los cubanos tienen perfecto derecho a experimentar.

En estos días, Fidel Castro volvió a reunirse con sus pares de América Latina, Portugal y España. Les miró a los ojos y volvió a decirles lo mismo: represento a uno de los países más pobres, pero nuestra sociedad es la más igualitaria y nuestra nación la más independiente; tenemos ideas pero de eso podemos hablar si nos ayudan a terminar con el bl[illegible] y la agresión.



¿De qué lado está usted? Si lo ayuda a resolver un dilema, piense en esto: qué pasaría con el precio de la leche en cualquier país capitalista si la oferta se redujera a la mitad de la noche a la mañana, en un contexto de escasez grave; quiénes seguirán consumiendo y quiénes no. En Cuba fue simple: todos se quedaron sin leche, menos los niños, los ancianos y los enfermos. O imagine esta posibilidad: que Cuba se zafe de la cuerda que EE.UU intenta ponerle al cuello, el régimen se estabilice y progrese, y los norteamericanos, como es su costumbre, acudan a la **solución** militar. O esta otra, también posible: que el cerco progrese, anule toda posibilidad para la revolución y los cubanos regresen a cuando eran como nosotros, que por un litro de leche podríamos llegar a delatar y hasta matar al vecino.

Carlos Gabetta es periodista y escritor argentino.



Fidel Castro, César Gaviria y Salinas de Gortari.

PARTIES PRO LEGISLATIVES
176
- 9209226

Atención chilenos del Sur de Suecia

Excursión en ómnibus a Estocolmo para alentar a SANTIAGO WANDERERS



Ida y vuelta 350:- kr

ITINERARIO: El ómnibus partirá desde la Estación Central de Malmö a las 06.00 de la mañana y hará su recorrido por la E4, parando en Lund a las 06.30 en la Estación Central, a las 08.00 en Ljungby Stop, y a las 10.00 en Jönköping, arribando a Estocolmo aproximadamente a las 14.00 hs.

HAGA SU RESERVA YA **Teléfonos: 040/82120 ó 85210**

También tenemos localidades para el encuentro

El PARTIDO SE JUGARA EL 4 DE SETIEMBRE EN EL SÖDER ESTADIO

ICARO RESOR

TENEMOS EL MUNDO A SU ALCANCE

SANTIAGO	7.100
LA HABANA	4.560
LIMA	6.150

A SANTIAGO 10.980

AIR FRANCE

IDA
Escandinavia-Santiago
6,8,11,13,15,18,10,
22,27 diciembre

REGRESO
Santiago-Escandinavia
6,9,16,23,30/1 1993
10,13,16,20,24 /2/1993
6,13,17,20 /3/1993

ELIJA SU LINEA AEREA SOLICITE SU CREDITO!

Consultas y reservas

Estocolmo
Sibyllegatan 65
Tel: 08/6635502-04
Fax: 08/6635513

Gotemburgo
Kaserntorget 6, 2 tr
Tel: 031/135595
Fax: 031/135576

LA ISLA presenta:

COCO LEGRAND

"LA DECADA DE UN COCO"

La década de la computación, los teléfonos celulares, los moteles... vistos por el humor de COCO LEGRAND.

¡No se pierda el mayor suceso humorístico del año, por el humorista más grande de Chile!



GÖTEBORG, Konserthuset, 19 sept. Hora 19:00
ESTOCOLMO, Folkets Hus, 20 sept. Hora 15:00 y 18:30

Dos únicas presentaciones ENTRADA: 180:- kr

Entradas: En GOTEMBURGO, las entradas se compran en Konserthus en el mes de agosto y en las oficinas del Correo. En ESTOCOLMO las entradas ya están a la venta en Restaurant LA ISLA 08/6546043 y en LATIN-SVENSK TRAVEL Kungsg. 77. Tel. 08/650 7544

Agentes norteamericanos inspeccionan aeropuertos locales

BUENOS AIRES. Funcionarios de Estados unidos realizaron tareas de inspección de seguridad en una aeropuerto de la capital argentina, destinado solo a vuelos de cabotaje y tráfico con Uruguay, confirmaron fuentes oficiales.

Luego que periodistas detectaron la presencia de los extranjeros, entre ellos oficiales de la Agencia Central de Inteligencia (CIA), las autoridades locales admitieron la fiscalización que se agregó a otra efectuada en la estación aérea internacional de Ezeiza.

De acuerdo con la agencia oficial Telam, fuentes de la aeronaútica militar calificaron de rutina la inspección de los norteamericanos, que por observadores locales se interpreta como un intento de restarle trascendencia al episodio.

Las autoridades argentinas culminaron días atrás una serie de obras en el aeropuerto destinado a los viajes al exterior, luego de que Estados Unidos declarara insegura dicha terminal.

Hasta tanto no fue levantada la calificación foránea, en las terminales aéreas de Estados Unidos se situaron carteles advirtiendo a los pasajeros de ese país sobre la presunta inseguridad e los aeropuertos argentinos.

Se extiende epidemia de cólera

Durante el mes de julio se registraron 17.526 nuevos casos de cólera en América Latina. Se informa que 168 personas murieron a causa de esta enfermedad.

Estas cifras provienen de la Organizació Panamericana de la Salud (OPS). El informe de esta organización señala que la enfermedad se ha extendido sobre todo en Panamá, Ecuador, Brasil y Guatemala.



Endara enfrenta primera rebelión sindical

PANAMA. El presidente de Panamá, Guillermo Endara, enfrentó la primer rebelión sindical generalizada desde que asumió el poder el 20 de diciembre de 1989.

Las principales organizaciones sindicales del país mantuvieron su decisión de ir a una huelga general dede las primeras horas del miércoles pasado para evitar que los recursos acumulados para el pago del décimotercer mes pasen a la Caja de Seguro Social.

Los trabajadores exigen que se suspenda el traslado de recursos correspondientes al pago del décimotercer mes, que por ley aprobada a principios de este año debe pasa en su totalidad a la Caja de Seguridad Social para evitar una futura iliquidez del Fondo de Pensión, invalidez y muerte.

Endara dijo que está anuente a evitar el descuento de ese beneficio, pero pidió una alternativa para dotar a la Caja de Seguro Social de recursos equivalentes a los que dejará de recibir, estimados por ocho millones de dólares anuales.

Veinte sindicatos de las occidentales provincias de Chiriqui y Bocas del Toro anunciaron su participación en la huelga incluyendo los trabajadores de las fincas bananeras, donde laboran cerca de 15.000 obreros.

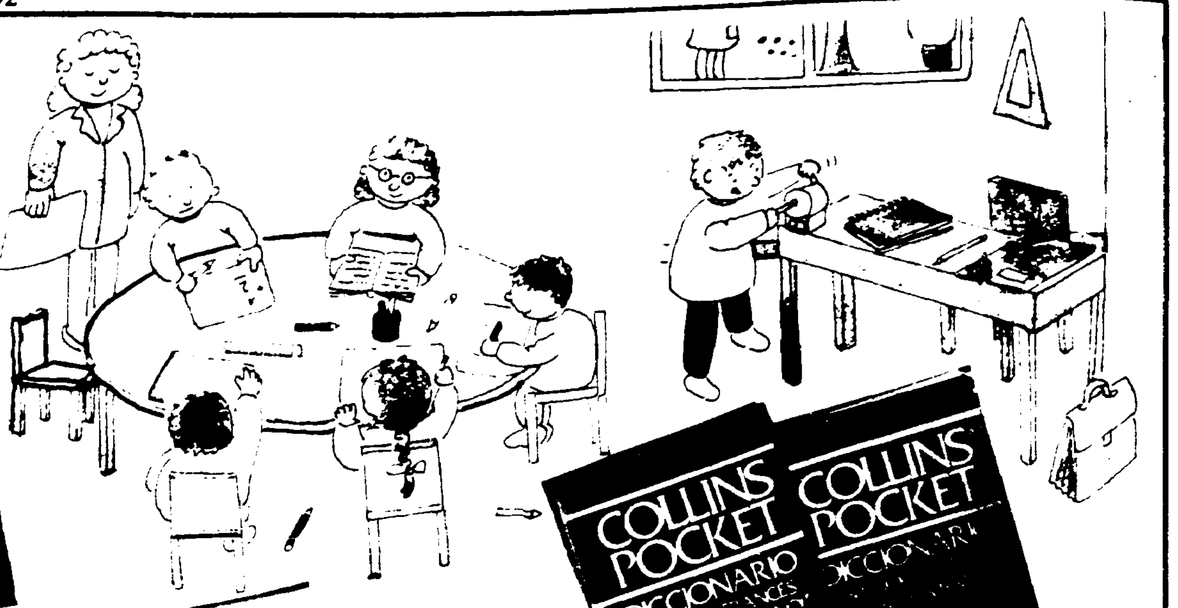
El dirigente de la Confederación Nacional de Trabajadores de Panamá, Horacio Rodríguez, informó que esa y otras centrales sindicales con afiliados en todo el país "apoyarán la medida" convocada por los sindicatos de la zona occidental.

La huelga es también apoyada por el poderoso sindicato de la construcción, el cual ya había realizado anteriormente una protesta frente a la sede de la presidencia.

Las patronales se niegan al aumento de sus aportes y advirtieron de que la huelga ocasionaria mayor desempleo. En la actualidad, según datos oficiales, el desempleo abierto afecta a 15,8 por ciento de los alrededor de 849.000 panameños económicamente activos. Sin embargo, entre el desempleo abierto y el subempleo afectan el 31,9 por ciento de la población económicamente activa.

La ley que reformó el estatuto orgánico de la Caja de Seguro Social y estableció la retención de la segunda partida del decimotercer sueldo formo parte de los ajustes internos exigidos por los organismos financieros acreedores para refinanciar la deuda externa panameña, de 3.411 millones de dolares. Ademas de esta disposicion combatida por los sindicatos desde que fue llevada al Parlamento, los ajustes incluyeron una ley marco para privatizar 22 empresas publicas, reforma tributarias y rebaja de aranceles.

COMIENZAN LAS CLASES

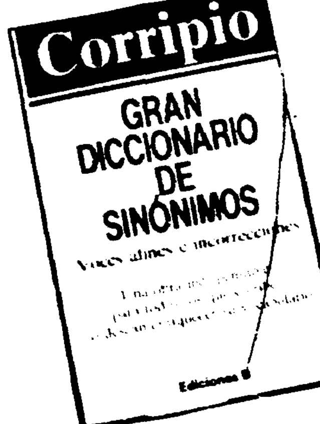




GRAMATICA ESENCIAL DEL ESPAÑOL
Espasa Calpe

INTRODUCCION AL ESTUDIO DE LA LENGUA
He aquí una gramática moderna y de fácil lectura, en la cual, como ha dicho Rafael Lapesa, "el sistema gramatical del español aparece esquematizado con una claridad absoluta gracias a una simplificación racional y justa". Pero es algo más que un estudio funcional de la lengua: es, en pequeño, una visión general de ella, por fuera y por dentro, cuidadosamente estructurada. Una guía bibliográfica actualizada completa el volumen.

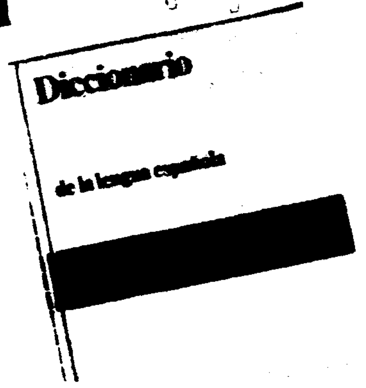
235:-



GRAN DICCIONARIO DE SINONIMOS CORRIPIO
Voces afines e incorrecciones

Más de 30.000 artículos. Más de 50.000 acepciones. Gran número de sinónimos en cada artículo, voces incorrectas, vulgarismos, anglicismos, etc. Locuciones latinas breves. Neologismos no admitidos por la Real Academia Española. Prefijos, interjecciones

206:-



DICCIONARIO PLANETA ABREVIADO de la LENGUA ESPAÑOLA USUAL

Este diccionario abreviado de la lengua española, dirigido por el catedrático de la Universidad doctor Francisco Marsá, quiere ser, además de un valioso instrumento de trabajo y consulta, un diccionario esencialmente práctico y al día. 50.000 acepciones. 1.035 ilustraciones

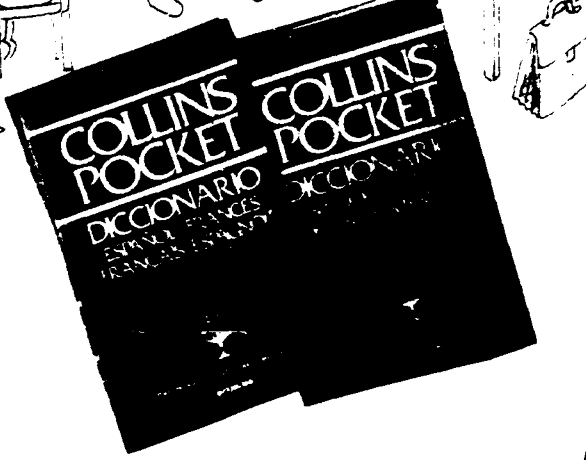
97:-



ESPASA ESCOLAR

Más de 35.000 artículos, con todo. El caudal léxico de la lengua castellana. Americanismos y neologismos. Más de 500 ilustraciones en cuatricromía. Apéndice gramatical. Sinónimos, antónimos, plurales anómalos e irregulares del lenguaje

155:-



COLLINS POCKET
Español - Alemán
Alemán - Español

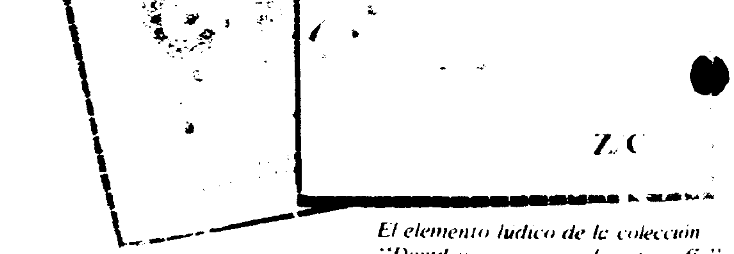
Más de 40.000 palabras y frases idiomáticas

140:-

COLLINS POCKET
Español - Francés
Francés - Español

Más de 45.000 palabras y modismos

140:-



También para los más pequeños
DAVID ORTOGRAFIA
Juega y aprende 1 y 2

El elemento lúdico de la colección "David juega y aprende ortografía", basado en el juego del escondite -de tanta tradición en el mundo infantil-, permite a los niños descubrir y encontrar personas, animales y cosas, gráficamente representados de manera inequívoca, cuyos nombres poseen una determinada característica ortográfica. Eliminadas así, las posibles manifestaciones del aburrimiento infantil, permite obtener un aprendizaje ortográfico altamente efectivo

45:- c/u

LIBERACION

El número de ... alcanzó 17 m...

Albert Peters, ... Oficina de Nueva ... to Comisionado ... Unidas para l... (ACNUR), dijo ... tes emergencias ... ba "la capacida... de ACNUR y la ... de la comunidad ... de lograr paz re... dad global.

En su mensaj... bros del Consejo ... Social de la ON... mó que en los úl... personas se ... abandonar cada ... res en terribles c... cas y sicológicas...

Peters explic... de desplazamie... provoca tensión ... de las comunid... de derechos hu... ello, la condici... do, su protecci... crecientes preoc... el ACNUR.

"Los cambio... enfrentan el AC... munidad intern... ye: la creación ... que garanticen ... de los actuales ... tección y asiste... vuelvan a sus ho... ciones dignas y ... anotó Peters.

El funcionari... "el avance de l... regiones y, en ... generales, de u... la democracia e... tes del mundo, ... nes como la re... luntaria, una de ... cativas y acepta...

Sin embargo, ... repatriación por ... de resolver los ... las personas que ... países, y por ell... tir esfuerzos ... "incorporar a l... los procesos de ... cional".

De acuerdo c... dos de ACNUR ... cerca de tres mil ... giados en el mun... a sus hogares a ... canismo de repat... taria.

población

Cifra sin precedentes de refugiados en el mundo

El número de refugiados en el mundo alcanzó 17 millones de personas, una cifra sin precedentes que supera en más del doble los datos para la década anterior, afirmó un alto funcionario de la Organización de Naciones Unidas.

Albert Peters, director de la Oficina de Nueva York del Alto Comisionado de Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR), dijo que las recientes emergencias ponen a prueba "la capacidad de respuesta de ACNUR y las posibilidades de la comunidad internacional de lograr paz regional y seguridad global.

En su mensaje a los miembros del Consejo Económico y Social de la ONU, Peters estimó que en los últimos meses 10 mil personas se ven obligadas a abandonar cada día sus hogares en terribles condiciones físicas y sicológicas.

Peters explicó que ese tipo de desplazamientos masivos provoca tensión en el interior de las comunidades y abusos de derechos humanos, y por ello, la condición del refugiado, su protección y asilo, son crecientes preocupaciones para el ACNUR.

"Los cambios urgentes que enfrentan el ACNUR y la comunidad internacional incluyen: la creación de mecanismos que garanticen a las víctimas de los actuales conflictos, protección y asistencia hasta que vuelvan a sus hogares en condiciones dignas y seguras", comentó Peters.

El funcionario apuntó que "el avance de la paz en varias regiones y, en términos más generales, de un ímpetu hacia la democracia en muchas partes del mundo, abrió soluciones como la repatriación voluntaria, una de las más significativas y aceptables".

Sin embargo, subrayó que la repatriación por sí sola no puede resolver los problemas de las personas que regresan a sus países, y por ello deberán existir esfuerzos paralelos para "incorporar a los refugiados a los procesos de desarrollo nacional".

De acuerdo con los resultados de ACNUR, en este año cerca de tres millones de refugiados en el mundo han vuelto a sus hogares a través del mecanismo de repatriación voluntaria.



Peters afirmó que Africa, donde se reúne 30% de los refugiados del mundo, continará siendo la prioridad para ACNUR.

Los datos de la agencia especializada para los refugiados indican que desde 1991, cuando se agravó la situación política en el cuerno de Africa, 300 mil refugiados de Somalia y el sur de Eiopia huyeron a Kenia.

Sumado a esa situación, la actual guerra civil en Somalia provocó un inesperado regreso masivo de 450 mil refugiados a Etiopía.

ACNUR afirmó que en Malawi la población refugiada de Mozambique aumenta sorprendentemente y sobrepasó el millón de personas. La situación en ese país se complicó con la sequía que golpeó al sur del continente este año.

Las informaciones también señalan que las luchas internas en Sierra Leona, Liberia y la ex República Yugoslava provocaron "un nuevo éxodo de refugiados', a los países veciinos.

Peters agregó que en el caso de la ex Yugoslavia miles salen diariamente como resultado de actual conflicto y los abusos humanos, incluyendo el terrible proceso de "purificación étnica".

Por otra parte, en Asia los 270 mil refugiados que viajaron para finales de junio a Bangladesh tras los conflictos internos en Myanmar desataron una situación de emergencia mayor.

Adicionalmente, a finales de junio, la situación interna en Bhután obligó a unas 650 mil personas de origen étnico nepalés regresar a Nepal.

Los datos de ACNUR destacaron la labor de repatriación de unos 25 mil imigrantes indochinos a Vietnam que se realizó desde 1989 y la de 50 refugiados camboyanos en Tailandia que regresaron a su país de origen. Los 100 mil afganos que volvieron a su país desde Pakistán se sumaron a otros 500 mil que hasta 1992 han regresado a su tierra.

De acuerdo con Peters, antes de la repatriación que se inició en 1990, había un total de 3.2 millones de refugiados afganos en Pakistán y tres millones en Irán, pero desde esa fecha, cerca de un millón regresó a su país.

-9209226

El general Stange, debe dejar su cargo

Sergio Ramírez S.

Salvador Allende al estigmatizar a César Mendoza como "general rastrero", no sólo estaba aludiendo a un hombre, sino al destino de una institución, que bajo su dirección y la de su sucesor Rodolfo Stange es responsable de crímenes y violaciones a los derechos humanos y que sus altos mandos sistemáticamente negaron. Hoy, la solución de su crisis exije su reestructuración y la salida de su jefe máximo y demás policías involucrados en actividades represivas y criminales.

La declaración de reo de un grupo de oficiales, suboficiales y de uno de sus colaboradores, encabezados por el mayor(r) Guillermo González Betancourt como "autores del delito de privación ilegítima de libertad y homicidio calificado de los tres profesionales", José Manuel Parada, Santiago Nattino y Manuel Guerrero, ha agudizado la crisis no resuelta de 1985 en el Alto Mando y en la institución de Carabineros.

Así, a 7 años de transcurrido uno de los crímenes más horrendos de la dictadura, un conjunto de factores ha permitido avances concretos en la investigación y posibilidades de justicia. A ello ha contribuido la honesta y firme labor del juez Milton Juica, digno sucesor de Cánovas Robles, la labor tesonera y consecuente de los familiares y organizaciones de derechos humanos, las recientes confesiones y contradicciones de algunos de los inculpados y las denuncias de la prensa de izquierda (El Siglo y Punto Final).

Arrinconada por la verdad, la Dirección de Carabineros ha emitido apresuradamente una declaración en la que señala que "la institución se siente profundamente conmovida porque ex integrantes de sus filas hayan podido participar en la comisión de tan horrendos delitos... seguirá brindando a la sociedad toda, la seguridad que espera de Carabineros de Chile".

Tal declaración, plagada de falsos argumentos, es un reflejo no sólo de la presencia y continuidad de personeros del régimen dictatorial, sino también de la crisis que afecta a la policía chilena. En efecto, se intenta deslindar responsabilidades en los crímenes hablando de "ex integrantes", en circunstancias que todos los integrantes eran al momento de los hechos parte integrante de la institución, formaban parte de estructuras dependientes directamente de la Dirección General y estaban sujetos a una disciplina militar. La responsabilidad institucional es concreta, real. La verdad se abre paso. El tenor de la declaración tiene similitud con las expresiomes anteriores del coronel Luis Fontaine, jefe de la organización terrorista Dicomcar, que sostenía: ¿cree usted por ventura,señor, que un carabinero va a ser capaz de cometer tan deleznable crimen contra un profesor?. El tiempo ha demostrado que ellos fueron los asesinos. Por lo cual, la declaración actual del Alto Mando oculta la verdad, va a la superficie del problema, pero no a su esencia al eludir responsabilidad personal e institucional que corresponde. Mientras se mantenga tal actitud el problema para los chilenos sigue siendo "¿quién nos cuida de los policías?



Rodolfo Stange.

La declaración del 29 de mayo de 1992 que comentamos, es absolutamente distinta y contradictoria con lo afirmado y obrado por el Estado Mayor policial durante siete años. La realidad lo confirma.El general Rodolfo Stange, subdirector de Carabineros en 1985, conoció el informe de la CNI que involucraba a la Dicomcar, el contrainforme que se ordenó preparar al organismo acusador y todos los entretelones que obligaron a la renuncia del general Mendoza a la jefatura de Carabineros y de la Junta Militar, y que motivara su reemplazo por Stange en ambas funciones. Además, conocieron también las primeras declaraciones de presos dictada por el ministro José Cánovas, sobre los coroneles Luis Fontaine, jefe de Dicomcar y ex edecán de César Mendoza, Julio Luis Michea, jefe de Asuntos Internos y Externos de esa organización represiva y el teniente coronel Iván Edmundo

González Jorquera, a car
GOPE y hoy flamante g
y jefe de la II Zona P
Todos sabían lo ocurrid
vieron participación y r
sabilidad en los degoll
tos. La conclusión del m
Cánovas, del 11 de agos
muy precisa: "fluyen
mente presuncionjes
precisas y concordante
acusan a oficiales y
miembros de Carabiner
mo responsables de tan a
crimen".

A pesar de las eviden
jefatura polilcial, desde
mantuvo una negación
frente al crimen: Carab
no tenía nada que ver co
justicia no podría proba
y que se trataba de una c
ña de "sectores interesa
denigrar a la institución
César Mendoza fue
ó tal argumentació
pando a los "comunista
crimen. Mientras que el
ral Carlos Donoso, dire
Orden y Seguridad d
años, sostenía la tesis
campaña contra Carabi
lo propio hizo Stange y
Mando actual hasta el
hoy. En efecto, el genera
ge decía el 30 de enero d
que "hay sectores inter
en distorsionar y desperf
funciones que cumple C
neros" (El Mercurio). E
ral Oscar Tapia, jefe de l
metropolitana, afirmab
de mayo de este año que
de distintos sectores se e
nan acciones, a veces en
tas, que pugna por llevar
eros a una encrucij
descrédito pública y sí a
dida de la confianza y la
bilidad". Es decir las mi
nea de argumentacion
dictadura para justificar
nes y represión.

Pero la mentira, no o
verdad. El informe Re
marzo de 1991, conclu
"Dicomcar... tuvo a s
el desarrollo de labores
rativos de represión... (
bo) relaciones, entre
CNI en las detencione
hay) antecedentes que v
al personal de Dicomca
muerte de Carlos Godo
goyen... y con el degolla
de tres miembros del
Además, aporta el ante
decisivo de la responsa
personal de Stange al
que Dicomcar "seman
evacuaba un informe s
ta materia (inteligencia

González Jorquera, a cargo del GOPE y hoy flamante general y jefe de la II Zona Policial. Todos sabían lo ocurrido y tuvieron participación y responsabilidad en los degollamientos. La conclusión del ministro Cánovas, del 11 de agosto, fue muy precisa: "fluyen nítidamente presuncionjes graves, precisas y concordantes, que acusan a oficiales y otros miembros de Carabineros como responsables de tan alevoso crimen".

A pesar de las evidencias, la jefatura polilcial, desde 1985, mantuvo una negación cínica frente al crimen: Carabineros no tenía nada que ver con él, la justicia no podría probar nada y que se trataba de una campaña de "sectores interesados en denigrar a la institución". César Mendoza fue quien [illegible]ió tal argumentación, culpando a los "comunistas" del crimen. Mientras que el general Carlos Donoso, director de Orden y Seguridad de esos años, sostenía la tesis de la campaña contra Carabineros y lo propio hizo Stange y el Alto Mando actual hasta el día de hoy. En efecto, el general Stange decía el 30 de enero de 1991 que "hay sectores interesados en distorsionar y desperfilar las funciones que cumple Carabineros" (El Mercurio). El general Oscar Tapia, jefe de la zona metropolitana, afirmaba el 6 de mayo de este año que "desde distintos sectores se encaminan acciones, a veces encubiertas, que pugna por llevar a Carabineros a una encrucijada, al descrédito pública y si a la pérdida de la confianza y la cridibilidad". Es decir las misma línea de argumentacion de la dictadura para justificar crímenes y represión.

Pero la mentira, no oculta la verdad. El informe Rettig, de marzo de 1991, concluía que "Dicomcar... tuvo a su cargo el desarrollo de labores de operativos de represión... (que hubo) relaciones, entre él y la CNI en las detenciones, (que hay) antecedentes que vinculan al personal de Dicomcar con la muerte de Carlos Godoy Echegoyen... y con el degollamiento de tres miembros del PC". Además, aporta el antecedente decisivo de la responsabilidad personal de Stange al señalar que Dicomcar "semanalmente evacuaba un informe sobre esta materia (inteligencia) al general director de Carabineros".

La respuesta de Stange y del Alto Mando al Informe Rettig, fue que "Carabineros de Chile reitera que no puede aceptar el prejuzgamiento individual y colectivo de su personal, tanto en servicio activo como de quienes se encuentran en situación de retiro, mientras no se acedite suficiente responsabilidad penal por tribunal competente". Así se mantenía la línea de defensa espúrea iniciada por Mendoza, en la convicción que la justicia no podría inculparlos plenamente. Rodolfo Stange y al Alto Mando Policial asumieron, a nombre de la institución, su defensa personal y la de una "organización ilícita de carácter terrorista", según la calificación del juez Milton Juica.

Es posible que en un plazo breve se podrá aclarar definitivamente el caso de los degollados. Falta reconocer oficialmente la responsabilidad y participación del Alto Mando de Carabineros. Porque, es evicente que quienes dieron la orden de matar y de implementar un tremendo operativo, no pueden haber sido simples oficiales y suboficiales, y menos aún un civil. En un cuerpo militarizado, jerarquizado y disciplinado, eso no es posible.

A principios de julio los Altos Mandos de Carabineros y Ejército intentaron reforzar su cohesión frente a las posibles consecuencias de su implicancia en los crímenes del período dictatorial. El Ejército dio pasos de acercamiento porque se ha complicado su situación en el terreno de los derechos humanos. En efecto, aún no está totalmente definido el asesinato de Tucapel Jiménez, se está sumando los casos de Carmelo Soria, del general Carlos Pratt y de Bernardo Leighton y su esposa. Todos ellos de enorme consecuencia nacional e implicancia internacional. Por eso, en su homenaje a Carabineros, el general de Ejército Guido Riquelme sostuvo que el cuerpo policial "había enfrentado incomprensiones que sólo pensando en el bien de Chile y de todos los chilenos, hemos logrado enfrentarlas con serenidad y tranquilidad".

A pesar de que cada institución castrense parece haber resuelto defenderse con sus propios medios, pues las evidencias son demasiadas, no puede descartarse que nuevamente se nuclean para tal objetivo, dado que la responsabilidad apunta no sólo a los Altos Mandos de Carabiernos y Ejército, sino que a los ex integrantes de la Junta Militar.

¿Cómo se desarrollan fenómenos como la represión, el crimen, la tortura, la corrupción, la prepotencia, la delincuencia, la configuración de un Estado policial? En lo que respecta a la policía uniformada, la respuesta está en declaraciones de César "rastrero" Mendoza, que en el aniversario 47 señalaba que era "el comienzo de una etapa de trascendental responsabilidad... Carabineros de Chile, superada la etapa más crítica de su historia (el gobierno popular) se incorpora al Ministerio de Defensa Nacional, como su cuarta rama... Ya no es sólo mudo testigo de aciertos y errores de gobiernos políticos... Los enemigos de Chile trabajan emboscados para hacer fracasar la acción depuradora emprendida por las FF.AA y Carabineros... No debemos flaquear...".

Sobre esas premisas, se militarizó la institución, se transformó al pueblo, a la izquierda, al mundo social organizado en su principal enemigo; se hizo de la función represiva su función esencial al guiarla en función de la Doctrina de Seguridad Nacional. Además, se la definió ideológicamente como una institución defensora del gran capital nacional y transnacional. En compensación, se le dio una cuota de poder a sus mandos superiores, con sus correspondientes granjerías, dentro de la concepción mayor de poder militar. En el plano de la política contingente, así como el ejército hizo de la UDI su brazo político, el Alto Mando de Carabineros ha hecho lo propio con RN.

En el centro de la crisis de Carabineros está la credibilidad de la ciudadanía. Para superarla se requieren cambios esenciales de doctrina, de mandos e institucionales, que sean acompañados por castigo ejemplar a los responsables materiales e ideológicos de violaciones a los derechos humanos. La salida del actual director general Rodolfo Stange, ha pasado al primer plano y con ello la lucha por el poder al interior del Alto Mando. Lamentablemente, parodiando el cuento infantil, los roedores de La Moneda no se atreven a ponerle el cascabel al gato.

Pinochet declaró a favor de Mendoza en caso degollados

SANTIAGO. El general Augusto Pinochet testimonió en favor del ex jefe de la policía chilena, general César Mendoza, inculpado como encubridor del secuestro y degollamiento de tres comunistas en 1985, señalaron fuentes periodísticas, el pasado 4 de agosto.



El ex dictador y actual comandante en jefe del Ejército declaró a través de oficios reservados ante los jueces que instruyen los procesos por el caso de los degollados y el asesinato en 1976 del ex ministro Orlando Letelier, cometido en Washington.

El juez Milton Juica, quien investiga el triple homicidio de los comunistas José Manuel Parada, Manuel Guerrero y Santiago Nattino, confirmó el 4 de agosto pasado que Pinochet fue interrogado.

La diligencia fue solicitada por Pablo Rodríguez, abogado del general Mendoza, quien era en 1985 jefe máximo del cuerpo de Carabineros (policía uniformada) e integrante de la Junta Militar de gobierno.

Juica acusó a Mendoza de encubrir una asociación ilícita dentro de la Dirección de Comunicaciones de Carabineros (Dicomcar), un organismo de inteligencia policial que cometió un triple homicidio en marzo de 1985.

El diario "La Epoca", señaló que Pinochet corroboró la "sorpresa" de Mendoza al enterarse en mayo de 1985 de la existencia de esa asociación ilícita a través de un informe de la Central Nacional de Informaciones (CNI), policía secreta del régimen dictatorial.

Declaraciones contradictorias

La declaración de Pinochet contradice, según el diario, el tenor del informe reservado que le entregó en ese entonces el director de la CNI, organismo disuelto en febrero de 1990, en las postrimerías del gobierno militar.

Según ese informe, Mendoza y el actual director de Carabineros, general Rodolfo Stange, tenían pleno conocimiento de la actuación del grupo conjurado al interior de la Dicomcar.

Mendoza fue destituído de la Dirección General de Carabineros en agosto de 1985, cuando el juez José Cánovas estableció la participación de Dicomcar en el caso, considerado uno de los peores crímenes contra los derechos humanos cometidos en Chile.

Juica, quien retomó la investigación en 1991, formuló cargos contra un agente civil y 20 miembros del cuerpo de Carabiernos, tanto retirados como en servicio activo, incluyendo a Mendoza, quien está en libertad bajo fianza.

El magistrado Adolfo Bañados, quien lleva el proceso por el homicidio de Letelier y la estadounidense Roni Moffit, indicó a su vez que el ex gobernante declaró como "testigo", acerca de las funciones de la Dirección de Inteligencia Nacional (DINA).

La DINA antecesora de la CNI, organizó el atentado en el que murieron Letelier y Moffit, según la justicia norteamericana, y el juez Bañados mantiene bajo proceso a los dos jefes máximos de ese organismo en 1976, el general de Ejército Manuel Contreras y el brigadier Pedro Espinoza.

153

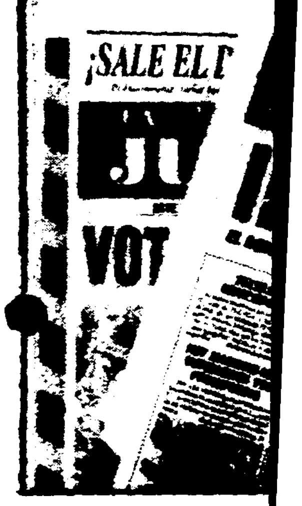
9209226

LIBERA...

En momentos ... confundida, el

dia...

MALMÖ. Con la ... pasado 14 de juli...



El semanario "La ... salió por primera v... bre a 1984 y desde ... caracterizó por ten... claramente frentea... beró incansables b... tra innumerables a... para ir ganando ... entre la población d...

La cuestión es pelear

Luego de más de si... experiencia y viend... dad ineludible de q... cha política es im... tener una voz que ... no mismo de todos ... de la sociedad y ... mente ahora no e... alguno de izquierd... ño núcleo de milit... amplistas de vario... líticos, con una vi... 1932 y una volu... prueba desafían l... des de estar todos ... calle junto al pue...

A partir de ento... ventud" inicia un... pa. Se viven tiem... para la prensa. Sa... con un diario, ... que sea, parece ... descabellada o un... bilidad económica...

En el editorial d... mero del d...

En momentos que carecía de diario y cuando el escepticismo gana espacio entre la izquierda confundida, el semanario "La Juventud" acepta el desafío con optimismo y se transforma en diario

Nació el diario frenteamplista y popular

Washington Vique

MALMÖ. Con la edición publicada el pasado 14 de julio, el semanario "La Juventud", que desde hacía siete años venía ganando un espacio entre los lectores del país, cumpliendo una labor periodística de claro perfil frenteamplista, desde esa fecha, se transforma en el diario frenteamplista y popular, como reza sobre el logotipo de la publicación.



El semanario "La Juventud" salió por primera vez en octubre a 1984 y desde su inicio se caracterizó por tener un perfil claramente frenteamplista, liberó incansables batallas contra innumerables adversidades para ir ganando un espacio entre la población del país.

La cuestión es pelear

Luego de más de siete años de experiencia y viendo la necesidad ineludible de que en la lucha política es imprescindible tener una voz que llegue al seno mismo de todos los sectores de la sociedad y que precisamente ahora no existía diario alguno de izquierda, un pequeño núcleo de militantes frenteamplistas de varios grupos políticos, con una vieja offset de 1932 y una voluntad a toda prueba desafían las dificultades de estar todos los días en la calle junto al pueblo.

A partir de entonces "La Juventud" inicia una nueva etapa. Se viven tiempos difíciles para la prensa. Salir a la calle con un diario, por modesto que sea, parece una aventura descabellada o una irresponsabilidad económica y política.

En el editorial del primer número del diario "La Juventud" se expresa que "este proyecto no surge de un día para otro, fue largamente acariciado desde tiempo atrás por este conjunto de gente que ha venido semana tras semana trabajando en el semanario frenteamplista de los viernes". "Recordemos, no podemos dejar de hacerlo en este editorial, al compañero Bernard "Nicola" Pastorín, uno de los más entusiastas del proyecto e impulsor de él hasta el trágico día de su muerte".

Un proyecto popular y frenteamplista

El diario no es una idea caprichosa, creemos que es el momento en que se debe concretar este proyecto frenteamplista y poular, en el que tengan cabida aquellos que se desvelan en la idea de impulsar los cambios y las transformaciones que por postergadas no dejan de ser urgentes. Ha llegado el momento en que se expresan aquellos que más necesidades padecen, aquellos que en las fábricas, los barrios, las facultades y en el interior del país mantienen una lucha contra la resignación y la indiferencia.

Es tiempo de que los frenteamplistas tengan su prensa diaria, luego de que durante mucho tiempo, quizás demasiado, han tenido que buscar en "otras tiendas" y leer entre líneas para informarse de las alternativas internas del Frente Amplio, sobre las posiciones, los lineameintos, las decisiones, etc.

Hemos hablado con Ricardo Daher, redactor responsable de "La Juventud", y que fuera durante años director de LIBERACION, para felicitar al grupo de trabajo que tiene la responsabilidad y la tarea diaria de sacar el diario y nos dijo: "la necesidad de nuestra transformación en diario está plenamente justificada y la asumimos como un desafío. En este apasionado mundo de la información incursionamos en la responsabilidad de llevar a nuestros lectores toda la información, la verdaderamente importante, la que trasciende y define".

"No haremos escándalo, no haremos sensacionalismo, pero que exista seguridad de que no vacilaremos en denunciar la injusticia, la deshonestidad, la corrupción, la irresponsabilidad donde quiera que exista e involucre a quien involucre, como tampoco vacilaremos en reconocer esfuerzos, buena voluntad, honestidad, allí donde la encontremos. El esfuerzo unitario, la firmeza y la defensa inquebrantable del frenteamplismo será el centro de nuestra práctica periodística. La trayectoria de más de siete años y más de 400 números del semanario "La Juventud" respaldan esta afirmación.

Desde estas páginas queremos saludar a todo el equipo de trabajo que aceptó este desafío y que estamos seguros lo sortearán con éxito, porque ya han dado prueba de ello en la labor periodísticas que los acredita en el seno de los uruguayos.



Gobierno suspende desembarco de tropas de EE.UU

LA PAZ. En dos sorpresivas decisiones, el gobierno de Bolivia suspendió temporalmente el pasado 1o.de agosto, el ingreso de tropas de EE.UU y derogó el rango diplomático dado hasta ahora a los agentes de la Oficina Antinarcóticos de EE.UU (DEA).

Ante una nueva solicitud del gobierno de EE.UU para el arribo a Bolivia de otro contingente de efectivos militares, el gobierno ha decidido suspender temporalmente el ingreso de nuevas tropas estadounidenses, informó un boletín de la Cancillería.

La disposición fue aprobada después que una ola de críticas se levantó contra la presencia de tropas estadounidenses en las selvas bolivianas donde se desarrollan amplias operaciones para controlar y reprimir la producción, procesamiento y exportación de drogas.

Explicaciones gubernamentales insatisfactorias

Numerosas interpelaciones públicas se hicieron sin que el gobierno logra explicar claramente las tareas que cumplían los militares norteamericanos.

El Congreso convocó a sesiones para analizar el programa de acción cívica que efectuarán los efectivos extranjeros.

Entre tanto, el presidente Jaime Paz confirmó en una entervista de prensa que los agentes de la DEA no tendrán más rango diplomático, a partir de la aprobación de una reglamentación especial que estudia el gobierno y que normará la actividad de esa agencia en Bolivia.

Paz Zamora aclaró que no se trata de una negociación con la Embajada norteamericana sino de una decisión del gobierno de Bolivia. "Estamos trabajando y la reglamentación saldrá en forma de decreto", adelantó.

El presidencia anunció que los altos funcionarios de la DEA que cumplen funciones en Bolivia mantendrán su condición diplomática, no así los funcionarios que apoyan la estrategia militar antidroga. "Bolivia es soberana para poder dar rango diplomáticoa determinada gente", dijo.

Citó como ejemplo que el representante de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) tenía en este país andino un rango similar al de un embajador.

Previó que se hará reglamentación cuidadosa del papel del organismo estadounidense y reconoció: "desde hace años el país descuidó normas del funcionamiento de cooperación que la DEA realiza".

Nueva decisión del Ejecutivo

Por otra parte, el Poder Ejecutivo decidió desvincular al Ejército boliviano de los nuevos convenios antidroga a firmarse con EE.,UU.

La medida dejó abierta la posibilidad de participación militar en el combate contra las drogas, pero con autonomía y fuera de la presión norteamericana.

Los costos de esa futura "participación militar autónoma" se traducen en 15 millones de dólares que el ejército dejará de percibir, en equipos, de la asistencia norteamericana para la lucha contrra el narcotráfico. El monto será destinado a la Fuerza Especial de la Policía (FELCN).

El ministro del Interior, Carlos Saavedra, informó que los nuevos convenios antidroga con los EE.UU no contemplan compromisos para futuros entrenamientos de tropas nacionales por militares estadounidenses.

Añadió que tampoco existirá ayuda en armamento ni materiales para los cuadros del ejército.

En el pequeño país s

Sólo e

El Alto Mando militar de l
Armadas gubernamentales e
cabo, una fuerza política a

A pesar de los grandes cuestionamientos de toda la sociedad civil que pesan sobre su inmediato pasado, la cúpula militar es capaz aun de enunciar vetos políticos, sobre los múltiples procedimientos con que la sociedad civil intenta operativizar el proceso de paz.

De esta manera el Alto Mando ha hecho manifiesta su posición política en la actual coyuntura, culpando al FMLN de la propia beligerancia de los trabajadores y los maestros, quienes han protagonizado importantes jornadas de paro durante el mes de julio, que han tenido entre sus objetivos precisamente, deslindar su propio perfil político como organizaciones gremiales, que les diferencie de cualquier organización política inclusive el FMLN, en el contexto organizativo de El Salvador.

Asimismo, la cúpula militar y la derecha coinciden en atribuir como la causa primera de el incumplimiento de sus propios compromisos en el proceso de paz, la no llegada de los recursos financieros que los países extranjeros prometieron el año pasado a fin de acelerar la firma de los acuerdos. Luego culpan al FMLN de la crisis generada en el proceso cuando el frente armado antepone su legalización jurídica, puesto que se ha transformado ya en un partido político y la concreción de las medidas para la reinserción social de los combatientes desmovilizados, para llevar a cabo la desmovilización del próximo 20% de sus efectivos.

El FMLN acepta y exige

Es decir, el FMLN acepta los atrasos que puedan surgir en el calendario, pero exige respetar el orden de los procedimientos que deben efectuarse, puesto [illegible] contrariamente [illegible] el orden de [illegible] el proceso

En el pequeño país salvadoreño

Sólo el pueblo salva al pueblo

A.Lobo

El Alto Mando militar de las Fuerzas Armadas gubernamentales es al fin y al cabo, una fuerza política a tomar en cuenta en el mapa político de la lucha social en el pequeño país centroamericano, a pesar que está en contradicción con su propia naturaleza legal, que le ubica como una fuerza obediente y subordinada al gobierno.

A pesar de los grandes cuestionamientos de toda la sociedad civil que pesan sobre su inmediato pasado, la cúpula militar es capaz aún de enunciar vetos políticos, sobre los múltiples procedimientos con que la sociedad civil intenta operativizar el proceso de paz.

De esta manera el Alto Mando ha hecho manifiesta su posición política en la actual coyuntura, culpando al FMLN de la propia beligerancia de los trabajadores y los maestros, quienes han protagonizado importantes jornadas de paro durante el mes de julio, que han tenido entre sus objetivos precisamente, deslindar su propio perfil político como organizaciones gremiales, que les diferencie de cualquier organización política inclusive el FMLN, en el contexto organizativo de El Salvador.

Asimismo, la cúpula militar y la derecha coinciden en atribuir como la causa primera de el incumplimiento de sus propios compromisos en el proceso de paz, la no llegada de los recursos financieros que los países extranjeros prometieron el año pasado a fin de acelerar la firma de los acuerdos. Luego culpan al FMLN de la crisis generada en el proceso cuando el frente armado antepone su legalización jurídica, puesto que se ha transformado ya en un partido político y la concreción de las medidas para la reinserción social de los combatientes desmovilizados, para llevar a cabo la desmovilización del próximo 20% de sus efectivos.

El FMLN acepta y exige

Es decir, el FMLN acepta los atrasos que puedan surgir en el calendario, pero exige respetar el orden de los procedimientos que deben efectuarse, puesto [illegible]

Como se puede ver, en la mentalidad de la derecha salvadoreña, la paz se concibe como un rehén por el cual se pedirá rescate, o como una mercancía sujeta a un contrato de compraventa en el que los militares y la derecha son los ofertores y los países interesados en el caso salvadoreño los compradores, y en el que el pueblo en el quien más urge de una auténtica paz, nada tiene que ver.

Hay que salvar a la nación

En tal caso habría que expresar haciendo uso del sentido común, que en este país devastado hasta la catástrofe y con largos años de una guerra empantanada en donde las mentalidades progresistas de todas las capas sociales han cobrado conciencia de un solo objetivo: salvar a la nación de el abismo en que ha caído, no hay dinero alguno que pueda anteponerse a la ansiada reconciliación, talvez no entre los que azuzan la guerra, pero sí entre los que se matan y mueren directamente en el campo de batalla y para las amplias masas trabajadoras que soportan en sus espaldas todo el peso de las consecuencias.

De allí que se puede afirmar además que a pesar de todos los vaivenes ideológicos que a muchos "izquierdosos" ha provocado el descalabro de la URSS y de la Europa del Este, en El Salvador como en los países pobres del sur, es vigente que la paz justa y duradera no es maná que caerá del cielo. Que la paz para el pueblo sólo el pueblo es capaz de conquistar. O lo que es lo mismo decir: "sólo el pueblo salva al pueblo" que sin malicia alguna y por pura coincidencia, es la misma vieja consigna de los bolcheviques de Lenin.



Para una paz verdadera es necesaria la educación

Gobierno exige la rendición de los rebeldes

Ileana Alamilla

La rendición de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) se ha convertido en la obsesión del gobierno del presidente Jorge Serrano Elías, así como del Alto Mando militar.

Días después de que el sector hegemónico de empresarios organizados en el Comité Coordinador de Asociaciones Agrícolas, Comerciales, Industriales y Financieras (CACIF), declarara en un documento de 32 páginas que el único punto por negociar con la guerrilla es la desmovilización de esta, las posiciones dentro del ejército y el gobierno no se han endurecido más y se han lanzado en una ofensiva política en pos de la capitulación de los rebeldes.

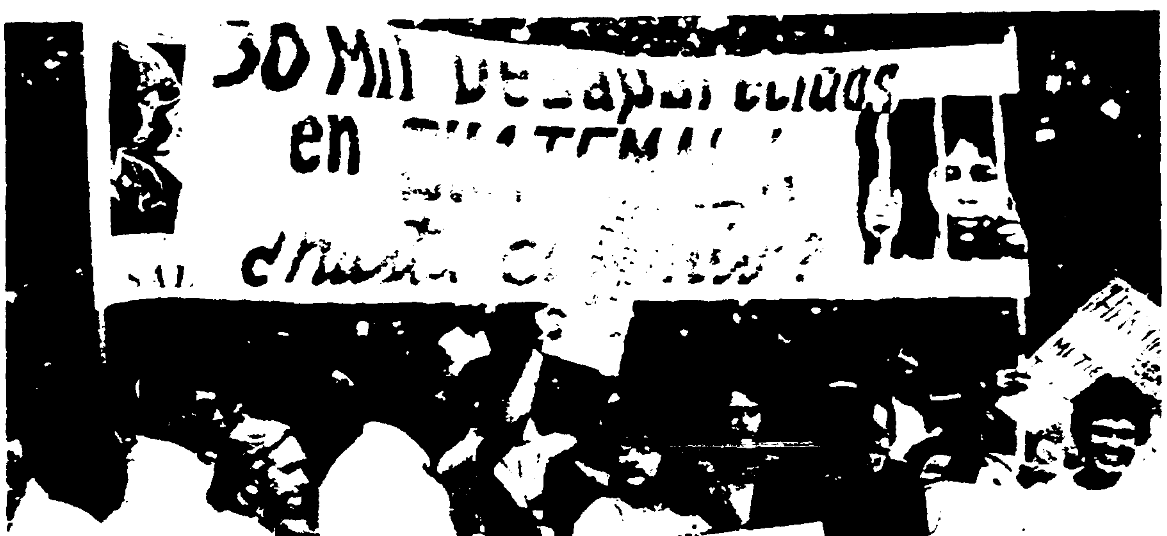
El objetivo primordial para el actual régimen, según expresaron el mandatario guatemalteco y su ministro de Defensa, general Domingo García Samayoa, en sus discursos con motivo del Día del Ejército el pasado 30 de junio, es la derrota política de la URNG.

Recientemente, el jefe de la comisión gubernamental que negocia la paz con la insurgencia, Manuel Onde, declaró que el presidente Serrano considera que para continuar el proceso es necesario que la guerrilla sea confinada a áreas específicas y que esté dispuesto a firmar la paz en rondas maratónicas de negociación.

Para el gobierno, la negociación tiene un punto central, y este estriba en lo que ellos llaman la desmovilización de la insurgencia, sin embargo, los puntos de estancamiento: la disolución de las paramilitares Patrullas de Autodefensa Civil (PAC), el derecho humanitario de guerra, y la Comisión de Justicia y Verdad -llamada ahora por el gobierno Comisión del Pasado- no son trascendentales.

Estos tres puntos están estrechamente vinculados, ya que en su conjunto forman parte de la estrategia militar con vistas a la derrota de la guerrilla.

La PAC, son el medio de control poblacional sin que el ejército tenga que participar directamente en actos represivos en las localidades.



La verdad y la justicia son reclamadas en Guatemala.

Por otro lado, firmar un acuerdo de derecho humanitario de guerra, significaría poner ante sí un muro de contención que no permitiría realizar operaciones de gran escala sobre la población rural, considerada potencial insurgente debido a las condiciones de vida de ésta, al tiempo que incidiría en la acción de las patrullas civiles.

Por último la creación de una comisión de justicia y verdad para esclarecer los hechos sangrientos sobre la población por más de tres décadas, resultaría incompatible con los intereses de los militares.

La dura posición del ejército y el gobierno se enmarca dentro del plan contrainsurgente En lo político, dirigido a imponer un techo alto en las negociaciones que les permita maniobrar dentro de las mismas. Y en lo militar, en el marco de guerra sicológica, para abortar cualquier manifestación de la población en torno al proceso negociador.

Las constantes amenazas de imponer el Estado de Excepción, el rechazo total a la participación de los sectores civiles en el proceso negociador, los reiterados bombardeos sobre poblaciones civiles, la negativa a desmantelar las PAC, y las constantes declaraciones sobre la inexistencia de la guerrilla, así como el llamado de deponer las armas, son elementos de la estrategia de negociación.

Dentro de punto de vista militar, el ejército no ha podido derrotar a la URNG, no obstante las declaraciones de todos los ministros que han desfilado por la cartera de Defensa, afirmando año con año que la guerrilla ha sido derrotada.

Y desde el punto de vista político, pese a la campañas hacia el exterior e interior del país con miras a la desinformación, el gobierno actual ha fracasado, ya que los discursos donde se expresa voluntad de firmar la paz, contrastan con la práctica represiva sobre la población.

La URNG, por medio del comandante Pablo Monsanto, ha planteado que la negociación no es sinónimo de rendición, por lo que es posible afirmar que si el gobierno y ejército se empeñan en no volver a la mesa de negociaciones con cordura, la guerra no encontrará su fin.

A dos años del terromoto Fujimori

Luis Manuel Arce

A dos años del "fenómeno Fujimori" - aquel tsunami (terremoto) que estremeció al mundo político por su arrolladora victoria electoral- los factores que llevaron al poder al ingeniero agrónomo de origen japonés persisten o se han agravado.

Justo en su 52 cumpleaños, 28 de julio de 1990, día patrio, asumió la presidencia, y once días después, el 8 de agosto, asombró a muchos al contradecir sus afirmaciones y aplicar una política neoliberal de un radicalismo ni siquiera imaginado por personeros de Fondo Monetario Internacional.

En realidad, ese día comenzó una nueva época económica y social para el Perú y, por qué no decirlo, también una era política fuera de contexto.

Fujimori procuró ser un presidente independiente, pero sobre todo antipartido.

Su notoriedad se afinca en la capacidad demostrada para separar las aguas políticas de las económica. Su decisión de suspender al Congreso y asumir plenos poderes con el apoyo de las FF.AA, el empresariado nacional y una parte muy importante de la sociedad (más de un 80% en su pico más alto) es la prueba más clara de esa habilidad.

La llamada clase política había acusado al mandatario de intentar pasar por encima de los poderes institucionales como tal de ejecutar su programa económico y contra el narcoterrorismo.

Por vez primera empezó a cuestionar la afirmación de que el neoliberalismo se podía aplicar en democracia.

La acusacion tenia su base en 126 decretos legislativos promulgados por Fujimori al amparo de facultades extraordinarias que el propio Congreso le había concedido para legislar en materia de pacificación y creación de nuevos empleos.

El vicepresidente rebasó con creces y el Congreso reaccionó vetándole los decretos más importantes, pero Fujimori ya tenía su camino trazado y corrió el riesgo de sacrificar lo avanzado en la reinserción económica internacional.

El autogolpe

El domingo 5 de abril, a las 11 de la noche, asumió plenos poderes con la promesa de modernizar el Estado, reformar el Parlamento, eliminar la corrupción judicial y pacificar el país, lo que reveló a un Fujimori muy firme en sus posiciones de no ceder ni un milímetro, en particular frente a los partidos políticos.

Para el 22 de noviembre están previstas las eleciones del nuevo Congreso Constituyente que debe responsabilizarse con la promulgación de la carta magna. Para entonces Fujimori deberá exhibir resultados que justifiquen la ruptura dei orden constitucional.

En el terreno de la subversión los éxitos del gobierno han sido parciales pero importantes, como ocurrió en el caso del Movimiento Revolucionario Tupac Amarú (MRTA) con la captura de su principal líder, Víctor Polay Campos, a cuya cabeza puso un precio de 300 mil dólares.

En cuanto a Sendero Luminoso, el grupo armado más importante que encabeza Abimael Guzmán, los resultados no han sido iguales, aún cuando ha recibido golpes muy fuertes.

La ola de atentados que sacude a Lima, como el de Miraflores que ocasionó más de 200 víctimas, fue interpretada por el propio ministro de Economia Carlos Boloña como una demostración de fuerza.

La lucha contra el narcotráfico sigue estancada, hay problemas en la ejecución del acuerdo firmado con EE.UU.

En Perú ingresa alrededor de mil millones de dólares anuales por la venta ilegal de hojas de coca y pasta básica para el clorhidrato de cocaína.

Pero el gran problema de Fujimori es económico. El neoliberalismo ha hundido en la pobreza crítica de 7 a 12 millones de persona, casi un 60% de la población total. El desempleo, la desnutrición y las enfermedades han aumentado, el cólera y su conversión en endemia tiene su antecedente más inmediato en ese cuadro que no ha mejorado sino mas bien empeorado.

Con el golpe, Fujimori confirma sus convicciones, su segundo año de gobierno lo celebra como presidente inconstitucional, anormal para el más votado del Perú. Es el momento más crucial de su vida política. Tiene tres años para demostrar que el camino escogido es el mejor para acabar con los males que encontró a su llegada al palacio y que juró eliminar en beneficio del pueblo que lo eligió.



LIBERACION

Luis Manuel Arce

"Ojalá hoy tuviéramos la misma visión de nuestros próceres de hacer realidad la integración" (Jorge Fernández Maldonado)

O nos integramos o llevamos al abismo a nuestros pueblos

¿Es tan difícil o imposible la integración total en América Latina? La pregunta inició una entrevista que el general en retiro, Jorge Fernández Maldonado, uno de los protagonistas de la revolución militar peruana que encabezó Juan Velasco Alvarado en 1968, concedió a Prensa Latina.

Fernández Maldonado participó recientemente en La Habana en la IV Reunión de ex Ministros Fundadores de la Organización Latinoamericana de Energía (OLADE), donde reiteró su conocida posición de una integración regional en ese sector como punto de partida para metas más ambiciosas en materia de colaboración.

Aunque a propósito de esa expresión, le recuerdo que no hay un proceso único integracionista en América Latina, sino varios, y que tal vez ello afecte objetivos superiores como él proclama en el caso de OLADE.

Ese es un problema, explica, es cierto que hay esfuerzos aislados como Mercosur, Grupo Andino, Caricom, América Central, e incluso reuniones de presidentes, pero me preocupa que en la práctica esos esfuerzos no se traducen en acciones concretas, ni son una expresión de voluntad política para avanzar con al celeridad que exigen los tiempos en el terreno de la integración.

Lamentablemente, agrega, no hemos aceptado el mensaje de Martí o Bolívar. Ojalá hoy tuviéramos la visión de nuestros próceres de hacer realidad la integración de América Latina, pero eso no ha calado a nivel de los gobiernos.

Para Fernández Maldonado, no se trata de una afirmación gratuita. Considera que ese continúa siendo un objetivo impostergable y urgente, porque ante bloques consolidados o en formación como la Comunidad Europea, la de Estados Independientes (CEI) y los Tratados de Libre Comercio que impulsa EE.UU, si no nos integramos estamos condenados a llevar al abismo a nuestros pueblos y ser explotados en forma inmisericorde.

Un primer paso: La integración energética

Organismos como OLADE, asegura, no solamente van a tener que sobrevivir ante la fragmentación de los esfuerzos integracionistas del continente y la formación de grandes bloques en Europa, sino que están obligados a no desaparecer, a no ser ahogados, porque ellos son una punta de lanza en la perspectiva de la integración global.

En su criterio, la integración energética es un primer paso de metas más ambiciosas, porque ese sector es el más dinámico de la economía moderna asentada en el petróleo y la electricidad. Sin energía -dice-, no hay desarrollo económico, de allí que la colaboración recíproca en este campo debe abrir brechas en la reflexión de los gobiernos de que ese es el camino correcto.

Le pregunto si el avance del neoliberalismo y su fuerte ola privatizadora no es un serio obstáculo a las ideas que acaba de expresar. En su respuesta se nota convencimiento.

En realidad, reflexiona, no es un hecho nuevo, pero si hasta cierto punto inesperado. Quienes estuvimos con el general Velasco Alvarado jamás pensamos que se invertiría el sentido de la historia, de la corriente, y esto ha sucedido, nadie pensó en el desplome de la URSS y este avance aparentemente incontenible del liberalismo en América Latina y, en particular en Perú, representa para mi un gran retroceso.

Sin embargo, el ex ministro de Energía y Minas, fundador de OLADE, trata de ser realista y se aventura incluso a un exámen de la actuación del gobierno militar de su época.

Pienso, dice en tono grave, que debemos ser pragmáticos y serios en el análisis. En primer lugar, reconocer que en el caso peruano nos excedimos en darle al Estado un rol empresarial más allá del que debía corresponderle y hubo sectores de importancia menor que pasaron a formar parte de la actividad productiva estatal.

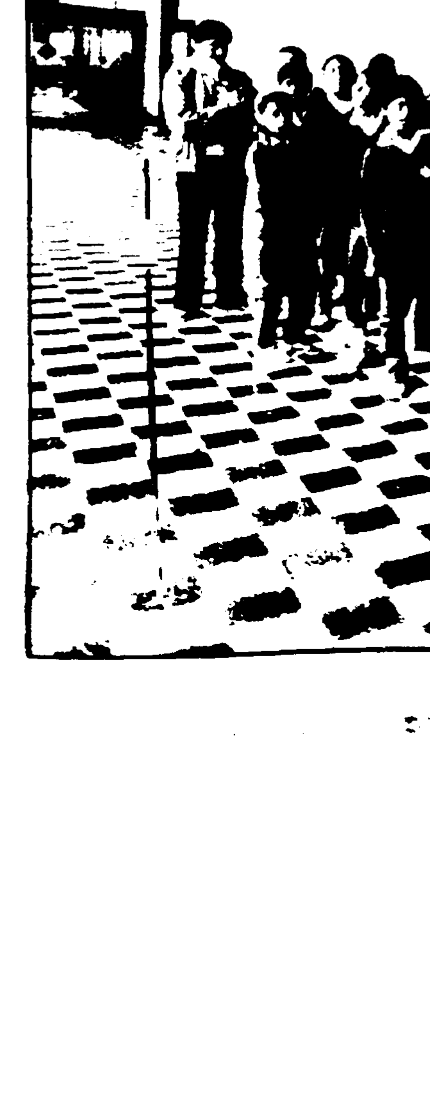
Sin hacer referencia explícita al presidente Alberto Fujimori, pero en obvia referencia a su política de privatización masiva, Fernández Maldonado fue enfático al afirmar que "el gobierno revolucionario (de Velasco Alvarado) fue categórico y terminante en lo que respecta a la explotación de nuestros recursos naturales".

Las empresas estatales no deben desaparecer

Las empresas estatales -concluyó la idea- no deben desaparecer: caso petróleo, minería. Fuimos pragmáticos en ese sentido. Creamos Petroperú y Mineroperú, y abrimos la posibilidad de asociar al Estado con capital extranjero en una forma muy flexible que tiene plena validez. Debería continuarse en ese camino y no hacer como antes de 1968 cuando se iba a una desaparición total del Estado como empresario.

La referencia al presidente Fujimori es clara. El mandatario está concluyendo la privatización de Petroperú, incluidos los expendios de combustibles, y de la minería, sector en el que la transnacional estadounidense "Southern" continúa gozando de importantes privilegios a pesar de las graves acusaciones que pesan sobre esa firma por contaminar la atmósfera y los ríos y provocar enfermedades, entre ellas tuberculosis y cáncer, en poblaciones vecinas a sus fábricas y lavaderos de minerales.

No somos enemigos de la



ramos o abismo a uebdos

de nuestros re-r.

presas no deben recer

s estatales no deben de- petróleo, s pragmáticos amos Petro- i, y abrimos asociar al Es- xtranjero en flexible que ez. Debería camino y no s de 1968 na desapari- do como em-

l presidente l. El manda- ndo la pri- Petroperú. pendios de la minería. a transnacio- dounidense ía gozando ilegios a pe- acusaciones a firma por ósfera y los

ríos y provocar enfermedades, entre ellas tuberculosis y cáncer, en poblaciones vecinas a sus fábricas y lavaderos de minerales.

No somos enemigos de la inversión privada, nacional o extranjera, aclara, pero inmediatamente puntualiza: lo que decimos es que el rol del Estado, sobre todo en lo que se refiere a los recursos naturales, debe ser muy claro, aún cuando se acepte el capital privado.

Contrariamente a ese punto de vista, el gobierno actual está poniendo en manos privadas hasta los servicios de seguridad social. Los servicios públicos esenciales que tienen influencia directa o indirecta en la producción o un gran sentido social -como el caso de la electricidad- deben de estar bajo el control estatal, dice en forma crítica el entrevistado.

Preguntamos si en las condiciones internacionales actuales cuando hay una grave retracción en las corrientes de financiamiento externo, incluidas las correspondientes al capital inversionista, no era un romanticismo mantener ideales nacionalistas sobre las riquezas naturales cuando era evidente que la mayoría de los gobiernos latinoamericanos carecían de medios propios para explotarlos y lograr un desarrollo autusostenido.

Admitió que esa era una realidad -y la argumentó- pero no contradecía el ideal de defensa de la riqueza nacional.

Realmente, dijo- las perspectivas no son alentadoras para América Latina en lo que se refiere a la cooperación financiera internacional.

No soy optimista con respecto a una ayuda norteamericana

La Europa comunitaria, explicó, tiene en estos momentos una preocupación fundamental, que es avanzar en le camino de su integración política, económica y social y en el mediano plazo puede haber resultados importantes en el fortalecimiento de una nueva Europa mucho más dinamica y protagónica que la de ahora.

En ese campo financiero exterior su atención está orientada hacia la Comunidad de Estados Independientes y los países vecinos que estuvieron en la órbita socialista. Por lo tanto, América Latina no puede esperar mucho de la CE.

En lo que se refiere a EE.UU, añade, no se puede ocultar que está con graves problemas internos: una recesión que no logra superar, un déficit fiscal astronómico, evidente disminución de los servicios estatales con creciente descontento popular y hasta me atrevería a decir que con creciente descomposición social.

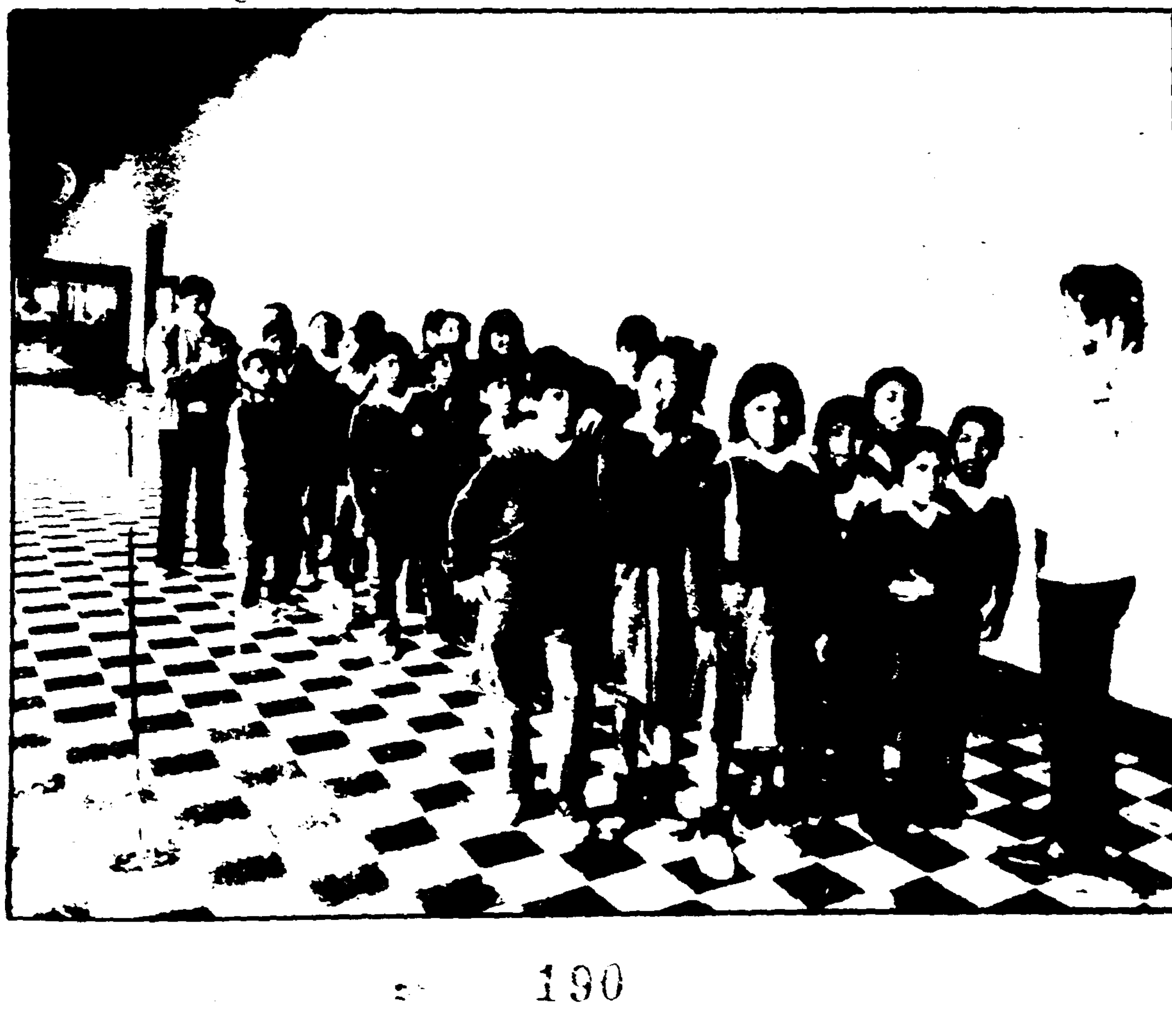
Los entendidos en la materia no ven una recuperación cercana, en lo inmediato, pero, además, no podemos perder la perspectiva de que para EE.UU América Latina siempre ha ocupado un lugar secundario en sus preocupaciones si sus problemas no sirven a sus propios intereses, por lo tanto, asegura, tampoco soy optimista en cuanto a la ayuda que pueda venir de ese país, ya sea por la vía financiera o por la de las inversiones directas.

Es mas o menos, agrega, el caso de los organismos financieros multilaterales como el Fondo Monetario, el Banco Mundial y el Interamericano de Desarrollo. Tenemos el caso peruano donde vemos las catastróficas consecuencias de la política económica que lleva el ministro Carlos Bolona Behr, aún cuando el BID y el Banco Mundial están desembolsando algunos dineros que ya estaban comprometidos y que no llevan a un exagerado optimismo.

Mayor optimismo, aunque también moderado, podríamos tener de Japón y el sudeste asiático por las posibilidades de captar inversiones directas, dice Fernández Maldonado sin mucho convencimiento.

De manera, resume la idea, que hay un cuadro internacional nada favorable para América Latina y dentro del cual va empobreciéndose cada vez más. Los indicadores económicos son bien claros y no admiten dudas al respecto. De los más de 400 millones de habitantes que pueblan a America Latina, 260 millones viven en situación de pobreza y extrema pobreza, vale decir, algo mas de un 60%.

La entrevsita llega a su fin con una frase que parece un entrevero apocalíptico y a la vez esperanzador, mas que una disyuntiva sobre la cual es necesaria una reflexion a fondo: ¿Ante un panorama tan desalentador -se pregunta- aceptamos los grandes sacrificios que seguirán exigiendo a nuestros pueblos o acatamos el mensaje integracionista de nuestros próceres?



perú

Mayoría de partidos boicotea diálogo con el gobierno

LIMA. Doce de los 17 partidos políticos invitados se abstuvieron de participar el pasado 4 de agosto en la segunda ronda de diálogo convocada por el gobierno del presidente-dictador Alberto Fujimori para discutir los mecanismos que permitan el retorno al régimen constitucional del país. Las conversaciones fueron programadas para preparar las elecciones constituyentes del 22 de noviembre.



Todos contra la dictadura.

Además del oficialista partido Cambio 90, se presentaron al diálogo en el Centro Cívico de Lima los partidos Frente Independiente Moralizador (FIM), Solidaridad y Democracia (SODE), el Movimiento de Confraternidad, y Convergencia Socialista.

Entre los ausentes destacó el Partido Aprista, la principal fuerza de oposición, el Centro Derechista Acción Popular, y el conservador Partido Popular Cristiano (PPC).

Dirigentes del APRA, de orientación socialdemócrata expresaron que no aceptaban dialogar con un gobierno que estaba persiguiendo a sus líderes.

La organización aludió así al juicio abierto emprendido por la administración del presidente Fujimori contra el ex mandatario Alán García y el ex ministro del Interior, Agustín Mantilla, y quienes se acusa de "tenencia ilegal de armas".

Tanto Acción Popular como el izquierdista Partido Unificado Mariateguista dijeron que su ausencia era en condena a la decisión del gobierno de postergar, por cuatro meses, los comicios municipales.

Por su parte, los líderes del Partido Popular Socialcristiano dijeron que no tiene sentido concurrir al diálogo, porque Fujimori ya adelantó en su discurso de fiestas patrias, el 28 de julio, las características de las elecciones constituyentes.

La demás organizaciones opositoras, incluyendo al Partido Comunista, decidieron unirse al boicot al diálogo ante la expectativa de que la Organización de Estados Americanos (OEA) intervenga para forzar a Fujimori a aceptar la posición de los partidos políticos.

Perú vive una grave crisis política, que se agudizó a partir del 5 de abril, cuando el mandatario dio un "autogolpe" al disolver el Parlamento e introducir reformas al Poder Judicial.

En mayo el presidente se comprometió ante la OEA a concertar con los partidos opositores la convocatoria a elecciones de la Asamblea Constituyente que discutirá las reformas a la carta magna y asumirá las funciones parlamentarias.

Una primera ronda de diálogo entre el primer ministro Oscar de la Puente y cada uno de los partidos del país se efectuó en julio. La cita reciente era con las agrupaciones con representación en el disuelto Parlamento.

venezuela

Alzados de febrero amenazan con tomar las armas

CARACAS. Los militares alzados en febrero en Venezuela amenazaron con "volver a empuñar las armas" desde la cárcel donde está confinados, al cumplirse seis meses del episodio que provocó una grave crisis política en el país.

El cabecilla de la asonada, el teniente coronel Hugo Chávez, aseguró en una entrevista radial que "no han sido logradas" las metas trazadas por lo que denominó "movimiento militar y civil bolivariano".

En una acción que estuvo a punto de derrocar al gobierno de Carlos Andrés Pérez no hupunto de derrocar al gobierno de Carlos Andrés Pérez no hubo aparente participación civil ni se llamó a la población a apoyar el movimiento, protagonizado por un grupo pequeño pero representativo del ejército.

En diálogo con Radio Rumbos, Chávez señaló desde el penal de Yare, en una población situada a 60 kilómetros de Caracas, que si no se producen cambios hacia un "modelo social solidario" en el país "nada ni nadie podrá evitar que vuelva a empuñar las armas".

Cháves es, junto con el teniente coronel Francisco Arias, el único protagonista del alzamiento que no aceptó aún ser impuesto del auto de detención por rebelión militar, por el que quedan detenidos 47 oficiales medios y bajos.

En un tono ampuloso, plagado de citas de figuras poco conocidas de la historia venezolana, del que no se desprendió ni para saludar a su madre, Chávez señaló que la escena sigue dominada por los sectores tradicionales de la política, que no dejan emerger nuevos actores.

Criticó la amplia y controversial reforma a la Constitución que debate actualmente el Parlamento como "un paso atrás" y se pronunció a favor de la convocatoria a una Asamblea Constituyente, porque el actual Poder Legislativo se ha alejado "del cuerpo social de la nación".

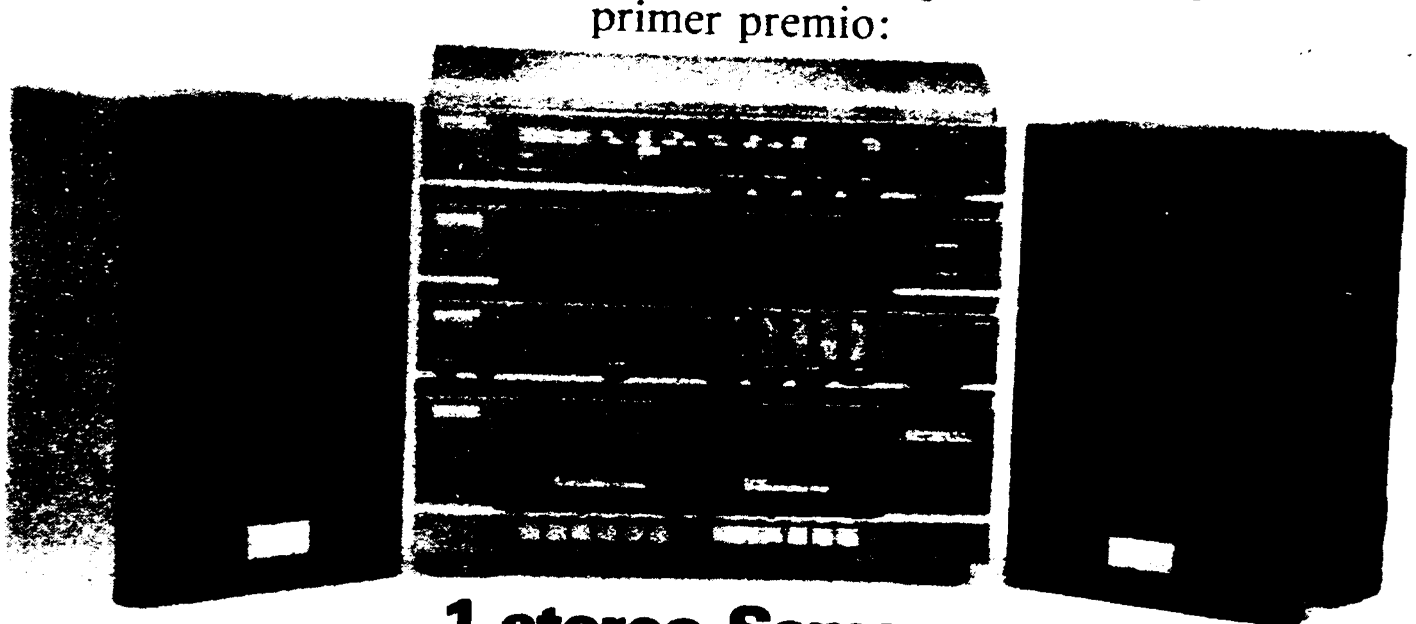
Chávez, cuya imagen se ha ido desdibujando tras adquirir por un tiempo ribetes de mito en importantes sectores de la clase media y baja de la población, llamó a "los oficiales patriotas a aguantar el vendaval".

9209228

liberación

SORTEO REVANCHA

Usted que no participó en el sorteo anterior ahora tiene la oportunidad de hacerlo y ganar.
Toda persona que se suscriba por el período de un año entre el 1o. de junio y el 31 de agosto del año en curso participa de un sorteo que tiene como primer premio:



1 stereo Samsung

2o., 3r. y 4o. premio - **1 videocasett en español**
5o. a 10o. premio - **1 disco compacto**

La lista de los participantes será publicada el día 11 de setiembre y el sorteo se realizará el día sábado 19 de setiembre en lugar a decidir.
Gane con Liberación!

Nombre .... **No.Postal** ....
.... **Ciudad** ....
Calle .... **País** ....
Teléfono ....

Dentro de Escandinavia, deposite el cupón en cualquier buzón de correos. Los interesados en el **RESTO DEL MUNDO**, deben enviarlo en sobre cerrado a:
LIBERACION
Box 18040
200 32 Malmö SWEDEN

En Escandinavia
Ud. recibirá un Post Giro para realizar el pago correspondiente a su suscripción.
En el Resto del Mundo
Ud. debe enviar un Giro Postal a LIBERACION

En Escandinavia
1 año [illegible]
6 meses [illegible]
3 meses [illegible]

En el resto del mundo
1 año [illegible]
6 meses [illegible]
(*) O su equivalente en dolares

Kan sändas ofrankerad inom Norden Liberacion betalar portot

SVARSPOST

liberación

KUNDNUMMER
76450 00 6
S - 200 32 MALMÖ
SVERIGE

-9209226

El llamado Acuerdo Marco México-Centroamérica concluyó en julio pasado y debió haber sido suscrito inmediatamente, pero lo abultado de las agendas de algunos ministros obligó a posponer la rúbrica.

La nueva fecha fue señalada para el 5 de agosto en Managua, más la impetuosa actividad que desarrolla el titular mexicano de Comercio, Jaime Serra Puche, en Washington para lograr concluir el texto del Tratado de Libre Comercio México-EE.UU-Canadá, forzó a una nueva postergación de la ceremonia.

Serra Puche se encuentra en la capital norteamericana desde fines de mes reunido con sus colegas de EE.UU (Carla Hills) y Canadá (Michael Wilson) en una marcha forzada que busca concluir las negociaciones sobre ese acuerdo trilateral.

Por esa razón, la firma del convenio alcanzado entre México, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras y Nicaragua se producirá ahora el próximo 27 de agosto, según se anunció en Managua y si no se producen nuevos problemas de agendas ministeriales.

La idea de un tratado de libre comercio entre México y Centroamérica nació en la conferencia cumbre celebrada en Tuxtla Gutiérrez, México, en 1990, por los presidentes mexicano y de los países de esa región.

A partir de ese momento empezaron una serie de reuniones que conllevaron a la concreción del llamado Acuerdo Marco, el cual abre las puertas a un período de transición que debe concluir en 1996 con la implantación de una zona de libre comercio entre México y los Estados centroamericanos.

El documento a firmar el próximo día 27 establece el conjunto de reglas necesario para la desgravación arancelaria y la eliminacion de las barreras no arancelarias.

Durante ese lapso hasta 1996, México establecera con cada país los esquemas de apertura comercial en lo referente a reglas de origen, reducción y eliminación de aranceles y barreras, normas, mecanismos de solución de controversias, [illegible]



La banana: riqueza centroamericana.

Centroamérica. Libre comercio

Unos acuerdos entorpecen a otros, al menos en el tiempo

Victor M.Carriba

MEXICO. La firma de un acuerdo hacia el libre comercio entre México y Centroamérica, prevista para el pasado 5 de agosto en Managua, fue aplazada por segunda ocasión. Esta vez por la premura mexicana en firmar un tratado similar con EE.UU y Canadá.

Centroamérica, un mercado potencial de 27 millones de personas

Por lo pronto, las partes estan terminando las discusiones para lograr un compromiso que otorgue trato nacional a los productos de los otros países en materia de impuestos y otros gravamenes.

El Acuerdo Marco incluye capítulos relacionados con la administración [illegible]

cilitación comercial y otros temas.

Según se ha podido conocer, para la firma de ese Acuerdo México reconoció la asimetría de su economía frente a las centroamericanas y liberalizará con mayor rapidez sus mercados, mientras que los países de esa área geográfica adoptarán un techo arancelario de 20% y un piso de cinco en el período de eliminación de aranceles.

Estadísticas divulgadas en esta capital señalan que los [illegible] 27 millones de personas [illegible]

Esa región representa solamente el 0.1% del comercio exterior total de México.

Además de estos proyectos de libre comercio de México con America del Norte (EE.UU y Canadá) y Centroamérica, las autoridades mexicanas trabajan por conseguir otro similar con el Grupo de los Tres (Mexico, Venezuela y Colombia) que estaría interrelacionado con los países del Pacto Andino y no se descartan acciones dirigidas hacia Sudamérica (Mercosur).

Desde enero de este año esta [illegible]

LIBERACION

Josep Grau G

FECHA 26 /1

La visita del artista Garriga y la ex

Pintores en la

Entre las diversas des programadas este Festival de Malmö organizadas conju por la Fundación A Uruguay, referidas a ción y participación plásticos de Suecia, de dicho país sudam

En la Galería de Konstförening (Asoc Arte de Escania), ubi Lilla Torget, expon el 14 y 22 de agosto, yo Pedro Peralta, qu hace unos días a M pondiendo a una inv la referida Fundació *punto de partida*" se la muestra, la cual re de reciente producci

Por otra parte, en *Förstadsgatan*, la pe parte del *Trianglen* centro de la ciudad, s cabo el proyecto *La Arte*, el cual contem talación de tres car expondrán sus trab pintores de la región

Las carpas están de el miércoles pa referida peatonal, *Storgatan* y el Teatr Los pintores convoca nes estarán present los días de la fiesta, Gran, Helena Bergen Viñoles, Nils Andr ström, Johanna Ols Anna Jonback, Ton Lilian Togelius y Len son.

Pero la actividad atención concentra e lación que hará el c sep Grau Garriga, de ficio del Hotel Shera la Södra Förstadsgat

Grau Garriga, q especialmente desde para este evento, inst de colores que cruza tura la plazoleta del para quedar vía peatonal. nónimo de fie

Josep Grau Garriga hará una instalación en el Sheraton

Fecha 26 10 92

Los pintores y el Festival de Malmö

Juan Cameron

La visita del artista catalán Josep Grau Garriga y la exposición de pintores uruguayos y suecos en diversos espacios de la ciudad, confirman la importancia de la difusión cultural durante los días del Festival de Malmö.

Pintores en la calle

Entre las diversas actividades programadas este año en el Festival de Malmö están las organizadas conjuntamente por la Fundación Arte por el Uruguay, referidas a la exposición y participación de artistas plásticos de Suecia, España y de dicho país sudamericano.

En la Galería de la Skånes Konstförening (Asociación de Arte de Escania), ubicada en la Lilla Torget, expondrá, entre el 14 y 22 de agosto, el uruguayo Pedro Peralta, quien arribó hace unos días a Malmö respondiendo a una invitación de la referida Fundación. *"Colón punto de partida"* se denomina la muestra, la cual reúne obras de reciente producción.

Por otra parte, en la *Södra Förstadsgatan*, la peatonal que parte del *Trianglen* hacia el centro de la ciudad, se llevará a cabo el proyecto *La Calle del Arte*, el cual contempla la instalación de tres carpas donde expondrán sus trabajos ocho pintores de la región.

Las carpas están ubicadas desde el miércoles pasado en la referida peatonal, entre la *Storgatan* y el Teatro Victoria. Los pintores convocados, quienes estarán presentes durante los días de la fiesta, son Mell Gran, Helena Bergenrud, Pepe Viñoles, Nils André Malmström, Johanna Olson-Liedes, Anna Jonback, Tony Åström, Lilian Togelius y Lena Johansson.

Pero la actividad que mayor atención concentra es la instalación que hará el catalán Josep Grau Garriga, desde el edificio del Hotel Sheraton hasta la Södra Förstadsgatan.



Grau Garriga y Pepe Viñoles.

Grau Garriga, quien vino especialmente desde Barcelona para este evento, instalará telas de colores que cruzarán en altura la plazoleta del Triangeln para quedar fijadas sobre la vía peatonal. Las cintas son sinónimo de fiesta, de cambio y de alegría, señala el artista. Lo textil representa las banderolas que en su tierra cuelgan de los balcones para la Semana Santa, para las olimpiadas, para las grandes ocasiones, dándole otro aspecto y una nueva imagen a la ciudad, crecida junto a los colores.

Sin duda la visita del artista catalán es significativa para la ciudad. Grau Garriga, nacido en Sant Cugat del Vallès en 1929, estudió en la Escuela Superior de Bellas Artes de Sant Jordi, en Barcelona, aunque sus primeras lecciones las había recibido de Ramón Bonet. Sus trabajos en pintura, escultura y diseño arquitectónico lo sindican entre los mayores; y sus instalaciones textiles son ya conocidas en varios países de Europa y en Estados Unidos.

En 1990 viajó a Suecia para realizar una instalación de tela y madera al interior de la catedral de Ystad, también bajo el auspicio de esta Fundación.

A partir de 1964, desde su primera exposición en la Sala Gaspar, en Barcelona, ha inaugurado más de ciento treinta muestras individuales e instalaciones artísticas, y participado en casi un centenar de exposiciones colectivas en diversos países de ambos continentes.

Fundación Arte por Uruguay

A pesar de la corta existencia de la Fundación (fue creada en 1989), sus integrantes han estado presentes en el Festival de Malmö desde los inicios de éste. Para Orlando Piñero, su director, existe un real interés de mostrar, nosotros los americanos, nuestro pensamiento y sentir en relación a los 500 años de la llegada de Colón a América. Y además el interés del público en las manifestaciones artísticas y culturales, es grande en esta ciudad. Así quedó demostrado, señaló el lunes pasado en conferencia de prensa en el Hotel Sheraton, en las cuatrocientas o quinientas personas que diariamente han visitado las exposiciones montadas en años anteriores.

Malmöfestival

Desde el viernes 14 al viernes 21 de agosto tendrá lugar el Festival de Malmö, actividad que cierra el verano y la época de vacaciones y brinda a la ciudad un periodo de real alegría.

El amplio programa se desarrollará, principalmente, en un área que cruza desde la Stortorget al Triangeln, pasando por la Lilla Torg y la Gustav Adolf Torg. En el centro el canal de Malmö, donde compiten las canoas piratas, une ambos sectores de la perpendicular.

La población sueca elige principalmente la Plaza Mayor (Stortoget), en tanto que el la Gustavo Adolfo se concentran los inmigrantes. En este último lugar se ubican la mayor parte de los kioskos de comida extranjera. Ambos espacios cuentan con escenarios para las presentaciones artísticas.

Asociaciones de Bolivia, Chile, Uruguay, Dinamarca, Grecia, India, China, Paquistán, España, Inglaterra, Turquía, Zambia y de otros países, están allí representadas. Y un buen espectáculo musical que ofrece jazz, rock y expresiones folklóricas se anuncia en ambos tablados.

Por cierto, una buena despedida a este cálido verano escandinavo.

¿Un domingo para la historia?

"Suecia debe mantenerse libre de alianzas"

El pasado domingo el ex primer ministro Ingvar Carlsson expresó claramente que Suecia no debe abandonar su política de neutralidad para ingresar a la Comunidad Europea y que el actual gobierno debe hablar un lenguaje claro respecto al tema. "No tenemos porque avergonzarnos de nuestra política de neutralidad", señaló Carlsson, quien sostuvo además que la CE debe abandonar la exigencia de que Suecia participe en una alianza militar.

El 12 de noviembre de 1990 el Parlamento sueco adoptó la histórica decisión de que Suecia debía encaminarse hacia el ingreso a la Comunidad Europea pero conservando su política de neutralidad. Cuatro partidos, el Socialdemócrata, el Conservador, el Liberal y el del Centro apoyaron mayoritariamente esta resolución.

Más tarde, el 1o. de julio de 1991, el entonces primer ministro, Ingvar Carlsson, presentó formalmente ante la Comunidad Europea la solicitud sueca. Pocos meses después, tuvieron lugar las elecciones. La derrota de los socialdemócratas y el advenimiento de un gobierno cuatripartito, de cuño conservador, plantearon entre otras preocupaciones, de qué forma llegaría Suecia a la mesa de negociaciones con el organismo comunitario.

La semana pasada la comisión de la Comunidad Europea, que recibió la solicitud, dio su respuesta. Pero en ella se reflejan los cambios acaecidos en este lapso. Entre los primeros pasos dados por Suecia hacia el organismo europeo y esta respuesta han tenido lugar algunos hechos. Entre ellos la firma del Acuerdo de Maastricht, al que se arribó no con pocas dificultades en el mismo seno de los países firmantes, especialmente Gran Bretaña. Con él no sólo se realizaron acuerdos económicos, también se fijaron los marcos para una futura política exterior y de seguridad común para Europa. Luego vino el "dinamarcazo". Y aún hoy la Comunidad Europea tiene por resolver la ratificación del acuerdo por parte de todos los países.

Poniendo las cosas en claro

La nota respuesta enviada por la comisión de la Comunidad Europea deja claro que Suecia sí es bienvenida a la CE ya que reforzará el organismo en lo económico, monetario, en lo político, en el ámbito de política social y medio ambiente. Pero, justamente es el el campo de la política exterior y de seguridad y en una futura política de defensa que la Comunidad exige seguridad y compromiso de parte de Suecia.

La comisión considera que Suecia presenta muchas reservas en cuanto a una futura política de defensa. Sobre todo, señala, en cuanto a la posibilidad de la conformación de una defensa común, por lo tanto la comisión desea que Suecia dé seguridades específicas y comprometidas en estos terrenos. Para decirlo de otra forma Suecia "debe comprar todo el paquete". Lineamiento diseñado tras la reunión cumbre de Lisboa tras el referéndum en Dinamarca.

Las objeciones

La respuesta de la Comunidad Europea obliga a los partidos políticos suecos a tomar posición. Los conservadores, en general han estado a favor de un ingreso a la OTAN, aunque no lo han dicho claramente. La Socialdemocracia brega por un papel más protagónico para la llamada Conferencia de Seguridad Europea y las Naciones Unidas y en este punto cuenta con el apoyo del Partido del Centro.

Los dirigentes de éste, en ocasión de su congreso en el pasado mes de junio, debieron oír muchas voces que reclamaron que de dejarse de lado el concepto de neutralidad en la mesa de negociaciones con la CE, el Centro debía dejar de lado sus compromisos y abandonar el gobierno.

Por su parte los partidos de Izquierda y el de Medio Ambiente interpretan que el ingreso a la Comunidad Europea, tarde o temprano concluirá en una participación en la OTAN, lo que a su tiempo se contradice con la tan mentada "neutralidad" y se hallan, por lo tanto, en oposición abierta.

El pasado domingo 9, el matutino Dagens Nyheter publicó una entrevista con el ex primer ministro sueco, el socialdemócrata Ingvar Carlsson, donde agrega un elemento más para un debate que cobrará fuerza, apenas pase el período veraniego. Carlsson planteó allí que Suecia no debe dejar de lado su política de neutralidad para entrar a la Comunidad Europea. "En el plazo que estimo no tenemos porque formar parte de una alianza militar,". "No veo, señaló Carlsson, ninguna condición hoy para que Suecia deba abandonar su política de no alineamiento. No puedo hablar de lo que ocurrirá en el futuro".

Estas declaraciones efectuadas una semana después de la nota de la Comunidad Europea tienen otro peso que si hubieran sido realizadas meses atrás. El domingo por la tarde, en un informativo televisivo, el líder del Partido del Centro dio su respaldo a lo expresado por Ingvar Carlsson. Con esto teóricamente la oposición a un ingreso abandonando la política de la neutralidad contaría con mayoría parlamentaria y las encuestas de opinión han mostrado también que la mayoría de los suecos está en contra del ingreso o tiene serias dudas al respecto.

Hay quienes ya se preguntan al igual que el vespertino Expressen el lunes por la noche, si ese domingo 9 no quedaría marcado como el día en que Suecia decía definitivamente no a Europa.

La presentación de Sa

Em

Durante el proceso eleccionario realizado en Chile, con miras a elegir concejales, llovieron las promesas de ayuda a Santiago Wanderers, las que hicieron crecer las esperanzas de los directivos de poder salvar a la institución de la crisis económica en que se encuentra. Hasta el día de hoy nadie ha respondido y lo que es peor, ni la comunidad porteña ni sus empresarios e hinchas hacen nada por salvarle. Sólo un pequeño grupo de dirigentes y algunos fervorosos seguidores continúan batallando, pues no quieren que el barco se hunda y mucho menos, cuando se celebra su centenario.

No es un misterio, entonces, que los resultados no acompañen al plantel y que la situación de su entrenador, Armando Tobar, no sea la más confortable. Se sabe, eso sí, que ningún equipo, en ninguna parte del mundo, que cruce por estas dificultades financieras, podrá levantar la cabeza mientras sus arcas no tengan el mínimo deseable para satisfacer las exigencias primarias. Por ello es que Juan Carlos Cisternas, presidente de Wanderers, junto a sus más cercanos colaboradores han debido a recurrir a aportes personalesd para evitar el descalabro.

La crisis es profunda y luego de la derrota ante Iquique, lo dirigentes optaron por renunciar, cansados de ser los quijotes de la era moderna. Sin embargo, junto a esta actitud sur gieron voces unitarias que re chazaron las renuncias, visua lizando la delicada situación reconociendo los esfuerzos d la actual directiva, optand por darle un mínimo más tiempo al tiempo, en el afán salvar lo que ya miles creen qu es insalvable.

El valor de un viaje

Dentro de ese esquema es q nos visita Santiago Wanderer Enmarcados en una tarea ag biante, complicada y dura, s

¿Un domingo para la historia?

"Suecia debe mantenerse libre de alianzas"

El pasado domingo el ex primer ministro Ingvar Carlsson expresó claramente que Suecia no debe abandonar su política de neutralidad para ingresar a la Comunidad Europea y que el actual gobierno debe hablar un lenguaje claro respecto al tema. "No tenemos porque avergonzarnos de nuestra política de neutralidad", señaló Carlsson, quien sostuvo además que la CE debe abandonar la exigencia de que Suecia participe en una alianza militar.

El 12 de noviembre de 1990 el Parlamento sueco adoptó la histórica decisión de que Suecia debía encaminarse hacia el ingreso a la Comunidad Europea pero conservando su política de neutralidad. Cuatro partidos, el Socialdemócrata, el Conservador, el Liberal y el del Centro apoyaron mayoritariamente esta resolución.

Más tarde, el 1o. de julio de 1991, el entonces primer ministro, Ingvar Carlsson, presentó formalmente ante la Comunidad Europea la solicitud sueca. Pocos meses después, tuvieron lugar las elecciones. La derrota de los socialdemócratas y el advenimiento de un gobierno cuatripartito, de cuño conservador, plantearon entre otras preocupaciones, de qué forma llegaría Suecia a la mesa de negociaciones con el organismo comunitario.

La semana pasada la comisión de la Comunidad Europea, que recibió la solicitud, dio su respuesta. Pero en ella se reflejan los cambios acaecidos en este lapso. Entre los primeros pasos dados por Suecia hacia el organismo europeo y esta respuesta han tenido lugar algunos hechos. Entre ellos la firma del Acuerdo de Maastricht, al que se arribó no con pocas dificultades en el mismo seno de los países firmantes, especialmente Gran Bretaña. Con él no sólo se realizaron acuerdos económicos, también se fijaron los marcos para una futura política exterior y de seguridad común para Europa. Luego vino el "dinamarcazo". Y aún hoy la Comunidad Europea tiene por resolver la ratificación del acuerdo por parte de todos los países.

Poniendo las cosas en claro

La nota respuesta enviada por la comisión de la Comunidad Europea deja claro que Suecia sí es bienvenida a la CE ya que reforzará el organismo en lo económico, monetario, en lo político, en el ámbito de política social y medio ambiente. Pero, justamente es el el campo de la política exterior y de seguridad y en una futura política de defensa que la Comunidad exige seguridad y compromiso de parte de Suecia.

La comisión considera que Suecia presenta muchas reservas en cuanto a una futura política de defensa. Sobre todo, señala, en cuanto a la posibilidad de la conformación de una defensa común, por lo tanto la comisión desea que Suecia dé seguridades específicas y comprometidas en estos terrenos. Para decirlo de otra forma Suecia "debe comprar todo el paquete". Lineamiento diseñado *tras la reunión* cumbre de Lisboa tras el referéndum en Dinamarca.

Las objeciones

La respuesta de la Comunidad Europea obliga a los partidos políticos suecos a tomar posición. Los conservadores, en general han estado a favor de un ingreso a la OTAN, aunque no lo han dicho claramente. La Socialdemocracia brega por un papel más protagónico para la llamada Conferencia de Seguridad Europea y las Naciones Unidas y en este punto cuenta con el apoyo del Partido del Centro.

Los dirigentes de éste, en ocasión de su congreso en el pasado mes de junio, debieron oír muchas voces que reclamaron que de dejarse de lado el concepto de neutralidad en la mesa de negociaciones con la CE, el Centro debía dejar de lado sus compromisos y abandonar el gobierno.

Por su parte los partidos de Izquierda y el de Medio Ambiente interpretan que el ingreso a la Comunidad Europea, tarde o temprano concluirá en una participación en la OTAN, lo que a su tiempo se contradice con la tan mentada "neutralidad" y se hallan, por lo tanto, en oposición abierta.

El pasado domingo 9, el matutino Dagens Nyheter publicó una entrevista con el ex primer ministro sueco, el socialdemócrata Ingvar Carlsson, donde agrega un elemento más para un debate que cobrará fuerza, apenas pase el período veraniego. Carlsson planteó allí que Suecia no debe dejar de lado su política de neutralidad para entrar a la Comunidad Europea. "En el plazo que estimo no tenemos porque formar parte de una alianza militar, ". "No veo, señaló Carlsson, ninguna condición hoy para que Suecia deba abandonar su política de no alineamiento. No puedo hablar de lo que ocurrirá en el futuro".

Estas declaraciones efectuadas una semana después de la nota de la Comunidad Europea tienen otro peso que si hubieran sido realizadas meses atrás. El domingo por la tarde, *en un* informativo televisivo, el líder del Partido del Centro dio su respaldo a lo expresado por Ingvar Carlsson. Con esto teóricamente la oposición a un ingreso abandonando la política de la neutralidad contaría con mayoría parlamentaria y las encuestas de opinión han mostrado también que la mayoría de los suecos está en contra del ingreso o tiene serias dudas al respecto.

Hay quienes ya se preguntan al igual que el vespertino Expressen el lunes por la noche, si ese domingo 9 no quedaría marcado como el día en que Suecia decía definitivamente no a Europa.

La presentación de S

Em

Durante el proceso eleccionario realizado en Chile, con miras a elegir concejales, llovieron las promesas de ayuda a Santiago Wanderers, las que hicieron crecer las esperanzas de los directivos de poder salvar a la institución de la crisis económica en que se encuentra. Hasta el día de hoy nadie ha respondido y lo que es peor, ni la comunidad porteña ni sus empresarios e hinchas hacen nada por salvarle. Sólo un pequeño grupo de dirigentes y algunos fervorosos seguidores continúan batallando, pues no quieren que el barco se hunda y mucho menos, cuando se celebra su centenario.

No es un misterio, entonces, que los resultados no acompañen al plantel y que la situación de su entrenador, Armando Tobar, no sea la más confortable. Se sabe, eso sí, que ningún equipo, en ninguna parte del mundo, que cruce por estas dificultades financieras, podrá levantar la cabeza mientras sus arcas no tengan el mínimo deseable para satisfacer las exigencias primarias. Por ello es que Juan Carlos Cisternas, presidente de Wanderers, junto a sus más cercanos colaboradores han debido a recurrir a aportes personalesd para evitar el descalabro.

La crisis es profunda y luego de la derrota ante Iquique, los dirigentes optaron por renunciar, cansados de ser los quijotes de la era moderna. Sin embargo, junto a esta actitud surgieron voces unitarias que rechazaron las renuncias, visualizando la delicada situación reconociendo los esfuerzos d la actual directiva, optand por darle un mínimo más d tiempo al tiempo, en el afán d salvar lo que ya miles creen qu es insalvable.

El valor de un viaje

Dentro de ese esquema es qu nos visita Santiago Wanderer Enmarcados en una tarea ag biante, complicada y dura, s

La presentación de Santiago Wanderers concita gran atención

Emocionante respuesta de chilenos en Suecia

Durante el proceso eleccionario realizado en Chile, con miras a elegir concejales, llovieron las promesas de ayuda a Santiago Wanderers, las que hicieron crecer las esperanzas de los directivos de poder salvar a la institución de la crisis económica en que se encuentra. Hasta el día de hoy nadie ha respondido y lo que es peor, ni la comunidad porteña ni sus empresarios e hinchas hacen nada por salvarle. Sólo un pequeño grupo de dirigentes y algunos fervorosos seguidores continúan batallando, pues no quieren que el barco se hunda y mucho menos, cuando se celebra su centenario.

No es un misterio, entonces, que los resultados no acompañen al plantel y que la situación de su entrenador, Armando Tobar, no sea la más confortable. Se sabe, eso sí, que ningún equipo, en ninguna parte del mundo, que cruce por estas dificultades financieras, podrá levantar la cabeza mientras sus arcas no tengan el mínimo deseable para satisfacer las exigencias primarias. Por ello es que Juan Carlos Cisternas, presidente de Wanderers, junto a sus más cercanos colaboradores han debido a recurrir a aportes personalesú para evitar el descalabro.

La crisis es profunda y luego de la derrota ante Iquique, los dirigentes optaron por renunciar, cansados de ser los quijotes de la era moderna. Sin embargo, junto a esta actitud surgieron voces unitarias que rechazaron las renuncias, visualizando la delicada situación y reconociendo los esfuerzos de la actual directiva, optando por darle un mínimo más de tiempo al tiempo, en el afán de salvar lo que ya miles creen que es insalvable.

El valor de un viaje

Dentro de ese esquema es que nos visita Santiago Wanderers. Enmarcados en una tarea agobiante, complicada y dura, sus dirigetnes han ratificado la presencia de los caturros en canchas suecas. Saben que, a pesar de la dolorosa situación, la visita a Suecia puede significar una valiosa inyección, no sólo económica, sino también espiritual, anímica para este grupo que lleva la camiseta verde porteña, quizás en las circunstancias más complicadas desde que sucediera su fundadación, exactamente cien años atrás.

Si se compara el plantel actual aparecen nombres que no pueden suplir las figuras casi lengendarias de Elías Figueroa, Porcel de Peralta, el mismo Grigoul, Raúl Sánchez, el "Colorado" Hoffman, Juanito Olivares,, Alberto Espinal quien decansa para siempre en el cementerio de Botkyrka y tantos otros que dieron gloria a los wanderinos. Otros nombres, otras épocas, distintas motivaciones, diferentes ilusiones. Pero igual a pesar de todo, existe un denominador común: se trata de Santiago Wanderers de Valparaíso, de la institución que en jornadas de ilusiones, estremeciera el recinto de Playa Ancha.

Rostros jóvenes, situación precaria, problemas de toda índole, la sombra amenazante de una desaparición y un viaje a Suecia que puede tener la virtud de cambiarlo todo, de revertir la agonía por el reencuentro entre los hinchas porteños porque de acuerdo a la recepción que se le brindó a Wanderers ésta deberá ser la palabra final para remecer a los chilenos, a los propios hinchas que en el propio Chile, se han olvidado de su institución.

El semanario LIBERACION, presente cada semana en los hogares latinos. Luis Romero "Romerito", desde su espacio en Radio Amanda y otros vehículos de comunicación, se han encargado de difundir la noticia y es así, casi automáticamente, como desde los más diversos rincones del país el hincha se prepara para apoyar a Santiago Wanderers.

La noticia se comenta en la cancha, en la charla del café, en el llamado telefónico entre amigos, saber qué ocurre, asegurar una respuesta para el vacilante vienen o no vienen, confirmar las entradas, reservar lugar para la Noche del Puerto, en fin, hacer uso del derecho de saber, porque Wanderers es nuestro, nos pertenece por igual. En resúmen, Santiago Wanderers, débil y alicaído, nos ha unido, nos ha acercado, ha provocado el fenómeno de hacernos vibrar anticipadamente como permitiéndonos visualizar las fiestas deportivas que se avecinan.

En definitiva, en canchas suecas, jugará el auténtico Santiago Wanderers, heredero de ricas tradiciones, responsable de representar a Chile por primera vez en Suecia, la misma institución que de cara al mar, bajo el cielo que protege al puerto, nos hiciera reir y llorar y que hoy viene con la misión de superar sus problemas y de permitirnos dar una verdadera lección a quienes le han dado vuelta la espalda.

Quizás si la mejor definición la obtengamos de un hincha de Colo Colo, hijo de la Novena -Región Temuco, ajeno a todo lo que sea mar o puerto, pero lleno de sabiduría popular: "para querer hay que sufrir, para demostrar hay que actuar y para ser feliz hay que luchar. Es por eso que iré a apoyar a Wanderers, porque a pesar de tratarse de un club que no me identfica plenamente, entiendo que hay que mantener la ilusión de una gran parte del país, de un gran porcentaje de chilenos que necesitan a Santiago Wanderers. Esa verdad es innegable. Sería como que yo no creyera ciegamente que Colo Colo es Chile...".

Esa es la respuesta emocionante de los chilenos en Suecia. Ese es el calor que se prepara para recibir a los "caturros" del puerto.

Club de Deportes Santiago Wanderers

Queridos amigos chilenos:

Desde la distancia, reciban el saludo cariñoso de Santiago Wanderers de Valparaíso, institución que presido y que pronto visitará Suecia para jugar dos compromisos.

Sabemos que nunca antes un equipo chileno ha visitado ese país y ello constituye un enorme orgullo y una gran responsabilidad para Santiago Wanderers. Por medio de los organizadores de estos encuentros, hemos sabido del entusiasmo que ha despertado nuestra visita y esperamos responder con creces a ese apoyo popular que preparan para nuestro club.

Santiago Wanderers visitará Estocolmo representando al fútbol chileno y sus más ricas tradiciones, pretendiendo ganar en la cancha la Copa de la Amistad, que disputaremos con el Hammarby de ese país. Esperamos que nuestra presencia contribuya a hacer más hermoso el Mes de la Patria y que nuestras dos presentaciones se constituyan en verdaderas fiesta de amistad y hermandad.

En nombre del plantel, dirigentes, socios e hinchas de esta querida institución, les abraza y saluda:

Juan Carlos Cisternas P. (Presidente)



Aruna Gnanadason.

Encuentro de iglesias en Lund

Cerca de 900 personas se reunieron en la ciudad de Lund durante cinco días, para discutir temas como la paz, justicia y medio ambiente bajo el lema "Por la vida".

Una de las participantes al mismo, Aruna Gnanadason, responsable de los temas de mujeres del Consejo Mundial de Iglesias, se refirió en sus exposiciones a los problemas de los pueblos del Tercer Mundo.

"Pertenecemos a un mismo mundo, señaló Gnanadason, Es necesario ver que no se levanten nuevos muros cuando caen los viejos. No podemos ver el mundo si olvidamos el Sur", dijo la representante india durante el seminario "Mirar el mundo".

Gnanadason sostuvo que hoy no tiene lugar "el desarrollo" de la tierra y sus recursos sino un "desarrollo equivocado".

Aruna Gnanadason puso como ejemplo el caso de la India, que tras la caída del sistema socialista, ha sufrido el desenfrenado y descontrolado crecimiento de la economía de mercado". "Dentro de un año, dijo, la India habrá sido obligada a arrodillarse ante los dictados del Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional y retrocederá en sus empeños hacia un estilo de vida socialista". Puso el ejemplo de la Coca Cola que podrá invertir ahora en India, luego de que durante 15 años fuera considerada una empresa "indeseable" debido a sus prácticas comerciales.

Más adelante señaló que los gobiernos del Sur han fracasado y que organismos como Naciones Unidas han perdido su credibilidad entre los paises pobres.

Lars Werner arremete contra Nueva Democracia

Nueva Democracia es como un nuevo virus del Sida", declaró Lars Werner, el dirigente del Partido de Izquierda, en un discurso efectuado en el Festival Dacke en la ciudad de Växjö.

El veterano líder acusó a Nueva Democracia de mentir sistemática en el tema de los refugiados y los inmigrantes.

La mejor protección contra este virus, dijo Werner, es la verdad. Las verdades que no se nombran, señaló, es que Suecia gasta más en el juego que en los refugiados y que se invirte más dinero en las carreras que en tractores para los países pobres.

Werner hizo referencia también al tema del ingreso de Suecia a la Comunidad Europea. AL respecto dijo que en realidad Suecia pidió ingreso a algo que ya no existe, la Comunidad Europea, y que en realidad se trata de la Unión Europea, instancia que tiene el poder suficientec como para obligar a Suecia a participar en operaciones militares. En ese sentido, señaló que políticos como Ingvar Carlsson y Olof Johansson debían dar una posición clara y preguntó "la neutralidad sueca, tiene o no valor todavía?".

Un ordenador para las decisiones difíciles

Tres investigadores suecos se encuentran preparando un programa para ordenadores con el cual poder ayudar a las personas a tomar decisiones difíciles.

Las ideas en torno a este programa, MY, se basan en diez años de estudio. Per-Erik Malmnäs, de la Universidad de Estocolmo ha sido quien desarrolló la idea, en tanto Love Ekenberg y Magnus Boman , expertos en computación, han llevado las ideas de Malmnäs a un programa.

La Asociación de Pensionistas critica nuevo sistema de atención médica

Si se aprobara el nuevo sistema de atención médica domiciliaria, crecería la democracia y disminuirían las posibilidades de elección de los pacientes.

En una nota enviada al Departamento de Asuntos Sociales por la Organización de Pensionistas se critica la propuesta del médico a domicilio y se defiende el actual sistema de centrales de atención, enfermeras de distrito y los centros de atención a las madres y los niños.

Se encarece la vivienda en Suecia

En los dos últimos años el costo de la vivienda se ha encarecido en un 40 %, un aumento que supera muy por encima el del índice de precios del consumidor.

Para los inquilinos el gran aumento en sus haberes fue producido a consecuencia de la reforma impositiva. También las asociaciones de vivienda se vieron afectadas por aumentos y por la suba de las rentas..

Una cuestión de salud

Una adecuación a la política de la Comunidad Europea en cuanto a los precios del alcohol puede implicar la muerte de 3.000 suecos por año, según un profesor del hospital de Huddinge.

Sven ANdreasson considera que Suecia debe defender sus actuales limitaciones sobre el alcohol. No se trata de un asunto de comerciar libremente, sino de la salud de la población, señaló el investigador.

La caída de los precios de venta de bebidas alcohólicas provocaría el aumento en un 50 % de los casos de muerte vinculadas al alcohol. Además de las vidas que costaría, aumentaría el gasto en atención médica. El estudio realizado por este profesor se refiere sólo a la atención médica.

En Hopper la frontera es evidente. Ese límite entre lo humano y lo desconocido, o la misma desesperación humana, el vacío ante la realidad, es ubicado por el pintor norteamericano siempre en la otredad; así un segundo motivo. La poética hopperiana formula la desesperanza vital, el sin sentido en las puertas mismas del sentido, como un plano simbolizante de frías tonalidades.

Para comprenderlo, como así todo el arte, no debemos olvidar la formulación de Maurice Denis: "un cuadro, antes que un caballo o una mujer desnuda, es una superficie plana recubierta de colores y formas". Frase que José Hierro emparenta, de manera correcta, con la opinión de Mallarmé acerca de que la poesía no se hace con ideas, sino con palabras.

Una de las pinturas que por este sentido mayor impresión me causó, cuando tardíamente conocía la estética contemporánea, fue **Noctámbulos** *(1942). La escena, repetida, caricaturizada, intervenida, plagiada y homenajeada hasta el cansancio, muestra a cuatro personajes en un café, apenas protegidos de la madrugada (la soledad) por la vitrina curva que a su vez retiene la suave luz de los fluorecentes. Hooper capta ese instante. Selecciona en una serie imaginaria de fotogramas aquel señalado por el silencio. No alcanzarán a diez, en su amplia producción, las obras cuyos protagonistas hablan. Y aún así, se trata de muriñullos, frases cortadas o diálogos en voz baja. La estridencia es irreal en ese mundo.*

No estaba solo, sin embargo. Durante más de cuarenta años de matrimonio lo acompaña Josephine Verstille Nivison (Jo N. Hooper), su modelo, crítica, manager y amante, la cual le sobrevive apenas unos meses a su muerte, ocurrida en su atelier en Nueva York, el 15 de mayo de 1967.

Estética de la desesperanza

La visión de Edward Hooper es la de quien mira desde afuera la fiesta a la cual no fue convidado. Llámese ésta vida, civilización, progreso o alegría. En su mirada desencantada es a la vez mago y [illegible]. Pero sobretodo crítico.

Hace un cuarto de siglo falleció en Nueva York el pintor Edward Hopper

HOPPER: el hombre en el límite

Juan Cameron

En Hopper la frontera es evidente. Ese límite entre lo humano y lo desconocido, o la misma desesperación humana, el vacío ante la realidad, es ubicado por el pintor norteamericano siempre en la otredad; así un segundo motivo. La poética hopperiana formula la desesperanza vital, el sin sentido en las puertas mismas del sentido, como un plano simbolizante de frías tonalidades.

Para comprenderlo, como casi todo el arte, no debemos olvidar la formulación de Maurice Denis: "un cuadro, antes que un caballo o una mujer desnuda, es una superficie plana recubierta de colores y formas". Frase que José Hierro emparenta, de manera correcta, con la opinión de Mallarmé acerca de que la poesía no se hace con ideas, sino con palabras.

Una de las pinturas que por este sentido mayor impresión me causó, cuando tardíamente conocía la estética contemporánea, fue **Noctámbulos** *(1942). La escena, repetida, caricaturizada, intervenida, plagiada y homenajeada hasta el cansancio, muestra a cuatro personajes en un café, apenas protegidos de la madrugada (la soledad) por la vitrina curva que a su vez retiene la suave luz de los fluorecentes. Hooper capta ese instante. Selecciona en una serie imaginaria de fotogramas aquel señalado por el silencio. No alcanzarán a diez, en su amplia producción, las obras cuyos protagonistas hablan. Y aún así, se trata de murmullos, frases cortadas o diálogos en voz baja. La estridencia es irreal en ese mundo.*

No estaba solo, sin embargo. Durante más de cuarenta años de matrimonio lo acompaña Josephine Verstille Nivison (Jo N. Hooper), su modelo, crítica, manager y amante, la cual le sobrevive apenas unos meses a su muerte, ocurrida en su atelier en Nueva York, el 15 de mayo de 1967.

Estética de la desesperanza

La visión de Edward Hooper es la de quien mira desde afuera la fiesta a la cual no fue convidado. Llámese ésta vida, civilización, progreso o alegría. En su mirada desencantada es a la vez mago y oráculo. Pero sobretodo crítico. Este mundo no le agrada; y a pesar de él lo registra, lo vive. Como si el continuar en este ejercicio fuere el mejor homenaje a los suicidas, una automarginación como en verdad la vivió respecto de los movimientos vanguardistas, suficiente para aceptar la existencia no elegida, sino asumida, sin importar cuanto venga u ocurra.

Es precisamente en ese punto donde su estética se constituye en precursora del hiper realismo y de la posmodernidad vigente. Sin su trabajo no podría comprenderse las contribuciones de Jackson Pollok, Robert Rauschenberg, Andy Warhol, Franz Kline, Mark Rothko y de quienes vinieron después, inscritos en uno u otro expresionismo.

Los signos de tal desaliento parecen responder a la búsqueda de un objeto poetizable para un plano de comparación. Tal vez tropos sospechosamente connotados que esconden (o codifican) una significación. Algo así como un gesto en la ciudad desnuda (**Pieza de Hotel**, *1931;* **Oficina de pueblo**, *1953) que no es necesariamente el grito pero que bien puede esconder un andar de señorial manera o el atravesar a ciegas cualquier avenida. La imagen que rescata -pincelada llana, trazo en lo cotidiano -es, con todo, un llamado de socorro en la ciudad deshabitada, Nueva York, Omaha, cualquiera. No importa. Bien puede ser la Ithaca de Kabaphes. Lo cierto es que no hallará consuelo. La soledad del artista no existe en cuanto nadie se haga cargo de ella. Es allí donde se anuncia, también de singular manera, el posmodernismo, postergación de la ética, la filosofía y la ternura. Hopper anuncia una época.*



Desde octubre a enero pasado, en el Museo Rath de Ginebra, se presentó la más reciente retrospectiva de Edward Hopper (1882-1967)- "Creo que lo humano me es extraño -declaró en una oportunidad-. Lo que verdaderamente me interesa es pintar la luz del sol sobre la fachada de una casa". Sin embargo la obra de este verdadero precursor del pop art y del minimalismo, señala a un profundo humanista.

Horror al vacío

Más que una protesta contra la incomunicación su leitmotif aparente pareciera deducirse en el horror, el terror al vacío, el pavor. En sus primeros años en aquello que fuere asimétrico, no correspondiente al orden (véase su carpeta publicitaria, los puentes parisinos de 1907 y 1909). En su primera madurez, al tomar conciencia del orden verdadero, en todo cuanto no corresponda a la subversión o retorno hacia el orden ideal (por ejemplo **Domingo en la mañana**, *de 1930). Por último en la entropía, en el pavor ante la estupidez y la autodestrucción de la especie representada en la de cada individuo; en el pavor ante nuestra infinita insignificancia cósmica* (**Gente al sol**, *de 1960,* **Sol en la cafetería**, *de 1958 y, mucho antes,* **Pieza junto al mar**, *de 1951, son claros ejemplos en esta actitud).*

Había nacido en 1882. Estudió en la Escuela de Artes Gráficas y en la Escuela de Arte de Nueva York, para diseñador publicitario. En su juventud realiza tres viajes a Europa, estableciéndose en Francia. Su formación es tardía. Comenzó como pintor ocasional y expone por primera vez en 1924. La primera retrospectiva se inaugura en el Museo de Arte Moderno de Nueva York, en 1933. Pocos meses antes de su muerte, a los 85 años de edad, representa a su país en la Bienal de Sao Paulo. Alguna vez manifestó que todo cuanto le interesaba era pintar la luz del sol sobre el muro de una casa.

El metabolismo (I)

En su sentido más amplio, el metabolismo se refiere a todas las reacciones químicas que se producen en nuestro organismo que nos permiten crecer, sobrevivir y reproducirnos.

Los complejos procesos que ayudan a mantener el funcionamiento normal de nuestro cuerpo, están eficazmente controlados por compuestos químicos del organismo llamados enzimas y hormonas. La actividad enzimática influye sobre las conversiones químicas, de modo que las sustancias necesarias se hacen disponibles para las células del organismo, mientras que las hormonas controlan actividades como el crecimiento y la utilización de reservas energéticas.

El metabolismo eficaz requiere el aporte adecuado de materias primas, por tanto, una dieta mala, el comer demasiado o demasiado poco, el consumo excesivo de alcohol e, incluso, ciertos medicamentos, pueden producir alteraciones metabólicas potencialmente peligrosas o problemáticas.

Los dos procesos

El metabolismo es el producto de dos procesos bastante distintos y complementarios, denominados catabolismo y anabolismo. El primero consiste en la ruptura de carbohidratos, grasas y proteínas, así como numerosos productos de desecho, para producir energía. La energía liberada por el catabolismo se convierte en trabajo útil en la actividad muscular y parte de ella se pierde como calor. El anabolismo implica procesos de construcción, a través de los cuales los alimentos son adaptados y almacenados como energía, o utilizados en el crecimiento , reproducción y defensa ante las infecciones.





Aporte y gasto del organismo

En un niño o adolescente en crecimiento, el aporte energético derivado del desdoblamiento de los alimentos es superior al g[illegible] energético, proporcionando así los requerimientos energéticos para el crecimiento. En adultos, cualquier exceso del aporte energético se convertirá en grasa; inversamente, un gasto energético excesivo resultará en una pérdida de peso.

La energía se mide en kilojulios (4,2 kilojulios equivalen aproximadamente a una kilocaloria).

Indice metabólico

El índice metabólico -cantidad de energía que una persona quema-, tiene dos componentes. La energía que una persona gasta cuando está en reposo absoluto, se denomina índice metabólico basal y es exclusivamente la energía necesaria para mantener el funcionamiento del organismo-. Un varón de tamaño medio tiene un índice metabólico basal de 7.110 kJ/día (aproximadamente 1.700 kcal/día) y una mujer media, aproximadamente 5.850/día (1.400 kcal./día), pero el índice puede variar hasta 1.460 kJ/día (350 kcal/día) en los distintos adultos.

El segundo componente del índice metabólico consiste en la cantidad de energía gastada en actividad muscular, y varía desde prácticamente 0 en una persona tumbada, sin moverse, hasta 2.900 kJ/hora (700 kcal./hora) para una persona que hace un trabajo o deporte extenuante.

Debido a estos distintos componenetes del índice metabólico, la cantidad de energía que queman las distintas personas varía ampliamente. Por ejemplo, una joven trabajando como sercretaria puede gastar entre 8.360 - 10.460 kJ/día (2.000-2.500 kcal./día), mientras que un hombre que realiza un trabajo manual duro puede gastar 16.730-20.900 kJ/día (4.000-5.000 kcal./día).

Continuamos llevando excursiones a Lloret de Mar



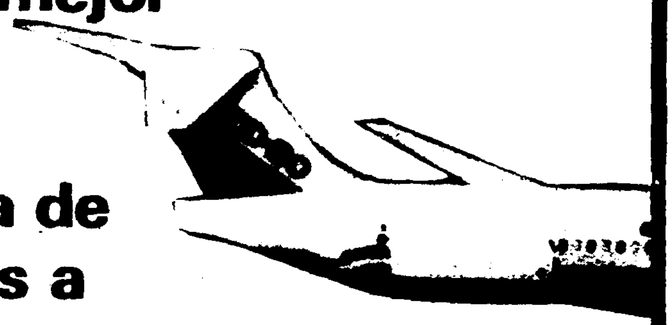
Aún quedan lugares
27 de agosto (12 días)

2.900 kr

Este precio incluye el viaje en nuevos buses con aire acondicionado, cafetería, TV, video, baño y teléfono; el hospedaje en el Hotel Florida Park, en habitaciones dobles, con baño, TV y piscina, pensión completa (desayuno, almuerzo y cena) a pocos metros de la playa.

SALIDAS
desde Estocolmo, Norrköping Jönköping, Gotemburgo y Malmö

Tenemos el pasaje para su viaje a Latinoamérica. Viaje con el mejor nivel de comodidad y a los precios más bajos.
Le ofrecemos viajar con una de las mejores empresas aéreas a los siguientes precios



	COPENHAGUE	ESTOC./GOT.	OSLO/HELSINKI
SANTIAGO	7.250:-	8.490:-	8.550:-
MONTEVIDEO	6.950:-	7.950:-	7.990:-
BS. AIRES	6.950:-	7.950:-	7.990:-

También le ofrecemos volar con LAP, AEROFLOT, LUFTHANSA, AIR FRANCE, BRITISH a los mejores precios

Tropical
RESEBYRÅ

Friisgatan 6a 211 46 Malmö

Tel.040-79444
Lunes a Viernes 10-19 hs.
Sábados: 10-15 hs.

Cartas de los lectores

Está abierta para que todos los lectores, organizaciones sociales, políticas o deportivas, nos hagan llegar sus opiniones sobre artículos de interés. Los textos destinados a esta sección no deben exceder las 30 líneas, de ser posible mecanografiadas. LIBERACION se reserva el derecho a publicar las colaboraciones, así como de resumirlas o extractarlas. Las cartas deberán estar firmadas por el remitente; en caso de instituciones debe constar la firma de la o las personas responsables.

COMUNICADO DE EMERGENCIA

"Ante la decisión inhumana y arbitraria tomada por el gobierno sueco, de rechazar las solicitudes de asilo y la consiguiente medida de expulsión de ciudadanos peruanos, por ser miembros o simpatizantes de los grupos alzados en armas en su justa lucha contra la opresión, la explotación, el abuso de poder y las injusticias sociales en el país, queremos comunicar lo siguiente:

1.- Todo ciudadano tiene derecho a luchar por sus ideales democráticos organizándose para esto en partidos políticos, sindicatos, comités de defensa y organizaciones que representan a diversos sectores de la población.

Los métodos que se utilicen para conseguir estos fines van acordes con la ideología, las circunstancias y realidades de cada país. Métodos que, quizá, países como Suecia no alcancen a comprender porque para fortuna de ellos nunca se han visto obligados a realizar acciones que ellos consideran violentas, por los diferencias geopolíticas y socioeconómicas que no harían viable el surgimiento de grupos armados y organizaciones para lograr dichos fines.

2.- A todos los peruanos solicitantes de asilo, para no concederles dicho derecho, reciben de la autoridad de Inmigración y la Comisión de Extranjería, los siguientes argumentos:

a) El no haber tenido problemas para obtener su pasaporte legal;

b) y haber salido del país por el Aeropuerto Internacional.

Nos sorprende que con argumentos tan absurdos se exponga a nuestros compatriotas al peligro de ser detenidos y asesinados al ser devueltos al Perú.

No aceptamos la omisión del gobierno sueco de desconocer que en el Perú la descomposición del Estado y la corrupción es extrema, a tal grago que el soborno a las autoridades es de uso común para poder obtener documentos de uso oficial, e incluso para poder salir del país.

Hacemos también hincapié que en el Perú se desarrolla una guerra no reconocida por los diversos gobiernos, desde hace más de 10 años; y que nos encontramos al borde de una guerra civil.

Instamos al gobierno sueco para que detenga las expulsiones y, que asu vez, compruebe in situ las denuncias de corrupción de dichas autoridades."

Svappavaara, 4 de agosto de 1992, **Peruanos solicitantes de asilo del Campamento de Svappavaara**

SOBRE CONTAINERS

"El infrascrito y otros compatriotas que retornamos a Chile, deseamos saber que empresa dispone de containers de diversa capacidad, precios y otras facilidades. Deseamos que nos ayude a encontrar estos datos publicándolos en LIBERACIÓN".

Respuesta: sírvanse consultar en la publicidad publicada en este medio.

COMITE 500 AÑOS

El Comité 500 años de Resistencia, de Estocolmo, organiza para el sábado 15 y domingo 16, un seminario. Solicitar programa en el "Café con leche".

El martes 18, a las 18 hrs, en el "Café con leche", Götgatan 37 37 (T.: Slussen), habrá una reunión sobre "El diálogo en Guatemala".

SALSA EN EL TABANO

El Grupo de Teatro argentino **El Tábano**, *en su local de Bondegatan 1 D, Estocolmo, presenta al Grupo de Salsa DJ, que integran Nino y Raúl, hoy viernes 14, el sábado 15 y próximo viernes 21, siempre a las 22 horas. Información al t. 08/ 641 47 00*

SALSA EN BERLIN

El **Nano Club**, *de la ciudad de Berlín, hace un llamado a los grupos de música bailable que esté interesados en actuar en ese afamado centro nocturno.*

Información: Nano Neira, teléfono (009) 49 30 891 97 01, en el Club. Hay gran interés en grupos de Malmö y Göteborg para actuar por el fin de semana. Respondemos por seriedad comercial.

Héctor Abarca
Radio Nueva América

MEDICINAS PARA CUBA

La campaña **Medicinas para Cuba**, *en su objetivo de reunir 140 mil coronas, realiza una* appellmöten *en la Sergels Torg (T.: Centralen), Sergelsgången entre la librería Bokman y el Handelsbanken, este sábado 15, entre las 12 y las 14. Asista y coopere.*

TEATRO POPULAR LATINOAMERICANO

Voces, vientos y señales *se llama la nueva pieza montada por el Teatro Popular Latinoamericano, de Estocolmo. Dirigida por Juan Techera la obra reúne diversos bailes y manifestaciones culturales de nuestro continente. Las representaciones, de un elenco integrado por jóvenes trabajadores culturales que tomaron un curso en el TPL, se harán en diversos lugares públicos, parques, plazas y teatros, de acuerdo al siguiente programa:*

Kungsträdgården: *domingo 9 jueves 13 de agosto, ambos las 18 horas. martes 25 y miércoles 26, a las 17 horas.*
Stortorget: *martes [illegible] miércoles 19, a las 17 horas;*
Sergelstorget: *Viernes 21 y 28 a las 17 horas; y sábado 22 29, a las 12 horas.*

PRENS REC LIBERAC
9209226

201

Subir al podio, un trabajo de chinos

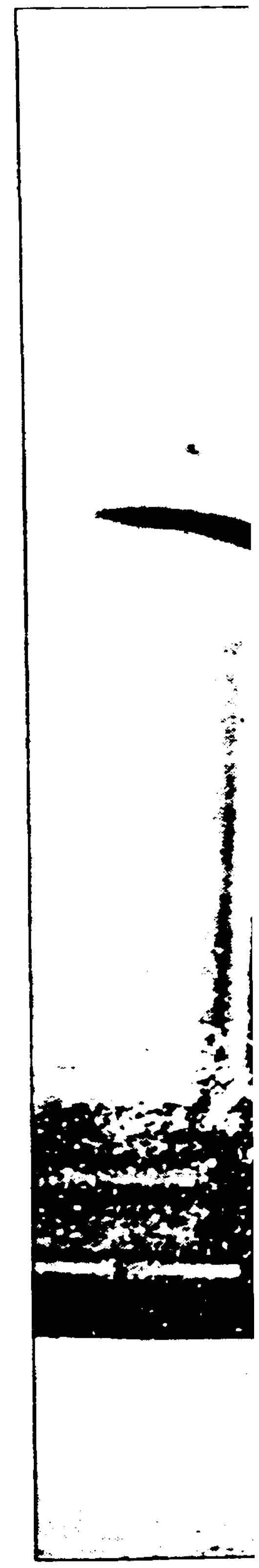


China, ese enorme país situado en el corazón del continente asiático, ha construido una muralla muy particular en Barcelona. Una muralla diseñada con dos vertientes claramente diferenciadas. Una, la del éxito. Cincuenta y tres medallas. De ellas, dieciséis de oro. La otra, por la increíble progresión de sus deportistas.

China acaba de sorprender al mundo. Sus éxitos en los Juegos de Barcelona adornados con un buen número de metales, han provocado un golpe de efecto impredecible. Caído el telón en el Gran Teatro del Deporte, los atletas del país comunista han logrado unos resultados impresionantes. Cincuenta y tres medallas hablan por sí solas del progreso de un país que hace cuatro años en Seúl, vivió uno de sus mayores fracasos deportivos. En aquel entonces consiguieron unos registros que fueron considerados como una catástrofe. Sólo cinco medallas de oro. Un resultado que en Barcelona ha sido triplicado.

Las claves del éxito se dibujan con claridad. Siempre son las mismas. Con independencia del país donde se pongan en práctica. Una esmerada planificación, la ayuda de los mejores entrenadores extranjeros y el apoyo decidido al deporte.

En 1984 China decidió reintegrarse al movimiento olímpico tras muchos años de retiro. El país asiático aspira a organizar los Juegos de fin de siglo. El año 2000 es su punto de referencia. La competencia de Sidney, Manchester, Milán y Berlín será fuerte., Y los dirigentes chino lo saben. Por ello, han convertido Barcelona en su gran reto. Los éxitos deportivos serán su mejor carta de referencia. Las previsiones más modestas de los chinos situaban en di-



ez medallas el límite a partir
derar satisfactoria su actua
Juegos. Las esperanzas se
con creces. El objetivo prim
un salto cualitativo que volv
tir al país en una de las cinco
portivas del mundo. Cuand
la clausura de los XXV Ju
moderna , China ocupa la c
en el medallero. Superada t
CEI, Estados Unidos y Alem
da.

A pesar de la campaña de
lumnias destinada a opaca
china desde los medios de p
que han corrido acusaciones
entrenadores utilizan "métc



ez medallas el límite a partir del cual considerar satisfactoria su actuación en estos Juegos. Las esperanzas se han superado con creces. El objetivo primario era lograr un salto cualitativo que volviera a convertir al país en una de las cinco potencias deportivas del mundo. Cuando se llega ya a la clausura de los XXV Juegos de la era moderna , China ocupa la cuarta posición en el medallero. Superada tan solo por la CEI, Estados Unidos y Alemania unificada.

A pesar de la campaña de rumores y calumnias destinada a opacar la actuación china desde los medios de prensa, en los que han corrido acusaciones como que los entrenadores utilizan "métodos oscuros" o también "inhumanos", la delegación china se va de Barcelona cargada de medallas tras haber situado a su país entre las mejores potencias deportivas del mundo. Los éxitos están allí y nadie puede negarlos. Como tampoco nadie puede negar ni pasar por alto que el único país del Tercer Mundo que logró clasificarse entre los "grandes" fue Cuba.

Hoy el deporte latinoamericano debe mirar hacia la isla del Caribe para sacar enseñanzas de lo que se debe hacer si es que se habla de practicar deporte en serio. Un quinto lugar en el medallero, con 32 medallas en total y de ellas 14 de oro es prueba más que elocuente.

MEDALLERO

A continuación presentamos el medallero definitivo de los Juegos Olímpicos de Barcelona referido a 257 especialidades y 16 días de competición.

	Oro	Plata	Bronce
CEI	45	38	29
EE.UU.	37	34	37
Alemania	33	21	28
China	16	22	16
CUBA	**14**	**6**	**11**
España	13	7	2
Corea del Sur	12	5	12
Hungría	11	12	7
Francia	8	5	16
Australia	7	9	11
Italia	6	5	8
Canadá	6	5	7
Gran Bretaña	5	3	12
Rumania	4	6	8
Checoslovaquia	4	2	1
Corea del Norte	4	0	5
Japón	3	8	11
Bulgaria	3	7	6
Polonia	3	6	10
Holanda	2	6	7
Kenya	2	4	2
Noruega	2	4	1
Turquía	2	2	2
Indonesia	2	2	1
Brasil	2	1	0
Grecia	2	0	0
Suecia	1	7	4
Nueva Zelandia	1	4	5
Finlandia	1	2	2
Dinamarca	1	1	4
Marruecos	1	1	1
Irlanda	1	1	0
Etiopía	1	0	2
Estonia	1	0	1
Lituania	1	0	1
Argelia	1	0	1
Suiza	1	0	0
Jamaica	0	3	1
Nigeria	0	3	1
Letonia	0	2	1
Namibia	0	2	0
Austria	0	2	0
Sudáfrica	0	2	0
Bélgica	0	1	2
Irán	0	1	2
Croacia	0	1	2
Resto de Yugoslavia	0	1	2
Israel	0	1	1
México	0	1	0
Perú	0	1	0
Taiwan	0	1	0
Mongolia	0	0	2
Eslovenia	0	0	2
Argentina	0	0	1
Bahamas	0	0	1
Colombia	0	0	1
Filipinas	0	0	1
Ghana	0	0	1
Malasya	0	0	1
Pakistan	0	0	1
Puerto Rico	0	0	1
Qatar	0	0	1
Surinam	0	0	1
Thailandia	0	0	1

Cuadrados Matemáticos

Hay que situar los números de 1 al 16 sin repetir ninguno, dentro del cuadrado para que, sumando horizontal y verticalmente, den los resultados que se señalan en las casillas exteriores de la derecha o inferiores. Nosotros, para ayudarle, ya le hemos situados parte de los mismos.

72

1				
	12			
		13		
			8	
				■

73

13				
	7			
		2		
			14	
				■

74

1				
	7			
		8		
			4	
				■

Signogramas

Ejemplo

4 [×] 3 [:] 2 [+] 4 [−] 5 = 5

75 9 [ ] 3 [ ] 2 [ ] 1 [ ] 2 = 8

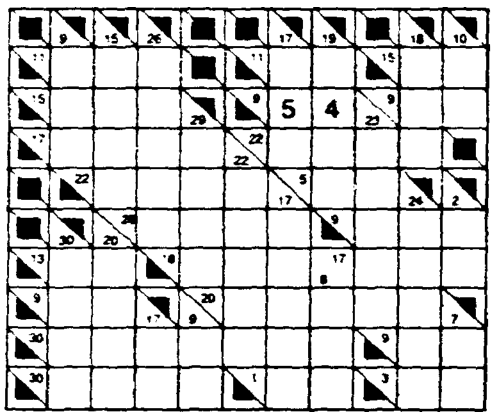
76 5 [ ] 4 [ ] 6 [ ] 1 [ ] 9 = 27

77 10 [ ] 2 [ ] 2 [ ] 9 [ ] 4 = 5

78 2 [ ] 6 [ ] 3 [ ] 2 [ ] 6 = 0

MODO DE RESOLVERSE: Coloque los signos que hagan posible la igualdad

Sumas Cruzadas



Colocar un número en cada uno de los cuadrados de forma tal que sumados horizontalmente y verticalmente se obtengan las cifras señaladas en los triángulos.

Sopas

S	A	B	A	D	O	E	V	M
A	I	J	E	D	T	O	I	R
E	O	B	U	S	I	E	E	B
A	M	N	V	E	R	M	R	G
M	A	C	U	C	V	F	N	U
Y	R	A	O	U	U	E	E	X
L	T	L	U	N	E	S	S	H
Z	E	K	S	J	R	I	O	W
S	S	O	G	N	I	M	O	D

Días de la semana.

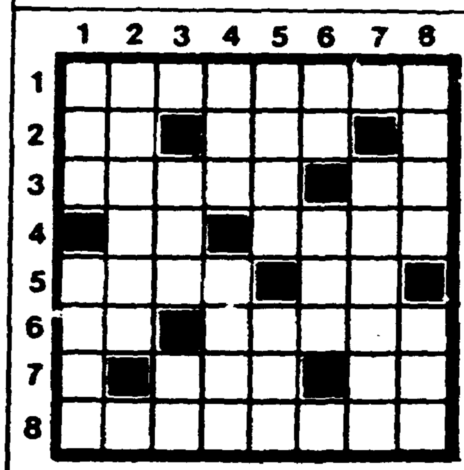
R	P	S	I	O	F	T	S	I
O	O	O	S	S	U	O	E	W
C	P	U	J	A	N	H	I	A
K	I	L	A	C	K	S	R	S
A	S	I	Z	I	Y	A	T	[illegible]
N	T	T	Z	S	G	W	N	M
D	I	I	O	A	I	E	U	I
R	S	M	P	L	R	I	O	E
O	T	A	O	C	L	S	C	S

Tipos de música.

A	O	L	L	I	R	A	M	A
H	I	H	T	A	C	N	V	V
B	B	D	G	R	U	B	E	M
G	L	M	O	J	O	R	O	N
C	S	A	F	X	D	S	E	L
Y	E	R	N	E	C	G	A	K
F	D	R	D	C	R	W	B	K
O	E	O	O	O	O	J	J	A
Z	P	N	I	G	R	I	S	A

Colores.

Crucigrama



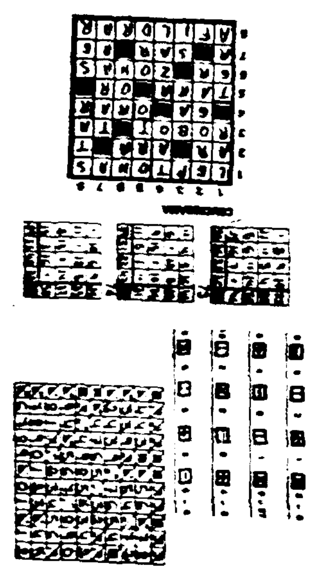
HORIZONTALES

1. Partículas elementales ligeras. **2.** Voz de mando. Altar. **3.** Autómata. Interjección. **4.** Símbolo del galio. Rezar. **5.** Galicismo por defecto. Matrícula de Orense. **6.** Símbolo del erbio. Listas o fajas. **7.** Siglas de Su Alteza Real. Nota musical. **8.** En Cuba, hermosear, adornar.

VERTICALES

1. Dios de los hogares romanos. Prefijo que indica una multiplicación por un millón de millones. **2.** Repartir. **3.** Establecimiento de bebidas. Afirmación. **4.** Insignia de figura de "t" usada por los Comendadores de la Orden de San Antonio. Casualidad. **5.** Salida del sol o de otro astro. Metal precioso. **6.** Símbolo del sodio. Licor de melaza. **7.** Onomatopeya del sonido de la trompeta. **8.** Estrella de cine. Ente.

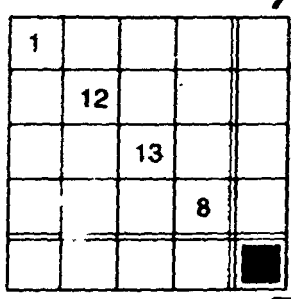
Soluciones



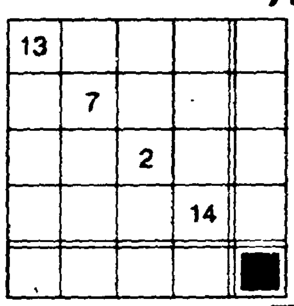
Cuadrados Matemáticos

Hay que situar los números de 1 al 16 sin repetir ninguno, dentro del cuadrado para que, sumando horizontal y verticalmente, den los resultados que se señalan en las casillas exteriores de la derecha o inferiores. Nosotros, para ayudarle, ya le hemos situados parte de los mismos.

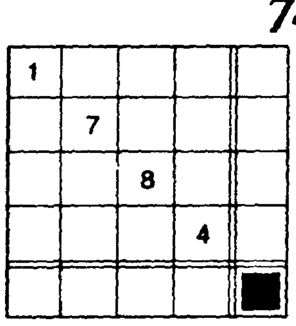
72



73



74



Signogramas

Ejemplo

4 [×] 3 [:] 2 [+] 4 [−] 5 = 5

75 9 [ ] 3 [ ] 2 [ ] 1 [ ] 2 = 8

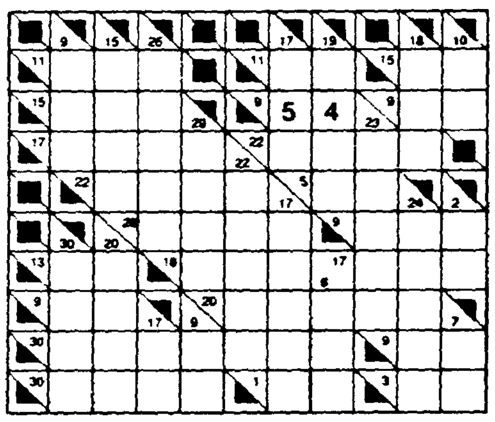
76 5 [ ] 4 [ ] 6 [ ] 1 [ ] 9 = 27

77 10 [ ] 2 [ ] 2 [ ] 9 [ ] 4 = 5

78 2 [ ] 6 [ ] 3 [ ] 2 [ ] 6 = 0

MODO DE RESOLVERSE: Coloque los signos que hagan posible la igualdad

Sumas Cruzadas



Colocar un número en cada uno de los cuadrados de forma tal que sumados horizontalmente y verticalmente se obtengan las cifras señaladas en los triángulos.

Sopas

S	A	B	A	D	O	E	V	M
A	I	J	E	D	T	O	I	R
E	O	B	U	S	I	E	E	B
A	M	N	V	E	R	M	R	G
M	A	C	U	C	V	F	N	U
Y	R	A	O	U	U	E	E	X
L	T	L	U	N	E	S	S	H
Z	E	K	S	J	R	I	O	W
S	S	O	G	N	I	M	O	D

Días de la semana.

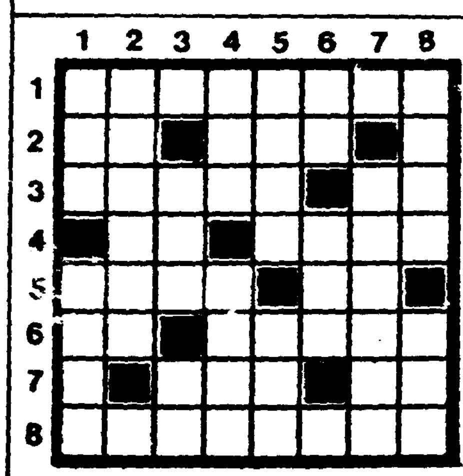
R	P	S	I	O	F	T	S	I
O	O	O	S	S	U	O	E	W
C	P	U	J	A	N	H	I	A
K	I	L	A	C	K	S	R	S
A	S	I	Z	I	Y	A	T	A
N	T	T	Z	S	G	W	N	M
D	I	I	O	A	I	E	U	I
R	S	M	P	L	R	I	O	E
O	T	A	O	C	L	S	C	S

Tipos de música.

A	O	L	L	I	R	A	M	A
H	I	H	T	A	C	N	V	V
B	B	D	G	R	U	B	E	M
G	L	M	O	J	O	R	O	N
C	S	A	F	X	D	S	E	L
Y	E	R	N	E	C	G	A	K
F	D	R	D	C	R	W	B	K
O	E	O	O	O	O	J	J	A
Z	P	N	I	G	R	I	S	A

Colores.

Crucigrama



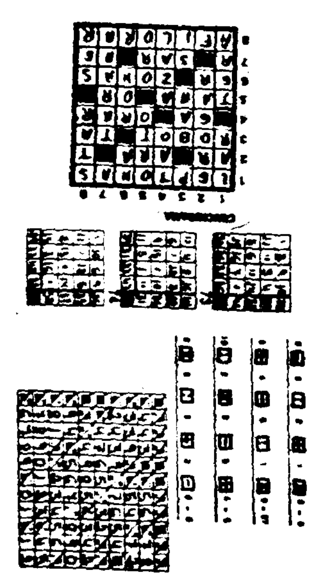
HORIZONTALES

1. Particulas elementales ligeras. **2.** Voz de mando. Altar. **3.** Autómata. Interjección. **4.** Símbolo del galio. Rezar. **5.** Galicismo por defecto. Matrícula de Orense. **6.** Símbolo del erbio. Listas o fajas. **7.** Siglas de Su Alteza Real. Nota musical. **8.** En Cuba, hermosear, adornar.

VERTICALES

1. Dios de los hogares romanos. Prefijo que indica una multiplicación por un millón de millones. **2.** Repartir. **3.** Establecimiento de bebidas. Afirmación. **4.** Insignia de figura de "t" usada por los Comendadores de la Orden de San Antonio. Casualidad. **5.** Salida del sol o de otro astro. Metal precioso. **6.** Símbolo del sodio. Licor de melaza. **7.** Onomatopeya del sonido de la trompeta. **8.** Estrella de cine. Ente.

Soluciones



Quino





Jorge Talavera

No deja de provocar cierta desconfianza cada vez que algún director nuevo presenta su [illegible] prima. David Fincher, hasta entonces director de videoclips, salta a la pantalla grande con una verdadera prueba de fuego: completar la serie que iniciara Ridley Scott con una logradísima atmósfera de terror y que James Cameron continuara con una variante femenina e inter-espacial de Rambo.

Esta vez la acción se desarrolla en una prisión ubicada en un lejano confín del espacio exterior que alguna vez tuvo una población penal considerable y cuyos pocos habitantes permanecen en ella de motus propio, privados de muchas cosas elementales y con una curiosa filosofía con respecto a Dios.

La teniente Ripley (Sidourney Weaver, que interviene además como



Alien III

Jorge Talavera

No deja de provocar cierta desconfianza cada vez que algún director nuevo presenta su [illegible]a prima. David Fincher, hasta entonces director de videoclips, salta a la pantalla grande con una verdadera prueba de fuego: completar la serie que iniciara Ridley Scott con una logradísima atmósfera de terror y que James Cameron continuara con una variante femenina e inter-espacial de Rambo.

Esta vez la acción se desarrolla en una prisión ubicada en un lejano confín del espacio exterior que alguna vez tuvo una población penal considerable y cuyos pocos habitantes permanecen en ella de motus propio, privados de muchas cosas elementales y con una curiosa filosofía con respecto a Dios.

La teniente Ripley (Sidourney Weaver, que interviene además como productora ejecutiva) llega a dicho recinto por azar, luego de su prolongado hiper-sueño en una nave que transportaba a sus acompañantes muertos (el androide Bishop, descuartizado, es reconectado brevemente en una patética escena) y el gérmen del monstruo, de inminente aparición.

Pasada la conmoción de la presencia de Ripley en la prisión (dado que los presos no han visto una mujer en muchos años, al fin y al cabo son criminales prontuariados) y despejadas las dudas sobre la existencia del peligroso ser, proceden a enfrentarlo desprovistos de armas y en absoluta desventaja. Este aspecto es importante dentro de una estructura narrativa con altibajos y contrasta con escenas totalmente avisadas- las primeras muertes ocasionadas por el monstruo, o el desenlace de la historia, por ejemplo.

Los esfuerzos de actores como Weaver, el inglés Charles o el moreno Dutton, la música de Elliot Goldenthal y la fotografía de Alex Thomson -en especial los "travellings" de las persecusiones- compensa sólo en parte las falencias del guión de David Giles, Larry Ferguson y Walter Hill (director de "48 horas" y "Cabalgata Infernal", entre otras).

En cuanto a Fincher, habrá que esperarlo en próximos trabajos. Después de todo no siempre aparece un Arthur Penn que haga su debut con Left Handed Gun o un Louis Malle con "Ascensor para el cadalso".

Lo que sí es bien rescatable es la norteamericana Sigourney Weaver, de 43 años, por su gran papel de actriz y la fuerza de entrar en el pellejo de la teniente Ripley, en su lucha encarnizada contra los Aliens en 1979, 1986 y ahora en 1991, ella está a punto de convertirse en un equivalente femenino de Schwarzenegger.

Ella también ha trabajado como la trágica investigadora Dian Fossey en "Gorilas en la niebla". También mostró sus habilidades haciendo de jefe neurótica en "Secretaria ejecutiva". Sigourney no quería regresar al papel de Ellen Ripley sino a condición de hacerlo por última vez y lo hizo así, de forma excepcional. En fin "Alien III", es recomendable para los amantes del género de terror y ciencia ficción, sus efectos son impresionantes.

CANAL 1

LUNES 17

15.55 Información bursátil
16.00 Aktuellt (noticiero)
16.05 Cosecha de hierro (repetición)
17.50 Noticiero en finlandés
18.00 Aktuellt (noticiero)
18.15 Programas para niños
18.45 La torta (nueva serie)
19.10 Programa de la TV Educativa
19.30 Lo mejor de 'Uppáner 1970'
20.00 Un muchacho, una ciudad, un padre
20.40 La gran exposición 1897
20.50 La obra de un instante
21.00 Aktuellt (noticiero)
21.40 Noticias económicas
21.45 Noticiero deportivo**21.55** Cosecha de hierro (segunda parte)
22.50 Twin Peaks

MARTES 18

15.55 Información bursátil
16.00 Aktuellt
16.05 La Exposición Mundial de Sevilla
17.50 Noticiero en finlandés
17.55 Información bursátil
18.00 Aktuellt (noticiero)
18.15 Programas para niños
18.40 Poldark
19.35 Solo
20.00 Coros en Skansen
21.00 Aktuellt (informativo)
21.30 Noticias económicas
21.45 Noticiero deportivo
21.55 Dominio
22.35 Especial de Aktuellt (Rusia un año después del golpe)

MIERCOLES 19

15.55 Información bursátil
16.00 Aktuellt
16.05 La isla de Pascua
17.50 Noticiero en finlandés
17.55 Información bursátil
18.00 Aktuellt (noticiero)
18.15 Programas para niños
18.40 Poldark
19.35 Blue Grass Café
20.00 El ascenso y la caída de Yugoslavia (documental francés)
21.00 Aktuellt (noticiero)
21.40 Noticias económicas
21.45 Noticiero deportivo
21.55 La gala de Zurich

JUEVES 20

15.55 Información bursátil
16.00 Aktuellt
16.05 Especial de Aktuellt (repetición)
17.20 Programa en finlandés
17.50 Noticiero en finlandés
17.55 Información bursátil
18.00 Aktuellt
18.15 Babar y otros programas para niños
18.45 La colección
19.00 La hora de Disney
20.00 El astillero (producción sueca en 18 caps.)
20.45 Las lagartijas (film)
21.00 Aktuellt (noticiero)
21.30 Noticiero deportivo
21.240 Noticias económicas
21.45 Noticiero deportivo
22.00 El hilo rojo (nueva temporada)
22.25 Sexo y creación

VIERNES 21

15.55 Información bursátil
16.00 Aktuellt
16.05 Coros en Skansen
17.50 Noticiero en finlandés
17.55 Información bursátil
18.00 Aktuellt(noticiero)
18.15 Programas para niños
18.45 Pierino y sus animales
19.00 A toda marcha
19.25 Big Business (largometraje norteamericano de 1988)
21.00 Aktuellt (noticiero)
21.30 Noticias económicas
21.35 Noticiero deportivo
21.45 Una aventura interminable (miniserie)

SABADO 22

09.00 Programas de la TV Educativa
10.00 Programas en finlandés
17.30 El mosquito
17.55 Entreteniéndose a la manera danesa
18.00 Aktuellt (noticiero)
18.15 Videomix
18.30 Miguel en travieso (13. caps. basados en el libro homónimo de Astrid Lindgren)
19.00 y sobre todo brilla Povel Ramel
20.40 Magia
21.00 Aktuellt
21.05 Dallas
21.55 Lo mejor con gestos
22.30 Scali (nueva serie policial)
23.20 El astillero

DOMINGO 23

10.00 Miguel el travieso
10.30 La hora de Disney
16.00 Sexo y creación
17.00 Un gorrión en la danza de la grulla
17.55 Almanaque de arte
18.00 Aktuellt(noticiero)
18.15 Programa para niños
18.45 La gran aventura en globo (film norteamericano de 1978)
20.10 Orfeo y Euridice (Presentación de la ópera de C.W.Gluck basada en el mito de Orfeo. Realización del Teatro Drottninholm bajo la dirección de Arnold Östman)
21.00 Aktuellt
21.15 Orfeo y Euridice (II acto)
22.15 Arte o porquería? (documental)



A partir del sábado a las 18.30, TV1 exhibe "Miguel el travieso, de A.Lindgren.

CANAL 2

LUNES 17

17.00 Cafe nocturno
18.30 Por todo el país
19.00 Semana medieval en Visby
19.15 Noticiero regional
19.30 Rapport (noticiero)
20.00 En medio de la naturaleza
21.00 En casa de Hagge
21.45 Los jinetes del alba (serie española en 5 cap.)
22.40 Rapport
22.50 V. Sjoman: Linus o el secreto de la casa de ladrillo (film sueco de 1979)

MARTES 18

16.55 El viaje de la cacerola (film sueco de 1950)
18.15 Café Solsta
19.15 Noticiero regional
19.30 Rapport (noticiero)
20.00 Ronda por la feria de antiguedades
21.00 Los hombres de la justicia (serie)
21.45 Sexo, sueños y terapia (serie norteamericana)
22.10 Huésped del café
22.30 Rapport
22.40 Un mundo para todos

MIERCOLES 19

17.50 Compañeros de escuela
18.15 Café Solsta
19.15 Noticiero regional
19.30 Rapport (noticiero)
20.00 Cinco-Uno
20.30 Mr Bean viaja a la ciudad
20.55 Cortometraje
22.05 El bosque sueco
22.30 Rapport
22.40 Un mundo para todos (film sobre Brasil)

JUEVES 20

16.05 Solistas jóvenes
18.15 Café Solsta
19.15 Noticiero regional
19.30 Rapport (noticiero)
20.00 Tres fugitivos (film norteamericano de 1989)
21.35 Epoca de hierro
22.00 Sexo, sueños y terapia
22.30 Rapport
22.40 Un odio milenario (segundo programa sobre el antisemitismo,, los prejuicios y el racismo7

VIERNES 21

17.55 Evolución
18.15 Café Solsta
19.25 Noticiero regional
19.30 Rapport (noticiero)
20.00 El hotel de Hjalmar (serie)
20.30 Problemas con Mr Bean
21.00 Lucha por el poder en Falcon Crest (reposición de otra serie norteamericana sin fin)**21.45** El show Carol Burnett
22.35 Rapport
22.45 Malacca (film sueco de 1987)

SABADO 22

15.30 Noticiero para sordomudos
15.50 En medio de la naturaleza
16.50 En casa de Hagge
17.35 Lotería y carreras
18.15 Noticiero deportivo
18.25 Cartelera
18.30 Música y algo más
19.00 Roseanne (comedia)
19.25 Programa religioso
19.30 Rapport
20.00 Un odio milenario (última parte)
20.50 Corto
21.00 Art ache (documental sobre el arte)
21.50 Información de la TV Educativa
21.55 Silverado (film de 1985, EE.UU.)

DOMINGO 23

13.15 Ronda por la feria de antiguedades
14.15 Programas de la TV Educativa
16.30 Música en TV 2
17.30 Programa de la TV Educativa
18.00 Vivienda 92
18.45 Programa religioso
19.30 Rapport (noticiero)
20.00 Un hombre en la casa (nueva serie inglesa)
20.25 Cartelera
20.30 Noticiero deportivo
21.20 El pulpo (reposición de la serie italiana en su cuarta temporada)
23.00 Un mundo para todos (serie de seis programas sobre el desarrollo en el Tercer Mundo)

Los canales se reservan el derecho de cambiar de programación o el horario de la misma



Åke y su mundo. El miércoles a las 21.30.

CANAL 3

LUNES 17

17.40 Intriga
18.25 La rueda de la fortuna
18.55 Tres minutos
19.00 Un pequeño cuento
19.30 Vecinos
20.00 Magnum
20.55 Tres minutos
21.00 Murphy Brown
21.30 "Dadah" significa muerte (miniserie)
23.15 Vuelo nocturno
00.10 Tres minutos
00.13 La dimensión desconocida

MARTES 18

17.40 Intriga
18.25 La rueda de la fortuna
18.55 Tres minutos
19.00 Los Pitufos
19.30 Vecinos
20.00 El doble (serie)
20.55 3 minutos
21.00 Los Fanelli
21.30 "Dadah" significa muerte
23.15 Vuelo nocturno
00.10 Tres minutos
00.13 La dimensión desconocida

MIERCOLES 20

17.40 Intriga
18.25 La rueda de la fortuna
18.55 Tres minutos
19.00 Los superhéroes
19.30 Vecinos
20.00 Wiseguy
20.55 Flax
20.57 Tres minutos
21.00 Enfermeras (serie)
21.30 Åke y su mundo (film sueco de 1984)
23.15 Vuelo nocturno
00.10 Tres minutos
00.13 La dimensión desconocida

JUEVES 20

17.40 Intriga
18.25 La rueda de la fortuna
18.55 Tres minutos
19.00 Los superhéroes
19.30 Vecinos
20.30 Capital City (nueva serie)
20.55 Tres minutos
21.00 Los Fanelli
21.30 Media sangre (western de 1973)
23.15 Vuelo nocturno
00.10 Tres minutos
00.13 La dimensión desconocida

VIERNES 21

17.40 Intriga
18.25 La rueda de la fortuna
18.55 Tres minutos
19.00 Las tortugas Ninjas
19.30 Vecinos
20.00 21 Jump Street
20.55 Tres minutos
21.00 Enfermeras
21.30 Algo en común (film norteamericano para la TV)
23.15 Vuelo nocturno
00.10 Tres minutos
00.13 La dimensión desconocida

SABADO 22

08.00 Programas para niños
17.10 El grupo A
18.00 Noticiero deportivo
18.55 Tres minutos
19.00 Los Simpson
19.30 Contienda familiar
20.00 Dejen la cámara... (videos)
20.30 Hardball
21.25 Tres minutos
21.30 Rollerball (largometraje norteamericano de 1975)
23.45 Las chicas de oro
00.10 La dimensión desconocida

DOMINGO 23

08.00 Programas para niños
17.00 Tras la guerra
18.00 Intercambio de palabras
18.30 El mejor de la clase
18.55 Tres minutos
19.00 Asesinato sin coplas
20.00 Largometraje: El rey poderoso (film de 1989)
21.55 Tres minutos
22.00 Al calor de la noche
22.55 La dimensión desconocida

LUNES 17

17.55 Noticiero
18.00 El hijo del amor
18.25 Espadas
19.00 Noticias
19.30 Casanova
20.00 Sherlock Holmes
21.00 Hunter
22.00 Noticiero
22.20 El estado del tiempo
22.30 Organos humanos en venta

MARTES 18

17.55 Noticias
18.00 El hijo del amor
18.25 Espadas
18.30 Mork & Mindy
19.00 Noticias
19.30 Afortunado en el amor
20.00 Traidor en la familia
21.40 Especial de Premier
22.00 Noticias
22.25 Oficina de detectives Muller

MIERCOLES 19

17.55 Noticias
18.00 El hijo del amor
18.25 Espadas
18.30 Mork & Mindy
19.00 Noticias
19.30 Casanova
20.00 Salvavidas
21.40 Arranque de ingenio
21.00 Cortesano
22.00 Noticiero
22.30 Gary Moore (concierto)

JUEVES 20

17.55 Noticias
18.00 El hijo del amor
18.25 Espadas
18.30 Mork & Mindy
19.00 Noticias
19.30 Afortunado en el amor
20.00 Las hermanas Lemon (comedia de 19907
21.35 Kris Kross en el Grona Lund
22.00 Noticias
22.20 El estado del tiempo
22.30 Fútbol americano
23.30 Viernes 13 (film de terror norteamericano)

VIERNES 21

17.55 Noticiero
18.00 El hijo del amor
18.25 Espadas
18.30 Mork & Mindy
19.00 Noticias y el estado del tiempo
19.30 La vuelta al mundo en 80 días (miniserie basada en la novela de J. Verne)
21.00 Vientos de amor (serie)
22.00 Noticiero
22.25 El estado del tiempo
22.30 El rey de los cazadores (film de acción norteamericano de 1989)

SABADO 22

15.00 Fútbol americano
17.50 Espadas
17.55 Noticias
18.00 Star Trek la próxima generación
19.00 Noticiero
19.30 Campeonato de Ponny
20.00 Sherlock Holmes
21.00 Los héroes de Hollywood
21.30 La cámara oculta
22.00 Noticiero
22.10 Diversión al máximo (film de 1964)

DOMINGO 23

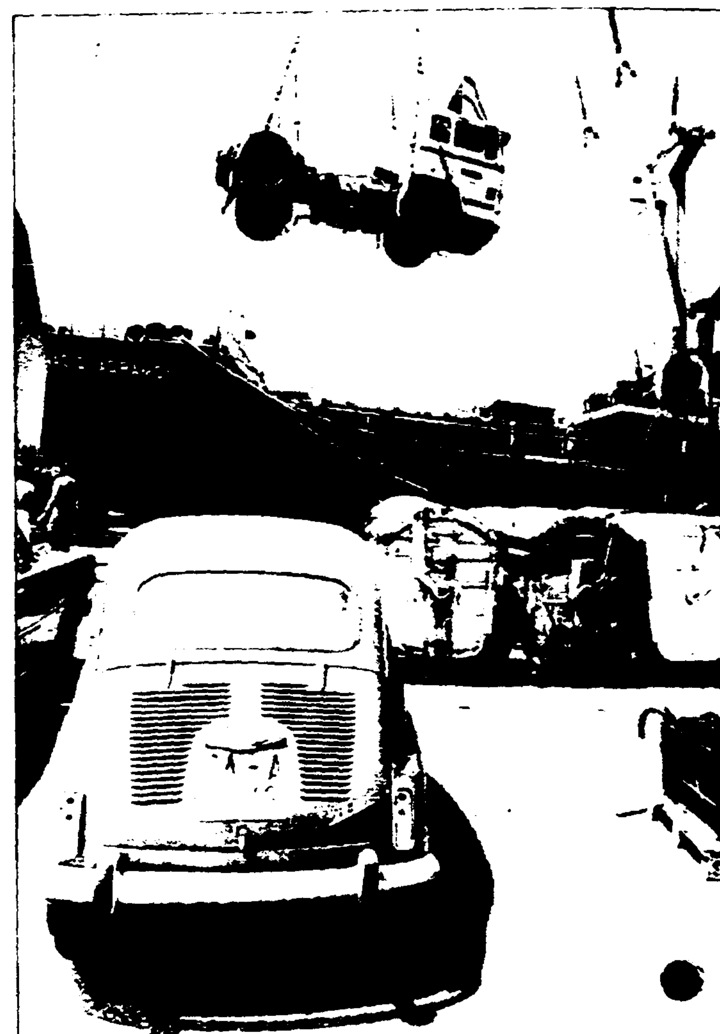
16.25 Revista del medio ambiente
15.55 Solo con Britt

CANAL 4

17.55 Noticias
18.00 Los 20 al tope en Suecia
19.00 Noticiero
19.15 El país del espejo (programa de la naturaleza)
20.00 CBS 60 minutos
21.00 Las hermanas (serie norteamericana)
22.00 Noticias
22.20 El estado del tiempo
22.25 El aventurero (largometraje francés de 1971 con J. Paul Belmondo

Respuesta al bloqueo al que se ve sometido el pueblo cubano

Solidaridad española con Cuba



GARCIA CORDERO

CADIZ. ESPAÑA. En el Puerto Real (Cádiz) el buque "Ignacio Agramonte" se prepara para zarpar con destino a La Habana, transportando 25 mil kilos de arroz, 15 mil litros de aceite de oliva, camiones, autocares, motocicletas, repuestos para automóviles, herramientas, neumáticos, medicamentos y soda cáustica obtenidos en toda Andalucía.

Esta acción de solidaridad con el pueblo cubano se traduce en una franca respuesta al bloqueo económico al que se ve sometido el gobierno de Fidel Castro por parte de EE.UU.

La plataforma ciudadana de ayuda a Cuba, presidida por el alcalde de Puerto Real, José Antonio Barroso, con quien han colaborado Izquierda Unida, el Sindicato de la Trabajadores de la Comuna, la Coordinadora de Asociaciones Pacifistas de Andalucía y la Asociación Gaditana de la Mujer, entre otras instituciones, dijo que vio cristalizar con verdadera sorpresa su campaña.

El director de "Diario de Cádiz", José Joly, en cuanto conoció las intensiones de la campaña, ofreció la antigua rotativa de su diario para el diario cubano "Granma".

La iniciativa fue bien acogida por el periódico cubano, y a las pocas semanas llegaron a esta ciudad técnicos de la editorial Granma para desmontar pieza por pieza la maquinaria, para la instalación de ésta en la sala de máquinas del mencionado órgano de prensa, que tiene alcance internacional.

El alcalde Barroso dijo a la prensa que al plasmar esta solidaria acción se logra dar un paso importante en la lucha contra el bloqueo a la isla, que se ha convertido en el último bastión de las libertades frente al nuevo orden mundial.

En Andalucía, región en el sur de España, así como en Galicia, al noroeste de la península ibérica, se han desatado las mas significativas campañas de solidaridad con el pueblo cubano y además han destacado los lazos históricos que las unen a la capital de Cuba y el intercambio cultural que aún pervive.

Tales acciones de solidaridad, no justificarán por mucho tiempo el bloqueo norteamericano, comentaron los pobladores que fueron ellos mismos quienes embarcaron los suministros y enseres para los cubanos.

ORIGINAL

9209227

30 setiembre de 1992.

[illegible] Nro. 920521 [illegible]

[illegible] HUELGA DE HAMBRE DE LOS TRABAJADORES DE EL ESPINILLAR

REFERENCIA

TEXTO

En el día de ayer se realizó, en las primeras horas de la tarde, una recorrida por la zona de la Catedral Metropolitana y el local / de la Federación de ANCAP (FANCAP), a los efectos de determinar el lugar donde se realizaría la huelga de hambre de los trabajadores de EL / ESPINILLAR. Contrario a lo que fuera anunciado en la prensa escrita, en los lugares antes mencionados no se detectó actividad relacionada a esta medida. Siendo aproximadamente las 2040 horas en la Catedral, por la // calle Sarandí, se detectó un camión matrícula 534.472 del cual descargaban bancos, así también dos elementos no identificados en el acceso al lugar y dos pancartas colocadas en las rejas donde se leía:

-HUELGA DE HAMBRE EN DEFENSA DE NUESTRA FUENTE DE TRABAJO Y POR LA VIDA DE BEDEN, CONST. SALTO

-LACALLE CATANGA DEL F.M.I. NO TE HAGAS EL SORDO, DERECHO AL TRABAJO - SUDORA PIT/CNT.

En el día de hoy, siendo las 1015 horas, en el lugar se concentraron alrededor de 100 personas pertenecientes a FANCAP. Entre ellos / se pudo identificar a los siguientes dirigentes gremiales: Juan José / BENTANCOR, Hugo DE MELLO y Carlos CURBELO. Se llevó a cabo una oratoria a cargo de Hugo DE MELLO quien se refirió a la importancia de la medida adoptada por los trabajadores de EL ESPINILLAR, agradeció a los presentes por la solidaridad demostrada hacia los huelguistas y destacó la relevancia de los conflictos de los trabajadores judiciales y estudiantes. Una vez finalizada la parte oratoria, la concurrencia se dispersó pacíficamente anunciando que se dirigían hacia La Teja.

Se detectaron dos pancartas que se habían agregado a las ya mencionadas:

-HUELGA DE HAMBRE DE LOS TRABAJADORES DEL AZUCAR - FANCAP, SUDORA, UTAA, PIT/CNT.

-LA AZUCAR ES DULCE, LA DESOCUPACION AMARGA - SUDORA, UTAA, FANCAP, PIT/CNT.

Siendo las 1100 horas aproximadamente se hicieron presentes en el lugar, alrededor de 60 trabajadores del SINDICATO DEL GAS. Los mismos arribaron en [illegible] camiones y una camioneta INDIO(con equipo de amplificación). Permanecieron [illegible] por un espacio de 30 minutos aproximadamente, retirándose pacíficamente. Al hacerlo anunciaron que concurrirían por el Liceo Miranda en demostración de su solidaridad con los estudiantes que continúan con la ocupación.

001/02

ORIGINAL

Hoja 2 de 2
Copia - de -

A las 1155 horas aproximadamente la movilización del SINDICATO DEL GAS fue detectada en el Liceo Miranda manifestando junto a los estudiantes que se encontraban en el lugar.

Asimismo se tomó conocimiento que los trabajadores que iniciaron la huelga de hambre son: José PEREIRA DAS NEVES, María COSTA, Atanasildo BARRIOS, Demetrio CARDOZO, Mario REINA y Luis DUARTE por FANCAP- filial EL ESPINILLAR; Anastasio ACOSTA, Juan CABRERA, José CENTURION y Elder DIAZ por el SINDICATO UNICO DE OBREROS RURALES AGROINDUSTRIALES (SUDORA); Onécimo BANDERA y Walter GONZALEZ por la UNION DE TRABAJADORES AZUCAREROS DE ARTIGAS (UTAA).

CX 44 Radio Panamericana realizó una entrevista a tres de los trabajadores que se encuentran en huelga de hambre, de lo cual se pudo establecer que se trataban de José CENTURION (SUDORA), "El Cholo" (anunciado como un viejo integrante de la UTAA) y "Fernando" (representante de FANCAP). Se posee grabación de la mencionada entrevista la cual será transcripta para su elevación.

IV.- DISTRIBUCION: Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III (CP) - Archivo

002 - 002 8209227

ORIGINAL

1/6

9209228

01 octubre de 1992.-

MEMORANDUM No. 020524 S.G.E.

ASUNTO: ENTREVISTA DE CX 44 A HUELGUISTAS DE HAMBRE DE EL ESPINILLAR

REFERENCIA

TEXTO:

Se adjunta al presente la transcripción de la entrevista que realizara CX 44 Radio Panamericana a tres huelguistas de hambre de El Espinillar el día 30OCT92.

IV.- DISTRIBUCION: Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III (CI) - Archivo

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 02 OCT 1992
Pasa a
No. de Orden 9209228

0011-06

FECHA 26 11 92 (54)
Procesado a
OBSERVACIONES

ASUNTO: Entrevista de CX 44 a tres huelguistas de hambre de EL ESPINILLAR.
FECHA : 30SET92

CX 44 - Su punto de vista, su preocupación en relación al tema de la industria? ¿La gente que está instalada en la huelga de hambre, cómo se quedó?, / cómo está?, cómo han visto Uds. estas primeras horas de instalación?

J.C. - Bueno mirá, el estado de ánimo consideramos que es bueno, de alguna manera se da el primer paso. A un estado de ansiedad que había en el grupo de compañeros que en un principio fue muy numeroso, incluso sabiamos que nos creaban por la cantidad, dificultades en el sentido organizativo. Porque eran más de veinte anotados, finalmente por decirlo de alguna manera, algunos compañeros por la propia dificultad de encontar local, / de encontar el momento oportuno donde..., todo esto es muy dinámico entoces nos fue creando alguna propuesta (así se entiende) que se concreta. Los compañeros realmente están de muy buen ánimo.

CX 44 - ¿ CHCLO, tambien hay gente que está en la huelga de hambre?

CHCLO - También nosotros, UTAA se suma a esta medida de lucha. Ya veníamos conversando con los Cros. de la Federación ANCAP y viendo la posibilidad de unificar el conflicto de EL ESPINILLAR. Porque no están ajenos al conflicto que llevamos allá en el norte y hoy hay una lucha a brazo partido con la patronal: lo que tiene que ver con la rotura del convenio y el problema salarial. Vemos también la muerte de la industria azucarera, llevada adelante por un grupo de productores allá, que no va a ser la muerte total de la industria azucarera, sino más bien que la muerte de la mayoría de los pequeños prodictores. Esa "rosca" que está encaramada en CALNU se está beneficiando hoy con la entrada de crudo en el Uruguay. Nosotros decíamos con los Cros., lo charlabamos con los Cros. de la Federación del Consejo Federal y decíamos que la defensa de la industria azucarera, pasa irremediablemente por el rechazo de la entrada de crudo en el Uruguay.

CX 44 - Vamos a volver sobre éso, porque también quisiera que **José CENTURION** integrante de SUDCRA, nos hablara de la participación de este sector de // los trabajadores de EL ESPINILLAR en esta huelga de hambre.

J.C. - Bueno, estamos participando con cuatro com.....(no se entiende) y uno // que trabaja en fábrica. Todos estamos agrupados en el SUDCRA y estamos participando de una manera que nos está afectando a nosotros que somos... SUDCRA es el.... somos los componentes de trabajadores y cortadores que estamos privatizados de parte de ANCAP del año pasado; en total de componentes zafrales y zafrales de fábrica también somos como 533 que estamos agrupados en SUDCRA y por lo tanto no creo que nuestras medidas sino se agotan acá vamos a seguir luchando, mientras haiga vila en los / pueblos de Constitución, Belén y parte de Salto. burro haya

CX 44 - Muy bueno eso, porque en un momento en que se habla tanto que hay chatura que hay poca movilización, poca lucha, el planteo que hace el compañero de SUDCRA es un llamado justamente a la pelea, pero además recordamos que esto se viene dando ya desde hace mucho tiempo. Tenemos el número correspondiente a agosto de LA ANTORCHA órgano de la Federación ANCAP que recordaba alguna cosa dice que es bueno recordar que en el período pre-electoral el Dr. LACALLE visitó Constitución y declaró que de ser electo presidente un día descansaba y al día siguiente vendría a // Constitución nuevamente a privatizar EL ESPINILLAR.
Acá se juntan dos cosas que comentabamos al inicio del programa y es lo siguiente : el papel que juegan los empresarios privados en el caso de Bella Unión, CALNU, etc. y el papel que pretende dejar de jugar el Esta

do en la política azucarera del país.
Pero además se junta algo que es bastante más interesante que la unidad o la unión de los trabajadores dependientes de las empresas privadas // con trabajadores dependientes del Estado.
Ustedes cuando defienden el tema de la Industria azucarera, cuanta gente están defendiendo en términos concretos y globales, para toda el á-/rea norte de nuestro país.

F. - Mirá, estimativamente la población de Bella Unión ronda hoy los 26 ó 27 mil habitantes, es la población que ha crecido más rapidamente en los / últimos años en todo el país. En general entrar a Bella Unión es entrar a oler ese olor dulzón que tiene el azúcar, digo el olor no del azúcar elaborada sino el azúcar cuando se queman los cañaverales y hay una miel que junta con el humo, ese olor medio dulzón que para los trabajadores fundamentalmente para los peludos no tiene nada de dulce, al contrario es bastante amargo, porque los compañeros que trabajan en el campo ha-/ciendo las cosechas realmente dejan una porción muy grande de sus energías, hoy como decía muy bien EL CHCLC en estos momentos los productores, los pequeños productores y los grandes también se están abusando de esa circunstancias que le permite el propio gobierno, han quebrado los convenios colectivos y les están robando el trabajo porque les mantienen el mismo salario de hace un año atrás, en consecuencia sabemos que la inflación lo que significa y la pérdida del salario real.
En el caso de Constitución y Belén se suman dos poblaciones que rondan los 6500 a 7000 habitantes y que dependen eso sí también del ESPINILLAR una agroindustria que tiene 40 años de existencia en la región, a sido la promotora del incipiente desarrollo; son dos pueblitos son muy bien organizados que hasta no hace mucho si bien se veía humildad era muy agradable, hoy ya se ve hambre, realmente eso ha sido el Gobierno, ha sido el Directorio en la figura del Presidente de ANCAP que con su pésima gestión, porque no podemos decir otra cosa dado que como integrante de un directorio estamos para administrar y la administración se hace en beneficio de ésta empresa y no en perjuicio, éste señor a la cabeza de un Directorio respondiendo claramente a la política del Dr. LACALLE ha llevado al establecimiento a un estado que realmente nos tiene muy preocupados a todos los trabajadores y con la consecuencia que mencionaba el compañero José CENTURION de que ellos han sido los primeros que sintieron el dolor de haber sido privatizados cuando el propio Estado elude su // responsabilidad porque durante 30 años ellos fueron contratados por la propia administración; de alguna manera quedaron por el camino antigüedad de una cantidad de compañeros que en definitiva ANCAP se desentendió de todo eso.

CX 44 - Claro, esta gente sin perspectiva de trabajo, sin seguridad de ningún tipo, verdad. Yo quería comentar contigo algo CHCLC, porque tenés muchos años de trabajo en cuestión de sindicato de UTAA de los cañeros verdad?, y en estos últimos tiempos el norte ha estado presente en Montevideo a través de los trabajadores de EL ESPINILLAR, también a través de los trabajadores del UTAA.
Podés recordar alguna instancia anterior en la que se haya dado movimiento de este tipo con las huelgas de hambre, con las marchas y de alguna manera si se acercan los planteos que se hacen hoy a los planteos que se hacían en otro momento ?.

CHCLC - Mirá yo creo recordar y ver patético la cosa en sus inicios, y ta cuando en Bella Unión se trabajaba de sol a sol y de estrella a estrella como / decía el compañero **Jorge LINUBRIT** (fonético) y no se pagaba ningún beneficio, es decir no se pagaba licencia, indemnización por despido, ni aguinaldo, bueno no se cumplía con ninguna ley laboral, donde se hace la primera marcha a Montevideo se viene a reclamar al Parlamento y a denunciar ante el Parlamento la violación de todas las leyes laborales que ya hacían años que estaban aprobadas, y bueno y los salarios de hambre en este momento estamos en una situación y lo único que falta en Bella Unión es que se paguen bonos.

CX 44 - Volver a la época anterior

CHCLC - Volver a la época anterior, te imaginas que nosotros el año pasado en noviembre, octubre, noviembre, nosotros terminamos ganando la zafra N$9530 la tonelada y a 8 meses después empezamos cortando caña a N$ 10.000 la / tonelada y todavía sin incentivo por surco sin frutas y verduras.

CX 44 - Eso para que la gente tenga una idea más clara, cuánto significa es el / precio de la tonelada en el jornal, es decir un día de trabajo para un peludo.

CHCLC - Y bueno, hoy imaginate que hoy tendríamos que estar ganando por lo menos 35 a 40 mil pesos por día, y no pasamos los 25 ó 30, salvo aquellos cortadores muy ....

CX 44 - Si con mucha experiencia

CHCLC - Con mucha experiencia pero se van a las 3 de la mañana para la chacra y vuelven a las 4 de la tarde, ahí pueden llevar un jornal de 40 a 50 mil pesos para la casa, pero esos tipos se quedan remachados.

CX 44 - Entonces ahora tenemos que se da una conjunción de trabajadores del norte de empresas privadas, como decíamos trabajadores del Estado, la Federación ANCAP que asume también la pelea, los compañeros de SUDCRA.
Cómo están plantándose, vamos a decir los trabajadores de SUDCRA, de EL ESPINILLAR frente a esto que perspectiva le ven? Estabas planteando algo José que era muy importante, vamos a seguir peleando hasta que esto se resuelva, qué significa este seguir peleando, qué significa esta huelga de hambre ?

J.C. - Claro,lo que quería interpretar yo que como han argumentado los directores de ANCAP que pasando a la Coorporación para el Desarrollo, por ejemplo plantando cualquier otra cosa hasta margaritas como dijo el Dr. LACALLE... este no va a poder ocupar nunca la mano de obra que se ocupa con la plantación de la caña de azúcar, jamás aunque planten lo que planten no..... pienso que jamás van a ocupar toda la población de Belén, Constitución y parte de Salto.

CX 44 - Qué pasa con la gente esa que queda fuera de la producción?

J.C. - Esa gente practicamente va a tener que venir a englosar los cinturones de la pobreza del Eden (risas), de Salto, Montevideo, la Villa Miseria de BS. AS. sí es posible, porque no hay otro punto de salida.

CX 44 - En este proyecto que se está llevando a adelante para el norte, porque se ha hablado mucho de los pueblos de desarrollo, de Bella Unión, etc., no que papel debiera jugar la caña de azúcar, porque defender la plantación de la caña de azúcar?

F. - Bueno ahí lo decía un poco José, los estudios que se han hecho relacionados con esa palabrita que se usa mucho actualmente como es la reconversión...técnicas, este...han analizado otras actividades agrícolas hablando de reconvertir y han llegado con tal claridad sin ningún tipo de dudas a que este por el momento y por bastante tiempo no hay actividad agrícola que suplante la actividad de la caña de azúcar en cuanto a la cantidad de mano de obra por ha. y a los niveles de salario que se pueden pagar en la industria azucarera.
Entonces eso es un elemento básico, a eso tenemos que agregar que son pueblos que de alguna manera han adquirido una cultura, no es facil ser agricultor como son los compañeros al nivel que están, este de caña de azúcar. La horticultura plantea sus propias realidades, el conocimiento de las plantas es otro.... la agricultura cerealera tiene otras caracteristicas y con dos trabajadores por ha. sobra, entonces ese es el elemento que para nosotros es básico, porque además nos preguntamos una cosa / el azúcar no dejará nunca de consumirse en ningún país del mundo, ninguna población del mundo va a dejar de consumir azúcar; lo decía el CHCLO recién...relacionado con las "roscas" que hay generalmente a través de industrias de actividades económicas. Nosotros podemos recordar con total claridad 40 años atrás... los Aznares y RAUSA integraban esa "rosca" monopólica que de alguna manera los Gobiernos en aquel momento se preocuparon justamente por desarrollar la actividad agrícola para poner freno a las apetencias desmedidas que tenían éstos Sres. porque les interesaba muy poco producir en el país, sino simplemente sí importar crudos de donde fuera y procesarlo con muy poco personal y quedándose con una enorme ganancia, porque el mercado interno siempre pagó muy por encima de los precios que se dicen del mercado libre internacional. Entonces... ta...eso por ahí un poco va...nuestra preocupación y también ha sido nuestra preocupación los compañeros lo saben desde hace unos cuantos años, en el 86, después de salidos de la Dictadura los primeros intentos que se decían digo en el 86 por no hacer un poco de historia, de lo que recordamos bastante antes como lo que recordó con total claridad el CHCLO, se empezaron a plantaer problemas en la industria azúcarera y nosotros nos movilizamos y nos interesamos en los trabajadores de Azucarlito también de RAUSA porque en definitiva tenemos que tener claro que no es un problema de trabajadores, es un problema que aquí lo que queremos es que la industria se desarrolle porque ahí están los puestos de trabajo nuestros y no para favorecer a fulano o a mengano.
Lamentablemente que en esto el Estado si renuncia a ser de alguna manera el controlador de la de actividades que como en el caso de la azúcar que es un producto estratégico de donde desde un bebe de pocos meses consume azúcar y sin ningún problema digestivo hasta el anciano más anciano también lo consume entonces ese es el tema, buscar defender una industria en la cual el trabajador ha hecho su experiencia a creado una cultura de trabajo en ese sentido y que esa defensa no sea más que nuestra defensa de los puestos de trabajo, verdad?

CX 44 - Estamos hablando de defensa, estamos hablando de medidas de lucha y se / nos está terminando un poco el tiempo, verdad? Vamos a la medida de ahora, segunda huelga de hambre que tenemos en memoria y en poco tiempo en relación al mismo tema, verdad?, marchas importantes, movilizaciones del interior a Montevideo, de Montevideo al interior... y yo quisiera de parte de Uds. una reflexión, no última ni final sino para cerrar este programa y un llamado de atención a la gente que está escuchando, ¿que le piden los trabajadores de Bella Unión, a la gente que nos está escuchando ante esta medida concreta que se está llevando adelante?, CHCLO...

CHOLO - Bueno uno de los objetivos de esta medida es la sensibilización de la población, es decir que una medida de huelga de hambre no significa / que vayamos a hacer cambiar toda esta situación, pero sí con esto estamos haciendo un llamado de atención a todos los trabajadores uruguayos que todavía podemos enfrentar una política económica de gobierno desvastadora. Yo creo juntos y donde haya voluntad de lucha, nosotros podemos revertir esta situación, es decir, como así nos juntamos para otros tipos de casos en este momento es importante la movilización y la lucha. En definitiva los tiempos han cambiado, pero lo que no ha / cambiado en este País, es que siguen habiendo ricos y pobres, explotados y explotadores y la lucha de clases está vigente y para revertir esto es la lucha en la calle diaria.

CX 44 - Qué esperan los trabajadores del SUDCRA de los trabajadores de Montevideo y del resto del País, por supuesto?

J.C. - Bueno, los trabajadores del SUDCRA lo que esperamos de los trabajadores de Montevideo y todo el resto del País, es toda la solidaridad posible en apoyo a nosotros y a toda la gente de Bella Unión y a la Federación de ANCAP también. De parte del SUDCRA diría que el 1° de octubre con-/ curramos a las urnas para tratar de alguna forma llevar ésa Ley de Empresas Públicas que nos tiene bastante más inquietos.

CX 44 - Muy bien...FERNANDO?

F. - Bueno me dejaron realmente muy poquito "El Cholo" y "el José"... yo creo que sí, el elemento solidario que manifestamos en la población, estamos seguros que va a estar presente, siempre estuvo presente en todas las movilizaciones, esos que tú decís, por supuesto no esperamos solidaridad del Presidente LACALLE, porque además está sin duda muy enojado, muy muy salido de su quicio porque no pudo cumplir con esa, que tú decías al día siguiente de asumir él estaba dispuesto a cerrar EL ESPINILLAR y no ha podido hacerlo; no ha podido porque los trabajadores hemos hecho "punta" y la población toda del país ha hecho conciencia y han mostrado con total claridad esa solidaridad, que no solamente se dice en palabras sino en hechos muy gratificantes que hemos vivido en las marchas, en las huelgas de hambre con las visitas, niños de las escuelas, personas muy humildes arrimándosenos en la marcha un pan, como así se mostró, yo creo que enesta oportunidad hay que seguir insistiendo y profundizando estas medidas porque realmente este Gobierno esta dispuesto con total claridad y sin niguna..., sin ningún rubor a liquidar este país, a liquidar las empresas productivas.

CX 44 - Vamos a escuchar algo que tiene que ver con este tema que estamos conversando ahora, cuales son las intenciones que tiene esta gente?.

F. - Cómo no?!

....

Córdoba, corredor de un contrabando

Drogas: un cargamento de marihuana y artículos electrónicos fue descubierto en Córdoba, cuando iba en tránsito desde Paraguay hacia Chile.

CORDOBA.– Un cargamento de alrededor de 150 kilogramos de marihuana fue interceptado por efectivos policiales en la localidad de Carnerillos, a 26 kilómetros de Río Cuarto.

El procedimiento fue realizado en la estación de servicio Santa Paula, en la mencionada población, e intervinieron en él integrantes de la Policía Federal (delegación Río Cuarto), de la fuerza de seguridad bonaerense enviados especialmente para tal fin y de la policía de la provincia de Córdoba.

Además fueron secuestrados dos camiones, en los que además de la droga, se habrían transportado artículos electrónicos que habrían ingresado de contrabando desde el Paraguay. Tres conductores de los dos transportes –un Scania 111 y otro 1115, ambos con semirremolque– quedaron detenidos, pero sus identidades no fueron suministradas.

La marihuana y unos 80 bultos con artículos electrónicos –televisores y grabadores, entre otros– estaban ocultos entre fardos de algodón.

El destino final de los vehículos era Chile, según lo habrían ratificado los detenidos al ser indagados ayer por la tarde en el juzgado federal de Río Cuarto que interviene en la causa.

R E S E R V A D O

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SUB-DIRECCION DE EXTERIOR
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
MONTEVIDEO, 28 DE SETIEMBRE DE 1992.

M E M O R A N D U M Nº 33/92

T E M A R I O:

FACTOR MILITAR

- AMERICA CENTRAL
- AMERICA DEL SUR

9209230

R E S E R V A D O

01-51

ARGENTINA

FACTOR MILITAR

I. FUERZAS ARMADAS

La situación militar continúa presentando un panorama incambiado en lo que tiene que ver con la falta de resolución de una serie de problemas que aquejan a las FF.AA., tales como la reestructuración, presupuesto, salarios, etc.. La tranquilidad interna que al menos se aprecia, hoy por hoy, está neutralizando cualquier impacto conflictivo que pudiera derivarse de esta situación.

En el pasado mes de mayo se llevó a cabo un Simposio del que participaron los Jefes de Estado Mayor y del ESMACO, en el mismo se llevó a cabo un análisis del nuevo papel que deberán adoptar las FF.AA. frente a los cambios que se están produciendo en el sistema internacional. En este sentido la situación particular de cada Arma sería la siguiente:

A. EJERCITO

A partir de 1986 se comienza a estudiar la modernización del Arma, hecho que finalizó en 1990 pero que aún continúa esperando el presupuesto necesario para su puesta en ejecución. La idea es lograr un EJERCITO de mayor calidad de cuadros, mejor tecnología y mayor descentralización, iniciativa y libertad de acción. La tendencia es una mayor rapidez estratégica, movilidad y potencia de fuego, modernización de la inteligencia y sistema educativo, descentralización del apoyo logístico y la venta de los inmuebles innecesarios.

B. ARMADA

Esta Fuerza considera que para proteger adecuadamente los intereses argentinos en el mar, no cuenta actualmente con la flota necesaria. Además, el actual presupuesto para mantener la flota es la cuarta parte del tradicional, lo que ha motivado la lógica reducción de su capacidad operativa. Se considera también que la reorganización total de la Fuerza demandará no menos de 8 años. La tendencia es apostar los medios en el Sur del país.

C. FUERZA AEREA

Durante el conflicto por las Islas MALVINAS la Fuerza Aérea perdió el 40% de su material y actualmente presenta múltiples dificultades de mantenimiento y suministros. Hoy día se vuela el 50% del promedio tradicional, lo que coloca al nivel de adiestramiento en los límites de la seguridad. La tendencia es reducir el número

de Brigadas de nueve a cinco, mantener dos Institutos de formación de personal, cinco bases aéreas y tres áreas de mantenimiento de material.

D. ESTADO MAYOR CONJUNTO

A fines del mes de agosto, el Presidente MENEM confirmó al Brigadier ANDRES ANTONIETTI como nuevo titular del ESMACO, en reemplazo del Almirante EMILIO OSSES. El retiro de OSSES obedecería a una serie de divergencias con el Ministro de Defensa, ANTONIO ERMAN GONZALEZ, y a un documento en el que afirma que el país se encuentra en un "estado de indefensión". El documento, dirigido a altos Oficiales, destaca lo siguiente: la Fuerza Aérea necesita de un plazo de seis meses a un año para poner en condiciones su material de vuelo y lo mismo sucede con los buques de la Armada, en cuanto al Ejército los Regimientos carecen de capacidad operacional porque no hay una ley de movilización de reservistas y la incorporación de conscriptos es reducida. En este sentido, a principios de setiembre, el Ministro GONZALEZ se reunió con el Presidente MENEM para trasmitirle la inquietud de los Jefes de Estado Mayor de cada Arma respecto al problema presupuestario. El principal argumento es que el presupuesto de emergencia que desde hace años mantienen las FF.AA. alcanza solamente para los gastos fijos. En cuanto a las divergencias GONZALEZ-OSSES, se suscitaron a raíz de un proyecto de decreto, elaborado por el ESMACO tendiente a crear un Comité de Jefes de Estado Mayor, cuya misión sería de "puente entre el Gobierno y las FF.AA.", por lo que se entendió que sería una especie de Ministerio de Defensa paralelo. El referido proyecto también fue objeto de resistencia por parte de los titulares de las FF.AA., quienes consideraban que su presidente, es decir OSSES, se encumbraría como jefe máximo al estilo del Gral. COLIN POWEL en EE.UU. y esta perspectiva les resultaba inaceptable.

E. SIMPOSIO DE ESTADOS MAYORES DEL CONO SUR

En el mes de junio pasado se realizó en BUENOS AIRES el sexto seminario de los Estados Mayores Conjuntos de los países del Cono Sur, denominado VI Simposio de Estudios Estratégicos, del que participaron jefes militares de la ARGENTINA, BRASIL, URUGUAY y PARAGUAY. La representación argentina busca articular un sistema de defensa colectivo entre los integrantes del evento. Luego de finalizado el seminario, el entonces jefe del ESMACO, Almirante EMILIO OSSES, sostuvo que las FF.AA. pueden llegar a ser un instrumento idóneo para acompañar la cooperación regional. Agregó que la constitución de una fuerza multinacional en el Continente es posible, pero que requiere ser motivo de estudios profundos. Las delegaciones de URUGUAY y BRASIL

se mostraron contrarias a la propuesta argentina, en cambio, la de PARAGUAY se mostró tendiente a acompañarla.

F. SALARIOS

Un reciente aumento salarial a las FF.AA. benefició prioritariamente a los grados superiores. Según la estadística elaborada para las tres FF.AA., los Generales, Almirantes y Brigadieres habrían sufrido un deterioro salarial de aproximadamente el 100% respecto a los haberes del mes de julio de 1989. De todas formas la cuestión salarial continúa siendo un tema problemático y que repercute en la dedicación profesional del personal militar. El doble empleo es una de las primeras consecuencias de esta situación. Si bien no existen cifras oficiales, en el EJERCITO por ejemplo se menciona que entre el 30% y el 40% de los 6.000 Oficiales y entre el 60% y 70% de los 24.000 Suboficiales tienen otra ocupación.

G. REEQUIPAMIENTO DE LAS FF.AA.

El Ministro de Defensa, ANTONIO ERMAN GONZALEZ, firmó en WASHINGTON un memorándum de entendimiento con el Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (B.I.R.F.) que le permitirá contar con U$S 350 millones para ser utilizados en la racionalización y privatización de las empresas del área de Defensa. Con respecto a las gestiones efectuadas en el Pentágono norteamericano, los resultados informados por el Ministro son los siguientes:

* Antes de fin de año se firmará el convenio definitivo para la provisión de tres escuadrones de aviones SKYHAWK A4M, disponiendo la transferencia y el cronograma de entrega. Los primeros llegarían en octubre próximo.

* El 26 de agosto la FUERZA AEREA recibirá dos aviones HERCULES C-130-H con sus correspondientes repuestos.

* Se ha iniciado la reparación para recuperar más de 200 blindados M-113 de origen norteamericano, de dotación del EJERCITO, así como también de 20 helicópteros BELL UH-1H, que constituyen parte de la flota de aviación del EJERCITO.

También se estudia la posibilidad de incorporar 2 ó 3 helicópteros de mayor porte, que se destinarán a tareas de ayuda humanitaria y emergencias, como las inundaciones.

* Para la ARMADA se analiza cual será el buque logístico comprometido durante la visita del Secretario de Defensa de EE.UU., RICHARD CHENNEY, en tanto que ya se seleccionó el buque-aviso que se destinará para el control del mar en la Zona Económica Exclusiva, trabajos hidrográficos y apoyo para la PATAGONIA.

También se avanzó en la gestión para la provisión de 3 aviones S-2 TRUCKERS, antisubmarinos,que serán dotados de turbinas en la ARGENTINA. También se procuran buques de investigación oceanográfica para el ATLANTICO SUR.

II. SUBVERSION

En la etapa actual, la subversión se manifiesta en todos los campos del quehacer nacional, viendo facilitada su organización y reacomodamiento en los frentes político, económico y social, por la neutralización de las FF.AA., las que se mantienen a la defensiva, enfrentadas a las campañas de sectores políticos y de organizaciones de DERECHOS HUMANOS.

En pleno Gobierno del Pte. ALFONSIN, las características de la subversión en ARGENTINA variaron sustancialmente en lo que tiene que ver con su estrategia, haciendo una comparación con lo ocurrido en la década del 70. En esa época, las organizaciones guerrilleras recurrían preferentemente a los sectores medios y altos de la sociedad, de donde se nutrían sus cuadros. Ahora los dirigentes subversivos han montado un amplio operativo sobre los sectores más carenciados.

A. MONTONEROS

Actualmente se aprecia una importante disgregación de los cuadros dirigentes de la organización MONTONEROS. Algunos como MARIO FIRMENICH, liberado tras un indulto presidencial, centran su actividad en una línea interna del PARTIDO JUSTICIALISTA (PJ), denominada PERONISMO REVOLUCIONARIO. Otros que regresaron del exilio como CIRILO PERDIA y FERNANDO VACA NARVAJA, realizan actividad política dentro del propio "menemismo", apoyando el proyecto político del Pte. MENEM.

B. EJERCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (ERP)

Luego del golpe militar de 1976, el ERP se dividió en dos líneas, siendo la más notoria la liderada por ENRIQUE GORRIARAN MERLO, quien participó en el asesinato del ex-Pte. nicaragüense ANASTASIO SOMOZA en PARAGUAY. La otra, de menor importancia, ha desarrollado actividades en el sector político, a favor de alianzas frentistas con otras organizaciones de izquierda.

C. PARTIDO DE LA LIBERACION (PL)

En 1983 aparece el PARTIDO DE LA LIBERACION legalizado y con afiliados en todo el país. Durante los saqueos de mayo de 1989 tuvo un rol activo y en la campaña electoral promovió el estallido social. A fines de agosto de 1989 la mayor parte de su conducción pasó a la clandestinidad. Sería la conexión en ARGENTINA de SENDERO LUMINOSO del PERU. En la actualidad este partido se encuentra en una situación

decadente debido a su escacez de militantes.

D. PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO (POR)

De origen marxista, leninista, trotskista, tiene sus raíces en el PARTIDO OBRERO (PO). Responden al POR boliviano. Comienza su actividad en 1987 siendo sus principales objetivos el promover y materializar la insurrección armada e instaurar la Dictadura del Proletariado. Reivindicó los hechos de LA TABLADA y tuvo participación en los operativos de saqueos en BUENOS AIRES. Aparece como un grupo relativamente chico, con inserción en los grupos de ultraizquierda de la universidad, apoyando abiertamente los planteos de tipo insurreccional. Asimismo, el POR ha elaborado un denominado "Programa Revolucionario" en torno del cual pretende formar un "Frente Revolucionario Antiimperialista", sin aspiraciones electorales. Consecuentemente, su único objetivo es movilizarse y reivindicar el referido programa. Participó del III FORO DE SAN PABLO, realizado en NICARAGUA del 16 al 19 de julio de 1992.

E. BRIGADA CHE GUEVARA

Movimiento subversivo del tipo netamente revolucionario violento, que inicia su accionar en 1988, con un atentado contra el laboratorio PARK-DAVIS, de capitales británicos-estadounidenses. En 1990 realiza dos atentados contra el BANCO RIO y el frigorífico TRES CRUCES, éste propiedad de la sociedad BUNGE y BORN. De acuerdo a algunas investigaciones, sus integrantes serían escindidos de la Juventud Comunista, además de jóvenes elementos del ERP.

F. ORGANIZACION REVOLUCIONARIA DEL PUEBLO (ORP)

La ORP es un grupo poco conocido aún en la ARGENTINA, excepto por los servicios de inteligencia. Por su parte esta organización se autodefine como un grupo de "marxistas revolucionarios" que se moviliza por la constitución de un gobierno que se debe dar de abajo hacia arriba para que realmente gobierne el pueblo. Este grupo se adjudicó dos atentados con explosivos realizados el año pasado contra los cajeros automáticos del Banco Buen Ayre y del Banco de Crédito Argentino. Asimismo reivindicó la colocación de artefactos lanzapanfletos frente al canal 9 de televisión, en la Estación Congreso de subterráneos y en las plazas 11 y de la República de Buenos Aires, el 24 de marzo, en ocasión de cumplirse 16 años del último golpe militar en ARGENTINA. También se adjudicó la colocación, ese mismo día, de una granada frente a la vidriera de un local comercial en ROSARIO.

La SIDE identifica a la ORP como un grupo maoísta, escindidos del PARTIDO DE LA LIBERACION (PL).

9209230

El 19 de abril del presente año habría mantenido una reunión clandestina en la localidad de BRAGADO (provincia de BUENOS AIRES), junto a otras organizaciones de izquierda (MAS, PC, ENCUENTRO POPULAR, CORRIENTE NACIONAL PATRIA LIBRE (CNPL), PL) donde elevó un informe aludiendo que mantendrá su accionar.

G. MOVIMIENTO TODOS POR LA PATRIA (MTP)

El MTP es creado por proyecto de un conjunto de dirigentes que, pese a tener afinidad ideológica con la política de la izquierda, no formaban parte de ninguna organización política. Este proyecto es elaborado bajo la supervisión de CARLOS ALBERTO BURGOS (director de la revista "ENTRE TODOS") y del Dr. MANUEL JUSTO GAGGERO (integrante del directorio de la Fundación MANUEL UGARTE), quedando consolidado finalmente el 8 de mayo de 1986 bajo la denominación de "MTP", cuyo lema aludía a "Trabajar Todos por la Patria: peronistas, comunistas, intransigentes, socialistas, radicales, cristianos e independientes". Contó asimismo con la presencia de importantes cuadros que en la década del 70 pertenecieron al "PRT-ERP" (PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES-EJERCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO). Su accionar se circunscribió a la captación de nuevos adherentes y a la difusión de sus postulados, logrando asentarse en las provincias de BUENOS AIRES, SALTA, TUCUMAN, JUJUY, SANTA FE, CORDOBA, MENDOZA, NEUQUEN, SANTIAGO DEL ESTERO y ENTRE RIOS. En abril de 1987, luego del conflicto castrense de "Semana Santa" centralizó su accionar en criticar a las FF.AA. y mantener vigente en la población la problemática de las secuelas de la intervención militar en la lucha antisubversiva. En diciembre de 1988, después de la asonada militar de Villa MARTELLI, la conducción del MTP, teniendo como jefe máximo a ENRIQUE GORRIARAN MERLO, decide pasar a la lucha armada estimándose que su aparato militar estaría integrado por entre 50 y 200 combatientes. Posteriormente, el MTP comenzó una profusa difusión de solicitadas a través de los medios de comunicación cuya consigna era "Defender la democracia ante un inminente Golpe de Estado", destacándose en este hecho la participación de GORRIARAN MERLO como integrante de la conducción del movimiento. En enero de 1989 el MTP denunció un presunto complot entre el Cnel. MOHAMED ALI SEINELDIN, LORENZO MIGUEL y el entonces candidato presidencial CARLOS MENEM, para lo cual habrían contado con el apoyo de sectores del gobierno (Junta Coordinadora Nacional, línea interna de la UCR), que les habría favorecido el acceso a los medios de comunicación en manos del Estado para realizar una masiva campaña de denuncias. Pocos días después se llevó a cabo el asalto y copamiento al Regimiento de Infantería 3 de LA TABLADA por parte de un

grupo de terroristas conformado por cuadros y dirigentes del MTP simulando pertenecer a un grupo del Ejército que pretendía provocar un golpe de Estado. Esta acción dejó como saldo 43 muertos entre guerrilleros y militares, y resultó ser el más grave hecho de violencia política que se registre en los últimos años.
En diciembre de 1991, luego de un período de inoperancia pública del movimiento, éste hizo circular un documento en la ciudad de MONTEVIDEO firmado por ENRIQUE GORRIARAN MERLO reclamando la libertad de los "compañeros", "presos políticos de LA TABLADA".

- Vinculaciones con otras organizaciones de ultraizquierda del exterior.

- A mediados de 1988, dirigentes del PARTIDO VERDE de ALEMANIA recibieron en ese país a elementos del MTP, brindándoles el apoyo económico para instalar una nueva imprenta para su órgano de prensa. En los últimos meses del mismo año, algunos dirigentes del MTP (que luego participaron del ataque al Reg. de LA TABLADA), viajaron con frecuencia a BRASIL, URUGUAY, COSTA RICA, PERU y ECUADOR.

- El MTP utilizó frecuentemente a BRASIL como punto de contacto con GORRIARAN MERLO, ya que tenían vinculaciones con el PARTIDO DE LOS TRABAJADORES (PT).

- Asimismo, dirigentes del MTP mantuvieron vinculaciones con el FRENTE PATRIOTICO MANUEL RODRIGUEZ (FPMR), de CHILE, PARTIDO COMUNISTA DE CHILE, CHILE DEMOCRATICO y el FRENTE SANDINISTA DE LIBERACION NACIONAL, de NICARAGUA.

- Una delegación del MTP participó del III ENCUENTRO DEL FORO DE SAN PABLO, realizado en MANAGUA, NICARAGUA, del 16 al 19 de julio de 1992. En esta oportunidad, la dirigente del grupo subversivo MARTA FERNANDEZ de BURGOS mantuvo reuniones con distintas delegaciones para explicar la situación de los denominados "presos políticos" e hizo circular una gacetilla en donde solicita la libertad de éstos, así como el enjuiciamiento a los responsables militares a cargo de la "represión" tras el asalto a la Tablada.

H. FRENTE DE RESISTENCIA POPULAR (FRP)

Aparece públicamente luego de los sucesos de LA TABLADA. Es el grupo estructurado alrededor de los militantes del MTP que atacó el Reg. Inf.3 y que responde a la conducción de ENRIQUE GORRIARAN MERLO. Mantendría una estructura en BUENOS AIRES y GRAN BUENOS AIRES y otra en CORDOBA, pero la conducción de

la organización estaría fuera del país. Un comunicado dado a conocer en agosto de 1989 anuncia que retoma la lucha armada. Internacionalmente, este grupo tiene vinculaciones con sectores del sandinismo.

Políticamente, el FRP cuenta con el apoyo de algunas organizaciones de DERECHOS HUMANOS (Madres de Plaza de Mayo y Asociación de Detenidos y Detenidos Políticos), un sector del Partido Comunista y organizaciones controladas por el P.C., como la Liga Argentina por los Derechos del Hombre (L.A.D.H.).

III. CONCLUSIONES

- La problemática militar se caracteriza actualmente por una relativa calma interna, presuntamente por la desactivación de los conflictos internos de las Fuerzas y por un mejor manejo de la situación por parte de los Jefes de Estado Mayor.

- El problema presupuestario y salarial continúa siendo una fuente potencial de conflictos, aunque por el momento no se prevé ninguna situación de crisis como la de los años anteriores.

- La tendencia es de reestructuración y modernización pero está condicionada a problemas presupuestales, por lo que a ciencia cierta no se puede definir cuando se llevará a cabo. La postergación de estas metas podría comenzar a generar una reactivación de los conflictos irresueltos en las FF.AA..

- La designación del Brigadier ANTONIETTI como Jefe del ESMACO no resultó sorpresiva, ya que estaba en la nómina de Oficiales Superiores, cuyas fojas de servicio fueron elevadas al Presidente MENEM por el Ministro GONZALEZ. El "estado de indefensión" denunciado por el Almirante OSSES estaría siendo corroborado por la reunión llevada a cabo entre el Pte. MENEM y el Ministro de Defensa, cuya principal temática fue precisamente la situación presupuestaria.

- El viaje del Ministro de Defensa a WASHINGTON se inscribe dentro de la política de alineamiento estratégico con los EE.UU. que lleva a cabo la administración del Pte. MENEM. Los anuncios de reequipamiento militar podrían provocar malestar en algunos países del área, fundamentalmente con CHILE, que desde hace algún tiempo viene denunciando que ARGENTINA está iniciando una carrera armamentista en la región.

- La posición adoptada por la representación argentina en el simposio de Estados Mayores del CONO SUR, en cuanto a llegar a constituir un "ejército regional", denota la intención del ejército argentino de obtener un protagonismo militar en la región.

- Los activistas de izquierda intentan darle una apariencia de crisis social a los acontecimientos para llegar a la insurrección de las masas. Es así que, tanto el asalto

y copamiento al Regimiento de Infantería 3 de LA TABLADA, como los saqueos y violencia social ocurridos en el país durante los últimos años, contaron con la participación masiva de marginados y como elemento determinante en todos estos hechos, la participación de grupos de ultraizquierda.

- La aparición pública de la autodenominada ORGANIZACION REVOLUCIONARIA DEL PUEBLO (ORP) no modifica el actual panorama de inoperancia de la subversión en ARGENTINA, con un limitado radio de acción y de escasa repercusión a nivel popular.

BRASIL

FACTOR MILITAR

I.- FUERZAS ARMADAS

A.- SITUACION INTERNA

1.- SALARIOS

En agosto pasado el Presidente COLLOR concedió a los integrantes de las FF.AA., en actividad y retirados, la isonomía salarial respecto a los funcionarios de los Poderes Legislativo y Judicial. La medida otorga, antes de abril de 1993, una ganancia real de 160% en relación al salario de julio pasado. El incremento se realiza por concepto de Compensación de Actividades Militares y es independiente de los aumentos normales que el Gobierno otorgue a los trabajadores. Se realizará en cinco cuotas, la primera se abonó junto al salario de agosto y fue de 80%, las restantes se harán efectivas en octubre y diciembre próximos y febrero y abril de 1993.

2.- POSICION DE FF.AA. FRENTE A ACTUAL CRISIS DEL GOBIERNO

- La cúpula militar ha adoptado una posición de defensa de la Constitución y de las Instituciones Democráticas, desde que se inició en junio pasado la actual crisis de gobierno. Ha manifestado, reiteradamente, que las FF.AA. intervendrían solo en caso de que se produzcan actos de desorden social que afecten la seguridad en las ciudades.

Existiría un mayor acercamiento entre los Ministros Militares y el Vice Presidente ITAMAR FRANCO, llamado a suceder a COLLOR en caso de iniciársele juicio político, que con el actual mandatario.

- El grupo "GUARARAPES", formado por militares retirados de las tres Fuerzas, que han lanzado durante el presente año varios documentos a la opinión pública en los que critica al actual Gobierno, ha ratificado la posición de la máxima jerarquía militar de respetar el cumplimiento de la Constitución de 1988.

- El segundo encuentro de la FEDERACION DE LOS MILITARES RETIRADOS (FAMIR) realizado el 23 de agosto pasado emitió dos documentos, uno dirigido a la prensa en el que pide la renuncia del Pte. COLLOR y otro enviado al Congreso Nacional en el que apoya la posición del órgano legislativo de la fiscalización de los actos de Gobierno. Los participantes en el evento manifestaron que los retirados no se sienten a voluntad teniendo como presidente a un hombre que no presenta

condiciones morales para gobernar el país.

El Presidente de FAMIR, Cnel.(R) JOAO PEREIRA DA SILVA, le recomendó al Vice. Pte. ITAMAR FRANCO, que en caso de asumir la presidencia de la nación cambie la integración del Gabinete Ministerial, inclusive a los Ministros Militares.

3.- <u>SERVICIO MILITAR OBLIGATORIO</u>

El Servicio Militar Obligatorio presentará una nueva modalidad el próximo año: el servicio militar alternativo, podrá ser ejercido en actividades administrativas, productivas o asistenciales, en tiempos de paz. Tendrá una duración de 18 meses.

La normativa al respecto establece que, aquellos ciudadanos cuyas actividades sean compatibles con los objetivos del Servicio Militar Alternativo, no necesitarían prestar servicio militar.

La Junta de Alistamiento Militar, será la encargada de decidir quienes pueden optar por ese tipo de servicio.

4.- <u>PRESUPUESTO</u>

Los gastos de las Fuerzas Armadas durante el presente año ascenderían a U$S 83.932 millones, lo que representa un 2,76% del presupuesto nacional. La reducción presupuestaria sufrida en el presente año ocasionó que el Ministerio de Aeronáutica redujera en un 40 % sus operaciones de vuelo habituales. Los Ministerios de Ejército y Marina también hicieron lo propio.

El corte real de 22 % que se operará en el presupuesto para 1993 afectará negativamente el normal funcionamiento de los Ministerios Militares.

5.- <u>VIVIENDAS</u>

Los Ministerios Militares firmaron un convenio con la Caja Económica Federal para la liberalización de U$S 105 millones, para la construcción de 7.500 viviendas para militares de renta media.

B.- <u>INDUSTRIA BELICA</u>

Fue presentado oficialmente por la EMPRESA BRASILEÑA DE AERONAUTICA (EMBRAER) el nuevo avión de entrenamiento militar TUCANO-H que es una adaptación avanzada del TUCANO original con estructura reforzada y sistemas innovadores como el asiento eyectable de tipo cero-cero.

En junio pasado fue presentado oficialmente en ARGENTINA el prototipo del avión vector CBA-123, fabricado conjuntamente por EMBRAER y FAMA (FABRICA ARGENTINA MILITAR DE AVIONES).

II.- SUBVERSION

No hay indicios de que en el país hayan grupos subversivos actuantes, a pesar de ello hay una situación de inestabilidad en la frontera con BOLIVIA, PERU y COLOMBIA, producto del accionar del narcotráfico y de los movimientos subversivos en dichos países.

Si bien no existen grupos subversivos actuantes, se podría incluir en el espectro subversivo al PARTIDO TRABALHISTA y al MOVIMIENTO DE TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA, en virtud de los principios que sustentan y actividad que despliegan.

A.- PARTIDO TRABALHISTA (PT)

Frente de izquierda, formado a fines de 1979 y liderado por LUIS INACIO "LULA" DA SILVA, nuclea a grupos de tendencias diversas (socialistas, marxista y trotskistas). Esta coalición que en un comienzo estaba formada por 15 grupos actualmente incluye 5 tendencias: ARTICULACION, DEMOCRACIA SOCIALISTA, CONVERGENCIA SOCIALISTA, FUERZA SOCIAL y CAUSA OPERARIA, además de contar con la presencia de militantes independientes. ARTICULACION, grupo mayoritario (tiene una representación del 56% en la Dirección) que reúne a personas vinculadas con las COMUNIDADES ECLESIASTICAS DE BASE (CEBs) de la Iglesia y es liderado por LULA, mantiene serias discrepancias con las corrientes más radicales del partido CONVERGENCIA SOCIALISTA y CAUSA OPERARIA, ambas de tendencia trotskista y factibles de ser expulsadas del P.T.

Es el único partido político brasileño estrechamente vinculado a organizaciones de masa como la CENTRAL UNICA DE TRABAJADORES (CUT), el MOVIMIENTO DE TRABAJADORES SIN TIERRA, ASOCIACION DE MORADORES DE FAVELAS y MOVIMIENTO DE LOS SIN TECHO.

Cuenta con el aporte de los máximos representantes de la Teología de la Liberación (Fray BETTO, los Arzobispos HELDER CAMERA y EVARISTO ARNS y los hermanos BOFF).

El P.T. se ha transformado en los últimos años y más precisamente desde la realización del primer Foro de SAN PABLO en uno de los principales propulsores políticos de la nueva estrategia revolucionaria para el continente.

En el último año se ha destacado a nivel internacional por la concurrencia de delegados "petistas" al Seminario Internacional "Debate y Búsqueda actuales para la construcción de una alternativa política revolucionaria en AMERICA LATINA Y EL CARIBE" (Homenaje al Che GUEVARA) realizado en SANTA FE (ARGENTINA) y al III Foro

de SAN PABLO llevado a cabo en NICARAGUA. En el plano nacional por su continua oposición al Gobierno organizando manifestaciones, marchas, etc. contra el mismo.

B.- MOVIMIENTO DE TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA

Inició sus actividades en 1963, pasó a la clandestinidad luego del golpe militar de 1964 y resurgió públicamente en 1978, organizando desde ese entonces un gran actividad de agitación, manifestaciones, ocupaciones de establecimientos rurales, enfrentamientos con las fuerzas públicas enviadas a desalojarlos.

Cuenta con aproximadamente 12 millones de integrantes en 19 Estados, fundamentalmente en RIO GRANDE DEL SUR.

El objetivo fundamental que sustenta es lograr la reforma agraria, primer paso en la lucha por la transformación de la sociedad, otros objetivos son: luchar por una sociedad sin explotados ni explotadores; organizar a los trabajadores rurales; estimular la participación de los mismos en sindicatos y partidos políticos y articularse en unidad con los trabajadores de la ciudad y el continente.

Explotan políticamente la situación de los campesinos sin tierra, adoctrinándolos a fin de que realicen acciones de masa, ocupaciones y campamentos, enfrentamientos con la fuerzas del orden, vida comunitaria y autodefensa.

A nivel nacional tienen vinculaciones con la CUT, P.T., la CONFERENCIA NACIONAL DE OBISPOS DE BRASIL, las CEBs y el PARTIDO COMUNISTA DE BRASIL.

A nivel internacional, han habido denuncias de que líderes del movimiento recibieron instrucción y adoctrinamiento en CUBA, así como se habría constatado en el pasado, que uruguayos y nicaragüenses visitaron sus asentamientos.

Al igual que representantes del P.T., delegados del M.S.T. asistieron al simposio realizado en SANTA FE.

III.- CONCLUSIONES

- La situación interna de las FF.AA. presenta cierta estabilidad, fruto del incremento salarial otorgado por el Gobierno.

- Las Fuerzas Armadas, han decidido mantenerse al margen en la crisis gubernamental existente actualmente, apoyando la salida constitucional de la misma y su intención de no intervención siempre y cuando los hechos así no lo requieran.

- La modalidad de Servicio Militar Alternativo solucionaría dos problemas existentes en las Fuerzas, por un lado el que presentan aquellos ciudadanos llamados a prestar servicios y que por motivos religiosos no lo prestan y el relacionado a la remuneración salarial de los reclutas, los que perciben un salario equivalente al mínimo

nacional.

- Los cortes en el presupuesto nacional, ocasionan perjuicios importantes en el normal desempeño de las Fuerzas Armadas, las que ven reducidas sus posibilidades de entrenamiento y en la modernización del equipamiento de sus hombres.

- La industria bélica se ha visto perjudicada, también, por la situación existente por lo que la presentación y posible colocación en el exterior fundamentalmente en EE.UU. de los aviones TUCANO-H y CBA-123 podría tomarse como un signo de recuperación de la misma.

- No existen en BRASIL grupos subversivos actuantes, pero el accionar del narcotráfico y de movimientos de BOLIVIA, PERU y COLOMBIA en la frontera ocasionan cierta inquietud a nivel de las autoridades brasileñas, llevando a la jerarquía militar a reforzar la vigilancia en la región.

- Se podría sindicar como integrantes del espectro subversivo al PARTIDO TRABALHISTA y al MOVIMIENTO DE TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA, si se toma en cuenta los principios que sustentan, su accionar y la participación activa en eventos en los cuales participan las izquierdas y sectores revolucionarios del continente.

FUERZAS ARMADAS

A.- COMPOSICION Y EFECTIVOS

EJERCITO - 223.000 HOMBRES
FUERZA AEREA - 50.700 HOMBRES
ARMADA - 50.300 HOMBRES

RESERVA - 1.115,000 HOMBRES
PARAMILITARES - 234.000 HOMBRES

B.- DISPOSITIVO

EJERCITO

COMANDOS MILITARES	
	SUR - P. ALEGRE
	PLANALTO - BRASILIA
	AMAZONAS - MANAOS
	ESTE - RIO DE JANEIRO
	SUDESTE - SAN PABLO
	NORESTE - RECIFE
	OESTE - CAMPO GRANDE

FUERZA AEREA

COMANDOS AEREOS	
	MANAOS
	BELEM
	RECIFE
	BRASILIA
	RIO DE JANEIRO
	SAN PABLO
	PORTO ALEGRE

ARMADA

DISTRITOS NAVALES	RIO DE JANEIRO
	SALVADOR
	NATAL
	BELEM
	RIO GRANDE
	LADARIO
	BRASILIA

PARAGUAY

FACTOR MILITAR

A. FUERZAS ARMADAS

Históricamente el sector militar ha tenido una marcada influencia en la vida política del país. Dentro del proceso democrático iniciado por el Gral. RODRIGUEZ, las FF.AA. están procurando determinar con exactitud su rol en las nuevas circunstancias.

El Presidente ANDRES RODRIGUEZ expresó que "la trilogía FF.AA.-Gobierno-Partido pasó a la historia", en lo que se interpreta como un intento de limitar la influencia castrense en la política nacional.

No obstante una comisión de 6 generales presidida por el Comandante de la Armada, Vicealmirante EDUARDO GONZALEZ PETIR, se reunió en el mes de agosto del pasado año con dirigentes políticos y líderes eclesiásticos. El objetivo de los militares es plantear las condiciones del sector para seguir apoyando el proceso democrático. Por otra parte el sector castrense quiere definir la cuestión militar, antes de que se redacte una nueva Constitución, que podría entrar en vigencia el presente año. En general los militares plantean la no revisión del pasado, su participación en tareas de seguridad interna y una situación jurídica similar a la de las FF.AA. chilenas, a los efectos de tener respaldo constitucional para una eventual participación en distintos órganos de contralor político.

En el marco de estos contactos, los militares dieron a conocer un denominado "DOCUMENTO SOBRE SEGURIDAD INTERNA". Donde se reivindica la doctrina de la seguridad nacional.

En los párrafos más polémicos de dicho documento se propone el "control de los transportes terrestres, de las telecomunicaciones y de los medios de comunicación de masas" por parte de las FF.AA..

La aparición de este documento desató una ola de protestas de dirigentes políticos, jefes de la iglesia católica y periodistas del país, que sospecharon de las intenciones democráticas de los militares.

El arma más importante es la Caballería a la que pertenece el Presidente de la República. La influencia de esta arma y del Gral. LINO OVIEDO, Comandante de la misma, quedó evidente durante el mes de diciembre del año pasado cuando fue destituído el Comandante de la Fuerza Aérea, Gral. de Brigada DIONISIO CABALLERO.

El relevo de CABALLERO coincidió con la designación del Gral. OVIEDO como

Comandante del Primer Cuerpo de Ejército, cargo que consolida su posición de virtual segundo "hombre fuerte" del PARAGUAY, en el marco de una profunda reestructuración de esa arma que incluyó la destitución de 12 generales y de 125 coroneles.

B. SUBVERSION

Si bien no existen movimientos subversivos propiamente dichos, en su expresión armada, se evidencian movimientos vinculados a sectores progresistas de la iglesia que han coordinado las demandas de los "sin tierra" en coordinación con algunos sectores estudiantiles.

Es de destacar que en el encuentro sobre el "CHE" GUEVARA estuvieron presentes representantes paraguayos del PC, MOVIMIENTO PATRIA LIBRE y PARTIDO DEMOCRATICO POPULAR. El representante de éste último movimiento, HUGO RICHER estuvo presente en el III encuentro del FORO DE SAN PABLO y en el homenaje al "CHE GUEVARA".

CHILE

FACTOR MILITAR

A. FUERZAS ARMADAS

El liderazgo del Gral. PINOCHET es indiscutible a pesar de haber existido algunas diferencias de enfoque con otros mandos militares, al haberse conocido el informe RETTING.

Las FF.AA. continúan evidenciando presencia en el panorama político, al integrar dos importantes organismos de contralor: el TRIBUNAL CONSTITUCIONAL y el CONSEJO DE SEGURIDAD NACIONAL. Asimismo una importante influencia en el Senado.

Desde el punto de vista tecnológico, las FF.AA. se ubican en un primer nivel, en el contexto sudamericano, al haber accedido a tecnologías avanzadas para armas tácticas, con países como GRAN BRETAÑA y SUIZA. Se destaca la construcción del cohete de corto alcance "RAYO" que es un misil tierra-aire de 160 mm. con un alcance de 40 km. También se construye el carro blindado MOWANG-PIRAÑA de 8 ruedas, en una versión con una torreta con cañón de 90 mm. que convierte al blindado en un "caza-tanque". En el mes de junio del presente año las FF.AA. chilenas adquirieron un moderno material bélico en EE.UU., GRAN BRETAÑA, ISRAEL y FRANCIA. Entre el material adquirido se destacan 10 aviones A-37B del tipo avión ligero de ataque y 2 aviones HERCULES C-130B para transporte de personas y de carga. En ISRAEL fueron adquiridos misiles antitanque "MAPATS", operados con sistema láser y con alcance efectivo de 5 km.. La plataforma de lanzamiento de este tipo de misil es fabricado por las FF.AA. chilenas. También la Fuerza Aérea adquirió misiles francese tierra-aire "MISTRAL". Mientras tanto la Armada adquirió en GRAN BRETAÑA una fragata misilística equipada con 3 tipos de proyectiles y con helicópteros especiales para el combate anti-submarino.

En el aspecto tecnológico otro de los proyectos importantes de la industria bélica chilena es el proyecto de modernización del avión MIRAGE-50 que se denominará MIRAGE-PANTERA. Este programa está siendo desarrollado por la EMPRESA NACIONAL DE AERONAUTICA (ENAER), una industria ligada con la Fuerza Aérea de CHILE. De acuerdo a lo expresado por el Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea, Gral. RAMON VEGA, los MIRAGE-PANTERA son similares a los MIRAGE-2000 de los que dispone PERU y ARGENTINA. Otro proyecto a destacar es el programa de reciclaje de cazas F-5 de EE.UU. denominados en CHILE "TIGRES".

La industria bélica chilena gira en torno a 12 empresas que han realizado ventas en el continente y en algunos países de ASIA y AFRICA.

En cuanto a las relaciones con el Gobierno, han existido fricciones entre el Gral. PINOCHET y el Ministro de Defensa PATRICIO ROJAS. Actualmente existe una campaña presidencial para reformar la Constitución, a los efectos de quitarle atribuciones a las FF.AA.. Este hecho ha ocasionado cierta intranquilidad en los mandos militares. Igualmente existen controversias entre el Gobierno y las FF.AA. en relación a la conmemoración del aniversario del golpe militar (11 de setiembre) y sobre las acusaciones de la justicia contra algunos militares en relación al tema de los DD.HH..

B. SUBVERSION

Si bien el Gobierno, por el momento, mantiene bajo control el aspecto subversivo, es importante destacar que subyacen sectores radicales violentos, que realizan apariciones esporádicas de cierta peligrosidad.

Los principales grupos subversivos del país son:

1. MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA (MIR)

- Fundado el 15 de agosto de 1965.

- Durante el Gobierno de ALLENDE (1970-73) el MIR actuó en forma descubierta con bandas armadas que "expropiaban" propiedades privadas y robaban establecimientos y fábricas que pasaban a formar el "área social".

- En 1986 se produce una ruptura interna durante el Pleno Extraordinario del Comité Central, realizado en BUENOS AIRES.

- Actualmente existen las siguientes facciones del MIR:

a. MIR - COMISION MILITAR (MIR-CM)

Este sector está formado por los cuadros más "ultras" del MIR, que fueron detenidos durante el gobierno militar y liberados en el actual gobierno de AYLWIN.

En 1989 el MIR-CM expresó su apoyo a CUBA y la reafirmación de la línea marxista-leninista.

b. MIR - RENOVACION (MIR-R)

Este grupo participó en las elecciones parlamentarias de CHILE y si bien no obtuvo ninguna banca, por el momento se mantiene en la vía legal.

c. MIR - HISTORICO (PASCAL)

Este sector se encuentra en una posición intermedia entre los dos anteriores. Su órgano periodístico es el quincenario "PUNTO FINAL".

d. DIRECCION NACIONAL PROVISORIA

Esta facción no descarta ninguna de las vías para llegar al poder, estando abocado actualmente a la unificación de las distintas tendencias del MIR.

- En general, actualmente en el MIR se distinguen tres tendencias:

a. La primera tendencia orientada hacia la unificación del movimiento que ha convocado a sus militantes para el V Congreso Nacional que se realizó en el mes de marzo de 1992.

b. Una segunda tendencia ha evidenciado un acercamiento a la izquierda socialista fundando el MOVIMIENTO DE IZQUIERDA DEMOCRATICA ALLENDISTA dominado por el PARTIDO COMUNISTA.

c. La tercera tendencia es la impulsada por el MIR-CM que propulsa la lucha armada.

Este grupo participa en BUENOS AIRES en 1988 en una reunión de MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS LATINOAMERICANOS.

- El MIR-CM impulsa la creación de una "Coordinadora subversiva" denominada: JUNTA COORDINADORA DEL CONO SUR conjuntamente con SENDERO LUMINOSO y TUPAC AMARAU de PERU.

- Un grupo conexo con esta organización sería el EJERCITO REVOLUCIONARIO DE LOS POBRES PATRIA LIBRE.

2. FRENTE MANUEL RODRIGUEZ

- Fundado el 14 de diciembre de 1983 como brazo armado del PARTIDO COMUNISTA.

- Después del fracasado atentado contra el Gral. PINOCHET se produce una escisión dentro de este grupo, surgiendo el FMR-PC y FMR-A (autónomo).

Los principales cuadros del FMR-PC fueron captados por la "Comisión Nacional Militar" del PC que le cambia de nombre al grupo, pasándose a denominar "MOVIMIENTO MANUEL RODRIGUEZ".

Por su parte el FMR-A ha elaborado un plan de acción en dos etapas:

1ª etapa - "preparatoria"

2ª etapa - de "desencadenamiento".

En la primera etapa se designan los objetivos políticos y militares, se realiza la organización y preparación militar de las masas y se selecciona el Teatro de Operaciones Militares.

En la segunda etapa (desencadenamiento) la lucha es abierta donde el denominado "EJERCITO PATRIOTICO DE LA REVOLUCION" actuaría en forma paralela al Ejército regular.

El día 24 de agosto fueron detenidos los principales dirigentes de este grupo subversivo.

3. MOVIMIENTO JUVENIL LAUTARO (MJL) o MAPU LAUTARO

- Este movimiento surge el 13 de diciembre de 1982.

- Está integrado por formas que impulsan la lucha armada y replantean las reivindicaciones indígenas recogiendo la "tradición combativa" del pueblo mapuche.

- El MJL no se considera rama de ningún partido político por lo que no sustenta un proyecto político definido.

- El MAPU LAUTARO sostiene la doctrina marxista-leninista de guerra insurrecional de masas, complementando el trabajo político con acciones de carácter militar.

- Para las acciones armadas el MAPU LAUTARO creó una organización denominada "FUERZAS REBELDES Y POPULARES LAUTARO".

- Dentro de la estrategia del MAPU LAUTARO se incluye una primera etapa de masificación ideológica denominada etapa de "Acumulación de fuerzas" en tareas de reclutamiento, propaganda y agitación.

- En una segunda etapa se pasa a la fase de "propaganda armada" con acciones directas de "aniquilamiento".

- En agosto de 1990 se realiza el II Plenario Nacional donde el MAPU LAUTARO define la presente década como el plazo máximo para tomar el poder y a partir de ese momento incrementa sus acciones.

- De acuerdo a estadísticas en el período 1990-1991 el MAPU LAUTARO se adjudicó la muerte de 16 carabineros y 4 gendarmes.

4. EJERCITO GUERRILLERO DEL PUEBLO - PATRIA LIBRE (EGP-PL)

- Este grupo surge en octubre de 1991 asaltando la agencia FRANCE PRESS.

- Se estima que tiene su origen en el MIR-Histórico y procura reagrupar a los MIR dispersos.

- Su accionar está centrado en SANTIAGO - TEMUCO y CONCEPCION.

- El EGP-PL procura capitalizar los movimientos indigenistas mapuches contra los festejos del centenario del descubrimiento de AMERICA.

5. <u>DESTACAMENTO MIRISTA PUEBLO EN ARMAS (DMPA)</u>

- Esta organización nació en 1985 habiendo sido neutralizada en su primera etapa.

- Posteriormente en enero de 1992 fuentes oficiales informaron que se había incautado gran cantidad de armas pertenecientes al grupo "PUEBLO EN ARMAS" que sería la continuación del DMPA.

6. <u>COORDINADORA SUBVERSIVA POR UNA PATRIA POPULAR o COORDINADORA SUBVERSIVA INSURGENTE POR UNA PATRIA POPULAR o COORDINADORA DE FUERZAS POPULARES</u>

- Esta organización surge el 15 de marzo de 1992 integrado por el EJERCITO GUERRILLERO DEL PUEBLO - PATRIA LIBRE, el MAPU LAUTARO y el MIR-MILITAR.

Por su parte el PARTIDO COMUNISTA, si bien oficialmente ha expresado su desacuerdo con la estrategia armada revolucionaria, es de destacar que participó a través de MARTIN PASCUAL ARIAS, conjuntamente con delegados del MIR, en el III Encuentro del FORO DE SAN PABLO llevado a cabo en NICARAGUA. También el PC chileno participó con el MIR, el FPMR y el PARTIDO SOCIALISTA DEL PUEBLO en el homenaje al "CHE" GUEVARA realizado en ROSARIO (REP. ARGENTINA).

BOLIVIA

FACTOR MILITAR

A.- FUERZAS ARMADAS

La situación interna de las FF.AA. bolivianas, presenta algunos síntomas de inestabilidad y las relaciones con el Gobierno no han sido totalmente fluidas.

En el mes de mayo del presente año, la Comisión de Defensa de la Cámara de Diputados acusó al Jefe de las FF.AA., General ALEJANDRO CAMPONOVO, al Comandante de la Armada Almirante ALEJANDRO HERRERA y a otros 6 Generales y Coroneles, de estar implicados en la venta fraudulenta de una propiedad del Ejército. De acuerdo a fuentes parlamentarias, "las pruebas de corrupción fueron muy evidentes" y los militares renunciaron a sus cargos.

Por otra parte, medios de prensa han denunciado "anomalías" en algunas empresas administradas por militares. Las FF.AA., a través de la Corporación de las FF.AA. para el Desarrollo Nacional (COFADENA), manejan nueve empresas agrícolas, una fábrica de municiones, una empresa de curtidos y artículos de cuero, una compañía aérea y varias empresas vinculadas a la minería.

También, la cúpula militar ha sido acusada por los mandos medios, de utilizar en provecho propio los fondos suministrados por EE.UU. para la lucha contra el narcotráfico.

Otro motivo de fricción entre los militares y el Gobierno es la reducción del presupuesto militar y los bajos salarios de las FF.AA.. Las limitaciones presupuestales han sido de tal magnitud, que el Jefe del Estado Mayor del Ejército, General MOISES SCHIRIQUI, informó recortes en la dotación de vestuarios y alimentos, por lo que se dejará de entregar uniformes militares. El tema salarial es otro factor potencialmente desestabilizante, destacándose que los mandos medios amenazaron con una huelga si el Gobierno no aumentaba los sueldos en un 12%, como al resto de los funcionarios públicos. Esta presión militar determinó que de inmediato el Gobierno accediera a las demandas salariales.

Toda esta situación ha ido creando un clima de descontento a nivel de mandos medios, habiendo surgido organizaciones militares clandestinas que cuestionan al Gobierno y a los Mandos.

En este sentido es de destacar que el Ministerio del Interior ha iniciado una investigación ante la existencia de por lo menos 3 grupos de militares descontentos,

que podrían intentar un golpe de Estado. De acuerdo al Ministerio de Interior, el foco disidente "más virulento", está localizado en la Armada y se denomina "COMANDO DIEZ ESTRELLAS". Este grupo ha pedido la renuncia del Presidente advirtiendo que "la seguridad de la Nación estará siempre antes que una democracia y que el respeto a la Constitución". Otro grupo identificado es el "MOVIMIENTO BOLIVARIANO" que pertenece a una corriente militar "latinoamericanista y anti-imperialista". El tercer grupo se denomina "ROJO VIVO", que existiría desde hace 12 años y estaría vinculado al PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO, de tendencia trotskista. El MOVIMIENTO BOLIVARIANO, envió varios comunicados a la CENTRAL OBRERA BOLIVIANA (COB) denunciando "la corrupción existente en el Gobierno y FF.AA. de BOLIVIA".

B.- SUBVERSION

Después de la disolución del EJERCITO DE LIBERACION NACIONAL (ELN) fundado en el año 1967 por el "Che" GUEVARA, el movimiento subversivo boliviano declinó en forma notoria. Sin embargo en el mes de agosto el ELN anunció su "reaparición en la arena política y militar".

No obstante, las particulares condiciones sociales y económicas del país permitieron el mantenimiento de una situación de subversión subyacente, particularmente en las áreas rurales.

Dentro de este contexto, es de destacar que la CENTRAL OBRERA BOLIVIANA de tendencia marxista ha organizado distintos movimientos de campesinos, vinculados a la producción de la hoja de coca que se oponen a la participación de la FF.AA. en la lucha contra el narcotráfico.

Si bien el grupo denominado COMISION NESTOR PAZ ZAMORA (formado por remanentes del ELN) fue aniquilado en 1990, actualmente subsisten otras organizaciones menores, de tendencia indigenista.

Entre las mismas se destacan:

- ZARATE WiLLCA. Organización que en el mes de abril del año pasado firmó un "acuerdo de cooperación" con SENDERO LUMINOSO de PERU.
- EJERCITO GUERRILLERO TUPAC KATARI (EGTK). Este grupo que de acuerdo a fuentes oficiales, es una de las mayores organizaciones surgidas en los últimos 20 años, fue descubierto recientemente tras la detención de TIBURCIO HERRADA

LAMAS, presunto jefe de la misma. El EGTK también mantiene contactos con SL, habiéndose atribuído la autoría de varios atentados contra torres de alta tensión en los últimos dos años.

Agencias noticiosas internacionales coinciden con la versiones de que en BOLIVIA existen incursiones de guerrilleros senderistas provenientes de PERU, aunque el gobierno no ha confirmado estas afirmaciones.

En el III FORO DE SAN PABLO participó el denominado movimiento "BOLIVIA LIBRE" y en el homenaje al "CHE" GUEVARA en ROSARIO no participó ninguna delegación boliviana lo que puede interpretarse como que los movimientos subversivos de BOLIVIA todavía no están incertados a nivel continental.

COLOMBIA

FACTOR MILITAR

A. FUERZAS ARMADAS

Las FF.AA. colombianas tienen una tradición de verticalismo institucional, manteniendo un elevado nivel de profesionalismo. En la lucha contra el narcotráfico y particularmente contra la subversión, las FF.AA. han tenido una importante participación. En ciertas oportunidades, algunos organismos de derechos humanos, han acusado a la institución militar de respaldar a "escuadrones de la muerte", que han ejecutado a varios dirigentes izquierdistas.

Los efectivos militares colombianos son :

- Ejército.............. 69.000 hombres
- Armada................. 10.600 hombres
- Fuerza Aérea..........6.700 hombres

B. SUBVERSION

El origen de los movimientos subversivos colombianos se ubica en la década del 40, cuando a raíz de la guerra civil, surgen distintos movimientos clandestinos que comienzan a operar en la zona selvática del país. Estos grupos que en principio estaban constituidos por bandoleros, fueron capitalizados por el PARTIDO COMUNISTA, que organizándolos fundó las FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA (FARC), que es la organización subversiva más importante y antigua del país. Las FARC y el PC colombianos han mantenido una estrecha vinculación, a pesar de los cambios en el pensamiento marxista internacional. Después de las FARC surgieron varias organizaciones subversivas de izquierda de tendencia trotskista, que no tuvieron una actuación destacada, primando la línea pro soviética de las FARC.

Posteriormente, en la década del 70 surgieron otras organizaciones armadas tales como el EJERCITO POPULAR DE LIBERACION (EPL), orientación cubana y el MOVIMIENTO 19 DE ABRIL, que fue transformándose desde el punto de vista ideológico ya que en un principio estaba claramente alineado con CUBA y NICARAGUA, pero posteriormente, obedeciendo a necesidades tácticas, se autodefine como izquierda nacionalista. En las últimas elecciones el M-19 presenta varios candidatos independientes e inclusive de tendencia conservadora lo que evidencia su transformación ideológica.

De todos estos grupos subversivos, las FARC y el EJERCITO DE LIBERACION

NACIONAL (ELN), fueron los más activos, dividiéndose el país en zonas de influencia. El epicentro de actividades de las FARC fue tradicionalmente los departamentos de META, CAQUETA, CAUCA y NARIÑO al sur del país. En esta región, la organización subversiva, ha actuado con una estructura de frentes, habiendo tenido 84 en su momento de mayor violencia. El cuartel general de las FARC estaba en la región de LA URIBE en el departamento de META y se denominaba "Casa Verde". Este lugar que era la residencia oficial del máximo dirigente de las FARC MARULANDA VELEZ (tirofijo), fue atacado en el mes de diciembre del año 1990 por las FUERZAS ARMADAS, en la más importante ofensiva contra los grupos guerrilleros. En la oportunidad fue recuperada la zona de LA URIBE, que era considerada "zona liberada" por los terroristas, aunque "TIROFIJO" no fue capturado. Por su parte, el ELN, que integra conjuntamente con las FARC y un sector disidente del EPL, la denominada COORDINADORA NACIONAL GUERRILLERA, ha actuado principalmente en el norte del país, en los departamentos de ARAUCA, SANTANDER, NORTE DE SANTANDER y MAGDALENA. Por esta región se extiende el principal oleoducto del país, que nace en el departamento de ARAUCA, en la frontera con VENEZUELA y termina en PUERTO LIMON en el MAR CARIBE. Este oleoducto ha sido el principal blanco de los atentados del ELN, habiendo sido saboteado en 120 oportunidades desde que entró en funciones en 1985. En lo que va del año los terroristas han atentados más de 30 veces contra este oleoducto. Las pérdidas por atentados a oleoductos en 1991, están calculadas en U$S 100 millones.

La fracción mayoritaria del EPL, negoció la pacificación con el gobierno quedando un reducido grupo que se negó a deponer las armas y se integró a la COORDINADORA NACIONAL GUERRILLERA (CNG).

Por su parte, el M-19 se desmovilizó totalmente en el año 1990, habiendo participado en distintas instancias electorales, con los resultados ya expuestos. Sin embargo, recientemente, dirigentes de esta organización informaron que alrededor de 40 integrantes del M-19 reiniciaron la lucha armada en los departamentos de CAUCA y HUILLA.

Se ha informado además que guerrilleros de SENDERO LUMINOSO y del MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO TUPAC AMARU (MRTA) de PERU, estarían actuando en forma conjunta en territorio colombiano.

En lo que tiene que ver con las negociaciones de paz, con las organizaciones que continúan la lucha armada, las mismas se reiniciarían en el mes de octubre. Por otra parte, el problema de la violencia en COLOMBIA no se reduce al aspecto

estrictamente subversivo, sino que el tema es mucho más complejo, por las características sociales del país. En la zona del norte del país, donde han convivido narcotraficantes, con buscadores de esmeraldas, subversivos y fuertes hacendados, han proliferado los grupos armados que como "ejércitos particulares" defienden determinados intereses. Los hacendados, frecuentes víctimas de los terroristas que los secuestran para pedir rescate, han contratado grupos de "mercenarios" (preferentemente israelíes e ingleses) como forma de defenderse. Actualmente las FF.AA. han iniciado una importante ofensiva contra los grupos subversivos en la región del MAGDALENA MEDIO y las negociaciones con la guerrilla están momentáneamente suspendidas, existiendo alguna posibilidad de que se reanuden a fin de año. El congelamiento de las negociaciones se debe a que los movimientos subversivos no han demostrado voluntad para abandonar la lucha armada. Inclusive el Departamento Administrativo de Seguridad divulgó un informe donde se afirma que es "alarmante" el movimiento de los grupos subversivos en los sectores periféricos de la capital colombiana, donde los guerrilleros procurarían fortalecer su frente urbano.

Por su parte el gobierno ha adoptado algunas medidas especiales como por ejemplo haber decretado en el mes de julio el Estado de Conmoción interna durante siete días a los efectos de evitar que el Poder Judicial dejara en libertad a más de 800 narcotraficantes y terroristas.

Se destaca además que COLOMBIA y ARGENTINA han suscrito convenios de cooperación judicial para la prevención, intercambio de información y persecusión del terrorismo y el narcotráfico.

Es de destacar que la COORDINADORA SIMON BOLIVAR y el PCC estuvieron presentes en el homenaje al CHE GUEVARA en ROSARIO, así también como en el III FORO DE SAN PABLO. También en este FORO estuvieron representantes del M-19, destacándose que algunos integrantes de esta organización reanudaron la lucha armada.

ECUADOR

FACTOR MILITAR

A. FUERZAS ARMADAS

Los efectivos militares ecuatorianos son los siguientes:

- Ejército:......... 35.000 hombres
- Armada:.............4.000 hombres
- Fuerza Aérea:....3.000 hombres

El presupuesto de Defensa es aproximadamente de U$S 200 millones y la ayuda militar de EE.UU. oscila en los U$S 5 millones. (1988)

No existen indicios de que las FF.AA. ecuatorianas tengan influencia en la vida política del país y no hay evidencias de enfrentamientos con el poder civil. Cabe destacar que el sector militar tiene una importante incidencia en el factor económico, ya que la Constitución de 1979 prevé la participación militar en la actividad industrial del país. Por esta razón, varias empresas estatales pertenecen a las FF.AA..

B. SUBVERSION

A partir de febrero de 1991, en que se firmó el acuerdo entre el Gobierno y el grupo subversivo ALFARO VIVE CARAJO (AVC), la acción subversiva sufre una importante declinación.

Algunos disidentes del AVC han expresado que continuarán la lucha armada.

Los grupos subversivos MONTONEROS PATRIA LIBRE y PATRIOTAS DEL 10 DE AGOSTO, se encuentran en estado de reorganización.

En el III Encuentro de SAN PABLO, ECUADOR estuvo representado por ALFARO VIVE, "PARTIDO SOCIALISTA", y la "COORDINADORA SOCIALISTA LATINOAMERICANA". En cambio no hubieron representantes en el homenaje al "CHE" GUEVARA.

Recientemente han surgido nuevas organizaciones subversivas como: "GRUPO LIBERTAD", "GRUPO GENERAL RUMINAHUE" y "MILICIAS POPULARES".

El GRUPO LIBERTAD se atribuyó una serie de atentados con explosivos ocurridos en el presente mes anunciado que luchará contra el "Gobierno Empresarial y a favor de los Pobres"

Otro grupo de reciente aparición es el movimiento "HEROES DE CANTO GRANDE" con vinculaciones con SENDERO LUMINOSO.

PERU

FACTOR MILITAR

A.- FUERZAS ARMADAS

- TOTAL DE EFECTIVOS ------ 105.000
- EJERCITO ---------------- 72.000
- ARMADA ------------------ 18.000
- FUERZA AEREA ------------ 15.000

Desde el comienzo de su gestión, el Presidente FUJIMORI, fue otorgando a las FF.AA. un mayor respaldo político para la lucha antisubversiva.

Además de mejoras presupuestales el gobierno impulsó un marco jurídico más adecuado para respaldar al acción militar, lo que permitió inclusive, incursiones militares en varias universidades del país, centros de reclutamiento de la guerrilla.

En el mes de noviembre, FUJIMORI promulgó una serie de decretos que según la oposición "le dejaba las manos libre para militarizar la vida peruana, e incluso para conducir su gestión a un gobierno cívico militar".

Este acercamiento entre el gobierno y las FF.AA. fue determinante para que FUJIMORI alterara la estructura institucional del país, ya que los mandos militares le han otorgado un respaldo irrestricto.

Por otra parte, el Parlamento había bloqueado en el mes de diciembre, es ascenso de 16 altos oficiales del Ejército y la Policía, lo que fue creando en esferas de las FF.AA. cierto grado de animosidad contra el Poder Legislativo.

Las FF.AA. peruanas han asumido un nuevo protagonismo en el campo político, al respaldar en forma incondicional al Presidente FUJIMORI.

Dentro de este contexto existen algunos militares que se estarían perfilando como líderes dentro de la institución armada, al asumir actitudes de defensa de algunos sectores militares que reclaman mejores salarios. Tal es el caso del Gral. JOSE ROLANDO VALDIVIA DUEÑAS, quien interrumpió una reunión del Pte. FUJIMORI con su Gabinete, para demandar soluciones a reclamos salariales de los militares. Esta actitud fue asumida, aparentemente, sin la anuencia del Comandante en Jefe del Ejército Gral. NICOLAS DE BARI HERMOZA.

Han existido relevos importantes en varias unidades militares del país. En este contexto se destaca el desplazamiento del Comandante de la II Región Militar de LIMA, la unidad de batalla más poderosa del PERU, Gral. LUIS SALAZAR MONROE, quien fue

trasladada como Agregado Militar a los EE.UU.. Esta unidad militar fue puesta bajo el comando del Gral. VICTOR PIZARRO CASTAÑEDA, militar que formaría parte de un grupo muy allegado al Jefe del Estado Mayor, Gral. VALDIVIA DUEÑAS.

Estos cambios se realizaron en momentos en que el Pte. FUJIMORI no se encontraba en el país, lo que no quiere decir que no estuviera al tanto de la situación.

Los relevos en el alto mando pueden tener dos interpretaciones: un re-acomodamiento de la Cúpula buscando espacio de poder militar y político o una reestructura tendiente a optimizar la lucha antisubversiva.

Sobre este particular es importante destacar que el Gobierno decretó que los terroristas sean juzgados como "traidores a la patria" por Tribunales Militares, en un decreto del 13 de agosto próximo pasado, y el 24 del corriente se dictaron las 2 primeras sentencias en el juicio militar contra senderistas.

Este decreto aumenta la participación militar en la lucha antisubversiva.

B.- <u>SUBVERSION</u>

El grupo maoísta SENDERO LUMINOSO continúa siendo la principal organización subversiva del país. Este grupo, originariamente organizado como guerrilla rural, ha extendido su área de acción desde AYACUCHO hasta el ALTO HUALLAGA (HUANUCO y SAN MARTIN) y los principales centros poblados. Dentro de este contexto hay que destacar que SENDERO ha lanzado una ola de atentados terroristas en LIMA y ha infiltrado distintas organizaciones sociales en las zonas periféricas de la Capital, dentro de una estrategia denominada cerco a las ciudades. Otro aspecto destacable de SENDERO LUMINOSO es su vinculación con el narcotráfico, lo que le reporta importantes ganancias calculadas en 100 millones de dólares anuales.

El otro grupo subversivo peruano es el MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO TUPAC AMARU (MRTA), de tendencia castrista. Este grupo no se ha mostrado muy activo últimamente, habiendo sido arrestados sus principales dirigentes e incautado documentos importantes sobre su red financiera. Ambas organizaciones han tenido enfrentamientos armados al disputarse zonas de influencias en la región cocalera.

SENDERO LUMINOSO se encuentra ante una nueva situación política: el quiebre institucional le otorga un nuevo elemento a su discurso revolucionario.

En lo militar el objetivo de SENDERO LUMINOSO se estaría desplazando casi exclusivamente hacia la capital, desarrollando una ofensiva militar encuadrada en la fase de la lucha subversiva denominada "cerco a las ciudades".

Esta fase tendría tres escenarios interconectados y coordinados para incidir en forma simultánea buscando una asfixia política, económica y militar de la capital peruana.

Estos tres escenarios serían: las rutas de acceso hacia LIMA, donde los senderistas mantienen algunos controles, el centro urbano de LIMA donde existe gran concentración de habitantes y la periferia de la capital, donde están los barrios marginados.

Dentro de esta estrategia, SENDERO LUMINOSO comenzó a utilizar el atentado con el coche bomba en lugares y horas de máxima concentración de público.

Desde el mes de abril que los terroristas empezaron a usar esta modalidad, han habido 23 atentados con coche bomba, con un saldo de 60 muertos y pérdidas por más de U$S 200 millones. En el mes de mayo habría surgido un grupo subversivo subsidiado de SENDERO LUMINOSO denominado "HEROES DE CANTO GRANDE", con ramificaciones en ECUADOR.

Con la captura del líder de SENDERO LUMINOSO ABIMAEL GUZMAN REYNOSO, el 13 de setiembre, este grupo terrorista sufrió un importante impacto psicológico y político, aunque en el aspecto militar mantiene sus posibilidades operativas.

De acuerdo a algunos medios vinculados a la DIRECCION NACIONAL CONTRA EL TERRORISMO (DINCOTE), SENDERO LUMINOSO podría lanzar en el mes de octubre una importante ofensiva para demostrar su vigencia, a pesar que la captura de GUZMAN podría alterar el plan de acción previsto anteriormente.

En lo referente al posible sustituto de GUZMAN se especula con los nombres de: el número tres de la organización OSCAR RAMIREZ DURAND (FELICIANO), JULIO MEZZICH, considerado "ultra" como GUZMAN, TERESA DURAND y MARTHA HUATAY.

Por su parte el MRTA ha reducido su accionar militar, ya que ha sufrido importantes pérdidas logísticas como ser un archivo computarizado y toda su estructura financiera. Por otra parte en el mes de junio fue recapturado su jefe VICTOR POLAY CAMPOS.

Existe además una tendencia a internacionalizar la lucha subversiva, de parte de SENDERO LUMINOSO, que amenazó con atentar contra varias Embajadas y procura acciones coordinadas con otras organizaciones subversivas del continente.

Dentro de este contexto hay que destacar que existen informes de la Cancillería Peruana, en el sentido de que existirían senderistas en ARGENTINA, ECUADOR, BRASIL y BOLIVIA.

Existen indicios además de la presencia de SENDERO en COLOMBIA y CHILE. En este país los senderistas estarían procurando extorsionar a algunos comerciantes de la zona norte.

Por su parte el Gobierno, atento a esta nueva realidad ha iniciado conversaciones con ECUADOR y BOLIVIA, a nivel de cancillerías para analizar la posibilidad de una acción conjunta contra SENDERO LUMINOSO.

Por otra parte, recientemente el Gobierno peruano libró una orden de captura contra 47 senderistas que estarían radicados en EUROPA y EE.UU..

Es importante puntualizar que el organigrama de SENDERO LUMINOSO tiene una sección denominada "células en el extranjero" con organizaciones en los siguientes países:

- BELGICA: "COMITE DE DEFENSA DE LOS DD.HH. EN EL PERU"
- ESPAÑA: "ASOCIACION DE AMIGOS HISPANOS-PERUANOS"
- SUIZA: "ASOCIACION DE ESTUDIANTES PERUANOS CESAR VALLEJO"
- ALEMANIA: "GRUPO PERU"
- DINAMARCA: "GRUPO DE APOYO A LA LUCHA DE LIBERACION DEL PUEBLO PERUANO", "MOVIMIENTO POPULAR DEL PERU"
- EE.UU.: "COMITE DE APOYO A LA REVOLUCION EN EL PERU", "CENTRO CULTURAL JOSE CARLOS MARIATEGUI", "CENTRO CULTURAL JOSE MARIA ARGUEDAS" y "GRUPO SOLIDARIDAD CON EL PERU"
- FRANCIA: existirían cuatro organizaciones pro-senderistas
- BELGICA: sería el centro de organización de la acción de propaganda en EUROPA.

Existen además en PERU algunas organizaciones como el PARTIDO UNIFICADO MARIATEGUISTA, la UNION DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA y el MOVIMIENTOS DE AFIRMACION SOCIALISTA, que serían proclives a la lucha armada habiendo participado en el III Encuentro del FORO DE SAN PABLO.

Otro grupo de reciente aparición en el escenario peruano es el MOVIMIENTO ANTITERRORISTA AYACUYANO (MATA) integrado por familiares de personas asesinados por S.L..

VENEZUELA

FACTOR MILITAR

A.- FUERZAS ARMADAS

El pronunciamiento militar del día 4 de febrero significó un toque de atención para el gobierno ante la crítica situación económica y social del país. Los militares golpistas pertenecientes a los mandos intermedios e integrantes del denominado MOVIMIENTO BOLIVARIANO, tenían como objetivos prioritarios: conseguir la renuncia del Jefe de Estado, de los congresistas y de los Jueces de la Suprema Corte y la convocatoria a una Asamblea Constituyente.

Este grupo de oficiales expresó su disconformidad por una situación de creciente deterioro social y económico agravada por múltiples denuncias de corrupción en esferas oficiales, además se definieron como "nacionalistas" contrarias a las negociaciones de límites con COLOMBIA.

Por su parte el ex Ministro de Defensa Gral. FERNANDO OCHOA ANTICH otorgó a las FF.AA. una línea deliberativa expresamente prohibida en la Constitución, realizando él mismo declaraciones que cuestionaban ampliamente la legitimidad de las instituciones, a la vez que aseguró que "la falta de representatividad del régimen político venezolano, es en cierta forma, lo que está generando la crisis que vivimos".

"Se requiere fortalecer la representatividad y, para hacerlo, mejorar los sistemas electorales" ya que si el poder político venezolano no se transforma "la sociedad lo obligará a modernizarse" según lo expresado por OCHOA.

Si bien los sublevados no lograron sus objetivos militares, la intentona puso en evidencia entre otras cosas, la falta de apoyo popular del gobierno y la receptividad de muchos sectores de la opinión pública a la idea de un cambio drástico en la conducción del gobierno.

Por otra parte, pese al respaldo al gobierno de PEREZ de gobiernos extranjeros, del alto mando militar y de los partidos políticos y organizaciones sindicales, no se registraron expresiones de apoyo popular a las autoridades, por el contrario, las unidades golpistas fueron aplaudidas en varios puntos de la capital.

En lo referente a la corrupción dentro de la alta jerarquía militar es de destacar que la Corte Marcial ordenó la detención del Agregado militar venezolano ante las NACIONES UNIDAS, Gral. de Aviación JUAN TADEO ARRAIZ, y del Coronel de la Guardia Nacional EDMUNDO GONZALEZ BOGARIN con el cargo de corrupción económica.

Por su parte, al Comandante del Ejército, Gral. de División PEDRO REMIGIO RANGEL ROJAS, se le imputa que su fuerza había destinado importantes partidas de dinero par al adquisición de repuestos destinados al Sistema de Transporte Táctico M-35.

Estas imputaciones contra integrantes de las FF.AA. que comprometen a oficiales de alto rango contribuyen a reforzar el desprestigio de la cúpula castrense entre los cuadros medios, que afrontan una drástica caída de sus ingresos originada en el plan de contención del gasto público aplicado por el gobierno del Pte. CARLOS ANDRES PEREZ.

Fue precisamente este clima de descontento, motivado por los escándalos de corrupción, que facilitaron al Tte. Cnel. HUGO CHAVEZ y a otros integrantes del "MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO BOLIVARIANO" el reclutamiento de oficiales y sargentos por la intentona golpista del 4 de febrero.

La alianza política que se evidencia tácitamente entre los militares de la rebelión y algunos sectores civiles de izquierda, tienen como objetivo aumentar la presión sobre CARLOS ANDRES PEREZ para que acepte la reducción de su mandato.

La alianza muestra también que existe una comunión de ideas entre los militares rebeldes y sectores importantes de la población que se oponen a CARLOS ANDRES PEREZ. Esta alianza ya fue demostrada, ampliamente, en las numerosas manifestaciones populares que ocurren, constantemente, en las principales ciudades venezolanas.

Por lo expuesto se considera que la posición del Pte. continúa siendo precaria, y que en caso de producirse un nuevo pronunciamiento militar, este podría ser comandado por los altos mandos militares que actuarían como receptores de las exigencias de cambio de niveles subalternos de las FF.AA., y de la propia opinión pública.

EFECTIVOS

TOTAL FF.AA. ----------------	71.000	(18.000 CONSCRIPTOS)
EJERCITO --------------------	34.000	
MARINA ----------------------	10.000	
FUERZA AEREA ----------------	5.000	

B.- SUBVERSION

La actividad guerrillera en VENEZUELA desapareció prácticamente a fines de la década de los sesenta, durante el Gobierno del democristianismo RAFAEL CALDERA (1969 - 1974).

En la actualidad se vive un clima de continua agitación social, producto del descreimiento en los Poderes Públicos, del clima de inseguridad y de la aguda crisis

9209230

económica.

El Fiscal General, RAMON ESCOVAR SALOM, alertó sobre un resurgimiento de "movimientos subversivos" que coincide con la oleada de protestas contra la política económica del Gobierno. Una prueba de ello podría ser el arresto en mayo de este año, de los jefes guerrilleros DOUGLAS BRAVO Y FRANCISCO PARADA, quienes al parecer estaban vinculados con el clima de agitación que vivía el país, y que estuvieron al frente de sectores terroristas que actuaron en VENEZUELA durante los años sesenta.

Por otra parte, de acuerdo a fuentes políticas oficialistas, el frustrado robo de una avioneta en los últimos días, donde murió el ex-subversivo de izquierda BALTAZAR OJEDA, estaría vinculado con planes de desestabilización y no con el narcotráfico como lo había informado la policía.

De todas maneras es importante destacar que durante el intento de golpe militar del 4 de febrero del presente año, algunos sectores estudiantiles, vinculados a grupos guerrilleros de la década del 60, se plegaron a los sublevados. Por otra parte hay que puntualizar que el Jefe de la intentona de golpe, Teniente Coronel HUGO CHAVEZ, perteneció a la Brigada estudiantil ERNESTO "CHE" GUEVARA.

Estos antecedentes permiten suponer que los movimientos subversivos izquierdistas, persisten en su actividad, medrando dentro de un contexto general de debilitamiento de los poderes públicos donde existe una corrupción generalizada.

Igualmente no existen evidencias de la formación de grupos subversivos organizados, con posibilidades de acciones inmediatas de relevancia, a pesar de que recientemente habrían surgido algunas organizaciones subversivas desconocidas hasta el momento como "LAS FUERZAS BOLIVIANAS DE LIBERACION" (FBL) y el "GRUPO JUSTICIERO VENEZOLANO". Estos movimientos han expresado que realizaron acciones contra las personas acusadas de corrupción.

EL SALVADOR

FACTOR MILITAR

A.- FUERZAS ARMADAS

Como sucede en otros países de AMERICA CENTRAL, las FF.AA. salvadoreñas constituyen una referencia insoslayable dentro del panorama político del país. Si bien a partir de 1980 comenzó el proceso que culminó en la restauración de gobiernos civiles, los militares han tenido una incidencia notoria en las esferas del gobierno.

En general las relaciones entre el gobierno y las FF.AA. han sido normales aunque las dos corrientes en las cuales se divide ARENA (ALIANZA RENOVADORA NACIONALISTA)(seguidores de la línea del extinto mayor D AUDISSON y los simpatizantes del Presidente CRISTIANI) se han reflejado dentro de las FF.AA. y el Presidente CRISTIANI ha desplazado en forma paulatina a los militares de la "línea dura". La influencia de ESTADO UNIDOS ha sido determinante par la depuración de las FF.AA., ya que el gobierno del Presidente BUSH ha presionado a las autoridades salvadoreñas para el esclarecimiento de varios hechos donde se habrían violado los DD.HH.. En este sentido hay que destacar que el gobierno de EL SALVADOR promovió una investigación sobre el asesinato de los jesuitas en 1989 habiendo sido condenados por este hecho el Coronel GUILLERMO BENAVIDES y el Teniente YUSSI MENDOZA.

La formación militar de las FF.AA. salvadoreñas ha sido orientada fundamentalmente hacia la lucha de contra insurgencia, habiendo integrado una serie de batallones de élite formados en ESTADOS UNIDOS, algunos de los cuales en la actualidad ya han sido disueltos. También algunos cuerpos policiales militarizados, como la Policía de Hacienda, han sido disueltos en el marco de los acuerdo de paz con la guerrilla. Por otra parte en el país hay 55 asesores norteamericanos en forma permanente así como personal civil especializado que colabora con las FF.AA.. El presupuesto de defensa es de 160 millones de dólares.

EFECTIVOS:

TOTAL DE FF.AA. --------- 43.500

EJERCITO --------------- 40.000

ARMADA ----------------- 1.300

FUERZA AEREA ------------ 2.200

9209230

B.- SUBVERSION

El FRENTE FARABUNDO MARTI DE LIBERACION NACIONAL comenzó a gestarse en 1979, cuando los sandinistas se apoderaron de NICARAGUA. La unificación de los cinco grupos subversivos que operaban en el país: EJERCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (ERP), FUERZA POPULAR DE LIBERACION (FPL), FUERZAS ARMADAS DE RESISTENCIA NACIONAL (FARN), PARTIDO REVOLUCIONARIO OBRERO DE AMERICA CENTRAL, FUERZAS ARMADAS DE LIBERACION (FAL), se concretó en 1980. El nucleamiento de todas estas organizaciones dentro del FMLN se llevó a cabo mediante la intervención personal de FIDEL CASTRO y la intermediación de los sandinistas.

Durante diez años el movimiento guerrillero se mantuvo muy activo principalmente en las zonas norte y oriental del país, manteniendo una relativa influencia en varias zonas rurales. Si bien las ofensivas para desestabilizar a los sucesivos gobiernos de NAPOLEON DUARTE y ALFREDO CRISTIANI no prosperaron, la guerrilla no pudo ser derrotada. Atento a esta realidad el Gobierno salvadoreño le dio un nuevo impulso a las negociaciones de paz que ya se habían anunciado anteriormente.

Después de varias instancias negociadoras, se llegó a la firma de un acuerdo de paz el día 16 de enero del presente año. Los principales puntos de este acuerdo son los siguientes:

- Cese de las hostilidades a partir del 01.FEB.92, que deberá ser verificado por la ONU y por representantes de los gobiernos de MEXICO, VENEZUELA, COLOMBIA y ESPAÑA.
- Concentración de los efectivos del Ejército y la guerrilla en diferentes zonas, fiscalizada por observadores de la ONU, y simultáneamente, confección de un inventario de sus respectivas fuerzas y armamentos.
- Reducción de un 50,2% de los 63.000 efectivos militares regulares, en un período de 24 meses.
- Supresión de la Dirección Nacional de Inteligencia, los cuerpos de seguridad del Ejército, las defensas civiles y las guardias cantonales.
- Desmantelamiento de los batallones de infantería (de contrainsurgencia).
- Disolución de la estructura militar del FMLN (8.000 efectivos) en cinco etapas (entre el 01.FEB.92 y el 31.OCT.92) e incorporación a la vida civil, cada 90 días, de un 20% de los mismos.
- Integración de un número aún no determinado de efectivos del FMLN a la Policía Nacional Civil (PNC) y creación de un cuerpo que sustituirá a los órganos de

seguridad (Guardia Nacional), integrado por 10.000 efectivos.

- Revisión de la actual doctrina militar y profundos cambios en el seno del Ejército. Dicho procedimiento será llevado a cabo por una Comisión "ad hoc" que realizará un exhaustivo análisis de los antecedentes de cada efectivo.

- Cambios en el sistema electoral y judicial a fin de adaptarlo a la presente realidad salvadoreña, con miras a consolidar la democracia y el respeto de los DD.HH., y creación de nuevos mecanismos que garanticen la aplicación adecuada de la justicia.

- Instrumentación de mecanismos que aseguren la reinserción de los ex-combatientes a la sociedad civil, en un marco de plena legalidad.

- Liberación de presos políticos hasta el 01.MAR.92.

- Sanción de un Decreto Legislativo (a partir del 01.MAR.92) que posibilitará la transformación del FMLN en un partido político.

- Realización de profundos cambio del sistema de tenencia de tierras, que permitan el asentamiento de campesinos, soldados y ex-guerrilleros en zonas actualmente improductivas por efecto de los enfrentamientos armados.

La implementación de estos acuerdos se ha ido cumpliendo con algunos inconvenientes, ya que ambas partes se inculpan de actitudes antipacifistas. Tanto dentro de las fuerzas como dentro del movimiento subversivo, existirían sectores "desencuadrados", que serían autores de algunas acciones tendientes a boicotear el proceso de pacificación.

De todas maneras el cronograma previsto en general se está cumpliendo, destacándose que el día 16 del corriente fue desmovilizado el Batallón "RAMON BELLOSO", especializado en la lucha antisubversiva. Otras unidades de élite habrían sido desmovilizadas anteriormente.

El FMLN se proclamó como partido político adelantando que participará en las elecciones de 1994 en coalición con otros sectores de izquierda.

En proyección internacional, delegados del FMLN, participaron en el homenaje al "CHE" GUEVARA realizado en SANTA FE y en el III FORO DE SAN PABLO realizado en MANAGUA.

HONDURAS

FACTOR MILITAR

A.- FUERZAS ARMADAS

La influencia de las FF.AA. en la política Nacional es una constante en la historia de HONDURAS y la presencia militar directa o indirecta en el gobierno, constituye una realidad insoslayable.

Las FF.AA. entregaron el gobierno a las autoridades civiles en 1981 cuando fue electo el ex-presidente ROBERTO SUAZO CORDOBA. Desde entonces, diversos sectores castrense han procurado mantener su influencia sobre el poder político, requiriendo una libertad de acción que no está permitido por la Constitución aprobada en 1980.

Existen distintas corrientes de opinión dentro del ámbito castrense. Durante el año 1987 un grupo de oficiales de la llamada "Sexta Promoción" (mandos medios) pidieron que fueran desmanteladas las bases de los revolucionarios nicaragüenses en territorio hondureño. Por otra parte en el mes de febrero del presente año un grupo de oficiales jóvenes nucleado en el movimiento denominado "GENERAL JOSE TRINIDAD CABAÑAS" denunció corrupción en la cúpula militar, amenazando que actuarían "sin contemplaciones para depurar a las FF.AA.". Concretamente los oficiales subalternos acusaron a la cúpula militar de "complicidad indirecta frente a los actos de corrupción administrativa e indiferencia ante el Narcotráfico".

En lo referente a la presencia militar norteamericana en HONDURAS, es un hecho que por su importancia merece una especial atención. Cuando el Pte. RONALD REAGAN se hizo cargo del Gobierno de EE.UU. en 1981 declaró que "trazaría la línea de contención contra el comunismo en AMERICA CENTRAL".

Desde entonces, la asistencia militar a HONDURAS se incrementó en forma considerable ya que de U$S 4 millones de dólares en 1980, pasó a U$S 41 millones de dólares en 1985 y actualmente la cifra se acerca a los 100 millones de dólares.

Desde 1982, EE.UU. y HONDURAS han realizado maniobras militares conjuntas denominadas "Pino Alto" en sus distintas versiones, con el desplazamiento de importantes efectivos y materiales. Pero además los ingenieros militares norteamericanos han construido una importante infraestructura militar. Desde 1983 se han construido 6 pistas aéreas, casi 200 kilómetros de carreteras, depósitos de municiones, cuarteles e instalaciones de radar.

Por su parte, HONDURAS ha recibido aviones norteamericanos F-5 con los cuales

marcaría un notable desequilibrio a su favor en el poderío aéreo en el resto de los países del área.

Por su parte. en mayo de 1985, el entonces presidente SUAZO CORDOBA firmó con el Gobierno norteamericano un "Pacto de Defensa Mutuo" ante "cualquier agresión externa".

EFECTIVOS

TOTAL DE FF.AA.-------------------	19.200
EJERCITO -------------------------	17.000
ARMADA ---------------------------	700
FUERZA AEREA ---------------------	1.500

B.- SUBVERSION

La última acción antisubversiva se registró en 1986 contra el FRENTE CINCHONERO DE LIBERACION NACIONAL, en la costa atlántica del país. Este grupo de tendencia procubana surgió en 1979 como guerrilla urbana pasando posteriormente a operar en el medio rural.

Hasta 1988 se tenía conocimiento de la existencia, aunque en forma incipiente del FRENTE MORASANISTA DE LIBERACION NACIONAL, FRENTE REVOLUCIONARIO LORENZO ZELAYA, el PARTIDO DE LOS TRABAJADORES CENTROAMERICANOS y el EJERCITO POPULAR DEL PUEBLO.

Estos grupos se habrían disuelto ya que en el tercer encuentro del FORO DE SAN PABLO, participaron delegados del PARTIDO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (PRP) y del PARTIDO DE LOS TRABAJADORES DE HONDURAS (PTH).

Actualmente no existe en HONDURAS ninguna actividad subversiva de relevancia.

GUATEMALA

FACTOR MILITAR

A.- FUERZAS ARMADAS

Como en la generalidad de los países centroamericanos, las FF.AA. guatemaltecas tienen una notoria incidencia en los acontecimientos políticos del país.

Antes del advenimientos del período democrático GUATEMALA estuvo dirigida por dos militares que accedieron al poder mediante sendos Golpes de Estado: el Gral. EFRAIN RIOS MONTT y OSCAR MEJIA VICTORES, (quien propició la realización de elecciones para la designación de un nuevo Presidente constitucional).

Para las elecciones de 1985, los militares promovieron la candidatura de JORGE CARPIO de la UNION DE CENTRO NACIONAL, por considerar que este político era el que mejor reflejaba los intereses de las FF.AA.. Finalmente CARPIO fue derrotado en una segunda vuelta electoral por VINICIO CEREZO, de línea claramente antimilitarista, caracterizada por fuertes críticas hacia el sector militar en lo referente a su participación en la lucha antisubversiva. Razón por la cual durante su mandato no existió una relación fluida entre el Gobierno y algunos sectores militares.

Actualmente el Presidente JORGE SERRANO ELIAS es de tendencia conservadora y muy vinculado al sector militar.

EFECTIVOS

TOTAL DE FF.AA.	32.000
EJERCITO	30.300
ARMADA	1.000
FUERZA AEREA	700

B.- SUBVERSION

Después de la firma de los acuerdos de Esquípulas, los grupos subversivos agrupados en la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) iniciaron conversaciones con representantes del Gobierno que se llevaron a cabo en MADRID.

La URNG está integrada por el Ejército Guerrillero de los Pobres, las Fuerzas Armadas Rebeldes (FAR), la Organización del Pueblo en Armas (ORPA), y el Partido Guatemalteco del Trabajo (PGT).

Todas estas organizaciones guerrilleras son de tendencia pro-cubana y recibieron un gran impulso después del triunfo de la Revolución Sandinista, habiendo existido además contactos con el Frente Farabundo Martí de EL SALVADOR.

Las URNG tuvo su mejor momento entre los años 1980 y 1982 llegando a contar con alrededor de 6.000 efectivos. Para 1986 su número se había reducido a unos 800 hombres no recibiendo más apoyo armado de países vecinos.

Esta organización envió delegados al III FORO DE SAN PABLO y al homenaje al "CHE" GUEVARA en SANTA FE.

NICARAGUA

FACTOR MILITAR

A.- FUERZAS ARMADAS

Al asumir como Presidente de NICARAGUA, VIOLETA BARRIOS DE CHAMORRO, la primera medida que tomó fue la de reducir el número de efectivos militares. Las FUERZAS ARMADAS estaban integradas por 80.000 hombres, quedando reducidas a 19.000.

Las mismas están en manos de los sandinistas, estando a la cabeza el Gral. HUMBERTO ORTEGA, hermano del ex presidente y ex miembro de la dirección del sandinismo.

La presidenta CHAMORRO se vio obligada como consecuencia de las circunstancias políticas del país a aceptar compartir el poder con los sandinistas por lo que permitió que HUMBERTO ORTEGA continuara al frente de las FF.AA.

Por lo tanto las FF.AA. de NICARAGUA tienen un alto contenido ideológico con una estructura similar a las FF.AA. de CUBA, aunque habría una tendencia a la profesionalización de las mismas.

Dentro de este contexto es importante destacar que en el mes de enero HUMBERTO ORTEGA condecoró al Agregado Militar de EE.UU., lo que es el indicio de un cambio en la concepción ideológica de las FF.AA.

EFECTIVOS

TOTAL DE FF.AA.------------	72.000
EJERCITO ------------------	69.000
MARINA --------------------	1.000
FUERZA AEREA --------------	2.000

B.- SUBVERSION

Las particulares condiciones políticas del país, determinan que exista un peligro latente de movilizaciones armadas contra el Gobierno.

Si bien el sandinismo perdió las elecciones, conserva una parte importante del poder real al controlar las Fuerzas Armadas, las Fuerzas de Seguridad y el Sector Sindical. Por otra parte el FRENTE SANDINISTA DE LIBERACION NACIONAL (FSLN), mantiene una estructura de movimientos de masas con posibilidades de provocar disturbios civiles de proporciones.

El peligro del surgimiento de grupos subversivos proviene de ambos extremos del espectro político del país. Tanto sandinistas cono anti-sandinistas acusan al Gobierno de no cumplir con las promesas pre-electorales, principalmente en lo referente a la adjudicación de tierras.

Recientemente el Gobierno decidió devolver todas las tierras que los sandinistas habían confiscado, lo que provocó la reacción del FSLN. Por otra parte el Gobierno no ha logrado desarmar totalmente a distintos grupos armados que mantienen esporádicos enfrentamientos en la zona norte del país.

Recientemente un grupo de 200 guerrilleros rearmados se habrían internado en territorio hondureño, perseguidos por el Ejército Sandinista, informándose además que durante el presente mes se registraron 24 enfrentamientos armados.

PANAMA

1.- SUBVERSION

Tras la operación militar de ESTADOS UNIDOS del día 20 de diciembre de 1989, fueron disueltas las Fuerzas Armadas panameñas, que dando en su lugar cuerpos de policía militar integrados por panameños y algunos efectivos norteamericanos. A partir de ese momento surge el grupo subversivo M-20 al cual se la han atribuído el asesinato de dos soldados norteamericanos y alrededor de 50 atentados con bombas. El último atentado registrado fue perpetrado el día 18 del corriente mes cuando estallaron tres bombas en diferentes puntos de la capital con un saldo de dos heridos. Se desconocen detalles importantes sobre el M-20 tales como dirigencia, efectivos, tendencia y vinculaciones internacionales. Se supone que éste grupo es de tendencia nacionalista y está integrado por simpatizantes de ANTONIO NORIEGA.

Por su parte el PARTIDO REVOLUCIONARIO DEMOCRATICO (PRD), grupo político torrigista que apoyó a NORIEGA, envió un delegado al homenaje al "CHE" GUEVARA.

FOROS

I. REUNION DE PARTIDOS POLITICOS Y MOVIMIENTOS DE IZQUIERDA DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE

En relación a las reuniones efectuadas por los partidos políticos y movimientos de izquierda de AMERICA LATINA y EL CARIBE, se destacan las efectuadas en ROSARIO, ARGENTINA, entre 12 y 14 de junio y la de MANAGUA, NICARAGUA entre el 16 y el 19 de julio.

En el Seminario de ROSARIO (que fue dedicado al "CHE" GUEVARA al cumplirse 64 años de su nacimiento en esa ciudad) participaron 47 organizaciones y movimientos revolucionarios del Continente. Dicho encuentro tuvo por finalidad "buscar las respuestas necesarias para revitalizar el proceso liberador en AMERICA LATINA, como alternativa al neoliberalismo recolonizador".

En el documento final -"Declaración de ROSARIO"- se expresa el compromiso de hacer la revolución a pesar de la crisis en el desarrollo del pensamiento revolucionario a partir de la caída de los regímenes del este-europeo y de la desintegración de la U.R.S.S..

Los participantes reconocieron la coincidencia de enfoques y actitudes, preservando la diversidad de tendencias allí representadas, pero destacando la necesidad de unidad entre los distintos movimientos. Entre las coincidencias se destaca el apoyo y reconocimiento a la revolución cubana, considerándolo como único baluarte comunista que se mantiene vivo en la región.

En el encuentro de MANAGUA, el III FORO DE SAN PABLO, participaron representantes de 61 partidos y movimientos izquierdistas de 17 países latinoamericanos así como observadores de 43 organizaciones políticas de EUROPA, ASIA, AFRICA, EE.UU. y CANADA.

En este encuentro (al igual que en los dos Foros anteriores) se produjo una dura confrontación entre la llamada "corriente revolucionaria", encabezada por el PARTIDO COMUNISTA CUBANO, y el sector mayoritario integrado por las fuerzas que vienen reformulando las posiciones tradicionales de esta franja política.

El primer punto del temario fue la discusión sobre "el desarrollo alternativo en AMERICA LATINA" con respuestas pragmáticas de los sectores de izquierda frente al auge de ideas y políticas "neoliberales" o "neoconservadoras", elementos comunes a todas las organizaciones y partidos políticos que -con excepción de CUBA- son

opositores a sus respectivos gobiernos.

Otro de los puntos destacables fue la consideración, por parte de los participantes, en cuanto a la importancia del encuentro, ya que configuraría un amplio cuerpo político internacional pudiendo ser usado como aval y respaldo para muchos de sus integrantes que necesitan de la solidaridad internacional para facilitar y efectivizar sus políticas o reclamos institucionales o políticos (desde el PARTIDO COMUNISTA CUBANO a grupos guerrilleros de COLOMBIA, GUATEMALA o EL SALVADOR hasta el MOVIMIENTO TODOS POR LA PATRIA de ARGENTINA).

En el momento de efectuar la declaración final, se planteó un debate sobre si el Foro debía pronunciarse o no sobre cuestiones inherentes a otros continentes (IRAK, PALESTINA, LIBIA, etc.) primando finalmente la posición que menos consenso tenía (encabezada por los sandinistas): la de pronunciarse por los temas extracontinentales.

Paralelamente al Foro, se efectuó una reunión llamada "Reunión del MERCOSUR" realizada por la delegación de URUGUAY, el MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA (MIR) de CHILE, el PARTIDO TRABALHISTA (PT) de BRASIL y los partidos que integran el "FRENTE DEL SUR" de ARGENTINA (INTRANSIGENCIA POPULAR, PARTIDO COMUNISTA, ENCUENTRO POPULAR y PARTIDO INTRANSIGENTE). En esta reunión se acordó realizar un encuentro en el marco del FORO DE SAN PABLO, en octubre del corriente año, en ARGENTINA, para analizar la problemática de la integración regional en cuanto al MERCOSUR.

Al finalizar el encuentro, se aprobó que el próximo Foro se realice en la primera quincena de junio de 1993 en LA HABANA, CUBA.

II. ANALISIS Y CONCLUSIONES

- Las características de estos Foros fue la búsqueda de la unidad con la proposición de homogeneizar un accionar en conjunto por sobre las diferencias ideológicas y metodológicas de los impulsores del Foro y de sus invitados, (a pesar de la diversidad de enfoques allí representados) destacándose además el logro de una continuidad en la realización de estos eventos.

- Básicamente se presentaron tres problemáticas:

  * la persistente injerencia de EE.UU. en países subdesarrollados (especialmente NICARAGUA),

  * las permanentes presiones económicas a las que se ve sometida CUBA,

  * los conflictos no resueltos en países extracontinentales, en los que EE.UU. mantiene una constante presión.

- Luego de la caída del muro de BERLIN y de la desintegración de la U.R.S.S., con todos los cambios posteriores producidos en el mundo comunista, estos encuentros son los ámbitos que más fuerza reúnen para discutir tácticas y estrategias de la izquierda.

- Las expectativas puestas en estas reuniones quedan demostradas por la masiva (y variada) asistencia así como por la necesidad manifiesta de reforzar la unidad en torno a una reformulación latinoamericanista que dé mayor credibilidad a sus propuestas.

- A pesar de que en ambos Foros se hizo hincapié en la necesidad de unidad entre los distintos grupos, igualmente se produjeron discrepancias, siendo significativo el hecho de que a pesar de la superioridad numérica de la corriente "renovadora", finalmente triunfara la posición de los "revolucionarios". Esto permitiría prever una radicalización en las resoluciones que adopte el Foro, que, en caso de mantener una línea de seguimiento de los lineamientos del PC Cubano, podría derivar en que los sectores moderados se aparten del Foro.

- Es de destacar, asimismo, que en ambos encuentros (pero sobre todo en el FORO DE SAN PABLO) participaron partidos políticos de izquierda, sectores políticos que en sus orígenes tuvieron que ver con la subversión, movimientos subversivos que actualmente son partidos políticos (FRENTE FARABUNDO MARTI PARA LA LIBERACION NACIONAL de EL SALVADOR) así como movimientos subversivos propiamente dichos, lo que genera un espectro muy amplio de puntos de vista, desde los que se ajustan a la Constitución y la Leyes, hasta los que no vacilan en utilizar la lucha armada.

DIVERGENCIAS EN LA LUCHA ANTIDROGA

Crisis en la relación entre Bolivia y EE.UU.

LA PAZ, 11 (AP, EFE y Reuter). — Las relaciones entre los Estados Unidos y Bolivia entraron hoy en **la peor crisis de los últimos años por las diferencias en torno a los alcances de la lucha contra el narcotráfico.**

El gobierno boliviano esperaba hoy con expectativa que los Estados Unidos rectifiquen el contenido de un documento del Departamento de Estado en el que se afirma que el presidente **Jaime Paz Zamora** pidió en 1990 a Washington ayuda para militarizar la lucha contra el narcotráfico.

"Bolivia exigió anoche esa rectificación", dijo el subsecretario de Relaciones Exteriores y ministro interino, **Manfredo Kempf**, tras mantener una entrevista con representantes de la Embajada norteamericana en La Paz.

En el comunicado difundido por la cancillería se admite sin embargo que el gobierno boliviano "solicitó la ampliación de la ayuda militar" estadounidense **"para el entrenamiento de dos batallones del ejército para su eventual participación en la lucha contra el narcotráfico"**.

Hasta antes de la suscripción en 1990 de un anexo en el convenio bilateral antidrogas, la asistencia militar norteamericana estaba solo destinada a la fuerza aérea y a la armada bolivianas, que prestaban apoyo logístico a las fuerzas policiales especializadas en la lucha antinarcóticos.

El Ministerio de Relaciones Exteriores aclaró que el pedido fue formulado un año antes a través de canales oficiales "y no como se menciona tendenciosamente" en informaciones procedentes de Washington, que sostienen que Paz Zamora "hubiera solicitado ayuda personalmente".

En círculos políticos y sindicales se tenía la impresión generalizada, no desmentida oportunamente por el gobierno, de que la participación del ejército en el combate contra las drogas fue impuesta por los Estados Unidos.

El gobierno de La Paz paralizó recientemente la entrada de asesores militares estadounidendes, después que el Parlamento convocó a los ministros de Defensa, Interior y Relaciones Exteriores **para que den explicaciones por la llegada al país de 122 militares norteamericanos, calificada por la oposición de "ilegal"**.

Las críticas de la oposición política, de los sindicatos y de los organismos de derechos humanos contra el gobierno se habían acentuado previamente con la extradición de la boliviana **Beatriz Asunta Roca Suárez** para ser procesada por narcotráfico ante la Justicia norteamericana.

Las relaciones entre Washington y La Paz también se vieron perjudicadas por una serie de denuncias sobre supuestos abusos cometidos por agentes de la DEA (agencia antidrogas norteamericana) que operan en Bolivia.

La oleada de críticas obligó al propio Paz Zamora a reconocer en un mensaje a la Nación que "las relaciones con los Estados Unidos pasan por problemas" al anunciar su deseo de encauzarlas dentro del "respeto a la soberanía y dignidad nacionales".

Jerarca incolucrado en narcotráfico

MIAMI (Reuter) - El máximo funcionario estadounidense contra el narcotráfico, Bob Martínez, tiene acciones en un Banco de Florida que es investigado por lavado de dinero, informó ayer el diario Miami Herald.

Martínez, director de la Oficina Nacional de Política para el Control de las Drogas, que depende de la Casa Blanca, posee entre 15.000 y 50.000 dólares en acciones del Banco Key, según su propia declaración de bienes financieros. El funcionario se desempeñó en el consejo directivo de la entidad entre 1979 y 1986, pero no se sospecha que haya cometido actos ilícitos, según el Miami Herald.

El periódico citó sin nombrar a fuentes policiales que dijeron que el Banco, situado en la ciudad de Tampa, estaba sujeto a investigación bajo acusaciones de lavado de dinero.

Un equipo de funcionarios federales --fiscales, aduaneros y de control de drogas -- apoyados por investigadores locales, llevan a cabo las averiguaciones.

Martínez, ex Gobernador republicano de Florida, y su portavoz, no pudieron ser contactados para hacer algún comentario.

Dos funcionarios del Banco fueron arrestados el viernes. A uno se le acusó de dar informes falsos a inspectores federales y al otro de perjurio. Los detalles del lavado de dinero, que generalmente involucra a ganancias de narcotráfico, no se han hecho públicos.

Jefe antidroga desconforme

QUITO (Reuter) - El jefe de la lucha antidroga de los Estados Unidos, Bob Martínez, criticó ayer el lujo que Colombia permitió a Pablo Escobar en la cárcel y exhortó al Gobierno a no negociar las condiciones de su rendición.

Periodistas que visitaron la cárcel de la que se fugaron el narcotraficante Escobar y nueve de sus hombres el 22 de julio descubrieron que parecían más viviendas de lujo, con enormes aparatos de televisión, automóviles de juguete a control remoto y una piscina, que una prisión.

Escobar ofreció luego entregarse, pero imponiendo condiciones sobre el tipo de prisión en la que sería encarcelado.

Martínez, director de la Oficina de Política Nacional para el Control de la Droga, se reunió con el presidente colombiano César Gaviria en Quito pero no emergió del encuentro más optimista acerca de un pronto encarcelamiento de Escobar.

"Rendición bajo condiciones que le impiden al Gobierno ejercer su derecho en nombre del pueblo para hacer todos los cargos y tratar a ese delincuente como a todos los delincuentes... creo que no es correcto", dijo Martínez a los periodistas.

Martínez, quien estuvo en Quito para la asunción del Presidente Sixto Durán Ballén, dijo que las autoridades antinarcóticos están alerta sobre los desplazamientos de los narcotraficantes afuera de Colombia y Perú, luego de las acciones contra ellos en esos países.

Ecuador, por ejemplo, descubrió hace poco que se ha convertido en un importante puente para el envío de cocaína de Colombia hacia los Estados Unidos y Europa.

Sin embargo, Martínez dijo que Estados Unidos tiene un presupuesto limitado para financiar actividades antidroga en Sudamérica, pero que está dispuesto a ayudar con tecnología y asesoramiento.

El Presidente peruano Alberto Fujimori, también en Ecuador para la ceremonia de cambio de mando, dijo al periodismo hoy que quiere que Washington vuelva a enviarle dos estaciones de radar que retiró después que las Fuerzas Armadas peruanas derribaron un avión militar estadounidense semanas atrás.

"Hubo varias deficiencias en la cooperación mutua con Perú", dijo Fujimori.

Martínez también se entrevistó con el flamante Ministro del Interior ecuatoriano, Roberto Dunn, para discutir la lucha contra el narcotráfico en ese país.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA CLARIN

13-8-92

ENTRADO

CRUZADO

Hallan 5 kg de cocaína

Tres mujeres que escondían **cinco kilos de cocaína** entre sus ropas fueron detenidas cerca de la frontera de la provincia de **Salta** con **Bolivia**, cuando viajaban en un micro. El operativo fue realizado por **Gendarmería**, que ahora trata de establecer quiénes eran los contactos de las mujeres en la **Argentina**.

El secuestro de la droga se realizó cuando los gendarmes realizaban un operativo de control en **Aguaray**, un pueblo salteño ubicado en la región fronteriza con Bolivia. Las mujeres, de nacionalidad boliviana, iban en un micro que había salido de **Salvador Mazza**.

Tras descubrirse que llevaban los cinco kilos de cocaína fueron puestas a disposición del juez federal de Salta.

01/01

9209234

Identificaron a la mujer que apareció muerta en Atlántida

CANELONES (por Miguel A. Vignola).- Fue identificada la mujer que apareciera muerta en una finca de Atlántida. El informe del Forense señala que se está ante un homicidio.

Ampliando la información ofrecida en nuestra edición anterior, sobre el hallazgo de una persona sin vida en una finca ubicada en calle 11 y Circunvalación en el Balneario Atlántida, la Policía canaria identificó a la occisa. Se trata de Susana Reyes Caballero, oriental, de 25 años, poseedora de un antecedente penal por el delito de "Suministro de estupefacientes".

La labor efectuada por los integrantes del Instituto Técnico Forense, personal que realizara la necropsia, dejaba establecido que se trataba de un crimen.

De acuerdo al resultado de la pericia, la occisa presentaba múltiples hematomas en diversas partes de su cuerpo, producidas por un objeto contundente, siendo la causa de su muerte, anemia aguda por traumatismo renal.

BUSCAN A UN HOMBRE.- Las primeras indagaciones realizadas por los funcionarios de Canelones, dejaron establecido que no sería ajeno al hecho Alfredo Gañola Sieri, oriental, de 40 años, quien tiene en su haber varios antecedentes penales, presumiéndose que pudiese estar innvolucrado en el homicidio.

Este hombre era compañero de la fallecida y ha desaparecido de los lugares que habitualmente frecuentaba. ■

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA REPUBLICA

FECHA DE PUBLICACION 18-8-92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

4

Surgen nuevas hipótesis en homicidio de balneario de Canelones

Policía sospecha vínculos entre el asesinato de Susana Reyes y traficantes detenidos en Atlántida

*** *Ex compañero de la víctima no fue requerido internacionalmente***

En tanto que el principal sospechoso en el crimen de la joven Susana Reyes Caballero en Atlántida, sigue prófugo, se investigan otros extremos del caso. El nuevo elemento que ahora es analizado por los investigadores canarios tiene que ver con las cuatro personas detenidas días atrás en el mismo balneario, donde además se incautara un quilo doscientos gramos de cocaína. La policía no descarta un estrecho vínculo entre estas personas y el hombre buscado con relación a la muerte de la joven de 25 años.

■ Aunque el principal sospechoso en el crimen de la joven Susana Reyes Caballero, de 25 años, en Atlántida continúa sin aparecer la policía trabaja sobre varias pistas. Días atrás informamos acerca de la presunción manejada por los investigadores de la Dirección de Investigaciones de Canelones y la Seccional 17ª de Atlántida, sobre la probable fuga del sospechoso al Brasil.

Uno de los puntos donde descansa la mayor tensión del asunto se relaciona al consumo y comercialización de drogas. Sin significar que este sea el vector principal de las motivaciones criminales, este es un sesgo sobre el que los investigadores mantienen una atenta mirada. "No descartamos una vinculación entre el hecho y la reciente captura de cuatro personas en Atlántida dedicadas al tráfico de cocaína", confió a LA REPUBLICA una fuente policial canaria.

SE INVESTIGA LA CONEXION CON EL TRAFICO

Esta es ahora una de las piezas fundamentales de una investigación cuya línea principal recae en la localización de AGS "Si bien todavía no se puede adelantar nada en relación a eso", manifestó la fuente, "es una posibilidad sobre la que se trabaja. Hay que tener en cuenta que el sospechoso tenía antecedentes por tráfico y consumo, lo cual lo vincula con las personas del ambiente".

Este aspecto es ahora indagado en mayor profundidad por los investigadores. A partir de este nexo podrían surgir importantes datos que permitieran la ubicación del sospechoso.

BRIGADA DE NARCOTICOS E INTERPOL EN EL CASO

Dadas las características del caso, los investigadores de Canelones solicitaron la colaboración de la Brigada de Narcóticos y de Interpol. A esta última dependencia se requirieron los antecedentes de AGS, que los cuenta no sólo en nuestro país sino también en Argentina y Brasil. De acuerdo a lo informado por fuentes capitalinas, el último antecedente con que fue registrado el sospechoso lo relacionaba al suministro y consumo de drogas. Entre tanto, los efectivos de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas vienen practicando averiguaciones en Montevideo a efectos de determinar los posibles contactos del prófugo con "vendedores de línea" en la capital.

SE PEDIRIA LA CAPTURA EN EL EXTERIOR

Mientras las autoridades canarias procesan toda esta información, fuentes policiales de aquél departamento aseguraron a nuestro matutino que una vez que se deriven todos los antecedentes al juzgado interviniente, muy probablemente se pida la captura internacional del sospechoso. "Por lo pronto se ha pedido un cierre de fronteras para esta persona", expresó la fuente, "pero hay que tener en cuenta que el individuo puso una considerable ventaja a su favor, más de veinte días hasta que se descubrió el crimen". Más adelante agregó que "todo esto parecería haber sido muy bien planificado". Los investigadores han extremado todas las medidas a su alcance a los efectos de cubrir todos aquellos sitios, dentro del país, donde el individuo pudiera tener contactos. "Pero todo indica que el hombre preparó su viaje con tiempo", terminó señalando la fuente consultada.

02

9209235

EL PAÍS 19-8-92

MUJER DE ATLANTIDA SOMETIDA A TORTURAS ANTES DE MORIR



Alfredo Cagnola Cieri

ATLANTIDA, Canelones. (Por Jorge Eduardo Varela y Juan Alfonso Laretè, corresponsales).

La policía de Canelones hizo circular en la víspera la foto del principal sospechoso de haber dado muerte a golpes a una joven mujer en un apartamento de esta ciudad balnearia, cuya captura ha sido solicitada de manera especial a países limítrofes a través de los servicios de INTERPOL.

Los investigadores canarios no descartan la posibilidad de que el homicida haya estado conectado con cuatro individuos recientemente procesados y remitidos a la cárcel por tráfico y comercialización de cocaína.

Tal como se informó en ediciones pasadas la víctima fue identificada como **Susana Reyes Caballero**, de 25 años, una bella mujer poseedora también de un antecedente penal por el delito de suministro.

El cuerpo de la Reyes Caballero fue hallado en un apartamento ubicado en calle 11 y Circunvalación Atlántida, inmueble que alquilaba esporádicamente junto a su compañero, ahora convertido en el principal sospechoso de su asesinato.

Cuando la pareja decidía pasar largos fines de semanas en Atlántida, acostumbraba a alquilar un televisor y un video en un comercio de la zona, pagando religiosamente lo adeudado. Sin embargo, un atraso en el pago del alquiler de los aparatos mencionados movió al comerciante a solicitar a la dueña del inmueble que intercediera ante la pareja para poder hacerse del dinero.

Fue así que ambos se dirigieron al apartamento en cuestión y cuando estuvieron lo suficientemente cerca percibieron un inconfundible olor nauseabundo, por lo cual dieron cuenta rápidamente a la policía.

CICATRICES DE TORTURAS

El apartamento presentaba un gran desorden y la mujer tenía puesto sólo una blusa. Su cadáver presentaba señas inequívocas de haber sido castigada brutalmente. Avalado por un examen médico forense realizado posteriormente que determinó que tenía tres costillas fracturadas y soldadas, amén de múltiples quemaduras de cigarrillos, viejas y recientes, en gran parte de su cuerpo. En dos de las paredes del apartamento quedaron las huellas del virtual estrellamiento de la mujer contra ellas, en el curso de un ataque de inusitada violencia.

Informaciones recabadas por los investigadores permitieron determinar que el ahora buscado, **Alfredo Federico Cagnola Cieri**, de 39 años, acostumbraba a someter a su compañera a brutales castigos físicos, evidenciados por las heridas ya cicatrizadas. Caghola Cieri es un hombre de 1.80 de estatura de gran porte físico y fuerza descomunal, cuya captura ha sido solicitada a través de la Red Policial y a nivel internacional, habida cuenta que es un hombre acostumbrado a viajar por el Cono Sur. Posee antecedentes en nuestro país por comercializar marihuana y cocaína y en Chile y en Paraguay por robos a mano armada.

03/03

9209235

Desinterés latinoamericano por frente común antidroga

■ Los países de América Latina tienen muy poco interés en crear un frente común contra el narcotráfico sostuvo hoy el ministro de Gobernación y Seguridad Pública de Costa Rica, Luis Fishman, según informó IPS.

Fishman sugirió que este desinterés y "falta de valentía" para tratar el problema a fondo podría tener su origen en la incidencia del narcotráfico en algunas esferas policiales latinoamericanas.

En rueda de prensa con corresponsales extranjeros, el ministro juzgó que la decisión de la Corte Suprema de Justicia de Estados Unidos sobre la libertad de ese país para extraditar a delincuentes a su antojo, es un voto de desconfianza hacia las autoridades judiciales latinoamericanas.

La resolución estadounidense fue una especie de advertencia, como insinuar "o cumple la ley o nos encargamos del hecho", aseguró Fishman.

"No hay duda de que en ciertos niveles policiales latinoamericanos hay colaboración con el narcotráfico y en los países consumidores también", dijo.

Según Fishman, no hay valentía ni interés de tratar las cosas a fondo. "Hay mucho diálogo, mucha retórica, pero pocos hechos, y en este momento Estados Unidos tiene toda la responsabilidad de la lucha contra el narcotráfico", aseguró.

Sin embargo, el titular costarricense de Gobernación y Seguridad Pública manifestó que Estados Unidos tiene la política desacertada de atacar "el panal y no las avispas".

"No hay que olvidarse de las avispas, pues pueden salir del panal y hacer otros", dijo al detallar que Panamá se perfila cada día más como un importante centro de distribución de droga.

Desde que se incrementó la vigilancia en Colombia, los cárteles aumentaron a su vez el tráfico y almacenamiento de la droga en Centroamérica, con destino a Estados Unidos y cada vez más, en su paso hacia Europa.

El ministro indicó que claros indicadores de sus afirmaciones son el desinterés que ha encontrado entre sus homólogos de México, Centroamérica y el Caribe, países que conforman el puente desde el sur hacia el norte en el tráfico de la droga, para crear un frente común contra el narcotráfico.

También aseguró que el interés de la Comunidad Europea hacia el problema del tráfico de droga es "casi nulo", así como el internacional por crear una legislación sobre lavado de dólares.

01/01 9209236

1/2.



MARIANA ZAFFARONI

LA LEGITIMACIÓN DEL SECUESTRO DE LOS NIÑOS DESAPARECIDOS SE REALIZA A PARTIR DE UNA PROPUESTA SINIESTRA DE CONVIVENCIA ENTRE VÍCTIMAS Y VICTIMARIOS. PERVERSIÓN DE LA IDENTIDAD DE LOS NIÑOS QUE, SECUESTRADOS COMO BOTÍN DE GUERRA POR LOS MILITARES, SE ENCUENTRAN HOY FRENTE A LA "LIBRE OPCIÓN" DE ELEGIR CONQUE FAMILIA CONVIVIR: CON LOS SECUESTRADORES QUE ASESINARON A SUS PADRES O CON SU FAMILIA REAL.

EL OREJANO CONVERSÓ CON EL PSIC. LUIS GONÇALVEZ RESPONSABLE DEL EQUIPO DE PREVENCIÓN Y PROMOCIÓN DE SALUD DE LOS "CÍRCULOS DE FORMACIÓN Y DIFUSIÓN POPULAR".

Hablanos de como viste lo que está sucediendo con Mariana Zaffaroni.

Mirá, yo creo que en este caso tendríamos que pensar y definir dos aspectos. Lo primero algo que legal y no legalmente se ha dejado de discutir en nuestro país que es el tema del desaparecido en sí, y el segundo está relacionado a la identidad del niño secuestrado.

¿La ley de impunidad establece un corte en ese sentido?

No, no es mucho anterior. Estamos hablando de un marco consensual donde no se quiere que pase absolutamente nada que desestabilice el espectro político actual y donde hay concesiones institucionales masivas moviéndose en este sentido. El tema de los desaparecidos es uno de los temas que nunca fue discutido honestamente en nuestra sociedad.

¿Qué es un desaparecido?

Preferiría contestar primero qué es la **desaparición**. Estamos hablando de la forma más aberrante de la represión; si se quiere de su forma desestructurante por excelencia.

Estamos hablando de situaciones donde no hay huellas, ni cuerpos, ni explicaciones válidas sobre lo acontecido. Si a eso le agregás que en los tiempos en que se producen las desapariciones, el cuerpo social está obligado a guardar silencio para asegurar la propia supervivencia y la del desaparecido, socialmente nos encontramos con una *inducción* imperante que era negar cualquier información que pudiera incluso darle significación política al hecho. Unido a esto nos encontrábamos siempre con situaciones de ambigüedad: informaciones tangenciales, existencia de indicios, llamadas telefónicas y hasta comunicaciones oficiales sobre la supervivencia del desaparecido que evidencian la presencia de aquello que había sido renegado. O sea que además del necesario sometimiento inducido a la norma del silencio, nos encontramos con una zona que va de la presencia a la ausencia, de la existencia a la *no* existencia, marcada permanentemente por la incertidumbre.

¿Esto funcionó masivamente en la sociedad?

No, fueron pocos los casos en que se produjo una **identificación masiva** con los enunciados dictatoriales; en general predominaron identificaciones parciales y contradictorias. Lo que es quizás obvio pero importante es que no existe relación *humana* ajena a las situaciones de poder propias de cada estructura social. La distribución de los cuerpos, su estado, son un indicador inequívoco de los movimientos estratégicos del poder. Los muertos, los desaparecidos son una personificación contable del poder. El poder adquiere en esos cuerpos su realidad, su dimensión y su magnitud necesarias. En otras palabras: se realiza una **expropiación de los cuerpos**, un proceso de **reticulación** que se ejerce en función de un proceso de contabilización de bajas.

¿Porqué ciertos cuerpos tienen que ser destruídos? Esta pregunta tiene, obviamente, consecuencias sobre los vivos y sobrevivientes.

¿Personificación social de que relación es el desaparecido? ¿Muerto, secuestrado, demolido moralmente, destruído socialmente?

Desaparecido es **metáfora** de secuestrado, pero secuestrado está en algún lugar, da una señal, pide algo, se busca un rescate.

Desaparecido es **metáfora** de muerto, pero *muerto* deja una certeza, una señal.

La desaparición ya no trata sólo de impunidad sino que supone una cosificación: un intento de negarle al desaparecido o a sus hijos siquiera un nombre y una historia humana, ya sea llamándolos NN o manteniéndolos inexistentes en sus desapariciones.

¿Nos enfrentamos frente a un caso exacerbado de omnipotencia estatal?

Exactamente; nos referimos al abuso que conlleva a la **máxima negación omnipotente**: la de intentarnos convencer que una persona, con nombre, apellido e historia *nunca* existió. Imaginate como repercute la desaparición de una hija o de un esposo o de una madre en una estructura familiar: **ambigüedad total, vivencias fragmentadas, pánico, desconfianza permanente**. ¿Qué efectos podemos ver? Podríamos hablar de una paralización vital: la idea de estar "suspendidos" en el tiempo. Quizás el *efecto más importante* sea el de hacer desaparecer psicológica y socialmente de la vida cotidiana al resto de los miembros de su familia, esencialmente la desaparición del *sentido* y de sus proyectos de vida. Esto nos lleva al tema de la **identidad** que te decía; cómo poder discriminarse como seres individuales en su núcleo familiar y en la sociedad (en el modo de sus interrelaciones, en el vínculo con otros grupos) quedando suspendidos en el espacio y el tiempo.

En el caso de los niños secuestrados, ¿qué es lo que acontece?

Una de las cosas más importantes va a ser uno de los primeros efectos de el secuestro: la **perversión de la identidad**. Más allá de las diferencias de edad y de la percepción del hecho traumático de la separación de sus padres, lo relevante con el correr de los años va a ser el conocimiento que de estos hechos tienen las personas que los tomaron a cargo. Tanto sí el *niño* sabe que está siendo buscado por su verdadera familia como si lo desconoce, hay alguien (generalmente el que ocupa el lugar paterno) que lo sabe y obviamente esto tiene consecuencias.

Hablanos de eso.

Bueno, la desaparición de los padres produce en los niños alteraciones profundas en la identidad.

¿A qué te referís exactamente cuando hablás de identidad?

Para el esquizoanálisis (que es la teoría con que nos manejamos) sería una **producción de subjetividad**. Es decir, la identidad sería una de las formas de la subjetividad: creemos que somos blancos, adultos, masculinos, *heterosexuales*. El sujeto de la normalidad es el producto de esa subjetividad intencional. Los marginales, los negros, los indios, los locos, inician modos **disidentes** de producción de subjetividad. La coherencia forma parte de ese modelo de sujeto *fabricado* industrialmente. Es el despotismo de la conciencia sobre los flujos del cuerpo y de la mente. Es la idea del yo, del ego (que esconde un Yo mayoritario y normativo: blanco, heterosexual, masculino y adulto, como te decía).

Yo creo que el problema de Mariana no es tanto que "ya no es quien realmente es", sino que su identidad va a ser una producción subjetiva de un polo **paranoico, reaccionario y *fascista***. *Intentamos* verlo igualmente en forma no mecánica; sin querer polemizar sobre el momento en que se producen las primeras inscripciones en el psiquismo, cada niño vive la situación de *desaparición* de sus padres de una manera particular, de acuerdo con su historia; *no* todo lo que le pase está necesariamente ligado a la desaparición (aunque esta tenga un peso muy *grande* que varía según la edad del niño, las circunstancias en que ocurrió, la información que tuvo del hecho, la respuesta y el lugar *familiar* donde quedó ubicado). Ahora bien, el caso de Mariana nos habla de un proceso lento y penoso, plagado de alternativas. ¿Qué se esconde detrás de todo esto? La propuesta **siniestra** de convivencia **pseudonormal** entre **víctimas y victimarios**; la **internalización** de la **propuesta de olvido** negando la vigencia actual de lo ocurrido y sus implicancias en relación al futuro. Yo hay cosas que sinceramente no entiendo: fijate que estamos hablando de una *familia* que se apropió concientemente de una persona, le ocultó intencionalmente su identidad so-

EL OREJANO
30/9/92

9 8 93 ... LL

[illegible]

bre la base del secuestro y del asesinato de sus padres. [illegible] parte del botín de guerra del centro clandestino de detención Orletti. ¿Y ahora qué se busca? **La legitimación de la perversión.** Fijate la historia del hijo de puta de Furci: fue uno de los asesinos que revistaba en los Servicios de Inteligencia del Estado con el nombre de guerra de Marcelo Fillol, participa en el operativo de detención de los padres de Mariana que terminan en un centro clandestino de confinamiento, luego de pasar por la jefatura de policía. El tipo impedido de tener descendencia con su esposa se apropia de la menor y falsifica su estado civil. Cuando la criatura era reclamada por sus abuelas, repite durante años nuevos secuestros fugándose con la niña a Paraguay, luego a Brasil, para retornar a la Argentina y ser detenido el 2 de junio. ¿Qué tenemos que suponer? ¿El intento de sostener un vínculo de amor, una génesis familiar de amor sobre la base de la tortura y el asesinato real? Videla decía en la Argentina: "lo que hicimos lo hicimos por amor"; "lo estamos protegiendo" decían los carteles en la Argentina con una propaganda que mostraba a un soldado realizando un control de automóviles. El secuestrador de Mariana, ese ser siniestro que se presenta a las entrevistas con la abuela de Mariana con guardaespaldas y perteneció a los peores cuadros represivos de la dictadura argentina quizás haya sido uno de los torturadores de los padres de la niña ...

¿Cuáles son, a grandes rasgos, las características de un torturador?

Mirá hay mucha bibliografía de gente que ha pasado por las cámaras de tortura en Latinoamérica y Europa y han logrado sobrevivir. El torturador aparecería con una personalidad agresiva, perversa, tiene la iniciativa, dispone del tiempo, controla el lugar y desempeña un rol dominante, activo, violento. Es un victimario, un verdugo omnipotente dueño de la vida y la muerte. Está estimulado por el dinero. El respaldo del Estado es total y la impunidad con que se mueve refuerza el hecho de que en sus manos tiene un objeto-persona a su voluntad a quien quizás no ha visto nunca antes, pero al que debe interrogar contando con medios como la picana eléctrica, el tacho con agua y excrementos, la bolsa de plástico para asfixiar, el bisturí o la sierra para mutilar, el hambre, la sed y el frío del detenido y centenares de técnicas de tortura a su disposición. Pero sin irnos del tema, el caso de Mariana no es un hecho aislado, es expresión de una propuesta de convivencia y olvido. Así como se induce masivamente a través de leyes y de hechos concretos (que refuerzan la impunidad) de que el castigo es imposible, se coloca también a los responsables en un lugar de omnipotencia que tiende a producir efectos de impotentización colectiva.

Hablabas también de un intento de legitimación de la perversión ...

Sí, y además nos encontramos (en el plano de lo concreto) con un intento legal de exclusión del cuerpo social de la familia real de Mariana. Este intento de exclusión está quizás fundado en considerarlos incapaces de educar a los niños, en forma tal que en el futuro fueran portavoces del polo dominante que antes te nombraba, por el sólo hecho de haber formado a los padres de esta niña que sostenían un enfrentamiento directo con las estructuras hegemónicas de poder. Yo te pregunto a vos ¿qué caminos legales te parece que se recorrerían si un (ex) integrante de una organización guerrillera tuviera secuestrado a una hija de militares o de burgueses? ¿Se le daría legalmente la posibilidad a la joven de elegir con qué familia quedarse, como en el caso de Mariana?

¿Podrías sacar alguna otra conclusión?

Yo creo que, en estos casos, la conclusión más importante que podemos sacar como psicólogos es la imposibilidad de trabajar terapéuticamente desde una neutralidad analítica (con familiares de desaparecidos, por ejemplo), e implica además una dilucidación en los hechos de que las problematizaciones inconcientes trabajadas y los efectos que de ellas se manifestaban están determinadas, en primer término, por la represión política y social.

Obviamente la falta de respuesta desde el cuerpo social agrava las situaciones traumáticas. Persisten las interrogantes en relación a las circunstancias, los responsables y su consecuente castigo que atenuarían los sentimientos de impotencia ante la impunidad y mantiene vigente además, en el cuerpo social, el fantasma de la repetición del terror.

Doc. Poco LEGIBLE

[illegible] 002/02

-9209237

Piden 30 años de pena para narcos nicaragüenses

Managua (UPI)

El procurador de justicia penal José Antonio Fletes pidió una sentencia de 30 años de cárcel para cinco nicaragüenses condenados por narcotráfico por un tribunal de jurados, en uno de los casos criminales más sonados en Nicaragua.

El juicio duró tres días y fue considerado "el juicio del año" después de los efectuados a los asesinos del periodista Pedro Joaquín Chamorro en 1978 y posteriormente el del aviador estadounidense Eugene Hasenfus durante el régimen sandinista.

De los siete prisioneros, cinco fueron encontrados culpables y dos inocentes.

Los principales sindicados, los hermanos Juan Norwin y Luis Enrique Meneses Cantarero, considerados los "barones de la droga" en Managua dijeron que el titular de la policía nacional René Vivas y al jefe antidrogas comandante Roger Mayorga, eran "los propietarios de los 725 quilos de coca" decomisados en casa de Enrique Miranda Jaime, un ex subcomandante del ex Ministerio del Interior.

Los otros condenados son Manuel Ismael Guerrero y Gerardo Armando Lacayo, fueron declarados inocentes Frank Vigil y Carmelo Lacayo.

"He pedido la pena máxima de 30 años para todos", dijo el procurador Fletes.

La jueza Martha Quezada tiene ocho días para dictar sentencia.

"Los años de cárcel oscilan entre 3, 10 y 30 años", dijo la jueza. "Todavía tengo que estudiar más a fondo el expediente", agregó.

El juicio estuvo plagado de acusaciones y contraacusaciones.

Miranda Jaime acusó a los hermanos Meneses Cantarero como los auténticos "barones de la droga" representantes en Nicaragua "de los carteles de Medellín y de Cali".

Agregó que "Juan Norwin Meneses pagó la suma de 10.000 dólares para que un prisionero me asesinara".

Nº DOCUMENTO

TITULO

La Nación

13-8-92

ENTRADO

Secuestran hachís

MUNICH (AFP).– La policía española se incautó de un cargamento de [illegible] kilogramos de hachís en un velero alemán, en el sudeste de la península Ibérica, y detuvo a dos tripulantes.

El arresto de un alemán y de un británico se produjo en las aguas de Almería, a fines de julio último. El cargamento secuestrado es suficiente para preparar 3 millones de cigarrillos de hachís.

01/01 9209339

Nº DOCUMENTO

PROCEDENCIA LA NACION 19.8.92

ENTRADO
GRUPADO

Heroína pura

BARCELONA (AFP).– Más de dos kilogramos de heroína pura, estimada en 1.200.000 dólares, fueron secuestrados ayer por la policía en esta ciudad.

Los estupefacientes estaban en el equipaje de Estiliano Rodriguez Russo, ciudadano español que fue detenido en una estación de autobuses del centro de Barcelona, donde se proponía viajar a Vigo, tras haber regresado de Amsterdam.

01/01

9209240

Brasil y Estados Unidos acuerdan táctica para combatir la droga

RIO DE JANEIRO (ANSA)- Los gobiernos de Brasil y Estados Unidos suscribirán este mes un nuevo acuerdo bilateral para el combate y uso de drogas.

El anuncio fue formulado ayer por el Embajador de aquel país en Brasil, Richard Melton, durante el seminario de "Prevención sobre el uso y abuso de drogas", auspiciado por la agencia norteamericana de desarrollo cultural internacional (USAID).

Richard Melton reveló que el Gobierno de Estados Unidos destinará más de un millón de dólares para la divulgación de informaciones sobre el combate a las drogas, en diversos sectores de la Policía federal y en los servicios aduaneros, que incluirá el intercambio de técnicos en las áreas de seguridad y de narcóticos, entre los dos países.

El acuerdo dará continuidad al trabajo de prevención contra el uso de drogas que viene siendo realizado entre Brasil y los Estados Unidos, especialmente, por un grupo de policías de la ciudad de Los Angeles, que está trabajando con la homónima militar de Río de Janeiro para enseñar a los niños "cómo resistir al uso de drogas en las escuelas".

El Embajador Melton elogió también las acciones del Gobierno brasileño en el combate a las drogas, y recordó que, en junio pasado, Brasil ratificó la convención de las Naciones Unidas sobre el tráfico ilícito de narcóticos y sustancias psicotrópicas de 1988. ■

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

Nº DOCUMENTO
TITULO LA NACION
20-8-92

Drogas peligrosas

ROSARIO (Télam).– La brigada de Drogas Peligrosas de la policía local detuvo anteanoche a un sujeto de 25 años, apodado Enano, que integraba una banda a la que se incautaron, en julio último, 11 kilogramos de cocaína y 37 de marihuana.

El malviviente fue arrestado en Gambartes 1758. Con él suman 14 los sujetos detenidos en esta causa, en la que está bajo proceso, entre otros, Jorge Hartford, señalado como cabecilla del grupo.

9209242

01/01

EE.UU. condiciona la ayuda a Bolivia

LA PAZ (ANSA)- La firma de los acuerdos de cooperación económica entre Bolivia y Estados Unidos fue postergada a raíz de las conversaciones del Presidente Jaime Paz Zamora con la cúpula militar, para discutir los convenios específicos de lucha antidroga.

Dichos acuerdos podrían incluir nuevamente la participación de la fuerzas armadas en el combate al narcotráfico, que concluyó a fines del año pasado, aunque con una cooperación menor.

Los convenios, que debían firmarse ayer, contemplan además una ayuda económica de libre disponibilidad de 66 millones de dólares para la balanza de pagos y 25 millones para el ejército nacional, 15 millones menos que en 1992.

De aceptarse la participación del ejército boliviano en la represión antidroga, los acuerdos prevén acciones de apoyo y logística a la lucha gerneral contra la elaboración y tráfico de cocaína en el país.

Según versiones extraoficiales, la firma de los acuerdos está prevista ahora para la próxima semana. En ese lapso deben cumplirse en el Congreso las interpelaciones a los Ministros del Interior, de Defensa y de Relaciones Exteriores por la presencia de tropas estadounidenses en Bolivia sin autorización congresal.

Precisamente dichos Ministros son los que deben firmar los acuerdos con Estados Unidos.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

LA MAÑANA
20-8-92

Quema plantío de droga

Asunción (EFE).- Una plantación que habría dado 50.000 kilos de marihuana fue destruida por fuerzas antinarcóticos de Paraguay cerca de Capitán Bado, departamento de Amambay, en la frontera con Brasil, informaron, ayer miércoles, fuentes oficiales.

La operación policial fue realizada el pasado día 6, en los montes de la localidad de Ybycuí, donde se descubrió la plantación de doce hectáreas, en la que fueron detenidos tres hombres que se habían instalado en un campamento en medio del bosque.

Fuentes del Departamento Nacional de Narcóticos de Pedro Juan Caballero, capital de Amambay, confirmaron la operación.

01/01 9209244

Nº DOCUMENTO

TITULO Ecuador y Colombia firman acuerdo antidrogas

PROCEDENCIA La Mañana

21-8-92

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

Desmienten presencia de Escobar

BOGOTA (Reuter) - Un alto jefe policial venezolano dijo ayer que no existen evidencias sobre la presencial del jefe del cártel de Medellín, Pablo Escobar, en ese país.

"No hay evidencias que permitan establecer que Pablo Escobar está refugiado actualmente en territorio venezolano; eso corresponde más a un rumor que a la realidad", dijo el director General de los Servicios de Inteligencia y Prevención (DISIP), General Manuel Heinz.

Un diario venezolano dijo el lunes que los servicios de inteligencia pensaban que Escobar se había refugiado en algún lugar de Venezuela tras fugarse de una prisión de alta seguridad cerca de Medellín el pasado 22 de julio.

El poderoso narcotraficante huyó con nueve de sus hombres poco después que el Presidente César Gaviria ordenó militarizar el penal para evitar que Escobar continuara dirigiendo las operaciones de su organización desde la lujosa cárcel de Envigado.

Heinz realiza una visita a Colombia para suscribir con las autoridades de este país convenios que permitan fortalecer la lucha conjunta contra el narcotráfico y la subversión.

01/01

9209245.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA EL PAÍS

FECHA DE PROCEDENCIA 22-8-92

VINCULACIONES



Donación Para Prefectura

El gobierno del Reino Unido hizo entrega en **la víspera** de una donación muy importante a la **División Investigaciones** de la Prefectura Nacional **Naval**, consistente en 11 computadoras, con **sus respectivas** impresoras, así como también **10 equipos de fax** y dos visores nocturnos.

En **la ceremonia de entrega** estaba presente **el embajador** de aquella nación, **Donald A. Lamont** y el Prefecto Nacional Naval, Contraalmirante **Gualberto Ruiz**, amén de otras altas autoridades que asistieron al acto realizado a la hora 10 en la planta baja del edificio del Comando General de la Armada.

El importante aporte tecnológico ha sido **evaluado** en 100.000 dólares.

01/02 9209246

Donaron equipos de informática para lucha del narcotráfico

En el marco de la cooperación que el Reino Unido realiza con Uruguay para la lucha contra el narcotráfico, el embajador británico acreditado en el país, Donald A. Lamont, donó el pasado viernes 25 a la Prefectura Nacional Naval equipos de informática, por un monto aproximado a los 100 mil dólares.

El prefecto nacional naval, contralmirante Gualberto Ruiz Estellano, precisó a *El Observador* que en la actualidad para combatir el tráfico de estupefacientes es necesario contar con una muy buena información. "Siendo Uruguay un país turístico, no podemos estar deteniendo a todos los vehículos que procuran ingresar a suelo uruguayo, sino que tenemos que contar con una muy buena red de información que permita dar en el punto justo o muy cerca de él", añadió Ruiz.

El también presidente de la delegación uruguaya en el Comité Intergubernamental de la Hidrovía Paraguay-Paraná, indicó que el equipamiento del sistema de computación ya ha sido instalado en los pasos de frontera y en Montevideo.

Pese a reconocer que el éxito total no se puede garantizar en el control de este flagelo, Ruiz Estellano enfatizó que el equipamiento entregado por el Reino Unido permitirá generar mayores barreras para que Uruguay no se transforme en un país de paso permanente de drogas.

Por su parte, el embajador británico acreditado en Uruguay, Donald Lamont señaló a *El Observador* que su país tiene una principal preocupación en la lucha contra el narcotráfico y desarrolla en este sentido un alto perfil de cooperación.

Subrayó además que "no sólo nos preocupa desarrollar programas de educación en aquellos países que son consumidores, sino que también nos interesan aquellas naciones que son utilizadas como lugares de tránsito por sus puertos o aeropuertos, como es el caso de Uruguay". ■

02/02

92C9246

Pinochet quiere que el ejército combata a los narcotraficantes

SANTIAGO, Chile, 21 (AP). — El comandante en jefe del ejército, **Augusto Pinochet**, planteó hoy una serie de propuestas sobre el futuro de su institución, incluyendo **cambios en el servicio militar obligatorio, su financiamiento y la posibilidad de participar en la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo.**

Pero el ministro de Defensa, **Patricio Rojas**, precisó que corresponde al presidente **Patricio Aylwin**, por mandato constitucional; decidir la reorganización de las fuerzas armadas.

En un discurso de más de una hora que pronunció en la Escuela Militar, al que asistieron Rojas, los presidentes de ambas cámaras del Congreso, dirigentes políticos, ex militares y altas personalidades de su pasado régimen dictatorial, Pinochet esbozó una serie de cambios que vislumbra para el ejército.

En la nueva imagen que se dispone a dar del ejército, que comanda desde hace 19 años, el veterano jefe militar planteó también un mayor acercamiento hacia el mundo político y la comunidad en general.

Durante su extensa exposición, hizo un análisis de la nueva situación política mundial y en alusión a los Estados Unidos señaló que "algunos no tienen dudas de que se está consolidando un período de paz universal, **sin considerar los peligros que podría generar la hegemonía de una superpotencia".**

En respuesta a críticas juveniles sobre el servicio militar obligatorio de dos años, en las que se ha sostenido la conveniencia de abolirlo, Pinochet sugirió la posibilidad de estudiar su duración y períodos diferenciados, así como también "analizar modalidades que permitan a los profesionales jóvenes cumplirlo al momento de recibirse".

Respecto al financiamiento, demandó el establecimiento de "planes de corto, mediano y largo plazo debidamente financiados", según dijo, para que "no se produzcan variaciones anuales que alteren el funcionamiento del ejército".

Actualmente el ejército y la otras ramas de las fuerzas armada reciben un financiamiento establ cido en el presupuesto anual de l nación, pero además **perciben p ley el 10 % de las ventas de cob del país**, el principal recurso de e portación chilena y que anualmer te les otorga unos 350 millones d dólares.

Pinochet dijo que hay que **deli near el papel del ejército en la lu cha contra el narcotráfico y el te rrorismo**, que actualmente solo l corresponde a las fuerzas policia les.

"No podemos dejar de conside rar la posibilidad de que la alianz narcoterrorista llegue a sobrepasa las capacidades de las fuerzas d orden y seguridad y, en consecuen cia, se deba actuar en beneficio d nuestros compatriotas", dijo.

Al término del discurso de Pinochet, el ministro de Defensa dijo que "sin duda son elementos positivos" los planteamientos del jefe militar.

Perú: Hallan 90 Kilos de Cocaína en un Barco

LIMA (EFE).— La policía antidroga peruana decomisó más de 90 kilogramos de cocaína pura destinada a Europa, embarcada en una nave atracada en El Callao, puerto de Lima, y detuvo a cuatro personas, informó un portavoz policial.

El cargamento de 90,72 kilogramos, valorados en seis millones de dólares, fue descubierto durante una operación policial efectuada el 14 de agosto en la motonave de bandera peruana "Lucy", según explicó la fuente.

El coronel Manuel Vásquez señaló que la droga iba a ser trasladada para su comercialización en Europa y que se seguía revisando las bodegas de la embarcación, así como se investigaba a otras personas, después de haberse detenido a cuatro de nacionalidad peruana.

Nº DOCUMENTO

TITULO LA REPUBLICA 23-8-92

ENTRADO

CRUZADO

Narcos colombianos en busca de anotarse un poroto



La policía española incautó 12 quilos y medio de cocaína procedente de Colombia.
El alijo fue detectado en el interior de bolsas de nailon que contenían porotos. Dos
ciudadanos colombianos fueron arrestados como responsablas del tráfico al ser
sorprendida la carga en el aeropuerto de Barajas. Las autoridades tranquilizaron
a la opinión pública diciendo que "podéis cocinar vuestras cazuelas con absoluta
tranquilidad puesto que hemos decomisado el conjunto de la carga".

9209249

01/01

Incautaron cocaína en el Chuy y hay un detenido

ROCHA (por Gerardo Martínez). Unos 300 gramos de cocaína fueron encontrados en poder de un joven de 21 años en el Chuy.

El Jefe de Policía de Rocha, maestro Julio María Sosa, informó a LA MAÑANA que en un operativo policial con funcionarios de Chuy y Rocha se logró detener en las últimas horas del día sábado a un joven de 21 años residente en la frontera, el que tenía en su domicilio unos 300 gramos de cocaína.

Este joven vivía con sus padres en Chuy y es adicto a las drogas desde los 15 años, iniciándose en este flagelo con cemento adhesivo, luego con té de hongos, ingresando posteriormente a los cigarrillos de marihuana y desde hace un tiempo con cocaína que adquiría del lado brasileño en Chuy.

En las próximas horas funcionarios policiales encabezados por el propio Jefe de Policía proseguirán las investigaciones en la frontera para identificar a otras personas que estarían involucradas en este caso.

El detenido fue localizado en estado depresivo porque según comentó, hacía 48 horas que no se drogaba, aprestándose en el momento de la detención a su habitual drogadicción, lo cual no pudo cumplir porque en ese instante llegaba la policía a su domicilio. En las próximas horas será interrogado ante la Justicia competente.

Nº DOCUMENTO

TITULO

LA MAÑANA 23-8-92

11667

Descubrieron aeropuerto en La Paloma que sería utilizado para narcotráfico

Un aeropuerto clandestino construido por una sociedad argentina, fue ubicado en la zona costera de laguna Garzón en un drástico procedimiento realizado por la Prefectura de "La Paloma". La operación fue posible merced a la denuncia realizada por funcionarios técnicos del Ministerio de Vivienda en la costa oceánica. Otras obras en proyecto, también ilegales fueron denunciadas. Se sospecha que una banda de narcotraficantes podría usar la pista para sus macabras operaciones.

ROCHA (por Gerardo Rodríguez). La pista tiene una extensión de 600 metros por unos 30 de ancho y la referida Secretaría de Estado aplicaría una voluminosa sanción, cercana a los 50 mil dólares, al propietario del frustado aeródromo particular.

La construcción del trazado de la pista destruyó una serie de médanos costeros, así como un monte cercano que la circundaba, provocando serios perjuicios al medioambiente. Prefectura de la Paloma a cargo del prefecto Héctor Varela, anunció que las investigaciones seguirán, pues "aquí no termina el tema", ya que es extraña la *forma* en que se construyó, lo que supuestamente sería un complejo de atracción turística. El mismo sería la pantalla para operaciones ilegales como el narcotráfico o contrabando, entre otras. Está ubicado en la zona de Izpúa, cerca de la ruta 9. Esta extrañas remociones de tierra vienen siendo seguidas por las autoridades desde hace más de un mes. Por supuesto que las obras se encuentran paralizadas.

01/01

9209251

RUMORES EN MIAMI

Acusarían a Castro en EE.UU. por narcotráfico

MIAMI, 22 (Por **Mike Clary**, especial para **Los Angeles Times y Clarín**). — Tres años después de que **Fidel Castro** ordenó la ejecución de dos generales por estar vinculados con el contrabando de drogas, torbellinos de rumores sacuden esta ciudad ante **la posibilidad de que el líder cubano sea acusado por narcotráfico por el fiscal general de los Estados Unidos**

Dan Gelberd, asistente de la fiscalía, rehusó hacer cualquier tipo de comentario al respecto. Funcionarios del **Departamento de Justicia** y de la **DEA** (la Agencia Antinarcóticos norteamericana) en Washington también declinaron hacer declaraciones. Un vocero no oficial dijo que es **"improbable"** un dictamen en el que se nombre a Castro.

Los rumores sobre la inculpación del jefe revolucionario cubano surgieron en Miami luego de que se conoció una carta de uno de sus antiguos aliados en la isla. El mensaje fue publicado por el diario francés **Le Monde.**

La misiva fue escrita por el general **Patricio de la Guardia**, quien se encuentra condenado y en prisión acusado de narcotráfico, con 30 años de sentencia. En su escrito De la Guardia sostiene que las acciones por las cuales fue condenado fueron dirigidas por **"altos niveles del gobierno cubano"**.

En Miami los rumores acerca de la probable acusación norteamericana sobre Castro convulsionaron a la numerosa población de hispanos durante los últimos días.

La estación de televisión WPLG informó que según sus consultas a tres fuentes distintas en Washington "hay serias consideraciones sobre la inculpación" del líder socialista.

Algunos indicios

Por su parte, el diario **The Miami Herald** sostuvo en un editorial el viernes que la administración del presidente George Bush tiene indicios de que tanto Fidel Castro como su hermano Raúl **"deben tener conocimiento sobre los altos niveles del tráfico de narcóticos"**. La publicación señaló que los **"EE.UU. tienen suficiente evidencia que los inculpa** (a los hermanos Castro) **en la operación por la que fue condenado a muerte el general Ochoa"**.



Fidel Castro

Distintos analistas señalaron que los rumores respecto de la vinculación del líder de Cuba con el narcotráfico se iniciaron durante el juicio que se le siguió al ex hombre fuerte de Panamá, el general **Manuel Noriega**, que actualmente purga una larga condena en territorio estadounidense por su relación con el tráfico de drogas.

En dicho proceso varios testigos involucraron a Castro en una disputa entre Noriega y los narcotraficantes colombianos. Incluso el fiscal del caso mostró fotografías en las que Castro y Noriega aparecen juntos, aunque ello no significa que el tema del encuentro haya sido el tráfico de drogas.

9209252.

01/01

Nº DOCUMENTO

TITULO INCAUTACIONES DE COCAÍNA EN MEXICO

PROCED... LA REPUBLICA

F... 26-8-92

ENTRADO

...DO

Escobar, el mariachi

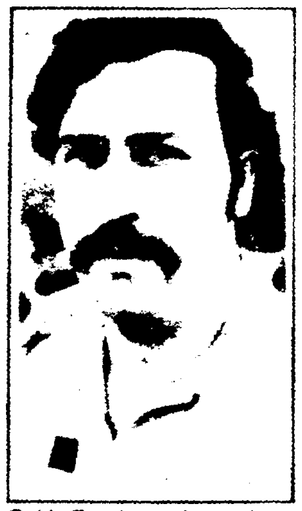
México (AFP)

La Policía Federal de México, a petición de los gobiernos de Colombia y Estados Unidos, "estableció diversos operativos tendientes a buscar en territorio mexicano a Pablo Escobar, dirigente del cártel de Medellín", mafia distribuidora de cocaína, informó ayer el diario Unomásuno.

El periódico indicó que "un funcionario de la Procuraduría General de la República (PGR)", apuntó que aunque no hay indicios de que el narcotraficante más buscado del mundo "pueda estar en territorio mexicano, no deja de existir la posibilidad".

Recordó que Escobar se fugó el 21 de julio pasado de la cárcel de alta seguridad de Envigado, población cercana a Medellín, principal centro de operaciones del zar de la cocaína. La fuente de Unomásuno dijo que la operación de búsqueda se realiza en otras naciones como Venezuela, Ecuador y desde luego Colombia.

Precisó que "colaboradores cercanos al general Jorge Carrillo Olea, coordinador general para la atención de delitos contra la salud (narcotráfico) de la PGR, trabajan desde hace casi tres semanas en estos operativos" de localización.



Pablo Escobar es buscado en México. (Telefoto de archivo de AFP)

La posibilidad de que Escobar se encuentre en esta nación, agregó, ha motivado el fortalecimiento del programa de interceptación aérea, que consiste en la ubicación y detención de naves sospechosas de transportar drogas.

México es un país "puente" para el tráfico de cocaína enviada desde Colombia y otros países sudamericanos hacia Estados Unidos y en lo que va de 1992 la Policía Federal ha decomisado alijos por más de 160 toneladas de esa droga.

01/01 9209253

Localizan en Bogotá obras de Picasso robadas en EE.UU.



Santafé de Bogotá (EFE).- La Policía de Colombia localizó ayer, en Santafé de Bogotá, dos cuadros que, al parecer, son sendas pinturas de Pablo Picasso robadas en Estados Unidos, al desmantelar un centro dedicado al "lavado" de dinero procedente del narcotráfico.

Según informó la Policía Judicial, la organización que controlaba el "lavado" de dinero tenía conexiones en Estados Unidos, Panamá e India.

El comandante de la Policía Judicial, Coronel Luis Enrique Montenegro, indicó a Radio Cadena Nacional (RCN) que la operación ha supuesto seis meses de investigaciones conjuntas de su departamento con la Fiscalía Regional bogotana y el apoyo del Departamento Estadounidense Antidroga (DEA). Montenegro precisó que, en registros realizados en catorce casas de distintos lugares de la capital, las autoridades colombianas detuvieron a dos personas, cuyos nombres no se han difundido, y se decomisaron ordenadores, equipos y documentos bursátiles con un valor de 10 millones de dólares.

Sobre los cuadros atribuidos a Picasso, señaló que son "La mujer del sombrero" y "El guitarrista cubista", robadas a un museo de Estados Unidos y cuya autenticidad se investiga.

De resultar auténticas, están valoradas en quince millones de dólares, aunque los miembros de la organización los tenían como prenda de una deuda de 200.000 dólares.

La Policía Judicial colombiana explicó que, con la operación se han descubierto nuevas rutas para el manejo de cuentas bancarias para el "blanqueo" del dinero procedente del narcotráfico.

El "lavado" de fondos funcionaba mediante consignaciones en bancos de Miami y Nueva York que enviaban el dinero a la India, en donde sucursales bancarias lo remitían a Colombia, aunque en otros casos se utilizaban servicios de correos.

El Coronel Montenegro señaló que en la operación se incautaron nueve ordenadores, 349 discos con información, siete fax, tres teléfonos celulares, 72 cheques, 60 certificados de cambio y documentos de veinte cuentas bancarias, algunas en la India. ■

Nº DOC...
TITULO
PRO... En PAÍS
26. 8. 92.

ENTRADO
CRUZADO

El Presidente Boliviano Propuso la "Coca Como Alternativa de la Coca"

El presidente boliviano Jaime Paz Zamora, al anunciar un acuerdo con Uruguay para la lucha contra el narcotráfico, propuso nuevos usos para el uso de la hoja de coca (principal componente de la cocaína) "es decir la coca como alternativa de la coca".

En conferencia de prensa realizada después de su primera entrevista con el presidente Luis Alberto Lacalle, en el curso de una visita de 56 horas iniciada el domingo, Paz Zamora agradeció la donación de depósitos en puertos uruguayos "que abre una nueva frontera" para Bolivia.

"Dentro del concepto de desarrollo alternativo como un mecanismo más de la lucha contra el narcotráfico, hay que darle una alternativa productiva al campesino la hoja de coca, (y con nuevos destinos para su industrialización lícita) la coca como alternativa de la coca", dijo el Mandatario boliviano.

Ambos Presidentes explicaron que su acuerdo para combatir el tráfico de drogas consiste fundamentalmente en una acción conjunta para lograr un estudio adecuado de las posibilidades de la coca y para que la comunidad internacional adopte una actitud distinta en este fenómeno.

Se trata de la búsqueda de las propiedades medicinales y nutritivas de la hoja de coca que "podrían abrir nuevas perspectivas económicas para la industrialización lícita de sus productos derivados", precisó Paz.

El jefe de gobierno boliviano se refirió a la hidrovía Paraná - Paraguay, un canal de 3.400 km. desde Puerto Cáceres (Bolivia) a Nueva Palmira (Uruguay), como "una revolución que cambiará la vida de nuestros pueblos" porque potencializará el comercio de la producción minera y agrícola de la región.

Argumentó que la venta de gas natural boliviano especialmente a Brasil dará energía barata y sana a la región, la hidrovía proporcionará transporte de bajo costo; y ambos factores combinados producirán beneficios "que todavía no somos capaces de visualizar".

01/01

920925-5

Korzeniak: Interpretaciones "peligrosas" en nueva legislación sobre narcotráfico

La Comisión de Constitución y Legislación del Senado prosiguió el lunes el estudio de una iniciativa del Poder Ejecutivo por la que se produce una modificación importante a la legislación vigente en materia de tráfico de estupefacientes y lavado de narcodólares. El proyecto de ley, aunque menciona como base doctrinaria el Tratado de Viena, en realidad se inspira en la ley norteamericana e introduce interpretaciones "peligrosas", según senadores y juristas que lo han estudiado.

De acuerdo a lo informado por el Senador socialista José Korzeniak, el texto mantiene una característica -quizá mayoritaria en el mundo- por la que no se castiga el consumo sino el suministro, venta y maniobras con el resultado de las mismas (lavado), considerando a los consumidores como enfermos.

La iniciativa contiene una innovación que ha sido muy criticada en el seno de la Comisión a medida que el análisis ha ido avanzando, y por los especialistas en la materia que han venido a prestar su asesoramiento, caso de los conocidos penalistas Adela Reta y Gonzalo Fernández: se trata de la denominada "convicción moral" como método de valoración de las pruebas.

Dicho método, añadió Korzeniak, tradicionalmente ha sido considerado peligroso en el Uruguay, cuyos juristas y legisladores han preferido el método de la "sana crítica" que es la regla general en nuestro país.

El método de la "convicción moral" ha sido utilizado en casos excepcionales, pero algunos asesores han expresado que en el Uruguay no existe una situación comparativamente tan grave en materia de drogas como para justificar su introducción.

Uno de los extremos del proyecto criticados por el profesor de Derecho Penal Gonzalo Fernández en su exposición ante el grupo de trabajo parlamentario, está vinculado a la responsabilidad que en este caso se atribuye a los propietarios de establecimientos comerciales que no adopten medidas adecuadas para impedir el consumo dentro de los mismos.

Interpretaciones peligrosas. En materia de lavado de narcodólares, prosiguió Korzeniak, se introduce un castigo penal para quienes, "conociendo o *debiendo conocer*" que existe una operación bancaria o comercial vinculada al tráfico de drogas, no impidan o denuncien su realización; el "*debe* conocer" -dijo- genera interpretaciones inseguras y peligrosas.

En la práctica, añadió Korzeniak, nunca caen en estos casos los delincuentes más importantes, sino que el hilo se corta por lo más delgado.

También el Profesor Fernández criticó el establecimiento de listas de productos que el Poder Ejecutivo puede ir modificando, porque en nuestro derecho penal siempre se ha entendido que la ley es la que debe tipificar íntegramente el delito, según el principio "*nulla pena sine legge previa*". En este caso sería el Poder Ejecutivo quien completaría la tipificación, sobre todo porque también el proyecto prevé castigo no sólo por producir el estupefaciente sino por la posesión de elementos para fabricarlo, caso del alcohol. ■

LA REPUBLICA 30-7-92

CRUZADO

La doctora Adela Reta tiene reparos con la "libre convicción" del juez en materia de estupefacientes

■ La ex ministra de Educación y Cultura, doctora Adela Reta, efectuó una serie de observaciones críticas al proyecto de ley que introduce modificaciones al decreto-ley 14.294, que regula la comercialización y uso de estupefacientes, que analiza la Comisión de Constitución y Legislación del Senado.

El documento hecho llegar por la citada profesional obedece a un pedido expreso, efectuado por el doctor Américo Ricaldoni del Foro Batllista, a modo de asesoramiento en tan delicado tema. Los conceptos vertidos fueron repartidos entre los legisladores que componen el grupo legislativo en el día de ayer. Si bien la doctora Reta se mostró conforme en la necesidad de legislar en torno al asunto hizo algunas observaciones a la iniciativa del Poder Ejecutivo. Fundamentalmente hace referencia a la mención expresa que se hace de la libre convicción para el dictamen del juez y las medidas cautelares o embargos preventivos. En el último caso no le conforma como está regulado el tema y, en el primero, no considera adecuada la mención expresa ya que puede llevar a interpretaciones no adecuadas, pues, se aplica en casos excepcionales.

Este jueves la Comisión de Constitución y Legislación continuará analizando el proyecto y recibirá más opiniones de especialistas, a partir de las 14 y 30, cuando expongan los integrantes del Instituto de Derecho Penal.



Adela Reta asesora al Parlamento en la reforma de la ley de estupefacientes.

El proyecto como adelantó LA REPUBLICA actualiza las normas que rigen en el Uruguay con respecto a la lucha contra la drogadicción y, entre otras cosas, apunta a combatir los delitos de lavado de dinero procedente del tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicocrópicas.

EL PAÍS 28-8-92

Marihuana: Aprueban el uso Terapéutico

NUEVA YORK, 27 (ANSA). — El concejo comunal de San Francisco aprobó hoy una ordenanza que prevé el uso de marihuana con fines terapéuticos y, de hecho, permitirá en esa ciudad californiana la posesión y cultivo a personas gravemente enfermas.

Para ser efectiva, la ordenanza debe ser ahora firmada por el alcalde, Frank Jordan, quien ya anticipó su acuerdo.

Muchos médicos aprueban el uso terapéutico de la marihuana para las personas enfermas de SIDA, glaucomas, esclerosis múltiples, cáncer y todas las enfermedades que exigen un tratamiento de quimioterapia.

"Los enfermos graves no deberían ser obligados a bajar a las calles a tratar con criminales (narcotraficantes) para procurarse los productos médicos que necesitan", sostuvo con motivo de la aprobación del proyecto un grupo de defensa de enfermos, la Alianza por la Cannabis Terapéutica, con sede en Washington.

La decisión del concejo comunal hace de San Francisco la primera ciudad estadounidense en la que será consentido el uso de marihuana con fines médicos.

Muchas ciudades de California estudian ahora seguir el ejemplo de San Francisco y tomar análoga decisión.

01/02

9209257

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA REPUBLICA

FECHA 28-8-92

VINCULACIONES

CRUZADO

4

Marihuana con fines "terapéuticos" en San Francisco

Nueva York (ANSA)

El concejo comunal de San Francisco aprobó una ordenanza que prevé el uso de marihuana con fines terapéuticos y, de hecho, permitirá en esa ciudad californiana la posesión y cultivo a personas gravemente enfermas.

Para ser efectiva, la ordenanza debe ser ahora firmada por el alcalde, Frank Jordan, quien ya anticipó su acuerdo.

Muchos médicos aprueban el uso terapéutico de la marihuana para las personas enfermas de sida, glaucomas, esclerosis múltiples, cáncer y todas las enfermedades que exigen un tratamiento de quimioterapia.

"Los enfermos graves no deberían ser obligados a bajar a las calles a tratar con criminales (narcotraficantes) para procurarse los productos médicos que necesitan", sostuvo con motivo de la aprobación del proyecto un grupo de defensa de enfermos, la Alianza por la Cannabis Terapéutica, con sede en Washington.

02/02

9209257

Durante visita de cárceles en Salto

Periodista salteño denuncia ser falsamente incriminado por tráfico de estupefacientes

*** Dice recibir un trato descriminatorio en la cárcel**

*** Jefe de Policía: "No se le permite salir a trabajar porque su presencia en la calle produce alarma pública**

Salto, por nuestro corresponsal Diego Fernández

■ En un alegato presentado ante las autoridades judiciales en la Visita Anual de Cárceles, un recluso procesado por violación a los artículos 31 y 34 de la Ley 14.294 (Tenencia y Tráfico de Drogas); denunció presiones policiales a terceros para incriminarlos y reclamó por trato discriminatorio de las autoridades carcelarias en relación con otros encausados por similar delito. Por su parte el jefe de Policía, doctor Néstor Albisu desvirtuó las acusaciones contenidas en el alegato y prometió en breve la recomendación de la jueza María Iriarte, emparejar el trato carcelario de los encausados.

Pedro Bilbao, de doble nacionalidad hispano-uruguaya, ingresó a la cárcel en marzo de 1990 junto a otros tres salteños, todos procesados por las normas que sancionan la tenencia y el tráfico de estupefacientes. Sólo él fue internado en la cárcel departamental, mientras que los otros encausados —Miguel Iriarte, Fernando Irazusta y Carlos Rubio— fueron alojados en seccionales policiales.

"LO PRESIONARON PARA QUE ME INCRIMINARA"

Según el alegato, cuya copia fue proporcionada a LA REPUBLICA por el padre de Bilbao, el hispano-uruguayo (muy conocido en el ambiente juvenil por un programa radial al estilo "Solos en la Madrugada"), acusaba al comisario Carlos Texeira de la Seccional 1ra. de haber presionado a Irazusta para inculparlo.

"Hace cuatro meses —dice Bilbao— presentó mi defensor una carta que me enviaba Irazusta en la cual pedía perdón por haberme involucrado y en su justificación decía que lo había amenazado con trasladarlo a Libertad si no redeclaraba incriminándome, cosa que hizo. Según Irazusta el que la obligó a cambiar su declaración fue el comisario Texeira".

"Mi casa no fue allanada, como la de Rubio e Irazusta, y meses atrás allanaron mi celda con perros y tampoco nada encontraron".

En lo referente al trato discriminatorio con los otros encausados, Bilbao señaló que sólo a él lo internaron en la cárcel, mientras que los demás estaban en seccionales con un régimen mucho más laxo. Agregó que a uno de ellos se le permitía salir a trabajar a diario en su empresa, mientas que a él no se le había permitido volver a trabajar en la radio, aunque sin salir al aire.

La defensora sostuvo que Bilbao necesita trabajar por razones económicas y de salud mental. Requerida la opinión del jefe de Policía, éste señaló que "en la próxima semana definiremos el tema y es muy posible que la petición se autorice". A su vez la magistrada María Iriarte expresó la recomendación de que se dispensara a los encausados los mismos privilegios para que no se sintieran discriminados.

ALBISU: "EVITAR ALARMA PUBLICA"

Indagado sobre el particular, luego de la Visita de Cárceles, el doctor Albisu aseguró a LA REPUBLICA que "por problemas locativos no pudimos alojar a todos en las seccionales, además el comando dispone dónde ubicar los reclusos en los lugares donde considere más conveniente".

En cuanto a la negativa de salir a trabajar, Albisu aclaró que "Iriarte recién hace una semana que sale a trabajar. A ninguno de ellos se le permitía salir a trabajar, porque coincidimos con otros jueces en que podía registrarse algo así como una conmoción social o alarma pública.

En las salidas transitorias de ellos mucha gente me llamaba a mi casa para avisarme que los había visto sueltos. Son gente conocida y su presencia no pasa desapercibida; el verlos a ellos provocaba alarma pública. Por eso tardamos tanto en permitirles trabajar; ahora que casi cumplieron la media pena y en breve podrán, si la Justicia lo dispone, ser liberados, creemos conveniente autorizar la salida a trabajar. Un año atrás no hubiera sido lo mismo y quisimos evitar una conmoción pública. Además es bueno que la sociedad vea que quien se involucra en el tema de la droga deberá pagar sus consecuencias. No hay ningún tipo de motivaciones. Eso es lo que a mí compete lo demás es resorte de la Justicia".

Recomiendan medidas contra narcotráfico y lavado de dinero

REPRESENTANTES DE CASI todos los países de América Latina reunidos en Costa Rica recomendaron a los gobiernos del área la adopción de medidas eficaces para combatir el narcotráfico y el lavado de dinero.

Las recomendaciones fueron realizadas por el V Seminario sobre "Medidas efectivas para combatir delitos de drogas" organizado por el Instituto Latinoamericano de Naciones Unidas para la Prevención del Delito y Tratamiento del Delincuente (Ilanud) que preside la ex integrante de la Suprema Corte uruguaya, Jacinta Balbela.

Los participantes recomendaron, además de las medidas contra el narcotráfico, el combate de la drogadicción sobre la base de la prevención integral desde la infancia

El evento contó con el apoyo y patrocinio del gobierno de Costa Rica -donde tiene asiento Ilanud- la Agencia Internacional para el Desarrollo (AID) y la Agencia de Cooperación Internacional de Japón (JICA) y el Instituto de las Naciones Unidas de Asia y Lejano Oriente (Unafei). También participaron representantes de otros países fuera del área, como Inglaterra.

Uruguay estuvo representado por el ex ministro de la Suprema Corte Armando Tommasino y el integrante de los tribunales penales, Milton Cairoli, que además es profesor de Derecho Penal en nuestra Facultad de Derecho.

El temario incluyó, fundamentalmente, los problemas de la prevención integral educativa sobre drogadicción. En ese sentido se aprobaron recomendaciones para combatir el flagelo desde la niñez y en la escuela. Se consideró tema prioritario el de la prevención y educación, más que el represivo.

- También mereció especial atención del evento la asistencia y resocialización de los consumidores y el perfeccionamiento de las distintas legislaciones penales de los estados del área.

Se consideró que para atender al consumidor es preferible un tratamiento preferentemente asistencial -no represivo ni punitivo- por cuanto el simple consumidor, que ni trafica drogas ni facilita las mismas a sus semejantes, es una conducta que la mayoría de los países no sanciona, como el nuestro.

Para este caso se recomiendan penas leves, especialmente sustitutivas de la prisión preventiva, lo que se denomina 'penas alternativas'.

En cambio para los delincuentes de mayor peligrosidad, los auténticos narcotraficantes de la droga, una mayor severidad en las penas obstativas de la libertad provisional. ■

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
~~0211000CT92~~

M E M O R A N D U M Nro.127 / 92

R E F E R E N T E A : Corrección de datos registrados en Ficha de Armando Matías DA SILVA TAVAREZ GAMBOA (No. 045136)

E V A L U A C I O N : A-1

T E X T O : Se establece que la anotación registrada en dicha Ficha (ya microfilmada) con fecha 15/03/91 según R.E. No. 9003209/1 no pertenece a dicha persona, sino a Armando DA SILVA TAVAREZ (Hijo) Ficha No. 246404-8, por lo cual se procede a la actualización correspondiente.-

EL JEFE DE LA SECCION BIOGRAFICO

Tte. 1° NORBERTO DEVINCENSI

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 02 OCT. 1992
Pase a Biográfico
Nº. de Orden 9209260

001 01

MINISTE[illegible] DEL INTE[illegible]

DIRECCION NACIONAL DE [illegible] INTELIGENCIA

BRIGADA DE NARC[illegible] Y DROG[illegible] PELIGROSAS

DATOS ESTADISTICOS DESDE: 01/01/92 AL 31/01/92

A) MAYORES:

DETENIDOS	MASC.	93	FEM.	24	TOTAL	117
REMITIDOS A LA CARCEL	MASC.	[illegible]	FEM.	1	TOTAL	25
A DISPOSICION DE TOXICOMANIAS	MASC.	[illegible]	FEM.	6	TOTAL	37
LIBERTADES	MASC.	[illegible]	FEM.	15	TOTAL	52
ENTREGADOS A OTRAS DEPENDENCIAS	MASC.	1	FEM.	2	TOTAL	3
REINCIDENTES	MASC.	34	FEM.	6	TOTAL	40

B) MENORES:

DETENIDOS	MASC.	1	FEM.	3	TOTAL	4
A DISPOSICION DE TOXICOMANIAS	MASC.	0	FEM.	1	TOTAL	1
LIBERTADES	MASC.	0	FEM.	2	TOTAL	2
ENTREGADOS A OTRAS DEPENDENCIAS	MASC.	3	FEM.	0	TOTAL	3
REINCIDENTES	MASC.	0	FEM.	0	TOTAL	0

C) DISCRIMINACION POR EDADES:

HASTA 14 AÑOS		DE 15 A 19 AÑOS		DE 20 A 24 AÑOS	
MASC....	0	MASC....	16	MASC....	37
FEM.....	1	FEM.....	8	FEM.....	10
TOTAL...	1	TOTAL...	24	TOTAL...	47

DE 25 A 29 AÑOS		DE 30 A 34 AÑOS		MAYORES DE 34 AÑOS	
MASC....	17	MASC....	12	MASC....	12
FEM.....	2	FEM.....	4	FEM.....	2
TOTAL...	19	TOTAL...	16	TOTAL...	14

D) TOTAL GENERAL DE DETENIDOS:

MASCULINOS:... 94 FEMENINOS:... 27 TOTAL:... 121

E) CLASIFICACION DE INVOLUCRADOS:

TRAFIC.: 1 TRAF.CONS: 7 CONSUMID.: 102 NO CONSUMID: 11

F) TIPOS DE DROGAS UTILIZADAS (Cantidad de personas consumidoras de...)

COCAINA: 31 MARIHUANA: 96 ANFETAM.: [illegible] INHALAN.: 1 L.S.D.: 0
CRACK: 0 OTROS ESTIMUL.: 2

G) DELITOS COMETIDOS (Decreto Ley [illegible] 14294 por Arts. y C.P.D.)

ART.30: 1 ART.31: 3 ART.32: 0 ART.33: 0 ART.34: 2
ART.35: 19 ART.36: 0 ART.37: 0 C.P.D.: 1

H) OCUPACIONES DE LOS INDAGADOS:

PROFESIONALES: 0 COMERCIANTES: 11 EMPL. [illegible]AT.: 3 DESOCUP.: 44
E.UNIV.: 7 E.SECUND.: 14 E.PRIM.: 0 [illegible]AR: 27 EXT.TURIS.: 15

I) DROGA INCAUTADA:

PAS.BASE DE COCA (Grs.)....:	0,00	CLORH[illegible] COCAINA (Grs.).:	16,00
PLANTAS DE CANNABIS (Unid.):	1,00	MARI[illegible] (Grs.).........:	780,00
ACIDOS (Unidades)..........:	0,00	[illegible] (Comp.)....:	0,00
HOJAS DE COCA (Grs.).......:	0,00	ANFETAMINAS (Grs.).......:	0,00

J) OBSERVACIONES: Las cantidades de drogas son aproximadas dado que no se ha recibido los informes de Policia Tcnica de la droga incautada en el == interior del Pais.-(hpz).-==================================

DOC. EN SU TOTALIDAD POCO LEGIBLE POR SER FOTOCOPIA.

01 /05

9209261

MI[illegible] [illegible]TERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFO[illegible]ON E INTELIGENCIA

BRIGADA DE NARCOTICOS Y DROGAS PELIGROSAS

DATOS ESTADISTICOS DES[illegible] [illegible]2/92 AL 29/02/92

A) MAYORES:

DETENIDOS	MASC.	60	FEM.	11	TOTAL	71
REMITIDOS A LA CARCEL	MASC.	3	FEM.	1	TOTAL	4
A DISPOSICION DE TOXICOMANIAS	MASC.	52	FEM.	5	TOTAL	31
LIBERTADES	MASC.	30	FEM.	5	TOTAL	35
ENTREGADOS A OTRAS DEPENDENCIAS	MASC.	1	FEM.	0	TOTAL	1
REINCIDENTES	MASC.	22	FEM.	4	TOTAL	26

B) MENORES:

DETENIDOS	MASC.	10	FEM.	0	TOTAL	10
A DISPOSICION DE TOXICOMANIAS	MASC.	1	FEM.	0	TOTAL	1
LIBERTADES	MASC.	9	FEM.	0	TOTAL	9
ENTREGADOS A OTRAS DEPENDENCIAS	MASC.	0	FEM.	0	TOTAL	1
REINCIDENTES	MASC.	1	FEM.	0	TOTAL	1

C) DISCRIMINACION POR EDADES:

HASTA 14 AÑOS		DE 15 A 19 AÑOS		DE 20 A 24 AÑOS	
MASC....	1	MASC....	20	MASC....	21
FEM.....	0	FEM.....	0	FEM.....	3
TOTAL...	1	TOTAL...	20	TOTAL...	24

DE 25 A 29 AÑOS		DE 30 A 34 AÑOS		MAYORES DE 34 AÑOS	
MASC....	11	MASC....	9	MASC....	8
FEM.....	5	FEM.....	3	FEM.....	0
TOTAL...	16	TOTAL...	12	TOTAL...	8

D) TOTAL GENERAL DE DETENIDOS:

MASCULINOS:... 70 FEMENINOS:... 11 TOTAL:... 81

E) CLASIFICACION DE INVOLUCRADOS:

TRAFIC.: 0 TRAF.CONS: 3 CONSUMID.: 59 NO CONSUMID: 19

F) TIPOS DE DROGAS UTILIZADAS (Cantidad de personas consumidoras de...)

COCAINA: 23 MARIHUANA: 44 ANFETAM.: INHALAN.: 1 L.S.D.: 0
CRACK: 0 OTROS ESTIMUL.: 0

G) DELITOS COMETIDOS (Decreto Ley Nro. 14294 por Arts. y C.P.O.)

ART.30: 0 ART.31: 1 ART.32: 0 ART.33: 0 ART.34: 1
ART.35: 2 ART.36: 0 ART.37: 0 C.P.O.: 1

H) OCUPACIONES DE LOS INDAGADOS:

PROFESIONALES: 1 COMERCIANTES: 11 EMPL.ESTAT.: 3 DESOCUP.: 29
E.UNIV.: 0 E.SECUND.: 14 E.PRIM.: 0 EMP.VAR: 22 EXT.TURIS.: [illegible]

I) DROGA INCAUTADA:

PAS.BASE DE COCA (Grs.):	0,00	CLO[illegible] DE COCAINA (Grs.):	31,37
PLANTAS DE CANNABIS (Unid.):	0,00	MARI[illegible]A (Grs.):	27134,24
ACIDOS (Unidades):	0,00	SICOFARMACOS (Comp.):	0,00
HOJAS DE COCA (Grs.):	0,00	ANFETAMINAS (Grs.):	0,00

J) OBSERVACIONES: Se tuvieron en cuenta in[illegible]aciones y detenidos de los operativos en "Verano Azul" y de [illegible] Depar[illegible]entos del Pais.-==========

02 9209261

MINISTERIO [illegible]
DIRECCION NACIONAL DE [illegible]ACION E INTELIGENCIA
BRIGADA DE NARCOTICOS Y DROGAS [illegible]GROSAS

DATOS ESTADISTICOS DE[illegible] [illegible]/03/92 AL 31/03/92

A) MAYORES:

ETE[illegible]DOS	MASC.	50	FEM.	12	TOTAL	62
[illegible]EMITIDOS A LA CARCEL	MASC.	7	FEM.	1	TOTAL	8
DISPOSICION DE TOXICOMANIAS	MASC.	24	FEM.	1	TOTAL	13
IBERTADES	MASC.	[illegible]	FEM.	10	TOTAL	38
NTREGADOS A OTRAS DEPENDENCIAS	MASC.	[illegible]	FEM.	0	TOTAL	3
EINCIDENTES	[illegible]	20	[illegible]	3	TOTAL	23

B) MENORES:

ETENIDOS	MASC.	4	FEM.	0	TOTAL	4
DISPOSICION DE TOXICOMANIAS	MASC.	0	FEM.	0	TOTAL	0
IBERTADES	MASC.	3	FEM.	0	TOTAL	3
NTREGADOS A OTRAS DEPENDENCIAS	[illegible]	1	FEM.	0	TOTAL	3
EINCIDENTES	MASC.	[illegible]	FEM.	0	TOTAL	0

C) DISCRIMINACION POR EDADES:

ASTA 14 AÑOS		DE 15 A 19 AÑOS		DE 20 A 24 AÑOS	
MASC....	0	MASC....	8	MASC....	15
FEM.....	0	FEM.....	1	FEM.....	2
TOTAL...	0	TOTAL...	9	TOTAL...	17

E 25 A 29 AÑOS		DE 30 A 34 AÑOS		MAYORES DE 34 AÑOS	
MASC....	15	MASC....	7	MASC....	9
FEM.....	2	FEM.....	2	FEM.....	5
TOTAL...	17	TOTAL...	[illegible]	TOTAL...	14

D) TOTAL GENERAL DE DETENIDOS:

MASCULINOS:... 54 FEMENINOS:... 12 TOTAL:... 66

E) CLASIFICACION DE INVOLUCRADOS:

TRAFIC.: 0 TRAF.CONS: 1 CONSUMID.: 39 NO CONSUMID: 26

F) TIPOS DE DROGAS UTILIZADAS (Cantidad de person[illegible] consumidoras de...)

COCAINA: 9 MARIHUANA: 30 ANFETA[illegible] 4 INHALAN.: 0 L.S.D.: 0
CRACK: 0 OTROS ESTIMUL.: 2

G) DELITOS COMETIDOS (Decreto Ley Nro. 14294 por Arts. y C.P.O.)

ART.30: 0 ART.31: 0 ART.32: [illegible] ART.33: 0 ART.34: 0
ART.35: 3 ART.36: 0 ART.37: [illegible] C.P.O.: 7

H) OCUPACIONES DE LOS INDAGADOS:

PROFESIONALES: 0 COMERCIANTES: [illegible] EMPL.ESTAT.: 4 DESOCUP.: 35
E.UNIV.: 1 E.SECUND.: 7 E.PRIM.: 0 EMP.VAR: 16 EXT.TURIS.: 1

I) DROGA INCAUTADA:

PAS.BASE DE COCA (Grs.)....:	0,00	[illegible]HI.DE COCAINA (Grs.).:	12,15
PLANTAS DE CANNABIS (Unid.):	0,00	[illegible]IHUANA (Grs.).........:	61,20
ACIDOS (Unidades)..........:	0,00	[illegible]COFARMACOS (Comp.)....:	0,00
HOJAS DE COCA (Grs.).......:	0,00	ANFETAMINAS (Grs.).......:	0,00

J) OBSERVACIONES:

9209261

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

BRIGADA DE NARCOTICOS Y DROGAS PELIGROSAS

DATOS ESTADISTICOS DESDE: 01/[illegible]/92 AL 30/04/92

A) MAYORES:

DETENIDOS	MASC.	83	FEM.	14	TOTAL	97
REMITIDOS A LA CARCEL	MASC.	17	FEM.	2	TOTAL	19
A DISPOSICION DE TOXICOMANIAS	MASC.	56	FEM.	4	TOTAL	32
LIBERTADES	MASC.	33	FEM.	7	TOTAL	40
ENTREGADOS A OTRAS DEPENDENCIAS	MASC.	5	FEM.	1	TOTAL	6
REINCIDENTES	MASC.	40	FEM.	7	TOTAL	47

B) MENORES:

DETENIDOS	MASC.	8	FEM.	3	TOTAL	11
A DISPOSICION DE TOXICOMANIAS	MASC.	2	FEM.	0	TOTAL	2
LIBERTADES	MASC.	6	FEM.	3	TOTAL	9
ENTREGADOS A OTRAS DEPENDENCIAS	MASC.	[illegible]	FEM.	0	TOTAL	6
REINCIDENTES	MASC.	[illegible]	FEM.	1	TOTAL	4

C) DISCRIMINACION POR EDADES:

HASTA 14 AÑOS		DE 15 A 19 AÑOS		DE 20 A 24 AÑOS	
MASC....	0	MASC....	19	MASC....	32
FEM.....	0	FEM.....	6	FEM.....	8
TOTAL...	0	TOTAL...	[illegible]	TOTAL...	40

DE 25 A 29 AÑOS		DE 30 A 34 AÑOS		MAYORES DE 34 AÑOS	
MASC....	17	MASC....	10	MASC....	13
FEM.....	2	FEM.....	0	FEM.....	1
TOTAL...	19	TOTAL...	10	TOTAL...	14

D) TOTAL GENERAL DE DETENIDOS:

MASCULINOS:... 91 FEMENINOS .. 17 TOTAL:... 108

E) CLASIFICACION DE INVOLUCRADOS:

TRAFIC.: 0 TRAF.CONS: 2 CONSUMID.: 75 NO CONSUMID: 31

F) TIPOS DE DROGAS UTILIZADAS (Cantidad de personas consumidoras de...)

COCAINA: 33 MARIHUANA: 56 ANFETAM.: 2 INHALAN.: 1 L.S.D.: 0
CRACK: 0 OTROS ESTIMUL.: 0

G) DELITOS COMETIDOS (Decreto Ley Nro. 14294 por Arts. y C.P.O.)

ART.30: 0 ART.31: 5 ART.32: 0 ART.33: 0 ART.34: 3
ART.35: 9 ART.36: 0 ART.37: 0 C.P.O.: 7

H) OCUPACIONES DE LOS INDAGADOS:

PROFESIONALES: 0 COMERCIANTES: 6 EMPL.ESTAT.: 5 DESOCUP.: 47
E.UNIV.: 4 E.SECUND.: 13 E.PRIM.: 0 EMP.VAR: 25 EXT.TURIS.: 8

I) DROGA INCAUTADA:

PASTA BASE DE COCA (Grs.)....:	0,0[illegible]	CLORHIDRATO COCAINA (Grs.).:	2686,08
PLANTAS DE CANNABIS (Unid.):	0,[illegible]	MARIHUANA (Grs.).........:	6919,95
ACIDOS (Unidades)..........:	2,00	SICOFAR. (Comp.).....:	0,00
HOJAS DE COCA (Grs.).......:	0,00	ANFETAMINAS (Grs.).......:	0,00

J) OBSERVACIONES:

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

BRIGADA DE NARCOTICOS Y DROGAS PELIGROSAS

DATOS ESTADISTICOS DESDE: 01/05/92 AL 31/05/92

A) MAYORES:

DETENIDOS	MASC.	48	FEM.	9	TOTAL	57
REMITIDOS A LA CARCEL	MASC.	16	FEM.	2	TOTAL	18
A DISPOSICION DE TOXICOMANIAS	MASC.	26	FEM.	2	TOTAL	15
LIBERTADES	MASC.	15	FEM.	5	TOTAL	20
ENTREGADOS A OTRAS DEPENDENCIAS	MASC.	4	FEM.	0	TOTAL	4
REINCIDENTES	MASC.	21	FEM.	6	TOTAL	27

B) MENORES:

DETENIDOS	MASC.	[illegible]	FEM.	0	TOTAL	1
A DISPOSICION DE TOXICOMANIAS	MASC.	0	FEM.	0	TOTAL	0
LIBERTADES	MASC.	1	FEM.	0	TOTAL	1
ENTREGADOS A OTRAS DEPENDENCIAS	MASC.	0	FEM.	0	TOTAL	4
REINCIDENTES	MASC.	1	FEM.	0	TOTAL	1

C) DISCRIMINACION POR EDADES:

	HASTA 14 AÑOS	DE 15 A 19 AÑOS	DE 20 A 24 AÑOS	DE 25 A 29 AÑOS	DE 30 A 34 AÑOS	MAYORES DE 34 AÑOS
MASC.	0	2	17	12	3	10
FEM.	0	1	7	1	0	0
TOTAL	0	3	24	13	8	10

D) TOTAL GENERAL DE DETENIDOS:

MASCULINOS:... 49 FEMENINOS:... 9 TOTAL:... 58

E) CLASIFICACION DE INVOLUCRADOS:

TRAFIC.: 0 TRAF.CONS: 1 CONSUMID.: NO CONSUMID: 21

F) TIPOS DE DROGAS UTILIZADAS (Cantidad de personas consumidoras de...)

COCAINA: 20 MARIHUANA: 22 ANFETAM.: 0 INHALAN.: 0 L.S.D.: 0
CRACK: 0 OTROS ESTIMUL.: 0

G) DELITOS COMETIDOS (Decreto Ley 14294 y sus Arts. y C.P.D.)

ART.30: 0 ART.31: 4 ART.32: 0 ART.33: 0 ART.34: 3
ART.35: 9 ART.36: 0 ART.37: 0 C.P.D.: 7

H) OCUPACIONES DE LOS INDAGADOS:

PROFESIONALES: 0 COMERCIANTES: 6 EMPL.ESTAT.: 4 DESOCUP.: 22
E.UNIV.: 4 E.SECUND.: 3 E.PRIM.: EMP.VAR: 13 EXT.TURIS.: 6

I) DROGA INCAUTADA:

PAS.BASE DE COCA (Grs.)	0,00	CLORHI. DE COCAINA (Grs.)	2005,03
PLANTAS DE CANNABIS (Unid.)	0,00	MARIHUANA (Grs.)	6851,68
ACIDOS (Unidades)	2,00	ESTUPEFACOS (Comp.)	0,00
HOJAS DE COCA (Grs.)	0,00	[illegible] (Grs.)	0,00

J. OBSERVACIONES: S

05/05

920926A

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
BRIGADA DE NARCOTICOS Y DROGAS PELIGROSAS

DATOS ESTADISTICO DE: [illegible] 1991.

A) MAYORES:

	MASC.	FEM.	TOTAL
DETENIDOS	[illegible]	[illegible]	30
[illegible]	[illegible]	[illegible]	17
LIBERTADOS	[illegible]	[illegible]	33
ENTREGADOS A OTRAS [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	48

B) MENORES:

	MASC.	FEM.	TOTAL
DETENIDOS	[illegible]	[illegible]	15
INTERNADOS (ART. [illegible] LEY Nº 14.294)	[illegible]	[illegible]	02
ENTREGADOS A SUS PADRES	[illegible]	[illegible]	13
ENTREGADOS A OTRAS [illegible]	[illegible]	[illegible]	00
REINCIDENTES	[illegible]	[illegible]	03

C) DISCRIMINACION POR EDADES:

HASTA 14 AÑOS		DE 15 A 19 AÑOS		DE 20 A 24 AÑOS	
MASC.	02	MASC.	[illegible]	MASC.	39
FEM.	00	FEM.	[illegible]	FEM.	[illegible]
TOTAL	02	TOTAL	35	TOTAL	[illegible]

DE 25 A 29 AÑOS		DE 30 A 34 AÑOS		MAYORES DE 34 AÑOS	
MASC.	24	MASC.	[illegible]	MASC.	13
FEM.	05	FEM.	[illegible]	FEM.	04
TOTAL	29	TOTAL	[illegible]	TOTAL	[illegible]

D) TOTAL GENERAL DE DETENIDOS

MASCULINOS:... [illegible] FEMENINOS:... [illegible] TOTAL:... [illegible]5

E) CLASIFICACION DE INVOLUCRADOS

TRAFICANTES: 06 TRAF.CONS. 08 CONSUMIDORES: [illegible] NO CONSUMIDORES: 40

F) TIPOS DE DROGAS UTILIZADAS (cantidad de personas consumidoras de ...)

COCAINA:. 43 MARIHUANA:. 49 ANFETAMINA: [illegible] INHALANTES: [illegible] L.S.D.: [illegible]
OTROS SICOFAR: 04 [illegible]

G) DELITOS COMETIDOS: [illegible] 14.294 [illegible]

ART. 30: 00 ART. [illegible] ART. [illegible] ART. [illegible] ART. 34: 02
ART. 35: 03 [illegible]

H) OCUPACIONES DE LOS INDAGADOS:

PROFESIONALES: [illegible] COMERCIANTES: [illegible] EMP. ESTATALES: [illegible] DESOCUPADOS: 50
E.UNIVERSITA: [illegible] [illegible] IND: [illegible] [illegible] EMP. PRIVAD: [illegible] [illegible] TURIS: 1[illegible]

I) DROGA INCAUTADA:

PAS. BASE DE COCA (GRS.): [illegible] CLORHID. DE COCAINA (GRS.): [illegible]680,06
PLANTAS DE CANNABIS: [illegible] MARIHUANA (GRS.): [illegible]59,47
ACIDOS (UNIDADES): [illegible] [illegible] [illegible]000,00
HOJAS DE COCA (GRS.): [illegible] [illegible] [illegible]

J) OBSERVACIONES: No se registra [illegible]

01/02 [illegible]

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
BRIGADA DE NARCOTICOS Y DROGAS PELIGROSAS

DATOS ESTADISTICO DE: [illegible] DE 1991

A) MAYORES:

DETENIDOS..................	MASC. [illegible]		FEM. [illegible]		TOTAL	127
REMITIDOS A LA CARCEL........	MASC. [illegible]		FEM. [illegible]		TOTAL	09
INTERNADOS (ART. 40 LEY NRO. 14.294)...	MASC. [illegible]		FEM. 04		TOTAL	21
LIBERTADES..................	MASC. [illegible]		FEM. 12		TOTAL	52
ENTREGADOS A OTRAS DEPENDENCIAS......	MASC. [illegible]		FEM. [illegible]		TOTAL	45
REINCIDENTES..................	MASC. [illegible]		FEM. [illegible]		TOTAL	42

B) MENORES:

DETENIDOS..................	MASC.	11	FEM.	01	TOTAL	12
INTERNADOS (ART. 40 LEY NRO. 14.294)...	MASC.	03	FEM.	00	TOTAL	03
ENTREGADOS A SUS PADRES..........	MASC.	04	FEM.	00	TOTAL	04
ENTREGADOS A OTRAS DEPENDENCIAS........	MASC.	04	FEM.	01	TOTAL	05
REINCIDENTES..................	MASC.	01	FEM.	00	TOTAL	01

C) DISCRIMINACION POR EDADES:

HASTA 14 AÑOS		DE 15 A 19 AÑOS		DE 20 A 24 AÑOS	
MASC....	03	MASC....	17	MASC....	35
FEM.....	00	FEM.....	04	FEM.....	09
TOTAL...	03	TOTAL...	21	TOTAL...	44

DE 25 A 29 AÑOS		DE 30 A 34 AÑOS		MAYORES DE 34 AÑOS	
MASC....	16	MASC....	09	MASC....	32
FEM.....	07	FEM.....	05	FEM.....	02
TOTAL...	23	TOTAL..	14	TOTAL...	34

D) TOTAL GENERAL DE DETENIDOS

MASCULINOS:... 112 FEMENINOS: 27 TOTAL:... 139

E) CLASIFICACION DE INVOLUCRADOS

TRAFICANTES: 00 TRAF.CONS. 02 CONSUMIDORES: [illegible] NO CONSUMIDORES. 71

F) TIPOS DE DROGAS UTILIZADAS (cant. [illegible] de personas consumidoras de [illegible])

COCAINA: [illegible] MARIHUANA: 38 ANFETAMINAS: [illegible] INHALANTES: 05 L.S.D.: 01
OTROS ALUCINAR: 00 CRACK: 00 OTROS: [illegible]

G) DELITOS COMETIDOS: Decreto Ley Nro [illegible] Arts [illegible]

ART. 30: 00 ART. 31: 00 ART. 32: [illegible] ART. 33: 00 ART. 34: [illegible]
ART. 35: 06 ART. 36: [illegible] ART. [illegible]

H) OCUPACIONES DE LOS INDAGADOS:

PROFESIONALES: 01 COMERCIANTES: [illegible] EMPLEADOS: [illegible] DESOCUPADOS: 69
E.UNIVERSITA: 02 E.SECUND: 09 E.PRIM.: [illegible] [illegible] [illegible]TURIS: 02

I) DROGA INCAUTADA:

PAS.BASE DE COCA (grs.)...... 0000
PLANTAS DE CANNABIS (unid.).. 0000
ACIDOS (unidades)........... 0000
Te de COCA.(Sobres.......... [illegible]

CLORH. DE COCAINA (grs.)... [illegible]
MARIHUANA (grs.)............ [illegible]
SICOFARMACOS (Comp.)...... [illegible]
ANFETAMINAS .... [illegible]

J) OBSERVACIONES: No se registran

02/02 9209262

Presidencia de la República Oriental del Uruguay

Junta Nacional de Prevención y Represesión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas

ESTADISTICAS

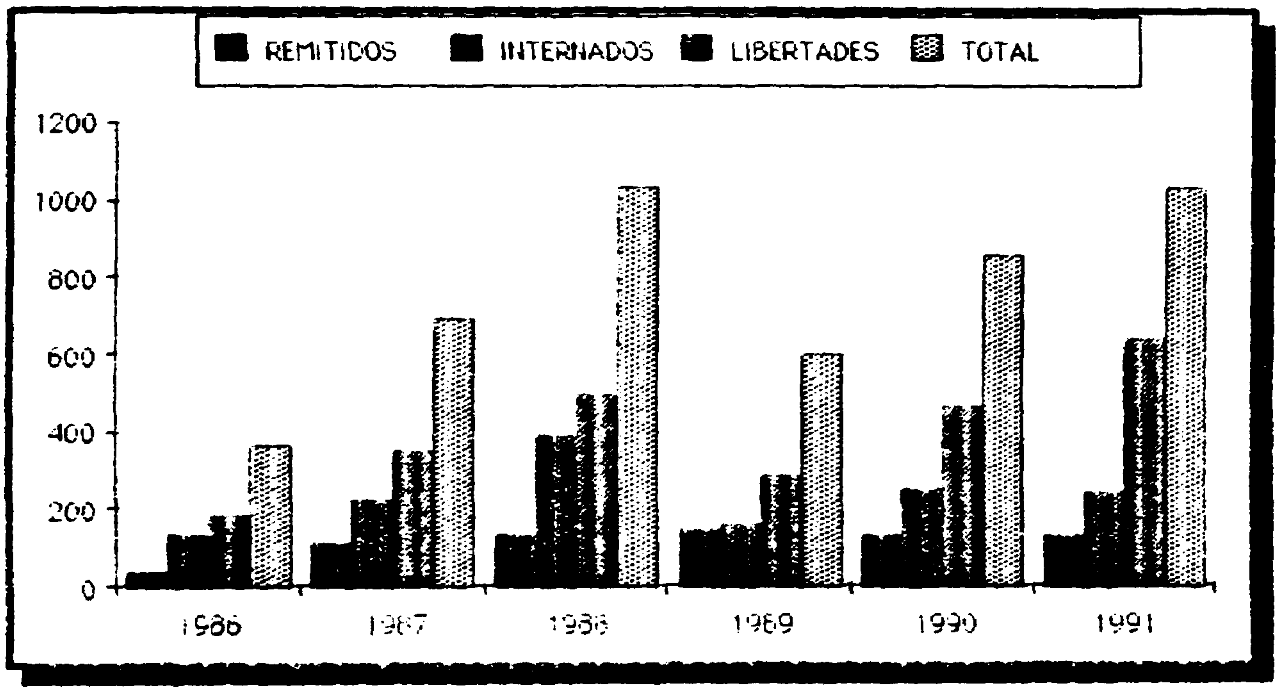
Fuente: Ministerio del Interior
Dirección Nacional de Información e Inteligencia
Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas

- INFORMATICA -

1 - COMPARATIVO DE DETENIDOS MAYORES AÑOS 1986 - 1991

	1986	1987	1988	1989	1990	1991
REMITIDOS	43	115	139	154	134	137
INTERNADOS	135	231	393	166	257	251
LIBERTADES	189	351	503	287	471	649
TOTAL	367	697	1.035	607	862	1.037

NOTA: Fuente M I. - Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas
* Datos al 30/12/91



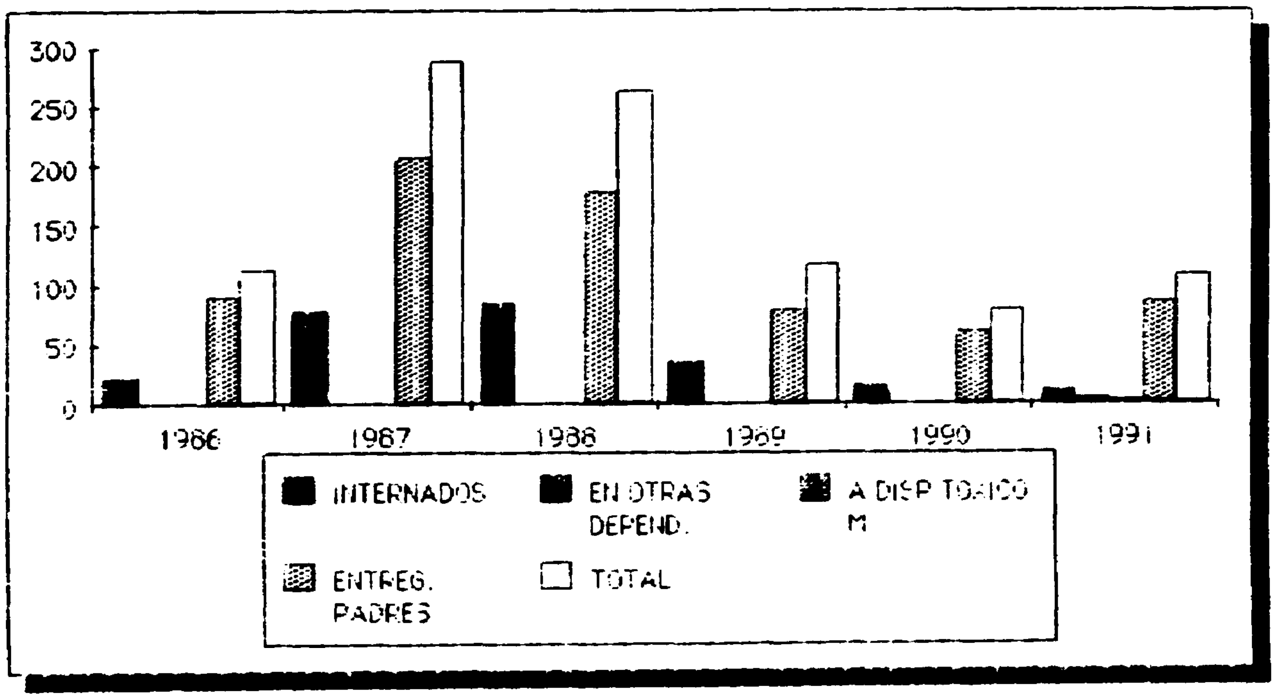
02

9209263

2 - COMPARATIVO DE DETENIDOS MENORES AÑOS 1986 - 1991

	1986	1987	1988	1989	1990	1991
INTERNADOS	23	81	86	38	18	13
EN OTRAS DEPEND.						6
A.DISP.TOXICOM.						3
ENTREG. PADRES	91	208	179	81	62	87
TOTAL	114	289	265	119	80	109

NOTA: Fuente M.I. - Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas
* Datos al 30/12/91



03

9209263

3.1 - COMPARATIVO DE DETENIDOS SEGUN EDADES AÑOS 1985 - 1991

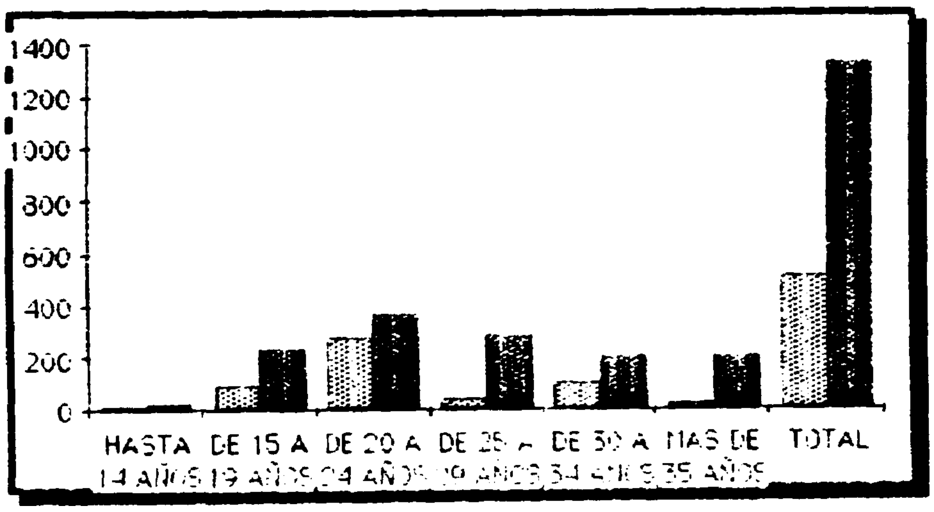
	1985	1986	1987	1988	1989
HASTA 15 AÑOS	14	29	79	57	23
DE 16 A 17 AÑOS	37	85	213	201	91
DE 18 A 25 AÑOS	179	270	530	757	412
MAS DE 25 AÑOS	78	97	167	278	195
TOTAL	308	481	989	1.293	721

NOTA: Fuente M.I - Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas
* Datos al 30/12/91

3.2 - COMPARATIVO DE DETENIDOS SEGUN EDADES AÑO 1985 - 1991

	1990	1991
HASTA 14 AÑOS	8	17
DE 15 A 19 AÑOS	93	238
DE 20 A 24 AÑOS	277	378
DE 25 A 29 AÑOS	38	294
DE 30 A 34 AÑOS	100	207
MAS DE 35 AÑOS	20	203
TOTAL	516	1.337

NOTA: Fuente M.I. - Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas
* Datos al 30/12/91



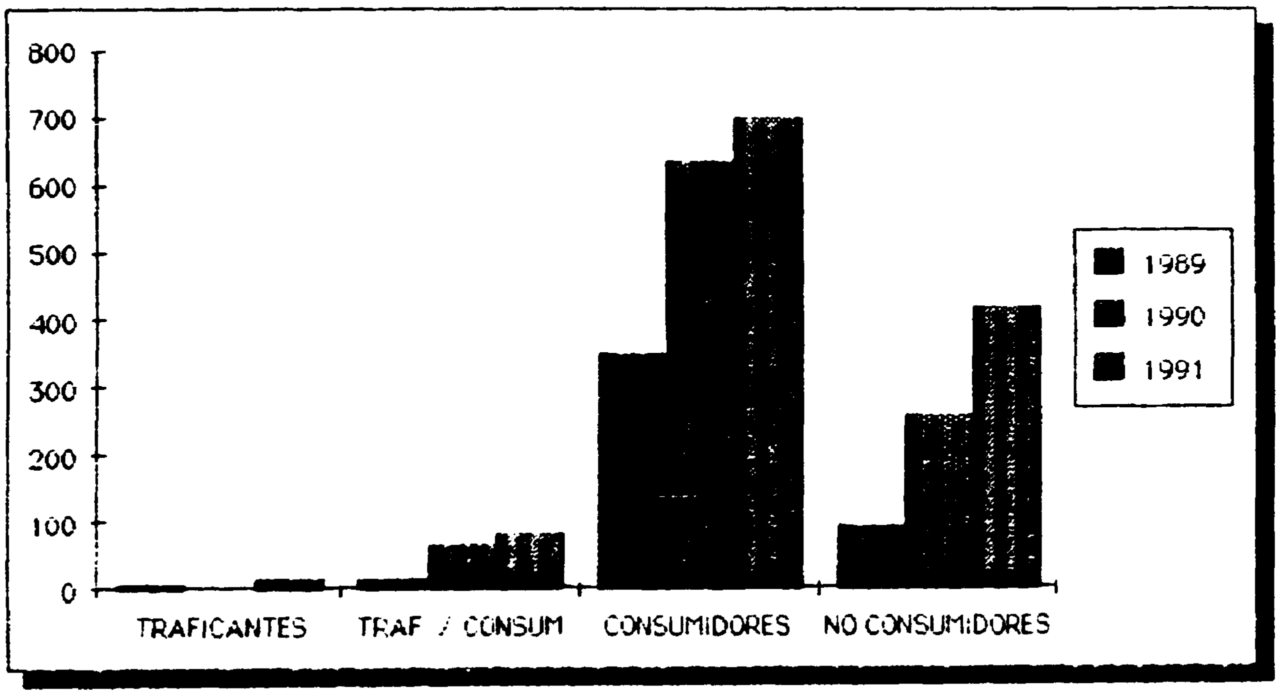
04

9209263

4 - COMPARATIVO DE INVOLUCRADOS - AÑOS 1989-1991

	1989	1990	1991
TRAFICANTES	7	0	17
TRAF. / CONSUM	16	65	82
CONSUMIDORES	349	639	701
NO CONSUMIDORES	96	260	418

NOTA: Fuente M.I. - Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas
* Datos al 30/12/91

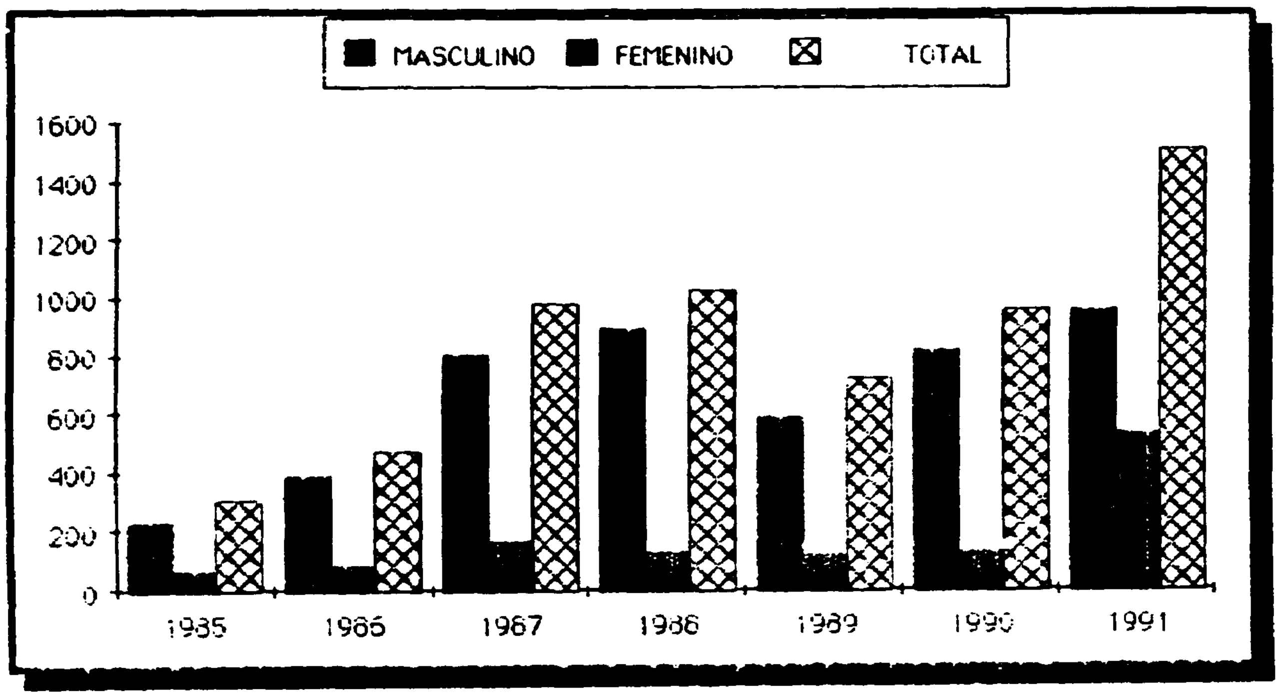


05 92C9263

5 - COMPARATIVO DE DETENIDOS SEGUN SEXO AÑOS 1985-1991

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
MASCULINO	235	393	813	898	598	827	971
FEMENINO	73	88	176	137	124	137	543
TOTAL	**308**	**481**	**989**	**1.035**	**722**	**964**	**1.514**

NOTA: Fuente M.I. - Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas
* Datos al 30/12/91



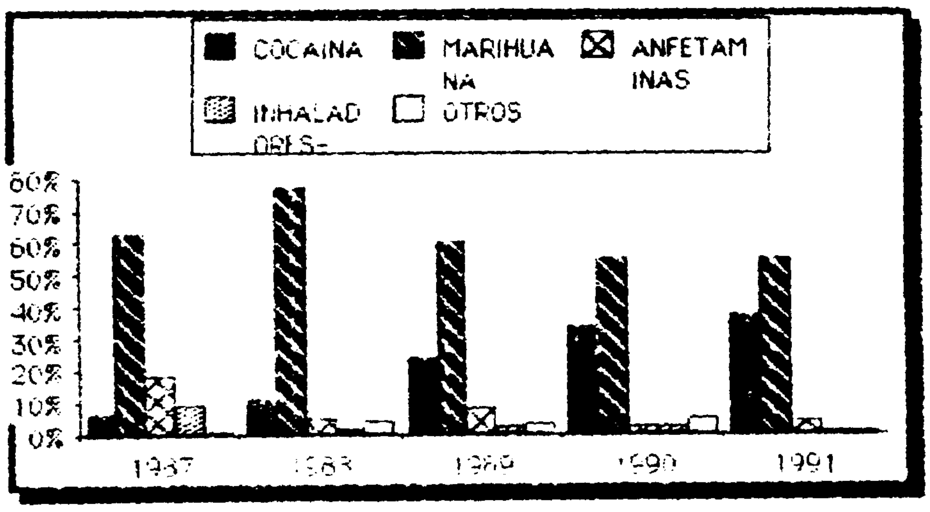
06 92092 63

6 - COMPARATIVO TIPOS DE DROGAS UTILIZADAS (en cantidad de personas) AÑOS 1987 - 1991

	1987		1988		1989		1990	
	CANT.PER	%RESP.T	CANT.PER	%RESP.TOT	CANT.PERS	%RESP.TO	CANT.P	%RESP.TOT.
COCAINA	70	7%	144	12%	143	24%	256	35%
MARIHUANA	612	63%	941	77%	358	61%	402	56%
ANFETAMINAS	182	19%	61	5%	45	8%	24	3%
INHAL.-CEMENTO	94	10%	21	2%	22	4%	14	2%
OTROS	10	1%	49	4%	19	3%	26	4%
TOTAL	968	100%	1.216	100%	587	100%	722	100%

NOTA: Fuente M.I. - Brigada de Narcoticos y Drogas Peligrosas
* Datos al 30/12/91

	1991	
	CANT.PER	%RESP.TOT.
COCAINA	372	38%
MARIHUANA	499	51%
ANFETAMINAS	55	6%
INHAL.-CEMENTO	28	3%
OTROS	29	3%
TOTAL	983	100%



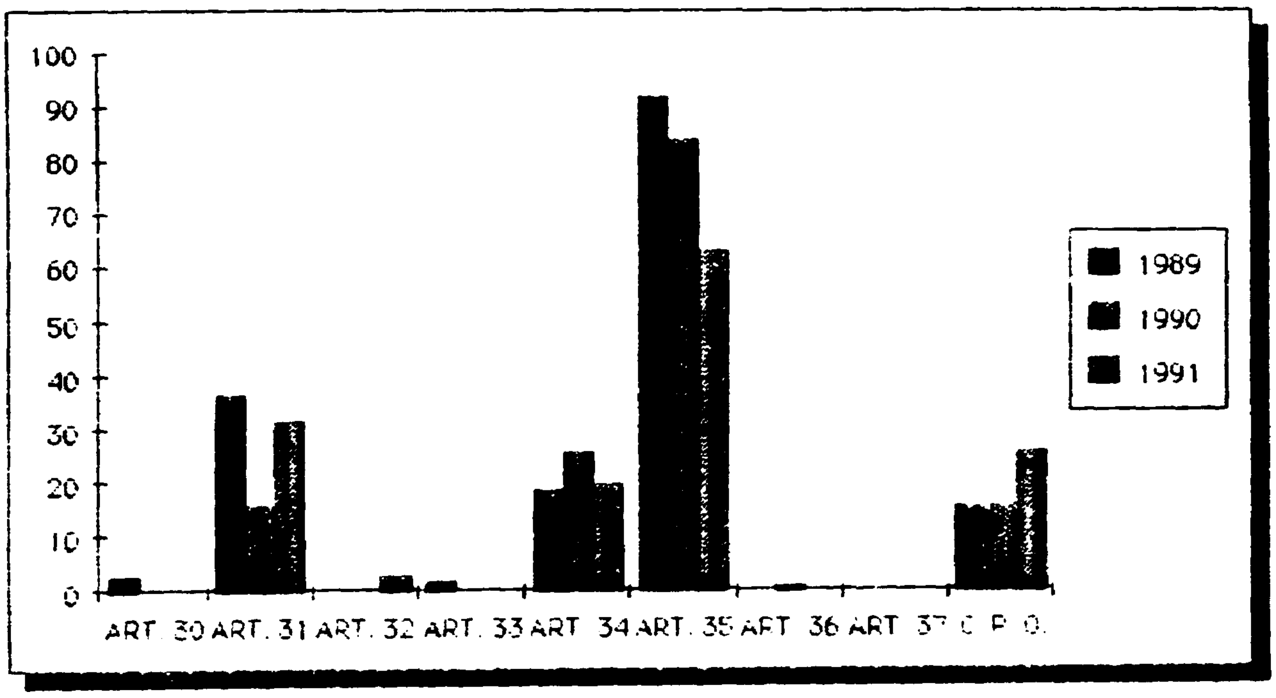
07

9209263

7 - COMPARATIVO DE DELITOS COMETIDOS-LEY 14.294 Y CODIGO PENAL ORDINARIO - AÑOS 1989 - 1991

	1989	1990	1991
ART. 30	3	0	0
ART. 31	37	16	32
ART. 32	0	0	3
ART. 33	2	0	0
ART. 34	19	26	20
ART. 35	92	84	63
ART. 36		1	0
ART. 37	0	0	0
C. P. O.	16	16	26

NOTA: Fuente M.I. - Brigada de Narcoticos y Drogas Peligrosas
* Datos al 30/12/91



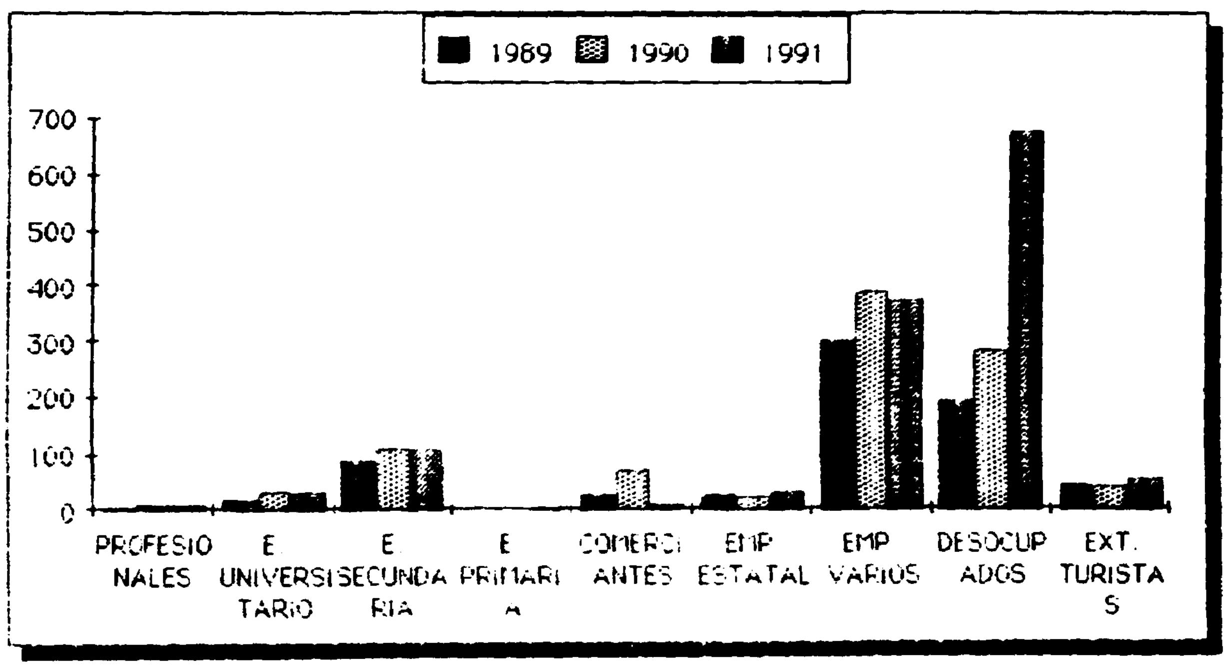
08

92C9263

8 - COMPARATIVO SEGUN OCUPACIONES DE LOS INDAGADOS

	1989	1990	1991
PROFESIONALES	5	8	8
E. UNIVERSITARIO	17	33	33
E. SECUNDARIA	89	111	109
E. PRIMARIA	0	0	4
COMERCIANTES	26	73	10
EMP. ESTATAL	30	25	35
EMP. VARIOS	303	388	377
DESOCUPADOS	195	282	677
EXT. TURISTAS	49	42	59

NOTA: Fuente M.I. - Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas
* Datos al 30/12/91



9 – DROGA INCAUTADA

SUSTANCIA	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Cocaína	5.242 g	247,5 g.	6.760,9 g	28.793,98 g.	2069,767 g.	6539,57 g.
Pasta Básica		500 g.				
Marihuana	12.283 g.	6.503 g.	35.796 g.	50150,35 g	6046,37 g.	7426,95 g.
Planta Cannabis		50	32	131	34	56
Semillas Cannabis			335	50		0,83 g.
Haschis			134 g.	135 g	0,51 g.	2 piedras
Psicofármacos	55 cajas	59 comp.	52 comp.	25 comp.	19 comp.	8 comp.
Hongos Alucinóg.			100 g			3
L.S.D.			1 dosis	5 dosis	3 dosis	
Morfina			4 ampollas			
Anfetaminas					147 g.	
Hojas de Coca					455 g.	54,9 g.

NOTA: Fuente M.I. – Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas
* Datos al 30/12/91

10/10

920926 3

SECRET

REFERENCE : B/0410 **FEBRUARY 1992**

BACKGROUND ON METHAQUALONE

1. The use of Methaqualone has increased throughout the world in recent years and a broader perspective on this problem can lead to a better understanding of ways to combat this addiction.

1.1 Methaqualone (also known in different countries as Ludes, Quaaludes, Lemons, Sopors or Mandrax) was initially marketed in various countries as a non-barbiturate, hypnotic sedative. Doctors used to prescribe it as a sleeping pill or tranquilizer.

1.2 Since the early 1970's many countries became aware of the dangers of Methaqualone and declared it as a prohibited drug. Surveys in Japan showed that half of the drug addicts in Japanese hospitals between 1963 and 1967 were Methaqualone addicts. At the moment the drug's dangers are acknowledged by the International Narcotics Control Board of the United Nations. (Statistics regarding worldwide seizures from 1987 to 1989 attached as per annexure 'A').

1.3 Methaqualone is commonly known in South Africa as Mandrax. During the first six months of 1991 114 259 Mandrax tablets were seized in South Africa, three times more than the total seized during the whole of 1990. It is obvious from these figures that the problem is becoming worse in South Africa.

1.4 Mandrax is available on the black market as a tablet which varies in colour from white to chocolate brown. The letters "Rx" usually appears on one side of the tablet. Addicts in South Africa mix a crushed Mandrax tablet with Marijuana before it is smoked with a pipe. The heat subsequently destroys all the other substances of the Mandrax tablet except the active ingredient, Methaqualone, which is deeply inhaled.

1.5 Mandrax is mostly smuggled from India, via Mauritius, Tanzania, Zambia, Zimbabwe or Mozambique to South Africa. On the black market a tablet sells at about US$4. The price fluctuates, according to offer and demand.

1.6 Like Cocaine and other drugs, Mandrax is concealed in numerous ways during smuggling, like in false compartments of vehicles and suitcases.

1.7 When used regularly and heavily this drug produces physical and psychological dependence. Tolerance also results, and there is the added hazard that the user increases the dose to maintain the sought-after psychological state, and the person gets dangerously closer to the lethal dose. Eventually heavy users will get to the point where they overdose before they get to the required psychological state.

1.8 Like other drugs, Methaqualone addiction is responsible for a higher crime rate and social problems in the community.

DATE OF INFORMATION : JANUARY 1992
RELIABILITY GRADING : 2

"A"

METHAQUALONE

REGION/COUNTRY, TERRITORY	1987	1988	1989
AFRICA			
Botswana	79,724 u.	30,426 u./1	4,492 u./1
Kenya	300,000 u./1	No report	No report
Lesotho	61,721 u./1	510 u./1	8,734 u./1
Mauritius	0.251 kg	-	-
Senegal	965 u./1	No report	No report
South Africa	14,861,827 u.	25.000 kg 1,184,259 u.	150.000 kg/4 62,014 u.
Swaziland	307,000 u./1	72,227 u./1	658,518 u./1
Tunisia	-	3,521 u.	-
Uganda	- /2,a	No report	No report
Zambia	22,036 u.	290,353 u.	355,184 u.
Zimbabwe	9.000 kg/1	5,093 u.	1,916 u.
TOTAL FOR REGION	9.251 kg 15,633,273 u.	25.000 kg 1,586,389 u.	150.000 kg 1,090,858 u.
AMERICAS			
Canada	5 u.	4,597 u.	108 u.
Colombia	6,306 u.	-	No report
Jamaica	- /b	No report	No report
Mexico	No report	-	139,032 u.
Turks and Caicos Islands	1 u.	No report	No report
USA	359,907 u.	69,405 u.	70,188 u.
Venezuela	260 u.	326 u.	-
TOTAL FOR REGION	366,479 u.	74,328 u.	209,328 u.
EUROPE			
Belgium	6.572 kg	-	64.000 kg
Denmark	-	195 u.	185 u.
Finland	0.006 kg	-	-
Germany, Fed. Rep.	7.000 kg	0.014 kg 3 u.	16.173 kg
Poland	0.022 kg	0.056 kg	-
Turkey	511 u.	1,909 u.	-
United Kingdom	-	No report	2.122 kg
TOTAL FOR REGION	13.600 kg 511 u.	0.070 kg 2,107 u.	82.295 kg 185 u.
NEAR AND MIDDLE EAST			
Afghanistan	No report	No report	1,540 u./2
Kuwait	5 u.	2,616 u./1	No report
Pakistan	62.000 kg 7,602 u.	9,571 u.	26,000 u./2
Qatar	22 u.	No report	-
Saudi Arabia	832 u./1	-	No report
Yemen	No report	No report	610 u./1
TOTAL FOR REGION	62.000 kg 8,461 u.	12,187 u.	28,150 u.

03

9209264

METHAQUALONE (cont.)

REGION/COUNTRY, TERRITORY	1987	1988	1989
ASIA AND THE FAR EAST			
Hong Kong	73,899 u.	6,413 u.	5,047 u.
India	1,499.597 kg	1,649.357 kg	887.000 kg
Myanmar, Union of	70,772 u.	5,179 u.	5,404 u.
Philippines	-	220 u.	-
TOTAL FOR REGION	1,499.597 kg 144,671 u.	1,649.357 kg 11,812 u.	887.000 kg 10,451 u.
OCEANIA			
Australia	28 u.	-	0.007 kg
TOTAL FOR REGION	28 u.	-	0.007 kg
WORLD TOTAL	1,584.448 kg 16,153,423 u.	1,674.427 kg 1,686,823 u.	1,119.302 kg 1,338,972 u.

a   Seizure(s) reported but quantity not stated.
b - Small quantity.

04/04

9209264

Desde su creación la Junta Nacional a través de sus acciones cumple con los siguientes objetivos:

a) Reducción de la oferta y demanda de drogas.
b) Disminución de la inseguridad ciudadana ante la extensión del problema.
c) Creación de una red para la asistencia de los adictos, y
d) Coordinación y cooperación entre organismos e instituciones con competencia en la materia.

Sus atributos la facultan para:

a) Instrumentar directivas relacionadas con la fijación de políticas de prevención, tratamiento y represión de las toxicomanías.
b) Supervisar y evaluar la ejecución de los programas que aquéllas impongan.
c) Organizar comités y grupos de trabajo destinados al tratamiento de temas específicos, y
d) Confeccionar un banco central de datos.

<u>METAS TRAZADAS Y LOGROS OBTENIDOS DURANTE ESTE PERIODO</u>

EN EL AREA INFORMACION

En las 2da. misión de los consultores Licenciados Ricardo Zavaleta y Hugo Miguez en el mes de noviembre de1991 finalizó el diseño del **Sistema de Información Estadística** sobre uso indebido de sustancias psicoactivas, determinándose los objetivos, metodología, organización, base de datos y selección de indicadores.

La puesta en marcha de un Sistema de Información Estadística o Banco de Datos que tenga a su cargo inicialmente el exámen, centralización y sistematización de información entre otras áreas de la epidemiológica sobre UISP(Uso Indebido de Sustancias Psicoactivas), es propuesta como una estrategia adecuada para superar los problemas actuales del Sistema de

Estadísticas continuas y como un recurso básico para apoyar y evaluar la toma de decisiones relativas al UISP, atendiendo los siguientes objetivos:

* Apoyar la toma de decisiones en esta materia mediante el diagnóstico actualizado de la situación y sus tendencias para los diferentes niveles preventivos.

* Mantener actualizado un perfil estadístico con bases de información disponibles proveniente de : los registros contínuos del área de salud (morbi-mortalidad) del Sistema de Sanción Legal (sentencias, detenciones); del área de educación (trastornos escolares, deserción, salud estudiantil); del área económica (producción, distribución de sustancias legales); del área de Seguridad (capturas, decomisos, procedimientos y arrestos) y otros indicadores relevantes.

* Organizar bases de datos destinadas a cubrir otros campos estadísticos tales como el demográfico, económico y social cuando estos sean de significación para interpretar el Uso Indebido de Sustancias Psicoactivas (UISP).

* Mantener una estrecha relación y colaboración con el Banco Interamericano de Datos (BID) de la CICAD y el del UNCDP de ONU, facilitando, cuando sea posible, la sistematización y recolección de la información estadística a nivel regional.

* Se obtuvieron fondos de terceros países para implementar a la Secretaría con equipos de informática.

* Se organizaron cursos de capacitación para los técnicos que trabajen en y para el Sistema en el área estadística, epidemiología y narcotráfico los que se llevarán a cabo en abril de 1992.

El Centro de Documentación de la Junta Nacional se encuentra organizando la Red Nacional. Para ello se cuenta con el apoyo de otros Centros de Documentación y/o Bibliotecas pertenecientes al Estado y Organismos no Gubernamentales.

EN EL AREA EDUCACION PREVENTIVA

Teniendo en cuenta las acciones preventivas contenidas en el Plan Nacional se comenzó a implementar aquellas actividades que puedan ser desarrolladas en forma inmediata.

4

* En los meses de noviembre-diciembre se realizó una encuesta a una muestra representativa de 750 docentes de Montevideo e Interior, que abarca a todos los niveles atendidos por ANEP, para recabar información sobre la inserción de contenidos curriculares de educación preventiva en materia de drogas. Se encuentra en etapa de codificación.

* Entre el 18 y 26 de noviembre se realizó el "Taller de Orientación en el Trabajo, de Educación Preventiva en Drogas", para funcionarios de Jefaturas de Policía, Brigada de Narcóticos, Prefectura Nacional Naval y Dirección Nacional de Aduanas en los Departamentos de Canelones, Maldonado y Rocha, que tuvo como objetivo complementar la importante acción represiva realizada por los operativos "Verano Azul", con un enfoque preventivo.

  Para esto se contó con un equipo multidisciplinario con experiencia en el área y se realizó para funcionarios que están en contacto directo con la problemática del consumo de drogas durante los meses estivales.

* El Rotary Club presentó al CODICEN un proyecto de reforma de currícula en Educación Primaria en los niveles inicial y primario referente a la inserción de contenidos preventivos en materia de drogas.

* Participaron técnicos de la enseñanza que integran los grupos de trabajo de la Junta en el Programa Prioritario de Salud, Hábitos Tóxicos y Adicciones del MSP.

EN EL AREA SALUD

Se elaboró un Proyecto para el área de Tratamiento y Rehabilitación, en el cual se unificaron todas las propuestas existentes en esa área con los siguientes objetivos específicos:

* 1 Creación y funcionamiento de **Areas de intoxicados agudos**, adecuadas para el manejo del paciente víctima de sobredosis o abstinencia, a efectos de su encare multidisciplinario desde el ingreso al hospital.
  Estas áreas serían en principio: 2 a nivel público (ej: H. Maciel y H. Clínicas) y una a nivel privado (mutual).

  2 Promoción, ampliación y apoyo a un **Centro Diurno** o unidad extra-hospitalaria para la recepción de pacientes que no requieren internación. Este centro se encuentra ya en formación dentro del ámbito del MSP, es el llamado Centro Visca, que brinda asistencia a pacientes adictos, sus familias

y allegados. Habrá de ampliarse con un área de consultorios externos para diagnóstico y tratamiento de pacientes consumidores no adictos.

3 Creación y funcionamiento de un Centro Residencial para Puberes y Adolescentes, destinado al diagnóstico, tratamiento y rehabilitación de jóvenes consumidores que requieran internación y una separación del medio familiar y social que haya influído en su hábito. Dicho centro, piloto en el país, será en primera instancia limitado a 30 internados, con posibilidades de expansión en el futuro.

Continúa el Proyecto para la Atención del Problema de la Farmacodependencia en la Región de la Frontera Uruguay-Brasil en el marco del Acuerdo de Cooperación sucrito el pasado 18 de setiembre.

Propósitos

* Se propone la realización de un programa binacional entre Uruguay y Brasil que encare la atención del problema de la fármacodependencia en las zonas fronterizas entre ambos países.

* Este programa será encarado ampliamente como problema educativo, sanitario y de seguridad.

* Ambos países deberán unificar y coordinar su política, recursos y acciones para ofrecer un sistema que encare este problema.

Participación en eventos nacionales

Año 1991:

* Seminario Alcoholismo y Trabajo. MSP - MTSS
  Minas, 7 de diciembre.

* Seminario de Prevención y Represión de Drogas auspiciado por la Embajada del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte con personal técnico de la Aduana Inglesa.
  Montevideo, 14 al 19 de noviembre.

4

Participación en eventos internacionales

Año 1991:

* Tercera Reunión del Grupo de Expertos encargados de preparar Reglamentos Modelos sobre Lavado de Activos relacionados con el Tráfico Ilícito de Drogas. (CICAD)
  Washington, 30 setiembre - 4 octubre.

* Reunión Jefes de Organismos Nacionales de Represión del Uso Indebido de Drogas para la Región de América Latina y el Caribe. (HONLEA)
  Santa Cruz de la Sierra - Bolivia, 8 - 12 de octubre.

* VII Encuentro Regional en Materia de Educación Preventiva del ASEP.
  Caracas - Venezuela, 13 - 19 de octubre.

* Misión a la Adiction Research Foundation. (ARF)
  Toronto - Canadá, 17 - 23 de octubre.

* Décimo Período de Sesiones de la CICAD
  Washington D.C.- 21 -25 de octubre.

* Segunda Reunión Trilateral de Fuerzas Operativas contra el Tráfico Ilícito de Drogas.
  Buenos Aires - Noviembre.

* Decimotercera Conferencia de los Estados Parte de ASEP.
  Buenos Aires, 3 - 6 de diciembre.

EN EL AREA DE COOPERACION INTERNACIONAL

La Secretaría Técnica de la Junta Nacional ha identificado una serie de fuentes multilaterales y bilaterales de financiamiento para proyectos en el área del uso ilícito de drogas, entre estas fuentes se encuentran CICAD-OEA, UNCDT-ONU, BID, CANADA, INGLATERRA, etc.

La Embajada de Uruguay en Canadá y la Junta Nacional de Uruguay, han establecido los contactos con IDRC encontrándose su disposición favorable para la financiación de un proyecto sobre Educación Preventiva y Sanitaria sobre abuso de sustancias psicoactivas.

4

La Addiction Research Foundation (ARF), organismo no gubernamental que funciona como Centro dedicado al problema en la ciudad de Toronto (Ontario - Canadá), ofreció apoyo consultivo en el desarrollo de un programa extensivo: "Plan Nacional Estratégico sobre Drogas" diseñado para disminuir el consumo de alcohol, tabaco y otras drogas en el país.

INSTRUMENTOS INTERNACIONALES RELATIVOS AL TEMA DROGAS.

<u>Asistencia Jurídica</u>

* Convenio de Asistencia Jurídica en Materia de Drogas entre el Gobierno de la República Oriental del Uruguay y el Gobierno del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte. (Suscrito el día 23 de enero de 1992).

* Tratado de Asistencia Jurídica en Materia de Asuntos Penales con el Reino de España. (Suscrito el día 19 de noviembre de 1991).

Uruguay participó en la elaboración del Reglamento Modelo para el Control de Precursores y Sustancias Químicas, Máquinas y Elementos y en el Reglamento Modelo sobre Lavado de Activos relacionados con el Tráfico Ilícito de Drogas, para los países miembros de la CICAD.

EN EL AREA SEGURIDAD

Se planificó y ejecutó un operativo llamado "Verano Azul" en todo el territorio nacional que se llevó a cabo durante los meses de enero y febrero, con control de los principales puntos de ingreso al país, puentes, puertos, aeropuertos, rutas nacionales y fronteras secas y se destinaron grupos de policías antidrogas para operar directamente en las zonas de más riesgo durante la temporada turística: Punta del Este, Piriápolis, Rocha y Canelones.
Dicho operativo se llevó a cabo en todas las zonas delimitadas, con colaboración de PNN y Direccción Nacional de Aduanas.

La delegación de la República Oriental del Uruguay hace propicia la ocasión para expresar la voluntad de su país de continuar sirviendo como miembro de la CICAD en el período 1993-1994, por lo que se postula como tal para las elecciones que se realizarán en mayo del año en curso en la próxima Asamblea General a celebrarse en Bahamas.

4

PALABRAS DE LA DRA. RAQUEL MAGRI, DELEGADA DEL URUGUAY SOBRE EL APOYO DE SU GOBIERNO PARA EL ESTABLECIMIENTO Y FUNCIONAMIENTO DEL CENTRO REGIONAL DE INFORMACION ESTADISTICA SOBRE DROGAS EN MONTEVIDEO, URUGUAY.

Señor Presidente:

Como lo acaba de informar el señor Secretario Ejecutivo de la CICAD y ayer en nuestro en nuestro informe el Gobierno del Uruguay en el octavo Período Ordinario en Washington, D.C. en el mes de noviembre de 1990, propuso a la CICAD la creación de un Centro de Información Estadística. Luego de su elaboración y estudio este importante proyecto se somete nuevamente a la CICAD en su Novena Reunión en México, en marzo de 1991, y es por ella aprobado considerando la importancia y necesidad de obtener bases de datos regionales que contribuirían y facilitarían el suministro de información para el Banco Interamericano de Datos, de la CICAD, con sede en la ciudad de Washington, D.C.

Es indudable señor Presidente, que el establecimiento y funcionamiento de este Centro de Información, no solamente beneficiará al Uruguay con la recolección y disponibilidad de la valiosa información a nivel nacional, sino que también este Centro estará respaldado a nivel Regional con la información estadisitca que se obtenga de los países sudamericanos que se integren al Sistema Intermaericano diseñado, y naturalmente estará a su servicio en estas materia, con la valiosa cooperación técnica y financiera de la CICAD y de otros organismos internacionales y países colaboradores.

Finalmente, señor Presidente, para mi Delegación es motivo de satisfacción el poder informar a la sala que, en la actualidad, con la cooperación técnica de la Secretaría Ejecutiva de la CICAD, ya se dispone de una cantidad considerable de información que ha ingresado al Centro de la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas, lo cual es una muestra y respuesta positiva a los esfuerzos del Gobierno uruguayo para lograr el objetivo principal de la creación de un Centro de Información Estadística.

Señor Presidente, para terminar, esta Delegación ha solicitado a la Secretaría Ejecutiva que prepare un documento informativo sobre este proyecto, que se distribuirá a todos los señores Delegados.

Muchas gracias.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA DE RECEPCION 1-9-91

VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Trece empresas fantasmas

Fueron fundadas en Montevideo por un grupo que encabezaba Puente-Patiño

MONTEVIDEO (Enviado especial). — Trece empresas fueron fundadas en Uruguay por el mismo grupo que presidió Ramón Puente —bajo el nombre de José Lezcano Patiño— actualmente alojado en la Cárcel Central a la espera ser extraditado a los Estados Unidos.

La nómina de las empresas identificadas por Clarín en la edición del Diario Oficial uruguayo (similar a nuestro Boletín Oficial) correspondiente al 22 de junio de 1988 es la siguiente: Filcor Investiment S.A., Zariba S.A., Titanil S.A., Inversora Trelty S.A., An[illegible]ina S.A., Sifacel S.A., Igar[illegible]a S.A., Tanilar S.A., Engalin S.A., Endario S.A., Fanil S.A., Niltor S.A., Gert S.A.

Los objetivos que se traza el grupo son detallados en los artículos segundos de las actas, observándose que se eligieron dos modelos que se repiten en forma idéntica. En líneas generales se postulan para industrializar y comercializar mercaderías, en un espectro que abarca desde el ramo alimentario a la construcción de obras de ingeniería civil o industrial, incluyendo la posibilidad de entrar en el mercado cambiario.

Sin embargo, en la plaza financiera uruguaya se desconoce la actividad de la Inversora Trelty y la sola mención del nombre de Endario S.A., la firma cabecera del grupo, cierra las puertas del diálogo.

Las trece empresas rubricaron sus estatutos en Montevideo entre el 18 de junio de 1984 y el 9 de octubre de 1985, ante la escribana Ana María Labanca. El 23 de octubre del 84, Labanca debió certificar además de las actas estatutarias de Endario las de otras dos empresas (Tanilar y Engalin), y un año más tarde se reiteró la coincidencia de tener que certificar bajo su registro las actas constitutivas de otras tres nuevas firmas en un mismo día (Filcor, Titanil y la Inversora Trelty), el 9 de octubre.

En todos los casos aparecieron como fundadores Héctor Vignoli Laffitte, y el matrimonio compuesto por Israel Lublinerman y Esther Reitzes, ciudadanos "polaco, uruguayo y oriental respectivamente", quienes dijeron domiciliarse en Buenos Aires 818 de Montevideo, oficinas en las que desde hace un tiempo la inactividad es absoluta.

Autorizadas a funcionar por la Inspección General de Hacienda y el Ministerio Público entre el 17 de octubre de 1985 y el 19 de setiembre de 1986, les correspondieron los números 434, 825, 718, 726, 742 935, 738, 1094, 1105, 1104, 889 y 594, respectivamente, del Registro Público y General de Comercio.

ITEGOM S.A. ILET SA FORMAR

POCO LEGIBLE

01/01

9208266

RESERVADO 1/1

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

Sección: S.I.F.A. OPB/jcgs.-
Hoja: 1 / 1
Evaluación: -------------
Fecha: 22/9/92

DOCUMENTO:

INFORME No.022/92.

ASUNTO: Contesta Pedido de Información No.29/92.

De: DTOR.SERV.INF.F.AEREA

Para: SUB DTOR.INTERIOR DE D.G.I.D.

TEXTO:

- Este Servicio de Información no registra anotaciones de las personas mencionadas.

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION F.A.

CORONEL (Av.)

WALTER J. DOPAZO.-

FUERZA AEREA DIRECTOR ... REPUBLICA ... URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 05 OCT 1992
Pase: Antecedentes Dpto III
No. de Orden 9209267

001-01

Imp. S. A. C. G. IV/92 (500)

5/X/92 - Conocimiento SOTE.

2/10/92
SAI
9209267

RESERVADO

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
S E C R E T A R I A

1/8 ~~~~

O F I C I O Nro. 1.531/92.-LEUD/tg.-

REFERENCIA: CALASCIONE TORANZA Eduardo y otros, si registran anotaciones.-

-SE SOLICITAN-

Montevideo, Setiembre 30 de 1992

SEÑOR SUB-DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.

Por el presente y por donde corresponde solicito a Usted, tener a bien disponer lo conveniente a fin de que se informe a esta Dirección Nacional, las anotaciones que puedan registrar los ciudadanos aspirantes a ingreso en la J.P.M., en la DNCPYCR y en Policía Caminera mencionados el los Oficios Nro. 1474/92, 1479/92, 478/92 y // 843/92, respectivamente.-

Saluda a Usted atentamente

Ceferino Ponte Pereda

5/X/92
378

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 05 OCT. 1992
Pasa a Subdirector
N°. de Orden 9209268

001/8

2/10/92
SAI
9209268

NOMINA DE ASPIRANTES A INGRESO MENCIONADOS EN LOS OFICIOS Nro. 1474/92, 1479/92 Y 478/92 DE LIATYC Y DE LA DNCPYCR, RESPECTIVAMENTE.-

1) CALASCIONE TORANZA Eduardo
C.I. Nro. 1.666.241-6 C.C. Serie BMB 21.872
F/N. 15.05.68 en Mvdeo.
Dom. J.Otamendi -Pasaje Municipal 5337

2) CAYETANO Walter Seriney
C.I. Nro. 3.233.760-1 C.C. Serie TAA 51.660
F/N. 14.09.70 en Artigas
Dom. 12 de Octubre 218 bis (Tacuarembó)

3) DE LEON CARABALLO Walter Emilio
C.I. Nro. 2.899.127-9 C.C. BBA 41.736
F/N. 13.11.72 en Paysandú
Dom. Ruta 101 Km. 30

4) ESCALANTE FLEITAS Richar
C.I. Nro. 2.755.270-5 C.C. GGA 3126
F/N. 19.12.72 en T.y Tres
Dom. Tupambae S/N.

5) LOPEZ CARDOZO Victor Hugo
C.I. Nro. 3.016.009-8 C.C. Serie BZB 59.833
F/N. 30.12.66 en Mvdeo.
Dom. Fulton 1474

6) LOPEZ TECHERA Mario Alberto
C.I. Nro. 2.816.421-0 C.C. Serie BCM 40.548
F/N. 12.08.72 en Mvdeo.
Dom. Nueva California 1679

7) MIRANDA DELGADO Walter Daniel
C.I. Nro. 1.979.115-9 C.C. Serie BDA 85.858
F/N. 01.01.69 en Mvdeo.
Dom. Torremolinos 6143

8) NOBLE MONTERO Gus tavo Daniel
C.I. Nro. 3.800.990-1 C.C. Serie GGA 3124
F/N. 16.06.73 en Mvdeo.
Dom. Tupambae S/N.

9) OLIVERA SUSALLA Oscar Pradelino
C.I. Nro. 3.810.711-5 C.C. Serie ICD 14.842
F/N. 31.01.71 en Artigas
Dom. Romeo Bianchi 1046 Artigas

10) PINTOS ALVAREZ Tomás Ramón
C.I. Nro. 1.976.500-9 C.C. Serie BOA 8611
F/N. 30.08.61 en Mdeo.
Dom. Unidad Casavalle -Senda 17 Nro. 4924

11) RUSSO MONDUERI Susana Marina
C.I. Nro. 1.542.608-9 C.C. Serie BTB 22.606
F/N. 01.05.60 en Mvdeo.
Dom. Burgues 2938 Ap. 9

12) SANCHEZ CELAYES Velia Constance
C.I. Nro. 2.537.526-8 C.C. Serie QAA 32.384
F/N. 29.09.56 en Florida
Dom. Ituzaingu 159

9209268

./..

./..13) SUAREZ LA PAZ Rosemary Marly
C.I. Nro. 1.789.003-6 C.C. Serie BZB 61.155
F/N. 13.05.70 en Mvdeo.
Dom. Volta 4842

14) FIGUEREDO MORALES Enrique Adrián
C.I. Nro. 4.046.340-8 C.C. Serie GAA 6868
F/N. 10.01.74 en C. Largo
Dom. Garzón 611 (Melo)

15) DOMINGUEZ FATTO Ruben Roberto
C/I. Nro. 2.007.258-8 C.C. Serie BOA 12.603
F.N. 19.09.65 en Mvdeo.
Dom. Gustavo Volpe -Senda 11 Nro. 4914

16) FERNANDEZ GALLARDO Heber Mauricio.
C.I. Nro. 1.800.008-4 C.C. Serie
F/N. 08.03.74 en Mvdeo.
Dom. Cno. La Padrera S/n. Ruta 20 Km. 20 (Melo)

17) TRINIDAD BRUN Wilson
C.I. Nro. 2.899.604-7 C.C. Serie BVB 46.980
F/N. 31.03.67 en Rivera
Dom. Cebals 715 (Rivera)

18) LEITES Luis
C.I. Nro. 3.602.889-8 C.C. Serie HBB 2611
F/N. 17.06.70 en Rivera
Dom. Sierra Alta S/N. (Rivera)

19) LORENZE SANTOS Marcos Javier
C.I. Nro. 3.473.560-3 C.C. Serie TDB 3933
F/N. 08.02.74 en Tacuarembó
Dom. Paso Bonilla Ruta 5 Km. 378 (Tacuarembó)

20) LUNA BRUN Jorge
C.I. Nro. 4.108.874-2 C.C. Serie TCG 7309
F/n. 25.05.74 en Mvdeo.
Dom. Barrio Etcheverri (Tacuarembó)

21) MARTINEZ Estevez Julio Cesar
C.I. Nro. 3.644.721-8 C.C. Serie TBE 3964
F/N. 20.12.67 en Tacuarembó)
Dom. Villa Ansina Ruta 44

22) DIAZ GONZALEZ César Alfredo
C.I. Nro. 3.220.939-1 C.C. Serie HAB 31.692
F/N. 04.10.57 en Rivera
Dom. Av. 1825 Nro. 1025 (Rivera)

23) CASTAÑO VIERA Pedro Francisco
C.I. Nro. 2.592.011-8 C.C. Serie HAB 46.991
F/N. 01.10.74 en Rivera
Dom. Pantaleón Quesada 948 (Rivera)

24) BRITOS ROCHA Roberto Andrés
C.I. Nro. 3.603.678-0 C.C. Serie
F/N. 12.07.71 en Paysandú
Dom. Dr. Ivo 518 (Tacuarembó)

25) BENITEZ RODRIGUEZ Heber Gustavo
C.I. Nro. 3.002.342-2 C.C. Serie TCG 6616
F/N. 06.08.70 en Tacuarembó
Dom. Avda. Escobar S/N. Tacuarembó)

9209268

003 .//..

.//..26) MOREIRA Rosbel
C.I. Nro. 4.212.943-5 C.C. Serie HBB 3340
F/N. 06.03.74 en Riv ra
Dom. Fco. Serrat S/N (Rivera)

27) OLIVERA LOPEZ Diego Abel
C.I. Nro. 3.696.115-7 C.C . S rie TBE 4415
F/N. 06.10.72 en Tacuarembó
Dom. Villa Ansina S/n. Tacuarembó

29) OLIVERA LOPEZ Alvaro Rosel
C.I. Nro. 4.210.255-9 C.C. Serie TBE 4416
F/N. 11.10173 en Tacuarembó
Dom. Ansina 3880 Tacuarembó

30) OLIVERA PINEIRO Juan Cesar
C.I. Nro. 2.657.783-5 C.C. Serie TCA 3493
F/N. 29.04.65 en Tacuarembó
Dom. Bella Vista S/N. Tacuarembó

31) SANCHEZ Jorge Ariel
C.I. Nro. 3.897.833-2 C.C. Serie TCG 6406
F/N. 26.11.70 en Tacuarembó
Dom. Barrio Etcheverri Tacuarembó

32) SANTURION Pablo Fabian
C.I. Nro. 4.184.985-3 C.C. Serie TCG 7260
F/N. 18.07.74 en Tacuarembó
Dom. Paraje Los Molles (Tacuarembó)

33) VELLOZO XAVIER Luis Alberto
C.I. Nro. 3.495.758-2 C.C. Serie HBE 3667
F/N. 07.11.58 en Rivera
Dom. Carretera A. Saravia 557 (Rivera)

-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-

004 9209268

0610.

DIRECCION NACIONAL DE CARCELES PENITENCIARIAS Y CENTROS DE RECUPERACION.-

DEPARTAMENTO DE PERSONAL.-

Montevideo, 22 de setiembre de 1992.-

JEFATURA.-

OFICIO Nº 478/92

REF. Se sol. información de ciudadanos.-

Pers. L.A.

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO Nº3 DE LA DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA.-

Señor Jefe:

Por la presente solicito a usted, tenga a bien disponer lo pertinente a fin de que se informe a éste, si los ciudadanos que a continuación se nombran poseen antecedentes, en virtud de que los mismos realizan trámite de ingreso en esta Unidad Ejecutora.

1)- Nery DOS SANTOS, C.I.:Nº2.842.188-6, C.C.:B.O.B. 30102 Domicilio: Zurich 3431, Secc. Policial:16ta. Montevideo.-

2)- Fernando Miguel ROSA BRENI, C.I.:Nº1.260.243-6, C.C.: A.E.B. 5646 Domicilio: Agraciada 2321 Apto. 2, Secc. Policial:6ta., Montevideo.-

3)- Carlos Fabian [illegible] LOPEZ, C.I.:Nº2.598.278-8, C.C.:H.E.B. 5494, Domicilio: Carretera Aparicio Saravia Nº017 frente a la escuela Nº45, Secc. Policial: 2da. Rivera.-

4)-Luis Alberto DOS SANTOS SARAVIA, C.I.:Nº2.303.001-7, C.C.:H.B.E.4204, Domicilio:Santa Teresa al fondo del puesto Policial, Secc. Policial 3era. de Rivera.-

5)- Nepomuceno CLAVEL LEMOS, C.I.:Nº4.001.663-9, C.C.: HDI 666, Domicilio: Brasil 2049 Pueblo Nuevo, Secc. Policial: 3era. de Rivera.-

6)-[illegible] Salomon [illegible] RODRIGUEZ, C.I.:Nº3.647.804-5, C.C.:H.A.B. 47753, Domicilio:Oscar D. Gestido 680, Secc. Policial:2da. de Rivera.-

7)-Enrique Javier [illegible], C.I.:Nº1.363.559-7, C.C.: B.D.B. 61402, Domicilio: Carlos Gardel Nº816 esquina Tabaré, Secc. Policial:5ta. La Paz Canelones.-

8)-Miguel Angel [illegible], C.I.:Nº2.929.905-2, C.C.: B.L.B. 33731, Domicilio: Santiago de Figueredo 3845, Secc. Policial: 12da. Montevideo.-

005 Doc. Poco Legible 9209263

9)- Emilio PELLEJERO NUÑEZ, C.I.:Nº2.718.948-1, C.C.:B.T.A. 18949, Domicilio: Las Palmas 2563, Secc. Policial: 24ta. Montevideo.-

10)- Claudio Yomar MARTINEZ HERRERA, C.I.:Nº1.876.966-2, C.C.:A.N.A. 6758, Domicilio: Cuareim 1574 Pza.32 Paysandú y Cerro Largo, Secc. Policial: 3ra. Montevideo.-

11)- Nelson COMINI, C.I.:Nº3.161.773-5, C.C.:NºB.N.A. 48557, Domicilio: 1era. al Norte Nº053 Los Damascos Paso de la Arena, Secc. Policial: 23 de Montevideo.-

12)- Carlos Julio NARBONE RAMIREZ, C.I.:Nº1.797.536-1, C.C.:B.O.B. 27.021, Domicilio: Dunant 4626 casi Cno. Mendoza, Secc. Policial:17a. Montevideo.-

13)- Julio María LEAL SILVA, C.I.:Nº2.567.599-1, C.C.:C.E.A. 21237, Domicilio: Carlos Gardel Aptc.11 bis 2, Secc. Policial: 4ta. Las Piedras Canelones.-

14)- Noel BLANCO RODRIGUEZ, C.I.:Nº3.518.832-0, C.C.:H.C.C.8299, Domicilio: 18 de julio S/N, Secc. Policial: 5ta. Rivera.-

Saluda a usted atentamente.-

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO DE PERSONAL

Crio. NERY TECCO VIERA

D.N.I.I. SECRETAR
ENTRADA
FECHA 24 SET. 1992
103

FECHA: 24 SET. 1992

Pase al Dpto. 3 a sus efectos.

Comisario
JOSÉ NÚÑEZ RODRÍGUEZ

D.N.I.I.
ENTRADA
27 SET. 1992
136/2
27/9/92

006

-9209268

DIRECCIÓN NACIONAL DE POLICIA CAMINERA

9619

CNO. MALDONADO NRO. 5117
TEL. 54.06.77
FAX. 54.41.33

Montevideo, 24 de setiembre de 1992.

DEPARTAMENTO DE PERSONAL - OFICIO Nro. 843 - AA/egd.

Señor Director Nacional de Información e Inteligencia.

Señor Director:

Solicito a usted se sirva disponer lo conveniente, para que por donde corresponda se informe a esta Dirección Nacional, si registran antecedentes comprendidos en el Inciso B. del Art. 39 de la Ley Orgánica Policial, las personas / que se detallan a continuación, quienes gestionan ingreso a esta Policía en calidad de Agentes de 2da.

Hugo Gerardo MARTINEZ REBOLLARS, oriental, soltero de 21 años de edad, Cédula de Identidad Nº3.177.103/2, Credencial Cívica Serie: O.A.A. Nº7.046. Se domicilia en Dr. Pieri 175 esq. Pelosi, perteneciente a la Secc. 1ra. de San José.

Lionel Rosalio GONZALEZ CABRAL, oriental, soltero de 25 años de edad, Cédula de Identidad Nº3.378.614/0, Credencial Cívica Serie E/A.A. Nº42.012. Se domicilia en Cosme Correa s/n perteneciente a la Secc. 3ra. de Rocha.

Nelson GODINO TECHERA, oriental, soltero de 29 años de edad, Cédula de Identidad Nº2.557.103/4, Credencial Cívica Serie: B.D.A. Nº 78.109. Se domicilia en Yacuy 4262 esq. Durán, perteneciente a la Secc. 17ma. de Mdeo.

Sergio Iván SOTO ACOSTA, oriental, soltero de 18 años de edad, Cédula de Identidad Nº3.903/4c4/4, Credencial Cívica Serie: B.C.D. 8.020. Se domicilia en Francisco N. Reyes esq. Cambay, perteneciente a la Secc. 16 de Mdeo.

José Walter PORTO MOTTA, oriental, soltero de 19 años de edad, Cédula de Identidad Nº2.514.376/2, Credencial Cívica Serie: J.C.C. Nº21.961. Se domicilia en Marcelino Leal 1578 esq. Río de la Plata, perteneciente a la Secc. 3ra. de Salto.

Javier COELLO RIVERO, oriental soltero de 21 años de edad, Cédula de Identidad Nº2.664.544/0, Credencial Cívica Serie: H.B.A. Nº21850

//

Doc. Poco Legible 007 - 9209268

//Se domicilia en Presidente Viera 1301 esq. Dr.Anoiles perteneciente a la Secc. 1ra. de Rivera.

Saluda a usted atentamente.

EL DIRECTOR NACIONAL DE POLICIA CAMINERA

FECHA 25 1992

3

Comisario
JOSE PEREZ RODRIGUEZ

25 1992
MDN 108

ENTRADA
30 SET. 1992
136/34
30/9/92

008/8

9299253

RESERVADO

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

Sección: S.I.F.A. ORB/jcgs.
Hoja: 1 / 1
Evaluación: -------------
Fecha: 22 / 9 / 92

DOCUMENTO:

INFORME No.021/92

ASUNTO: Contesta Pedido de Información No.28/92

De: DTOR.SERV.INF.F.AEREA

Para: SUB DTOR.INTERIOR DE D.G.I.D.

TEXTO:

- Este Servicio de Información no registra anotaciones de las personas mencionadas.

FUERZA AEREA DIRECTOR SERV. DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION F.A.
CORONEL (Av.)
WALTER J. DOPAZO.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO III
Fecha de Entrada 05 OCT. 1992
Pase a: [illegible]
Nº de Orden 9209270

001/01

Imp. S. A. C. G. IV/92 (500)

5/X/92 – Conocimiento [illegible]

2/10/92
SAI
9209270

RESERVADO

1/1

M.D.N.

D.G.I.D.

DPTO.I(INT)

21/10/92

M E M O R A N D U M N° 128 / 92

REFERENTE A: Actividades de: Margarita Magdalena FERRO BECEIRA de MACHIN; Luis Alberto IRURETA

EVALUACION: A - 1

TEXTO: El día 23 de Setiembre de 1992, en el quincenario Mate Amargo, se publicó un aviso para participar en un taller de Humanidades.

En el mismo artículo figuraban tres números telefónicos para informarse sobre dicho taller. Los teléfonos son: 23.05.39, 78.29.64 y 47.29.87. Consultada la Guía Inversa se registra:

23.05.39 - No figura en Guía

78.29.64 - CHIARA PORCILE, Ana María - Simón Bolívar 1499

47.29.87 - PEREIRA PATRON, Camila - Belgrano 2867 BIS.

Se realiza una comunicación telefónica con el número 23.05.39, siendo atendida la misma por Margarita Magdalena FERRO BECEIRA de MACHIN (MLN-T Z1/GB28). Interrogada sobre los alcances del taller, manifiesta que serán desarrollados varios talleres, (escritura, arte plástica, semi-óptica, etc.)teniendo como base un enfoque interdisciplinario del Siglo XX. Los interesados deberán dirigirse a Belgrano 2867 ap.2 el día 2 de Octubre de 1992 a la hora 20:30, con el fin de conocerse y plantear las diferentes inquietudes para formar los distintos talleres.

M. FERRO manifestó que además de ella, integrarán el staff de profesores el licenciado Luis Alberto IRURETA (MLN-T Z1/GB28) y Camila PEREIRA (Filosofía).

El ingreso a los talleres se realizará a través de un pago de matrícula.

EL JEFE DE CAMPO MILITAR

Tte.1° [firma]

Omar Rodríguez

001-01

9209272

Hoja 1 de 1 ½
Copia No. ORIGINAL
S - 2.-
A.I.I.G.CTE.No.2
F L O R I D A .-
2[illegible].14[illegible].SET.92.-
E.C. - 29.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.26/3-2/92.-

I.-EVALUACION : A - 3.-

II.-ANTECEDENTES :-Información obtenida por esta Agencia.-

III.-H E C H O :-Por medio de una fuente de esta Unidad, se tomó conocimiento de integrantes de la F.A.U. (Federación Anarquista Uruguaya) en la Coordinadora de Estudiantes de Secundaria,-

1-Lizza TOLEDO (se desconocen demás datos), es la responsable de la F.A.U. ante la Coordinadora de Estudiantes [illegible] "línea" de la F.A.U. en dicho grupo estudiantil.-

2-Gustavo SOSA (se desconocen demás datos), es integrante de la F.A.U..-

3-Martín (se desconocen demás datos), es estudiante del I.[illegible], responsable de la Juventud de la F.A.U..-

4-Pablo (Novio de Lizza TOLEDO), se desconocen demás datos.-

El grupo anteriormente citado se reúne en el local de la F.A.U. de la calle Magallanes.-

Aparentemente el día 12 de octubre la Coordinadora trataría de Sabotear el acto oficial del Teatro Solís conjuntamente con la gente de la Comisión de Contrafestejos.-

IV.-ACCION TOMADA :-Confección del presente Parte Especial de Información.-

V.-DISTRIBUCION :-ORIGINAL.........................(D.G.I.D.).-
-COPIA No.1.........................(ARCHIVO).-

POCO LEGIBLE

EL JEFE DEL A.I.I.G.CTE.No.2.-
TTE.CNEL.
EDUARDO A. FERRO.-

FECHA 13 / OCT. 92 INICIAL [illegible]

[illegible] 001-01

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 02 OCT. 1992
Pase a Biográfico-Hijos-Dicoscan
No. de Orden 920927

SECRETO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
020850/OCT/1992
(i)

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 31/92

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Informacion acorde a tramite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DEL DPTO. II(INF) E.M.E.

COPIA 2: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 4: SR. 2do.COMANDANTE DE LA D.E. I.

COPIA 5: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

EL SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D. G. I. D.

Coronel
Hector H. Lluis

001-02

SECRETO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 02 OCT. 1992
Pasa a ARCHIVO-
Nº. de Orden 9209274

9209274

LAGAZETA RODRIGUEZ, Mauricio Cecilio
C.I. 1.472.375-3
C.C. BJB 15.062

LAGAZETA BARRERA, Cecilio
C.I. 1.832.631
C.C. BKB 66.436

LAGAZETA RODRIGUEZ, Ana María
C.I. 1.328.621-2
C.C. BDK 66.139

OLIVERA DUARTE, Margarita
C.I. 1.699.946-2
C.C. BDA 66.832

9209274

002 02

SECRETO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
021050/OCT/1992
(i)

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 32/92

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DEL DPTO. II(INF) E.M.E.

COPIA 2: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 4: SR. 2do.COMANDANTE DE LA D.E. I.

COPIA 5: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

EL SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D. G. I. D.

Sub Coronel
Hector H. Lluis

001.\002

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada: 02 OCT. 1992
Pase a ARCHIVO.
Nº. de Orden: 9209275

9209275

SECRETO

GIMENEZ LONE, Gustavo Daniel
C.I. 1.940.701-9
C.C. BEA 9468

GIMENEZ TEXEIRA, Joaquín
C.I. 1.034.867-2
C.C. BBB 21.525

LONE PEREYRA, Elsa Aida
C.I. 1.115.862-2
C.C. BQB 13.730

FANCHETTI BRENER, Janet
C.I. 2.730.737-0
C.C. BZC 1215

-9209275

002-002

P.257.-

Montevideo, 15 de Setiembre de 1992.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA METALURGICA

INLASA: En el día de ayer a la hora 14.00 se levantó el conflicto y la ocupación, al llegar a un acuerdo con los futuros dueños, reintegrándose a trabajar el 2/X/.-

INDUSTRIA PESQUERA

PROMOPES.CUTIP: Servidumbre 6710; Continúan con la ocupación productiva manteniéndose el campamento y la olla sindical.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: El 17/IX/organizarán la denominada "Jornada Cívica" en favor de la papeleta blanca, cada gremio tendrá a cargo un barrio.-

INDUSTRIA DE LA CARNE

FRIGORIFICO CRISTIANI: Se encuentra en pre-conflicto.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

ASOC.DE FUN.CIMA ESPAÑA: En el día de hoy a la hora 19.00 realizarán una Asamblea.-

COOPERATIVAS DE VIVIENDAS

F.E.C.V.A.M: Se concentrarán ho a la hora 17.00 frente a la Cámara de Diputados donde se tratará el tema referido a los deudores del Banco Hipotecario.-

INDUSTRIA QUIMICA

STIQ. TECN. QUIMICA: Prosigue el campamento frente a la Planta de Carrasco y Carlos Ma. de Pena por parte de 6 operarios, con olla sindical por pagos de sueldos atrasados.-

2)- INFORMACION ESTATAL

BIBLIOTECA NACIONAL: En el día de ayer realizarán un paro con asamblea a la hora 11.00 por salarios y presupuesto.-

C.O.F.E: Realizaron ayer un paro parcial, reuniéndose la dirigencia gremial en el día de hoy a la hora 18.30 para analizar la posibilidad de realizar un paro y acto frente al Senado.-

DOC. PUBL LEGIBLE

002 -01

P.258.-

Montevideo, 16 de Setiembre de 1992.-

1)- INFORMACION [illegible]

INDUSTRIA TEXTIL

P.H.U.A.S.A. I.A.T.A.: Se reabrió el 14/IX/ a las 06.00 esta textil la que cuenta con 500 operarios.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: Realizará el [illegible]/IX/ la denominada jornada cívica en favor de la papeleta blanca. Cada gremio tendrá a cargo un barrio.-

SALUD

ASOC. DE FUN. [illegible] ESPAÑA: Para mañana se prevee una reunión bipartita con la patronal por el tema reestructura.-

INDUSTRIA PESQUERA

PROMOPES-CUTIP: Se mantiene la ocupación productiva y la olla sindical las que tienen como objeto lograr prestamos del Bco. República para costear la crisis financiera de la Pesca.-

INDUSTRIA DE LA CARNE

FRIGORIFICO [illegible]: Se encuentra en pre-conflicto.-

INDUSTRIA QUIMICA

STI. TACH. QUIMICA: Se mantiene el campamento frente a la Planta de Garzón y La Pena, por parte de 6 operarios, con una olla sindical.-

2)- INFORMACION ESTATAL

AFIDEQ: En el día de hoy a la hora 14.30 se realizará una marcha desde AUTE hasta el Pcio. Legislativo donde se concentraran para posteriormente entrevistarse con el Ministro de Ed. y Cultura.-

MSCRA: Se reunen en el día de hoy para tratar la concurrencia a las barras en las próximas interpelaciones al Ministro de Trabajo y el de Economía.

D.G.I.A: En el día de hoy se reuniran en Asamblea a fin de tratar el tema referente al "Reparto de las ganacias del Aeropuerto". Además se tratará la propuesta de un paro de 48 horas en caso de no arribar a una solución.-

AFUR: En el día de ayer a la hora 17.30 los funcionarios de la Fac. de Derecho, concretaron un paro para concurrir a una reunión del Consejo Directivo Central.-

SUTEL: Desde el 14/IX/ se resolvió suspender las [illegible] medidas que vienen realizando hasta el 1/X/ para dedicarse al Referendum.-

FEUU: En el día de hoy se realizará una concentración a la hora 18.00 en la Explanada de la Universidad de la República en repudio del cobro de Matrícula y a la hora 20.00 se reunirán en la Facultad de Medicina para coordinar una marcha al Parlamento en el momento que sea tratada la Rendición de Cuentas.-

ASOC. DE FUN. JUDICIALES: En el día de mañana realizaran un paro de 24 horas sin atención al público.-

DUE POEC LEICIBUE

001/01

-9209277

P.574.-

Montevideo, 17 de Setiembre de 1992.-

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA DE LA BEBIDA

S.[illegible]: En el día de hoy realizaran un paro de 24 horas, por [illegible] convenio y salario. Este fué decretado en asamblea realizada en el día de ayer a las 18.00 en el local sindical.-

INDUSTRIA [illegible]

[illegible]: En el día de hoy realizaran una jornada Nacional de propaganda pro-referendum con paros en algunas fabricas.-

INDUSTRIA DE LA CARNE

FRIGORIFICO [illegible]: En el día de ayer no realizaron paro pero si asambleas informativas.-

INDUSTRIA QUIMICA

[illegible]: Continua el campamento frente a la Planta, con olla sindical.-

INDUSTRIA PESQUERA

PROMOPES: Desde el 11/IX/ continua la ocupación productiva y campamento con olla sindical.-

[illegible] GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: En el día de hoy realizaran la jornada cívica a favor de la papeleta blanca por todos los barrios de Montevideo. Cada gremio tomará a cargo un barrio.-

2)- **[illegible] ESTATAL**

C.[illegible]: Reunida en Plenario el 15/IX/ resolvió la realización de un paro para el 23/IX/ desde las 14.00 hasta las 17.00 con una concentración en el Pcio. Legislativo por el tema Rendición de Cuentas.-

[illegible]: En el día de ayer a la hora 16.05 se llevó a cabo una reunión por parte de los funcionarios en el Hall de entrada del M.E.C. por parte de unos 40 funcionarios. En el día de hoy a la hora 15.00 se concentraran en el Parlamento.- [illegible]

[illegible]: En el día de hoy efectuaran una asamblea.-

[illegible] se encuentra en pre-conflicto.-

[illegible]: Se encuentra desde el 11/IX/ inactiva.-

[illegible]: En el día de ayer a la hora 17.00 se realizó la concentración prevista en la Explanada de la Universidad por parte de unos [illegible] estudiantes, que marcharon posteriormente hacia el Pcio. Legislativo [illegible] siendo autorizados a ingresar [illegible] 3 estudiantes, los que [illegible] a la hora [illegible] se dispersaron en forma pacífica.-

[illegible]

DOC PCÉO LEG. [illegible]

[illegible] 001-001

-9209278

I.[illegible].-

Montevideo, 18 de Setiembre de 1992.-

1)- [illegible]

[illegible]

C.UTCSA.UTC: En el día de ayer a partir de la hora 10.20 se registró un paro en la línea "I". El mismo se debió a que hay desconformidad de los empleados con la gerencia, ya que se están mandando a trabajar a la misma obreros de otras líneas que no conocen las líneas.-

INDUSTRIA METALURGICA

[illegible]: El 17/IX/ se realizó un paro en los tres turnos en los siguientes horarios de 09.00 a 10.30 de 16.30 a 18.00 y de 00.00 a 01.30, realizandose asambleas explicativas sobre el Referendum y se salió a repartir volantes y a hablarle a la gente del barrio.-

INDUSTRIA [illegible]

TECNO-QUIMICA: Se mantiene el campamento frente a la Planta.-

INDUSTRIA PESQUERA

[illegible]: Continúa ocupada y el campamento con la olla sindical.-

2)- [illegible]

[illegible]: La concentración que se iba a realizar en el día de ayer en el Pal. Legislativo no se realizó.-

[illegible]: En asamblea realizada en el día de ayer se resolvió seguir con el paro de brazos caídos hasta el 22/IX/ realizando a la hora 14.30 de ese día una nueva asamblea por si tienen rendición de cuentas. En el día de hoy a las 15.00 realizarán una marcha desde el Hosp. José Pedro Varela, sito en B. Mitre y Br. Ar. hasta el Codicen a efectos de entrevistarse con algún integrante del mismo para exponer la situación de insultos y amenazas que han recibido. Coordinar con Ademu para los días 24 y 25/IX/ los paros de 24 y 48 horas.-

AFUTU: Realizaron este sábado y el domingo un Congreso Nacional de Delegados en el local sindical.-

FED.URUG.DE MAGISTERIO: El 24/IX/ efectuará un paro de 24 horas.-

[illegible]: El 21/IX/ realizaría un paro de 14.30 a 17.00 con una concentración en el Palacio Legislativo.-

DOC PROC. [illegible]

001 01

2-10-92
SID [illegible]
9209279

- 9209279

P.260.-

Montevideo, setiembre [illegible]

//

1)- [illegible]

[illegible]

[illegible] y Carlos [illegible] mantiene el [illegible] frente a la [illegible], por parte de [illegible] con "olla sindical", por fuente de trabajo y pago de [illegible] atrasados.-

[illegible]

[illegible] :[illegible] Nro.C?TC; [illegible] al 11/IX/ continúa la "ocupación productiva" y campamento frente a la [illegible], funcionando la "olla sindical", [illegible] de fuentes de trabajo y pago de [illegible] atrasados.-

[illegible]

[illegible] pre-[illegible] [illegible], [illegible] [illegible] de [illegible].-

//

2)- [illegible]

[illegible]

[illegible] los movilizaciones, habiéndose [illegible] los días 17 y 18/IX/ [illegible] turno y sección. [illegible] el 19 y 20/IX/ [illegible] José [illegible] y [illegible] y en el [illegible] [illegible] 23/IX/ a partir de la [illegible] activa.-

[illegible]

[illegible] el [illegible] protesta, en el [illegible] 21/IX/, paro de 14.[illegible] 16.[illegible] el 27/IX/ [illegible] al [illegible] 14.[illegible] a 16.00' horas [illegible] pública [illegible] al público; [illegible] IX/ paro de [illegible] a 1?.?? [illegible] al [illegible] y [illegible], [illegible] [illegible]ria, con concentraciones en la [illegible] y [illegible]; el 30/IX/ paro a partir de la [illegible] el Parlamento.-

[illegible]

[illegible] las 1?.?0' y las 15.30' [illegible] hasta el [illegible] y entrega de [illegible] un [illegible] a un [illegible] de Televisión(?) [illegible] [illegible].-

[illegible] el 1? y el 2?/IX/ en su local sindical.- [illegible] [illegible] Gor. [illegible].-

DE POCO LEGIBLE ..././

001 | 002

9209260

[illegible] a la [illegible] previsto a partir de la hora / [illegible] una "[illegible] reunión [illegible] alumnos de UTU y Bellas Artes", [illegible] y ámbitos de discusión, frente al local [illegible] y [illegible].-

[illegible]"; [illegible] que en el fin de [illegible] las personas que se [illegible] del [illegible] local, no [illegible] para efectuar una Asamblea, sino que eran estudiantes a [illegible] el [illegible].-

[illegible] En la Asamblea efectuada el [illegible], se resolvió continuar con el [illegible] de "brazos caídos" [illegible] 22/IV/, donde realizarán una Asamblea a la hora 12.30'.

[illegible] su [illegible] / [illegible] por el cobro de matrícula. [illegible] 24/IV/ realizarán paro de 24 [illegible] por [illegible] Asamblea.-

-9209280

DOC. POCO LEGIBLE

[illegible] 002 | 002.

N°261.-

Montevideo, setiembre 2[illegible] de 19[illegible]

//

1)- [illegible]

[illegible] NOVEDAD

//

2)- [illegible]

[illegible]

//

3)- [illegible]

[illegible] en el día de ayer a partir de la hora [illegible] en la intersección de [illegible] y Madrid se instaló un [illegible], en [illegible] el cual actuaron diversos grupos musicales de estudiantes, habiendo participado unas [illegible] personas [illegible] de / una [illegible] alcohólica. [illegible] que [illegible] formularon varias quejas a la [illegible] a raíz de actos reñidos con la moral. El acto finalizó en la fecha a la hora 02.30'.-

[illegible] el día [illegible] a partir de la hora 09.[illegible] en el [illegible] 18 de Julio, se realizó [illegible] y / [illegible] a fin de [illegible] sobre el cobro de matrícula.-

[illegible] en el día de ayer en el [illegible] Nacional de [illegible], funcionaron las [illegible] de [illegible] General de [illegible] y [illegible] Institucional. La concurrencia fue de unas [illegible].-

//

Poco válido

8 8 93 4

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO [illegible]
Fecha de Entrada 05 OCT. 1992
Pase a Archivo [illegible]
N°. de Orden 9209281

001 01

2.10.92
SID [illegible]
9209281

9209281

P.2.2.-

Montevideo,21 de Setiembre de 1992.-

1)- **INFORMACION [illegible]**

COOPERATIVA DE VIVIENDA

F.U.C.V.A.M: El 24/IX/ a la hora 19.00 se concentrarán en el Pal. Legislativo, a la hora 20.00 realizarán un acto el [illegible] BASA.-

INDUSTRIA QUIMICA

[illegible] QUIMICA: Se mantiene el campamento frente a la planta en [illegible]són y Carlos M.Pena con olla sindical por parte de 6 obreros.-

INDUSTRIA PESQUERA

PROMOPES: Desde el 11/IX/ se encuentra con ocupación productiva y campamento en la planta con olla sindical.-

INDUSTRIA DE LA CARNE

FRIGORIFICO [illegible]: Se encuentra en pre-conflicto.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA

HOGAR BIENESTAR ESTUDIANTIL: Comedor Nº 1,ubicado en Dr.José A. Rodríguez 1472,y Nº 2 en Dr. A.Navarro 3007,[illegible] mismos se encuentran ocupado por unos 15 estudiantes en tanto que el primero se encuentra cerrado.-

DIR.GENERAL IMPOSITIVA: Los funcionarios se han declarado en conflicto,comenzando en el día de hoy una serie de movilizaciones que pueden finalizar en la no atención al publico.-

ED. PRIMARIA.FUN.NO DOCENTES: Hasta el día de mañana continuaran con los paros de brazos caídos.Los Maestros comenzarán el 24/IX/con paros rotativos de 24 horas por zonas en Montevideo y el 28/IX/ realizarán un paro a nivel Nacional.-

AFOSE: En el día de hoy se prevee un paro de 24 horas con Asamblea en el Hall a la hora 12.00.En el día de ayer la Planta de Proyéco trabajó con guardia gremial.El 22/IX/ a partir de las 09.00 se reunirá la Mesa Representativa y la Asamblea General la cuál se declaró en Sección permanente.-

ASOC.DE FUN.JUDICIALES: En el día de mañana realizaran paro de 14.00 a 16.00.-

C.O.F.E: El 23/IX/ realizarán un paro de 14.30 a 17.00 con concentración en el Pal. Legislativo.-

FEU.FAC. DE CIENCIAS: Para el día 22/IX/ se prevee la ocupación de esta Facultad en protesta del cobro de matrícula.-

FAC.DE CIENCIAS ECONOMICAS: Para el 21/IX/ en el [illegible] 18 de Julio a la hora 09.00 se realizará una concentración y una Asamblea abierta informando la situación.-

DOC. POCO LEGIBLE

001 | 01

9209282

P.263.-

Montevideo,22 de Setiembre de 1992.-

1)- [illegible]
COOPERATIV[illegible] DE VIVIENDAS
FUCVAM:Para el 24/IX/ se prevee a la hora 19.00 una concentración en el Pcio.Legislativo y a las 20.00 un acto en la IASA.-
INDUSTRIA DE LA CARNE
FRIGORIFICO [illegible]:Su personal continua en pre-conflicto.-
INDUSTRIA PESQUERA
[illegible]:Continuan con la ocupación productiva y la [illegible] con campamento frente a la planta por parte de 6 operarios.-
INDUSTRIA QUIMICA
[illegible] QUIMICA:Se mantiene el campamento frente a la planta.-

2)- [illegible]
UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA
HOGAR [illegible] ESTUDIANTIL:Continua ocupado el Comedor Nro. 2 (Navarro 3067) por unas 15 personas.Está prevista para el viernes la realización de una asamblea resolutiva.-
ED.PRIMARIA,FUN.NO DOCENTES:Hasta el día de hoy continuan con el paro de brazos caídos.Para el día 24/IX/ comenzarán con paros rotativos de 24 horas por zonas en Montevideo.-
FAC.DE M.Y CIENCIAS:Para el día de hoy se prevee un ocupación.-
ASOC.DE FUN JUDICIALES:En el día de hoy realizarán paro de 14.00 a 16.00.
DIR.GENERAL IMPOSITIVA:Se encuentra en conflicto.-

(DOC. POCO LEGIBLE)

001 | 01

9209283

P.264.-

Montevideo, 23 de Setiembre de 1992.-

1)- INFORMACION GREMIAL

COOPERATIVAS DE VIVIENDA:

FUCVAM:-Para el 24/IX/ a la hora 19.00 se prevee una concentración en el Pcio. Legislativo y a las 20.00 un acto en el Pcio Sud América.-

INDUSTRIA [illegible]

[illegible]: Desde el 11/IX/ se encuentra con la ocupación productiva y campamento en la planta con olla sindical en la calle Servidumbre No. 6710.-

INDUSTRIA QUIMICA

[illegible] QUIMICA: Prosigue el campamento en la Planta de Garzón y Carlos M. de Pena por parte de 6 obreros.-

INDUSTRIA DE LA CARNE

FRIGORIFICO CRISTIANI: Se encuentra en pre-conflicto.-

BANCA

A.E.B.U.: Esta gremial ha programado para el 23 y el 24/IX/ que distintas delegaciones recorran el interior realizando jornadas en apoyo del Referendum. Para el día 28/IX/ se realizará el llamado "Esfuerzo Final" donde organizarán una volanteada desde vehículos.-

2) INFORMACION [illegible]

FACULTAD DE CIENCIAS EXACTAS: Desde las 08.00 de ayer se encuentra ocupada luego de haber realizado una Asamblea.-

FACULTAD DE HUMANIDADES: Se prevee la ocupación de dicha Facultad.-

FEUU: Para el 25/IX/ realizaran una marcha reivindicando presupuesto para la Universidad y contra el cobro de la matrícula.-

ASOC. DE FUN. [illegible]: En asamblea realizada en el día de ayer se resolvió continuar con el paro de brazos caídos hasta el 28/IX/ donde se efectuará una nueva asamblea a la hora 12.30.-

C.U.T.P.: En el día de hoy realizarán paro de 14.00 a 17.00 con concentración en el Palacio Legislativo por presupuesto y salario.-

ASOC. DE F. [illegible]: En el día de hoy realizarán paro en adhesión a las movilizaciones previstas por CUTP.-

HOGAR [illegible]: Prosigue ocupado por parte de unas 15 personas el Comedor Nro 2.-

[illegible]: En el día de ayer realizaron una marcha la que comenzó a la hora 10.30 recorriendo diversas arterias para finalizar la misma en la Planta de Batlle y Ordóñez. Estaba integrada por unos 12 camiones los que transportaban unas 100 personas.-

DOC. POCO LEGIBLE

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 05 OCT. 1992
Pase a [illegible]
-920928

001 | 4

9 8 93

2 10 92
S/D SNT
9209284

9209284

1.265.-

Montevideo, 24 de Setiembre de 1982.-

1)- INFORMACION GREMIAL

COOPERATIVAS DE VIVIENDAS

FUCVAM: Se prevee para el día de hoy a la hora 19.00 una concentración en el Palc. Legislativo y a las 20.00 un acto en la IASA.-

INDUSTRIA QUIMICA

TECNO QUIMICA: Avda Eugenio Garzón y Carlos Ma. de Pena; Por intermedio de MCO en el día de ayer próximo a la hora 21.00 en dicho lugar se estaba realizando quema de cubiertas. Consultada la Secc. 7ma. manifestaron que se había producido un problema laboral y que el personal de la empresa de Seguridad habían desalojado el local. Se produjeron diversos daños en los mobiliarios, habiéndose derramado una importante cantidad de combustibles y productos químicos en la vía pública. Se procedió a la detención de 4 personas habiendo presentado denuncia el propietario de Tecno Química. En la fecha los detenidos concurrirán ante el Señor Juez Letrado de 7mo. Turno quién dispuso que el Delegado Gremial no fuera privado de su libertad, emplazando para la misma audiencia. Manteniéndose el campamento frente a la Planta.-

INDUSTRIA [illegible]

PROMOP.S: La situación permanece incambiada.-

INDUSTRIA [illegible]

[illegible]: Su personal se encuentra en pre-conflicto.-

2)- INFORMACION ESTATAL

FAC. DE [illegible]: Se mantiene la ocupación.-

COORD. [illegible]: En el día de hoy se prevee la ocupación del Liceo Miranda, en rechazo del bajo presupuesto para la educación, el acta Rec. 5 la represión policial y las 30 medidas. Se realizarán además asambleas por cada turno, donde se informará a los estudiantes sobre las resoluciones de la reunión gremial realizada el sábado pasado.-

B.P.S: En el día de ayer los funcionarios realizaron paro a la hora 13.00 hasta las 15.00 atendiendo con guardia gremial el pago de las Jubilaciones, concentrándose en sus lugares en la explanada de dicho Banco.-

C.O.F.E: Se realizó en el día de ayer la marcha con posterior concentración por parte de unas 400 personas. La misma comenzó a la hora 14.00 cuando los funcionarios concurrieron a la Pza. Independencia donde depositaron una ofrenda floral. Luego de ello realizaron una marcha por diferentes arterias de Montevideo para llegar al Palc. Legislativo finalizando a la hora 17.30, en forma pacífica. Se deja constancia que esta marcha no tenía autorización por la Oficina de Actos de la J.P.M.-

FAC. DE [illegible]: La asamblea con concentración prevista para el día de ayer en el Cine 18 de Julio no se llevó a cabo.-

HOGAR [illegible]: Se mantiene la ocupación.-

ASOC. DE FUN. JUDICIALES: Hoy y mañana realizarán paro de 14.00 a 16.00 con asambleas por turno.-

FUN. [illegible]: Continúan con las [illegible] caídos por 24 [illegible], en el día de hoy y mañana [illegible]

DOC. POCO LEGIBLE

9209285

[illegible]

Montevideo, 25 de Setiembre de 1992.-

1)- INFORMACION [illegible]

[illegible]

S.U.N.C.A: En el día de ayer a partir de la hora 15.00 realizaron una reunión en la [illegible] por el tema salarios, Referendum. Posteriormente a la hora 18.00 una delegación concurrió al Parlamento.-

[illegible]

S.[illegible]: El 25/IX/ una delegación concurrirá al MTSS. Para el 29/IX/ realizaran paro a partir de las 16.00 reuniendose en Asamblea.-

[illegible]

[illegible] PLAST: Se encuentran realizando paro de una hora por turno los días lunes miercoles y viernes en el horario de 10.00 a 12.00 de 17.00 a 18.00 y de 00.00 a 01.00.-

UNTMRA: En el día de hoy a la hora 08.00 se realizará una jornada de propaganda en la que se realizaría evaluaciones del problema del sector y apoyo a la campaña del Referendum.-

SALUD

ASOC. DE [illegible]: En el día de hoy a la hora 18.00 se realizará una asamblea general con caracter de grave y urgente, debido a que la gremial no quiere que se elimine el sistema de llegadas tarde consistente en 4 horas mensuales.-

COOPERATIVAS DE VIVIENDAS

[illegible]: En el día de ayer y como estaba previsto a la hora 19.00 se concentraron unas 100 personas en el Pal. Legislativo, los que posteriormente se trasladaron ocupando media calzada hasta [illegible] IASA, donde se reunieron en asamblea informativa.-

2)- INFORMACION [illegible]

[illegible]: La ocupación de dicho liceo comenzará en el día de hoy a partir de la hora 08.00, siendo por tiempo indeterminado.-

[illegible]: En el día de hoy a la hora 16.00 realizaran una marcha desde Plza. Cagancha hasta al Pal. Legislativo donde se entrevistaran con legisladores por el tema salarios.-

DIR. GRL. [illegible]: Desde el 21/IX y hasta el 28/IX se encuentran de paro debido a las diferencias de aumento de sueldo entre los funcionarios de dicha Dirección.-

FAC. [illegible]: Prosigue la ocupación de la misma.-

[illegible]: En el día de hoy realizaran paro de 14.00 a 16.00 con asambleas por turno.-

ASOC. [illegible] DOCENTES DE PRIMARIA: Prosigue hasta el 28/IX el apre de brazos caídos.-

Doc. Pablo Letelier

001-01

2-10-92
S/D DDT
9209286

9209286

I-267.-

Montevideo, 26 de Setiembre de 1982

1)- [illegible]

[illegible] el [illegible] realizaron un paro a partir de las 16.00 para reunirse en Asamblea General.-

[illegible]

[illegible] Central [illegible] viene estudiando un paro general para el día 29 [illegible] en apoyo de la "Huelga de Hambre" que comenzará ese día en Montevideo, por parte de los obreros del [illegible].-

[illegible]

[illegible] En el día de ayer a la hora 19.00 se concentraron en la Junta Departamental unos 150 propietarios de Taxímetros los que entregaron a dicha Junta un petitorio a fin de que no sean entregadas las 100 chapas que la IMM piensa habilitar. En el día de la fecha a partir de la hora 11.00 realizaron un paro para reunirse en Asamblea en el local sindical, donde se analizaron problemas presupuestales.-

2)- [illegible]

[illegible] desde el 23 [illegible] a la hora 16.00 dió comienzo un paro el que finalizará el día 28 IX/, debido a que unos funcionarios [illegible] más aumento de salarios que otros.-

[illegible] realizan paros de 14.00 a 16.00 con la realización de asambleas en los lugares de trabajo.-

[illegible] En el día de la fecha continuaron con los paros [illegible] en reclamo de [illegible]. El 29/IX/ comenzarán un paro de 72 horas en reclamo de la equiparación de sueldos con los [illegible].-

[illegible] el día de ayer realizaron paro el [illegible] de la Planta de Aguas [illegible] manteniendo una guardia gremial para el abastecimiento [illegible].-

[illegible] convocan a una jornada nacional con paro de 24 horas para el [illegible].-

[illegible] hora 18.30 se [illegible] la Universidad en el día de ayer unos 200 estudiantes pertenecientes a [illegible] Facultades los que marcharon [illegible] por 18 de Julio hacia el Centro. A la altura de [illegible] se [illegible] de la Facultad de [illegible] a instrumentos de percusión [illegible] a la hora 19.15 [illegible] agrupados [illegible] la marcha hacia el [illegible] arribando a las 20.[illegible] las [illegible] de [illegible] que unos 150 [illegible].-

[illegible] Se encuentra [illegible] por parte de unos 100 estudiantes [illegible].-

[illegible]

001/01 Poco legible

-9209287

9 8 93 4

[illegible].268.-

Montevideo, 27 de Setiembre de 1992.-

1)- [illegible]

[illegible]

[illegible] realizarán paro el 29/IX a la hora 16.00 reuniéndose en Asamblea General.-

[illegible]

[illegible]: se encuentra estudiando un paro para el día 29/IX/día en que concluirá la huelga de hambre por parte de los obreros del Espinillar, en apoyo de esta.-

2)- [illegible]

[illegible]: Desde el 21/IX/ y hasta el 28/IX se encontraban realizando paro.-

[illegible]: Continúan con paros de 14.00 a 16.00, con asambleas en los lugares de trabajo.-

[illegible]: el 28/IX/ efectuaron un paro de 14.00 a 17.00 en reclamo de mejoras salariales.-

[illegible]: el 28/IX, comenzaron un paro de 72 horas.-

[illegible]: Continúan ocupados los Comedores, 1 y 2 por los funcionarios de los mismos.-

[illegible]: Luego de la marcha de la FEUU en el día de ayer se resolvió en Asamblea mantener la ocupación durante el fin de semana.-

[illegible]: Continúa ocupado por parte de unos 150 estudiantes.-

9 8 93 [illegible]

001 -01

9209288 9209288

I.269.-

Montevideo,28 de [illegible]etiembre de 1992.-

1)- INFORMACION [illegible]

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: Está estudiando la posibilidad de realizar un paro general en apoyo de la huelga de hambre que el 29/IX/ comenzarán en Montevideo los trabajadores del Espinillar.

INDUSTRIA DE LA MADERA

S.O.I.M.A.: En el día de mañana a partir de la hora 16.00 realizaran paro reuniendose en Asamblea General.-

2)- INFORMACION ESTATAL

FUN.DEL A.I.C.: En el día de hoy realizaran paro de 14.00 a 17.00 en reclamo del 38% de los proventos solicitados al Min.de Def. Nacional.-

ASOC.DE FUN.JUDICIALES: Prosiguen con los paros de 14.00 a 16.00 con la realización de Asambleas en los lugares de trabajo.-

ASOC. DE FUN.REGISTRALES: A partir del día de mañana se prevee la realización de un paro de 72 horas si el Senado de la República no aprueba el aumento del 15% de los proventos de la Tasa de Registralespara su redistribución dentro del personal, reclamando además mejoras salariales en la próxima rendición de cuentas.-

HOGAR BIENESTAR ESTUDIANTIL: Prosiguen ocupados los Comedores Nos. 1 y 2 por los funcionarios de los mismos.-

FACULTAD DE CIENCIAS: Continua ocupada previendose en el día de hoy el desalojo por su voluntad.-

LICEO MIRANDA: Se mantiene ocupado, por parte de unos 150 estudiantes.-

F.U.M.: Continuan con los paros rotativos de 80 escuelas.-

FUN.NO DOC.DE PRIMARIA: Continuan con los paros de brazos caídos, y Asambleas.-

DIR.GRAL.IMPOSITIVA: Hoy es el último día de paro, por equiparación salarial que vienen realizando.-

DOC POCO LEGIBLE

001 | 0

-9209289

OFICIAL

Hoja de
Copia de
(i.r.)

9209293

Montevideo, 02 de Octubre de 1992.

M E M O R A N D U M Nº 120525/C.C.D.

I.- ASUNTO: MOVILIZACION DE LA F.E.U.U.

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O :

El día 30 de Setiembre se realizó la cobertura de la movilización convocada por la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (F.E.U.U.) para la hora 1500 frente al Palacio Legislativo.

Siendo la hora de la convocatoria, en el lugar se habían concentrado alrededor de 50 a 70 estudiantes Universitarios.

La manifestación dió comienzo entre las 1600 horas, detectándose entre 100 y 120 estudiantes Universitarios en actitud pacífica y entonando cánticos.

Hizo uso de la palabra **Sidis FALCO** estudiante de I.P.A. e integrante de la Coordinadora de Estudiantes de Secundaria (Sector / radicalizado) quien en representación de los ocupantes del Liceo Miranda, manifestó su solidaridad con los allí presentes e invitó a / los manifestantes a ir al Liceo Miranda en apoyo de los estudiantes de Secundaria.

A continuación los manifestantes se trasladaron a Gral. Flores frente a la Facultad de Quimica. En el lugar se encontraba un camión chata con amplificación, donde dieron comienzo las actividades previstas:

Se procedió a leer una carta abierta (Se adjunta) y luego se desarollaron representaciones artísticas.

Finalmente se comunico a los presentes sobre la resolución del Parlamento, de no votar en la fecha la Ley de Presupuesto sino // que lo harían el próximo viernes 02OCT92, invitándose a los demás a / participar y concurrir a las 1600 horas a manifestar contra la Ley.

A... 001 | C24

Durante la movilización se entonaron los siguientes cánticos:

- Y DALE ALEGRIA A MI CORAZON, Y DALE MAS PRESUPUESTO A LA EDUCACION.
- NOS VAMOS PARA ATRAS, CON ESTE PRESUPUESTO NOS VAMOS PARA ATRAS.

Se detectaron los siguientes pasacalles:

- QUIMICA EN LUCHA POR UN PRESUPUESTO DIGNO.
- ARQUITECTURA PRESENTE.
- SIN PRESUPUESTO SOLO NOS QUEDA ... (acompañado por un dibujo de un avión), sin agrupación.

Se detectaron las siguientes banderas gremiales:

- de la ASOCIACION DE ESTUDIANTES DE MEDICINA (A.E.M.)
- del CENTRO DE ESTUDIANTES DE INGENIERIA (C.E.I.)
- de la FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY (F.E.U.U.)
- del CENTRO DE ESTUDIANTES DE ARQUITECTURA (C.E.D.A.)

Además de los descripto anteriormente se obsevó un cubo representando el Edificio de la Universidad donde se leía NO AL GOBIERNO SERRUCHO.

Se adjunta periódico estudiantil LEY INORGANICA, CARTA ABIERTA del Centro de Estudiantes de Arquitectura (Proclama leída) y tomas fotográficas.

IV.- DISTRIBUCION : ORIGINAL - JEFE DEL DEPARTAMENTO I.
COPIA 1 - JEFE DEL DEPARTAMENTO III(CP). ARCHIVO.

002

9209283

9209293

CARTA ABIERTA

Los estudiantes universitarios uruguayos, empeñados en lograr que toda la sociedad tome conciencia sobre el papel fundamental de la Universidad de la República en el desarrollo del país, recurrimos a este medio para dirigirnos a los parlamentarios y a la opinión pública.

En este momento en que tanto se habla del desafío del MERCOSUR y de la necesidad de alcanzar un nivel competitivo, otra vez la Rendición de Cuentas, responsabilidad intransferible de los parlamentarios, está asignando un presupuesto insuficiente para la Universidad, el que nos aleja cada vez más de los problemas a resolver en el marco de la integración regional.

Es a través de la creación y difusión de conocimientos y la formación de profesionales, científicos y técnicos capacitados que el Uruguay podría aspirar a desarrollarse y competir en el mundo moderno, con el objetivo de mejorar las condiciones de vida de toda la población.

Estas funciones son responsabilidad de nuestra Universidad y para poder cumplir con ellas, esta precisa tanto de recursos humanos idóneos como de suficientes recursos materiales.

centro de estudiantes de arquitectura

ASCEEP FEUU

PARLAMENTARIO

ESTA ES TU UNIVERSIDAD

ES EL FUTURO

DE TU PAIS

VOTA POR EL

c.e.d.a.


aem

















9209293


ae
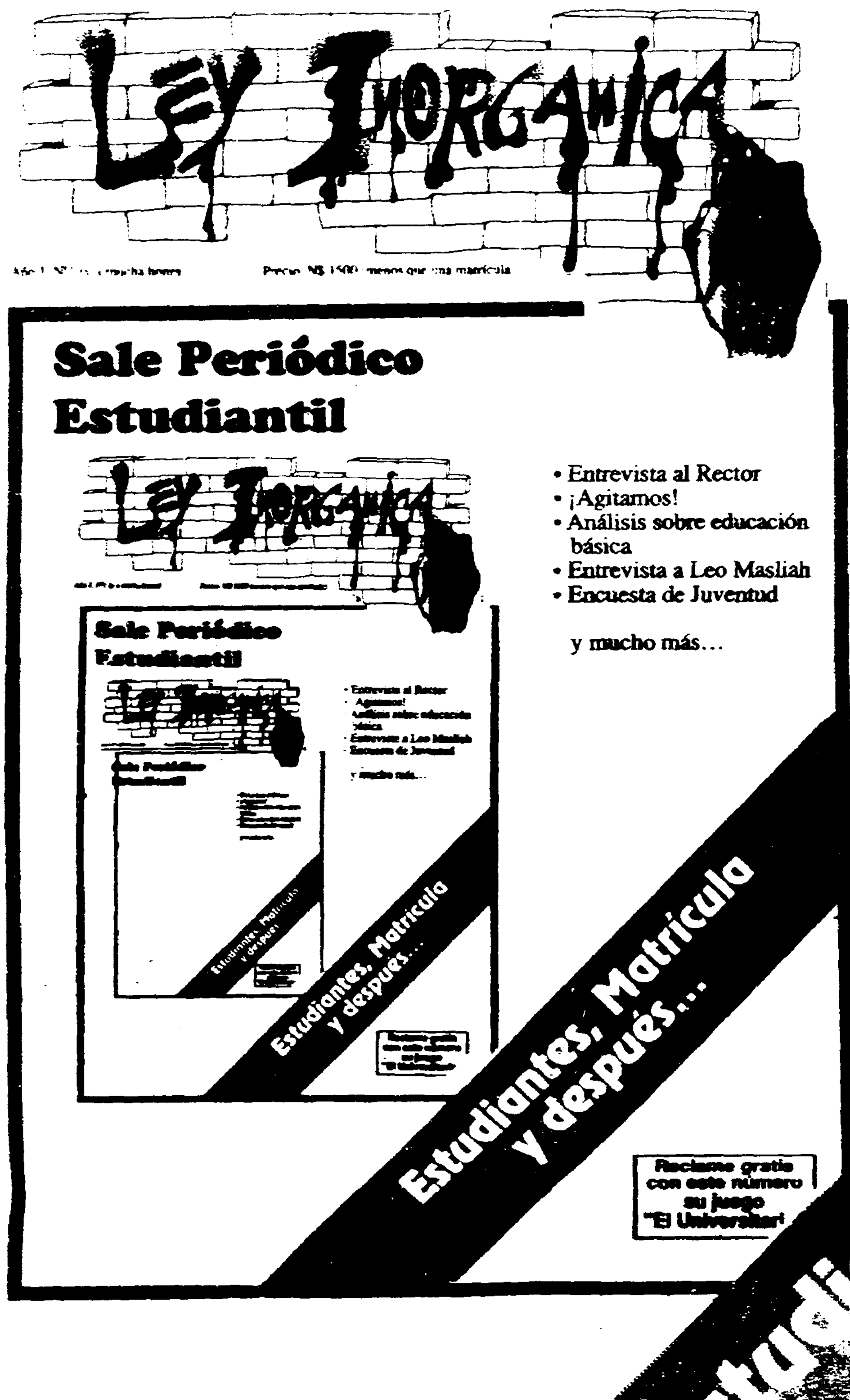

PRESU



LEY INORGANICA

Año 1, Nº1 (y a mucha honra)   Precio: N$ 1500 (menos que una matrícula)

Sale Periódico Estudiantil


LEY INORGANICA

Sale Periódico Estudiantil

- Entrevista al Rector
- ¡Agitamos!
- Análisis sobre educación básica
- Entrevista a Leo Masliah
- Encuesta de Juventud

y mucho más...

Estudiantes, Matrícula y después...

Reclame gratis con este número su juego "El Universitario"

- Entrevista al Rector
- ¡Agitamos!
- Análisis sobre educación básica
- Entrevista a Leo Masliah
- Encuesta de Juventud

y mucho más...

Estudiantes, Matrícula y después...

Reclame gratis con este número su juego "El Universitario"

SUMARIO...



Presentación

Alerta, Invasión Extraterrestre

Queridos lectores:

Les escribimos para presentarles el famosísimo periódico (¿con qué período?) Ley Inorgánica, que ya tiene circulación (más de 80 millones de ejemplares) en el planeta Marte, pero que recién ahora llega a nuestro pequeño mercado terrestre, a través de una minúscula experiencia piloto.

Como los marcianos no nos mandaron colaboradores, un pequeño grupo de terrícolas tuvo la extraterrestre idea de poner una filial aquí en Montevideo. Los pioneros (por ahora 9) somos estudiantes de diferentes facultades con ganas de... (¿de qué?)

No vamos a decirles que necesitamos colaboración y que somos pocos y que hay mucho laburo, porque ustedes ya lo saben.

La idea de este coso es que todos nos podamos comunicar (pero no con Marte porque tenemos la exclusiva) e informarnos no solamente como entes de cada facultad, sino también integrándonos entre las diferentes facus. Se nos ocurrió la idea, primero porque era divertido, y segundo porque notamos la falta de información general de la Universidad que tenemos todos y para ver si podíamos hacer algo al respecto.

Otra característica, es que queríamos que el periódico fuera independiente (de Marte también) pero que diera una opinión sobre los temas de interés. Además, queríamos ponerle un poco de humor para *&/%â@∆=[1] un poco de risa (si no se pudre todo).

El nombre lo elegimos haciendo referencia a la ley que establece los estatutos de la Universidad (Ley Orgánica), pero sobre todo por la palabra "inorgánica", haciendo referencia a que no trabajamos para ninguna organización en particular.

Tratamos de entrar en contacto con las diferentes revistas de las facultades pero no tuvimos mucho éxito, salvo con Vector Nulo de Ciencias Económicas, que entre otras cosas nos dijo dónde hacer el amor (ver página 12). Pensamos que fue sobre todo por culpa nuestra por no movernos lo suficiente, pero esperamos entrar en contacto para el segundo número con la mayor cantidad de publicaciones estudiantiles.

Queremos aclarar, que no pretendemos ser únicamente un medio de comunicación escrita (está fuera de onda), sino también si la situación lo requiere, esperamos poder abarcar los medios audiovisuales. Por ejemplo, en este momento de conmoción en la Universidad por el tema de la matrícula y el presupuesto, quizás saquemos algún video de circulación como nexo entre las distintas movilizaciones en las diferentes facultades.

A lo largo del proceso de gestación de este número, algunas personas (como Gustavo y Rafa), se distanciaron (pero sin salir del planeta), y lamentamos mucho su pérdida, y queremos ver si vienen, por lo menos para hacer un picadito de fútbol.

Por último, queremos agradecer a los colaboradores, al Rector, a Leo Masliah, a Cinemateca, a Vector Nulo, al InJu, a la Comisión de Juventud de la IMM, a Orson nuestro corresponsal en Marte, y por supuesto a nosotros mismos.

Hasta pronto
Los Inorgánicos

P.D.: Para que no piensen que somos verdes y tenemos cuernos en la cabeza vean la foto que viene en ésta página.

1 excrementarse en idioma marciano

Los InorgánicoS

Gustavo Cabrera (El Negro), Pablo Daniel Dans, Javier Diez, Ana Fostel, Guillermo Galmés, Ofelia Gutiérrez, Daniel Hintermeister (Ninja), Paula Pellegrino y Nicolás Wschebor (Nico).

Colaboradores

Gabriel Aintablián (dibujo), Rafael Arza "Rafa" (¿qué es de la vida del Rafa?), Julio Berbejillo (propaganda), Rafael Bernardi (artículo), Horacio Cassinelli (dibujo), Adrian Escofet (artículo), Pablo Ferrer (artículo), Gonzalo Frasca (guión de la historieta), Gabriela García (fotos), Carlos Gómez Guerrero "El Cholo" (colaboración de Vector Nulo), Valeria Jauregui (propaganda), Valentina Korolkoff (dibujos), Daniel Puch "Pucho" (colaboración de Vector Nulo), Héctor Romero (artículo), Judith Sutz (artículo), Javier Zipitría "Zipi" (artículo).

Matrícula: ¿Vos pagarías?

El otro día, Montevideo amaneció con una persona planteando por la radio que poco menos que ya se había decidido cobrar matrícula al ingreso a la Universidad. Más allá de las opiniones que uno pueda tener sobre el tema, es claro que pasar por encima de las autoridades universitarias y de los órdenes del cogobierno de tal manera era preocupante. Por eso decidimos analizar en concreto este tema, como forma de aporte a la discusión entre los estudiantes, que forman parte del gobierno universitario.

¿En qué Universidad nos movemos?

Para entender la manera en que esta propuesta aparece, hay que ver primero en qué universidad aparece. En efecto, el cobro al ingreso surge básicamente como un paleativo a dos problemas graves de la Universidad: la falta de presupuesto y el enorme aumento del número de estudiantes en poco tiempo.

Para empezar por el número de alumnos, por ahí se escucha que este es excesivo (¿para qué estudiar de abogado si después uno se dedica a comentarista de fútbol?). Sin embargo, como surge de varios análisis, el número de universitarios no es grande (el 20% de la población que dista mucho del 30% o más de los *países desarrollados*). Más allá de que el número de estudiantes por carrera está mal distribuído (¿para qué queremos tantos escribanos?), el problema no parece radicar en el número de estudiantes, sino en la falta de presupuesto y buenos profesores, en la estructura de la Universidad, etc. De todos estos aspectos, por falta de espacio, solo vamos a referirnos al presupuestal pues probablemente sea el que está en peor situación.

Estudiantes y edificios universitarios

	1900	1920	1940	1960	1967	1972	1985	1990
Estudiantes	500	1800	5300	10100	13900	28400	58000	62000
m2/estudiante	16	28	15.1	13	10.7	5.14	2.56	2.93

(extraído de "Universidad. Los desafíos de la modernización")

El presupuesto de la Universidad ha disminuído en estos últimos 25 años (el porcentaje del presupuesto nacional dirigido a la Universidad era el 4.7 en 1967 y es de 3.3 ahora), mientras que el número de estudiantes se cuadruplicó. Debido a esto, no hay plata para pagarle bien a los profesores, no hay plata para nuevos locales (se termina dando clases en los cines), no hay plata para tiza" para arreglar los vidrios, etc.

En 1991, a raíz de las movilizaciones estudiantiles, conseguimos un aumento del 18%, pero hace poco, el parlamento votó una ley mediante la cual habilita a la Universidad a cobrar matrícula. Originalmente se suponía que este cobro (si se implementaba), debía producir un aumento del presupuesto universitario, pero para la rendición de cuentas de octubre, el ejecutivo descontó las posibles ganancias del presupuesto. Esto quiere decir que el gobierno disminuye el presupuesto y para compensar, tienen que pagar los estudiantes ("yo no pago, que paguen los estudiantes").

Esto plantea dos problemas: por un lado, si la Universidad debe o no cobrar a los estudiantes más pudientes y por otro, si este cobro (en caso de aplicarse) debe ser en incremento al presupuesto o destinado a compensar su disminución.

"La Matrícula"

El gobierno plantea que los estudiantes universitarios son en su mayoría de clases media y alta y que por lo tanto no hay ninguna razón para que éstos no paguen sus estudios. Pero por otro lado, esto iría en contra del principio básico de la gratuidad de la enseñanza pública. Trataremos de exponer los argumentos en cada sentido.

Argumentos a favor

Empezando por los argumentos a favor, vemos que la matrícula implicaría un aumento presupuestario, pero uno se pregunta cuántos vamos a tener que pagar y cuánto se recaudaría. Las cifras no concuerdan ninguna. Aparentemente, se propone cobrar al 50% de los estudiantes (¿vos en qué mitad estás?) lo que corresponde a los hogares con ingresos de más de 1000 U$, lo que nos parece demasiado masivo. Con respecto a cuánto se recaudaría, las cifras varían impresionantemente. Desde Búsqueda, que habló hasta de 14 millones de U$, hasta algunos análisis universitarios que hablan de 2 millones (lo que pasa es que unos quieren cobrar mucho más que otros). Si confiamos más en la evaluación de los universitarios, el aumento del presupuesto nunca pasaría el 2,5%.

Otro argumento a favor que se ha manejado es que implicaría una redistribución del ingreso. Este es uno de los puntos más delicados. Uno se pregunta: por qué, una persona que estudia debe pagar más al estado que aquel que no estudia, (o aún peor, si uno estudia para milico, por qué le pagan, independientemente de su clase social, mientras que si uno estudia para médico debe pagar él), ¿es que acaso el gobierno piensa que sin un aumento del nivel de los profesionales el país se va a poder desarrollar?

Aquí aparece otro asunto. Se habla de que ninguna persona dejaría de estudiar, pero en realidad, está claro que por lo menos todos aquellos que se anotan para comprar boletos dejarían de hacerlo, no que no sería negativo; pero ¿sólo ellos dejarían de anotarse en la Universidad? Uno percibe en el ambiente que a mucha gente le gustaría que disminuyera el número de estudiantes en la Universidad, y en caso de pagar, ¿muchos no se irían, por ejemplo a la Universidad Católica? En fin, estos argumentos como la disminución del número de alumnos son difíciles de manejar porque mucha gente los piensa pero nadie los dice y se provoca confusión en la gente.

Argumentos en contra

Ahora, viendo lo dicho anteriormente, uno se pregunta ¿es el cobro de matrícula la mejor manera de conseguir los propósitos que parecen estar planteados?

Primero que nada, queremos señalar que este aumento del 3% del que se habla es irrisorio. La Universidad necesita aumentar su presupuesto en un 50% o más. Además, con lo que propone el gobierno, la matrícula no aumentaría el presupuesto universitario sino que apenas impediría que disminuyera.

Segundo, no es verdad que el 50% de los estudiantes universitarios tienen capacidad "razonable" para pagar matrícula. Se compara a veces con secundaria y se dice "si pueden pagar liceos privados, pueden pagar matrícula", lo que es un error. Muchos padres hacen un esfuerzo enorme para que sus hijos puedan ir a un liceo privado, dada la situación catastrófica en que están los liceos públicos, pero en realidad, lo que está mal es eso (la gente tendría que poder hacer sus estudios secundarios bien y gratis). Se está entonces atentando contra uno de los derechos básicos del hombre: el de la educación gratuita.

Tercero: El cobro a los estudiantes más pudientes (aunque fuera al 20% y no al 50%), no es una forma de redistribución del ingreso. Primero, porque los criterios para contribuir al estado tienen que estar basados en los ingresos independientemente de si se estudia o no. De hecho, una persona que se prepara mejor, no está haciendo otra cosa que estimular el desarrollo del país, habría que ayudarlo en lugar de cobrarle. En lugar de cobrarle al 50% más ricos de los estudiantes, se le podrían dar becas al otro 50% y no solo se redistribuiría el ingreso sino que además se favorecería el mejoramiento técnico del país. Además, si el gobierno está tan interesado en hacer justicia social, que la haga: están en sus manos crear un impuesto a las rentas personales como hay en la mayoría de los países desarrollados.



Por último, aunque todos los argumentos anteriores no valieran (que sí valen), el cobro de matrícula es imposible de aplicar. En efecto, la estructura que debería montar la Universidad para saber si cada estudiante está realmente en condiciones de pagar o no, sería sencillamente monstruosa. Sería de las proporciones de la DGI o peores. ¿Cómo saber las ganancias reales de una persona, sin tener un aparato casi policíaco destinado a eso? Por ejemplo el dueño de una gran empresa, o un estanciero, casi no tienen ingresos fijos. Sus propiedades son muchas veces de sociedades anónimas, etc. En definitiva, los que terminarían pagando serían los asalariados que tienen ingresos fijos declarados. Vamos a no mentirnos: no somos capaces de evitar la evasión fiscal y ¿la Universidad sólo va a poder cobrar a los que de verdad habría que cobrar?

Otras soluciones

Dada la inviabilidad del cobro de matrícula (más allá de si es correcto o no), hemos decidido agregar otras soluciones que han sido planteadas de diferentes ámbitos o que ya se aplican en la Universidad y que permiten combatir algunos de los problemas de la masificación, por más que puedan algunas tener consecuencias poco deseables.

Para empezar hablaremos de propuestas limitacionistas, es decir que implican una limitación directa o indirecta al ingreso a la Universidad. Señalamos que éstas tienen el defecto de que, como ya mencionamos, el número de estudiantes de la Universidad no es excesivo con respecto a las necesidades del país, pero es bueno mencionarlas pues algunos las han planteado. Ejemplos de estas son el exámen de ingreso (que ya fue aplicado durante la dictadura); después, un poco más sutiles, los diferentes tipos de filtros, que van desde exámenes que no correspondan con los niveles de los cursos hasta presiones de diferentes tipos los primeros años para que los estudiantes se vayan ("Dejen que entren en la Universidad nomás. Ya conseguiremos que se vayan por voluntad propia"); por último, la propuesta que está negociando el rectorado con el CODICEN de un "interfase" entre secundaria y la Universidad, lo que llevaría, en la práctica, a aumentar en uno o dos años el tiempo de estudio medio, mientras que el país lo que necesita son carreras cortas y ciclos técnicos. Esto, en definitiva desestimula a los jóvenes a intentar hacer una carrera universitaria y sirve como forma de filtro "suave".

Otro tipo de solución, iría en la dirección del cobro, no ya de los estudiantes sino de los egresados, lo que tiene un poco más de sentido, en la medida de que el joven ya tiene entonces una mayor independencia económica (se supone que ya estaría ejerciendo), y elimina los problemas de si puede o no puede pagar. Hay que señalar, que en caso de aplicar este tipo de solución, conviene que la Universidad base el cobro en la utilidad social del ejercicio de determinada profesión y a sus ingresos profesionales (habría que cobrarle más a los escribanos que a los historiadores, por ejemplo). Otra solución en la vía de buscar presupuesto sería la de la venta de servicios, que ya se aplica en varias facultades, que además de permitir un aumento presupuestal, implica que la Universidad cumpla una función social importante.

En todo caso, todas estas soluciones son parciales y si bien las últimas pueden implicar un aumento presupuestal, éste no implicaría tampoco un cambio cualitativo de la situación presupuestal universitaria. Nadie puede pensar en una educación superior financiada sin un importante aporte del Estado, y es por ahí por donde hay que atacar el problema. Nuestro país debe hacer una importante inversión en educación (básica y superior). La única manera de que el Uruguay tenga un sostenido proceso de desarrollo es capacitando a su gente de la mejor manera posible. Estamos hablando de duplicar o triplicar nuestro presupuesto en educación, que es insignificante, incluso al lado del de otros países de América Latina. Claro, ésto va a costar, pero el Estado tiene de dónde sacar la plata: un impuesto a la renta cuyos fondos estarían destinados a la educación y la salud se hace imprescindible; hay que reducir el presupuesto militar rápidamente, pues la única función que han cumplido los ejércitos de nuestros países en los últimos años, es la de dar golpes de estado cuando el descontento social es demasiado grande.

¿Conclusión?

Queremos, por último hablar un poco de cómo puede la Universidad (y la educación en general), conseguir los fondos que necesita con suma urgencia. Es claro que el gobierno no va a sacarle por voluntad propia la plata a los militares, para dárnosla a nosotros sencillamente porque ellos tienen más poder que nosotros. Ahora, en octubre se votará la rendición de cuentas en el parlamento ¿vamos a quedarnos de brazos cruzados mientras el gobierno nos disminuye el presupuesto y nos fuerza a pagar una matrícula, que seguramente por razones prácticas no la van a pagar solo los más ricos? La respuesta está en manos de todos nosotros.

Entrevista al Rector

Nos costó ... pero al fin lo logramos. Luego de casi dos meses de espera, de idas y venidas, llamadas telefónicas, súplicas y llantos logramos que el Rector nos atendiera. Munidos de un voluminoso bagayo (grabador, block de apuntes, cámara de video, etc, etc.) llegamos dispuestos a registrar hasta la úlrima coma de ésta conversación. Lo que no esperabamos era la facilidad de palabra de la "cabezota" de la Universidad; hicimos nuestra primera pregunta y el Rector habló, habló , habló , habló .....

Preocupados por nuestra pobre situación de "nuevitos en la Universidad" y ansiosos por saber que va a hacer la Universidad con los resultados de la Evaluación .
Cuando oímos hablar de interfase entre secundaria y la Universidad , la ansiedad crecía y el pánico nos atrapaba , porque de ahí leíamos "Uds. que ya están adentro son una pobre generación perdida."

Ley Inorgánica : ¿No es muy tarde un interfase entre secundaria y la Universidad como para resolverlo los problemas básicos? Además, ¿Eso no se superpone con funciones de secundaria?

Jorge Brovetto: El problema es comenzar a cambiar y a mejorar el sistema educativo desde el preescolar, inclusive hay investigaciones que señalan que el período de mayor velocidad en la aprehensión de conocimientos es en la etapa preescolar, así que el tipo de actividades que la Universidad pueda desarrollar apoyando desde sus organismos específicos de investigaciones educativas como de los específicos en áreas de conocimiento. Son importantes para todo el sistema, no exclusivamente para secundaria, pero es necesario empezar a trabajar por el método de los círculos concéntricos: primero, resolver el problema de los estudiantes que hoy están, segundo, mejorar la situación de los que van a ingresar a la Universidad.
Yo creo que a ellos está destinada esta interfase, que podría no ser transitoria sino uno de los mecanismos de mejorar el relacionamiento entre los diferentes actores del sistema educativo. El destino del estudiante secundario podría ser muy diferente y uno podría ser la Universidad, otro podría no ser la Universidad, y esta interfase sería específica para quienes tienen como destino la Universidad.

LI: Todas estas cosas necesitan un aumento presupuestal a todos los niveles de la educación y eso nos lleva a ver cuál es la situación del presupuesto universitario como tema para hablar contigo.

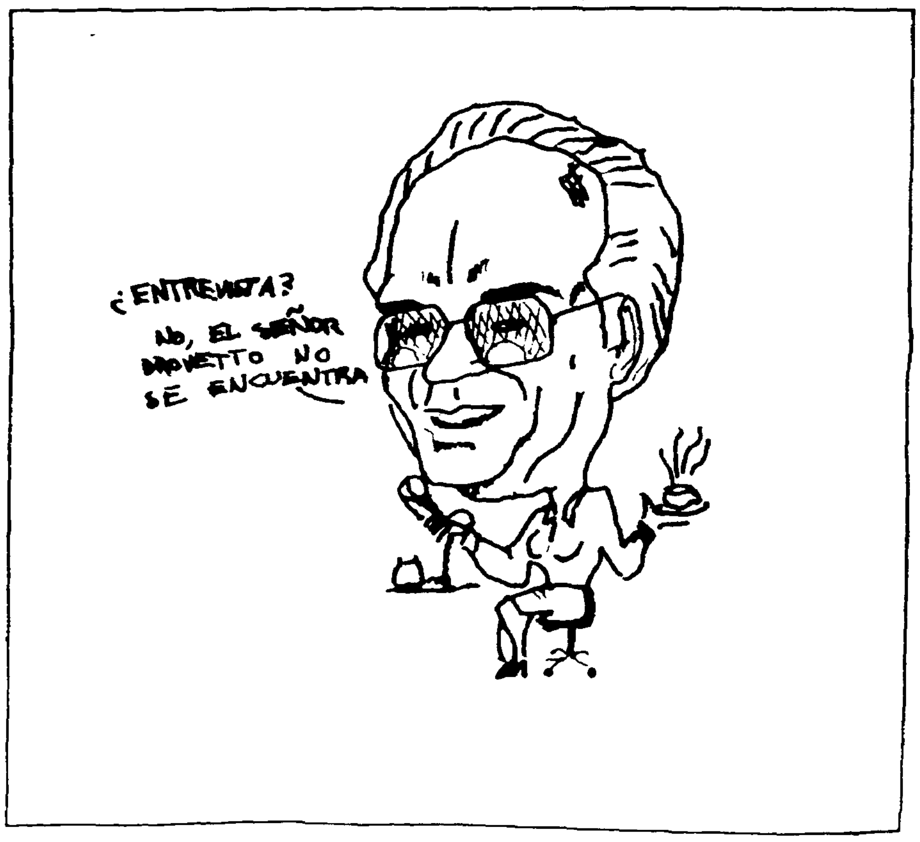
JB: Bueno, estos problemas a los que hacemos referencia tiene dos vertientes: una financiera y otra de decisiones políticas, yo en esto quiero ser muy claro, y creo que las dos son imprescindibles.
Esto no se resuelve exclusivamente con una mejora de la situación financiera de la Universidad sin tomar decisiones políticas que cambien la orientación de muchas de las acciones que se están tomando por la Universidad o por otros actores del sistema educativo.
Entrando especificamente a la parte financiera, la situación es la siguiente: el presupuesto universitario, es insuficiente comparándolo con los presupuestos de otras universidades de la región, ni siquiera yéndome lejos. Si vemos lo que le cuesta un estudiante al país, vemos que se está invirtiendo en un estudiante universitario mucho menos que en otros países. Por ejemplo, podemos comparar con la Universidad de San Pablo cuyo presupuesto por lo menos triplica, cuando no más lo que invierte la Universidad por estudiante. Este país debe hacer un esfuerzo en la educación superior, debe hacer un esfuerzo en la educación.
Yo diría que hay decisiones internas en la Universidad que son difíciles de tomar cuando el presupuesto es tan bajo. Distribuir lo mínimo es todo un problema, pero aún así hemos tenido que tomar decisiones. El año pasado el incremento que se logró, que yo señalé como un incremento histórico porque se tuvo un incremento de cerca del 18% del presupuesto de la Universidad en una rendición de cuentas. Ese incremento no fue indiscriminado, sino que vino orientado hacia algunos aspectos que yo creo que son fundamentales:
Primero, hacia la mejora de la calidad académica, sin duda uno de los objetivos primordiales de la Universidad. Esto representa poner en marcha nuevos planes de estudio, modificar carreras, ampliar opciones, poner en marcha nuevas carreras cruzadas.
Segundo, mejorar el relacionamiento de la Universidad con el sector productivo, como manera de cumplir con dos funciones que la Universidad tiene. Por un lado orientar la creación de conocimiento a los problemas básicos de esta sociedad (vivienda, producción, justicia) sin descuidar el apoyo de las ciencias básicas, ya que sería un suicidio pues todos los problemas antes mencionados necesitan un sólido apoyo de las ciencias básicas. Esto también fue tenido en cuenta en el incremento presupuestal del año pasado.
Por otra parte, la segunda función es la formación de investigadores y desarrollo de proyectos de investigación y programas que está sacando nuestra comisión sectorial de investigación científica cuyo objetivo es hacer que la carrera del investigador sea tan natural como la cualquier otra profesión y para esto se necesita un importante apoyo financiero.
Hemos discutido hasta el cansancio sobre la necesidad de establecer prioridades, para una Universidad como la del Uruguay le resulta extremadamente difícil establecer porque tiene las responsabilidades del desarrollo cultural en el más amplio abanico que va desde Ciencias Duras hasta las artes y eso la Universidad no puede de ninguna manera ignorarlo pero en los incrementos que ha ido teniendo debe orientarlos.
Es necesario tomar decisiones políticas en cuanto al funcionamiento universitario, pero es necesario ir reorientado todo lo que es presupuesto incremental. Aclaro, el presupuesto base es muy difícil redistribuirlo porque todos los servicios universitarios pueden demostrar su pobreza, pero si podemos redistribuir de manera diferencial de acuerdo a decisiones políticas y objetivos claros los incrementos como el año pasado.
Nos queda una sola cosa con respecto a la parte presupuestal, fundamental, la dificultad de la Universidad para retener a nuestros mejores docentes y no docentes, para pagar salarios dignos que permitan al joven , o al investigador mantenerse en un ámbito universitario, no solo para la tarea educativa sino para dar servicio a diferentes actores sociales.

LI: No habría entonces posibilidades de reestructurar el presupuesto de cada facultad desde la base .

JB: No, pasa lo siguiente. Hay un presupuesto básico para las necesidades elementales de sueldos básicos de docentes y no docentes de cada servicio. Redistribuir eso supondría cerrar determinados servicios o limitarlos en determinados planes de acción.

LI: ¿Sería un cambio a otro nivel?

JB: Claro, y como es prácticamente un presupuesto de supervivencia, todo incremento que se produce va re-



Por Paula Pellegrino, Nicolás Wschebor y Daniel Hintermeister

orientado.

LI: Pero de hecho se cerraron algunas carreras. Por ejemplo Ciencias de la Comunicación cerro durante un año.

JB: Eso fue una situación de tipo especial derivada de que es una carrera heredada de la dictadura, que no tenía un equipo docente formado, plan de estudios aprobado, que no tenía una estrategia. Por esto se resolvió durante un período cerrarla, reestructurarla.
Se han cerrado otras actividades universitarias por aspectos académicos, no presupuestales.
Todos los incrementos presupuestales vienen perfectamente orientados de acuerdo a determinantes políticas de la Universidad y no hacia el presupuesto básico de la misma.

LI: Parece que este año va a haber una disminución y no un incremento del presupuesto.

JB: El mensaje del poder ejecutivo condiciona 50% del incremento dado el año pasado a un eventual cobro de matrícula. Vamos a exponer todas las razones para demostrar que esto es un error y me animaría a decir que no va a ser de esa manera.
En caso de aprobarse el arancel en la Universidad, los ingresos deberían ser adicionales, en todo caso con algún destino preestablecido por la Universidad.

LI: ¿Qué medidas piensa tomar la Universidad para que el Poder Ejecutivo no disminuya el presupuesto?

JB: Nuestras medidas son la demostración, la argumentación, la convicción y el diálogo. Seremos recibidos por las cámaras y demostraremos el inconveniente de la disminución del presupuesto más todas la acciones informales con todos los actores del gobierno uruguayo para discutir este tema, y como son muy pesadas, damos por sentada un acuerdo entre los cuatro partidos políticos para evitar una disminución presupuestal.

LI: ¿Serviría una movilización estud útil en este momento?

JB: Sí, y sobre todo en la forma en que se realizaron en el '90, con una sensibilización positiva de la sociedad y los legisladores.
La inteligencia, honestidad y frescura, permitieron que hubieran espacios para esta discusión. Sin duda, es una de las cosas para llevar adelante.

LI: ¿La Universidad no ha decidido tomar medidas de fuerza?

JB: No es posible pensar en medidas de fuerza sino llevar la convicción hasta las últimas consecuencias, demostrando la importancia de la Universidad. Otras medidas serían equivocadas, no serían del gobierno universitario. El relacionamiento con el resto del aparato del Estado, es irreversible.
Ahora usamos el diálogo, la argumentación sólida, y el resultado fue positivo, no vamos a cambiar en este momento.

LI: Con este relacionamiento, ¿es posible que el presupuesto no solo no disminuya sino que además aumente, como usted dijo que es necesario?

JB: El tono de la Universidad, es siempre un tono firme, demostrando realmente lo que la Universidad es. Así fue que se logró el año pasado; fue una cosa histórica, porque los cuatro partidos políticos discutieron cómo se podía mejorar el presupuesto universitario.

LI: Hubo otras propuestas para mejorar el presupuesto, primero *queremos saber qué piensa usted de* la matrícula.

JB: La posición del Rector es la de una persona más del cogobierno universitario, pero no deja de ser la posición del Rector y es conveniente que sea discutida en ámbitos universitarios. Pero puedo decir que yo no creo que sea la Universidad la que tenga que resolver si la enseñanza en este país debe dejar de ser gratuita, está establecido en la Constitución la conveniencia social de la gratuidad y en la Ley Orgánica, la gratuidad de la enseñanza universitaria. Ambas son medidas legislativas y cualquier alteración debería ser considerada por los legisladores. Los universitarios son privilegiados en esta discusión porque la conocen, pero es un tema de toda la sociedad uruguaya y es ella la que debe decidir.
Esta discusión no se ha dado en el Parlamento, ni siquiera se ha insinuado y no corresponde que una decisión parlamentaria sea delegada a la Universidad. Esto no altera la autonomía universitaria porque debe ser autonomía para los aspectos específicos de una Universidad, no debe resolver de dónde deberá salir el dinero del país para sustentarla.
La Universidad tiene muchas formas de financiarse a través de la venta de servicios, de la innovación tecnológica, pero no es el actor decisorio en un tema nacional y la Universidad no va a tomar posición hasta entonces.

LI: El hecho de que sea una discusión nacional, no quita que la Universidad tenga que tener una opinión.

JB: Sin duda, pero más que una opinión, deberá tener elementos de juicio para que los legisladores conozcan el tema a fondo y no se dé como se ha dado que planteen recaudar cifras millonarias en dólares. Habría que llegar a unos valores que no serían apoyados por la Universidad ni por la sociedad uruguaya.

LI: En caso de que se implementara, ¿qué número de estudiantes deberían pagarla?

JB: No creo que más del 40% de las familias de los estudiantes uruguayos esté en condiciones de pagarla.

LI: ¿No sería imposible la instrumentación?

JB: El que estaría cautivo es el que depende de un sueldo. El empresario que no tiene cosas a su nombre podría evadirla fácilmente. Hay otras formas más justas de implementarla como por ejemplo están haciendo en Argentina, a través de una gravación a los lujos.

LI: Otra forma planteada es el Fondo de Solidaridad.

JB: El fondo fue aprobado por la Universidad y presentada su posición ante la cámara. Luego el tema quedó durante mucho tiempo detenido pero acaba de aprobarlo la Cámara de Diputados y pasa a la Cámara de Senadores.
Ahora puede sufrir cambios que lo reorienten, darle un destino más amplio y un monto mayor.



LI: Otra propuesta con respecto a la masificación es alguna forma de examen de ingreso. Usted decía que no era conveniente que entraran personas con bajo nivel de conocimientos. ¿Se ha planteado algo al respecto?

JB: No se ha manejado en ámbitos del cogobierno al menos no formalmente.

LI: ¿Que servicios está vendiendo la Universidad y que posibilidades de vender tiene?

JB: La venta de servicios es del más alto nivel.
Por ejemplo, con UTE pasamos de estudiar el consumo de la energía prospectiva de la Energía en el marco de la Integración regional. Hemos realizado estudios extremadamente profundos que permiten a UTE tomar decisiones con respecto a grandes inversiones de futuro.
Planificamos un programa de trabajo de aquí a cinco años entre las dos instituciones con posibilidad de comenzar a exportar tecnología.
Otro ejemplo es el convenio con la IMM o la venta de tecnología que hace la Universidad al Ministerio de Transporte y Obras Públicas.
Estos son algunos ejemplos, desde el 86 a la fecha el incremento de convenios con organismos públicos ha sido muy grande pero con empresas privadas ha sido casi exponencial, partiendo de una hasta llegar a 40 o 50 en un año.
Esto cierra las cosas que hemos hablado: una Universidad volcada a la realidad, que requiere de aumentos financieros fuera del presupuesto y que estudia temas que a la gente le interesan.

LI: Finalmente queríamos preguntarte que te parecía la idea del periódico y a si todo el mundo lo tenés dos meses para darle una entrevista.

JB: Me parece excelente si ustedes pueden seguir adelante con esto y si logran mecanismos de comunicación entre los jovenes que sean diferentes a los que *nosotros hoy tenemos y no* funcionan.
Hace algunos años atrás con una Universidad más pequeña, con una problemática diferente existían mayores posibilidades de diálogo con los jóvenes y de los jovenes entre ellos. Hay que buscar nuevas fórmulas. Alcanzar las temáticas que al joven le interesan, lograr llenar un espacio, si llegan a abrir este espacio nuevamente, estarán cumpliendo una función tanto o más importante de lo que se desarrolla dentro de las aulas universitarias. Yo no tengo empacho en decirles que parte importantísima de mi formación en la Universidad la tuvo la actividad gremial estudiantil, muy importante fue enfrentarme a la responsabilidad de cogobernar, discutir en épocas previas a la Ley Orgánica, para nosotros fue una de las formas más importantes de consolidar una comunicación horizontal. Les auguro, les deseo éxito.

Así lo vé...

Pablo Ferrer Carámbula

¿¿F.E.U.U.?!

En estas lineas no intento responder a una pregunta "de carácter existencial", sino más bien a plantearla, aportando algunos elementos para su abordaje.

Una de la preguntas que muchos estudiantes universitarios nos hacemos es: ¿Qué es la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay? o ¿Qué debería ser?. Las respuestas a estas preguntas son (seguramente) muy variadas y nos indican por una lado cual es nustro punto de partida, cual es la visión de los estudiantes acerca de la F.E.U.U.; por otro lado cual o cuales son nuestros objetivos y como lograrlos.

Considero más que importantes y necesario que cada uno de nosotros nos planteemos estas interrogantes, e intentemos responderlas; y luego discutamos entre todos en una instancia abierta y plural a realizarse proximamente.

Es desde mi punto de vista fundamental recalcar la importancia de una instancia abierta y plural, dado que la F.E.U.U. tiene su razón de ser en el hecho de que los estudiantes universitarios tenemos inquietudes en común y compartimos un sinnúmero de actividades, situaciones, etc.; lo que nos lleva a plantearnos la necesidad de agruparnos, constituyéndonos en una fuerza social, que agrupe a todos los estudiantes universitarios, que reconozc a las felices diferencias y heterogeneidades internas (en cuanto a opinión y vivencias, etc.); pero que más allá de ésto seamos capaces de trabajar "juntos, metiendo pa' delante", "por todo lo que nos une".

Es por estos motivos que considero de interés para todos los estudiantes universitarios la instancia a realizarse en los próximos meses, LA CONVENSION DE LA FEUU, en la que los estudiantes podremos entre otras cosas, integrarnosa través de actividades culturales-deportivas, y lograr alguna definición en cuanto a que hacer aquí en más como Federación, así como debatir temas que nos atañen como estudiantes universitarios del Uruguay (y como jóvenes), y que hoy en día son de debate en esferas universitarias y nacionales.

Entre estos temas destacamos: *Matrícula Universitaria*; **Universidad: situación actual** y desafíos; el Mercosur- los jóvenes- y la Universidad, entre otros.

Es con este objetivo que orientaremos nuestros esfuerzos en el próximos período, dejando de lado diferencias, intentando derribar muros y barreras y haciendo un esfuerzo mayúsculo en unir todas las fuerzas y construir una F.E.U.U. con la real participación de todos los estudiantes universitarios.

Esperamos que todos los sectores y organizaciones estudiantiles universitarias se nos unan a tan ardua tarea, para lograr entre todos el mayor de los éxitos del futuro.

Nicolás Wschebor

Desgarre Cerebral

Es sólo con ánimo de hacer comparaciones que voy a escribir las siguientes líneas. Las necesito escribir antes de sufrir un desgarramiento cerebral irreparable. Me sucede estar participando en dos reuniones gremiales por semana, supuestamente una como delegado de la otra.

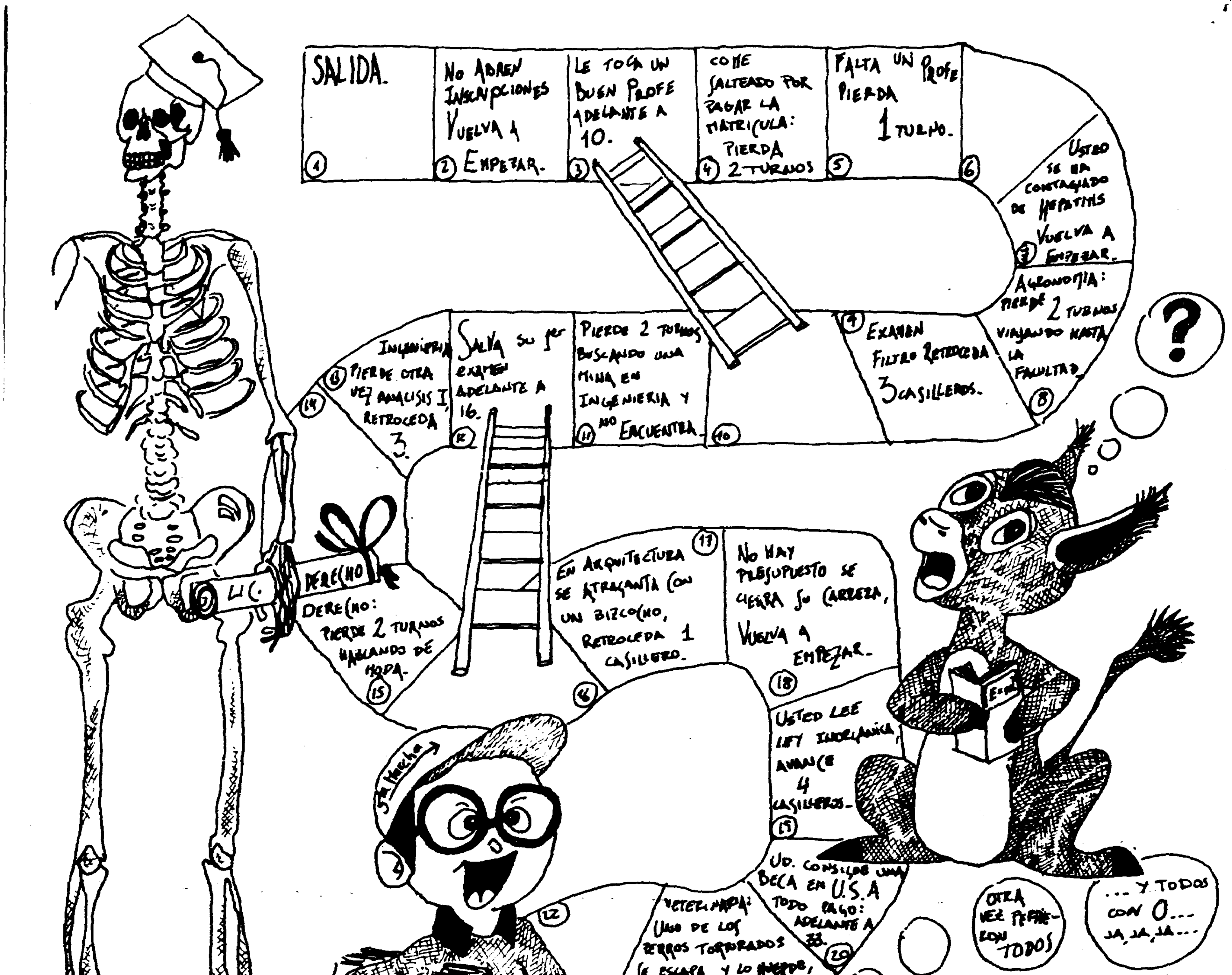
El problema es que es difícil ser delegado de algo, en algo totalmente diferente. Las últimas semanas, en Ciencias venimos teniendo cierto agite (alguna asamblea de más de 80 personas) sobre el tema de Matrícula, y presupuesto y todas esas cosas. Me cuesta entonces entrar al Federal de la FEUU, y verme casi imposibilitado de hablar de estos temas porque cuando lo hago quedo re-desubicado. En el Federal se está tratando el problema de los funcionarios y el de la Convención de la FEUU curiosamente sin cuorum.

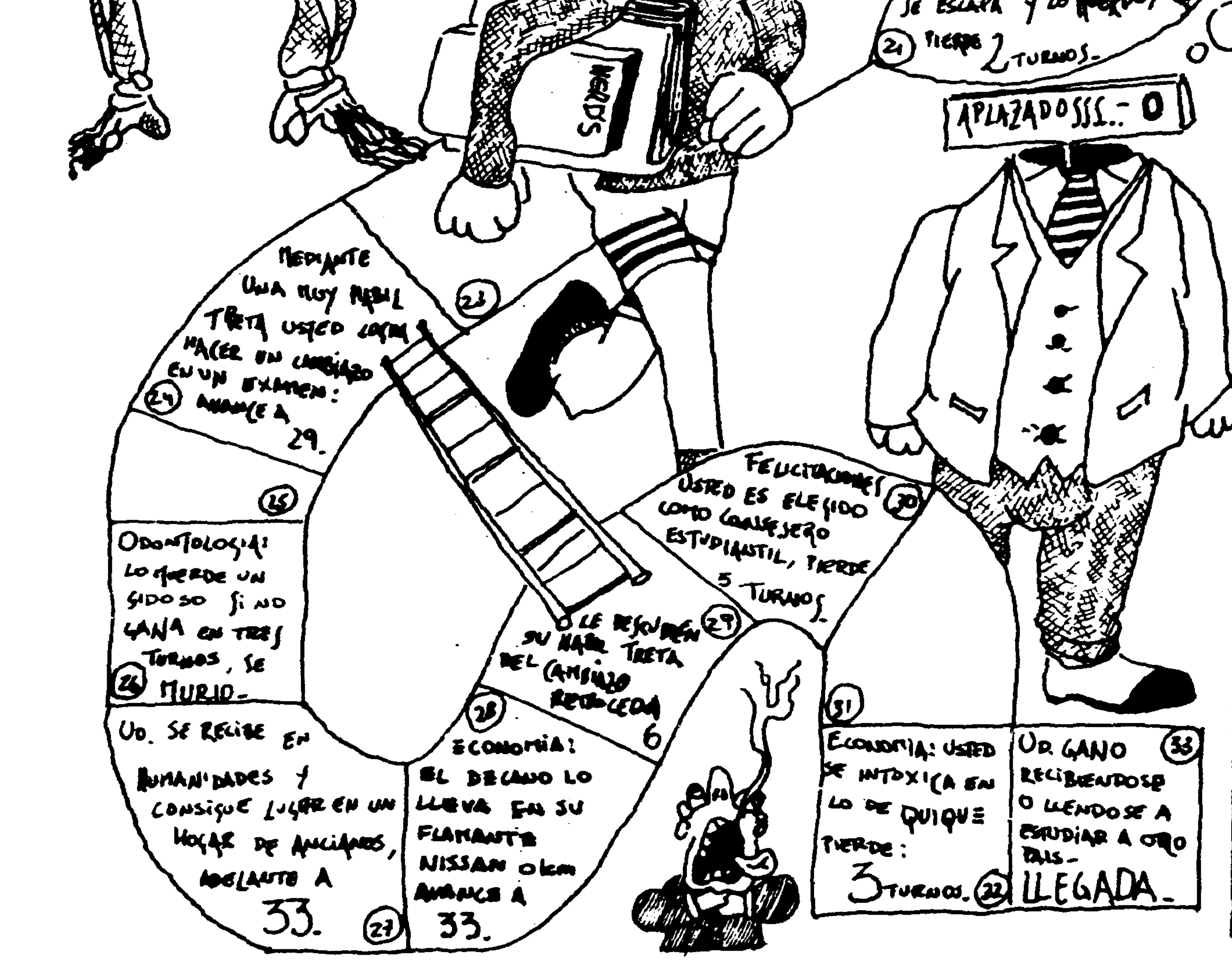
Claro a mí molesta un poco tener que decirles a unos locos que se están rompiendo el culo todo el día que los temas de los que hablan son importantes y todo, pero que en este momento, para los estudiantes, no son prioritarios (se vota el 30 de este mes).

Es más, el desubique, ahora es doble, porque cuando vuelvo a las asambleas de Ciencias tengo que informar un cacho sobre algunas cosas que se hablaron "arriba", y no da, yo no me voy a poner en abogado del diablo. Traté el otro día de argumentar en la asamblea de Ciencias tratando de explicarles a mis compañeros porqué sus delegados hablan de otra cosa que ellos (Pablo Ferrer, que es el que hubiera tenido que hacerlo, faltó a la reunión), pero no lo logré porque no creo que haya ninguna explicación. Ciencias no va a discutir ningún otro tema que el de la Matrícula y el presupuesto hasta el 30, así lo ha decidido la asamblea, y espero que las otras facultades hagan lo mismo. Este miércoles (antes de la salida del periódico) tengo que hacer de "delegado", espero no tener que consultar al psicoanalista después.



LEY INORGÁNICA





El Universitario

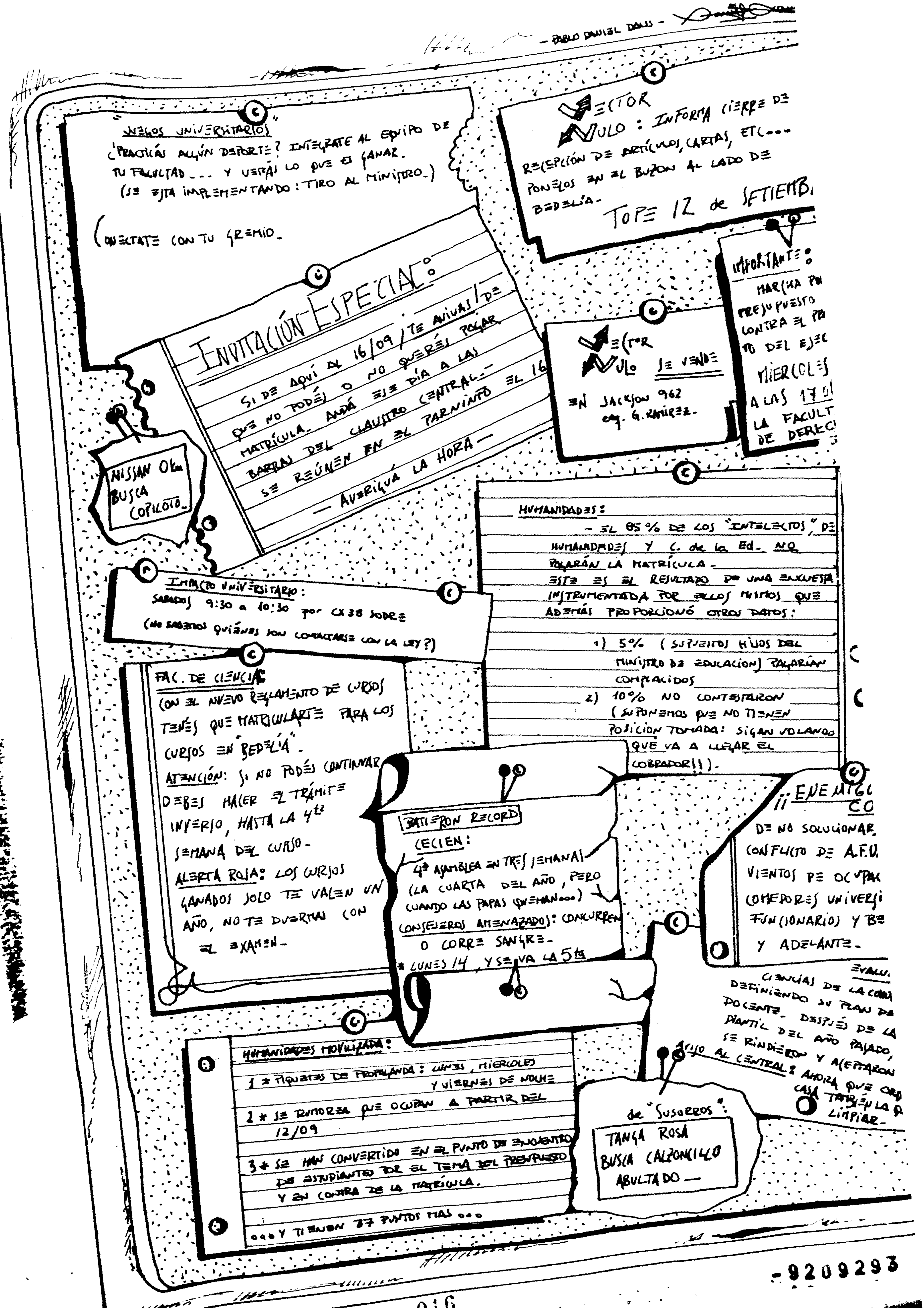
Juego de azar parar jugadores de 18 a 99 años

Objetivo:
Recibirse, no importa cómo ni de qué.

Reglas:
Podrán participar hasta 60.000 jugadores moviendo cada uno su propia ficha por turno.
Los jugadores que provengan de liceos públicos tendrán a bien lanzar un dado, a diferencia de los provenientes de liceos privados que podrán lanzar dos. Los jugadores que provengan del interior esperarán que los demás jueguen tres turnos para empezar.
¿Qué? ¿Te parecen injustas estas reglas? Bueno, de todos nosotros dependen que cambien para que todos los jugadores estudien con igualdad de condiciones.

¡Y ahora a jugar!

Dibujo: Pablo Daniel Daus
Texto: Daniel Hintermeister


PABLO DANIEL DANS
JUEGOS UNIVERSITARIOS
¿PRACTICÁS ALGÚN DEPORTE? INTEGRATE AL EQUIPO DE TU FACULTAD... Y VERÁS LO QUE ES GANAR.
(SE ESTÁ IMPLEMENTANDO: TIRO AL MINISTRO.)
CONECTATE CON TU GREMIO.
VECTOR NULO: INFORMA CIERRE DE RECEPCIÓN DE ARTÍCULOS, CARTAS, ETC...
PONELOS EN EL BUZÓN AL LADO DE BEDELÍA.
TOPE 12 de SETIEMB
INVITACIÓN ESPECIAL:
SI DE AQUÍ AL 16/09 (TE AVIVÁS!) DE QUE NO PODÉS O NO QUERÉS PAGAR MATRÍCULA, ANDÁ ESE DÍA A LAS BARRAS DEL CLAUSTRO CENTRAL.
SE REÚNEN EN EL PARANINFO EL 16
— AVERIGUÁ LA HORA —
NISSAN 0 Km BUSCA COPILOTO.
VECTOR NULO SE VENDE
EN JACKSON 962 esq. G. RAMÍREZ.
IMPORTANTE:
MARCHA POR PRESUPUESTO CONTRA EL PR... TO DEL EJEC...
MIÉRCOLES ... A LAS 17 ... LA FACULT... DE DERECH...
IMPACTO UNIVERSITARIO:
SÁBADOS 9:30 a 10:30 por CX 38 SODRE
(NO SABEMOS QUIÉNES SON ¿CONTACTARSE CON LA LEY?)
HUMANIDADES:
— EL 85% DE LOS "INTELECTOS" DE HUMANIDADES Y C. de la Ed. NO PAGARÁN LA MATRÍCULA.
ESTE ES EL RESULTADO DE UNA ENCUESTA INSTRUMENTADA POR ELLOS MISMOS QUE ADEMÁS PROPORCIONÓ OTROS DATOS:
1) 5% (SUJETOS HIJOS DEL MINISTRO DE EDUCACIÓN) PAGARÍAN COMPLACIDOS
2) 10% NO CONTESTARON (SUPONEMOS QUE NO TIENEN POSICIÓN TOMADA: SIGAN VOLANDO QUE VA A LLEGAR EL COBRADOR!!).
FAC. DE CIENCIAS:
CON EL NUEVO REGLAMENTO DE CURSOS TENÉS QUE MATRICULARTE PARA LOS CURSOS EN "BEDELÍA".
ATENCIÓN: SI NO PODÉS CONTINUAR DEBES HACER EL TRÁMITE INVERSO, HASTA LA 4ta SEMANA DEL CURSO.
ALERTA ROJA: LOS CURSOS GANADOS SOLO TE VALEN UN AÑO, NO TE DUERMAS CON EL EXAMEN.
BATIERON RECORD
CECIEN:
4a ASAMBLEA EN TRES SEMANAS (LA CUARTA DEL AÑO, PERO CUANDO LAS PAPAS QUEMAN...)
CONSEJEROS AMENAZADOS: CONCURREN O CORRE SANGRE.
* LUNES 14, Y SE VA LA 5ta
¡¡ENEMIGOS CO...
DE NO SOLUCIONAR... CONFLICTO DE A.F.U. ... VIENTOS DE OCUPAC... COMEDORES UNIVERSI... FUNCIONARIOS Y BE... Y ADELANTE.
EVALU... CIENCIAS DE LA COM... DEFINIENDO SU PLAN DE DOCENTE. DESPUÉS DE LA ... DIANTIL DEL AÑO PASADO, SE RINDIERON Y ACEPTARON ... ARTIGO AL CENTRAL: AHORA QUE OCU... CASA TAMBIÉN LA ... LIMPIAR.
HUMANIDADES MOVILIZADA:
1 * PIQUETES DE PROPAGANDA: LUNES, MIÉRCOLES Y VIERNES DE NOCHE
2 * SE RUMOREA QUE OCUPAN A PARTIR DEL 12/09
3 * SE HAN CONVERTIDO EN EL PUNTO DE ENCUENTRO DE ESTUDIANTES POR EL TEMA DEL PRESUPUESTO Y EN CONTRA DE LA MATRÍCULA.
Y TIENEN 37 PUNTOS MÁS...
... Y TIENEN 37 PUNTOS MÁS ...
de "Susurros":
TANGA ROSA BUSCA CALZONCILLO ABULTADO —

-9209293

...etteiera...
En-Formai

...tes blancos en ciencias:
...decanato de F.C. se robaron una ...putadora en horas de la tarde (18 a 19). ...ulpable no ha sido identificado, pero se ...era que en prox días salga al mercado ...un bestseller (las actas del ...sejo, que estaban en el disco duro).

PD: el manual del Word Perfect había desaparecido hacía poco, (todo indica que el ladrón es un novato).

Llamados:
Aspirantes a becas de apoyo Comisión Sectorial de Investigación Científica.
18 de julio 1968 2º piso hasta el 11/9.

...nvito a todos al brindis inauguración de ...ían 0 Km.
...el viernes 18 a las 19:30 en el ...nato de Facultad de Ciencias ...conomicas
— Juan Carlos Dean —
Decano de Ciencias Eco.
P.D: con el cobro de matrícula en poco tiempo estaremos brindando por el Mercedes 300 TD.

Encuentro de Arquitectura:
Objetivo: discutir temas a fines a la arquitectura y la universidad (plan de estudios, elección de decano, matrícula universitaria...).
Calendario: lunes 7 al sábado 12.
Actividades a destacar: fiesta de gala sábado 12 - 23 hs. (también habrá talleres, pero nadie irá porque se estarán vistiendo para la fiesta.)

Pablo Daniel Dans

Las falsas alegrías del amor

(Pierda su identidad sexual, sin olvidar cuál era, y lea enteramente este artículo).

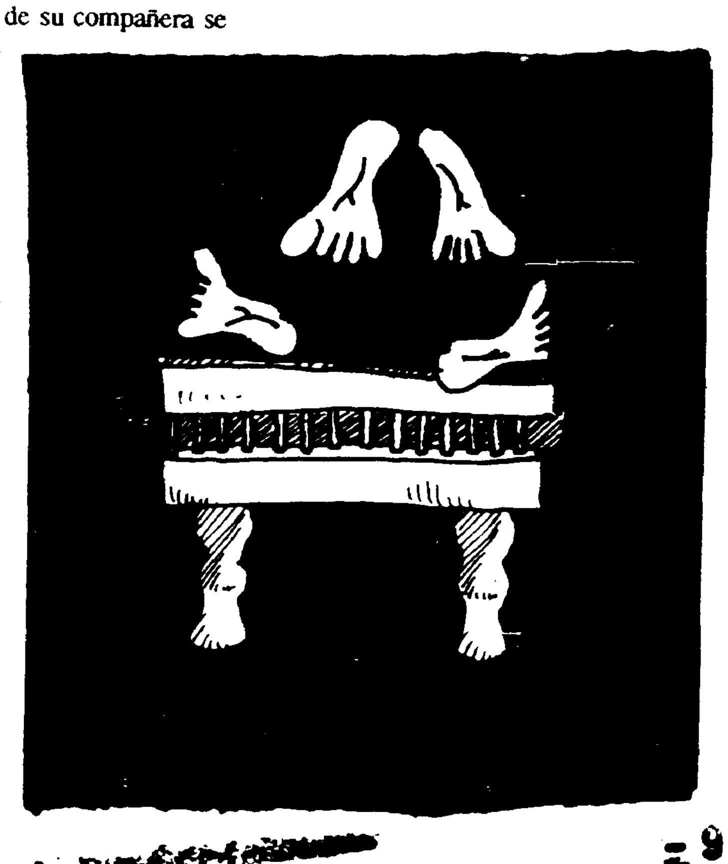
Para hombres solamente:
Señor, ¿puede ser que lo engañen a ud. en la cama?... ¡Sí!, sobre todo, si por razones personales (que a ud. poco le importan) su compañera finge un orgasmo.
¿Es posible saber si su compañera, por razones personales (que a usted poco le importan) finge un orgasmo?
Por supuesto, si ud. aprende de memoria los cinco elementos de observación presentados aquí. Estos le serán de una gran ayuda.

1 Los Gemidos:
Los gemidos del placer femenino alcanzan siempre 120 decibeles. ¡Siempre! A menos de 120 decibeles, ella está fingiendo.

2 Los Gritos:
Si su compañera grita su nombre moviendose, no se haga ilusiones: ella ¡finge! Sobre todo la primera vez. Razonando, si ella estuviera gozando realmente, no tendría el tiempo de pensar en su nombre y de gritarlo para complacerlo. Además, cuando una chica goza, es el nombre de SU MADRE que grita. Quiere gritarlo lo más fuerte posible para que su madre la escuche... Para que esta se muera de envidia, escuchando su hija gozar, ella que con su esposo que tenía y los 6 hijos que tuvo, nunca pudo gozar. Y cuando escuche a su compañera gritar el nombre de su madre, tampoco se haga muchas ilusiones: es la idea de hacer celosa a su madre lo que la hace gozar, no tu juego de caderas.

3 Los arañazos en la espalda:
¡Digamoslo de una vez por todas!: si su compañera le araña en la espalda con sus uñas, ella finge. Y si sus uñas son falsas, finge doblemente. Así que chicas, ahora que pusimos al descubierto su truco, PAREN DE ARAÑARNOS LA ESPALDA PORQUE DUELE DE PUTA MADRE. Cuando una chica goza de verdad, no araña la espalda con sus uñas, en realidad se las come, para no lastimar al único hombre que la hizo gozar.

4 Los Ojos:
Cuando los ojos de su compañera se van para atrás, ella finge. Los ojos que se van para atrás, es un viejo truco que las religiosas, enseñaban en las clases de limpieza. Estas religiosas, lo habían aprendido ellas mismas de las religiosas misioneras del Africa, que hacían creer que estaban poseídas por un demonio para hacer huír los indígenas supersticiosos y demasiado atrevidos. En realidad, si su compañera goza, sus ojos quedarán exáctamente igual que siempre, quizas con una mirada de asombro.



5 La conducta tomada después.
Cuando su compañera está contenta y canta después de hacer el amor, ella finge. Primero, porque como dice le poeta: "Después del amor, todo tiene que ser triste" (Verlaine) En realidad si su pareja gozó, ella hará como ud.: se dará vuelta y se dormirá roncando. (El goce es tan cansador para el hombre como para la mujer).

Para mujeres solamente:
Queridas chicas, creo que están en aprietos si su compañero leyó estas últimas observaciones para darse cuenta que un orgasmo es fingido. ¡Pero no se asusten! Su compañero tiene tanta necesidad (por su machismo) de creer que su orgasmo no es fingido que creerá cualquier explicación. Como las cinco siguientes:

1 Los Gemidos:
Explique que sus gemidos son ultrasónicos y sus oídos toscos no los pueden escuchar.

2 Los Gritos:
Dígale que su madre se murió pariéndola, que vivió siempre en un orfelinato, y que usted lo considera a él como si fuera su madre. Antes de que su compañero entienda su última afirmación, ud. ya habrá encontrado un mejor amante.

3 Los arañazos en la espalda:
Pase lo que pase, sea la que sea su situación: NO ARAÑE LA ESPALDA DE SU COMPAÑERO. PORQUE DUELE DE PUTA MADRE.

4 Los Ojos:
Mantenga sus ojos cerrados y piense en otra cosa. En el autor de este artículo, por ejemplo, o si no en su ex. Eso la ayudará a dormir mejor.

5 Conducta a tomar después:
En cuanto a la conducta que usted debe tomar después, esto último no importa. Haga lo que usted quiera, de todas maneras el estará dormido.

10

Guillermo Galmés y Ana Fostel

Encuesta Nacional de la Juventud

Decidimos reunirnos para hacer un artículo que analice los resultados de la Encuesta Nacional de la Juventud pues es la primera vez que se realiza en el Uruguay una investigación a nivel nacional exclusivamente dirigida a la juventud.

Si bien fueron mayoritariamente adultos los que estructuraron la encuesta, punto que puede ser cuestionado, creemos que tanto a través de las preguntas realizadas como de la metodología utilizada se logró una buena aproximación al tema.

Metodología

La encuesta se limitó a Montevideo e interior urbano, constituyendo esto una limitación ya que no se han tomado las zonas rurales. Por otra parte, se ampliaron los límites de edad que convencionalmente comprenden la categoría sociológica "juventud" estos van desde los 15 a los 24 años; tomándose en esta opoortunidad hasta los 29.

Basados en la encuesta de hogares, se encontró que aproximadamente en uno de cada dos hogares, habitan jóvenes, y se tomó una muestra superior a los 8.000 hogares con jóvenes. Es así que, 6547 jóvenes (de 580.096) fueron encuestados. La encuesta fue bien recibida por los jóvenes informantes, no obstante un número importante de cuestionarios no pudieron ser realizados dada la gran movilidad de este segmento de la población.

Los resultados han sido agrupados en cuatro grandes temas: trabajo, educación, opiniones, y otros.

Un vistazo general

Hojeando un poco este material, nos encontramos con que el 67% son solteros y el 38.7% sin ninguna relación de pareja. Al observar detenidamente los datos por sexo encontramos resultados sorprendentes y hemos resuelto crear una serie de indicadores que serán de gran utilidad e interés para muchos de nuestros lectores.

Para empezar con el sector femenino ellas tienen a su disposición 67.435 hombres solteros que dicen no tener relación de noviazgo. Es así que se define la "TASA DE TRILLE FEMENINA" como el porcentaje de jóvenes varones (entre 15 y 29 años) que están sin relación de pareja, y que en nuestro país son el 30.9%; si a ello le agregamos aquellos muchachos que declaran tener una relación pasajera (un 32% más), obtenemos la "TASA POTENCIAL DE TRILLE FEMENINO EN EL CORTO PLAZO" que alcanza al 64.7%.

Por otro lado, tenemos la "TASA DE TRILLE MASCULINA" igual a 48.4% (casi la mitad de las jóvenes solteras están sin relación alguna de pareja), y la "TASA POTENCIAL DE TRILLE MASCULINA EN EL CORTO PLAZO" es 61.5%.

Evidentemente, este tipo de indicadores (tasas de trille) al ser tomados por tramos de edad, son mayores en las edades más jóvenes.

Al preguntársele a uno de los sexos sobre qué tipo de relación mantiene con su pareja es esperable que los resultados sean similares alos declarados por el otro sexo, por ejemplo: si cierta cantidad de mujeres dice que posee una relación estable, por lo tanto una cantidad similar de hombres debería responder que su pareja es estable. Sin embargo, las cifras no muestran precisamente esto; basta ver el cuadro adjunto extraído directamente de la encuesta.

Educación y trabajo

Para entrarle a la encuesta en forma ordenada, encontramos el capítulo I que trata sobre la educación. A nivel global más de la quinta parte solo posee algún grado de instrucción primaria; entre el liceo (primero y segundo ciclo) y UTU son dos tercios los que asisten o han asistido, mientras que a la Universidad van el 5.5% de los jóvenes y han asistido el 2.2%

A aquellos que asisten a la enseñanza se les preguntó por qué razón lo hacen, dándoles a elegir entre tres opciones concretas:

- por formación 50%
- por razones instrumentales 31%
- por vocación 13%
- otros 6%

De los estudiantes universitarios, en particular, sólo un cuarto declara estar allí por razones vocacionales.

Yendo a otro de los temas que más interesan a los jóvenes, el trabajo, (ya que el 65% de ellos trabajan) vemos con sorpresa, (¿con sorpresa?) que si en este país tenés "amigos" está todo bien. Nos referimos a las estrategias utilizadas para conseguir trabajo; estas y sus proporciones son:

- Métodos universales 35%
- Parientes o conocidos 51%
- Otros 8%

RELACIONES DE NOVIAZGO O PAREJA (sobre solteros)

	Total	Hombres	Mujeres
Total del País	405941	220612	185392
Sin ninguna relación	156695	67435	89260
Con relaciones pasajeras	99574	75418	24156
Con relación estable	86671	48185	38486
Pensando en casarse o juntarse	57131	26988	30143
No contesta	5870	1586	4284

Nota: No debemos olvidar que hay que tener en cuenta aquellos jóvenes (hombres y mujeres) que tienen a su pareja fuera de los límites tomados. Por ejemplo, una chica que tenga 29 años (y por lo tanto es considerada jóven) con un novio de 30 años o más (quien no ha sido considerado en la categoría "joven").



Opiniones

Sigamos con otros temas; ante la pregunta acerca de cuál es la juventud con la que están de acuerdo, un 31% (la mayoría), quieren una juventud que demuestre responsabilidad y dedicación, y un 29% piensa que hay que aprovechar esta etapa de la vida para capacitarse (!!!!!!!!!!!)

Pasando hojas nos encontramos con la opinión que tenemos sobre la generación de adultos. El 73% piensa que dicha generación luchó por sus ideales; además el 75% están de acuerdo con los planes y proyectos de futuro de sus padres.

Preguntados sobre cuales eran los principales problemas que enfrentan los jóvenes en el Uruguay, la mitad respondió que eran el trabajo y la desocupación, le sigue la falta de recursos y problemas económicos en general, luego la capacitación y experiencia laboral; el futuro, etc.

El 79% considera absolutamente necesario realizar cambios.

Y por último, entre las cosas que nos parecieron interesantes, vemos que seis de cada diez jóvenes prefirieron una sociedad que les proponga objetivos y metas a lograr. Al resto, aquella que le permita actuar por su cuenta.

Algunas conclusiones

El tema de la juventud ha tenido relevancia limitada en la sociedad uruguaya, a nivel de las instituciones y los *grupos de poder se observa un conflicto "no explícito" entre los intereses de los* jóvenes por un lado y los adultos y la tercera edad por otro. La ambigüedad en este sentido es muy elevada. Por un lado se considera a los jóvenes como "la esperanza del mañana" (según los resultados obtenido por la encuesta pareciera no solo que la juventud está convencida del slogan sino que además piensa hacer todo lo posible para demostrarlo). Pero por otro lado la sociedad ha impulsado, fundamentalmente en los últimos 30 años, a través del sistema político medidas que transfieren ingresos de los activos a los pasivos (la reforma constitucional del 89 ha sido un gran ejemplo) favoreciendo a los más viejos en perjuicio de los jóvenes. Tal vez los jóvenes sean la esperanza del mañana, pero los beneficios son para los viejos de hoy.

Otra contradicción que está relacionada con la ambigüedad mencionada es que los jóvenes muestran un alto grado de comunicación y de acuerdo con sus padres (desde los asuntos políticos, hasta los planes de futuro), se observa una flexibilidad de los adultos para asumir los problemas de los jóvenes en general a nivel de todos los status (podría decirse que ésta no es una generación parricida" reflejo de una sociedad hiperintegrada). Sin embargo y a pesar de todo, la amplia mayoría de los jóvenes cree que es necesario realizar cambios.

Lo anterior podría explicar que los jóvenes no encuentran representación en grupos políticos o sindicales, sintiéndose mejor representados por un grupo musical por ejemplo o simplemente por nadie (como confiesa la mayoría). No existe por parte de ningún sector una contrapropuesta ideológica viable.

Los jóvenes no manifestamos rebeldía, ganas de cambiar. (a pesar de que estamos todos de acuerdo con la necesidad de un cambio) y quizás hasta egoísmo, pues nuestras principales preocupaciones pasan por capacitarnos, conseguir un empleo y un ingreso razonable.

Los dos tomos en que se redactan los resultados de la encuesta poseen una *vasta información que ya está comenzando a ser utilizada por muchos inte*resados, (como el programa tendevisivo de Ida y vuelta). La encuesta posee más de 200 cuadros, algo imposible de contemplar en este artículo. Sólo hemos extraído una muy breve porción de este material, como se puede ver a los datos le hemos agregado comentarios subjetivos; de cada tema se ha hecho apenas un pantallazo sobre unos pocos datos seleccionados; la cosa da para mucho más y esperamos que a lo largo del tiempo utilicemos parte de esta información para temas específicos que iremos tratando en los números siguientes de la "LEY INORGANICA"

Javier Diez

Deformación

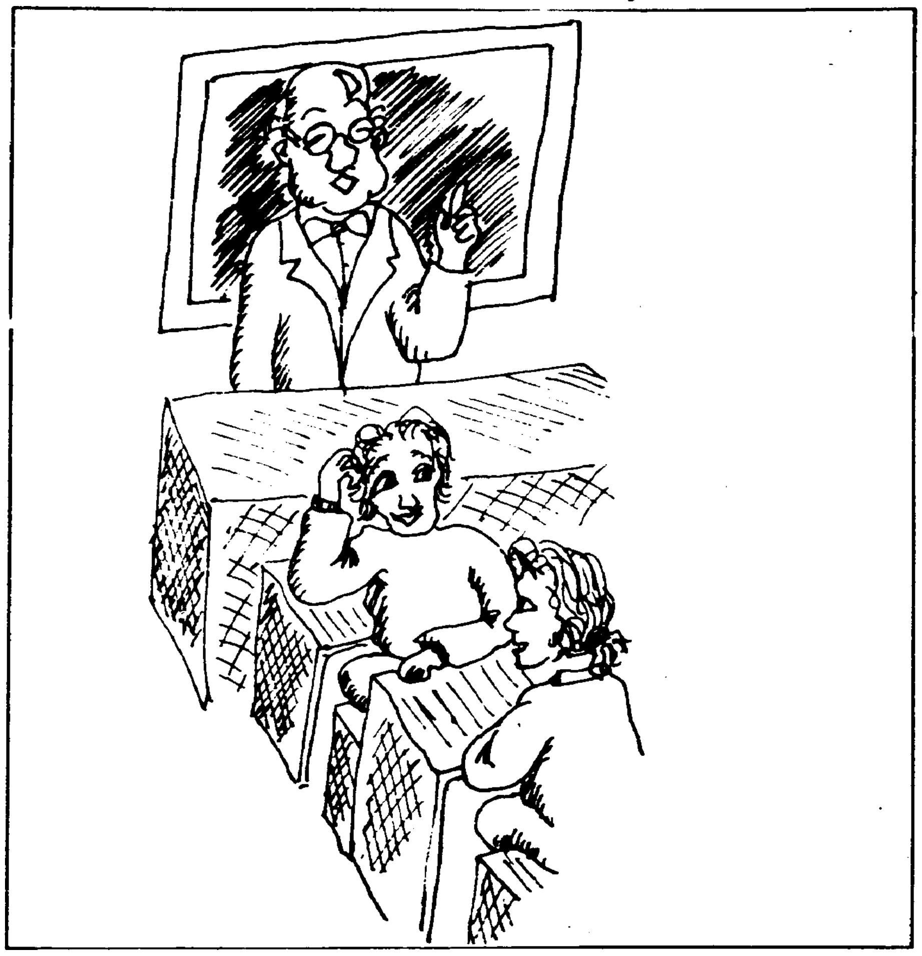
No hace falta estar sumergido en el tema de la educación en nuestro país para notar que un problema que se está volviendo grave afecta a la misma. Hoy ya es normal hablar de los defectos de nuestro sistema educativo, de los problemas pedagógicos y de aprendizaje que aparecen gravemente en profesores y alumnos, de cambiar programas, de cambiar enfoques, de cómo el nivel actual está muy por debajo del de otros tiempos (Este tema empieza a parecerse a tantos otros, en que hablamos de lo bien que estábamos y de lo mal que estamos; y en que cada vez hablamos más y estamos peor). El problema ha llegado a tal extremo, que en diversas facultades nos han puesto un test de evaluación, para ver si eran ellos los que nos embrutecían o si ya entrábamos así; evidentemente no esperaban que fuéramos luminarias, y supongo que no los decepcionamos. Y es que en esta obligación mutua que hay entre Secundaria y Universidad, la primera preparando gente para entrar en la segunda, y ésta aceptándola sin condiciones, parece que Secundaria no ha cumplido totalmente.

No quiero decir, cuando hablo de carencias de nuestro sistema educativo, que los defectos de la educación estén en los aspectos del desarrollo en el estudiante de sus aptitudes artísticas, o en la falta de una verdadera educación física, en que no se prepara a un ser humano para insertarse en la sociedad, o que ni se le da una cultura general suficiente (Podría seguir enumerando). Todos estos son defectos importantes, pero suelen distraer nuestra atención de lo que es central, la médula de todo sistema educativo: desarrollar al máximo la capacidad de pensar del alumno, porque es tal vez en ese aspecto donde la escuela y el liceo más difícilmente encuentren un eficaz sustituto externo. La gravedad del problema está justamente en que ni siquiera este objetivo central es cumplido por el sistema.

Que el liceo no prepara a los alumnos suficientemente bien, se ve claramente por el fracaso en masa que se produce al ingresar en primero en algunas carreras, en varias facultades; hay un desfazaje que en teoría no debería existir (o no debería ser tan grande). O bien, en el hecho de que algunas facultades adapten sus programas con el fin de dar al alumno, al comienzo de las carreras, métodos básicos de trabajo que se supone éste debería haber adquirido en Secundaria (pero que evidentemente no adquirió). Así, es comprensible la reacción de varias facultades al llevar a cabo el test del que hablaba al principio, un poco para confirmar lo que se venía observando.

Lo que le está faltando a nuestra educación es, brevemente, darnos capacidad. Capacidad para aprender sin que sea un tortura (es decir, interesarnos). Y cuando no lo sea, capacidad para que lo aprendido sirva, que no quede en algún rincón de la memoria, etiquetado y separado de todo lo demás. Es decir, saber relacionar ls conceptos. Y capacidad para enfrentarse a un problema, y dominarlo en vez de dejarse dominar por él (es decir, algo de método, autoconfianza y experiencia). Eso, y los conocimientos básicos para salir al mundo exterior o a la Universidad, es lo que necesitamos recibir principalmente. Porque es cierto que hay muchas otras cosas importantes, pero no son aprovechables sin lo anterior.

Es un hecho que no hay ningún intento verdaderamente importante, en doce años de enseñanza preuniversitaria, de hacernos pensar, o buscar cosas, o tener ideas. En el liceo, por ejemplo, las materias humanísticas se limitan a exigir memoria (por lo general, muy poca), y tienden a cortar todo intento de pensar o crear; en Historia aparecen los hechos encasillados, separados entre sí, y aparentemente inmóviles. Los programas de Literatura suelen estar formados por autores poco interesantes, o por los textos menos importantes de autores buenos, o por los pasajes más tediosos de buenas obras (hay excepciones, por suerte). Pero la materia es muy estereotipada, y la libertad del alumno para buscar por sí mismo (otra vez), no existe o es demasiado peligrosa; mejor repetir apuntes nada originales de memoria, y a otra cosa. Nos dan así la imagen de que las Humanidades son cuestiones en que está todo dicho, o en que todo es muy fácil de decir, o en que de todos modos lo que se diga o haga es inútil. Imagen evidentemente disparatada. O el caso de Matemáticas, en que durante cuatro años se enseñan tres o cuatro cosas, unos conceptos básicos, pero NADA de método, con ejercicios o problemas que no van más allá de nuestras narices. Lo que hace que 5º y 6º se transforman en sucesiones infinitas de teoremas incomprensibles con demostraciones imposibles, a memorizar para todo el que caiga en un examen teórico. Es decir, no se asimilan las cosas, y quedan muchas lagunas por falta de una enseñanza sistemática de métodos. O el caso de las ciencias naturales, que hasta 4º es como si no existieran, o el polo opuesto de Astronomía, en que todo cae de golpe en un año. O Filosofía, que todavía no entiendo por qué se llama así. Podría seguir enumerando, pero creo que es suficiente esto par ver que el liceo no solo no forma, sino que también nos da una falsa imagen de las materias que presenta, limitando nuestro interés y prácticamente haciéndonos perder el tiempo; es decir, que también deforma.



Y a pesar que las causas de estas carencias son casi evidentes, hay una tendencia (que es cada vez más común) a buscar los problemas donde no están. Yo diría que hay algunos chivos expiatorios que siempre aparecen, presuntos factores causantes del bajón, que en realidad no lo son, o que son más bien consecuencias. Se habla de nosotros, como de una generación con distintos intereses, desmotivada por una educación pensada para otra época. O de los profesores que ganan poco y no rinden lo suficiente; o de los temas, de las materias, que deberían ser otras. Y si bien todo esto tiene una importancia innegable, creo que aleja nuestra atención del problema esencial, que en gran medida agrava a estos otros; lo que quita motivación, al alumno, al profesor, o al curso, es el enfoque que se les da a los programas. Que empiezan siendo malos en la escuela, y desperdician en cada uno a un creador en potencia (creador de lo que sea, pero creador al fin), para transformarlo en un imitador o en un desinteresado por crear o imitar. Y es difícil interesar al alumno si éste no hace algo, no inventa. (Ahí está el hecho de que memorizar un poema sea lo más aburrido que pueda pasarle a alguien cuando ha pasado sus diez u once años; y a pesar de esto, todavía en pleno liceo se lo manda hacer esporádicamente. Hay que seguir atrofiando, por las dudas). La ortografía y la gramática no estimulan a crear (aunque tal vez tengan un valor formativo, eso es una discusión aparte); las matemáticas escolares no implican más que memoria y un par de trucos mecánicos. Hacer redacciones no estimula la creatividad, por los criterios cerrados que se tiene generalmente para evaluarlas (aquí la responsabilidad la comparten los maestros). Tal vez lo único rescatable sea dibujar, pero esto en los dos o tres primeros años, y no es para nada suficiente. El niño a los seis años tenía ganas y capacidad de crear y aprender; a los doce ya sería un milagro, y más difícil aun que tuviera la esperanza de hacerlo dentro del liceo: si no se pierde el interés, se pierde el respeto o la confiaza.

Y entonces es natural que nuestra generación sea diferente y nos interese muy poco lo que dice el profesor, y que a éste le interese poco que lo escuchen. Y si a esta incomunicación le agregamos que los programas de Secundaria siguen siendo malos (muy completos en su forma, en los temas, pero casi vacíos en su contenido, en la formación), se entiende por qué el sistema actual tiene los problemas que tiene.

Que es la falta de contenido (y no el contenido mismo), lo que hay que atacar, no parece advertirse por parte de quienes llevan a cabo los cambios en nuestra educación. Tal vez porque en su tiempo sí han recibido un núcleo formativo consistente, y les cueste imaginar que ese núcleo ya no existe. Y entonces se habla de adecuar los programas a los nuevos tiempos, que si bien se debe realizar, no tendría efectos positivos si sigue sin existir una base real, que es lo primero que se necesita. Y por ejemplo, en vez de hablar de cambiar radicalmente el enfoque en nuestras escuelas, se habla de enseñar computación, inglés o portugués, que difícilmente serán aprovechados por el alumno. Para incorporar cosas tan importantes, hay que preparar antes el terreno. De la misma manera, se ha querido suplir las carencias de creatividad o de búsqueda en los programas actuales, agregando materias (casi siempre optativas), como aquel "Club de Ciencias", que en la mayor parte de los casos servía para averiguar un par de cosas sobre algún asunto más o menos interesante, pero que muy difícilmente implicaban un esfuerzo de verdadera investigación. Y entonces hay una especie de manía de llevar a cabo cambios intrascendentes, haciendo nacer y morir materias cada año, variando el modo de calificación (actualmente sobre 12), intaurando esa cantidad de "recuperaciones" y asociados que solo servían para estimular a estudian menos, y para que al llegar a 5º descubriéramos que habían pasado cuantro años sin que aprendiéramos nada; o cambiando programas, con una costumbre bastante grave: bajar el nivel de exigencia, especialmente pare reducir toda dificultad en terminar el Ciclo Básico, y últimamente el liceo por completo. Será que tener más bachilleres da una mejor imagen, (para afuera y para adentro) del país; no parece importar que eso sea en perjuicio de nosotros (los estudiantes) y de las facultades que se ven obligadas a cambiar sus esquemas para recibir a los recién llegados mal preparados, o simplemente a seguir de largo (porque no hay otra; tal vez acá ya no se puede mentir tanto), y que los que no pueden seguir queden por el camino. Uno [illegible] a preguntarse qué pasó en los últimos doce años, cómo pudieron desperdiciarlos así.

Creo que ya no sirven pequeñas modificaciones con resultados a corto plazo; evidentemente, algunas son indispensables, porque el desfazaje actual seguirá existiendo. Pero lo que se necesita es un cambio radical en el enfoque que se le da a la enseñanza primaria, y en ciertos programas de Secundaria, más que para hacerlos completos, para hacerlos efectivos; y esto evidentemente no se puede hacer en cinco o diez años. Pero sí podemos pedir que antes de hacer un cambio intrascendente, o que rebaje el nivel de exigencia, o que elimine alguna materia importante, se detengan, piensen, y no lo hagan; porque fueron pequeños pasos hacia atrás los causantes de este retroceso.

Che Petisa, qué frío que está el piso de la cocina

Carlos Gómez Guerrero (el Cholo)
Extraído de Vector Nulo 8/89

Desgraciadamente me enamoré

Sí, aunque usted no lo crea, digo que desgraciadamente me enamoré, y lo primero que vas a pensar es que tengo problemitas psicológicos (que es cierto, algunos tengo), pero el tema no son mis problemitas psicológicos, porque no da para publicarlos (capaz que mi psicólogo *no piensa lo mismo*), el asunto es que está todo bien con eso de enamorarse, pero tras algunas complicaciones, como te explico, es el famoso tema de la "falta de espacios para la juventud", o hablando más clarito, es el famoso tema de "... y petisa, dónde achicamos, porque me tenés loquito, y me gustaría hacer unas cositas contigo, pero en casa están mis hermanitas, viste?", o si no "...soltame che, que si viene el viejo nos mata, esperá que se vayan a dormir...", y como estos mil ejemplos más, porque el problema es DONDE.

Vivo en casa, tengo hermanos, tengo padres o tutores, y no sé qué hacer.

La juventud uruguaya (Opa, qué términos eh?), en su andá a saber cuánto por ciento, pero seguro que en su gran mayoría, llega a la edad de los "dragoncitos" como dice mi abuela (pobre, si supiera...), y vive en su casa con sus padres o tutores, sus hermanos, y como está la cosa algún que otro agregado (o sea la abuela, el abuelo, algún primo, etc.), está lo que se dice inserto en el núcleo familiar, cédula base de la sociedad, y fuente de innumerables situaciones enojosasas por llamarlas de alguna manera, que ortiban constantemente a la hora del acto (que lo parió, ¿no es fino decir el acto?). Conozco alguno que llegado a armar un mapa de los horarios familiares para determinar horas en las que se pueda; otrosque se quedan mirando con sumo interés cualquier bodrio que den por la televisión hasta altas horas de la madrugada, con franeleos intermitentes que le pudren el bocho a cualquiera, fingiendo admiración por Julita Moler, el Club 700 y deporte total (torturante loco), con tal de esperar que se vayan todos a dormir, y después, qué nervios macho. "...no grités, no hagas ruido que se despiertan...", "...vestite rápido, boludo...", "...no otra vez no, andate que es tarde...", "...pará, pará, ¿qué fue ese ruido?...", una infinidad de situaciones por el estilo, y etc.,y "... mirá che, me voy porque esto así es una reverenda cagada".

Hace un tiempo cuando usufructuaba mis queridos 18 añitos, una muchacha alemana, me preguntó, por qué vivía con mis padres a esa altura de mi vida, golpe bajo, si los hay, para un tierno retoño como era. La respuesta es sencilla: flaca, no da, vivo en Uruguay, América del Sur, América Latina, paralelo y longitud no sé qué, pero para irme de casa tengo que tener laburo, y por ahora no da porque estoy estudiando (han pasado 5 años desde aquel entonces, tengo dos laburos, estudio, y recién me empieza a dar). Cuando la cosa en la casa no da para más, uno empieza a pensar en otras opciones, y ahí empieza otra joda...

Telito que me desangraste en lo mejor de mi vida...

Uno, que se crió acá, mirando el mar, empieza a mirar con cariño la idea de ir a un telo, ese lugar de que tanto se oye hablar (sobre todo en la revista HUMO(R), o en las ruedas de muchachos más veteranos, laburantes y guitudos), ¿cómo será, quién será el famoso "pistero", cuantó dura un turno, el video porno está siempre prendido, podré llevar mate y tortas fritas"; y claro, empezás a ahorrar, te conseguís un auto, o te bancás un tacho, o vas caminando (¡qué pegado loco!), convencés a la petisa (menudo laburito, porque tiene miedo que la vean, pero accede por la promesas de hazañas sexuales que uno descaradamente hace), llegás al lugar de los hechos, te chocan un poco los espejos, no sabés qué hacer con el video porno, te matás tratando de bajar la calefacción o refrigeración (que tienen una dependencia LD con la estación del año), no sabés qué decir para avisar que te vas, y la pasás bien o mal dependiendo del acostumbramiento que se va generando al concurrir a dichos lugares, a si no tuviste que esperar mucho, a si es el quinto que recorrés porque los otros estaban todos llenos, o a si estás de ánimo a esa altura, porque una cosa es hacerlo cuando pinta y otra hacerlo con terrible programación, a la hora que se supone que estás en cine, o en el cumpleaños de una amiga; como quien dice, y resumiendo, no son el lugar ideal, tampoco están mal, y son caros, caros y flor de negocio.

En busca de las soluciones perdidas... La última franeleada

Parece joda, pero es serio, tengo un amigo que hace como tres años que está de novio, y la última vez que lo vi, no pasaba nada desde las vacaciones de turismo, otros que casi los cala el padre, y muchos, muchos que han optado por no complicarse la vida, y tratan de olvidarse que se puede hacer el amor, porque es un derecho, y porque es una de las cosas más lindas y sanas que comparte una pareja. Pero entonces, ¿cuál es la solución?; yo pienso que la solución es colectivo-cooperativa, y el que esté pensando en grandes orgías va muerto, porque yo socializo muchas cosas, pero nunca mi petisa, porque no estoy para esa onda; pero por qué no juntarse entre algunas parejas de amigos piola y alquilar entre todos algún sucucho, donde poder organizar jodas, estudiar, y cuando pinte, hacer el amor, y la guerra contra eso que se llama la "falta de espacios para la juventud", se me ocurre, no me den mucha bola, lo que importa es que empecemos a hablar de estos dramas cotidianos, que hablemos entre nosotros, parece mentira, pero nos pasa a casi todos, y son pocos los que te comentan, no sé, será que tememos a que nos miren con cara rara, que digan: "pero mirá este flaco es un traumado sexual, sólo piensa en eso", y yo que sé, capaz que sí, somos flor de traumados, pero estoy seguro de que si la conversamos entre todos, seguro que se nos van los traumas, y surgen pila de ideas creativas para solucionar estos problemas ortibantes, eso sí, no hagan mucha bulla, que si la petisa se entera de que escribí esto, me mata...



ECO '92

Adrian Escofet, Héctor Romero y Rafael Bernardi del GEMA (Grupo Estudiantil pro Medio Ambiente)

Quince días tuvo la Tierra por cumbre a Río de Janeiro. Como todos saber (creo), en el primer par de semanas de Junio se realizó en Río la ECO-92 —Una serie de eventos políticos, culturales, sociales, etc.— A grandes rasgos se podía dividir la actividad en 2 planos, uno oficial y obviamente el otro era el no oficial (me maté en la clasificación).

La parte oficial fue la CNUMAD (Conferencia de la las Naciones Unidas por el Medio Ambiente y Desarrollo), que se llevó a cabo en Río Centro, unas brutas instalaciones realizadas exclusivamente para este evento (la guita que se gastaron los cariocas). Allí intervinieron cerca de 120 presidentes y un total de más de 170 países representados. Ellos se mostraron muy preocupados por los problemas que agobian al planeta, expusieron sus problemas y buscaron soluciones (¡qué caretas!). Algunos de los grandes puntos aquí tratados fueron.

Tratado de China: La Tierra está comenzando a responder casi imperceptiblemente a los cambios del clima debido a la intervención humana. El tratado pretende que se realicen estudios sobre las posibles consecuencias ecológicas, económicas y humanas y que se sigan determinadas pautas para solucionarlas (como herramientas legales, distintos métodos de producción, etc.).

La Agenda 21: Es un plan que contiene que es lo que hay que hacer y como se debe hacer para recuperar y no dañar al Medio Ambiente. Como es de suponer esto requiere mucho dinero. Aunque la Agenda se firmó, la guita no se sabe de dónde va a salir. (Probablemente ocurra lo mismo que con el presupuesto universitario, terminan dando mucho menos que lo que se necesita).

El tratado de Biodiversidad: Lo más polémico de la CNUMAD. Se puede simplificar como EUA vs. Resto del Mundo. El presidente Bush se negó terminantemente a firmar este tratado ya que había un tocazo de millones de por medio. Tanto así, que él ofreció un Toco de millones de dólares (obviamente muchos menos), en vez de firmar el tratado.

A grosso modo podríamos decir que el tratado constaba de 2 partes. La primera, se refería a la protección de la diversidad de las especies de seres vivos. La parte polémica radicaba en la consideración de las reservas genéticas de cada país como un recurso más, tal como el petróleo, o las minas, o la agricultura, etc. Esto acarreaba que una gran parte de la producción mundial (principalmente los EUA), de medicamentos, ..., aditivos, productos cosméticos, etc. debería poder dejar al país de donde se extrae la materia prima en cuanto a lo genético.

Lo más importante de la CNUMAD fue la CNUMAD (Je, Je). Me refiero al hecho de que la mayor reunión entre países a nivel de gobiernos de toda la historia fue esta. Tan solo sentarse a una mesa casi todos los países del mundo y considerar que uno de los más grandes problemas es el destrozo ambiental originado por el hombre es un gran paso en la Humanidad.

Considerando la parte no oficial, lo que se destacó más por su magnitud fue el FORUM GLOBAL, realizado en el Ateneo del Flamengo (Un parque de varios km²) fue lugar de reunión de más de 3000 ONG (Organizaciones no gubernamentales) ambientalistas de todo tipo, que durante 15 días trabajaron, expusieron sus opiniones y establecieron contactos entre sí. La primera vez que uno entraba al Forum era difícil no perderse entre la gran cantidad de gente de toda raza, color, credo y nacionalidad que daban vueltas por los más de 400 estands y 35 carpas que estaban armadas para las conferencias. Desde hindúes Hare Krisna (igualites a los de 18 de Julio) pasando por los indios Yanomamis del Amazonas, hasta estrellas mundialmente famosas como Jane Fonda, todo se mezclaba bajo un mismo signo: hay que hacer algo para salvar al planeta.

Los jóvenes tuvimos nuestro tratado de la juventud, en el cual se expresó el descontento con la posición poco comprometida de los gobiernos (se lavaron las manos). Se adoptaron compromisos y se establecieron acciones y mecanismos para ponerlas en práctica. Los compromisos son, fundamentalmente, asegurar a todo los pueblos un "desarrollo responsable ante las generaciones futuras", una mayor igualdad entre ellos y sus integrantes. También un cambio en el actual sistema económico de sobreconsumo, "asegurar el acceso libre y democrático a la información" y promover una educación integral y solidaria, así como condenar todo acto que afecte la autodeterminación y la soberanía nacional (¡TOMA!).

En base a los compromisos se asumieron algunas acciones concretas para el futuro inmediato: difundir los eventos de Río 92, "trabajar para la concientización y educación ambiental", promover campañas para reducir el consumo y el gasto energético y campañas contra los temas no tratados en la CNUMAD (ej.: dominación basada en la deuda externa, armamentismo, uso de energía nuclear —¡¡y nosotros que queremos poner una planta nuclear aquí!!— , abuso de combustibles fósiles, hambre, etc.). Para lograr esto se establecieron una serie de me

Entrevista a Leo

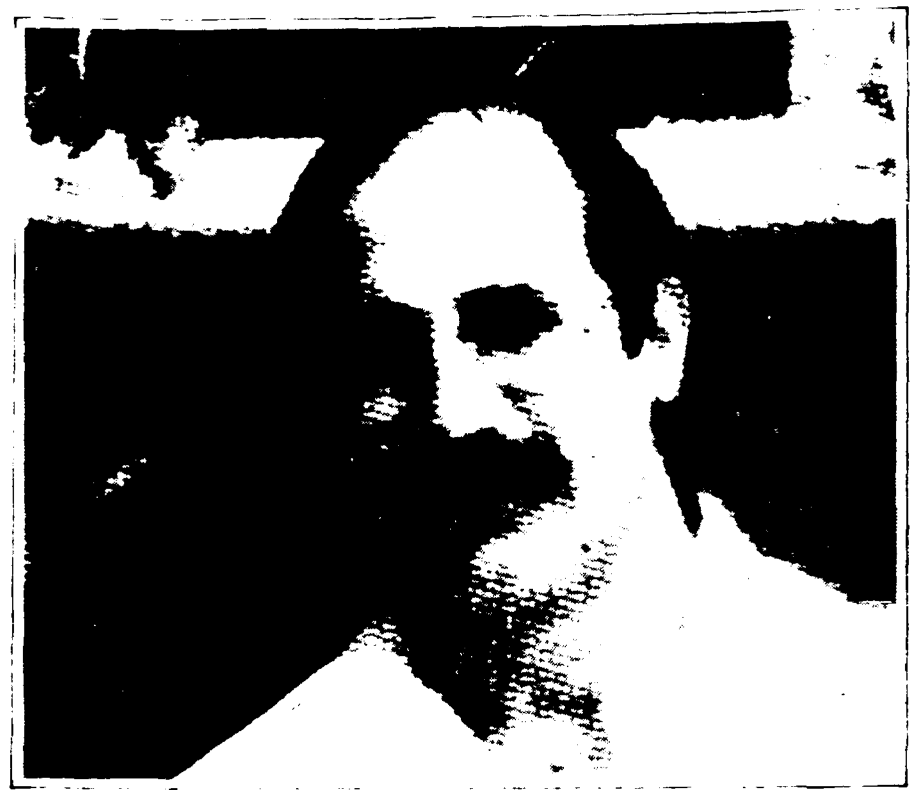
Javier Zipitría

Dando comienzo a lo que ojalá sea una amplia y duradera comunicación entre ustedes lectores y nosotros "redactores", es que les presentamos nuestro primer trabajo en lo que al ámbito musical de "Ley Inorgánica" concierne.

En cuanto a la comunicación, tenemos la intensión de que sea de ida y vuelta, o sea que no sólo nosotros hagamos llegar a ustedes lo que para nosotros es interesante, si no que ustedes mismo propongan temas, ideas, grupos acerca de los cuales quieren más información, o acerca de los cuales brindarnos más información, así como también las críticas que consideren pertinentes hacer.

Sin embargo, es preciso aclarar que trataremos de defender la música nacional, o sea que no la relegaremos como hacen la mayoría (¡no todas!) de las radios FM de este país, a la música foranea.

En cuanto a nuestro primer trabajo, es un pequeña entrevista, nada más y nada menos que al señor Leo Masliah y que precisa su presentación (o sea uruguayo de 38 años, que ha proliferado por el ámbito de la música, el teatro, como actor y escritor, con 14 discos en Uruguay y 5 en Argentina, 10 libros, 5 obras de teatro dirigidas por él y 2 puestas en escena.



Ley Inorgánica: ¿cómo surge tu dedicación a la música? ¿es algo que se te inculcó o que nació por tu propia iniciativa?

Leo Masliah: No sé, la verdad no sé, es muy difícil de poder acordarse bien. La verdad no sé.

LI ¿Cuáles son para vos los principales músicos que tu opinás influyen en tu obra?

LM Eso es muy difícil de decir, o sea es Muy difícil que vos haciendo algo así artístico, puedas saber lo que más te influyó. Porque vos podés saber lo que te gusta, lo que más te gusta, pero lo que más te influyó es muy difícil que lo sepas. Solamente por, yo qué sé, un análisis muy detallado de mi obra se puede llegar a rastrear las influencias de cosas que de repente no te gustan pero que igual te influenciaron mucho. Este..., no hay una relación entre lo que te gusta y lo que te influenció, pienso.

LI ¿El apoyo a los músicos, en el Uruguay por parte del Estado o por parte de empresas privadas, es una realidad, o pensás que hace falta tal apoyo?

LM No, pienso que hay muy poco apoyo, tanto a nivel estatal como a nivel, de así, de empresas privadas. Así, deveras viste (sonríe) digamos que hay muy pocas realmente. Pero no sé si..., si eso está mal o está bien. Digamos, hum..., por ejemplo, yo no soy muy partidario de que el Estado banque toda la actividad artística que halla, yo que sé, en un país no me parece que eso garantice nada, viste, en cuanto a... (¿a calidad?), a calidad, claro.

LI ¿Cómo definirías tu estilo?

LM ¿Cómo mi estilo?

LI Claro, o sea por ahí tenés el candombe, el Rock and Roll, etc. vos de qué estilo te considerás parte integrante.

LM No. No me incluyo dentro de ninguna rama, no tengo una definición. Así, aparte el Rock and Roll no es un estilo, el candombe tampoco, en todo caso es una forma musical.

LI Entonces ¿dentro de qué forma musical te incluirías?

LM Ninguna específica, porque he transitado por muchas formas musicales.

LI ¿En qué forma trabajás?

LM Es muy variable, creo que no tengo ningún sistema fijo, no sé.

LI ¿Pero trabajás tantas horas por día?

LM No, depende, hay días que sí, hay días que no.

LI ¿La gente es para vos tan extravagante como tus personajes?

LM Todos los personajes son fuera de la realidad. Cualquier personaje por definición misma es algo que está fuera de la realidad. Fuera de la realidad como persona, como personaje es algo real.

LI Ahora..., ¿No te inspirás en la gente de la realidad para crear tus personajes?

LM Y sí, supongo que en gran medida sí.

LI Hay muchos artistas (músicos, escritores, etc.) que se drogan para componer, escribir, etc. ¿qué pensás al respecto?

LM No, pienso que no es así. Nadie se droga para componer, se droga para satisfacer algún otro tipo de necesidad. Pero no para componer.

LI Ahora..., ¿pensás que ayuda, que te estimula o desarrolla tu imaginación?

LM No, no creo que el estar drogado desarrolle tu creatividad.

LI O sea, me refiero a que quizás estando drogado te liberás de un montón de presiones y hacés cosas que por ahí en estado consciente o no se te ocurren o que rechazás.

LM Podría ser, podría ser.

LI ¿Nos enteramos que estuviste en España? Contanos algo sobre eso.

LM Sí, sí.........

LI ¿Y como te fue?

LM Bien, bien... Este... En mayo estuve... este... estuve otras veces, pero ahora estuve en mayo e hice tres recitales, en los cuales me fue muy bien. Salieron otras invitaciones para hacer una gira en noviembre.

LI ¿En qué lugar estuviste?

LM Mirá, estuve en unas ferias de teatro que habían en ciudades chicas por Aragón y Cataluña, pero ahora me salió para hacer recitales en Barcelona, Madrid y otro lado más.

LI ¿Y te aceptaron bien?

LM Sí.

LI Pensás que la futura integración regional, pueda afectarte en cuanto público, o venta de discos, libros, etc.

LM La verdad que no tengo idea. No sé muy bien en el plano cultural en qué pueda incidir.

LI ¿Planes futuros? ¿Volver a España?

LM Sí. Pero antes tengo algunas cosas para hacer. Por ejemplo, estoy ensayando una obra de Teatro que se llama "El Ama de llaves" que ya se había hecho hace un par de años, pero que ahora se va a hacer devuelta con algunos actores distintos y yo voy a actuar también. Esta va a ser los sábados a partir del 15 de agosto, en Laberinto, un boliche en la calle Maldonado. Esto va a ser los sábados a las 12 de la noche. Los que actúan en este caso son Silvia Roig, Ricardo Muso, que es uno de los del Cuarteto de Nos, Tomás Bleino, que es un actor que casi siempre actúa en las obras que yo hice y Olivier Noël.

LI Y... ¿Algún nuevo disco?

LM Hum... estoy por grabar... estoy por grabar, pero todavía no sé bien la fecha, o sea que estoy programando un nuevo disco, pero aparte de eso, va a salir una antología de cosas, así, anteriores, en compact.

LI ¿Es tu primer compact?

LM Sí. No, primero no porque tengo uno en Argentina.

LI Bueno... No nos queda más que agradecerte por el tiempo que nos brindaste y desearte suerte en España.

LM No, por favor, y gracias a ustedes.

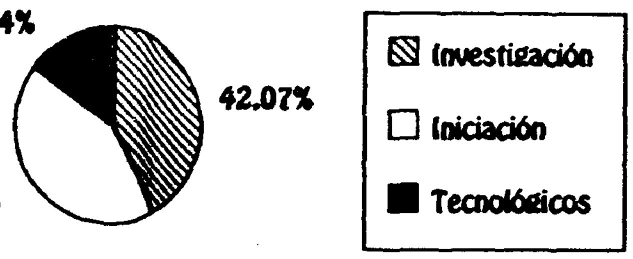
Y bueno, esto fue todo. Ya sabemos que está lejos de un trabajo excelente, pero consideramos que aún tenemos tiempo de mejorar en lo que resta de vida al periódico, que esperamos que vaya más allá del primer número, y que participes en el segundo ejemplar con todo lo mencionado al comienzo del artículo. Para esto podrán llamar al 62-28-13 y hablar con Javier Zipitría.

Judith Sutz
Coordinadora Acdémica de la CSIC

Por la «investigación joven»

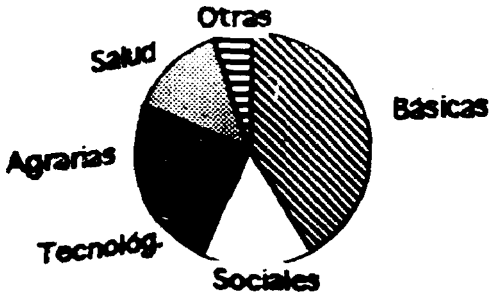
- La Comisión Sectorial de Investigación Científica -CSIC- es un organismo universitario cuya misión es promover la investigación a través de sus muchas modalidades: desarrollo de líneas de trabajo a través de proyectos, formación de postgrado, presentación de resultados de investigación en congresos, etc. Mención especial merece el fomento a la alta dedicación a tareas de investigación a través del régimen de dedicación total, en cuya puesta en práctica también colabora la CSIC.
- La CISC está integrada, además de por los delegados de los diversos órdenes y su presidente -un investigador propuesto por el Rector-, por investigadores de diversas áreas del conocimiento: agrarias, básicas, salud, sociales y tecnológicas. La elección de estos investigadores-delegados se hace por acuerdo entre facultades y escuelas vinculadas con dichas áreas: Agronomía y Veterinaria, Ciencias y Química, Medicina y Odontología, ¡¡Derecho, Humanidades, Ciencias Económicas, Ciencias Sociales e Instituto de Psicología!!, Arquitectura e Ingeniería.
- Uno de los mecanismos de fomento de la investigación que maneja la CSIC es la financiación de propuestas de trabajo. Para ello, se realizan llamados a concurso de proyectos: éstos son evaluados por especialistas en cada tópico y a partir de dicha evaluación, y de acuerdo a los recursos disponibles, se selecciona un conjunto de proyectos que son finalmente apoyados económicamente.
- ¿Cómo participan los docentes más jóvenes -grados 1 y 2- en este programa? En llamados anteriores al de 1992, los jóvenes docentes debían «disfrazar» su participación a través de la firma de un docente de grados superiores, pues solo estaba prevista la presentación de proyectos por parte de estos últimos. Desde este año, los más jóvenes acceden al programa por derecho propio, a través del llamado a proyectos de «iniciación a la investigación», al cual pueden presentarse docentes universitarios de todos los grados -es decir, en particular, de grados 1 y 2-. (Aunque teóricamente podrían presentarse a proyectos de iniciación docentes «mayores» que incursionan en una nueva área de investigación, en la práctica esta línea del programa es llenada en su inmensa mayoría por gente joven)
- ¿Participan los docentes jóvenes? La respuesta puede verse en el Gráfico Nº 1:

Gráfico Nº 1 Presentación de Proyectos al llamado de la CSIC-1992



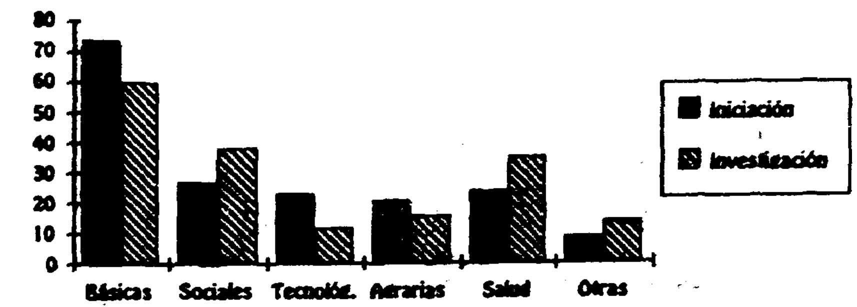
Por lo que se ve, la presentación de proyectos de iniciación fue ligeramente superior a la de proyectos de investigación -los «clásicos», a los que pueden presentarse los grados 3,4 y 5-. En números absolutos, 178 proyectos de los primeros y 175 de los segundos, para un total de 416 (el resto son proyectos de Desarrollo Tecnológico).
- ¿Sobre qué temas presentan proyectos los docentes más jóvenes? Este aspecto puede observarse en el Gráfico Nº2:

Gráfico Nº2 Distribución por áreas temáticas de los Proyectos de Iniciación presentados al llamado de la CSIC. 1992



- La preeminencia de los proyectos presentados en el áreas de ciencias básicas llama la atención. Cabe preguntarse, sin embargo, si esta es una característica de los proyectos de iniciación -lo que podría indicar una tendencia particular hacia ciertos aspectos de la investigación por parte de los docentes universitarios más jóvenes- o si también está presente en los proyectos «clásicos». La comparación entre las estructuras temáticas de ambos conjuntos de proyectos se presenta en el Gráfico Nº 3:

Gráfico Nº 3 Comparación entre el número de Proyectos presentados por áreas en las categorías Iniciación e Investigación



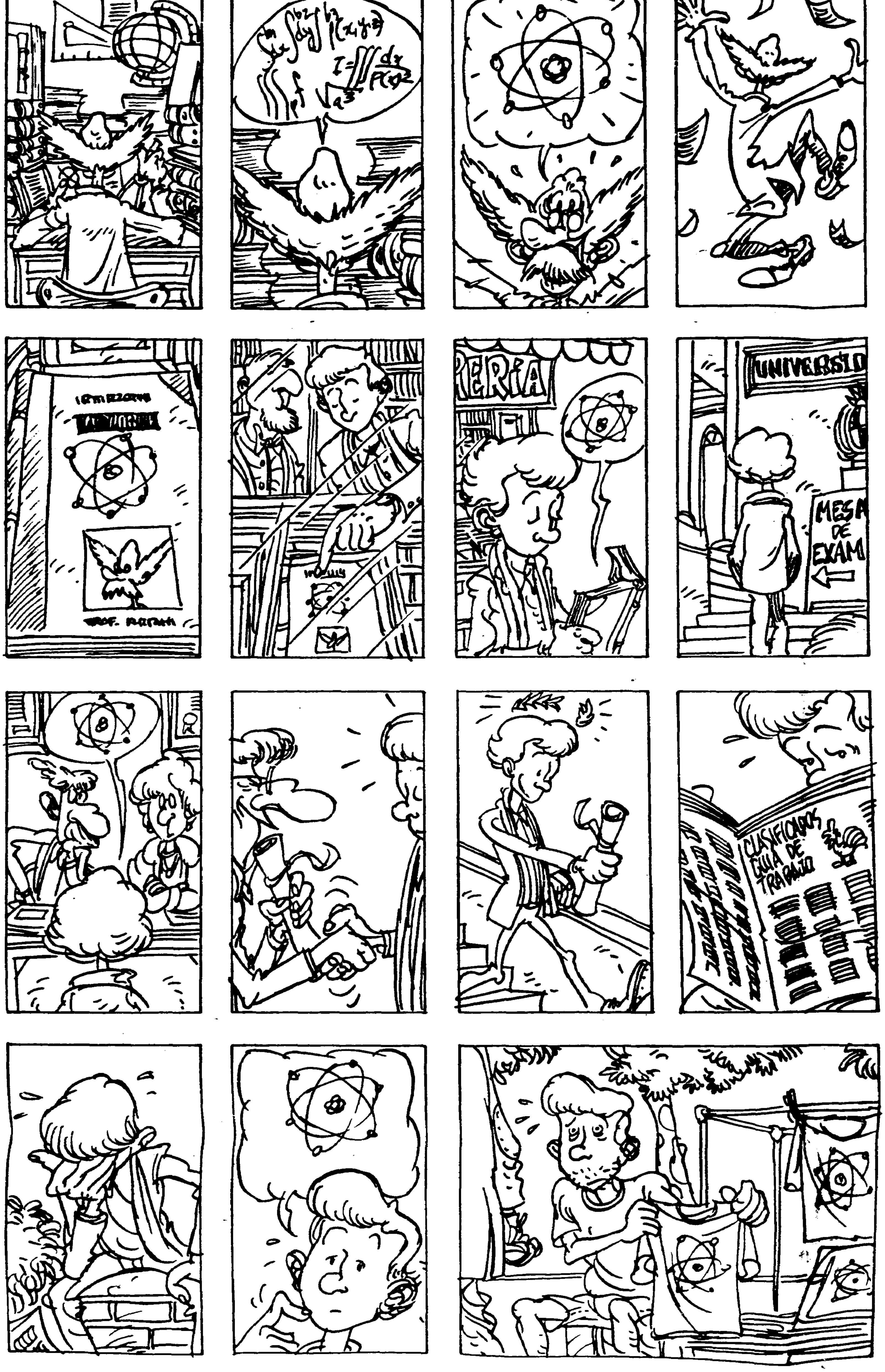
Como puede verse, la participación de los proyectos en ciencias básicas es muy fuerte, tanto en Iniciación como en Investigación, de modo que ello no implica una tendencia particular de la «investigación joven». Donde realmente se nota una diferencia es en los proyectos del área tecnológica, que en el caso de Iniciación representan el 15% del total, mientras que en Investigación apenas el 6,8%.
- Los comentarios que acabamos de hacer se refieren únicamente a la estructura de la demanda de proyectos. Otro análisis deberá realizarse una vez que culmine el proceso de evaluación, para ver cómo aparece el panorama de los proyectos aprobados académicamente y de aquellos efectivamente financiados.
- ¡¿ Acaso hay diferencias entre «estar aprobado académicamente» y «estar financiado»?! Lamentablemente sí: en el llamado a proyectos de 1991, se aprobaron académicamente más de 150, y fueron financiados. bastante menos de 100.
- Y entonces, si este año se presentaron tres veces más proyectos que el año pasado, y los recursos son similares, y por lo tanto se van a poder financiar todavía menos proyectos: ¿para qué sirve romperse el alma, preparar un proyecto -cosa que para más de un docente joven exige un gran esfuerzo, pues lo hace por primera vez-, hacer que un docente más experimentado lo lea y esté dispuesto a actuar como tutor del mismo, etc?
- Creemos que sirve para varias cosas, de las cuales mencionaremos solo dos. En primer lugar, presentar un proyecto de investigación obliga a proponerse convencer a otros de que uno tiene un problema que vale la pena desarrollar, de que tiene buenas ideas acerca de cómo hacerlo, de que no le erra demasiado ni a la metodología, ni a los plazos, ni a los gastos, y ese es un muy buen ejercicio. En segundo lugar, presentar un proyecto de Iniciación a la CSIC, implica que ésta lo hará evaluar por un especialista -que obviamente no será su tutor, y, en la medida en que uno pueda saberlo, tampoco un amigo cercano de su tutor-. Esto implica que el esfuerzo que el joven docente haga será cuidadosamente estudiado por un investigador experiente en el área, cuyos comentarios le serán entregados al proponente. Ese intercambio bien vale la pena el esfuerzo, aun en la hipótesis de que, incluso siendo bueno, el proyecto no pueda ser financiado.
-Estos procesos de evaluación son penosamente largos y trabajosos. Ojalá para cuando este de 1992 esté terminado varios números de Ley Inorgánica hayan salido, ¡por éxito de ley Inorgánica y no por insoportable lentitud de la evaluación! Si así fuera, presentaremos -si a alguien le interesa- los cuadritos referidos a los proyectos que realmente se aprobaron y a los que fueron financiados.
- Pase lo que pase, la «investigación joven» va en la Universidad de la República. ¡Bienvenida!

Montevideo, agosto de 1992

LEY INERCANICA

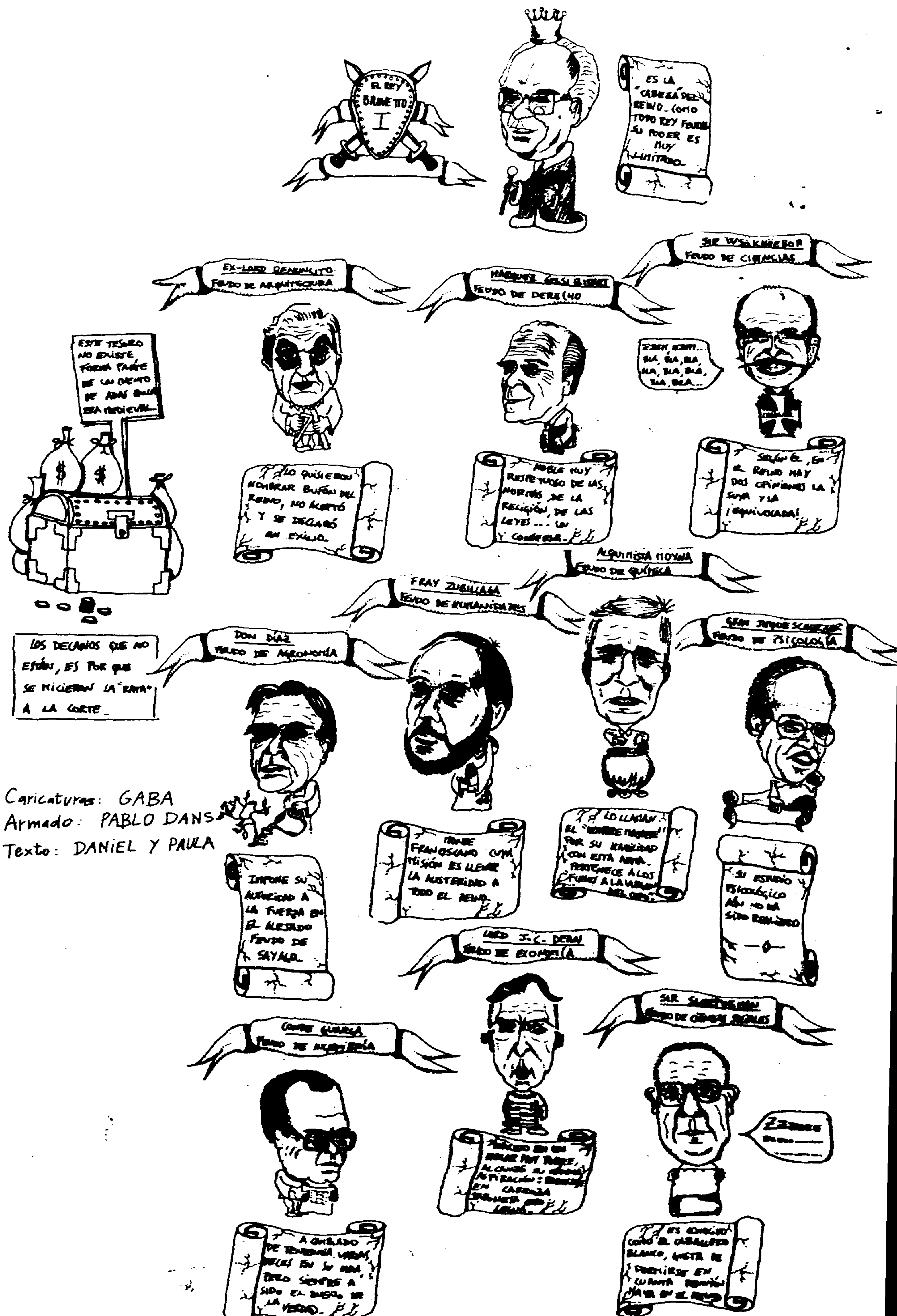
15

Guión: Gonzalo Frasca. Dibujo: Horacio Cassinelli.



Corte Directiva Central

(C.D.C.)



Caricaturas: GABA
Armado: PABLO DANS
Texto: DANIEL Y PAULA

ORIGINAL

05 octubre de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920526 /S.O.E.

I. ASUNTO INFORMACION CONFLICTO INLASA

II. REFERENCIA

III. T E X T O:

Se adjunta al presente información proporcionada a esta Agencia referente a hechos ocurridos durante la ocupación de la fábrica INLASA, ubicada en Barros Arana Nº 5431.-

IV.- DISTRIBUCION: Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III (CP) - Archivo

001/002

Se tomó conocimiento de algunos [illegible] ocurridos durante la ocupación de la Fábrica INLASA, Barros Ara[illegible] [illegible]. 5431.-

Se había previsto una defensa de [illegible] misma en base a caballetes de hierro y varillas de diferentes [illegible]das.-

Se dictaban clases de adotrina[illegible], que no podía pasar lo mismo que en FUNSA, donde los Coracero[illegible] [illegible]aron sin resistencia.-

Existe información que habrían [illegible] 15 personas armadas que se turnaban en vigilancia.-

El Comité de Base que funciona d[illegible]ro de la Fábrica, trasladó parte de sus Archivos a Barros Arana [illegible] [illegible]316 y otra parte a un lugar en los fondos del Club "Defensores de [illegible]as".-

Dos dirigentes del P.T. (Partido de los Trabajadores) Andrada y Pla[illegible]ro, mantuvieron diversas reuniones con el gremio, siendo la última el 22/09/992, (dejaron el Tel: 29.59.00 por alguna urgencia).-

Durante la ocupación recibierón los siguientes aportes:

- M.[illegible].O. .... N$ 400.000 - Sri[illegible].Gremial E. IZBOSO.-
- M[illegible]N.(T). ..... N$ 400.000 - Sri[illegible]. Gremial.-
- SO[illegible]A. .... N$ 350.000 - C[illegible] de Apoyo Gremial.-
- FOEB. .... N$ 250.000 - Por la Gremial, J. SALV[illegible]TIERRA.-
- S[illegible]CA. .... N$ 400.000 - Firma SELLO.-
- P.T. .... N$ 200.000 - A[illegible]DADA, Pte.-
- U[illegible]RA.[illegible] ..... N$ 200.000 - [illegible].Gremial Hugo BIANCH[illegible].-
- T O T A L ..... N$ 2.200.000 .-

El Comité de Base es Presidido por Néstor FERNANDEZ, Tel. 54.38.81.- demás integrantes:

Rodolfo HERR[illegible].-
Enrique GUTI[illegible]Z.-
Aquilino RAY[illegible]DO.-
Omar INTROI[illegible].-

SINTESIS: Hechos ocurridos durante la Ocupación de la Fábrica INLASA, Barros Arana No. 5431.-

9209294

002 | 002

Doc FOCO LEGAJO

FECHA 22 3 93 (SM) 22/3/93

Suspenden su decisión de entregarse los narcotraficantes de Medellín

MEDELLIN, Colombia, 25 (AP). – Los narcotraficantes del Cartel de Medellín suspendieron el proceso de sometimiento a la Justicia, tras denunciar su abogado hostigamiento policial contra familiares de uno de los mafiosos que ya se encuentra encarcelado.

En un comunicado entregado hoy a la prensa, el abogado coordinador de la entrega de los narcotraficantes a la Justicia colombiana dijo que ha solicitado a quienes se disponían a presentarse hoy ante los jueces para ser encarcelados que "suspendan indefinidamente" de decisión.

El abogado, que mantiene en reserva su nombre por motivos de seguridad, expresa en el comunicado que el proceso de sometimiento de los narcotraficantes a la Justicia sólo se reanudará cuando "se hagan efectivas las garantías ofrecidas por el gobierno nacional a sus familiares y allegados".

El abogado de los narcotraficantes denunció que el lunes pasado fue detenido Luis Aníbal González, padre de Gustavo González –uno de los miembros del Cartel de Medellín que se entregó–, y que sólo fue dejado en libertad después de la intervención del propio presidente César Gaviria Trujillo.

Pablo Escobar anunció el miércoles pasado, al ingresar en la cárcel de Envigado, que otros 12 miembros de su organización criminal se someterán a la Justicia, pero sólo se entregaron siete.

LA PRENSA RESP PRENSA
30/6/91

Colombia: nuevo rechazo a la extradición

Bogotá (Reuter) - La Asamblea Constituyente de Colombia votó en favor de prohibir la extradición de ciudadanos colombianos, lo que eliminó un arma legal temida por los narcotraficantres.

Cuarenta y cinco de los 73 asambleístas votaron en favor de la propuesta de prohibición de extraditar colombianos, informó una radio local.

Según el texto de la nueva Constitución, que entrará en vigor el 5 de julio, "se prohíbe la extradición de colombianos por nacimiento".

El voto ratificó una decisión adoptada el 19 de junio por la asamblea.

La decisión eliminó una instancia utilizada al menos 40 veces desde 1984 contra colombianos acusados de narcotráfico que fueron enviados a los Estados Unidos para ser enjuiciados.

LP 30/6

01/05 9209296

La Mañana
5/7/91

El "revolcón" de Gaviria

Nueva Constitución rige desde medianoche el destino colombiano

COLOMBIA.- A partir de la medianoche de ayer, Colombia contará con una nueva Constitución al concluir los trabajos que comenzó el pasado 5 de febrero la Asamblea encargada de reformar la centenaria Carta Magna de 1886.

La nueva Constitución, el "revolcón" político que había anunciado el Presidente colombiano, César Gaviria, entrará en vigor oficialmente hoy y supondrá, entre otras cosas, la inmediata disolución del Congreso, elegido en marzo del pasado año.

Este fue, precisamente, uno de los "caballos de batalla" en la redacción de la nueva Carta Magna, ya que los congresistas estimaban que la Constituyente, elegida con menos de tres millones de votos, no tenía legitimidad ética para disolver un Congreso elegido por casi ocho millones de personas.

No obstante, la Constituyente logró imponer su criterio, se fijó un duro régimen de incompatibilidades para los Congresistas y se acordó que las nuevas elecciones para el Congreso se celebrarán el 27 de octubre.

A esta victoria de la Constituyente sobre el Congreso contribuyó el deseo generalizado en el país, reconocido por casi todos los partidos, de alterar sustancialmente el panorama político, cambiando no sólo las estructuras sino también a las personas.

Para ello, los propios Constituyentes se tuvieron que declarar incompatibles para concurrir a las próximas elecciones, pero no lograron aprobar un artículo de la ley de incompatibilidades que impedía participar en los comicios a quienes hubieran estado en el Congreso más de tres legislaturas.

El nuevo Congreso, que contará con medio centenar de miembros menos que el actual, tomará posesión el 1° de diciembre y, mientras, las facultades legislativas quedarán en poder de Gaviria y el denominado "congresito" integrado por un grupo de 36 representantes designados por los grupos políticos. ■

02 920929b

La Prensa
13/7/91

Colombia: cuestionan política antidroga

LP 13/7

Bogotá (UP) — Familiares de personas asesinadas en Colombia por el "Cartel de Medellín" advirtieron al presidente César Gaviria que las medidas que benefician a los traficantes de drogas dejan "dolorosos interrogantes" sobre la eficacia de la justicia.

En una carta firmada por familiares de las personas asesinadas por los traficantes de drogas sostienen que para que la paz en Colombia sea duradera "tiene que estar fundada en la justicia, en el sometimiento al orden jurídico y en la reparación al daño causado por el delito".

En una palabra, en la vigencia y aplicación plena de la ley sin discriminación ni complacencias".

En la misiva publicada en los diarios colombianos, se señala que si no se aplica la ley la paz "no dura y la justicia a medias se torna en farsa e ignominia, en nuevos factores de perturbación y discordia".

03

9209296

Jornal do Brasil
5/7/91

5-VII-91

JORNAL DO BRASIL

Colômbia levanta sítio em vigor desde 84

BOGOTÁ — O governo colombiano levantou ontem o estado de sítio em vigor desde 1º de maio de 1984, colocando o país na normalidade democrática para a entrada em vigor, hoje, da nova Constituição. As medidas de exceção foram decretadas quando o narcotráfico do Cartel de Medellín assassinou o ministro da Justiça Rodrigo Lara Bonilla, iniciando uma guerra contra o sistema de extradição de traficantes para os Estados Unidos.

O grupo Os Extraditáveis, braço armado do Cartel de Medellín, anunciou sua dissolução na quarta-feira, abrindo o caminho para o fim do estado de sítio. O ministro da Defesa, general Oscar Botero, fez um apelo à guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e da Frente de Libertação Nacional (FLN) para que cheguem a um acordo de paz com o governo nas negociações que se desenrolam na Venezuela.

Nos últimos 43 anos, o estado de exceção tem sido a regra na Colômbia, desde que foi decretado em 1948 após o assassinato do caudilho liberal Jorge Eliezer. Os colombianos desfrutam hoje, portanto, de raros momentos de normalidade democrática, facilitados pela presença na penitenciária de Envigado da cúpula do Cartel de Medellín.

Ontem mais quatro integrantes do Cartel se entregaram às autoridades. José Fernando Montoya, John Jairo Montoya, Juan Carlos Bedoya e Alfonso Munoz completam a cúpula de 12 dirigentes da organização que se comprometeram a se entregar. Escobar disse ontem ao jornal *El Colombiano* que está disposto a ficar preso o resto da vida se isso puder evitar um ataque americano contra a Colômbia. Ele disse que os EUA não podem exigir sua extradição porque não têm acusação contra ele. "Da última vez que fui àquele país, entrei legalmente e ninguém me prendeu. Só não voltei porque cancelaram meu visto", disse.

O padre Rafael Garcia-Herreros, que conseguiu fazer Escobar se entregar, fez ontem em carta aberta um convite ao diálogo dirigido ao ex-padre espanhol Manuel Perez, chefe máximo do Exército de Libertação Nacional. Herreros disse que quer conversar com Perez e deseja ler a Bíblia junto com ele.

Sidon, Líbano — Reuter

04

La Prensa 25/6/91

Dimitió el embajador colombiano en Suiza por la política antidrogas de Gaviria

LP 25/6

Bogotá (UP, Reuter, EFE y ANSA) — El embajador colombiano en Suiza, Enrique Parejo, renunció al cargo por su firme desacuerdo con la estrategia del presidente César Gaviria en la lucha contra los traficantes de drogas, confirmó un vocero del gobierno.

El vocero dijo que la carta de Parejo "está a disposición del presidente Gaviria", quien, según señalaron otras fuentes, se encargará de responder la misiva.

Parejo, quien también fue embajador en Hungría y fue herido gravemente el 12 de enero de 1987 por pistoleros del Cartel de Medellín cuando salía de su residencia en Budapest, dijo en un artículo publicado el domingo que las medidas que favorecen a los traficantes de drogas son "un sometimiento del Estado".

Según fuentes oficiales, el artículo publicado en el diario "El Espectador" provocó airadas reacciones en privado entre funcionarios del gobierno de Gaviria e incluso una fuente del Palacio Presidencial de Narino tildó de "desleal" al diplomático.

Una información periodística no precisó si el ex ministro de Justicia regresará a Colombia a pesar de las amenazas que pesan en su contra por los traficantes de drogas.

Parejo, quien fue ministro de Justicia durante dos años después del asesinato de su antecesor Rodrigo Lara Bonilla el 30 de abril de 1984 durante el gobierno del presidente Belisario Betancur, criticó sin atenuantes la estrategia antidrogas de Gaviria.

A raíz de las medidas presidenciales se entregaron 14 traficantes de cocaína para ser juzgados en Colombia con el beneficio de la reducción de la mitad de la condena si confiesa todos sus delitos y revela el monto de su fortuna, y la disminución de una tercera parte de la pena si no repatria el capital.

Rechazan acusaciones

Mientras, el ministro de Justicia colombiano rechazó acusaciones de que el gobierno negoció la entrega de Pablo Escobar.

En una entrevista publicada por "El Espectador", el ministro Jaime Giraldo Angel señaló que la entrega del jefe del "Cartel de Medellín" fue resultado de la política de sometimiento diseñada por el gobierno del presidente César Gaviria. Agregó que la rendición del narcotraficante se debió también a las garantías de seguridad que ofrecía la cárcel en la cual fue recluido Escobar.

"No es negociar sino ofrecer las condiciones de seguridad que se necesiten durante la entrega y la reclusión", aseguró el ministro en respuesta a versiones publicadas en la prensa extranjera que señalaban que el gobierno de Gaviria había llegado a un acuerdo con Escobar.

Sin represalias

Asimismo, el gobierno colombiano considera "imposible una represalia" económica o militar por parte de los Estados Unidos por la política que permitió la entrega del narcotraficante.

Por su parte, Estados Unidos hizo saber que aunque existe "escepticismo" sobre la justicia colombiana, la entrega de Escobar Gaviria es un "paso positivo" en la lucha contra el narcotráfico.

Los pronunciamientos de los dos gobiernos se produjeron separadamente pero casi en forma simultánea, por parte de un alto funcionario colombiano y del embajador estadounidense, Thomas Mcnamara.

Mientras el funcionario colombiano, que pidió no ser identificado, explicó las diferencias entre las penas de la justicia de uno y otro país, el embajador Mcnamara señaló las dudas que hay en su país sobre una eventual condena drástica a Escobar Gaviria, quien fuera el jefe del "Cartel de Medellín".

05/05 920939

[illegible]GUAY NUNCA FUE PARAISO

Cifras Demoledoras lo Indican con Claridad

De los 560.000 millones de [illegible] ...so [illegible] ...un te- [illegible] ...mente, los [illegible] ...cuando el [illegible] ...estaba pre-[illegible]ando para afrontar los alcances y ramificaciones de estas organizaciones delictivas.

En la edición del pasado domingo se entendió necesario recordar a la opinión pública que Estados Unidos pudo desarticular las dos redes más importantes de lavadores de narcodólares, luego de que en Uruguay se detuvieran a los cerebros Raúl Vivas y Ramón Puente Patiño, argentino y cubano, respectivamente.

Vivas era el ideólogo del operativo denominado "Polar Cap" (Cabo Polar) dedicado a legitimar dichos instrumentos monetarios mediante la venta y embarque de cargamentos de oro, muchos de ellos falsos.

Hoy, avanzaremos un poco más en esta investigación periodística y daremos los nombres completos de los demás integrantes de "Polar Cap", es decir la organización trasnacional dedicada a organizar transacciones financieras con el objeto de fomentar el tráfico de estupefacientes y de ocultar el origen y ubicación de los fondos producidos por su comercialización.

Los miembros de la conspiración que secundaban a Vivas, la gran mayoría de ellos ya procesados, son **Wanis Kovomejian** (a) Joseph o (a) Abu Simón; Sergio Hochman; Richard Ferris; Carlos [illegible] Ronel Refining; [illegible] Kouyoujián; Simón Kouyoujián; **Agop Kouyoujián**; Dhanes Khawaloujian; Salim Chaloub; Rita Sorfazián; Dalia Avakian; **Avedis Khawaloujián** (a) Avo; **Jimmy Contreras**; Pedro Fuentes (a) Pepe; Eduardo Ortiz (a) Eddie; Manouk Herair Demirjián y Hamayak Atayán. Como se sabe Paul Vivas fue condenado por la justifica de Los Angeles a 505 años de prisión.

"LA EMPRESA"

Apenas dos años después de la detención **de Vivas en Uruguay**, también en nuestro principal balneario, Punta del Este, es apresado el cubano Ramón Puente Patiño o José Lezcano Patiño (El Viejo) merced a un espectacular operativo montado en conjunto a la policía española.

La aprehensión del tesorero de la Empresa, considerado el Zar de la Droga, posibilitó al juez español Baltasar Garzón abrir el libro de la corrupción argentina y conmover al mundo entero, confirmando las primeras informaciones aportadas por el "arrepentido Andy", el narcotraficante **Andrés Ignacio de la Cruz Iglesias**, cuyas declaraciones (al principio) se parecían más a intrigas palaciegas que a otra cosa.

Cuando el cubano declaró en dependencias de la Dirección de Información e Inteligencia en Uruguay, la Argentina tembló. La primera cortina de humo fue lanzada en París: "Uruguay es un paraíso fiscal para lavar narcodólares. Muchos lo creyeron, sin embargo días después la entonces directora de audiencias privadas del presidente argentino Carlos Menem, y encima su cuñada, Amira Yoma tenía que [illegible] por Tribunales. La siguieron su mando, **Ibrahim al Ibrahim** (director del aeropuerto bonaerense de Ezeiza, el **subsecretario de Recursos Hídricos, Mario Caserta** y varios personajes vinculados al gobierno que aún siguen bajo sospecha. Sin olvidar el procesamiento de la jueza Servini de Cubría.

Ahora se pide el procesamiento, también, de Alejandro Guido Candá del cual se llegó a la conclusión de que no era un miembro más de "La Empresa", sino que integraba un triunvirato de mando, junto al prófugo **Mario Anello** (éste si lavó en Uruguay 50 millones de dólares) y el cubano detenido en Punta del Este, Ramón Puente Patiño.

Lo que resulta llamativo, y es bueno reflexionar sobre ello, es que ningún ciudadano uruguayo de nombre rimbombante suena en los expedientes españoles y estadounidenses por su presunta vinculación con las dos gigantescas maquinas de lavar narcodólares (la "Polar Cap" y "La Empresa") ¿o es que acaso seremos tan inteligentes? No obstante ello, cuando se profundizan en las investigaciones siempre aparece Uruguay.

Es sano también recordar que tras las detenciones de los cabecillas en nuestro país, los jueces de turno del departamento de Maldonado levantaron el secreto bancario en las cuentas bajo sospecha y las mismas fueron congeladas de inmediato sin ninguna alharaca. Estados Unidos tuvo que reconocer, vía diplomática, la brillante gestión policial y la "transparencia jurídica" en los procedimientos utilizados.

En la primera entrega de este informe mencionamos algunos métodos utilizados por las organizaciones para transformar las inmensas cantidades de dinero en metálico en otros activos, bienes o servicios. Así por ejemplo se mencionó el sistema de **Contrabando de Divisas**; el **Pitufeo** o "Smurfing" y el de **Empresas Tapaderas o Empresas Fantasmas**. Tal como se dijo, este último es el método utilizado por los argentinos para lavar, o mejor dicho proceder al último enjuague en Uruguay de los dólares que vuel[illegible] manos de los traficantes colombianos.

Nos referiremos ahora al método conocido por el nombre de **Cambios de Divisas**. Esta operativa, por sus misma naturaleza, requiere grandes movimientos de dinero en efectivo.

Con frecuencia estas operaciones están poco reglamentadas y no se exige gran detalle en los registros de las transacciones de dinero. El blanqueador de fondos suele comprar cheques bancarios en moneda extranjera, que ingresa en una cuenta extranjera o que utiliza para pagar bienes y servicios en el extranjero. La oficina de cambio puede igualmente girar los fondos a cualquier lugar que solicite el blanqueador de fondos.

A través de las **Agencias de Corretaje** se puede blanquear fondos de manera muy sencilla. Con la cooperación del corredor se utiliza el dinero para comprar acciones o [illegible] que se pueden registrar a nombre de cualquier persona o de una empresa tapadera. Los títulos al portador no se registran. Las normas por que se rige el mercado de valores y el corretaje varían según los países, por lo que en algunos resulta más fácil blanquear dinero a través de las agencias de corretaje que en otros.

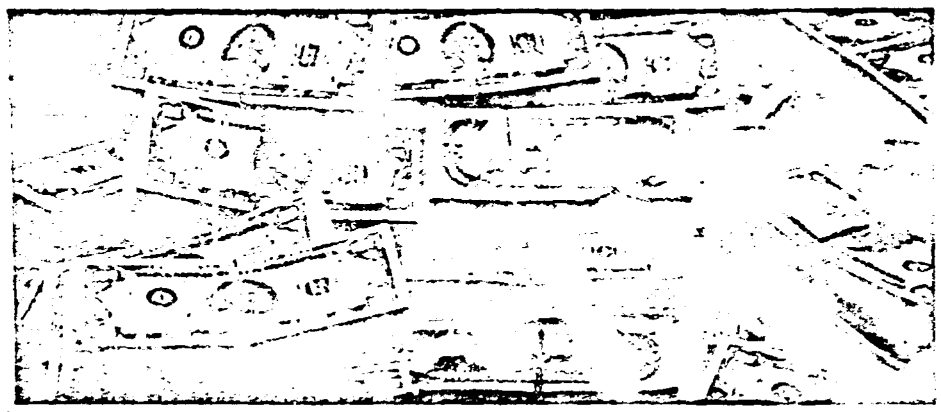
No obstante, incluso en los países en donde la legislación es más estricta, el corredor de bolsa sin escrúpulos puede facilitar el blanquedo de dinero.

Asimismo, se puede recurrir a otro método más complejo, que consista en la manipulación de valores. Para ello se necesita al menos dos personas o entidades; el blanqueador puede contratar a otras personas o bien crear compañías tapaderas, y situarlas en posiciones opuestas con respecto a los valores de la misma empresa. A continuación se retienen acciones en el país en el que se encuentra físicamente el dinero, y una cantidad equivalente de acciones en el país al que el blanqueador quiere enviar el dinero. Si la empresa es lo suficientemente pequeña o si la cantidad de dinero por blanquear es lo suficientemente grande, los blanqueadores podrán hacer subir o bajar a voluntad la cotización de la acción. Para sacar el dinero del país, el precio tiene que bajar; el accionista "pierde" dinero vendiendo el título, pero en la misma operación se "gana" dinero al otro lado de la transacción. El importe del beneficio es el importe del dinero blanqueado.

PARTES POCO LEGIBLES

01/02

DE "LAVADORES"



Todos los métodos utilizados por los grandes blanqueadores del mundo han sido an[illegible]lizados por servicios de inteligencia de nuestro país 9209297

FACTURAS FALSAS O HINCHADAS

Para [illegible] este método el blanqu[illegible] compra o crea una empresa en el país en el que se está produciendo el dinero y otra en el país en el que se quiere invertirlo. Como paso inmediato el blanqueador hace un pedido de bienes o servicios a la empresa a la que quiere enviar el dinero. Para ello tiene dos opciones: 1) sobreestimar el valor de los bienes o servicios pedidos, en cuyo caso la cantidad excedente corresponde al dinero blanqueado o 2) enviar facturas falsas, con lo cual el pago entero corresponde a la cantidad del dinero blanqueado.

La ventaja de la primera posibilidad es que la dificultad de detección es mucho mayor. El importe del gesto representado en la factura falsa o hinchada aparece como un gasto dedu[illegible] [illegible]mpresa compra[illegible].

EL LAVADO CON APUESTAS

Los blanqueadores también recurren con frecuencia a los centros de juego. Una vez en el Casino, compran grandes cantidades de fichas o abren una cuenta para las apuestas que pretenden hacer. Después de pasar algún tiempo en el Casino sin haber jugado, o haciéndolo poco, recuperan las fichas o cierran las cuentas pidiendo cheques a sus nombres o a nombres de terceros, que ingres[illegible] [illegible] sus cuentas. Si alguie[illegible] [illegible] interesa por saber el origen del dinero, dirán que se trata de ganancias del juego.

Una variante de este método consiste en alegar ganancias en las carreras de caballos conseguidas directamente o a través de un corredor de apuestas. El corredor de apuestas, mediante pago o comisión, puede registrar en sus libros apuestas inexistentes para dar fe de las supuestas ganancias. El hecho de ir a las carreras sin apostar o apostando pequeñas cantidades, y alegar haber conseguido grandes ganancias es más difícil en unos países que en otros, porque en algunos se exige, a efectos fiscales, que los ganadores de grandes sumas se den a conocer. 002/2

Para finalizar este informe cabe destacar que en algunos países existen sistemas bancarios clandestinos o paralelos que se conocen bajo distintos nombres, tales como sistemas Choo, Hundi o Hawalla. En la práctica todos funcionan de la misma manera. Se basan en la confianza y m[illegible] familiares. El blanqueador debe entregar los fondos a un banquero clandestino; éste comunicará la recepción de los fondos a su socio del país receptor y entregará al depositante un recibo especial, tal como un billete de banco partido por la mitad, o una marca o un cuño especial. El depositante deberá presentar el recibo en el país receptor para recoger el dinero, al que se le habrá restado la comisión de los banqueros clandestinos, que le será entregado en la divisa del país.

Las operativas descriptas para lavar narcodólares son quizá las más importantes, empero los servicios de [illegible]eligencia uruguayos cuentan con material realmente sorprendente como para combatir a semejantes organizaciones y cuenta, además, con el meno[illegible] grado de corrupción a niv[illegible] policial de toda América La[illegible]na, que no es poca cosa. C[illegible]

La llegada de la droga del suicidio

BOGOTA (EFE).– La policía antinarcóticos halló y destruyó 2000 hectáreas de cultivos de amapolas opiáceas –materia de base para la elaboración de heroína– en el occidente colombiano.

• • •

Los narcotraficantes colombianos están realizando una transformación en escala para ganar el mercado de los opiatos, que históricamente estaba en poder de las organizaciones mafiosas del llamado "triángulo de oro" conformado por Thailandia, Laos y Birmania.

En realidad, los expertos mundiales aguardan desde hace tiempo esa transformación. Es que el consumo mundial creciente de la cocaína –un estimulante nervioso– demandaría fatalmente, en cierto momento de la adicción en escala, la necesidad de drogas de efecto contrario.

Los opiatos, en particular la heroína, son ahora la nueva amenaza del narcotráfico. Se incluyen en un grupo de drogas que, en su mayoría, provienen de la resina extraída de la semilla de la amapola. Entre ellas se cuentan el opio, la morfina, la codeína y la heroína, esta última llamada –por sus efectos– la "droga del suicidio".

En América del Sur, el antecedente oficial más lejano en materia de opiatos es de 1972, cuando se detectaron en Colombia pequeños cultivos de adormidera. Pero las 2000 hectáreas halladas ahora hubiesen producido 13.000 kilos de pasta de opio o látex. Una vez tratados, los 13.000 kilos se hubieran reducido a 1300 de heroína, valuados en el mercado norteamericano en 200 millones de dólares.

La amapola opiácea es capaz de dar dos cosechas al año y una hectarea del cultivo produce aproximadamente 8 kilos de látex. En Colombia, una hectárea de maíz o de fríjol deja al campesino un rendimiento de 1500 dólares anuales, una de coca 7500 y una de amapola 25.000 dólares.

Así, a lo largo de la cordillera occidental colombiana –especialmente en los departamentos de Huila, Valle, Tolima, Nariño, Cauca y Chocó– los cultivos de amapola se están multiplicando. Disimulados en la selva, son prácticamente indetectables desde el aire.

Los viejos carteles colombianos de la droga –dominantes en el mercado mundial de la cocaína– están ahora transformando sus laboratorios, haciéndolos más pequeños y más difíciles de advertir.

Es que para convertir el látex en heroína no se necesitan grandes cantidades de precursores químicos, ni un tráfico en volúmenes llamativos, como sucede con la cocaína.

Para los narcotraficantes de Colombia esta nueva faceta de su actividad es, por el momento, casi monopólica en el continente. Pero no lo será por mucho tiempo.

Enrique Comellas

9209298

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA La República

FECHA 23/12/91

VINCULACIONES 11176 ✓
11227 ✓
11560 ✓
66723 ✓
11366 ✓
1512 ✓

Un asunto "top secret"

"Lavado" de dólares del narcotráfico extiende sus tentáculos al terrorismo

■ El lavado de dólares del narcotráfico sigue siendo principal preocupación mundial y según parece los movimientos son mayores cada día en el Cono Sur, donde los cuatro países de la sub-zona, Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, denotan un trasiego de volúmenes millonarios sin que, por lo menos hasta ahora, resulten eficaces los mecanismos de contralor policial. En el caso de Paraguay, prácticamente no existen disposiciones legales que permitan a su vez aplicar sanciones a los infractores y donde el secreto bancario se mantiene rígidamente.

Una reciente teleconferencia sobre "Mecanismos fiancieros para el lavado de dinero", realizada desde Washington a Buenos Aires, Asunción y Montevideo, permitió relevar el interés conque el gobierno de EEUU se mantiene vigilante y sigue con atención el desarrollo de todas las operaciones financieras, "ahora que Suiza ha dejado de lado el secreto bancario y no quiere asumir los depósitos cuyos clientes no estén debidamente identificados". Los expertos norteamericanos Scott MacDonald y Bruce Zagaris, realizaron exposiciones sobre el tema y respondieron todas las interrogantes planteadas.

En el caso paraguayo, tuvo especial destaque la presencia como panelistas del presidente del Banco Central, José Pérez y del subsecretario del Tesoro del Ministerio de Hacienda, doctor Celso Romero y el director de la Dinar -Dirección de Narcóticos- Fulvio Aldama.



El flagelo de la droga (en la foto cápsulas de cocaína) adquiere candente vigencia en virtud de la vinculación del "lavado" de narcodólares con el terrorismo.

La policía guaraní reconoció que no está debidamente capacitada para controlar la venta de dólares, a la vez que confirmó la sospecha de que algunos introdujeron narcodólares en forma clandestina y que "eso ha contribuido a mantener relativamente bajo el cambio en el país cuando han bajado notoriamente las exportaciones".

CONEXION CON EL TERRORISMO

Los expertos del gobierno de los Estados Unidos y los panelistas de los tres países, coincidieron en que "existe una concreta asociación entre los narcotraficantes y los terroristas y que ambos pueden subvertir el órden interno" de cada nación.

01/01 9209299

SECRETO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
021155/OCT/1992
(i)

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 33/92

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Informacion acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DEL DPTO. II(INF) E.M.E.

COPIA 2: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 4: SR. 2do.COMANDANTE DE LA D.E. I.

COPIA 5: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

EL SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D. G. I. D.

Coronel Hector H. Lluis

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 05 OCT. 1992
Pase a Archivo
Nº de Orden - 920930

SECRETO

001 | 02

MORALES RABELA, Zully María

C.I. 4.069.970-2

C.C. CIA 13.536

MORALES RAMOS, Santiago

C.I.

RABELA POMBO, Zulma Esther

C.I. 3.454.248-4

MORALES RABELA, Elida Esther.

FERRANDO LUZARDO, Luis Isidro

C.I. 3.114.660-9

C.C. CIA 12.558

MYSZKA SINASTYK, María Florentina

C.I. 1.221.426-3

C.C. AUA ó AVA 14.253

-9209302

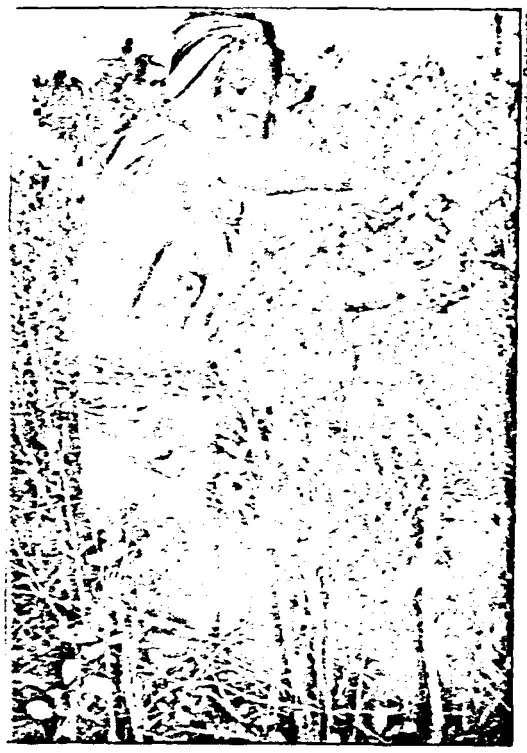
[illegible] 002 -02

PARTES POCO LEGIBLES.

Visión 23/10/91

Sobreproducción cocalera

Creciente violencia por la caída de los precios: Perú



El cultivo de coca: una polémica sin fin

Lima

La caída de los precios de la hoja, por la sobreproducción cocalera, estaría generando un nuevo tipo de violencia en el Alto Huallaga: la interna.

Antes de la crisis cocalera, una familia campesina podía vivir con el cultivo de una hectárea de coca. "Actualmente una familia para subsistir requiere de tres a seis hectáreas de coca", declaró a *Visión* el experto Iban de Rementeria, agregando que "esta situación de crisis ha llegado al punto en el que están surgiendo conflictos por la tenencia de tierras".

Hacia fines de 1983 comenzaron a establecerse columnas senderistas en el valle del Huallaga. Hasta ese momento la policía antidrogas sólo se encargaba de la represión antinarcótica. Sendero, a sus anchas, se fortaleció a tal punto que en septiembre de 1984, el gobierno de Fernando Belaúnde Terry tuvo que declarar zona de emergencia al valle del Huallaga y enviar militares al área.

A partir de la fecha surgió un pacto entre cocaleros y Sendero. Este daba protección armada a los narcotraficantes colombianos a cambio de un cupo en dinero o armas.

Un promedio de diez avionetas colombianas aterrizaban semanalmente en el Huallaga y Sendero llegó a cobrar cupos de hasta 15 mil dólares. El kilo de hojas se llegó a cotizar hasta en cuatro dólares y la pasta básica de coca (PBC) a un promedio de 1.500 dólares el kilo.

FUERZA LABORAL

Hoy la sobreproducción ha motivado la caída de los precios. Actualmente en el Huallaga sólo se paga 1,8 dólares por kilo de hojas y 700 dólares por kilo de PBC.

Según los estimados, todo indicaría que éste sería el momento adecuado para iniciar la llamada erradicación —sustitución— de cultivos. Sin embargo, a pesar de los bajos precios de la agricultura ilegal, la ganancia que se obtiene con la coca supera en un 40 por ciento a lo que se pudiera obtener con cultivos lícitos como el café, cacao o achiote. La razón es que con la coca se tiene asegurado el sistema de comercialización.

Nadie sabe con exactitud el número de hectáreas que hay sembradas con coca. La Oficina Nacional de Recursos Naturales estimó en 1990 que dicha cantidad bordearía alrededor de las 300 mil hectáreas. Aunque ésta debiera ser la fuente más fidedigna, es la menos precisa.

Tampoco se ha logrado medir la producción anual de hojas de coca. Una hectárea sin fertilizantes produce 700 kilos de hojas, mientras que con ellos y dependiendo de la fertilidad de la tierra, se pueden obtener hasta dos mil kilos. Para facilitar cálculos, se estima anualmente por hectárea una tonelada de hojas de coca. En consecuencia, la producción nacional sería de 200 mil toneladas, el 60 por ciento de la producción mundial.



Incansable combate de las autoridades

El tema ahora en debate es la erradicación de los cultivos ilegales y el cambio de los mismos por legales. Las experiencias que se han obtenido no son alentadoras. Desde 1983 a la fecha, financiado por la Agencia Internacional para el Desarrollo (AID) y ejecutado por el ministerio del Interior, el proyecto Control y Reducción del Cultivo de la Coca en el Alto Huallaga (CORAH) sólo ha logrado erradicar 18 mil hectáreas de cocales. Sin embargo, esta cifra no es significativa. Los campesinos aceptaban los 300 dólares por hectárea sustituida y luego se trasladaban a otra zona para continuar con la agricultura ilícita. En consecuencia, más de 700 mil hectáreas de selva han sido deforestadas.

En el reciente viaje del presidente Alberto Fujimori a Washington, pudo convencer a su colega George Bush de que "el que gane a los 200 mil campesinos cocaleros peruanos, gana la guerra". Fujimori sostuvo que el eslabón más débil de la cadena del narcotráfico era, precisamente, el de los campesinos cocaleros y centrar la estrategia general aquí resultaría mucho más eficaz y menos costosa que concentrarla sólo en combatir al narcotráfico en Estados Unidos.

ESTRATEGIAS

Bush admitió que el planteamiento de Fujimori era muy interesante y ordenó a su secretario de Estado, James Baker, revisar la política antidrogas, primero al interior del gobierno estadounidense y luego con el Perú.

Sin embargo, ante estos nuevos avances políticos, no queda claro con que tipo de cultivos "rentables" se reemplazarán los cocales, ni del desarrollo necesario que requieren estas zonas cocaleras para facilitar las vías de comercialización de estos productos. Hay que tener en cuenta que el campesino cocalero no cree en la llamada "sustitución rentable", y el clima de desconcierto sumado a la violencia, más la presencia de Sendero Luminoso y del Movimiento Revolucionario Tupac Amaru, podrían, en caso de iniciar una estrategia represiva antes que el desarrollo alternativo, levantar a los campesinos cocaleros en armas, enrolándose en las filas subversivas. ■

Verónica Sáenz

01/01 92 09303

Aunque los "narcos" se desplacen

Habla a *Visión* el Jefe de la Policía de Colombia

Santa Fe de Bogotá

Detrás de una de las guerras más devastadoras para la humanidad hay un hombre que lleva más de cuatro años luchando contra el narcotráfico y el narcoterrorismo que han causado en Colombia, su patria, más de 20 mil muertos en los últimos cinco años. El general de policía, Miguel Antonio Gómez Padilla, fue, primero como comandante de la División Antinarcóticos y ahora como director de la Policía Nacional, el cerebro de las que parecen interminables batallas contra poderosas organizaciones internacionales delictivas dedicadas a la siembra, elaboración y comercialización de la cocaína y otros estupefacientes.

Durante la llamada Reunión Cumbre Cartagena I, que se llevó a cabo hace dos años, el general Gómez Padilla jugó un papel destacado en la elaboración de las políticas que se desarrollarían para combatir el narcotráfico.

Visión: ¿Cuáles han sido los logros en la lucha antinarcóticos?
El gobierno colombiano ha fijado con precisión su política en relación con el combate al narcotráfico y realmente son muchos los avances y resultados positivos. Las estadísticas revelan que Colombia mantiene su liderazgo en el decomiso de cocaína y marihuana, en la destrucción e inutilización de pistas de aterrizaje, en la captura de naves y aeronaves, lo mismo que de laboratorios.

Visión: ¿Pero esto puede interpretarse como un hecho que demuestra que el narcotráfico en Colombia continúa en aumento?
Lo que sucede es que si miramos los resultados de esta lucha, podemos apreciar que la producción de droga ha disminuido en territorio colombiano, pero se mantienen las rutas y Colombia es utilizada como país puente para la comercialización y transporte de la droga.

Visión: ¿Colombia sigue siendo el principal productor y comercializador de cocaína?
Para mí esa ya es una afirmación histórica. No lo es como productor en sí, sino como comercializador de la droga. Con la acción fuerte del gobierno colombiano en la destrucción de laboratorios e insumos químicos, los laboratorios se están desplazando a países limítrofes en donde el cultivo del arbusto y la calidad de la hoja son mejores.

Visión: ¿Pero cómo es el actual comportamiento de la demanda de cocaína?
La demanda de cocaína y marihuana mantiene sus niveles de exigencia en relación con los años anteriores. Lo que ha disminuido, aparentemente, es el número de drogadictos.

Visión: ¿Esa demanda ha neutralizado la lucha contra la producción?
La producción de la droga está siendo controlada. Las políticas del gobierno colombiano, los planes aplicados, nos indican que hoy hay un mayor control sobre lo que es la producción, el transporte así como la comercialización de la droga.



"Colombia mantiene su liderazgo en el decomiso de cocaína y marihuana"

Visión: ¿Cuál es, entonces, la situación de la lucha antinarcóticos en Colombia?
Como le decía, la presión del gobierno colombiano sobre los cultivadores, productores y comercializadores de la droga y de los insumos, es de tal magnitud que ha obligado a éstos a desplazar sus laboratorios a otras latitudes.

Visión: Las naciones industrializadas, de donde provienen los químicos, han sido acusadas con mayor frecuencia de tener controles débiles sobre sus exportaciones. ¿Existe ahora una mayor vigilancia?
Tenemos en estos momentos evidencias de que los productores de los insumos químicos finales que se utilizan en la cocaína han afinado sus controles y están evitando el contrabando. Muchos países, entre ellos Estados Unidos, establecieron una legislación sumamente rígida sobre el control de químicos y podemos afirmar que nos están ayudando mucho en esta lucha.

Visión: Existe una polémica sobre la realidad del cártel de narcotraficantes de Medellín, pues mientras se sostiene que con la detención de sus jefes dejó de operar, también se asegura que mantiene su comercio ilegal de narcóticos.
Es evidente que hay un control del llamado narcoterrorismo, pero lo que no podemos afirmar es que haya disminuido la capacidad de producción de drogas en ninguno de los cárteles.

Visión: ¿Significa esto que sigue operando el cártel de Medellín?
Yo diría que el aparente vacío que fue dejado por algunas personas, no tardó en ser cubierto por otras.

Visión: ¿Cuál cree usted que es la solución para vencer al narcotráfico?
Los países vienen estudiando diferentes soluciones que en algunas latitudes han dado resultado y en otras están en vías de experimentación. Varias naciones han iniciado programas serios para evitar el consumo de drogas en su población.

Visión: ¿Se incluye la fórmula de permitir un consumo controlado?
Algunos países estudian fórmulas con la que habla de la dosis mínima, pero hasta el momento no se ha encontrado

América Latina

una fórmula eficaz para contrarrestar la demanda y el consumo.

Visión: ¿Mantiene vigencia la tesis de desestimular la producción mediante una producción controlada de la cocaína para que sus precios sean tan bajos que no logren llamar la atención de los comercializadores?
Es la consideración de que la droga existe como una forma de oferta y demanda, dejando de un lado los problemas éticos de su consumo.

Visión: Pero ahora en Colombia se está dando el paso de la producción de la cocaína al de la siembra de la amapola, de donde se obtiene la heroína.
Hemos encontrado que ha crecido el cultivo de amapola en territorio colombiano. Esto se debe en gran parte al valor del producto derivado, en relación con el de la cocaína.

Visión: ¿Esa misma situación se está dando en otras naciones latinoamericanas?
Hay unas naciones que tienen experiencia en su procesamiento. Pero muy poca a nivel de laboratorios.

Visión: ¿Usted cree que se podrá erradicar en Colombia la siembra de amapola?
Estamos en capacidad de hacerlo mediante los procedimientos que establece el Consejo Nacional de Estupefacientes, mediante fumigación o erradicación manual, que es más demorada.

Visión: Algunas naciones como Brasil se muestran contrarias al empleo de las fuerzas militares en la lucha antinarcóticos, debido a la posibilidad de que sean objetivos para la corrupción.
En Colombia las fuerzas militares participan en la lucha antinarcóticos, pero los militares colombianos son moralmente fuertes y no veo que esa forma se haya dado, como posiblemente se dé o se esté dando en otros países.

Visión: ¿Colombia está proporcionando asesoría a otras naciones en la lucha antinarcóticos?
Es frecuente que policías de otros países vengan a conocer nuestra infraestructura y a recibir nuestra experiencia, así como nosotros lo hacemos con otros países.

Visión: ¿Esa lucha se ha tecnificado más en los últimos años?
Desde luego, esta forma criminal ha obligado a perfeccionarse, adquirir nuevos equipos y de allí los resultados que mostramos. ■

Alberto Rojas-Morales

Narcotráfico: el negocio de los

* Japón es para los narcos el nuevo mercado
* Latinoamérica no sería el centro del lavado de narcodólares
* Para el Grupo de los Siete, los países más industrializados del mundo, el narcotráfico maneja cerca de 800 mil millones de dólares

por César Barrios

■ El problema del tráfico de drogas a nivel mundial ha ido teniendo un destaque especial para la prensa y la preocupación de algunos sectores sociales de la población latinoamericana en especial cuando se habla de producción de drogas o el lavado de dinero.

El presente informe tiende a analizar cuál es el mapa mundial de uno de los negocios más rentables del planeta.

UN QUILO DE COCAINA PARA CONSUMO REQUIERE

	quilos
Cocaína pura	0,7
Base	0,8
Pasta	1,9
Hoja	190,0
Tierra (ha)	0,1

EXPORTADORES Y CONSUMIDORES

Cuando llega el momento de analizar la situación de los exportadores y quiénes son los consumidores, las cifras de producción y consumo de ambas partes se encuentran distorsionadas, muchas veces por darle una manipulación política al tema. Por un lado los gobiernos de los países consumidores intentan demostrar que los esfuerzos por detener el consumo son exitosos, y los países productores aprovechan la lucha contra la producción, ya que de esa manera reciben más recursos financieros.

PRECIOS US$ POR QUILO

	Estimación mínima	Estimación máxima	Promedio
Al por menor (1)	80.000	100.000	90.000
Al por mayor (2)	9.000	12.000	11.000
Pasta	250	1.500	875
Hoja	1,20	3,00	2,10

(1) 65% de pureza, EUA. (2) Pura, EUA.

Las políticas de información desarrolladas por Bolivia, Perú y Colombia son variables y pasan por inflar los cálculos (para recibir mayor apoyo económico) o no dar mayor información debido a que los narcodólares tienen un fuerte peso en la economía nacional. Por otra parte el gran consumidor (los Estados Unidos) tiene como tendencia minimizar su consumo interno con cifras que no siempre son precisas entre los diferentes departamentos rivales que se encargan del tema. En el caso de la cocaína los datos de "importación" brindada varían de 450 toneladas a las 1200.

Los cambios de comportamiento de los consumidores ha llevado a que en la década de los 70 el consumo se volcara a la marihuana, en los 80 a la cocaína, con una tendencia a comienzo de los 90 hacia la heroína, denominada su producción (por el momento) por los asiáticos. Sin duda la cocaína es hoy día la "reina" del mercado y una de las mayores preocupaciones de la DEA (Drug Enforcement Agency), principal cuerpo antidrogas de los Estados Unidos.



Bolivia y Perú son los principales países productores de coca.

LA REPUBLICA
21-3-92

DE LA TIERRA AL MERCADO

Si bien en este tema los datos de producción y precios son más que variables, existe una suficiente información para conocer la dierencia entre lo que recibe un productor y a cuánto llega el producto a la calle.

Los principales productores de la hoja de coca en Latinoamérica son Perú y Bolivia, *seguidos por Colombia, y en menor proporción* Brasil y Ecuador.

PRODUCCION: PERU		
Cocales (miles de hás)	**Estimación mínima**	**Estimación máxima**
Total	**100**	**200**
Para uso local	-10	-10
Neto para cocaina	90	190
Hoja (000t)	153	323
Pasta (t) **bruto**	**1.530**	**3.230**
Secuestros	**-3**	**-3**
Pasta (t) neto	**1.527**	**3.227**

El área cultivada en Perú se estima entre 100.000 y 200.000 hectáreas. Bolivia entre 60.000 y 100.000 hectáreas, Colombia entre 20.000 y 40.000 hectáreas y sin datos concretos en Brasil y Ecuador. Si tomamos en cuenta que se reserva para la demanda denominada "tradicional" (uso medicinal) entre un 10 y un 15% del total de la producción, nos daría para los países mencionados un resultado de 260.000 a 530.000 toneladas de hojas de coca, aunque vale aclarar que estos datos son parciales al no conocerse detalles de áreas no tradicionales de cultivo a la incorporación de tierras en Ecuador o las variedades de cultivo o la incorporación de tierras en Ecuador o las variedades experimentadas en Brasil. Con respecto a este país vecino al nuestro, hay que aclarar que un informe del Congreso de Brasil reveló que en un total de 146 millones de habitantes, hay cinco millones de brasileños que son cocainómnos, suponiéndose que gran parte de la cocaína consumida es de producción interna.

Pero alreddedor de la industria de la droga se mueven otros factores que la llevan a convertirse, junto al tráfico de armas, en el negocio más rentable del mundo.

COLOMBIA: VALOR (US$m)		
	Estimación mínima	**Estimación máxima**
Ingresos de exportación	**11.136**	**25.098**
EUA	7.216	16.258
Europa y Asia (1)	3.920	8.840
Costos industriales (2)	**3.975**	**10.285**
Pasta	2.076	4.505
(importada)	(1.840)	(3.972)
Otros insumos	1.899	5.780
Saldo	**7.161**	**14.813**

(1) A U$S40.000/Kg.
(2) Máximo basado en el precio local de la cocaina.

El procesamiento de la hoja de coca, implica sin duda para la industria química y de derivados de petróleo, ganancias fabulosas, llegándose a vincular al narcotráfico a importantes empresas a nivel mundial, que llegan a obtener cerca e U$S 800 millones, por vender sus productos a quienes se encargan de esta etapa en el proceso.

Lo primero que se realiza con solventes en este proceso, es la preparación de la denominada pasta de coca, obteniéndose por 100 quilos de hoja, 1 quilo de pasta.

MERCADO DE EUA: VOLUMEN		
	Estimación mínima	**Estimación máxima**
Cocaína importada (t)[1]	**656**	**1.478**
Equivalente para consumo (t)[2]		
Bruto	1.009	2.274
Secuestros	-82	-82
Neto	927	2.192

[1] Colombia sola. [2] 65% de pureza.

El cálculo de producción de pasta da para la totalidad de los países latinoamericanos involucrados entre 2600 y 5400 toneladas. En una segunda etapa, aumenta la cantidad de productos químicos, obteniéndose por cada 2,5 quilos de pasta, 1 quilo de base, posteriormente se pasa a la cocaína pura y antes de que el producto llegue a los consumidores se diluye, alcanzándose generalmente una pureza del 65%.

Dos puntos importantes a destacar son: 1) De una producción neta de pasta de 2600 a 5400 toneladas, entre los diferentes pasos anunciados y los secuestros de mercadería realizados por la policía, lleva a que llegue a las calles entre 900 y 2000 toneladas. 2) Hay países que realizan algunas etapas el proceso y otros un proceso completo, o sea cocaína pura. En este segundo caso se encuentra Bolivia, mientras que Perú y Colombia producen la pasta y la trasladan a los países del norte, con métodos muchas veces curiosos. Se podrá recordar casos de sombreros típicos o bases de zapatos hechos con pasta, que se intentaron introducir en los Estados Unidos.

Como en todo negocio, la diferencia entre el precio para quien cultiva la materia prima y el precio final del producto, es algo abismal.

El mercado de la cocaína tiene un sistema por demás complejo, pero sumamente perfecto faltándole únicamente cotizar en la Bolsa, para hacer las delicias de los especuladores. Es que aquí, millones de dólares se pueden perder en una captura policial o la guerra entre "carteles" puede hacer subir los precios o bajarlos. Según datos aportados por las autoridades de diferentes países los precios por quilo de hojas de coca varían entre U$S 1,20 a U$S 3 por quilo. Para la *pasta* los precios van de U$S 250 a U$S 1500 por quilo, no teniéndose datos del precio de la base.

MERCADO EUA: VALOR (US$m)		
	Estimación mínima	**Estimación máxima**
Ingresos del consumo (1)	**83.340**	**197.280**
Costo de la cocaina pura (1)	-7.216	-16.258
Saldo en EUA	**76.214**	**181.022**

(1) A precio promedio.

Para la cocaína ya procesada los precios tienen diversas variantes. Como en cualquier mercado existe una cotización al por mayor o al por menor. Tambié[illegible] lo que se envía desde Sudamérica a los Estados Unidos o Europa y el Lejano Oriente, varía de acuerdo a la cantidad.

Para embarques menores de 10 quilogramos los precios van de U$S 14.000 a U$S 17.000 por quilo, bajando U$S 5.000 para embarques mayores. Ahora, todo cambia si el destino es Europa o más el Lejano Oriente donde se cotiza el envío a U$S 40.000 el quilo.

La otra historia es la de la venta al por menor. En los Estados Unidos, en la calle, los precios varía entre U$S 80.000 y U$S 100.000 por quilo, cerca de un mil por ciento más, tras la salida del país de origen

LA REPÚBLICA 21-3-92

NARCOTRÁFICO: EL NEGOCIO DE LOS 800 MIL MILLONES DE DÓLARES.

800 mil millones de dólares

En todo este proceso merecen un capítulo especial los insumos químicos. Estos se emplean desde la extracción del principal componente hasta lograr la cocaína pura. Los métodos químicos han ido cambiando con el paso de los años, reduciéndose a prácticamente cero la utilización de lejía y urea, tras importantes procedimientos de la policía colombiana en el secuestro de estos elementos: querosén nafta, acetona, tolueno, éter, cal, permanganato y MEK (metil-etil-ketona) son otros productos base y que muchas veces han comprometido a la industria norteamericana. Ejemplo de esto son las denuncias realizadas en el Congreso de Estados Unidos, indicando que el 90% del metil-etil-ketona exportado por la Exxon era consumido por los narcotraficantes. En resumen, el narcotráfico emplea cerca de U$S 800 millones al año, en productos químicos, con precios "inflados" debido a que es necesario ocultar el destino final de la carga.

LOS NARCODOLARES ¿ADONDE VAN?

El tema de los narcodólares ha estado en el tapete desde un tiempo atrás. Un banco internacional que era usado como parte de una cadena de lavado de dólares, funcionarios de gobiernos latinoamericanos involucrados en el tema o hasta supuestas inversiones en Uruguay, con detención de algún narcotraficante. Aunque esta realidad existe, los informes indican que Latinoamérica no sería el centro del lavado de dólares. Solamente en los Estados Unidos los consumidores gastan entre 80 y 200 mil millones de dólares en cocaína, quedando más del 91% de esto en Estados Unidos. De estas cifras los exportadores que envían la droga desde Colombia reciben entre 7 y 16 mil millones de dólares.

En Perú se perciben entre U$S 1,5 y 3 mil millones. En el caso boliviano existe la variante de que debido a que exportan cocaína procesada, tienen ingresos de U$S 1,5 a U$S 2 mil millones, entre lo procesado y la pasta.

El denominado Grupo de los Siete, los más industrializados del mundo calculan que entre 600 y 800 mil millones de dólares es lo que mueve este negocio, por lo que es posible presumir que cuando se realiza actualmente alguna operación, ésta llega a mil millones de dólares.

PRODUCCION: COLOMBIA

Cocales (miles de hectáreas)	Estimación mínima	Estimación máxima
Total	22	42
Para uso local	-6	-6
Neto para cocaína	16	36
Hoja (000t)	27	61
Pasta (t)		
Local	270	610
Importada	2.103	4.539
Secuestros	-7	-7
Total	2.366	5.142
Base (t) bruto	946	2.057
Secuestros	-11	-11
Cocaína (neto para exportar)	754	1.699
EUA	656	1.478
Europa y Asia	98	221

Sin duda, y tomando como base estas cifras proporcionadas por los países que más consumen, es indudable de que lo que Latinoamérica o los países latinoamericanos reciben es mínimo, porque da para pensar que efecto tendría en la economía de los plaíses pobres de Sud América, 600 mil millones de dólares. La deducción más lógica y adonde apuntan todos los analistas, es que entre el 10 o 15% de esta cifra se maneja para el hemisferio sur y el resto está en bancos y propiedades del norte.

Para la comisión de narcóticos del Senado norteamericano, hay 100 mil millones de dólares producto del narcotráfico en los bancos norteamericanos. En cuanto a la inversión de las ganancias en Bolivia, Perú y Colombia existe predilección por la ganadería, inmuebles, construcción y hasta cuadros de fútbol. El ingreso de todo este capital varía la economía de los países involucrados, sobre todo con una inversión "golondrina" y especulativa.

En Colombia, como un ejemplo de esto, a comienzos de la década del 90 la economía creció un 3%, cuando la inversión en el área de los empresarios descendió un 2,7%.

más rentable que el cacao, el maíz o las bananas. Por otra parte el mercado de las drogas parece que no tiene ciertos problemas como los subsidios.

Un proyecto especial de la ONU desarrollando en Bolivia fracasó, porque el sustituto de la coca (el café) sufrió un fuerte desenso de su precio internacional debido a políticas comerciales internacionales.

LAS RELACIONES PELIGROSAS

Cierta vez en uno de los tantos reportajes televisivos que se han realizado sobre este tema, se mostró un cura practicante de la Teología de la Liberación que se dedicaba al cultivo y proceso de la coca en la selva del Perú. Contaba frente a la cámara que de esta manera él contribuía a destruir al país que atentaba contra su pueblo: los norteamericanos. Esta anecdota, que es cierta, nos da pie para tratar la relación entre la ideología, la violencia y las drogas.

PRODUCCION: BOLIVIA

COCALES (miles de hás)	Estimación mínima		Estimación máxima	
Total	60		100	
Para uso local	-12		-12	
Neto para cocaína	48		88	
Hoja (000t)	82		150	
Pasta (t) bruto	820		1.500	
Secuestros	-12		-12	
Pasta (neto)	808		1.488	
	Prod. local	Exportación	Prod. local	Exportación
	279	529	279	1.209
Base (t)	112		112	
Cocaína (t) bruto	95		95	
Secuestros	-10		-10	
Cocaína (neto)	85		85	

En los informes internacionales se menciona siempre la estrecha relación entre los terroristas y los narcotraficantes.

Esa relación se da por la "protección que los diversos grupos guerrillos le brindan a los campesinos, asegurándoles mejores condiciones de negociación con los narcos, pagando campesinos y traficantes un "impuesto".

Esta parte del tema es sumamente compleja por las diferentes posiciones (muchas de ellas confusas) que sostienen y llevan adelante los narcotraficantes, los guerrilleros, la ultraderecha y los terratenientes propietarios de grandes extensiones donde existen cultivos.

En medio de todo esto los consumidores (como en todo negocio) son los que mandan. Si bien en comienzos de esta década existe la tendencia de que la heroína, será la "reina de los 90", la cocaína en los 80 desplazó practicamente a la marihuana del mercado, aunque ésta se sigue produciendo incluso dentro de los Estados Unidos. La aparición y desarrollo del "crack" (droga sintética con efectos similares a la cocaína) y el aumento de la producción determinó una caída de los precios a fines de la década del 80.

La heroína ha comenzado a parecer cada vez con más fuerza como "el nuevo producto".

Preparándose para el futuro, los traficantes de Colombia han comenzado a sumarse a los productores asiáticos.

Más compleja en su procesamiento, la heroína está siendo desarrollada en Colombia, donde algunas zonas de cultivo de coca, han sido sutituidas por cultivos de amapola.

También entre los narcotraficantes y las autoridades de los diferentes países existe una especie de competencia sobre los métodos de traslados y detecciones de cargamentos. Por los montos manejados por los narcos no existen prácticamente barreras económicas que los detengan a la hora de realizar un cargamento. Las rutas con el tiempo variaron, abriéndose nuevas vías marítimas debido al crecimiento del mercado europeo y japones.

Junto con el tráfico de armas, el tráfico de drogas es el mayor negocio a nivel mundial. La situación económica de los países productores hace que la producción de la materia prima muchas veces sea necesario para mantener un equilibrio económico interno.

PERU: VALOR US$M

Ingresos de exportación	1.336	2.824
Costo de la hoja	-3,2	-6,8
Saldo	1.333	2.817

Por otra parte si bien pueden existir mercados deprimidos económicamente, surgen otros que por coyunturas mundiales tienen un crecimiento en sus economías y es ahí donde los narcotraficantes ponen ahora la mira.

LA REPUBLICA
21-3-92

EN BUSCA DE NUEVOS HORIZONTES

Mientras que los productores de drogas buscan nuevos mercados en Japón y el Lejano Oriente los gobiernos de todos los países involucrados fomèntan el desarrollo de cultivos de alternativa.

Como un ejemplo de esto, el gobierno boliviano ha desarrollado un estudio especial sobre los costos de sustitución de cultivos.

BOLIVIA: VALOR (U$Sm)		
Ingresos de exportación	**1.398**	**1.993**
Cocaína	935	935
Pasta	463	1.058
Costo de la hoja	-172	-315
Saldo	**1.226**	**1.678**

Un presupuesto primario indica que U$S 400 millones es lo que se necesita a corto plazo para erradicar cerca de 60.000 hectáreas cultivadas. Pero es tan solo una suposición, porque es imposible determinar cuánta gente boliviana se encuentra afectada de una manera u otra por el tema. Los integrantes del gobierno boliviano se preocuparon entre 1986 y 1990 por erradicar 6,136 hectáreas de coca, aunque se está lejos de una erradicación total. Lo difícil con este panorama es encontrar un cultivo alternativo que le sirve a los trabajadores y al conjunto del país.

En Bolivia y Perú se ha demostrado ampliamente que la coca es

Combate a las drogas ¿misión com... da?

La pregunta es ¿tiene sentido que los jefes de estado de las naciones andinas se reúnan periódicamente con el presidente de Estados Unidos para hacer balances de su ba... guerra contra las drogas?

La "misión, que compartimos todos", según ... del presidente George Bush en su brindis ante los presidentes del Grupo Andino —Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y el ministro de Relaciones de Venezuela, más el mandatario mexicano Carlos Salinas, como invitado especial, lo aprobó y confirmó. No obstante que fue evidente la inconformidad por los resultados de la denominada Cartagena II de San Antonio, Texas, los discursos y buenos modos diplomáticos fueron los mismos que los expresados en Cartagena I, con excepción del presidente del Perú, Alberto Fujimori, quien directo y sin ambigüedades criticó las equivocadas estrategias que emplea Washington en la lucha contra el narcotráfico.

Las expresiones de Bush: "Estamos afrontando este reto, estamos unidos, estamos determinados y estamos ganando", no fueron suficientes para que los presidentes avalaran la presencia supranacional de fuerzas antidrogas. Los andinos, empero, no convergieron en sus propuestas. Nuevo en esta cumbre, el presidente colombiano César Gaviria urgió plazos para la reducción, al 50 por ciento, de la producción y consumo de las drogas hacia el 2000 y diez años más tarde la erradicación total.

Los invitados indirectamente fueron advertidos: "No habrá cheques en blanco de parte de la Casa Blanca en el combate a las drogas". "*No blank checks*", declaró Bush al periódico *San An... Light* (que confundió la fotografía del presidente de Bolivia, Jaime Paz Zamora, con la del ex presidente de Perú Alan García).

De plano los presidentes de Colombia y de México rechazaron la ayuda económica y enfocan sus pedidos hacia la cooperación. Repudian que Estados Unidos se convierta en policía y juez de lo que hacen o dejan de hacer otros gobiernos, incluida la ignominiosa "certificación" del Ejecutivo estadounidense ante su propio Congreso sobre las conductas seguidas en la lucha antidrogas.

La estrategia de la Casa Blanca para apoyar a los ... productores de cocaína —Bolivia, Colombia y Perú— ... dor es considerado país de tránsito de drogas ileg... cuatro metas a corto plazo: 1) Fortalecer el compromiso político y la capacidad institucional a esos gobiernos para enfrentar el comercio de cocaína. 2) Trabajar con ellos para aumentar la eficacia de las actividades policiales y militares contra esa industria. 3) Ayudar a desbaratar o desmantelar las organizaciones de narcotráfico y 4) Fortalecer y diversificar las economías andinas para superar los efectos desestabilizadores de la eli... ción de la cocaína.

E... último punto fue retomado en la Declaración de San Antonio en la que los seis presidentes y el canciller Armando Durán, de Venezuela, se comprometen en un enfoque integral a perfeccionar estrategias que comprenden el desarrollo alternativo para la erradicación, control e intercepción y fortalecimiento de los sistemas judiciales preventivos del consumo de drogas.



Reuter

La foto para el álbum de la cumbre: Gaviria (Colombia), Paz (Bolivia), Borja (Ecuador) Bush (EE.UU.), Salinas (México), Fujimori (Perú), Durán (canciller de Venezuela).

Se supone que de todo esto habrá un seguimiento y en un año ... harán balances de esas estrategias que tendrán buen... resultados, aseguran, si hay cooperación y el Japón y otras ... europeas occidentales los apoyan.

En ... teatro Majestic de San Antonio, en el centro de la ciudad, el presidente Bush cerca de la taquilla junto con su esposa recibía a sus huéspedes. Ahí se anunciaba el reestreno de la obra musical *¡Oh Calcuta!*, aquella obra que escandalizaba ... desnudo de los personajes. Los invitados brindaron ... no hubo rasgadura de vestiduras por la poca ayuda ... que reciben los gobiernos para el combate a las drogas. ■

L Ch. C.

LA NACION
19-4-92.

11221

Narcotraficante detenido

SANTIAGO, Chile, 18 (AP).– Un colombiano detenido aquí esta semana es responsable del envío de unos 300 kilos de cocaína a los Estados Unidos, dijo la policía.

El informe no indica cuándo se produjo el arresto del colombiano, identificado como Antonio González Romero. Según la policía, tenía órdenes de detención pendientes en los Estados Unidos por contrabando de drogas y vive en Chile con documentación falsa desde 1987.

La policía dijo que González enviaba la droga escondida en muebles que exportaba a los EE. UU., fabricados en una industria que había instalado en Santiago en sociedad con un español identificado como Miguel Costa Cabrera, que está prófugo.

01/01 92 09307

Operativo antidroga en la selva

Objetivo: para atemperar el disgusto norteamericano, Lima inició acciones contra los productores de narcóticos.

LIMA, 10 (EFE). – En una medida que intentaría neutralizar el disgusto norteamericano por el golpe de Estado, el gobierno peruano ha iniciado una ofensiva contra los productores de droga y narcotraficantes en la zona del valle del río Huallaga, en la selva amazónica del norte de Perú, de donde procede más del 60 por ciento de la cocaína que se produce en el mundo.

Los aeropuertos de esa área fueron declarados en emergencia en los lugares donde existen plantaciones del arbusto de la coca y su vigilancia estará en manos de la policía nacional y de los militares.

Los aviones de la Fuerza Aérea Peruana (FAP) destruirán los aeropuertos clandestinos, situados junto a la vegetación selvática, e interceptarán todos los aviones, sean nacionales o extranjeros, que vuelen en la zona cocalera, para su identificación.

Los pilotos que se nieguen a colaborar pueden ser incluso derribados según las disposiciones gubernamentales.

Las empresas de aviación que presten servicio en la zona donde actúan los narcotraficantes deberán empadronarse ante la autoridad militar y, de no hacerlo, perderán la licencia para operar.

Los oficiales de las fuerzas armadas y policiales, cualquiera que sea su grado, así como sus familiares más próximos, deberán presentar antes y después de sus labores en la zona cocalera una declaración jurada de bienes.

Pasta básica

En la zona del Huallaga existían en 1988 no menos de 38 aeropuertos clandestinos donde avionetas, sobre todo colombianas, aterrizaban para recoger la pasta básica de coca, que transformaban en cocaína pura –clorhidrato– en ese país los carteles de la droga.

En esa zona funcionan también 15 aeropuertos civiles y se calcula que existen unas cien mil hectáreas sembradas ilegalmente con el arbusto de la coca.

LA NACION 13-4-92.

Propuesta de Grosso para combatir las drogas

Teleconferencia: En un debate vía satélite sostuvo ante pares norteamericanos que las escuelas son el ámbito adecuado para luchar contra la adicción a los alucinógenos.

El intendente municipal, Carlos Grosso, al participar en la embajada de los Estados Unidos de una teleconferencia internacional sobre los problemas del uso indebido de drogas, propuso a "las escuelas como el lugar para combatir las drogas".

Grosso, que fue invitado a dialogar vía satélite con la directora de la Oficina de Política de Control de Drogas de los Estados Unidos, Kay Coles James, y el presidente electo de la Conferencia de Alcaldes Estadounidenses contra la Droga y alcalde de la ciudad de York, William Althaus, se refirió también a la realización de las IV Jornadas Internacionales de Alcades contra la Droga, que se realizarán el 21 y 22 del mes próximo en Buenos Aires.

En tal sentido, el intendente pidió a Althaus la "especial colaboración" de todos los alcades norteamericanos para conformar el fondo municipal de las Naciones Unidas destinado a combatir el uso indebido de los estupefacientes.

Kay James puso énfasis en señalar la necesidad de "volver a los barrios, a las viviendas, eliminar la pobreza y todos los viejos antagonismos, incluso los raciales", como ejemplos para desterrar el terrible flagelo.

A su vez, Althaus calificó como de "suma importancia" la actividad deportiva, incluyendo entre las disciplinas el "basquet de medianoche" como una de las alternativas para la recuperación de los adictos. "Lo importante es rescatar a los jóvenes que están en la calle a esa hora de la noche para que hagan deportes y no se droguen", enfatizó el experto norteamericano.

Kay James sostuvo que se están logrando "efectos positivos" entre los jóvenes de 12 a 17 años en la educación y prevención de la droga. "Esperemos que estos avances se logren también entre los adultos", dijo.

En la teleconferencia participaron, además, los alcaldes de Bogotá, Colombia, y de Monterrey, México.

CLARIN
16/04/92
11176 65890
66817 11186
500889 11510
13065 11660
11514 11513

UNA MISION DE LA OEA LLEGARA EL MARTES A LIMA

La incógnita militar

Clarín EN LIMA

LIMA, 15 (Enviado especial). — La incógnita militar es hoy el factor más difícil de despejar en la presente ecuación de poder del Perú. **Alberto Fujimori** actúa traduciendo seguridad de que el respaldo de las fuerzas armadas a su gobierno es sólido, mientras que la oposición se entusiasma con la posible siembra en el ánimo uniformado de una **"duda profunda"** sobre la conveniencia de que el golpe perdure.

En la presente situación es difícil saber cuánto de realidad y cuánto de expresión de deseos mezcla cada posición, pero algo queda en claro: después de asumir el rol de socios del presidente en el nuevo poder han encontrado que la situación derivada de esa decisión **es de una gran inquietud.**

La sospecha de que la adhesión militar a Fujimori fue parte de un operativo de autoprotección de las fuerzas armadas contra las acusaciones de corrupción de sus cuadros por el narcotráfico se está generalizando. El comandante conjunto, general **Nicolás de Bari Hermoza**, debió realizar ayer una presentación ante el ministro de Defensa, general **Víctor Malca**, para que solicite confirmación a la Embajada norteamericana en Lima sobre la existencia de una lista que contiene los nombres de "120 oficiales supuestamente comprometidos con el narcotráfico".

El presunto documento —elaborado por la DEA **(Drug Enforcement Administration)**— habría sido traído al Perú por el subsecretario de Estado adjunto para Asuntos Interamericanos, **Bernard Aronson**, en el viaje que realizó en las mismas horas en que Fujimori consumaba su autogolpe. Otras versiones de fuentes bien informadas señalaron que la lista incluiría 104 nombres, cifra resultante de una revisión realizada por el Departamento de Estado de la nómina original de la DEA que tenía 140 implicados.

Aun antes de la quiebra institucional de la semana pasada, los expertos locales en materia de narcotráfico daban por sentado y comprobado que muchos oficiales —militares y de la policía— con destino en el valle del Alto Huallaga prestan una suerte de **"servicio de protección"** a las denominadas **firmas**, versión local de los carteles de la droga colombianos, a cambio de sobornos. La estimación más generalizada señala que, por ejemplo, jefes y oficiales superiores de la fuerza aérea peruana (FAP) cobran entre 10.000 y 20.000 dólares, según la importancia de la carga, para garantizar la inmunidad de los vuelos de los aviones de los traficantes.

La DEA ha presentado varias quejas al gobierno peruano, dicen las fuentes, pero la situación creada después del golpe es mucho más tenaz. Washington decidió ayer retirar del Perú una treintena de tropas especiales **—boinas verdes—** que actuaban como instructores del personal militar que debe participar en la lucha contra las drogas.

La acción incrementada de **Sendero Luminoso** es otro de los motivos para la desazón. Las fuentes políticas revelan que los militares hablan de una presión de Fujimori y de sus asesores para que se logre una rápida detención de **Abimael Guzmán**, el jefe senderista al que se persigue desde hace trece años. Los expertos en imagen que asesoran al presidente de facto le han asegurado que la detención del senderista volvería ociosa la actual discusión doméstica e internacional sobre la legitimidad del poder, **solo por el hecho de haber logrado lo que ninguno antes.**

Después del golpe de la semana pasada, **Fujimori** decidió elevar a un millón de dólares —el doble de la cifra anterior— la recompensa que hasta ahora ofrece por todos los medios de comunicación a quien aporte datos que lleven a la captura de Guzmán. Además, el canciller **Augusto Blacker Miller** inició un riesgoso camino cuando eligió atemorizar a la Argentina, Bolivia y el Ecuador, y por extensión a América latina toda, con el fantasma de una expansión de Sendero. El portavoz del gobierno de facto dijo que esos tres países ya tienen a Sendero operando dentro de sus fronteras y que la organización cuenta con recursos anuales de 100 millones de dólares para financiar sus planes.

Gustavo Gorriti —considerado aquí el principal experto en la organización— sospecha que Blacker Miller desfigura la realidad para servir a los propósitos del gobierno. "Es verdad que Sendero tiene un proyecto político continental —dijo a **Clarín** el autor de «Sendero -Historia de la guerra» y que es un riesgo serio para la estabilidad peruana, pero las denuncias sobre una presencia senderista en la Argentina se probaron falsas. En Bolivia tiene mayor influencia por la tradición «maoísta» de la izquierda que es tan fuerte como en el Perú."

Según las fuentes políticas los militares están preocupados por esta retórica de Blacker Miller que, en el caso de Ecuador, país con el que el Perú tiene un litigio territorial abierto, podría incrementar las tensiones bilaterales.

Gorriti dice, además, que una cifra más aproximada para los recursos que Sendero deriva del narcotráfico se ubica entre los 20 y los 40 millones de dólares. "Lo que Blacker Miller no dice es que el golpe le ha resuelto un problema de visión estratégica a Sendero al darle la herramienta de organización que supone combatir a una dictadura", agrega.

El domingo llegará a Lima **Máximo San Román** —vicepresidente primero que desafió a Fujimori— y el martes lo harán **Joao Baena Soares**, secretario general de la OEA, y el canciller uruguayo Héctor Gross Espiell, para promover conversaciones destinadas a restablecer el orden constitucional. Los mandos temen que estas presencias den aire adicional a la oposición y que Fujimori les solicite reinstalar mecanismos represivos. En cualquier caso los militares peruanos están comprobando una vez más que en América latina es mucho más fácil usurpar el poder que construir con él la propia gloria.

Oscar Raúl Cardoso

01/01

92093AC

01/01

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO

M E M O R A N D U M Nro. 129 / 92

R E F E R E N T E A : GAMBINI RODOLFO

E V A L U A C I O N : A-2

T E X T O : Doctor en Física y Miembro del Consejo de la Facultad de Ciencias y del PEDECIBA (Programa para el desarrollo de las Ciencias Básicas).

Edad: 46 años (1992)

Casado, padre de 3 hijos.

Fue distinguido éste año por la Gravity Research Fondation de EE.UU.

El Jefe de Secc. Biográfico/Dpto. I

Norberto Devincensi

01-01

-9209311

Los carteles de la droga no están dormidos

Quito

Todo quedó preparado en Quito para la cumbre presidencial "Cartagena II" que se cumplirá en San Antonio, Texas, Estados Unidos, el 27 y 28 de febrero, con asistencia de países afectados e involucrados en el narcotráfico. En la capital ecuatoriana hubo tal hermetismo que ni siquiera se entregó la clásica "declaración conjunta".

Las propuestas ni el borrador final para los próximos días se conocieron. Sólo el ministro de Gobierno (Interior) anfitrión, César Verduga dijo: "tenemos el compromiso de reafirmar la unidad contra el narcotráfico".

Pero *Visión* conoció extraoficialmente de algunas inquietudes que serán resueltas por los presidentes de Bolivia, Colombia, Perú, Ecuador, Venezuela, México y EE.UU. en la cumbre:

—Temor por un eventual resurgimiento de los carteles de la droga. Aniquilado virtualmente el de Medellín, el de Cali "trabaja" muy activo.

—Sustitución de cultivos de la hoja de coca en países andinos, casi una realidad. Falta un mayor desembolso de Estados Unidos para que los campesinos destinen sus tierras a otro sembradío. Aquello, sin embargo, no puede constituir injerencia en la soberanía.

—La sustitución debe ser por productos agrícolas útiles y sanos para el consumo humano y no por otro como la amapola, flor bella y de fácil cultivo, pero que derivaría en la heroína.

—Si no hubiera consumo en Estados Unidos no habría producción. Enfasis en la educación y prevención. Hasta ahí llega la droga producida en Perú (55 por ciento), Bolivia (26), Colombia (19), usándose a Ecuador como "exportador" de droga proveniente de países vecinos.

—El lavado de dinero se calcula entre 400 y 600 millones de dólares anuales.

—En cuanto al opio, Latinoamérica no tiene mucha incidencia, puesto que sólo México produce el 4,5 por ciento de esa droga que ingresa en Estados Unidos, contra un 68 de Birmania.

—Producción de marihuana: México, 79 por ciento; EE. UU., 10 y Colombia, 4.

F. L. S. M.

Reuter



Cita técnica previa en Quito preparando la cumbre de San Antonio

Hispanos atrapados

En Estados Unidos existen varias agencias federales entrenadas para aplicar las leyes antidrogas. Muchos hispanos caen todos los años en manos de la justicia acusados por violaciones a las leyes.

Condenas por uso de drogas				
EE.UU.	colombianos	mexicanos	bolivianos	peruanos
11.416	736	1.619	12	22

De acuerdo con las severas leyes que rigen en ese país, el número de condenas, al cabo de una década, suben considerablemente.

	1980	1990
• Condenas por violación de la ley antidrogas	5.115	15.440
• Enviados a prisión por cometer delitos en el caso de drogas	3.675	13.079
• Tiempo promedio de prisión a implicados en caso de drogas	3,9 años	6,3 años
• Infractores a la ley antidrogas en las prisiones federales	22%	48%

Facultad de Derecho: la CGU promueve una reforma de la ley orgánica universitaria

Las nuevas autoridades del Centro de Derecho asumen el lunes

La Corriente Gremial Universitaria (CGU) promoverá una reforma de la Ley Orgánica, ahora, una vez reobtenida la victoria en los comicios del Centro de Estudiantes de Derecho. Las nuevas autoridades asumen este lunes.

La reforma de la Ley Orgánica universitaria será uno de los centros de trabajo de la nueva directiva del Centro de Estudiantes de Derecho, CED, de acuerdo a la iniciativa de la Corriente Gremial Universitaria planteada a pocas horas de asumir la nueva directiva gremial, este lunes, luego de las elecciones del pasado miércoles.

El resultado de los comicios fue el siguiente: lista CGU (Partido Nacional) 930 votos, 4 cargos en la directiva. Frezelmi (lista 88, Nuevo Espacio y Partido Colorado), 860 votos y 3 cargos, lista 141580L (Frente Amplio), 557 votos y 2 cargos en la dirección. En blanco, 3 votos. Total de votantes 2.350 sobre algo más de 30 mil estudiantes de Derecho y Notariado.

La nueva directiva la integran: **Julio Cabrera, Martín Sarthou, Daniela Polo, Marcelo Magnou (CGU), Armando Alspuro, Pablo Donnángelo, Jorge Penedo** (Frezelmi), **María Rodríguez, Patricia Perulta** (141580L).

Si bien la CGU no obtuvo la mayoría de representantes en la la directiva gremial, tendría sí las principales secretarías como para impulsar temas de trascendencia entre ellos el indicado de reforma de la Ley Orgánica.

La lista CGU no había participado en las elecciones gremiales de 1991 -sí en las universitarias-. Antes, había salido triunfadora en nueve comicios consecutivos.

Burocratización

Marcelo Magnou, novel miembro de la dirección del CED por la CGU explicó a LA MAÑANA que *"hay un montón de burocratización"*, en la Universidad y se pronunció -como representante de la lisa CGU-, por un cambio de estructura de la mayor casa de estudios.

Explicó que este cambio de estructura no se refiere a las formas y estructuras de cogobierno, como propusiera hace ya 4 años el ex Rector Cr. Samuel Lichtensztejn.

"No, dijo, promovemos una reforma en la parte de funcionamiento, en la administración de la Universidad como se da en la Reforma del Estado. Esto significaría un ahorro en trámites y en dinero muy importante", dijo Magnou.

Matrícula

La lista CGU no promueve, ahora, la discusión de la matrícula universitaria, tema incluido por el Poder Ejecutivo en el proyecto de Rendición de Cuentas de este año.

El cobro de la matrícula obtuvo el rotundo rechazo de la Asamblea General del Claustro y del Consejo Directivo Central, máximas autoridades de representación de los tres órdenes universitarios.

"El cobro surgió como una necesidad de obtener una inversión importante para la Universidad", dijo Magnou.

"La educación, agregó, debe ser gratuita, es un orgullo que nos da que pueda estar abierta a todos. También hay que pensar en ser solidarios con tienen menos (poder adquisitivo). Cuanta más gente acceda a la Universidad, habrá más gente culta, la sociedad será más culta, el país será más próspero y tendremos un mejor país", dijo ayer a LA MAÑANA Marcelo Magnou. Desde este lunes será dirigente del CED cuando asuman formalmente las nuevas autoridades electas el miércoles por voto secreto. ■

México busca cooperación internacional

Como Estados Unidos es uno de los mercados de consumo de drogas ilícitas más fuerte del mundo, compartir una frontera de casi tres mil kilómetros representa para México "peligrosas repercusiones".

Ciudad de México



Jorge Carrillo Olea

En un reciente documento sobre el control de drogas en México en el que participaron nueve secretarías y otras dependencias del gobierno, se reconoce que a esa vecindad se suman otros factores como la pobreza y marginalidad de grupos campesinos, las condiciones climáticas y orográficas que también favorecen los cultivos y protegen la clandestinidad además de las atractivas ganancias de este negocio calculado, a nivel mundial, en cerca de 500 mil millones de dólares.

En México se produce mariguana, goma de opio y heroína cruda. Las áreas de producción de amapola se encuentran en el litoral del Pacífico y en donde alcanza mayor altitud —en la Sierra Madre Occidental— se localizan asociados a estos cultivos laboratorios rústicos para su procesamiento de heroína. En el caso de la cocaína en este país no se produce pero el territorio es utilizado por los narcotraficantes para introducirla a Estados Unidos.

COMISION DE ILICITOS

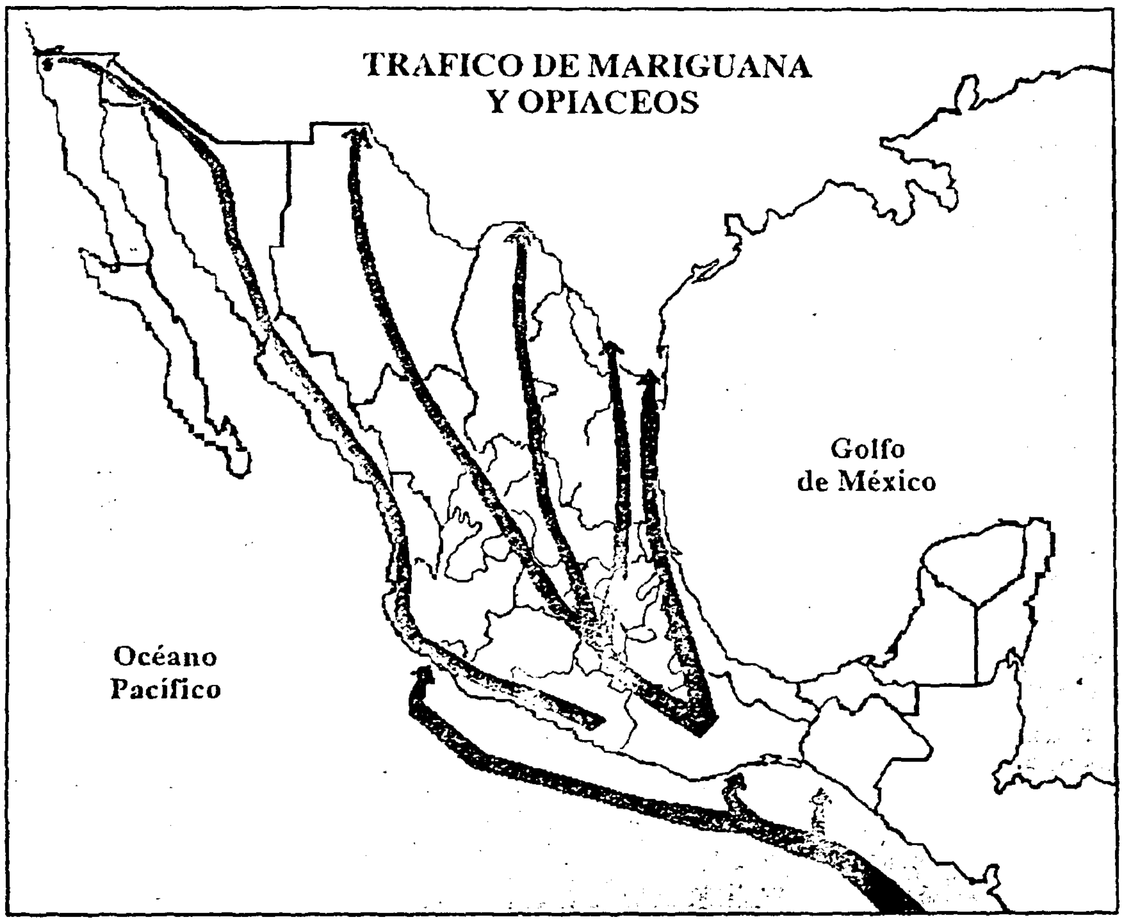
El gobierno reconoce que ahora el abuso de drogas planea un reto enorme, el riesgo de desarrollo endémico es cada vez más evidente y amenazador y al mismo tiempo porque las organizaciones delictivas del narcotráfico refuerzan estrategias y formas de operación y utilizan toda la tecnología a su alcance en la comisión de ilícitos, para penetrar en más amplios sectores de la sociedad.

La última investigación que el sector salud realizó sobre el uso de narcóticos, sedantes, estimulantes, alucinógenos y mariguana registró que el 4,8 por ciento de la población ha consumido una o más de las drogas investigadas, cuando menos una vez en su vida. La mariguana es la droga con mayor índice de consumo, seguido por tranquilizantes e inhalantes. Se registraron pocos de anfetaminas, cocaína, heroína u otras drogas.

El documento gubernamental, dado a conocer hace unas semanas, reconoce a la región noroccidental de México (Baja California, Sonora y Sinaloa), la zona fronteriza norte, como la de mayor riesgo para el consumo de drogas. Se ha identificado que los universitarios consumen mariguana y anfetamínicos, los menores callejeros de las grandes ciudades sustancias inhalantes y los jóvenes que han vivido temporalmente en Estados Unidos tienen el hábito del uso de la heroína, cocaína u otras sustancias y, en algunos casos, la infección por el virus del sida.

Jorge Carrillo Olea, subsecretario encargado del combate a las drogas de la Procuraduría General de la República señala la necesaria solidaridad internacional para establecer una acción multilateral coordinada contra la farmacodependencia y el narcotráfico. Pero en el plano interno, reconoce que corresponde al estado propiciar la movilización social y a la sociedad organizar —escuelas, clubes sociales, comunitarios, iglesias—, las tareas de detección temprana de las adicciones e iniciación del tratamiento.

Carrillo Olea aseguró a *Visión* que con el gobierno de Colombia tiene "una ▶



contradictoria experiencia, porque ha avanzado enormemente en materia de cooperación, pero paradójicamente han hallado otras múltiples formas de ayuda que necesitan enriquecerlas". En una visita relámpago a la capital colombiana para intercambiar información y reafirmar una mayor agenda de cooperación en la lucha contra el narcotráfico, Carrillo Olea conoció la postura y los puntos de vista de ese gobierno en torno a la próxima cumbre de San Antonio denominada "Cartagena II".

"Con el irrestricto respeto a los esfuerzos que desarrolla cada país contra el narcotráfico, México ha convenido acuerdos de cooperación e intercomunicación de información con varios países", manifestó el funcionario mexicano. Agentes de este país ya están inscritos en las embajadas de Estados Unidos y Guatemala para realizar una mayor labor de inteligencia en el combate contra el narcotráfico. "Esto no es violación a la soberanía ni violación al régimen interno de los gobiernos", expresó, "y sería inaceptable que los funcionarios nacionales o extranjeros actuasen al margen de los convenios". Informó que es posible que México firme este tipo de acuerdos con otros países que pudieran ser Costa Rica, Colombia y otros de Sudamérica.

México, señaló, contribuye y recibe aportaciones del Fondo de las Naciones Unidas para la Fiscalización del uso indebido de Drogas y "desarrolla programas para ampliar oportunidades productivas y mejorar los niveles de ingreso en regiones donde las condiciones extremas y la marginación social las han convertido en zonas proclives a la producción de estupefacientes". En los tres primeros años de la actual administración, el presidente Carlos Salinas de Gortari informó que se habían decomisado 1.500 toneladas de mariguana, más de 122 de cocaína pura, cerca de 10 mil vehículos, más de 20 mil armas y se detuvo a más de 45 mil personas. "Tan sólo en 1991 —asegura el gobierno— se decomisaron 40 toneladas de cocaína pura; el valor de lo incautado, a precio de mercado, es equivalente a la deuda externa del país" calculada en 100 mil millones de dólares.

Con Belice, Estados Unidos y Guatemala, México desarrolla una cooperación que permite instrumentar acciones de intercepción fronteriza de drogas por las vías terrestre, marítima y aérea. En materia de prevención de la farmacodependencia está conformando un bloque regional con el Norte y Centroamérica para establecer un sistema interamericano de información y documentación sobre drogas, "para unificar la metodología de investigaciones epidemiológicas e intercambiar experiencia en materia de tratamiento y prevención de las adicciones", señala el documento del control de las drogas y el programa que desarrolla el gobierno.

CONSECUENCIAS SOCIALES

Los objetivos específicos de ese programa son la reducción de los índices de morbilidad y mortalidad vinculados a la farmacodependencia; rehabilitar a los adictos buscando reintegrarlos a su núcleo familiar y disminuir las consecuencias sociales y económicas de las conductas adictivas, como pueden ser la comisión de delitos, accidentes, ausentismo laboral, desintegración familiar y disminución de la productividad. Según el Programa Nacional para el Control de Drogas, México evita que la organización criminal del narcotráfico, utilizando la fuerza de sus recursos, se infiltre en instituciones privadas y sociales.

El programa gubernamental prevé atender este problema social desde su origen, analizando sus causas, sus formas de desarrollo y proliferación, así como su interrelación con otros factores, con el fin de prevenir y revertir su crecimiento. En el ámbito internacional, según Carrillo Olea, México busca suscribir convenios bilaterales y multilaterales para el combate al narcotráfico; desea la cooperación recíproca que permita alcanzar mayor eficiencia en esta lucha.

Esa era una de las conclusiones que se esperaba de la reunión de "Cartagena II", que se efectúa en estos días en San Antonio, Texas.

L. Ch.

LA NACION 19-4-92

11675

Regalos de Pascua

NAPOLES, 18 (AFP).– Grandes huevos de Pascua con una pistola adentro y botellas de whisky con paquetitos de hachís descubrió la policía de esta ciudad que controlaba la mercadería de un comercio.

Sorprendidos por el peso de los huevos, al abrir uno encontraron un revólver calibre 38. En otros había había un par de pistolas 7.65 y hasta se encontró un pistolón con un silenciador y municiones.

La Prensa 26/6/91

Ratifica Gaviria su política antidroga

Bogotá (ANSA) — El presidente César Gaviria Trujillo está firme en su actual política para erradicar el narcotráfico de Colombia, porque el gobierno considera que el éxito no sólo se consigue cuando "corren ríos de sangre" por las ciudades, según lo aseguró una importante fuente oficial.

Mientras se esperan mayores demostraciones de solidaridad de parte de los Estados Unidos, el gobierno restó importancia a la advertencia del embajador aquí de ese país, Thomas McNamara.

Según el diplomático, si la Justicia colombiana no es efectiva y no se traduce en un castigo para el narcotraficante Pablo Escobar Gaviria, "habrá problemas entre el pueblo de Estados Unidos y el pueblo de Colombia, y entre el gobierno de Estados Unidos y el gobierno de Colombia".

La posición oficial colombiana ante a las críticas recibidas por el proceso que permitió la entrega de Escobar Gaviria fueron reveladas ayer con la condición de no identificar la fuente.

También se expresó que la "pelea" que se libra contra el narcotráfico no es momentánea sino que obedece a un programa a largo plazo, posiblemente de muy largo plazo y se dio a entender que el éxito en el tiempo también depende de la mayor o menor cooperación de lo que denominaron "naciones desarrolladas coproductoras de cocaína".

El analista aceptó que Estados Unidos está ejerciendo un mayor control sobre la venta de los químicos que conforman el más alto porcentaje en la preparación de la cocaína.

Empero, advirtió que no lo han hecho Alemania ni otras naciones industrializadas proveedoras del éter, acetona y demás insumos que no se producen en los países andinos.

Las armas empleadas por los narcoterroristas siguen siendo de venta libre, y los controles para el "lavado" o legalización de los dólares provenientes del narcotráfico no son suficientes como para desinteresar a los delincuentes, sostuvo el analista.

Colombia puede recibir entre 500 y 700 millones de dólares anualmente por la venta de cocaína en un mercado internacional, en el que se mueven aproximadamente 150.000 millones de dólares al año. La diferencia se queda en instituciones financieras de Estados Unidos y Europa, se aseguró.

Se puso como ejemplo el caso de las supuestas fortunas de los narcotraficantes Escobar Gaviria y los hermanos Ochoa, que son calculadas en varios miles de millones que, se dice, nunca podrán ser absorbidas por una economía como la colombiana.

Entonces, se preguntó, ¿dónde están esos miles de millones? En Colombia no caben, respondió.

También se dieron otros argumentos para demostrar la inexistencia de "un equilibrio ético y moral" en las críticas al gobierno del presidente Gaviria.

Se comentó que Escobar Gaviria está encarcelado para ser juzgado, mientras que el estadounidense Max Mermelsteine, arquitecto del Cartel de Medellín, es ahora un próspero escritor con identidad y físico cambiados para poder andar libremente, a cambio de sus testimonios contra otros narcotraficantes.

Ningún país en el mundo ha librado una lucha tan férrea, costosa y dolorosa como Colombia, que en un solo año perdió en la guerra contra el narcotráfico a unas 5.000 personas, incluyendo jueces, magistrados, periodistas y policías, recordó el analista gubernamental.

Indicó que este año Colombia ha incautado más de 50 toneladas de cocaína, que representan más del total decomisado en todo el mundo. En ninguna parte de la Tierra se ha tenido tanto éxito en la interdicción de la cocaína.

920931б

Alarma por alto consumo de drogas

A 200 mil podrían aumentar, en los próximos dos años, los jóvenes consumidores de sulfato de cocaína (se le conoce como "El Mono") en Santiago, si el Gobierno no desarrolla políticas orientadas a prevenir el uso de drogas en la población juvenil, anticipó el mayor Rodrigo Retamal, subjefe del OS-7 de Carabineros, durante una charla que ofreció en las Jornadas sobre "Alcoholismo y Drogadicción Juvenil en Chile", que se desarrollaron recientemente en la casa central de la Universidad de Chile.

El encuentro, que causó revuelo por las cifras sobre consumo de alcohol y drogas en los jóvenes, dadas a conocer por los participantes, fue organizado por la Universidad de Chile y contó con el apoyo de la Facultad de Medicina, de la División de Ciencias Médicas Oriente y el Departamento de Psiquiatría y Salud Mental. En el evento se dieron cita destacados especialistas nacionales.

Respecto al consumo de sulfato de cocaína, el médico psiquiatra Cristián Prado, quien fue uno de los panelistas del encuentro, manifestó que esta droga circula en forma de cigarrillos a los que se les ha agregado una pasta base de coca. En la Primera Región, existe en estos momentos "un foco epidémico" del consumo de esta droga (se está usando cerca de diez años) y se teme su propagación a la capital. Esta afirmación se basa, agregó el médico, en un estudio realizado por el Ministerio de Salud en el que se reveló que los jóvenes entre 18 a 25 años son los que más consumen drogas. En este segmento un 33,1% ha probado sustancias químicas; el 11,8% las ha consumido una vez y el 21,3% más de dos veces.

El psiquiatra Rolando Chandía, también participante en el evento, manifestó que los consumidores habituales de marihuana y cocaína ha ido en aumento en los últimos años. Estudios recientes han comprobado que a nivel nacional un 12,6% de los jóvenes consume cocaína y un 19,6% marihuana. En Arica, por ejemplo, hay un 18% de consumidores de cocaína y un 8,2% de marihuana; en Iquique los usuarios de cocaína alcanzan al 25% y de marihuana a un 12,5%. En Valparaíso, manifestó Chandía, se detectó que un 36,2% de los jóvenes fuma marihuana y en Santiago un 3,4% consume cocaína y un 25,9% marihuana.

Precisó el experto que este estudio concluyó "que existe en nuestro país una pandemia de uso generalizado de marihuana y un foco epidémico de consumo de pasta base de coca en la Primera Región". Chandía recordó en la oportunidad el proyecto que presentaron "partidos políticos del Gobierno tendientes a legalizar el uso individual y privado de la marihuana y otras drogas". El especialista calificó de "preocupante" dicha moción "en un país donde se ha detectado que un alto porcentaje de jóvenes es consumidor habitual de algunas drogas".

Patricia Schuller

Nº DOCUMENTO
TITULO BICHEIROS INVIERTEN EN NEGOCIOS INMOBILIARIOS
PROCEDENCIA JORNAL DO BRASIL
FECHA DE PROCEDENCIA 26-7-92
VINCULACIONES

ENTRADO	✓
CRUZADO	✓

Bicheiros investem seus lucros

Os 11 maiores contraventores do Rio desfilam em carros importados

e não temem ostentar riqueza

e nos últimos 20 anos realizaram mais de 300 operações imobiliárias

01 (A)

92093318

Leila Magalhães e Octávio Guedes

Quem seria capaz de comprar em um só dia 96 mil metros quadrados de terras numa enseada em Angra dos Reis — um investimento que nem corretoras locais conseguem avaliar, mas estimam que possa chegar aos US$ 10 milhões no seu total — ou adquirir, de uma só tacada, cinco apartamentos no luxuoso condomínio Barramares, na Barra da Tijuca? Acertou quem apostou nos contraventores — exatamente os homens que estão na mira dos fiscais da Receita Federal. Dentro de uma operação global que quer pegar na *malha fina* os sonegadores do Imposto de Renda, a Receita está cruzando dados e analisando se as rendas declaradas pelos 11 maiores banqueiros de bicho do Rio de Janeiro são compatíveis com os sinais exteriores de riqueza que fazem questão de exibir.

E numa clara demonstração de que não temem a prometida devassa fiscal, os contraventores não só desfilam pela cidade em carros importados e ostentam gastos milionários, como têm registrados em seus nomes pelo menos 400 imóveis. Nos últimos 20 anos, a cúpula da contravenção fluminense realizou 320 operações de compra e venda de imóveis, envolvendo seus próprios nomes, como fez Castor de Andrade com o terreno em Angra e Antônio Petrus Kalil, o *Turcão*, com seus apartamentos no Barramares que, podem valer US$ 600 mil.

A Receita já constatou que a maior parte da riqueza dos 11 bicheiros não consta de suas declarações de renda. Há indícios, segundo fontes da Polícia Federal, que pessoas de prestígio na sociedade carioca possuem contas bancárias que, na realidade, funcionam como *escape* de parte dos lucros obtidos ilegalmente pelos contraventores. Mas a maior *lavagem* desse dinheiro seria feita através de uma empresa do contraventor Emil Pinheiro, com sede no Uruguai, e que oficialmente realizaria as transações de venda ao exterior dos jogadores de futebol do Clube Botafogo, do qual é presidente.

Para pegar a cúpula da contravenção na *malha fina*, os fiscais trabalham em cima de algumas linhas básicas de ação: checar todas as transações imobiliárias feitas por eles e cruzar as informações também dos chamados *laranjas* — pessoas em cujos nomes os contraventores colocam grande parte de seus bens.

Esses homens, que até hoje fazem jus ao título de *Intocáveis*, deixaram nos cartórios de registro de imóveis um rastro de parte de seus tesouros. Entre 1972 e 1992, os banqueiros do bicho do Rio realizaram, em média, 1,5 transação imobiliária por mês, excluindo-se aí as feitas em nomes de terceiros. Nessas transações, estão desde imóveis usados como *ponto* de jogo, como o nº 32 da Praça Monte Castelo (Centro), de Raul Capitão, até empreendimentos milionários, como as cerca de 15 propriedades de Emil Pinheiro espalhadas pela valorizada Costa Verde do Rio.

De acordo com certidões do Registro de Imóveis do Estado do Rio, somente José Caruzzo Escafura, o *Piruinha*, entrou o ano de 1992 com 103 imóveis, sendo 50 no bairro do Méier, subúrbio do Rio onde controla o jogo do bicho. Para a Receita Federal, ele é um empresário com atuação no ramo de shows, sendo dono da casa de espetáculos *Sambola*. Mas nesse enredo, *Piruinha* comanda ainda uma rede de motéis — Amarelinho, em Jacarepaguá, Free, em Bonsucesso, Rosa da Vila, no Engenho Novo e Mirante, na Estrada dos Bandeirantes. De quebra, desfila como parte da seleta freqüência do Joquéi Clube do Brasil, sendo proprietário de um haras.

É nesse rastro das certidões de imóveis que Receita e Polícia Federal tentam desvendar um emaranhado de relações que envolve não apenas alta sociedade, como também políticos. Nas certidões de imóveis há ainda provas concretas da ligação, já notória, do contraventor Aniz Abraão David, o *Anísio*, com o prefeito de Teresópolis, Mário de Oliveira Trincano. No dia 6 de abril de 1979, o bicheiro e o político registraram junto ao 6º Ofício a sociedade numa mesma transação imobiliária, envolvendo a sala C-9 da Rua Francisco Sá, 163 (livro 3.532, folha 11), em Teresópolis, onde funciona uma espécie de escritório do prefeito.

Parceiros no samba e nos negócios, os contraventores ostentam uma das mais luxuosas salas comerciais no centro da cidade, a 1.513 da Rua da Assembléia, 10 — mais um dos inúmeros sinais exteriores de riqueza desses homens investigados pela Receita Federal. Os banqueiros garantem que a sala é "escritório do Dr. Castor", sem nunca explicarem que *negócios* são feitos lá.

Toda espelhada e mobiliada com móveis em mogno, ela dispõe de um bar com bebidas importadas, servidas por garçons uniformizados e é guardada por forte esquema de segurança, que inclui policiais à paisana e câmeras de circuito interno de TV, identificando todos que se aproximam da porta.

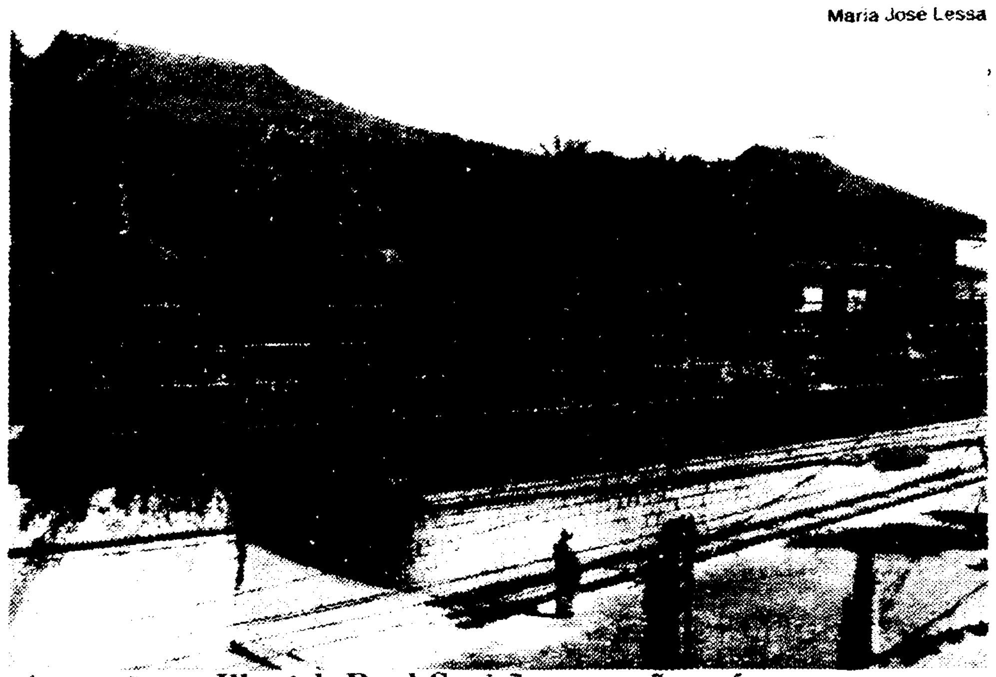
A sala do centro da cidade não é a única transação imobiliária que os contraventores realizaram entre si. Também já foram parceiros nos negócios desse ramo Waldemir Paes Garcia, o *Maninho* (filho do *Miro*), e Raul Corrêa de Melo, o *Raul Capitão*. No dia 7 de junho de 1988, *Maninho* vendeu a *Raul Capitão* um lote no condomínio Atlântico Armação de Búzios, conforme as folhas 163 do livro 4.967 do 17º ofício. Mais um empreendimento em um dos mais valiosos balneários turísticos do país.

OA 107

01 (B)

926 4328

Maria José Lessa



A mansão na Ilha é de **Raul Capitão**, *mas não está em seu nome*

No registro de imóveis, vale o não escrito

Apesar de os contraventores terem registrados em seus nomes cerca de 400 imóveis, os fiscais da Receita Federal sabem que neste jogo vale também o que não está escrito, ou seja, bens que estão em nome de terceiros, pessoas batizadas pelos fiscais de *laranjas*. Rastrear esses imóveis não é uma missão difícil, pois a discrição não é um dos traços marcantes dos *homens do bicho*.

Na praia de Camboinhas, área nobre de Niterói, por exemplo, qualquer criança sabe a quem pertence uma cinematográfica mansão, avaliada em US$ 500 mil (cerca de Cr$ 2 bilhões, ao câmbio paralelo), que se destaca por causa do telhado todo verde. Nem a antena parabólica escapou do *gosto ecológico*: também foi pintada.

Segundo registros da Associação de Moradores de Camboinhas, a mansão número 818 da Avenida Cinco está em nome de uma mulher, mas os moradores garantem que ela pertence "ao seu *Turcão*". Nas certidões do 5º e 6º ofícios, a propriedade não aparece na relação de bens do contraventor, mas na lista telefônica do Leste Fluminense, editada este ano, vem a confirmação. O proprietário da linha telefônica instalada na casa 818 da Avenida 5 é "Antônio P. Kalil".

Na mesma lista telefônica, o nome de *Turcão* aparece em sete imóveis, só sendo superado pelo *Capitão Guimarães*, dono de 12 linhas telefônicas instaladas em nove propriedades, entre elas o apartamento 1.202 do Edifício Roland Garros, na Praia de Icaraí, 59, também em Niterói.

Outro caso típico é a casa da Rua Gregório de Mattos 700, Jardim Guanabara, Ilha do Governador. Embora já não seja mais ocupada por *Raul Capitão*, a casa tornou-se famosa exatamente pela presença constante do bicheiro. Na casa, adquirida por ele, residiam parentes seus, mas não há qualquer indício de sua existência nos registros imobiliários do 5º e 6º ofícios. Ainda que os proprietários sejam outros, durante bom tempo o contraventor ostentou riqueza através da aquisição e manutenção de uma propriedade de alto valor. A casa ocupa quase um quarteirão inteiro, é toda em estilo colonial, possui jardins, chafariz, piscinas e é subdividida em três residências. Na época em que *Raul Capitão* lá ficava, além da presença constante de seus carros importados na rua, havia também um viveiro de pássaros e uma jaguatirica, além de outros animais — *ornamentos* que os contraventores costumam não dispensar em suas residências e *fortalezas*

Uma galeria que desafia o 'leão'

Aniz Abrahão David, *Anísio*



Dono, entre outras empresas, **de uma** gráfica em Nilópolis, **Baixada Fluminense** — terra **de sua** origem. Mas, como **investidor**, optou pelas áreas **mais nobres** do Rio. Todos os **imóveis que** colocou em seu nome **estão na** Zona Sul, como o **apartamento** de quatro quartos, **dois banheiros** sociais, salão e **sala de** estar, no condomínio **2.172 da** Avenida Atlântica, esquina com a Rua Hilário de **Gouveia.** Como seus companheiros **de contravenção**, também investe na Região dos Lagos e Barra da Tijuca. Segundo fiscais, é um dos principais alvos da Receita Federal, que investiga o faturamento das empresas que diz possuir. As festas de debutantes que patrocina para parentes são marcadas pelo luxo. Em 1983, fechou a gafieira Asa Branca e contratou o locutor Marcos Hummel, da Rede Globo, para apresentar o baile de 15 anos de uma sobrinha, que ainda teve show de Cauby Peixoto.

Raul Corrêa de Melo, *Raul Capitão*



Dono do jornal *O Povo* e da **Imobiliária** Cap-Rio — único **prédio na** Rua da Quitanda, **Centro**, com antena parabólica —, **é considerado** o *mais empresário* de todos os contraventores, **por ter** constituído o maior [illegible] mal de Parkinson e ultimamente tem saído pouco à rua. Seu filho Marco Aurélio foi assassinado em 1988, em disputa pelo controle de pontos do bicho, o que deixaram estremecidas as relações entre *Raul Capitão* e a [illegible]

Antônio Petrus Kalil, *Turcão*



É dono de restaurantes, a maioria no Centro da cidade. Mas o mercado imobiliário parece também ser seu forte. Nos últimos anos, realizou pelo menos 35 operações de compra e venda de imóveis, mas aos olhos da lei terminou dono de apenas seis. Entre eles, há apartamentos em Copacabana e Vila Isabel e lojas na Tijuca, Centro e Maracanã — todos de pouco valor. Os valiosos — como os do Barramares — foram vendidos. É conhecido como banqueiro de descarga — **assim nas grandes apostas feitas em pontos de pequenos bicheiros.**

Carlos Teixeira Martins

03

926 93/8

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Jornal do Brasil

FECHA DE PROCEDENCIA 26-7-92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Uma galeria que desafia o 'leão'

Aniz Abrahão David, *Anísio*



Dono, entre outras empresas, de uma gráfica em Nilópolis, Baixada Fluminense — terra de sua origem. Mas, como investidor, optou pelas áreas mais nobres do Rio. Todos os imóveis que colocou em seu nome estão na Zona Sul, como o apartamento de quatro quartos, dois banheiros sociais, salão e sala de estar, no condomínio 2.172 da Avenida Atlântica, esquina com a Rua Hilário de Gouveia. Como seus companheiros de contravenção, também investe na Região dos Lagos e Barra da Tijuca. Segundo fiscais, é um dos principais alvos da Receita Federal, que investiga o faturamento das empresas que diz possuir. As festas de debutantes que patrocina para parentes são marcadas pelo luxo. Em 1983, fechou a gafieira Asa Branca e contratou o locutor Marcos Hummel, da Rede Globo, para apresentar o baile de 15 anos de uma sobrinha, que ainda teve show de Cauby Peixoto.

Raul Corrêa de Melo, *Raul Capitão*



Dono do jornal *O Povo* e da Imobiliária Cap-Rio — único prédio na Rua da Quitanda, Centro, com antena parabólica —, é considerado o *mais empresário* de todos os contraventores, por ter constituído o maior número de empresas de forma legal — são pelo menos 12. Possui em seu nome 27 imóveis, a maioria na Ilha do Governador e no Centro, onde estão seus pontos de jogo. Também tem *bancas* na Bahia. Sofre do mal de Parkinson e ultimamente tem saído pouco à rua. Seu filho Marco Aurélio foi assassinado em 1988, em disputa pelo controle de pontos do bicho, o que deixaram estremecidas as relações entre *Raul Capitão* e o restante da cúpula da contravenção. Em 3 de agosto de 1990, comprou seis apartamentos numa única transação imobiliária, na Rua Barão de Cotegipe 419, Vila Isabel, doando cinco deles para parentes.

Waldomiro Garcia, *Miro*



Os próprios contraventores o chamam de *Bradesco*, numa alusão a sua riqueza pessoal. Ele se apresenta como fazendeiro e criador de cavalos, cai na máxima do *vale o que não está escrito*, e não aparece na liderança do *ranking* de quem possui mais imóveis. Os 61 registrados em seu nome incluem a Fazenda Garcia, de 600 alqueires, em Magé, onde, em sociedade com o filho *Maninho*, possui um haras com cerca de 100 cavalos de raça, cada um avaliado em US$ 10 mil. Possui terras em Araruama, no Loteamento Village d'Itália Araruama e em Teresópolis. Em 21 de agosto de 1980, comprou, de uma só vez, 10 apartamentos e duas lojas na Avenida Geremário Dantas, 1.072. Em 20 de novembro de 1986 comprou numa única transação imobiliária, cinco salas na Rua Visconde de Pirajá, 623, em Ipanema. É dono também do Cassino Acaraí, no Paraguai, com 250 máquinas caça-níqueis.

Antônio Petrus Kalil, *Turcão*



É dono de restaurantes, a maioria no Centro da cidade. Mas o mercado imobiliário parece também ser seu forte. Nos últimos anos, realizou pelo menos 35 operações de compra e venda de imóveis, mas aos olhos da lei terminou dono de apenas seis. Entre eles, há apartamentos em Copacabana e Vila Isabel e lojas na Tijuca, Centro e Maracanã — todos de pouco valor. Os valiosos — como os do Barramares — foram vendidos. É conhecido como banqueiro de descarga — aceita as grandes apostas feitas em pontos de pequenos bicheiros.

Carlos Teixeira Martins, *Carlinhos Maracanã*

Dono da rede de Supermercados Maracanã — daí o seu apelido — e proprietário da casa de espetáculos [illegible], na Rua Comendador Guerra 84, na Pavuna (subúrbio do Rio). É nesse bairro que tem a maior parte de suas bancas de jogo e onde mantém a sua fortaleza, na Rua Sargento Manuel Chagas, toda cercada de muros altos, arame farpado e sistema de segurança nas portas de aço. Possui pontos também em Rocha Miranda. Português de Trás-os-Montes, concentra a maior parte de seus imóveis na Pavuna e em Anchieta. Atualmente expande seus negócios para Goiás.



03

920.93/8

Emil e Castor exibem seus bens em Angra

Dentro de seus estilos pessoais de ostentação da riqueza, os bicheiros Emil Pinheiro e Castor de Andrade destacam-se na região de Angra dos Reis. Seus bens na valorizada área superam os de muita gente famosa. O mais caro dos iates ancorados na região, por exemplo, pertence a Emil Pinheiro. É o *Príncipe Ernesto II*, de 89 pés, avaliado em US$ 6 milhões (Cr$ 25 bilhões) e pintado nas cores preto e branco, as mesmas do Botafogo, time que patrocina. Faz parte deste *patrocínio*, aliás, distribuir aos jogadores luxuosos apartamentos, na Barra da Tijuca (Zona Sul do Rio), como os do Condomínio Novo Leblon. Nem Ayrton Senna, Xuxa ou Ivo Pitanguy — vizinhos de Emil em Angra — têm um iate tão luxuoso ou áreas de terra tão grandes.

Emil possui ainda duas mansões em Portogalo (condomínio de Angra), estimadas em cerca de US$ 500 mil (Cr$ 2 bilhões) cada, além de vários terrenos. Os barqueiros da região o conhecem como "*seu* Emil, que ajudou o Botafogo" e que "dá *altas* festas" em suas mansões. No Rio, Emil mora no 18º andar do bloco 1 do Condomínio Atlântico Sul, na Barra, onde ocupa dois apartamentos, cada um com quatro quartos e quatro salas, avaliados em cerca de US$ 700 mil (Cr$ 2,8 bilhões) cada.

Foto de A...



Castor exibe o título na placa

Já Castor de Andrade é conhecido em Angra como *Dr.* Castor — título que exibe numa placa, junto com o desenho de um castor, na Enseada das Estrelas, Ilha Grande, onde tem uma propriedade de 96 mil metros quadrados. A placa avisa que o recanto é "propriedade do *Dr.* Castor" e adverte: "Conserve a praia limpa."

Foi justamente na Ilha Grande, só que do outro lado, que *Dr.* Castor esteve preso, em 1968, no Instituto Penal Cândido Mendes, por suas ligações com a contravenção. Na Enseada das Estrelas, batizou seu recanto de *Sítio da Raposinha* e tem três lanchas ancoradas na entrada. A propriedade está entre as maiores de Angra. Apostando nos bichos, Castor tem na enseada pavões, emas, araras e papagaios.

Além disso, as três mansões em construção são idealizadas pelo arquiteto Zanine, cujo projeto está orçado em US$ 1 milhão (Cr$ 2 bilhões). Com suítes, salões, varandas, quartos de hóspedes, esquadrias de mogno, madeira da melhor qualidade — extraída da Amazônia —, móveis esculpidos a mão e tetos de vidro, as casas são cercadas pela Reserva Biológica da Ilha Grande e por três mil metros de extensão de praia. No ano passado, quando Castor iniciou as construções, foi acusado de crime ecológico e autuado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) por desmatamento. Dessa lei, pelo menos, ele não escapou.

Gastar muito é um hábito característico

Em suas veias não corre o sangue azul, mas quem freqüenta a noite do Rio sabe que os contraventores têm um apetite *real*. De tão exagerados, os gastos dos banqueiros no circuito gastronômico carioca chegaram a inspirar um cálculo malicioso: à mesa de um restaurante, um Castor vale 1,7 Raniers. A equivalência foi criada durante a Rio-92, quando o Príncipe Ranier, de Mônaco, almoçou no restaurante Antiquarius, no Leblon, e deixou em caixa Cr$ 150 mil. Castor de Andrade, habituê do restaurante carioca escolhido pelo príncipe, não gasta menos de Cr$ 267 mil em suas refeições. Só o vinho Carvalho Ribeiro Ferreira, seu preferido, custa Cr$ 183 mil.

Mas se no Rio eles se *esforçam* para ter hábitos de consumo *reais*, em outros continentes são de fato tratados como reis. Suas constantes viagens para o exterior, onde costumam jogar em cassinos, serão levadas em conta pela Receita Federal como um dos sinais exteriores de riqueza. O levantamento de suas idas e vindas foi realizado no ano de 90, considerado desastroso para as empresas aéreas brasileiras. Mas os bicheiros, com certeza, não contribuíram para essa crise.

Antônio Petrus Kalil, o *Turcão*, por exemplo, comemorou o reveillon de 90 em Miami, nos Estados Unidos, para onde viajou no dia 29 de dezembro e retornou no dia 5 de janeiro de 91. Em julho, sem sentir os efeitos do Plano Collor, ele embarcou num vôo da Varig para Los Angeles, retornando ao Rio via Nova Iorque, através do aeroporto de Nova Iorque, cidade próxima a Atlantic City, onde ficam os cassinos preferidos dos contraventores do Rio. As viagens a Nova Iorque de *Turcão* se repetiram por três vezes em 90. Em outubro de 1990 Aniz Abrahão David, o *Anísio*, também esteve em Nova Iorque, onde permaneceu sete dias. *Anísio* viajou ainda duas vezes para Los Angeles, Milão, na Itália e Miami. No dia 26 de dezembro embarcou outra vez para Nova Iorque, de onde só retornou em 5 de janeiro.

Os contraventores se tornaram *figurinhas fáceis* na rotina dos jogos em Atlantic City, onde são identificados por cartões vips — privilégio de clientes muito especiais dos cassinos. O cartão vip na prática significa não mexer em dinheiro vivo. Nos hotéis cinco estrelas (onde estão os cassinos) o cartão serve para tudo. Basta mostrá-lo para ter o melhor tratamento possível. Tudo fica por conta dos hotéis ou, dependendo do caso, é descontado do depósito, depois. É esse depósito, que varia entre US$ 50 mil e US$ 100 mil, que torna os banqueiros *vips*. Eles depositam *cash* a quantia e raramente gastam menos do que isso em cada visita que fazem aos cassinos. Em março de 1986, a cúpula da contravenção desembarcou no Rio na primeira classe de um Jumbo que vinha de Nova Iorque, com as mulheres e *lugares-tenentes*, além de um pianista. A trupe vinha da comemoração do aniversário de um deles em Atlantic City, onde fecharam o salão de um cassino.

Tanta comemoração cerrou laços de amizade, como ficou provado no casamento da filha de *Turcão*, em setembro de 87, quando os noivos foram homenageados com um jantar oferecido pelo Hotel Cassino Sands, de Atlantic City. Os donos do cassino enviaram uma grande comitiva para a festa de casamento no Jóquei Clube, no Rio. Para a festa até purpurina foi importada da Alemanha para cobrir as 500 hastes de trigo e outras 500 de vime que enfeitavam o salão. A decoração contava ainda com 29 mil flores. O casamento esgotou o estoque de ramos de eucalipto na cidade do Rio.

Extravagância semelhante foi a iniciativa de *Luizinho Drumond* em gastar US$ 85 mil para fechar o Canecão, em novembro do ano passado, para comemorar a festa de terceiro aniversário de seu caçula, Vinicius Pereira Drumond. Regada a fartas doses de uísque escocês Ballantines 12, a festa foi animada pela dupla sertaneja Chitãozinho e Xororó, contratada por US$ 30 mil. As 25 pessoas que trabalham com a dupla tiveram as despesas de transporte —vieram de São Paulo de avião— e hospedagem em hotel de cinco estrelas custeadas pelo bicheiro.

As festas, entretanto, são apenas um dos sinais exteriores de riqueza. Quem passa nas tardes de sexta-feira, pela Rua da Quitanda, no Centro do Rio, encontra, na altura do número 71, em frente à Cap-Rio, um reluzente Rolls Royce, de Raul Capitão. Nos últimos carnavais, os bicheiros viveram cenas dignas de serem protagonizadas por *magnatas*: Ailton Guimarães Jorge, o *Capitão Guimarães*, desfilava em uma limusine blindada, enquanto Castor de Andrade se fartava num banquete de musses de lagosta, casquinha de siri, camarões e surubim defumado. Cenas *hollywoodianas* registradas pela imprensa, sob os olhos da Polícia Federal, que fazia a segurança oficial dos *reis* do carnaval carioca. Depois do último carnaval, no entanto, os banqueiros ficaram mais discretos. Na última noitada que movimentou a cidade — a comemoração do campeonato brasileiro de futebol ganho pelo Flamengo —, as boates ficaram cheias mas o único bicheiro flagrado foi o modesto Zinho, que se diz porta-voz do jogo de bicho e festejou no Calígola. Em termos de sinais exteriores de riqueza, não foi nenhuma Brastemp.

05

9209318.

Castor de Andrade



Dono de um diploma de ad[illegible], gosta de ser chamado [illegible]tor. Além das terras em [illegible] e do escritório na Rua da [illegible]bléia, 10, Castor possui [illegible]riedades nas zonas Sul e [illegible], além de lotes na Baixada [illegible]inense. Doou ao filho Pau[illegible]berto, 1974, o apartamen[illegible]1 da Avenida Atlântica, [illegible] Edifício Aslan, no Leme. [illegible]ltima vez em que esteve [illegible], sua passagem pela ceia [illegible]olinter foi marcada por ce[illegible] folclóricas como a chegada de móveis, colchão e outras regalias. Sua primeira prisão, em 1968, foi por enriquecimento ilícito. Vaidoso, fez duas operações plásticas e é considerado um bicheiro de elite, por conseguir reunir artistas e *socialites* nas festas que patrocina, como a realizada há dois meses, na boate do Restaurante Sol e Mar. Foi até uma festa modesta para quem costuma fechar o salão nobre da casa para 600 convidados.

Aílton Guimarães Jorge, *Capitão Guimarães*



Dono de uma administradora de imóveis em Niterói, controla pontos em Niterói, Região dos Lagos, Vitória e parte de Salvador. Ex-capitão do Exército — daí o título *capitão* —, é acusado de ter sido torturador de presos políticos. Respondeu a inquérito judicial por contrabando, o que motivou sua expulsão das Forças Armadas. Na sua relação de bens, constam terras em São Pedro da Aldeia (Região dos Lagos) e Itaipu (região nobre de Niterói). É outro que está entre os principais alvos da Receita, já que declara possuir [illegible] imóveis. Nos 5º e 6º ofícios de distribuição há registrado em seu nome apenas seis imóveis, mas outras propridades em Niterói já foram detectadas como sendo suas de fato. Gosta de ostentar sua riqueza, não dispensando relógio e cordões de ouro e carros de luxo em sua rotina. É presidente da Liesa (Liga Independente das Escolas de Samba).

[illegible]aldemir Paes Garcia, *Maninho*



Fazendeiro e criador de ca[illegible], é o mais jovem dos con[illegible]ventores. *Maninho*, 32 [illegible], debutou no mercado [illegible]biliário em 1981, compran[illegible] um apartamento na Rua [illegible]eira Campos, 18, em Copacabana. Hoje, possuía 19 [illegible]veis em seu nome, entre [illegible] uma casa na Rua Marti[illegible] de Mesquita, 271, na [illegible]a, rua protegida por [illegible]celas e guardas particula[illegible]. Tem como *hobby* a cria[illegible] de cavalos e divide o tempo entre bancas de bicho, fazendas e lugares da moda. É nesse lugares que costuma se meter em brigas que volta e meia vão parar na Justiça. Há dois anos se desfez da fazenda *Córrego Grande*, em Minas Gerais, onde possuía terras de pastagens e culturas de 336 hectares. Tem vários imóveis em Copacabana, Vila Isabel e Jacarepaguá, incluindo a *fortaleza* da família, na Estrada Três Rios 643.

Emil Pinheiro



Presidente do Botafogo Futebol e Regatas, é também apresentado pela cúpula da contravenção como um "empresário construtor". Não se sabe o que ele construiu. Emil entende mesmo é de compra e venda. Nos últimos 20 anos, vendeu 12 propriedades em seu nome e comprou cerca de 40 imóveis. Suas transações são quase sempre com imóveis da Barra da Tijuca e de Angra dos Reis, onde começou a investir em 1974, adquirindo terras da Fazenda Jupaíba. Cinco anos mais tarde, ampliou os investimentos, adquirindo quatro terrenos em Portogalo. No apartamento de 350 metros quadrados em que mora, no Atlântico Sul, paga um condomínio de quase Cr$ 1 milhão. É considerado um dos homens mais ricos da contravenção e o principal incentivador da dobradinha futebol-jogo do bicho. É dono de pontos em Jacarepaguá e na Barra da Tijuca.

[illegible]osé Caruzzo Escafura, *Piruinha*



Oficialmente, é empresário [illegible] uma casa de shows no [illegible]bio do Rio, a *Sambola*. [illegible] participação em uma re[illegible] motéis. Diz que investe [illegible]nheiro em cavalos, sendo [illegible] do Stud Sambola e do [illegible]s Escafura. Só que seus [illegible] cavalos no Hipódromo da [illegible]vea não valem mais do que [illegible] 1 mil (cerca de Cr$ 4,3 [illegible]ões, ao câmbio paralelo), [illegible]da um, no mercado. Sua "cavalhada velha" — segundo freqüentadores do Jóquei — corre na quantidade, ou seja, vários cavalos de seu *stud* participam de um mesmo páreo e, por conta disso, algumas vezes acaba dando *Piruinha na cabeça*, no resultado final. Controla o jogo do bicho na Abolição, Engenho de Dentro, Méier e adjacências. Tem registrados em seu nome 103 imóveis, mas chegou a comprar cerca de 115 ao longo dos últimos 20 anos. Tem propriedades em Saquarema e Araruama, um prédio em Sepetiba e três apartamentos na Avenida Copacabana.

Luiz Pacheco Drumond, *Luizinho*



"Empresário bem sucedido", *Luizinho Drumond*, na verdade, é muito mais do que dono de várias firmas, como se apresenta ao fisco. Possui 96 imóveis oficialmente em seu nome. É proprietário de terras em Três Rios, Iguaba e Friburgo, um prédio inteiro em Araruama — na Avenida das Conchas 70 —, apartamentos e lotes na Barra da Tijuca, dezenas de salas comerciais em Bonsucesso — a maioria na Rua Cardoso de Moraes — e apartamentos em Ramos — muitos na Rua Conselheiro Paulino. Como negociante, costuma comprar, de uma só tacada, vários imóveis, como no dia 19 de setembro de 1984, quando arrematou 38 vagas de garagem na Rua Dona Izabel 656, Bonsucesso, ou no dia 7 de agosto de 1980, quando [illegible] prédios e [illegible] em [illegible]. Se diz também dono do Restaurante Sul's, em Ramos, fechado há meses. É dono de pontos na zona da Leopoldina e em outros estados, como Acre, Amapá, Roraima e Pará.

06

de uma só
ntos no cor

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Jornal do Brasil

FECHA DE PROCEDENCIA 26-7-92.

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Processo contra bicheiros tem novas provas

O processo que tramita na 14ª Vara Criminal contra os banqueiros de bicho, acusados dos crimes de formação de quadrilha e associação para prática do tráfico de entorpecentes, será reforçado pelas denúncias publicadas pelo **JORNAL DO BRASIL** de domingo, mostrando que os contraventores cariocas foram parceiros em transações imobiliárias e mantêm em seus próprios nomes lojas que funcionam como pontos de bicho. Na fase de inquérito, no inicio deste ano, os bicheiros disseram não haver qualquer ligação entre eles e negaram até participação na contravenção.

O rastreamento dos vôos realizados pelos bicheiros em 1990 indicou coincidência de datas nas viagens para o exterior, principalmente a Nova Iorque. Dali, os contraventores partem para Atlantic City, onde apostam fortunas nos cassinos dos quais são clientes *vips*. As evidências derrubam a defesa de que não podem formar quadrilha "porque mal se conhecem", como afirmaram durante o interrogatório.

Paralelamente, os fiscais da Receita Federal estão em busca dos sinais exteriores de riqueza dos bicheiros, para detectar se o estilo de vida que levam é compatível com as rendas declaradas. Se ficar provado que houve fraude nas declarações, os banqueiros de bicho pagarão multa de até 150% sobre o valor dos bens sonegados e serão denunciados pelo Ministério Público.

As empresas dos bicheiros também estão sendo investigadas, para apurar se há lavagem do dinheiro obtido na contravenção. A operação *malha fina* não tem prazo para terminar. De acordo com as certidões de Registro de Imóveis obtidas pelo JB, os 11 banqueiros que integram a cúpula têm registrados em seus nomes pelo menos 400 imóveis e, nos últimos 20 anos, realizaram 320 operações de compra e venda de terrenos, apartamentos e lojas.

As transações são sinais de riqueza, pois envolvem imóveis e terras em áreas valorizadas, como Angra dos Reis e Búzios. Há também casos de contraventores, como Antônio Petrus Kalil, o *Turcão*, que comprou de uma só tacada cinco apartamentos no condomínio Barramares.

07/07

92083/6



Por qué se fugó de la cárcel Pablo Escobar

El jefe del cártel de Medellín era el preso mejor custodiado de Colombia. Su huida aumenta la grave crisis del Gobierno, que espera que el capo vuelva a entregarse

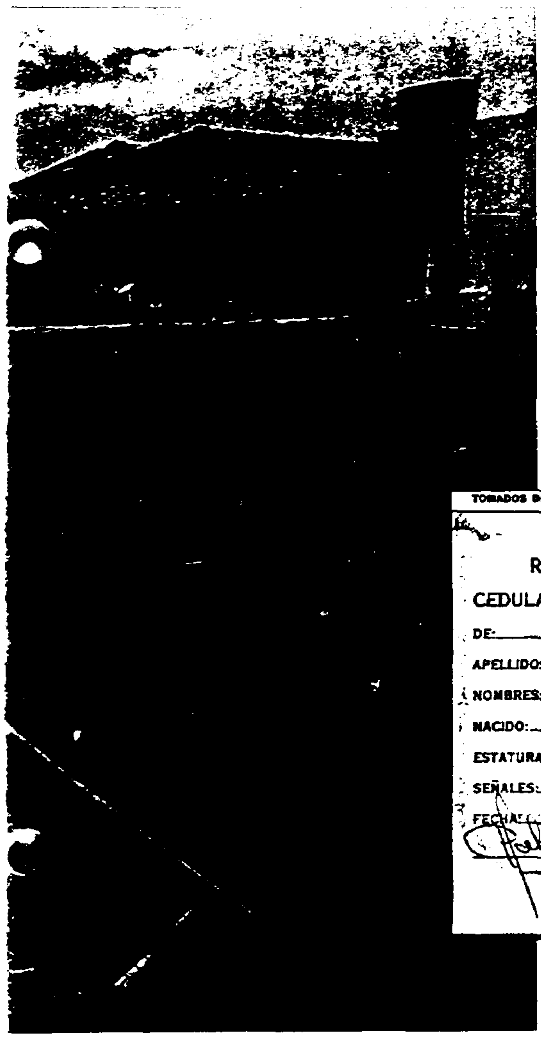
MARIA CRISTINA CABALLERO, Bogotá

ERA la madrugada del miércoles 22 de julio y la tensión crecía en los alrededores de La Catedral, la cárcel de Envigado (cerca de Medellín) que alojaba al jefe del cártel de Medellín, Pablo Escobar. Desde el atardecer del martes, cuando se enteraron de que iban a ser trasladados a otra prisión, Escobar y sus colegas presidiarios —sus guardaespaldas— se encontraban amotinados. Fue en ese momento cuando algunos de los soldados que sitiaban el lugar vieron salir de la cárcel a un curioso grupo. Lo encabezaban varios guardianes, y detrás marchaban algunos campesinos. En medio de todos, una mujer alta y gorda, ataviada con ropa deportiva. Los soldados miraron hacia otro lado —era parte del pacto, a cambio de hacerse ricos—. La extraña comparsa llegó al vecino bosque de pinos, al amparo de las sombras.

Dos días más tarde se supo que la corpulenta señora era, en realidad, Pablo Escobar disfrazado y que los campesinos y guardianes eran sus compinches. Sobornando a unos, aprovechando la estupidez de los otros, el mayor narcotraficante del mundo había logrado huir.

Lo que siguió fue una crisis. El presidente, César Gaviria, que se preparaba para asistir a la Cumbre Iberoamericana de Madrid, no pudo hacerlo. Fue entonces cuando empezó a destaparse la terrible corrupción que ha permitido a Escobar vivir como un rey en la cárcel de Envigado —que se había convertido en su cuartel de operaciones— y luego huir de ella.

El episodio ha dejado en Colombia un reguero de incógnitas, que se resumen en una: ¿Por qué pudo escapar, cuando quiso, el preso supuestamente mejor custodiado de Sudamérica? La respuesta es simple y terri-



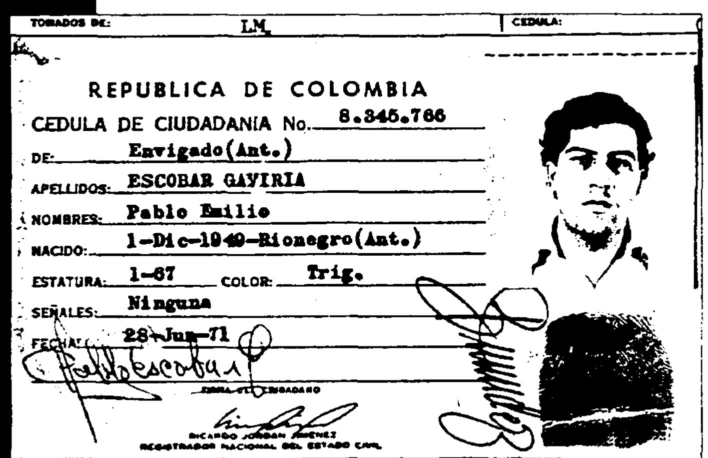
ble: por culpa de la corrupción y de la ineptitud.

El capo había llegado a esta prisión de unos 1.900 metros cuadrados —en la que disponía de capilla, gimnasio, *yakuzi*, cama de agua y pantalla gigante de televisión— el 19 de junio de 1991 a las 15.45 horas, con la garantía del Gobierno colombiano de que no sería extraditado a Estados Unidos, y una posible rebaja de penas para los delitos confesados.

ENJUICIAR Y AJUSTICIAR. Según el libro *Mi lucha en Medellín*, escrito por el ex coronel Augusto Bahamón, Escobar pagó un millón de pesos (casi 1.540 dólares) por cada kilómetro cuadrado de los terrenos de lo que ha sido su prisión, cuyos planos fueron supervisados por él mismo.

Ahora se ha comprobado que Escobar había convertido La Catedral en centro de operaciones y reuniones de sus colegas, lo que había sido negado rotundamente por las autoridades encargadas de su seguridad, como el comandante de la IV Brigada, general Gustavo Pardo Ariza, o el director de prisiones, coronel Hernando Navas Rubio.

La vida que el capo llevaba en La Catedral fue denunciada oficialmente por el fiscal general de la nación, Gustavo de Greiff, ante el presidente el pasado 21 de julio a las 11.30 horas. En ese momento se llevaba a cabo un consejo de seguridad en el palacio presidencial. De Greiff ha dicho que en aquella ocasión presentó evidencias de que Escobar había ordenado secuestrar y llevar ante su presencia, en prisión, a más de 15 miembros del cártel de Medellín. Algunos, acompañados por sus guardaespaldas.



TOMADOS DE: I.M. CEDULA:

REPUBLICA DE COLOMBIA

CEDULA DE CIUDADANIA No. 8.345.766

DE: Envigado(Ant.)

APELLIDOS: ESCOBAR GAVIRIA

NOMBRES: Pablo Emilio

NACIDO: 1-Dic-1949-Rionegro(Ant.)

ESTATURA: 1-67 COLOR: Trig.

SEÑALES: Ninguna

FECHA: 28-Jun-71

RICARDO JORDAN JIMENEZ
REGISTRADOR NACIONAL DEL ESTADO CIVIL

Ficha del criminal más buscado de Colombia y, probablemente, del mundo. A la izquierda, La Catedral. En esta cárcel, Escobar hizo y deshizo a su antojo.

Parece ser que Escobar decidió que los jefes del cártel de Medellín tenían que rendirle cuentas por anomalías financieras de la organización. El capo los sometió a una especie de juicio dentro de La Catedral. Los cuerpos de dos de sus *sindicados*, considerados como sucesores de Escobar al mando del cártel (los hermanos Francisco y Fernando Galeano), aparecieron quemados, y con señales de tortura, a mediados de julio; las autoridades encontraron seis cadáveres más acribillados.

Otra versión acerca de estos asesinatos asegura que Escobar intentaba reunir 500 millones de dólares urgentemente y en efectivo, posiblemente para financiar los sobornos necesarios para su fuga. Ante las protestas por su exigencia, Pablo Escobar decidió deshacerse de sus propios socios.

Según una tercera versión, el dinero no era sólo para Escobar, sino también para fortalecer el aparato militar del cártel. ¿Acaso con fines terroristas? Lo cierto es que en la cárcel se han encontrado unos papeles de su puño y letra referentes a este último proyecto.

El ex ministro de Justicia Enrique Parejo González —uno de los más críticos de las medidas promovidas por Gaviria para lograr que Escobar se entregara— asegura que, según fuentes fidedignas, frecuentemente Escobar no dormía en la cárcel por temor a ser víctima de un bombardeo y que había pedido a sus subordinados 200 millones de dólares en efectivo.

Los jueces del proceso contra Escobar tenían evidencias sobre la complicidad de los guardias con los presos. Sabían que la cárcel estaba fuera de control y que, por tanto, era urgente trasladar a Escobar y su gente a una guarnición militar o a una verdadera cárcel, antes de que el capo conociera los resultados de la investigación de la fiscalía. ¿Por qué? Según De Greiff, «las pruebas recogidas complicaban la situación jurídica de Escobar y sus cómplices».

De Greiff también asegura que lo primero que advirtió a César Gaviria sobre el traslado de cárcel del capo fue la necesidad de actuar por sorpresa: «El presidente me dijo que estaba totalmente de acuerdo».

> **GUSTAVO de Greiff mostró evidencias a Gaviria sobre los secuestros y asesinatos que el capo ordenó desde La Catedral**

Sin embargo, sucedió todo lo contrario. Navas Rubio y el viceministro de Justicia, Eduardo Mendoza, decidieron entrar en La Catedral por iniciativa propia. ¿Por qué unos altos funcionarios del Estado tenían que ir a explicar a unos delincuentes la razón de unas órdenes presidenciales y militares? «Lo hicimos para aclarar a los

reclusos que serían cambiados de lugar por motivos de seguridad», justificó el viceministro.

La visita de estos altos funcionarios a la cárcel fue catalogada por generales del Ejército como «imprevista e inconsulta».

Por su parte, un alto funcionario del Gobierno colombiano declaró: «El haber entrado me parece una imprudencia o un exceso de arrojo que perjudicó la operación de traslado de los reclusos».

COMPROMISO DEL GOBIERNO. La verdad es que todo se complicó a partir del instante en que estos funcionarios entraron en La Catedral. Según Mendoza, el propio Escobar ordenó a sus 14 hombres que los rodearan: «Nos dijo que de ahí salíamos, pero muertos». Según declaraciones posteriores de Roberto, el hermano de Pablo Escobar, los narcos no querían salir de la cárcel porque el Gobierno se había comprometido a no cambiarlos de prisión: «El documento del acuerdo lo tiene Santiago Uribe (abogado de Pablo Escobar)», declaró Roberto al diario *El Colombiano* de Medellín.

Finalmente, el operativo organizado para trasladar a los prisioneros se convirtió en una operación de rescate de los secuestrados. Ante la gravedad de la situación, se decidió la intervención de las Fuerzas Especiales, que necesitaban dos aviones para ser transportadas. Sin embargo, sólo estaba disponible la tripulación de uno de los aviones, con lo que la llegada del grupo a Envigado se retrasó. Esa mala organización ocasionó la renuncia forzosa del comandante de la Fuerza Aérea Colombiana (FAC), mayor general Hernando Monsalve Figueroa.

Entretanto, el presidente y todos los miembros del Consejo Nacional de Seguridad permanecían reunidos en el palacio presidencial. Desde ahí se emitió un comunicado, que ha sido motivo de crítica porque se limitaba a decir que se había decidido trasladar a los presos por la necesidad de terminar algunas obras de la cárcel.

Hacia las 00.30 horas del 22 de julio, el sargento segundo Filiberto Joya habló durante diez ó 15 minutos con los presidiarios. Le prometieron que harían millonarios a los guardianes y les entregaron una olla con patatas, arroz, pasta, carne y mortadela.



Una dependencia de la prisión de Envigado. El jefe del cártel de Medellín dice que sólo se entre g



De Greiff advirtió que el traslado debía ser secreto.

Poco después, según un soldado, los presidiarios empezaron a salir: unos vestidos de guardianes, otros de campesinos, otros bien vestidos, otros con pasamontañas. Entre ellos iba una mujer. «Probablemente se trataba de Escobar disfrazado de mujer». Joya advirtió a sus subalternos que «aunque les arrancaran los ojos o los testículos, no contaran lo sucedido».

Junto con Escobar huyeron Roberto Escobar, *Osito*; Otoniel González, *Otto*; Alfonso Puerta Muñoz, *Angelito*; John Jairo Betancur, *Icopor*; Carlos Bedoya, *La Garra*; John Jairo Velasquez, *Popeye*; Jorge Avendaño, *El Tato*, y José Ospina. A las 2 de la madrugada llegó el relevo y Joya entregó el puesto «sin novedad».

Mientras tanto, los secuestrados continuaban su propia aventura. Uno de los personajes que acompañaba a Escobar cargó una ametralladora Miniuzi y la colocó en la cabeza del viceministro. Luego sacó una radio y empezó a transmitir órdenes: que pusieran bombas cerca de los colegios, que prepararan coches-bomba, que iba a llover dinamita en este país y que iban a matar a todos.

«Escobar nos dijo que éramos re-

03

9209319



garà si es internado en una prisión de Antioquia.

henes suyos y que de ahí íbamos a salir todos muertos —recuerda el viceministro—. Poco después se escuchó un tiroteo. Entonces entraron los soldados de las Fuerzas Especiales. Uno



Mendoza, secuestrado por los presos.

de ellos me cogió y me empujó contra una esquina. Los soldados nos dijeron que nos quedáramos quietos. A esas alturas el tiroteo era impresionante... Al final, salimos gateando con Navas y Rodríguez».

UNA FUGA SIN DEJAR RASTRO. La confusión era absoluta. El Gobierno decidió dar una rueda de prensa para informar de lo sucedido hasta entonces y sobre la actividad de Escobar en La Catedral: «Información de inteligencia y datos suministrados por la Fiscalía demuestran que Pablo Escobar continúa involucrado directa y personalmente en la comisión de delitos».

La controversia no se hizo esperar. ¿Cómo habían podido escapar nueve personas sin dejar rastro? Inmediatamente, los principales medios de información publicaron la noticia en primera página tanto en Colombia como en el exterior.

El fiscal antidrogas norteamericano Bob Martínez, uno de los más duros críticos con lo sucedido, exigió explicaciones y la captura del narcotraficante: «Escobar es un *gángster* sediento de sangre, responsable de la muerte de miles de ciudadanos estadounidenses y de la adicción de millares de personas».

El presidente de Estados Unidos, George Bush, en cambio, reiteró su apoyo a la lucha antinarcóticos y a la estrategia de Gaviria contra las drogas, y le ofreció aportaciones para fortalecer esa política. Los gobiernos de España y Gran Bretaña también manifestaron su solidaridad con el presidente Gaviria.

Para el congresista norteamericano Robert Torricelli, basándose en la reciente decisión de la Corte Suprema de Justicia de su país, y con el fin de pedir a Colombia la reanudación de las extradiciones, el secuestro de personas en países extranjeros es una opción que debe ser considerada. Otros congresistas norteamericanos han anunciado que promoverán una revisión de la política antidrogas en el caso de Colombia.

Tal vez temiendo un eventual secuestro por parte de caza-recompensas o una posible venganza de familiares de los n... sea entre 1938 y 1939, ...se encontraba en el dos recientem... Gran Bretaña para capo, Escobar ha... de Checoslovaquia. terés por entregars...ron la falta de autoridades colombia... enérgica oposi-

En un primer comu... negociacio- bar solicitaba ser cust... tácita acep- fuerzas especiales de las ...sión del Unidas; posteriormente, sol... ner los mismos guardias que l... pañaron durante un año en la ... las de Envigado y ser recluido en ...iar mismo lugar. ...i

LA operación para trasladar a los presos de cárcel se convirtió en una operación de rescate de los rehenes secuestrados por los narcos

Pero en un tercer comunicado ya aceptaba quedarse en cualquier cárcel o guarnición militar, siempre y cuando estuviese en su departamento natal de Antioquia.

Entre otras nuevas condiciones, el jefe del cártel de Medellín exige que no se le traslade de cárcel, que su vigilancia sea compartida por un organismo internacional y que no estén presentes efectivos de la Policía.

Por su parte, el Gobierno colombiano ha planteado que la entrega debe ser absolutamente incondicional y lo único que le garantiza es su seguridad y un juicio justo.

Para De Greiff, la nueva actitud de Escobar «puede ser otra de sus campañas de desinformación, aunque legalmente es viable una nueva entrega. Al fugarse, ha perdido todos los beneficios de reducción de penas. Pero si vuelve a entregarse voluntariamente y confiesa los nuevos delitos cometidos, podría conseguir alguna rebaja de pena».

El Congreso ha anunciado que someterá al Gobierno de Gaviria a un juicio político para establecer responsabilidades por la fuga de Escobar.

Estos días, César Gaviria afronta uno de los periodos más críticos de su mandato; todos los problemas parecen llegar juntos: el fracaso de los diálogos de paz con la guerrilla del país, el racionamiento de energía que perjudica seriamente al sector industrial, el gran aumento del desempleo, la crisis del sector cafetero y, por si fuera poco, la fuga de Pablo Escobar. A pesar de todo, el presidente Gaviria sigue mostrándose optimista: «Saldremos adelante muy pronto». ■

INFORME ESPECIAL

LOS NUEVOS ADICTOS A LA DROGA

VIAJE EN CLASE EJECUTIVA

El yuppie, que de tan próspero ansía que la producción del día no acabe nunca. El ama de casa, que se espanta viendo un programa de TV sobre drogas y para calmarse vacía medio frasco de psicofármacos. "Los nuevos adictos —dicen los especialistas— ya no son los marginales sino los hiperadaptados." La droga se convirtió en puerta de entrada al sistema, incluyendo a muchas de los dos millones de personas que dependen, pero legalmente, del alcohol.



Muchas amas de casa consumen psicofármacos sin pausa.
Mientras, su temor es tener un hijo drogadicto.

01/03

(*Por Camilo Sánchez*) El especialista Fernando Patiño, del Programa Andrés, es más o menos expeditivo: la droga —dice— ya no puede ser asociada con los marginales de las villas de emergencia, quienes usan pelo largo y aritos o aquellos que últimamente escuchan a Guns N'Roses. Y resulta más específico cuando agrega: la mayoría de los actuales drogadictos pueden ser perfectamente, y son, empresarios prósperos, ejecutivos en ascenso, por un lado; o amas de casas que sueñan con otra historia personal, mientras consumen un estimulante o dos para comenzar el día y un sedante, o dos, o *tres por la noche para conciliar el sueño.* "El 80 por ciento de nuestros pacientes ambulatorios tiene una empresa", precisó Carlos Novelli, titular del Programa Andrés a *Pagina/12.* Todos los especialistas consultados por este diario —aun con *matices— coinciden en resaltar* el hecho de que la droga ya no es únicamente el sinónimo del lugar de la marginalidad, que consumir es hoy una conducta de hiperadaptación que va desde individuos de fortuna a amas de casa aferradas a los psicofármacos. Y coinciden en otro asunto fundamental: aunque no se suela recordar, el alcoholismo sigue siendo un fenómeno tanto o más grave que otras adicciones.

El sociólogo Alberto Calabrese, presidente del Fondo de Ayuda Toxicológica (FAT), aceptó en parte la visión. "Es cierto que la droga dejó de ser una actitud contestataria y pasó a convertirse en una manía de hiperadaptados. También es verdad que la cocaína —en algunos ambientes— es símbolo de status o poder. Antes consumir era visto como una manera de salirse del sistema y ahora como una forma de entrar en él. De todas formas, no superan el número de 2500 los drogadictos *que se atienden en centros de* rehabilitación privados o públicos. La gran adicción sigue siendo el alcoholismo y las llamadas drogas intermedias: la Argentina, per cápita, supera dos veces a Estados Unidos en consumo de psicofármacos."

Mientras cuestiona la falta de un estudio epidemiológico serio en la Argentina, el doctor Ricardo Grimson, director del Centro Municipal de Prevención de Vicente López, indica *que la Argentina* se ha *transformado* en un país de abusadores de sustancias: un psicofármaco frente al cansancio, cocaína para cerrar una negociación, alcohol para festejar después. "El alcohol continúa resultando la adicción más certera: un 6 por ciento de la población necesita el whisky, el vino o la cerveza para vivir. Hay 1.800.000 personas con dependencia física. Para que quede claro: no pueden levantarse de la cama si no desayunan vino o ginebra. En algunas villas miseria —dijo, consternado—, el 35 por ciento de la población masculina tiene dependencia física con el alcohol." Grimson señaló que, efectivamente, en los últimos tiempos ha crecido en forma *considerable el número* de personas de alto nivel económico que se aceptan como adictos y comienzan un tratamiento.

Desde una incipiente oficina céntrica, la psicóloga Ana María Cruz de Moses, de la Fundación Argentina de Lucha contra la Drogadicción, refiere que los ámbitos donde se mueven ejecutivos —el desconcertante vaivén de los negocios— y las amas de casa —el agobio cotidiano— no resultan del todo propicios para escapar de los estimulantes. "En el exigente mundo de los ejecutivos no hay tiempo para las depresiones, ni para estar triste, ni para estar solo, ni siquiera para dudar", advierte. Busca escapar de cualquier atisbo moralino, pero dice: "No se puede cambiar la fisiología del cuerpo sin un precio, y casi siempre ese precio es caro". *El perfil del ama de* casa ofrece, en general, la característica de no aceptación de su adicción. "Tengo casos de mujeres —reflexiona— que llegan al consultorio angustiadas porque presumen que sus hijos se drogan. Después de un rato dicen como si tal cosa que ellas consumen entre tres o cuatro pastillitas diarias para enfrentar sus problemas."

Carlos Novelli, la voz mayor del Programa Andrés, sugiere que tiene un índice personal para sindicar la ligazón empresarios-drogadicción, y es que acaba de inaugurar una concurrida oficina de atención en la coqueta calle Guido al 1900. "Muchos de estos pacientes requieren una privacidad mayor", argumenta. "El perfil, podría decir, es el de alguien de 35/40 años, a quien le va bien, que desea que el día no se le termine nunca, y comienza a consumir",

agrega. Después de la etapa de jolgorio y estimulación fuerte, empieza a generarse la dependencia. Con números de un congreso reciente realizado en Estados Unidos, Novelli demuestra que el problema de la cocaína —sobre todo— en aquel país no sólo pasa por la preservación física y psíquica de cada individuo: la droga también comienza a jugar en contra de la producción económica.

"El 70 por ciento de los encuestados en Miami aceptó que consumía drogas en horarios de trabajo, dentro de la empresa. El 40 por ciento indicó que había comprado la droga dentro de la empresa. En Estados Unidos, el año pasado, hubo una reunión de las 1000 empresas líderes para evaluar una estrategia acorde porque las cifras que, se estima, se pierden por adicciones es muy grande", indica Novelli. De regreso a lo vernáculo, dice que los psicofármacos están saltando de los límites del hogar y el consumo de las amas de casa. "Muchas maestras, con un nivel de stress muy alto, necesitan acudir a las drogas intermedias", aseguró Novelli.

Los psicofármacos son denominados drogas intermedias, mientras que el alcohol y el cigarrillo, drogas legales. La marihuana, la cocaína, heroína y ácidos lisérgicos conforman el grupo de las ilegales. El doctor Grimson insiste en los difíciles registros del suburbano. "De cada tres personas que se internan en un servicio de emergencia de los hospitales de ciertos puntos del Gran Buenos Aires, hay una mujer que, en gran medida, se presenta con el síndrome de un elevado consumo de psicofármacos. En las mujeres, resulta el reemplazante del alcohol, que socialmente no está tan bien visto en el sector femenino. Se consume en la casa, en la intimidad del hogar. Para simplificar, el hombre toma en el bar y la mujer se tranquiliza o estimula en su casa",indica.

Entre los cambiantes indicadores sociales de los consumidores, plantea el sociólogo Calabrese, sobresale el hecho de que —hasta que no se llega a una dependencia fuerte— el adicto no se sindica a sí mismo como desarrollando una conducta que lo perjudica sino como afirmándose en una especie de plataforma de lanzamiento para moverse. "Y aunque parezca solvente en su decisión personal de consumir, sigue el parámetro de una exigencia social: para cumplir se aferra a lo que le sirve de motor", explica. Calabrese desconfía de la exclusiva estratificación alta de las drogas prohibidas. "Existe en todos los estratos sociales. Consume algún jugador famoso, un dirigente de fútbol, un barra brava...", dice, para graficar. Lo nuevo, sostiene, es que históricamente en la Argentina la droga se barnizaba de una forma contestataria contra el sistema. "Un chico joven, y esto es peligroso, ve ahora la droga como formando parte del statu quo. Y en esto tiene mucho que ver el mensaje contradictorio que se maneja desde el poder. Por un lado, se insiste con la pena de muerte para los narcotraficantes y por el otro una secretaría de Estado a nivel de Presidencia aparece involucrada. Es muy difícil explicar esta historia a los chicos."

DROGAS: ENTRE SATANAS Y VIVA LA PEPA

Carta para la madre de un toxicómano

(Por Antonio Escohotado*)

Muy señora mía: Comprendo, y comparto sinceramente, el sentimiento de impotencia que le impulsa a crear grupos de protesta y manifestarse por las calles, pidiendo soluciones para un asunto que empeora cada día. Por eso mismo le propongo detenerse un momento a pensar, ya que no conocemos una cosa simplemente por padecerla en nuestra carne, sino cuando llegamos a entender de dónde nace.

A usted la propaganda oficial le ha dicho que hay por una parte la droga, por otra parte las medicinas de la farmacia y por otra los productos vendidos en tiendas de alimentación. Unos llevan a la muerte, otros a la vida y los terceros son cosa distinta.

Me atrevo a sugerirle que ideas de ese tipo sólo empiezan a parecer reales cuando decidimos creer en ellas. La heroína, que simboliza el Mal, nos sirve de perfecto ejemplo. Es un opiáceo, y el opio fue usado como bendición de Dios por todos los médicos desde hace 4000 años hasta hace unos pocos; en realidad, nadie ha descubierto nada más eficaz que sus derivados contra las diversas modalidades del dolor. El caso es que por varias causas (desde luego no médicas) Estados Unidos prohibió la sustancia en 1914, a la vez que la Ley Seca condenaba el alcohol; y aunque la bebida acabó ganando la batalla, los norteamericanos lograron exportar al mundo entero la condena de los opiáceos naturales.

Heroína, morfina y opio son, desde luego, drogas de delicado manejo. Fíjese, con todo, mientras fueron legales no produjeron un solo caso de sobredosis *accidental*, mientras ahora matan involuntariamente a cientos de jóvenes cada año; y fíjese también en que mientras fueron cosas decentes, puras y baratas sus consumidores eran gente mayor, que trabajaba regularmente y se parecía muchísimo a las personas normales. Lanzada por la casa Bayer al mismo tiempo que la aspirina, su otro gran descubrimiento, la heroína se recomendaba hasta para calmar los nervios y la tos de niños pequeños.

Querría hacerle ver, señora, que si esa sustancia resulta hoy diabólica es porque algunos venden muy lucrativamente infiernos a los demás; pero también porque en alguna medida la declaramos diabólica nosotros mismos, que no sabemos vivir sin un Satanás u otro, y lo encontramos hasta en terrenos tan neutros como la química. La tragedia ocurre cuando algunos de nuestros hijos —en la edad más difícil, cuando su carácter aún no se ha formado y su salud requiere máximas atenciones— deciden creer la fantasía de sus padres.

¿Por qué se la creen? Observe que no sólo tiene la fascinación de lo prohibido, sino una triste aunque innegable ventaja. Obtener el estatuto de endemoniados les libera de ese aprender a sacrificarse y acumular para otros que marca el comienzo de la madurez; les libera de asumir responsabilidad por los actos propios. Sin darnos cuenta, al aceptar que existiera una sustancia capaz de anular diabólicamente la buena voluntad, ofrecimos a nuestros hijos una *coartada* y un *papel*: coartada para la falta de virtud, y papel para la falta de paradero.

Hay algo que usted sabe, y parece estar olvidando constantemente. A su hijo le cuesta 20.000 pesetas el gramo de unos polvos que tienen el 1 por ciento de lo que pretenden, como mucho el 7 por ciento. Hace años vengo diciéndolo, y ahora las autoridades empiezan a tener la bondad de reconocerlo. Piense, por favor, en lo que eso significa.

¿Podría usted tener un marido o un hijo alcohólico si —por razones de precio y pureza— él sólo lograra beber al día de anís o coñac lo que cabe en un dedal de costura? Cuando le dijera que necesitaba el dinero de la compra, o el del alquiler, para conseguir su dedal de licor de cada día, ¿qué le respondería? Y cuando le viera morir por beberse un centilitro de eso, ¿le echaría usted la culpa al anís o al coñac en general?

Dentro de su penosa situación, señora, le sirve de consuelo pensar que la heroína es algún tipo de cosa mágica, que casi basta mirar para quedar *enganchado* irresistiblemente. Su hijo, un pobre incauto, quiso probar, nada más, y desde ese preciso instante se convirtió en víctima, justificada para robar o hasta matar, y desde luego para declararse parásito perpetuo.

Pero la heroína, que sienta casi siempre muy mal las primeras veces, no empieza a habituar antes de pasar tres o cuatro semanas usando 40 miligramos diarios (si lo duda usted, pregunte a un médico competente), lo cual implica algo como un gramo del mercado negro. E incluso entonces la reacción de abstinencia no resulta más incómoda que una gripe sin fiebre durante un par de días. Para conseguir una adicción real se necesitan al menos dos meses de uso cotidiano. Por otra parte, lo más probable es que su hijo no conozca siquiera la heroína, sino una forma tosca de morfina, rebajada tan brutalmente que para poder depender físicamente de ella necesitaría casi cuatro gramos diarios, y usted sabe que no toma más de un cuarto, cuando llega a tanto; y yo le añado que si tomase la enorme cantidad requerida para convertirse en un verdadero adicto moriría de inmediato por efecto del *corte* o adulterante añadido.

Saque usted misma las conclusiones. El esfuerzo de las autoridades por crear algo diabólico ha desembocado en la aparición de un ejército dirigido por asesinos aunque reclutado entre farsantes e ilusos, que a cambio del estigma y el peligro de envenenamiento con matarratas o harina compran irresponsabilidad. El sistema vigente impone lo uno y vende lo otro. Mientras las fuerzas del orden se desmoralizan, y mientras el estado de cosas enriquece a un grupo creciente de personas que vive muy bien de defender, tratar o reprimir un mal inventado por la prohibición, usted, yo y los demás cabezas de familia somos el público que paga.

¿Qué hacer? Como los Estados prefieren seguir mintiendo, sólo nos queda defender la verdad de este asunto, tan recubierta de ignorancia e interesados mitos. La verdad, señora, es que no hay drogas buenas y malas, sino unos sensatos e insensatos usos de las mismas (como pasa con las armas de fuego, la energía nuclear y tantas otras cosas); que el uso sensato es infinitamente más probable cuando no hay mercado negro y que la ilegalización estimula toda suerte de abusos. La verdad es que no depende tanto de la (supuesta) heroína como de las condiciones impuestas a su consumo el que sea un vicio pagado con una abyectiva vida y una abyecta muerte. La verdad es que había mil veces menos adictos delincuentes cuando los médicos podían recetar opiáceos naturales. La verdad es que curar la heroinomanía con metadona es como curar al alcohólico de whisky con ginebra y mucha hipocresía. La verdad es que el remedio puesto en práctica está agravando sin parar la enfermedad, con ofertas de nuevos planes que son caricaturas del más fracasado y viejo, pues la receta de aumentar los castigos —incluso aplicando el de muerte— sólo logra encarecer aún más el producto, aumentando el negocio y consiguiendo que sea vendido por menores de edad, únicos irresponsables en lo penal. Finalmente, la verdad es que a usted, señora, la están engañando desde todas partes.

Nos pasa, sencillamente, lo que pasó con la Ley Seca en EE.UU, y como eso es evidente, alguno de nuestros legisladores quizá le diga que esa ley redujo la cantidad total de bebidas alcohólicas consumidas. Pregúntele usted si prefiere que aquí la gente empiece a morirse a chorros por beber destilaciones venenosas, que el hampa controle el gobierno y que cientos de miles de personas se conviertan de la noche a la mañana en criminales, como pasó en Estados Unidos. Hay el consuelo de pensar que el asunto es planetario, pero el mal de muchos no dejará de ser consuelo para tontos.

Nuestros protectores corrompen la sociedad en nombre de la salud pública, permitiendo que se venda basura a precios astronómicos, creando cofradías draculinas que dan de comer a mangantes y criminales, y fundando una casta a quien la policía protege bajo la categoría de "confidentes" aunque en privado los llame *gusanos*, por aquello de hacer posible una pesca. Es esa canalla quien controla hoy el mercado de drogas ilegales. Si la heroína puede dar lugar a un vicio, la estricnina y el talco a precios de platino no sólo dan lugar a un vicio, sino a una lucrativa carnicería.

Recuerde, por último, que la carnicería se ceba en los barrios más humildes, donde cunden el paro y el desamparo, donde más conviene que los chicos no piensen en política. Ya verá usted cómo en las próximas elecciones todos los partidos le piden el voto con grandes promesas, después de apoyar aquello que hace crónico el actual estado de cosas.

Quizá le he dicho cosas que preferiría no saber, que apartará como fuere de su mente. Pero me pregunto si quienes le dicen lo que querría oír no serán quienes defienden la auténtica causa de sus desdichas.

** Filósofo. El artículo fue publicado en* Cambio 16.

03/03

92L932E



Hotel Panamá, comprado por los empresarios españoles con apoyo del general Noriega.

Panamá, la gran lavadora del dinero de la droga

El presidente Endara y el fiscal general del país fueron directivos de bancos que «blanqueaban» narcodólares

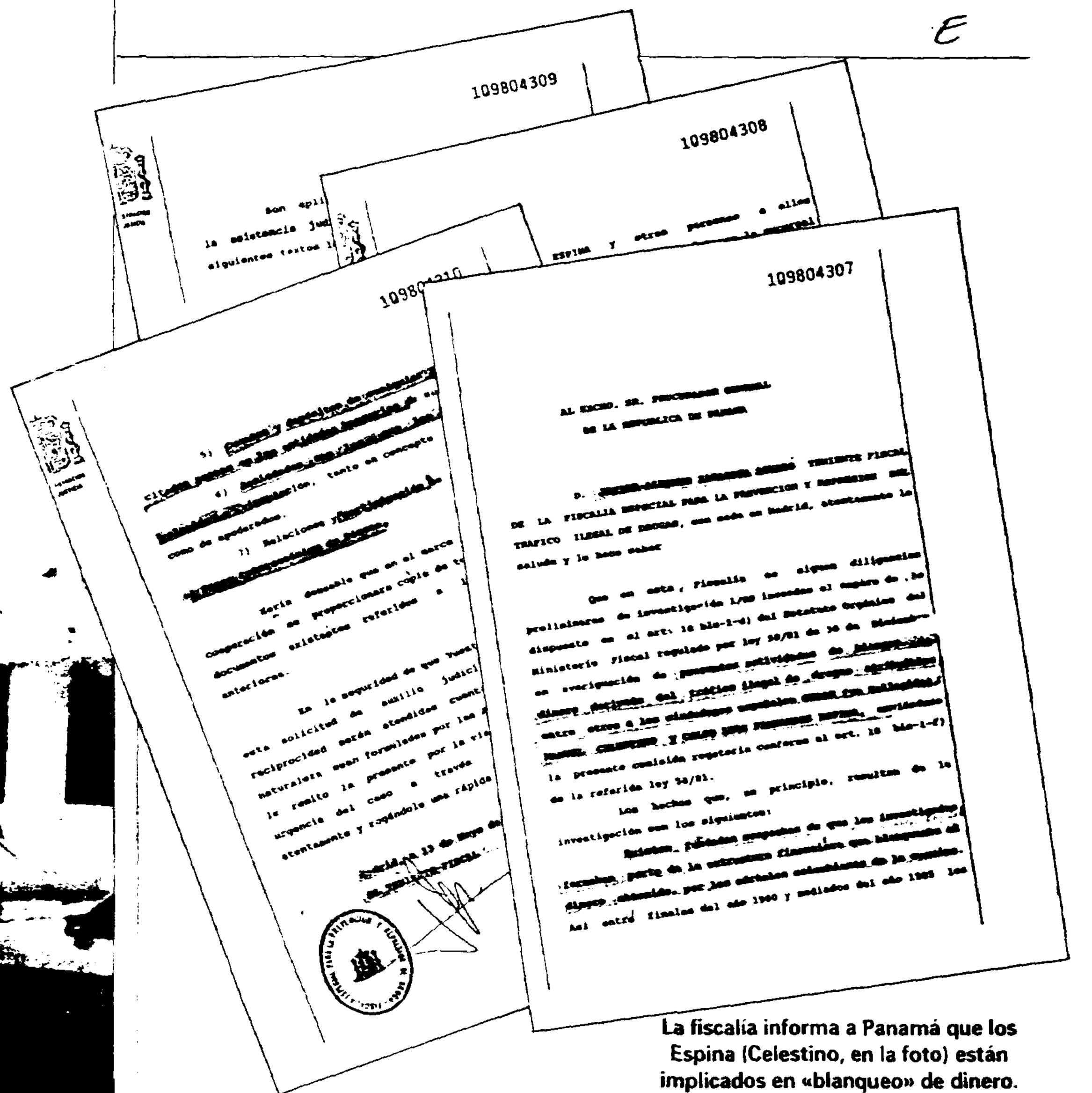
MANUEL CERDÁN/ANTONIO RUBIO

LAS investigaciones que se realizan en España sobre el *lavado* de narcodólares en el que han participado traficantes españoles han aclarado que el presidente de Panamá, Guillermo Endara, y el procurador Rogelio Cruz colaboraron profesionalmente con dos bancos panameños que fueron comprados y utilizados por los capos colombianos para *blanquear* dinero. Endara fue directivo y accionista del Interoceánico-Interbanco, clausurado hace un año por *blanqueo* de narcodólares.

El procurador Rogelio Cruz (equivalente al fiscal general de la nación) fue director-secretario del First Interamericas Bank, banco panameño comprado por la familia Rodríguez Orejuela para *lavar* sus narcodólares. Cuando Gilberto Rodríguez Orejuela fue detenido en Madrid en 1984, el propio Rogelio Cruz viajó a Cali (Colombia) para participar en una reunión de esta entidad bancaria. Des-






109804309

109804308

109804307

La fiscalía informa a Panamá que los Espina (Celestino, en la foto) están implicados en «blanqueo» de dinero.

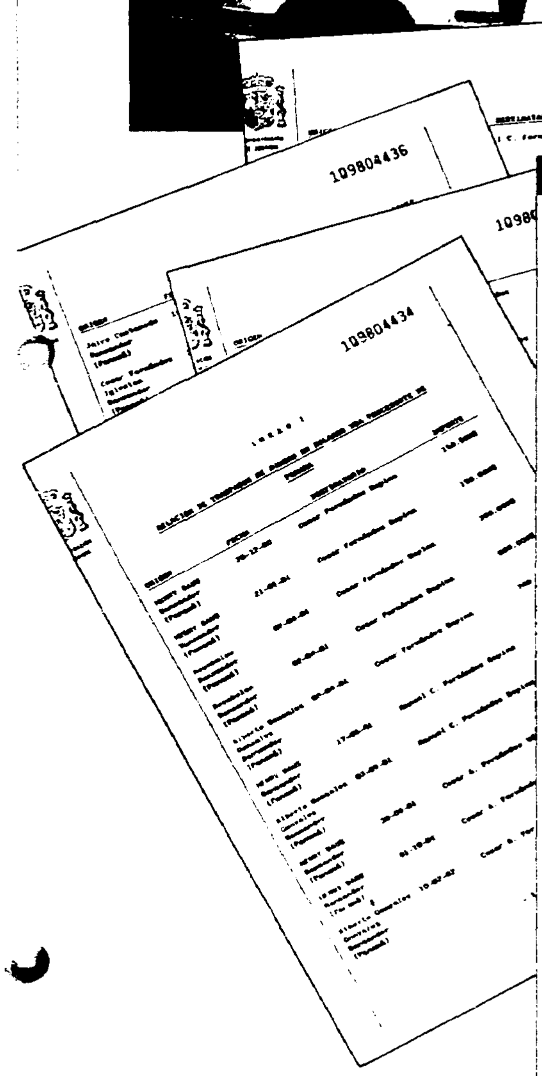
pués, escrituró el acta de la junta en el registro de Panamá.

Estas mismas investigaciones han estrechado el cerco en torno a los empresarios asturianos Fernández Espina. La Fiscalía Antidroga de España, que los vigila desde febrero de 1989, ha pedido a las autoridades panameñas una exhaustiva investigación sobre sus «presuntas actividades de blanqueo de dinero». La Fiscalía implica a los tres hermanos Fernández Espina (César, ya fallecido, Celso Luis y Manuel Celestino) en el *lavado* de narcodólares de los cárteles de Bogotá y Medellín. Los empresarios españoles, propietarios en Panamá de la más importante cadena hotelera, y del Hotel Caribe, en Cartagena de Indias, «formaban parte de la estructura financiera que blanqueaba el dinero de esos cárteles de la cocaína», según el teniente fiscal antidroga español Javier Zaragoza.

Entre 1980 y 1985, los empresarios hoteleros asturianos recibieron desde Panamá 11.629.880 dólares (más de 1.100 millones de pesetas). El dinero les fue enviado por los *capos* colombianos a través de la entidad Bansander de Panamá a unas cuentas en el Banco Santander de Gijón (Asturias). Estas cuentas estaban a nombre de los Fernández Espina y dos narcotraficantes que figuraban con nombres falsos. Uno era el hondureño Juan Ramón Matta Ballesteros —ahora cumple cadena perpetua en Estados Unidos—, que se hacía pasar por Jairo Ríos Vallejo. El otro, Gustavo Gaviria Rivero, un primo del capo colombiano Pablo Escobar, que utilizaba la identidad de Jesús María Rivero García. Murió en 1990, en un tiroteo con la Policía colombiana.

El Bansander fue vendido hace unos meses por la familia de banqueros españoles Botín al Banco Mercantil del Istmo. Según fuentes financieras, los Fernández Espina poseen intereses en este banco, situado en la Vía de España de Panamá.





El fiscal antidroga Javier Zaragoza ha enviado a sus colegas panameños una relación de las transferencias bancarias que los Fernández Espina recibieron desde el Bansander de Panamá. Figuran el nombre del remitente, el titular de la cuenta del banco en España y la cantidad transferida, en dólares.

LAS TRANSFERENCIAS DE LOS «NARCOS»

ORIGEN	DESTINATARIO	IMPORTE ($)
Henry Baus	César Fernández Espina	150.000
Henry Baus	César Fernández Espina	150.000
Reembolso	César Fernández Espina	390.000
Reembolso	César Fernández Espina	600.000
A. González	César Fernández Espina	740.000
Henry Baus	Manuel C. Fernández Espina	500.000
A. González	Manuel C. Fernández Espina	472.000
Henry Baus	César A. Fernández Vázquez	130.000
Henry Baus	César A. Fernández Vázquez	210.000
A. González	César A. Fernández Vázquez	270.000
A. González	Pedro González Fernández	100.000
A. González	José A. González González	495.000
A. Gómez	Reynaldo Chávez Justiniano	975.000
J. C. Correa	Juan C. González Ruiz	495.000
J. C. Correa	José A. Fernández Rodríguez	400.000
J. C. Correa	Pedro González Fernández	100.000
J. Santamaría	César A. Fernández Vázquez	418.461
J. C. Otalvaro	César A. Fernández Vázquez	250.000
J. C. Otalvaro	César A. Fernández Vázquez	250.000
J. C. Otalvaro	Celso. L. Fernández Espina	496.647
J. Castanedo	Jesús María Rivero García	100.000
C. Fernández	César Fernández Iglesias	150.000
Banco Interoceánico	Celso L. Fernández Espina	300.000
R. Castaneda	Jesús María Rivero García	400.000
Rodrigo Leal	Litwar S A	499.771
J. Castanedo	Litwar S A	500.000
J. Castanedo	Jesús María Rivero García	508.000
J. M. Rivero	Jesús María Rivero García	200.000
J. Castaño Ochoa	Jesús María Rivero García	300.000
L. A. Castaño	Jesús María Rivero García	600.000
Banco Interoceánico	Celso L. Fernández Espina	100.000
Cheque B. Interoceánico	Manuel C. Fernández Espina	30.000
Cheque B. Interoceánico	Celuisma S A	50.000
J. M. Rivero	Jesús María Rivero García	200.000
J. M. Rivero	Jesús María Rivero García	100.000

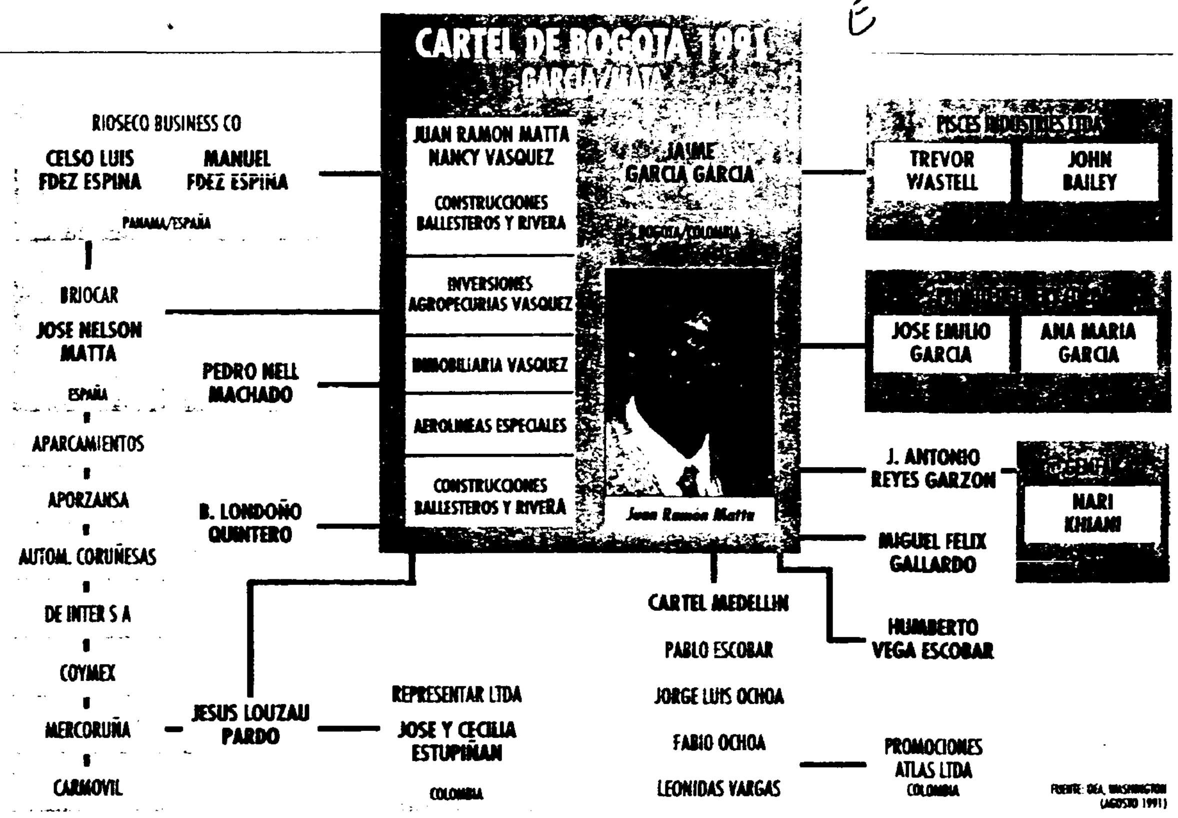
El escrito del fiscal, en el que pide una investigación sobre los empresarios asturianos, fue dirigido por Javier Zaragoza a Rogelio Cruz en el mes de mayo pasado. En él solicita la identificación de las personas y entidades que remitieron desde Panamá los narcodólares, información sobre la vinculación de todos ellos y de los Fernández Espina con el narcotráfico internacional, el origen del dinero, propiedades de los hermanos Fernández Espina (hoteles El Panamá, Soloy, Aramo y apartahotel Plaza), cuentas y depósitos en entidades bancarias panameñas, sociedades en las que participen como accionistas o apoderados y su relación en el Banco Interoceánico de Panamá.

La petición española, cursada por vía diplomática con el ruego de «una rápida y urgente contestación», reclamaba «copia de todos los archivos y documentos existentes» sobre la actividad comercial de los hermanos Fernández Espina en Panamá. Esta comisión rogatoria de la fiscalía fue cursada poco después de que el Ministerio de Asuntos Exteriores panameño protestara ante el embajador español por las informaciones de CAMBIO16 sobre la falta de colaboración de aquel país con España en la lucha antidroga y sobre las relaciones entre el presidente Guillermo Endara y otros miembros de su Administración con empresas que habían *blanqueado* dinero de los narcos en Panamá.

Esta revista se hizo eco de las quejas de la Audiencia Nacional y de la Fiscalía Antidroga en relación a las trabas que encontraban en Panamá para investigar los negocios de los capos José Ramón Prado Bugallo *Sito Miñanco*, Bernardino Torres, Laureano Oubiña y los hermanos Fernández Espina. También informó de la ocultación de documentos de otro capo, Celso Barreiros, por parte del departamento de Inmigración panameño.

El embajador español hizo llegar a Madrid un in-

La DEA, la agencia antidroga norteamericana, colocó a los empresarios españoles en lo más alto de un exhaustivo organigrama sobre lo que llama «cártel de Bogotá». Destacan como jefes a los narcos Juan Ramón Matta y Jaime García García. La mayoría de las sociedades están registradas en Bogotá (Colombia), Galicia (España), Panamá y Florida (Estados Unidos).



forme con las quejas panameñas, en las que el procurador, Rogelio Cruz, y el secretario antidrogas, Ariel Alvarado, mantenían que habían intentado hablar por teléfono con el juez Garzón y el fiscal Zaragoza y estos se habían negado.

«Primero, que el procurador de Panamá conteste de forma oficial a las comisiones rogatorias que solicitamos sobre *Sito Miñanco* y Barreiros y luego no habrá problema para mantener encuentros oficiales», afirmó a esta revista una fuente judicial.

La Fiscalía Antidroga necesita identificar a los socios de los Fernández Espina en Panamá y en Colombia para relacionar a los hoteleros españoles con el narcotráfico. Esta revista, que ha tenido acceso a la relación de transferencias monetarias recibidas por los empresarios asturianos en sus cuentas de Gijón, puede corroborar con pruebas documentales que los Fernández Espina mantuvieron y mantienen relaciones comerciales con los capos de la coca colombiana: con Pablo Escobar Gaviria, su primo Gustavo Gaviria Rivero, los hermanos Ochoa, Juan Ramón Matta Ballesteros, Gonzalo Rodríguez Gacha *El Mexicano* y Jaime García García García.

El primo de Pablo Escobar, Gustavo Gaviria Rivero, que tenía una cuenta en la sucursal del Banco Santander en Gijón bajo la identidad falsa de Jesús María Rivero García, figura en transferencias hechas por él mismo a su cuenta por un importe de 600.000 dólares. Además, entre 1984 y 1985, recibió ingresos desde Panamá por un valor de 2,5 millones de dólares.

En marzo de 1984, Litwar S A recibió dos transferencias de 499.771 y 500.000 dólares realizadas por Rodrigo Leal y Jairo Castanedo, respectivamente. Litwar es una empresa panameña tras la que se esconde Pablo Escobar Gaviria. Según ha podido comprobar CAMBIO16, esta sociedad fue constituida en el registro público de Panamá en marzo de 1984 por los abogados Alfredo Ramírez Jr. y Horacio F. Alfaro, miembros de un prestigioso bufete panameño.

Como dignatarios de la sociedad figuran Rodrigo Leal Correa, presidente; Victoria Eugenia Henao, esposa de Pablo Escobar, tesorera; y Alba Marina Escobar de Gallego, secretaria. El nombre de Rodrigo Leal Correa coincide con el de la persona que envía una de las transferencias.

La importancia de estos datos, la identificación de la sociedad Litwar con Pablo Escobar, demuestra que Pablo Escobar ya había allanado el camino en Panamá antes del asesinato del ministro de Justicia colombiano Rodrigo Lara Bonilla el 30 de abril de 1984. Escobar, tras el crimen, se refugió durante un año en Panamá con la protección de Manuel Antonio Noriega.

Julio César Correa Garcés, uno de los mayores *lavadores* del cártel de Medellín trabajaba para Rafael Cardona, el responsable del asesinato de un confidente de la DEA Barry Seal. Correa, que figura en tres transferencias enviadas a España en los meses de mayo y junio de 1982, también fue asesinado en Colombia por sus rivales en el narcotráfico. El total de sus transferencias ascienden a 995.000 dólares.



Gustavo Gaviria, primo de Escobar, tiene una cuenta en España.

9209321

La odisea de un «arrepentido» en Centroamérica



RICARDO Portabales acaba de regresar a España después de un largo viaje por Centroamérica. El narcotraficante *arrepentido*, que con su información facilitó la *Operación Mago* contra los capos de la droga en España, ha realizado el mismo recorrido que hiciera a comienzo de los años 80 cuando trabajó en Panamá para el empresario Celso Barreiros. El *arrepentido* quería reencontrarse con algunas de las personas que trabajaron con él en la empresa de Barreiros y convencerles para que asistieran como testigos en el juicio contra las mafias españolas de la droga.

Portabales ha hecho un especial recorrido turístico por tierras costarricenses y panameñas. En Costa Rica regresó al mismo lugar donde hace diez años mantuvo una serie de encuentros con el narcotraficante hondureño Juan Ramón Matta Ballesteros. Según las declaraciones sumariales del *arrepentido*, Barreiros le entregaba dinero en un maletín para que se lo hiciera llegar al narco desde Panamá a Costa Rica.

Desde Costa Rica, Portabales viajó a la zona del Canal por carretera. Visitó Colón y Balboa para reconstruir sus pasos de hace diez años.

Los enviados especiales de CAMBIO16 localizaron al *arrepentido* gallego en un céntrico hotel de la capital panameña. Después visitaron juntos el hotel El Panamá de los Fernández Espina donde Portabales posó ante la cámara delante de la entrada del establecimiento.

En sus declaraciones ante el juez Baltasar Garzón en 1989, el *arrepentido* habló de unos empresarios asturianos que tenían negocios con los cárteles de la droga, pero no supo precisar si eran los Fernández Espina u otros. Esa fue la razón por la que la Audiencia Nacional no procediera entonces contra los empresarios hoteleros cuando decidieron emprender la *Operación Mago*.

Este es el segundo viaje que realiza Portabales a tierras americanas durante 1992. En mayo pasado se desplazó a Brasil sin autorización judicial. Después de una semana de viaje decidió regresar porque temía por su vida. Antes llamó a esta revista pidiendo ayuda.

En el viaje a Panamá sí ha contado con un permiso de 15 días de la sala de la Audiencia Nacional que instruye su caso. Al parecer el *arrepentido* ha tenido dificultades para localizar a los testigos.

Los hermanos colombianos Juan Camilo y Juan Carlos Otálvaro aparecen en tres transferencias por un valor de un millón de dólares. Los Otálvaro, del cártel de Medellín, participaron en numerosos envíos de cocaína a Florida a través de Panamá hasta que fueron detenidos en 1985. Enviaban sus cargamentos camuflados en congeladores que eran transportados por la compañía aérea INAIR, propiedad del panameño Ricardo Bilonick y del venezolano Javier Uzcátegui, en un 50 por ciento, y de Pablo Escobar, en otro 50 por ciento. Uzcátegui, que financió la campaña electoral de Eduardo Fernández en Venezuela, vive en España libre de sospecha.

El resto de las personas señaladas



El escándalo llegó a la prensa panameña.

por la Fiscalía Antidroga como socios de los Fernández Espina pertenecen a los distintos cárteles colombianos: Henry Baus, Alberto González González, Alberto Gómez, Jaime Santamaría Arango, Jairo Castanedo, César Fernández Iglesias, Javier Castaño Ochoa y Luis Alberto Castaño.

Casi 500.000 dólares fueron reembolsados a los Fernández Espina por el propio Banco Interoceánico. Este fue intervenido en 1991 por las autoridades financieras panameñas por haber *blanqueado* más de mil millones de pesetas de *El Mexicano*. Los Fernández Espina no aparecen en ningún documento de la propiedad del banco, pero sí su hombre de paja en Panamá, Ernesto *Tito* Vega, quien además es presidente y vicepresidente de Hotelera El Panamá S A. ■

05/05

Flor alucinógena contra residuos radioactivos

Una flor podría salvar a la humanidad de los residuos radioactivos. El estramonio, una semilla conocida desde hace siglos por sus propiedades alucinógenas, sorprendió a los científicos del Departamento de Energía de Estados Unidos al ser capaz de "devorar" y "digerir" plutonio, además de líquidos residuales de los explosivos, sin llegar a morir, como le sucedería a cualquier otra especie viviente.

Paul Jackson, bioquímico de los laboratorios federales de Los Alamos, Nuevo México, fue quien en sus observaciones por microscopio descubrió esta capacidad del estramonio.

Esta flor de dulce perfume era empleada en particular por integrantes de la tribu de los Hopi en Nuevo México que, debido a sus propiedades alucinógenas, entraban en trance para efectuar diagnósticos y premoniciones respecto a las estrategias a seguir contra sus enemigos.

El primer encuentro de los colonos con la planta mágica se remonta al año 1676, cuando un grupo de soldados partió del pueblo de Jamstown a la búsqueda de ensalada y volvió con ramos de estramonio. Según las crónicas de la época, la tropa sufrió alucinaciones y presentó extrañas conductas y al recobrar el juicio no recordaba nada.

(Nueva York/Ansa)

Nº DOCUMENTO
TITULO Pistas clandestinas en Mendoza
FUENTE Clarín.
13-8-92

ENTRADO
CRUZADO

EN LOS TERRENOS QUE AL KASSAR DECLARO COMO PROPIOS

Ordenan allanar pistas clandestinas en Mendoza

MENDOZA (Enviado Especial). — El juez federal **Jorge Burad** ordenó el allanamiento de varios terrenos en distintos puntos de la provincia, en donde habría **pistas de aterrizaje clandestinas**, según lo reveló una inspección aérea realizada por uno de sus secretarios con la colaboración de Gendarmería Nacional. Los nuevos rastros que sigue el juez son derivación del proceso que investiga las irregularidades cometidas en la obtención de la ciudadanía argentina por el traficante sirio **Monzer Al Kassar**.

Entre los lugares a allanar figura un predio de **17.000 hectáreas**, limítrofes con la provincia de San Luis que **Al Kassar** se adjudicó como propias, para justificar inversiones nunca realizadas. Sin embargo, esa enorme extensión se encuentra en litigio entre la familia **Zanetti** y los sucesores del inca **Sayanka**, que reivindican una **cesión presuntamente realizada por la Corona española en 1713.**

Según Burad —el primer juez que pidió la captura y la extradición de Al Kassar— especialistas de Aeronáutica admitieron, ante su consulta, que desde Chile **podrían ingresar aparatos aéreos sin ser detectados** ("hasta que no caiga la primera bomba", fue el comentario). Este hecho dio lugar a la profundización de una investigación sobre una posible "conexión del Pacífico" (por el océano que baña las costas chilenas) que podría haber armado Al Kassar, entre la Argentina y Chile.

El juez Burad admitió por primera vez que uno de sus secretarios sobrevoló varios puntos de Mendoza en aparatos de la Gendarmería Nacional y verificó la existencia de pistas de aterrizaje secretas en la provincia.

¿Filmaciones de la DEA?

Estos nuevos canales de investigación fueron fortalecidos por las declaraciones que el periodista **Jacobo Timerman** realizó ayer en Mendoza.

Timerman informó a Burad que la Embajada de los Estados Unidos **posee filmaciones aéreas realizadas por la DEA (la agencia norteamerica antidrogas) en la que aparecen pequeños aviones descargando contrabando sobre pistas clandestinas de Salta, La Rioja y Catamarca.**



Jorge Burad. El juez mendocino investiga una posible "conexión Pacífico" que habría organizado Al Kassar para el tráfico de armas entre Chile y la Argentina.

El periodista insistió en su hipótesis de una "conexión siria" —encabezada por Al Kassar y el ex jefe de Aduanas Ibrahim Al Ibrahim, prófugo en la causa de narcodólares conocida como caso Yoma—, dedicada principalmente a la venta ilegal de armas. Timerman argumentó que Al Kassar **habría introducido elementos de guerra argentinos en el conflictivo territorio de Croacia.** Vinculó **el hallazgo de centenares de FAL (Fusil Argentino Liviano) y otras armas de la misma procedencia en manos de milicianos croatas** con una de las causas por las que el juez español **Baltasar Garzón** procesa a Al Kassar: la venta ilegal de armas a Croacia.

Haciendo caso omiso a la querella que le inició el presidente **Carlos Menem** por calumnias e injurias, Timerman acusó al Presidente de "creer que los argentinos vivimos en un jardín de infantes" y le reclamó una explicación por su "sospechosa entrevista" con su colega sirio **Kafez El Assad** -a quien Timerman vinculó con el tráfico de armas y drogas, a días de haber asumido el cargo.

En sus declaraciones judiciales la cuñada del presidente, **Amira Yoma**, admitió que facilitó varios de los **trámites** realizados por Al Kassar para **obtener** documentación argentina, mientras que el ex ministro del Interior **Julio Mera Figueroa** reconoció el lunes que dialogó varias veces con el traficante de armas sirio en el despacho de Amira, por entonces directora de Audiencias de la Casa de Gobierno. Además, el ex director de Migraciones **Aurelio Carlos Martínez** sigue procesado por aprobar la radicación de Al Kassar. Si Al Kassar iba a la Casa de Gobierno no era para darles de comer a las palomas de Plaza de Mayo", ironizó Timerman.

Nuevos elementos podrían agregarse a la investigación si se confirma la semana próxima la presentación del jordano **Abboudi Abder Rahman**, uno de los extranjeros nacionalizados en Mendoza por el juez **Walter Rodríguez**, el mismo que le otorgó esa condición a Al Kassar. Para los investigadores, existen insospechadas vinculaciones entre Al Kassar y Abder Rahman: ambos procedían de Marbella y en sus trámites participaron los mismos nombres, entre ellos el prófugo **Abdón Adur.**

Marcelo Helfgot

01/02 920932Y

Pistas clandestinas en Mendoza

Ayuda pedirá la justicia mendocina a organismos internacionales –incluida la DEA– ante la confirmación de la existencia de pistas de aterrizaje no declaradas en territorio provincial. No pudieron confirmar si tienen alguna vinculación con el caso de Monzer Al Kassar.

MENDOZA.– El fiscal federal Roberto Naciff confirmó la existencia de pistas de aterrizaje clandestinas en zonas desérticas del nordeste de la provincia, pero aclaró que hasta el momento no se puede precisar que hayan sido construidas para cometer actos ilícitos o que puedan tener alguna vinculación con el narcotráfico.

Naciff señaló que tampoco se sabe si estas pistas tuvieron alguna relación con las actividades realizadas o previstas por el sirio Monzer Al Kassar durante su permanencia en la Argentina.

Para obtener mayores precisiones en la investigación, el funcionario reveló que la justicia federal de Mendoza pedirá ayuda a organismos internacionales, e inclusive a la misma DEA, la agencia antinarcóticos norteamericana.

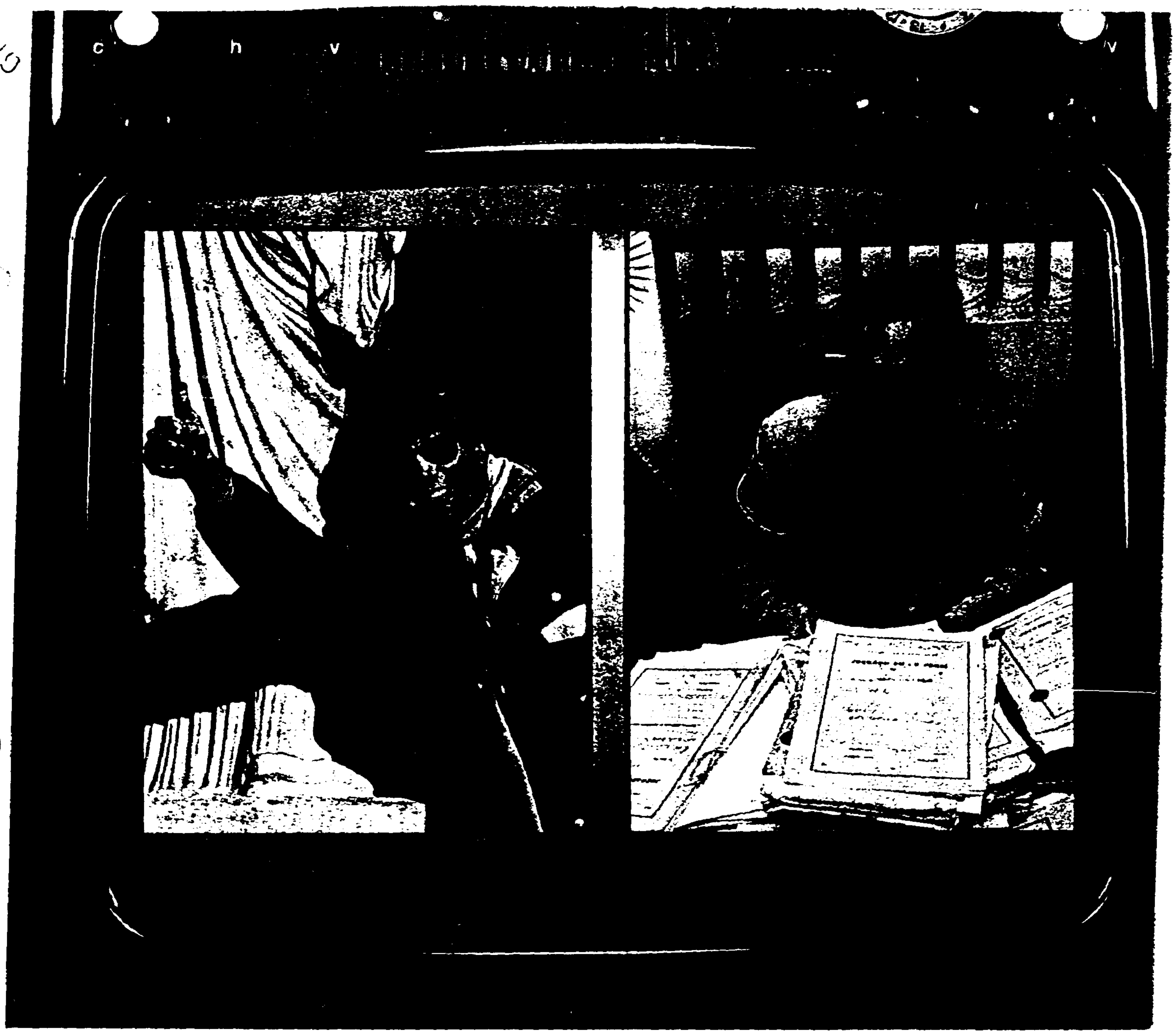
Investigación paralela

Si bien no abundó en detalles, el fiscal recordó que a partir de las indagaciones realizadas por el otorgamiento de la carta de ciudadanía a Al Kassar se abrió una investigación paralela para determinar las versiones que ligaron al vendedor internacional de armas y explosivos –actualmente detenido en España, en la cárcel de Alcalá Mecó– con un supuesto uso de pistas no declaradas.

El responsable de la investigación, el juez federal número uno, Jorge Burad, encomendó a funcionarios de su tribunal que sobrevolaran zonas desérticas de los departamentos Lavalle y La Paz para investigar este tema.

Además, el magistrado y el fiscal Naciff se reunieron con autoridades de la Dirección Provincial de Aeronáutica para obtener un panorama de la existencia de lugares de aterrizaje en la provincia.

No se descarta, en tanto, que el mismo Burad y los fiscales realicen una observación aérea y terrestre de la zona como parte de la ampliación de las actuaciones judiciales.



La increíble historia de una falsa acusación contra Carlos Calvo, inducida por el juez Alberto Durán.

UNA BATALLA POR EL RATING

Las declaraciones de testigos en tres juicios políticos iniciados contra el juez federal de La Plata, Alberto Durán, demostrarían que este obligó al procesado Alberto Lampugano a involucrar al actor Carlos Calvo en una causa por tráfico y consumo de cocaína. A cambio, el juez le habría ofrecido la libertad. El detenido lo reconoció ante otro juez, y el ex prosecretario de Durán lo confirmó. En otras causas, además, el controvertido magistrado platense está acusado de liberar a confesos narcotraficantes.

Agosto de 1990: conmoción en la farándula. **Carlos Andrés Calvo** (actor, famoso, 40 puntos de rating), involucrado en una causa por tráfico y consumo de cocaína. Mencionado como cliente por el detenido **Alberto Lampugano** e imputado por **Alberto Durán** (flamante juez federal, desconocido aún, ex decano de la Facultad de Derecho de la Universidad Católica de La Plata).

Julio de 1992: conmoción en la Justicia. Lampugano declara que *"fue obligado"* por el juez a acusar a Calvo a cambio de su libertad. *"A ese, que tiene 40 puntos de ráting"*, habría dicho Durán según un testigo de aquella primera indagatoria.

Carlín Calvo mantiene su elevado ráting. **El juez Alberto Ramón Durán, ya más conocido para todos los medios de comunicación, con actuación en resonantes casos, enfrenta tres pedidos de juicio político en la Cámara de Diputados.**

Entre los dos extremos hay una complicada historia, plagada de amigos y traidores, culpables e inocentes, causas sin resolver, acusaciones cruzadas, robo de expedientes, antisemitismo y narcotráfico.

El último capítulo de la miniserie se rodó el jueves 11 de junio, cuando el procesado Alberto Sebastián Lampugano Guerrero declaró ante otro juez federal de La Plata, el doctor **Manuel Blanco**. Ese día, el detenido aseguró que Durán le pidió que *"le hiciera el favor al juzgado para engancharlo a Carlos Calvo en la causa"*. En 1990, Lampugano había sido detenido en las calles de La Plata, con unos gramos de cocaína en el interior de su automóvil y algunos elementos de precisión para su pesaje. Antes de eso, fue secretario privado del cómico Alberto Olmedo y de Carlos Calvo, se hizo amigo de muchas estrellas de televisión, y trabajó activamente —según sus propias declaraciones— en la campaña **Menem Presidente**. Cuando cayó detenido, se le encontró una agenda en la que figuraban, entre otros, Divina Gloria, Susana Romero, Beatriz Salomón, y también los entonces ministro del Interior, Julio Mera Figueroa, y vicegobernador de Buenos Aires, Luis Macaya.

El juez Blanco, quien investiga la posible comisión del delito de agravamiento del estado de detención del procesado, no se sorprendió cuando el detenido contó cómo fue a parar al penal de Sierra Chica: Lampugano recordó que el 12 de septiembre de 1990, cuando se desdijo de sus acusaciones en un careo frente a Carlín Calvo, el juez platense le espetó que **"yo me dejo de llamar Durán si vos esta noche no dormís en Sierra Chica"**. Y agregó: **"Te aviso que te tiro diez años por la cabeza"**.

La de Sierra Chica es una cárcel de máxima seguridad destinada, en general, solo a condenados, pese a lo cual el procesado Lampugano fue trasladado allí, donde durmió a partir de esa misma noche.

Nunca se supo bien por qué un juez de La Plata enviaba a un acusado hasta cerca de Olavarría, con todos los problemas que la distancia ocasionaría a la prosecución de la causa. Lo más extraño, se sabe ahora, fue la forma *"imperativa"* en que el preso llegó a Sierra Chica: una nota enviada por las autoridades del penal —que consta en el expediente del pedido de desafuero al juez Durán— revela que *"atento a la* ***imperatividad*** *de lo ordenado, se dispuso (...) ingresara al establecimiento, excepcionalmente, sin la documentación de estilo..."*.

JUICIO POLITICO I — El 23 de junio, el juez Blanco pidió a los diputados que inicien el camino del juicio político a **Durán**. Para eso, envió a la comisión respectiva una copia de todo el expediente, donde pueden leerse las declaraciones de Lampugano y las acusaciones del ex prosecretario del Juzgado Federal de La Plata, **Marcelo Pascual**.

El acusador, que también le había iniciado proceso político como particular, tiene una bomba de tiempo en sus manos. Antes de pelearse con Durán, el ex funcionario había acompañado al juez en algunas de las causas más controvertidas, y dice conocer muchos detalles.

En sus declaraciones ante el juez Blanco, Pascual fue bastante más explícito que Lampugano. Aseguró, entre otras cosas, lo que sigue:

- Durán obligó al detenido a involucrar al actor Carlos Calvo, con la promesa de dejarlo en libertad o de darle quince años de cárcel si se negaba.
- Lampugano fue llamado a declarar en reiteradas oportunidades y a cualquier hora, y cada vez que concurría era presionado por el juez para que dé nombres de gente de la farándula para involucrarlos.
- El magistrado le pidió los nombres de estrellas que conocía, y cortó las palabras del detenido cuando llegó a Calvo, porque ese era el nombre que le interesaba por la audiencia que tenía.
- Cuando Lampugano involucró a Calvo, el juez Durán no retiró su promesa, pero acotó que lo dejaría libre después de que coopere un poco más.
- Minutos antes del careo entre Calvo y el detenido, el magistrado volvió a presionar ante Lampugano para que ratifique su declaración, a lo que este se negó diciendo que *"no puede mentir, y menos en la cara de Calvo, que es un buen chico"*.

En esos días, una comisión policial había allanado la casa de *Carlín* Calvo —para lo cual debieron tirar abajo la puerta de calle—, y el actor soportaba el asedio de la prensa y los curiosos: ▶

LAMPUGANO, UN DETENIDO LOCUAZ

Alberto Sebastián Lampugano Guerrero, más conocido en la farándula como *Alberto De Lema*, fue detenido el 15 de agosto de 1990 en una causa por tráfico y consumo de drogas. La pesquisa, dirigida por el juez Durán, se había iniciado poco después de la muerte del cómico Alberto Olmedo, junto a quien Lampugano había trabajado como secretario.

El detenido no tuvo suerte: se le encontró cocaína dentro de su automóvil, además de **dos comprometedoras agendas**. Allí, y por su actividad ligada al mundo de los artistas y políticos, había muchos nombres.

Pero no fue la agenda lo que comprometió al actor Carlos Andrés Calvo, sino la declaración de Lampugano ante el juez Durán: dijo que *Carlín* era un *"cliente"* habitual suyo para la comercialización de la droga. Después, cuando se los enfrentó en un careo, el detenido se retractó.

Ahora declaró que en aquella oportunidad, Durán le obligó a involucrar a Calvo **"porque es el que tiene más ráting"** de todos los que aparecían en la agenda. Un ex funcionario del Juzgado Federal de La Plata, Marcelo Pascual, ratificó los hechos contados por Lampugano, y extendió su acusación a las posturas antisemitas del juez y a otras causas mal resueltas. Alberto Durán enfrenta tres pedidos de juicios políticos en la Cámara de Diputados.



Alberto Lampugano.

926 93 25

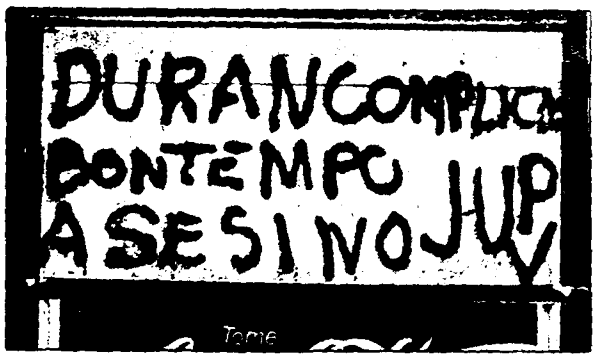
"*Esto es una pesadilla, no sé qué pasa, no tengo nada que ver*", repetía. Y agregaba: **"¿Qué hay detrás de todo esto?; ¿en qué trampa me metieron, por Dios?"**.

El juez Durán lo citó a declarar como "*imputado no procesado*" y más tarde dispuso el careo con Lampugano. Ese día, cuando su acusador se retractó, el actor salió exultante y enfrentó a la prensa con una sonrisa. Pero el juez no confirmó la noticia, y dijo que la situación procesal de Calvo seguía "*como al comienzo*" de la causa, ya que **"se produjeron contradicciones"** en los dichos de los imputados.

PERSONALIDAD — La denuncia presentada por Pascual abarca más aspectos de las decisiones y la personalidad del juez Durán, que exceden ampliamente los detalles del caso Calvo. En el expediente de juicio político constan sus declaraciones, donde pueden leerse algunos asombrosos pasajes:

- Durán decretó la libertad por falta de mérito de Petrona Mercado, una mujer que había confesado participación en un tráfico de drogas. En esa causa existirían también falsedades ideológicas, puesto que la señora Mercado figura prestando declaración en la ciudad de La Plata, cuando en realidad estuvo un tiempo detenida en su domicilio de la Capital Federal y nunca salió de allí.
- A otro imputado en la causa Lampugano, un jujeño de apellido Dávalos, el juez le habría obligado a falsear su declaración. Le dijo —según denuncia Pascual— que "*tenía dos alternativas, o firmarla y quedar detenido solo él, o negarse y aparte de él le metía presa a su esposa y a su hija la mandaba a un reformatorio*".
- En otra oportunidad, Durán comentó que él no hubiese extraditado al criminal nazi **Josef Schwamberger**, por cuanto este no había cometido ningún delito. Según su relato, Pascual le indicó entonces que estaba acusado de participar en la matanza de judíos, y el juez respondió: **"¿Y desde cuándo matar judíos es delito?"**.
- Cuando le solicitaron una orden de allanamiento e intervención telefónica en el domicilio de un sospechoso llamado Luis Oscar Boom o Goom, el juez adujo que por tratarse de un pariente de él quería manejar el tema personalmente y con más medios. Los policías que hacían el pedido se retiraron con las manos vacías.
- Suele llevar empleados con armamentos para hacer procedimientos, y algunos hasta concurren armados al tribunal, pese a que ninguno tiene permiso de portación de armas. El denunciante asegura que con los trabajadores del juzgado "*comete abusos, dándoles tareas impropias, como pintar el juzgado en horas de trabajo*".

Vehemente, temperamental, hincha fanáti-



***PINTADA** hiriente en las calles de Lomas de Zamora. En septiembre de 1987, un militante de la Juventud Peronista había sido asesinado. Durán era juez.*

9209325

co de Gimnasia y Esgrima La Plata y de muy buena relación con los periodistas que concurren a entrevistarlo, el juez Alberto Durán supo obtener su propio *"rating"* en los medios de comunicación que dieron publicidad a los casos más resonantes en los que actuó. Fue el responsable de algunas causas famosas, como la detención de una banda de piratas del asfalto que actuaba utilizando al batallón 601 Domingo Viejobueno, de Monte Chingolo, como guarida; investigó casos de corrupción en la policía de Lanús; descubrió una gigantesca defraudación con nafta adulterada; e hizo detener a dos empleados de una cabina de peaje en Azul porque no lo dejaron pasar sin pagar cuando viajaba para investigar una causa.

JUICIO POLITICO II — El diputado Eduardo Varela Cid es el autor del tercer pedido de juicio político que enfrenta Durán. Lo acusó porque el 21 de enero de 1992 se negó a realizar un allanamiento pedido por el juez Martín Irurzun: cuando los policías que seguían a una presunta banda de narcotraficantes le llevaron la orden, el juez platense les respondió que **"acá, el que manda soy yo"**, según relató el legislador a SOMOS. En los fundamentos de su pedido, Varela Cid asegura que el juez *"insultó al funcionario policial"*, y que *"se ocupó de otorgarles el tiempo necesario a los narcotraficantes para que 'limpien' las pruebas, realizando el allanamiento seis días más tarde y con resultado obviamente 'negativo'"*.



***ACUSADOR.** El juez federal Manuel Blanco, pidió el procesamiento de Durán. Para ello, un juicio político debe terminar con sus fueros.*

El diputado del PJ solicitó a la Comisión de Juicio Político que cite a declarar al juez Irurzun, al secretario Rubén Pascarielo, y a los policías Héctor Pol y Gustavo Di Bella. Los detalles del caso constaban en el expediente 5123 del Juzgado Federal número 5 de la Capital Federal. Pero de allí desaparecieron 33 carpetas, por lo que la Cámara Federal —en una resolución sin precedentes en su historia— decidió enviar una intervención a la secretaría de Pascarielo. Según trascendió, uno de los expedientes robados sería el que incriminaba al juez Durán.

Las aventuras del polémico juez federal de La Plata merecen, al menos, un final abierto. Las declaraciones testimoniales parecen indicar la total inocencia del actor Carlos Calvo, a quien se habría involucrado en un caso de drogas solo por tener mucho **"rating"**, y en la Cámara de Diputados existen tres expedientes que convierten al juez Durán en acusado.

Allí, en el Congreso, se escribirán los próximos capítulos. Ⓢ

Alfredo Gutiérrez

04/04

920932

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA La República

FECHA DE PROCEDENCIA 13/4/92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Pescado por las narices

Conocido empresario artístico encontrado en posesión de cocaína

■ Un conocido empresario artístico fue detenido por tenencia de drogas. En forma escueta, el cable de la Agencia AFP, señala que las autoridades policiales de Buenos Aires admitieron que el empresario Leonardo Barujel, ampliamente vinculado a la actividad artística de las marquesinas internacionales, había sido detenido por tenencia de droga.

Barujel fue interceptado el sábado en un barrio céntrico porteño, por efectivos policiales que recorrían la zona y advirtieron que caminaba con notoria dificultad, por lo que sospecharon que podría estar intoxicado.

Según se informó, el empresario tenía en su poder cinco gramos de cocaína y en un procedimiento posterior efectuado ayer en sus oficinas, por disposición de la jueza federal Amelia Berraz de Vidal, se incautaron otros 10 gramos de la droga.

Por disposición de la magistrada, Barujel fue puesto en libertad ayer, quedando emplazado para que concurra hoy lunes a Tribunales a efectos de resolver su situación procesal.

01/01 9209326

REFERENCE: B/0682 **AUGUST 1992**

MALAWI: OPPOSITION GROUP MOVES TO ZAMBIA

Kanyama CHIUME, exiled leader of the Malawi opposition group, the Second Congress for the Republic of Malawi (CSRM), announced on 12 August 1992 that the CSRM had moved its headquarters from Tanzania to Kitwe in Zambia as a result of improved relations between the governments of Malawi and Tanzania. According to CHIUME the CSRM has the full backing of the Zambian government. Remark: Since Pres CHILUBA came to power the activities of Malawian opposition groups in Zambia have strained relations between the two countries.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

01-01

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0662 **AUGUST 1992**

ANGOLA: PRESIDENTIAL ELECTION

LIST OF PRESIDENTIAL CANDIDATES

The complete list of presidential candidates who are going to take part in the Angolan presidential election on 29 and 30 September 1992 is as follows:

José Eduardo DOS SANTOS, 50 (MPLA); Jonas SAVIMBI, 52 (UNITA); Holden ROBERTO, 69 (FNLA); Daniel CHIPENDA, 62 (PNDA - National Democratic Party of Angola); Alberto NETO, 48 (PSDA - Social Democratic Party of Angola); Mfulumpinga Landu VICTOR, 47 (independent) and Luis DOS PASSOS, 37 (Democratic Renewal Party). Remark: Although eight candidates are going to take part in the presidential election, the election will probably be a duel between President DOS SANTOS and Jonas SAVIMBI.

CHINA: VIEWS ON A FUTURE ANGOLAN GOVERNMENT

The Chinese Vice-minister of External Relations, Yang FUCHANG, said on 3 August 1992 in Angola that China will respect the outcome of the forthcoming general elections in Angola. He also said that China will in future abide by international guidelines of non-intervention with regard to Angola's internal affairs.

Remark: FUCHANG is visiting Angola on the pretext to seek new ways of cooperation between China and Angola.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

01-01

CONFIDENTIAL

9209328

CLARIN
23-7-92

SERIA UNA VENGANZA DE NARCOTRAFICANTES

Confirman la identidad de un cubano que fue tirado desde un avión

El juez José Darío Ruiz, a cargo del Juzgado Penal 7 de Morón, confirmó que el ciudadano cubano que fue arrojado desde un avión fue identificado como Javier Hernández Dávila. El juez también confirmó que a Dávila lo tiraron desde una altura de 200 metros y que su cuerpo cayó en un descampado de la localidad de González Catán, tal como había adelantó Clarín en la edición del 19 de julio.

Por su parte, el comisario mayor Alberto Rossi, jefe de la Unidad Regional de La Matanza, reiteró que antes de ser arrojado del avión, Dávila recibió un balazo en la cabeza, presuntamente desde una distancia de 30 centímetros, disparado por un revólver calibre 38 largo o por una pistola 9 milímetros. Los investigadores no descartan que podría tratarse de una *venganza del narcotráfico*.

El cadáver de Dávila fue hallado por unos trabajadores rurales en un campo cubierto por rastrojos de maíz. "Fueron los rastrojos —dijo el juez Ruiz— los que nos desorientaron al principio respecto de la altura desde la cual había sido arrojado, porque los restos de caña casi a ras del suelo le hicieron al cuerpo una especie de colchón, evitando formar un hoyo en la tierra mucho mayor que el encontrado; de todos modos los peritos confirmaron que fue tirado a una distancia de 200 metros del suelo".

Se conocieron también algunos detalles que los agentes tomaron especialmente en cuenta. Por ejemplo, el pantalón que llevaba Dávila, con "tapa" en los bolsillos traseros, es de típico corte centro americano al igual que su camisa y sus zapatos.

♦ Bolsa de nuez

Con certeza los policías científicos del Servicio Especial de Investigaciones Técnicas (SEIT) han dicho que cayó de pie. Así lo confirmaron las marcas de los tacos de los zapatos en el suelo y los politraumatismos en todo el cuerpo, especialmente desde los pies hasta la región pélvica. En el argot forense un cuerpo en estas condiciones se denomina "bolsa de nuez", explicó el comisario Rossi.

No quedan dudas, entonces, de que fue arrojado desde un avión en vuelo. Tampoco quedan dudas de la altura que llevaba la máquina. También se sabe que antes de ser arrojado, muy poco antes, fue muerto de un balazo en el cráneo. Pero hay dos interrogantes no resueltos que son decisivos: ¿quién y por qué?

Los policías manejan varias hipótesis. Una, que fue asesinado en tierra, embarcado el cadáver en un pequeño avión y tirado poco después de despegar. Pero esta tesis parece suscitar más dudas que certezas entre los investigadores: ¿no era menos complicado subir el cuerpo a un auto y tirarlo en cualquiera de los descampados que hay en el Gran Buenos Aires?



José Darío Ruiz, juez penal de Morón que investiga el caso.

♦ Otra hipótesis

Otra hipótesis es la que sostiene que el cubano subió con vida al avión y en pleno vuelo algo habrá ocurrido que le costó la vida. Sus desconocidos acompañantes lo primero que atinaron a hacer fue abrir la puerta del avión y tirarlo en cualquier lado. Pero también por esta vía hay preguntas sin respuestas, por ejemplo, ¿por qué no lo arrojaron al Río de la Plata, que solo estaba a cinco minutos más de vuelo?

El juez y la Policía analizan, además, otros detalles. Así, la autopsia demostró que el cuerpo presenta muy serias lesiones vitales, es decir, producidas antes de morir, y otras que son posteriores a la muerte.

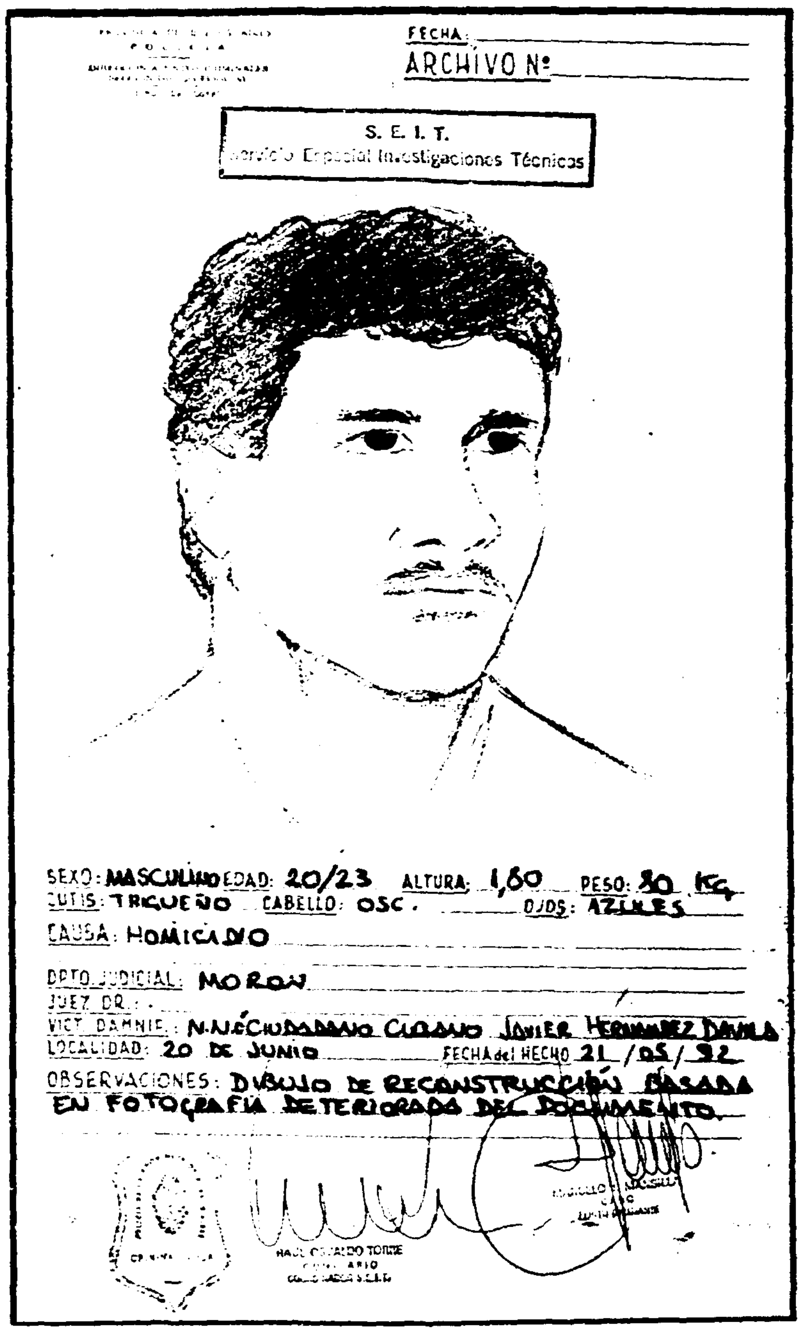
♦ Castigo

Al margen de las mutilaciones y los golpes encontrados por el impresionante choque en el suelo, algunas de las costillas rotas y varios hematomas del rostro indican que la víctima fue castigada en vida, antes de recibir el balazo.

Otra circunstancia misteriosa es que el reloj pulsera de Dávila fue encontrado en el bolsillo de su pantalón.

La Embajada de Cuba hasta anoche no había respondido a una serie de consultas formuladas por el juez Ruiz. Tampoco lo había hecho el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la Nación. Ningún familiar, amigo o conocido de la víctima se ha presentado a reclamar los restos.

Enrique O. Sdrech



Identikit del cubano Javier Hernández Dávila. La Justicia probó que fue tirado de un avión desde 200 metros de altura. Antes, le dispararon un tiro en la cabeza. Se sospecha que pudo haberse tratado de una venganza del narcotráfico.

01/01

9209329

SECRET

REFERENCE : B/0663 ***AUGUST 1992***

MALAWI - POLITICAL SITUATION

1. The recent violence in Malawi is indicative of existing dissatisfaction among the population brought about by the deteriorating economic situation and the growing demand for democratisation. The uncertainty with regard to a successor for President BANDA and the population's antagonism towards the most likely successor, John TEMBO, can further complicate the situation.

1.1 Despite the Malawi government's strict control of society, there have been manifestations of internal dissension. Although it seldom occurs that the population criticises the Malawi government, Catholic Bishops, in an unprecedented move, distributed copies of a letter in March 1992 in which they criticised the government for its abuse of human rights, corruption, nepotism and the socio-economic inequalities in the country. The clergy's initiative was followed by demonstrations in support of democracy at Chancellor College in Zomba, Blantyre Polythecnic and Bunda College of Agriculture in Lilongwe. Students clashed with police leading to the arrest of more than 100 students and one fatality. A gang of Maiawian youths, allegedly identified as members of the Malawi Young Pioneers (MYP), raided the Montford mission in Balaka (Malawi) probably in retaliation for the printing of the pastoral letter. The Malawi Congress Party (MCP) also organised demonstrations in several Malawi towns to show solidarity with BANDA and his government, creating the overall impression that BANDA still enjoyed the support of the majority of the population.

1.2 Despite the government's attempts to project an image of stability, anonymous letters and pamphlets critical of the government and in particular TEMBO, are being

widely circulated. Reports of seemingly sporadic and spontaneous violent actions against MCP-leaders have also been received.

1.3 Whilst internal dissension against the Malawian government surfaced gradually, Malawi exiles held a meeting in Zambia to discuss a plan of action against the government. Chakufwa CHIHANA, Secretary-General of the Southern African Trade Union Coordinating Council (SATUCC), was appointed chairman of an interim committee whose broad objectives are to restore basic human rights and democracy in Malawi. Although CHIHANA expressed his willingness to start a campaign inside Malawi by which a national conference on Malawi's political future would be convened, most exiles thought that he was trying to take over the leadership of their group. The exiles as a result failed to agree on a plan of action against the government, and a faction of these exiles formed the Interim Committee for a Democratic Alliance which supported CHIHANA's return to Malawi. CHIHANA was arrested on his return on 6 April 1992. This brought about an international outcry against the abuse of human rights in Malawi, with the West, international trade unions and various church demonstrations condemning his arrest.

1.4 The internal situation became more volatile and led to unprecedented unrest on 5 May 1992 when workers from the David Whitehead Textile Company staged a boycott over a wage dispute. Workers of other companies inter alia Lever Brothers, Blantyre Printing and Manica, as well as youths soon joined the striking workers leading to the looting of shops. The situation was quickly politicised with anti-government pamphlets being distributed and demands for CHIHANA's release being made. The looting was mostly directed at the Press Corporation of which BANDA is the major shareholder and TEMBO a director. Despite their huge presence the police could not bring the situation under control. On 7 May 1992 between 3 000 and 5 000 persons also gathered outside the High Court in Lilongwe where CHIHANA was due to appear on charges of sedition. After it became clear that CHIHANA would not make a court appearance the crowd went

on the rampage. According to unconfirmed information 38 persons died and 120 persons were treated for gunshot wounds. Although the situation was eventually brought under control, instability existed with ongoing strikes crippling large sectors of the Malawi economy.

1.5 After the unrest in May 1992 international pressure on the government to allow "greater freedom" was stepped up. The World Bank announced on 13 May 1992 that Western donor countries had decided to suspend new non-humanitarian aid to Malawi for 1992 and 1993 and demanded irreversible evidence of a transformation with regard to Malawi's policy on human rights and basic freedom. Donor states agreed to review the resumption of aid as soon as "substantive progress" had been made with regard to human rights, preferably within six months.

1.6 Although the Malawi government seems reluctant to address political changes, it reacted on some grievances of the population and the detention of CHIHANA. BANDA openly criticised MCP officials who harassed people who did not carry membership cards of the ruling Malawi Congress Party and forced people to make donations to the party and present gifts to him. He ordered the MCP to stop these practices which he said were against MCP policy. Ten detainees were released on 10 July 1992, among them, Aleke BANDA, a former Cabinet member who was held without trial for 12 years. On 11 July 1992 CHIHANA was also released on bail. However, sedition charges were brought against him on 13 July 1992. Although it seemed at first as if the Malawi government was willing to make some concessions, CHIHANA was re-detained on 14 July 1992. The motivation for this action by the Malawi government is not known.

1.7 In the light of BANDA's age and state of health the question of his successor is of crucial importance to the future political stability in Malawi. It is assessed that John TEMBO is at this stage in the most favourable position to succeed BANDA.

TEMBO (Treasurer-General of the MCP) evidently enjoys BANDA's confidence and the latter relies increasingly on TEMBO regarding important decisions and policy matters. His position was further strengthened by his appointment as Minister of State in the Office of the President and Cabinet in January 1992. There are, however, a few factors that could influence his chances negatively. The unrest has shown that he is immensely unpopular amongst the population. Furthermore, he does not have general support in the Army and is distrusted by most cabinet members. Any attempt by TEMBO to attain the presidency in an unconstitutional way will certainly lead to violence. The majority of the army officers dislike TEMBO and there is a possibility that the Army could intervene to oust TEMBO. The position of the Police and MYP with regard to TEMBO is however not clear. The Commander-in-Chief of the Army, General YOHANE, and the Inspector-General of Police, M LUNGUZI, would probably prefer a political solution.

2. CONCLUSION

2.1 As a result of the government's persistent hardline attitude towards democratisation and its inability to grasp the extent of the socio-economic problems experienced by the population, it can be expected that the internal stability in Malawi will gradually deteriorate. It is doubtful whether the grievances already attended to by the Malawi government, will be sufficient to satisfy the demands of the donor countries. It is also clear that there is a strong anti-TEMBO feeling amongst the population which President BANDA should take note of if he wants to maintain internal stability. The future of Malawi appears to be bleak, especially in the absence of strong opposition groups. Existing groups are still not organised well enough to exploit the current situation. It is also questionable whether the population would accept the current exiled leaders because most of them are regarded as people from the North and therefore unacceptable to the majority of the population.

04-05

2.2 The situation may change for the worse if TEMBO should succeed BANDA as he is not acceptable to the population. It is also likely that TEMBO will continue the one-party system or, when under pressure to change will try to manipulate the democratisation process. This will lead to a highly unstable political situation where opposition groups may revert to violence to bring about political change. It can also be expected that the Malawi government will come under tremendous international pressure to democratises, leading to further instability.

DATE OF INFORMATION : August 1992
RELIABILITY GRADING : 2

05-05

B/0658 PERSPECTIVE ON VIOLENCE IN SOUTH AFRICA

REFERENCE: B/0658 AUGUST 1992

PERSPECTIVE ON VIOLENCE IN SOUTH AFRICA

1. INTRODUCTION

1.1 One of the few things most observers agree upon is that South Africa is in a period of political transition, that is, a process of fundamental change with far-reaching implications for the political, economic, social and other systems in this country. Generally speaking, there is also consensus that this process is primarily a transition from a limited democracy to a fully democratic society. Historical and empirical studies show, however, that fundamental/radical change has certain secondary results, mostly of a very negative nature, for instance: political instability (often leading to coups d'etat and counter-coups); social and economic decay; economic decline (high inflation rate, unemployment, large budget deficit, etcetera); and a drastic increase in criminal offenses.

1.2 South Africa is obviously at present also characterised by many of these traits, although the degree to which they manifest, differs to a large extent. Although so-called political violence and intimidation is probably the most prevalent negative characteristic of change in the country, it is also necessary to point out that South Africa has up to now been able to avoid some of the other attributes of political transition. In this regard the following is of importance:

- the absence of political instability on the level of national government;
- a certain degree of institutionalised democratic political practices;
- a relatively strong economic base and infrastructure which has the potential to ensure growth, employment and the social upliftment of a large part of the population; and
- consensus amongst most political players/parties that a democratic system should be implemented by way of negotiation and not conflict or violence.

1.3 It is also true that the present impasse in the negotiation process and the unacceptable high level of violence in certain regions is indicative of a lack of political tolerance and maturity within the ranks of most of the political parties and groupings in South Africa. While it is obvious that all responsible leaders, as well as the large majority of South Africans want an end to be put to political violence, intimidation and anarchy, the present stalemate could easily deteriorate and decline into a state of anarchy and uncontrolled violence.

1.4 Seen from a normative point of view, this scenario is not desirable, but factually it is not impossible. Although the Security Forces can at present still contain the unrest situation, the following developments may lead to a situation of uncontrolled violence:

- Failure of the Government's initiatives (especially the negotiation process).
- An increase in subversive activities (e.g. by Umkhonto we Sizwe - MK, the PAC and/or right-wing extremists).
- Success in attempts to discredit the Security Forces and to restrict their powers.
- Further economic decline and the negative influence this will have on the already obvious and unacceptable socio-economic discrepancies within the country.
- Loss of legitimacy, especially as regards the government, the ANC and the Inkatha Freedom Party (IFP).

In addition to the obvious disadvantages that this scenario will have for the South African economy, it could lead to actions aimed at a violent take-over of power (insurrection) or to a right-wing coup d'etat.

2. BACKGROUND AGAINST WHICH VIOLENCE IN SOUTH AFRICA MUST BE EVALUATED

2.1 INTRODUCTION

2.1.1 In evaluating violence in South Africa, cognisance must be taken of various inter-active realities inherent to South Africa which are amongst others the unique composition of diverse ethnic cultures, socio-economic problems stemming from an almost uncontrollable level of urbanisation, unemployment and high levels of frustration within black communities as a result of many years of political and socio-economic deprivation, which in turn has led to rising expectations within the black communities fuelled by years of revolutionary rhetoric.

2.1.2 In the era before 2 February 1990, blacks under the leadership of resistance movements like the ANC, the SACP, the PAC, the UDF, the MDM, trade unions as well as their affiliates illustrated their discontent about the political and socio-economic dispensation by means of strategies and actions like passive resistance, attacks on state institutions and the Security Forces, the armed struggle and mass actions including boycotts, strikes and protest marches often leading to outbursts of violence. These actions had to be suppressed by Security Forces and extreme measures such as emergency regulations had to be used by Government to control the situation.

2.1.3 The unbanning of resistance groups and the lifting of the state of emergency on 2 February 1990, once again fuelled unrealistic expectations in black communities and helped create the impression that the political and socio-economic situations of the past would change and almost immediately make way for a political and socio-economic dispensation in which the revolutionary ideals would be fulfilled.

2.2 CAUSES AND MANIFESTATIONS OF VIOLENCE

2.2.1 At least three categories of causes for political violence in South Africa can be identified. In the first place there would seem to be consensus that the following factors contribute directly:

- Political change, accompanied by feelings on the one hand of insecurity and rising expectations on the other, which in turn stimulate violent action and counter-action.

- Socio-economic problems, including that of poverty, unemployment and inadequate social services, exacerbated by the so-called principle of relative deprivation.

- The absence of discipline within the ranks of protest movements - many of them are still "movements in search of organisations" after many years of having been prohibited.

- Ethno-political strife that often manifests along the same dividing lines than that of ideological/cultural differences.

- The absence of total control by Security Forces or conversely, the unacceptability of Security Forces as peacemakers, (especially in black residential areas), thus at times stimulating rather than preventing violence.

2.2.2 A second group/category of causes can be described as being of a conspiratorial origin or nature. The most prominent example in this regard is the theory of the so-called Third Force, based on the assumptions that there is an unidentified force that stimulates or perpetrates violence in order to wreck the process aimed at negotiating a new political dispensation. In this regard members of the Security Forces, the IFP, reactionary white groups,elements within the PAC, the SACP and the ANC (particularly MK and the ANC Youth League - ANCYL) have been blamed of having a secret agenda and endeavouring to destabilise the situation by violent means. In so much as the violence could ascribed to the role of unruly elements within the ANC, PAC and their militant constituencies, it is evaluated as being due to their vested perceptions of a continued revolutionary onslaught with the aim to overthrow the government.

2.2.3 Thirdly, the unfortunate truth is that South Africa has a history of political conflict, e.g. against colonial powers but also along race, ethnic and even class lines,

and this has led to, on the one hand, the repression of free political activity (especially within the black community) as well as on the other hand, to an obsession with revolutionary theory, models and terminology, e.g. seizing political power, rendering the state ungovernable, destroying ("smashing") certain forms of government and the Security Forces, etcetera. This resulted in a culture of political intolerance, apparently giving moral justification to the killing of political opponents, while at the same time professing a deep commitment to the goal of a free and democratic South Africa in which the right of differing opinions will be upholded or guaranteed by law.

2.2.4 Recent political developments also brought about greater political rivalry between extra parliamentary groupings like the ANC and the IFP and have been accentuated by a competition for political support at grassroots level. This has also been accompanied by political posturing and an all out effort to consolidate constituencies. This in turn has given rise to an increase in black-on-black violence, especially in black townships in and around metropolitan areas where unacceptable socio-economic situations, unemployment, urbanisation and criminality help create a climate conducive to violence and intimidation.

2.2.5 The diverse circumstances existing in the different parts of the country must also be taken into account when evaluating the violence. In the PWV area violence is characterised by ethno-political intolerance and fighting between hostel dwellers (who are mostly IFP supporters), squatter camp residents and other township residents (who are mostly ANC supporters), as well as sporadic violence on trains. In Natal violence emanates from attempts by the ANC to establish itself politically in territories traditionally regarded as IFP strongholds. During the first three months of 1992 violence in the Western Cape occurred between the rival taxi organisations the Western Cape Black Taxi Association (WEBTA) and the Langa Gugulethu Nyanga Taxi Association (LAGUNYA) who both tried to gain the monopoly over certain taxi routes.

2.2.6 Whatever the form of violence, extra parliamentary parties like the ANC and the IFP have specific perceptions about the causes thereof and usually responds in one of the following ways:

- To divert the attention from itself, one would accuse the other of instigating the violence for political gain.

- Security Forces are accused of complicity or misconduct.

- The so-called "Third Force", supposedly consisting of ex-members of the Security Forces, is frequently accused of artificially instigating the violence.

2.2.7 Past experiences have shown that the lack of discipline and the revolutionary approach of some elements within political and protest movements and the inability of leaders to contain the violence that frequently stems from protest actions, despite appeals by some leaders that mass actions should be peaceful, also have a direct impact on the spiralling climate of violence in certain areas. In view of this the current mass actions planned and executed by the ANC/SACP/COSATU alliance will in all probability lead to an escalation of violence perpetrated by undisciplined elements like the vast number of unemployed youths who have grown up in a climate of violence and have nothing to lose in any situation. The resistance of groups participating against any form of police action, could lead to further violence and conflict.

2.3 CHARACTERISTICS OF VIOLENCE

2.3.1 It is generally accepted that the strategy of certain political groupings to make the black townships ungovernable, the prevailing socio-economic situation as well as the protest action undertaken by the ANC/UDF/MDM from 1984 to 1989 were the primary reasons for the poor security situation in black townships during that period. The era before 2 February 1990 was characterised by high levels of militancy within the ranks of so-called liberation movements. The "struggle" was led by "freedom fighters" whose militant attitude influenced political activities and attitudes on the grassroots level. Since 2 February 1990, the different political groupings utilised their newly acquired political freedom to consolidate and broaden their power bases. The existing conflict and tension between political groups (including the government) was brought to the fore and gave rise to protest actions (marches and non-violent mass action) which have been typical of this era. In the recent past,

however, particularly since August 1991, attacks and violent conflict between opposing political groupings increased, while attacks on the Security Forces as well as local government structures started to manifest itself.

2.3.2 A further trend that has emerged is the militancy among the radicalised youth, the constant growth in the so-called last generation especially in the PWV area. This has been evident in the recent past and is increasing at an alarming rate. It has also become evident that the inability/unwillingness of political leaders across the spectrum of South African politics to refrain from provocative, militant or radical remarks regardless of agreements reached in the National Peace Accord (NPA) or at other forums have a direct impact on the levels of violence in certain communities. It has also become obvious that lack of tolerance and flexibility displayed by political leadership on a national level have a direct effect on the mood of the people and on the political orientation of their constituencies. It also effects the mechanisms for conflict resolution that have been established under the auspices of the NPA.

2.3.3 Any evaluation regarding violence must also take the rising criminality into account and distinguish between instances of violence that are crime related and those stemming from political differences and conflict. In recent months it has become increasingly difficult to make this distinction as the worsening socio-economic realities have a direct bearing and influence on the rising crime rate and lack of political tolerance.

2.3.4 Although the black youth has long since been regarded as a main actor in the perpetration of violence, it has recently (since 16 June 1992) become an even greater threat to internal stability. Radical youths are increasingly projecting themselves as the protectors of their community (which leads to intimidation as well as the belief that they are responsible for law and order within the community, which automatically gives them the power of taking "legal action" like "hearings" and violent "executions into their own hands). The alarmingly large number of young black people who are unemployed and not attending school make them more prone to be manipulated, incited and radicalised. Juveniles also group themselves together in gangs which spread fear among township residents by committing atrocities like "necklacing" and other "executions" in public in order to intimidate other juveniles as well as adults.

2.4 THE PRESENT SITUATION

2.4.1 Evaluation and perspective on the ANC led mass action campaign

2.4.1.1 Although still at an early stage, the ANC led mass action campaign already reveals certain characteristics which have implications for the future control and management thereof by the ANC alliance and its re-entry into or abstention from the negotiation process. These characteristics which manifested especially after the Boipatong issue inter alia entails the following:

- An increased level of spontaneous participation in mass actions by grassroots supporters of the ANC alliance and its front organisations in certain areas. The participation of grassroots supporters is in actual fact not on the level that was expected and is mainly characterised by a higher level of militancy. This could be the result of the arrogance and anger of youths participating in the action as well as the extensive use of intimidation to ensure participation in mass action. The increasing occurrence of necklace murders and petrol bombings form part of these intimidation tactics and are in line with a recent statement by Peter MOKABA (leader of the ANC Youth League), as quoted in the Sunday Times of 12 July 1992 namely that "The intention of mass action is to take the townships back to the era of ungovernability in the mid-80's. We will ... harass the families of police ... establish street and block committees as well as people's courts ... residents will run their (own) townships".

- Autonomous actions on a regional and local level. In this regard the role and initiative of the ANCYL, MK and self-defence Units (SDU's) is quite conspicuous. It also seems as if the ANC has lost control of its MK cadres and SDU's in trouble spots such as Katlehong, Sebokeng and Phola Park where attacks and murders on policemen and political opponents have increased.

/ ...

- Greater cooperation between members of the Patriotic Front, specifically between the ANC and PAC in the Vaal Triangle where it seems as if MK and the Azanian People's Liberation Army (APLA, military wing of the PAC) work hand in hand in the ambushing and killing of policemen. Rumours are rife that the slogan "Kill a cop a day" which is currently widely used by youths on the Reef originated in APLA.

- The central and independent role of COSATU and its aligned unions in the planning and execution of many of the mass actions.

- Coinciding with the mass action, an increased level of criminal activities and lawlessness.

- Increasing polarisation between rival organisations (e.g. the IFP and ANC) and/or racial and ethnic groups (e.g. blacks and whites) due to the mass action, will further mitigate against efforts to bring about reconciliation and have negative implications for the restart of negotiations.

- The increased sectoral participation in the mass action campaign. Apart from the independent role of the trade unions the following sectors also decided to participate in the mass action campaign:]
  * The South African Democratic Teachers Union (SADTU) declared on Friday 17 July 1992 that "Mass action has become the only viable non-violent tool ...to do something about the pathetic state of education and the quality of life in our country".

  * The South African National Civic Organisation (SANCO) recently indicated that the organisation would launch a bond boycott in August 1992 as part of the current mass action campaign. This was not supported by ANC leadership.

  * An intense debate within church circles on their current role as regards mass action is also taking place. While Frank CHIKANE of the South African Council of Churches (SACC) proposes a

mediating role between the conflicting parties, Smangaliso MKHATSWA the Institute for Contextual Theology (ICT) is of the opinion that churches must participate in certain civil disobedience actions and hunger strikes.

2.4.1.2 The ANC also has the following areas of concern as regards the further unfolding of mass action:

- There is increasing criticism from rank and file COSATU members on the implications of mass action for work security.

- Recently COSATU criticised unilateral actions and press statements of the ANC e.g. the suspension on 24 June 1992 of negotiations.

- There are differences on the viability of certain mass actions. COSATU opposed an ANC proposal that the recent BOIPATONG funeral should be accompanied by a stay-away.

- There are differences on a revitalized Codesa. COSATU proposes that the civics and trade unions should in future be included in a new negotiations forum.

- Militant elements are disturbed by the Government's realism regarding the mass action and the continued international support and backing it has received. Militant leaders of the ANC alliance bargained on more excessive actions by the government and Security Forces which would have given leverage, and created further opportunities for mobilisation.

- A further area of concern centres around the autonomous actions by particularly the youths on a local level which increasingly shows a lack of control and discipline. Since the beginning of July 1992 ANC leaders expressed their concern w[illegible] the open display of weapons by ANC members during mass actions.

ıme.

- Closely related to the problems of discipline as well as the escalating levels of militancy on ground level, is the fear by certain leaders that it will be increasingly difficult to justify a re-entry into negotiations.

2.4.1.3 Apart from the above-mentioned, the continuous mass action could endanger those agreements already reached between amongst others the ANC and Government, for example, the Groote Schuur and Pretoria Minutes and the Peace Accord. Furthermore the mass action and specifically the planned national stay-away on 3 and 4 August 1992 can have detrimental effects on the economy and socio-economic reconstruction efforts. In this regard the following could be expected:

- Cost implications of the stay-away in terms of working hours lost, and retrenchments on a large scale.
- A further setback in attracting foreign investments.
- Renewed stimulus for rental-, bond- and consumer boycotts.
- Increased outflow of capital and highly qualified labour.

2.4.1.4 Due to the current seemingly weak support of the mass action campaign as well as the mentioned areas of concern for the ANC alliance, certain leaders have already started to backtrack on its original planning and motives of the mass action. This is clear from the following:

- The recent efforts between business and trade union leaders to reach agreement on an alternative action for the planned national strike in August. These efforts, however, did not succeed.
- On 16 July 1992 the ANC released a document in which it reiterated the ANC's commitment to negotiations and scotched claims that its mass action campaign has an insurrectionist intent. The document entitled "Campaign for Peace and Democracy" spells out that the mass action campaign has no hidden agenda and is not a programme for insurrection - nor aimed at a peaceful overthrow of the regime.

- In a recent interview with the weekly newspaper Vrye Weekblad (VWB) Chris HANI (General Secretary of the SACP), with reference to the current mass action stated that "...at the moment insurrection is not an option - the capacity of this Government is still too strong, the SADF is not paralysed".

2.4.2 Options open to the Alliance

2.4.2.1 Against the above-mentioned background it could be anticipated that the ANC alliance will in future months act in accordance with outside pressures, be it from its militant grassroots support, the international community, civil society - trade unions, big business, education etcetera, or as a result of Government initiatives.

2.4.2.2 Flowing from these pressures the alliance could consider one of the following options:

- Confrontation option.
  This option, which is strongly favoured by militants in the alliance could be exercised because of increasing pressure from ground-level not to re-enter negotiations. Such pressure could be the result of a high success rate with mass action as well as increasing evidence of so-called corruption and misconduct of the government and Security Forces.

- Resume where left off option.
  Notwithstanding being favoured by realists in the ANC alliance, this option. which implies the resumption of negotiations at the point of deadlock in Codesa, is highly unlikely with the current prevailing radical attitude within the support base of the alliance.

- Adaptation option
  This option which implies resumption of "talks about talks" whilst mass action continues, it perhaps the most likely. This could take place coupled with the re-activation of the Patriotic Front and will be characterised by a more aggressive and less accommodating style. The

restructuring of the negotiation forum will be an important facet of this approach, while it could also be anticipated that the alliance would very strongly insist that international monitoring and the curtailment of the Security Forces should be central to the restart of formal negotiations.

3. ROLE PLAYERS INVOLVED IN VIOLENCE

3.1 ANC/SACP/COSATU

3.1.1 Introduction

- Although the ANC has temporarily suspended the armed struggle with the signing of the Pretoria Minute in August 1990, political violence has increased. This is due to political intolerance as well as activities of radical elements within the ranks of the ANC, SACP and MK who still identify themselves with the continuance of the armed struggle.

- The ANC/SACP deny that they are purposely involved in violence and blame the increasing violence on undisciplined cadres and especially on the Government and IFP. Although the majority of ANC/SACP leaders on national level disassociate themselves from violence, and accordingly refrain from any decisions/orders in this regard, it is known that individual members do advocate violence. In this regard both the ANCYL and MK's regional command in the PWV area, since March 1992, insist on the destroying of hostels as well as attacks on the IFP to weaken them. Furthermore Harry GWALA (NEC member of the ANC) contributes to the violence in the Natal Midlands by constant "war talk". The launching of the mass action campaign of the alliance has, however, generated further space and opportunities for the masses to participate in violent actions, inter alia intimidation, sabotage, murders and actions against the Security Forces.

3.1.2 Ground Level Activities

3.1.2.1 The deadlock at Codesa II, the Boipatong massacre and the withdrawal from the negotiation process on 23 June 1992 contributed to the changing mood of the ground level supporters of the ANC and SACP, as well as their perception that only armed-related activities, radical actions and civil disobedience can bring the Government to its knees and result in the transfer of power to the ANC. This contributes directly to the escalation of violence and violence-related activities.

3.1.2.2 Examples of unrealistic expectations that are fostered by individual alliance leaders on national and regional/local level, are the following:

- Harry GWALA (ANC NEC member) said on 1 May 1992: "We will kill and kill and kill, until South Africa is liberated from white minority rule. The ANC will not heed to the Government's instructions ..."

- "We should also not stop the masses doing what they want to do". (Cecil ESAU, June 1992, Cape Town)

- "We are missing time if we try to achieve change on a strictly legal basis" (Jay NAIDOO, 4 July 1992)

* Intimidation

Although COSATU, the ANC and the SACP publicly urged their members on ground level to be disciplined and peaceful during mass actions, various incidents of intimidation have already taken place. Sectors of especially the black population are afraid of losing their jobs, houses and lives, and are therefore intimidated by more radical ANC/SACP/COSATU members to take part in mass actions. In the Vaal Triangle, for example, the Broad Forum (consisting of inter alia mainly ANC, PAC and AZAPO youths) has virtually taken control of certain townships and initiate stay-aways without the consent of the ANC/SACP leadership. Especially members of the ANCYL are involved in intimidation. In this regard the ANCYL's programme of mass action states that "The youth will ensure that during the general strike our townships become no-go areas ...".

* Actions against the Security Forces

The ANC is purposely involved in efforts to neutralize and harass Security Forces. In this regard the ANC/SACP/COSATU alleges that the Government is responsible for the violence in the country and that actions against the Security Forces are a necessity, as expressed by prominent members such as Chris HANI and Peter MOKABA.

As early as March 1992 MK's PWV Regional Command decided that the involvement of the SAP and the SADF in the violence should not only be met with action and anger by MK, but that MK should also use guerrilla warfare to attack the SAP and SADF.

During an ANC meeting on 21 July 1992 at Vosloorus, Kapeng MAKOKO (ANC member, Katlehong) said: "We've got to attack the police because they are the ones who are harassing us most". Booysen DOMBO (MK member) further said: "...we have to attack police stations and drive out police from our township. We will not stay in our township with enemies ...".

ANC members have recently been arrested in the PWV area/Vaal Triangle for the wearing and possession of police uniforms. Furthermore an ANC member was arrested in Durban for possession of a SADF uniform. This could be part of pseudo-operations of the ANC to implicate the Security Forces in violence.

3.1.3 Umkhonto we Sizwe (MK)

3.1.3.1 MK planning and activities currently focus on the establishment of structures (including self-defence units - SDU's), recruitment and training, as well as the distribution of arms among cadres. Indications are also that the resumption of the armed struggle (inter alia as result of the influence of militant ANC/SACP leaders on national level) is still considered as a viable alternative to negotiations.

* Structures

MK is continuously establishing structures in South Africa. In the PWV area, for example, a Regional Committee exists that is responsible for the

setting up of zonal and local command structures. Such structures have already been or are in the process of being set-up in inter alia Bophelong, Sharpeville, Sebokeng, Katlehong and Vosloorus.

* Recruitment and training

The recruitment of especially youths for purposes of military training is still continuing and has lately been stepped up. During May/June 1992, 300 youths were recruited by MK, apparently for a so-called regular army course. On 24 June 1992 these youths left South Africa for Dar es Salaam (Tanzania), from where they allegedly went to Uganda for training. Since the ANC is already experiencing problems countrywide with MK cadres who had returned from exile and are now unemployed, it is not clear how the ANC anticipates to utilise persons (e.g. the above-mentioned 300) undergoing training in foreign countries, once they return to South Africa.

Besides training in foreign countries, indications are that training also takes place within the boundaries of South Africa, especially in the PWV area, Natal, Eastern Cape, Far Northern and Northern Transvaal as well as Eastern Transvaal. Training in Transkei is integrated with the training of the Transkei Defence Force (TDF). An example of the close cooperation between MK and the Transkei Government is the following statement by Bantu HOLOMISA (Military leader of the Transkei) on 15 December 1991 at a MK rally in Port Elizabeth: "...Transkei has an alliance with the ANC and that is the reason why I accompanied the MK leader (Chris HANI - then MK's Chief of Staff) to India. Before Christmas some of our people will go for training in Indian camps".

* Armed Struggle

Especially since the deadlock at Codesa and the commencement of the ANC's mass action campaign, there are numerous indications that senior elements in the ranks of MK are very much dedicated to armed action and the resumption of the armed struggle. This may be, inter alia, as the result of expectations that are fostered by the pronouncements of ANC/SACP leaders, such as the following by Chris HANI:

- On 18 May 1992 he told a gathering in the Main Hall of the University of Durban-Westville that the time had come for revolution to take the country back.

- On 7 June 1992 during a SACP meeting at the Kagiso Community Centre in Krugersdorp, he told those present that the ANC was no longer interested in negotiations, but would revert to the 1980 era where violence and explosions were used to force the Government to comply with their demands. An appeal was made to the audience to turn to war, starting by defending themselves and disarming the police in order to arm themselves. HANI further said that the planned mass actions had to be accompanied by positive actions including arson.

- On 14 June 1992 he addressed a SDU meeting in Sebokeng where he told those present that since Codesa and negotiations were something of the past, the armed struggle had to be waged again.

* Arms and ammunition

Since the ANC/MK cannot account for all its arms-caches, MK members have uncontrolled access to arms and ammunition. This was illustrated on 9 May 1992 at a mass rally that was held at the Sisa Dukashe stadium to welcome all returned exiles in Mdantsane, Ciskei. One of the speakers, Malcolm MGABELA, who is a member of MK, said that MK's members were well-trained and that arms were available in Ciskei for use by MK if GQOZO should "try something". He further said: "We can make Mdantsane very small if GQOZO tries to be smart, our weapons are ready".

Indications are that arms and ammunition are freely available in some black townships. For example, on 13 June 1992 police arrested 60 ANC members concerning the discovery of hand grenades, AK-47 rifles and ammunition at two houses in Vosloorus.

With regard to the resumption of the armed struggle there are also indications of clandestine meetings between members of MK with structures

of both APLA and AZANLA. ***Remark:*** APLA and AZANLA are still committed to the armed struggle.

3.1.4 Unruly elements within MK

3.1.4.1 Several MK members at grassroots level are dissatisfied with the ANC's participation in negotiations. Furthermore, MK members inter alia in the Natal Midlands, Border and Eastern Cape regions are disillusioned with the way in which the national structure ignores their financial problems. These factors contribute to unruly activities by MK members as well as the lack of control over MK cadres by both the ANC/MK national and regional structures. The following is indicative of this tendency:

- Reports compiled by the Democratic Party's unrest monitoring unit in Natal indicate that the townships of KwaNdengezi (Durban) has been turned into a hot bed of tension between resident "comrades" and MK members just returned from exile. Indications are that some of these MK members are involved in criminal activities.

- During April 1992 a rebel group of so-called rogue members of MK ousted members of the local civic committee in Phola Park in an armed "coup d'état".

- According to ANC sources there is "open warfare" in the Vaal Triangle between MK cadres and the leadership of the ANC's local structures.

- In Katlehong (East Rand), the ANC's political structure is said to have lost control over gangs of MK youths. These gangs have established "no-go zones" in some parts of the township over which they exercise control.

- A member of MK who returned to South Africa at the beginning of the year told the Police during interrogation that he was part of a group who had decided to set up their own SDU's (e.g. Phola Park) without

ANC approval, but to retain their MK links in order to ensure a flow of funds and weapons.

3.1.5 Self-defence Units (SDU's)

3.1.5.1 The training of SDU's takes place in accordance with the guidelines of the document "For the sake of our lives", including aspects such as organisation, recruitment, communications, intelligence, barricades and fortifications as well as tactics and operational planning. An updated version of the above-mentioned document, titled "Guidelines for units of self-protection", was distributed among ANC members at the beginning of 1992. In content the two documents are, however, essentially the same.

3.1.5.2 It appears that the launching of SDU's, although in a "democratic" framework, have to had the result that the ANC envisaged. In fact, indications are that these structures are deliberately being used by undisciplined members as a means to intimidate people and communities. This tendency has also been widely reported in the media, especially pertaining to the situation in the PWV area. The idea of protection of communities has thus been hijacked by radicals using the idea to their own advantage. SACP central committee member Jeremy CRONIN acknowledges that a number of SDU's have degenerated into townships banditry: "It's easy for SDU's to go off the rails if they are not subject to strong organised control and input. They can decay into pockets of gangsterism and warlordism." (The Weekly Mail: June 5 to 11, 1992.)

3.1.5.3 It is not envisaged that the defence of the community should be the sole responsibility of MK, but MK members are, albeit uncontrolled, part of SDU's. In this regard Calvin KHAN (personal assistant to MK's Commander, Joe MODISE) admitted, with regard to weapons: "If an MK unit had access before the unbanning and used them for self-defence, it is beyond our control."

3.1.5.4 The ANC, PAC, AZAPO, COSATU, NACTU and local civic organisations have recently formed the so-called Broad Forum in Vaal Triangle townships (inter alia Boipatong, Sebokeng and Sharpeville) "to protect the communities". As part of an "enforced protection programme" residents are prevented from leaving the townships

unless they can provide "acceptable" reasons for doing so. Even then they have to be escorted by Broad Forum marshals. Furthermore cars are being searched at unofficial road blocks and in Boipatong trenches and barricades were set up. These actions are in accordance with the ANC's guidelines for SDU's and was confirmed by the NEC of the ANCYL on 2 July 1992, which explicitly decided that such areas must become "no-go zones" for the Security Forces. This approach is obviously in direct contrast with the ANC's demand that the Security Forces take the responsibility to stabilize violent situations in Black townships. Although the Broad Forum seems to be functional, Ernest SOTSU (ANC member and SDU leader in the Vaal Triangle) describes it as "illegitimate", which is indicative of the ANC's lack of co-ordination with regard to MK and SDU activities. It furthermore serves as evidence of indications that MK cadres within SDU structures are given free reins with regard to their activities, as long as the ANC is not compromised.

3.1.5.5 The ANC, as well as MK, have already attempted to intervene in some of the crises that have erupted around SDU's, such as rival SDU's (e.g. in Sebokeng) that threaten to turn their weapons on each other. A further problem for the ANC regarding unruly and rival SDU's is the fact that it may threaten the ANC/SACP/ COSATU alliance.

3.1.6 Final Remarks

3.1.6.1 The current violence has become a central theme in the alliance's mass action campaign, and is as such abused for political advantage in the following ways:

- to narrow the gap/division between the leadership and members on ground level;
- to discredit the Government and force it to dismantle certain Security Force structures and act against the IFP;
- to justify their withdrawal from the negotiating process and inability to participate in meaningful actions to curb violence;

- to direct the mass action campaign (especially by radicals) towards insurrection.

3.1.6.2 By considering the violence as a central theme of the mass action ca. paign, the ANC/SACP/COSATU tries to project the sole responsibility for the violence on the Government and the IFP. However, any violent actions by ANC/SACP members are considered as actions by "undisciplined" members, thus making it possible to deny any responsibility.

3.1.6.3 Political stability can in the long term only be brought about by negotiations and co-operation at all levels of society. The ANC's refusal to negotiate and to continue with unprecedented mass action in order to force the Government out of power only contributes to higher levels of violence and a further degrading of socio-economic conditions.

3.2 IFP: INVOLVEMENT IN VIOLENCE

3.2.1 Introduction

3.2.1.1 The political role that BUTHELEZI visualises for himself and the IFP in future as one of the three major role players in South Africa, as well as their involvement in violence, stems from the following perceptions held by BUTHELEZI:

- That he has succeeded in making a meaningful impact on the international community through his speech at the UN and that the international community has been convinced that the ANC is not the only significant party within South Africa.

- That the support and the stature of the ANC within the international community is declining and that the IFP can capitalise on the situation to promote itself as an alternative to the ANC.

- There exists a new realism and understanding within the international community concerning the causes and determinants of the violence, as

well as the realisation that it is both the ANC and IFP that share responsibility for the violence.

3.2.1.2 The role of the IFP BUTHELEZI in the violence is at present also influenced by the fact that they are positioning themselves to reduce both the political stature and relevance of the ANC within South Africa. The IFP is attempting to pressurise the Government into giving greater recognition to the IFP and to gain certain concessions from the Government at the cost of the ANC. The IFP is also planning conflicting and opposing actions towards ANC activities, including inter alia the following:

- The IFP opposes the bilateral talks between the Government and the ANC concerning MK and demands that MK be disbanded by 14 September 1992.

- That Nelson MANDELA be condemned for the direct attack he launched on the IFP at the UN. The IFP is planning to lodge an official complaint concerning the UN incident and is investigating the possibility of legal action against the ANC.

- That communities have the right to resist and defend themselves against the ANC's mass action campaign.

- The development of an action to minimise the effect of the COSATU stay-away, to ensure that adequate transport is available and to protect those individuals who wish to work.

3.2.2 The IFP and Violence

3.2.2.1 In order to understand the role of the IFP the situation in Natal/KwaZulu must be taken into consideration. The violence and conflict must be attributed (amongst other reasons such as the prevailing socio-economic situation, lack of a real democratic culture, lack of commitment to negotiations and revolutionary rhetoric) to the political competition between the ANC and the IFP which initially started in Natal/KwaZulu and has since spread to other areas in South Africa (PWV, Western

Cape, etcetera). Both parties are actively involved in initiatives aimed at consolidating and extending their power base in Natal. The IFP and BUTHELEZI is of the opinion that Natal/KwaZulu is a traditional Zulu area and IFP stronghold. They therefore strongly oppose any effort by the ANC to extend its influence in Natal. This trend has since January 1990 also manifested itself in the rest of South Africa and it has become evident that any effort on the part of these two groups to forge their support, inevitably leads to conflict and political violence. In recent months the competition between the ANC and the IFP concerning dominance in the Ulundi area has also increased. The influence of the IFP is at present also being reduced by ANC actions. Many of these actions are being carried out by MK members. The ANC is also following a policy aimed at extending its influence in other urban areas, so that the ANC will be in a position to dominate multi-racial municipalities when they come into existence. As the competition between the IFP and the ANC increases and extends to areas outside Natal, the incidents of violence intensify and increase.

- **Strategy of the IFP**

Since 1986, when the violence began in Natal, it mainly centred around the urban areas. However, since 1991 a new trend emerged as the violence and the ongoing political competition extended to rural regions, which had in the past been the traditional support base of the IFP. Since the violence started, both parties used it to gain territorial control, in an effort to control all political activity within that area. In areas controlled by the ANC, the IFP has to date not had the ability to implement a counter strategy and has lost the political initiative. This situation is, however, changing and there are indications that the IFP is using violence to ensure its political survival in the region. The organisation is also improving the preparedness of its para-military capabilities. Though the continuing unrest situation in Natal is still of a multi-dimensional nature and factors such as the rapid deterioration of the socio-economic situation are contributing towards the unrest situation, there has been a definite shift in the emphasis in the unrest. This shift has come about due to a deliberate strategy on the part of both the IFP and certain members of the Natal leadership of the ANC, who aim to ensure their political survival within the region and use violence to reach this goal.

A so-called secret task force mainly involved in revenge attacks on the ANC also exists within the IFP. In line with its strategy to oppose the ANC, this task force also co-ordinate the opening of branches in ANC controlled areas, and launches defensive actions if the ANC opposes the establishment of these branches. This strategy of the IFP is already known to supporters on grassroots level and has contributed to IFP leadership and supporters becoming increasingly militant. Supporters are being encouraged by IFP leadership to arm themselves and establish para-military structures. An increasing number of meetings are being held in Natal in this regard. The general theme of these meetings centres around the view held within the IFP that they themselves will have to determine their own destiny, and that violence is a viable option in ensuring their survival.

The attendance at these meetings has been above expectation and is associated with the opening of new branches throughout Natal. During these meetings, Chiefs, tribal advisors, IFP leaders and officials of the KwaZulu Government take an oath of loyalty to the King, BUTHELEZI, the KwaZulu Government and the IFP. The message communicated at these meetings centres around the fact that IFP supporters must prepare themselves for the day when the King will call on them to stand together and as in the days of Shaka, to fight for the survival of the Zulu nation. Command and communication structures for defence units are also propagated at these meetings (specialised training for these defensive units is being planned, though no knowledge exists concerning the nature of this training). Since February 1992 IFP supporters have also been called on at meetings to arm themselves and establish organised and controlled local regiments.

- **Para-military activities**

During one of the above-mentioned meetings it was announced that the IFP would establish its own private army, the Bambatha Battalion. A call was made at the meeting for all IFP supporters to make themselves available for this army.

Since the establishment of Bambatha Battalion was announced, a number of requests from regions in Southern Natal (a predominantly ANC orientated region) to receive training in self-defence was received by the IFP. According to IFP supporters in Southern Natal, they live in fear of MK activities and were forced to capitulate to

ensure their survival. However, they are prepared to resist MK and ANC activity if they are assisted.

3.2.3 Zulu Nationalism

3.2.3.1 The IFP is also following a strategy designed to promote Zulu nationalism and unity amongst the Zulu nation. The IFP has realised that there are far more loyal Zulu supporters than there are IFP members. This may also be the reason for the demand by BUTHELEZI for the representation of the King at Codesa. This strategy also has the aim of establishing self-determination and autonomy for Zulus within the KwaZulu-Natal region. During December 1991, the King instructed his regiment to prepare themselves, in the event that violent action may be required to defend the pride of the Zulu nation. The IFP is clearly working towards increasing both the political authority and social status of the King.

3.2.4 National Peace Accord

3.2.4.1 With regard to the National Peace Accord the IFP stated clearly that the signing of the Peace Accord did not imply that the IFP would not defend itself if it were attacked. The establishment and functioning of Local Dispute Resolution Committees (LDRC's) have also been slowed down by an IFP refusal to participate. In this regard the IFP has replaced two moderate members on the Regional Dispute Resolution Committee with warlords, and has threatened its withdrawal from the National Peace Accord.

3.2.5 SDU's

3.2.5.1 On 11 March 1992 the KwaZulu Legislative Assembly adopted a resolution calling for the establishment of self-defense units (SDU's) if MK is not disbanded. It has, however, been left to the different IFP branches to develop mechanisms for the establishment of SDU's. Each branch also has the responsibility of recruitment, training and mobilisation of members for SDU's.

3.2.6 Unruly Elements in the IFP

3.2.6.1 Certain elements within the IFP, including prominent leaders, such as David NTOMBELA (IFP warlord in Pietermaritzburg) and Musa MYENI (IFP leader in the Transvaal) have in the past ignored official IFP policy and acted on their own. Due to strong traditional structures, most IFP members, however, act within the parameters of the policy of Inkatha, but isolated incidents of misbehaviour have occurred.

3.2.6.2 The KwaZulu Police has often been accused that certain members of the force have in the past been involved in violent activities such as intimidation with the intention of promoting the IFP. Although the majority of the KwaZulu Police Force are members of the IFP, they categorically deny these allegations and claim to be a neutral law enforcing body. However, there have been reports of KwaZulu Police Force members acting beyond their official powers in being biased towards the IFP.

3.2.7 Final Remarks

3.2.7.1 It can be expected that the IFP will continue its hardline attitude in the negotiation process. KwaZulu as the centre of the IFP's support base will not e disbanded before an acceptable constitution has been adopted. The creation of the Bambatha Battalion could be seen as a possible attempt by the IFP, on the one hand to oppose MK, but on the other hand to gain access to the SADF by insisting that the battalion, like MK, must be incorporated into a new defence force. It cannot, in conclusion, be expected that the present violence will end, in the short to medium term. As elections for an Interim Government becomes a reality it can be expected that the conflict will take on increasingly ethnic characteristics, with the potential for even greater conflict. The availability of sophisticated weapons can contribute to attacks with a high loss of life, which would place the Security Forces in an even more difficult position.

3.3 PAC/AZAPO: INVOLVEMENT IN VIOLENCE

3.3.1 The extremist groups on the far left wing of the political spectrum such as the Pan Africanist Congress (PAC) and the Azanian Peoples Organisation (AZAPO) support the continuation of the so-called armed struggle aimed at overthrowing the present government and replacing it with a socialist unitary state.

3.3.2 Both organisations distinguish between their involvement in the "armed struggle" and the current violence stemming from the competition between the different political organisations in South Africa. As the armed struggle is primarily aimed at the Government and their armed forces, (SAP and SADF) and not intended to reach or involve the so-called masses or black communities in South Africa, both organisations accordingly distance themselves from the black-on-black violence. In pursuit of these aims both the PAC and AZAPO propagated attacks on the SAP and SADF. The PAC (APLA) recently claimed responsibility for such attacks where members of the Security Forces were killed while APLA militants also adopted the slogan "kill a cop a day" in a further attempt to undermine the SAP and SADF.

3.3.3 The activities of the military wings of the PAC and AZAPO, the Azanian People's Liberation Army (APLA) and the Azanian National Liberation Army (AZANLA) are aimed at conducting guerrilla warfare. Cadres are trained in weapon-handling and as political commissars and are instructed to infiltrate South Africa and establish arms-caches. These cadres must also conduct military training and implement SDU's in order to defend the masses against police and other attacks. ***Remark:*** Information on the activities of these groups cannot always be verified.

3.3.4 Under pressure from their militant supporters and members the PAC and AZAPO has to date refrained from participating in the negotiating process. Pragmatic and realistic elements within the leadership have, however, indicated a willingness to participate in negotiations aimed at the implementation of a democratically elected constituent assembly. As a result radicals within the ranks of the PAC and AZAPO have since broken away and have formed more militant and radically based organisations which are the Revolutionary Watchdogs from the PAC and the Revolutionary People's Movement from AZAPO. These factions consist mainly of militant youths who are currently also disillusioned with the negotiation process and frustrated because of the lack of success of the armed struggle.

3.3.5 Irrespective of APLA and AZANLA's restricted access to weapons and funds, both structures are trying to implement underground structures throughout South Africa in order to conduct the armed struggle more effectively. APLA and

AZANLA members are also being trained in various African states as well as in illegal bases inside South Africa.

3.4 THE DESTABILISING THREAT FROM THE FAR RIGHT

3.4.1 The destabilising and destructive potential and abilities of groups on the far right present a very real threat not only to negotiations but to any future dispensation which negates the relevance/role/ideals and strengths of these groups.

3.4.2 Indicative of their ability to destabilise is the fact that numerous right wing extremist organisations with a regional or national character has come into existence since February 1990. Currently, more or less 130 of these organisations exist of which approximately 100 are composed of three to ten individuals and function on the bases of a cell structure - a fact which however does not diminish their relevance in current politics. ***Remark:*** The so-called Afrikaner Weerstandsbeweging (AWB) could perhaps be deemed the most powerful in terms of its support and abilities.

3.4.3 Since February 1991 these organisations have demonstrated a noteworthy organisational, destructive and terror threat, in certain instances exceeding that of ultra left groupings such as the PAC and AZAPO. Although the activities of far right groupings are uncoordinated and not always well planned, the very real destabilising potential of these groupings is demonstrated by numerous acts of terror such as the two explosions at the Hillview High School in Pretoria in July 1991, the series of explosions in January 1992 at numerous schools and post offices in white suburbs as well as the explosions at the offices of the National and Democratic Party and the ANC.

3.4.4 Apart from the above-mentioned, right wing groups also have the ability to disrupt every-day life by the following non-violent methods:

- The so-called farmers' protest during January 1991 in which far right wing groups featured prominently.

- The efforts of right wing supporters during July 1991 to physically remove black squatters from a farm at Goedgevonden to the

neighbouring state of Bophuthatswana. These efforts led to a direct confrontation between the Security Forces, and right wing groupings. Amongst others the "Boerestaatparty" under the leadership of Robert VAN TONDER labelled this white-on-white confrontation as the final betrayal of the farmers by the Government.

- The disruption on 9 August 1991 by the AWB of a National Party meeting at Ventersdorp, widely perceived as an AWB stronghold. On this occasion three members of the AWB were killed in clashes with the Security Forces.

- The series of hunger strikes of right wing leaders since the second half of 1991, which generated extensive media coverage and in that sense benefited right wing groupings.

3.4.5 These groupings and parties also have a very vivid and real growth potential which stems from the following:

- The efforts of far right wing groupings to consolidate and form a united front in order to successfully launch orchestrated actions/campaigns against the Government and the negotiation process. These efforts are being boosted by the different groupings' common demand for the safeguard of the rights of the white minority.

- The way in which far right groups capitalise on the Government's so-called betrayal of whites. Right wing elements have already succeeded in creating the impression (in conservative circles) that the Government is betraying whites by negotiating with communists that have no regard for Christian values and norms. According to their campaign, the Government must be held responsible for the financial decline in the white community and for the decline in the standards of white education. The current deadlock in negotiations further fuels their arguments against negotiations. These are emotional themes which create fear, mistrust and scepticism in white circles regarding the Government and the negotiation process.

- The covert support these groupings enjoy within the ranks of the civil service, certain strategic sectors and institutions, e.g. the mining industry, education and farming sectors. Should negotiations restart and the impression be created that the demands of the ANC are met, but that the aspirations and needs of the whites are disregarded, this covert support could manifest in the large scale disruption of the above-mentioned departments and institutions which could have further negative implications for the ability of the state to maintain stability and order.

- Far right groupings already possess organised military or para-military structures. In certain areas, they also dominate the local neighbour-watch system in South Africa, a system designed to lighten the task of the police in white communities, but a system which in rural parts of the country is already being labelled as a mere extension of far right groupings. In rural (and urban areas) a very real fear exists regarding the escalation in the crime rate and the increasing number of attacks on white farmers and elderly residents. This trend further strengthens right wing support and could easily lead to radical and reactionary options being exercised.

3.4.6 According to Doctor Wim BOOYSE, a well known specialist on the abilities and potential of these organisations they already have between 15 000 and 45 000 trained supporters. It should also be borne in mind that most whites between the age of 18 and 38 have undergone intensive military training, which makes every supporter of the far right ideology a potential terrorist. It could be concluded that by comparison the right wing organisation outstrips the left wing organisations such as the PAC and AZAPO in their ability and potential to destabilise the negotiation process and the creation of a new political dispensation.

4. PROMINENT ISSUES

4.1 THE HOSTEL ISSUE

4.1.1 The hostel issue forms an integral part of the dilemma regarding the violence and has become part of the power struggle in the country. The debate on the future of the hostels has also become politicized to such an extent that any solution such as the conversion of these structures into family units can only succeed if it takes the instability on the Witwatersrand and the Vaal Triangle into account. It is a recognised fact that most of the hostels under control of the local authorities and TPA (Transvaal Provincial Administration), presently serve as Zulu/IFP power bases and that the hostel-centred violence that erupted in Sebokeng in July 1990 and spilled over into the neighbouring black townships and specifically nearby squatter camps, focused the attention on this specific issue. The ensuing conflict and violence between hostel and township dwellers increased the potential of ethnic and political violence. The power struggle between the IFP and ANC on grassroots level and the efforts aimed at controlling different areas is also part and parcel of the hostel issue as domination of certain areas and hostels remains an aim of both parties.

4.1.2 The demands of the ANC that hostels should be converted into family units should also be considered against the background of the demands by the IFP (and hostel inmates) that the hostels be upgraded but not converted into family units. According to the IFP and the hostel dwellers, their residence in the cities is temporary and they perceive the suggestion that these units must be converted to family dwellings as an attempt to eradicate the power base of the IFP whose members are migrant workers from Natal who frequently use the hostels as single quarters for men who because of their traditional ties periodically return to their families in Natal. Consequently the upgrading of hostels should take place after consulting the communities in which they are located, in an attempt to depoliticize the issue.

4.2 TRAIN VIOLENCE IN THE PWV AREA

4.2.1 Violence on suburban trains in the PWV area led to 307 injuries and 151 deaths. The vandalism, assaults and racial conflict on the trains that started in the

1970's have since become a highly politicized issue and are used to give vent to political intolerance and frustration.

4.2.2 Attacks on the trains take place regardless of age, gender, ethnic origin or political affiliation. No substantive proof exists regarding the origin of each and every incident primarily due to a lack of evidence because of intimidation. At present various groups such as hostel dwellers, Zulu's, Xhosa's, undisciplined political supporters, taxi organisations and interested third parties/forces are being held responsible for the violence and the impression is also created that they have a vested interest in the ongoing violence on trains.

4.2.3 Train violence can also be linked to violence in the black townships in the PWV area and is very often also the result of revenge attacks and vendettas. A noticeable rise in train violence furthermore usually occurs before or after certain breakthroughs in efforts to establish peace or in the negotiation process which in turn strengthens perceptions that it is being artificially orchestrated. Weapons ranging from pangas to hand grenades and AK-47's are used in attacks that take place on trains. Many passengers are injured or killed while jumping off trains in fear of attacks or after rumours of attacks have been spread. Such attacks usually occur between Johannesburg and Soweto and on the East Rand during peak hours, and at stations near hostels.

4.3 THE ROLE OF SOCIO-ECONOMIC ISSUES

4.3.1 The legitimacy/acceptability of reform initiatives launched by authorities is directly influenced by their ability to maintain and develop socio-economic upliftment. This is also part and parcel of the situation in South Africa, which will directly influence the negotiation process and the future of South Africa. Therefore, the creation by the South African Government of effective short term management strategies which is supported by all the role players as well as medium to long term development strategies as a nationally accepted objective, is crucial for the success of whichever constitutional model is to be implemented. This also applies to the collective manag...ent of these strategies by all interest groups, by means of inter alia transitional measures.

4.3.2 The extensiveness of socio-economic issues, as well as unrealistic expectations and related mobilisation intensify dissatisfaction and give rise to socio-political turbulence. Aspects of undemocratic action (violence and unrest) and ethnicity also harm the political normalisation process. Affirmative action to rectify inequality and to establish pacts/alliances between interest groups on a municipal, regional and national level in order to obtain joint decision-making and co-responsibility for the elimination of socio-political turbulence, does not correspond with the need for the advancement of a process of political normalisation and democratisation.

4.3.3 Demographic realities, the growing inability to continue socio-economic development in concurrence with minimum demands, as well as interest groups' conflicting points of view with regard to the management of socio-economic development may be detrimental to the future of South Africa, irrespective of the final political agreements.

4.3.4 The fact that extensive visible socio-economic improvement is unattainable in the short term, together with additional obstructive factors such as white points of view/fears in this regard, could have the result that time scales for the negotiation process would have to be aligned to progress in line with the establishment of a democratic culture. The major role players in the political arena, who are prevented by their respective support bases from taking strategic risks, are being compelled in the political "fermenting" process to first consolidate their support bases, establish internal democratisation and to nurture a climate for greater political tolerance and greater realism concerning expectations by means of education. Only in such a situation, accompanied by credible upliftment, a point could be reached where organisations can take strategic initiatives with regard to negotiation and constitutional matters which will be supported by the support bases and be truly legitimate.

4.3.5 A greater realism among political role players of the risk of the intensification of expectations with regard to bread and butter issues, ideological conflict and the uncontrolability of their support base (especially the youth) resulted in greater emphasis being placed on community development and the idea of nation building on all levels as well as the establishment of partnerships (social contracts) to promote the establishment of political normalisation and democratisation. It thus

seems that more and more black leaders realise that constructive "nation building" with the emphasis on socio-economic upliftment as well as ending the cycle of violence and conflict in black communities, should be given a higher priority than the political resistance.

4.3.6 To date the opposite has been achieved as indicated by the following trends:

- Before the instigation of political reform in South Africa and for a short period afterwards, controlled/organised conflict was prevalent.

- The intensification of socio-economic issues and dissatisfaction in the community when the expected improvement in their state of welfare did not occur, along with the extended phase of social and political resistance, made way for unrestrained violence, in other words, a culture of violence developed which places pressure on the peace accord.

- Political rivalry and intolerance is characterised by a culture in terms of which the political opponent is eliminated by intimidation. This will also occur in the medium and short term.

- There is an escalation in the instability in the education sector that will have a negative influence on the quality of the future manpower of South Africa. South Africa can ill afford the current (unproductive) education situation, especially with regard to unobtainable demand that the provision of education should in all respects be on an equal basis in at least the medium term.

4.4 THE CONDUCT OF SPECIAL FORCES

4.4.1 Isolated complaints instigated by the ANC about the conduct of special forces like 32 Battalion and the Crime Investigation Service Support Unit (ex Koevoet members) received widespread attention in the media. These complaints followed earlier guidelines by the ANC Military Research Group that certain Defence Force Structures including 32 Battalion and Military Intelligence must be disbanded.

Regarding 32 Battalion, it was inter alia linked to Security Force operations in Phola Park squatter camp and in Natal, while Koevoet members were accused of perpetrating the Boipatong massacre. The Goldstone Commission found that there was no evidence of direct organised Security Force complicity in the violence in the country. The Waddington report released recently also confirms the finding of the Goldstone Commission, while it points out that police action was not taken to prevent or stop the violence at Boipatong in a manner befitting the situation. 32 Battalion was used as a peace-keeping force in KwaZulu townships as well as in the PWV area. After complaints by the ANC that 32 Battalion was biased towards the IFP, the battalion was withdrawn from Imbali (KwaZulu). This battalion, as well as Koevoet has in the meantime been disbanded.

4.4.2 This has also been an issue that received extensive media coverage starting with the so-called "Inkathagate" affair. Although these operations have since received the attention of the Government and certain steps were announced by the State President to curb these activities, the media, along with various organisations, tried to establish a perception that the Government is still linked to covert operations in order to weaken the ANC and its allies as negotiation "opponents". This propaganda campaign was launched regardless of the fact that the State President proclaimed that no further covert actions would be sanctioned and the findings of the Goldstone Commission.

4.5 TRADITIONAL WEAPONS

4.5.1 Legislation banning the carrying of traditional weapons (as proposed by the ANC) is currently a great source of frustration to the IFP. The IFP is of the opinion that MK is allowed to operate freely in the country with AK-47 rifles and other ammunition, while Zulu's are deprived of their right to carry traditional weapons and are left defenceless. Furthermore the IFP feels that these traditional weapons are part of their culture and are used for self-defence.

5. PEACE ATTEMPTS

5.1 Escalating violence since 2 February 1990 led to an initiative by the Government to include and commit as many role players as possible to signing the

National Peace Accord on 14 September 1991, in an attempt to curb the violence. Although the Government, Security Forces, IFP and ANC - amongst others signed the National Peace Accord, extreme left and right wing parties and organisations refrained from signing it.

5.2 Despite the fact that various Regional Dispute Resolution Committees (RDRC's) and Local Dispute Resolution Committees (LDRC's) have been established throughout the country, the NPA has thus far not been successful in lowering the level of violence. Reasons for this are the following:

- There is a lack of knowledge and commitment regarding the stipulations of the NPA on ground level.

- The complicated and technical contents and terminology of the NPA is regarded as incomprehensible, unrealistic and therefore irrelevant by the (semi-) illiterate section of the population.

- Accusations and counter-accusations between signatories of sponsoring violence has led to a high level of mistrust between them.

- Rumours about "hit squads" and "third forces" inhibits trust between signatories.

- RDRC's and LDRC's are misused by signatories as forums for political rivalry or to level non-political complaints, inter alia about socio-economic issues.

- The inability of the NPA to address the contribution of non-signatories to violence hampers peace initiatives, as signatories are provoked to counter-react with violence.

- Attempts by NPA structures to address violence stemming from socio-economic backlogs can only have a marginal effect on peace and stability.

- The NPA has become a political play-ball and is regarded as "...simply a written contract without any substantive legal or political teeth". It is also regarded as an elitist accord having no effect on ground level.

5.3 Various organisations are at present involved in attempts to comprehensively coordinate the monitoring of violence and transgressions of the National Peace Accord. The most p...minent among these are the so-called Coordinated Violence Campaign (CVC) and the Peace in Natal Trust (PIN).

5.4 With regard to the situation in Natal the PIN was launched in Pietermaritzburg during August 1990. Its aim is to monitor violence in the Natal Midlands and to facilitate peace accords. PIN also provides attention to the monitoring of the legal system such as policing as well as the promotion of cooperation between political groups in an attempt to reduce violent confrontations.

5.5 PIN has to date initiated various peace initiatives in the Natal Midlands of which the following can be highlighted:

- Mpumulanga and Hammersdale
- Maqongqo
- Nhlalakahle and Greytown
- Uulindlele and Nxamalala
- Edendale
- Mpophomeni and Howick.

5.6 Apart from the above-mentioned peace initiatives which do not enjoy wide support and acceptance, there are several existing conflict management institutions with a proven ability and well known track record which, however, has up to date not been exploited efficiently to counter violence or to keep negotiations on track. These are inter alia the Centre for Intergroup Studies (CIS), the Institute for a Democratic Alternative in South Africa (IDASA) and the Institute for Multi Party Democracy (IMPD).

6. THE ROAD AHEAD

6.1 The negotiation process originally proceeded at a "rapid pace" after the signing of the Groote Schuur and Pretoria Minutes in 1990. Since May 1991, however, several difficulties/obstacles arose inter alia with the May-ultimatum of the ANC. The effect of the delay, brought about by the ultimatum politics of the ANC, was that the process moved into a "snail pace" mode. Momentum was regained through the establishment of Codesa I in December 1991.

6.2 According to an assessment made by the National Intelligence Service (NIS) in October 1991, several negative factors or driving forces were identified which had the potential of causing a "stalemate" situation and derailing the whole process. It was anticipated that these identified factors could even escalate to the point of no return and develop into a "anarchy scenario". The assessment of the NIS was that these negative scenario's could be prevented only by pro-active joint initiatives to stabilise the deteriorating internal situation, as well as by international encouragement through massive investment, development aid and socio-economic upliftment programmes. These incentives, as well as an improved internal economic climate, were and still are, according to the assessment of the NIS, crucial for the success of the constitutional process.

6.3 This assessment has since been confirmed with the suspension of the negotiation process by the ANC. A stalemate has been reached which can further deteriorate into a "anarchy scenario". Since October 1991, however, the identified negative factors, threatening stability and the negotiation process, have intensified and escalated. On the other hand those positive factors identified which could have brought about an upswing in the situation, did not materialise. A turning point has not yet been reached and the situation can decline further into a state of anarchy and civil war.

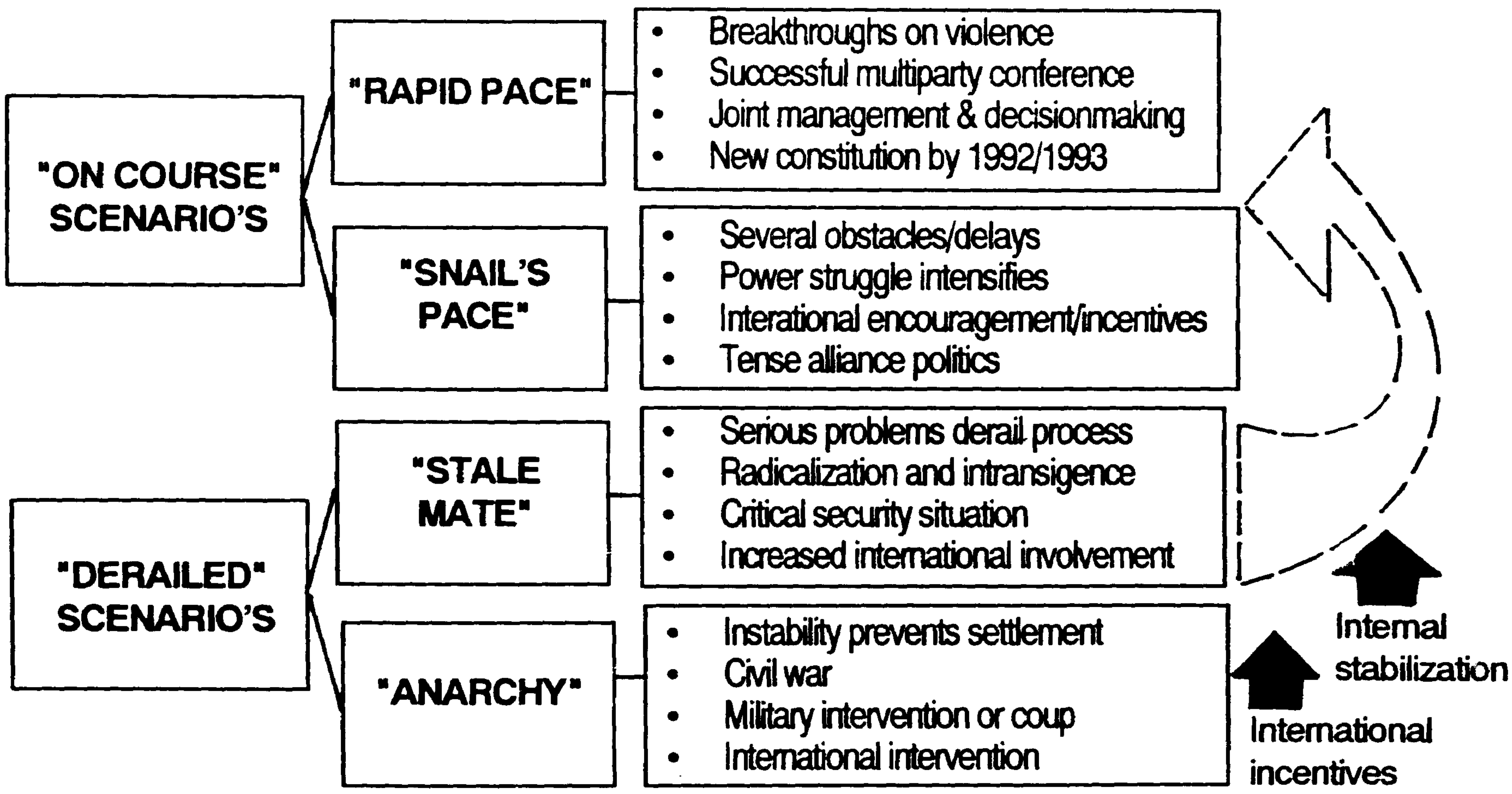
6.4 The key question currently centres around what is to be done to create a positive upswing in the situation in order that the negotiations can proceed in a more stabilised environment. These could include the following:

- the violence should, with the consent and cooperation of all parties, be brought under control;
- trust between the contending parties should be restored;
- the real causes underlying the violence should be addressed;
- the unrealistic expectations of the masses should be contained through improved communication by their leaders;
- common and mutually accepted visions of and objectives for the future by means of social accords and mutually agreed development programmes should be created;
- international understanding and encouragement through inter alia massive aid packages, increased investment and other forms of support would be essential;
- the negotiation process should be broadened to include socio-economic matters and representation by interest groups from civil society.

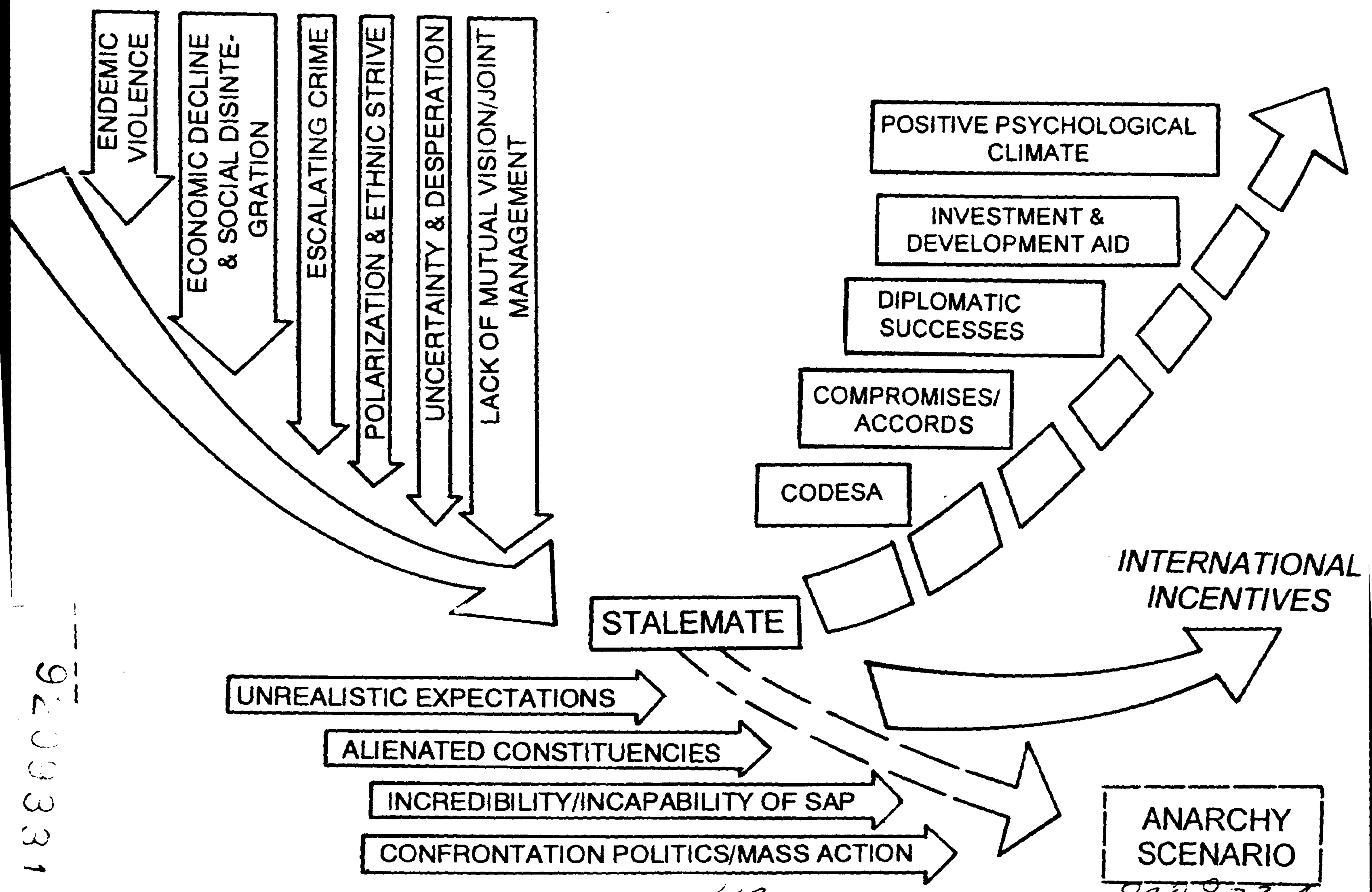
6.5 The above-mentioned initiatives can have the effect that the present stalemate situation can again be transformed into an "on course"-scenario. It is anticipated that this process will proceed through a series of stages and, as indicated, will not necessarily follow the suggested chronological order.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

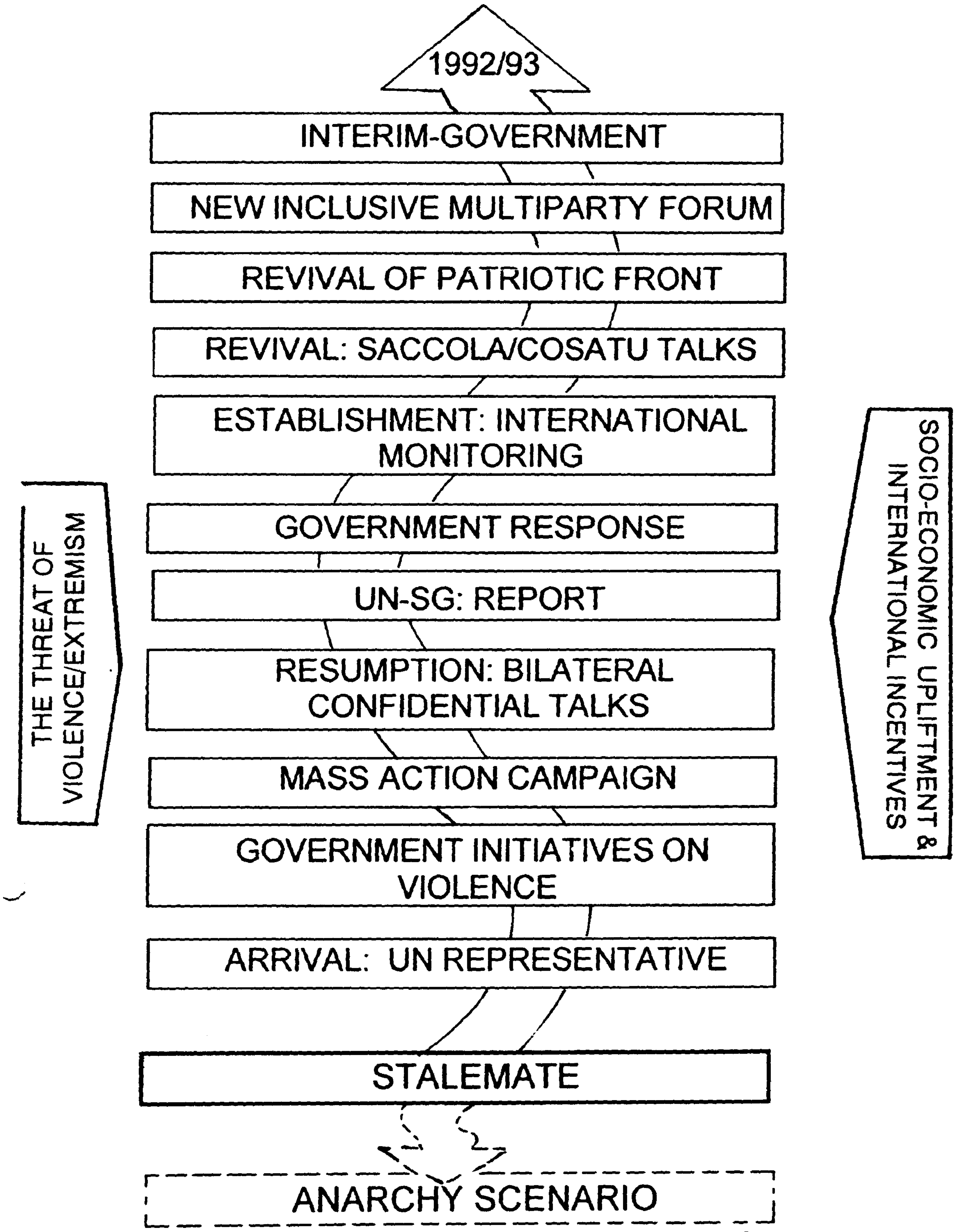
NEGOTIATION PROCESS: ALTERNATIVE SCENARIO'S



NEGATIVE DRIVING FORCES vs POSITIVE INCENTIVES



THE ROAD AHEAD: POSSIBLE LANDMARKS



92 331

43.45

REFERENCE: B/0657 AUGUST 1992

NAMIBIA: FINANCIAL PROBLEMS

SWAPO EXPERIENCES FINANCIAL PROBLEMS

1. SWAPO is currently experiencing a financial crisis and SWAPO members in several state departments have been asked to make donations to the party. In the Department of Foreign Affairs a name list is being circulated on which the names of SWAPO members appear together with the amount of money they must pay to SWAPO on a monthly basis. These amounts range from R50 to R500 depending on the respective members' posts.

COMMENTARY

2. It has been known for a considerable time that SWAPO experiences financial problems. In the light of the coming regional elections (November 1992) especially, one can expect that the party will do its utmost to get funds for mobilising purposes.

MEMBERS OF THE DEVELOPMENT BRIGADES DISSATISFIED

3. Members of the Namibian development brigades went on strike because of the treatment they receive from the Namibian government. The main reasons for their dissatisfaction are the poor salaries they receive (± R50 per month), very few job opportunities and insufficient accommodation.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

REFERENCE: B/0656 **AUGUST 1992**

ZAMBIA: NEW POLITICAL PARTY FORMED

1. Muyoba MACWANI, chairman of the Caucus for National Unity (CNU - formerly a faction within the ruling Movement for Multi Party Democracy, MMD), announced on 21 July 1992 that the CNU had broken away from the MMD and that it would be launched as a political party on 26 July 1992.

2. According to MACWANI "very important people" will be joining the party, though no names have yet been announced in this regard. The resignation of two cabinet ministers during the past two weeks has been linked to the above move, though it cannot be verified at this stage.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

01-01

9209333

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0653 AUGUST 1992

ANGOLA: POLITICAL DEVELOPMENTS

DOS SANTOS WARNS AGAINST POSSIBLE UNITA COUP

1. Pres DOS SANTOS of Angola said during a recent interview with the magazine New Africa-Asia that he cannot rule out the possibility of UNITA staging a military coup against the MPLA government before or after the general elections scheduled to be held on 29 and 30 September 1992. He also accused UNITA of attempting "to cause chaos so as to stir up armed conflicts".

DATE FOR GENERAL AND PRESIDENTIAL ELECTIONS FORMALISED

2. The presidential and general elections in Angola will be held simultaneously on 29 and 30 September 1992 according to a presidential decree promulgated on 17 July 1992 in Luanda (Angola). In the decree, pres DOS SANTOS of Angola appealed to all political parties, mass organisations, government agencies, electoral institutions and the media to help mobilise Angolan citizens to ensure that the elections will be free and fair.

DOS SANTOS CHOSEN AS MPLA PRESIDENTIAL CANDIDATE

3. The Central Committee of the ruling MPLA government in Angola on 18 July 1992 chose pres DOS SANTOS as its candidate for the presidential elections scheduled to be held on 29 and 30 September 1992. Remark: DOS SANTOS's chief rival in the presidential elections is expected to be the UNITA leader Jonas SAVIMBI although the latter's candidature has not yet been formally announced.

CHIPENDA WANTS TO RUN FOR PRESIDENT

4. The Organiser of the Angolan government's elections campaign, Daniel CHIPENDA, resigned his post and said in an interview on 21 July 1992 that he may participate in the Angolan presidential elections scheduled to be held on 29 and 30

September 1992. He described his current position as "a bridge between the leadership of the MPLA and UNITA". Remark: Before being elected to the MPLA's Central Committee in May 1992, CHIPENDA was the Angolan ambassador in Egypt.

SIGNING OF A COOPERATION AGREEMENT WITH BRAZIL

5. On 15 July 1992, during a sitting of the Angolan-Brazilian commission of cooperation which took place from 14 to 16 July in Rio de Janeiro a cooperation agreement in the fields of geology and mineralogy was signed. A mission of Brazilian specialists will visit Angola between August and December 1992 to undertake a study concerning the establishment of a possible computer data bank in the biological field. Remark: Brazil is increasingly involved in the economy of Angola and the country's main investment, namely the diamond industry, currently amounts to approximately US$600.

DOS SANTOS IN FAVOUR OF CONTINUED UN ROLE

6. President DOS SANTOS of Angola said on 25 July 1992 during his tour of Huamba that UNAVEM (UN mission supervising the Angolan peace process) should continue its activities for at least two months after the general elections. According to DOS SANTOA this would help the new government to consolidate its position and ensure safety for the losers at the polls". He added that he is consulting with various political parties for a consensus on the matter and that he may raise it to the UN. Remark: The UNITA leader, Jonas SAVIMBI has a similar stance on the extended mandate of UNAVEM but other parties, including the FNLA, are opposed to the continued UN role after the general elections.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

Winston Silva Cordero está dispuesto a declarar contra la reciente sentencia de la Suprema Corte de EEUU

Ex agente de Inteligencia ratificó "secuestros" pedidos por la DEA a Uruguay ante el Parlamento

* "Fueron detenidos aquí a punta de revólver y sacados del país al margen de todo procedimiento judicial e ignorando el estatuto de extradición" los "residentes" Toscanino, Picariello, Tedino, Mitro Lozaze y Sa Netto Lima
* La Policía uruguaya habría efectuado las detenciones y prestado asistencia a la Drug Enforcement Agency a cambio de donación de equipos



Según Silva Cordero, los secuestros legitimados por la Suprema Corte de EEUU no son posibles "sin complicidades locales que faciliten esos operativos". (Foto de archivo/AFP)

■ El ex funcionario de los Servicios de Inteligencia policial uruguayos, Winston Silva Cordero envió una carta a la Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara de Representantes —que rechazó recientemente la resolución de la Suprema Corte de Justicia de los Estados Unidos que otorgó legalidad a los secuestros en otros países—, en la cual denuncia que en nuestro país "esos secuestros y complicidades ya han ocurrido".

En la misiva, de sesenta líneas, Winston Silva Cordero considera que los Estados Unidos se erigieron en "clandestino gendarme del planeta" y manifiesta que fuera del estrecho círculo que produjo semejante pronunciamiento "nadie, razonablemente, puede compartir un criterio tan subversivo del orden internacional".

Según el ex funcionario de Inteligencia, semejante postura no es sostenible "sin complicidades locales que faciliten esos operativos" y significó que "esos secuestros y complicidades han ocurrido ya en Uruguay, según divulgué oportunamente en LA REPUBLICA".

"Los residentes Francisco Toscanino, Guillermo Picariello, Ambrosino Tedino, Roco Mitro Lozaze y José Sa Netto Lima fueron detenidos aquí a punta de revólver y sacados del país al margen de todo procedimiento judicial e ignorando el Estatuto de Extradición. Los secuestros ocurrieron para satisfacer a la DEA norteamericana", denuncia en la carta enviada a la Comisión de Asuntos Internacionales, Winston Silva.

Más adelante, asegura que hubo seguimientos, intervenciones telefónicas, violación de la privacidad mediante teleobjetivos y micrófonos "y antes hubo un montaje en la órbita de la Jefatura de Policía de Montevideo para estructurar esta injerencia foránea en la preservación de nuestro orden público, y más antes, hubo dinero, autos, viajes, aparatos, venidos en régimen de donación".

También relata en la misiva, que policías integrantes de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas "colaboraron activamente (fueron ejecutores de órdenes llegadas de Washington) con los agentes norteamericanos Rafael Francisco Saucedo y José Hinojosa, así como la Panamerican sirvió de benévolo transportista".

"No sé si lo que pasó sigue o no ocurriendo (estoy desvinculado de los organismos policiales que integraba cuando sucedieron tales secuestros), pero estoy seguro que tales antecedentes nos aleccionan sobre un presente incierto y un futuro nada claro", escribió en la carta a los diputados.

Por último, indica que "frente a una declaración preñada de virtualidades dañinas se admite pacíficamente como algo natural y hasta saludable... un accionar ilegítimo, violador de la soberanía y el Estado de Derecho, perpetrado más allá de las palabras, con la crudeza de los hechos consumados. El homogéneo silencio ante las denuncias de lo ocurrido aquí parecería indicar tal temperamento".

01/01

920B35

REFERENCE : B/0633 *JULY 1992*

ZAMBIA: ECONOMIC DEVELOPMENTS

ASSISTANCE FROM THE EC

1. In June 1992 Zambia and the European Community (EC) signed an agreement in terms of which US $ 50 million and 85 000 tons of grain were donated to Zambia. The US $ 50 million will be used to support Zambia's balance of payments and to improve the country's social services. The grain forms part of the 100 000 tons promised earlier by the EC to Zambia in order to relieve the influence of the current drought in the country. ***Remark:*** In April 1992 the EC already donated 5 000 tons of grain and 2 000 tons of cooking oil to Zambia.

WORLD BANK PRESSES FOR PRIVATISATION

2. The World Bank put the privatisation of ten Zambian state enterprises by September 1992 as a prerequisite before Zambia will receive the 250 million British Pounds for the support of its balance of payments promised by donors in May 1992 during the Paris Club conference.

CHINESE ECONOMIC AND TECHNICAL PROJECTS

3. The People's Republic of China (PRC) is to embark on multiple economic and technical projects in Zambia at a cost of 13 billion Kwacha. The project includes the construction of residential houses, the supply of agricultural equipment and small scale processing equipment. Zambia will also be provided with a loan to replenish rail carriages, equipment and spare parts as well as the provision of experts for support operations on

the Tazara Railway Line. ***Remark:*** The loan terms and dates for the projects are not known.

EMERGENCY INVESTMENT PLAN

4. The Zambian government announced an emergency investment plan for the period 1992 to 1995 in order to restore the most ineffective sections of the country's economy. This involves more than 120 projects for which a total of US $ 9 milliard is needed (of which US $1,6 milliard must come from foreign sources). Remark: The mining sector needs the biggest single amount, namely US $ 4 million.

DATE OF INFORMATION: July 1992
RELIABILITY GRADING: 2

REFERENCE : B/0632(C) *JULY 1992*

MALAWI : CONTINUED UNREST

1. Despite the fact that the unrest situation in Blantyre and Lilongwe is under control, strikes are still taking place and the unrest has spread to the north of Malawi.

1.1 Since 13 May 1992 the tea and coffee industries have been bowed under widespread strikes, and isolated incidents of unrest have caused damage to property and crops. The most important tea farms affected by these actions are the CONFOZI, the NAMANGOMBA and SETEMWA Tea Estates.

1.2 Since 18 May 1992 strikes have been taking place at the following institutions/ companies:

- Malawi Reserve Bank (Blantyre and Lilongwe branches)
- National Bank of Malawi
- Import and Export 1984 Ltd (a LONRHO company)
- Blantyre Netting (a LONRHO company)
- Blantyre Print and Packaging (controlled by a presidential trust, separate from the Malawi Press Corporation).

On 18 May 1992 a strike at the DWANGA Tea Estate gave rise to violence and arson. Sugar plantations and the manager's house were burned down.

1.3 Wage disputes also spread to Mzuzu in Northern Malawi and employees of the Kwaluzi Tea, Coffee and Tobacco Estate, belonging to the Commonwealth Development Corporation, began a strike for higher wages. Tobacco sheds and an office complex were also burned down. White staff members evacuated the farm and are currently staying in Mzuzu. Ethnic conflict between the Chechewa and Nguni-speaking tribes broke out in

Northern Malawi after the Chechewa speaking tribes were attacked by Nguni speaking tribes. The reasons for the attacks are not known, however.

1.4 Anti-government pamphlets were distributed in Blantyre and its environs on 21 May 1992. In the pamphlets the Malawian people were thanked for boycotting the Kamuzu Day celebrations in Blantyre on 14 May 1992. Furthermore, an appeal was made to the people not to pay their annual membership fees to the Malawi Congress Party (MCP) and to boycott all MCP meetings. In reaction to the distribution of the pamphlets the Malawi government decided that all persons who possessed, distributed or discussed the pamphlets would be arrested. As a result of this decision by the Malawian government residents of the "townships" are harassed by the Malawian Police, especially at night. Companies have already changed their shift times in an attempt to protect their employees from intimidation by the police. Women are also apparently being harassed by members of the police and by criminal elements. The police are allegedly accusing the women of being dissident and of serving as couriers.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

2.1 Although the initial unrest situation in Malawi is under control, it seems as if there are still underlying destabilizing factors, such as wage disputes, opposition groups who are trying to exploit the current situation by making use of the distribution of anti-government pamphlets, intimidation by the Malawian Police Force, as well as a criminal element. The apparent unwillingness of the Malawian Defence Force to support the police in their task is also an indication of tension between the Security Forces. It also seems from the action by the Malawian government that it does not realise the extent of the current situation in Malawi and that it would rather continue using hard-handed methods. If the Malawian government does not make a definite effort to address the dissatisfaction within the country, it is doubtful whether the situation in Malawi will stabilise over the short term.

DATE OF INFORMATION: June 1992
RELIABILITY GRADING: 2

REFERENCE: B/0641 JULY 1992

MALAWI: SITUATION WITH REGARD TO THE ELECTIONS

1. Uncertainty still exists regarding the result of the one-party parliamentary election which was held on 26 and 27 June 1992 in Malawi. According to a report from the Malawi elections supervisor, Roosevelt GONDWE, 80 percent of the voters cast their ballots. The Malawi government said on 29 June 1992 that this proved overwhelming support for President BANDA. Claims by the opposition that the population adhered to its call for a boycott of the election were described by the Malawi government as "malicious and intended to mislead the public".

2. Exiled Malawi opposition leaders accused the ruling Malawi Congress Party (MCP) of intimidation and claimed that the voter turnout had been small. A spokesman of the Interim Committee for a Democratic Alliance (ICDA), Frank MAYINGA, alleged that members of the Malawi Young Pioneers (MYP - youth wing of the MCP) forced people to vote. According to Mapopa CHIPETA, Zimbabwe-based spokesman of the ICDA, the turnout was low and it is clear that the people of Malawi are "sick and tired" of nearly 30 years of dictatorship. CHIPETA said that according to reports from opposition activists within Malawi fewer than 200 000 out of the 1,2 million registered voters turned out at the polls. He further stated that the MCP found it difficult to exercise its traditional "iron fist" rule and that the low turnout was a clear result of growing opposition in Malawi. According to CHIPETA the ICDA is active in Malawi and circulates pro-democracy leaflets in defiance of a ban on political opposition in Malawi. He alleged that nearly 2 000 people had been detained in the run up to the election. CHIPETA furthermore stated that the ICDA would propagate a boycott of Malawi's independence celebrations on 6 July 1992.

3. News from the opposition is that George KANYANYA, Interim Chairman of the Malawi opposition group, the United Front for a Multi-party Democracy (UFMD) speculated recently in Lusaka that President BANDA would probably announce political reforms and the release of a number of political prisoners either before or immediately after Malawi's independence anniversary on 6 July 1992. According to

KANYANYA the ruling Malawi Congress Party (MCP) circulated a pamphlet in which the appointment of a presidential council to be headed by a senior MCP-member and Cabinet executive was explained. KANYANYA said that only John TEMBO (Minister of State in the Office of the President and Cabinet) qualified for the post and that the UMFD feared that handing over power to TEMBO would lead to more bloodshed in Malawi.

COMMENT

4. Despite the claims by both the government and the opposition on the outcome of the elections, it seems as if the voting percentage was lower than in the past. This can not necessarily be attributed to the opposition's call for an election boycott. Factors that influenced the turnout at the polls probably are inter alia the unrest during May 1992, socio-economic problems that surfaced during the past three to four months as well as public demand for a multi-party system in Malawi.

5. The Malawi government will in future experience increased internal and external pressure due to its persistent hardline attitude towards democratisation and its inability to address the extent of the socio-economic problems experienced by the population. There is a possibility that BANDA will announce some kind of reform package in the near future, especially in the light of the pressure by donor countries for "greater freedom" in Malawi. However, if BANDA fails to address the population's demand for the dismissal of John TEMBO (Minister of State in the Office of the President and Cabinet), who is associated with the governments' mismanagement and human rights violations, the population's negative attitude toward the Malawi government will continue.

DATE OF INFORMATION: JULY 1992
RELIABILITY GRADING: 2

02-02

REFERENCE : B/0634 *JULY 1992*

MOZAMBIQUE: ECONOMIC DEVELOPMENTS

WORLD BANK CUTS AID

1. The World Bank cut its aid to the Mozambique state-owned electricity company on 24 June 1992. This was due to the fact that funds allocated to the company were not properly handled. ***Remark:*** Huge debts run up by various state institutions to the Mozambican Electricity Company (EDM) are making it difficult for EDM to increase the wages of its workforce. The main debtors in Maputo are the Ministry of Defence (US $ 231 000), the State Housing Body (US $ 167 000), and the recently built Corumane and Pequenos Libombos dams in Maputo. In the case of hospitals the administrators are not worried about paying the bills because they know it is not easy to switch off electricity to hospitals, although the money is allocated in their budgets to pay electricity.

AID FROM SWEDEN

2. The Swedish Deputy Minister of Foreign Affairs, Gabriela LINDHOLM, and the Mozambican Deputy Minister of Cooperation, Oloemiro BALOI, signed a development cooperation agreement in Maputo on 27 May 1992 to the value of about US $ 70 million (395 million Swedish crowns). The above aid will be for the period 1992/93 and is 17% less than the US $ 84 million (473 million Swedish crowns) for 1991. ***Remark:*** The above decline follows allegations by Sweden in 1991 that there is large-scale corruption in Mozambican government circles. The Swedish government is also trying rather to channel funds directly to the end user. In the past a large percentage of Swedish aid was used to finance Mozambique's balance of payments and the above change with regard to the channelling of aid will place further pressure on the state's balance of payments.

RED CROSS BUILDS A NEW ROAD

3. The Red Cross is currently building a road in the south of the SOFALA province in order to be able to furnish food aid to approximately 100 000 Mozambicans. The new road will link the Beira corridor to the most isolated regions in Mozambique, namely Estaquinha, Goonda, Chibabave and Muchava and will provide food and medical equipment to people who are already exposed to starvation and who have very few, if any, medical services. ***Remark:*** Permission has already been obtained from both Renamo and Frelimo seeing that the road will go through both parties' controlled regions. It is not clear whether the project includes the building of a new road or if it only concerns the upgrading of roads that already exist in the region.

FUNDS REQUIRED FOR THE SETTLEMENT OF DEBT

4. The government of Mozambique has determined that approximately US $ 450 million will be needed to settle the country's outstanding debt. According to the government this amount will only be sufficient if the funds are received before the end of October 1992. Remark: The above-mentioned amount is probably only for the servicing of debts for 1992 and for the payment of accumulated debt up to and including 1992.

DATE OF INFORMATION: June 1992
RELIABILITY GRADING: 2

INFORMATION REQUIREMENT

THE FOLLOWING ARE OUR PRESENT PRIORITY REQUIREMENTS CONCERNING THE CENTRAL - AND SOUTH AMERICAN REGION:

SOUTH AMERICA

1. Internal political events and the parties/groups which can influence internal decisions.

2. Increase/decrease in the role/position/influence of the Armed Forces.

3. Attempts by South American States to strengthen their position on the international arena.

4. Relations between SA States and their position within or vis-a-vis the OAS.(Org of American States)

5. Attempts by SA States to form stronger bonds, ie. Mercosur.

6. Measures/decisions taken in the democratisation process of various states and the problems encountered/ successes achieved.

7. Relations between European/ Asian/ North American states and South America.

8. Attempts/ aktivities of Latin American states to strengthen or lessen their position on the military/ nuclear field.

9. Contacts/ liaison/ assistance from terrorist/ drug terrorists to groups/ persons in Southern Africa.

10. Present position of terrorist groups in Latin America and possible contacts with international terrorist organisations.

11. Increasing acts of terrorism in certain SA States and governments' actions to combat these.

01-03 9229341

INFORMATION REQUEST

RESTRUCTURING OF THE ARMED FORCES

It would be appreciated if information regarding the following subject be obtained.

The situation concerning the Armed Forces specially with regards to legislative, constitutional or government regulation administering the decentralisation of power/authority among the different branches.

Is there a direct Presidential control of the Armed Forces or are the different branches responsible to different Ministries/ authorities?

The abovementioned request concerns Latin America and various examples, if available, will be appreciated.

REQUERIMIENTO DE INFORMACION

Los siguientes son nuestros requerimientos prioritarios en relación a AMERICA CENTRAL y a AMERICA DEL SUR.

AMERICA DEL SUR

1.- Eventos políticos internos y partidos/grupos que puedan influenciar decisiones internas.

2.- Incremento/deterioro del rol, influencia y posición de las FUERZAS ARMADAS.

3.- Intentos de los países sudamericanos de fortalecer su posición en el ámbito internacional.

4.- Relaciones entre los países sudamericanos, y su posición dentro de la O.E.A.

5.- Esfuerzos de los países sudamericanos por estrechar vínculos entre sí, por ejemplo, el fenómeno del MERCOSUR.

6.- Medidas/decisiones tomadas en el proceso de democratización de varios estados, y los respectivos problemas encontrados, ó sucesos obtenidos.

7.- Relaciones entre AMERICA DEL SUR y EUROPA, ASIA y NORTEAMERICA.

8.- Relaciones y actividades de países latinoamericanos para fortalecer ó disminiur su posición en el ámbito militar y/o nuclear.

9.- Vínculos entre terroristas y narcotraficantes con grupos o personas de AFRICA DEL SUR.

10.- Situación actual de grupos terroristas en AMERICA LATINA y posibles contactos con Organizaciones terroristas internacionales.

11.- Incremento de los actos terroristas en ciertos países sudamericanos y acciones gubernamentales para combatirlos.

REESTRUCTURA DE LAS FUERZAS ARMADAS.

Agradecemos desde ya cualquier información que puedan brindarnos en relación a los siguientes temas: - La situación de las FF.AA. en lo que refiere a la regu regulación gubernamental de la descentralización del poder/autoridad en las diferentes armas.

- ¿Hay algún control presidencial directo sobre las FF.AA., o son las diferentes armas responsables ante diversos ministerios u otras autoridades?

Por favor, cualquier información sobre los mencionados requerimientos sobre Latinoamérica y la inclusión de algunos ejemplos -siempre y cuando sea posible- serán muy apreciadas.

03/03 9209341

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA DE PUBLICACION 25-8-92

VINCULACION

ENTRADO

CRUZADO

[illegible] y armas

MENDOZA.- Cuatro personas quedaron a disposición de la justicia federal de Mendoza por estar involucradas en la tenencia de 780 gramos de cocaína y de armas de fuego.

Los cuatro detenidos quedaron a disposición del juez federal Jorge Burad.

01/01

9209342

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA CLARÍN
FECHA 27-8-92

ENTRADO
CRUZADO

Detienen a un hijo de Menotti

Alejandro Antonio Menotti, hijo del ex director técnico de la **Selección Nacional**, **César Luis Menotti**, fue **detenido** ayer con **20 gramos de marihuana**. El joven llevaba la droga entre sus ropas y fue detenido cuando iba en un auto por **San Isidro**. Hace cuatro meses, otro hijo de César Luis Menotti también fue **arrestado por drogas**.

9209343

01/01

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA Nación

FECHA 28-8-92

ENTRADO

CRUZADO

[illegible] de un kilo de marihuana

En dos allanamientos ordenados por la jueza federal María Servini de Cubría se detuvo a seis personas y se secuestró más de un kilogramo de marihuana, cocaína y abundante documentación.

Los procedimientos fueron realizados por la Superintendencia de Drogas Peligrosas en un departamento del barrio de Caballito, en Zuviría y Doblas, donde se capturó a un hombre, a quien se le encontró algo más de un kilo de marihuana. La restante diligencia se efectuó en un restaurante de Balvanera, lugar en el que se detuvieron a cuatro hombres y a una mujer con unos 30 gramos de cocaína, tarjetas de créditos robadas y con documentos sospechosos.

01/01 9209344

El personaje en la noticia

Un negociador nato y activo deportista desde siempre

Emilio Cárdenas tiene un perfil naturalmente favorable para atraer al Presidente: es un deportista desde siempre. Juega al tenis –a menudo con el propio Menem– al golf, al fútbol, squash, al paddle. "Me encanta todo lo que sea con raqueta", ha confiado más de una vez a sus amigos, que recuerdan su buen nivel en torneos de tenis veraniegos en el club Médanos, en Punta del Este.

Casado, sin hijos, a los 50 años Cárdenas es, sin embargo, bastante más que un deportista por vocación. Con saco y corbata (y un aspecto siempre impecable que lo ubicó alto en un ranking de "atractivo masculino" planteado por la revista Apertura a un grupo de mujeres), Cárdenas se transforma, sin embargo, en un negociador nato, la definición que prefiere para hablar de sí mismo.

En su cartera de argumentos se acumulan pergaminos académicos y profesionales. Abogado recibido en la Universidad de Buenos Aires, perfeccionó luego sus estudios en centros tan prestigiosos como Princeton, Ann Arbor y Berkeley.

Es actualmente profesor de Economía Política en la Facultad de Derecho de la UBA y de Introducción al Derecho en la Universidad Católica. Divide sus tiempos profesionales entre su estudio en sociedad con Juan Carlos Cassagne, la titularidad del Bank of New York en Buenos Aires y la presidencia de la Asociación de Bancos de la República Argentina (ABRA).

Escritor de ratos libres –pero a gran velocidad para sumar libros y artículos en apreciable cantidad– Cárdenas ha escrito sobre derecho financiero, deuda externa o los reclamos de soberanía sobre las Malvinas.

Pero su terreno predilecto son los negocios. Y aunque recibió, en el pasado, otro ofrecimiento de Menem –el de eventual negociador de la deuda externa, que rechazó–, se sabe que la posibilidad de ocupar el cargo de embajador en Naciones Unidas lo sorprendió completamente.

Se trata de negociar otro tipo de cosas. Con países en lugar de con empresas. Pero los requisitos de lógica y sentido común no tienen por qué ser muy distintos. Sobre esa posibilidad reflexiona en estos momentos el destinatario del ofrecimiento.

Murió el ex-canciller Nicanor Costa Méndez
1SCC23
3-8-92
66460
11169
11589

ENTRADO
CRUZADO //

FICHAS

Murió el ex canciller Nicanor Costa Méndez

● *Cumplió discutida labor en la guerra de las Malvinas*

Buenos Aires (AFP)

■ El ex canciller argentino que actuó durante el conflicto bélico con Gran Bretaña por las Islas Malvinas (junio de 1982), Nicanor Costa Méndez, murió ayer a los 69 años, víctima de una prolongada enfermedad.

Costa Méndez tuvo a su cargo las difíciles negociaciones con los Estados Unidos y con la Organización de Estados Americanos (OEA) para que apoyasen las demandas argentinas de soberanía sobre el archipiélago, en momentos en que el entonces presidente, general Leopoldo Galtieri, había resuelto la ocupación de las islas por la fuerza.

Durante el conflicto bélico que se sucedió con Gran Bretaña, Costa Méndez desarrolló una discutida labor diplomática en la que sólo obtuvo el voto favorable de las Naciones Unidas y una exhortación de la OEA para que Argentina y Gran Bretaña negociasen pacíficamente su conflicto de soberanía. Costa Méndez también fue embajador en Chile (1962-64), fundador del Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, y miembro de la Interamerican Bar Association, la International Law Association y el International Institute of Strategic Studies de Londres.

LA EPOCA 3-8-92

8103707

01-01

9209346.

JORGE MAIORANO

Técnico de perfil bajo

El nombre del abogado **Jorge Luis Maiorano** comenzó a sonar hace meses como el sucesor seguro de **León Arslanian** al frente del Ministerio de Justicia. Este será el tercer cargo público que desempeñe durante el gobierno de **Carlos Menem** al que llegó de la mano de su hermano, el senador **Eduardo Menem.**

Maiorano tiene 44 años, es porteño y de Piscis. Se recibió en la Universidad del Salvador, especializándose en derecho administrativo, una rama del derecho que exploró como titular de diversas cátedras.

Llegó a La Rioja **como ministro de Gobierno del último régimen militar** e integró, en 1981, el jury de enjuiciamiento de magistrados de esa provincia. Allí nació su relación con los Menem que siguió creciendo hasta la actualidad.

De vuelta a la democracia y él a Buenos Aires, se desempeñó durante seis años como **asesor de Eduardo Menem**. De allí pasó al cargo de procurador general del Tesoro, y en febrero del año pasado saltó a la Secretaría Legal y Técnica de la Presidencia en remplazo de **Raúl Granillo Ocampo**. En ambos puestos tuvo una decisiva actuación en la investigación ordenada por el Presidente para aclarar las circunstancias en que se había filtrado la información que originó el caso conocido como "Swiftgate".

A sus tareas como funcionario le ha sumado en los últimos años su desempeño como titular de una organización internacional del ombudsman, tema que conoce y que desarrolló en su obra: "El ombudsman, defensor del pueblo y las instituciones republicanas" y en el proyecto de ley destinado a crear esa figura.

La semana pasada, aun antes de que Arslanian presentara su renuncia, el presidente Menem le ordenó sugestivo: "Poné en orden todos los papeles de la secretaría." Ya había sido ungido como el sucesor.



Jorge Maiorano: un hombre de Eduardo Menem.

LO DIJO JORGE MAIORANO, QUIEN HOY ASUME

Prometen revisar la integrar la nueva

El designado ministro de Justicia Jorge Maiorano —quien asumirá el cargo— admitió que se revisarán cada uno de los candidatos para integrar el tribunal de Casación y no se descarta que otros nombramientos hechos por León Arslanian puedan caer bajo la lupa. Además de Maiorano, asumirán también sus nuevas funciones Carlos Corach (Secretaría Legal y Técnica) y Luis Prol (Subsecretaría General de la Presidencia).

La crisis que desembocó en el alejamiento de **León Arslanian** del gabinete nacional no necesariamente promete cerrarse hoy con la asunción de su remplazante en el Ministerio de Justicia, **Jorge Maiorano.** Es que el propio Maiorano deslizó ayer que **"se van a revisar cada uno de los candidatos para integrar la corte de Casación"** y no descartó que otros nombramientos sean puestos bajo la lupa cuando se siente en el sillón de ministro.

Pero el hasta hoy secretario legal y técnico esquivó dar precisiones de lo que puede convertirse en una purga de nombramientos pos-Arslanian, escudándose en que aún no había podido estudiar esas cuestiones que **"hasta ahora solo observaba desde el punto de vista legal y técnico y este (por el ministerio) es un cargo en el que juega más lo político"**, reconoció. También anticipó él mismo que los nombramientos de jueces en juego desatarían sobre sí poderosas presiones. **"Pero ya estoy acostumbrado. ¿Sabe las que hay en mi cargo? Que 'pará esa decreto', 'acelerá ese decreto'"**, ejemplificó.

En la misma ceremonia de asunción de Maiorano, **Carlos Corach** asumirá como secretario legal y técnico, sucediendo allí al nuevo ministro de Justicia, y **Luis Prol** lo hará como subsecretario general de la Presidencia, en lugar de Corach.

Semejantes desplazamientos tácticos son el corolario de la crisis desatada a raíz de los **tironeos políticos** entre hombres del Presidente y Arslanian por los nombramientos de jueces que integrarán la Corte de Casación Penal que determinaron su alejamiento. Arslanian se negó a avalar las designaciones propuestas por Menem para ese Tribunal, **Juan Martín Romero Victorica, Eduardo Riggi, Ana Capolupo de de Durañona y Vedia**, esposa del ex interventor en Corrientes.

Tanto Maiorano como Corach estaban al tope de las listas de candidatos desde que se supo que Arslanian renunciaría y aun antes cada vez que corrían versiones sobre su alejamiento. La sorpresa fue, **Luis Prol al que nadie** imaginó en la Secretaría General tras el portazo que dio hace una semana al no aceptar la Secretaría de Privatizaciones que le extendía **Domingo Cavallo** con ciertos condicionamientos.

El presidente Carlos Menem convocó a los tres ayer por la mañana a la residencia de Olivos y allí los notificó de sus nuevas funciones. El primero en llegar fue Prol, a quien el edecán de turno buscó afanosamente llamándolo a varios teléfonos hasta dar con él.

Unos sostienen que Menem propuso el nombre y Bauzá aceptó gustoso la sugerencia de que Prol lo secundara. Otros, en cambio, susurran que cuando supo de las intenciones de Menem, el influyente secretario intentó **torcer ese destino**, pero sin suerte.

Ya también en Olivos, Bauzá vio llegar a **Jorge**

CARLOS CORACH

Un operador político



Carlos Corach: de la mano de Eduardo Bauzá.

Alguna vez, cuando se decía que él podía ser el remplazante de **León Arslanian** para el Ministerio de Justicia, **Carlos Corach** lo negó porque, según él, ese era un puesto para alguien con **"mucha vocación jurídica"**, mientras que a sí mismo se atribuía una **"gran vocación política"**. Por eso, a sus **57 años**, el de secretario legal y técnico de la Presidencia parece el **cargo exacto** para Corach, un hombre acostumbrado a **tejer política a través de los vericuetos jurídicos**.

Ya era abogado y cuadro político-técnico del PJ porteño cuando, en 1982, se convirtió en apoderado legal del partido para trabajar por la candidatura presidencial de **Italo Luder**. Después militó en el antecedente renovador, el MUSO de **Deolindo Bittel** y precisó su alineamiento con **Antonio Cafiero**, hasta convertirse, en 1988, en el apoderado de su lista para la interna presidencial contra **Carlos Menem**.

Mucho más pragmático que los en primeros '60, en los últimos '80 —junto con su ahora más bien adversario en la corte **José Luis Manzano**— asumió con realismo la victoria menemista y se puso a trabajar para el nuevo líder, y más precisamente para su primer operador, **Eduardo Bauzá**, como segunda línea del grupo "celeste".

Siempre con Bauzá, fue subsecretario de Asuntos Institucionales, subsecretario de Acción Social y subsecretario general de la Presidencia. Pero se le atribuye la relación del Gobierno con la Justicia y también haber sido el soporte en las sombras de la polémica jueza **María Servini de Cubría**. Desde allí, cimentó su larga pelea con Arslanian. También, con **Eduardo Menem**, es el principal armador de la operación técnico-política para la reforma constitucional

LUIS PROL

Desde la segunda línea

Siempre lo acompañó una aureola de **"duro"**, de inflexible, que sus últimos escarceos parecen confirmar rotundamente. Se negó a asumir una secretaría de Coordinación de Privatizaciones que le ofrecía **Domingo Cavallo** —porque la consideraba desprovista de poder— y reapareció "puesto" como nuevo subsecretario general de la Presidencia por el propio **Carlos Menem**, dicen que **sin dar espacio a las discusiones**.

Fue una reivindicación a la "segunda línea" —el grupo de "tropa propia" de Menem que pareció especialmente golpeado por las últimas decisiones de Cavallo—, pero también del propio Prol, que volvió así a un cargo clave en lo político, tras una sucesión de funciones en el área económica solo interrumpida por su difícil, polémica, intervención federal a la Catamarca de los Saadi y del "caso María Soledad".

Sus enfrentamientos con Cavallo, en todo caso, no tenían nada de ideológico. Este economista de **47 años**, con posgrado en Bolonia y en los Estados Unidos, es hoy tan devoto del ajuste de signo ortodoxo como lo fue, en su militancia cordobesa de los '70, de la prédica política que marcaba masivamente a los cuadros de la Juventud Peronista.

Aunque fue vetado por ex montonero por las Fuerzas Armadas, cuando **Antonio Erman González** lo quiso llevar con el desde Economía a Defensa, Prol había sido, en realidad, un típico militante de la JP, con definiciones radicalizadas pero con una práctica fundamentalmente barrial y universitaria.

Después, ya en los 80, fue un prestigiado funcionario económico de las administraciones formoseñas de **Floro Bogado** y **Vicente Joga** —ligados por origen al FEN y Guardia de Hierro, en la otra punta del espectro juvenil peronista de los '70— hasta que el fenómeno menemista lo ganó por completo.



Luis Prol: Una reivindicación a la "segunda línea".

EN JUSTICIA. CARLOS CORACH LO REMPLAZA EN LEGAL Y TECNICA

lista de candidatos para Cámara de Casación Penal

Maiorano aferrado al despacho de trámites que le hace firmar diariamente al Presidente. Allí Menem le dijo con testigos lo que todos ya daban por hecho: **"Vos vas a Justicia". "¿Cuál es el margen de acción?"**, dijo que le preguntó a Menem. "**El de todos los ministros**", dio Menem por sobreentendido.

"Para mí es el sueño del pibe", admitía por la tarde Maiorano ante los periodistas de la Casa de Gobierno, mientras resumía él mismo su meteórica ascención en la administración menemista: **en tres años pasó de subprocurador del Tesoro a ministro de Justicia: "Todos cargos de abogados"**, y comentó que el Presidente gusta rodearse de gente "leal, no obsecuente, sino muy leal".

El funcionario recordó que conocía al Presidente desde sus años como ministro de Gobierno en La Rioja durante la última etapa del proceso.

Casi junto con Maiorano llegó también Corach a Olivos para recibir la oferta de la Secretaría Legal y Técnica. El funcionario ya había sido advertido tanto por Bauzá como por el propio Menem cuando lo convocó. En ese momento —comentaron sus allegados— se esfumaron sus reservas de ocupar un cargo de escaso lucimiento político para quien comandó delicadas operaciones oficiales en Tribunales y recorre sistemáticamente el país en pos de la reelección presidencial. Prol se convertiría ahora en el coequiper del senador Eduardo Menem en esos periplos proselitistas.

Arslanian llegó a Olivos con su renuncia en la mano a las 12.30, aunque para entonces su sucesor ya había aceptado el cargo. En un trámite de menos de diez minutos se despidió del Presidente. Temprano, Menem había desmentido por ATC cualquier enfrentamiento calificándolo como **"un amigo"** y apuntando que **"lo importante es que está en marcha el proceso oral penal. Todo lo demás son puras especulaciones de la prensa"**.

"¿Para qué voy a ir al acto (inaugural de la reforma penal) si Arslanian se pasó gritando durante el fin de semana que no seguirá con nosotros?", le comentaba, sin embargo, Menem a su círculo áulico el lunes por la noche. Su resentimiento con el ex camarista se extendía a la "tozudez" con que se había resistido a firmar los pliegos de apenas tres candidatos a integrar la Cámara de Casación.

Arslanian aceptó las renuncias del secretario de Justicia, **Carlos Castruccio**, y el de Asuntos Legales, **Abel Fleitas Ortiz de Rozas**, junto con las del resto de su equipo, incluidos asesores. No recibió en cambio, la del de Asuntos Registrales, **José Pradelli**, designado por Menem mucho antes de que él fuera ministro.

Acorde con las circunstancia, el texto de la dimisión de Arslanian fue breve y formal. "Agradezco la oportunidad que me brindara de poder colaborar con su gobierno en el proceso de reformas emprendido en el ambito del Poder Judicial de la Nación", rezaba el papel rematado con un **"Dios guarde al señor presidente"**.

02-02

9209347

RESERVADO

M. D. N.
SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II 05OCT92

PEDIDO DE INFORMES: 74/92

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 09OCT92

II - INFORMACION CONOCIDA:

A - EVALUACION:

B - TEXTO

- Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.

6/10/92
3/10/92

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV - ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION:

D.G.I.D.

D.E.I

FIRMA:

El Jefe del Departamento II (Inf.) E.M. S.S.FF.AA.

Coronel

Julio W. Fernández.

6/X/92
S/Inf.
9209348

RESERVADO

001/2

RESERVADO Montevideo, 2 de octubre de 1992.-

ASPIRANTES A INGRESO AL SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS.-

1.- DORREGO ALBERNAZ, GRACIELA MARY.- Auxiliar de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 27-2-1963 Montevideo.-

C.I. 1.872.816-1.-

C.C. BDD 3864.-

Domicilio actual: Cruz del Sur 5458.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre:

Nombre de la madre:

Nombre del cónyuge: Carlos Roberto Magdaleno Alvez.-

2.- LAUNAS MENDIETA, NYDIA MABEL.- Telefonista.

Fecha y lugar de nacimiento: 19-2-1955 Montevideo.-

C.I. 1.397.296.7.-

C.C. BTB 20392.-

Domicilio actual: Bulgaria 4184.-

Domicilio anterior: Viscaya 4369.-

Nombre del padre: Eulalio Launas Luna.-

Nombre de la madre: Felicia Nydia Mendieta Antunez.-

Nombre del cónyuge:

3.- MONTICO CASTRO, ROSANNA.- Administrativa.-

Fecha y lugar de nacimiento: 17-07-1966 Montevideo.-

C.I. 1.584.373-0.-

C.C. AXB 26.089.-

Domicilio actual: Colonia 1481 Habitación 12. Hotel Comercio.-

Domicilio anterior: Baltasar Vargas 1114 Apto. 04.-

Nombre del padre: Julio Roberto Montico Carvalho.-

Nombre de la madre: Ana María Castro Pose.-

Nombre del cónyuge: Eduardo Lucio Llano Blaustein.-

0022

RESERVADO

-9209348

Menen se reunió con Emb. TODMAN.
15oo25
21-6-92
66960
11164
11388

Menem y Todman, con medio gabinete

El presidente Carlos Menem, acompañado por algunos ministros, compartió antenoche una comida informal con el embajador de los Estados Unidos, Terence Todman, en la residencia de Olivos.

"Ni siquiera se tomaron fotografías", comentó ayer una fuente del área presidencial al asegurar que se trató de un "encuentro entre conocidos, donde no se analizaron cuestiones importantes".

Organizada por el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, la comida se sirvió pasadas las 21.15, cuando ya habían llegado todos los comensales, desde el diplomático hasta los ministros de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella; de Defensa, Antonio Erman González; de Trabajo, Rodolfo Díaz, y de Salud y Acción Social, Julio César Aráoz.

Aunque no trascendieron demasiados comentarios sobre la reunión, pudo saberse que uno de los temas más extensamente conversados fue el proceso electoral en los Estados Unidos.

"También se habló sobre la reforma constitucional, pero casi como al pasar", admitió un vocero gubernamental, el que no desechó la hipótesis de que la cuestión central haya sido la oposición argentina a la decisión de la Corte Suprema de Justicia norteamericana de secuestrar personas en el extranjero para juzgarlas en su país.

"Todos quieren imaginar que se trataron cuestiones centrales y fundamentales para el Gobierno, pero si se tiene en cuenta quienes asistieron comprenderán que se trataron temas generales", se quejó la fuente.

El ligero cansancio que evidenciaba antenoche el Presidente no le impidió acercarse a la cocina de la residencia de Olivos para seguir de cerca los preparativos gastronómicos.

"Siempre le gustó probar en la cocina lo que después se va a servir a los invitados", deslizó un vocero que compartió esos instantes domésticos con Menem.

El Presidente degustó los frutos de mar que se sirvieron como entrada y el chivito a la cacerola con salsa picante que, acompañados por una ensalada de papas y perejil, fueron el plato fuerte de la noche.

El colaborador presidencial, quien no fue invitado a la comida, desconocía cuál fue el postre ofrecido a los comensales. Pero no dejó de pasar un sutil aviso: "A los vinos tintos Menem que siempre se sirven en las comidas, se suma ahora la línea de blancos frutados, de la misma bodega familiar, que fue bautizada Anillaco".

Finalmente, y en su afán de despejar intrigas sobre la reunión, de la que tanto Todman como los ministros se retiraron sin hacer declaraciones, esa fuente insistió: "El embajador es un hombre muy sociable y, como era de esperar, la comida fue informal y con una buena dosis de simpatía".

María Elena Polack

9209349

01 - 01

MENEM haría por decreto reforma Seg Social.
150007
21-6-92
66960
11164
11302

//

EL PAIS — Domingo 21 de Junio de 1992

Decisión Afectará Relaciones con el Parlamento

MENEM HARIA POR DECRETO REFORMA SEGURIDAD SOCIAL

BUENOS AIRES, 21 (DYN).— El presidente Carlos Menem y miembros del gabinete nacional analizarán el próximo lunes el decreto definitivo que impondrá la reforma previsional, ante la imposibilidad de lograr una rápida aprobación en el Congreso de la Nación.

El ministro de Trabajo, Rodolfo Díaz y sus principales colaboradores dedicarán todo el fin de semana a preparar un borrador definitivo de la reforma, que será elevado el lunes a primera hora al presidente Menem.

Si Menem y el jefe del Palacio de Hacienda, Domingo Cavallo, aprueban su contenido, será firmado el martes por el presidente.

Fuentes oficiales consultadas por DYN reconocieron que la firma del decreto traerá como consecuencia directa un desmejoramiento de las relaciones entre el Poder Ejecutivo y el Parlamento.

"Sabemos que estamos retrocediendo y volviendo a la época de los decretazos, pero no tenemos otra salida" confesó a esta agencia un miembro del gabinete nacional.

Previo a la estabilidad económica que alcanzó con su plan de convertibilidad el ministro Cavallo, había sido una característica del gobierno apelar a los "decretazos", lo que le valió un serio enfrentamiento con la oposición política y serias críticas de legisladores del oficialismo.

En un principio, Cavallo y el secretario General de la Presidencia, Eduardo Bauzá, habían acordado con los diputados oficialistas una postergación en el tratamiento parlamentario de la reforma, hasta después de las elecciones para Senador porteño del 28 de junio.

Cavallo mismo había oficializado esa postergación en declaraciones periodísticas.

Sin embargo, la posibilidad concreta de que los diputados no traten la reforma previsional dentro de los tiempos económicos que maneja el gobierno, llevó a pensar en la aplicación de un decretazo, tarea que fue encomendada al ministro Díaz.

El presidente Menem había dicho que "no me va a temblar el pulso para firmar por decreto la reforma".

Menem no está tan preocupado con la privatización de YPF, que permitirá el pago del 82 por ciento móvil a los jubilados, ya que su destino está en el Senado donde el oficialismo puede imponer su criterio.

En diputados, en cambio, hay un ambiente de postergación del proyecto de reforma previsional, a pesar de que el PJ logró evitar el desdoblamiento del tratamiento de esa ley tras un agitado plenario de las comisiones de Presupuesto y Hacienda y Previsión Social.

Esa reunión tuvo escenas de pugilato, cuando se tomaron a golpes de puño el sindicalista peronista José Rodríguez y el radical Héctor Di Tulio.

Luego reinó la paz y el oficialismo impuso su criterio al imponerse por 25 votos contra 20.

Se especula con que el decretazo permitirá aumentar la alicuota del IVA al 22,5 por ciento, aplicándola sobre fletes e intereses y establecer un impuesto a las ganancias no compartido con las provincias.

En la recaudación fiscal tiene centradas sus esperanzas el gobierno para mejorar la situación de los jubilados y pensionados.

El decretazo traerá como respuesta inmediata una serie de críticas de la oposición, aunque el gobierno ya decidió jugar todas sus cartas y correr ese riesgo si antes del martes próximo no tiene una señal clara del Parlamento, a favor del tratamiento inmediato de la reforma previsional.

Menem reconoció esa situación al decir que "me aguanto las consecuencias que vengan".



Domingo Cavallo, un ministro de Economía que según confesó no duerme pensando en los problemas. El más inminente es la reforma jubilatoria que Menem está dispuesto a aprobar por decreto. (Foto VP Satelite).

01 - 01

9208350

Aliados del Gob. no adhieren en bloque a la reforma y reelección.
150029
21-6-91
66960
11164
11307

INESPERADOS PROBLEMAS PARA EL OFICIALISMO

Los aliados del [...] en bloque a la [...]

La ofensiva oficialista por la reforma constitucional y la reelección de Carlos Menem tropieza en el Congreso con la oposición de buena parte de quienes han sido hasta ahora aliados políticos del Gobierno. Una consulta a los diputados y senadores que no integran los bloques mayoritarios mostró, además, el rechazo generalizado a la idea de convocar a un plebiscito por la reforma, iniciativa impulsada desde el justicialismo para presionar sobre el Congreso.

La ofensiva para imponer la reforma de la Constitución que encara el Gobierno, con eje en la **reelección presidencial**, se topa hoy con un **obstáculo inesperado** en el Congreso: **los aliados del oficialismo no están dispuestos a acompañar en bloque** la movida que apunta a mantener a **Carlos Menem** en la Casa Rosada después de 1995.

Para que haya reforma constitucional, **el Congreso debe declarar por ley la "necesidad"** de la reforma, con el voto de los **dos tercios** de los legisladores. En la Cámara de Diputados los dos tercios de 257 miembros es **171**. En el Senado, hacen falta **32** sobre 48 miembros.

La Constitución indica **expresamente** que para declarar la necesidad de la reforma son necesarios los votos a favor de **dos tercios de los diputados y senadores**. Ahora, ante la **dificultad** para reunir ese número, en el oficialismo se alienta una **interpretación torcida del texto constitucional**, basada en que sólo serían necesarios los dos **tercios de** los legisladores **presentes** al momento de **debatirse** la necesidad de **la reforma**. (ver aparte).

Si el proyecto fuese presentado hoy, el **justicialismo (117 diputados y 26 senadores)** se encontraría con la oposición del **radicalismo** (con **84 diputados y 14 senadores**) y con la de los bloques del **centroizquierda** y la **izquierda**. Pero también con la negativa de una parte de los legisladores **liberales y provinciales** que en general vienen actuando, en el juego político, como aliados del Gobierno.

Esto surge de un pormenorizado relevamiento realizado por **Clarín** para conocer la posición de **cada uno de los 63 legisladores que no son ni peronistas ni radicales** (56 diputados y 7 senadores) quienes definieron **por sí o por no** —igual que cómo deberá votarse la ley que declara **la necesidad de modificar la Constitución**— su visión **de la reforma** y la **reelección**, y también sobre el **plebiscito** que el justicialismo viene empujando en **Diputados**.

Ante el enfrentamiento creciente entre justicialistas y radicales, que por ahora hace impensable un acuerdo por la reforma, la única llave que puede abrir paso a la ley de necesidad, que además debe fijar los puntos a enmendar y convocar a la **Convención Constituyente, está en manos** del resto **del abanico con representación parlamentaria**.

El sondeo demuestra que **la mitad de estos legisladores se opone a la reforma, lo cual de hecho impide la reelección, que es virtualmente el único tema instalado en el debate público**, más que la necesidad de adecuar la Carta Magna de 1853 a los tiem-

SENADO							
BLOQUE	LEGISLADOR	REFORMA		REELECCION		CONSULTA	
		NO	SI	NO	SI	NO	SI
Mov. Popular Neuquino	Elías Sapag		✔		✔	✔	
	Jorge Solana		✔		✔	✔	
Bloquista San Juan	Leopoldo Bravo	✔		✔		✔	
	Eduardo Polesman	✔		✔		✔	
Auton. Corr.	José A. Romero Feris	✔		✔		✔	
Liberal Corr.	Juan A. Aguirre Lanari	✔		✔		✔	
Mov. Pop. Fueg.	René Oyarzún	✔		✔		✔	

01-092
9209351

EN EL CONGRESO

Gobierno no adhieren reforma y reelección

DIPUTADOS

BLOQUE	LEGISLADOR	REFORMA NO	REFORMA SI	REELECCION NO	REELECCION SI	CONSULTA NO	CONSULTA SI
UCeDé	Jorge Aguado	✔		✔		✔	
	Alberto Albamonte		✔		✔	✔	
	Alvaro Alsogaray		✔		✔	✔	
	Federico Clérici	✔		✔		✔	
	F. Durañona y Vedia		✔		✔	✔	
	I. García Cuerva	✔		✔		✔	
	Luis Herrera	✔		✔		✔	
	J. M. Ibarbia	✔		✔		✔	
	Juan J. Manny		✔		✔		✔
	F. Zamora		✔		✔	✔	
Mov. Peronista (Grupo de los 8)	Germán Abdala	✔		✔		✔	
	Juan P. Cafiero		✔	✔		✔	
	Moisés Fontela	✔		✔		✔	
	Luis Brunati	✔		✔		✔	
	Carlos Alvarez	✔		✔		✔	
Fuerza Republicana (bussistas)	Alberto Germanó		✔		✔	✔	
	Julio C. Ibarreche	✔		✔		✔	
	F. López de Zavalía	✔		✔		✔	
	Raúl Topa		✔		✔	✔	
Democracia Progresista	Alberto Natale	NO CONTESTA		✔		✔	
	Mario Verdú	✔		✔		✔	
	R. Martínez Raymonda	NO CONTESTA					
Afirmación Peronista	Eduardo Ferreyra		✔		✔		✔
	Marta De Nardo	✔		✔		✔	
	Raúl Rodríguez		✔	✔			✔
Unidad Socialista	Alfredo Bravo	✔		✔		✔	
	G. Estévez Boero		✔		✔	✔	
	Ricardo Molinas		✔	✔		✔	
Renovador de Salta	Ernesto Alabi		✔		✔	✔	
	Jorge Foiloni		✔		✔	✔	
	Julio C. Loutaif		✔		✔	✔	
MODIN	Orlando Gallo	✔		✔		✔	
	Martín Mendoza	✔		✔			✔
	G. Fernández Gil	✔		✔		✔	
Mov. Pop. Jujeño	Cristina Guzmán		✔		✔		✔
	Pedro Figueroa		✔	✔		✔	
Mov. Pop. Neuquino	Julio Falleti		✔	NO CONTESTA		✔	
	Luis Jalil		✔	✔		✔	
Cr. Renovad. San Juan	Antonio Achem	✔		✔		✔	
	Alfredo Avelín	✔		✔		✔	
Liberal Corrientes	Nicolás Garay		✔	✔		✔	
	Ricardo Leconte	NO CONTESTA		NO CONTESTA		✔	
Mov. Pop. Fueguino	Enrique Bischof		✔	✔		✔	
	R. Sánchez Galdeano		✔	✔		✔	
MID	Octavio Frigerio		✔		✔	✔	
	Aníbal Hardy		✔		✔		✔
PI	Oscar Alende		✔	✔		✔	
	Pedro García		✔	✔		✔	
Pdo. Blanco	Juan C. Sabio		✔		✔	✔	
Federal	Andrés Fescina		✔		✔	✔	
DC	Héctor Gatti	✔		✔		✔	
MAS	Luis Zamora	✔		✔		✔	
Autonomista	Felipe Adaime	✔		✔		✔	
Bloquista S.J.	C. Gómez Centurión	✔		✔		✔	
Alianza Chaq.	Atilio Barbotti		✔	✔		✔	

pos que corren, o los riesgos de que se desvirtúe su inspiración liberal, como algunos sectores políticamente mayoritarios temen.

♦ Contradicciones

Esta resistencia creció al 60 por ciento ante la pregunta específica sobre la reelección y puso en evidencia **contradicciones de** distinto tenor entre quienes dicen adscribir a ideales **liberales.**

La mitad del bloque de la **UCeDé**, por ejemplo, admite la reforma, siempre que no se lesione su dogma. Esa misma mitad admite la reelección. A los liberales que acompañan las intenciones **del** Gobierno **(Alsogaray, Durañona, Manny, Zamora y Albamonte)** les replican los liberales que se oponen **(Clérici, Aguado, García Cuerva, Herrera e Ibarbia)**, todos componentes de un bloque que no existe como tal, y donde solo un miembro aprueba la idea del plebiscito: José Juan Manny, alineado con la secretaria de Asuntos Institucionales, **Adelina de Viola.**

Entre los hombres de Fuerza Republicana (el partido del general **Antonio Domingo Bussi**) el liberal **López de Zavalía**, junto con **Ibarreche**, rechaza de plano todo: la reforma, la reelección y la consulta.

Distinto es el caso del liberal correntino **Ricardo Leconte**, que optó por esperar que el partido decida por él, salvo en lo que concierne a la consulta, que desestimó de plano. En cambio otro liberal correntino, **Nicolás Garay**, está a favor de modernizar la Constitución pero no de darle a Menem la oportunidad de su reelección. En el Senado, el liberal del mismo cuño, **Aguirre Lanari**, no dudó en decir que no ante las tres preguntas.

La misma puja se presenta entre Alberto Natale y Rafael Martínez Raymonda cuando la democracia progresista tiene en suspenso un pronunciamiento partidario. Natale anticipó su rechazo a la reelección y eludió responder sobre la reforma.

♦ Disidentes

Del conglomerado del **peronismo disidente** se distingue con un sí a la reforma **Juan Pablo Cafiero.**

En el triunvirato de Afirmacion Peronista —disidentes peronistas con origen en **Guardia de Hierro**— el entrerriano **Eduardo Ferreyra** se pronunció por un categórico sí a todo, mientras De Nardo dice que no, también a todo, y el fueguino **"Tucán" Rodríguez** solo expresa su rechazo por Menem.

Hay **socialistas** que parecen dispuestos a sumarse con criterio propio a la iniciativa oficialista **(Estévez Boero)**, otros aceptan solo una parte **(Molinas)** y está quien responde en todos los casos con un no **(Bravo)**. En lo único que coincidieron los tres es en rechazar el plebiscito.

En el MODIN, que orienta **Aldo Rico**, solo **Martín Mendoza** —"cuarenta años de peronista", se presenta y admite la vía consultiva en medio de un **coro del no** del resto del bloque.

Los renovadores salteños del ex diputado y ahora gobernador **Roberto Ulloa** respondieron en la misma dirección del oficialismo.

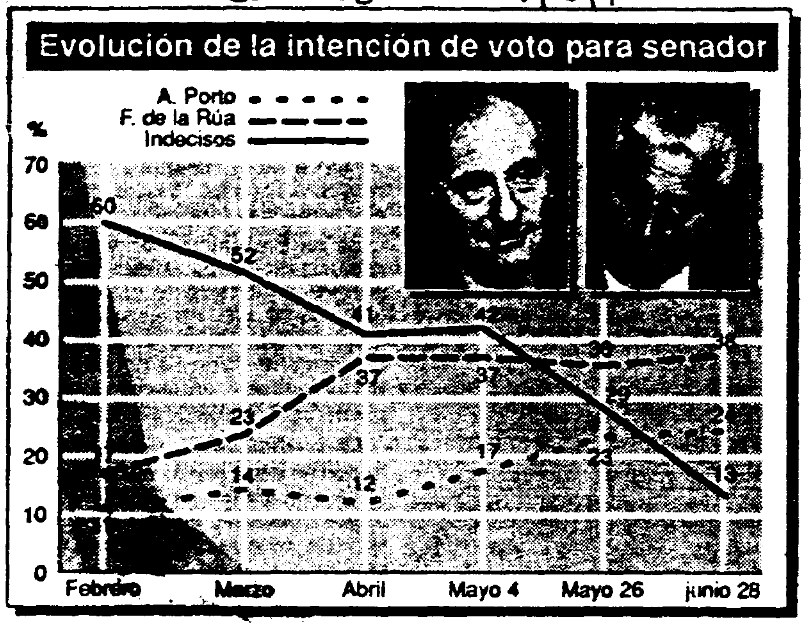
Entre los jujeños, **Cristina Guzmán** apoya todas las variantes de la estrategia reformista.

Autonomistas de Corrientes **y bloquistas** de San Juan **aparecen**, en ambas cámaras, con los dientes apretados contra la reforma, mientras los **sapagistas** del Movimiento Popular Neuquino no se quieren malquistar con Menem y sus intenciones de continuar en la Casa Rosada.

De la Rúa dominaría en el Colegio Electoral

La Nación 21/6/92

Mayoría propia: según una medición del Estudio Mora y Araujo, Noguera y Asociados, especialmente efectuada para LA NACION, el candidato radical estaría en condiciones de obtener 26 electores sobre los 54 posibles; perspectivas de crecimiento.



Una investigación sobre intención de voto efectuada por el Estudio Mora y Araujo, Noguera y Asociados señala que el candidato a senador porteño por el radicalismo, Fernando de la Rúa, estaría cerca de obtener mayoría propia en el Colegio Electoral, luego de las elecciones del domingo 28.

Además, se afirma que, a siete días de los comicios, el postulante de la UCR conserva una ventaja de 14 puntos sobre su adversario de la Alianza del Nuevo País, Avelino Porto.

Especialmente efectuado para LA NACION, entre el 13 y el 18 del corriente, el estudio se hizo sobre la base de la opinión de 588 ciudadanos de esta Capital.

Los porcentajes son los siguientes:

- De la Rúa, 38 %.
- Porto, 24 %.
- Fernando Solanas (Frente del Sur), 6 %.
- Otros, 4 %.
- En blanco, 4 %.
- Indecisos, 13 %.
- No votarán, 11 %.

En el Colegio Electoral

Acerca de la interpretación de los especialistas sobre una eventual preponderancia de los radicales en el cuerpo de electores, se afirma que cuando los encuestados son forzados a definirse en algún sentido, la proporción de indecisos desciende al 10 %.

Ante esta situación, y excluidos quienes anticiparon que no votarán, De la Rúa alcanza una adhesión del 46 %; Porto del 28 %; Solanas del 8 %; Enrique Venturino (Modin) del 1 %, y los restantes candidatos totalizan el 3 % de los potenciales sufragios.

La proyección de estos guarismos al Colegio Electoral sugiere que el postulante de la UCR se encontraría muy cerca de alcanzar la mayoría absoluta. Obtiene, hasta hoy, 26 electores sobre 54 posibles.

Según los mismos números, el oficialismo sentaría 16 electores, Solanas 4 y otros candidatos (probablemente Venturino) 1 o 2. Aún restarían seis lugares por distribuir, pero los observadores estiman que los votos diseminados entre otras fuerzas pueden perder su efecto por el umbral del 3 % que la ley establece para acceder al Colegio.

Terceras fuerzas

El último día de mayo, LA NACION publicó una medición efectuada por la misma consultora que arrojaba similares tendencias.

Hoy se observa un descenso en el número de indecisos que, en un modo estrecho, se relaciona con el incremento del voto dirigido hacia terceros candidatos. Asimismo, aumentó el porcentaje de personas que se resisten a sufragar o a hacerlo en forma positiva.

(Más información en la Pág. 14)

Suspensión

El acto de cierre de campaña del candidato a senador Avelino Porto, que se iba a efectuar en la Sociedad Rural, fue suspendido ayer por la lluvia.

La pista central de Palermo quedó hecha un lodazal, según voceros de su comité de campaña. Su clausura proselitista será el jueves próximo, a las 19, en el estadio de Obras Sanitarias.

Intención de voto para senador



	Espontánea %	Forzando la decisión %
Fernando de la Rúa	38	46
Avelino J. Porto	24	28
Fernando Solanas	6	8
Enrique Venturino	1	1
Otros	3	3
Indecisos	13	10
En blanco	4	4
No votarán	11	—
Total	100	100

De la Rúa aventaja por 14 puntos a Porto

Sin cambios: un sondeo realizado demuestra que la tendencia no se modificó sustancialmente respecto del mes último.

A una semana de las elecciones para senador por la Capital Federal, el candidato del radicalismo, Fernando de la Rúa, mantiene una ventaja de 14 puntos sobre su principal adversario, el postulante por la oficialista Alianza del Nuevo País, Avelino Porto.

Esa diferencia surge de una encuesta sobre intención de voto efectuada -especialmente para LA NACION- por el Estudio Mora y Araujo, Noguera y Asociados.

La investigación consignó que el 38 % de los consultados anticipa su sufragio por De la Rúa; el 24 % respaldaría a Porto y el 6 % al candidato del Frente del Sur, Fernando "Pino" Solanas. Hasta el momento, los indecisos se encolumnan en una franja del 13%, mientras que el 4 % votará a otras agrupaciones y el 11 % afirmó que no concurrirá a las urnas.

El trabajo de la encuestadora fue realizado entre el 13 y el 18 de este mes, sobre una muestra domiciliaria de 588 ciudadanos de la Capital Federal y concede un margen de error del 4 %.

Sin mutaciones

Según lo expuesto, la tendencia no difiere demasiado con la medición efectuada, también para LA NACION, por la misma encuestadora, a fines del mes pasado. Se percibe, sin embargo, un incremento en la proporción de personas reacias a sufragar o a emitir un voto positivo.

Ello permite interpretar que el electorado se mantiene estable y poco motivado por los comicios del próximo 28.

Un 25 % de los consultados declararon "no estar seguros de votar" -el 11 % manifestó que no lo hará-. Por ese motivo se robustece la presunción de que la concurrencia al cuarto oscuro el domingo próximo será menor que la registrada en 1991.

El estudio contempla la posibilidad de que la situación puede sufrir variaciones durante la última semana de campaña. Se argumenta que un 8 % de las voluntades que acapara De la Rúa, el 3 % de las de Porto y el 2 % de las de Solanas resultan decisiones "forzadas", es decir que no surgieron espontáneamente de los encuestados.

Elecciones según la tendencia

	Cantidad de electores
Fernando de la Rúa	26
Avelino Porto	16
Fernando Solanas	4
Otros	*
A distribuir según el vuelco de los indecisos	8
Total	54

Sumados a un 10 % de indecisos, los ciudadanos de voto "incierto" conforman una masa del 23 %. En ese contexto, un 14 % de los entrevistados manifestaron expresamente que aun podrían cambiar su sufragio. El encuestador sugiere que "hay lugar para cambios marginales capaces de afectar los resultados".

Asimismo, la investigación infiere que las campañas proselitistas no gravitaron mayormente en la voluntad del electorado metropolitano. Los índices de las tendencias se mantuvieron estables durante los últimos tres meses.

Esperanza de Porto

Empero, las cosas pueden mejorar significativamente para el candidato oficialista. Se consideran, en tal sentido, algunas eventuales circunstancias a saber:

- Un esfuerzo especial del Gobierno para generar medidas que beneficien a su candidato.
- Una transferencia mayor de votos hoy dirigidos hacia De la Rúa (1 de cada 4 de los votantes de la Ucedé, en 1991) hacia el rector de la Universidad de Belgrano.

El techo del candidato radical parece estacionado. Sólo podría ascender si De la Rúa lograra revertir el déficit que padece entre el electorado masculino en general.

Solanas, Enrique Venturino y los otros candidatos elevarían su caudal merced a los sufragantes actualmente indecisos, especialmente los que expresan una terminante renuencia a votar por las fuerzas mayoritarias.

Dirigentes pol. y de org. de DDHH manifestaron su repudio a las declaraciones de RICO.

15029
21-6-92
66966
11164
11304

Clarín 21/6/92

Repudios a Rico

Dirigentes políticos y de organizaciones de derechos humanos manifestaron su **repudio** a las declaraciones formuladas por el líder del MODIN, **Aldo Rico**, quien justificó la **apropiación de hijos de desaparecidos** por parte de integrantes de las Fuerzas Armadas.

El titular del bloque de diputados justicialistas, **Jorge Matzkin**, calificó las opiniones de Rico como **"muy graves"** y argumentó que durante el gobierno militar **"los niños eran secuestrados y usados como rehenes en muchos casos"**.

El diputado radical, **Leopoldo Moreau**, y el candidato a senador por el Frente del Sur, **Pino Solanas**, coincidieron en considerar **"aberrante"** la postura del jefe de la sublevación de Semana Santa en 1987, quien afirmó que los apropiadores habían actuado con "amor" hacia los niños.

La presidenta de Abuelas de Plaza de Mayo, **Estela Carlotto**, sostuvo que Rico **"vomita barbaridades"** y **"en lugar de hablar por televisión, debería estar preso"**.

El dirigente peronista **Dante Gullo** señaló que **"las paternidades que justifica Rico constituyen una ofensa a la dignidad de los argentinos"** y defendió el trabajo de las Abuelas de Plaza de Mayo en la recuperación de "los hijos de nuestros compañeros desaparecidos".

01 - 01

9208353

Aprueban propuesta argentina en la OEA
150029
20-6-92
66960
11164
11399

CLARIN ★ Buenos Aires, sábado 20 de junio de 1992

Aprueban propuesta argentina en la OEA

El proceso para que la Organización **de Estados** Americanos (OEA) se convierta en el "club **de naciones democráticas**", que propone la Argentina, **se inició** el **jueves** pasado con **la convocatoria a una asamblea extraordinaria del organismo para el 23 de noviembre próximo.**

Esa asamblea, que probablemente delibere **en Buenos Aires**, deberá decidir si aprueba reformar la carta orgánica para darle a la entidad **la facultad de suspender a los países miembros que sufran golpes de Estado.**

El otro punto de la agenda será analizar mecanismos para luchar contra **"la pobreza crítica"** que amenaza la estabilidad democrática de América latina, **informó la Cancillería** en Buenos Aires.

La aprobación de la convocatoria se logró luego de **una dura lucha diplomática en el seno de la OEA entre la delegación argentina y la mexicana.** Como muestra de ello la aprobación debió someterse a **votación, en lugar** de usar el habitual mecanismo de consenso.

La propuesta —defendida con un **encendido discurso** por el embajador argentino ante la OEA **Hernán Patiño Mayer**— fue aprobada por **29 votos a favor, 3 abstenciones (México, Colombia y Guatemala) y 2 ausencias.**

La eventual expulsión de un miembro de la OEA por la interrupción del proceso democrático "implicaría **un grave retroceso** en la construcción del sistema de relaciones interamericano y una amenaza a la plena vigencia de principios internacionales básicos", se quejó **el embajador de México** ante la OEA, **Daniel De La Pedraja**, luego de la votación.

El proceso comenzará el mes que viene con la constitución **de una comisión especial**, cuya presidencia ejercería Brasil.

01-01

920935

Acuerdos de Manzano en los Estados Unidos

La Argentina y los Estados Unidos acordaron ayer "**profundizar** los programas de intercambio de fuerzas de seguridad y policiales" para incrementar la lucha contra el narcotráfico y otras organizaciones ilícitas internacionales.

El acuerdo verbal fue logrado ayer por el ministro del Interior, **José Luis Manzano**, y el jefe de gabinete del secretario de Estado norteamericano, **Robert Gelbard**.

En un comunicado de prensa de la cartera de Interior también se afirma que Gelbard ofreció **más "asistencia técnica** para el logro de esos objetivos".

Según la declaración argentina, Gelbard reconoció "**el esfuerzo** del gobierno argentino" en materia de lucha contra el narcotráfico y afirmó que las relaciones bilaterales "están atravesando **por el mejor momento de su historia**".

El funcionario también destacó la importancia de las reuniones periódicas de ministros del Interior del Cono Sur y aseguró que contribuyen a aumentar "la seguridad y el control del tránsito e identificación de personas" en la región.

Antes de ese encuentro Manzano mantuvo una reunión de trabajo con autoridades del Banco Mundial, la secretaria de Asuntos Institucionales, **Adelina D'Alessio de Viola**, y el secretario de Provincias, **Héctor Domenicone**.

Allí se analizó la posibilidad que la línea de crédito que el Banco Mundial otorgará para enfrentar las inundaciones que sufre el noreste del país **incluyan partidas para financiar la construcción de viviendas para los inundados**.

En la oportunidad, se decidió **conformar una comisión integrada por representantes del BM, del Banco Interamericano de Desarrollo y del Gobierno** para estudiar el problema de las inundaciones y las formas de cooperación internacional que contribuirían a su solución.

Rico de nuevo contra deudas al BANADE
15002 7
19-6-92
66960
11/64
11204

Dio una lista y acusó a los 10 más grandes y a la Mediterránea

AC 19/6/92

Rico de nuevo contra deudas al BANADE

El MODIN de **Aldo Rico** distribuyó ayer una carpeta con una sinopsis de los grandes deudores del Banco Nacional de Desarrollo. Uno de sus capítulos más interesantes se refiere a los deudores que simultáneamente son miembros de la Fundación Mediterránea, cuyo centro de estudios económicos dirigió **Domingo Cavallo.**

Llama la atención la partición tanto de Massuh como de Alto Paraná, que también integra Massuh con 18,85% y 14,50% del total de descubiertos. También el ingenio San Martín del Tabacal con 16,58% y Materfer —aunque con un reducido 1,34%— figuran en la lista. Los socios de la Mediterránea en total cubren 58,17% del total de descubiertos del BANADE.

Otro capítulo está dedicado a los 10 mayores deudores del BANADE, aunque en verdad el listado que difundió el MODIN tiene 18 ítem: Massuh, San Martín del Tabacal, Alto Paraná, Astilleros Alianza, Corporación Cementera, Alpelsca, Astilleros Corrientes, Pesquera San Andrés, S. Llaneza e Hijos, Tejidos Argentinos del Noroeste, Materfer, Frigorífico Rioplatense, Pesquera Mar Azul, Industria Química Mebomar, Astilleros Alianza (por segunda vez), Frigorífico Yaguané, A. Mellino, Pesquera Grifopez y otros clientes.

Lo que llama la atención es alguna vinculación existente entre algunos deudores y agasajos brindados a autoridades. Obviamente éste fue el interés de la gente de Rico al difundir la carpeta.

Cavallo, de viaje

AF. 19/6/92

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, viajará hoy por la tarde rumbo a Brasil, donde se **reunirá con su colega Marcilio Marques Moreira, con quien continuará rumbo a Caracas, Venezuela.**

Cavallo participará en Caracas de una reunión de ministros de Economia de Latinoamérica, quienes posteriormente viajarán a Washington para entrevistarse con el titular del Tesoro norteamericano, Nicholas Brady.

El titular del Palacio de Hacienda pasará también por Nueva York para interiorizarse de la marcha de las escrituraciones de los contratos del plan Brady.

Cavallo tiene previsto regresar a esta capital el próximo viernes 26 y partir inmediatamente a la localidad mendocina de Las Leñas para asistir a la reunión de presidentes de los paises del Mercosur.

Se firmaron acuerdos con gob. de Costa Rica.
150025
19-6-92
66960
11164
11399

LA NACION 19/6/92

Con el gobierno de Costa Rica se firmaron ayer varios acuerdos

Convicción: en una declaración conjunta, los presidentes de la Argentina y de Costa Rica, Carlos Menem y Rafael Calderón Fournier, expresaron su convicción de que la estabilidad de los países de la región está íntimamente ligada con su desarrollo socioeconómico.

Ambos presidentes confiaron en que la filosofía que anima a la Iniciativa para las Américas que impulsa George Bush "sea generadora de proyectos eficientes y realistas".

Como estaba previsto, tras la reunión de ambos jefes de Estado, de la cual surgió la declaración, el canciller Guido Di Tella y el ministro de Comercio Exterior de Costa Rica, Roberto Rojas López, firmaron un acuerdo de mutua asistencia jurídica en relación con el narcotráfico y uno referido al desarrollo y la aplicación de energía nuclear para fines pacíficos.

También se rubricaron convenios para la creación de una comisión de cooperación bilateral y uno de colaboración entre la Academia Diplomática Manuela de Peralta, de Costa Rica, y el Instituto de Servicio Exterior de la Nación, de la Argentina.

Calderón Fournier fue despedido anoche por Menem, pero continuará en el país en visita privada.

En una parte de la declaración, Menem y Calderón Fournier expusieron su "más enérgica condena a todas las formas de violencia y de terrorismo, por cuanto atentan contra la democracia" y, sobre esa base, reprobaron severamente el atentado perpetrado contra la embajada de Israel en Buenos Aires, hecho del cual acaban de cumplirse tres meses.

Los mandatarios ratificaron, además, la adhesión de sus países a los propósitos y los principios de la Carta de las Naciones Unidas y de la Organización de Estados Americanos (OEA) y afirmaron su compromiso de consolidar las instituciones democráticas de América latina.



Tras los acuerdos, el diálogo (Foto de Lucio Solari)

También manifestaron su beneplácito por el fortalecimiento del papel de las Naciones Unidas a raíz de la finalización de la guerra fría, y en relación con la situación política de Haití ratificaron las recomendaciones formuladas desde la OEA.

Respecto del proceso de pacificación en América Central, expresaron su conformidad y reafirmaron su determinación de mantener una activa colaboración recíproca en el campo del uso indebido de estupefacientes y psicotrópicos y en el combate al tráfico ilegal de esas drogas.

Colegio de Abogados

Ayer, el doctor Calderón Fournier visitó el Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires, donde fue recibido por el directorio en pleno, ex directores y presidentes de comisiones internas.

Fue nombrado socio honorario de la institución y se le hizo entrega del diploma y medalla que lo acreditan en tal carácter.

01-01 9209358

Llegarán al país 250 argentinos residentes en la Unión Soviética.

150025

19-6-92

66960
11164
11399

19/6/92 LA NACION/Pag. 7

Vienen 250 argentinos de Rusia

Entre julio y agosto llegarán al **país 250** argentinos residentes en los **territorios** de la ex Unión Soviética.

Se trata de 35 familias de ciudadanos argentinos que viajaron a la **URSS en** la década del 70.

Vendrán en condiciones de repatriados, lo que significa que los **gastos** que demande su regreso correrán a cargo del Estado.

También a cargo del Estado llegarán antes de fin de año 200 familias de inmigrantes pertenecientes a nacionalidades con colectividades en el país.

Llegarán en grupos de 20 familias y se irán instalando en sitios donde ya residen sus connacionales, lo que facilitará su asentamiento.

Son familias de comunidades minoritarias actualmente hostilizadas en ciertos países de Europa del Este.

9209359

01-01

Modin acusa al Gobierno
150025
19-6-92
66960
11164
11304

La Nación 19/6/92

El Modín acusa al Gobierno

Cavallo: y "las empresas vinculadas con el oficialismo" fueron el blanco de una denuncia por endeudamiento con el Banade.

El Movimiento por la Dignidad y la Independencia (Modín) denunció ayer que el 58,17 por ciento de la cartera de deudores en descubierto del Banco Nacional del Desarrollo (Banade) corresponde a miembros de la Fundación Mediterránea, que presidió el ministro de Economía, Domingo Cavallo.

El líder del Modín, Aldo Rico, y el postulante a senador porteño por esa agrupación, Enrique Venturino, dieron a conocer una carpeta en la cual se especifica que sobre un monto de U$S 59.828.887 de deuda en descubierto a favor del Banade, U$S 34.805.233 pertenecen a empresas vinculadas con la citada fundación.

El detalle de las sumas suministradas por el Modín es el siguiente:

- San Martín del Tabacal, U$S 9.920.702 (16,58 %).
- Materfer S.A., U$S 800.588 (1,34 %).
- Massuh, U$S 11.280.333 (18,85 %).
- Coporación Cementera Argentina, U$S 4.128.720 (6,9 %).
- Alto Paraná S.A., U$S 8.674.890 (14,50 %).

Venturino manifestó su preocupación por que "se efectúe una licuación de esas deudas" y manifestó que la denuncia de su partido obedece a un "temor de que el Gobierno clausure próximamente el Banade".

A su turno, Rico señaló que "los créditos que deberían destinarse a la pequeña y mediana empresa se entregan a grupos económicos aliados al poder político".

También admitió que tales acusaciones "tendrán una influencia electoral", aunque aclaró que se encuadran en "nuestra lucha contra la corrupción y contra el proyecto actual de vaciamiento y desindustrialización". No obstante, Rico descartó la [illegible] de que esos fondos se re[illegible].

01-01

9209360

Cafiero: los productores de Chile exageran sus derechos
150025
19-6-92
66960
11169
11399

Cafiero: los productores de Chile exageran sus derechos

Críticas: las efectuó el embajador argentino durante su visita a puertos de la zona central de la vecino nación, desde los que nuestro país aspira a exportar sus productos. La Voz 19/6/92

SANTIAGO, Chile (ANSA).– El embajador argentino en Santiago, Antonio Cafiero, criticó duramente a los empresarios locales que se oponen a la comercialización de productos argentinos por los puertos chilenos del océano Pacífico, afirmando que ellos "borran con el codo lo que han escrito con la mano en materia de economía y libertad de mercado".

Cafiero, quien por segundo día consecutivo recorrió el puerto de Valparaíso (el principal de Chile, 140 kilómetros al oeste de Santiago), señaló que los sectores frutihortícolas chilenos "hacen una defensa exagerada de sus posibilidades, de sus derechos y de sus intereses".

"Vamos a tratar de persuadir a todos que lo mejor que nos hace a los argentinos y a los chilenos es practicar no solo los beneficios de la integración sino también las virtudes del libre comercio", declaró Cafiero.

El embajador argentino subrayó el interés de su país por utilizar las instalaciones de Valparaíso, San Antonio y Ventanas, los tres puertos de la zona central de Chile con acceso directo por tierra desde Mendoza, Argentina.

Cafiero abogó también por el cese de las dificultades fronterizas. "Estamos hablando de integración del año 2000 y no somos capaces de solucionar los problemas de la frontera, que hagan que un argentino pueda cruzar libremente a Chile y un chileno a la Argentina", sostuvo.

El embajador argentino se entrevistó anteayer con el intendente (gobernador) de la quinta región, Juan Andueza; con el comandante en jefe de la Armada, almirante Jorge Martínez; con directivos de la estatal Empresa Portuaria de Chile, y con miembros de la Comisión Interparlamentaria Chileno-Argentina.

01-01

920936

Bcos. argentinos stan realizando operaciones que son ilícitos en el Río de la Plata.
15006 4
18-6-92
66960
11164
11399

La Cancillería formulará planteo a Argentina

Barcos argentinos realizan operaciones "ilícitas" en la "Zona Alfa" frente al puerto de Montevideo, aseguró el canciller Gros Espiell

Barcos argentinos están realizando operaciones que "son ilícitas" en la llamada "Zona Alfa" del Río de la Plata frente al puerto de Montevideo, dijo a **Búsqueda** el ministro de Relaciones Exteriores, Héctor Gros Espiell, quien anunció que la Cancillería va a "encarar frontalmente esta situación" tomando "una serie de acciones más profundas", que incluirán una nueva negociación con Argentina para buscar una solución al problema.

Gros señaló que estas operaciones se vienen produciendo desde antes de aprobarse el Tratado del Río de la Plata en 1973 y dijo además que el gobierno estudia un decreto que facilitará a los barcos extranjeros el cambio de bandera, lo que permitirá a muchos buques argentinos adquirir pabellón uruguayo.

Junto al ministro de Defensa Nacional, Mariano Brito, Gros concurrirá el lunes 22 a la Comisión de Relaciones Exteriores de la Cámara de Diputados para informar sobre el tema, respondiendo a una convocatoria del organismo. Asimismo el diputado Daniel García Pintos (Cruzada 94 - Partido Colorado) formuló a la Cancillería un pedido de informes sobre las operaciones de alijo y complemento de carga que realizan barcos argentinos en la "Zona Alfa".

De acuerdo a lo previsto en el Tratado del Río de la Plata se crearon dos zonas cercanas a los puertos de Montevideo y Buenos Aires (zonas Alfa y Beta, respectivamente), que ubicadas fuera de las aguas territoriales de ambos países, permiten esas operaciones de alijo y complemento de carga, o sea de intercambio de cargas entre dos buques.

El diputado García Pintos, dijo a **Búsqueda** que algunos buques argentinos están instalados en la zona Alfa, frente al puerto de Montevideo, en forma casi permanente "realizando verdaderas operaciones portuarias que contrarían la letra del Tratado".

Por otra parte, señaló que al amparo de un decreto del gobierno argentino del 3 de setiembre de 1991, estos buques "han cambiado de bandera" y éstas operaciones de naves de bandera extranjera en el Río de la Plata "constituirían una violación a la soberanía nacional". Para ello, García Pintos hace referencia a la práctica internacional "donde en aguas interiores, por ejemplo los ríos, la soberanía corresponde exclusiva y excluyentemente a los ribereños". Según el legislador, en este caso existiría una violación de la soberanía territorial y económica.

Gros Espiell, en tanto, dijo que el problema "no es nuevo" y que "desde hace muchos años barcos de bandera argentina estacionan en esta Zona Alfa con carácter casi permanente". Muchas operaciones que allí realizan "no son alijo o complemento de carga" y por lo tanto, "son ilícitas", indicó el canciller.

"No es admisible —dijo el ministro de Relaciones Exteriores— que en la Zona Alfa pueda funcionar un puerto subsidiario del puerto de Montevideo" y señaló que el criterio de su secretaría de Estado "es encarar frontalmente esta situación".

Señaló luego que el problema "ya fue planteado por el presidente Lacalle en dos o tres oportunidades al presidente argentino Carlos Menem" y dijo que incluso él mismo lo expuso al entonces ministro de Relaciones Exteriores Domingo Cavallo, en los primeros contactos entre ambos gobiernos.

Sobre el cambio de bandera, indicó que el Tratado no hace referencia expresa al tema, aunque anunció que el gobierno estudia un decreto que facilitará el cambio de pabellón, lo que permitirá a muchos barcos argentinos —"que nos han hecho saber que es mucho más cómodo para ellos"— adquirir bandera uruguaya.

Sobre las acciones a encarar, el canciller uruguayo señaló que se intentará una nueva negociación con Argentina, incluso a nivel de la Comisión Binacional, aunque reconoció que "no es el único problema del Río de la Plata". Finalmente observó que el problema encierra "grandes intereses económicos", pero dijo que existe "mucha comprensión y excelentes relaciones" con Argentina.

920936 2
01-01

Nº. DOCUMENTO 9209363

TITULO CUBA INTERNACIONAL/ESTADOS UNIDOS.-

PROCEDENCIA CA

FECHA DE 05/10/92

VINCULACIONES CA

SERV. EEUU

65674 11164

11399

01-08

02 9209363

03

9209363

04

9209363

05

92 09363

06

9209363

07

9209363

08-08 5209363

Terrorismo Internacional : IRAK, IRAN OLP

13/8/92

IRAK - [illegible]
IRAN - [illegible]
OLP - [illegible]
SUDAN - [illegible]
FP - [illegible]
FM - [illegible]

DOC. EN SU TOTALIDAD POCO LEGIBLE.

01/24

9209364

M.D.N.

D.G.I.D.

SUB-DCCION

051630OCT92

SEÑOR SUB-DIRECTOR DE EXTERIOR DE LA DGID:

Remito a usted para su conocimiento los FAX adjuntos a sus efectos.-

Saluda a usted atentamente

[illegible] de Interior de la DGID

Coronel

Hector H. Lluis

(Sello: Ministerio de Defensa Nacional – Dirección General de Información de Defensa – Sub Director – República O. del Uruguay)

9209364

03

9209364

04

9209364

92 09364

OS

06

9209364

07

9209364

09

92093364

10

9209364

11

9209364

9209364

13

9209364

14

5209364

15 9209364

16

92093401

17

92093P4

20

92 09364

21

9209364

22

9209364

22 (A)

9209364

22(m) 9209364

3209364

9209364

24/24

9209365

ORIGINAL

ARCHIVO

/ 2

05 octubre de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920527 /S.O.E.

I.- ASUNTO OP. SOLIS - Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO

II.- REFERENCIA

III.- T E X T O

Se tomó conocimiento que el causante viajó a la ciudad de Madrid (ESPAÑA) el día SAB03OCT92, egresando del País por el Aeropuerto Internacional de Carrasco (A.I.C.) en el vuelo 6900 de IBERIA, a las 1930 horas el cual hacía escala en EZEIZA (Bs. As.). Se adjuntan las tarjetas de embarque (fotocopias) del SUJETO y demás pasajeros en la mencionada empresa.

De las operaciones realizadas durante el período comprendido entre el 24SET92 y el 02OCT92, surge que:

- el SUJETO se desplaza en el vehículo matrícula 207.008 (Montevideo). Según datos proporcionados por Policía de Tránsito el mismo pertenece a la esposa del causante: Nelly Graciela JORGE, con domicilio en Missouri 1517, tratándose de un VW/72 color verde oliva, posee baca y presenta abolladura en el guardabarros izquierdo trasero.
- concurrió al Local Central del MLN-T en el referido vehículo / los días JUE24SET, VIE25SET y VIE02OCT92 (P.V.Nos.01, 02 y 07)
- en Nimes 1671 bis fue detectado el vehículo matrícula 115.770 (Montevideo) el que sería conducido por el sobrino del SUJETO, Eduardo VARELA FERNANDEZ. El mismo presenta estado de abandono observándose que no ha sido usado en un lapso considerable y / se encuentra estacionado frente a la finca señalada.
- la madre del causante fue dada de alta del Hospital Italiano / el día MIE23SET92 y estaría residiendo en Nimes 1671 bis, lo cual aún no se ha podido confirmar. Se destaca que el SUJETO no fue detectado en esta zona durante el período de vigilancia.
- su esposa fue detectada conduciendo el vehículo matrícula 207.008 el día LUN28SET92, oportunidad que se dirigió al Liceo Nº10 ubicado en Chamizo y Av.Italia donde permaneció 1h 25min.(P.V. Nº 04)

001/031 - 9209365

- en el período de vigilancia no se detectó la presencia de los hijos del SUJETO en Missouri 1517, por otra parte la esposa / fue detectada acompañada en varias oportunidades por quien se trataría de la suegra del causante.
- finalmente cabe destacar que el SUJETO conduce el vehículo a una velocidad de 40 Km/h, volcado siempre que sea posible a la derecha, utilizando vías rápidas para su desplazamiento de lo cual surge la necesidad de mantener contínuos relevos en el / seguimiento, ya que tal actitud resulta difícil de determinar si se trata de prudencia y/o medidas de Contra-seguimiento.

IV.- DISTRIBUCION: Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III (CP) - Archivo

... TERNACIONAL E/D
INTERNATIONAL E/D CARD

ELEUTERIO FERNÁNDEZ HUIDOBRO

Apellido de soltera (Maiden name)

14 — 3 — 1942

MONTEVIDEO URUGUAY

URUGUAYO - ESPAÑOL

PERIODISTA

MISSOURI 1517 - MONTEVIDEO

MADRID - ESPAÑA

MISSOURI 1517

Z-138-139

MONTEVIDEO URUGUAY

Eleuterio Fernández

CONTENIDO POCO LEGIBLE

9/8/93 — 6900

003

-9209365

---

1. Nombre y apellido (En letras de molde) / Name in full (Please print): Sr. (Mr.) / Sra. (Mrs.) ELEUTERIO FERNÁNDEZ HUIDOBRO

Apellido de soltera (Maiden name)

Srta. (Miss)

2. Fecha de nacimiento (Date of birth): 14 Día (Day) 3 Mes (Month) 1942 Año (Year)
3. Lugar de nacimiento (Place of birth): MONTEVIDEO URUGUAY
4. Nacionalidad (Nationality): URUGUAYO - ESPAÑOL
5. Ocupación (Occupation): PERIODISTA
6. Dirección habitual (Home address): MISSOURI 1517 - MONTEVIDEO
7. Pasajeros que llegan-Puerto de embarque (For arriving passengers-Port of embarkation) / Pasajeros que salen-Puerto de desembarque (For passengers leaving-Port of disembarkation): MADRID - ESPAÑA
8. Pasajeros que llegan-Dirección prevista (For arriving passengers-Intended address) / Pasajeros que salen-Ultima Dirección (For passengers leaving-Last address): MISSOURI 1517
9. Número del pasaporte (Passport Number): Z-138-139
10. Lugar y fecha de expedición (Place and date of issue): MONTEVIDEO URUGUAY

Eleuterio Fernández

Firma del pasajero (Signature of passenger)

(EXCLUSIVAMENTE PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-1.042 PRINTED IN SPAIN

004

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Sra. / Srta. { Mr. / Mrs. / Miss.
PASTOR (Apellido) (Surname)
TEJERA (Apellido de soltera) (Maiden name)
OLGA (Nombre) (Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 15 (Día) (Day) 07 (Mes) (Month) 39 (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: SAN JOSE
4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAYA
5. Ocupación / Occupation: AMA DE CASA
6. Dirección permanente / Permanent address: ARTIGAS 662 LIBERTAD URUGUAY
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number: 13.220.674

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

PARTES POCO LEGIBLES

-9209365

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

En letra de molde (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss.
BROVETTO
(Apellido) (Surname)
JORGE
(Apellido de soltera) (Maiden name)
(Nombre) (Given name)
Fecha de nacimiento / Date of birth: 14 02 933
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
Lugar de nacimiento / Place of birth: MONTEVIDEO
Nacionalidad / Nationality: URUGUAYO
5. Ocupación / Occupation: RECTOR UNIV. DE LA REPUBLICA
6. Dirección permanente / Permanent address: FCO. J. MUÑOZ 3323
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: MADRID
8. Número del pasaporte / Passport number: 3 5007

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. En letra de molde (Please print)
Mrs. / Miss.
BRUETTO
(Apellido) (Surname)
GELABERT MAS
(Apellido ~~de soltera~~) (~~Maiden name~~)
ANTONIA
(Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 1 4 34
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: ESPAÑA
4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAY
5. Ocupación / Occupation: ING. QUIMICA
6. Dirección permanente / Permanent address: FCO MUÑOZ 3323
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number: B 115995

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

005 PAIRS BCO LEGIBLES · 9209365

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss.
RIVERA
(Apellido) (Surname)
RODRIGUEZ
(Apellido de soltera) (Maiden name)
ENRIQUE
(Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 01 02 [illegible]
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: BROOKLYN [illegible]
4. Nacionalidad / Nationality: AMERICANA
5. Ocupación / Occupation: [illegible]
6. Dirección permanente / Permanent address: PUERTO RICO
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number: [illegible]

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss.
de Castro
(Apellido) (Surname)
CARDOSO
(Apellido de soltera) (Maiden name)
ANA INES
(Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 9 4 1941
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: Maldonado
4. Nacionalidad / Nationality: Uruguaya
5. Ocupación / Occupation: Labores
6. Dirección permanente / Permanent address: Tte Botto 1791
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number: B 14653 1

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

DOC. POCO LEGIBLE 9209365

DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

(En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss. MUSSMAN
(Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
HARRY CHARLES
(Nombre) (Given name)
Fecha de nacimiento / Date of birth 15 12 29
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
Lugar de nacimiento / Place of birth USA
Nacionalidad / Nationality USA
Ocupación / Occupation FUNCIONARIO DEL GOBIERNO
Dirección permanente / Permanent address EMB. AMERICANA, ROMA
Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation
Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation ROMA
Número del pasaporte / Passport number 900222128

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA
TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss PERKINS
(Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
RICHARD JOHN
(Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth 25 4 36
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth WATFORD G.B
4. Nacionalidad / Nationality GRAN BRETAÑA
5. Ocupación / Occupation CD / ONU
6. Dirección permanente / Permanent address FAO, ROMA ITALIA
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number 700105244

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

007 -9209365

INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

(En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss. ABALDE
(Apellido) (Surname)
COME
(Apellido de soltera) (Maiden name)
MARIA LUISA
(Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth 01 08 1938
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth PONTEVEDRA - ESPAÑA
4. Nacionalidad / Nationality ESPAÑOLA
5. Ocupación / Occupation LABORES
6. Dirección permanente / Permanent address BOCO 1366
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation MAD
8. Número del pasaporte / Passport number 688.270

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

TARJETA INTERNACIONAL E/D
INTERNATIONAL E/D CARD

1. Nombre y apellido (En letras de molde) / Name in full (Please print) Sr. (Mr.) LOTHAR / Sra. (Mrs.) RICHTER / Apellido de soltera (Maiden name) / Srta. (Miss)
2. Fecha de nacimiento (Date of birth) 17 12 1942 Día (Day) Mes (Month) Año (Year)
3. Lugar de nacimiento (Place of birth) SPEHBURG-WEBER
4. Nacionalidad (Nationality) FRANÇAISE
5. Ocupación (Occupation) [illegible]
6. Dirección habitual (Home address) 14 Bd du Jardin Zoologique 13004 MARSEILLE
7. Pasajeros que llegan-Puerto de embarque (For arriving passengers-Port of embarkation) / Pasajeros que salen-Puerto de desembarque (For passengers leaving-Port of disembarkation) CARRASCO - MONTEVIDEO
8. Pasajeros que llegan-Dirección prevista (For arriving passengers-intended address) / Pasajeros que salen-Ultima Dirección (For passengers leaving-Last address) Marseille
9. Número del pasaporte (Passport Number) 91DT 61671
10. Lugar y fecha de expedición (Place and date of issue) MARSEILLE - 13/05/1991

x [signature]
Firma del pasajero (Signature of passenger)

(EXCLUSIVAMENTE PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-1.042 PRINTED IN SPAIN

008 -9209365

TARJETA INTERNACIONAL E/D
INTERNATIONAL E/D CARD

1. Nombre y apellido (En letras de molde) / Name in full (Please print) — Sr. (Mr.) / Sra. (Mrs.) EUGENIE BALZAC — Apellido de soltera (Maiden name) — Srta. (Miss) HODAN
2. Fecha de nacimiento (Date of birth) 26 Día (Day) 12 Mes (Month) 1938 Año (Year)
3. Lugar de nacimiento (Place of birth) Bielezani - Pologne
4. Nacionalidad (Nationality) Française
5. Ocupación (Occupation) Ama de casa
6. Dirección habitual (Home address) 14 Bd Jeanne d'Arc 13004 - Marseille
7. Pasajeros que llegan-Puerto de embarque (For arriving passengers-Port of embarkation) Carrasco
   Pasajeros que salen-Puerto de desembarque (For passengers leaving-Port of disembarkation) Montevideo
8. Pasajeros que llegan-Dirección prevista (For arriving passengers-Intended address) Marseille
   Pasajeros que salen-Ultima Dirección (For passengers leaving-Last address) Française
9. Número del pasaporte (Passport Number) 87LF 67 863.
10. Lugar y fecha de expedición (Place and date of issue) Marseille - 17/12/87.

x Balzac
Firma del pasajero (Signature of passenger)

(EXCLUSIVAMENTE PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

17A

IB-1.042 PRINTED IN SPAIN

IBERIA LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
   Sr. / Sra. / Srta. — Mr. / Mrs. / Miss. Müller (Apellido) (Surname)
   (Apellido de soltera) (Maiden name)
   Bernd (Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth 03 (Día) (Day) 10 (Mes) (Month) 44 (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth Bad Landeck
4. Nacionalidad / Nationality Alemán
5. Ocupación / Occupation profesor
6. Dirección permanente / Permanent address Gottesmannstr. 33, 851 [illegible]
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation [illegible]
8. Número del pasaporte / Passport number 9073016738

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

009 -9209365

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
   Sr. / Sra. / Srta. — Mr. / Mrs. / Miss. Arriaga (Apellido) (Surname)
   (Apellido de soltera) (Maiden name)
   Estanislaa (Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth 7 (Día) (Day) V (Mes) (Month) 1907 (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth Arazuri
4. Nacionalidad / Nationality España
5. Ocupación / Occupation Religiosa
6. Dirección permanente / Permanent address Asensio Cabanillas 8
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number 72083

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-

IBERIA LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
   Sr. / Sra. / Srta. — Mr. / Mrs. / Miss. GOÑI HUICI (Apellido) (Surname)
   (Apellido de soltera) (Maiden name)
   MARIA SAGRARIO (Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth 22 (Día) (Day) 03 (Mes) (Month) 1944 (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth PAMPLONA
4. Nacionalidad / Nationality ESPAÑOLA
5. Ocupación / Occupation DOCENTE
6. Dirección permanente / Permanent address Ada Millán 3950 Montevideo
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number Z444073

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

010 -9209365

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

(En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. · Sra. / Mrs. · Srta. / Miss.
Bodtke (Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
Judith (Nombre) (Given name)
Fecha de nacimiento / Date of birth: 10 (Dia) (Day) 9 (Mes) (Month) 56 (Año) (Year)
Lugar de nacimiento / Place of birth: Phila, Penn USA
Nacionalidad / Nationality: American
Ocupación / Occupation: Secretary
5. Dirección permanente / Permanent address: Via Prenestina 376 Rome
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: Montevideo
8. Número del pasaporte / Passport number: E1712623

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-2

IBERIA LINEAS AEREAS DE ESPAÑA
TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. · Sra. / Mrs. · Srta. / Miss.
MACKIN-LAZZARO (Apellido) (Surname)
MACKIN (Apellido de soltera) (Maiden name)
ANN DENSE (Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 09 (Dia) (Day) 02 (Mes) (Month) 1946 (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: WHISTON, UK
4. Nacionalidad / Nationality: BRITISH
5. Ocupación / Occupation: SECRETARY
6. Dirección permanente / Permanent address: Via Annia Faustina 15
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number: C 586318 D

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

011

-9209365

IBERIA LINEAS AEREAS DE ESPAÑA
TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

(En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. · Sra. / Mrs. · Srta. / Miss.
REYNA (Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
DANILO (Nombre) (Given name)
Fecha de nacimiento / Date of birth: 24 (Dia) (Day) NOV. (Mes) (Month) 1953 (Año) (Year)
Lugar de nacimiento / Place of birth: REP. DOMINICANA
Nacionalidad / Nationality: DOMINICANO
Ocupación / Occupation: INTERPRETE
Dirección permanente / Permanent address: Via V. FIORINI, 44 ROMA
Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: MADRID
Número del pasaporte / Passport number: 2122504

(SOLO PARA USO OFICIAL)

IBERIA LINEAS AEREAS DE ESPAÑA
TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. · Sra. / Mrs. · Srta. / Miss.
RUIZ DE GALARRETA (Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
ASCENSION (Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 18 (Dia) (Day) 05 (Mes) (Month) 1936 (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: LOS ARCOS (NA)
4. Nacionalidad / Nationality: ESPAÑOLA
5. Ocupación / Occupation
6. Dirección permanente / Permanent address
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: MAD
8. Número del pasaporte / Passport number: 5687757

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

012

-9209365

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss. — SARUKHAN
(Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
JOSE
(Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth — 15 07 40
(Día) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth — MEXICO
4. Nacionalidad / Nationality — MEXICANO
5. Ocupación / Occupation — BIOLOGO
6. Dirección permanente / Permanent address — CENTENARIO 28 MEXICO DF
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation; Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation — MONTERREY
8. Número del pasaporte / Passport number — MH 37582

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY) — 17A

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss. — SARUKHAN
(Apellido) (Surname)
CASAN TJANA
(Apellido de soltera) (Maiden name)
ADELAIDA
(Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth — 29 05 41
(Día) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth — MEXICO
4. Nacionalidad / Nationality — MEXICANA
5. Ocupación / Occupation — BIOLOGA
6. Dirección permanente / Permanent address — CENTENARIO 28
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation; Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation — MOREA
8. Número del pasaporte / Passport number — 35297

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY) — 17A

IB-249

013 -9209365

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss. — MUÑICO
(Apellido) (Surname)
Sanchez Agudo
(Apellido de soltera) (Maiden name)
(Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth — 28/2/92
(Día) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth — Vadillo de la sierra
4. Nacionalidad / Nationality — (España)
5. Ocupación / Occupation — Italiana
6. Dirección permanente / Permanent address — FAO Piramide Cestia 1
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation; Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number — 083467

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

(En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss. — ECHEZARRETA
(Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
JOSE
(Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth — 11 09 1944
(Día) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth — ANDOAIN
4. Nacionalidad / Nationality — ESPAÑOLA
5. Ocupación / Occupation
6. Dirección permanente / Permanent address
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation; Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation — MAD
8. Número del pasaporte / Passport number — 451/89

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

01 -9209365

014

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA
TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss.
AUGOUSTIS (Apellido) (Surname)
TOSUS (Apellido de soltera) (Maiden name)
MARIA LUISA (Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 19 (Dia) (Day) 8 (Mes) (Month) 36 (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: MONTEVIDEO - URUGUAY
4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAYA
5. Ocupación / Occupation: LABORES
6. Dirección permanente / Permanent address: TALCAHUANO 3368
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: ATENAS
8. Numero del pasaporte / Passport number: E 065385

TARJETA INTERNACIONAL E/D
INTERNATIONAL E/D CARD

1. Nombre y apellido (En letras de molde) / Name in full (Please print): Sr. (Mr.) ERNESTO GIUNTOLI MOLINARI — Sra (Mrs.) — Apellido de soltera (Maiden name) — Srta (Miss)
2. Fecha de nacimiento (Date of birth): 19 Día (Day) 04 Mes (Month) 90 Año (Year)
3. Lugar de nacimiento (Place of birth): MONTEVIDEO
4. Nacionalidad (Nationality): URUGUAYO
5. Ocupación (Occupation): —
6. Dirección habitual (Home address): [illegible]
7. Pasajeros que llegan-Puerto de embarque (For arriving passengers-Port of embarkation) / Pasajeros que salen Puerto de desembarque (For passengers leaving-Port of disembarkation): MADRID
8. Pasajeros que llegan-Dirección prevista (For arriving passengers-Intended address) / Pasajeros que salen Ultima Dirección (For passengers leaving-Last address): Dirección habitual
9. Número del pasaporte (Passport Number): B 299179
10. Lugar y fecha de expedición (Place and date of issue): 17/09/92 MONTEVIDEO
NO FIRMA
Firma del pasajero (Signature of passenger)
(EXCLUSIVAMENTE PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)
[stamp: 0 5 OCT 1992 SALIDA 6]

IB-1.042 PRINTED IN SPAIN
015 -9209365

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA
TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

(En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss.
KOPL (Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
MARIA DE LOS ANGELES (Nombre) (Given name)
Fecha de nacimiento / Date of birth: 13 (Dia) (Day) 12 (Mes) (Month) 53 (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: MVD -
4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAYA -
5. Ocupación / Occupation
6. Dirección permanente / Permanent address
Pasajeros que llegan: puerto de embarque / embarkation: EZE

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA
TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss.
REAL (Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
DANIEL (Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 21 (Dia) (Day) 1 (Mes) (Month) 1986 (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: MVD -
4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAYA -
5. Ocupación / Occupation
6. Dirección permanente / Permanent address
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: EZE
8. Número del pasaporte / Passport number: B 115541
(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249
016 -9209365

IBERIA LÍNEAS AÉREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

(En letra de molde) (Please print)

Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss.

MOLINARI CHIARINO (Apellido) (Surname)

(Apellido de soltera) (Maiden name)

LORELEY (Nombre) (Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 25 (Día) (Day) 10 (Mes) (Month) 958 (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth: MONTEVIDEO

4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAYA

5. Ocupación / Occupation: CONTADOR PUBLICO

6. Dirección permanente / Permanent address: [illegible]

7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation
Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation — MADRID

8. Número del pasaporte / Passport number: B 299182

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

IBERIA LÍNEAS AÉREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)

Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss.

ALVAREZ TAURIÑO (Apellido) (Surname)

(Apellido de soltera) (Maiden name)

NESTOR FRANCISCO (Nombre) (Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 28 (Día) (Day) 10 (Mes) (Month) 65 (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth: TACUAREMBO

4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAYO

5. Ocupación / Occupation: EMPLEADO

6. Dirección permanente / Permanent address: CNO REPETTO 4024 - MONTEVIDEO

7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation
Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation

8. Número del pasaporte / Passport number: B 175.122

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

017 -9209365

TARJETA INTERNACIONAL E/D
INTERNATIONAL E/D CARD

1. Nombre y apellido (En letras de molde) / Name in full (Please print)
Sr. (Mr.) RICARDO GIUNTOLI DARELLI
Sra. (Mrs.)
Apellido de soltera (Maiden name)
Srta. (Miss)

2. Fecha de nacimiento (Date of birth): 7 Día (Day) 3 Mes (Month) 1961 Año (Year)

3. Lugar de nacimiento (Place of birth): MONTEVIDEO

4. Nacionalidad (Nationality): URUGUAYO

5. Ocupación (Occupation): ANALISTA PROGRAMADOR

6. Dirección habitual (Home address): Estanislao López 4716 apto 104

7. Pasajeros que llegan-Puerto de embarque (For arriving passengers-Port of embarkation)
Pasajeros que salen-Puerto de desembarque (For passengers leaving-Port of disembarkation): MADRID

8. Pasajeros que llegan-Dirección prevista (For arriving passengers-intended address)
Pasajeros que salen-Ultima Dirección (For passengers leaving-Last address): Dirección habitual

9. Número del pasaporte (Passport Number): B 299181

10. Lugar y fecha de expedición (Place and date of issue): MONTEVIDEO 17/09/92

Firma del pasajero (Signature of passenger): [signature]

(EXCLUSIVAMENTE PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-1042 PRINTED IN SPAIN

TARJETA INTERNACIONAL E/D
INTERNATIONAL E/D CARD

1. Nombre y apellido (En letras de molde) / Name in full (Please print)
Sr. (Mr.)
Sra. (Mrs.)
Apellido de soltera (Maiden name)
Srta. (Miss) VICTORIA GIUNTOLI MOLINARI

2. Fecha de nacimiento (Date of birth): 21 Día (Day) 7 Mes (Month) 87 Año (Year)

3. Lugar de nacimiento (Place of birth): MONTEVIDEO

4. Nacionalidad (Nationality): URUGUAYA

5. Ocupación (Occupation): —

6. Dirección habitual (Home address): [illegible]

7. Pasajeros que llegan-Puerto de embarque (For arriving passengers-Port of embarkation)
Pasajeros que salen-Puerto de desembarque (For passengers leaving-Port of disembarkation): MADRID

8. Pasajeros que llegan-Dirección prevista (For arriving passengers-intended address)
Pasajeros que salen-Ultima Dirección (For passengers leaving-Last address): Dirección habitual

9. Número del pasaporte (Passport Number): B 299180

10. Lugar y fecha de expedición (Place and date of issue): MONTEVIDEO 17/09/92

Firma del pasajero (Signature of passenger): NO FIRMA

(EXCLUSIVAMENTE PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-1042 PRINTED IN SPAIN -9209365

015

PARTES POCO LEGIBLES

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

(En letra de molde)
(Please print)
Sr. / Mr. Sra. / Mrs. Srta. / Miss. RODRIGUEZ
(Apellido)
(Surname)

(Apellido de soltera)
(Maiden name)
MARIA
(Nombre)
(Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth 3/12/50
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth ESPAÑA
4. Nacionalidad / Nationality ESPAÑOLA
5. Ocupación / Occupation LABORES
6. Dirección permanente / Permanent address SALARI 3423
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number 9708/88

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde)
(Please print)
Sr. / Mr. Sra. / Mrs. Srta. / Miss. MAGNONE
(Apellido)
(Surname)

(Apellido de soltera)
(Maiden name)
JULIO CESAR
(Nombre)
(Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth 19 NOV 1935
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth URUGUAY
4. Nacionalidad / Nationality URUGUAYO
5. Ocupación / Occupation OBRERO
6. Dirección permanente / Permanent address MONTEVIDEO
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation GINEBRA
8. Número del pasaporte / Passport number B 268060

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

DOC POCO LEGIBLE

019

-9209365

DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

(En letra de molde)
(Please print)
Sr. / Mr. Sra. / Mrs. Srta. / Miss. GONZALEZ
(Apellido)
(Surname)

(Apellido de soltera)
(Maiden name)
SERGIO
(Nombre)
(Given name)

Fecha de nacimiento / Date of birth 13 3 57
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)

Lugar de nacimiento / Place of birth MONT
Nacionalidad / Nationality URUG
Ocupación / Occupation
Dirección permanente / Permanent address
Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation MAD
Número del pasaporte / Passport number B 300.525

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde)
(Please print)
Sr. / Mr. Sra. / Mrs. Srta. / Miss. BARRIENTOS
(Apellido)
(Surname)

(Apellido de soltera)
(Maiden name)
CRISTINA
(Nombre)
(Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth 8 9 58
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth SALTO
4. Nacionalidad / Nationality URUG
5. Ocupación / Occupation
6. Dirección permanente / Permanent address
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation MAD
8. Número del pasaporte / Passport number B 300.526

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

020

-9209365

LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss. — ORONS (Apellido) (Surname)

(Apellido de soltera) (Maiden name)

JUAN (Nombre) (Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 6-12-71 (Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth: MONTEVIDEO
4. Nacionalidad / Nationality: ORIENTAL
5. Ocupación / Occupation: EMPLEADO
6. Dirección permanente / Permanent address: CHAPIZO 4074 MONT. URUGUAY
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: 1
8. Número del pasaporte / Passport number: 783280

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss. — Irazoqui (Apellido) (Surname)

(Apellido de soltera) (Maiden name)

Graciela (Nombre) (Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 18 1 44 (Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth: Montevideo
4. Nacionalidad / Nationality: Uruguaya
5. Ocupación / Occupation: Labores
6. Dirección permanente / Permanent address: Marco Bruto 1461
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: Ezeiza
8. Número del pasaporte / Passport number: B 104017

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

PARTES POCO LEGIBLE

021

-9209365

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss. — VALENTONE (Apellido) (Surname)

(Apellido de soltera) (Maiden name)

LAURA (Nombre) (Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 02 05 1957 (Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth: MONTEVIDEO - URUGUAY
4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAYA
5. Ocupación / Occupation: PROCURADORA
6. Dirección permanente / Permanent address: PAYSANDU 840/201
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: MADRID
8. Número del pasaporte / Passport number: B 300639

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss. — FERREIRA CUELLO (Apellido) (Surname)

(Apellido de soltera) (Maiden name)

HECTOR ABDON (Nombre) (Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 30 6 1929 (Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth: COLONIA
4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAYO
5. Ocupación / Occupation: JUBILADO
6. Dirección permanente / Permanent address: SANTIAGO RIVAS 1686#202
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation:
8. Número del pasaporte / Passport number: B 220398

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

PARTES POCO LEGIBLES

022

-9209365

TARJETA INTERNACIONAL E/D
INTERNATIONAL E/D CARD

Nombre y apellido (En letras de molde) / Name in full (Please print): Sr. (Mr.) / Sra. (Mrs.) / Srta. (Miss) — MERCEDES PEREZ — Apellido de soltera (Maiden name)

Fecha de nacimiento (Date of birth): Día (Day) 11 — Mes (Month) 08 — Año (Year) 56

Lugar de nacimiento (Place of birth): MONTEVIDEO

Nacionalidad (Nationality): URUGUAYA

5. Ocupación (Occupation): EMPLEADA

6. Dirección habitual (Home address): AVDA URUGUAY 1505/802

7. Pasajeros que llegan-Puerto de embarque (For arriving passengers-Port of embarkation) / Pasajeros que salen-Puerto de desembarque (For passengers leaving-Port of disembarkation): MADRID

8. Pasajeros que llegan-Dirección prevista (For arriving passengers-Intended address) / Pasajeros que salen-Ultima Dirección (For passengers leaving-Last address): URUGUAY 1505/802 MVDEO

9. Número del pasaporte (Passport Number): 010692

10. Lugar y fecha de expedición (Place and date of issue): MONTEVIDEO 9/9/92.

Firma del pasajero (Signature of passenger)

(EXCLUSIVAMENTE PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

... SPAIN

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss.
PASTOR ...LLO (Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
MANUEL FERMIN (Nombre) (Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 28 (Dia) (Day) 07 (Mes) (Month) 36 (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth: SAN VICENTE DEL RASPEI(G)

4. Nacionalidad / Nationality: ESPAÑOL

5. Ocupación / Occupation: EMPRESARIO

6. Dirección permanente / Permanent address: ARTIGAS 663 LIBERTAD URUGUAY

7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation:

8. Número del pasaporte / Passport number: 509582

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

023

-9209365

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

(En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss.
AUGOUSTIS (Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
STELIOS (Nombre) (Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 3 (Dia) (Day) 12 (Mes) (Month) 33 (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth: SAMOS - GRECIA

4. Nacionalidad / Nationality: C. L. URUGUAYO

5. Ocupación / Occupation: INDUSTRIAL

6. Dirección permanente / Permanent address: TALCAHUANO 3368

7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: ATENAS

8. Número del pasaporte / Passport number: A 257984

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss.
DELEO (Apellido) (Surname)
HAS (Apellido de soltera) (Maiden name)
MARIA CLOTILDE. (Nombre) (Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 25 octubre 1943 (Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth: MONTEVIDEO.

4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAYA.

5. Ocupación / Occupation: EMPLEADA.

6. Dirección permanente / Permanent address: 98 días

7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: MAD

8. Número del pasaporte / Passport number: 234292

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

024

-9209365

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

(En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss. — SOSA (Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
JULIO (Nombre) (Given name)
2 Fecha de nacimiento / Date of birth: 31 (Dia) (Day) 5 (Mes) (Month) 42 (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: CERRO LARGO
4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAY
5. Ocupación / Occupation: EMPLEADO
6. Dirección permanente / Permanent address: SALAZÍ 3423
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: EL CAZ
8. Número del pasaporte / Passport number: B 183 541

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss. — RODRIGUEZ VEK (Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
HUGO HUMBERTO (Nombre) (Given name)
2 Fecha de nacimiento / Date of birth: 1º (Dia) (Day) FEBRERO (Mes) (Month) 1923 (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: Dpto. de FLORES-URUGUAY
4. Nacionalidad / Nationality: ORIENTAL
5. Ocupación / Occupation: PERIODISTA
6. Dirección permanente / Permanent address: MONTEVIDEO - URUGUAY
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number: B 037561

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

025

-9209365

LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss. — ROMANIELLO (Apellido) (Surname)
ROMANIELLO (Apellido de soltera) (Maiden name)
GABRIELA (Nombre) (Given name)
2 Fecha de nacimiento / Date of birth: 16 (Dia) (Day) 05 (Mes) (Month) 62 (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: Montevideo, URUGUAY
4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAYA
5. Ocupación / Occupation: ECONOMISTA
6. Dirección permanente / Permanent address: Caballero 1706/801
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number: B 3712

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

249

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss. — ANTUNEZ (Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
AGUSTIN (Nombre) (Given name)
2 Fecha de nacimiento / Date of birth: 30 (Dia) (Day) 12 (Mes) (Month) 1917 (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: Cerro Largo
4. Nacionalidad / Nationality: Uruguaya
5. Ocupación / Occupation: Jubilado
6. Dirección permanente / Permanent address: Gral. Roletti 3215
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number: B. 298628

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

-9209365

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA
TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

(En letra de molde)
(Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss.: CENTRONE
(Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
ALBERTO
(Nombre) (Given name)
2 Fecha de nacimiento / Date of birth: 16 02 57
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: MONTEVIDEO
4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAY
5. Ocupación / Occupation: IMPORTADOR
6. Dirección permanente / Permanent address: SALARI 3423
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: GEVA
8. Número del pasaporte / Passport number: B 184 540
(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)
IB-249

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA
TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss.: VELEO
(Apellido) (Surname)
MAS
(Apellido de soltera) (Maiden name)
BEATRIZ VELEO
(Nombre) (Given name)
2 Fecha de nacimiento / Date of birth: 26 MAYO 1940
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: MONTEVIDEO
4. Nacionalidad / Nationality: Republica ORIENTAL URUGUAY
5. Ocupación / Occupation: EMPLEADA
6. Dirección permanente / Permanent address: 198 VIAS
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation: MAD
8. Número del pasaporte / Passport number: B 182779
(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)
IB-249

-9209363

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA
TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss.: DELGADO
(Apellido) (Surname)
SALVETTI
(Apellido de soltera) (Maiden name)
HECTOR
(Nombre) (Given name)
2 Fecha de nacimiento / Date of birth: 10 10 1958
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: MONTEVIDEO

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA
TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. — Sra. / Mrs. — Srta. / Miss.: Pietrafesa
(Apellido) (Surname)
Borges
(Apellido de soltera) (Maiden name)
Carlos
(Nombre) (Given name)
2 Fecha de nacimiento / Date of birth: 23/VII/1926
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: Montevideo
4. Nacionalidad / Nationality: Uruguay
5. Ocupación / Occupation: abogado
6. Dirección permanente / Permanent address: R. Perú 1089
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation / Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation
8. Número del pasaporte / Passport number: B-236394
(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)
249

-9209365

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. · Sra. / Mrs. · Srta. / Miss.
DELGADO (Apellido) (Surname)
SALVETTI (Apellido de soltera) (Maiden name)
HECTOR (Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 10 10 1958 (Dia)(Day) (Mes)(Month) (Año)(Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: MONTEVIDEO
4. Nacionalidad / Nationality: URUGUAYO
5. Ocupación / Occupation: PSICOLOGO
6. Dirección permanente / Permanent address: ARAPEY 1267 (BIS)
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation; Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers leaving: port of disembarkation: Bs As
8. Número del pasaporte / Passport number: B 294.522

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. · Sra. / Mrs. · Srta. / Miss.
GUTIERREZ DA (Apellido) (Surname)
SILVA (Apellido de soltera) (Maiden name)
GRACIELA (Nombre) (Given name)
2. Fecha de nacimiento / Date of birth: 21-1-52 (Dia)(Day) (Mes)(Month) (Año)(Year)
3. Lugar de nacimiento / Place of birth: MONTEVIDEO
4. Nacionalidad / Nationality: ORIENTAL
5. Ocupación / Occupation: ESTUDIANTE
6. Dirección permanente / Permanent address: MIGUEL BARREIRO 3285
7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation; Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers leaving: port of disembarkation: Idem
8. Número del pasaporte / Passport number: B 294.451

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

029 9209365

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

(En letra de molde) (Please print)
Sr. / Mr. · Sra. / Mrs. · Srta. / Miss.
Muzio Lladó (Apellido) (Surname)
(Apellido de soltera) (Maiden name)
Juan Antonio (Nombre) (Given name)
Fecha de nacimiento / Date of birth: 3/12/41 (Dia)(Day) (Mes)(Month) (Año)(Year)
Lugar de nacimiento / Place of birth: Rocha - Uruguay
Nacionalidad / Nationality: Uruguayo
Ocupación / Occupation: Ing. Agrónomo
Dirección permanente / Permanent address: General Artigas N° 141 - Rocha
Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation; Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers leaving: port of disembarkation
Número del pasaporte / Passport number: B 294852

(SOLO PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-249

TARJETA INTERNACIONAL E/D
INTERNATIONAL E/D CARD

1. Nombre y apellido (En letras de molde) / Name in full (Please print)
Sr. (Mr.)
Sra. (Mrs.) MARIA SARA
ALVAREZ Apellido de soltera (Maiden name)
Srta. (Miss)
2. Fecha de nacimiento (Date of birth): 1 IV 1914 Dia (Day) Mes (Month) Año (Year)
3. Lugar de nacimiento (Place of birth): SAN JOSE
4. Nacionalidad (Nationality): URUGUAYA
5. Ocupacion (Occupation): LABORES
6. Dirección habitual (Home address): MONTEVIDEO
7. Pasajeros que llegan-Puerto de embarque (For arriving passengers-Port of embarkation); Pasajeros que salen-Puerto de desembarque (For passengers leaving-Port of disembarkation)
8. Pasajeros que llegan-Dirección prevista (For arriving passengers-Intended address); Pasajeros que salen-Ultima Direccion (For passengers leaving-Last address)
9. Número del pasaporte (Passport Number): 297042
10. Lugar y fecha de expedición (Place and date of issue): MONTEVIDEO - 12-3-1992

María Sara Alvarez
Firma del pasajero (Signature of passenger)

(EXCLUSIVAMENTE PARA USO OFICIAL) (FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB-1.042 PRINTED IN SPAIN

030 9209365

TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss. HERNANDEZ
(Apellido) (Surname)

(Apellido de soltera) (Maiden name)

Mary
(Nombre) (Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth 12 01 40
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth MONTEVIDEO

4. Nacionalidad / Nationality URUGUAYA

5. Ocupacion / Occupation ...LADA

6. Dirección permanente / Permanent address MISSISSIPI 1536 | 701 C

7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation MONTEVIDEO
Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation EZEIZA

8. Número del pasaporte / Passport number B 153118

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB - 249

IBERIA
LINEAS AEREAS DE ESPAÑA

TARJETA INTERNACIONAL
DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
INTERNATIONAL
EMBARKATION / DISEMBARKATION CARD

1. (En letra de molde) (Please print)
Sr. Mr. / Sra. Mrs. / Srta. Miss. SOSA
(Apellido) (Surname)

(Apellido de soltera) (Maiden name)

Carlos
(Nombre) (Given name)

2. Fecha de nacimiento / Date of birth 24 09 40
(Dia) (Day) (Mes) (Month) (Año) (Year)

3. Lugar de nacimiento / Place of birth SALTO

4. Nacionalidad / Nationality URUGUAYO

5. Ocupación / Occupation EMPLEADO

6. Dirección permanente / Permanent address MISSISSIPI 1536 701 | C

7. Pasajeros que llegan: puerto de embarque / For arriving passengers: port of embarkation MONTEVIDEO
Pasajeros que salen: puerto de desembarque / For passengers: leaving port of disembarkation EZEIZA

8. Número del pasaporte / Passport number B 153017

(SOLO PARA USO OFICIAL)
(FOR OFFICIAL USE ONLY)

IB - 249

031 | 031

9209365

LA NACION
29-4-92

Conferencia sobre drogas

BOLIVIA (AP).– Los jefes de los organismos anti drogas de los Estados Unidos y varios países latinoamericanos, europeos y de Asia iniciaron la búsqueda de medidas conjuntas para una represión más eficiente del narcotráfico.

El encuentro se realiza en la Décima Conferencia Internacional para el Control de las Drogas (IDEC), inaugurada ayer por el presidente de Bolivia, Jaime Paz Zamora.

La conferencia será presidida por el argentino Alberto Lestelle.

01/02 9209370

Nº DOC[illegible]

TITULO

LA MAÑANA

30-4-92

Bolivianos y chilenos unidos contra los narcotraficantes

LA PAZ. (EFE).- Bolivia y Chile sentaron las bases para una lucha conjunta contra el tráfico de estupefacientes al firmar un "memorándum de entendimiento", dentro de la décima Conferencia Internacional para el Control de Drogas (IDEC).

El subsecretario del Interior de Chile, Belisario Velasco, y el de Defensa Social de Bolivia, Gonzalo Torrico, firmaron el documento el martes en Santa Cruz, y pidieron a sus gobiernos la rápida suscripción de un acuerdo sobre prevención, control y represión del consumo indebido de estupefacientes.

Delegados de Chile y otros cuarenta países asisten a esta reunión, que el martes fue inaugurada en la ciudad oriental de Santa Cruz, a 903 kilómetros al sureste de la capital, para definir acciones conjuntas con el fin de controlar el tráfico de drogas.

Las dos naciones, que comparten una frontera de 975 kilómetros, suspendieron sus relaciones diplomáticas hace 26 años, con un breve paréntesis de tres (1975-1978) para intentar una solución a la demanda marítima boliviana. ■

02/02

9209370

9209371

ZERO HORA
30-4-92

11176 11353 11351
507482 11214 11352
11421 11229 11235
11233 11422 11663
11075 11511 11648

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

TÓXICO

Solventes substituem cola de sapateiro

☐A lei que dificulta a compra de cola levou traficantes a trocá-la por outros dois produtos igualmente perigosos

RENATO DORNELES

As dificuldades para a aquisição de cola de sapateiro surgidas a partir de projetos do legislativo gaúcho, que tenta evitar sua utilização como tóxico, no tradicional *Cheirinho de loló* (numa mistura com éter), fizeram com que os traficantes buscassem outros produtos para substituí-la. Na Vila Maria da Conceição, a solução encontrada pelos desempregados Júlio César Rodrigues da Silva, o *Velho*, 37 anos, e Paulo Roberto Garcia de Oliveira, 35, foi a revenda dos solventes teluol e telueno, dois dos componentes da própria cola, porém, bem mais prejudiciais à saúde do viciado. Segundo confessaram à polícia, eles estavam obtendo um lucro médio semanal de Cr$ 2 milhões com o tráfico desses químicos.

O produto estava sendo obtido por Júlio César e Paulo Roberto nas empresas Importadora Química Delaware, em Porto Alegre, Alquímica, de Esteio, e Liko Comércio de Produtos Químicos, de Novo Hamburgo. Das três, a única que ofereceu resistência à venda dos químicos foi a Alquímica, que exigiu um número de CGC, alegando que só negociava com empresas. Porém, Paulo Roberto ludibriou os vendedores, alegando que prestava serviços a uma fábrica de botões.

Entre os dias 4 de fevereiro e 20 de março, eles compraram 2.030 litros de teluol e telueno. Cada litro, em média, lhes custou Cr$ 1.350,00 e rendeu Cr$ 7 mil, na revenda a outros traficantes ou diretamente a viciados. Em um mês e meio, os dois desempregados obtiveram um lucro superior a Cr$ 11 milhões.

DESCOBERTA — A polícia chegou aos dois traficantes quase por acaso. Na semana passada, Neri Fernando Pinheiro, 22, ao sair da casa de Júlio com um galão de sete litros às costas, acabou se deparando com um inspetor da 11ª DP (Partenon). O rapaz, que comprara o solvente para revendê-lo em bisnaguinhas, se assustou e tentou embarcar apressadamente num ônibus, chamando a atenção do policial. Acabou detido e levado à delegacia.

Através de Neri, a equipe do inspetor René Delvaux chegou a Paulo Roberto, e seu sócio Júlio César, na Vila Maria da Conceição. Os dois foram ouvidos, e, segundo o delegado Carlos Renato da Rocha, poderão ser indiciados como traficantes, conforme a Lei de Tóxicos: "Embora não exista legislação que proíba o comércio desses dois solventes, a confirmação de que causam dependência física e psíquica os incluem entre os tóxicos", explicou o delegado.

Ronaldo Bernardi-Banco de Dados/ZH



Loló: *o problema dos meninos que cheiram cola de sapateiro com éter*

A droga preferida dos jovens pobres e dos meninos de rua

A cola de sapateiro, bem como seus componentes (entre os quais o tolueno, que estava sendo comercializado pelos desempregados Júlio César Rodrigues da Silva, e Paulo Roberto Garcia de Oliveira, na Vila Maria da Conceição) há muito tempo figura entre as drogas mais utilizadas, principalmente pelos jovens. Isso ficou comprovado numa pesquisa realizada em 1989 pelo Conselho Estadual de Entorpecentes, que apontou a cola como primeiro lugar na escala de consumo de substâncias que geram dependência.

Apontada, também, como a primeira experiência da maioria dos viciados, a cola de sapateiro, segundo estudos médicos, provocam, inicialmente, uma sensação de bem-estar, seguido de nauseas, vômito e dores abdominais. Em alguns casos, ocorrem lesões cerebrais, podendo até matar.

Vários projetos de leis, municipais e estaduais, foram criados por vereadores e deputados, tentando limitar a venda da cola de sapateiro, de forma a impedir que ela seja utilizada como tóxico por meninos de rua e moradores de vilas, cena comum nas grandes cidades brasileiras. O último projeto, apresentado pelo deputado Athos Rodrigues (PDT), em março passado, estabelece que a fabricação, comercialização e utilização de adesivos químicos que contenham em sua fórmula borracha sintética ou natural e solventes aromáticos, só serão permitidas no Estado se o produto for acrescido de agentes repulsivos, inofensivos à saúde e capazes de inibir sua utilização indevida.

9209371

01/01

R E S E R V A D O

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SUB-DIRECCION DE EXTERIOR
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
Montevideo, 5 de octubre de 1992

COPIA Nº

SUMARIO DE INFORMACION

PERIODO: DEL 07 DE SETIEMBRE AL 04 DE OCTUBRE DE 1992

T E M A R I O

9209374

I. AMERICA DEL SUR

A. ARGENTINA

1. FACTOR POLITICO

PROSPECCION PETROLERA EN PLATAFORMA DE ISLAS MALVINAS

A mediados de setiembre último, el gobierno británico anunció la decisión de autorizar a los kelpers a llamar a licitación para la prospección petrolera en áreas de la plataforma continental de las Islas MALVINAS. La licitación tendrá carácter de "abierta e internacional", y en este sentido el Ministro de Comercio y Tecnología de GRAN BRETAÑA, EDWARD LEIGH, dio garantía de que no habrá ningún tipo de discriminación contra las empresas argentinas que eventualmente se presenten a participar en ésta. Hasta finales de julio los kelpers se habían negado sistemáticamente a aceptar esta posibilidad, incluso en ese mismo mes habían preseleccionado directamente a las empresas SPECTRUM y GECO PRAKIA, de GRAN BRETAÑA y ESTADOS UNIDOS, respectivamente, que estaban dispuestas a invertir U$S 14 millones en los trabajos de prospección. Esta adjudicación por parte de los kelpers fue anulada posteriormente por la Cancillería británica.

La zona sujeta a prospección reúne a la Zona Interina de Conservación y Administración de la Pesca en MALVINAS y la de prohibición pesquera acordada por ARGENTINA y GRAN BRETAÑA a fines de 1990, ubicada al Este de las islas, esta última zona tiene una superficie de 182 mil kilómetros cuadrados. El cierre para la recepción de oferentes fue fijado para el 16 de octubre próximo y los planes británicos prevén que las licencias se otorgarán en noviembre. A pocos días del anuncio británico autorizando las tareas de prospección, el Presidente CARLOS MENEM dio a conocer que su gobierno decidió llevar a cabo similares estudios de prospección petrolera en la plataforma de las Islas MALVINAS, anuncio que no incluyó precisiones sobre el momento y la forma en que serán iniciados estos trabajos.

No obstante los anuncios de uno y otro país en cuanto a la prospección, los cancilleres de ambos gobiernos, GUIDO DI TELLA y DOUGLAS HURD, se reunieron en NUEVA YORK en ocasión de celebrarse la 47ª Asamblea de la NACIONES UNIDAS y acordaron una cuarta ronda de negociaciones por parte del llamado Grupo de Alto Nivel sobre Hidrocarburos que tratará de concretarse para antes del 16 de octubre, fecha en que se cierra el plazo fijado por LONDRES para recibir las ofertas. El principal objetivo de la diplomacia argentina para este encuentro es obtener una declaración por escrito en la que se reafirme la vigencia de la fórmula del "paraguas",

bajo cuyo concepto se realizan las conversaciones bilaterales, excluído el tema de la soberanía sobre el archipiélago austral.

2. FACTOR MILITAR

A. FUERZAS ARMADAS

CREACION DEL COMITE DE JEFES DE ESTADO MAYOR

El Presidente CARLOS MENEM firmó el Decreto Nº 1739, por el cual el Poder Ejecutivo Nacional creó el COMITE DE JEFES DE ESTADO MAYOR (COMIJEM), que normaliza las relaciones entre los organismos de defensa y los más altos jefes militares. Este Comité será presidido por el titular del ESTADO MAYOR CONJUNTO, ANDRES ANTONIETTI, recientemente ascendido a Brigadier General previo acuerdo en la Cámara de Senadores, y estará conformado por los Jefes de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas (Teniente General MARTIN BALZA, Brigadier General JOSE JULIA y Almirante JORGE FERRER), dependiendo directamente del Ministro de Defensa.

El titular del COMIJEM tendrá como funciones asesorar al Ministro de Defensa en materia de estrategia militar y sobre el empleo del instrumento militar en forma conjunta, asesoramiento que deberá cumplir, además, ante el Consejo de Defensa Nacional. Asimismo entenderá en la formulación de la doctrina militar conjunta y procedimientos militares conjuntos.

Tradicionalmente, el Jefe del ESMACO era el Oficial en actividad de más alta jerarquía en servicio activo en las tres FF.AA.. En el caso de ANTONIETTI, tanto el Pte. MENEM como el Ministro GONZALEZ, se atuvieron a la interpretación reglamentaria de que el jefe de este organismo debe ser un Oficial Superior seleccionado de entre los de máximo grado en actividad, que por su origen de reclutamiento, cuerpo, arma y/o escalafón a que pertenezca esté habilitado para desempeñarse como Jefe del Estado Mayor General de la Fuerza. De esta manera, ANTONIETTI, pese a tener menos antigüedad que los jefes de Estado Mayor de las FF.AA., se convertirá virtualmente en el número dos del sistema de defensa nacional, aplicándose la "superioridad por cargo" prevista en las leyes y reglamentos militares. No obstante, del decreto presidencial se desprende claramente que el titular del COMIJEM no tiene autoridad para imponerle decisiones a sus pares como no sea asegurar acuerdos para un adecuado accionar conjunto, dándole a cada uno una cuota de responsabilidad.

3. ANALISIS Y CONCLUSIONES

- El surgimiento de temas trascendentes en lo que tiene que ver con las riquezas que podrían existir en la zona de MALVINAS pone de manifiesto la

persistencia de posiciones encontradas entre los gobiernos de ARGENTINA y GRAN BRETAÑA.

- La intención británica de no interrumpir la actual etapa negociadora, no da lugar a un choque frontal de posiciones, pero dilata cualquier decisión donde la ARGENTINA tenga que participar en cuestiones que impliquen modificar el Statu Quo de la soberanía del archipiélago.

- La actual situación de inestabilidad, tanto jurídica como política de la zona a estudiar estaría desalentando a las empresas que estén dispuestas a realizar grandes inversiones. Por lo que se hace necesario un acuerdo bilateral para continuar adelante con las tareas de prospección.

- El ascenso de ANDRES ANTONIETTI al grado de Brigadier General y el nombramiento de éste como titular del recientemente creado COMIJEM reafirma la particular forma del Pte. MENEM de tomar decisiones independientes y en algunos casos inconsultas. En este caso ANTONIETTI pasaría a ser una especie de Ministro de Defensa paralelo, una aspiración que en su momento le costó el puesto al Almirante EMILIO OSSES.

- La designación de ANTONIETTI, estrechamente ligado a MENEM en el plano personal y político, podría ser considerada como una decisión que introduce un factor ajeno a la tradicional pirámide de conducción militar. Por lo que no se descarta el surgimiento de algunos enfrentamientos entre el Jefe del COMIJEM y los Jefes de Estado Mayor.

B. BRASIL

1. FACTOR POLITICO

A. GOBIERNO

- APROBACION DE JUICIO POLITICO A COLLOR

El 29 de setiembre próximo pasado la Cámara Federal decidió por 441 votos a favor, 38 en contra, 1 abstención y 23 ausencias solicitar al Senado Federal iniciar un juicio político al Pte. COLLOR por el delito de responsabilidad administrativa. El Senado aprobó por unanimidad la iniciación del mismo. Este tendrá, ahora, 180 días para decidir la inocencia o culpabilidad de COLLOR.

En caso de resultar inocente, COLLOR volverá a ejercer la presidencia de la nación, pero si resulta culpable cesará definitivamente en su cargo, así como también perderá sus derechos para ejercer todo tipo de actividad pública hasta el año 2.000.

Mientras es sometido a juicio COLLOR continuará en su cargo pero sin ejercerlo y sufrirá una reducción del 50% en su sueldo.

Simultáneamente al juicio político se le iniciaría un proceso por delitos comunes en la Justicia Ordinaria, el cual podría comenzar en noviembre próximo. Los delitos que se le imputan son: falsificación de documentos particulares, corrupción pasiva y formación de cuadrilla. En caso de ser hallado culpable se le tipificará una pena de 3 a 16 años de prisión.

- ASUNCION DE ITAMAR FRANCO A LA PRESIDENCIA

El día 2 de octubre el Vice ITAMAR FRANCO asumió interinamente la presidencia de la nación, cargo que ocupará mientras dure el juicio político a COLLOR, en caso de que éste sea hallado culpable, FRANCO finalizará el actual mandato (enero de 1995).

FRANCO es considerado un férreo defensor del proteccionismo de la industria nacional y un crítico de la política de COLLOR respecto a la privatización de las empresas estatales.

La política que éste seguirá durante su gobierno incluye como puntos básicos:

- Creación de nuevos ministerios (Interior, Industria y Comercio, Ciencia y Tecnología, entre otros).
- Resurgimiento del Gabinete Civil.
- Creación del cargo de Auditor de la República.

- Una reforma tributaria de emergencia que entraría en vigencia el próximo año.

- Impulso de la integración latinoamericana y en especial los compromisos asumidos a través del tratado de creación del MERCOSUR.

- La instalación de una nueva modalidad para la adquisición de las empresas estatales a privatizar.

La salida del proceso recesivo que se vive en el país es prioritaria para FRANCO, pero aún no ha elaborado planes al respecto, aunque descarta por el momento la dolarización de la moneda y un posible choque económico.

- INTEGRACION DEL FUTURO EQUIPO DE GOBIERNO

ITAMAR FRANCO está formando su Gabinete, los sindicados hasta el momento para integrar el mismo son:

Sen. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Relaciones Exteriores
Sen. DARCY RIBEIRO - Cultura
Dip. ROBERTO MAGALHAES - Interior
Sen. MAURICIO CORREA - Justicia
Dip. ANTONIO BRITO - Previsión Social o Comunicaciones
Dip. PAULINO CICERO - Minas y Energía
Dr. GUSTAVO KRAUSER - Economía y Hacienda
Econ. PAULO HADDAD - Planeamiento
Sen. ALEXANDRE COSTA - Transporte
Sen. PEDRO SIMON - Líder del Gobierno en el Senado
JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA - Jefe de la Casa Civil
Gral. FERNANDO CARDOSO - Jefe de la Casa Militar
Gral. RUBENS BAYMA DENNYS - Ejército
Alm. IVAN SERPA - Marina
Brig. LELIO VRANIA LOBO - Aeronáutica

2. FACTOR SICOSOCIAL

a. RESURGIMIENTO DE GRUPOS NEONAZIS

Un grupo de neonazis pintó svásticas y frases como "Hitler tenía razón", "6 millones fueron muy poco" en dos cementerios israelitas de PORTO ALEGRE y en el Monumento de las víctimas israelíes de la 2da. Guerra Mundial. Esto se suma a las

manifestaciones neonazis realizadas en RIO DE JANEIRO y SAN PABLO recientemente.

b. <u>8VO. ENCUENTRO INTERECLESIASTICO DE COMUNIDADES DE BASE (CEBs) DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE</u>

Entre los días 8 y 12 de setiembre se realizó en SANTA MARIA (RIO GRANDE DEL SUR) el 8vo. Encuentro Intereclesiástico de CEBs de AMERICA LATINA Y EL CARIBE que reunió a los máximos exponentes del ala progresista de la Iglesia Católica, destacándose la presencia de LEONARDO BOFF, PEDRO CASADILGA (Obispo de SAN FELIX DE ARAGUAIA, MATO GROSSO) y el Sandinista JUAN ALBERTO VILCHES OSORIO, miembro de la CEBs de MATAGUALPA.

El documento final redactado por los asistentes al encuentro (1.500 obispos y 2.750 representantes de las CEBs de 30 países del continente americano) realiza una fuerte crítica a la cúpula de la Iglesia, considerando que la misma debe cambiar de perfil y tornarse más popular, con rasgos más latinoamericanos. Tener como base las pastorales más comprometidas: obreros, juventud y la tierra. Afirma la necesidad de promover la solidaridad con los negros y con los pueblos indígenas. Señala que el continente desde su descubrimiento ha pasado por un largo cautiverio, donde la Iglesia tiene un rol de opresora.

3. <u>ANALISIS Y CONCLUSIONES</u>

- Por una significativa mayoría la Cámara Federal decidió que COLLOR fuese separado de su cargo y se le iniciara un juicio político en el Senado Federal, por el delito de Responsabilidad Administrativa. En caso de ser hallado culpable por dicho cuerpo legislativo, el Presidente cesará definitivamente en su cargo y no podrá durante 8 años realizar actividad pública alguna.

- El Senado posee 180 días para llevar adelante el juicio, de mantenerse la actual posición de sus integrantes, la resolución final del mismo sería la culpabilidad de COLLOR en el cargo que se le imputa.

- Simultáneamente con el juicio político, COLLOR enfrentaría un proceso por delitos comunes que lo llevaría, en caso de ser hallado culpable, a enfrentarse a una pena que va de 3 a 16 años de prisión.

- El Vice Pte. ITAMAR FRANCO asumió, tal como estaba previsto por la Constitución, la presidencia de la nación, estando actualmente abocado a integrar el equipo de gobierno que lo acompañará en el futuro, así como también a delinear la política de gobierno a seguir.

- No se puede descartar, que en caso de surgir acciones que afecten la

seguridad del país las FF.AA. se vean llamadas a intervenir.

- Hay una creciente expectativa, respecto a la futura conducción política y económica del país en los diferentes espectros del quehacer nacional.

- Es de preveer que FRANCO realice un gobierno de coparticipación con diferentes partidos, debido a que no posee sustento en el Legislativo.

- Ha resurgido en el país la actuación de grupos neonazis, tal como viene sucediendo en el continente europeo.

- El 8vo. Encuentro Intereclesiástico de CEBs realizado en SANTA MARIA(RIO GRANDE DEL SUR) ha puesto de manifiesto, una vez más, las discrepancias existentes entre el ala progresista de la Iglesia Católica con el Vaticano, resaltándose los principios de la Teología de la Liberación, que encuentra en LEONARDO BOFF, su máximo exponente.

C. PERU

1. FACTOR MILITAR

A. SUBVERSION

CAPTURA DEL LIDER DE SENDERO LUMINOSO ABIMAEL GUZMAN

El día 12 de setiembre en un operativo encabezado por el jefe de la DIRECCION NACIONAL CONTRA EL TERRORISMO (DINCOTE), Gral. ANTONIO VIDAL HERRERA, fue capturado el jefe de SENDERO LUMINOSO, ABIMAEL GUZMAN REYNOSO. La captura se produjo en una casa de LIMA, habiendo sido arrestados además otros 9 integrantes del Comité Metropolitano de SENDERO LUMINOSO, entre los que se encuentran ELENA IPARAGUIRRE la presunta "número dos" y LAURA ZAMBRANO PADILLA (camarada MECHE) que lideraba dicho comité. En el allanamiento se incautó importante documentación y equipos de computación. También en otros operativos fueron arrestados varios jefes de comité en los departamentos de AREQUIPA y AYACUCHO, entre los que se encuentra LUIS ISIDRO DAVILA TORRES sindicado como jefe del pelotón de aniquilamiento de la zona norte.

Los gobiernos de EE.UU., BOLIVIA, COLOMBIA, CHILE y URUGUAY expresaron su satisfacción al gobierno peruano por la captura del jefe de S.L.. Por otra parte, los ministros de Justicia e Interior viajaron a ESPAÑA y a otros países europeos para coordinar acciones contra peruanos que realizan propaganda a favor de S.L.. Dentro de este contexto el gobierno libró órdenes de detención contra 47 peruanos que se encuentran en el exterior vinculados al grupo terrorista.

El 28 de setiembre comenzó el juicio sumario secreto que terminará en 30 días. El juez de instrucción militar tiene 10 días para investigar, juzgar y sentenciar. El procesado tiene derecho a apelar ante un consejo de guerra que estudiará la solicitud en un plazo no mayor a 20 días, tras lo cual, podrá pedir la nulidad de la sentencia ante el Consejo Supremo de Justicia Militar que tiene 5 días para emitir su veredicto final. GUZMAN será juzgado por "traición a la patria" y seguramente será condenado a prisión perpetua.

En cuanto a los posibles sucesores de GUZMAN se destaca OSCAR RAMIREZ DURAND (alias FELICIANO). Este terrorista hijo de un Gral. retirado, integraría el denominado "Comité Permanente" conjuntamente con GUZMAN y ELENA IPARAGUIRRE. También se menciona a JULIO CESAR MEZZICH que sería el máximo mando militar de la organización.

Por otra parte fuentes periodísticas informaron que la policía se

encuentra en estado de máxima alerta ante la posibilidad de que ingresen al país 100 senderistas que habrían recibido entrenamiento militar en LIBIA, para desencadenar una escalada subversiva contra mandos policiales y militares.

Además es importante puntualizar que dentro de una ofensiva denominada "OCTUBRE ROJO", SENDERO LUMINOSO realizó, el día 1º de octubre, una serie de acciones destacándose la emboscada a un transporte del ejército donde murieron 13 militares.

CONEXIONES DE SENDERO EN EUROPA Y EE.UU.

El gobierno peruano dio a conocer una nómina de organizaciones en el exterior que realizan acción de propaganda y recolección de fondos para S.L., que funcionan en: ALEMANIA, BELGICA, DINAMARCA, ESPAÑA, FRANCIA, INGLATERRA, SUECIA, SUIZA y EE.UU..

Algunos de los nombres de estas organizaciones son:

BELGICA: "COMITE DEFENSA DE LOS DD.HH. EN EL PERU"

ESPAÑA: "ASOCIACION DE AMIGOS HISPANOS-PERUANOS"

SUIZA: "ASOCIACION DE ESTUDIANTES PERUANOS CESAR VALLEJO"

ALEMANIA: "GRUPO PERU"

DINAMARCA: "GRUPO DE APOYO A LA LUCHA DE LIBERACION DEL PUEBLO PERUANO", "MOVIMIENTO POPULAR DEL PERU"

EE.UU.: "COMITE DE APOYO A LA REVOLUCION EN EL PERU", "CENTRO CULTURAL JOSE CARLOS MARIATEGUI", "CENTRO CULTURAL JOSE MARIA ARGUEDAS" y "GRUPO SOLIDARIDAD CON EL PERU"

FRANCIA: existirían cuatro organizaciones pro-senderistas

BELGICA: sería el centro de organización de la acción de propaganda en EUROPA.

2. ANALISIS Y CONCLUSIONES

- La captura de ABIMAEL GUZMAN constituye un hecho de gran significación en el panorama militar y político del país.

- Desde el punto de vista del gobierno este hecho le otorga un importante crédito político tanto en el frente interno como a nivel internacional. En lo interno, el gobierno ha aumentado su prestigio a nivel de opinión pública ya que la captura

de GUZMAN permite justificar la serie de medidas y decretos especiales adoptados por el Presidente FUJIMORI para enfrentar la subversión.

- Por su parte, la oposición ha perdido totalmente el protagonismo y ha adoptado una ...titud de prescindencia en relación a los últimos acontecimientos. Obviamente, esta tesitura, aumenta el desprestigio de los partidos políticos ante la opinión pública que ha hecho una "cuestión nacional" el tema de la lucha antisubversiva.

- Naturalmente, esta situación interna fortalece la figura de FUJIMORI que capitalizará un entorno político circunstancialmente favorable, para controlar la Asamblea Constituyente que se elegirá el próximo 20 de noviembre.

- En el ámbito internacional la captura del jefe de S.L. ha sido aprovechada por el gobierno peruano, para lanzar una vasta operación en procura de desarticular las conexiones senderistas en el exterior. Por otra parte, varios gobiernos expresaron su satisfacción por el hecho felicitando al Pte. FUJIMORI, situación que le permite aumentar su margen de maniobra a nivel internacional.

- En cuanto a la repercusión que la captura de GUZMAN ha tenido dentro de la organización terrorista, se estima que el hecho tiene un impacto más político que militar.

- Se considera que en lo militar S.L. mantiene su capacidad operativa aunque la nueva situación podría alterar sus planes en cuanto a los objetivos inmediatos.

- Es factible que la etapa "cerco a las ciudades" que se encuentra en desarrollo sea acelerada y se pase a la etapa denominada "asalto a las ciudades" con acciones urbanas tendientes a revertir una situación sicológica negativa en los cuadros senderistas.

- De todas maneras S.L. tendrá dificultades para estructurar nuevamente sus mandos, no descartándose que surjan pugnas internas que aumenten el debilitamiento de este grupo subversivo.

- Corresponde puntualizar que existe cierta rivalidad entre el mando "político" que representaba GUZMAN y el mando "militar" que podría tomar la dirección del movimiento.

II. EUROPA

A.- FRANCIA

1.- FACTOR POLITICO

REFERENDUM POR LA RATIFICACION DEL TRATADO DE MAASTRICHT

- El pasado domingo 20 de Setiembre se llevó a cabo en FRANCIA el referéndum por la ratificación del Tratado de MAASTRICHT, firmado en Febrero del presente año por los doce países miembros de la COMUNIDAD EUROPEA.

Dicho tratado preve, en sus rasgos esenciales, la unión europea total particularmente en lo referente a la política, la diplomacia y la justicia; la creación de una ciudadanía única para los europeos de los países que ratifiquen el tratado; la creación de un Banco Central Europeo y el establecimiento, para 1999, de una moneda única entre los países que logren converger sus economías; la instauración de un sistema de decisión conjunta entre el Consejo de Ministros y el Parlamento Europeo; y la instrumentación de la acción coordinada en materia de política exterior y de defensa.

A favor de la ratificación del tratado se pronunció el oficialismo francés --constituído por el PARTIDO SOCIALISTA- cuyo máximo representante, el Presidente FRANÇOIS MITTERRAND, se encuentra totalmente comprometido con el proceso de unificación europeo. Asimismo, se manifestó a favor de la ratificación el ex-Presidente VALERY GISCARD D'ESTAING, y su partido centrista UDF (UNION PARA LA DEMOCRACIA). Por su parte, el líder del partido conservador REUNION PARA LA REPUBLICA (RPR), JACQUES CHIRAC, promovió también la ratificación del tratado.

Se manifestaron partidarios de la no ratificación, JEAN MARIE LE PEN, líder del ultraderechista FRENTE NACIONAL; GEORGE MARCHAIS, líder del PARTIDO COMUNISTA de FRANCIA; y JEAN PIERRE CHEVENEMENT, ex-Ministro de Defensa y principal disidente dentro del PARTIDO SOCIALISTA de MITTERRAND.

Finalmente, el tratado fue ratificado por un escaso margen de aceptación. Los resultados oficiales fueron: ABSTENCIONES: 30,3%

VOTANTES: 69,7%

EXPRESADOS POR EL "SI": 51,05%

EXPRESADOS POR EL "NO": 48,95%

2.- ANALISIS Y CONCLUSIONES

- El tratado de MAASTRICH fue finalmente ratificado por el electorado francés por un muy escaso margen de votos, corroborando lo que establecían las

encuestas y previsiones realizadas.

- En el ámbito interno en lo que respecta a la posición del Presidente MITTERRAND, la ratificación del tratado no puede considerarse un triunfo debido al reducido margen de aprobación. El PARTIDO SOCIALISTA se vio despojado de gran parte de sus sectores tradicionales de apoyo, lo cual, probablemente resultará en un disminución de la participación legislativa del mismo, una vez que se realicen las elecciones parlamentarias previstas para marzo del próximo año.

- Asimismo, la precaria aprobación del tratado amenaza ahora en dividir al principal partido conservador, el RPR, tras provocar que los legisladores PHILIPPE SEGUIN y CHARLES PASQUA, integrante del mismo, (quienes encabezaron la campaña por el "NO") asumieron una decidida actitud de oposición al líder de la agrupación, JACQUES CHIRAC, quien abogó por la ratificación. Una lucha interna en el RPR amenazaría las posibilidades de CHIRAC de convertirse en el Primer Ministro, en las elecciones legislativas del año que viene.

- Los principales favorecidos con los resultados los constituyen los partidos radicales de oposición, el FRENTE NACIONAL y el PARTIDO COMUNISTA, como también el ala disidente dentro del PARTIDO SOCIALISTA, quienes promovieron la no ratificación. De esta forma cabe prever un aumento de participación parlamentaria de estas agrupaciones, luego de que se realicen los anteriormente mencionados sufragios legislativos de 1993.

- Externamente, la ratificación francesa fue bien recibida por los demás miembros de la C.E.E., ya que supone una reafirmación de proceso de integración, del cual el Tratado de MAASTRICH es el elemento clave.

- Finalmente el escaso margen de aprobación demuestra el creciente descontento de la población francesa con la dirigencia socialista del Presidente MITTERRAND; en el ámbito externo, pone de manifiesto el rechazo general de los franceses a la unificación europea, temerosos de que un futuro dominado por la COMUNIDAD EUROPEA despoje a FRANCIA de su soberania e identidad tradicionales.

III. MEDIO ORIENTE

A.- ISRAEL

1.- FACTOR POLITICO

SECTA RONDA DE CONVERSACIONES DE PAZ

- Durante la Sexta Ronda de Conversaciones de Paz para el MEDIO ORIENTE, finalizado el pasado 25 de Setiembre, si bien las posiciones iniciales -de intransigencia- han dem[illegible]trado cierta flexibilidad, las posiciones de fondo de ambas partes no se han modificado, no obstante haber asumido en ISRAEL un gobierno moderado y predispuesto al diálogo.

En lo referente a las Alturas del GOLAN, tanto SIRIA como ISRAEL presentaron sendos proyectos de acuerdo, siendo ambos rechazados por las respectivas delegaciones.

SIRIA pretende la devolución total de la zona, como requisito previo a la firma de un tratado global de paz. Paralelamente reiteró el hecho de que un futuro compromiso debe incluir una solución al problema palestino.

Por su parte, ISRAEL manifestó que no negociará un cambio de status en la zona sin firmar previamente un acuerdo de paz con DAMASCO, y que en ningún caso, se retirará totalmente del GOLAN.

En relación a las negociaciones con los palestinos, ISRAEL propuso otorgar una autonomía palestina limitada en GAZA y CISJORDANIA, lo cual fue rechazado en primera instancia, para luego ser aceptado por los palestinos a condición de que constituyan el primer paso hacia la creación de un Estado Palestino. Sin embargo, no hubo acuerdo acerca de la forma de administración de los territorios ocupados.

Por otro lado, las negociaciones con LIBANO y JORDANIA, de menor intensidad, no han arrojado resultados concretos.

2.- ANALISIS Y CONCLUSIONES

- Sin haberse modificado en los temas de fondo, las posiciones de árabes e israelíes se han flexibilizado, en el sentido de que se trataron temas que hasta hace poco tiempo atrás tanto ISRAEL como los árabes se negaban a tratar. Esto se debió fundamentalmente a la postura moderada del nuevo gobierno israelí del Primer Ministro ISAAC RABIN.

- El elemento central de la Sexta Ronda de Conversaciones lo constituyó la devolución de las Alturas del GOLAN por parte de ISRAEL, sobre las cuales no se llegó a ningún compromiso.

- Parece definitiva la decisión de ISRAEL de no retirarse totalmente del GOLAN, aunque el Primer Ministro ISAAC RABIN reconoció la posibilidad de lograr un acuerdo futuro con SIRIA sobre la base de una concesión territorial limitada.

- La intransigencia siria a aceptar una retirada parcial israelí de las Alturas del GOLAN, y la insistencia de DAMASCO en la necesidad de lograr una paz total entre ISRAEL y los demás participantes árabes en las negociaciones, se debió probablemente a las presiones ejercidas por las representaciones de estos países, temerosos de que SIRIA acuerde una paz por separado con ISRAEL.

- Pese a los reclamos de JORDANIA y LIBANO, las negociaciones bilaterales entre ISRAEL y estos países han pasado a segundo plano, dentro del proceso de paz. Tampoco hubo acuerdo sobre la retirada israelí del sur del LIBANO.

- La propuesta israelí de otorgar una autonomía a los palestinos de los territorios ocupados, puede constituir una fórmula de negociación sobre la cual conseguir un acuerdo al respecto, una vez que las delegaciones palestinas e israelíes coincidan en la forma de administración de los territorios ocupados.

- ESTADOS UNIDOS relegó aún más su participación en la Conferencia. Esto responde esencialmente a la precaución del Presidente BUSH, quien no desea ver comprometida su campaña electoral por decisiones que puedan afectar la política exterior de su Gobierno.

- A pesar de los escasos avances producidos, israelíes y árabes se sienten comprometidos en continuar las negociaciones de paz, pareciendo improbable, un estancamiento definitivo del proceso. Las próximas negociaciones están previstas para iniciarse el 21 de Octubre del presente año, en WASHINGTON.

IV. ASIA

A.- CAMBOYA

1.- FACTOR POLITICO

SITUACION ACTUAL DEL PROCESO DE PAZ

- El grupo guerrillero de extrema izquierda KHMER ROUGE, se ha negado a seguir participando del proceso de pacificación impulsado por la ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS, O.N.U..

En efecto, miembros de esta agrupación, una de las cuatro facciones en la lucha que participan del plan de paz, han acusado a los representantes de la O.N.U. de parcialidad e incapacidad, advirtiendo asimismo sobre las graves consecuencias de marginar al grupo de las elecciones del próximo año. Por otra parte, la agrupación continúa negándose a desmovilizar las tres cuartas partes de sus efectivos y proceder al acantonamiento del resto, todo lo cual es previsto en el plan de paz. Tampoco ha aceptado la supervisión de su armamento y zonas de influencia por parte de la O.N.U.

Por último, el KHMER ROUGE ha denunciado el hecho de que las fuerzas del Gobierno de PHNOM PENH permanezcan intactas, y se niegan a seguir cooperando con el proceso de paz hasta que consideren finalizado el completo retiro de las tropas vietnamistas que, según ellos, aún permanecen en CAMBOYA.

Por su parte, el Gobierno camboyano advirtió sobre el peligro de una ofensiva militar del KHMER ROUGE contra las fuerzas de la O.N.U.

Mientras tanto, fuentes diplomáticas acreditadas en CAMBOYA reconocieron que la situación es crítica y que el clima de pesimismo reinante en PHNOM PENH hacía temer por la continuación del proceso de paz.

2.- ANALISIS Y CONCLUSIONES

- A casi un año de la firma del Acuerdo de paz, el proceso de paz respaldado por las NACIONES UNIDAS, no sólo no ha experimentado avances significativos, sino que amenaza fracasar debido principalmente a la intransigencia demostrada por el KHMER ROUGE.

- La etapa de pacificación del país es vital para la celebración de elecciones libres, previstas en principio para Mayo de 1993. Un fracaso en esta etapa previa podría interrumpir el proceso de paz, amenazando asimismo la celebración de las mencionadas elecciones generales, las cuales constituyen el punto central del plan de paz.

- En virtud de la complejidad y diversidad de los intereses involucrados,

se considera difícil que la O.N.U. logre conciliar las divergencias existentes entre los participantes del Acuerdo de paz, a fin de poder culminar exitosamente el proceso iniciado el año pasado.

V. ORGANISMOS INTERNACIONALES

XIX CONGRESO DE LA INTERNACIONAL SOCIALISTA

- Entre los días 15 y 17 de setiembre, se llevó a cabo en BERLIN, ALEMANIA, el XIX CONGRESO DE LA INTERNACIONAL SOCIALISTA.

- Participaron alrededor de 140 partidos y organizaciones pertenecientes a los cinco continentes. Por URUGUAY participaron: el Secretario General del PARTIDO POR EL GOBIERNO DEL PUEBLO, Senador HUGO BATALLA, el Diputado YAMANDU FA[illegible], el Secretario General del PARTIDO SOCIALISTA, Senador REINALDO GARGANO y el Senador WALTER BELVISI en representación del ex-Pte. JULIO MARIA SANGUINETTI.

- El Congreso, organizado bajo el lema "La socialdemocracia en un mundo en cambio", fue inaugurado por el Presidente del Gobierno español, FELIPE GONZALEZ, en nombre del Presidente de la INTERNACIONAL SOCIALISTA, WILLY BRANDT. En el pasado mes de marzo se había resuelto la sustitución de BRANDT por PIERRE MAUROIS, ex Primer Ministro y dirigente del PARTIDO SOCIALISTA francés, quien en su intervención final insistió en lo que fue el centro de debate del Congreso: la interdependencia entre los países.

- El Congreso admitió a 31 partidos como miembros en diferentes categorías entre los que se destacan: el PARTIDO DEMOCRATICO DE IZQUIERDA (PDS) de ITALIA; entre los latinoamericanos que se convierten en miembros de pleno derecho está el PARTIDO SOCIALISTA POPULAR (PSP) de ARGENTINA, el MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIO (MIR) de BOLIVIA y el PARTIDO INDEPENDENTISTA PORTORRIQUEÑO (PIP). Han adquirido condición de "consultivos" dos formaciones chilenas, el PARTIDO SOCIALISTA (PS) y el PARTIDO POR LA DEMOCRACIA (PPD) así como el PARTIDO LIBERAL (PL) de COLOMBIA y el PARTIDO POR EL GOBIERNO DEL PUEBLO (PGP) de URUGUAY. Con el status de observador (creado en este Congreso) están la ALIANZA DEMOCRATICA de COLOMBIA (el antiguo M-19) y el FRENTE SANDINISTA DE LIBERACION NACIONAL (FSLN) de NICARAGUA.

ANALISIS Y CONCLUSIONES

- La asunción de MAUROIS como Presidente, se interpreta como un signo del perfil elegido por las fuerzas socialistas y socialdemócratas para diagramar una alternativa democrática de izquierda ante ese "mundo en cambio" derivado del fin de la guerra fría y de la bipolaridad.

- Con la admisión de 20 partidos más, pasa de contar con 88 miembros a 108. Con esta decisión, la INTERNACIONAL SOCIALISTA sigue la línea marcada por WILLY BRANDT

desde que consiguió la presidencia en 1976: pasar del eurocentrismo a la universalización. Es en este marco que se contó con la presencia de figuras tan dispares, como el ex-Pte. de la URSS, MIJAIL GORBACHOV; el Primer Ministro de RUMANIA, PETRE ROMAN; el ex-Pte. de PERU, ALAN GARCIA y el representante del PARTIDO SOCIALISTA PROGRESISTA LIBANES, WALID JUNBLAD.

- El ingreso del PDS italiano -posible después de que el PARTIDO SOCIALISTA DE BETTINO CRAXI levantara el veto a su incorporación- reforzará al Grupo Socialista del Parlamento Europeo.

CONFORME:
EL JEFE DEL DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
Cnel.
Luis Pedro Aranco

CONFORME:
EL SUB-DIRECTOR DE EXTERIOR
Cnel. (Av.)
Jorge Pèdragosa

VoBo:
EL DIRECTOR DE LA D.G.I.D.
Gral.
A G U E R R O N D O

19 - 19

9209374

Montevideo, 06 de octubre de 1992.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION N°14/92

TEXTO:

Adjunto remito la solicitud de Visa del ciudadano jordano: BASSAM HASAN SALEH AL HAJ HUSEIN H. WAITI.

Se solicita así mismo cualquier ampliación de información.-

DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO ENLACE

COPIA : MOSSAD

001/2

9209375

Solicitase autorización para otorgarle visa de turista al ciudadano jordano:

- BASSAM HASAN SALEH AL HAJ HU IN H.WAITI
- Nacionalidad: Jordano (resid te permanente asil)
- Lugar y fecha de Nacimien Je in el 4.10.9.
- Profesión: Co rciante
- Estado Civil: Casado
- Nombre del conyuge: Ja leh M.H.Turkman
- Domicilio Permanente: Avda.Uruguai No.1639 -Chuí Brasil
- Tipo y número del documento de viaje: Pasaporte No.D055098
- Autoridad, lugar y fecha de expedición: Embajada Jordana en Brasilia el 6.5.92.
- Validéz del documento de viaje: 5.5.94
- Motivo del viaje: Paseo
- Fecha en que programa viajar a ROU: 5.10.92 aproximadamente
- Tiempo de permanencia en Uruguay : 3 días.
- Referencias en Uruguay: Cambio Dyana -Chuy ROU
- Nombre y Apellido: Eduardo Gastón
- Dirección: Avda.Brasil 613 Chuy ROU
- Teléfono: (0474) 2207
- Referencia en País Sede Embajada: Supermercado Hiper Verde Amarelo
- Domicilio en País Sede Embajada: Avda.Uruguai 1639 Chuí-Brasil.
- Teléfono : 651203
- Lugar donde se hospeda en Uruguay: Hotel
- El requisito de presentación del pasaje será cumplido una vez obtenida la visa.

02102

9209375

06

Doc. Poco LEGIBLE

SDI
9209377
06/10/92

9209377

00 101

06

RESERVADO

ARCHIVO

Hoja No. 1 de 1
Copia No. 3 de 3
D E II
C. SAN JOSE
221200SET92
R R - 1 0

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro.108/D-2/992:

I.-EVALUACION: B - 2

II.-REFERENCE A:-Ampliación de P.E.I.Nº 105/D2/92 de fecha 18SET92, de este Comando Divisionario.-

III.-T E X T O:

-Ampliando lo informado en el Parte Especial de Información precedentemente mencionado; se comunican los / resultados registrados en las elecciones nacionales, realizadas el 06SET992, finalizado el escrutinio realizado, se registraron los siguientes resultados en / los departamentos de COLONIA y FLORIDA:

-COLONIA:

-Habilitados para votar:	24.709
-Votos emitidos:	17.134(69,30%)
-Lista 2 (L.A.COLOTUZZO)	8.549(42.9%)
-Lista 3 (R.MENAISE)	6.669(38.9%)
-Observados	1.406(8.2%)
-En Blanco	444(2.6%)
-Anulados.	66

-FLORIDA:

-Habilitados para votar:	15.635
-Votos emitidos:	9.381(60%)
-Lista 2 (L.A.COLOTUZZO)	6.820(72.7%)
-Lista 3 (R.MENAISE)	1.364(11.5%)
-Votos Observados	843(9.0 %)
-En blanco	315(2.04%)
-Anulados.	39

IV.-DISTRIBUCION:
Ej.No.01 (ORIGINAL) al ARCHIVO
Ej.No.02-03 y 04 a Dpto.E-II/EME

V.-ACCION TOMADA:-Confección del presente P.E.I.

POR EL CTE. DE.II y p/s/o,
EL JEFE ESTADO MAYOR DE/II
CORONEL JUAN C. COUTURE.

BIOGRAFICO
Conocimiento
09/10/92

DIVISION DE EJERCITO

POCO LEGIBLE

3 8 93

-001 \ 01

PARTES. POCO LEGIBLES.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada: 16 OCT. 1992
Paso a: [illegible]
Nº. de Orden: 9209378

6/10/92
SDI
9209378

RESERVADO

Dpto. II C.G.E.

2 (66)

Hoja ___ de ___
Copia No. ___
... CATE. No.
... F L O R I D A
22.1200.SET.992

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.25/S-2/92.-

I.-EVALUACION: A - 1.-

II.-RESPONDE A:-Información obtenida por esta Agencia.-

III.-T E X T O:-Los días 19 y 20 de ...tiembre se reunieron en el Club Democrático de la Ciudad de Florida Delegaciones de Estudiantes de 8 departamentos del interior del País con el fin de realizar el CONGRESO NACIONAL DE GREMIOS ESTUDIANTILES organizado por A.DE.L.F.(Asociación de Estudiantes Liceales de Florida).-

-El sábado 19 a las 1000 horas llegaron al Club Democrático las 2 primeras delegaciones de los deptos.de Flores y Canelones,estando integradas por 10 Estudiantes en total.-

-A la hora 1030 un grupo de 7 Estudiantes entre los cuales fueron detectados: Damián OSTA(ADELF) y Carla CABRERA(ADELF) se dirigieron al local de C.W.33 LA NUEVA RADIO donde fueron reportados por Juan Fco.GIACHETTO(P.S.-F.A.).-

-En dicho reportaje de una duración de 10' los Estudiantes manifestaron:

=El objetivo principal de la Reunión es la Unión Estudiantil de todo el País.-

=La palabra"LUCHA" se traduce en Jóvenes trabajando.-

=Se trata de formar una Corriente Apolítica.-

=Los métodos a utilizar difieren a los utilizados por los Estudiantes en Montevideo.-

-Al mediodía y en las primeras horas de la tarde del sábado se hicieron presentes las Delegaciones de :

-SAN JOSE: con 9 integrantes,siendo auxiliados por un automóvil PASSAT Año 89 Mat.201053 de San José,-Un Estudiante del Liceo 1 San José:Ricardo PIÑEIRO,manifestó que en dicho Centro de Estudios se está formando una Organización como ADELF.-

-TREINTA Y TRES: con 9 integrantes.-

-CERRO LARGO: con 3 integrantes.-

-LAVALLEJA: con 2 representantes.-

-RIVERA: con 1 representante.-

-En el momento de llegada de las Delegaciones y durante el transcurso del Congreso se detectó una Camioneta ROMI Amarilla con techo blanco Mat.8177 de T.y Tres,encargada del tras...

(Doc. Poco LEGIBLE)

PARTES POCO LEGIBLES

(E.M.)
19/10/92

0012 002

6/10/98
SDI
9209379

Fecha 20/10/92 Hora 1150

Hoja ___ de ___
Copia No. ___

/..porte de las Delegaciones.-

-El día domingo 20 de Setiembre a partir de las 1100 en el Club Democrático se continuó la Reunión en la cual fueron colocadas 2 Pancartas (en el interior del local) las cuales decían: "UNIDOS TENDREMOS FUERZA" y " BIENVENIDOS " ADELP ".-

-Con una asistencia aprox. de 40 Estudiantes se trataron los siguientes puntos:

-Presupuesto de la Enseñanza.-

-Falta de respeto de las Autoridades de la Enseñanza y de los Docentes hacia los Estudiantes.-

-Participación.-

-Se trató también la formación de R.U.P.E.I.(Ronda de Unión y Participación Estudiantil del Interior)en la cual se declara:

-Partidaria del Diálogo como forma de LUCHA por sus Reivindicaciones.-

-Contra la Reglamentación de la Asociación que pretenden implantar las Autoridades de Secundaria.-

-Apolítica.-

-La próxima Reunión se fijó para el Sábado 7 de Noviembre en la Ciudad de Canelones.-

IV.-ACCION TOMADA:-Confección del presente Parte Especial de Información.-

V.-DISTRIBUCION:-ORIGINAL.........D.I.II.-
-COPIA No.1.......D.G.I.D.-
-COPIA No.2.......ARCHIVO.-

Doc. Poco LEGIBLE

EL JEFE DEL BN.ING.CBTE.No.2.-
TTE.CNEL.
EDUARDO A. FERRO.-

002 \ 002 -9209379

SECRETO

CGE -
Hoja 1 de 1.-
Copia No. Original.-
D-II/EM/D.E.I.-
Montevideo.-
251202SET992.-
HR - 149.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.149/D-2/92.-

I.- EVALUACION: A - 1.-

II.- RESPONDE A: Información existente en este Comando.-

III.- TEXTO:
Se adjunta.-

IV.- SINTESIS:
Se adjunta.-

V.- ACCION TOMADA: Confección del presente Parte.-

VI.- DISTRIBUCION: ORIGINAL C.G.E.-
COPIA ARCHIVO.-

El Jefe del Estado Mayor de la D.E.I.-
Coronel
MIGUEL RODRIGUEZ.- GM/dn.

15/10/92

SECRETO

En el No.99 de la revista "HECHOS" del mes de Agosto/92 en la C.San Ramón (Dpto.Canelones) fue publicado 1 artículo referente a la reactivación del Cuartel allí existente.-
El mencionado artículo fue publicado por el Sr.Juan Carlos ALVAREZ, quién manifestó que dicha información le fue proporcionada por el Edil pachequista Antonio DELGADO, quién afirma que si bien es una noticia extraoficial, es casi practicamente un hecho que se volvería a instalar una Unidad militar en San Ramón.-
Asimismo afirma el mencionado edil, que ve con mucho agrado y satisfacción ya que desde el punto de vista económico esto fomentaría en San Ramón el comercio local y además el Cuartel participaría colaborando con obras públicas en la zona y sería evidentemente de alguna forma una fuente de trabajo muy importante y esto además significaría en esta etapa, la reincersión del Ejército dentro de nuestra sociedad.-
También señaló que dicha Unidad militar no debió haber desaparecido ya que se trataba de un punto estratégico y además aportaba un material humano cuya desaparición afectó economicamente a la localidad.-

SINTESIS: Ref.se eleva artículo de la revista "HECHOS", ref.a la reactivación del Cuartel de la C.de San Ramón, Canelones.-

9209380

REACTIVARIAN CUARTEL

(por Juan Carlos Alvarez)



EDIL ANTONIO DELGADO.

La primicia fue suministrada a "HECHOS" por el Edil Pachequista Antonio Delgado quien afirmó que si bien es una noticia extraoficial es prácticamente un hecho que se volvería a instalar una Unidad del Ejército Nacional en San Ramón. Afirmó que ve esto con agrado y satisfacción ya que desde el punto de vista económico fomenta el comercio local, y además el Cuartel participa colaborando con obras públicas y es evidentemente de alguna forma una fuente de trabajo.

pog.2



REACTIVARIAN CUARTEL

Además dijo, que desde el punto de vista social significa en esta etapa de Democracia el contribuir a la reincersión del Ejército dentro de nuestra sociedad.

También señaló que no debía haber desaparecido ya que se trataba de un punto estratégico, y además aportaba un material humano cuya desaparición afectó económicamente a la localidad. Hoy, concluyó, su agrupación ve con alegría que tras el esfuerzo de su Lista 614, fundamentalmente del Diputado Cayetano Capeche desde el Parlamento y la colaboración de todo el sector, esto esté prácticamente en vías de cristalizarse.

"HECHOS" ha venido realizando contactos para ampliar esta información que obra en nuestro poder desde el 13/08/92. Si bien es una muy buena noticia, debemos seguir trabajando para que la misma sea una realidad permanente, según pudimos averiguar se utilizarían las instalaciones para entrenamiento de los efectivos de paz de nuestro ejército, que vienen siendo enviados a CAMBOYA, pudimos averiguar que estas instrucciones durarían unos 6 meses; y que a posterior se viene pensando en que se haga cargo de dicha institución el poder Judicial.

DOC. POCO LEGIBLE

003 | 03

-9209380

8209382

MEMORANDUM No. 920529/REI - fFECHA 06.10.92

ASUNTO : INFORMACION SINDICAL

EVALUACION:

REFERENCIA: 718-H-I

TEXTO:

INFORMACION REFERENTE AL PLEBISCITO

- Se ha tomado conocimiento que el día jueves, para el funcionamiento de la Comisión a favor del Referendum fue habilitado el ler.piso de AEBU para cubrir las instancias del plebiscito. se destinó una parte para que funcionara la prensa, otra parte para la Comisión, donde cada partido político integrante de la misma tenía su sala.

Si bien, ya desde llas primeras horas de la tarde, había optimismo en que se alcanzaban los votos, SUSANA DALMAS (AUTE), JORGE SILVANO (FO) y FEDERICO FASSANO (Dtor.de LA REPUBLICA y CX 30),entre otros, hacían llamamientos por CX 30, CX 44 y CX 36 para que la gente concurriera a votar. Se estimó que estos llamados surgieron efecto,sobretodo a nivel de los frenteamplistas, ya que lamasa de votantes aumetó a partir de las 1400 hs..-

En el local de AEBU, a lo largo del día se hicieron presentes casi todos los senadores y diputados frenteamplistas, destacándose que la presencia de los socialistas REINALDO GARGANO, GUILLERMO CHIFFLET y JOSE DIAZ fue permanente en el ocal. Es de hacer notar, que no asistieron en ningún momento, como así tampoco a los festejos, GERMAN ARAUJO (Senador FA), RODRIGUEZ CAMUSSO (Dip.FA), ni tampoco los dirigentes del M26M, ni el dip. HUGO CORES (FA-PVP); este último al parecer habría estado con la gente de El Espinillar que está haciendo la huelga de hambre. El Dip. DA SILVA TAVARES (P.Col.) estuvo casi permamententemente en el local, la igual que VICTOR VAILLANT (P. Col.), no así ALBERTO ZUMARAN (PN) quien concurrió casi al final de la jornada.

Una vez leído el comunicado, donde se eeconocía que se habían alcanzado los votos suficientes, como para una nueva instancia,se resolvió salir en manifestación desde el local de AEBU hasta la Plaza Matriz para saludar a quienes están realizando la huelga de hambre,habiendo asistido los dirigentes sindicales y no los políticos. Esto estuvo enmarcado en un ambiente muy eufórico y emocionado. De allí partieron en manifestación hasta la Av. 18 de Julio donde ya se había organizado un estrado. Ahí hicieron uso de la palabra, ZUMARAN (PN) el que fue silbado, VICTOR VAILLANT (P.Col) quien fue escuchado con mucha atención, a pesar de que al principio pretendieron abucharlo, posteriormente hablaron DA SILVA TAVAREZ (p.Col.),DANILO ASTORI (FA) y SEREGNI (FA). Los discursos en general fueron cortos.

En los festejos de 18 de Julio, se destaca la pressencia de mucha gente joven, no habiendo existido una euforia desmedida. A las 2300 hs. había finalizado practicamente los festejos.

Dirigentes del movimiento sindical, haciendo una evaluación de

la votación del día 01.OCT., consideran que MONTEVIDEO no votó bien, a pesar de haber mejorado la votación anterior, y lo que sí repuntó nuevamente fue el interior dle país, quien dió otra vez la gran sorpresa, y de acuerdo a manifestaciones efectuadas por los mismos habría que darle mayor importancia.De la evaluación de los Departamentos del Interior,acorde a la información y a los datos recibidos por el PIT/CNT,los departamentos donde la papeleta blanca alcanzó más votos fueron aquellos que más allá de los trabajos realizados por las Comisiones Pro-Referendum,contaron con el apoyo de sus respectivos Intendentes que independientemente de la actitud que tuvieran con respecto a la papeleta blanca, pretendieron mantener su caudillismo en sus Departamentos, por ejemplo es el caso de BELVISI y CARMINATTI. La explicación de la buena votación obtenida en SORIANO, la dan por la influencia ejercida por el litoral argentino, donde la gente de esa zona se queja de las privatizaciones realizadas, habiéndose favorecido lavotación de la papeleta blanca. El único departamento del interior del país que bajó el procentaje de votos con respecto al 5.JUL. fue ROCHA, en MALDONADO se superó el porcentaje anterior, en RIVERA se duplicó y en ARTIGAS aumentó ,sin llegar a duplicarse. La apatía de MONTEVIDEO, estiman que una de las causas que la produciría es que la militancia ha practicamente desaparecido, y que existiría un desengaño entre la gente. En MONTEVIDEO, se considera que apenar habrían votado los frenteamplistas.

Otro de los elementos que cosnideran fueron positivos para la votacin, fue el tratamiento de la Rendición de cuentas, la falta de aumento,así como que se decretara un feriado especial para la votación.-

MESA REPRESENTATIVA DEL 02.OCT.92

- Se adjunta resoluciones de la MR del día 02.OCT. realizada en el local de SIMA.-

PROXIMAS ACTIVIDADES DEL PIT/CNT

- Esta prevista una reunión del SE para el día martes 06.OCT. a la hora 0900 en el local de la UNTMRA, para tratar el tema: "Estrategia sindical y Relaciones Internacionales", así como el funcionamiento del Instituto CUESTA-DUARTE.En esta reunión se elaborará un documento,que sería tratado en una MRNA, el día miércoles 14.OCT. Para el día 09.OCT., hay prevista una MR, donde los gremios deberán llevar posición respecto a la realización de un paro general por 24 horas previsto para el miércoles 13.OCT..-

ACTIVIDADES DE EDUARDO FERNANDEZ (AEBU-PS

- EDUARDO FERNANDEZ (Scrio. Rel. Intern. PIT/CNT) se encuentra en VENEZUELA, junto con ADOLFO BERTONI (ATSS) en una reunión convocada por la OIT, sobre Seguridad Social, a la cual habría asistido también el Ministro de Trabajo, ALVARO CARBONE.-

DONACION DE UN VEHICULO PARA EL PIT/CNT

- Se ha tomado conocimiento que el día lunes 05.OCT. le habría sido entregado al PIT/CNT en calidad de préstamo por parte de la **GEMO**,a través de **DA SILVA TAVARES** (P.Col.) un monza usado, para el uso de este, hasta la entrega de una camioneta IZUZU doble cabina,donada por la CGIL para el Instituto CUESTA-DUARTE.-

REFERENTE A COMISION DE FINANZAS

- Se ha podido saber que DA SILVA TAVARES (P.Col.) la habría manifestado a **JORGE SILVANO** (Scrio Organización PIT/CNT) que era necesario que la Central se pusiera al día, lo antes posible con las deudas que tiene con la Comisión Pro-Referendum.

A su vez, este habría manifestado que si era necesario que el PIT/CNT tuviera que realizar una rifa, como la que anteriormente se había hecho, podrían contar con dos autos para ser rifados. Este hecho no habría sido bien recibido por los integrantes de la Comisión de Finanzas, que estuvieron encargados de organizar la rifa anterior, ya que habrían manifestado, que más allá de poderles dar alguna ganancia, les ocasionaría mayores complicaciones.-

[illegible] 003 2209382

DISTRIBUCION: ORIGINAL: SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

IDENTIFICACION DEL AGENTE
(j-f)

004

-0003382

SINDICATO	LLEGO	SE RETIRO	SINDICATO	LLEGO	SE RETIRO
ADEOM	18		FUECI	NO	
AEBU	19.40		FUM	18	
AFCC	19.30		FUS	19.30	
AFJU	NO		ONODRA	NO	
AFUR	19.10		SAG	NO	
AFUTU	18		SAT	NO	
AOEC	18		SIC	18.30	
APU	NO		SIMA	19	
ATILPE	NO		SNPA	NO	
AUTE	18		SOIMA	18	
COFE	19.15		STIQ	NO	
COT	19		SUA	19	
CUTIP	NO		SUANP	19	
FANCAP	18		SUGU	19.30	
FCAUCHO	19		SUNCA	NO	
FENAPES	20.15		SUNTMA	18.55	
FENARU	NO		SUTEL	19.30	
FFOSE	19.45		UAOEGAS	19.15	
FOEB	19		UF	20.20	
FOEMYA	NO		UNTMRA	NO	
FOICA	NO		UOC	18	
FOPCU	18		UTHC	19.25	
FOL	NO		FLORIDA	NO	
FOT	19		CANELONES	NO	

CONVOCAMOS A TODOS LOS MIEMBROS DE LA MESA REPRESENTATIVA NACIONAL AMPLIADA PARA EL PROXIMO VIERNES 9 DE OCTUBRE A LAS 18 HORAS EN EL LOCAL DE AEBU

RESOLUCIONES DE LA MESA REPRESENTATIVA DEL 2/10/92 EN EL LOCAL DEL SOIMA

Informe del Secretariado

1. Realizamos esta Mesa Representativa en un marco muy especial. Es cierto que el movimiento popular en general y el movimiento sindical en particular se encuentran en un momento particularmente difícil.

Es cierto que nos cuesta encontrar las propuestas adecuadas a muchos de los aspectos de la afensiva de carácter neoliberal, que pretende barrer del mapa todo vestigio d concepción presista.

Es cierto que nos cuesta encontrar los mecanismos de lucha más adecuados para enfrentar, frenar y vencer una ofensiva neoliberal que ha sumido a los trabajadores uruguayos en una miseria creciente, que ha rebajado el poder adquisitivo de nuestros salarios y ha generado niveles de desocupación y sub-ocupación como no habían conocido antes los hogares uruguayos.

Es cierto que las convocatorias de la Central en general han estado muy lejos de lograr la adhesión necesaria. Es cierto que nos debemos un debate a fondo sobre muchos aspectos y muy importantes sobre el quehacer de nuestra Central, debate que tiene referencia a aspectos de la táctica y la estrategia.

Todo esto era cierto el 30 de setiembre y los sigue siendo el 2 de octubre.

2. Pero hubo un 1o. de octubre de 1992

Y este 1o de octubre convirtió al Uruguay en el primer país del mundo que mediante la acción popular logró que el tema de las privatizaciones se resuelva a través de mecanismos de práctica de democracia directa por todo el pueblo oriental.

Ejerciendo la democracia directa resolveremos, no sobre un tema cualquiera, sino sobre la política de privatizaciones, sobre la piedra angular del proyecto conservador, como lo han reconocido representantes del gobierno. Y el movimiento sindical jugó un papel protagónico en este pronunciamiento político.

3. Tal vez un observador político desprevenido no entienda como se puede dar el contrasentido de ejercer un papel protagónico en una gesta de la magnitud de la del 1o de octubre en el marco de una situación de crisis.

Pero este contrasentido tiene su explicación, porque este pueblo tiene reservas. Los trabajadores tenemos reservas, porque con todas sus debilidades el movimiento popular y el movimiento sindical en este país no se han resignado. Existen. ¡vivimos y luchamos! Porque el movimiento sindical en Uruguay mantiene sus componentes esenciales: clasismo, vocación de lucha, rebeldía, compromiso con los problemas del país y su gente, unidad porque encontramos a través de nuestra política de relaciones los instrumentos que nos permitieron unir a todos los sectores políticos y sociales, que nos oponemos a una concepción de Estado, de país extranjerizado y extranjerizador.

Por estas y otras razones y mediante la aplicación de las leyes de la dialéctica, podemos explicarle a este observador desprevenido este enorme ejemplo que el pueblo uruguayo ha dado y del cual el

movimiento sindical ha sido protagonista destacado.

Es posible decir (y no es poca cosa decirlo) que sin desconocer ninguno de los componentes de crisis que nos aquejan, son las fuerzas populares y progresistas en el Uruguay los que están dando el mayor enfrentamiento al proyecto conservador en el cono sur de América.

Y esta afirmación tiene en la acción cívica del 1o de octubre su principal expresión, sin duda alguna, pero no es la única.

4. Lo primero será considerar la importancia del pronunciamiento del 1o de octubre para todo el pueblo uruguayo, para el futuro del país, para las perspectivas que nos abre de cada a la instancia de diciembre.

Pero no se nos debe escapar la importancia que el resultado del 1o de octubre tiene para el debate en la propia interna del movimiento popular y en particular en la interna del movimiento sindical.

Indudablemente este ejemplar pronunciamiento popular y el destacado papel que e el mismo juega el movimiento sindical, nos fortalece para encarar la movilización y la lucha, nos fortalece para encarar todos los debates que nos estamos debiendo.

Es en este nuevo cuadro político que llegamos a esta Mesa Representativa. Es en este marco político que esta Mesa debe analizar el tema original de convocatoria de la misma: la solidaridad con los trabajadores de ANCAL, de El Espinillar y los trabajadores de la industria azucarera que se encuentran en huelga de hambre en defensa de sus fuentes de trabajo. Una lucha que de alguna manera pone en el centro de la atención pública el tema de la desoucpación, el problema principal que afrontan todos los gremios del area industrial en nuestro país.

Y es en este marco político que la Mesa Representativa tiene la obligación de analizar otros aspectos:

a.
El futuro de la Seguridad Social e intentar detener la estafa que se pretende imponer a través de la rendición de cuentas, en momentos en que asistiremos a otro hecho histórico de gran importancia, que es la asunción en el Directorio del BPS de Luis Alberto Colotusso y Ernesto Murro, en representación de los trabajadores pasivos y activos, respectivamente.

b.
La lucha de varios gremios por mejoras sustanciales en la rendición de cuentas en discusión en el Parlamento.

c.
La lucha de los estudiantes, en especial los del Liceo Miranda ante las medidas represivas que se le han aplicado.

d.
El importante hecho político que significa la interpelación, el próximo 9 de octubre, en la Cámara de Diputados, a los Ministros de Economíay Finanzas, y Trabajo y Seguridad Social, por el tema salarial.

Es en este nuevo cuadro político que esta Mesa debe analizar el

plan de acción política de carácter inmediato que el movimiento sindical debe aplicar, en función de los temas que hemos señalado. Pero es también en este cuadro político que esta Mesa Representativa debe reafirmar la necesidad de comenzar un debate en profundidad de la estrategia del movimiento sindical, y debe definir las instancias en que ese debate estará planteado.

Tenemos que comenzar a discutir y definir las fechas y características del próximo Congreso del PIT-CNT y la posibilidad de encarar una instancia del tipo de un Encuentro Nacional por Soluciones, antes de la realización del Congreso.

Es necesario analizar estos hechos hoy más que nunca, a la luz de las perspectivas que nos abre el accionar del movimiento sindical y otras fuerzas sociales y políticas, en especial luego del histórico triunfo popular del 1o de octubre.

Podemos y debemos encarar el análisis y definición de toda esta temática, y debemos hacerlo en el marco del afianzamiento de los criterios de unidad, que son patrimonio sustancial del movimiento sindical en Uruguay.

6. A partir de este análisis político de coyuntura, de los temas que presidieron la convocatoria de esta mesa, y de los que entendimos necesario incorporar y que han sido expresados en el informe, es que el Secretariado ejecutivo de la Central trae a la Mesa Representativa la siguiente propuesta:

A.
La Mesa Representativa destaca la importancia del histórico pronunciamientopopular del 1o de octubre, y hace llegar su caluroso saludo a todos los Sindicatos, a la organizaciones y políticas, y en especial a los Plenarios del Interior y el resto de las organizaciones que han hecho posible el triunfo más significativo que hasta el momento hemos obtenido contra los partidarios del neoliberalismo salvaje.
UNANIMIDAD

B.
Reivindicar el objetivo de la derogación de la Ley de extranjerización de las empresas del Estado como centro principal de la lucha del movimiento sindical. Lucha que se enmarca en el cometido de derrotar en los diferentes aspectos el proyecto neoliberal y en el entendido que la referida ley es la piedra angular de dicho proyecto.

Asimismo se reivindica el proyecto de reforma de los servicios de Pluna surgido del trabajo de los compañeros del Sindicato de la Empresa aérea y la Comisión de Defensa del Patrimonio y Reforma del Estado.
UNANIMIDAD

C.
Convocar al conjunto del movimiento sindical para una jornada de movilización en Montevideo el miércoles 7 de octubre, bajo las consignas:

-TRABAJO PARA TODOS
-POR UNA AUTENTICA REFORMA DEL ESTADO
-POR UNA SEGURIDAD SOCIAL QUE JAMAS PIERDA SU CARACTER SOLIDARIO
-POR SALARIOS DECOROSOS

La movilización consistirá en:

- Paro de actividades a partir de la hora 12
- Concentración a las 13 horas en la PLAZA MATRIZ frente al local de ayuno de los compañeros de la industria azucarera.
- Marcha a pie hacia el BPS y concentración y acto en la Explanada del Banco.

- Asimismo, todos los miembros de la Mesa Representativa participarán en el acto de asunción de los directores representantes de los trabajadores. Se invita a todos los compañeros de diferentes gremios que puedan participar de este acto a las 17 horas a estar presentes.

Votación paro parcial: afirmativa 22
Abstenciones 5 (SIMA, SUTEL, AEBU, FUM, AFCC)
Votación de la movilización: UNANIMIDAD

D.
Se propone a los gremios la discusión de la oportunidad política para la realización de un paro general de 24 horas, de carácter nacional para el 14 de octubre, en reclamo de cambios en la orientación del gobierno en la políticas que se vienen desarrollando en los temas de principal preocupación de los trabajadores: fuentes de trabajo, salario, etc.

A los efectos de definir la pertinencia política (o no) de adoptar una medida de este tipo, se convocará a una <u>Mesa Representativa Nacional Ampliada para el próximo VIERNES 9 DE OCTUBRE A LAS 18 HORAS EN LA SEDE DE AEBU</u> (Camacuá 575)

Afirmativa: 21
Negativa: 3 (ADEOM, SUA, SIMA) (Propusieron pasar a discusión un pago sin fecha)

E.
Convocar a los trabajadores y el pueblo a llenar las barras del Parlamento el 9 de octubre, cuando en la Cámara de Diputados se realice la interpelación de los Ministros de Economía y Trabajo, en torno al tema salario de los trabajadores públicos.

La Mesa Representativa y las Directivas de los Sindicatos que la componen asumen el compromiso político de estar presentes.

UNANIMIDAD

F.
Proponemos a la Mesa Representativa su participación en la reunión con la Comisión de Legislación del Trabajo de la Cámara de Diputados, que realizarán los representantes de la FANCAP, SUDORA y UTAA en torno al tema del mercado azucarero y la defensa de la fuente de trabajo de miles de trabajadores del Norte del país. La Mesa participa como aval político del reclamo de los sindicatos.

UNANIMIDAD

G.
Proponemos que la Mesa Representativa, reafirmando la decisión política de comenzar un debate a fondo sobre aspectos de la táctica y la estrategia del movimiento sindical, convoque a una

Mesa Representativa Nacional Ampliada para el 17 de Octubre.
Para dicha instancia a los documentos emanados de la instancia de reunión de directivas oportunamente realizada en FOEB (y ya enciados a los gremios) se le sumará el documento que surja de la reunión del Secretariado del PIT-CNT del 6 de octubre.
UNANIMIDAD

H.
Se convoca a los gremios (de acuerdo a disstribución hecha por la terna del PIT-CNT), a participar en las barras, mientras el Parlamento continúe discutiendo los temas de Seguridad Social.
UNANIMIDAD

I.
Se propone realizar un mensaje de salutación a los Estudiantes del Liceo Miranda.
UNANIMIDAD

J.
Definir una instancia de reunión de Comisiones Directivas, que se le pondrá fecha en la MRNA del día 6.10.92
UNANIMIDAD

K.
Asimismo pasar a discusión de los gremios, para la Mesa del día 17:
- fecha del próximo Congreso del PIT-CNT
- posible convocatoria a un Encuentro Nacional por Soluciones

Montevideo, 2 de octubre de 1992

ORIGINAL

9209383

920528 : 06/10/92

INFORMACION GENERAL DEL PCU

954-A-I

B-2

- Adelantando MEMORANDUM del AGENTE 954-A-I se adjunta Periódico "CARTA POPULAR" correspondiente al sábado 03/10/92.

C 002

001 | 018

9209383

30 10 92 fo

ORIGINAL - SR. JEFE DEL DPTO. I

r.m.

6/10/92
DPTO I
921113

9209383

9209383

Periódico del Partido Comunista de Uruguay (Frente Amplio)

Carta popular

Año 1 - Nº 2
Montevideo, sábado 3 de octubre de 1992
Precio: N$ 2.000

SE PUEDE

- El pueblo lo confirmó con 700 mil votos por la papeleta blanca
- Y en el referéndum del 20 de diciembre anulará la nefasta ley privatizadora









URUGUAY FUE UNA FIESTA. Apenas se tuvo la certeza del triunfo de la papeleta blanca, el pueblo se lanzó a las calles para festejar en todo el país. Una clarinada de entusiasmo hacia la jornada decisiva del 20 de diciembre.

Departamento	C. Escrut.	Emitidos	Rosadas	Blancas	En Blanco	Anulados	Observ.
Montevideo ...:	1632	377074	80[illegible]	357624	1191	487	9711
Artigas ......:	78	17463	279	16265	52	22	845
Canalones ....:	382	63883	1694	59834	192	86	2077
Cerro Largo ..:	98	16013	299	14751	58	40	865
Colonia ......:	150	28876	471	26977	116	41	1271
Durazno ......:	63	8220	149	7702	36	21	312
Flores ....:	33	4222	105	3907	31	13	165
Florida ......:	96	14996	215	13904	53	25	799
Lavalleja ....:	81	11292	227	10762	47	24	232
Maldonado ....:	110	22303	309	21292	56	25	621
Paysandu .....:	126	31590	401	29682	92	49	1366
Rio Negro ....:	57	11416	268	10725	46	17	360
Rivera ....:	121	21167	500	18843	88	36	1700
Rocha ....:	86	14360	270	13388	33	9	660
Salto ....:	133	28072	548	25959	72	35	1458
San Jose .....:	111	14498	328	13194	51	21	904
Soriano ......:	98	24104	436	22064	97	38	1469
Tacuarembo ...:	106	17814	215	16479	70	20	1030
Treinta y Tres:	66	8061	1[illegible]6	7528	30	11	316
T O T A L E S	3627	[illegible]5424	[illegible]	[illegible]380	2411	1020	25162

EL OBSERVADOR

... fiero

El Partido

PLENARIO DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO

El 21 de setiembre, se reunió el Plenario de Montevideo, que continuó analizando un amplio informe del Ejecutivo capitalino. Dicho informe, difundido por escrito, analiza los «Nuevos escalones de la estrategia neoliberal, que destroza el aparato productivo, aumenta la marginación y amenaza con introducirnos de la peor manera en el Mercosur».

El informe planteó las diferentes respuestas ante situaciones graves, examinando el nivel de las movilizaciones obreras, estudiantiles, de ganaderos y agricultores, y otras.

El Plenario hizo una evaluación de las celebraciones del 72º aniversario, coincidiendo los diferentes oradores en confirmar lo positivo de la caravana y del acto central, de las pegatinas previas, y del esfuerzo financiero. Se subrayó también que comenzó una afluencia de afiliaciones al PCU y la exitosa aparición de CARTA POPULAR, ahora con difusión nacional, y la necesidad de intensificar los logros para que prosiga siendo viable.

El Plenario finalizó con la adopción de diversas medidas para las movilizaciones del F.A. y la realización del referéndum.

El Plenario volverá a reunirse el lunes 5 de octubre.

EN EL CHAVES ¡PODEMOS!

El Comité Seccional elaboró un plan hacia el 1º de octubre, que en gran parte se cumplió una semana antes. La venta de CARTA POPULAR aumentó en un 25%. Se pintaron más de 30 muros.

Volvieron las carteleras a las calles; se repartieron 5 mil volantes para el 72º aniversario, y hubo participación en la pegatina central, del seccional y en las agrupaciones.

El Seccional editará su periódico propio; se está afiliando nuevamente y se superó el plan de campaña financiera. Hay varias agrupaciones cotizando y se prepara una rifa para el seccional. Dos hermosas banderas del Partido están flameando, recién inauguradas.

(Corresponsal)

EN EL SECCIONAL 16

En Paso de la Arena y en Las Torres hubo varias reuniones.

El campeonato de truco, organizado por el seccional, ya cumplió dos etapas con gran éxito (también financiero). En 6 lugares de la zona, hubo trabajo casa por casa para el referéndum.

EN EL SECCIONAL 22

Se reunió el Cté. Seccional ampliado y funcionaron dos agrupaciones.

EN LAS DECIMAS NORTE Y SUR

Hubo un almuerzo de camaradería, con buena asistencia.

EN LA 18 Y 24ª

Se reunió el Cté. Seccional.

SECCIONAL ESTE

Realizaron un exitoso acto en homenaje al camarada Arismendi, participaron en pegatinas para el 72º aniversario, participaron con varios vehículos en la caravana del PCU, con presencia de la UJC, se reunieron las agrupaciones de Zona 3, F. Ortiz y Zona 1.

EN EMPRESAS VARIAS

Trabajadores textiles de varias fábricas, se reunieron el viernes 25. El sábado 26 hubo un encuentro de camaradas del metal de diferentes empresas. Y los municipales, como todos los viernes, se reunieron en la Casa Central, igual que los anteriores.

SECCIONAL BALBI

El Seccional ampliado se reunió en dos oportunidades, así como los comp. del frente de propaganda que hicieron fajas, banderas y participaron en pegatinas.

SECCIONAL DI PASCUA

Realizó una cena de camaradería en su local, con entusiasta asistencia.

PROPAGANDA

El 2 de octubre se realizó una reunión en el taller de Agraciada y San Martín, para impulsar la propaganda hacia el acto de homenaje al Che. Y el jueves 15, a las 20 horas, habrá un nuevo encuentro de todo el frente.

FINANZAS

Entre numerosas actividades, destacamos una cena realizada en Agraciada y Suárez, con buena participación.

A TODOS LOS ORGANISMOS

Recogiendo una iniciativa del Chaves Sosa, invitamos a todos los organismos partidarios a nombrar sus corresponsales para informar en CARTA POPULAR, acerca de actividades realizadas y a realizar. ¡Los esperamos!.

LA REDACCION

El pensamiento siempre vivo de Enrique Rodríguez

La unidad obrera se sella poniendo tope la condición clasista sindical

El mes pasado se cumplieron dos años del fallecimiento de Enrique Rodríguez.

Fresca está en la memoria de todos los compañeros su imagen de luchador social que hasta los últimos días de su vida desarrolló denodados esfuerzos por preservar la unidad del Partido Comunista, cuya Dirección integró durante décadas.

Como militante y dirigente sindical, como legislador y publicista, desarrolló una intensa y proficua labor, orientada siempre a la defensa de los intereses de los trabajadores y del pueblo, en la perspectiva del logro de una sociedad sin explotados. Fue desde esa perspectiva, y sobre la base de la concepción marxista leninista, con la que, en tanto comunista, estaba consustanciado, que se esforzó por preservar el Partido como instrumento político fundamental para los cambios revolucionarios que condujeran a una sociedad en la que imperara realmente la justicia social.



Fue desde esa misma perspectiva que, en lo que respecta a la orientación del movimiento sindical, preconizó siempre, como principios cardinales, su unidad orgánica y su orientación clasista. En ese sentido, en uno de sus trabajos más importantes, «Un movimiento Obrero Maduro», vertió conceptos que mantienen plena vigencia, independientemente de las circunstancias históricas a que estuvieron referidos.

Más en esta hora en que, determinados dirigentes sindicales, a título de adaptar la estrategia a nuevas realidades, termina preconizando el renunciamiento a principios que son y han sido consustanciales a toda auténtica lucha por la real liberación de los trabajadores.

Tal es el caso de los siguientes pasajes del referido libro:

«Lo primero, es que el Movimiento Sindical es un auténtico crisol de unidad con amplia participación de miles y miles de trabajadores de las más diversas procedencias, tendencias y creencias; por ello son naturales en su seno los enfoques diferentes sobre distintos problemas tácticos, coyunturales y hasta ideológicos. Lo que salva esos obstáculos que podrían llevar a la división o atomización es una comprensión clara de la conc[...] clasista del sindicato y de [...]cha que él conduce, ya qu[...] hace prevalecer la condici[...] asalariado, de explotado, d[...] mano de clase, por encima [...] procedencia política o reli[...] aunque sin violentarla. La [uni]dad obrera se sella precisa[mente] poniendo al tope ese sign[o cla]sista.

"Pero dicho esto, que es [fun]damental, no desaparece [el he]cho de que vivimos en un [régi]men dividido en clases an[tagó]nicas, que los sectores y c[lases] dominantes expanden su id[eolo]gía a través de sus partid[os,] medios de información (qu[e es]tán esencialmente en sus [ma]nos), y que el ambiente po[lítico] y espiritual de una socieda[d capitalista] está saturada de ideas, [pre]juicios, equívocos, fal[...] que esas clases explotador[as ex]panden desde el nacimiento [has]ta la muerte del ciudadano.

"Claro está que, como [...]mara Lenin, la ideología de [...] sociedad es la de la clase s[...] dominante (en este caso la [bur]guesía); la clase obrera y [sus] aliados luchan contra esa infl[uen]cia nociva, contra la resignac[ión,] contra la marginación pol[ítica] de la clase obrera y su supe[dita]ción a la ideología de las cl[ases] sociales dominantes».

Celebraciones en el Interior

No sólo en Montevideo se celebró el 72 aniversario el PCU.

En Fray Bentos, con la presencia de compañeros del F.A. de todos los grupos y del Presidente del F.A., compañero H. Ferreira, hubo un hermoso acto en el que hablaron: Marcos Jerez, Tito Di Pascua, y Alicia Pintos.

En Paysandú, se realizó un acto callejero con más de 100 personas pese a un frío intenso, participando Héctor Escobar, y Daniel Berruti, quien también fue entrevistado en varias radios.

En Canelones, hubo actos en la ciudad de Canelones y en Las Piedras, con la oratoria a cargo de Marina Arismendi y en Costa Este a cargo de Ana Olivera.

Maldonado se hizo presente en el acto de la 20ª, con un ómnibus colmado de entusiastas compañeros, portadores de varios saludos frenteamplistas.

En Durazno, se realizaron varias reuniones, con la presencia del Dr. Daniel Banina.

En Salto, hubo numerosas reuniones en casas de familia.

En Bella Unión y Tacuarembó, se realizaron asambleas en diversos barrios, en preparación de actos próximos.

¡Carta Popular va!

El primer número de CARTA POPULAR, aparecido e[n] víspera de la conmemoración del 72º aniversario del PCU, ráp[ida]mente agotó su tirada. Este positivo recibimiento no sólo p[or] miembros y amigos del Partido, sino también por centena[res de] trabajadores frenteamplistas y de otras corrientes políticas, dete[rmi]na que nuestro periódico desde hoy cuente con cuatro páginas [...]

Así seguimos creciendo paulatinamente y aunque durant[e] tiempo mantendremos la frecuencia quincenal de aparición, apu[nta]mos a que CARTA POPULAR se convierta en un semana[rio] quizás con un número mayor de páginas de las que posee e[n la] actualidad. Para lograr esta próxima meta, es necesario, sin ning[una] duda, corregir insuficiencias relacionadas con la distribución [del] periódico y ajustar el funcionamiento del equipo de redacción y [...] colaboradores y corresponsales en los barrios, pueblos y ciuda[des]. No obstante todo esto, podemos afirmar que ¡CARTA POPUL[AR] va!

Falleció la camarada Graciela Salvatierra

El 15 de setiembre falleció la muy estimada compañera Graciela Salvatierra. Acompañamos en su dolor a José, su compañero.

Alma, Graciela, Malena, Mabel, Susana, Mirta y Dulcinea, del seccional Di Pascua del PCU.

Graciela Vaccarezza

Sus compañeros del comité 1º de mayo de la coordinadora N y de la Casa de la Mujer Unión participan con pesar su fallecimiento ocurrido el domingo 20 de setiembre

Alicia Apostoloff

El 18 de setiembre falleció esta abnegada y muy querida compañera que, hasta el último momento de su vida, militó incansablemente en el seccional Mendiola. CARTA POPULAR expresa su profunda solidaridad a los camaradas que durante tantos años compartieron la luchar indoblegable de la compañera Alicia.

Carta popular

Periódico del Partido Comunista de Uruguay - Frente Ampli[o]

Redactor responsable: Daniel Berruti
Felipe Cardoso 2090, Bloque 4G, Ap. 108, Montevideo
Director: Fausto Pérez
Administrador: Gerson Fleitas
Secretario de redacción: Rubén Acasuso
Diagramación: Laura Casartelli
Distribuidor: William Marino
Redacción y administración
Río Negro 1525 - Tel 91 71 71 - Fax 91 19 59 - Montevideo
Composición y armado: Dimagraf - Río Negro 1053
Autorización en trámite en el MEC
Depósito legal 256.028/92
Impreso en los talleres gráficos de S.[..]SA
Río Negro 1028 - Montevideo

El pueblo no se engaña

En vísperas de la votación por el referéndum, el Ministro de Economía De Posadas, con el desparpajo que lo caracteriza, anunció que el país había llegado a una situación de prosperidad poco menos que paradisíaca.

«La economía vuela» y «en el país se está dando un crecimiento a tasas realmente excepcionales», sentenció con tono eufórico.

Por si eso fuera poco, sostuvo» no creer que algún país industrializado del mundo esté cerca de ese nivel de crecimiento».

Difícil es saber si esas afirmaciones son resultado de un extraviado manejo de las categorías económicas o un alarde más del cinismo que caracteriza a los personeros del gobierno blanco.

De lo que sí no cabe duda es de que para la inmensa mayoría del país esas expresiones suenan a burla poco menos que macabra.

La propia Cámara Nacional de Comercio, que agrupa a los empresarios de ese ramo, acaba de plantear al Parlamento que el salario promedio de los trabajadores de la actividad privada se sitúa en N$ 695.750.

Si esos son los niveles de ingreso con que los trabajadores de ese sector deben solventar una canasta familiar que el mismo gobierno estima en más de dos millones y medio de nuevos pesos, difícil es imaginar cómo logran sobrevivir los funcionarios públicos, cuyas retribuciones son aún inferiores.

Por si esos índices no evidenciaran suficientemente la extravagancia de los conceptos de «crecimiento» y «vuelo» de la economía vertidos por el Ministro, podrían agregar los que refieren a la situación crítica porque atraviesan la mayoría de las actividades productivas.

Según lo denunciado por la UNTMRA, en la industria metalúrgica hay cada vez menos actividad y las perspectivas son las de un progresivo desmantelamiento.

Análogo o peor panorama han denunciado los trabajadores agrupados en la Unión de Obreros Curtidores, respecto a la situación de las curtiembres, en las que se avizora un colapso casi total. Y así podrían seguirse enumerando estancamientos, retrocesos y desmantelamientos, en toda una serie de actividades industriales, agrarias y comerciales.

Si ha habido crecimiento, y si la economía vuela, ello debe ocurrir exclusivamente en actividades que sólo favorecen al círculo restringido de privilegiados al que pertenece el Ministro De Posadas.

Esas actividades poco o nada tienen que ver con los intereses del pueblo y del país. Más bien puede afirmarse que se contraponen a ellos.

El aplastante triunfo de la papeleta blanca ha sido, entre otras cosas, la lúcida y condigna respuesta que dio el pueblo uruguayo a los cínicos desplantes de quienes creían poder engañarlo para continuar «creciendo» y «volando» a expensas de la entrega del patrimonio nacional.

Espejismos

El Partido Colorado reclama rebaja de impuestos

El Partido Colorado no está dispuesto a dar sus votos para la aprobación de la Rendición de Cuentas presentada por el Poder Ejecutivo.

De la actitud coincidente con el Gobierno que hasta ahora ha mantenido firmemente, pasaría a una postura de oposición, reclamando que no se castigue más a los contribuyentes con el pretexto de evitar el manido déficit fiscal. Contrariamente a lo que era de suponer, no son los misérrimos incrementos de sueldos propuestos para los empleados públicos, los que han motivado ese cambio de postura. Tampoco lo son las perspectivas de mantenimiento de una situación económica vergonzosa que la Rendición de Cuentas plantea para la enseñanza pública. Menos aún lo es la preocupación por lograr que ningún jubilado o pensionista quede ubicado en un nivel de ingresos inferior al que los propios organismos oficiales caracterizan como de indigencia.

Según se ha informado, la exigencia irrenunciable que el Partido Colorado plantea para mantenerse en la coincidencia es la de que se rebaje el aporte de los patrones a la Seguridad Social.

El Gobierno abandona el neoliberalismo

Uno de los principios fundamentales de la política neoliberal es que el Estado no debe destinar recursos para asistir a quienes se encuentran en situaciones económicas difíciles. Que cada cual corra con sus riesgos y que nadie apueste a la protección estatal, es la fórmula sagrada del neoliberalismo.

El gobierno blanco, que por boca del Presidente Lacalle no ha escatimado su entusiasta adhesión a la doctrina expresada en esa fórmula, demostrando que a veces se deja llevar también por sus sentimientos, se apiadó de la situación de los ganaderos y cometió la herejía de favorecerlos con medidas que se estima pueden significar una merma de varios millones de dólares en los ingresos del Estado.

Los popes del neoliberalismo han reaccionado con iracundia frente a esa grave desviación que pone al desnudo el verdadero sentido de la política que preconizan, más allá de su proclamado objetivo de favorecer el interés general.

El Economista Javier de Haedo, connotado asesor de la banca extranjera y ferviente partidario del neoliberalismo, efectuó al respecto los siguientes comentarios: «El Gobierno es liberal solamente cuando le conviene, liberal para un solo lado»...»Uno puede preguntarse por qué al agro sí y a otros no. Es más, cuando se hace una política salarial para los trabajadores públicos muy restrictiva y el gobierno dice «Bueno, efectivamente tenemos una situación fiscal muy delicada y tenemos que dar solamente un 5% para determinados funcionarios públicos, aun cuando la inflación había sido del 17%, porque no tenemos recursos». Bastante mal parado queda ese anuncio cuando ahora se dan 700 mil dólares, dos millones, cinco millones, al sector agropecuario, que ciertamente no es un sector tan necesitado como algunos sectores de funcionarios públicos».

El nuevo orden mundial

Aunque de nuevo no tiene nada, una vez más es motivo de asombro para los pueblos del planeta, especialmente para los del Tercer Mundo. Luego de tres años de negociaciones en la llamada «Ronda Uruguay» del GATT, los representantes de los países productores de materias agrícolas, no han podido conseguir una sola medida ventajosa, y ya todos anuncian su fracaso. También Europa vive con preocupación esta señal de atropello económico, de falsedad de los EEUU.

El 1º de setiembre, en una medida que reniega del liberalismo, que a su vez sustenta para nuestros países, el gobierno norteamericano decidió subsidiar las exportaciones de trigo de sus productores, en una medida proteccionista harto frecuente en las últimas décadas.

Es así que los países productores de trigo con saldos exportables serán perjudicados en forma criminal.

Imaginemos a Argentina dentro del Mercosur compitiendo en desventaja con los precios internacionales. ¿Cómo jugará cuando Brasil no compre en el área y lo hago al mercado del norte? ¿A quién colocará Argentina su producción? Solamente jugando igual, subsidiando directa o indirectamente podrá competir.

La pregunta es entonces: ¿Cómo lograremos los países agropecuarios enfrentar este «nuevo orden económico»?, ¿Con la conformación de bloques? Los hechos muestran que deberemos recurrir además a otras formas de acuerdos, no sólo comerciales, que son muy vulnerables.

Al juego de las potencias, deberemos impulsar acuerdos políticos regionales que enfrenten con firmeza este tipo de atropellos.

Necesitamos lo que Arismendi hace muchos años planteaba y que contribuyó al triunfo sandinista en 1979 y a la derrota del fascismo en el Cono Sur: La unión de pueblos y gobiernos. Para esto es necesario que los pueblos latinoamericanos se sacudan sus clases entreguistas y lleguen al gobierno de los países fuerzas y hombres de probadas concepciones latinoamericanistas y patrióticas.

Este camino no será fácil y por eso hay quienes caen en la resignación, en el «no se puede», pero primero se debe, ya que el mundo sigue necesitando ser transformado y segundo, hay que seguir dando pasos para que se pueda...



Una Hiroshima diaria

Continúa la conquista imperial comenzada hace cinco siglos. Las cuatro quintas partes de los recursos naturales del planeta están controladas y son consumidas por sólo una quinta parte de la población mundial. Esto determina que anualmente sesenta millones de personas mueran por desnutrición y hambre. Es decir, una cantidad diaria equivalente al genocidio de Hiroshima

Engendro de la dictadura

Como es conocido, el Dr. Tabaré Vázquez solicitó la cadena nacional de radio y TV para responder opiniones del Dr. Lacalle. Pero el presidente de la República le negó el acceso a dicha cadena, «amparándose» en el decreto-ley 734 del 20 de diciembre de 1978. Un decreto-ley de la dictadura fascista, suscrito por Aparicio Méndez y Walter Ravenna, que aún regula las actividades de las emisoras de radio y TV de este país No obstante ello, el Dr. Lacalle no vaciló en recurrir a semejante engendro que constituye un abuso de poder. Eso sí, todo en nombre de la sacrosanta democracia.

La solfa

He visto a la primavera
arrimarse a todo tren
llenando el mundo de flores,
(aunque de moscas también)

En una patria revuelta
entre el hambre y la injusticia,
su venida nos alegra
como una buena noticia.

LIRON

Aportes

Esta sección queda abierta a las colaboraciones de nuestros lectores. Las mismas no deberán superar los cincuenta (50) renglones de sesenta (60) espacios o toques de máquina cada uno y estarán escritas a doble espacio. Los juicios que se expresen serán de responsabilidad exclusiva de los autores, no admitiéndose escritos anónimos y ninguna apreciación que pudiera resultar agraviante para otras personas u organizaciones de cualq carácter.

La publicación de las colaboraciones se hará de acuerdo con su o de arribo a nuestra redacción. En todos los casos, la dirección de CA POPULAR se reserva el derecho de publicación y no procederá devolución de los originales.

Las tareas del Partido

Quisiera referir en estas líneas algunas de las ideas y dudas que se me presentan, en cuanto a la nueva etapa que vive nuestro Partido. Debemos tener en cuenta que este episodio sufrido en el seno de nuestro Partido ha sido como un desangre lento y duro, y que han quedado muchos puntos que *será necesario ir* aclarando con el correr del tiempo. Pero tenemos que recordar que hemos sido capaces de salir de situaciones igualmente difíciles. Cabe recordar los acontecimientos del 55, así como la dictadura, que quiso hacernos desaparecer por decreto, por «50 años».

Claro que este proceso actual tiene distintas aristas a los anteriores: una situación internacional que acrecienta estos problemas con la caída del bloque socialista.

Pero, como marxistas - leninistas, debemos tener la suficiente claridad como para interpretar y quizás comprender por qué se dio esta situación.

Eso lo debemos hacer entre todos, dar la *discusión*, comenzar a *interpretar* bajo nuestra filosofía el o los porqués y comprender, analizar y extraer las experiencias emanadas de esto, errores y aciertos. Esto no se ha hecho y creo que es una de las carencias que tenemos aún.

Con lo dicho anteriormente no estoy diciendo que el Partido deba encerrarse en sí mismo en esa discusión y quedar fuera de la problemática nacional. Nada más alejado, pero pienso que en el medio de la lucha podemos darnos los medios para procesar esa discusión.

Esto va enrabado con otro de los temas. Por ahora, según mi modesto entender, venimos corriendo los acontecimientos políticos, no hemos establecido una política global para enfrentar la que lleva adelante el gobierno en lo económico y en lo social. Creo que el Comité Central debería elaborar un lineamiento general de la política a llevar a cabo para que los compañeros en los seccionales y agrupaciones elaboren una política concreta para la zona, según sus características y fuerzas actuales, para luego volver a subir este plan al Comité Central, para que éste tome conocimiento del mismo y ayude en su cumplimiento.

Debemos dar la *lucha por el* reintegro de compañeros valiosos a la vida orgánica del Partido. Pero esto se va a lograr a base de un factor muy importante: la confianza.

Creo que en esta etapa todos tenemos que ganarnos la confianza del compañero que, con toda razón, duda de muchas cosas y sobre todo de los dirigentes (me incluyo en esta categoría). Nos han golpeado muchas amargas experiencias con compañeros por los que hubiéramos dado hasta la última gota de sangre y que, por seguirlos, muchos hemos postergado y hasta perdido cosas importantes en nuestra vida (familia incluida). No va a ser fácil recobrar la confianza y tampoco va a ser como *antes (tal vez sea positivo)*. Pero la confianza se va a ganar en el día a día y en el hombro con hombro con el compañero. Hacer de todo el Partido un colectivo de trabajo constante en todos los frentes, con más o menos responsabilidades, pero todos en una misma línea de importancia. Tal vez no haya interpretado lo nuevo y lo expuesto sea una mala interpretación de mi parte. Pero son preocupaciones que siento y que querría me aclararan. Sea como sea, no pretendo más que exponer mis ideas y en lo posible colaborar con algo que significa mucho, y creo significará mucho en mi vida y es el alcanzar una sociedad más justa sin explotados ni explotadores. Conseguir llegar a la sociedad del pan y de las rosas.

Porque creo y sé que es posible.

ANÍBAL CERREDELO

Edil comunista aclara

Ante preguntas y alguna versión equivocada deseo aclarar, cómo fue y qué resolvió el Congreso Extraordinario del P.C.U. realizado el pasado mes de mayo.

Allí se aprobó por UNANIMIDAD de delegados presentes mantener el carácter del Partido, o sea, seguir siendo un partido de la clase obrera, lo que no se debe confundir con partido obrerista.

Se aprobó seguir guiándonos por la doctrina científica del marxismo-leninismo, no como un dogma, sino precisamente como método científico para analizar e interpretar la realidad. Se ratificó la vocación frenteamplista de los comunistas, y se asumió el compromiso de multiplicar esfuerzos en favor del referéndum.

La validez de estas resoluciones, como la del propio Congreso, fue comprobada y corroborada, cuando un delegado consultó, en forma reiterada y exigente, si se daban en la composición del Congreso las exigencias que marca el estatuto. Entonces, allí se votó y se contó, una y otra vez, voto por voto, y se comprobó en forma fehaciente, terminante, que aquellos *requisitos de cantidad* de delegados, porcentajes de presentes, etc., que marca el estatuto, estaban bien y plenamente cumplidos.

De la misma manera se puede afirmar, que en la elección del nuevo Comité Central, donde votaron 1.149 Congresales, la elección fue controlada por una comisión y el escrutinio abierto a quien quisiera controlar, lo que le dio absoluta legitimidad a ese acto.

Por ello no se puede entender, y es totalmente injusto, que diputados y ediles que se fueron del P.C.U. digan que lo hacen -o que lo hicieron- porque el Congreso no fue *representativo*, «que no responden al nuevo Comité Central», «que son independientes». Y no digan qué no comparten, qué ideas cuestionan, qué resolución del Congreso les parece inaceptable. De lo contrario, debemos convenir que decir generalidades, igual que plantear cambios y no decir cuáles deben ser, es como proclamar que el capitalismo es malo y no *explicar que es la causa del hambre*, de la miseria, la desocupación etc. Y esto crea desconcierto, desaliento y descreimiento en la gente.

Entendemos perfectamente que democracia no es sólo «la mayoría se impone», sino que ella comprende escuchar las opiniones de todos, discutirlas, pensar que pueden ser justas, confrontarlas con ideas, buscar el acercamiento, ser flexible, paciente y tolerante. Pero después hay que decidir y votar. Y democracia es también cumplir lo que decide la mayoría, nos guste o no, de lo contrario se llega al caos y la dispersión.

Y esta «chance» no deberíamos dársela al *enemigo que ha trabajado* y trabaja mucho y bien, y nos ha ganado importantísimas batallas. No obstante, en el mundo aumentan los pobres y los marginados. Se mueren los niños sin agua y sin pan. Avanza la revolución científico - técnica y cada vez hay más desocupación y enfermedades que habían sido erradicadas y otras nuevas causan verdaderos estragos.

El equilibrio ambiental ha sido roto por el ansia de lucro y de mayores ganancias, y el mundo empieza a hacer conciencia de que son necesarias nuevas relaciones de convivencia p[...] var la vida toda.

Sin duda vivimos un inmens[...] jo del avance de los pueblos, un [...] del capitalismo con todo su pode[...] lidad y medios como no se c[...] hasta ahora; pero tanta hambre[...] injusticia, tanta corrupción, tant[...] bajo el capitalismo, nos permiten [...] rar, aunque sea con el corazón, [...] en el horizonte de la humanid[...] decir de Rodney Arismendi-, s[...] despuntar de las barras de un nue[...]

LUIS FERNÁ[...]
Edil de C[...]

El 15 se inicia [...] curso básico d[...] periodismo escri[...]

El jueves 15, a la hora 19 y 30 [...] la sede central del PCU (Río Ne[...] 1525), se iniciará el curso básico [...] periodismo escrito organizado [...] la Secretaría de Propaganda del [...] mité Departamental de Montevid[...] Este curso comprenderá diez se[...] nes a lo largo de cinco semanas, [...] lunes y jueves, en el horario de 1[...] 30 a 21 y 30.

El cupo de participantes está p[...] visto en unos 30 a 40 compañe[...] designados por sus respectivos s[...] cionales. Se solicita a estos que [...] los próximos días comuniquen a [...] mencionada Secretaría los nomb[...] de los compañeros participantes.

De militancia y otras yerbas...

Desde los ochenta fuimos comprendiendo de a poco, que las palabras tenían para cada uno de nosotros significados distintos, porque nuestras ~~experiencias de vida~~ más importantes habían sido diferentes. Decíamos «cárcel», «exilio», «clandestinidad», «resistencia», y las realidades que expresaban cada una de ellas, independientemente de la sensibilidad del receptor, eran diversas.

Discutíamos ardorosamente cómo organizar una asamblea abierta, para unos era una reunión de comunistas con amigos seleccionados, para otros un encuentro mucho más amplio. Tuvimos que ir ajustando, precisando las palabras, intentábamos entrelazar experiencias y realidades. Al pasar el tiempo había camaradas para quienes orientación era sinónimo de «verticalazo», plan igual a fechas y cifras, organización expresaba resecamiento y rigidez, porque así lo vivían.

A esta situación real se agregaron, intencionalmente, elementos de confusión.

Un día, para indignación de sus protagonistas, se maldijo a la generación del 68 como portadora nostálgica de vivencias y conceptos violentistas, espíritu de monjil martirología, incapacidad para la alegría y la comprensión de los tiempos nuevos.

Esa generación, que no era producto del mayo francés, surgió en los sesenta al calor de Cuba revolucionaria; acreció en el amor al pueblo en abstracto y en concreto, en la alegría del combate callejero, en el dolor de la muerte de sus compañeros; entre colores, canciones, banderas.

En medio de eso, se entusiasmó con los escritores latinoamericanos, amaneció en los boliches discutiendo a Marx, a Marcuse, a Sartre, a Régis Debray, al Che.

Cantó, leyó poemas, se enardeció opinando sobre las nuevas corrientes del cine sueco o francés. *Se enamoró, tuvo hijos*, con la *premura* y pasión de quienes están dispuestos a morir por los demás, porque aman la vida en todas sus manifestaciones y la viven plenamente.

El espíritu militante de esta generación fue estigmatizado, porque era necesario estigmatizar la militancia. Era preciso asimilarla a dureza, sacrificio inútil, esfuerzo estéril, fabricar la falsa contraposición militancia - vida, como forma de atacar el sustento mismo de la existencia de toda organización revolucionaria, sustento a su vez de cada una de las actividades colectivas de los seres humanos.

Se milita en la familia, se milita en el club deportivo, en la comisión barrial, en el grupo de viaje, en la parroquia, en el Partido, en cualquier lugar donde prima la generosa disposición a emprender tareas comunes.

Todo militante lo es de 24 horas diarias, y eso no supone que realice todo el día actividades sociales o políticas. Quien opta por la búsqueda colectiva y quiere ser coherente, es el mismo en todos sus actos y espera que todos ellos conduzcan a la concreción de sus aspiraciones.

El militante debe ser armónico, su actividad inteligente está impregnada de sentimiento, de afectos profundos, de respeto por sus compañeros y por los seres desconocidos con los que labora por objetivos comunes y también por aquellos con los que tiene *diferencias* coyunturales o de *más* largo aliento.

Si esos sentimientos y afectos determinan la militancia, si surgen y al mismo tiempo actúan sobre el quehacer colectivo, enriquecen a cada uno, lo hacen crecer como ser humano, es factor de desarrollo de sus mejores rasgos. Le hacen reaccionar por cada injusticia, alegrarse ante cada logro, enojarse con cada fracaso, entusiasmarse frente a cada desafío, y desenvolver una honda sensibilidad por los seres humanos concretos, individuales. O sea, estar vivo, en el más trascendente sentido del término.

Los comunistas estamos recuperando las canciones, la fraterna disposición a encontrarnos, el saludo de y a los desconocidos en esquinas y balcones, el respeto de los demás al recobrarlo por nosotros mismos. *Sonrisas* y abrazos postergados por largo tiempo distinguieron nuestro aniversario.

Estamos en un momento, en el que, todavía débiles, todavía con secuelas y cicatrices, co[...] tes de dificultades y riesgos, recuperamos las [...] zas y comenzamos a construir. Todos hemos [...] do este tiempo de forma diferente, en lu[...] diferentes, con edades, experiencias y urge[...] diferentes.

Con mucha paciencia y delicadeza hacia [...] uno, debemos continuar sumando vivencias, [...] rrollando juntos actividades y tareas; en la pr[...] común nuevos referentes colectivos se irán [...] truyendo.

No es raro, ni grave, que veamos las cos[...] manera distinta, pero cuidando no querer «[...] vertir» por decreto o por votación nuestro [...] doloroso pasado reciente.

Hemos repetido muchas veces la afirm[...] del Che de que hay que endurecerse sin per[...] ternura. Más allá de la significación compr[...] que él le daba, debe signar todos nuestros ac[...] convicción de que no hay que endurecerse j[...] porque un militante en la ternura nutre su fu[...] no su debilidad.

Transformar la sociedad, cambiar el m[...] desde sus cimientos es un acto de amor que [...] puede lograr amputando en nosotros parte [...] compleja, interesante, intransferible y co[...] abstracción que llamamos vida.

PEDRO BA[...]

Entre comillas

«Esto no nos puede suceder a los montevideanos cuando estamos tratando de subsistir, en medio de otras dificultades» (Jorge Crosa en «El País», 22 IX)

¡Cuidado, Crosa, con sus opiniones «subversivas», porque Cuqui puede hacerle dar un buen tirón de orejas!

«Lacalle se fue a el mazo y no aceptó el reto de Tabaré» (Título de «La Juventud», 24. IX)

¡Como para aceptarlo! Lacalle no tendrá argumentos, pero no mastica vidrio.

«Otros fungen de periodistas sin serlo. (...) O, en el mejor de los casos, hace tiempo que ningún medio los contrata por su baja calificación profesional, pero se siguen diciendo periodistas. Algunos de ellos no sólo están afiliados a la Asociación de la Prensa Uruguay (¿deberían estarlo?) sino que, además, integran su directiva y representan al gremio en el exterior». (Marcelo Jelen en «El Periodista» Nº 4, publicación de la APU).

Parece que por ese sindicato la bocha viene torcida y que algunos están poniendo las barbas en remojo, por si las moscas...

«El costo de la canasta familiar promedio ascendió en agosto a N$ 2.618.930, equivalentes a 828 dólares o a 10,4 salarios» (mínimos).

«La Canasta Gerencial de «Búsqueda» llegó en agosto a N$ 13.207.520". (Títulos de «Búsqueda», 24 IX)

¡Qué mal viven los gerentes con sólo 4.175 dólares mensuales! El lector puede calcular, apenas recupere la calma, a cuántos salarios mínimos equivale esa menguada cantidad de dólares.

Precauciones para trabajar ante pantalla (1º nota)

El terminal y la fatiga

Se ha calculado que las tres cuartas partes de la fatiga causada por el trabajo en un terminal de ordenador se pueden atribuir a un medio ambiente inadecuado.

Resulta sorprendente la cantidad de técnicos que no parecen darse cuenta plena de que un terminal no es un aparato de televisión, pese a su pantalla; ni una máquina de escribir, pese a su teclado. Las diferencias, sin embargo, entrañan consecuencias capitales en lo que atañe a dos componentes principales de un buen medio ambiente de trabajo: la iluminación y la posición del usuario.

Para trabajar con una máquina de escribir, la luz ideal es la de un foco fijado en el techo, una luz lo más potente posible. Para trabajar ante una pantalla, la luz circundante no necesariamente debe venir desde el techo, pero sí ser lo más débil posible. ¿Por qué?



INTENSIDAD Y LUMINOSIDAD

En la pantalla, el usuario mira un texto luminoso a una distancia muy corta. Por ello interesa reducir al mínimo la luminosidad de la pantalla, hasta el punto que permita la legibilidad del texto sin esfuerzo. Ahora bien, si la luz circundante es fuerte, no se puede atenuar la luz de la pantalla, porque debido a la falta de contraste entre ambas, no se podrá ver suficientemente bien. Por lo tanto, es necesario primero atenuar la luz circundante. De acuerdo con un estudio realizado hace pocos años en los EE.UU, la diferencia de intensidad entre ambas luminosidades no debe rebasar la proporción de 1 a 5.

Para el usuario -el periodista, en especial- que utiliza un terminal, surge una complicación: la mayor parte del tiempo trabaja a partir de notas o documentos colocados en la mesa, a su lado. Y para descifrarlos necesita una luz normal más bien fuerte. ¿Cómo armonizar estas situaciones? Sencillamente, a través del empleo de una pequeña lámpara individual provista de un pantalla regulable que permita proyectar un cono de luz sólo sobre los apuntes o documentos. ¿Por qué esa pantalla regulable? Porque si en la habitación hay otros terminales, dicha lámpara podría constituir una fuente de refracción sobre sus pantallas, como puede ocurrir con la luz natural a través de las ventanas.

La refracción y los reflejos deben ser evitados a toda costa, porque también ellos provocan una inevitable fatiga.

EL CUIDADO DE LOS OJOS

Hay que tener en cuenta que el ojo es esencialmente un músculo que conviene ejercitar, pero no fatigar excesivamente, porque entonces funcionará mal y repercutirá en la fatiga total.

El trabajo muscular del ojo está condicionado por la necesidad de su acomodación a diferentes intensidades de la luz. Y si al trabajo de lectura en la pantalla se agrega el de registrar las manchas parásitas de luz, entonces la fatiga aumenta considerablemente. La solución estriba en utilizar, además de la lámpara con pantalla antes mencionada, biombos y persianas de láminas.

Huelga decir, pero repitámoslo, que cuanto aparece en la pantalla determina asimismo el grado de fatiga, según el tamaño de las letras y su forma, el color de la luz (la blanca resulta menos fatigante que la verde) y el «spot», cursor que se pasea por la pantalla (siendo preferible el de luz constante y no *intermitente*).

Para el mejor cuidado de los ojos del usuario (ver nota aparte), éstos deberán situarse más o menos a la altura del centro de la pantalla, a los efectos de poder abarcar toda la superficie con un mínimo de esfuerzo.

RUBEN ACASUSO

Cómo aprender a parpadear correctamente

¿Qué puede causar defectos en la vista, además del natural envejecimiento de los ojos? Los defectos pueden desarrollarse a partir de la vista cansada. Una persona afectada siente comezón o una sensación de arena en los ojos o dolor. Esos defectos pueden aparecer, además, como consecuencia del cansancio de los ojos, el empañamiento de la vista y la fotofobia, es decir, la aversión o la aprensión ante la luz.

Las razones por las cuales los ojos del usuario de terminales comienzan a fatigarse prematuramente, pueden ser varias: pantallas mal diseñadas, luces inadecuadas, brillo de la pantalla, extensa jornada de labor y mal diseño del puesto de trabajo, entre otras.

Pero incluso si todas las condiciones de trabajo son óptimas, los usuarios de terminales se quejan con frecuencia de que sus ojos se resecan. Las investigaciones han demostrado que ello se debe al parpadeo incorrecto o reducido y que ese problema puede ser relativamente fácil de eliminar con ayuda de prácticas correctas.

El optometrista Dr. Antonio Joson, en la revista **The Chair Reports**, aconseja a los usuarios probar lo siguiente para llegar a un parpadeo adecuado:

1) Cierre completo de los ojos y 2) frecuencia de tres segundos entre uno y otro parpadeo. Pero además el Dr. Joson aconseja cumplir con este sencillo programa de cuatro semanas para parpadear correctamente:

• PRIMERA SEMANA

Ejercicio 1

Aprender a cerrar los ojos completamente. Al realizar este ejercicio por primera vez, resulta útil que otra persona observe si se hace correctamente.

Primer paso. Concentrarse en cerrar bien los ojos. Dejarlos cerrados un tiempo suficientemente largo para experimentar la sensación de que ambos párpados se tocan.

Segundo paso. Obtener un parpadeo relajado. Los párpados no deben temblar ni palpitar. Si es necesario apretar los párpados cerrados, eso significa que la persona no se halla relajada totalmente.

Mover los ojos de izquierda a derecha y viceversa, manteniendo los párpados unidos. Respirar profundamente. Mantener una respiración lenta y profunda.

Tercer paso. Permanecer con los ojos cerrados durante varios segundos.

Cuarto paso. Abrir los ojos nuevamente, cerrarlos y repetir la operación varias veces.

Quinto paso. Repetir estos ejercicios todos los días durante tres semanas.

• SEGUNDA SEMANA

Ejercicio 2

Aprender a parpadear cada tres segundos.

Primer paso. Contar «mil uno, mil dos y mil tres» y parpadear. Cerrar los ojos y contar de nuevo. Cerrar los ojos y mantenerlos así hasta sentir que los párpados se tocan.

Segundo paso. Repetir este ejercicio durante tres semanas.

• TERCERA SEMANA

Repetir los ejercicios 1 y 2 todos los días.

• CUARTA SEMANA

Repetir el ejercicio 2 todos los días.

Al finalizar este programa, se tiene un parpadeo correcto, que si bien no compensará la luz inadecuada o el emplazamiento incorrecto del terminal y el equipo de computación, sin embargo ayudará a los ojos del operador.

007

De aquí y de allá

Vox populi...

No hay nada mejor, para salir de dudas, que tocar la madre tierra. Cuando el sábado 19 comenzaron a agruparse los camiones, ómnibus, autos y motos en la explanada universitaria -lentamente al comienzo-, todos tuvimos la sensación de que vivíamos un momento trascendente. Y fue al desplegarse la caravana, con las banderas al sol y al viento, que se produjo ese contacto. Contacto con la gente en las calles, contacto que ya por Rivera iba in crescendo, cuando la sorpresa, la alegría, el entusiasmo se expresaban en el saludo, en la V de la victoria, en los jóvenes que saltaban en las esquinas, en los ancianos emocionados que agitaban los brazos, en las mujeres de barrio que se agrupaban para aplaudirnos. Se fueron sumando más camiones, más autos, más motos, y allá, en las profundidades de Montevideo, aparecieron los carritos con niños enracimados, y pequeñas y modestas banderas rojas en sus manos.

Todos, creo que sin excepción, palpamos esa inconfundible corriente de emoción y alegría, y ¿por qué no?, de extrañeza en muchos rostros, de perplejidad en otros, de simpatía siempre.

Parecían -parecíamos- decir: «¡Los muertos que vos matáis gozan de buena salud!». Pero ¡cuál no sería mi sorpresa cuando al final del recorrido, una muchacha levantó una pequeña pancarta, pintada con rápidos trazos, que decía precisamente eso!.

Ya la primera plana de **CARTA POPULAR** se había desplegado como una bandera en algunos de los vehículos: «¡Sí, este partido existe!»

Alegría en los rostros, aplausos, simpatía ¿y por qué no?, asombro de muchos montevideanos.

Y frente a **LA VEINTE**, con los ocho compañeros que nos miran siempre desde las fotos presentes en sus muros, abrazos fraternos, aplausos a los oradores, presencia juvenil y fresca de los muchachos y muchachas de la UJC. Presencia fraterna de todos los sectores del Frente Amplio.

En los días siguientes, la «radio bemba» funcionando a todo tren, hacía correr la voz para elogiar la caravana, los discursos, el poema de Bedano, el derecho a la vida y la alegría.

Con los pies sobre la tierra, pero para avanzar mucho, muchísimo más. Lo necesita nuestro pueblo y nuestra patria.

R.D.

Enfoques

El pueblo no permitirá que le roben el futuro

La dualidad blanquicolorada atenta contra la Escuela Pública

La Escuela Pública queda relegada día a día, padeciendo la fuga de docentes, multiempleo de los que aún permanecen en el sistema y la ausencia de estudiantes que releven a los miles que hoy llegan a la jubilación.

Los institutos privados de enseñanza se quedan con los recursos humanos más calificados, pues promedialmente retribuyen a su personal un 30% por encima de los salarios de la ANEP.

La caída del salario de los maestros y de los demás trabajadores de la enseñanza en general, es un hecho admitido y conocido públicamente. Desde el año 85, las gremiales han denunciado el hecho. En el año 89, los maestros se movilizaron par la Escuela Pública junto a padres, vecinos y amigos creando un verdadero hecho político. Ni Sanguinetti en ese momento, ni Lacalle ahora han respondido a estos reclamos, demostrando así que más allá de sus discursos políticos, la filosofía de ambos, en cuanto a la escuela, es similar. Son más importantes las directivas del Banco Mundial y del FMI que los intereses nacionales, para estos dirigentes políticos.

Las autoridades hablan y repiten discursos sobre la necesidad de aumentar el gasto educativo como prioridad nacional para mejorar su calidad; pero la realidad es que los presupuestos se recortan, se vetan las mejoras aprobadas en el Parlamento, se eligen los mensajes más restringidos, se rebaja el salario de los docentes, no se atiende a funcionarios y auxiliares, ni siquiera en los míseros porcentajes de los docentes.

Esta dualidad entre el discurso y los hechos ha ido generando descreimiento y frustración. Dualidad que se muestra no sólo en el tema salarial; sino que, peor aún, también en los temas profesionales. La actitud de los Consejos traduce una real falta de respeto al cuerpo docente, al desoír las resoluciones de las Asambleas Técnico - Docentes.

Los maestros han propuesto un cúmulo de soluciones y ha pasado un año sin que los Consejos dieran respuesta.

Soluciones que tienen que ver con el funcionamiento por sala de maestros, creación de cargos, equipos multidisciplinarios, nivel terciario para la carrera de maestro, apertura del IMS, cambio del reglamento de las ATD, no reducción de la carrera, etc, etc.

Ahora los maestros, en asamblea, han decidido comenzar una ronda de paros rotativos para terminar con un paro nacional de FUM por la Rendición de Cuentas.

Pero el sentimiento generalizado de maestros y funcionarios, expresado con claridad en las últimas asambleas y plenarios, más allá de estas movilizaciones, es señalar con fuerza la recuperación salarial. Claman por una medida conjunta de la CSEU. Medida que tiene que ver con el no inicio de cursos para el año 93.

Tendrá que trasladarse la discusión escuela por escuela para, con tranquilidad y conciencia, definir la medida anunciándola claramente a las autoridades, a los trabajadores y a la población antes de la culminación de clases del año 92; dando el tiempo suficiente para que se puedan buscar soluciones, si es que existe la voluntad de hacerlo por parte de todos los sectores políticos.

Recuperar el salario no es un acto voluntarista que mágicamente multiplique por cuatro los ingresos, ajustándolos a lo que es hoy la media canasta familiar, pero tampoco puede existir sin la voluntad política de priorizar realmente la inversión en educación.

TENEMOS DERECHO A LA NEGOCIACION COLECTIVA Y A UN SALARIO JUSTO

Algunos dirigentes piensan o expresan que existe aval del propio CODICEN y del doctor Alvaro Carbone para el establecimiento de una Mesa de Negociación entre el Poder Ejecutivo, la ANEP y los sindicatos de la enseñanza.

Personalmente pensamos que cada uno cumple su papel en esta tragicomedia, donde el «malo de la película» parece ser el Ministro de Posadas que insiste en imponer la política salarial sin respaldo legislativo, en contraposición a las opiniones de ANEP y del Ministro de Trabajo y a contrapelo de las necesidades de la gente.

La violación e inclumplimiento del Convenio Internacional del Trabajo Nº 98, que en su artículo 4 impone a los Estados la adopción de negociaciones colectivas con la educación, no es causa del «malo de la película»; es una decisión del gobierno nacional todo, con el apoyo de sus «opositores» colorados.

Es una irresponsabilidad con la educación, pero es además una provocación al pueblo uruguayo, profundamente vareliano, que no podrá ser testigo y cómplice silencioso de la agonía del sistema educativo y de la extinción de la profesión docente.

El pueblo uruguayo no permitirá que le roben el futuro. Se preparará junto a los trabajadores de la enseñanza a pelear por su derecho a la educación.

ALICIA PINTOS



AFUTU realizó su tercer congreso

Los días 19 y 20 del pasado mes se realizó el tercer Congreso de AFUTU (Asoc. de Funcionarios de UTU), con la participación de delegados de las escuelas de Montevideo y del interior del país.

El temario discutido fue el siguiente: Organización de AFUTU (estatutos). Organización de la CSEU; Organizaciones sindicales docentes internacionales; Proyecto alternativo de la Enseñanza Técnica; Sector agrario; Plataforma reivindicativa y salarial y Plan de movilizaciones.

El Congreso aprobó la propuesta de reforma est[...] planteada por la Comisión respectiva, así como tamb[...] propuestas realizadas por el sector agrario.

Los documentos emanados de las Comisiones qu[...] ron el resto del temario fueron enriquecidos con di[...] aportes de los participantes.

Por lo tanto, el Congreso entendió necesario ba[...] propuestas a las Escuelas para discusión de las b[...] facultar al Consejo Nacional de Delegados, que [...] reunirse a mediados de este mes, para su aprobación.

Propuesta de los trabajadores del BHU

Un nuevo Banco al servicio de la socieda[d]

Una vez más los trabajadores organizados dan prueba de su capacidad de propuesta. Son, en este caso, los trabajadores de AEBU (BHU), quienes han presentado recientemente su proyecto de reestructura de la Institución, tendiente a que la misma cumpla cabalmente con la finalidad para la cual fue creada: «atender las necesidades habitacionales de la sociedad uruguaya». Para lograr este propósito, sostienen que es imprescindible asegurar el apoyo presupuestal del Estado y, al mismo tiempo, transformar el organismo en una institución competitiva con el sector privado en áreas lucrativas, así como incrementar su eficacia en aquellas que hacen a su función social». En este aspecto, la eficacia debe manifestarse en el mejoramiento de los servicios que ya se brindan y creando otros, que el banco está en condiciones de prestar, señalan.

«La reestructura que queremos para el Banco lleva a que este construya viviendas con fines sociales...» Para ello hay que partir de la nueva realidad surgida con la creación del Ministerio de Vivienda y la reconstitución de Fondo Nacional del Vivienda y urbanismo que posibilita «el establecimiento de políticas coordinadas, elaboradas a partir de estudios globales y coordinando los aportes de todos y cada uno de los agentes involucrados: Ministerio, BHU, Intendencias, empresarios, cooperativas, ahorristas».

«En este nuevo contexto la experiencia atesorada por el BHU a lo largo de un siglo contribuyendo con una rica diversidad de soluciones habitacionales, debe jugar un papel de primerísima importancia en la concreción de una política de Estado para la vivienda».

«Por otra parte el BHU puede y debe tener iniciativa ante el Ministerio de Vivienda para llevar adelante bajo formas diversas, la programación y ejecución de nuevos proyectos habitacionales en todo el país, en coordinación con otros agentes interesados en ello, que aseguren un nivel constructivo adecuado, incrementando los controles sobre las empresas privadas que realicen la construcción».

La función social del banco debe expresarse, también, -afirman- en los criterios para la adjudicación de viviendas, para lo que se deberá tener en cuenta la situación del núcleo familiar, las necesidades reales por desalojo, falta de espacio (que conlleva al hacinamiento), problemas de salud, etc.

En relación con las tasas de interés y los plazos, se propone que sean diferenciados según los recursos de las familias aspirantes.

La construcción de viviendas debe complementarse con créditos para la compra, refacción y construcción por los interesados, favoreciendo tanto a los núcleos familiares como a cooperativas, sociedades civiles y fondos nacionales. En este punto se manifiesta la necesidad del estudio de una política de subsidios de tasa de interés. El subsidio provendría del F.N.V.U.

Otros aspectos de esta función social del banco serían el asesoramiento a las Intendencias en materia de políticas departamentales de vivienda y a los interesados en viviendas, a través de un registro que permita informar de todas las posibilidades de acceso a las mismas.

Respecto al financiamiento, se plantean una serie de ideas que aprovechando la experiencia e infraestructura del banco, lleven a la obtención de ganancias en distintas áreas, con la f[...] dad de amortiguar el aporte impo[...] de la sociedad. Es así que, entre ot[...] propone la construcción de vivi[...] de alta categoría, con condicion[...] venta y financiamiento diferentes [...] construidas con fines sociales, v[...] por el propio banco- de estas vivi[...] y de las construidas por el sector [...] do, servicio de intermediación [...] compraventa de propiedades, se[...] de administración de propiedade[...] bro de servicios relativos a la vivi[...] (UTE, OSE, ANTEL, etc.), a[...] miento arquitectónico, legal y no[...] diversas formas de capacitación de[...] rro con destino a la vivienda, así [...] varias operaciones bancarias rent[...]

El proyecto incluye, también, [...] puestas relativas al precio y cond[...] nes de venta de las viviendas y d[...] créditos de interés social, al mej[...] miento de los servicios del ente y d[...] recursos materiales, informáticos y [...] manos.

En cuanto a la conducción del B[...] se expresa la necesidad de la partic[...] ción de los usuarios y de los func[...] rios y la profesionalización de las [...] ciones de dirección.

* * *

Indudablemente, los compañeros [...] Hipotecario han realizado un trab[...] serio que, privilegiando lo social, [...] descuida lo financiero que debe e[...] como se desprende de la propue[...] siempre al servicio de una mejor c[...] dad de vida.

La propuesta está allí, falta ahor[...] voluntad política que la concrete. L[...] trabajadores han arrojado el gua[...] ¿Quién lo recogerá?

ANGEL PRA[...]

Gráficos "de obra":

Movilizados por Fondo de vivienda

El sector gráfico de imprentas, (también llamado de obra) está movilizado por uno de los aspectos sociales más sentidos: la vivienda. Sobre ello dialogamos con el presidente del SAG, José Coronel.

- ¿Cuáles son los antecedentes de esta situación conflictiva?

- En el 85 se había logrado, dentro de un convenio salarial, el establecimiento de un Fondo social de vivienda. Las patronales deberían aportar a partir del 1/11/85, el 1.15% de los sueldos de todos los trabajadores en planilla, para vivienda.

Por ese convenio también se estableció una comisión bipartita (obrero-patronal) que debería ejecutar planes en relación con el fondo.

Recién en el conflicto salarial del 90 logramos que las patronales hicieran efectivo el aporte a partir de agosto del 91.

Y en julio del mismo año la Comisión bipartita adquiere la personería jurídica y empieza a funcionar.

- ¿Pero qué pasó entre el 85 y el 91?

- Se generó una deuda patronal importante y la Comisión, aunque existía en el papel, no funcionaba.

- ¿Cuál es el monto de la deuda patronal?

- Ese es uno de los aspectos conflictivos. Nosotros consideramos que los cálculos deben realizarse en unidades reajustables actualizadas. Teniendo en cuenta que hoy el aporte patronal equivale a 0.80 UR promedio, reclamamos 3 millones y medio de dólares por todo el período. Las patronales plantean el carácter histórico de la deuda, niegan su actualización y según sus cálculos, la suma adeudada en 6 años sería apenas de 270.000 dólares (es ilustrativo que en estos 10 meses las patronales debieron aportar 350.000 dólares, cifra que sobrepasa lo que pretenden pagar por 6 años).

- ¿Qué papel desempeña en todo esto la Comisión bipartita?

- Esa Comisión está siendo utilizada por la patronal para presionar en la negociación. Se la deja sin funcionar y al mismo tiempo se hace una propuesta «mejorada» de 400.000 dólares que la directiva de SAG ha considerado insuficiente.

- ¿Y el conjunto del gremio?

- En la asamblea de hoy, enmarcada en un paro activo de 24 horas que fuera preparado por paros parciales también activos, evaluaremos esas medidas y estudiaremos otras para luego de la entrevista con la patronal que tendremos en días próximos. Podremos adoptar un compás de espera en las medidas de fuerza, pero la denuncia pública continuará.

- ¿Como presidente del sindicato, cuáles son las apreciaciones finales que harías a los lectores?

- En este sector de obra, que tiene una situación salarial de las menos malas, producto de la lucha, existen sin embargo muchos compañeros y sus familias con graves problemas de vivienda, por el pago de elevados alquileres o por desalojos o lanzamientos. Los trabajadores y su sindicato han luchado y han obtenido logros históricos sobre este tema, que hoy no estamos



dispuestos a perder. Además, ese 1,15% no aportado en 6 años, la patronal lo cobró a sus clientes en los costos y es dinero que ella estuvo trabajando y que dio dividendos a las empresas.

Es indudable que la lucha consecuente y organizada es la mejor defensa de las conquistas obreras. En eso estamos. Y aprovechamos para compartir con los amigos lectores un triunfo reciente del sindicato en otro sector: 17 compañeros despedidos del diario «La República» se organizaron y con el respaldo del sindicato y de su asesoría jurídica (la Dra. Cammarano) realizaron juicio a la empresa por despido abusivo. Finalmente lo ganaron, logrando un fallo que determina una compensación del 50%, sin precedentes en el sector y en el ámbito gremial general.

T.B.

Madera: obreros en lucha por un nuevo convenio

Luego de realizadas dos importantes asambleas en el gremio de la Madera, los compañeros Presidente y Secretario Ramón Espino y Luciano Moreira, respectivamente, resumen para CARTA POPULAR las decisiones adoptadas.

EL TEMA SALARIAL

Moreira, lápiz en mano, nos dice: «El convenio con la patronal caducó el 31 de agosto. Sin embargo, el último aumento del mes de mayo determinó un ajuste del 15.4% que debió aplicarse a partir del 1º de setiembre último, y no se aplicó, porque el Ejecutivo a través del Ministerio de Trabajo, consideró que ese ajuste era del 2,21%. Como se observa, resta aplicarse un 12,88%.

La asamblea del gremio no se planteó la validez del pensamiento del Ejecutivo, sino que resolvió exigir la aplicación de un 15% a partir del 1º de setiembre que, con el anunciado 2,21 y el reclamado 12,88%, llega a la cifra que el gremio exige aplicar..

- De lograrse esta aspiración por la cual se moviliza el gremio, ¿se contemplaría lo exigido?

- No pedimos que de inmediato el Ejecutivo homologue esa convocatoria, pues no estamos dispuestos a aceptar el 35% que fuera rechazado por el PIT - CNT. Estamos dispuestos sí, a firmar un convenio que contemple la productividad y reestructure las categorías. En toda la industria se ha observado un aumento apreciable de la productividad, que en materia de salarios no se ha reflejado en el bolsillo de los trabajadores.

ASPECTOS DE LA PLATAFORMA

El compañero Espino señala: «La asamblea reclama la defensa de las fuentes de trabajo y el funcionamiento de los Consejos de Salarios para Montes y Bosques, ratificando así lo resuelto por el gobierno anterior el 8 de octubre del 86 que el actual Ejecutivo, aceptando las presiones de la Federación Rural, no lo pone en vigencia. Van seis años de espera que esta democracia impone a quienes crean la riqueza exportable».

« Estas movilizaciones -dice Moreira, culminaron con el paro nacional del 16 de setiembre en el que 500 trabajadores, en representación de 100 empresas, señalaron el acatamiento por parte del 90% gracias al empuje de 60 aguerridos militantes. Luego el activo del 22 que fue muy representativo, lo que demuestra un estado de ánimo muy especial, resolvió concurrir al Parlamento para exigir a los legisladores un pronunciamiento sobre los salarios; respaldar a los compañeros que concurrirán al Consejo de salarios y cursar un telegrama al ministro del ramo para que también éste se expida sobre las propuestas elevadas para su resolución. Debe conocerse -apunta Moreira- que los trabajadores de la madera pasan por una situación difícil y no tienen convenio y que lo denunciamos conjuntamente con el SUNCA y la UNTMRA.

ROMOR

La reestructura del sistema financiero amenaza a la Caja Bancaria

Preocupados por la reestructura del sistema financiero y su repercusión en el gremio bancario, incluidos los cuadros pasivos, entrevistamos a Féliz Martínez, miembro del Consejo Honorario de la Caja Bancaria, representando a los trabajadores bancarios. Nos informó, como preámbulo, sobre la conformación del Consejo: «Está integrado por representantes de activos y pasivos, representantes de ABU y un delegado nombrado por el P. Ejecutivo, que en todos los casos debe ser bancario. Tradicionalmente, aunque no en este período, este delegado ha sido nombrado entre ternas propuestas por acuerdo entre ABU y AEBU. Todo esto es producto de una batalla de muchos años y en los hechos pauta la eficacia en la administración de esta Caja».

■ SITUACION ACTUAL DE LA CAJA BANCARIA

«Históricamente este Instituto estaba regido por un sistema de capitalización. Los capitales, que se habían invertido en títulos de deuda pública, permitieron construir represas, pavimentación, saneamiento...Por esta vía la Caja colaboró con el desarrollo del país. Pero luego de la reforma cambiaria y monetaria del 59 la Caja fue perdiendo su capital. Hoy estamos ubicados en el sistema de reparto: todo lo que se percibe se vuelca en el presupuesto interno. Tiene que ser así porque la relación activo - pasivo es francamente desfavorable y tiende a agudizarse».

«A pesar de la ajustada administración y de que los aportes tanto personales como patronales son LOS MAS ALTOS DEL MUNDO, los peligros de desfinanciación son reales, y tienen como causa fundamental la reestructura del sistema financiero. Si no logramos revertir esta situación, ya en dos años la Caja deberá usar sus reservas financieras, las que por sí solas, apenas permitirían atender entre 9 y 10 presupuestos mensuales. La reestructura no sólo reduce puestos de trabajo sino que aun con las partidas especiales de retiro, la cuota de aportes que se volcaría no solucionaría los problemas de fondo».

■ PROYECTO DE ESTE CONSEJO

«Procurando soluciones elaboramos un proyecto de ley dirigido a obtener la integración, en la esfera de Caja Bancaria, de empresas que operan en el sistema financiero pero que hasta ahora están afiliadas al BPS. Con



el correr de los años algunas empresas, como la Caja Popular, han desaparecido y aparecieron otras, como las cooperativas de ahorro y préstamo y las tarjetas de crédito, así como empresas de seguros y de contabilidad mecanizada. Por estos cambios se nos han restado inversiones. Nosotros pretendemos buscar que nuestro colectivo no siga disminuyendo».

■ PAPEL DE AEBU EN ESTA TEMATICA

Como representante de los trabajadores nucleados en AEBU, la pregunta referida a la postura del sindicato resulta insoslayable. «AEBU está abocada a apoyar la sanción de esta ley. Por ello convocará a una mesa redonda con los sectores involucrados en la temática del sistema financiero, a fin de contribuir a regular la reestructura evitando fundamentalmente la pérdida de fuentes de trabajo y permitiendo la consolidación de la situación económica de la Caja Bancaria».

■ EN PERSPECTIVA...

«Al momento se gestiona la elevación de este proyecto, que está en la órbita del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, al Parlamento.

La intención era que ingresara a la Rendición de Cuentas, cosa que aparece muy difícil. Pero se ha procurado el compromiso de las autoridades para que se eleve como proyecto de ley con la anuencia del Ejecutivo, ya que éste es un tema que requiere esa iniciativa».

Ocupación productiva de Promopes

La pesca está viviendo una crisis muy profunda. En lo que va del año cerró definitivamente Oceánica (ex-Urupez) y fueron rematadas Acer e Industrial Pesquera La Paloma. Las demás plantas no escapan a esa crisis y gran parte de los trabajadores están en el Seguro de Paro.

Promopes no es una excepción y nuevamente, sus trabajadores, estamos en el esfuerzo de mantener nuestra fuente de trabajo. Para ello, los trabajadores hemos decidido la **ocupación productiva** de la planta.

Esta ocupación no apunta contra los organismos de la Cooperativa, sino a obtener el apoyo de los organismos oficiales y financieros necesarios para poder seguir trabajando. Eso le da características propias a nuestra ocupación. No ocupamos porque haya cerrado Promopes ni porque estemos en conflicto interno: ocupamos mientras negociamos soluciones. Ocupamos porque la planta es nuestra y la vamos a defender. Ocupamos para sostener a nuestras familias, a pesar de las dificultades que tenemos para cobrar nuestro salario.

Ocupamos porque no queremos que se pierda Promopes para nosotros, ni para nuestro barrio, ni para el país.

En medio de esta porfiada lucha, estamos planteando a los organismos financieros oficiales un apoyo que nos permita una salida. Porque hay perspectivas reales para lograr la rentabilidad como empresa y con ello asegurar no sólo un importante puesto de trabajo para más de 300 trabajadores y sus familias, sino un apoyo importante a nuestro barrio y un valioso aporte de divisas para el país.

Comisión de Organización de S.O.E.P
CUPIP - PIT CNT

Ustedes son la continuación institucional del Partido Comunista

El general Líber Seregni, presidente del Frente Amplio, trasmitió su saludo al Partido Comunista pronunciando estas palabras: Compañeros, traigo el saludo fraternal de la Mesa Política y de los partidos y movimientos que integran nuestro Frente Amplio, en este 72º aniversario del P.C.U. 72 años, compañeros, que configuran un hito en la vida política de nuestro país. 72 años de alegrías y de tristezas, de triunfos y de derrotas, de encuentros entrañables; de separaciones dolorosas, pero 72 años de la vida política de nuestro país, en los cuales el Partido Comunista fue un protagonista esencial. Uds. son, compañeros comunistas, después de una época dolorosa de los últimos tiempos, de una crisis seria [illegible] fracturas que [illegible] la continuación institucional del Partido Comunista uruguayo. Son Uds., compañeros comunistas, los depositarios de ese rico patrimonio de 72 años (Aplausos). Son Uds. los custodios de ese historial que a Uds. los enriquece, que a Uds. los obliga, en forma muy particular, en el presente y hacia el futuro. Y transcurre, compañeros, este 72 aniversario en momentos importantes de la vida del Frente Amplio y en momentos trascendentes de la vida del país. Y Uds. lo marcaron, señalando esta conmemoración por encima de todas las cosas, como una etapa de movilización hacia el objetivo inmediato que tenemos en el Frente Amplio y en el país: el 1º de octubre y nuestra lucha por el referéndum, contra esa ley regresiva de los servicios públicos del Estado. (Aplausos). Lo marcaron con acierto en lo que es la continuidad de una lucha, repito, cada día que pasa es un día que se agrega, pero es un día que nos acerca a los objetivos que nos marcamos. El compromiso de ahora es el del 1º de octubre, pero después vendrá un 2, un 3, un 4, un 5, una infinidad de días que seguirán pautando nuestra lucha por el Uruguay que queremos, nuestra lucha por esa sociedad *más justa, más libre, más humana, más* participativa, esa lucha por nuestro Uruguay cuya soberanía estamos defendiendo en el momento actual enfrentados a esta ley regresiva, por esa patria más libre, más digna, más soberana que queremos. En eso estamos, compañeros, y en eso se inscribe, repetimos, esta conmemoración que Uds. realizan en la noche de hoy. El propósito de mi intervención, es como siempre, nada más que alcanzarles el cálido y fraternal saludo de un frenteamplista. Y decirles una vez más: de los 72 años de historia de los comunistas en el Uruguay, casi 22 son en el Frente Amplio, al cual concurrieron a formar. (Aplausos). Como siempre hacemos, alcanzamos nuestro saludo en estos actos de los partidos y movimientos integrantes del Frente, y nos retiramos con el permiso de Uds. Lo hemos hecho siempre, y lo haremos en la noche de hoy también. Pero antes de irnos, repito, un abrazo frenteamplista, un abrazo cálido, un abrazo compañero, a los compañeros frenteamplistas y comunistas del Uruguay. Y repetirles, aunque sea obvio, aunque Uds. no lo necesitan, por supuesto, pero es un aliento que unos a otros nos trasmitimos en estos días, con todas las energías: a apurar estos 12 días que tenemos hasta el 1º de octubre. A unir fuerzas, todos, dejando de lado cualquier otro problema. La meta ahora es el 1º de octubre y después del 1º de octubre seguiremos codo a codo, mano a mano, compañeros, como siempre buscando nuestros objetivos finales. ¡Compañeros comunistas: mi saludo! (Aplausos, cánticos, «Soy del Frente, del Frente soy yo»).

(Versión grabada no corregida por el orador).



Participación artística

Concluida la oratoria, el público escuchó emocionado la lectura del poema «Canción para el día siguiente», de Ariel [illegible], publicado en la primera edición de CARTA POPULAR.

Luego actuaron los artistas populares Yamandú Palacios, Edith Mercader y Miguel Angel Herrera y su trío Soweto.

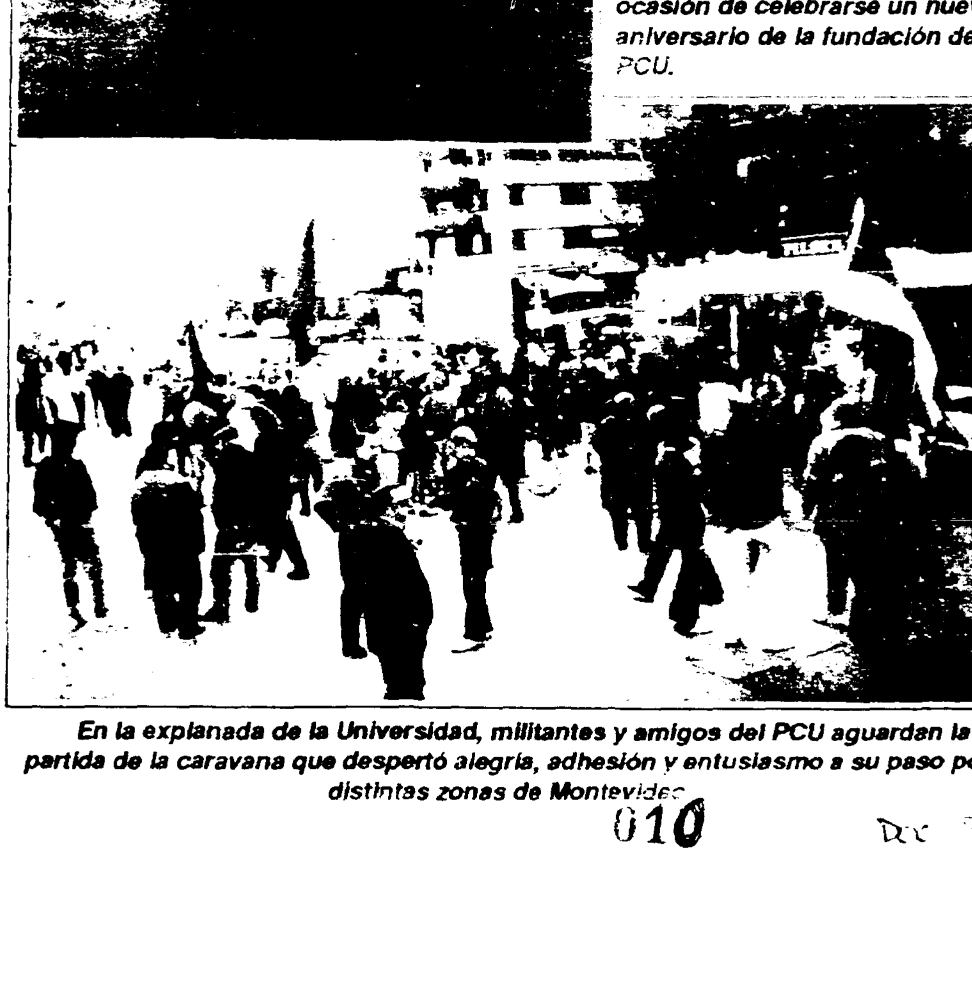
Por su parte, los jóvenes integrantes del conjunto **Capitán Ombú** actuaron antes de iniciarse la parte oratoria, cosechando el entusiasta aplauso de los presentes.



En el estrado erigido ante la sede de la histórica Seccional 20a., dirigentes del PCU y el Frente Amplio, escuchando las estrofas del Himno Nacional y de La Internacional, momentos antes de iniciarse la oratoria del acto conmemorativo del 72o. aniversario del Partido de los comunistas.



Vista de la larga caravana de vehículos que recorrió las barriadas montevideanas, con ocasión de celebrarse un nuevo aniversario de la fundación del PCU.



En la explanada de la Universidad, militantes y amigos del PCU aguardan la partida de la caravana que despertó alegría, adhesión y entusiasmo a su paso por distintas zonas de Montevideo

En nombre del Comité Central del PC[U] camarada Marian Arismendi se dirigió al p[úbli]co en los términos siguientes: ¡Aquí estamo[s los] comunistas! Aquí están nuestros viejos q[ueri]dos, que durante décadas construyeron el P[arti]do, lo defendieron, soñaron el futuro. [Aquí] están nuestros jóvenes comunistas, para q[uie]nes sus sueños se siguen llamando REVO[LU]CION. Aquí están porque nacieron a la [vida] política, a la lucha, defendiendo a Cuba rev[olu]cionaria y haciendo nuestro el pensamiento [y la] fuerza ética del Che. Aquí estamos, herm[anos] frenteamplistas, con la misma fraternidad [que] hemos practicado siempre, con la misma fr[ater]nidad con que Uds. se nos acercaron y [nos] protegieron en el pasado reciente, y que [les] agradecemos (Aplausos).

Aquí estamos celebrando nuestros 72 a[ños] porque nos negamos a morir a los 71 (Ap[lau]sos). Porque somos pueblo, camaradas, y c[omo] tal nos recreamos y nos reafirmamos en [la] lucha. Porque nacimos contra la injustic[ia y] mientras exista injusticia, habrá comunista[s en] todas partes y en cada lugar.

Aquí estamos porque somos fraguadore[s de] esperanzas. Nuestro aniversario no es un alt[o en] el camino. Lo hacemos como aporte a la re[sis]tencia contra la estrategia neoliberal del im[pe]rialismo [illegible] arrasa el contine[nte] [illegible] patria latinoamericana co[n] [illegible] destructor de la v[ida] [illegible] pueblo [illegible] hambre, desocu[pa]ción, miseria, enfermedad, marginación cu[l]tural. Pero [illegible], camaradas, [illegible] embiste contra nuestras cabezas, que qu[iere] nuestras cabezas, intenta instalarse en el[las,] convencernos de que no se puede pelear, que [no] se puede organizar, que no se puede avan[zar,] que no se puede ganar.

Pretende equiparar la lucha política a [una] charca de barro, que todo ensucia, que to[do] mancilla. Apuesta a que asumamos que nuc[lear en] organización sindical, organización social, [or]ganización política, es una tonta manera [de] renunciar a la vida personal.

Apunta a que sustituyamos el hacer po[r el] hablar, el creer por el dudar, el compromiso [por] la desesperanza, por el individualismo. No [lo] pudieron matar durante la noche fascista, a[ni]drentamos; no pudieron liquidar el sentimie[nto] unitario de los trabajadores, de los urugua[yos,] de la izquierda uruguaya. Hoy desatan s[obre] nosotros desánimo, desesperanza, frustraci[ón].

¡Contra eso, estamos peleando también e[l 1º] de octubre! Y ese día, dependiendo de nosot[ros,] dependiendo de nuestro trabajo y de nue[stra] decisión, abriremos una expectativa de fut[uro]. Defendiendo al Estado, para poder reforma[rlo] al servicio de nuestro pueblo. Defendiendo [la] soberanía del país, a partir de un pronunc[ia]miento soberano.

Defendiendo la democracia, ante el autori[ta]rismo de las trasnacionales. Defendiendo nu[es]tra capacidad, nuestra posibilidad de partici[pa]ción real y efectiva.

Los comunistas festejamos nuestro cumpl[ea]ños, volcando esfuerzo, volcando entusias[mo] en el trabajo del Frente Amplio. La unidad p[ara] nosotros fue y sigue siendo siembra que pro[te]ge, que fructifica en avances populares, que [nos] hace crecer a todos, que nos transvasa e inter[ac]túa, corrige errores- ¡si sabremos nosotros [de] eso!- y que potencia aciertos, de los que tambi[én] sabemos.

FUIMOS FRENTEAMPLISTAS ANTES DE QUE LA PALABRA NACIERA

Todos nosotros, todos los que estamos a[quí] fuimos frenteamplistas antes de que la palab[ra] existiera, antes de que el frente Amplio exist[ie]ra. Nos encontramos en los barrios, en las fáb[ri]cas, en cada pelea, en cada problema en q[ue] trabajamos juntos, donde sufríamos juntos, do[n]de nos alegrábamos juntos. Manifestamos ju[n]tos por las libertades, nos pronunciamos junt[os] en la lucha por soluciones para nuestro puebl[o]. Juntos estábamos cuando intentaron extern[mi]narnos. Juntos cuando reconquistamos la dem[o]cracia. Juntos cuando la celebramos por [illegible]

"Festejamos junto a nuestros hermanos del Frente, fortalecidos por su presencia y su afecto"



...s.

...untos con nuestra convicciones diversas, con ...tras alegrías, con nuestras tragedias, con nues... diferencias, con nuestro sentimiento unitario ...encima de todo. Que lo materializamos en el ...imiento, que es el Frente Amplio. Que lo ...rializamos en la coalición, a la que éste recrea ...talece ¡Metiendo Frente Amplio en el pueblo ...eblo en el *Frente Amplio*!

...n este trabajo común en el Frente, los comu... brindamos esfuerzos inteligentes, organiza... también a esta primera experiencia de go... de la Intendencia Municipal de Montevi... Aprendiendo por el camino, la dignificación ... política y la dignificación del gobierno. ...diendo por el camino, la concreción de for... modos nuevos de participación popular. ...stableciendo inéditos relacionamientos!

...r **la unidad del Frente**, los comunistas ...namos nuestro compromiso. Con el trabajo ...la comité, en cada coordinadora, en cada ...amental del Frente Amplio; los comunistas ...namos nuestro compromiso! Reafirmamos ...o compromiso, en esa cotidiana, necesaria, ...cindible recreación de la fraternidad, cada ... cada momento, en cada lugar donde dos ...mplistas se encuentran y trabajan juntos. ...sos).

...odemos hacerlo, compañeros, porque deci... seguir viviendo.

... mismas manos que durante la dictadura ...a que el Partido siguiera existiendo en los ... en los volantes caseros, en las reuniones ...tinas, esas mismas manos se movieron ...ender al Partido y su existencia. El mismo ... y la misma convicción de los momentos ...os, recorre hoy esa voluntad, tozuda vo... que tenemos de reagruparnos. Ante el afán ...dor, somos unitarios. Ante el espíritu de ... comarca, de mirarnos el ombligo, segui...do profundamente internacionalistas. Ante ...lo a bajar los brazos, nos hierve la sangre ...nte, compañeros nos hierve la urgencia ...alidad uruguaya. Ante la desarticulación, ...nizamos.

...e estamos vivos, porque decidimos estar

■ «...CA ESTAMOS RINDIENDOLE ...NAJE A LA COMPAÑERA ALICIA»

...uiero decirles, compañeros, con mucha ... mucho dolor, con mucha impotencia, ...celebrando el aniversario del Partido en ...l Mendiola, al que habíamos ido duran... meses infructuosos, donde un par de ...s mantenían la bandera, recorrían las casas, iban a buscar a cada comunista, donde en una humilde cocina, con una camarada tantas veces llorábamos de rabia por el Partido que se nos deshacía, ayer celebramos el aniversario con un local repleto, con amigos frenteamplistas, con una enorme alegría. En esa humilde cocina, donde con esa compañera tantas veces solas, habíamos conversado y nos habíamos dado ánimo, la vimos resplandeciente, alegre, midiendo los frutos del trabajo de meses y meses, luego de esa celebración, esa compañera. **Alicia Apostolof**, falleció...Compañeros: no vamos *a hacer un minuto* de silencio, no vamos a hacer silencio, ¡porque acá estamos rindiéndole *homenaje* a la compañera Alicia, y a su esfuerzo, con esta caravana que recorrió los barrios, y *con nuestro* compromiso militante! (Aplausos)

Tenemos ante *nosotros* enormes desafíos. Y eso no nos asusta.

Los desafíos a los comunistas nos entusiasman, nos alegran, nos impulsan. ¿Fue alguna vez el tener enormes desafíos, a veces aparentemente imposibles de cumplir, razón de desánimo para los comunistas? ¿Nos desanimaron las frivolidades, las respuestas banales, el desafecto, los agravios, el desapego a los principios, es decir, a los intereses del pueblo, es decir, a los intereses de nosotros mismos?. Tenemos enormes desafíos. Elevamos como fuerza política real en la vida del país. Para eso, organizarnos. Para eso, desentumecer ya, rápidamente nuestros músculos solidarios. ¿O acaso a los comunistas alguien les tiene que ir a decir que vayan a brindar solidaridad a una fábrica ocupada, a un barrio con problemas, o a un lugar donde sufre alguien?

¿Es eso para nosotros un impedimento? Pero compañeros, hay que decirlo con franqueza: ¡todavía estamos entumecidos! ¡Todavía nuestros músculos sólidarios no funcionan como es debido!

■ DEBEMOS INFORMARNOS E INFORMAR

Para eso, para ser fuerza política real, elevamos como fuerza política real en la vida del país, *debemos informarnos e informar*.

Hoy, contando a partir de esfuerzos abnegados, a la comunista, con el renacimiento de nuestra prensa, con esa **CARTA POPULAR**, reencuentro con un rasgo esencial nuestro: la labor colectiva y la militancia ¡Escarnecida, atacada, dolorida militancia nuestra! Factor de existencia del Partido y de su desarrollo, luz para nuestra nueva etapa, voluntad, iniciativa, tesón, búsqueda, exploración, amor profundo a los hombres y mujeres, a los ancianos y a los niños, amor a nosotros mismos, respeto por nosotros mismos. Militancia, que resuelve el desafío de construir un Partido Comunis... continuador de su mejor pasado, pero también ...erador de su peor pasado. Sin duda, lo haremos ...responsabilidad con ese pasado, del cual so... continuadores, por necesidad, por honestidad ...nuestro pueblo, por honestidad con nuestros ...mpañeros del Frente. Debemos elaborar colec...tivamente respuestas, sin duda, a lo que pasó en el ...: ¡Debemos hacerlo! Es nuestra obligación! ... por lo hecho aquí, en el sur de este continente, ...nuestro dolido continente, ¿tendremos que res...ponder?

¿Tendremos que responder por no haber estado ...medio de la clase obrera, en medio de nuestra ...se? ¿Tendremos que responder por no haber ...dejado ... san... la defensa de la democracia? ¿Tendremos que dar cuentas al pueblo uruguayo, por no habernos esforzado en la apertura de sendas de unidad de la izquierda, de forja del Frente Amplio? ¿Debemos avergonzarnos por haber es... [illegible] ... movimiento estudiantil, que hoy ... [illegible] ... por las calles de ... ciudad ... eso no tenemos que respon... [illegible] ... De eso no tenemos que avergonzarnos (Aplausos)

■ DEMOSTRAR QUE ES POSIBLE UN SOCIALISMO REAL

Sin embargo, compañeros, tenemos mucho para corregir. Lo sabemos. Tenemos mucho para recrear. Tenemos conciencia de eso. Tenemos que demostrar que es posible un socialismo real, donde el poder no corrompa. Que es posible que los sindicatos, en ese socialismo real defiendan a los trabajadores, al mismo tiempo y en tanto defienden su propio Estado. Tenemos que demostrar que podemos ayudar a parir un tiempo nuevo, con hombres nuevos, con mujeres nuevas, portadores de una ética profunda, a partir de ser nosotros mismos, a partir de ahora, profundamente éticos.

Pobres como estamos, vaciados de medios económicos, comprometidos con los amigos, intentando con pasión, con indignación, con rabia, con fuerza, donde los ocho compañeros defendieron con su vida y con su sangre, nosotros tenemos que poner nuestras manos y nuestros esfuerzos para salvar esta casa, compañeros (Aplausos). Para recobrar la confianza, la confianza en nuestra fuerza, la confianza de nuestros amigos, la confianza de los comunistas, para poder recobrar también instrumentos a partir del aporte colectivo.

Es un enorme desafío para nosotros, construir direcciones colectivas, a lo largo y ancho del Partido, en todo el país. Direcciones colectivas respetuosas, responsables, que orienten pero que no sustituyan, que funcionen como cuerpo armónico pero no *uniforme*, que respondan por lo que hacen, ¡y que sean **OBLIGATORIAMENTE** *controladas por el conjunto del Partido*! (Aplausos)! Vamos a transitar por sendas desconocidas *en este aspecto*. ¡Absolutamente desconocidas!

Para por refrescar, por innovar, por flexibilizar nuestro trabajo, por dignificar los mecanismos de información y de vínculo en el conjunto de nuestro trabajo y de nuestro Partido, aprendiendo por la experiencia y *aprendiendo*, a partir de nuestro pasado reciente, que la participación no fue solamente una llave para salir de la crisis. Que la participación no es sólo coyuntural ni de momento, *sino que es característica*, es condición, es sustento imprescindible de nuestro trabajo, a nivel sindical, a nivel del Frente Amplio, a nivel del movimiento social, a nivel de propio trabajo del Partido.

■ ENRIQUECER, RECREAR Y DESARROLLAR NUESTRA TEORIA

Debemos alimentar la urgente, la acuciante impaciencia de **PENSAR**, de pensar todos, de pensar colectivamente, para poder elaborar, para poder trabajar. Y en esto, abordar una enorme tarea que tenemos por delante, que es el imprescindible enriquecimiento, recreación y desarrollo de nuestra teoría.

Decimos siempre y lo reafirmamos en el Congreso Extraordinario, que somos marxistas leninistas. ¡Demostrémoslo, camaradas!

Es nuestra forma de ver el mundo, es nuestra forma de analizarlo, es el cómo y el dónde nos paramos para contemplarlo, **pero para transformarlo**. Elaborando, en tanto transformamos, y transformando en tanto elaboramos. A partir y en función de nuestra práctica revolucionaria. Todos esos desafíos los resolveremos como Partido Comunista. Es decir, que los resolveremos como comunistas. Como mujeres y hombres individuales, irrepetibles, únicos, con nuestras historias personales, con nuestros sueños y nuestros anhelos, con nuestras carencias, con nuestras virtudes y nuestros defectos, con nuestra capacidad y nuestro *compromiso*. Cuidando, protegiendo, queriendo a cada compañero, a cada comunista. Porque el Partido *somos todos*. Y es de todos, de los que estamos aquí, y de tantos otros compañeros que todavía, *con dolor*, con confusión, con desesperanza están esperando que vayamos a verlos y que les digamos: "¡Compañero, te necesitamos!»

Festejamos nuestros 72 años, recién nacidos. Los festejamos por lo que fuimos, por lo que fuimos capaces de hacer hasta el día de hoy, que es mucho para lo que teníamos hasta hace poco, pero muy poco frente a todo lo que tenemos por delante, y a todo el compromiso que debemos asumir. Festejamos junto a nuestros hermanos del Frente fortalecidos por su presencia y por su afecto. Festejamos, camaradas, con la alegría de nuestra propia dignidad.

¡FELIZ ANIVERSARIO, COMUNISTAS!

(Aplausos vivos, estribillos).

(Versión grabada no corregida por la oradora. Los subtítulos pertenecen a CARTA POPULAR)

Adhesiones al acto

Se hicieron presentes en el estrado del acto del 72º aniversario del PCU -o enviaron mensajes de adhesión- todos los sectores políticos del Frente Amplio. El general Líber Seregni y el senador Danilo Astori recibieron el aplauso entusiasta del público, que entonó estribillos y canciones frenteamplistas.

Estuvieron presentes los diputados Carlos Pita, Sergio Previtali, Hugo Cores, Doreen Ibarra y Nelson Biasotti, el senador Germán Araújo, el dirigente socialista Luis Mardones, Jorge Zabalza, María de los Angeles Balparda. Y *se recibieron* adhesiones del senador Mariano Arana, Movimiento de Participación Popular, *Vertiente* Artiguista, Movimiento 26 de Marzo, Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros), Movimiento Revolucionario Oriental, Partido pòr la victoria del Pueblo, Corriente Popular Frenteamplista, Artiguismo y Unidad - Izquierda Cristiana, Coordinadora F (Cerro) del F.A., José López -delegado de las bases de Montevideo de la Mesa Política del F.A.-, Raúl Campanella - Partido Obrero Revolucionario, grupo de base del M.L.N del Cerro, además de otras.

También enviaron mensajes de saludo el Partido Comunista Colombiano, el representante del Frente Sandinista de Liberación Nacional en América del Sur, y Rina Bertaccini por la comisión de relaciones internacionales del P.C. de Argentina.

Asimismo la Coordinadora de Apoyo a la Revolución Cubana hizo llegar un cálido saludo.

La UJC convoca a los jóvenes a luchar contra el proyecto neoliberal



El camarada Marcelo Sánchez secretario de la Unión de la Juventud Comunista, inició la parte oratoria del acto manifestando: ¡Salud, compañeros frenteamplistas; salud, camaradas! Desde esta tribuna del pueblo, la UJC brinda su más sentido homenaje a todos los camaradas que en la hora, se jugaron por los principios que dieron vida al Partido y que hoy ayudan a la histórica tarea de reconstruirlo.

Tarea que se hace en medio de la campaña anticomunista más brutal de todos los tiempos, impulsada por la derecha y en la cual se unen algunos no tan de derecha. Campaña en la cual el agravio, la falsedad y los calificativos se suceden. Y nos califican, y dicen: qué esquemáticos, qué irreales, qué antidemocráticos. Y es en esto último, donde nos acordamos de aquella histórica frase que dice: «**Los gobernantes se llenan la boca hablando de democracia, el pueblo ni la nombra y sin embargo la paga con su sangre**». Nada de lo que tenemos hoy es regalado. Desde la misma independencia nacional, pasando por el voto del obrero y la mujer, hasta la propia caída de la dictadura y la posibilidad de gobernar la intendencia con nuestro querido FA.

Fue por la lucha consciente de todo el pueblo uruguayo a través de los años, lucha en la que los comunistas hemos aportado mucho desde las primeras filas. Si habremos pagado con sangre esta democracia. Grabados a fuego para siempre en nuestra historia, estarán nuestros mártires: Líber, Hugo, Susana, Ramón, Nidia y tantos otros militantes anónimos de todos los días.

Compañeros: es irónico el concepto de democracia que manejan ciertos señores, burguesitos ellos; pues para los jóvenes comunistas, antidemocrático y apátrida es este proyecto neo liberal, que está aplicando desde el gobierno la mayoría blanqui - colorada; proyecto de país que relega las principales aspiraciones económicas y culturales de nuestro pueblo y de los jóvenes para complacer los dictados del FMI y del imperialismo. Es hacer un doble discurso y decir a los jóvenes que «había que creer para crecer», que usarían la credencial, cuando lo que se usa más es el pasaporte. Antidemocrático es sancionar, basándose en el acta 8 (promulgada por la dictadura) a 10 estudiantes del Liceo Miranda, que lo único que hicieron, fue manifestar por las condiciones en que está la enseñanza (los reboques se caen de las paredes, faltan vidrios, no hay bancos, clases superpobladas, los profesores están mal pagos, etc.) Antidemocrático y antivareliano, es pretender implantar la matrícula universitaria, que en los hechos dejará a miles de jóvenes sin enseñanza superior y sentaría las bases de una futura privatización. Antidemocrático es decir que los jóvenes tenemos que prepararnos para el MERCOSUR y en los hechos se sigue desmantelando la UTU.

Antidemocrático es no votar hace unos días en el Parlamento, la suspensión del reajuste del BHU cuando cientos de parejas jóvenes se quieren casar y contar con un techo propio y no pueden porque el promedio de alquileres es de tres salarios mínimos. Antidemocráticos son los sueldos de hambre que cobramos y usar como pretexto la necesaria reconversión tecnológica, para mandar a cientos de jóvenes al seguro de paro. Antidemocrática y apátrida es la ley de empresas públicas, que se hizo para vender y canjear nuestras empresas por papeles, cuando éstas al dar ganancias son el principal sostén del presupuesto del Estado. Hoy como ayer, nos quieren cambiar el oro por espejitos de colores. Todo esto es parte del proyecto de país que tiene la derecha y para poder seguir adelante quiere que el pueblo se resigne. Que los jóvenes nos resignemos y nos matemos por promover una salida individual a la crisis. «Hacé la tuya», dice sutilmente.

Frente a esta realidad, la UJC convoca a todos los jóvenes: obreros, estudiantes, desocupados, a unirnos, a redoblar la lucha contra este proyecto de país, a frenarlo junto al pueblo el 1º de octubre, con la papeleta blanca en la mano. A no mirarla desde afuera, porque los jóvenes no sólo somos el futuro, también somos el presente: hoy es cuando sufrimos, hoy es cuando nuestros hermanos y amigos se van del país, hoy es cuando definiremos nuestro destino.

Convocamos a luchar contra la politiquería barata, que nos tiene en cuenta sólo como un número de votante, y a forjar desde cada centro de estudio, de trabajo o de barrio nuestro propio proyecto de país. Los convocamos a seguir profundizando el gobierno departamental, junto al Frente y a Tabaré, cogobernando desde cada barrio; **porque sí se puede, sí p... mos participar, sí podemos de... sí podemos ser protagonistas ... cambios.** Camaradas, el mejor h... naje de la UJC a nuestro queri... heroico Partido en sus 72 añ... continuar luchando. Porque p... demoramos, podrán confundi... pero no podrán jamás detener la ... cha de la historia.

Las causas que dieron a luz a n... tro Partido, hoy siguen más vig... que nunca; **mientras haya clase o... ra, habrá Partido y Juventud ... munista.** Con la cabeza fría, por ... ideología que resiste los más d... combates, con el corazón templ... por la pasión del revolucionario, ... tamos con todas nuestras fuer... nuestra consigna de compromiso. ... Partido salud, aquí está la Juven... ¡Viva el Frente Amplio! ¡Viva el ... tido! ¡Viva el Socialismo!

(Versión grabada no corregida ... el orador).

Secundaria: Estudiantes en pie de lucha



Los jóvenes estudiantes demuestran con su presencia firme, alegre y combativa, que la solidaridad es parte esencial de la lucha.

Ya en imprenta nuestra edición, varias decenas de alum... del Liceo Miranda continúan ocupando el instituto Lo h... desde el viernes 25, respondiendo a las sanciones impue... por el Consejo a 3 estudiantes, identificados y seleccion... arbitrariamente entre 60, por sus «antecedentes». Los e... diantes, no individualizados por nadie en la oportuni... habían manifestado su rechazo a la actual dirección de Se... daria ante una reunión de las máximas jerarquías con el cu... inspectivo, en ese local de estudios. Se distorsionó una ex... sión masiva durante la presencia jerárquica, caracterizán... como «ocupación». Pero se fue más allá: se pretendió «c... prar» la pasividad estudiantil haciendo firmar «compro... sos» de buena conducta.

Los estudiantes mostraron capacidad de diálogo; ... luego de prometérseles una respuesta para el día viernes, ... no llegó y decidieron la ocupación.

Lo más importante: los jóvenes muestran su disposició... lucha, que como ellos mismos lo manifiestan, es en defini... por los intereses de la educación, su papel en la misma ... libertad de agremiación y conlleva el repudio de una con... ción que conspira contra esos intereses.

Y también importante: los estudiantes no están solos. ... acompañan sus pares de otros institutos, padres, docentes. ... profesores del Miranda, ADES en su conjunto y tam... padres pretendieron mediar ante el Consejo, consciente... que las motivaciones estudiantiles deben ser comparti... más allá de cualquier consideración de opinión punt... porque son las de la defensa de la Educación Pública. ... resultados de ese intento no son inesperados: no fue... recibidos por las autoridades. Pero la lucha continúa.

Washington Puchetta, nuevo director de la División Turismo de la IMM



Puchetta visto por Tabaré Vázquez

• El nuevo Director de la División Turismo de la Intendencia Municipal de Montevideo, servicio dependiente del Departamento de Obras y Servicios a la Comunidad es, Washington Puchetta (46), casado, ex bancario, tres hijos, Oscar (25), Daniel (24) y Giorgio (15).

Nacido y criado en el populoso barrio de La Teja, fue elegido por el Intendente Dr. Tabaré Vázquez, quien fundamentó su elección con estas palabras: «El Sr. Washington Puchetta, a quien conozco desde hace muchísimos años, ha sido considerado para ocupar el cargo de Director de la División Turismo, en virtud de méritos propios que son muchos».

«Puchetta fue y es un gran trabajador social. Desde nuestras épocas de juventud trabajamos en la zona de La Teja, en el Club Social y Deportivo Arbolito...Fue pensador y creador de la policlínica de la zona...Trabajamos en las ollas populares cuando las huelgas de los frigoríficos del Cerro. Fue uno de los impulsores y trabajador profundo en la realización de los carnavales de la zona, el carnaval del Arbolito y, recuerdo un año cuando impulsamos la realización de un carnaval gratis, que se llamó: «Carnaval para Todos». Gran trabajador, es una persona honesta, comprometida con su pensamiento, de tal forma que su manera de [illegible], refleja lo que Washington Puchetta [illegible]

«Cuando nos llegó el ofrecimiento de Tabaré, para hacernos cargo de la División Turismo de la IMM, nosotros pusimos como condición «sine que non», la aprobación del Partido para aceptar dicha tarea». Con esas palabras nos recibe Washington Puchetta y nos aclara el fundamento para su aceptación de dirigir la División Turismo.

Habíamos concertado una estrevista con Puchetta, apenas supimos de su nombramiento -un cargo de absoluta confianza- y la aceptación por unanimidad del Comité Ejecutivo del PCU. «No hubo tiempo físico y real para reunir a todo el Comité Central, pero el apoyo [illegible] de los compañeros, fue lo que me decidió a aceptar el cargo».

Entonces, nos preguntamos si vale la pena hablar del pasado o apuntar hacia el futuro, a la cantidad de tareas que tiene por delante esa división de la IMM.

«En primer lugar - dice Puchetta- hay que reconocer la entrega que hacen los trabajadores de la IMM que están destacados en nuestra área de influencia. Todos aman lo que hacen, entonces las cosas salen bien. En segundo *término*, y sin «revisar» el pasado, yo encontré, cuando me hice cargo de la División, un atraso de unos 20 a 25 días, debido a los sucesos por todos conocidos. Y en tercer lugar, desde el punto de vista económico, todo depende directamente del Departamento de Actividades Productivas y Comerciales, el cual está bajo la intervención del Contador Jaime Comas. Ese sería, a grandes rasgos, el panorama que encontré cuando llegué acá, el 18 de setiembre».

LOS GRANDES TEMAS DEL TURISMO

Lo central para nosotros es vislumbrar a través de las palabras de Washington Puchetta, el panorama futuro de la División y su incidencia en un aspecto de la vida del hombre, que muchas veces está desatendido: su tiempo de descanso, su tiempo de ocio.

«Nuestra tarea en Turismo la podemos dividir en los temas centrales a tratar ya, de inmediato, y los de largo alcance que, de alguna manera, trascenderán el mandato de esta administración.

"Comencemos por lo inmediato: debemos establecer una rápida vinculación con el resto de los departamentos del país, en sus secciones Turismo. Montevideo es una puerta de entrada. Lo que ofrezcan los restantes departamentos en cuanto a turismo, debe estar representado en la capital, para que el turista potencial, tanto sea extranjero como uruguayo, tenga un panorama claro de lo que nuestro país le ofrece. Paralelamente a esto, debemos -en bloque, creo yo-, trabajar con el Ministerio de Turismo. Si queremos que el país sea tratado como centro de turismo, debemos funcionar todos en ese sentido».

«Después *estaría* el turismo social, relacionado con la tercera edad, la juventud, las visitas al Montevideo histórico, su riqueza en plazas y construcciones, en fin, hay mucho por hacer».

«No debemos ni podemos olvidarnos del Carnaval. Varias son las ideas ya consultadas con DAECPU y relacionadas con todo el quehacer de la fiesta de Momo. Desfiles, carrozas, reinas, cabezudos, invitados, llamadas, son muchas cosas que se aprietan por salir todas a la vez, pero de a poco iremos concretando cosas que hagan de los carnavales una fiesta de placer para todos: montevideanos y turistas. Y falta lo de la Rural...»

El espacio oficia de tirano. Dejaremos para otra ocasión conversar más extensamente sobre un tema apasionante como es el de Punta Espinillo y los viajes ecológicos por la capital de la república, las domas, etc. Por el momento le agradecemos a Washington Puchetta su amabilidad y quedamos comprometidos para volver sobre la División Turismo.

L.C.H.

Puente Colonia - Buenos Aires

¿Es una obra necesaria ?

Por tratarse de una obra de enorme trascendencia que determinará el futuro de Colonia y su gente [...]e influirá en todo el país, el Comité del Frente Amplio «Encarnación Benítez» quiere dar su opinión sobre el puente Colonia - Buenos Aires.

Reafirmamos que somos partidarios de toda [...]nversión productiva, que cree nuevas fuentes de [...]rabajo dando la posibilidad a todos de ganarse su [...]ustento y creando nuevas riquezas para el país, a [...] vez que somos fervientes defensores y luchado[...]s por el progreso, entendiendo que todo avance [...]entífico y/o técnico debe estar asociado al bien[...]tar del hombre.

En esta materia, la controvertida construcción [...] puente ha creado una justificada expectativa [...]e es necesario analizar en toda su magnitud.

Coincidimos plenamente con todos aquellos [...]e lo primero que se formulan es el *interrogante* [...] si esta obra gigantesca y de tan inmenso impac[...] social, aún imposible de determinar, es una obra [...]cesaria para Colonia y para el país.

Hasta ahora no hemos escuchado ningún argu[...]nto valedero en este sentido, ya que las invoca[...]nes al Mercosur, la integración regional, etc., [...] totalmente adicionales, puesto que, para la [...]ón con Argentina ya existen 3 puentes. Con una [...]ima parte del dinero que costará el puente, [...]icos especialistas afirman que se pueden po[...] nuestros puertos en niveles que permiten el [...]ajo de ferrys de alta velocidad, con esclusas [...] faciliten el embarque y desembarque, y no [...]siten maniobras por el viento, etc. Técnica [...] que se conoce hace 20 años y que aplican hoy los países desarrollados como son los [...]andinavos y EE.UU. por ejemplo. [...]tro lado, en el estudio de los resultados de tan [...]nsa obra, no hay una sola opinión en contra, [...]e antes, hay que adecuar la legislación uru[...]a para que el hecho no signifique un desastre, [...] el punto de vista del urbanismo y la reserva [...]rras.

[...]mbién es necesario pensar que, si bien se nos [...]e el puente a Colonia al ciudadano urugua[...] le va a costar nada (cosa que no creemos en [...]mo), si la ciudad va a crecer tanto como [...] se afirma, y se habla de cientos de miles; [...]ién serán los costos de la ampliación de las redes viales, de agua corriente, de saneamiento, de luz eléctrica, de recolección de basura, etc., por hablar de algunas necesidades imprescindibles?

La propia comisión que estudió el impacto del puente en nuestro departamento, integrada con técnicos franceses y otros de la Comunidad Económica Europea, señalaron estas necesidades como prioridades que corresponde a Uruguay resolverlas.

Asimismo el propio Ministerio de Viviendas Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente reconoce «su preocupación ante el avance del tiempo y se encuentra en la difícil responsabilidad de colaborar con las soluciones de los problemas referidos al ordenamiento territorial del departamento de Colonia y áreas de otros departamentos involucrados con la construcción del puente».

De manera que es conocido y reconocido por autoridades, técnicos, especialistas, etc., que antes hay necesidad de atender prioritariamente el ordenamiento territorial y la conservación ambiental, tener planes de desarrollo urbanístico, e ideas para su financiación.

Pretender hacer el puente primero y después atender aquellas necesidades, o hacerlo paralelamente, sería como poner la carreta delante de los bueyes o a su costado.

Lamentablemente, hasta el momento no conocemos ni a nivel del gobierno nacional o departamental que se hayan presentado leyes, iniciativas o planes que pretendan solucionar los requisitos señalados como imprescindibles.

La lógica, el razonamiento, lo inteligente y elemental, aconseja atender la opinión que surge de la realidad.

Querer hacer el puente hoy, ahora, por intereses que no se ha demostrado sean los de la gente de Colonia y del Uruguay, corre el peligro de que se pretenda después, querer tapar el pozo cuando ya se ahogó la niña.



En la póxima edición ,
CARTA POPULAR analizará
el triunfo electoral
del 1º de ocubre

Mensaje del diputado Ramón Guadalupe

Una numerosa delegación de Maldonado, llegó hasta Agraciada y Valentín Gómez, en un ómnibus pleno de entusiastas compañeros.

Los mismos fueron portadores de un mensaje del diputado del departamento, Ramón Guadalupe.

Su texto es el siguiente:

Compañera Marina Arismendi
Partido Comunista del Uruguay

Estimada compañera:

Ante la celebración del 72º aniversario del Partido Comunista de Uruguay quiero hacer llegar a los compañeros de todo el país reunidos en Montevideo mis congratulaciones desde Maldonado.

En el marco de una especial situación de nuevas coyunturas para el Partido en particular y para el Frente Amplio en general, parece oportuno señalar -y lo hago en mi condición de ciudadano independiente- que los comunistas de ayer, de hoy y de mañana han estado, están y estarán en la primera fila a la hora de defender los intereses populares; parece oportuno recordar que fue el PCU el que pagó uno de los precios más altos en la resistencia a la dictadura militar; parece oportuno indicar que buena parte de la organización preelectoral y de militancia transitó sobre los rieles tendidos por los comunistas para todo el FA.

Claro está que todos estos elementos son sabidos -tal vez mejor que ninguna otra organización política- por los compañeros comunistas. Pero a veces parece que nos olvidamos, que no recordamos los duros años de cárcel, ni el interminable exilio ni las generosas vidas ofrendadas.

El Frente Amplio se apresta a vivir instancias cruciales, como lo son la cercana jornada del 1º de octubre y la eventual del 1º de febrero. Al mismo tiempo es fácil percibir para quienes recorremos la República y hablamos con la gente, que hoy el FA está fuerte en la opinión de los electores y se perfila como nunca antes hacia el triunfo en 1994. Paradójicamente nos dejamos envolver en polémicas inútiles que socavan nuestra credibilidad como opción de gobierno. Es en momentos como éstos, los cruciales, los que pueden llegar a ser definitorios para la historia futura, que a esa gran barca que es nuestro Frente Amplio no le puede faltar el remo fundamental del Partido Comunista.

¡Salud, compañeros!
Ramón Guadalupe
Representante por Maldonado



Hay verdades tan evident[e]
que ya es inútil discutirla

Al cumplirse un nuevo aniversario de la muerte del comandante Ernesto Che Guevara, CARTA POPULAR reproduce un fragmento de las **«Notas para el estudio de la revolución cubana»** que escribiera en 1960, así como un poema de su autoría.

«...hay que introducir una postura general frente a uno de los más controvertidos términos del mundo actual: el marxismo. Nuestra posición cuando se nos pregunta si somos marxistas o no, es la que tendría un físico al que se le preguntara si es «newtoniano», o a un biólogo si es «pasteuriano».

Hay verdades tan evidentes, tan incorporadas al conocimiento de los pueblos, que ya es inútil discutirlas. Se debe ser marxista con la misma naturalidad con que se es «newtoniano» en física, o «pasteuriano» en biología, considerando que si nuevos hechos determinan nuevos conceptos, no se quitará nunca su parte de verdad a aquellos otros que hayan pasado. Tal es el caso, por ejemplo, de la relatividad «einsteniana» o de la teoría de los «quantas» de Plank, con respecto a los descubrimientos de Newton; sin embargo, eso no quita absolutamente nada de su grandeza al sabio inglés. Gracias a Newton es que pudo avanzar la física hasta lograr los nuevos conceptos del espacio. El sabio inglés es el escalón necesario para ello.

A Marx como pensador, como investigador de las doctrinas sociales y del sistema capitalista que le tocó vivir, pueden, evidentemente, objetársele ciertas incorrecciones. Nosotros, los latinoamericanos, podemos, por ejemplo, no estar de acuerdo con su interpretación de Bolívar o con el análisis que hicieran Engels y él, de los m[...] dando por sentadas inclu[...] teorías de la raza o la nac[...] inadmisibles hoy. Pero lo[s] hombres, descubridores [...] des luminosas, viven a pes[...] pequeñas faltas y éstas sir[...] mente para demostrarnos [...] humanos, es decir, seres [...] den incurrir en errores, au[...] clara conciencia de la altu[...] zada por estos gigantes de[l] miento. Es por ello que re[...] mos las verdades esenciales [...] xismo como incorporadas al [...] cultural y científico de los pu[...] lo tomamos con la naturalid[...] nos da algo que ya no neces[...] cusión.

Los avances en la ciencia [...] y política, como en otros [...] pertenecen a un largo proc[...] tórico cuyos eslabones se e[...] nan, se suman, se aglutina[...] perfeccionan constantemente

Autorretrato oscuro

De una joven nación de raíces de hierba
(raíces que niegan la rabia de América)
vengo a ustedes, hermanos norteños.

Cargado de gritos de desalientos y de fe,
vengo a ustedes, hermanos norteños,
vengo de donde venimos los «homo sapiens»,
devoré kilómetros en ritos trashumantes;
con mi materia asmática que cargo como una cruz,
y en la entraña extraña de metáfora inconexa.

La ruta fue larga y muy grande la carga,
persiste en mí el aroma de pasos vagabundos
y aún en el naufragio de mi ser subterráneo
-a pesar de que se anuncian orillas salvadoras-
nado displicente contra la resaca,
conservando intacta la condición de náufrago.

Estoy solo frente a la noche inexorable
y a cierto dejo dulzón de los billetes.
Europa me llama con voz de vino añejo,
aliento de carne rubia, objetos de museo.

Y en la clarinada alegre de países nuevos,
yo recibo de frente el impacto difuso
de la canción de Marx y Engels,
que Lenin ejecuta y entonan los pueblos.

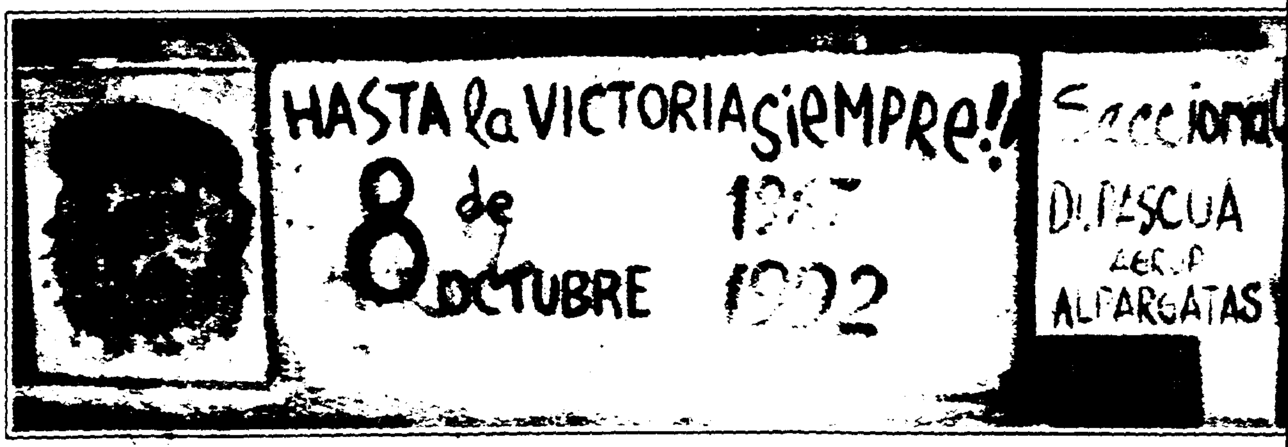
ERNESTO GUEVARA

Homenaje a Ernesto «Che» Guevara

PARANINFO DE LA UNIVERSIDAD
Miércoles 7 de octubre 19 hs.
MESA REDONDA
«Personalidad de Ernesto «Che» Guevara»
«Perfil solidario y revolucionario del Che»
«Pensamiento económico - filosófico del Che»
«Las ideas del Che en el marco de la situación actual»
PARTICIPAN:
Dra. Alba Roballo, Guillermo Chifflet, Raúl Fernando Sendic, Hugo Cores, Idea Vilariño, Eduardo Viera y Padre Vicente Mejías.

* * *

EXPLANADA DE LA UNIVERSIDAD
Jueves 8 de octubre 19.30 hs.
ACTO DE HOMENAJE AL CHE
Cine cubano, proclama y canto popular
Artistas invitados: Rubén Olivera, Mauricio Ub[...]
ORGANIZA: COORDINADORA DE APOY[O A] LA REVOLUCIÓN CUBANA



Apuntes sobre los 500 años de la conquista de las Américas

Ya nada fue igual

Desde entonces ya nada fue igual. Tarde o temprano, de una u otra manera, lo ocurrido hace 500 años cambió la vida de todos los habitantes del planeta.

Claro que no nos quedamos con lo que algunos gobernantes (no sólo europeos) señalan hoy como los «grandes aportes de América a la humanidad». Y abren la lista: el maíz, la papa, el maní, los frijoles, el chocolate, el tabaco, etc., sin explicar nada, sin poner en primer lugar lo que significa para pueblos y culturas.

Literalmente agarran para el lado de los tomates.

Hay formas más prolijas de esquivar el asunto. Se habla de «el encuentro de culturas», como si la Conquista hubiera sido algo así como un coqueto intercambio cultural, o una especie de encu[illegible] deportivo donde están los que ga[illegible] y también, «inevitablemente», los otros. Pero también se da la otra versión fácil, con matices (a veces sincera, otras según el público). Se escucha desde «lo que le hicieron a los pobres indios», hasta que «los verdaderos dueños de estas tierras son los pueblos precolombinos», pasando por supuesto por: «¡A lo que habrían llegado estas civilizaciones de no ser por los españoles!».

El lector puede haber escuchado ejemplos aún peores, que se relacionan con los diferentes grados de sensibilidad, de información e incluso de los intereses políticos que se expresen. Lamentablemente, los grandes medios de comunicación sólo suelen mostrar algunos costados del tema y recogen esas simplificaciones, sin hacer lugar a la explicación científica, más global y lógicamente más compleja. (Sospechamos que todo esto no es casualidad).

Lo realmente interesante puede ser empezar por pensar juntos qué fueron los viajes de descubrimiento, o cómo se abrió a sangre y fuego, a espada y cruz, la vida de aquellos viejos pueblos americanos.

Hace 5 ó 6 siglos, en Europa occidental se empiezan a vivir nuevos tiempos. Como frutos del feudalismo, la producción agropecuaria y, obviamente, la población habían crecido como nunca antes. Ya los comerciantes europeos hilaban tupidas y largas redes de comercio. Las ciudades amuralladas de la Edad Media (burgos), con su florecimiento, echaban a andar a multitud de burgueses que se aventuraban por tierra y mar. Nacía una nueva forma de intercambio y producción económica, una manera reciente de acumular y reproducir la riqueza.

Las grandes sociedades comerciales, la mayor acumulación monetaria y las manufacturas, expresaban la dinámica ascensión del capitalismo. Como es sabido, este proceso fue diferente en cada región.

Pero aunque en Europa existieran reinos muy atrasados económicamente, (como la propia Castilla), ya se vislumbraba que la historia pasaría inexorablemente por la incontenible expansión de este modo de producción, con todo lo que ello supone. Y la conquista europea de las Américas adquirió así un papel fundamental: por primera vez, con la búsqueda de nuevas rutas que enlazaran las riquezas de India, China, Japón, etc., una civilización tuvo un dominio realmente planetario.

El llamado Nuevo Mundo americano emergía al conocimiento de los humanos del Viejo Mundo, y rápidamente pasaba de ser una traba para el tráfico con Asia, a convertirse en un apetitoso botín, por la rica producción de sus habitantes y la abundancia de minerales preciosos. Millones de personas fueron exterminadas. Millones fueron explotados. Sus culturas descuartizadas y su futuro encadenado hasta hoy, porque fueron y aún son medidos como mercancías, como materia prima y fuerza de trabajo.

En todo esto se anudó la vida de los propios europeos, los de allí y los de acá; se arrancó de su suelo a millones de africanos y otros. En este sangriento parto del capitalismo ya brotaban enormes contradicciones. Pensemos en el extraordinario mestizaje de culturas, y cómo fueron afectados de distinta forma todos los pueblos que antes no estaban vinculados. En medio de la masacre que supone toda conquista y en los últimos 500 duros años, el crisol de pueblos afectados forjó múltiples formas de existencia, que tienen en potencia la posibilidad de construir una nueva realidad, que por su búsqueda ya se va anunciando como más solidaria, más humana.

En esa porfiada lucha, que es nuestra lucha, cada pueblo y cada cultura hace su contribución. Porque es necesario y es posible superar la explotación de unos humanos por otros, es tiempo ya de que nuestra formidable realidad mestiza haga un nuevo y muy diferente Descubrimiento: la transformación radical de su vida. Y ya nada será igual.

DANIEL COIRA

Después de haber vencido al cacique Caonabó y sus guerreros, Colón capturó a los indios que lograron escapar de la matanza.



Evocando a Arismendi

Cuando los compañeros del Seccional Liberoff (Este) realizaron el importante acto de homenaje a Rodney Arismendi en su local, el pasado día 12/9, con alta participación no sólo de los comunistas sino d[illegible] frenteamplistas de la zona, se evocaron los aspectos sustanciales de la figura de Arismendi.

Así, desde las palabras iniciales de la Cra. Norma de los Santos (sec. política del seccional), se destacó el estilo de trabajo parlamentario de Arismendi y su permanente vínculo con las masas, «verdadero ejemplo de militante y dirigente. Porque a partir de sus huellas continuaremos el camino, porque su obra y su vida trascienden más allá de su muerte, lo revivimos hoy y cada día, en nuestro compromiso inquebrantable de luchar por la forja de un mundo sin explotados ni explotadores».

La faceta ideológico - política estuvo plasmada en la parte central de la oratoria a cargo del compañero Eduardo Viera, quien afirmó en un pasaje: «Y cuánto hemos aprendido de Arismendi sobre tantos conceptos básicos: sobre la amplitud en la lucha, contra todo sectarismo; sobre la profundidad para llegar con nuestra línea a las grandes masas; sobre el concepto de democracia avanzada, como camino de transición al socialismo. También sobre una nueva hora de América Latina, que cuando fue dicho se comprobó en la Cuba heroica que sigue enhiesta como ejemplo, el mayor ejemplo de dignidad mundial en defensa del socialismo...»

Finalmente, lo entrañable del camarada Rodney se destacó al cumplirse la parte más emotiva del acto: cuando Alcira Legaspi, su compañera, descubrió un mural con la foto de Arismendi, dijo brevemente: «Por supuesto no agradezco porque Arismendi nos perteneció a todos.

'Y digo que efectivamente homenajear a Arismendi, es reafirmar nuestra condición de comunistas, es reafirmar nuestra condición revolucionaria. No es solamente una recordación a alguien que quisimos mucho y que tanto hizo por nuestro partido, por la clase obrera, por el pueblo; es fundamentalmente hacer los máximos esfuerzos, para que aquellas ideas principales a las que él entregó toda su vida, no sean derrotadas, sino que renueven, refortalezcan y nos den a todos el ánimo suficiente para seguir adelante».

Padres de alumnos en la educación

El pasado 6 de setiembre se dio a conocer en la prensa la preocupación manifestada por los padres de alumnos de los liceos 18 y 36, en lo que concierne a la implementación de los llamados «cursos de recuperación paralela». Estas personas plantean serias reservas acerca de la viabilidad y oportunidad de la medida, así como enumeran las incongruencias contenidas en la normativa que establece las modificaciones a los cursos de recuperación. La más significativa, en materia de incongruencias, es la referida a los criterios, o ausencia de criterios, respecto a los alumnos que prioritariamente deben asistir a dichos cursos: ¿Deben asistir primero «los que revelan más dificultades»? ¿O, por el contrario, deben hacerlo «los que estuvieron más próximos a la aprobación del curso»? ¿O se debe derivar por simple «orden alfabético» a los candidatos?

Y luego los padres de alumnos elaboran una abrumadora lista de imprevisiones, que van desde los recursos humanos y locativos hasta las simples normas de pasaje de grado, las cuales quedan en la mayor oscuridad. Es muy interesante la observación de que, si bien las autoridades consideraron imperativa la aplicación de la nueva modalidad, no se utiliza el mismo criterio para las instituciones privadas; estas instituciones tienen derecho a aplicarla sólo en el caso de que lo entiendan conveniente.

Pero, en última instancia, lo que preocupa a estos padres es el «grave riesgo de discriminaciones en la evaluación de nuestros hijos, que afectarían sus posibilidades de rendimiento o de recuperación real...» y se preguntan si esta «recuperación» sería necesaria si los grupos normales contaran con un máximo de 25 alumnos y el «personal necesario y capacitado para atenderlos».

Existe, en nuestro país, una larga tradición de participación de los padres de alumnos en relación a la enseñanza.

Recordemos las intensas luchas llevadas a cabo por las APALES (asociaciones de padres) en defensa de la educación popular, de la autonomía de la enseñanza y, en especial, la formidable movilización popular llevada a cabo contra la triste «Ley Sanguinetti», en los albores de la década del 70, cuando el ex presidente, muy joven aún, desempeñó malamente el papel de Ministro de Cultura.

Ahora bien, creo que lo característico de esta reclamación es que interviene en el propio proceso curricular. Con ella los vecinos hacen gala de un extraordinario sentido de responsabilidad al reivindicar su derecho a opinar sobre la educación, toda vez que entiendan que pueden hacer una contribución útil. Estos vecinos consideraron que la educación es un fenómeno que trasciende la mera manipulación burocrática de algunos técnicos. Abren un frente de lucha por su derecho a hacer de la educación un problema del pueblo, no solamente a la hora de sacarse la plata del bolsillo, que les hace falta, sino en cuanto a opinar acerca de qué educación necesitan sus hijos, cuáles deben ser sus principios inspiradores. Por lo demás, tienen toda la razón cuando advierten que la norma aprobada puede perjudicar a sus hijos. Están planteando el tema de los mecanismos de selección social personificados en la educación. A la vez asocian, de un modo preciso, la pseudo ayuda significada por los cursos de «recuperación paralela» -mal pensados y peor implementados- a la intención de ponerle curitas a una educación popular, herida de muerte por la prolongada penuria económica a que ha sido sometida sin pausa, desde el pachecato, por lo menos, hasta nuestros días.

Así es como pensamos que debe ser interpretada la intervención popular en el proceso educacional. Intervención basada en una visión clara de la educación, que critica lo que le parece que está mal y realiza propuestas que, por su orientación y naturaleza, definen el perfil de una actitud progresista frente a los asuntos educativos.

Pero no será el CODICEN, ni el Ministro de Cultura, ni ninguno de los personajes e instituciones que actúan inspirados en la estrategia neoliberal, los que se preocupen por abrir cauce a la participación real de los padres de alumnos en los asuntos que conciernen a la educación de sus hijos, que despejen el camino para propiciar la amplia participación de los trabajadores, vitalmente interesados en la educación. El espacio de intervención hay que ganárselo, y ganárselo todos los días, aunque se cometan errores, y a veces hablemos de lo que no conocemos todo lo bien que quisiéramos conocer. También encontraremos el apoyo de los que tengan más experiencia, para asegurar la mejor forma de participación.

ROBERTO CATENACCIO

Breves

• El presidente de la Asamblea Nacional del Poder Popular, de Cuba, Juan Escalona, afirmó en Caracas que su país intensifica sus vínculos económicos con América Latina y explota nuevas posibilidades con las naciones de la región, en momentos en que se anuncia un recrudecimiento del bloqueo norteamericano contra la isla.

• El diario «Granma» publicó el 22 de setiembre el texto íntegro de la Constitución cubana con la última reforma. El documento fundamental declara que «Cuba es un Estado Socialista de trabajadores, independiente y soberano, organizado entre todos y para el bien de todos, como república unitaria y democrática, para el disfrute de la libertad política, la justicia social y el bienestar colectivo e individual y la solidaridad humana».

• El embajador de Francia en La Habana hizo conocer la posición de su gobierno y de la Comunidad Económica Europea contra el reciente y aprobado «Proyecto Torricelli», sobre el reforzamiento de las medidas de bloqueo norteamericano contra Cuba.

El diplomático galo expresó que varias de las normas del «Proyecto», son contrarias al Derecho Internacional y el Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT).

• Representantes de las Cámaras de Comercio de la Federación Rusa y de Cuba llegaron a un acuerdo sobre un convenio de colaboración donde se subraya el interés entre ambas instituciones para intensificar los vínculos bilaterales.

• La representación cubana obtuvo 7 medallas en el Torneo Juvenil Mundial de Atletismo que se desarrolló recientemente en Seúl, Corea del Sur: dos de oro, cuatro de plata y una de bronce.

• Se ha desarrollado en La Habana la Segunda Reunión Ordinaria del Programa Latinoamericano de Cooperación en Artesanía (PLACAR). Un proyecto estudiado versa sobre artesanía y medio ambiente. La idea es un macroproyecto que contemple a la vez tecnología, materia prima, recuperación de residuos agroindustriales y preservación del medio ambiente. Cuba se asocia al proyecto tomando como base la región de Cienfuegos, de rica tradición artesanal.

• Se realiza en La Habana un Simposio Internacional sobre Muerte Encefálica. Intervienen las personalidades científicas mundiales que más se destacan en este campo, pertenecientes a 25 países. El lema es: «Al diagnosticar la muerte, luchamos por la vida». El encuentro no es sólo médico: participarán además teólogos, filósofos y juristas.

• En la provincia de Oriente avanza la construcción de obras petroleras. Especialistas del Ministerio de la Industria Básica han publicado la primera fase de la torre de extracción de petróleo de factura cubana construida con la técnica de soldadura por explosión. La torre, que tendrá 39 metros de altura, será la primera de su tipo y será utilizada en la refinería de La Habana.

■ El diario «New York Times» denunció que alrededor de 36 millones de norteamericanos (16.6% de la población menor de 65 años) no cuentan con seguro de enfermedad.

■ Como consecuencia de la política económica de Yeltsin, los moscovitas pasaron a pagar 50 kopeicas en lugar de 15 por un boleto del transporte urbano, al reducirse las subvenciones municipales.

■ Un grupo de policías especializados en la lucha contra el narcotráfico se instalará en Panamá. El grupo es originario de la Comunidad Económica Europea e intentará controlar y reprimir ese tráfico hacia Europa que se hace, en especial, a través del puerto de Colón, en la «zona libre» del canal.

■ Más de 500 familias guatemaltecas refugiadas en México al huir de las persecuciones de las bandas paramilitares, no regresarán por el momento a su país. Para volver exigen la disolución de las «patrullas de autodefensa civil», grupos armados por los grandes latifundistas, que cuentan con el apoyo del gobierno.

■ Roberto Rojas, ministro de Economía de Costa Rica, declaró que fracasaron las negociaciones con la Comunidad Europea para impedir la restricción de importaciones de bananas de América Latina. Añadió que los productores de la región llevarán el caso al GATT.

■ El político y escritor nicaragüense Tomás Borge presentó su libro «Un grano de maíz», ante un numeroso público reunido en la Universidad Autónoma de México. El libro recoge varios días de conversaciones con Fidel Castro.

El imperialismo otra vez contra Nicaragua

El imperialismo norteamericano logró que la revolución nicaragüense frenara su curso, con la presión económica y el hostigamiento permanente de los «contras» y que la población creyera en esa paz que se le ofrecía. Cambió el gobierno, se abrió la economía a nuevas áreas privadas, pero se mantuvieron importantes conquistas logradas con la reforma agraria.

Muy pronto quedó claro que la «presunta democratización del sistema con la rotación de partidos en el gobierno», sólo era una excusa (¿El golpe militar contra Ariside en Haití, no es prueba concluyente?). La esencia del imperialismo es la apropiación de riquezas y cuenta para recuperarlas con los «recontras», esos bandidos somocistas que se enriquecieron con el asesinato y el robo, durante treinta años de un régimen respaldado por los yanquis.

El ultrarreaccionario senador Jesse Helms ha dicho que no habrá créditos para Nicaragua mientras el ejército no sea reestructurado y sus mandos depurados de sandinistas, y los bienes de norteamericanos afectados por la revolución, devueltos a sus dueños.

Estas declaraciones fueron la señal para que los contras reiniciaran la guerra. Las Naciones Unidas tienen una grave responsabilidad. Impulsan una solución política para los conflictos centroamericanos, pero se muestran impotentes cuando los grandes intereses, sostenidos por Estados Unidos sabotean y desestabilizan -cuando no derriban- las instituciones democráticas. Serán responsables, sin duda, si la violencia regresa al escenario.

El desempleo aumenta en la Europa Oriental

El desempleo aumenta con rapidez en los ex países socialistas de Europa oriental. Según las previsiones de los expertos, a fines de este año la desocupación comprenderá a casi el 20% de la población activa de Polonia y Bulgaria, y al 12% de la de Rumania y Checoslovaquia. Mientras que en Yugoslavia, un cuarto de la población activa podría quedar desocupada, como consecuencia de la guerra civil y el caos económico y financiero.

De acuerdo con las cifras oficiales -reconocidas como inferiores a las reales-, más de 2 millones de polacos (11,1% de la población activa) estaban desocupados a fines de 1991. Lo mismo le ocurría a 523 mil checoslovacos (6,6%), a medio millón de búlgaros (10%), a 300 mil rumanos (4,4%). Y en Yugoslavia la cantidad de desempleados era de casi 2 millones.

En todos estos países, la desocupación golpea prioritariamente a los jóvenes que buscan trabajo por vez primera, y a las mujeres. Al mismo tiempo se comprueba que las regiones rurales son las más afectadas, en comparación con las grandes ciudades.

Así, por ejemplo, en la Polonia de Lech Walesa, los jóvenes de 19 a 24 años constituyen el 34,2% de los sin empleo, y entre los desocupados totales se halla más del 50% de las mujeres. En Varsovia, la tasa de desocupación se sitúa entre el 3 y el 4%, pero asciende al 30% y hasta el 40% en las poblaciones donde las únicas fábricas existentes trabajan exclusivamente para la ex URSS.

En Checoslovaquia, la disparidad es enorme entre Bohemia y Moravia -donde la tasa de desempleo es de 4,1%- y Eslovaquia, donde es igual al 12%.

Los expertos prevén que en diciembre de este año, Rumania cuente con más de un millón de desocupados, es decir, el triple de los existentes en 1991.

La lucha ideológica contra las tesis revisionistas

La reunión realizada recientemente en San Pablo, de la que dimos cuenta en la edición anterior de CARTA POPULAR, no se limitó a recibir a tres dirigentes soviéticos y a expresar la solidaridad con los que luchan en la ex-URSS contra la restauración capitalista.

Más allá de puntos de vista diversos sobre el proceso histórico que desembocara en esta derrota estratégica que afecta no sólo al movimiento comunista, sino a la relación de fuerzas mundiales, el debate arrojó muchas ideas comunes, particularmente en lo que se refiere a la lucha ideológica contra el capitalismo salvaje, neoliberal y privatizador y su reflejo en ciertos sectores de la izquierda, en tesis revisionistas y capituladoras, que tratan de sembrar dudas sobre los principios del socialismo y sobre la vigencia de la teoría del marxismo-leninismo.

Sin embargo, se constató que últimamente comienza a revertirse la situación: avanza la convicción de que el imperialismo no es invencible, a condición de que se forje una fuerte unidad popular y se combatan las tesis ideológicas revisionistas, como una de las tareas prioritarias. En varios partidos las ideas oportunistas están siendo derrotadas.

Hubo acuerdo, también, en que América Latina tiene un enorme potencial transformador sobre la base de muy ricas experiencias -en primer lugar el triunfo del socialismo en Cuba- y de amplias movilizaciones populares. En Cuba se está jugando el destino de cada uno de nuestros pueblos y es necesario incrementar la solidaridad con quien hoy representa el mayor ejemplo de dignidad en el mundo.

Sobre esta reunión y el debate realizado, llegó a CARTA POPULAR un comunicado del Movimiento Revolucionario 8 de Octubre del Brasil -que fue promotor del encuentro- y que señala la importancia de la lucha por la unidad de los comunistas y otras fuerzas revolucionarias y la conformación de un amplio frente antimperialista a nivel mundial. «El Encuentro -dice el comunicado- resaltó la necesidad de seguir desenmascarando la política imperial neocolonial, llamada neoliberal, defender la soberanía de las naciones, las conquistas de los países socialistas y en particular de Cuba». El comunicado señala, también, la solidaridad de los participantes con los que en la ex-URSS luchan por la reorganización de los comunistas y la resistencia contra la restauración capitalista.

EDUARDO VIERA

Aclaración

En el texto del discurso de Fidel Castro que publicamos en nuestra edición anterior, apareció esta afirmación: «Se han invertido hasta la fecha más de cien mil millones de dólares...», cuando la cantidad correcta es mil cien millones de dólares. En el caso que buscamos subsanar, no se invirtieron dólares pero sí el orden de dos adjetivos.

La próxima edición de CARTA POPULAR aparecerá el viernes 16 de octubre

Carta opina

Europa, un día después

La desaparición del campo socialista y de la Unión Soviética está mostrando, a tenor de los acontecimientos que rápidamente se están desarrollando en Europa occidental, los Balcanes y la ex-URSS, la inestabilidad de la situación política, las nuevas fuerzas emergentes y los problemas que prevalecerán en esas áreas, en los próximos años.

Los acuerdos de Yalta y Postdam, en 1945, establecieron fronteras y relaciones de fuerza que, con el estallido de la «guerra fría», en 1947, consolidaron dos bloques antagónicos. Europa occidental, con el patrocinio de EE.UU, inició un proceso de integración económica y militar. El objetivo fue introducir a una parte de Alemania, recién vencida y dividida, en el esquema defensivo «atlántico», y resolver las contradicciones económicas y políticas con Francia, que habían originado las dos grandes guerras mundiales. El entramado de acuerdos supranacionales, pese a la resistencia de De Gaulle, en Francia, y la existencia de una Alemania dividida, permitió el avance de la integración durante cuatro décadas, no sin dificultades. El debilitamiento de la economía estadounidense a partir de los 70, tuvo como contrapartida el crecimiento de la economía europea menos gravada por las elevadas inversiones que la carrera armamentista imponía a los Estados Unidos.

El rápido cambio de la situación a partir de la unificación alemana, no prevista por ningún político, modificó toda la estrategia de desarrollo de los países europeos occidentales. Apareció como espectro el fantasma de una Alemania poderosa, [illegible]e creía controlada por el dispositivo supernacional y por la necesidad de una solidaridad frente al enemigo común: la Unión Soviética. La perspectiva de una integración plena cambió de signo, pues Alemania lograba distancias no imaginadas antes, en la conducción de la misma.

Los nuevos «ortáculos» de Alemania se exhibieron en los Balkanes, al promover la desintegración de Yugoslavia, con el decisivo apoyo otorgado al separatismo esloveno y croata. La segunda demostración de fuerza fue en el campo financiero, al fortalecer artificialmente al marco mediante un inconsulto aumento de la tasa de interés, 6 puntos por encima de la media internacional, decretada por el Bundesbank, su Banco Central. La consecuencia fue el derrumbe de la libra esterlina y la lira italiana, y aun del dólar, porque los inversores en esas monedas se desprendieron de las mismas para comprar marcos.

La indignación británica por la actitud alemana no se hizo esperar, acusando a los germanos de haberles inferido una humillación inadmisible al tiempo que exigen una política más enérgica de su gobierno.

Francia, por su parte, que resistió los ataques al franco, ve con desconfianza el fortalecimiento alemán y casi la mitad de su electorado, mostró en el reciente referéndum, que se opone a [illegible] Europa integrada bajo el «diktat» económico de su histórica [illegible]

¿Volveremos a las antiguas «Entente Cordiale» y «Ejes» interiores? Hay hechos nuevos: la trasnacionalización en los recursos energéticos, el acero, las industrias livianas y los servicios, constituyen una fuerte estructura ósea de un nuevo cuerpo supranacional. Pero también es cierto que la burguesía nacional es fuerte, situada fundamentalmente en las áreas de la agricultura y la industria automovilística, y lo que es más importante: los trabajadores rechazan un estatuto que coloca las decisiones fuera de la nación y en manos de los más poderosos, en este caso, el capitalismo alemán.

R.P.F.



Cisjordania: La colonización prosigue. Una nueva colonia de Israel se construye en Givat Hasina, cerca de Hébron, en la Cisjordania ocupada. La Organización de Liberación de Palestina (OLP) estima que la detención de estas implantaciones es una de las condiciones necesarias para negociar la paz con Israel. Por eso exige del gobierno de EEUU que presione al de Tel Aviv no proporcionándole ayuda financiera para esas construcciones. Ironía y crueldad del destino: a menudo son obreros palestinos los empleados para construir las casas de los futuros colonos israelíes.

Israel: dividir para reinar

El cambio de gobierno de Israel abrió esperanzas para un avance en las negociaciones para el retiro de los territorios árabes ocupados en 1967, y que el pequeño estado judío, sostenido por EE.UU se resiste a entregar pese a ignoradas pero expresas resoluciones de las Naciones Unidas, que paradójicamente no han traído bloqueos de ninguna naturaleza.

Israel, conducida por Y. Rabin quiere negociar, pero por separado.

En 1978, logró los acuerdos de Camp David, con Egipto, y lo marginó del conflicto. Ahora quiere hacer lo mismo con Siria devolviéndole la región de las «Colinas del Golán». Al dividir a los aliados árabes, puede acentuar luego su presión sobre los palestinos, que reivindican un Estado palestino en la Cisjordania, como lo establecían las resoluciones de las Naciones Unidas con la partición de Palestina, en 1948, solución a la que se opone tenazmente Israel.

Los palestinos siempre habían rechazado la existencia del Estado de Israel. La guerra que desataron junto con otros países árabes no los favoreció.

Ahora es Israel el que no acepta el estado palestino, a pesar de todas las garantías internacionales, hoy mucho más eficaces que ayer, por el poder decisivo de EE.UU.

Otra paradoja para la reflexión. La ONU reconoce a Eslovenia y Croacia como Estados independientes -desintegrando a Yugoslavia- en nombre de la autodeterminación, pero no aplica la misma vara para el pueblo palestino y su derecho a constituir su propio Estado, ahora que la existencia de Israel -un Estado étnicamente limpio- es irreversible.

El pueblo brasileño impuso el juicio político a Collor

Centenares de miles de brasileños el martes se volcaron a las calles y acataron un paro cívico de 24 horas convocado para exigir la destitución de Fernando Collor de Mello, mientras la Cámara de Diputados votaba el pedido de juicio político al mandatario.

A los gritos de «fuera Collor» y «basta de corrupción», millares de estudiantes y trabajadores, muchos con los rostros pintados con los colores verde y amarillo de la bandera nacional, recorrieron las principales calles de Brasilia y San Pablo.



En todo Brasil, muchos millares de trabajadores, estudiantes y funcionarios públicos manifestaron en todas las calles su alegría por el resultado de la votación en la Cámara de Diputados.

La Universidad de Brasilia, numerosas escuelas, fábricas, bancos, servicios de trenes metropolitanos y autobuses de las ciudades de San Pablo y Porto Alegre paralizaron sus actividades.

Varios millares de estudiantes y empleados públicos se reunieron frente al Palacio de Hamaraty durante la aprobación del pedido de juicio político.

LA VOTACION FINAL

La votación final fue de 441 votos en favor del juicio político, 38 en contra y una abstención, además, 23 legisladores no asistieron a la sesión histórica de la Cámara de Diputados.

Varios aliados de Collor, que habían prometido votar en favor del presidente, cambiaron su voto a último minuto, lo que permitió la abrumadora aprobación del pedido de juicio político. El voto decisivo en la Cámara Baja que permitió reunir los 336 votos necesarios (dos tercios) para aprobar el pedido de destitución, fue hecho a la hora 18.46, provocando una explosión de aplausos y una ovación en el Congreso y celebraciones en las calles de diversas ciudades.

CAMINO A LA DESTITUCION

Con la decisión de la Cámara de Diputados, Collor, de 43 años y el primer mandatario elegido mediante el voto universal en tres décadas en Brasil, será separado del cargo por 180 días hasta que el Senado decida o no su destitución.

Mientras el Senado se pronuncia sobre la posible destitución de Collor, el vicepresidente Itamar Franco, de 61 años de edad, asumirá el gobierno interinamente.

La destitución de Collor, debida a denuncias de corrupción, sería la primera en la historia de América Latina que se efectuaría apelando a normas constitucionales.

Conversación con

Los grandes temas de una gran ciudad a la luz del gobierno frenteamplista

Conversamos extensamente con Víctor Rossi, flamante Director del Departamento de Obras y Servicios a la Comunidad, bajo cuya jurisdicción se integran: Vialidad y Alumbrado (división a cargo del arquitecto Dalamaces); Espacios Públicos y Edificación (que toma una parte de lo que era Planeamiento Urbano, su director es el arquitecto Fernando Nopich); División Tránsito y Transporte, bajo la Dirección del profesor Apezteguía; División Cultura (ex Departamento de Cultura, cuyo director es el escritor Mario Delgado Aparaín); División Asistencia Social (ex Departamento de Higiene y Asistencia Social, su director es el Dr. Jorge Basso); División Turismo y Recreación (antes estaba en el área de Hoteles y Casinos, su actual director es Washington Puchetta) y la vieja División Limpieza en estos momentos intervenida, a cargo del Ing. Piña.



"No nos resulta simpático que una empresa quiebre, pero lo que tenemos que asegurar, y en eso nos sentimos comprometidos, es el servicio a la población y el puesto de trabajo de los trabajadores"

• UNA MEJOR RELACION Y COORDINACION ENTRE LAS DISTINTAS DIVISIONES

- ¿Cuáles son los objetivos de este importante reagrupamiento de servicios? - le preguntamos a Rossi.

- Se busca -y creo que se va logrando, más allá de los reacomodamientos y de que es un camino que a nivel municipal tendrá que ir perfeccionándose día a día- una mejor relación [illegible] de las distintas [illegible] lo que fue durante mucho tiempo la absoluta incomunicación entre las diferentes labores, tareas y proyectos que exigían la participación de más de una división o departamento. Aun en el caso en que hubiera cierta comunicación, ello se hacía por caminos tan lentos que en definitiva era un obstáculo para lograr las mejores respuestas en los mejores tiempos.

- Se persigue además -agrega Rossi- liberar recursos humanos, materiales, y también funciones de modo de poder, con estos recursos, acompañar y fortalecer el proceso de descentralización sin que sea necesario aumentar la estructura municipal.

Se trata de elevar mucho más la relación entre las actividades que se descentralizan y las unidades ejecutoras del Departamento de Obras y Servicios a la Comunidad, en lo que tanto se refiere a la actividad del Departamento tomando parte del área de descentralización de la Intendencia Municipal. Se busca, además, la simplificación [illegible] la racionalización [illegible] que apoyar con nuevos [illegible]

Los resultados [illegible] pueden [illegible] [illegible] progresiva. Y [illegible] [illegible] cia; hay otros que tendrán que ser abordados en el tiempo próximo.

• EL PROBLEMA DEL TRANSPORTE

- ¿Qué está haciendo cada división del Departamento de Obras y Servicios a la Comunidad?

- Antes que nada, atender aquellos temas que afectan a mayor cantidad de personas y que por tanto despiertan una sensibilidad muy grande en la población.

Entre estos temas, tenemos el del trasporte, donde hay toda una política que se va desarrollando y que por suerte está logrando que tras casi 20 años se renueve la flota, con unidades nuevas que ya están empezando a circular en Montevideo. Se trata además de restituir las unidades que ya no circulaban, o que lo hacen en las peores condiciones. A partir de esto, asegurar horarios y frecuencias para sectores de la población que hasta ahora no han contado con servicios razonablemente adecuados.

Hay todavía problemas pendientes como la limpieza de los coches, el señalamiento de paradas, pero nos hemos concentrado en que la población tenga los servicios para poder viajar, que es lo más inmediato. Todo esto, hay que decirlo, en medio de una profunda crisis en el sistema de transporte, que se expresa, por ejemplo, en un agudo deterioro económico de algunas empresas, lo que se refleja en mal servicio y en la inestabilidad en el puesto de trabajo para cientos de personas. No nos resulta simpático que una empresa quiebre, pero lo que tenemos que asegurar, y en eso nos sentimos comprometidos, es el servicio a la población y el puesto de trabajo para el trabajador. Lo hemos ido logrando en el caso concreto de COOPTROL, donde en seis meses, sin que el trabajador perdiera un solo jornal, aseguramos el servicio a la población y un puesto de trabajo definitivo para el trabajador. Y procuraremos seguir lográndolo en casos de empresas que tendrán que reconvertirse, e incluso otras que tendrán que desaparecer para abrir camino a la actividad de otras que puedan dar respuesta a la población.

El espacio no nos permite referirnos a otros temas abordados por Rossi, igualmente importantes para los montevideanos. Valdrá la pena dar cuenta de ello en una próxima nota.



Víctor Rossi, ex dirigente de la FOT, al instalarse el gobierno frenteamplista en el IMM, Director de Tránsito y Transporte, y actualmente Director del Departamento de Obras y Servicios a la Comunidad.

▪ Descentralización

"Tal como yo la concibo, es en primer lugar un proceso que va a redundar en el fortalecimiento de la función de [illegible] del departamento de Montevideo. Es la búsqueda de un camino [illegible] participación de los vecinos [illegible] habiten.

"Junto con ésto nos planteamos descentralizar el conjunto de actividades [illegible] cumplidas centralmente. El crecimiento de la ciudad, su expansión, la [illegible] de sus problemas, [illegible] en cuenta además los pro[illegible]

Judiciales

Al cierre de nuestra edición, los compañeros [illegible] profundizan su movilización habiendo [illegible] por unanimidad [illegible] huelga que se extendería al [illegible] próximo [illegible] de octubre. [illegible] nivel de participación [illegible] una asamblea que desbordó el local sindical y que se trasformó en "campera" [illegible] número de compañeros que debieron permanecer en la calzada. Sobre los acontecimientos de esta importante lucha en el [illegible] de la Rendición de Cuentas [illegible]

TITULO

CLARIN 13-4-92

Cocaína en Concepción

La Policía Federal, que seguía a tres hombres en la ciudad entrerriana de Concepción del Uruguay, logró atrapar a dos de ellos —que llevaban un maletín con 2 kilos de cocaína— en la estación de micros de esa ciudad. El tercer hombre logró escaparse. **César Fernández** (31 años) y **Julio Gerischnic** (42), fueron detenidos cuando subían al automóvil. Previamente, en la confitería de la estación, habían intercambiado maletines con el hombre que se fugó, y que es buscado ahora por la Policía provincial y la Federal. Los investigadores —que dan por supuesto que en el otro maletín estaba el dinero de la compra de la droga— intentan dilucidar también si este fue un hecho aislado o si están ante parte de una organización del narcotráfico.

01/01

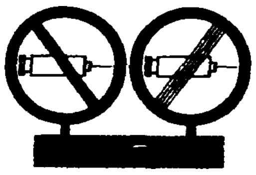
9209384

SOCIEDAD

Suiza ya no es neutral

Varios cantones suizos abren un nuevo frente en la guerra contra la droga: la legalización controlada. Han decidido proporcionar heroína bajo control médico

ANDER LANDABURU/Fotos: DANIEL MORDZINSKY, enviados especiales



THOMAS hojea un diario distraídamente. Annie, hurgando en su bolso, pitillo entre los labios, murmura palabras incomprensibles. Y Flavio, joven de pantalón vaquero, botas camperas, pelo largo y ojos desorbitados, sólo presta atención a su cachorro, un pequeño pastor alemán. Los tres forman parte de ese medio centenar de toxicómanos que acuden diariamente a la consulta del Centro de Ayuda de Montchoisy. Situado en el barrio de Eaux Vives, en pleno centro de Ginebra, y a dos pasos del lago Léman, la pequeña lonja habilitada para atender a los drogodependientes forma parte de un plan de asistencia que incluye la atención social, psiquiátrica, hospitalaria y los programas de tratamiento con metadona. Todo ello puesto en marcha hace años por las autoridades sanitarias del cantón suizo.

A título experimental, el centro de Montchoisy atiende a 20 de los 800 toxicómanos que en Ginebra siguen el tratamiento con metadona. En esta especie de ambulatorio, el doctor Nelson Feldman y sus ayudantes Philippe y Odile trabajan con abnegación, recibiendo a los pacientes que no pueden dejar la droga por sí mismos, que necesitan un tratamiento o un simple contacto humano. Como reza un cartel colocado frente al futbolín, todas las consultas se hacen de forma confidencial y anónima.

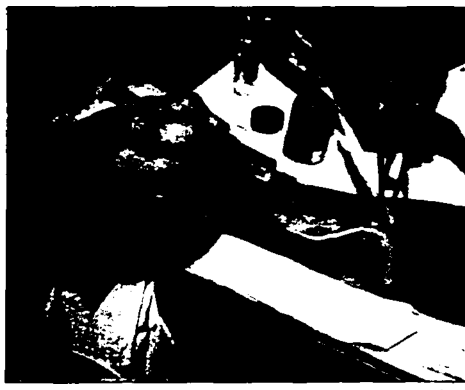
Ese anonimato facilita la relación de los toxicómanos con los responsables sanitarios, que afirman que la mayoría de sus pacientes se quejan de las terribles consecuencias de ese *enganche* con la droga; «y no sólo por el producto muchas veces adulterado. Van perdiendo cosas: un día es el trabajo, otro sufren el rechazo de la familia, la separación de la mujer, y la necesidad de dinero o las redadas que en muchos casos los envían por una temporada a la cárcel. Pero la cárcel, en la vida de un toxicómano, no arregla nada, sino todo lo contrario, lo arruina y degrada más como persona», afirma el doctor Feldman.

> **«NO se trata de repartir heroína, sino que a nivel federal crearemos programas aún no intentados», dice el profesor Robert**

PRIORIDAD: SUPERVIVENCIA. Insertados en ese programa de atención a los toxicómanos más marginados, existen también otros dos centros, el de la Villa les Crets y la Consulta Camoletti. El primero es una unidad hospitalaria dedicada a acoger a personas que ingresan voluntariamente para las curas con metadona. La Consulta Camoletti está dedicada a la atención familiar y psicológica. Pero el centro de Montchoisy es el primer eslabón.

En esa carrera contrarreloj, que permite reciclar al enfermo dentro del sistema sanitario legal, los responsables de estos centros, como el doctor Nelson Feldman o el médico español Miguel del Río, del Villa les Crets, se han marcado una prioridad: «Favorecer la supervivencia del toxicómano, evitar riesgos mayores, como el sida, y sobre todo evitar la muerte». Sin embargo, son conscientes de las dificultades de esa tarea: sólo el 2 por mil de los 25.000 toxicómanos suizos son tratados con metadona, y muchos de los médicos privados que optan por esa fórmula no suelen atender a los marginados.

Si todavía es difícil evaluar los resultados de estos centros, todos sus responsables confiesan que muchos de los problemas actuales están ligados al prohibicionismo. Así, Del Río comenta que no se sentiría a gusto sólo dispensando metadona, ni tampoco dando la espalda a los que desean esa experiencia: «Es necesario aplicar una política más global, que favorezca un proceso que nos conduzca a una gradual despenalización, pero con la condición de replantearse la degradación médico social, la marginalización de esa gente, porque la penalización no ha dado resultado. Debemos estar abiertos a un seria reflexión».



Un drogadicto es atendido en un hospital. A la derecha, Isabel Sánchez, encargada del autobús contra el sida y Miguel del Río, responsable del centro Villa les Crets.

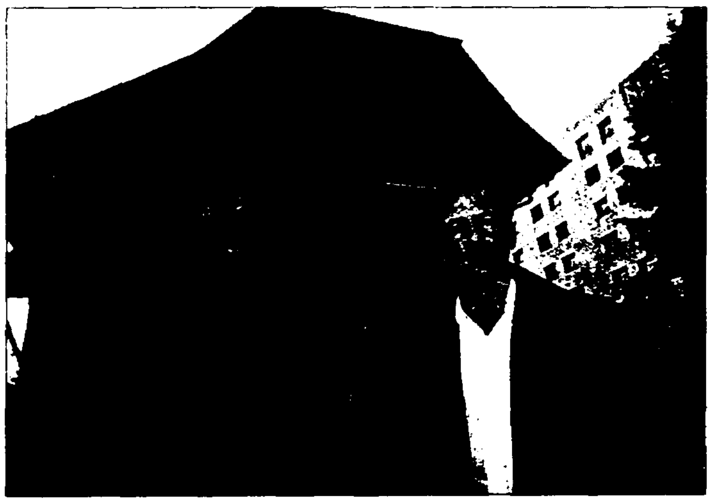
Reflexión que, a pesar de la fuerte polémica abierta en todo el país, condujo al Consejo Federal Helvético a aprobar el pasado 13 de mayo la distribución de la heroína bajo control médico. Muy dividido al respecto, el consejo tuvo muchas dificultades para ponerse de acuerdo. Nada extraño, si se tiene en cuenta que para muchos, esta decisión era considerada como una confesión de impotencia en los métodos tradicionales. Aunque, para la mayoría, se trate de una experiencia que merece la pena intentar.

Sin embargo, las autoridades explican que el fracaso de los medios utilizados hasta ahora para frenar la plaga de la droga hacía casi obligado el estudio de soluciones novedosas. Algunos responsables de la Oficina



El tratamiento con metadona es práctica extendida en clínicas especializadas en droga.





Federal de Salud Pública (OFSP) como Thomas Zeltner, justificaban estos nuevos métodos. Para Zeltner la decisión de recurrir a la heroína es un reto de innovación que se justifica por las lagunas del sistema terapéutico actual: «Si el número de toxicómanos dependientes de drogas duras se ha estabilizado en estos diez años alrededor de los 25.000, el de las muertes, por el contrario, ha conocido una progresión espantosa». Además son conscientes de que las plazas disponibles para toxicómanos que desean seguir una cura de desintoxicación es limitada, y que la cifra de fracaso de los programas de abstinencia es alarmante (60 por ciento de recaídas), la decisión de intentar nuevas experiencias era entonces, en opinión de Zeltner, inevitable.

A partir del próximo otoño, alrededor de 500 toxicómanos podrán recibir su dosis de heroína bajo estricto control médico, una experiencia piloto que se llevará a cabo durante cuatro años en diferentes cantones de Suiza, y que se centrará en «los toxicómanos muy dependientes, marginados o vagabundos, y en los drogadictos prostituidos», según afirma Zeltner. «Todavía no es un paso decisivo hacia un sistema de total liberalización, pero es un paso simbólico importante», afirma el profesor Christian-Nils Robert, uno de los más fervientes luchadores contra el prohibicionismo de las drogas.

En su despacho de la Facultad de Derecho de Ginebra, este profesor de Derecho Penal, considera que se ha ganado una batalla: «No se trata de dar heroína en las calles a cualquiera. Se trata simplemente de decir que en el país, vamos a organizar, estimular, vigilar y evaluar programas terapéuticos que todavía no se han intentado en Suiza». Aunque recuerda que este tipo de experiencia ya se realizó en Gran Bretaña, con un buen nivel de aceptación en las décadas de los 60 y 70, pero reducida posteriormente por presiones norteamericanas.

LA TRAMPA DE LA PROHIBICION. El profesor Robert considera que la decisión de Suiza puede acarrear ciertas ventajas, como garantizar la calidad de la droga, el control del que la utiliza, y no caer en la trampa de la prohibición que garantiza considerables beneficios a los traficantes. Sin embargo, esta nueva política de permisividad hacia algunas drogas choca frontalmente con ciertas actuaciones de la Policía, que desde hace unas semanas ha vuelto a multiplicar las redadas por los alrederores de la plaza Molard, donde numerosos toxicómanos se reúnen a diario. Un lugar conocido por los responsables sanitarios, quienes se quejan de que la Policía interviene a menudo, y detiene a jóvenes por el simple hecho de llevar una jeringuilla en el bolsillo.

Estas redadas dificultan enormemente la labor de los componentes del Bus Itinerante para la Prevención Contra el Sida, que en dos puntos de la ciudad, entre las 6 de la tarde y las 10 de la noche distribuyen jeringuillas gratis a los toxicómanos. Aquí también la distribución se realiza de forma confidencial y anónima. Según los responsables del proyecto, la media de contactos diarios desde que

«El emirato helvético»

PROFESOR de Sociología, diputado socialista por Ginebra, y autor de varias obras sobre el Tercer Mundo, Jean Ziegler, sigue su lucha por denunciar el entramado del *dinero sucio* que llega a su país.

En su último libro, *Suiza lava más blanco*, Ziegler desmonta muchos de los engranajes del *blanqueo* de dinero de la droga. Con ejemplos precisos, nombres y apellidos, demuestra cómo las multinacionales del crimen, que disponen de redes comerciales bien implantadas, de laboratorios modernos, de milicias entrenadas por profesionales, y de establecimientos bancarios, se han introducido en el aparato del Estado suizo, y gozan en lo que él llama «El emirato helvético», de una protección eficaz por parte de algunos responsables políticos y judiciales.

Miembro de la comisión de Exteriores del Parlamento, por la que ha visto pasar numerosos *dossiers calientes*, casi siempre escándalos tapados, el diputado de Ginebra decidió denunciar esa situación por «rebelión de ciudadano». Meses después de la publicación de su *Suiza lava más blanco*, sigue recibiendo muchas amenazas, de las que no desea hablar, pero sí confirma todas las informaciones que aparecen en su libro. En su pequeño despacho de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de Ginebra, Jean Ziegler recibió a CAMBIO16, afirmando que posee nuevos datos y que la situación sigue agravándose.

Visiblemente afectado por el último atentado de la Mafia, el diputado suizo asegura que la muerte del juez Giovanni Falcone está relacionada con su país. «El juez siciliano había descubierto una cuenta de la Mafia con diez millones de dólares en el banco Cantrade (miembro de la Unión de Bancos Suizos). Falcone pidió el embargo de esa cuenta, pero gracias a la intervención de un hombre de confianza de la Mafia fue depositada en una sociedad fiduciaria, que posteriormente devolvió ese dinero, en francos suizos, al banco Cantrade. Falcone no pudo evitar la maniobra».

Para Ziegler, éste es uno de los ejemplos que le permiten afirmar que la Confederación Helvética se ha convertido hoy en la principal receptora de los 500.000 millones de dólares que mueve la droga en el mundo cada año. Según él, después del control de los habituales mercados financieros como Panamá, Bermudas, Curaçao o Caimán, de la aceleración de la construcción europea con nueva fiscalidad más unificada, y ley bancaria, los padrinos han vuelto a Suiza.

«El secreto bancario es la ley suprema del país. En las cuevas de Alí Baba de los grandes bancos privados de Zúrich, Ginebra o Lugano, el dinero de la droga desaparece para siempre; cambia de identidad dos o tres veces sin dejar huella y reaparece *blanqueado*, limpio, respetable, fuera de toda sospecha, en los mercados inmobiliarios de París o Nueva York o como créditos a largo plazo en los balances de respetables empresas norteamericanas».

Para el político, la situación se agrava peligrosamente con un fenómeno nuevo: desde hace cinco años, la Mafia se está instalando en las instituciones, el Gobierno se ve obligado a delimitar las respectivas zonas de influencia. «Suiza ya no tiene fuerza para limpiar todo eso, y la única forma de evitar el desastre es entrar en Europa».

Para muchos suizos que ahora padecen una inflación del 7 por ciento y un desempleo desconocido, la adhesión a la Comunidad Europea es quiza la última oportunidad para evitar la gangrena y la corrupción que corroe su cuerpo social. Jean Ziegler dice que esa batalla será dura, que ya existen presiones y frenos para impedirlo, porque «una fiscalidad europea, una vigilancia bancaria internacional, un control eficaz del tráfico de droga, de los capitales flotantes, de las operaciones especulativas, supondría el fin del *emirato*. Y como los *emires* de Lugano, Zúrich o Ginebra no desean suicidarse, es difícil que Suiza pertenezca un día a Europa».

comenzó el año se eleva a 75. Contactos que les permiten muchas veces orientar a los toxicómanos hacia los centros de ayuda de la ciudad, reinsertándolos dentro del sistema sanitario institucional.

Christophe Mani, enfermero y encargado del autobus, se muestra algo disgustado: «En el terreno de la prevención, la represión a través de la confiscación de jeringuillas, la penalización y el encarcelamiento de esta gente, es un desastre. La represión impide prevenir el sida». Mientras algunos jóvenes desfilan ante la ventana trasera del Bus, Mani considera una experiencia interesante la futura distribución controlada de heroína. No obstante, confiesa que a pesar de las 500 personas que tendrán derecho a la heroína, no cambiará el pro-



Jean Ziegler: «Suiza debe entrar en la CE».

blema de la Policía, el del mercado negro, etc: «Se necesita un plan de mayor envergadura, trabajando aquí veo de cerca la catastrófica situación social y personal de toda esta gente».

En opinión del profesor Robert se necesita más imaginación, e incluso repetir experiencias de acercamiento a los enfermos, como la de Platzpitz, en Zurich, que fracasó no por estrategia sanitaria, sino porque provocó una enorme concentración de toxicómanos. «El modelo de prescripción médica no es el único en el que se deba pensar. Hay que reflexionar sobre otros como una reglamentación y control igual que se hace con el tabaco o el alcohol. Prohibir un producto atractivo sigue siendo absurdo y aberrante. Si mañana se prohibiese comer chocolate en Suiza la gente continuaría haciéndolo, pero pagaría diez o 20 veces más, y sería malo». ■

03/03

9209385

Montevideo, 06 de octubre de 1992.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION N° 12/92

TEXTO:

Complementando mi Parte Especial N°004/92 de fecha 7 de Junio, adjunto se remite la foto que se pudo tomar de :

- Mohammad KABIRI RAHNI

El Jefe del Departamento II (Exterior)
Coronel
Luis P. Aranco

DISTRIBUCION:
ORIGINAL: ARCHIVO ENLACE
COPIA: MOSSAD

01|02

9209386

Montevideo, 06 de octubre de 1992.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION N° 12/92

TEXTO:

Complementando mi Parte Especial N°004/92 de fecha 7 de Junio, adjunto se remite la foto que se pudo tomar de :

- Mohammad KABIRI RAHNI



02|02

9209386

Montevideo, 06 de octubre de 1992.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION N° 13/92

TEXTO:

Se remiten antecedentes que esta agencia a podido recabar, de Hani Hasan SALEN EL HAG HUSEIN EL HWAITI

Se solicita cualquier ampliación existente al respecto.

Fecha de Nacimiento: 4.10.63

Domicilio: RUA Colombia 81- CHUY

Nacionalidad: Naturalizado Brasilero 1982-Jordano

Profesión: Comerciante- LONDRES

Estado Civil: Casado

- Ciudadano naturalizado Brasilero desde 1982, integrante de la OIP desde esa fecha.-
- Hermano del Propietario del Supermercado VERDE AMARELHO.-
- En la actualidad esta considerado como uno de los elementos más radicalizados de la colectividad en C. CHUY.-
- El día 04FEB91 se adhirió al cierre por duelo junto al Supermercado VERDE AMARELHO con motivo del fallecimiento de ALI AL HAWAITI O HWAITI hermano de la esposa del propietario de la - casa ALEMANHA, durante el conflicto en el Golfo Pérsico.-
- Sus hermanos estan considerados también como muy activistas dentro de la colectividad.-
- Se estima que oficie como intermediario de los Palestinos de C. CHUY con la JUNTA DE ASISTENCIA ISLAMICA.-
- Fue identificado como una de las personas que participó en la reunión llevada a cabo en el Bar "OPEL", junto a otros integrantes de la colectividad árabe-palestinos.No se descarta - que la misma fue con motivo del mensaje de SADAM HUSEIM con referencia a la propuesta de paz de MOSCU.-

  Es de destacar que la misma se realizó el día 22/02/91 hora 23.00.-

DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO ENLACE

COPIA: MOSSAD

C1 | C1

9209384

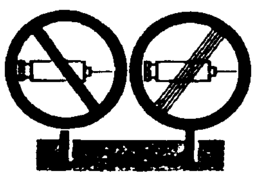
ENTREVISTA

LEON SCHWARTZENBERG

"La lucha contra el tráfico de drogas es una hipocresía"

El ex ministro de Sanidad francés afirma que la única salida es la legalización progresiva y controlada

ANDER LANDABURU
FOTO: DANIEL MORDZINSKI



EN el país de los derechos humanos, de la Revolución, y del Mayo del 68, mencionar la legalización de las drogas es colocarse al margen de la sociedad bien pensante. Por supuesto, ningún político y muy pocos intelectuales se atreven a ello. Razones tanto políticas como morales impiden por ahora un verdadero debate, y las voces aisladas como la del profesor Leon Schwartzenberg siguen provocando el escándalo y las durísimas reacciones de censura a izquierda y derecha.

El famoso cancerólogo, ex ministro de Sanidad francés y actual eurodiputado, había logrado ya desmarcarse de sus colegas hace pocos meses con sus tesis favorables a la eutanasia. Ahora, y al proponer apoyar la experiencia suiza de distribución gratuita de droga a los toxicómanos bajo control médico, Schwartzenberg vuelve a encabezar la lucha.

Responsable del centro de oncología Louis Brousset, de Villejuif, en su conversación con CAMBIO16, Schwartzenberg se muestra convencido de que «la lucha contra el tráfico de la droga es un fracaso completo», y que es necesario «cambiar la escopeta de hombro», despenalizando y legalizando gradualmente la droga.

—¿Cuál es la situación en Francia?

—De prohibición total. No hay nada permitido, excepto el tabaco, el alcohol y los tranquilizantes. Hace pocos años se admitía que en Francia había 100.000 heroinómanos. Hoy los mayores partidarios de la prohibición reconocen que tenemos más de 150.000, una cifra muy preocupante.

—¿Existe alguna posibilidad de despenalización de la droga?

—Por ahora no lo creo.

—Mucha gente está convencida de que la sociedad ha perdido la guerra contra el narcotráfico. ¿Comparte esa opinión?

—Totalmente. Se engaña a la gente al afirmar que la guerra se ha ganado, pero el propio Bush reconoce que no es así. Han invadido Panamá, han matado gente para derrocar a Noriega, han debilitado a los campesinos colombianos que ya no tienen derecho a cultivar la coca, y, como en Bolivia, no se les ha dado a cambio una agricultura alternativa. Pero todo sigue igual, y el número de drogadictos aumenta, y el precio de la droga es casi el mismo, y sólo fluctúa según las leyes del mercado negro. Actualmente, la lucha contra el tráfico de drogas es una extraordinaria hipocresía, cuando se sabe que el negocio de la droga en el mundo es de más de 300.000 millones de dólares.

—¿Pero existe alguna posibilidad de combatir con eficacia ese tráfico?

—Existen dos actitudes: la que ha sido utilizada hasta ahora, que consiste en atacar la oferta, es decir directamente a los narcotraficantes. Es un fracaso total, porque, si tenemos en cuenta el dinero que pueden manejar, siempre lograrán vencer. Cojamos un ejemplo: la batalla ha sido llevada por George Bush, François Mitterrand, John Major y otros al decir que se iba a centrar contra el *blanqueo* del dinero de la droga. Vemos el resultado. Los *narcos* son fuertes porque pueden comprar a todo el mundo, incluso a gobiernos enteros. No lo hacen directamente, utilizan intermediarios para financiar campañas electorales, partidos políticos... En países como Colombia, Venezuela o Brasil esta práctica alcanza niveles considerables. En definitiva, la lucha contra la oferta se ha perdido.

—¿Entonces hay que luchar contra la demanda?

—Cuando se incautan 50 kilos de coca, por un valor de 50 millones de francos (unos 900 millones de pesetas), eso quiere decir que se anuncia que el gramo de coca vale mil francos, y el kilo, un millón. Sin embargo, el gramo de coca en realidad vale 86 francos, y el de morfina 65. Ese dato se oculta, y la gente que es favorable a la prohibición cree que cuesta caro. No es cierto, es barato; en relación, por ejemplo, con los productos para tratar el cáncer no es nada.

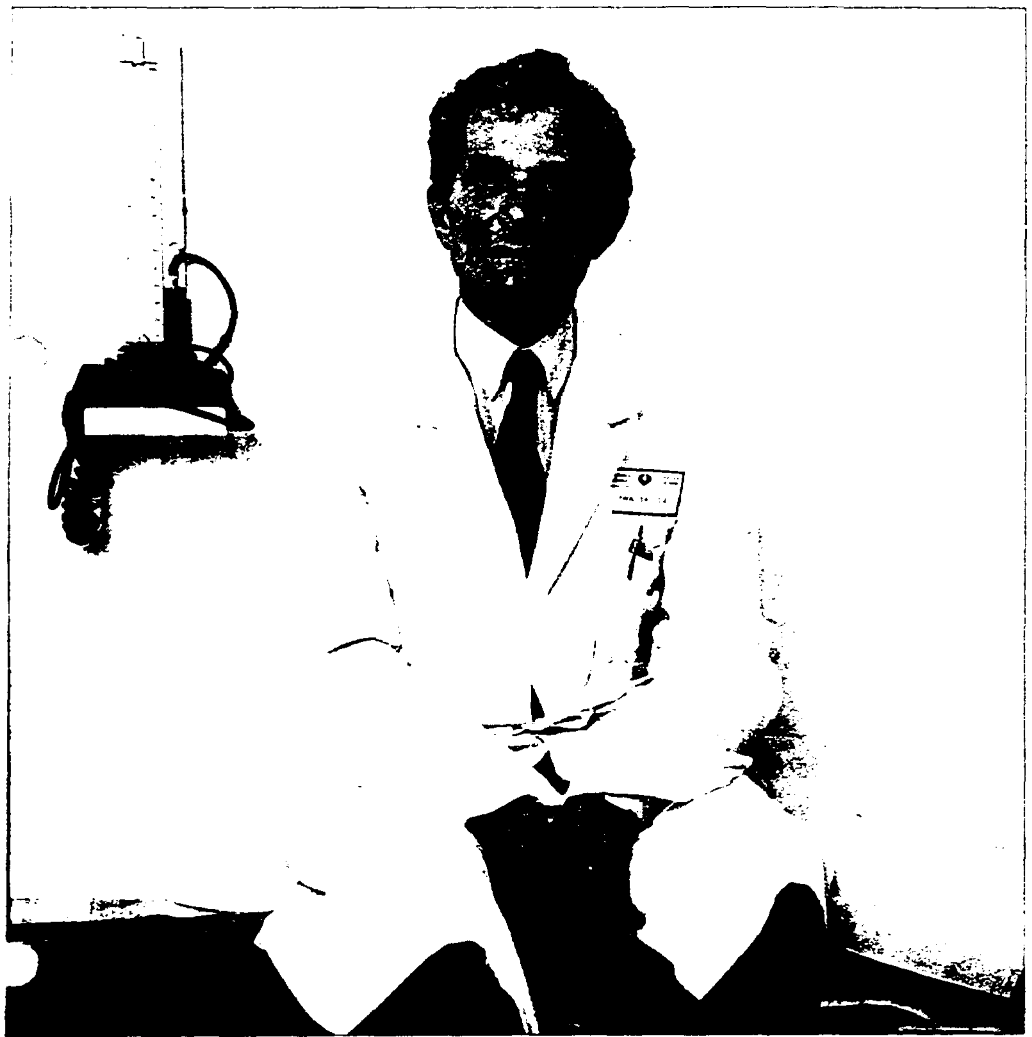
—Se da la prioridad a la lucha policial, pero muchos gobiernos y políticos no se atreven a hablar de despenalización, de liberalización, no existe debate. ¿Por qué?

—Es una hipocresía. Recientemente la delegada general para la lucha contra la droga, Georgina Dufoix, afirmaba que la distribución de droga bajo control médico sería una *dimisión moral*, pero los miles de automovilistas que mueren en las carreteras por exceso de alcohol no lo es. Cuando la gente dice que el Estado no puede vender muerte, está diciendo algo absurdo porque lo hace vendiendo alcohol o tabaco.

—¿Piensa usted que los políticos, por temor a que su electorado les retire la confianza, han renunciado al verdadero debate, a esa lucha por encontrar nuevas soluciones valientes?

—Sí, han renunciado. Existen dos categorías de políticos: los que se esconden o pavonean detrás de su actitud moral puritana, farisea, y los que están más o menos comprados por los traficantes, y no quieren que se legalice por encima de todo. Recuerdo la frase de uno de los grandes narcotraficantes

> **"EL problema es saber cuánto aumentará el consumo con la legalización y cuánto tiempo. Pero si no lo hacemos, nunca se podrá saber"**



que decía que «todos los hombres pueden ser comprados, incluso los más honestos. A éstos hay que pagarles un poco más».

—Volviendo a esa despenalización y a esa legalización, ¿cómo pueden darse los primeros pasos para lograr un avance?

—El primer paso, no penalizar ni encarcelar al toxicómano que es detenido con una dosis para consumo propio. Después, explicar e informar a la gente diciendo «aquí están los datos: el número de drogadictos, el número de muertos por sobredosis, las cifras del negocio de la droga, la guerra hasta ahora ha sido un completo fracaso, etc...». Entonces hay que preguntar qué es lo que se quiere hacer para ganarla, descartar por el momento a los *narcos* y su *blanqueo* de dinero y dirigirnos a los demandantes. Empecemos por introducirlos en el circuito de la legalidad, del que hasta ahora han sido marginados. Eso quiere decir no encarcelarlos, tratarlos de una manera confidencial, anónima, con todos los medios disponibles, ofreciéndoles productos sustitutorios, como la metadona, y sacándolos de su ambiente ordinario. Dar a los más veteranos su droga como proponen los suizos. Al cabo de seis meses se informará a la población de los resultados obtenidos. Soy partidario de realizar una prueba. Pienso que en un principio, después de un año, se podría legalizar lo que se llaman las drogas blandas como el hachís, o el cannabis.y posteriormente veríamos si se debe legalizar totalmente la cocaína, o la heroína. Se informaría a la gente, llevando esas experiencias en distintos lugares. De forma gradual, como lo hice, con éxito, cuando lancé la venta libre de jeringuillas para evitar el contagio de sida.

—Sin embargo, esta experiencia puede verse seriamente comprometida si no se realiza conjuntamente en otros países, en toda Europa por ejemplo.

—Este es el gran problema. Puede hacerse en un país y no en otros. Si se hace así, la gente irá al suyo como ocurre en España, Holanda o Alemania. El plan debe realizarse al mismo tiempo en toda Europa. Si Europa realiza ese esfuerzo, Estados Unidos tomaría conciencia. Ya sé que es difícil, que los italianos son reacios, y que en el Parlamento Europeo la Mafia ya ha *comprado* a alguno de los eurodiputados, y, además, que el día en que un ministro decida proponer la legalización tendrá que reforzar su equipo de guardaespaldas. La Mafia se lo hará pagar más caro que al juez Giovanni Falcone. Sin embargo, tenemos que intentarlo. Creo que los suizos están en el buen camino.

—¿Es partidario de que se vendan las drogas en las farmacias?

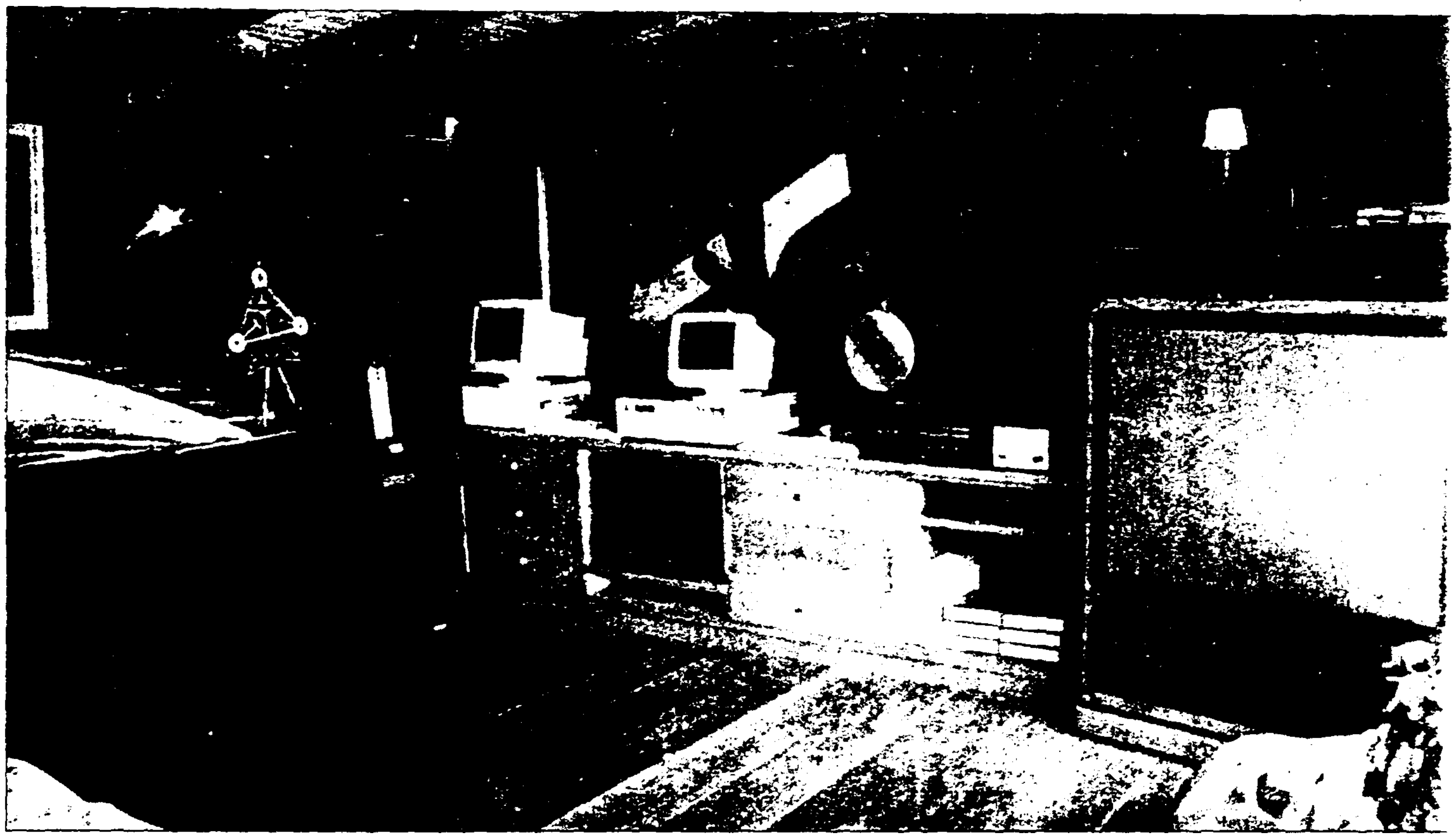
—Sí, progresivamente. Creo que al principio deberían ser facilitadas en centros médicos a donde puedan acudir los toxicómanos, y posteriormente en algunas farmacias bajo un estricto control. Pero haciendo una clara diferenciación entre lo que se podría dar en las farmacias, como el hachís y el cannabis, y lo que no, reservando la cocaína y la heroína para centros más especializados. Abrir todas las puertas de golpe puede resultar muy peligroso, debemos hacerlo de forma gradual, progresiva.

—Los que se oponen a la legalización afirman que con este tipo de experiencias se incrementará considerablemente el consumo y el número de drogadictos.

—Ese puede ser el gran problema. ¿Cuánto aumentará al principio y durante cuánto tiempo? Es muy difícil contestar a esa pregunta por ahora, aunque estoy totalmente convencido de que poco a poco el consumo se irá estabilizando y disminuirá progresivamente. Pero si no lo intentamos, nunca podremos saberlo.

—Usted batió un récord en la reciente historia política francesa: duró únicamente nueve días en el puesto de ministro de Sanidad. ¿Tuvo algo que ver su postura favorable a la legalización de las drogas con esta brevedad en el cargo?

—No, fue debido a la interpretación que se hizo sobre mi propuesta de dar asistencia y tratamiento a los toxicómanos. Me acusaron de querer legalizar de golpe todas las drogas, cuando en realidad sólo quería dar ese primer paso del que hemos hablado anteriormente. ■



Así vivía el prisionero Pablo Escobar

Visite una villa de lujo, con espléndidas vistas, zonas deportivas y de recreo, excelente comunicación y servicio. Un inconveniente: allí se alojó el narcoterrorismo

MARIA CRISTINA CABALLERO, Medellín

A través de un potente telescopio instalado en un punto estratégico —en la terraza de una de sus tres lujosas *apartaceldas*—, Pablo Escobar vigilaba cada movimiento en los imponentes cerros que rodean su ex prisión de La Catedral. Desde allí, el capo dominaba un amplio panorama. Incluso las calles de Medellín, a 25 minutos de la prisión de máxima seguridad convertida durante el último año en el corazón de la corrupción en Colombia. Porque el dominio de Escobar no era sólo visual. Era absoluto.

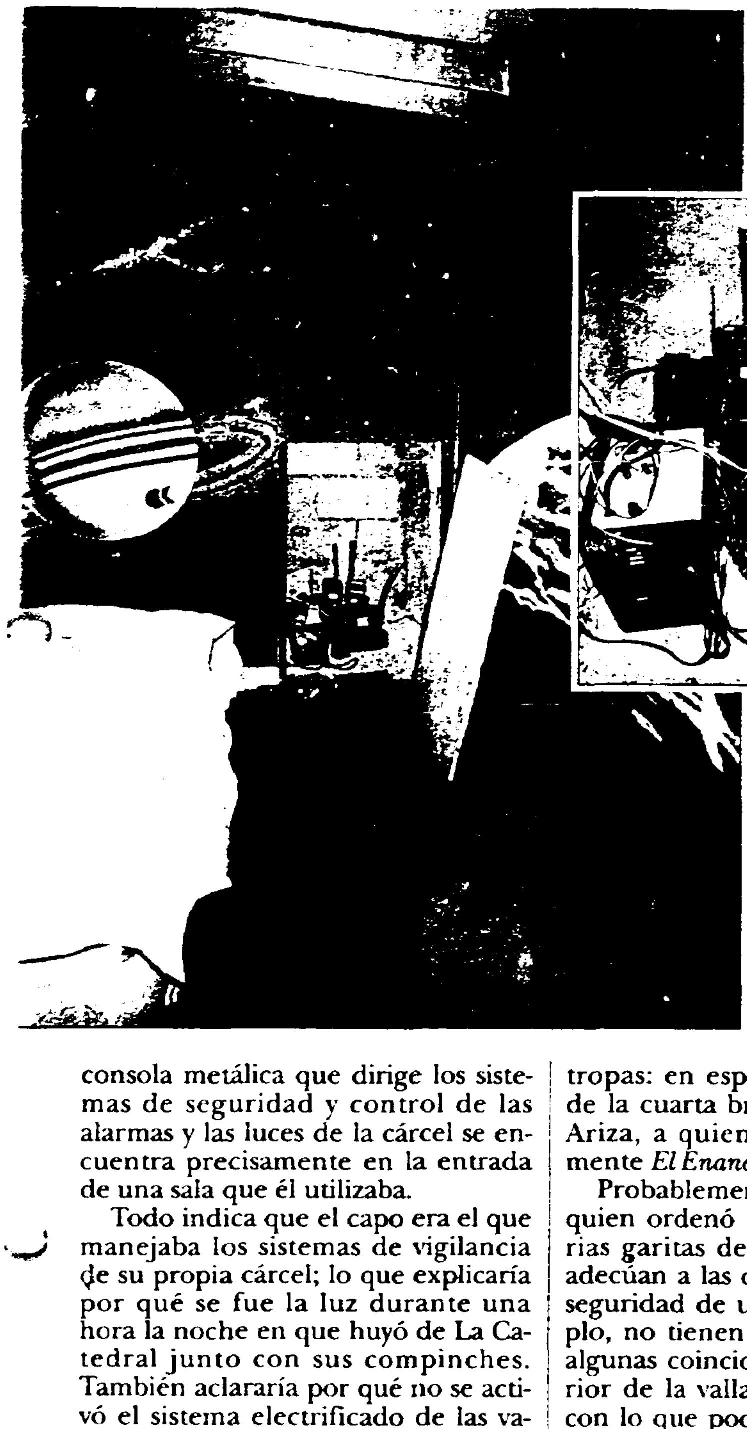
Este hombre, teóricamente sometido a las autoridades nacionales, tenía comprados o amenazados a muchos funcionarios que ayudaron a construir un complejo fortín «narcoturístico» sembrado no sólo de escondrijos y refugios antiaéreos, sino de bares, observatorios, cabañas, gimnasios, saunas, billares, *yakuzzis* y un campo de fútbol. Todo un club deportivo. Y también un club de tiro. Escobar guardaba, en un doble fondo de un armario de uno de los refugios antiaéreos, un fusil M-16 y una subametralladora MP5 HK calibre nueve milímetros. Como reserva, tenía otra ametralladora MP5 y una pistola SW calibre diez milímetros.

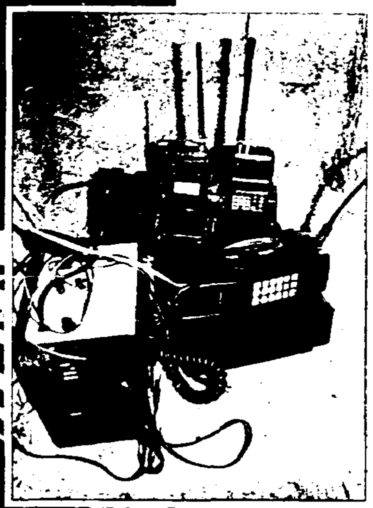
Pero éstas no eran las únicas armas que circulaban por La Catedral. Se han descubierto decenas de fusiles, así como radioteléfonos cuyos números de referencia se están confrontando con el inventario de la Dirección General de Prisiones para establecer cuáles pertenecían a los guardianes y cuáles a Escobar. Junto a las armas, se podía ver un recipiente lleno de marihuana, que se encontró en una de las celdas.

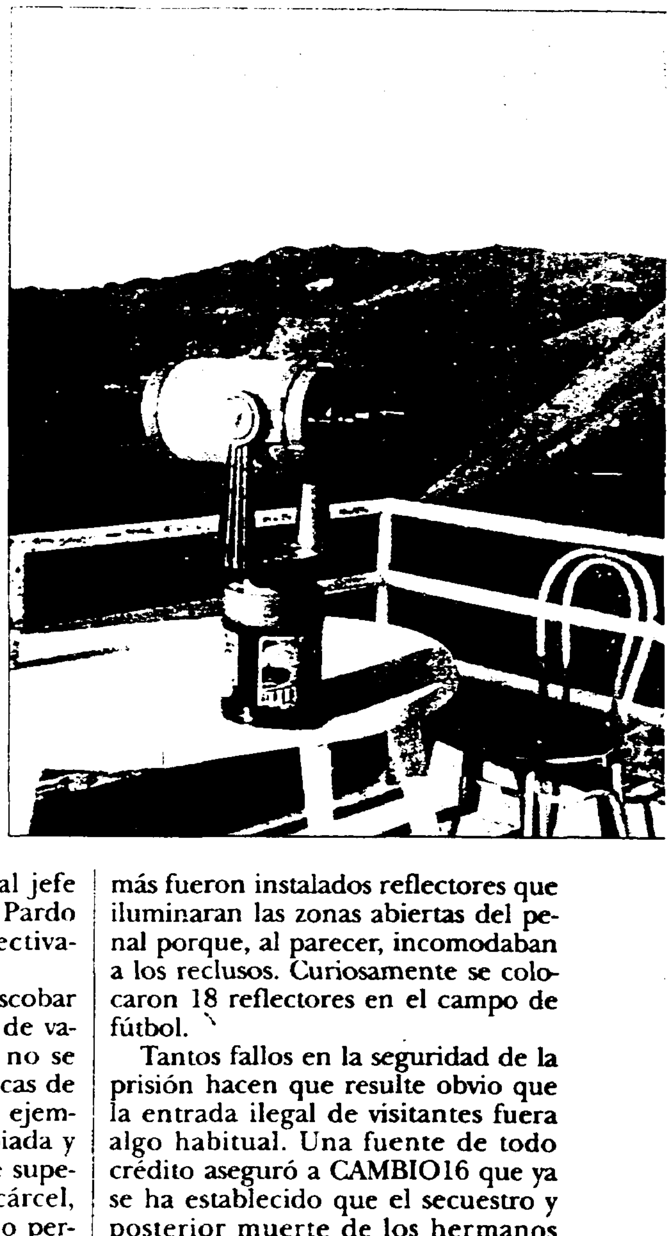
En un recorrido por este santuario del absurdo, era posible toparse con visiones insólitas. En una de las *suites* de Escobar, decorada al estilo *guerra de las galaxias* —con paredes oscuras salpicadas de estrellas, planetas amarillos y órbitas rojas—, había dos ordenadores, un televisor con pantalla gigante, varios videos (entre ellos un de Escobar jugando al fútbol) y un moderno equipo de sonido. Incrustado en una pared existe un escondrijo en el que ocultaban dos potentes radios y un teléfono portátil.

En un alarde de extraño sentido del humor, el narco había colgado —como si fuera un diploma— el anuncio de la Policía Nacional que identificaba a la cúpula del cártel de Medellín y en el que aparece impresa una petición: «¡Denúncielos!».

Pero la extensión de la burla, o del poder de Escobar, es aún más sorprendente cuando se constata que la







Avanzados ordenadores, gigantescas pantallas de televisión, bar, teléfonos portátiles y vistas panorámicas; todo para unas selectas vacaciones.

consola metálica que dirige los sistemas de seguridad y control de las alarmas y las luces de la cárcel se encuentra precisamente en la entrada de una sala que él utilizaba.

Todo indica que el capo era el que manejaba los sistemas de vigilancia de su propia cárcel; lo que explicaría por qué se fue la luz durante una hora la noche en que huyó de La Catedral junto con sus compinches. También aclararía por qué no se activó el sistema electrificado de las vallas que rodean la cárcel. Aunque no hubiera sido necesario hacerlo: en su base de cemento hay agujeros por los que una persona puede pasar e incluso hay partes de la valla rotas y abiertas.

Algunos de los soldados de la cuarta brigada de Antioquia que confesaron haber dejado escapar a Escobar, han asegurado que la tarde en que se estaba planeando su traslado de cárcel, el capo sospechó que ocurría algo extraño, e hizo guardia desde una de las garitas del interior del penal. Con unos prismáticos de la propia guardia vigiló el movimiento de las tropas: en especial del general jefe de la cuarta brigada, Gustavo Pardo Ariza, a quien llamaba despectivamente *El Enano.*

Probablemente fue Pablo Escobar quien ordenó la construcción de varias garitas de vigilancia que no se adecúan a las condiciones básicas de seguridad de una prisión. Por ejemplo, no tienen la altura apropiada y algunas coinciden con la parte superior de la valla que rodea la cárcel, con lo que podrían servir como perfecta vía de escape. Por otra parte, jamás fueron instalados reflectores que iluminaran las zonas abiertas del penal porque, al parecer, incomodaban a los reclusos. Curiosamente se colocaron 18 reflectores en el campo de fútbol.

Tantos fallos en la seguridad de la prisión hacen que resulte obvio que la entrada ilegal de visitantes fuera algo habitual. Una fuente de todo crédito aseguró a CAMBIO16 que ya se ha establecido que el secuestro y posterior muerte de los hermanos Francisco y Fernando Galeano y de otros miembros de la cúpula del cártel, que fueron llevados ante Escobar para rendirle cuentas, se debió a que estaban incumpliendo con la cuota mensual de 30 millones de dólares de «impuesto» o tributo al *Patrón* por ser socios del negocio.

Escobar no descuidaba su Catedral. Hay quienes aseguran que incluso contrató decoradores para acondicionar los salones. En una de sus salas hay cortinas, muebles y cojines tapizados en la misma tela, que a su vez hace juego con los arreglos de flores artificiales. En una de las



Una de las salas, muy confortable para charlar con los amigos.

92C9389

EDUARDO MENDOZA, EX VICEMINISTRO DE JUSTICIA DE COLOMBIA

"La fuga fue culpa del Ejército y del director de la cárcel"

SOBRE quién recae la responsabilidad de que Pablo Escobar se fugara de la cárcel?

—La fuga fue culpa del Ejército. Había una supuesta operación militar. En Bogotá incluso salió un comunicado de la Presidencia diciendo que la cárcel de Envigado había sido tomada y Escobar estaba siendo trasladado a una guarnición militar. Nosotros, entretanto, veíamos que nadie estaba haciendo nada.

—Al entrar en la prisión fue secuestrado y tuvo que ser rescatado en una operación del Ejército. ¿Por qué decidió hablar con el narcotraficante Escobar?

—Me dijeron que los presos estaban asustados y que si yo les garanti-



zaba la vida no pasaría nada. ¿Por qué no iba a entrar si había 25 guardias de prisiones y el director de la cárcel era un coronel especializado en cuestiones de inteligencia? Lo que no imaginé es que los 25 guardias nos iban a secuestrar poniéndose de parte de Escobar.

—Usted dice que no sabía nada sobre irregularidades en la cárcel, pero el Ejército afirma que informó varias veces sobre algunos fallos en la seguridad externa del penal.

—Para que entraran todos los objetos de lujo que se han encontrado tuvo que haber complicidad entre el director de la cárcel y los encargados de los retenes militares en la carretera de aproximación al penal. Sin embargo, el anterior director de la cárcel encontró respaldo legal en la legislación de prisiones para permitir el acceso de esos objetos cobrando unos impuestos a los internos.

—¿O sea que es legal tener esas cosas en la cárcel?

—La legislación dice que no se pueden introducir objetos de lujo, pero eso es una palabra subjetiva. El antiguo director de la cárcel alegó que él no creía que fuesen elementos de lujo.

—Escobar temía ser bombardeado por los norteamericanos o por sus rivales del cártel de Cali. ¿Los refugios antiaéreos estaban autorizados?

—Sí. Para proteger a los reclusos de un posible ataque aéreo con bombas. Pero con esa excusa lo que se construyó fueron unas cabañas estilo suizo.

—El director general de prisiones había hecho diez viajes a la cárcel. ¿Por qué nunca le informó de lo que estaba pasando?

—No lo sé. Nosotros confiábamos en él.

—¿Quién falló en el Ministerio de Justicia?

—Fallaron los guardias y el director de la cárcel, que es el representante del Gobierno en el penal. Es él quien decide quién entra y sale y resulta increíble que haya permitido todas esas irregularidades. Además, inexplicablemente, el director de prisiones me informaba que todo iba bien.

—¿Usted nunca fue personalmente?

—Eso no me correspondía. No estaba dentro de las funciones del viceministro.

habitaciones, sobre la cabecera de la cama, destaca una imagen de la Virgen del Carmen, pintada sobre baldosas y enmarcada por arabescos. Junto a la cama del dormitorio, Escobar instaló un mueble con televisión y un aparato de vídeo. Entre las películas se hallaron varias cintas pornográficas. Asimismo, han aparecido numerosos libros embalados que recopilan las caricaturas publicadas sobre el propio Escobar, quien pagó su propia edición con el fin de repartirlas entre sus amigos.

VILLA ANTIOQUEÑA. En este cuartel general de operaciones no podía faltar la oficina del narcotraficante. Sobre su escritorio negro abandonó papeles clasificados en «listos» y «pendientes» (que forman parte del sumario), así como un teléfono portátil. También sobre la mesa, las imágenes de sus animales importados ilegalmente de África: entre ellos un elefante, camellos y jirafas. A pesar de que el bloque principal de la prisión parece una agradable y típica hacienda antioqueña pintada de blanco, el exterior de las construcciones es en su mayoría antiestético, sucio y frío, con los restos de las obras esparcidos por todas partes. «Villa Escobar» también tenía un completo servicio de sanidad que contaba con un quirófano mejor dotado, incluso, que el de los hospitales públicos.

Lo único que le da cierto aire judicial a la cárcel es la llamada «área de orden público», donde se supone que Escobar y sus 14 compinches debían declarar sobre los delitos confesados. Un cristal blindado —tipo espejo— separaba la parte del declarante de la del juez. En ambos lados se instalaron micrófonos, y en la parte de la autoridad oficial, un equipo de grabación.

No sólo Escobar pasó por allí. También declararon Otoniel de Jesús González Franco, alias *Otto*, y Luis Carlos Aguilar Gallego, lugartenientes del capo, que también disfrutaban de espaciosas habitaciones, aunque un poco más reducidas que las de Escobar, dotadas de televisión, equipo de música y aparato de vídeo. Y no sólo los presos gozaban de estas comodidades. El narcotraficante se había preocupado de dotar a los guardianes de un gimnasio con modernos aparatos.

Así, mes tras mes, la expansión de la cárcel era sorprendente. Queda-

03

9209389





En uno de los armarios construidos en los refugios antiaéreos se encontró un doble fondo con un pequeño arsenal. Se hallaron muchas más armas en otras dependencias. Parece evidente que el penal se había convertido en un fortín listo para la defensa contra los ataques exteriores, y con varias vías abiertas para el caso de que fuera necesario una rápida fuga. Mientras, su vida transcurría apacible y hogareña.

ron por terminar varias de las cabañas cercanas al recinto, una de ellas diseñada al estilo suizo. Vista desde el aire, el área construida se cuadruplicó. Se le añadió un campo de fútbol y cabañas de recreo fuera del perímetro original, una de las cuales está cubierta por marquesinas y plantas de plástico para que no pudiera ser detectada desde el aire.

JOYAS Y DINERO. Antes de su fuga, Escobar consiguió sacar el contenido de la caja fuerte —también tenía una— y Roberto Escobar, su hermano, se llevó consigo lo que tenía oculto en un escondrijo. Un día después de la operación se publicó que se habían encontrado joyas y gran cantidad de dinero en efectivo en La Catedral. La Fiscalía General de la Nación solicitó su envío como parte de las pruebas de la investigación. Pero el Ejército ha respondido que no tiene nada en su poder.

Pero, desde luego, hay muchos que lamentan la fuga de Escobar. Por ejemplo, los ingenieros, arquitectos, electricistas, decoradores y pintores que tuvieron trabajo de sobra mientras cumplían los permanentes caprichos del narcoterrorista. «El *Patrón* estaba construyendo de todo, y la gente de aquí estaba contenta, pues eso era trabajo. El dinero mueve montañas», declaró a esta revista un anciano de Envigado.

¿Qué va a ocurrir con todos los objetos encontrados en la cárcel? Los televisores, vídeos y elementos de ocio serán distribuidos entre las diferentes prisiones del país. Las armas y los ordenadores se entregarán a la Fiscalía General de la Nación. Aún no saben qué hacer con los telescopios.

Mientras tanto, Medellín ha sufrido una nueva conmoción al estallar una bomba de más de 20 kilos de dinamita, que provocó ocho heridos y unas pérdidas de 70.000 dólares. Este atentado hizo que la población reviviera las imágenes del narcoterrorismo, que ha costado miles de víctimas en Colombia. Pocas horas después, Escobar envió un comunicado acusando al cártel de Cali de ser el responsable de esa explosión.

Pero las nuevas víctimas de Pablo Escobar han sido los hermanos Ochoa, detenidos en la cárcel de Itagüí: los sistemas de vigilancia del penal se han reforzado considerablemente. Es el último intento del Gobierno para salvar la cara. ■

EL PAIS 20-8-92

CRUZADO

DURAS SANCIONES EN PROYECTO CONTRA DOPAJE

* Alcanza a Atletas, Técni
* Multas de Hasta N$ 37

EL Poder Ejecutivo elevó ayer al Legislativo el proyecto de Ley destinado a compatir el dopage deportivo, el cual preve durisimas sanciones no sólo contra los atletas que incurran en el mismo, sino contra dirigentes, profesionales, técnicos auxiliares que aconsejen el consumo de sustancias prohibidas, y contra los clubes a los que pertenezcan los deportistas sancionados con multas que pueden llegar a 1.200 Unidades Reajustables. Esto equivales a N$ 37.245.600, teniendo en cuenta que la UR se cotiza hoy a N$ 31.038.

La iniciativa en su texto establece lo siguiente:

Art. 1°.— Prohíbese en todo el territorio de la República, la práctica del dopaje de los participantes en competencias deportivas de carácter nacional o internacional, ya se trate de aficionados o profesionales.

Art. 2°.— Se entiende por dopaje la utilizacion de sustancias o medios destinados a aumentar o disminuir artificialmente, en las competencias deportivas la capacidad sicofisica y por lo tanto el rendimiento de un atleta. A esos efectos se considerarán tales las sustencias declaradas por el Poder Ejecutivo de acuerdo a las facultades del art. 80 del Decreto-ley 14.996 de 26 de marzo de 1966.

Art. 3°.— Declárase de interés público la erradicación de la práctica del dopaje, cometiéndose al Ministerio de Salud Pública, al Ministerio de Educación y Cultira y a la Comisión Nacional de Educación Física, la realización de campañas educativas con ese propósito.

Art. 4°.— Cométese a la Comisión Nacional de Educación Física el contralor sobre el dopaje en toda competencia deportiva pública, de carácter nacional o internacional, que se realice en la República, entre aficionados o profesionales, así como la aplicación de las sanciones que correspondan de acuerdo a la presente ley.

Art. 5°.— A los efectos del contralor establecido en el artículo anterior, la Comisión Nacional de Educacion Física, directamente o por intermedio de otros organismos oficiales podrá efectuar los análisis, exámenes y la obtención de muestras necesarias para realizar la pesquisa del dopaje. El competidor que rehuse, sin causa justificada, someterse a las pruebas aludidas o que intente por cualquier medio falsear el resultado o frustrar la pesquisa, será inhabi[...] para participar en com[...] de su descalificacion in[...] participando.

Art. 6°.— El comp[...] que, desempeñando [...] actuacion deportiva de[...] de cualquier modo, por[...] autoridades a los fines [...] con pena de inhabilita[...]

Art. 7°.— El depor[...] muestras hubieren se[...] cias aludidas en el Art. [...] de suspensión que se [...] meses y un máximo de [...] del término de la susp[...] diéndose al deporte que[...] tencia efectiva, y se ten[...] agravantes que obren.

La sanción referid[...] mitad— se aplicará al [...] profesionales y auxiliar[...] aconsejen a sus atletas [...] el dopaje, se las facilit[...] contra su voluntad.

Constatada en su [...] Nacional de Educació[...] penal correspondiente [...] marzo de 1966).

Art. 8°.— Se consid[...]

a) El hecho de habe[...] competencia internacio[...] Comisión Nacional de E[...]

b) La calidad de pr[...]

La condición de rei[...]

Art. 9.— La instituci[...] o para la que actúe el i[...] multa que se graduará [...] y un máximo de 700 (se[...] pudiéndose elevar este [...] hasta un tercio. Cada in[...] por separado aunque se [...] competencia o evento.

Mercader y Pa... ron en Educac... Será Destinat...

...ocación y Cul- ..., respetando ...orrá a su papel ...ema educati- ...incipal desti-

...ser, a quien ...osecretario el ...uesto ayer en ...l Interior, Dr. ...nia realizada ...ministerial. ...es esferas de Mercader afir- ...rder de vista ...es decir, la

...nación de las ...trasmisión y ...cultural de ...en el pasado ...mérica Latina. ...os uruguayos ...un buen nivel ...e un sistema ...situación ac- ...panorama ha ...xcelencia que ...ebería ser el

modelo de la modernizaci... cambios a efectuarse".

CODICEN Y UNIVERS...

El nuevo Secretario de E... que las relaciones que estab... CODICEN y con la Universid... rán sobre dos bases. Por ... reconocimiento de que el go... protagonista natural y legítim... educativo", y por otro "el ... autonomía de los entes de ...

Agregó que como ciuda... del sistema de anseñanza ... nunciaremos a ocupemos ... en todas las circunstancia... requiera", añadiendo que "... se ve que no serán pocas".

APERTURA A JUVE...

En otro momento de su ... cader señaló que la juventu... los principales destinatario... esfuerzo de este Ministerio.

"Con los jóvenes, dijo, ... comprometer públicamente ... las puertas de este Minister... tas para ellos. Aquí tendrá... parte atenta dispue... dialogar".

UNIVERSIDADES: REU... NOVIEMBRE

Más adelante señaló que...

Rechazó una MPP en Libe...

...de su historia decidió dejar en libertad del inte...

01/02 9209390

Nº DOCUMENTO

TITULO

EL PAIS 20-8-92

ENTRADO

CRUZADO

DROGAS EN LOS JUEGOS

En los recientes Juegos Olímpicos de Barcelona, se realizaron más de 1.800 controles de drogas. Estos son los pasos que se dan para llevar a cabo los controles y algunas acciones que se desarrollan para evitar que la droga sea descubierta en el organismo



CONTROL DE DROGAS

1. Se toman muestras de orina, en dos frascos de 50ml, y se los sella.
2. Los frascos se colocan en dos bolsos térmicos, uno para análisis y el otro para reserva.
3. La muestra es analizada por un detector cromatográfico. Si un pico parece corresponder a una droga ilegal, otra porción de la muestra de orina se hecha pasar por un espectrómetro de masa.
4. El detector analiza el contenido químico y da un informe que revela drogas.

DETECTOR DE DROGAS

Reemplazar por otra persona al atleta a ser analizado.

Ocultar orina limpia en el cuerpo y cambiarla por la muestra de análisis en las cabinas para muestras.

Vaciar la vejiga y volver a llenar con orina limpia usando catéter.

Usar drogas, como probenicid, para ocultar trazas de esteroides en orina.

Tomar vinagre puede ocultar la presencia de algunas drogas ilegales.

Beber grandes cantidades de agua para diluir la orina y reducir las concentraciones de drogas ilegales.

EFECTOS DE LAS DROGAS

Diuréticos

- Inducen una rápida pérdida de peso a atletas de categorías por peso. Incentivan la micción, reducen la concentración de otras drogas y minimizan posibilidades de detección.

Esteroides anabólicos

- Versión sintética de la hormona masculina testosterona. Aumenta peso y volumen muscular.

Bloqueadores Beta

- Reducen palpitaciones y ritmo cardíaco para combatir la hipertensión y el dolor de cabeza.

Estimulantes

- Aumentan el estado de concentración y reducen la fatiga pero provocan obnubilación, lo que genera un gran riesgo de accidentes.

Narcóticos

- Se usan para combatir el dolor. Presentan alto riesgo de dependencia física y sicológica.

Refuerzo sanguíneo

- Un litro de sangre almacenado durante unas semanas e inyectado poco antes de la competencia aumenta el número de glóbulos rojos y la capacidad de oxigenación sanguínea.

EFECTOS COLATERALES DE LOS ESTEROIDES

Mujeres: Excesiva vellosidad en cuerpo y rostro, permanente enronquecimiento de la voz, crecimiento del clítoris, perturbaciones del ciclo menstrual.

Hombres y mujeres: Cabeza y cerebro: Paranoia y conducta antisocial. Cefalea y mareo. Grave acne que deja cicatrices permanentes.
Organos: Trastornos y tumores hepáticos. Dolores estomacales. Alta presión sanguínea.
Miembros y músculos: Calambres, trastornos de crecimiento entre adolescentes.

Hombres: Calvicie prematura, desarrollo de senos, reducción del tamaño de los testículos y menor producción seminal, dolor al orinar provocado por el crecimiento de la próstata.

Fuente: [illegible]

02/02

9209390

En sólo cuatro meses, Río de Janeiro, Recife y San Pablo fueron escenario de 457 asesinatos de niños de la calle, víctimas del uso cotidiano de actos agresivos

Escuadrones de la muerte, el narcotráfico, desaparición forzada de cientos de personas y asesinatos políticos pautan el mapa de la violencia en casi toda América Latina

Santiago Escobar*

■ En San Pablo un niño de nueve años, jefe de una banda que se jactaba de haber dado muerte a veintisiete personas, fue ultimado por sus propios compañeros, menores también como él, debido a su crueldad. Mientras tanto, sólo entre marzo y agosto de 1990 en las ciudades de Río de Janeiro, Recife y San Pablo fueron asesinados 457 niños de la calle.

En Colombia muere una persona cada 22 minutos por un hecho violento, 66 por día, más de 24 mil al año, superando como causa de muerte en más de cinco mil casos al cáncer, en nueve mil a las enfermedades circulatorias, incluidos los infartos, y casi doblando a las enfermedades del aparato respiratorio.

En Perú los índices de violencia política son tres veces superiores a los del Líbano, con más de 10 mil muertos en menos de seis años, millares de desaparecidos y la organización terrorista más sanguinaria de la región.

América Latina se ha acostumbrado a las cifras de varios dígitos cuando se habla de violencia. Homicidios comunes, desaparición forzosa de personas, escuadrones de la muerte, atentados terroristas, maltrato y asesinato de niños de la calle, narcotráfico y consumo de drogas, asesinatos políticos, se mezclan en una cuenta horrorosa. La región es un mapa de la muerte.

El mayor porcentaje de ellas en América Latina corresponde a jóvenes entre 15 y 35 años, en gran parte hombres, y aunque la mayoría de los hechos parece producirse en las ciudades, no existe un lugar de América Latina libre del riesgo de alguna forma de violencia.

CAUSAS DE LA VIOLENCIA

La violencia que se vive en la región está más allá de lo político, aun cuando es la violencia de ese tipo la que tiene mayor resonancia periodística. Según expertos, poco más del diez por ciento de la violencia total en Colombia tiene origen y carácter netamente políticos. El país cuenta con varios grupos guerrilleros operando, con una porción importante del territorio en situación de guerra interna y con décadas de lucha política armada. La violencia actual se ha instalado en la cotidianeidad como un recurso doméstico y barato para resolver conflictos y carencias.

Resulta más económico recurrir a un sicario que pagar una deuda o cobrarla judicialmente. El asesinato de un líder político o social tiene el doble efecto de eliminar un obstáculo político y amedrentar determinadas posturas u opiniones sirviendo como una pedagogía del terror frente a los adversarios. Los excesos de represión por parte del Estado y sus órganos de seguridad tienen un costo acotado en el tiempo y el beneficio de inhibir nuevas demandas. La violencia terrorista, desmesurada e imprevisible, provoca un miedo irracional en el conjunto de la sociedad, la polariza de manera artificial y sella el pacto de sangre entre los terroristas compactando su organización.



Cotidianamente, la violencia estalla, incontenible, en toda América Latina.

Todo ello lleva a habituarse a vivir en un contexto de violencia, es decir, en un medio donde el uso cotidiano de actos agresivos es la forma más sencilla de resolver los conflictos.

Lo que hay detrás de todo esto es un proceso de transformación cultural que considera a la violencia como una variable inevitable y atávica de nuestras sociedades, con la cual es preciso aprender a convivir manteniéndola en límites tolerables para la seguridad individual. Para esta cultura de la muerte, la violencia es un costo natural del proceso social, como lo es la polución o el agotamiento de los recursos naturales para el crecimiento económico; y su control es un problema de dosis adecuadas de acciones de represión. Más policías, más cárceles, leyes más drásticas, más medios técnicos para la lucha antisubersiva. Es decir, matar para detener la muerte.

Las verdaderas causas de la violencia, aquello que la permite o la alienta, quedan ocultas en una discusión técnica sobre la eficacia y eficiencia de los medios necesarios para combatirla. La pobreza y el deterioro económico de amplios estratos de la población constituyen una de sus principales causas desencadenantes.

Los países con violencia social aguda presentan al mismo tiempo los mayores índices de pobreza y de desigualdades en la distribución de la riqueza nacional. Perú tiene el 60% de su población bajo la línea de pobreza, Brasil el 45%, Colombia el 42%, Chile el 42%, República Dominicana el 46%, México el 37%, Venezuela el 32%.

Por cierto no existe una relación causal entre pobreza y propensión a la violencia, pero en un contexto de desigualdades como el que vive la región, afirmado en gran medida en formas coercitivas de ejercicio político y económico, la violencia se manifiesta con mayor facilidad.

LA VIOLENCIA COMO CULTURA

Diferentes estudios realizados en la región demuestran que la violencia es una actitud aprendida y que, si una persona durante su socialización ha estado expuesta de manera cotidiana a modelos agresivos, aceptará la agresión como un modelo legítimo de relaciones personales.

La repetición de los actos de violencia y la acumulación de medios de fuerza para combatirla provoca un cambio de actitud de las personas frente a ella. En este sentido, quizás nunca se sabrá con exactitud el aporte que las dictaduras militares y su doctrina de seguridad nacional han hecho para instalar en algunos casos y profundizar en otros la violencia en América Latina.

El recurso a la violencia es, además de la accesibilidad a un medio para producir violencia, una valoración positiva de su utilidad y al mismo tiempo una negación de la solidaridad como elemento base de las relaciones sociales.

Y ahí están los ejemplos del sicariato colombiano que hace su orgullo de profesión en los barrios de Cali o Medellín y festeja en fiestas públicas con los vecinos el éxito de un asesinato.

Parte de esta valoración es también la aceptación del orden y la justicia de las bandas en las favelas de Brasil, la privatización creciente de la seguridad con la proliferación de empresas dedicadas al rubro, el encerramiento de barrios y el ingreso masivo de policías, en algunos países, a la extorsión, el cobro de protección o simplemente los asaltos.

EN AMERICA LATINA ES PELIGROSO SER NIÑO

Una de las situaciones más dramáticas que se vive en torno de la violencia en la región es el caso de los niños de la calle. En Brasil, donde el problema es extremo y cuyo número según datos de expertos llega a 15 millones, la sociedad no sólo ha perdido capacidad de asombro frente a los asesinatos de niños sino que lo empieza a aceptar como una forma de "limpieza social".

Los **pixotes**, como se les denomina en Brasil, viven la realidad de un estado salvaje, en el cual las bandas son su familia y los asaltos y robos a mano armada o la prostitución su única manera de obtener su sustento.

Para su defensa y rehabilitación se han formado organizaciones auspiciadas y orientadas por organismos privados de beneficencia y de derechos humanos como el Movimiento Nacional de Meninos e Meninas da Rua, cuyo coordinador regional, Volmer do Nascimento, desapareció, presumiblemente a manos de los escuadrones de la muerte, hacia mediados de 1990.

Pero 15 millones de niños, entre 6 y 15 años, defendiéndose de escuadrones de la muerte que cuentan con la participación o la anuencia de policías, aprendiendo la vida en la calle, no es sólo un problema de acciones de beneficencia sino un problema de moral y decencia al interior del aparato político.

La situación de los **gamines** de Colombia o los **pirañas** de Lima no es mejor. En este último caso, se trata de grupos de niños

entre 6 y 10 años que merodean por el centro de Lima a la espera de una víctima propiciatoria. Como son pequeños, atacan en masa, la hacen caer, la inmovilizan como pueden y le roban.

El aumento de los niños de la calle en Perú, ha permitido la proliferación del trabajo esclavo o del tráfico de órganos. Hace poco se descubrió un cementerio clandestino en la selva oriental, cercano a lavaderos de oro, con los cadáveres de medio centenar de niños entre 10 y 14 años, muertos por desnutrición y enfermedades tropicales. Según informes de las autoridades del trabajo, la mayoría de los 5 mil buscadores de oro de los lavaderos del río Madre de Dios y de las caucheras y madereras de la zona son niños entre 12 y 17 años.

En Colombia, donde el sicariato ha pasado a ser una profesion entre los jóvenes de barrios pobres en las principales ciudades, el pago de los contratos de muerte tiene como beneficiarios a las familias de los sicarios en caso que éste muera. Esta es una cláusula solemne de cada contrato que se cumple escrupulosamente.

El sicario, generalmente joven entre 14 y 18 años, sabe que sus oportunidades de salir ileso del atentado son escasas y, sin embargo, acepta el contrato y lo vincula al bienestar económico futuro de su familia en caso que muera.

POR UNA CULTURA DE PAZ

¿Por qué la violencia en América Latina es, a estas alturas, un fenómeno estructural?

Simplemente porque se ha transformado en una atributo de largo plazo para su historia política y social. La "violentología" ya es una especialización en las ciencias sociales de la región, tan útil como la antropología, la geografía o la estadística a la hora de interpretar los hechos sociales del continente.

Pero es un fenómeno estructural sobre todo porque la normalidad de la vida cotidiana se basa en una seguridad armada, que acepta la muerte como hipótesis para vencer a la muerte como riesgo. Quien adquiere un arma para defenderse es porque está dispuesto a usarla, es decir, ha aceptado, al menos hipotéticamente, matar a otro ser humano.

La soluciones de fondo frente al fenómeno implican una serie de compromisos globales de la sociedad para actuar en múltiples planos de manera simultánea.

El compromiso de terminar con la extrema desigualdad en la distribución de la riqueza y erradicar la pobreza es el primero de ellos. Esto no es un problema policial sino de equidad en el goce de los beneficios del progreso.

Es necesario terminar con las omisiones de justicia, asegurando por consenso una institucionalidad jurídica que junto con establecer reglas de debido proceso, asegure la igualdad ciudadana ante la ley, la erradicación definitiva de los organismos de seguridad fuera de todo control y la defensa irrestricta de los derechos humanos. Se debe buscar una amplia participación ciudadana en los programas de erradicación de la violencia, a través de una efectiva participación a nivel de los municipios y regiones. Para ello es necesaria una verdadera descentralización que permita un mayor y más directo involucramiento de las personas en la gestión del espacio territorial, económico y político en el cual desarrollan sus actividades.

La extrema privatización de la política y de los mecanismos de decisión termina siendo el mejor caldo de cultivo para todo tipo de violencia.

Debe desarmarse a una sociedad armada, cuyo poder de fuego acumulado es igual o superior al de la policía o los organismos de seguridad del Estado.

Junto con ello se debe profesionalizar a las instituciones policiales con el fin de hacerlas aptas para una labor de prevención más que de represión, evitando militarizar sus formas orgánicas e institucionales, y la solución de los conflictos existentes. Es necesario desarrollar acciones sustanciales en los sectores de mayor riesgo, principalmente niños y jóvenes, creando oportunidades educativas y de trabajo, y espacios de sociabilidad que encaucen sus intereses y aspiraciones.

Debe, finalmente, estructurarse un compromiso ético de todas las fuerzas sociales para restablecer la solidaridad y el diálogo como base para la acción frente a la violencia.

Ello no implica renunciar a la potestad soberana de un castigo proporcionado, sino que aspira a revertir una cultura de la violencia y la muerte en una de la vida y la solidaridad.

Sólo una sociedad suicida es capaz de vanagloriarse del éxito de sus políticas macroeconó[…]cas, de sus esfuerzos para san[…] su economía y crecer, de[…] poder militar y de sus proyec[…] de siglo XXI, mientras sus ni[…] y jóvenes asesinan y son asesi[…]dos, la esclavitud sigue sien[…] una realidad en sus fronteras o[…] tercio de su población se alime[…]ta de los desperdicios y las ba[…]ras.

**Investigador de la Comisi[…] Sudamericana de P[…]*

Diputados eximen a Gaviria por fuga de Escobar

SANTA FE DE Bogotá - La Cámara de Representantes de Colombia eximió al presidente del país, César Gaviria, de cualquier responsabilidad política y jurídica por la fuga del narcotraficante Pablo Escobar, aunque el Senado continuará con sus deliberaciones sobre el gobernante el próximo 1º de octubre.

La Comisión Segunda de la Cámara opinó que en las horas previas a la huida el presidente impartió órdenes claras y precisas que sus subalternos incumplieron, y pidió a las autoridades que agilizaran los procesos contra los funcionarios, a los que considera los únicos responsables de la fuga de Escobar.

La exoneración de Gaviria no fue unánime en la Comisión, que sólo contó con los votos mayoritarios del Partido Liberal, al que pertenece el gobernante, mientras los conservadores se opusieron con vehemencia a que la votación, en la que se abstuvieron, se celebrase, y el único miembro de la Alianza Democrática M-19 (ADM-19) votó en contra.

Por su parte, los integrantes de la Comisión Accidental del Senado indicaron que es prematuro que la Cámara exima de responsabilidad a Gaviria, y consideraron que se trata de un gesto político y partidista. ■ *(EFE)*

DANIEL GONZALEZ, ex gerente del BCCI de Panamá

"Yo fui correo del dinero de los narcos"

Durante seis años «lavó» dólares de la mafia colombiana. Trató a Noriega, Escobar y los Ochoa; conoció los negocios de los Espina. Ahora lo confiesa todo

ANTONIO RUBIO/MANUEL CERDAN
enviados especiales, Miami

ES panameño, licenciado en Administración de empresas, tiene un master en Economía y toda su vida profesional la ha desarrollado en la banca panameña. Primero fue en el Chase Manhattan Bank (administrador de sucursales), después en el Bank of Tokio (jefe de tesorería), más tarde en el Royal Bank of Canada (jefe de administración) y finalmente en el Bank of Credit and Commerce International (BCCI). Allí estuvo seis años y en ese tiempo conoció personalmente a Pablo Escobar, entre otros muchos narcotraficantes. En el BCCI ejerció como gerente y su función principal consistía en captar depósitos: cuantos más mejor. Nunca preguntaba de dónde procedían los millones de dólares que se depositaban en su banco hasta que un día dijo basta y dio el paso: colaborar con las autoridades estadounidenses para terminar con el lavado de dinero en Panamá y escribir un libro, *Los reyes del «lavado» de dinero*, que en unos meses se ha agotado en toda Iberoamérica.

—¿Cuál era su verdadera función dentro del organigrama del BCCI?

—Viajaba con bastante asiduidad a Colombia con el fin de traer importantes depósitos de las familias Ochoa, Escobar, Rodríguez Orejuela, Rivera González, etc. Todos ellos grandes personajes del narcotráfico internacional.

—¿Cómo consiguió que estos oscuros personajes confiaran en usted y colocaran su dinero en el BCCI?

—Nuestro banco brindaba muchos incentivos a los depositantes. En ocasiones, dábamos un punto más de interés que el resto de las entidades de Panamá.

—¿De qué manera llegaba el dinero de los narcotraficantes a su país?

—En cheques, cheques de viaje en efectivo, transferencias telegráficas o aéreas. No importaba la forma o el sistema. Los depósitos los enviabamos a Londres, que era nuestro cuartel general.

—¿Sólo trabajaban con narcotraficantes?

—No, también tuvimos contactos con directivos de bancos locales como el Interoceánico, el Ganadero, el de Bogotá y el Cafetero.

—Los hermanos César, Celso y Manuel Fernández Espina dirigían el Banco Interoceánico y ahora están acusados por la Fiscalía Antidroga española de lavar dinero de los narcotraficantes. ¿Llegó a conocerlos?

—Recuerdo que en una ocasión, después de visitar a Pablo Escobar en su hacienda, estaba en el hotel Intercontinental de Medellín con los señores Rendón y Gallo, que trabajaban para los narcos, y se nos acercó un señor de apellido Londoño. El estaba muy interesado en poner dinero en el BCCI de Panamá y me dijo que yo tenía que hacer como don César.

> **BRAVO Luna, estafador y amigo de Noriega, sobornó a un alto militar español de Marina con 80.000 dólares para que ayudara a Ochoa**

—¿Quién era don César?

—Yo le pregunté a Londoño y me dijo que era un español, dueño del Banco Interoceánico de Panamá. Al llegar a mi país supe que era uno de los hermanos Fernández Espina.

—¿Cómo trabajaba César Fernández Espina en Colombia?

—Londoño me explicó que él tenía en Medellín una oficina y que iba todas las semanas a recoger los depósitos. También me dijo que don César era muy espléndido con sus clientes y que les montaba fiestas y los agasajaba con licores y chicas.

—¿Tuvo usted relaciones con los hermanos Fernández Espina?

—No, nunca los traté. Ellos no acudían a las reuniones de ejecutivos de banca ni a las de la Asociación Bancaria y tampoco a la de los hoteleros. Siempre se mantenían en un segundo plano.

—Pero conoció sus andanzas.

—Sí. Recuerdo que en 1983 prestaron el hotel Soloy, de su propiedad, para una reunión entre los narcotraficantes y personajes colombianos. Fue cuando los narcotraficantes buscaban entregarse a las autoridades colombianas a cambio de una amnistía parcial. Por los narcos estuvieron presentes Jorge Luis Ochoa, Pablo Escobar y Rodríguez Gacha (*El Mexicano*) y por la otra parte acudieron el ex presidente Alfonso López Michelsen y Carlos Jiménez Gómez, entonces Procurador General de la Nación.

—Después de dejar el BCCI y escribir el libro «Los reyes del 'lavado' de dinero», ¿qué hace usted en la actualidad?

—El ex general Manuel Antonio Noriega, al que le abrí varias cuentas en el BCCI, puso precio a mi cabeza y tuve que huir a Miami. Aquí ya llevo unos tres años y colaboro con el Departamento de Aduanas y con la DEA, agencia antidroga norteamericana. Algunos de mis informes han servido para que los fiscales preparen el nuevo juicio que el ex presidente de Panamá, Noriega, tendrá en Tampa (Florida).

—¿En Tampa declarará usted como testigo?

—Es muy posible. Yo no conocí personalmente a Noriega, pero sí tenía tratos con su secretaria, que era la encargada de abrir las cuentas del dictador en el BCCI. Entre los depó-



sitos que tenía Noriega en mi ex banco había una cuenta cifrada con la clave de El Zorro.

—¿Sabe si en la DEA se han interesado por los hermanos Fernández Espina?

—Sí, los norteamericanos los están investigando. Sobre todo les interesa la relación de estos empresarios españoles con el Banco Interoceánico donde *El Mexicano* tenía más de diez millones de dólares. Están convencidos de que lavan dinero.

—¿Y las vinculaciones de los Fernández Espina con Manuel Antonio Noriega?

—La agencia antidroga norteamericana sabe que los Espina tenían muy buenas relaciones con las Fuerzas Armadas panameñas y están trabajando en esa línea. Ellos saben que los hermanos asturianos tienen en nómina a varios militares españoles y que el hijo de uno de estos es el director del hotel Soloy que hay en Panamá.

—Jorge Luis Ochoa fue detenido en Madrid en 1984. Estados Unidos y Colombia pidieron su extradicción y finalmente fue enviado a su país. En su momento se comentó que hubo dinero por medio. ¿Sabe usted algo de este asunto?

—Cuando Ochoa fue extraditado a Colombia, Bravo Luna, un íntimo amigo de Noriega que huyó de España por estafador, me contó que él mismo llevó a Madrid un soborno. Bravo Luna me dijo que los 80.000 dólares eran de Manuel Antonio Noriega y que se lo entregó a un alto militar de la Marina.

—¿Y dónde está ahora Bravo Luna?

—El se dedicaba a lavarle dinero a los narcos con la ayuda de Noriega, pero las últimas noticias que tuve de este personaje es que lo habían liquidado en Medellín por quedarse dinero de los narcotraficantes.

—En la época en que usted todavía estaba en su país, los Fernández Espina adquirieron el hotel El Panamá de manera irregular. ¿Tiene información sobre estos hechos?

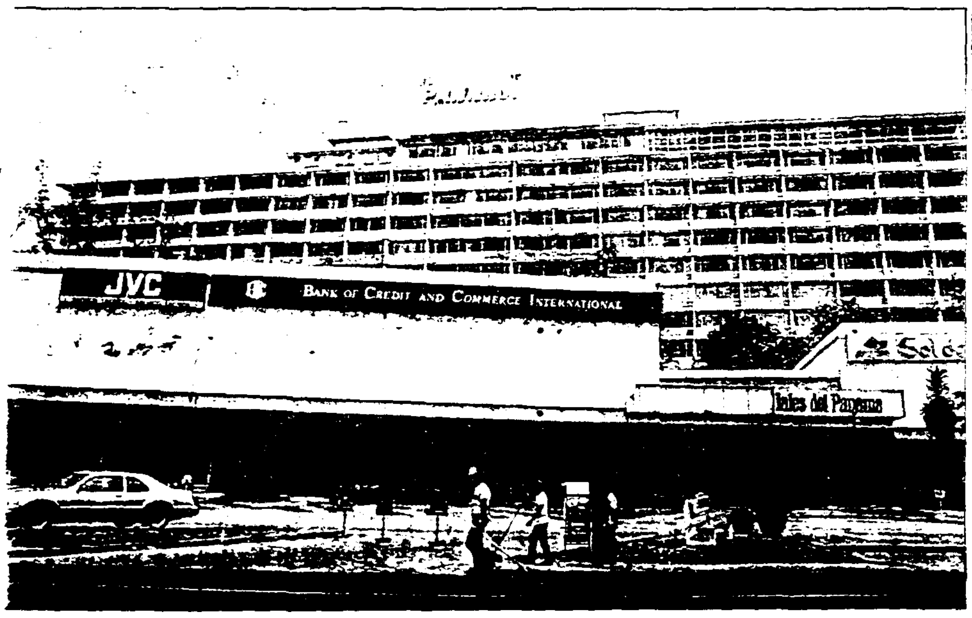
—Sí. En aquel tiempo, en 1989, Noriega había puesto precio a mi cabeza. En la época de Torrijos, el hotel lo compró una compañía que se llamaba Hoteles Turísticos, y detrás de ella estaba la familia Arias. Más tarde, después del atentado contra el general y con la ascensión de Noriega, los Arias perdieron influencia y dejaron el hotel con una deuda que se calculaba que era de 16 millones de dólares.

—¿Y cuándo aparecen los Fernández Espina?

—Después de todo esto que les he contado es cuando entran en juego los Fernández Espina. El hotel El Panamá lo administraba la cadena de hoteles Hilton, pero como no estaban de acuerdo con la forma de llevarlo se retiraron. Entonces el hotel permaneció cerrado durante un tiempo y después lo pusieron a la venta. Una empresa española llegó a ofrecer 12 millones de dólares, pero los Espina se lo llevaron por ocho.

—¿Qué participación tuvo Noriega en la venta del hotel?

—Total. Rafael Arozamena, geren-



El BCCI y el hotel El Panamá, centros «blanqueadores» para los norteamericanos.

te del Banco Nacional de Panamá en la etapa del dictador, fue quien les propuso a los Espina que compraran El Panamá. Arozamena recibió 800.000 dólares del Interoceánico por la coima (soborno). Noriega fue quien dio el visto bueno a la venta.

—¿De dónde salieron los ocho millones que pagaron por El Panamá?

—Siempre se ha dicho que esos ocho millones de dólares pertenecían al narcotraficante *El Mexicano*. Este, como se recordará, fue patrocinador del terrorismo y terminó muerto por la Policía.

—Usted trató personalmente con Escobar.

—Sí, estuve en su hacienda que está Antioquia (Colombia) con él. Me llevó Rendón, que le lavaba narcodólares en nuestro banco, y aquello era algo extraordinario. Había animales de todas las especies, colores y tamaños. También estuve con Eduardo Martínez que en la actualidad se encuentra preso en Tampa y que testificará contra Noriega en el juicio que se va a celebrar en aquella ciudad norteamericana.

—¿Quién es Eduardo Martínez?

—Eduardo era el secretario de Pablo Escobar y muy amigo del gerente del Banco de Occidente. Este banco manejó con el BCCI de Panamá cientos de millones de dólares en efectivo. En aquella época, practicamente el 90 por ciento de los banqueros de mi país eran corruptos. Todos lavaban dinero. En Panamá no hay industria, es un país de servicio. El Banco Nacional era número uno en esa actividad. Tenía el permiso del Tesoro de Estados Unidos para repatriar todos los dólares y se aprovechaba de ello.

—El BCCI fue cerrado por las autoridades mundiales por blanqueo de dinero. ¿Era su única función?

—El BCCI era de origen árabe, pero quienes realmente lo dirigían eran los ejecutivos paquistaníes. Al principio no entendí que hacían los árabes y paquistaníes juntos. Más tarde comprendí que era la religión lo que los unía. Siempre hablaban de Dios y de la honradez, pero con tal de conseguir un depósito no reparaban en nada. A los clientes les ofrecían mujeres, alcohol y todo aquello que pidieran.



El ex general Noriega prometió depositar fondos estatales en el BCCI.

—¿Fue Noriega el único en Panamá que recibió sobornos o ayudas?

—No, cuando el BCCI abrió sus puertas allí donó 100.000 dólares a la República de Panamá. Ese dinero fue a la cuenta de la señora del ex presidente Aristides Royo. Fue todo un soborno para el manejo de ciertas cuentas estatales. En ese país, una ley dice que las instituciones gubernamentales deben mantener sus fondos en el Banco Nacional de Panamá. Sin embargo, hubo fondos estatales, incluso de las Fuerzas de Defensa, que fueron al BCCI.

—¿Qué cargo ocupaba Manuel Antonio Noriega cuando el BCCI se estableció en Panamá?

—Cuando se pagó el soborno, Noriega era jefe de la inteligencia militar y el auténtico poder de nuestro país.

—¿Dónde estaban las cuentas del ex general panameño?

—En Panamá tenía algunas, pero las más importantes de ellas estaban en Londres. Noriega tenía muy buenas relaciones con el gerente del BCCI de Londres, el señor Awan. Este le ofrecía grandes fiestas. Había niñas y cocaína en abundancia. Noriega prometió a Awan depositar fondos estatales en el banco.

—¿Se cumplió la promesa de Noriega?

—Sí, pero tardó un tiempo porque el ex presidente no se llevaba bien con el director del BCCI de su país y exigió que Awan fuera trasladado desde Londres a Panamá.

—¿Las relaciones entre Noriega y el BCCI eran excelentes?

—Después del asesinato de Rodrigo Lara Bonilla, ministro de Justicia de Colombia, Ochoa y Rodríguez Orejuela se fueron a España y Pablo Escobar se refugió en Panamá. Se hospedó en una casa que mi ex banco tenía alquilada a Rodrigo García, el ex coronel de la Guardia Nacional. Fue el ex general Noriega quien pidió al banco que le proporcionaran la casa. Era una gran residencia situada en los Altos del Golf, en una calle que sin salida, en la zona en que vivía su protector.

—¿Quién pagaba las facturas de Escobar?

—Las cuentas las pagaba el propio Escobar, pero primero pasaban por el banco porque todo estaba a mi nombre como gerente de la entidad. Recuerdo que las facturas del teléfono ascendían a cifras de entre 30.000 y 40.000 dólares mensuales. Había muchas llamadas que tenían como destino España (Jorge Luis Ochoa y los Rodríguez Orejuela fueron detenidos por la Policía española). Estuvo durante un año y medio en esta casa y las Fuerzas de Defensa custodiaban la mansión. ■

> **CUANDO el BCCI se instaló en Panamá dio 100.000 dólares a la república, que fueron a la cuenta de la mujer del ex presidente Royo**

03/03 9209393

N.º 1.083/24-8-92

Nº DOCUMENTO

TITULO BRASIL: INCAUTAN 23 KG DE COCAINA DESTINADOS A NIGERIA

PROCEDENCIA ZERO HORA

FECHA DE PROCEDENCIA 26-8-92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

INTERCEPTADOS 23 QUILOS DE COCAÍNA

A Polícia Federal de São Paulo apreendeu ontem, no Aeroporto Internacional, 23 quilos de cocaína que seriam enviados para Lagos, capital da Nigéria, por dois nigerianos e um brasileiro ainda não identificados. Os traficantes estão sendo procurados pela Polícia Federal.

01/01

9209394

Fueron desbaratadas dos bandas de traficantes de narcóticos

Cápsulas: la policía secuestró un cargamento de más de un kilogramo de droga que dos sujetos habían ingresado en los intestinos; la Gendarmería Nacional detuvo a diez integrantes de una organización. Capturas en Mendoza.

En procedimientos realizados por la Policía Federal y por la Gendarmería Nacional fueron desbaratadas dos bandas de narcotraficantes que desde Bolivia ingresaban cocaína en nuestro país.

La Policía Federal detuvo en esta capital a cuatro personas, argentinas y bolivianas, que traficaban cocaína mediante el método de ingerir cápsulas de látex y transportarlas en sus intestinos hasta llegar a esta capital. De esta forma lograron ingresar un cargamento de un kilogramo doscientos de esa droga, que fue secuestrado por la policía.

La banda operaba desde Morteros, Bolivia, donde dos correos ingerían con la ayuda de leche o de gelatina las cápsulas recubiertas en látex, que contenían la droga prensada y envasada al vacío.

A partir de allí se trasladaban a San José de Pocitos y a Salvador Mazza, utilizadas como bases intermedias, para luego continuar por medios terrestres hasta esta capital, donde comercializaban la droga a 30 dólares el gramo.

La investigación se centró en una pareja compuesta por una mujer salteña y por un hombre de nacionalidad boliviana, quienes se hospedaban en un hotel de la calle Dean Funes, donde tenían una habitación reservada aunque ellos estuvieran en Bolivia o en Salta.

Los policías que vigilaban este lugar siguieron a la mujer hasta un hotel céntrico, donde se encontró con dos sujetos que la acompañaron hasta su residencia.

La posta se completó en el hotel ocupado por la pareja, donde otra mujer recibió un paquete que guardó en su cartera.

Tras un nuevo seguimiento, la policía detuvo a los dos hombres y a una de las mujeres, a quienes les secuestró un paquete de plástico con 34 cápsulas de látex con droga.

Posteriormente, en Independencia al 2200 detuvieron a la otra mujer y al resto de la banda, quienes fueron sometidos a un interrogatorio.

Sobre lo dicho por los narcotraficantes, fueron allanadas las habitaciones que ocupaban en los dos hoteles, donde los investigadores se incautaron de 106 cápsulas que contenían 1,200 kg de cocaína, una balanza electrónica de precisión y más de 600 dólares, producto de la venta de la sustancia.

Operativos simultáneos

Durante ocho allanamientos realizados en Lomas de Zamora, Morón y Salta, efectivos de la Gendarmería Nacional desbarataron una banda de narcotraficantes, integrada por ocho argentinos, un paraguayo y un boliviano, que tenía conexiones internacionales.

En los procedimientos fueron secuestrados ocho kilogramos de droga entre cocaína y marihuana, varias armas de guerra, dos automóviles y una motocicleta.

Los gendarmes se incautaron, además, de precursores necesarios para la elaboración y el fraccionamiento de estupefacientes.

01/01

920939 5

Allanan la cárcel de mujeres por tráfico de drogas

El juez federal de Lomas de Zamora, **Alberto Santa Marina**, secuestró una cantidad no determinada de sustancias que podrían ser **cocaína y marihuana** durante un allanamiento realizado en la **cárcel de mujeres de Ezeiza**. En el operativo, que duró **ocho horas**, intervinieron más **de 100 policías y guardias** del Servicio Penitenciario Nacional.

Santa Marina explicó que fue a la **Unidad Penal 3 de Ezeiza** porque había recibido denuncias sobre **tráfico** de drogas y sobre hechos violentos provocados por el consumo de estupefacientes. **"Quería llevar tranquilidad a muchas internas"**, agregó el juez quien consideró que el operativo tenía un fin social.

El juez y sus secretarios **Lía del Prado y Jorge D'Amore** llegaron a la cárcel de mujeres a las **11 de la mañana** del domingo y se **quedaron allí hasta las 19**, recorriendo todos los pabellones, el **hospital**, los talleres, baños, la biblioteca y las dependencias destinadas al personal del Servicio Penitenciario Federal.

Ayer, cuando se informó sobre el operativo, se supo que algunas de las denuncias sobre consumo de drogas y narcotráfico dentro de la cárcel fueron realizadas por las propias internas.

Según el juez, el procedimiento tuvo un **"fin social de vastos alcances para salvaguardar la propia salud y moral de las internas, sean drogadictas o no"**. Trascendió que el juez secuestró una cantidad no revelada de sustancias similares al clorhidrato de cocaína y a la marihuana.

Estas muestras fueron enviadas a los laboratorios judiciales para comprobar si realmente se trata de drogas. En cambio, no se constataron irregularidades cuando médicos y médicas revisaron los remedios utilizados por las internas. **Se comprobó que no había psicofármacos no recetados ni sustancias alucinógenas.**

El juez también estuvo en el hospital, donde están las internas enfermas del **SIDA**. Allí, se verificó el cumplimiento de las normas de bioseguridad establecidas para esos casos.

Como era día de visitas, la revisación de la cárcel y de las internas se extendió a los familiares que llegaban allí. De esta manera se trató de comprobar si los familiares de las internas aprovechaban estas visitas semanales para llevarles drogas.

Al finalizar el operativo, el juez Santa Marina, el director de la cárcel, **Luis Riquezs** y el director nacional del Servicio Penitenciario Federal, inspector general **Andrés Pérez**, firmaron un acta en la que quedaron registradas las acciones judiciales y el secuestro de las sustancias sospechosas.

Inician innovadora experiencia de reciclaje en base a la ayuda mutua



El edificio de Isla de Flores y Gaboto, que será reciclado por el sistema de ayuda mutua

Las casas antiguas de altos techos y sólida construcción se ofrecen como una excelente solución para resolver, en algunos barrios de Montevideo, los problemas de la vivienda. Ciudad Vieja, Barrio Sur, La Comercial y Palermo son zonas donde abunda este tipo de construcciones, y en los cuales se ha comenzado a reciclarlas para aprovechar el máximo sus posibilidades habitacionales.

Una vieja construcción de Isla de Flores y Gaboto, consistente en una casa de planta baja y otra de altos, comenzará próximamente a ser reciclada hasta transformarse en un edificio de 8 viviendas: seis de 2 dormitorios, y dos de tres.

Esta obra tiene como rasgo característico que será realizada por 50 familias que participarán en su construcción. Las mismas, reunidas en el grupo Pretyl (Palermo recicla, trabaja y lucha) han convenido con la Intendencia Municipal de Montevideo, propietaria de la casa y agente financiero de la obra, y el Centro Cooperativista Uruguayo, entidad asesora, las condiciones en que ella será construida.

El grupo Pretyl desde hace años trabaja por la solución de los grandes problemas sociales del Barrio Palermo, en diferentes áreas que tienden a atender las problemáticas de la alimentación, la desocupación, la salud, la niñez desamparada y la vivienda, entre otras.

Dotado de una gran coherencia interna, el grupo Pretyl, luego de acordar con la Intendencia el reciclaje de la casa de la calle Isla de Flores, resolvió de manera democrática quiénes de entre sus integrantes debían ser los adjudicatarios de las viviendas. Por tratarse de una obra por ayuda mutua, los integrantes del grupo directamente beneficiados aportarán un 28 por ciento aproximado del costo total del reciclaje. Para alcanzar este importante aporte contarán con el apoyo de la totalidad de las familias de la Asociación Civil Pretyl.

La asistente social Alicia Britos, y la arquitecta Ana Gravina del sector Vivienda del Centro Cooperativista afirmaron a LA MAÑANA que en Montevideo son tres las experiencias de este estilo que se desarrollan entre la Intendencia, grupos de vecinos organizados e instituciones de asesoramiento. Las otras dos se localizan en Ciudad Vieja y Goes.

La obra tiene una duración prevista de doce meses contados a partir de la firma del convenio y contrato de obra con la Intendencia de Montevideo.

La asistente social Britos y la arquitecta Gravina explicaron que el grupo ya se está organizando para asumir las tareas administrativas de una empresa de estas características, así como el aporte de la mano de obra de la ayuda mutua. A estos efectos el Centro Cooperativista ha puesto a su disposición un equipo técnico asesor a nivel interdisciplinario.

La arquitecta del CCU dijo que el carácter de experiencia piloto de esta obra, hace que se haya tratado de reducir los costos al máximo, procurando utilizar todo lo ya existente, realizando las modificaciones imprescindibles para alcanzar un número de unidades habitacionales que dé como resultado una ecuación económica razonable para los precios del mercado, y que permita una amortización acorde con las condiciones del grupo destinatario.

La asistente social Alicia Britos agregó que Pretyl realiza reuniones periódicas con los participantes de las otras dos experiencias de reciclaje antes mencionadas. A su criterio, los intercambios que resultan de ellas son muy fructíferos porque los grupos que estimulan mutuamente, y los avances de uno de ellos son tomados como ejemplo por los otros. Explicó Britos que la tarea de la construcción es verdaderamente dura, más todavía cuando se superpone en un horario extra a los trabajos regulares de quienes participan en estos proyectos. Por eso se hace necesaria la consolidación humana del grupo. En este aspecto, destacó la enorme cohesión que posee Pretyl, y expresó su confianza.

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
070850OCT/92

M E M O R A N D U M Nro. 130 / 92

R E F E R E N T E A : Teléfono 543881 mencionado en Memorandum 920526/SOE de fecha 05/X/92. R.E.9209294.

E V A L U A C I O N : A-1

T E X T O : - Consultada Guía Inversa se registra:

543881 -

MOTTOLA PIZZORNO Elbio Raúl

Módena 3668.

--Consultados archivos de ésta:

Credencial Cívica Serie BDB Nº15723

El Jefe de la Sección Biográfico/Dpto.I/DGID

Tte.1º

Norberto Devincensi

(s s)

10/02/92

-9209399

001 | 01

Policiais invadem o Vidigal e prendem o traficante 'Gato'

Uma grande operação realizada ontem pela polícia desarticulou o esquema de distribuição de drogas do Morro do Vidigal. A ação policial mobilizou 50 homens que prenderam o traficante João Batista da Costa, o *Gato* — dono das *bocas-de-fumo* da área —, e seis dos seus principais homens de confiança. Os policiais apreenderam uma escopeta calibre 12, munição, 500 gramas de cocaína e 200 quilos de maconha, que estavam enterrados próximo ao Largo do Santinho, na parte alta da favela. A operação foi acompanhada pelo advogado José Alberto de Oliveira Santiago Filho que tinha sido seqüestrado pela quadrilha de *Gato* e conseguiu escapar depois de ter sofrido maus-tratos.

A operação foi comandada pelo delegado Antônio Nonato, da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE), que há duas semanas vinha realizando investigações no morro. Os 20 agentes da DRE apoiados pelo helicóptero Águia 3 e 30 homens do 23º BPM (Leblon) e da Coordenadoria de Inteligência e Apoio Policial (Cinap) chegaram ao Vidigal por volta de 4h da madrugada e houve tiroteio. Eles encontraram *Gato* e alguns de seus ajudantes na casa de Ana dos Santos Ventura, uma moradora que foi forçada pelos traficantes a abrigá-los. Os marginais costumam dormir em casas diferentes para despistar a polícia e as quadrilhas inimigas.

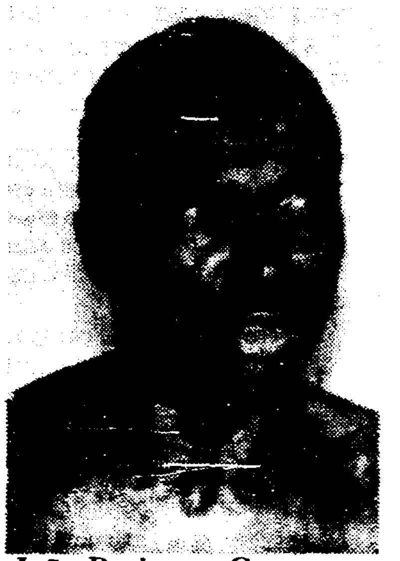
Além de *Gato* — que se identificou como Evanildo Alexandrino da Silva —, foram presos e levados para a DRE os gerentes das *bocas-de-fumo* Eduardo Cardoso da Silva, o *Corvo*, e Simonides Luciano de Mello Paes, o *Simony*, o segurança da quadrilha Antônio Carlos de Oliveira, o *Gaúcho*, Jorge Banardo Araújo, o *Caolho*, Jorge Felipe dos Santos e Paulo Ribeiro, considerado o *matador* do bando.

O bando de *Gato* seqüestrou na última segunda-feira, na Zona Oeste da cidade, quatro homens que tinham relações com o traficante Marcelo Lucas da Silva, o *Café*, que controla a venda de drogas no Morro do Andaraí e o advogado José Alberto de Oliveira. Os cinco foram mau-tratados pelos traficantes.

Os muitos pulos do esperto 'Gato'

O traficante *Gato* tem ocupado com freqüência nos últimos tempos as páginas dos jornais. No primeiro semestre ele foi acusado de desmatar e fazer serviços de terraplanagem no alto do Morro do Vidigal, numa área de 25 mil metros quadrados de Mata Atlântica. A obra — construção de um complexo esportivo para os moradores orçado em Cr$ 400 milhões — foi embargada em fevereiro, mas os traficantes prosseguiram com o serviço.

No início do mês, os policiais da Delegacia Móvel do Meio Ambiente voltaram ao morro para reforçar o embargo e *Gato* acabou baleado na barriga e peito, durante tiroteio iniciado pelos traficantes de seu bando. Muito ferido, ele foi operado no Hospital Miguel Couto (Leblon) e depois transferido para uma clínica particular na Zona Sul da cidade, onde teve alta há duas semanas.



João Batista, o Gato

Depois de voltar para o Vidigal, o chefe do tráfico ainda resistiu a uma investida da quadrilha do *Aranha da Rocinha*, semana passada, mas ontem não conseguiu escapar do cerco policial. A polícia também está investigando o envolvimento do *Gato* no seqüestro de cinco pessoas ocorrido esta semana. Estas pessoas teriam sido mantidas em cativeiro e torturadas, entre elas o advogado José Alberto de Oliveira Santiago Filho. Os policiais acreditam que na realidade trata-se de uma briga entre quadrilhas, já que as vítimas podem ter sido apanhadas para passar informações.

O advogado e outras duas vítimas, Arnaud Quarese e Cláudio Félix de Mendonça, conseguiram escapar do cativeiro (no Largo do Santinho, no Vidigal) ainda na noite de terça, mas denunciaram maus-tratos e tortura psicológica. Os três sofreram queimaduras com pontas de cigarro, levaram coronhadas, chicotadas e foram jurados de morte pelos traficantes. Os outros dois, conhecidos como Marinho e *Feijão* (irmão de *Café*), continuam em poder de integrantes do bando de *Gato*. Os policiais da DRE estiveram no início da tarde de ontem no Vidigal, mas não encontraram o restante da quadrilha.

Luiz Carlos David

Policial americano ensina hoje na escola como evitar drogas

Os sete policiais americanos que estão no Rio para ensinar aos PMs brasileiros as técnicas de prevenção contra o uso de drogas em crianças, estarão hoje, às 8h, dando aulas práticas em cinco colégios, entre eles o Pedro Alvares Cabral, Nuntha Barlet James e o Instituto de Educação Carlos Pasquale, em Nilópolis. Já a partir do mês que vem, 29 policiais militares passarão a freqüentar escolas da rede estadual. Eles vão ensinar essas mesmas técnicas aos alunos do primeiro e segundo graus. Os militares, inclusive policiais femininas, estão sendo treinados por integrantes do Projeto Drug Abuse Resistance Education (Dare).

As aulas, com duração de oito horas diárias, começaram dia 12 de agosto e são ministradas no salão nobre do Quartel General da Polícia Militar, na Rua Evaristo da Veiga, no Centro. Amanhã, no salão nobre do Hotel Glória, será o encerramento do curso com a entrega de diplomas aos 29 PMs. O relações-públicas do grupo de policiais americanos, sargento Steve Keyser, não quis revelar maiores detalhes do que está sendo ensinado, alegando que são assuntos abordados somente nas salas de aula. Participam do curso soldados, sargentos e oficiais recrutados em diversos batalhões.

Keyser contou que o Rio é a primeira cidade da América do Sul a adotar o programa que em 10 anos já ensinou a cerca de 20 milhões de alunos em todo mundo as habilidades de resistência ao uso de drogas. Hoje, os americanos darão aulas práticas aos 29 policiais em cinco escolas de Nilópolis (Baixada Fluminense).

No Rio, o projeto se chamará Programa Educacional de Resistências às Drogas (Proerd). A vinda dos americanos é resultado de um convênio entre as secretarias de Polícia Militar e de Educação, tendo o Consulado dos Estados Unidos como órgão consultor. As 12 primeiras escolas que contarão com os policiais militares nas salas de aula são em Nilópolis, São João de Meriti e São Gonçalo.

Keyser explicou que uma das principais etapas do curso é ensinar às crianças as conseqüências quase sempre trágicas do consumo de drogas. Ele contou, por exemplo, que é comum uma criança viciada pressionar a outra com o argumento: "Se você não fumar maconha não é mais meu amigo". Segundo ele ainda existe a pressão indireta, quando uma criança convida outra para uma festa onde haverá consumo de tóxicos. Keyser afirmou que o objetivo das aulas é ensinar a dizer *não* às drogas.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Rec. Prensa.

FECHA DE [illegible]

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Descubren "Conexión Sevillana" en Argentina

BUENOS AIRES (EFE).— La policía argentina desbarató una banda de narcotraficantes, conocida como "Conexión Sevillana", que se dedicaba a traer droga de Bolivia para luego venderla en España, informó hoy, jueves, el comisari[o] Juan Carlos Carrera, de la Divi[-]sión Prevención del Delito.

Carrera, encargado del cas[o,] dijo que durante los proced[i-]mientos fueron detenidas och[o] personas, incluido el cabecill[a] de la banda, y se incautaron 1[illegible] kilos de cocaína de máxim[a] calidad.

La información detalla qu[e] las ciudadanas bolivianas Mery Terrazas y Guadalupe Carde[-]nas Ríos introducían cocaína en Argentina, por el paso que une las ciudades de Cochabamba y Yacuiba, y la vendían a 4.800 dólares el kilo a los argentinos César López y Carlos Alberto Pagano.

Estos individuos, con antecedentes por tráfico de estupefacientes en España, revendían a su vez la mercancía a 6.000 dólares el kilo al empresario frutihortícola Ricardo González —jefe del grupo— y al matrimonio formado por Julio Iervasi y Sonia Marino.

Con la ayuda de otro miembro identificado como Juan Carlos Melo, quien tenía a su cargo la tarea del reclutamiento de las personas que servían como "correos" y de conseguir pasaportes falsos, la droga se fraccionaba y se enviaba a la ciudad española de Sevilla, donde el precio ascendía a 38.000 dólares el kilo.

Durante los allanamientos efectuados en siete domicilios de Buenos Aires y el Gran Buenos Aires, la policía incautó [illegible] kilos de cocaína de máxim[a] pureza, y otros 5 kilos fuero[n] incautados en el aeropuert[o] internacional de Ezeiza, poc[o] antes de ser enviados al exte[-]rior. EFE.

01/04

920940Z

Detuvieron a diez "narcos" en Ezeiza

Ocho argentinos y dos bolivianos fueron detenidos por la Policía Federal, en una serie de allanamientos que se iniciaron en el aeropuerto de **Ezeiza** y continuaron en esta ciudad. Se **secuestraron cinco kilos de cocaína** en Ezeiza y otros **siete kilos** de esa droga en un departamento de la Capital Federal, además de documentos de identidad falsos usados por los **correos** de la red.

De esta manera, se informó, pudo desbaratarse una banda de narcotraficantes que operaba desde **Santa Cruz de la Sierra** y **Cochabamba**, en Bolivia, haciendo pie en **Buenos Aires** para exportar la droga hacia España entrando por **Málaga**.

Las investigaciones sobre esta red de narcotraficantes fueron conducidas por el juez federal de San Isidro, **Roberto Marquevich**, con el apoyo de **oficiales de la División Prevención del Delito** de la Policía Federal, al mando del comisario **Juan Carlos Carrera**.

Se informó que fueron arrestados los argentinos **Pedro Binate, Ricardo González, Juan Carlos Iervasi, Sonia Marino, Juan Carlos Mele, Laura Merres, Carlos Alberto Pagano y Cesar Daniel López**. Sus cómplices eran las bolivianas **Mary Terraza y Guadalupe Cerdenas**, mientras se pidió ya la captura de otros dos argentinos que viven en **Málaga**.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA PAG/12
FECHA DE PRENSA 28-8-92
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Lavaban dinero en la verdulería

Una cadena de fruterias y verdulerias de atención continua —de esas que permanecen abiertas 24 hóras al dia— funcionaba como una de las pantallas más efectivas para que una banda lavara dinero proveniente del narcotráfico. La organización, conocida como "Conexión Sevillana", estaba integrada por ocho argentinos y dos bolivianas y tenía vinculaciones tanto en el Altiplano como en los pagos de Felipe González. La banda funcionaba con una estructura celular y los dividendos de transportar droga a la Madre Patria se "reinvertían" en inmuebles, automóviles, motos de gran cilindrada y, mejor aún, a los negocios frutales. Intervino en el caso personal de la División Prevención del Delito de la Policía Federal.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA 1-9-92

ENTRADO

CRUZADO

Una desmentida

En una nota publicada por **Clarín** el 27 de agosto con el título Detuvieron a 10 "narcos" en Ezeiza —una investigación a cargo del juez Roberto Marquevich—, se mencionaba a Juan Carlos Iervasi como a uno de los implicados. Iervasi aclaró que "la información, en lo que a mi persona respecta, es inexacta" y agregó que se desempeña "en el ámbito del comercio interno e internacional de productos frutihortícolas".

04/04

920902

El narcotráfico presente en la frontera paraguaya

ASUNCION,(ANSA)- La policía paraguaya secuestró 15 kilogramos de cocaína en el camino que une puente Loyolas (Puerto Falcón) con Asunción, al enfrentarse con un sospechoso que abrió sorpresivamente fuego contra las fuerzas del orden.

El agresor logró fugar, pero en la persecución abandonó una bolsa con quince kilogramos de cocaína pura, envuelta en un diario argentino del diecisiete de setiembre.

Simultáneamente, el director de la Dirección de Narcóticos (DINAR), comisario Juan Angel Agüero, anunció que en la ciudad argentina de Posadas, limítrofe con Paraguay, agentes de este país colaboraron ayer con policías argentinos en la detención de dos paraguayos con 100 kilos de marihuana.

El diario paraguayo Noticias tituló ayer, a ese respecto, que "los caminos de la droga tocan Paraguay".

También reproduce un mapa donde se indica al puerto Olimpo, en el alto Paraguay, sobre el río del mismo nombre, como uno de los pasos del narcotráfico.

La policía paraguaya se planteó una dura lucha con los narcotraficantes, que comenzaron a utilizar el pasaje fronterizo para llevar a la Argentina su mercadería. ■

I.290

Montevideo, 29 de Setiembre de 1992.-

1)- INFORMACION SINDICAL

S. INDUSTRIA [illegible]

I.O.A.L.A.: En el día de hoy se prevee un paro a partir de la hora 16.00 para reunirse en asamblea general.-

INDUSTRIA PESQUERA

PROMOPES: Se mantiene la ocupación productiva, el campamento y la olla sindical en la planta.-

INDUSTRIA DE LA CARNE

FRIGORIFICO CRISTIANI: SE MANTIENE EL PERSONAL EN PRE/CONFLICTO./

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: En el día de hoy se reune la Mesa Representativa donde tratarán un paro general en apoyo del Respaldar. En el día de ayer entre las 15.00 y las 20.00 se desarrollo un acto Central en apoyo del Referendum en cinco escenarios artísticos distribuídos en 18 de Julio desde Andes hasta Martín C. Martínez.-

2)- INFORMACION GREMIAL

FUN. [illegible]: En el día de hoy dará comienzo un paro de 72 horas en reclamo de mejoras salariales.-

HOGAR BIENESTAR ESTUDIANTIL: Continuan ocupados los comedores 1 y 2 por los funcionarios de los mismos.-

ASOC. DE FUNC. JUDICIALES: En el día de ayer realizaron un paro de brazos caídos, en el día de hoy a la hora 13.30 se reunirán en Asamblea General con caracter de grave y urgente para analizar una huelga paro por tiempo indeterminado.-

SUPREMA CORTE DE JUSTICIA: En el día de ayer a la hora 16.00 el Edificio fué ocupado por los funcionarios judiciales, en el marco de una marcha organizada por AFJU. Posteriormente a la hora 16.30 fué desalojado por personal de la Secc. 2da. En el lugar se realizó una volanteada referente al Referendum. Los ocupantes unos 70 aproximadamente realizaron una aplaudida en el interior del Edificio en Defensa del Poder Judicial.-

FED. TRABAJADORES [illegible]: Realizaron un paro parcial en el día de ayer de 14.00 a 17.00 sin afectar los vuelos de carga y pasajeros. Se concentraron unas 70 personas en la rotonda del AIC. golpeando palmas y entregando volantes, en reclamo de la rendición de cuentas.-

FAC. DE CIENCIAS: Se mantiene la ocupación.-

FEUU: El 30 /IX/ se concentraran de 16.00 a 19.00 en el Pal. Legislativo por presupuesto.-

LICEO MIRANDA: Continua ocupado por los estudiantes.-

LICEO IAVA: En asamblea realizada el 25/IX/ se resolvió apoyar y participar de la ocupación del Liceo Miranda. En el día de ayer concurrió una delegación integrada por 140 estudiantes desde el IAVA hasta el Miranda.-

...///

001 / 02

- 9209404

...//   [illegible]

[illegible]: En el día de hoy realizaran un paro de 24 horas en reclamo de presupuesto. Los funcionarios no docentes de Primaria continuan con los paros de brazos caídos con la realización de Asambleas.-

[illegible]: En la fecha está prevista la huelga de hambre por parte de 15 obreros del Espinillar, haciéndose constar que cuando comience dicha medida los funcionarios de Ancap paralizaran sus actividades para concentrarse frente al local, ubicado en las inmediaciones de la Catedral de Montevideo.-

----

DOC. PCBO LETEIBLE

002-02 -9209404

P.271.-

Montevideo, 30 de Setiembre de 1992.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA PESQUERA

PROMOPES: La situación permanece incambiada.-

INDUSTRIA DE LA CARNE

FRIGORIFICO [illegible]: Continua el personal en pre-conflicto.-

INDUSTRIA METALURGICA

[illegible] FLAT: Vienen realizando paro de una hora por turno los días lunes miercoles y viernes.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T. TEXTIL [illegible]: Unos 70 obreros de la empresa se encuentran en conflicto, ya que no recibieron el pago de la quincena completa, esperandose para la semana entrante una reunión tripartita en el MTSS.-

INDUSTRIA DE LA MADERA

[illegible]: En el día de ayer a las 16.00 este gremio detuvo sus actividades para realizar una asamblea, donde se estudiará la forma de realización de paros zonales. Esto se debe a que en agosto finalizó el convenio y hasta el momento no han recibido aumento.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: Viene estudiando la posibilidad de realizar un paro general en apoyo de la huelga de hambre que vienen realizando los trabajadores del Espinillar desde el día de ayer a la hora 17.00.-

2)- INFORMACION [illegible]

ASOC. DE FUN. JUDICIALES: Prosiguen con las movilizaciones. En el día de ayer a la hora 14.00 se realizó una asamblea en el local sindical. La misma fué con caracter de grave y urgente finalizando a las 17.15, con la participación de unos 1000 funcionarios, resolviendose: realizar una huelga por tiempo indeterminado, no efectuar guardia gremial en los Juzgados de Menores (Sector Infractores); no efectuar guardias gremiales en el Juzgado de Mayores; realizar en el día de hoy a partir de las 14.00 una concentración en el Palacio Legislativo, el 2/X/ una movilización igual a la anterior; el lunes 5/X/ a la hora 11.30 realizar una asamblea en el local sindical.-

F.ANCAP: En el día de hoy a partir de la hora 09.30 dará comienzo un paro con concentración a la hora 10.30 en la Planta de Ancap para concurrir en marcha posteriormente hasta la Catedral. A la hora 17.00 dió comienzo la huelga de hambre en la Parroquia de la Catedral (Sarandí 523) por parte de 12 personas integrantes del Espinillar.-

[illegible]: El 14/X/ realizarán una marcha denominada "DE LOS PARAGUAS" la cual va a ser instrumentada por la Comisión de Seguridad del Pit-Cnt.-

ASOC. DE FUN. [illegible]: Se preveé un paro de 72 horas, si el Senado de la República no aprueba el aumento del 15% de los proventos de las tasas registrales para su redistribución dentro del personal. Reclaman además mejoras salariales para la próxima rendición de cuentas y la equiparación con los funcionarios judiciales.-

[illegible]: Prosiguen ocupados los Comedores 1 y 2 por los funcionarios, por no pago de matrícula y Presupuesto.-

DOC. PUBL. INTELIGIBLE 001 | 002 -9209405

...//

COORDINADORA D[illegible]: Sin perjuicio de las medidas que vienen realizando los maestros, la CSEU resolvió realizar un paro de 24 horas el que se llevó a cabo en el día de ayer, por parte de los Docentes de Primaria Secundaria y UTU, los que se concentraron en el Palacio Legislativo.-

LICEO MIRANDA: Continua ocupado por los estudiantes.-

INST. DE RELACIONES [illegible]: En el día de ayer se realizó un paro con concentración desde las 08.30 hasta las 16.30, el que proseguirá por tiempo indeterminado.-

FAC. DE CIENCIAS [illegible]: Continua ocupada por los estudiantes en reclamo del no pago de matrícula.-

LICEOS 6, 16 y 35: Los mismos se encuentran cerrados hasta el día 2/X/ en prevención de una ocupación.-

F.E.U.U.: En el día de hoy realizaron dos concentraciones a las 16.00 y a las 19.00 en el Palacio Legislativo, por no pago de matrícula y presupuesto.-

002 - 002   - 9209405

7/10/92
SAI
9209405

2.372.-

Montevideo, 1 de Octubre de 1992.-

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA TEXTIL

C.G.T. [illegible]: 70 operarios se encuentran en conflicto al no percibir la quincena completa.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: El 2/X/ se reunirá la Mesa Representativa donde se estudiará una movilización hacia la Catedral donde se viene cumpliendo una huelga de hambre.-

INDUSTRIA METALURGICA

[illegible]: Continuan realizando paro de una hora por turno los días lunes miercoles y viernes.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

[illegible]: Los funcionarios continuan realizando una huelga por tiempo indeterminado en reclamo de mejoras salariales previendose para el 5/X/ una asamblea en el local sindical.-

[illegible]: En asamblea realizada se resolvió levantar el conflicto y aceptar lo propuesto por el Directorio.-

[illegible]: Finaliza hoy el paro de 72 horas que venían realizando.-

[illegible]: En el día de ayer se concentraron frente a la Catedral donde vienen realizando la huelga de hambre unas 150 personas a la hora 10.00 haciendo uso de la palabra 3 personas, retirandose a la hora 10.40 en forma pacífica.-

[illegible]: El personal se mantiene de paro concentrandose a medida de su llegada en el Hall o en sus lugares de trabajo. Esta medida es por razones presupuestales.-

FAC. DE [illegible]: Ayer a las 16.00 se concentraron en la Facultad realizando una marcha posteriormente por otras Facultades.-

FAC. DE [illegible]: En el día de ayer a la hora 09.30 comenzaron a formar un salón de clases en la calle, donde las mismas abiertas a la hora 10.30 los funcionarios realizaron un paro con el fin de apoyar a los estudiantes, reuniendose a la hora 11.30 en el Hall para analizar la situación.-

FACULTAD DE [illegible]: A la hora 19.45 unos 20 estudiantes se encontraban cortando el transito frente a la Facultad retirandose a la hora 20.00 en forma pacífica.-

FAC. DE [illegible] Y [illegible]: A la hora 15.15 se concentraron en el Palacio Legislativo unos [illegible] estudiantes de ambas Facultades realizando peajes retirandose en forma pacífica a las 16.56.-

MARCHA [illegible] PSICOLOGIA Y [illegible]: Conjuntamente realizaron una marcha desde la Fac. de Psicología hasta el Concejo Estudiantil unos 150 estudiantes posteriormente hacia la Universidad ocupando media calzada, dispersandose posteriormente en forma pacífica.-

LICEO [illegible]: Se mantiene ocupado por los estudiantes.-

JOSE PEDRO LETAIBLE

001/01

-9209406

[illegible]

Montevideo, 2 de Octubre de 1992.-

1)- INFORMACION GENERAL

INDUSTRIA [illegible]

[illegible]: Continua desde el 11/IX/ con la Comisión productiva con campamento y olla sindical en la planta.-

INDUSTRIA DE LA CARNE

FRIGORIFICO CRISTIAN[illegible]: Su personal se encuentra en pre-conflicto.-

INDUSTRIA TEXTIL

TEXTIL [illegible]: Se encuentra ocupada por su personal.-

INDUSTRIA METALURGICA

[illegible] FLASH: Están realizando paro de una hora por turno, los lunes miércoles y viernes.-

ENSEÑANZA

COLEGIO [illegible]: Mercedes 984; en el día de hoy posible ocupación por parte de los estudiantes.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: En el día de hoy se reune la Mesa Representativa en el local sindical.-

2)- INFORMACION ESTATAL

ASOC. DE FUN. JUDICIALES: En el día de hoy a la hora 14.00 se realizará una concentración en el Palacio Legislativo.-

[illegible]: El personal se encuentra realizando paro ó una concentración en los lugares de trabajo a salida de su llegada.-

REGISTRO CIVIL: Se encuentran de huelga por tiempo indeterminado.-

[illegible]: Se mantiene la huelga de hambre.-

LICEO [illegible]: Continua ocupado por los estudiantes, se hace constar que en el día de hoy a partir de la hora 08.00 podría llevarse a cabo la desocupación del mismo.-

HOGAR BIENESTAR [illegible]: Los comedores 1 y 2 se mantienen ocupados por los funcionarios.-

LICEO NRO. 16: [illegible] 3636; en la puerta del mismo se encuentran 5 estudiantes.-

FACULTAD DE CIENCIAS: Continua ocupada por los estudiantes estando con sus puertas cerradas.-

DDE PODO
LEGIBLE

[illegible]

Montevideo, octubre 3 de 1992

//

1)- [illegible] GENERAL

[illegible]

[illegible].-Tiene prevista una reunión el 5/X/ a fin de discutir la situación del país. Por otra parte está prevista una movilización el 7/X/, consistente en marchar hacia la Catedral donde se viene cumpliendo la "huelga de hambre" desde el pasado 29/IX/92.-

ENSEÑANZA PRIVADA

COLEGIO "LOS VASCOS" [illegible] Nro.[illegible];CON [illegible]:Ante denuncia presentada en la [illegible] sobre una posible ocupación del local, se procedió a indagar a su Director. Padre Enrique Gabriel [illegible], el que manifestó entre otras cosas que hace aproximadamente dos años por medio de Laicos del Instituto, se realizó una propuesta de aumentar los niveles de enseñanza de las // humanísticas ya existentes,-Abogacía, Derecho-, a 5 y 6 también Científico, no habiendo estado él de acuerdo, dado que permitía el ingreso de alumnos no educados desde el principio en dicho Colegio. No obstante dicha medida se llevó a cabo. [illegible] posteriormente arribó al Uruguay una autoridad máxima del Vaticano, que resolvió se disminuya el numero de estudiantes. Conocida la decisión por parte del Director Laico del Instituto, Ingeniero [illegible] y tres catequistas, los mismos deciden renunciar, no sin antes..."alterar el ánimo de algunos estudiantes,que pretenden ocupar el Centro", lo cual hasta el momento no se ha realizado.-

//

2)- INFORMACION [illegible]

[illegible]

LICEO MIRANDA:En el día de ayer a partir de la hora 11.00' se procede a la desocupación voluntaria, por parte de los estudiantes que ocupaban el local. Se encontraba presente la Sra. Jueza de Menores, el señor Jefe de Policía, los Diputados Helios /// SARTHOU, Rafael SANSEVIERO y Carlos PITA, así como padres y Medios de prensa. A la hora 11.30' realizan una marcha compuesta por unos 150 estudiantes, que se desplazan por la Avda. Daniel Fernández Crespo, Nicaragua, Avda. del Libertador, Colonia, Julio Herrera y Obes, Avda. 18 de Julio, deteniéndose frente a la Emisora CX 44 Panamericana, donde realizan golpeteo de palmas y vivas, realizando una carrera espontánea hasta la Plaza Independencia, tomándose de las manos en torno del Mausoleo. / Posteriormente se dirigen hasta la Catedral, donde ingresan varios estudiantes efectuando donación de víveres. En el lugar / se esta llevando a cabo una huelga de hambre de los funcionarios por el cierre del El Espinillar. Se hace constar que los que no ingresaron entonan la consigna..."SE ESCUCHA SE ESCUCHA ARRIBA LOS QUE LUCHAN- OBREROS Y ESTUDIANTES UNIDOS Y ADELANTE". Permaneciendo en esta actitud unos 15 minutos, para dirigirse nuevamente a la Plaza Independencia, arrojandose varios de // ellos a las fuentes, dispersándose a continuación en distintas

//..
[illegible] [illegible] que la [illegible], al igual que en otras movilizaciones, [illegible] dispositivos de seguridad, [illegible] de [illegible] en la marcha y un grupo en la [illegible]. Por último se estableció que se habían levantado las faltas, se otorgó re[illegible]ación y no se cuentan las faltas de la [illegible]pación por parte del [illegible].-

[illegible] desde el 22/I / prosigue ocupada // por sus estudiantes, por el no pago de matrículas.-

[illegible] desde el 21/IX/ los [illegible] Nros. 1 y 2 se mantienen ocupados, por el no pago de matrículas.-

[illegible] desde el 29/IX/ se realiza una huelga de hambre en [illegible] Nro.529, por el cierre del establecimiento [illegible] y estabilidad laboral.-

//

3)- [illegible]
[illegible]

[illegible] se encuentran realizando paros, por la no privatización, desempeñándose en sus tareas media hora por día, habiendo hasta el momento unos 120 camiones inmovilizados.-

//

[illegible]
[illegible]

[illegible] el señor Juez [illegible]. de 1ra. Instancia en lo Penal de 2do.Turno, sobre la detención de la persona, Eduardo /// Marcelo [illegible], dispuso que el mismo recuperara su / libertad y citado para la Comisión Nacional de Lucha contra las Toxicomanías.-

//

/////////////////// ///

//////////////////////////////////

[illegible] 06

002/002 POCO LEGIBLE

P-275-

Montevideo, octubre 4 de 1992

//

1)- [illegible]

[illegible]: En la Asamblea efectuada el 2/X/ se resolvió rechazar la propuesta presentada, consistente en la disminución del pago de horas extras y prima por nocturnidad, pasando a cuarto intermedio hasta el 5/X/92.-

[illegible]

[illegible]: El 7/X/ entre las 12.00' y las 16.00' horas se realizará un paro de actividades, en solidaridad con los trabajadores que realizan la huelga de hambre,-Gramdi Nro.529-, teniendo prevista una concentración en el lugar y otra en la explanada del Banco de Previsión Social en oportunidad de asumir funciones el nuevo / integrante del cuerpo.-

//

2)- [illegible]

[illegible]: El 7/X/ se reune la Mesa Representativa para analizar / la Rendición de Cuentas y la situación de los Gremios en conflicto.-

[illegible]: Emitió un comunicado expresando que..."ante la intimación de la cual fuera objeto, no surgió de los canales adecuados, dado que no fue notificada oficialmente la Asoc. de Func. Judiciales, que cuenta con personería jurídica como único representante de los funcionarios". Por otra parte dió a conocer que la AFJU mantiene en todos sus términos la huelga / que comenzó el 29/IX/92.-

[illegible]: Desde el 22 IX/ se mantiene la ocupación de la misma, por el no pago de matrícula.-

[illegible]: Desde el 29/IX/ continúa realizándose la huelga de / hambre en el local ubicado en Gramdí Nro.529.-

[illegible]: Desde el 21/IX/ prosiguen ocupados los Comedores Nros. 1 y 2.-

//

DCE
POCO
LEGIBLE

7/10/92
SDI
9209409

001|01

-9209409

ARCHIVO 9/1

P.376.-

Montevideo, 5 de Octubre de 1992.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES GREMIALES SINDICALES

PIT-CNT: El 7/X/ entre las 12.00 y la 16.00 se realizará un paro en solidaridad con los trabajadores de Ancap que se encuentran realizando huelga de hambre realizando además una concentración en el lugar y otra en la explanada del B.P.S.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

S.U.A.T.T: En el día de hoy se levantará el cuarto intermedio adoptado en asamblea realizada el día 2/X/.-

INDUSTRIA METALURGICA

SIND.PLA.T: Continuan realizando paro de una hora por turno los días lunes miercoles y viernes.-

2)- INFORMACION ESTATAL

C.O.F.E: El 7/X/ se reune la Mesa Representativa para analizar la situación de los gremios en conflicto.-

ASOC.DE FUN.JUDICIALES: Continuan la huelga comenzada el 29/IX/.-

FAC.DE CIENCIAS: Continua ocupada por los estudiantes en rechazo del pago de matrícula.-

FED.ANCAP: Continua la huelga de hambre por parte de 12 obreros del Espinillar.-

HOGAR BIENESTAR ESTUDIANTIL: Continuan ocupados los Comedores 1 y 2 por los empleados.-

Doc. Poco Legible

7/10/92
SAI
1209410

001 | 01

- 9209410

TITULO LA REPUBLICA

PROCEDENCIA 28-8-92

ENTRADO	✓
CRUZADO	✓

Intensa búsqueda policial

Homicida de la Curva de Maroñas estaría al caer

■ Los investigadores de la Seccional 16ª y de la División Homicidios de Investigaciones trabajaban intensamente en procura de hallar al homicida de Fernando Madruga Fernández. Durante la noche de ayer se desplegaban vastos operativos policiales tendientes a la captura de quien se presume sería el autor del asesinato.

De acuerdo con lo manifestado por fuentes consultadas se tiene una certeza prácticamente total en cuanto a la identidad del homicida. Asimismo la fuente descartó que el aspecto relacionado al tráfico y consumo de estupefacientes se vinculara directamente a la muerte de Madruga Fernández.

Según las fuentes policiales, el episodio que luego derivó en el crimen se habría originado en una fuerte discusión caldeada por el alcohol.

DE BOLICHE EN BOLICHE

De acuerdo con los testimonios recogidos laboriosamente por los investigadores que fueron recomponiendo el caso, todo comenzó en la tarde del miércoles. La víctima había entrado en varios bares en compañía de otros dos hombres.

El bar donde se inició el problema fue aquél situado en la esquina de 8 de Octubre y Villademoros. Allí los recién llegados pidieron sus copas, probablemente una suma a las que ya llevaban consigo. Uno de los recién llegados aseguró tener "cuenta abierta" al encargado del mostrador. Con ese pretexto, y luego de consumir las bebidas, los parroquianos se retiraron sin pagar. De allí siguieron el vacilante recorrido hasta otro bar ubicado también por 8 de Octubre esquina Alférez Real. De acuerdo con lo manifestado por los otros parroquianos, se originó en el lugar una fuerte discusión que, a instancias del dueño del bar, continuó en la vereda. Minutos después alguien avisaba "mataron a uno".

LA VICTIMA POSEIA ANTECEDENTES

Luego de haber trabajado en el escenario del crimen los equipos de la Seccional 16ª, de la División Homicidios y de Policía Técnica, se pudo constatar que el muerto era Fernando Madruga Fernández, quien poseía un antecedente por suministro de estupefacientes, registrado el año pasado.

Pese a ello, los investigadores se inclinan a descartar este antecedente como parte del móvil del crimen. Otras fuentes, sin embargo, se mostraron más cautas al considerar el hecho de que los integrantes del grupo, y en particular la víctima y otro hombre discutían acaloradamente sobre una deuda pendiente entre ellos.

ASESINO IDENTIFICADO

Un joven de 27 años detenido en el lugar de los hechos, si bien declaró no haber participado de la riña que culminó con la muerte de Madruga Fernández, señaló a la otra persona que los acompañaba. Los elementos recogidos de este testimonio permitieron a los investigadores reunir datos muy precisos sobre la identidad del presunto homicida. Durante la noche de ayer se realizaban vastos operativos, con fuerzas combinadas de la Seccional 16ª, 15ª y de la División Homicidios. Fuentes consultadas expresaron a nuestro matutino que se tenían pistas muy certeras para la ubicación del paradero del sospechoso y que por ende la detención del mismo era tan sólo "cuestión de horas".

01/01

9209411

Nº DOC 9209412

TITULO

PROCEDENCIA LA REPUBLICA

FECHA PROCEDENCIA 28-8-92

VINCULACIONES

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

LO QUE **NO DICE** EL **CABLE**

por Nikc Schvarz

Agentes de la DEA en Bolivia

■ La presencia del presidente Jaime Paz Zamora en nuestro país atrajo la atención sobre lo que está aconteciendo en Bolivia. Para estos días ha sido convocado el Senado, y tanto el canciller Ronald Mac Leen como el ministro de Defensa Alberto Sáenz corrían el riesgo de ser censurados por haberse violado la disposición constitucional que prohibe el ingreso de tropas extranjeras al territorio nacional sin la correspondiente autorización legislativa.

El hecho es que desde el 15 de junio un contingente de unos 300 militares estadounidenses está actuando en los departamentos de Beni y Pando, en la zona amazónica boliviana, fronteriza con Brasil y el segundo también con Perú. Entre ellos, en la ciudad de Santa Ana de Yacuma, se encuentran 122 ingenieros militares, oficiales y soldados pertenecientes a la 37a. división del Ejército USA basado en Fort Bregg, Carolina del Norte, que sustituye parcialmente las bases del Canal de Panamá en el adiestramiento de militares latinoamericanos.

En los días previos se registraron como mínimo 15 vuelos de aviones Galaxy y Hércules 130 desde Estados Unidos hasta Santa Cruz de la Sierra (capital del oriental departamento del mismo nombre, el mayor del país); y desde allí a la población de Santa Ana de Yacuma, en el Beni, donde se descargó cantidad de contenedores y se efectuaron excavaciones en zonas cercanas al aeropuerto. Santa Ana es conocida como refugio de narcotraficantes. Teóricamente, las fuerzas están efectuando allí labores de "acción cívica", construyendo una escuela y pequeñas obras. Organizaciones civiles y sindicales benianas denuncian que están enterrando desechos nucleares y erigiendo una base militar. El 24 de julio, el ministro (interino) del Interior reconocía ante el Senado que los efectivos de Fort Bregg construían, además, un cuartel destinado a albergar al personal de la DEA (Drug Enforcement Agency) norteamericana, -cuyos altos funcionarios detentan la condición de diplomáticos- y de la fuerza especial antidrogas boliviana, asesorada por aquéllos. Para justificar esta presencia militar extranjera, el ministro alegó la vigencia del TIAR (Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca) pero los senadores replicaron que "no se ve ni rastros para aplicar el TIAR a la situación nacional". Conviene recordar que este tratado, firmado en Río de Janeiro, en la localidad de Quitandinha, en 1948, fue invocado por el secretario de Estado John Foster Dulles en la XX Conferencia de la OEA (Caracas, 14 de marzo de 1954) para cohonestar el degüello de Guatemala.

De lo que no cabe duda es de que los agentes de la DEA están actuando por sus pistolas en Bolivia. El 16 de julio uno de ellos, borracho, hirió de un balazo a un ciudadano boliviano en Santa Cruz, y fue retirado urgentemente del país. A ese respecto se reavivaron las protestas por los procederes de los agentes de la DEA, a cuyo respecto se dijo en el Parlamento que "se dan el lujo de detener a los bolivianos, los cachean, los humillan... Esa política rebasa todos los límites de tolerancia y debe terminar".

Un nuevo escándalo estalló, con acción retardada, un mes y medio después, cuando se supo que los militares USA, acantonados con sus armas en Santa Ana, habían ingresado al país sin autorización legislativa. A la vez, se confirmó que estaban construyendo una base militar y "preparándose para una guerra contra las poderosas bandas de traficantes de cocaína", de la cual Bolivia es el segundo productor mundial, después de Colombia. En el debate, el canciller Mac Lean sugirió otorgar un "permiso indefinido" a las tropas norteamericanas, siendo acusado de "traicionar a la patria e ignorar la Constitución". El ministro de Defensa, almirante (sin flota) Alberto Sáenz adelantó que en breve está prevista la llegada a Bolivia de otro contingente de médicos norteamericanos para desarrollar acciones cívicas.

El Parlamento no lo aceptó. y levantó su voz de protesta. Rechazó todo nuevo ingreso de tropas y solicitó la partida de la que habían ingresado ilegalmente. Son los ramalazos de esta situación lo que sigue viviendo Bolivia en estos días.

9209412

01/01

FUE EN SALTA Y MURIERON DOS OFICIALES

Gendarmería confirmó que el avión cayó en lucha con el narcotráfico

Carlos Bruno González Patiño, secretario general de Gendarmería, admitió que la caída del avión Pipper de reconocimiento en Salta se produjo "en plena lucha contra el narcotráfico". Confirmó también que los tripulantes del avión sobrevolaban una embarcación sospechosa. Esa balsa fue encontrada cerca de los restos del avión con 280 kilos de hojas de coca.



El alférez Mario Andrés Fraga piloteaba el avión derribado en Salta.



Miguel Antonio Martelotte, comandante de Gendarmería también murió al caer el Pipper de reconocimiento.

El secretario general de Gendarmería, comandante mayor **Carlos Bruno González Patiño**, consideró ayer que la caída de un avión de la fuerza en Salta ocurrió en **"plena lucha contra el narcotráfico"**. Agregó también que se trató de un **"hecho cotidiano de una guerra no declarada contra los narcotraficantes"**.

González Patiño dio algunos detalles sobre la caída del **Piper** matrícula **GN 602** de Gendarmería que realizaba un vuelo de reconocimiento sobre la confluencia de los ríos **Bermejo y Pescado, 15 kilómetros** al norte de **Orán**, Salta. Dijo que los gendarmes del grupo **28 de Julio** que hablaban por radio con los tripulantes del avión escucharon detonaciones parecidas a **disparos** antes que se cortara esta conversación.

Poco después los gendarmes escucharon una gran explosión y se dirigieron hacia el lugar de donde venía, una playa del Bermejo. Allí encontraron el avión destruido y los cuerpos semicarbonizados de sus tripulantes, el segundo jefe del Escuadrón Orán, comandante **Miguel Antonio Martelotte**, y el piloto, alférez **Mario Andrés Fraga**.

Cerca de los restos del avión fue encontrada una balsa con **280 kilos de hojas de coca**, abandonados por los narcotraficantes advertidos desde el aire por Martelotte y Fraga. Los traficantes nadaron hacia la orilla boliviana al advertir a los gendarmes que habían respondido el llamado de Martelotte.

♦ Tiroteos frecuentes

Aunque el avión se estrelló poco después que Martelotte avisara por radio que había detectado la balsa de los narcotraficantes, González Patiño aclaró que **"aún no hay pruebas de que fuera derribado por los traficantes"**. González Patiño admitió que "son frecuentes los tiroteos entre los traficantes y el personal de Gendarmería que vigila esa región".

Informó que en las investigaciones intervienen la Junta de Accidentes de la Fuerza Aérea, el juez federal de Salta, **Ricardo Lona**, y Gendarmería. **"Todo pasó muy rápido y lo único que sabemos hasta ahora es que el personal que estaba en tierra escuchó detonaciones por la radio y una gran explosión"**, dijo.

Explicó que Martelotte y Fraga realizaban un vuelo de reconocimiento desde **Los Toldos** hacia la base de Orán en un **avión que no estaba armado**. "Creo que, de todas maneras, cumplieron su misión porque se evitó el contrabando de drogas que detectaron", dijo González Patiño.

A pesar de que parece demasiado casual que **haya** ocurrido un **accidente** justo cuando se volaba sobre **una** balsa de narcotraficantes, esta hipótesis no fue descartada. Pero el momento en que cayó el avión no es el único elemento que juega en contra de esta hipótesis.

González Patiño dijo ayer que el piloto Fraga conocía bien esta zona de la frontera. Anteriormente, el jefe del Escuadrón Orán había dicho que con un avión como el de Martelotte se puede planear y aterrizar con poco espacio. La zona donde cayó el GN 602 está cubierta por una densa vegetación.

Ayer, el jefe del Escuadrón Orán, comandante **Raúl Reinoso**, coincidió con González Patiño al comentar que los tiroteos con los traficantes eran inevitables porque siempre andan armados. **"Siempre nos enfrentamos a tiros con los traficantes. Por suerte, hasta ahora, no tuvimos bajas. Si se comprueba que ellos derribaron el avión, también sabremos que Martelotte y Fraga fueron las primeras bajas de esta lucha"**, aseguró.

01/01

Jefe de Policía de Salto

"Tenemos la droga controlada pero no dominada"

Salto,
por nuestro corresponsal
Diego Fernández

■ En la ciudad de Salto lo referente al consumo y tráfico de drogas "está controlado pero no dominado". Así lo expresó en rueda de prensa el jefe de Policía de Salto, doctor Néstor Albisu, quien agregó que la capacitación, experiencia e infraestructura del personal policial salteño para combatir el tráfico de drogas "partió de cero".

Destacó el jerarca la inclusión en el programa del evento de un representante de la DEA norteamericana que expondrá su asesoramiento sobre la actual situación latinoamericana en lo atinente a tráfico y consumo de estupefacientes.

"Como estamos por la recuperción y rehabilitación social del edicto —agregó Albisu— hemos organizado el Primer Encuentro Técnico Profesional Por la Familia y la Juventud, que contará con la presencia de especialistas del más alto nivel, provenientes de varios países".

Este seminario, según explicó el doctor Albisu, si bien es organizado por el Ministerio del Interior y cuenta con el auspicio de la Federación Médica del Interior (FEMI), "es promovido por la sociedad salteña toda, a través de representantes de las fuerzas vivas de Salto que vienen trabajando en el grupo denominado Todos por la vida.

"Hemos visto con preocupación cómo se han encontrado drogas duras en la vecina ciudad de Concordia (Argentina); aquí en Salto ello no ha ocurrido, pero como el tema de la droga está controlado pero no dominado es que organizamos este tipo de seminarios. La idea es prevenir, detectar situaciones que pueden llevar a nuestros muchachos a la droga y especialmente perseguir a quienes hacen de la adicción un gran negocio".

Indagado el titular de la jefatura salteña sobre cuál es el grado de capacitación del personal policial en los tópicos relacionados con la droga, Albisu expresó que "partimos de cero. Recién ahora tenemos un pequeño laboratorio que nos permite hacer análisis primario de las sustancias. Hemos ido enviando personal a Montevideo con la intención de brindarle conocimientos prácticos del tema. Lo que teníamos hasta ahora eran sólo conocimientos teóricos, ninguno concretamente había visto sustancias estupefacientes. Hemos ido avanzando y si bien no tenemos la capacitación deseable, debemos recordar que en esta materia partimos de cero".

Los especialistas que departirán sobre el tema de la farmacodependencia versarán particularmente sobre aspectos jurídicos de la prevención y represión del tráfico de drogas, sobre la adicción en los centros de enseñanza, los problemas de la juventud que incitan al consumo de tóxicos, etc.

Un toque peculiar aportará un núcleo de jóvenes que han constituido el grupo teatral Miedos, que pondrá en escena dos obras relacionadas con juventud y adicción que conllevará un mensaje a los adultos y a la sociedad en general.

Se lleva a cabo hoy y mañana en Salto, un seminario sobre drogas, narcotráfico y SIDA

SALTO (por Eduardo Lima Musmano).- Un seminario de carácter internacional relativo a las drogas, el narcotráfico y al SIDA, se realizará aquí entre el 5 y el 6 del presente mes.

En este *"Primer Encuentro Internacional Técnico-Profesional"*, se darán cita especialistas en el tema de la drogadicción, su prevención y represión de Argentina, Brasil, la OEA-EE.UU. y de Uruguay.

Según anunció el jefe de Policía Local, Dr. Néstor Albisu, se cuenta con la Organización del Movimiento *"Todos por el SIDA. (Vive Independiente de Drogas y Al-* [illegible] *FEMI (Federación Médica del Interior), el Ministerio del Interior y la Sociedad salteña"*.

Temas y expositores

Está previsto que la primera jornada comience con la exposición del Dr. Milton Cairoli, Ministro del Tribunal de Apelación en lo Penal, sobre extradición y Proyecto de Ley sobre estupefacientes.

Luego se tratará *"la situación Argentina en drogas"* por parte de funcionarios de la Superintendencia de Drogas Peligros de la Policía Federal Argentina.

Otros temas a tratarse serán *"Por los jóvenes: prevención"*; a cargo de los Dres. Ofelia Baccini y Carlos Martín; *"La experiencia brasileña"*, por tres técnicos portoalegrenses, los Dres. José Ramos, José Dávila y Marcos Bruno.

La noche del sábado se cerrará con la presentación de las obras teatrales *"Miedos"* relativo al SIDA y *"Dos minutos de reflexión"*, sobre las drogas.

El domingo, los Dres. Susana Ancheri, Carlos Deus y Marisa Motta, tratarán las farmacodependencias, culminando el encuentro con una exposición sobre SIDA a cargo de técnicos de Brasil, del Ministerio de Salud Pública de nuestro país y de la Comisión Departamental del SIDA. ■

Jornadas en Salto: "Paraísos fiscales para narcotraficantes"

Salto,
por nuestro corresponsal
Diego Fernández

El desbaratamiento económico de las organizaciones de narcotraficantes y la eliminación de los paraísos fiscales que permiten el lavado de los dólares obtenidos en el ilegal comercio, fueron señalados como fundamentales en el "Primer Encuentro Técnico Profesional [illegible] pendencia.

La inspectora de la Superintendencia de la Policía Federal argentina, Marta Gregorian, a cargo del departamento de Investigaciones Patrimoniales y Narcotráfico, explicó con énfasis que en sus quince años de experiencia pudo comprobar que "la vía económica es la más adecuada para combatir el narcotráfico porque desbaratando económicamente una organización es [illegible] tráfico".

SOLO SE REQUISA UN 30% DE LA DROGA QUE CIRCULA

Agregó que sin descartar el papel fundamental que la prevención tiene en sustraer a la juventud de la fámacodependencia; la represión del nacrotráfico debe enfocar su trabajo hacia los aspectos económicos que la convierten en un buen negocio para organizaciones criminales. "No basta sólo con capturar a quienes tienen almacenados estupefacientes y decomisar la mercancía, porque, por datos que obran en nuestro poder, es únicamente un 30% de la droga que circula, la que se logra requisar".

PARAISOS FISCALES Y NARCOLAVADO

Uno de los factores que permite que prosiga el ilícito tráfico es que "siempre hay más mercancía para vender y otros reclutados por las organizaciones que lo pueden hacer. Una de las formas de golpear económicamente a las asociaciones delictivas es desbaratando sus operaciones de lavado de narcodólares. Por eso es imprescindible la erradicación de los "paraísos fiscales" en los cuales el dinero puede circular con escaso control. Son los paraísos fiscales los que están obstruyendo la lucha contra el narcotráfico; el levantamiento del secreto bancario con venia judicial es un elemento clave en las indagaciones del narcolavado".

REFERENCE : B/0635 ***JULY 1992***

ANGOLA: PURCHASE OF PATROL VESSELS AND AIRCRAFT FROM SPAIN

1. Angola plans to acquire three rapid vedettes (Fast Patrol Craft - FPC) and six aircraft ("Casa" type) from Spain for the patrolling of its exclusive economic zone and to control illegal fishing in its territorial waters. The purchase will be covered by a special credit line which the Spanish government will soon make available to Angola. An Angolan government delegation visited Madrid at the beginning of May 1992 to discuss details concerning this purchase. ***Comment:*** Spain wants to expand its fishing rights along the Angolan coast and has cooperated with Angola with regard to training and refresher courses for fishermen, the improvement of the Angolan fishing fleet, scholarships for young Angolans, etc. This is probably also an effort by Spain to make up for loss of fishing capacity due to the change in Namibia's fishing policy shortly after independence.

DATE OF INFORMATION: July 1992
RELIABILITY GRADING: 2

REFERENCE : B/0636 ***JULY 1992***

TANZANIA: DEBT RELIEF BY ITALY

1. Tanzania and Italy signed an agreement on June 23, 1992 whereby Italy cancelled the country's debt of US $ 300 million. Remark: The cancellation of the debt is aimed at supporting Tanzania's economic recovery and represents a substantial contribution to the burden that Tanzania's external debt (estimated at US $ 5 billion) places on the country. Other Western donors (especially the Paris Club) are currently re-evaluating their economic assistance to Tanzania due to the country's economic and political reforms.

DATE OF INFORMATION: July 1992
RELIABILITY GRADING: 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0637 ***JULY 1992***

ANGOLA: LATEST SITUATION REGARDING VOTER REGISTRATION

1. Approximately 750 000 Angolan voters (14 percent of total population) have been registered for the September elections.

2. Although the process had to commence on 20 May 1992, it was delayed until 11 June due to technical and logistical problems re transport and communication; the opening of the 80 planned registration centres; the appointment of municipal electoral commissions; and the deployment of 115 registration brigades. The rate of voter registration in urban areas is at this stage higher than in rural areas. ***Remark:*** Out of Angola's estimated population of 10 million, an estimated four million are eligible to vote.

3. Concerned with the slow rate of voter registration, the National Electoral Council announced that the first week of July 1992 will be "special registration week" in an effort to speed up the process. Officials hope to increase the number of registered voters up to 2,5 million but the UN Special Representative to Angola, Margaret ANSTEE, has already acknowledged that the registration process may have to be extended into August 1992, a month longer than estimated.

DATE OF INFORMATION: July 1992
RELIABILITY GRADING: 2

CONFIDENTIAL

01-01

9209417

REFERENCE : B/0638 *JULY 1992*

ALGERIA: AFTERMATH OF BOUDIAF'S ASSASSINATION

1. The body of assassinated President BOUDIAF of Algeria was laid to rest on 1 July 1992 amid occasional pro-Islamic chants from the funeral entourage. Slogans of the banned fundamentalist Islamic Front (FIS) were shouted and an Islamic State was called for. In reaction to BOUDIAF's assassination, Oussama MADANI, son of the jailed FIS leader (Abbas MADANI), told the Iranian News Agency (Irna) that the FIS was not responsible for BOUDIAF's death because they never called for it. Newspapers have suggested that BOUDIAF made many enemies among the "political-financial mafia", particularly after he vowed to wipe out corruption and backed economic liberalism, seeking foreign investment.

2. Contrary to media reports, the assassin was not killed by BOUDIAF's bodyguards, but arrested. The Algerian News Agency (APS) said on 1 July 1992 that BOUDIAF's suspected killer is a sub-lieutenant in the Algerian counter-intelligence who told the police he acted out of religious convictions. An investigation is under way to determine who ordered the assassination. Remark: No one has yet claimed responsibility for the incident. The HSC retained the largely technocrat government of Prime Minister GHOZALI to press ahead with economic reforms aimed at cutting support for the Fundamentalist Islamic Front (FIS), which arises from widespread unrest over food shortages and unemployment. An official seven day mourning period was declared and a new president must be chosen by the NSC. At this stage, Defence Minister and strongman of the HSC, General Khaled NAZZER and Prime Minister GHOZALI are favoured. Celebrations for the country's 30th anniversary of independence, which were scheduled for 5 July 1992, were also cancelled. It is also expected that the state of emergency which has been in effect since 9 February 1992 may be strengthened by declaring a state of siege which gives broad powers to the police and army or an exceptional suspension of civil rights.

01-03

SOUTH AFRICAN MUSLIMS ON BOUDIAF'S ASSASSINATION

3. Radical South African Muslims on 30 June 1992 applauded the assassination of President BOUDIAF of Algeria, calling him a Westernised tyrant opposed to Islam. The Muslim Council of Theologians ("Mujlisul Ulama") said in a statement that BOUDIAF's assassination should serve as a lesson for all anti-Islamic Westernised tyrants and oppressors and that Muslims the world over will rejoice over this "resolute blow struck at the heart of the enemies of Islam".

ELUCIDATION AND COMMENT

4. BOUDIAF, who was chairman of the HSC, was recalled from exile (Morocco) after the military intervened in January 1992 to cancel the second round of the legislative elections which the FIS was poised to win. BOUDIAF replaced former President BENDJEDID who resigned under pressure from NAZZER.

5. Algeria has been torn by violence since January 1992. The assassination came two days after the start of a court martial trial of seven top FIS leaders facing possible death sentences on armed insurrection charges. The FIS was banned in March 1992 in a tough military crackdown. Thousands of FIS supporters were interned in detention camps in southern Algeria, but underground movements, notably former Afghan war veterans, have carried out dozens of terrorists attacks.

6. Contrary to other reasons given, it seems at this stage that BOUDIAF's assassination was fundamentalist inspired. The assassination is symptomatic of the rapidly deteriorating internal situation in Algeria. Taking into account that a low intensity war is being waged between the military and fundamentalist guerrillas and militiamen, Algeria, according to reliable information is heading for "chaos and anarchy".

7. From an economic point of view, BOUDIAF's assassination once again highlights the threat of Islamic fundamentalism, especially in terms of its anti-capitalist viewpoint.

Subsequently, expectations are that if Africa is unable to fall in line with the new world order from a geo-economic stance, poverty-stricken African countries could become the ideal breeding ground for the expansion of Islamic fundamentalism.

DATE OF INFORMATION: July 1992
RELIABILITY GRADING: 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0648 **JULY 1992**

ANGOLA: CNO DEMANDS CONFERENCE ON POSTPONEMENT OF ELECTIONS

1. The Angolan National Opposition Council (CNO - umbrella opposition grouping comprising 12 opposition parties) has indicated during a meeting on 21 June 1992 in Luanda (Angola) that it wishes to postpone the general elections scheduled for September 1992 arguing that the required conditions to hold free and fair elections will not be met by that date and that the results will therefore not be an "accurate reflection of the wishes of most Angolan people".

2. The reasons the CNO cited for the postponement of the elections are:

- the conviction that the national Armed Forces of Angola (FAA) will not be formed by the time of the electoral campaign in August 1992 as stipulated by the peace agreement. According to the CNO this will cause the MPLA and UNITA to keep part of their armies as "coersion" forces.

- the extension of the central administration will not be completed as determined by the peace agreement.

- the registration of voters will not be finished in good time.

3. The CNO said however that the postponement of the elections must not be decided by the government alone, nor by means of an agreement with UNITA or by the decision of a foreign country but by "all Angolans" at a multiparty conference.

DATE OF INFORMATION: JULY 1992
RELIABILITY GRADING: 2

01/01

CONFIDENTIAL

9209419

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0646 **JULY 1992**

CNA

ANGOLA: ANC UNDER PRESSURE TO REMOVE WEAPONS

1. The ANC's chief of ordnance and acting chief representative in Angola, Lister SOKHELA, has indicated that the ANC was under pressure from the Angolan government to remove all ANC weapons from Angola by 31 July 1992. Remark: The ANC arms include a large number of AK-47's, mortars, landmines, cannons and rocket lauchers which have been stored at a FAPLA-base, Grafanil, near Luanda since the end of the ANC's armed resistance.

2. Three possible destinations for the arms have been mentioned namely Libya, Namibia and Zambia. Zambia has alreday refused to accept the arms while Namibia has indicated that it is reluctant to take the arms. Libya, although agreeing to take the weapons, seems to be an unsuitable destination for the ANC due to its distance from the RSA.

COMMENTARY

3. Although the ANC has yet to officially admit the existence of arms caches in Angola, the issue flared up after the disclosure by MK Commander, Joe MODISE, that MK has an arms cache in Angola ranging from armoured personnel carriers and light battle tanks to rocket launchers and anti-aircraft guns. The ANC is withholding comment, but the RSA Department of Foreign Affairs is to approach the Angolan government for clarity on the issue.

DATE OF INFORMATION: JULY 1992
RELIABILITY GRADING: 2

CONFIDENTIAL 01/01

9209420

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0645 **JULY 1992**

NIGER: GOVERNMENT CRISIS CAUSED BY RELATIONS WITH TAIWAN

1. In Niger the High Council of the Republic (HCR) held a special session on 7 July 1992, which according to the Speaker, Andre SALIFOU, was necessary to "decide what fate to bestow on" Prime Minister Amadou CHEFFOU after his government restored and then again broke off diplomatic relations with Taiwan.

ELUCIDATION

2. In an attempt to raise funds to pay civil servants' salaries for March and June, as well as pensions which have not been paid for an unknown period and current dues on foreign debt, the Niger government on 19 June 1992 restored diplomatic ties with Taiwan which undertook to give Niger 50 million dollar. It seems that Taiwan could not fullfil this promise, after which Niger once again restored relations with the People's Republic of China, cancelling the newly restored ties with Taiwan. Opponents of CHEFFOU are blaming this embarrasment on CHEFFOU and are attempting to topple him. Remark: CHEFFOU is ruling Niger as head of an interim government appointed after a national conference was held in 1991 and he will hand over power to an elected government in 1993.

DATE OF INFORMATION: JULY 1992
RELIABILITY GRADING: 2

01-01

CONFIDENTIAL

9209421

REFERENCE: B/0644 **JULY 1992**

ALGERIA: APPOINTMENT OF NEW PRIME MINISTER

1. Belaid ABDESSLAM was appointed Prime Minister of Algeria on 8 July 1992 after the resignation of Sid Ahmed GHOZALI on the same day.

2. ABDESSLAM will focus his attention primarily on economic reforms in a bid to restore internal stability. He has not yet announced any policy changes regarding the economy or internal politics, but called for a "war economy" implying that imports would be restricted in an attempt to deal with foreign debt. This has caused alarm among private industrialists, who fear that the government might return to a policy of protectionism.

3. Apart from dealing with fundamentalists and the restoring of the economy, ABDESSLAM is also facing severe problems concerning continued corruption in government institutions. Speculation surrounds the continuation of the anti-corruption probe amidst growing speculation that former president BOUDIAF might have been assassinated by the "politico-financial mafia" opposed to the investigation of corruption.

COMMENTARY

4. ABDESSLAM's appointment might not be received positively in economic circles, as it was mostly due to his programme of rapid industrialization after 1965 that a severe deterioration in Algerian agriculture was caused and subsequent need to import more than fifty percent of all foodstuffs arose.

DATE OF INFORMATION: JULY 1992
RELIABILITY GRADING: 2

01-01

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0642 JULY 1992

ANGOLA: ALLEGED CONTACT BETWEEN PRD AND UNITA

1. The leader of the Democratic Renewal Party (PRD), Luis DOS PASSOS, has allegedly recently made contact with the UNITA leader, Jonas SAVIMBI, concerning the possibility of an "understanding" between UNITA and the PRD to contest the general elections. UNITA regards the proposal in a favourable light considering that such an "understanding" would counter-balance the MPLA especially in constituencies where the latter enjoys majority support such as Luanda, Malange en Benguela.

COMMENTARY

2. The PRD was in the early stages of the peace process regarded as a so-called alternative option for voters who reject both the MPLA and UNITA. There were also suggestions that, under Joaquim Pinto DE ANDRADE (former PRD leader), a possible coalition with the MPLA could not be ruled out should it become necessary to prevent UNITA from gaining an electoral victory.

3. The PRD however split during its congress in May 1992 when DE ANDRADE lost to DOS PASSOS during voting for the PRD leader seat. DOS PASSOS is an active anti-MPLA campaigner and the split might destroy the MPLA's hope of PRD support during the elections.

DATE OF INFORMATION: JULY 1992
RELIABILITY GRADING: 2

01-01

CONFIDENTIAL

9209423

REFERENCE: B/0643 JUNE 1992

1. ANGOLA: CCPM CONCERNED ABOUT RELEASE OF PRISONERS

1.1 The Joint Military Political Commission (CCPM) said in a statement released in Luanda (Angola) that the process of the release of prisoners of war by the MPLA and UNITA "is far from completed" and that it is a matter of concern given the need for its conclusion before the start of the electoral campaign in September 1992. Remark: The period for the release of all prisoners ends on 31 August 1992, the date for the offical start of the electoral campaign.

1.2 According to the statement the MPLA has released 904 of the 940 prisoners registered by the International Red Cross Committee (IRCC) whilst UNITA has released 3050 of the 3073 registered by the IRCC.

ELUCIDATION

1.3 The small group of prisoners to be released by both sides has caused controversy as both the MPLA and UNITA maintain that there are no more prisoners to be released. Apparently the 36 prisoners still held by the MPLA and the 23 held by UNITA are "important" prisoners and they would not be freed in the near future. As eminent figures from both parties, they are probably detained to be used as propaganda ploys during the parties' respective electoral campaigns.

DATE OF INFORMATION: JULY 1992
RELIABILITY GRADING: 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0651 JULY 1992

ANGOLA: CCPM FINDS NO EVIDENCE OF ASSASSINATION PLOT AGAINST SAVIMBI

1. The Joint Political Military Commission (CCPM - body supervising the Angolan peace process) declared on 29 June 1992 after a meeting in Luanda (Angola) that it could find no "concrete information" which can be used as evidence for the existence of an MPLA assassination plot against the UNITA leader, Jonas SAVIMBI. During the meeting the UNITA delegation put forward its information on the matter, but the MPLA delegation vehemently denied accusations in this regard. The CCPM, finding no concrete evidence, ruled that there is no reason to doubt the MPLA's denials.

Comment

2. Renewed allegations of an assassination plot against SAVIMBI were carried in the British and Portuguese press at the end of June 1992. In March 1992, UNITA made similar accusations, allegedly reacting on information from "Western intelligence sources". These allegations could also not be substantiated with concrete information.

3. However, unconfirmed reports now indicate that UNITA paid a sum of US $50 000 to journalists and other individuals to spread rumours of a planned MPLA assault on the life of SAVIMBI. It is even alleged that UNITA fabricated these reports itself for propaganda purposes.

Date of Information: July 1992
Reliability grading: 2

01-01

CONFIDENTIAL

9209425

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0652 **AUGUST 1992**

ANGOLA: CHIPENDA TALKS ABOUT HIS PLANS

1. Daniel CHIPENDA, former member of the MPLA Central Committee and Political Bureau and organiser of the MPLA election campaign said in an interview with the Portuguese newspapers Publico and Diario de Noticias on 20 July 1992 in Lisbon (Portugal) that his resignation from all positions within the MPLA was related to the "restrictions" placed on him regarding the performing his duties. He was allegedly not given the opportunity to choose his co-workers and his appeal for a budget of 35 million US dollar and an electoral team of 300 persons was dismissed. He added that he received no support from the MPLA and that the appointment of pres DOS SANTOS as the MPLA's candidate for the presidential elections, "without debate" was the final straw.

2. CHIPENDA acknowledged that he would soon return to Luanda (Angola) where he would possibly announce his candidature for the presidential elections scheduled to be held on 29 and 30 September 1992. He added that he is convinced of support from both MPLA and UNITA elements for his candidature and said his main aim is to prevent total bipolorisation in Angola. He sees his current position as one of a "bridge-builder" between the MPLA and UNITA leaderships in order to obtain "national consensus".

3. On the Cabinda issue, CHIPENDA said the situation is deteriorating and that no dialogue on Cabinda as a separate entity has taken place. CHIPENDA regards this as a prerequisite for lasting peace in Cabinda.

2/....

01-02

COMMENTARY

4. Since CHIPENDA's depature from the MPLA, speculation has been rife concerning his future plans. The names of the Democratic Forum of Angola (FDA - newly established political party) which is currently in a leadership crisis, and the National Opposition Council (CNO - umbrella opposition organisation comprising 12 opposition parties) have been mentioned as possible supporters of CHIPENDA who might accommodate him in their ranks. It is likely that CHIPENDA may join another party as he needs an already established party structure in order to launch his campaign. There is too little time left to establish his own party if indeed he had such ambitions.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

02-02

9209426

REFERENCE: B/0655 **AUGUST 1992**

OAU: STILL TRYING TO ACHIEVE ECONOMIC SELF-SUFFICIENCY

1. Some African heads of state and foreign ministers who attended the recent Organisation of African Unity summit in Dakar, Senegal, called for economic strengthening of the continental body to achieve self-sufficiency. In this regard the OAU confirmed the UN's New Agenda for Development of Africa in the 1990's (UN - NADAF). Remark: The UN - NADAF was adopted by the UN in December 1991 and contained the transformation of the structures of African countries, economies in order to achieve a six per cent growth per annum during the 1990's, the promotion of economic integration and the intensification of the democratization process.

1.1 The OAU, at inception in 1963, set for itself noble goals which included unity, raising standards of living of Africans, eradication of poverty and averting conflicts. Now, 29 years later, the organisation is still battling to achieve some of its original objectives. Summit after summit, the OAU adopts resolutions, most of which are never fulfilled either because there is no machinery to implement them or funds are notavailable. Although there have been a lot of achievements, the organiation's success has often been hampered by members who default in paying membership fees. Some countries, while attending every annual summit meeting, have had arrears going back 15 years.

1.2 Despite that background, the continental body maintains it is far from getting to a situation of becoming a platform for rhetoric. One major achievement the OAU can be associated with over the years is the independence of many African states. However, the organisation has failed to stop Africa's mounting external debt which has now soared to US 271,1 billion dollars.

1.3 The African Economic Commission of Africa's acting executive secretary, Issa Ben DIALLO, told the last summit that living standards of African people had deteriorated by at least three percent since the beginning of this decade. DIALLO said while the 1980's were considered a "lost decade" for Africa, the 1990's have

started off badly. He said the gross domestic product (GDP) growth which matched or slightly exceeded population growth in 1990 at 3,2 per cent, sharply dropped in 1991 to about 2,3 per cent. The prospects of 1992 were not bright, taking into account the severe drought which Southern Africa is experiencing.

1.4 As if those problems were not enough, regional conflicts continue. Somali and several other countries in the Horn of Africa are currently bowed down by conflicts. In Central Africa, Mozambique's RENAMO Rebels continue to fight the FRELIMO government in a civil war that has spanned over 17 years. With all these conflicts in mind, the OAU was trying at the last summit te set up a permanent mechanism for solving them. The subject of establishing machinery for peace-keeeping took up most of the debate and discussions, but is appears that the finance and mechanics for setting it up is not yet on hand.

1.5 While some Western countries see the OAU as being ineffective, delegates to the summit generally felt the organisation was an all-important institution, and that Africa could be worse off in its numerous problems had the continental body not existed. However, as the OAU tries to solve Africa's problems, the scenario around the continent continued to be characterised by hunger, stagnant economic growth, unemployment, conflicts and disease. The number of Afrian countries classified as least developped increased to at least 28 by 1998, jumping up one-third in 10 years and as her population continues to grow, it has been predicted that there will be 1,580 billion people on the continent by the year 2025, a rise from the present 647,5 million.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

02-02

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0659 AUGUST 1992

TANZANIA: SIX POLITICAL PARTIES LEGALISED

1. The registrar of political parties in Tanzania, George LIUNDI, announced on 28 July 1992 that six political groups qualified for provisional registration. The six parties are now able to start political activities after they have met the conditions set by the registrar inter alia a fee of 25 000 Shillings (83 USA dollars) and a membership of 200 from 10 of Tanzania's 25 regions. The six parties are:

- The National Committee for Constitutional Reforms (NCCR - led by Maberc MARANDO);
- The Union for Multi-party Democracy (UMD - led by Chief Abdallah FUNDIKIRA);
- The Chama Cha Demokrasi Na Maendeleo (CHADEMA - led by Edwin MTEI);
- The Tanzania People's Party (TPP - led by Alex CHE-MPONDA);
- The Civic United Front (CUF - led by James MAPALALA) and
- The National League for Democracy (NLD - led by Emmanuel MAKAIDI).

2/...

CONFIDENTIAL 01-02

9209428

2. The provisional registration process will last until 31 December 1992 after which full registration of parties will commence on 1 January 1993 which would enable parties to contest elections.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

REFERENCE: B/0660 AUGUST 1992

1. ANGOLA: FLEC FACTION WILLING TO NEGOTIATE

1.1 The leader of FLEC-Renovated (one of the factions of the Liberation Front of the Cabinda Enclave - FLEC), José Timbucio LUEMBA, said in a press conference on 30 July 1992 in Lisbon (Portugal) that FLEC-R will only consider peace negotiations with the Angolan government on "neutral ground" if the latter will allow a referendum on the independence of Cabinda to take place. Remark: The FLEC-R delegation which visited Portugal and other European states to find support for their cause, consisted of LUEMBA, Antonio Bento BEMBE (Secretary-general), Arthur TSHIBASSA (Chief External Relations) and Antonio Mario Suco CHOCOLATE (Chief Information).

1.2 Concerning the legislative and presidential elections scheduled to take place on 29 and 30 September 1992, LUEMBA said that FLEC-R will not participate in the elections and would oppose the registration of the estimated 85 000 eligible voters in Cabinda. He sees a future independent Cabinda state as "one more PALOP" with French as the official language. He added that unlike the hardline armed FLEC-FAC faction of Nzha Henriques TIAGO, FLEC-Renovated is willing to enter into dialogue in order to find a peaceful settlement to the Cabinda question.

ELUCIDATION

1.3 FLEC-R was established when a group under the leadership of LUEMBA broke away from FLEC-FAC because of "differences" with TIAGO. It consists of less than 150 poorly equipped and trained guerrilla fighters but although it is smaller than FLEC-FAC, it has undertaken a number of small-scale attacks against government and foreign installations in Cabinda. FLEC-R claims to be supported by an assortment of "right-wing" groups in the USA, South Africa and Japan. Besides FLEC-R and FLEC-FAC, the other FLEC factions are FLEC-CSC (of Peso

2/...

BAMBI), UNALEC (of Afonso MASSANGA), UNLC (of Domingos GIMBY) and a number of smaller factions including FLEC-LUBOTO of Francisco Xacier LUBOTA.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

REFERENCE: B/0679 JUNE 1992

1. ANGOLA: EVALUATION OF CURRENT SITUATION REGARDING PEACE PROCESS

1. The peace process in Angola continues to be hampered by problems and delays. Despite these problems and amidst repeated rumours that the general and presidential elections may have to be postponed, president DOS SANTOS issued a presidential decree on 17 July 1992 stating that the elections will indeed take place on 29 and 30 September 1992 as originally scheduled.

2. PROBLEM AREAS

2.1 Certain factors which proved problematic in the early stages of the peace process such as the extension of the central government to UNITA-controlled areas and the release of prisoners of war have, to a large extent, been resolved. Others however, like the demobilisation and resettlement of some 150 000 troops who are excluded from the new integrated Armed Forces of Angola (FAA), the formation of the FAA, the disbandment of the government (FAPLA) and UNITA (FALA) forces as well as the continued instability in the Cabinda province where the secessionist Liberation Front for the Cabinda Enclave (FLEC) continues its demands for a referendum on self-determination for Cabinda, remain areas of grave concern.

2.1.1 According to the most recent figures 20 126 (17 percent) former government (FAPLA) and 1 409 UNITA (4 percent) (FALA) troops have been demobilised. The delay in the demobilisation process which was to have been completed by November 1991 has inevitably led to a delay in the formation of the FAA. At present, the command echelon has been inaugurated and the training of officers has commenced. The problems experienced with the demobilisation process are not the only reasons for the delay in the formation of the FAA. Others are delays in financial allocation and the appointment and training of personnel and officers, insufficient training

centres and downridden barracks, the unrealistic timetable and delays in the control of war equipment of both the MPLA and UNITA. Between 10 000 and 15 000 troops recruited from FAPLA and FALA ranks will be incorporated into the FAA by 31 August 1992. Although it will not be possible to fully integrate the 50 000 troops of the FAA before the elections, FAPLA and FALA ought to be officially disbanded by 31 August 1992 and troops that are not incorporated in the FAA by that date, will be disarmed and placed under international surveillance near their proposed training centres. Demobilised troops are currently undergoing vocational and technical training to assist them in their return to civilian life. A special government office is assisting them with the help of Angolan and international organisations especially regarding the provision of food, emergency supplies and health services. This aspect continues to require urgent attention as armed elements are reverting to banditry as a means of survival, creating an unstable and tense security situation.

2.1.2 The security situation in Cabinda remains unstable despite repeated national and international efforts to start peaceful negotiations while FLEC continually threatens to intensify its military operations and to disrupt the electoral process in Cabinda. Efforts by the Angolan government to start negotiations are hampered by the inability of the six FLEC-factions to appoint a unified team with which peace talks can be held. In this regard a settlement is not expected in the near future.

2.2 Coupled with the problems mentioned, other factors relating mainly to the electoral phase of the peace process prove to be problematic. These are inter alia the process of registering the estimated 6 million eligible voters, continued hostile propaganda by both the MPLA and UNITA, ever frequent clashes between their supporters and the abundance of arms leading to the sustained high crime and intimidation level.

2.2.1 The voter registration process started on 20 May 1992 and was to have been completed by 27 July 1992. Due to problems ranging from inadequate logistics and communications through to acts of intimidation and hostile propaganda exercised by the MPLA and UNITA, the process has had to be extended and will be

02-05

completed on 10 August 1992. By the beginning of August 1992, 4.3 million voters had been registered according to the National Election Committee, NEC, with urban areas reporting the largest number of registered voters. Difficulties experienced in the registration process are being compounded by the bureaucratic delay in establishing the administrative framework for the elections. This is partly due to the MPLA's inability to run state affairs effectively while simultaneously campaigning for the election. The hostile acts of propaganda perpetrated by both the MPLA and UNITA remain a matter of concern to international observers. These acts range from alleged assassination plots against political leaders to accusations of secret armies and armes caches, registration fraud and violations of the peace agreement.

3. POLITICAL ACTORS

3.1 The political scene in Angola continues to be dominated by the MPLA and UNITA. Hopes of an alternative/third option emerging on equal terms with the MPLA and UNITA have not been realised and the best hope for smaller political parties is to win enough of the 223 parliamentary seats to prevent an outright majority victory to either main party by inter alia entering into election pacts with other parties. In this regard 12 opposition parties including the FNLA, have formed the National Opposition Council (CNO). There have also been rumours of coalitions between small, less significant parties and the MPLA and UNITA, but no formal coalitions have emerged. One party that does however require closer scrutiny is the Democratic Renewal Party (PRD) led by Luis DOS PASSOS. Being one of the better organised parties, it was regarded as the so-called third option for voters in the early stages of the peace process. The PRD however suffered a damaging split during its national convention in May 1992 when its president, Joaquim Pinto DE ANDRADE resigned alleging "political betrayal", but is still regarded as the third most influential party.

3.2 Reasons for the unsatisfactory performance of the eleven registered political parties besides the MPLA and UNITA are numerous, ranging from a lack of unity, diverse ideologies to a lack of funding, organisation and credible leaders.

03-05

Their participation in the elections will be further negatively influenced by their envisaged inability to field the required candidates for the legislative elections in the 18 Angolan provinces. Smaller parties also repeatedly complain of intimidation by both the MPLA and UNITA who inter alia disrupt their efforts to recruit and organise members. Rumours of pay-offs from the main parties to secure the loyalty of supposedly independent groups are rife and judging by their policy statements and public attitudes, they tend to emulate or support either the MPLA or UNITA, giving little hope of genuine political alternatives for the Angolan electorate.

4. ASSESSMENT

4.1 In assessing the current situation in Angola regarding the peace process it can be concluded that the process is irreversible with both main parties showing a willingness and intent to see it through. Both pres DOS SANTOS and Jonas SAVIMBI have stated that they will accept the outcome of free and fair elections. A return to the civil war before the elections seems highly unlikely despite the alleged existence of secret armies and arms caches and the failure to conclude all aspects of the peace agreement. This conviction is held throughout the international community who unanimously concur that there would be no foreign sponsors for further military aggression. Angola's misfortune is that it was left with too little time and finances for Western-style democratic lessons to be learnt before the scheduled elections are held. Other lessons to be learnt from the Angolan experience especially in approaching a peaceful settlement in Mozambique are that a more realistic timetable should be followed regarding the implementation of a possible peace agreement, that international supervisors should be in place in time before the implementation of such an agreement and that tangible aid and not simply pledges, should be forthcoming.

4.2 The possibility of a resumption of the civil war after the elections instigated by the loser be it the MPLA, UNITA or any of the other parties is equally remote. It is important however to note that such a military option cannot be exercised indefinitely and, although it may continue for a certain period of time even

04-05

without foreign assistance as is the case with RENAMO in Mozambique, the eventual outcome would again be negotiations for a peaceful settlement. There have been opinions that especially UNITA might again resort to the military option should it lose the elections, but it would then eventually have to deal with problems like international credibility and recognition. Indeed, it is accepted that whoever dares any further military adventure before or after the elections, would be the target of a profound repudiation from the international community, isolating Angola. Such action would be dramatic especially in view of the economic situation prevailing in Angola. Angola needs outside assistance to initiate socio-economic development and cannot afford to be shunned by the international community. The post election period may however be characterised by a limited period of political instability.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

OS-OS.

REFERENCE: B/0680 **AUGUST 1992**

EVALUATION OF THE ANC'S MASS ACTION CAMPAIGN

1. The past week of mass action (3-7 August 1992 - PHASE III of OPERATION EXIT) can be regarded as the climax of the ANC alliance's mass action campaign. It was also the only phase that was realized largely according to the planning beforehand and in this regard, in comparison with the other phases, it was the most successful.

   The issue of the real success thereof must be evaluated according to two dimensions, i.e. that of passive participation, as embodied in the participation in the stay-away/national strike from 3 to 4 August 1992, and that of active, visible participation, as embodied in mass protests and actions along with the stay-away from 3 to 4 August but also in particular on 5, 6 and 7 August.

2. With regard to the passive dimension the following characteristics were noticeable:

   - At least 2 million employers participated on a country-wide basis, with significantly high stay-away figures in urban central areas, namely in the Witwatersrand, Durban, the Eastern Cape and the OFS.

   - Most of the government services, in particular also essential services, functioned normally. This included health, post and telecommunications services and the security services, etc. Furthermore, the agricultural and mining sectors were also slightly affected. The reason for this is that 30% of those who participated in the stay-away were general assistants and cleaners.

   - The provision of services in the black communities, and particularly in black education, was affected very badly and there was a 100% absentee rate in the PWV area, the Eastern Transvaal, the Eastern Cape and

the OFS. This is owing to the support of SADTU and COSAS for the mass action.

- Small businesses were hit the hardest.

- There was a lesser measure of support for the stay-away in KwaZulu, in Indian residential areas in Natal and in some coloured residential areas in the Western Cape.

3. Factors that brought about and/or stimulated the stay-away may have included the following, not necessarily in order of priority:

* Political opportunism.
* Established culture of non-participation in the case of such appeals.
* Intimidation/climate and fear psychosis with regard to intimidation.
* A lack of transport services from the black residential areas.
* Political sympathy/identification with the cause.
* Alternative arrangements and agreements between employers and employees.

4. With regard to the active dimension of the mass action the following was noticeable:

- A rising tendency to participate in protest marches/mass meetings since 25 July 1992 with climaxes on the following days:

* 1 and 2 August during mass meetings, in the Eastern Cape (Port Elizabeth).

* 3 August - approximately 80 000 participants in protest marches country-wide.

* 4 August - approximately 117 000 participants country-wide, and the march to Bisho/Ciskei can be singled out.

* 5 August - approximately 200 000 participants country-wide, in particular in the central urban areas, namely in Pretoria, Cape Town, Durban, Pietermaritzburg, Pietersburg, Port Elizabeth, Bloemfontein and Johannesburg.

* On 6, 7 and 8 August momentum was retained by means of actions such as protest marches, especially in Cape Town, Durban and areas in the Eastern Cape and the Witwatersrand.

- A slight degree of success with civil disobedience actions such as the occupation of government buildings - primarily as a result of a lack of planning and the visible protective role of the Securiy Forces with regard to key points.

- A relatively low occurrence of direct intimidation/violence with regard to the active participation dimension, probably as a result of the appeal by MANDELA on 2 August for disciplined participation, the presence of the UN monitoring team and the visible presence of the Security Forces.

- An escalation in unrest related deaths since 3 August, which, however, cannot largely be linked directly to the mass action.

- The deliberately targeted/destructive and delegitimizing approach of the mass action campaign to the Ciskei, which was in line with the earlier planning in April of this year with respect to the overthrowing of Brigadier GQOZO.

- Overall, the active participation in the mass action during the week of 3 - 7 August was indicative of thorough planning, organizing, mobilization and, with the exception of isolated incidents, was accompanied by a high level of discipline.

5. PROJECTION

The conclusion can be reached with respect to a joint assessment of the passive and active dimensions of participation in the ANC alliance's mass action campaign, in particular PHASE III (the week of 2 - 7 August), that it complied

with the expectations of the alliance in many respects, and that, if need be, it was successful. It will also be put forward as support for and participation (actively and passively) in the political demands of the alliance for an Interim Government and Constitutional Assembly. Futhermore, success was achieved in establishing the perception amongst activists that they form part of the transitional process, in expressing their frustrations and in satisfying the militant factions in the alliance.

The course of mass action leading up to PHASE III, however, detracts from the overall level of success of the mass action campaign and it can hardly be anticipated that a continued high level of participation and involvement will be able to be maintained - the striving for a climax in mass action which is supposed to force the government to resign (in other words Exit-gate) has already been underplayed over the last two weeks and tempering statements that indicate a resumption of negotiations in the short term are being made by several alliance leaders. At the beginning of PHASE III MANDELA said that mass actions are merey supportive of the negotiation process and are not part of an insurrection attempt in order to unseat the government. Furthermore, on 5 August 1992, during his speech at the Union Buildings, he said that a so-called cooling off phase with regard to mass actions would be entered.

The ANC alliance's threats that in future mass action would be used throughout as a mechanism to pressurize the government into making concessions at the negotiation table are known. However, several factors are giving rise to the fact that mass action will have to be used sparingly and selectively in the future in order to prevent it from becoming counter-productive. The folowing will especially have to be taken into consideration by the alliance:

- The risk of failure of continuous mass actions owing to diminishing participation/interest, whether due to financial reasons and concern about job security, or as a result of political fatigue.

- The high demands made on the alliance leadership in terms of planning and organization. Linked to the above, the financial affordability

involved in arranging and maintaining such a campaign. For example, it is known that the alliance made large-scale organizational attempts with regard to the march in Pretoria on 5 August that cost about R300 000.

- The negative implications of the past week's mass action for the economy, for business confidence, investments, employer relations, production, etc. are obvious and were widely confirmed in the media by authoritative opinion formers. The ANC alliance probably realizes that neither the current nor a future government can afford it.

- The risk involved in the fact that the initiative with mass action on a ground level can be "hijacked" by militants, sectors such as the civics or by opposing political groups such as the PAC and AZAPO and can undermine the say and controlling capabilities of the alliance leadership, which could give rise to a scenario of anarchy.

- The risk that continued mass action could make the alliance leadership a prisoner or puppet in the hands of its own power base, which would make it dificult for it to justify its re-entry into negotiations.

- Growing criticism and condemnation of the alliance from important people and interested groups such as businessmen and the international community. In this regard it can be expected that pressure will increasingly be brought to bear on the alliance to return to the negotiation table in the coming weeks.

- The implications of continued mass action for racial and ethnic polarization, stability and security which could complicate negotiations.

In conclusion, it can further be expected that mass action will show a decline on the short term and, taking the abovementioned factors into consideration,

in future it will take on a threatening and bargaining value rather than have a practical implementation value.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

REFERENCE: B/0684 AUGUST 1992

ZIMBABWE: GOVERNMENT NOT BUYING PLANES AND TANKS

The Zimbabwean government issued a statement on 19 August 1992 that it had cancelled a 1986 order for Soviet-built MiG 29 planes as regional conflict had diminished and they were no longer needed. The government also denied a British media report that it planned to buy tanks from the British Vickers company. Remark: Zimbabwe increased its defence spending with 10 percent in the 1992/93 budget announced on 30 July 1992. This increase, however, equates to a real decrease in military expenditure due to the high inflation rate in Zimbabwe. It will probaby be absorbed by the higher day-to-day running costs with regard to maintaining the country's defence force.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

REFERENCE: B/0664 **AUGUST 1992**

COSATU: MEMORANDUM TO ASSIST AFFILIATES AGAINST DISMISSAL

1. The Congress of South African Trade Unions (COSATU) has recently drafted a memorandum advising affiliates of possible actions that can be taken if dismissals occur as a result of workers' participation in the general strike. Above memorandum contains the following arguments against dismissals:

1.1 General arguments against threatened dismissals are:

- the fact that the SA Chamber of Business (SACOB) is promoting a policy of "no work, no pay" means that SACOB characterised the stay-away as legitimate. Therefore participation in the stay-away is legitimate and cannot be subject to disciplinary action;

- individual companies that do not follow the same policy as SACOB will create an impression of unfair, unreasonable and disproportionate action, and a court or arbitrator may not be sympathetic to an employer who acts out of line with the position of the employers acting collectively;

- the fact that the SA Co-ordinating Committee on Labour Affairs (SACCOLA) was willing to consider a one-day shutdown of the economy during talks with COSATU as well as an objective set out in the Charter of Peace, Democracy and Economic Reconstruction, is significant and it is admitted that in this context participation in a two-day general strike and in other acts of peaceful protest cannot justify discipline or dismissal; and

- a related point of importance is that the International Labour Organisation (ILO) commission which visited South Africa early in 1992 stated that strikers who participated in strikes, although technically illegal but which in all other respects legitimately called for the promotion and defence of workers' economic and social interests, should be protected against dismissal.

1.2 Arguments against actual dismissals include the following:

- workers and senior shop stewards, and if possible union officials or organisers, should attend and participate in the disciplinary enquiries;

- the substantive arguments set out in paragraph 1.1 should further be raised, and in addition, the procedural aspects of the disciplinary action of dismissals should be examined; and

- insofar as there are reasons in addition to the general strike that should be taken into account in deciding whether or not to discipline or dismiss a worker, these should be raised.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0661 **AUGUST 1992**

<u>ANGOLA: UNITA CAMPAIGN LEADER CONFIDENT OF VICTORY</u>

1. The head of the UNITA election campaign, Abel CHIVUKUVUKU said in a statement issued after the presentation of Jonas SAVIMBI as UNITA's presidential candidate, that UNITA believes it will be able to win both the legislative and presidential elections, the latter without necessitating a second round. He added that UNITA is also endeavouring to get more than a "relative majority" in the legislative elections in order to enjoy an absolute majority i.e. 112 seats in the 223 member parliament without any need of coalitions.

2. According to CHIVUKUVUKU, UNITA "feels comfortable" in the Zaire, Uige, Luanda and Malange provinces and "acceptable" in Bengo and considers UNITA the predominant party in the northern provinces. He acknowledged that UNITA needs to make an effort" in Kwanza North and Cunene and to have "more dynamism" in Lunda North and Lunda South. He regards Benguela, Huambo, Bie, Huila, Moxico, Cuando Kubango, Namibe and Kwanza South as UNITA strongholds but made no mention of Cabinda, where few of the estimated 85 000 eligibe voters have registered and where an electoral boycott is envisaged.

<u>ELUCIDATION</u>

3. UNITA will compete in all legislative electoral constituencies with 331 candidates. Concerning the 18 provincial constituencies and the three constituencies of those living abroad for 93 seats UNITA will compete with fives effectives and five substitutes. On the list of the national constituency to choose 130 members of parliament, UNITA will present 15 substitutes.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

01-01

CONFIDENTIAL

9209434

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0674 **AUGUST 1992**

MOZAMBIQUE: STATEMENT BY RENAMO LEADER REGARDING IMPLEMENTATION OF FUTURE CEASE-FIRE AGREEMENT

1. Afonso DHLAKAMA (President of RENAMO) stated in an interview with the Mozambican publication Mediafax, published on 11 August 1992, that RENAMO forces control 85 percent of Mozambican territory and that, in the transition period between a cease-fire and general elections, RENAMO will not allow the Mozambican government to operate in these areas. According to DHLAKAMA, the police and governors/administrators of FRELIMO "are not going to be able to enter there". He further stated that all political parties, including FRELIMO, would be able to campaign in RENAMO areas "but the administration will not be FRELIMO's administration, because that would just denigrate our image. This will be put into the general peace agreement".

ELUCIDATION AND COMMENT

2. In the Joint Declaration signed by pres CHISSANO and DHLAKAMA on 7 August 1992 it is stipulated inter alia, that the two parties bind themselves to "guarantee the conditions allowing complete political freedom, in accordance with internationally recognised democratic principles". It is further stipulated that after a cease-fire comes into force (scheduled for 1 October 1992), RENAMO will "conduct its political struggle observing the current laws, within the framework of the existing state institutions, and respecting the conditions and the guarantees laid down in the General Peace Agreement".

3. Having committed himself to the above-mentioned undertakings by signing the Joint Declaration, DHLAKAMA's claims are invalid and contrary to the Declaration. He would probably attempt to submit proposals of this nature to the negotiating table in Rome, but it is not expected that such proposals will be accepted by either FRELIMO, the mediators or the international observers. DHLAKAMA's statement

with regard to RENAMO's supposed control of 85 percent of Mozambique, should also be viewed against the background that DHLAKAMA wants to project the image that RENAMO actually already controls Mozambique, militarily and politically, to strengthen the image of the movement locally and internationally.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

REFERENCE: B/0677 **AUGUST 1992**

ANGOLA: PNDA REQUESTS CANCELLATION OF CANDIDATURES OF SAVIMBI AND DOS SANTOS

According to a report by the official Angolan newsagency, ANGOP, dated August 1992 the National Democratic Party of Angola (PNDA) requested the Judge President of the Supreme Court to "annul" the candidatures of Jose DOS SANTOS and Jonas SAVIMBI for the presidential elections in September 1992. The underpinning of the PNDA argument is that both DOS SANTOS and SAVIMBI are officers in respectively FAPLA and FALA (the military wing of UNITA) which is inimical to the precepts of the political parties and the electoral laws.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0678 **AUGUST 1992**

ANGOLA: OPINION POLL POINTS TO MPLA VICTORY

Results of an opinion poll conducted in July 1992 in Angola by a specialised Portuguese company, Norma-Expansao, concluded that none of the Angolan political parties would obtain a majority vote in the general elections and that pres DOS SANTOS would "unmistakeably" win the presidential elections to be held simultaneously with the general elections on 29 and 30 September 1992. Remark: Due to the instability prevailing in rural areas, the opinion poll covered only the urban centres namely Luanda, Huambo, Lobito, Benguela, Lubango and Malange.

As far as percentage support given to the most prominent parties and presidential candidates is concerned, the opinion poll showed that the MPLA would get 28.3 per cent of the votes followed by UNITA with 25.8 per cent, the PRD with 8.2 per cent and the FNLA with 7.1 per cent while more than 25 per cent of the persons contacted were either undecided or indicated that they would not vote. As for the presidential elections, the results were that pres DOS SANTOS would be the winner with 41.7 per cent, followed by SAVIMBI with 30.6 per cent, Holden ROBERTO (FNLA leader) with 11.2 per cent, Daniël CHIPENDA with 8.3 per cent and Joaquim Pinto DE ANDRADE with 5.4 per cent.

COMMENTARY

Although the results of the opinion poll should not be negated, they must be interpreted with reservation as they cover only the urban centres. It should be borne in mind however that the five cities chosen for the poll shelter 65 to 70 percent of the Angolan population, giving some indication of the problems UNITA, which is recruiting the larger part of its supporters from the rural population, is facing regarding mobilising its support base.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

01-01

CONFIDENTIAL

9209437

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0681 AUGUST 1992

MBOWENI: ANC WILL RENATIONALISE EX-PUBLIC ENTERPRISE

ANC senior economist Tito MBOWENI said at a conference on commercialisation and corporatisation, held in Pretoria on 20 August 1992, that an ANC government would immediately renationalise any public corporations which were recenttly privatised without compensation. According to MBOWENI public enterprises would have to operate in the context of strict efficiency and accountability rules. Remark: The vagueness of the ANC's economic policy guidelines presented in May 1992 and the options that were kept open are emphasized by MBOWENI's remark. This will contribute to the wait-and-see attitude already adopted by foreign investors in reaction to the ANC's policy guidelines.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0673 **AUGUST 1992**

1. ANGOLA: DOS SANTOS HINTS AT ZAIREAN AND CONGOLESE EXPANSIONIST MOTIVES REGARDING CABINDA

1.1 Pres DOS SANTOS of Angola said on 5 August 1992 during a MPLA rally in the northern Kwanza Sul province that the Congo and Zairean governments "are interested" to annex the Cabinda province to benefit from the "oil-riches" of the enclave. He said that Zaire, being in effect a landlocked state, wishes to enlarge its outlet to the Atlantic Ocean and finds the "annexation of Cabinda" to be the solution to this problem. He added that both Zaire and the Congo have lately been "too active" funding the activities of the two armed factions of the liberation Front for the Cabinda Enclave (FLEC) namely FLEC-FAC and New-FLEC and inciting a separatist sentiment in the people.

1.2 DOS SANTOS acknowledged that Cabinda remains a serious regional problem adding that Southern Angolans have serious ethnic problems with those of the north, but he reiterated that the Angolan government wants to keep the national unity and the territorial integrity and that peace negotiations with the various factions will proceed.

ELUCIDATION

1.3 Zaire and the Congo have supported various FLEC factions in the past and until the political unrest in these two countries in 1991, both lent tacit permission to FLEC to operate from its territories. Among the historical and cultural factors behind this support may be the fact that Cabindans are ethnically related to both Zaireans and Congolese. Given the uncertain political situation in Zaire and the Congo however, it is unlikely that FLEC can count on significant support from them in the near future.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

01 -01

CONFIDENTIAL

9209439

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0654 **AUGUST 1992**

1. ZIMBABWE: A PERSPECTIVE ON THE JULY 1992 CABINET RESHUFFLE

1.1 The long awaited cabinet reshuffle in Zimbabwe took place on 3 July 1992. In the reshuffle the ministries were reduced from 21 to 18. The total number of ministers, vice-presidents, ministers of state and the Attorney-General was reduced from 32 to 26 and the deputy ministers from 13 to 9. The size of the Cabinet (including provincial governors) was thus reduced from 53 to 43.

CHANGES

1.2 The unpopular Ministry of Political Affairs, which was largely responsible for the administration of ZANU(PF) party affairs was abolished while its equally unpopular Minister, Didymus MUTASA, now heads the newly created Ministry of National Affairs, Employment and Co-operatives. This Ministry will probably be responsible for the administration of elections and other related national affairs. The planned funding of political parties will probably be the responsibility of this Ministry.

1.3 The Ministry of Community and Co-operative Development was also scrapped and interestingly its Minister, Joyce MUJURU (wife of the Army Commander) was left out of the new cabinet. It is not clear what her position will be in the future.

1.4 The controversial Minister of Energy, Water Resources and Development, Herbert USHEWOKUNZE, was left out and his Ministry dismantled. The Energy portfolio was added to that of Transport under Denis NORMAN.

1.5 The portfolio of the Public Service (previously under a minister of state) was upgraded and added to Labour and Social Welfare under John NKOMO.

1.6 The former Ministry of Finance, Economic Planning and Development was reduced to being just the Ministry of Finance, still under Bernard CHIDZERO. Economic Planning and Development, which includes supervision of the highly unpopular Economic Structural Adjustment Programme (ESAP), is now the

responsibility of a commission headed by former Minister of Defence, Richard HOVE. This move was probably made to ensure greater party control over the ESAP as MUGABE and CHIDZERO did not see eye to eye on the implementation of the ESAP. Vice-president Joshua NKOMO and CHIDZERO were also in conflict regarding certain international economic ventures and this may also have led to the inception of the Commission on Economic Planning.

1.7 Minister Kumbirai KANGAI moves from his post as Minister of Industry and Commerce to Lands, Agriculture and Water Development. He replaces Witness MANGWENDE who was very unpopular for his handling of the Land Acquisition Act. MANGWENDE is now Minister of Education and Culture replacing Fay CHUNG who was demoted to Minister of State for National Affairs, Employment Creation and Co-operatives under MUTASA. CHUNG's demotion is probably related to her inability to satisfactorily solve the student unrest situation.

1.8 Moven MAHACHI moves from Minister of Home Affairs to Defence replacing HOVE who now heads a Commission. The former Deputy Minister of Home Affairs, Dumiso DABENGWA, was promoted to Minister of Home Affairs. This was probably in recognition of the work he has done as Deputy Minister.

1.9 Eddison ZVOBGO, was promoted from Minister of State for the Public Service to Minister of Mines, reinstating him as a prominent member in Cabinet. ZVOBGO was demoted in 1987 after using so-called obscene and tribalistic language against President MUGABE at a funeral.

1.10 Dr Timothy STAMPS remains Minister of Health, and Child Welfare was added to his Ministry.

1.11 The former Minister of Higher Education, David KARIMANZIRA, was moved to Information, Posts and Telecommunications taking over from Victoria CHITEPO after her retirement in June 1992. The Ministry of Higher Education was taken over by a new Cabinet member, Stan MUDENGE, who was previously Senior Secretary of Political Affairs.

1.12 Another new member is Chris USHEWOKUNZE (Chairman of the Zimbabwe Development Corporation), who takes over the Ministry of Industry and Commerce and will probably be responsible for liason with the RSA Trade Office in Harare.

CRITICISM

1.13 Several individuals and groups have criticised the cabinet reshuffle. The Secretary General of the Zimbabwe Human Rights Association (Zim rights), Nicholas NDEBELE, said that the public was disappointed with the governments commitment to the ESAP. The Secretary General of the Zimbabwe Congress of Trade Unions, Morgan TSVANGIRAI, said that the reshuffle was a political balancing act and that MUGABE was not serious about the ESAP. He added that some of the ministers did not deserve to be in the cabinet.

1.14 Opposition leader Edgar TEKERE of the Zimbabwe Unity Movement (ZUM) also accused MUGABE of giving unnecessary posts to loyalists and said the reshuffle was "too little, too late".

1.15 Member of Parliament for Mberengwa West, Byron HOVE, said during the debate on the President's address on 8 July 1992 that the cabinet remained too large. He added that government expenditure was still too high as it accounted for more than 50 % of the gross domestic product. Other members of Parliament said that the reshuffle did not constitute a trimming of the Cabinet and that some "useless" ministers were retained.

CONCLUSION

1.16 The reduction in the size of the Cabinet was part of the implemention of the ESAP to curb government spending. The general feeling among Zimbabweans seems

to be that the cabinet reshuffle did not live up to expectations. The cautious way in which MUGABE handled the reshuffle however, points to his fears of leaving prominent ministers out of the cabinet as they may turn against him and ZANU(PF).

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0683 AUGUST 1992

ANGOLA: PSDA PLEDGES SUPPORT TO UNITA

In a communique released by the Social Democratic Party of Angola (PSDA - one of the newly registered political parties) on 19 August 1992 and signed by the PSDA-leader, André Milton KILANDAMOKO and the UNITA leader, Jonas SAVIMBI, the PSDA announced the cancellation of the presidential candidacy of KILANDAMOKO and pledged its support for SAVIMBI in the September presidential elections. The communique added that the PSDA's decision was aimed at ensuring the the "real opposition party wins in the presidential election". Remark: With this decision, the PSDA has become the second political party to pledge its support to SAVIMBI and UNITA, the first being the National Democratic Convention of Angola (CNDA).

ELUCIDATION:

The PSDA released the communique after a joint meeting with UNITA at which they reached an agreement on "realiziang national reconciliation and future democratic law-ruling state" after the ggeneral and presidetial elections.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

CONFIDENTIAL

01/01

9209441

CONFIDENTIAL

REFERENCE: B/0665 **AUGUST 1992**

NENF: DRAFT STATEMENT OF INTENT

1. The following draft "founding statement" of intent for the proposed National Economic Negotiation Forum (NENF) was recently set up by Bobby GODSEL (member of the South African Co-ordinatead Committee on Labour Affairs - SACCOLA):

1.1 Growth:

If South Africa's transition to democracy is to be accompanied by an increase in prosperity it is imperative that the conditions be created for the economy to return to a high and sustained growth path.

1.2 Participation:

To achieve and maintain a strategy for growth it is imperative that all major economic stakeholders should have a common understanding of an approach to the formulation and implementation of economic policy.

1.3 Equity:

Because the social benefits of growth will take time to become fully apparent there is no need to address urgent social and developmental problems - especially in respect of the poorest communities. In this regard all stakeholders need to explore strategies aimed at enhancing the quality of life of the poor in the short term. In this respect the following areas of concern deserve to be singled out:

- security;
- housing and shelter;
- primary health care;
- education; and
- access to economic opportunity.

CONFIDENTIAL 01/02

9209442

An equally urgent task will be to remove all vestiges of discrimination and to address the inequities of the past. It is a lack of empowerment on the part of the poor masses which poses the most serious threat to the stability, effective operation and survival of a market economy in South Africa.

1.4 Environment:

Prime concern needs to be placed on environmental management and protections of the country's natural heritage.

Remark: A small group of economists, ie Ben VAN RENSBURG (economist of the SA Chamber of Business - SACOB), Ronnie BETHLEHEM (chief economist of the Johannesburg Consolidated Investments), Rudolf GOUWS (chief economist of the Rand Accepts Bank in Johannesburg) and Jimmy BUYS (senior economist of Anglomerican Corporation) were asked to comment on Godsell's draft statement of intent, but no feedback has yet been received in order to "mandate" the above proposals. The government has not yet approved these proposals but it will suppose a statement of intent for the NENF in this regard.

DATE OF INFORMATION: AUGUST 1992
RELIABILITY GRADING: 2

9209443

ORIGINAL

920532 07.10.92

SITUACION SINDICAL

710-H-II

REUNION DE LA MR DE LA FOEB DEL 28.09.92

FECHA: Lunes 28.09.92 . HORA: Al mediodía.

ASISTENTES: Total 32 personas.

Entre ellos:
- ANTONIO ADOURIAN (COCA-COLA -PS)
- MILTON BURGOS (COCA-COLA-PS)
- FERNANDO GOMEZ (COCA-COLA-PS)
- ERNESTO ZELKO (COCA-COLA)
- JUAN TOMPS (MALTERIA)
- LUIS BECERRA (CERVECERIA -PS)
- RICHARD READ (CERVECERIA-PVP)
- LUIS NORIA (CERVECERIA -PVP)
- GUSTAVO BARRERA (CERVECERIA - PVP)
- RUBEN NUÑEZ (CERVECERIA-PVP)
- PEDRO ARRIZO (CERVECERIA -PCU)
- ROBERTO MULETHALER (PEPSI-COLA)
- NNM ALDAREGUI (MATUTINA)
- NNM CARDOZO (MATUTINA)
- NNM NUNEZ (MATUTINA)
- 4 NNM DE RENORSA (REFRESCOS DEL NORTE)DE SALTO y PAYSANDU.
- 2 NNM DE URRETA -SALTO
- MARIO BLANCO (SALUS-MINAS-PN)
- WALTER BARRETO (SALUS-MINAS-INDEP)
- ESMIR GARCIA (PT-SALUS MINAS)
- NNM FAGGIANI (SALUS-MONTEVIDEO)

- EL único invitado fuera de la FOEB, fue el Presidente del PIT/CNT,JOSE D'ELIA.

TEMA: EL tema por el cuál fue convocada dicha reunión fue el siguiente:

1) Qué Federación queremos ?

2) La actual organización funciona?

3) Reestructuras necesarias para el funcionamiento de la misma.

Durante el desarrollo cada uno de los asistentes,expuso sus planteamientos sobre estos 3 puntos.

Al final de la reunión ,fue elaborado un documento (el cuál se adjunta) aprobado por unanimidad por los asistentes.Antes de finalizar la misma,se recibió una llamada telefónica por parte de un periodista de BUSQUEDA,el

-9209443

_001-06

cuál tenía conocimiento de la reunión e inclusive de los invitados que estaban en la misma,solicitando información a este respecto.Habiéndosele dado los lineamientos básicos del documento que se había aprobado ya que el mismo se encontraba en borrador.

REFERENTE AL INCONVENIENTE ENTRE LA FOEB Y EL FORO INORGANICO

MIGUEL FLORES (PS-LA REPUBLICA- Sector Sindical) tuvo una entrevista telefónica con RICHARD READ (FOEB-PVP) solicitándose si era posible hacerle un reportaje con respecto a las actividades que se realizaran en la FOEB, como así tambien sobre el documento elaborado.Esto, se debería a que RICHARD READ en todo momento trata de sobresalir y además con el egocentrismo que lo caracteriza ,le manifestó al periodista que no tenía inconvenientes. Las preguntas,de éste, fueron específicamente sobre el documento que se elaboró,a lo cuál RICHARD READ le hizo llegar el documento elaborado, pero con modificaciones hechas por este tales como:cambio de fecha (2.OCT.) y encabezamiento del mismo (Se adjunta).
MIGUEL FLORES (PS-LA REPUBLICA-Sector Sindical),después de leer dicho documento lo consultó con respecto a sí el punto 2 del mencionado ,era extensivo al FORO INORGANICO,a lo cuál RICHARD READ le dijo que sí y además criticó duramente a LUIS ROMERO (FUNSA-IND.FI) y a JORGE SILVANO (FOT-RENOV.FI).
Posterior a esta conversación ,RICHARD READ (FOEB-PVP) le dijo que el quería que el documento fuera puesto textualmente en el diario.Ante esto MIGUEL FLORES,le respondió que eso quedaba en manos de él,ya que de todo lo hablado él sacaría las concluciones que considerara. Es así, entonces, que el día sábado 03.OCT. es publicado en LA REPUBLICA, un artículo titulado:"PRIMER GREMIO QUE CUESTIONA AL FORO".

VIAJES DE INTEGRANTES DE LA FOEB

Se tomó conocimiento que JORGE POSSI (PEPSI-COLA) se encuentra actualmente en EE.UU asistiendo a un Seminario de la AFL-CIO.
VICTOR ZELKO (PEPSI-COLA) viajará en el correr de estos días junto con CRISTINA GONZALEZ (FUS-RENOV) a VENEZUELA.Existe una invitación por parte de la HISTRADUT (Central Obrera Israelí) para que concurran a dicho país sindicalistas de la Bebida.Está previsto que los que viajen sean ROBERTO MULETHALER (PEPSI-COLA)MILTON BURGOS (COCA-COLA-PS) y MANUEL SILVA (CERVECERIA -PAYSANDU).

CONTACTOS ENTRE EL PIT/CNT Y LA CENTRAL ISRAELI

El día 06.OCT. el representante del a Central Obrera Israelí IGAL SZIR, se entrevistó en el PIT/CNT con ANTONIO ADOURIAN (FOEB-PS),OSCAR LOPEZ (SUANP-PS) Y RUBEN VILLAVERDE (FFOSE-RENOV),llevándose a cabo el primer contacto oficial entre ambas Centrales,ya que esta persona había estado en el país en el año 91,manteniendo contacto con algunos dirigentes sindicales. Se tomó conocimiento que uno de lo gremios con los que se habría tenido contacto en esa oportunidad sería con la FOEB, haciendo acuerdos donde brindarían el apoyo económico para que la Federación de la Bebida tuviera su Biblioteca.

ACTIVIDADES DE EDUARDO FERNANDEZ (SCRIO. RELAC. INTERN. DEL PIT/CNT

- Se tomó conocimiento que EDUARDO FERNANDEZ (SCRIO.REL. INTERN.DEL PIT/CNT) viajó a COLOMBIA, donde le habrían robado dinero a la salida del hotel y de allí habría viajado a VENEZUELA,país en el que se encontraría actualmente.

ACTIVIDADES DEL PS

- Se tomó conocimiento que entre el 17 y el 19 de este mes, se realizaría el Activo del Departamento sindical del PS,como estaba previsto, donde se analizaría el documento de 4 puntos que se informara en el PIT No.19/92 (10.09.92).

REFERENTE A LA CIOLS

- Se tomó conocimiento que ,por parte de los dirigentes socialistas estarían esperando que llegue de su viaje EDUARDO FERNANDEZ (AEBU-PS) a los efectos de presentar un documento frente al PIT/CNT planteando la afiliación oficial de la Central de la CIOLS.
Por lo que se sabe,existiría intensiones de apoyo en la FOEB, PUERTO, que incluyen además a LUIS ROMERO (FUNSA-FND) ya que los socialistas manejan que este le debe a la CIOLS la guardería que existe en FUNSA, la cuál fue pagada por dicha entidad internacional.

Se adjunta: - Resolución de la MR de la FOEB,del día 28.SET.92.
- Resolución de la MR de la FOEB del día 02.OCT.92.

DISTRIBUCION: ORIGINAL: SEÑOR JEFE DEL DPTO.I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE

(a.z.)

9209443

004

RESOLUCION DE LA MESA REPRESENTATIVA DE LA F.O.E.B.

Montevideo, Lunes [illegible] de Setiembre de 1992.

Reunidos en el día de hoy la Mesa Representativa de la F.O.E.B.
DECLARA::

1ero.) Nuestro apoyo incondicional y fervoroso en favor de la papeleta blanca el proximo 1ero. de Octubre y el firme compromiso de dar nuestro maximo esfuerzo como F.O.E.B. para lograr los votos necesarios para la convocatoria de un Referendum sobre la Ley de Empresas Publicas que significa la privatizacion y extranjerizacion de las mismas.

2do.) Resaltamos la importancia de los ámbitos democraticos, organicos del sindicato como lugar idoneo para discutir, reflexionar y resolver en conjunto, en un clima de unidad, aceptando la multiplicidad de ideas y respetando las opiniones con fraternidad en bien del colectivo, elemento fundamental para preservar la unidad de nuestra Federacion y de nuestra Central.

3ero.) Vivimos en una sociedad cada día más violenta, donde la desocupacion, la miseria, las marginaciones son hoy más patentes que antes. La continuidad en la aplicacion de es modelo neoliberal que prima en la gestion de este gobierno lleva a profundizar la polarizacion de las clases sociales en nuestro país. Esto se agrava por una perdida o descaecimiento de los valores éticos y morales a nivel de la sociedad en la cual estamos todos inmersos.

Por todo lo expuesto RESUELVE:

1ero.) Reivindicamos los valores históricos de la C.N.T. que luego hizo suyos el PIT CNT: la UNIDAD como base fundamental de la estrategia para cambios futuros, la SOLIDARIDAD, patrimonio natural de los trabajadores y la LUCHA simultanea con la negociacion, es decir, los tres pilares basicos que son la razon de ser de un gremio clasista.

2do.) Fortalecer la Federación formando dos comisiones que tengan caracter permanente: una, que profundice el tema salarial, haciendo un relevamiento fábrica por fábrica sobre el convenio vigente, nro. de afiliados, etc.; dos, comision de difusion que amplie las opiniones de la F.O.E.B. con prensa, murales, etc.; tres, habilitar otros medios para captar las opiniones de los trabajadores del gremio, sea por encuestas u otro tipo de mecanismos que posibiliten palpar más de cerca la realidad.

3ero.) Apoyar el trabajo de la Comisión de Conflictos del Pit Cnt apoyando material y animicamente los conflictos a nivel nacional y departamental adelantando desde ya nuestra adhesion a la lucha de la Federacion ANCAP en defensa de "EL ESPINILLAR" y en lo interno, apoyando la defensa de las fuentes de trabajo que llevan adelante los compañeros de RENQUEL y de Bodegas.

4 to.) Ante la reciente aprobacion de una Reforma del sistema jubilatorio, aprobada cuando se trató la Rendicion de Cuentas, la F.O.E.B. declara su mas energico rechazo por su neto carácter regresivo constituyendose por sí mismo en [illegible] donde se imponen soluciones [illegible] proximas a un seguro comercial o mercantil mas que a beneficio social tal como se concibió antes y se concibe ahora que asegure con una jubilacion o pasividad decorosa una vejez tranquila.

5to.) Convocar para el Lunes 26 de Octubre a este mismo ámbito de discusion para seguir profundizando los temas abiertos en el día de hoy.-

Esta res olucion fue votada por unanimidad.
Participaron de esta reunión 32 compañeros.

CONTENIDO POCO LEGIBLE - 9209443

005 9 8 93 [illegible] (4)

RESOLUCION DE LA MESA REPRESENTATIVA DE LA F.O.E.B.

Montevideo, Viernes 2 de Octubre de 1992.

Reunidos en el día de hoy la Mesa Representativa de la F.O.E.B. DECLARA:

1ero.) Luego de la hermosa experiencia civica y la demostración de madurez del pueblo uruguayo en los comicios del 1ero. de Octubre nuestra Federación compromete redoblar los esfuerzos por alcanzar la derogación parcial de la Ley de Empresas Públicas.

2do.) Resaltamos la importancia de los ámbitos democraticos, organicos del sindicato como lugar idóneo para discutir, reflexionar y resolver en conjunto, en un clima de unidad, aceptando la multiplicidad de ideas y respetando las opiniones con fraternidad en bien del colectivo, elemento fundamental para preservar la unidad de nuestra Federacion y de nuestra Central.

3ero.) Vivimos en una sociedad cada día más violenta, donde la desocupación, la miseria, las marginaciones son hoy mas patentes que antes. La continuidad en la aplicacion de es modelo neoliberal que prima en la gestión de este gobierno lleva a profundizar la polarización de las clases sociales en nuestro país. Esto se agrava por una perdida o descaecimiento de los valores éticos y morales a nivel de la sociedad en la cual estamos todos inmersos.

Por todo lo expuesto RESUELVE:

1ero.) Reivindicamos los valores históricos de la C.N.T. que luego hizo suyos el PIT CNT, la UNIDAD como base fundamental de la estrategia para cambios futuros, la SOLIDARIDAD, patrimonio natural de los trabajadores y la LUCHA simultanea con la negociacion, es decir, los tres pilares básicos que son la razon de ser de un gremio clasista.

2do.) Fortalecer la Federación formando dos comisiones que tengan caracter permanente: una, que profundice el tema salarial, haciendo un relevamiento fabrica por fabrica sobre el convenio vigente, nro. de afiliados, etc.; dos, comisión de difusion que amplie las opiniones de la F.O.E.B. con prensa, murales, etc.; tres, habilitar otros medios para captar las opiniones de los trabajadores del gremio, sea por encuestas u otro tipo de mecanismos que posibiliten palpar mas de cerca la realidad.

3ero.) Apoyar el trabajo de la Comisión de Conflictos del Pit Cnt apoyando material y animicamente los conflictos a nivel nacional y departamental adelantando desde ya nuestra adhesion a la lucha de la Federación ANCAP en defensa de "EL ESPINILLAR" y en lo interno, apoyando la defensa de las fuentes de trabajo que llevan adelante los compañeros de RENORSA y de Bodegas.

4 to.) Ante la reciente aprobacion de una Reforma del sistema jubilatorio, aprobada cuando se trató la Rendicion de Cuentas, la F.O.E.B. declara su mas energico rechazo por su neto caracter regresivo constituyendose por si mismo en una gran estafa donde se imponen soluciones vastamente repudiadas próximas a un seguro comercial o mercantil mas que a beneficio social tal como se concibió antes y se concibe ahora que asegure con una jubilacion o pasividad decorosa una vejez tranquila.

5to.) Convocar para el Lunes 26 de Octubre a este mismo ámbito de discusión para seguir profundizando los temas abiertos en el día de hoy.-

E s t a resolución fué aprobada por unanimidad con el voto de 32 delegados presentes.

ORIGINAL

MEMORANDUM Nro.920531../ReI/FECHA 7 de Octubre de 1992.

I.- ASUNTO: INFORMACION GENERAL DEL P.C.U.

II.- REFERENCIA: 954-A-I

III.- EVALUACION: B-3

IV.- T E X T O:

INFORMACION CONCERNIENTE A NNM SILVA (PCU)

Se ha tomado conocimiento que uno de los alumnos que ocupaban el Liceo Miranda sería una NNF hija del P.C.U. SILVA (a) "POCHO".
Esta además, habría sido suspendida días atrás por el CODICEN junto a -- otros alumnos.
Este P.C.U. habría sido uno de los padres que además participaron de la ocupación de dicho liceo, junto con los alumnos.
El mismo habría sido destituido del Frigorífico CARRASCO y ahora como ya se jubiló se dedicaría al tema de los jubilados. Es de destacar además, que éste sería militante del MENDIOLA, pese a que concurriría en pocas ocasiones, solo en los grandes eventos.
El mencionado, sería además uno de los P.C.U. (Ortodoxo) que se reuniría con ALTESOR en el local de la Federación de la Carne en el Cerro, cuando unos meses atrás se comenzó a gestar la incisión en el Partido.

INFORMACION CONCERNIENTE A LA VOTACION DEL 1ERO. DE OCTUBRE

Según se pudo saber, por algunos comentarios, fueron varias las razones que influyeron para que la papeleta blanca lograra la cantidad necesaria en la última votación del 1ro. de Octubre. Es de destacar que se pudo apreciar con anterioridad,un esfuerzo y un trabajo diferente y totalmente superior al realizado por el Frente Amplio para la votación del 5 de Julio.
Concretamente algunos de los motivos que habrían posibilitado esto, fueron fundamentalmente que el Frente habría encarado en forma distinta ésta votación. Es decir, en la votación anterior, quien se habría puesto al frente e impulsó la papeleta blanca fué la Comisión Pro-Referéndum mientras que el Frente no hizo practicamente nada como tal y además habría diversificado los esfuerzos permitiendo que algunos sectores promocionaran la papeleta Rosada. Habría surgido además cierto malestar en filas del F.A. por el acompañamiento y el protagonismo que realizaron figuras tales como ZUMARAN (PN), DA SILVA TABARES (F.C.P) y VAILLANT (PC), etc.
Luego del fracaso electoral del 5 de Julio, el F.A. y su mesa política encararon en forma distinta la promoción y propaganda de la elección del 1ero. de Octubre, vanguardizando y pasando por alto muchas veces a la Comisión Pro-Referéndum.
En ésta oportunidad, mas bien en éstos casi tres meses de plazo, el Frente habría encarado la votación como F.A. y delegó en las Coordinadoras un trabajo intenso a llevar a cabo.

001 04

El impulso que éstas habrían dado,desde los festejos del día del Comité de Base, más los actos que realizaron en diferentes oportunidades y los que llevó a cabo el Frente como tal, junto a la propaganda y movilización de militantes, realizando jornadas por su propia iniciativa sin tener en cuenta la opinión o la intensión de la comisión Pro-Referéndum, motivó que el empuje hacia la población fuera mayor, movilizando una cantidad de Frenteamplistas, que no habian sido motivados para el 5 de Julio próximo pasado.
Además de todo esto, se apresió el esmero de las fracciones más combativas del Frente Amplio, trabajando como un todo para dicho evento, como ser el caso del P.C.U., del M.L.N. y el M26M, que lo habrían echo casi alunizono.
A todo esto se habría agregado el impulso dado por el último discurso de SEREGNI exhortando a la unión y la militancia.
Por todo ésto,es de destacar que se creó un clima propicio para que alcanzaran la cantidad de votos necesarios.

INFORMACION DEL M26M

Se tomó conocimiento que se estaría por realizar un acto en conjunto entre el M26M y el Partido como homenaje al "CHE" y además acompañar éste con algunas pintadas alusivas a dicha fecha aniversario.
Es de destacar que una proposición de tal índole le habría sido planteada a Luis LOPEZ (PCU) por algunos militantes del M26M de La Teja.
Sobre éste Movimiento se pudo saber que estarían realizando reuniones en casas particulares de sus integrantes, siendo tres o cuatro los militantes más activos en ésta zona, un NNM (a) "EL PETISO" y su esposa, una NNF DAIS y -- otra de nombre MARY SANTOS. Es de destacar que muy a menudo cuando tienen previsto realizar alguna reunión invitarían en forma verbal a algún integrante del Partido para que concurra a la misma.

INFORMACION CONCERNIENTE A SECCIONAL MENDIOLA

Se tomó conocimiento que la actividad en éste viene siendo casi nula ya que practicamente toda se estaba realizando en la coordinadora con miras al 1ro. de Octubre. Por último cabe agregar que por disposición del Departamental el Partido designaría a un integrante del Seccional Mendiola como encargado en el Area Social a los efectos de continuar realizando una tarea intensa para la próxima votación.

INFORMACION CONCERNIENTE AL EDIL RAMON CABRERA

Se tomó conocimiento que habría cierto malestar con el mencionado Edil ya que sus actitudes y/o su comportamiento no solo como Edil sino como integrante del Frente Amplio habría originado discusiones y molestias en la coordinadora "E" y "F".
Al parecer éste Edil habría realizado unas declaraciones manifestando de que "el Frente no existe y que hay que cambiar todo".
Es de destacar que CABRERA andaría en muy buenas relaciones con un NN de apellido VALDEZ integrante del P.G.P. y por su intermedio con éste Partido.
Por último se tomó conocimiento que éste Edil estaría realizando gestiones para que en las inmediaciones del Estadio Luis Trócoli se realice una Plaza de estacionamiento.
Para ésto de deberían derrivar todas las"casitas y ranchitos" de tipo cantegril que hay en las inmediaciones de dicho estadio.

27 10 92 Ao

Esto habría traído aparejado un gran malestar no sólo en el Cerro, sino también en La Teja y sus respectivas coordinadoras lo cual habría motivado que concurrieran a la zona GARCIA PINTOS, PENADES y ADOURIAN.
Es de destacar que pese a que éste tema habría sido planteado en la coordinadora "E" aún no habría ninguna respuesta del mismo.

003-004 -9209444

27 10 92 Ao

DISTRIBUCION :ORIGINAL: SEÑOR JEFE DEL DPTO.I

IDENTIFICACION DEL AGENTE
(ma)

-9209444

004 - 04

920945
26 11 92 (RJ)

1/13

ASUNTO.

12
m.s.
06 octubre 1992.-

MEMORANDUM Nro. 920530 /S.G.E.

I.- ASUNTO MOVILIZACION POR EL DIA MUNDIAL DE LOS SIN TECHO

II.- REFERENCIA

III.- TEXTO:

A.- En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura de la movilización convocada por las Federaciones de Cooperativas de Ayuda Mutua y de Ahorro y Préstamo (FUCVAM y FECOVI) y la Coordinadora de Complejos Habitacionales (CODECOHA), con motivo de celebrarse el Día Mundial de los Sin Techo, obteniéndose la siguiente información :

1.- Siendo aproximadamente las 1845 hs. en las inmediaciones de la Plaza Zabala, se concentraron alrededor de 1200 personas. En su mayoría hombres (60%), mujeres (30%) y menores (10%). Se estima que la concurrencia se mantuvo hasta finalizar el acto en Plaza Cagancha.

2.- Las edades de la mayoría oscilaban entre 20 a 40 años.

3.- Durante la marcha se detectó el vehículo mat. 168.891 provisto de alto parlantes y elementos con megáfonos, organizando la movilización.

4.- Se detectaron las siguientes banderas: COVISUDT, COVIASU, COVIMT, TACUABE, SEIS MANZANAS, COVIPASC, FUCVAM, COVICIVI

5.- Se observaron los siguientes pasacalles:
- TIERRAS Y PRESTAMOS, LA VIVIENDA ES UN DERECHO (FUCVAM)
- SEÑOR LEGISLADOR LOS REAJUSTES CAUSAN OPOSICION SOCIAL, DEROGARLOS POR INCONSTITUCIONALES (FECOVI)
- BASTA DE LANZAMIENTOS DE FAMILIAS A LA CALLE, SOLUCIONES YA! GRUPO SORIANO 1481.
- EL BID ENTREGO LA PLATA. LOS SIN TECHO QUEREMOS TECHO YA!, URUGUAYOS SIN TECHO.
- POR UN PLAN NACIONAL DE VIVIENDA, FUCVAM EN LUCHA (ZONAL CERRITO).
- LOS TRABAJADORES NO QUEREMOS FLIAS. EN LA CALLE, PRESTAMOS YA! COVIAFOCOM 2 - FUCVAM.
- NO SOMOS GUSANOS PARA VIVIR EN CASCARONES (sin agrupación)
- VIVIENDA EMERGENCIA NACIONAL (FUCVAM - COVIMT 11)
- POR DIGNIDAD Y RECHAZANDO LA RESIGNACION, DEFENDAMOS EL DERECHO A LA VIVIENDA (sin agrupación).

6.- Pancartas:
- 6 MANZANAS POR VIVIENDA DIGNA
- FUCVAM
- SEÑOR LEGISLADOR DEROGAR REAJUSTES INCONSTITUCIONALES (FECOVI)
- NO A LOS REAJUSTES SEMESTRALES
- PRESTAMOS YA!

001 | 013

(SIV)
23/11/92 -

7.- La actitud de la concurrencia durante toda la movilización, fue pacífica, destacándose la participación activa portando antorchas y entonando cánticos.

8.- No se detectó dispositivo de seguridad. Entre los participantes se observaron elementos provistos de megáfonos que dirigían y alentaban a los manifestantes a entonar los cánticos. Los mismos no fueron identificados.

9.- Durante la movilización se realizó volanteada (se adjuntan volantes).

10.-La actividad se llevó a cabo de acuerdo a lo programado, destacándose que durante el trayecto hacia la Plaza Cagancha manifestaron frente al local donde se encuentran los huelguistas de hambre de EL ESPINILLAR.

11.-No se detectó la presencia de dirigentes sindicales y/o políticos.

12.-Se registró un incidente, sin consecuencias, entre un grupo de manifestantes y el conductor del ómnibus de la empresa CUTCSA interno 210 que circulaba por la Av. 18 de julio en sentido contrario de la manifestación. Este último se molestó al no serle / permitido su paso.

13.-Se registraron los siguientes cánticos:
-A LUCHAR, A LUCHAR, POR VIVIENDA POPULAR
-QUEREMOS TECHO, LA VIVIENDA ES UN DERECHO
-ARRIBA LOS QUE LUCHAN

B.- El acto final realizado en la Plaza Cagancha contó con la participación de tres oradores, dos NNM de FECOVI y una NNF en / representación de los desalojados. La intervención de éstos se extendió por 20 minutos expresando los conceptos publicados en la prensa del día de la fecha.

Siendo las 1950 hs. aproximadamente la concentración comenzó a dispersarse pacíficamente.

Durante la movilización se detectaron los siguientes vehículos: 532.751 y 538.028 (en éste se retiró gente de la Cooperativa de Vivienda TACUABE).

IV.- DISTRIBUCION: Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III (CF) - Archivo

QUE EL MINISTERIO DE VIVIENDA USE LA PLATA DEL B.I.D. PARA CONSTRUIR VIVIENDAS

¡EXIGIMOS HECHOS Y NO PROMESAS!!!

URUGUAYOS SIN TECHO
6 DE OCTUBRE DE 1992

QUE EL MINISTERIO DE VIVIENDA USE LA PLATA DEL B.I.D. PARA CONSTRUIR VIVIENDAS

¡EXIGIMOS HECHOS Y NO PROMESAS!!!

URUGUAYOS SIN TECHO
6 DE OCTUBRE DE 1992

TECHOS Y NO PROMESAS

Sr. Ministro:

USTED tiene

la PALABRA

CO.VI. 6 DE MAYO - FUCVAM

005 -9209445

6 DE OCTUBRE
Día Mundial
de los
Sin Techo

CO.V.I. 6 DE MAYO
F.U.C.V.A.M.

6 DE OCTUBRE

DIA MUNDIAL DE LOS SIN TECHOS

1 Racionalización de la UR a efectos de que refleje el verdadero poder adquisitivo de los deudores.

2 Establecimiento de topes de cuotas por franjas de ingresos modificando el proyecto Singlet.

3 Diligenciamiento de los recursos de inconstitucionalidad respetando la autonomía del Poder Judicial.

4 Derogación lisa y llana de los Art. 499 y 500 y mantenimiento de los reajustes anuales.

5 Utilización de los recursos genuinos del impuesto a los sueldos volcándolos directamente a la construcción de Vivienda Popular.

6 Cupos expresos de préstamos para permitir la construcción inmediata de cooperativas (30% de las inversiones públicas destinadas a vivienda)

7 Inclusión de la franja de ingresos de 60 a 90 UR en los planes del Ministerio de Vivienda.

8 Por formación de Cartera de Tierra con participación de organismos nacionales y departamentales.

FUCVAM - FECOVI - CODECOHA

COORDINADORA DE COMPLEJOS HABITACIONALES

6 DE OCTUBRE

DIA MUNDIAL DE LOS SIN TECHOS

PRESTAMOS PARA GRUPOS COOPERATIVOS (VIVIENDAS DE INTERES SOCIAL)

CARTERA NACIONAL DE TIERRAS

SOLO REAJUSTES ANUALES

PORQUE LAS VIVIENDAS CONSTRUIDAS POR LOS SISTEMAS COOPERATIVOS Y DE USUARIOS SON DE MENOR COSTO Y DE IGUAL CALIDAD QUE LAS QUE SE CONSTRUYEN POR EL SECTOR PRIVADO...

APOSTAMOS A LA VIVIENDA POPULAR!!!

FUCVAM - FECOVI - CODECOHA

COORDINADORA DE COMPLEJOS HABITACIONALES

1... PERSONAS viven HACINADAS

en pensiones, casas tomadas e inquilinatos

... más de 40.000 casas desocupadas ... que no tienen donde vivir ... con un déficit ... viviendas ... la calle.

ESTOS TITULARES Y LA NOTA PERTENECIENTES A UN PERIÓDICO CAPITALINO SON POR DEMÁS EXPLÍCITAS EN CUANTO AL PADECIMIENTO DE MILES DE [illegible]

EN EL DÍA MUNDIAL DE LOS SIN TECHO NOS SUMAMOS AL RECLAMO PARA QUE SE CONCRETE UN DERECHO HUMANO CONTINUAMENTE VIOLADO: UN TECHO DECOROSO

APOSTAMOS A LA CONSTRUCCIÓN DE VIVIENDAS DIGNAS POR AYUDA MUTUA COMO ... LA SOLUCIÓN, MUCHOS CASINOS, MUCHAS FAMILIAS AYUDAN. ESTO COMO TAMBIÉN LAS BIBL...ECAS, LAS POLICLÍNICAS, LAS GUARDERÍAS CONSTRUIDAS POR LOS COOPERATIVISTAS HABLAN POR SÍ SOLAS NO SÓLO DE LADRILLOS Y CEMENTO SINO DE UNA REAL OPCIÓN DE VIDA.

BAJOS SALARIOS Y JUBILACIONES, PRIVATIZACIONES, DESOCUPACIÓN, SALUD PÚBLICA Y ENSEÑANZA DESMANTELADAS PARTEN DE UNA DERECHA CON SU PROYECTO NEOLIBERAL QUE SE NIEGA A DARNOS TIERRAS Y PRÉSTAMOS A LOS COOPERATIVISTAS PARA CONSTRUIR.

SOMOS MAL EJEMPLO PARA LA CLASE GOBERNANTE QUE POR SUPUESTO NO LE INTERESA LA JUSTICIA SOCIAL PERO SÍ LE IMPORTA EMPLEAR MILLONES DE DÓLARES PAGANDO [illegible] ALQUILERES. PORQUE NOS ASISTE LA JUSTICIA Y LA RAZÓN LOS COOPERATIVISTAS DEBEMOS SEGUIR LUCHANDO ... ES AYER Y HOY Y TODOS LOS DÍAS EL DÍA DE LOS SIN TECHO. LUCHAMOS ... FUCVAM

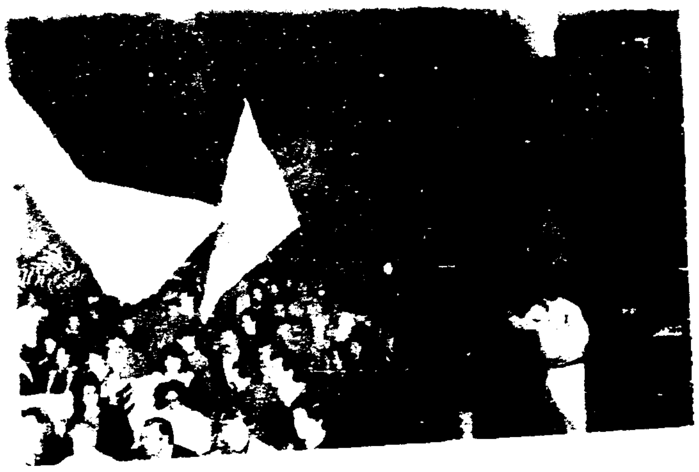
009 - 9209445

DOC POCO LEGIBLE

















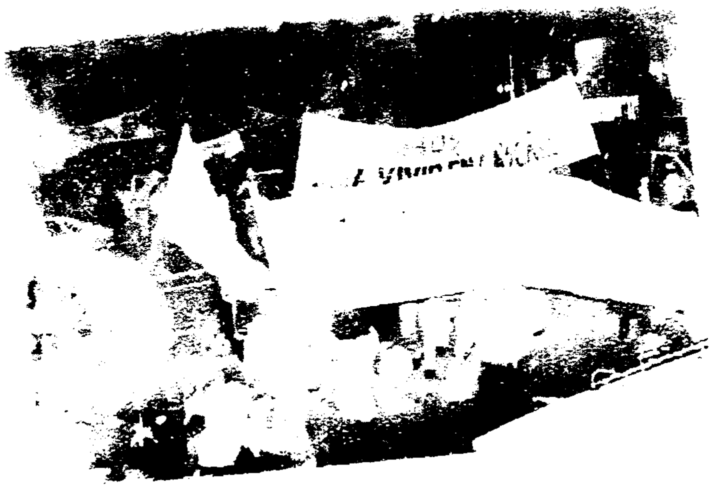
010

9209445







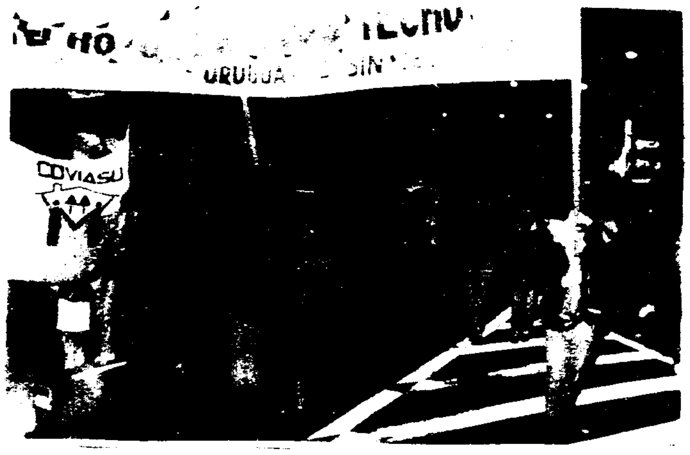



LOS SIN TECHO








COVIASU


LOS SIN TECHO
COVIASU






MANZANA







013 \ 013

9209445

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA REPUBLICA

FECHA DE PROCEDENCIA 30-8-92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

La "yerba de las brujas", más potente que el crack

Una nueva droga hace estragos en los EEUU

Roma (ANSA)

■ El mercado ilegal de estupefacientes ha estrenado una nueva droga, más potente que el crack, un producto químico conocido como "estramonio" que hace ya estragos entre los adictos estadounidenses y, en menor medida, entre italianos y franceses.

Cuatro jóvenes estuvieron a punto de morir recientemente en Italia por beber una poción a base de "datura stramonium", nombre científico del estramonio, un arbusto también denominado "yerba de las brujas".

El estramonio contiene sustancias estupefacientes cuyos efectos sobre el organismo son devastadores. Pasaron varios días hasta que los cuatro jóvenes italianos salieran de un gravísimo estado de alucinación, retomaran el conocimiento y explicaran el asunto.

Los jóvenes, todos veinteañeros, explicaron que consumieron una poción a base de hojas de la "yerba de las brujas" que, por recientes lluvias, creció en gran cantidad en la campiña de la provincia de Luca, provincia toscana, en el centro de Italia.

Los muchachos no eran toxicodependientes y, según parece, la poción fue hecha por pura curiosidad. Según los médicos, si en lugar de las hojas hubiesen usado semillas de estramonio, los cuatro habrían muerto.

A principios de julio, algo parecido —aunque con resultados mucho más tragicos— había ocurrido en Francia, donde tres jóvenes, de 14, 16 y 17 años, murieron por beber una poción a base de estramonio.

La yerba es usada, comúnmente, para medicinas y pociones curativas, productos que el Ministerio de Salud francés retiró rápidamente del mercado.

No es la primera vez que algo semejante sucede en Francia. En la posguerra, buena parte de los franceses había sufrido alucinaciones por la presencia de estramonio en la harina con la que se hacía el pan.

En un primer momento se pensó, entonces, que alguna sustancia extraña había invadido el agua potable.

Pasaron algunas semanas antes de que se pudiera identificar la causa efectiva de las alucinaciones colectivas.

920447

01/01

CONFISCAN 1.000 DOSIS DE MORTAL DROGA QUIMICA

Denuncian Casos de Consumo por Niños

Más de 1.000 dosis de la letal droga química LSD fueron confiscadas en las últimas horas, durante un procedimiento realizado en un inmueble de la calle Santiago Rivas, donde cayó el importador, un ciudadano uruguayo radicado en Estados Unidos, desde donde ingresaba el ácido lisérgico a un costo de 25 dólares y con el consiguiente estrago para la salud de los adictos.

El nuevo descubrimiento realizado por la Brigada Nacional Antidrogas robustece la afirmación del juez Milton Cairoli, integrante del Tribunal de Apelaciones de 2º Turno, de que en el año 1991 se detectaron en nuestro país los primeros cuatro casos de consumo de drogas en edad escolar, nota que se publica en páginas interiores. El jurista aseguró, también, que Uruguay no cuenta con medios eficaces para hacer frente a un flagelo internacional como el narcotráfico.

La tesis de Cairoli parece ser avalada por oficiales de Inteligencia que aseguraron que el "problema es mucho más grave de lo que se piensa".

En la redada llevada a cabo en la víspera, pero que demandó un trabajo de investigación de casi un mes, también fueron apresados otros 12 individuos que componían una extensa organización dedicada a la comercialización del LSD (en sellos con figuras de calaveras), fundamentalmente en la zona costera.

La citada droga es la más difícil de detectar porque es inolora, incolora y totalmente carente de gusto, la cual es hábilmente disimulada al ser adosada detrás de sellos de inofensiva apariencia, por lo cual requiere de los investigadores una tarea de detección de complicados matices.

Hace aproximadamente un mes la misma dependencia de la Dirección de Información e Inteligencia detuvo un cargamento similar que había ingresado a nuestro país a través de encomiendas privadas provenientes, también, del país del norte.

Fuentes oficiales estimaron que es imposible determinar la cantidad exacta de la droga química ingresada a Uruguay en los últimos tiempos, así como también el número de adictos al tremendo flagelo que provoca alucinaciones suicidas. Sin perjuicio de ello, revelaron que hay algunos indicadores preocupantes (según estudios realizados en Estados Unidos y Europa) de que por cada dosis requisada otras cien ya están circulando y consumiéndose.

Se dijo anoche que de los 12 detenidos, muchos de ellos con antecedentes por tráfico y suministro, por lo menos 7 tienen sus situaciones penales seriamente comprometidas. Hoy deberán declarar en presencia del Magistrado de turno.

Las ramificaciones del narcotráfico en el Cono Sur (Nota I)

La lupa de la DEA en la Argentina

La crónica dá cuenta rutinariamente de operativos en los que caen cargamentos pequeños, medianos o grandes de cocaína o marihuana, o se captura a *camellos* que llevan droga o correos que acarrean dinero en billetes de pequeña denominación, o a jefes con o sin importancia dentro de este floreciente negocio.

Argentinos, bolivianos, colombianos, a veces algún brasileño, tal vez algún chileno, integran la nómina de individuos atrapados.

Aunque no hay estadística capaz de expresar el significado de cada secuencia, hay muchos más datos detrás de la escena: una vasta estructura más o menos subterránea, con manifestaciones no sólo en la esfera del delito, sino también de la economía, de la política y de la vida social, y que tiene a la Argentina sólo como uno de sus satélites.

En el nuestro, al igual que en los demás países de la región, de hecho no existen estadísticas confiables sobre el problema, por eso sale de lo común la información que desde mediados de la década pasada viene reuniendo la Drug Enforcement Administration (DEA), Administración del Control de Drogas dependiente del Departamento de Estado de los EE. UU.

Las conclusiones que surgen de esos informes entre 1987 y 1991 –documentos de carácter público que cada año se editan bajo el nombre de *International Narcotics Control Strategy Report (INCSR)*– son evidentemente más dramáticas que una simple crónica, no sólo por lo que insinúan sobre la Argentina, sino principalmente por el medio ambiente regional que revelan.

Empieza por el tránsito

El volumen de droga que transita por Brasil, Argentina y Paraguay impulsa crecientes niveles de violencia, adicción y corrupción, indican los documentos, porque más tarde o más temprano dejan de ser lugares de paso: algunas de las areas de trasbordo ya producen drogas.

Las cifras de la evolución hablan solas: el INSCR de 1988 (referido a 1987), señalaba un "significativo incremento" en el tráfico de cocaína por la Argentina, probablemente de 500 kilos por mes, o 6 toneladas por año, junto con un aumento de la refinación de pasta de coca boliviana, que estaba en el orden de los 3,2 toneladas por año, de acuerdo con las cifras sobre la capacidad de producción de los laboratorios descubiertos y desmantelados.

En 1988 fue detectado un nuevo incremento del tránsito de cocaína con destino a Europa y los EE. UU..

Después, los laboratorios

La instalación de laboratorios domésticos de transformación de pasta de coca boliviana en clorhidrato de cocaína comenzaba cobrar una tendencia creciente, a la vez que se acentuaba el papel de la Argentina como fuente de abastecimiento de los químicos que se utilizan en las distintas etapas de la elaboración de la cocaína (los ácidos sulfúrico y clorhídrico, el éter y la acetona).

Potencial para el lavado

El "alto potencial" del país para el lavado de dinero debido a la existencia de un gran mercado de cambios, técnicamente ilegal hasta hace poco tiempo, fue a lo largo de estos años una fuente constante de inquietud para los funcionarios norteamericanos.

Sin embargo, el reporte de 1990 todavía contenía cautas referencias a "indicios" de que entre 1986 y 1989 "los casos de lavado de dinero vinculados con las drogas probablemente se han incrementado" en la Argentina, pero en la edición de 1992 –todavía no disponible en Buenos Aires– ya se sostiene concretamente que en el país hay operaciones de lavado mediante inversiones inmobiliarias.

"Cientos de kilos de cocaína pasan mensualmente a través de la Argentina, principalmente hacia Europa y, en menor medida, hacia los EE. UU.", estimaba en 1990 la DEA, según la cual "los traficantes bolivianos y colombianos con base en el país operan en el noroeste y en la Capital".

Otra vulnerabilidad del país se asienta en sus facilidades para adquirir pasta de coca boliviana –la etapa más rudimentaria del procesamiento– y complementariamente producir cocaína a partir de los químicos que se usan refinar la droga y que se fabrican localmente.

Por ahora, "la cocaína y la pasta de coca ingresan en la Argentina principalmente a través de Salta y Jujuy, que comparten en el noroeste un extensa y escarpada frontera de 725 kilómetros con Bolivia.

Las drogas que usan a la Argentina como territorio de conexiones transitan por los aeropuertos internacionales y los puertos de ultramar, para salir mediante correos aéreos, en vuelos comerciales, o disimuladas como cargo de a bordo en las naves, principalmente con destino a los Estados Unidos y Europa.

El creciente uso doméstico de cocaína crea mayores estímulos para el tráfico, aunque la carencia de estadísticas confiables impide tener una medida exacta del consumo total.

El aumento de la demanda de esta droga obedece en parte a que, según ven los funcionarios argentinos, hay "entre los usuarios una tendencia a sustituir la marihuana por cocaína", algo que comenzó a notarse en 1989 como consecuencia de una menor disponibilidad de marihuana, aparentemente a causa de la erradicación de plantaciones en el Paraguay.

La disminución del precio de la cocaína agregó otro elemento a ese proceso: en 1989 el kilo de cocaína en Argentina estaba a U$S 8000 y un año después podía ser conseguida a U$S 5000, recuerda el INCSR.

El problema del abuso de drogas en la Argentina, para la DEA, "está claramente empeorando", ya que "el incremento del tráfico está conduciendo a un incremento del consumo.

En 1990 la DEA atribuye al secretario de Prevención de la Drogadicción y Lucha contra el Narcotráfico, Alberto Lestelle, la estimación de que en la Argentina hay tal vez "unos 100.000 adictos a alguna droga", pero en 1991 reduce el cálculo a unas 80.000 personas.

El INCSR de 1991 decía: "La Argentina es un país de tránsito para la cocaína desde Bolivia y Colombia, aunque la insuficiencia de datos limita la precisión de las estimaciones. Los laboratorios de clorhidrato de cocaína parecen estar incrementándose en número, y la derivación de productos químicos precursores fabricados legalmente en la Argentina hacia la producción de cocaína en Bolivia, Colombia y la propia Argentina sigue siendo un problema.

Competencias superpuestas

El aumento observado en los últimos años en la cantidad de droga decomisada por la Aduana en Ezeiza y por la Prefectura en algunos puertos es calificado como "dramático" por los últimos informes.

"La policía argentina están dando cuenta de un incremento del lavado de dinero de la droga, e investigaciones hechas en los EE. UU. han demostrado vinculaciones directas o indirectas con la Argentina", subraya.

Entre los obstáculos más notables que la DEA encontró reiteradamente desde 1986 en adelante –y es algo que remarcan casi con las mismas palabras todos los informes anuales– figura el de la ausencia de coordinación entre las distintas jurisdicciones con incumbencia en la lucha contra el narcotráfico.

"Cinco agencias federales dependientes de tres ministerios distintos comparten las responsabilidades en el control de las drogas con 22 fuerzas policiales de provincias. Virtualmente todas las provincias tienen unidades antinarcóticos, pero muy poca experiencia, recursos y entrenamiento."

Corrupción

"La corrupción –dice una de las advertencias del Departamento de Estado– puede ser alentada por la declinación de los niveles de ingresos de los policías y la presencia en expansión de los carteles bolivianos y colombianos".

La coronación del proceso se encuentra quizás en otro dato sobre el avance de este poder subterráneo: "Hay evidencias de que traficantes bolivianos están adquiriendo en la Argentina tierras y otras propiedades desde donde dirigir su comercio".

(Mañana, II nota: Las huellas del narcotráfico en Paraguay y Brasil, los puntos débiles de Uruguay y Chile).

Rubén Correa

Las ramificaciones del narcotráfico en el Cono Sur (II)

La corrupción facilita el negocio en América latina



El contrabando de productos químicos, difícil de contener

La figuración de la Argentina dentro de la región neurálgica del narcotráfico tiene un sentido más severo si se considera el creciente espacio que el fenómeno y las actividades conexas va ocupando en algunos de los países vecinos.

Si momentáneamente se deja de lado el caso singular de Bolivia -ya el segundo productor de hojas de coca y de cocaína, y abastecedor del 40 % del mercado de consumo norteamericano, según las proyecciones de la DEA y otros organismos de ese país-, la actividad en Paraguay y en Brasil, y en mucho menor medida en Uruguay y en Chile, confirman que el avance del tráfico de drogas en la Argentina no es un fenómeno aislado.

En el Paraguay

Según los informes de la International Narcotics Control Strategy (INCSR) que el Departamento de Estado de los Estados Unidos publicó entre 1987 y 1991, el Paraguay "es una gran ruta de tránsito para la cocaína desde Bolivia y otros productores andinos hacia Brasil y la Argentina, para su posterior envío a Europa".

Sus extensas y no patrulladas fronteras permiten el movimiento de "numerosas mercaderías, incluyendo cocaína".

"La corrupción, derivada en su mayor parte del extendido contrabando -dice-, es uno de los más serios problemas para este país", y "dado el grado de penetración del contrabando es difícil diferenciar claramente entre corrupción relacionada con el contrabando de drogas y de no-drogas."

Las escasas regulaciones y controles del sistema financiero, por su parte, aparecen como un "gran atractivo" para el lavado de dinero, lo que se reflejaría en los "indicios" de que "las casas de cambio están siendo usadas por los traficantes bolivianos y los contrabandistas brasileños para lavar dinero de la droga".

La importancia del Paraguay dentro del "complejo que mueve el dinero" se habría incrementado después del derrocamiento en Panamá del general Manuel Antonio Noriega y la aplicación de leyes financieras más estrictas en ese país, que habrían obligado "a los lavadores de dinero a buscar otros rumbos para sus actividades".

Una de las formas tradicionales del movimiento clandestino de dinero, subrayada por los documentos del Departamento de Estado, se encuentra en "los millones de dólares que cambian de mano todos los años mediante la entrega de drogas por automóviles que son robados en Brasil y la Argentina".

Un final de fiesta

Paraguay es considerado además una de las rutas posibles de tránsito para los precursores químicos desde la Argentina y Brasil hacia Bolivia, a la vez que registra "indicios de contar con una creciente cantidad de laboraboratios para el procesamiento de cocaína", probablemente gran parte de ellos en la región del Chaco fronteriza con Bolivia.

El sesgo negativo de los informes sobre el Paraguay comenzó a atenuarse a medida que avanzó el mandato del actual presidente, general Andrés Rodríguez, a pesar de que, poco tiempo después de su ascenso, el INCSR de 1989 recordaba que este mandatario "en el pasado fue objeto de numerosas acusaciones de realizar actividades ilegales, incluyendo el tráfico de drogas, que él ha negado firmemente".

En 1988, después de largos "años de indiferencia respecto del control del narcotráfico", el Paraguay aceptó firmar con los Estados Unidos diversos acuerdos de cooperación sobre la materia, aunque esto no impidió que el país siguiera siendo considerado un gran productor de marihuana, unas 3000 toneladas por año que cuyo destino tradicional fue el consumo de la Argentina y el Brasil.

Una incipiente y ahora interrumpida campaña financiada por los Estados Unidos intentó llevar adelante una erradicación masiva del cultivo.

Sin embargo, reconocimientos aéreos posteriores en el nordeste del país -una región escarpada donde sólo es posible la detección por aire- revelaron una estructura de pequeños cultivos en superficies de media a una hectárea en medio de la selva.

Esta significativa producción de marihuana está cerca de la frontera con Brasil, en los departamentos de Amambay, Canendiyú, Alto Paraná, Concepción, San Pedro, y "hay indicios de que los traficantes brasileños pagan a los agricultores paraguayos para que cultiven cannabis clandestinamente en terrenos ajenos".

La mayor parte de la cosecha es exportada a Brasil.

"El cálido clima del Paraguay y el suelo fértil de la zona de cultivo permiten al menos dos cosechas de cannabis por año; observadores internacionales han informado que las plantas de cannabis del Paraguay están entre las más grandes que se conozcan", dice uno de los informes.

Aparentemente, una de las razones de la atenuación de las críticas al papel del Paraguay en el terreno de las drogas se encuentra en las diversas medidas que tomó el presidente Rodríguez y que se hicieron sentir especialmente desde 1990, cuando el gobierno reorganizó y puso su fuerza antinarcóticos bajo el mando de un general respetado con dependencia directa del jefe del Estado.

Hubo varios hechos resonantes después de eso, como la remoción de una veintena de oficiales corruptos de la fuerza antinarcóticos y su reemplazo por experimentados oficiales de la policía.

A eso le siguió la adopción de perros detectores de drogas en el aeropuerto de Asunción, en la terminal de ómnibus y en las carreteras, y -tras la caída de un avión que aparentemente llevaba 500 kilos de cocaína- la remoción y enjuiciamiento de dos generales que alegaron desconocer el tránsito de drogas a través de área bajo su comando.

Pequeñas pero frecuentes incautaciones de droga ayudaron más tarde a desmantelar redes de traficantes en la Argentina, España, Bélgica y Brasil, y por último 323 kilos de cocaína y U$S 210.000 fueron incautados en un avión con matrícula boliviana que había aterrizado en una pista militar cerca de la frontera con Bolivia. Las drogas fueron públicamente destruidas por el gobierno.

En el Brasil

Las perspectivas del Brasil están lejos de ser alentadoras: el INCSR de 1991 dijo que "los problemas económicos, los recursos limitados y la dificultad para patrullar las vastas fronteras que limitan con los mayores países productores de coca y cocaína hacen difícil contener el avance de las industrias vinculadas con las drogas".

"El tránsito de cocaína hacia terceros mercados -decía- sigue siendo el mayor problema de drogas en este país. La Policía Federal ha identificado sospechosos colombianos, bolivianos y peruanos para investigarlos. Mientras el cultivo de coca decreció en 1990, el número de laboratorios de clorhidrato de cocaína parece estar incrementándose."

"Aunque la Policía Federal dice que su control evitó el desvío de cantidades sustanciales de productos químicos hacia los traficantes, el gobierno norteamericano cree que importantes cantidades llegan ilegalmente a los laboratorios de cocaína de Bolivia y de Colombia."

Según los distintos INCSR, el Brasil es "un importante productor" de marihuana, y tal vez también creciente productor de una variedad local de coca, el epadú, una planta que crece dispersa en la jungla y que por lo tanto no es fácil de detectar desde el aire.

La coca brasileña es cultivada principalmente en remotas áreas del Estado de Amazonas por indios que trabajan para los traficantes colombianos y tiene un menor contenido de base de cocaína en sus hojas secas que otras variedades de coca.

Esas hojas de producción local forman parte de la materia prima que se procesa en el creciente número de laboratorios de cocaína instalados en el Brasil, según las "evidencias" que reunieron los funcionarios norteamericanos.

La mayor parte de la cocaína que se envía a Europa y los Estados Unidos, empero, proviene de los países andinos.

Las ciudades brasileñas de Manaus y Belem son centrales para las rutas fluviales de las redes de traficantes, y localidades como Corumbá, San Pablo, Río de Jane... Recife son los mayores punt... tránsito para las rutas terrest... aéreas.

La mafia italiana

Aunque los principales bla... de investigación de la Polic... centran sobre colombianos, ... vianos y peruanos, algunos d... grandes casos registrados d... fines de los ochenta sugerirían... gún el Departamento de Estad... posibilidad de una conexión e... los traficantes colombian... grupos de la mafia italiana ... contrabandear cocaína entre B... y Europa o los Estados Unidos.

De toda esta presencia del n... tráfico en el Brasil, los info... consideran que "indudablem... sustanciales sumas ingresan e... economía, pero son pequeños lo... dicios de que el dinero esté si... lavado mediante el sistema ba... rio".

"Los funcionarios nortea... canos creen que los brasileño... general -no sólo los traficante... drogas- lavan significativas c... dades de dinero en otros p... -dice el INCSR de 1991-; hay... formes de que inversiones... fondos a corto plazo pueden e... siendo usadas para el lavado d... nero".

Las mismas sospechas sugie... que hay un uso intensivo de... casas de cambio y del circuito... compra y venta de oro.

(Mañana, III y última nota: El neg... de la cocaína en Bolivia. Cómo ... cambiando la relación con los co... bianos. Por qué la Argentina.)

Rubén Cor...

Las ramificaciones del narcotráfico en el Cono Sur (III y última nota)

La hora de los traficantes bolivianos

Competencia: las organizaciones bolivianas cobran creciente independencia de los colombianos, mientras en el Altiplano aumenta la capacidad local para procesar cocaína.

Las grandes zonas de cultivo de coca



Fuente: El control de drogas en Colombia y Bolivia, Oficina General de Contabilidad (General Accounting, GAO) de los Estados Unidos (1988).

Bolivia, según el informe 1991 de la International Narcotics Control Strategy (INCSR) del Departamento de Estado, ya es el segundo mayor productor de hoja de coca y cocaína refinada después de Colombia.

A pesar de que más de 8000 hectáreas del cultivo fueron erradicadas desde 1987, las plantaciones siguieron expandiéndose año tras año, y hoy sus traficantes abastecen cerca del 40 % de la demanda de cocaína de los norteamericanos.

Razones para resistir

En el negocio de la cocaína Bolivia va dejando atrás un rol –antes predominante– de mero cultivador de coca y de exportador de pasta de coca para su procesamiento en Colombia.

Ahora los colombianos y las pequeñas organizaciones bolivianas de traficantes han integrado verticalmente sus operaciones para la venta y exportación de cocaína.

Estas organizaciones se concentran en la más rentable producción de base y de clorhidrato dejando la producción de pasta a los agricultores e intermediarios.

La irrupción de los campesinos en la produccion de pasta –la primera etapa del procesamiento de la cocaína– implica que esta actividad tiende a convertirse en familiar o vecinal, con lo cual "aumenta el número de los cultivadores y el de las personas que están dispuestas a oponerse físicamente a la erradicación".

Los bolivianos entraron en la parte más lucrativa, enviando la mayor parte de su producción al mercado norteamericano, pero también diversificándose hacia Europa, el cinturón del Pacífico y otros mercados, ya fuere vía Brasil o Argentina.

Una larga cadena

La legislación boliviana admite el cultivo legal de coca en alrededor de 10.000 hectáreas, con destino al consumo tradicional , una actividad que se concentra en la región de Yungas.

El cultivo ilegal tiene lugar en la región del Chapare, donde unas 40.000 personas se ocupan en los trabajos agrícolas y las distintas tareas de elaboración de la cocaína.

La pasta que se elabora en el Chapare es vendida a los compradores especializados en ese producto.

De 30 a 35 organizaciones significativas de narcotraficantes son responsables del gerenciamiento de este mercado.

Mientras unos pocos son puramente brokers (mayoristas) que adquieren pasta para revenderla, la mayoría tiene acceso en Bolivia a las facilidades para la [illegible] mación de la pasta [illegible] (sulfato de cocaína) o clorhidrato de cocaína, la forma más corriente en que esta droga se consume en el mundo.

El procesamiento, el depósito y las facilidades de transporte tienen amplias posibilidades en áreas del norte y del este de Bolivia, en los departamentos del Beni, Pando y Santa Cruz rural.

La proporción exacta de pasta boliviana que se procesa en Bolivia, comparada con lo que se exporta para su posterior procesamiento, mayormente en Colombia, es objeto de diversas especulaciones.

Algunos informes sugieren que, como mucho, un tercio de la pasta boliviana puede ser procesado ahora en el país antes de su exportación.

Los químicos esenciales, como acetona, éter, ácido sulfúrico y ácido clorhídrico, no son producidos en Bolivia.

Brasil es una importante fuente proveedora de los productos químicos usados en Bolivia, adonde ingresan por ferrocarril, por caminos terrestres o a través de los ríos, después de ser transbordados vía Chile o Argentina.

Cuestión de buena fe

Las organizaciones bolivianas de traficantes suelen vender a crédito los productos de la cocaína a los carteles colombianos, y aceptan diferir los pagos a cambio de una asociación en el más lucrativo negocio de las redes de distribución en los Estados Unidos y otros mercados.

Las organizaciones bolivianas, que [illegible] que [illegible] grupos colombianos, están subfinanciadas y, por consiguiente, parecen más vulnerables ante las interdicciones y secuestros de drogas.

El crédito que dan los bolivianos a sus compradores es simple: un comprador de pasta acuerda pagar un cierto precio, y luego envía la pasta a la elaboración de base o de clorhidrato de cocaína con otra promesa de pago.

En 1990, presumiblemente como consecuencia de la captura de algunos de los principales jefes del narcotráfico, los colombianos dejaron de pagar y entonces los bolivianos comenzaron a volverse crecientemente independientes e instalaron una mayor capacidad de procesamiento local, acelerando una tendencia iniciada al final de los ochenta.

En busca de nuevas rutas

No obstante, los colombianos, que siguen dominando el tráfico mundial de cocaína, pueden continuar comprando a crédito la pasta boliviana, a pesar de que frecuentemente volvieron a interrumpir sus pagos.

La restricción y control del comercio de sustancias químicas, particularmente el éter, han destruido algunas redes de narcotraficantes, forzándolos a buscar nuevas rutas.

"Hay indicios –dice el Departamento de Estado– de que quizás a consecuencia de esos controles, los narcotraficantes están trasladando operaciones de refinación a los países que producen esas sustancias químicas."

Rubén Correa

La Argentina, en la mira del narcotráfico

Acecho: los traficantes de cocaína de Bolivia y de Colombia ya no usan a otros países de la región sólo para reembarcar la droga hacia el exterior, sino que tienden a instalar laboratorios para la refinación de cocaína.

Desde hace por lo menos dos años el informe anual que elabora el Departamento de Estados de los Estados Unidos sobre la situación del narcotráfico (International Narcotics Control Strategy Report, INCSR) viene señalando a la Argentina como uno de los lugares preferidos por los traficantes bolivianos para la compra de campos y otras propiedades.

Bolivia es hoy el segundo productor mundial de hojas de coca y cocaína después de Colombia, y los traficantes de ese país, crecientemente independizados de los colombianos, aunque a veces asociados a ellos, ya abastecen cerca del 40 % de la demanda norteamericana de esta droga.

La principal región productora de Bolivia, el Chapare, en Cochabamba, recibe cuantiosos ingresos derivados de ese tráfico, por sumas que en 1989 el gobierno norteamericano estimaba entre U$S 1100 y U$S 1300 millones anuales.

De esa cifra, sólo de un 30 % a un 40 % se gasta en Bolivia y el resto va al sistema financiero internacional o a la compra de empresas y propiedades en el exterior.

Un examen más o menos minucioso de las distintas ediciones del INCSR –un documento de carácter público– entre 1987 y 1991, revela cabalmente de qué manera ese poder ramifica su influencia en el Cono Sur, incluyendo la Argentina.

Una investigación especial de LA NACION refleja esa inquietante expansión.

La evolución del narcotráfico en la Argentina
(Según el Departamento de Estado de los Estados Unidos)



Concepto	Año					
	1986	1987	1988	1989	1990	1991 (Est.)
Refinación (a) (clorhidrado de cocaína) Tonel.	1.7	3.2	5.1	10.0	10.0	15.5
Decomisos Hojas de coca (t)	15.0	22.4	37.0	12.5	24.4	40.0
Cocaína (clorhidrato y base (t)	0.45	0.55	1.17	0.4	0.9	1.5
Marihuana (t)	1.2	1.86	3.24	1.3	6.7	1.5
Personas arrestadas (b)	4300	4435	7463	9100	4337	5000
Laboratorios destruidos	5	4	10	7	4	17

Fuente: International Narcotics Control Strategy Report, Departamento de Estado de los Estados Unidos, distintos años.

Notas:
(a) Los datos sobre la capacidad de refinación se refieren a estimaciones hechas por la DEA a partir de la información sobre laboratorios desmantelados.
(b) Los datos sobre arrestos son los aportados por la Policía Federal Argentina, y expresan sólo las detenciones de individuos acusados de delitos de narcotráfico, y no necesariamente el número de personas condenadas tras procesos judiciales.

01/01 9209450

Traficantes detenidos en Salta

Doble fondo: dos sujetos de nacionalidad boliviana tenían 10 kilogramos de cocaína escondidos en un maletín; otros tres fueron apresados en esta capital.

SALTA (Télam).- Cinco integrantes de una organización internacional dedicada al narcotráfico fueron detenidos por efectivos de la Gendarmería Nacional, que secuestraron diez kilogramos de cocaína. Los procedimientos se realizaron en Tartagal y en Buenos Aires.

En un primer operativo, efectivos del escuadrón 20 Orán detuvieron a dos bolivianos que en un maletín de doble fondo tenían disimulada la droga.

La investigación continuó y se determinó que los sujetos tenían conexiones en Buenos Aires, donde fueron detenidos otros tres individuos, éstos de nacionalidad argentina.

Según se señaló en la Gendarmería Nacional, los tres detenidos serán trasladados a esta ciudad debido a que interviene en el hecho el juez federal de Salta, doctor Ricardo Lona, quien impuso el secreto del sumario.

La droga debía ser entregada finalmente a distribuidores de la Capital Federal. Los detenidos en esa ciudad tenían relación con correos que llegaban desde el Norte, quienes también fraccionaban dosis para el consumo.

Secuestran cocaína

Durante un operativo realizado en el centro de Tartagal, en Salta, personal de la Gendarmería Nacional secuestró casi **diez kilos de clorhidrato de cocaína** que estaban a punto de ser comercializados.

El sábado a la mañana un grupo de gendarmes del escuadrón 20 con sede en Orán, detuvo a dos ciudadanos bolivianos que pasaban por Tartagal para luego seguir hacia Orán. Aseguraban ser viajantes de comercio. Pero al revisarlos, luego de sacar algunas prendas de vestir, en el doble fondo de un portafolio se encontraron varios paquetes con cocaína que estaban por ser enviados a Buenos Aires.

♦ La conexión

Los traficantes quedaron a disposición del juez federal Ricardo Losa, quien le tomará declaración en los próximos días. Según los investigadores, las personas detenidas formarían parte de una organización con base en la localidad salteña de Aguaray, muy cerca de la frontera con Bolivia, y desde ahí traficarían la cocaína a la Capital Federal para luego enviarla a algunas ciudades europeas.

COCAINA

Nadie sabe todavía si usaban la blanca como aditivo especial para la nafta de competición, pero es poco probable que así haya sucedido: la aduana británica desmanteló una red internacional de tráfico de cocaína que había montado una escudería de rally y aprovechaba sus traslados por Europa para efectuar las entregas. El nombre del equipo no fue dado a conocer, pero el servicio de aduanas de Londres precisó que era una escudería muy conocida.

Diez personas fueron detenidas en el condado de Kent (donde está el circuito de Brands Hatch) tras haber hallado 40 kilos de cocaína, por valor de 11 millones de dólares, escondidos en el trailer que guardaba un vehículo preparado para carreras de rally.

El camión había desembarcado la semana pasada en el puerto de Sheernes, en Kent, desde un ferry procedente de Holanda, luego de que el equipo disputara una carrera en el continente. Según informaciones no confirmadas por los aduaneros, al menos un integrante de la escudería estaría entre los detenidos.

El contrabando de drogas utilizando a los equipos de competición como pantallas no es novedoso. En 1982, el equipo Arrows de Fórmula 1 (ahora llamado Footwork, pese a que su dueño sigue siendo el ex piloto inglés Jackie Oliver) se vio involucrado en un episodio similar.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

Nº DOCUMENTO
TITULO TRAFICANTE DETENIDO CON MARIHUANA
PROCEDENCIA ZERO HORA
FECHA DE PROCEDENCIA 31 8 92
VINCULACIONES

4

TRAFICANTE VAI PARA O PRESÍDIO

O traficante Antônio César Pereira Rodrigues, 27 anos, foi preso sábado por agentes da 2ª DP de Canoas. Em seu poder, a polícia apreendeu quatro quilos de maconha, uma garrucha calibre 38, uma espingarda calibre 12 e munição. Autuado em flagrante, Rodrigues foi recolhido ao Presídio Central, segundo o inspetor Carlos Alberto Fleck, chefe de investigações.

01/01 9209454

Nº DOCUMENTO
TITULO NARCOTRAFICANTE DETENIDO CON DROGAS
PROCEDENCIA JORNAL DO BRASIL
FECHA DE PROCEDENCIA 2-4-92.
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Traficante preso

SALVADOR — Os agentes da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes da Bahia prenderam ontem o traficante Olímpio de Souza no seu bar, localizado no Centro Histórico de Salvador. No ato da prisão, a polícia encontrou pequena quantidade de maconha, mas no seu esconderijo foram descobertos 100 quilos de maconha, 1.140 comprimidos de Ropinol e 200 gramas de cocaína, além de uma escopeta com o cano cortado. A droga estava enterrada num bairro afastado e a polícia só conseguiu descobri-la com a ajuda do próprio traficante.

Na tentativa de escapar da acusação de tráfico, Olímpio de Souza disse no seu depoimento, na delegacia, que estava guardando a droga para um amigo. Esta foi a segunda vez que a polícia prendeu o traficante, a primeira foi por uso de maconha. Ele passou a noite na Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes e ainda hoje será encaminhado para a Casa de Detenção.

01/01

9209456

Españoles detenidos con cinco quilos de cocaína al salir de Lima

■ Dos ciudadanos españoles fueron capturados el domingo en el aeropuerto internacional Jorge Chávez cuando intentaban sacar del país 5 kilogramos de clorhidrato de cocaína (pura) adheridos en paquetes a sus cuerpos, confirmó este lunes la policía del terminal aéreo, informó AFP.

También dos peruanos fueron detenidos, implicados en el caso como cómplices de los españoles, según las autoridades.

Los presuntos narcotraficantes españoles: Dolores Font Cortés (27) y José Luis Principal Vera (23), que ingresaron al país el 9 de este mes como turistas, fueron capturados cuando pretendían abordar un avión comercial con destino a Europa, precisó un agente de la Dirección Antidrogas (Dirandro).

Los cómplices nacionales son Ulises García Ventura (28) Jorge Luis Massa Palacios (30). Todos serían integrantes de una banda de narcotraficantes con ramificaciones internacionales, según precisó la fuente.

Peritaje por una muerte

La Justicia espera el resultado de un peritaje toxicológico que señalará si el ingeniero Marcelo Schapiro, cuyo cadáver se encontró el martes último en la zona de Retiro, fue introducido bajo efectos de estupefacientes dentro de un cajón y luego carbonizado, cuando aún estaba con vida.

Schapiro, titular de una empresa de computación y otrora dedicado al rubro de la construcción, se retiró de sus oficinas céntricas a las 12.30. Dos horas después, su cadáver fue hallado carbonizado en la avenida Ramón Castillo, entre las calles 8 y 9, frente a la Empresa Marítima Román SA.

Un testigo

Hasta este momento, un menor de 15 años es el único testigo de cómo habrían ocurrido los hechos.

Según comentó a los efectivos de la comisaría 46a., que labra las actuaciones con conocimiento del juez doctor Eduardo Mugaburu, un grupo de sujetos bajó de un camión una gran caja de madera, de 1,5 por 1 metro, le prendieron fuego y huyeron.

Sin embargo, el joven no habría aportado ningún dato que permitiera identificar a los malhechores ni individualizar al automotor utilizado.

Según los primeros exámenes de los médicos forenses, Schapiro habría sido introducido en estado inconsciente en la caja.

Extraditan desde Moscú a un argentino "narco"



Héctor Rosa, de 44 años, llegó ayer a Ezeiza en un vuelo de Aeroflot. Fue extraditado.

Un argentino fue extraditado desde Moscú para ser juzgado en una causa por narcotráfico que investiga el juez **Julio Cruciani**.

Es la primera vez en la historia de las relaciones oficiales entre Buenos Aires y Moscú que se concreta la extradición de una persona.

Héctor Rosa, de 44 años, llegó al aeropuerto de Ezeiza esposado y custodiado por dos policías ayer a las 15.30, en un vuelo de Aeroflot.

♦ **El juez**

Allí lo esperaba el juez Cruciani, a cargo del juzgado en lo Penal Económico número 2 de la Capital, quien, si bien había citado a una conferencia de prensa, se negó a informar en detalle sobre la causa en la que se incrimina a Rosa.

El juez se limitó a decir que se detuvo a Rosa "por tráfico de drogas".

Apenas pisó suelo argentino el extraditado dijo a los gritos a los periodistas que "soy un preso político. No puedo hablar. Estoy incomunicado".

En referencia a la expresión "soy un preso político", el juez contestó: "Todo lo que sea narcotráfico, comercio y distribución de cocaína es un delito grave, un delito de lesa humanidad que está por encima de cualquier diferencia ideológica".

01/02



Héctor Rosa (Télam)

Deportado

Llegó a Ezeiza, deportado de Rusia, el narcotraficante argentino, Héctor Rosa, buscado por la Justicia de nuestro país por pertenecer a una red de tráfico de drogas y que hace un año y medio fue detenido en Moscú con más de dos kilogramos de cocaína.

Una alta fuente de la investigación dijo a LA NACION que el caso comenzó el 26 de febrero de 1991, cuando Rosa, en un vuelo proveniente de Buenos Aires, previa escala en una ciudad europea, fue detenido en un control aduanero en Moscú con casi 2,400 kg de cocaína.

Su detención generó una investigación en esta capital que fue realizada por la Superintendencia de Drogas Peligrosas que culminó con la detención de cuatro personas y el secuestro de documentos y pasaportes falsos.

A uno de esos detenidos se le habría comprobado su vínculo con una red de narcotráfico que traía cocaína desde Bolivia, pasaba por Buenos Aires y era llevada en valijas por las llamadas "mulas" –entre ellos Rosa– hasta distintas capitales europeas y en esas maletas regresaban llenas de dinero.

"EL DIA"

Premio literario de la IMM a F. Huidobro

El dirigente tupamaro Eleuterio Fernández Huidobro obtuvo el primer premio del Concurso Literario Municipal Categoría Edita, en género Testimonio, organizado por la Intendencia de Montevideo, por su obra "La fuga de Punta Carretas".

El jurado estuvo integrado por Milton Schinca, Oscar Brando y Rubén Cotelo. Fernández Huidobro integra la dirección del Movimiento de Liberación Nacional y realiza análisis político en el quincenario "Mate Amargo". Por el premio, recibirá cerca de seis millones y medio de nuevos pesos.

Nuevos senadores

Varias caras nuevas se aprecian en la Cámara de Senadores, como consecuencias de pedidos de licencia de los legisladores titulares.

El herrerista Walter Santoro ejerce la Presidencia de la Cámara, mientras dure la ausencia del Dr. Gonzalo Aguirre, quien se encuentra en el exterior del país. El lugar de Santoro es ocupado por el diputado Arturo Heber.

Néstor Moreira Graña suple a Juan Carlos Raffo, luego que renunciaran sucesivamente Juan Chiruchi, María Celia Priore, Alvaro Muso, Jorge Moreira Parsons, Juan Oribe Stemmer, Agustín de Urtubey y Hugo Rodríguez Carrasco.

Juan Antonio Oxacelhay ingresó a la Cámara en lugar de Carlos Julio Pereyra. El líder del Movimiento Nacional de Rocha se encuentra en España y regresará a fines del presente mes.

Juan José de Boismenú se incorporó ayer al Senado, para realizar la suplencia de Federico Bouza (Batllismo Lista 15).

01-01

UN TRAFICANTE ARREPENTIDO LO INVOLUCRO EN UNA DENUNCIA JUNTO A OTROS 7 OFICIALES

Narcotráfico: detuvieron al jefe de Inteligencia de la Policía de Córdoba

El comisario mayor José Tobares, jefe de Inteligencia de la Policía de Cordoba, fue detenido ayer por orden del juez de Instrucción de Río Cuarto, Jorge Tomás Piovano. El jefe de Inteligencia estaría vinculado a otros siete policías, también detenidos, que fueron acusados de ser autores de diversos delitos por el narcotraficante arrepentido Máximo Arreyes. Esos delitos, desde tráfico de drogas hasta extorsión, se habrían cometido cuando los acusados revistaban en la Unidad Regional 9 de Río Cuarto y su jefe era el comisario Tobares.

CORDOBA (De nuestra agencia). — El comisario mayor **José Tobares**, jefe de Inteligencia de la Policía de Córdoba, fue detenido ayer por orden del juez de instrucción **Jorge Tomás Piovano**, que investiga numerosas denuncias sobre actos de corrupción que se habrían cometido en la **Regional 9** de Río Cuarto. Tobares, antes de desempeñar su actual cargo, era jefe de esa unidad policial.

En esta causa, el juez ya dispuso el arresto de otros siete policías (entre ellos otro comisario y dos oficiales) sobre la base de las declaraciones del **narcotraficante arrepentido Máximo Arreyes**, que también está detenido y los involucró en distintos delitos que van desde el tráfico de drogas hasta extorsión.

El comisario Tobares fue arrestado en la capital provincial e inmediatamente trasladado a Río Cuarto, donde el juez Piovano realiza la investigación.

Según se comentó en medios judiciales, el cargo que se le haría al jefe de Inteligencia de la Policía cordobesa está relacionado con la explosión de un automóvil cuyo propietario —al parecer **tratante de blancas**— participaba de una partida de naipes clandestina.

Esta acusación, trascendió, sería consecuencia de la declaración del narcotraficante arrepentido Máximo Arreyes, detenido en la Cárcel de Encausados de Córdoba a la espera de una condena que podría llegar a los **diez años** de prisión. También se tuvo en cuenta el aporte que ofreció uno de los siete policías detenidos en Río Cuarto.

Preocupación

El caso de corrupción en la Policía de Río Cuarto preocupó sensiblemente al gobierno provincial. Inclusive el ministro de Gobierno, **Octavio Cortez Olmedo**, y el jefe de Policía, **Fernando Bernancini**, fueron dos veces a esa ciudad para iniciar las investigaciones, y reorganizar los cuadros policiales.

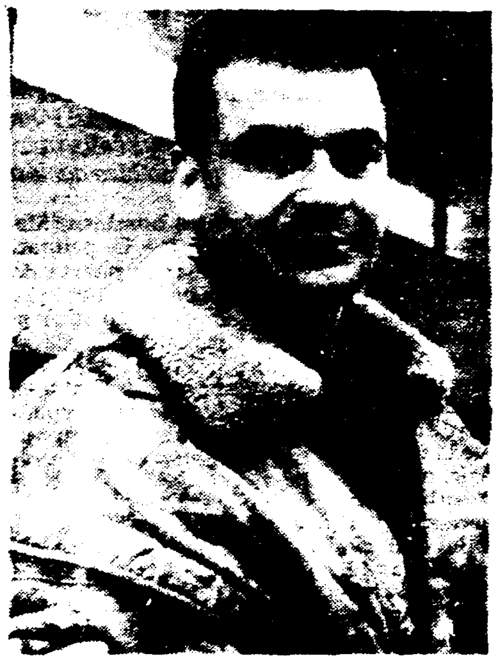
Los siete policías actualmente detenidos —que actuaron a las órdenes de Tobares durante 1990 y 1991— están acusados de trece delitos diferentes que incluyen, por ejemplo, el de consumo y facilitación de estupefacientes en sede policial. Son ellos el ex jefe de Investigaciones de la unidad, comisario **Jorge Sam Sam**; el cabo primero **Juan Enrique Llompar**, los oficiales **Osvaldo Criado** y **Silvio Laurino** y los agentes **Jorge Mossi, Gustavo Mónaco** y **Sergio Pereyra**.

Las actuaciones las comenzó el actual jefe de la Unidad 9, comisario mayor **Carlos Pizzicari**, tras remplazar a Tobares, cuando este vino a Córdoba para asumir la jefatura de Inteligencia de la repartición. Pizzicari pudo comprobar que los policías desleales eran cómplices del traficante de drogas Arreyes, a quien presentaban como **informante o colaborador de la repartición**.

Tras ser apresado, Arreyes trató de disminuir su responsabilidad o mejorar su situación y reveló lo que sabía de los policías de la Regional 9. De esta manera, el juez Piovano dictó la prisión preventiva de todos los antes nombrados.

Ahora se incorporó a la lista el comisario mayor Tobares, a quien el juez —que se excusó de informar sobre los hechos en virtud del secreto del sumario— le deberá tomar declaración indagatoria.

Los integrantes de la banda están acusados, además de la explosión del automóvil Renault Fuego de propiedad del traficante de blancas, de consumo y facilitación de estupefacientes, peculado, omisión de denuncia, exacciones ilegales, incumplimiento de los deberes de funcionario público, malversación de bienes, abuso de autoridad, admisión de dádivas, entre otros delitos.



Máximo Arreyes, el narcotraficante arrepentido que con sus declaraciones involucró al jefe de Inteligencia de la Policía cordobesa en numerosos actos de corrupción.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA CLARIN

DE PROCESO 2-9-92

VINCULACIONES

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓



Terence Todman y Guido Di Tella: una reunión ...

Todman contra la droga

El narcotráfico **"no solo daña"** a la población y los bienes de un país sino **también a las instituciones democráticas**, advirtió ayer el embajador norteamericano **Terence Todman**, luego de firmar con el canciller **Guido Di Tella** un memorándum que amplía el acuerdo de cooperación argentino-norteamericano para la lucha contra ese flagelo.

El memorándum establece que el gobierno norteamericano contribuirá con 360 mil dólares en equipos y entrenamiento para las fuerzas de seguridad argentinas que combaten a los narcotraficantes.

Después de firmar el documento, que es parte del acuerdo marco bilateral sobre este tema firmado en 1989, Todman se puso los lentes y leyó un breve discurso en el que también destacó el **"liderazgo"** regional del gobierno argentino en la lucha contra el tráfico de drogas.

Tanto Todman como Di Tella coincidieron en afirmar que los narcotraficantes **"no respetan fronteras"** y por eso es necesaria la cooperación internacional de los países afectados.

La ayuda norteamericana, que se distribuirá a través de la Secretaría de Programación para la Prevención de la Drogadicción y Lucha contra el Narcotráfico, está destinada a **la Prefectura Naval, la Policía Aeronáutica Nacional, y las policías de Catamarca, Corrientes, Entre Ríos, Formosa, Jujuy, La Rioja, Misiones, Salta, Santa Fe y Tucumán.**

Según un comunicado de prensa de la Embajada norteamericana, con el dinero se comprarán vehículos todo terreno, perros entrenados, chalecos antibalas, esposas y binoculares, entre otras cosas.

En la nota se menciona además el interés por el desarrollo de tareas e **información de inteligencia** sobre este tipo de delitos.

01/01

9209462

N° DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA 3-9-92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Justificó la insólita medida —no formalizada aún en ley alguna— en que la guerra contra el narcotráfico es internacional

Manzano admitió luz verde para la DEA



José Luis Manzano

José Luis Manzano aseguró ayer aquí que **"la Argentina es el país más seguro del continente"**, al tiempo que advirtió que **"si en algún momento vemos agentes de la DEA en cualquier punto del país, nadie se tiene que sorprender porque el delito del narcotráfico y lavado de dinero es un delito internacional y por lo tanto la lucha también debe ser internacional"**.

El ministro anunció que el gobierno nacional firmará próximamente un convenio con el Departamento de Inmigraciones de Estados Unidos para intercambiar información.

Manzano concurrió a Rosario para encabezar el acto de inauguración del duodécimo Congreso de Jefes Policiales y de Seguridad de todo el país, que se prolongará hasta el viernes *próximo*.

En la ceremonia, que se llevó a cabo en el paseo "Patio de la Madera", estuvieron presentes **Carlos Alberto Reutemann** y **Jorge Passero**, entre otras autoridades.

El titular de la cartera política insistió en asegurar que la Argentina **"es el más seguro"** de América y destacó el hecho de que **"ahora, las fuerzas policiales y de seguridad están las 24 horas del día vigilando"**.

En su discurso, **Manzano** adelantó que a la brevedad se firmará un convenio con el Departamento de Inmigraciones de Estados Unidos **"para realizar un intercambio de información"**.

Al respecto, aseguró que **"es imprescindible el intercambio de información para poder enfrentar al delito, que no tiene fronteras"**.

En otro orden, el ministro informó que **"hay nueve provincias que se han sumado a la aplicación de la Ley de Seguridad Interior"** y consideró necesario que esa norma **"sea extendida a todo el país"**.

Además, precisó que **"en la Argentina hay una extensa colaboración entre la Secretaría de Lucha Contra la Droga y las fuerzas policiales y de seguridad con la DEA ya que, como Estados Unidos es el país más consumidor de droga, participa en todos los programas de lucha contra el narcotráfico"**.

Manzano dijo que **"si algún momento vemos agentes de la DEA en cualquier punto del país, nadie se tiene que sorprender porque el delito del narcotráfico y lavado de dinero es un delito internacional y por lo tanto la lucha debe ser internacional"**.

01/01

9209463 -

Un Alerta Rojo

EN HOLANDA LA POLICIA PIDE DISTRIBUIR LA DROGA

ROTTERDAM, Holanda y Washington, 10 (AP).— La policía ha propuesto la distribución controlada de drogas a los adictos para reducir el número de delitos cometidos por éstos y calmar a la encolerizada opinión pública por la actitud de los traficantes.

"Queremos que esto sea considerado un experimento", dijo el vocero de la policía Hans Stoop. "La distribución de drogas bajo estrictas medidas de supervisión podría contribuir a que este problema sea controlado mejor".

El abuso de drogas no es ilegal en Holanda, pero la política oficial restringe los adictos a la heroína a ciertas zonas municipales, con frecuencia cerca de las estaciones ferroviarias. Los narcotraficantes son acusados frecuentemente del aumento de la criminalidad en esas zonas.

Stoop dijo que la policía ha llegado "al límite de su capacidad" para contrarrestar los perjuicios causados al público por los adictos.

"Si aumentamos la presencia policial en las zonas afectadas y asumimos una política más enérgica contra los traficantes, los problemas son sencillamente trasladados a otro lugar", dijo Stoop.

La situación de Rotterdam ilustra el dilema holandés causado por el punto de vista de que el abuso de drogas y la prostitución son fenómenos sociales más bien que actividades delictivas.

Aun cuando la policía no se dedica a detener los drogadictos ni prostitutas, un número cada vez mayor de recursos es asignado a combatir las actividades delictivas que rodean la creciente industria del tráfico de drogas y del sexo.

El ministerio de Justicia ha restado importancia a la propuesta, que mantiene que cualquier programa oficial de distribución de drogas sería un centro de atracción de adictos y violaría los tratados internacionales de estupefacientes, dirigidos a impedir el llamado "turismo de la droga".

La propuesta de Rotterdam va un paso más lejos que la de Amsterdam, donde la metadona, sustituto de la heroína, es puesta a disposición de los adictos registrados en clínicas de la ciudad.

Amsterdam, uno de los mercados más notorios de drogas de Europa, tiene también un programa de cambio de agujas para frenar la propagación del Síndrome de Inmuno Deficiencia Adquirida (SIDA).

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA 4-9-92

VINCULACIONES

CRUZADO

Decomisan cocaína

NUEVA YORK (Reuter y EFE). — Agentes federales norteamericanos decomisaron cerca de **una tonelada de cocaína** en Manhattan, con un valor de venta en la calle de **110 millones de dólares**, que pertenecería al cartel colombiano de Cali.

"Es uno de los cargamentos más grandes que hemos visto en años aquí en la ciudad de Nueva York", dijo **Nick Alleva**, de la **Dirección** de Lucha contra el Narcotráfico (DEA).

La cocaína, envuelta en 400 paquetes, de color **amarillo** y blanco, de dos kilos cada uno y con la **palabra Metro** impresa en letras rojas, fue descubierta en la parte de atrás de una camioneta en la **calle** 68 Este en la tarde del martes, informó Alleva.

El conductor del vehículo, identificado como **Edgar Franco**, de nacionalidad colombiana, fue detenido junto a otras seis personas que estarían implicadas en la distribución de cientos **de kilos de droga** en Nueva York.

La inscripción Metro es **similar a la usada en otros** embarques por el cartel de Cali que fueron **decomisados en Estados Unidos.**

01/01

9209464

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA MAÑANA

FECHA DE PROCEDENCIA 5-9-92

VINCULACIONES

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

Cae banda de "narcos" en España

Barcelona (EFE).- Diez españoles, dos argentinos y dos uruguayos fueron detenidos en Barcelona como presuntos integrantes de una red que distribuía droga enviada desde Latinoamérica en la región de Cataluña (nordeste de España).

Durante la operación se decomisaron 1.383 gramos de cocaína de gran pureza, 716 gramos de hachís, gran cantidad de "éxtasis" (producto anfetamínico) y 540 gramos de diversas sustancias adulterantes, informaron hoy fuentes policiales, que no revelaron **datos sobre la identidad de los detenidos.**

La Policía también se incautó de cuatro revólveres, cuatro pistolas, siete armas de fuego de largo alcance, veintitrés armas blancas, seis vehículos, dos pasaportes falsificados e impresos para falsificar permisos de conducir. ■

01/01 = 9209465

Nº DOCUMENTO
TITULO TRAFICANTE ITALIANA ES CAPTURADA EN BRASIL
PROCEDENCIA ZERO HORA
FECHA DE PROCEDENCIA 5-9-92
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

DROGAS

Traficante italiana é capturada no Brasil

São Paulo — A mulher presa em São Paulo no último sábado, junto com os irmãos José Roberto e José Ricardo Azero Jarussi — filhos da consulesa do Brasil em Cochabamba, na Bolívia, Maria Ignes Jarussi Azero — foi identificada ontem pela Polícia Federal como Elena Del Carmen Gerrero Espinal, 40 anos, uma criminosa condenada na Itália a 30 anos de reclusão por tráfico de drogas e ligada ao mais importante mafioso preso nos Estados Unidos, John Gotti, líder da Cosa Nostra. Ao ser presa durante a apreensão de 53 quilos de cocaína, no Mofarrej Sheraton Hotel, Elena usava uma falsa identidade, em nome de Nelly Rosa Espinal Balenzuela, ou ainda Patricia Adriana Gutierrez Rojas.

"Ela é um dos expoentes do narcotráfico", diz o delegado Roberto Precioso Júnior, da Polícia Federal em São Paulo, responsável pela prisão da quadrilha. Na Itália, Elena esteve presa pelo menos seis vezes (de 1973 a 1986) e depois refugiou-se na América Latina, onde representava importante elo no tráfico internacional de cocaína para Europa e Estados Unidos. Elena foi casada com o mafioso italiano Giuseppe Ciulla, o ex-chefe da Famiglia Ciulla, já falecido, e atualmente vive com outro criminoso preso no Mofarrej, Ivan Gustavo Ávila Bocanel, procurado pelas polícias da Suíça, Inglaterra e Estados Unidos.

A Polícia Federal identificou também o traficante responsável pela técnica de ocultação da cocaína, que estava impregnada em peças de vestuário como se fosse goma. É o chileno Omar Marcelino Palomera Valdez, um dos maiores especialistas na manipulação de químicos usados para processar cocaína. A quadrilha está ligada também ao mafioso Carmelo Balsamo, chefe da Famiglia Bonano, preso quarta-feira nos Estados Unidos.

01/01

9209466

20 oct 92

920946

1/16

m.s.
07 octubre 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920533 /S.O.E.

ASUNTO MOVILIZACION CONVOCADA POR EL PIT-CNT EN SOLIDARIDAD CON LOS TRABAJADORES DE EL ESPINILLAR

REFERENCIA

T E X T O

A.- En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura de la movilización, convocada por el PIT-CNT en solidaridad con los trabajadores de EL ESPINILLAR que se encuentran realizando la huelga de // hambre; obteniéndose la siguiente información :

1.- Siendo aproximadamente las 1310 hs. frente a la Catedral por la calle Sarandí se concentraron alrededor de 1500 a 2000 personas, en su mayoría hombres (70%), no detectándose la presencia de menores.

2.- Las edades de los participantes oscilaban entre 25 a 50 años.

3.- Durante la marcha se detectaron los siguientes vehículos : 538.026 con equipo amplificador abriendo la marcha por 18 de Julio; ER 31.004 (Cerro Largo), 515.616 (camión), AA 50.393 (ómnibus contratado), 503.832 (camión), éstos últimos se encontraban en las inmediaciones de la Catedral vinculados con la movilización.

4.- Se detectaron las siguientes banderas :
- SUM del TM Filial de CNT y CSM
- Federación ANCAP-SUDCRA
- PUHASA - PIT/CNT
- FCEB
- AUTE
- AFCGN (Contaduría Gral. de la Nación) - PIT/CNT
- Asociación Empleados Judiciales del Uruguay
- PIT/CNT
- LOTERIAS - AFAL - COFE - PIT/CNT
- CUTIP
- AEBU
- Comite de Base NIBC - UNTMRA - PIT/CNT.
- CSEU - AFUR
- SUA - Vestimente - UIS
- Unión Ferroviaria
- M26M
- ACTAV (Asociación de Obreros de Talleres, Almacén - VIALIDAD)

5.- Se detectaron los siguientes pasacalles :
- TRABAJADORES DE NIBO PRESENTES, UNTMRA-PIT/CNT-CTE. DE BASE NIBO
- NIBO PRESENTE CONTRA EL ATAQUE A LA ORGANIZACION SINDICAL (UNTMRA-PIT/CNT -CTE. DE BASE NIBO)

6.- Se detectó la siguiente pancarta :
- COMEDOR UNIVERSITARIOS OCUPADO, POR FUENTES DE TRABAJO, SU LUCHA ES NUESTRA LUCHA, HASTA LA VICTORIA SIEMPRE, OBOS DE EL ESPINILLAR (AFCU-AFUR-PIT/CNT)

001/016

7.- La actitud de la concurrencia fue pacífica durante toda la moviliza ción, destacándose la participación activa, entonando cánticos acompaña dos por tamboriles.

8.- No se detectó dispositivo de seguridad, entre los participantes se observaron elementos provistos de megáfonos dirigiendo y alentando a los participantes.

9.- Durante la marcha y concentración se realizó volanteada (se adjuntan).

10.- La movilización se llevó a cabo de acuerdo a lo previsto.

11.- Se detectaron los siguientes dirigentes sindicales :
- Oscar LOPEZ (PIT/CNT - SUANP)
- Hugo DE MELLO (FANCAP)
- Richard DE LOS SANTOS (EL ESPINILLAR)
- Luis CHIRICO (Suplente de Luis A. COLOTUZZO)
- José D'ELIA (Presidente PIT/CNT)
- Raúl OLIVERA ALFARO (C/A)
- Jorge SILVANO (PIT/CNT - FOT)
- Juan J. BENTANCUR (Presidente M.S.C.E. - FANCAP)
- Eduardo RUBIO VICO (M26M)

12.- No se registran incidentes.

13.- Se registró el siguiente cántico :
- SE ESCUCHA, SE ESCUCHA, ARRIBA LOS QUE LUCHAN

B.- En la concentración frente a la Catedral hicieron uso de la palabra Richard DE LOS SANTOS (EL ESPINILLAR), Oscar LOPEZ (SUANP) y Juan J. BENTANCUR (Pte. MSCE) quien presentó a los anteriores.
En la intersección de Sarandí e Ituzaingó se detectó una camioneta militar perteneciente al B. I. MOT. 15 que deseaba continuar la marcha por Sarandí, a lo cual un NNM se acercó y habló al conductor del vehículo, posteriormen te el móvil retrocedió dirigiéndose por Ituzaingó hacia Rincón; en el vehículo iban 3 personas una de ellas 1 SS.CC.; se escuchó que 1 NNM presente manifestó a otro "mirá ahí están tus amigos".
Partieron de la Catedral a la hora 1410 aprox. dirigiéndose por Sarandí pa ra después tomar 18 de Julio hasta el BPS (hora 1510) donde se realizaría un acto. El mismo contó con parte oratoria a cargo de Luis CHIRICO (Suplen te de Luis. A. COLOTUZZO) y José D'ELIA (Presidente PIT/CNT).
En 18 de Julio y Río Negro volantearon desde un edificio la papeleta blan ca, información sobre el Referendum de la Comisión de Defensa del Patrimo nio Nacional y Reforma del Estado (se adjuntan).
Entre los participantes se encontraba un grupo de birmanos que volanteaban y solicitaban colaboración del público, ya que los mismos según manifestaron habían sido abandonados en Uruguay.
Estuvo presente la prensa, Canales 10 y 4 quienes acompañaron la movilización desde la Catedral.
A la hora 1545 aprox. comenzaron a dispersarse pacíficamente.

IV.- DISTRIBUCION : Original - Jefe Departamento I
Copia 1 - Jefe Departamento III (CP) - Archivo





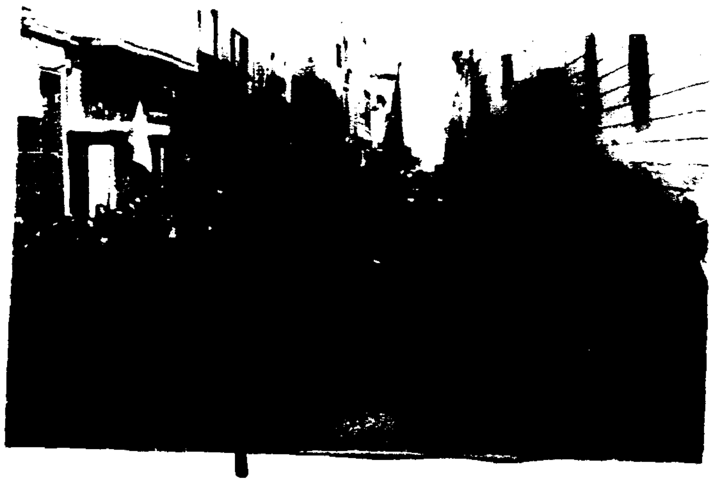














Eduardo RUBIO VICO (DNM26M)



Oscar LOPEZ (SUANP)



Oscar LOPEZ (SUANP)





Richard DE LOS SANTOS
(EL ESPINILLAR)





_004

-9209467



Richard DE LOS SANTOS
(EL ESPINILLAR)



Reportero gráfico
de LA REPUBLICA.

Juan J. BENTANCOR (FANCAP)





5 MARINEROS BIRMANOS
ABANDONADOS EN URUGUAY

RECLAMAMOS SALARIOS DE
MAS DE 6 MESES , EL PAGO
POR ALOJAMIENTO
Y LOS PASAJES PARA VOLVER
A NUESTRA TIERRA.
LA AGENCIA CRISTOPHERSEN
ES LA RESPONSABLE

(ART. 23 DE LA OIT)

EL AZUCAR ES DULCE
LA DESOCUPACION ES AMARGA

12 trabajadores de la industria azucarera (El Espinillar y Bella Unión efectúan en dependencia de La Catedral una huelga de hambre en defensa de la industria azucarera nacional y los puestos de trabajo que la misma genera para el país.

Reclamamos del Parlamento la sensibilidad y responsabilidad debidas para encontrar soluciones para la dramática situación planteada.

FEDERACION ANCAP / SUDORA / UTAA / PIT-CNT

Adhesión de la UNION de FUNCIONARIOS de IMPASA

La pérdida de la fuente de trabajo es siempre una circunstancia dramática, pero mucho más lo es cuando, junto con el empleo, se pierde el propio lugar de residencia.

La liquidación de la industria azucarera nacional generará miles de desocupados y puede llevar a la desaparición de centros poblados como Constitución, Belén y la propia Bella Unión.

El cierre del establecimiento El Espinillar, dispuesto por el P. Ejecutivo y el Directorio de Ancap supondrá la desocupación de más de 1000 trabajadores. A la vez, el patrimonio del pais se verá afectado por un pésimo "negocio" por el que se pasarán a manos privadas, bienes que han sido tasados en más de 50 millones de dólares, en una cifra 10 veces menor (se ha ofrecido a la Corporación Para el Desarrollo en 5 millones de dólares pagados con "papeles", con 5 años de gracia y a 10 años de plazo).

En Bella Unión, solamente en 1991 se perdieron más de 500 puestos de trabajo, mientras el salario de los que se han mantenido en la industria a caído en un 60%.

COMISION DE DEFENSA DEL PATRIMONIO NACIONAL
Y REFORMA DEL ESTADO

....

Sr. Presidente de la
Comisión Receptora de Votos Nº ....

De mi consideración:

El ciudadano ....

Credencial Cívica Serie .... Nº .... queda por la presente ampliamente autorizado para actuar como **DELEGADO GENERAL** de la **COMISION DE DEFENSA DEL PATRIMONIO NACIONAL Y REFORMA DEL ESTADO**, en este Departamento, pudiendo en consecuencia ejercer la plenitud de las facultades Constitucionales, legales y reglamentarias correspondientes.

Saluda a Ud. muy atte.

Dr. VICTOR LISSIDINI
ABOGADO
APODERADO

009

3205437


MRO
HOMENAJE DEL MRO
EN EL 25° ANIVERSARIO DEL ASESINATO DEL CHE
MPP

010 9209467



010 9209467

En el nuevo aniversario de su asesinato, estamos para mantener vivo su pensamiento, su gesta heróica y su mensaje. Pero corresponde analizar y preguntarnos cual CHE?

Del Che se ha fabricado un mito, por la izquierda y por la derecha. Desde la izquierda hubo una exaltación retórica, más tarde se pasó al culto renacentista del héroe, casi de origen sobrenatural, para terminar silenciando su pensamiento, sin analizar críticamente la integridad de su obra.

El CHE ha sido utilizado a continuación de su muerte más que interpretado, así se fue creando un mito de médico guerrillero o primer ministro que renuncia para irse a las selvas bolivianas, se reiteraban valores éticos personales alejándolo de valores éticos universales por los cuales luchó y murió.

Un CHE adorno, un Che extrahumano, un Che perfecto, válido para el futuro, un santo revolucionario para rendirle culto cuando se acerca una fecha, más inofensivo que el mito planteado por los burgueses.

El mito burgués por lo menos demuestra el miedo al Che. La prensa burguesa lo mató muchas veces antes de que ello sucediera. La maquinaria ideológica cultural del imperialismo trata de quitarle al Che sus fermentos subversivos. Es Cristo, Quijote, Cid, Robin Hood o Garibaldi. Un hombre noble, bueno, aventurero. Un rostro en un pulover en cualquier escaparate.

Hay quienes en política, tratan en su afán de no comprometerse, de perdurar en sus puestos de dirigente, de burócratas o de oportunistas, en hablar poco, escribir menos y no firmar nada.

Hay quienes en política, para preservar sus intereses y sus privilegios para ocultar sus debilidades y mezquindades no dicen lo que piensan y menos aún actúan como hablan.

Y en esta fecha, cuando expresamos nuestros sentimientos, expresamos nuestro respeto, seguimos investigando la profundidad de su pensamiento, redoblamos nuestro compromiso revolucionario ante la presencia del siempre vivo del Comandante Guevara y nos vemos desbordados por una figura que se graduó con los más altos honores en la más difícil tarea del género humano: se graduó con los más altos honores en su condición de revolucionario.

El Che habló, escribió y firmó. El Che habló de acuerdo a sus pensamientos y procedió de acuerdo a sus dichos. Con paso firme, fue creciendo ante los ojos asombrados del mundo como un record inalcanzable de la estatura humana, cuando en realidad, sencillamente eligió el sendero revolucionario sin apartarse un centímetro, sin dudar un segundo y midiendo el alcance de sus actos hasta las últimas consecuencias.

El revolucionario no concibe cosas imposibles, el revolucionario concibe cosas posibles. Pero la voluntad del

revolucionario no se detiene jamás ante lo que considera posible, y es un problema de voluntad, es un problema de firmeza, es un problema de convicción, es un problema de confianza, y los hombres que conciben cosas posibles con la inteligencia y no las impulsan con la voluntad, no pueden ser revolucionarios, no son revolucionarios.

Revolucionarios son aquellos que la conciben con la inteligencia y la realizan con la voluntad.

El revolucionario se prepara para la adversidad y la lucha. Asume una responsabilidad histórica en condiciones adversas y los peligros inmediatos los neutraliza en la más firme convicción de que será redimido en el avance majestuoso del pueblo por sus legítimas banderas de liberación nacional y social.

Si el Che simboliza esa escala superior del género humano: el revolucionario. Su ejemplo es una meta inalcanzable? Es un mito? Es un fuera de serie, un destello fugaz de la humanidad?

No, mil veces no. Su mensaje de vida y muerte, es la posibilidad, aquí en la tierra y ahora, de que es posible encontrar la felicidad genuina en tanto como ser humano al convertirse en ser social, al servicio de la causa del socialismo.

Para luchar contra el imperialismo, cuyos recursos militares, técnicos y económicos se hacen sentir en todo el mundo, se hace necesario revolucionarios -hombres y mujeres- de los que habló y predicó con su ejemplo el Che.

Hombres y mujeres templados el ánimo para enfrentarse a enormes obstáculos, con la decisión de morir acompañándolos cada instante, con la convicción profunda de la justicia de la causa y una fé inconmovible en la fuerza invencible de los pueblos.

Y América Latina está anegada en sangre de revolucionarios como el Che, y día a día surgen miles de hombres y mujeres agigantándose sobre su ejemplo y forjando paso a paso la redención definitiva.

Un revolucionario como el Che, un revolucionario de nuestra América, un revolucionario de nuestra patria, un revolucionario de nuestro movimiento debe asumir en su seno al marxista, al economista, al político, al educador humanista y al guerrillero. Es posible asumir este compromiso?

Sí. Es una medida alcanzable para todo hombre y mujer que fije definitivamente su suerte con los pobres y con el socialismo.

Entonces, compañeros, podemos ser guerrilleros, podemos ser marxistas, podemos ser estrategas políticos, podemos ser economistas, podemos ser educadores humanistas, por lo tanto podemos ser como el Che, que se dimensionó a nuestra imagen y semejanza.

"...PODRA SER O NO EL MOMENTO ACTUAL EL INDICADO PARA INICIAR LA LUCHA PERO NO PODEMOS HACERNOS NINGUNA ILUSIÓN, NI TENEMOS DERECHO A ELLO, DE LOGRAR SIN COMBATIR, LA LIBERTAD".

CHE

POR UNA DEMOCRACIA POPULAR !!!

POR LA LIBERACION NACIONAL Y EL SOCIALISMO !!!

VENCEREMOS !!!

MRO

MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO ORIENTAL

MPP

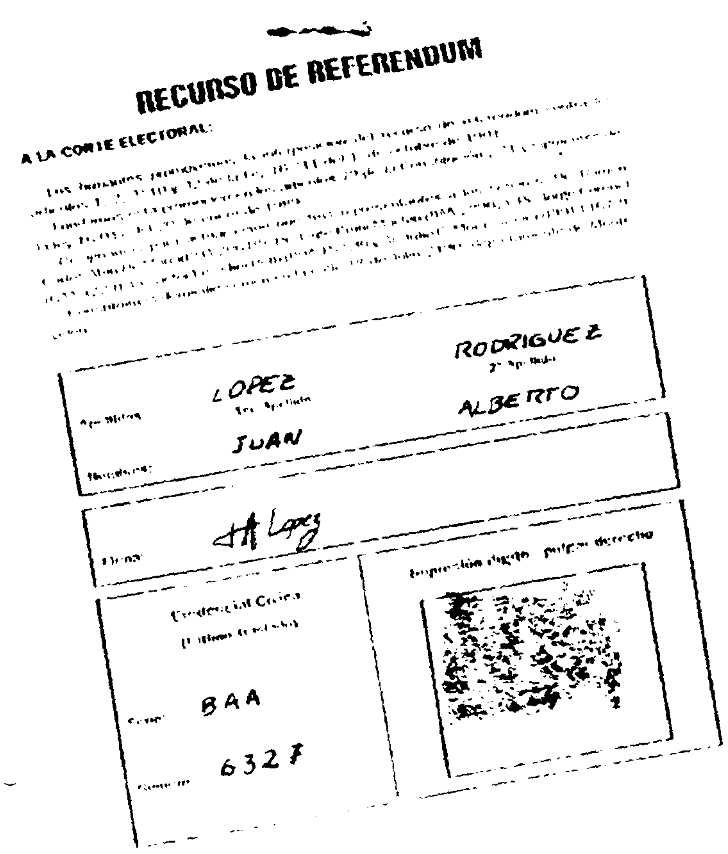
_013

MALDONADO 1259 esq. YI TEL.: 985493 -9209467

CORTE ELECTORAL

Interpongo el recurso de referendum contra los artículos 1º, 2º, 3º, 10º y 32º de la Ley Nº 16.211, de 1º de octubre de 1991.

014 59209467


RECURSO DE REFERENDUM

A LA CORTE ELECTORAL:

Apellidos	LOPEZ	RODRIGUEZ
Nombres	JUAN	ALBERTO
Firma	[illegible]	
Credencial Cívica	Serie BAA	Número 6327

Comisión de Defensa del Patrimonio Nacional y Reforma del Estado

015 59209[illegible]

Ciudadanos integrantes de distintos partidos políticos y organizaciones sociales, hemos coincidido en la necesidad de impulsar una profunda reforma de las Empresas del Estado, de manera que éstas brinden un servicio eficaz, convirtiéndose a la vez en una herramienta de cambio del país.

Como forma de lograr esto impulsaremos el recurso de Referéndum, según lo establece la Constitución, contra los artículos 1, 2, 3, 10 y 32 de la Ley 16.211 aprobada por el gobierno, llamada de "Empresas Públicas".

No debemos confundir la necesidad de un Estado que brinde servicios eficaces, con la propiedad de sus instituciones que son patrimonio del pueblo oriental.

Presentaremos, a la brevedad, un proyecto de ley, de carácter nacional y progresista, como única forma de lograr una auténtica reforma del Estado, que promueva la eficiencia, la descentralización, combata la burocracia, el clientelismo político y defienda la soberanía del país, salvaguardando los intereses de los uruguayos.

Los pasos a dar consisten en:

a) la presentación antes de fines de marzo de papeletas individuales en las cuales constarán: nombre, número y serie de Credencial, firma e impresión digito-pulgar.

b) validadas por la Corte Electoral, ésta deberá convocar a fines de junio aproximadamente a la ciudadanía para que manifieste su voluntad, para que se realice el Referéndum es necesaria la presencia del 25% de los inscriptos quienes se presentarán ante las mesas receptoras instaladas por la Corte en el día que ésta lo establezca.

c) cumplida esta instancia se llamará a Plebiscito con voto obligatorio.

COMISION DE DEFENSA DEL PATRIMONIO NACIONAL Y REFORMA DEL ESTADO

INFORME 1992
AMNISTÍA INTERNACIONAL

RESUMEN

DOC. CON FOJAS
POCO LEGIBLES

RESUMEN DEL INFORME 1992 DE AMNISTÍA INTERNACIONAL

PANORAMA MUNDIAL

Aspectos más destacados del informe anual sobre las preocupaciones de Amnistía Internacional en 1991.

Los gobiernos del mundo fomentan las violaciones de derechos humanos al permitir que sus fuerzas cometan impunemente asesinatos, "desapariciones", torturas y otros abusos graves.

En su último informe anual, -que incluye información pormenorizada sobre violaciones de derechos humanos en 142 países- Amnistía Internacional afirma que muchos gobiernos hacen caso omiso de pasadas violaciones de derechos humanos, promulgan leyes de amnistía de carácter muy amplio, permiten que las investigaciones se arrastren durante años y, muchas veces, no emprenden acciones contra los perpetradores ni siquiera cuando existen pruebas contra ellos.

La organización ha declarado que los gobiernos engendran el deprecio por los derechos humanos al no procesar a los perpetradores de violaciones graves, lo que, inevitablemente, provocará nuevas infracciones de los derechos fundamentales en el futuro.

Entre las graves violaciones de derechos humanos que se detallan en el informe global de 1991 figuran:

- La ejecución extrajudicial de más de 1.000 personas en **Burundi** en el contexto de tensiones de carácter étnico;
- La "desaparición" y ejecución extrajudicial de al menos 360 personas en **Perú** a manos de las fuerzas de seguridad y las atrocidades generalizadas cometidas por el Partido Comunista del Perú (Sendero Luminoso), un grupo armado;
- La ejecución de al menos 1.000 personas en **China**; es probable que la cifra total sea más elevada;
- La tortura, ejecución extrajudicial y otros homicidios deliberados y arbitrarios de civiles por todas las partes en conflicto en **Yugoslavia**;
- Las "desapariciones" y las ejecuciones extrajudiciales en masa ocurridas en **Irak y Kuwait**, sobre todo después de las revueltas populares que tuvieron lugar en Irak y de la retirada de las tropas de este país de Kuwait.

El informe anual, de 304 páginas, trata sobre las preocupaciones de Amnistía Internacional, entre ellas el encarcelamiento de presos de conciencia, la reclusión de presos políticos sin cargos ni juicio o tras procesos sin las debidas garantías, la tortura y ejecución de presos, los homicidios políticos cometidos por algunos gobiernos al margen de la ley y las "desapariciones" bajo custodia de las fuerzas de seguridad.

VIOLACIONES DE DERECHOS HUMANOS EN TODO EL MUNDO PORMENORIZADAS EN EL INFORME 1992 DE AMNISTÍA INTERNACIONAL

Presos

- Había presos de conciencia -encarcelados únicamente por el ejercicio pacífico de sus derechos humanos básicos- en unos 65 países, y posibles presos de conciencia en 27.
- La cifra total de los presos de conciencia de que se tiene noticia en dichos países era de 3.200.
- Había al menos 294.000 presos políticos encarcelados sin cargos ni juicio o que permanecían en detención administrativa en más de 60 países.

Juicios sin las debidas garantías

- Más de 1.300 presos políticos fueron encarcelados tras juicios sin las debidas garantías en al menos 18 países.
- En 17 países se encontraban recluidos presos políticos encarcelados en años anteriores después de procesos injustos.

Torturas o malos tratos

- Se torturó o maltrató a detenidos en prisiones, comisarías o centros de detención secretos de al menos 104 países.
- Más de 500 personas murieron, según parece como consecuencia de torturas, condiciones penitenciarias inhumanas o en circunstancias "sospechosas" en alrededor de 40 países.

Ejecuciones extrajudiciales

- Presuntos miembros de la oposición o de determinados grupos étnicos o personas que re-

sidian en baluartes de la oposición fueron, según parece, víctimas de ejecuciones judiciales en 45 países.

"Desapariciones"

– Se recibieron informes de que al menos 1.270 personas "desaparecieron" tras ser detenidas por las fuerzas de seguridad de aproximadamente 20 países y siguió sin conocerse el paradero de otras que "desaparecieron" en años anteriores en al menos 26 países.

Pena de muerte

– Se tuvieron noticias de ejecuciones en 33 países; se dictaron condenas a muerte o había personas a la espera de ser ejecutadas en más de 50 países.

– A fines de 1991, había 44 países que habían abolido la pena de muerte para todos los delitos en su legislación, 16 habían restringido la pena de muerte a delitos excepcionales y otros 21 la habían abolido en la práctica. Retienen la pena de muerte para delitos ordinarios 106 países.

VÍCTIMAS DE VIOLACIONES DE DERECHOS HUMANOS QUE FIGURAN EN EL INFORME 1992 DE AMNISTÍA INTERNACIONAL

Opositores al gobierno

– Opositores al gobierno o personas sospechosas de serlo -entre ellas miembros de grupos de oposición legales- fueron víctimas de violaciones de derechos humanos en 90 países.

Grupos religiosos

– Se violaron los derechos humanos de dirigentes o miembros de grupos religiosos en 22 países.

Familiares

– En 18 países se encarceló, torturó o dio muerte a familiares de opositores a los gobiernos como medio para llegar a éstos.

Mujeres

– Las mujeres fueron víctimas de muy diversos abusos, entre ellos la violación sexual por las fuerzas de seguridad, en 29 países.

Menores de edad

– En aproximadamente 39 países se violaron los derechos humanos fundamentales de los menores, incluso de niños de corta edad.

Abogados y jueces

– Los propios abogados y jueces, sobre todo los defensores de los derechos humanos, sufrieron también violaciones de los derechos en al menos 16 países.

Activistas de derechos humanos

– Activistas de derechos humanos fueron encarcelados, torturados, "desaparecieron" o perdieron la vida en al menos 14 países.

Sindicalistas

– Los gobiernos de unos 16 países perpetraron violaciones de derechos humanos contra los sindicalistas.

Personalidades académicas y estudiantes

– Personalidades académicas y estudiantes de más de 26 países fueron víctimas de violaciones de derechos humanos.

Peridoistas

– Muchos periodistas, algunos de los cuales escribían sobre los abusos cometidos por los gobiernos, sufrieron violaciones en 25 países.

Artistas

– Los gobiernos violaron los derechos humanos de artistas que habían manifestado su disidencia en seis países.

Grupos étnicos y pueblos indígenas

– Los miembros de grupos étnicos o indígenas fueron víctimas de violaciones de derechos humanos en más de 40 países.

ASPECTOS MÁS DESTACADOS DEL INFORME ANUAL SOBRE LAS PREOCUPACIONES DE AMNISTÍA INTERNACIONAL EN 1991

La trascendental evolución política de África en 1991 provocó enormes cambios en la situación de los derechos humanos de muchos países de la región.

Gobiernos reformistas subieron al poder tras la celebración de conferencias "nacionales" en países de habla francesa, como **Congo**, **Níger** y **Togo**, o después de elecciones, como en **Zambia**. En otros lugares, los gobiernos represores fueron barridos como consecuencia de alzamientos populares, por ejemplo en **Malí**, o de la victoria de grupos armados de oposición, como ocurrió en **Etiopía** y **Somalia**.

La introducción de reformas políticas dio lugar a la desaparición del unipartidismo en la mayoría de los Estados del continente en que constituía la forma de gobierno, como **Kenia** y **Ruanda**, que celebraron elecciones multipartidistas por primera vez. Sólo **Burundi**, **Tanzania** y **Malawi** seguían siendo formalmente países de partido único a fines de 1991, y el único Estado que no tenía previstos cambios hacia un sistema de pluralidad de partidos era **Malawi**.

Los cambios políticos pusieron fin a algunas pautas de violaciones de derechos humanos que se encontraban muy arraigadas. En **Zambia**, por ejemplo, se derogaron las leyes de emergencia semipermanentes que permitían el encarcelamiento sin procesamiento, y en **Etiopía**, cientos de presos de conciencia y otros reclusos fueron puestos en libertad tras el derrocamiento del gobierno, que había practicado la detención arbitraria de manera sistemática.

Al mismo tiempo, las actividades de los movimientos en favor de la democracia y el resurgimiento de una política competitiva de partidos originó nuevas violaciones de derechos humanos. Manifestantes que solicitaban reformas políticas fueron abatidos a tiros en **Camerún**, **Madagascar**, **Malí** y **Zaire**, y en muchos países se detuvo a simpatizantes de los partidos políticos de oposición. Se recibieron informes de ejecuciones extrajudiciales en países como **Chad** y **Malí**, donde tan sólo unos meses antes, los gobiernos habían asumido el poder con el compromiso de respetar los derechos humanos.

Una característica común a casi todos los países que experimentaron cambios políticos fue la dificultad para abordar las violaciones de derechos humanos cometidas por gobiernos anteriores, tanto a la hora de llevar a sus perpetradores ante los tribunales como de introducir reformas encaminadas a impedir ulteriores abusos.

En algunos países se detuvo a personas que habían ocupado cargos con anteriores gobiernos en relación con violaciones de derechos humanos y otros delitos. En **Etiopía**, por ejemplo, donde tras el cambio de gobierno se confirmaron pasadas violaciones, fueron detenidos millares de funcionarios del gobierno anterior. En otros lugares, las autoridades ordenaron que se investigaran pasadas violaciones de derechos humanos, por ejemplo en **Chad** y **Níger**. En ninguno de estos países se había procesado a persona alguna a fines de año.

En muchos países donde cambiaron los gobiernos no se llevó a cabo ninguna investigación y los funcionarios responsables de la muerte o tortura de presos en el pasado gozaron en la práctica de impunidad. En el **Congo**, por ejemplo, la decisión de la conferencia nacional de no procesar a nadie por "delitos políticos" se interpretó como que debía concederse también inmunidad de procesamiento a los responsables de pasadas violaciones de derechos humanos.

En general, se observó una aparente renuencia a aprender del pasado y a introducir reformas que impidiera la comisión de abusos, acaso porque los gobiernos temían la reacción de las fuerzas de seguridad si se imponían limitaciones a sus actividades. Aún así, antes de que finalizara 1991, los soldados atacaron en **Togo** la residencia del primer ministro para protestar por las tentativas del gobierno civil de transición de exigirles responsabilidades por sus actos.

Las violaciones de derechos humanos más difundidas en la región continuaron siendo en 1991 las ejecuciones extrajudiciales y las "desapariciones" de opositores a los gobiernos, miembros de grupos étnicos determinados y organizaciones políticas rivales. En **Burundi** se produjeron al menos 1.000 ejecuciones extrajudiciales en el contexto de tensiones étnicas. Muchos de los 300 presos políticos negros cuya ejecución extrajudicial se hizo pública en **Mauritania** en 1991 y alrededor de 150 miembros del grupo étnico tuareg abatidos a tiros por soldados de **Malí** perdieron la vida debido a su origen étnico.

En **Liberia** continuaron los homicidios entre grupos políticos rivales, aunque en menor escala que en 1990, y en **Somalia**, muchas de las miles de personas que murieron fueron víctimas de homicidios deliberados por pertenecer a determinados clanes. En **Sudáfrica**, cientos de opositores al gobierno, con frecuencia miembros del Congreso Nacional Africano, fueron víctimas de homicidios de índole política ejecutados con la aquiescencia o connivencia de las fuerzas de seguridad gubernamentales, y en ocasiones con su participación directa.

En 1991 continuó torturándose en toda la región a opositores a los gobiernos, se recibieron informes de la reapertura de centros de tortura y surgieron

nuevas pruebas de torturas bajo gobiernos anteriores. En Etiopía, hasta el derrocamiento del presidente Mengistu continuó torturándose a los presos políticos en centros de interrogatorio y casas "de seguridad". En Sudán, la tortura constituía un hecho cotidiano en los centros de detención denominados "casas fantasma". Según informes, en Chad volvieron a entrar en funcionamiento algunos centros ilegales de detención y tortura del anterior gobierno, entre ellos una piscina transformada. En estos y otros países, como **Burundi**, **Camerún**, **Malawi**, **Mauritania** y **Yibuti**, los métodos de tortura incluyen golpes en las plantas de los pies, quemaduras infligidas con carbón, descargas eléctricas, ahogamiento y asfixia parciales y privación de alimentos.

En muchos países permanecían en prisión numerosos presos políticos, entre los que había presos de conciencia, a pesar de la excarcelación de presos destacados. En **Uganda** se detuvo durante operaciones de contrainsurgencia a centenares de personas sospechosas de oponerse al gobierno, entre las que había miembros del Parlamento; muchas permanecieron recluidas ilegalmente en cuarteles durante meses. En **Kenia**, cientos de activistas en favor de la democracia fueron encarcelados durante breves periodos. En **Ghana**, al menos 50 sospechosos de oponerse al gobierno permanecieron en detención administrativa sin cargos ni juicio; algunos llevaban recluidos más de ocho años.

En el transcurso del año se produjeron numerosas excarcelaciones de presos políticos. En **Angola**, 2.000 personas fueron puestas en libertad tras la firma del acuerdo de paz, y en **Ruanda**, varios miles de presos encarcelados en 1990 quedaron en libertad en abril de 1991. En **Sudán** fueron excarcelados más de 300 presos de conciencia, si bien a lo largo del año fueron detenidos centenares de presuntos opositores al gobierno. Ochenta presos políticos fueron puestos en libertad en **Malawi**; no obstante, más de 20 continuaron bajo custodia, entre ellos uno que lleva más de 25 años en detención. En **Suazilandia**, cinco presos de conciencia fueron excarcelados la víspera de una visita de Amnistía Internacional que tenía como objeto presionar en favor de su liberación.

A lo largo del año, presuntos opositores a los gobiernos fueron sometidos a juicios sin las debidas garantías en varios países, como **Kenia** y **Sudán**. En este último se condenó a más de 40 acusados tras juicios que tan sólo duraron unos minutos y en los que no pudieron disponer de abogado. En **Ruanda** continuaron los juicios ante tribunales especiales de seguridad que no cumplieron plenamente las normas internacionalmente aceptadas, pero en **Malí** fueron abolidos unos tribunales semejantes.

En varios países se realizaron ejecuciones, algunas tras juicios sin las debidas garantías. En **Sudáfrica** concluyó formalmente la moratoria en las ejecuciones anunciada en 1990, aunque se mantuvo en la práctica; en Pretoria había 420 reos de muerte, pero no se llevaron a cabo ejecuciones. Sin embargo, dos personas fueron ejecutadas en la "patria" nominalmente independiente de Venda. También hubo ejecuciones en **Malawi**, **Nigeria**, **Tanzania** y **Sudán**, donde se condenó por lo menos a 12 personas a ser crucificadas en público.

Los grupos de oposición armados fueron, asimismo, responsables de torturas y homicidios deliberados y arbitrarios durante el año. El Frente Patriótico Nacional de Liberia cometió homicidios generalizados en su país y detuvo y dio muerte a cientos de civiles tras invadir **Sierra Leona**. Se recibieron informes de que la Resistencia Nacional Mozambiqueña (RENAMO) había matado de forma deliberada y arbitraria a centenares de civiles, decapitándolos o mutilándolos en algunos casos. Una facción del Ejército Popular de Liberación de **Sudán** dio muerte a más de 2.000 civiles tras la división que se produjo en dicha organización.

VIOLACIONES DE DERECHOS HUMANOS EN ÁFRICA PORMENORIZADAS EN EL INFORME 1992 DE AMNISTÍA INTERNACIONAL

Ejecuciones extrajudiciales

- Varios miles de personas fueron víctimas de ejecuciones extrajudiciales, o pudieran haberlo sido, por parte de las fuerzas de seguridad en 26 países, entre ellos **Burundi**, **Madagascar**, **Malí**, **Sudáfrica** y **Zaire**.

"Desapariciones"

- Se recibieron informes de que aproximadamente 60 personas "desaparecieron" en cuatro países, y continuó sin conocerse la suerte de alrededor de otras 500 "desaparecidas" en años anteriores en ocho países. Entre los países donde se produjeron "desapariciones" figuran **Angola**, **Mauritania** y **Mozambique**.

Torturas o malos tratos

- En 34 países, entre ellos **Burundi**, **Chad**, **Etiopía** y **Malawi**, se torturó o maltrató a detenidos en prisiones, comisarías de policía o centros secretos de detención.

- Más de 340 personas murieron, según parece como consecuencia de palizas y otras torturas, en alrededor de 14 países, incluidos **Mauritania** y **Yibuti**.

- Presos de al menos ocho países, entre los que figuran **Camerún** y **Togo**, hubieron de padecer condiciones carcelarias constitutivas de trato cruel, inhumano o degradante.

Presos

- En más de la mitad de los países de la región había en la cárcel presos de conciencia o que

05 -

9209468

tal vez lo fueran, encarcelados únicamente a causa del ejercicio pacífico de sus derechos humanos.

- Había más de 200 presos de conciencia encarcelados en 24 países, entre ellos **Ghana, Kenia** y **Sudán**.
- En 10 países, incluidos **Guinea Ecuatorial, Senegal** y **Sierra Leona**, había otros 50 posibles presos de conciencia.
- Más de 5.300 personas permanecieron en detención administrativa -sin cargos ni juicio- en aproximadamente 26 países, entre los que figuraban **Burundi, Camerún, Etiopía, Mozambique, Ruanda, Senegal, Sudán, Uganda** y **Zaire**.
- Más de 8.000 presos políticos, incluidos algunos presos de conciencia y personas encarceladas sin cargos ni juicio, fueron puestos en libertad en 22 países, entre ellos **Angola, Mauritania, Ruanda** y **Sudán**.

Juicios sin las debidas garantías

- Más de 1.000 presos políticos fueron encarcelados tras juicios sin las debidas garantías celebrados en seis países, entre los que figuraron **Ghana** y **Kenia**.
- En cuatro países, entre ellos **Kenia, Malawi** y **Sudán**, alrededor de 24 presos políticos permanecían en prisión tras ser sometidos en años anteriores a procesos que no reunieron las debidas garantías.

Pena de muerte

- Más de 60 personas fueron ejecutadas -mediante ahorcamiento, fusilamiento u otros métodos- en siete países, incluidos **Sudán** y **Uganda**.
- En 18 países, entre los que figuraban **Kenia, Sudáfrica** y **Zambia**, había más de 1.000 personas condenadas a muerte por habérseles sido impuesta dicha pena en 1991 o en años anteriores.

ACONTECIMIENTOS MÁS SIGNIFICATIVOS DESDE EL 1 DE ENERO AL 31 DE MAYO DE 1992

COSTA DE MARFIL: En febrero se practicaron más de un centenar de arrestos tras las manifestaciones celebradas para protestar contra la negativa presidencial de llevar a la práctica las recomendaciones de una comisión de investigación sobre la brutalidad del ejército en unos hechos ocurridos en mayo del año anterior. Entre los que fueron arrestados, y condenados a diversas penas de prisión, figuran Laurent Gbagbo, parlamentario y dirigente del principal partido de la oposición, y el presidente de la Liga por los Derechos Humanos de Costa de Marfil. Todavía se encuentran en prisión sin haber sido juzgados al menos otros 50 presos de conciencia.

MALAWI: El gobierno reaccionó a las presiones internacionales y liberó a 50 detenidos políticos en enero. No obstante, en marzo, cuando los obispos católicos del país criticaron las violaciones de derechos humanos que habían tenido lugar, fueron sometidos a interrogatorio y recibieron amenazas de muerte. Posteriormente, en abril, el dirigente sindical Chakufwa Chihana fue arrestado en el aeropuerto cuando regresaba a Malawi para organizar un movimiento en favor de la democracia. En mayo también, fueron detenidos otros opositores al sistema político unipartidista del país y a algunos los torturaron. El 31 de mayo, el gobierno no había acatado la orden judicial de que presentara a Chakufwa Chihana ante un juez, lo que ha originado la protesta popular, que se ha saldado con decenas de muertos.

SUDÁFRICA: En mayo, durante el periodo preparatorio de la segunda ronda de conversaciones sobre la reforma constitucional, se recibieron más informes sobre la implicación de la policía y el ejército en homicidios políticos cometidos a mediados de la década de los ochenta y en la de los noventa. Amnistía Internacional publicó un extenso informe sobre esta cuestión en junio de 1992 en el que ponía de manifiesto la implicación policial en algunos homicidios y su impasibilidad ante los homicidios cometidos por el movimiento Inkatha, la mayoría contra presuntos simpatizantes del ANC, en los dos años transcurridos desde que se inició en el país el proceso de reforma política.

ASPECTOS MÁS DESTACADOS DEL INFORME ANUAL SOBRE LAS PREOCUPACIONES DE AMNISTÍA INTERNACIONAL EN 1991

La impunidad de que gozaron los perpetradores de violaciones de derechos humanos continuó siendo un serio obstáculo para la prevención de abusos en la mayoría de los países de América, donde no se procesó ni se investigó a gran parte de los responsables de torturas, "desapariciones" y ejecuciones extrajudiciales.

Las leyes de amnistía aprobadas en **Honduras** y **Nicaragua** en 1991, en teoría para promover la reconciliación nacional, supusieron nuevos obstáculos para la investigación de las violaciones de derechos humanos. En otros países, amnistías de largo alcance promulgadas en años anteriores impidieron que se investigaran las violaciones de derechos humanos cometidas antes de su aprobación y, por consiguiente, muchos miembros de las fuerzas de seguridad responsables de la práctica sistemática de la tortura y de miles de "desapariciones" y ejecuciones extrajudiciales permanecieron en sus puestos.

En los raros casos en que los perpetradores comparecieron ante tribunales civiles, los jueces, debido a intimidaciones y a la ausencia de apoyo político o de recursos, no impusieron, en muchas ocasiones, condenas. En un caso insólito y que recibió mucha publicidad, un coronel de **El Salvador** fue condenado por el homicidio de seis sacerdotes jesuitas y dos empleadas de una universidad, pero continuaron sin investigarse varios miles más de violaciones de derechos humanos ocurridas en ese país.

En **Colombia** y **Perú**, la justicia militar controló eficazmente un sistema de impunidad institucionalizada incluso en los raros casos en que fueron procesados miembros de las fuerzas de seguridad acusados de violaciones de derechos humanos. La impunidad y el no rendir cuentas se vieron, asimismo, facilitados por el recurso a "escuadrones de la muerte" y a otros grupos denominados paramilitares que actúan en estrecha colaboración con las fuerzas de seguridad. Los escuadrones de la muerte desarrollaron una gran actividad en **Brasil**, donde se atribuyeron cientos de víctimas, entre ellas decenas de niños de la calle, así como en **Colombia**, **Perú** y **Guatemala**.

En **Brasil**, por ejemplo, centenares de niños de la calle y de adultos perdieron la vida a manos de escuadrones de la muerte. En **Colombia**, las fuerzas de seguridad y los grupos paramilitares que colaboran con ellas mataron a cientos de civiles. "Escuadrones de la muerte" urbanos que, según se cree, están vinculados a la policía nacional, dieron muerte a decenas más. Los "escuadrones de la muerte", las fuerzas de seguridad y grupos civiles bajo control militar fueron responsables de centenares de ejecuciones extrajudiciales en **Guatemala**. En **Perú**, más de 300 personas "desaparecieron" y al menos 60 fueron ejecutadas extrajudicialmente por las fuerzas de seguridad o los grupos denominados paramilitares que, al parecer, cuentan con su apoyo.

Algunos grupos de oposición cometieron abusos en la región. En **Perú**, el Partido Comunista del Perú (Sendero Luminoso) llevó a cabo atrocidades generalizadas, entre ellas el homicidio de determinados funcionarios y civiles. En **El Salvador**, el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) cometió varios homicidios a la manera de ejecuciones.

La tortura continuó siendo endémica en la región, y constituye otra consecuencia de la impunidad que se concede en América a los violadores de derechos humanos. En **México**, la tortura y los malos tratos fueron hechos cotidianos. En 1991, las personas detenidas en México recibían habitualmente palizas y muchas padecieron otras formas de tortura, como descargas eléctricas y semiasfixia. En la mayoría de los casos, la atención médica fue inadecuada o no la hubo y los tribunales aceptaban, por lo general, las confesiones obtenidas mediante tortura. Al menos 20 denuncias de tortura se presentaron en 1991 ante los tribunales de **Chile**, pero ninguno de los responsables compareció ante la justicia. En **Ecuador**, una comisión designada por el gobierno encontró pruebas de torturas y malos tratos por parte de miembros del Servicio de Investigación Criminal. En septiembre se disolvió el cuerpo. En **Uruguay** se recibieron informes de varios casos de torturas y malos tratos, entre ellos los de dos adolescentes de 17 y 18 años a los que la policía presuntamente golpeó, propinó patadas y encapuchó durante su interrogatorio. También se recibieron numerosos informes de torturas procedentes de **Haití**, entre ellas de fuertes palizas, y se negó asistencia médica a las víctimas. Las condiciones de los centros de detención eran sumamente penosas y los malos tratos, un hecho habitual. Los internos padecían desnutrición y había niños incluso de 11 años recluidos en prisiones para adultos en las que imperaban las terribles condiciones antes descritas.

La detención arbitraria constituyó, asimismo, un grave motivo de preocupación en **Haití**, donde los militares detuvieron a más de 300 personas, entre ellas muchos presos de conciencia, tras el golpe que derrocó en septiembre al gobierno de Jean-Bertrand Aristide.

En **Cuba** había decenas de presos de conciencia y, quizá, otros 200 ó 300 posibles presos de conciencia, muchos de ellos activistas en favor de los derechos humanos o personas críticas con el

gobierno. Algunos fueron detenidos por intentar salir del país. En los juicios de los presos políticos no se cumplieron las normas internacionalmente aceptadas: algunas veces se celebraron a los pocos días de producirse la detención y los presos tuvieron poco acceso, o ninguno, a un abogado defensor. Los presos de conciencia también fueron motivo de preocupación en **Estados Unidos de América**, donde al menos 32 miembros de las fuerzas armadas fueron encarcelados por negarse a participar en el conflicto del Golfo por motivos de conciencia. También suscitaron inquietud los malos tratos infligidos en prisiones y bajo custodia policial en varios lugares del país.

Había en **Estados Unidos** más de 2.500 personas condenadas a muerte, y 14 presos fueron ejecutados. En la actualidad, es uno de los seis países del mundo donde se condena a muerte a delincuentes juveniles. Se dictaron penas de muerte en varios países del Caribe, incluidos las **Bahamas**, **Guyana**, **Jamaica** y **Trinidad y Tobago**. Se llevaron a cabo ejecuciones en **Cuba**, **Antigua y Barbuda** y **San Vicente y las Granadinas**. Sin embargo, en **Granada** se conmutaron por cadena perpetua las penas capitales de 22 personas, entre las que había 14 ex militares y funcionarios.

Amnistía Internacional sintió, asimismo, preocupación por la práctica del gobierno de **Estados Unidos** de interceptar a los solicitantes de asilo que huían de **Haití** tras el golpe de septiembre y los procedimientos utilizados para identificar a las personas que podrían correr peligro: este procedimiento de selección carecía de importantes salvaguardias exigidas por las normas internacionales y podría haber provocado la devolución forzosa a **Haití** de personas que corrían peligro de sufrir violaciones de derechos humanos.

VIOLACIONES DE DERECHOS HUMANOS EN AMÉRICA PORMENORIZADAS EN EL INFORME 1992 DE AMNISTÍA INTERNACIONAL

"Desapariciones"

- En 14 países "desaparecieron" personas o continuó sin conocerse la suerte de otras "desaparecidas" anteriormente. Cientos de personas "desaparecieron" en **Colombia**, **Guatemala** y **Perú** y siguieron sin esclarecerse los casos de otros miles de "desaparecidos" en años anteriores en países entre los que figuraban **Argentina**, **Brasil**, **Chile**, **Honduras** y **México**.

Ejecuciones extrajudiciales

- Según parece, al menos 900 personas fueron ejecutadas extrajudicialmente por fuerzas de seguridad gubernamentales o por "escuadrones de la muerte" vinculados a éstas en 11 países, sobre todo **Brasil**, **Colombia**, **Guatemala**, **Haití** y **Perú**.

Torturas o malos tratos

- Se recibieron informes de torturas o malos tratos en 22 países, entre ellos **Brasil**, **Chile**, **Ecuador**, **Haití** y **México**.

- En nueve países, incluidos **Panamá** y la **República Dominicana**, varias personas murieron bajo custodia, según parece como consecuencia de torturas.

- Las fuerzas de seguridad de cuatro países -**Brasil**, **Chile**, **Estados Unidos** y **Uruguay**- presuntamente violaron a varias mujeres o abusaron sexualmente de ellas.

Presos de conciencia

- En al menos cinco países, incluidos **Cuba** y **Estados Unidos**, había presos de conciencia encarcelados únicamente por el ejercicio pacífico de sus derechos humanos.

Juicios sin las debidas garantías y reclusión sin cargos ni juicio

- Había presos políticos en varios países. En tres, incluida **Cuba**, se encontraban recluidos tras juicios sin las debidas garantías. En seis países, entre ellos **Haití**, estaban encarcelados sin cargos ni juicio.

Pena de muerte

- Se dictaron condenas a muerte en 12 países y había miles de personas aguardando su ejecución, sobre todo en **Estados Unidos**, **Jamaica** y **Trinidad y Tobago**.

- Se realizaron aproximadamente 18 ejecuciones en cuatro países de la región, 14 de ellas en **Estados Unidos**.

ACONTECIMIENTOS MÁS SIGNIFICATIVOS DESDE EL 1 DE ENERO AL 31 DE MAYO DE 1992

PERÚ: El día 5 de abril, el presidente Alberto Fujimori pronunció un discurso sorpresa en la televisión en el que anunciaba la disolución forzosa del congreso y otras importantes reformas, para lo que contó con el respaldo de las fuerzas armadas. Acto seguido, unas 60 personas, entre ellas periodistas, políticos y sindicalistas, fueron arrestadas y retenidas sin cargos durante varios días; la mayoría de ellos fueron presos de conciencia.

Al día siguiente se publicó un decreto en el que se determinaban los objetivos del nuevo Gobierno de Emergencia y Reconstrucción Nacional, entre los que se incluía la reforma de la constitución, del poder judicial y del Ministerio Público, institución

encargada de iniciar las investigaciones sobre violaciones de derechos humanos. La disolución del Congreso supuso el fin de los trabajos de sus comisiones en relación con los derechos humanos y prácticamente todo el sistema judicial cesó su actividad durante cuatro semanas, por lo que quedó suspendido de hecho el derecho de hábeas corpus.

El 6 de mayo resultaron muertos dos agentes de policía y 39 presos, miembros del partido Comunista del Perú (Sendero Luminoso), durante una operación realizada por las fuerzas de seguridad en el Penal Miguel Castro Castro, en Lima. Amnistía Internacional siente preocupación por la seguridad de los presos que aún se encuentran en el penal y por la de los que fueron trasladados a otros lugares. La organización ha hecho un llamamiento al gobierno para que facilite información detallada sobre todos los presos afectados por la operación de las fuerzas de seguridad.

ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA: Amnistía Internacional manifestó su más honda preocupación por la aplicación cada vez mayor de la pena capital: A fines de año se habían llevado a cabo en los Estados Unidos 19 ejecuciones; en 1991 la cifra total fue de 14. Tras más de 20 años sin ejecuciones, cuatro estados (Arizona, California, Delaware y Wyoming) volvieron a hacer uso de esta pena. En enero de 1992, el nuevo gobierno del estado de Ohio volvió a imponer siete de las ocho sentencias a muerte conmutadas en 1991 por el gobernador saliente. En Texas fue ejecutado Johnny Garrett, delincuente juvenil. La decisión de absolver a los agentes de policía que habían sido acusados de propinar una paliza a un conductor provocó disturbios en Los Ángeles. Durante varios años Amnistía Inernacional ha venido informando sobre casos de brutalidad policial en los Estados Unidos.

VENEZUELA: Muchas personas fueron arrestadas tras el intento de golpe de Estado ocurrido el 4 de febrero. Se recibieron informes de violaciones de derechos humanos cometidas por las fuerzas de seguridad, entre ellas la ejecución extrajudicial de al menos cinco personas, y el arresto y la tortura de otras muchas.

ASPECTOS MÁS DESTACADOS DEL INFORME ANUAL SOBRE LAS PREOCUPACIONES DE AMNISTÍA INTERNACIONAL EN 1991

Los funcionarios del estado responsables de torturas, homicidios políticos, "desapariciones" y otras violaciones de derechos humanos gozan de impunidad en varios países de la región de Asia y Oceanía. En algunos casos, el hecho tiene su origen en leyes especiales; en otros países, se debe a actitudes institucionales o a la política oficial cuya consecuencia es la ausencia de investigaciones de violaciones de derechos humanos, la negativa a llevarlas a cabo o la falta de determinación de llevar a los perpetradores ante los tribunales.

El gobierno de **Sri Lanka**, al tiempo que anunciaba algunas medidas para aumentar la protección de los derechos humanos, se negó a derogar la Enmienda de Ley de Inmunidad. En virtud de esta ley, se concede inmunidad de procesamiento por actos cometidos "de buena fe" entre agosto de 1977 y diciembre de 1988 a los miembros de las fuerzas de seguridad y a otras personas. Durante ese período "desaparecieron" o fueron ejecutadas extrajudicialmente decenas de miles de personas.

En **Filipinas**, a pesar del compromiso expreso del gobierno de defender los derechos humanos y las garantías legales y constitucionales, en 1991 continuaron produciéndose violaciones de derechos humanos y prácticamente ninguno de sus perpetradores fue procesado. Amnistía Internacional cree que sólo cinco miembros de las fuerzas de seguridad o grupos paramilitares han sido procesados por ejecuciones extrajudiciales desde 1986; la organización dispone de datos sobre unas 550 muertes de esa índole ocurridas entre 1988 y fines de 1991. El hecho de que el gobierno no investigue adecuadamente las violaciones de derechos humanos y su política de dejar el procesamiento de los perpetradores en manos de los militares ha llevado a quienes cometen violaciones de derechos humanos a creer que sus actos son tolerados o están más allá del alcance de la ley.

En la **India**, la impunidad de las violaciones de derechos humanos tiene un origen tanto legal como informal. La Ley sobre Poderes de las Fuerzas Armadas actualmente en vigor en el Punjab, Jammu y Cachemira, Assam y otros estados, autoriza a las fuerzas de seguridad a efectuar detenciones y a disparar a matar. También les garantiza, por adelantado, inmunidad de procesamiento. En otras zonas del país, las fuerzas de seguridad actúan en la práctica con impunidad debido a un sistema informal pero muy extendido de complicidad oficial en el encubrimiento de la práctica generalizada de la tortura.

Otra violación de derechos humanos común en la **India** es la detención sin cargos ni juicio, nuevamente en aplicación de leyes especiales, de muchos miles de presos políticos, entre ellos algunos presos de conciencia.

En efecto, en toda la región continuó encarcelándose en 1991 a presos de conciencia únicamente por la expresión no violenta de sus convicciones, además de practicarse la detención arbitraria de personas, recluidas posteriormente sin cargos ni juicio o condenadas tras juicios sin las debidas garantías. En **China**, fueron recluidas sin cargos en diversas formas de detención administrativa cientos de miles de personas, disidentes políticos y religiosos en algunos casos, sobre todo católicos del norte del país y monjes budistas en el **Tíbet**. Miles de presos políticos, entre ellos centenares de presos de conciencia, permanecieron en prisión, muchos de ellos en relación con las protestas en favor de la democracia ocurridas en 1989. En **Myanmar** (Birmania) había más de 1.500 posibles presos de conciencia, que constituían una parte de los miles de presos políticos que, según se cree, se encontraban encarcelados en ese país. Algunos, como la dirigente de la oposición y Premio Nobel de la Paz de 1991 Aung San Suu Kyi, continuaron recluidos sin cargos ni juicio. Otros cumplían condena tras juicios sumamente injustos.

En la **República de Corea** (Corea del Sur), cientos de personas fueron detenidas por sus actividades políticas, entre ellas presuntas alabanzas a Corea del Norte, apoyo a huelgas o participación en manifestaciones pacíficas. Al menos 50 presos de conciencia fueron encarcelados a lo largo del año y algunos cumplían largas penas de prisión. En **Vietnam** había al menos 80 presos y posibles presos de conciencia en la cárcel, y fueron detenidos al menos 15 más. Uno de ellos, Nguyen Dan Que, era miembro de Amnistía Internacional; se le impuso una pena de 20 años de prisión, seguida de cinco años de arresto domiciliario por "actividades encaminadas al derrocamiento del gobierno popular". Durante gran parte de 1991 permanecieron recluidos sin juicio para su "reeducación" más de 100 ex miembros del ejército, algunos de ellos encarcelados desde 1975. En **Afganistán**, centenares de presos políticos, entre los que figuraban posibles presos de conciencia, se encontraban encarcelados aún sin cargos ni juicio; algunos llevaban así nueve años. Otras personas sospechosas de oponerse al gobierno cumplían condena tras juicios sin las debidas garantías ante tribunales especiales.

Los juicios sin las debidas garantías constituyeron un hecho habitual en muchos países, y tuvieron como consecuencia largas penas para cientos de presos políticos. En **Indonesia** había más de 150 posibles presos de conciencia, la mayoría de los

-0-

cuales cumplían largas condenas por subversión. Otros 200 presos políticos cumplían aún condena tras ser juzgados sin las garantías necesarias en años anteriores.

En Camboya, cientos de presos políticos, entre los que figuraban al menos seis presos de conciencia, fueron puestos en libertad de acuerdo con los términos del proceso de paz internacionalmente apoyado. Sin embargo, las autoridades del gobierno admitieron en septiembre que aún había 1.260 presos políticos y prisioneros de guerra. También se produjeron excarcelaciones en Bhután, donde el rey ordenó la liberación de 1.000 presos políticos, entre los que había tres presos de conciencia, a fines de 1991.

En algunas zonas de Asia, los presos políticos y los presuntos delincuentes fueron sometidos a torturas, horrorosas en ocasiones, por ejemplo en la **India**, **Paquistán** y **Myanmar**. Los métodos más denunciados fueron las palizas, las descargas eléctricas y las violaciones.

Fuerzas gubernamentales fueron, asimismo, responsables de muchas "desapariciones" y ejecuciones extrajudiciales en la región, sobre todo en países donde estaban en activo grupos armados de oposición, como **Filipinas** y **Sri Lanka**. En **Indonesia**, las fuerzas gubernamentales ejecutaron extrajudicialmente a centenares de personas en Aceh, Timor Oriental y el norte de Sumatra. Tan sólo en Timor Oriental, alrededor de 100 personas perdieron la vida en un incidente, cuando tropas gubernamentales abrieron fuego contra una manifestación pacífica en un cementerio. En **Sri Lanka** fueron ejecutadas extrajudicialmente cientos de personas y varios centenares más "desaparecieron", y se cree que en **Filipinas**, decenas de personas han sido ejecutadas extrajudicialmente o, según los informes, "desaparecido" bajo custodia policial o militar.

Además de las víctimas de ejecuciones extrajudiciales, varios miles de personas más perdieron la vida a manos del verdugo. En **China** continuó aumentando la aplicación de la pena capital; Amnistía Internacional recopiló en 1991 información sobre más de 1.050 ejecuciones y 1.650 penas de muerte, pero se cree que la cifra real es notablemente superior.

En **Paquistán** se dictaron alrededor de 200 penas capitales, algunas tras juicios ante Tribunales Especiales para Juicios Rápidos, y se ejecutó a un hombre mediante lapidación. En **Malasia**, se condenó a muerte a por lo menos 67 personas y en **Taiwán** se recibieron informes de 50 ejecuciones.

Sólo un gobierno adoptó medidas positivas contra la pena de muerte. Hong Kong votó en favor de su abolición y de la rápida modificación de la legislación al respecto. En **Filipinas** se aplazó la votación para restaurar la pena de muerte.

En varios países, los grupos de oposición fueron también responsables de violaciones de derechos humanos. En **Sri Lanka**, los Tigres de Liberación de Eelam Tamil cometieron homicidios generalizados de civiles y se cree que tenían en su poder a más de 2.000 prisioneros, de los que ejecutaron a 30. En **Filipinas**, el Nuevo Ejército del Pueblo fue, al parecer, responsable de decenas de muertes. Asimismo, grupos de oposición llevaron a cabo violaciones de derechos humanos en la **India**; en el Punjab, los separatistas dieron muerte a cientos de civiles, y grupos de oposición de Assam y Jammu y Cachemira retuvieron como rehenes a docenas de personas, matando a algunas de ellas.

VIOLACIONES DE DERECHOS HUMANOS EN ASIA Y OCEANÍA PORMENORIZADAS EN EL INFORME 1992 DE AMNISTÍA INTERNACIONAL

Presos de conciencia

- Había miles de presos de conciencia, encarcelados únicamente a causa del ejercicio pacífico de sus derechos humanos, en al menos 15 países, entre ellos **Myanmar** y **China**, y cabía la posibilidad de que los hubiera en otros dos.

Detención administrativa

- En 16 países, sobre todo **China** y **Sri Lanka**, había cientos de miles de presos políticos recluidos sin cargos ni juicio.

Excarcelaciones

- Miles de presos políticos y presos de conciencia fueron puestos en libertad en nueve países, especialmente **Bangladesh**.

Juicios sin las debidas garantías

- Al menos en cinco países, incluidos **China**, **Indonesia**, **Myanmar** y **Paquistán** se encarceló el año pasado a presos políticos tras juicios sin las debidas garantías y por lo menos en cinco países, como **Bangladesh**, **Camboya**, **China**, **Indonesia** y **Vietnam**, había reclusos condenados tras ser procesados sin las garantías necesarias en años anteriores.

"Desapariciones"

- Centenares de personas "desaparecieron" en siete países, entre ellos la **India**, **Filipinas** y **Sri Lanka**; esta cifra incluye a las personas "desaparecidas" en años anteriores cuya suerte se desconoce aún.

Ejecuciones extrajudiciales

- Según parece, fuerzas de seguridad gubernamentales o "escuadrones de la muerte" presuntamente vinculados a ellas llevaron a cabo ejecuciones extrajudiciales en 11 países, especialmente la **India**, **Filipinas**, **Indonesia** y **Timor Oriental** y **Sri Lanka**.

Torturas o malos tratos	Pena de muerte
– Se recibieron informes de torturas o malos tratos a presos en 16 países, como China, la India, Myanmar y Paquistán. – En seis países -Bangladesh, Corea del Sur, la India, Indonesia, Paquistán y Tailandia- varias personas murieron bajo custodia, según parece como consecuencia de torturas. – Las fuerzas de seguridad de cinco países -Bangladesh, Bután, la India, Paquistán y Filipinas- violaron a algunas mujeres o abusaron sexualmente de ellas.	– Se dictaron condenas a muerte en 12 países y había miles de personas a la espera de ser ejecutadas. – Se llevaron a cabo ejecuciones en nueve países de la región. Tan sólo en China, Amnistía Internacional tuvo noticias en 1991 de 1.000 ejecuciones y de la existencia de más de 1.600 reos de muerte.

ACONTECIMIENTOS MÁS SIGNIFICATIVOS DESDE EL 1 DE ENERO AL 31 DE MAYO DE 1992

AFGANISTÁN: Los esfuerzos realizados por las Naciones Unidas para hallar una solución a los 14 años de conflicto armado en Afganistan se materializaron en una propuesta de paz a principios de 1992 que consiste en una transferencia del poder en tres fases que ha supuesto la retirada del presidente y el establecimiento de un nuevo consejo muyahidín de gobierno. Según los informes, durante ese proceso han recobrado la libertad en Kabul y otras ciudades centenares de presos, la mayoría políticos, entre los que había también presos de conciencia.

CAMBOYA: En marzo de 1992, la Autoridad Provisional de las Naciones Unidas en Camboya (APRONAC) empezó a aplicar el acuerdo de paz patrocinado internacionalmente que se firmó en octubre de 1991; la Autoridad Provisional se había comprometido a investigar y vigilar las violaciones de los derechos humanos. En abril, todos los miembros del Consejo Nacional Supremo, que encarna la soberanía de Camboya durante el periodo previo a la celebración de las elecciones, firmaron el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos y el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales.

MYANMAR (BIRMANIA): Las autoridades militares que gobiernan Myanmar comenzaron a liberar en abril a los presos políticos que consideraron que no pondrían en peligro la seguridad nacional. Entre los liberados estaba el que fue primer ministro U Nu, de 84 años de edad. Aung San Suu Kyi, galardonada con el Premio Nobel de la Paz en 1991 y dirigente del principal partido de la oposición, la Liga Nacional para la Democrecia, continúa bajo arresto en el mismo lugar en que ha permanecido detenida desde julio de 1989 sin cargos ni juicio aunque, en la actualidad, le permiten recibir las visitas de sus familiares, lo que le habían negado durante más de dos años. Amnistía Internacional continúa expresando su inquietud por los centenares de presos políticos, entre los que hay presos de conciencia, que todavía se encuentran detenidos sin juicio o tras juicios injustos. A fines de abril, las autoridades militares firmaron un acuerdo con el gobierno de Bangladesh para repatriar a unos 250.000 birmanos musulmanes que habían huido a ese país para escapar de las graves violaciones de derechos humanos que se estaban perpetrando en el estado de Rakhine (Arakan) de Myanmar. Amnistía Internacional considera que ninguno de estos refugiados debe ser repatriado a la fuerza, al menos hasta que las autoridades puedan demostrar de forma concluyente que en ese estado ya no se cometen violaciones de los derechos humanos.

TAILANDIA: Las fuerzas de seguridad tailandesas cometieron graves violaciones de derechos humanos contra las personas que se manifestaron en mayo en Bangkok para pedir la dimisión del primer ministro, general Khraprayun Suchinda, que ocupaba el cargo sin haber ganado unas elecciones. Las fuerzas de seguridad abrieron fuego contra los manifestantes y mataron a un número indeterminado de personas. Más de 3.000 personas resultaron detenidas y a muchas de ellas, Amnistía Internacional las consideró presos de conciencia. Entre los detenidos estaban los principales organizadores de las manifestaciones, como Chamlong Srimuang, miembro del parlamento que había resultado elegido democráticamente. A fines de mayo se informó que se desconocía el paradero de 789 personas que habían participado en las manifestaciones. Amnistía Internacional instó a las autoridades tailandesas a que emprendieran investigaciones exhaustivas e imparciales sobre los homicidios y las exhortó a que pusieran a los responsables a disposición de los tribunales.

INDONESIA: Cinco personas fueron condenadas a penas que oscilaban entre los 6 meses y los 15 años de prisión por cargos relacionados con las manifestaciones de Santa Cruz. Amnistía Internacional los considera presos de conciencia. Es posible que otras dos personas tengan que hacer frente a duras condenas por delitos similares; de confirmarse este temor, Amnistía Internacional también las consideraría presos de conciencia. El gobierno había dicho que iba a juzgar a ocho militares por sus actos durante la matanza, pero a fines de mayo aún no se había iniciado procedimiento alguno.

Torturas o malos tratos	Pena de muerte
– Se recibieron informes de torturas o malos tratos a presos en 16 países, como China, la India, Myanmar y Paquistán. – En seis países -Bangladesh, Corea del Sur, la India, Indonesia, Paquistán y Tailandia- varias personas murieron bajo custodia, según parece como consecuencia de torturas. – Las fuerzas de seguridad de cinco países -Bangladesh, Bután, la India, Paquistán y Filipinas- violaron a algunas mujeres o abusaron sexualmente de ellas.	– Se dictaron condenas a muerte en 12 países y había miles de personas a la espera de ser ejecutadas. – Se llevaron a cabo ejecuciones en nueve países de la región. Tan sólo en China, Amnistía Internacional tuvo noticias en 1991 de 1.000 ejecuciones y de la existencia de más de 1.600 reos de muerte.

ACONTECIMIENTOS MÁS SIGNIFICATIVOS DESDE EL 1 DE ENERO AL 31 DE MAYO DE 1992

AFGANISTÁN: Los esfuerzos realizados por las Naciones Unidas para hallar una solución a los 14 años de conflicto armado en Afganistan se materializaron en una propuesta de paz a principios de 1992 que consiste en una transferencia del poder en tres fases que ha supuesto la retirada del presidente y el establecimiento de un nuevo consejo muyahidín de gobierno. Según los informes, durante ese proceso han recobrado la libertad en Kabul y otras ciudades centenares de presos, la mayoría políticos, entre los que había también presos de conciencia.

CAMBOYA: En marzo de 1992, la Autoridad Provisional de las Naciones Unidas en Camboya (APRONAC) empezó a aplicar el acuerdo de paz patrocinado internacionalmente que se firmó en octubre de 1991; la Autoridad Provisional se había comprometido a investigar y vigilar las violaciones de los derechos humanos. En abril, todos los miembros del Consejo Nacional Supremo, que encarna la soberanía de Camboya durante el periodo previo a la celebración de las elecciones, firmaron el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos y el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales.

MYANMAR (BIRMANIA): Las autoridades militares que gobiernan Myanmar comenzaron a liberar en abril a los presos políticos que consideraron que no pondrían en peligro la seguridad nacional. Entre los liberados estaba el que fue primer ministro U Nu, de 84 años de edad. Aung San Suu Kyi, galardonada con el Premio Nobel de la Paz en 1991 y dirigente del principal partido de la oposición, la Liga Nacional para la Democrecia, continúa bajo arresto en el mismo lugar en que ha permanecido detenida desde julio de 1989 sin cargos ni juicio aunque, en la actualidad, le permiten recibir las visitas de sus familiares, lo que le habían negado durante más de dos años. Amnistía Internacional continúa expresando su inquietud por los centenares de presos políticos, entre los que hay presos de conciencia, que todavía se encuentran detenidos sin juicio o tras juicios injustos. A fines de abril, las autoridades militares firmaron un acuerdo con el gobierno de Bangladesh para repatriar a unos 250.000 birmanos musulmanes que habían huido a ese país para escapar de las graves violaciones de derechos humanos que se estaban perpetrando en el estado de Rakhine (Arakan) de Myanmar. Amnistía Internacional considera que ninguno de estos refugiados debe ser repatriado a la fuerza, al menos hasta que las autoridades puedan demostrar de forma concluyente que en ese estado ya no se cometen violaciones de los derechos humanos.

TAILANDIA: Las fuerzas de seguridad tailandesas cometieron graves violaciones de derechos humanos contra las personas que se manifestaron en mayo en Bangkok para pedir la dimisión del primer ministro, general Khraprayun Suchinda, que ocupaba el cargo sin haber ganado unas elecciones. Las fuerzas de seguridad abrieron fuego contra los manifestantes y mataron a un número indeterminado de personas. Más de 3.000 personas resultaron detenidas y a muchas de ellas, Amnistía Internacional las consideró presos de conciencia. Entre los detenidos estaban los principales organizadores de las manifestaciones, como Chamlong Srimuang, miembro del parlamento que había resultado elegido democráticamente. A fines de mayo se informó que se desconocía el paradero de 789 personas que habían participado en las manifestaciones. Amnistía Internacional instó a las autoridades tailandesas a que emprendieran investigaciones exhaustivas e imparciales sobre los homicidios y las exhortó a que pusieran a los responsables a disposición de los tribunales.

INDONESIA: Cinco personas fueron condenadas a penas que oscilaban entre los 6 meses y los 15 años de prisión por cargos relacionados con las manifestaciones de Santa Cruz. Amnistía Internacional los considera presos de conciencia. Es posible que otras dos personas tengan que hacer frente a duras condenas por delitos similares; de confirmarse este temor, Amnistía Internacional también las consideraría presos de conciencia. El gobierno había dicho que iba a juzgar a ocho militares por sus actos durante la matanza, pero a fines de mayo aún no se había iniciado procedimiento alguno.

ASPECTOS MÁS DESTACADOS DEL INFORME ANUAL SOBRE LAS PREOCUPACIONES DE AMNISTÍA INTERNACIONAL EN 1991

En 1991, los cambios iniciados en la **Unión Soviética** adquirieron mayor ímpetu. El fracasado golpe de Estado de agosto espoleó las peticiones de independencia de las repúblicas, lo que a fines de año había provocado la dimisión del presidente Gorbachov y la disolución de la URSS.

Aunque la situación de los derechos humanos mejoró en muchos aspectos después de estos cambios, sobre todo en lo referente al descenso del número de presos de conciencia, la violencia interétnica que estalló en las repúblicas meridionales ocasionó centenares de muertes y de denuncias de torturas y malos tratos a detenidos.

En **Yugoslavia** se produjo asimismo una rápida evolución política, lo que dio lugar a grandes cambios y graves violaciones de derechos humanos. Estalló un conflicto armado cuando las repúblicas de Croacia y Eslovenia declararon su independencia (el 25 de junio), a la que se oponían Serbia y sus aliados. A fines de julio cesó la lucha en Eslovenia, pero en Croacia continuó durante el resto del año, provocando violaciones de derechos humanos en gran escala, entre ellas matanzas de civiles.

Los cambios políticos que se produjeron en otros países afectaron también a los derechos humanos. En **Albania** fueron excarcelados los presos políticos que aún permanecían en prisión, en **Lituania** se redujo el ámbito de aplicación de la pena de muerte y en varios países, la protección de los derechos humanos se incorporó a las nuevas constituciones.

En el resto de Europa se mantuvo la práctica de ciertas pautas de violaciones de derechos humanos muy arraigadas: policías y guardias de prisiones maltrataron o torturaron a detenidos en muchos países y en otros continuó encarcelándose a centenares de objetores de conciencia.

Los informes de torturas y malos tratos variaron desde denuncias de torturas sistemáticas y generalizadas a incidentes aparentemente aislados. Sin embargo, Amnistía Internacional es consciente de que la cifra de denuncias de este tipo de violaciones de derechos humanos constituye únicamente la punta del iceberg en muchos países, sobre todo en los casos en que las víctimas son inmigrantes ilegales, por lo que es poco probable que presenten denuncias formales.

El año pasado, gran cantidad de las personas presuntamente torturadas o maltratadas eran inmigrantes procedentes de fuera de Europa. En una prisión **Italiana**, la mayoría de las denuncias de malos tratos por parte de los guardias fueron presentadas por presos de origen norteafricano y, en **Francia**, los informes de malos tratos bajo custodia policial se refirieron a menudo a inmigrantes o ciudadanos franceses de ese mismo origen.

En Europa, los presuntos malos tratos y torturas variaron en intensidad y gravedad, pero un rasgo común a la mayoría de los casos fue la aparente renuencia de los gobiernos a efectuar investigaciones eficaces de las denuncias, procesar a los torturadores y adoptar medidas para impedir que tales abusos vuelvan a cometerse en el futuro.

Con mucha frecuencia los gobiernos negaron que se hubieran producido los malos tratos, manifestaron que investigaciones internas habían demostrado que éstos no habían existido, aportaron explicaciones inverosímiles de las causas de las heridas o de cómo se habían producido las muertes bajo custodia y cuestionaron los motivos de los denunciantes.

En **Turquía**, las autoridades atribuyeron la muerte de un estudiante de medicina detenido por motivos políticos a una "enfermedad del corazón causada por la desnutrición" aunque otro de los detenidos informó que lo había oído gritar mientras le torturaban durante cuatro días y sus noches. En **Noruega**, el Comité Especial para la Investigación de la Conducta Policial impuso una multa a un policía después de investigar los presuntos malos tratos infligidos a un estudiante palestino, pero el Juzgado Municipal de Oslo le absolvió después, aunque el dictamen no resolvía la cuestión de cómo se había producido las heridas del estudiante. En el **Reino Unido**, las investigaciones internas sólo "corroboraron" unos cuantos casos de malos tratos ocurridos en Irlanda del Norte, a pesar de los cientos de denuncias que se presentan cada año. En 1991, el Comité contra la Tortura de las Naciones Unidas manifestó su profunda preocupación por los procedimientos de interrogatorio y detención utilizados en Irlanda del Norte. En **Austria**, **España**, **Francia**, **Italia** y **Portugal**, las investigaciones judiciales de denuncias de torturas y malos tratos se han prolongado en algunos casos durante años sin llegar a resolverse o han terminado sin conclusiones claras.

En 1991, en varios países se sometió a presos políticos a juicios sin las debidas garantías y se anularon sentencias dictadas en juicios de esa índole en años anteriores. En **Turquía**, había cientos de presos políticos kurdos condenados en procesos en los que no se cumplieron las normas internacionales y, en el **Reino Unido**, los tribunales de apelación anularon las condenas en varios casos polémicos, algunos de los cuales se remontaban a mediados de la década de los setenta, debido al comportamiento irregular de la policía y falsificación de pruebas.

Se recibieron informes de ejecuciones extrajudiciales en varios países, entre ellos Turquía, la URSS y Yugoslavia. En Turquía, los homicidios se concentraron en la población del sudeste, mayoritariamente kurda, y en Yugoslavia se recibieron informes de muertes de civiles y soldados desarmados por parte todos los bandos en conflicto. Una vez más, no se llevaron a cabo investigaciones de las muertes o fueron superficiales. En Irlanda del Norte (Reino Unido), varias personas perdieron la vida en circunstancias sospechosas y Amnistía Internacional concluyó que las investigaciones de estas muertes no habían cumplido los requisitos mínimos establecidos en las normas internacionales.

La imposición y aplicación de la pena de muerte continuó siendo motivo de preocupación en Albania, Letonia y Estonia, donde unas 12 personas fueron ejecutadas y otras 30 condenadas a la pena capital. En 1991 se dieron a conocer en la URSS las cifras correspondientes al año anterior, en el que 200 personas fueron ejecutadas y otras 400 condenadas a muerte.

Había muchos presos de conciencia en toda Europa, la mayoría objetores de conciencia al servicio militar. Centenares de ellos, en su mayoría testigos de Jehová, fueron encarcelados en Francia, Grecia y Suiza. Asimismo, en Austria, Bulgaria, Chipre, España, Finlandia y Noruega ingresaron en prisión varios objetores de conciencia. Según las noticas recibidas, a fines de año había en la URSS 14 presos de conciencia; la mayoría eran objetores de conciencia. Había, asimismo, un posible preso de conciencia, condenado, según parece, únicamente por consentir la actividad homosexual entre adultos. Y en el Reino Unido, durante la Guerra del Golfo se detuvo por motivos de seguridad nacional a 90 ciudadanos de países árabes; en opinión de Amnistía Internacional, en muchos casos se trató de presos de conciencia encarcelados únicamente a causa de su nacionalidad.

En la URSS continuaron utilizándose la "detención preventiva" y la "detención administrativa", ambas breves, para encarcelar a decenas de personas que intentaban ejercer sus derechos humanos, sobre todo antes de la tentativa de golpe de Estado del mes de agosto. En Yugoslavia, se impusieron condenas administrativas a varios centenares de personas de etnia albanesa, que fueron encarceladas, en algunos casos hasta 60 días, por expresar pacíficamente sus opiniones nacionalistas.

Asimismo, en 1991 se produjeron importantes excarcelaciones de presos. Durante la primera mitad del año fueron liberados todos los presos políticos de Albania, incluidos centenares de presos de conciencia. En Turquía, entre los 29.000 presos excarcelados en aplicación de una nueva ley antiterrorista aprobada en abril figuraban decenas de presos de conciencia.

A lo largo de 1991, grupos armados de oposición fueron también responsables de homicidios arbitrarios de civiles. En Irlanda del Norte aumentó el número de civiles muertos a manos de grupos republicanos y leales al gobierno del Reino Unido; el Ejército Republicano Irlandés y otros grupos republicanos cometieron 28 homicidios y los diversos grupos leales al gobierno, 38. En Turquía se recibieron numerosos informes de muertes de civiles, toma de rehenes y ejecuciones de presos por parte de la guerrilla secesionista kurda.

VIOLACIONES DE DERECHOS HUMANOS
EN EUROPA PORMENORIZADAS EN EL
INFORME 1992 DE AMNISTÍA INTERNACIONAL

Torturas o malos tratos

- Se torturó o maltrató a detenidos en prisiones, comisarías de policía u otros centros de detención en 19 países, entre los que figuraron Italia, el Reino Unido y Turquía.

- Más de 20 personas murieron, según parece como consecuencia de palizas propinadas por la policía y otras torturas, en unos seis países.

Presos

- Había alrededor de 700 presos de conciencia, reales o posibles, en más de la mitad de los países de la región, entre ellos Grecia, Francia, el Reino Unido y Suiza. En la mayoría de los casos se trataba de objetores de conciencia al servicio militar.

- Miles de personas permanecían en reclusión administrativa, sobre todo en Yugoslavia.

- Cientos de presos políticos, entre los que figuraban algunos presos de conciencia, fueron excarcelados en siete países, incluidos Albania y Turquía.

Juicios sin las debidas garantías

- En Turquía centenares de presos políticos permanecieron encarcelados tras juicios en los que no se cumplieron las normas internacionales.

Ejecuciones extrajudiciales

- Se recibieron informes de ejecuciones extrajudiciales en tres países: Turquía, la Unión Soviética y Yugoslavia.

- En Albania, España y el Reino Unido las fuerzas de seguridad dieron muerte a personas en circunstancias polémicas.

Pena de muerte

- Cientos de personas fueron ejecutadas o condenadas a muerte en la Unión Soviética.

- En otros tres países -Albania, Estonia y Letonia- se recibieron noticias de unas 12 ejecuciones, aproximadamente, y 30 personas más fueron condenadas a muerte o aguardaban la ejecución.

ACONTECIMIENTOS MÁS SIGNIFICATIVOS DESDE EL 1 DE ENERO AL 31 DE MAYO DE 1992

YUGOSLAVIA: Se recibieron más informes sobre las torturas y homicidios deliberados y arbitrarios cometidos por todas las partes en conflicto en Croacia antes del alto el fuego de enero. A partir de abril, el foco del conflicto se desplazó a Bosnia-Herzegovina, de donde se recibieron más informes sobre homicidios deliberados y arbitrarios, así como de malos tratos. Amnistía Internacional trató de conseguir más información sobre esos hechos, sin embargo, a fines de mayo la organización todavía no disponía de información detallada sobre las circunstancias en que se habían producido la mayoría de esos incidentes.

TURQUÍA: En el transcurso de las manifestaciones celebradas con motivo del año nuevo kurdo, en marzo, las fuerzas de seguridad abrieron fuego con ametralladoras contra civiles desarmados, entre los que había mujeres y niños. Siguieron recibiéndose denuncias de ejecuciones extrajudiciales cometidas por los guardias rurales, a los que el gobierno nombra, así como por el grupo Hezbolá, organización de la que se cree que mantiene contactos con las fuerzas de seguridad principalmente en la región suroriental del país, cuya población es mayoritariamente kurda. Durante una visita de investigación realizada a Turquía, testigos presenciales de los mencionados homicidios de civiles desarmados relataron a Amnistía Internacional su versión de los hechos. Asimismo, los integrantes de la delegación de Amnistía Internacional entrevistaron a un testigo de una de las cuatro muertes de las que se cree que fueron consecuencia de las torturas aplicadas por la policía.

15

ASPECTOS MÁS DESTACADOS DEL INFORME ANUAL SOBRE LAS PREOCUPACIONES DE AMNISTÍA INTERNACIONAL EN 1991

A principios de 1991, la atención del mundo se centró en lamentable historial de derechos humanos de Iraq y en las atrocidades cometidas por los soldados de este país tras la invasión de Kuwait. La guerra resultante concluyó en el mes de febrero con la retirada de las tropas iraquíes y la restauración de la soberanía de Kuwait; sin embargo, durante los meses siguientes prosiguieron las violaciones de derechos humanos en gran escala en ambos países.

En Kuwait, el final de la ocupación fue acogido con una oleada de detenciones arbitrarias, torturas, "desapariciones" y muertes. Las represalias contra presuntos "colaboradores" prosiguieron desenfrenadamente durante meses y fueron seguidas, más tarde, por juicios ante una corte marcial cuyos procedimientos incumplieron las normas internacionales sobre garantías judiciales.

Las atrocidades cometidas en Kuwait durante los siete meses de ocupación, que escandalizaron a la comunidad mundial, se repitieron con mayor brutalidad aún en la represión de los multitudinarios levantamientos que tuvieron lugar en Iraq en marzo y abril. Más de un millón y medio de iraquíes huyeron de su país en menos de un mes, debido a las detenciones arbitrarias, las torturas, las "desapariciones" y las ejecuciones extrajudiciales generalizadas. Las medidas adoptadas por la comunidad internacional y las Naciones Unidas, entre las que figuraban la creación de "zonas de seguridad" en el norte y de centros de acogida humanitaria en el resto del país, proporcionaron una cierta protección a los civiles y es posible que impidieran ulteriores homicidios y represalias. Sin embargo, Amnistía Internacional consideró que estas medidas no bastaban para abordar la crítica situación de los derechos humanos en Iraq y solicitó de las Naciones Unidas la creación de una operación de seguimiento de los derechos humanos en ese país.

La impunidad con que las fuerzas iraquíes continuaron violando los derechos humanos después de la guerra, perpetuando un historial de abusos que se remonta a una década, no constituyó un caso único en Oriente Medio. En **Siria**, a pesar de que a fines de año habían sido excarcelados más de 2.000 presos políticos, no se había emprendido investigación alguna sobre las violaciones de derechos humanos, entre las que figuraban la detención sin juicio durante largos periodos, torturas y muertes bajo custodia.

Esta situación se repitió en Marruecos, donde fueron excarcelados presos políticos y de conciencia que llevaban largo tiempo en prisión, incluidos algunos que se encontraban recluidos injustamente desde mediados de los años setenta, y cientos de "desaparecidos" salieron a la luz después de hasta 18 años de detención en régimen de incomunicación; pero en ese mismo periodo al menos 30 presos murieron como consecuencia de torturas y de las duras condiciones carcelarias en una prisión secreta situada en Tazmamert. La misma negativa o renuencia a investigar abusos, pasados o presentes, se hizo patente en otros países árabes, entre ellos **Arabia Saudita**, **Egipto**, **Irán**, **Líbano** y **Libia**.

La eficacia de las investigaciones oficiales de las violaciones de derechos humanos como forma de disuasión o de salvaguardia contra la reiteración de dichas violaciones se ha visto minada con frecuencia por la renuencia de los gobiernos a llevarlas a cabo públicamente o a procesar a los perpetradores. En Túnez se creó una comisión para la indagación de las violaciones de derechos humanos, pero no se dieron a conocer en su totalidad los resultados, ni tampoco los nombres o actos de ninguno de sus perpetradores. Las autoridades argelinas han admitido que muchas de las personas detenidas tras los disturbios de 1988 fueron torturadas y han llegado incluso a establecer indemnizaciones para las víctimas. Sin embargo, los torturadores no han sido procesados.

En **Israel y los territorios ocupados**, varios soldados y agentes de policía han sido acusados de delitos relacionados con la *intifada* (levantamiento) o se les han impuesto sanciones disciplinarias por ellos. No obstante, las investigaciones rara vez concluyen con procesamientos, y a quienes son declarados culpables se les imponen penas que a menudo no guardan proporción con los delitos cometidos.

En 1991 continuaron produciéndose ejecuciones extrajudiciales y "desapariciones" en toda la región. Varias personas perdieron la vida por uso excesivo de la fuerza por parte de las fuerzas de seguridad en **Argelia**, donde más de 50 resultaron muertas durante las protestas generalizadas contra el gobierno, y en los territorios ocupados por Israel, donde las fuerzas israelíes abatieron a tiros a unos 80 palestinos, entre ellos niños. Cabe la posibilidad de que algunas de esas muertes fueran ejecuciones sumarias u homicidios aparentemente injustificables. Varios opositores al gobierno iraní resultaron muertos fuera de su país, sobre todo en Francia, en circunstancias que indican que podría haberse tratado de ejecuciones extrajudiciales.

Se recibió información procedente de **Líbano** relativa a unas 2.000 personas cuya suerte seguía sin conocerse tras su secuestro o detención por diversas milicias entre 1975 y 1983. Si bien el gobierno

marroquí encarceló a varios cientos de saharauis "desaparecidos" en años anteriores, seguía sin conocerse la suerte de centenares más de marroquíes y saharauis.

La práctica de la tortura no disminuyó en la mayoría de los países de la región, y a menudo formaba parte de una pauta de violaciones que incluía detenciones prolongadas y juicios sin las debidas garantías. En **Egipto** continuaron infligiéndose palizas generalizadas, puñetazos, quemaduras y descargas eléctricas durante el décimo año de estado de excepción, y en **Túnez** aumentó la tortura al aplastar el gobierno a sus opositores islámicos. En **Israel y los territorios ocupados** se torturó o maltrató sistemáticamente a los palestinos durante los interrogatorios, de conformidad con directrices secretas que autorizaban el "empleo de una moderada presión física". También se torturó a detenidos en **Irán**, **Irak**, **Kuwait**, **Siria** y **Yemen**.

Con frecuencia, para las personas torturadas para obligarlas a confesar, el siguiente paso consistió en procesos sin las debidas garantías. En **Túnez**, los tribunales hicieron caso omiso de las denuncias de torturas a la hora de juzgar y condenar; en **Marruecos**, más de 1.000 personas detenidas tras los disturbios de diciembre de 1990 fueron condenadas en juicios injustos y cientos más permanecían en prisión tras haber sido sometidas en años anteriores a procesos en los que no se observaron las debidas garantías. En **Irán** había en la cárcel cientos de personas condenadas con anterioridad en juicios injustos, y nueve presos de conciencia fueron condenados en juicios a puerta cerrada sin la presencia de abogados defensores. También se recibieron informes de juicios sin las debidas garantías en **Bahrein**, **Jordania**, **Kuwait** y **los territorios ocupados por Israel**.

El problema de la detención sin cargos ni juicio continuó muy difundido en prácticamente todos los países de la región, en los que muchas personas fueron detenidas en aplicación de legislaciones de emergencia. Miles de presuntos partidarios de movimientos islámicos fueron detenidos en **Egipto**, y en **Argelia** se detuvo a más de 1.200 sospechosos de oponerse al gobierno durante un estado de sitio que duró dos meses. También se produjeron nuevas detenciones de miembros de la oposición en **Siria**, que se sumaron a los millares encarcelados en años anteriores durante el estado de emergencia, y en **Israel y los territorios ocupados** se impuso la detención administrativa a aproximadamente 2.000 palestinos. Asimismo, se encarceló a personas sin cargos ni juicio en **Irán**, **Jordania**, **Kuwait**, **Líbano**, **Libia** y **Túnez**.

En varios países había presos de conciencia entre los reclusos, por ejemplo entre los cientos de personas encarceladas en años anteriores en Irán o tras juicios sin las debidas garantías en Marruecos.

En Oriente Medio continuaron imponiéndose penas de muerte y realizándose ejecuciones. Al menos 775 personas fueron ejecutadas en **Irán**, muchas de ellas por tráfico de drogas. En **Arabia Saudí** se reanudaron las ejecuciones después de la Guerra del Golfo, y a lo largo del año se llevaron a cabo 29 decapitaciones públicas.

Los grupos armados de oposición fueron también responsables de la tortura y homicidio deliberado y arbitrario de civiles. Al parecer, el Frente del Kurdistán dio muerte en **Iraq** a 60 soldados de este país que se encontraban cautivos y desarmados. En **los territorios ocupados por Israel**, los palestinos dieron muerte a otras 170 personas, también palestinas, en ocasiones tras someterlas a tortura; la mayoría eran presuntos colaboradores de las autoridades israelíes. En el centro de detención de Jiam, situado en el sur del **Líbano**, había al menos 200 personas detenidas por el Ejército del Sur del Líbano, muchas de las cuales habían sido torturadas.

VIOLACIONES DE DERECHOS HUMANOS EN ORIENTE MEDIO PORMENORIZADAS EN EL INFORME 1992 DE AMNISTÍA INTERNACIONAL

Ejecuciones extrajudiciales

- Hubo centenares, si no millares, de personas fueron víctimas o posibles víctimas de ejecuciones extrajudiciales por parte de las fuerzas de seguridad en seis países, incluidos **Argelia**, **Irak** y **Kuwait**, tanto antes como después de la ocupación iraquí.

"Desapariciones"

- Se recibieron informes de que cerca de 300 personas "desaparecieron" en tres países, entre ellos **Iraq**, **Kuwait** durante la ocupación y el **Kuwait** libre.

- Continuó sin conocerse la suerte de más de 2.200 personas "desaparecidas" en años anteriores en países entre los que figuraban **Líbano** y **Marruecos**.

Torturas o malos tratos

- Se torturó o maltrató a detenidos en prisiones, comisarías de policía o centros de detención secretos en prácticamente todos los países de la región, entre ellos **Egipto**, **Israel y los territorios ocupados** y **Túnez**.

- Más de 50 personas perdieron la vida, según parece como consecuencia de palizas y otras torturas, en cuatro países, incluidos **Kuwait**, **Marruecos** y **Túnez**.

Presos

- Había presos de conciencia, o personas que podrían serlo, encarcelados en al menos 15 países de la región -más de 200 en 10 países- y otros 1.400 posibles presos de conciencia en cinco países más.

9209468

- Más de 8.500 personas permanecían en detención administrativa -sin cargos ni juicio- en al menos 14 países de la región.

- Casi 2.500 presos políticos, entre ellos algunos presos de conciencia y otras personas recluidas sin cargos ni juicio, fueron excarcelados en nueve países.

Juicios sin las debidas garantías

- Se encarceló a presos políticos tras juicios sin las debidas garantías en cinco países, entre los que figuraron **Irán**, **Jordania** y **Kuwait**.

- Alrededor de 1.100 presos políticos permanecían recluidos tras procesos injustos celebrados en seis países, entre ellos **Arabia Saudita**, **Bahrein** y **Libia**.

Pena de muerte

- Más de 800 personas fueron ejecutadas -mediante ahorcamiento, fusilamiento u otros métodos- en ocho países, incluidos **Arabia Saudita** e **Irán**.

- En cinco países, entre ellos **Argelia** y **Marruecos**, había más de 200 personas en espera de ser ejecutadas como consecuencia de habérseles sido impuesta la pena capital en 1991 o en años anteriores.

ACONTECIMIENTOS MÁS SIGNIFICATIVOS DESDE EL 1 DE ENERO AL 31 DE MAYO DE 1992

ARGELIA: Tras la dimisión del presidente Chadli Benyadid en enero se constituyó un Alto Comité de Estado que canceló la segunda vuelta de las elecciones nacionales y que, en febrero, declaró el estado de excepción.

En aplicación de la legislación de excepción, más de 6.000 detenidos, entre los que había personas que posiblemente eran presos de conciencia, fueron internados en siete campamentos distribuidos por el país a distancias de entre 800 y 3.000 kilómetros de la capital, Argel. Hasta dos meses después del arresto no se informó a los familiares de su paradero. También han sido arrestados millares más de presuntos opositores al gobierno, a quienes, en ocasiones, han sometido a malos tratos y han liberado o procesado posteriormente. En mayo fueron condenadas a muerte 19 personas por implicación en diversos ataques de carácter político que se saldaron con la muerte de 14 personas.

JORDANIA: El rey Hussein levantó en abril la ley marcial, que había estado en vigor desde la guerra con Israel en 1967. En aplicación de esta ley, a los presos de conciencia y a otros presos políticos los habían juzgado tribunales militares en juicios sin garantías.

SIRIA: En marzo fueron condenados a penas de hasta 10 años de prisión 14 miembros o simpatizantes de los Comités para la Defensa de las Libertades Democráticas y los Derechos Humanos en Siria. El juicio en el que los condenaron lo celebró el Tribunal de Seguridad del Estado y no cumplió la normativa internacional para la celebración de juicios con las garantías debidas. Los declararon culpables de tres cargos distintos: Divulgación de información falsa, recibir dinero del extranjero y no facilitar información a las autoridades sobre las actividades de los Comités para la Defensa de las Libertades Democráticas y los Derechos Humanos en Siria.

También en marzo, el presidente Assad promulgó un indulto general. Entre los presos que se beneficiaron de él había, según los informes, 600 presos políticos. Los nombres de los indultados no se han hecho públicos y el 31 de mayo, en la mayoría de los casos no estaba claro si realmente la liberación se había hecho efectiva. Sí se ha sabido que Yusuf al Burji, preso de conciencia, recobró la libertad el 2 de abril.

La información sobre los presos y las violaciones
de derechos humanos procede del Departamento
de Investigación de Amnistía Internacional,
radicado en Londres.
No corresponde a ningún miembro, Grupo
o Sección proporcionar información sobre su país,
ni tampoco son en modo alguno responsables
de las actividades o declaraciones
de la organización internacional referentes a su país.

Para recibir más información acerca
de este documento deben dirigirse a:

Secretariado Internacional
Amnistía Internacional
1 Easton Street
Londres WC1X 8DJ
Reino Unido
Teléf.: (44-71) 413 55 00

Publicado originalmente en inglés
en julio de 1992.

Índice AI: POL 10/04/92/s
POL 10/06/92/s

Editorial Amnistía Internacional, S. L.
C/Soria, 9 28005 Madrid (España)

Argentina

ANEXO 1

Continuaron recibiéndose denuncias de torturas y malos tratos por parte de la policía, que en un caso provocaron la muerte de un detenido. Las autoridades no aclararon la suerte de tres personas que, según los informes, "desaparecieron" en 1990. Grupos no identificados agredieron y amenazaron de muerte a defensores de los derechos humanos, críticos del gobierno, jueces y periodistas. No se completaron las investigaciones de las denuncias según las cuales hubo personas que fueron ejecutadas extrajudicialmente, "desaparecieron" o sufrieron torturas mientras se hallaban bajo custodia tras un ataque contra el cuartel de La Tablada ocurrido en 1989. El presidente Carlos Menem reiteró su intención de reinstaurar la pena de muerte.

Persistieron a lo largo del año las denuncias de torturas y malos tratos a detenidos por la policía. El 16 de marzo, la policía detuvo a Pedro Molina Toledo en la ciudad de Mendoza en el curso de una investigación de fraude. Fue conducido a la Dirección de Delitos Económicos del Palacio Policial para su interrogatorio. Según los informes, mientras se encontraba bajo custodia policial recibió fuertes palizas y que [...] mismo día murió como consecuen[cia] de las lesiones recibidas. Dos agente[s de] policía fueron acusados de homic[idio] preterintencional, pero a fines de [año] permanecían en sus puestos en esp[era] de juicio.

Se publicaron nuevos infor[mes] sobre los malos tratos infligidos [en] años anteriores. Según la Direcc[ión] Nacional de Derechos Humanos [del] Ministerio de Interior, entre 19[..] [y] 1986 se presentaron 698 denunci[as de] apremios ilegales —entre los que [se] contaban los malos tratos inflig[idos]



por la policía— en las distintas comisarías de la capital federal, Buenos Aires. A pesar de las pruebas médicas que corroboraron la existencia de lesiones en 267 casos, no se declaró culpable a nadie. Según informes, en 1989 se recibieron otras 879 denuncias de apremios ilegales, y en 1990, 870, si bien no se dispuso de información sobre el número de declaraciones de culpabilidad. La Dirección Nacional de Derechos Humanos del Ministerio de Interior criticó al poder judicial y a los fiscales por su renuencia a investigar plenamente las denuncias y concluyó que el hecho de que no se dictaran sentencias condenatorias mostraba que la impunidad estaba arraigada en el sistema judicial.

Las autoridades no esclarecieron la suerte de tres personas "desaparecidas", según los informes, en 1990. El 28 de abril de 1990, unos policías de uniforme detuvieron presuntamente a Adolfo Argentino Garrido y Raúl Baigorria en el Parque General San Martín, Mendoza. El automóvil en el que ambos viajaban fue encontrado dos días después en el distrito de policía número 5 de Mendoza y devuelto a sus familiares, pero siguió sin conocerse el paradero de los dos hombres. La policía negó haberlos detenido y estar en posesión de registro alguno de su detención ni de la incautación del vehículo. La tercera "desaparición" fue la de Andrés Alberto Núñez (véase *Informe 1991 de Amnistía Internacional*). Según los informes "desapareció" en septiembre de 1990 cuando se encontraba bajo custodia de la Brigada de Investigaciones de la Plata, en la provincia de Buenos Aires.

Trabajadores en favor de los derechos humanos, críticos del gobierno, jueces y periodistas fueron víctimas de amenazas de muerte, agresiones y otras formas de intimidación. Hebe de Bonafini, presidenta de la organización de derechos humanos Madres de Plaza de Mayo, recibió en febrero amenazas de muerte telefónicas tras ser calificadas, ella y otras integrantes de la organización, de "traidoras a la patria" por el presidente Menem. Esta acusación se produjo después de una dura crítica de Hebe de Bonafini contra la decisión que tomó el presidente en diciembre de 1990 de indultar a los miembros del régimen militar que habían cometido delitos, entre ellos graves violaciones de derechos humanos, durante el gobierno de la junta militar.

Entre marzo y junio, la sede de las Madres de Plaza de Mayo fue forzada cuatro veces. Entre los artículos cuyo robo se denunció había dinero, equipos de grabación y documentos confidenciales.

El 22 de mayo, un agresor no identificado disparó en Olivos, cerca de Buenos Aires, contra el director de cine Fernando Solanas, que resultó herido. Los disparos se produjeron tres días después de publicarse en el periódico *Página 12* una entrevista en que Fernando Solanas criticaba abiertamente al presidente Menem. Tras la entrevista, el presidente Menem interpuso una demanda por injurias contra Fernando Solanas. Al parecer, la policía abordó en un principio la agresión como un intento de robo pero, más adelante, unos funcionarios del Ministerio de Interior reconocieron que el atentado contra su vida se debía a motivos políticos.

En junio y julio, los jueces Jorge Casanova y Horacio Catani recibieron amenazas de muerte. Ambos pertenecían a la Cámara Nacional de Apelaciones en lo Criminal y Correccional Federal y presidían entonces las audiencias de apelación de los oficiales del ejército condenados por un tribunal militar por una tentativa frustrada de levantamiento militar que se produjo en diciembre de 1990.

En julio, varios periodistas y corresponsales extranjeros que trabajaban en Argentina recibieron también amenazas de muerte anónimas por escrito. El 6 de agosto se recibió en casa de Néstor Ibarra, periodista argentino de Radio Mitre, un paquete que contenía un artefacto explosivo falso. Esa mañana, Néstor Ybarra, había entrevistado a un diputado de la oposición que afirmó que un grupo secreto distribuía propaganda gubernamental y difamaba a la oposición. Posteriormente, un alto cargo del gobierno efectuó una declaración en la que hacía hincapié en la determinación del gobierno de defender la libertad de prensa.

Más de dos años después de su inicio no se había resuelto aún ninguna de las investigaciones de los presuntos abusos cometidos en 1989 contra miembros del Movimiento Todos por la Patria (MTP) que habían estado implicados en un asalto armado al cuartel de La Tablada, provincia de Buenos Aires (véanse *Informe 1990* y *1991*). Existían serios indicios en apoyo de las denuncias de que dos presos del MTP habían sido ejecutados extrajudicialmente tras rendirse y que otros tres habían "desaparecido" tras entregarse a los militares. Había, asimismo, indicios de que varios presos del MTP habían sido torturados y maltratados mientras estuvieron bajo custodia militar y policial y en la cárcel.

En septiembre, el presidente Menem reiteró su intención de reinstaurar la pena de muerte. Tras el secuestro de un conocido empresario, el presidente hizo saber su decisión de enviar al Congreso un proyecto de ley para introducir nuevamente la pena de muerte para determinados delitos, entre ellos el secuestro con resultado de muerte y el tráfico de drogas. Sin embargo, tras la oposición que esta iniciativa despertó, según informes, en su propio gabinete, el presidente anunció que aplazaría cualquier decisión sobre este tema hasta la celebración de un plebiscito en 1993.

A lo largo del año, Amnistía Internacional escribió a diversas autoridades del gobierno instando a que se realizaran investigaciones exhaustivas e imparciales de las denuncias de "desapariciones", torturas y malos tratos. En febrero, la organización escribió al presidente Menem manifestando su preocupación por el indulto presidencial concedido en 1990 al ex general Carlos Suárez Mason antes de la conclusión de los procedimientos judiciales entablados contra él (véase *Informe 1991*). Carlos Suárez Mason se encontraba en espera de juicio por 39 cargos de asesinato relacionados con violaciones de derechos humanos cometidas durante el período de gobierno militar. La organización expuso que, al perdonarle antes de la conclusión del juicio, el gobierno adoptaba una postura contradictoria con su compromiso con la prevención de la reaparición de las violaciones de derechos humanos.

En marzo, Amnistía Internacional publicó un informe titulado *Seguimiento de la investigación criminal sobre el ataque al Cuartel del Regimiento de Infantería Mecanizada III de La Tablada*, en el que se actualizaba un informe anterior. La organización expresó su preocupación porque el hecho de que no se llevaran a término las investigaciones podría indicar la falta de intención del gobierno de llevar a los tribunales a los miembros de las fuerzas armadas responsables de violaciones de derechos humanos.

En agosto, Amnistía Internacional instó a las autoridades a que investigasen las amenazas de muerte y agresiones contra defensores de los derechos humanos, periodistas, jueces y críticos del gobierno, garantizaran la seguridad de las personas amenazadas y procesaran a los responsables. La organización afirmó que aunque no existían pruebas que vinculasen directamente al gobierno o las fuerzas de seguridad con estos incidentes, parecía estar dándose una situación en la que las personas u organizaciones críticas al gobierno eran víctimas de amenazas de muerte y hostigamientos.

ANEXO 2

MEMORANDUM SEMANAL 14/92

03 de julio de 1992

1. MATERIAL AJENO A A.I. RECIBIDO EN SEDE
   - Estudios & Políticas. No 16, junio de 1992 .
   - Abuelas de Plaza de Mayo. No 33, dic'91/mar'92.
   - Trabajador Católico de Houston. Junio de 1992.
   - Diario "ARMENIA". No 12352, 12 de junio de 1992.
   - "Correo de Santiago del Estero". No 3, junio de 1992.
   - Madres de Plaza de Mayo. No 87, junio de 1992.
   - La Vanguardia Popular. Partido Socialista Pop. Mayo'92

MUY IMPORTANTE!

2. LANZAMIENTO DEL INFORME 1992
   Se ha producido un cambio con respecto al lugar y a la fecha del lanzamiento del informe 1992, éste se llevará a cabo en el Foro Gandhi ubicado en la calle Montevideo 453 el día 16 de julio a las 15 hs.

3. AGRADECIMIENTO
   La Sede Nacional agradece a los integrantes del grupo Paraná su colaboración (del 10% de sus ganancias por la venta de publicaciones) destinada al trabajo de la sede. Muchas Gracias!!!

SERÍA BUENO PEDIRLA!!!

4. PUBLICACIONES
   La Sede Nacional pone en conocimiento de los grupos, que se distribuyeron muestras gratis de las publicaciones recibidas de EDAI (Informe '92, revista Indígenas) entre aquellos grupos que no adeudan publicaciones. Quienes se encuentren en mora y deseen recibir los ejemplares mencionados, deberán cancelar el saldo adeudado.
   Advertimos, también, que la revista de indígenas forma parte de la campaña Indígenas que comienza el 7 de octubre cuya circular se distibuirá en el próximo correo.

¿? ¿? No llegó

5. RED DE RELIGIOSOS :
   Rogamos a los grupos se comuniquen con esta sede si tienen contacto con algún grupo religioso, ya sea cristiano, judio, islámico o de otra índole que desee colaborar participando en una nueva red de apelantes conformada por religiosos.

6. DISTRIBUCION DE DOCUMENTOS
   Por indicación del Comité Ejecutivo, se ha pedido a la Sede que distribuya los documentos: DOC 20/04/91/s y DOC 20/01/92/s. No obstante, previa a esta distribución, necesitamos saber si en efecto los grupos no cuentan con éstos, ya que mediante el correo que EDAI distribuye regularmente, dichos documentos ya se han [illegible]do a los grupos.
   La fecha aproximada de salida del correo 15/[illegible] [illegible]/07. ?

9209468

ANEXO 3

AMNISTIA INTERNACIONAL ARGENTINA
AREA DE CAMPAÑAS

INTERNO: (Solo para miembros) CAMP 09/92

A: Todos los grupos.
DE: Encargado de Campañas.

Fecha: 2 de julio de 1992.

La presente tiene por objeto informarles que las circulares pará la campaña "Indigenas en America Latina", cuyo lanzamiento se realizara el 7 de octubre proximo, se encuentran atrasadas, debido a que aun no se han recibido instrucciones desde el Secretariado Internacional, para la accion. Hasta el momento solo conocemos algunas caracteristicas de la campaña y los casos de apelacion, a traves de la revista publicada por el EDAI.

Otro tema es el que esta en preparacion una campaña a nivel nacional, contra la pena de muerte, la que he puesto como fecha de iniciacion el 1 de agosto. En el proximo correo estara lista la circular con las acciones recomendadas.

Me despido con un saludo.

GUSTAVO GIUSTINO
Campañas

9209468

amnistía internacional - comunicado de prensa

SECRETARIADO INTERNACIONAL
1 Easton Street Londres WC1X 8DJ
Gran Bretaña

Índice de AI: AMR 51/77/92/s
Distr.: SC/PO

NO PUBLICAR ANTES DE LAS
1730 hrs GMT
del viernes 26 de junio de 1992

EE UU: LA BRUTALIDAD POLICIAL EN LOS ÁNGELES

UN PROBLEMA AL QUE NO SE HA HECHO FRENTE POR MUCHOS AÑOS

El secretario general de Amnistía Internacional critica el historial de los EE UU en materia de brutalidad policial, asilo político y pena de muerte

Amnistía Internacional ha afirmado hoy que la policía de la zona de Los Ángeles ha venido haciendo uso excesivo de la fuerza desde hace años -principalmente en barrios negros y latinos-, llegando, en ocasiones, a producir lesiones graves o incluso muertes.

«El historial de brutalidad policial causa consternación», dijo Ian Martin, secretario general de Amnistía Internacional. «Es uno de los escándalos de derechos humanos en los EE UU que socavan actualmente la credibilidad de este país a la hora de promover los derechos humanos en el mundo.»

Al publicarse hoy en Los Ángeles un nuevo informe de Amnistía Internacional, el Sr. Martin afirmó que por muchos años no se ha hecho frente al problema de la brutalidad policial en la zona, y que los agentes de la policía se sienten libres de actuar sin temor a ser objeto de sanciones disciplinarias o de ser llevados a juicio.

☎ (44)(71) 413 5500 Telegramas: Amnesty London WC1 Télex: 28502

9209468

Uno de los resultados más sobresalientes de la investigacion de Amnistia Internacional es que los agentes de la policia han disparado contra sospechosos aun en situaciones en que no se enfrentaban a un peligro inmediato de muerte, y que los perros-policia parecen haberse usado para infligir lesiones sin justificación a los sospechosos, especialmente en los barrios negros y latinos.

«Y las pruebas apuntan a que son los negros y los latinos, las principales victimas de los abusos en el área de Los Ángeles», dijo el Sr. Martin.

El informe, que presenta unos 40 casos, muestra que los agentes del Departamento de Policia y de la Oficina del <u>Sheriff</u> de Los Ángeles usan según parece de f[illegible] regular niveles de fuerza muy superiores a los que permiten sus reglamentos y que con frecuencia no guardan proporción alguna con el peligro al que se enfrentan.

El Sr. Martin dijo que a veces el exceso de fuerza -que incluye patadas, puñetazos y golpes con porras, linternas y correas rellenas de plomo conocidas como <u>"saps"</u>- ha representado tortura o trato cruel, inhumano o degradante. Con frecuencia, ha producido lesiones graves o incluso muerte.

No obstante reconocer los peligros con que tienen que enfrentarse los agentes de orden público de Los Ángeles, donde los asesinatos debidos a las bandas ascienden a centenares, el Sr. Martin dijo que dicha violencia no puede justificar la constante de brutalidad policial que ha existido durante años.

En una alocución sobre la actuación de los EE UU en materia de derechos humanos pronunciada ante la Asamblea

General Anual de Amnistía Internacional de los EE UU, el Sr. Martin manifestó que la práctica estadounidense en tres esferas principales de abusos contra los derechos humanos —la brutalidad policial, la crisis de los refugiados haitianos y el uso de la pena de muerte— comprometen la protección de los derechos humanos en todo el mundo.

«Son una afrenta para los derechos humanos y para todos aquellos que trabajan en pro de esos derechos tanto en EE UU como en el resto del mundo», dijo el Sr. Martin. El gobierno estadounidense se presenta ante la comunidad internacional como abogado de la observancia de los derechos humanos y, sin embargo, ese mismo gobierno peca por omisión a la hora de proteger algunos de esos derechos, agregó.

Desde el golpe de Estado de septiembre de 1991 en Haití y en flagrante violación de sus compromisos internacionales, el gobierno de los EE UU ha repatriado a miles de solicitantes de asilo que temían ser detenidos, torturados o asesinados en su país.

Inicialmente, el gobierno se limitó a interceptarlos y someterlos a rápidas entrevistas a bordo de barcos de la Guardia Costera, o a entrevistas más extensas pero igualmente insuficientes en una base naval. Posteriormente comenzó a repatriar por la fuerza a un gran número de haitianos sin ni siquiera examinar sus casos. Hasta el momento, 14.000 haitianos han sido devueltos a un país de donde continúan llegando denuncias de graves violaciones de derechos humanos.

Esto subraya la doble moral aplicada por el gobierno estadounidense, quien en 1989 criticó, con razón, las

deficiencias del procedimiento de selección de refugiados en Hong Kong y la propuesta británica de repatriar a la fuerza a los "refugiados del mar" vietnamitas.

«El escándalo de la política estadounidense de "interceptar" a los haitianos no radica sólo en que se esté llevando a la práctica, sino en que lo esté haciendo la nación más rica y poderosa de la Tierra», dijo el Sr. Martin.

«¿Qué ejemplo es éste para las naciones más pobres, a cuyas poblaciones se les pide que presten ayuda a la mayoría de los 17 millones de refugiados del mundo acampados en el umbral de sus fronteras?»

Los EE UU no van al paso de la marcha internacional hacia la abolición de la pena de muerte, dijo el Sr. Martin, y su posicion de permitir la ejecución de delincuentes juveniles es casi unica en el mundo.

Las autoridades estadounidenses no sólo continúan matando a sus ciudadanos, sino que están matando a más y parecen querer hacerlo más de prisa que antes reduciendo el proceso de apelación.

«Hoy el uso de la pena de muerte aísla a los EE UU de sus aliados europeos. Ningún país del Consejo de Europa, ningún otro país de la OTAN ha llevado a cabo ni una sola ejecución desde las últimas ejecuciones de Turquía en 1984», dijo el Sr. Martin. «En Europa Oriental, un número creciente de países, incluyendo a Hungría, Checoslovaquia y Rumanía, han optado por la abolición de la pena de muerte, reconociendo que ello constituye un aspecto esencial del respeto por los derechos humanos.»

«Los EE UU han ejecutado a más personas en el primer semestre de 1992 que en la totalidad del año pasado, y tienen hoy más presos en el pabellón de la muerte que en ningún otro momento de la historia del país: 2.588 en abril. Algunos estados que no habían ejecutado a nadie desde hacía 25 años han vuelto a abrir las puertas de la cámara de ejecuciones. Y la discriminación racial al imponer las sentencias de muerte sigue siendo evidente.»

Los espectáculos que presenciamos este año en la aplicacion de la pena de muerte también subrayaron la crueldad inherente a este castigo cuando, en las últimas horas de su vida, un condenado tuvo que sufrir que le aplazaran la ejecucion cuatro veces y cuatro veces anularan el aplazamiento, y otro fue sometido al detector de mentiras 12 horas antes de la ejecución.

«La autoridad moral de los EE UU como abogado de la observancia de los derechos humanos está siendo seriamente socavada por la determinación de muchos de sus estados, que continúan matando a las personas que matan a personas para demostrar que matar a las personas está mal.»

EDITORIAL AMNISTÍA INTERNACIONAL — CORREO SEMANAL 24 . DEL 17 DE [illegible] 10 DE 1992

* RECOMENDACIONES DEL S.I.:

A: Importante y urgente.	C: Util.
B: Importante pero menos urgente.	D: Prescindible.

NOTA: Las Acciones Urgentes y sus seguimientos se traducen todos.
Los títulos de los documentos son provisionales y pueden ser incompletos.
Las páginas corresponden al documento en inglés.

INDIC. AI	TÍTULO	PALAB.	PÁGS.	*	TRAD.	DISTRI.	OBSERVACIONES
AMR 29/06/92	El Salvador: Observaciones y recomendaciones respecto a la Comisión de Verdad.	8.000	22	A	SI	6/7/92	
ASA 20/14/92	India: Información sobre muertes bajo custodia denunciadas desde 1985.	36.000	105	D	NO		
ASA 25/17/92	Corea del Sur: Llamamiento en favor de Park Dong-Oon.	600	2	C	NO		
MDE 15/15/92	Israel y los territorios ocupados: Nayef Ali Nayef Sweitat - Preso de conciencia.	2.000	5	B	SI	6/7/92	
POL 10/05/92/s	Comunicado de prensa: Informe 1992: Los gobiernos dejan sin castigo a los torturadores y a los asesinos a sueldo del Estado.	1.096	4	A	SI	11/6/92	Véase lista 23/92.
NWS 11/22/92/s	Servicio de Actualización Semanal 22/92.	1.103	5	A	SI	11/6/92	Véase lista 23/92.
NWS 11/22/92/add	Adición al Servicio de Actualización Semanal 22/92.	1.136	3	A	SI	11/6/92	Véase lista 23/92.
ASA 20/25/92/cor	India: Examen del segundo informe periódico del Comité de Derechos Humanos.	50	2	D	NO		
DOC 34/06/92	Acciones Urgentes: Mayo de 1992.			D	NO		
ACT 52/01/92	Correspondencia con presos condenados a muerte.	350	1	A	SI	6/7/92	
FIN 61/01/92	Situación económica actual de AI: Se necesitan urgentemente las contribuciones de las Secciones.	2.900	9	A	SI	6/7/92	
FIN 40/02/92	Contabilidad de los nueve meses que van hasta el 30 de septiembre de 1991.	4.200	19	B	SI	15/7/92	
ORG 41/01/92/add	Lista de Secciones: Enmiendas.	300	1	B	SI	23/6/92	
ORG 63/13/92	Contratación: Asistente de desarrollo organizativo: Rama inglesa de África (contrato temporal de 12 meses desde agosto de 1992).	200	1	D	NO		
Y ADEMÁS:							
AFR 53/16/92/s	Preguntas y respuestas sobre Sudáfrica.	1.979	3			11/6/92	
NWS 11/23/92/s	Servicio de Actualización Semanal 23/92.	3.123	12	A	SI	16/6/92	
NWS 11/24/92/s	Servicio de Actualización Semanal 24/92.	2.466	8	A	SI	22/6/92	
AMR 53/05/92	Venezuela: Torturas y otras violaciones de derechos humanos.	7.514	14			29/6/92	Revista Verde.

9209468

EDITORIAL AMNISTÍA INTERNACIONAL — CORREO SEMANAL 25/92 DEL 24 DE [illegible]NIO DE 1992

* RECOMENDACIONES DEL S.I.:

A: Importante y urgente.	C: Útil.
B: Importante pero menos urgente.	D: Prescindible.

NOTA: Las Acciones Urgentes y sus seguimientos se traducen todos.
Los títulos de los documentos son provisionales y pueden ser incompletos.
Las páginas corresponden al documento en inglés.

ÍNDICE AI	TÍTULO	PALAB.	PÁGS.	*	TRAD.	DISTRI.	OBSERVACIONES
EUR 01/03/92	Preocupaciones en Europa: noviembre de 1991 a abril de 1992.	39.000	119	A	SI	4/7/92	Véase lista 20/92
EUR 48/18/92	Yugoslavia: ciudadanos de étnia albanesa - Víctimas de torturas y malos tratos a manos de la policía en la provincia de Kosovo.	11.600	36	C	NO		
MDE 15/16/92	Israel y los territorios ocupados: Husnia 'Abd al Qader - Detención administrativa.	1.600	5	D	NO		
NWS 11/23/92	Servicio de Actualización Semanal 23/92.	3.123	15	A	SI	19/6/92	Véase lista 24/92
NWS 11/23/92/add	Adición al Servicio de Axtualización Semanal 23/92.						Salió incluido en NWS 11/23/92
NWS11/23/92/add2	Segunda adición al Servicio de Actualización Semanal 23/92.						Salió incluido en NWS 11/23/92
ACT 53/03/92	Boletín de Pena de Muerte,	2.000	5	B	SI		Se incorporará al Boletín de Pena de Muerte de EDAI
MDE 24/13/92	Siria: encarcelamiento político indefinido - Acciones recomendadas para la acción de Sección, acción de grupo y acción de abogados.	3.000	10	D	NO		
POL 51/06/92	Boletín Mensual de Planificación de la Acción: junio de 1992.	3.250	13	A	SI	2/7/92	
DOC 31/05/92	Lista de documentos y publicaciones del SI: abril de 1992.			D	NO		
DOC 33/06/92	Documentos y publicaciones de AI: mayo de 1992.			D	NO		
ORG 72/06/92	Decisiones de la reunión del CEI, del 18 al 21 de junio de 1992.	4.000	14	B	SI	6/7/92	

Y ADEMÁS:

.51/76/92	Informe Sobre Los Ángeles.	25.000		A	SI	13/7/92	

03 . 07 . 92
Archivo
CEN - Areas - Grpos
CF

29 -

9209468

ANEXO 4

amnistía internacional

SERVICIO ESPECIAL DE TRADUCCIONES
Soria 9, 4.º 28005 Madrid (España)
Teléf. 527 96 31 32. Télex 41124 EDAI. Telefax 527 87 09

ACCIÓN URGENTE

EXTERNO (Para distribución general)
AU 205/92

19 de junio de 1992

Índice AI: AMR 23/35/92/s
Distr: AU/SC

Ejecución Extrajudicial / Tortura

COLOMBIA: José Delfín Torres Castro
Rafael Basto Olivares

==

Amnistía Internacional siente gran preocupación por las circunstancias que rodearon las muertes de Rafael Basto Olivares, inspector de policía, y de su secretario, José Delfín Torres Castro, en la región de García Rovira, departamento de Santander, por miembros del ejército.

Según los informes, los homicidos tuvieron lugar el 9 de junio de 1992 en Tabeta, municipio de Cerrito, departamento de Santander, cuando los campesinos locales abandonaban Tabeta al final de un día de mercado. Una patrulla militar del Batallón García Rovira, al mando del Coronel Plinio Rodríguez, estableció un retén (puesto de control) en un lugar denominado Alto de las Cruces, en la carretera de salida de Tabeta. Todos los vehículos de los campesinos fueron obligados a detenerse, al parecer para permitir el paso a un grupo de soldados. Rafael Basto, José Delfín Torres y varios campesinos llegaron al puesto de control en la furgoneta del Inspector de Policía. La patrulla, compuesta por unos 12 soldados, retuvo a José Delfín Torres y le separó de los agricultores. Según los informes, fue sometido a torturas durante las dos horas que duró el interrogatorio antes de ser devuelto a la furgoneta del Inspector de Policía. Luego, los soldados se llevaron a José Delfín Torres y a Rafael Basto en la furgoneta de este último. Cinco minutos más tarde se oyeron disparos. Rafael Basto murió y José Delfín Torres resultó gravemente herido, falleciendo antes de llegar al hospital.

Rafael Basto era el Inspector de Policía de Tabeta. Los Inspectores de Policía son abogados civiles cuyas funciones jurídicas básicas no requieren la intervención inmediata de un juez. José Delfín Torres era su secretario, también un puesto civil. La esposa de José Delfín Torres, Irma Vera, perdió la vida el 5 de febrero de 1987, presuntamente a manos de tropas del Batallón García Rovira, el cual les había acusado a ella y a otra persona, Mauricio Castro, de pertenecer a un grupo guerrillero. Desde la muerte de su esposa, José Delfín Torres había recibido amenazas de muerte. El había colaborado con un grupo local de derechos humanos, el Comité de Solidaridad y Derechos Humanos de García Rovira.

INFORMACIÓN GENERAL

En los últimos años Amnistía Internacional ha recibido numerosos informes de violaciones de derechos humanos en la región de García Rovira, entre ellas torturas, "desapariciones" y ejecuciones extrajudiciales perpetradas por el ejército contra miembros de la población civil, entre ellos trabajadores en favor de los derechos humanos que al parecer son considerados colaboradores potenciales del grupo de oposición armado Ejército de Liberación Nacional. A comienzos de marzo de 1992, la región fue militarizada y desde entonces numerosas familias de agricultores de la región han denunciado el hostigamiento constante contra la población civil por parte de las tropas del Batallón García Rovira. A principios de mayo de 1992, se suspendieron las conversaciones de paz entre el gobierno y los grupos guerrilleros, y desde entonces los combates se han recrudecido en muchas partes del país. El ejército ha respondido con enérgicas medidas contrarrevolucionarias a gran escala, que han provocado numerosos informes de violaciones de derechos humanos contra la población civil.

ACCIONES RECOMENDADAS: Telegramas, fax, télex, cartas urgentes, cartas por vía aérea:

- expresando preocupación por la muerte de Rafael Basto Olivares y la tortura y muerte de José Delfín Torres, presuntamente a manos del ejército colombiano en circunstancias que sugieren que fueron víctima de ejecuciones extrajudiciales;
- pidiendo que se lleve a cabo una investigación inmediata y exhaustiva sobre las muertes con el fin de hacer comparecer a los responsables ante la justicia, y que se hagan públicos sus resultados;
- instando a que se tomen todas las medidas necesarias para garantizar la seguridad de todas las personas que trabajan en la defensa de los derechos humanos en Colombia.

920468

LLAMAMIENTOS A:

1) Señor Presidente César Gaviria Trujillo
Presidente de la República
Palacio de Nariño
Santa Fe de Bogotá, Colombia

Telegramas: President Gaviria, Bogotá, Colombia
Télex: 44281 PALP CO
Fax: + 57 1 286 3066; + 57 1 286 7324; + 57 1 287 7937
[Tratamiento: Excelentísimo Sr. Presidente]

2) Dr. Carlos Gustavo Arrieta Padilla
Procurador General de la Nación
Procuraduría General
Edificio Banco Ganadero
Carrera 5, No. 15-80
Santa Fe de Bogotá, Colombia

Telegramas: Procurador General Arrieta, Bogotá, Colombia
Télex: 41224 PRGEN CO; 41213 PGNDP CO
Fax: + 57 1 284 0472
[Tratamiento: Sr. Procurador de la Nación]

3) Dr. Rafael Pardo Rueda
Ministro de Defensa Nacional
Ministerio de Defensa Nacional
Avenida Eldorado - Carrera 52
Santa Fe de Bogotá, Colombia

Telegramas: Ministro de Defensa Pardo Rueda, Santa Fe de Bogotá, Colombia
Télex: 42411 INPRE CO; 44561 CFAC CO
Fax: + 57 1 222 1874
[Tratamiento: Sr. Ministro]

4) Coronel Plinio Rodriguez
Comandante
Batallón García Rovira
Pamplona
Santander, Colombia

Telegramas: Comandante Batallón García Rovira, Pamplona, Santander, Colombia
[Tratamiento: Sr. Comandante]

COPIAS A:

Organización de Derechos Humanos
CINEP
Apartado Aéreo
Santa Fe de Bogotá, Colombia

COLOMBIA
Santa Fe 782 1o.p.
1059 - CAPITAL FEDERAL

y a la representación diplomática de Colombia en el pais del remitente.

SE RUEGA ENVÍEN LOS LLAMAMIENTOS INMEDIATAMENTE. Consulten con el Secretariado Internacional o con la oficina de la Sección si los envían después del 31 de julio de 1992.

* Por favor, actúen inmediatamente tan pronto como reciban una llamada de Acción Urgente. Lean cuidadosamente cuáles son las Acciones Recomendadas.

* Las cartas y los telegramas deben ser breves y corteses. Insistan en que su preocupación por los derechos humanos no tiene nada que ver con sus opiniones políticas. Hagan referencia a disposiciones importantes de las Leyes Internacionales, tales como la Declaración Universal de Derechos Humanos de las Naciones Unidas:

Artículo 3. «Todo individuo tiene derecho a la vida, a la libertad y a la seguridad de su persona».

Artículo 5. «Nadie estará sometido a torturas ni a penas o tratos crueles, inhumanos o degradantes».

Artículo 9. «Nadie podrá ser arbitrariamente detenido, preso ni desterrado».

* El nombre de Amnistía Internacional puede ser usado a menos que se indique lo contrario; sin embargo, las cartas escritas como particulares o profesionales pueden ser más efectivas.

* En los casos de Acciones Urgentes, Amnistía Internacional tiene que actuar rápidamente para evitar posibles malos tratos a los presos. Los llamamientos se emiten cuando la organización cree que ha recibido información fiable, aunque no siempre es posible verificar todos los datos. Los colaboradores de la red son informados de cualquier novedad que se produzca.

* Envíen al menos un telegrama o una carta urgente inmediatamente. Pueden enviar después otras cartas a las direcciones indicadas. Se deben enviar copias de las cartas a las representaciones diplomáticas en su país. De cualquier respuesta recibida debe enviarse una copia inmediatamente al Secretariado Internacional, a la Sección Nacional o al coordinador de Acciones Urgentes. Escriban de nuevo agradeciendo las respuestas e insistiendo en su interés por mantenerse informado sobre el caso.

31 -

9209468

amnistía internacional

ACCIÓN URGENTE

SERVICIO ESPECIAL DE TRADUCCIONES
Soria 9, 4 28005 Madrid (España)
Telél. 527 [illegible] Telex [illegible] Telefax [illegible]

EXTERNO (Para distribución general)

18 de junio de 1992

Indice AI: AFR 44/08/92/s
Distr: AU/SC

Más información sobre AU 176/92 (AFR 44/07/92/s, 28 de mayo de 1992) - Detención en régimen de incomunicación de presos de conciencia y preocupación de salud

NIGERIA: Dr. Beko Ransome-Kuti, 51 años de edad, médico, presidente del grupo de reciente formación Campaña por la Democracia (Campaign for Democracy), presidente del Comité para la Defensa de los Derechos Humanos.
Femi Falana, abogado, miembro de Campaña por la Democracia, presidente de la Asociación Nacional de Abogados Demócratas.
Dr. Baba Omojola, economista, miembro de Campaña por la Democracia

y los nuevos nombres:

Chief Gani Fawehinmi, 54 años de edad, abogado de derechos humanos, miembro de Campaña por la Democracia.
Olusegun Mayegun, presidente de la Asociación Nacional de Estudiantes Nigerianos (NANS)

Los cinco detenidos citados en el encabezamiento han sido acusados de conspiración para la traición, delito punible con cadena perpetua. Se les acusa de haber "conspirado con el fin de obligar al gobierno... a cambiar... la transición a un programa de gobierno civil". El ministro de Justicia alegó anteriormente que habían conspirado para la subversión y exacerbado el reciente malestar civil. Amnistía Internacional les considera presos de conciencia, encarcelados por la expresión no violenta de sus opiniones políticas, y pide su liberación inmediata e incondicional.

El Dr. Beko Ransome-Kuti, Femi Falana y el Dr. Baba Omojola fueron detenidos en Lagos el 19 de mayo de 1992 y trasladados a la nueva capital en Nigeria central, Abuja, a 700 kilómetros de distancia, donde permanecen detenidos en régimen de incomunicación. A sus familiares y abogados se les ha negado información sobre su paradero y el acceso a ellos. El Decreto N.2 de Seguridad Estatal (Detención de Personas) de 1984, permite al vice-presiente ordenar la detención administrativa por tiempo indefinido de cualquier persona a la que considere una amenaza para la seguridad del Estado o para la economía nacional. Los tribunales tienen prohibido expresamente investigar cualquier detención efectuada en aplicación de ese Decreto. Aunque en su condición de presos en espera de juicio debería permitírseles el acceso a sus abogados y familiares, según los informes las autoridades no han suspendido su incomunicación alegando que siguen detenidos en virtud del Decreto 2. Estas razones también sirvieron para negar a otros presos detenidos en el pasado en espera de juicio la libertad bajo fianza.

El conocido abogado de derechos humanos Chief Gani Fawehinmi y otros abogados en representación de la Organización por las Libertades Civiles (Civil Liberties Organisation), un grupo nigeriano de derechos humanos, iniciaron acciones jurídicas en un intento de reforzar los derechos constitucionales de los detenidos y conseguir que las autoridades les condujeran ante el Tribunal Superior. El propio Chief Gani Fawehinmi fue detenido el 29 de mayo de 1992 en Lagos y se emprendieron acciones jurídicas similares para recusar su detención. Sin embargo, el gobierno ignoró varias órdenes del Tribunal Superior de Lagos para que los detenidos compareciesen ante el tribunal así como una orden de excarcelación de Femi Falana porque su detención era "ilegal, inconstitucional, nula e inválida".

El 9 de junio se produjo un robo en la sede de Campaña por la Democracia. Desaparecieron ordenadores y archivos. Olusegun Mayegun fue detenido a primeras horas de la mañana del 11 de junio en el campus de la universidad de Lagos. El 15 de junio, algunos abogados de Lagos comenzaron a boicotear los tribunales como medida de protesta, pero el ministro de Justicia emitió un mandato judicial para poner fin a dicha acción.

El 15 de junio los cinco detenidos fueron llevados ante un Tribunal Superior en Gwagwalada, a unos 30 kilómetros de Abuja, donde fueron acusados formalmente. En su comparecencia ante el tribunal, tanto el Dr. Ransome-Kuti como Chief Gani Fawehinmi no presentaban muy buen aspecto. Chief Gani Fawehinmi requirió tratamiento hospitalario urgente mientras permaneció detenido en régimen de incomunicación sin cargos ni juicio durante cuatro meses en 1989 debido a las duras condiciones penitenciarias y por habérsele negado medicación diaria para el tratamiento de hipertensión y una lesión cardíaca.

ACCIONES RECOMENDADAS: Telegramas, télex, cartas urgentes, cartas por vía aérea:

- expresando preocupación por las acusaciones de traición formuladas contra el Dr. Beko Ransome-Kuti, Femi Falana, Dr. Baba Omojola, Chief Gani Fawehinmi y Olusegun Mayegun;

- explicando que Amnistía Internacional les considera presos de conciencia encarcelados por la expresión no violenta de sus opiniones políticas, y pidiendo su [illegible]ión inmediata e incondicional;

9209468

- expresando preocupación por los informes que indican que, en su comparecencia ante el tribunal el 15 de junio de 192, el Dr. Ransome-Kuti y Chief Gani Fawehinmi tenían mal aspecto;

- pidiendo garantías de que los presos reciben un trato humano y solicitando que se les permita el acceso a sus familiares y abogados, que las condiciones en las que permanecen detenidos se ajusten a las normas internacionales y que reciban el tratamiento médico adecuado.

LLAMAMIENTOS A:

1) General Ibrahim Babangida
President, Commander-in-Chief of the Armed Forces
State House, Abuja
Federal Capital Territory, Nigeria

Telegramas: President Babangida, Lagos, Nigeria
Télex: 21444 o 21236 EXTNAL NG (a través del Ministerio de Asuntos Exteriores)
(Tratamiento: Dear Mr President / Señor Presidente)

2) Admiral (Retd) Augustus Aikhomu
Vice-President
State House
Abuja, Federal Capital Territory, Nigeria

Telegramas: Vice-President Aikhomu, Lagos, Nigeria
Télex: 21444 o 21236 EXTNAL NG (a través del Ministerio de Asuntos Exteriores)
(Tratamiento: Dear Admiral Aikhomu / Señor Almirante)

3) Mr Clement Akpamgbo
Attorney-General of the Federation and Minister of Justice
Ministry of Justice
Abuja, Federal Capital Territory, Nigeria

Telegramas: Minister of Justice Akpamgbo, Lagos, Nigeria
(Tratamiento: Dear Minister / Señor Ministro)

NIGERIA (Rep. Federal de)
3 de Febrero 1365
1426 - CAPITAL FEDERAL

COPIAS A:

1. Major-General (Retd) Ike O.S. Nwachukwu
Minister of External Affairs
Ministry of External Affairs
Maputo Street
Abuja, Federal Capital Territory
Nigeria

2. A cualquiera de los periódicos siguientes:
Daily Times, PMB 21340, Ikeja, Lagos, Nigeria
The Punch, PMB 21204, Ikeja, Lagos, Nigeria
The Guardian, PMB 1217, Oshodi, Lagos, Nigeria
Vanguard, PMB 1007, Apapa, Lagos, Nigeria
Newswatch, PMB 21499, Ikeja, Lagos, Nigeria

y a: Campaign for Democracy, PO Box 7247, Lagos, Nigeria

y a la representación diplomática de Nigeria en el país del remitente.

SE RUEGA ENVÍEN LOS LLAMAMIENTOS INMEDIATAMENTE. Consulten con el Secretariado Internacional o con la oficina de la Sección si los envían después del 30 de julio de 1992.

* Por favor, actúen inmediatamente tan pronto como reciban una llamada de Acción Urgente. Lean cuidadosamente cuáles son las Acciones Recomendadas.

* Las cartas y los telegramas deben ser breves y corteses. Insistan en que su preocupación por los derechos humanos no tiene nada que ver con sus opiniones políticas. Hagan referencia a disposiciones importantes de las Leyes Internacionales, tales como la Declaración Universal de Derechos Humanos de las Naciones Unidas.

Artículo 3	«Todo individuo tiene derecho a la vida, a la libertad y a la seguridad de su persona»
Artículo 5	«Nadie estará sometido a torturas ni a penas o tratos crueles, inhumanos o degradantes»
Artículo 9.	«Nadie podrá ser arbitrariamente detenido, preso ni desterrado»

* El nombre de Amnistía Internacional puede ser usado a menos que se indique lo contrario; sin embargo, las cartas escritas como particulares o profesionales pueden ser más efectivas.

* En los casos de Acciones Urgentes, Amnistía Internacional tiene que actuar rápidamente para evitar posibles malos tratos a los presos. Los llamamientos se emiten cuando la organización cree que ha recibido información fiable, aunque no siempre es posible verificar todos los datos. Los colaboradores de la red son informados de cualquier novedad que se produzca.

* Envíen al menos un telegrama o una carta urgente inmediatamente. Pueden enviar después otras cartas a las direcciones indicadas. Se deben enviar copias de las cartas a las representaciones diplomáticas en su país. De cualquier respuesta recibida debe enviarse una copia inmediatamente al Secretariado Internacional, a la Sección Nacional o al coordinador de Acciones Urgentes. Reciban de nuevo agradeciendo las respuestas e insistiendo en su interés por mantenerse informado sobre el caso.

AMNESTY INTERNATIONAL, INTERNATIONAL SECRETARIAT, 1 Easton Street London WC1X 8 DJ Reino Unido
Tel. (44-71) 413 5500 - [illegible] London WC1X - Télex 28502 - Telefax 956 11 57

9209468

Anexo 5

ACTA No...... En la ciudad de Buenos Aires, a los 24 días del mes de Mayo de 1992, en el domicilio de la calle... siendo las nueve horas se reúnen, previamente convocados, los integrantes del Comité Ejecutivo Nacional de Amnistía Internacional Argentina, a saber: Hugo Adrián Relva, Dolores Patricia Puente y Kuno Hauck. También se halla presente Claudio Piatti, responsable de capacitación y educación. A la hora señalada se da por iniciada la reunión bajo la presidencia de Hugo A. Relva.

I. ACTA ANTERIOR. Puesta a consideración el Acta No... se la aprueba.

II. INFORME DE PRESIDENCIA.

Se toma conocimiento de las actividades realizadas por el Presidente, a saber:

1. CARTA DEL PRESIDENTE. Tal lo establecido en el Plan de actuacion se envio, tras la reunión CEN-AREAS del 21/2 de Marzo, la carta del Presidente a los grupos y miembros adelantándoles el contenido del Acta respectiva.

2. GREGORIO KLIMOVSKY. En compañía de Dolores Puente se visitó con fecha 03/04/92 al Prof. Gregorio Klimovsky. Con el destacado intelectual se conversó sobre temas afines a la entidad y, en particular, sobre pena de muerte. Ante la solicitud del CEN el Prof. Klimovsky se comprometió a escribir un articulo en el diario "EL CRONISTA", sobre la base de los informes de AI. Manifestó asimismo su buena disposición a participar de un panel de expositores sobre el tema. Aceptó integrar la red de apelantes de aa.uu.

3. ALFREDO BRAVO. En igual fecha se visitó al Diputado Nacional (US, Capital Federal) y miembro del Consejo de Presidencia de la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH) Alfredo Bravo. Al mismo se le transmitió la inquietud de AI por la posible reintroducción de la pena capital en la legislación ordinaria argentina. Manifestó su opinión contraria a dicho castigo y anticipó que el proyecto de ley no obtendrá en la Cámara el apoyo necesario para prosperar.

4. AGUIRRE LANARI. Se visitó al Senador Nacional Juan Ramón Aguirre Lanari (Partido Liberal, Corrientes). Al igual que lo señalado en el punto anterior se le transmitieron al mismo los principales motivos de preocupación para AI (Perú, India, Pena de Muerte, etc.) y se le requirió opinión respecto del proyecto presentado pocos días atrás tendiente a reintroducir la pena capital en Argentina. Señaló su oposición a la misma y manifestó interés en la entidad.

5. ONU. Con fecha 14/04/92 se dirigió una carta a la Oficial a cargo de la Delegación de la ONU en el país, Sra. Elsa A.L. de Accardi, a fin de solicitarle el salón de actos para la presentación del Informe Anual 1992. Desafortunadamente la respuesta fue negativa.

6. ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. Con fecha 13/04/92 se concurrió al Seminario que organizó la citada entidad sobre filiación e identidad. En la oportunidad se conversó con Estela de Carlotto sobre temas comunes.

7. EL CRONISTA. El 13/04/92 se mantuvo una entrevista con el Sr. Mario Diamond, director del mencionado periódico: Al mismo se le explicó la labor del organismo y sus principales motivos de preocupación. Ante la solicitud del CEN se acordó la publicación quincenal de los llamados "casos de apelación".

8. EXTRA. En igual fecha que la señalada anteriormente se mantuvo una entrevista con el director del diario señalado, Orlando Barone; ante la solicitud de similar tenor que la formulada al director de "El Cronista" aquel aceptó también dar cabida a los casos de AIA quincenalmente.

9. SEDE. En fecha 27/04/92 se mantuvo una extensa conversación con los funcionarios de sede [Silvana Guardia y Alejandro Oviedo] Con ellos se conversó sobre temas variados (correo a grupos y miembros individuales, envío de casos de apelación a periódicos y revistas, nuevos contactos, uso de la computadora, publicaciones, envíos de EDAI, envíos al SI, etc)

10. GRUPO ABROJO. Se mantuvo una reunión con los miembros del grupo Abrojo, conversando sobre temas propios del grupo (AA.UU., adopción, Campañas, Capacitación, Prensa, Finanzas, Coordinación con los demás grupos, etc.).

11. GRUPO ACCION URGENTE. Se visitó al grupo AA.UU. conversando con sus integrantes sobre temas similares a los señalados en punto anterior.

12. GRUPO LIBERTAD. Se mantuvo una reunión con varios integrantes del grupo, conversando en la oportunidad temas similares a los mencionados anteriormente.

13. COMPUTADORA. En compañía del Tesorero Eduardo Barisón se adquirió una computadora personal para la Sede Nacional, tal como fuera informado. La misma reune las especificaciones técnicas exigidas por el SI.

14. CONFERENCIA DEL ACNUR. A invitación de Universidad Nacional de La Plata se asistió a una conferencia sobre la labor del "Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados" (ACNUR). La expositora fue la Dra. Teresa Tirado, Consejera Jurídica de dicho organismo internacional.

15. INVESTIGADORES DE ARGENTINA. Con fecha 30/04/92 se mantuvo una entrevista con los investigadores de Argentina del Secretariado Internacional. A los mismos se les informó de las actividades de AIA.

16. CANCILLERIA. Con fecha 06/05/92 se mantuvo una entrevista con el Ministro Hernán Florutti, diplomático a cargo de la Oficina de DD.HH. de la "Dirección de DD.HH. y de la Mujer" del Ministerio de Relaciones Exteriores. Al mismo se le manifestaron las preocupaciones de AI con motivo de la reunión de la Asamblea General de la OEA (circular ORG 40/01/92), haciéndole entrega en la oportunidad de una copia de la carta enviada en igual fecha al Canciller Guido Di Tella sobre la cuestión.

17. DIARIO EL TRIBUNO. Con fecha 06/05/92 se realizó una entrevista al CEN en la corresponsalía porteña del diario "El Tribuno", de Salta.

18. PROCURACION GENERAL DE LA NACION. El 14/05/92 se visitó al nuevo Procurador General de la Nación y actual Vicepresidente 1o de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) Dr. Oscar Fappiano. Al mismo se le explicaron las preocupaciones de AI con motivo de la reunión de la Asamblea General de la OEA. Asimismo se aprovechó la oportunidad para solicitarle el estudio de una modificación de las disposiciones de la OEA en las que se impide conceder "status consultivo" a las organizaciones no gubernamentales (ONGs) en dicho foro (conf. ORG 40/01/92).

19. ORALDO BRITOS. Pese a tener concedida una audiencia con el Senador Oraldo Britos (PJ, San Luis) en fecha 14/05, la misma no se llevó a cabo por ausencia del legislador. Se convino una nueva entrevista a la brevedad.

20. CARTAS.

a) Se acusó recibo de la renuncia presentada por el ex Patrocinante de la entidad Dr. Elvio R. Zanotti. Asimismo se le agradecieron las gestiones realizadas.

b) Se escribió a la sección chilena apoyando la propuesta de que Santiago sea sede de la próxima reunión de Agrupación.

c) Se escribió al Secretariado Internacional acompañando un listado actualizado de los grupos de AIA y sus direcciones.

d) Se escribió a los grupos una circular de igual tenor.

e) Se recibió carta de miembros con domicil en Paraná quienes expresaron su intención de constituir un n[illegible]o grupo en dicha localidad.

f) Se recibió carta de Alison Oliver, asistente del CDS, en la que informaba del envío de la segunda transferencia de dinero correspondiente al presupuesto 1992 y anticipaba el envío, en Junio próximo, de la 3o y 4o transferencia.

g) Se recibio carta de la sección española en la que invitaron a participar de su Asamblea Anual. Se agradeció la invitación vía Sede.

h) Se escribió a los investigadores de Argentina solicitándoles una pronta acción por la posible reintroducción de la pena capital en la Argentina y ofreciéndoles asimismo la colaboración de que pudieran necesitar en su visita al país.

i) Se escribió a Gregorio Klimovsky adjuntándole informes de AI.

j) Se recibió invitación de la sección brasileña para participar de su Asamblea Anual. Se respondió por Sede como es costumbre.

k) Se escribió a Patti Whaley (SI) informándole de la compra de la computadora personal para la Sede Nacional, adjuntándole los recibos

correspondientes y solicitándole el pronto reembolso del dinero erogado.

l) Se escribió a Wilder Tayler, de la Oficina de Organizaciones Intergubernamentales y Jurídica del SI, informándole de las gestiones realizadas ante la Cancillería con motivo de la reunión de la Asamblea General de la OEA.

m) Se recibió carta de la Federación Universitaria Argentina (FUA) proponiendo cooperar con la organización.

n) Se recibió carta de la sección ecuatoriana de AI en la que solicitaba apoyo para las candidaturas a ocupar cargos en los comités asesores al Comité Ejecutivo Internacional (CEI).

ñ) Se escribió al Organo de Fiscalización (OF) formulándole comentarios en relacion al informe que elaboraron.

III. INFORME DE VICEPRESIDENCIA.

Se toma conocimiento de las actividades llevadas a cabo por Dolores Puente, a saber:

1. VISITA A GREGORIO KLIMOVSKY (ver en punto II).

2. VISITA A ALFREDO BRAVO (ver en punto II).

3. CARTA A EX GRUPO SAMAHI. Se respondió a una carta enviada por integrantes del ex grupo Samahi que manifestaron su interés en volver al trabajo grupal.

4. GRUPO AMERICA. Se visitó al grupo, conversando en la oportunidad sobre las actividades del mismo.

5. FOSMO. Se visitó a las autoridades del "Frente Opositor al Servicio Militar Obligatorio" (Fosmo). Se conversó sobre temas afines a la Entidad y, en particular, sobre la participación del asociado Alberto Moya en una conferencia en la que, supuestamente, concurrió en representación de AIA.

6. INVESTIGADORES. Se organizó la reunión de los investigadores de AI en Argentina con los grupos de Buenos Aires.

7. APDH. Se gestionó ante las autoridades de esta organización la cesión de su salón de actos para la reunión señalada en el punto anterior.

8. CIRCULAR. Se redactó la circular para voceros de prensa, oportunamente enviada a los grupos.

9. CASOS DE APELACION. Se instruyó a la Sede Nacional para el envío regular y selección de los casos de apelación a los medios de prensa que colaboran con AIA.

10. PRESENTACION DEL INFORME ANUAL 1992. Se iniciaron las gestiones para el lanzamiento del Informe Anual 1992 ante las autoridades del Centro Cultural Gral. San Martín.

IV. INFORME DEL TESORERO.

Luis Eduardo Parison comunicó al CEN la imposibilidad de asistir a la reunión por motivos de índole personal. Igualmente hizo llegar a la Sede el Informe de Tesorería a la reunión Interasambleas.

V. INFORME DEL SECRETARIO.

1. GRUPOS DE ENTRE RIOS. Se mantuvo regularmente contacto con los grupos de la Pcia. de Entre Ríos (Paraná, Crespo y Ramírez), a través de visitas y llamados telefónicos.

2. GRUPOS DE CORDOBA. Se envió una carta sobre temas generales a los 4 grupos de la provincia mencionada, obteniéndose respuesta solamente de uno de ellos (Abrojo).

3. LT 14. Se respondió a una entrevista con la emisora local en la que se trataron temas propios de AI.

4. CANAL 9. Se respondió a un reportaje televisivo del canal local sobre temas variados.

5. ANALISIS. En compañía de María Elvira Polleiro (miembro del grupo Ramírez) se visitó la redacción de esta revista, solicitando en la oportunidad la concesión de un espacio gratuito para la publicación de los casos de apelación.

6. DIARIOS "JUNTOS" y "LA CALLE". Se visitó la redacción de estos periódicos de Concepción de Uruguay, conversando en las oportunidades sobre temas de DD.HH.

7. RADIOS DE LA PAZ y VICTORIA. Se enviaron gacetillas a los medios de FM en la citada localidad.

8. AAUU. Se respondió a una carta enviada por Pat Wilkinson (SI) en la que solicitaba información sobre la marcha de la "red de acción veloz" en AIA. Asimismo se le informó que en la actualidad existen registrados 37 asociados que colaboran con la red de AA.UU

9. EXPEDIENTES DE ACCION. Se recibieron solicitudes de los grupos "La Plata" y "Ramírez" para obtener expedientes de acción. Las peticiones fueron giradas al Secretariado Internacional (SI) en Londres.

10. DEPARTAMENTO DE INVESTIGACIONES -VIETNAM-. Se dirigió una carta al Departamento de Investigaciones -oficina de Vietnam- requiriéndole información sobre una red que comprendía a dicho país y en la que colaboraba un grupo de AIA.

11. GRUPOS DE CORDOBA CIUDAD. Se dirigió una carta a los grupos de la ciudad de Córdoba invitándolos a integrar, en su conjunto, una Red de Acción Regional (RAR).

12. ESCUELA EN RAMIREZ. Se exhibió un video sobre la Declaración Universal de DD.HH. en el 7º grado de una Escuela en Gral. Ramírez, explicando en la oportunidad la labor de AI.

13. STAND EN PARANA. Se participó de un stand en el centro de Paraná, que culminó con una charla sobre pena de muerte.

VI. INFORME DEL ENCARGADO DE CAPACITACION Y EDUCACION.

Por motivos graves de índole personal el responsable del area no hizo llegar a la Sede Nacional el informe escrito que usualmente se elabora con motivo de estas reuniones. Sin embargo, se remitió a lo informado oralmente a los miembros y grupos el día anterior en oportunidad de la interasambleas.

VII. INFORME DEL ENCARGADO DE CAMPAÑAS.

A la fecha de realización de esta reunión el responsable del area no ha hecho llegar a la Sede Nacional su informe escrito con motivo de la reunión CEN-AREAS ni el correspondiente a la reunión interasambleas.

VIII INFORME DE LOS EMPLEADOS DE LA SEDE NACIONAL.

Se toma conocimiento del informe preparado por los empleados de la Sede Nacional en el que dan cuenta de las tareas cumplidas desde la pasada RCA. Se resuelve facultar a los empleados para solicitar presupuestos para los abonos de reparación de la fotocopiadora, programas de PC antivirus y de gestión y distintos elementos necesarios en la Oficina (estufa, etc.).

IX. EVALUACION DE LA REUNION INTERAGA.

El CEN acordó que la mayoría de las críticas expuestas en oportunidad de la reunión se centraron en dos cuestiones principales: las de naturaleza financiera y las jurídicas. En tal sentido -a juicio del CEN- los grupos manifestaron su desacuerdo con ciertas desprolijidades en el area contable (los libros no están al día), en gastos que no hallan justificación (llamadas telefónicas al exterior en cantidades superiores a las normales) y en la captación de recursos. Tambien la falta de presentación ante la Inspección de Personas Jurídicas de la documentación necesaria para la obtención de la personalidad legal fue objeto de observación por parte de numerosos grupos.

Por el contario la labor externa del CEN y la función de prensa hallaron eco generalmente favorable en los mismos.

En relación a lo dicho el CEN acuerda en:

. Instruir al Tesorero para que en un plazo prudencial adopte los medios necesarios tendientes a poner en regla la contabilidad de AIA, informando en su caso al Organo de Fiscalización (OF);

. Dirigir por medio del Presidente una nota al Gerente Comercial de Telecom en Córdoba a fin de que se informe sobre las llamadas internacionales;

. Instruir al Presidente para que se ultimen los detalles relativos al Estatuto Social de la Entidad y su Reglamento respectivo, contactando con un nuevo abogado patrocinante y contador.

X. REGISTROS.

1. ASISTENTES. Se presenta el proyecto para el funcionamiento de dicho registro, el que se aprueba.

2. CAPACITADORES.

3. DE CAPTACION DE RECURSOS. Se conviene en solicitar a Eduardo Maimone (miembro del UF. del registro y presentante del único proyecto en la materia) la coordinación y puesta en marcha de las tareas propias de la captación de fondos.

XI. EXPEDIENTES DE ACCION.

Con el propósito de aclarar todo lo concerniente a esta nueva forma de trabajo del movimiento internacional, se resuelve dirigir una circular a todos los grupos sobre las características de los expedientes, facultando al efecto a Dolores Puente.

XII. GRUPOS DE AIA.

Se evaluaron las visitas a los grupos Jairo Sajonero (Mendoza), El Giro (Mza.). Libertad (Córdoba), Abrojo (Cba.), Acción Urgente (Cba.), Paraná (E. Ríos), Crespo (E.R.), Ramírez (E.R.) y América (Capital). Se acordó en visitar próximamente a los grupos Baires y Centro (Capital) y Termas (Santiago del Estero).

XIII. MEDIDA DISCIPLINARIA: ALBERTO MOYA.

Se toma conocimiento de que el pasado día 17 de Mayo el asociado Alberto Moya habría participado. en representación de la entidad. en un acto organizado por el "Frente de Oposición al Servicio Militar Obligatorio" (FOSMO). A los fines de la conferencia se habría editado también un folleto en el que expresamente se hacía alusión a la circunstancia mencionada. Entendiendo el CEN que la conducta de Alberto Moya, de ser cierta, contraría disposiciones estatutarias que impiden a los asociados irrogarse la representación de la organización, se resuelve dirigirle una carta en la que se le solicitan explicaciones, con expresa mención que de si se confirmara la presunción antes señalada, cabría una sanción disciplinaria en su contra. Se faculta al Presidente a tal efecto.

XIV. EDAI.

Se evaluó la resolución adoptada por el Comité Ejecutivo Internacional (CEI) en la que se resolvió llevar a cabo la reunión de EDAI en Madrid, España, y solventar los gastos que la misma irroga con fondos de la Editorial. Se resuelve en relación a ello:

. Dirigir una carta a Sofía Macher (CEI), con copia a la Directora de EDAI Cristina Martínez, expresando el desagrado de la sección por la resolución adoptada, ya que se entiende que Madrid es -precisamente- el lugar más oneroso donde realizar el encuentro y que al abonarse los gastos (pasajes, alojamiento, comidas, etc., para delegados de todas las secciones y grupos de habla hispana y portuguesa) con dinero de la editorial -y no, como se había dicho en un principio por los fondos de comunicación horizontal que al efecto disponen todas las secciones- se obliga a EDAI a dejar sin efecto la edición de un buen número de informes, documentos y folletería en general.

. Abonar los gastos que irrogue la participación del delegado con los fondos de que dispone la sección argentina para ese efecto y que fueran oportunamente acreditados, y solicitar asimismo que la porción de sus gastos en las cuentas generales de la reunión se reembolse a la sección en materiales y publicaciones de EDAI

8

. Facultar al delegado para EDAI, Claudio Fiatti, a dirigir la carta en cuestión.

. Dirigir una carta a todos los grupos de AIA invitándolos a proponer un delegado a la reunión antes mencionada, informándoles el temario y la agenda.

XV. PRESENTACION DEL INFORME ANUAL 1992.

Atento las invitaciones recibidas de los grupos de Córdoba, Entre Ríos y La Plata se resuelve participar de las presentaciones que se llevarán a cabo en La Plata, Córdoba (24/07) y Paraná (13/08). En relación a la presentación nacional, que se llevará a cabo en Buenos Aires, se resuelve convocar a una reunión con los grupos de la localidad para coordinar el mismo.

XVI. COMPRAS DE EQUIPAMIENTO.

Se resuelve autorizar la compra de una estufa a gas para la Sede Nacional, eligiéndose la más económica de las presentadas en el presupuesto solicitado al efecto.

XVII. PROXIMA REUNION.

Se resuelve que, en principio, la misma se llevará a cabo los próximos días 22 y 23 de Agosto en Córdoba.

MEMORANDUM SEMANAL 15/92

1[illegible] de julio de 199[illegible]

1. MATERIAL AJENO A A.I. RECIBIDO EN SEDE

- [illegible] julio de 1[illegible]
- [illegible] junio [illegible]
- [illegible] julio de 1[illegible]
  [illegible]
- [illegible] documento de trabajo. Indice:
  - [illegible]
  - [illegible] en la [illegible]
  - [illegible] de AI
  - [illegible] Grupo de Trabajo sobre [illegible] de Personas
  - [illegible] de AI
  - [illegible] Comision [illegible]
  - [illegible]

2. LANZAMIENTO DEL INFORME [illegible]

Se han [illegible] con el [illegible] enviado [illegible] donde se realiza [illegible] dicho informe [illegible] serán distribuidos al resto de los grupos.

3. DECESO

Lamentamos [illegible] a los miembros de AI del fallecimiento de Anette Fischer, Presidente del CEI, y de su esposo [illegible] Eli. Ambos murieron en un accidente automovilistico en Italia el sabado 11 de julio.

Por más de veinte años Anette dedicó gran parte de su tiempo, energias, conocimiento [illegible] habilidades [illegible] Amnistía Internacional. Se desempeño como Presidente [illegible] Sección [illegible]. Participo en numerosos comites [illegible] importantes [illegible] Internacional. [illegible] Anette [illegible] del Comité Ejecutivo Internacional. Como Presidente del [illegible] trabajo [illegible] simplemente extraordinario.

Desde [illegible] Sección Danesa en nombre de la Sección Argentina [illegible] nuestro pesar por la repentina perdida de una [illegible] dedicada y cometida a la causa de los DD.

ILEGIBLE

42-

9209468

Anexo 6

MEMORANDUM GENERAL 10/92

31 de julio de 1992

1. MATERIAL AJENO A A.I. RECIBIDO EN SEDE
   - Diario "AMERICA". No [illegible] 10/7 y No 12364 24/7.
   - [illegible] Católico de Houston. Julio 1992.
   - [illegible]. Sindicato Petrolero y Gas Privados. No 1 nov.'91, No 2 mayo '92.
     Testimonio [illegible]. Revista de los Movimientos Estudiantiles Cristianos de América Latina y el Caribe. Edición Bilingue. No 4. oct-dic '91.
   - ECO '92. Carta Informativa CERPAJ No 21. jun-jul'92.
   - UNION RIGHTS International. Revista del Centro Internacional por los derechos de los sindicatos. 2do. cuatr.'92. En idioma inglés.

2. ACTIVIDADES DEL CEN
   - Con fecha 16/07/92 el Comité Ejecutivo Nacional presentó en Buenos Aires, al público y la prensa, el "Informe Anual 1992". En la oportunidad expusieron sobre el tema Thierry Istilian (Grupo Bohemio) y Hugo Adrián Relva (Presidente del CEN). El acto tuvo lugar en el "Foro Gandhi" y asistieron varias personalidades y representantes de distintas entidades, entre otras, la Asociación Americana de Juristas, Abuelas de Plaza de Mayo, Liga por los Derechos del Hombre, Madres de Plaza de Mayo (Línea Fundadora), Familiares De Detenidos-Desaparecidos por Razones Políticas, Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, Centro de Estudios Legales y Sociales, Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos, Federación Universitaria de Buenos Aires, Familiares de Presos Políticos de la Tablada, Ateneo El Centenario, Agencia DYN, Revista VIVIR A PLENO, Página 12, Diario Clarín (Oscar Cardoso), Buenos Aires Herald, Revista 13/20, América TV, Cablevisión, Canal 13, Videocable, Radio Mitre, FM La Red, Radio Fénix, Radio Del Plata, Revista ECO, Radio Continental, Héctor [illegible] Ibáñez, Victor Pintos, Renee Epelbaum, Susana Said, Florencia Ibañez, Francisco Sotelo (Diario El Tribuno, de Salta), Emilio Mignone, Alicia Pierini (Dirección Nacional de DD.HH, Mrio. del Interior), Mohammed Ben Amar (Oficial a cargo de la Oficina del ACNUR).
   - Con fecha 24/07/92, el Comité Ejecutivo Nacional presentó en la ciudad de Córdoba el Informe Anual 1992. La presentacion tuvo lugar en el local del Instituto Goethe y en la oportunidad expusieron Miguel Ceballos (Grupo Abrojo) y Hugo Adrián Relva (CEN). Estuvieron presentes miembros de la Cámara de Senadores del Honorable Consejo Deliberante de la cdad. de Córdoba, representantes del Consulado de Italia, del Instituto Italiano de Cultura, de organismos de DH locales, de centros de estudiantes de la Universidad de Córdoba, de la Asociación Cultural Israelita. [illegible] estuvo presente el arq. Révora (ex-miembro de la [illegible] Cba.), la FM Bandera Nacional, entre otros. [illegible]

PARTES ILEGIBLES.-

9209268

G[illegible] Eduardo [illegible], [illegible] del Pte. del [illegible] de la [illegible] de la H. [illegible] Cámara de Senadores y del Sup. Tribunal de Justicia.
Previo a la presentación del Informe, Hugo [illegible], en algunas oportunidades acompañado por Cl[illegible] y Miguel Ceballos, se entrevistó con el Defensor del Pueblo de la [illegible] de [illegible] Formosa, con senadores provinciales de distintos bloques incluyendo miembros de la Comisión de DH de la Cámara y con el entonces Pte. de la Honorable Cámara de Diputados Dr. Caferatta Nores. Fué entrevistado también por diferentes medios: FM A Galena, FM Urbana, Radio Universidad, LV3, LV2, Diario La Arena (La Pampa) y diario "La voz del Interior".

3. PROXIMA REUNION DEL COMITE

La próxima reunión del Comité tendrá lugar en la ciudad de Córdoba los días 22 y 23 de agosto. Todos los grupos que deseen poner a consideración del CEN algun tema o cuestión deberán hacer llegar la misma, por escrito, a la brevedad posible.

4. DEUDA DE PUBLICACIONES

En atención a la situación económica por la que atraviesa nuestra entidad rogamos a todos los grupos quieran tener a bien saldar las deudas que por concepto de publicaciones se hayan impagas, a saber:

Grupo	Importe($)
Libertad	149,9
Ramirez	70
América	115,6
El Giro	64,5
Mártires de TIANANMEN	151,5
Punilla	1[illegible]5,4
Inti	6,33
Huenei	66,13

Les reiteramos que los depósitos deberan efetuarse en la cuenta 107190/0, suc.202, Banco de Crédito Argentino.

5. DEUDA POR PAGO DE CUOTAS SOCIALES

Por los mismos motivos que se mencionan en el punto anterior se detallan los grupos que se encuentran en mora pero en concepto de cuotas sociales, a saber:

GRUPO	3er.CUATR.'91	1er.CUATR.'92	TOTAL
Acción Urgente	60,48	74,88	135,36
Baires	17,92	66,56	84,48
Martires de TIAN.	80,64	99,84	180,48
Punilla	-	101,92	101.92
Inti	-	66,56	66,56
El Giro	40,32	49,82	90.14
Jairo	-	104	104

Los importes consignados incluyen los intereses hasta la

[illegible] del 2 % mensual.

6. CARTA DEL EQUIPO DE DESARROLLO PARA AMERICA (SI) (ESTEBAN BELTRAN)

Días atrás el Comité Ejecutivo Nacional recibió una carta de Esteban Beltrán sobre las graves dificultades económicas por las que atraviesa el movimiento Internacional y ha considerado oportuno hacer llegar la misma a todos los grupos. Cualquier comentario al respecto de la misma será bienvenido.

7. PRENSA Y DIFUSION

- El Comité hace constar en relación a la nota de "La Voz del Interior" de fecha 24 de julio de 1992, que gran parte de las expresiones allí volcadas no son el fiel reflejo de lo manifestado en oportunidad de la entrevista mantenida el día 23 con los periodistas del mencionado diario.

- Parece que el lanzamiento del Informe anual ha sido un éxito en cuanto a medios de comunicación se refiere y nos gustaría confirmarlo reuniendo todos los recortes de prensa que podamos. Les rogamos nos envíen copias de la información aparecida al respecto en los medios de comunicación. Estos serán enviados a la Oficina de Prensa del SI para contribuir a completar el panorama de la repercusión que tuvo a nivel mundial esta presentación.

- La Iglesia Metodista Argentina y el Sindicato Petrolero y Gas Privado Bahía Blanca nos han ofrecido publicar y difundir en sus respectivas revistas la labor que realiza AI en favor de los derechos humanos.

8. INFORMATICA

Invitamos a los miembros que les interese el tema de computación y/o programación a colaborar con esta Sede, ya sea aportando sus conocimientos o datos sobre precios de programas alternativos. Necesitamos, entre otras cosas, un programa de contabilidad y de archivo de datos. Esperamos sus sugerencias. Gracias!!!

9. LANZAMIENTO INFORME

El tercer lanzamiento del Informe '92 en nuestro país tendrá lugar en la ciudad de Paraná, Entre Ríos, el día 13 de agosto en el salón de la Librería El Ateneo a las 19hs.

9209468

Anexo 7

PERÚ

VIOLACIONES DE DERECHOS HUMANOS DURANTE EL GOBIERNO DEL PRESIDENTE ALBERTO FUJIMORI



ÍNDICE

Amnistía Internacional

A lo largo de los últimos nueve años (de enero de 1983 a abril de 1992), Amnistía Internacional ha documentado los casos de al menos 4.000 personas "desaparecidas" en Perú tras ser detenidas por las fuerzas de seguridad. Según el Ministerio Público, institución gubernamental autónoma dirigida por el fiscal de la nación y que se encarga de investigar violaciones de derechos humanos, durante los 11 años que van de principios de 1981 a fines de 1991 se han denunciado 5.419 "desapariciones". En enero de 1992, más de 4.000 seguían sin resolver. Varios miles de personas más parecen haber muerto desde 1983 a manos de las fuerzas gubernamentales en ejecuciones extrajudiciales, de ellas, 500 en 18 matanzas independientes documentadas por Amnistía Internacional. También han sido frecuentes a lo largo de este período los informes de torturas y malos tratos a manos de las fuerzas de seguridad.

La gran mayoría de las violaciones de derechos humanos (el 85 por ciento de ellas, según las organizaciones de derechos humanos de Perú) las han cometido las fuerzas armadas, en especial el ejército, en zonas bajo el estado de emergencia. La policía también ha estado implicada en numerosos casos de "desaparición", ejecución extrajudicial y tortura. Desde 1988, estas prácticas se han extendido más allá de las zonas bajo el estado de emergencia y control militar, a las que estaban inicialmente limitadas, para afectar a casi todo el país. Entre 1988 y 1990, durante el gobierno del ex presidente Alan García Pérez, se atribuyeron también amenazas, ataques y homicidios selectivos a los llamados escuadrones de la muerte paramilitares que, al parecer, actuaban con el apoyo de las autoridades. Desde junio de 1991, durante el actual gobierno del presidente Alberto Fujimori, volvieron a producirse ese tipo de amenazas y homicidios por grupos paramilitares en el departamento de Ayacucho y en Lima, la capital. Durante los nueve años transcurridos desde 1983, se han ido organizando oficialmente unas patrullas de defensa civil compuestas por campesinos y conocidas oficialmente con el nombre de Comités de Autodefensa, dirigidos por los militares que gobiernan las zonas de emergencia. Esos Comités de Autodefensa también han cometido violaciones de derechos humanos.

Una campaña de agresiones, sabotajes y homicidios al estilo de ejecuciones llevados a cabo por los grupos clandestinos alzados en armas Partido Comunista del Perú (Sendero Luminoso - PCP) y el Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA), así como una gran cantidad de delitos relacionados con drogas y una fuerte crisis económica, formaron el contexto de las graves violaciones de derechos humanos durante los gobiernos de los ex presidentes Fernando Belaúnde Terry (1980-85) y Alan García Pérez (1985-90), así como del actual presidente Alberto Fujimori, que ejerce el cargo desde julio de 1990. La respuesta de estos tres gobiernos ante la creciente violencia política ha consistido en imponer estados de emergencia renovados periódicamente que restringen los derechos civiles y delegan en las fuerzas armadas la autoridad política y militar de las zonas bajo el estado de emergencia.

El primer estado de emergencia se declaró en 1981 en respuesta al creciente número de ataques armados de Sendero Luminoso. En octubre de 1981, el gobierno del ex presidente Fernando Belaúnde Terry, invocando el artículo 231 de la Constitución Política del Perú, colocó cinco provincias del departamento de Ayacucho bajo legislación de emergencia. El Ministerio de Interior y la Policía Nacional del Perú asumieron conjuntamente el control directo de esas cinco provincias. La responsabilidad de la contrainsurgencia se dejaba en manos de la Guardia Civil, una rama de las fuerzas policiales. En diciembre de 1982 se renovó el estado de emergencia en siete provincias de los departamentos de Apurímac, Ayacucho y Huancavelica, extendiéndose en este último a una provincia más. La responsabilidad sobre el orden interno y la contrainsurgencia se transfirió a las fuerzas armadas, bajo la dirección general del ministro de Defensa.

Los estados de emergencia se imponen por decreto presidencial para periodos de entre 30 y 60 días, transcurridos los cuales pueden renovarse. En varias épocas, los estados de emergencia se han levantado en algunas provincias sólo para volver a imponerlos después, en una pauta habitual de imposición, renovación, terminación y reimposición. Durante periodos considerables de 1983 y 1984, todo el país estuvo en estado de emergencia.

El control militar sobre las zonas de emergencia se formalizó el 6 de junio de 1985 cuando el Congreso aprobó la Ley 24.150. La responsabilidad de mantener el orden interno en cada zona de emergencia recayó directamente en comandos político-militares responsables ante el Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas. Sin embargo, le correspondía al gobierno la responsabilidad última del orden interno, según el artículo 3 de la Ley 24.150, que estipula lo siguiente: "El planeamiento, preparación, dirección y ejecución del control del orden interno son conducidas por el Poder Ejecutivo por medio del sistema de Defensa Nacional." Todas las zonas de emergencia han estado gobernadas por los comandos político-militares especialmente creados para ello, a excepción de la

provincia de Lima y de la Provincia Constitucional del Callao. En estas dos provincias, donde viven los 7.300.000 habitantes de la Lima Metropolitana, las fuerzas policiales, bajo el mando del ministro de Interior, son responsables de las operaciones de contrainsurgencia.

La Ley 24.150 otorga a los comandos político-militares poderes extraordinarios que soslayan las principales salvaguardias de los derechos humanos en Perú. Estos comandos controlan a todas las fuerzas de seguridad, las fuerzas armadas, la policía, y las patrullas civiles de defensa en las zonas de emergencia, con la excepción de las provincias de Lima y Callao. También aplican todas las directrices y órdenes del poder ejecutivo, coordinan las funciones de las autoridades civiles y proponen al ejecutivo nuevas medidas de emergencia.

Asimismo, esta ley coloca a los miembros de las fuerzas de seguridad de las zonas de emergencia bajo la jurisdicción militar y los somete al Código de Justicia Militar para todas las infracciones disciplinarias cometidas en acto de servicio. Estas infracciones están definidas como "competencia del fuero privativo militar, salvo aquéllas que no tengan vinculación con el servicio". Esto permite a los militares reclamar jurisdicción sobre los casos de violaciones de derechos humanos, prerrogativa que han ejercido en todos los casos en los que se han iniciado actuaciones contra miembros de las fuerzas de seguridad por delitos cometidos en las zonas de emergencia.

Sin embargo, algunos derechos garantizados por la Constitución peruana se han suspendido en las zonas bajo la legislación de emergencia, invistiendo así a los militares con poderes amplísimos. La legislación de emergencia les permite entrar y registrar los domicilios particulares sin orden judicial, así como restringir la libertad de circulación y el derecho a la reunión pacífica, y, lo que es más importante, también les permite efectuar detenciones sin orden judicial durante el estado de emergencia. La práctica generalizada de las detenciones no reconocidas es la causa subyacente del alto número de "desapariciones", ejecuciones extrajudiciales y torturas en las zonas de emergencia.

No obstante, en teoría, según la legislación de emergencia, los detenidos conservan derechos constitucionales específicos. Tienen derecho a que se les informe inmediatamente y por escrito de los motivos de su detención, y deben tener acceso a un abogado. No pueden ser incomunicados excepto cuando la investigación del delito así lo requiera y, en ese caso, sólo en los términos y formas especificados por la ley. No pueden permanecer recluidos clandestinamente: las autoridades deben revelar su paradero sin demora. Finalmente, los detenidos no pueden ser forzados a hacer declaraciones por medios violentos. A pesar de esto, con frecuencia los militares no han respetado estos derechos en las zonas de emergencia.

En julio de 1990, fecha en que subió al poder el gobierno del presidente Fujimori, 54 provincias de 11 departamentos estaban en estado de emergencia. En noviembre de 1990, las autoridades levantaron el estado de emergencia en la provincia de Huamanga, departamento de Ayacucho, tradicionalmente considerada como baluarte de Sendero Luminoso. Sin embargo, según los informes, esta suspensión, que se mantuvo ininterrumpidamente durante 15 meses, hasta el 25 de febrero de 1992, no condujo al completo restablecimiento de la autoridad civil. Se denunciaron en el área acciones del tipo de los "escuadrones de la muerte" llevadas a cabo por los llamados grupos paramilitares que actúan con el apoyo de las fuerzas armadas, y también "desapariciones" y ejecuciones extrajudiciales por las patrullas de defensa civil organizadas por el ejército. A fines de abril de 1992, el estado de emergencia abarcaba grandes zonas de las tierras altas andinas, de los bosques tropicales y de las regiones costeras.

En un manifiesto emitido por sorpresa a la nación el 5 de abril de 1992, el presidente Fujimori anunció la inmediata disolución del Congreso y declaró que, desde entonces, el mando del país lo ejercería un Gobierno de Emergencia y Reconstrucción Nacional, de transición, en manos del poder ejecutivo. Anunció una reforma de la Constitución Política, del Congreso, del poder judicial y del Ministerio Público, todos los cuales tienen responsabilidad en la investigación de las violaciones de derechos humanos. (Más adelante incluimos una descripción más detallada de las medidas puestas en práctica por el Gobierno de Emergencia y Reconstrucción Nacional, y de lo que éstas suponen para las normas de derechos humanos.)

Desde que el gobierno del presidente Alberto Fujimori ocupó el poder, en julio de 1990, se han seguido denunciando una gran cantidad de violaciones de derechos humanos. (Para una descripción más detallada de las violaciones de derechos humanos llevadas a cabo durante el primer año de gobierno del presidente Fujimori, y del legado de derechos humanos que dicho gobierno heredó, véase el documento *Perú: Derechos humanos en un clima de terror*, Índice AI: AMR 46/56/91/s, publicado en noviembre de 1991.) Según los casos documentados por Amnistía Internacional, desde el 28 de julio de 1990 hasta el 30 de abril de 1992 (los primeros 21 meses de gobierno del presidente Fujimori) seguía sin saberse nada de 392 personas presuntamente "desaparecidas" tras ser detenidas, y se había ejecutado extrajudicialmente a otras 169. Se siguieron denunciando torturas, incluida la violación, a manos del ejército y de la policía, y numerosos presos fueron recluidos acusados de "terrorismo", muchos de ellos, al parecer, basándose en declaraciones obtenidas mediante tortura. Los defensores de los derechos humanos, tanto oficiales como independientes, sufrieron amenazas de muerte, ataques y homicidios a manos de las fuerzas de seguridad o de los llamados grupos paramilitares que actuaban con su apoyo.

AVANCES EN MATERIA DE DERECHOS HUMANOS: DE JULIO DE 1990 A MARZO DE 1992

El respeto por los derechos humanos y su promoción están consagrados en la Constitución Política del Perú. En efecto, el texto completo de la Declaración Universal de Derechos Humanos de 1948 está anexado a dicha Constitución, con fuerza de ley. Entre los tratados internacionales y regionales ratificados por Perú se encuentran el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos (PIDCP), ratificado en 1978; la Convención contra la Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes de las Naciones Unidas, ratificada en 1988, y la Convención Americana sobre Derechos Humanos (CADH), ratificada en 1978. El artículo 101 de la Constitución del Perú especifica que, en caso de conflicto entre la legislación nacional y la internacional, los tratados internacionales de derechos humanos ratificados por el Estado peruano tienen preferencia sobre la legislación nacional. Además, el artículo 105 otorga a estos tratados el rango de ley constitucional.

Desde que accedió al poder, el gobierno actual ha prometido reiteradamente respetar los derechos humanos. En su discurso inaugural, el 28 de julio de 1990, el presidente Fujimori hizo referencia específica a la puesta en práctica de una política amplia de derechos humanos. El presidente afirmó:

> El irrestricto respeto y promoción de los derechos humanos será una *firme línea de acción* de mi gobierno... La violencia terrorista que enfrenta actualmente nuestra joven democracia no puede justificar, de manera alguna, la violación sistemática o esporádica de los derechos humanos. La lucha antisubversiva que emprenderá mi gobierno se enmarcará y ejecutará conforme a los principios consagrados por la Constitución y las leyes de la República. Esta perspectiva será aplicada con equidad y justicia, tanto para aquéllos que hoy agreden nuestra sociedad como para los que la defienden.

Además de su compromiso de respetar los derechos humanos, el presidente Fujimori propuso, en julio de 1990, la creación de una comisión nacional de derechos humanos, encabezada por un comisionado presidencial investido de autoridad suficiente para garantizar el respeto a estos derechos. A fines de abril de 1992, esa comisión aún no había sido creada. El gobierno peruano volvió a reiterar su política de respeto de los derechos humanos en febrero de 1991, y también en febrero de 1992, en sus declaraciones ante la 47 y la 48 sesión de la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas. El gobierno ha reconocido, además, que algunos miembros de las fuerzas de seguridad habían cometido violaciones de derechos humanos, descritas como las "que resultan del error y el exceso", y ha asegurado a la Comisión, en ambas ocasiones, que esas violaciones serían castigadas.

En mayo de 1991, el gobierno volvió a esbozar su política de derechos humanos en una importante declaración sobre la necesidad de una estrategia nueva para conseguir una paz duradera en el Perú. Esta declaración, titulada "Bases de una Acción Multipartidaria para la Pacificación Nacional", se publicó el 12 de mayo en el periódico oficial del gobierno *El Peruano*. Al presentar su propuesta de un Plan Nacional de Pacificación, el gobierno analizó el impacto de los grupos alzados en armas en los últimos 11 años y manifestó:

> La lucha contra la subversión... sólo puede tener legitimidad en tanto se realice en estricta observancia de las normas constitucionales y mediante el respeto escrupuloso de los derechos humanos. La violación masiva e inmisericorde de los derechos humanos por parte de los grupos subversivos no justifica la comisión de abusos por parte de agentes estatales.

El gobierno señaló la necesidad urgente de "eliminar *toda forma de exceso en el cumplimiento* funcional por parte de las fuerzas del orden y de sancionar a los autores".

En su propuesta de mayo de un Plan Nacional de Pacificación, el gobierno propuso también la creación de una "comisión de alto nivel", dirigida por un representante presidencial para los Derechos Humanos y la Pacificación, que se encargaría "de realizar gestiones humanitarias urgentes ante las autoridades competentes (militares, policiales, judiciales, etc.) frente a casos en los que exista evidencia *razonable de estarse perpetrando* una grave violación a los derechos humanos". Entre los miembros de esta comisión se incluirían representantes de los Ministerios de Interior y Defensa, la Fiscalía Especial de Defensoría del Pueblo y Derechos Humanos del Ministerio Público, iglesias, organizaciones no gubernamentales y "algunas prestigiadas personalidades". El gobierno aseguró que esta comisión se encargaría de "investigar preliminar y sumariamente los casos de grave violación a los

derechos humanos que ocurran en el futuro...", que después remitiría al Ministerio Público para que los investigara. La comisión "no afectaría la autonomía funcional del Ministerio Público o del Poder Judicial". Asimismo, el gobierno afirmó que pretendía dotar a la Fiscalía Especial de Defensoría del Pueblo y Derechos Humanos de los recursos necesarios para aumentar su efectividad.

A fines de mayo de 1991, el gobierno publicó un decreto que transfería todos los poderes del Congreso al poder ejecutivo durante un plazo de 150 días, permitiéndole legislar sobre los asuntos concernientes a la *pacificación nacional*. El primero de esos decretos legislativos se emitió el 30 de julio de 1991, y ordenaba la creación de una Comisión de Paz para asistir al poder ejecutivo en la implantación del Plan Nacional de Pacificación, *para apoyar las estructuras concebidas para la defensa de los derechos humanos y secundar al Ministerio Público en sus esfuerzos por defender los derechos de los ciudadanos*. El mismo mes, el Ministerio de Defensa anunció la formación de un comité de derechos humanos formado por representantes de los Ministerios de Justicia, Interior y Defensa, así como del Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas, e informó a los periodistas en una conferencia de prensa que 48 *militares habían sido sancionados por* violar los derechos humanos durante el primer año de gobierno del presidente Fujimori. Sin embargo, el Ministerio de Defensa no dio más información sobre los cargos que se imputaban a estos acusados, *ni tampoco sobre si habían comparecido ante un tribunal militar ni cuál había sido la pena impuesta*. Ese mismo mes, el Ministerio de Interior publicó una resolución que proponía la creación de una serie de oficinas locales de derechos humanos *encargadas de recibir las quejas y denuncias de los ciudadanos que consideraran que se habían violado sus derechos, así como de supervisar la tramitación de esas denuncias y las sanciones a los responsables*.

El 28 de julio de 1991, primer aniversario de su ascensión al poder, el presidente Fujimori manifestó de nuevo el pleno respeto y el aliento de su gobierno a los derechos humanos. El presidente Fujimori reconoció que las fuerzas de seguridad estaban cometiendo violaciones de derechos humanos, y añadió que su gobierno condenaba enérgicamente esos excesos y que los autores serían sancionados judicialmente. El presidente confirmó la propuesta que había formulado *en su discurso inaugural de* nombrar una comisión de derechos humanos encabezada por un comisionado presidencial y añadió que esa comisión se crearía durante el segundo año de su mandato.

El 2 de septiembre se aprobó nueva legislación, que entró en vigor dos días después, dando a los fiscales del Ministerio Público plena autoridad para entrar en todos los centros de detención, incluidas las instalaciones militares de las zonas de emergencia, para investigar el estado de los detenidos y las "desapariciones" de que se tuviera noticia. A fines de septiembre de 1991, el gobierno y el Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR) *llegaron a un* acuerdo similar para que los representantes del CICR investigaran las condiciones de reclusión de los detenidos. En un documento oficial titulado "Directiva presidencial sobre respeto a los Derechos Humanos", *publicado* el 13 de septiembre en *El Peruano*, el presidente Fujimori y su Consejo de Ministros reconocían que, según las estadísticas del Ministerio Público, "se han reportado un total *de 5.000 'desaparecidos' desde 1981*", y esbozaban las medidas que se habían adoptado hasta el momento en defensa de los derechos humanos. El gobierno, sin embargo, indicó: "Los resultados no son aún todo lo halagadores que queremos... Sin embargo, los números se van reduciendo notablemente y... tenemos el más firme propósito de lograr que... no haya un solo 'desaparecido' más y que se elimine definitivamente la tortura y la ejecución extrajudicial."

En ese documento, el gobierno anunció que establecería una Unidad de Investigaciones Especiales de la Policía al servicio exclusivo del poder judicial y del Ministerio Fiscal. En abril de 1992, la Unidad *aún no se había creado*. También anunció que pensaba pedir a las Naciones Unidas asistencia para llevar a cabo un programa de formación en derechos humanos para las fuerzas de seguridad y que quería invitar a la Comisión Interamericana sobre *Derechos Humanos a visitar Perú y a formular* recomendaciones para mejorar la situación de los derechos humanos. En aparente referencia a la comisión nacional de derechos humanos presidida por un comisionado presidencial, *el gobierno declaró que establecería una oficina para garantizar el* respeto a los derechos humanos y recibir las denuncias de su violación de las organizaciones nacionales e internacionales con el fin de investigarlas urgentemente. *La oficina sería responsable de la* aplicación de la política de derechos humanos del gobierno.

El documento afirmaba también que el presidente Fujimori, en su calidad de jefe supremo de las fuerzas de seguridad, "ha reiterado la obligación de todos los miembros de las fuerzas armadas y la policía nacional de respetar los derechos humanos nacional e internacionalmente reconocidos... haciendo presente que los miembros de las fuerzas gubernamentales que incumplan sus obligaciones, en especial con relación a 'desapariciones', ejecuciones extrajudiciales y torturas, serán severamente sancionados".

En noviembre de 1991, el poder ejecutivo, gracias a los *poderes especiales que le fueron otorgados* por el Congreso en mayo de 1991, publicó unos 30 decretos relativos a la contrainsurgencia y la pacificación como parte de una estrategia para crear un nuevo marco jurídico e institucional para combatir a los grupos alzados en armas. Estos decretos, además de otorgar nuevos poderes a los

militares para entrar en las prisiones, universidades y regiones que no estuvieran bajo el estado de emergencia, estipulaban disposiciones para la reestructuración del Sistema de Defensa Nacional, del Sistema de Inteligencia Nacional y de la Movilización Nacional. Los críticos, entre los que había muchos parlamentarios de oposición y activistas de derechos humanos, afirmaban que los decretos militarizaban la estrategia gubernamental de combatir a los grupos alzados en armas y que, con el tiempo, podían crear las condiciones adecuadas para empeorar las violaciones de derechos humanos. Los críticos afirmaban además que los decretos iban en contra de la participación política de grupos organizados de civiles, como la recientemente creada Comisión de Paz, en la formulación de una política de contrainsurgencia eficaz.

Aunque los decretos entraron en vigor de forma efectiva a principios de diciembre de 1991, el Congreso, antes de su periodo de clausura de mediados de diciembre a principios de abril de 1992, convocó una reunión especial del Parlamento en enero y febrero de 1992 para aprobarlos, modificarlos o derogarlos. El Congreso empezó a considerar los decretos del ejecutivo, pero no terminó del todo su labor durante las sesiones especiales del Parlamento, aunque algunos de los decretos habían sido derogados antes y, por tanto, ya no eran efectivos. Se esperaba que el Congreso reanudara su trabajo sobre los restantes decretos al reanudar sus sesiones, a principios de abril. Sin embargo, el 5 de abril de 1992, el presidente Fujimori anunció que iba a tomar medidas para disolver inmediatamente el Congreso, con lo que impidió de hecho que el Parlamento pudiera reanudar su estudio de los decretos.

Según los informes, desde principios de 1990 la Oficina de Derechos Humanos del Ministerio de Defensa ha estado llevando un registro de detenciones en el que se enumeran las detenciones en las bases militares de las zonas bajo el estado de emergencia. Desde septiembre de 1991, se permitió a los representantes del Ministerio Público y a los del Comité Internacional de la Cruz Roja el acceso diario a esos registros. No obstante, según los informes, las medidas tomadas el 6 de abril de 1992, por las cuales el Gobierno de Emergencia y Reconstrucción Nacional suspendía los tribunales civiles y al Ministerio Público de Lima durante diez días hábiles, pero que de hecho bloquearon totalmente todo el sistema judicial y el del Ministerio Público, pusieron fin a la inspección de esos registros de detenciones por parte de esta última autoridad.

Según los informes, el registro se elabora a partir de la información facilitada por las bases militares de las zonas de emergencia, por medio de las estructuras de los comandos político-militares de la zona, a los niveles de zona, región y división del Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas, quien, a su vez, la hace llegar al Ministerio de Defensa. Actualmente, el registro del Ministerio de Defensa no está a disposición de las organizaciones de derechos humanos del país, ni tampoco de los abogados independientes ni de los familiares de los detenidos. En julio de 1991, un representante de la Oficina de Derechos Humanos del Ministerio de Defensa explicó a una delegación de Amnistía Internacional que, si se hacía una petición formal para conocer el paradero de un presunto "desaparecido", podían pasar seis meses antes de que el Ministerio recibiera la información pertinente para responder a la petición. No se sabe que exista ningún criterio sobre la manera de llevar el registro, incluida su supervisión, ni tampoco medidas disciplinarias por no registrar una detención.

El 23 de enero de 1992, los gobiernos de Perú y los Estados Unidos de América y el Instituto Latinoamericano de las Naciones Unidas para la Prevención del Delito y el Tratamiento del Delincuente (ILANUD) firmaron un documento titulado Carta de Entendimiento, según la cual Perú recibiría ayuda económica y técnica para crear un Registro Nacional de Detenidos del Perú, computerizado, dirigido por el Ministerio Público. El objetivo a largo plazo de este Registro se describía en la Carta de Entendimiento como algo que desarrollaba "la habilidad del Ministerio Público para investigar supuestos abusos de derechos humanos, particularmente 'desaparecidos', y así mejorar [el historial] de los Derechos Humanos del Gobierno del Perú". Según el documento, el Registro "estará compuesto de dos registros separados, uno provisto por las fuerzas militares (ya en existencia al menos en una manera parcial aceptable) y el otro a ser provisto por la policía. Es este último registro el que será diseñado e implementado... bajo esta actividad del programa". También proporcionaría "información concerniente a la detención de personas por supuestos delitos de terrorismo o seguridad nacional". Además, el documento describe con detalle un programa de 12 meses para la puesta en práctica efectiva del Registro. Aunque el programa supone una "coordinación con el Ministerio de Defensa para asegurar la entrega de su registro de detenidos de seguridad al Ministerio Público", Amnistía Internacional ha hecho constar que la Carta de Entendimiento no impone al Ministerio de Defensa ninguna obligación de efectuar dicha entrega, obligación que sí aparece reconocida formalmente en el documento al decir que el Ministerio de Interior entregará al Ministerio Público el registro de detenidos de la policía.

La creación del Registro Nacional de Detenidos se suspendió a principios de abril de 1992 a consecuencia de la decisión del gobierno de los Estados Unidos de América de retirar la ayuda económica a Perú tras el anuncio del presidente Fujimori, el 5 de abril de 1992, de que el Congreso iba a ser disuelto y el país iba a ser gobernado exclusivamente por el poder ejecutivo.

Durante los primeros 21 meses del actual gobierno, Amnistía Internacional ha expresado en varias ocasiones su satisfacción por las declaraciones

51-

920468

positivas y las medidas propuestas para proteger y promover los derechos humanos, las cuales, de llevarse a la práctica en su totalidad, supondrían mejoras importantes en la situación de los derechos humanos en el país. No obstante, a la organización le sigue preocupando el que las citadas declaraciones y medidas, anunciadas antes de las medidas tomadas por el Gobierno de Emergencia y Reconstrucción Nacional creado el 6 de abril de 1992, no constituyan por sí mismas una estrategia plenamente coordinada para poner fin a las violaciones de derechos humanos en el Perú. Por ejemplo, el gobierno no ha indicado si tiene intención de poner fin a los abusos transfiriendo la jurisdicción de los casos de violaciones de derechos humanos de los tribunales militares a tribunales civiles independientes. En cuanto al Grupo de Trabajo sobre Desapariciones Forzadas o Involuntarias de la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, en su último informe sobre el fenómeno de las "desapariciones" a manos de las autoridades gubernamentales recomendó:

> Los abusos del poder... podrían limitarse drásticamente si existiera un poder judicial independiente y eficiente, capaz de investigar las acusaciones oportunamente, y de proteger adecuadamente los derechos de cada uno... En este contexto, el Grupo de Trabajo desea reiterar que los tribunales militares deben reservarse exclusivamente a los miembros de las fuerzas de seguridad que cometen delitos castrenses, categoría de la que deben excluirse clara y explícitamente las violaciones graves de los derechos humanos, como son las desapariciones forzadas.

El hecho de que los tribunales militares de Perú mantengan la jurisdicción sobre los miembros de las fuerzas armadas acusados de violaciones de derechos humanos ha sido uno de los principales obstáculos para hacer comparecer a los implicados ante los tribunales. Amnistía Internacional considera que éste es uno de los factores que más contribuyen a perpetuar el sentimiento de impunidad que parece impregnar las fuerzas armadas.

LOS DERECHOS HUMANOS DESDE LA DISOLUCIÓN DEL CONGRESO: ABRIL DE 1992

El 6 de abril, tras el manifiesto sorpresa hecho público por el presidente Fujimori a la nación el día anterior y en el que anunciaba la disolución del Congreso e importantes reformas, el gobierno publicó el Decreto Ley 25.418, que exponía con detalle los objetivos del recién creado Gobierno de Emergencia y Reconstrucción Nacional. Uno de estos objetivos era una reforma de la Constitución y la administración de justicia, así como de las instituciones relacionadas con esta, incluida una reforma general del poder judicial, del Tribunal de Garantías Constitucionales, del Consejo Nacional de la Magistratura y del Ministerio Público. En el Decreto, el gobierno disponía también la disolución del Congreso hasta que se estableciera una nueva estructura para el poder legislativo, y suspendía los artículos de la Constitución y las leyes (no especificadas) que se contradijeran con las medidas anunciadas en el Decreto Ley 25.418. El Decreto Ley establecía que el país sería gobernado por el poder ejecutivo por medio de decretos leyes publicados por el presidente y aprobados por el voto mayoritario del Consejo de Ministros.

La disolución del Congreso, y la decisión de mantener su sede bajo control de las fuerzas de seguridad, pese a ser impugnada por los parlamentarios, puso fin de manera oficial al trabajo de las comisiones parlamentarias, incluidas las comisiones encargadas de los derechos humanos. Entre las comisiones afectadas se encontraban las Comisiones de Justicia y Derechos Humanos de la Cámara de Diputados y del Senado y la Comisión Especial Investigadora, encabezada por el senador Gustavo Mohme Llona. Esta última Comisión, cuya competencia consistía en investigar varios casos de presuntas violaciones de derechos humanos, estaba reuniendo pruebas e iba a publicar sus averiguaciones sobre algunos de los casos cuando el Congreso fue disuelto.

También el 6 de abril de 1992, el Gobierno de Emergencia y Reconstrucción Nacional publicó el Decreto Ley 25.419, que suspendía inmediatamente, durante diez días hábiles, todos los tribunales civiles y el Ministerio Público de Lima, la capital. Se pusieron bajo control de la policía y de tropas armadas el palacio de Justicia, que alberga la Corte Suprema, otros tribunales y la sede del Ministerio Público. Los defensores de los derechos humanos y los juristas informaron que prácticamente todo el sistema judicial quedó bloqueado y que, en la práctica, se suspendió el derecho de hábeas corpus. En los días que siguieron al 5 de abril, Amnistía Internacional supo de varios intentos de presentar autos de hábeas corpus en los tribunales. Sin embargo, las fuerzas de seguridad prohibieron la entrada a los edificios de los tribunales, y los funcionarios se negaron a recibir a quienes iban a presentar la petición. En 1987, la Corte Interamericana de Derechos Humanos decretó que el derecho de hábeas corpus no podía suspenderse en ninguna circunstancia, ni siquiera bajo el estado de emergencia. El 30 de abril de 1992, 10 días después del plazo estipulado por el Decreto Ley 25.419 tanto el poder judicial como el Ministerio Público seguían prácticamente bloqueados.

Ese bloqueo del sistema judicial y del Ministerio Público significaba que las presuntas violaciones de derechos humanos no se estaban documentando e investigando oficialmente, y que los detenidos no tenían acceso a jueces ni a representantes del Ministerio Público.

52

El 9 de abril de 1992, el Gobierno de Emergencia y Reconstrucción Nacional, en tres decretos leyes diferentes (los Decretos Leyes 25.422, 25.423 y 25.424, respectivamente), retiró de su puesto a todos los miembros del Tribunal de Garantías Constitucionales, a 13 vocales adjuntos a la Corte Suprema de Justicia, y a todos los miembros del Consejo Nacional de la Magistratura y de los Consejos Distritales de la Magistratura. El Decreto Ley 25.425, del 10 de abril de 1992, anunció la destitución de su puesto del doctor Pedro Méndez Jurado, Fiscal de la Nación. El doctor Clodomiro Chávez, fiscal supremo encargado de la Fiscalía Especial de Defensoría del Pueblo y Derechos Humanos, dimitió de su cargo cuando el gobierno cerró la sede del Ministerio Público. El 23 de abril de 1992, el gobierno publicó el Decreto Ley 25.446, con el cual retiraba de su puesto a más de 120 jueces y fiscales de los distritos judiciales de Lima y Callao.

A Amnistía Internacional le preocupa que las medidas antes citadas, decretadas por el recién creado Gobierno de Emergencia y Reconstrucción Nacional, puedan minar seriamente las estructuras y procedimientos del Estado de Perú para proteger los derechos humanos. Por ejemplo, según los informes, el 27 de abril de 1992, ocho hombres, seis agricultores y dos profesores de la comunidad de Cejetuto, distrito de Santa María, provincia de Huaura (antes Chancay), departamento de Lima, "desaparecieron" tras ser detenidos por el ejército. Al parecer, las autoridades militares de la zona han negado estas detenciones. Los familiares de estos detenidos que, según los informes, viajaron a Lima, la capital, para denunciar la "desaparición" ante las autoridades, no pudieron efectuar la denuncia. El cierre de los tribunales y de la sede del Ministerio Público de la capital significaban en la práctica que no se podía presentar una petición de hábeas corpus ante un juez ni una denuncia contra los presuntos autores ante un fiscal. Los familiares informaron a los periodistas de las presuntas "desapariciones".

El artículo 6 del Decreto Ley 25.418, al que ya hemos hecho referencia, afirmaba también que el "Gobierno de Emergencia y Reconstrucción Nacional ratifica y respeta los Tratados, Convenios, Pactos, Acuerdos, Contratos y demás compromisos internacionales vigentes, suscritos por el Estado". Entre los tratados internacionales y regionales ratificados por Perú se encuentran el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos (PIDCP), ratificado en 1978; la Convención contra la Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes de las Naciones Unidas, ratificada en 1988, y la Convención Americana sobre Derechos Humanos (CADH), ratificada en 1978. Estos tratados definen ciertos derechos como no derogables: absolutamente ninguna circunstancia excepcional, ni siquiera el estado de guerra o de amenaza de guerra, la inestabilidad política interna o cualquier otra emergencia pública, puede justificar la suspensión de estos derechos. Entre ellos se incluyen el derecho a la vida, el derecho a no ser sometido a torturas ni a otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes, el derecho al reconocimiento de su personalidad jurídica, y el derecho a la libertad de pensamiento, de conciencia y de religión. El gobierno del Perú está obligado en todos los casos a garantizar que las fuerzas de seguridad respetan estos derechos y que sus miembros son conscientes de los contenidos y de la aplicación de estas normas.

La gran cantidad de violaciones de derechos humanos, como las "desapariciones", las ejecuciones extrajudiciales, la tortura, y las amenazas de muerte, ataques y homicidios de defensores de los derechos humanos, documentadas por Amnistía Internacional durante el tiempo que el actual gobierno lleva en el poder, son testimonio de la grave situación de derechos humanos que continúa afligiendo a Perú.

"DESAPARICIONES"

Desde que el gobierno del presidente Fujimori asumió el poder, el 28 de julio de 1990, se ha seguido informando de "desapariciones" perpetradas por las fuerzas de seguridad. Sólo durante 1991, el Ministerio Público documentó 395 casos, de los cuales 279 seguían investigándose. La mayoría de las víctimas siguen siendo miembros de comunidades campesinas, perseguidos, al parecer, por vivir en las zonas donde actúan los insurgentes armados. Durante los primeros 21 meses del nuevo gobierno hasta el final de abril de 1992, Amnistía Internacional había recibido informes sobre 495 "desapariciones" tras detenciones efectuadas por las fuerzas de seguridad, aunque la cifra real puede ser mucho mayor. Al terminar este periodo, seguía sin conocerse la suerte de 392 de estas víctimas.

Las detenciones en las zonas de emergencia bajo el control militar que terminan en "desapariciones" las han efectuado por lo general soldados uniformados que actúan por sí solos o, cada vez con mayor frecuencia, en conjunción con las patrullas de defensa civil dirigidas por militares. A la mayoría de las víctimas de las "desapariciones" no se las vuelve a ver jamás; otras son transferidas a la policía o puestas en libertad, en ocasiones tras sufrir torturas; las demás aparecen muertas después. En algunos casos, las fuerzas armadas aseguran que los detenidos han sido liberados, pero normalmente no hay testigos independientes ni oficiales que corroboren la liberación y no se vuelve a saber nada del individuo. Las "desapariciones" son difíciles de cuantificar, a causa de los problemas a que se enfrentan tanto quienes desean denunciar violaciones como quienes desean investigarlas.

En 1991 se recibieron informes sobre una serie de "desapariciones" en el departamento de San Martín. Según estos informes, el trabajador de la salud Isaac Guzmán Casanova fue detenido el 27 de enero de 1991 por unos soldados en una casa de Sión, distrito de Campanilla, provincia de Mariscal Cáceres, y conducido después a la base militar de Sión. En respuesta a una petición de hábeas corpus, el fiscal provincial solicitó el acceso a dicha base y, según los informes, se le denegó el permiso. A pesar de que, según los informes, los familiares de Isaac Guzmán han recibido indicios por parte de los soldados de la base de que éste aún vive, las autoridades militares continúan negando su detención.

El 14 de marzo de 1991, cuatro miembros de una comunidad campesina del distrito de Chuschi, provincia de Cangallo, departamento de Ayacucho, fueron detenidos por la Policía General del Destacamento de Chuschi, que luego los entregó a la custodia de unos soldados que los llevaron a la base militar de Pampa Cangallo. Los cuatro detenidos, Manuel Pacotaype Chaupín, Martín Cayllahua Galindo, Marcelo Cabana Tucno, respectivamente alcalde, secretario y teniente gobernador del Consejo Distrital de Chuschi, e Isaías Huamán Vilca, "desaparecieron" después. Cuando sus familiares se desplazaron al cuartel militar de Pampa Cangallo para hacer averiguaciones, las autoridades militares se negaron a admitir que los habían detenido. Estas "desapariciones" se denunciaron ante el fiscal provincial de Cangallo Guillermo García Zamora, que abrió una investigación en relación con el caso. En el curso de la investigación, el fiscal concluyó que los cuatro hombres habían sido detenidos por negarse a cooperar en la formación de las patrullas de defensa civil, así como por denunciar los robos, malos tratos y violación de mujeres cometidos en el distrito por miembros de la Policía General. Sin embargo, este fiscal no pudo determinar el paradero de los hombres "desaparecidos". El caso ha sido sometido a una comisión de investigación del Senado pero, a fines de abril de 1992, esta comisión aún no había hecho públicos sus resultados. Los "desaparecidos" siguen sin aparecer.

El 19 de abril de 1991, siete individuos "desaparecieron" en la ciudad de Huancapi, provincia de Víctor Fajardo, departamento de Ayacucho, tras ser detenidos por soldados de la base del ejército de Huancapi, según los informes. Entre ellos se encontraba una mujer embarazada, Honorata Oré de Arotoma. Todos pertenecían a la coalición política legal Izquierda Unida, y fueron detenidos cuando salían de las oficinas locales del partido. Según los informes, el 14 de octubre de 1991, un juez de instrucción del distrito judicial de Víctor Fajardo inició una investigación judicial sobre estas "desapariciones". En abril de 1992, no se conocía ningún progreso sobre el caso.

En abril y mayo de 1991, unos 19 individuos fueron detenidos en distintas ocasiones, según se

ha informado en las provincias de Moyobamba y San Martín, departamento de San Martín. Existen informes de que ocho de ellos fueron detenidos por soldados en Tarapoto, provincia de San Martín, y conducidos a la cercana base militar de Mariscal Cáceres. Los 11 restantes fueron detenidos el 13 de mayo de 1991 en el distrito de Habana, provincia de Moyobamba, por agentes de policía de la Dirección de Operaciones Especiales de las Fuerzas Policiales, según los informes. Poco después de su detención se descubrieron los cuerpos de tres de estos detenidos: Juan Flores Vela, maestro que según se informó fue detenido por unos soldados en su casa de Tarapoto el 17 de abril, fue encontrado muerto pocas horas después. Doris Montalvan Vargas y Lorenzo Vásquez Fernández, detenidos, al parecer, por una patrulla combinada de la policía y el ejército, aparecieron muertos el 29 de mayo en la ciudad de Rioja, provincia de Moyobamba. A principios de julio se informó que seis de los restantes detenidos habían sido puestos en libertad y un séptimo había sido transferido al fiscal. En abril de 1992 seguía sin conocerse la suerte de los nueve detenidos restantes. Se teme que los hayan matado.

El número de "desapariciones" tras detenciones por las fuerzas de seguridad denunciadas ha descendido desde el 1 de agosto de 1991. Los casos documentados por Amnistía Internacional durante los nueve meses que van del 1 de agosto de 1991 al 30 de abril de 1992 ascienden a 123, y la gran mayoría siguen sin resolverse. La disminución del número de "desapariciones" denunciadas se produjo tras la presión nacional e internacional al gobierno respecto a las persistentes y generalizadas violaciones de derechos humanos desde 1983, y tras la puesta en práctica de algunas de las medidas concretas propuestas para el gobierno para dar marcha atrás a esta situación (véase página 5).

Amnistía Internacional ha mostrado su satisfacción por esas medidas. No obstante, la organización cree que no bastan para poner fin a las violaciones de derechos humanos, como demuestran las, al menos, 25 "desapariciones" y 26 ejecuciones extrajudiciales perpetradas, al parecer, por el ejército desde agosto de 1991 hasta abril de 1992 solamente en la región del Alto Huallaga (más adelante ofrecemos una descripción de algunas de las presuntas ejecuciones extrajudiciales en la zona desde agosto de 1991). El Alto Huallaga es una región remota de bosque tropical de las laderas orientales de las tierras altas andinas que se extiende por parte de dos departamentos: Huánuco y San Martín. A causa de la fuerte presencia en la zona de traficantes de drogas organizados y de los grupos clandestinos Sendero Luminoso y MRTA, el gobierno del presidente Fujimori ha convertido la del Alto Huallaga en una de las principales zonas de lucha contra el narcotráfico y los grupos alzados en armas. A lo largo de 1991, Huánuco y San Martín fueron dos de los departamentos con una mayor cifra de homicidios políticos en el Perú. Según la Comisión de Investigación y Estudio sobre la Violencia y Alternativas de Pacificación, un tercio de los homicidios políticos de 1991 (1 062 en total) se registraron en estos dos departamentos. Los distritos judiciales de Huánuco y San Martín forman el área donde, según las cifras oficiales facilitadas por el Ministerio Público, se denunciaron más "desapariciones" durante 1991: la mitad de las 395 que se produjeron en el país.

Se creía que los soldados estacionados en la base militar de la ciudad ribereña de Aucayacu, provincia de Leoncio Prado, departamento de Huánuco, habían sido responsables de 14 de las "desapariciones" presuntamente perpetradas por las fuerzas de seguridad en el Alto Huallaga entre agosto de 1991 y abril de 1992. Por aquel entonces, la zona estaba bajo la legislación de emergencia y el control militar. Entre los que, al parecer, habían sido detenidos y posteriormente habían "desaparecido" se encontraban Rafael Magallanes Huamán, secretario de la Asociación de Padres de Familia de una escuela local; Lupe Angulo Vela e Isabel Lozano Ríos, madres de familia, y Ricardo Saavedra Fernández, profesor. Según los informes, los cuatro fueron detenidos el 15 de octubre de 1991 en el caserío de Pueblo Nuevo, cerca de Aucayacu, por una patrulla militar dirigida por un oficial. Los detenidos fueron llevados al cuartel militar de Aucayacu y, al parecer, posteriormente algunos fueron trasladados a la base "Los Laureles", en Tingo María. El cadáver de Isabel Lozano, terriblemente mutilado, apareció tres días después.

También se denunciaron algunas "desapariciones" en la zona en un momento en que ésta no estaba bajo el estado de emergencia. El 11 de febrero de 1992, Roberto Rojas Rodríguez, Anatolio Rojas Sánchez, Horacio Montenegro Ramos, Isabel Gómez Lucas y Fanol Rojas Sánchez, todos ellos dirigentes de las rondas campesinas (organizaciones campesinas legalmente reconocidas creadas para controlar la delincuencia local), del caserío de Chimchimbara, distrito de Huaso, provincia de Otuzco, departamento de La Libertad, "desaparecieron" tras ser detenidos por la Policía Técnica, sección de investigación de la Policía Nacional del Perú. Al parecer, las detenciones se llevaron a cabo en presencia de testigos del caserío de Chimchimbara. No obstante, las autoridades policiales negaron su detención y, en abril de 1992, seguía sin conocerse su paradero. La detención y posterior "desaparición" de los cinco hombres se denunció al fiscal provincial y al juez de instrucción de Otuzco.

EJECUCIONES EXTRAJUDICIALES

Al igual que las "desapariciones", las ejecuciones extrajudiciales resultan difíciles de contabilizar dado el elevado número de muertes que ocurren, según los informes, en los enfrentamientos entre las fuerzas de seguridad y los grupos alzados en armas, así como el aislamiento de las zonas en las

que tienen lugar estos enfrentamientos. Como en el caso de las "desapariciones", el número de ejecuciones extrajudiciales de las que se informa puede no reflejar la cifra real, especialmente en la zonas de emergencia. Los cuerpos de las víctimas rara vez son devueltos a sus familiares o cedidos para que se puedan realizar autopsias independientes, lo cual dificulta aún más tanto la estimación exacta del número real de ejecuciones extrajudiciales como las investigaciones que pudieran conducir al procesamiento de los responsables. Periodistas, activistas de derechos humanos y estrategas militares han llamado la atención acerca del reducido número de heridos o prisioneros capturados por las fuerzas de seguridad tras los enfrentamientos con Sendero Luminoso o con el MRTA. La mayoría de los informes oficiales y de los medios de comunicación sobre los enfrentamientos en las zonas de emergencia entre las fuerzas de seguridad y los grupos alzados en armas especifican el número de muertes en ambos lados, pero rara vez dan alguna indicación sobre el número de prisioneros capturados. Con frecuencia, los informes oficiales atribuyen las muertes a los miembros de Sendero Luminoso o al MRTA, aunque la ausencia de informadores independientes y el hecho de que estos grupos armados rara vez confirmen o nieguen su autoría hace que también estas estadísticas resulten difíciles de verificar.

En julio de 1991, un documento militar secreto filtrado a un programa de televisión nacional proporcionó otra percepción de la actitud de las fuerzas armadas respecto al levantamiento. El documento, Directiva núm. 01-CCFFAA-JICS, con fecha de junio de 1991, contenía una serie de órdenes para la actuación en operaciones de contrainsurgencia. Estas órdenes permitían a las tropas "efectuar eliminaciones sin dejar rastro" y las instruía para no capturar prisioneros durante las operaciones de contrainsurgencia basadas en informes anteriores de los servicios de inteligencia. El documento afirmaba que "el mejor subversivo es el subversivo muerto". El ministro de Defensa admitió la existencia del documento, pero declaró que era fruto de un error de un oficial anónimo y que no estaba autorizado por el Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas. Según los informes, el gobierno ordenó que se llevara a cabo una investigación sobre la publicación de la Directiva, y posteriormente un oficial responsable de ésta fue sancionado. Con independencia de su categoría, el documento refleja lo que ha ocurrido en la práctica.

Durante los 21 primeros meses de gobierno del presidente Fujimori hasta el 30 de abril de 1992, Amnistía Internacional reunió información sobre 169 ejecuciones extrajudiciales en unos 43 incidentes distintos, entre ellos ocho matanzas (véase Apéndice 2, "Matanzas documentadas por Amnistía Internacional desde el 26 de julio de 1990 hasta el 30 de abril de 1992"). Por lo que se sabe, en la gran mayoría de los casos individuales no se ha iniciado ninguna investigación, y Amnistía Internacional sólo conoce dos casos en los que los presuntos autores hayan comparecido ante la justicia.

Los informes más detallados de ejecución extrajudicial de campesinos residentes en comunidades rurales aisladas dentro de las zonas de emergencia se referían a individuos detenidos en sus casas, durante asambleas comunitarias o en controles de carretera por miembros de las fuerzas armadas que actuaban de manera independiente o junto con las patrullas de defensa civil. También se siguieron denunciando homicidios de grandes grupos de hombres, mujeres y niños como represalia por los actos de Sendero Luminoso o porque se negaron a unirse a las patrullas de defensa civil dirigidas por el ejército.

En el departamento de Puno, según los informes, en mayo de 1991 cuatro campesinos aparecieron muertos en la base militar de Ayaviri al día siguiente de ser detenidos por unos soldados. Según estos informes, estos cuatro miembros de la comunidad campesina de Siliota, en el distrito de Asillo, provincia de Azángaro, declarado zona de emergencia en febrero de 1991, fueron detenidos el 20 de mayo en la comunidad campesina de Chilliutira por una fuerza conjunta de policías y soldados. Los campesinos habían ido a Chilliutira en busca de cuatro "senderistas" que les habían robado sus bicicletas. En un enfrentamiento, dos de los "senderistas" resultaron muertos a manos de los habitantes de Chilliutira y, según los informes, las fuerzas de seguridad se llevaron a Ayaviri los dos cuerpos, así como a los cuatro campesinos, identificados como Juan Hualla Choquehuanca, Francisco Atamari Mamani, Feliciano Turpo Valeriano y Roberto Quispe Mamani. Se detuvieron por el camino en una sociedad agrícola (cooperativa) de Posconi, donde algunos testigos, entre ellos unos guardias de la policía, vieron a los cuatro campesinos bajo la custodia de las fuerzas de seguridad.

El 21 de mayo, un oficial de la base de Ayaviri informó al Juzgado de Instrucción de Ayaviri de la existencia de seis cadáveres en la base militar. Según las declaraciones de este oficial, cuatro de las víctimas habían muerto en un enfrentamiento armado, mientras que a las otras dos las habían disparado cuando intentaban huir. Los informes de la autopsia revelaron, sin embargo, que cuatro de los cuerpos, los de los campesinos detenidos el 20 de mayo, presentaban heridas de torturas y disparos a corta distancia. El fiscal de Prevención del Delito de Puno, adscrito al Ministerio Público, inició una investigación sobre el caso, en la que concluyó que los cuatro hombres habían sido detenidos por miembros de las fuerzas de seguridad y muertos después. Sin embargo, no hay noticias de que se haya acusado a ningún miembro de las fuerzas de seguridad por estos homicidios.

El 4 de julio de 1991, 15 miembros de dos familias de la comunidad de campesinos de Santa Bárbara, provincia y departamento de Huancavelica, fueron secuestrados por una fuerza conjunta de soldados y "montoneros". Según los informes, es-

56 -

9209468

tas 15 personas, entre las que se encontraban niños, habían sido detenidas cuando los soldados y los "montoneros" irrumpieron en el pueblo y les amenazaron con matar a los habitantes si no les daban comida y ganado; se dice que robaron varios cientos de cabezas de ganado, ovejas y alpacas, y las vendieron después en otras aldeas. Las detenciones se denunciaron ante la fiscal provincial de Huancavelica, pero cuando ésta quiso hacer indagaciones en la base militar, le dijeron que ninguno de los "desaparecidos" se encontraba detenido allí.

El 11 de julio, el padre de uno de los "desaparecidos", un niño de seis años, afirmó haber encontrado el cuerpo de su hijo en una mina abandonada de Huachocollpa, junto con los cadáveres de otros de los "desaparecidos". Al día siguiente, se informó al juez y a la fiscal provincial de Huancavelica del descubrimiento de los cuerpos. Según se ha informado, se tomaron medidas para que el juez iniciara una investigación. El 14 de julio, una delegación de miembros de la comunidad de Santa Bárbara intentó ir a la mina, pero se lo impidió un grupo de hombres armados vestidos de paisano que, según un testigo, se identificaron como militares. Según otro testigo, esta delegación pudo oír una serie de explosiones procedentes del interior de la mina, pero tuvo que regresar a la comunidad sin haber podido entrar. El 18 de julio, cuatro días después, el juez de Huancavelica visitó la mina acompañado por la fiscal provincial, policías, militares y periodistas. Aunque no se encontraron los cuerpos, según el informe del juez había diversos restos humanos, trozos de ropa, explosivos usados y otros objetos que el juez retuvo para analizarlos.

En octubre de 1991, el Ministerio de Defensa anunció que se había acusado a un oficial y cinco soldados del homicidio de 14 de los miembros de la comunidad de Santa Bárbara, y que el caso lo iba a juzgar un tribunal militar. Esos tribunales militares son conocidos por mantener sus vistas en secreto. Según los informes, el 7 de febrero de 1992, la Fiscalía de Huancavelica, en un intento de llevar el caso ante un tribunal civil, acusó al jefe del Comando Político-Militar de Huancavelica y a otros militares del homicidio de 14 miembros de la comunidad de Santa Bárbara. El 28 de febrero, el poder judicial, por medio del Juzgado de Instrucción de Huancavelica, inició los procedimientos contra varios militares, pero no incluyó los cargos contra el jefe del Comando Político-Militar. Según los informes, la Fiscalía de Huancavelica ha apelado contra la decisión del tribunal de primera instancia de excluir al jefe político-militar de la lista de acusados. A fines de abril de 1992, no estaba claro si los oficiales acusados serían juzgados por un tribunal militar o por uno civil.

En Perú, si dos sistemas judiciales –el fuero privativo y el fuero común– quieren juzgar un caso que incluye cargos similares contra los mismos individuos, la Corte Suprema debe decidir cuál de los dos lo juzgará. Hasta que se toma dicha decisión, el caso puede permanecer oficialmente bajo ambas jurisdicciones. En las ocasiones en que la Corte Suprema ha tomado una decisión, casi invariablemente ha entregado la jurisdicción del caso a los tribunales militares, y en otras ocasiones, los tribunales militares han completado las vistas y han dado el caso por cerrado antes de que la Corte Suprema decidiera a quién correspondía la jurisdicción. En esos casos, el fuero privativo ha anticipado el final de las vistas ante los tribunales civiles alegando que el caso es "cosa juzgada", y que, por tanto, no se puede volver a juzgar en un tribunal bajo jurisdicción civil.

Al parecer, las investigaciones llevadas a cabo por la Fiscalía de Huancavelica con vistas a llevar los homicidios de Santa Bárbara ante un tribunal civil se han encontrado con intimidaciones, ataques y amenazas de muerte contra los representantes del Ministerio Público. En unos informes fechados el 3 de septiembre y el 7 de octubre de 1991 y presentados por representantes de la Fiscalía de Huancavelica al Fiscal de la Nación se declara que, el 28 de julio de 1991, la casa de Inés Sinchitullo Barboza, asistente letrada que trabajaba en el caso, fue atacada con explosivos. Según el testimonio de un fiscal adscrito a la Fiscalía de Huancavelica, el 19 de febrero de 1992 el doctor Manuel Antonio Córdova Polo, fiscal provincial de Angaraes, recibió en su oficina provisional de Huancavelica la visita de tres militares armados que le amenazaron de muerte. La amenaza se produjo cuando el doctor Córdova presentó cargos de homicidio contra el jefe del Comando Político-Militar de Huancavelica y otros oficiales por su presunta responsabilidad en los homicidios de Santa Bárbara.

En los nueve meses que van de agosto de 1991 a abril de 1992, periodo que coincide con la reducción del número de "desapariciones" denunciadas, Amnistía Internacional ha documentado 81 ejecuciones extrajudiciales en Perú. Al menos 20 de estos homicidios tuvieron lugar, según informes, en la provincia de Leoncio Prado, departamento de Huánuco, en el Alto Huallaga. Por ejemplo, parece ser que el 15 de octubre de 1991, cerca de la ciudad ribereña de Aucayacu, provincia de Leoncio Prado, Abel Santa María y Rafael Ortiz Gonzáles murieron a manos de una patrulla del ejército que ese mismo día había detenido a Rafael Magallanes, Lupe Angulo, Isabel Lozano y Ricardo Saavedra, quienes más tarde "desaparecieron". Según parece, más tarde, ese mismo día, la misma patrulla ejecutó extrajudicialmente a Ely Sifuentes, de 40 años de edad; a su esposa, Susy de Sifuentes, a un hombre identificado como Willy y a otros dos hombres sin identificar. Todas estas víctimas habían sido detenidas en un principio en Pueblo Nuevo, un caserío cerca de Aucayacu. Estas violaciones, incluidas las "desapariciones", fueron denunciadas por sus familiares y por defensores de los derechos humanos ante un fiscal provincial del Ministerio Público y ante la Fiscalía General de la Nación de Lima. Sin embargo, Amnistía Internacional no sabe que se haya emprendido ninguna investigación efectiva sobre estos casos.

Según un detallado informe realizado por defensores de los derechos humanos, el 10 de marzo de 1992, 14 personas fueron ejecutadas extrajudicialmente en una matanza en la provincia de Leoncio Prado. Amnistía Internacional ha recibido información según la cual los familiares de las víctimas no han denunciado los homicidios a las autoridades de la zona, y a la organización le han pedido expresamente que no divulgue los nombres de las víctimas "por el temor generalizado existente en la zona [y] los graves riesgos a la seguridad de los familiares de las víctimas". En una carta dirigida a Amnistía Internacional el 10 de febrero de 1992 por un familiar de un hombre "desaparecido" en octubre de 1991 en la provincia de Leoncio Prado, dicho familiar escribía: "La masacre [en la zona del Alto Huallaga] continúa, ya sea por parte del Ejército como del terrorismo. Sin embargo, por seguridad de su vida la gente practica la 'ley del silencio'".

Entre los homicidios sumarios a manos de la policía se encontraba la presunta matanza de cinco campesinos en el distrito de Chavín, provincia de Huari, departamento de Ancash. En aquel momento, dicha zona no estaba bajo el estado de emergencia. Según testigos presenciales, el 8 de febrero de 1992 varios agentes de policía abrieron fuego contra dos grupos diferentes de campesinos desarmados, compuesto cada uno de ellos por unos 100 hombres y mujeres, que se dirigían pacíficamente a una comisaría de policía del distrito de Chavín. Estos grupos acompañaban a una delegación elegida para investigar en la comisaría por qué se había liberado a un abigeo (ladrón de ganado) detenido anteriormente por los ronderos de la ronda campesina del distrito de San Marcos. Los delegados iban acompañados por los dos grupos porque, en una ocasión anterior, el 31 de julio de 1989, dos ronderos, Pedro Valenzuela Tamayo y Manuel Mejía Contrina, habían ido solos a esa misma comisaría y allí habían sido detenidos y habían "desaparecido". Posteriormente, fueron encontrados muertos.

Cuando los dos grupos de campesinos desarmados se acercaban a la comisaría, el 8 de febrero, la policía abrió fuego contra los civiles desarmados. A consecuencia de ello, cinco campesinos resultaron muertos. Otros ocho resultaron heridos y fueron trasladados a un hospital de la ciudad de Huaraz. Al parecer, algunos compañeros trataron de llevarse a los heridos, uno de los cuales, Vicente Mejía Salazar, murió de camino al hospital. Tuvieron que dejar atrás los cadáveres de Vilma Ramírez Medina, Amuilo Acevedo Paucar, Paulina Ramírez Mejía y Manuel Palacios Gomero; según los informes, los retiraron más tarde la policía y un juez. El 20 de febrero de 1992, cuatro delegados de las comunidades locales denunciaron estos homicidios a las Comisiones de Justicia y Derechos Humanos del Senado y de la Cámara de Diputados, y también al Ministerio de Interior.

TORTURA Y MALOS TRATOS

Amnistía Internacional ha seguido recibiendo informes persistentes de tortura y malos tratos a manos de las fuerzas de seguridad peruana. Durante los 21 primeros meses de gobierno del presidente Fujimori, Amnistía Internacional recibió información sobre 62 casos de presuntas torturas, incluida la violación. Sin embargo, estas cifras no reflejan la incidencia real de la tortura, al igual que las cifras de "desapariciones" y ejecuciones extrajudiciales tampoco reflejan el número total de esos abusos. Muchos casos de tortura no se llegan a denunciar porque las víctimas tienen miedo de sufrir represalias, mientras que otros, documentados como casos de "desaparición" o de ejecución extrajudicial en vez de como casos de tortura, incluyen indicios de que la víctima ha sido torturada.

Las palizas sistemáticas, el sumergir la cabeza en agua u otros líquidos hasta casi asfixiar a la víctima, las descargas eléctricas, el colgar de los brazos durante periodos prolongados y las amenazas de mutilación o muerte son las formas de tortura más denunciadas. La agresión sexual por parte de los soldados se ha convertido en algo muy corriente en las zonas de emergencia; ha habido muchos informes de soldados que han torturado a mujeres y a muchachas jóvenes y las han violado, a veces más de una vez, en comunidades campesinas o cuando se encontraban detenidas en bases militares.

Las fuerzas armadas y la policía utilizan la tortura tanto para interrogar como para castigar. Según los informes, se aplica con frecuencia a los miembros de comunidades campesinas detenidos por las fuerzas armadas en las zonas de emergencia y retenidos de manera ilegal en las instalaciones militares. Se ha informado de que también ocurre en las dependencias policiales de las áreas urbanas, donde se ha aplicado a presuntos delincuentes, sospechosos de pertenecer a grupos alzados en armas, sindicalistas, estudiantes y otros activistas. Muchas de las víctimas han muerto a causa de las torturas, y muchos de los que fueron puestos en libertad después recibieron amenazas de muerte si informaban a las autoridades de lo ocurrido.

Juan Apolinario González, de 37 años, dirigente sindical en una fábrica de papel de Lima, fue detenido el 10 de marzo de 1991 en Paramonga, barrio de Lima, por agentes de la policía de seguridad. La detención se produjo durante una huelga en la fábrica de papel. Según los informes, le golpearon en el interior de un vehículo de la policía y le condujeron después al cuartel de la policía de seguridad donde afirma que le golpearon de nuevo, le aplicaron descargas eléctricas y le sumergieron la cabeza en agua. Al día siguiente fue transferido a la Policía Técnica, y el 12 de marzo le pusieron en libertad sin cargos. Juan Apolinario González denunció las torturas sufridas al fiscal provincial mixto de Barranca y al fiscal supremo encargado de la Fis-

58-

calía Especial de Defensoría del Pueblo y Derechos Humanos en Lima.

Según los informes, Juan Amaldo Salomé Adaulo, estudiante de 22 años, fue detenido el 24 de abril de 1991 en la ciudad de Huancayo, departamento de Junín, por hombres vestidos de civil. Al parecer, fue conducido primero a una comisaría de policía y transferido después al cuartel "9 de diciembre", donde las autoridades negaron tener conocimiento de su detención. Parece ser que el 10 de junio Juan Amaldo Salomé consiguió escaparse del cuartel, tras lo cual le dio al fiscal provincial de Huancayo una descripción detallada de las torturas que había sufrido allí. Según su testimonio, sus torturadores le golpearon, le colgaron por los pies, le sumergieron en agua y le aplicaron descargas eléctricas en el cuerpo. Cuando se denunció el caso, el comando político-militar con base en Huancayo publicó un comunicado oficial afirmando que Juan Salomé no había sido detenido nunca por los militares, y que él y los investigadores civiles estaban siendo manipulados por "elementos subversivos, como uno de los medios en la campaña de desprestigio mentada contra las fuerzas del orden".

Según informes, Limber García Mozombite fue detenido el 15 de septiembre de 1991 en la plaza principal de Tarapoto, provincia de San Martín, por un agente de la Policía Técnica, quien, al parecer, le atravesó una mano al clavársela en la verja de hierro de una iglesia. Luego le llevaron a la jefatura de la Policía Técnica, donde, según informes, le golpearon en el cuerpo, los brazos y la cabeza para que confesara su pertenencia a los grupos alzados en armas. Según el testimonio escrito de un familiar, Limber García fue luego trasladado a un hospital de Tarapoto, donde tuvieron que operarle la mano.

También en Tarapoto, el 18 de septiembre de 1991, Carlos Vásquez Reinell, de 35 años de edad, y Salvador Carrazco Gómez, de 20 años, fueron detenidos, según los informes, por agentes de policía. Según los testigos, las detenciones las llevó a cabo una patrulla de la Policía de Seguridad dirigida por un subteniente conocido con el sobrenombre de "Tony". Según una denuncia efectuada por sus familiares en la Segunda Fiscalía Provincial Mixta de San Martín, tras ser detenidos por la policía, los dos hombres fueron obligados a meterse en unos grandes sacos y luego los metieron en un vehículo policial, donde les pisotearon y les golpearon con sus armas. A la mañana siguiente, los cadáveres torturados y acribillados a balazos de Carlos Vásquez y Salvador Carrazco aparecieron en la Carretera Marginal Norte. El caso se denunció también a la Fiscalía Especial de Defensoría del Pueblo y Derechos Humanos.

El 6 de octubre de 1991, Enrique Quispe Huaraca, maestro de 28 años de edad, fue detenido, según informes, por miembros de las fuerzas armadas que se creía estaban estacionados en la base militar de la provincia de Vilcashuamán, departamento de Ayacucho. Según los testigos, le detuvieron en la plaza principal del distrito de Pujas, donde le ataron a un poste eléctrico y le golpearon hasta dejarle inconsciente. Según sus familiares, luego le llevaron a una colina llamada Cerro Potambo, donde le mataron. El 16 de octubre, su cuerpo se encontró en la colina, oculto bajo unas rocas. El caso se denunció a la Fiscalía Especial de Defensoría del Pueblo y Derechos Humanos.

Según los informes, en enero y marzo de 1992, respectivamente, dos hermanos, Jorge Nabid León Ramírez y César Augusto León Ramírez, fueron torturados y maltratados en su casa de la ciudad de Ayacucho, provincia de Huamanga, departamento de Ayacucho. Según los informes, la noche del 12 de enero de 1992, Jorge Nabid León, al entrar en su casa, fue atacado por cuatro hombres armados que se identificaron como miembros de la unidad militar Los Linces. Al parecer, le golpearon mientras le preguntaban por el paradero de sus hermanos. Le rompieron cuatro costillas y necesitó hospitalización. El 6 de marzo de 1992, por la noche, César Augusto León fue atacado también al entrar en su casa, esta vez por un grupo de hombres sin identificar en circunstancias que sugieren que estaban relacionados con las fuerzas de seguridad. Al parecer, le golpearon en la nariz con una barra de hierro y perdió la consciencia inmediatamente. Los dos hombres declararon que los ataques se debían a que el ejército quería descubrir el paradero de Américo León Ramírez, uno de sus hermanos, porque éste había denunciado a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos su detención y tortura por el ejército en la ciudad de Ayacucho en abril de 1989.

AMENAZAS, ATAQUES Y HOMICIDIOS A MANOS DE GRUPOS PARAMILITARES

Desde marzo de 1991, Amnistía Internacional ha documentado amenazas, ataques y asesinatos selectivos atribuidos a los llamados grupos paramilitares que actúan con el apoyo de las fuerzas de seguridad, ya sea de manera anónima o bajo una diversidad de nombres. Entre las víctimas ha habido defensores de los derechos humanos, periodistas y presuntos simpatizantes de los grupos clandestinos Partido Comunista del Perú (Sendero Luminoso - PCP) y el Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA).

El 15 de marzo de 1991, el doctor Augusto Zúñiga Paz, asesor legal de la Comisión de Derechos Humanos (COMISEDH) no gubernamental, trabajaba sobre el caso del estudiante Ernesto Castillo Páez, "desaparecido" a manos de la policía de Lima en octubre de 1990. Después de presentar con éxito una petición de hábeas corpus ante un tribunal de primera instancia en favor de Ernesto Castillo Páez, el doctor Zúñiga recibió varias amenazas de muerte. A principios de febrero, en un intento fallido de evitar que la Corte Suprema anulara la petición, informó a dicha Corte de las amenazas que

59

9209468

había recibido; parece ser, sin embargo, que no le ofrecieron ninguna protección. El 15 de marzo el doctor Zúñiga recibió una carta bomba que hizo explosión y le amputó el antebrazo izquierdo. Los que enviaron el paquete utilizaron un sobre que, según los informes, tenía el sello de las oficinas de la Secretaría de la Presidencia del Perú. En abril de 1992 no se sabía que se hubiera hecho ningún progreso en las investigaciones para identificar y detener a los responsables.

Desde junio de 1991, un grupo que se autodenomina Comando de Liberación Antiterrorista (CAT) ha llevado a cabo amenazas y homicidios, la mayoría de los cuales han sido atribuidos por los periodistas y los defensores de los derechos humanos a los militares. Han actuado en la ciudad de Ayacucho, provincia de Huamanga, durante un periodo en el que la zona no estaba bajo el estado de emergencia. Uno de sus objetivos han sido los periodistas que investigan violaciones de derechos humanos en el departamento de Ayacucho. Por ejemplo, el 10 de junio de 1991, el CAT paramilitar obligó a los trabajadores de Radio Wari, en la ciudad de Ayacucho, a transmitir un mensaje a los periodistas Magno Sosa Rojas y Necias Taquiri amenazándoles de muerte. Ambos periodistas son conocidos localmente por su integridad profesional y por denunciar las violaciones de derechos humanos perpetradas por las fuerzas de seguridad en la zona.

Luis Antonio Morales Ortega, un tercer periodista que había denunciado amenazas hechas en nombre del Comando de Liberación Antiterrorista, murió la mañana del 13 de julio de 1991 en las calles de la ciudad de Ayacucho por los disparos de dos jóvenes. Anteriormente ya había recibido amenazas en nombre del grupo. Días después, la noche del 18 al 19 de julio, Celestina Hualianca Hinostroza, al parecer testigo presencial del homicidio de Luis Morales, murió por los disparos realizados, según parece, por unos pistoleros que irrumpieron en su casa. Su esposo, Francisco Solier, y otros dos miembros de la familia resultaron muertos también. Se creía que los atacantes utilizaron armas con silenciador.

El 24 de octubre de 1991, ocho personas, entre ellas una familia de cinco miembros, murieron en una matanza en circunstancias que sugieren que pudieron ser víctimas de ejecución extrajudicial a manos de las fuerzas de seguridad o de individuos que actuaban con su apoyo. Los homicidios tuvieron lugar en una casa de la vecindad de Villa de Santa Rosa, distrito de San Juan Bautista, en la ciudad de Ayacucho. Según los informes, unos ocho hombres encapuchados irrumpieron en casa de Félix García Mansilla y Agripina Cabrera Morote y mataron a la pareja y a sus tres hijos, a otro familiar y a dos miembros de una patrulla de defensa civil que se alojaban en casa de los García Cabrera. Los informes indican que los atacantes llevaban armas de fuego con silenciador y que en el momento del ataque había vehículos militares estacionados en las cercanías de la casa. Los vecinos afirman también que la casa estaba siendo vigilada por individuos vestidos de civil, pero que creían que eran miembros de las fuerzas de seguridad.

Una matanza similar tuvo lugar el 3 de noviembre de 1991, cuando 12 hombres, 3 mujeres y un niño resultaron muertos durante una reunión social celebrada en una casa del distrito de Barrios Altos, en el centro de Lima. Según testigos, durante la reunión, a la que asistió un elevado número de personas, unos diez atacantes irrumpieron en la habitación, gritando y ordenando a todo el mundo que se echara al suelo, y luego abrieron fuego contra los asistentes; según informes, utilizaron armas de fuego con silenciador. Según los vecinos, los atacantes llegaron en dos vehículos del tipo utilizado por las autoridades. Otros informes indican que uno de los vehículos pertenecía al viceministro de Interior y el otro al Ministerio de la Presidencia. Según las autoridades, los vehículos habían sido robados hacía tiempo. Los homicidios tuvieron lugar en las cercanías de la Dirección de Inteligencia de la Policía Nacional, el Cuartel del Escuadrón Águilas Negras de la Policía General, y una patrulla del ejército. Según los documentos oficiales presentados por un senador peruano al ministro de Defensa y al de Interior, la casa de Barrios Altos donde ocurrió el incidente llevaba siendo vigilada desde 1989 por un grupo de inteligencia policial que creía que la casa la frecuentaban simpatizantes de Sendero Luminoso. El 2 de abril de 1992, el presidente de la Comisión de Defensa de la Cámara de Diputados dijo a los periodistas que el Ministerio de Defensa había informado a la Comisión, en una sesión secreta, de que el homicidio de Barrios Altos había sido obra de un comando "subversivo". Al parecer, una comisión del Senado designada para investigar los homicidios tuvo que interrumpir su trabajo a consecuencia de las medidas tomadas por el presidente Fujimori el 5 de abril de 1992 para disolver inmediatamente el Congreso.

"DESAPARICIONES" Y EJECUCIONES EXTRAJUDICIALES A MANOS DE LAS PATRULLAS DE DEFENSA CIVIL

Desde 1983, Amnistía Internacional ha recibido abundante información detallada sobre violaciones de derechos humanos cometidas contra los aldeanos durante las operaciones de contrainsurgencia llevadas a cabo conjuntamente por las fuerzas armadas y las patrullas de defensa civil, llamadas oficialmente Comités de Autodefensa. Según los informes, las fuerzas armadas empezaron a organizar por primera vez a los campesinos de las zonas de emergencia formando patrullas de defensa civil para combatir los grupos alzados en armas en 1982, en el departamento de Ayacucho, aunque esta práctica no se hizo pública hasta 1984. Estas patrullas aumentaron durante el gobierno del anterior presidente

60 -

Alan García Pérez y, al parecer, a algunas de ellas les entregaron armas de fuego.

En enero de 1991, durante el gobierno del presidente Fujimori, el Ministerio de Defensa anunció que el gobierno iba a iniciar una campaña para reforzar y estimular los Comités de Autodefensa como parte de la nueva política de contrainsurgencia. En abril de ese mismo año, y también en junio y en octubre, se entregaron varios centenares de armas de fuego a las patrullas de defensa civil a las órdenes de las fuerzas armadas de Ayacucho y Junín.

Tras la puesta en práctica de la política del actual gobierno de armar a las patrullas, Amnistía Internacional ha documentado unas 25 "desapariciones" y 26 ejecuciones extrajudiciales a manos de patrullas de defensa civil organizadas por el ejército y que, al parecer, actuaban por su cuenta. Por ejemplo, la organización recibió documentación detallada, incluidos testimonios firmados, de una serie de 24 presuntas ejecuciones extrajudiciales perpetradas entre mayo de 1991 y enero de 1992 en el distrito de Quinua, provincia de Huamanga, departamento de Ayacucho. Entre las presuntas víctimas se encontraban Francisco Humareda Rojas, Víctor Robles Lope y Lucio Oriundo Humareda, detenidos el 30 de noviembre de 1991 en la comunidad de Llamahuilca y conducidos posteriormente a un lugar llamado Palca, donde los mataron a tiros; también estaban Isaac Huamancusi Mitay y un joven sin identificar, detenidos el 17 de diciembre de 1991 en Pampachacra, y cuyos cadáveres calcinados se encontraron posteriormente bajo un montón de rocas. Al parecer, todos estos homicidios fueron cometidos por una patrulla de defensa civil dirigida por un campesino conocido con el sobrenombre de "Comandante Lobo" y organizada por las fuerzas armadas estacionadas en la ciudad de Ayacucho. Al parecer, entre los miembros de la patrulla había individuos que ocupaban cargos oficiales en el distrito. Estos homicidios han sido denunciados por el gobernador del Distrito de Quinua a representantes del Ministerio Público, pero en abril de 1992, los presuntos responsables aún no habían comparecido a juicio.

Un ejemplo de las "desapariciones" forzadas a manos de las patrullas de defensa civil organizadas por el ejército es el caso de diez campesinos secuestrados por una de estas patrullas en febrero de 1992. Según los informes, el 27 de febrero de 1992, varios miembros de una patrulla de autodefensa civil organizada por el ejército detuvieron a siete hombres y tres muchachos: Percy Borja Gaspar, de 14 años; Ángel Zanabria Ubaldo y Gumerindo Ubaldo Zanabria, ambos de 16 años de edad, de la comunidad campesina de Paccha, distrito de El Tambo, provincia de Huancayo, departamento de Junín. Al parecer, la patrulla estaba a las órdenes de la base militar de Concepción, situada en la provincia del mismo nombre. En una petición de hábeas corpus presentada el 4 de marzo ante el Tercer Juzgado de Instrucción de Huancayo (un tribunal de primera [illegible]) testigos presenciales afirmaron que [illegible] 30 o 50 miembros de la patrulla, armados con escopetas, llegaron a un lugar llamado Sullucancha, donde los campesinos estaban descansando después de trabajar en los campos. Tras gritar una serie de nombres que traían en una lista y acusar a los campesinos de "subversivos", los miembros de la patrulla golpearon a los detenidos, los ataron y se los llevaron. Los familiares de los "desaparecidos" preguntaron por su paradero en la base militar de Concepción y en dos bases de defensa civil, pero en todas ellas negaron que los diez campesinos se encontraran allí. Las presuntas detenciones fueron denunciadas por el presidente de la comunidad de Paccha a la Fiscalía Especial de la Defensoría del Pueblo y Derechos Humanos, en la ciudad de Huancayo. El 24 de marzo de 1992, el presidente de la comunidad y otros campesinos presentaron una petición escrita al jefe del Comando Político-Militar de Huancayo para que concediera un salvoconducto para llevar a cabo una investigación sobre la "desaparición" de estos campesinos.

DETENCIONES ARBITRARIAS Y PRESOS DE CONCIENCIA

Al parecer, al menos 50 personas, entre ellas ministros del gobierno del ex presidente Alan García Pérez, parlamentarios, sindicalistas, periodistas, representantes de los gobiernos regionales y un vocal de la Corte Suprema, fueron detenidas arbitrariamente por las fuerzas de seguridad, justo antes o inmediatamente después del manifiesto del presidente Fujimori del 5 de abril de 1992. Los detenidos, la mayoría de los cuales fueron liberados sin cargos unos días después, estuvieron recluidos en establecimientos militares o policiales, en sus lugares de trabajo o en sus domicilios.

Amnistía Internacional considera que muchos de esos detenidos posteriormente liberados sin cargos eran presos de conciencia detenidos exclusivamente por su oposición al gobierno, sus actividades sindicales o su intento de ejercer su derecho a la libertad de expresión.

Entre los detenidos posteriormente liberados se encontraban Felipe Osterling Parodi y Roberto Ramírez del Villar, presidentes del Senado y de la Cámara de Diputados, respectivamente; los parlamentarios Eugenio Chang Cruz, Aurelio Loret de Mola, César Barrera Bazán, Fernando Olivera Vega, Alberto Quintanilla Chacón, Jorge del Castillo y Luis Negreiros Criado; los activistas políticos Abel Salinas, Remigio Morales Bermúdez, Jorge Luis Mantilla, José Barsallo Burga y Alberto Kitazono, todos ellos del partido de oposición Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA); Gustavo Gorriti Ellenbogen, periodista e investigador sobre el grupo clandestino Partido Comunista del Perú (Sendero Luminoso), y 20 periodistas más; otros cinco dirigentes sindicales, y el vocal de la Corte Suprema Horacio Valladares Ayarza.

9209468

61-

Anticipándose al discurso inaugural del presidente, de julio de 1990, Amnistía Internacional escribió al presidente electo, Alberto Fujimori, pidiéndole que aprovechara la oportunidad para manifestar que su gobierno no toleraría violaciones de derechos humanos en el contexto de operaciones de contrainsurgencia, así como para reiterarle una serie de recomendaciones de reforma para dar marcha atrás a las violaciones de derechos humanos en el país. Después de la toma de posesión del nuevo gobierno, Amnistía Internacional continuó siguiendo de cerca la situación de los derechos humanos, y requirió repetidas veces del gobierno que investigara las violaciones de esos derechos y pusiera a los responsables a disposición judicial.

En abril de 1991, Amnistía Internacional escribió de nuevo al presidente Fujimori detallando su preocupación por la pauta continuada de "desapariciones", ejecuciones extrajudiciales y torturas, así como de amenazas y ataques a defensores de derechos humanos, producidas durante los primeros nueve meses de su gobierno. Por otra parte, la organización propuso de nuevo una serie de medidas específicas destinadas a evitar las violaciones de derechos humanos y a hacer comparecer a los responsables ante los tribunales.

En mayo de 1991, Amnistía Internacional escribió al ministro de Defensa llamando su atención sobre las flagrantes violaciones de derechos humanos que las fuerzas armadas seguían perpetrando en las zonas de emergencia, entre ellas "desapariciones", así como amenazas y ataques de las tropas contra los fiscales que investigaban las presuntas "desapariciones". La organización instó al ministro de Defensa a que adoptara las medidas necesarias para asegurar la cooperación de los miembros de las fuerzas de seguridad con las investigaciones llevadas a cabo por el Ministerio Público y otras autoridades.

Una delegación de Amnistía Internacional formada por el secretario general de la organización, un oficial del ejército español y dos funcionarios del departamento de investigación de Amnistía Internacional visitó Perú entre el 1 y el 5 de julio de 1991. La delegación se entrevistó con el presidente Alberto Fujimori, con el primer ministro y ministro de Relaciones Exteriores Carlos Torres y Torres Lara, el ministro de Justicia y el vice-ministro de Interior. Los delegados de Amnistía Internacional se entrevistaron también con el fiscal de la Nación y con el fiscal supremo encargado de la Fiscalía Especial de Defensoría del Pueblo y Derechos Humanos del Ministerio Público. También hubo reuniones con el Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas, el director de Derechos Humanos en el Ministerio de Defensa y el director de la Policía Nacional. Amnistía Internacional recibió con satisfacción la oportunidad de reunirse con el presidente Fujimori y con altos funcionarios del gobierno, y se sintió optimista por la voluntad declarada del gobierno de continuar el diálogo con la organización y cooperar en la resolución de los casos de violaciones de derechos humanos que Amnistía Internacional le remitió. Sin embargo, la organización se llevó una impresión abrumadora, reforzada por las observaciones de organizaciones no gubernamentales que trabajan en Perú, de que el énfasis puesto por el gobierno durante sus 12 primeros meses en el poder en reformar la economía y derrotar a los grupos alzados en armas había acentuado la marginalidad de los derechos humanos en cuanto cuestión política.

En octubre y noviembre de 1991, Amnistía Internacional escribió al presidente Fujimori expresando su preocupación por sus declaraciones públicas, realizadas ante distintas ramas de los servicios de seguridad, en las que afirmaba que las organizaciones de derechos humanos de Perú estaban en connivencia con los grupos alzados en armas. No se ha recibido ninguna respuesta, ni a esta comunicación ni a ninguna de las anteriores. También en noviembre, la organización escribió al presidente adjuntando una copia del documento *Perú: Derechos humanos en un clima de terror* e invitándole a que hiciera comentarios al respecto. En respuesta, el Ministerio de Relaciones Exteriores publicó un comunicado en el que declaraba que el informe reflejaba "una disposición positiva de Amnistía Internacional que coincide con la posición nacional de presentar la situación de violencia que afecta al país como producto de la acción de los grupos terroristas". No obstante, añadía también que "es inaceptable que [Amnistía Internacional] diga que desde que se inició el fenómeno terrorista en el Perú las fuerzas de seguridad hayan desaparecido o ejecutado extrajudicialmente a miles de personas en las zonas de emergencia".

En abril de 1992, Amnistía Internacional escribió al presidente Fujimori instando al gobierno a dar todos los pasos necesarios para garantizar la seguridad de todos los que fueron detenidos inmediatamente antes y después de las medidas anunciadas por el presidente el 5 de abril de 1992. La organización pidió al gobierno que liberara de manera inmediata e incondicional a cualquier persona detenida por sus convicciones políticas y que se supiera que no había hecho uso de la violencia ni

62 - ..

abogado por ella. Amnistía Internacional insta también al gobierno a restablecer inmediatamente las funciones del Poder Judicial, del Ministerio Público y del Poder Legislativo, diseñados para proteger los derechos humanos.

Desde que el actual gobierno ocupó el poder, en julio de 1990, Amnistía Internacional ha pedido a las autoridades que expliquen lo que ha sucedido con los numerosos detenidos que posteriormente han "desaparecido" y que investiguen los abundantes casos de presunta tortura y aparente ejecución extrajudicial. La organización ha instado al gobierno a que cumpla con sus obligaciones e investigue todos los abusos pasados con el fin tanto de informar a los familiares de las víctimas de la suerte que han corrido sus seres queridos como de hacer comparecer ante los tribunales a los responsables de violaciones de derechos humanos, y también para evitar dar la impresión de que en el futuro se podrán cometer nuevos abusos con impunidad. Estas peticiones han tenido escasa respuesta oficial del gobierno, aunque algunas embajadas peruanas han acusado recibo de las copias de las cartas enviadas a las autoridades.

63-

La compilación más exhaustiva y sistemática de estadísticas sobre el número de muertes como resultado de la violencia política en Perú ha sido publicada todos los años, desde 1989, por la Comisión Especial del Senado sobre la Violencia (Comisión Bernales). Esta comisión obtuvo sus estadísticas sobre el número de muertes políticas entre 1980 y 1987 exclusivamente de las cifras del Ministerio de Defensa. A partir de 1987 también ha recogido estadísticas de informes de los medios de comunicación y de denuncias de testigos. En su último informe, *Violencia y Pacificación en 1991*, habla de un total de 22.443 muertes en el contexto de violencia política entre 1980 y 1991. De éstas, 11.143 eran presuntos miembros de grupos alzados en armas, 9.257 civiles no combatientes y 1.789 miembros de las fuerzas de seguridad. Los restantes 254 eran narcotraficantes. La comisión estimó el número de muertes sin contabilizar en un 10 por ciento.

La Comisión Especial de Investigación y Estudio sobre la Violencia del Senado contabilizó un total de 3.180 muertes por violencia política durante 1991 (frente al total de 3.452 durante 1990). La Comisión calculó que los "subversivos" muertos por las fuerzas de seguridad el pasado año eran 1.395, aunque algunos de éstos podrían haber sido civiles no combatientes. La Comisión atribuyó también 1.314 homicidios a Sendero Luminoso y 139 al MRTA.

El grupo clandestino Partido Comunista del Perú (Sendero Luminoso - PCP) sigue activo en gran parte del país. Sus fuerzas no reconocen tener ningún prisionero, y siguen asesinando regularmente a sus cautivos en homicidios sumarios, al estilo de ejecuciones, a veces tras torturarlos y someterlos a simulacros de juicio. Miles de sus víctimas han sido civiles indefensos que no estaban implicados en el conflicto interno. Entre las víctimas hay miembros de partidos políticos legalmente reconocidos, agrónomos, ingenieros que trabajan para el gobierno o en proyectos con financiación extranjera, y miembros de las comunidades campesinas, las cooperativas y las organizaciones obreras que se niegan a apoyarles. También han matado a los soldados o policías a los que han capturado, que se han rendido o que han resultado heridos y han quedado incapacitados. Sendero Luminoso ha pedido que se boicoteen las elecciones municipales, parlamentarias y presidenciales, y ha amenazado con matar tanto a candidatos como a votantes: según los informes, desde 1982 ha matado a más de 100 alcaldes.

También se han incrementado las actividades violentas del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA), grupo más pequeño que ha actuado en Lima y en varias zonas de las laderas orientales de los Andes, en especial en el departamento de San Martín. Al parecer, ha colocado varios artefactos explosivos en lugares públicos y ha llevado a cabo asesinatos selectivos.

Amnistía Internacional es plenamente consciente del contexto en que tienen lugar las graves violaciones de derechos humanos por las fuerzas de seguridad. La organización trabaja dentro del marco del derecho internacional, ya que éste se refiere a las obligaciones de todos los gobiernos respecto a los derechos humanos y a los principios derivados del derecho humanitario que deben ser respetados por *todas las partes* implicadas en un conflicto armado interno. Amnistía Internacional condena los abusos de los grupos alzados en armas, responsables de la tortura y del homicidio arbitrario de civiles no implicados en el conflicto y de miembros de las fuerzas de seguridad que han quedado fuera de combate.

El 14 de julio de 1989, Perú ratificó los dos Protocolos adicionales a los Convenios de Ginebra del 12 de agosto de 1949, relativos a la protección de las víctimas de conflictos armados internacionales y sin carácter internacional (Protocolos I y II, respectivamente). Amnistía Internacional expresó su satisfacción por esta medida, pues la consideró como una señal de la intención del gobierno de garantizar que sus fuerzas de seguridad se conducían de acuerdo con las obligaciones humanitarias internacionales impuestas por los Protocolos. Sin embargo, hasta el momento no ha habido ningún indicio que sugiera que esta intención se ha traducido en un programa para combatir las violaciones de derechos humanos llevadas a cabo durante las operaciones de contrainsurgencia, violaciones que incluyen la tortura, la "desaparición" y la ejecución sumaria, y que *nunca* pueden estar justificadas, ni siquiera por los abusos de los grupos alzados en armas.

Los abusos llevados a cabo por los grupos clandestinos Partido Comunista del Perú (Sendero Luminoso) y Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA), que incluyen la tortura, la mutilación y el asesinato de civiles indefensos, han ido en aumento a lo largo de los últimos años. Amnistía Internacional sigue recibiendo numerosos informes de organizaciones de derechos humanos independientes, así como de periodistas y fuentes gubernamentales, sobre centenares de homicidios deliberados y arbitrarios llevados a cabo, al parecer, por Sendero Luminoso y el MRTA. Según informes, muchas de las víctimas eran civiles indefensos que no estaban implicados directamente en el conflicto armado interno que aflige a Perú desde 1980. Al parecer, otras víctimas eran miembros de las fuerzas de seguridad que fueron capturados, se rindieron o quedaron incapacitados a causa de sus heridas.

El 13 de mayo de 1991, Sendero Luminoso fue responsable, según los informes, de la muerte del ex preso de conciencia Porfirio Suni Quispe, recientemente elegido diputado regional por Puno. Porfirio Suni Quispe había sido detenido por la policía en 1988 bajo la sospecha de actividades "terroristas", y al parecer había sido torturado. En marzo de 1989 se retiraron los cargos que pesaban en su contra y le pusieron en libertad. Le mataron en el mercado de Manco Cápac de Juliaca, provincia de San Román, departamento de Puno.

Por otra parte, Sendero Luminoso ha secuestrado y asesinado a miembros de órdenes religiosas, a veces después de detenerlos. La hermana Irene McCormack, monja australiana que trabajaba en la aldea de Huasahuasi, departamento de Junín, fue asesinada el 21 de mayo de 1991 junto con otros cuatro aldeanos. Según los informes aparecidos en la prensa, un grupo de "senderistas" atacó el pueblo y leyó en voz alta una lista con los nombres de sus víctimas. Las víctimas fueron sometidas primero a un simulacro de juicio que duró dos horas, y al que el pueblo entero fue obligado a asistir, y después les dispararon en la nuca. En agosto de 1991, miembros de Sendero Luminoso mataron a tres sacerdotes católicos de la provincia de Santa, departamento de Ancash. El 10 de agosto de 1991, dos franciscanos polacos, fray Zbigniew Strzalowski y fray Michal Tomaszek, murieron, según los informes, a manos de miembros de Sendero Luminoso mientras hablaban con un grupo de jóvenes peruanos en Chimbote. Los dos clérigos tenían a su cargo unos cuantos pueblos. El 25 de agosto de 1991, según los informes, miembros de Sendero Luminoso dispararon en la cara tres veces a un sacerdote italiano, Alessandro Dordi Negroni. Murió instantáneamente. Aparentemente, él y otros dos seglares fueron interceptados por miembros de Sendero Luminoso cuando regresaban a Chimbote en una camioneta. En septiembre, el periódico *El Diario Internacional*, al parecer, portavoz de Sendero Luminoso, sostenía que "las fuerzas maoístas ejecutaron [los] tres sacerdotes" porque "venían participando en la lucha antisubversiva diseñada por el gobierno y las fuerzas armadas".

Según los informes, el 23 de julio de 1991, varios miembros de Sendero Luminoso prepararon una emboscada a un vehículo oficial y mataron a un médico y a tres técnicos de salud que acababan de participar en una campaña de vacunación; murieron también un niño de 10 años, dos estudiantes un poco mayores y el conductor. Según los informes, un fiscal provincial del Ministerio Público encargado de proteger los derechos humanos afirmó que Sendero Luminoso era responsable de estos homicidios, producidos en la provincia y departamento de Apurímac.

Entre junio y octubre de 1991, según informes, Sendero Luminoso llevó a cabo incursiones en la ciudad de Aucayacu y en unos caseríos vecinos, en la provincia de Leoncio Prado, departamento de Huánuco. Al parecer, durante estos ataques los miembros del grupo llevaron a cabo una serie de abusos contra civiles indefensos. Por ejemplo, la noche del 26 de junio, Obdulia Angulo fue secuestrada de su domicilio en Aucayacu y asesinada a tiros; el 22 de octubre, miembros de Sendero Luminoso dieron muerte a Fernando Ramos mientras trabajaba en la chacra familiar.

El 15 de febrero de 1992, María Elena Moyano, conocida popularmente como "La Madre Coraje de Lima", fue muerta a tiros y su cadáver dinamitado por miembros de Sendero Luminoso. La mataron en Villa El Salvador, uno de los pueblos jóvenes más grandes y organizados de Lima. Al parecer, esta mujer, de 33 años, había recibido repetidas amenazas del grupo clandestino. En el momento de su detención era teniente alcaldesa de Villa el Salvador. También había sido presidenta de una organización de mujeres, la Federación Popular de Mujeres Villa El Salvador, que apoya activamente los proyectos de ayuda para los pobres, como los comedores populares y el Programa Vaso de Leche.

En abril de 1992, unos días después de la disolución del Poder Legislativo por el presidente Fujimori, y de su anuncio de que el país contaría con un gobierno dirigido por el Poder Ejecutivo, Sendero Luminoso pareció dirigir sus ataques contra los

65 -

establecimientos militares y policiales en la ciudad de Lima. Según los informes, los atentados llevados a cabo con vehículos cargados de explosivos tuvieron lugar sobre todo en Villa El Salvador, Callao y Pueblo Libre. El 13 de abril fue detonada una furgoneta cargada de explosivos frente a una comisaría de policía del distrito de Bellavista, Callao. A consecuencia de este ataque, llevado a cabo, según informes, por Sendero Luminoso, resultaron muertos tres civiles.

Amnistía Internacional ha condenado en repetidas ocasiones los abusos perpetrados por los grupos alzados en armas en Perú. Esta organización condenó por vez primera los actos de Sendero Luminoso en 1983, en una carta al presidente Belaúnde Terry en la que le expresaba su preocupación por las evidentes violaciones de derechos humanos cometidas por las fuerzas armadas en las zonas de emergencia. En esa carta, la organización condenaba también la matanza cometida por Sendero Luminoso, según los informes, de 67 personas hechas prisioneras en el distrito Lucanamarca, provincia de Víctor Fajardo, Ayacucho. Desde entonces, Amnistía Internacional ha condenado de manera explícita los abusos de Sendero Luminoso en sus publicaciones, informes a organizaciones internacionales de derechos humanos y en cartas a los sucesivos gobiernos peruanos.

El 21 de noviembre de 1991, Amnistía Internacional publicó un anuncio en tres periódicos nacionales peruanos en el que hacía un llamamiento al gobierno para que respetara inmediatamente la legislación internacional sobre derechos humanos. En ese anuncio, la organización declaraba que "condena igualmente y de manera inequívoca el homicidio arbitrario y deliberado a manos de Sendero Luminoso y del MRTA tanto de civiles indefensos ajenos al conflicto armado como de miembros de las fuerzas de seguridad que hayan quedado incapacitados, hayan depuesto las armas o hayan caído prisioneros de estos grupos".

BREVE ESTADÍSTICA DE "DESAPARICIONES" Y EJECUCIONES EXTRAJUDICIALES EN PERÚ: JULIO DE 1990 - ABRIL DE 1992

Tabla 1

Perú: "Desapariciones" documentadas por Amnistía Internacional desde el 28 de julio de 1990 hasta el 30 de abril de 1992

Periodo	Número de "desaparecidos"				
	Total de casos documentados	Liberados posteriormente	Posteriormente se ha reconocido su detención	Hallados muertos posteriormente	Sigue sin saberse nada
28 de julio de 1990 - 31 de julio de 1991 (12 meses)	372	79	4	17	272
1 de agosto de 1991 - 30 de abril de 1992 (9 meses	123	1	-	2	120
Total	495	80	4	19	392

Tabla 2

Perú: Ejecuciones extrajudiciales documentadas por Amnistía Internacional desde el 28 de julio de 1990 hasta el 30 de abril de 1992

Periodo	Número de personas
28 de julio de 1990 - 31 de julio de 1991 (12 meses)	88
1 de agosto de 1991 - 30 de abril de 1992 (9 meses)	81
Total	169

67 -

9209468

MATANZAS DOCUMENTADAS POR AMNISTÍA INTERNACIONAL DESDE EL 28 DE JULIO DE 1990 HASTA EL 30 DE ABRIL DE 1992

Desde julio de 1990 hasta abril de 1992, Amnistía Internacional documentó ocho matanzas en las que resultaron muertas 99 personas a manos de las fuerzas de seguridad o de los llamados grupos paramilitares o patrullas de defensa civil que actúan con su apoyo.

Hasta abril de 1992, ningún miembro de las fuerzas de seguridad había sido declarado culpable por su participación en alguna de estas matanzas. Sólo se conocen dos casos de homicidios en masa imputados a miembros de las fuerzas armadas (la matanza de Chilcahuaycco, en septiembre de 1990, y los homicidios de Santa Bárbara, en julio de 1991) en los que se hayan presentado cargos contra los presuntos responsables de los homicidios.

Las matanzas documentadas por Amnistía Internacional durante el gobierno del presidente Alberto Fujimori desde el 28 de julio de 1990 hasta el 30 de abril de 1992 fueron las siguientes:

1. La probable ejecución sumaria de 16 hombres, mujeres y niños de la localidad de Iquicha, próxima a Uchuraccay, provincia de Huanta, departamento de Ayacucho, el 22 de agosto de 1990. Según los informes recibidos, los vecinos de la localidad fueron asesinados por unos 50 soldados de las bases militares de Machente y Ccano durante una operación conjunta con unos 100 miembros de un Comité de Defensa Civil. La matanza fue denunciada ante los fiscales provinciales y departamentales en Huanta y Ayacucho, respectivamente, pero no se sabe que se iniciara ninguna investigación.

2. La exhumación, en presencia de un fiscal, un juez y dos médicos, así como de varios periodistas y familiares, de 18 cadáveres descubiertos en una fosa común en Chilcahuaycco, distrito de San Pedro de Cachi, provincia de Huamanga, departamento de Ayacucho, el 18 de octubre de 1990. Según los informes, el 21 y 22 de septiembre de 1990, miembros del Comité de Defensa Civil y soldados de la base militar de Castropampa detuvieron por lo menos a 16 hombres, mujeres y niños durante una patrulla conjunta que se extendió a varios pueblos de la provincia de Huamanga. Al parecer, sus cadáveres se encontraban entre los que fueron descubiertos en la fosa común. En mayo de 1991, una Comisión Investigadora del Senado llegó a la conclusión de que los homicidios de Chilcahuaycco habían sido cometidos por miembros del ejército que actuaban conjuntamente con miembros de una patrulla de defensa civil. Advirtiendo que se habían presentado cargos contra un sargento del ejército tanto en los tribunales civiles como en los militares y que la Corte Suprema tendría que decidir a qué tipo de tribunal le correspondía la jurisdicción, esta comisión observó: "Está suficientemente acreditada la naturaleza común del delito, por lo que no existe fundamento jurídico válido para que se haya abierto un proceso paralelo en el Fuero Privativo Militar." Por otra parte, el informe llegaba a la conclusión de que la práctica de organizar comités de defensa civil había dado lugar a violaciones de derechos humanos contra los campesinos que se negaban a unirse a ellos.

3. La presunta ejecución extrajudicial a manos de soldados, el 4 de julio de 1991, de 15 hombres, mujeres y niños de la comunidad de Santa Bárbara, provincia de Huancavelica, departamento de Huancavelica. (Para más información, véase el apartado "Ejecuciones extrajudiciales".)

4. La presunta ejecución extrajudicial de siete personas y la "desaparición" de otras cuatro por una patrulla del ejército tras ser detenidas el 15 de octubre de 1991 en el caserío de Pueblo Nuevo, cerca de Aucayacu, provincia de Leoncio Prado, departamento de Huánuco. (Para más información, véase el apartado "Ejecuciones extrajudiciales".)

5. El homicidio de ocho personas, al parecer a manos de miembros de las fuerzas de seguridad o de un grupo de los llamados paramilitares que actuaba con su consentimiento, el 24 de octubre de 1991 en Villa de Santa Rosa, distrito de San Juan Bautista, ciudad de Ayacucho, departamento de Ayacucho. (Para más información, véase el apartado "Amenazas, ataques y homicidios a manos de grupos paramilitares".)

6. El homicidio de 12 hombres, tres mujeres y un niño, al parecer a manos de un grupo paramilitar que actuaba con el apoyo de las fuerzas de seguridad, el 3 de noviembre de 1991 en la vecindad de Barrios Altos, en Lima, la capital. (Para más información, véase el apartado "Amenazas, ataques y homicidios a manos de grupos paramilitares".)

7. La presunta [illegible] extra[illegible] hombres y dos mujeres a manos de la [illegible] en el distrito de [illegible], provincia de Huari, departamento de Áncash, el 8 de febrero de 1992. (Para más información, véase el apartado "Ejecuciones extrajudiciales".)

8. La [illegible] extrajudicial de 14 [illegible] nas por [illegible] en la zona del Alto Huallaga, provincia de Leoncio Prado, departamento de Huánuco, el 10 de marzo de 1992. (Para más información, véase el apartado "Ejecuciones extrajudiciales".)

69-

Anexo 8

PREMIO NOBEL DE LA PAZ 1977
Sección Argentina

INDICE AIA: CEN 1/ /92

A: Todos los grupos:
De: Comite Ejecutivo Nacional (CEN):
Ref.: Reunión de Agrupación IV.
Fecha: 13/07/92

Estimados compañeros:

Nos dirigimos a Uds. a efectos de informarles que el Comité Ejecutivo Internacional (CEI) ha puesto en nuestro conocimiento que la reunión de Agrupación IV (correspondiente a secciones americanas -salvo excepciones-) se llevará a cabo en una ciudad a determinar hacia la segunda quincena de Setiembre de este año.

En cumplimiento de lo resuelto por la pasada Asamblea General les hacemos llegar la presente invitándolos a proponer candidatos para cubrir la vacante de un (1) delegado que representará a la sección argentina en la citada reunión. A dicho efecto se deberá hacer llegar una nota escrita dirigida a este CEN en la que se formule la propuesta concreta del candidato sugerido, las razones en que se basa la propuesta y un breve curriculum del miembro en cuestión.

A la reunión mencionada se hallan invitados delegados de Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, Estados Unidos, México, Paraguay, Perú, Puerto Rico, República Dominicana, Uruguay y Venezuela.

La agenda de la reunión comprenderá, en principio, los siguientes puntos:

- Documento de discusión del SYSTEC;
- Estudio sobre el Departamento de Investigaciones;
- Revisión de la política de desarrollo;
- Otros temas (a fijar).

La documentación antes citada se enviará a los grupos ni bien se disponga de ella en Sede.

Les rogamos hagan llegar sus propuestas antes del viernes 14 de Agosto.

Hugo Adrián Relva
Presidente

70- 9209468

[illegible]
[illegible] Piatti, Delegado ante [illegible]

FECHA: [illegible]

[illegible]: Correo del Secretariado Internacional a grupos.

Estimados amigos:

Les escribo para comunicarles que desde el corriente mes el Secretariado Internacional no enviará más un correo directo a los grupos. Como Uds. sabrán existe una oficina en el SI que se encarga de mantener un vínculo permanente con las secciones y grupos: el equipo HDC. Ellos giran a travès de EDAI los documentos principales del correo internacional (circulares de campañas, comunicados de prensa, documentos de paises, etc.), su funcion es indispensable para los paises con grupos no organizados como sección. Hace un año que ese no es nuestro caso, por lo tanto, asumiendo nuestras responsabilidades ante el movimiento, iniciaremos la distribucion local de tales materiales.

Para ello Uds. deberán leer con atencion el listado de documentos que quincenalmente reciben de Sede y solicitar por indice aquellos documentos que sean necesarios para su labor. En el siguiente correo recibirá copia de los mismos.

Aprovecho la oportunidad para comunicarles que en respuesta a la solicitud de motivos para un poster sobre aborigenes (ver carta anterior referida al tema), el Grupo HUENEI ha preparado un diseñ que harán llegar al SI: es una buena noticia porque quizá nuestra sección se halle representada ante todo el movimiento si la gráfica es seleccionada. En otro caso, es igualmente valioso ya que aportamos a un esfuerzo de todo el movimiento.

Sin mas, me despido de Uds. cordialmente.

Claudio Piatti
Delegado ante EDAI

9209468

Cap 09/92

A: [illegible]
DE: [illegible]

FECHA: 15/[illegible]/92

ASUNTO: Sugerencias concretas acerca de formas de accion

RESUMEN:

La presente circular es un seguimiento de Cap 08/92. Contiene algunas sugerencias acerca de como los grupos pueden organizar su trabajo y optimizar el empleo de las llamadas "formas de accion".

Se espera que tras la reflexión general propuesta en la circular anterior se puedan concretar los aspectos prácticos desarrollados en la presente.

ACCIONES RECOMENDADAS:

* Los responsables de capacitación dentro de cada grupo deberían hacer llegar el contenido de la presente a conocimiento de todos los miembros, particularmente de quienes coordinan el trabajo de apelaciones y contactos con el medio.

* Los miembros del Registro Nacional de Capacitadores deberían evaluar la conveniencia de implementar un taller acerca del tema en su localidad. Como paso previo deberían sondear el nivel de capacitación que la membresía local tiene respecto del tema tratado.

* Se ruega formulen todos sus comentarios e inquietudes sobre el particular a Sede Nacional, a la attn. del RNCap.

12-

9209468

INTERNO (sólo para [illegible])   Cap [illegible]

A: To[illegible] los grupos
DE: [illegible] Piatti. [illegible].Cap. y FDH.

FECHA: 15/07/92

ASUNTO: Sugerencias concretas acerca de formas de acción

Estimados amigos:
Espero que la circular Cap 03/92 haya servido para iniciar una reflexion acerca de las formas de acción. Envio esta nueva circular para profundizar ese trabajo. Detallare a continuacion algunas sugerencias a tener en cuenta, no se trata de un listado completo sino de algunos lineamientos que espero Uds. enriquezcan.

1) Confeccionar un fichero de contactos del grupo (sectores profesionales, religiosos, contactos de prensa, instituciones culturales, autoridades gubernamentales nacionales y extranjeras, etc.)

2) Diseñar un esquema para el trabajo "a corto plazo", es decir el referido a AAUU, llamamientos internacionales del boletin mensual y llamamientos del boletin de acción.
Este es el "piso" de actividad, los llamamientos que permanentemente recibe el grupo. Es importante ver de qué manera pueden multiplicar su efectividad valiéndose de los contactos mencionados en (1).
Un modo de diseñar la actividad seria el siguiente:

a) Contar con dos ficheros: por apelante y por tipo de apelación.

FICHERO POR APELANTE
- Consta de 1 ficha por cada miembro, entidad o persona ajena a AI que está dispuesta a efectuar apelaciones.
- Se ordena alfabéticamente.
- Cada ficha indica: nombre, domicilio, interés (por ej. acciones sobre periodistas, o casos de Burundi, etc.), periodicidad con que desea recibir, y unas columnas con el detalle de los casos que se le van entregando, es decir Indice, fecha, nombre de quien lo entrega y numero de apelaciones efectuadas.

FICHERO POR APELACION
- Tendrá tantas secciones como tipos de apelacion se incluyan, es decir, puede ser de AAUU solamente o de AAUU, casos de boletín mensual, casos de bol. acción, casos de campaña, etc.
- Cada sección estarásubdividida por paises y dentro de cada apartado de país se consignarán los casos por fecha.
- Cada ficha indica la identificación del caso, por ej. Indice si se trata de una AU, o nombre y fecha de

[illegible] el
[illegible] o
[illegible] apelaciones que [illegible]. Es importante consignar si se trata de un 'seguimiento' para distinguirlo a la misma persona que apeló por la accion original.

Los dos ficheros mencionados permiten efectuar un seguimiento permanente y ordenado de cada caso y de cada contacto o apelante. Una revision periodica permitirá al grupo conocer, entre otras cosas: qué casos se trabajaron más? cuáles fueron descuidados? se respetó el balance entre países? qué contactos están trabajando bien y cuáles hay que reforzar?

Como se ve los ficheros son mucho más que una mero instrumento burocrático, son una herramienta de trabajo.

b) El grupo debería planificarse unas metas concretas en su esquema de acciones a corto plazo. Por ej.: queremos obtener 5 apelaciones por cada AU; o en tres meses aumentaremos nuestros contactos a 25 personalidades y 3 instituciones.

c) Habrá que contemplar una secuencia de acciones para lograr la meta, incluyendo visitar gente, lograr financiamiento, etc.. En esta etapa es importante delimitar las responsabilidades y fijar plazos, quién y cuándo se hará cada cosa, desde confeccionar y actualizar los ficheros hasta sacar las copias o llevar las cartas al correo.

3) Diseñar un esquema de trabajo 'para largo plazo', para lo cual es necesario:

a) Evaluar
- la continuidad y estabilidad del grupo
- la capacidad de trabajo (tiempo y disposicion)
- las motivaciones
- los intereses específicos (sobre un sector o sobre ciertos países, etc.)

b) En función de lo anterior decidir la modalidad del trabajo a largo plazo que se prefiere: RAR (RAN en ingles) o Expediente de Accion.

c) Solicitar a Sede la inclusión en la forma de trabajo elegida y solicitar asistencia a los responsables especificos: para apelaciones Funo Hauck (CEN) y para capacitacion Claudio Fiatti (RNCap.).

4) Diseñar un esquema de trabajo de campañas propiamente dichas (en un sentido amplio todas las acciones antes mencionadas son campañas, ver avances SYSTEC). Este punto se complementa y configura una planificación global junto con (2) y (3). Para ello:

a) Considerar el calendario nacional de campañas contenido en el Plan de Actuación.

b) Considerar el Plan de Acción Trimestral (PAT) indice POL 51

11

que [illegible] los grupos responsables [illegible] que deberá en lo [illegible] solicitado a SEDE.

c) Rastrear los materiales [illegible] para cada acción en el listado de documentos que quincenalmente se recibe de SEDE.

d) Analizar los intereses del grupo y las posibilidades que se desprenden del directorio de contactos citado en el punto (1), es decir la inserción social del grupo. Evaluar la relación que cada campaña a desarrollar tiene con el trabajo a largo plazo del grupo (punto 3).

e) Definir un plan de campaña para la/s que se hayan elegido, en contacto con el Responsable Nacional del Area, Gustavo Giustino, y en orden a las circulares pertinentes.

Para finalizar espero que estas cuatro sugerencias, con sus apartados, sean de utilidad para nuestro trabajo en favor de los DDHH. Les pido que, por favor, me hagan llegar sus observaciones a fin de adecuar mi trabajo a vuestras necesidades y expectativas.

Cordialmente,

Claudio Fiatti
R.N. Cap. y E.D.H.

Ref.: cb/rmd

[illegible]
Presidente
Comité Ejecutivo
Sección Argentina
[illegible], 6 piso
[illegible]
Argentina

Londres, 1 de julio de 1992

Querido Hugo:

Hace mucho tiempo que no existe una comunicación formal entre el equipo y la Sección Argentina y hemos juzgado conveniente, en este momento, realizarla con el propósito de poder contribuir al funcionamiento y al trabajo de AI en aquel país.

En primer lugar queremos que saludes de nuestra parte a todos los miembros del Comité, así como a los Responsables de área y transmitas nuestro agradecimiento y saludo a los miembros de los grupos que, sabemos, todos ellos luchan por defender un espacio dentro de la sociedad argentina para poder hablar y trabajar sobre derechos humanos.

También queremos agradecer las frecuentes comunicaciones que el Comité ha tenido con este equipo a través de tí y la información que nos ha llegado de la oficina nacional.

Hemos podido leer con atención toda la documentación que nos han enviado (actas de reuniones de Comité Ejecutivo, actas de Reunión Interasambleas, [illegible] de las áreas, etc) y, en base a este material, y las frecuentes conversaciones que hemos tenido, nos atrevemos a escribirles con el mejor espíritu contructivo y de colaboración.

De este estudio se llega a la conclusión de que la Sección Argentina ha avanzado enormemente en muchos campos:el trabajo con los medios de comunicación buscando la continuidad, el trabajo externo de presión sobre el propio gobierno, el trabajo de difusión pública y acción externa de algunos grupos (acios como el de la pena de muerte en Buenos Aires, las simultáneas de ajedrez en Córdoba, el trabajo de presencia pública en Entre Ríos son algunas muestras), la organización de la oficina nacional (que ha podido superar un cambio total de funcionarios), la preparación de reuniones intergrupales como las Asambleas y las Reuniones InterAsambleas, la atención a nuevos grupos, la participación dentro del movimiento internacional, el crecimiento, etc. son algunas, no exhaustivamente enumeradas, de las áreas donde el

☎ (44)(71) 413 5500 [illegible] London WC1 Telex 28502 FAX: 956 1157

-16-

9209468

[illegible] en Argentina ha experimentado un importantísimo avance. Deben [illegible] los miembros.

Creemos, sin embargo, que deben saber que el movimiento internacional pasa [illegible] muy difícil en materia económica debido al hecho de que [illegible] no están cumpliendo en el pago de sus cuotas por los [illegible] en sus países. El Comité de [illegible] Secciones va a escribir una carta a todas las Secciones explicando las actuales circunstancias y el efecto en cada uno de los presupuestos de las estructuras de AI en el mundo. EL CEI ha convocado este julio una reunión de Tesoreros de Secciones grandes para analizar la actual situación económica que se desenvuelve en un clima de recesión (ver documento ORG 72/06/92, página 9).

Ya el año pasado, el movimiento internacional, a pesar de que la documentación presentada por ustedes fue exhaustiva y correcta, no pudo aprobar el monto requerido debido a la difícil situación económica. Para el próximo año ni siquiera está garantizado ese mínimo de 40.000 dólares. Estos cortes están afectando a todas las estructuras de AI que reciben asistencia del presupuesto internacional

Es en este contexto de recesión económica y, también, de avances de Amnistía Internacional Argentina en el que nos permitimos realizar algunas sugerencias sabiendo que ustedes van a empezar a elaborar el borrador del nuevo plan de acción y el presupuesto.

A)Sugerencias:

La priorización en las actividades:

Creemos que Amnistía Internacional Argentina debe priorizar aun mas sus actividades, es decir, pensar con los recursos humanos y financieros disponibles cuales van a ser sus objetivos y cuales pueden financiar con la ayuda del movimiento y cuales con sus propios medios.

Preguntas cómo las siguientes, son sólo sugerencias, podrían formar parte de la reflexión colectiva de todos los miembros:

-Qué quieren para el próximo año; un esfuerzo sobre el trabajo interno o sobre el trabajo externo.
-Que quieren priorizar para el próximo año; consolidación o crecimiento.
-Sobre qué técnicas (campañas, expedientes de acción, acciones urgentes,etc) van a poner una mayor prioridad.
-Dentro del trabajo interno, van a dar prioridad en la atención de nuevos grupos o reafirmar el trabajo con los grupos mas antiguos.
-Quieren fomentar el trabajo coordinado de los grupo o el trabajo individual de cada uno de ellos.
-Dentro de la capacitación, prefieren capacitar capacitadores o proporcionar capacitación colectiva de la mayor parte de los miembros.
-A quién priorizar en el trabajo externo (gobierno, prensa, sectores específicos, parlamento, etc).

[illegible] que el [illegible], [illegible] [illegible] [illegible], por ejemplo [illegible] técnicas) y [illegible] a una situación de [illegible] dentro del movimiento internacional que, ahora mismo, no es posible.

Creemos que ustedes van a tener que elegir sobre que desean trabajar el próximo año porque el movimiento internacional ya no puede, desgraciadamente, financiar una buena parte de sus actividades.

Después de elegir las prioridades, les sugerimos que las pongan en orden de importancia (por ejemplo la Sección Brasileña las colocó así: funcionamiento de la oficina nacional, campañas, capacitación y funcionamiento democrático del movimiento) y valorar cuales de estas prioridades son imprescindibles y deben tener financiación, y cuales dependerán de la consecución de fondos adicionales.

Tienen que contar también con lo que, razonablemente, puedan conseguir ustedes en base a los recursos locales ya que el movimiento internacional, seguramente, sólo va a poder darles una cantidad menor que la del año pasado.

-Un plan de captación de recursos:

La Sección Argentina nunca ha tenido un plan de captación de recursos, a pesar de que ha crecido en miembros individuales y de grupo, que han realizado importantes esfuerzos de ahorro (gastos en las reuniones del Comité, correo a los grupos, menos reuniones de Comité) y que, con esfuerzo de los miembros, ha aumentado su cuota personal. También ha habido un muy correcto manejo contable.

Como ustedes saben, el Consejo Internacional de 1991 aprobó un fondo limitado de captación de recursos disponible para las Secciones con el fin de generar fondos que pudieran disminuir su dependencia del movimiento internacional.
Este fondo es gestionado por el Comité de Desarrollo de Secciones.

Queremos sugerir encarecidamente a la Sección Argentina que presente, con fecha límite de primeros de octubre, un plan nacional de captación de recursos para el siguiente año presupuestario.

Creemos que debe darse prioridad a este punto porque de ello depende que el plan de actuación próximo pueda aproximarse a su cumplimiento y, también, formó parte de las recomendaciones que el Comité Ejecutivo Internacional hizo a Argentina en su solicitud para ser Sección.

Adjunto encontrarán algunos criterios [illegible]dicativos para la redacción de este plan pero nos ponemos a su dispos[illegible]n para colaborar en este punto y, también, pueden escribir a John [illegible]ley, miembro del Grupo de Recaudación de Fondos, a la Sección Britá[illegible] pidiendo asesoramiento.

Cabe destacar que este fondo es de 66.000 libras para todo el mundo, durante el año 1992 y que una parte de los fondos ya han sido

18 - 9209468

[illegible] que el actual plan de acción de AI-Argentina, muchas veces no tiene prioridades claras (en general I habla de consolidar y de [illegible], por ejemplo o lo mismo en el apartado de técnicas) y responde [illegible] a una situación de financiación dentro del movimiento internacional que, ahora mismo, no es posible.

Creemos que ustedes van a tener que elegir sobre que desean trabajar el próximo ano porque el movimiento internacional ya no puede, desgraciadamente, financiar una buena parte de sus actividades.

Después de elegir las prioridades, les sugerimos que las pongan en orden de importancia (por ejemplo la Sección Brasileña las colocó así:funcionamiento de la oficina nacional, campañas, capacitación y funcionamiento democrático del movimiento) y valorar cuales de estas prioridades son imprescindibles y deben tener financiación, y cuales dependerán de la consecución de fondos adicionales.

Tienen que contar también con lo que, razonablemente, puedan conseguir ustedes en base a los recursos locales ya que el movimiento internacional, seguramente, sólo va a poder darles una cantidad menor que la del año pasado.

-Un plan de captación de recursos:

La Sección Argentina nunca ha tenido un plan de captación de recursos, a pesar de que ha crecido en miembros individuales y de grupo, que han realizado importantes esfuerzos de ahorro (gastos en las reuniones del Comité, correo a los grupos, menos reuniones de Comité) y que, con esfuerzo de los miembros, ha aumentado su cuota personal.También ha habido un muy correcto manejo contable.

Como ustedes saben, el Consejo Internacional de 1991 aprobó un fondo limitado de captación de recursos disponible para las Secciones con el fin de generar fondos que pudieran disminuir su dependencia del movimiento internacional.
Este fondo es gestionado por el Comité de Desarrollo de Secciones.

Queremos sugerir encarecidamente a la Sección Argentina que presente, con fecha límite de primeros de octubre, un plan nacional de captación de recursos para el siguiente año presupuestario.

Creemos que debe darse prioridad a este punto porque de ello depende que el plan de actuación próximo pueda aproximarse a su cumplimiento y, también, formó parte de las recomendaciones que el Comité Ejecutivo Internacional hizo a Argentina en su solicitud para ser Sección.

Adjunto encontrarán algunos criterios indicativos para la redacción de este plan pero nos ponemos a su disposición para colaborar en este punto y, también, pueden escribir a John Baguley, miembro del Grupo de Recaudación de Fondos, a la Sección Británica, pidiendo asesoramiento.

Cabe destacar que este fondo es de 66.000 libras para todo el mundo, durante el año 1992 y que una parte de los fondos ya han sido

79-

9209468

desarrollo de su plan como coordinación regional, etc, pero creímos más importante centrar la carta en algunos aspectos prioritarios.

Quedamos a la espera de su respuesta y ofreciendo toda nuestra experiencia y colaboración en todos los puntos que hemos mencionado.

Estamos orgullosos de poder trabajar con todos ustedes y sepan entender nuestra carta como un intento sincero de contribuir al fortalecimiento de Amnistía Internacional Argentina como Sección.

Un fuerte abrazo

Esteban Beltrán
Equipo Desarrollo Américas

80 -

9209468

[illegible] (solo para miembros) Cir. 03/92

: Todos los grupos
: Claudio [illegible] R.N. Cap. y DDHH.

: 02/07/92

[illegible] TO: FORMA[illegible] [illegible]CCION (Técnicas)

RESUMEN:

La presente circular trata uno de los temas anunciados en en calendario nacional de capacitación: Formas de acción. Contiene propuestas de actividad grupal para favorecer la capacitación de los miembros respecto de los procedimientos y estrategias de trabajo en favor de los DDHH que emplea A.I.

Se trata de un complemento a las circulares sobre captacion de miembros y educacion.

ACCIONES RECOMENDADAS:

* Los encargados de capacitación de los grupos deberian estudiar la presente circular y -si la juzgaren apropiada- implementen las sugerencias en la capacitación de los miembros.

* Los miembros del Registro Nacional de Capacitadores deberian estudiar la factibilidad [illegible] aplicar las sugerencias contenidas en esta circular a i[illegible]ancias de capacitación regional (por ej. generar un taller [illegible]re tecnicas en su localidad).

* Es muy importante que todas las sugerencias y observaciones respecto de esta circular se hagan llegar a Sede, para que el trabajo del RNCap pueda ajustarse a las expectativas y necesidades reales de los grupos.

81-

9209468

(INTERNO [illegible]lo para miembros) Cap.08/92

A: Todos los grupos
DE: Claudio Piatti, R.N. Cap. y [illegible].

FECHA: 02/07/92

ASUNTO: FORMAS DE ACCION (Técnicas)

RESUMEN:

La presente circular trata uno de los temas anunciados en en calendario national de capacitación: Formas de acción. Contiene propuestas de actividad grupal para favorecer la capacitación de los miembros respecto de los procedimientos y estrategias de trabajo en favor de los DDHH que emplea A.I.

Se trata de un complemento a las circulares sobre captación de miembros y educacion.

ACCIONES RECOMENDADAS:

* Los encargados de capacitación de los grupos deberian estudiar la presente circular y -si la juzgaren apropiada- implementar las sugerencias en la capacitación de los miembros.

* Los miembros del Registro Nacional de Capacitadores deberían estudiar la factibilidad de aplicar las sugerencias contenidas en esta circular a [illegible]ancias de capacitación regional (por ej. generar un taller [illegible]re técnicas en su localidad).

* Es muy importante que todas las sugerencias y observaciones respecto de esta circular se hagan llegar a Sede, para que el trabajo del RNCap pueda ajustarse a las expectativas y necesidades reales de los grupos.

82-

9209468

A: [illegible]
DE: [illegible]

FECHA: [illegible]

ASUNTO: FORMAS DE ACCION (Técnicas)

INTRODUCCION

Todos conocemos el mandato de A.I. y sus técnicas habituales. la intencion de este documento es brindar la posibilidad a los grupos de profundizar su capacitación en cuanto a las formas de accion y asi enriquecer su tarea concreta de defensa de los DDHH.

A qué llamamos formas de accion?
A todas las operaciones concretas de que se vale la organizacion para llevar a cabo sus aspiraciones. Es decir, todas las actividades que emprendemos, desde las campañas hasta las acciones educativas.

Es igual que hablar de Tecnicas?
En un sentido amplio son sinonimos, aunque la denominación 'formas de accion' pretende ser más abarcativa, mientras que el término 'técnica' refiere a labores más específicas, puntuales y, quizá más rígidas. Por ejemplo, podríamos decir que 'campaña' es una forma de accion, en tanto escribir cartas es una técnica. La división no es neta, pero hay una diferencia de matices. La 'adopción' con todas sus pautas bien establecidas era una técnica, mientras que los 'expedientes de acción' -mucho más flexibles- constituyen una forma de acción.

Cuál es el sentido de esta denominacion?
Esta nomenclatura refleja profundos cambios en la estrategia de AI a largo plazo. Durante años la organización necesitó controlar muy escrupulosamente el accionar de cada uno de sus miembros en todo el mundo, para garantizar la observancia de los principios de imparcialidad, independencia y universalismo. Era preciso que todos dijéramos lo mismo y al unisono para que nuestra denuncia fuera escuchada. De ahi el lema 'un movimiento, una voz'.
Con mucho esfuerzo y constancia se logró que AI fuera internacionalmente respetada y que contara con miembros y simpatizantes en todos los continentes. Alcanzado tal grado de desarrollo -y de cara a los cambios en la realidad internacional- el movimiento puede permitirse una mayor elasticidad que antes en su actuación. Así surge el lema 'un movimiento, muchas voces'.
Esta evolucion se manifiesta en todos los ámbitos de AI, y podemos advertirla claramente en los debates sobre descentralizacion, pluriculturalismo, y multilinguismo. La presencia en el movimiento de países 'del sur' ha incidido notablemente en todas estas tendencias.
En suma, actualmente AI busca incorporar la diversidad y el pluralismo a su trabajo. La creatividad es un imperativo y la adaptación del mensaje a la realidad local, una prioridad. Para ello se deja de lado el concepto de 'tecnica' como receta de

83-

9209468

actividad. [illegible] forma de accion. como estrategia [illegible] ser elaborada por la membresia local en cada caso particular.

COMO CAPACITAR SOBRE FORMAS DE ACCION.

Es importante que el capacitador tenga una idea clara del contenido. antes de plantearlo a la membresia. para ello se sugiere la lectura de los siguientes materiales:

- manuales de grupo de la sección española
- 'fundamentos de actuacion' de la sección sueca. traducido por EDAI
- documentos del SIDIEC
- manual de AI (estamos a la espera de la versión actualizada)

Todos estos materiales han sido girados en distintas oportunidades a los grupos (quizá no a los más nuevos). de modo que deberian buscarlos en sus archivos y. de no contar con ellos pueden solicitar copia a Sede.

El encargado de capacitacion del grupo puede recurrir al RNCap para resolver cualquier duda respecto de temas puntuales. como así tambien a los capacitadores del registro nacional.

Qué hacer una vez que se maneja el contenido?

A continuacion les planteo un modelo de taller para trabajar con los miembros el tema en cuestión. Pretendo que sea un esquema basico que ustedes enriquezcan segun las propias expectativas y caracteristicas grupales.

UN MODELO DE TALLER SOBRE FORMAS DE ACCION

1) PROPOSITOS

* Clarificar los conceptos que el grupo tiene sobre el tema
* Revisar la acción concreta del grupo

2) PARTICIPANTES

La actividad está dirigida a miembros que ya hayan recibido una capacitacion inicial. es decir que conozcan y hayan experimentado al menos algunas de las formas de acción de AI.

3) TIEMPO

Un encuentro de dos horas aproximadamente.

4) METODOLOGIA:

a) El coordinador presenta al grupo los propósitos y los deja expuestos (por ej. en un afiche) para que todos los participantes los tengan presentes durante la actividad.

b) El coordinador divide el grupo en cuatro subgrupos al azar (es importante que sea al azar para promover el intercambio de ideas heterogéneas). Invita a cada grupo a ocupar un lugar diferente y procede a entregarles tarjetas con las diferentes consignas de trabajo. segun los siguientes textos:

- grupo 1. Describa en algunas lineas cómo trabaja AI sobre la pena de muerte y las ejecuciones extrajudiciales. Mencione las actividades que el grupo realizó recientemente a ese respecto.
- grupo 2. Consigna similar a Gpo. 1.. pero referida a presos

politicos.
- grupo 3. Similar, pero con presos de conciencia.
- grupo 4. Respecto de la tortura y las desapariciones.

El coordinador indica a los grupos que cuentan con media hora para responder por escrito a la consigna. Durante ese tiempo pasea por los grupos aclarando dudas o proporcionando materiales, por ejemplo copias de textos seleccionados del manual segun el subtema de cada equipo.

c) El coordinador entrega las conclusiones del grupo 1 al 2, las del 3 al 4, y las del 4 al 1. A continuacion solicita que cada equipo analice el texto recibido y realice las siguientes actividades (tiempo: media hora)

- Clasifique las tareas mencionadas en el texto según se refieran a casos individuales o colectivos, segun que el destinatario de la accion sea un gobierno o la comunidad local, segun que involucre a algunos grupos, a unas secciones, o a todo el movimiento, y según su duracion.
- Evalúe las acciones emprendidas por el grupo que se mencionan en el texto analizado.

d) El coordinador invita a todos los participantes a formar una rueda y pide que un vocero de cada subgrupo exponga las conclusiones de la primera consigna. Va registrando lo central de las clasificaciones en un afiche. Al cabo de esta ronda (15 min. aprox.) se tendrá un cuadro de actividades clasificadas segun diversos criterios.

El coordinador entrega a cada participante un papel con el siguiente texto: 'todas las formas de acción son variantes de lo que llamamos campañas, porque tienden a presionar a gobiernos, partiendo de la concientización y movilización de la opinión pública. Las diferencias que podemos establecer entre distintas acciones (por ej. AAUU, RAN, etc.) se basan el alcance temporal y espacial de cada una'

Tras la lectura individual del texto el coordinador invita a debatir sobre el mismo (45 min.) analizando el cuadro que se ha elaborado con las conclusiones de la consigna anterior.

Puede que las conclusiones del debate coincidan o no con el texto propuesto, pero seguramente la discusión contribuirá a visualizar similitudes y diferencias generalmente no apreciadas entre las tareas que emprendemos. Es decir, a conceptualizar nuestras metodologias de trabajo.

e) El coordinador aclara que sólo se ha trabajado sobre la primera consigna de cada subgrupo, pero resta ver la segunda, referida a evaluar la actividad concreta desarrollada por el grupo sobre cada aspecto del mandato (ver puntos b y c). Para ello escribe en un afiche la siguiente frase: 'la principal tarea de un grupo de AI es movilizar todos los recursos a su alcance para que la comunidad local emprenda tareas de promoción y defensa de los DDHH'. A continuación solicita que cada uno reflexione sobre la evaluacion que efectuo en el punto 'c' y diga si la mantendria tal como antes o -si a la luz de la frase expuesta- la modificaria en algo.

Puede que en este punto del diálogo el grupo estime que puede mejorar su tarea de multiplicacion a la comunidad.

f) Finalmente el coordinador invita a los participantes a releer los objetivos planteados y expresar sus impresiones acerca

de la actividad. Es conveniente que tome nota de ello para mejorar la implementación de futuros talleres.

c) Es probable que durante la actividad se planteen interrogantes de naturaleza técnica que el capacitador no pueda resolver en el momento. Debe tomar nota de los mismos y consultar el material sugerido o, simplemente, consultar al RNCap.

Para concluir, invito a los encargados de capacitación de los grupos a que implementen el taller arriba planteado, como apertura de una reflexion sobre el tema. Produciré como complementos esquemas de taller para formas de acción específicas, e invito à los capacitadores regionales a que hagan lo propio y circulen los materiales a través de Sede.

A la espera de sus comentarios me despido de Uds.

Cordialmente,

Claudio Piatti
RNCap. y LM.

086/86.

9209468

41

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
081020OCT/92

M E M O R A N D U M Nro.132 / 92

R E F E R E N T E A : -Nahir FAGUNDEZ OLIVERA
_Ricardo Pedro MARTINEZ APRELUCIRI

E V A L U A C I O N : A-1

O R I G E N: D.N.I.I.

T E X T O : Nahir FAGUNDEZ OLIVERA
-Hija de Luis y Margarita
-Fecha nacimiento: 08/08/921 en Cerro Largo.
-Domicilio: Ayuntamiento 3864 al 25/06/80.
-C.I 1.555.318

Ricardo Pedro MARTINEZ APRELUCIRI
-Hijo de Pedro y Rosalina.
-Fecha nacimiento: 27/03/956 en Montevideo.
-Domicilio: Dr. Pena 4979 al 03/06/90
- C.I 1.555.398

El Jefe de la Sección Biográfico. Dpto.I/ DGID
Tte.1°
Norberto Devincensi

FECHA 15 10 92 INICIAL
Procesado a S...
OBSERVACIONES: no fue procesado por ... carecer de antecedentes. Se tomó conocimiento

004 / 01

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 08 OCT. 1992
... Biográfico
... -920947

-9209470

CLARIN

2-9-92

11019

Contacto en Francia: dos narcos detenidos

La Policía detuvo a dos hijos de un narcotraficante italiano integrante del **Clan de Marsella** al que pertenecía **François Chiappe**, jefe de la banda conocida como **French Connection** (Contacto en Francia). Los detenidos tenían drogas, elementos para su fraccionamiento, una ametralladora y una pistola.

Después de varios operativos realizados en **Lomas de Zamora, Lobos** y la **Capital Federal**, policías de la división **Narcotráfico** de Lomas detuvieron a **Genaro Miguel Russo** (37) y a **Claudio Russo** (27). Ambos son hijos del narcotraficante italiano **Miguel Russo** quien formaba el Clan de Marsella junto a Chiappe y a **Lucien Sarti**.

Russo y Chiappe fueron detenidos en la **Argentina** y extraditados a los **Estados Unidos** en **1976**. Se los acusó de haber participado en la French Connection, un contrabando de cocaína y heroína por **73 millones de dólares**. El **FBI** comprobó que Chiappe fue el financista de la operación y que Russo fue el responsable directo del transporte de la droga desde **Francia**.

Los hijos de Russo fueron procesados por infracción a la ley de drogas por el juez de Lomas de Zamora **Alberto Santamarina**.

01/01

9209471

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA TRIBUNA

FECHA DE PROCEDENCIA 6-9-93

VINCULACIONES

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

11356

Alarmante informe en Colombia

Santafé de Bogotá (EFE).- La Policía de Colombia decomisó en los últimos dos años más de 74 toneladas de cocaína y y detuvo a 2.595 traficantes, según un informe oficial que revela la existencia de 12.000 hectáreas cultivadas con amapola y el deterioro de la calidad de la coca sembrada en el país.

La Policía Antinarcóticos, en un informe publicado por la Presidencia colombiana, advirtió sobre el deterioro ecológico que supone el aumento del área sembrada de amapola, y señaló que la mala calidad de la coca de producción local está llevando a los narcotraficantes a preferir la que se produce en Bolivia y Perú.

El director del organismo, General Rosso Serrano Cadena, manifestó que "el trabajo ha sido ejemplar como se puede observar en las estadísticas" y subrayó que "más aún, varios de los decomisos realizados en el exterior se han producido gracias a informaciones suministradas por nuestras agencias".

Serrano Cadena explicó que en 24 meses de operaciones contra el narcotráfico se aprehendieron 74.231 kilogramos de cocaína, [illegible].780 de marihuana y [illegible].943 de base de coca, así como 8.351 gramos de heroína, 843 de morfina y 9.823 de pasta de opio.

En ese mismo período fueron detenidas 2.595 personas vinculadas a la producción y tráfico de estupefacientes, y se destruyeron 206 hectáreas cultivadas con coca y 207 pistas clandestinas de aterrizaje, aunque perdieron la vida 53 miembros de la Policía antidroga y otros 75 resultaron heridos.

Serrano explicó que para el desarrollo de sus actividades, la dependencia antinarcóticos colombiana recibió ayuda de varios países, principalmente Estados Unidos, cuyo Departamento de Defensa contribuyó con 21 millones de dólares, y Gran Bretaña, que donó 756.000 dólares.

01/01

9209472

Lo detuvieron por una agresión y tenía droga

TREINTA Y TRES (por Francisco Antonio Rodríguez Correa). Al tomar intervención la Policía de Treinta y Tres, en un incidente ocurrido en la víspera en el barrio Suárez de la capital olimareña, se detuvo a una persona que guardaba en su domicilio un paquete que contenía 50 gr de marihuana.

Según trascendidos de prensa, en horas de la tarde de ayer, una persona cuyo nombre corresponde con las iniciales R.H.P., uruguayo soltero de 26 años, por cuestiones amorosas comenzó a balear al conductor de un camión, de iniciales C.G.H. de 32 años, que en ese momento acertaba a pasar por su domicilio.

Los impactos de bala dieron en la ventanilla del vehículo y provocaron heridas en quien acompañaba al conductor al ser alcanzado por esquirlas de vidrio.

La Policía tomó intervención en el hecho, por lo que se constituyó en el domicilio del agresor, comprobándose que junto al arma que había utilizado había un paquete similar a un envoltorio de tabaco.

Según manifestaciones del indagado, dicho paquete contenía 50 gr de marihuana

Por este motivo se procedió a incautarlo a los efectos de realizar las pericias correspondientes.

En sus declaraciones, el causante también declaró que dicha droga la había adquirido en la ciudad brasileña de Yaguarón. ■

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA La Nación

6-9-92

CRUZADO

Aeropuertos naturales bajo sospecha



Los números indican algunas de las pistas clandestinas de aterrizaje esparcidas en San Juan, las rutas nacionales y provinciales que sirven de descenso de aparatos livianos y posibles vías de transito. El símbolo del avión indica las estaciones aéreas irregulares: 1- Pampa del Gigantillo; 2- Guayaguás; 3- Barreal Blanco del Colorado; 4- Tocota; 5- Ampakama; 6- Punta del Agua; 7- La Laja; 8- Mogna; 9- Valle de la Luna; 10- Mascasín; 11- Bermejo; 12- Pampa de El Leoncito, en Calingasta.

Las "pistas blancas" del tráfico de drogas

SAN JUAN.– La geografía sanjuanina ofrece una escenografía apta para el tráfico ilegal de mercaderías, drogas, divisas u otros productos.

Las estaciones aéreas clandestinas pueden fácilmente suponerse en numerosos lugares de San Juan.

La Pampa, El Leoncito, donde se desarrollan competencias de vehículos a vela, está compactada y haría las veces de un buen aeropuerto.

Cuando Raúl Alfonsín era presidente, aterrizó allí para asistir a la inauguración del complejo astrográfico El Leoncito.

Ya se sabe que la ruta que emplean los narcotraficantes es la proveniente de la bifurcación de la llamada *ruta* [illegible] o de transporte de drogas con [illegible] Bolivia, Paraguay y Chile.

Para transitarla, los *narcos* eluden las llamadas zonas de vuelo restringido o prohibido, como las rutas aéreas comerciales o militares.

La concentración humana sanjuanina impulsa que el 80 por ciento de las actividades se concentren en la capital y sus alrededores. Asentamientos dispersos hacen que una gran concentración desértica quede casi sin control.

Las carreteras que comunican a diversos centros de la provincia, por ejemplo, en lugares limítrofes con La Rioja, han demostrado servir como excelentes pistas de aterrizaje de aviones livianos con aproximadamente 500 kilogramos de carga.

Estos caminos, en general, son amplios, con banquinas despejadas y atraviesan lugares deshabitados y de escaso tránsito de rodados.

Por otra parte, la geografía sanjuanina ofrece parajes donde la naturaleza ha dibujado innumerables pistas de aterrizaje como en Guayaguás y Pampa del Gigantillo.

El primero de esos lugares se muestra como un gran descampado en el que los arbustos son escasos, el piso prácticamente plano, duro y con una pista imaginaria de orientación Norte-Sur, con viento de frente.

Otro vasto y excelente *aeropuerto* es el de Barreal Blanco, en la Pampa El Leoncito, capaz de soportar aeronaves de gran porte. Allí han aterrizado Hércules C-130 de la Fuerza Aérea y los aviones presidenciales Tango 01 y 02.

Pero también existen otras pistas naturales de diferente conformación, como en Ampacama, Tocota, Punta del Agua, La Laja, Mogna y Valle de la Luna. Estas aeroestaciones naturales permiten, inclusive, operar de noche gracias a la estabilidad del clima sanjuanino.

De todos modos, las zonas indicadas pueden catalogarse como bases sospechosas.

Hace algún tiempo cayó un avión en Guayaguás que transportaba un cargamento de cigarrillos extranjeros.

En torno de las anomalías apuntadas la IV Brigada Aérea, con asiento en Mendoza, proyectaría la instalación de un radar de vigilancia aérea con suficiente capacidad de cobertura para controlar buena parte del espacio aéreo cuyano.

01/01

Juan Carlos Poblete

9209474

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA REPUBLICA

FECHA DE PROCEDENCIA 7-9-92

VINCULACIONES 11176

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

NARCOURUGUAYOS

Una banda de narcotraficantes integrada por catorce españoles, argentinos y uruguayos, fue desmembrada por la Policía española, de acuerdo a lo informado por ANSA.

A los detenidos se les incautó 1.383 quilos de cocaína, 850 piedras preciosas, 1.375 quilos de oro, 920 de plata, seis vehículos, once armas de fuego, pasaportes y permisos de conducir falsos, así como 3 millones de pesetas (unos 30 mil dólares), se añade en el informe.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA LA TRIBUNA
FECHA DE PROCEDENCIA
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Olimareños preocupados por tema drogas en la juventud

TREINTA Y TRES (por Fco. Antonio Rodríguez Correa).- La Junta Departamental abordó el tema de las drogas y su incidencia en la juventud, con la presencia de autoridades policiales, Salud Pública y del Instituto Nacional del Menor.

Esta reunión tuvo origen porque hace poco tiempo hubo una detención en el departamento por tenencia de marihuana. Esto provocó que las autoridades se hicieron eco de un movimiento a nivel general, de quienes están preocupados por la posibilidad de que Treinta y Tres esté siendo víctima de la drogadicción.

En la reunión semanal del cuerpo deliberativo, fueron recibidos autoridades de diferentes organismos oficiales, los cuales dieron sus opiniones sobre el tema.

Sin restar importancia, el Jefe de Policía señaló, que la situación de Treinta y Tres no es de gravedad como otros departamentos del país, indicando que desde 1988 a la fecha se han registrado seis casos en el departamento.

Se realizó un detalle de los casos, uno de ello incluye a tres turistas brasileños que en la capital olimareña habrían adquirido una partida de psicofármacos mediante recetas médicas apócrifas.

Otro de los casos, se ubica en el barrio Abreu en donde se cultivaban, en macetas, plantas de marihuana y otro es el caso del funcionario de la Salud que mediante adulteración de documentos médicos, retiraba medicamentos para consumo propio.

La policía cuenta con dos perros adiestrados para la detección de drogas. Esto colabora para que el trabajo se torne con serio y responsable.

Para el psiquiatra de Salud Pública, Dr. Loyarte, son de preocupar los casos que no son oficiales y que no son asistidos por el MSP, "todos sabemos que andan por ahí, pero es alentador que aunamos esfuerzos y llevar adelante una acción coordinada."

El Edil forista, Tomás Hernández, señaló que "éste es un tema que los padres debemos pensar, aunque no se crea que hay peligros, porque los casos sean aislados, se debe entender que lo causal puede tener una continuidad si no se buscan medidas urgentes de prevención."

Conferencia.- En la semana se realizó una conferencia en la Casa de la Cultura a cargo de tres médicos, a consecuencia se ha creado una Comisión con representantes de distintos sectores profesionales.

Aunque la situación oficialmente se ve controlada distintos sectores muestran preocupación por los hechos que acontecen y lo que se escucha entre los habitantes. ■

01 01 9209476

Secuestran en Francia 613 kg de cocaína

PERPIÑAN, Francia (AFP).- Los servicios de Aduanas y la policía de Perpiñán (sur de Francia) se incautaron anteayer de 613 kilogramos de cocaína, el secuestro más importante que se realizó en Francia, y de 815 kilos de resina de cannabis, informaron los servicios de Aduanas de la ciudad.

El valor total de la droga secuestrada se estima en 2800 millones de francos, (unos 590 millones de dólares) precisó la misma fuente.

La droga fue descubierta el domingo en un camión con base doble y en un almacén situado en Saint-Esteve, en los Pirineos Orientales (sur de Francia).

Dos italianos, cuyas identidades no fueron reveladas, pero que forman parte de una red internacional, fueron detenidos y puestos a disposición del tribunal de Perpiñán.

01/02

9209477

Récord

PARIS, 7 (Reuter).— Agentes aduaneros franceses capturaron hoy 613 kilogramos de cocaína, el máximo cargamento descubierto en Francia, en operaciones alrededor de la ciudad de Perpignan cerca de la frontera franco-española, dijeron hoy funcionarios.

Denuncias de Corrupción Desatan un Nuevo Escándalo en Bolivia

LA PAZ, 7 (Reuter). — Una serie de denuncias sobre corrupción en instituciones del Estado ha desatado un nuevo escándalo que sumerge a la justicia y a la policía de Bolivia en una profunda crisis.

A ello se suman las dudas que políticos opositores expresaron los últimos días sobre la transparencia de la venta de dos hoteles dentro del proceso de privatizaciones que ejecuta el gobierno y que llevó al Congreso a solicitar un informe de los Ministros de Finanzas y Planeamiento.

"La justicia de La Paz es la más corrupta", denunció hace dos semanas el ministro del poder judicial Adán Soria. Pero la respuesta no se dejó esperar. "La corrupción afecta a todos los poderes del estado", replicó el magistrado paceño René Gutiérrez.

La honorabilidad de algunos jueces fue puesta recientemente en tela de juicio por autoridades del gobierno que criticaron como generosas las sentencias de no más de seis años de cárcel para cinco de los considerados entre los 10 más grandes narcotraficantes de Bolivia.

Las leves condenas se sumaron a una serie de supuestas irregularidades en el poder judicial que van desde la retardación de justicia hasta denuncias contra jueces de haber pedido dinero para atenuar las sentencias a delincuentes.

Cuando todavía no se había disipado el efecto de la acusación contra la justicia, se destapó el escándalo en la policía.

Un alto jefe policial, el coronel Renán López, comandante de Criminalística, dado de baja de la policía hace una semana acusado por sus superiores de haber compartido con ladrones comunes el producto del robo de 170.000 dólares a un ciudadano coreano, se dio misteriosamente a la fuga.

La actitud del policía contó no sólo con la ineficiencia, sino con la complicidad de quienes lo custodiaban, admitió el comandante general de esa institución, general Jaime Céspedes.

Casi simultáneamente, el capitán de policía Waldo Panozo, denunció en una conferencia de prensa realizada en el palacio del poder legislativo, la existencia de "una mafia" en el interior de su institución.

Dijo que policías de alta graduación que fueron dados de baja por sus vinculaciones con el narcotráfico y otros delitos, fueron reincorporados y desempeñan actualmente cargos importantes en la policía.

Citó como el caso más notable el del coronel Germán Linares, quien después de haber participado directamente en el secuestro del presidente Hernán Siles Zuazo, en 1984, fue reincorporado a la policía desempeñándose actualmente como jefe de Inteligencia.

El presidente Jaime Paz Zamora, al ser consultado por qué un policía que participó del secuestro de un mandatario tenía un cargo alto actualmente, dijo que era porque el gobierno anterior lo reincorporó.

Pero el tema volvió ahora como parte de las denuncias públicas de Panozo sobre tráfico de influencias y vinculaciones de policías con actividades ilícitas.

Forma también parte de un documento publicado por un diario local, atribuido a un denominado "Movimiento Generacional Policial", donde se acusa a 35 altos jefes policiales de haber estado involucrados en actos ilegales.

El gobierno y el poder judicial han anunciado la iniciación de minuciosas investigaciones, prometiendo que derivarán en sanciones para los corruptos.

La Nación
9 9 92

Un agente secreto era narcotraficante

"Mejicaneada": una banda "robó" a otra 17 kilos de cocaína y secuestró a dos de sus integrantes, a quienes les pegaron severas palizas.

LA PLATA.– Más de 17 kilos de cocaína fueron secuestrados al cabo de una serie de procedimientos que finalizaron con las detenciones de un agente de la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE), de otros sujetos que decían "trabajar" para ese organismo y de dos supuestos narcotraficantes.

Los procedimientos fueron realizados por policías de Berazategui, con la colaboración de la Prefectura Naval Argentina y con la intervención del juez federal de esta ciudad, Manuel Blanco, y del fuero criminal de Lomas de Zamora Gustavo Amoroso.

Según se supo, dos sujetos, Alfredo Capera y Marcelino Coria fueron acusados de integrar una organización dedicada al tráfico internacional de estupefacientes.

Ambos escondieron en la casa de la suegra de Capera, sin que la mujer lo supiera, en Avellaneda, 17 kilos y medio del alcaloide.

Los individuos no sabían que sus movimientos eran seguidos desde hacía tiempo por varios sujetos y que uno de ellos, Julián Cerezo, era empleado de la SIDE.

Al parecer, con la jefatura del citado, actuaron también –según fuentes policiales– Luis Giménez, Héctor y Manuel Gallardo, Luis Botana y Gustavo Hervier, quienes resolvieron robar ese cargamento y venderlo por su cuenta.

Secuestraron, entonces, a Capera y a Coria y los mantuvieron cautivos en Avellaneda. Los golpearon y torturaron para que les dijeran dónde estaba la droga. No lo consiguieron, por lo que fueron a la casa de Capera, pero no hallaron la cocaína.

De vuelta en el lugar donde estaban los cautivos, reanudaron las palizas y obtuvieron el dato esperado: el cargamento estaba escondido en un entrepiso del domicilio de la casa de Capera.

Dieciséis kilos de cocaína quedaron en poder de la banda y el kilo restante lo guardó Giménez en un Peugeot 504 que le había robado a Capera.

01/01 9209479

1/1

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
081115OCT/92

M E M O R A N D U M Nro. 133/ 92

R E F E R E N T E A : MERIDA FERNANDEZ Jorge Angel (F/R)

E V A L U A C I O N : A-1

T E X T O :

-Credencial Cívica: Serie AFA 4323
-Profesión: Instructor de Academia de Choferes CEBRA -Garzón 1002, local 003
-Galería SAYAGO
-Teléfono: 784125
-Consultada Guía Inversa se registra:
ARAMBURU BERNAT Lilián (F/R)
Méndez Núñez 2736
-Consultados archivos de esta Dirección se registra: C.C. Serie AZA 22950

El Jefe de la sección Biográfico.Dpto.I / D.G.I.D.
Tte.1°
Norberto Devincensi

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 0 0 OCT. 1992
Pase a Biográfico
N° de Orden 9 2 0 9 4 8 0

001-01

FECHA 09 10 92 AO

OBSERVACIONES

Nº DOCUMENTO
TITULO Polícia. Incauta 1,5 tonelada de marihuana
PROCEDENCIA Jornal do Brasil.
FECHA DE PROCEDENCIA 9-9-92.
VINCULACIONES 11226

ENTRADO
CRUZADO

Polícia apreende 1,5 tonelada de maconh



Maria José Lessa

Avaliada em Cr$ 600 milhões, a maconha acabara de chegar à favela em sacos de farinha

Numa operação de rotina, realizada pela Divisão de Repressão a Entorpecentes no Morro da Mineira, no Catumbi, ontem de madrugada, foi *estourado* o *paiol* dos traficantes José Roberto da Silva, o *Zé Aipim*, e Ricardo Chaves de Castro, o *Fu*. No local — uma casa de alvenaria perto da Praça Nossa —, os policiais apreenderam uma tonelada e meia de maconha prensada, avaliada em Cr$ 600 milhões — a maior apreensão feita no Estado do Rio —, uma escopeta, uma metralhadora e farta munição.

Os policiais tiveram oportunidade de constatar, ainda, que os traficantes cariocas já contam com moderno sistema de telecomunicações para enfrentar a polícia. Além dos alertas passados pelos *olheiros* através do movimento de pipas e dos fogos de artifício, as quadrilhas usam, agora, rádios portáteis, transmissores e receptores de alta e baixa freqüência, com os quais conseguem captar as mensagens transmitidas pelo rádio da polícia em todo o Grande Rio.

Na fuga, os traficantes abandonaram um moderno rádio transmissor e receptor Yaesu de 144 MHZ, RH-205, de fabricação japonesa, que funciona com uma pequena bateria e pode ser levado preso à cintura. As faixas são sintonizadas em teclado digital. Basta digitar a faixa exclusiva da polícia para transmitir e captar mensagens. Dessa forma, além de confundir a polícia, os bandidos podem detectar todas as operações policiais realizadas na cidade.

Pela rede de rádio amadores, ou por qualquer outra faixa, os bandidos mantêm contatos com traficantes de outros morros para agilizar transações de grandes partidas de cocaína ou maconha. Os oito policiais encontraram o paiol do Morro da Mineira pouco depois de o carregamento de maconha chegar ao morro. A droga veio de Pernambuco, segundo os agentes, e seria ainda distribuída a outros morros. Os traficantes conseguiram fugir.

Segundo os técnicos de telecomunicações da Polícia Civil, o rádio apreendido na Mineira entra nas faixas da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, para transmitir e receber mensagens. Geralmente, os traficantes compram esses aparelhos por US$ 300 no Paraguai. O secretário Nilo Batista resolveu trocar o atual sistema de comunicações, considerado obsoleto, pelo sistema francês, cuja faixa é impossível de ser alcançada com o rádio portátil.

01|01

9209481

Auge de la droga en Perú

Por Kevin Galvin

LIMA (AP). - La comercialización de la cocaína está en pleno auge en Perú, a pesar de la promesa del presidente Alberto Fujimori de que la eliminaría, y aumenta la preocupación por el poder de corrupción que tiene el dinero procedente del narcotráfico.

Por ejemplo, el principal asesor de Fujimori en cuestiones de seguridad ha sido acusado de estar vinculado con el tráfico de estupefacientes, actividad que trae al Perú 1000 millones de dólares anuales. Asimismo, ciertos campesinos dicen que los milicianos que recibieron armas para luchar contra guerrilleros izquierdistas se estan aproximando más a las bandas de traficantes que al gobierno.

Cuando Fujimori clausuró el Congreso y suspendió la Constitución, el 5 de abril, dijo que esas medidas eran necesarias para luchar contra los guerrilleros y los narcotraficantes.

También, trasladó el control de varios aeropuertos situados en áreas selváticas de manos del ejército a la fuerza aérea, después de que autoridades de los Estados Unidos dijeron que había soldados que colaboraban con narcotraficantes.

Pero el efecto de esa acción sobre el narcotráfico fue mínimo, según la Comisión de Juristas Andinos, que estudia el tráfico de drogas en América latina.

"Aviones cargados con drogas pueden continuar pasando libremente por el espacio aéreo peruano -dijo un informe de la Comisión-. Los narcotraficantes siempre podrán utilizar decenas de aeropuertos clandestinos en todo el valle rico en plantas de coca."



Alberto Fujimori

Producción

Perú produce por lo menos el 68 por ciento de la hoja de coca utilizada en el mundo como materia prima para elaborar cocaína, principalmente en el Alto Valle de Huallaga, 355 kilómetros al nordeste de Lima. Casi la totalidad de la coca es procesada para ser convertida en pasta, que es llevada a Colombia en avionetas para su refinación.

Los esfuerzos contra el trafico de drogas y un hongo que afecta las cosechas de coca empezaron en 1991 a eliminar la producción de este alcaloide en el Alto Valle de Huallaga, por lo que comenzó a ser trasladada al valle del río Apurímac, unos 800 kilometros al sur de allí.

En el Apurímac se produjo una de las principales victorias del gobierno contra el sangriento grupo guerrillero maoísta Sendero Luminoso, cuyos doce años de insurgencia han costado más de 25.000 vidas. Las fuerzas armadas respaldaron a milicias de campesinos, que enfrentaron a los rebeldes y neutralizaron el dominio que ejercían en ese valle.

Muchos de los 50.000 campesinos armados en el Apurímac se convirtieron en milicianos profesionales, ganando mas de 200 dólares mensuales, según fuentes militares y el presidente de una asociación local de cultivadores de coca, Hugo Huilca.

Hay muchos peruanos que creen que los narcotraficantes pagan los salarios de los milicianos, los que resultan sustanciales en un país donde un general al mando de una división del ejército cobra sólo 350 dólares por mes.

Huilca dijo, durante una entrevista para televisión, que las autoridades no prestan atención a sus pedidos de ayuda para dedicarse a otro tipo de cultivo y que los milicianos a menudo están mas dispuestos a defender la cosecha de coca que los intereses del gobierno.

Hernando de Soto, que en enero renunció como asesor de Fujimori en cuestiones de narcotráfico, dijo que el hecho de que el gobierno haga oídos sordos a los agricultores es indicio de que algo marcha mal en el palacio presidencial.

"Se tiene un (verdadero) ejército, ... por lo menos un tercio del tamaño del ejército peruano, y dice que es pasado por alto", dijo De Soto refiriéndose a los campesinos.

Aumento

El ex funcionario, que se mantiene en contacto con los cultivadores de coca, dijo que todos ellos "informan sobre un aumento del narcotráfico" desde el 5 de abril.

Por su parte, la Dirección Antidrogas (DEA) norteamericana ha dicho que las confiscaciones de estupefacientes en Perú disminuyeron levemente este año respecto de igual período de 1991, debido principalmente a problemas económicos y de equipos.

Por ejemplo, se cuenta con sólo cuatro helicópteros para ayudar en operaciones contra el narcotráfico, luego de que otros tres se estrellaron en el curso del año y la ayuda en los Estados Unidos fue interrumpida cuando Fujimori implantó sus medidas.

Después de que los Estados Unidos cerraron dos estaciones de radar, Fujimori se quejó de que aviones del narcotráfico podían cruzar las fronteras peruanas sin inconvenientes. El Departamento de Estado en Washington ha indicado que Perú no recibirá ayuda hasta tanto sea restablecida la democracia.

Entretanto, una controversia sobre el asesor de Fujimori en seguridad, Vladimiro Montesinos, ha despertado sospechas. El presidente confirmó que Montesinos, un ex capitán del ejército, defendió a narcotraficantes ante un tribunal en una oportunidad y que ahora se desempeña como su abogado y asesor personal.

Según fuentes peruanas y diplomáticas, Montesinos se ha hecho cargo de la principal agencia de inteligencia y hace que toda la información sobre trafico de drogas quede bajo su control.

"¿Por qué? Porque sabe que ahí es donde esta el dinero", dijo el ex vicepresidente Máximo San Román, que se apartó de Fujimori después del 5 de abril.

Montesinos ha evitado ser visto en público desde que hace dos años se convirtió en asesor de Fujimori y no ha respondido a las acusaciones, rechazando los pedidos de entrevistas. (LA NACION)

3482

01/01

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA REC. PRENSA

FECHA 9-9-92

VINCULACIONES

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

Fich.

Narcos con caminos cortados

"El número de estadounidenses que consume cocaína es ahora un 35 por ciento menor que en 1988, y un 67 por ciento menor que en 1985", reveló Bob Martínez, el director de la Política Nacional de Control de Drogas, a la revista *US Today*, aunque reconoció que todavía falta mucho por hacer, que se está lejos de una victoria en esta guerra. Aquí, menos optimista, el secretario de Prevención contra la Drogadicción, Alberto Lestelle, afirmó que la edad promedio de los consumidores de cocaína y marihuana en la Argentina es de 17 y 18 años. En tanto, en diferentes operativos se secuestraron 9 kilos de cocaína en Salta, otros 16 kilos en La Plata, fueron detenidos en Lomas de Zamora dos hijos del conocido narcotraficante Miguel Russo, del "Clan Marsella", y un hombre falleció en Tartagal (Salta) cuando falló en su treta de intentar cruzar la frontera con 54 cápsulas de cocaína en su estómago.

En Estados Unidos, Bob Martínez se mostró complacido con la campaña que lleva adelante su país para bajar el consumo de drogas. "Por primera vez contamos con una estrategia nacional completa sobre control de narcotráfico", dijo. Aseguró que entre los jóvenes el consumo ha descendido un 63 por ciento con respecto a hace cuatro años y un 79 por ciento con relación a hace siete años.

Lestelle, por su parte, en el Aeroparque Metropolitano, antes de viajar hacia San Juan para analizar la situación del narcotráfico en el país, definió que la droga en el país "es un problema impulsado por la delincuencia y la inconsciencia de los adultos, y las víctimas inocentes son los jóvenes".

Con ametralladoras en su poder y una pistola nueve milímetros fueron detenidos en Lomas de Zamora, Genaro y Claudio Russo, hijos del narcotraficante Miguel Russo, quien junto a Chiappe y Sarti integró durante años el mítico "Clan Marsella". Varios secuestros menores de cocaína se realizaron, por último, en Salta, donde se está trabajando a fondo para controlar a los "correos" que, en cantidades no muy grandes, transportan cocaína desde Bolivia.

001/03

9209483

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA P26/12

FECHA DE ... 11-2-92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

El fracaso de la guerra contra la droga

Pese a los 32.000 millones de dólares dedicados al control del tráfico y consumo de drogas, en Estados Unidos "esta epidemia es hoy en día peor que hace tres años", cuando el gobierno lanzó su guerra contra los narcóticos, afirmó el senador demócrata Joseph Biden. Biden presentó ante el Comité Judicial del Senado, que él preside, un informe de su grupo parlamentario sobre los tres años que se cumplen de la guerra contra las drogas del presidente George Bush, en el que se presenta esta lucha como un fracaso.

El informe de la mayoría demócrata del Senado afirma que, desde el comienzo de la guerra contra las drogas, ha crecido el número de estadounidenses adictos a la cocaína o la heroína, se ha incrementado la entrada de estas drogas en el país, ahora son más baratas y 900.000 bebés han nacido con defectos debido a su consumo.

Asimismo, indica que en los tres últimos años se han cometido en Estados Unidos 71.700 asesinatos, principalmente a causa de la guerra de las drogas, el número más alto en la historia del país.

Biden achacó este fracaso a la política del gobierno, que debió aumentar la vigilancia policial, forzar a los adictos a someterse a tratamientos, tuvo un programa educativo deficiente en este campo y no atacó el problema del suministro de drogas "en sus raíces".

El documento también afirma que, después de tres años y 8000 millones de dólares destinados a ello, el gobierno no ha logrado detener la producción de drogas y atajar su entrada al país, e indica que "la iniciativa andina del gobierno ha logrado muy pocos progresos, si es que ha conseguido alguno".

El informe señala que, pese a que los consumidores ocasionales de drogas han seguido reduciéndose, en el pasado año el ritmo de reducción fue una sexta parte menor que antes de ponerse en marcha esta estrategia, y el uso no habitual de cocaína aumentó un 14 por ciento el pasado año.

Sin embargo, según el zar antidroga Bob Martínez el consumo de drogas se está reduciendo en términos generales, de un modo lento. Según las cifras ofrecidas por Martínez e incluidas en el informe, casi 23 millones de estadounidenses consumían drogas en 1985, cifra que pasó a 14,4 millones en 1988, a casi 13 millones en 1990 y a 12,6 millones el año pasado, lo que muestra un freno en la reducción en los últimos años.

"El problema fundamental no es que no haya una solución, sino que el gobierno no tiene la voluntad para ofrecer una solución", concluye el informe.

02

9209483

Según datos del FBI

Se incrementa el crimen en los EEUU

Washington (UPI)

El número de crímenes violentos cometidos en Estados Unidos desde el año pasado se ha incrementado en un cinco por ciento, lo cual alcanza el índice máximo en la historia del país, de acuerdo al Departamento Federal de Inteligencia (FBI).

Dice la fuente que casi la mitad de los arrestados por ello son menores de 25 años, según un reporte dado a conocer el sábado.

El director del FBI, William Sessions, señaló que el incremento en la violencia juvenil ha coincidido con "una significativa alza" en los arrestos por consumo de cocaína y una proliferación en el uso de armas.

"El dramático incremento en las tasas de arrestos entre personas de 10 a 17 años es evidente entre blancos y negros", de acuerdo al informe anual sobre crímenes del FBI.

El informe señala que la Policía realizó 14,2 millones de arrestos el año pasado. De estos, 1,8 millones fueron por manejar en estado inconveniente, 1.6 por latrocinio, mientras un millón se debe a asaltos y abuso de drogas.

El 46 por ciento de esas detenciones correspondió a menores de 25 años, el 81 por ciento de ellos de sexo masculino y un 69 por ciento de raza blanca.

Asimismo hubo 1,9 millones de crímenes violentos, como violaciones, robos y asaltos con agravantes. Mientras, el asesinato llegó a una marca histórica de 24.703 atentados, es decir 10 por cada 100.000 personas.

De estos crímenes, el 78 por ciento fue cometido por varones, el 89 por ciento de ellos mayores de 18 años.

La mitad de las víctimas eran blancas y el 47 por ciento negras.

Casi la mitad conocía a los atacantes y un 28 por ciento de las mujeres fueron muertas a manos de sus esposos o novios.

El 90 por ciento de las personas arrestadas por asesinato fueron hombres, mientras el 87 por ciento de los sospechosos resultó mayor de 18 años, un 55 es de raza negra y el 43 por ciento blancos.

La tasa de crímenes violentos tuvo un incremento del cuatro por ciento sobre 1990, un 24 por ciento con respecto a 1987 y un 33 sobre 1982.

Vendió estupefacientes a menores de edad

Estudiante de UTU detenido por tráfico y consumo de marihuana

Maldonado (**Por Oscar W. Enríquez**). Un joven estudiante fue detenido por la Policía al comprobarse que consumía y comercializaba cigarrillados armados con marihuana. La droga la adquiría en Montevideo, donde viajaba los fines de semana. La Justicia lo proceso y un menor de edad que era su "cliente" fue entregado a sus padres con severas prevenciones. Otras tres personas recuperaron la libertad.

R.M.F.T., soltero, de 23 años, estudiante de la Escuela de Silvicultura de UTU, ubicada en las proximidades del aeropuerto Jagüel en Punta del Este, los fines de semana viajaba a Montevideo, donde adquiría paquetes de marihuana. Una vez en nuestro departamento, armaba cigarrillos con la droga y luego los comercializaba a compañeros de curso y a menores de edad.

Por tal negocio, obtuvo importantes dividendos, pero pronto sus transacciones, levantaron sospechas entre los profesores de la escuela, quienes comunicaron la inquietud al director de la misma.

Este, sospechando que algo anormal sucedía, procedió a realizar la denuncia policial y personal de la Seccional 10a., comenzó las investigaciones del caso.

Detenido

Los funcionarios realizaron discretas vigilancias, que permitieron recabar una serie de pruebas contra R.M.F.T., quien finalmente fue detenido por los pesquisantes.

En primera instancia negó los cargos en su contra, pero luego cayeron en manos de los policías los compradores de la droga y eso fue su fin. El individuo compareció ante el magistrado Penal de 2o. Turno de este departamento, quien lo procesó por hallarlo incurso en el artículo 35 de la Ley 14.294.

El menor que compraba fue entregado a sus padres con serias prevenciones y otras tres personas detenidas en el procedimiento recuperaron la libertad.

También se estableció que en esa escuela robaron cerca de 1.500 plantas de pino pertenecientes al Grupo Bosque Maldonado-Punta del Este, hecho que también es investigado por las autoridades correspondientes.

01/01

9209484

EL PAIS.

Nuevamente Ante la Justicia uno de los Presuntos Comandos que Mató a Policía

Tras la detención de dos individuos que se desplazaban por la Ruta Interbalnearia en un automóvil robado en Montevideo, y la identificación de uno de ellos como presunto autor o participante directamente en el sangriento asalto a los remeseros del BPS de Pando, donde fuera asesinado un funcionario policial, hoy volverán a ser conducidos al Juzgado Letrado de Pando, junto con varios testigos a los efectos de dilucidar la verdadera situación del presunto comando. En el caso de su compinche, el delito de hurto ya está prácticamente tipificado al haber sido sorprendido "in fraganti".

José Alcides Barros Icasetti, sindicado como uno de los comandos asesinos y con captura pendiente desde el pasado 14 de febrero, intentó escapar a la acción policial, luego que fuera ubicado el automóvil B 107.302 hurtado en Montevideo y circulando por la Ruta Interbalnearia con chapas cambiadas.

En ese momento, fue detenido **M.S.P.**, de 23 años, incautándose la policía de la radio que pertenecía al vehículo.

Prosiguiendo el rastrillaje personal de la Dirección Nacional de Policía Caminera y de la Seccional 22ª de Canelones (Salinas), en las cercanías del Cno. Tropas Viejas ubicó, hundido hasta la cintura en una zona do cañaverales a quien resultó ser Barros Icasetti, de 26 años, buscado afanosamente desde febrero pasado tras ser sindicado por la Dirección Nacional de Información e Inteligencia como uno de los integrantes del comando asesino de Pando.

Anoche se ignoraba si Barros había admitido su



José Méndez.

vinculación con el grupo de atracadores, aguardándose que luego de la segunda audiencia a realizarse hoy con los correspondientes careos, quede en claro la responsabilidad, o no, del presunto asesino.

Debe recordar el lector que la pasada semana se trasladó a la ciudad de Buenos Aires una comisión de Interpol con el fin de interrogar a otro sujeto que fuera apresado en la periferia de la Capital Federal. Este sujeto, autor de numerosos atracos confesó a la policía bonaerense su vinculación con el asesinato del policía de Pando en ocasión del asalto a los remeseros del Banco de Previsión, oportunidad en la que se alzaron con una cifra estimada en 800 millones de nuevos pesos que estaba destinada al pago de pasividades.

Será la jornada de hoy, pues, decisiva, para saber si la muerte del servidor del orden prosigue impune, o no.

Comienzan hoy los

POCO LEGIBLE

Expectativa por reformas a la Política Agrícola Común

Prevén desbloqueo en negociaciones del GATT

Las reformas introducidas a la Política Agrícola Común de la Comunidad Europea (CE) pueden interpretarse como una "luz verde" indispensable que debe contribuir a desbloquear el estancamiento de la Ronda Uruguay del GATT, declaró en México, Martín E. Piñeiro, candidato argentino a la Dirección General de la FAO.

Piñeiro, doctor en Economía Agrícola y actual director general del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), estimó que la medida adoptada por los ministros de Agricultura europeos la semana anterior, "constituye un hecho auspicioso para el futuro del comercio agropecuario mundial".

"Abandonar el rígido sistema de subsidios a la producción y poner en práctica un mecanismo de ayuda directa al agricultor puede significar el principio del fin de una carrera productivista que se ha caracterizado por aumentos en los niveles de oferta, superiores a la demanda real de productos agropecuarios", comentó.

Según datos de la CE, en la década del '80 la producción agrícola del continente aumentó anualmente 2%, mientras que la demanda de productos del campo creció apenas 0,5%. Ello generó excedentes que, en 1991, inflaron el presupuesto comunitario en 32% con respecto al de 1990.

Piñeiro estimó que **la reforma comunitaria también "generará una atmósfera propicia" de cara a la Conferencia de Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo (CNUMAD), que se realizará en Río de Janeiro, Brasil, entre el 3 y el 14 de junio.**

"Existe una estrecha relación entre el proteccionismo agrícola mundial y el deterioro ecológico", dijo el funcionario en alusión a que los subsidios estimularon una agricultura intensiva basada en el uso de importantes cantidades de agroquímicos que contaminaron fuentes de agua, liberaron sustancias tóxicas en el ambiente y alteraron los ecosistemas naturales.

Por ello, apuntó, esta muestra de voluntad política dada por los países comunitarios facilitará el diálogo y la búsqueda de consensos sobre un tema que es vital para asegurar un nuevo equilibrio entre el hombre y los recursos naturales.

En lo que constituye la primera reforma importante a la controversial política agrícola de la CE en 30 años, los ministros de Agricultura decidieron el pasado 21 de mayo en Bruselas hacer efectivo el pago directo a los productores agropecuarios a cambio de una drástica rebaja en los precios sostén de los principales productos básicos.

- **Esperanza**

Este anuncio reavivó las esperanzas de reactivar las negociaciones de la **Ronda Uruguay** del **Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio** (GATT), empantanadas por la negativa de la CE a reducir en un porcentaje importante los subsidios a sus aproximadamente 10 millones de productores.

Las reformas introducidas contemplan una reducción de 29% en los precios de los granos subsidiados durante un periodo de tres años, que culminará en el año comercial 95-96; otra de 15% en la carne durante el mismo periodo, y, finalmente, una de 5% en los precios subsidiados de la manteca para el próximo trienio.

Por otra parte, las pérdidas en los ingresos de los agricultores se compensarán ahora a través de ayudas directas por hectárea.

Bajo el anterior régimen de subsidios se produjo un incremento sustancial en la producción agropecuaria, pero se estimularon la contaminación ambiental y el reparto desequilibrado de las ayudas.

De acuerdo con estudios de la CE, 80% de los recursos del Fondo Europeo de Orientación y Garantía Agrícola (FEOGA), favoreció tan sólo a 20% de los agricultores, especialmente los más grandes, quienes emplearon toda la tecnología disponible.

Subsidios y Proteccionismo

Se Concreta la Reforma de la PAC

Hace muchos años ya que el sector agropecuario uruguayo tiene muy claro que la política proteccionista de muchos países del mundo, ha sido responsable directa de la depresión de los mercados internacionales, lo cual se ha traducido naturalmente para nuestro país en menores precios y en crecientes dificultades de colocación de productos, pérdidas de mercados, etc.

En los últimos años, han surgido por momentos algunos elementos positivos, a partir de los cuales seguramente los más optimistas pensaron que podía ser el comienzo del fin de ese sistema, que tanto daño le hace a los países productores agrícolas. Sin embargo, los problemas en las negociaciones, los fracasos de las reuniones, los desacuerdos, etc. han dilatado los resultados por muchos años, y lograron que hasta los más optimistas vieran muy lejanas las posibilidades de un cambio real.

Los dos elementos centrales a los cuales hacemos referencia se refieren a las Negociaciones Multilaterales en el marco del GATT, tendientes a liberalizar el comercio agrícola y en segundo término a las reformas previstas en la Política Agrícola Común (PAC), tendientes a reducir las medidas de apoyo a la agricultura, los precios de sostén y los subsidios directos, responsables de la sobreproducción de la CEE.

Si bien estos dos elementos son independientes, es claro que una reforma profunda en la PAC, podría favorecer las negociaciones en el marco del GATT, por lo menos en lo que se refiere a la reducción del sostén de la producción.

En el tema de las negociaciones en el marco del GATT, los negociadores están comenzando a discutir las propuestas presentadas por los distintos países en los primeros días de marzo de 1992, de acuerdo a la propuesta que realizará sobre fines de diciembre de 1991 el Director General del GATT, Arthur Dunkel. Aparentemente muchas propuestas están lejos de lo establecido inicialmente como negociable y como consecuencia de ello, es que las negociaciones son muy lentas. Como ha venido sucediendo durante los casi seis años de negociaciones los mayores problemas siguen centrados en las propuestas presentadas por los países más proteccionistas, destacándose en este caso a las de la CEE y Japón.

En relación a la esperada y anunciada reforma de la PAC, luego de varios años de negociaciones difíciles y sin resultados positivos, y cuando nadie lo podía esperar, 11 de los 12 ministros de agricultura de la CEE (Italia se mantuvo en contra), aprobaron finalmente medidas tendientes a reducir los subsidios a la agricultura y poner en práctica nuevos mecanismos para reducir la sobreproducción.

La Comisión de la CEE, había pedido al Parlamento Europeo en su última propuesta de reforma, un congelamiento global de los subsidios agrícolas para el año 1992 y una reducción en los precios de los cereales del 8%. Asimismo, había solicitado a los 12 países miembros a que realizaran un detallado exámen de la PAC, para los primeros días de julio del presente año, lo cual en principio parecía difícil, considerando que en estos temas los distintos países de la CEE están muy divididos.

Según el Comisario Agrícola de la CEE Ray MacSharry, de no realizarse reducciones importantes en los gastos para la agricultura era muy probable que en el correr del corriente año se vieron fuertemente incrementados los excedentes de cereales, carne y lácteos. Se podía estimar, que de no aprobarse las reformas de la política, los excedentes de cereales podrían llegar para fines del corriente año a las 40 millones de toneladas, comparándolo con los 11,7 millones del año 1990.

La propuesta de congelar los subsidios a los productores agrícolas de la CEE. busca reducir las rentas reales de los productores, continuando con un proceso que ya comenzó en el año 1987.

En 1991, los agricultores de Bélgica, Gran Bretaña, Irlanda, Dinamarca, Francia, Alemania, Portugal y Luxemburgo, sufrieron cortes efectivos en sus rentas reales de hasta un 18,7% según datos de la CEE, mientras que los agricultores de España, Holanda, Grecia e Italia, vieron incrementadas sus rentas reales en un 8,9%.

La propuesta de MacSharry, presentada ya hace casi 18 meses, fue muy debatida y también modificada, fundamentalmente por las presiones de los grandes productores de granos que eran los que llevaban la peor parte. Finalmente, cuando un acuerdo parecía muy difícil, y en forma un poco sorpresiva, se llegó finalmente a una fórmula, e Italia, único país que se opuso, adelantó que no lo va a vetar.

Las reformas votadas en la semana pasada, consideran una reducción del 3% en los subsidios a los productores de granos y el congelamiento de los mismos a los productores de carne, ya para el corriente año.

Se proyectan también reducciones sensibles en los precios de los productos, de manera de hacerlos más competitivos con los valores internacionales, buscando también desestimular su producción, reducir los excedentes y por lo tanto también los subsidios a las exportaciones que se han constituído en la mayor traba para el logro de un acuerdo en el marco del GATT.

Para el caso de los granos en concreto, se proyecta una reducción del 29 % en sus precios entre 1993 y 1996 y para el caso de la carne una reducción del 15% en el mismo período.

La política, propone también apoyos directos a los productores que retiren tierras de cultivo y adelantan la edad para la jubilación.

Los problemas internos de la CEE, en cuanto a su propia política agrícola, sin duda afectaron a las negociaciones en el GATT, ya que si bien son independientes, tienen mucho en común.

Hoy en día, el acuerdo alcanzado por los ministros de Agricultura de la CEE, sobre las reformas a la Política Agrícola Común, genera nuevas expectativas sobre la posibilidad de agilizar y lograr finalmente un acuerdo en el marco del GATT. Sin embargo, si bien puede haber avances en el sentido de reducir el apoyo interno a la producción de la CEE, habrá que ver cuales son las ofertas en relación a los otros dos grandes temas en discusión, que son el acceso a los mercados y los subsidios a las exportaciones.

Por otro lado tenemos a los EE.UU., que hasta el momento se había mantenido esperando las decisiones de la CEE, y que ahora luego de los anuncios de la semana pasada seguramente deberán empezar a negociar. Los representantes de la CEE afirman que ellos ya han aportado mucho al reformar su política agrícola y que ahora le toca a los EE.UU.

Si bien la situación varió en forma importante, es claro tener en cuenta que no cabe esperar cambios en los precios internacionales para el corto plazo, ya que este es solamente el inicio de un cambio en la tendencia y que por lo tanto los resultados que posiblemente sean positivos, van a demorar aún algunos años.

UN TOTAL DE 114 ORGANIZACIONES NO GUBERNAMENTALES ACTUAN EN URUGUAY

LA mayoría se desenvuelve en ámbitos vinculados a tareas de investigación y desarrollo; tienen apoyo diverso

L.M. 10/6/92

Las organizaciones no gubernamentales (ONGs) que desarrollan su trabajo en nuestro país ascienden a 114, según el último relevamiento llevado a cabo por el Instituto de Comunicación y Desarrollo (ICD). Estas ONGs son, en su gran mayoría, instituciones establecidas entre 1984 y 1987 en nuestro país, que atienden tareas de promoción e investigación relacionadas con el desarrollo. Estas actividades, generalmente, cuentan con el apoyo de agencias de cooperación estatales o privadas de países del mundo desarrollado, y aun de entidades como OIT, FAO, OMS, PNUD, UNESCO y otras dependientes de las Naciones Unidas.

El trabajo de estas organizaciones se desenvuelve en campos variados, tales como el agropecuario, las ciencias sociales, condición de la mujer, juventud, infancia, consumidores, cultura, derechos humanos, educación, información y comunicación, ambiente, promoción social, salud, sindicalismo y vivienda.

Fernando Barreiro y Anabel Cruz, los autores de la segunda edición del "Directorio de Organizaciones No Gubernamentales de Uruguay", destacan que estas entidades se encuentran agrupadas en redes y coordinaciones que, en algunos casos, han alcanzado un nivel importante de estructuración, mientras que otras mantienen la informalidad como un elemento importante de su funcionamiento.

Esta publicación de 230 páginas ha sido realizada con el apoyo de la Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI), y la Comisión de las Comunidades Europeas.

Las ONGs uruguayas tienen montados equipos de técnicos y expertos en temas de desarrollo, los cuales trabajan en forma permanente sustentados por una estructura administrativa adecuada para la canalización de los recursos financieros provenientes del exterior.

Los autores señalan que, luego del advenimiento de la democracia, algunas ONGs cerraron su ciclo, mientras que otras debieron adaptar su funcionamiento a las nuevas condiciones. Ello se debió a que muchas de ellas habían integrado a su campo de acción actividades reservadas normalmente a los partidos políticos y organizaciones sociales. Cuando estos actores regresaron a su escenario natural, muchas ONGs debieron reformular sus objetivos o sus métodos de acercamiento a la sociedad. Salvada esta etapa, la mayoría de las organizaciones logró consolidarse, a pesar de las dificultades de financiamiento derivadas de la reorientación y el recorte de la ayuda no gubernamental.

Barreiro y Cruz explican que esta circunstancia ha llevado a las ONGs uruguayas a la negociación bilateral de nuevos tipos de acuerdos y apoyos a más largo plazo con las agencias de cooperación internacional. A la vez -destacan- buscan acceder a fondos nacionales mediante el desarrollo de productos y servicios rentables, y contratos de consultoría técnica con organismos del país y diversifican su accionar extendiendo sus conocimientos y capacidades técnicas a nuevas áreas de actividad.

Abel Matutes, de la Comunidad Europea, vendrá el martes a inaugurarlo

Montevideo será sede de un centro de formación permanente de técnicos en integración regional

■ Un centro de formación de especialistas en integración regional se instalará próximamente en el Uruguay, en el marco de un acuerdo adoptado entre las comunidades europeas (CE) y el Grupo de Río (G.Río), se informó en Santiago de Chile, sede el encuentro de cancilleres entre estos dos agrupamientos de países, iniciado el jueves, el propio comisario de la CE, con responsabilidad para América Latina, Abel Matutes, viajará a Montevideo el próximo 2 de junio para inaugurar simbólicamente la sede del proyecto, se informó oficialmente.:

"Será esta una forma concreta de volcar las experiencias de integración comunitaria a la realidad de nuestros países", dijo un portavoz de la delegación uruguaya al dar cuenta de la iniciativa. Se informó que el Instituto de Administración Pública de Maastricht, considerado un centro de excelencia en la formación de cuadros europeos en integración, será la institución gestora del proyecto.

En efecto, destacados especialistas de dicha institución tendrán a su cargo la ejecución de los planes de estudio, al tiempo que se vincularán en los trabajos del centro de formación a profesores europeos y latinoamericanos.

La iniciativa, de particular interés para América Latina, producto del proceso de integración regional en que se encuentra inmersa, será financiada con fondos comunitarios.

Se calcula que unos cuatrocientos funcionarios del sector público visitarán Montevideo durante el primer año lectivo, ampliándose luego el programa de actividades docentes al sector empresarial, periodistas, y otros actores del proceso de integración regional. Desde técnicas de negociación hasta coordinación de políticas macroeconómicas, pasando por política arancelaria o cursos que se impartirán en el centro de formación de Montevideo tendrán un claro sentido práctico se informó.

BANCO EUROPEO PARA AMERICA LATINA

La ampliación a América Latina de las operaciones del Banco Europeo de Inversiones (BEI), una iniciativa largamente acariciada por América Latina y que fuera propiciada por el Uruguay en la primera reunión de las Comunidades Europeas (CE) y el Grupo de Río (G. Río) en Roma en 1990, cobró un nuevo impulso en el marco de la reunión de cancilleres de ambas regiones.

En el texto de la resolución aprobada por consensos, los ministros se felicitan "por la reciente decisión de la comunidad que pone en práctica el acuerdo de principio alcanzado anteriormente y fija el marco de la actuación efectiva del BEI".

En efecto de ahora en más el BEI podrá concretar operaciones de inversión con aquellos países con los que la comunidad ha suscrito convenios de cooperación.

Uruguay que recientemente ha firmado un moderno acuerdo de tercera generación podría convertirse, según el acuerdo, en uno de los países beneficiarios del nuevo flujo crediticio que superaba en los primeros tres años los 275 millones de dólares.

Un portavoz de la delegación uruguaya presente en Santiago subrayó que "la decisión comunitaria es una muestra cabal del interés de los inversionistas europeos en la región, y simultáneamente una muestra de confianza".

AMPLIAN TIPS A AMERICA LATINA

La ampliación a Latinoamérica del Sistema PIloto de Información Tecnológica (Tips), un programa de información comercial y tecnológica de las Naciones Unidas, fue aprobado por los cancilleres del Grupo de Río (G. Río) y las Comunidades Europeas (CE).

El Tips, que funciona desde hace cinco años en el marco del programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) podrá expandirse a todos los países miembros del G. Río incrementando así su potencialidad como mecanismo de generación de oportunidades comerciales y acceso a las nuevas tecnologías. Durante el primer año de puesta en práctica del acuerdo adoptado se procederá a la instalación de las sedes de las oficinas del Tips en varios países de la Región, entre ellos Argentina, Uruguay y Chile.

En Uruguay, la iniciativa cuenta con el respaldo de la Cámara de Industrias del uruguay (CIU) en cuya sede funciona el Tips, tras haberse suscrito un acuerdo en la materia a principios de este año. La oficina de Uruguay será a mediado plazo el enlace con los distintos mecanismos de integración subregional y regional, particularmente el Mercosur.

El 29 de junio se realizará una jornada de adhesión y capacitación de adherente

Amnistía Internacional cumple este mes 7 años en nuestro país

■ Amnistía Internacional (AI) cumple el próximo 29 de junio siete años de existencia en el Uruguay. Con este motivo realizará una jornada de difusión y captación de adherentes, la que será coordinada por la juventud del organismo.

Los puestos para recibir las adhesiones estarán establecidos en Carrasco (Arocena y Schroeder), en Pocitos, en la Plaza Cagancha, en la explanada de la Universidad y en 8 de Octubre y Comercio. Tendrá lugar asimismo una intensa labor de difusión de la actividad desarrollada por A.I. en estos siete años de existencia "en los que el apoyo del pueblo uruguayo ha sido, señalan integrantes de la institución, un importante sostén ".

En forma de teatro callejero se realizarán performances alegóricas en Plaza Cagancha o en la explanada de la Universidad, donde dicen, será posible para todos comprender que la ideología de Amnistía Internacional está ajena a toda inmiscuisión política. Su trabajo de defensa del ser humano en sus derechos básicos (a la vida y a la dignidad) la han llevado a ser acusada tanto de comunista como de pertenecer a sectores de extrema derecha por una y otra parte.

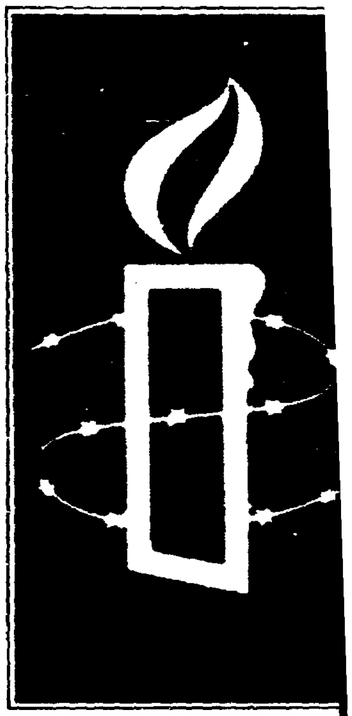
Quienes trabajan en la organización destacan que Amnistía en ningún momento toma posición contra dictaduras ni otra forma de gobierno. Lo hace, señalan, contra la violación de los derechos humanos donde quiera que éstos sean vulnerados y toma también posición, en una forma muy especial contra la pena de muerte.

En Uruguay, la institución surge durante la salida hacia la democracia, "del deseo de la gente de éste país de que AI estuviera presente aquí". En el país había personas que en el exilio habían trabajado en Amnistía; otros, en las cárceles, habían sido beneficiados por sus acciones y un tercer grupo se acercaba por el llamado de personas influyentes dentro de la comunidad o de los partidos políticos y mensajes radiales.

Aquél, dicen integrantes de la organización de derechos humanos, "fue un acto de agradecimiento hacia el trabajo que AI había realizado en el Uruguay y un reconocimiento del mismo ya que no podemos olvidar que en esa época Amnistía era una 'palabra mala' de la que se hablaba en páginas enteras de los diarios para censurária".

Observan que hoy AI está integrada y no es cuestionada. Sus bases de trabajo se integran por todos los sectores sociales, abogados, médicos, militares, obreros, amas de casa, jubilados y destacando en forma muy especial por su entusiasmo en la labor, un importante número de jóvenes.

En 1989 Amnistía Uruguay dejó de ser un grupo de trabajo para transformarse en la 8va sección de América Latina. Cuyo mensaje fundacional es en la actualidad el lema de toda la región: "La solidaridad no se agradece, se retribuye".



Amnistía Internacional: "La solida[...] no se agradece, se retribuye"

América latina busca créditos de Europa

Santiago de Chile — Los expertos del Grupo de Rio iniciaron ayer en Santiago las sesiones preliminares de la reunión de ministros de Exteriores de ese foro con sus colegas de la Comunidad Europea (CE), entre el optimismo por la apertura de créditos del Banco Europeo de Inversión (BEI) para América latina.

La preocupación por las restricciones europeas a la importación de banano latinoamericano y la expectativa por la reactivación de la estancada Ronda Uruguay del GATT también matizaron las primeras sesiones preparatorias, dijeron a "EFE" fuentes diplomáticas.

Los representantes latinoamericanos expusieron y tomaron nota de los comentarios de los respectivos gobiernos sobre el orden del día, que incluye cinco temas prioritarios de la próxima reunión ministerial, entre ellos las inversiones, el comercio y la cooperación tecnológica, explicaron las fuentes.

También acordaron las propuestas latinoamericanas sobre las medidas organizativas y de protocolo que regirán el encuentro de ministros de Asuntos Exteriores del Grupo de Rio y la CE, que se celebrará entre el jueves y viernes próximos y es el segundo que celebran ambas partes.

Los países del Grupo de Rio recibieron con satisfacción la apertura del crédito europeo para la inversión, pero mantienen su preocupación por el futuro de la Ronda Uruguay del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), que está destinada a reducir paulatinamente los subsidios agrícolas de la CE y EE.UU.

Los delegados de Ecuador y Honduras, este último representante de Centroamérica en el Grupo de Rio, expusieron las críticas de sus respectivos gobiernos ante el arancel.

• Cautela

La preocupación del Grupo de Rio por esta controversia será uno de los matices del próximo encuentro ministerial, señalaron sin hacer otro comentario sobre el asunto.

Delegados de Argentina, Colombia y Chile, en representación del Grupo de Rio y de Portugal, los Países Bajos y el Reino Unido por la CE mantuvieron una reunión informal para preparar los dos días de sesiones preliminares que expertos de los dos foros iniciarán hoy.

Las inversiones en América latina, la consolidación de las democracias en la región y las trabas al comercio con los europeos son los asuntos de mayor interés para el Grupo de Rio.

La agenda de la próxima reunión ministerial también incluye el debate de la situación en Cuba y en Perú tras la disolución del Parlamento y el Poder Judicial ordenada a comienzos de abril pasado por el presidente peruano, Alberto Fujimori.

ALADI aprobó un nuevo reglamento para ingreso de los observadores

• Un paso considerado histórico para ampliar relacionamiento con el mundo

De acuerdo a informaciones que obtuvo LA MAÑANA se aprobó por unanimidad del Comité de Representantes una nueva reglamentación en la materia, que sustituye las normas que existían desde junio de 1981.

La Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) ha establecido un marco más amplio de relacionamiento con otras regiones o países del mundo al haber aprobado un nuevo reglamento para el ingreso de observadores.

De acuerdo con las informaciones obtenidas por **LA MAÑANA**, el Comité de Representantes aprobó por unanimidad una nueva reglamentación en la materia, que sustituye las normas que existían desde junio de 1981.

No obstante lo indicado, se comentó en fuentes de ALADI que se registró una extensa discusión en torno al tema y que finalmente se obtuvo un consenso como consecuencia de la flexibilización de las posiciones de varios países, entre ellos Brasil y Perú.

La sesión correspondiente fue presidida por el Embajador de Colombia Dr. Jorge Garavito Durán en su carácter de Vicepresidente y por ausencia del titular, Embajador Barros Charlín, que se encontraba en su país. El representante colombiano, según las informaciones proporcionadas a **LA MAÑANA**, sostuvo que la ALADI debía comenzar a facilitar el ingreso de varios países u organismos internacionales como observadores máxime teniendo en cuenta los propósitos que existen de ampliar la proyección internacional de la ALADI.

Suiza ha sido el último país que se aceptó solicitud

De acuerdo con las informaciones obtenidas, Suiza, ha sido el último país al cual se le aceptó su solicitud y por lo tanto fue incorporado como país observador.

Sin embargo, hay varias resoluciones pendientes, ya que diversos países plantearon obtener el status de observador en ALADI.

Se mencionó entre ellos a España, Italia, Portugal y los países centroamericanos.

También se agregó que Rumania, en oportunidad de la visita de su Canciller al Uruguay, efectuó similar solicitud.

El planteamiento rumano es el más reciente, pero hay otros que datan de varios años y motivaron por lo tanto una consideración prácticamente permanente del tema, que finalmente ha quedado resuelto con "este paso histórico", según se comentó.

Nuestros informantes recordaron que la necesidad de modificar las normas sobre el ingreso de observadores a la asociación ya era tema de la antigua ALALC (Asociación Latinoamericana de Libre Comercio), que precedió a la actual ALADI antes del año 1980.

En efecto, se rememoró que surgió el tema cuando Cuba planteó su ingreso y fue retomado en 1986 cuando este país formalizó un nuevo pedido.

El tema es antiguo remontándose a la anterior ALALC

Por ese período, la delegación de Chile reclamó la elaboración de un nuevo reglamento de observadores, dando lugar esa instancia a la preparación de un proyecto.

Desde ese momento, el tema fue retomado casi anualmente por el Comité de Representantes, pero nunca se había logrado una solución.

Sin embargo, a fines del año pasado se reanudó una vez más la consideración del tema, pero esta vez con mayor interés, que se atribuyó en particular a los nuevos impulsos integracionistas que hoy se aprecian en todo el mundo.

Como consecuencia de esta nueva situación la Asesoría legal de la Secretaría General de la ALADI conformó un proyecto que fue considerado y probado por el Comité de Representantes.

No obstante lo indicado, se comentó a **LA MAÑANA** que la solución no fue fácil y demandó una áspera discusión, especialmente en lo referente al régimen para decidir la admisión de nuevos miembros observadores de la ALADI.

Sin embargo ha prevalecido el criterio de resolver con los 2/3 de votos y sin que el pronunciamiento negativo resulte un veto.

Paralelamente se consagró un principio muy importante en materia de integración, que es el que implica que el país observador junto con su pedido de ingreso presente un programa de cooperación con la ALADI. ■

Las normas aprobadas

Las nuevas normas sobre el ingreso de observadores en la ALADI han quedado establecidas en la resolución N° 151 del Comité de Representantes de la organización y consta de nueve artículos. Textualmente las disposiciones adoptadas en la Asociación Latinoamericana de Integración indican:

Artículo 1° El Comité resolverá en cada caso la solicitud de admisión como Observadores de países u organismos regionales o internacionales que la Secretaría General lleve a su consideración, tras haberlas examinado a la luz del interés y conveniencia que aporten de los programas de cooperación que deberán acompañarlas.

Dichos programas deberán coadyuvar al desarrollo y consolidación del proceso de integración que se lleva a cabo en la ALADI, por lo que tendrán que referirse a materias específicas, entre otras, de orden técnico, financiero y administrativo, de la Asociación.

Artículo 2° A los efectos previstos en el artículo anterior, la Secretaría General definirá programas de cooperación con los países u organismos que ya gocen del status de observador.

Artículo 3° Dentro de los términos previstos en el artículo segundo, la Secretaría General someterá al Comité de Representantes, a los efectos de su consideración, los programas de cooperación con los países u organismos regionales o internacionales.

Artículo 4° Los países u organismos regionales o internacionales que hayan sido acreditados en calidad de observadores, podrán asistir, previa convocatoria por parte de la Mesa Directiva, a las reuniones del Comité de Representantes y del Consejo de Ministros. Asimismo podrán ser invitados por dichos órganos a asistir a grupos de trabajo sobre temas específicos.

Artículo 5° La admisión de miembros observadores será decidida en los términos del artículos 43 del Tratado de Montevideo 1980 y en sesión reservada del Comité citada para tales efectos.

La decisión adoptada será comunicada por la Secretaría General al país u organismo regional o internacional postulante.

Artículo 6° Una vez aceptada la solicitud de un país u organismo regional o internacional, el mismo deberá acreditar a su representante natural ante el Comité, dentro de los siguientes noventa días. Asimismo, podrá designar otro representante, en calidad de alterno.

Artículo 7° La calidad de observador implica el compromiso de ser solidario con los objetivos previstos en el Tratado de Montevideo de 1980.

Artículo 8° La Secretaría General presentará trimestralmente al Comité de Representantes un informe sobre las actividades y el desarrollo de los programas de cooperación con cada uno de los observadores.

Artículo 9° El presente sustituye el Acuerdo 1 del Comité de Representantes, de fecha 17 de junio de [illegible]

02-02

9209492

También Apoyo a la Navegación

BID DARA U$S 6 MILLONES PARA FUNCIONAMIENTO DEL FUTURO MERCADO REGIONAL



Saludo de dos presidentes. Jaime Paz Zamora (Bolivia) sonríe mientras se saludan Luis A. Lacalle y Carlos Menem, en Las Leñas. (Laserfoto de AP).

LAS LEÑAS. — La presencia del presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), el uruguayo Enrique Iglesias, indicó el interés del organismo financiero internacional en apoyar el funcionamiento del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), al que se le brindará un crédito de U$S 6 millones para el cumplimiento de las acciones comunitarias, según reveló un vocero diplomático a EL PAIS.

Este préstamo será independiente de los acuerdos que el BID concrete con cada uno de los cuatro países embarcados en el proceso de integración regional, destinados a su reconversión productiva.

El BID también dará apoyo crediticio a las obras que permitan la navegabilidad a través de Bolivia, Paraguay, Brasil y Argentina hasta Uruguay por los ríos Paraguay y Paraná, el canal fluvial que se ha denominado como "la hidrovía".

Precisamente ayer se firmó entre los presidentes de los cinco países involucrados el acuerdo jurídico que da marco legal al uso de la hidrovía que se extenderá entre Puerto Cáceres (Bolivia) y Nueva Palmira (Uruguay).

Las obras de concreción del canal de navegación de más de 3.000 km, que estimulará el transporte subregional y acelerará la integración, se realizarán por concesión a empresas privadas y a su riesgo. El rescate de las inversiones y los márgenes adecuados de renta podrán lograrse por el cobro de peajes por las partes de los ríos que necesitarán de la acción de la mano del hombre para facilitar la navegación.

Mercado de capitales: cercano acuerdo con el BID por préstamo para fomentar inversiones; La Bolsa de Valores reclama soluciones legales

La formación de un *mercado de capitales en Uruguay* fue puesta nuevamente en el tapete en los últimos días por el presidente Luis Lacalle y se avanza en la negociación de un préstamo del BID para este fin.

La conveniencia de que las empresas públicas privatizadas coticen en el *mercado bursátil y de que* participen personas jurídicas en la operativa de la Bolsa de Valores son algunas de las sugerencias presentadas ante el BID por un experto de la [illegible]*urity Exchange Comm*[illegible] (SEC) de los Estados Unidos, en un informe sobre las perspectivas para *dinamizar* el mercado de capitales en el Uruguay.

La semana próxima, el ex-director de [illegible]amiento, Conrado [illegible], comenzará a discutir en Washington las condiciones de un *acuerdo con este organismo* internacional para fomentar la inversión e impulsar estos mercados en nuestro país.

En tanto el secretario ejecutivo de la Bolsa de Valores de Montevideo, Jorge Bergalli, *dijo a* **Búsqueda** que "hubiera sido bueno que parte de la privatización de empresas públicas se realizara en la Bolsa y que el sistema de seguridad social generara agentes privados".

La semana *anterior*, el presidente Luis A. Lacalle dijo ante un grupo de empresarios que el gobierno analiza mecanismos para promover "un mercado abierto de capitales" y que habrá incentivos para aquellas empresas que emitan acciones y las [illegible] en en Bolsa.

■ Préstamo del BID

Hughes, actualmente Coordinador Nacional del [illegible]ento de la Inversión, confirmó que Uruguay estará en condiciones de suscribir a fines de julio un acuerdo con el BID en la materia y que seguramente en el tercer trimestre de 1992 comenzará a recibir las primeras partidas de un préstamo de ajuste estructural por U$S 50 millones del *organismo internacional*.

Explicó que con la asistencia de expertos internacionales, el Banco Interamericano de Desarrollo realizó un estudio de la situación uruguaya, de donde surge que el país reúne una serie de condiciones básicas para transformarse en un *receptor de la inversión privada* (estabilidad política, respeto a la propiedad privada, a la inversión extranjera, libre movimiento de capitales, etc.), aunque enumeró una serie de áreas donde es necesario [illegible] ajustes para mejor[illegible] el perfil.

Al respecto, comentó las recomendaciones de uno de los integrantes de la *Security* [illegible]*hange Co*[illegible]*ion* de Estados Unidos, Hugh [illegible]worth, quien mantuvo una serie de reuniones con agentes oficiales y privados en nuestro país y luego preparó un informe en el cual trata el mercado de capitales y sus posibilidades de dinamización. La SEC es una entidad que controla el *mercado bursátil en los Estados Unidos*

Respecto a los capitales, el informe analizó el perfil de demanda de fondos, las posibilidades de créditos a largo plazo que *ofrece el mercado financiero* y la situación que presenta el mercado bursátil para obtener esos recursos.

En el mercado del crédito, se observó una tendencia al corto plazo y se analizó la oferta y la demanda del mercado. Hughes mencionó al respecto casos de empresas que financian obras civiles con recursos obtenidos a 90 días y señaló que una estabilidad en la economía, en especial en la inflación, *contribuirá a mejorar* ese perfil. Recordó al respecto que en Argentina hace poco tiempo atrás el corto plazo era un día, el mediano tres días y el largo plazo una semana. [illegible] esos períodos son de [illegible]eses, dos años y diez años, respectivamente, comentó.

En el mercado bursátil, entre otros puntos, el informe señala que es conveniente modernizar algunas actividades de la Bolsa de Valores, llegando a realizar la totalidad de las operaciones por sistemas computarizados.

También apoya la participación de personas jurídicas en el ámbito bursátil. Al respecto, Hughes recordó que ese fue uno de los factores que impulsó el "big bang" en la Bolsa de Londres en la década anterior y de internacionalizar la actividad, efectivizando los acuerdos ya realizados con las bolsas de San Pablo, Buenos Aires y Santiago.

La conveniencia de una supervisión externa a la Bolsa de Valores es otro de los puntos planteados por el experto del SEC. Al respecto Hughes mencionó el ejemplo de la Comisión de Valores de Argentina y y señaló la conveniencia de establecer una "entidad calificadora", que determine el riesgo de los instrumentos que maneja el mercado.

A ésto se deben agregar un mejor sistema de auditorías contables y algunos ajustes en la legislación, por ejemplo permitiendo que las obligaciones que emitan las empresas puedan deducirse de los activos en el pago del Impuesto al Patrimonio, lo que ya está planteado en un proyecto de Ley que analiza el Parlamento.

Hughes *informó* que la semana próxima viajará a Washington para iniciar la discusión de la matriz del acuerdo, o sea de los puntos que Uruguay recogerá *de estas recomendaciones* y que estará en condiciones de poner en práctica para mejorar la inversión y *dinamizar el* mercado de capitales. Agregó que a fines de julio llegará a Uruguay una misión del BID para culminar la negociación y que en el tercer trimestre de 1992 comenzarán a recibirse las primeras partidas de este préstamo de ajuste estructural.

■ Soluciones legales

Por su parte Bergalli señaló que la Bolsa de Valores está dispuesta a apoyar todas las iniciativas que tiendan al desarrollo de ese mercado pero enfatizó la necesidad de "un marco legal para el funcionamiento de obligaciones negociables, papeles comerciales o fondos de inversión".

Indicó que en este sentido la Bolsa está dispuesta a compartir el esfuerzo con los bancos e instituciones financieras, y que el tema pasa por "atacar simultaneamente varios aspectos, por ejemplo las [illegible]aciones fiscales en materia de deducción de pasivos e intereses pagados por los tomadores de obligaciones".

También señaló que se requieren cambios en las regulaciones legales que [illegible]bilicen los [illegible] de [illegible]ión y la actuación de fideicomisario en las obligaciones" y la extensión del *concepto de capital más reservas a la diferencia entre* activos y pasivos "en una interpretación genuina del espíritu de la Ley de Sociedades Comerciales".

Bergalli se mostró partidario de "plantear una ley global del mercado de capitales", aunque agregó que "ello no es suficiente". Observó que "no hay una presencia dinámica del empresario nacional compitiendo por financiamiento" y estimó que ello se dará "cuando se asuma el desafío de crecer económicamente".

Teología de la Liberación

MADRID (EFE).- Teólogos de América latina participarán desde el próximo martes en España, en unas jornadas donde se revisará la teología de la liberación 20 años después de su nacimiento, informó a EFE Antonio Blanch, director del Instituto Fe y Secularidad, organizador del encuentro.

Entre los teólogos que participarán figuran Manuel Antonio Garretón, de Chile; José Comblín, de Brasil; Carlos Bravo, de Mexico; Jon Sobrino, de El Salvador; Javier Gorostiaga, de Nicaragua y Juan Luis Segundo, de Uruguay, entre otros. Bajo el título "cambio social y pensamiento cristiano en América Latina", el encuentro se desarrollará en El Escorial (a unos cincuenta kilómetros de Madrid), donde hace 20 años se dio a conocer la teología de la liberación en España y en Europa. A lo largo de estos años, este movimiento teológico que tiene una gran influencia en el continente americano, "no sólo sigue vivo sino que se ha consolidado y continúa con la misma fuerza de siempre", señaló Antonio Blanch.

"El motivo de este encuentro -señaló- es pasar revista a estos 20 años de teología de liberación y para ello hemos invitado a la segunda generación de teólogos que defienden este pensamiento".

A propósito del Informe del PIT-CNT

LOS TRABAJADORES ANTE EL MERCOSUR

Todo indica que el producto "Mercosur" fue presentado al mercado nacional luego de tratativas cupulares en las que participaron algunos representantes de la coalición de izquierda. Su lanzamiento público estuvo precedido y acompañado de una intensa operación publicitaria montada por "creativos" que ya habían hecho su experiencia en el campo político.

Su línea de trabajo consistió en eludir el análisis histórico y político y apuntar en cambio a nebulosos sentimientos latentes en el inconsciente colectivo. Así fue que se invocó a la "Patria Grande" y se recordó que "la integración es un imperativo constitucional". Pero se omitió que la integración propuesta por los personajes referenciales de nuestra historia latinoamericana se oponía precisamente al proyecto hegemónico y panamericano del imperio; que no había confusión posible entre los dos impulsos contrapuestos: el de la liberación y el de la dependencia.

También se omitió cuidadosamente señalar que la integración a que hace referencia el art.6o. de la Constitución de 1966 está inspirado en el Pacto Andino que se concretaba por aquellos años, y que proponía "la defensa en común de sus productos y materias primas" y "el crecimiento armónico de sus países", en tanto que, por el contrario, el Mercosur adopta la línea de la competencia, del enfrentamiento entre naciones que se abren a las trasnacionales según el modelo impulsado por EEUU y la OEA que, dicho sea de paso, hicieron abortar la propuesta original andina.

DESARMANDO AL DEBIL

Proponer una integración por la competencia y considerar -como lo hace el Tratado de Asunción- "iguales en derechos y obligaciones" a los cuatro países del Mercosur, implica considerar iguales a quienes estan lejísimo de serlo, con evidente perjuicio para Uruguay que pierde su condición de "nación mas favorecida" que se reconocen los acuerdos bilaterales suscritos con Argentina y Brasil (CAUCE y PEC).

Acuerdos que han sido esgrimidos falaciosamente por los teóricos del apoyo crítico al Mercosur.

Es evidente que "la creciente aplicación de las cláusulas del Tratado de Asunción tenderá a anular las ventajas relativas de Uruguay obtenidas a través del PEC y el CAUCE, ampliando las posibilidades de competencia de Argentina en Brasil y viceversa", como dicen TEA,Deloitte y Touche en "El Proceso del Mercosur".

Establecido el seudo fundamento histórico e institucional de la integración que se propone, se avanza sobre la irracionalidad pulsando resortes sicológicos de previsible respuesta.

Así surge la consigna que propone "aceptar el desafío" ("Que no se diga que los uruguayos tenemos temor a aceptar el desafío de la integración"). La propuesta es tramposa: se convoca a un impulso primitivo desplazando al análisis meditado. Se apela al coraje en lugar de la razón.

Como la tozuda realidad tarde o temprano dejaría en evidencia el voluntarismo irracional de la consigna, se intenta cortar la posible retirada proclamando que "el Mercosur es irreversible". ¿Por qué?. Lo que sí parece evidente a cualquier analista atento es que el "Mercado Común del Sur" es prácticamente inalcanzable en los actuales esquemas políticos, no pudiendo superar en el mejor de los supuestos, la etapa de la "zona de libre comercio", que es la que interesa a las corporaciones trasnacionales que respaldan e impulsan el proyecto en curso. De hecho, lo que los presidentes firmaron en Asunción, es un compromiso para la formación de una zona de libre comercio, quedando el mercado común -que implica la coordinación de políticas macroeconómicas- como una aspiración de impredecible concresión, y, considerando los factores en juego, de mucho más impredecible costo para nuestro país y su gente.

IDEOLOGIA Y PRAGMATISMO

Las conclusiones de toda especulación filosófica, política o económica, son válidas en la medida en que lo sean los supuestos en que se funda. Cuando éstos pueden ser condicionados, manipulados por los agentes del poder real -como sucede con los supuestos que sostienen la estructura teórica del proyecto integracionista propuesto-, sólo nos quedan los grandes lineamientos ideológicos para orientarnos. Pero se diría que hemos perdido no sólo los parámetros ideológicos, sino también la más elemental capacidad de análisis político, y hasta la intuición y los reflejos que caracterizaron a la izquierda y a las organizaciones obreras.

En la medida en que algunos partidos y sectores de la izquierda se acercan o derivan hacia posiciones del "establishment" y, pretextando la búsqueda de "consensos" y "mayorías nacionales" se pliegan a la realidad dada, renunciando a forjarla, se produce un desdibujamiento de la propia identidad, y con ella la pérdida de adhesión de las bases, que se refleja en el debilitamiento de la militancia.

Algunos dirigentes gremiales que operan críticamente como correa de trasmisión de los intereses de burocratizados aparatos partidarios, difunden la confusión, compartiendo la responsabilidad que cabe a ciertos tecnócratas que después de la dictadura ocuparon como "orientadores" el lugar que debió ser de dirigentes gremiales conscientes de sus intereses de clase.



El de integración es un concepto político impregnado de significación ideológica. O dicho de otra manera: toda integración forma parte de un proyecto político y adhiere a determinada ideología. Jamás es un "marco vacío" a la espera de que alguien le coloque un cuadro, como, aunque parezca increíble se difundió.

La integración por la competencia (caso del Mercosur), es por definición una concepción capitalista. Por esta vía no se alcanza la integración verdadera -que es solidaria-, sino que conduce a la absorción de las naciones débiles por las más fuertes y, en un proceso simultáneo, a la agudización de la explotación del trabajo por el capital lanzado a la competencia por los mercados. Este proceso se ve acentuado por la desregulación, la privatización y, en general, por el debilitamiento de la presencia del Estado exigida por los organismos financieros internacionales que gobiernan el proceso.

No hay complementación o coordinación productiva entre los países sino entre las empresas, que muchas veces son filiales de una misma trasnacional, y cuyos acuerdos de "entre casa" son refrendados por los gobiernos haciéndolos obligatorios para las empresas nacionales que quedan a merced de aquéllas, como sucedía en ALALC, sucede en ALADI, y como denuncia sin sacar las debidas enseñanzas, el trabajo del PIT-CNT para el caso de la industria siderúrgica.

Con la competencia salvaje como premisa, aunada a la libre circulación de bienes, servicios y factores productivos entre los países, como quiere el art.1o. del Tratado de Asunción que crea el Mercosur, queda configurado sin lugar a dudas el perfil capitalista y neoliberal del tratado de marras.

EL INFORME DEL INSTITUTO CUESTA-DUARTE DEL PIT-CNT

Es sorprendente, e indicativo de la confusión existente en la central obrera, que a esta altura del proceso no haya conseguido desprenderse en sus análisis de los errores de base inducidos por los pragmáticos del "apoyo crítico", para ubicar el tema del Mercosur entre los parámetros de sus intereses de clase.

Dos fueron a nuestro juicio los errores básicos principales que indujeron la confusión subsecuente:

considerar que el Mercosur "no es parte de la Iniciativa de las Américas sino que se le opone".

Que es un "marco vacío al que falta ponerle el cuadro".

No nos vamos a extender en el análisis de la primera tesis porque ya lo hemos hecho con minuciosidad en otros trabajos, pero señalamos que a quienes la sostuvieron no los arredró ni el delirante absurdo que suponía imaginar que gobernantes de las características de Lacalle, Menem, Collor y Rodríguez, podrían impulsar un proyecto que cambiara el mapa político del Cono Sur contra los intereses del imperio.

Parece que al PIT-CNT tampoco le intrigó tamaño sin sentido. Pero habría que agregar a los explícitos documentos que pautaron los gobiernos de Reagan y Bush, para entender el origen, la filosofía y los propósitos de las integraciones subregionales preparatorias de la zona de libre comercio propuesta por la Iniciativa de las Américas proclamada por Bush. Ya dijimos que hacia ese objetivo se avanza por la negociación progresiva de una serie de "acuerdos marco" de carácter bilateral. El llamado 4 + 1 (Mercosur + EEUU), firmado en Washington el 19 de junio de 1991, es uno de esos acuerdos marco, de los cuales se han suscrito ya más de una decena. Conviene recordar que por el acuerdo suscrito, los países signatarios aceptan los principios que conforman la filosofía liberal y dependiente del tratado.

El segundo y más insidioso de los errores mencionados tiene para nosotros especial significación. Como el marco estaba vacío se entró en el juego para ayudar a diseñar el cuadro.

El gobierno advirtió rápidamente la favorable coyuntura que le regalaban y creó la Comisión Intersectorial con participación obrera. El representante elegido manifestó triunfal y públicamente: **"el gobierno se equivocó dándonos intervención: desde adentro los orientaremos según nuestros intereses".** Este fue quizá el mayor éxito del gobierno: el representante obrero salió a recorrer el país impulsando el Mercosur. Patético.

Ahora nos enteramos por el Documento Base del Instituto Cuesta-Duarte que "el gobierno prescindió absolutamente de la opinión de la Comisión Sectorial, pese a lo establecido en el decreto de su creación. El violento cuestionamiento realizado por la delegación del PIT-CNT mostró sin lugar a dudas que los temas concretos implicados en el proceso de integración son discutidos en otros ámbitos, particularmente en la Comisión Interministerial y no en la Sectorial". Y más adelante: "La propia existencia de la Comisión Sectorial no es sino una molestia, un lugar donde participan activamente sectores que presentarán problemas distintos, ópticas hasta ahora no consideradas por las altas autoridades del Gobierno. Su relegamiento no parece ser asombroso desde esta óptica.

Lo que sí asombra es comprobar la ingenuidad de ciertos analistas. La Comisión Sectorial no está prevista en el tratado de Asunción y no existe en los demás países del grupo. En realidad ni siquiera se considera al Parlamento a quien se le informa de lo resuelto por el Consejo Mercado Común, pero no se le consulta previamente.

A las gremiales obreras y empresariales se les dio un sonajero para entretenerlas mientras el Gobierno avanza en la implementación del proyecto imperial.

Si las aspiraciones de hoy - ya aprobado el Tratado de Asunción- se hubieran planteado ayer como condición, otra sería la historia...

GUZMAN DIAZ

Empresarios de Río Grande del Sur buscan negocios conjuntos

Una misión comercial del Estado de Río Grande del Sur de Brasil, encabezada por el Secretario de Desarrollo Económico y Social de esa región del hermano país norteño e integrada por 33 empresarios, está explorando la posibilidad de negocios conjuntos y de incentivar el intercambio comercial.

Una intensa agenda de actividades, que se completará en la presente jornada, ha venido desarrollando en Montevideo una delegación oficial y privada del Estado de Río Grande del Sur de Brasil, ante las perspectivas de la consolidación del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), según las informaciones porporcionadas a LA MAÑANA.

Esta misión comercial, que está encabezada por el Secretario de Desarrollo Económico y Social de Río Grande del Sur, Claudio Ryff Moreira e integrada por 33 pequeños y medianos empresarios gaúchos, será recibida hoy por el Ministro de Industria, Energía y Minería, Ec. Eduardo Ache.

También serán recibidos por el Sub Director de la Comisión Sectorial del MERCOSUR, Contador Diego Cardoso.

Posteriormente mantendrán nuevos contactos con las autoridades de la Cámara de Industrias del Uruguay.

En la pasada jornada, el Secretario de Desarrollo Económico y Social de Río Grande del Sur que encabeza la mencionada delegación y el Director de la Compañía de Desarrollo Industrial y Comercial de ese Estado brasileño, fueron recibidos por el Director General de Comercio Exterior, Embajador Miguel Berthet.

En forma paralela, algunos de los empresarios desarrollaron una serie de rondas de negocios con colegas uruguayos.

El Director de la Compañía de Desarrollo Industrial y Comercial de Río Grande del Sur, precisó a LA MAÑANA que esta delegación tiene el cometido de explorar la posibilidad de negocios conjuntos, especialmente joint-ventures, ante la perspectiva de consolidación del MERCOSUR.

Informó que entre los sectores representados en la delegación se encuentran productores lácteos de maquinarias, de arroz, cuero y el sector plástico, entre otros.

Por su parte Claudio Ryff Moreira explicó que el objetivo de la misión comercial es el de ampliar los contactos con los empresarios uruguayos, conocer más profundamente la realidad del país y los planes de reconversión, especialmente en los sectores industriales y agrícolas, con la finalidad de aumentar la competitividad de los productos de ambos países en la región o en los grandes centros consumidores del mundo.

La referida delegación mantuvo en el comienzo de la visita a Montevideo unas reunión con Arnaldo Veras del Instituto de Cooperación para la Agricultura, con el propósito de conocer los proyectos de reconversión que Uruguay está desarrollando en el sector agropecuario.

Se informó a los visitantes, en la ocasión, que las primeras grandes inversiones están siendo realizadas en la búsqueda de alternativas para sectores que perdería competitividad, como es el caso de la caña de azúcar.

Asimismo, se precisó que la caña de azúcar está siendo sustituida por frutas y productos hortifrutícolas para ser exportados congelados o naturales.

Según lo expresado por Danilo Ucha, Arnaldo Veras les informó que el problema mayor es la falta de capitales.

Por consiguiente, se precisó a la misión, que se está en la búsqueda de inversionistas para desarrollar proyectos conjuntos en el sector agropecuario.

Cabe destacar, finalmente, que esta misión también mantuvo contactos con las autoridades de Zonas Francas, el Ministerio de Turismo y el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca.

LA MAÑANA 14-7-92

FF.AA. del Mercosur son legalistas

• Seguridad interna es tarea de la Policía, declararon los máximos jerarcas

Militares de los países del Mercosur y Chile, reunidos coincidentemente con la Cumbre Presidencial de Las Leñas, rechazaron la estructuración de una fuerza latinoamericana de intervención (opinando que el TIAR ha caído en "la obsolescencia"), las presiones desde los países desarrollados para "limitar o impedir el avance tecnológico de nuestros países", y "las sugerencias" para adjudicar tareas "básicamente policiales" a las Fuerzas Armadas latinoamericanas, según reveló el Almirante Emilio José Ossés, jefe del Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas argentinas.

"Las tareas relacionadas con la seguridad interior son, en general, de primaria incumbencia policial, aunque su normativa es propia de la legislación de cada Estado", acordaron militares de los países del Mercosur y de Chile, según la nota publicada por el diario argentino La Nación, con la firma del Almirante Ossés.

Esa "firme convicción", según Ossés, se contrapone al "evidente desacuerdo" de los participantes con *"Las «sugerencias» por parte de (algunos sectores en países desarrollados) sobre los roles básicamente policiales que deberían cumplir las Fuerzas Armadas latinoamericanas"*.

Coincidentemente con la cumbre de Las Leñas, que reunió a los presidentes de los países del Mercosur y Chile como observador, los Estados Mayores Conjuntos de los mismos países -y en el mismo carácter- deliberaron en Buenos Aires para *"intercambiar ideas sobre temas de interés estratégico militar, con el fin de acompañar, desde este campo, (el proceso de integración de) los gobiernos y sociedades del Cono Sur"*. Estos encuentros, recuerda Ossés, comenzaron en 1987 con la sola intervención de Argentina y Brasil.

Los mandos militares conjuntos coincidieron, en primer lugar, en *"la percepción de un mundo aún conflictuado, incierto e inseguro, como también de un subcontinente que, aunque democratizado, continúa inestable, y sobre el que los Estados Unidos de América gravitan decisivamente, más allá del juicio de valor que tal circunstancia promueva"*.

Expresaron su "firme convicción" sobre el papel de las Fuerzas Armadas, a las que corresponde constitucionalmente *"preservar la integridad territorial y contribuir a defender los intereses y soberanía nacionales"*, mientras la seguridad interna compete a la Policía ("aunque su normativa es propia de la legislación de cada Estado").

En otra área, los militares del Cono Sur expresaron *"un evidente desacuerdo"* con *"la estructuración de una fuerza interamericana de intervención, al margen de los organismos previstos por las Naciones Unidas y la Organización de Estados Americanos, a pesar de la coincidente opinión sobre la obsolescencia del Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca, TIAR, y la consecuente necesidad de reformularlo"*.

Discreparon también con *"las presiones ejercidas por algunos sectores en países desarrollados, con el fin de regular, limitar o impedir el avance tecnológico de nuestros países"*, y con *"las «sugerencias», por parte de estos sectores, sobre los roles básicamente policiales que deberían cumplir las Fuerzas Armadas latinoamericanas"*.

Ossés destaca el "firme apoyo" de los Estados Mayores a *"los sistemas democráticos de gobierno"*, *"la autodeterminación de los pueblos, la no injerencia en los asuntos internos de otros Estados y el consecuente respeto por las soberanías nacionales"*, *"la solución pacífica de los conflictos"*, *"la integración regional en desarrollo"*, *"la gradual profundización de la cooperación militar, acompañando los logros que previamente se hayan consolidado en los ámbitos político y económico"*. ■

El sur de Brasil descubrió una debilidad uruguaya

10/1 LR

Estudios del Mercosur nos revelaron como el país de mayor carga fiscal

Río Grande del Sur, por nuestro corresponsal Martín Correa

■ A través de un pormenorizado informe realizado por técnicos de la Secretaría de Hacienda del estado de Río Grande del Sur, revelado oficialmente en la víspera en Porto Alegre, donde se analiza profundamente todo lo relativo a impuestos sobre consumo "bordereaux" en los cuatro países del Mercosur, **se establece que Uruguay es el país con mayor carga fiscal.** A su vez Paraguay es el de menor incidencia en este renglón. Esta es la constatación a la que se arribó tras un estudio político de tributación en los países del Mercosur, desarrollado por los economistas Luis Carlos Vitalli Bordón y Eugenio Lagemann, de dicha repartición divulgado durante la reunión del Consejo Estadual de Desarrollo. En efecto, este estudio compara los tributos en el Cono Sur como parte de sus respectivas políticas de ajustes. Según la información de Vitalli Bordón, los impuestos indirectos son la principal fuente de financiación del sector público. En cuanto a su promedio, de acuerdo con las informaciones reveladas esta tarde por **Radio Gaúcha**, integrante de la cadena **RBS**, los dos tercios de dichos organismos son procedentes de los impuestos indirectos del tipo ICMS, de circulación de mercaderías. Más adelante, se dijo que en los países de la Comunidad Económica Europea es el impuesto a la renta el que tiene mayor transcendencia.

En la práctica, el presupuesto del sector público (no financiero) de la República Argentina está constituido por un 67,7 por ciento de la acción tributaria, 15,9 por ciento de su presupuesto tributario, 15,9 por ciento de seguridad social y un 4,8 por ciento del ahorro de empresas públicas. En Brasil —concluyó— la situación es muy diferente. 57,7 por ciento es de "receitas tributarias", 17,5 por ciento de seguridad social y 15,0 por ciento de ahorros estatales. Uruguay y Paraguay tienen peso idéntico para sus "receitas tributarias", 61,1 por ciento y 61,8 por ciento respectivamente. La diferencia fundamental es que en cuanto a Paraguay, el peso de seguridad social es de 12,2 por ciento, en Uruguay llega al 23,6 por ciento.

Mientras tanto, todos los países dan un mayor énfasis al impuesto indirecto, siendo que en Argentina alcanza al 37,5 por ciento, en Brasil es el 39,3 por ciento, en Uruguay es del orden de un 43,9 por ciento y en Paraguay 32,5 por ciento. Cabe acotar que este estudio activado por la gobernación del Estado, aborda además lo relativo a financiamientos y al déficit operacional de cada país. Este trabajo en plena marcha habrá de revelar datos también de cómo se forman las "receitas" en México y Chile.

Se procederá en el transcurso de los próximos meses a la redacción de un libro con el resultado de estos trabajos.

Funcionarios se reunieron con entidades empresarias

Analizan cronograma elaborado en Mercosur

Funcionarios de la Cancillería y del Ministerio de Economía presentaron ayer formalmente a dirigentes de las entidades empresarias más representativas de la industria, el comercio y el agro, el cronograma de medidas aprobado por los cuatro paises miembros el 27 de junio último en Las Leñas.

El encuentro, que tuvo lugar en el Palacio San Martín, sirvió "para exponer ante el empresariado los alcances que tiene para los diversos sectores de la economía el cronograma con fechas y medidas", aprobado por los presidentes de Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay.

• Funcionarios

Participaron de las deliberaciones el embajador **Félix Peña,** miembro del grupo "Mercado Común" y principal negociador argentino; el director del Mercosur, **Guillermo Hunt**; el subsecretario de Comercio Exterior, **Carlos Kesman**, y el subsecretario de Integración Económica del Ministerio de Economía, **Alejandro Mayoral**, entre otros.

• Empresarios

En representación del sector privado, participaron de esta cuarta reunión directivos de la **UIA, ABRA, ADEBA, SRA** y demás entidades madres de la producción.

El cronograma aprobado en Las Leñas es esencial para coordinar las políticas macroeconómicas, cuestión que se realizará en forma gradual y convergente con los programas de desgravación arancelaria y de eliminación de restricciones no arancelarias.

9.7-92

920... 91-01

Analizarán perspectivas del Grupo Andino y el Mercosur

• Futuro económico de la región

L.M 1/7/92

Negociadores, técnicos y expertos de diversos organismos internacionales en materia de integración, se nuclearán en Bolivia la semana próxima, con la finalidad de analizar y examinar el presente y futuro de las economías de la región en el contexto de la aparición de megabloques económicos mundiales y del establecimiento de un nuevo orden económico mundial, según las informaciones obtenidas por LA MAÑANA.

La Universidad Andina "Simón Bolívar", con el apoyo del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y del Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) han programado un debate sobre la "situación presente y las perspectiva del Grupo Andino y el Mercado Común del Sur (Mercosur).

Expertos y técnicos lo tratarán en Sucre

Por lo indicado, el Director General de la Secretaría Administrativa del Mercosur, Dr. Alvaro Moerzinger, se trasladará al país del altiplano el próximo fin de semana, ya que fue invitado especialmente a participar de estas actividades que se desarrollarán entre el 6 y 9 de julio.

Fuentes de la Secretaría Administrativa del Mercosur indicaron a LA MAÑANA que Moerzinger expondrá en la ocasión sobre "el Mercosur dentro de las perspectivas de los procesos de integración".

Las mismas fuentes resaltaron la importancia que seguramente adquirirán estas deliberaciones que contarán con la presencia de representantes de diversos países de la región, así como del GATT y otros organismos internacionales.

El Grupo Andino y el Mercosur no son en definitiva grupos económicos antagónicos y por lo tanto no es descartable una complementación, de allí que estas instancias de análisis revistan gran significación.

Incluso se estimó a LA MAÑANA que el Grupo Andino y el Mercosur, por las características de sus economías primario-exportadoras y con buena estructura productiva transformadora en alguno de ellos, pueden complementarse.

Además se considera en algunos ámbitos que pueden obtener mejores posibilidades en el contexto de la "Iniciativa para las Américas", insertándose en ese programa conjuntamente o por separado.

El Mercosur representa un mercado de aproximadamente 200 millones de consumidores, con un Producto Bruto Interno combinado de 460.000 millones de dólares a precios de mercado (50% del total latinoamericano).

Alvaro Moerzinger expondrá sobre el Tratado regional

El Grupo Andino, por su parte, tiene 100 millones de habitantes y un PBI combinado estimado de 200.000 millones de dólares a precios de mercado, constituyendo por tanto un núcleo económico de respetable envergadura.

Por consiguiente el fortalecimiento tanto del Mercosur como del Grupo Andino se sostiene en su real potencial interno, pero también en nuclear a otros economías estratégicas y ampliar la complementación.

En consecuencia, las referidas actividades, que tendrán lugar en la ciudad de Sucre, en la sede de la Universidad Andina "Simón Bolívar", permitirán incursionar en el análisis de las relaciones económicas internacionales de América latina; examinar el GATT y la Ronda Uruguay: el relacionamiento de la región con Japón y la Comunidad Económica Europea y la Iniciativa para las Américas.

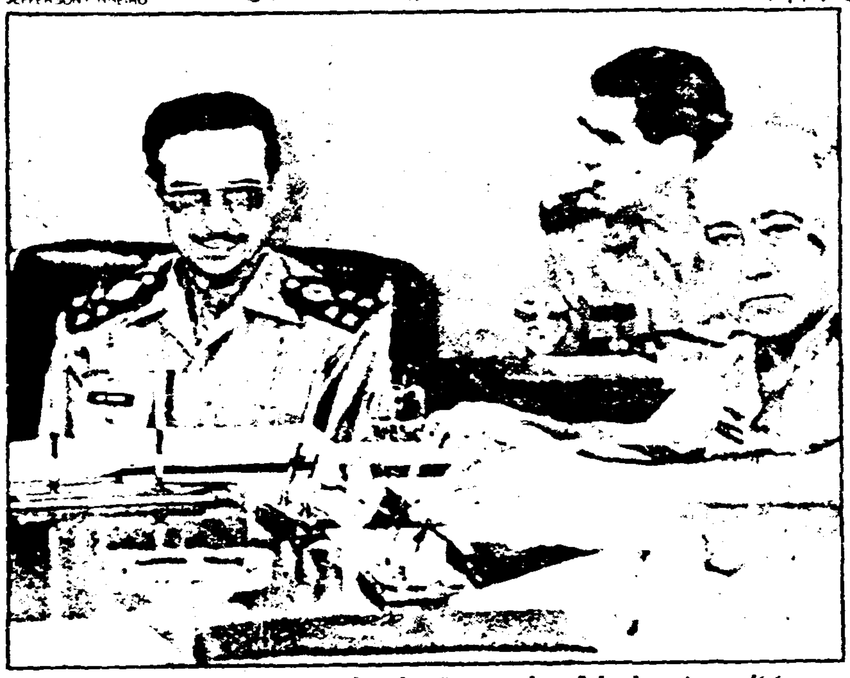
En cada uno de estos temas, se registrará la presencia y exposición de expertos y técnicos de organismos internacionales.

Estará presente el Secretario General de ALADI

Cabe consignar que además del Director General de la Secretaría Administrativa del Mercosur, Dr. Alvaro Moerzinger, se ha programado la presencia del Secretario General de la ALADI, Emb. Jorge Luis Ordóñez, de negociadores y técnicos del Pacto Andino y de empresarios.

El moderador de estos debates será José María Puppo del Instituto de Integración para América Latina (INTAL). ■

JEFFERSON PINHEIRO   CORREIO BRAZILIENSE 25/9/92



Tinoco preside a reunião do Alto Comando e fala da crise política

Ministros militares também saem

O ministro do Exército, general Carlos Tinoco, aproveitará a reunião administrativa do Alto Comando, que está sendo realizada em Brasília, para comunicar aos seus subordinados que apresentará sua carta de demissão, juntamente com os demais ministros militares, no dia em que a Câmara votar a admissibilidade do pedido de impeachment do presidente Fernando Collor. O ministro Tinoco ainda não sabe, entretanto, o que vai fazer caso o presidente Collor não seja afastado do cargo e lhe peça um convite para permanecer na função, ou se o vice-presidente Itamar Franco convidá-lo para continuar no Governo. De qualquer forma, como responsáveis pela segurança, ficarão no cargo até a escolha dos substitutos.

O pedido de demissão coletiva foi acertado entre os ministros no dia 25 de agosto, mas a reunião do Alto Comando — que começou ontem e termina hoje — já estava marcada há mais de um mês. A pauta original prevê a avaliação dos recursos a serem aplicados nos projetos prioritários da Força até o final do ano e um balanço de todos os planos que estão em execução. Mesmo informalmente a crise política também foi discutida. Para evitar qualquer tipo de problema ou vacância de Poder, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Antônio Joaquim Moreira, substituto oficial do ministro do Exército, cancelou uma viagem de inspeção, de cinco dias, que faria a partir da próxima segunda-feira a vários quartéis do Comando Militar do Nordeste.

Consórcios — Além desta questão orçamentária, os oficiais do Alto Comando discutiram a possibilidade de formação de consórcios internacionais (joint-ventures) para solucionar o problema de atraso tecnológico da Imbel, por exemplo. O general Paiva Chaves, chefe do Departamento de Material Bélico, esteve por 15 dias este mês, na Suécia e na Inglaterra visitando uma exposição de material industrial militar.

01-01

FOLHA DE SÃO PAULO

Carecas fazem atentado antinordestino

Em São Paulo, neonazistas invadem rádio de programas para migrantes, atiram e picham paredes

Niels Andreas/Folha Imagem



Instalações da rádio Atual pichadas com slogans antimigrantes e o símbolo nazista

Da Reportagem Local

Seis "skinheads" neonazistas, conhecidos em São Paulo como "carecas" ou "white power" (poder branco), invadiram às 2h30 de ontem a rádio Atual —na rua Jacoser, Bairro do Limão (zona norte). Eles dispararam dois tiros e picharam o saguão com slogans antinordestinos. Na estação de rádio, funciona o Centro de Tradições Nordestinas.

A rádio Atual promove todos os finais de semana festas típicas do Nordeste, com comidas e músicas regionais. O dono da rádio, José de Abreu, pediu proteção à polícia. O secretário estadual da Justiça, Manuel Alceu Alffonso Ferreira, visitou a rádio e prometeu dar segurança aos funcionários.

O locutor Jorge Mauro, 25, contou que estava na rádio quando ouviu os tiros. "Saí pelos fundos para ver o que era. Quando voltei, a rádio estava pichada". "Morte aos nordestinos" e "ratos nordestinos canalhas" foram as frases pichadas entre cruzes suásticas. Ameaçaram matar o dono da rádio, caso ele não voltasse "à terra de seu povo". Quando a PM chegou ao local, os "carecas" já haviam fugido.

O locutor diz que a agressão foi uma resposta às chamadas que lê em seu programa para que os nordestinos de São Paulo se unam contra a violência dos "carecas". As chamadas começaram ir ao ar após a exibição do programa "Documento Especial", no SBT, dia 17, que mostrou slogans dos "carecas" contra os nordestinos.

A Federação Israelita faz hoje uma reunião com representantes de partidos políticos e de entidades civis para marcar um ato público contra os neonazistas.

Dono da rádio é paulista

Da Reportagem Local

A ameaça dos "skinheads" ao dono da Rádio Atual —prometeram matá-lo caso ele não voltasse à "terra de seu povo"— soou como uma equivocada ironia. José de Abreu, presidente e dono da rádio, é paulista.

"Eu e ele somos quase os únicos não nordestinos aqui", diz o mineiro Maurício de Oliveira, 45, diretor superintendente da rádio. Oliveira disse que registraria ocorrência no 40º Distrito Policial até a noite de ontem. Os PMs não fizeram o B.O. após o atentado.

01-01

9209505

Alto funcionario chileno hizo la denuncia

Chile habría sido elegido por "narcos" para operaciones de lavado de dinero

■ Los traficantes del mercado internacional de la droga iniciaron operaciones de "lavado de dinero" en Chile, advirtió ayer en Santiago un alto funcionario estatal a la agencia AFP.

"El lavado de dinero llegó a Chile y ya tenemos indicios de corrupción" dijo el director del Servicio de Impuestos Internos, Javier Etcheberry, aunque sin revelar nombres ni casos específicos.

Si bien Chile no es productor de cocaína, la Policía se mantiene en alerta para evitar que su territorio sea utilizado por traficantes de otros países como punto de distribución de la droga hacia los mercados de Europa y Estados Unidos.

Algunos de esos traficantes, según señaló Etcheberry, trasladaron al país los dineros que obtuvieron por sus operaciones ilícitas en esos mercados y los invirtieron en acciones o bienes raíces, para "lavar" sus capitales a la luz de las condiciones de apertura que ofrece la economía chilena.

CORREIO BRAZILIENSE · VIDA MILITAR · 25/9/92 · 9

Polícia faz curso de Comunicação

Começa na próxima semana, o II Curso de Comunicação Social da Polícia Militar do Distrito Federal. O curso funcionará em regime escolar parcial com 248 horas/aula, dando continuidade à filosofia de interação com a comunidade, com o objetivo de melhor atendê-la em seus anseios de segurança pública. Além disso, o curso visa estabelecer a interação da instituição com a comunidade através dos meios de comunicação de massa. Das 25 vagas oferecidas a oficiais, oito foram distribuídas para policiais militares de outros estados. A polícia de Goiás, coube duas vagas, à de Minas Gerais, uma, à de Roraima, uma, à do Rio Grande do Sul, uma, assim como às de Mato Grosso, Santa Catarina e São Paulo. As 17 vagas da PMDF serão preenchidas por indicação dos comandantes de unidades. Estes 17 oficiais, após o curso, exercerão as funções de comunicação social na unidade em que vierem a servir. O objetivo geral do curso é instrumentalizar oficiais para o planejamento, execução e coordenação de atividades de comunicação social de interesse da Corporação e inclui as seguintes disciplinas: Jornalismo Aplicado, Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística, Publicidade e Propaganda, Comunicação Comunitária, Argumentação Publicitária, Teorias da Comunicação e Relações Públicas, Mercadologia e outros importantes assuntos atuais. Os alunos farão visitas às redações, treinamento de entrevistas, além de atividads extracurriculares, onde serão utilizados os métodos e processos de ensino preconizados pela moderna orientação pedagógica exercida pela Divisão de Ensino da Academia de Polícia Militar. A especialização de oficiais na área de Comunicação Social, segundo o major Vítola, coordenador do curso, vai permitir uma padronização na conduta dos oficiais em seus contatos com a imprensa e veículos de comunicação, visando informar e prestar esclarecimentos dos atos policiais dentro de uma linha de transparência e profissionalismo que passe credibilidade e confiabilidade aos órgãos de informação, atingindo, por consequência, a população. A Academia de Polícia Militar foi buscar no curso de Comunicação Social do Ceub, os professores nas áreas de Jornalismo, Propaganda, Relações Públicas e Marketing para ministrarem esse curso para oficiais. Os professores, todos com experiência profissional são os jornalistas Jair de Farias e Mônica Prado, o publicitário e chefe do Departamento de Comunicação do Ceub, Samir Suaiden, os comunicólogos Newton Quirino e Kleiber Beltrão, coordenador de Relações Públicas do Banco Central, e Fátima Emília Teixeira. A coordenadora pedagógica do II Curso de Comunicação da PMDF será a professora Luciana Spíndola.

■ Mudança na PM

Desde o início desta semana, a Polícia Militar do Distrito Federal possui novos diretores e comandantes. As Diretorias de Pessoal, Finanças, Apoio Logístico e Ensino foram assumidas pelos coronéis Mário Sérgio Caetano, Túlio Cabral Moreira, Antônio Marangon Neto e Carlos Alberto Cardoso, respectivamente. O Comando de Policiamento foi assumido pelo coronel Francisco Cavalcante Neves Neto e para o Comando de Policiamento Regional I, assumiu o tenente-coronel Delfim Marques Cantarino.

■ Colégio Militar

A partir do dia primeiro de outubro estarão abertas as inscrições para o concurso de admissão à 5ª série, do 1º Grau, do Colégio Militar de Brasília. O concurso de admissão se destina aos filhos e filhas de militares e civis com idade entre 10 e 13 anos, completados em 1992. Os interessados deverão procurar o Colégio Militar, no horário de 8h às 11h30 e de 14h às 16h, de segunda a sexta-feira. As provas serão realizadas no início de dezembro deste ano.

■ Condecoração

O general-de-Exército Antônio Soares Moreira, chefe do Estado-Maior do Exército, será agraciado com a comenda francesa mais importante daquele país — Ordem Nacional do Mérito — às 19h de hoje, na residência do embaixador da França, Jean Bernard Ouvrieu. A comenda é concedida às personalidades que se destacaram no estreitamento de laços político-econômicos entre os dois paises. O general Moreira esteve na França, em 1990, estreitando os laços entre os dois exércitos.

■ Embarcações

Os proprietários de embarcações inscritos na Capitania dos Portos deverão possuir o seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações e suas cargas a partir desta semana. Com este seguro, as vítimas de acidentes náuticos serão indenizadas. O Ministério da Marinha ficará responsável apenas pela fiscalização do pagamento. O Ministério não interferirá nos valores cobrados pelas companhias de seguro. Maiores informações na Capitania dos Portos.

■ Dia Marítimo

O Dia Marítimo Mundial será comemorado hoje. A data comemorativa foi criada pelos países membros da Organização Marítima Mundial (IMO), na qual o Brasil faz parte desde 1969. O tema escolhido para este ano foi "Meio Ambiente Marinho e Desenvolvimento: o papel da IMO". O secretário-geral da IMO, em sua mensagem, afirmou que "o Brasil tem de voltar a crescer o que necessariamente envolve o desenvolvimento das atividades marítimas internacionais.

■ EMB-120

A Embraer está estudando mudanças para aumentar a competitividade do EMB-120 Brasília. Segundo a empresa, as mudanças no projeto visam minimizar os custos operacionais e de manutenção, além de proporcionar maior conforto e aumento da disponbilidade para o vôo. O Brasília representa o carro-chefe nas vendas da Embraer. Nos Estados Unidos, o avião é amplamente utilizado no sistema de aviação regional.

01-01

CORREIO BRAZILIENSE 27/9/92

Exército garante permanência de Tinoco no cargo e descarta golpe

O Alto-Comando do Exército, reunido quinta e sexta-feira desta semana, assumiu a posição pela continuidade no cargo do ministro Carlos Tinoco assim como de todos os outros oficiais-generais comandantes de área ou chefes de departamentos e de secretarias. O ministro do Exército disse que colocará seu cargo à disposição junto com os demais ministros logo que seja votado o impeachment do presidente Collor. Carlos Tinoco explicou que não deixará o cargo, apesar de colocá-lo à disposição, até que seja nomeado um substituto porque "como comandante da Força, ela ficaria acéfala", disse Tinoco.

Os 21 oficiais-generais que participaram da reunião do Alto-Comando também avaliaram a repercussão da crise política brasileira no exterior. Segundo um dos integrantes, a repercussão tem sido a mais positiva porque há um clima de tranquilidade e de normalidade democrática. "Estamos dando uma demonstração de maturidade democrática numa crise deste porte", afirmou o general.

Segundo os generais, os ministros militares estão atentos às missões constitucionais e ao fortalecimento das instituições. "Ninguém fala em golpe ou coisas do gênero, estamos todos trabalhando", garante. Durante as conversas informais, os generais reafirmaram a manutenção das instituições democráticas de acordo com a Lei Complementar 69 que dispõe sobre o emprego, a organização e o papel das Forças Armadas. Por esta lei, uma intervenção militar para manter a lei e a ordem interna só pode ser solicitada pelos presidentes da República, do Congresso e do Supremo Tribunal Militar. Os militares estão acompanhando o desenrolar da crise política, mas insistem que cabe à Polícia Militar dos estados dirimir qualquer conflito de rua ou tumultos como saque e depredações e que, somente em último caso, as Forças Armadas são chamadas a intervir.

Diversos oficiais-generais do Alto-Comando estiveram presentes à solenidade de condecoração com a medalha da Ordem Nacional do Mérito francês entregue ao general-de-Exército, Antônio Moreira, chefe do Estado-Maior do Exército, na sexta-feira. O general Moreira, em seu discurso de agradecimento ao embaixador Jean Bertrand Ouvrieu, falou da necessidade de transferência de tecnologia da França sobre a fabricação dos helicópteros Pantera e Esquilo, empregados pela Aviação do Exército brasileiro.

Moreira enfatizou que desde 1918 a França vem estreitando os seus laços com os militares brasileiros através da transferência de conhecimento na área de ensino e formação de pessoal especializado em aviação. "Esperamos a transferência de tecnologia como nos foi passado a experiência no ensino", disse o chefe do Estado-Maior. O embaixador francês, ao condecorar Moreira, na solenidade em sua residência, enfatizou a meta de abertura para o exterior dos militares brasileiros. O Brasil, através da Aeroespatiali, comprou da França 54 helicópteros e mais outros 20 por um termo aditivo ao contrato inicial.

Orçamento — Mesmo com um orçamento pouco menor do que o deste ano, o Exército está mais aliviado para 1993. O peso do fardamento foi transferido para a rubrica de pessoal, o que permite otimizar os recursos para os projetos prioritários como Aviação, Ciência e Tecnologia. Inicialmente, o Exército previu Cr$ 1,1 trilhão para 1993 mas o Ministério da Economia só autorizou cerca de Cr$ 700 bilhões, ou 30 por cento a menos.

Na reunião do Alto-Comando a questão orçamentária da Força foi discutida mas a preocupação é com o descontingenciamento para fechar este ano de 1992. Segundo o general Antônio Moreira, o Exército tinha direito ainda a pouco mais de Cr$ 400 bilhões mas só solicitou Cr$ 300 bilhões. Estes recursos, que devem ser liberados a partir de amanhã, vão permitir a continuidade do ano sem problemas de comida (etapa de rancho) para os 96 mil soldados incorporados.

O general Moreira afirmou ainda que poderá ocorrer a desincorporação antecipada, como em anos anteriores. Dentro desta idéia, a primeira turma de conscritos seria dispensada em 31 de outubro. Perguntado sobre se o momento político permitiria isto, pois a tropa poderá ser convocada, o chefe do Estado-Maior afirmou que "nada se decidiu sobre o assunto e que, até o final do mês de outubro, os desdobramentos da crise indicarão se a dispensa poderá ser feita".

01_01

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA ATI F. NANCIERO 10.9.92

CRUZADO

Detienen a otros seis mafiosos

Roma *(UPI, Reuter, DPA, EFE) — Pocos días después de haber detenido al número dos de la temida* **Cosa Nostra**, *la policía italiana arrestó ayer en la región central de* **Toscana** *a otros seis hombres sospechosos de ser mafiosos.*

Las nuevas detenciones se producen en el marco de un masivo operativo antimafia lanzado por el gobierno italiano desués de que la **Cosa Nostra** *asesinó a dos prominentes jueces antimafia en un lapso de dos meses.*

Mientras tanto, **Giuseppe Madonia**, *presunto jefe de la mafia capturado hace tres días, fue confinado al ala de máxima seguriad de una prisión de Roma.*

Madonia, *considerado el segundo al mando de la mafia siciliana, fue trasladado por la mañana desde la norteña ciudad de* **Vicenza** *a* **Roma**.

El pistolero de 45 años, quien fuera arrestado el domingo en un pequeño pueblo cercano a **Vicenza**, *es retenido en la prisión romana de* **Rebibbia**.

Unos 11 magistrados desean interrogarlo acerca de redes delictivas de drogas y extorsión que supuestamente él controlaba en el sur de Sicilia.

Los investigadores también sospechan que él estaba implicado en la planificación de los asesinatos contra los jueces **Giovanni Falcone** *y* **Paolo Borsellino**, *perpetrados este año en la isla.*

01/01

9209509

Importante decomiso en Jujuy

SAN SALVADOR DE JUJUY, (Télam).– Seis kilogramos de cocaína de gran pureza fueron secuestrados durante un procedimiento realizado en el puesto caminero de la localidad de Yala, ubicada a 20 kilómetros al norte de esta capital.

Durante el operativo la policía detuvo a dos hombres, uno argentino y otro boliviano, que intentaban ingresar la droga a la ciudad de San Salvador escondida en un camión que, desde la frontera con Bolivia, transportaba vidrio molido.

El puesto caminero de Yala es el último control policial provincial que existe antes de llegar a esta ciudad, luego de hacer un trayecto de 280 kilómetros desde la localidad argentina de La Quiaca, separada de la de Villazón –en Bolivia– por un puente de menos de 50 metros de largo.

Fanzines pregam morte a nordestino e judeu

Publicações de 'carecas white power' sugerem a criação de 'campos de trabalho' para migrantes e adoram Hitler

Grupo negro é ameaçado

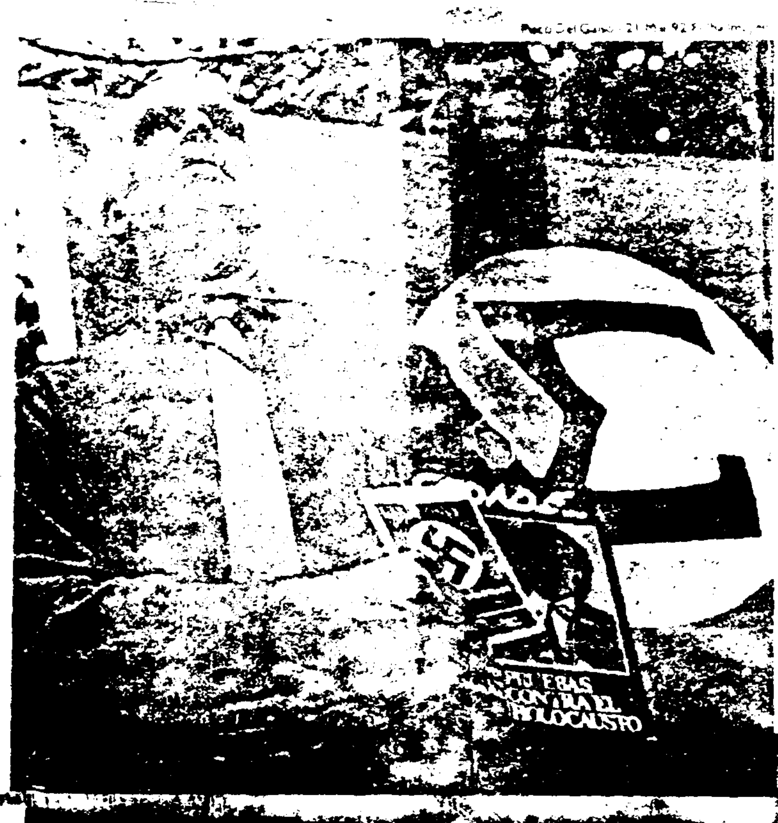
Da Reportagem Local

Grupos negros de São Paulo recebem cartas com ameaças de morte, atribuídas a "carecas".

As cartas anônimas "têm caráter neonazista e fazem apologia de um hipotético poder branco", segundo a filósofa Sueli Carneiro, coordenadora do S.O.S. Racismo, do Geledés Instituto da Mulher Negra.

Algumas das cartas contêm poemas enaltecendo a Ku Klux Klan, organização racista norte-americana.

Sueli Carneiro não quis ontem dar mais detalhes sobre as ameaças. Para ela, "tem sido contraproducente esta estratégia". Ela afirmou ontem que "está ha- ... merecem". (GN)



O integralista Anésio Campos, irmão de Eduardo Suplicy

CLAUDIO JULIO TOGNOLLI
Da Reportagem Local

Há em São Paulo dois "fanzines" (revistas), de circulação restrita, que pregam a morte aos judeus e nordestinos: "Determinação e Coragem" e "Orgulho Paulista". As publicações, distribuídas em xerox, trazem charges onde "carecas" aparecem enfiando bandeiras de São Paulo na cabeça de nordestinos estilizados. Há também desenhos sobre a figura do "bom judeu", que aparece com um tiro na testa.

Os autores apócrifos, todos "white powers", imprimem entrevistas com carecas de todo o Estado: há fotos de grupos de São Vicente (litoral paulista) marchando, no dia 20 de abril, em comemoração ao 103º aniversário de Adolf Hitler; relicários com a história da Ku Klux Klan e contos sobre a "gloriosa" vida dos bandeirantes de São Paulo. Em cada página os fanzines trazem os slogans "100% de violência e separatismo já".

As publicações têm "serviços". Explicam como comprar, pelo reembolso postal, vídeos sobre a vida de Hitler ou como entrar em contato com os "skins" mais radicais da França, Itália e Alemanha. Os fanzines são encontrados em Santo André (Grande SP).

Os textos propõem que os nordestinos sejam colocados, "pacificamente ou não", em campos de trabalho, para que produzam riqueza e depois sejam devolvidos "as suas terras". Outros teorizam sobre o antisemitismo. A lógica é canhota: "Um povo não seria perseguido há tanto tempo, por tanta gente, se não tivesse algo de errado". Há também referências à destruição do cristianismo, porque o credo teria "destruído toda a raça branca".

Carecas do ABC

O porta-voz dos "Carecas do ABC", Marcelo Carrasco, 25, negou qualquer envolvimento do grupo neonazista na invasão de anteontem à rádio Atual. Segundo ele, os seis "skinheads" que fizeram pichações contra os nordestinos foram rejeitados porque não apresentam as "características" do grupo. "Eles são muito burguesinhos", disse Carrasco, que os considera "frágeis demais" para integrar sua gangue.

"Somos contra a vinda dos nordestinos para São Paulo, mas é o governo quem deve dar condições para que eles fiquem em suas terras. Não adianta nada agir com violência, afinal eles também são brasileiros", declarou.

Colaborou a Agência Folha no ABC

001/2

Carecas do Rio renegam racismo

Da Sucursal do Rio

Os "cabeças-raspadas" do Rio, ao contrário de seus semelhantes paulistas, renegam o racismo. São negros dois dos 12 membros da facção "Carecas do Brasil" presos na quarta-feira, durante o tumultuado show dos Ramones no Canecão.

Pelo menos em uma coisa "carecas" paulistas e cariocas se parecem: o culto à violência. "Não levamos desaforo para casa. Caímos de pau quando somos atacados", afirma Luanda Vieira da Silva, 19, porta-voz dos "Carecas do Brasil". Segundo ela, o movimento desenvolve uma ação política.

Irmão de Suplicy causa tumulto

Da Reportagem Local

A reunião feita ontem na Federação Israelita de São Paulo para discutir estratégias contra o neonazismo acabou em tumulto. O motivo foi o comparecimento do integralista Anésio de Lara Campos, irmão por parte de mãe do senador Eduardo Suplicy (PT), candidato à prefeitura.

Suplicy disse que foi à reunião para tentar justificar que seu irmão não é nazista. Reportagem sobre neonazistas levada ao ar pelo SBT incluiu entrevista com Campos.

Quando Lara Campos chegou à reunião, uma fita do programa do SBT foi mostrada. Campos aparece em sua biblioteca, cercado de livros nazistas. Diz, na reportagem, que duvida do extermínio de judeus nos campos de concentração na 2ª Guerra. "As câmaras de gás eram para matar piolhos."

A declaração causou protestos de judeus, que abandonaram a reunião. "Não vou permanecer perante um nazista, dentro de uma casa israelita. Perdi minha família no Holocausto", protestou Natan Bergher, 47, diretor da Federação Israelita. A reunião foi encerrada.

"Nunca fui nazista. O povo judeu é o povo de Deus. Eu acredito que tenho sangue judeu e sempre defendi o Estado de Israel", disse Campos, já fora da sede da federação. Disse que nunca teve contato com carecas. Sobre os skinheads disse que "são desordeiros, mas têm alguns ideais bonitos". (DC)

Editoria de Arte/Folha Imagem

AS FACÇÕES NEONAZISTAS

Diferenças e semelhanças



Carecas "White Power"

- [illegible] a estética e a ideologia hitlerista
- não admitem negros ou nordestinos em seus grupos
- querem separar a região sudeste do resto do Brasil. Em São Paulo, cultuam os bandeirantes e os ideais separatistas da Revolução de 1932. Nos demais Estados das regiões sul e sudeste, idolatram a figura do imperador romano César
- mantêm contato com os "skinheads" de todo o mundo, sobretudo Itália, Alemanha e França
- editam "fanzines" com transcrições de livros anti-semitas. Reuniram-se nas principais praças de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, no último dia 15 de agosto, em cerimônia ao centenário do nascimento do general Himmler.

Carecas do subúrbio

- usam emblemas hitleristas
- não aderem integralmente à ideologia nazi: admitem "minorias" em suas fileiras, como negros e nordestinos
- vivem na região do ABCD e nos extremos sul e leste de São Paulo
- escutam música pesada, batizada pela gangue de "oi music"
- não tomam drogas
- fazem cultura física
- votam nulo
- fazem reuniões clássicas, todos os anos, na praça da Sé (centro), em comemoração ao Dia do Trabalho
- odeiam roqueiros "cabeludos"
- odeiam as multinacionais

O que há em comum entre eles

- estética hitlerista
- cabeça raspada
- "oi music"
- culto do corpo
- não-consumo de drogas
- nacionalismo
- voto nulo
- aversão a homossexuais
- têm entre 20 e 30 anos

Líder migrante alerta gangues

Da Reportagem Local

O presidente do MNN (Movimento Nacional Nordestino), José Firmino Araújo, 43, disse ontem que pretende realizar um ato de protesto no próximo dia 5, em São Paulo, contra a discriminação social. "Ninguém vai tirar o nordestino à força da cidade. Isso é coisa de gangues e elas que se cuidem", disse Araújo, ao condenar as pichações de neonazistas.

"Foram os nordestinos que construíram São Paulo", afirmou ele, que aponta discriminação no fato de o trabalho braçal ser feito quase sempre por nordestinos. "Quem recolhe o lixo? Quem cava os túneis? Quem ergue prédios? Quem limpa os esgotos?", perguntou.

Nascido em Natal (RN), Araújo mora em São Paulo há 30 anos. Ex-cozinheiro, hoje é dono de dois restaurantes de comida italiana —em Alto de Pinheiros e no Sumaré (zona oeste). É ainda candidato a vereador pelo PMDB.

Segundo ele, já existem 58 mil pessoas em São Paulo ligadas ao MNN, movimento que —diz acreditar Araújo— vai desembocar na criação do Partido Nacional Nordestino (PNN) até 1993.

Em 90, um projeto do vereador Bruno Feder (PDS) causou polêmica. Ele queria tirar dos migrantes o direito a serviços municipais. Féder negou que estivesse criando um "apartheid" e disse que pretendia frear a migração desordenada. (George Alonso)

Primer decomiso de opio en Colombia

Bogotá (AFP)

El primer decomiso de opio en Colombia se hizo el jueves en el Municipio de Chaparral, suroeste departamento del Tolima, cuando la Policía Antinarcóticos incautó 11 quilos de esta droga derivada de la amapola, informó el director de la institución, coronel Rosso José Serrano.

En el operativo, en el que también se incautaron 1 quilo de heroína y otro de morfina, fueron capturadas 4 personas.

El coronel Serrano se mostró preocupado por el hallazgo del opio, por cuanto evidencia que los narcotraficantes colombianos, dedicados tradicionalmente al negocio de la cocaína, ya están incursionando en el de narcóticos tan devastadores como el opio.

Un reciente informe de los últimos dos años de actividades de la Policía Antinarcóticos, reveló que en Colombia hay más de 12 mil hectáreas de tierra sembradas con amapola.

EMBAJADA DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
AGREGADURIA MILITAR

Nota 066/AMB/992.-   Brasilia,30 de setiembre de 1992

Sr.Jefe del Dpto Exterior de la D.G.I.D.

Sr.Cnel.Don Luis B Aranco;

Referente a su Fax de fecha 23 de setiembre,llevo a su conocimiento que me entrevistaré con el Sr.Moro a la brevedad y le entregaré una Nota con los E.E.I. solicitados

Creo conveniente entregar los requerimientos números 4,5 y 6 dado que los requerimientos 1,2 y 3 estimo poder conseguir la información sin necesidad de recurrir a la S.A.E.,y tratandose de información sobre las propias FF.AA. Brasileñas,no se haste que punto conviene solicitarsela a dicha Agencia.

De cualquier forma procederá de acuerdo a las directivas que ustedes me remitan.

Adjunto remito información que obra en mi poder sobre:

1.-Comando Militar del Norte y Comando Militar de Amazonia.-
   a).Decreto Presidencial No.626 del 7 de Agosto de 1992 (Anexo 1)
   b).En el Comando Militar de Amazonia continuará el Gral.Anibal Pacheco.-

2.-Modificación de la organización del Batallón de Infantería No.5 dentro del Proyecto FT 2.000.- (Anexo 2).-

EMBAJADA DEL URUGUAY AGREGADO MILITAR BRASILIA

Saluda a Ud. atentamente
El Agregado Militar en Brasil
Cnel.
ALFREDO R.LAMY

01-03   9209513

Decreto do Presidente

DECRETO Nº 626, DE 7 DE AGOSTO DE 1992

Altera áreas de jurisdição dos Comandos Militares de Área e das Regiões Militares e dá outras providências.

O Presidente da República decreta:

Art 1º – Os Art 1º, 2º e 3º do Decreto nº 91.779, de 15 de outubro de 1985, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art 1º – Os Comandos Militares de Área que comporão as Forças Terrestres, a partir de 1º de setembro de 1992, serão os seguintes:

. . . .

VIII – Comando Militar do Norte (CMN), com sede na cidade de Belém, PA.

. . . .

§ 3º – O Comando Militar do Norte será exercido cumulativamente com o da 8ª Região Militar.

§ 4º – Ficam subordinados ao Ministro do Exército os Comandos Militares de Área de que trata o presente artigo".

"Art 2º – . . . .

. . . .

VII – 7ª Região Militar – com jurisdição sobre os Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas, com a sede do Comando na cidade do Recife, PE;

VIII – 8ª Região Militar – com jurisdição sobre os Estados do Pará, do Maranhão, do Amapá e a área do Estado do Tocantins, ao Norte dos Municípios de Wanderlândia, Babaçulândia e Xambioá, todos inclusive, com a sede do Comando na cidade de Belém, PA:

IX – 9ª Região Militar – com jurisdição sobre os Estados do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, com a sede do Comando na cidade de Campo Grande, MS;

X –. . . . .

XI – 11ª Região Militar – com jurisdição sobre o Distrito Federal, o Estado de Goiás, o Estado de Tocantins (exceto a área sob jurisdição da 8ª Região Militar) e a área do Triângulo Mineiro (limitada, a Leste, pelos Municípios de Araguari, Indianópolis, Nova Ponte e Uberaba, todos inclusive), com a sede do Comando na cidade de Brasília, DF;

XII – 12ª Região Militar – com jurisdição sobre os Estados do Amazonas, do Acre, de Roraima e de Rondônia, com a sede do Comando na cidade de Manaus, AM".

"Art 3º – . . . .

I – Comando Militar da Amazônia – com jurisdição sobre o território da 12ª Região Militar;

. . . .

VIII – Comando Militar do Norte – com jurisdição sobre o território da 8ª Região Militar."

Art 2º – O Ministro de Estado do Exército baixará os atos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

(DO 152 – 10 Ago 92)

Noticiário do Exército

Centro de Comunicação Social do Exército | Brasília, 2ª feira, 21 de setembro de 1992 | ANO XXXVI | Nº 8.500

PARE Parada Obrigatória

VALE A PENA LER DE NOVO

NOTÍCIAS DO EME

Batalhão de Infantaria Leve – BIL

"FATOR DE MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO E DE MOTIVAÇÃO PROFISSIONAL DOS SEUS INTEGRANTES"

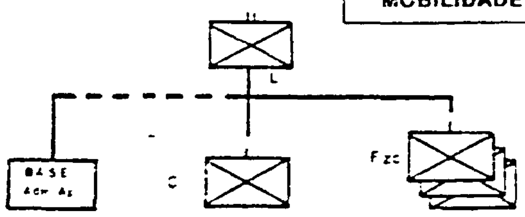
RACIONALIDADE — MOBILIDADE

1. O Ministro do Exército, por intermédio da Port 30-Res, de 2 Jul 92, resolve:

Transformar, em caráter experimental, a partir de 1º de janeiro de 1993, o 5º Batalhão de Infantaria (5º BI) em 5º Batalhão de Infantaria Leve (5º BIL), com sede na cidade de Lorena – SP e subordinado à 12ª Brigada de Infantaria Motorizada.

2. O Chefe do Estado-Maior do Exército, em Port 58-Res e 61-Res, de 22 Jul 92, e Port 88-Res e 89-Res, de 27 Jul 92, resolve:

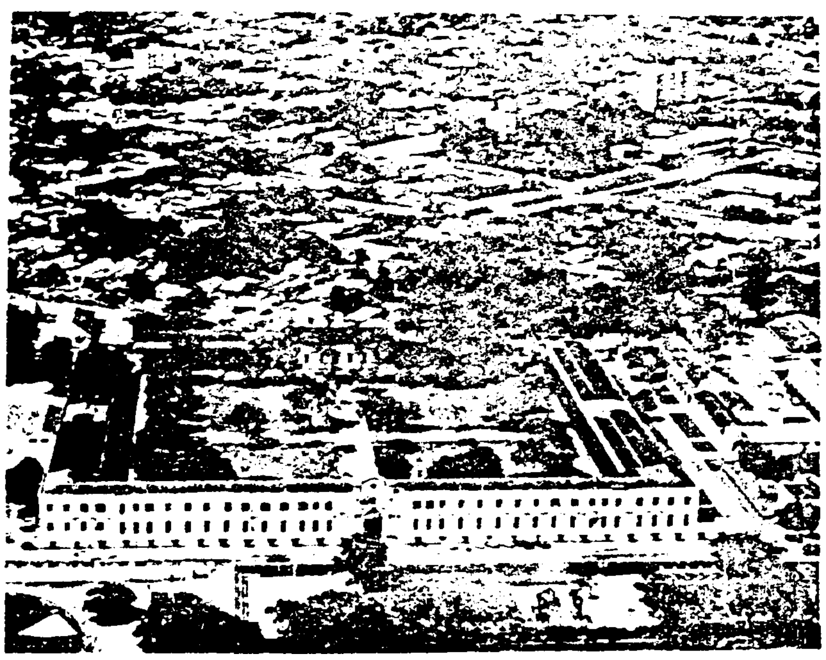
Aprovar a Base Doutrinária, o Quadro de Efetivo e o Quadro de Dotação de Material do Batalhão de Infantaria Leve e de sua Base de Administração e Apoio.



EFICIÊNCIA — PODER DE COMBATE

As Portarias em tela refletem o esforço da Força Terrestre na busca de sua modernidade, acompanhando tendências atuais dos principais exércitos no mundo e, neste contexto, o BIL situa-se entre as primeiras medidas de implantação da FT2000.

A criação do BIL é o resultado de estudos e pesquisas desenvolvidos no EME, particularmente nas áreas da Doutrina de Emprego da Força Terrestre, da Logística e do Pessoal, constituindo-se um dos principais programas que visam aumentar a operacionalidade do Exército.



Vista aérea do futuro 5º BIL

A estrutura organizacional do BIL visou privilegiar a atividade-fim da OM, possibilitando, por meio da existência de uma Base de Administração e Apoio, acentuada redução de encargos administrativos, que hoje sobrecarregam o Cmt de Unidade. A estrutura operacional do BIL, exclusivamente voltada para a instrução e o emprego, é constituída por três Cia Fzo e uma Cia C, que incorpora os meios de Cmdo, Ap Cmb e Ap Log.

Dotado de material moderno, incluindo alguns de alta tecnologia, cujas características são o baixo peso, reduzido volume e elevado desempenho, o BIL poderá ser deslocado a grandes distâncias, inclusive pelos meios aéreos orgânicos do Exército.

A concepção que orientou a organização estrutural do BIL, após a necessária fase de experimentação, concorrerá para a modernização e a padronização das demais organizações operacionais do Exército.

A implantação desta nova unidade já está em pleno desenvolvimento, devendo ser realizada conforme planejamento estabelecido pelo EME. Também, naquele Alto Órgão, o BIMth, o BISl e o BIPqdt, respeitadas as suas peculiaridades, estão sendo alvo de estudos doutrinários para a adoção de organização baseada na do BIL.

N. da R. – Republicada para atender aos companheiros da reserva, tendo em vista tratar-se de matéria de extrema relevância para a Força.

03-03

9209513

EMBAJADA DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
AGREGADURIA MILITAR

Brasilia, 02 de Octubre de 1992.-

OFICIO Nº 069/AMB/92.- SEÑOR JEFE DEL DEPTO. EXTERIOR DE LA D.G.I.D.

CNEL. DON LUIS P. ARANCO

EMBAJADA DEL URUGUAY AGREGADO MILITAR BRASILIA

Adjunto remito información referente a la personalidad del nuevo presidente del Brasil ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO.

Saluda a Ud. atentamente,

EL AGREGADO MILITAR EN BRASIL

CNEL.

ALFREDO R. LAMY

01 - 12

9209514

EXCLUSIVO PARA CLIENTES

SOBRE ITAMAR FRANCO E AS BASES DE SEU EVENTUAL GOVERNO

1. As virtudes e as carências

Itamar Augusto Cautiero Franco nasceu dia 28 de julho de 1931 a bordo de um navio do Lloyd, em águas da Bahia de Todos os Santos. O navio era um dos "Ita" e daí veio o nome – Ita-Mar. No registro de nascimento é baiano, por força de lei da época, coisa de que não gosta – nunca foi à Bahia, onde viveu apenas os seis primeiros meses de vida, e fica muito aborrecido quando sua naturalidade é lembrada. Mas de criação é mineiro de Juiz de Fora, assim como os pais, o engenheiro Augusto Cesar Stiebler Franco, falecido antes de Itamar nascer, e Itália Cautiero Franco, ainda viva. A mãe o criou na cidade, proporcionando a ele e aos três outros filhos as condições de vida típicas de uma família de classe média do interior de Minas. A irmã Maria de Lourdes faleceu. O irmão Augusto é médico e vive no Rio. A irmã Matilde, artista plástica, vive em Juiz de Fora.

Fez toda a trajetória escolar em Juiz de Fora, em duas únicas instituições, o Instituto Grambery, metodista, e a Escola de Engenharia. Sempre teve dificuldades em português, línguas estrangeiras, geografia e história. Um de seus professores, Paulo Henrique, hoje com 74 anos, diz que Itamar foi um aluno razoável em matemática e excelente em física. O gosto pela física o levou à Escola de Engenharia de Juiz de Fora, onde se formou como engenheiro civil em 1954.

O primeiro emprego foi no IBGE, como *office-boy*, aos 16 anos. Concluído o curso superior, trabalhou em várias ocupações modestas até fundar uma empresa de engenharia, a Construtora Itec, responsável pela construção do primeiro grande prédio de Juiz de Fora. Não continuou com a empresa, pois o que mais pulsava em Itamar não era a vida de negócios, mas a política, iniciada na juventude como Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia. Levado pela vocação política, mas também por necessidade material e por anseios de afirmação profissional, conseguiu um lugar de engenheiro na prefeitura de Juiz de Fora. Logo se tornou diretor da Divisão Industrial e em seguida do Departamento de Águas e Esgostos. Foi a base para o vôo político seguinte. Saiu do PTB e ingressou no MDB, embrião do PMDB, elegendo-se prefeito da cidade em 1966. Foram seis

(Poco Legible)

9209514

anos no cargo, pois em 72 conquistou outro mandato de quatro anos, já então pelo PMDB, deixando a prefeitura em 74 para candidatar-se ao Senado.

Em 1968, durante o primeiro mandato de prefeito, aos 38 anos de idade, casou-se com Ana Elisa Surerus, uma moça de família rica, pelos padrões locais, con quem teve as filhas Fabiana (20 anos) e Georgiana (22),ambas ainda estudantes. Não se dá bem com as filhas. A riqueza da família de Ana Elisa, propietaria do Curtume Surerus, foi um problema para Itamar. Ele queria ir mais longe, nas asas da política, mas a mulher la desejava na gerência dos negocios familiares. O casamento era uma relação conflituosa,de qualquer forma, em virtude do temperamento difícil de Itamar, e acabou litigiosamente em 1978 e por iniciativa dela. Embora a mulher fosse rica, Itamar não se opôs à pratilha igualitária dos bens. Não fez fortuna, nem nunca mostrou interesse em riqueza. Todo o seu patrimônio está em Juiz de Fora. Tem apenas três apratamentos, dois dos quais de pequeno valor, e uma chácara. Quatorze anos depois da separação , continua solteiro.

Itamar é consensualmente considerado um homem honesto. Só se conhecem duas empresas que lhe financiaram as campanhas eleitorales - a Mendes Júnior,que tem uma siderurgica em Juiz de Fora, e a Tratex. Testemunha-se que jamais usou recursos de campanha para gastos pessoais ou aumento de patrimônio. Em virtude do rigor ético, fez muitos inimigos. Na segunda campanha para a prefeitura,sua promessa principal foi asfaltar a cidade, o que muito agradava a um grande amigo, colega de turma na Escola de Engenharia, Hélio Luiz de Freitas, propietario da única usina local de asfalto. Itamar tomou posse e monout uma usina de asfalto para a prefeitura. Os amigos se tornaram inimigos. Um outro amigo, José Cesáno Moreira, candidatou-se a vereador e pediu-lhe ajuda. Itamar mandou-lhe ler a legenda de uma estátua, em frente à prefeitura "O bom escoteiro anda com os próprios pés". Ganhou mais um inimigo Itamar, aliás, foi escoteiro.

Os inimigos são muitos e os amigos são poucos. Senador por quinze anos, estabeleceu relações de proximidade com centenas de parlamentares, mas não se associou profundamente com ninguém. Amigos de relações estreitas entre os políticos, são apenas os mineiros Aureliano Chaves, ex-vive-Presidente da República; José Aparecido de Oliveira, ex-deputado e ex-Ministro da Cultura; e Raul Belem, deputado federal pelo PRN de Minas . Também amigos mas em segundo plano, são Franco Montoro, Pedro Simon, Mauricio Corrêia , Alexandre Costa e Fernando Henrique Cardoso. Os amigos de Juiz de Fora são mais íntimos, embora poucos Mauro Duram, chefe de gabinete na prefeitura e agora na vivepresidencia da República, Geraldo Pama, assesor Djalma Moraes, colega de faculdade e atual Presidente da Telecomunicações de M;inas Gerais (Telemig) Henrique Hargreaves, antigo funcionario do Congreso; Ruth Hargreaves , irmã de.........

9209514

Henrique, José de Castro Ferreira, advogado; Marcelo Lignane Siqueira, engenheiro e empresário; Roberto Medeiros, jornalista e *ghost-writer* de Itamar; Tales Souza Ramos Filho, médico; e Saulo Moreira, também médico e vice de Itamar na prefeitura.

Henrique Hargreaves, nascido em Juiz de Fora, vive há muito em Brasília. Foi assessor parlamentar de José Sarney, quando Presidente. Atualmente trabalha na direção nacional do PFL, em Brasília – é um dos maiores especialistas do país em matéria de regimento da Câmara e do Senado. Com exceção de Hargreaves e Djalma Moraes, que se transferiu para Belo Horizonte, todos os demais amigos de Juiz de Fora continuam na cidade. Os amigos em Juiz de Fora, assim, são apenas oito e só com eles Itamar conversa com intimidade, geralmente em sua esquina favorita da rua Halfed . É um antigo hábito do grupo.

As razões da escassez de amigos são conhecidas. Itamar é um homem solitário, fechado, introspectivo. A pouquíssimos dá acesso aos assuntos de sua vida pessoal. Separa radicalmente a vida pública da vida pessoal, comportamento raríssimo na política brasileira. É temperamental, passional, instransigente em suas opiniões. Contrariado nelas, reage com rispidez. Desconfiado, reage asperamente quando supõe que querem prejudicá-lo ou envolvê-lo em situações moralmente constrangedoras. Está sempre à espreita contra riscos reais ou imaginários. Em suma, é um homem pouco afeito à vida associativa. É também vaidoso, mas a vaidade de Itamar Franco só emerge com força nas situações em que não se sente reconhecido em seu méritos. Quando discursava no Congresso, por exemplo, e seus colegas não lhe pediam apartes, freqüentemente antecipava o fim do discurso e recusava cumprimentos ao deixar a tribuna. Não foi o caso de sua despedida do Senado, em março de 1990, quando se sentiu feliz com os 38 apartes ao discurso que proferiu, intitulado "As lembranças que na alma já moram".

Sobre a *natureza difícil* de Itamar, atestam-no episódios recentes. Em outubro de 1989, em plena campanha presidencial, ficou vinte dias sem conversar com Collor, por haver suposto que o companheiro de chapa não lhe atribuía papel de relevo nas viagens pelo país. Em setembro de 91, ocupando interinamente a Presidência durante viagem de Collor à África, ameaçou demitir Jarbas Passarinho, antigo companheiro de Senado, por imaginar que não estava recebendo informações adequadas do então Ministro da Justiça. Há alguns meses, durante nova interinidade (foram vinte, ao todo), irritou-se com Marcílio Moreira, em audiência, ao perceber que o Ministro consultara o relógio. "Se o senhor acha que o tempo que me concede é demasiado, pode se retirar", disse Itamar a Marcílio. Na audiência seguinte, dias depois, o Ministro agiu diplomaticamente: sentou-se, tirou o relógio e o colocou diante de si, mas com o mostrador virado para o Presidente em exercício.

Itamar Franco é um homem intelectualmente modesto.[1] Teve uma vida escolar restrita a Juiz de Fora, não é leitor de livros densos, não fala idiomas estrangeiros, não frequenta debates fora do meio político e suas viagens ao exterior são raras – quando senador, viajou sete vezes em missão oficial do Senado, geralmente integrando delegações oficiais. De qualquer modo, Itamar Franco não reivindica reconhecimento de méritos intelectuais. O que mais lhe compraz à imagem é a honradez, a retidão, a honestidade, o espírito público.

2. A trajetória política

Quando Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia, a fonte de inspiração de Itamar Franco era a UDN, um partido de elites e classes médias urbanas fundado em 45 e extinto em 65 pelo regime militar, cuja instauração apoiou. A UDN baseava seu discurso no moralismo intransigente, no liberalismo e no antipopulismo. Itamar não se filiou à UDN, mas é certo que frequentava seus comícios. Quando finalmente se decidiu pela carreira política, em 1958, filiou-se ao PTB para candidatar-se a vereador, obtendo apenas 100 votos. Em 62, ainda no PTB, disputou e perdeu a vice-prefeitura.[2] Ao apresentar-se candidato a prefeito, em 66, Itamar escolheu o caminho da oposição ao regime militar, transferindo-se para o MDB.

O primeiro mandato de senador, aliás, foi conquistado na crista da primeira grande onda popular contra o regime das Forças Armadas, em 1974. O MDB elegeu, naquele ano, 16 senadores, quase todos políticos sem expressão nacional – as grandes estrelas da oposição preferiram não se candidatar ao Senado, pois lhes passou desperecebido o protesto contra os militares que se gestava no eleitorado. O melhor exemplo foi Tancredo Neves, que se candidatou a deputado e conseguiu de Itamar o "sacrifício" da candidatura ao Senado.

Em 1982, no fim do primeiro mandato de oito anos, Itamar propôs sua candidatura ao governo de Minas. O MDB, já transformado em PMDB, negou-lhe

---

[1] Itamar Franco gosta de biografias, textos de engenharia e poesia. Lê com freqüência Fernando Pessoa e Carlos Drummond de Andrade. Há um mês, provavelmente já pensando na Presidência, começou a ler o livro *A Crise da Economia Mundial*, de Christian Stoffaës, professor do Instituto de Estudos Políticos de Paris.

[2] A escolha do PTB foi um ato de paixão por Alberto Pasqualini (1901-1960), a personalidade que até hoje Itamar mais admira, segundo ele próprio diz com freqüência. Pasqualini, pensador e político gaúcho, foi o mais celebrado ideólogo do trabalhismo brasileiro. Em 1949, já no PTB, escreveu as *Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro*, nas quais desenvolveu o conceito de "usura social", existente "quando as relações econômicas entre os membros de uma sociedade não estão fundamentadas nos princípios de justiça social... A usura social é o que comumente se costuma denominar exploração do homem pelo homem".

apoio. O lugar de candidato foi dado a Tancredo Neves, que se elegeu para tornar-se, dois anos depois, o principal líder da transição do regime militar para a democracia. Reeleito para o Senado em 82, Itamar reivindicou novamente ao PMDB mineiro, em 86, o direito de ser candidato a governador. Contrariado mais uma vez, deixou o PMDB e filiou-se ao Partido Liberal (PL), disputando e perdendo as eleições para Newton Cardoso, do PMDB. Permaneceu no PL até 1989, quando ingressou no PRN para integrar a chapa de Fernando Collor. Em maio último, desligou-se do partido, por haver discordado da reforma ministerial realizada pelo Presidente. No momento, não tem filiação partidária, embora haja sido, ao sair do PRN, convidado por Orestes Quércia para voltar ao PMDB.

Quando Fernando Collor convidou Itamar para integrar sua chapa, no início de 1989, ninguém de peso na política nacional acreditava nas possibilidades eleitorais do então governador de Alagoas. Vários líderes políticos recusaram o convite de Collor, entre eles Mário Covas. Itamar acreditou e aceitou. Estavam claras as razões convergentes. Collor precisava de apoio na esquerda e no Centro-Sul e erguia, como candidato, a bandeira da moralidade. Isso agradava a Itamar, que se destacara como vice-Presidente da CPI criada para investigar as denúncias de corrupção contra o governo José Sarney.[3] Itamar, ademais, terminaria seu mandato em 91 e não tinha possibilidade de reeleição – planejava candidatar-se a deputado, com base nos recursos eleitorais acumulados em Juiz de Fora.

Ao longo de seus quinze anos como senador, Itamar Franco destacou-se por seu trabalho em comissões, permanentes e especiais. Os computadores do Senado registram 362 documentos no "gabinete" de Itamar – projetos de lei, pareceres e discursos. Além da vice-Presidência da CPI da corrupção, no fim do governo Sarney, foi Presidente da CPI que, em 1979 e 1980, investigou o acordo nuclear Brasil-Alemanha. Foi ainda Presidente da Comissão de Economia e da de Finanças, além de membro das comissões de Relações Exteriores, Distrito Federal, Minas e Energia e Serviço Público.

O trabalho em comissões, exceto as CPI, aparece pouco na mídia, está fora do *spot-light*. Não há dúvida sobre o fato de que Itamar Franco foi um parlamentar dedicado. Mas seu trabalho apareceu pouco, dando a impressão de que ele é um político paroquial, preso às motivações de Juiz de Fora. Essa noção foi encampada por importantes formadores de opinião, como Carlos Castello Branco, colunista político do *Jornal do Brasil*. "Itamar Franco", disse Castello, "é uma natureza

[3] O nome de Itamar Franco, aliás, começou a aparecer na imprensa nacional, em meados dos anos 70, em virtude da contundência de suas posições contra a corrupção. Ele estava na CPI que investigou o chamado "Caso Moreno", durante o governo Geisel, cujo desfecho foi a cassação, por corrupção, com base no AI-5, do mandato do senador pernambucano Wilson Campos."

difícil alimentada nos refolhos de uma política de campanário"..." Itamar precisa sair de Juiz de Fora" (JB 19.07.92).

Observação mais atenta, porém, constata que o caso de Itamar Franco não é de paroquialismo ou provincianismo mineiro. Em quinze anos, ele não fez do Senado uma tribuna para Juiz de Fora ou para Minas Gerais, nem se dedicou com afinco a interesses mineiros. Ao contrário, marcou claro interesse pelos problemas nacionais e pelas relações externas do país. O que dele projeta a imagem de paroquialismo, assim, não é escolha temática, mas a natureza da abordagem. Itamar Franco ainda conserva, sobre as grandes questões nacionais, noções superadas pelo debate recente, embora venha ultimamente emitindo sinais de revisão conceitual de suas posições políticas e ideológicas.[4]

3. <u>Posições ideológicas</u>

Em política, há sempre grande distância entre discurso e convicção, isto é, o que os atores dizem não é necessariamente o que eles pensam. Mas Itamar Franco não é um político clássico, sob este aspecto. Ele diz o que pensa. Não tem *expertise* e gosto para os jogos diversionistas da política. Por outro lado, Itamar não tem participado ativamente do debate que vem se desenvolvendo no país sobre as grandes questões nacionais. Sua tendência ao isolamento e à introspecção, desde sempre, e no tempo recente as exigências de discrição associadas ao exercício da vice-Presidência, não lhe proporcionaram muitas oportunidades de revisão do pensamento antigo.

Em tais condições, verificar o que disse Itamar Franco, ao longo de sua vida pública, é exercício relevante para a identificação de seu pensamento. É óbvio que tal procedimento não é suficiente para a análise prospectiva de suas decisões no governo, caso ele venha a assumir a Presidência, pois a ação dos atores é também condicionada pelas circunstâncias que os envolvem. Isto será considerado mais adiante, neste texto. Por enquanto, o que se deseja é apenas produzir um retrato fiel do que tem sido estrutural no pensamento do vice-Presidente.

O nacionalismo, em Itamar Franco, aparece em um sentido quase literal, aquele segundo o qual os interesses nacionais somente se realizam mediante exclusão de interesses estrangeiros. Ou seja, é uma posição de princípio, antes que

---

[4] No fim de junho passado, reunido no gabinete do Senador José Sarney com vários ex-companheiros de Senado, Itamar disse: "Sou ameno, cordial, tranqüilo. Nacionalista? Não entendo o que as pessoas têm contra o nacionalismo. Querem o quê? Que sejamos todos impatriotas? Sou nacionalista mas não sou arcaico." Nessa mesma reunião, Itamar declarou-se favorável à execução de um "forte programa de privatização", só tendo sido contrário à venda da Usiminas "porque ela foi trocada por *moedas podres*." Aproveitou a oportunidade para criticar a política econômica do governo Collor: "O sacrifício imposto à população foi inútil e agora é preciso mudar radicalmente a política econômica."

PARTES PARA ...

07

9209514

juízos sobre matéria conjuntural. Sua posição nacionalista é especialmente marcada quando ele se refere às relações do Brasil com o sistema financeiro internacional Discursando no Senado em abril de 1987, por exemplo, Itamar lamentou que a moratória da dívida externa haja sido decretada pelo governo Sarney em virtude do colapso da capacidade de pagamento do país. Ela deveria, disse ele, ter sido uma "moratória soberana", baseada no princípio de que a dívida externa não é legítima.

Em outubro de 1985, falando em um seminário de advogados em Porto Alegre, Itamar foi direto ao ponto: "Os ditames do FMI, todos sabem, retratam os interesses da comunidade financeira internacional, por vezes até mesmo com maior ortodoxia. Assim sendo, não surpreende o fato de preverem os contratos a nossa permanência compulsória no FMI"..."pensam os desavisados estar o Brasil sujeito ao regime de taxas flutuantes."

Na mesma palestra, Itamar Franco atribuiu a ênfase do sistema produtivo brasileiro na produção de bens supérfluos à inserção internacional do país, observando que "produzimos o supérfluo e carecemos do essencial, precisamente porque o modelo de intercâmbio mercantil até hoje adotado volta-se muito mais para os interesses externos do que internos". A partir desse ponto, propôs um modelo tecnológico para o país: "Importamos tecnologia cara e sofisticada, q[illegible] deveríamos desenvolver técnicas próprias voltadas para nossa realidade" ... "[illegible] no Brasil o infeliz hábito de copiar ou, quando muito, adaptar fórmulas oriundas de outras paragens tidas por mais evoluídas, cultas. Isto é desaconselhável, tanto porque inibe o gênio inventivo autóctone, como porque as soluções encontradas por toda sociedade são respostas a problemas específicos gerados em seu seio e nem sempre adaptáveis a outras circunstâncias".

Em junho de 1976, diante de fortes críticas ao processo de estatização da economia brasileira, Itamar Franco falou no Senado para considerar exageradas as preocupações com a presença do Estado no processo produtivo do país. Citou pesquisas realizadas pelo IPEA, segundo as quais a empresa privada nacional respondia, na época, por 55,5% do produto industrial do país, enquanto as multinacionais respondiam por 41,8% e as estatais por apenas 2,5%. Em seguida, perguntou: "Por que tanta preocupação?".

O papel do Estado e a inserção internacional do país foram temas freqüentes no discurso de Itamar Franco, ao longo de seus quinze anos de Senado, mas essa constatação não esgota a definição de seu perfil político-ideológico. O acervo de discursos projeta de Itamar a imagem de um político interessado na consolidação democrática do país, preocupado com os problemas sociais e convencido de que o Congresso Nacional precisa ter participação mais influente no processo decisório do Estado. Seu tom, em todos os discursos, não é populista. É uma afirmação de convicções fortes. De fato, tudo o que ele disse no passado se transformou em

posições na Constituinte, quando votou favoravelmente à proteção da indústria nacional, à nacionalização do subsolo, à reforma agrária, à estabilidade no emprego, ao monopólio da distribuição do petróleo, à aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, ao direito de voto aos 16 anos.

4. Bases de um eventual governo Itamar Franco

Terá Itamar Franco, nos anos recentes, alterado consideravelmente suas convicções? Não há resposta para esta pergunta, por enquanto, porque o vice-Presidente pouco tem falado ultimamente sobre as questões referidas na seção anterior. Mas é provável que em alguma medida haja ele feito revisão de pensamento, tal a magnitude e a densidade das mudanças ocorridas na visão de mundo da elite brasileira, da qual ele faz parte, em virtude de fatores internos e externos. A agenda do país mudou e a Itamar isso não terá passado despercebido. Ele é um político e o que mais define um *animalis politicus* é sua habilidade para perceber a direção dos ventos e a eles se ajustar. Itamar, em princípio, é um homem tendente a posições estratificadas, mas as mudanças recentes na agenda nacional foram expressivas demais para serem por ele ignoradas.

Mas não se trata apenas de perguntar sobre se Itamar Franco mudou ou não. Trata-se, sobretudo, de interrogar as tendências dominantes – as internacionais, as dos grupos sociais mais fortes e as do arranjo político que se produz para sustentar um eventual governo Itamar. Os atores políticos não se movem no vácuo. Eles são afetados pelas circunstâncias, pela teia de relações que estabelecem. O vice-Presidente, por seu isolamento, "não está inserido num sistema de forças ou numa linha de compromissos que previamente sinalizem um rumo definido de ação", conforme recentemente assinalou Carlos Castello Branco (JB, 18.08.92). No entanto, passará a estar inserido, caso assuma a Presidência da República.

Os partidos que liderariam seu esquema central de sustentação, o PMDB e o PSDB, são protagonizados por atores comprometidos com a chamada "agenda da modernização", em especial a questão do Estado e a da inserção internacional do país. Eles já fizeram, em sintonia com as novas tendências internacionais, internamente percebidas e assimiladas, o diagnóstico segundo o qual entraram em obsolescência os modelos político, econômico, de organização estatal e de inserção internacional do país até há pouco prevalecentes, cuja reforma se iniciou com a instalação do governo Collor.

Ademais, um eventual governo Itamar Franco estará, mais do que qualquer outro na história nacional recente, dependente do Congresso. É do Congresso que Itamar vem e é em seu âmbito, agora, que interagem os êmulos dinâmicos da vida política do país. Instalando-se um governo Itamar Franco, ele será fruto da ação do Congresso. O Executivo e o Legislativo, em tais condições, se tornarão cúmplices

PARTES PÉ.. [illegible]

09

9209514

do processo decisório estatal. Nesse contexto, o comportamento de Itamar não seria ditado unicamente por seu discernimento particular, mas, também, por uma orquest[illegible]ção de forças no âmbito da qual a Câmara e o Senado teriam papel predo[illegible]nante – o Congresso, aliás, forneceria os principais quadros do Ministério. Po[illegible]tro lado, Itamar não dispõe de legitimidade originária do povo – seu nome se[illegible] apareceu na cédula de Collor, em 89, nem foi ele quem empolgou o [illegible]ado. Em tais condições, não poderá alegar a posse de 35 milhões de votos, [illegible] Collor o fez ao estabelecer seu poder acima dos partidos e das elites em [illegible]. Itamar Franco, assim, precisará compor-se, tornar coletivo o processo [illegible]ório de seu eventual governo. Ou seja, o contexto político, e não as [illegible]icções de Itamar Franco, é a variável dominante.

O Congresso Nacional de 1992 não é, política e ideologicamente, igual à Constituinte de 1986-88, embora a elite política seja a mesma. De fato, pesquisa por nós realizada em dezembro do ano passado,[5] com o objetivo de verificar tendências em relação às reformas constitucionais propostas pelo Presidente Collor (o "Emendão"), verificou que a classe política brasileira alterou substancialmente sua [illegible], em relação ao que prevaleceu na Constituinte. A seguir, os resultados m[illegible] s[illegible]cativos da pesquisa:

[illegible]) Permissão para que empresas privadas explorem, mediante concessão ou permissão, serviços telefônicos, telegráficos e de transmissão de dados:

	Concorda	Não concorda	Não sabe-não responde
Câmara	78,0%	22,0%	-
Senado	58,3%	16,7%	25,0%

b) Permissão para que empresas privadas explorem, mediante concessão ou permissão, refino e transporte de petróleo:

	Concorda	Não concorda	Não sabe-não responde
Câmara	64,0%	36,0%	-
Senado	66,6%	33,4%	-

[5] Ver *Análise Mensal* GPL, dezembro de 1991. A pesquisa foi feita com amostragem estratificada por bancada partidária, na Câmara e no Senado, separadamente, isto é, as duas amostras foram compostas por deputados e senadores na proporção do tamanho relativo de cada bancada partidária. O questionário foi elaborado com perguntas fechadas (todas as possibilidades explicitadas) e a ele responderam 15% dos 82 senadores e 10% dos 503 deputados. A escolha dos integrantes da amostra foi feita por sorteio aleatório – isso significa que todos os deputados e senadores tiveram igual chance de entrar na amostra. Eliminou-se, assim, o risco de quaisquer viés pois, na ausência do sorteio aleatório, o pesquisador é sempre traído pelo critério de seletividade que adotar.

c) Extinção do monopólio estatal da pesquisa, lavra e comércio de minérios nucleares:

	Concorda	Não concorda	Não sabe-não responde
Câmara	50,0%	46,0%	4,0%
Senado	50,0%	41,6%	8,4%

d) Tratamento como empresa brasileira da empresa de capital estrangeiro constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no país:

	Concorda	Não concorda	Não sabe-não responde
Câmara	60,0%	36,0%	4,0%
Senado	83,3%	16,7%	-

As bases definitivas de funcionamento, a *lógica* decisória, enfim, as linhas de compromisso de um eventual governo Itamar Franco não podem ser ainda compreendidas, tais as incógnitas persistentes: os partidos que integrarão a nova coalizão governante, a composição do Ministério, o *approach* de política econômica, o tamanho e a postura da oposição. Mesmo assim, sugerem-se as seguintes bases gerais de um eventual governo Itamar Franco.

a) O eventual novo arranjo político situacionista integraria o PMDB, o PSDB, talvez o PT, e segmentos centristas de diferentes outros partidos. Esses partidos e grupos forneceriam os principais quadros do Ministério. Embora tais forças sejam centristas, exceto o PT, elas não são homogêneas em orientação política – em seu meio persistem muitos atores e grupos com projetos reciprocamente excludentes. Ainda que esse sistema de alianças seja mais forte e consistente do que aquele organizado por Collor, haveria muito conflito em seu bojo – o sistema partidário brasileiro, por excessivamente inconsistente e fragmentado, não favorece a criação e a estabilidade de coalizões homogêneas.

b) O eventual novo arranjo político-partidário situacionista, por sua heterogeneidade, e Itamar Franco, pelas inclinações de sua personalidade, tenderiam a vivenciar processos adaptativos complexos e conflitivos. No entanto, ambas as partes seriam fortemente exigidas a produzir governabilidade eficiente, o que eventualmente faria com que os níveis de consenso pudessem se situar acima dos níveis de conflito.

c) As forças favoráveis à introdução do parlamentarismo no país se fortaleceriam, tornando-se mais provável a mudança da forma de governo. Líderes importantes do movimento parlamentarista, integrantes do PMDB e do PSDB, estariam no governo e se empenhariam para seu êxito, elemento essencial no triunfo da causa que defendem.

d) O processo decisório do Estado seria fortemente compartilhado entre o Executivo e o Legislativo, abrindo-se espaço para negociações capazes de permitir deliberações do Congresso mais prontas e numerosas, sobretudo no interesse da estabilização econômica.

e) Aumentaria a confiança da população no governo e no Congresso, bem como no próprio futuro do país, com repercussão positiva no funcionamento das instituições. Disso se beneficiaria, em especial, a política de estabilização econômica.

f) A política de estabilização econômica conservaria o compromisso *anti-choque* atualmente prevalecente, porém se mostraria mais agressiva, pois cresceria a necessidade política de superação mais rápida da inflação e da recessão.

g) Aumentaria a confiança internacional no país, sobretudo em seu sistema político que, ao superar grave crise em clima de normalidade, dentro da Constituição, estaria inovando o padrão latino-americano de rupturas constitucionais em processos de saída de crises. A interpretação internacional da transição no Brasil, conforme já se vê nos comentários da imprensa dos Estados Unidos e da Europa, enfatizaria a maturidade do sistema político brasileiro e sua capacidade para erradicar comportamentos antiéticos da administração pública.

h) A chamada "agenda da modernização" não seria descontinuada, tendo em vista os fatores internos e externos que a protegem, podendo até se acelerar e se aperfeiçoar, pois o novo arranjo político seria mais forte do que o atual e mais prometedor de estabilidade. Em uma única área provavelmente ocorreria mudança na "agenda da modernização" – a privatização, em cujo âmbito poderia se suspender o uso das moedas atualmente utilizadas.

Os elementos positivos do cenário seriam potencializados ou empobrecidos, conforme os resultados de médio prazo da nova ação governativa – sobretudo em relação às demandas sócio-econômicas e éticas. O elemento sinalizador imediato da direção do cenário seria a montagem da coalizão partidária e do Ministério, o que se verá tão logo se instale um eventual governo Itamar Franco.

1º de setembro de 1992

SCS - Ed. Citibank, 5º andar - 70300-500 - Brasília-DF - Fone: (061) 224-0029 - Fax: (061) 224-4983

PARTES
PRO
LEGÍTIMAS

9209514

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA La República

FECHA DE PROCEDENCIA 11-9-92

VINCULACIONES 11146

11224

ENTRADO √

CRUZADO √

4

COLOMBIANO DETENIDO EN BOLIVIA

Con el arresto de otro ciudadano colombiano el miércoles, suman cuatro los ciudadanos de esa nacionalidad detenidos por las fuerzas antidrogas bolivianas por cargos de tráfico de cocaína, informaron hoy las autoridades, informó UPI desde La Paz.

De acuerdo a la Fuerza Especial de la Lucha contra el Narcotráfico (Felcn) algunos de los colombianos podrían ser miembros de importantes redes de tráfico de drogas de ese país, por lo que han iniciado contactos con la Policía colombiana, para conocer sus antecedentes.

Los nombres de los tres primeros detenidos colombianos son los siguientes: Jaime Rodríguez Carvajal, Jaime Alberto Abad Palacios y John Fernando Díaz Abad.

01/01

9209515

FOLHA DE SÃO PAULO 24/9/92

NARCOTRÁFICO

PF não comprova denúncia de argentino

1

EUGÊNIO NASCIMENTO e PAULO SÉRGIO SCARPA
Da Agência Folha, em Aracaju

A Polícia Federal não conseguiu comprovar até o início da noite de ontem a existência de uma rota internacional de narcotráfico que passaria por Arapiraca (AL) e teria como chefe o empresário Paulo César Farias, o PC. A denúncia é do argentino Luis Mário Nunez, 43. Às 18h de ontem, o delegado especial Fábio Caetano ouvia em Aracaju o depoimento de Nunez, iniciado às 9h. O argentino sustentou a denúncia.

Caetano afirmou que não descobriu nada que comprove a existência da rota durante viagem que fez anteontem, juntamente com Nunez, aos municípios de Arapiraca, São Brás e Porto Real do Colégio, em Alagoas, e Propriá e Telha, em Sergipe. A PF abriu ontem inquérito em Brasília para apurar o caso.

Nunez não conseguiu localizar o aeroclube de Arapiraca, de onde diz ter partido a droga para a Bolívia, não foi reconhecido pelo vigia do aeroclube e não reconheceu outra fazenda em São Brás.

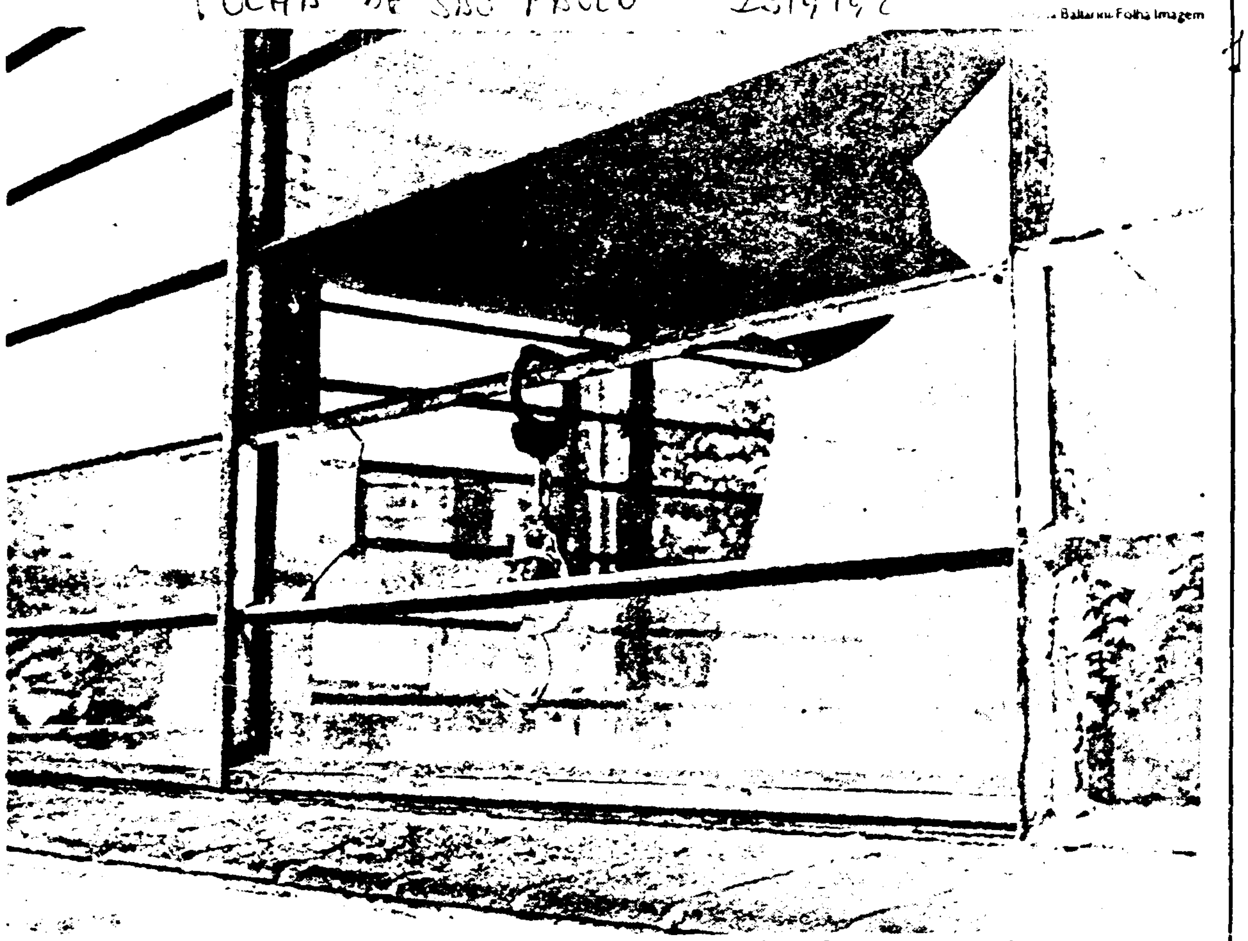
A PF aponta contradições no depoimento, entre elas a entrada ilegal do argentino no Brasil em 1988, por Santarém (PA), quando foi advertido a deixar o país. Nunez não cita esta entrada, afirmando que aqui esteve pela primeira vez em 1983, procurando emprego em Curitiba, e que teria voltado somente em abril de 1990, para viver em Ouro Verde (PR).

A PF diz que Nunez não pagou hospedagem nos locais por onde passou, tem dívidas em Aracaju e Propriá, e que seu cunhado Jorge Américo Mansilla, 21, com quem viajava, ficou dois dias preso em setembro de 1990 por suspeita de furto. A PF está checando a passagem de Nunez pelo Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Amazonas, para apurar casos de extorsão e estelionato.

Nunez reafirmou ontem que viajou de Arapiraca para a Bolívia levando 12 galões de éter e acetona a bordo de um monomotor Cessna e em companhia de Jurandir, que disse ter conhecido em Aracaju e que teria sido assassinado pelo esquema PC Farias. O avião, segundo Nunez, fez no mesmo dia a viagem de ida e volta, parando duas vezes para reabastecer no Pará e em Guajará-Mirim (RO). A PF diz que a viagem de ida e volta, num monomotor, não poderia ser feita no mesmo dia.

01-01

FOLHA DE SÃO PAULO 23/9/92



Baltazar-Folha Imagem

Janela do quartel do 10º Batalhão da PM, em Ribeirão Pires, assaltado ontem

Quatro invadem e roubam armas de batalhão da PM

Polícia suspeita que assaltantes conheciam o local

Da Agência **Folha**, no ABCD

A 4ª Companhia do 10º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão Pires (SP) foi assaltada na madrugada de ontem por quatro homens armados.

O sub-comandante do 10º Batalhão, Gerson Douglas, 48, informou que foram levados 18 revólveres calibre 38, uma espingarda calibre 12, uma carabina calibre 38, uma algema, quatro bombas de gás lacrimogêneo, 12 cartuchos calibre 12 e 64 cartuchos calibre 38.

Segundo o coronel João Sidney Almeida, 51, responsável pelo comando da PM no ABCD, os assaltantes chegaram às 3h no quartel, renderam o cabo Antônio Ialago Filho, único oficial de plantão, e arrombaram o armário onde ficavam as armas. Almeida informou que os assaltantes não foram violentos.

Douglas suspeita que os assaltantes conheciam o lugar. "Eles renderam o policial e foram direto para o lugar onde as armas ficam guardadas", afirmou. Outra suspeita de Douglas é a de que os assaltantes teriam feito um telefonema anônimo denunciando um roubo para que um carro saísse da companhia. "Já começamos as investigações e estamos empenhados em capturá-los o mais rápido possível, mas ainda não temos nenhuma pista", declarou.

O major Douglas afirmou que "existe a possibilidade dos assaltantes estarem formando uma quadrilha, por isso todo o pessoal está vasculhando a região".

Douglas disse que só havia um policial de plantão porque "há algum tempo" a PM tem falta de pessoal. O coronel Almeida afirmou que apesar de a segurança ser dever do Estado, o município deveria ajudar. "Atualmente o governo estadual cobre todos os custos. Gostaria que as prefeituras colaborassem na questão de instalações".

O secretário de obras de Ribeirão, Aurélio Carpinelli, 44, declarou que a prefeitura está disposta a ajudar dentro do possível. "Nós estudaremos o pedido e faremos o que os recursos permitirem", disse Carpinelli.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública informou que a PM dispõe de uma verba anual que é distribuída de acordo com as necessidades de cada companhia e que qualquer pedido de verba adicional tem que ser aprovado em assembléia para ser liberado.

01-01

A posição dos senadores sobre o impeachment de Collor 23/9/92

POSIÇÃO DOS SENADORES

A FAVOR **64**

CONTRA **6**

EM CIMA DO MURO **11**

ACRE
- **Aluízio Bezerra (PMDB)**
- **Nabor Júnior (PMDB)**
- **Flaviano Melo (PMDB)**

ALAGOAS
- Divaldo Suruagy (PMDB)
- Teotônio Vilela Filho (PSDB)
- Guilherme Palmeira (PFL)

AMAPÁ
- Henrique Almeida (PFL)
- Jonas Pinheiro (PTB)
- José Sarney (PMDB)

AMAZONAS
- Áureo Mello (PRN)
- Carlos De Carli (PTB)
- Amazonino Mendes (PDC)

BAHIA
- Jutahy Magalhães (PSDB)
- Ruy Bacelar (PMDB)
- Josaphat Marinho (PFL)

CEARÁ
- Cid Saboia de Carvalho (PMDB)
- Mauro Benevides (PMDB)
- Beni Veras (PSDB)

DISTRITO FEDERAL
- Maurício Corrêa (PDT)
- Meira Filho (PFL)
- Valmir Campelo (PTB)

ESPÍRITO SANTO
- Gerson Camata (PDC)
- João Calmon (PMDB)
- Élcio Álvares (PFL)

GOIÁS
- Irapuan Costa Júnior (PMDB)
- Iram Saraiva (PMDB)
- Onofre Quinan (PMDB)

MARANHÃO
- Alexandre Costa (PFL)
- Magno Bacelar (PDT)
- Epitácio Cafeteira (sem partido)

MATO GROSSO
- Louremberg N. da Rocha (PTB)
- Márcio Lacerda (PMDB)
- Júlio Campos (PFL)

MATO G. DO SUL
- Rachid Saldanha Derzi (PRN)
- Wilson Martins (PMDB)
- Levy Dias (PTB)

MINAS GERAIS
- Alfredo Campos (PMDB)
- Ronan Tito (PMDB)
- Júnia Marise (PRN)

PARÁ
- Almir Gabriel (PSDB)
- Jarbas Passarinho (PDS)
- Coutinho Jorge (PMDB)

PARAÍBA
- Humberto Lucena (PMDB)
- Raimundo Lira (PFL)
- Antônio Mariz (PMDB)

PARANÁ
- Enéas Faria (PST)
- José Richa (PSDB)
- José Eduardo Andrade Vieira (PTB)

PERNAMBUCO
- Mansueto de Lavor (PMDB)
- Ney Maranhão (PRN)
- Marco Maciel (PFL)

PIAUÍ
- Chagas Rodrigues (PSDB)
- Hugo Napoleão (PFL)
- Lucídio Portella (PDS)

RIO DE JANEIRO
- Hydekel Freitas (PFL)
- Nélson Carneiro (PMDB)
- Darcy Ribeiro (PDT)

RIO G. DO NORTE
- Dario Pereira (PFL)
- Lavoisier Maia (PDT)
- Garibaldi Alves Filho (PMDB)

RIO G. DO SUL
- José Fogaça (PMDB)
- José Paulo Bisol (PSB)
- Pedro Simon (PMDB)

RONDÔNIA
- Amir Lando (PMDB)
- Ronaldo Aragão (PMDB)
- Odacir Soares (PFL)

RORAIMA
- César Dias (PMDB)
- Marluce Pinto (PTB)
- João França (PDS)

SANTA CATARINA
- Dirceu Carneiro (PSDB)
- Nelson Wedekin (PDT)
- Espiridião Amin (PDS)

SÃO PAULO
- Fernando H. Cardoso (PSDB)
- Mario Covas (PSDB)
- Eduardo Suplicy (PT)

SERGIPE
- Albano Franco (PRN)
- Francisco Rollemberg (PFL)
- Lourival Baptista (PFL)

TOCANTINS
- Carlos Patrocínio (PFL)
- Moisés Abrão (PDC)
- João Rocha (PFL)

01 - 01

9209518

FILHO DE CANDIDATO PRESO COM MACONHA

Humberto Lins Barradas Neto, 27 anos, filho do candidato a prefeito do município de Jaboatão dos Guararapes, perto de Recife (PE), Humberto Barradas (PST), foi preso pela Polícia Federal com sete quilos de maconha. O rapaz, que não morava com a família, foi encaminhado ontem ao presídio Aníbal Bruno, onde aguardará julgamento por crime de tráfico de entorpecente. Ele poderá ser condenado a uma pena de três a 15 anos de prisão.

FOLHA DE SÃO PAULO 25/7/92

Collor e Itamar articulam ministérios para o 'day after'

CLOVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília

O Brasil pode estar com o seu governo praticamente imobilizado desde a crise do "Collorgate", mas, paradoxalmente, já tem dois ministérios em fase final de montagem para o "day after" da votação do impeachment. Um é o que o presidente Collor se prepara para inaugurar, uma vez vencida a batalha do mandato. O outro pertence ao vice Itamar Franco, que assumiria em seu lugar.

No caso do novo gabinete Collor, sabe-se mais de nomes que não ficarão do que nomes que poderão ser convocados. Não ficarão, com absoluta certeza, o ministro da Justiça, Célio Borja, e o chefe do Gabinete Militar, general Agenor Homem de Carvalho. Ambos são rotulados de "traidores" no Planalto, por terem endossado a palavra maldita ("renúncia") perante Collor.

Tampouco fica o ministro da Saúde, Adib Jatene. Collor toleraria ministros que não o defenderam mas jamais ministros que o atacaram, como Jatene, que defendeu Ulysses Guimarães.

A grande dúvida é em torno de Marcílio Marques Moreira. Ele chegou a entrar no rol dos inconfiáveis mas uma conversa na semana retrasada aparou arestas e pode permitir sua permanência, se quiser. Até a semana passada, a disposição de Marcílio era de sair. Nesse caso, o favorito para substituí-lo é Ângelo Calmon de Sá.

Também num gabinete Itamar, a dúvida é em torno do Ministério da Economia. A **Folha** apurou que Itamar gostaria de entregá-lo ao deputado José Serra, principalmente por achar que Serra é o favorito do empresariado paulista.

Mas o vice-presidente hesita por entender que o nome de Serra poderia ser vetado pelo presidente do PMDB, Orestes Quércia. Cresceu por isso a possibilidade de que Itamar escolha para o lugar de Marcílio um técnico mineiro. Seria uma personalidade politicamente fraca e incapaz de suscitar reações no meio político.

Antes disso, Itamar terá que resolver um problema conceitual. Ele hesita entre duas formas de governo: uma seria o que se está chamando na Câmara de "governo de gabinete", uma espécie de ensaio para o parlamentarismo, que respeitaria aproximadamente a correlação de forças no Parlamento. A segunda hipótese é um governo de personalidades suprapartidárias, ainda que uma ou outra pertença a um partido. Até ontem, esta segunda fórmula era a mais forte.

01-01

9209520

9209521

507482
11164
11302
20288/A.MU/EXT.

EDIÇÃO NACIONAL

FOLHA DE S.PAULO

Concluída às 21h

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho ★ São Paulo, quarta-feira, 23 de setembro de 1992 ★ Um jornal a serviço do Brasil ★ Ano 72 ★ Nº 23.184 ★ Al. Barão de Limeira, 425 ★ Cr$ 3.500,00

Editoria de Arte/Folha Imagem

CALENDÁRIO DO IMPEACHMENT

HOJE

STF deve decidir se votação na Câmara será aberta ou secreta. Relator da Comissão Especial entrega parecer

13h30 A sessão do STF será transmitida pela TV

AMANHÃ

Comissão Especial da Câmara vota o parecer do relator Nélson Jobim sobre o pedido de impeachment



PRINCIPAIS PONTOS DE DEFESA DO PRESIDENTE

- A denúncia contra Collor seria inepta porque não esclarece os crimes
- Ao não especificar os crimes, a denúncia prejudicaria a defesa
- A denúncia teria que ser apresentada ao Senado e não à Câmara
- A OAB e a ABI não teriam direito de propor o impeachment
- A defesa diz não ter tido acesso aos autos da CPI
- O artigo 217 do regimento da Câmara daria a Collor direito de pedir diligências ou depoimentos antes da votação
- O Congresso não poderia julgar o presidente por crime de responsabilidade porque não existe lei regulamentando este tipo de processo
- O voto dos deputados sobre a abertura do processo de impeachment tem que ser secreto para "evitar pressões"
- O relatório da CPI estaria cheio de "conclusões apressadas e afirmações facciosas"
- O presidente pede a convocação de 20 testemunhas de defesa

01-01

9209521

Correio Braziliense 25/9/92

Oficiais ingleses

Está chegando a Brasília, hoje, a delegação de oficiais do Royal College Of Defense Studies, da Grã-Bretanha. A delegação, chefiada pelo major-general Davis Thompon, diretor do Royal College, estará no Brasil até a quarta-feira da próxima semana. Composta por oficiais britânicos, alemães, americanos e paquistaneses, a delegação visitará o Emfa, ESG, Arsenal de Marinha, Embraer, Avibrás e a cidade de Petrópolis.

Armamento

O Ministério da Marinha autorizou a compra de 37 cartões (sobressalentes) para uso em unidades do Exocet Sumulator Vector por Cr$ 174,300 milhões da empresa francesa Aerospatiale Societé Nacionale. Os sobressalentes serão usados em gabinetes de controle do equipamento que simula e registra sinais do sistema Exocet para a execução de testes a bordo de corvetas e fragatas. O sistema Exocet foi instalado na década de 70.

Visita ao Emfa

Oitenta e oito oficiais-alunos de Comando do Estado-Maior da Escola de Guerra Naval (EGN) visitaram ontem o Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa). Esta visita, que inclui também os ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica, está inserida no cronograma de viagem de estudos anual. O grupo de 60 oficiais da Armada, 14 intendentes e 14 fuzileiros está sendo acompanhado por quatro oficiais-docentes.

Exército avalia mudanças

Trabalhando o terreno das discussões sobre a destinação das Forças Armadas e o papel que representam na sociedade, o ministro do Exército, general Carlos Tinoco, determinou a publicação do editorial "Exército dos sonhos", no Noticiário do Exército, informativo com tiragem de três mil exemplares. Neste editorial, assinado pelo general-de-brigada, Gilberto Serra, chefe do Centro de Comunicação Social (Cecomsex), o ministério rebate as idéias de redução de efetivos, extinção de unidades e abolição do Serviço Militar obrigatório. Segundo o ministério, os que pregam estas idéias estão imaginando que "a adoção de tais medidas possa trazer a otimização dos escassos 0,4 por cento do PIB alocados, no último ano, às Forças Armadas". E continua: "O estamento militar não carece de enxugamento, mas de lubrificação de suas engrenagens, o que pressupõe aquisição de equipamento moderno, investimento na área de Ciência e Tecnologia, aprimoramento e valorização dos recursos humanos". Finalizando o editorial, o ministério diz: "Mais do que conselhos — úteis, por certo, mas nem sempre oportunos, os organismos de defesa necessitam de apoio, não apenas sob a forma de verbas, mas traduzido na conscientização e no reconhecimento por toda a sociedade do ingente e patriótico trabalho por eles desenvolvidos". Segundo o editorial, o Exército está aberto à discussão com "o fito de oferecer à Nação a garantia de uma Força profissional e eficiente. Ainda no mesmo editorial, o Ministério do Exército faz um balanço das medidas de racionalização adotadas em virtude do "escasso percentual de 0,98 por cento que lhe cabe no orçamento nacional". Diz o editorial: "Atenta à crescente importância estratégica da Amazônia, a Força Terrestre vem alterando sua articulação, deslocando duas brigadas das regiões Leste e Sul para aquela área, além de lá criar um destacamento de helicópteros. A par disto, buscando adquirir configuração mais ágil e maior capacidade de pronta resposta, o Exército está fazendo evoluir sua organização básica para uma estrutura sistêmica, mais consoante com os modernos conceitos da administração". O Ministério do Exército, ainda neste mesmo editorial, critica as idéias "eposadas por figuras de proa — com capacidade, portanto, de influenciar o público". Estas idéias são consideradas distorcidas da realidade. O editorial, então, lista e contesta estas idéias. "Teóricos dedicam-se a imaginar ora um Exército totalmente profissional, desejável mas em desacordo com nossa atual conjuntura sócio-econômica, ora uma força de autodefesa, como se tal título significasse armamento e equipamento diferentes, esquecidos de que nossa Lei Maior já proibe a agressão. Alguns mais radicais pregam, inclusive, a extinção das Forças Armadas, como se um país, com a dimensão político-estratégica do Brasil, delas pudesse prescindir".

Vestibular do ITA

O Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), localizado em São José dos Campos (SP), abriu inscrições para o seu vestibular. O ITA, ao contrário do Instituto Militar de Engenharia, recebe alunos que não pretendem seguir a carreira militar. As inscrições vão até o dia 15 de outubro e os interessados poderão solicitar informações no Setor de Vestibular, São José dos Campos, CEP 12228-900, SP.

Ajuda aos índios

O Ministério do Exército está intensificando as ações médico-assistenciais aos índios do Norte do País. Através do corpo de saúde dos pelotões de fronteira do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá os índios daquela região estão recebendo a visita de médicos, dentistas e enfermeiros. O objetivo é evitar a cólera e a malária. Quanto à cólera, os índios estão recebendo orientação sobre alimentos e descontaminação da água.

Curso da Adesg

O superintendente do Sesi/Taguatinga, Cid Ferreira Lopes Filho, fez uma palestra, no próprio Sesi, para os integrantes do I Curso de Estudos de Política e Estratégia, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg) — seção Brasília/DF. O curso é integrado por civis e militares. Divididos em grupos, os participantes estão realizando pesquisas na região de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia.

23/9/92

CORREIO BRAZILIENSE

Maioria dos venezuelanos deseja militares no poder

Caracas — Uma pesquisa de opinião divulgada ontem mostrou que 78 por cento dos venezuelanos acham que o governo do presidente Carlos Andrés Perez tem feito "pouco " ou "nada" e que grande parte da população acha que um militar independente teria as melhores chances de ganhar as próximas eleições presidenciais.

A pesquisa, chamada Estudo do Pulso Nacional 1992, realizada em agosto pela Companhia Datos e publicada ontem pelo jornal **El Diario de Caracas**, mostrou que 23 por cento das duas mil pessoas entrevistadas gostariam de ver como presidente um membro independente das Forças Armadas.

Em segundo lugar, 15 por cento dos venezuelanos disseram que votariam num membro do Partido Social Cristão, oposicionista, e o mesmo número daria seu voto a um professor universitário independente se as eleições marcadas, para dezembro de 1993 fossem realizadas este mês.

Outros dez por cento dos entrevistados disseram que votariam no candidato do Partido Social Democrático e apenas dois por cento dos ouvidos informaram que apoiariam um candidato comunista. Perguntados sobre quem "não gostariam de ver governando a Venezuela", 51 por cento dos entrevistados rejeitaram o partido no poder.

Sem recompensa — O comandante da polícia peruana Antonio Ketin Vidal Herrera, que liderou os detetives que capturaram o líder e fundador do Sendero Luminoso, Abimael Gusmán, anunciou ontem que recusará a recompensa de um milhão de dólares oferecida pela prisão do chefe guerrilheiro. "Não confundamos as coisas. Meu compromisso é com o país e não com o dinheiro". Declarou Vidal ao revelar em entrevista coletiva que não aceitaria a recompensa oferecida pela Associação.

Washington retira tropas da zona de coca boliviana

Washington — O governo George Bush dos Estados Unidos (EUA) retirou mais de 200 de seus soldados de uma região de cultivo de coca na Bolívia a fim de acalmar o crescente debate em La Paz acerca da presença militar dos Estados Unidos nesse país latino-americano, informaram ontem funcionários do governo.

Um porta-voz do Pentágono, o coronel da Força Aérea, Doug Hart, dsse à **United press International** que há seis semanas o Departamento de Defesa retirou aproximadamente 200 engenheiros do Exército, de volta para Fort Bragg, na Carolina do Norte.

Os engenheiros, parte de uma ampla iniciativa para lutar contra o comércio da cocaína na América Latina, estavam construindo escolas, estradas, pontes e terminais de ônibus, na região de Benti, na selva da Bolívia.

Cerca de um terço dos suprimentos mundiais de folhas de coca são produzidos na Bolívia. Depois da Colômbia, o país é o maior exportador de cocaína pura para os Estados Unidos e a Europa.

O Departamento de Defesa, que realizou operações semelhantes no Peru, Honduras e Colômbia, frequentemente inicia tais missões humanitárias em conjunto com os esforços de combate à drogas por parte dos militares.

Trata-se de uma tentativa, segundo Hart, de ganhar "corações e mentes" da população local e de desencorajá-la.

"As equipes técnicas estão perdendo parte da guerra da droga", disse ele. "Esses projetos ajudam a população e ao mesmo tempo lhe dão uma visão melhor do povo norte-americano e do porque estamos ali", assinalou o porta-voz. A presença militar dos EUA na Bolívia, inclui tropas diretamente envolvidas no combate aos traficantes de narcóticos, deu lugar a intenso debate no Congresso boliviano.

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Tensão aumenta

O Governo está seguro de que tem chances concretas de barrar o impeachment na Câmara. A contabilidade do ministro Ricardo Fiuza, que comanda a operação caça-deputados, registra excedente em relação ao mínimo necessário, de 169 votos (um terço mais um dos deputados). O ministro fala em mais de 200 votos. A oposição, por sua vez, sem subestimar essa contabilidade, luta, com todos os meios a seu alcance — manifestações populares, denúncias, discursos e intensa fiscalização —, para reduzi-la. A queda de braço terá desfecho breve.

Há sinais claros de que o STF — que decide amanhã sobre a natureza do voto, se secreto ou se aberto — não favorecerá os objetivos protelatórios do Governo. Seu presidente, o ministro Sydney Sanches, declarou que não há como os juízes daquela Corte ficarem insensíveis aos clamores da população. A tradução disso está na decodificação desses clamores. E eles são claríssimos: a população quer o impeachment do Presidente, com a maior rapidez possível.

Enquanto dura a agonia política de Collor, o País está paralisado e aprofundam-se as anomalias sociais decorrentes da recessão: desemprego, retração de investimento, fuga de capitais etc. Segundo Orestes Quércia, Collor já não governa. Como, no entanto, não há ainda ninguém em seu lugar para fazê-lo, deduz-se que ninguém então governa — e, portanto, a nau está à deriva. Hoje, finda o prazo para que Collor apresente sua defesa. Receia-se que não o faça, na expectativa de que a Câmara nomeie um defensor dativo e, com isso, abra novo prazo para sua defesa. Ou então que peça diligências, perícias técnicas e produção de provas pela Câmara, antes da votação da admissibilidade.

A Câmara está atenta e disposta a barrar todas essas iniciativas. A primeira porque entende que a figura do defensor dativo só se aplica a casos em que o réu não encontra quem o defenda. Não é o caso de Collor, fartamente cercado por advogados de renome. E a segunda pela elementar razão de que o âmbito de produção de provas é o Senado, onde se dará o julgamento. O STF, segundo se informa, deverá esclarecer, amanhã, todos os eventuais pontos obscuros do processo, liquidando de vez a estratégia protelatória dos recursos. Há quem entenda, como Ulysses Guimarães e o próprio ministro Paulo Brossard, do STF, que o Judiciário não deveria ter-se imiscuído na questão ritualística do impeachment. Ao fazê-lo, não apenas teria invadido a privacidade do Legislativo, como alongado perigosamente o processo.

Os próximos acontecimentos indicam que a tensão aumentará: hoje, finda o prazo de defesa na Câmara; amanhã, o STF decide sobre o voto aberto; na quinta, a comissão especial da Câmara vota seu parecer. A partir daí, começa a discussão em plenário. Todo esse processo terá como pano de fundo novas manifestações de rua, com caravanas de todos os estados ocupando Brasília, no dia da votação decisiva.

Diante disso, cabe a pergunta (que está na boca de todos): e se Fiuza estiver certo e Collor ficar? As previsões mais amenas são de impasse administrativo total, com a oposição negando sistematicamente votos às medidas mais urgentes em pauta: reforma fiscal, orçamento e modernização da economia. E a previsão mais preocupante é a que, na hipótese de permanência de Collor, iguala Congresso e Governo no desprezo popular. Nada mais propício para o velório de uma democracia recém-nascida.

Nº. DOCUM

TITULO

P[illegible]

FE[illegible]

VINCUL[illegible] 65691 11164 11302

INFOR Nº 622.121/240992

C U B A

Reforma Constitucional.

(22 Set 92)

[illegible]

[illegible] "Estado de Emergência" [illegible] "que afetam a ordem interna, a segurança ou a estabilidade do Estado". [illegible] "Estado de Emergência". [illegible]

[illegible] "marxista-leninista" [illegible] "força dirigente superior da sociedade e do Estado".

[illegible]

[illegible]

[illegible] "caráter irreversível" [illegible] "propriedade estatal socialista" [illegible]

[illegible]

01-02 9209525

"marxista-leninista" [illegible] "força dirigente superior da sociedade e do Estado" [illegible]

02-02 9209525

Nº DOCUM.

TITULO

FECHA

VINCUL... 65691 11164 11302

INFR Nº 623.121/240992

CUBA

Atual situação cubana.

(22 Set 92)

01-03

9209526

02 8209526

* * *

Nº. DOCUMENTO 9209527

TITULO ORGANIZACION NO-GUBERNAMENTAL PIDE MAS AYUDA A BID Y MEDIO AMBIENTE.-

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES [illegible] → SC1940
3.1 → SC1331
MED AMB → 11245

ENTRADO ✓
CRUZ ✓

INUR Nº 624.121/250992

ECONOMIA INTERNACIONAL

Organização Não-Governamental pede mais ajuda do BIRD ao meio ambiente.

(19 SET 92)

"Structural Adjustment and the Environment" [illegible]

[illegible]

9209527

01 e 2

* * *

02-02 9209527

[illegible]

COMUNIDADE EUROPÉIA

A [illegible] da ratificação do Tratado de Maastricht.

([illegible] SET 92)

01-02

9209528

* * *

Nº. D

TITU Estrategia para la ampliación del poder político del nuevo orden internacional

S. Brasil 23362

FE H 16/4/92

VINCULACIONES Japón 66721

F. Pol. 11164

RR II. 11399

01 - 04

9209529

INFR. Nº 619.121/220992

JAPÃO

Estratégias para ampliação do poder político na nova ordem internacional.

(16 Set 92)

9209529

"Forças Multinacionais de Paz" [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

9209529

* * *

04 - 04

9209529

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA LA UNION
FECHA DE PROCESO 14-9-92
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Secuestro de drogas

En varios operativos, la Policía Federal se incautó de 52 sobres de cocaína, de 120 kilogramos de marihuana y de 10 jeringas hipodérmicas, y detuvo a 13 sujetos.

Uno de los procedimientos fue realizado por la División Seguridad Personal en la esquina de las calles Gascón y Cabrera, donde detuvo a una pareja que se movilizaba en un automóvil robado y en el que fueron hallados varios sobres con cocaína y las jeringas hipodérmicas.

Los detenidos confesaron que habían adquirido la droga en un conventillo de la calle Cabrera al 4000.

Cuando llegaron a ese lugar, también detuvieron a otros cuatro jóvenes, también con cocaína.

Con tales evidencias se decidieron a allanar la pieza en la que vivía una mujer de 24 años, a quien le secuestraron 47 sobres de cocaína que tenía preparados para comercializar.

Otros cuatro sujetos fueron apresados como consecuencia de las declaraciones hechas en sede policial.

En Posadas, en tanto, junto con la Prefectura Naval y la Dirección de Narcóticos de la República del Paraguay, la policía efectuó un operativo en un hotel de esa capital donde fueron detenidos dos sujetos de nacionalidad paraguaya que tenían en su poder 32 ladrillos de picadura de marihuana que componían un cargamento total de 120 kilogramos del alucinógeno.

01/01 9209530

[illegible] CURRENCY
[illegible] BECOME MUCH MORE LIKELY.

[illegible] TO THE HIGH INFLATION. EVEN AFTER THE [illegible] IS [illegible]

92095?1

02-02

Nº DOCUMENTO

TITULO POSIBLE ENTREGA DE PABLO ESCOBAR

PROC... LA R...

FEC... 14 ... 92

VINC...

¿Se entrega Escobar?

La bella historia del narcotraficante y del sacerdote cazarrecompensas

Bogotá, (AFP)

El fugitivo "capo" del narcotráfico colombiano, Pablo Escobar, se entregará por segunda ocasión a las autoridades del país y será recluído en la cárcel de Itagüi, cerca de Medellín, donde están presos los hermanos Ochoa, informó ayer el diario El Tiempo de Bogotá.

Escobar, fugado el pasado 22 de julio de la cárcel de máxima seguridad de Envigado, a 20 km de Medellín, cuenta nuevamente con la mediacion del sacerdote católico colombiano Rafael García Herreros, de 85 años.

La cárcel de máxima seguridad de Itagüí está a 15 km. de Medellín, ciudad baluarte del cártel cocainero de Escobar, donde se entregará junto con nueve de sus lugartenientes, también fugitivos desde el pasado 22 de julio.

El rotativo, revelando fuentes de todo crédito de la capital del país y de Medellín, sostiene que Escobar se entregaría en los próximos días ante un fiscal acompañado por dos miembros del Congreso de la República y el sacerdote García Herreros.

Señala el informe que Escobar está dispuesto a dejar su seguro escondite en alguna región del Magdalena antioqueño para, ir a la cárcel de Itagüí, donde están los hermanos Ochoa, Juan David, Jorge Luis y Fabio.

Los hermanos Ochoa son también integrantes del cártel de Medellín y se sometieron a la Justicia a finales de 1990 ante las rebajas de penas decretadas por el gobierno colombiano.

El diario revela asimismo que García Herreros sostuvo que muy pronto él mismo entregará a Escobar, pues tiene interés en ganarse la recompensa de 1,4 millones de dólares.

El sacerdote también dijo que ha tenido contactos importantes con Escobar y que él lo entregará, pues tiene interés en ganarse la recompensa anunciada para finalizar las obras de la Universidad del Minuto de Dios, en Bogotá.

"Es preferible que tome ese dinero a que se esfume en burocracia y en los vicios de medios bajos", sostuvo el sacerdote, quien tiene un espacio de un minuto diario en la televisión colombiana desde hace 40 años.

Asimismo, reveló que Escobar, en su nuevo sometimiento a la Justicia, "tiene derecho a suficiente comida, televisor, una huerta para que cultive y otras comodidades. Si esto se garantiza, muy pronto el país recibirá buenas noticias".

En otro lugar del informe, El Tiempo reveló que [illegible] de la entrega de Escobar, se sometería a la Justicia su hombre de confianza, también fugitivo desde el 22 de julio, Gustavo González Flores.

El regreso a prisión de Escobar se habría precipitado después de que el fiscal general de la Nación, Gustavo de Greiff, revelara públicamente que, "según la ley, es posible la permanencia del delincuente en una cárcel de Antioquía".

Precisamente, la condición del "capo" formulada desde la clandestinidad para un posible regreso a la cárcel es que sea recluido en una cárcel de su natal Antioquía y que por ningún motivo sea sacado de esa provincia.

Escobar está acompañado en las montañas, además de González Flóres, por Otoniel de Jesús González Franco, Carlos Aguilar Galiego y Jairo Velásquez Vásquez, agrega el informe.

El Tiempo reveló que la inminente entrega de Escobar está avalada porque el gobiemo había comunicado a los abogados del narcotraficante su disposición a recluirlo en la cárcel de máxima seguridd de Itagüí.

De esta manera, el camino hacia un nuevo sometimiento de Escobar a la Justicia está despejado, teniendo en cuenta que en repetidas ocasiones el "capo" ha insistido en que está dispuesto a entregarse, siempre y cuando el gobierno le garantice "la celda más humilde de cualquier cárcel de Antioquía.

Finalmente, el rotativo reveló que el pronunciamiento de la entrega de Escobar fue formulado este sábado por García Herreros desde Sincelejo, provincia de Sucre, donde hizo entrega de 10 casas para familias de bajos recursos económicos del programa Minuto de Dios, de un total de 110 viviendas que entregará en esa ciudad, [illegible]

01/01 9209532

Recapturan "narcosatánico" mexicano

Uno de los "narcosatánicos" de una banda de ritos religiosos diabólicos desmembrada en 1989 y fugado hace 9 meses fue recapturado por la Policía mexicana, junto a otros delincuentes, informó la Procuraduría de Justicia, según la agencia AFP.

Alvaro Díaz de León, conocido como El Duby, es acusado de narcotráfico, asaltos y multihomicidios y fue detenido en una "casa de seguridad" donde "se realizaban ritos de Palo Mayombe".

El Duby pertenecía en 1989 a la banda de "El Padrino" y cuando fue detenido junto con el resto de su banda se hallaron en un campo 14 cadáveres de personas sacrificadas en ritos satánicos.

En enero de este año logró fugarse y se incorporó a la banda de "El Marino" —muerto en la noche del miércoles en un enfrentamiento con la policía—, en la que realizó una decena de asaltos y ejecutaron varios homicidios.

Confesó y le dieron laxante

Detienen traficante con la droga en el estómago

Panamá y México (UPI - ANSA)

■ Un presunto narcotraficante colombiano que ingirió decenas de comprimidos de morfina para eludir la acción de la Justicia fue capturado por agentes antidrogas de Panamá, informó ayer la dependencia gubernamental, Dirección General de Aduanas.

El ciudadano colombiano Luis Francisco Monroy Vargas fue detenido el domingo en el aeropuerto internacional de Tocumen, donde luego los inspectores comprobaron que había ingerido 86 comprimidos de la droga.

Otro colombiano, Henry Alberto Ramírez Zuluaga, está involucrado también en el caso, informaron las autoridades.

La captura se originó la tarde del domingo, cuando Monroy Vargas, quien se había hecho pasar primero por Josep Vila Boix, de nacionalidad española, manifestó con visible nerviosismo su interés en viajar a Nueva York.

En la revisión secundaria y posterior interrogatorio con los funcionarios antidrogas, el sospechoso presentó documentos donde revelaba su verdadero nombre, Luis Franciaco Monroy Vargas.

En el interrogatorio, dijo que había llegado de Bogotá, Colombia, y que al terminar sus trámites de rigor en Migración y Aduanas lo esperaba un paisano suyo de nombre Henry.

Monroy Vargas añadió, de acuerdo con las autoridades, que Henry le entregó 600 dólares y luego lo acompañó a las oficinas de una línea aérea a fin de que comprara un boleto para viajar primero a Nueva York y luego a España, no se precisó de inmediato el destino final de la droga.

Las autoridades agregaron que gracias a esas descripciones se detuvo posteriormente al otro colombiano, Henry Alberto Ramírez Zuluaga, quien fue identificado por Monroy Vargas como la persona que le había entregado el dinero para comprar el boleto aéreo.

Después de confesar que había ingerido gran cantidad de droga, Monroy Vargas fue trasladado inmediatamente al cuarto de urgencia del nosocomio estatal Hospital Santo Tomás, donde se le administraron laxantes para que evacuara los 86 comprimidos con morfina, una acción que comenzó el domingo por la tarde y terminó en el mediodía de ayer.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA La República
FECHA DE PRODUCCION
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

COLOMBIANOS CAMINADORES

La policía antinarcóticos mexicana arrestó a tres presuntos narcotraficantes colombianos en el peninsular estado de Baja California Sur (al norte del país) e impidió la comercialización de 500 quilos de cocaína, informó ayer la Procuraduría General de la República (PGR).

Luego de perseguir desde el sureño estado de Chiapas a una avioneta turbo commander, procedentes de Colombia, efectivos policiales a bordo de una aeronave de la PGR obligaron a los presuntos narcotraficantes a descender en un camino que conduce a una zona pesquera en el océano Pacífico, 80 quilómetros al norte del municipio de Constitución, Baja California Sur.

Luego de [illegible] la avioneta, que luego se descubrió que traía una carga de 500 quilos de cocaína, los colombianos caminaron más de 20 quilómetros por el desierto intentando huir.

Sin embargo fueron arrestados por la policía. Uno de los sudamericanos presentaba fuertes síntomas de deshidratación.

Los narcotraficantes señalaron a las autoridades que ésta era la tercera ocasión que trasladaban cocaína. La PGR precisó que las averiguaciones continuan para localizar a las personas que recibirían en tierra la aeronave colombiana.

01/01 9209535

Combate ao tráfico no Rio deixa sete mortos

Dois dias de ação policial contra narcotraficantes em um morro no Rio deixaram sete mortos —entre eles um sargento da PM— e um policial sequestrado. O comandante da Polícia Militar criticou a investida no morro da Caixa d'Água (zona norte da cidade). O coronel Carlos Nazareth Cerqueira classificou as operações de ontem e de anteontem como "descabidas, à revelia do comando e fora das normas vigentes para incursões em morros". PÁG. 3-4

Invasão de morro gera briga na polícia do R

Comandante-geral da PM diz que ação foi "descabida e à revelia do comando"; "guerra" deixa sete mo

PLÍNIO FRAGA
Da Sucursal do Rio

Sete mortos —incluindo um argento da PM— e um policial equestrado. Este é o saldo da isputa dos últimos dois dias entre olícia e traficantes do Comando ermelho, organização que comanda a venda de drogas no Rio. A ação policial no caso foi criticada pelo comando da PM.

Ontem pela manhã, quatro policiais militares e agentes da DRE subiram novamente o morro da Caixa D'Água (zona norte) para tentar resgatar o PM Paulo Valentim Leite, sequestrado domingo. Houve troca de tiros e o PM Jochen Ferreira recebeu um tiro de fuzil na perna esquerda.

Esta ação da polícia e a busca realizada no morro anteontem foram criticadas pelo comandante-geral da PM do Rio, Carlos Nazareth Cerqueira. Ele classificou as duas operações como "descabidas, à revelia do comando e fora das normas vigentes para incursões em morros".

As críticas de Cerqueira reacendem a disputa de poder entre a chamada "linha dura" da polícia carioca, que defende ações violentas, e os que pregam a não-violência, liderados pelo vice-governador e secretário de Justiça e Polícia Civil, Nilo Batista.

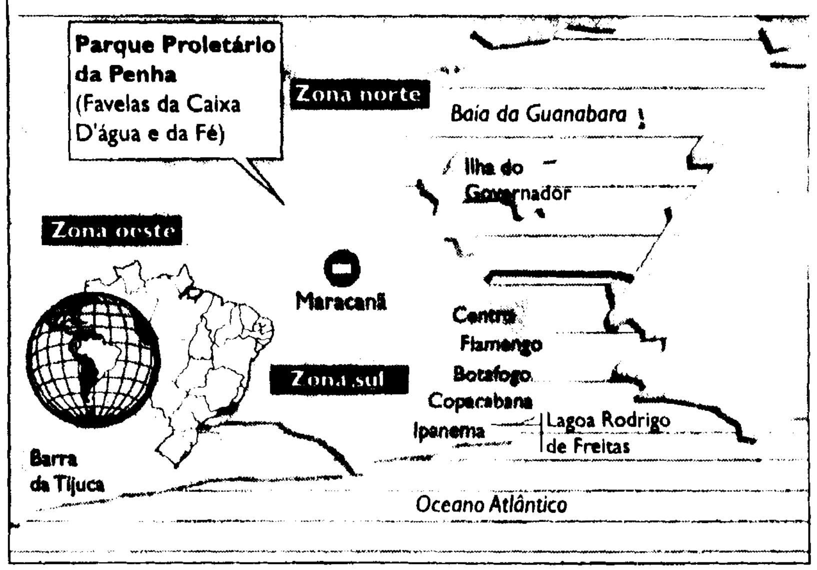
A "guerra" entre polícia e Comando Vermelho foi deflagrada com o início da "Operação Asfixia", na quinta-feira, quando a Divisão de Repressão a Entorpecentes ocupou o morro da Mineira (zona norte), um dos maiores pontos de distribuição de drogas da cidade.

Os traficantes reagiram transferindo o campo de batalha do morro da Mineira para o parque Proletário da Penha, que abrange os morros da Caixa D'Água, Fé, Sereno e Caracol, onde o policial foi sequestrado. Um delegado disse à Folha ter informações de que os traficantes da Mineira acionaram os da Caixa D'Água para dar uma resposta às ações da DRE, sequestrando um policial.

Editoria de Arte/Folha Imagem

OS CONFLITOS NAS FAVELAS DO RIO

No Parque Proletário da Penha



02/02

9209536

M. D. N.
SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II	07OCT92				HOJA:
PEDIDO DE INFORMES: 75/92					

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 14OCT92

II - INFORMACION CONOCIDA:

A - EVALUACION:

B - TEXTO

Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.

13/X/92
387

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION: D.G.I.D.

D.E. I

FIRMA: El Jefe del Departamento II(INF) E.M. S. S. FF. AA.

Coronel
Julio W. Fernández

SERVICIO ... REPUBLICA ...

0012

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de entrada: 19 OCT. 1992
Pase a ANTECEDENTES
Nº. de Orden 9209537

8/10/92
SAI
9209537

Montevideo, 5 de octubre de 1992.-

ASPIRANTES A INGRESO AL SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS COMO TAQUIGRAFAS.

1.- BLASCO ALCAIRE, ADRIANA ROSA.-

Lugar y fecha de nacimiento: 2-12-1959 Montevideo.-

C.I. 1.664.653-5.-

C.C. BZC 6854.-

Domicilio actual: Mariscal Jofre 1130.-

Domicilio anterior: Bruno Méndez 3574.-

Nombre del padre: Facundo Blasco Blasco.-

Nombre de la madre: Elida Alcaire Burgos.-

Nombre del esposo: Mario Oscar Santana González.-

2.- NUÑEZ MAURI, PATRICIA YANEL.-

Lugar y fecha de nacimiento: 2-3-1968 Montevideo.-

C.I. 2.557.481.0.-

C.C. BAA 32.844.-

Domicilio actual: José L. Terra 2433 Apto. 12..-

Domicilio anterior: Méndez Nuñez 3171 Apto. 8.-

Nombre del padre: Bismark Nuñez (fallecido)

Nombre de la madre: Ivone Mauri Pampin.-

Perú: guerra diplomática contra Sendero Luminoso

Lima (Reuter) — **Perú**, irritado por la campaña proselitista del maoísta **Sendero Luminoso** en Europa y Estados Unidos, **está intensificando los esfuerzos diplomáticos para contrarrestar las actividades proguerrilleras, dicen funcionarios.**

Sendero Luminoso, que lucha contra el gobierno peruano desde hace 12 años, tiene comités que trabajan en varias ciudades europeas y estadounidenses para conquistar aliados en favor de su causa de establecer en Perú un estado obrero-campesino.

"Están los comités que llevan a cabo actividades puramente propagandísticas en favor de Sendero Luminoso y los que componen el Movimiento del Pueblo Peruano, cuyo objetivo es radicalizar a grupos izquierdistas en los países anfitriones", indicó Simon Strong, autor de **"Sendero Luminoso;** la fuerza revolucionaria más letal del mundo".

• Mayor agresividad

Mientras él y otros expertos dicen que el impacto de estos grupos es difícil de medir, el gobierno peruano **ha denunciado regularmente sus actividades y ha ejercido presión sobre los gobiernos donde operan para que adopten medidas contra ellos.**

Pero la difusión por la televisión británica de un programa sobre **Sendero Luminoso** parece haber hecho sonar la alarma en el sentido de que **el servicio diplomático peruano necesita librar una campaña más agresiva para contrarretar la labor internacional de los guerrilleros** .

"La gente de Sendero Luminoso", un documental de 40 minutos difundido en junio en el programa **"Despachos"** del "Canal Cuatro", incluyó escenas pocas veces captadas por una cámara de un así llamado **"comité del pueblo"** en Ayacucho, una pobre región andina donde el movimiento lanzó su campaña de insurgencia en 1980.

Documentos de **Sendero Luminoso** capturados por la policía muestran que el viaje del equipo de filmación fue organizado a través de "Diario Internacional", un periódico con sede en **Bruselas** que es la edición internacional del ahora extinto órgano de prensa de los guerrilleros en **Perú**.

• Tormenta de protestas

El programa, que presentó a **Sendero Luminoso** como un movimiento que **ha logrado firme apoyo entre los campesinos y los habitantes de los barrios míseros de las ciudades en su guerra contra un ejército desmoralizado y brutal**, provocó una tormenta de protestas de un amplio espectro de peruanos luego de ser redifundido aquí a fines de agosto.

Un comunicado del Ministerio de Relaciones Exteriores que detalló la semana pasada los esfuerzos diplomáticos para refutar lo que describió como **"propaganda terrorista"** en Europa y otros lugares del mundo indicó: **"Nuestra embajada en el Reino Unido llevó a cabo varias actividades antes y después de la emisión de un documental fraguado acerca de nuestro país".**

A comienzos de agosto, el ministro de Relaciones Exteriores **Oscar de La Puente** anunció que delegaciones diplomáticas **intensificarán sus esfuerzos por desenmascarar la labor de grupos partidarios de Sendero Luminoso en capitales foráneas como Bruselas, Estocolmo, Londres, Madrid y París.**

Sendero asesinó a un director de escuela y dinamitó 5 comercios

LIMA y NUEVA YORK, 2 (EFE, Reuter y ANSA). — **El líder aprista y ex presidente peruano, Alan García, pidió hoy a las fuerzas armadas que depongan al jefe de Estado, Alberto Fujimori, en un último recurso para recuperar la democracia en el Perú.** La controvertida declaración de García coincidió con nuevos golpes de **Sendero Luminoso**, que asesinó al director de un colegio y dinamitó cinco comercios limeños.

La agrupación maoísta Sendero Luminoso estuvo virtualmente inactiva en la última semana. Pero hoy sus comandos volvieron a atacar en distintos lugares de la ciudad, asesinando al director de un colegio en el populoso barrio de Comas y dinamitando cinco comercios en distintos lugares de la ciudad. Los daños causados en los cinco locales fueron cuantiosos.

Se ignoran las razones del ataque senderista contra el director del colegio, quien carecía de antecedentes políticos. Tampoco hay explicaciones sobre los atentados dinamiteros a los comercios.

García fue entrevistado durante su breve paso por Nueva York antes de su regreso a Bogotá, donde buscó asilo político dos meses después del golpe institucional de Fujimori, el 5 de abril.

En declaraciones que se publicarán mañana en el periódico **El Diario-La Prensa** de Nueva York, García sostuvo que Fujimori **"ha arrastrado y ha comprometido a las fuerzas armadas en una aventura desquiciada"** y pidió a los militares que desplacen a **"este régimen corrupto, hambreador y desnacionalizante"**. García agregó que tras un eventual desplazamiento de Fujimori, **"cualquier solución que le devuelva a Perú su gobierno legítimamente constituido, mediante elecciones libres, será igualmente buena"**.

Las declaraciones de García amenazan con agudizar la crisis abierta en el seno de su partido, el APRA, y erosionar el frente opositor al régimen de Fujimori.

En un sorpresivo pronunciamiento, 13 agrupaciones opositoras **cuestionaron esta mañana, por primera vez desde el autogolpe**, la mediación emprendida de la **Organización de Estados Americanos** (OEA) para restablecer la democracia en el Perú.

Los partidos, entre los que no aparece Acción Popular, del ex presidente **Fernando Belaúnde**, expresaron su rechazo a cualquier presencia o intervención de la OEA **"que defienda un interés de parte y no se apoye en un auténtico consenso nacional, hoy inexistente"**.

El pronunciamiento alude a una resolución de la asamblea de cancilleres de la OEA que este fin de semana decidió prestar asistencia técnica y de observación al proceso electoral para la convocatoria de un **Congreso Constituyente Democrático** (CCD).

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA MAÑANA

15-9-92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Fue analizada la labor preventiva contra la droga

SAN JOSE (por Carlos Lacava Berardi).- En el marco del 54° Cursillo Departamental de Actualización Profesional que se desarrolló en la Jefatura de Policía de San José, el Comisario Inspector Nelson Rodríguez Rienzo, de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia, ofreció una conferencia sobre el tema "Drogas".

Expuso que "no es sólo la represión la que puede evitar la oferta de la droga en nuestro país, sino tratar por todos los medios de reducir la demanda, la que día a día va en aumento debido a que se ha logrado reducir los costos, lo que permite llegar a los jóvenes con mayor facilidad, porque hay que tener en cuenta que quince años atrás se precisaban cien dólares para adquirir drogas y hoy con solo 20 dólares se está ofertando el gramo, lo que permite cinco dosis".

Además destacó que "en el Uruguay los lugares más propicios para la colocación de los estupefacientes son las casas de maquinitas, los pool, bailes juveniles, discotecas, donde actúan grupos musicales modernos y también alrededor de los centros estudiantiles".

"Luchar contra el consumo de drogas no es sólo un problema de la policía y de la Justicia, es un problema de todos y por lo consiguiente debemos juntarnos padres, educadores y autoridades y tratar de concientizar fundamentalmente a los padres, quienes a veces no quieren tomar conciencia de la situación y no pueden eludir el riesgo de que sus propios hijos sean inducidos a la droga".

Presión y Conflictos. Dijo que "si bien el Uruguay se ve favorecido porque no hay cultivos de drogas y además que el poder adquisitivo de la población no es propicio para la adquisición de estos productos por los jóvenes, de cualquier manera, los muchachos aún estando en ambientes de familias bien constituidas, pueden comenzar a consumir drogas por varias causas.

Entre ellas la propia curiosidad de querer hacer una experiencia para saber los efectos que causa y además en otros casos las presiones de los grupos homogéneos, con quienes comparten reuniones juveniles".

El problema se ha podido detectar fundamentalmente en jóvenes entre 15 y 27 años.

Uso de psicofármacos. También se refirió al uso indiscriminado de los psicofármacos expresando que "pese a que están controlados de igual manera los jóvenes logran adquirirlos mediante recetas adulteradas. También inquieta el crecimiento de consumo de alcohol en jóvenes de uno y otro sexo".

Destacó que "los traficantes son individuos inescrupulosos y hacen cualquier maniobra con tal de introducir la droga, llegando incluso a tragarse preservativos con droga en su interior y en otros casos también se han detectado que se han tragado tizas conteniendo estupefacientes, con la finalidad de traficarlos sin ser descubiertos".

Expresó que actualmente el porcentaje de reincidentes es importante y si la tarea preventiva es difícil, también es difícil la rehabilitación, aunque a nivel de los organismos oficiales se cumple una tarea permanente y fundamentalmente Salud Pública está efectuando un test, tratamiento y asistencia a los drogadictos.

También hizo referencia al impacto del Mercosur, que lógicamente traerá aparejado un mayor pasaje de mercaderías, y podría encontrar mayor facilidad el pasaje de drogas.

En este sentido ya se están adoptando medidas a efectos de incrementar los controles, ser más estrictos y acceder a una información permanente con los otros países que integran la región, en el tema de la droga.

Anunció además que en 1992 se iniciará una importante labor educativa en Secundaria, con seminarios de integración tanto con jóvenes, como padres y docentes. ■

01/01

9209540

Nº DOCUMENTO
TÍTULO Polícia busca ladrones y aprende traficantes
PROCEDÊNCIA Zero Hora
DATA 16.9.92
VINCULAÇÃO

ENTRADO
CRUZADO

ASSALTOS

Polícia procura ladrões e prende traficantes

Dois assaltos a banco e uma perseguição policial, que resultou na prisão ocasional de três traficantes, movimentaram as zonas Sul e Norte da Capital, na manhã de ontem. Elemar Sadi Borrowisk Gralia, Carlos Aldrovando de Oliveira Santos, 31, e Augusto Carlos Pacheco da Silveira, 30, transportavam, num táxi, um tijolo de cocaína de aproximadamente 300 gramas, quando foram abordados por uma patrulha da Brigada Militar. No final da tarde, o delegado de Tóxicos, Herbert Ferreira, autuou em flagrante o trio por tráfico.

O primeiro assalto ocorreu às 11h30min, contra a agência Meridional da Avenida Padre Cacique. Dois homens roubaram uma quantia não revelada pela gerência e depois fugiram num automóvel Gol, roubado na noite anterior. Uma hora depois, quatro homens invadiram a agência da Caixa Econômica Federal da Avenida Protásio Alves, recolheram aproximadamente Cr$ 50 milhões e fugiram num Gol azul. Um dos assaltantes agrediu o gerente — que preferiu não ser identificado — com uma coronhada na boca, quebrando-lhe alguns dentes.

PRISÃO — Logo após o segundo assalto, a Patrulha Tático Móvel (Patamo) 106 do 11° Batalhão de Polícia Militar, iniciou uma perseguição aos assaltantes. Enquanto procuravam o Gol azul, o cabo Mazoca e os soldados Rosa, Jobim, Jacson, Lula e Bom Fim, acabaram cruzando, na Vila Mirim, pelo táxi onde estavam Elemar, Carlos Aldrovando e Augusto. Além da droga, eles portavam um revólver calibre 38 e US$ 834.

Levados à Delegacia de Roubos e Extorsões como se fossem os assaltantes de banco, os três e o taxista Rogério de Ávila Souza, 26, foram submetidos a reconhecimento pelos funcionários da Caixa Federal. Porém, não houve consenso, com a maioria considerando os traficantes apenas semelhantes aos homens que atacaram a agência bancária. Por isso, o delegado Alexandre Vieira os encaminhou à Delegacia de Tóxicos.

Além do tráfico, Augusto Carlos será indiciado por ter apresentado uma carteira de identidade do Distrito Federal falsificada. Contra o taxista, segundo o delegado Herbert Ferreira, não há provas de seu envolvimento. Ele alegou que transportava profissionalmente os três homens. De qualquer forma, será realizada uma perícia no veículo.

Antônio Pacheco/ZH



Capturados: *Augusto, Gralia e Aldrovando levavam cocaína num táxi*

01/01

9209541

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE [illegible] 16-9-92

VINCULACIONES [illegible]

ENTRADO

CRUZADO

SORIANO

EL PAIS 16-9-92

Editan Libro Sobre Drogas

MERCEDES. (Por Humberto Ramírez, corresponsal).— El jefe de policía de **Soriano**, Sr. Oscar Villalba **presentó** en la propia Jefatura, un trabajo plasmado en un libro denominado "**Reflexiones**" sobre un tema *tan preocupante* como es la drogadicción, realizado por el oficial ayudante Sergio Fernández Russo.

Oscar Villalba destacó que "el tema de la drogadicción fue uno de los que mereció mayor atención cuando se hizo cargo de la Jefatura al igual que la minoridad

Más adelante dijo: "La prevención es un aspecto fundamental y que justamente ése es el objetivo del libro presentado en nuestra ciudad". De esa forma, estableció Villalba, por ese medio se acerca a padres y jóvenes una serie de conceptos que les permitirá obrar en consecuencia ante ese flagelo real que a todos nos preocupa.

En una parte de su presentación afirmó que si bien "no se ha detectado en el medio nuestro tipos específicos de drogas, se han encontrado elementos que comúnmente se utiiizan para tal hecho en bailes, y lugares públicos, lo que quiere decir que existen casos, pero que no llegan a un número importante. Estableció que "no se han encontrado drogas en grandes cantidades". El libro "Reflexiones" extracta el trabajo realizado por el Comando de la Jefatura integrado por el jefe de Policía, Sr. Villalba, Crio. Insp. Sergio [illegible], director de Seguridad, Crio. Insp. Edmundo Rodríguez y los integrantes de Narcóticos y Drogas Peligrosas, Of. Ayudante Sergio Fernández, Of. Sub Ayte. [illegible] González y el Sgto. [illegible] [illegible].

01/01 9209542

Noriega acusado de homicidio en Panamá

Panamá (IPS)

El depuesto general Manuel Noriega y otros dos ex oficiales de las desaparecidas Fuerzas de Defensa de Panamá, fueron ayer llamados a juicio por los tribunales locales por la presunta comisión de homicidios cuando detentaban el poder.

El ex "hombre fuerte de Panamá", actualmente preso en Estados Unidos tras ser hallado culpable por la Justicia de ese país, de delitos relacionados con el narcotráfico, fue llamado a juicio por el presunto homicidio del mayor de las Fuerzas de Defensa, Nicasio Lorenzo, ocurrido el 6 de octubre de 1989.

Por este mismo caso el fiscal segundo superior Carlos Herrera, solicitó también arresto y juicio contra el mayor Jorge [illegible] "modelo" donde apareció muerto Lorenzo, y que fue dado de baja de la actual Fuerza Pública tras la caída de Noriega.

El ex comandante y jefe de gobierno de Panamá fue derrocado por una invasión norteamericana iniciada el 20 de diciembre de 1989.

Herrera indicó en la vista fiscal divulgada este viernes que "existen graves indicios de que Lorenzo fue asesinado y no se ahorcó el 6 de octubre de 1989, tal como informaron en esa oportunidad las autoridades" militares.

La muerte de Lorenzo se produjo tres días después de un fallido golpe militar contra Noriega, encabezado por el mayor Moisés Giroldi, quien también murió en circunstancias aún no muy claras junto a otros ocho oficiales alza[illegible].

Desde hace 30 meses las autoridades realizan una investigación para determinar cómo murieron Giroidi y sus camaradas, tras haber tenido a Noriega prisionero por varias horas en la sede de la comandancia general de las Fuerzas de Defensa.

Noriega también ha sido llamado a juicio por el presunto uso ilícito de fondos públicos y por "autoría intelectual" en el asesinato y decapitación del ex guerrillero internacionalista panameño Hugo Spadafora, ocurrido el 13 de setiembre de 1985 en la zona fronteriza con Costa Rica.

Herrera indicó que el ex oficial José Luis Sánchez, quien se encontraba en la misma celda que Lorenzo, testificó que éste le comunicó luego de ser sometido a un violento interrogatorio "que nos iban a matar a los dos".

PARTES POCO LEGIBLES

01/01 9209843

Pablo Escobar en lista de espera

Con la rendición de uno de los narcotraficantes que se había fugado de la cárcel junto con el máximo capo del cartel de Medellín, Pablo Escobar, habría comenzado ayer un nuevo proceso de entrega de los mafiosos fugitivos.

La posibilidad de que Escobar se presente otra vez ante las autoridades, que ha sido considerada con escepticismo, tomó fuerza tras la entrega de Jorge Avendaño, uno de los diez protagonistas de la fuga del pasado 22 de julio. Avendaño se presentó en Medellín ante funcionarios de la fiscalía del departamento de Antioquia y de inmediato fue recluido en una cárcel de la población de Itagui, donde están confinados otros miembros de esa banda, entre ellos los hermanos Jorge Luis, Fabio y Juan David Ochoa.

La noticia sobre la entrega del mafioso se conoció en momentos en que el fiscal general, Gustavo de Greiff, asistía en Bogotá a otra sesión de la comisión especial del Senado que trata de hallar responsables por la fuga de Escobar y sus cómplices.

Por otra parte, la radioemisora RCN, citando "fuentes seguras" a las que no identificó, reveló que la rendición de Avendaño es el comienzo de un nuevo proceso de entrega de los mafiosos fugitivos, que terminaría el próximo viernes con la entrega del propio Escobar.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA CLARIN
FECHA DE PROCEDENCIA 16-9-92
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

ESTA PRESO EN CALABRIA EL JEFE DE LA BANDA

Traficaban cocaína en autos antiguos de Argentina a Italia

LOCRI, Italia (AFP). — La policía de finanzas de Italia arrestó en **Calabria** al jefe de una organización que traficaba cocaína que embarcaría en la Argentina escondida en autos de época.

Según informaron los investigadores italianos, se cree que la banda "importó" al menos **100 kilos** de cocaína en los últimos años.

El detenido fue identificado como **Doménico Tropea**, alias **Number One**, de 48 años, considerado el jefe de la banda de narcotraficantes. De acuerdo con las sospechas de los agentes italianos, este habría recibido colaboración, entre otros, de los hermanos ítalo-argentinos **Carlos** y **Líbero Murdocca**, para la importación de los autos. En los automóviles iba escondida la droga.

Además, trascendió que el juez para las investigaciones preliminares, **Giovanni Bombardieri**, habría emitido pedido de captura contra otros dos miembros de la organización que estarían ya arrestados en la Argentina —al cierre de esta edición la información no había podido ser confirmada en la Policía Federal—.

La detención de Tropea, aseguraron los policías de finanzas de Italia, se logró después de una investigación que comenzó en octubre del año pasado en **Fiumicino**, el aeropuerto internacional de Roma. Allí fue interceptado un auto de época —un Ford 1929—, proveniente de la Argentina que escondía **10 kilos de cocaína, dos pistolas y dinero** en un hueco detrás del respaldo de los asientos.

En ese momento, la Policía italiana decidió no intervenir para seguirlos y, de ese modo, ver quiénes retiraban el auto para descubrir a los cómplices.

El coche fue retirado por los dos hermanos Murdocca que se ocuparon, a su vez, de trasladar el vehículo al sur de Italia, más precisamente a **Marina di Giogiosa Jonica**, en Calabria. Allí fue arrestado Tropea. Sin embargo, no ha quedado establecida aún la vinculación de los Murdocca con el transporte de estupefacientes.

Según el despacho de la agencia AFP, el trabajo de la policía italiana fue coordinado con las autoridades argentinas. El resultado de las tareas, fue la detención en la Argentina de 7 personas y **12 kilos de cocaína** incautados.

Se cree que Tropea, con la ayuda de los Murdocca, habría ingresado a Italia cerca de 100 kilos de cocaína disimulados en autos antiguos de colección. Algunos de los autos habrían llegado por avión desde la Argentina y otros desde **Francia**, **Suiza** y **España**.

01/01 920595
920595

Colombia

GAVIRIA PROPONDRA A LA ONU FORTALECER LUCHA ANTINARCOTRAFICO



Bogotá.- El presidente de Colombia, Cesar Gaviria, propondrá el próximo lunes a la comunidad internacional el fortalecimiento de la lucha contra el narcotráfico, al intervenir en la 47 Asamblea de las Naciones Unidas, se informó oficialmente.

El jefe de estado, quien viajara a Nueva York el sábado venidero, pedirá a las naciones industrializadas un mayor esfuerzo para controlar el consumo de alucinógenos y la apertura de sus mercados para los productos de los países latinoamericanos.

Fuentes de la Casa de Narino (sede de gobierno) explicaron que Gaviria reiterara que la fuga del narcotraficante Pablo Escobar, ocurrida el pasado 22 de julio, no significa la derrota de su estrategia de sometimiento de los mafiosos a la justicia.

Escobar se había acogido en junio del año pasado a decretos que preveen rebaja de penas para los mafiosos y terroristas que se entreguen, pero se fugó con nueve cómplices (uno de ellos se rindió hoy) tras resistirse a ser trasladado a un cuartel militar.

Tras intervenir en las Naciones Unidas, Gaviria se entrevistará con el Secretario de Estado estadounidense, Lawrence Eagleburger, con quien pasará revista a temas de interés bilateral, se indicó.

Asimismo, viajará a Washington, para dialogar con funcionarios encargados de la lucha contra el narcotráfico, y a Miami, donde se reunirá con los colombianos que perdieron sus bienes por el paso del huracán "Andrés". La visita no oficial de Gaviria a EEUU terminará el jueves de la próxima semana.

Nº DOCUMENTO
TITULO OPERATIVO RELAMPAGO
PROCEDENCIA EL DÍA
FECHA DE PROCEDENCIA 17-9-92
VINCULACIONES

Drogados con "pegamento", provocaron graves desórdenes

En un operativo denominado por la policía como "Relámpago", se logró la detención de seis personas, una de ellas mujer y menor de edad, en momentos en que se drogaban y ocasionaban un descomunal desorden en una vivienda deshabitada de la zona de la Ciudad Vieja. Los adictos, cuando fueron sorprendidos por efectivos de la Seccional 1ª se encontraban inhalando cemento de contacto.

Los detenidos tras comparecer en la referida comisaría, fueron derivados a la Brigada de Narcóticos de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia.

Los hechos tuvieron lugar ayer de madrugada, cuando autoridades de la mencionada repartición policial, recibieron el alerta de que en el inmueble, situado sobre la calle Liniers al 1274, actualmente desocupado, personas no identificadas protagonizaban un desorden de proporciones.

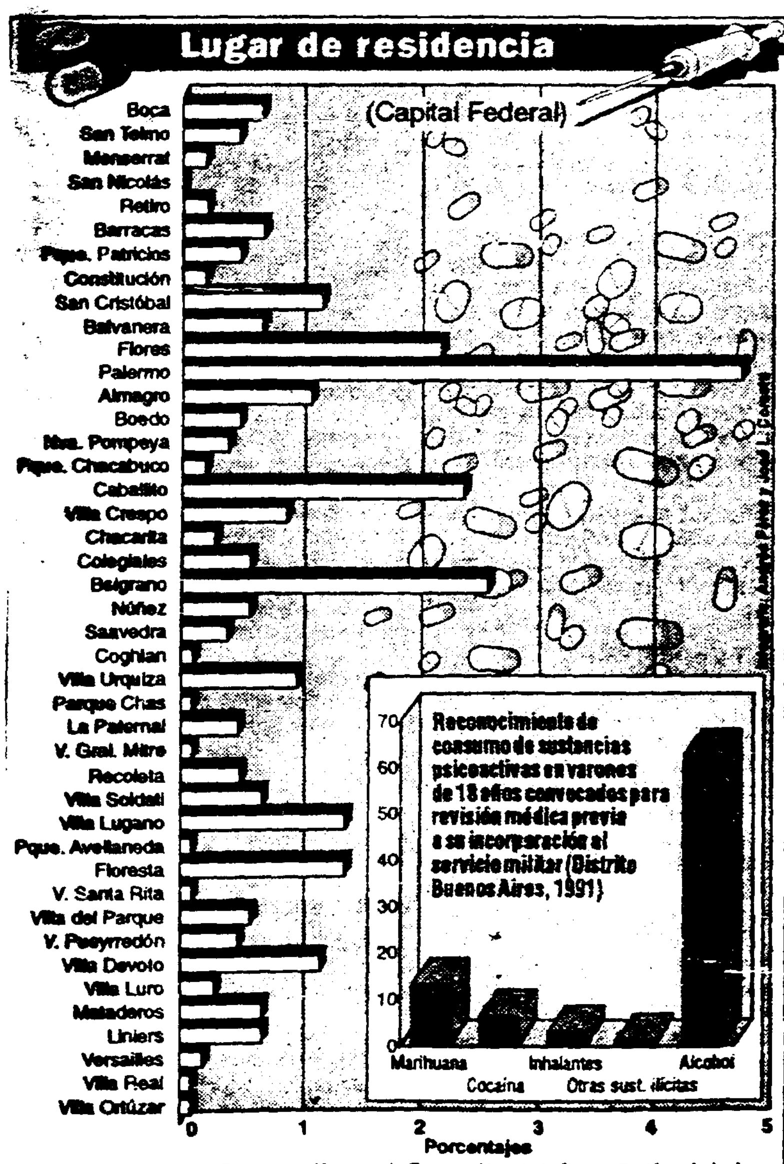
Al lugar concurrieron varios efectivos de dicha Seccional, a cuyo ingreso constataron que seis individuos, entre ellos una mujer, procedían bajo los efectos de estupefacientes. Inmediatamente se los redujo y al efectuar un relevamiento del lugar, se ubicaron varias bolsas que contenían cemento de contacto, elemento éste que utilizaron para drogarse.

Conducidos al local policial con sede en la calle 25 de Mayo, se les identificó como O.B.D. de 18; G.D.F.P. de 18; W.E.R. de 20; J.L.DL.S. de 18; J.A.S.B. de 18, con cuatro anotaciones por delitos varios cuando su minoría de edad y R.Y.R.S. soltera de 17 años, poseedora también de dos anotaciones por haber incurrido en otros hechos delictivos.

Debido al motivo de su aprehensión, los involucrados, fueron derivados a reparticiones de la Brigada de Narcóticos. De allí, se enteró al magistrado de turno, por cuya disposición, todas las partes serán conducidas a su despacho.

01/01 920954 7

Inquieta el consumo juvenil de drogas



Fuente: Secretaría de Programación para la Prevención de la Drogadicción y la lucha contra el Narcotráfico

Diversión y curiosidad: dos de los principales motivos que los jóvenes dieron para explicar sus comienzos en la ingestión de drogas. Preferencias por la marihuana y la cocaína. Fue registrado el mayor consumo en Palermo y Belgrano.

Encuesta: un relevamiento oficial indica que más del 25 por ciento de jóvenes por ingresar al servicio militar, reconoció haber consumido algún tipo de droga; otro 66 por ciento, alcohol.

Una encuesta realizada entre 3788 varones de 18 años, convocados para exámenes previos a su incorporación en el servicio militar, arrojó como resultado que el 92,52 por ciento reconoció –amparado en el anonimato– que ha consumido sustancias psicoactivas, en general alcohol y particularmente cerveza, y en menor medida marihuana, cocaína y pegamentos.

Este inquietante panorama fue expuesto en la reunión de ayer del gabinete nacional por el titular de la Secretaría de Programación para la Prevención de la Drogadicción y la Lucha Contra el Narcotráfico, Eugenio Lestelle.

Si bien se descuenta que hubo algunos que optaron por no responder con fidelidad al cúmulo de interrogantes formulado, quienes reconocieron haber ingerido sustancias psicoactivas se ajustan a los siguientes porcentajes: 66,63, alcohol; 14,12, marihuana; 7, cocaína; 3,37 inhalantes, y 1,40, otras sustancias. Aproximadamente, uno de cada cuatro encuestados.

Clase 1973

La encuesta incluyó a integrantes de la clase 1973, nacidos el 49,1 por ciento en la Capital Federal; el 36 por ciento en Buenos Aires, y el resto, en distintos puntos del interior del país.

El funcionario afirmó a LA NACION que la difusión de estas referencias "no es para asustar, pero sí para que los padres tomen conciencia de la necesidad de controlar a sus hijos que asisten a los boliches bailables, y la Municipalidad haga cumplir sus edictos que prohíben el consumo de alcohol a los menores".

Nº DOCUMENTO

TITULO VENEZUELA EXTRADITA A ITALIA A TRES CAPOS DE LA MAFIA

FECHA LA REPUBLICA (REC. PRENSA)

18-9-92

VINCULACIONES

CRUZADO

El brazo latinoamericano de la Mafia amputado

Venezuela expulsará a otros 55 miembros del clan siciliano

EL PAIS de Madrid

Caracas, por Ludmila Vinogradoff

La Policía ha desatado una ofensiva total contra el clan de la Mafia siciliana en Venezuela, tras la entrega a la justicia italiana de los hermanos Cuntrera, con el fin de expulsar a 55 miembros más de la organización e incautar sus 38 empresas. Se sospecha que estas sociedades eran tapaderas para el tráfico de drogas y el blanqueo de dinero, dentro de la "conexión" Colombia-Venezuela-Canadá-Sicilia.

La lista de las 55 personas, todas ellas de apellido italiano, fue proporcionada por el embajador de Venezuela en Canadá, Vladimir Gessen, quien denunció que la familia Cuntrera-Caruana operaba libremente con el amparo de los funcionarios venezolanos de la Diex (Oficina de extranjeros) y de los ministerios del Interior, Hacienda y Justicia, a pesar de que los tribunales italianos formularon hace 10 años una solicitud de extradición.

El escándalo que ha destapado la existencia de complicidades y negligencia oficiales está implicando también a políticos, militares y ex ministros del Interior, que conocían las actividades del clan durante los 21 años de su residencia en el país. El ex presidente democristiano, Luis Herrera Campins, asistió a la boda de una de las hijas de los Cuntrera, celebrada en un lujoso hotel caraqueño en donde coincidieron jefes de la Mafia internacional como John Gotti y los Gambino de Nueva York.

En vista de la trascendencia del escándalo, el Congreso venezolano ha iniciado un debate, que se prevé apasionante, sobre el caso. Entretanto, el director de la Policía Técnica Judicial, Mauro Yáñez Pasarella, anunció que "toda persona extranjera que aparezca vinculada al clan Cuntrera-Caruana y que tenga solicitud de extradición por cualquier país, tanto de América como de Europa, será deportada de inmediato.

01/04 . 9208549

Fueron confiscados todos los bienes de mafiosos extraditados de Venezuela

Los hermanos Pasquale, Paolo y Gaspare Cuntrera, superestrellas discretas del blanqueo mundial del dinero sucio que operaban en Venezuela, fueron detenidos en Caracas y transferidos de inmediato a Italia, se supo de fuente policial, según cable de AFP fechado en Roma.

Se trata de un nuevo éxito para el frente antimafia, al día siguiente de la detención del número uno de la camorra (mafia napolitana) Carmine Alfieri, cerca de Nápoles y seis días después de la del capo siciliano Giuseppe Madonia, cerca de Venecia.

Esta serie de victorias contra la mafia parece confirmar el éxito de las autoridades italianas frente a la Cosa Nostra tras el asesinato con explosivos del juez antimafia Paolo Borsellino el pasado 19 de julio en Palermo.

Buscado desde hace más de 10 años, Pasquale Cuntrera era objeto de una orden de arresto firmada en 1985, precisamente por los jueces Giuseppe Falcone (asesinado el 23 de mayo pasado) y Borsellino, después de una primera orden de arresto de 1982 del Tribunal de Roma.

Jefe de la familia Cuntrera, aliada a los poderosos primos Caruana, el "padrino" se había instalado con sus hermanos Gaspare y Paolo en Caracas, desde donde dirigía una especie de holding mafioso especializado en el tráfico de drogas y el "blanqueo" de dinero.

"Perseguía a los Cuntrera desde 1982", indicó a la prensa el jefe del sector Criminalidad Económica de los servicios centrales de la Policía, Alessandro Pansa.

Localizados en Venezuela por los investigadores de los servicios centrales de la policía italiana en colaboración con Interpol, los hermanos Cuntrera fueron entregados por las autoridades venezolanas a los funcionarios de la policía italiana, agregó la misma fuente.

Los tres hermanos fueron recibidos ayer en el aeropuerto Fiumicino de Roma por un servicio de seguridad impresionante, que refleja la importancia de los "padrinos". Preguntado sobre los aliados del clan Cuntrera, en Sicilia, Pansa respondió: "Son los otros clanes los que buscan su alianza".

La aventura sudamericana de los Cuntrera comenzó en la pequeña localidad de Siculiana (5.000 habitantes), cerca de Agrigento (costa sur de Cerdeña).

Líderes del clan "siculiana" de la Cosa Nostra, aliados con el poderoso clan de Corleone de Luciano Liggio, los Cuntrera se habían instalado en Venezuela en los años 70 y allí dirigían, según los investigadores, la mayor red internacional de tráfico de cocaína así como una central de "blanqueo" de dinero.

En 1986, el juez de instrucción de Agrigento los definía como "los gerentes del tráfico mundial de la droga". Investigadores norteamericanos de la agencia antinarcóticos DEA citaban en la misma época a Palermo, Nueva York y Siculiana como las capitales del tráfico mundial.

Los Cuntrera-Caruana habían conservado estrechas relaciones con Siculiana. En 1974, la policía de Siculiana había descubierto un plan del clan para asesinar al juez antimafia Rocco Chinnici, asesinado en atentado con explosivos nueve años después en Palermo.

REGISTRAN SUS PROPIEDADES

Las autoridades venezolanas efectuaron registros en varias propiedades de los hermanos Paolo, Gaspare y Pasquale Cuntrera, deportados a Italia, anunció el ministro del Interior, Luis Piñerúa.

En declaraciones a la prensa, el ministro indicó que en esos registros fueron encontrados documentos "que nos ofrecen pistas seguras para poner al descubierto la inmensa red de narcotráfico que manejaba el clan en Venezuela", agregando que les serán incautados todos sus bienes.

Para ser deportado, Pasquale Cuntrera fue despojado de su nacionalidad venezolana, mediante una resolución especial del Ministerio del Interior. Sus hermanos Paolo y Gaspare tenían nacionalidad canadiense, dijeron fuentes cercanas al gobierno venezolano.

Según el ministro Piñerúa, los "fratellos" eran buscados por las policías de Alemania, Canadá, Italia y Estados Unidos, por estar señalados como "lavadores" del dinero proveniente del narcotráfico y en Venezuela habían operado principalmente comprando propiedades inmobiliarias.

TRES HERMANOS BLANQUEABAN EL DINERO DEL NARCOTRAFICO

Venezuela extradita a Italia a tres "capos" de la mafia

Los principales diarios italianos destacaron ayer la tardanza con la que Venezuela decidió entregar a las autoridades peninsulares a los hermanos Cuntrera, acusados de manejar en ese país un imperio del narcotráfico y de estrechos vínculos con la mafia. Pasquale, Paolo y Gaspare Cuntrera fueron detenidos en Caracas y llegaron el sábado a Roma. Italia había presentado con anterioridad tres pedidos de extradición de los hermanos Cuntrera, radicados en Venezuela desde principios de la década del 60. Según el "Corriere della Sera", Caracas solo aceptó detener y extraditar a los Cuntrera por presiones de los Estados Unidos, que habrían amenazado con una acción militar para secuestrarlos.

ROMA, 13 (EFE). — La prensa italiana celebró hoy, domingo, con grandes titulares el arresto de los **hermanos Cuntrera**, entregados por Venezuela, desde donde gestionaban el "bloqueo" de dinero sucio procedente del narcotráfico de la mafia.

Los diarios describieron con grandes calificativos a los hermanos **Pascuale, Paolo** y **Gaspare Cuntrera**, detenidos el martes en Caracas y llegados el sábado a Roma, en un vuelo de la compañía venezolana Viasa, en medio de extraordinarias medidas de seguridad.

"El rey de la droga", "Detenidos los tesoreros de la mafia", "Los señores del tráfico mundial del dinero y de la droga", "Los Padrinos en Rebibbia", "Los grandes joyeros del narcotráfico", son algunos de los titulares de portada de la prensa italiana de hoy.

Los periódicos hacen correr ríos de tinta para contar las "hazañas" de los Cuntrera, el imperio multimillonario que manejaban, las dificultades que tendrá la mafia para sustituirles y el proceso que llevó a su entrega por Caracas.

Al mismo tiempo, lamentan la tardanza de Venezuela en entregar a los Cuntrera, que atribuyen parcialmente a la connivencia con sus actividades de destacados personajes de las finanzas y de la política de dicho país.

A este respecto, la prensa italiana asegura que en 1981 el presidente de la República **Luis Herrera Campins** asistió a la celebración de la boda de **María Cuntrera con Nino Mongiovi**, descendiente de otra familia de Siculiana, el pueblo de origen de los hermanos detenidos.

El diario milanés **Corriere della Sera**, el de más tirada de Italia, va más lejos y señala que Caracas solamente aceptó detener y entregar a los Cuntrera porque los Estados Unidos habían amenazado con una acción militar "de policía internacional" para secuestrar a los tres hermanos.

En la historia de los intentos de Roma y Washington para conseguir la extradición de los Cuntrera, la prensa recuerda que, tres días antes de ser asesinado (el 23 de mayo), el juez antimafia **Giovanni Falcone** recibió al nuevo ministro venezolano de Justicia y ambos se reunieron con el titular italiano de esa cartera, **Claudio Martelli**.

El diario **La Repubblica** informa que la petición de extradición de los Cuntrera fue hecha en tres ocasiones y afirma que el tribunal de apelación de Palermo archivó, en 1975, varios procedimientos judiciales contra Pasquale, considerado el "boss" (jefe) del grupo, porque las autoridades de Caracas informaron positivamente de sus actividades en Venezuela.

"Se trata de un empresario que ha logrado óptimos resultados económicos en su actividad", dijeron las autoridades venezolanas, según dicho rotativo.

Los diarios italianos emplean también mucha tinta para hablar del "imperio" construido sobre el narcotráfico por los hermanos Cuntrera, que vivían en Venezuela desde la década de los '60 y que, según un artículo del ex juez antimafia **Antonino Caponnetto** en el diario turinés **La Stampa**, son los "patrones indudables del tráfico de cocaína entre Venezuela y Europa, además de jefes de un consorcio financiero criminal".



Uno de los últimos éxitos de las autoridades italianas en la lucha contra la mafia.

La cabecera de este "hólding" es la **Inversora Ca- trera**, de la que derivan una docena de firmas que escon- den decenas de inmuebles, participaciones en compañí- de navegación fluvial y marítima, grandes hoteles, ba- res, restaurantes, sociedades de elaboración de carnes para la producción de metales, intereses en la distribu- ción y participación en empresas de importación-expo- tación.

Este "imperio" ha sido valorado por los investigado- res italianos en 500 millones de dólares, nacido de la r- de "blanqueo" del dinero sucio procedente del **narcotrá- fico**.

El primer magistrado que localizó la ruta **del "bla- queo"** fue **Falcone**, en colaboración con la **policía de l-** países afectados: Suiza, Alemania, Bélgica, Reino Unid- Canadá, los Estados Unidos y Tailandia.

Los **Cuntrera** trabajaban en estrecha **asociación c-** -s hermanos **Alfonso, Antonio, Giuseppe y Gerla- Caruana** y juntos manejaban un negocio ilegal **nacido** Siculiana, a 16 kilómetros de Agrigento, una **peque-** población de unos pocos miles de habitantes **que algun-** han bautizado como la **Wall Street de la droga, dice l- Repubblica.**

Pasquale Cuntrera negó, al llegar al aeropuerto r- mano de Fiumicino, toda relación con la mafia, **aunq-** no se descarta, según dice **La Stampa**, en **portada, q-** estos jefes mafiosos hubieran decidido el **asesinato d-** juez antimafia **Paolo Borsellino** "porque había **cons-** guido descubrir una parte de sus tráficos **internacion-** les".

El gobierno italiano logró convencer al de Carac- de la necesidad de entregar a los **Cuntrera** con el arg- mento de que también eran peligrosos para la segurid- de Venezuela.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA La Juventud

FECHA PROCEDENCIA 18-9-92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Venezuela

NARCOTRAFICO DOMINA LA ESCENA POLITICA

61

Caracas.- La reciente deportación a Italia de los hermanos Cuntrera, tres importantes «capos» del tráfico internacional de drogas, y la presunta vinculación de altos militares en el trasiego ilegal de estupefacientes en Venezuela, dominan el escenario político nacional, ya suficientemente enrarecido por los insistentes rumores de conspiración contra la democracia.

En esa dirección, el Presidente, Crlos Andrés Perez, negó en la occidental ciudad de Barquisimeto que su gobierno hubiese recibido presiones extranjeras (léase de Estados Unidos e Italia) para deportar a los Cuntrera, a quienes se vincula con la organización terrorista mafiosa «cosa nostra» y el asesinato de dos prominentes jueces en Palermo, Italia.

Perez aseguró que la deportación fue decidida cuando ya Roma había retirado su petición de extradicción, que había formulado al gobierno de Caracas.

Al referirse a 13 oficiales de la Guardia Nacional que han sido interrogados por presunta vinculación con la droga, Perez expresó que se trataba de una exageración y sostuvo que ninguna institución puede afectarse «porque haya gente de ella que pueda participar en una actividad delictiva».

Afortunadamente, manifestó, «contamos con unas fuerzas armadas que merecen la confianza del país, pero también con un gobierno y unos altos mandos militares dispuestos a averiguar lo que haya que averiguar y sancionar lo que haya que sancionar».

En otro plano, Perez calificó de infamia cualquier tipo de versión que trate de vincular con el «clan Cuntrera» al ex-presidente socialcristiano, senador Luis Herrera Campins, bajo cuyo gobierno, al parecer, se habría ordenado una investigación sobre la actividad de los capos italianos y su imperio económico en el país.

Mientras, en Caracas, el titular del Interior, Luis Piñeirúa Ordaz, subrayó que existe cooperación con Estados Unidos y su agencia antinarcóticos (DEA) en materia de drogas.

Pero precisó que en el caso concreto de los Cuntrera, «la única colaboración que nos ofreció la DEA a nombre del gobierno norteamericano fue información acerca de lo que es la familia Cuntrera y el interés que tenían ellos por esa familia».

Entretanto, el titular de Defensa, general Ivan Jimenez, aseguró en esta capital que no se puede acusar a miembros de las fuerzas armadas de vinculación con el tráfico de drogas sin tener pruebas suficientes, porque crea malestar en el seno de la institución.

Reaccionó airadamente contra el término «narco militares», empleado por primera vez esta semana, por el embajador de Venezuela en Canadá, Vladimir Geseen, quien entregó recaudos al gobierno sobre presuntos nexos de personalidades de la vida nacional en el negocio de las drogas.

Negó Jiménez que hubiese algún militar preso en relación con la investigación que adelanta un tribunal de Caracas.

Las averiguaciones sobre presuntos errores de procedimientos en el combate al narcotráfico involucran al general Guillén Davila, ex jefe de la dirección antidroga de la Guardia Nacional, quien acusó a la DEA y al viceconsul venezolano en Maiami de una conjura contra él.

Mientras, en Estados Unidos está preso el general Alexis Sanchez Paz, encontrado culpable por la justicia norteamericana de fuertes vinculaciones con el cartel colombiano de Medellin, en operaciones de narcotráfico y lavado de dólares.

Las pesquisas sobre Cuntreras y sus ramificaciones en el país continuan en Caracas, mientras persiste un clima de rumores sobre conspiraciones en gran escala contra la democracia, que incluye eventuales estallidos de violencia en las próximas semanas, al reanudarse la actividad docente en todo el país.

04/04

9209549

Datos sobre Antonio Erman González
1 Sec 24
30/8/92
66760
11164
11304

ENTRADO
CRUZADO

QUIEN ES

ERMAN GONZALEZ

Los hombres toman decisiones no solo sobre la base de sus conocimientos técnicos, sino también influenciados por su formación e historia personal. Los argentinos, ¿conocemos qué piensan nuestros funcionarios? ¿Qué es lo que poseen? ¿Cuáles son sus escalas de valores? Francamente, no. Por esta razón es que Clarín Económico presenta esta nueva sección —Quién es...— que inaugura Erman González. El representa, más allá de lo que es, una nueva clase y estilo de hombre político, donde el interior parece imponerse vigorosamente sobre la dirigencia tradicional. Esto se traduce en las respuestas directas, sin subterfugios, aquellas que dan lugar a la adhesión, al rechazo inmediato o la polémica encendida.

8127763 Verif. Ficha



Las conductas empresariales no apuntan a que la sociedad crezca

—¿Cómo somos los argentinos?

—Todavía los argentinos no tenemos conformado un verdadero ser nacional, estamos más orgullosos de pertenecer a un origen italiano, español, etcétera, que ser argentinos. Esto trae varias consecuencias en las conductas. En cambio, el hombre del interior está más avanzado en la conformación de un ser nacional que el porteño.

—¿Qué nos pasó que nos fue tan mal?

—Pienso que no hay homogeneidad en el pensamiento, en el sentir, en el obrar. Para ser más claro, los japoneses en un 70 u 80% darían una misma respuesta ante una gran decisión que tuviese que tomar su país. En cambio, hasta que los argentinos convenzan a las distintas idiosincrasias de cada una de las colectividades que conforman este crisol de razas, las decisiones se tornan pesadas, difíciles y más difícil aún el ejecutar, porque siempre alguien en nuestro país se va a sentir perjudicado.

—¿Cómo ve a los políticos?

—El político argentino tiene un fuerte error de concepción porque busca el éxito, y el éxito no existe en política. El político tiene que tener fundamentalmente en claro que es un servidor público.

—Pero, en líneas generales, esto no se lo cree casi nadie...

—Y ese es el error, el político cree que está jugando un torneo y que tiene que ganar un campeonato. El campeonato —siguiendo con esta metáfora— comienza cuando es electo. No es la confrontación previa. Es decir, la labor permanente del político tiene que ser la búsqueda de cumplir objetivos, metas, dar respuestas y evitar fracasos y entorpecimientos en la tarea para cumplir dichas metas. El éxito de un político es cuando en el cargo que cubra cumpla con los objetivos. Pero, en cambio, esperan permanentemente un reconocimiento público, una respuesta o una contraprestación que no debe existir.

—¿Y los empresarios?

—Todavía no se han conformado como un conjunto de hombres que profesionalmente se dediquen a dirigir una empresa, que en definitiva es una comunidad entre capital y trabajo. Por ende, el empresario argentino es aquel que por herencia, o un golpe de suerte, o porque estuvo cerca del Estado, etc. pudo constituir algún emprendimiento y entonces sigue actuando como si eso le pertenece egoístamente, individualmente, exclusivamente. Sus conductas no apuntan a que la sociedad crezca y beneficiarse con dicho crecimiento. Sino que quiere crecer, a pesar de todo el resto.

—¿Y qué piensa de la clase obrera?

—La clase obrera es la que tiene más arraigado su perfil, por eso es que ac-

Currículum vitae

Datos personales

- **Antonio Erman González:** 16 de mayo de 1935. La Rioja. Casado, cinco hijos.

Estudios y seminarios

- Contador público nacional. Universidad Nacional de Córdoba, 1966.
- Seminario para Directivos y Ejecutivos de Banco. UADE. 1966.
- Curso sobre Formulación y evaluación de proyectos. Consejo Federal de Inversiones. San Juan. 1978.
- Delegado al Seminario sobre Desarrollo y Financiamiento Agroindustrial. ALIDE. República Oriental del Uruguay. 1981.

El docente

- Titular de la cátedra Contabilidad II y Contabilidad Pública y Costos I y II de la Escuela de Ciencias Económicas. La Rioja. 1962-1969.
- Rector interino de esa escuela. 1969.
- Profesor titular de la cátedra Costos II. Universidad de La Rioja. 1972.

El profesional

Asesor económico, contable e impositivo de diversas empresas de la provincia de La Rioja, tales como:

- **Tufino y Cía. S.A.C.I. y M.** Concesionaria General Motors y Gilera.
- **ECMA S.A.** Técnica y de Investigación, director titular.
- **Industrial y Comercial Minera de La Rioja S.A.** Empresa constructora, ex síndico.
- **Colegio Médico Gremial**, entidad civil.
- **Curtiembre Nonogasta**, industria del cuero.
- **Cooperativa Ganadera de La Rioja**, ex síndico.
- **Cooperativa Industrial Olivarera**, elaboración de aceitunas.
- **Cataldo Automotores**, concesionario Peugeot.
- **Cofilar Ltda.**, industria de la alimentación.
- **Nacari Sociedad Cooperativa**, industria vitivinícola.
- **Ecahve S.R.L.**, empresa constructora.
- **Indeco S.R.L.**, empresa constructora.

El funcionario

- Instituto de Previsión, Seguridad y Asistencia Social de la Provincia de La Rioja.
- **Banco Central**, vicepresidente 6/7/89.
- **Ministro de Salud y Acción Social**, 9/12/1989.
- Ministro de Economía, 12/89 a 1/1991.
- Ministro de Defensa, 1/1991, actual.

Trabajos técnicos

- Estudio técnico para superar la deficiencia de Efectivo Mínimo y Aumento de Capital, en el Banco de La Rioja.
- Estudio de Costos de la Industria Vitivinícola.
- Introducción a la Administración Científica, publicado en revista **Paideia**.
- Estudio de Costos en la industria del pan.
- Plan de racionalización administrativa, por contrato con la Universidad de Neuquén, provincia de Buenos Aires, República Argentina.

5205550

C1 C3

Rioja, contador general y gerente general y **vocal del directorio**, 1961-1969.

- **Municipalidad de la Ciudad de La Rioja**, **secretario** de Hacienda y **asesor** económico, 1963-1966.
- Banco Provincia de La Rioja, auditor, presidente, consultor **económico**, director, 1966-1985.
- Tribunal de Cuentas de la **Provincia de** La Rioja, 1971-72, 1974-75.
- Ministerio de Hacienda y **Obras Públicas** (La Rioja), ministro 1985-87 y 1988-89.
- Diputación provincial, 1987-88.
- Diputado nacional no llegando a ocupar su banca por encontrarse ejerciendo la **vicepresidencia del BCRA**.
- Estudio e implantación del Sistema de Costos para **Cofilar Ltda.**, industria de la alimentación.

Su actuación

- Presidente del Consejo Profesional de Ciencias Económicas de la Provincia de La Rioja (dos periodos).
- Vicepresidente de la Comisión Especial para el Intercambio Argentino-Chileno (La Rioja-Atacama).
- Vicepresidente del Consejo de Investigaciones Económicas y Sociales de CGE (La Rioja).

túan mucho más homogéneamente que otros sectores de la sociedad.

—¿Qué nos falta a los argentinos desde un punto de vista de formación?

—Disciplina, solidaridad con nosotros mismos. Somos solidarios de palabra pero no en los hechos; por ejemplo: todos coincidimos en que lo que percibe un jubilado es poco, pero a la hora de aportar, más de uno se olvida. Somos egoístas e individualistas.

—¿Cree que en nuestra sociedad hay premios y castigos?

—Todavía no.

—¿Qué es lo bueno y malo de la sociedad norteamericana?

—La sociedad norteamericana no es el modelo al que yo aspiraría emular para mi país. Los defectos que yo veo son egoísmo, materialismo, individualismo y consumismo que le han hecho perder ciertos valores, y que a mi juicio ya les está ocasionando dolores de cabeza. Lo bueno

El patrimonio

ITEM	AÑO 1991 (En $)
1. **Bienes en el país**	
—Inmuebles	6.890,78
—Automotores	14.050,00
—Inversiones en títulos valores	267.706,94
—Inversiones en entidades financieras	—.—
—Cuentas corrientes y cajas de ahorro	14.134,52
—Depósitos en moneda extranjera	—.—
—Créditos	1.884,83
—Dinero en efectivo	—.—
—Bienes de uso personal, objetos de arte, de colección, etcétera	0,30
—Otros bienes	—.—
TOTAL	**304.667,37**
2. **Deudas en el país**	
—Con entidades financieras	59.880,00
—Con otras personas jurídicas	4.149,00
TOTAL	**64.029,00**
Bienes en el exterior	—.—
Deudas en el exterior	

Cómo se ve

Erman González se define a sí mismo como **un hombre sencillo**, que se adapta fácilmente a cualquier situación, aunque acepta que ciertos cambios le chocan como por ejemplo, cuando su hija se puso una minifalda. Admite que **es machista** si por machismo se entiende que para él la mujer tiene un rol fundamental que es la educación y la formación de los hijos. En tanto que, cree que el rol del padre es el de enseñar con el ejemplo.

Respecto de su escala de valores, para él **no son negociables la honestidad, la lealtad y la amistad**, por consiguiente lo puede llegar a **enfurecer** que lo traicionen. Reconoce *no ser inseguro* y que por el contrario siempre **se tuvo mucha fe**. Cree que la razón de esa seguridad es que fue educado con mucho amor por parte de su familia.

Le preocupa mucho cumplir con las metas que se fija, o las expectativas que los demás hayan depositado en él y por tal razón **no es de prometer fácilmente**.

La traición o la calumnia lo pueden llevar a reaccionar incluso **violentamente**, pero sostiene que no es rencoroso.

Le inquieta y le molesta que lo critiquen pero admite que el hombre público debe escuchar y analizar las críticas.

Le tiene miedo al fracaso pero se ayuda **no fijándose objetivos irrealizables** a su capacidad. el miedo al *ridículo* lo hace actuar con cierta timidez.

Su mayor **frustración: no haber podido continuar con los planes de transformación, de reformas en el área económica.**

C 2

920950

ciación, no renuncio a mis deseos ni renunciaría a lo que yo tenga que hacer para cumplir esos objetivos, pero no me engaño.

—¿Y el mundo cómo será en 20 años más?

—Esto que llamamos un nuevo orden internacional es solo un nuevo escenario, que para unos hay una sola potencia —los Estados Unidos— que es la que garantizaría un determinado orden o justicia internacional; creo que este pensamiento es erróneo. En cambio, se darán mucho más las integraciones regionales, donde primará el concepto de mayor eficiencia y conveniencia en la integración y que a partir de allí van a constituir un grupo solidario. Así, por ejemplo, se está viendo con la integración asiática, europea, los árabes y ojalá pronto los latinoamericanos. Esto no significa que a partir de estos grupos se generen nuevos conflictos internacionales, pero sí va haber nuevas confrontaciones —no necesariamente bélicas— pero que igualmente van a ser duras y fuertes, que ya se advierten en lo económico.

Liliana Franco

03-03

Buenos Aires, martes 11 de agosto de 1992 ★ CLARIN

CLAUDIA BELLO REMPLAZARA AL ...

...ctual interventor en Corrientes, Francisco de Durañona y Vedia será remplazado por la secretaria de ...laciones con la Comunidad, Claudia Bello, quien extendería la intervención a los poderes Legislativo y ...ial. La Legislatura correntina se autoconvocó para resistir la medida, que podría ser rubricada por el presidente Menem en las próximas horas. El radicalismo también se opuso específicamente a la ...vención del Legislativo y reclamó que se cumpla el cronograma electoral que implicaba la realización de comicios para elegir gobernador el 27 de setiembre.

Postergarán las elecciones en Corrientes

...DE DURAÑONA Y VEDIA Y AMPLIARIAN LA INTERVENCION A LOS PODERES LEGISLATIVO Y JUDICIAL

El Gobierno se apresta a relevar al interventor de Corrientes, **Francisco de Durañona y Vedia**, para colocar en su remplazo a la secretaria de Relaciones con la Comunidad, **Claudia Bello**. Según confiaron altas fuentes de la Casa Rosada a **Clarín**, la decisión significa emplear "mano dura" con la provincia inmersa en una crisis institucional desde que el año pasado, tras las elecciones del 27 de octubre, no pudo designar gobernador por el empate en el Colegio Electoral entre el Pacto Autonomista Liberal (PAL) y el PJ aliado con los radicales.

La determinación de remplazar al ucedeísta Durañona **implica también extender la intervención a los poderes Legislativo y Judicial y postergar las elecciones de gobernador que iban a realizarse el 27 de setiembre. La Legislatura correntina se autoconvocó anoche para resistir la medida** y anteponer ante la Corte Suprema de Justicia una medida de "no innovar" ya que entienden que el Poder Ejecutivo no puede dictar la intervención si el Congreso Nacional se encuentra funcionando normalmente.

Los intentos de neutralizar el relevo de Durañona y de impedir que la intervención se extienda a todos los poderes continuaban ayer. Sin embargo, el viernes por la noche el secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá**, comunicaba a la primera línea del Gobierno que la designación de Claudia Bello era un hecho. Anteanoche, el ministro del Interior **José Luis Manzano**, mientras cenaba con un grupo de colaboradores en un carrito de la Costanera asumía esa situación con la frase **"se bajó el pulgar"**.

Aun así fuentes de Interior aclaraban anoche que el decreto de designación de Claudia Bello no estaba firmado "y ni siquiera redactado". En la Secretaría General de la Presidencia no se descartaba que ese decreto fuera rubricado hoy por el presidente **Carlos Menem** para que la nueva interventora tomase posesión del cargo entre el jueves y el viernes.

En las últimas semanas la situación de Corrientes ganó los primeros planos en la preocupación gubernamental cuando los datos de las encuestas no exhibían en buena situación al justicialismo.

A las razones políticas se sumaban así las económicas y la gestión de Durañona —que había sido designado el 6 de febrero— era cuestionada en toda la línea. Se le criticaba no haber ordenado las cuentas provinciales; no haber avanzado en la desarticulación del poder político del Pacto que gobernó entre 1983 y 1991, sobre todo el control que mantiene sobre el Poder Judicial y, finalmente, no haber optimizado las posibilidades electorales del justicialismo.

Mientras Claudia Bello decidía no hacer declaraciones oficiales hasta tanto no estuviese su designación en firme, por la noche se reunía con el equipo del Ministerio del Interior para analizar la situación correntina. Trascendía también que se aprestaba a conformar un gabinete de "notables" para encarar dos de las cuestiones más espinosas de su futura gestión: la intervención de la Justicia y un complicado cuadro económico que la llevará a ubicar en Hacienda a un hombre que actúe en sintonía con Cavallo.

En última instancia, el encumbramiento de Claudia Bello en la intervención correntina es atribuida a una decisión exclusiva del presidente Menem con el aval de Bauzá. El secretario presidencial posee fluidos contactos con la denominada **segunda línea del PJ**, de la que Bello es primera figura junto con el ministro de Trabajo **Rodolfo Díaz** y el secretario de Energía, **Luis Prol**.

La "segunda línea" mantiene una estrategia diferenciada de la cúpula del PJ a la que le reclama un mayor nivel de protagonismo político y sus cuadros se presentan como menemistas convencidos. **La designación de Bello es el primer reconocimiento político de envergadura hacia ese sector.**

La designación de Bello no deja bien parado al ministro del Interior, gestor junto con la secretaria de Asuntos Institucionales **Adelina de Viola**, del nombramiento de Durañona y Vedia el verano pasado. Manzano se había inclinado también por no postergar las elecciones.

Los tiempos institucionales cambiarían radicalmente para la provincia correntina con esta nueva intervención. En el esquema del Gobierno figura darle prioridad a la reforma de la Constitución provincial para terminar con las elecciones indirectas y el sistema del Colegio Electoral. Las primeras elecciones serían, entonces, para elegir convencionales constituyentes.

Ayer, el senador nacional y líder del Pacto, **José Antonio Romero Feris**, emitió un comunicado **repudiando la intervención a los tres poderes** y caracterizándola de inconstitucional. "Una vez más el PEN recurre al decreto —dice— desconociendo lo dispuesto por la Constitución Nacional". Los representantes del Pacto en el Congreso recibían anoche la solidaridad de los partidos provinciales.

A su vez, el Comité Nacional de la UCR rechazó la extensión de la intervención al resto de los poderes y dijo que se trata "de otro decreto violatorio, teniendo en cuenta que el Congreso permanece en sesiones ordinarias".

Propia tropa del Presidente

Claudia Bello, a punto de ser designada interventora en la provincia de Corrientes, creció respirando política en una familia de antigua raigambre radical del barrio de la Boca. Nacida el 21 de marzo de 1960, la dirigente que en los años 80 comenzó a foguear en la Juventud Peronista, es hija del fallecido diputado radical **Carlos Bello**.

En 1984, la Bello accedió a la conducción del JP desde su militancia porteña, y en 1986 ya se asomaría al Consejo Nacional del PJ. En 1987 una determinación le abriría, dos años después, las puertas de los despachos oficiales al integrarse a la Mesa Menem Presidente que disputaría con éxito la interna presidencial.

Los cargos que ocupó desde que **Carlos Menem** accedió a la presidencia son: subsecretaria general de Juventud, mientras en Acción Social era ministro el fallecido **Julio Corzo**; subsecretaria de Acción Social de la misma cartera cuando el número uno fue **Eduardo Bauzá**. Antes de recalar en la Secretaría de Relaciones con la Comunidad en el equipo de **José Luis Manzano** se desempeñó como subsecretaria nacional de Políticas de Juventud. En el elenco político mantuvo posiciones diferenciadas de su jefe y de su coéquiper **Adelina de Viola**.

En Corrientes se apuran a decir que es demasiado joven para vérselas con políticos avezados. La Bello se rió ayer cuando en un pasillo le aconsejaron que "viaje bien armada". Llevará bajo el brazo la muletilla que más le gusta repetir: "Hay que defender el proyecto Menem".

FICHAJE A1

Datos sobre Jorge VAZQUEZ
1500024
16/9/92
66 960
11164
16307

8127490

Clarín 16-9-92

Con un arma de doble filo

Frontal y poco afecto a los eufemismos, **Jorge Vázquez** (49 años) **es uno de los pocos diplomáticos de carrera con una larga militancia en el peronismo.**

Fueron precisamente esos compromisos políticos —fue vicecanciller durante el gobierno de **Hector J. Cámpora**— por los cuales estuvo preso durante más de dos años, junto al presidente Carlos Menem, en el buque **"33 Orientales"** después del golpe militar de 1976. También fue exonerado del Servicio Exterior, al que se reintegró durante el gobierno radical.

La amistad personal con Menem le dio **cierta autonomía** en la Cancillería, que no tenían los otros embajadores. **Esa fue precisamente un arma de doble filo en esta etapa, que terminó perjudicándolo.**

Vázquez es oriundo de la ciudad cordobesa de San Francisco, donde también nació el ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, a quien criticaba desde los tiempos en que era canciller. Más de una vez lo llamó **"el gordito de los caramelos"**, en referencia al apoyo que la **Fundación Mediterránea**, impulsora del ministro, recibió de parte del fallecido **Fulvio Pagani**, dueño de la empresa de golosinas **Arcor**.

Con Cavallo lo une la enemistad recíproca y una amistad que ambos comparten: las del embajador norteamericano **Terence Todman**. Fue Vázquez, precisamente, el organizador y anfitrión de la más importante despedida que se le dispensó al diplomático.

Este licenciado en **Ciencias Políticas de la Universidad Católica de Córdoba** y padre de cuatro hijos, fue embajador en la República Dominicana al ser reincorporado al Servicio Exterior y a principios del gobierno menemista su nombre sonó para ocupar altos cargos en la Cancillería, **pero terminó como embajador ante la ONU, uno de los cargos más preciados por los diplomáticos de carrera.**

Ultimamente, Vázquez había anunciado su intención de volver al país para postularse en 1993 como **candidato a diputado por la provincia de Buenos Aires.** Para eso, ya había estrechado relaciones con **Eduardo Duhalde** y su principal ladero, **Alberto Pierri.**

Llegará a Uruguay Carlos Menem el 25/8/60.
150015
22.8.92
66960
11164
11302

891063 7

ENTRADO
CRUZ

Carlos Menem llega el 25

El próximo martes 25 de agosto, el Presidente de la República Argentina, Dr. Carlos Saúl Menem, visitará oficialmente nuestro país.

La Embajada argentina dio a conocer, mediante un comunicado de prensa, no sólo una semblanza del Primer Mandatario, sino también los características más destacadas del proceso de reformas que desarrolló en su país.

El Doctor Carlos Saúl Menem nació en el pueblo de Anillaco, provincia de La Rioja, el 2 de julio de 1930, hijo del matrimonio de inmigrantes sirios integrado por Saúl Menem y Muhibe Akil. Casado con Zulema Fátima Yoma y padre de Carlos Saúl y de Zulema María Eva.

Graduado como abogado el 27 de julio de 1955 en la Universidad de Córdoba, su primera tarea profesional consistió en la defensa de los presos políticos encarcelados tras el golpe que derrocó al gobierno justicialista, en setiembre de 1955.

Luego de una intensa militancia en la Juventud Peronista de La Rioja y tras el retorno del General Perón a la Argentina en 1972, el doctor Menem surgió candidato a Gobernador de La Rioja, resultando electo el 11 de marzo de 1973 por el 67% de los sufragios.

Fue detenido en marzo de 1976, al producirse el golpe militar. Luego de su permanencia durante cinco años en distintos penales del país, recuperó definitivamente su libertad el 17 de febrero de 1981.

El 30 de octubre de 1983 resultó electo nuevamente Gobernador de su Provincia, triunfo que se repetiría por tercera vez en 1987.

En las últimas elecciones nacionales argentinas del 14 de mayo de 1989, resultó electo Primer Mandatario de los argentinos. Recientemente, el Dr. Menem fue distinguido como Vicepresidente de la Conferencia de Partidos Populares de América Latina (COPPAL).

Verif. FICHA

LA MAÑ 22-8-92

9209553

03-07

Nicolás Alfredo Reyes asumirá como subsecretario de Asuntos Institucionales del Minist. de Defensa.

150824
10-9-92
66960
11164
11304

ENTRADO
CRUZ

10-9-92 Clarín

FICHA

Un angelocista en el equipo de Erman González

Un colaborador del gobernador de Córdoba, **Eduardo Angeloz**, asumirá mañana como subsecretario de Asuntos Institucionales del Ministerio de Defensa, continuando así con una poco común trayectoria en la función pública.

Se trata de **Nicolás Alfredo Reyes**, quien se desempeñaba hasta ahora como subsecretario de Coordinación y Administración del gobierno cordobés con responsabilidades que incluían el manejo de la **"caja chica"** o sea los gastos reservados del gobernador.

Reyes, en una entrevista concedida a la prensa local cuando trascendió la posibilidad de su designación en el orden nacional, aclaró expresamente que esta carecía **"por completo"** de cualquier connotación política y subrayó que **"no tengo militancia en ningún partido. Mis funciones han sido siempre técnicas y administrativas"**.

El funcionario comenzó su carrera en la provincia de Córdoba en 1961 y diez años después asumía en La Rioja funciones equivalentes a las que tiene ahora. En esa época, durante el gobierno militar de **Alejandro Lanusse**, se relacionó con el actual ministro de Defensa, **Antonio Erman González**.

En entrevistas con medios del interior recordó que en abril de 1973, cuando era ministro de Hacienda, debió recibir en su despacho al flamante gobernador electo de la provincia, que no era otro que **Carlos Saúl Menem**.

Fue a partir de 1987 que **Angeloz** lo llevó a formar parte del círculo de sus colaboradores más inmediatos.

Reyes asumirá a las 13, en una ceremonia que será presidida por el ministro **González**, durante la cual también pondrá en posesión del cargo al subsecretario de privatizaciones, licenciado **Luis Gonzáles Estéves**.

—EL GOBIERNO DEFINIO SU PROPUESTA PARA INTEGRAR LA CAMARA DE CASACION PENAL—

El nuevo poder en la Justicia

La reforma del sistema penal, que incluirá el juicio oral y público, contempla la creación de la Cámara de Casación, un organismo que, en algunos aspectos, tendrá poderes similares a los de la Corte Suprema. El Gobierno definió nueve candidatos para integrar esta Cámara, que serán propuestos al Senado para que dé su acuerdo. Los postulantes son hombres de prestigio jurídico, pero también hay quienes tienen aceitados contactos políticos. El actual camarista federal Jorge Casanovas es mencionado como probable titular de la Cámara de Casación.

Clarín 23/Oct/92

El Poder Ejecutivo Nacional

MINISTERIO DE JUSTICIA — FOLIO

BUENOS AIRES,

AL HONORABLE SENADO DE LA NACION:

Tengo el agrado de dirigirme a Vuestra Honorabilidad para solicitar los acuerdos correspondientes a fin de designar JUECES DE LA CAMARA NACIONAL DE CASACION PENAL a los señores doctores Jorge Osvaldo CASANOVAS (Mat. nº 7.594.793), Carlos Alberto CHIARA DIAZ (Mat. nº 5.951.161), Francisco José D'ALBORA (D.N.I. nº11.450.736), Pedro Rubens DAVID (Mat. nº7.030.697), Juan Edgardo FEGOLI (D.N.I. 4.375.130), Mariano Armando GONZALEZ PALAZZO (D.N.I. nº7.818.274), José MASSONI (Mat. número 5.972.119), Juan Carlos RODRIGUEZ BASAVILBASO (Mat. nº4.[illegible]) y Esteban Raúl Eulalio VERGARA (Mat. nº 5.570.326).

Dios guarde a Vuestra Honorabilidad.

MENSAJE Nº

FICHAJE

Facsímil de la propuesta del Gobierno para integrar la Cámara de Casación.

Conocidos hombres del Derecho y la Justicia serán propuestos por el Gobierno —según una nómina a la que tuvo acceso exclusivo **Clarín— para integrar la nueva Cámara Nacional de Casación Penal (CNCP).** Este tribunal será la cabeza del nuevo sistema penal a ponerse en marcha el 5 de setiembre que incluye el juicio oral y público.

Los **nueve** candidatos ya **definidos** aguardan que el presidente de la Nación, **Carlos Menem, firme el pedido de acuerdos al Senado de la Nación. Será** la primera vez que este cuerpo legislativo **considerará en sesión pública, y no secreta como hasta ahora,** los pliegos que se le enviarán, **de acuerdo con la** reforma a su reglamento **recientemente** efectuada.

La lista incluye a **camaristas en actividad y destacados profesionales,** la mayoría de los cuales también pasó por la Justicia en alguna **oportunidad.**

Se trata, por orden alfabético, como los coloca la propuesta, de **Jorge Osvaldo Casanovas, Carlos Alberto Chiara Díaz, Francisco José D'Albora, Pedro Rubén David, Juan Edgardo Fégoli, Mariano Armando González Palazzo, José Massoni, Juan Carlos Rodríguez Basavilbaso** y **Esteban Raúl Eulalio Vergara.**

La Cámara de Casación es un tribunal **cuyo rango es apenas inferior al de la Corte,** ya que tendrá en su órbita toda la **Justicia Penal,** ahora dividida en varias ramas. Bajo la CNCP se agruparán la **Justicia Federal,** la **Criminal Nacional,** la **Correccional,** la de **Menores en lo Penal** y en lo **Penal Económico.**

La Cámara queda virtualmente igualada a la Corte en cuanto a la apelación en los **juicios orales,** que podrán ser recurridos a una y otra instancia: a la Corte, si se tratara de cuestiones de hecho, y **a la CNCP si, como en la mayoría de los casos, se considera afectada una cuestión constitucional o de derecho.**

En principio, se iban a enviar los nombres de **10 candidatos,** pero al haber **rechazado,** sucesivamente, su designación, los radicales cordobeses **Jorge de la Rúa** (hermano de **Fernando**) y **Octavio Cortez Olmedo,** este último ministro de Gobierno y Justicia del gobernador **Eduardo Angeloz,** la nómina se redujo a nueve.

No obstante, la Cámara, por una reciente modificación que introdujo Diputados al aprobar la ley de implementación de la reforma penal, **elevará su**



Juan Fégoli, hábil componedor de conflictos políticos y sindicales.



Jorge Casanovas, camarista federal, con contactos en el PJ.

número a 13. Cuando el Senado ratifique esta cantidad, el Gobierno enviará los restantes candidatos. Una versión dice en Tribunales que **Menem desea designar a una mujer entre ellos.**

♦ Quienes son

Jorge Casanovas (46 años), integra la Cámara Federal en lo Penal de esta Capital. Es frecuentemente consultado **en materia procesal y penal y ha participado en numerosos congresos sobre** criminología. Se lo considera **uno de los más allegados al peronismo** y mantiene buenas relaciones y contactos con varias de las corrientes **de esa agrupación. Por eso no resulta raro que se mencione su nombre como el posible primer presidente de este importante organismo judicial**.

● **Chiara Díaz** (45), ha hecho toda su carrera judicial en su provincia natal y **es miembro del Superior Tribunal de** Justicia de Entre Ríos.

Aquí se lo conoce poco, pero se sabe de sus trabajos bibliográficos.

● **Francisco D'Albora** (75) tiene una **brillante** trayectoria y **pocos estudiantes** de abogacía **deben desconocer** sus libros, ya que se lo considera un maestro y académico de consulta obligada en las más complejas cuestiones jurídicas.

● **Pedro Ruben David** (63) es conocido internacionalmente y tiene trabajos, cursos y conferencias relacionados con el derecho y la sociología. **Trabaja actualmente en Viena** para las Naciones Unidas. Nacido en la ciudad de Alberdi, en Tucumán, **tras el golpe del 24 de marzo de 1976 renunció a su cargo de camarista federal** y recién ahora volvería a la Justicia ante una gestión del ministro **León Arslanian.**

● **Juan Fégoli** (50) actualmente integra la Cámara Federal. **Comenzó "cociendo expedientes"**, según él mismo gusta decir e hizo toda la carrera judicial. Fue remplazado como juez electoral por **María Romilda Servini de Cubría**, pero ya había ganado prestigio **como habilidoso componedor de enfrentamientos en partidos políticos y en sindicatos.**

● **Juan Carlos Rodríguez Basavilbaso** (52) también empezó desde abajo. Cuando se lo nombró camarista fue **objetado** por haber sido empleado del denominado **"camarón"**, tribunal que juzgó a subversivos. **Pero el Senado finalmente aprobó su designación sin reserva alguna..**

● **Mariano González Palazzo** (45) también es camarista, pero en Comodoro Rivadavia. Abogado tucumano, se destaca por la carrera judicial realizada. Fue acompañante de **Ricardo Levene (h)** y **Eduardo Moliné O'Connor**, en la visita que la Corte les encomendó a China y Alemania, efectuada recientemente.

● **José Massoni** (51) es un entrerriano de Gualeguay, camarista del Crimen en esta Capital. Dedicó toda su vida a la Justicia.

● **Esteban Vergara** (61) es quizás **uno de los más prestigiosos penalistas** (como juez o como abogado independiente) **que se proponen**. Fue letrado de **Raúl Alfonsín en 1983** —cuando se querelló al ex presidente por haber denunciado la existencia de un pacto sindical-militar— junto a **Jaime Malamud Goti**. También se destacó como docente. En el rugby, su otra actividad pública, fue presidente del CASI y en la década del 60 se destacó como medio scrum en ese tradicional club de San Isidro.

Claudio Andrada

02-02 9209555

Asumirán hoy sus cargos Maiorano, Corach y Prol
150025
9-9-92
66960
11164
11309

ENTRADO
CRUZ

Precio $ 0,70 - Recargo envío al interior $ 0,10 Buenos Aires, miércoles 9 de septiembre de 1992

Asumirán hoy sus cargos Maiorano, Corach y Prol

Anuncio: el designado ministro de Justicia anticipó que será reconsiderada la nómina de magistrados propuestos para integrar la Cámara de Casación. A las 17.30 prestarán juramento en la Casa de Gobierno ante el presidente Carlos Menem.



Los personajes principales

Jorge Maiorano

El ministro designado, 45 años, estaba al frente de la Secretaría Legal y Técnica de la Presidencia desde febrero de 1991. Abogado, su cargo anterior fue el de procurador general del Tesoro. De marcada actuación técnica, estuvo ajeno a las controversias e internas políticas. Su participación en el Gobierno es respaldada por Eduardo Menem y Eduardo Bauzá.

Carlos Corach

De subsecretario general de la Presidencia pasa a ser titular de la Secretaría Legal y Técnica. Abogado, 57 años, con anterioridad fue subsecretario en los ministerios del Interior y de Salud (aquí, también, jefe de asesores) e interventor en el Concejo Deliberante porteño. Es, desde 1983, apoderado nacional del Partido Justicialista.

Luis Prol

Hombre duro del menemismo puro, exponente de la llamada segunda línea, enfrentado al ministro Domingo Cavallo, dirigió la Secretaría de Hidrocarburos y Minería. De 47 años, abogado, su figura trascendió como interventor en Catamarca. Fue también secretario de Gestión Económica, bajo la conducción financiera de Erman González.

Jorge Maiorano prestará hoy el juramento de práctica como ministro de Justicia, en reemplazo de León Arslanian. Igual trámite cumplirán Carlos Corach y Luis Prol, designados en el ámbito de la Presidencia de la Nación como secretario legal y técnico y subsecretario general, respectivamente. El acto se realizará a las 17.30, en el Salón Blanco de la Casa de Gobierno, y será presidido por el jefe del Estado, Carlos Menem.

Las designaciones de los tres funcionarios se conocieron al mediodía, después que el primer mandatario se reunió en Olivos con Maiorano, quien se desempeñó en la Secretaría Legal y Técnica y con Corach, que era subsecretario general de la Presidencia, así como lo hizo posteriormente con Prol.

Maiorano dijo más tarde, al saludar a los periodistas de la Casa de Gobierno, que en su nueva gestión tendrá la oportunidad de reconsiderar cada uno de los nombramientos propuestos para integrar la Cámara de Casación, aunque aclaró que ignoraba aún si habría modificaciones en la nómina respectiva.

Anticipó que nombrara como secretario de Justicia a Elías Jassan, actual subsecretario legal de la Secretaría Legal y Técnica, quien se encontraba de regreso de España, y que aún no había definido quién ocupará las otras dos secretarías del Ministerio de Justicia.

Expresó, además, que tenía conocimiento de que Jorge Tassara continuará como subsecretario técnico en Legal y Técnica.

Maiorano manifestó que Menem le ofreció ayer el nuevo cargo en una reunión, en la que estuvo presente el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, además de Corach.

Por otra parte, se conoció la renuncia que Arslanian le presentó al jefe del Estado, entre cuyos pasajes más salientes expresa que ha concluido su labor con la promulgación de la ley 24.121, del 2 de septiembre, mediante la cual se implementa el juicio oral y público de la Nación.

Reclamo radical

Mientras tanto, la Unión Cívica Radical advirtió ayer que las propuestas del Gobierno para integrar la Cámara de Casación Penal ponen a la Argentina "al borde de la pérdida de garantías".

En una declaración, se insta al presidente Menem a reconsiderar "los pasos que se apresta a dar en la conformación del nuevo régimen judicial que se está poniendo en marcha ya que, de lo contrario, nacerá manchado por la sospecha y el descrédito".

(Más información en la página 5)

PADRES ...

9209556.

Hoja _-_ de _-_
Copia _1_ de _1_

Montevideo, 08 de octubre de 1992.-

M E M O R A N D U M   Nro.920534/CI/92

A S U N T O : HOMENAJE A ERNESTO "CHE" GUEVARA - Explanada de la Universidad

T E X T O :

- El día 08 de octubre del corriente año se llevo a cabo en la Explanada de la Universidad un acto en homenaje a Ernesto "CHE" GUEVARA.-
- El mismo dió comienzo a la hora 19.30 con una concurrencia estimada en 300 personas, cuyo promedio de edad oscilaba en 27 años.-
- La concentración fue convocada por el COR (Comité en Defensa de la Revolución Cubana).-
- Antes de comenzar la parte oratoria se anunciaron las siguientes adhesiones:

- Trabajadores de la Industria Azucarera - en huelga de hambre.-
- Palabras en solidaridad al COR - Dra. Alba ROBALLO.-
- Palabras en solidaridad del Partido Socialista del Uruguay.-
- Palabras en solidaridad de la Coordinadora de Estudiantes.-
- Palabras en solidaridad de la Federación Anarquista del Uruguay.-
- Palabras en solidaridad del UNTMRA.-
- Palabras en adhesión de la Juventud Socialista del Uruguay.-

- Se contacté entre los concurrentes una bandera del Partido Comunista y una pancarta con la siguiente inscripción: "no está muerto, aún sueña..."CHE GUEVARA -"26 de JULIO en adhesión al CHE".-
- La actitud de los concurrentes fue pacífica, destacándose dentro de los participantes elementos de seguridad que acordodaban a la concurrencia, debido a que según se manifestó verbalmente, existía una amenaza de bomba.-
- Se adjuntan fotografías tomadas en el lugar.-
- Se adjuntan panfletos distribuidos en el acto de referencia.-

DISTRIBUCION: ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO III(OP)
COPIA 1 - SR. JEFE DEL DPTO I

ICU
15/10/92

OOA - 010






















8209558

DESDE EL 2 de OCTUBRE POR:

* ATENCION MEDICO-SANITARIA TODOS LOS DIAS DEL AÑO
* REVISION DEL SISTEMA PENAL QUE NOS CONDENA Y MARGINA SIN OFRECERNOS UNA REAL REUBICACION EN LA SOCIEDAD.
* PERSONAL Y AUTORIDADES PENITENCIARIAS APTOS PARA TALES FINES Y NO CON OBJETIVOS REPRESORES.
* ALOJAMIENTO ADECUADO QUE SE CORRESPONDA CON EL RESPETO A LOS DD.HH.

300 DETENIDOS EN HUELGA de HAMBRE EN EL PENAL de LIBERTAD.

Miércoles 7 de octubre hora 19
Paraninfo de la Universidad

MESA REDONDA:
sobre Ernesto "Che" Guevara

PARTICIPAN:
Dra. Alba Roballo, Guillermo Chifflet, Raúl Fernando Sendic, Hugo Cores, Idea Vilariño, Eduardo Viera, Padre Vicente Mejías.

ACTO DE HOMENAJE A ERNESTO "CHE" GUEVARA

JUEVES 8 DE OCTUBRE
HORA 19:30
EXPLANADA DE LA UNIVERSIDAD
Cine cubano, proclama, canto popular
ARTISTAS INVITADOS:
Rúben Olivera y Mauricio Ubal.

ORGANIZA:
COORDINADORA DE APOYO A LA REVOLUCION CUBANA

3209558

A LA OPINION PUBLICA

Por la presente los primarios absolutos del Penal de Libertad queremos poner en conocimiento ,que desde hace tiempo atras venimos intentando llegar a las autoridades pertinentes, por intermedio de cartas, (unico medio que tenemos para informarde nuestra inquietudes) al Ministerio del Interior,Alta Corte de Justicia, Direccion Gral. de Carceles, Poder Legislativo, y Autoridades del Penal de Libertad. Solicitando ser trasladados para algun centro de reclusion donde se nos brinde posibilidades para nuestro reintegro a la socie dad.

Si entendemos de que el ocio es ""Madre de todos los vicios" (porque las posibilidades de trabajo casi no existen en un encierro de 21 horas diarias en una celda de 3 x 2mt. donde conviven 3 personas y sin saber que hacer), vivimos la incertidumbre de como mejorarnos como seres humanos para reinsertarnos en la sociedad, ya que toda la estructura del penal esta destinada a negar nuestro crecimiento como seres humanos.

Esto se ve agrabado por la lejania de los familiares los cuales se ven obligados a viajar mas de 120km. de ida y vuelta para vernos 1hora 3 veces por semana.

El trato de los funcionarios que no cumplen en lo mas minimo con su funcion de reeducadores, una oficialidad formada en tiempo de dictadura y que aun mantiene esa mentalidad represora que tantodano le ha hecho y le hace a la sociedad en su conjunto.

Nunca hemos tenido un historial medico,ni una asistencia medica correcta. Hace alrededor de 8 meses que no funciona ni siquiera la policlinica. Es por esto ademas que hoy vemos peligrar nuestra integridad fisica ya que no recibiremos atencion medica durante nuestra medida.

Al no existir una estrucctura que nos posibilite recuperarnos en especial a aquellos que hemos cometido delito por primera vez, justifican esa enorme estructura represora que son el Ministerio del Interior y el de Defensa.

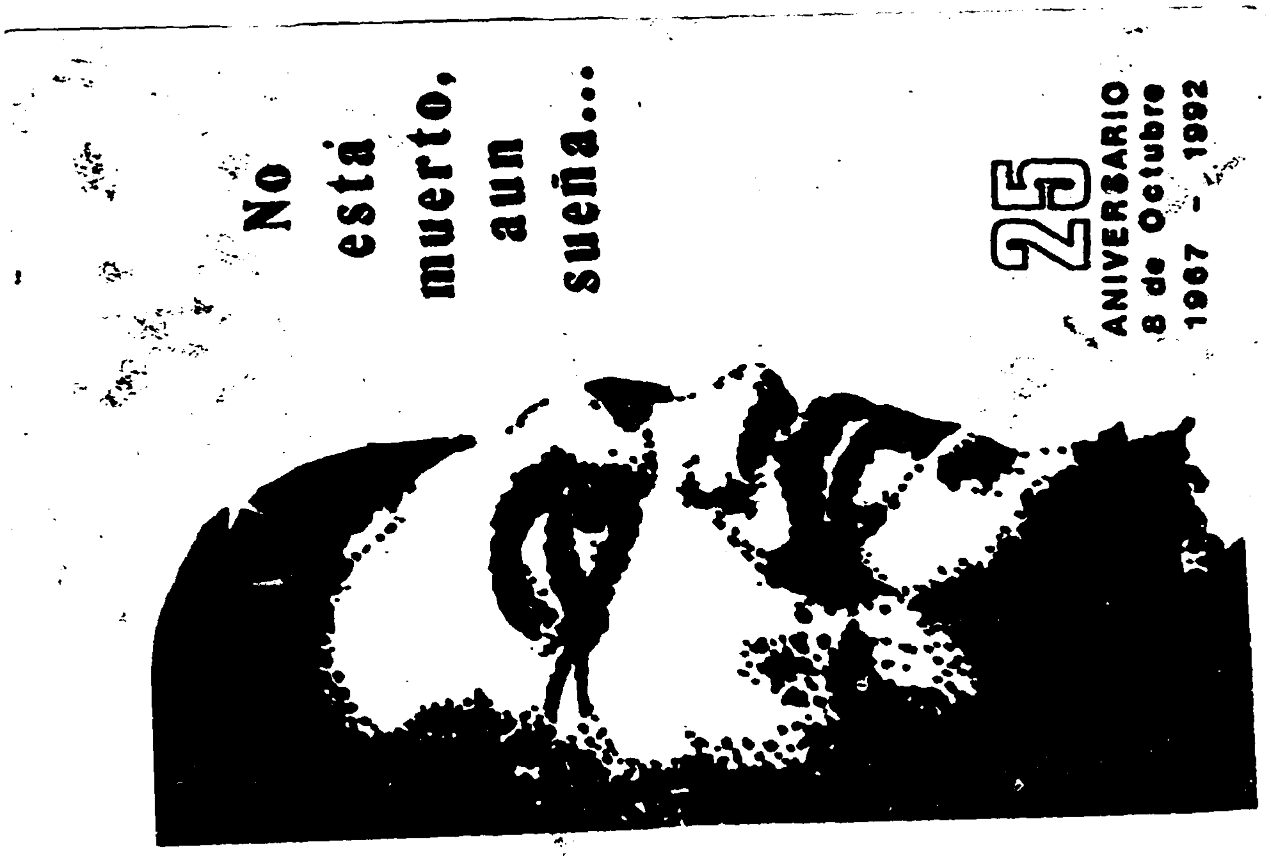
Al no haber recibido contestacion de las autoridades mencionadas hemos resuelto comenzar un AYUNO VOLUNTARIO como forma de protesta.

Agradecemos la solidaridad brindada por la prensa en la difucion, y del pueblo por la compencion de nuestro reclamo.

PRESOS PRIMARIOS DEL PENAL DE LIBERTAD

005

PARTES POCO LEGIBLES



"CON LA GUARDIA EN ALTO" ¡SIN CONCESIONES!

A la Dirección Nacional de los CDR
Compañero General Sixto Batista Santana
Al pueblo y gobierno de Cuba Socialista

Queridos Compañeros:
Les enviamos este saludo revolucionario con motio del 32º aniversario de la constitución de los Comités de Defensa de la Revolución en Cuba Socialista.
Nos sentimos profundamente unidos al progreso que para el pueblo de Cuba y del mundo significa la existencia de los CDR en Cuba Socialista. De la Función concentrada que hace al desarrollo de la humanidad en su lucha por la liberación de todas las formas de opresión y represión, a la lucha y el camino por el y la construcción del socialismo.
Obra generosa del pueblo Cubano, de los que asumieron la dirección de tirar abajo no sólo la dictadura sanguinaria del esbirro imperialista Batista, sino de cambiar la historia dándole el sentido profundo y colectivo de la lucha por y la construcción del socialismo en vuestro país.
Los Comités de Defensa de la Revolución Cubana son en síntesis, la defensa del derecho a la vida misma del pueblo cubano, a su desarrollo libre e independiente y su integración social a la humanidad toda como parte de un todo en el progreso socialista de ella.
Son los CDR una muestra no sólo de la iniciativa social y organizativa del pueblo Cubano, sino expresión de una etapa superior de organización social en el mundo, que unifica la historia de la humanidad elevando las experiencias ya realizadas en la Comuna de París en 1871, como los Soviets en 1917 en la Revolución Rusa, la vida de las Comunas Chinas, de las masas de Viet-Nam, y de todo el mundo donde han habido intentos y embriones de organización.
Ustedes, queridos compañeros, desde esa pequeña Isla defendiendo el derecho a construir el Socialismo, enfrentan con seguridad y decisión de combate innegables y nobleza humana incomparables, una función de bien público de la historia, porque en su progreso está inserto el de toda la humanidad frente a un capitalismo que se pudre y desmorona socialmente porque no puede ofrecer formas de vida superiores e integrales al ser humano.
Nosotros, que queremos ser una extensión y continuación al mismo tiempo, tanto de la experiencia como de la lucha de ustedes, saludamos este aniversario que por primera vez se da en condiciones tan duras y difíciles. Porque sostener el derecho al progreso del pueblo Cubano al Socialismo es como nunca antes una doble tarea, porque al mismo tiempo que Cuba está cercada y agredida, bloqueada por el sistema capitalista y el imperialismo desde hace 32 años, ahora se suma el bloqueo de sus lacayos, los que antes se reclamaron comunistas y socialistas y ahora capa degenerada burocrática e inservible a la historia.
Buscan refugio en un capitalismo que los usa pero no los traga. Se suman a la agresión poniendo una distancia en los plazos que antes existían y eran parte de un progreso inmenso.
Y que ahora tendremos que romper, junto con los pueblos de los llamados ex-países Socialistas, que por otra parte están en un proceso de reorganización y construcción de sus instrumentos propios, de clase y revolucionarios que antes les habían expropiado y para lo cual la lucha y el ejemplo de ustedes allí y todos nosotros en el resto del mundo, es fundamental.
La historia reciente, madre de las experiencias a sacar, nos enseña que sólo en el progreso que significa la unidad de acción de las masas en sus organismos, construyendo el instrumento y la dirección marxista, sintiendo que somos objeto y sujeto, es que se afirma la lucha por el socialismo e impide el retroceso.
Como lo hacen ustedes en esta etapa especial que está viviendo el pueblo de Cuba, en la que, la necesidad de progreso pasa por sostener lo alcanzado y reorganizar la vida del país utilizando todas las fuerzas, tanto de la economía planificada como de lo sustantivo de ella, y el apoyo y la organización social de masas en la igualdad de obligaciones y derechos.
La lucha de hoy, es la continuidad de la de hace un siglo. Han sido capaces de elevarla en forma superior, socialmente, porque han transformado la lucha libertaria anticolonialista, a la social que engloba, ayuda y es parte de la necesidad de toda la humanidad como género, el Socialismo.
El ejemplo de ustedes está, tanto conmoviendo como dando seguridad a la humanidad de que se puede construir una sociedad superior sin clases, sin explotados ni explotadores.
El capitalismo necesitó de 17 Siglos para dar una clase dirigente, necesitó de cientos de guerras étnicas, de la desaparición de culturas y especies de vida animal y vegetal que la naturaleza organizó en millones de años para desarrollarse y afirmarse, a este costo social y natural.
El Socialismo en los primeros 7 años de la Revolución Rusa con el funcionamiento real de los Soviets, Lenin y el Partido Bolchevique, mostró lo que pueden hacer las masas, la conciencia social elevada en función del género humano. Derrotaron las invasiones imperialistas, las agresiones y el bloqueo mundial del sistema capitalista y dieron las bases para el desarrollo del socialismo. Y en pocas decenas de años posteriores, y a pesar de la burocracia degeneradora del Estado Obrero -como ahora se ve y comprende muy fácilmente- se afirmó como una forma superior de producción y distribución.
Los CDR que ustedes construyeron hace 32 años son una experiencia social de organización en defensa de los derechos del pueblo al progreso, y representan genuinamente una necesidad, que acompaña al Gobierno de Cuba Socialista.
La lucha contra la agresión imperialista hoy sigue planteada y nosotros sentimos la necesidad objetiva de respaldar militantemente esta tarea que por histórica no deja de ser diaria, cotidiana de los pueblos de Cuba y el Mundo.
El sistema capitalista, no puede ofrecer nada superior al socialismo, a no ser las guerras, el hambre, la desnutrición, la desocupación; y que países como Argentina, Brasil, Venezuela, Colombia, Perú tengan más de 50% de la población viviendo por debajo del nivel de pobreza, y esto reconocido por el propio sistema capitalista y sus gobiernos como cosa normal a "superar" -dicen ellos- en muchos años más de más miseria y explotación.
Que hasta los propios países llamados desarrollados del capitalismo como Francia, Italia, Alemania, tengan una desocupación reconocida del orden del 10% y bolsones de miseria incorporados a su sociedad (o suciedad) de opulencia. Que en países como Somalia y otros estados africanos se está asistiendo a la muerte de cientos de miles de seres humanos por inanición, por hambre crónico, sin salida a no ser "las bolsitas de granos" como ayuda humanitaria ante un problema social creado por la misma economía capitalista y la distribución mundial del trabajo, por un sistema que condena esos pueblos a la muerte.
Que en Argentina y otros países llamados "en desarrollo" y aún desarrollados cada día se suicidan más ancianos, jóvenes y niños ante la desatención el Estado y la sociedad capitalista a sus problemas de vida.
Ustedes, queridos compañeros, pasan un período especial, que como dijo Fidel, se parece mucho al comunismo por la necesidad de la distribución igualitaria; aún sin los medios desarrollados que permitan tal distribución. Los problemas no devienen del interior, porque ustedes ya comenzaron hace mucho las rectificaciones que consideraron necesarias para defender el progreso al socialismo, sino que viene fundamentalmente de la triple agresión a que son sometidos.
Ustedes, defienden con dignidad y sin concesiones el derecho al socialismo, a la igualdad, a la armonía de la vida, al futuro comunista de la humanidad. El capitalismo y sus secuaces se esconden también en los "perestroikos" que ven en la democracia burguesa y la desigualdad social, una vía de "su" progreso individual.
Los CDR del mundo, los que nos organizamos en América Latina para apoyar y defender la lucha del pueblo y gobierno Cubano por su derecho al socialismo, estamos como ustedes "CON LA GUARDIA EN ALTO" y SIN CONCESIONES.
Les reiteramos nuestro fraterno y revolucionario saludo, sintiendo que en el progreso del pueblo Cubano está el de toda la humanidad unida para tirar abajo todas las formas de opresión y represión.
En este nuevo aniversario de vuestra organización hermana, les trasmitimos a ustedes y por su intermedio a todo el pueblo, a los Sindicatos, la CTC, al Partido, gobierno, y al compañero Fidel Castro, nuestro abrazo y decisión interminables de solidaridad y apoyo.

"PORQUE EL SOCIALISMO ES UNA NECESIDAD DE LA VIDA"
HASTA LA VICTORIA SIEMPRE
¡VIVAN LOS COMITES DE DEFENSA DE LA REVOLUCION EN CUBA!
¡VIVA LA UNIDAD DE TODOS LOS PUEBLOS POR EL SOCIALISMO!
¡VIVA EL PUEBLO Y GOBIERNO REVOLUCIONARIO DE CUBA SOCIALISTA!

Secretariado de los CDR Latinoamericanos
Lito Rossi (Argentina)
Aloriso Magalhaes (Brasil)
J.J. Armstrong (Uruguay)
24 de setiembre de 1992

Editorial del Granma sobre Ley Torricelli (Extractos)

NO RENDIRAN A CUBA POR HAMBRE

Cuba afirmó hoy que el intento de rendir por hambre a su población mediante la proyectada ley Torricelli no pondrá de rodillas al país, que continuará -enfatizó- su lucha por la autodeterminación y desarrollo con la justicia social.

Advierte que este nuevo intento por reforzar el bloqueo impuesto a la isla desde hace más de 30 años constituye una peligrosa escalada y no descarta que "puede constituir el preámbulo de una agresión directa".

Estamos -indica- ante un gran garrote que se levanta cínica y cruelmente contra nuestros ancianos y niños, contra nuestros enfermos, contra los sectores más vulnerables y humildes de toda la población y en general contra nuestro pueblo.

Granma alerta que con este tipo de legislación, Washington se comporta como una especie de gobierno planetario, con prerrogativas extraterritoriales y suprancionales, además de tratar de imponer impunemente la Ley de la Selva contra Cuba.

La Ley -precisa- persigue extender y darle carácter obligatorio al bloqueo a Cuba, por parte de toda la comunidad mundial. El chantaje, en efecto, es brutal: los países que comercien o sostengan con Cuba relaciones normales de índole económica, amparados por la legislación internacionales, estarán sujetos a sanciones del presidente norteamericano.

Esta por ver si hay algún gobierno latinoamericano que tenga en alguna estima la dignidad nacional y la decencia, que este dispuesto a plegarse a la coacción descarnada y a la mengua de sus derechos que implica esta legislación, y a asumir la responsabilidad por el nefasto precedente que ella sentaría para el futuro de cualquiera de nuestros países, señala "Granma".

Recuerda además que a pesar de las dificultades económicas de la Isla, en ésta no hay crisis política interna alguna, hay una sociedad estable que continuará su actividad con serenidad y decisión.

Ni esta ley -sostiene- ni mil leyes como esta, nos pondrán de rodillas, defenderemos la patria, la independencia, la justicia y la obra revolucionaria que da sentido a la vida de nuestro pueblo. Aquí no habrá rendición, aquí no habrá retroceso, aquí no habrá vuelta al pasado.

COMUNICADO DE PRENSA DEL CDR

El COMITE de DEFENSA de la REVOLUCION CUBANA de URUGUAY (CDR U) se dirige a los medios de difusión para solicitarles difundir nuestra propuesta a todos los organismos y organizaciones que representan el sentir nacional para que se pronuncien contra la aberrante y bárbara LEY TORRICELLI, aprobada por las Cámaras de EEUU, prohibiendo a compañías subsidiarias de empresas estadounidenses en el exterior, los negocios con Cuba. Incluso la asistencia con alimentos y medicinas sólo es autorizada siempre que funcionarios norteamericanos puedan entrar a Cuba a verificar el uso de esa ayuda.

La agresión contra Cuba sólo es comparable en gravedad con la que está practicando el Gobierno de EEUU, usando a la ONU, contra el Gobierno y el pueblo de Irak. Existe en este momento un bloqueo de los dineros de Irak en el exterior. Se prohibe a este país del Tercer Mundo, vender su petróleo. Y si Irak decidiera hacerlo, es la antidemocrática ONU (donde 15 integrantes del Consejo de Seguridad deciden por más de 150 países y donde sólo 5 países tienen derecho de veto), la que decide qué porcentaje se lleva Irak y cuanto va para las "reparaciones de guerra". Cuando fue Irak el que se vio arrasado y el que sufre hoy un brutal bloqueo económico y comercial, poniendo en peligro la vida de millones de seres humanos.

El CDRU propone que el Parlamento, la Cancillería, los Gobiernos Departamentales de todo el país, las Juntas Departamentales, los Partidos Políticos, las organizaciones sindicales, las comisiones barriales, las agrupaciones estudiantiles, los intelectuales, las distintas Iglesias, -es decir- todas las organizaciones que quieren el respeto por el derecho internacional y por el derecho de los pueblos a elaborar su destino, a que se pronuncien. Es necesario hacer declaraciones, convocar a seminarios, marchas, ponerse de acuerdo con movimientos similares del área latinoamericana para parar la criminal agresión de EEUU contra Cuba y también contra Irak. Una vida política democrática de los uruguayos impone abrir la cabeza y los sentimientos de solidaridad humana con nuestros hermanos acosados y agredidos por la prepotencia de las armas y el poder económico.

El CDRU se congratula con la partida reciente de un nuevo contingente de simpatizantes y activistas de los CDR de Argentina y Uruguay a Cuba. El CDR de Uruguay traslada su público agradecimiento al sindicato de trabajadores gráficos y también a la Asociación de Bancarios del Uruguay, por su apoyo a nuestras actividades. Trasmitimos nuestro saludo también al Sindicato Unico de la Administración Nacional de Puertos (SUANP) por la elevada actividad desenvuelta en su local sindical en apoyo de Cuba socialista.

El CDR hace llegar su cálido saludo al Gobierno Municipal de Montevideo por el envío de 10 Toneladas de leche en polvo para Cuba.

Por último el CDR trasmite su reconocimiento a todas las personas que en los actos del Frente Amplio en apoyo al Referéndum, en la Feria de Tristán Narvaja o en cualquier lugar donde se encuentren, hacen llegar su estímulo y su aporte a nuestra actividad. La lucha por la defensa del derecho de Cuba a construir la sociedad socialista está plenamente unido a la defensa del progreso de nuestro pueblo. Por esta razón el CDR cree que es fundamental un pronunciamiento masivo el próximo primero de octubre en defensa del patrimonio nacional. El que por serlo lo es también de todos los latinoamericanos.

Raúl Campanella - Presidente
27 09 92

REUNIONES PLENARIAS ABIERTAS DEL CDR:
JUEVES 19.30 Hs. en Yaguaron 1114

Comité de Defensa Revolución Cubana

URUGUAY

Yaguarón 1114 - tel. 91 06 23
Montevideo
BOLETIN Nº 19
Redactor Responsable:
JJ Armstrong
Permiso Propiedad Intelectual
1388

Nuestro homenaje al dirigente revolucionario

ERNESTO GUEVARA

La función histórica del Ché respondía a una necesidad de la historia: una dirección revolucionaria con autoridad, que concentra las enormes y decisivas fuerzas de la revolución mundial, no sólo para liquidar lo que resta del capitalismo, sino fundamentalmente LA CONSTRUCCION DE LA SOCIEDAD SOCIALISTA.

Ernesto Guevara, fue, y sigue siendo, una necesidad. Porque demostró, en todas sus fases -preparación, toma del poder, construcción y extensión de la nueva sociedad- del desarrollo histórico, COMO IMPULSAR EL DESARROLLO DEL GENERO HUMANO.

Guevara, tuvo una de las tareas más importantes del desarrollo de la revolución mundial, tratar de organizar el FRENTE UNICO ANTIMPERIALISTA Y ANTICAPITALISTA. En aquel momento fue el FRENTE CHINA-URSS.

Ernesto Guevara, comprendía que la mejor forma de afirmar el Estado Obrero Cubano, era extender la revolución socialista, su ejemplo por todo el mundo, viendo que la revolución socialista, comienza en el plano nacional e inevitablemente se desarrolla en el campo internacional.

Ernesto Che Guevara hizo críticas muy profundas a aquellos estados que habían liquidado con el capitalismo, pero que tenían CONCEPCIONES EQUIVOCADAS PARA LA CONSTRUCCION DEL SOCIALISMO. Que en realidad eran concepciones ajenas al socialismo.

Ernesto Guevara fue estimulador y generador de la CONCIENCIA COMUNISTA, del TRABAJO COMO UNA CONCEPCION DE VIDA, del ESTIMULO MORAL COMO UN ELEMENTO CLAVE PARA LA CONSTRUCCION DE LA SOCIEDAD SOCIALISTA.

Como se demostró muchos años después de su muerte, esa es la UNICA FORMA DE DESARROLLAR LA FUTURA SOCIEDAD: la combinación de los cambios en la estructura económica SOCIALIZADA, con la FORMACION DEL HOMBRE NUEVO. El desarrollo del ESTIMULO MORAL, el desarrollo de la CONCIENCIA COMUNISTA.

ACTO DEL CDR en AEBU

Conmemorando el aniversario de la fundación de los CDR en Cuba y también como despedida a los compañeros que partían para la isla en el 2do contingente de la solidaridad, se organizó un video-debate en la sede el Sindicato de Bancarios.

Se pudo ver una síntesis de las intervenciones de los chicos cubanos que participaron en el Congreso de los Pioneros y las palabras de Fidel Castro al clausurar el encuentro.

Concurrieron muchos compañeros y en su totalidad expresaron su conmoción por las intervenciones de los niños y jóvenes en el Congreso, opinaron todo los temas, con seguridad, exigiendo responsabilidades y pidiendo cambios en algunas de las conductas de los adultos, siendo dirigentes para con sus cros. y todos los que los escuchaban.

Asimismo fue seguido con suma atención el discurso de Fidel, que dio cierre al acto y en el cual tomó lo expresado por los chicos.

Agradecemos a AEBU por el uso del hermoso local. A los compañeros que concurrieron, los invitamos para una próxima reunión, para escuchar a los integrantes del CDR que vulven el 9/10 de Cuba.

LOS DOMINGOS EN LA FERIA DE TRISTAN NARVAJA EL CDR INSTALA SU STAND

*PRIVATIZAR Y DESMANTELAR LA INDUSTRIA AZUCARERA ES OTRO NEGOCIADO

* NO A LA IMPORTACION DE AZUCAR CRUDO

* POR LA DEFENSA DE LA FUENTE DE TRABAJO

EL NORTE PELEA

Desde el 29 de Setiembre:

CAÑEROS, TRABAJADORES DE:

EL ESPINILLAR, SUDORA, UTAA

EN HUELGA DE HAMBRE
en la Catedral

SOLIDARIDAD CON LOS QUE LUCHAN!

COMISION DE APOYO AL ESPINILLAR

PRIVATIZAR Y DESMANTELAR LA INDUSTRIA AZUCARERA ES:

- OTRA MAS DEL MERCOSUR
- MILES DE TRABAJADORES EN LA CALLE
- CONDENAR A LA DESAPARICIÓN A:
  BELÉN CONSTITUCIÓN Y BELLA UNIÓN

POR:
LA DEFENSA DE LA FUENTE DE TRABAJO Y MEJORES CONDICIONES DE VIDA

EL NORTE PELEA!

UNIFICAR LAS LUCHAS CONTRA LAS PRIVATIZACIONES

...Bolívar o con el análisis que hicie- perfeccionan constantemente».

Autorretrato oscuro

De una joven nación de raíces de hierba
(raíces que niegan la rabia de América)
vengo a ustedes, hermanos norteños.

Cargado de gritos de desalientos y de fe,
vengo a ustedes, hermanos norteños,
vengo de donde venimos los «homo sapiens»,
devoré kilómetros en ritos trashumantes;
con mi materia asmática que cargo como una cruz,
y en la entraña extraña de metáfora inconexa.

La ruta fue larga y muy grande la carga,
persiste en mí el aroma de pasos vagabundos
y aún en el naufragio de mi ser subterráneo
-a pesar de que se anuncian orillas salvadoras-
nado displicente contra la resaca,
conservando intacta la condición de náufrago.

Estoy solo frente a la noche inexorable
y a cierto dejo dulzón de los billetes.
Europa me llama con voz de vino añejo,
aliento de carne rubia, objetos de museo.

Y en la clarinada alegre de países nuevos,
yo recibo de frente el impacto difuso
de la canción de Marx y Engels,
que Lenin ejecuta y entonan los pueblos.

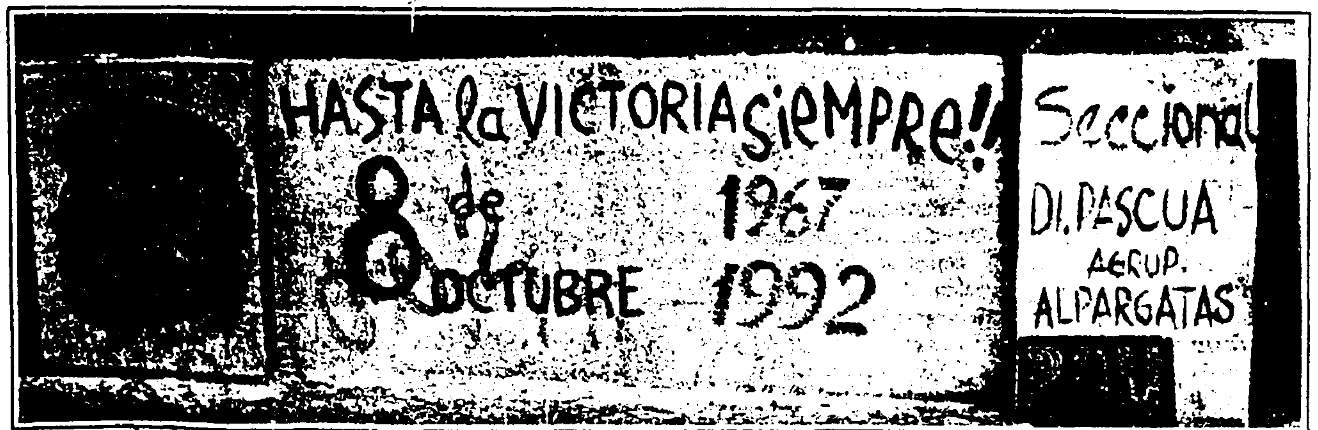
ERNESTO GUEVARA

Homenaje a Ernesto «Che» Guevara

PARANINFO DE LA UNIVERSIDAD
Miércoles 7 de octubre 19 hs.
MESA REDONDA
«Personalidad de Ernesto «Che» Guevara»
«Perfil solidario y revolucionario del Che»
«Pensamiento económico - filosófico del Che»
«Las ideas del Che en el marco de la situación actual»
PARTICIPAN:
Dra. Alba Roballo, Guillermo Chifflet, Raúl Fernando Sendic, Hugo Cores, Idea Vilariño, Eduardo Viera y Padre Vicente Mejías.

* * *

EXPLANADA DE LA UNIVERSIDAD
Jueves 8 de octubre 19.30 hs.
ACTO DE HOMENAJE AL CHE
Cine cubano, proclama y canto popular
Artistas invitados: Rubén Olivera, Mauricio Ubal
ORGANIZA: COORDINADORA DE APOYO A LA REVOLUCIÓN CUBANA



ORIGINAL

Copia de

(i.r.)

Montevideo, 09 de Octubre de 1992.-

M E M O R A N D U M Nº 920535/S.O.E.

I.- ASUNTO: ACTO ANIVERSARIO DEL CHE Y TOMA DE PANDO.

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O :

En el día de la fecha se concurre a cubrir el acto organizado por el Movimiento de Liberación Nacional Tupamaro (M.L.N.-T), // con motivo del festejo del Aniversario de la muerte de Ernesto CHE GUEVARA y de los caídos en la toma de Pando.

El acto comenzó con treinta minutos de retraso (H 2030), el mismo se relizó en Mercedes y Tristán Narvaja (frente al local Central)

000002

A la hora indicada para el comienzo se detectaron de 20 a 25 personas aprox., a la hora siguiente de 400 a 450 personas hasta la finalización del mismo.

Hacen uso de la palabra en primer lugar: Angel SANCHEZ (integrante de la Coordinadora), quien cronológicamente relató los acontecimientos ocurridos en el liceo Miranda (problemas internos del Instituto de Enseñanza).

En segundo lugar hace uso de la palabra Fernando GIL (azucarero del Norte), el que se refirió a los reclamos de los trabajadores del Espinillar, que estan realizando huelga de hambre. Por la no privatización.

En tercer lugar hace uso de la palabra el Diputado Elio SARTHOU del Movimiento de Participación Popular (M.P.P.), hace incapié en la necesidad de una izquierda y un Frente Amplio combativos, quienes no harán alianza con la derecha. También realiza críticas sobre el MERCOSUR.

Por último hizo uso de la palabra José MUJICA GIORDANO del (M.L.N.) quién hizo una reseña histórica sobre su juventud y conocimiento personal con el CHE, y que la guerra no es contra los "Milicos" sino contra el imperialismo.

Se detecta seguridad en grupos de a 4 NN los cuales se movilizaban durante el acto entre el público concurrente y las calles circundantes.

Adeciones al mismo: FEDERACION ANARQUISTA URUGUAYA (F.A.U)

001-014

9209559

ORIGINAL

Hoja de

Copia de

COORDINADORA F DEL CERRO.

TRABAJADORES DE LA INDUSTRIA AZUCARERA.

COMISION DE APOYO AL ESPINILLAR.

P.V.P- M.P.P..

COMISION DE CONTRA FESTEJO DE COLON.

La actitud de la concurrencia fue pacificá, la misma en su mayoría gente jóven.

Se identifican las Banderas del M.L.N-T, M.P.P. y un cartel del M26Marzo.

En el estrado figura: LUCHAR ES VIVIR, CHE Y PANDO, PATRIA PA TODOS.

Se constata uen gran cantidad de seguridad.

Durante la movilización del acto se efectuaron volanteadas.

Es de hacer notar que la Seguridad no permitió la toma de fotos por parte de Agentes de esta Agencia, debido al estricto control de acreditaciones de Prensa lo que obligó la retirada / del mismo.

Se adjuntan volantes y Cassettes de la grabación de la parte oratoria.

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL JEFE DEL DEPARTAMENTO I.
COPIA 1 JEFE DEL DEPARTAMENTO III(OP). ARCHIVO.

002

9209559

21 10 92 INICIAL



No
está
muerto,
aun
sueña...

25
ANIVERSARIO
8 de Octubre
1967 - 1992

Miércoles 7 de octubre hora 19
Paraninfo de la Universidad

MESA REDONDA:
sobre Ernesto "Che" Guevara

PARTICIPAN:
Dra. Alba Roballo, Guillermo Chifflet,
Raúl Fernando Sendic, Hugo Cores,
Idea Vilariño, Eduardo Viera,
Padre Vicente Mejías.

ACTO DE HOMENAJE A ERNESTO "CHE" GUEVARA

JUEVES 8 DE OCTUBRE
HORA 19:30
EXPLANADA DE LA UNIVERSIDAD
Cine cubano, proclama, canto popular
ARTISTAS INVITADOS:
Rúben Olivera y Mauricio Ubal.

9209559

ORGANIZA:
COORDINADORA DE APOYO A LA REVOLUCION CUBANA

004

RECITAL

Duo de Guitarras Cubanas

"Confluencia"

Temas Clásicos de la Música Popular

"De Lecuona a los Beatles"

Teatro El Galpón **Lunes 12 de Octubre**

005 9209559 **Hora 21**

Subterráneo Magallanes
CAFE CONCERT
ACUSTICO

GONZALO RAMIREZ 1701 Tel 49 44 15

006 9209559

[illegible]A S[illegible]DICAL SE ENCUENTRA

[illegible]CAL DE LA UNTMRA

[illegible]IS ALBERTO DE HERRERA 3972

[illegible] CONTAMOS CON VUESTRA

[illegible]IDAD (MUCHAS GRACIAS)

UNTMRA* PIT-CNT

007 9209559

A LA OPINION PUBLICA:

[illegible] encontramos en [illegible]
contra imposición [illegible]
[illegible] de una [illegible]
[illegible] la opinión [illegible]
[illegible]bajadores, ATACANDO [illegible]
[illegible]CION SINDICAL y pret[illegible]
solucionar sus proble[illegible]
[illegible]micos con el ENVIO D[illegible]
[illegible]JADORES AL SEGURO D[illegible]
[illegible] trabajadores esta[illegible]
dispues[illegible] a discutir [illegible]
y sin imposición los problemas
relacionados a la organización
del trabajo.

Cte. de Base de Nico[illegible]

UNT[illegible]A* P[illegible]-CNT

DESDE EL 2 de OCTUBRE
POR:

* ATENCION MEDICO-SANITARIA TODOS LOS DIAS DEL AÑO
* REVISION DEL SISTEMA PENAL QUE NOS CONDENA Y MARGINA SIN OFRECERNOS UNA REAL REUBICACION EN LA SOCIEDAD.
* PERSONAL Y AUTORIDADES PENITENCIARIAS APTOS PARA TALES FINES Y NO CON OBJETIVOS REPRESORES.
* ALOJAMIENTO ADECUADO QUE SE CORRESPONDA CON EL RESPETO A LOS DD.HH.

300 DETENIDOS EN HUELGA de HAMBRE

EN EL PENAL de LIBERTAD.

009

9208559

A LA OPINION PUBLICA

Por la presente los primarios absolutos del Penal de Libertad queremos poner en conocimiento ,que desde hace tiempo atras venimos intentando llegar a las autoridades pertinentes, por intermedio de cartas, (unico medio que tenemos para informarde nuestra inquietudes) al Ministerio del Interior, Alta Corte de Justicia, Direccion Gral. de Carceles, Poder Legislativo, y Autoridades del Penal de Libertad. Solicitando ser trasladados para algun centro de reclusion donde se nos brinde posibilidades para nuestro reintegro a la socie dad.

Si entendemos de que el ocio es "Madre de todos los vicios" (porque las posibilidades de trabajo casi no existen en un encierro de 21 horas diarias en una celda de 3 x 2mt. donde conviven 3 personas y sin saber que hacer), vivimos la incertidumbre de como mejorarnos como seres humanos para reinsertarnos en la sociedad, ya que toda la estructura del penal esta destinada a negar nuestro crecimiento como seres humanos.

Esto se ve agravado por la lejania de los familiares los cuales se ven obligados a viajar mas de 120km. de ida y vuelta para vernos 1hora 3 veces por semana.

El trato de los funcionarios que no cumplen en lo mas minimo con su funcion de reeducadores, una oficialidad formada en tiempo de dictadura y que aun mantiene esa mentalidad represora que tanto daño le ha hecho y le hace a la sociedad en su conjunto.

Nunca hemos tenido un historial medico,ni una asistencia medica correcta. Hace alrededor de 8 meses que no funciona ni siquiera la policlinica. Es por esto ademas que hoy vemos peligrar nuestra integridad fisica ya que no recibiremos atencion medica durante nuestra medida.

Al no existir una estructura que nos posibilite recuperarnos en especial a aquellos que hemos cometido delito por primera vez, justifican esa enorme estructura represora que son el Ministerio del Interior y el de Defensa.

Al no haber recibido contestacion de las autoridades mencionadas hemos resuelto comenzar un AYUNO VOLUNTARIO como forma de protesta.

Agradecemos la solidaridad brindada por la prensa en la difusion, y del pueblo por la compencion de nuestro reclamo

PRESOS PRIMARIOS DEL PENAL DE LIBERTAD

REUNIONES PLENARIAS ABIERTAS DEL CDR:
JUEVES 19.30 Hs. en Yaguarón 1114

Comité de Defensa Revolución Cubana

URUGUAY

Yaguarón 1114 - tel. 91 06 23
Montevideo
BOLETIN Nº 19
Redactor Responsable:
JJ Armstrong
Permiso Propiedad Intelectual
1388

Nuestro homenaje al dirigente revolucionario

ERNESTO GUEVARA

La función histórica del Ché respondía a una necesidad de la historia: una dirección revolucionaria con autoridad, que concentra las enormes y decisivas fuerzas de la revolución mundial, no sólo para liquidar lo que resta del capitalismo, sino fundamentalmente LA CONSTRUCCION DE LA SOCIEDAD SOCIALISTA.

Ernesto Guevara, fue, y sigue siendo, una necesidad. Porque demostró, en todas sus fases -preparación, toma del poder, construcción y extensión de la nueva sociedad- del desarrollo histórico, COMO IMPULSAR EL DESARROLLO DEL GENERO HUMANO.

Guevara, tuvo una de las tareas más importantes del desarrollo de la revolución mundial, tratar de organizar el FRENTE UNICO ANTIMPERIALISTA Y ANTICAPITALISTA. En aquel momento fue el FRENTE CHINA-URSS.

Ernesto Guevara, comprendía que la mejor forma de afirmar el Estado Obrero Cubano, era extender la revolución socialista, su ejemplo por todo el mundo, viendo que la revolución socialista, comienza en el plano nacional e inevitablemente se desarrolla en el campo internacional.

Ernesto Che Guevara hizo críticas muy profundas a aquellos estados que habían liquidado con el capitalismo, pero que tenían CONCEPCIONES EQUIVOCADAS PARA LA CONSTRUCCION DEL SOCIALISMO. Que en realidad eran concepciones ajenas al socialismo.

Ernesto Guevara fue estimulador y generador de la CONCIENCIA COMUNISTA, del TRABAJO COMO UNA CONCEPCION DE VIDA, del ESTIMULO MORAL COMO UN ELEMENTO CLAVE PARA LA CONSTRUCCION DE LA SOCIEDAD SOCIALISTA.

Como se demostró muchos años después de su muerte, esa es la UNICA FORMA DE DESARROLLAR LA FUTURA SOCIEDAD: la combinación de los cambios en la estructura económica SOCIALIZADA, con la FORMACION DEL HOMBRE NUEVO. El desarrollo del ESTIMULO MORAL, el desarrollo de la CONCIENCIA COMUNISTA.

ACTO DEL CDR en AEBU

Conmemorando el aniversario de la fundación de los CDR en Cuba y también como despedida a los compañeros que partían para la isla en el 2do contingente de la solidaridad, se organizó un video-debate en la sede el Sindicato de Bancarios.

Se pudo ver una síntesis de las intervenciones de los chicos cubanos que participaron en el Congreso de los Pioneros y las palabras de Fidel Castro al clausurar el encuentro.

Concurrieron muchos compañeros y en su totalidad expresaron su conmoción por las intervenciones de los niños y jóvenes en el Congreso, opinaron todo los temas, con seguridad, exigiendo responsabilidades y pidiendo cambios en algunas de las conductas de los adultos, siendo dirigentes para con sus cros. y todos los que los escuchaban.

Asimismo fue seguido con suma atención el discurso de Fidel, que dio cierre al acto y en el cual tomó lo expresado por los chicos.

Agradecemos a AEBU por el uso del hermoso local. A los compañeros que concurrieron, los invitamos para una próxima reunión, para escuchar a los integrantes del CDR que vulven el 9/10 de Cuba.

LOS DOMINGOS EN LA FERIA DE TRISTAN NARVAJA EL CDR INSTALA SU STAND

"CON LA GUARDIA EN ALTO" ¡SIN CONCESIONES!

A la Dirección Nacional de los CDR
Compañero General Sixto Batista Santana
Al pueblo y gobierno de Cuba Socialista

Queridos Compañeros:

Les enviamos este saludo revolucionario con motio del 32º aniversario de la constitución de los Comités de Defensa de la Revolución en Cuba Socialista.

Nos sentimos profundamente unidos al progreso que para el pueblo de Cuba y del mundo significa la existencia de los CDR en Cuba Socialista. De la Función concentrada que hace al desarrollo de la humanidad en su lucha por la liberación de todas las formas de *opresión y represión*, a la lucha y el camino por el y la construcción del socialismo.

Obra generosa del pueblo Cubano, de los que asumieron la dirección de tirar abajo no sólo la dictadura sanguinaria del esbirro imperialista Batista, sino de cambiar la historia dándole el sentido profundo y colectivo de la lucha por y la construcción del socialismo en vuestro país.

Los Comités de Defensa de la Revolución Cubana son en síntesis, la defensa del derecho a la vida misma del pueblo cubano, a su desarrollo libre e independiente y su integración social a la humanidad toda como parte de un todo en el progreso socialista de ella. Son los CDR una muestra no sólo de la iniciativa social y organizativa del pueblo Cubano, sino expresión de una etapa superior de organización social en el mundo, que unifica la historia de la humanidad elevando las experiencias ya realizadas en la Comuna de Paris en 1871, como los Soviets en 1917 en la Revolución Rusa, la vida de las Comunas Chinas, de las masas de Viet-Nam, y de todo el mundo donde han habido intentos y embriones de organización.

Ustedes, queridos compañeros, desde esa pequeña Isla defendiendo el derecho a construir el Socialismo, enfrentan con seguridad y decisión de combate innegables y nobleza humana incomparables, una función de bien público de la historia, porque en su progreso está inserto el de toda la humanidad frente a un capitalismo que se pudre y desmorona socialmente porque no puede ofrecer formas de vida superiores e integrales al ser humano.

Nosotros, que queremos ser una extensión y continuación al mismo tiempo, tanto de la experiencia como de la lucha de ustedes, saludamos este aniversario que por primera vez se da en condiciones tan duras y difíciles. Porque sostener el derecho al progreso del pueblo Cubano al Socialismo es como nunca antes una doble tarea, porque al mismo tiempo que Cuba está cercada y agredida, bloqueada por el sistema capitalista y el imperialismo desde hace 32 años, ahora se suma el bloqueo de sus lacayos, los que antes se reclamaron comunistas y socialistas y ahora capa degenerada burocrática e inservible a la historia.

Buscan *refugio* en un *capitalismo que los usa pero no* los *traga*. Se suman a la agresión poniendo una distancia en los plazos que antes existían y eran parte de un progreso inmenso.

Y que ahora tendremos que romper, junto con los pueblos de los llamados ex-países Socialistas, que por otra parte están en un proceso de reorganización y construcción de sus instrumentos propios, de clase y revolucionarios que antes les habían expropiado y para lo cual la lucha y el ejemplo de ustedes allí y todos *nosotros en el resto del mundo*, es fundamental.

La historia reciente, madre de las experiencias a sacar, nos enseña que sólo en el progreso que significa la unidad de acción de las masas en sus organismos, construyendo el instrumento [illegible] dirección marxista, sintiendo que somos objeto y sujeto, es que *se afirma* la lucha por el socialismo e impide el retroceso.

Como lo hacen ustedes en esta etapa especial que está viviendo el pueblo de Cuba, en la que, la necesidad de progreso pasa por sostener lo alcanzado y reorganizar la vida del país utilizando todas las fuerzas, tanto de la economía planificada como de lo sustantivo de ella, y el apoyo y la organización social de masas en la igualdad de obligaciones y derechos.

La lucha de hoy, es la continuidad de la de *hace un siglo*. Han sido capaces de elevarla en forma superior, socialmente, porque han transformado la lucha libertaria anticolonialista, a la social que engloba, ayuda y es parte de la necesidad de toda la humanidad como género, el Socialismo.

El ejemplo de ustedes está, tanto conmoviendo como dando seguridad a la humanidad de que se puede construir una sociedad superior sin clases, sin explotados ni explotadores.

El *capitalismo necesitó de 17 Siglos para* dar una clase dirigente, necesitó de cientos de guerras étnicas, de la desaparición de culturas y especies de vida animal y vegetal que la naturaleza organizó en millones de años para desarrollarse y afirmarse a este *costo social y natural*.

El Socialismo en los primeros 7 años de la Revolución Rusa con el funcionamiento real de los Soviets, Lenin y el Partido Bolchevique, mostró lo que pueden hacer las masas, la conciencia social elevada en función del género humano. Derrotaron las invasiones imperialistas, las agresiones y el bloqueo mundial del sistema capitalista y dieron las bases para el desarrollo del socialismo. Y en pocas decenas de años posteriores, y a pesar de la burocracia degeneradora del Estado Obrero -como ahora se ve y comprende muy fácilmente- se afirmó como una forma superior de producción y distribución.

Los CDR que ustedes construyeron hace 32 años son una experiencia social de organización en defensa de los derechos del pueblo al progreso, y representan genuinamente una necesidad, que acompaña al Gobierno de Cuba Socialista.

La lucha contra la agresión imperialista hoy sigue planteada y nosotros sentimos la necesidad objetiva de respaldar militantemente esta tarea que por histórica no deja de ser diaria, cotidiana de los pueblos de Cuba y el Mundo.

El s[illegible]ma capitalista, no puede ofrecer nada superior al socialismo, a no ser las guerras, el hambre, la desnutrición, la desocupación; y que países como Argentina, Brasil, Venezuela, Colombia, Perú tengan más de 50% de la población viviendo por debajo del nivel de pobreza, y esto reconocido por el propio sistema capitalista y sus gobiernos como cosa normal a "superar" -dicen ellos- en muchos años más de más miseria y explotación.

Que hasta los propios países llamados desarrollados del capitalismo como Francia, Italia, Alemania, tengan una desocupación reconocida del orden del 10% y bolsones de miseria incorporados a su sociedad (o suciedad) de opulencia. Que en países como Somalia y otros estados africanos se está asistiendo a la muerte de cientos de miles de seres humanos por inanición, por hambre crónico, *sin salida a no ser* "las bolsitas de granos" como ayuda humanitaria ante un problema social creado por la misma economía capitalista y la distribución mundial del trabajo, por un sistema que condena esos pueblos a la muerte.

Que en Argentina y otros países llamados "en desarrollo" y aún desarrollados cada día se suicidan más ancianos, jóvenes y niños ante la desatención el Estado y la sociedad capitalista a sus problemas de vida.

Ustedes, queridos compañeros, pasan un período especial, que como dijo Fidel, se parece mucho al *comunismo* por la *necesidad* de la distribución igualitaria; aún sin los medios desarrollados que permitan tal distribución. Los problemas no devienen del interior, porque ustedes ya comenzaron hace mucho las rectificaciones que consideraron necesarias para defender el progreso al socialismo, sino que viene fundamentalmente de la triple agresión a que son sometidos.

Ustedes, defienden con dignidad y *sin concesiones* el derecho al socialismo, a la igualdad, a la armonía de la vida, al futuro comunista de la humanidad. El capitalismo y sus secuaces se esconden también en los "perestroikos" que ven en la democracia burguesa y la desigualdad social, una vía de "su" progreso individual.

Los CDR del mundo, los que nos organizamos en América Latina para apoyar y defender la lucha del pueblo y gobierno Cubano por su derecho al socialismo, estamos como ustedes "CON LA GUARDIA EN ALTO" y SIN CONCESIONES.

Les reiteramos nuestro fraterno y revolucionario saludo, sintiendo que en el progreso del pueblo Cubano está el de toda la humanidad unida para tirar abajo todas las formas de opresión y represión.

En este nuevo aniversario de vuestra organización hermana, les trasmitimos a ustedes y por su intermedio a todo el pueblo, a los Sindicatos, la CTC, al Partido, gobierno, y al compañero Fidel Castro, nuestro abrazo y decisión interminables de solidaridad y apoyo.

"PORQUE EL SOCIALISMO ES UNA NECESIDAD DE LA VIDA"
HASTA LA VICTORIA SIEMPRE
¡VIVAN LOS COMITES DE DEFENSA DE LA REVOLUCION EN CUBA!
¡VIVA LA UNIDAD DE TODOS LOS PUEBLOS POR EL SOCIALISMO!
¡VIVA EL PUEBLO Y GOBIERNO REVOLUCIONARIO DE CUBA SOCIALISTA!

Secretariado de los CDR Latinoamericanos
Lito Rossi (Argentina)
Alorio Magalhaes (Brasil)
J.J. Armstrong (Uruguay)
24 de setiembre de 1992

Editorial del Granma sobre Ley Torricelli (Extractos)

NO RENDIRAN A CUBA POR HAMBRE

Cuba afirmó hoy que el intento de rendir por hambre a su población mediante la proyectada ley Torricelli no pondrá de rodillas al país, que continuará -enfatizó- su lucha por la autodeterminación y desarrollo con la justicia social.

Advierte que este nuevo intento por reforzar el bloqueo impuesto a la isla desde hace más de 30 años constituye una peligrosa escalada y no descarta que "puede constituir el preámbulo de una agresión directa".

Estamos -indica- ante un gran garrote que se levanta cinica y cruelmente contra nuestros ancianos y niños, contra nuestros enfermos, contra los sectores más vulnerables y humildes de toda la población y en general contra nuestro pueblo.

Granma alerta que con este tipo de legislación, Washington se comporta como una especie de gobierno planetario, con prerrogativas extraterritoriales y suprancionales, además de tratar de imponer impunemente la Ley de la Selva contra Cuba.

La Ley -precisa- persigue extender y darle carácter obligatorio al bloqueo a Cuba, por parte de toda la comunidad mundial. El chantaje, en efecto, es brutal: los países que comercien o sostengan con Cuba relaciones normales de índole económica, amparados por la legislación internacionales, estarán sujetos a sanciones del presidente norteamericano.

Esta por ver si hay algún gobierno latinoamericano que tenga en alguna estima la dignidad nacional y la decencia, que este dispuesto a plegarse a la coacción descarnada y a la mengua de sus derechos que implica esta legislación, y a asumir la responsabilidad por el nefasto precedente que ella sentaría para el futuro de cualquiera de nuestros países, señala "Granma".

Recuerda además que a pesar de las dificultades económicas de la Isla, en ésta no hay crisis política interna alguna, hay una sociedad estable que continuará su actividad con serenidad y decisión.

Ni esta ley -sostiene- ni mil leyes como esta, nos pondrán de rodillas, defenderemos la patria, la independencia, la justicia y la obra revolucionaria que da sentido a la vida de nuestro pueblo. Aquí no habrá rendición, aquí no habrá retroceso, aquí no habrá vuelta al pasado.

COMUNICADO DE PRENSA DEL CDR

El COMITE de DEFENSA de la REVOLUCION CUBANA de URUGUAY (CDR U) se dirige a los medios de difusión para solicitarles difundir nuestra propuesta a todos los organismos y organizaciones que representan el sentir nacional para que se pronuncien contra la aberrante y bárbara LEY TORRICELLI, aprobada por las Cámaras de EEUU, prohibiendo a compañias subsidiarias de empresas estadounidenses en el exterior, los negocios con Cuba. Incluso la asistencia con alimentos y medicinas sólo es autorizada siempre que funcionarios norteamericanos puedan entrar a Cuba a verificar el uso de esa ayuda.

La agresión contra Cuba sólo es comparable en gravedad con la que está practicando el Gobierno de EEUU, usando a la ONU, contra el Gobierno y el pueblo de Irak. Existe en este momento un bloqueo de los dineros de Irak en el exterior. Se prohibe a este país del Tercer Mundo, vender su petróleo. Y si Irak decidiera hacerlo, es la antidemocrática ONU (donde 15 integrantes del Consejo de Seguridad deciden por más de 150 países y donde sólo 5 países tienen derecho de veto), la que decide qué porcentaje se lleva Irak y cuanto va para las "reparaciones de guerra". Cuando fue Irak el que se vio arrasado y el que sufre hoy un brutal bloqueo económico y comercial, poniendo en peligro la vida de millones de seres humanos.

El CDRU propone que el Parlamento, la Cancillería, los Gobiernos Departamentales de todo el país, las Juntas Departamentales, los Partidos Políticos, las organizaciones sindicales, las comisiones barriales, las agrupaciones estudiantiles, los intelectuales, las distintas Iglesias, -es decir- todas las organizaciones que quieren el respeto por el derecho internacional y por el derecho de los pueblos a elaborar su destino, a que se pronuncien. Es necesario hacer declaraciones, convocar a seminarios, marchas, ponerse de acuerdo con movimientos similares del área latinoamericana para parar la criminal agresión de EEUU contra Cuba y también contra Irak. Una vida política democrática de los uruguayos impone abrir la cabeza y los sentimientos de solidaridad humana con nuestros hermanos acosados y agredidos por la prepotencia de las armas y el poder económico.

El CDRU se congratula con la partida reciente de un nuevo contingente de simpatizantes y activistas de los CDR de Argentina y Uruguay a Cuba. El CDR de Uruguay traslada su público agradecimiento al sindicato de trabajadores gráficos y también a la Asociación de Bancarios del Uruguay, por su apoyo a nuestras actividades. Trasmitimos nuestro saludo también al Sindicato Unico de la Administración Nac[illegible]l de Puertos (SUANP) por la elevada [illegible]idad desenvuelta en su local sindical en apoyo de Cuba socialista.

El CDR hace llegar su cálido saludo al Gobierno Municipal de Montevideo por el envío de 10 Toneladas de leche en polvo para Cuba.

Por último el CDR trasmite su reconocimiento a todas las personas que en los actos del Frente Amplio en apoyo al Referéndum, en la Feria de Tristán Narvaja o en cualquier lugar donde se encuentren, hacen llegar su estímulo y su aporte a nuestra actividad. La lucha por la defensa del derecho de Cuba a construir la sociedad socialista está plenamente unido a la defensa del progreso de nuestro pueblo. Por esta razón el CDR cree que es fundamental un pronunciamiento masivo el próximo primero de octubre en defensa del patrimonio nacional. El que por serlo lo es también de todos los latinoamericanos.

Raúl Campanella - Presidente

9 92

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

A. G. I. I.

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1254
(LS)

ACTA DE CIERRE DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION: (ORGANISMO) DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 02 de setiembre de 1993

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1992

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.N°9209559 (REF. A: MEMORANDUM N°920535/S.O.E.) Fojas 01/14

OPERARIO/S: Sdo.1ra. S.López y Sdo. 1ra. G. Pose

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el cierre del acta, se da por finalizada la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este Rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación
S.O.M.
Juan Carlos Martínez

El Jefe del AGII de la D.G.I.D.
Cnel. Walter R. Ursa.

FIN

ROLLO

1254

ANEXO
ROLLO

1254

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ACTA DE APERTURA

ANEXO AL ROLLO N° 1254 (LS)

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 01 de octubre de 1993

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE VUELVE A MICROFILMAR: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1992.- R.E.N°9208952 y 9209390.-

IDENTIFICACION DE PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.N°9208952(REF.A:LA DROGA ENCUENTRA NUEVAS RUTAS EN UNA LUCHA QUE NO TIENE FINAL)Fojas 01/2

OPERARIO/S: Sdo.1ra.S.López,Sdo.1ra.G.Pose y Sdo.1ra M.Silva.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: / // / / / / / / / / / / / / / /

PREPARACION DOCUMENTAL: / / / / / / / / / / / / /

CONTROL: Personal del A.G.I.I.-

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del Acta, se procede a la iniciación de la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación
S.O.M.
Juan Carlos Martínez

El Jefe del AGII de la DGID
Cnel.
Walter A. Mesa.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
A.G.I.I.
República O. del Uruguay

Documentos D.G.I.D.

Año 1992

MONTEVIDEO, DOMINGO 8 DE MARZO DE 1992 — EL PAIS

EL MUNDO DEL DELITO

La Droga encuentra Nuevas Rutas en una Lucha que no Tiene Final

La ofensiva policial asestó fuertes golpes al narcotráfico. Pero, la delincuencia encuentra diferentes caminos para transportar su carga letal y lavar millones de dólares.



Así queman la cocaína requisada en Perú. En 1991, [illegible]

WASHINGTON D.C.— Las [illegible] de droga en todo el [illegible] se han multiplicado [illegible] la demanda [illegible] en Estados Unidos [illegible]. Los cabecillas del [illegible] Cartel de [illegible] están muertos o [illegible], y las policías de Estados Unidos y Colombia [illegible] persiguiendo a los [illegible] del tráfico [illegible] encargados de las operaciones [illegible] de narcodólares. El presidente George Bush y cinco de sus colegas latinoamericanos que se reunieron en San Antonio (Texas) la semana pasada, si bien tuvieron divergencias, también encontraron sobrados motivos para felicitarse. Está [illegible] una enorme [illegible] en la represión [illegible] de la ley, [illegible] su educación [illegible]. Y, la cooperación internacional [illegible] más armoniosa [illegible].

[illegible] las buenas noticias. [illegible] están las malas noticias. Si bien la policía ha asestado varios golpes de éxito a los traficantes de drogas desde que se celebró la "cumbre" antidroga en Cartagena (Colombia) en 1990, la comercialización de la droga parece mantener gran fortaleza. La hidra de la droga parece imposible de matar; cada tentáculo que le amputan simplemente vuelve a reproducirse, quizás en algún nuevo lugar. Pero, las líneas de abastecimiento se mantienen funcionando. Acosados en su propio país, los traficantes de droga colombianos cambiaron sus rutas de suministro y parte de sus operaciones a Venezuela, Brasil, Bolivia, Perú y Ecuador, y lograron

TIME

abrir nuevos mercados en Europa. En su país, ya no se preocupan de la extradición, porque está prohibida por las normas de la nueva Constitución.

Obstaculizados por la acción de la Guardia Costera de Estados Unidos, la Aduana y la participación militar en los operativos, los traficantes ven dificultada su ruta marítima de acceso al Sur del Estado de Florida. Por ello, optaron por sacar la droga en vuelos que dejan caer su letal carga en puntos asignados en el Caribe, Panamá, Guatemala y México. La actuación de los aviones espía de Estados Unidos, incluyendo los aparatos AWACS con equipos de alta tecnología, los narcotraficantes, les está cerrando el frente aéreo del territorio estadounidense, lo que les indujo a utilizar decenas de pequeñas embarcaciones o emplear remolques tirados por tractores, en sinuosas rutas terrestres.

LOS NUEVOS CULTIVOS

Entre los puntos más preocupantes para los gobernantes latinoamericanos figura la rotación de cultivos hacia la heroína, por la que obtienen precios mucho mayores, ya que todo parece indicar que será nuevamente la droga más codiciada.

En los últimos meses, los escuadrones antidroga de las policías de Guatemala y Colombia descubrieron centenares de plantíos de amapola. El general José Rozo Serrano, Jefe de las Brigadas de Narcóticos, de la policía colombiana, estima que en su país hay 10.000 hectáreas con plantíos de amapola de opio, lo que ha convertido a Colombia, de la noche a la mañana, en el octavo productor del mundo. Esta es otra de las drogas con buena cotización. Serrano advirtió que "si no tomamos medidas urgentes, en dos años habrá 100.000 hectáreas plantadas".

TRES CASOS MUY CLAROS

Entre los países latinoamericanos afectados por el problema del comerico ilícito de la droga figuran los siguientes:

MEXICO: Si Colombia es el centro neurálgico del comercio de la droga, México se ha convertido en su brazo más importante. Entre 50 por ciento y 70 por ciento del total de cocaína que ingresa a Estados Unidos (de 400 a 500 [illegible]), llega a través de México. También lo hace el 70 por ciento de la marihuana y el 20 por ciento de la heroína. La sociedad mexicana también ha reflejado el impacto. Un informe de Naciones Unidas indicó que el consumo de droga en México creció 20 por ciento en 1991. Las requisas de cocaína en México crecieron de 9.000 kilos en 1989 a 90.000 kilos en 1991. Algunas de las intercepciones de cargamentos son consecuencia de la cooperación sin precedentes entre las agencias especializadas de México y Estados Unidos, incluyendo un masivo esfuerzo de interdicción aérea, utilizando aviones mexicanos y radar estadounidense. Pero el crecimiento muestra que México se ha convertido en uno de los principales canales de exportación de la droga colombiana. A medida que aumenta el tráfico, lo hace la violencia en proporción directa. Desde el 1° de enero, por lo menos treinta asesinatos vinculados al tráfico de drogas ocurrieron en la zona de Tijuana (México).

VENEZUELA: Cuando los traficantes colombianos comenzaron a huir a raíz de la represión en Bogotá hace algunos años, su primera escala fue en el país vecino. Desde ese momento, Venezuela se convirtió en un eslabón de creciente importancia en la cadena internacional de la droga. No sólo se envían grandes cantidades de droga a través de Venezuela, sino también este país se [illegible]



Nº DOCUMENTO

TITULO

[illegible]

[illegible]

Esa denuncia le valió a Cândido un puñetazo en la cara que le propinó su colega Mabel Moura en plena sesión del Congreso, así como numerosas amenazas de muerte.

El tráfico de drogas también está creciendo en Chile, Argentina y Ecuador, en tanto Surinam, con la cooperación de sus militares, según denuncias, es un punto de reembarque de cargamentos de cocaína con destino a Europa.

Mientras sigue el juicio a Manuel Noriega en Miami, la DEA (Agencia de Lucha contra la Droga, de Estados Unidos) informó que Panamá está nuevamente inundada de droga y de dinero procedente del tráfico de narcóticos.

"No necesitamos mucho dinero del gobierno de Estados Unidos", dijo el presidente de Bolivia, Jaime Paz Zamora. "Lo que necesitamos es inversión privada. No [illegible]

02/02

9208952

DURAS SANCIONES EN PROYECTO CONTRA DOPAJE

* Alcanza a Atletas, Técnicos y los Dirigentes
* Multas de Hasta N$ 37 Millones Para los Clubes

[illegible] Ejecutivo elevó ayer al Legislativo el [illegible] Ley destinado a combatir el dopage deporti- [illegible] prevé durísimas sanciones no sólo contra los [illegible] incurran en el mismo, sino contra dirigentes, [illegible] técnicos auxiliares que aconsejen el con- [illegible] sustancias prohibidas, y contra los clubes a los [illegible] los deportistas sancionados con multas [illegible] a 1.200 Unidades Reajustables. Esto [illegible] N$ 37.245.600, teniendo en cuenta que la UR [illegible] hoy a N$ 31.038.

[illegible] en su texto establece lo siguiente:

[illegible] 1º.— Prohíbese en todo el territorio de la Repú- [illegible] práctica del dopaje de los participantes en [illegible] deportivas de carácter nacional o interna- [illegible] tanto de aficionados o profesionales.

[illegible] 2º.— Se entiende por dopaje la utilización de [illegible] medios destinados a aumentar o disminuir [illegible], en las competencias deportivas la capa- [illegible] y por lo tanto el rendimiento de un atleta. [illegible] se considerarán tales las sustencias [illegible] por el Poder Ejecutivo de acuerdo a las [illegible] del art. 80 del Decreto-ley 14.996 de 26 de [illegible].

[illegible] 3º.— Declárase de interés público la erradica- [illegible] del dopaje, cometiéndose al Ministerio [illegible], al Ministerio de Educación y Cultira y a [illegible] Nacional de Educación Física, la realización [illegible] educativas con ese propósito.

[illegible] 4º.— Cométese a la Comisión Nacional de [illegible] Física el contralor sobre el dopaje en toda [illegible] deportiva pública, de carácter nacional o [illegible], que se realice en la República, entre [illegible] o profesionales, así como la aplicación de las [illegible] que correspondan de acuerdo a la presente [illegible].

Art. 5º.— A los efectos del contralor establecido en el artículo anterior, la Comisión Nacional de Educación Física, directamente o por intermedio de otros organismos oficiales podrá efectuar los análisis, exámenes y la [illegible] de muestras necesarias para realizar la pesquisa del dopaje. El competidor que rehuse, sin causa justificada, someterse a las pruebas aludidas o que intente por cualquier medio falsear el resultado o frustrar la pesquisa, será inhabilitado por el término de dos años para participar en competencias deportivas sin perjuicio de su descalificación inmediata de aquella en la que esté participando.

Art. 6º.— El competidor o cualquier otra persona que, desempeñando cometidos o colaboración en la actuación deportiva de un atleta o equipo, obstaculizare de cualquier modo, por actos u omisiones, la labor de las autoridades a los fines de la presente ley será sancionado con pena de inhabilitación de dos a doce meses.

Art. 7º.— El deportista cuyos análisis, exámenes o muestras hubieren señalado la presencia de las sustancias aludidas en el Art. 2º será sancionado con una pena de suspensión que se regulará entre un mínimo de tres meses y un máximo de cinco años. Para la determinación del término de la suspensión, sólo se computará, atendiéndose al deporte que practicare, al tiempo de competencia efectiva, y se tendrán en cuenta las circunstancias agravantes que obren.

La sanción referida —aumentada de un tercio a la mitad— se aplicará al dirigente deportivo, los técnicos, profesionales y auxiliares de la actividad deportiva que aconsejen a sus atletas ingerir sustancias que provoquen el dopaje, se las faciliten o suministren a su pedido o contra su voluntad.

Constatada en su caso la infracción la Comisión Nacional de Educación Física efectuará la denuncia penal correspondiente (Decreto Ley Nº 14.996 de 26 de marzo de 1966).

Art. 8º.— Se consideran circunstancias agravantes:

a) El hecho de haberse realizado la infracción en una competencia internacional, cuyo carácter determinará la Comisión Nacional de Educación Física;.

b) La calidad de profesional del infractor; y.

La condición de reincidente.

Art. 9.— La institución deportiva a la que pertenezca o para la que actúe el infractor será sancionada con una multa que se graduará entre un mínimo de 50 (cincuenta) y un máximo de 700 (setecientas) unidades reajustables, pudiéndose elevar este último en caso de reincidencia hasta un tercio. Cada infracción será objeto de sanción por separado aunque se hubiere cometido en una misma competencia o evento.

Art. 10º.— Sin perjuicio de lo establecido en el artículo anterior las Instituciones, Clubes Federaciones, Asociaciones o similares que autoricen la actuación de competidores inhabilitados, induzcan a sus atletas a rehusarse al sometimiento de las pruebas de contralor o, en general infrinjan o colaboren a hacerlo las disposiciones de la presente ley o las reglamentaciones que para su aplicación dicte la Comisión Nacional de Educación Física, serán sancionadas con las siguientes penas, que podrán imponerse en forma acumulativa:

a) Multa de 10 (diez) a 500 (quinientas) unidades reajustables;.

b) prohibición de participar en competencias del deporte en que se dio lugar a las situaciones u organizarlas por el término de hasta un año;.

c) En su caso suspensión o retiro del carácter de Federación Dirigente reconocida (Decreto de 22 de setiembre de 1949);.

d) Cancelación de la personería jurídica por parte del Poder Ejecutivo, a propuesta fundada de la Comisión Nacional de Educación Física.

Las sanciones establecidas no obstarán a la aplicación de aquellas previstas por las Federaciones o Asociaciones a las que pertenezcan las infractoras para prevenir o reprimir el dopaje, a cuyos efectos la Comisión Nacional de Educación Física informará a las referidas las sanciones que disponga.

Art. 11º.— La Comisión Nacional de Educación Física dispondrá todas las medidas necesarias para el efectivo cumplimiento del contralor que se le comete, así como en todo lo relativo a las pesquisas necesarias para constatar el dopaje. A ese efecto podrá requerir la colaboración de organismos públicos o privados, y con el consentimiento del Ministerio de Educación y Cultura, suscribir acuerdos o convenios para asegurar el mejor equipamiento y funcionamiento del laboratorio antidopaje en sus dependencias, y financiar la ejecución de los contralores correspondientes en los departamentos del interior.

Art. 12º.— Derógase los artículos 134 a 139 de la ley Nº 13.737 de 9 de enero de 1969.

Art. 13º.— Comuníquese, publíquese, etc.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA EL PAÍS 20-8-92

[illegible]ONES

ENTRADO

CRUZADO

[illegible]GAS EN LOS JUEGOS

[illegible] Juegos Olímpicos de Barcelona, se realizaron más [illegible] de drogas. Estos son los pasos que se dan para [illegible] a cabo los controles y algunas acciones que se desarrollan [illegible] evitar que la droga sea descubierta en el organismo



[illegible] DE DROGAS

1. Se toman muestras de orina, en dos frascos de [illegible], y se los sella.
2. Los frascos se colocan en dos bolsos térmicos, uno para análisis y el otro para reserva.
3. La muestra es analizada [illegible] detector cromato[illegible]. Si un pico parece [illegible] a una droga [illegible], una porción de la [illegible] de orina es hecha pasar por un espectrómetro [illegible].
4. El detector analiza el [illegible] químico y da un informe que [illegible] drogas.

DETECTOR DE DROGAS

- Reemplazar por otra persona al atleta a ser analizado.
- Ocultar orina limpia en el cuerpo y cambiarla por la muestra de análisis en las cabinas para muestras.
- Vaciar la vejiga y volver a llenar con orina limpia usando catéter.
- Usar drogas, como probenicid, para ocultar trazas de esteroides en orina.
- Tomar vinagre puede ocultar la presencia de algunas drogas ilegales.
- Beber grandes cantidades de agua para diluir la orina y reducir las concentraciones de drogas ilegales.

[illegible] DE LAS DROGAS

[illegible]
[illegible] de peso a atletas de categorías [illegible] la relación, reducen la concentración [illegible] y minimizan posibilidades de detección.

[illegible]
[illegible] de la hormona masculina testosterona. [illegible] volumen muscular.

[illegible]
[illegible] y ritmo cardíaco para [illegible] y el dolor de cabeza.

Estimulantes
Aumentan el estado de concentración y reducen la fatiga pero provocan obnubilación, lo que genera un gran riesgo de accidentes.

Narcóticos
Se usan para combatir el dolor. Presentan alto riesgo de dependencia física y sicológica.

Refuerzo sanguíneo
Un litro de sangre almacenado durante unas semanas e inyectado poco antes de la competencia aumenta el número de glóbulos rojos y la capacidad de oxigenación sanguínea.

[illegible] COLATERALES DE LOS ESTEROIDES

[illegible] en cuerpo y rostro, permanente [illegible] de la voz, crecimiento del clítoris, perturbaciones del ciclo menstrual.

[illegible]: Cabeza y cuello: [illegible]. Cabeza y [illegible]. Grave acné que deja cicatrices permanentes.
Órganos: [illegible]. Alta presión sanguínea.
[illegible]

02/02 9209390

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.
DIV. MICROFILMACION

A C T A   D E   C I E R R E

ANEXO AL ROLLO: 1254 (LS)

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 01 de octubre de 1993

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE MICROFILMO: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1992.-

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.N°9209390 (REF. A: DURAS SANCIONES EN PROYECTO CONTRA DOPAJE) Fojas 01/2

OPERARIO/S: Sdo.1ra.S.López, Sdo.1ra.G.Pose y Sdo.1ra.M.Silva-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el Cierre del Acta, se da por finalizada la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación
S.O.M. Juan Carlos Martínez

El Jefe del A.G.I.I. de la D.G.I.D.
Coronel Walter A. Mesa.

FIN
ANEXO
ROLLO

1254